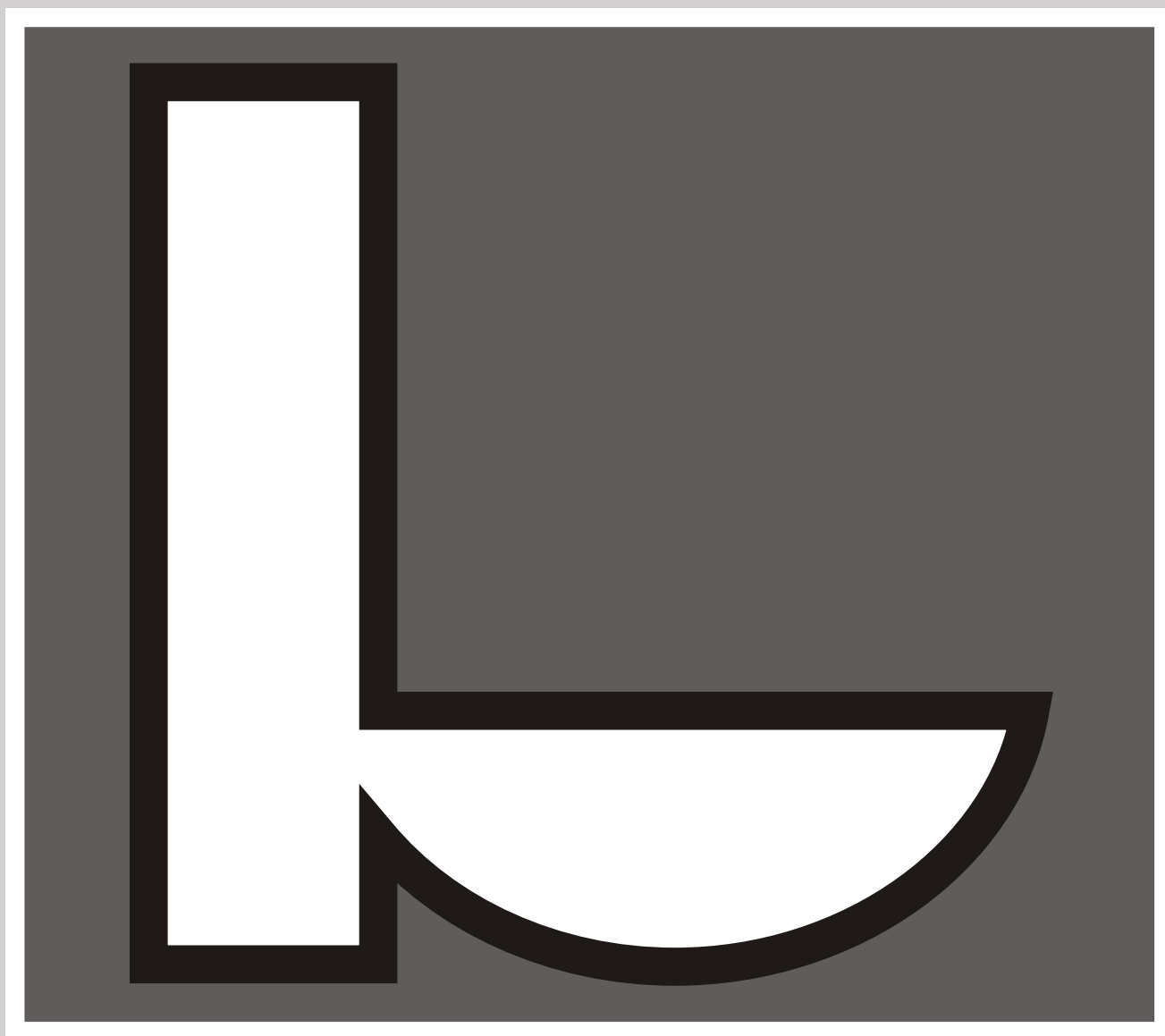




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LX - Nº 131 - SEXTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2005/2006)**

PRESIDENTE	SEVERINO CAVALCANTI – PP – PE
1º VICE-PRESIDENTE	JOSÉ THOMAZ NONÔ – PFL – AL
2º VICE-PRESIDENTE	CIRO NOGUEIRA – PP – PI
1º SECRETÁRIO	INOCÊNCIO OLIVEIRA – PMDB – PE
2º SECRETÁRIO	NILTON CAPIXABA – PTB – RO
3º SECRETÁRIO	EDUARDO GOMES – PSDB – TO
4º SECRETÁRIO	JOÃO CALDAS – PL – AL
1º SUPLENTE	GIVALDO CARIMBÃO – PSB – AL
2º SUPLENTE	JORGE ALBERTO – PMDB – SE
3º SUPLENTE	GERALDO RESENDE – PPS – MS
4º SUPLENTE	MÁRIO HERINGER – PDT - MG

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 29, De 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005, que “institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 15 de agosto de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encenada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 4 de agosto de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEÇÃO I

SUMÁRIO

1 – ATA DA 195ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SOLENE, MATUTINA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 04 DE AGOSTO DE 2005

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

OFÍCIOS

Nº 559/05 – Do Senhor Deputado Ronaldo Caiado, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, comunicando a apreciação do PL nº 2.283/03. 35619

Nº 85/05 – Do Senhor Deputado Antonio Carlos Biscaia, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando o PDC nº 1.423/04, apreciado pela referida Comissão. 35619

Nº 199/05 – Do Senhor Deputado Antonio Carlos Biscaia, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, comunicando a apreciação do PL nº 4.724/04. 35619

Nº 185/05 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, encaminhando o PL nº 3.677-A/04, apreciado pela referida Comissão. 35619

Nº 186/05 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Presidente da Comissão de Finanças

e Tributação, encaminhando o PL nº 4.764/05, apreciado pela referida Comissão. 35620

Nº 188/05 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, encaminhando o PL nº 3.566-A/04, apreciado pela referida Comissão. 35620

Nº 190/05 – Do Senhor Deputado Geddel Vieira Lima, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, encaminhando o PL nº 1.423/04, apreciado pela referida Comissão. 35620

RECURSO

Nº 216/2005 – do Sr. Dimas Ramalho – Recorre da Decisão da Presidência da Câmara dos Deputados em Questão de Ordem (QO nº 606/05) suscitada pelo Deputado Júlio Delgado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar acerca de sua substituição no referido Conselho. 35620

REQUERIMENTO

Nº 3.112/05 – Do Senhor Deputado Luiz Antonio Fleury, solicitando a retirada do PLP nº 226/04. 35620

SESSÃO SOLENE DE 4-8-2005

IV – Homenagem

Transcurso do 60º aniversário dos bombardeios atômicos às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. 35626

PRESIDENTE (Chico Alencar) – Composição da Mesa Diretora dos trabalhos. Saudação aos convidados presentes. Transcurso do 60º aniversário dos bombardeios atômicos às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki.....	35626	DARCÍSIO PERONDI (PMDB, RS) – Envolvimento de integrantes do PT nos escândalos de corrupção do Governo Federal. Questionamento acerca do depoimento do Deputado José Dirceu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Acometimento de doenças ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.	35643
Oradores: TAKAYAMA (PMDB, PR), MANINHA (PT, DF), COLBERT MARTINS (PPS, BA) – Transcurso do 60º aniversário dos bombardeios atômicos às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki...	35628	REINALDO BETÃO (PL, RJ) – Início das obras de dragagem e de conclusão dos processos de arrendamento de terminais de carga geral e de apoio off-shore nos Portos de Niterói e do Rio de Janeiro. Importância da doação periódica de sangue. Transcurso do segundo aniversário de funcionamento do Programa Farmácia Popular no Estado do Rio de Janeiro. Inclusão de Municípios fluminenses em estudo conjunto dos Ministérios do Meio Ambiente e das Cidades para desenvolvimento de programa sobre o uso energético de gás de aterros sanitários.	35643
FERNANDO GABEIRA (PV, RJ) – Transcurso do 60º aniversário dos bombardeios atômicos às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Reflexão sobre as reiteradas motivações beligerantes da humanidade.....	35631	ENIO BACCI (PDT, RS) – Sugestão de utilização, pelas CPMLs em funcionamento e pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de aparelho detector de mentiras durante a prestação de depoimentos.	35645
Oradores: WELINTON FAGUNDES (PL, MT), PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB, RR), ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA, SP) – Transcurso do 60º aniversário dos bombardeios atômicos às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki.	35633	DR. HELENO (PMDB, RJ) – Êxito da Campanha Nacional de Vacinação do Idoso, promovida pelo Ministério da Saúde. Ingresso da Companhia Vale do Rio Doce no grupo das empresas de baixo risco para investidores. Distribuição, pela Fundação Nacional de Saúde, de doses de vitamina A a índios xavantes do Estado de Mato Grosso.....	35645
PRESIDENTE (Chico Alencar) – Agradecimento aos Parlamentares e convidados presentes.....	35635	ZONTA (PP, SC – Pela ordem) – Existência, no Estado de Santa Catarina, de sobreviventes ao bombardeio atômico à cidade japonesa de Nagasaki.	35646
V – Encerramento		ADEMIR CAMILO (PL, MG) – Realização do 22º Congresso Mineiro de Municípios, em Belo Horizonte. Visita do Governador Aécio Neves ao Município de Teófilo Otoni. Empenho do Governo do Estado no desenvolvimento econômico de Minas Gerais.	35647
2 – ATA DA 196ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 04 DE AGOSTO DE 2005.		MARIA LÚCIA CARDOSO (PMDB, MG) – Urgência na recuperação da malha rodoviária do Estado de Minas Gerais, em especial de trecho da BR-262 de ligação com o Estado de São Paulo. Inauguração, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de indústria de biodiesel no Município de Florianópolis, Estado do Piauí.	35648
I – Abertura da sessão.		AIRTON ROVEDA (PTB, PR) – Urgência na recuperação de trecho da BR-476, no Estado do Paraná.	35649
II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior.		CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB, GO – Pela ordem) – Requerimento sobre levantamento de contratos da empresa SMP&B com o Governo do Estado de Goiás.	35649
III – Leitura do expediente.		JOÃO FONTES (PDT, SE – Pela ordem) – Presença no plenário do jornalista sergipano Josailton Lima.....	35650
SESSÃO ORDINÁRIA DE 4-8-2005			
IV – Pequeno Expediente			
NELSON MARQUEZELLI (PTB, SP) – Defesa da liberação do porte de armas de fogo para moradores de áreas rurais e para integrantes de guardas municipais em cidades com menos de 50 mil habitantes.....	35640		
MAURO BENEVIDES (PMDB, CE) – Tramitação, no Supremo Tribunal Federal, de ação direta de inconstitucionalidade contra resolução do Tribunal Superior Eleitoral acerca da composição numérica das Câmaras Municipais no País.	35641		
PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Associação da Presidência à necessidade de revisão do número de Vereadores nas Câmaras Municipais.	35642		
ADELOR VIEIRA (PMDB, SC) – Divulgação, pela ONU, de relatório sobre o aumento do consumo de drogas no mundo. Necessidade de intensificação das ações de combate ao narcotráfico no País. Excelência do trabalho desenvolvido pela Secretaria Nacional Antidrogas.....	35642		
SIMÃO SESSIM (PP, RJ) – Perspectivas proporcionadas aos jovens de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, com a criação, pelo Prefeito Carlos Busatto Junior, do Centro de Oportunidades Municipais....	35642		

<p>PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Saudação ao jornalista Josailton Lima. 35650</p> <p>ZÉ LIMA (PP, PA. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Necessidade de inibição da corrupção eleitoral ao ensejo da reforma política. Importância das investigações em curso no Congresso Nacional. Imperiosidade da punição dos Parlamentares envolvidos nos escândalos de corrupção. Urgência na normalização das votações na Casa. Inoportunidade de emenda apresentada pelo Senador José Sarney à medida provisória sobre incentivos ao setor produtivo, em face da exclusão dos Estados do Pará e do Tocantins na criação de zona franca na Região Norte. 35650</p> <p>PAULO RUBEM SANTIAGO (PT, PE) – Matéria sobre malversação de recursos do Fundo Constitucional do Nordeste publicada pelo <i>Jornal do Comercio</i>. Solicitação de comparecimento à Comissão de Finanças e Tributação do Presidente do Banco do Nordeste S.A., Roberto Smith, e do Diretor de Gestão, Pedro Eugênio, para esclarecimento sobre a questão. Apresentação de requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre prejuízos causados ao Fundo. Necessidade de explicações do Banco Central sobre o controle dos créditos e atuação da Procuradoria-Geral da República para investigação do desvio de recursos públicos..... 35650</p> <p>GILMAR MACHADO (PT, MG) – Importância dos trabalhos das CPMIs em funcionamento. Urgência na retomada das votações na Casa..... 35651</p> <p>ANTENOR NASPOLINI (PSDB, CE) – Elevada taxa de mortalidade infantil em Angola. Documentos <i>Compromisso entre o Governo de Angola, Agências e Parceiros Sociais sobre a Primeira Infância em Angola e II Fórum Nacional sobre Cuidados e Desenvolvimento da Primeira Infância</i>. 35652</p> <p>PAULO MAGALHÃES (PFL, BA) – Necessidade de prestação de esclarecimentos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre os escândalos de corrupção no País..... 35659</p> <p>ANTONIO CAMBRAIA (PSDB, CE) – Urgência na reforma do sistema político-eleitoral brasileiro. Considerações acerca dos escândalos de corrupção no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. 35659</p> <p>VICENTINHO (PT, SP) – Solicitação ao Governo Federal de retomada das negociações com o movimento grevista de servidores do INSS e do IBGE. Visita do Conselheiro Sagar Karahe, do Conselho Nacional da Juventude, ao Congresso Nacional. Conveniência de aprovação de projeto sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica..... 35659</p> <p>JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL, BA – Como Líder) – Defesa da realização de acordo entre Oposição e Governo para retomada das votações na Casa. Críticas ao comportamento do Presidente</p>	<p>Luiz Inácio Lula da Silva diante da crise política do País..... 35660</p> <p>ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB, SP – Pela ordem) – Encaminhamento de requerimentos de informações a Ministros de Estado sobre a composição, os mandatos e os valores pagos pelos respectivos órgãos aos Conselhos de Administração, Conselhos Diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas..... 35662</p> <p>ALCEU COLLARES (PDT, RS) – Traição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PT e à Nação brasileira. 35662</p> <p>PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Boas-vindas ao Prefeito Paulo Mac Donald Ghisi, do Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.... 35663</p> <p>JACKSON BARRETO (PTB, SE) – Artigo de Manoel Cabral Machado, intitulado <i>Luiz Pereira de Melo, professor e magistrado</i>, ao ensejo do transcurso do centenário de seu nascimento..... 35663</p> <p>EDINHO BEZ (PMDB, SC) – Transcurso do cinqüentenário de fundação da Diocese de Tubarão, no Estado de Santa Catarina. 35666</p> <p>COSTA FERREIRA (PSC, MA) – Acerto da aprovação, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de projeto de lei sobre a disponibilização ao público, pela Internet, dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal..... 35666</p> <p>JURANDIR BOIA (PDT, AL) – Defesa da obrigatoriedade do envio mensal, pelos bancos, dos lançamentos realizados em contas bancárias aos correntistas. Lucros exorbitantes auferidos pelas instituições financeiras no País..... 35666</p> <p>WALDEMIR MOKA (PMDB, MS – Pela ordem) – Paralisação das atividades do Congresso Nacional devido à crise política instalada no País. 35667</p> <p>FÉLIX MENDONÇA (PFL, BA. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Contrariedade ao projeto do Governo Federal de transposição de águas do Rio São Francisco..... 35667</p> <p>CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB, GO) – Repercussão dos escândalos de corrupção do Governo Federal junto à opinião pública brasileira. Queda da probabilidade de reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. 35667</p> <p>ÁTILA LINS (PPS, AM) – Transcurso do 73º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Coari, Estado do Amazonas..... 35668</p> <p>ZELINDA NOVAES (PFL, BA) – Contradição entre a proposta governamental sobre a legalização do aborto e o posicionamento da sociedade brasileira diante do tema. 35668</p> <p>PAULO FEIJÓ (PSDB, RJ) – Transcurso do 80º aniversário de fundação do Hospital São José do Avaí, no Município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro. 35669</p>
--	--

MÁRIO HERINGER (PDT, MG) – Solicitação ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, Alexandre Silveira, de recuperação das rodovias federais do Estado de Minas Gerais. Liberação de recursos para aquisição de ambulância para o Município de Ipaba. ...	35670	CELSO RUSSOMANNO (PP, SP) – Apoio ao projeto de resolução sobre a adoção de regras comuns para ambas as Casas do Congresso Nacional no tocante ao poder conclusivo das Comissões. ...	35680
CARLOS NADER (PL, RJ) – Improcedência da alegada impossibilidade de concessão de reajuste salarial aos servidores públicos em decorrência das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Importância da valorização do serviço público.....	35671	JAIME MARTINS (PL, MG) – Prosperidade econômica do Município de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais.....	35681
BADU PICANÇO (PL, AP) – Resultados positivos da privatização dos serviços de telefonia no País. Razões do sucesso dos serviços de telefonia celular pré-paga junto à população brasileira. Necessidade de revisão da política de telecomunicações.....	35672	V – Grande Expediente	
LEANDRO VILELA (PMDB, GO) – Transcurso do 98º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Anápolis, Estado de Goiás.	35673	LUPÉRCIO RAMOS (PMDB, AM) – Equívoco das políticas públicas aplicadas na região amazônica. Ausência de projeto de desenvolvimento sustentável adequado à região. Estatísticas sobre o desmatamento no Brasil e no mundo. Apelo ao Governo Federal para início das atividades do Centro de Biotecnologia da Amazônia. Conveniência de aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, sobre gestão de florestas públicas. Elogio ao Programa Zona Franca Verde, do Governo do Estado do Amazonas. Transcurso do 73º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Coari, Estado do Amazonas.....	35681
INOCÊNCIO OLIVEIRA (PMDB, PE) – Análise do processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado de Pernambuco. Promoção da inclusão digital dos alunos da rede pública de ensino pelo Governador Jarbas Vasconcelos. Estudo dos economistas José Raimundo Oliveira Vergolino e Aristides Monteiro Neto sobre a estrutura da economia pernambucana.....	35673	JOÃO GRANDÃO (PT, MS – Pela ordem) – Lançamento, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Plano Safra para a Agricultura Familiar de 2005/2006, no Município de Garanhuns, Estado de Pernambuco.....	35686
LUIZ BITTENCOURT (PMDB, GO) – Dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada sobre o aumento da pobreza e das desigualdades sociais no País.....	35675	RAIMUNDO SANTOS (PL, PA – Pela ordem) – Artigo <i>Entregar a Amazônia ou reagir?</i> , do articulista Armando Soares, sobre a atuação das ONGs internacionais no País, publicado pelo jornal <i>O Liberal</i>	35686
MAURO PASSOS (PT, SC) – Críticas ao sistema político-eleitoral brasileiro. Necessidade de realização da reforma política no País.....	35676	SELMA SCHONS (PT, PR – Pela ordem) – Instrução normativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre a regulamentação do Programa de Agricultura Urbana.....	35688
BERNARDO ARISTON (PMDB, RJ) – Decepção com a gestão petista. Documentos <i>Carta ao Povo Brasileiro I e II</i> , da lavra do orador, com críticas à política econômica e ao desempenho geral do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, considerações sobre a pretendida reforma do sistema político-eleitoral brasileiro e sobre a imperiosidade da punição dos Parlamentares envolvidos em escândalos de corrupção. Assinatura, pela Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, de termos aditivos a contratos de concessão para distribuição de gás natural canalizado a Municípios do litoral sul fluminense. Incentivos fiscais concedidos aos setores cerâmico, salineiro e barrilista do Estado.	35677	DANIEL ALMEIDA (PCdoB, BA – Pela ordem. Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Transcurso do 108º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Mairi, Estado da Bahia.....	35688
NELSON BORNIER (PMDB, RJ) – Agravamento do quadro de pobreza e miséria no País. Compromisso do orador com a defesa dos direitos da população carente.	35679	MAURO BENEVIDES (PMDB, CE – Pela ordem) – Transcurso do centenário de fundação da entidade assistencialista Lar Torres de Melo, de Fortaleza, Estado do Ceará.....	35688
RUBENS OTONI (PT, GO) – Êxito das políticas econômica e social do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.	35679	ANDRÉ COSTA (PT, RJ) – Descompasso entre os anseios da sociedade e a atuação da esquerda política no Poder. Despropósito da tentativa de acordo com vistas à garantia da governabilidade. Crise de valores no âmbito do PT. Urgente adoção de medidas, pela nova direção do partido, de resgate da moral e da ética partidária. Exigência da Nação brasileira de urgente investigação das denúncias e conseqüente punição dos envolvidos em escândalos de corrupção. Paradoxo entre o compromisso do PT de resgate da dívida social e a implantação do modelo econômico vigente.....	35689
		ORLANDO FANTAZZINI (PT, SP – Pela ordem) – Elogio ao Deputado André Costa. Apresen-	

tação de projeto de lei sobre inelegibilidade em caso de renúncia ao mandato parlamentar.....	35693	Lula da Silva nos escândalos de corrupção. Subserviência do Chefe do Executivo à elite financeira. ...	35700
JANETE CAPIBERIBE (PSB, AP – Pela ordem) – Homenagem póstuma ao empresário maranhense Alfredo Teixeira Novaes, radicado no Estado do Amapá.	35693	Apresentação de proposições: GEDDEL VIEIRA LIMA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; JOÃO CAMPOS; JEFFERSON CAMPOS; PAULO RUBEM SANTIAGO; RODRIGO MAIA; ANTONIO CARLOS PANNUNZIO; COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215-A, DE 2003; COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 334-A, DE 1996; ANTONIO CARLOS PANNUNZIO; GERALDO RESENDE; IRINY LOPES; EDSON DUARTE; CHICO ALENCAR; ORLANDO FANTAZZINI; IVO JOSÉ; JOÃO CAMPOS; VANDER LOUBET; CELSO RUSOMANNO; EDUARDO GOMES; COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL; GUSTAVO FRUET; LUIZ CARLOS HAULY; RENATO CASAGRANDE; VADINHO BAIÃO.	35701
ORLANDO DESCONSI (PT, RS – Pela ordem) – Conveniência da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 223, de 2001, sobre a inclusão da renúncia a mandato eletivo como causa de inelegibilidade.....	35693	VI – Ordem do Dia	
DRA. CLAIR (PT, PR – Pela ordem) – Críticas a projeto de decreto legislativo aprovado pela Câmara dos Deputados sobre a federalização dos Portos de Paranaguá e Antonina, Estado do Paraná.....	35693	BETO ALBUQUERQUE (PSB, RS – Pela ordem) – Anúncio de acordo para leitura do relatório e votação da Medida Provisória nº 251, de 2005..	35708
EDUARDO SCIARRA (PFL, PR – Pela ordem) – Precariedade do Porto de Paranaguá, Estado do Paraná. Necessidade de realização de auditoria no porto.....	35694	PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Submissão à apreciação do Plenário do acordo anunciado pelo Deputado Beto Albuquerque. Protesto da Presidência contra a paralisação dos trabalhos legislativos na Casa.....	35708
BETO ALBUQUERQUE (PSB, RS – Pela ordem) – Transcurso do 148º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.....	35695	INOCÊNCIO OLIVEIRA (PMDB, PE – Pela ordem) – Congratulação ao Presidente Severino Cavalcanti pela condução dos trabalhos legislativos. Urgência na apreciação, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, da ação de cassação do mandato do Prefeito Antônio Vicente de Souza, do Município de Barreiros.....	35708
BENJAMIN MARANHÃO (PMDB, PB – Pela ordem) – Transcurso do 420º aniversário de fundação de João Pessoa, Estado da Paraíba.....	35696	ZONTA (PP, SC – Pela ordem) – Urgência na apreciação das matérias constantes da pauta.....	35709
ALEX CANZIANI (PTB, PR – Pela ordem) – Indignação com representações contra o orador e outros Deputados do PTB apresentadas ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Contrariedade à remoção do delegado Sandro Viana dos Santos, Superintendente da Polícia Federal no Município de Londrina, Estado do Paraná.	35697	PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 251, de 2005, do Poder Executivo, que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.	35709
GUILHERME MENEZES (PT, BA – Pela ordem) – História política do PT. Necessidade de re-fundação do partido em razão da crise institucional instalada. Apoio às investigações dos escândalos de corrupção no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. ...	35697	Usou da palavra para proferir parecer à medida provisória e às emendas a ela apresentadas, pela Comissão Mista, o Sr. Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT, MS), concluindo por projeto de lei de conversão.....	35710
COLBERT MARTINS (PPS, BA – Pela ordem) – Requerimento apresentado à CPMI dos Correios pela Deputada Juíza Denise Frossard sobre a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas do publicitário Duda Mendonça. Necessidade de investigação das denúncias de corrupção no Governo Luiz Inácio Lula da Silva.	35698	PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Votação e aprovação de requerimento para adiamento da discussão da matéria por 2 sessões.	35722
WALTER PINHEIRO (PT, BA – Pela ordem) – Solicitação ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de articulação de acordo para o fim da greve dos servidores do INSS. Ausência de interlocução da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República com a base de apoio do Governo na Casa.	35699		
BABÁ (Sem Partido, PA – Pela ordem) – Questionamento acerca do depoimento do Deputado José Dirceu à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. Indícios do envolvimento do Presidente Luiz Inácio			

BERNARDO ARISTON (PMDB, RJ – Pela ordem) – Visita do orador à Academia da Força Aérea Brasileira no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo. Documento *Carta ao Povo Brasileiro III*, subscrito pelo Parlamentar. 35722

VII – Comunicações Parlamentares

(Não houve oradores inscritos.)

VIII – Encerramento

3 – DECISÃO DO PRESIDENTE

Decide deferir os Requerimentos nºs 3.086, 3.099 e 3.100, de 2005, determinando com base nos arts. 142, caput, e 143, inciso II, alínea “b”, do RICD, que as Propostas de Emenda à Constituição nºs 190, 216 e 105, de 2003, sejam anexadas à PEC nº 536/97. 35735

4 – PARECERES – Projetos de Lei nºs 2.283-A/03, 3.566-B/04, 3.677-B/04, 4.724-A/04 e 4.764-A/05; Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423-A/04. 35736

5 – ERRATA

a) Serviço de Publicação no Diário da Câmara dos Deputados (No DCD nº 224, de 31.12.04, página 57635, coluna 02). 35749

COMISSÕES

6 – ATAS

a) Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de Animais e Plantas Silvestres Brasileiros, a exploração e comércio ilegal de Madeira e a Biopirataria no País”, * 11ª Reunião (Ordinária), em 16.2.05, * 12ª Reunião (Ordinária), em 23.2.05, * 13ª Reunião (Ordinária), em 2.3.05, * 14ª Reunião (Ordinária), em 9.3.05, * 15ª Reunião (Ordinária), em 16.3.05, * 16ª Reunião (Ordinária), em 30.3.05, * 17ª Reunião (Ordinária), em 6.4.05, * 18ª Reunião (Ordinária), em 13.4.05, * 19ª Reunião (Ordinária), em 27.4.05, * 20ª Reunião (Ordinária), em 3.5.05, * 21ª Reunião (Ordinária), em 4.5.05, * 22ª Reunião (Ordinária), em 11.5.05, * 23ª Reunião (Ordinária), em 18.5.05, * 24ª Reunião (Ordinária), em 24.5.05, * 25ª Reunião (Ordinária), em 25.5.05, * 26ª Reunião (Ordinária), em 31.5.05, * 27ª Reunião (Ordinária), em 7.6.05, * 28ª Reunião (Extraordinária), em 7.6.05, * 29ª Reunião (Ordinária), em 8.6.05, * 30ª Reunião (Ordinária), em

14.6.05, * 31ª Reunião (Ordinária), em 21.6.05, * 32ª Reunião (Ordinária), em 30.6.05, * 33ª Reunião (Ordinária), em 6.7.05, * 34ª Reunião (Ordinária), em 7.7.05, * 35ª Reunião (Ordinária), em 12.7.05, e * 36ª Reunião (Extraordinária), em 12.7.05. 35750

b) Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PLP nº 184/04 (SUDECO), * 3ª Reunião (Ordinária), em 13.4.5. 36476

* Atas com notas taquigráficas

7 – DESIGNAÇÕES

a) Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, 25.3; 6,19 e 21.5; 14.6; 6.7; 6.8; 9.9; 14.10; 3, 11, 16 e 25.11; 1 e 14.12, de 2004. 36497

b) Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em 4.8.05. 36501

c) Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PLP nº 184/04 (SUDECO), em 25.8.04. 36501

SEÇÃO II

8 – ATOS DO PRESIDENTE

a) Tornar sem Efeito Nomeação: Antônio Eustáquio Fernandes de Freitas, José Francisco de Lima, Thadeu Araújo Gonçalves Viana, Willames Pimentel de Oliveira. 36501

b) Exonerar: Flávio Castelli Chuery, Luciana Gurgel Dal Secchi, Maqueli Gianezini da Silva, Régis Montes dos Santos. 36502

c) Nomear: Amauri José de Araújo, Celide Salette Gianezini da Silva, Edward Dicknson de Freitas, Felipe Tiago Sobrinho Rodrigues, Gilvandra Moreira de Lima, José Everaldo Alves Barbosa, José Maria Justa Gurgel Júnior, Luiza Maria Vieira Bastos, Maria Nilda Santiago Silva, Maria Roseni Sousa Sales, Patrícia Martins Izidoro Generoso Pereira, Rogério Marques Ribeiro, Rosalina Maria Galiza da Silva Cavalcante, Simone da Rocha Vilas Novas. 36502

9– MESA

10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

11 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

12 – COMISSÕES

Ata da 195ª Sessão, Solene, Matutina, em 4 de agosto de 2005

Presidência dos Srs.: Chico Alencar, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

I – ABERTURA DA SESSÃO

(Às 9 horas e 46 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II – LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. COLBERT MARTINS, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Ofício nº 559/2005-CAPADR

Brasília, 3 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado severino cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Apreciação do Projeto de Lei nº 2.283/2003

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência a apreciação do Projeto de Lei nº 2.283/03 por este Órgão Técnico.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente, – Deputado **Ronaldo Caiado**,
Presidente – PFL/GO

Publique-se

Em 4-8-05 – **Severino Cavalcanti**, Presidente

OF.Nº 85-PP/2005 – CCJC

Brasília, 6 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Severino Cavalcanti**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Decreto

Legislativo nº. 1.423/04, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia**, Presidente

Publique-se.

Em 4-8-05 – **Severino Cavalcanti**, Presidente

OF. Nº 199-PP/2005 – CCJC

Brasília, 6 de julho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, nesta data, do Projeto de Lei nº 4.724/04.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a Publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Cordialmente, – Deputado **Antonio Carlos Biscaia**, Presidente

Publique-se.

Em, 4-8-05 – **Severino Cavalcanti**, Presidente

Of.P – nº 185/2005

Brasília, 3 de agosto de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Ofício de Publicação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências cabíveis, o Projeto de Lei Técnico.

Vossa Excelência, para as providências nº 3.677-A/04, apreciado, nesta data, por regimentais este Órgão
Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**,
Presidente.

Publique-se

Em, 4-8-05 – **Severino Cavalcanti** Presidente

Of.P– nº 186/2005

Brasília, 3 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Ofício de Publicação

Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, cabíveis, o Projeto de Lei nº 4.764/05, apreciado, para as providências regimentais nesta data, por este Órgão Técnico.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**,
Presidente.

Publique-se

Em 4-8-05 – **Severino Cavalcanti** Presidente

Of.P – nº 188/2005

Brasília, 3 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Ofício de Publicação

Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 3.566-A/04, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**,
Peresidente.

Publique-se.

Em, 4-8-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente

Of.P.– nº 190/2005

Brasília, 3 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Ofício de Publicação

Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423/04, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**,
Presidente.

Publique-se.

Em, 4-8-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

RECURSO Nº 216, DE 2005

(Do Sr. Dimas Ramalho)

Recorre da Decisão da Presidência da Câmara dos Deputados em Questão de Ordem (QO nº 606/05) suscitada pelo Deputado Júlio Delgado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar acerca de sua substituição no referido Conselho.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Nos Termos do Art.95, §8º, do Regimento Interno. Publique-se

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Ofício CEDPA/P-141/05

Brasília, 21 de julho de 2005

Exmº Sr.

Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Na reunião do último dia 13 de julho deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o nobre Deputado Júlio Delgado apresentou questão de ordem fundamentada no art. 7º da Resolução nº 25/01, insurgindo-se contra sua substituição, como membro titular do Conselho, pelo Deputado Cezar Silvestri.

Alegou, em síntese, que apesar de ter se desligado do PPS, partido pelo qual fora indicado para compor o Conselho no início deste ano, não poderia ter sido substituído por ato discricionário da respectiva liderança, uma vez que deteria mandato, nos termos referidos no citado art. 7º.

Esta Presidência, na ocasião, informou que encaminharia o assunto ao Presidente da Câmara, que detém a competência para designar, formalmente, os membros titulares e suplentes que compõem as comissões permanentes e temporárias da Casa, aí incluído o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

É o que fazemos, assim, por meio do presente ofício, aproveitando a oportunidade, entretanto, para externar desde logo nosso entendimento favorável à tese defendida pelo autor da questão de ordem, que nos parece rigorosamente amparada no art. 7º da Resolução nº 25/01.

Com efeito, o dispositivo em foco é muito claro ao determinar que o membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tem mandato fixado em dois anos. Às lideranças assiste o direito de designar quem irá cumprir esses mandatos em nome de cada bancada com direito a vaga no Conselho, mas, uma vez feita a indicação, a nosso ver, o mandato passa a ser cum-

prido pessoalmente pelo indicado, não se havendo de cogitar de substituição salvo quando expressamente renunciar ao cargo o indicado.

Esse o assunto que submeto a elevada consideração de V.Ex^a, renovando protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Deputado **Ricardo Izar**, Presidente.

.....

DOCUMENTO ANEXADO AO OFÍCIO
DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR. TEXTO INTEGRAL DA CONSULTA
Nº 2-A DE 1995 Da Mesa

Senhor Presidente,

Solicito, nos termos regimentais, submeter a essa Comissão consulta acerca da possibilidade de o Deputado que se desfilia de seu partido, tendo sido eleito para qualquer dos cargos da Mesa da Comissão, cargo esse distribuído ao partido de que era originário pelo critério regimental, vir a ser substituído na Comissão e assim perder o cargo para o qual fora eleito.

A questão em apreço comporta dois ângulos de consideração. O primeiro diz respeito à vaga na Comissão, o segundo é relativo ao fato de ter sido eleito para um dos cargos da Mesa da Comissão.

Com relação ao primeiro, as disposições regimentais conferem ao Líder a prerrogativa de, a qualquer tempo, designar ou substituir membros de sua bancada na composição das Comissões (art. 10, inciso VI).

O segundo lado da questão diz respeito à interpretação dos arts. 45, § 1º, e 232 do Regimento, que assim dispõem:

“Art.45.....”

§ 1º Além do que estabelecem os arts. 57, inciso XX, alínea c, e 232, perderá automaticamente o lugar na Comissão o Deputado....”

“Art. 232 O Deputado que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a cargos ou funções que ocupar em razão dela, exceto com relação aos cargos da Mesa, observado o disposto no § 4º do art. 26”.

Por tais regras infere-se que, ao desvincular-se da respectiva bancada, o Deputado perde o direito ao lugar na Comissão que ocupava em razão dela e ainda os “cargos ou funções”, com exceção dos da Mesa.

Resta saber se a exceção contida no dispositivo há de ser interpretada restritivamente, isto é, circunscrita à Mesa da Câmara, ou se é o caso de uma interpretação extensiva, considerando-se a Presidência e Vice-Presidência como “Mesa” da Comissão. Num

caso, considerar-se-ia que o mandato conferiria uma certa “estabilidade” ao Deputado eleito; noutro, prevaleceria a prerrogativa do Partido de se fazer representar na Comissão.

Certo de contar com a habitual presteza de Vossa Excelência, colho o ensejo para renovar-lhe protestos de estima e consideração. – **Luís Eduardo**, Presidente.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO I e II – RELATÓRIO
E VOTO DO RELATOR

Trata-se de consulta formulada pelo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados pela qual Sua Excelência solicita esclarecimentos sobre um parlamentar que se desfilia de seu partido perde o lugar na comissão ocupado em razão da vinculação com a bancada, ainda que tenha sido eleito para a Vice-Presidência do Colegiado.

A questão em apreço deve ser considerada sob dois aspectos. O primeiro diz respeito à vaga na comissão, o segundo é relativo ao fato de ter sido eleito vice-presidente do órgão.

Com relação ao primeiro aspecto, é clara a disposição regimental que confere ao Líder a prerrogativa de, a qualquer tempo, designar ou substituir membros de sua bancada na composição das comissões (art. 10, inciso VI).

O segundo aspecto tem previsão nos arts. 45, § 1º, e 232 do Regimento, que assim dispõem:

“Art. 45.....”

§ 1º Além do que estabelecem os arts. 57, XX, c, e 232, perderá automaticamente o lugar na comissão o deputado...”

“Art. 232. O deputado que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a cargos ou funções que ocupar em razão dela, exceto com relação aos cargos da Mesa, observado o disposto no § 4º do art. 26.”

Dessas regras infere-se que, ao desvincular-se da respectiva bancada, o deputado perde o direito ao lugar na comissão que ocupava em razão dela e ainda os “cargos ou funções”, com exceção dos da Mesa.

Embora a designação de “Mesa” seja utilizada no Regimento apenas para referir-se à Mesa Diretora da Casa, há uma evidente correspondência com o colegiado composto pelo presidente e vice-presidentes de comissões, que funcionam como “Mesa Diretora” em relação aos respectivos órgãos técnicos.

Tal correspondência está, aliás, expressa no art. 39, § 3º do Regimento, que manda aplicar à eleição

do presidente e vice-presidentes de comissões os mesmos procedimentos previstos para a eleição da Mesa Diretora.

Ora, quando o regimento ressaltou da perda de cargos ou funções pelo deputado que deixa o partido, os da Mesa quis privilegiar o princípio democrático representativo nos seus órgãos internos.

Embora no momento da distribuição dos cargos da Mesa, assim como em relação à presidência das comissões, observe-se, tanto quanto possível, a regra da proporcionalidade partidária, uma vez eleito determinado candidato, sobrepõe-se o fato da eleição pessoal e o peso do mandato conferido pela livre escolha dos pares. Desse modo, parece-nos extensiva à presidência e vice-presidência de comissões a exceção prevista no art. 232, não sendo possível ao líder do partido, discricionariamente, a pretexto de preencher vaga originalmente distribuída à bancada, promover a substituição de deputado detentor de mandato no âmbito do órgão técnico. Ressalte-se, finalmente, que, na hipótese em exame, aplica-se a regra do § 4º do art. 26 do Regimento, isto é, a alteração ocorrida na representação numérica do partido em função da desfiliação não provoca alteração na composição das comissões a não ser a partir da sessão legislativa seguinte. Assim, não deve ter a bancada, nesse caso, direito a vaga adicional na comissão, não sendo, igualmente possível, alterar o quantitativo total do colegiado tendo em vista a regra do art. 25, **caput**. Nosso parecer em relação à consulta formulada é, portanto, no sentido de que, à semelhança do que ocorre em relação aos cargos da Mesa, o fato da eleição para presidente ou vice-presidente de comissão confere ao deputado estabilidade no colegiado até o término do mandato para o qual foi eleito, não podendo ele, nessa hipótese, ser substituído a qualquer tempo pelo líder da bancada a que pertencia, ficando este impossibilitado de indicar outro parlamentar para a mesma vaga.

É nossa opinião acerca da consulta formulada.

Sala das Comissões, setembro de 1995. – Deputado **Nilson Gibson**, Relator.

Complementação de Voto

Em face da apresentação de voto em separado pelo nobre Deputado Milton Mendes, o qual trouxe à colação o disposto no art. 25 da nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, temos a acrescentar a nosso parecer inicial o que se segue.

Em primeiro lugar, a Lei nº 9.096/95 não constitui, data máxima vênua, fonte normativa legítima para dispor sobre o assunto objeto da presente consulta, eis que, em se tratando de constituição das comissões do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas,

as normas aplicáveis são as “previstas no respectivo regimento ou ato de que resultar sua criação”, conforme determina o art. 58, **caput**, da Constituição Federal. Trata-se, em verdade, de matéria tipicamente interna **corporis**, atinente à organização e ao funcionamento de cada Casa Legislativa, refugiado, portanto, ao domínio normativo da lei ordinária.

Ademais, ainda que se tratasse de norma aplicável à espécie, o referido art. 25 da Lei nº 9.096/95 não teria o condão de retirar do parlamentar eleito vice-presidente de comissão, ainda que desvinculado de sua bancada, o direito de permanecer no cargo enquanto durasse seu mandato. Isto porque aquele dispositivo legal determina a perda automática, pelo parlamentar que deixa o partido sob cuja legenda foi eleito, da “função ou cargo que exerça, na respectiva Casa Legislativa, em virtude da proporção partidária”. Ora, esse não é o caso do cargo de presidente ou vice-presidente de comissão, ocupado e exercido não em função do princípio da proporcionalidade partidária, mas do voto da maioria absoluta dos membros da respectiva comissão em processo eleitoral regular e legítimo. O que se exerce em virtude do princípio da proporcionalidade partidária, na verdade, é o direito de candidatar-se ao cargo; uma vez encerrada esta fase e procedida à eleição, entretanto, o mandato é do eleito, não do partido, eis que, tendo prazo certo para durar, não há previsão regimental de se extinguir antes disto senão por renúncia ou falecimento do parlamentar nele investido (cf. arts. 39 e 45 do Regimento Interno).

Estes os motivos por que, complementando os fundamentos já expostos, reiteramos a conclusão constante de nosso parecer inicial, sendo nosso voto no sentido da impossibilidade de perda do mandato de vice-presidente de comissão pelo parlamentar que se desfilia de sua bancada.

É o que me parece, salvo melhor juízo. Sala da Comissão, 2 de dezembro de 1995. – Deputado **Nilson Gibson**, Relator.

Parecer Reformulado

Por ocasião da discussão da proposição em epígrafe, tendo ouvido atentamente os argumentos trazidos pelos ilustres membros desta comissão decidi pela reformulação do meu parecer.

Adoto, portanto, as razões expendidas pelo Deputado Milton Mendes em seu voto em separado, que, em

resumo, lembra que a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, Lei nº 9.096/95, já disciplina a matéria. Reza o art. 26 do referido diploma legal:

“Art. 26. Perde automaticamente a função ou cargo que exerça, na respectiva Casa Legislativa, em virtude

da proporção partidária, o parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda tenha sido eleito”.

Concluo, destarte, o meu parecer da seguinte maneira:

1) a desvinculação do parlamentar de sua respectiva bancada tem como conseqüência a perda do direito ao lugar na Comissão, ocupado em razão dela;

2) do mesmo modo, perdem os cargos ou funções, todos eles, inclusive os da Mesa Diretora e de Direção nas Comissões, exercidos em função da proporcionalidade partidária. – Deputado **Nilson Gibson**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, ao apreciar a Consulta nº 2/95, opinou unanimemente pelo seguinte entendimento: **a)** a desvinculação do parlamentar de sua respectiva bancada tem como conseqüência a perda do direito ao lugar na Comissão, ocupado em razão dela; **b)** do mesmo modo, perdem os cargos ou funções, todos eles, inclusive os da Mesa Diretora e de Direção nas Comissões, exercidos em função da proporcionalidade partidária, nos termos do parecer reformulado, com complementação de voto, do Relator, Deputado Nilson Gibson. O Deputado Milton Mendes apresentou voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

VOTO EM SEPARADO DO SR. MILTON MENDES

I – Relatório

A Mesa da Câmara dos Deputados consulta a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação sobre a aplicação das regras regimentais acerca das vagas e dos cargos ocupados nas comissões ou órgãos de direção da Casa, pelos parlamentares no exercício do mandato e/ou em razão da proporcionalidade partidária.

O nobre relator, Deputado Nilson Gibson, interpretou a questão formulada sob dois aspectos: o primeiro, em relação à vaga ocupada por parlamentar nas comissões em razão de sua vinculação com a bancada e, o segundo, quanto ao fato de ter sido eleito Vice-Presidente do órgão.

De imediato resolveu o primeiro aspecto pela literalidade do art. 10, VI do Regimento Interno o qual confere ao Líder de Bancada a prerrogativa de substituir, a qualquer tempo, membros de sua bancada na composição das comissões.

Quanto ao segundo, entretanto, adotou entendimento diverso a partir da interpretação dos artigos 45, § 1º e 232 do Regimento, especialmente quanto a este

último que excepciona a perda dos cargos “da Mesa” pelo fundamento da desvinculação do seu titular, da respectiva bancada.

Mesmo admitindo que a expressão “mesa” é utilizada pelo Regimento Interno apenas para designar a Mesa Diretora da Câmara, por similaridade, entendeu que as mesmas regras se aplicariam para o Presidente e Vice-Presidente de Comissões.

II – Parecer

Mesmo não concordando integralmente com a interpretação regimental que embasou a conclusão constante do relatório, trazemos à luz um fato superveniente a obrigar que ela seja em sentido oposto: a publicação da nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos – Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, disciplinando a matéria de modo diverso.

O artigo 25 da Lei nº 9.096/95 é claríssimo:

“Art. 26. Perde automaticamente a função ou cargo que exerça, na respectiva Casa Legislativa, em virtude da proporção partidária, o parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda tenha sido eleito”.

Vê-se que a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos encerra a discussão. Ainda que não tenha adotado a cláusula revogatória geral (“revogando as disposições em contrário”), segundo o princípio que a lei nova revoga a anterior no que lhe contrariar, os dispositivos legais não expressamente revogados pelo seu artigo 63, mas incompatíveis com as novas disposições, estão fora do mundo jurídico.

Assim, se se considera que, apesar da expressão regimental “Mesa” ser utilizadas apenas para designar o órgão superior de direção da Câmara, também a direção às Comissões sejam aplicadas às normas relativas à sua escolha, ou seja, proporcionalmente à representação partidária, a ela aplicar-se-á integralmente a nova legislação.

Deste modo, e em conclusão, não é possível outra resposta à dúvida suscitada pela Mesa Diretora, senão a de que:

1) a desvinculação do parlamentar de sua respectiva bancada tem como conseqüência a perda do direito ao lugar na Comissão, ocupado em razão dela;

2) do mesmo modo, perdem os cargos ou funções, todos eles, inclusive os da Mesa Diretora e de Direção nas Comissões, exercidos em função da proporcionalidade partidária.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 1995. – Deputado **Milton Mendes**.

.....

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM/P nº 1.409/05

Brasília, 1º de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Ricardo Izar
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, uma cópia da decisão que exarei na Questão de Ordem formulada pelo Senhor Deputado Júlio Delgado, na vigésima segunda reunião ordinária desse Conselho, realizada em 13 de julho de 2005, questionando a sua substituição no Órgão pelo Senhor Deputado César Silvestri. Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

O Senhor Deputado Júlio Delgado formulou Questão de Ordem ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na vigésima segunda reunião ordinária realizada em 13 de julho de 2005, insurgindo-se contra a sua substituição no Órgão pelo Deputado César Silvestri, invocando o disposto no art. 7º do Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 25, de 2001), assim como o estatuído no art. 28, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Recolhendo a Questão de Ordem, o ilustre Presidente do Conselho decidiu submetê-la a esta Presidência por meio de Ofício CEDPA/P nº 141/05, de 21 de julho do corrente ano, ponderando ser a matéria da competência do Presidente da Câmara dos Deputados, a quem cabe a designação dos Membros do Conselho. Não obstante, Sua Excelência adiantou que entende assistir razão ao Autor da Questão de Ordem, haja vista a regra que prevê que os integrantes do Conselho têm mandato de dois anos.

É a síntese. Passo a decidir.

Com efeito, o art. 7º, **caput**, do Código de Ética e Decoro Parlamentar estabelece que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar compõe-se de quinze membros titulares e igual número de suplentes com mandato de dois anos (grifei).

Ora, se os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar têm mandato de dois anos, não podem simplesmente ser substituídos pelos Senhores Líderes no curso do período, ainda que se desvinculem das bancadas pelas quais foram indicados. Adite-se que o Código de Ética e Decoro Parlamentar, institu-

ído pela Resolução nº 25, de 2001, é lei específica e posterior à regra posta no art. 232 do Regimento Interno, segundo a qual o Deputado que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a cargos ou funções que ocupar em razão dela, de modo que esta disposição não se aplica ao caso que ora decido.

O mandato de dois anos visa conferir estabilidade ao Conselho por esse período, de modo a se garantir o seu funcionamento, como instância processual que é, imune a alterações circunstanciais que possam comprometer a normalidade dos seus trabalhos. Assim posto, acolho a Questão de Ordem endereçada inicialmente ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para revogar a designação do Senhor Deputado César Silvestri como membro do referido Conselho, desfazendo assim a substituição havida e restaurando a condição de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados do Senhor Deputado Júlio Delgado.

Encaminhem-se cópias desta Decisão ao Autor da Questão de Ordem, ao Senhor Deputado César Silvestri, ao Líder do PPS, Senhor Deputado Dimas Ramalho, e ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para conhecimento.

Publique-se.

Em, 1º-8-2005. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

LEITURA DA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA EM PLENÁRIO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1º-8-2005.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Antes de passar ao Pequeno Expediente, vou ler a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados sobre questão de ordem.

“O Deputado Júlio Delgado formulou questão de Ordem ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na vigésima segunda reunião ordinária realizada em 13 de julho de 2005, insurgindo-se contra sua substituição no Órgão pelo Deputado César Silvestri, invocando o disposto no art. 7º do Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 25, de 2001), assim como o estatuído no art. 28, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Recolhendo a Questão de Ordem, o ilustre Presidente do Conselho decidiu submetê-la a esta Presidência por meio de Ofício CEDPA/P nº 141/05, de 21 de julho do corrente ano, ponderando ser a matéria da competência do Presidente da Câmara dos Deputados, a quem cabe a designação dos membros do Conselho. Não obstante, Sua Excelência adiantou que entende assistir razão ao Autor da Questão de Ordem, haja

vista a regra que prevê que os integrantes do Conselho têm mandato de dois anos. E a síntese. Passo a decidir. Com efeito, o art. 7º, **caput**, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, estabelece que o Código de Ética e Decoro Parlamentar compõe-se de quinze membros titulares e igual número de suplentes com mandato de dois anos (grifei). Ora, se os membros do Código de Ética e Decoro Parlamentar têm mandato de dois anos, não podem simplesmente serem substituídos pelos Senhores Líderes no curso do período, ainda que se desvinculem das bancadas pelas quais foram indicados. Adite-se que o Código de Ética e Decoro Parlamentar, instituído pela Resolução nº 25, de 2001, é lei específica e posterior à regra posta no art. 232 do Regimento Interno, segundo a qual o Deputado que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a cargos ou funções que ocupar em razão dela, de modo que essa disposição não se aplica ao caso que ora decido. O mandato de dois anos visa conferir estabilidade ao Conselho por esse período, de modo a se garantir o seu funcionamento, como instância processual que é, imune a alterações circunstanciais que possam comprometer a normalidade dos seus trabalhos. Assim posto, acolho a Questão de Ordem endereçada inicialmente ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para revogar a designação do Senhor Deputado Cezar Silvestri como membro do referido Conselho, desfazendo assim a substituição havida e restaurando a condição de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados do Senhor Deputado Júlio Delgado. Encaminhem-se cópias desta Decisão ao Autor da Questão de Ordem, ao Senhor Deputado Cezar Silvestri, ao Líder do PPS, Senhor Deputado Dimas Ramalho, e ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para conhecimento.

Publique-se.

Em, 1º-8-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 2-8-2005

O SR. DIMAS RAMALHO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, formulo a V. Exª questão de ordem com fundamento no art. 95, combinado com os arts. 28, 57, XXI, e 10, todos do Regimento Interno, combinados com os arts. 7º e 8º, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Questiono V. Exª porque o PPS não possui, neste momento, uma vaga para membro titular no Conselho de

Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. Afinal, Sr. Presidente, em 7 de julho de 2005, o Presidente Severino Cavalcanti deferiu o Ofício nº 316, de 2005, de minha autoria, que indicou o Deputado Cezar Silvestri, em substituição ao Deputado Júlio Delgado, para ocupar vaga de titular no Conselho de Ética, O § 1º do art. 7º da Resolução nº 25, de 2001 que institui o Código da Ética e Decoro Parlamentar determina que deve ser observado o **caput** e o § 10 do art. 28 do Regimento interno e, no que couber, o disposto no § 2º desse artigo. O **caput** art. 28 do Regimento Interno determina que os Líderes comunicarão ao Presidente da Câmara, no prazo de cinco sessões, os nomes dos membros das respectivas bancadas que, como titulares e suplentes, irão integrar cada Comissão. O § 1º do art. 8 da Resolução nº 25, de 2001, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar determina que deverão ser observadas as disposições regimentais relativas ao funcionamento das comissões da Casa, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e designação de relatores. Sr. Presidente, as disposições previstas no Regimento Interno, nos termos do art. 10, determina também que o Líder, a qualquer tempo, poderá substituir os membros dos colegiados. Tanto é verdade, que vários partidos substituíram, conforme consta dos Anais da Casa, registrados e deferidos pela Presidência. Sr. Presidente, o Deputado Júlio Delgado não mais pertence à bancada do PPS. Seu atual partido, PSB, não tem direito à vaga no Conselho de Ética. Portanto, a questão de ordem do Deputado Júlio Delgado, deferida pela Presidência, padece de 2 vícios. Primeiro, fere o art. 58, **caput**, da Constituição Federal, que determina que é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa. Afinal, retirou a vaga do PPS e destinou-a a partido que não participa da composição, segundo o princípio constitucional. Segundo, fere o inciso XXI do art. 57 do Regimento Interno, porque apenas membros podem levantar questão de ordem perante o Conselho de Ética. Por todo o exposto, é inevitável a conclusão, à luz das normas constitucionais e regimentais, da necessidade de devolver ao PPS a vaga de titular que lhe é garantida no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. É esta a questão de ordem, Sr. Presidente, para a qual espero deferimento.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Deputado Dimas Ramalho, esta Presidência acolhe a questão de ordem levantada por V. Exª e a ela dará encaminhamento.

O SR. DIMAS RAMALHO – Obrigado, Sr. Presidente. Aguardo pronunciamento da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti} O nobre Deputado Dimas Ramalho levantou questão de ordem sobre a indicação do Deputado Cezar Silvestri para o Conselho de Ética e sua substituição logo em seguida. Esta é matéria já decidida em outra questão de ordem levantada pelo Deputado Júlio Delgado. De modo que recebo a manifestação do Deputado Dimas Ramalho, como recurso à questão de ordem do Deputado Júlio Delgado, e encaminho tudo à Comissão de Constituição e Justiça.

Decisão

Presidente que proferiu a Decisão Severino Cavalcanti(PPB/PE)

Ementa

Defere, por meio do Ofício SGM/P nº 1.409/05, a Questão de Ordem suscitada pelo Deputado Júlio Delgado ao Presidente da conselho de Ética e Decoro Parlamentar acerca de substituição de membro do Conselho; informa que os membros do conselho de Ética e Decoro Parlamentar têm mandato de dois anos, não podendo simplesmente ser substituídos pelos Senhores Líderes no curso do período, ainda que se desvinculem das bancadas pelas quais foram indicados; ressalta que o mandato de dois anos visa conferir estabilidade ao Conselho por esse período, de modo a garantir o seu funcionamento, como instância processual que é, imune a alterações circunstanciais que possam comprometer a normalidade dos seus trabalhos; determina a revogação da designação do Senhor Deputado César Silvestri como membro do referido conselho, desfazendo assim a substituição havida e restaurando a condição de membro do referido Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados do Senhor Deputado Júlio Delgado.

Recorre da Decisão da Presidência da Câmara dos Deputados em Questão de Ordem (QO nº 606/95) suscitada pelo Deputado Júlio Delgado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar acerca de sua substituição no referido Conselho.

REQUERIMENTO Nº 3.112, DE 2005

(Do Sr. Luiz Antonio Fleury)

Solicita a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 226/04.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Ex^a, nos termos do artigo 104, **caput**, do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 226, de 2004, de minha autoria, que “Altera o art. 195 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966”.

Sala das Sessões, 21 de julho de 2005 – Deputado **Luiz Antonio Fleury**, PTB – SP

Defiro. **Publique-se.**

Em 4-8-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Finda a leitura do expediente, passa-se à

IV – HOMENAGEM

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Esta sessão solene é em memória dos 60 anos do lançamento, em 6 de agosto de 1945, da bomba atômica sobre Hiroshima e, 3 dias depois, sobre Nagasaki.

Não se trata de sessão em memória do lançamento da bomba, mas das suas vítimas, da destruição que provocou, para que, ao relembrarmos o passado, impeçamos que fato semelhante se repita.

Convido para compor a Mesa o Exmo. Sr. Hidekazu Yamaguchi, representante do Sr. Embaixador do Japão (*palmas*), e o Sr. Deputado Takayama, do PMDB do Paraná, Secretário-Geral do Grupo Parlamentar Brasil-Japão. (*Palmas*).

Registro, com muita alegria, a presença de estudantes do Centro de Ensino Médio Elefante Branco, colégio público de Brasília, aqui coordenados pelo Prof. César Zebral e pela Profa. Lúcia Helena. Sejam bem-vindos. (*Palmas*.)

Convido todos a ouvirem, de pé, o Hino Nacional.

(*É executado o Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Iniciaremos esta sessão com a obra poética de Vinícius de Moraes *Rosa de Hiroshima*, um marco do cancionista popular brasileiro, musicada por Gerson Conrad e interpretada pelo cantor Ney Matogrosso.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, estamos aqui para pensar nessa anti-rosa atômica, na rosa radioativa, estúpida e inválida.

O ser humano só é digno dessa condição se tiver a capacidade de entender e de vivenciar o sofrimento do outro, de se indignar com a estupidez do outro e de si mesmo. Se conseguir perceber que devemos a vida ao calor, ao sol, ele será um ser comprometido com a solidariedade.

A tendência humana é o esquecimento, é o olvido; é não ter ouvidos para perceber o grito, o pranto, o clamor de quem é vítima da guerra, da prepotência, da ânsia de dominação.

Nesta manhã de 4 de agosto, estamos na Câmara dos Deputados, a mais importante Casa de representação do povo brasileiro – ainda que, por vezes, não honremos essa condição em face de tantos erros e equívocos que desonram o voto popular –, para pres-

tar solidariedade aos nossos irmãos, tão iguais a nós, brasileiros, que foram vitimados pela estupidez humana num momento em que a guerra já estava resolvida.

No dia 6 de agosto de 1945, um avião lançou sobre a cidade de Hiroshima, à época com 350 mil habitantes, uma das mais populosas do Japão, paíscarquipélago composto de mais de 3 mil ilhas, a bomba devastadora, cujos efeitos se espalharam por um raio de 11 quilômetros de extensão e chegaram a 9 quilômetros de altura, com um calor abrasador de cerca de 5 mil graus centígrados. Nós, que neste país tropical sentimos um calor de 40 graus, o que só é bom para quem pode se refrescar indo à praia ou a piscinas, nem podemos imaginar esse potencial – seria como estar dentro de um sol candente. A bomba causou a morte imediata de 140 mil pessoas.

Sr. Presidente, ilustre representante do Embaixador da nação japonesa, por ironia dos símbolos humanos, o Japão tem no centro de sua bandeira, seu símbolo nacional, tão belo e importante como o nosso, como vimos há pouco na execução do Hino Nacional brasileiro, um sol nascente. Salvo falha da minha parca cultura, *nippon* significa “lugar onde o sol nasce”. Quer dizer, o país que tem como símbolo o sol, que tem o sol no seu nome, viu que esse sol benfazejo da vida pode também se transformar, em razão da estupidez humana e do interesse de dominação, num sol de destruição, inimigo e letal – a rosa, que é anti-rosa atômica, que é ferida cáldida no corpo de tantas crianças, a rosa sem perfume, sem cor, sem nada.

Três dias depois dessa terrível destruição, outra cidade japonesa, igualmente importante, foi vítima de bomba da mesma natureza: Nagasaki, cidade com alguma proximidade mais direta conosco, embora, por dever de solidariedade, devamos identificar-nos com todo ser humano por esse lastro comum de pertencer à espécie humana, mesmo com aqueles que não conheçamos e cuja língua não entendamos minimamente.

Nagasaki tem um passado comum conosco. Ali, na época do expansionismo português, foi implantada uma feitoria, a feitoria de Santa Maria de Nagasaki. Aqui falamos português em função de nosso passado de colônia do então Império português, dos interesses comerciais da sua nova nobreza, da estrutura então implantada e da qual somos vítimas até hoje. Também no Japão os portugueses, no tempo em que eram os donos do mundo, chegaram e tentaram implantar uma colonização.

Pois bem. Nagasaki, três dias depois de Hiroshima, foi objeto de idêntico artefato nuclear radioativo. Embora com população menor do que Hiroshima, sofreu proporcionalmente devastação semelhante: 70 mil pessoas morreram instantaneamente.

Os efeitos da radioatividade persistem até hoje, com pessoas adoentadas fisicamente e dilaceradas psicologicamente. Recentemente, um senhor de 75 anos, que se tornou ativista da paz, revelou que só há poucos anos conseguiu sair às ruas. À época um menino de 13 anos, sobreviveu à bomba, mas suas feições ficaram tão arrebatadas que passou a viver outro flagelo que a destruição e a ânsia de poder provocam: o flagelo da vergonha. Depois, apoiado por uma série de entidades, conseguiu reconstituir um pouco o seu rosto, desfigurado após esse holocausto provocado pelos vitoriosos da 2ª Guerra Mundial, pelo Governo dos Estados Unidos e pelas forças econômicas dirigentes do complexo industrial militar de então – não pelo povo norte-americano.

Esse senhor conseguiu, ainda jovem, sair um pouco de casa. Mas vendo o susto, o medo e até o nojo que provocava em seus vizinhos, em seus amigos e nas pessoas em geral, recolheu-se com o subproduto das bombas: a vergonha. Só há alguns anos conseguiu assumir sua condição e revelar que aquilo que hoje está recomposto parcialmente pelos avanços da medicina não é motivo de vergonha, mas de denúncia e de clamor por um futuro de paz, com um mínimo de equilíbrio, por um tempo de delicadeza.

Hoje, já no século XXI, 60 anos após o lançamento das bombas da destruição e da covardia, não estamos livres desse pesadelo e dessa ameaça. Vários países continuam a ter arsenal nuclear. O frágil equilíbrio existente entre as potências indica que, de acordo com a insensatez humana, a forma de se buscar a paz é preparar-se para a guerra. Mesmo com milhares de seus nacionais na miséria, alguns países, de posse de artefatos nucleares, sentem-se protegidos. Isso é a negação da solidariedade internacional, da possibilidade de sobrevivência do nosso adoentado planeta Terra.

Precisamos alcançar a paz por meio da consciência, da igualdade e da justiça. A paz não pode ser apenas uma junção de 3 letras que pouco significam por serem muito utilizadas em discursos demagógicos. Queremos a paz que implique igualdade social, desenvolvimento sustentado, justiça e razão. E que signifique também combate ao arsenal nuclear crescente e à hipocrisia das grandes potências, especialmente do Governo estadunidense, que, por exemplo, não assina o Protocolo de Kyoto, mas exige que todos os países, aos quais pretende se impor, destruam suas armas de eliminação em massa. No entanto, nos Estados Unidos vistorias não podem obviamente ser feitas e essa política não é implementada.

Estamos aqui para lembrar esse holocausto. É muito bonito que o plenário esteja composto majori-

tariamente por jovens. Mesmo entre os adultos, pouquíssimos foram contemporâneos dessa violência ocorrida há 60 anos.

A chama da humanidade viva e o sol benfazejo, ao contrário do sol nuclear, nos ensina a ter presente na memória essa destruição. Quem não se recorda do passado está condenado a revivê-lo.

Nesta sessão solene, estamos irmanados com a dor e o pranto dessas vítimas inocentes e conscientes de que a função política e cidadã não compete apenas a quem exerce mandato, mas é condição irrenunciável do ser humano na construção de uma sociedade mais justa e efetivamente pacífica. Este é o sentido desta sessão e da luta pela paz, que não é estranha, inclusive, ao debate que o País viverá agora, isto é, o urgente combate aos esquemas de corrupção que nos envergonham tanto e a luta para o comércio de armas de fogo e de munições seja proscrito do País.

Daqui a menos de 3 meses, realizaremos um referendo, mediante o qual a soberania popular decidirá se o que está escrito no Estatuto do Desarmamento, aprovado por esta Casa e pelo Senado Federal, valerá mesmo. O trabalho a respeito dessa questão será de esclarecimento e de elucidação. A arma na mão do ser humano ou a arma de destruição em massa na mão de Governos desumanos é algo contra o justo desejo de segurança de cada um de nós e contra a própria humanidade.

Com essas palavras e reflexões, inicio esta sessão solene, acreditando na valor simbólico, mas ao mesmo tempo concreto, de uma sessão como esta. O Brasil, assim como muitos povos do mundo e muitas Casas de representação de diferentes sociedades, lembra das bombas de Hiroshima e Nagasaki lançadas 60 anos atrás, lembra de suas vítimas, lembra da desintegração dos corpos humanos provocada por essa violência. Em Hiroshima, as pessoas acordaram, tomaram o café da manhã, foram realizar suas atividades e, de repente, no transcorrer do lindo dia de sol que havia nascido, houve um clarão no céu e um calor indizível destruiu milhares de vidas. É em memória dessas pessoas que estamos aqui para lutar por justiça e paz.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Takayama, do Paraná, que falará pelo PMDB e na condição de representante do Grupo Parlamentar Brasil-Japão.

O SR. TAKAYAMA (PMDB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Chico Alencar; Exmo. Sr. Hidekazu Yamaguchi, representante do Embaixador do Japão; demais membros da Mesa; Sras. e Srs. Deputados; estudantes presentes a esta sessão; senhoras e senhores, a explosão de uma bomba atômica

sobre Hiroshima, há 60 anos, foi um divisor de águas na história da humanidade. Naquele momento, abriu-se um abismo – esta é a palavra exata – entre o passado e o futuro. Pela primeira vez tornou-se concreta a possibilidade da destruição da vida em escala que coloca em risco a própria sobrevivência da espécie humana.

Quando a bomba explodiu sobre aquela cidade japonesa, colocou-se em xeque não apenas a condução dos conflitos políticos e militares, mas também os pressupostos éticos que embasam as pesquisas científicas e o desenvolvimento material que elas proporcionam. O conceito de civilização foi exposto e passou a ser profundamente questionado.

O uso da energia atômica para fins militares levantou questões que até hoje trazem perplexidade a todos os povos do mundo: estará a humanidade inexoravelmente condenada a se autodestruir? Essa é a reflexão que fazemos neste dia, Sr. Presidente. O conhecimento tecnológico será utilizado em incontáveis guerras fratricidas? Essa é outra questão que deve ser analisada com profundidade.

Os fatos que se sucederam ao longo da Guerra Fria e o risco de um conflito nuclear de grandes proporções deixaram claro que, se o avanço científico não for acompanhado de igual progresso moral e espiritual, estaremos sempre ameaçados pelo desenvolvimento de armas cada vez mais sofisticadas e destrutivas.

Segundo as informações apresentadas pelo companheiro Chico Alencar, os efeitos da explosão da bomba alcançaram um raio de 11 quilômetros – as novas armas têm capacidade para atingir cerca de 200 quilômetros de raio, ou seja, uma área que, tendo como centro Brasília, chegaria a cidade de Goiânia.

Os homens já possuem armas nucleares com potencial suficiente para destruir o planeta mais de 30 vezes. Desequilíbrio dessa envergadura poderia provocar, no eixo de rotação e translação da Terra, alteração que faria com que a Lua, devido ao efeito da gravidade, viesse a se chocar com o nosso planeta. Esse é o poder que os homens possuem.

É nesse sentido que o terrível acontecimento que se abateu sobre a sociedade japonesa há 60 anos permanece servindo como poderoso alerta contra a arrogância e o ódio que se podem instalar no coração dos homens e levá-los a agir de forma irracional e criminosa.

Jovens estudantes presentes, que começam a descobrir o mundo em que estamos vivendo, a explosão da bomba de Hiroshima desnudou para sempre a fragilidade moral dos seres humanos, que se mostraram capazes de matar seus semelhantes em larga escala, utilizando como arma faculdade que deveria

servir justamente para promover a paz e o progresso coletivos, ou seja, a capacidade de pensar.

Infelizmente, parece que a lição não foi totalmente aprendida, porque ainda hoje vemos a proliferação de conflitos militares por toda parte e a emergência do terrorismo como nova ameaça à paz entre os povos.

Ouvimos nos noticiários que países como a Coreia do Norte, o Paquistão, a China e o Irã já detêm técnicas para desenvolver armas nucleares, assim como o próprio Brasil.

Para o Brasil, o acontecimento de Hiroshima tem grande importância, seja em razão da liderança que o País exerce entre as nações em desenvolvimento, seja em razão da grande comunidade japonesa que vive em seu território.

A Nação brasileira tem-se desenvolvido muito em todas as áreas e vem alcançando indiscutíveis progressos científicos e tecnológicos, ampliando sua capacidade produtiva e exportadora. Dada a força de sua economia, a importância de sua riqueza natural e de sua população, é fundamental que nós, brasileiros, e que este Parlamento, que é o espelho da sociedade, tenhamos consciência das escolhas que faremos, para termos certeza de que a ciência seja sempre usada em benefício das pessoas e de forma a não comprometer o equilíbrio natural da Terra.

Quanto à comunidade de origem japonesa que aqui se instalou e se desenvolveu, da qual faço parte, só há motivos de orgulho e satisfação pela enorme contribuição que trouxe ao progresso cultural e econômico deste País.

Reiteramos, portanto, nosso repúdio aos terríveis fatos ocorridos em Hiroshima, em 1945, e nos solidarizamos com as vítimas daquele pesadelo que ceifou tantas vidas e trouxe profunda angústia e apreensão para todas as nações do mundo.

A bomba sobre Hiroshima foi a concretização dos mitos que falam dos perigos trazidos por aqueles que querem roubar a prerrogativa do fogo da destruição divina.

Esperamos que a memória daqueles momentos dramáticos seja suficiente para que os homens saibam reconhecer seus limites e os limites da natureza, da qual dependem para viver.

Sr. Presidente, ao concluir meu pronunciamento, em nome do PMDB, quero registrar o exemplo de uma menina que tinha 2 anos quando a bomba explodiu. Segundo as tradições religiosas japonesas, se o doente faz mil tsurus de origami – tsuru é uma ave japonesa e origami é a arte japonesa feita em papel – é curado. Essa criança, porém, faleceu aos 12 anos de idade em virtude dos efeitos da bomba atômica, sem que tivesse conseguido fazer seus mil tsurus.

Hoje, milhares de crianças e pessoas de todo o país colocam tsurus de origami em frente ao monumento erguido depois da destruição provocada pela bomba atômica em Hiroshima e que serve como símbolo do cotidiano daqueles que ainda sofrem os efeitos da irracionalidade do ser humano.

Parabenizo o Deputado Chico Alencar pela iniciativa de realizar esta sessão solene em memória dos 60 anos do lançamento da bomba sobre Hiroshima. Dessa forma, tendo como referência esses fatos terríveis, nossos filhos e netos deverão se conscientizar de que não podemos nos autodestruir.

Parabéns e obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Concedo a palavra à Deputada Maninha, do Distrito Federal, pelo Partido dos Trabalhadores.

A SRA. MANINHA (PT-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Chico Alencar, meu querido amigo; Sr. Hidekazu Yamaguchi, representante do Embaixador do Japão; Deputado Takayama; Sras. e Srs. Deputados; queridos alunos do Colégio Elefante Branco presentes a esta sessão, orgulha-nos o fato de estudantes de Brasília comparecerem à Câmara dos Deputados não só para conhecer nosso trabalho, mas também para acompanhar neste momento esta sessão histórica.

Estive no Japão há pouco tempo. A convite do Governo japonês, no mês de fevereiro, fui a várias cidades daquele país, entre elas Tokyo, Kyoto e Hiroshima, cidade que não pode deixar de ser visitada.

Ao andar pela belíssima Hiroshima, uma cidade arborizada e moderna, cujo povo é alegre, comecei a me perguntar como poderia ter acontecido ali, há 60 anos, o lançamento de uma bomba atômica. Há 50 anos diziam que, após ter recebido tanta radiação, nenhuma árvore teria flor, nada brotaria do solo de Hiroshima. No entanto, Hiroshima é uma cidade florida e alegre.

No Museu Comemorativo da Paz de Hiroshima, passei a refletir sobre as várias histórias ali contadas, acontecidas naquela fatídica manhã de agosto, quando a população saía de casa para o trabalho e as crianças iam para a escola.

Há vários relatos daquela tragédia. Segundo registros, uma menina acordou, pegou a lancheira e se dirigiu à escola – dela restaram apenas um pedaço da lancheira e um sapato perdido; uma mãe desesperada andava nas ruas em busca do marido e dos filhos, mas não encontrou absolutamente nada, apenas casas destruídas; rios se tornaram um mar de lama; chamas destruíram toda a cidade de Hiroshima. Pergunto-me o que terá pensado o piloto do Enola Gay, o famoso avião que lançou a bomba naquele momento.

Sessenta anos se passaram, e o mundo se esqueceu de Hiroshima. Não está lembrado do que aconteceu naquela cidade e que, logo depois, se repetiu em Nagasaki. Se o mundo se lembrasse disso, não estaríamos vivendo uma época de guerra. Não existiriam os senhores de guerra, os Bushs, os Blairs, que dominam o mundo e transformam outras cidades de outros países em Hiroshimas e Nagasakis.

Cito o exemplo do Iraque. Fala-se muito em terrorismo, mas ninguém se lembra das crianças, mulheres e homens que ali morrem cotidianamente. O Vietnã foi esquecido em curto espaço de tempo.

Companheiro Chico Alencar, esta sessão pode estar vazia para alguns, mas é extremamente representativa e histórica para todos. Aqueles acontecimentos estão na nossa alma e coração.

Hiroshima e Nagasaki são fatos que a juventude não pode esquecer. E temos de lembrá-los todos os dias. Guerra, não! Paz!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Para falar em nome do Partido Popular Socialista, tem a palavra o Deputado Colbert Martins, da Bahia.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Deputado Chico Alencar; senhor representante Embaixador do Japão, Hidekazu Yamaguchi; Deputada Maninha; Deputados Takayama e Fernando Gabeira; senhoras e senhores; funcionários e estudantes presentes a esta sessão, se formos examinar os grandes saltos econômicos realizados pela humanidade, vamos perceber que esses avanços estiveram sempre ligados a uma nova fonte de energia.

O tear mecânico deu início à primeira grande revolução industrial, que se foi fortalecendo com as máquinas a vapor e, depois, com a energia elétrica.

É perfeitamente possível imaginar o que houve de vibração e de entusiasmo ao se ver, à época, que, aos poucos, máquinas iam substituindo o homem no trabalho manual, notadamente os mais duros, os mais pesados e repetitivos.

Nos dias de hoje, o robô dispensa a mão-de-obra exclusivamente humana e, na indústria pesada, realiza tarefas que antes exigiriam a presença de dezenas e dezenas de operários.

Não foi diferente com a energia atômica. Há mais de um século, Pierre e Marie Curie descobriram novo elemento, o rádio, que em seu bojo trazia os mistérios da radioatividade, e Einstein publicou os primeiros rascunhos de sua teoria da relatividade. Estavam lançados aí os pressupostos da utilização de outra energia ainda mais revolucionária que as anteriores e que, por isso mesmo, necessitava de estudos mais extensos e

intensos, uma vez que seu poder intrínseco então podia ser definido, mas ainda não medido.

Somente a evolução tecnológica, que já se divisava ali, pela década de 30 do século passado, permitiria que tais experiências e estudos fossem levados adiante – e, cada um por seu lado, tentou fazê-lo, alemães, americanos, soviéticos.

Contudo, senhoras e senhores, reside aí o vértice de imensa tragédia. O que se buscava, a rigor, não era a utilização de uma energia que trouxesse progresso à humanidade. Naqueles tempos sombrios e ameaçadores, o que se queria era chegar à arma de destruição total, capaz de, sozinha, fazer ruir o potencial bélico do inimigo, nele incluídos homens, mulheres e crianças.

Em suma, diferentemente da máquina a vapor, que veio trazer maior dinamismo e celeridade às forças produtivas da indústria e dos transportes, entre outras, e diferentemente da eletricidade, que dinamizou ainda mais o processo produtivo e fez o milagre das comunicações instantâneas com o telégrafo, o rádio, a televisão etc. – de que tanto nos valemos hoje em dia –, a energia atômica nos foi entregue não como forma de progresso, mas, sim, como forma de destruição.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou longe, muito longe de combater a utilização da energia atômica, que a ciência moderna usa de centenas e centenas de maneiras para salvar vidas, implementar safras agrícolas, criar sementes resistentes a pragas e a solos pobres, modernizar novos meios de produção em todos os ramos industriais e na saúde. Nem poderia ser diferente, porque, afinal de contas, essa utilização demonstra, mais uma vez, a capacidade do homem de enfrentar e vencer desafios, tanto os colocados na luta em defesa da vida, como na obtenção de melhores bens e serviços.

A bomba de Hiroshima, no entanto, desvirtua por completo tais aspectos e nos remete à barbárie.

Como disse o Deputado Chico Alencar, a 2ª Guerra Mundial estava no seu final, com o armistício assinado nos campos de batalha da Europa, desde maio de 1945. O Japão, no teatro de guerra do Pacífico, já se mostrava inteiramente derrotado. Contudo, aos ianques isso não bastava. Diante do poderio soviético e da entrada do Exército Vermelho em Berlim, o coração do mundo nazista havia caído e era necessário exibir uma força máxima, uma força destruidora. Politicamente, a bomba atômica se tornou necessária.

Experiências são feitas em laboratórios; cobaias, pequenos animais, são utilizados para as análises e pesquisas que devem ser realizadas. E, mesmo em relação a essa prática, encontramos a justa resistên-

cia das organizações que protegem os animais. No caso de Hiroshima, é triste reconhecer, as cobaias foram seres humanos – homens, mulheres e crianças, que, naqueles dias conturbados, ainda saíam de casa para o trabalho, para o mercado ou para a escola na expectativa de que o conflito bélico, um dia, os deixasse em paz.

A paz que conseguiram foi a da prepotência e a da desumanidade. Milhares e milhares de pessoas morreram com a detonação de apenas uma bomba. E os efeitos da radiação levaram à morte outros tantos milhares, naquilo que foi uma catástrofe, não uma conquista para a humanidade.

Já se vão 60 anos. Duas gerações se passaram desde a hecatombe. Assim, faz-se necessário que, em instantes como este, relembremos a amarga lição de Hiroshima, para que ela não deixe de ser um marco da ação do homem, como se isso fosse possível, mas sirva de advertência à geração atual e às futuras, e esses modelos de barbarismo não se repitam e possamos seguir construindo nosso futuro, na certeza de que cada um de nós, irmãos, irmãs, amigos e amigas, tenha condição de construir uma verdadeira cultura da paz.

Que no dia 6, sábado, às 8h15min, paremos um pouco em memória daqueles que se foram, mas também em memória de nós mesmos, porque o futuro, cada dia mais, mostra-se ameaçado.

Àqueles que se foram, a nossa homenagem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Gabeira, representante do Rio de Janeiro, que falará pelo Partido Verde.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Chico Alencar, ilustre representante do Embaixador do Japão, alunos do Colégio Elefante Branco, colegas Deputados – e não são muitos os aqui presentes –, quando falamos nas sessões da Câmara dos Deputados, mas queremos ser menos formais, usamos um dos 4 microfones que ficam lá embaixo; quando, porém, queremos dizer algo que consideramos muito importante ou mais solene, subimos à tribuna.

Não pretendo falar com os senhores de forma muito solene. Pretendo dizer que esta solenidade em que lembramos os mortos de Hiroshima e Nagasaki, além das vítimas da 2ª Guerra Mundial e de to-

das as outras guerras, é realmente muito importante. Afinal, aqui estamos tratando da paz.

Tentarei refletir com todos sobre como foi possível que seres humanos se destruíssem da maneira como fizeram naquele momento e como continuam a se destruir até hoje. Não tenho uma resposta acabada para isso. Minha missão é disseminar algumas dúvidas, para, juntos, encontrarmos resposta para essa questão.

Existem alguns mitos que nos ajudam a compreender por que seres humanos chegam a esse processo de destruição. Um deles nos faz acreditar que somos um saco de carne e osso completamente separado do mundo. Esse mito, às vezes, se cristaliza no pronome “eu”: “*Eu sou diferente*”, “*Eu e o mundo*”.

Quando avançamos um pouco, entendemos que essa visão é equivocada. Não somos separados do mundo e não somos apenas um saco de carne e osso. Por exemplo, o ar que estamos respirando faz parte de nós. Respiramos e devolvemos o ar, então, somos isso também. A água que consumimos também é uma parte do mundo. Somos uma parte do mundo. E, quando compreendemos que o mundo está ligado a nós e nós estamos ligados ao mundo, nossa consciência muda. Passamos a nos preocupar com a destruição, porque compreendemos que a destruição do mundo também será a nossa.

Outro mito que muito contribui para que os homens se destruam é aquele segundo o qual a felicidade está no acúmulo de bens materiais. Com essa história, precisamos aumentar nossa riqueza, adquirir mais coisas.

Assim, seres humanos estão caminhando para projetos, às vezes, temerários, que destroem o meio ambiente e, sem se preocupar com isso, procuram ficar cada vez mais ricos. Evidentemente, os mais pobres sofrem, mas aqueles que se beneficiam desses projetos ficam cada vez mais ricos e “felizes” – entre aspas.

Esses mitos contribuem decisivamente para que tenhamos uma visão de guerra, assim como o faz o mito de uma ciência instrumental voltada para mudar o mundo, para transformá-lo ou para adaptá-lo às nossas necessidades de crescimento, de desenvolvimento. Na ciência há muito pouco trabalho no sentido de salvar o ser humano, porque grande parte dela é financiada pelas indústrias militares.

Para que os senhores tenham uma idéia do que estou dizendo, cito o fato de que na África, ano

passado, morreram 2 milhões e 300 mil pessoas de AIDS. Ainda estamos patinando na luta contra essa doença, e não chegamos ao ponto que precisávamos alcançar porque essa preocupação não dominou a política para o desenvolvimento da ciência ao longo desse período.

Outras questões que dependem da ciência não foram esclarecidas, mesmo porque, como disse, esta não é completamente voltada para o bem do ser humano. Muitas vezes, as pesquisas científicas se dirigem à guerra e ao enriquecimento. Todos esses fatores mostram que ainda existe nos seres humanos a possibilidade de promover a destruição.

Proponho examinarmos dentro de nós onde está a paz e onde está a guerra. É importante compreendermos que, quando seres humanos vão à guerra e promovem todas essas atrocidades, a motivação não é apenas essa que mencionei. Há em cada um de nós esses sentimentos de guerra e de paz; de um lado, uma bomba atômica, de outro, uma bomba. Cada um deve refletir sobre onde está a bomba atômica dentro de si. Várias vezes, tive vontade de explodir a minha. Devo, então, indagar: por que tive essa vontade?

Creio piamente que, se cada um dos senhores refletir sobre essas questões, todos se interessarão em que uma nova bomba atômica não seja detonada, que o desarmamento seja uma realidade no mundo e que as pessoas, realmente, se amem e se ajudem. Essa seria a melhor proposta para a humanidade.

Hoje, no meu entender, a grande reflexão é: onde está dentro de nós a guerra? Até que ponto não somos seus colaboradores inconscientes? Até que ponto, dentro de nós, não podemos vencer todos os elementos da guerra? Até que ponto não podemos nos tornar pessoas pacíficas?

Não defendo a idéia de sermos resignados, obedientes, muito ao contrário, até porque, como todos sabem, participei de luta armada no Brasil. Houve um tempo em que eu acreditava na violência e nas armas; mudei, passei a não acreditar nesses instrumentos e comecei a trabalhar com a paz. O fato de eu ter passado a trabalhar com a paz, porém, não me fez uma pessoa menos corajosa, menos participante. Consegui, ao longo do meu trabalho pós-luta armada, ser oposição a todos os governos. Lutei contra todos os governos que me pareceram injustos no Brasil, inclusive o atual. (*Palmas.*)

O Sr. Ivan Valente – Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. FERNANDO GABEIRA – Com prazer, Excelência.

O Sr. Ivan Valente – Sr. Hidekazu Yamaguchi, representante do Embaixador do Japão no Brasil; nobre Presidente, Deputado Chico Alencar, a quem parabeno pela iniciativa de realização desta solenidade; senhoras e senhores, meus cumprimentos a todos. Nobre Deputado Fernando Gabeira, cumprimento V.Exa. pelo discurso, com cujo teor, devo dizer, concordo integralmente. Quero recordar 2 aspectos dessa tragédia que se abateu sobre o planeta, particularmente sobre o Japão. Quanto ao primeiro aspecto, não houve qualquer explicação para que uma bomba fosse detonada, porque a guerra, àquela altura, já tinha um final determinado. Por que, então, os Estados Unidos resolveram jogar bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki e matar, em segundos, 200 mil pessoas? Tratava-se, na verdade, não só de provar sua capacidade de destruição em massa, mas de criar um poder intimidador. Ou seja, aquela potência desejava se afirmar por meio da intimidação. Para tanto, precisava destruir, gerar pavor, incutir medo em quem resistisse àquilo. O segundo aspecto, não muito lembrado, são as conseqüências advindas da radiação atômica. Morreram 200 mil pessoas, mas até hoje há gente internada em hospitais japoneses, vítimas das brutais conseqüências da utilização de arma desse porte para resolver um conflito, o que não se explica senão pela guerra econômica, pelo imperialismo e por outros interesses menores que não dizem respeito à humanidade, que precisa de dignidade e paz para sobreviver. Muito obrigado, Deputado Fernando Gabeira. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO GABEIRA – Deputado Ivan Valente, agradeço a V.Exa. o aparte e, apenas para complementar meu pronunciamento, devo dizer que concordo com a observação de V.Exa. no sentido de que os Estados Unidos lançaram a bomba atômica sem necessidade, mas aquele país não precisa de muitos pretextos para fazer uso de bombas.

A propósito, lembro que, recentemente, o ex-Secretário de Estado norte-americano Robert McNamara revelou ao mundo a existência de bombas táticas destinadas a esconderijos de terroristas. Ou seja, a cada nova situação ou dificuldade, uma nova bomba.

Por tudo isso, Sr. Presidente, senhoras e senhores, é necessário investigarmos as causas da guerra e os interesses a ela subjacentes. Reitero que essa vontade de poder hegemônico e de acú-

mulo de bens materiais, realmente, leva os seres humanos à incompreensão da fraternidade e da possibilidade de paz.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – A Mesa faz um alerta aos Srs. Parlamentares quanto ao tempo. Os estudantes que nos honram com a presença nesta sessão deverão se retirar do plenário às 11h, por isso peço aos Deputados que se atenham ao prazo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Tem a palavra o Deputado Welinton Fagundes, representante de Mato Grosso, que falará pelo PL.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhor representante do Embaixador do Japão, alunos do Colégio Elefante Branco que prestigiam esta solenidade, em nome do meu partido, fiz questão de subir à tribuna para fazer um pronunciamento em memória dos 60 anos do lançamento de uma bomba atômica sobre Hiroshima.

Antes de fazê-lo, porém, quero dar meus parabéns ao Deputado Chico Alencar pela iniciativa de realização desta sessão em memória de fato histórico que envergonha o mundo até hoje.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a primeira bomba atômica matou 140.000 dos 350.000 habitantes de Hiroshima. Milhares de outros continuaram a morrer nos anos seguintes, vítimas dos efeitos da radioatividade, de cânceres e mutações genéticas. Calcula-se que direta e indiretamente morreram 250.000 pessoas.

Quando do avião B-29, cujo nome era Enola Gay, pilotado por Paul Warfield Tibbets Júnior, da Força Aérea Americana, lançou a portentosa Little Boy sobre a cidade japonesa de Hiroshima, exatamente às 8h45min do dia 6 de agosto de 1945, um novo capítulo da História da Humanidade começou a ser escrito. Muitos especialistas entendem que a explosão da bomba atômica foi o verdadeiro início da Guerra Fria, que opôs por mais de 40 anos os Estados Unidos à extinta União Soviética.

Dizem que numa guerra a primeira vítima é sempre a verdade. Hoje, como já disse anteriormente, suspeita-se fortemente que o uso da bomba em Hiroshima e, depois, em Nagasaki – quando a guerra já estava praticamente ganha –, tenha sido, na verdade, uma demonstração de força para intimidar a União Soviética, nos primórdios da Guerra Fria. A ser

verdade, é lamentável que tantos tenham perdido a vida em decorrência de ato que serviu apenas como recado entre superpotências.

De fato, a 2ª Guerra Mundial teve fim com a invasão da Alemanha pelos aliados, em 30 de abril de 1945. Em 7 de maio, o regime nazista assinava sua rendição incondicional. Não restava, portanto, qualquer grande foco de resistência por parte dos países ligados a Hitler. Remanesciam alguns pontos de conflito no Pacífico, na região asiática, mas esses não eram suficientes para justificar o lançamento da mais devastadora arma da guerra jamais fabricada pelo gênio – do mal – humano.

Mais lamentável ainda, Sras. e Srs. Deputados, é o fato de a 2ª Guerra Mundial não ter sido, como se pensou, destinada a acabar com todas as guerras. Recentemente, vimos uma guerra estourar no Iraque sob o mesmo pretexto, ou seja, o de proteger civis. Ora, os civis são sempre as maiores vítimas das guerras.

Felizmente, depois de Nagasaki, a humanidade não mais fez uso militar da bomba atômica. E o Japão, mesmo sem exército formal, provou que o desenvolvimento tecnológico não precisa de guerras para se efetivar – como alguns tolos ainda continuam a afirmar.

A principal lição de Hiroshima e Nagasaki é o múltiplo temor que as nações atômicas têm umas das outras. Com isso, sob o patrocínio da ONU, fez-se o Pacto de Não-Proliferação Nuclear de Armas Atômicas, atualmente revisto e ratificado.

A barbárie cometida contra as duas cidades japonesas serviu de alerta para que tamanha atrocidade não mais se repita. E disso depende a própria existência da Terra, pois calcula-se que o poder destrutivo das bombas atômicas de nêutrons e de hidrogênio, hoje sob a posse de alguns poucos países, é suficiente para destruir o equivalente a mais de mil planetas com a dimensão do nosso.

Que o horror da lembrança atômica proteja os cidadãos da Terra de novas explosões de insanidade. A humanidade não pode permitir que novos cogumelos atômicos venham trazer mais sofrimento a milhares de pessoas inocentes.

Sr. Presidente, quero aqui lembrar que muitos países, principalmente os do Terceiro Mundo, vivem também a guerra da fome, da miséria e do trânsito. Mais de 40 mil pessoas morrem por ano no Brasil vítimas do trânsito. Além disso, precisamos combater a

guerra da injustiça, a guerra dos pequenos, que não têm onde morar, e dos jovens, que não conseguem concluir um curso superior.

E aproveito a presença de alunos do Colégio Elefante Branco para estimulá-los. É importante que vocês estejam aqui e que convoquem outros jovens para entender a problemática do mundo e do Brasil. Podemos construir um mundo melhor e, principalmente, um Brasil com mais justiça social e mais oportunidade para todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Convido para usar a palavra, representando o Partido Trabalhista Brasileiro, o Deputado Pastor Frankembergen.

O SR. PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB-RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Chico Alencar, Sras. e Srs. Deputados, senhor representante do Embaixador do Japão, alunos da Escola Elefante Branco, senhoras e senhores, povo brasileiro que nos ouve, em especial os descendentes de japoneses, que nesta data relembram triste episódio, o qual esperamos não mais se repetir, seria muito mais interessante se estivéssemos comemorando algo que não nos causasse tristeza, em vez de realizar esta sessão solene em memória dos 60 anos do lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima.

Falo com pesar e tristeza por aquele momento.

Em 1945, de acordo com os anais da história, às 8h45min, pela primeira vez uma cidade era varrida do mapa por um novo tipo de arma: a bomba atômica de urânio enriquecido. A bomba foi chamada de Little Boy, “menino pequeno”, e a desgraça daquele povo, registrada em fotos de crianças vítimas da bomba, divulgadas na mídia, chamou a atenção de todo o mundo.

Fico a meditar: será que já estamos adultos o suficiente para dar um basta a essas guerras que ainda hoje acontecem? Será que o mundo aprendeu que devemos não somente falar sobre a paz, mas realmente viver essa paz?

A bomba lançada sobre Hiroshima também emitiu uma onda de calor, e sua radiação alcançou milhares de pessoas, matando cerca de 200 mil.

Mas o povo japonês, que não se deixou abater diante daquela atroz tentativa de extermínio que vitimou sobretudo Hiroshima e Nagasaki, mostrou ao mundo

que há esperança, esperança que se irradiou numa prova do potencial da nação japonesa.

Em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, manifesto nosso desejo de ver o povo japonês crescer cada vez mais pujante. A Nação brasileira, que sempre deu guarida ao povo japonês – e lembro que, há alguns dias, realizamos aqui sessão solene em comemoração à migração do povo japonês para o Brasil –, aposta em que os laços entre ambas as nações se tornarão cada vez mais fortalecidos, porque japoneses e brasileiros muito têm a se oferecer mutuamente.

O brasileiro é um povo pacífico, e sua história comprova que quem procura a paz a encontra.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Com a palavra o último orador, Deputado Elimar Máximo Damasceno, que falará pelo Partido Renovador da Ordem Nacional.

O SR. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRO-NA-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr. Hidekazu Yamaguchi, Sras. e Srs. Deputados, assim como uma alma humana que enfrenta ásperos percalços confronta imponentes oportunidades para o enriquecimento espiritual, uma sociedade humana que enfrenta a destruição também confronta a oportunidade de galgar um período de renascimento.

Assim é a esperança que a humanidade nutre pela paz desde que os povos cederam à tentação da guerra como solução ilusória de situações conflitantes.

Ainda no século XX, apesar de todo o progresso, vimos terríveis manifestações da tendência de banalizar o massacre.

Conhecemos as tragédias das duas guerras mundiais, dos diferentes sistemas totalitários e da violência do terrorismo. Contemplamos conflitos tribais que usam crianças como soldados, conflitos étnicos na Europa Central, israelenses e palestinos matando-se mutuamente.

Mas, de todos esses tristes episódios de nosso passado recente, a história da humanidade não foi a mesma desde a bomba atômica lançada em Hiroshima, no dia 6 de agosto de 1945. De um só golpe, cerca de 100 mil pessoas foram imediatamente mortas e outras 125 mil sofreram sérias queimaduras e ferimentos violentos.

Esta sessão solene está, portanto, fundada na oportunidade de profunda reflexão de que a verdadeira paz não prega a guerra e não mata em nome de Deus.

A paz é a aspiração fundamental de cada homem, de toda a humanidade. A paz social se dá quando pessoas, grupos e nações conseguem um relacionamento alicerçado na justiça, no amor e na solidariedade.

E é difícil falar sobre a paz verdadeira quando a humanidade convive com a miséria, com a opressão e com a marginalização de milhões de pobres.

Sr. Presidente, em nome do PRONA e do nosso Líder Dr. Enéas Ferreira Carneiro, valemo-nos desta homenagem do Parlamento brasileiro para conclamar homens e mulheres a se unir pela paz. Mesmo diante de tantos sinais de lutas, guerras e destruições, não podemos renunciar a essa aspiração universal do ser humano.

O PRONA diz sim às conquistas científicas que deverão ser utilizadas para melhorar a qualidade de vida do ser humano.

O PRONA dirige-se, portanto, a cada cientista individualmente e a toda a comunidade científica internacional. Que todos juntos sejam uma potência enorme: a potência das inteligências e das consciências. Que os homens da ciência comprometam a sua autoridade moral e ética para salvar a humanidade da destruição nuclear.

O PRONA propõe que o Brasil saia do tratado de não-proliferação nuclear.

A defesa da soberania e do território nacional é assegurada pelo respeito internacional aos países que dispõem de desenvolvimento tecnológico, como é o caso do Brasil.

Sabemos da importância e do grande impacto do desenvolvimento de nosso programa nuclear para a promoção dos interesses estratégicos nacionais.

Portanto, nobres Deputados, precisamos fazer do início deste século XXI um novo começo para todos nós. Juntos, podemos transformar a cultura da guerra e da violência numa cultura da paz e do amor ao próximo.

Que as mortes de Hiroshima jamais se repitam, pois a verdadeira paz é fruto da justiça, virtude moral e garantia legal que vela sobre o pleno respeito de direitos e deveres e a equitativa distribuição de benefícios e encargos.

Para reflexão de todos nós citamos as palavras encontradas no livro dos Salmos: “*Quanto aos mansos, possuirão a Terra e nela gozarão de imensa paz*”.

Que Deus nos proteja!

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Registro a presença do Deputado Luciano Zica, do PT de São Paulo.

Agradeço aos partidos que estiveram presentes a esta sessão – PT, PMDB, PL, PV, PPS, PRONA e PTB – e sobretudo ao representante da Embaixada do Japão no Brasil, o Exmo. Sr. Hidekazu Yamaguchi.

Consigno também um agradecimento muito especial a professores e alunos do Centro de Ensino Médio Elefante Branco, escola pública do Distrito Federal, que espero tenham saído deste plenário com um bom sentimento de luta pela justiça e pela paz.

Transfiro minhas considerações finais para algo que diz mais do que um discurso – e todos foram muito ricos e complementares: a obra poética de Vinícius de Moraes *Rosa de Hiroshima*, musicada por Gerson Conrad e interpretada por Ney Matogrosso, repetindo a abertura desta sessão.

(Exibição de vídeo. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Agradeço aos servidores desta Casa, operosos e dedicados, que ajudaram a realizar esta sessão, em especial à Berenice, que trabalha na minha equipe e que foi a responsável pela produção de tudo isso. Nós aqui somos apenas executores de algo maior que fazem outros, anônimos.

V – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 11 horas e 5 minutos.)

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

José Thomaz Nonô
Ciro Nogueira
Inocência Oliveira
Nilton Capixaba
Givaldo Carimbão
Jorge Alberto
Geraldo Resende

Ata da 196ª Sessão, em 4 de agosto de 2005

*Presidência dos Srs.: Severino Cavalcanti, Presidente.
Inocência Oliveira, 1º Secretário.*

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA PMDB
DR. RODOLFO PEREIRA PDT
PASTOR FRANKEMBERGEN PTB

Total de Roraima: 3

AMAPÁ

BADU PICANÇO PL
CORONEL ALVES PL
EDUARDO SEABRA PTB
HÉLIO ESTEVES PT
JANETE CAPIBERIBE PSB

Total de Amapá: 5

PARÁ

ANIVALDO VALE PSDB
ASDRUBAL BENTES PMDB
BABÁ S.PART.
JOSUÉ BENGTON PTB
NILSON PINTO PSDB
PAULO ROCHA PT
ZÉ GERALDO PT
ZÉ LIMA PP
ZENALDO COUTINHO PSDB

Total de Pará: 9

AMAZONAS

ÁTILA LINS PPS
FRANCISCO GARCIA PP
LUPÉRCIO RAMOS PMDB
PAUDERNEY AVELINO PFL
VANESSA GRAZZIOTIN PCdoB

Total de Amazonas: 5

RONDÔNIA

AGNALDO MUNIZ PP
ANSELMO PT
EDUARDO VALVERDE PT
HAMILTON CASARA PL
MIGUEL DE SOUZA PL
NATAN DONADON PMDB

Total de Rondônia: 6

ACRE

HENRIQUE AFONSO PT
JOÃO CORREIA PMDB
JÚNIOR BETÃO PL
PERPÉTUA ALMEIDA PCdoB

Total de Acre: 4

TOCANTINS

DARCI COELHO PP
HOMERO BARRETO PTB
OSVALDO REIS PMDB
RONALDO DIMAS PSDB

Total de Tocantins: 4

MARANHÃO

ANTONIO JOAQUIM PTB
CÉSAR BANDEIRA PFL
COSTA FERREIRA PSC
DR. RIBAMAR ALVES PSB
GASTÃO VIEIRA PMDB
PAULO MARINHO PL
PEDRO FERNANDES PTB
PEDRO NOVAIS PMDB
SARNEY FILHO PV
SEBASTIÃO MADEIRA PSDB
WAGNER LAGO PP

Total de Maranhão: 11

CEARÁ

ALMEIDA DE JESUS PL
ANDRÉ FIGUEIREDO PDT
ANÍBAL GOMES PMDB
ANTENOR NASPOLINI PSDB
ANTONIO CAMBRAIA PSDB
EUNÍCIO OLIVEIRA PMDB
JOSÉ LINHARES PP
LÉO ALCÂNTARA PSDB
MANOEL SALVIANO PSDB
MAURO BENEVIDES PMDB
MORONI TORGAN PFL
ZÉ GERARDO PMDB

Total de Ceará: 12

PIAUI

ÁTILA LIRA PSDB
 B. SÁ PSB
 JÚLIO CESAR PFL
 MUSSA DEMES PFL
 NAZARENO FONTELES PT
Total de Piauí: 5

RIO GRANDE DO NORTE

ÁLVARO DIAS PDT
 HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB
 IBERÊ FERREIRA PTB
Total de Rio Grande do Norte: 3

PARAÍBA

BENJAMIN MARANHÃO PMDB
 ENIVALDO RIBEIRO PP
 INALDO LEITÃO PL
 LUIZ COUTO PT
 MARCONDES GADELHA PTB
 PHILEMON RODRIGUES PTB
 WELLINGTON ROBERTO PL
 WILSON SANTIAGO PMDB
Total de Paraíba: 8

PERNAMBUCO

ANDRÉ DE PAULA PFL
 CARLOS EDUARDO CADOCA PMDB
 EDUARDO CAMPOS PSB
 GONZAGA PATRIOTA PSB
 JOAQUIM FRANCISCO PTB
 JORGE GOMES PSB
 JOSÉ CHAVES PTB
 JOSÉ MÚCIO MONTEIRO PTB
 LUIZ PIAUHYLINO PDT
 MARCOS DE JESUS PL
 PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO PSB
 PAULO RUBEM SANTIAGO PT
 RAUL JUNGSMANN PPS
 RENILDO CALHEIROS PCdoB
 ROBERTO FREIRE PPS
Total de Pernambuco: 15

ALAGOAS

BENEDITO DE LIRA PP
 JURANDIR BOIA PDT
 OLAVO CALHEIROS PMDB
 ROGÉRIO TEÓFILO PPS
Total de Alagoas: 4

SERGIPE

BOSCO COSTA PSDB
 HELENO SILVA PL
 IVAN PAIXÃO PPS

JACKSON BARRETO PTB
 JOSÉ CARLOS MACHADO PFL
Total de Sergipe: 5

BAHIA

ALICE PORTUGAL PCdoB
 ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO PFL
 AROLDO CEDRAZ PFL
 COLBERT MARTINS PPS
 CORIOLANO SALES PFL
 DANIEL ALMEIDA PCdoB
 EDSON DUARTE PV
 FÁBIO SOUTO PFL
 FÉLIX MENDONÇA PFL
 GERSON GABRIELLI PFL
 GUILHERME MENEZES PT
 JAIRO CARNEIRO PFL
 JOÃO LEÃO PL
 JONIVAL LUCAS JUNIOR PTB
 JOSÉ CARLOS ARAÚJO PL
 JOSIAS GOMES PT
 LUIZ ALBERTO PT
 LUIZ BASSUMA PT
 LUIZ CARREIRA PFL
 MARCELO GUIMARÃES FILHO PL
 MÁRIO NEGROMONTE PP
 MILTON BARBOSA PFL
 NELSON PELLEGRINO PT
 PAULO MAGALHÃES PFL
 PEDRO IRUJO S.PART.
 REGINALDO GERMANO PP
 WALTER PINHEIRO PT
 ZELINDA NOVAES PFL
Total de Bahia: 28

MINAS GERAIS

ADEMIR CAMILO PL
 ALEXANDRE MAIA PMDB
 CARLOS MELLERES PFL
 CUSTÓDIO MATTOS PSDB
 DR. FRANCISCO GONÇALVES PTB
 EDMAR MOREIRA PL
 ELISEU RESENDE PFL
 FERNANDO DINIZ PMDB
 GILMAR MACHADO PT
 IBRAHIM ABI-ACKEL PP
 ISAÍAS SILVESTRE PSB
 IVO JOSÉ PT
 JAIME MARTINS PL
 JOÃO MAGALHÃES PMDB
 JOÃO MAGNO PT
 JOÃO PAULO GOMES DA SILVA PL
 LINCOLN PORTELA PL

MARCELLO SIQUEIRA PMDB
MÁRCIO REINALDO MOREIRA PP
MARIA DO CARMO LARA PT
MÁRIO ASSAD JÚNIOR PL
MÁRIO HERINGER PDT
MAURO LOPES PMDB
NARCIO RODRIGUES PSDB
ODAIR CUNHA PT
RAFAEL GUERRA PSDB
REGINALDO LOPES PT
ROMEU QUEIROZ PTB
SÉRGIO MIRANDA PCdoB
VADINHO BAIÃO PT
VIRGÍLIO GUIMARÃES PT
Total de Minas Gerais: 31

ESPÍRITO SANTO

FEU ROSA PP
MANATO PDT
MARCELINO FRAGA PMDB
NEUCIMAR FRAGA PL
NILTON BAIANO PP
RENATO CASAGRANDE PSB
ROSE DE FREITAS PMDB
Total de Espírito Santo: 7

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL PFL
ALEXANDRE CARDOSO PSB
ALMERINDA DE CARVALHO PMDB
ANDRÉ COSTA PT
ANTONIO CARLOS BISCAIA PT
CARLOS NADER PL
CARLOS SANTANA PT
CHICO ALENCAR PT
DR. HELENO PMDB
EDSON EZEQUIEL PMDB
EDUARDO CUNHA PMDB
EDUARDO PAES PSDB
ELAINE COSTA PTB
FERNANDO GABEIRA PV
FERNANDO LOPES PMDB
JAIR BOLSONARO PP
JANDIRA FEGHALI PCdoB
JOÃO MENDES DE JESUS S.PART.
JORGE BITTAR PT
JOSÉ DIVINO PMDB
JUÍZA DENISE FROSSARD PPS
JULIO LOPES PP
LEONARDO PICCIANI PMDB
LUIZ SÉRGIO PT
MÁRCIO FORTES PSDB
MIRO TEIXEIRA PT

MOREIRA FRANCO PMDB
NELSON BORNIER PMDB
PAULO FEIJÓ PSDB
REINALDO BETÃO PL
RENATO COZZOLINO PRP
RODRIGO MAIA PFL
SANDRO MATOS PTB
SIMÃO SESSIM PP

Total de Rio de Janeiro: 34**SÃO PAULO**

ALBERTO GOLDMAN PSDB
ALDO REBELO PCdoB
AMAURI GASQUES PL
ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO PSDB
ARLINDO CHINAGLIA PT
ARNALDO FARIA DE SÁ PTB
ARY KARA PTB
CARLOS SAMPAIO PSDB
CHICO SARDELLI PFL
CLÁUDIO MAGRÃO PPS
CORAUCCI SOBRINHO PFL
DEVANIR RIBEIRO PT
DURVAL ORLATO PT
ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO PRONA
ENÉAS PRONA
FERNANDO ESTIMA PL
GILBERTO NASCIMENTO PMDB
ILDEU ARAUJO PP
IVAN VALENTE PT
JAMIL MURAD PCdoB
JEFFERSON CAMPOS PMDB
JOÃO BATISTA PFL
JOÃO PAULO CUNHA PT
JOSÉ EDUARDO CARDOZO PT
JULIO SEMEGHINI PSDB
LOBBE NETO PSDB
LUCIANO ZICA PT
LUIZ EDUARDO GREENHALGH PT
MARCELO BARBIERI PMDB
MARCOS ABRAMO PFL
MEDEIROS PL
MILTON MONTI PL
NELSON MARQUEZELLI PTB
NEUTON LIMA PTB
ORLANDO FANTAZZINI PT
PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA PP
PROFESSOR LUIZINHO PT
RICARDO BERZOINI PT
ROBERTO GOUVEIA PT
ROBSON TUMA PFL
SILVIO TORRES PSDB

VANDERLEI ASSIS PP
VICENTE CASCIONE PTB
VICENTINHO PT
ZULAIÊ COBRA PSDB

Total de São Paulo: 46

MATO GROSSO
CARLOS ABICALIL PT
CELCITA PINHEIRO PFL
LINO ROSSI PP
WELINTON FAGUNDES PL

Total de Mato Grosso: 4

DISTRITO FEDERAL

JORGE PINHEIRO PL
MANINHA PT
SIGMARINGA SEIXAS PT
WASNY DE ROURE PT

Total de Distrito Federal: 4

GOIÁS

CAPITÃO WAYNE PSDB
CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB
ENIO TATICO PL
JOÃO CAMPOS PSDB
JOVAIR ARANTES PTB
LEANDRO VILELA PMDB
LUIZ BITTENCOURT PMDB
NEYDE APARECIDA PT
PEDRO CANEDO PP
PEDRO CHAVES PMDB
RONALDO CAIADO PFL
SÉRGIO CAIADO PP
VILMAR ROCHA PFL

Total de Goiás: 13

MATO GROSSO DO SUL

ANTÔNIO CARLOS BIFFI PT
JOÃO GRANDÃO PT
NELSON TRAD PMDB
VANDER LOUBET PT
WALDEMIR MOKA PMDB

Total de Mato Grosso do Sul: 5

PARANÁ

ABELARDO LUPION PFL
AFFONSO CAMARGO PSDB
AIRTON ROVEDA PTB
ANDRÉ ZACHAROW PSB
ASSIS MIGUEL DO COUTO PT
CHICO DA PRINCESA PL
DILCEU SPERAFICO PP

DRA. CLAIR PT
EDUARDO SCIARRA PFL
GIACOBO PL
HERMES PARCIANELLO PMDB
LUIZ CARLOS HAULY PSDB
MOACIR MICHELETTO PMDB
NELSON MEURER PP
ODÍLIO BALBINOTTI PMDB
RICARDO BARROS PP
SELMA SCHONS PT
TAKAYAMA PMDB
VITORASSI PT

Total de Paraná: 19

SANTA CATARINA

ADELOR VIEIRA PMDB
CARLITO MERSS PT
EDINHO BEZ PMDB
EDISON ANDRINO PMDB
FERNANDO CORUJA PPS
GERVÁSIO SILVA PFL
IVAN RANZOLIN PP
JOÃO PIZZOLATTI PP
LEODEGAR TISCOSKI PP
LUCI CHOINACKI PT
MAURO PASSOS PT
PAULO AFONSO PMDB
PAULO BAUER PSDB
VIGNATTI PT
ZONTA PP

Total de Santa Catarina: 15

RIO GRANDE DO SUL

ALCEU COLLARES PDT
AUGUSTO NARDES PP
BETO ALBUQUERQUE PSB
ELISEU PADILHA PMDB
ÉRICO RIBEIRO PP
FRANCISCO TURRA PP
HENRIQUE FONTANA PT
JÚLIO REDECKER PSDB
LUCIANA GENRO S.PART.
LUIS CARLOS HEINZE PP
MENDES RIBEIRO FILHO PMDB
MILTON CARDIAS PTB
PAULO GOUVÊA PL
PAULO PIMENTA PT
POMPEO DE MATTOS PDT
TARCÍSIO ZIMMERMANN PT
WILSON CIGNACHI PMDB
YEDA CRUSIUS PSDB

Total de Rio Grande do Sul: 18

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 330 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. B. SÁ, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta tribuna assunto que vem despertando, na opinião pública, alto grau de interesse e de preocupação, com o que, aliás, eu comungo.

Refiro-me, Sr. Presidente, às controversas questões criadas a partir da aprovação do Estatuto do Desarmamento. Recentemente, o Executivo Federal editou a Medida Provisória nº 253, de 2005, que prorroga o prazo para entrega voluntária de armas à Polícia Federal até o dia 23 de outubro de 2005.

Sras. e Srs. Deputados, é conhecido por todos que comungo com os que, de forma alguma, abrem mão do direito de defesa. Entendo, portanto, que essa é uma oportunidade importante para corrigir alguns graves equívocos cometidos pelo advento da Lei do Desarmamento.

Desejo destacar, especificamente, 2 deles: a impossibilidade de moradores de áreas rurais terem, em suas residências, armas de fogo para a segurança pessoal e a impossibilidade de os integrantes de guardas municipais, em cidades com menos de 50 mil habitantes, portarem armas.

Primeiramente, assinalo que o Estatuto do Desarmamento, em sua redação atual, deixa de atender às reais necessidades dos moradores das áreas rurais no que se refere à garantia de sua integridade física. O Brasil é um país de diferentes realidades, sendo ne-

cessário entender que, nessas regiões, os cidadãos enfrentam situações nas quais se toma, por vezes, imprescindível o uso da arma de fogo.

É possível citar o exemplo da ação de animais perigosos ou selvagens que transitam livremente pelas orlas de áreas rurais, realidade em muitos Estados brasileiros, e que acabam por atacar animais domésticos ou mesmo pessoas. Nessas situações, a arma de fogo pode ser o único instrumento de defesa com que conta para fazer face ao perigo. Quero enfatizar que não se trata de defender o uso desse armamento para atividades de caça esportiva, mas, sim, de legítima defesa própria ou de outrem.

Nobres pares, é sabido que, nessas mesmas regiões remotas, o risco de assaltos sem que se possa reagir é muito grande e a ação das autoridades policiais pode requerer demasiado tempo por causa das grandes distâncias envolvidas. Nesse contexto, a arma de fogo pode representar um meio de defesa diante da ação dos bandidos que atuam nessas áreas isoladas.

A outra inconsistência do Estatuto que gostaria de abordar nesta oportunidade diz respeito ao critério demográfico utilizado como parâmetro para a concessão de porte de arma aos integrantes das guardas municipais.

Aspecto de suma importância para o correto entendimento do princípio da igualdade consiste em respeitar as desigualdades existentes no contexto social. As pessoas em situações menos favorecidas de proteção pelo Estado devem ser contempladas com possibilidades de defesa adicionais diante do perigo, até mesmo em conformidade com o princípio da inexigibilidade de conduta diversa, que norteia o Direito Penal.

Sr. Presidente, é público e notório que as guardas municipais, em especial nos pequenos Municípios, têm assumido importante papel na defesa da população local. Embora não sejam consideradas na qualidade de órgãos de segurança pública, sua atuação na proteção e preservação da incolumidade física das pessoas e do patrimônio público e privado é, na prática, um indicador da importância dos serviços prestados por essas instituições.

No exercício dessas nobres tarefas, os guardas municipais, não raras vezes, contrariam, direta ou indiretamente, interesses ilícitos, podendo, até mesmo, entrar em confronto direto com criminosos. Em todos os casos, a integridade física do servidor da guarda municipal é posta em risco e ele está sujeito a ser vítima de atentados à sua própria integridade, o que pode culminar com a sua morte, se o Estado não oferecer condições legais para sua defesa.

Surpreendentemente, Sr. Presidente, em sentido oposto ao consenso nacional com relação à impor-

tância da atuação dos guardas municipais, a redação atual do art. 6º da Lei nº 10.826/2003 proíbe que os integrantes das guardas municipais, nas cidades com menos de 50 mil habitantes, possuam porte de arma, liberando-o, com ou sem restrição, para os demais Municípios brasileiros.

Com isso, estabeleceu-se, no campo legal, uma discriminação desarrazoada, baseada em um dado numérico aleatório – demografia populacional – que não possui qualquer relação com o nível de risco a que estão submetidos os servidores das guardas municipais.

Municípios periféricos aos grandes centros urbanos, por exemplo, podem ter menos de 50 mil habitantes e serem muito mais violentas do que os próprios grandes centros. No entanto, o guarda municipal da metrópole possui o direito ao porte de arma, enquanto o seu congêneres ficará ao sabor do destino, ainda que enfrentando situações de insegurança muito semelhantes.

Minha argumentação, nobres colegas, mostra claramente a necessidade de modificação do Estatuto do Desarmamento, de forma a adequá-lo à realidade dos moradores de áreas rurais e aos anseios dos servidores das guardas municipais.

Isso posto, finalizo com a solicitação às Sras. e aos Srs. Parlamentares que auxiliem para o atendimento a esses justos pleitos que pretendem corrigir essas brutais distorções introduzidas no ordenamento jurídico pátrio pelo Estatuto do Desarmamento.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em várias oportunidades, reporte-me, desta tribuna, à recomposição das Câmaras Municipais do País, cujo número de ocupantes foi reduzido em razão de resolução baixada pelo Superior Tribunal Eleitoral, ao tempo em que exercia a sua Presidência o eminente Ministro Sepúlveda Pertence.

Agora, uma ação direta de inconstitucionalidade foi impetrada junto ao Supremo Tribunal Federal, havendo sido o feito distribuído ao Ministro Celso de Mello, que já solicitou pauta de julgamento para oferecer o seu respectivo parecer, aguardado com ansiedade pela massa de interessados e pelos círculos jurídicos do País.

Ontem, em contato que mantive com o titular da Presidência de nossa Corte Maior, Ministro Nelson Azevedo Jobim, fui cientificado de que a sessão de julgamento acha-se definitivamente fixada para o próximo dia 25, o que há suscitado inusitada expectativa entre aqueles que, se acolhida a postulação, deverão ser investidos na representação popular, com base nos sufrágios recolhidos na competição de 2004.

Ressalte-se – para esclarecimento da opinião pública – que o reingresso dos suplentes nos Legislativos respectivos não significará acréscimo de despesas, uma vez que o repasse determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal vem-se processando no mesmo percentual anteriormente estabelecido, ou seja, o orçamento manter-se-á inalterado, sem qualquer aumento de gastos.

Mencione-se, por dever de justiça, que o Deputado Ivan Ranzolin tem sido, também, um dos mais ardorosos defensores dessa causa, cuja sustentação no Supremo será feita pelos advogados Eduardo Ferrão e Paulo Baeta Neves, profissionais dos mais qualificados, que já expressaram confiança em que o Pretório Excelso terminará por reconhecer a justeza da reivindicação dos futuros Edis de todo o País.

Nesse sábado, lideranças municipais do meu Estado deverão reunir-se para conhecer as últimas informações a respeito dessa temática, no Município de Aquiraz, tendo a Prefeita Ritelza Cabral emprestado todo o apoio ao evento que será levado a efeito em sua cidade.

É possível que prestigiosas lideranças também estejam presentes ao magno evento, para a fixação de diretrizes que norteiarão a estratégia a ser cumprida nesta fase que antecede a soberana deliberação do Supremo Tribunal.

O Presidente desta Casa, Severino Cavalcanti, ao receber, recentemente, uma delegação de suplentes, expressou a sua simpatia pelo movimento, da mesma forma como o fez o Presidente Renan Calheiros, dirigente máximo do Parlamento brasileiro.

Aliás, juízos singulares e Tribunais Regionais Eleitorais já começam a decidir a questão, embora a alçada competente seja, sem dúvida, o Supremo, integrado pelas maiores expressões da cultura jurídica do Brasil.

A confirmação, pelo Ministro Nelson Jobim, como ontem ocorreu, tranqüiliza os prejudicados, convictos que estão de que, ao assumir, incorporar-se-ão aos atuais membros de tais Colegiados para que, unisonamente, contribuam mais, de modo decidido, para amparar as legítimas aspirações populares.

Na semana entrante, o Deputado Ivan Ranzolin e eu voltaremos ao Chefe do Poder Judiciário e aos seus ilustres pares para reiterar a nossa confiança em que o veredicto irá ao encontro de uma realidade evidente, sem que com isso se caracterize qualquer novo encargo aos orçamentos das várias Edilidades de nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Deputado Mauro Benevides, não tive ainda oportunidade de falar sobre o assunto, mas quero dizer a V.Exa. que sou

totalmente a favor dessa decisão, sobretudo porque a resolução do TSE não representou nenhuma economia para os Municípios. O acolhimento da ADIN apenas aumentará a representatividade dos diferentes segmentos da sociedade, com maior número de representantes no Poder Legislativo Municipal, conforme estabelecido na Lei Orgânica dos Municípios.

Creio que o Tribunal Superior Eleitoral não tinha, através de simples resolução, o poder de modificar dispositivo da Constituição do País.

Assim, sou totalmente a favor da volta dos eleitos, de acordo com o montante definido pela Lei Orgânica dos Municípios.

O SR. MAURO BENEVIDES – É muito expressiva a manifestação de V.Exa., a qual se ajusta à sua tradição na vida pública do País.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Muito obrigado, nobre Deputado Mauro Benevides.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Adelor Vieira.

O SR. ADELOR VIEIRA (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa não tem sido omissa na discussão do problema do uso abusivo de drogas. Entretanto, o que se observa é que nessa guerra estamos perdendo a batalha. Recentemente, a Organização das Nações Unidas divulgou um relatório surpreendente, revelando que aumenta dia a dia a movimentação e venda de drogas no varejo em todo o mundo. As cifras indicam um volume de venda superior a U\$320 bilhões. Em 2004, esse mesmo relatório aponta um crescimento de 12% no consumo de drogas, atingindo 200 milhões de pessoas, isto é, 5% da população mundial. Esse relatório, apresentado mundialmente pela ONU, em Viena, afirma que a maconha é a droga mais consumida e que, em termos financeiros, o valor total das drogas já beira 1% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Em 2004, 161 milhões de pessoas consumiram maconha; 26 milhões, anfetamina; 13 milhões, cocaína; 10 milhões, heroína; 8 milhões, Ecstasy; e cerca de 5 milhões, outras drogas.

Diante desses dados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, só nos resta lamentar esse vertiginoso crescimento e reavaliar os métodos e instrumentos que estamos utilizando para combater esse “câncer”, cujas metástases se espalham por toda a nossa sociedade, principalmente entre nossos jovens e, cada vez mais, entre nossos adolescentes.

Pasmem, Sras. e Srs. Deputados, no Brasil, o relatório diz que 1% da população com idade entre 12 e 65 anos, no ano de 2001, usou maconha, sendo que, em 2003, o País registrou o quinto maior número de apreensão de maconha no mundo, ou seja, 166 tone-

ladas dessa droga. Analisando esses números, concluímos que se faz necessária uma ação mais intensa, não só na repressão, agindo contra o narcotráfico e o crime organizado, mas também na prevenção, a fim de que nossos adolescentes e jovens se mantenham longe das drogas.

Quero aqui enaltecer o trabalho desenvolvido pela Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, ao mesmo tempo em que chamo a atenção dos demais órgãos governamentais, como os Ministérios da Saúde, da Educação e da Cultura, para que, em suas ações, procurem incluir recursos e projetos que visem orientar a população no sentido de prevenir e reprimir o uso de drogas.

Muito obrigado.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha vinda à tribuna desta Casa tem por objetivo parabenizar o Prefeito de Itaguaí, Carlos Busatto Junior, estimado amigo Charlinho, pelo belo desempenho à frente do Governo Municipal. Sua atuação à frente do Executivo tem merecido elogios por parte da população, principalmente das classes menos favorecidas, principal alvo das iniciativas do Prefeito Charlinho, que felizmente goza do prestígio e admiração da grande maioria dos itaguaienses.

Uma das iniciativas do Prefeito Charlinho, bastante aplaudida pela população, diz respeito à criação, na última segunda-feira, dia 1º de agosto, do Centro de Oportunidades Municipais, que passou a cadastrar os moradores que estão em busca de emprego, da mesma forma que tentará também intermediar a contratação dos candidatos no comércio e nas indústrias da região.

O Prefeito Charlinho, Sr. Presidente, tomou a iniciativa de montar o Centro de Oportunidades depois de detectar que a maioria das vagas de emprego da cidade é ocupada por moradores de Municípios vizinhos. A idéia é avançar ainda mais nesse tipo de assistência, inclusive proporcionando cursos de capacitação profissional de acordo com as necessidades das vagas oferecidas.

O mais interessante no projeto, Sr. Presidente, é que, para concorrer a uma das vagas que a Prefeitura de Itaguaí pretende conseguir, o candidato não precisa nem sequer levar currículo. Basta comparecer ao Centro de Oportunidades com um documento de identidade, preferencialmente a Carteira de Trabalho. E, a partir daí, todos os dados do interessado serão inseridos em um sistema eletrônico pelas atendentes do posto. E assim que surgir uma vaga em que o seu perfil se encaixe, o candidato será chamado.

Na verdade, Sr. Presidente, a meta do Prefeito Charlinho é intermediar a ocupação de milhares de vagas de empregos que as empresas que operam o Porto de Sepetiba, situado no município, pretendem abrir nos próximos anos, depois das obras de ampliação do complexo portuário. Charlinho quer, inclusive, que nos futuros canteiros de obras do porto o itaguaiense seja figura predominante. Tanto é assim que já assinou convênio com o SENAI para a instalação de uma escola técnica no Município, ainda este ano.

Como podemos observar, Sr. Presidente, além de abrir o Centro de Oportunidades, quer o Prefeito Charlinho dar qualificação aos jovens de Itaguaí, para que possam ocupar as vagas que surgirão nas indústrias a serem instaladas no Município nos próximos anos. O Prefeito lembra, por exemplo, que empresas do porte da CSN e da NUCLEP importam técnicos de outros Municípios porque não encontram mão-de-obra especializada na cidade. E garante que esse quadro vai mudar em breve.

Portanto, Sr. Presidente e nobres Deputados, só nos resta parabenizar o Prefeito Charlinho por mais essa iniciativa, pedindo a Deus que o ilumine e o abençoe nessa empreitada pública em defesa dos excluídos, dos necessitados e de todos aqueles que lutam por uma oportunidade na busca da sobrevivência, na busca de uma melhor qualidade de vida e da própria cidadania.

Era o que tinha para dizer no momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a crise que vivemos é a mais grave da história da República – é estarrecedora. Quem ler hoje *O Estadão* tomará conhecimento da existência de um esquema entre Marcos Valério, PT, roubo das empresas estatais e pagamento de contas da campanha do Presidente Lula.

Collor era pequeno, não tinha conhecimento, o partido dele praticamente não existia e não ousou comprar o Parlamento. Lula, com uma história e um partido grande, ousou, duplamente, pegar dinheiro da população – dos aposentados, dos empregados, dos doentes – e corromper o Congresso Nacional.

O PT já tinha perdido a honra, agora está perdendo a causa. E quem o diz não sou eu, mas o Senador Cristovam Buarque.

O Presidente Lula e a quadrilha montada para assaltar o povo brasileiro estão prestando um desserviço ao País, ao destruir a instituição política.

Que projetos eles sonharam para assaltar o Estado?

Estive no Conselho de Ética por 9 horas, por ocasião do depoimento do Sr. José Dirceu. Ele levou Lula à Presidência da República e por 30 meses foi o chefe do Brasil. No entanto, não sabia de nada. Eu o chamei de homem de ferro e, ao mesmo tempo, de recém-nascido. Ele nasceu anteontem, no Conselho de Ética, porque o recém-nascido de quase nada toma conhecimento, igual a ele.

Para fechar, Sr. Presidente, a *Folha de S. Paulo* cita frase de minha autoria que não está correta. Eu disse que o Presidente Lula sofre de 3 doenças: a primeira, otite crônica, perdeu a audição, ficou surdo; a segunda, queira Deus que nunca pegue, hanseníase, perdeu o nariz, ficou sem olfato; a terceira, diabetes, atingiu seus olhos, perdeu a visão. S.Exa. não ouviu, não cheirou nem viu o que estava montado dentro de sua casa.

Lula, pelo amor de Deus, assumo o controle e faça uma faxina em sua casa.

O SR. REINALDO BETÃO (PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocorreu anteontem, dia 2, no Porto de Niterói, a solenidade de início das obras de dragagem dos Portos de Niterói e do Rio de Janeiro e de conclusão dos processos de arrendamento dos novos terminais de carga geral e de apoio *off-shore* no Porto de Niterói. As obras de dragagem permitirão o aumento de calado (profundidade) e a atracação de grandes embarcações, além de ampliarem a capacidade para movimentação de cargas.

O anúncio do início da dragagem foi feito pelo Secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo, Wagner VICTER, que destacou a importância do Município de Niterói para o apoio logístico ao setor de petróleo. Atualmente, Niterói tem a melhor infra-estrutura logística para dar suporte à exploração de petróleo na Bacia de Santos.

O evento, Sras. e Srs. Parlamentares, contou com a presença do Secretário Wagner VICTER, do Prefeito de Niterói, Godofredo Pinto, e do Presidente da Companhia Docas, Antônio Carlos Soares Lima, além de outras autoridades e executivos do setor.

Na operação de dragagem do Porto de Niterói, praticamente desativado pela alteração das condições naturais, serão investidos R\$6,25 milhões para a retirada de 400 mil metros cúbicos de material assoreado. Vão ser melhorados o canal de acesso, a bacia de evolução e o cais, possibilitando a atracação de navios de até 7 metros de calado e 20 metros de comprimento. O Porto, que foi dragado pela última vez há 25 anos, funcionará para apoio *off-shore* às plataformas de petróleo e gás, e permitirá também a efetiva reutilização

dos moinhos de trigo junto ao local, ao passar a movimentar granéis.

O Secretário Wagner Victor adiantou que o Porto será arrendado ainda à iniciativa privada para instalação de 2 terminais: um de granéis e o outro para reparos de embarcações e apoio às operações com plataformas de petróleo.

É bom lembrar, Sr. Presidente, que os Portos do Rio e de Niterói contarão com investimentos públicos de R\$15,8 milhões. O fato bastante positivo e que defendo é que a efetiva reativação do Porto de Niterói vai gerar 600 empregos.

Assim sendo, parabenizo a diretoria da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na pessoa do seu Presidente, Dr. Antônio Carlos Soares Lima, pela realização dessa importante solenidade e por mais uma conquista no cenário portuário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho também a esta tribuna falar sobre assunto bastante relevante e que interfere na vida de milhares de pessoas em todo o mundo. Além disso, tem sido motivo de preocupação diária de diversos hospitais. Estou falando da importância da doação periódica de sangue.

A ciência avançou muito e fez várias descobertas. Mas ainda não foi encontrado um substituto para o sangue humano.

No Brasil, infelizmente, ao contrário dos países desenvolvidos, menos de 2% da população doa sangue. Nos países desenvolvidos, 7% a 8% da população doa sangue voluntária e habitualmente. Doação voluntária é aquela que é feita sem saber a quem se destina o sangue. No Brasil, porém, cerca de 60% a 70% das pessoas doam vinculando sua doação a um amigo ou parente.

A crença de que o sangue que dá e sustenta a vida também é capaz de salvá-la vem de tempos remotos. Entretanto, foram necessários séculos e séculos de estudos e pesquisas para a ciência descobrir sua real importância e dar a ele uso adequado. Até chegar esse dia, prevaleceram as práticas fundamentadas na intuição e no senso comum.

Conta-se que, na Grécia antiga, os nobres bebiam o sangue de gladiadores mortos na arena, a fim de obterem a cura de diversos males, entre eles a epilepsia. A primeira experiência em ser humano aconteceu em 1667, em Paris. Seu autor foi Jean-Baptiste Denis, professor de filosofia e matemática em Montpellier e médico do Rei Luís XIV.

Um fato curioso, Sr. Presidente: as transfusões de sangue nessa época eram feitas com sangue de animais de espécies diferentes. Denis defendia a prática argumentando que, ao contrário do sangue humano,

o de animais estaria menos contaminado de vícios e paixões. Posteriormente, essa prática foi proibida.

Embora proibidas, as experiências não foram de todo abandonadas. Em 1788, após tentativas fracassadas com transfusões entre espécies diferentes, obtiveram-se resultados positivos com transfusões na mesma espécie, concluindo-se que elas poderiam ser benéficas e inclusive salvar vidas.

Assim, as pesquisas evoluíram e, em 1818, surgiu a primeira transfusão com sangue humano em mulheres com hemorragia pós-parto.

Finalizo este tema, Sr. Presidente, destacando a importância da doação de sangue para os hospitais e da realização de campanhas periódicas na mídia, nas associações de classe e corporações militares, nos sindicatos e clubes, para reposição do estoque de sangue, pois, mais do que doar sangue, o doador, primeiramente, doa amor, solidariedade e, indiscutivelmente, vida. Doar sangue é simples, rápido e seguro. Sejam doadores voluntários. Faz bem para a saúde e para a mente.

Passo a abordar um terceiro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Programa Farmácia Popular está completando 2 anos de pleno funcionamento no Estado do Rio de Janeiro. Criado para ajudar pessoas da terceira idade a comprar remédios e fraldas geriátricas por R\$1,00, o programa foi implementado inicialmente com a inauguração da unidade de Niterói. Atualmente, no Estado, existem 17 farmácias, beneficiando 72 cidades e atendendo a 372 mil pessoas.

O objetivo geral do programa é estabelecer alternativas de ampliação de acesso da população aos medicamentos por meio de ações que articulem os setores público e privado.

De acordo com a Governadora Rosinha Garotinho, em 2 anos a economia dos usuários chegou a cerca de R\$50 milhões. Há casos de pessoas que economizam de R\$120 a R\$140 por mês, valor bastante significativo.

Foi realizada festividade no Palácio Guanabara, que contou, além da Governadora Rosinha Garotinho, com a presença do Secretário Estadual de Saúde e de diversas outras autoridades, e que teve como objetivo fazer um balanço dos resultados do programa durante esses 2 anos de existência.

O Programa Farmácia Popular faz parte da política do Ministério da Saúde para ampliar o acesso da população aos medicamentos, beneficiando as pessoas que têm dificuldade para realizar tratamentos por causa do custo dos remédios.

Para ser beneficiado, basta que o usuário tenha uma receita médica ou odontológica da rede pública

ou particular, contendo medicamentos disponíveis no programa. A receita é importante para evitar a automedicação, que pode causar intoxicações ou mascarar sintomas de doenças importantes.

As farmácias oferecem medicamentos que atendem às doenças que ocorrem com maior frequência, como hipertensão, diabetes, úlcera gástrica, depressão, asma, infecções e verminoses. Estão disponíveis também remédios indicados para quadros de cólica, enxaqueca, queimadura, inflamações, alcoolismo, além de anticoncepcionais e preservativos masculinos, importantes para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

Portanto, parabeno a Governadora Rosinha Garotinho pelo empenho e incentivo dados ao Programa Farmácia Popular.

Por último, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero informar à Casa que o Brasil transformará gás dos lixões em energia. E o nosso Estado do Rio de Janeiro será grandemente beneficiado com tal medida. Os Ministérios do Meio Ambiente e das Cidades estão divulgando as 30 cidades de todo o País onde serão realizados estudos sobre o uso do gás de aterros e de lixões em troca de créditos de carbono. O chamado biogás pode ser usado para geração de energia.

No Estado do Rio, 5 Municípios estão entre os escolhidos: Duque de Caxias, São Gonçalo, Mesquita, Niterói e Nova Iguaçu. A idéia é que com o uso do gás de aterros e lixões os Municípios selecionados poderão reverter recursos financeiros para Prefeituras, comercializando no mercado global os créditos de carbono.

O Brasil está credenciado para participar desse mercado desde junho do ano passado, após a aprovação, pelo comitê brasileiro responsável pela análise sobre Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), de 2 projetos de geração de energia a partir do biogás produzido em aterros sanitários: o Vega Bahia, em Salvador (BA), e o NovaGerar, em Nova Iguaçu (RJ). Este último é um dos 4 no mundo já aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como passível de comercializar os certificados de emissão de carbono.

Os Municípios, Sr. Presidente, foram selecionados entre os 200 maiores do País, com mais de 118 mil habitantes, e que concentram 51% da população. Essas cidades geram, todos os dias, 96 mil toneladas de resíduos, cerca de 64% do total produzido no Brasil.

O Protocolo de Kyoto, que prevê a diminuição em cerca de 5% no total de emissões de gases-estufa na atmosfera, em relação aos níveis registrados em 1990, recomenda o reaproveitamento do metano como opção energética para resolver a questão ambiental. Com a

entrada em vigor do referido Protocolo, estima-se que o mercado global de créditos de carbono atinja US\$10 bilhões nos próximos anos. Os estudos serão financiados pelo Governo japonês, que deverá doar US\$979 mil até o fim de 2006.

Para nós, do Rio de Janeiro, é um privilégio ter o nosso Estado como representante do Brasil, um dos 4 países no mundo já aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como passíveis de comercializar os certificados de emissão de carbono. Ademais, fomos escolhidos pelos Ministérios do Meio Ambiente e das Cidades entre as 30 cidades de todo o País onde serão realizados estudos sobre o uso do gás de aterros e de lixões em troca de créditos de carbono. Essas notícias só enaltecem o nosso querido Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. ENIO BACCI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no depoimento do empresário Marcos Valério à CPI, sugeri que fosse usado o detector de mentiras para algumas testemunhas. Marcos Valério fugiu da proposição e disse que só a aceitaria se o Deputado Roberto Jefferson também a aceitasse.

Propus, portanto, a partir daquele momento, aos Relatores da CPI e do Conselho de Ética a adoção dessa medida. Recebi agora a resposta do Deputado Jairo Carneiro, do PFL, Relator do Conselho de Ética. S.Exa. encaminhou à Polícia Civil do Distrito Federal solicitação sobre a técnica e a exatidão desse detector de mentiras, e a resposta foi a de que a precisão chega a 98% e que a corporação de Brasília e a de vários pontos da Federação têm usado esse instrumento como método auxiliar na investigação. O programa do detector é feito por Israel e comercializado por uma empresa do Rio Grande do Sul.

O Relator, então, aceitou nossa sugestão e, em alguns casos, poderá ser usado o detector para averiguar o quanto se mente na CPI e no Conselho de Ética, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – A Presidência pede aos Srs. Parlamentares que se restrinjam ao tempo de um minuto para que possamos chamar os Deputados pela lista de inscrição. Só ao final, depois das 15h, teremos novamente outra lista dos que darão seus pronunciamentos como lidos.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Heleno.

O SR. DR. HELENO (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, no firme propósito de tornar-se a maior líder mundial no setor de mineração, acaba de entrar no seleto grupo das empresas que oferecem baixo risco

aos investidores, permitindo que possa captar recursos a juros mais baixos para o financiamento de sua expansão, visando à liderança no mercado mundial de mineração. O salto em 2 degraus, de Ba2 para Baa3, deveu-se não só ao harmonioso trabalho de base que vem sendo desenvolvido, com especial destaque para o setor logístico, como também à mudança de metodologia promovida pela agência americana Moody's.

Segundo o Dr. Roger Agnelli, Presidente da empresa, *“a meta agora é chegar à liderança do setor. Temos condições de ser a maior companhia mineradora mundial”*. Destaca S.Sa. que, atualmente, a empresa ocupa o terceiro lugar no *ranking* de valor de mercado da mineração, atrás apenas da BHP Billiton e da Rio Tinto. Esse *status* faz com que a empresa tenha risco moderado, não mais especulativo.

Para uma empresa como a Vale, que precisa de farto financiamento para o desenvolvimento, esse acontecimento reveste-se de grande importância, notadamente no momento em que entra no mercado de níquel, por meio do projeto da mina de Vermelho, em Carajás. Esse fato possibilitará uma redução no custo da obtenção de capital, o que possibilitará a ampliação no volume de investimentos feitos pela Companhia.

Segundo o Sr. Sérgio Rosa, Presidente da PREVI, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, e acionista da Companhia, a nota é um marco histórico para a economia nacional, uma vez que traduz confiança dos investidores no País. É importante frisar que a Companhia só pôde receber o presente grau de investimento porque está ancorada numa economia sólida e confiável.

Em meio a tamanha crise política pela qual passa a Nação, essa alvissareira notícia soa como um verdadeiro refrigerio, uma vez que mais projetos serão implementados pela Vale, com repercussão direta na geração de empregos, a nossa fome premente, aumentando também a capacidade de exportação do País e gerando mais riquezas.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 2 notícias de grande relevância, ambas oriundas do Ministério da Saúde, são destaques importantes nessa fase de turbulência que atravessa a administração do Governo do Presidente Lula: a vitoriosa Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe, que imunizou 13 milhões de idosos, e a aplicação de megadoses de vitamina A para quase 3 mil crianças de 6 anos de idade, pertencentes a 173 aldeias xavantes de Mato Grosso.

A Campanha Nacional de Vacinação produziu uma cobertura de 83,93%, ultrapassando a meta de 70% recomendada pela Organização Mundial de Saúde – OMS. Esse dado reveste-se de grande importância

porque, segundo dados internacionais, a gripe é responsável por 50% de óbitos entre a população idosa. Portanto, ao vacinar essa população, teremos uma redução de 50% de óbitos, além de evitarmos uma maior ocupação de leitos hospitalares. Por essa razão, a administração do Governo do Presidente Lula sabiamente reservou quase 125 milhões de reais para essa campanha.

A outra notícia registra providências tomadas pelo Governo Federal visando conter uma série de óbitos entre algumas aldeias indígenas de Mato Grosso que vinham ocupando as páginas de nossa mídia e cuja principal causa estava relacionada a casos graves de hipovitaminose. Por essa razão, o Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, decidiu-se pela distribuição de megadoses de vitamina A para mais de 2 mil crianças com 6 anos de idade, oriundas das 173 aldeias xavantes de Mato Grosso. A deficiência da vitamina A está relacionada a doenças como diarreia, cegueira e outros tipos de infecções, que normalmente causam inúmeras baixas a essa faixa etária da população indígena. Estudos realizados pela Organização Mundial de Saúde e pelo UNICEF têm comprovado a redução de óbitos com a adoção de programas de prevenção da deficiência desse micronutriente.

Várias aldeias xavantes começaram a enfrentar esses problemas após uma acelerada aculturação com o homem branco, o que fez com que muitos abandonassem seus vínculos culturais.

Parabenizo o Ministro Saraiva Felipe pelo brilhante trabalho inicial à frente do Ministério e a administração do Governo do Presidente Lula pela correta postura sanitária frente à população mais carente e necessitada.

Sr. Presidente, orgulho-me desses fatos, e não da presente crise, em que a Casa tem de servir como exemplo.

Muito obrigado.

O SR. ZONTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. ZONTA (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, a Casa realizou sessão solene para comemorar os 60 anos da bomba de Nagasaki.

Registro o fato de que em Santa Catarina vivem 7 sobreviventes daquela tragédia. O Sr. Kasumi Oga-wa é Presidente da Associação das Vítimas e seus Descendentes da Bomba de Nagasaki, que apregoa a paz mundial. No Estado existe um monumento à paz

mundial, representado por um sino, no Município de Frei Rogério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ademir Camilo.

O SR. ADEMIR CAMILO (PL-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi iniciado em Belo Horizonte, no dia 2 deste mês, o 22º Congresso Mineiro de Municípios, promovido pela Associação Mineira de Municípios, cujo objetivo maior é propiciar oportunidades de discussões, com a participação de autoridades nacionais e estaduais, para buscar aperfeiçoar, esclarecer e informar sobre as principais mudanças nas áreas econômica, administrativa, política e social da vida do cidadão.

Na abertura do Congresso, presidida pelo Prefeito de Mariana, Celso Cota Neto, estiveram presentes o nosso Governador Aécio Neves, o Ministro da Saúde, Deputado Saraiva Felipe, e outras autoridades de Minas Gerais.

Em seu discurso, o Governador anunciou que Minas Gerais, após 11 anos de espera, fechou acordo com o Banco Mundial e voltará a receber recursos vindos de organismos de fomento internacional, autorização que corresponde ao PAPP 2, no Programa de Combate à Pobreza Rural, que destinará US\$35 milhões do BIRD para a aplicação em programas e ações de desenvolvimento econômico nas regiões do norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. O Governo do Estado arcará com uma contrapartida de US\$11,8 milhões.

Enfatizou o Governador que os primeiros recursos, *“com muita justiça, vão para as regiões norte, do Jequitinhonha e do Mucuri, para que o PAPP 2 possa ser realizado já nos próximos meses, com um alcance em cerca de 180 Municípios”*. Destacou ainda *“que novos acordos com organismos de fomento internacionais estão em curso e, graças ao ajuste fiscal e ao choque de gestão empreendido em Minas Gerais, beneficiarão todas as regiões do Estado com novos investimentos nas áreas de infra-estrutura e social por meio de recursos do BIRD e de bancos japoneses”*.

Segundo dados contabilizados pelo Governo, o volume de investimentos privados e públicos anunciados para o Estado de Minas Gerais até o momento já alcança cerca de R\$70 bilhões, que serão investidos até 2010, o que mais uma vez coloca Minas na liderança dos investimentos, não apenas nos setores tradicionais da nossa indústria, como a siderurgia, a metalurgia ou a agricultura, mas em novos setores como a biotecnologia, que agregam valor e, portanto, exigem qualificação e especialização maior da nossa mão-de-obra.

O Governador exaltou a construção de nova relação de responsabilidade fiscal, exemplar, com o Governo Federal, tudo isso propiciado pelo esforço do Governo do Estado no saneamento das contas públicas, com o incremento das exportações.

Segundo o Governador, o crescimento da economia mineira também pode ser medido pelas exportações. De acordo com ele, Minas Gerais já se consolidou como o segundo Estado maior exportador, e, somente nos 7 primeiros meses deste ano, as exportações mineiras cresceram 40,4% em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto a média nacional foi de 23%. A expectativa é de se chegar a US\$13 bilhões de exportações até o final do ano, o que representa um quinto do saldo da balança comercial brasileira, numa clara demonstração do esforço dos mineiros, esforço que se traduz, também, em volume de empregos gerados, com carteira assinada, colocando Minas Gerais na liderança do *ranking* nacional.

Parabenizamos o Governador Aécio Neves e todo o seu secretariado por todas essas realizações, pelo esforço em prol do desenvolvimento do nosso Estado e do resgate da cidadania do nosso povo e, por tal, queremos, de público, renovar nossa disposição de luta em prol dos interesses de nossas Minas Gerais junto ao Governo Federal e nosso apoio irrepreensível ao Governo do Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita satisfação, queremos deixar registrada neste Plenário a visita que a minha cidade de Teófilo Otoni recebeu do Exmo. Governador de Minas Gerais, Dr. Aécio Neves, no último dia 12 de julho. Naquela ocasião, tivemos o prazer de ver atendidas diversas reivindicações que apresentamos ao Governo do Estado, em prol da região dos Vales do Mucuri, do Jequitinhonha e de São Mateus, dentre elas compromissos de investimentos em grande parte da rede de educação, com reformas, ampliações, inovações e quadras cobertas, e na área de segurança, como a inauguração do Centro de Menores Infratores.

O Governador determinou o início imediato de processo para a construção de uma grande cadeia pública em nosso Município, a qual demandará recursos da ordem de 4 milhões de reais e atenderá antiga reivindicação da população e que foi motivo de nossa insistência junto a S.Exa. em diversas audiências. Esperamos que essa ação maior seja realizada com a agilidade possível, para que possamos ver concluída uma obra que representará mais um instrumento de combate à criminalidade, aliado às viaturas e aos novos equipamentos também entregues pelo Governador naquela data.

Queremos registrar e louvar a iniciativa do Vereador Adail Jacques Prates Rodrigues, comungada pelos seus pares da Câmara Municipal de Teófilo Otoni, de proporcionar o Título de Cidadão Honorário de Teófilo Otoni ao Governador Aécio Neves, o que, segundo S.Exa., consolida o vínculo histórico que já tem com a cidade e a nossa região. Esse vínculo provém do nascimento do seu pai, Aécio Cunha, e do seu avô, Tristão da Cunha, em Teófilo Otoni.

Queremos aproveitar o ensejo, Sr. Presidente, nobres Parlamentares, para ressaltar o interesse e a disposição do Governador Aécio Neves no trato dos assuntos que lhe apresentamos e evidenciar as diligentes ações para atendimento às reivindicações que lhe apresentamos, em prol do desenvolvimento dos nossos vales. Neste aspecto, registramos o desprendimento do Governador, ao lidar, em Teófilo Otoni, com uma administração de partido contrário, a exemplo da capital do Estado.

Nesse sentido, ressaltamos a importância da distinção entre os tempos de eleições e da gestão, evidenciando a necessidade de articulações bem intencionadas, com vistas a proteger a administração pública, garantindo a continuidade de um trabalho que deve ser voltado para o desenvolvimento da região e a melhoria da qualidade de vida da população.

Queremos, neste momento, reafirmar nosso compromisso com o povo da região dos Vales do Mucuri, do Jequitinhonha e de São Mateus de incessante e incansável luta em prol do desenvolvimento regional e, perante o nosso Governador Aécio Neves, renovar nossa inabalável disposição de defesa constante dos interesses do Estado de Minas Gerais nesta Casa e de busca permanente de parceria no intuito de propiciar à nossa população ser beneficiária das ações de investimentos provenientes dos Governos Estadual e Federal.

Nossos agradecimentos ao Exmo. Sr. Aécio Neves, com nossa reverência ao seu secretariado, pelo inequívoco sucesso no trabalho articulado em prol da excelência do Governo do Estado de Minas Gerais.

Gostaríamos, Sr. Presidente, que este nosso registro fosse divulgado por todos os meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.

A SRA. MARIA LÚCIA CARDOSO (PMDB-MG. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, até quando teremos que vir a esta tribuna fazer apelos quase desesperados pela melhoria das condições das nossas estradas? Até quando teremos de nos conformar com o absurdo aumento do chamado “Custo Brasil” em decorrência da nossa péssima infra-estrutura de transportes? Ainda mais grave, eu

pergunto: até quando, Sras. e Srs. Deputados, assistiremos inertes ao vertiginoso número de mortos e feridos nas estradas de nosso País, especialmente nas rodovias federais?

Tenho pleno conhecimento, Sr. Presidente, de que o tema que aqui trago é de grande recorrência nesta tribuna. Realmente, não poderíamos esperar que fosse diferente, visto que o Brasil é um país onde a logística de transportes é grandemente concentrada no modal rodoviário, que embora movimente mais de 60% das cargas e mais de 95% dos passageiros, apresenta grande parte da malha em condições deploráveis.

A precariedade das rodovias brasileiras é geral, Sras. e Srs. Deputados, sendo que praticamente todas as regiões e todos os Estados sofrem com essa situação. Particularmente em meu Estado de Minas Gerais, que possui a maior malha rodoviária da Federação, a situação encontrada é ainda mais crítica.

Além de grande deterioração nas rodovias secundárias, também se verifica que vários trechos de rodovias principais, que constituem importantes eixos de integração e desenvolvimento intra e interestadual, são afetados pela falta de conservação e manutenção.

Por exemplo, a rodovia BR-262, que corta todo o Estado de Minas Gerais de leste a oeste, apresenta trechos extremamente críticos, que, especialmente devido ao seu elevado volume de tráfego, trazem constantemente prejuízos econômicos e riscos imensuráveis aos que por ali trafegam.

Nessa rodovia podemos citar como um dos trechos mais críticos o que está entre o trevo da cidade de Florestal e a cidade de Luz, com sérios danos ao pavimento, à sinalização e à geometria da via, tudo isso sem contar a saturação no fluxo de veículos.

A saturação constatada deve-se ao fato de a BR-262 ser a principal rodovia de ligação da região do Triângulo Mineiro e do oeste do Estado com a capital, além de receber o tráfego de passagem de todos os Estados do Centro-Oeste em direção ao Estado de Minas e aos litorais do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e da Bahia.

Também devo aqui alertar, Sr. Presidente, sobre a premente necessidade de recuperação da BR-135, rodovia essencial para a ligação de toda a região norte de Minas à capital e aos demais Estados do Sul e do Sudeste brasileiro e que agrega as funções significativas de escoadouro da produção e corredor de abastecimento e de fluxo humano.

Com o péssimo estado da BR-135, Sras. e Srs. Deputados, tanto no que se refere à pavimentação, quanto no que diz respeito às sinalizações vertical e horizontal, a população de importantes cidades de nosso Estado fica praticamente isolada, devendo co-

locar sua vida e seu patrimônio em risco, caso queira ou necessite deslocar-se por essa estrada. Entre essas cidades, Sr. Presidente, apenas para ilustrar a importância da rodovia, podemos destacar Montes Claros, Januária, Curvelo, Pirapora e Diamantina, além de muitas outras também de grande relevância.

Poderia enumerar aqui muitos outros trechos críticos de estradas federais mineiras, como a BR-116 na região de Além Paraíba, e a BR-354 entre a cidade de Patos de Minas e o entroncamento com a BR-262. Para descrever a situação deste último trecho, até mesmo em relatórios encontrados no *site* do DNIT na Internet são usadas expressões como “pavimento precaríssimo” e “grande números de buracos e panelas”.

Até aproveitamos para nos solidarizar com o técnico responsável pelas informações no referido *site*, que na tentativa de demonstrar a gravidade da situação encontrada apela para termos não técnicos que possam representar e alertar para a precariedade da via.

Este desabafo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, espero que não fique apenas como palavras soltas ao vento. Espero, sinceramente, que possamos, juntos, não apenas os Deputados da bancada mineira, mas todos os Parlamentares que se indignam com a situação de nossas estradas, apelar e, com certeza, obter do Governo Federal uma atitude concreta na recuperação de nossas vias.

Sr. Presidente, na cidade de Floriano, Estado do Piauí, o Presidente da República, retomando uma agenda positiva, inaugura neste momento a nova indústria do biodiesel, o grande substituto do petróleo.

Lembro ao Presidente Lula que, para que possamos ter escoamento de todo esse produto para o Porto de Santos, devemos recuperar a malha viária do Estado de Minas Gerais, o centro do País, que recebe todas as vocações, inclusive do Nordeste.

Era o que tinha a dizer.

O SR. AIRTON ROVEDA (PTB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho mais uma vez a esta tribuna solicitar ao Ministério dos Transportes, via DNIT, providências urgentes no sentido de fazer o reparo, para ser mais exato, o recapeamento da BR-476, no Paraná, de suma importância para o Estado, e que está em péssimas condições. O DNIT não pode consertá-la por causa de questões documentais, e tampouco o Governo Estadual.

A BR-476 é uma das rodovias mais importantes deste País. Nela há o transporte de várias mercadorias, tais como laminados exportados para a Europa, assim como produtos de grandes frigoríficos, dentre eles, Sadia, Perdigão e Seara, que diariamente colocam os seus veículos para rodar naquela buraqueira.

Faço este apelo, Sr. Presidente, pois não há como continuar a trafegar naquela rodovia sem as mínimas condições de segurança, pondo em risco milhares de famílias, ceifando vidas e danificando vários veículos.

Informo também que está marcada para a próxima quarta-feira, dia 10, audiência do Secretário de Estado de Transportes do Paraná, Sr. Waldyr Pugliesi, com o Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para tratar da recuperação dessa importante rodovia, que liga o Sul do Brasil a São Paulo, aos portos de exportação e ao País inteiro. Nessa reunião esperamos pôr fim nessa famigerada questão. É uma reclamação justa, que não pode ficar sem resposta, pois o povo já não agüenta mais e já esperou muito tempo. Temos a obrigação de buscar meios para a efetiva e rápida solução desse antigo problema.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – V.Exa. será atendido.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou encaminhando à Mesa requerimento cuja chegada às mãos do Presidente e do Relator da CPMI dos Correios, Senador Delcídio Amaral e Deputado Osmar Serraglio, considero relevante e urgente.

Artigo publicado hoje no jornal *O Popular*, de Goiás, traz entrevista com o Relator da CPMI, nosso colega Deputado Osmar Serraglio, na qual S.Exa. diz que é preciso ser feito um levantamento de contratos da SMP&B com o Governo de Goiás, com o que concordo.

Em processo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, datado de 27 de novembro de 1996, observo que a SMP&B foi contratada sem licitação pelo então Governador do Estado, Maguito Vilela, hoje Vice-Presidente da CPMI. O contrato previa o pagamento de quase 800 mil dólares, em época na qual havia paridade entre dólar e real.

Além de contratos com o atual Governo, temos que voltar no tempo e investigar contratos antigos, porque a SMP&B tinha ligações diretas com o Vice-Presidente da CPMI dos Correios, Senador Maguito Vilela, ex-Governador de Goiás.

Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que meu requerimento seja enviado com urgência para a CPMI.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO FONTES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO FONTES (PDT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro a presença no plenário do grande jornalista de Sergipe Josailton Lima, editor do maior jornal de circulação de nosso Estado, o *Cinform*.

Solicito a V.Exa. que autorize a publicação nos Anais da Casa e a divulgação no programa *A Voz do Brasil* da homenagem que a Casa faz ao jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Em nome da Mesa Diretora da Câmara, saudamos o ilustre jornalista Josailton Lima, do querido Estado de Sergipe. S.Sa. é um dos mais acreditados jornalistas daquele Estado e tem relevantes serviços prestados à democracia de nosso País, sobretudo porque imprensa e democracia estão diretamente ligadas ao Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Lima.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO ZÉ LIMA QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejam só como as coisas acontecem no nosso País.

Estamos há quase 3 meses acompanhando o surgimento de diversas denúncias de corrupção, com o envolvimento de Deputados, de autoridades do Governo ou de setores da iniciativa privada, e defendendo rigorosamente a apuração.

Ao mesmo tempo, o *Jornal do Commercio*, do meu Estado, Pernambuco, na última terça-feira, dia 2 de agosto, no Caderno de Economia, destaca em manchete: *União assume perdas do Fundo Constitucional do Nordeste*.

É vergonhoso! Desde a promulgação da Constituição de 1988 até hoje, estimam-se em mais de 5,5 bilhões de reais as perdas com os créditos concedidos pelo Banco do Nordeste a inúmeras empresas e empresários dos Estados beneficiados pelo Fundo Constitucional do Nordeste.

Tal montante é várias vezes superior aos valores publicados para lá e para cá, relativos a repasses de empresas, contas paralelas, saques, pagamentos a Deputados e a outras pessoas, etc., que ensejaram a criação das CPMIs do Mensalão e dos Correios.

Sr. Presidente, estima-se, segundo outra matéria publicada no ano passado pelo *Jornal do Commercio* – por orientação e pesquisa de auditoria feita pela Deloitte –, quase 8 bilhões de reais de perdas, créditos que teriam sido concedidos pelo Banco do Nordeste a empresários da indústria, do setor de serviços e da agricultura nordestina. Trata-se de um escândalo muitas e muitas vezes maior do que os que estão sendo apurados pelas CPMIs no Congresso.

E o que é mais grave: chegou-se à decisão por iniciativa do Ministério da Fazenda, como quem joga o lixo para debaixo do tapete. Quase 8 bilhões de reais saíram do Banco do Nordeste, desde 1988, sem qualquer manifestação do Banco Central ou do Tribunal de Contas da União.

Como permitir mera decisão administrativa que incide sobre a sustentabilidade do balanço do Banco do Nordeste, colocando de 5,5 a 8 bilhões de reais como perdas, os chamados créditos podres?

Ora, Sr. Presidente, se são créditos podres, podres foram os mecanismos de controle do Banco Central, de 1988 para cá, sobre a concessão de créditos do Banco do Nordeste, podres foram os mecanismos internos do banco de controle e fiscalização da cobrança desses créditos. Essa dívida não vai para debaixo do tapete, vai para o estoque da dívida pública. É mais um esqueleto, aliás, é quase um cemitério inteiro, Deputado Gilmar Machado.

Estamos encaminhando requerimento à Comissão de Finanças e Tributação para convocação do Presidente do Banco do Nordeste, Sr. Roberto Smith, e do Diretor de Gestão, ex-Deputado Pedro Eugênio, para que possam debater conosco esse quadro. Além disso, estamos encaminhando requerimento de informações ao Ministério da Fazenda para que nos explique por que razões só agora se joga para debaixo do tapete um prejuízo que, repito, pode chegar a 8 bilhões de reais, recursos do Fundo Constitucional do Nordeste.

Espanta-me também que não tenha passado por esta Casa qualquer informação, dúvida ou preocupação com a situação que é revelada na matéria do *Jornal do Commercio* do último 2, terça-feira. Isso aqui, Sr. Presidente, ensejaria uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Graças à iniciativa da Procuradoria da República, há alguns meses não há mais o manto do sigilo das operações bancárias para os negócios com o dinheiro público. Temos de apurar por que esses recursos do FNE estão sendo jogados para debaixo do tapete, montante muitas vezes maior do que o orçamento de investimentos de toda a administração direta do Governo do Presidente Lula em algumas áreas importantes da infra-estrutura do País.

Quero alertar os Srs. Deputados da nossa bancada nordestina. Essa revelação é uma provocação a cada um de nós. Vejo aqui o nosso estimado Líder da bancada nordestina Deputado B. Sá, que certamente em muito vai ajudar a trazer à nossa bancada explicações, porque 8 bilhões de reais não são 8 reais. Esse valor representa quase a totalidade do orçamento fiscal de Pernambuco, nosso Estado, Deputado Inocêncio Oliveira.

Então, que esse assunto não fique no segundo escalão das notícias da mídia brasileira, que está focada nos depoimentos, nas contas e na situação apurada pela CPMI dos Correios e pela CPMI do Mensalão. Tudo isso precisa ser apurado.

Vamos exigir do Banco Central que responda pela falha ou não do controle desses créditos e proporemos a atuação da Procuradoria da República na responsabilização dos ex-administradores do Banco do Nordeste e na busca e recuperação desse imenso patrimônio ilegalmente desviado, como revela essa matéria.

Muito obrigado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, entendo que o trabalho que as CPMIs vêm desenvolvendo é fundamental, tanto que assinei os requerimentos de sua criação, como fazia, aliás, no Governo passado e farei nos próximos. Não tenho nada a esconder e creio que tudo deve ser apurado.

Mas, Sr. Presidente, há um fato lamentável. A Câmara possui 513 Deputados. A CPMI é composta por 16 Deputados e 16 Senadores. Se estão funcionando 3 Comissões, menos de 100 Parlamentares estão trabalhando nelas. Infelizmente, o restante do trabalho da Casa está paralisado. Não consigo entender por quê.

Respeito a atuação de quem está nas CPMIs. Não participo desse trabalho porque sou um professor e não tenho muito jeito para perguntar, investigar e fiscalizar. No entanto, Sr. Presidente, os demais Deputados que não estão trabalhando nessas Comissões deveriam estar atuando nas demais.

Fico triste em ver que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não votaram até hoje o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma determinação constitucional. Nós, quando tomamos posse nesta Casa, juramos cumprir a Constituição Federal, mas até hoje não votamos a LDO.

Se não cumprimos o nosso trabalho, como queremos que a sociedade tenha uma boa imagem do Congresso Nacional? A população também sabe fazer conta, sabe quantos Parlamentares estão nas CPMIs e que somos mais de 500.

Conclamo os Deputados a enfrentar o importante debate da proposta de emenda à Constituição que o

Presidente Lula enviou a esta Casa para transformação do FUNDEF em FUNDEB. Mais de 40 milhões de estudantes vão ser incluídos e receber tratamento prioritário nas escolas estaduais e municipais. Portanto, temos de discutir e votar essa proposta.

Não podemos usar o argumento da realização de CPMIs para não votar matérias importantes como a que garante às nossas crianças acesso a vaga na educação infantil – a obrigatoriedade não será mais apenas para as crianças de 7 a 14 anos. Não podemos esconder-nos no manto das CPMIs para não fazer o restante do trabalho.

Quem está nas CPMIs está cumprindo seu trabalho. Deve fazer o mesmo quem está na Comissão Mista de Orçamento. Ou seja, devemos cumprir nosso dever constitucional de votar. Muitas pessoas estão esperando que cumpramos nossa função. Depois, não vamos poder reclamar de uma séria de serviços que faltam em nossos Estados e Municípios, porque não cumprimos nosso dever constitucional de vir à Casa e votar os projetos legislativos dentro dos prazos constitucionais. Temos que cumprir o nosso papel, não podemos acomodar-nos e aceitar como normal que as CPMIs funcionem e o restante da Casa esteja paralisado.

Sr. Presidente, venho cobrar de todos a responsabilidade que cada partido nos designou. Quero, inclusive, que a Mesa Diretora da Casa verifique onde estão as Sras. e os Srs. Deputados. Nossos salários continuam sendo pagos. Quero saber se está sendo descontado o salário de quem não está vindo trabalhar.

Voltarei a esta tribuna quantas vezes forem necessárias para denunciar essa imoralidade e cobrar da Mesa Diretora que acompanhe a presença dos Parlamentares.

Não podemos paralisar o País em virtude de CPMIs. Elas têm que continuar fazendo seu trabalho, mas devemos continuar o nosso, no Plenário e nas Comissões.

Muito obrigado.

O SR. JULIO SEMEGHINI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência informa aos nobres Deputados que somente depois das 15h15min concederá a palavra àqueles que quiserem dar como lidos seus pronunciamentos.

Deputado Julio Semeghini, no momento próprio, terei prazer muito grande em conceder a palavra a V.Exa.

O SR. JULIO SEMEGHINI – Voltarei, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Antenor Naspolini.

O SR. ANTENOR NASPOLINI (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que estão sintonizados na *TV Câmara*, venho falar sobre esperança num momento em que os brasileiros sentem que ela é seqüestrada pela corrupção e pela mentira.

Ocupo a tribuna para falar sobre esperança, em particular das crianças de Angola. Estive recentemente, em missão oficial, naquele país africano, onde participei de fórum sobre a criança e o adolescente angolanos.

Ontem, esta Casa realizou sessão solene em homenagem aos 20 anos do Projeto Criança Esperança. Tive a honra de representar o PSDB na oportunidade, quando apresentei pronunciamento do partido e meu depoimento pessoal, como sócio fundador do Projeto.

Hoje, vou falar sobre o que está acontecendo em Angola, país irmão. O Brasil foi a primeira nação a reconhecer a independência de Angola, que passou 30 anos em guerra e registra a terceira mais alta taxa de mortalidade infantil do mundo: de cada mil crianças que nascem, 250 não comemoram seu primeiro aniversário.

Mas lá também há esperança. No ano passado, foi realizado o primeiro fórum sobre a criança de até 5 anos. Neste ano, foi feito outro, para avaliar o resultado do primeiro e para avançar, tendo como lema *A Criança Toda e Todas as Crianças*. Esses fóruns tiveram o apoio fundamental das Nações Unidas, por intermédio do UNICEF, organismo presente naquele país com muita força e muito bem coordenado pelo Sr. Mário Ferrari, que já trabalhou no Brasil.

Por parte do Governo, há o desempenho extraordinário do Ministro da Ação Social, João Batista Kussumua, que coordenou o grande fórum nacional. Começou no ano passado, com 6 Ministérios, e atingiu praticamente todo o Governo angolano, tendo inclusive seu Presidente da República se manifestado especificamente sobre o tema.

O trabalho hoje desempenhado em Angola tem o apoio das Nações Unidas e de muitas agências bilaterais. O Brasil, o primeiro país, repito, a reconhecer a independência de Angola, deve estar presente apoiando aquela nação irmã.

Tive também oportunidade de me entrevistar com Deputados na Assembléia Nacional, informando o que acontece aqui com relação à criança, especialmente sobre a frente parlamentar para defender os direitos da criança. Na ocasião, lancei a idéia de criarmos uma frente nos países lusófonos, que teve plena aceitação dos Deputados angolanos. Pedi-lhes, inclusive, que o primeiro encontro acontecesse no Brasil.

Sr. Presidente, peço que se incluam nos Anais da Casa os documentos básicos aprovados nos fóruns do ano passado e deste ano que encaminho à Mesa e que se dê ampla publicidade a eles.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é importante, acima de tudo, que haja intercâmbio maior entre esta Casa e a Assembléia Nacional de Angola. Os 2 países têm muito a aprender e a cooperar um com o outro.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

COMPROMISSO ENTRE O GOVERNO DE ANGOLA, AGÊNCIAS E PARCEIROS SOCIAIS SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA EM ANGOLA

PREÂMBULO

O Fórum Nacional sobre Cuidados e Desenvolvimento da Primeira Infância em Angola, realizado na cidade de Luanda nos dias 14, 15 e 16 de junho de 2004, promovido pelo Governo de Angola sob a Coordenação do Ministério de Assistência e Reinserção Social com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e com a participação de Órgãos Governamentais, Parceiros Sociais (ONG, Igrejas e Associações) e Organismos Internacionais, teve como objetivos:

a) chamar a atenção dos órgãos de decisão de políticas sociais, dos formadores de opinião nacional e de toda a sociedade angolana, sobre as necessidades e direitos da criança na primeira infância e da importância fundamental desta etapa na construção do futuro de Angola;

b) Desenhear um processo conducente à elaboração de uma “Política Nacional para a Primeira Infância”, assente numa análise geral da situação da criança angolana, estabelecendo prioridades para planos de ação, definindo responsabilidades, programas e projeto, explicitando mecanismos de coordenação e avaliação e, definindo os recursos e fontes de financiamento.

Os trabalhos foram desenvolvidos em duas Sessões Solenes, (com a presença de Embaixadores acreditados em Angola e o Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas), quatro Sessões de Comunicação de Temas, seis Grupos de Trabalho e uma Sessão Plenária, contando com 344 participantes das seguintes entidades:

a) Ministérios/Organismos Promotores (110);

b) Vice-Governadores: Esfera Social e Económica (18);

c) Diretores Provinciais do MINARS(18)

- d) Chefes de Secções Provinciais da 1ª Infância (18);
 - e) Órgãos da Administração do Estado (10);
 - f) Instituições Autônomas do Estado (14);
 - g) Instituições de Utilidade Pública (10);
 - h) Igrejas/Instituições Religiosas (30);
 - i) ONG Nacionais (46);
 - j) ONG Internacionais e Agências de Desenvolvimento Multilateral da ONU (40);
 - k) Órgãos de Comunicação Social Estatal e Privado (20);
 - l) Partidos com Assento no Parlamento (10).
- Os presentes assumiram um compromisso público que se traduz no seguinte:

CONSIDERANDOS

1. Considerando que a República de Angola emergiu de quase três décadas de guerra civil que teve um profundo impacto negativo no desenvolvimento nacional e em especial na sobrevivência e no desenvolvimento da criança na primeira infância – estimada em 4 milhões, ou seja 23% da população total do país;

2. Atendendo que a taxa de mortalidade de menores de cinco anos de idade estimada em 250 óbitos por cada 1.000 crianças nascidas vivas é a terceira mais alta do mundo, significando a morte de cerca de 181.000 crianças por ano;

3. Tendo em conta que as principais causas diretas da elevada mortalidade de crianças são a malária, as infecções respiratórias agudas, doenças diarreicas agudas, o sarampo e o tétano neonatal –doenças de relativa facilidade na sua prevenção ou tratamento em nível dos serviços de atenção primária de saúde e mediante melhores práticas e cuidados em nível das famílias;

4. Dado que a desnutrição crônica afeta a 45% das crianças menores de 5 anos de idade, sendo considerada causa associada de morte em dois de cada três óbitos deste grupo etário;

5. Considerando que apesar dos avanços ocorridos recentemente, ainda é baixa a cobertura a nível nacional da vacinação da criança, a saber:

- a) DTP 46%;
- b) Sarampo 62%;
- c) Tuberculose 73%;
- d) Tétano neonatal 72%;
- e) Pólio 45%;
- f) Febre Amarela 52%;

6. Atendendo que apenas 14% das crianças com menos de 4 meses de vida são exclusivamente amamentadas, fato que pode prejudicar a criança nos aspectos de saúde, nutrição, estimulação e afeto;

7. Dado que 46% das mulheres com mais de 14 anos não sabem ler uma carta ou um jornal, o que

influencia negativamente nos cuidados necessários à sobrevivência da criança, ao seu desenvolvimento e no desempenho escolar dos filhos;

8. Tendo em conta que apenas 7% das crianças de três a cinco anos freqüentam um programa educacional organizado para a Primeira Infância, como creches, pré-escolar, centros infantis, Programa Infantil Comunitário (PIC) e Programa de Educação Comunitária (PEC);

9. Considerando que:

a) apenas 29% das crianças menores de 5 anos têm Registro de Nascimento;

b) 38% da população não usa água extraída de uma fonte segura;

c) o vírus do SIDA alastra-se vertiginosamente, ameaçando deixar uma legião de órfãos;

10. Dado que essa guerra silenciosa está a dizimar muita criança e a deixar muitas outras com seqüelas para o resto da vida – uma guerra que continua não apenas nas áreas onde houve conflito armado, mas em todo o território angolano, com maior incidência nas áreas rurais sem acesso aos serviços de saúde e nas zonas urbanas altamente aglomeradas e pobres.

11. Atendendo que nenhum planejamento razoável para o desenvolvimento humano pode esperar que passem os anos da infância antes de tomar medidas para proteger os direitos da criança, pois os primeiros anos de vida devem merecer, com máxima prioridade, a atenção de governos no momento em que tomam decisões sobre leis, políticas, programas e orçamentos.

12. Tendo presente que o combate e redução à pobreza começa pela defesa da criança;

13. Dado que o Governo tem responsabilidades e assumiu compromissos em relação à criança angolana perante a comunidade Internacional, nomeadamente no Fórum de Dakar, Metas de Desenvolvimento do Milênio e Estratégia de Redução da Pobreza.

14. Considerando que numa das suas mensagens à Nação, Sua Excelência o Senhor Presidente da República afirmou que é necessário “pôr a criança na agenda nacional como prioridade absoluta, considerando que ela representa o futuro de Angola que poderá estar comprometido, se todos Governo e sociedade, não assumirem o compromisso de garantir os seus direitos imediatamente

O GOVERNO DE ANGOLA, AGÊNCIAS E PARCEIROS SOCIAIS DECIDEM ASSUMIR OS SEGUINTE COMPROMISSOS:

Compromisso nº 1

Melhorar a implementação das ações ligadas ao “Pacote Essencial de Cuidados e Serviços de Saúde

Materno Infantil”, visando a cobertura universal dentro de três modalidades: (1) rede fixa de serviços de saúde públicos, das ONG e Igrejas; (2) equipas avançadas e móveis de saúde para atenção a grupos vulneráveis sem acesso a serviços de saúde e (3) atividades de base comunitária e familiar, visando atingir as seguintes metas no período 2004/2008:

- Reduzir a atual taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos;
- Reduzir a taxa de desnutrição de crianças menores de 5 anos e a taxa de mortalidade materna.

Relançar a estratégia de cuidados primários de saúde como suporte básico para intervenções com ênfase nos aspectos preventivos e de promoção.

Compromisso nº 2

Implementar políticas e ações destinadas à redução da transmissão do vírus do VIH-SIDA de mãe para o filho durante a gravidez, o parto e a amamentação, incrementando:

a) Ações de mobilização social para aumentar os conhecimentos das mulheres sobre os riscos da transmissão vertical e a disponibilidade de centros de saúde com programas de prevenção da transmissão de mãe para filho;

b) Estruturas e serviços sanitários que disponibilizem os serviços de prevenção da transmissão vertical;

c) Acompanhamento das mães soropositivas no cuidado dos filhos e na continuidade do tratamento medicamentoso.

Acelerar a implementação do Plano de Ação para a Criança Órfã e Vulnerável, de forma a promover políticas para a proteção da criança infectada e afetada pelo HIV-SIDA, defendendo seus direitos, apoiando as suas famílias, garantindo acesso aos serviços de cuidados básicos e criando um ambiente de não-discriminação da mesma.

Compromisso nº 3

Expandir e melhorar em todos os aspectos, a educação pré-escolar com alcance para as crianças dos dois aos cinco anos de idade, para garantir que, em 2008, sejam atendidas a nível nacional, no mínimo 30% das crianças dessa faixa etária, com prioridade para as áreas que apresentam maiores dificuldades de se comunicar em língua portuguesa, por meio de:

a) ampliação dos Programas Infantis Comunitários (PIC), Programas de Educação Comunitária (PEC), Centros Infantis e Creches, mobilizando as famílias, os parceiros sociais e autoridades locais para assegurar um desenvolvimento físico, cognitivo e emocio-

nal dentro dos **standars** e direitos reconhecidos para as crianças;

b) ampliação das Classes de Iniciação para atender 30%, de crianças de cinco anos de idade até 2008, melhorando a qualidade da educação, o reforço das competências familiares e a participação dos parceiros sociais e autoridades tradicionais;

c) ampliação da cobertura dos programas destinados a Educação de mães jovens, dando prioridade as mães de crianças da primeira infância;

d) criação de um programa de formação inicial e continuada de educadores infantis.

Compromisso nº 4

Acelerar o processo de reforma da legislação no domínio da criança, de forma a harmonizar a legislação nacional com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e reforçar o quadro de proteção à criança. Por a primeira infância tratar-se de uma etapa crucial no desenvolvimento da criança, no contexto da revisão do Código Penal, agravar a moldura da sanção penal nuns casos, e criminalizar noutros, todos os atos praticados contra essa franja da população, em especial as crianças dos 0 aos cinco anos de idade, que envolvam:

a) violência sexual;

b) ofensas corporais e violência psicológica;

c) homicídio;

d) exposição e abandono;

e) denegação de prestação de alimentos;

f) venda e tráfico;

g) rejeição de paternidade.

Compromisso nº 5

Incrementar medidas favoráveis ao registro de nascimento, incluindo o registro gratuito para criança abaixo dos cinco anos, e expandir os serviços até à base, de forma a assegurar a criança angolana o acesso facilitado e incondicional à cidadania, logo após o seu nascimento.

Compromisso nº 6

Adaptar as medidas pertinentes de caráter político, legislativo e educativo, estabelecendo mecanismos de coordenação multisetorial para prevenir e combater as formas de violência e abusos físicos e psicológicos contra a criança, com particular destaque para:

a) atualizar e impulsionar a implementação do plano nacional de ação adaptado pelo Governo para combate ao abuso sexual de menores, estabelecendo mecanismos de denúncia, proteção e apoio à reintegração das vítimas;

b) reforçar e aplicar as medidas adaptadas pela comissão interministerial de combate ao trabalho infantil.

Compromisso nº 7

Adotar um amplo programa para reforçar as competências familiares relacionadas com a sobrevivência e o desenvolvimento da criança na Primeira Infância, através de:

a) capacitação de pelo menos 50% das lideranças das comunidades, lideranças tradicionais e dos parceiros sociais (organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos e organizações comunitárias de base) em medidas vitais para os cuidados apropriados da primeira infância, incluindo a componente emocional;

b) produção e disseminação gratuita de material educativo, através dos órgãos de comunicação públicos, de canais de comunicação interpessoais e dos parceiros sociais, de formas a tornar disponível a informação que as famílias necessitam para reforçar suas competências relacionadas com a sobrevivência e o desenvolvimento da Primeira Infância;

c) criação de programas de rádio em cada província que contribua para a divulgação de informações edificantes para o desenvolvimento pleno das competências familiares, usando as línguas nacionais;

d) promoção do acolhimento familiar da criança órfã e separada, desencorajando a sua institucionalização, e reforço da capacidade das famílias em garantirem o sustento, proteção e educação da criança acolhida.

Compromisso 8

Desenvolver uma rede de proteção social e de segurança nutricional, com vista a atender as necessidades da criança exposta a insegurança alimentar e assegurar:

a) monitorização da disponibilidade de alimentos apropriados particularmente em zonas e em grupos mais vulneráveis;

b) motivação das famílias e comunidades para adaptar tecnologias baratas e práticas inovadoras;

c) reforço dos programas de fomento pecuário a nível das comunidades rural e periurbana

d) apoio a programas de segurança alimentar e nutrição de base comunitária utilizando processos participativos de planificação e execução.

Compromisso nº 9

Aumentar a vinculação dos órgãos de comunicação social públicos ao desenvolvimento da primeira infância através de:

a) Dedicção de um espaço de tempo da programação para veicular ou publicar temas específicos,

priorizando assuntos ligados a saúde, educação, recreação e direitos da criança e da família;

b) Promoção de ações formativas específicas, em sobrevivência e desenvolvimento da criança.

c) Garantir espaços na rádio, televisão e jornal públicos para que a criança e o adolescente possam livremente mostrar as suas habilidades, expressar as suas opiniões, preocupações e sonhos, estimulando o gosto pela criação artística e participação social e cívica.

Compromisso nº 10

Para garantir a sustentabilidade dos resultados do Fórum, dever-se-á promover sinergias entre as instituições, acompanhar e avaliar o desempenho das instituições do estado e dos parceiros sociais em relação aos compromissos assumidos, devendo-se instituir, os seguintes órgãos:

CONSELHO NACIONAL DA CRIANÇA

Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança (Criança e Adolescente) como órgão de Estado, a criar através de lei aprovada pela Assembleia Nacional, deverá contar na sua composição com dirigentes dos principais órgãos da administração pública que tenham responsabilidade direta com as políticas sociais para a criança e o adolescente, pelos parceiros sociais (ONG, Igrejas e associações) e por pessoas de reconhecida idoneidade para representar as forças sociais comprometidas com a causa da criança.

A localização deste conselho no organograma do Estado deve corresponder ao mais alto escalão, pois suas deliberações devem ter caráter obrigatório para todos os setores e a própria sociedade, esta, com a principal função contribuir na definição da estratégia para a Criança Angolana (dos 0 aos 18 anos), aprovar o Plano Plurianual e ajudar a avaliar o desempenho das instituições do estado angolano no cumprimento das políticas estabelecidas para o efeito.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL

A Comissão Interministerial de Coordenação das ações relacionadas com a Primeira Infância, a ser institucionalizada, deverá desenvolver as suas tarefas por aproveitamento da experiência exitosa da Comissão que organizou este Fórum Nacional Sobre Cuidados e Desenvolvimento da Primeira Infância, devendo participar desta Comissão, representantes, com poder de decisão, dos seguintes Ministérios e Instituto:

- Ministério da Assistência e Reinserção Social
- Ministério da Saúde
- Ministério da Educação;
- Ministério da Família e Promoção da Mulher;
- Ministério da Justiça;

- Ministério do Planejamento;
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Ministério do Urbanismo e Ambiente;
- Ministério da Comunicação Social;
- Ministério da Administração do Território;
- Ministério das Finanças;
- Ministério da Cultura;
- Ministério de Energia e Águas
- Ministério da Juventude e Desportos
- Instituto Nacional da Criança.

Facilitar a participação de parceiros sociais (Organizações Não- Governamentais, Igrejas e Associações) nesta Comissão que terá como objetivo promover sinergias e coordenar as ações relacionadas com a Criança (0/5 anos) para maximizar os resultados de iniciativas complementares e minimizar duplicações e desperdícios desnecessários de recursos humanos, materiais e financeiros.

FÓRUM ANUAL

Realizar, anualmente, um Fórum para avaliar os compromissos assumidos pelo governo de Angola, agências e os parceiros sociais, a decorrer na semana em que se comemora o dia da criança africana.

A CRIANÇA NO ORÇAMENTO-GERAL DO ESTADO

Garantir, no Orçamento-Geral do Estado (OGE), recursos financeiros destinados aos programas e projetos relacionados com a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.

PLANO DE TRABALHO

No prazo de sessenta dias, contados a partir do dia da criança africana (16 de junho de 2004), apresentar ao Conselho de Ministros, através da Comissão Interministerial de Coordenação das Ações Relacionadas com a Primeira Infância um Plano de trabalho para viabilizar os compromissos assumidos pelo Governo e parceiros sociais,

Feito em Luanda, aos 16 de junho de 2004

DIA DA CRIANÇA AFRICANA

NOTA:

Este documento foi lido e aprovado na Sessão Plenária do Fórum e aprovado pelo Conselho de Ministros do Governo de Angola.

COMPROMISSOS SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA EM ANGOLA

II FÓRUM NACIONAL SOBRE CUIDADOS E DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

A Criança Toda e Todas as Crianças

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

I – INTRODUÇÃO

1. O II Fórum Nacional sobre Cuidados e Desenvolvimento da Primeira Infância em Angola teve lugar de 13 a 15 de junho de 2005, na cidade de Luanda, sob o lema “A Criança Toda e Todas as Crianças”. O mesmo foi promovido pelo Governo de Angola, organizado pela Comissão Interministerial de Coordenação das Ações Relacionadas com a Primeira Infância e coordenado pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e com a participação de Deputados, Membros do Governo e do Corpo Diplomático, instituições Governamentais, Parceiros Sociais (Organizações Não Governamentais, Igrejas e Associações) e Organismos Internacionais, tendo os seguintes objetivos:

a) analisar o estado de implementação dos compromissos assumidos no Fórum de junho de 2004 sobre a Primeira Infância em Angola (0-5 anos);

b) refletir e conceber ferramentas conceituais para consolidar e operacionalizar os Planos Setoriais de implementação dos compromissos, estabelecendo as conexões necessárias entre os Planos e Programas setoriais e intersetoriais (nacionais e provinciais) e outros compromissos nacionais e internacionais a favor da Infância;

c) introduzir o processo de reflexão sobre a relação entre a Primeira Infância (0-5) e as outras etapas da vida da criança (6-18 anos) para a formulação de uma Política Nacional para a Criança em Angola.

2. A cerimônia solene de abertura foi presidida pelo Ministro da Assistência e Reinserção Social, em representação de Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro.

3. Durante as sessões de trabalho foram tratados os seguintes temas:

• **Direitos e políticas Públicas para a proteção integral da Infância.**

• **Marco Legislativo para a proteção dos Direitos da criança** (violência, responsabilidade penal, legislação).

• **Esperança de vida dos Angolanos** (Redução da mortalidade infantil, proteção social e segurança alimentar).

• **Educação pré-escolar** (preparação para a escola, estimulação precoce, saúde, nutrição e meio ambiente).

• **Apoio à Família (Competências familiares, apoio do Estado às famílias, promoção de direitos).**

• **Criança no Orçamento Geral do Estado.**

• **Disseminação de informação, mobilização social e participação da criança.**

4. No final dos trabalhos os participantes chegaram às seguintes conclusões e recomendações:

II – CONCLUSÕES

1. São evidentes os esforços desenvolvidos quer pelos Órgãos do Governo e Agências das Nações Unidas, como a nível dos parceiros sociais para a implementação e cumprimento dos compromissos assumidos no I Fórum a favor da proteção e desenvolvimento da criança.

2. A Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Estado Angolano e incorporada na legislação nacional, é o instrumento principal de orientação ética e política para a formulação da Política Nacional a favor da Criança e para a transformação legal, institucional e cultural no processo de construção de uma sociedade democrática, desenvolvida e integrada.

3. A Política Nacional a favor da Criança deve ser o marco orientador e ordenador de todos os programas e todas as ações que o Governo realize a favor da criança nos diferentes setores, órgãos e níveis da administração do Estado.

4. Os direitos e as liberdades fundamentais da criança são inalienáveis e deverão ser colocados como prioridade na agenda política e social do Governo.

5. A Política Nacional para a Criança deve ser orientada pelos padrões internacionais e nacionais de proteção dos direitos da criança, nomeadamente:

- A Convenção dos Direitos da Criança (CDC) e os seus Protocolos Facultativos;
- A Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança;
- Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- As Metas da Cimeira Mundial a favor da Infância;
- Os princípios instituídos na Constituição Angolana;
- O quadro legal aplicável à criança;
- As principais políticas nacionais, estratégias setoriais e planos de ação adaptados a favor da criança.

6. A criança deve ser considerada pelas suas características, potencialidades e direitos perante a família, a comunidade e o Estado, e não pelas suas carências.

7. A prioridade atribuída à sobrevivência e desenvolvimento nos primeiros anos de vida deve ser complementada com a oportunidade de completar uma educação básica de qualidade e de crescimento num ambiente familiar e comunitário feliz, protetor e seguro. Deve-se proporcionar ao adolescente um apoio adequado e equilibrado de modo a desenvolver as suas capacidades

individuais a fim de participar ativa e positivamente na vida da família, sociedade e economia do País.

8. O primeiro círculo de proteção da criança é a família, seguindo-se a sociedade e, em última instância, o Estado.

III – RECOMENDAÇÕES

No Domínio dos Direitos, Políticas Públicas e Proteção da Criança

9. Que se incremente medidas favoráveis ao registo de nascimento gratuito para a criança menor de cinco anos, devendo existir, para o efeito, uma forte parceria entre o Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Administração do Território, Ministério da Família e Promoção da Mulher, Instituto Nacional da Criança, bem como autoridades tradicionais, Igrejas e outros.

10. Que se procure evitar a utilização de estereótipos tais como “crianças de rua”, que podem conduzir ao isolamento das crianças em vez de integrá-las dentro das políticas sociais universais, para evitar a estigmatização na implementação de programas focalizados. O princípio a ser observado será o de enquadrar as necessidades especiais no contexto de *todas* as crianças, numa perspectiva integradora e sem distinção.

11. Que se apóie e se encoraje os pais e as comunidades a assumirem a iniciativa nos processos relativos à vida das suas crianças. Para tal, deverão ser reforçadas as capacidades e competências das famílias em assegurar que as crianças tenham os cuidados, segurança e proteção necessários para que possam crescer e desenvolver-se. Paralelamente, os sistemas tradicionais de solidariedade e apoio social deverão ser favorecidos.

12. Que se reforce o papel de fiscalização da legalidade na aplicação da Convenção dos Direitos da Criança, bem como a criação de redes provinciais de proteção e a expansão dos Comités Municipais de Proteção dos Direitos da Criança.

13. Que se reforce os mecanismos de fiscalização da aplicação da lei com especial atenção para a Lei Geral do Trabalho e legislação complementar, no que concerne;

- Proteção na maternidade;
- Acesso de menores a estabelecimentos noturnos e casas de espetáculos;

Venda e consumo de tabaco e bebidas alcoólicas, prostituição e outros.

14. Que se implemente medidas de prevenção criminal previstas na Lei nº 9/96, de 19 de Abril, sobre o Julgado de Menores, com prioridade para a prestação de serviços à comunidade.

15. Que se crie centros de internamento de menores em conflito com a lei.

II. No domínio do Melhoramento dos Serviços Sociais Básicos e Segurança Alimentar

16. Que se reafirme a vigência dos 10 Compromissos assumidos pelo Governo, Agências e Parceiros Sociais no I Fórum Nacional sobre Cuidados e Desenvolvimento da Primeira Infância em Angola.

17. Que se lance o processo para a identificação das ações prioritárias para as crianças com idades de 6 a 18 anos, nos seguintes domínios estratégicas:

- Universalização da educação primária de qualidade;

- fortalecimento de mecanismos de proteção das crianças contra a violência, o abuso, a exploração, a discriminação, e o impacto do VIH/SIDA;

- estímulo e erradicação progressiva do trabalho infantil e da exploração económica das crianças;

- formação e educação para os adolescentes fora do sistema de

- ensino, em formação básicas para a vida, e em habilitações que os preparem para o mundo do trabalho e a vida coletiva;

- reforço e expansão da educação secundária de qualidade;

- intensificação do programa de luta contra o 1-11V/SIDA;

- reforço do sistema de justiça juvenil baseado na responsabilidade dos adolescentes e acompanhado das garantias de proteção das liberdades fundamentais;

18. Que se aproveite as boas práticas e experiências locais de educação e

cuidados na Primeira Infância que, facilmente possam ser replicadas,

e se mobilize as comunidades no aproveitamento dos recursos locais

a favor da criança.

19. Que se implemente programas para mães adolescentes, no sentido de desenvolverem competências familiares e se promova a integração de crianças com necessidades educativas especiais nos programas para a Primeira Infância

20. Que se realize ações de formação continua de vigilantes e educadores de Infância e se promova a troca de experiências entre os diversos atores que realizam programas de cuidados e desenvolvimento da Primeira Infância.

21. Que se facilite o acesso às políticas da redução da pobreza através de um conjunto de ações, tais como:

- Promoção de emprego e auto-emprego;
- Fomento agro-pecuário;

- Melhoramento dos Serviços sociais básicos (habitação,

- educação, saúde, comércio, transportes);

- Reforço da segurança alimentar e nutricional das famílias;

- Formação de agentes comunitários.

III. No Domínio da Dissertação da Infância

22. Que se reforce a divulgação das informações relativas às estratégias de base, particularmente, o direito das famílias à proteção social.

23. Que se incremente a recolha, análise e divulgação de dados para monitorizar a situação das crianças.

24. Que desenvolva estratégias de advocacia, comunicação, mobilização social e de comunicação interpessoal efectivas a nível das comunidades.

25. Que se realize um estudo sobre competência familiar, a nível nacional, bem como a divulgação de programas de apoio às famílias.

IV. No Domínio do Reforço da Coordenação

26. Que o Ministério da Assistência e Reinserção Social, Ministério da Família e Promoção da Mulher, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Ministério do Interior e o Instituto Nacional da Criança (INAC) desempenhem um papel preponderante na coordenação e implementação das ações em prol da criança.

27. Que se reforce os mecanismos de coordenação entre os Órgãos e os atores sociais para formulação de uma Política Nacional para a Criança.

28. Que se crie o Conselho Nacional da Criança como órgão de consulta do Governo, cuja composição inclua dirigentes dos principais órgãos da administração pública que tenham responsabilidades diretas com as políticas sociais da criança bem como seja integrada também por parceiros sociais.

29. Que se reflita sobre os mecanismos de ordenamento institucional, de modo que se tome mais viável e coesas as funções, competências e responsabilidades de todos os atores sociais, visando melhorar a articulação na implementação das ações a favor da criança em Angola.

30. Que se realize o Fórum sobre a criança, de dois em dois anos, antes do balanço do Programa do Governo para avaliar os compromissos assumidos no evento anterior, dando lugar a maior acompanhamento das ações e atividades dos diferentes sectores.

V. No domínio do Orçamento Geral do Estado

31. Que se garanta, no Orçamento Geral do Estado (OGE), recursos financeiros destinados aos programas e projetos relacionados com a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.

32. Que as atividades em prol da criança, identificadas nos Planos de cada Órgão do Governo Central e Provincial, constem nos seus respectivos orçamentos.

Feito em Luanda, aos 15 de Junho de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Magalhães.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PFL-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é de estranhar que o Presidente da República, em vez de administrar o País, vá ao palanque dizer ao povo algo em que já não acredita. O Governo Lula, antes da esperança, hoje é da tristeza, da vergonha.

Sr. Presidente, estamos diante de um quadro extremamente triste e de uma situação delicadíssima. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está preocupado em concitar o povo, que já não o ouve e não o atende, devido à decepção que causou aos que lhe proporcionaram o maior número de votos em uma eleição neste País.

Nosso governante já criou até a figura do embaixador privado. Em vez de concitar o povo, o Presidente Lula deveria esclarecer as denúncias que enlameiam seu Governo, como o caso Portugal Telecom, os saques, os mensalões, o IRB.

Exmo. Sr. Presidente da República, em vez de concitar o povo brasileiro, que já não o ouve, venha a público dar-lhe explicações. V.Exa. as deve.

Sr. Presidente, este Governo se afoga na corrupção e perde o respeito do povo brasileiro, que espera as eleições para dar-lhe a maior derrota que um homem público já teve no Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a que situação chegamos, para o Presidente da República dizer, no palanque, que o povo vai ter que o engolir. O povo não o vai engolir; o povo já não o agüenta mais. Até aqueles que o cercavam já não querem mais sua companhia.

Essa turma que formou a maior quadrilha da história política deste País está precisando de guarida, para que não sejam todos algemados em fila e encaminhados para a cadeia. Não adianta o Presidente da República querer culpar a imprensa. Ela não tem culpa. A imprensa tem de noticiar, esclarecer, mostrar aos brasileiros em que mãos o nosso País está.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejo-me obrigado a dizer ao povo brasileiro que o Brasil já não agüenta mais. O Presidente da República deve fazer uma reflexão, olhar para o passado e ver que esse espírito golpista não cabe no País. Não vamos aceitar tentarem, com esses artifícios, buscar esse golpe maléfico para o Brasil, que só vai beneficiar a ele e àqueles que o cercam.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CAMBRAIA (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há mais de 10 anos tramitam no Congresso Nacional projetos de lei, proposições sobre a reforma política. Chegou o momento de essa reforma ser implantada no sistema eleitoral brasileiro.

Muitos acham que a hora de sua implantação não é esta, devido à crise que o Brasil atravessa e que abrange tanto o Poder Executivo quanto o Poder Legislativo. Penso exatamente o contrário: devemos fazer uma reforma política que dê ao eleitor, ao cidadão brasileiro, aos políticos, aos candidatos a certeza de um processo que levará aos diversos Parlamentos e Governos homens e mulheres vocacionados para a coisa pública, para o bem comum, para a política.

Vamos encontrar a forma de fazê-lo. Há diversos projetos nesta Casa e no Senado, aprovados em diversas Comissões, até em Comissões Especiais, que podem perfeitamente, em curto prazo, servir de base para que a reforma seja brevemente aprovada.

Em reunião de bancada do PSDB, surgiu até a idéia de uma emenda constitucional que estendesse o prazo limite para aprovação de qualquer modificação na lei eleitoral para mais adiante, a fim de que houvesse tempo de implantar a reforma política. Isso porque já há consenso nacional de que como está não pode ficar.

Acredito que muitos de nós não se candidatarão nas próximas eleições, a permanecer esse sistema, porque ele não é justo, não é equânime, não corresponde aos interesses daqueles que desejam se candidatar, nem da população brasileira, nem do eleitor.

A reforma política vai trazer segurança e garantia de que aqueles em que os eleitores votarem serão seus verdadeiros representantes e estarão defendendo os interesses da população. Assim, certamente teremos um Brasil melhor.

Talvez não ocorresse todo o processo de corrupção que foi criado, ampliado e aperfeiçoado a partir deste Governo, se houvesse uma forma diferente de fazer política e de eleger os representantes.

Por mais que o partido do Governo e os partidos da base insistam em dizer que não existe nada, as evidências são tão grandes que ninguém mais, neste País, duvida de que nunca houve tanta corrupção na República como agora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, gostaria de ler uma nota dos servidores públicos que se encontram em greve.

Diz ela:

“Os trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência iniciaram uma greve no dia 2 de junho, atingindo hoje 64 dias, por uma pauta salarial que reponha as perdas salariais, no mínimo, do Governo Lula, no percentual de 18%, e estruturação das carreiras do Seguro Social (INSS) e da Seguridade Social (Ministérios da Saúde e do Trabalho, Emprego, DRTs).”

A realidade do movimento acabou por estabelecer greves setoriais no serviço público, a que os trabalhadores da Seguridade Social e do IBGE aderiram nacionalmente, exigindo do Governo negociação e forçando-o a apresentar uma proposta oficial para os setores da Seguridade Social e também para o IBGE.

Os trabalhadores, em seus fóruns, entenderam que a proposta é insuficiente e que precisa ser melhorada e estendida a aposentados e pensionistas. Diante desse fato, o Governo suspendeu as negociações no dia 22 de julho. Assim, faz-se necessário e imperioso que se retome o processo de negociações.

Os últimos encaminhamentos da categoria vão no sentido da manutenção da greve, com o objetivo de exigir o estabelecimento de um processo de negociação que aponte definitivamente para uma contraproposta concreta por parte do Governo.

A greve no IBGE, órgão que compõe a carreira de Ciência e Tecnologia, iniciou-se no dia 7 de julho, e hoje atinge 28 dias e abrange 14 Estados da Federação. No Rio de Janeiro, onde se concentra a metade dos trabalhadores desse órgão, o movimento envolve quase 80% da categoria”.

Eles se referem à pauta de reivindicação e continuam dizendo que não há avanço nas negociações:

“O Governo, através da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, até o momento não apresentou nenhuma contraproposta e afirma, intransigentemente, que qualquer proposta econômica para os servidores da carreira será apresentada apenas dia 27 de setembro”.

Sr. Presidente, talvez eu seja um dos Parlamentares mais leais ao Presidente Lula. Sou defensor desse projeto e acredito piamente que o nosso Governo haverá de enfrentar todos esses desafios com muita sabedoria e sinceridade. Entretanto, quanto a algumas questões, não posso ficar quieto.

Hoje pela manhã, reuni-me com os servidores públicos, representados pela FENASPS e pela ASSIBGE, e com todos os membros dos comandos nacionais de greve. Eles fizeram um relato da situação que estão vivendo.

Quero, neste momento, fazer um apelo ao Presidente Lula, ao meu Governo. Os servidores públicos, uma das categorias mais importantes deste País, para prestar bom atendimento à comunidade, devem também ser atendidos em relação aos planos de carreiras e à reposição salarial. Se não for possível dar a eles o que pedem, que pelo menos se discuta projeto que possibilite que o retorno ao trabalho se dê de maneira honrosa para todas as partes.

Tivemos uma reunião, da qual participaram também o Deputado Tarcisio Zimmermann, meu colega de bancada, e o Deputado João Fontes. Chegamos ao entendimento de que deveremos buscar o Governo pelo meio oficial – ou seja, por intermédio do Ministério do Planejamento. No entanto, como fui representante dos trabalhadores durante toda a minha vida e sei que é de fundamental importância a solução de um conflito, quero repetir meu apelo: se não for possível ao Governo atender ao que os trabalhadores pedem, deve pelo menos respeitá-los, tomar assento à mesa e negociar com eles até à exaustão. É preciso discutir um projeto que signifique o entendimento. Vou levar à minha bancada, querido Deputado Luiz Sérgio, essa reflexão, para que ajudemos na solução do problema.

Sr. Presidente, aproveite a oportunidade para registrar a presença, no Congresso Nacional, do jovem Conselheiro Sagar Karahe, que nesta semana tomou posse no Conselho Nacional da Juventude. Ele foi candidato a Vereador pelo meu partido, em São Bernardo do Campo. É um jovem de princípios e dignidade. Depois de visitar o Congresso Nacional, vai ao Palácio do Planalto. Saúdo esse nosso companheiro. Nossa juventude tem o que comemorar.

Ao encerrar, faço um apelo aos Deputados no sentido de que votemos o projeto que dispõe sobre o FUNDEB. Há compromisso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, nesse sentido. A luta pela universidade, pela escola pública básica de qualidade está diretamente ligada à juventude brasileira.

Minha saudação aos servidores públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Líder da Oposição, é meu dever

assomar à tribuna para tratar das dificuldades por que passa o Governo do Presidente Lula. Vou dedicar parte do meu discurso aos problemas enfrentados pelo Governo do PT, mas também não posso deixar de falar das dificuldades que esta Casa enfrenta.

Peço permissão para fazer referência a um discurso proferido por Carlos Lacerda, na sessão do dia 4 de julho de 1955, até para tornar um pouco mais descontraído este meu pronunciamento e para sustentar a tese que vou defender.

Carlos Lacerda começa pedindo ao Presidente a prorrogação da sua fala por 15 minutos. Não vou fazer o mesmo pedido a V.Exa., Sr. Presidente. Quero apenas 2 ou 3 minutos, não mais do que isso. Em seguida, S.Exa. pede para não ser aparteado. Seria muito conveniente que eu pudesse ser aparteado pela Liderança do Governo, que simplesmente não comparece mais às sessões plenárias do Congresso Nacional nem faz com que sua base compareça.

Logo após Carlos Lacerda ter pedido para não ser aparteado, Último de Carvalho solicita um aparte. Responde ele: *“Estou acabando de pedir ao Sr. Presidente para que não haja aparte durante a exposição da minha tese, e o nobre Deputado de Minas Gerais começa a interromper e pedir um aparte”*. Último de Carvalho retruca: *“É justamente para não interromper V.Exa. que peço o aparte neste momento”*. Em seguida, Carlos Lacerda diz: *“Sr. Presidente, vou abrir uma exceção, em homenagem a Minas Gerais, concedendo um aparte a Último de Carvalho”*. Último de Carvalho diz o seguinte: *“Nobre Deputado, ouvi pela televisão uma palestra de V.Exa. em que se refere a esta Câmara – Câmara dos Deputados. Faço votos para que tenha ouvido mal. Queria que V.Exa. dissesse se por acaso ouvi mal, quando declarou que a maioria desta Casa era composta de corruptos e corruptores”*. Carlos Lacerda, imediatamente, respondeu: *“V.Exa. ouviu mal e interpretou pior ainda. Quanto à capacidade auditiva de V.Exa., dirija-se ao Telex, que é, pelo que sei, o centro que cura surdez”*.

Carlos Lacerda, naquele momento, queria tratar das dificuldades momentâneas da Câmara dos Deputados. Isso em 1955. Hoje, não podemos admitir a mesma tese de 1955 de que a Câmara dos Deputados é composta de corruptos e corruptores e por isso não funciona. Isso não é verdade. Alguns companheiros podem não merecer estar entre nós.

Temos de prosseguir nas investigações das Comissões Parlamentares, mas precisamos continuar trabalhando. Para isso, Sr. Presidente, venho à tribuna, depois de ter conversado com alguns Deputados da Oposição e da Situação – inclusive, a idéia original foi do Deputado Alexandre Santos, do Rio de Janeiro –,

defender a proposta de que, na próxima terça-feira, às 15h, independentemente de o Governo querer ou não, estejamos aqui, Oposição e Governo, Lideranças da Oposição e Liderança do Governo, para retomar as votações.

Isso é para o bem da Casa, para o bem da democracia, para o bem das instituições. Vamos deixar as CPIs funcionando. Elas estão cumprindo o seu papel. Mas não podemos passar a idéia de que o Parlamento não tem autoridade para funcionar.

O Congresso Nacional tem autoridade para avaliar, inclusive, o Governo do Presidente Lula, as eventuais representações apresentadas contra Deputados. Não as graciosas – algumas foram graciosas e devem ser liminarmente rejeitadas –, mas aquelas que tiverem substâncias.

O Governo do Presidente Lula está sendo remodelado. A cada denúncia, os seus integrantes caem. A última foi do Secretário-Executivo do Ministro Ciro Gomes, de que recebeu 1 milhão. Isso coloca sob suspeita a transposição do São Francisco, que é a única obra que o Governo Lula diz que vai executar no Nordeste. Trata-se de obra sem viabilidade econômica, sem viabilidade social, sem suporte ambiental. Ela está eivada de suspeição, porque o homem que comandava o processo, ao lado do Ministro Ciro Gomes, já recebeu antecipadamente 1 milhão de reais. No mínimo, tem de haver investigação dos fatos e paralisação da obra.

Sr. Presidente, não posso deixar de mencionar o clima em que vivemos. A própria agenda do ex-Ministro José Dirceu, fornecida pelo Governo, desmente o que ele disse. Isso é o que diz o jornal *O Globo*. Logo em seguida, o Presidente da República demonstra que está no limiar da anormalidade psicológica, ao dizer: *“Eles vão ter de me engolir outra vez!”*

Que coisa horrível! O Presidente da República, o homem que foi eleito pelo povo brasileiro, acha que tem o direito de dizer na terra de V.Exa., no meu Pernambuco – V.Exa. sabe que sou cidadão pernambucano, com muito orgulho –, que vamos ter de engoli-lo.

Ora, não somos contra a possibilidade de Lula disputar a reeleição, mas não temos dúvida de que não será reeleito.

As Esquerdas brasileiras foram traídas por Lula. Eu não fui traído, pois não votei nele. Foram traídos aqueles que confiaram nele – quase 70% da população brasileira.

“Vão ter de me engolir”, afirma Lula, na *Folha de S.Paulo*. Ora, S.Exa. não percebe que ninguém está fazendo nada contra ele? Quem conspira contra Lula são os seus atos, são os atos dos seus Ministros, é o fato de o ex-Ministro Antônio Mexia, do Governo

português, ter declarado que recebeu o Sr. Valério, o grande corruptor de Minas Gerais – e não digo isso como forma de desprestígio ao Estado de Minas; poderia ser baiano ou de qualquer outro lugar, mas ele é o homem que opera o caixa 2 do Governo Lula e do PT –, como consultor do Presidente do Brasil. É isso que ele tem de explicar. Será que o povo vai querer um presidente que já não inspira confiança nas fronteiras do País nem fora delas?

Presidente Lula, pode disputar a eleição. V.Exa. não vai vencer. Se o povo brasileiro tiver esse infortúnio, continuaremos na trincheira democrática, fazendo oposição a V.Exa. Respeite as oposições, assim como estamos respeitando V.Exa. Respeite o povo brasileiro, porque um dia ele acreditou em V.Exa.

Muito obrigado, Presidente Inocêncio Oliveira.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico a V.Exa e a todos os pares que estou dando entrada a 13 requerimentos de informações. Espero que não vejam nisso nenhuma perseguição, embora hoje o 13 possa ser considerado um número cabalístico.

Esses requerimentos são dirigidos à Casa Civil, aos Ministérios da Agricultura; das Cidades; das Comunicações; da Defesa; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Educação; da Fazenda; de Minas e Energia; da Saúde; do Planejamento; dos Transportes; e da Integração Nacional.

Solicito aos respectivos Ministros de Estado informações concernentes à composição, aos mandatos e aos valores pagos aos Conselhos de Administração, Conselhos Diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.

Sr. Presidente, com isso, estou apenas colocando em prática o que estabelece o art. 49, inciso X, da Constituição brasileira, que nos incumbe da fiscalização e do controle dos atos do Poder Executivo, incluindo as entidades da administração indireta. É muito importante que isso seja feito neste momento em que se percebe um arcabouço de corrupção envolvendo o Governo Lula da Silva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alceu Collares.

O SR. ALCEU COLLARES (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde 2003, temos tido a oportunidade de usar a tri-

buna, de falar no rádio, na televisão, quando possível, para denunciar a extraordinária traição praticada pelo Governo Lula e pelo PT contra a Nação brasileira.

Em 2003, por várias vezes, nesta Casa, fizemos críticas construtivas ao Governo Lula. Perguntamos a S.Exa. de onde tirou o Sr. Henrique Meirelles e por que, no Ministério da Fazenda, só Antonio Palocci é do PT. Todos os técnicos são diretamente ligados ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. Prova disso é a vinda do cidadão Murilo Portugal, homem da confiança do Malan e também da sala e da cozinha de Fernando Henrique Cardoso, que saiu do Ministério da Fazenda e foi para o Fundo Monetário.

Com o risco que corre Henrique Meirelles de sofrer punição por meio de sentença do Supremo Tribunal Federal, Murilo Portugal já foi designado pelo Sistema Financeiro Internacional para ser o segundo homem de Palocci e, posteriormente, Presidente do Banco Central.

Defendemos a tese de que a traição é uma forma requintada de corrupção. Durante a campanha, os petistas prometeram um mundo novo, mas agora, no poder, estão traindo o povo, atingindo-o com a violência da corrupção. A única nesga de credibilidade de Lula e do PT eram a ética, a moralidade, a decência e a dignidade. Fomos embalados pelo sonho de um discurso absolutamente mistificador. Mas caiu a máscara daqueles que prometeram mudar o País.

Desta tribuna, eu disse: *“Olhem o Fernando de La Rúa, na Argentina; olhem o Leonel Jospin, na França; vejam o resultado do Lech Walesa, na Polônia. Todos traíram o povo. Por quê? Porque seguiram o sistema monetarista internacional”*.

Com Henrique Meireles, temos o maior juro, a maior carga tributária e a maior dívida do mundo – em 1991, ela era de 53 bilhões; hoje, é de 1 trilhão e 71 bilhões. Sabem quanto pagamos de juros? Mais de 1 trilhão de reais. Mas não conseguimos abater um centavo da dívida.

Denunciei o PT por ter 2 movimentos internos: um revolucionário – o MST e setores revolucionários da CUT; e outro reformista, formado pelos Deputados com os quais o Governo não está bem, porque têm consciência de que ele está traindo a Nação brasileira. Waldomiro foi exatamente a bomba de efeito retardado que caiu no peito do pensador. Aliás, um dos poucos pensadores do Governo Lula. Foi José Dirceu quem pensou na estrutura do PT; quem montou o Governo para Lula, que o governou durante 30 meses. Em seu peito rebentou a bomba de Waldomiro Diniz. Depois disso, surgiram corrupções em cima de corrupções. O salário mínimo, o desconto da pensionista e o desemprego continuam iguais.

E a economia, como vai? Vai bem para uma minoria do sistema financeiro internacional e nacional especulativo e volátil. Para o povo, vai muito mal.

Sr. Presidente, há um perigo em preparação. Lula deixou o PT. Lula não é mais do Partido dos Trabalhadores. Lula jogou-se definitivamente, de corpo e alma, nos braços da Direita. E ele que se queixa da elite! Mas não há perigo de golpe da elite, porque ela está efetivamente com o Governo Lula.

Lula está desesperado, porque ninguém no Brasil acredita que ele não tenha conhecimento do que ocorre. Ou S.Exa. sabia dos fatos e cometeu crime de prevaricação, porque não tomou as medidas devidas, ou não sabia, numa atitude que beira a idiotice.

S.Exa. coloca um boné do MST, invade a propriedade, está seguindo a orientação de Antonio Gramsci, que faz parte desse grupo do pensamento marxista-leninista, que efetivamente foi bom em determinado momento para a estrutura econômica, mas está totalmente ultrapassado. O Presidente Lula, consciente ou inconscientemente, diz não saber de nada do que se passa no Governo. Na minha opinião, S.Exa. está fazendo isso inconscientemente. Vá se preparando, Presidente, pois querem dar um grande golpe nas instituições.

O Sr. Lula, atualmente, está descendo aos movimentos sociais e sindicais, onde sempre teve amparo, embora tenha traído os trabalhadores. Mas é onde tem um pouco de popularidade. Está concitando-os à luta para resistir, porque está provado que S.Exa. está absolutamente comprometido, principalmente com a história de Portugal. Lula sabia de tudo e praticou crime de prevaricação. No entanto, disse aos insatisfeitos: *“Terão de me engolir de novo”*. Chega a ser uma besteira homérica, amazônica.

Sr. Presidente, já vimos esse filme. A tentativa de desmoralizar a elite, como fez a Polícia Federal, em alguns setores, pegando a Daslu e a Schincariol, para mostrar ao trabalhador que o Governo está batendo neles, é uma mentira da história.

O MST diz que, se quiserem mexer com Lula, eles vão às ruas. Só que não vão encontrar amparo, não vão encontrar proteção, não vão encontrar qualquer correspondência. O povo é que vai às ruas dizer que chega de Lula, chega de mentira, chega de mistificação, chega de falsidade, chega de corrupção! Nós não agüentamos mais!

Lamentavelmente, Lula faz com que a Nação perca um extraordinário momento histórico de um grande partido popular. Ele enterrou o PT e agora está de braços dados com a Direita.

Sr. Presidente, estamos cansados de ver esse golpe. Ocorreu em 1964, e antes mesmo dessa época;

em 1945; em 1954. Lula tem de ser condenado, porque não pode haver presidente ignorante, despreparado, incompetente, insensato e pseudo-revolucionário, porque nem isso ele sabe fazer. Sabem por quê? Porque José Dirceu pensava por ele.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Esta Presidência tem o prazer de anunciar a presença em plenário do ilustre Prefeito de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, Sr. Paulo Mac Donald Ghisi, que está acompanhado do nobre Deputado Vitorassi.

A Presidência deseja-lhe boa estada em Brasília e que consiga os recursos necessários ao desenvolvimento socioeconômico daquela importante cidade. As Cataratas são um cartão-postal pela beleza natural, sendo referência nacional e internacional.

A Presidência cumprimenta o ilustre Prefeito, esperando que S.Exa. consiga realizar todas suas aspirações para o bem-estar do seu povo e o desenvolvimento daquela importante cidade.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PTB-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero dizer ao nobre Deputado Alceu Collares que prefiro vê-lo como defensor da legalidade democrática. Afirmo, ainda, que aprendi muito com S.Exa.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que determine a transcrição nos Anais da Câmara dos Deputados do artigo do Prof. Manoel Cabral Machado, publicado no *Jornal da Cidade*, de Aracaju, em homenagem ao centenário do meu ex-professor de Introdução à Ciência do Direito, Dr. Luiz Pereira de Melo, da Universidade Federal de Sergipe.

Peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Luiz Pereira de Melo, professor e magistrado
Por Manoel Cabral Machado – ex-Vice Governador

No dia 30 de maio deste ano, a Academia Sergipana de Letras comemorou o centenário de nascimento de um dos seus membros e que, se vivo fosse, completaria no mês de maio passado cem anos de existência.

O Presidente da Academia, Anderson Nascimento, para dar o maior brilho às homenagens, constituiu uma mesa-redonda de intelectuais membros do sodalício. E de outros, para discorrerem sobre a personalidade do homenageado, inclusive os seus três filhos bacharéis: Luiz José, Ernesto e Ângelo Pereira

de Melo, tudo sob a coordenação do acadêmico Luiz Antônio Barreto.

A solenidade começou com a fala de Luiz Antônio, como sempre com brilhantismo e proficiência, quando discorreu sobre a personalidade e a vida do desembargador Luiz Pereira de Melo, antes fazendo uma breve revisão da vida intelectual da província. Depois, sucessivamente usaram da palavra os membros da comissão, acadêmicos Wagner Ribeiro, João Oliva Alves, desembargadora Clara Leite Rezende, e o reitor magnífico Jouberto Uchoa.

Afinal, com os agradecimentos da família, o filho Ernesto Melo teceu considerações sobre a pessoa de seu pai, acentuando a vida de trabalho docente do seu progenitor, e que além de magistrado, juiz de São Cristóvão e de Aracaju, e afinal desembargador no Tribunal de Justiça do Estado, até a compulsória. Foi acima de tudo, concluiu, um professor ensinando na Faculdade de Direito até os 70 anos na Universidade Federal de Sergipe, e até mais de 90 na Universidade Tiradentes.

Franqueada a palavra aos acadêmicos, senti-me na obrigação de oferecer algumas considerações sobre o homenageado. A hora já estava tarda e assim, resumindo as minhas análises, manifestei-me também sobre o saudoso acadêmico, até porque fora ele que em belo discurso saudara-me na sessão em que eu mesmo tomara posse na Academia.

Tenho muitas coisas a dizer do acadêmico Luiz Pereira de Melo, sergipano de Aracaju, filho do telegrafista Ernesto Melo, e que com a família numerosa vivera em Maruim, onde seu pai fora telegrafista. Tendo nesse tempo Luiz Pereira de Melo sido colega de escola de Dr. Joel Macieira Aguiar e Edelzio Vieira de Melo. O velho Ernesto Melo, pensando na educação dos filhos, conseguiu transferência para Salvador. E em Salvador o próprio Luiz Melo, já conhecendo o manejo dos aparelhos usados no telégrafo, fez concurso, sendo admitido no correio e telégrafos, como telegrafista. Em Salvador, Luiz Melo e seus irmãos passaram a estudar nas faculdades de Direito, Medicina e engenharia.

Luiz Pereira de Melo, pela sua capacidade de fazer amigos e dedicar-se aos estudos, veio a se tornar um cônsul de Sergipe em Salvador, recebendo e servindo os estudantes sergipanos que o procuravam. Eu mesmo, em 1935, ao concluir o curso ginásial no Atheneu Pedro II, e pretendendo com outros amigos fazer vestibular em Salvador, levei-lhe uma carta de apresentação do Dr. Joel Aguiar, seu colega e amigo desde Maruim. Assim, entreguei-lhe a carta de apresentação na sua residência, numa casa cita à rua Joana Angélica, próxima da Faculdade de Direito na época.

Deste modo, o cônsul sergipano recebeu-me cordialmente, e dias depois visitava-nos, a mim e a meus colegas sergipanos na Pensão de D. Mariá, na praça da Piedade. Luiz Pereira de Melo já conhecia D. Mariá, a dona da pensão, e na sala de jantar estávamos nós, os estudantes sergipanos, a ouvir o Dr. Luiz Pereira de Melo, que já se formara naquele ano, em dezembro de 1935. Então disse-nos como conseguira organizar uma boa biblioteca, inclusive de autores sul-americanos; e contava-nos: – Escrevia para as embaixadas do Brasil dos países vizinhos solicitando a remessa do catálogo telefônico dessas capitais. E ao ter notícia da publicação dos livros nesses países, escrevia para esses autores, afirmando minha condição de estudante pobre e desejoso de conhecer suas obras. E por força dessas cartas costumava receber muitas publicações sul-americanas.

Certa feita, disse-nos, numa das provas de Direito Internacional Público, cadeira da docência do professor Bernardino José de Souza, diretor da Faculdade de Direito, e sergipano de Cristinápolis, citou na prova o jurista cubano Dom J. Bustamante, catedrático da Universidade de Havana. Este fato intrigou Bernardino José de Souza, que procurou saber como o seu aluno Luiz Pereira de Melo conhecera a obra do internacionalista cubano. Então Luiz respondeu-lhe que possuía a obra de Bustamante e na próxima aula iria trazê-la para o professor ler, e assim o fez.

Tudo isto o sergipano fazia com vivacidade e graça, e por ser brevemente “gago” acentuava na expressão professor Bus...Bus...tamante, destacando os nossos nomes, Cabral, Lauro Fontes, Gerson Pinto, Fernando Maia e Severiano Cardoso. E nós passamos a chamá-lo de professor Bus...Bus...tamante.

Depois de formado, o nosso Luiz Pereira de Melo é nomeado promotor público de Neópolis, e antes de mudar-se para Sergipe, nós, nas viagens que fazíamos para a terrinha, o ajudávamos a transportar sua imensa biblioteca. Digo ainda que antes de conhecê-lo pessoalmente em Salvador costumávamos ler os seus artigos de crítica literária nos jornais de Aracaju. Eram artigos de crítica leve, apreciando a obra e acentuando suas qualidades fundamentais; esses artigos eram enviados para as editoras, e assim o sergipano recebia sempre as publicações nas principais editoras da época. Por esse tempo, os jornais, especialmente os jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, possuíam os seus críticos literários oficiais. Eram críticas de rodapé de jornal, críticas com erudição e profundidade. Tempo em que destacaram-se Tristão de Ataíde, Álvaro Lins, Sergio Melliet e outros. Crítica com visão sociologista, esteticista, ou meramente impressionista. Depois é que a universidade assumiu a crítica oficial de formação,

com objetividade científica e de um tecnicismo isolacionista, o que afastou o gênero do grande público.

Luiz Pereira de Melo fazia tão só como fazem os jornais hoje, as resenhas das obras literárias. São anotações leves e insinuantes, pretendendo transmitir ao grande público informações sobre a obra literária. Também depois de formado costumava enviar artigos sobre direito para as revistas jurídicas especializadas, seja no Brasil, seja nos países sul-americanos.

No segundo Governo Maynard Gomes, Luiz Pereira de Melo fora diretor do Departamento de imprensa e Propaganda do Estado (DIP). Nesse tempo, estando eu formado, fui nomeado promotor substituto de Neópolis, para ocupar-lhe o lugar mas não conseguira tomar posse, pois, tendo colado grau e recebido a certidão de formatura da minha Faculdade de Direito, afirmando que a minha carta de bacharel fora encaminhada para registro do Ministério da Educação na forma da lei mesmo sendo eu bacharel não consegui tomar posse. Exigiram-me a carta de bacharel, quando por esse tempo todos os promotores substitutos eram leigos, mudos até ilustres, como o sr Odilon Palmeira, promotor de Propriá. Mas esta é outra história. Não podendo ser promotor substituto, fui convidado pelo Prefeito José Garcez Vieira para ser o seu secretário particular e a partir daí comecei a minha vida pública em Sergipe. Devo acrescentar que depois disso todos os promotores substitutos nomeados eram leigos ou estudantes de Direito. Eu fora o único bacharel que não conseguira tomar posse no cargo de promotor substituto. O tempora, o mores.

Voltando ao Dr. Pereira de Melo, direi que não mais retornou ao Ministério Público, pois que fez concurso para a magistratura, sendo nomeado o juiz de Direito de São Cristóvão, depois promovido para a capital, e finalmente ascendendo ao Tribunal de Justiça, como desembargador.

Em Aracaju, quando magistrado, nosso homenageado fez magistério ensinando no curso superior de Administração e Finanças. Curso que no Governo José Rolemberg Leite transformou-se na Faculdade de Ciências Econômicas. É por esse tempo que Sergipe passa a desenvolver o ensino superior. Inclusive, nós os bacharéis ligados ao Governo, promovemos a criação da Faculdade de Direito de Sergipe, sob o estímulo do Fiscal Federal Afonso Temporal, amigo de Luiz Pereira de Melo. Sendo Luiz Pereira de Melo também um de seus fundadores, e Carvalho Neto o primeiro diretor da nossa Escola de Direito.

Na nossa faculdade, Luiz Pereira de Melo fora o fundador da cadeira de Introdução à Ciência do Direito, e nessa docência permaneceu até a aposentadoria, enquanto eu ocupava a primeira cadeira de Direito Ci-

vil. Ora, a doutrina jurídica, da cadeira de Introdução à Ciência de Direito, assumia três posições pedagógicas: 1- A Tradicionalista: que acentuava um aspecto enciclopédico, procurando abranger noções de todos os ramos do Direito Público ou Privado. 2- A Sociologista: que acentuava o aspecto social do Direito, e que vinha da França, com seus grandes juristas: Duguit, Capitant, e outros, e que marcam a orientação dos professores da Faculdade de Direito da Bahia, a começar por Hermes Lima, com seu livro **Introdução à Ciência do Direito** – e continuada com Nestor Duarte e sua tese **Direito, Noção e Norma** 3- Filosófica: promovida pelos juristas alemães e italianos neucantianos, como: Stameler, Ricket, Kelsien (talvez o maior jus filósofo do século), e o italiano Del Velchio.

Luiz Pereira de Melo, diante dessas três orientações, na sua docência estendia-se na apreciação do Direito sob todos esses ângulos. Acentuando mais a abrangência da orientação enciclopédica do direito.

Como professor e magistrado, largou a produção de crítica literária de jornais, para dedicar-se à elaboração de trabalhos jurídicos para as revistas especializadas. Eleito para a Academia Sergipana de Letras, veio a ocupar a cadeira nº 7, cujo, o patrono é, Curvelo de Mendonça, na vaga deixada por Ranulfo Prata, o admirável contista de **A Longa Estrada**, e romancista especialmente de **Navios Iluminados**, e outros.

Com Luiz Pereira de Melo, portanto, tive muitas aproximações e também divergências. Mas dessas não quero lembrá-las. Assim, o nosso homenageado fora um homem afável, comunicativo e um grande trabalhador da inteligência. Muito escreveu e muito publicou. Sendo eu na década de 60 eleito para a Academia, desejei ser ele o orador da solenidade, dirigindo-me no discurso de saudação conceitos e palavras amáveis. Começou estendendo-se longamente sobre o ocupante anterior da cadeira, Carvalho Neto, para concluir que eu, o novo acadêmico, possuía as qualidades intelectuais, e estaria em condições de ocupar a vaga deixada pelo eminente jurista sergipano.

Direi mais que o nosso acadêmico Luiz Pereira de Melo teve vida longa e realizadora, sendo um apaixonado pela docência viva, e pela inesgotável sede de cultura, e por isso fora um compulsivo leitor, acumulando enorme biblioteca. Estou a pensar no tempo em que teve de se desfazer da maioria de seus livros, quando da mudança de sua residência da Rua Arauá, para o apartamento do edifício Amintas Garcez. Muitos desses livros distribuiu aos amigos e bibliotecas, inclusive a biblioteca da Academia Sergipana de Letras.

Homem religioso, viveu longamente com sua esposa, a professora Maria das Graças Azevedo Melo, poetisa e culta, e que muito bela encheu-lhe de graças

e de permanente felicidade, inclusive com os filhos varões, todos bacharéis, menos um que é médico. E que estão a perpetuar-lhe a vida, o nome e até a estatura física.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna congratular-me com a Diocese de Tubarão, que celebrará 50 anos de fundação (Jubileu de Ouro) no próximo domingo, com o lema *Memória, identidade e comunhão*.

O evento contará com a presença do nuncio apostólico D. Lorenzo Baldisseri, representante do Papa Bento XVI no Brasil.

Segundo notícia o jornal *A Notícia*, as comemorações de domingo começarão por volta das 8h30min, com apresentações no SESC de Tubarão. Uma dramatização especial relembra a história da Diocese. Serão ouvidos os testemunhos de padres, religiosos e leigos. Após, os presentes farão caminhada até a Catedral Diocesana, onde será realizada a celebração eucarística do Jubileu de Ouro. A missa será presidida pelo nuncio apostólico D. Lorenzo Baldisseri.

A Câmara de Vereadores de Tubarão homenageará a Diocese com sessão solene. Serão homenageadas pessoas que contribuíram para a história da Diocese, como os bispos Anselmo Pietrulla, Osório Bebber e Hilário Moser, além do bispo atual, D. Jacinto Bergmann.

Haverá, portanto, uma grande concentração de fiéis das 26 paróquias e 380 comunidades que formam a diocese.

Na região, em cada bairro e em cada comunidade existe um grande número de igrejas e capelas, que caracterizam a religiosidade dos habitantes.

Encerro, pois, parabenizando o povo de Tubarão e região, em nome do Prefeito Carlos José Stüpp e da Câmara de Vereadores e augurando votos de sucesso nas festividades do Jubileu de Ouro da Diocese dessa maravilhosa cidade de Tubarão, onde resido e mantenho fortes laços sentimentais e emocionais.

Sr. Presidente, solicito que seja dada ampla divulgação aos 50 anos da Diocese de Tubarão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento de turbulência moral por que passa o País, elogio a decisão dos membros da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que aprovaram ontem, em trâmite de caráter conclusivo, projeto de lei que torna públicos os dados do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal).

Essa é uma das primeiras medidas tomadas no combate à corrupção pública, embora não tenha sido motivada pelos escândalos atuais. Como o SIAFI registra em tempo real as receitas e as despesas orçamentárias e financeiras da União, disponibilizando-se os dados nele contidos via Internet, o trâmite do dinheiro público ganhará mais transparência quanto ao seu destino e a sua aplicação.

Só disponibilizá-lo na Internet não basta. Um passo a mais precisa ser dado: a simplificação do sistema. Os dados do SIAFI ainda são apresentados de forma complexa e podem causar controvérsia mesmo entre especialistas. Disponibilizar versão inteligível ao cidadão comum é desafio que o Governo Federal e a Controladoria-Geral da União devem concretizar.

O cidadão comum anseia por participar de forma mais efetiva da construção deste País e sempre reclama da inércia compulsória que o sistema inacessível lhe impõe. Caso o projeto vire lei e o SIAFI seja adaptado, o povo terá grande instrumento para participar dessa fiscalização.

Por isso, apelo aos nobres pares para que dêem o devido apoio ao projeto.

Muito obrigado.

O SR. JURANDIR BOIA (PDT-AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retorno a esta tribuna para, mais uma vez, tratar de um assunto que afeta diretamente o bolso de milhares de brasileiros e que já poderia ter sido resolvido.

Em outubro de 2004, encaminhei requerimento à Presidência da Câmara dos Deputados solicitando ao Conselho Monetário Nacional – CMN a edição de uma norma que garanta obrigatoriedade aos bancos de enviarem mensalmente aos seus clientes todos os lançamentos de tarifas, débitos, créditos e impostos realizados em suas contas bancárias, sem que isso acarrete qualquer tipo de ônus aos correntistas.

Ao tomar essa iniciativa, tornava-me porta-voz de milhões de brasileiros clientes de nossas instituições bancárias e que não dispõem de um mecanismo concreto capaz de proporcionar amplo conhecimento das tarifas cobradas, além de possibilitar maior controle sobre suas despesas.

Este ano, no final do mês de abril, recebi uma resposta da Direção de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, informando que algumas resoluções do Conselho Monetário Nacional já continham disposições que atenderiam plenamente ao pleito que havia formulado. No entanto, o que continuamos a perceber é um cenário totalmente distinto do apresentado por aquela instituição.

Assim, o que vemos, mais uma vez, são os estrondosos lucros das instituições bancárias. Esta se-

mana, o Banco Itaú divulgou seu balanço semestral, que apresentou lucro de 2,4 bilhões de reais – o maior lucro da história do sistema bancário brasileiro. Apenas com as taxas cobradas por prestação de serviços, o Itaú faturou 3,6 bilhões de reais – 27,5% a mais do que no mesmo período do ano anterior.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com uma receita dessas, é muito pedir o envio mensal de um extrato detalhado a cada um de seus correntistas, uma vez por mês? Com certeza, seria uma despesa ínfima, diante desse lucro exorbitante.

Quanto ao desconhecimento, por parte dos clientes, das tarifas cobradas, o CMN aponta como solução a norma vigente, que estabelece a afixação de quadro nas dependências das instituições financeiras, em local visível ao público, com as informações sobre os serviços oferecidos e o valor cobrado por cada um deles. Mas nós bem sabemos que essa medida fica muito aquém das nossas expectativas enquanto consumidores e não é garantia alguma de mais transparência, nem mesmo do entendimento e compreensão dos correntistas.

Na minha concepção, o extrato mensal consolidado, com o detalhamento de todos os lançamentos efetuados nas contas bancárias, é a única garantia de um sistema mais transparente, com foco nos clientes e no povo brasileiro. Esse, sim, seria um mecanismo seguro para coibir os abusos cometidos por algumas instituições financeiras, já que essas organizações não estão limitadas em sua competência para instituir novas tarifas.

As taxas cobradas sobre os serviços bancários começaram a adquirir relevância a partir de 1996, quando o Governo Federal daquela época adotou várias medidas para salvar o setor bancário.

Estudos do DIEESE mostram que cerca de 90% das despesas com pessoal efetuadas pelos bancos brasileiros são pagas com recursos das tarifas cobradas dos clientes. São taxas referentes à solicitação de extratos, saques em terminais eletrônicos, manutenção de cadastro, entre outras. Em 1994, a receita dessas tarifas pagava apenas 26% das despesas com funcionários. A receita com essas cobranças saltou de 4,8 bilhões de reais, em 1995, para cerca de 20 bilhões de reais contabilizados no ano passado.

Duas das principais instituições bancárias públicas do País, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, listam 138 e 123 tipos diferentes de tarifas, respectivamente. Essas taxas tiveram reajuste de 14,5%, apenas em 2004.

Dessa forma, continuo a luta em defesa dos correntistas brasileiros. Esse tema precisa estar presente em um debate público e merece receber a atenção

devida por parte das autoridades. Vamos respeitar mais o povo brasileiro e tornar mais transparente a operação das instituições financeiras. Essa é a nossa bandeira. Essa é a luta do povo brasileiro, na qual estou incorporado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. WALDEMIR MOKA – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

SR. WALDEMIR MOKA (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, disse ontem, e volto a repetir, que a Câmara dos Deputados não aprovou matéria alguma nesta semana, o que me deixa preocupado.

Sr. Presidente, faço oposição ao atual Governo do meu Estado e do País, mas nem por isso acho que não devo contribuir. O Congresso Nacional tem de contribuir com o País. E me preocupa o discurso do Presidente Lula, que, na minha avaliação, provoca claramente na sociedade a divisões de classes. Creio que o momento é de convergência.

Nós, membros do Congresso Nacional, precisamos analisar com lucidez a situação. Temos, sim, de ajudar. Mas o fato de defendermos a agilização das votações no Congresso não significa que não devemos apurar as denúncias de corrupção com profundidade. As CPMLs estão instaladas, o processo investigatório está em curso. Portanto, os trabalhos da Casa têm de voltar à normalidade.

Nesse aspecto, a Mesa Diretora e as Lideranças da Câmara dos Deputados têm importante papel a desempenhar. Precisamos cumprir a nossa obrigação, ou seja, assegurar a normalidade, o desenvolvimento e o progresso do País. Jamais vimos no âmbito internacional momento tão favorável à nossa economia. O Brasil está desperdiçando esta oportunidade em virtude da crise política que se arrasta há mais de 60 dias.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Félix Mendonça.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos temos ouvido os discursos proferidos pelo Presidente Lula País afora. Recentemente, no Estado de Pernambuco – terra de V.Exa., Sr. Presidente –, Lula disse que o povo vai ter de engolir a sua reeleição.

Lembro-me de que, em 1989, no segundo turno das eleições, o ex-Governador Leonel Brizola pediu

aos eleitores que votassem em Lula, que “engolissem o sapo barbudo”, no que foi atendido por milhões de pessoas nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Naquela época, Lula era palatável; agora, para engolir o Presidente da República, teremos de engolir os depósitos milionários de Marcos Valério, os políticos corruptos que o apóiam, a corrupção e o desacerto de seu Governo.

Naquela época, Brizola se referiu ao Presidente Lula como sapo barbudo por causa de sua feiúra, o que não é defeito. Mentira e desonestidade são defeitos. De lá para cá, a S.Exa. foram incorporados muitos defeitos, dentre os quais o de ser conivente com a corrupção.

Mesmo que Brizola ressuscitasse e pedisse ao povo que engolissem de novo o sapo barbudo, o Presidente Lula não teria o mesmo apoio nem no Rio de Janeiro nem no Rio Grande do Sul, nem em lugar algum da Federação, porque mentiu e continua mentindo aos eleitores.

Essa é a verdade do Governo que aí está, que transfere a responsabilidade pela corrupção praticada no País para a Câmara dos Deputados. É uma estratégia. Um Deputado já renunciou, outros terão o mandato cassado. E aqueles que roubaram dinheiro das empresas públicas? Nem a Câmara nem o Senado nada podem fazer. Apenas a Justiça pode puni-los. E ela é morosa: demora anos para decidir um processo.

Aqueles que dispõem de muitos recursos contratam bons advogados, escolhem as melhores bancas e não vão para a cadeia. Parlamentares perderão o mandato. No entanto, esse é apenas um lado da corrupção proposta pelo Presidente Lula do Brasil. Queremos punição para os Parlamentares que cometeram irregularidades daqui e para aqueles que conseguiram recursos principalmente de empresas estatais e privadas a que o Governo fez favores.

Sabem V.Exas. qual é a grande justificativa do Partido dos Trabalhadores? É o que mais envergonha qualquer cidadão: diz que crime eleitoral prescreve; que esse já está prescrito. Crime eleitoral prescreve 15 dias depois da diplomação do candidato eleito, mas a falta de moral, a mentira e a corrupção são delitos que não prescrevem nunca na memória e na consciência dos cidadãos.

Não tenho dúvida alguma de que, nas próximas eleições, os brasileiros não depositarão confiança em Lula novamente. Foram necessárias 4 eleições para que S.Exa. saísse vitorioso do primeiro e segundo turnos das eleições de 2002. Esta foi a grande chance que o povo brasileiro lhe deu, mas com certeza não se repetirá. Queremos que haja disputa pela reeleição, para

ver S.Exa. perder em todos os Estados da Federação, já que no último pleito perdeu em apenas 1.

O crime eleitoral prescreveu, mas o crime moral é imprescritível.

Muito obrigado.

O SR. ÁTILA LINS (PPS-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Município de Coari, às margens do Rio Solimões, completou no último dia 2 de agosto 73 anos de fundação.

Com população de 85.720 habitantes, Coari é hoje considerado um dos pólos de desenvolvimento mais importantes do Estado do Amazonas. No passado, sua economia girava em torno de incipiente indústria extrativista. Hoje, desponta como grande catalisador de progresso e referência da região. A descoberta do gás natural e dos benefícios desse patrimônio são revertidos para o desenvolvimento do Município e para a melhoria da qualidade de vida de sua população, graças à profícua administração do Prefeito Adail Pinheiro.

A construção do gasoduto Coari—Manaus vai consolidar o Município como o grande irradiador de desenvolvimento da região norte do Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, os 73 anos de fundação de Coari foram comemorados, no último dia 2, repito, com a entrega à população de serviços públicos, em meio a vasta programação de festas populares e manifestações esportivas e culturais, organizadas pela administração do Prefeito Adail Pinheiro.

A programação festiva teve duração de 6 dias. Foram inaugurados o Pronto-Socorro 24 horas e a bela escola municipal do Bairro do Pêra, que leva o nome Sandra Braga. Está à disposição da comunidade também o Laboratório Central, e foi inaugurada a Indústria de Confecção de Coari.

Um dos pontos altos do evento foi a inauguração da **TV Coari**, interligada à Rede Amazônica de Televisão.

Apresento desta tribuna os meus cumprimentos à população coariense, ao Prefeito Adail Pinheiro, aos seus auxiliares, aos Vereadores e Secretários Municipais.

São 73 anos comemorados com muito trabalho por administração cada vez mais comprometida com o futuro do Município de Coari.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. ZELINDA NOVAES (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em abril deste ano, o Governo Federal instituiu Comissão Tripartite, formada por 18 membros, sendo seis do Executivo, seis do Legislativo e seis da

sociedade civil, destinada a discutir a atual legislação penal sobre o aborto.

A proposta final dessa Comissão, entre outras alterações, permitirá à mulher interromper a gravidez na 12ª semana, sob qualquer ou nenhuma motivação. A olhos nus e apaixonados, se observadas as lutas da mulher, notadamente as ocorridas no século passado, o caráter criminal do aborto soa como um grande entrave à continuidade das suas conquistas e realmente favorece a clandestinidade, que leva o aborto a ser provavelmente a quarta maior causa de mortalidade materna no Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, última pesquisa realizada sobre o tema, divulgada no mês passado, mostra que a população brasileira é favorável ao planejamento familiar, mas frontalmente contra o aborto de modo indiscriminado. E isso não é novidade.

O IBOPE, na última grande pesquisa realizada em todo o Brasil no ano de 2003, revelou que 90% da população brasileira é contrária à ampliação das leis que discriminam o aborto. Essa mesma tendência foi verificada no ano seguinte, quando, em março de 2004, programa de televisão da Rede Globo mostrou que não só a maioria dos jovens brasileiros é contra o aborto em geral, como também em 12 de 14 capitais pesquisadas a maioria das jovens do sexo feminino é contrária à interrupção provocada da gestação. Em maio daquele mesmo ano, a revista ISTOÉ publicou dados preliminares de uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto da Cidadania – órgão oficial do Governo Federal –, que entrevistou 3.500 jovens e concluiu que 80% dos jovens brasileiros são contrários ao aborto.

Abortar não deve ser um direito simples da mulher. Essa é uma questão que exige dever e responsabilidade. Há de se exigir responsabilidade tanto do homem quanto da mulher. Antes de questionar direito feminista, é dever da mulher e do homem agirem com responsabilidade quanto às suas relações, já que são conscientes de suas possíveis conseqüências.

Mesmo que o discurso soe antiquado, é nesse ponto que o mesmo esforço governamental utilizado na discriminação deve ser empenhado na divulgação de uma cultura comportamental responsável, mediante execução prioritária de políticas públicas de saúde, de educação sexual e de planejamento familiar, uma vez que, até aqueles que defendem a discriminação se dizem contrários à prática do aborto.

Assim, não vemos justificativa na pressa para que o Congresso aprecie as propostas da Comissão Tripartite, porque não encontramos coerência com a

velocidade com que as questões paralelas ao aborto, como as retrocitadas, são enfrentadas.

Queremos também posicionar nos contrários àqueles que utilizam o argumento da laicidade do Estado brasileiro para desprezar as opiniões de organismos e entidades religiosas contrárias à simples descriminação do aborto. Esta não é apenas uma posição dogmática cristã, como em recente artigo lembrou a médica e professora da USP Alice Teixeira Ferreira ao afirmar que a Igreja não se posicionou contra o aborto unicamente por questões de fé, mas atentou para estudos científicos realizados no século XIX e até hoje não contestados. Por isso e pela representatividade que detém no Brasil, os cristãos têm o direito de participar das discussões sobre o assunto.

No entanto, mesmo que se queira minimizar as posições religiosas, os dispositivos legais vigentes coadunam com nossa posição, a exemplo do art. 4º do Código Civil, que dispõe: *“A lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.”*

Finalizando, queremos nos congratular com o atual Ministro da Saúde pela sua disposição em não apoiar ou estimular debate sobre a discriminação do aborto e pela sua decisão de rever a portaria que regulamenta a realização de abortos garantidos em lei sem a necessidade da apresentação de Boletim de Ocorrência Policial.

Muito obrigada.

O SR. PAULO FEIJÓ (PSDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho por meio deste pronunciamento apresentar as minhas congratulações ao Hospital São José do Avaí, sediado no Município de Itaperuna, noroeste do Estado do Rio de Janeiro, que no próximo dia 6 de agosto completa 80 anos de fundação, prestando relevantes serviços à região na área de saúde, com atendimento qualificado e humanizado.

A primeira reunião para tratar da fundação de um hospital em Itaperuna realizou-se no dia 6 de agosto de 1925, convocada pelo Dr. Diogo Soares Cabral de Melo, então Juiz de Direito da Comarca, que o fez sob a invocação da Conferência de São Vicente de Paula. Na reunião foi desde logo aclamada pelos presentes a seguinte diretoria provisória: Dr. Diogo Soares Cabral de Melo – Presidente; Dr. Raul Travassos da Rosa – Vice-Presidente; Dr. Rômulo de Magalhães Pacheco – Secretário; e tenente Emílio dos Santos Silva – Tesoureiro.

Em 10 de setembro do citado ano fundava-se definitivamente a Conferência, com o fim de praticar a caridade por todos os meios e modos ao seu alcance, continuando a mesma diretoria eleita anteriormente. Desde a sua fundação, tomou a Conferência diversas

famílias pobres a seu cargo, fornecendo-lhes gêneros, roupas, remédios e assistência médica. O edifício próprio em que está o hospital até hoje foi inaugurado em 26 de agosto de 1928 e foi bento pelo Pe. Salustio Francisco dos Santos Mota, de Itaperuna.

O Hospital São José do Avaí passou por inúmeras reformas ao longo dos seus 80 anos e hoje é referência no Estado, atuando nas mais diversas áreas como cirurgia e diagnóstico. Voltado para o avanço tecnológico mundial, vive em ritmo de transformação, em que a tecnologia e o lado humano unem-se em busca da qualidade dos serviços oferecidos.

Tal empenho em manter a qualidade de seu atendimento, aliado a preocupação constante com a humanização das relações com os pacientes, deram ao Hospital São José do Avaí, em 2002, o Prêmio Qualidade Hospitalar, concedido pelo Ministério da Saúde, por ter obtido o 1º lugar no Estado na prestação de serviços conveniados ao SUS. A indicação para o prêmio foi feita através de pesquisa com os próprios usuários da rede pública de saúde.

Com equipe de 120 médicos de diversas especialidades, 600 funcionários e o apoio das irmãs da Congregação Jesus na Eucaristia, que, com extrema dedicação, auxiliam a instituição no seu crescimento constante, o Hospital atende 300 pacientes/dia, oriundos de toda a região norte-noroeste fluminense e de Estados vizinhos.

O Centro Cirúrgico dispõe de 9 salas, onde são realizadas, em média, 35 procedimentos cirúrgicos por dia, entre cirurgias geral e de especialidades diversas (torácica; ortopédica; plástica; urologia; ginecologia e obstetrícia; pediátrica; otorrinolaringologia, entre outras), além da maternidade.

Sempre buscando inovações que proporcionem melhores resultados, no HSJA já foram realizadas mais de 6 mil cirurgias com a utilização da técnica de videocirurgia, que evita grandes cortes no paciente, diminui o risco de infecções e proporciona recuperação mais rápida.

Pioneiro em várias áreas, na cirurgia vascular implantou o primeiro *stent* de carótida do Brasil e foi o primeiro a realizar transplante de coração com sucesso, feito por equipe totalmente oriunda do Estado do Rio de Janeiro. Na área de cirurgia cardíaca já foram realizados mais de 5 mil procedimentos, destacando-se a cirurgia de ponte de artéria mamária, realizada com o paciente acordado, possibilitando recuperação mais rápida e alta hospitalar em até 48 horas após a cirurgia.

A Cirurgia da Obesidade, iniciada em 1999, já atendeu mais de 700 pacientes com excelentes resultados. A cirurgia dura em média 1 hora e 30 minutos,

e o paciente sai da sala de recuperação andando. O Centro de Controle de Peso acompanha os pacientes desde o pré-operatório até o alcance e a manutenção do peso ideal. O Hospital São José do Avaí é um dos 4 hospitais do Estado que fazem transplantes de órgãos, em média 13 por ano, desde o ano 1998.

Além do Centro de Tratamento Intensivo, com equipe de médicos e enfermeiros capacitados e modernos equipamentos, o HSJA possui UTI Cardiológica com 10 leitos, também equipada para receber pacientes transplantados. Em 2000, foi implantada a UTI Neonatal e Pediátrica. Totalmente equipada para o tratamento de recém-nascidos de alto risco, prematuros e portadores de patologias diversas, a unidade dispõe ainda de leitos pediátricos para crianças de até 12 anos com necessidade de cuidados intensivos, pós-operatório e tratamento clínico especializado.

O Hospital São José do Avaí atende todas as determinações do Conselho Nacional de Serviços Social e, desde 1983, foi declarado Entidade de Utilidade Pública das Esfera Federal, Estadual e Municipal. Em 2002 foram feitos 104.943 atendimentos ambulatoriais, sendo 22.660 gratuitos.

Ao longo destes meus 3 mandatos como Deputado Federal, aprofundei minhas ligações políticas com as regiões norte, noroeste e centro-norte do Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo canal que me permite alcançar os subsídios necessários para pautar a minha conduta.

Ao concluir esta exposição, renovo o meu voto de obrigação com a defesa dos interesses daquela região fluminense, mantendo-me ao inteiro dispor do Hospital São José do Avaí e do Município de Itaperuna, para representá-los junto ao Governo Federal naquelas demandas que ao meu alcance estiverem no sentido de contribuir com esta renomada instituição pública de saúde.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passei as duas últimas semanas de julho na minha região de Minas Gerais e tive a oportunidade de ver e ouvir os diversos problemas da nossa comunidade. Confesso que foram muitos, ora a dificuldade de atendimento da população carente pelos precários serviços de saúde, ora a carência de recursos para o desenvolvimento da educação nos diversos Municípios mineiros, sem falar na crescente violência urbana.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o maior problema não é só de Minas Gerias, mas também do Brasil, que precisa exportar cada vez mais seus produtos agrícolas e pagar sua dívida perante os organis-

mos internacionais. Trata-se das rodovias brasileiras, em completo abandono. O País não conta com malha viária decente, e a que existe provoca acidentes e encarece o custo dos produtos.

Vejam V.Exas. a que ponto chegamos: nesta semana, a 3ª Vara Federal de Uberlândia, em Minas Gerais, mandou interditar, entre os dias 1º e 16 de agosto, o trecho situado entre o km 581 e o km 546 da Rodovia BR-365. A medida visa proteger as pessoas que vão para a Festa de Nossa Senhora de Abadia, que acontece anualmente na cidade de Romaria.

O Ministério dos Transporte, em especial o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, órgão responsável pela administração, pelos investimentos, pela manutenção e recuperação das nossas rodovias, precisa liberar logo os recursos para a reparação dos trechos da deteriorada malha rodoviária federal.

Recentemente, o Diretor-Geral do DNIT, Alexandre Silveira, esteve em solenidade de comemoração pelo transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa do Município mineiro de Ipaba e prometeu a liberação de recursos financeiros para a localidade. Em seu discurso, conforme relatam os órgãos da imprensa local, prometeu até recursos que me parecem nem ser de sua área ou competência, destinados à construção de posto de saúde e à aquisição de uma ambulância. O referido Diretor abdicou do direito de assumir o seu mandato de Deputado Federal, na condição de suplente, para continuar no posto do DNIT fazendo política eleitoral.

Sobre esse assunto da unidade móvel de saúde, a pedido do amigo e correligionário Edson Vieira, Presidente do Diretório Regional do PDT, indiquei o Município de Ipaba para receber, referentemente a emenda de minha autoria ao Orçamento Geral da União de 2004, uma ambulância tipo Furgão UTI. Esses recursos, no valor de R\$88.000,00, já foram pagos no dia 9 de maio de 2005 através do Convênio nº 4.183/2004, do Ministério da Saúde, faltando apenas a parte da Prefeitura, que é a de realizar a licitação e comprar com urgência esse bem que muito servirá à população de Ipaba.

A meu ver, o Sr. Alexandre Silveira deve priorizar a obra de recuperação que o DNIT, com recursos federais votados no Congresso Nacional, vem executando no trecho da Rodovia BR-458, que atravessa a cidade de Ipaba, bem como a obra de construção do trevo de acesso, que beneficiará com conforto e segurança os municípios de Ipaba.

Também apresentei emenda ao OGU de 2005, juntamente com a bancada de Deputados mineiros, para destinação de recursos da ordem de R\$35 milhões

para a adequação, a construção e a pavimentação de rodovias federais do Estado de Minas Gerais. Outras rodovias mineiras também estão sem condições de tráfego: o trecho Carangola—Fervedouro da Rodovia BR-482 coloca em risco a população da região, além de trazer inúmeros prejuízos para a economia e o turismo regional.

Fiz inúmeros e reiterados apelos às autoridades competentes para solucionar esse grave problema, mas parece existir um jogo de empurra entre o DNIT e o Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais – DER/MG. Não se sabe direito de quem é a competência pela manutenção desse trecho. Enquanto isso, o Estado de Minas arrecada recursos oriundos de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Estadual, que fiscaliza a estrada.

Vidas não podem ser ceifadas enquanto as obras não aparecem. Vamos propor ação judicial e cobrar a responsabilidade das autoridades competentes.

Verifica-se grande frustração em todos aqueles Municípios mineiros, seja por parte do Poder Público local, que fica impossibilitado de prestar serviços importantes à população, seja da própria comunidade, que se vê privada de direito assegurado no Orçamento da União.

Sr. Presidente, reitero o apelo ao Governo Federal para que determine, com a máxima urgência, o repasse dos recursos provenientes das emendas que apresentei ao Orçamento de 2005, devidamente aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República, em benefício de tantos e importantes Municípios de Minas Gerais.

Continuarei trabalhando, com muita firmeza, no sentido de proporcionar aos cidadãos brasileiros melhores condições de vida, especialmente para que seja cumprido o preceito constitucional que nos assegura o direito de ir e vir.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS NADER (PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Lei de Responsabilidade Fiscal tornou-se importante instrumento para a administração pública do nosso País. Ainda que alguns agentes públicos dela discordem, é preciso reconhecer que a iniciativa veio pôr fim à farrá de alguns administradores, que pensavam duas vezes em endividar cidades, Estados e a União, sem medir as conseqüências que recairiam sobre os seus sucessores.

Aliás, o País ainda paga preço elevado pela falta de instrumento que impusesse um freio àqueles que não se preocupavam em gastar, colaborando para o aumento do déficit público. É provável que somente

daqui a alguns anos a LRF venha a ser entendida por todos como importante freio do gasto irresponsável.

Por outro lado, Sr. Presidente, é visível que a Lei de Responsabilidade Fiscal vem sendo usada como desculpa para administrações de todos as esferas concederem reajustes salariais a servidores públicos. No fundo, essa justificativa – é bom que se diga – não é usada por todos, mas por parcela considerável de administradores e significa meia-verdade.

Ao mesmo tempo em que devem buscar o aumento da arrecadação, atacando sobretudo a sonegação, os administradores públicos devem buscar outras alternativas para reduzir despesas, a fim de que haja mais dinheiro em caixa e não seja o funcionário público o único punido pelas condições financeiras.

Hoje, lamentavelmente, a LRF se tornou bode expiatório do descontrole financeiro da administração pública, impedindo que o servidor seja reconhecido de forma mais satisfatória, ou seja, com o recebimento de salário decente. O servidor público, dos diversos níveis, está desmotivado. E os que podem estão partindo para a iniciativa privada. Isso significa que, em muitos casos, o serviço público está perdendo qualidade profissional.

Temos feito campanha permanente de defesa dos Municípios, para que recebam mais recursos dos cofres federais. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que administração pública não existe sem o servidor público. E ele não pode continuar pagando, sozinho, o pato da má gestão financeira.

Muito obrigado.

O SR. BADU PICANÇO (PL-AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a privatização da telefonia fixa propiciou grandes benefícios à população brasileira. Não podemos deixar de reconhecer que hoje é possível instalar uma linha telefônica por cerca de 10 reais, serviço pelo qual, há 10 anos, era preciso gastar alguns milhares de dólares.

Não podemos, porém, nos iludir. Nem tudo é feito nas telecomunicações. Refiro-me, Sr. Presidente, à exclusão sofrida pela população mais pobre. As altas tarifas pelo uso do telefone fixo a impedem de dispor desse serviço em seu lar. A saída para a grande maioria tem sido a compra do celular pré-pago. É uma solução prática. O pobre usa o telefone o mínimo possível, comprando mensalmente cartão de 10 ou de 20 reais, suficiente para manter a linha, e dispõe de telefone para receber ligações. Os resultados são impressionantes. São mais de 60 milhões de celulares pré-pagos em operação no Brasil.

Vemos, então, Sras. e Srs. Deputados, que a política da ANATEL deu certo, mas por caminhos tortos. A tão propalada universalização do telefone fixo simplesmente não ocorreu. Ele continua caro. A nossa população ganha, na maioria, salário mínimo de 300 reais. Muitos cidadãos brasileiros sequer chegam a receber esse modesto valor. Não é possível, então, exigir dessas pessoas o pagamento de 40 ou 50 reais por mês para usar a linha telefônica.

Mas a universalização ocorreu graças à criatividade das operadoras de linhas celulares, que puderam oferecer o sistema pré-pago. Hoje, Sr. Presidente, a população tem voz. É preciso, então, dar maior atenção a esse serviço. O celular é o aparelho pelo qual o balconista de loja, o motorista de taxi, a plantonista do hospital, o caminhoneiro ou o barqueiro se comunicam com a família, com os clientes, com os amigos.

É espantoso que, diante desse quadro, a ANATEL insista em sua fracassada política de universalização da telefonia. Temos de ser realistas. Hoje o povo usa o celular no lugar do telefone fixo. E seria um ganho para todos se a rede de celulares se expandisse a todos os Municípios brasileiros. Lamentavelmente, não é este o quadro que se desenha. No meu Estado, o Amapá, vários Municípios não dispõem desse serviço. Em todo o Brasil, em centenas de cidades, os habitantes vivem esse mesmo drama de estarem condenados ao silêncio, de não disporem sequer de um celular.

Conclamo, pois, o órgão regulador ao exame de consciência. A universalização do telefone fixo está concluída graças ao adiantamento das metas pela operadoras. Foi esforço hercúleo que não trouxe, porém, resultados práticos para a população. O brasileiro, com a sua criatividade, trilhou caminho distinto e apostou no telefone celular. Rendeu-se à tecnologia, à facilidade de uso e à conveniência da tarifa pré-paga.

Vamos, pois, apoiar o consumidor brasileiro. Vamos estimular a expansão do celular. Vamos atualizar a legislação para que o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST venha a ser aplicado à telefonia celular e, assim, seja custeada a chegada desse serviço aos mais remotos Municípios do País.

A história do telefone celular é de sucesso, garantido pela efetiva competição entre as operadoras, pela corrida em busca do cliente. Não basta, porém, a livre competição. Ainda não chegou a todos os brasileiros; ainda não alcançou todos os Municípios deste País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho a esperança de ver, um dia, todas as pessoas deste nosso imenso País bem atendidas pelas empresas de serviço público, dispondo de abastecimento de água e esgoto, de energia elétrica e de telefonia; recebendo

salários dignos e benefícios adicionais que lhes assegurem nível digno de qualidade de vida.

Do Amapá ao Rio Grande do Sul, somos todos cidadãos desta imensa Nação chamada Brasil. Sem preconceitos, sem bairrismo, sem privilégios, todos merecemos serviços de boa qualidade, a preços justos e em condições adequadas, conforme afirma a Lei Geral de Telecomunicações.

Se foi o celular quem nos trouxe a universalização do acesso, será dele o benefício e o privilégio de garantir a sua continuidade. É o momento de revermos a política de telecomunicações. E defendo que essa revisão seja efetiva e radical. Que todos os Municípios brasileiros, sem exceção, disponham de telefonia celular. Vamos garantir a todos serviços de telefonia de qualidade.

Muito obrigado.

O SR. LEANDRO VILELA (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar este espaço para falar de uma cidade goiana que, no dia 31 de julho, completou 98 anos de emancipação político-administrativa. Trata-se de Anápolis, berço de ilustres personalidades das áreas social, intelectual e política e referência em todos os campos, principalmente econômico, já que abriga um dos mais importantes pólos farmacêuticos do País.

Muitos vêem a cidade de Anápolis como o segundo maior Município do Estado de Goiás. Mas ela é muito mais do que apenas isso, dada a tradição do seu povo, a contribuição para o progresso do Estado e muitas outras ações empreendidas ou iniciadas no Município e que acabaram por beneficiar Goiás como um todo.

Um dos melhores exemplos dessa cidade é o DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis, que abriga dezenas de indústrias e o maior pólo farmacêutico do Brasil. A presença de uma base militar da Força Aérea Brasileira também mostra a importância estratégica do Município. Portanto, Anápolis não é somente o segundo Município de Goiás. É também o primeiro entre todos, quando falamos de ações e exemplos dados na direção do progresso e do futuro.

Hoje, já quase centenária, a cidade exerce de forma plena a sua vocação comercial. Agregou valor à sua economia em 1935, com a chegada da estrada de ferro. Através da abnegação da população e, especialmente, da classe empresarial, liderada pela Associação Comercial e Industrial (ACIA), iniciou processo de industrialização. Em 1976, o sonho dos anápolinos foi materializado com a implantação do Distrito Agroindustrial.

Deu-se também no início da década de 70 outro marco importante para a história de Anápolis, com a sua transformação em área de segurança nacional, para a implantação da Base Aérea, que se tornou berço da guarda do espaço aéreo nacional e da Capital Federal. Atualmente, a Base Aérea de Anápolis integra o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Em sintonia com os novos tempos, Anápolis é uma cidade moderna. No seu distrito industrial estão instaladas mais de uma centena de empresas de diferentes ramos de atividades e o maior pólo industrial de medicamentos genéricos do País, com plantas fabris dotadas da mais alta tecnologia.

Sua localização privilegiada coloca-a em vantagem competitiva para a logística de mercadorias. Por isso, Anápolis ganhou o projeto com o esforço dos Governos Municipal, Estadual e Federal, além da iniciativa privada: a Plataforma Logística Multimodal. Inspirada no modelo francês, ela disponibiliza os recursos modais rodoviário, ferroviário e aéreo para o transporte de produtos para todas as regiões brasileiras e para o mercado internacional.

No campo político, Anápolis praticamente dispensa maiores comentários. Trata-se de verdadeiro celeiro de lideranças que ganharam notoriedade no Estado e no Brasil, confirmando a característica de um povo que se pauta pela seriedade, pelo empenho e pela dedicação às causas públicas, o que estimula o processo de desenvolvimento do Município.

Sr. Presidente, é com muito orgulho que venho a esta tribuna hoje prestar as minhas sinceras homenagens a esta cidade que, certamente, ainda vai dar a Goiás e ao Brasil muitas alegrias. Trata-se de Município importante em todos os aspectos, principalmente econômico, pois nele milhares de empregos são gerados graças a sua capacidade de superar dificuldades e de apresentar respostas imediatas a eventuais crises.

Parabenizo a cidade de Anápolis e desejo que continue sendo grande e próspera, como sempre foi.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Leandro Vilela, o Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Severino Cavalcanti, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Inocêncio Oliveira

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PMDB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sou um irredutível otimista quando se trata de analisar o processo de desenvolvimento socioeconômico de Pernambuco, pois acredito que temos, aqui, um dos maiores capitais mobilizáveis dentro desse processo, que é a massa de recursos intelectuais

do Estado. Nenhum desenvolvimento se faz, no plano material, sem o concurso do capital intelectual, que é a alavanca indispensável para a produção e acumulação de riqueza. E, nesse sentido, quero citar três exemplos: a recuperação da Alemanha pós-1945, deixada em semi-ruína pelo bombardeio aliado; o Japão, em situação semelhante; e a Coréia do Sul, que emergiu de uma guerra civil fratricida.

O exemplo alemão é o que mais se impõe, quando se sabe que havia até mesmo um projeto para transformar o país numa vasta propriedade agrícola, esquecendo que os alemães haviam acumulado, durante séculos, um *know-how* extraordinário no campo industrial, em particular nos campos siderúrgico, químico e eletroeletrônico.

Foi esse capital intelectual que impulsionou a recuperação econômica e social da Alemanha, transformando-a no país mais rico, hoje, da Comunidade Econômica Européia.

Pernambuco pode orgulhar-se de ter um forte núcleo intelectual, que caracteriza o seu perfil de PIB, no qual o setor terciário predomina. As universidades públicas – Federal de Pernambuco, Federal Rural, do Estado – e as Universidades particulares (algumas já tradicionais, como a Universidade Católica – UNICAP, Escolas Técnicas, Cursos de Ensino Superior) disseminadas, inclusive, no interior do Estado apontam para a criação de uma massa intelectual crítica – no sentido positivo – que certamente dará sustentação aos projetos estruturadores em andamento. Por outro lado, há uma preocupação dos dirigentes políticos – e aqui incluo o Governador Jarbas Vasconcelos – e empresariais em promover a inclusão digital dos alunos de todos os níveis educacionais das escolas públicas e privadas, habilitando-os ao manejo dos instrumentos de acesso à Internet e à pesquisa inteligente na rede de informática, que se amplia, a cada dia, em todo o mundo.

As perspectivas de promoção econômica são muito otimistas para o Estado, com os anúncios da construção de uma refinaria de petróleo, em associação com a Petróleos de Venezuela S/A (PDEVESA), do pólo de poliéster e PET, da fábrica de hemoderivados, que terão um impacto social muito grande pela criação de novos empregos diretos e indiretos, mudando, nas próximas décadas, o perfil industrial do Estado e ampliando a ligação do Recife com as cidades da região sul do Estado, em particular com o Cabo, Escada e Ipojuca.

O eixo da BR-232 e suas radiais já vem contribuindo para a atração de empresas industriais e dá sustentação física ao pólo têxtil Toritama – Santa Cruz do Capibaribe – Caruaru.

Acaba de chegar-me às mãos o ensaio dos economistas José Raimundo Oliveira Vergolino, professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, e Aristides Monteiro Neto, técnico do IPEA, atualmente no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas/SP. Tal ensaio trata da economia de Pernambuco no limiar do século XXI, com uma agenda das oportunidades de desenvolvimento para o meu Estado natal.

Trata-se de um estudo do melhor nível acadêmico, escrito em linguagem acessível e baseado em pesquisas desde 1960 sobre a formação do PIB (Produto Interno Bruto) de Pernambuco e da Região Nordeste. É uma análise isenta de preconceitos, pois os autores não estão vinculados a partidos políticos, que eu saiba, nem a Sindicatos ou Associações fora do meio acadêmico que possam comprometer as conclusões que avançam, fruto da mais pura constatação técnica e empírica.

Partindo do exame da economia de Pernambuco desde o Império, quando florescia a cultura canavieira implantada ainda na Colônia, os autores mostram o declínio da base industrial do Estado até meados do século XX, quando, nos anos 60, o Estado despontou como líder do processo de industrialização regional, impulsionado pelos incentivos fiscais e financeiros administrados pela SUDENE e Governo do Estado e utilização da potência instalada da CHESF.

Hoje, passados 42 anos desse surto industrial, a economia pernambucana já não recebe os efeitos multiplicadores daqueles incentivos, que se encontram dissipados, e o setor terciário – a prestação de serviços – assume uma importância fundamental: mais de 70% para a formação do PIB estadual. Ora, isto é preocupante, na medida em que se sabe que o setor de serviços não agrega valor; e que é o setor industrial o mais dinâmico em qualquer economia, embora não se possa desprezar o dinamismo das modernas agroindústrias. Porém, a resposta do investimento na agricultura é comprovadamente bem mais lenta do que na indústria.

O que teria ocorrido para essa perda gradativa de importância do setor industrial na formação do PIB de Pernambuco? Os técnicos e analistas econômicos apontam, de um lado, a baixa expectativa (falta de estímulo) dos agentes produtivos; e, de outro, o comportamento das lideranças políticas do Estado.

Sou de opinião que caberia até um debate, no âmbito do Governo estadual e dos Governos municipais, de suas conclusões e da agenda proposta. A conclusão do estudo é taxativa: “A ausência de um planejamento estratégico, a médio e longo prazos, para a economia estadual, por parte dos administra-

dores que se sucederam, a partir da segunda metade da década de oitenta, especialmente no contexto das reformas administrativa e fiscal, constituiu-se no fator endógeno vital para o declínio da participação de Pernambuco no contexto regional.”

O que ressalta de positivo nesse estudo é a sugestão de que, em termos de políticas públicas, os escassos recursos de investimentos devem ser orientados para setores com potencial mais rápido de resposta, isto é, geração de renda e emprego. E enumera os setores: 1. Produtos gerados na área da cultura (incluindo a criação de uma Universidade das Artes no Estado); 2. A transformação do Porto do Recife em grande área de lazer; 3. A ampliação do turismo, incluindo o turismo ecológico e o histórico; 4. O reforço do Porto Digital do Recife e do Pólo Médico; 5. Maiores investimentos no Pólo Farmacêutico, com extensão do LAFEPE (produção de genéricos); 6. Circuito de segurança pública para o setor de hotelaria nas praias e nas cidades serranas (Circuito do Frio); 7. Formação de recursos humanos para o setor de hotelaria e gastronomia; 8. Modernização da coleta do lixo na Região Metropolitana do Recife e nas “cidades-pólos” do interior do Estado; 9. Implantação de um sistema de esgotamento sanitário em todo o arco costeiro do Estado de Pernambuco, para evitar a degradação do litoral; 10. Urbanização das margens dos Rios Capibaribe e Beberibe e utilização dos seus leitos (principalmente do Capibaribe) como vias navegáveis; 11. Investimentos no IPA e no CEPATSA em Petrolina, para dar apoio tecnológico à pecuária e à agricultura; 12. Expansão da área de irrigação no submédio São Francisco (indústria processadora de frutas; indústria processadora de carne de peixe); 13. Instalação de “fazendas de peixe” e de “fazendas de camarão” em barragens já existentes ou através de estímulos a projetos da iniciativa privada (via PRODEP); finalmente, no setor industrial, o estudo dos economistas aqui mencionado propõe o direcionamento de investimentos privados, com estímulos do PRODEP e do Sistema SUDENE/FINOR/BNB para os seguintes ramos: indústria metal-mecânica, indústria de couros e calçados, indústria processadora de alimentos, indústria de minerais não-metálicos, complexo têxtil (fiação, tecelagem, confecções), indústria de fármacos e indústria de equipamentos.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meio às profundas crises política e institucional e ao desempenho medíocre de nossa economia, temos mais um motivo de desalento e perplexidade: os números da pobreza e da desigualdade

em nosso País, divulgados recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

De longa data, nobres pares, convivemos com a gravidade da situação social brasileira. A revelação dos incontestáveis números da nova publicação do IPEA – *Radar Social 2005* –, no entanto, deve reavivar o debate em torno das precárias condições de vida de parcela expressiva da população do Brasil.

A quantificação da pobreza explícita, de forma inequívoca, a catástrofe social em nosso País: cerca de um terço da população é pobre. São 53,9 milhões de pessoas que, em 2003, viviam com menos de meio salário mínimo por mês. Miseráveis são 21,9 milhões de pessoas que viviam com menos de um quarto de salário mínimo por mês.

As desigualdades de renda, ilustres Deputados, são igualmente assombrosas. Em 2003, 1% dos brasileiros mais ricos – o equivalente a 1,7 milhão de pessoas – se apropriava de um montante de renda semelhante àquele detido pelos 50% mais pobres, que representam 86,9 milhões de pessoas.

Comparações internacionais fornecidas pelo Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, do PNUD, mostram que somos os campeões da desigualdade de renda na América Latina e que, na lista dos 127 países, apenas 7 nações apresentam maior concentração de renda. São, em geral, países paupérrimos como a Namíbia, Botsuana, Serra Leoa e outros.

Os dados revelam, também, Sr. Presidente, que a pobreza brasileira tem endereço: o meio rural. A proporção de pobres no campo é de 57,1%, enquanto que 27% da população residente nas cidades vive em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo.

A análise regional mostra que a pobreza está concentrada no Nordeste, onde 55,3% da população é pobre. Esse percentual é entre duas a três vezes superior ao das regiões Sudeste e Sul – 20,4% e 18,1%, respectivamente.

Há, ainda, nobres pares, que se considerar mais uma faceta da pobreza em nosso País. Observa-se um nítido diferencial racial no tocante à renda da população: 44,1% dos negros vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo. Entre os brancos, esse percentual é de 20,5%.

Sr. Presidente, esse quadro de exclusão social é, nas palavras do ilustre economista Celso Furtado, resultado do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil. A “*industrialização em condições de subdesenvolvimento*”, expressão por ele cunhada, foi responsável pela manutenção da estrutura concentradora de renda e pela ausência de integração de ampla parcela da população ao mercado de trabalho.

O desemprego cresceu assustadoramente, passando de 6,2% para 10%, taxa situada acima da média mundial (6,2%) e latino-americana (8%). São mais de 8 milhões de desempregados em nosso País.

De acordo com o IPEA, esse aumento resulta da criação de postos de trabalho em um ritmo inferior ao ingresso de novas pessoas no mercado. Estima-se que seria necessário, para conter o aumento das taxas de desemprego, crescer a uma taxa anual de 4,5%. As previsões de crescimento para esse ano, segundo o IBGE, são de meros 2,5%.

Sr. Presidente, o cenário dramático do mercado de trabalho brasileiro é ainda mais complexo do que a análise das taxas de desemprego deixa transparecer. Há que se considerar também a precarização desse mercado, representado pelo aumento da informalidade e pela queda da renda dos trabalhadores.

A participação dos empregados sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria no total da ocupação passou de 44,7%, em 1995, para 45,5%, em 2003. A esse respeito, vale lembrar que cerca de 58% dos miseráveis brasileiros vivem em famílias chefiadas por trabalhadores informais.

Quanto à renda real média dos trabalhadores, o estudo *Radar Social* mostra que esse montante que, em 1996, era de R\$754,00 caiu, em 2003, para R\$639,00, o que representa uma diminuição de 15% entre os anos considerados.

Não podemos, Sras. e Srs. Deputados, estar alheios a essa realidade. Nem mesmo a necessidade de se investigar e apurar as denúncias de corrupção que assolam o País – que vão desde as relações promíscuas de ocupantes de cargos, no Governo e em estatais, com partidos políticos até o pagamento de mesada a Parlamentares – pode servir de motivo para nos ausentarmos de nossa responsabilidade social para com o povo brasileiro. As questões sociais devem estar acima de interesses partidários e devem pautar a agenda política, diuturnamente, por mais obscuro que possa ser o cenário político no País.

Não podemos esquecer os milhões de brasileiros miseráveis, os chefes de família que não encontram ocupação, as crianças que são forçadas a ingressar no mercado de trabalho precocemente, porque políticos e governantes estão envolvidos em escândalos responsáveis pelo dreno dos cofres públicos, afastando-nos ainda mais do ideal de uma sociedade justa e igual.

Esses escândalos são de gravidade sem precedentes. É preciso apurar os fatos, encontrar os culpados e puni-los com severidade. Esse cenário, no entanto, não pode justificar ou mesmo causar a paralisia e a inépcia do Governo, principalmente frente ao inaceitável quadro de desigualdades sociais em nosso País.

Para combater a concentração de renda e a pobreza, o IPEA afirma que é necessário acelerar a reforma agrária, ampliar a Previdência e os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Alerta, no entanto, sobre os limites das políticas sociais. O crescimento econômico, com geração de emprego e renda, e a redução das desigualdades sociais são estratégias cruciais para o combate à pobreza.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, fica registrada aqui a posição do IPEA de que, além de crescer, é preciso repensar o modelo de desenvolvimento. Parafrazeando o Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, um modelo que leve à “melhoria da qualidade de vida e das liberdades de que desfrutamos”.

Obrigado.

O SR. MAURO PASSOS (PT-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a crise que se abateu sobre o País nos últimos dias tem demonstrado ser, na sua essência, moral e política. Felizmente, veio acompanhada de uma pedagogia edificante da democracia, libertadora, na medida em que expõe claramente para a sociedade o modelo político tradicional, historicamente ancorado no poder econômico, no submundo da política, com práticas condenáveis, negócios obscuros e descompromisso com a Nação.

O modelo político-eleitoral vigente é, seguramente, o centro dessa crise. O financiamento privado das campanhas eleitorais dos candidatos que interessam ao poder econômico de certa forma induz à prática das contribuições não declaradas à Justiça Eleitoral.

Trata-se de um modelo injusto, excludente, que privilegia quem dispõe de mais recursos para financiamento das campanhas eleitorais. As campanhas eleitorais estão cada vez mais caras.

São muitos os cidadãos com histórias de lutas exemplares nas mais diversas áreas, que poderiam dar sua contribuição ao País, e encontram-se alijados da vida pública em razão do alto custo das campanhas eleitorais, enquanto outros se elegem para defender interesses particularistas.

A reforma do modelo político-eleitoral preconizado no Congresso Nacional deveria partir do princípio da igualdade das condições para disputa dos pleitos eleitorais.

O Brasil resolveu em grande parte o problema das fraudes eleitorais quando disponibilizou aos cidadãos um sistema de votação e apuração dos mais modernos do mundo.

Agora, na oportunidade da reforma político-eleitoral, deveria dar outro passo no sentido da igualdade de condições dos candidatos por meio da disponibilidade de meios de comunicação gratuitos para todos.

O País dispõe de TVs e rádios estatais em todos os níveis da Federação — União, Estados e Municípios — e de satélites de alto padrão tecnológico.

Todo esse aparato de mídia poderia ser disponibilizado para os processos eleitorais. Os partidos políticos definiriam a forma de participação dos candidatos.

Dessa forma, acreditamos que seria afastada grande parte das formas de aliciamento de eleitores produzidas pelas agências de publicidade, com peças de propaganda caras e muitas vezes de caráter fraudulento.

Desejamos debater esta proposta já. O cerne da reforma político-eleitoral não está apenas na questão do financiamento das campanhas eleitorais ser público ou privado, mas, sim, na igualdade de condições para a disputa eleitoral, de maneira que os candidatos sejam eleitos pelo que eles realmente representam para a sociedade.

Durante o discurso do Sr. Mauro Passos, o Sr. Severino Cavalcanti, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Ariston.

O SR. BERNARDO ARISTON (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro nos Anais da Casa *Carta ao Povo Brasileiro I e II*, de minha autoria.

Carta ao Povo Brasileiro I.
Rio, 30 de julho de 2005.

Prezado povo brasileiro, espanta-me, ainda, no decorrer do terceiro ano deste mandato, saber que nosso País tropeçou e caiu mergulhado na mais profunda e sórdida crise política da história da nossa República. Espanta-me porque trabalho em função da construção de um país melhor para todos nós, política e socialmente correto e acima de tudo justo. Espanta-me, pois trabalho para conquistar uma nova realidade para o nosso povo. Espanta-me realmente porque quando cheguei ao Congresso Nacional acreditava fervorosamente que, mesmo não sendo com o candidato do meu partido, a esquerda brasileira havia chegado ao poder e a partir de então teríamos a oportunidade de implementar políticas públicas que atendessem ao conjunto da necessidade brasileira, onde nosso povo e nosso desenvolvimento como nação fossem tratados como agenda imediata e prioritária, mas na prática nada disso aconteceu, por isso tamanho espanto da minha parte. É realmente difícil de entender e de aceitar o golpe que nós estamos sofrendo e a dor que a Nação brasileira está sentindo. Não é possível que o Governo da esperança não represente nada mais do

que um golpe baixo no estômago do povo brasileiro. É difícil explicar que o Governo do Presidente Lula promove o continuísmo da política econômica entreguista que sangra o nosso País, emperrando nosso desenvolvimento e servindo a interesses que se justificam pela política neoliberal que vem sendo implantada no Brasil durante os últimos governos republicanos, sob total influência do capital especulativo internacional e do Fundo Monetário Internacional, que fazem do nosso Brasil uma espécie de playground da economia internacional à custa do achatamento socioeconômico do povo brasileiro e do atraso que representa em nosso desenvolvimento. Espanto maior tenho quando vejo que elegemos o Presidente Lula pelo partido que representou todos os movimentos sociais, sindicais e acima de tudo a questão da ética e da moralidade pública de não roubar e deixar roubar. E o que vemos? Vemos na verdade toda cúpula petista envolvida na corrupção. Malas de dinheiro, dinheiro na cueca, empresas de publicidade servindo de lavanderia à roubalheira, bancos emprestando dinheiro sem garantias reais e não cobrando o que lhe é devido. Parece realmente um filme de ficção, pois jamais poderia admitir que um governo, tendo como representante um partido que nasceu da base do trabalhismo, fosse jogar nosso País e a todos nós nessa vergonha a que estamos assistindo. Mas é isso, povo brasileiro! Passaremos por mais essa decepção. Porém, somos fortes e não desistiremos. Tenho certeza de que depois da tormenta vem a calma, não podemos é baixar a cabeça. Temos que aproveitar este momento ruim para aprender e poder melhorar. Vamos afastar os ladrões, limpar o Poder Público e os partidos políticos, afinal de contas o poder está com vocês, que escolhem, a cada eleição, seus representantes. Assim, acredito que a decepção de agora possa servir de lição. Por isso, acompanhem de perto o que está ocorrendo, para que nas próximas eleições possamos realmente eleger aqueles que cumprem com o seu dever e que principalmente não roubem o dinheiro público. Meu compromisso é com a nossa realidade, sobretudo com desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Continuo na luta e saibam que cobrarei sempre a punição daqueles que não honram o povo brasileiro.

Sr. Presidente, passo agora à leitura da *Carta ao Povo Brasileiro II*.

Carta ao Povo Brasileiro II.
Brasília, 1º de agosto de 2005.

Prezado povo brasileiro, é difícil acreditar, na altura do campeonato, mais precisamente no auge da crise do mensalão, que o Presidente Lula ainda crê que a lambança promovida pelo PT e seus colaboradores não vai chegar ao Palácio do Planalto, ficando restrita

ao Congresso Nacional. É dose para leão ver Sua Excelência querer tapar o sol com a peneira, numa espécie de devaneio político, quando, querendo desviar a atenção da opinião pública, aparece em atos públicos como se estivesse em campanha política, falando em comícios com claque organizadas, em vez de governar o País, dando as costas para o mar de lama que desce pelos 'valéridutos' do Poder Central como uma espécie de grande infiltração da corrupção.

Fora isso, é forçar muito a barra querendo botar panos quentes nessa história toda, alegando que nossa economia ainda é muito frágil. Não dá mais, não há como tentar enganar ainda mais a todos nós. Não dá mais para joguetes de cena ou mesmo até dramáticos discursos na tentativa de manter bons índices nas pesquisas. Será que Sua Excelência ainda não se tocou que o brasileiro não é burro?! Será que Sua Excelência não enxerga que a história do PT ruiu, que o vestal da moralidade foi a primeira peça levada pelo furacão?! Acorda Lula! Realmente é triste saber que um partido político como o PT era formado apenas por uma fina casca, que até parecia robusta, mas que quebrou e mesmo sendo restaurada vai manter fissuras que serão sempre vistas. É preciso lembrar que o papel exercido pelo Partido dos Trabalhadores foi fundamental para a democracia brasileira e que sua posição política sempre contribuiu para o fortalecimento dos ideais da esquerda brasileira, principalmente no que tange ao modelo ideal para a política econômica nacional e para as políticas sociais necessárias para o nosso momento. Entretanto, por um outro lado, é tragicômico, praticamente, verificar que o PT, ao chegar ao poder, traiu seu discurso e sua ideologia, comprometendo sua posição de esquerda, ao dar continuidade ao modelo neoliberal da política econômica do Governo FHC. Talvez tenha sido mais fácil ou mais cômodo, pelo desgoverno instalado, patrocinar um suposto crescimento econômico achatando nosso povo do que realmente promover o ajuste necessário para um desenvolvimento socioeconômico real. Será?! Acho que sim! Acho mesmo é que a mosca azul mordeu esse pessoal e eles enfiaram os pés pelas mãos, quiseram comer o doce todo e se lambuzaram, deram uma verdadeira aula de amorismo e desapego com a coisa pública, não sabiam como administrar o País e não tiveram a humildade de aprender, quiseram dar aula e amordaçar o Parlamento com as medidas provisórias, subestimaram as instituições políticas brasileiras e a todos nós achando que saíam impunes como se agora o PT fosse o próprio Poder Público.

Honestamente, acho que não podemos vacilar. Temos que ficar de prontidão para não permitir que esse tempo passe em vão. Temos a responsabilidade de tomar as rédeas desse processo sob pena de não

estar contribuindo para o aperfeiçoamento da nossa democracia. O momento exige calma e tranqüilidade, portanto, não devemos permitir que toda essa onda de corrupção nos afaste da política. Somos um país democrático de direito e temos a política como instrumento de transformação social. Precisamos acreditar nisso e usar o nosso voto de forma coerente. A reforma política urge, com certeza. Muita coisa realmente precisa mudar, entretanto, não acho que devemos alardeá-la como única salvação da Pátria. Acho que o voto consciente é que no fundo faz a diferença. Assim, como somos pessoas de bem e queremos que nossa sociedade seja justa e equilibrada, onde cada um de nós tenha sempre as mesmas condições de igualdade para termos acesso a uma vida melhor e digna. Chamo a atenção para não depositarmos nosso voto em vão, elegendo pessoas que não tenham compromisso com o nosso querido Brasil.

Um abraço.

Finalmente, Sr. Presidente, refiro-me à assinatura dos termos aditivos aos contratos de concessão para levar gás natural canalizado aos Municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba, Maricá e Saquarema, e para a redução das tarifas dos setores cerâmico, salineiro e barrilista, que se realizou hoje, às 11h, no Palácio Guanabara, sede do Governo do meu Estado do Rio de Janeiro.

Faço esse anúncio pela importância que representa para a economia do meu Estado, mais uma iniciativa da gestão da Governadora Rosinha Garotinho à frente do Governo do Estado. Através da assinatura do termo aditivo às concessionárias de gás (CEG E CEG-Rio) reduziram-se as tarifas para os segmentos industriais salineiro, ceramista e barrilista, redução que chega a 40% para os ceramistas com reflexos positivos em Municípios como Campos, Itaboraí, e Três Rios, e da ordem de 18% para os segmentos salineiro e barrilista, existentes em diversos Municípios da Região dos Lagos. Ainda destaco que a assinatura desse termo aditivo possibilitará às concessionárias de gás do Estado a expansão de suas redes de dutos para os Municípios de Mangaratiba, Maricá, Angra dos Reis e Saquarema, para uso veicular, comercial e residencial, proporcionando ganhos para o meio ambiente, redução de custos para indústrias, hotéis e comércio em geral, favorecendo as atividades, a atração de novas empresas e o turismo interno para regiões beneficiadas devido ao uso do GNV, gerando milhares de novos empregos e aquecendo a economia dos Municípios. Os investimentos que levaram os novos dutos aos 4 novos Municípios são da ordem de 100 milhões de reais.

Parabenizo a nobre Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, por mais essa iniciativa e venho aqui para mostrar que quando se governa com pessoas com experiência administrativa à frente das pastas setoriais, a exemplo do Secretário de Estado de Energia, Petróleo e Indústria Naval, meu caro Wagner Victor, os resultados são os que vemos no meu Estado: um governo operante, voltado para a população mais carente e sobretudo promovendo o desenvolvimento econômico e social do povo fluminense.

O SR. NELSON BORNIER (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como se não bastasse o descompasso entre os números oficiais e a realidade no dia-a-dia de cada brasileiro, estamos diante de perspectivas sombrias, tendentes a elevar ainda mais nossa preocupação com o futuro do País.

Causa espécie, Sr. Presidente, a maneira como se falta à verdade neste País, exibindo números maquiados que não condizem com a realidade, embora sejam oficiais.

Ora, Sr. Presidente, nem precisa ter bola de cristal para antever o reflexo negativo do aumento do preço dos combustíveis na economia do País.

De nada adianta dizer que não temos problemas, porque isso não é verdade. A classe trabalhadora está a cada dia mais prejudicada porque não pode prescindir de certos advenços de extrema necessidade, além de que os tantos outros componentes da chamada modernidade nem sempre estão ao alcance dos menos favorecidos.

Segundo Mapa da Fundação Getúlio Vargas, Sr. Presidente, 33% dos brasileiros vivem na miséria. São 56 milhões de pessoas que vivem com menos de 79 reais por mês.

O que vemos com esses dados, Sr. Presidente, é um Brasil tomado pela extrema pobreza, que antes atingia só as periferias e agora aflige as grandes cidades.

O Índice de Pobreza Humana (IPH) das Nações Unidas, calculado com base na proporção de habitantes que não completam 40 anos de vida, no acesso à rede de água potável, no percentual de crianças desnutridas e na taxa de analfabetismo dos adultos, mostra que o Brasil é menos pobre que o Peru, que está em 19º, mas passa mais privações que Maurício, que está em 17º no *ranking*.

O Brasil vai muito mal na classificação mundial de miséria. Em 1999, o País ocupava o 85º lugar no *ranking* mundial de mortalidade infantil com 42 óbitos para cada grupo de mil nascidos vivos. Este ano, ocupa o 89º lugar, com a média de mais de 40 mortos.

E as causas são sempre as mesmas: falta de saúde, emprego, habitação, ou seja, condições mínimas para uma vida digna. Até agora nem mesmo o Programa Fome Zero alcançou os seus objetivos, pois não basta distribuir alimentos à população faminta.

Gostaria que neste momento todas as pessoas do Brasil pudessem estar se alimentando, recebendo o devido respeito e dignidade, a que têm direito. Mas, se isso não é possível, cabe-me como representante do povo que sou formular a todos votos de esperança e o compromisso de sempre lutar pelos seus direitos.

Não nos esqueçamos de que o Governo que não cuida do seu povo hoje, está fadado a lidar amanhã com a miséria, a violência e a marginalidade que tanto atormentam os nossos dias. Sejam, pois, as minhas palavras de compromisso, porque no povo brasileiro repousa, sem dúvida alguma, a grande esperança deste País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. RUBENS OTONI (PT-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna nesta data para enaltecer os programas sociais do Governo Federal que geram emprego, aumentam a renda e criam mais oportunidades para o povo brasileiro.

Constatamos que o Brasil vem enfrentando a desigualdade social com mais crescimento, emprego, renda e criatividade, e que o Governo Federal vem combatendo a desigualdade social com instrumentos mais poderosos e eficazes que os antigos programas assistencialistas.

Os programas adotados atualmente têm um enfoque muito mais abrangente, oferecendo mais chances para as pessoas melhorarem de vida: em vez de apenas dar o peixe, ensinam a pescar.

Esse crescimento é também acompanhado pela economia brasileira que apresenta o melhor desempenho dos últimos 10 anos. O investimento cresceu, a inflação está sob controle e a geração de empregos é a melhor desde 1992.

Observamos a eficiência do atual Governo na economia que permitiu incrementar os gastos sociais, promovendo a implantação consistente de políticas públicas que estão mudando a realidade da população brasileira, como a redução de impostos dos alimentos da cesta básica, aumento do salário mínimo, mais educação e saúde.

Com a retomada do crescimento econômico constatou-se uma melhor distribuição de renda e geração de empregos. A eficiência na condução da economia, aliada a políticas públicas mais eficientes estão colocando o Brasil num rumo diferente.

Os programas sociais mudaram para melhor e mostram a opção clara do Governo pelos mais pobres e excluídos. Como exemplos de programas e políticas inovadoras podemos citar o Fome Zero, o Bolsa Família, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, o Brasil Sorridente, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, o Farmácia Popular, o direito a uma conta bancária, o Programa de Aquisição de Alimentos, o seguro exclusivo para a agricultura familiar, entre outros.

Ainda podemos citar que o atual Governo ampliou e modificou diversos programas e ações já existentes, como o Microcrédito Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o Programa Saúde da Família – PSF, a reforma agrária e a alfabetização de jovens e adultos. Todos esses programas ganharam dimensões, variedades e regras inovadoras, mais claras e direcionadas a quem precisa.

Nos últimos 2 anos, os investimentos sociais diretos do Governo Federal aumentaram significativamente e já correspondem a 14,2% do PIB. Nos 2 primeiros anos deste Governo foram investidos R\$463,9 bilhões. Isso representa R\$119,63 bilhões a mais que nos 2 últimos anos do Governo passado. A gestão eficiente e o crescimento econômico vêm promovendo a inclusão social, e as medidas rigorosas do Governo Federal prepararam o Brasil para o maior crescimento dos últimos 10 anos.

O Governo Lula tem mantido com rigor o controle dos gastos públicos. A despesa com pessoal está abaixo do teto definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foram reduzidos os gastos com contratos terceirizados (R\$95 milhões, em 2002, para R\$15 milhões, em 2004), por meio de uma política de substituição de funcionários terceirizados por servidores concursados. Entre março de 2004 e fevereiro de 2005 as exportações brasileiras ultrapassaram a marca dos US\$100 bilhões, um recorde histórico para o País.

Por fim, o nosso intuito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é reconhecer e apoiar o empenho diário do Governo Federal para promover a inclusão social, dando a oportunidade para que os milhões de cidadãos e cidadãs, que até então viviam na exclusão, possam prosperar e se tornar cidadãos ativos e independentes.

Muito obrigado.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PP-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna tratar de um assunto que considero relevante para o aperfeiçoamento de nossas instituições de processo legislativo. Trata-se da diversidade de regras hoje existentes entre Câmara e

Senado a respeito das hipóteses em que pode ocorrer o chamado “poder conclusivo” das Comissões, isto é, quando os projetos podem vir a ser decididos apenas pelos órgãos técnicos, não precisando submeter-se à votação do Plenário.

Lembramos que a possibilidade de as Comissões terem poder de decisão sobre proposições legislativas foi uma inovação importante trazida pela Constituição de 1988, que tinha por objetivo, por um lado, desafogar os trabalhos do plenário, salvaguardando-o para a discussão e votação das questões mais polêmicas ou de maior relevância institucional, e por outro, imprimir maior celeridade e racionalidade à produção legislativa como um todo, submetendo ao crivo técnico-especializado das Comissões o enorme número de projetos apresentados à Casa a cada Legislatura.

O mecanismo – embora não se faça muito alarde a respeito – tem funcionado de maneira bastante satisfatória de 1988 para cá, respondendo, efetivamente, pela deliberação de uma enorme gama de matérias, em especial as de iniciativa dos Parlamentares, que se tivessem de aguardar inclusão na pauta de votações do plenário provavelmente teriam de aguardar tempo muito maior para ter o processo de apreciação concluído.

Ocorre que, apesar desse relativo sucesso em alcançar os objetivos a que se propunha, o poder conclusivo das Comissões muitas vezes se frustra pela ocorrência de hipóteses regimentais que obrigam a matéria a passar pelo plenário, mesmo tendo sido iniciado o trâmite pelo rito conclusivo. Algumas dessas hipóteses são plenamente justificáveis, como é o caso, por exemplo, da ocorrência de pareceres divergentes, quando as Comissões competentes para se pronunciar não conseguem chegar a um consenso sobre a aprovação ou rejeição do projeto, recaindo a decisão, assim, sobre o Plenário. Há outras, entretanto, para as quais não encontramos justificativa razoável.

Uma dessas hipóteses, e que gostaríamos de abordar especificamente aqui, é a de o projeto vir a ser emendado pelo Senado Federal e, naquela Casa de leis, ser aprovado pelo Plenário, o que tem o condão de obrigar, na volta da matéria à Câmara, que também aqui as emendas passem a depender da deliberação do Plenário, não podendo mais ser decididas conclusivamente pelos órgãos técnicos.

Parece-nos, em primeiro lugar, que o que ocorre na outra Casa legislativa não deveria ser motivo para alterarmos, na nossa, o rito previsto para a apreciação de uma determinada matéria. Câmara e Senado dispõem de autonomia de organização e funcionamento e não precisam se ater às regras, um do outro, para determinar como tramitarão internamente as matérias.

Se o Regimento da Câmara, porém, entendeu por bem abrir mão dessa autonomia e considerou relevante levar em conta o rito adotado na Casa revisora para definir se o poder conclusivo incidirá ou não, parece-nos que ao menos se deveria buscar alguma regra de reciprocidade de tratamento no Regimento do Senado Federal, de forma a evitar-se, por exemplo, que projetos submetidos ao poder conclusivo na Casa de origem venham a ter emendas aprovadas na Casa revisora pelo Plenário, e vice-versa.

Temos notícia de que, sensível ao problema aqui apontado, o nobre Senador Valdir Raupp apresentou recentemente projeto de resolução no Senado Federal cuidando justamente de estabelecer um tratamento mais harmônico com as regras aplicadas na Câmara nesse tipo de matéria. De acordo com o proposto no projeto, passariam necessariamente a tramitar com poder conclusivo naquela Casa de leis todos os projetos que já tivessem sido aqui apreciados sob esse mesmo rito, o que, se vier a ser aprovado, certamente aperfeiçoará a sistemática atual, tornando o trâmite mais previsível e menos sujeito a alterações em meio ao processo de apreciação na Câmara e no Senado.

Considerando, pois, que o projeto em referência avança no sentido da construção de regras comuns às duas Casas no que diz respeito ao tratamento do poder conclusivo de deliberação das Comissões, gostaríamos de sugerir ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa, Severino Cavalcanti, que manifeste, junto ao Presidente do Senado Federal, apoio e interesse, em nome da Câmara dos Deputados, na aprovação das novas regras propostas no projeto do Senador Raupp, que, acreditamos, serão bem-vindas à produção legislativa como um todo, tornando o poder conclusivo das Comissões, numa e noutra Casa, mais forte, racional e produtivo.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. JAIME MARTINS (PL-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero homenagear minha cidade natal, Nova Serrana, localizada no centro-oeste do Estado de Minas Gerais.

Nova Serrana faz parte da microrregião de Divinópolis. Está a 115 quilômetros de Belo Horizonte. Embora tenha apenas 283 quilômetros quadrados de área, está-se tornando um dos Municípios de economia mais dinâmica do Estado. E quem afirma isso não é um derramado coração nova-serranense. São os dados e as informações disponíveis em vários institutos mineiros e nacionais.

A força socioeconômica de Nova Serrana provém da indústria calçadista. São 854 fábricas, a maioria delas de calçados esportivos, que dão à cidade o título

de Capital Brasileira do Calçado Esportivo. De seus quase 50 mil habitantes, 20 mil estão vinculados de alguma forma ao setor.

No momento em que a sociedade clama por maior oferta de empregos e melhor distribuição de renda, Nova Serrana está mostrando que, com ousadia e coragem, é possível atender a esse apelo. Das firmas calçadistas instaladas na cidade, 60% são microempresas – 33% pequenas, 6% médias e apenas 1% grandes empresas.

Apesar do variado leque de fábricas já instaladas, a cidade ainda tem espaço para abrigar outras, principalmente aquelas que integram a cadeia produtiva do setor coureiro-calçadista. Nova Serrana precisa importar componentes de outras cidades de Minas, bem como de São Paulo e do Rio Grande do Sul. A cidade ainda se ressentida de mão-de-obra especializada.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, este foi um breve retrato três por quatro de minha cidade natal. Poderia abordar outros aspectos, mas permaneço nesse, por ora. Em outras oportunidades, falarei de novos temas ligados à cidade, bem como de outras da microrregião em que ela se situa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado **Lupércio Ramos**.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS (PMDB-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para que todos compreendam melhor o meu pronunciamento; para que muitos possam entrar num grande debate sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia; para que você, brasileiro, possa ser agente indispensável na formulação de um destino digno para aquela população, um pré-requisito essencial se impõe: nós precisamos conhecer, nós precisamos ver a Amazônia! Nós precisamos sobrevoar a floresta. São milhares e milhares de quilômetros de um tapete verde, misterioso e belo ao mesmo tempo.

Não sei se este seja um dia apropriado; não sei se o momento seja bom, diante dos problemas que esta Casa atravessa, para se discutir como os recursos naturais do Brasil e, em especial, da Amazônia podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social de sua gente.

Mas sei, entretanto, que há muito tempo esperamos do Governo Federal um projeto amplo e sério de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

O homem queimou florestas durante milhares de anos. Parecia uma vocação natural. Relatório divulgado

pela FAO (Food and Agriculture Organization), a entidade das Nações Unidas que acompanha a evolução mundial da agricultura e da produção de alimentos, mostrou que na última década o Planeta perdeu 16,1 milhões de hectares de florestas nativas por ano.

A região do mundo onde mais se devastou a cobertura florestal foi a África, seguida da América Latina. Isso ocorreu porque ainda temos florestas e não temos consciência do valor de uma árvore em pé.

Nas regiões mais ricas aconteceu o inverso: a Europa aumenta suas florestas ao ritmo de 880 mil hectares por ano, segundo o relatório *O Estado das Florestas do Mundo*; já o Brasil derrubou 2,3 milhões de hectares de suas florestas, por ano, na última década.

Os modelos aplicados no Brasil até o momento não levam em consideração que, sem uma política de desconcentração de renda, o grande capital somente aumenta as desigualdades sociais e a formação de bolsões de pobreza em contraste com os grandes empreendimentos.

Hoje, os conceitos de uso dos recursos naturais, especialmente os originados das florestas, estabelecem que as bases da sustentabilidade devem contemplar o crescimento econômico, a diminuição das diferenças sociais e a distribuição equitativa de renda com qualidade ambiental.

Existem as possibilidades de se explorar as florestas brasileiras atendendo todos os preceitos de conservação e preservação do meio ambiente?

Esta é uma pergunta que nos cabe e que pretendo levar à reflexão de todos os brasileiros. A consciência do risco ecológico legitima o desejo de que crescimento respeite limites e dê chance de progresso às gerações futuras.

Existe e sempre existiu uma contabilidade pública do Governo Federal que não leva em consideração a formação de grandes massas de desempregados, constituída pelos habitantes naturais que ficam sem condições de permanecer em suas terras, vilas e povoados por falta de oportunidade de sobrevivência no interior amazônico.

As políticas nacionais têm sido historicamente inadequadas para a Amazônia. O Poder Executivo Federal, principalmente o atual, tem bons projetos para a região. No entanto, tem dificuldades extremadas para colocá-los em prática, ou melhor, para implementá-los.

O que temos de concreto é o abandono da qualificação de pessoal e da geração de tecnologia, que está presente de forma acentuada, mas sem surtir efeitos práticos. As demandas atuais por parte da sociedade não foram atendidas. É preciso, urgentemente, executar os bons projetos federais para a Amazônia.

Cito, como exemplo, o Centro de Biotecnologia da Amazônia, concebido de forma inteligente para produzir tecnologia por meio de pesquisas e experimentos na área da biociência, para ajudar na formulação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável.

Entretanto, aquele centro, Srs. Deputados, se arrasta há alguns anos e não consegue entrar em funcionamento por falta absoluta de recursos e investimentos do Governo Federal no programa.

E pasmem, Sras. e Srs. Deputados, os tecnocratas do Ministério da Fazenda retêm 400 milhões de reais da SUFRAMA – autarquia que arrecada taxas e contribuições que, em tese e por princípio legal, deveriam ser aplicadas naquela região – para gerar superávit primário. Ou seja, são retirados 400 milhões de uma fonte, que não é própria do Tesouro, de arrecadação de tributos federais para compor o montante de contingenciamento para o superávit primário. São taxas e contribuições próprias daquela autarquia, dinheiro que poderia estar servindo para colocar em funcionamento o Centro de Biotecnologia da Amazônia.

É preciso estimular a integração da região amazônica com os demais Estados. Para isso se faz necessário reduzir as distâncias internas.

Não se trata de crítica, mas de simples constatação: a Amazônia sempre foi mais rentável e mais útil ao Governo Federal do que a Federação tem sido para região.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Edinho Bez.

O Sr. Edinho Bez – Nobre Deputado Lupércio Ramos, companheiro do PMDB da Amazônia, acompanho a luta de V.Exa., especialmente quanto ao meio ambiente. O mundo sabe da importância da manutenção da floresta amazônica. Há reconhecimento e preocupação mundiais nesse sentido. Já tive oportunidade de observar o que diz V.Exa. no seu discurso: enquanto na Europa se aumenta a floresta na ordem de 880 hectares por ano, aqui no Brasil se desmata mais de 2,3 milhões de hectares por ano na última década. Parabêniso V.Exa. pelos dados fantásticos que apresenta. Espero que esse pronunciamento, como tantos que V.Exa. tem feito nesta Casa, sirva para conscientizar ainda mais a população brasileira da importância do que V.Exa. está falando.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS – Agradeço a V.Exa. o aparte.

Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, a Amazônia tem gerado riquezas, mas a riqueza gerada na região não se vê nem se fixa nela. Não está lá.

O modelo econômico posto em ação na região tem ignorado e menosprezado as necessidades das

comunidades locais e a própria diversidade dos inúmeros ecossistemas.

Na realidade, a Amazônia sempre foi considerada, nos planos governamentais estratégicos, apenas sob a ótica da soberania e não sob a ótica da integração de suas populações num plano sustentável, para o desenvolvimento do Brasil como um todo.

A floresta aparece nos planos e programas federais para a região nas últimas décadas como um obstáculo a ser vencido, ou como riqueza fornecida de forma gratuita pela natureza, portanto, sem grande valor, a ser explorada de forma predatória, não se levando em consideração o povo e seus bens.

Clamo ao Senado Federal no sentido de priorizar a votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, já aprovado na Câmara. Trata-se de um conjunto de normas jurídicas que permitirá a atividade econômica sem depredação ambiental.

A natureza amazônica, em especial sua floresta, tem sido considerada como expressão do primitivismo e do atraso regional ou, ainda, como simples material, biomassa barata, apropriável a custo zero por investidores.

O Sr. Mauro Benevides – Permita-me, nobre Deputado Lupércio Ramos. Quero apenas que saiba da minha solidariedade neste momento em que se dispõe a sustentar essa bandeira de luta pela preservação da Amazônia. Agora, todos nós defendemos que se implante políticas públicas que possam impulsionar o crescimento daquela região. Pelo que sei, a Rodovia Transamazônica, anunciada como uma das grandes realizações de Governo passado, não se concretizou até hoje, impedindo que tenhamos uma comunicação mais fácil com aquela importante área do território brasileiro. Meus cumprimentos a V.Exa. pelo posicionamento que assume na tarde de hoje em defesa da região amazônica.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS – Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Átila Lins.

O Sr. Átila Lins – Deputado Lupércio Ramos, eminente companheiro do Amazonas, não poderia deixar de dar minha contribuição, pela minha experiência, ao tema que V.Exa. desenvolve com tanta inteligência dessa tribuna. Sabe V.Exa. que, se formos nos basear nos estudos feitos durante todos esses anos quanto ao meio ambiente, a Amazônia vai se constituir num santuário ecológico sem política de desenvolvimento para as pessoas que lá vivem. Os mais de 20 milhões de brasileiros que moram na Amazônia precisam de uma política auto-sustentável que possa gerar emprego e renda. Há 2 casos que vou citar rapidamente. Um é

o da BR-319. O Ministro dos Transportes lutou muito para viabilizar os recursos, a fim de retomar as obras de recuperação daquela rodovia. O IBAMA não queria dar a autorização para o início das obras alegando ofensa ao meio ambiente. Como poderão degradar o meio ambiente se a estrada foi aberta há mais de 25 anos? Existem apenas trechos intransitáveis e não o problema de meio ambiente. O outro caso é o da BR-317, que liga Boca do Acre a Rio Branco. O trecho entre Rio Branco e a fronteira com o Estado do Amazonas está praticamente pronto. A Ministra Marina Silva nunca teceu comentário em relação a essa parte da rodovia. Agora, quando se trata do trecho entre Boca do Acre e a fronteira do Estado do Acre, o Ministério do Meio Ambiente não quer dar a autorização. E o caso do gasoduto de Coari, em Manaus? Quanta dificuldade enfrentou o Governador Eduardo Braga para fazer com que houvesse a licença ambiental e se iniciar a obra. A Prefeitura de Coari, na pessoa do Prefeito Adail Pinheiro, e o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Wilson Cavalcanti, mobilizaram-se para conseguir essa licença ambiental, que há muito tempo não era concedida. Daí o atraso na construção do gasoduto. Nobre Deputado, não podemos permitir que, sob a perspectiva de que se vai ofender o meio ambiente, a região amazônica fique na condição de santuário ecológico apenas para admiração dos visitantes. Essa é a intenção das forças estrangeiras.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS – Obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

Em síntese, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu discurso clama que o Governo implante programas de desenvolvimento sustentável.

Pelos estudos de hoje, pelos avanços da biociência, já se pode buscar com certeza absoluta o desenvolvimento econômico sem agredir a natureza de forma predatória, como, por exemplo, na obtenção de madeiras e outros produtos de florestas nativas.

A exploração da madeira sob gestão adequada e das florestas tem potencial para converter o Brasil no maior produtor mundial de madeira com uso sustentável dos recursos florestais.

O que queremos com isso? Desejamos a expansão econômica, as melhorias sociais e a preservação ambiental.

Desenvolvimento sustentável é “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações”.

Esse é um conceito internacional definido na conclusão dos trabalhos realizados em 1987 pela Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED.

Na minha região, não pensamos diferente. O Governo do Estado do Amazonas tem um grande projeto de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, que chamamos de Zona Franca Verde.

Um dos mecanismos de combate à pobreza naquela região, certamente, é o fomento florestal. Nessa modalidade de exploração, pequenos e médios agricultores passam a cuidar da floresta em pé, retirando apenas as árvores identificadas e catalogadas no plano de manejo. Passam também a cultivar árvores naturais a partir de mudas e com apoio técnico oferecido pelo Governo Estadual e por instituições e empresas, podendo, no futuro, se tornarem fornecedores de matéria-prima para a indústria.

A exploração sustentável de florestas será um grande empreendimento que se revelará eficaz alternativa de geração de renda no meio da solidão da selva, além de estratégico para a economia dos Municípios, dos Estados e da União.

O Estado do Amazonas apresenta características peculiares de configuração econômica e social, decorrentes de 2 fatores: uma ocupação histórica do território realizada pelas vias fluviais e uma concentração populacional na cidade de Manaus, em decorrência da criação da Zona Franca de Manaus na década de 60.

O resultado desse processo histórico pode ser visualizado na concentração populacional e econômica na Capital.

Em razão disso, o Governo do Estado saiu na frente em projetos de ação de gestão do desenvolvimento sustentável na atual administração, com o objetivo de identificar soluções duradouras que beneficiem a população do interior, com a participação da população interessada em diagnósticos participativos das demandas locais.

Foram ações voltadas para o fortalecimento, a conscientização e a participação de produtores florestais, agricultores, extrativistas, pescadores. Aquelas populações tradicionais, ribeirinhas, pequenos empresários do interior, empreendedores, associações e cooperativas, todos podem se engajar num grande projeto de desenvolvimento sustentável, desde as mínimas condições, que vão desde o saber, o conhecimento, até a viabilização dos pequenos financiamentos pelas estruturas governamentais.

O Sr. Ivan Ranzolin – V.Exa. me concede um aparte?

O SR. LUPÉRCIO RAMOS – Tem V.Exa. a palavra.

O Sr. Ivan Ranzolin – Deputado Lupércio Ramos, interrompo a seqüência de seu pronunciamento, aliás brilhante, pelo fato de V.Exa. ser do Estado do Amazo-

nas e merecer o apoio e o aplauso dos Deputados do Sul, uma vez que naquela região se encontra o maior patrimônio ecológico do mundo. Os Srs. Parlamentares e as autoridades têm de receber aplausos do Brasil, por se tratar de área nobre, para a qual precisamos de um projeto global. V.Exa. está mostrando até o caminho. Estou atento ao seu discurso e vejo que a exploração sustentável é viável. No sul do Brasil, o Ministério do Meio Ambiente está abrindo grandes reservas, mas lá as pessoas as preservam. Em vez de dois pesos e duas medidas para tratar dessas reservas, devemos dar forte cobertura à Amazônia. Vi no noticiário de ontem que havia 1.350 focos de incêndio no País. Então, se não houver aproveitamento sustentável, o fogo vai destruir tudo. Cumprimento V.Exa. pelo pronunciamento, digno de um representante do Estado do Amazonas, acima de tudo porque aponta soluções. Por isso, fiz questão de apartear-lo. Muito obrigado.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS – Deputado Ivan Ranzolin, muito obrigado pelo aparte.

Aproveito a intervenção do nobre Deputado para fazer um apelo a esta Casa no sentido de que todos cobrem do Governo Federal o início das atividades do Centro de Biotecnologia, já implantado na Amazônia, que vai gerar conhecimento, tecnologia, planos e programas para grandes projetos de desenvolvimento sustentável da região. Assim, a natureza será preservada e, ao mesmo tempo, teremos o cuidado de preservar também o homem nativo, garantindo-lhe melhoria de vida.

Concedo um aparte ao Deputado Raimundo Santos.

O Sr. Raimundo Santos – Ilustre Deputado Lupércio Ramos, o Brasil hoje saúda V.Exa. pelo pronunciamento inteligente, lúcido e rico de conhecimentos a respeito da Amazônia, no qual V.Exa. nos brinda com verdadeira aula sobre a nossa região, indicando-nos caminhos a seguir. Não quero tomar seu tempo, mas continuar a ouvi-lo, pois V.Exa. apresenta exatamente aquilo que deve ser feito para o desenvolvimento sustentável. V.Exa. tem razão: de um lado, somos contrários àqueles que querem destruir nossas florestas e o meio ambiente, de outro, somos também contrários àquelas ONGs que, travestidas de defensoras da Nação, na verdade são entidades inimigas do nosso desenvolvimento. Portanto, parabéns a V.Exa. Espero que o Governo Federal cumpra sua parte. Estão aí a Transamazônica, a Santarém—Cuiabá, a Hidrelétrica de Belo Monte e assim por diante. Continuo ouvindo V.Exa., que faz belíssimo discurso nesta Casa.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS – Obrigado, Deputado.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Adelor Vieira.

O Sr. Adelor Vieira – Deputado Lupércio, peço este aparte apenas para cumprimentá-lo. Deputado do Sul, fico feliz porque V.Exa., nesta tarde, com muita propriedade, aborda o assunto do manejo sustentável e defende com entusiasmo e ênfase a disponibilização de recursos para o Centro de Biotecnologia da Amazônia. Aliás, é nisto que o Governo precisa investir e aplicar recursos, na consciência de um manejo responsável, porque é assim que vamos sustentar a Nação, preservar a Amazônia e pensar num País do futuro. Parabéns pelo seu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS – Obrigado, Deputado Adelor Vieira, pelo aparte.

O Estado do Amazonas tem mostrado que é possível conciliar conservação e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais.

Os benefícios sociais e ambientais dessa iniciativa são imensos ao combater a grilagem e promover o desenvolvimento de regiões de importância estratégica para o futuro do Brasil amazônico.

O Brasil tem imagem forte no exterior vinculada à sua grande extensão de matas e florestas e à biodiversidade que elas contêm. Mas tem também imagem fortemente negativa como destruidor da floresta amazônica. Precisamos, na prática, mudar essa imagem.

São muitos os pequenos projetos que contemplam a idéia do desenvolvimento sustentável no meu Estado do Amazonas, que começa a propor ao Brasil idéia de uma Zona Franca Verde para cuidar melhor da Amazônia.

O Programa Zona Franca Verde é a base de nosso plano de desenvolvimento, e, para garantir seu sucesso, precisamos abri-lo para o Brasil e para o mundo.

O programa foi lançado em 2003 e tem obtido resultados importantes, como o aumento das áreas protegidas do Estado em aproximadamente 100% e geração de emprego e renda para as populações daqueles Municípios que ainda detêm um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Isso se deve à consciência que temos de que antes da preservação ambiental é preciso preservar a espécie humana nativa da Amazônia.

Esse programa tem o desenvolvimento sustentável como alvo, a partir de sistemas de produção florestal, pesqueira e agronegócios ecologicamente saudáveis, socialmente justos e economicamente viáveis.

Englobado nesse programa podemos destacar: manejo do jacaré, de peixes como o pirarucu e outros; projeto da cesta de produtos sustentáveis; projeto de ordenamento pesqueiro e o Zoneamento Ecológico-Econômico.

O projeto da cesta de produtos sustentáveis visa construir uma economia familiar diversificada, aproveitando, de forma ecologicamente apropriada e de maneira legal, os recursos naturais abundantes do Amazonas. E tem conseguido promover o crescimento da produção familiar com reflexos positivos para moradores das cidades mais distantes da Capital.

Outro projeto que destaco é o do ordenamento pesqueiro, que elevou em 90,51% a emissão de licenças de pescas recreativa e esportiva.

O Zoneamento Ecológico-Econômico objetiva o monitoramento e controle ambiental, tendo em vista a descentralização da gestão ambiental. Teve como principal resultado a identificação do interesse da população local em proteger áreas verdes. Além disso, esse projeto sistematiza informações geradas por instituições parceiras, como prefeituras e organizações da sociedade civil.

O Estado do Amazonas tem preservado seus recursos naturais mais do que a maioria dos Estados brasileiros. Prova disso é o Plano Estadual de Capacitação Ambiental – PECA, que gera e dissemina conhecimentos, sensibilização e mudanças de atitudes, com vista ao aprimoramento da capacidade gerencial das instituições governamentais.

Dentro do PECA temos: Gerenciamento de Conflitos para Gestão Ambiental; Valorização da Floresta e Produção Sustentável; Criação, Processamento e Conservação de Pescado.

Estes são exemplos de projetos que o Governo Federal deveria seguir. O Estado do Amazonas aponta soluções.

Ao abordar a situação das sociedades contemporâneas, temos que buscar as melhores decisões para a atual e futuras gerações. O desenvolvimento sustentável das florestas brasileiras é uma postura coerente, um programa que viabiliza a vida no presente e no futuro.

Sr. Presidente, ao encerrar meu pronunciamento, conclamo esta Casa a conhecer a Amazônia não só pelo que se lê, mas vendo-a, sobrevoando-a. Só tem idéia do que é a Amazônia quem sobrevoa horas e horas aquele tapete verde, misterioso e maravilhoso ao mesmo tempo.

A Amazônia está a merecer de nós, não só da consciência internacional, mas desta Casa, um grande programa de desenvolvimento sustentável.

Finalizo, Sr. Presidente, agradecendo a V.Exa., ao tempo em que parabeno o nosso querido Município de Coari pelo transcurso de seus 73 anos, comemorados terça-feira. Município novo, mas que hoje já é o quinto em arrecadação de tributos proporcionalmente

à sua população. Portanto, um Município promissor na selva amazônica, no interior do Estado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a agricultura familiar recebeu um grande aporte ontem, quando o Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou o Plano Safra para a Agricultura Familiar 2005/2006, na cidade de Garanhuns. Quero aqui ressaltar a importância do investimento – R\$9 bilhões – previsto para o financiamento aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Esses recursos garantem a ampliação e criação de mais postos de trabalho, assim como irá estimular a produção de alimentos, melhorando conseqüentemente a geração de renda para esses trabalhadores.

Essa ação, senhoras e senhores, é 25% maior que a desenhada anteriormente e, se comparada ao Governo anterior, supera os valores em mais de 120%.

Destaco ainda a afirmação do Sr. Presidente da República, quando diz que até o próximo ano 1 milhão de pessoas estarão incorporadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e que agora todos os trabalhadores rurais poderão procurar os bancos e conseguir o recurso necessário para financiar sua produção. É o cumprimento de compromissos assumidos e a confirmação de que o Governo Lula tem objetivos de inserção social que são cumpridos.

Os dados do PRONAF comprovam que somente no ano passado foram investidos R\$5,6 bilhões que beneficiaram mais de 1 milhão e meio de famílias de agricultores familiares e assentados da reforma agrária em todo o Brasil, sendo que 430 mil delas acessaram naquele ano o crédito rural pela primeira vez.

Esse, senhoras e senhores, é o maior Plano Safra já implantado em nosso País e, sem sombra de dúvida, podemos afirmar que nunca um governo investiu tantos recursos na agricultura familiar e na reforma agrária como o Governo Lula.

Só para se ter uma idéia, saímos de 904 mil contratos, em 2002, para aproximadamente 2 milhões, previsão para 2006. Em termos de investimento, Sr. Presidente, saímos de 2,2 bilhões, em 2002, para 9 bilhões de investimento na agricultura familiar.

Estavam presentes a esse lançamento também os Ministros do Desenvolvimento Agrário, da Educação e de Ciência e Tecnologia.

Quero, portanto, parabenizar o Governo Federal e todos os órgãos envolvidos por mais essa ação que permite aos pequenos produtores rurais competir em condições dignas com os grandes produtores, levando a essas famílias condições de exercerem sua cidadania e terem orgulho de pertencer a uma classe que é, inegavelmente, a principal base da produção na cadeia alimentar de nosso País.

O SR. RAIMUNDO SANTOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RAIMUNDO SANTOS (PL-PA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando se fala em projetos de desenvolvimento para a Amazônia, logo se manifestam forças contrárias, que já existem adrede preparadas e com ânimo definitivo, orquestradas com tanta habilidade que hipocritamente confundem a opinião pública, como se estivessem agindo em favor dos interesses nacionais.

Há quanto tempo vem se arrastando o projeto de utilização da Hidrovia Araguaia—Tocantins e de implantação da hidrelétrica de Belo Monte? O Dr. Armando Soares, economista de vasto saber, respeitado e exímio conhecedor das atividades econômicas inerentes à Amazônia, observa, com realista percepção, que *“ONGs disfarçadas de brasileiras são a prova final de que a Amazônia está sob controle e administração de estrangeiros. O que esses espíões e braços do poder mundial querem”*, afirma ainda Armando Soares, *“não é a saúde ambiental da região e a melhor qualidade de vida dos amazônidas”*, mas, *“obstaculizar a qualquer preço o desenvolvimento”*. A tese do articulista, com a qual também comungo, é de que a Amazônia desenvolvida representa *“risco aos interesses econômicos de ingleses, americanos, franceses e outras potências”*.

Não aceitamos, Sr. Presidente, compartilhar com quem quer que seja, e principalmente com os poderosos, a nossa soberania. Se países ricos, através de ONGs, conseguem brechar o desenvolvimento regional e decidir o futuro da Amazônia, influenciando, para tanto, os órgãos ambientais e até mesmo os Poderes da República, resta-nos entregar ou reagir.

É por isso, Sr. Presidente, que o artigo do amazonista Armando Soares, intitulado *Entregar a Amazônia ou reagir?* precisa ser transposto das páginas de *O Liberal*, edição de 1º de agosto de 2005, para os Anais desta Casa. É o que requirei, porque o Brasil

e o mundo devem conhecer o inteiro teor do oportuníssimo artigo.

Muito obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Entregar a Amazônia ou reagir?

Armando Soares*

Diante de tão graves problemas políticos e de corrupção que abala o País, preocupa o que pode resultar para a Amazônia, que, sem política de desenvolvimento, fica entregue ao sabor dos interesses estrangeiros e da administração do segmento oficial do meio ambiente, meio eficiente de obstaculização do desenvolvimento planejado pelo governo mundial.

Com o objetivo de bem informar ao povo paraense, amazônico e brasileiro, o jornal **O Liberal**, em 22-7-2005, destacou que o Greenpeace, o Instituto Sócio Ambiental (ISA) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), entidades a serviço dos interesses dos países ricos que estão ajudando a ocupar a Amazônia, entraram com representação junto à Procuradoria-Geral da República contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, investimento de alta prioridade para a Amazônia e o Brasil, mas grande obstáculo às pretensões dos países que querem a Amazônia estagnada.

Se havia alguma dúvida de que a Amazônia já está sob o controle e administração de estrangeiros, as ONG disfarçadas de brasileiras são a prova final. O que esses espiões e braços do poder mundial querem não é a saúde ambiental da região e a melhor qualidade de vida de amazônidas; o seu objetivo é obstaculizar a qualquer preço o desenvolvimento. E por quê? Porque uma Amazônia desenvolvida representa um sério risco aos interesses econômicos de ingleses, americanos, franceses e outras potências.

O jornal **O Liberal** lembra com oportunidade que há mais de seis anos ONG a serviço dos poderosos vêm conseguindo brechar na Justiça e no Ministério Público a construção da hidrovía Araguaia–Tocantins, peça vital e estratégica do desenvolvimento da Amazônia, com justificativas pírias e insustentáveis, como a de contrariar interesses de algumas dezenas de índios, fato gravíssimo que bem merecia uma reação contundente da sociedade brasileira, da Justiça e do Ministério Público, não fossem a inteligente e competente estratégia e campanhas montadas pelo centro de inteligência anglo-americano, representado no Brasil pelas ONG, visando a destruir deliberadamente a auto-estima dos brasileiros, induzindo-lhes um sentimento de culpa, para que amazônidas e brasileiros pensem que são incapazes de lidar com seus

próprios problemas, aceitando como verdade a idéia, a tese de recolonização, como de que o Brasil, a partir da Amazônia, deve compartilhar a sua soberania em benefício de um governo mundial.

Essa concepção maquiavélica vem se escorando na prática, na questão indígena, no programa de conservação da floresta com a criação de reservas (todas) e nas leis enganosas produzidas no meio político desinformado, que considera benéficas as ONG, os índios, o desenvolvimento sustentável, a conservação da floresta e maléficis o homem e seu desenvolvimento. Como as leis existem, apesar de contrárias ao desenvolvimento da Amazônia, caberia à Justiça e ao Ministério Público, depois de conhecer o que está por trás do maquiavélico programa de preservação da Amazônia, evitar um mal maior, ou seja, a construção intransponível de obstáculos ao desenvolvimento, como, por exemplo, a paralisação da hidrovía Araguaia–Tocantins e da hidrelétrica de Belo Monte.

Entre o leque de alternativas da estratégia estrangeira montada para o domínio da Amazônia, se destaca a inusitada mudança de “paradigma cultural” que reduz a espécie humana a apenas mais uma espécie de seres vivos existentes. Fica claro para quem quer enxergar que a proposta ambientalista-preservacionista já engessou o desenvolvimento amazônico e que seu principal objetivo não é a proteção da natureza, mas a redução do homem amazônico ao nível das espécies inferiores e sua conseqüente manipulação como se fosse gado. Na proposta ambientalista criada no seio dos países ricos e aceita irresponsavelmente por governos brasileiros, o homem é reduzido a um ser egoísta, hedonista. A herança malthusiana está bem presente no conceito de “desenvolvimento sustentável”, a pedra de toque do discurso ambientalista, ou seja, uma nova roupagem do conceito de “crescimento limitado”, filosofia que se aproxima das idéias de Hitler, defendido pelo “Clube de Roma”.

O relatório oficial da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, estabelecido pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 1983, denominado “Nosso Futuro Comum” (o deles), tem uma passagem que mostra nitidamente a presença da herança malthusiana contrária aos interesses do Brasil: “O desenvolvimento sustentável é mais que crescimento. Ele exige uma mudança no teor do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matérias-primas e energia e mais eqüitativo em seu impacto”.

Se a questão ambiental como praticada na Amazônia não for entendida como a “cabeça de ponte” para o domínio da Amazônia e uma ameaça ao seu desenvolvimento e se não houver uma imediata reação contra essa ação maligna, fica a sensação de

que a sociedade amazônica e brasileira prefere que a região seja entregue aos estrangeiros. A hora, diante de tamanha gravidade, não é de temporizar, a hora é de ter coragem e lutar.

A SRA. SELMA SCHONS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. SELMA SCHONS (PT-PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome publicou na semana passada uma instrução normativa que estabelece os critérios de habilitação e seleção para os Municípios interessados em receber apoio financeiro a projetos comunitários de implantação de hortas, pomares, lavouras, viveiros, canteiros de ervas medicinais, unidades de beneficiamento e processamento agroalimentar e feiras populares em áreas urbanas.

Considero esse projeto, chamado de Programa de Agricultura Urbana, uma das mais importantes ações estruturantes do Fome Zero. Além de disponibilizar às pessoas os meios necessários à produção de alimentos que serão consumidos por elas mesmas e por suas famílias, ainda vai permitir a ocupação de espaços urbanos ociosos, mal aproveitados e degradados. A ocupação vai ser feita com tecnologias agroecológicas e de otimização de pequenos espaços para a produção de horticultura, ervas medicinais e aromáticas, frutíferas e criação de pequenos animais, utilizando técnicas que melhoram o meio ambiente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sei que este pronunciamento está sendo acompanhado, graças à eficiência dos meios de comunicação da Casa, por milhares de brasileiras e brasileiros. Por isso mesmo, gostaria de conclamar as Prefeituras municipais e as comunidades de todo o Brasil a aproveitarem esse incentivo federal, para utilizar melhor os espaços públicos ociosos que, muitas vezes, servem apenas como depósitos de lixo ou abrigos de animais nocivos à saúde e até de criminosos que se escondem nos matagais que normalmente crescem ali. Os recursos federais já destinados ao Programa chegam a 2 milhões de Reais e poderão ser utilizados, entre outras coisas, em atividades de capacitação dos beneficiários, aquisição de insumos e ferramentas. As informações sobre o programa e os meios de acesso a ele estão disponíveis na Internet, no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social. As Prefeituras precisam se apressar, pois elas têm apenas até o próximo dia 26 de agosto para se inscrever no programa.

Parabéns ao Presidente Lula e ao Ministro Patrus Ananias pela adoção no Brasil de um programa expe-

rimimentado e aprovado em diversos países justamente por aproveitar áreas baldias e degradadas para produzir alimentos saudáveis e a baixo custo.

O SR. DANIEL ALMEIDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. MAURO BENEVIDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma das mais tradicionais entidades de benemerência do Ceará acaba de completar 100 anos de existência, em meio a justas comemorações que objetivam testemunhar o agradecimento da comunidade a todos quantos, ao longo do tempo, dirigiram a modelar instituição e o fizeram com exemplar desvelo.

Trata-se, Sr. Presidente, do Lar Torres de Melo, que abriga cerca de 200 idosos, que ali recebem uma assistência integral, prestada pela diretoria e por um grupo de voluntários, impregnados dos nobres sentimentos de solidariedade cristã.

Quando exerci a Presidência da Bancada do Nordeste, em 1985/1986, visitei aquela entidade, oferecendo modesta contribuição para a construção de moderna lavanderia, capaz de atender a requisitos essenciais para o melhor funcionamento do setor vital, cuja operacionalidade garantiria melhor atendimento aos respectivos serviços.

Recorde-se que, durante anos, o seu dirigente máximo foi o líder empresarial José Ramos Torres de Melo, ao lado, dentre outros, de Eugênio de Sousa e Antônio Ferreira Magalhães, todos dispostos ao sacrifício de dedicar especial atenção ao antigo Asilo de Mendicidade.

Presentemente, o General Francisco Batista Torres de Melo há sido um batalhador decidido em prol de causa tão meritória, entregando-se, de corpo e alma, a essa tarefa das mais enobrecedoras, que há sido executada durante um século de profícua existência.

A colaboração do Poder Público tem-se feito surtir de forma modesta e, quase sempre, com intermitência no desembolso de quantias ínfimas, bem aquém das reais necessidades daquela Casa que abriga pessoas da terceira idade.

Por se tratar de um órgão de largo alcance social, entendi de meu dever registrar, desta tribuna, os 100 anos do Lar Torres de Melo, aplaudindo os seus idealizadores e oferecendo congratulações à iniciativa que souberam patrocinar em meio a tão elogiáveis sentimentos.

O Ceará jamais deixará de recordar uma obra de inestimável alcance social, que dignifica o nosso Estado e sua gente.

Os nossos parabéns ao Lar Torres de Melo, pela defluência de seu centenário de fundação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado André Costa. S.Exa. dispõe de 25 minutos.

O SR. ANDRÉ COSTA (PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, gostaria de fazer coro com o ilustre Parlamentar que me precedeu no Grande Expediente, em cujo pronunciamento tratou da questão da Amazônia, tema bastante oportuno, tendo em vista que hoje a opinião pública internacional passa a ser seduzida pela possibilidade de sua internacionalização. Vale lembrar que recentemente o já eleito Presidente da Organização Mundial do Comércio defendeu publicamente a medida.

Passo, agora, ao pronunciamento que preparei para esta tarde.

Sr. Presidente, venho à tribuna da Câmara dos Deputados, na tarde de hoje, com meu espírito republicano atordoado, acometido por grande decepção com os descaminhos de parte da classe política brasileira.

Na minha vida pessoal, primeiro na condição de estudante das ciências jurídicas e posteriormente como diplomata, sempre busquei compreender as vicissitudes e as maravilhas, os dilemas e as peculiaridades da nossa formação cultural, numa tentativa quase obsessiva de compreender o nosso Brasil e seu povo, o que nos tornamos e com o que sonhamos, talvez numa tentativa, ainda que inconsciente, de compreender a mim mesmo. O estudo do Brasil e de seus brasis me consumiu assim a juventude e me despertou a vocação política para a formação de uma sociedade justa e igualitária.

Neste intento, muitos foram os brasilianistas, de cá e de além-mar, que influenciaram meu pensamento. Gostaria hoje de lembrar um deles, que muito colabora para uma reflexão sobre o nosso atual momento político, de incertezas e aflições. Suas anotações são atualíssimas para examinarmos tanto os ditames de nosso modelo econômico – excessivamente conservador para a dura realidade social brasileira – quan-

to os desvios éticos insustentáveis e recorrentes em nossa vida pública.

Refiro-me a Stefan Zweig, o grande escritor austríaco que, entre seus muitos clássicos, produziu a obra *Brasil, o País do Futuro*. Nos anos 30, Zweig quisera enfatizar tanto nossas imensas riquezas naturais e nosso potencial econômico quanto a porção mágica de nosso desenvolvimento humano, em contraste direto com o velho mundo europeu, submerso na intolerância nazi-fascista.

Ora, ilustre Presidente, Srs. Deputados, se consideramos que o futuro de uma nação venha logo após uma ruptura sistêmica – em nosso caso poder-se-ia aventar após o fim dos anos de chumbo da ditadura militar e a conseqüente instauração do Estado de Direito e da consolidação das instituições democráticas –, vivemos hoje o futuro propalado pelo brilhante brasilianista. E o que houve? O que nos tomamos?

Poetas, religiosos e analistas políticos erram e acertam, ao gosto de quem interpreta suas palavras, pelas suas idiosincrasias. O Brasil de fato desenvolveu em muito seu potencial econômico desde a primeira publicação de *Brasil, País do Futuro*. Em nosso território jamais floresceu o fanatismo religioso beligerante ou racial, algo até considerável para o último País do Ocidente a pôr fim à escravidão. Aqui, índios, africanos, europeus, árabes e asiáticos misturaram-se quase ao sabor dos instintos, dos encontros e das paixões, como descreveu o mestre Gilberto Freyre, fazendo do Brasil exemplo singular de mestiçagem e até mesmo, pode-se dizer, de convivência racial.

Prefiro acreditar, portanto, que Stefan Zweig tenha acertado em sua profecia brasileira. O futuro é que o traiu; que não fez caso das preocupações humanistas desse grande escritor, pois, em nosso futuro-presente, nenhum outro país representa melhor o mundo globalizado, na amplitude de suas contradições socioeconômicas, de suas mazelas e imperfeições.

Nesse sentido, aliás, tem absoluta razão o Presidente Lula quando afirma que o melhor do Brasil é o brasileiro. Onde erramos, então? Erramos na formação das nossas elites, no absoluto descompromisso destas com a construção do futuro, mergulhadas que sempre estiveram no imediatismo, no oportunismo e no fisiologismo.

Não falarei aqui das elites empresariais, que, não raras vezes – sabemos –, confundiram e confundem em certa medida o público com o privado, enriquecendo-se, desde os fundamentos da colônia portuguesa em nosso solo, numa espécie de Estado cartorial. Também não tecerei maiores comentários sobre as elites financeiras, que a partir dos anos 80 firmaram seus tentáculos sobre a nossa capacidade produtiva,

envenenando os horizontes de todo um povo empobrecido e acabrunhado.

Refiro-me, Sr. Presidente, às elites políticas e dirigentes deste País, da qual fazemos parte. Nesse aspecto, em particular, desenha-se hoje um dos momentos mais dramáticos de nossa história republicana, comprometendo nossas instituições democráticas, notadamente o Congresso Nacional e o Poder Executivo.

Ouçó, com prazer, o aparte do nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Deputado André Costa, quando V.Exa. nos remete a essa elucubração em torno do pensamento de Stefan Zweig, de que o Brasil é o país do futuro, realmente nos arreceamos de que as elites que surgiram ainda não estejam absolutamente compenetradas das imensas responsabilidades com que se deve defrontar o nosso País. V.Exa. começa a esboçar, em seu magnífico discurso, o quadro da realidade político-institucional vivenciado pelo Brasil. É preciso que as elites, a fim de que correspondam àquela prospecção ideológica de Stefan Zweig, também se arregimentem para superar os embargos, os empecilhos que aí estão, que colocam todos nós, líderes políticos, em situação desfavorável perante a opinião pública. É preciso que as elites se compenetrem. Há que se promover urgente interação, para superarmos essa quadra aziaga com que se defronta o País.

O SR. ANDRÉ COSTA – Agradeço imensamente suas palavras, ilustre Deputado Mauro Benevides.

Fiz-me ativista político, Srs. Deputados, no primeiro momento da nossa redemocratização. Faço parte de uma geração que acreditou que a mudança do regime político abriria grandes janelas de oportunidades à constituição de uma vida republicana capaz de aplacar nossa imensa dívida social e unir definitivamente os brasis. Nesse contexto, o *impeachment* do ex-Presidente Collor de Mello não eclipsou nossos sonhos, mas, antes, encheu-nos de coragem para consolidar a democracia e marchar adiante.

Tornei-me petista na firme convicção de estar do lado certo do bom combate, de que o Partido dos Trabalhadores seria o depositário natural do legado histórico das lutas sociais deste País, com a responsabilidade de honrar todo o sangue derramado nessa longa trajetória, da Balaiada à Inconfidência, dos Farrapos a Canudos, enfim, de Frei Caneca ao Cavalheiro da Esperança.

Nesse sentido, Sras. e Srs. Deputados, não me rendi ao consenso forjado pelo neoliberalismo de que o fim da Guerra Fria, ou o fim da história, marcaria necessariamente o fim das ideologias. Direita e esquerda continuam sendo conceitos válidos. Ou, como dizia Norberto Bobbio, nada mais ideológico do que se

apregoar o fim das ideologias, pois são conceitos que envolvem valores perenes e atemporais, existentes em qualquer sociedade e em qualquer cultura.

Fiz a minha opção pela esquerda política e acreditei, assim, no ideário programático do Partido dos Trabalhadores e de seus quadros dirigentes. Sabedor dos constrangimentos internacionais a que todas as Nações, em maior ou menor escala, estão submetidos no atual estágio de interdependência mundial, jamais esperei de um governo petista uma ruptura sistêmica ou revolucionária, uma passagem traumática ou irresponsável para o socialismo democrático.

A nossa paciência para com mudança das diretrizes econômicas, no entanto, não deve ser confundida com complacência ou revisão dogmática. A ausência de pistas, de um desafio com a cantilena neoliberal, de um mínimo aceno rumo à construção de um modelo econômico que resgate nossa imensa dívida social corrói-me a alma e a esperança, pois acredito firmemente que os ideais de justiça e igualdade são tão necessários hoje quando de sua inspiração maior há mais de 2 séculos, na Revolução Francesa.

E a esquerda política, de modo geral – e faço aqui a mea-culpa como membro de um partido doutrinariamente de esquerda –, tem mesmo patinado em seus propósitos, pelo menos em sua agenda mais positiva, defendida firmemente nos palanques eleitorais. Mas vamos refletir de uma maneira ainda mais ampla. Nos anos 90, a esquerda mundial insurgiu-se contra o desmantelamento do estado de bem-estar social keynesiano ou socialista, construído nos 30 anos gloriosos que sucederam à Segunda Grande Guerra.

Aos poucos, foi sendo esboçada uma reação ao neoliberalismo de Margaret Thatcher e Ronald Reagan e aos defensores do Estado mínimo e da política constrangida e apequenada. A globalização só poderia fazer sentido, em uma perspectiva humanista, se construída em parâmetros de cooperação e solidariedade, e com a firme preocupação com as questões ambientais transfronteiriças. É com esse espírito que políticos socialistas europeus foram reconduzidos ao poder, em meio à chamada Onda Rosa que assolou a Europa como reação à política neoliberal experimentada a partir da primeira gestão do Governo de Margaret Thatcher. Do novo trabalhismo inglês, conduzido por Tony Blair, ao socialismo francês inaugurado por Lionel Jospin, muitas foram as tentativas teóricas e práticas de incorporar aquele espírito a uma nova forma de fazer político. Com frustrações e êxitos, a experiência da esquerda segue em aberto.

Na verdade, por vezes conduzidos ao poder nos últimos 20 anos como antídoto ao consenso neoliberal, os partidos de esquerda em muito têm ignorado

suas bandeiras políticas e conformam suas ações à lógica do mercado. Transformam-se, por vezes, em fiéis cumpridores das obrigações neoliberais e, em muitos casos, infelizmente, seus governos não são mais que zelosos administradores de dívidas. Líderes socialistas e trabalhistas reformulam assim seus discursos – da denúncia da insensibilidade social das elites e promessas de uma sociedade justa, em período eleitoral, à defesa da estabilidade econômica e de reformas conservadoras que visam tomar o “mercado” mais eficiente, quando assumem um mandato executivo.

É importante salientar que até o início dos anos 70, portanto, até a crise do choque do petróleo que mergulhou a economia mundial num árduo cenário de recessão e estagnação, todos ou quase todos detinham uma fé inquebrável no papel do Estado como principal indutor do desenvolvimento econômico e de realizador de políticas públicas com vistas à distribuição da riqueza. Eram desenvolvimentistas ou professavam algum matiz da ideologia socialista. Ironicamente, hoje sabemos que as idéias defendidas pelo Lorde Keynes, que representaram uma revolução pacífica no seio do capitalismo, defendendo o aumento dos gastos públicos para se extrair os países do processo recessivo, podem de fato ter salvo o capitalismo de uma derrota para o socialismo real, atenuando os abusos daquele sistema econômico e a crueldade, próprios do processo de acumulação do capital, o que tornaria aquele sistema ainda mais eficiente.

Eis um contraste dramático com que vivemos hoje, em que países se submetem, em face das reformas neoliberais, à busca da chamada estabilidade dos cemitérios, que congela o *status quo* social, concentra a renda da sociedade, com conseqüências ainda mais terríveis em um país como o Brasil, um dos piores do mundo na distribuição de suas riquezas. E vale lembrar que o neoliberalismo aportou ao Brasil com uma sede absurda, num país que não havia gordura para queimar e nem mesmo a possibilidade de resguardar o interesse, do ponto de vista institucional, das parcelas menos favorecidas de sua população.

Não construímos aqui, diferentemente da Europa e dos Estados Unidos no segundo pós-guerra, nenhuma sociedade de bem-estar social. Portanto, o Estado apequenado e as reformas conservadoras só aumentaram o fosso entre os 2 brasis, dividindo a população brasileira entre incluídos e excluídos, estabelecendo 2 matizes de cidadãos, com distinta valoração da vida e da moral, resultado de uma modernização excludente, cujo propósito de desenvolvimento econômico é buscado em franca dissonância com o ideal da distribuição da renda nacional.

O neoliberalismo, lembra Noam Chomsky, tem gerado assim uma cidadania despolitizada, caracterizada pela apatia e pelo cinismo. Ou, nas palavras de Michel Chossudovsky, um “verdadeiro genocídio econômico”, relegando a dois terços da humanidade uma existência indigna, com menos de 2 dólares diários de renda média. O desemprego, a falta de perspectivas dos jovens, a educação de luxo e a de pobre, a desesperança na miséria, o fanatismo que pretende agarrar-se em escrituras santas, todo esse horizonte sombrio é um velho conhecido da história humana. A diferença, senhoras e senhores, está em que nunca estivemos tão vulneráveis como espécie. O indivíduo, quando bem aquinhado, pode proteger-se com bens materiais, segurança, planos de saúde e ensino privados. Compromete-se, no entanto, ao perceber-se parte inseparável do todo.

Sr. Presidente, acredito que estas observações que aqui faço estão sendo ignoradas por grande parte da esquerda política no poder, infelizmente.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos brasileiros, esse descompasso entre os anseios da sociedade e as ações ou inações da esquerda no poder não raro tem um desfecho dramático. Foi o que ocorreu, há poucos anos, com o Governo Fernando de La Rúa, na Argentina, cujo apego à ortodoxia econômica, herdada de seu antecessor, o neoliberal Carlos Menem, precipitou uma crise sem precedentes naquele país, levando o povo a uma mobilização que resultou em sua renúncia.

Igualmente representativa foi a eliminação do socialista Lionel Jospin, ainda no primeiro turno das últimas eleições gerais na França, em 2002, o que deixou à população francesa o reduzido espectro eleitoral de ter de optar entre conservadores e ultraconservadores ou fascistas.

E aqui faço, ainda, uma referência à malfadada tentativa de produzir-se um pacto, um acordo pela chamada governabilidade, sobretudo com o intuito de se preservar a tão chamada estabilidade econômica. Ora, tal proposta constitui-se em uma aberração republicana, um assalto à democracia. A economia, que não é uma ciência exata, nem um bem absoluto, resume-se a um instrumento de repartição das riquezas, em vista das demandas da população e da escassez da oferta de bens. São, portanto, modelos de produção e distribuição de riquezas, definidas politicamente. Atende à grande política, e não esta a seus operadores econômicos. Não aceito a inversão de valores nesse quesito nem a geração de constrangimentos ao natural desenvolvimento do processo político e democrático. A estabilidade econômica não deve ser desculpa para

constrangimentos dessa salutar vida política e democrática no Brasil.

Nosso País aceitou esse modismo, vale dizer que nunca plenamente adotado pelas nações centrais, da transformação de uma doutrina econômica em ideologia hegemônica, e, com tal brutalidade, que esta se apresenta como verdade única, e age, paradoxal e cinicamente, no sentido de apontar para a inutilidade das ideologias e, nesse sentido, para o engodo do fim da história. Para quem a história terminou? Para os milhões e milhões de excluídos em nosso País ou para uma pequena elite enriquecida no setor financeiro? Que estabilidade é essa que propõe defender parte de nossos dirigentes, se é a estabilidade que congela nossa dura realidade social, que enriquece os ricos e empobrece os pobres, que leva milhões de brasileiros a tentar a sorte no exterior em situação de grande vulnerabilidade e, por vezes, vitimados por máfias truculentas da emigração ilegal? Confesso que pessoalmente repudio tal estabilidade, que serve a alguns e não ao todo da população brasileira, mas atende às elites do País, sobretudo financeiras, e não a sua grande massa de trabalhadores.

Nesse sentido, ousou dizer, passado mais da metade do Governo do Presidente Lula, que ao menos no modelo econômico adotado, infelizmente, o medo vem vencendo a esperança.

Mas o que observamos na atual crise política que assola nosso País, infelizmente, é algo muito mais grave do que a crise de identidade de um tradicional partido de esquerda, em conflito de consciência com sua histórica ousadia e ímpeto transformador. Trata-se de uma crise de valores, naquilo que é mais caro à fundação do regime democrático e ao Estado de Direito: o zelo e a responsabilidade para com a coisa pública. Os fatos que há 2 meses deixam abestalhada toda a Nação brasileira dão conta de um verdadeiro assalto a nossa Constituição republicana. Aos poucos desenharam-se os contornos de uma quadrilha instaurada em partidos políticos e assentada em entranhas de parte do Governo Federal, em estatais e em fundos de pensão, para roubar o futuro deste imenso País-Continente e de sua gente, como bem argumentaria, se hoje vivo, Stefan Zweig. O melhor do Brasil, o seu povo, uma vez mais é vitimado em suas esperanças e ilusões.

O Partido a que pertencem e ao qual estão filiados centenas de milhares de brasileiros, o Partido dos Trabalhadores, por meio de sua nova direção, está ainda perplexo com o legado de irresponsabilidade e ilegalidade deixado pela direção que há pouco fora varrida por uma avalanche de denúncias.

Deve a nova direção, portanto, produzir ações urgentes que satisfaçam toda sede de renovação moral

e ética não apenas de seus milhões de simpatizantes, mas de toda a Nação brasileira, já que possui entre seus quadros ninguém menos do que o maior mandatário do País, o Sr. Presidente da República.

A esse respeito, urge ao PT demonstrar a toda a Nação brasileira o seu compromisso maior com a ética e com a moralidade, muito acima da ambição de seus quadros políticos, por vezes imersos na luta de grupos e correntes ou de interesses corporativos.

A Nação brasileira, em nome de toda esperança de renovação política nela despertada pelo Partido dos Trabalhadores nas últimas décadas, exige uma colossal e célere investigação das denúncias e punição exemplar dos culpados. A vontade do povo é aqui, vale lembrar, um poder absoluto e não deve jamais ser ignorado, negligenciado, nem ao menos relativizado.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cerramos fileiras para que o PT cumpra seu destino histórico e transforme sua maior crise em uma grande vitória não para si ou para os seus, mas para a democracia e para a sociedade brasileira. E isso se fará ao dar o exemplo do tamanho exato de sua responsabilidade histórica, operando mesmo como indutor de uma grande devassa nos esquemas da corrupção nacional, sendo um operador de uma histórica e inédita operação mãos limpas em nossa Pátria. Mas para isso é preciso urgência, também na exata proporção de nossa impaciência e indignação.

É inaceitável que ex-dirigentes, a exemplo do Sr. Delúbio Soares, réu confesso na acusação de gestão temerária e ilícita, do Sr. Marcelo Sereno, que, dia sim e outro também, é citado em sérias denúncias de corrupção, continuem, até o momento, a fazer parte dos quadros partidários. Devem ser banidos sumariamente do nosso partido e prestar contas à sociedade de suas relações espúrias com o Sr. Marcos Valério. É preciso investigar igualmente todas as ramificações dos ilícitos apresentados com suas contrapartes nesta Casa, envolvendo Parlamentares dos mais diversos partidos e dirigentes no Governo Federal.

Nesse contexto, têm sido oportunas as falas recentes do Sr. Presidente da República, na qualidade igualmente de fundador e de Presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, afastando de imediato qualquer dúvida que venha a pairar sobre a lisura com que exerce seu cargo, externando ao melhor do Brasil, o povo brasileiro, sua mais estridente indignação com as práticas e métodos adotados pela direção de seu partido nos últimos anos, engrossando com todos nós o coro pela assepsia moral e limpeza ética da vida pública em nosso País.

Em resumo, Sras. e Srs. Deputados, a nossa imensa dívida social pode mesmo não ser resgatada

por um modelo econômico que prime pela ortodoxia e pela estabilidade monetária, com políticas nefastas de juros estratosféricos, perdendo-se uma histórica oportunidade de inversão progressista nos gastos públicos, como a que induziria, por exemplo, a uma inadiável revolução em nosso sistema educacional. O Partido dos Trabalhadores e o Governo do Presidente Lula, no entanto, estão plenamente conscientes de que qualquer leniência ou conivência com a corrupção não sobreviverá ao acerto de contas que certamente a população brasileira fará com o seu futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. ORLANDO FANTAZZINI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ORLANDO FANTAZZINI (PT-SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não tive oportunidade de fazer um aparte, mas quero cumprimentar o Deputado André Costa pelo brilhante pronunciamento que fez.

Sr. Presidente, protocolei hoje projeto propondo alteração na legislação para que os Deputados que renunciarem a seus mandatos fiquem inelegíveis pelo prazo de 12 anos. Entendemos ser absurda essa iniciativa de detentores de mandato que, por qualquer ação, possam vir a ser denunciados e ter aberto contra eles processo investigativo sobre sua conduta e, para fugir do processo de cassação, utilizam-se do subterfúgio da renúncia, a fim de poderem novamente se candidatar e voltar a esta Casa.

Temos o entendimento e a convicção de que aqueles que renunciam ao mandato devem ter seus direitos políticos cassados por, no mínimo, 12 anos, para só depois voltarem a disputar as eleições.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cidade de Macapá perdeu, no último dia 28, um dos seus mais queridos moradores: o empresário Alfredo Teixeira Novaes, o Maguila, dono de um restaurante popular e folclórico, morto em sua residência.

Natural do Maranhão, Maguila mudou-se para o Amapá em 1990. Com simplicidade e popularidade, montou um restaurante simples, que vinha aprimorando com o passar do tempo.

Ficou conhecido nacionalmente no quadro *Me Leva Brasil*, do programa *Fantástico*, da *TV Globo*, pelas regras pouco usuais que impôs no seu bar e restan-

te, onde afixou placas proibindo beijos e abraços para evitar episódios desagradáveis entre os clientes.

Perdemos, infelizmente, um daqueles cidadãos que trazem ao Amapá seu esforço e sua vontade de construir um Estado próspero, com trabalho honesto e solidariedade. Registro minha homenagem e minhas condolências aos familiares.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa.

O SR. ORLANDO DESCONSI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ORLANDO DESCONSI (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, insisto em dizer que o momento político em que vivemos reacende as situações de renúncia em nosso País.

Sou autor do Projeto de Lei nº 223, de 2001, devidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e está pronto para ser apreciado pelo Plenário. O projeto busca incluir a renúncia entre as cláusulas de inelegibilidade.

Diante do momento em que vive o País, repito, em que novas renúncias começam a aparecer, mantendo os direitos políticos intactos, o nosso projeto restringe a 8 anos, além do período restante ao mandato em que se deu a renúncia. O projeto está atualizado, mas pode ser aperfeiçoado.

O Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh fez um substitutivo que foi aprovado na CCJC. Queremos que esta Casa possa, neste momento, votar esta matéria e não esperar novos fatos como aconteceu nas renúncias de Jader Barbalho e Pinheiro Landim.

Avançamos o projeto, mas não conseguimos que fosse votado nos plenários da Câmara e do Senado.

Muito obrigado.

A SRA. DRA. CLAIR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DRA. CLAIR (PT-PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste sábado, dia 30, participamos de um grande ato em Paranaguá contra o decreto legislativo que sustou o convênio que delega ao Estado do Paraná a exploração e a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Infelizmente, esta Casa aprovou recentemente, por votação simbólica, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.153, de 2004, de autoria do Deputado paranaense

Ricardo Barros, retirando a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina do Estado do Paraná, devolvendo-os para a União.

De início, queremos registrar a nossa posição contrária a esse projeto, posição esta manifestada já em reunião da bancada do Paraná com entidades representativas da sociedade civil de Paranaguá, realizada em março de 2004, no auge da crise que se instalou com a greve dos caminhoneiros. Na oportunidade, o Deputado Ricardo Barros apresentou a proposta de federalizar a administração do Porto, tirando do Governo do Paraná o poder de sua administração. Propôs inclusive na reunião da bancada audiência com o Ministro dos Transportes com esse objetivo. Durante a reunião, ligamos para o Governador Requião, que na mesma hora se reunia com lideranças regionais no Paraná e negociava o fim do conflito, posição essa transmitida de imediato aos presentes. Assim, o intento do Deputado, na época, restou prejudicado, mas deu continuidade à tramitação do referido projeto. Infelizmente, numa tarde de quinta-feira, com o plenário vazio e sem a publicidade necessária, o projeto foi aprovado por maioria simbólica. Essa posição do Deputado não reflete a nossa posição e a da maioria de Parlamentares do Paraná.

O autor do projeto, Deputado Ricardo Barros, não está agindo em nome dos interesses do Estado do Paraná, mas para atender interesses privados e talvez dos grandes produtores de soja transgênica.

A federalização pode significar a retomada do processo de privatização dos portos. Entendemos que o Paraná deve continuar com a administração e a exploração dos portos, pois esta tem sido eficiente. Tudo o que o Porto de Paranaguá representa hoje para o Brasil é resultado de longas décadas de trabalho do povo paranaense. Está sob a administração do Estado do Paraná desde 1917, quando o Governo brasileiro transferiu a concessão, que anteriormente era de particulares, para o Governo do Estado. Essa concessão foi renovada em 1932, e, em 1949, ela foi formalmente oficializada pelo período de 60 anos. Em 2001, a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, estabeleceu um convênio de delegação para a exploração e administração dos portos pelo Estado por mais 25 anos.

O Porto de Paranaguá é hoje um dos maiores do planeta e o principal porto de escoação da produção agrícola brasileira. É ainda o único do País que não permite a comercialização de produtos transgênicos, fazendo com que o Paraná seja conhecido mundialmente como o Estado livre de transgênicos. Como é sabido, muitos países não compram esse tipo de grão, dando preferência ao nosso Porto por

saber que não embarcamos produtos geneticamente modificados.

Temos que levar em conta que o atual Governo do Paraná tem feito um excelente trabalho de administração dos portos. Quando o Governador Requião assumiu o Governo do Estado, em 2002, o Porto de Paranaguá estava em vias de ser privatizado. S.Exa. não aceitou essa solução e, ao contrário, realizou uma gestão séria e comprometida com a recuperação do Porto e hoje temos um caixa de 300 milhões de reais. É um porto público cuja tarifa é de R\$3,34 por tonelada, competindo com grande vantagem com os portos privados que chegam a cobrar R\$16 por tonelada. Em 2004, os Portos de Paranaguá e Antonina movimentaram mais de 20 milhões de toneladas de cargas e, até julho de 2005, esse resultado já alcança mais de 17 milhões de toneladas. No final do Governo passado, em 2002, a receita cambial foi de 4,1 bilhões de dólares. Em 2003, início da atual gestão, foram 6,5 bilhões de dólares, e em 2004 foram 8,4 bilhões de dólares, mostrando que é possível termos um porto público de qualidade, eficiente e com credibilidade.

É por isso que estaremos mobilizando a população e os representantes do Paraná no Congresso Nacional, para que o Senado rejeite essa medida evitando assim um grande desastre para o povo paranaense. O Senado promoverá uma audiência pública para debater esse tema e acreditamos que, por meio do debate e da firme demonstração dos nossos Parlamentares paranaenses e da pressão da população, conseguiremos rejeitar esse projeto para que o Governo do Paraná possa dar continuidade ao excelente trabalho que vem realizando no Porto do Paranaguá.

Obrigada.

O SR. EDUARDO SCIARRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PFL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fiz minha inscrição para falar a respeito do Porto de Paranaguá e, por coincidência, vou fazê-lo logo após o pronunciamento da Deputada Dra. Clair, que tratou do mesmo assunto.

Sr. Presidente, o Paraná assiste hoje ao estado de calamidade em que se encontra o Porto de Paranaguá, cuja gestão, por parte da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, do Tribunal de Contas da União e também da Capitania dos Portos de Paranaguá, é temerária.

O processo de fiscalização e auditoria do Porto, trazido a plenário pelo Deputado Ricardo Barros, ain-

da está em curso no Congresso Nacional – depois de passar pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e por este Plenário, quando todos os Parlamentares tiveram a oportunidade de se manifestar, o processo foi aprovado por esta Casa e está hoje no Senado Federal.

Ao contrário do que alega a Deputada Dra. Clair, o projeto não tem intenção nem de privatizar o Porto de Paranaguá nem de federalizá-lo, porque ele já é federal.

Existe um convênio de delegação e o projeto trata de sustação, por um período de 90 dias, para que se faça uma auditoria e abra a caixa-preta da administração do Porto de Paranaguá. Esse projeto está tramitando no Senado.

A sociedade paranaense, por meio das diversas entidades de classe do setor produtivo e entidades de classe que representam a comunidade de Paranaguá, já se manifestaram a favor da proposta.

Era o que tinha a dizer.

O SR. BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita honra que venho à tribuna registrar as comemorações dos 148 anos de emancipação do Município de Passo Fundo. Quero homenagear os 182.233 habitantes da minha cidade natal e dizer que Passo Fundo é considerado um pólo de desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Possui uma localização privilegiada dentro do MERCOSUL. Encontra-se no centro dos eixos econômicos de Buenos Aires—Montevideó—São Paulo—Rio de Janeiro, permitindo acesso às capitais do Sul do Brasil e a países vizinhos.

O Município está dividido em 6 distritos, incluída a sede, mais os distritos de Pulador (a 25 quilômetros), São Roque (a 8 quilômetros), Bela Vista (a 12 quilômetros), Independência (a 20 quilômetros) e Bom Recreio (a 5 quilômetros).

Passo Fundo é beneficiada por um complexo sistema rodoviário, ferroviário e aeroviário. Possui um dos mais importantes entroncamentos rodoviários do Estado, favorecendo o rápido acesso por estradas asfaltadas às principais cidades do Sul do Brasil e países vizinhos, com serviços regulares de transporte terrestre, de cargas e passageiros para todas as regiões do País. A cidade também é servida por duas companhias aéreas que disponibilizam 162 lugares em vôos diários para São Paulo e

Porto Alegre, o que facilita as relações comerciais e econômicas.

O Município teve na agropecuária a sua primeira grande força econômica, e com ela vieram investimentos na área da pesquisa e tecnologia, principalmente com o Centro Nacional de Pesquisas do Trigo – EMBRAPA, a Universidade de Passo Fundo e grandes empresas, que são destaque nacional na mecanização agrícola.

Passo Fundo é muito mais que um pólo agroindustrial. Sua posição geográfica e o trabalho de sua gente contribuíram para tornar a cidade um centro regional, referência em comércio, serviços, saúde e educação para mais de 200 Municípios, num raio de aproximadamente 250 quilômetros.

Os serviços como hotelaria, transportes, suprimentos e comunicação recebem investimentos contínuos, para atender a demanda de um grande centro regional para aproximadamente 2 milhões de pessoas.

Na agropecuária, Passo Fundo é referência nacional em pesquisas e desenvolvimento genético, com o Centro Nacional de Pesquisa do Trigo – EMBRAPA, centro da maior bacia leiteira do sul do País, posição conquistada como apoio da Universidade Passo Fundo UPF, e capital da região da produção.

Estrategicamente localizada no caminho entre o sul do Estado e o centro do País, a cidade de Passo Fundo foi sempre uma referência logística e comercial, atendendo a comunidade e dando suporte à integração regional.

Nascida para atender às necessidades da agropecuária, a indústria local iniciou com grande desenvolvimento no setor metal-mecânico, hoje com grandes empresas que são referência nacional e internacional. Atualmente, a cidade conta com uma diversidade de indústrias alimentícias, moveleiras, de embalagens, de confecção têxtil e de tecnologia.

Passo Fundo possui quatro instituições de ensino superior – uma universidade e três faculdades – e cursos de especialização que movimentam aproximadamente 30 mil universitários com atuação de mais de 300 mestres e doutores, preparando técnicos e especialistas em diversas áreas.

O complexo de saúde de Passo Fundo é o mais desenvolvido do interior do Estado. Reconhecido como o terceiro centro médico do Sul do Brasil, formado pelo Hospital São Vicente de Paulo, o maior do interior, e outros cinco, um complexo sistema de clínicas e especialidades médicas com alta tecnologia e profissionais qualificados, índices de acesso e qualificação de serviços de saúde compatíveis com países europeus e uma grande rede de atendimento à comunidade através de

quatro centros de atenção integral a saúde (CAIS), um centro menor, um pronto atendimento 24 horas e 42 ambulatórios.

Um dos principais fatores de projeção de Passo Fundo é a realização de grandes eventos regionais, nacionais e internacionais, atraindo um número cada vez maior de turistas para a cidade. Além do Tradicionalismo gaúcho com atividades constantes, destaca-se o Festival Internacional de Folclore, Jornada Nacional de Literatura, Rodeio internacional e a EFRICA, a feira que promove o setor econômico.

Passo Fundo tem todas as comodidades de uma grande cidade aliadas à humanização de uma cidade de interior. Por tudo isso, temos certeza que Passo Fundo é a cidade perfeita para quem quer produzir.

Desejo reafirmar meus compromissos com os passo-fundenses de lutar pelas causas do interesse de nossa comunidade, por novos investimentos, geração de emprego, renda, mais saúde, segurança e qualidade de vida para todos. Como filho dessa terra, expresso e registro a alegria de comemorarmos os 148 anos de emancipação política e de desenvolvimento de Passo Fundo.

Quero cumprimentar os passo-fundenses, homens e mulheres de todas as idades. Saúdo o Prefeito Aírton Dipp, ex-Deputado, que governa Passo Fundo com o apoio do Partido Socialista Brasileiro. Cumprimento o Vice-Prefeito, Adirbal Corralo. Quero destacar os trabalhos que realizam os companheiros do PSB, Marcos Cintolin, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Claudemir Bragagnolo, Presidente da CODEPAS; Alexandre Rodrigues, da FUNZOCTUR; e José Eurides de Moraes, da Secretaria de Serviços Urbanos daquela cidade.

Aproveito a oportunidade para abraçar cada cidadão e cada cidadã da querida Passo Fundo, que se orgulha do fato de ser um ponto central do MERCOSUL.

Era o que tinha a dizer.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (PMDB-PB. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, João Pessoa, Capital do meu Estado, a Paraíba, chega nesta sexta-feira, 5 de agosto de 2005, aos seus 420 anos. E mais jovem do que nunca. A emergente metrópole nordestina reconstrói-se a cada novo dia. Alicerçada numa história de lutas, conquistas e vitórias, a cidade se projeta para o futuro com a mesma garra com que edificou seu passado.

Terceira cidade mais antiga do Brasil, João Pessoa já teve quatro nomes. Foi fundada em 1585 como Nossa Senhora das Neves, após a vitória dos portugueses contra os potiguares. Em 1588, virou Filipéia, homenagem a Filipe de Castela. Conquistada em 1634 pelos holandeses, passou a ser Frederica, alusão a Frederico, Príncipe de Orange. De volta ao domínio português, em 1654, virou Paraíba. Com o assassinato de João Pessoa, candidato a Vice-Presidente na chapa de Getúlio Vargas e Presidente do Estado, em 1930, a cidade recebeu o nome atual. O crime desencadeou a Revolução de 30.

Segunda cidade mais arborizada do mundo, João Pessoa é um lugar muito tranquilo, de clima quente e agradável. Calma e ensolarada, chega a ter 300 dias de sol por ano! Para aproveitar tanto sol, temos inúmeras praias em sua íntegra. Localizada sobre 2 baías que ficam uma ao lado da outra, separadas apenas por uma bonita obra de arquitetura do Hotel Tropical Tambaú. De ambos os lados, muitas praias, totalizando cerca de 23 quilômetros de areias fofas e brancas, muitos coqueiros, rochas que parecem esculturas e Mata Atlântica.

A cidade tem um importante conjunto de construções em estilo barroco, com evidência para a Igreja de São Francisco e o Convento de Santo Antônio. Suas praias urbanas têm águas calmas, muitos recifes e passeios de barco para piscinas naturais. Próxima da área mais urbanizada da cidade está a Praia da Ponta do Seixas, muito visitada por ser o ponto mais oriental da América do Sul.

Deixando o patamar de simples cidade para alcançar o elevado degrau de Região Metropolitana (a mais jovem do Nordeste), a Grande João Pessoa alcança seu primeiro milhão de habitantes. Isso significa que as metas a serem traçadas daqui para a frente vão exigir sobretudo planejamento e otimização dos recursos disponíveis.

Nesse campo, fica entendido que não se fala apenas dos recursos materiais, trata-se especialmente dos recursos humanos, os quais abundam nesta privilegiada capital. Outro aspecto que não pode ser ignorado é o referente à infra-estrutura necessária para contemplar satisfatoriamente, ao menos nos níveis mínimos recomendados, uma população que se expande rapidamente.

Temas como transporte urbano, vias de tráfego, escolas, meio ambiente, emprego e habitação (só para citar os mais urgentes) vão estar encabeçando a lista de prioridades do poder público e da iniciativa privada. Nada disso será obstáculo para essa brava cidade que se manteve firme nos embates do tempo e, como

a ave Fênix da mitologia, renasce rejuvenescida das próprias cinzas de sua bela trajetória.

Hoje é uma data querida para os pessoenses e também para todos os paraibanos que ali vivem e trabalham, ajudando a construir os novos caminhos da grande cidade.

Parabéns, João Pessoa! Que a paz e a prosperidade sejam o melhor presente hoje e se perpetuem no seu porvir. É o que desejo de todo coração.

O SR. ALEX CANZIANI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde a manhã de hoje, o Deputado Roberto Jefferson depõe na CPMI da Compra de Votos. S.Exa. informou ao Brasil, como já sabíamos, que nenhum dos 4 Deputados do PTB que injustamente tiveram representação por parte do Partido Liberal recebeu qualquer tipo de recurso.

Ficamos indignados ao receber uma representação contra o nosso mandato e mais 4 outros companheiros do nosso partido, sendo que 4 deles foram candidatos a Prefeito. Essa representação se deu sem qualquer prova, sem uma única evidência, sem qualquer menção por parte de qualquer pessoa que já depôs nas CPMIs ou nos jornais. Estamos na mídia nacional como os possíveis cassados no Parlamento brasileiro. Já nos manifestamos sobre essa questão aqui ontem, mas volto a registrar a minha indignação com o que está acontecendo conosco e com os nossos companheiros de partido.

Tomamos conhecimento hoje pela imprensa de que o Delegado Federal, Superintendente da Polícia Federal em Londrina, o Dr. Sandro Viana dos Santos, foi removido da cidade. Uma pessoa que ao longo do tempo teve por parte da comunidade de Londrina e de toda a região o maior respeito em razão do trabalho que fazia com grande competência e seriedade.

O Dr. Sandro está sendo substituído por causa de um *e-mail* apócrifo cujo teor dizia que ele tem ligação com um Deputado do nosso Estado, o que é uma inverdade.

Quero lamentar profundamente a remoção de um delegado que é estimado pela comunidade de Londrina. Prefeitos de toda a região se manifestaram para que ele permanecesse em nossa cidade. Inclusive, várias entidades em Londrina – OAB e tantas outras – pediram que ele lá permanecesse, mas acabou sendo substituído.

Quero deixar registrado os nossos cumprimentos e agradecer ao Dr. Sandro Viana pelos trabalhos que fez com tanta dignidade. Tivemos, em sua gestão, a maior apreensão, ao longo da história, de drogas na cidade de Londrina. Foi um trabalho sério e competente que realizou com sua equipe.

Cumprimentamos o Dr. Sandro Viana, desejando-lhe sucesso na nova missão que terá em outro lugar do Paraná ou do Brasil!

O SR. GUILHERME MENEZES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GUILHERME MENEZES (PT-BA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, as recentes denúncias sobre financiamento de campanha através de caixa dois e do pagamento de um suposto mensalão a Deputados têm ocupado um grande espaço na mídia e mobilizado esforços de Parlamentares dos diversos partidos no Congresso Nacional.

Essas denúncias tem envolvido dirigentes do PT, impondo ao partido a avaliação de sua atuação recente.

O Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação, marcou a vida política brasileira. Surgido da luta pela redemocratização do País, nasceu de uma estreita vinculação entre diversos segmentos sociais, como intelectuais de esquerda, militantes de organizações que lutaram contra a ditadura, muitas vezes na clandestinidade, movimentos sociais, religiosos e o sindicalismo nascido das greves do ABC.

Sua organização a partir dos núcleos de base e seus mecanismos de democracia interna, pautados no amplo debate e na busca do consenso progressivo, significaram uma nova forma de organização, com debates internos memoráveis, em que suas bases discutiram e decidiram a posição do partido a respeito de importantes questões nacionais, como por exemplo a participação ou não dos seus Parlamentares no Colégio Eleitoral.

Para uma democracia recente como a nossa, em um país marcado pela desigualdade social, pelas tradicionais negociações entre as oligarquias econômicas e políticas e pelo populismo, o Partido dos Trabalhadores significou uma nova maneira de fazer político, vinculado a movimentos e demandas populares, e com eles defendendo uma mudança de prioridades para o País.

O partido cresceu e começou a conquistar não apenas mandatos parlamentares, mas também cargos nos Executivos locais e estaduais. Criou o “modo petista de governar”, cujo símbolo mais forte

é o orçamento participativo, onde a população pode definir prioridades para o investimento dos recursos públicos.

A estrela do PT brilhou ao longo dos últimos anos irmanada às lutas legítimas de nosso povo.

Apesar do crescimento do partido, a candidatura de Lula à Presidência esbarrou, mais de uma vez, no preconceito e no uso ostensivo do poder econômico.

Em 2004, o PT adotou uma nova forma de se inserir na campanha eleitoral, valorizando o *marketing* e ampliando o leque de suas alianças, incorporando inclusive partidos de centro-direita em sua coligação.

As alianças com setores da política tradicional brasileira e a vulnerabilidade da economia impuseram, desde a campanha eleitoral, limites a uma ação mais ousada, distanciando o Governo de sua base histórica.

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal, através da eleição do Presidente Lula, dá-se nesse contexto. Mas, apesar disso, consegue colocar na ordem do dia uma série de reivindicações históricas de nosso povo.

O Brasil tem melhorado no atual Governo, como revelam os números da economia, os avanços nas políticas sociais e a normalidade institucional.

Considero, por todas essas razões, que interessa, isso sim, aos cidadãos e às cidadãs brasileiras, que desejam continuar e aprofundar as mudanças em curso em nosso País, a preservação e ampliação desses marcos que o PT tem construído ao longo de sua história. Contudo, é fundamental que o Partido dos Trabalhadores, detentor de ampla simpatia por parte de nossa população, aproveite o atual momento para esse desafio que se tem chamado de refundação.

A realização, em setembro, do processo de eleições diretas, torna-se um momento privilegiado para o necessário debate sobre o futuro do PT.

O diálogo com a base social do partido, com os movimentos sociais, a valorização do debate interno, com ênfase na formação partidária, a retomada das organizações de base e a radicalização dos mecanismos de democracia interna são instrumentos fundamentais para que o partido possa alcançar a unidade em torno de sua linha programática.

É fundamental também que o partido apóie as investigações em curso, que a Comissão de Ética aplique o Regimento Interno e que os fóruns de decisão voltem a funcionar de forma participativa e coletiva.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores deve empenhar-se na aprovação urgente de uma reforma política que propicie iguais condições para os que disputam, que garanta transparência no financiamento público

de campanhas e que crie um grau de fidelidade partidária.

A relação do partido com a bancada e com seus militantes que exercem mandatos executivos deve ser de permanente aprendizagem e troca de experiências. É necessário retomar o diálogo como prática viva insubstituível, superando o formalismo vigente.

Os militantes devem continuar sendo os verdadeiros protagonistas, especialmente neste momento em que têm a tarefa de recuperar o corpo partidário de base como instância de decisão, buscando nas lutas e organizações populares sua bandeira.

O PT, que tem apoiado as lutas dos trabalhadores na busca de seus direitos, defendido a reforma agrária e que teve em seus quadros militantes como Chico Mendes, Paulo Freire e Florestan Fernandes, é um patrimônio de todos nós.

Nossa militância, que há 25 anos tem ocupado as ruas com suas estrelas e bandeiras vermelhas, saberá refundar e defender este partido, a partir de seus princípios e compromissos históricos de classe.

O sonho de um país socialmente justo não será construído apenas pelo PT, mas o PT certamente continuará contribuindo para que isso se torne realidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estive acompanhando nossa representante, a Deputada Juíza Denise Frossard, na sessão matutina da CPMI dos Correios.

A Deputada Juíza Denise Frossard fez uma cobrança forte e dura naquela Comissão, afirmando que nem ela nem nós, do PPS, vamos admitir qualquer tipo de operação que vise a não-apuração de todas as denúncias que lá estão ocorrendo. Queremos apurá-las a fundo e descobrir de onde vieram milhões de reais que abasteciam contas das empresas, por exemplo, do Sr. Marcos Valério.

O que o PPS não vai admitir, e a Deputada Juíza Denise Frossard já deixou muito claro, é qualquer tipo de operação abafa, que possa induzir a Nação a achar que o PPS estaria participando de qualquer acordo no sentido de evitar punições.

A Deputada Juíza Denise Frossard encaminhou requerimento – ainda não foi analisado, mas esperamos que seja aprovado – pedindo a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas do Sr. Duda Mendonça.

As denúncias que lá chegaram são importantes. É necessário que a apuração ocorra, mas é necessário que a CPMI persiga um foco específico, para que as suas investigações cheguem a bom termo.

A população brasileira está cansada de ficar apenas assistindo a longos interrogatórios, que acabam não dando em nada, porque a orientação dos advogados é perfeita e as negativas são repetidas.

A Polícia Federal continua apurando, algumas vezes à frente da própria CPMI. Aliás, algumas vezes a CPMI tem tomado posições de Polícia e de Ministério Público. Ela precisa rever seus objetos. Quando se fizer necessário, esta Casa tem de investigar seus Parlamentares, pois a Polícia tem seus focos de investigação.

Estamos aqui na condição de membro da nossa bancada, respaldando as ações da Deputada Juíza Denise Frossard, que tem conduzido da melhor forma possível as ações das investigações naquela CPMI. S.Exa. hoje se recusou a participar da oitiva de um policial de Belo Horizonte que teve como participação no caso, no máximo, transportar uma mala. A Deputada Denise Frossard recusa-se a fazer interrogatório de quem faz esse serviço. Estamos querendo saber mais: quem foi, por que, de que forma e se há empresas privadas ou públicas envolvidas.

Sr. Presidente, ouvi do Vice-Presidente da CPMI, Senador Maguito Vilela, uma afirmação nova, sobre a qual devemos buscar esclarecimentos: recursos da ordem de 5 milhões de reais teriam vindo do Estado de Goiás e chegado também às contas do Sr. Marcos Valério.

Por último, há ainda a notícia de que o Banco Opportunity nega ter dado autorização ao Sr. Marcos Valério para ir a Lisboa realizar qualquer transação relativa à TELEMIG.

Portanto, Sr. Presidente, ressaltamos a posição do PPS na CPMI, na mesma linha da Deputada Juíza Denise Frossard: queremos ver a apuração completa dos fatos e dela participar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra por 3 minutos. Em seguida, falará o Deputado Babá.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a falar de tema que abordei na tarde de ontem, oportunidade em que fiz um chamamento aos responsáveis para que resolvam os problemas que se têm agravado em relação aos

grevistas, pensionistas e usuários dos serviços da Previdência Social.

Mas quero insistir na linha da nossa relação política, na questão da articulação política do Governo, ou seja, a ausência de interlocução com a base do Governo nesta Casa, nobre Vice-Líder do Governo, Deputado Beto Albuquerque.

Não é possível que, transcorridos mais de 60 dias – quase 90 dias –, não tenhamos tido qualquer oportunidade de debater com o Governo a crise e a situação em que se encontra o País.

Ontem, deste plenário, fiz um chamamento ao recém-empossado Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Jaques Wagner, responsável pela articulação política. Estamos tentando discutir a Medida Provisória nº 252. Fizemos hoje uma solicitação ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no sentido de que dialogue com os Parlamentares e até agora não tivemos resposta.

Queremos discutir, Deputada Maninha, a Medida Provisória nº 258. Avisaram-nos que a matéria seria objeto de projeto de lei, mas veio em forma de medida provisória. Cada vez mais os canais vão-se fechando.

Faço uma ressalva em relação ao Ministro Paulo Bernardo, que sempre teve uma postura excelente, correta. S.Exa. sempre nos atende, é aberto à negociação e está sempre disposto a conversar.

É inadmissível que no curso de uma greve entremos num impasse. Se a lógica assumida pelo Governo é de negociação, é importante que conversemos. O Presidente da República e os responsáveis pela articulação política devem promover o diálogo, a fim de resolver os problemas e dar resposta à população.

Concordo com o Ministro responsável pela articulação política: o Governo tem de funcionar, independentemente da crise e da apuração que acontece no Congresso Nacional em 3, 4, 5 ou 6 frentes.

Vamos enfrentar momentos de dificuldade com a Medida Provisória nº 258. Concordamos com o objeto da matéria, mas discordamos total e plenamente da sua forma, seu método e conteúdo, para que não se repita o episódio decorrido com as Medidas Provisórias nº 245 e 246. Faço um apelo no sentido do diálogo.

Temos cobrado do Ministério da Saúde um diálogo sobre a PEC nº 7. Não se trata de agente secreto, trata-se da PEC dos agentes comunitários de saúde, dos servidores que combatem as endemias. Precisamos dar seqüência a essa discussão para que, no mês de agosto ou setembro, votemos a matéria.

Falam em agenda positiva, em fazer pressão a fim de que a Casa volte à normalidade. Mas para isso é necessário que haja, no mínimo, interação e diálogo. Até quando iremos ficar aqui cobrando? Não temos com quem falar!

Para que limpemos a pauta, é preciso que o Governo mostre disposição de interagir e de trocar informações com os agentes políticos. Dessa forma, contribuirá para que a Casa possa limpar a pauta e votar projetos de suma importância para a Nação. Entendemos que a Casa tem de andar, independentemente da crise, mas com ela perdemos a interlocução com o Governo. É fundamental que voltemos a dialogar. Com todo o respeito, eu cobrava isso há pouco do Vice-Líder Beto Albuquerque. Com quem dialogar? Com quem vamos tratar dessas importantes matérias. Lamentavelmente, Deputado Beto Albuquerque, quero dizer a V.Exa., com dor na alma, que isso não está ocorrendo.

Faço um apelo ao Presidente da República, que tem concedido audiências a várias entidades, no sentido de que receba os servidores públicos para discutir a Medida Provisória nº 258 e os servidores da Previdência para, de uma vez por todas, negociar essa greve.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Severino Cavalcanti, Presidente.

O SR. BABÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BABÁ (Sem Partido-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, companheiros trabalhadores, o País atravessa uma crise política e econômica brutal. O Partido dos Trabalhadores patrocinou a partir das decisões tomadas no Palácio do Planalto, sob o comando de José Dirceu, obviamente seguindo a orientação de Lula, com os agentes Delúbio Soares, Sílvio Pereira e Marcos Valério, esse escândalo que estourou no País e põe em dúvida esta Casa e todas as votações que aqui se realizaram.

A votação da reforma da Previdência, do salário mínimo, entre várias outras importantes, foram antecedidas por retiradas vultosas de dinheiro por Marcos Valério para pagar Parlamentares que votaram com o Governo. Agora, vimos José Dirceu dizer na Comissão de Ética que nada sabia, que não tem nada a ver com isso e que tudo o que aconteceu é de responsabilidade da cúpula do PT.

Acho que realmente a cúpula do PT é a grande culpada nessa história, mas não podemos nos

esquecer de que o principal responsável chama-se Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente deste País. Ele soube desse mensalão, por meio do Deputado Roberto Jefferson, e não denunciou os fatos. E agora, quando se vê acusado, sai a público em atos programados atrás do povo. Muitos tentam, de todas as formas, tirar o Presidente Lula dessa história, como José Dirceu tentou tirar seu corpo fora, mas na verdade o Presidente da República é o principal culpado de tudo.

Primeiramente, em razão de o principal mensalão não ter sido pago aos Parlamentares desta Casa, mas aos banqueiros. Em 2 anos e 6 meses de Governo, pagaram cerca de 350 bilhões de reais só de juros e, obviamente, às grandes empresas, como a Portugal Telecom – aqui representada pela Vivo. Inclusive, Marcos Valério, representando o Presidente da República, foi justamente a Portugal, junto com o PTB, para que essa empresa viesse a pagar as dívidas de campanha e também sustentar mensalão.

O Presidente Lula diz que a elite vai ter que engoli-lo e diz também que não vai baixar a cabeça a essa elite. Ora, Presidente Lula, V.Exa. vem baixando a cabeça a ela desde que assumiu o Governo, aliás, um pouco antes, quando fez aquela carta ao povo brasileiro. V.Exa. fez tudo que os banqueiros determinaram, fez tudo que o FMI determina. Portanto, a elite já baixou a cabeça de V.Exa. há muito tempo, e não adianta agora vir dizer que essas elites vão ter de engoli-lo quando da sua candidatura em 2006.

O Presidente Lula, na verdade, está sob suspeita. Não adianta agora voltar-se ao povo, porque este foi esquecido durante 2,5 anos de Governo e S.Exa. só voltou agora a pedir apoio a ele quando se viu ameaçado. Em 2,5 anos de Governo, atacou os servidores públicos, como continua atacando os servidores que agora estão em greve. Não resolveu o problema do salário mínimo, cortou os recursos da reforma agrária, da saúde e da educação, tudo para realimentar os banqueiros. E o pior: montou um sistema, a partir do Palácio do Planalto, de compra de Deputados.

Sr. Presidente, a saída, sem sombra de dúvida, para este País é um referendo revogatório, a respeito do qual nós, do Partido Socialismo e Liberdade, estamos iniciando um debate, porque entendemos que o povo tem que interferir em decisões quanto ao fato do Presidente estar sob suspeita e também o Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:

Autor	Proposição	Ementa
Geddel Vieira Lima – Presidente da CFT	REQ 3124/2005	Requer a revisão do despacho apostado ao PL nº 3.096/00, do Sr. Enio Bacci.
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	PDC 1797/2005	Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Barcarena de Comunicação e Assistência Social para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Barcarena, Estado do Pará.
João Campos	PL 5694/2005	Altera o parágrafo primeiro do art. 240 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
Jefferson Campos	PI. 5695/2005	Dispõe sobre a instalação de câmeras de segurança nas agências bancárias e em outras instalações que prestem serviços bancários.
Paulo Rubem Santiago	RIC 3095/2005	Solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda informações sobre as perdas de R\$ 5,5 bilhões acumuladas pelo Fundo Constitucional do Nordeste, administrado pelo Banco do nordeste.
Rodrigo Maia	RIC 3096/2005	Solicita informações ao Sr. Ministro dos Transportes sobre as licitações realizadas pelo Departamento Nacional de Infra-estrutura de transportes DNIT no período de 2003 à 2005.
Rodrigo Maia	RIC 3097/2005	Solicita informações à Sra. Ministra da Casa Civil sobre a viagem do Presidente LULA ao Município de Garanhuns, Pernambuco.
Antonio Pannunzio	Carlos RIC 3098/2005	Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional concernentes à composição, mandatos e valores pagos aos conselhos de administração, conselhos diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.
Antonio Pannunzio	Carlos RIC 3099/2005	Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes concernentes à composição, mandatos e valores pagos aos conselhos de administração, conselhos diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.
Antonio Pannunzio	Carlos RIC 3100/2005	Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Planejamento, Orçamento e Gestão concernentes à composição, mandatos e valores pagos aos conselhos de administração, conselhos diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.
Antonio Pannunzio	Carlos RIC 3101/2005	Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde concernentes à composição, mandatos e valores pagos aos conselhos de administração, conselhos diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.
Antonio Pannunzio	Carlos RIC 3102/2005	Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia concernentes à composição, mandatos e valores pagos aos conselhos de administração, conselhos diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.
Antonio Pannunzio	Carlos RIC 3103/2005	Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda concernentes à composição, mandatos e valores pagos aos conselhos de administração, conselhos diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.
Antonio Pannunzio	Carlos RIC 3104/2005	Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação concernentes à composição, mandatos e valores pagos aos conselhos de administração, conselhos diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.

Antonio Pannunzio	Carlos	RIC 3105/2005	Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior concernentes à composição, mandatos e valores pagos aos conselhos de administração, conselhos diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.
Antonio Pannunzio	Carlos	RIC 3106/2005	Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa concernentes à composição, mandatos e valores pagos aos conselhos de administração, conselhos diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.
Antonio Pannunzio	Carlos	RIC 3107/2005	Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações concernentes à composição, mandatos e valores pagos aos conselhos de administração, conselhos diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.
Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 215-A, de 2003, que "acrescenta o § 3º ao art. 42 da Constituição Federal que dispõe sobre os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios" (possibilitando aos militares dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios a acumulação remunerada de cargo de professor, cargo técnico ou científico ou de cargo privativo de profissionais de saúde).		REQ 3125/2005	Solicita prorrogação do prazo da Comissão Especial - Acumulação de Cargos para Militares.
Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 215-A, de 2003, que "acrescenta o § 3º ao art. 42 da Constituição Federal que dispõe sobre os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios" (possibilitando aos militares dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios a acumulação remunerada de cargo de professor, cargo técnico ou científico ou de cargo privativo de profissionais de saúde).		REQ 3126/2005	Solicita prorrogação do prazo da Comissão Especial - Acumulação de Cargos para Militares.
Comissão Especial		REQ 3127/2005	Solicita prorrogação do prazo da Comissão Especial

destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 334-A, de 1996, "que veda a nomeação de parentes de autoridades para cargos em comissão e funções de confiança".

Antonio Carlos Pannunzio RIC 3108/2005

NEPOTISMO.

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Cidades concernentes à com posição, mandatos e valores pagos aos conselhos de administração, conselhos diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.

Antonio Carlos Pannunzio RIC 3109/2005

Solicita informações à Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República concernentes à com posição, mandatos e valores pagos aos conselhos de administração, conselhos diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.

Antonio Carlos Pannunzio RIC 3110/2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento concernentes à composição, mandatos e valores pagos aos conselhos diretores ou colegiados equivalentes das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas.

Geraldo Resende RIC 3111/2005

Solicita informações ao Excelentíssimo Controlador-Geral da União - CGU, acerca das providências tomadas por esse órgão, após a entrega do relatório final da Comissão Externa, destinada a averiguar, "in loco", a morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Iriny Lopes REQ 3128/2005

Requer a convocação de sessão solene para homenagear o Dia Nacional do Samba.

Edson Duarte PL 5696/2005

Dispõe sobre a obrigatoriedade das prestadoras de serviços de telecomunicações de instalar escritórios regionais de atendimento ao público em todas as cidades com mais de 150.000 habitantes.

Chico Alencar PL 5697/2005

Dispõe sobre a garantia de liberdade de organização das entidades representativas dos estudantes.

Orlando Fantazzini PLP 288/2005

Acrescenta a letra j ao inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), estabelecendo sanção nos casos de renúncia de mandato.

Ivo José PL 5698/2005

Altera os artigos 1.577 e 1.580 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

João Campos REQ 3129/2005

Requer a convocação de sessão solene para o dia 27/10/2005, às 10h, em homenagem ao Terceiro Setor Evangélico (Entidades Filantrópicas).

Vander Loubet INC 5750/2005

Sugere ao Ministério dos Transportes a alocação de recursos orçamentários para a conclusão das obras de adequação de travessia urbana na cidade de Paranaíba, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Vander Loubet INC 5751/2005

Sugere ao Ministério dos Transportes que sejam tomadas providências relativas à alocação de recursos para a conclusão das obras do contorno rodoviário de Campo Grande (MS).

Vander Loubet INC 5752/2005

Sugere ao Ministério dos Transportes que sejam tomadas providências relativas à conclusão das obras do anel de contorno rodoviário de Aparecida do Taboado (MS).

Vander Loubet INC 5753/2005

Sugere ao Ministério da Saúde o apoio para a implantação de programa de atendimento psicossocial a usuários de drogas em Brasilândia, Mato Grosso do Sul.

Vander Loubet INC 5754/2005

Sugere ao Ministério dos Transportes que sejam tomadas providências para o imediato início das obras de restauração e adequação da rodovia BR-267, no trecho que menciona.

Vander Loubet INC 5755/2005

Sugere ao Ministério dos Transportes a alocação de recursos

		<p>orçamentários para a conclusão da ponte que liga o Município de Paulicéia, no Estado de São Paulo, ao Município de Brasilândia, no Estado do Mato Grosso do Sul.</p>
Vander Loubet	INC 5756/2005	<p>Sugere ao Ministério da Integração Nacional a adoção de providências, no âmbito do Ministério de Integração Nacional, para a destinação de recursos para investimentos em irrigação nos estados da região Centro-Oeste, em cumprimento a preceito constitucional.</p>
Celso Russomanno	PL 5699/2005	<p>Altera os arts. 7º, 13 e 15 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que, primordialmente, dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.</p>
Eduardo Gomes	PL 5700/2005	<p>Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Bico do Papagaio, com sede na cidade de Augustinópolis, no Estado do Tocantins, e dá outras providências.</p>
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	PDC 1798/2005	<p>Aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.</p>
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	PDC 1799/2005	<p>Aprova o texto das Emendas à Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, realizada em Londres, Reino Unido, em 9 de abril de 1965</p>
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	PDC 1800/2005	<p>Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção da Segurança da Aviação, assinado em Brasília, em 22 de março de 2004.</p>
Gustavo Fruct	PL 5701/2005	<p>Introduz parágrafo no art. 33 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre a realização de auditorias nas pesquisas eleitorais registradas na Justiça Eleitoral.</p>
Luiz Carlos Hauly	REQ 3130/2005	<p>Requer cópias dos contratos de publicidade e propaganda da Câmara dos Deputados.</p>
Renato Casagrande	INC 5757/2005	<p>Solicita à Presidência da República a revogação do Decreto "sem número", de 19 de dezembro de 2002, publicado no DOU, edição nº 246 de 20 de dezembro de 2002.</p>
Vadinho Baião	INC 5759/2005	<p>Sugere ao Ministério da Fazenda o levantamento do aval dos agricultores que já quitaram a sua parcela da dívida, e o parcelamento dos saldos devedores relativamente aos contratos de financiamento agrícola, no âmbito do PRONAF para plantio de café.</p>

VI – ORDEM DO DIA

*PRESENTES OS SEGUINTE SRS.
DEPUTADOS:*

RORAIMA

Alceste Almeida PMDB
Dr. Rodolfo Pereira PDT
Suely Campos PP

Total de Roraima: 3

AMAPÁ

Badu Picanço PL
Coronel Alves PL
Eduardo Seabra PTB
Janete Capiberibe PSB

Total de Amapá: 4

PARÁ

Anivaldo Vale PSDB
Ann Pontes PMDB
Asdrubal Bentes PMDB
Babá S.Part.
José Priante PMDB
Nilson Pinto PSDB
Paulo Rocha PT
Wladimir Costa PMDB
Zé Geraldo PT
Zé Lima PP
Zequinha Marinho PSC

Total de Pará: 11

AMAZONAS

Átila Lins PPS
Lupércio Ramos PMDB
Pauderney Avelino PFL

Total de Amazonas 3

RONDÔNIA

Anselmo PT
Miguel de Souza PL
Natan Donadon PMDB

Total de Rondônia 3

ACRE

Henrique Afonso PT
Júnior Betão PL
Nilson Mourão PT
Perpétua Almeida PCdoB
Ronivon Santiago PP
Zico Bronzeado PT

Total de Acre: 6

TOCANTINS

Darci Coelho PP
Maurício Rabelo PL
Osvaldo Reis PMDB

Total de Tocantins: 3

MARANHÃO

Antonio Joaquim PTB
Clóvis Fecury PFL
Costa Ferreira PSC
Gastão Vieira PMDB
Nice Lobão PFL
Paulo Marinho PL
Pedro Fernandes PTB
Pedro Novais PMDB
Sarney Filho PV
Sebastião Madeira PSDB
Terezinha Fernandes PT
Wagner Lago PP

Total de Maranhão: 12

CEARÁ

Almeida de Jesus PL
Aníbal Gomes PMDB
Antenor Naspolini PSDB
Antonio Cambraia PSDB
Eunício Oliveira PMDB
Gonzaga Mota PSDB
José Linhares PP
Léo Alcântara PSDB
Mauro Benevides PMDB
Moroni Torgan PFL

Total de Ceará: 10

PIAUI

B. Sá PSB
Ciro Nogueira PP
Júlio Cesar PFL
Nazareno Fonteles PT

Total de Piauí: 4

RIO GRANDE DO NORTE

Iberê Ferreira PTB
Nélio Dias PP

Total de Rio Grande do Norte: 2

PARAÍBA

Benjamin Maranhão PMDB
Enivaldo Ribeiro PP
Inaldo Leitão PL
Philemon Rodrigues PTB
Wellington Roberto PL

Total de Paraíba: 5

PERNAMBUCO

André de Paula PFL
Carlos Eduardo Cadoca PMDB
Eduardo Campos PSB
Gonzaga Patriota PSB
Inocêncio Oliveira PMDB
Joaquim Francisco PTB
Jorge Gomes PSB
José Chaves PTB
José Múcio Monteiro PTB
Luiz Piauhyllino PDT
Marcos de Jesus PL
Pastor Francisco Olímpio PSB
Paulo Rubem Santiago PT
Roberto Freire PPS
Roberto Magalhães PFL
Severino Cavalcanti PP
Total de Pernambuco: 16

ALAGOAS

Benedito de Lira PP
Givaldo Carimbão PSB
João Caldas PL
João Lyra PTB
José Thomaz Nonô PFL
Jurandir Boia PDT
Olavo Calheiros PMDB
Rogério Teófilo PPS
Total de Alagoas: 8

SERGIPE

Jackson Barreto PTB
João Fontes PDT
José Carlos Machado PFL
Total de Sergipe: 3

BAHIA

Antonio Carlos Magalhães Neto PFL
Aroldo Cedraz PFL
Claudio Cajado PFL
Colbert Martins PPS
Daniel Almeida PCdoB
Félix Mendonça PFL
Guilherme Menezes PT
Jairo Carneiro PFL
João Leão PL
Jonival Lucas Junior PTB
José Carlos Aleluia PFL
José Rocha PFL
Jutahy Junior PSDB
Luiz Alberto PT
Luiz Bassuma PT
Mário Negromonte PP

Milton Barbosa PFL
Paulo Magalhães PFL
Reginaldo Germano PP
Walter Pinheiro PT
Zelinda Novaes PFL
Total de Bahia: 21

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PL
Alexandre Maia PMDB
Ana Guerra PT
Carlos Mota PL
César Medeiros PT
Edmar Moreira PL
Eduardo Barbosa PSDB
Eliseu Resende PFL
Gilmar Machado PT
Isaías Silvestre PSB
Ivo José PT
João Magalhães PMDB
João Paulo Gomes da Silva PL
Júlio Delgado PSB
Lael Varella PFL
Leonardo Monteiro PT
Lincoln Portela PL
Marcello Siqueira PMDB
Márcio Reinaldo Moreira PP
Maria do Carmo Lara PT
Maria Lúcia Cardoso PMDB
Mário Assad Júnior PL
Mário Heringer PDT
Mauro Lopes PMDB
Narcio Rodrigues PSDB
Odair Cunha PT
Osmânio Pereira S.Part.
Sérgio Miranda PCdoB
Vadinho Baião PT
Virgílio Guimarães PT
Total de Minas Gerais: 30

ESPÍRITO SANTO

Iriny Lopes PT
Manato PDT
Marcelino Fraga PMDB
Nilton Baiano PP
Total de Espírito Santo: 4

RIO DE JANEIRO

Aldir Cabral PFL
Almerinda de Carvalho PMDB
André Costa PT
Antonio Carlos Biscaia PT
Carlos Nader PL
Carlos Santana PT

Chico Alencar PT
 Dr. Heleno PMDB
 Edson Ezequiel PMDB
 Eduardo Paes PSDB
 Fernando Gabeira PV
 Jair Bolsonaro PP
 Jandira Feghali PCdoB
 João Mendes de Jesus S.Part.
 José Divino PMDB
 Laura Carneiro PFL
 Leonardo Picciani PMDB
 Luiz Sérgio PT
 Paulo Feijó PSDB
 Reinaldo Betão PL
 Renato Cozzolino PRP
 Sandro Matos PTB
 Simão Sessim PP
 Vieira Reis PMDB
Total de Rio de Janeiro: 24

SÃO PAULO

Alberto Goldman PSDB
 Aldo Rebelo PCdoB
 Amauri Gasques PL
 Antonio Carlos Pannunzio PSDB
 Arnaldo Faria de Sá PTB
 Ary Kara PTB
 Carlos Sampaio PSDB
 Celso Russomanno PP
 Cláudio Magrão PPS
 Corauci Sobrinho PFL
 Devanir Ribeiro PT
 Durval Orlato PT
 Edna Macedo PTB
 Elimar Máximo Damasceno PRONA
 Enéas PRONA
 Fernando Estima PL
 Iara Bernardi PT
 Ildeu Araujo PP
 Ivan Valente PT
 Jefferson Campos PMDB
 João Batista PFL
 José Dirceu PT
 José Eduardo Cardozo PT
 José Mentor PT
 Julio Semeghini PSDB
 Lobbe Neto PSDB
 Luciano Zica PT
 Luiz Antonio Fleury PTB
 Luiz Eduardo Greenhalgh PT
 Luiza Erundina PSB
 Marcelo Barbieri PMDB

Medeiros PL
 Nelson Markezelli PTB
 Neuton Lima PTB
 Orlando Fantazzini PT
 Professor Irapuan Teixeira PP
 Professor Luizinho PT
 Ricardo Izar PTB
 Roberto Gouveia PT
 Robson Tuma PFL
 Salvador Zimbaldi S.Part.
 Telma de Souza PT
 Vanderlei Assis PP
 Vicentinho PT
 Zulaiê Cobra PSDB
Total de São Paulo: 45

MATO GROSSO

Celcita Pinheiro PFL
 Lino Rossi PP
 Ricarte de Freitas PTB
 Teté Bezerra PMDB
 Welinton Fagundes PL
Total de Mato Grosso: 5

DISTRITO FEDERAL

Jorge Pinheiro PL
 Maninha PT
 Wasny de Roure PT
Total de Distrito Federal: 3

GOIÁS

Capitão Wayne PSDB
 Carlos Alberto Leréia PSDB
 João Campos PSDB
 Leandro Vilela PMDB
 Luiz Bittencourt PMDB
 Neyde Aparecida PT
 Pedro Chaves PMDB
 Ronaldo Caiado PFL
 Rubens Otoni PT
 Sandes Júnior PP
 Sergio Caiado PP
 Vilmar Rocha PFL
Total de Goiás: 12

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT
 Geraldo Resende PPS
 João Grandão PT
 Nelson Trad PMDB
 Vander Loubet PT
 Waldemir Moka PMDB
Total de Mato Grosso do Sul: 6

PARANÁ

Abelardo Lupion PFL
 Affonso Camargo PSDB
 Alex Canziani PTB
 André Zacharow PSB
 Assis Miguel do Couto PT
 Colombo PT
 Dilceu Sperafico PP
 Dra. Clair PT
 Eduardo Sciarra PFL
 Giacobbo PL
 Gustavo Fruet PSDB
 Hermes Parcianello PMDB
 Luiz Carlos Haully PSDB
 Moacir Micheletto PMDB
 Nelson Meurer PP
 Odílio Balbinotti PMDB
 Selma Schons PT
 Takayama PMDB
 Vitorassi PT

Total de Paraná: 19

SANTA CATARINA

Adelor Vieira PMDB
 Edinho Bez PMDB
 Edison Andrino PMDB
 Fernando Coruja PPS
 Ivan Ranzolin PP
 João Pizzolatti PP
 Jorge Boeira PT
 Leodegar Tiscoski PP
 Luci Choinacki PT
 Mauro Passos PT
 Paulo Afonso PMDB
 Vignatti PT
 Zonta PP

Total de Santa Catarina: 13

RIO GRANDE DO SUL

Alceu Collares PDT
 Augusto Nardes PP
 Beto Albuquerque PSB
 Darcísio Perondi PMDB
 Enio Bacci PDT
 Francisco Turra PP
 Henrique Fontana PT
 Júlio Redecker PSDB
 Marco Maia PT
 Mendes Ribeiro Filho PMDB
 Onyx Lorenzoni PFL
 Orlando Desconsi PT
 Pastor Reinaldo PTB
 Paulo Gouvêa PL

Tarcísio Zimmermann PT

Yeda Crusius PSDB

Total de Rio Grande do Sul: 16

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – A lista de presença registra o comparecimento de 291 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, ontem, na sua ausência, fiz um registro que hoje, em sua presença, repito, referente à determinação que V.Exa. vem tendo para que esta Casa retome o ritmo normal de votações. Quero saudá-lo e cumprimentá-lo; não esperávamos outra postura de V.Exa. se não esta.

Na verdade, feita essa preliminar, informamos que fizemos nesta Casa um acordo possível, diante do quadro ainda um pouco conturbado a que estamos assistindo. A idéia é permitir a leitura do relatório, que está pronto, da Medida Provisória nº 251, do nobre Deputado Antônio Carlos Biffi. Ontem, houve o pedido de adiamento de votação da matéria por um dia, mas há um acordo para que, após a leitura do relatório, Sr. Presidente, deixemos a discussão já para a semana que vem e sua conseqüente votação. Ou seja, avançaríamos.

Sei que a solução não está à altura do seu desejo, que era avançar muito mais, mas é o acordo possível. Espero a compreensão de todos os Líderes que concordam com essa metodologia para que seja permitida a leitura do relatório. A discussão e a conseqüente votação da matéria ficariam para a semana que vem.

É a questão que apresento à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – A Presidência se submete à decisão do Plenário pelo adiamento, não sem antes protestar contra este estado de coisas. Acho que a Câmara tem que retomar as votações. Já disse que o antídoto para a crise é trabalho. O nosso trabalho é votar. Contudo, não tenho outra alternativa senão acatar a decisão tomada pelos Srs. Líderes.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PMDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, quero abordar dois assuntos. Primeiro, reconheço de público o esforço de V.Exa. não só no sentido de fazer a

Casa andar, funcionar, mas sobretudo, neste momento de dificuldade, pela adoção de posição firme, decidida e serena a fim de que tudo aconteça da melhor maneira possível e ninguém deixe de ser investigado.

Mas é necessário que se faça justiça, que se separe o joio do trigo. Os culpados devem ser devidamente punidos, mas os inocentes não podem ser jogados na rua da amargura, evitando-se, assim, que tenhamos que fazer uma confissão depois que a imagem do homem público já tiver sido maculada.

Sr. Presidente, quero dizer que estamos ao lado de V.Exa. nessa luta, para que juntos possamos atravessar o momento de dificuldade que vive esta instituição, e também o Poder Executivo, e encontrar um caminho.

Que a democracia prevaleça! Uma das maiores conquistas do povo brasileiro, em todos os tempos, foi a democracia. Aquela planta tenra da qual falava Otávio Mangabeira, que desmoronava com uma simples ventania, hoje não existe mais. Hoje, é uma árvore frondosa, definitivamente consolidada e que não se abala com ventania, tempestade, com nada disso.

Por isso, Deputado Severino Cavalcanti, V.Exa. tem importante contribuição a dar ao País. Como grande comandante da instituição, receba de todos nós o apoio firme e decidido para continuar na sua luta em defesa desta Casa e da democracia em nosso País!

Sr. Presidente, neste momento, passo a tratar de um problema paroquial.

Os 40 mil habitantes do Município de Barreiros, em Pernambuco, na região açucareira da mata sul do nosso Estado, vivem momentos de grande expectativa, aguardando o julgamento, pelo Tribunal Regional Eleitoral, da ação penal ajuizada pelo Ministério Público que visa cassar o mandato, o diploma do Prefeito eleito, sobre o qual pesam graves acusações de prática de corrupção eleitoral e uso do poder econômico no pleito de 2004.

Ocorre, porém, que, até o momento, decorridos 8 meses das eleições, o processo ainda não foi julgado, deixando os habitantes da cidade num grande clima de ansiedade, sem saber se houve realmente prática das irregularidades elencadas pelo Ministério Público, inclusive, com provas materiais e testemunhais.

São mais de 50 documentos acostados aos autos da ação penal, com oitiva de testemunhas, contra o Prefeito Antônio Vicente de Souza, registrado e conhecido como Toinho da Coca-Cola.

É oportuno salientar que a Procuradoria Regional Eleitoral já deu parecer favorável pelo acatamento da denúncia e, conseqüentemente, pelo afastamento do denunciado.

Urge, portanto, que o egrégio Tribunal Regional Eleitoral julgue a referida ação penal, cujo Relator é o honrado e competente Desembargador Og Marques Fernandes, a fim de que a população barreirense saiba o que realmente aconteceu no seu Município nas eleições de 2004.

Muito obrigado a V.Exa.

O SR. ZONTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZONTA (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero reconhecer o esforço de V.Exa., digno de registro, como Presidente da Casa, para que não sejamos reféns dos acontecimentos e, sim, cumpramos nosso papel de Parlamentares: o de apurar todas as denúncias, além de fazer a Casa andar, votar as matérias, enfim, ter uma agenda positiva para o Brasil.

Quero registrar, pessoalmente e também em nome do Partido Progressista, uma iniciativa que tem todo nosso apoio e respeito. Não podemos continuar sendo espectadores desta crise. Temos de ser atores da solução. Para isso, devemos votar as matérias que estão na pauta.

Já está encaminhado um acordo para que seja relatada a proposição. O Deputado Antônio Carlos Biffi pegou ontem o projeto. Estão dizendo até que, se o votarmos, vai ser um “bife malpassado” – desculpem a expressão. (*Risos.*)

É lógico que entendemos isso. Mas entendemos também que não mais podemos adiar votações. Então, vamos aceitar esse encaminhamento como forma conciliadora, mas motivadora para que entremos naquilo que é nosso compromisso: não parar de votar as matérias em pauta e definir uma agenda positiva para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Passa-se à apreciação da matéria que está sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) Item 1.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, DE 2005

(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 251, de 2005, que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá

outras providências. Pendente de Parecer da Comissão Mista.

PRAZO NA COMISSÃO MISTA: 28/6/05

PRAZO NA CÂMARA: 12/7/05

SOBRESTA A PAUTA EM: 30/7/05 (46º DIA)

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra, para oferecer parecer à medida provisória e às emendas a ela apresentadas, pela Comissão Mista, ao Sr. Deputado Antônio Carlos Biffi.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui escolhido ontem para relatar esta medida provisória. Foi um trabalho árduo. Ouvi Parlamentares e técnicos inclusive a respeito das emendas apresentadas ao projeto.

Vou direto ao voto.

A instituição de programas e definição de respectivas fontes de financiamento é competência inequívoca do Poder Executivo, nos termos do art. 84 da Constituição Federal.

O Projeto Escola de Fábrica concretiza um dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que estabelece em seu art. 40:

“Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”.

O Programa de Educação Tutorial – PET integra as responsabilidades do Ministério da Educação, em especial da Secretaria de Educação Superior – SESU, de fomentar a formação de jovens pesquisadores também durante o curso de graduação. O Programa é apontado como um instrumento adequado para a efetiva incorporação de estudantes de baixa renda em projetos acadêmicos. Seu êxito vem sendo comprovado há mais de vinte e cinco anos, quando teve seu início na CAPES, órgão do próprio Ministério da Educação.

A concessão da bolsa permanência para os estudantes do PROUNI corresponde ao atendimento a uma demanda real, constituindo efetiva garantia para a permanência e continuidade dos estudos dos alunos economicamente carentes, beneficiários do programa.

Os requisitos de relevância e urgência apresentados na Justificação da MP nº 251/2005, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, são: I) construção da Política Nacional de Juventude; II) necessidade de autorização legislativa para pagamento de bolsas; III)

informações acerca da evasão de alunos beneficiários do PROUNI, o que demanda ação imediata; IV) histórica demanda da comunidade acadêmica pela consolidação do PET; e V) interação entre os mundo do trabalho e a escola é imperativa para a ampliação de oportunidades para os jovens.

E o texto da Justificação finaliza:

“Tais iniciativas são absolutamente indispensáveis para complementar o quadro de investimento em educação e profissionalização do jovem, preocupação central do Governo Federal”.

O mérito, a urgência e a relevância do diploma legal em apreço, portanto, estão claramente caracterizados.

Dentre as diversas emendas, várias efetivamente contribuem para o aperfeiçoamento do texto. Outras, ainda que meritórias, devem ser parcialmente acolhidas. Outras ainda, embora abordando questões relevantes, apresentam teor que não pode ser compatibilizado com o conjunto da proposição, como adiante se comenta.

A Emenda nº 1 propõe a retirada integral da proposta, argumentando sua desnecessidade. O Projeto Escola de Fábrica já está em andamento e há justificativas de relevância e urgência para implementação da bolsa-permanência para alunos beneficiários do PROUNI e do Programa de Educação Tutorial – PET.

A Emenda nº 2 propõe alteração na ementa, vinculando não apenas o Projeto Escola de Fábrica, mas também as bolsas-permanência do PROUNI e o PET à política nacional da juventude. Não parece necessária a alteração.

A Emenda nº 3, sugerindo a modificação do nome original do Projeto Escola de Fábrica para “Projeto Escola em Ambiente Produtivo”, descaracteriza um projeto já conhecido. Além disso, o termo “Fábrica” é utilizado apenas em sentido simbólico (o Projeto pode tomar lugar em qualquer ambiente produtivo).

As Emendas nºs 4 e 24 sugerem que o Projeto Escola de Fábrica fique restrito ao Ministério da Educação. Tal proposta não pode ser acatada, visto que as ações são implementadas e coordenadas em conjunto com a política nacional para a juventude, da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República.

A Emenda nº 5 propõe conteúdo que, de fato, já se encontra contemplado no art. 7º da Medida Provisória.

A Emenda nº 6, ao propor a ampliação da faixa etária para 16 e 29 anos, pode implicar necessidade adicional de recursos que pode inviabilizar a implementação do Projeto Escola de Fábrica. Ademais, é

preciso cuidar da compatibilização com a faixa etária prevista para contrato de aprendizagem, que ficaria excessivamente ampla se estendida até 29 anos de idade. Cabe ainda lembrar que já existem diversos programas complementares para as diversas faixas etárias no contexto da Política Nacional de Juventude.

A Emenda nº 7, retirando a prioridade para recebimento de benefício para os alunos do ensino médio, introduz profunda mudança no perfil do projeto, podendo descaracterizá-lo.

As Emendas nºs 8 e 11 propõem aumentar o valor da bolsa-auxílio para R\$300,00, o que poderia implicar a redução pela metade do atendimento a jovens carentes, público alvo do projeto.

As Emendas nºs 9 e 14 buscam fixar rigidamente o valor da bolsa-auxílio em R\$150,00, o que reduz a flexibilidade do projeto e pode também limitar a dimensão do atendimento a jovens carentes.

As Emendas nºs 10 e 13, além de pretenderem alterar o valor do benefício para, respectivamente, R\$300,00 e R\$200,00, contêm interessante proposta de limitar a concessão da bolsa ao período de duração do curso. No tocante a esta questão, cabe o acatamento parcial das emendas.

As Emendas nºs 12 e 36 tratam de matéria que já se encontra disposta no parágrafo único do art. 15 do texto da medida provisória, não cabendo especificar índices que escapam ao contexto das políticas de governo de aplicação de recursos em programas e projetos.

A Emenda nº 15 apresenta sugestão que merece acatamento, relativa a pessoas portadoras de deficiência. Cabe, porém, uma pequena alteração, assegurando o tratamento adequado mas não necessariamente prioritário, a fim de não discriminar outros segmentos que merecem igualmente o indispensável atendimento.

A Emenda nº 16 propõe oportuna modificação com relação à questão das atividades práticas na carga horária dos cursos, favorecendo a desejada flexibilidade do projeto.

A Emenda nº 17 propõe a possibilidade de duração do curso de até 24 meses, o que é excessivamente longo, tendo em vista o espírito do Projeto Escola de Fábrica e as regulamentações da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional inicial.

A Emenda nº 18 apresenta alteração formal adequada, informando melhor o texto atual da legislação citada no art. 3º da medida provisória.

A Emenda nº 19 merece acatamento parcial, pois introduz aperfeiçoamento no texto ao sugerir que poderão ser apenas as instituições que não cumpri-

rem no todo ou em parte o plano de trabalho aprovado. Com relação às demais alterações sugeridas, tratam de matéria que já se encontra disposta em outros dispositivos da medida provisória.

As Emendas nºs 20 e 44, ao buscarem a inserção do requisito relativo a aproveitamento, poderiam estar trazendo para o seio do projeto, que se caracteriza pelo seu espírito inclusivo, concretizado por meio de cursos de curta duração, um não desejado elemento de seletividade e de avaliação acadêmica.

A Emenda nº 21 apresenta interessante proposta de melhor qualificação das entidades privadas sem fins lucrativos, merecendo acatamento parcial. Para evitar limitações excessivas ao projeto, não é necessário obrigar a associação com instituição educacional credenciada para atuar na educação profissional.

A Emenda nº 22 restringe desnecessária e excessivamente o âmbito do Projeto Escola de Fábrica, pois exige 6 anos de experiência na área e escolha mediante licitação pública. Tais medidas podem comprometer a efetividade e a eficácia social do Projeto Escola de Fábrica.

A Emenda nº 23 trata de assunto já contemplado no texto da Medida Provisória, na medida em que os Serviços Nacionais de Aprendizagem são, juridicamente, entidades privadas sem fins lucrativos.

A Emenda nº 25 diz respeito apenas à atuação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, que se encontra regulada por outros diplomas legais e abrange, de fato, a faixa etária até 29 anos de idade.

A Emenda nº 26 introduz modificação nas responsabilidades de gestão de 2 programas cuja responsabilidade é exclusiva do Ministério da Educação: o Programa Universidade para Todos – PROUNI e o Programa de Educação Tutorial – PET. A articulação com a Secretaria Nacional de Juventude deve acontecer, porém de outras formas, à semelhança de todos os demais programas de governo que se voltam para os jovens mas não estão sob o controle dessa secretaria.

A Emenda nº 27, ao mudar de exclusiva para prioritária a concessão de bolsas de permanência do PROUNI a estudantes matriculados em cursos de turno integral, pode gerar impacto orçamentário e financeiro nas dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação, acarretando prejuízos a outras ações do Ministério.

A Emenda nº 28 apresenta proposta que aperfeiçoa o texto da medida provisória, acrescentando requisitos de aproveitamento e frequência mínima escolar para a concessão de bolsas de permanência do PROUNI.

A Emenda nº 29 incide em questão similar à comentada na Emenda nº 26.

A Emenda nº 30, versando sobre características a serem consideradas para seleção de alunos e tutores do PET, aperfeiçoa o texto da medida provisória. Não cabe, porém, acrescentar o requisito “experiência acadêmica”, a fim de evitar que se restrinja demasiadamente o conjunto de possíveis tutores do PET, que já devem apresentar titulação elevada.

A Emenda nº 31 merece ser incorporada no que diz respeito à obrigação de publicidade permanente do PET.

As Emendas nºs 32 e 33 sugerem oportuna adequação ao texto, tornando mais precisa a forma de atribuir valor monetário à bolsa de tutoria do PET.

A Emenda nº 34, embora tenha a meritória intenção de promover a rápida regulamentação do disposto na medida provisória, gera obrigação que pode resultar na dilatação indesejada do prazo de regulamentação, se incorporada ao texto de projeto de lei de conversão.

A Emenda nº 35 propõe adequação ao texto, sugerindo o uso da expressão “portador de deficiência” em vez de “deficiente”.

As Emendas nºs 37 e 38 tratam de alterações na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, relativa ao FIES, que não é objeto da presente medida provisória.

As Emendas nºs 39, 40, 42 e 43, ainda que tratando do PROUNI, versam sobre matérias do programa não contempladas na medida provisória e introduzem profundas alterações em seu perfil, especialmente com relação à seleção de estudantes, e em seu modo de funcionamento.

A Emenda nº 41 trata de obrigação legal a que todos os entes públicos estão sujeitos. O cumprimento do disposto na Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, não demanda tal menção expressa para ser aplicável à execução orçamentária do Ministério da Educação.

Tendo em vista o exposto, voto pela admissibilidade, pela constitucionalidade, pela adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, pela aprovação integral das Emendas de nºs 16, 18, 32, 33 e 35, pela aprovação parcial das Emendas de nºs 10, 13, 15, 19, 21, 28, 30 e 31, pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44, na forma do projeto de lei de conversão em anexo.

É o parecer.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À
MESA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO
NACIONAL**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, DE 2005
(MENSAGEM Nº 00053, DE 15/06/2005-CN e Nº
00353, DE 14/06/2005 – PR)**

Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutoria – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Antonio Carlos Biffi

I – Relatório

O Poder Executivo editou e encaminhou à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem Nº 353, de 14 de junho do corrente ano, a Medida Provisória Nº 251, que dispõe sobre programas e ações voltados para a inclusão social de jovens:

- instituição do Projeto denominado Escola de Fábrica;
- autorização para concessão de bolsas de manutenção a beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI;
- instituição do Programa de Educação Tutorial – PET; e
- ampliação da faixa etária para trabalhador aprendiz.

A Medida Provisória veio acompanhada da Exposição de Motivos dos Ministros da Educação e do Trabalho e Emprego, que enfatiza a interrelação dos novos programas e ações no âmbito das *“políticas públicas voltadas tanto à inclusão social do jovem carente em situação de vulnerabilidade social quanto a políticas públicas de expansão do acesso à educação, em suas mais variadas modalidades”*.

A Mensagem esclarece que o Projeto Escola de Fábrica busca *“... a oficialização, na forma de política pública, de experiências bem sucedidas da sociedade civil, porém difusas”*. Informa, ainda, que *“...O Projeto Escola de Fábrica está inserido no Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP e faz parte do esforço governamental de construção de uma política nacional para a juventude, que procura tornar mais conseqüente e objetiva a multiplicidade de iniciativas e ações das esferas de governo e da própria sociedade civil.”*

A mensagem destaca também que a elaboração do Projeto Escola de Fábrica *“... contou com ampla discussão entre o Ministério da Educação e o Ministério*

do Trabalho e Emprego”. Houve ainda a participação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

A concessão de bolsas de permanência, a participantes do Programa Universidade para Todos – PROUNI, visa ampliar as possibilidades de estudantes de baixo poder aquisitivo poderem usufruir, de forma efetiva, da bolsa de estudos e concluírem seus estudos.

A instituição por meio de Lei, do Programa de Educação Tutorial – PET, possibilita a regularização e continuidade de um programa já implementado, desde 1979/80, pela Capes e SESU/MEC, de tutoria para estudos em dedicação integral durante o curso de graduação. Visa a “... formação qualificada de pessoal de nível superior, a fim de fomentar o desenvolvimento de uma graduação de qualidade e (...) representa o atendimento de uma demanda histórica por parte da comunidade acadêmica nacional.”

A alteração da CLT é considerada necessária pois “... amplia consideravelmente a faixa de jovens que terão acesso ao mercado de trabalho pelo contrato de aprendizagem”.

Finalmente, a Exposição de Motivos informa que os recursos a serem aportados nos programas e projetos, objetos da presente Medida Provisória, “... serão remanejados a partir das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação por força da vinculação constitucional para manutenção e desenvolvimento do ensino, dentro das metas e dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Tendo como base essas premissas, o texto da Medida Provisória assim se apresenta:

1 – O Projeto Escola de Fábrica

Os artigos 1º ao 10 da Medida Provisória em apreço tratam do Projeto Escola de Fábrica.

O art. 1º institui o Projeto, no âmbito do Ministério da Educação, como parte da política nacional para a juventude, com a finalidade de prover educação profissional a jovens de baixa renda, a ser ministrada em estabelecimentos produtivos urbanos ou rurais.

O art. 2º estabelece os requisitos para participação no Projeto: idade entre 16 e 24 anos; renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio; e matrícula na educação básica regular ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente no ensino médio.

O parágrafo único deste artigo estabelece o valor da bolsa-auxílio, em até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

O art. 3º estabelece que os cursos deverão enquadrar-se nas áreas profissionais definidas pelo Con-

selho Nacional de Educação. Os parágrafos definem as características dos cursos e as condições e diretrizes para a sua implementação: projetos pedagógicos e planos de trabalho focados na articulação entre necessidades educativas e produtivas, definidas a partir da identificação das necessidades locais e regionais, nos termos da legislação da educação profissional; organização curricular conjuga atividades teóricas e práticas que contemplam formação profissional inicial e apoio à educação básica; atividades do módulo de formação inicial poderão ser computadas para obtenção de diploma de técnico de nível médio.

Os cursos deverão ser ministrados em espaços educativos específicos, com a observância das seguintes diretrizes: limitação das atividades práticas a 10 por cento da carga horária; limitação a 5 horas diárias de atividades; duração mínima de 6 e máxima de 12 meses. Além disso, deverá o Ministério da Educação regulamentar os demais parâmetros para elaboração dos projetos pedagógicos e implementação dos cursos, observado o disposto no Estatutos da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990).

O art. 4º atribui a avaliação dos alunos e a expedição de certificados às instituições oficiais de educação profissional e tecnológica ou a unidades gestoras credenciadas junto às autoridades educacionais competentes.

O art. 5º estabelece que o Projeto será executado mediante a transferência de recursos financeiros a unidades gestoras selecionadas e credenciadas pelo Ministério da Educação e a concessão de bolsas de estudo. Caberá à Caixa Econômica Federal o pagamento das bolsas, mediante remuneração e condições a serem pactuadas. Prevê-se a suspensão de transferência de recursos à unidade gestora em caso de não cumprimento de plano de trabalho ou inadequação no uso dos recursos. Atribui-se à regulamentação a definição dos critérios e condições para concessão, distribuição, manutenção e cancelamento das bolsas, a exigência de frequência escolar, assim como para a transferência de recursos às unidades gestoras.

O art. 6º estabelece como elegíveis para unidades gestoras qualquer órgão ou entidade da administração pública (direta, autárquica ou fundacional), de qualquer esfera de governo, inclusive instituição oficial de educação profissional e tecnológica, e entidade privada sem fins lucrativos. Os recursos recebidos pelas unidades gestoras deverão ser aplicados em despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com o disposto nos art. 70 e 71 da Lei Nº 9.394, de diretrizes e bases da educação nacional.

O art. 7º estabelece as responsabilidades dos diferentes agentes envolvidos: à unidade gestora cabe formular o projeto pedagógico e o plano de trabalho para instalação dos cursos, elaborar material didático, pré-selecionar os estabelecimentos produtivos, prestar contas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, acompanhar e zelar pelo desenvolvimento dos cursos; ao estabelecimento produtivo cabe prover infra-estrutura física adequada para a instalação de espaços educativos específicos, disponibilizar pessoal para atuar como instrutores e arcar com as despesas de implantação dos espaços educativos, transporte, alimentação e uniforme dos alunos; ao FNDE compete efetuar os repasses de recursos, analisar as prestações de contas e apoiar tecnicamente a execução do Projeto; ao Ministério da Educação incumbe selecionar e credenciar as unidades gestoras e os estabelecimentos produtivos pré-selecionados.

Deverá o responsável legal pelo estabelecimento produtivo providenciar seguro de vida e seguro contra acidentes pessoais para os jovens participantes do Projeto. Ademais, determina-se que as atividades do Projeto devem sujeitar-se às normas de saúde e segurança no trabalho e às restrições do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber.

O art. 8º atribui ao Ministério da Educação a execução e gestão do Projeto e à Secretaria Nacional da Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, a competência de sua articulação com outros programas e projetos destinados a jovens entre 15 e 29 anos de idade. A este último órgão é assegurada a participação no controle e acompanhamento do Projeto.

O art. 9º atribui a supervisão da implementação pedagógica e administrativa do Projeto ao Ministério da Educação e as instituições oficiais de educação profissional e tecnológica. Ao FNDE incumbirá a responsabilidade quanto aos aspectos operacionais das transferências de recursos. Deverá também o MEC designar supervisores, indicados pelas instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, dentre os seus quadros, para realizar a supervisão e inspeção in loco. Os estabelecimentos produtivos vinculados ao Projeto deverão manter cadernos-diários individuais para registro das atividades e quadro afixado em local visível, com relação nominal de participantes, para fins de avaliação e monitoramento.

O art. 10 explicita que estabelecimento produtivo vinculado ao Projeto não fica dispensado do cumprimento da porcentagem mínima de contratação de aprendizes, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2 – Bolsa para beneficiários do PROUNI

O art. 11 autoriza o Poder Executivo a conceder bolsa-permanência no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, para custeio de despesas educacionais, aos beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, instituído pela Lei Nº 11.096, de 2005.

3 – Programa de Educação Tutorial – PET

O art. 12 institui, também no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Educação Tutorial – PET destinado a fomentar a aprendizagem mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a alunos e bolsas a professores tutores.

O professor-tutor de um grupo de estudantes do PET receberá, semestralmente, para custeio das atividades do grupo, o equivalente a uma bolsa de iniciação científica por aluno participante. A prestação de contas será feita perante o MEC e os materiais comprados serão doados à instituição de ensino a que se vincula o grupo do PET, ao final de suas atividades.

A regulamentação do Programa deverá definir seus objetivos, os critérios de composição e seleção de alunos e tutores, avaliação e condições de manutenção dos grupos, bem como as obrigações dos participantes.

O art. 13 autoriza a concessão de bolsa de tutoria para o professor-tutor, em valor condizente com a política federal de bolsas de mestrado e doutorado. A bolsa deverá ser concedida diretamente a professor pertencente ao quadro permanente da instituição de ensino superior, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e preferencialmente com titulação em nível de doutorado. Excepcionalmente a bolsa poderá ser concedida a professor com titulação de mestrado.

O art. 14 autoriza a concessão de bolsas, em valor condizente com a política federal de bolsas de iniciação científica, diretamente a estudantes em dedicação integral às atividades do PET.

O art. 15 estabelece que as despesas das ações decorrentes desta Medida Provisória correrão à conta das dotações orçamentárias do MEC e do FNDE, observados os limites de movimentação e empenho e de programação orçamentária e financeira.

O art. 16 atribui ao Poder Executivo a regulamentação do disposto nesta Medida Provisória.

O art. 17 trata do financiamento da educação profissional, mediante o acréscimo de um novo inciso ao artigo 3º da Lei Nº 5.537, de 1968, possibilitando ao FNDE destinar recursos a programas de ensino profissional e tecnológico.

4 – Ampliação da faixa etária de trabalhador aprendiz

O art. 18 altera os arts. 428 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei Nº 5.452, de 1943) em relação a algumas características do contrato de aprendizagem. As modificações no art. 428 ampliam a faixa etária de trabalhador aprendiz para 14 aos 24 anos de idade, não se aplicando esse limite máximo aos aprendizes com deficiência. No caso deficiência mental, a comprovação de escolaridade deverá considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização. No art. 433, eleva-se para 24 anos o limite de idade para a extinção do contrato de aprendizagem.

Finalmente, o art. 19 estabelece a vigência da Medida Provisória a partir de sua publicação.

Foram apresentadas 44 emendas ao texto da Medida Provisória.

A **emenda nº 01**, de autoria do Senador Arthur Virgílio – PSDB/AM, é supressiva global de todos os artigos da MP, sob o argumento de que esta não cumpre o requisito constitucional de urgência.

A **emenda nº 02**, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, altera a redação da ementa da MP com vistas a adequá-la ao disposto na Lei Complementar Nº 95, de 1998, que dispõe sobre redação de atos normativos.

IV.1 – Emendas aos artigos 1 a 10, que tratam do Programa Escola de Fábrica

A **emenda nº 03**, do Deputado Antônio Carlos Mendes Trame – PSDB/SP, propõe a substituição do nome do “Projeto Escola de Fábrica” por “Projeto Escola em Ambiente Produtivo”, considerado mais apropriado ao envolvimento de todos os setores de atividade econômica.

Emendas aos artigos 1º e 2º

A **emenda nº 04**, do Deputado José Carlos Machado – PFL/SE, altera os artigos 1º e 2º. Do art. 1º é retirada a expressão “*como parte integrante da política nacional para a juventude*”; no art. 2º são propostas três alterações: o limite superior de idade passa de 24 para 29 anos; são eliminadas as expressões “*...prioritariamente no ensino de nível médio*”, *assim como* “*... observadas as restrições fixadas em regulamento*”. O objetivo da emenda é atribuir ao MEC o controle administrativo do Projeto e ampliar a abrangência de atendimento do Programa, eliminando eventual insegurança jurídica derivada de restrições estabelecidas em regulamento.

A **emenda nº 5**, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, dá nova redação ao artigo 1º, com o acréscimo de um parágrafo único, com vistas a tornar claro que os cursos devem seguir projetos pedagógicos e planos de trabalho aprovados pelo MEC.

A **emenda nº 6**, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, altera o artigo 2º, estabelecendo que o limite superior de idade passa de 24 para 29 anos, em sintonia com a faixa etária atendida pela Secretaria Nacional da Juventude.

A **emenda nº 7**, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, exclui do texto do artigo 2º a expressão “*... prioritariamente no ensino de nível médio*”, com o objetivo de melhor atender à demanda por ensino fundamental, mais comum entre jovens integrantes da faixa de renda visada pelo Programa.

As **emendas nº 08**, do Deputado Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR, **nº 10**, do Senador Leonel Panava – PSDB/SC, e **Nº 11**, do Deputado Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR, propõem valor de até ou igual a R\$ 300,00 (trezentos reais) para a bolsa auxílio aos jovens integrantes do Projeto Escola de Fábrica.

As **emendas nº 09**, do Deputado José Carlos Machado – PFL/SE, e **nº 14**, do Deputado Eduardo Valverde –PT/RO, propõem o valor preciso de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para a bolsa auxílio aos integrantes do Programa Escola de Fábrica.

A **emenda nº 12**, do Deputado Eduardo Sciarra – PFL/PR, acrescenta novo parágrafo ao artigo 2º estabelecendo que o valor da bolsa-auxílio será reajustado anualmente, para preservar-lhe o poder aquisitivo.

A **emenda Nº 13**, do Senador Álvaro Dias – PDT/PR, propõe valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para a bolsa auxílio aos jovens integrantes do Programa Escola de Fábrica.

A **emenda nº 15**, do Deputado Eduardo Gomes – PSDB/TO, acrescenta parágrafo único ao artigo 2º, atribuindo tratamento prioritário a deficientes, com vistas à sua integração à comunidade.

Emendas ao artigo 3º

A **emenda nº 16**, da Deputada Thelma de Oliveira – PSDB/MT, dá nova redação ao inciso I do § 4º do artigo 3º, atribuindo à regulamentação a definição da carga horária das atividades práticas.

A **emenda nº 17**, do Deputado Eduardo Sciarra – PFL/PR, altera a redação dos incisos I e II do § 4º do art. 3º, estabelecendo o limite de cinco horas diárias de aulas e duração mínima de seis e máxima de vinte e quatro meses, para os cursos do Projeto.

A **emenda nº 18**, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, altera o caput do art. 3º e o seu § 5º, com vistas a promover ajuste redacional.

Emendas ao artigo 5º

A **emenda nº 19**, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, dá nova redação ao inciso I do art. 5º, introduzindo, na seleção das unidades gestoras, a aprovação prévia do projeto pedagógico e do plano de trabalho por parte do MEC. No inciso I do § 2º, é

acrescentada, às razões para suspensão de transferência de recursos, o não cumprimento do plano de trabalho no todo ou em parte.

A **emenda nº 20**, da Deputada Thelma de Oliveira – PSDB/MT, e a emenda nº 44, do Deputado José Carlos Machado – PFL/SE, alteram a redação § 3º do artigo 5º, acrescentando aos critérios para manutenção da bolsa, a expressão *aproveitamento escolar*.

Emendas ao artigo 6º

A **emenda nº 21**, do Deputado. André Figueiredo – PDT/CE, acrescenta ao caput do artigo 6º a expressão “... *que possua comprovada experiência em gestão de projetos educacionais ou em gestão de projetos sociais e esteja associada a instituição educativa credenciada para atuar na educação profissional.*”

A **emenda nº 22**, do Deputado Luiz Carlos Haully – PSDB/PR, acrescenta ao caput do artigo 6º a expressão “... *com, no mínimo, 6 anos de experiência na área objeto do convênio e escolhida mediante processo de licitação pública, vedada a sua dispensa ou inexigibilidade para entidades privadas.*”

A **emenda nº 23**, da Deputada Thelma de Oliveira – PSDB/MT, acrescenta os “*Serviços Nacionais de Aprendizagem*” ao grupo das instituições que poderão ser unidades gestoras do Programa.

Emendas ao artigo 8º

A **emenda nº 24**, do Deputado José Carlos Machado – PFL/SE, suprime os § 1º e 2º do art. 8º, sob a justificativa de que “*não faz sentido dois órgãos ordenarem ações da mesma natureza.*”

A **emenda nº 25**, da Deputada Thelma de Oliveira – PSDB/SP, suprime do § 1º do artigo 8º a expressão “... *aos jovens na faixa etária entre quinze e vinte e nove anos*”, com vistas à compatibilização com o Pro Jovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

A **emenda nº 26**, do Deputado. André Figueiredo – PDT/CE, oferece nova redação ao § 2º do art. 8º, incluindo o PET e o PROUNI entre os programas a serem também controlados e acompanhados pela Secretaria Nacional de Juventude.

IV.2 – Emendas ao artigo 11 que trata de bolsas de manutenção para beneficiários do PROUNI

A **emenda nº 27**, do Deputado José Carlos Machado – PFL/SE, acrescenta ao art. 11º a expressão “*prioritariamente*” quando se refere à matrícula em curso de turno integral.

A **emenda nº 28**, do Deputado Lobbe Neto – PSDB/SP, acrescenta a o aproveitamento e a frequência escolar aos critérios para manutenção da bolsa.

IV.3 – Emendas aos artigos 12 a 14 que tratam do Programa Especial de Treinamento – PET

Emendas ao artigo 12

A **emenda nº 29**, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, altera o caput do art. 12 propondo a inclusão do PET na política nacional para a juventude.

A **emenda nº 30**, do Deputado Lobbe Neto – PSDB/SP, acrescenta novo § 3º ao artigo 12, que explicita critérios para seleção de bolsistas PET: “*o potencial para atividade acadêmica, a frequência e o aproveitamento escolar, bem como a titulação e a experiência acadêmica.*”

A **emenda nº 31**, do Deputado José Carlos Machado – PFL/SE, acrescenta novos § 3º e 4º ao art. 12, estabelecendo que a seleção de estudantes e tutores obedecerá, preferencialmente, ao mérito acadêmico, com ampla publicidade acerca do processo seletivo, dos beneficiários, valores recebidos e aplicação de recursos.

Emendas ao artigo 13

A **emenda nº 32**, do Deputado Lobbe Neto – PSDB/SP, altera o caput do art. 13 estabelecendo que o valor da bolsa de tutores deve ser equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de doutorado e mestrado no País.

A emenda nº 33, do Deputado Lobbe Neto – PSDB/SP, altera o caput do art. 14, estabelecendo que o valor da bolsa de estudantes do PET deve ser equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

IV.4 – Emenda ao artigo 16, que trata da regulamentação da Medida Provisória

A **emenda nº 34**, do Deputado Eduardo Gomes – PSDB/TO estabelece o prazo de 60 dias para a regulamentação da Medida Provisória.

IV.5 – Emendas ao artigo 18 que altera a CLT

A **emenda nº 35**, do Deputado Eduardo Barbosa – PSDB/MG, modifica a redação dos parágrafos 5º e 6º, que a MP acrescenta ao art. 428 da CLT. Propõe a substituição das expressões “*aprendizes com deficiência*” e “*aprendiz com deficiência mental*” respectivamente pelas expressões “*aprendiz portador de deficiência*” e “*aprendiz portador de deficiência mental*”.

IV.6 – Novos artigos

A **emenda nº 36**, do Deputado Carlos Eduardo Cadoca – PMDB/PE, propõe o acréscimo de novo artigo, após o art. 18, estabelecendo a correção anual automática dos valores das bolsas, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

A **emenda nº 41**, do Deputado Luiz Carlos Haully – PSDB/PR, propõe a inclusão de artigo que estabeleça a publicidade dos nomes e valores de órgãos e entidades beneficiados com recursos públicos, nos termos da Lei nº 9.755, de 1998.

IV.7 – Emendas sobre matérias alheias ao conteúdo MP 251/05

A **emenda Nº 37**, do Deputado Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR, acrescenta artigo ao texto da MP, com vistas à inclusão de novo artigo na Lei Nº 10.260/01, que instituiu o Programa de Financiamento do Estudante de Ensino Superior – FIES. É proposto que o total de financiamento para cada instituição não seja inferior ao montante de impostos e contribuições recolhido no ano anterior.

A **emenda Nº 38**, do Deputado Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR, altera o artigo 1º da Lei Nº 10.260/01, que instituiu o Programa de Financiamento do Estudante de Ensino Superior – FIES. É proposta a concessão do financiamento também para curso de pós-graduação. O teor da emenda Nº 37 – inclusão de novo artigo na Lei do FIES – está incluído nesta emenda de Nº 38.

A **emenda nº 39**, do Deputado Eduardo Paes – PSDB/RJ, propõe alteração na Lei Nº 11.906/05, que instituiu o PROUNI, em seu artigo 3º. O parágrafo 1º atribui ao beneficiário do PROUNI responsabilidade legal pela veracidade e autenticidade das informações sócio-econômicas prestadas; o parágrafo 2º abre a possibilidade de inclusão no PROUNI, com bolsas integrais ou parciais, de estudantes que tenham perdido sua condição econômica.

As emendas nº 40, do Senador Rodolfo Tourinho – PFL/BA, **nº 42**, do Deputado Ricardo Izar – PTB/SP, e **nº 43**, dos Deputados Carlos Alberto (PSDB/GO), e José Carlos Aleluia (PFL/BA) propõem acrescentar novo parágrafo ao artigo 5º da Lei Nº 11.906/05, que instituiu o PROUNI: trata-se de possibilitar a transformação de bolsas integrais em bolsas parciais, de 50% ou 25% por cento.

II – Voto do Relator

A instituição de programas e definição de respectivas fontes de financiamento é competência inequívoca da Poder Executivo nos termos do art. 84, da Constituição Federal.

O Projeto Escola de Fábrica concretiza um dispositivo da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que estabelece em seu art. 40:

“Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”.

O Programa de Educação Tutorial – PET integra as responsabilidades do Ministério da Educação, em especial da Secretaria de Educação Superior – SESU, de fomentar a formação de jovens pesquisadores, também durante o curso de graduação. O Programa é apontado como um instrumento adequado para a

efetiva incorporação de estudantes de baixa renda em projetos acadêmicos. Seu êxito vem sendo comprovado há mais de vinte e cinco anos, quando teve seu início na CAPES, órgão do próprio Ministério da Educação.

A concessão da bolsa permanência para os estudantes do PROUNI corresponde ao atendimento a uma demanda real, constituindo efetiva garantia para a permanência e continuidade dos estudos dos alunos economicamente carentes, beneficiários do Programa.

Os requisitos de relevância e urgência apresentados na Justificação da MP 251/2005, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, são: i) construção da Política Nacional de Juventude; ii) necessidade de autorização legislativa para pagamento de bolsas; iii) informações acerca da evasão de alunos beneficiários do PROUNI, o que demanda ação imediata; iv) histórica demanda da comunidade acadêmica pela consolidação do PET; e v) interação entre o mundo do trabalho e a escola é imperativa para a ampliação de oportunidades para os jovens.

E, o texto da Justificação finaliza: “Tais iniciativas são absolutamente indispensáveis para complementar o quadro de investimento em educação e profissionalização do jovem, preocupação central do Governo Federal.”

O mérito, a urgência e a relevância do diploma legal em apreço, portanto, estão claramente caracterizados.

Dentre as diversas emendas, várias efetivamente contribuem para o aperfeiçoamento do texto. Outras, ainda que meritórias, devem ser parcialmente acolhidas. Outras ainda, embora abordando questões relevantes, apresentam teor que não pode ser compatibilizado com o conjunto da proposição, como adiante se comenta.

A Emenda nº 1 propõe a retirada integral da proposta, argumentando sua desnecessidade. O Projeto Escola de Fábrica já está em andamento e há justificativas de relevância e urgência para implementação da bolsa permanência para alunos beneficiários do PROUNI e do Programa de Educação Tutorial – PET.

A Emenda nº 2 propõe alteração na ementa, vinculando não apenas o Projeto Escola de Fábrica mas também as bolsas-permanência do PROUNI e o PET à política nacional da juventude. Não parece necessária a alteração.

A Emenda nº 3, sugerindo a modificação do nome original do Projeto Escola de Fábrica para “Projeto Escola em Ambiente Produtivo”, descaracteriza um projeto já conhecido. Além disso, o termo “Fábrica” é utilizado apenas em sentido simbólico (o Projeto pode tomar lugar em qualquer ambiente produtivo).

As Emendas nºs 4 e 24 sugerem que o Projeto Escola de Fábrica fique restrito ao Ministério da Educação. Tal proposta não pode ser acatada, visto que as ações são implementadas e coordenadas em conjunto com a política nacional para a juventude, da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República.

A Emenda nº 5 propõe conteúdo que, de fato, já se encontra contemplado no art. 7º da Medida Provisória.

A Emenda nº 6, ao propor a ampliação da faixa etária para dezesseis e vinte e nove anos, pode implicar necessidade adicional de recursos que pode inviabilizar a implementação do Projeto Escola de Fábrica. Ademais, é preciso cuidar da compatibilização com a faixa etária prevista para contrato de aprendizagem, que ficaria excessivamente ampla se estendida até vinte e nove anos de idade. Cabe ainda lembrar que já existem diversos programas complementares para as diversas faixas etárias, no contexto da Política Nacional de Juventude.

A Emenda nº 7, retirando a prioridade para recebimento de benefício para os alunos do ensino médio, introduz profunda mudança no perfil do projeto, podendo descaracterizá-lo.

As Emendas nº 8 e 11 propõem aumentar o valor da bolsa-auxílio para R\$300,00 o que poderia implicar a redução, pela metade, do atendimento a jovens carentes, público alvo do projeto.

A Emenda nº 9 e 14 buscam fixar, rigidamente, o valor da bolsa-auxílio em R\$150,00, o que reduz a flexibilidade do projeto e pode também limitar a dimensão do atendimento a jovens carentes.

As Emendas nº 10 e 13, além de pretender alterar o valor do benefício para, respectivamente, R\$ 300,00 e R\$ 200,00, contêm interessante proposta de limitar a concessão da bolsa ao período de duração do curso. No tocante a esta questão, cabe o acatamento parcial das emendas,

As Emendas nº 12 e 36 tratam de matéria que já se encontra disposta no parágrafo único do art. 15 do texto da Medida Provisória, não cabendo especificar índices que escapam ao contexto das políticas de governo de aplicação de recursos em programas e projetos.

A Emenda nº 15 apresenta sugestão que merece acatamento, relativa a pessoas portadoras de deficiência. Cabe porém uma pequena alteração, assegurando o tratamento adequado mas não necessariamente prioritário, a fim de não discriminar outros segmentos que merecem igualmente o indispensável atendimento.

A Emenda nº 16 propõe oportuna modificação com relação a questão das atividades práticas na

carga horária dos cursos, favorecendo a desejada flexibilidade do projeto.

A Emenda nº 17 propõe a possibilidade de duração do curso de até 24 meses, o que é excessivamente longo, tendo em vista o espírito do Projeto Escola de Fábrica e as regulamentações da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional inicial.

A Emenda nº 18 apresenta alteração formal adequada, informando melhor o texto atual da legislação citada no art. 3º da Medida Provisória.

A Emenda nº 19 merece acatamento parcial, pois introduz aperfeiçoamento no texto, ao sugerir que poderão ser apenas as instituições que não cumprirem no todo ou em parte o plano de trabalho aprovado. Com relação às demais alterações sugeridas, trata sobre matéria que já se encontra disposta em outros dispositivos da Medida Provisória.

As Emendas nº 20 e 44, ao buscarem a inserção do requisito relativo a aproveitamento, poderiam estar trazendo para o seio do Projeto, que se caracteriza pelo seu espírito inclusivo, concretizado por meio de cursos de curta duração, um não desejado elemento de seletividade e de avaliação acadêmica.

A Emenda nº 21 apresenta interessante proposta de melhor qualificação das entidades privadas sem fins lucrativos, merecendo acatamento parcial. Para evitar limitações excessivas ao Projeto, não é necessário obrigar a associação com instituição educativa credenciada para atuar na educação profissional.

A Emenda nº 22 restringe desnecessária e excessivamente o âmbito do Projeto Escola de Fábrica, pois exige 6 anos de experiência na área e escolha mediante licitação pública. Tais medidas podem comprometer a efetividade e a eficácia social do Projeto Escola de Fábrica.

A Emenda nº 23 trata de assunto já contemplado no texto da Medida Provisória, na medida em que os Serviços Nacionais de Aprendizagem são, juridicamente, entidades privadas sem fins lucrativos.

A Emenda nº 25 diz respeito apenas à atuação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, que se encontra regulada por outros diplomas legais e abrange, de fato, a faixa etária até vinte e nove anos de idade.

A Emenda nº 26 introduz modificação nas responsabilidades de gestão de dois programas cuja responsabilidade é exclusiva do Ministério da Educação: o Programa Universidade para Todos – PROUNI e o Programa de Educação Tutorial – PET. A articulação com a Secretaria Nacional da Juventude deve acontecer, porém de outras formas, à semelhança de todos os demais programas de governo que se voltam

para os jovens mas não estão sob o controle dessa Secretaria.

A Emenda nº 27, ao mudar de exclusiva para prioritária, a concessão de bolsas de permanência do PROUNI a estudantes matriculados em cursos de turno integral, pode gerar impacto orçamentário e financeiro nas dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação, acarretando prejuízos a outras ações do Ministério.

A Emenda nº 28 apresenta proposta que aperfeiçoa o texto da Medida Provisória, acrescentando requisitos de aproveitamento e frequência mínima escolar para a concessão de bolsas de permanência do PROUNI.

A Emenda nº 29 incide em questão similar à comentada na Emenda nº 26.

A Emenda nº 30, versando sobre características a serem consideradas para seleção de alunos e tutores do PET, aperfeiçoa o texto da Medida Provisória. Não cabe, porém, acrescentar o requisito “experiência acadêmica”, a fim de evitar que se restrinja demasiadamente o conjunto de possíveis tutores do PET, que já devem apresentar titulação elevada.

A Emenda nº 31 merece ser incorporada no que diz respeito à obrigação de publicidade permanente do PET.

s Emendas nº 32 e 33 sugerem oportuna adequação ao texto, tornando mais precisa a forma de atribuir valor monetário à bolsa de tutoria do PET.

A Emenda nº 34, embora tenha a meritória intenção de promover a rápida regulamentação do disposto na Medida Provisória, gera obrigação que pode resultar a dilatação indesejada do prazo de regulamentação, se incorporada ao texto de projeto de lei de conversão.

A Emenda nº 35 propõe adequação ao texto, sugerindo o uso da expressão “portador de deficiência” ao invés de “deficiente”.

As Emendas nº 37 e 38 tratam de alterações na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, relativa ao FIES, que não é objeto da presente Medida Provisória.

As Emendas nº 39, 40, 42 e 43, ainda que tratando do PROUNI, versam sobre matérias do Programa não contempladas na Medida Provisória e introduzem profundas alterações em seu perfil, especialmente com relação à seleção de estudantes, e em seu modo de funcionamento.

A Emenda nº 41 trata de obrigação legal a que todos os entes públicos estão sujeitos. O cumprimento do disposto na Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, não demanda tal menção expressa para ser aplicável à execução orçamentária do Ministério da Educação.

Tendo em vista o exposto, voto pela admissibilidade, pela constitucionalidade, pela adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, pela aprovação integral das emendas de nº 16, 18, 32, 33 e 35, pela aprovação parcial das emendas de nº 10, 13, 15, 19, 21, 28, 30 e 31, pela rejeição das emendas de nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44, na forma do projeto de conversão anexo.

Sala da Comissão, de de 2005.— Deputado **Antonio Carlos Biffi**, Relator

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2005 (Medida Provisória Nº 251, De 2005)

Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, como parte integrante da política nacional para a juventude, o Projeto Escola de Fábrica, com a finalidade de prover formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda que atendam aos requisitos previstos no art. 2º, mediante cursos ministrados em espaços educativos específicos, instalados no âmbito de estabelecimentos produtivos urbanos ou rurais.

Art. 2º Os jovens participantes do Projeto Escola de Fábrica deverão ter idade entre dezesseis e vinte e quatro anos, renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio, e estar matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente no ensino de nível médio, observadas as restrições fixadas em regulamento.

§ 1º Fica autorizada a concessão de bolsa-auxílio aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica no valor de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, durante o período do curso, mediante comprovação da renda prevista no caput, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º Os portadores de deficiência, assim definidos em lei, terão tratamento adequado às suas necessidades em todo o Projeto Escola de Fábrica.

Art. 3º Os cursos de formação profissional de que trata o art. 1º desta Lei deverão se enquadrar em uma das áreas profissionais definidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para

a educação profissional, nos termos dos arts. 7º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, alterada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.

§ 1º Os cursos serão orientados por projetos pedagógicos e planos de trabalho focados na articulação entre as necessidades educativas e produtivas da educação profissional, definidas a partir da identificação de necessidades locais e regionais de trabalho, de acordo com a legislação vigente para a educação profissional.

§ 2º A organização curricular dos cursos conjugará necessariamente atividades teóricas e práticas em módulos que contemplem a formação profissional inicial e o apoio à educação básica.

§ 3º As horas-aula de atividades teóricas e práticas de módulos de formação profissional inicial poderão ser computadas no itinerário formativo pertinente, nos termos da legislação aplicável à educação profissional, de forma a incentivar e favorecer a obtenção de diploma de técnico de nível médio.

§ 4º Os cursos serão ministrados em espaços educativos específicos, observando as seguintes diretrizes:

I – limitação das atividades práticas, dentro da carga horária dos cursos, de acordo com regulamento;

II – limitação da duração das aulas a cinco horas diárias;

III – duração mínima de seis e máxima de doze meses.

§ 5º Observado o disposto neste artigo, os demais parâmetros de elaboração dos projetos pedagógicos e dos cursos serão definidos pelo Ministério da Educação, com preponderância do caráter sócio-educacional sobre o caráter profissional, observado o disposto no § 1º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber.

Art. 4º A avaliação dos alunos e a expedição de certificados de formação inicial serão de responsabilidade das instituições oficiais de educação profissional e tecnológica ou de unidades gestoras credenciadas junto às autoridades educacionais competentes.

Art. 5º O Projeto Escola de Fábrica será executado mediante:

I – transferência de recursos financeiros às unidades gestoras, selecionadas e credenciadas pelo Ministério da Educação, por meio de convênio;

II – pagamento de bolsas-auxílio.

§ 1º O pagamento das bolsas-auxílio aos jovens poderá ser executado pela Caixa Econômica Federal, mediante remuneração e condições a serem pactuadas, obedecidas as formalidades legais.

§ 2º Fica autorizada a suspensão da transferência de recursos financeiros à unidade gestora que:

I – não cumprir, no todo ou em parte, o plano de trabalho apresentado ao Ministério da Educação; ou

II – utilizar os recursos recebidos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do Projeto Escola de Fábrica, conforme constatado por análise documental ou auditoria.

§ 3º Os critérios e condições adicionais para concessão, distribuição, manutenção e cancelamento das bolsas, inclusive quanto à frequência escolar mínima a ser exigida do jovem participante do Projeto Escola de Fábrica, bem como os critérios para a transferência de recursos às unidades gestoras, serão definidos em regulamento.

Art. 6º Poderá ser unidade gestora qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, inclusive instituição oficial de educação profissional e tecnológica, ou entidade privada sem fins lucrativos, que possua comprovada experiência em gestão de projetos educacionais ou em gestão de projetos sociais.

Parágrafo único. Os recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras deverão ser aplicados em despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 7º Para a fiel execução do Projeto Escola de Fábrica, compete:

I – à unidade gestora: formular o projeto pedagógico e o plano de trabalho para preparação e instalação dos cursos, elaborar o material didático, pré-selecionar os estabelecimentos produtivos interessados, prestar contas dos recursos recebidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e acompanhar o andamento dos cursos, zelando por seu regular desenvolvimento;

II – ao estabelecimento produtivo: prover infraestrutura física adequada para a instalação de espaços educativos específicos, disponibilizar pessoal para atuar como instrutores, indicar a necessidade de cursos e arcar com as despesas de implantação dos espaços educativos, transporte, alimentação e uniforme dos alunos;

III – ao FNDE: efetuar os repasses dos recursos financeiros, analisar as prestações de contas e apoiar tecnicamente a execução dos planos de trabalho;

IV – ao Ministério da Educação: selecionar e credenciar as unidades gestoras considerando o projeto pedagógico e o plano de trabalho formulados para os cursos e os estabelecimentos produtivos pré-selecionados.

§ 1º O responsável legal pelo estabelecimento produtivo vinculado ao Projeto Escola de Fábrica deve providenciar seguro de vida e seguro contra acidentes pessoais em favor dos jovens participantes do Projeto.

§ 2º As atividades práticas do Projeto Escola de Fábrica sujeitam-se às normas de saúde e segurança no trabalho e às restrições do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber.

Art. 8º A execução e a gestão do Projeto Escola de Fábrica são de responsabilidade do Ministério da Educação.

§ 1º À Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República compete a articulação do Projeto Escola de Fábrica com os demais programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre quinze e vinte e nove anos.

§ 2º Fica assegurada a participação da Secretaria Nacional de Juventude no controle e acompanhamento do Projeto Escola de Fábrica, observadas as diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude propostas pelo Conselho Nacional da Juventude – CNJ.

Art. 9º A supervisão do Projeto Escola de Fábrica será efetuada:

I – pelo Ministério da Educação e por instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, quanto ao conteúdo, à orientação pedagógica e aos aspectos administrativos dos cursos;

II – pelo FNDE, quanto aos aspectos operacionais das transferências.

§ 1º O Ministério da Educação designará, por indicação de instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, supervisores pertencentes aos quadros docentes destas últimas, responsáveis pela supervisão e pela inspeção in loco do Projeto Escola de Fábrica.

§ 2º Os estabelecimentos produtivos vinculados ao Projeto Escola de Fábrica deverão providenciar cadernos-diários individuais para registro das atividades realizadas, bem como manter quadro afixado em local visível com a relação nominal dos participantes, para fins de monitoramento e avaliação do Projeto.

Art. 10. A vinculação de estabelecimento produtivo ao Projeto Escola de Fábrica não o exime do cumprimento da porcentagem mínima de contratação de aprendizes, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943..

Art. 11. Fica autorizada a concessão de bolsa-permanência, no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, exclusivamente para custeio das des-

pesas educacionais, a estudante beneficiário de bolsa integral do Programa Universidade para Todos – Prouni, instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, matriculado em curso de turno integral, conforme critérios de concessão, distribuição, manutenção e cancelamento de bolsas a serem estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao aproveitamento e à frequência mínima a ser exigida do estudante.

Art. 12. Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Educação Tutorial – PET, destinado a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores de grupos do PET.

§ 1º O tutor de grupo do PET receberá, semestralmente, o valor equivalente a uma bolsa de iniciação científica por aluno participante, devendo aplicar o valor integralmente no custeio das atividades do grupo, prestar contas dos gastos perante o Ministério da Educação e, no caso de aquisição de material didático, doá-lo à instituição de ensino superior a que se vincula o grupo do PET, ao final de suas atividades.

§ 2º Os objetivos, os critérios de composição e avaliação dos grupos, o processo seletivo de alunos e tutores, as obrigações de bolsistas e professores tutores e as condições para manutenção dos grupos e das bolsas serão definidos em regulamento.

§ 3º O processo seletivo referido no § 2º deste artigo deverá observar, quanto aos alunos, o potencial para atividade acadêmica, a frequência e o aproveitamento escolar, e quanto aos tutores, a titulação.

§ 4º A instituição de educação superior integrada ao PET deverá dar publicidade permanente ao processo seletivo, beneficiários, valores recebidos e aplicação dos recursos.

Art. 13. Fica autorizada a concessão de bolsa de tutoria a professores tutores participantes do PET, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de doutorado e mestrado no País.

§ 1º A bolsa de tutoria do PET será concedida diretamente a professor pertencente ao quadro permanente da instituição de ensino superior, contratado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, que tenha, preferencialmente, titulação de doutor.

§ 2º Excepcionalmente, a bolsa de tutoria poderá ser concedida a professor com titulação de mestre.

Art. 14. Fica autorizada a concessão de bolsa de iniciação científica diretamente a estudante de graduação em regime de dedicação integral às atividades do PET, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

Art. 15. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira.

Parágrafo único. Os valores dos benefícios previstos nesta Lei poderão ser atualizados mediante ato do Poder Executivo, em periodicidade nunca inferior a doze meses.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 17. O art. 3º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

“d) financiar programas de ensino profissional e tecnológico.” (NR)

Art. 18. Os arts. 428 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

”Art. 428 Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de vinte e quatro anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

.....
§ 5º A idade máxima prevista no caput não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.” (NR)

“Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:

.....” (NR)

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2005. – **Antonio Carlos Biffi**, Relator

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Há sobre a mesa o seguinte requerimento:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos regimentais, o adiamento da discussão por 2 sessões da Medida Provisória nº 251, de 2005, constante do item 1 da presente Ordem do Dia.

Sala das sessões, 4 de agosto de 2005.

– **Antonio Carlos Magalhães Neto**, Vice-Líder do PFL”.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como estão. (*Pausa.*)

APROVADO.

O SR. BERNARDO ARISTON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BERNARDO ARISTON (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos dias 23 e 24 de junho, visitei a Academia da Força Aérea Brasileira – AFA, na cidade de Pirassununga, interior do Estado de São Paulo.

Fui convidado pela Assessoria Parlamentar da Força Aérea Brasileira, na pessoa do Major Neves, que me visitou por duas vezes em meu gabinete, de forma extremamente cordial, para ajustarmos a minha visita, bem como me acompanhou durante minha estadia na AFA.

Sou daqueles que acreditam que as Forças Armadas brasileiras deveriam ser utilizadas não somente para sua função constitucional, mas também como um instrumento para inclusão social, geração de empregos e desenvolvimento do Brasil. As Forças Armadas, com sua capilaridade e poder de organização, pode participar de várias frentes com esse fim social. As Forças Armadas têm condições de estar em todos os cantos de nosso País com inteligência, logística e determinação para as mais diversas funções. Sua estrutura detém profissionais, técnicos e capacidade de organizar mão-de-obra suficiente para as mais diversas atividades.

Entretanto, infelizmente, estamos longe dessa realidade. Basta ver a atual situação das Forças Armadas. Seus membros são verdadeiros heróis, pois enfrentam uma guerra diária no cumprimento de suas atividades diante da falta de estrutura e do sucateamento a que estão submetidos os equipamentos por força das limitações orçamentárias impostas pela equi-

pe econômica do Governo, que não prioriza nem valoriza seus membros.

Cito, como exemplo, a falta de cumprimento do acordo feito no ano passado, em que reajustariam os soldos dos militares em duas parcelas, fazendo com que suas esposas estejam organizadas em movimentos reivindicatórios nas ruas de todo o Brasil, principalmente na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Quero destacar a forma com que este Parlamentar foi tratado pelo oficiais da Academia de Pirassununga, o respeito com que tratam esta Casa de leis e seus membros. O trabalho que lá desenvolvem para manter a Academia ativa, em condições para formação de nossos oficiais, é digno de meu registro desta tribuna.

Quero registrar também o fato de que, além das atividades fins da AFA, existe uma fazenda produtiva, com 1.855,04 hectares, administrada profissionalmente com o objetivo de produção agropecuária. São diversas culturas, além de seus beneficiamentos, utilizadas para consumo próprio da unidade, bem como para o abastecimento de outras unidades. O excedente é colocado no mercado, com o objetivo de minorar dificuldades orçamentárias.

Essa fazenda da AFA é um excelente exemplo para as Prefeituras desta Nação. Trata-se de um modelo de atividade auto-sustentável que pode ser utilizado para ajudar no desenvolvimento socioeconômico de nossos Municípios.

Ainda nessa visita, tive a oportunidade de saber como é feita a instrução de nossos cadetes – inclusive, fiz um voo acompanhado do instrutor Capitão-Aviador Altamir – e conhecer a famosa Esquadrilha da Fumaça, ali sediada. Essa Esquadrilha, de maneira honrosa, enfeitou os céus de Paris nas comemorações da Queda da Bastilha realizadas na França, que, este ano, homenageia o Brasil.

Vale salientar que visitei também o destacamento de controle do espaço aéreo, que tem como objetivo proporcionar a segurança aérea e a separação entre os tráfegos na área de instrução da AFA.

Sr. Presidente, foi um enorme prazer e orgulho poder visitar a AFA, que já formou 5.700 cadetes aviadores, 1.801 cadetes intendentess, 306 cadetes infantess e 155 cadetes de nações amigas.

Faço um apelo ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Ministro da Defesa, Vice-Presidente da República José de Alencar, no sentido de que zelem pelas nossas Forças Armadas, garantindo orçamento digno e cumprindo os acordos para a melhoria dos soldos.

Lembro, mais uma vez, que acredito piamente que as Forças Armadas podem ser usadas também como instrumento de inclusão social, na geração de

mais empregos e renda, no desenvolvimento desta Nação.

Na fazenda da instituição há duas vacas mecânicas, avicultura, suinocultura, produção própria de derivados do leite (queijos e iogurtes), produção de açúcar e aguardente, beneficiamento de arroz e produção de defumados com elevado padrão de qualidade. Essas atividades fazem com que, com o orçamento que dispõem, possam minorar suas dificuldades, com produção de gêneros vendidos por baixos preços aos seus membros efetivos, permitindo que a instrução de altíssima qualidade não fique comprometida.

Não poderia deixar de citar nominalmente os oficiais responsáveis e que estiveram na minha visita em Pirassununga. São eles: Comandante da AFA: Brigadeiro-do-Ar Mendes; Sub-Comandante da AFA: Coronel Frison; Diretor da Fazenda da Aeronáutica: Coronel Vargas Filho; Vice-Diretor da Fazenda da Aeronáutica: Tenente Coronel Pasqualino; Comandante do 2º Esquadrão de Instrução Aérea: Major Silva Filho; instrutor de voo de aeronave T-25: Capitão Altamir; assistente do Comandante: Capitão Pontirolli; Assessor Parlamentar: Major-Aviador Neves Neto.

Sr. Presidente, passo a ler, neste momento, a Carta ao Povo Brasileiro III, de minha autoria:

Carta ao Povo Brasileiro III:

Brasília, 02 de agosto de 2005

Prezado povo brasileiro,

Antes de começar a escrever, estava pensando nos recentes acontecimentos desta semana e digo, sem medo de errar, que além da renúncia do Deputado Valdemar Costa Neto, Presidente Nacional do Partido Liberal, que só botou a mão em dez milhas, e a nova denúncia feita pelo ‘Robertão’, nenhum dos outros acontecimentos destoou daquilo que já era imaginado.

O Zé Dirceu, com sua empáfia, tentou mostrar-se humilde na Comissão de Ética, negando e desconhecendo tudo e tentando empurrar a sujeira para o PT.

No meu entendimento, aquele discurso de que ele não quebrou o decoro porque estava Ministro, licenciado do seu mandato de Deputado, é primário e fraco. Se ele foi eleito para ser Deputado e estava licenciado, não deixou de ser Deputado, apenas não estava exercendo o mandato; não deixou de ter as prerrogativas de Deputado, nem de ter a condição de retomar seu mandato a qualquer tempo. O que dá perda de mandato é derrota nas eleições, renúncia ou cassação.

Já era sabido que o Zé iria dizer que não sabia de nada, que só cumpria o que o chefe mandava; que tudo o que aconteceu foi culpa dos dirigentes do PT; que iria invocar sua biografia para tentar provar que é santo e que iria dizer-se inocente e também injustiçado e perseguido pelo sensacionalismo da mídia.

Naquele dia, morri de rir dos momentos teatrais do 'Robertão', sobretudo quando impostou sua voz para dizer que tinha medo do 'Zé' porque ele lhe provocava os seus mais primários instintos. O que é isso!?

Naquele round, 'Robertão', encarnando o próprio Bin Laden tupiniquim, deixou mais um petardo de efeito retardado que já começou a explodir e a dar no que falar. Explicações para cá, explicações para lá, notas para imprensa e tudo o mais para se esquivarem da batata quente. Chega ser impressionante!!!

Na CPMI dos Correios, foi a vez da diretora financeira da SMP&B se apresentar. Que 'mico', coisa rara de se ver!!! A senhora diretora, num cinismo ímpar, chegou ao ponto de dizer que não conhecia os números financeiros da empresa e nem conhecia sua contabilidade. Arrogante, só disse o que lhe parecia ser conveniente. Tripudiou o quanto pode. Sua performance me levou a crer que ela, o Marcos Valério e sua esposa, o Delúbio, o Sílvio Pereira e o Zé Dirceu tiveram a mesma formação teatral e combinaram a mesma mentira. Não é possível que esse pessoal não se toque de que o nosso povo não é burro e que todos nós queremos que isso tudo seja extirpado do cenário político brasileiro, sendo os culpados condenados e a sujeira toda limpa.

Apesar de tudo isso, o Presidente Lula, que adotou a estratégia de sair pela porta lateral, continua para lá e para cá, no Aerolula, no maior frenesi, fazendo comícios para claques organizadas, certamente achando que a verdadeira massa brasileira vai cair em mais esse '171' eleitoral.

Assim, meu povo, quero chamá-los para uma reflexão: não seria melhor se o nosso Presidente, neste momento, antes tarde do que nunca, começasse a governar o Brasil em vez de tentar tampar o sol com a peneira, envergonhando todos nós?

Abraços.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Vai-se passar ao horário de

VII – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Não há oradores inscritos.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti)

COMPARECEM MAIS À SESSÃO OS SRS.:

AMAPÁ

Hélio Esteves PT

Total de Amapá: 1

PARÁ

Raimundo Santos PL

Total de Pará: 1

RONDÔNIA

Agnaldo Muniz PP

Hamilton Casara PL

Total de Rondônia: 2

ACRE

João Correia PMDB

Total de Acre: 1

TOCANTINS

Homero Barreto PTB

Total de Tocantins: 1

MARANHÃO

Dr. Ribamar Alves PSB

Total de Maranhão: 1

PARAÍBA

Domiciano Cabral PSDB

Total de Paraíba: 1

SERGIPE

Jorge Alberto PMDB

Total de Sergipe: 1

BAHIA

Coriolano Sales PFL

Total de Bahia: 1

MINAS GERAIS

Jaime Martins PL

Reginaldo Lopes PT

Total de Minas Gerais: 2

ESPÍRITO SANTO

Rose de Freitas PMDB

Total de Espírito Santo: 1

RIO DE JANEIRO

Alexandre Santos PMDB

Bernardo Ariston PMDB

Jorge Bittar PT

Nelson Bornier PMDB

Total de Rio de Janeiro: 4

SÃO PAULO

Jovino Cândido PV

Silvio Torres PSDB

Vicente Cascione PTB

Total de São Paulo: 3

DISTRITO FEDERAL

Alberto Fraga PFL
 José Roberto Arruda PFL
 Osório Adriano PFL
 Sigmaringa Seixas PT

Total de Distrito Federal: 4

PARANÁ

Airton Roveda PTB

Total de Paraná: 1

RIO GRANDE DO SUL

Luis Carlos Heinze PP

Paulo Pimenta PT

Total de Rio Grande do Sul: 2

*DEIXAM DE COMPARECER À SESSÃO
 OS SRS.:*

RORAIMA

Almir Sá PL

Francisco Rodrigues PFL

Luciano Castro PL

Maria Helena PPS

Pastor Frankembergen PTB

Total de Roraima: 5

AMAPÁ

Davi Alcolumbre PFL

Dr. Benedito Dias PP

Gervásio Oliveira PMDB

Total de Amapá: 3

PARÁ

Jader Barbalho PMDB

Josué Bengtson PTB

Nicias Ribeiro PSDB

Vic Pires Franco PFL

Zenaldo Coutinho PSDB

Total de Pará: 5

AMAZONAS

Carlos Souza PP

Francisco Garcia PP

Humberto Michiles PL

Silas Câmara PTB

Vanessa Grazziotin PCdoB

Total de Amazonas: 5

RONDÔNIA

Eduardo Valverde PT

Marinha Raupp PMDB

Nilton Capixaba PTB

Total de Rondônia: 3

ACRE

João Tota PP

Total de Acre: 1

TOCANTINS

Eduardo Gomes PSDB

Kátia Abreu PFL

Pastor Amarildo PMDB

Ronaldo Dimas PSDB

Total de Tocantins: 4

MARANHÃO

César Bandeira PFL

João Castelo PSDB

Luciano Leitoa PSB

Neiva Moreira PDT

Remi Trinta PL

Total de Maranhão: 5

CEARÁ

André Figueiredo PDT

Ariosto Holanda PSB

Arnon Bezerra PTB

Bismarck Maia PSDB

Inácio Arruda PCdoB

João Alfredo PT

José Pimentel PT

Manoel Salviano PSDB

Marcelo Teixeira PMDB

Pastor Pedro Ribeiro PMDB

Vicente Arruda PSDB

Zé Gerardo PMDB

Total de Ceará: 12

PIAUI

Átila Lira PSDB

Marcelo Castro PMDB

Moraes Souza PMDB

Mussa Demes PFL

Paes Landim PTB

Simplício Mário PT

Total de Piauí: 6

RIO GRANDE DO NORTE

Álvaro Dias PDT

Betinho Rosado PFL

Fátima Bezerra PT

Henrique Eduardo Alves PMDB

Ney Lopes PFL

Sandra Rosado PSB

Total de Rio Grande do Norte: 6

PARAÍBA

Carlos Dunga PTB

Lúcia Braga PMDB

Luiz Couto PT

Marcondes Gadelha PTB
Ricardo Rique PL
Wilson Santiago PMDB

Total de Paraíba: 6

PERNAMBUCO

Armando Monteiro PTB
Fernando Ferro PT
José Mendonça Bezerra PFL
Maurício Rands PT
Osvaldo Coelho PFL
Pedro Corrêa PP
Raul Jungmann PPS
Renildo Calheiros PCdoB
Ricardo Fiuza PP

Total de Pernambuco: 9

ALAGOAS

Jorge VI PSDB

Total de Alagoas: 1

SERGIPE

Bosco Costa PSDB
Cleonânicio Fonseca PP
Heleno Silva PL
Ivan Paixão PPS

Total de Sergipe: 4

BAHIA

Alice Portugal PCdoB
Edson Duarte PV
Fábio Souto PFL
Fernando de Fabinho PFL
Geddel Vieira Lima PMDB
Gerson Gabrielli PFL
João Almeida PSDB
João Carlos Bacelar PL
José Carlos Araújo PL
Josias Gomes PT
Luiz Carreira PFL
Marcelo Guimarães Filho PL
Nelson Pellegrino PT
Pedro Irujo S.Part.
Robério Nunes PFL
Severiano Alves PDT
Zezéu Ribeiro PT

Total de Bahia: 17

MINAS GERAIS

Aracely de Paula PL
Bonifácio de Andrada PSDB
Cabo Júlio PMDB
Carlos Melles PFL
Carlos Willian PMDB

Cleuber Carneiro PTB
Custódio Mattos PSDB
Dr. Francisco Gonçalves PTB
Fernando Diniz PMDB
Geraldo Thadeu PPS
Ibrahim Abi-Ackel PP
João Magno PT
José Militão PTB
José Santana de Vasconcellos PL
Leonardo Mattos PV
Paulo Delgado PT
Rafael Guerra PSDB
Roberto Brant PFL
Romel Anizio PP
Romeu Queiroz PTB
Vittorio Mediolini PV

Total de Minas Gerais:21

ESPÍRITO SANTO

Feu Rosa PP
Jair de Oliveira PMDB
Marcus Vicente PTB
Neucimar Fraga PL
Renato Casagrande PSB

Total de Espírito Santo: 5

RIO DE JANEIRO

Alexandre Cardoso PSB
Almir Moura PMDB
Carlos Rodrigues PL
Deley PMDB
Eduardo Cunha PMDB
Elaine Costa PTB
Fernando Lopes PMDB
Francisco Dornelles PP
Itamar Serpa PSDB
Josias Quintal PMDB
Juíza Denise Frossard PPS
Julio Lopes PP
Márcio Fortes PSDB
Miro Teixeira PT
Moreira Franco PMDB
Paulo Baltazar PSB
Roberto Jefferson PTB
Rodrigo Maia PFL

Total de Rio de Janeiro: 18

SÃO PAULO

Angela Guadagnin PT
Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Arlindo Chinaglia PT
Chico Sardelli PFL
Delfim Netto PP
Dimas Ramalho PPS

Edinho Montemor PL
 Gilberto Nascimento PMDB
 Jamil Murad PCdoB
 João Herrmann Neto PDT
 João Paulo Cunha PT
 Luiz Carlos Santos PFL
 Marcelo Ortiz PV
 Marcos Abramo PFL
 Michel Temer PMDB
 Milton Monti PL
 Paulo Lima PMDB
 Ricardo Berzoini PT
 Vadão Gomes PP
 Walter Barelli PSDB
 Wanderval Santos PL
 Xico Graziano PSDB
Total de São Paulo: 22

MATO GROSSO

Carlos Abicalil PT
 Pedro Henry PP
 Thelma de Oliveira PSDB
Total de Mato Grosso 3

DISTRITO FEDERAL

Tatico PL
Total de Distrito Federal: 1

GOIÁS

Barbosa Neto PSB
 Enio Tatico PL
 Jovair Arantes PTB
 Pedro Canedo PP
 Sandro Mabel PL
Total de Goiás: 5

MATO GROSSO DO SUL

Antonio Cruz PP
 Murilo Zauith PFL
Total de Mato Grosso do Sul: 2

PARANÁ

Cezar Silvestri PPS
 Chico da Princesa PL
 Dr. Rosinha PT
 Iris Simões PTB
 José Borba PMDB
 José Janene PP
 Max Rosenmann PMDB
 Oliveira Filho PL
 Osmar Serraglio PMDB
 Ricardo Barros PP
Total de Paraná: 10

SANTA CATARINA

Carlito Meress PT
 Gervásio Silva PFL
 Paulo Bauer PSDB
Total de Santa Catarina: 3

RIO GRANDE DO SUL

Adão Pretto PT
 Cezar Schirmer PMDB
 Eliseu Padilha PMDB
 Érico Ribeiro PP
 Francisco Appio PP
 Kelly Moraes PTB
 Luciana Genro S.Part.
 Maria do Rosário PT
 Milton Cardias PTB
 Nelson Proença PPS
 Osvaldo Biolchi PMDB
 Pompeo de Mattos PDT
 Wilson Cignachi PMDB
Total de Rio Grande do Sul: 13

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, sexta-feira, dia 5, às 9h.

AVISOS**PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS****I – EMENDAS****II – RECURSOS****1. CONTRA APRECIÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RI**

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: ART. 58, § 3º, combinado com ART. 132, § 2º, DO RI

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: ART. 58, § 1º, DO RI

1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS**PROJETO DE LEI:**

Nº 2.170-C/03 (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO) – Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 9-8-05

*ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE
EXPEDIENTE DO MÊS DE AGOSTO DE 2005*

Dia 5, 6ª-feira

10:00 GERVÁSIO OLIVEIRA (PMDB – AP)
10:25 CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO)
10:50 VIGNATTI (PT – SC)
11:15 ANA GUERRA (PT – MG)
11:40 LUCI CHOINACKI (PT – SC)
12:05 NILSON MOURÃO (PT – AC)
12:30 JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ)
12:55 ARY KARA (PTB – SP)

Dia 8, 2ª-feira

15:00 PEDRO CANEDO (PP – GO)
15:25 RICARDO BERZOINI (PT – SP)
15:50 HOMERO BARRETO (PTB – TO)
16:15 MÁRCIO REINALDO MOREIRA (PP – MG)
16:40 JULIO SEMEGHINI (PSDB – SP)
17:05 ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE)
17:30 DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA)
17:55 MAURÍCIO RABELO (PL – TO)
18:20 NÉLIO DIAS (PP – RN)

Dia 9, 3ª-feira

15:00 ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT – PR)
15:25 JOAQUIM FRANCISCO (PTB – PE)

Dia 10, 4ª-feira

15:00 ROSE DE FREITAS (PMDB – ES)
15:25 LEONARDO MATTOS (PV – MG)

Dia 11, 5ª-feira

15:00 CABO JÚLIO (PMDB – MG)
15:25 TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT – RS)

Dia 12, 6ª-feira

10:00 PAULO PIMENTA (PT – RS)
10:25 LEODEGAR TISCOSKI (PP – SC)
10:50 DEVANIR RIBEIRO (PT – SP)
11:15 MOACIR MICHELETTO (PMDB – PR)
11:40 SARNEY FILHO (PV – MA)
12:05 ANGELA GUADAGNIN (PT – SP)
12:30 BETINHO ROSADO (PFL – RN)
12:55 RUBENS OTONI (PT – GO)
13:20 CHICO ALENCAR (PT – RJ)

Dia 15, 2ª-feira

15:00 OLAVO CALHEIROS (PMDB – AL)
15:25 JOSÉ DIRCEU (PT – SP)
15:50 CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS)
16:15 ARIOSTO HOLANDA (PSB – CE)
16:40 HUMBERTO MICHILES (PL – AM)
17:05 CARLITO MERSS (PT – SC)

17:30 PASTOR AMARILDO (PMDB – TO)
17:55 ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP)
18:20 HÉLIO ESTEVES (PT – AP)

Dia 16, 3ª-feira

15:00 JOSÉ ROCHA (PFL – BA)
15:25 MARCELO GUIMARÃES FILHO (PL – BA)

Dia 17, 4ª-feira

15:00 LINO ROSSI (PP – MT)
15:25 ITAMAR SERPA (PSDB – RJ)

Dia 18, 5ª-feira

15:00 CARLOS MOTA (PL – MG)
15:25 DOMICIANO CABRAL (PSDB – PB)

Dia 19, 6ª-feira

10:00 VICENTINHO (PT – SP)
10:25 ZENALDO COUTINHO (PSDB – PA)
10:50 LUCIANO CASTRO (PL – RR)
11:15 GONZAGA MOTA (PSDB – CE)
11:40 JOÃO MENDES DE JESUS (S.PART. – RJ)
12:05 ADÃO PRETTO (PT – RS)
12:30 ELISEU RESENDE (PFL – MG)
12:55 PAULO BAUER (PSDB – SC)
13:20 FEU ROSA (PP – ES)

Dia 22, 2ª-feira

15:00 COLOMBO (PT – PR)
15:25 REMI TRINTA (PL – MA)
15:50 JOSÉ DIVINO (PMDB – RJ)
16:15 SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG)
16:40 JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL – AL)
17:05 POMPEO DE MATTOS (PDT – RS)
17:30 DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB – MG)
17:55 MAURÍCIO RANDS (PT – PE)
18:20 BABÁ (S.PART. – PA)

Dia 23, 3ª-feira

15:00 FÉLIX MENDONÇA (PFL – BA)
15:25 JORGE BITTAR (PT – RJ)

Dia 24, 4ª-feira

15:00 REGINALDO GERMANO (PP – BA)
15:25 MÁRCIO FORTES (PSDB – RJ)

Dia 25, 5ª-feira

15:00 JACKSON BARRETO (PTB – SE)
15:25 LUIZ SÉRGIO (PT – RJ)

Dia 26, 6ª-feira

10:00 ANSELMO (PT – RO)
10:25 ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

10:50 DARCI COELHO (PP – TO)
 11:15 JOVINO CÂNDIDO (PV – SP)
 11:40 JUTAHY JUNIOR (PSDB – BA)
 12:05 MARCO MAIA (PT – RS)
 12:30 JOSÉ PIMENTEL (PT – CE)
 12:55 SIMPLÍCIO MÁRIO (PT – PI)
 13:20 PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB – CE)

Dia 29, 2ª-feira

15:00 ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA – SP)
 15:25 NICE LOBÃO (PFL – MA)
 15:50 KÁTIA ABREU (PFL – TO)
 16:15 ROBÉRIO NUNES (PFL – BA)
 16:40 NAZARENO FONTELES (PT – PI)
 17:05 EDSON DUARTE (PV – BA)
 17:30 MARIA HELENA (PPS – RR)
 17:55 LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO)
 18:20 MARCOS DE JESUS (PL – PE)

Dia 30, 3ª-feira

15:00 MILTON CARDIAS (PTB – RS)
 15:25 ALCESTE ALMEIDA (PMDB – RR)

Dia 31, 4ª-feira

15:00 LÉO ALCÂNTARA (PSDB – CE)
 15:25 PEDRO HENRY (PP – MT)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 08/08/2005)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.645/04 – do Sr. Carlos Nader – que “Dispõe sobre bloqueador de celulares em presídios, casas de detenção, penitenciárias, cadeias e distritos policiais e dá outras providências.”

RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 08/08/2005)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 4.461/04 – do Sr. Enio Bacci – que “regulamenta a exibição, em júri, de fotografias sensacionalistas, e dá outras providências”.

RELATORA: Deputada JUÍZA DENISE FROSSARD.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 6.864/02 – do Sr. José Priante – que “denomina “Aeroporto de Santarém – Maestro Wilson Fonseca” o aeroporto da cidade de Santarém – PA”. (Apensado: PL 6900/2002)

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-08-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 5.100/05 – do Sr. Maurício Rands – que “altera o inciso V e o parágrafo único do art. 1º, o caput do art. 4º, o inciso II do art. 5º e o caput do art. 16 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga o art. 2º – A, e seu parágrafo único, da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-08-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 6.277/02 – do Sr. José Carlos Coutinho – (PL 4928/2001) – que “institui o piso sa-

larial dos Farmacêuticos e a jornada de trabalho dos farmacêuticos”.

PROJETO DE LEI Nº 6.459/02 – do Sr. José Carlos Coutinho – (PL 4928/2001) – que “fixa a jornada de trabalho semanal à categoria profissional de farmacêutico”.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-08-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 493/99 – do Sr. Enio Bacci – que “altera inciso III do artigo 506 do C.P.C. e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado POMPEO DE MATTOS.

PROJETO DE LEI Nº 5.330/05 – do Sr. João Batista – que “acrescenta os artigos 1.336 – A e 1.336 – B na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Novo Código Civil – dispondo sobre a reparabilidade pelo condomínio em caso de furto ou roubo de veículo automotor, motocicleta ou bicicleta de condômino, ocorrido na garagem ou estacionamento interno”.

RELATOR: Deputado JOSÉ DIVINO.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 08/08/2005)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.351/91 – do Sr. Hugo Biehl – que “acrescenta parágrafo único ao artigo 21 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor” (Apensados: PL 388/2003 e PL 5060/2005)

RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-08-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 728/99 – do Sr. Corauci Sobrinho – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras bancárias demonstrarem, nos extratos de movimentação de seus clientes, todos os encargos, despesas e taxas, e dá outras providências”. (Apensados: PL 1412/1999, PL 3425/2000, PL 978/2003, PL 2113/2003 (Apensado: PL 4755/2005), PL 3824/2004 e PL 4808/2005)

RELATOR: Deputado LUIZ BITTENCOURT.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-08-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.775/03 – da Sra. Terezinha Fernandes – que “dispõe sobre a compensação financeira pelo resultado da exploração de atividades econômicas aeroespaciais e afins, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado LÉO ALCÂNTARA.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-08-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.710/04 – do Sr. Carlos Melles – que “dispõe sobre o comércio exterior brasileiro”.

RELATOR: Deputado FERNANDO DE FABINHO.

PROJETO DE LEI Nº 5.386/05 – do Sr. Robson Tuma – que “dispõe sobre a substituição do IGP-DI pelo IPCA como indexador dos preços administrados”.

RELATOR: Deputado SÉRGIO CAIADO.

PROJETO DE LEI Nº 5.405/05 – do Sr. Jovino Cândido – que “obriga a manutenção dos calibradores de pressão de pneumáticos e a sua aferição periódica por órgão federal competente”.

RELATOR: Deputado EDSON EZEQUIEL.

PROJETO DE LEI Nº 5.408/05 – do Sr. Luiz Carlos Haully – que “autoriza, nos termos do § 3º do art. 164

da Constituição Federal, que até cinco por cento das disponibilidades de caixa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios sejam depositadas em cooperativas de crédito”.

RELATOR: Deputado FERNANDO DE FABINHO.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-08-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.513/04 – do Sr. Luiz Carreira – que “denomina Rodovia Celso Furtado trecho da BR-101, na fronteira entre os Estados do Espírito Santo e Bahia até a cidade de Touros, no Rio Grande do Norte”.

RELATOR: Deputado GASTÃO VIEIRA.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-08-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.022/04 – do Senado Federal – Maguito Vilela – (PLS 493/2003) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste Goiano (UFSOG), por desmembramento do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG) em Jataí, e dá outras providências”. (Apensados: PL 2611/2003 e PL 4663/2004)

RELATOR: Deputado LUIZ BITTENCOURT.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 05-08-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.570/01 – do Sr. Paulo Lima – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de detectores de metais em casas de diversões”. (Apensados: PL 5897/2001, PL 5968/2001 e PL 4206/2004)

RELATOR: Deputado ÁTILA LIRA.

PROJETO DE LEI Nº 615/03 – dos Srs. Murilo Zauith e Murilo Zauith – (PL 73/1999) – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de vagas para índios que forem clas-

sificados em processo seletivo, sem prejuízo das vagas abertas para os demais alunos”. (Apensado: PL 1313/2003)

PROJETO DE LEI Nº 1.444/03 – do Sr. Abelardo Lupion – que “altera lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, a fim de dispor sobre o exame de suficiência para o exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional”.

PROJETO DE LEI Nº 3.587/04 – do Sr. Gilberto Nascimento – que “dispõe sobre a divulgação e a implantação de noções do Código Nacional de Trânsito, a partir das escolas de ensino fundamental e eventos culturais”.

RELATOR: Deputado NEUTON LIMA.

PROJETO DE LEI Nº 3.675/04 – da Sra. Professora Raquel Teixeira – que “altera a redação dos art. 29, art. 30, inciso II, art. 32, caput, e art. 87, § 2º e § 3º, inciso I, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, dispondo sobre a duração mínima de 09 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 06 anos de idade”. (Apensados: PL 4381/2004 e PL 5452/2005)

RELATOR: Deputado CARLOS ABICALIL.

PROJETO DE LEI Nº 3.687/04 – do Sr. Rubens Otoni – que “denomina “Viaduto Governador Henrique Santillo” o viaduto localizado no km 432 da BR-153, no Município de Anápolis – GO”.

RELATORA: Deputada CELCITA PINHEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.350/04 – do Sr. José Divino – que “confere à BR-356 a denominação “Rodovia Deputado Alair Ferreira””.

RELATOR: Deputado MÁRCIO REINALDO MOREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.626/04 – do Sr. Carlos Nader – que “Cria o programa Bombeiro Professor.””

RELATOR: Deputado PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.830/05 – do Sr. Rodrigo Maia – que “denomina “Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes” o viaduto a ser construído no trevo entre a BR-116 e a RJ – 130, no Município de Teresópolis – RJ”.

RELATOR: Deputado ITAMAR SERPA.

PROJETO DE LEI Nº 5.237/05 – do Sr. Carlos Nader – que “Torna obrigatória a exibição de informe publicitário em todas as salas de cinema do Território Nacional, antes das sessões, esclarecendo as consequências do uso de drogas ilícitas.””

RELATOR: Deputado ZÉ LIMA.

PROJETO DE LEI Nº 5.313/05 – do Sr. Hélio Esteves – que “dispõe sobre descontos para profissionais do magistério em exercício na educação básica para aquisição de material didático e de ingressos para eventos científicos, artísticos e culturais”.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PROJETO DE LEI Nº 5.333/05 – do Sr. Carlos Nader – que “Institui o programa de alfabetização de adultos, e dá outras providências.”

RELATOR: Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.

PROJETO DE LEI Nº 5.361/05 – do Sr. Eduardo Valverde – que “altera os artigos 3, 24, 26 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, instituindo nos currículos escolares do ensino fundamental, conhecimento sobre a língua, usos, costumes e a cultura dos povos tradicionais e minorias étnicas formadores dos povo brasileiro”.

RELATOR: Deputado ÁTILA LIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.362/05 – do Sr. Pastor Francisco Olímpio – que “altera o artigo 6º da lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério”.

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.377/05 – do Sr. Carlos Nader – que “cria o Programa de Saúde Vocal do Professor e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ÁLVARO DIAS.

PROJETO DE LEI Nº 5.418/05 – da Sra. Luiza Erundina – que “declara o Educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira”.

RELATOR: Deputado CARLOS ABICALIL.

PROJETO DE LEI Nº 5.429/05 – do Senado Federal – João Ribeiro – (PLS 360/2004) – que “institui o Dia Nacional do Fonoaudiólogo”. (Apensado: PL 5243/2005)

RELATORA: Deputada ELAINE COSTA.

PROJETO DE LEI Nº 5.434/05 – do Sr. Eduardo Gomes – que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional””.

RELATOR: Deputado PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.438/05 – da Sra. Ann Pontes – que “introduz parágrafo único na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998”.

RELATOR: Deputado ÁLVARO DIAS.

PROJETO DE LEI Nº 5.467/05 – do Sr. Carlos Nader – que “cria o Programa de Leitura de Jornais e Revis-

tas em Sala de Aula, como atividade extracurricular, e fixa outras providências”.

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.501/05 – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que “declara Dr. Rinaldo De Lamare Patrono da Pediatria Brasileira”.

RELATOR: Deputado RAFAEL GUERRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.506/05 – do Senado Federal – Aloizio Mercadante – (PLS 298/2004) – que “acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes”.

RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 5.540/05 – do Sr. Ary Kara – que “institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Radiologia”.

RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-08-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 4.369/04 – do Sr. Moreira Franco – que “institui isenção de tributos federais incidentes sobre produtos destinados à alimentação humana”.

RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY.

PROJETO DE LEI Nº 1.450/99 – do Sr. João Grandão – que “altera a redação do art. 29, do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.411, de 21 de janeiro de 1988, dispondo sobre a destinação e utilização de bens e mercadorias apreendidas por contrabando ou descaminho”. (Apensado: PL 4166/2001)

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PROJETO DE LEI Nº 2.077/03 – do Sr. José Divino – que “dispõe sobre a fixação dos valores das contribuições anuais devidos às entidades de fiscalização de exercício profissional”. (Apensado: PL 3330/2004)

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

PROJETO DE LEI Nº 4.642/04 – do Sr. Alex Canziani – que “altera o art.1º da Lei 8989, de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.690, de 2003”.

RELATOR: Deputado SILVIO TORRES.

B – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária (art. 54):

PROJETO DE LEI Nº 3.142/00 – da Sra. Marinha Raupp – que “dispõe sobre o percentual mínimo de recursos destinados para a educação indígena”.

RELATOR: Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES.

PROJETO DE LEI Nº 6.085/02 – da Sra. Angela Guadagnin – que “modifica o “caput” e acrescenta parágrafos no artigo 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro”. (Apensados: PL 524/2003 e PL 803/2003)

RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES.

PROJETO DE LEI Nº 4.220/04 – do Sr. Alberto Fraga – que “suprime o artigo 35 da Lei nº 10.826 de 2003 e dá outras providências”. (Apensado: PL 4341/2004 (Apensados: PL 4758/2005 e PL 4979/2005))

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 08/08/2005)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.183/05 – da Sra. Laura Carneiro – que “obriga as empresas concessionárias dos serviços de distribuição de água e energia elétrica a incluírem, em suas faturas mensais, mensagens de esclarecimento sobre racionalização de consumo”

RELATORA: Deputada KELLY MORAES.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 08/08/2005)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.582/05 – do Sr. Carlos Souza – que “altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, permitindo a interdição definitiva de estabeleci-

mentos que, reincidentemente, distribuam, adquiram, comercializem, transportem ou estoquem derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis ou biocombustíveis que estejam em desconformidade com as normas estabelecidas pelo órgão regulador”.

RELATOR: Deputado LUIZ BASSUMA.

PROJETO DE LEI Nº 4.849/05 – do Sr. Ivo José – que “dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO RABELO.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 08/08/2005)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.415/05 – da Sra. Edna Macedo – que “Altera a redação do inciso VII, do art. 6º, da Lei nº 10.826, de 2003, autorizando o porte de arma para os Oficiais de Justiça”.

RELATOR: Deputado CAPITÃO WAYNE.

PROJETO DE LEI Nº 5.520/05 – do Sr. Félix Mendonça – que “Inclui o mapeamento genético (DNA) na Carteira de Identidade, trocando o papel por plástico rígido”.

RELATOR: Deputado RAUL JUNGSMANN.

PROJETO DE LEI Nº 5.567/05 – do Sr. Capitão Wayne – que “Altera o Decreto-Lei nº 667, de 1969 acrescentando o art. 11-A prevendo o afastamento para acompanhar cônjuge para os policiais militares e bombeiros militares”.

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

PROJETO DE LEI Nº 5.609/05 – do Sr. Capitão Wayne – que “Dispõe sobre a regulamentação para prática de esportes de aventura ou radicais e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado LINO ROSSI.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-08-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.416/05 – da Sra. Edna Macedo – que “Dispõe sobre a gratuidade para policiais militares e bombeiros militares no sistema de transporte coletivo interestadual terrestre”.

RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-08-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.370/02 – do Sr. Luiz Antonio Fleury – que “acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei 9.696, de 1º de setembro de 1998”.

RELATOR: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 10-08-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 167/99 – do Sr. Jaques Wagner – que “dá nova redação ao art. 19, inciso IV, da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995”. (Apensados: PL 3842/2000 e PL 6231/2002 (Apensados: PL 6587/2002, PL 7216/2002, PL 7263/2002, PL 1693/2003 e PL 3523/2004))

RELATORA: Deputada DRA. CLAIR.

PROJETO DE LEI Nº 2.784/03 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “altera o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”. (Apensados: PL 3579/2004 e PL 4925/2005)

RELATORA: Deputada DRA. CLAIR.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 08/08/2005)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.430/05 – do Senado Federal – Osmar Dias – (PLS 141/2005) – que “denomina “Aeroporto de Londrina – Governador José Richa” o Aeroporto de Londrina, no Estado do Paraná”. (Apensado: PL 5101/2005)

RELATOR: Deputado GIACOBLO.

PROJETO DE LEI Nº 5.449/05 – do Sr. Max Rosenmann – que “Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir dispositivo retrorefletor como equipamento obrigatório nos veículos que especifica.”

RELATOR: Deputado ARY KARA.

PROJETO DE LEI Nº 5.450/05 – do Sr. Pedro Fernandes – que “inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona”.

RELATOR: Deputado PHILEMON RODRIGUES.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-08-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 685/03 – do Sr. Paulo Pimenta – que “altera a redação dos arts. 126 e 243 que tratam respectivamente da baixa de registro de veículos e das obrigações das empresas seguradoras nas ocorrências de perda total, na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”. (Apensados: PL 1654/2003, PL 1769/2003, PL 1791/2003 e PL 4937/2005)

RELATOR: Deputado DEVANIR RIBEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 3.569/04 – do Sr. Fernando de Fabinho – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de detector de metais em veículos utilizados no transporte coletivo rodoviário interestadual de passageiros”

RELATOR: Deputado NELSON BORNIER.

PROJETO DE LEI Nº 4.315/04 – do Sr. Orlando Descosi – que “altera o art. 2º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, para prever a utilização do Vale - Transporte em serviços seletivos e especiais de transporte coletivo”.

RELATOR: Deputado CHICO DA PRINCESA.

II – COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (8 DIAS)

DECURSO: 2º Dia

ÚLTIMO DIA: 11/08/2005

PROJETO DE LEI Nº 23/2005-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 1.431.743,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e três reais), para o fim que especifica.”

PROJETO DE LEI Nº 24/2005-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 16.374.000,00 (dezesseis milhões, trezentos e setenta e quatro mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária.”

PROJETO DE LEI Nº 25/2005-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$ 10.898.000,00 (dez milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais), para os fins que especifica.”

PROJETO DE LEI Nº 26/2005-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$ 5.900.000,00 (cinco milhões e novecentos mil reais), para reforço de dotações constante da Lei Orçamentária.”

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (2 DIAS ÚTEIS)

Decurso: 1º Dia

Último Dia: 08/08/2005

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO referente ao Aviso nº 13/2005-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 399, de 2005 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor leste do Estado do Espírito Santo (TC 006.720/2004-1).”

RELATOR: Deputado WASNY DE ROURE

III – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

EM 04/08/2005:

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.393/2004
RECURSO Nº 216/2005

Comissão de Finanças e Tributação:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.393/2004
PROJETO DE LEI Nº 2.172/1999

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

PROJETO DE LEI Nº 786/2003

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 37 minutos.)

DECISÃO DO PRESIDENTE

O Sr. Antonio Carlos Mendes Thame formula o Requerimento nº 3.086, de 2005, destinado à apensação das PEC nºs 216/2003, 247/2004 e 415/2005 à PEC nº 190/2003.

O Sr. Betinho Rosado apresenta o Requerimento nº 3.099, de 2005, para a tramitação conjunta das Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) nº 312/2000, nº 216/2003 e nº 415/2005.

A Srª Janete Capiberibe encaminha o Requerimento nº 3.100, de 2005, em que solicita o apensamento da PEC nº 105, de 2003, à PEC nº 415, de 2005.

Os Requerimentos comportam decisão simultânea.

Verificando que todas as Proposições citadas acham-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pendentes do parecer de admissibilidade de que fala o art. 212, **caput**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, decido deferi-los, determinando, com base nos arts. 142, **caput**, e 143, inciso II, alínea **b**, do RICD, que as Propostas de Emenda à Constituição de números 190/2003, da Srª Raquel Teixeira e outros, que modifica o art. 212 da Constituição Federal e acrescenta novo artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; 216/2003, do Sr. Carlos Abicalil, que modifica o inciso V do art. 206 da Constituição Federal e acrescenta o inciso VIII ao mesmo artigo, com a finalidade de incluir o Piso Salarial Profissional dos Profissionais da Educação Escolar, como princípio geral do ensino no País; e 105/2003, da Srª Janete Capiberibe e outros, que insere novos parágrafos no art. 212, instituindo o Fundo Nacional da Educação Infantil (FUNAEI) e Fundos Municipais para atendimento a crianças de até três anos, e dá nova redação ao art. 239 da Constituição Federal, sejam anexadas à PEC nº 536/1997, do Sr. Valdemar Costa Neto e outros, que modifica o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à qual já se acha anexada a PEC nº 312/2000.

Publique-se.

Em, 4-82005. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

REQUERIMENTO Nº 3.086, DE 2005**Requer a apensação das PEC nºs 216/2003, 247/2004 e 415/2005 à PEC nº 190/2003.**

Requeiro, nos termos do art. 142 do Regimento Interno desta Casa, que as Propostas de Emendas Constitucionais nºs 216/2003, 247/2004 e 415/2005 sejam apensadas à Proposta de Emenda Constitucional nº 190/2003, da Professora Raquel Teixeira – PSDB/GO e co-autores, que “modifica o art. 212 da Constituição Federal e acrescenta novo artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Mendes Thame**.

REQUERIMENTO Nº 3.099, DE 2005

(Do Sr. Betinho Rosado)

Requer, nos termos dos artigos 142 e 143 do Regimento Interno, a tramitação conjunta das Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) 312/2000, nº 216/2003 e nº 415/2005.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência a apensação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 216/2003, que “Modifica o inciso V do Art. 206 da Constituição Federal e acrescenta o inciso VIII ao mesmo Artigo, com a finalidade de incluir o Piso Salarial Profissional dos Profissionais da Educação Escolar (...)” e da PEC nº 415/2005, que “Dá nova redação ao § 5º do art. 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, à PEC nº 312/2000, “que dá nova redação aos §§ 3º e 7º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, pelas seguintes razões:

A PEC nº 312/2000, de minha autoria, estimula, através da nova redação ao § 7º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a redução de desníveis nas oportunidades educacionais, já que propõe a fixação do valor mínimo de investimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF como um valor regional, e não nacional. Com isso, a presente proposta beneficia diretamente as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, uma vez que a manutenção do valor mínimo do FUNDEF como valor nacional inibe sua majoração e, por conseqüência, restringe a ampliação de investimentos provenientes do Fundo.

Como a PEC nº 415/2005 estabelece que os recursos obtidos com o salário-educação serão aplicados no financiamento da Educação Básica e não apenas

no ensino fundamental, criando o Fundeb, a tramitação conjunta das duas proposições reforça o ideal de justiça federativa e de solidariedade com as regiões mais pobres, nas quais o déficit educacional é mais elevado, já que reconhece as diferenças regionais no cálculo do valor mínimo do Fundo e as converte em benefícios à educação. Com essas duas propostas, a PEC nº 216/2003 simboliza a idéia de fortalecimento do sistema educacional, uma vez que visa à valorização salarial do profissional.

Neste sentido, havendo correlação entre as três matérias, conforme determina o art. 142 do RICD, e dada a importância do conjunto de ações nelas propostas, é imperioso que se promova a apensação requerida.

Sala de sessões, 12 de julho de 2005. – Deputado **Betinho Rosado**.

Solicita o apensamento da PEC nº 105 de 2004 à PEC nº 415 de 2005 – Fundeb, nos termos do art. 142 parágrafo único.

Senhor Presidente requeiro a Vossa Excelência o apensamento da PEC nº 105/2003 de minha autoria que cria o FUNAEI – Fundo Nacional de Educação Infantil, à PEC nº 415/2005, que cria o Fundeb – do Executivo, nos termos do art. 142, parágrafo único “A tramitação conjunta só será deferida se solicitada antes de a matéria entrar na Ordem do Dia ou, na hipótese do art. 24, II, antes do pronunciamento da única ou da primeira Comissão incumbida de examinar o mérito da proposição”.

Atenciosamente, – Deputada **Janete Capiberibe**.

PARECERES**PROJETO DE LEI Nº 2.283-A, DE 2003
(Do Sr. Luiz Carreira)**

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria a Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica; tendo parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação (relator: DEP. JOÃO GRANDÃO).

Despacho: Às Comissões de Agricultura e Política Rural, Finanças e Tributação (Art. 54 Ricd) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 Ricd)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

I – Relatório

A Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que dispõe sobre o Benefício Seguro-Safra para agricultores do semi-árido nordestino vitimados por secas que reduzam a produção em 50% ou mais, estabeleceu um elenco reduzido de atividades no campo de sua incidência, elenco este integrado pelas culturas do feijão, milho, arroz ou algodão. Posteriormente, a MP nº 117, convertida na Lei nº 10.700, de 9 de julho de 2003, 15 meses depois, portanto, incluiu a mandioca na listagem acima.

O montante estabelecido para o benefício, que representa de fato um seguro de renda mínima, foi fixado em até R\$700,00, a ser repassado em até 6 parcelas mensais, não sendo estipulado um indexador anual que assegurasse o seu valor de compra, a exemplo do que ocorre com os ganhos previdenciários, notadamente os proventos de aposentadoria e pensão.

Finalmente, o citado diploma legal vetou a inclusão de agricultores irrigantes no universo de beneficiários, “conforme definido em regulamento”, regulamento este materializado no Decreto nº 4.962, de 22 de janeiro de 2004, e que confirmou a proibição para os estabelecimentos que têm produção irrigada de feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão, nos termos do art. 10, inciso III, o que, obviamente, abre espaço para a inserção de irrigantes que cultivem outras lavouras, a exemplo de tomate, cebola, frutas, ou qualquer outra fora do âmbito das 5 mencionadas no inciso III, do art. 10, já aludido.

A Proposta do Projeto de Lei nº 2.283, ora sob exame deste Colegiado, de autoria do nobre Deputado LUIZ CARREIRA, contempla, adicionalmente, novas atividades típicas do semi-árido com o Benefício Seguro-Safra, como a mamona, caprinos e outras criações de pequenos animais, e assegura a sua indexação anual automática, via reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou outro que venha a substituí-lo, preservando a capacidade aquisitiva desse instrumento diante de incertezas decorrentes da gestão macroeconômica governamental, sobretudo em face do superávit primário elevado e dos recorrentes contingenciamentos orçamentários. Ademais, inclui produtores irrigantes que plantem, em áreas de até 1 hectare, tão-somente as lavouras de milho, feijão, algodão, arroz, mamona ou mandioca, apoiando-se na constatação segundo a qual a renda bruta mensal auferida nestas condições, com base nos preços vigentes, é bem inferior a 1 salário mínimo, exigindo,

naturalmente, uma complementação para alcançar uma renda minimamente aceitável, e que não precisa equivaler ao teto de R\$700,00. A redação do PL nº 2.283 exclui claramente, mesmo em áreas inferiores a 1 hectare, o cultivo irrigado de frutas, tomate, cebola ou quaisquer outras fora do conjunto das culturas aqui definidas, porque, nesses casos, os rendimentos monetários brutos, dados os preços e a alta elasticidade-renda da demanda, são relativamente elevados.

Um princípio subjacente à proposta do PL nº 2.283 é o de que, deixar boa parte das disposições para serem disciplinadas no regulamento, sob a vigência de uma rígida política econômica e de execução orçamentária, poderá tornar programa dessa natureza presa fácil dos cortes de gastos de qualquer governo, a par de não conferir ao mesmo a estabilidade proporcionada pelos dispositivos solidamente estabelecidos em lei, instrumento que reflete melhor os anseios dos representantes da sociedade no Congresso Nacional, ainda mais quando o que está em jogo diz respeito ao alcance de metas e justas aspirações de cunho social e de redução das disparidades regionais.

A matéria foi distribuída às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Programas de estabilização e sustentação de renda rural em geral, e de seguro de renda mínima em particular, se afiguram componentes essenciais de qualquer desenho de política agrícola, e se destinam a corrigir, no caso ora focalizado do benefício Garantia-Safra, problemas de manutenção, instabilidade e insuficiência de rendas em regiões afetadas frequentemente pelo fenômeno das secas, sendo plenamente chancelados pela Organização Mundial do Comércio, que autoriza expressamente a participação financeira dos governos, não podendo, por conseguinte, serem objeto de questionamento pelos demais membros deste órgão multilateral.

Por outro lado, o elenco de atividades selecionadas pelas Leis nº 10.420 e nº 10.700, que alterou a anterior, é sabidamente restrito, deixando de incorporar lavouras e pequenas criações de animais tipicamente integrantes da pauta e da estratégia de produção do pequeno agricultor do semi-árido, a exemplo da mamona, caprinos e outras atividades. O regulamento da Lei nº 10.420, consubstanciado no Decreto nº 4.962, de 2004, apenas acrescentou, por imposição

da Lei nº 10.700, a mandioca à listagem dos produtos favorecidos.

De forma similar à mandioca e às lavouras já especificadas na Lei nº 10.420, os serviços de extensão rural e o IBGE dispõem dos indicadores e padrões de normalidade de produção e produtividade das novas atividades escolhidas, em base municipal, bem como das informações de quebra de produção e safra na amostragem anual, de modo que, na operacionalização das prescrições desta Lei, será perfeitamente possível determinar e atestar, em nível municipal, a dimensão e amplitude das perdas e sinistros ocasionados pelas secas no semi-árido, identificando o público apto a receber a indenização ou seguro devido.

Por sua vez, a definição do indexador para a preservação anual do poder de compra do benefício, além de reduzir o horizonte de incerteza dos produtores em um país que não tem histórico de inflação virtualmente zerada e está constantemente sobressaltado pela conjuntura internacional, é compatível com sua aplicação em outros tipos de benefícios de política social, e não compromete a evolução do Fundo Garantia-Safra, que sustenta os pagamentos aqui aludidos, uma vez que o citado Fundo é remunerado pelo banco depositário, no mínimo, pela taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, que tem sido fixada em um patamar sistematicamente acima do INPC, garantindo a sustentabilidade da presença do indexador. Para se ter uma idéia, enquanto o INPC flutuou no intervalo de 2,49% a 9,44% no período compreendido entre 1996 e meados de 2002, estando atualmente em faixa próxima de 8% ao ano, a taxa SELIC oscilou, em média, entre 31,24% e 17,84% no horizonte temporal delimitado pelos anos 1998 e 2002, se situando presentemente em 16%.

Finalmente, os agricultores irrigantes, que produzem as lavouras tradicionais (feijão, milho, arroz, algodão, mamona ou mandioca) em áreas até 1 hectare, obtêm, mesmo num contexto de ausência de frustração da safra e preços vigentes, rendimentos monetários brutos inferiores a 1 salário mínimo em base mensal, impondo-se, conseqüentemente, como providência imprescindível a sua inclusão entre os beneficiários para fins de complementação da renda para um nível digno, complementação esta que não precisa ser fixada no valor máximo de R\$700,00. Registre-se, mais uma vez, que apenas os irrigantes com a pauta produtiva estabelecida no artigo 1º do projeto de lei nº 2.283 serão agraciados, vedando-se a brecha, em tese aberta pelo regulamento, para lavouras mais nobres, como a fruticultura.

Por oportuno, é relevante ressaltar que as alterações prescritas no texto de uma Lei, como a que ora

apreciamos, desfrutam de mais estabilidade e solidez, e, diferentemente de sua inserção em um regulamento, têm maior probabilidade de ficar a salvo de restrições ditadas pela gestão macroeconômica, num contexto da presença do superávit primário e de aperto da execução orçamentária.

Ante os argumentos expostos, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.283, de 2003.

Sala da Comissão, 5 de abril de 2005. – Deputado **João Grandão** – PT/MS, Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 2.283/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado João Grandão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Ronaldo Caiado – Presidente, Luis Carlos Heinze, Francisco Turra e Assis Miguel do Couto – Vice-Presidentes, Abelardo Lupion, Alexandre Maia, Almir Sá, Anivaldo Vale, Anselmo, Carlos Dunga, Carlos Melles, Dilceu Sperafico, Dr. Rodolfo Pereira, Enéas, Heleno Silva, João Lyra, Josias Gomes, Moacir Micheletto, Nelson Marquezelli, Orlando Desconsi, Vander Loubet, Waldemir Moka, Xico Graziano, Zé Lima, Zonta, Airton Roveda, Eduardo Sciarra, Guilherme Menezes, Marcelino Fraga, Odair Cunha, Osvaldo Reis e Pedro Chaves.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005. – Deputado **Ronaldo Caiado**, Presidente

PROJETO DE LEI Nº 3.566-B, DE 2004

(Do Sr. João Caldas)

Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; tendo pareceres: da Comissão de Minas e Energia, pela aprovação (relator: Dep. **Osmânio Pereira**); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emenda (relator: Dep. **Eduardo Cunha**).

Despacho: Comissões de: Minas e Energia; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54); e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação

I – Relatório

A proposição de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Federal João Caldas sugere alterações junto a Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, que por sua vez altera dispositivos das Leis ns. 3.890-A, de 25 de abril de 1961, n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás e de suas subsidiárias e dá outras providências.

Em trâmite na Câmara dos Deputados recebeu despacho inicial sendo encaminhado à Comissão de Minas e Energia, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Artigo 54 do RICD) – art. 24, II.

Na Comissão de Minas e Energia recebeu parecer favorável, sem emendas.

O feito veio a esta Comissão, em primeira análise, apenas para verificação prévia de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária nos termos do art. 54, do RICD.

Em atenção ao Requerimento n.º 2.897/05 foi revisto o despacho inicial que pugnou pela manifestação por parte da Comissão de Finanças e Tributação quanto a adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar preliminarmente a compatibilidade e a adequação da proposta com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, nos termos dos arts. 32, X, letra h, e 53, II, do Regimento Interno e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, aprovada em 29 de maio de 1996, que determina os critérios para tal exame.

O projeto tem como objetivo permitir que as mini e micro centrais hidrelétricas situadas em áreas atendidas por sistema isolado podem concorrer para a redução dos dispêndios da CCC, ao tempo em que podem contribuir para a universalização do fornecimento de energia elétrica no país.

Preliminarmente sob o aspecto da compatibilidade ou adequação orçamentária cumpre salientar que o projeto ampliará às mini e micro centrais hidrelétricas a possibilidade de sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC.

Deve-se, ressaltar que o referido encargo, CCC, integrante das tarifas de energia elétrica, já está em vigor e objetiva assegurar a cobertura dos custos de combustíveis fósseis utilizados na geração termelétrica. Desta feita, o presente pleito não ampliará a arrecadação, que já existe, nem a reduzirá, mas tão somente possibilitará a melhor divisão dos recursos existentes.

Quanto ao mérito o projeto em análise mostra-se como medida de justiça social, pois promoverá a melhor divisão dos recursos relativos a CCC, o que por consequência possibilitará o incentivo das atividades das mini e micro centrais de geração de energia elétrica fomentando a produção de energia, fato tão relevante e necessário para a nação brasileira.

A proposição estimulará a geração de energia elétrica em empreendimento hidráulicos de pequena potência situados em áreas atendidas por sistema isolado, que inclusive poderão atender pequenas populações de forma mais eficaz. O fomento às mini e micro centrais promoverá a geração de emprego e renda junto às localidades atendidas, outro aspecto relevante da proposição.

Desta forma, votamos pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação orçamentária e financeira do PL n.º 3.566, de 2004, e, no mérito, pela aprovação do PL n.º 3.566, de 2004, com a emenda anexa.

Sala das Comissões, 15 de junho. – **Eduardo Cunha**, Deputado Federal.

EMENDA Nº 1

O artigo 1º do Projeto passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

’Art.11.....
.....
.....

§ 4º Respeitado o prazo máximo fixado no § 3º, sub-rogar-se-á no direito de usufruir da sistemática ali referida, pelo prazo e forma a serem regulamentados pela Aneel, o titular de concessão, autorização ou registro para:

.....
.....
.....

IV – o aproveitamento de potencial hidráulico de potência inferior a 1.000 kW. de empreendimentos que comercializem a energia elétrica gerado, excluindo da sub-rogação

a parcela da energia elétrica destinada ao autoconsumo do empreendimento’.”

Sala da Comissão, 15 de junho 2005. – Deputado **Eduardo Cunha**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emenda, do Projeto de Lei nº 3.566-A/04, nos termos do parecer do relator, Deputado Eduardo Cunha.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Geddel Vieira Lima, Presidente; Eduardo Cunha, Luiz Carlos Haully e Carlito Merss, Vice-Presidentes; Félix Mendonça, Fernando Coruja, Gonzaga Mota, José Carlos Machado, José Militão, Luiz Carreira, Marcelino Fraga, Max Rosenmann, Moreira Franco, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Silvio Torres, Wasny de Roure, Yeda Crusius, Benedito de Lira, Eliseu Padilha e Júlio Cesar.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente

PROJETO DE LEI Nº 3.677-B, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

“Cria o Programa de Habitação em parceria com os municípios e dá outras providências”; tendo pareceres: da Comissão de Desenvolvimento Urbano, pela rejeição (relator: DEP. ARY VANAZZI); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária (relator: DEP. FEU ROSA).

Despacho: Às Comissões de: Desenvolvimento Urbano; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, Ricd); e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 Ricd)

Apreciação:Proposição sujeita à apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II

Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação

I – Relatório

Em junho de 2004, o Ilustre Deputado Carlos Nader formalizou a proposição com a ementa supra, tendo por objetivo o de articular alguns elementos básicos para a definição de um programa habitacional, em parceria com Municípios, em favor das comunidades carentes.

Iniciando sua tramitação como Projeto de Lei (PL) nº 3.677, de 2004, a proposição foi objeto do seguinte despacho: “Às Comissões de Desenvolvimento Urbano; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD); Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD) – Art. 24, II”.

Remetida inicialmente à Comissão de Desenvolvimento Urbano, foi ali relatada pelo Deputado Ary Vanazzi, que concluiu, quanto ao mérito, pela sua rejeição, voto que foi aprovado, por unanimidade, pelo Plenário dessa Comissão em sua reunião de 16/03/2005.

Recebido nesta Comissão de Finanças e Tributação, como PL nº 3.677-A, de 2004, fomos honrados, pelo despacho de 26/04/2005, com a designação para relatá-lo.

Aberto prazo para a apresentação de emendas, no período 02/05/2005 a 12/05/2005, este se encerrou sem nenhuma iniciativa nesse sentido.

II – Voto

Nos termos do despacho original, cabe à Comissão de Finanças e Tributação, além do exame de mérito, apreciar a proposta quanto à sua adequação orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 32, X, “h”, e 53, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD.

No que se refere ao exame de adequação, adotamos o entendimento de que tal exame, em relação ao plano plurianual (PPA) e à lei de diretrizes orçamentárias (LDO), deve ser realizado inclusive no caso das proposições que não importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, visto que tais instrumentos, contêm diretrizes, programas, e metas de políticas públicas que excedem o conteúdo programático dos orçamentos da União.

O exame do Projeto de Lei nº 3.677-A, de 2004, quanto às suas implicações diretas ou indiretas sobre os Orçamentos da União, colocou em evidência que esse não envolve, necessariamente, a elevação nas despesas previstas na Lei Orçamentária Anual vigente (Lei nº 11.100, de 25/01/2005) ou a redução nas receitas nela previstas. Isso ocorre, pelo fato do texto do Art. 7º, desse projeto de lei, além de definir que sua vigência se dará apenas a partir do ano seguinte ao de sua aprovação, deixar a cargo da Lei Orçamentária Anual a definição dos recursos que serão alocados ao programa, sem apontar mínimos ou máximos.

O texto do PL indica que os recursos do “programa” serão aplicados “a fundo perdido” ao definir que tais serão “repassados” pela Secretaria de Habitação (unidade da administração direta do Ministério das Cidades) aos “municípios que se habilitarem” ao programa. Logo, trata-se de programação de natureza orçamentária.

ria que não se confunde com as implementadas pelas agências financeiras oficiais de fomento. Na medida em que o projeto destina os recursos ao atendimento de comunidades carentes sem precisar a faixa de renda que caracteriza tal situação, evita conflitos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005, que inclui entre as prioridades e metas fixadas para o exercício de 2005, entre as “ações relativas ao choque social para proteção da população de baixa renda” várias ações conexas ao programa “Habitação de Interesse Social” (Código 9991) e ao programa “Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários” (código 1128).

Portanto, SMJ, a proposição apresenta-se adequada quanto à Lei Orçamentária Anual vigente e à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005.

Não obstante, apresenta problemas insanáveis de admissibilidade quanto ao Plano Plurianual, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11/08/2004, reformulado pela Lei nº 11.044, de 24/12/2004, em termos genéricos, e por várias outras leis (nºs 11.043, 11.045, 11.064 a 11.068, 11.070 e 11.071, de dezembro de 2004, e 11.099, de 14/01/2005) ao nível de programas específicos. Isso ocorre, na medida em que, segundo seu Art. 1º, tem por objeto a criação de um “programa” – o “Programa de Habitação em Parceria com os Municípios” — com evidente característica de categoria programática. Nos termos da ordem legal vigente, esse campo se acha reservado ao Plano Plurianual, pois, consoante se depreende do Art. 165, § 1º, da Constituição, não cabe à lei ordinária predefinir conteúdo reservado ao PPA. Ademais, a Lei nº 11.044, de 2004, que altera a Lei nº 10.933, de 2004, que institui o Plano Plurianual 2004-2007, estabelece, em seu art. 3º, pela nova redação dada ao Art. 5º: “A alteração ou exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos §§ 11, 12 e 13 deste artigo” [tais §§ são relativos, essencialmente, a ações orçamentárias]. Tendo em conta que o “programa” apontado no artigo 1º não se acha previsto no PPA, a sua inclusão neste depende de lei sujeita a rito constitucional específico, ou seja, submetida à prévia apreciação pela Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 da Constituição, respeitado o direito de iniciativa do Poder Executivo. Cumpre aduzir que, nos termos do que fixa o Art. 167, § 1º, da Constituição, “Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano

plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.”

A apreciação da proposição no contexto da programação contida no Plano Plurianual do período 2004-2007, colocou em evidência que nesse não existe a previsão de “programa” com as características enunciadas. O mais próximo do objeto dessa são as ações do programa “Habitação de Interesse Social” (código 9991), tendo por objetivo “o acesso à moradia digna e a melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda das áreas urbana e rural” e público alvo “as famílias com renda familiar de até cinco salários mínimos”. Cumpre salientar, porém, que nesse programa a maior ênfase se acha na ação “Subsídio à Habitação de Interesse Social (MP nº 2.212)”, com R\$ 1,6 bilhão de recursos orçamentários no período, destinada a viabilizar programas habitacionais que exigem participação financeira dos mutuários, ou seja, de natureza diversa das pretendidas programações “a fundo perdido”.

Pelo exposto, somos pela Incompatibilidade e Inadequação Financeira e Orçamentária do Projeto de Lei nº 3.677-A, de 2004, em relação à Lei do Plano Plurianual e pela sua Não Implicação em relação à Lei Orçamentária Anual, por não envolver aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública no corrente exercício, e em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, pela compatibilidade do objeto com as prioridades fixadas por tal Lei. Em razão disso, tendo em vista o disposto no art. 10 da Norma Interna da Comissão, fica prejudicada a apreciação da proposição quanto ao mérito.

Sala da Comissão, 8 de junho de 2005. – Deputado **Feu Rosa**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.677-A/04, nos termos do parecer do relator, Deputado Feu Rosa.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Geddel Vieira Lima, Presidente; Eduardo Cunha, Luiz Carlos Hauly e Carlito Merss, Vice-Presidentes; Félix Mendonça, Fernando Coruja, Gonzaga Mota, José Carlos Machado, José Militão, Luiz Carreira, Marcelino Fraga, Max Rosenmann, Moreira Franco, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Silvio Torres, Wasny de Roure, Yeda Crusius, Benedito de Lira, Eliseu Padilha e Júlio Cesar.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.724-A, DE 2004

(Do Poder Executivo)

MENSAGEM Nº 865/2004**AVISO Nº 1.532/2004 – C. CIVIL**

Altera os arts. 504, 506, 515 e 518 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. INALDO LEITÃO).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito E Art. 54, Ricd)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**I – Relatório**

O projeto de lei em comento constitui uma das inúmeras proposições enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional no fim de 2004 e destinadas a alterar o Código de Processo Civil.

Da mensagem enviada pelo ilustre Ministro da Justiça consta o esclarecimento de que a reforma do sistema processual brasileiro tem o escopo de conferir racionalidade e celeridade à prestação jurisdicional, respeitados, porém, o contraditório e a ampla defesa.

Assim é que a presente proposição regula, dentre outros pontos que analisaremos a seguir, a problemática que afeta as nulidades detectadas no julgamento do recurso de apelação, bem como a possibilidade do juiz negar seguimento à apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Não tendo sido apresentadas emendas e já decorrido o prazo regimental, compete agora a esta Comissão apreciar o projeto, de forma conclusiva, quanto aos seus aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

II – Voto do Relator

A proposição apresenta-se isenta de vícios de inconstitucionalidade, já que é competência privativa da União legislar sobre direito processual civil, legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária

(arts. 22, I, 48, **caput** e 61, da Constituição Federal de 1988).

Não há problemas de juridicidade, restando observados os princípios do nosso ordenamento jurídico. A técnica legislativa encontra-se adequada aos ditames da Lei Complementar nº 95/98, salvo pela ausência de um artigo inaugural que delimite o objeto da lei, o que justifica a apresentação de uma emenda de redação.

No mérito, o projeto é merecedor do nosso apoio.

Todos temos presenciado as várias tentativas de se imprimir celeridade aos processos judiciais, visando a alcançar a tão almejada efetividade das decisões judiciais, alçada expressamente ao *status* de garantia constitucional pela **Emenda nº 45, de Dezembro de 2004**, que acrescentou um inciso ao art. 5º, *verbis*:

“Art. 5º.....

.....
LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

Antes mesmo da denominada Reforma do Judiciário, já se proclamava, com razão, que o direito à inafastabilidade da tutela jurisdicional (art. 5º, XXXV, CF/88) englobava o direito a uma decisão tempestiva, efetiva e justa, predicados sem os quais não é politicamente legítimo o sistema processual de um país. O verdadeiro acesso à *ordem jurídica justa* desqualifica a justiça tardia, que nega o próprio acesso à justiça.

É com os olhos voltados para a efetividade da tutela jurisdicional que temos que analisar a proposição em tela, sem, contudo, descarmos dos direitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Percebe-se, primeiramente, que as alterações feitas nos arts. 504 e 506 não demandam grandes indagações. No art. 504 apenas modifica-se, em parte, a nomenclatura de um ato do juiz, substituindo a expressão “despacho de mero expediente” por simplesmente “despacho”, mantendo-se a previsão de que tal ato não desafia recurso. Em verdade, a moderna doutrina já adota tal terminologia, *litteris*:

“Denomina-se provimento aos atos pelos quais o juiz se manifesta no processo, os seus pronunciamentos. São de três tipos: sentença, decisão interlocutória e despacho. (...)

Por fim, despachos são provimentos judiciais destituídos de qualquer conteúdo decisório, como o ato que determina a remessa dos autos ao contador judicial, ou o que abre vista às partes para que se manifestem sobre o laudo pericial.”

Já no art. 506 do CPC a modificação pretende esclarecer que o prazo para a interposição de recurso terá início com a publicação do “dispositivo” do acórdão no órgão oficial, e não com a publicação da “súmula” do acórdão, como atualmente consta.

Já que é somente o dispositivo com a conclusão pelo provimento ou improvimento do recurso que deve ser publicado, possuindo o termo súmula outra conotação (súmulas da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, por exemplo), afigura-se correta a nova redação, que, aliás, melhor remete ao art. 525, §2º, que ressalva as diversas formas de interposição previstas para o agravo de instrumento.

Por outro lado, o novo §4º que se quer incluir ao art. 515 do CPC somente contribui para a economia processual, ao solucionar o problema das nulidades processuais detectadas por ocasião do julgamento da apelação. Tratando-se de nulidade sanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual e, após cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação.

Tal medida objetiva evitar que o tribunal se limite a declarar a nulidade processual e remeta o processo para o juiz de primeiro grau, com receio de que se alegasse supressão de instância. Na sistemática atual, uma vez sanada a nulidade, o processo retornaria ao tribunal para o julgamento do mérito do recurso. A autorização legal afasta tal óbice e segue na mesma linha do §3º do mesmo art. 515 (introduzido pela Lei nº 10.352/2001), que permitiu o imediato julgamento do mérito quando o tribunal reformasse sentença terminativa. A medida é, por isso mesmo, inegavelmente salutar.

Finalmente, o §1º do art. 518 do Código de Processo Civil passará a prescrever que “o juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.”

É preciso atentar para a recente publicação da já mencionada Emenda Constitucional nº 45/2004 (Reforma do Judiciário), que adotou, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, a chamada súmula vinculante, acrescentando o art. 103-A à Constituição da República. Ademais, na parte que retornou à Câmara (PEC 358, de 2005), tem-se a previsão da súmula impeditiva de recursos para o Superior Tribunal de Justiça e para o Tribunal Superior do Trabalho.

Nota-se, pois, que o não recebimento da apelação contra sentença em consonância com súmula dos Tribunais Superiores representa, a nosso sentir, uma medida condizente com a adoção da súmula vinculante. Ou seja, se optamos pela súmula vinculante, não

há sentido em permitir o processamento de recurso contrário ao entendimento fixado por aquela.

Ainda que assim não o fosse, tal conduta do magistrado apenas anteciparia o provimento que fatalmente viria a ser tomado pelo relator do recurso, o qual, com base no art. 557 do CPC já está autorizado a negar seguimento a recurso em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de Tribunal Superior.

De qualquer modo, caso o magistrado incorra em equívoco ao considerar sua decisão adequada ao entendimento refletido pela Súmula, restará à parte a via do agravo de instrumento contra a decisão que não conhecer de sua apelação, nos termos do art. 523, §4º, *in fine*, do Código de Processo Civil.

Por derradeiro, o §2º que se acresce ao art. 518 do CPC fixa prazo para que o juiz, após o oferecimento das contra-razões da parte recorrida, possa reexaminar os pressupostos de admissibilidade do recurso (atitude já prevista pelo atual parágrafo único do mesmo dispositivo legal). A limitação de prazo não causa qualquer prejuízo e apenas busca imprimir maior celeridade a este ato judicial.

De qualquer modo, além de se tratar de prazo impróprio, os pressupostos recursais constituem, como se sabe, matéria de ordem pública, a qual pode vir a ser apreciada (ou mesmo reapreciada) pelo tribunal na ocasião do julgamento do recurso, estando a salvo de preclusão.

Isso posto, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, com a emenda em anexo, e, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.724, de 2004.

Sala da Comissão, 1 de abril de 2005. – Deputado **Inaldo Leitão**, Relator.

EMENDA

Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo 1º, renumerando-se os demais:

“Art.1º Esta lei altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões.”

Sala da Comissão, 1 de abril de 2005. – Deputado **Inaldo Leitão**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com

emenda (apresentada pelo Relator), do Projeto de Lei nº 4.724/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Inaldo Leitão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Cruz, Bosco Costa, Cleonânio Fonseca, Darci Coelho, Edmar Moreira, Ibrahim Abi-Ackel, Inaldo Leitão, Jefferson Campos, José Divino, José Roberto Arruda, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Mendes Ribeiro Filho, Nelson Pellegrino, Ney Lopes, Odair Cunha, Paes Landim, Paulo Afonso, Professor Luizinho, Robson Tuma, Rubinelli, Sandra Rosado, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, Agnaldo Muniz, Almeida de Jesus, Ann Pontes, Ary Kara, Átila Lira, Colbert Martins, Iara Bernardi, Isaías Silvestre, João Grandão, João Mendes de Jesus, José Pimentel, Júlio Delgado, Leonardo Picciani, Luiz Couto, Mauro Benevides, Mauro Lopes, Moraes Souza, Moroni Torgan e Neucimar Fraga.

Sala da Comissão, 6 de julho de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia**, Presidente

PROJETO DE LEI Nº 4.764-A, DE 2005

(Do Sr. Carlos Souza)

Acrescenta o § 6º ao art. 51 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos no âmbito da Administração Pública; tendo parecer da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição (relator: DEP. MOREIRA FRANCO).

Despacho: ÀS Comissões de Finanças e Tributação (Mérito E Art. 54, Ricd) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 Ricd)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 4.764, de 2005, de autoria do nobre Deputado Carlos Souza, visa a alterar o art. 51 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, acrescentando-lhe o seguinte § 6º:

“§ 6º É obrigatória a abertura dos sigilos fiscal, bancário e telefônico para todos os membros de comissões permanentes de licitação.”

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Finanças e Tributação para exame do mérito e da adequação orçamentária e financeira.

Não foram apresentadas emendas, no prazo regimental.

II – Voto do Relator

A matéria de natureza estritamente normativa de que trata o Projeto de Lei n.º 4.764, de 2005, escapa, a nosso juízo, dos temas afetos ao universo das finanças públicas, não tendo, em princípio, relação direta com os fatos objetivos que interferem na esfera fiscal de governo.

Não cabe, assim, pronunciamento sobre a adequação orçamentária e financeira da proposição sob exame.

No mérito, em que pese a meritória intenção do autor de introduzir novas medidas institucionais para inibir práticas lesivas ao patrimônio público em área tão sensível como a das licitações e compras de bens e serviços públicos, somos forçados a discordar do tratamento legal proposto, pelas razões a seguir enunciadas.

O exame da matéria pode levar-nos a invadir área de competência da douda Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, não chamada a examinar o mérito da presente proposição, responsabilidade atribuída exclusivamente a esta comissão, nos termos do despacho da Secretaria Geral da Mesa.

Assinale-se que outras proposições legislativas, dirigidas à quebra de sigilo bancário ou fiscal de agentes públicos, não prosperaram à míngua de amparo constitucional. Mesmo a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que flexibilizou o sigilo bancário em relação à Receita Federal, é objeto de ação direta de inconstitucionalidade, pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

O sigilo de dados é instituto jurídico visto sob duas perspectivas. De um lado, é direito fundamental do cidadão, protegendo-lhe a privacidade em relação a terceiros, inclusive em face do Estado; de outro, entende-se que não mais pode ser preservado de forma absoluta, diante da complexidade da economia atual e da globalização dos fluxos de capital, que levam à necessidade imperiosa do combate a ilícitos como a lavagem de dinheiro, o contrabando, além, é claro, da pura e simples sonegação fiscal.

A Constituição consagra o sigilo de dados como direito fundamental, nos termos do art. 5º, **caput** e in-

cisos X e XII. Não faz a Carta distinção alguma quanto a vínculo profissional, seja quanto a agentes públicos, seja em relação a empregados do setor privado. Não há assim, a nosso ver, espaço para a legislação infra-constitucional fazê-lo, ainda que se queira, como na medida legislativa sob exame, resguardar a moralidade e a probidade administrativas, protegendo o Erário contra práticas lesivas ao patrimônio público.

Não se pretende, porém, alçar a tutela da privacidade a garantia constitucional absoluta. Ela pode sofrer restrições e mitigações nos casos em que houver riscos de o instituto acobertar ilícitos nas áreas penal e fiscal.

No caso da proposição sob exame, pretende-se restringir de maneira absoluta direito fundamental do cidadão, com a quebra obrigatória dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de agente público, de forma discriminatória, sem motivação prévia, a não ser o simples exercício de função pública, ainda que irregularidade nesse exercício possa trazer eventuais e vultosos prejuízos para o Poder Público.

Veja-se, a propósito, o que diz o Professor Cândido Furtado Maia Neto, da Universidade Paranaense, em artigo na Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal (Ano III – n.º 16 – out-Nov 2002): *“Na quebra do sigilo telefônico, bancário como fiscal, ainda que prevista a possibilidade por lei infraconstitucional, o ônus da prova incumbe, no processo penal a quem alega, ... e não se admite, em hipótese algum, devassa pessoal para o exercício do dever “probandi” estatal. Do contrário, não há mais que se falar em garantias fundamentais, mas da quebra de todo o sistema de garantias jurídicas”*.

Mesmo em se tratando de quebra de sigilo de dados pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, a jurisprudência no Supremo Tribunal Federal, como é de ciência ampla, exige a observância de três requisitos, quais sejam:

a) a CPI só pode determinar a quebra de sigilo em decisão fundamentada, que aponte, ainda que *a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável legitimadora da medida excepcional e indique a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação de fatos determinados.*” (Despacho no M. S. 23.491 – Relator Ministro Celso de Melo);

b) deve ficar demonstrada a necessidade da medida para a investigação que se pretende fazer e a impossibilidade de se empregarem outros meios;

c) deve ser observada a individualização do sujeito passivo da ruptura da garantia constitucional.

Por último, ressalte-se que a abertura obrigatória dos sigilos fiscal, bancário e telefônico para todos os membros de comissões permanentes de licitação na

União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, com o necessário acompanhamento e tratamento das informações recolhidas, é medida de difícil operacionalização e de custo elevadíssimo, o que também respalda o nosso parecer pela rejeição do projeto sob comento.

Concluindo, entendemos não caber pronunciamento quanto à adequação orçamentária e financeira da proposição, por se tratar de matéria estritamente normativa. No mérito, votamos pela rejeição do Projeto de Lei n. 4.764, de 2005.

Sala da Comissão, 2 de junho de 2005. Deputado **Moreira Franco**, Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.764/05, nos termos do parecer do relator, Deputado Moreira Franco.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Geddel Vieira Lima, Presidente; Eduardo Cunha, Luiz Carlos Hauly e Carlito Merss, Vice-Presidentes; Félix Mendonça, Fernando Coruja, Gonzaga Mota, José Carlos Machado, José Militão, Luiz Carreira, Marcelino Fraga, Max Rosenmann, Moreira Franco, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Silvio Torres, Wasny de Roure, Yeda Crusius, Benedito de Lira, Eliseu Padilha e Júlio Cesar.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1.423-A, DE 2004

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

MENSAGEM Nº 453/2004

AVISO Nº 886/2004 – C. CIVIL

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004; tendo pareceres das Comissões: de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação (relatora: DEP. LUIZA ERUNDINA); de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação (relator: DEP. RUBEM SANTIAGO); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: Dep. Roberto Freire).

Despacho: Às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Finanças e Tributação (Mérito E Art. 54, Ricd); e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 Ricd)

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação do Plenário

Publicação dos Pareceres das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

Elaborado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423, de 10 de novembro de 2004, aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004. Originário do Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 453, de 30 de julho de 2004, esse instrumento tem por objetivo incentivar as atividades de cooperação nas áreas de interesse comum.

O acordo abrange, em particular, as seguintes áreas: biotecnologia; tecnologias da informação e das comunicações; bioinformática; espaço; microtecnologias e nanotecnologias; investigação de materiais; tecnologias limpas; gestão e uso sustentável dos recursos ambientais; biossegurança; saúde e medicina; aeronáutica; metrologia, normalização e avaliação de conformidade; e ciências humanas.

As atividades de cooperação poderão assumir a forma de projetos conjuntos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico; de visitas e intercâmbio de cientistas; de organização de seminários; conferências e workshops científicos; de intercâmbio e uso conjunto de equipamentos e materiais; e do intercâmbio de informações sobre políticas no domínio da ciência e tecnologia.

Os equipamentos e materiais utilizados nas atividades de cooperação desenvolvidas gozarão de isenções fiscais e aduaneiras. Será criado Comitê Diretivo de Cooperação Científica e Técnica responsável pela supervisão do presente acordo.

O texto aprovado disciplina também as questões relativas à propriedade intelectual. As partes envolvidas se comprometem a assegurar a adequada e efetiva proteção da propriedade intelectual gerada durante

a vigência do acordo, concordando em informar-se, reciprocamente, de quaisquer invenções ou trabalhos produzidos que possam gerar direitos de propriedade intelectual.

O acordo terá validade inicial de cinco anos, podendo ser revalidado no penúltimo ano de cada período de renovação subsequente. A denúncia unilateral poderá ser feita a qualquer momento, mediante notificação escrita com seis meses de antecedência, por via diplomática.

Tramitando em regime de urgência e sujeito à apreciação do plenário, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423, de 10 de novembro de 2004, está sendo analisado pelas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II – Voto da Relatora

Pela abrangência dos temas e pelo extenso rol das nações envolvidas, o presente acordo constitui elemento vital para impulsionar a política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. A despeito das enormes diferenças políticas, científicas e culturais existentes entre a Europa e o nosso continente, ou justamente em função dessas particularidades, o intercâmbio de informações e conhecimentos em áreas que vão além do próprio campo científico permitirão o enriquecimento exponencial das pesquisas e inovações que são feitas em nível nacional, além de propiciar o fortalecimento de laços diplomáticos e de amizade entre nações que buscam o bem comum.

Embora tenha como parceiro preferencial o Mercosul, sob o ponto de vista da orquestração de políticas macroeconômicas e harmonização das legislações nacionais, livre trânsito de pessoas, bens, capitais e mão-de-obra, o Brasil não pode desprezar o potencial a ser oferecido pela integração com o novo globo geopolítico que, gradualmente, promove uma mudança radical no desenho geográfico do planeta, com a criação da Comunidade Européia.

No momento em que as 25 nações reunidas na União Européia discutem a adoção de uma Constituição única, num passo seguinte à integração promovida pela união de livre comércio, aduaneira e monetária, o presente acordo configura-se como um dos mais promissores instrumentos de apoio à difusão tecnológica já celebrado pelo Brasil.

Conforme enfatiza a Exposição de Motivos que acompanha a proposição, deve-se levar em conta, igualmente, que o acordo está em consonância com a política brasileira de ciência e tecnologia, especialmente no que tange à priorização de ações que busquem a efetiva integração entre universidades e empresas,

por meio do incentivo à pesquisa aplicada voltada para o desenvolvimento econômico e social. A criação de novos e inovadores mecanismos de apoio à C & T deve ser acompanhada de uma lógica de arranjos e articulações institucionais que envolva os mais diversos agentes.

Na expectativa de que o acordo possibilitará a abertura de promissores horizontes no âmbito da pesquisa científica brasileira, contribuindo, sobremaneira, para o atendimento às necessidades nacionais de impulsionar o financiamento às pesquisas tecnológicas; apoiar os centros de excelência; formar recursos humanos altamente qualificados e incrementar a participação do setor empresarial nas ações de C & T, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423, de 10 de novembro de 2004, que aprova o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2005. – Deputada **Luiza Erundina**, Relatora.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423/2004, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Luiza Erundina.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes, Adelor Vieira, Ariosto Holanda, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Gustavo Fruet, João Batista, Jorge Gomes, José Rocha, Jovino Cândido, Júlio Cesar, Jurandir Boia, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Mariângela Duarte, Miro Teixeira, Raimundo Santos, Walter Pinheiro, Inaldo Leitão, João Campos, Lobbe Neto e Pastor Pedro Ribeiro.

Sala da Comissão, 20 de abril de 2005. – Deputado **Pedro Chaves**, Presidente em exercício

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I – Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, objetiva aprovar o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica celebrado entre o governo brasileiro e a Comunidade Européia, firmado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004, e submetido ao exame do Congresso Nacional nos termos do inciso 1 do art. 49 da Constituição Federal.

A Mensagem Presidencial nº 453, de 2004, que encaminhou o texto do Acordo ao Congresso Nacional,

inclui exposição de motivos, informando que o presente Acordo reflete a política brasileira na área de ciência e tecnologia, edificada nos princípios de benefício mútuo, acesso recíproco às atividades de investigação e de desenvolvimento tecnológico, intercâmbio de informações e proteção aos direitos de propriedade intelectual. Por esse instrumento, são explicitados treze campos específicos de cooperação, a saber: a) biotecnologia, b) tecnologias da informação e das comunicações, e) bioinformática, d) espaço, e) microtecnologias e nanotecnologias, f) investigação de materiais, g) tecnologias limpas, h) gestão e uso sustentável dos recursos ambientais, i) biossegurança, j) saúde e medicina, l) aeronáutica, m) metrologia, normalização e avaliação de conformidade, e n) ciências humanas.

No conjunto dos elementos do Acordo consta que as Partes Contratantes tomarão as medidas adequadas para facilitar a entrada, a estada e a saída de seu território das pessoas, materiais, dados e equipamentos envolvidos ou utilizados nas atividades de cooperação, que serão beneficiados por isenções fiscais e aduaneiras, de acordo com as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis nos respectivos territórios. Além disso, nos casos em que o programa de cooperação envolver a concessão de apoio financeiro ou subvenções, tais operações também serão isentas do recolhimento de taxas e impostos.

Após a apreciação pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde contou com a aprovação unânime de seus membros, o feito vem a esta Comissão, na forma regimental, para verificação da compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária e exame do mérito.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Compete a esta Comissão, além do exame do mérito relativo aos aspectos tributários, exame dos “aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual”, nos termos do art. 32, X, h, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria tratada no projeto em exame prevê ações de cooperação entre Brasil e União Européia e estabelece regras gerais relativas a isenções tributárias dos equipamentos e materiais que devam entrar e sair dos países para atender às atividades conjuntas de cooperação.

De acordo com o que dispõe o art. 94 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 10.934, de 11 de

agosto de 2004) a aprovação de lei está condicionada ao cumprimento do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), o qual, por sua vez, determina:

‘Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Considerando que os termos do Acordo envolvem algum tipo de desoneração fiscal de impostos, taxas e contribuições, poderia surgir a interpretação de que o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423/04 não atende às disposições previstas no art. 14 da LRF por não explicitar o valor da renúncia fiscal decorrente.

Contudo, tal entendimento não se aplica ao presente caso, dado que a legislação em vigor já concede um tratamento tributário diferenciado e favorecido para as importações de materiais e equipamentos realizadas por cientistas, pesquisadores e entidades sem fins lucrativos envolvidas com o fomento, coordenação ou execução de programas de pesquisa científica e tecnológica ou de ensino, devidamente credenciados pelo Poder Executivo. De fato, pela Lei nº 8.010, de 1990 tais importações encontram-se isentas dos impostos sobre importação e sobre produtos industrializados, bem como do adicional ao frete para renovação da marinha mercante, tornando-se dispensadas do exame de similaridade, da emissão de guia de importação e controles prévios ao despacho aduaneiro.

Além disso, a mencionada Lei nº 8.010, de 1990, exclui as importações realizadas no âmbito de acordos internacionais destinados ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia do cumprimento de quaisquer limites globais anuais que venham a ser definidos pelo Ministério da Fazenda.

Ressalte-se, por fim, que o Código Tributário Nacional confere especial menção aos Acordos Internacionais, garantindo o tratamento tributário que neles estiver previsto.

Em vista disso, conclui-se que os termos previstos no Acordo em exame mostram-se plenamente compatíveis com as regras tributárias vigentes em nossa legislação, inexistindo cláusula que implique a concessão ou ampliação dos benefícios já existentes, além de, no mérito seguir o padrão de acordos similares.

Pelas razões expostas, voto pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423, de 2004 e, no mérito, por sua aprovação.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005. – Deputado **Paulo Rubem Santiago**, Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423/04, nos termos do parecer do relator, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Geddel Vieira Lima, Presidente; Eduardo Cunha, Luiz Carlos Hauly e Carlito Meres, Vice-Presidentes; Félix Mendonça, Fernando Coruja, Gonzaga Mota, José Carlos Machado, José Militão, Luiz Carreira, Marcelino Fraga, Max Rosenmann, Moreira Franco, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Silvio Torres, Wasny de Roure, Yeda Crusius, Benedito de Lira, Eliseu Padilha e Júlio Cesar.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo ora analisado tem como objetivo aprovar o texto de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004.

Dispõe, ainda, o parágrafo único do Projeto de Decreto Legislativo aqui examinado que os atos que possam resultar na revisão do Acordo e que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio

nio nacional ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional.

A Exposição de Motivos esclarece que “O documento assinado entre Brasil e União Européia incorpora as posições e preocupações suscitadas pela parte brasileira durante o processo de negociação. A definição das áreas de cooperação foi estabelecida por cláusula geral que insere no âmbito do Acordo todas as áreas comuns à política brasileira e comunitária de C&T, e explicita, como desejava o Brasil, treze campos específicos. São eles: (i) biotecnologia; (ii) tecnologias da informação e das comunicações; (iii) bioinformática; (iv) espaço; (v) microtecnologias e nanotecnologias; (vi) investigação de materiais; (vii) tecnologias limpas; (viii) gestão e uso sustentável dos recursos ambientais; (ix) biossegurança; (x) saúde e medicina; (xi) aeronáutica; (xii) metrologia, normalização e avaliação de conformidade; e (xiii) ciências humanas.”

Fica claro pelo texto do Acordo que o seu objetivo é incentivar, desenvolver e facilitar as atividades de cooperação nas áreas de interesse comum em que realizem ou apoiem atividades de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico.

Ainda segundo o texto acordado, as ações de cooperação serão implementadas com base no benefício mútuo, no acesso recíproco às atividades de investigação e de desenvolvimento tecnológico realizadas pelas partes, no intercâmbio de informações, e na adequada proteção dos direitos de propriedade intelectual.

A matéria tramita em regime de urgência e foi distribuída concomitantemente às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Finanças e Tributação e a este Órgão Técnico.

É o relatório.

II – Voto do Relator

De acordo com o que determina o art. 32, IV, a, em consonância com o art. 139, II, c, ambos do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se manifestar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423, de 2004.

O art. 84, VIII, da Constituição Federal, outorga competência ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, ressalvando sempre o referendo do Congresso Nacional. Já o art. 49, I, da mesma Carta Política nos diz que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Assim sendo, está na competência do Poder Executivo assinar o presente Acordo, bem como compete

ao Congresso Nacional sobre ele decidir, sendo o projeto de decreto legislativo a proposição adequada.

Nenhum óbice foi encontrado na proposição legislativa e no texto do Acordo em análise. Ambos encontram-se em consonância com as disposições constitucionais vigentes e com os princípios consagrados no ordenamento jurídico em vigor no País.

De outra parte, o projeto de decreto legislativo ora examinado é bem escrito e respeita a boa técnica legislativa.

Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e pela boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423, de 2004.

Sala da Comissão, 21 de março de 2005. – Deputado **Roberto Freire**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Roberto Freire.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor – Vice-Presidente, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Bosco Costa, Carlos Mota, Carlos Rodrigues, Darci Coelho, Edmar Moreira, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Jamil Murad, João Almeida, João Paulo Cunha, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhyllino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Pellegrino, Nelson Trad, Ney Lopes, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Zenaldo Coutinho, Zulaiê Cobra, Ann Pontes, Antônio Carlos Biffi, Badu Picanço, Colbert Martins, João Fontes, José Pimentel, Júlio Delgado, Leonardo Picciani, Luiz Antonio Fleury, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Ricardo Barros, Sandes Júnior e Sergio Caiado.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2005 – Deputado Antonio Carlos Biscaia, Presidente.

ERRATA

Serviço de Publicação no Diário da Câmara dos Deputados,

No DCD nº 224, de 31.12.04, página 57635, coluna 02.

Onde se lê

.....

2 – MESA
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES
4 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO
5 – COMISSÕES

Suplemento

Ato da Mesa nº 54/04, sairá publicado em Suplemento a este Diário

Leia-se

2 – MESA
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES
4 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO
5 – COMISSÕES

SUPLEMENTO

Ato da Mesa nº 54/04.

SUPLEMENTO “A”

Emenda Constitucional nº 45/04, sairão publicados em suplemento a este Diário.

COMISSÕES

ATAS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS” (CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 11ª Reunião Ordinária realizada em 16 de fevereiro de 2005

Às quinze horas e trinta e três minutos do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 13 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Dr. Rosinha, Hamilton Casara, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Lupércio Ramos, Moacir Micheletto, Nilson Pinto, Perpétua Almeida e Sarney Filho – titulares, e Dr. Rodolfo Pereira, João Alfredo e Pastor Reinaldo – suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Cruz, Antonio Joaquim, Coronel Alves, Gervásio Oliveira, Henrique Afonso, João Carlos Bacelar, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Miguel de Souza, Nilson Mourão e Robson Tuma – titulares, e Edson Duarte, João Caldas, Maria Helena, Nicias Ribeiro, Robestro Balestra (licenciado),

Thelma de Oliveira e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 10ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: Apreciação de requerimentos: O Sr. Presidente passou a presidência dos trabalhos ao Deputado Sarney Filho, para que pudesse apresentar requerimento de sua autoria. 1) – REQUERIMENTO Nº 34/04 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer seja convidado a comparecer perante esta CPI, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta Comissão, o jornalista Leonardo Coutinho”. O autor usou da palavra para encaminhar. Em votação, foi aprovado o requerimento. O Deputado Sarney Filho devolveu a presidência ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. 2) – REQUERIMENTO Nº 35/04 – do Sr. Hamilton Casara – que “solicita seja convidado o Dr. Luiz Marcelo Aranha Camargo – Representante do Instituto de Ciências Biomédicas – Unidade 5 da USP, em Rondônia, para prestar esclarecimentos sobre os trabalhos desenvolvidos por sua entidade”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 3) – REQUERIMENTO Nº 36/04 – do Sr. Sarney Filho – que “requer seja requisitada à Divisão de Prevenção e Repressão aos Crimes Ambientais da Polícia Federal cópia do inteiro teor do inquérito referente à apreensão, em Manaus, de 190 caixas de peixes ornamentais que seriam contrabandeadas para Madrid”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 4) – REQUERIMENTO Nº 37/04 – do Sr. Sarney Filho – que “requer seja requisitada à Divisão de Prevenção e Repressão aos Crimes Ambientais da Polícia Federal cópia do inteiro teor do inquérito em que o alemão Carsten Hermann Richard Roloff foi indiciado pela prática do crime de tráfico de animais”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 5) – REQUERIMENTO Nº 38/04 – do Sr. Hamilton Casara – que “requer seja convidada para prestar depoimento acerca dos fatos relacionados com o objeto desta CPI, a Srª Kilma Raimundo Manso, Chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina, no Estado da Bahia”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 6) – REQUERIMENTO Nº 39/04 – da Sra. Perpétua Almeida – que “requer a convocação do Sr. Valdemir Kramer, sócio-proprietário da Kramer Escritório Imobiliário, para prestar depoimento sobre fatos relacionados com o objeto de trabalho desta CPI”. A autora usou da palavra para encaminhar. Em votação, foi aprovado o requerimento. 7) – REQUERIMENTO Nº 40/04 – da Sra. Perpétua Almeida – que “requer que seja convidado o Sr. Henrique Corinto, Presidente do Instituto de Terras do Estado do Acre, para prestar depoimento sobre fatos relacionados com o objeto de trabalho desta CPI”. A autora usou da palavra para encaminhar. Em votação,

foi aprovado o requerimento. 8) – REQUERIMENTO Nº 41/04 – do Sr. Sarney Filho – que “requer a convocação do Delegado da Polícia Federal responsável pela “Operação Faroeste”, que acarretou a prisão de vinte um servidores do Incra, incluído o Superintendente do Instituto no Pará, e as cópias do respectivo inquérito”. O autor usou da palavra para encaminhar. Em votação, foi aprovado o requerimento. 9) – REQUERIMENTO Nº 42/04 – do Sr. Sarney Filho – que “requer a convocação do alemão Dietmar Pinz, preso recentemente no Aeroporto Internacional de Brasília com seis aranhas, que seriam utilizadas em suas pesquisas científicas e a servidora Kilma, agente da Polícia Federal cedida ao IBAMA para chefiar a Estação Ecológica do Raso da Catarina – Bahia”. O Sr. Presidente declarou prejudicada a convocação da Srª Kilma, por já haver sido convidada através do Requerimento nº 38, de autoria do Deputado Hamilton Casara. O autor do requerimento usou da palavra para encaminhar. Em votação, foi aprovado o requerimento. 10) – REQUERIMENTO Nº 43/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam convocados a comparecer perante este órgão, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta Comissão, as seguintes pessoas:

- Ademir Galvão Andrade, Presidente da Companhia Docas do Pará;
- Cláudio José Teixeira da Rocha, técnico do Ibama/PA;
- Marcílio de Abreu Monteiro, Gerente Executivo I do Ibama em Belém/PA;
- Paulo Fernando Maier Souza, Gerente Executivo II do Ibama em Santarém/PA;
- Geraldo Pastana, ex-Gerente Executivo II do IBAMA em Santarém/PA, atual Prefeito de Belterra/PA;
- Rosane Amaral Freitas, Eng^a Florestal, ex-Chefe do Ibama em Tucuruí/PA;
- Selma Bara Melgaço, ex-Gerente Executiva I do Ibama/PA;
- Ubiratan Cazetta, Procurador da República no Estado do Pará;
- Felício Pontes Junior, Procurador da República no Estado do Pará;
- Waldir Klimage, empresário do setor madeireiro no Estado do Pará;
- Lívia Karina Passos Martins, técnica do Ibama em Itaituba/PA;
- José Sales de Sousa, Chefe do Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba/PA;
- Eurico Bezerra, ex-Chefe do Escritório do Ibama em Itaituba/PA;

- Joseph Jaoudath Haraqui, empresário do setor madeireiro e de mineração no Estado do Pará;
- Juberto Lima Pereira, analista ambiental do Ibama em Santarém/PA;
- José Ricardo Lima, ex-Gerente Executivo II do Ibama em Santarém/PA;
- Gerson Salviano Campos, ex-Prefeito de Porto de Moz/PA;
- Rivaldo Salviano Campos, Prefeito de Porto de Moz/PA;
- Idalino Nunes de Assis, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz/PA;
- Cláudio Wilson Barbosa, líder comunitário e ex-coordenador do Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz/PA;
- Elias Salame, Presidente da Associação das Empresas Exportadoras de Madeira do Pará;
- Reginaldo da Costa Sozinho, ex-Vereador e Presidente da Associação dos Madeireiros do Município de Portel – AMAMP/PA;
- João de Lima Alves, empresário do setor madeireiro em Portel/PA;
- Jorge Hamilton Farache Alves, empresário do setor madeireiro em Portel/PA;
- Dom José Luis Azcona, Bispo Prelado do Marajó/PA;
- Carlos Moura, Chefe do Escritório do Ibama em Breves/PA;
- Deusdedith Cruz Filho, Engenheiro Florestal e consultor em Belém/PA;
- Claudilene Galvão de Araújo, da Colônia de Pescadores Z 62, de Breves/PA;
- Cândido da Luz Ribeiro, Mestre de Embarcação em Breves/PA;
- Régis Furtado Batista, Chefe da Fiscalização do Ibama em Belém/PA;
- Manuel Costa Filho, Chefe de Fiscalização do Ibama em Santarém/PA;
- Daniel Cohenca, Chefe de Processamento de Dados do Ibama em Santarém/PA;
- Maria do Carmo de Oliveira Brígido, técnica da área de fauna do Ibama em Belém/PA”.

O autor do requerimento usou da palavra para encaminhar. Em votação, foi aprovado o requerimento. O Sr. Presidente passou a presidência dos trabalhos ao Deputado Sarney Filho, para que pudesse apresentar requerimentos de sua autoria. 11) – REQUERIMENTO Nº 44/05 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer a convocação do professor Guarino Rinaldi Di Colli, do Departamento de Zoologia da Universidade de Brasília/UNB, para prestar depoimento a esta CPI sobre o tráfico de animais para o exterior”. O autor usou da palavra para encaminhar. Em votação, foi aprova-

do o requerimento. 12) – REQUERIMENTO Nº 45/05 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer a convocação dos Srs. Fernando da Lava e Francisco Tavares, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA; e do Sr. Otacílio Nunes, da Fundação Nacional do Índio-FUNAI/DF”. O autor usou da palavra para encaminhar. Em votação, foi aprovado o requerimento”. O Deputado Sarney Filho devolveu a presidência ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e cinquenta e sete minutos. E, para constar, eu, , Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Boa tarde.

Declaro aberta a 11ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da décima reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado, Deputada Perpétua.

Dispensada a leitura da ata, coloco-a em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passa-se à apreciação de requerimentos.

Vou deixar para ler o primeiro requerimento ao final, tendo em vista ser ele de minha autoria, para não ter de me ausentar da Presidência, adiantando o expediente.

Requerimento nº 35, de 2004, de autoria do Sr. Hamilton Casara, que solicita seja convidado o Dr. Luiz Marcelo Aranha de Camargo, representante do Instituto de Ciências Biomédicas, Unidade nº 5 da USP, em Rondônia, para prestar esclarecimentos sobre os trabalhos desenvolvidos por aquela entidade.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 36, de 2004, do Sr. Sarney Filho, que requer seja requisitada à Divisão de Prevenção e Repressão aos Crimes Ambientais da Polícia Federal cópia do inteiro teor do inquérito referente à apreensão, em Manaus, de 190 caixas contendo peixes ornamentais que seriam contrabandeados para Madri.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 37, de 2004, de autoria do Sr. Sarney Filho, que requer seja requisitada à Divisão de Prevenção e Repressão aos Crimes Ambientais da Polícia Federal cópia do inteiro teor do inquérito em que o alemão Carsten Hermann Richard Roloff foi indiciado pela prática do crime de tráfico de animais.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 38, de 2004, do Sr. Hamilton Casara, que requer seja convidada para prestar depoimento acerca dos fatos relacionados com o objeto desta CPI, a Sra. Kilma Raimundo Manso, Chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina, no Estado da Bahia.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 39, de 2004, da Sra. Deputada Perpétua Almeida, que requer a convocação do Sr. Valdemir Kramer, sócio-proprietário da Kramer Escritório Imobiliário, para prestar depoimento sobre fatos relacionados com o objeto de trabalho desta CPI.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Presidente, faço questão, na verdade, de fazer uma rápida justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Vou ler o primeiro parágrafo da nossa justificativa, que diz o seguinte: jornais acreanos e revistas da Amazônia publicam o seguinte anúncio: “Vendemos um terreno no Rio Purus, Município de Sena Madureira, no Acre, no Seringal Vale do Rio Chandless, medindo 975 mil hectares. A referida propriedade é constituída por grande área de floresta nativa, tendo o mogno como uma de suas principais madeiras de valor comercial. Em análise do solo, devidamente registrada, foi constada a existência de reservas de minério de prata e de ouro. A presença de gigantescos fósseis de animais ainda não identificados são comuns na região. Toda a área está devidamente documentada. Inclusive nas áreas já foi confirmada a presença de minerais preciosos”.

Na verdade, isto aqui é um anúncio de venda de terras no Acre, num *site* e revista da Amazônia, quando na verdade o local que se refere estar à venda é o local pertencente ao Parque Estadual do Chandless, no Estado do Acre, que não está à venda sob hipótese alguma.

Por isso, estamos pedindo a presença do dono dessa empresa, para vir se explicar acerca desse anúncio.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 40, de 2004, da Sra. Deputada Perpétua Almeida, que requer seja convidado o Sr Henrique Corinto, Presidente do Instituto de Terras do Acre, para prestar depoimento sobre fatos relacionados com o objeto de trabalho desta CPI.

Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida, para encaminhar.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Na verdade, o Sr Henrique Corinto é o Coordenador do Instituto de Terras do Acre, que é quem tem feito uma investigação acerca dessa suposta venda do Parque Nacional do Chandless.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 41, de 2004, do Deputado Sarney Filho, que requer a convocação do delegado da Polícia Federal responsável pela Operação Faroeste, que acarretou a prisão de 21 servidores do INCRA, incluindo o superintendente do instituto no Pará, e as cópias do respectivo inquérito.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, evidente que existe uma relação muito estreita entre a questão fundiária e o desmatamento. Nós sabemos, e o governo já foi inúmeras vezes alertado, que a maioria dos desmatamentos que hoje ocorrem na Amazônia – e também um pouco que ainda ocorre, por falta de matéria-prima, na Mata Atlântica –, se dão em cima de terras que, na realidade, a maioria delas ou é grilada ou é terra pública. Então, é fundamental que ouçamos o que aconteceu ali e por que, e como, de que forma a questão fundiária foi tratada e está sendo tratada, principalmente na região amazônica, onde estamos presenciando aquilo que todos temíamos.

Eu mesmo já tive oportunidade de, há 20 dias, numa entrevista no jornal *O Globo*, dizer que a maneira como o Governo tem cedido às pressões dos grupos ambientalistas, pelo fato de gerarem fatos consumados no desrespeito à lei, no desrespeito às decisões do CONAMA, quer dizer, essas seguidas pressões bem-sucedidas desse segmento têm feito com que cada vez mais esse segmento fique ousado e cada vez mais também a ilegalidade se expanda.

Dessa forma, Sr. Presidente, é importante que possamos ouvir todas as diversas partes envolvidas nessa questão. A audição desse superintendente destituído é importante, como também é importante que o inquérito venha para a nossa Comissão, para que possamos analisá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 42, de 2004, também do Deputado Sarney Filho, que requer a convocação do alemão Dietmar Pinz, preso recentemente no Aeroporto Internacional de Brasília com seis aranhas, que seriam utilizadas em suas pesquisas, e a servidora Kilma, agente da Polícia Federal cedida ao IBAMA para chefiar a Estação Ecológica do Raso da Catarina, no Estado da Bahia.

Declaro prejudicada a convocação da Sra. Kilma por já ter sido aprovado o Requerimento nº 38, de autoria do Deputado Hamilton Casara. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Sarney Filho, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, caros colegas, esse requerimento que visa a convocar o alemão Dietmar Pinz, que foi preso recentemente no aeroporto de Brasília com 6 aranhas, vai ao encontro daquilo que sempre falamos, desde o começo da nossa CPI, de que iríamos agir em 2 vertentes: uma vertente estrutural, para sabermos as causas estruturais do desmatamento, do tráfico de animais, da biopirataria, e outra em cima de questões pontuais. Essa me parece ser uma possibilidade bastante grande que a Comissão terá de verificar qual o destino que esse material roubado do Brasil, pirateado do Brasil, terá. Certamente, poderemos ter a confirmação de que esses traficantes são apenas um pequeno elo dentro de uma grande cadeia e que irá desaguar nos laboratórios internacionais de porte médio e até mesmo de grande porte.

Acho que essa convocação vai ser importante dentro dessa linha de investigação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº 10 da pauta.

Requerimento nº 43, de 2005, do Sr. Sarney Filho, que requer sejam convocadas a comparecer perante este órgão, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta Comissão, as seguintes pessoas: Ademir Galvão Andrade, Presidente da Companhia Docas do Pará; Cláudio José Teixeira da Rocha, técnico do IBAMA; Marcílio de Abreu Monteiro, Gerente Executivo do IBAMA; Paulo Fernando Maier Souza, Gerente Executivo do IBAMA; Geraldo Pastana, Gerente Executivo do IBAMA, atual Prefeito de Belterra, no Pará; Rosane Amaral Freitas, engenheira florestal, ex-chefe do IBAMA em Tucuruí; Selma Melgaço, ex-gerente executiva do IBAMA; Ubiratan Cazetta, Procurador da República no Estado do Pará; Felício Pontes Junior, Procurador da República do Pará; Walimir Klimage, empresário do setor madeireiro no Pará; Lívia Karina Martins, técnica do IBAMA; José Sales de Sousa, Chefe do Parque Nacional da Amazônia; Eurico Bezerra, ex-chefe do escritório do IBAMA em

Itaituba, Pará; Joseph Haraqui, empresário do setor madeireiro e de mineração no Pará; Juberto Lima Pereira, analista ambiental do IBAMA; José Ricardo Lima, gerente executivo do IBAMA; Gerson Campos, ex-Prefeito de Porto de Moz, Pará; Rivaldo Campos, Prefeito de Porto de Moz; Idalino Nunes de Assis, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz; Cláudio Wilson Barbosa, líder comunitário de Porto de Moz e ex-coordenador do Comitê de Desenvolvimento Sustentável daquele porto; Elias Salame, Presidente da Associação das Empresas Exportadoras de Madeira do Pará; Reginaldo da Costa Sozinho, ex-Vereador e Presidente da Associação dos Madeireiros do Município de Portel, Pará; João de Lima Alves, empresário do setor madeireiro em Portel; Jorge Hamilton Alves, empresário do setor madeireiro em Portel; Dom José Luís Ascona, Bispo Prelado do Marajó, Pará; Carlos Moura, Chefe do Escritório do IBAMA em Breves, Pará; Deusedith Cruz Filho, engenheiro florestal e consultor em Belém; Claudilene Galvão de Araújo, da Colônia de Pescadores Z 62, de Breves, Pará; Cândido da Luz Ribeiro, mestre de embarcação em Breves, Pará; Régis Batista, Chefe da Fiscalização do IBAMA em Belém; Manuel Costa Filho, Chefe de Fiscalização do IBAMA em Santarém; Daniel Cohenca, Chefe de Processamento de Dados do IBAMA em Santarém; Maria do Carmo de Oliveira Brígido, técnica da área de fauna do IBAMA em Belém. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Sarney Filho, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, nobres colegas, essa convocação ampla envolve representantes de todos os segmentos da área madeireira. Existem denúncias, as mais variadas possíveis, que chegaram à nossa Comissão, a respeito do envolvimento de madeireiros na exportação ilegal de madeiras. Então, a convocação dessas pessoas evidentemente, dentro daquilo que falamos... Não vai por trás dessa convocação nenhum prejulgamento, até mesmo porque aqui existem pessoas que vão prestar esclarecimentos, que estão evidentemente ajudando. Vai dentro já daquela nossa decisão de não convidarmos mais, de convocarmos todo o mundo para dar autoridade à CPI. Acho muito correto esse entendimento.

Então, dentro disso, ampliamos bastante o leque de convocação, o que, evidentemente, pode nos dar, dentro desse amplo leque de convocação, o poder discricionário de convocarmos aqueles que acharmos mais importantes. Mas já ficam desde já asseguradas, se precisarmos, essas convocações. É dentro desse espírito que fizemos esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, por gentileza, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tomo a liberdade de passar a Presidência ao Deputado Sarney Filho porque restam 3 requerimentos – os de nº 1, 11 e 12 – de minha autoria. Por isso, me sentarei no plenário para dar encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Com a Presidência sob meu controle, vou desde já colocar o Requerimento de nº 34, que é o item 1 da pauta, de autoria do nosso Presidente Mendes Thame, que requer seja convidado a comparecer perante esta CPI, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta Comissão, o jornalista Leonardo Coutinho.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Deputado Sarney Filho, demais Deputados, na Edição 1.840, da revista *Veja*, publicada em fevereiro do ano passado, o jornalista Leonardo Coutinho publicou a matéria intitulada “*Tem gringo no mato*”, na qual afirma que mais de 10 mil pessoas de nacionalidade não-brasileira já vivem e freqüentam a região amazônica, compondo uma comunidade com informação intelectual suficiente para governar a área, provavelmente com mais bom senso do que fazem muitos dos políticos locais.

Na seqüência cita que muitos cientistas pesquisam as características e benefícios que podem obter da biodiversidade da floresta.

Sem embargo essa colocação tenha sido colocada como algo absolutamente natural, isso nos chama muito a atenção, principalmente pelos exemplos que são dados pelo jornalista de estrangeiros como William F. Laurance, do Smithsonian Tropical Institute; Stephan Schwartzman, da organização Environmental Defense, e Daniel Nepstad, fundador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. E não entra em detalhes sobre o que esses cientistas fazem, nem como chegou a esse número total de estrangeiros, razão pela qual acreditamos que esse jornalista, autor de tão relevante matéria, possa ter informações importantes para auxiliar nos trabalhos desta Comissão e razão pela qual submetemos à consideração dos Deputados desta Comissão o convite para prestar depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos imediatamente ao Requerimento de nº 44, item 11 da pauta, do Deputado Mendes Thame que requer a convocação do Prof. Guarino Rinaldi Di Colli, do Departamento de Zoologia da Universidade de Brasília, para prestar depoimento a esta CPI sobre tráfico de animais para o exterior.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Deputado Sarney Filho, Deputados, a Polícia Federal brasileira cumpriu algumas investigações monitorando instituições públicas e privadas e tentando verificar como estão sendo conduzidos diversos convênios internacionais e pesquisas científicas. Em uma dessas investigações, constatou que pesquisadores da Universidade de Oklahoma – Laurie Joseph, Page Caldwell e Donald Beardsley – foram autorizados a levar répteis, anfíbios e outros animais vivos para os Estados Unidos e não sabemos o que realmente ocorreu posteriormente, pois constatou-se que parte dessas animais foi vendida para zoológicos europeus e americanos, configurando claramente um crime de biopirataria.

Por essa razão, gostaríamos de tomar conhecimento dos termos desse convênio, do que foi feito posteriormente e como o Dr. Guarino Di Colli, do Departamento de Zoologia da UnB, é quem supervisiona esse convênio, gostaríamos de convocá-lo para que possa aqui trazer as suas informações a respeito do ocorrido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Deputado...

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Temos mais um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Temos mais um. Desculpe-me, Presidente.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – É o último.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Está havendo processo de votação lá, Presidente, e sei que V.Exa. ainda não votou.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Já vamos para lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Portanto, estou preocupado com a abstenção de V.Exa. nessa votação. O voto de V.Exa. é importante.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Vamos ao Requerimento de nº 45, item 12 da pauta, do Deputado Mendes Thame, que requer a convocação dos Srs. Fernando da Lava e Francisco Tavares, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e do Sr. Otacílio Nunes, da Fundação Nacional do Índio.

Com a palavra o autor do requerimento, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Srs. Deputados, a imprensa divulgou que foram apreendidas pela polícia federal dos Estados Unidos, em conjunto com operação com a Polícia Federal brasileira, centenas de peças de artesanato indígena brasileiro, que teriam sido levadas por uma antropóloga brasileira e lá vendidas para um diretor do Museu Smithsonian.

Na seqüência, por denúncia da própria acusada dessa venda, a Polícia Federal brasileira também apreendeu, no Rio de Janeiro, na residência de seus familiares, centenas de peças similares, que poderiam ser despachadas para o mercado norte-americano e europeu, avaliadas essas peças em milhares de dólares. Parte desse material, segundo autoridades ambientais e policiais, e da própria acusada, foi adquirida legalmente na loja oficial da FUNAI, chamada Artíndia, do Museu do Índio, e teve sua autorização legal de remessa para os Estados Unidos dada pelo IBAMA e pela FUNAI, cujos responsáveis por essa área estão agora sendo convocados através deste requerimento, para prestarem esclarecimentos a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo agora a Presidência ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão, convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 23 de fevereiro, às 14h, no Plenário nº 13.

Agradeço a todos a presença.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO
DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES
BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO
ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
Ata da 12ª Reunião Ordinária realizada em 23
de fevereiro de 2005

(Parte Pública)

Às quinze horas e dez minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 13 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Compareceram os Deputados Antonio Cruz, Dr. Rosinha, Gervásio Oliveira, Hamilton Casara, Josué Bengtson, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Lupércio Ramos, Moacir Micheletto, Perpétua Almeida e Sarney Filho – titulares, e Edson Duarte, Maria Helena e Thelma de Oliveira – suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Joaquim, Coronel Alves, Henrique Afonso, João Carlos Bacelar, Leandro Vilela, Miguel de Souza, Nilson Mourão, Nilson Pinto e Robson Tuma – titulares, e Dr. Rodolfo Pereira, João Alfredo, Nicias Ribeiro, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra e Vanessa Grazziotin – suplentes. **ABERTURA:** O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 11ª reunião, que foi aprovada sem observações. **ORDEM DO DIA:** O Sr. Presidente esclareceu que durante a reunião do dia 16 de fevereiro do corrente, quando da aprovação do Requerimento nº 43/05 do Deputado Sarney Filho, por equívoco, convocou-se o Sr. Walmir Klimaque. Para registro, retirou o nome do convocado, que na verdade chama-se Walmir Climaco de Aguiar. O Sr. Presidente registrou e agradeceu o comparecimento em plenário dos Senhores Sebastião Terena – Coordenador da Comissão Indígena do Pantanal – MS; Adão Uirapuitã Brasil – Kaiwa – MS – Universitário; Félix Xavante – Representante indígena Xavante – MT; Makssuara – Coordenador da Tradição da Cultura Indígena – Kadweu – MS; Manoel Terena – Representante de Artesanato Indígena – MS; Renato Xavante – Representante dos Caciques – MT; Josiel André Guajajara – Representante das Lideranças – MA; Murilo Azevedo – Diretor de Produção (Documentário de Biopirataria); Jakala Kuikuru – Representante de Lideranças – MT; e Carlos Pankararu – Representante Indígena Pankararu – PE. O Deputado Sarney Filho lamentou a morte do ambientalista Dionísio Júlio Ribeiro Filho, no dia 22 do

corrente, pedindo 1 minuto de silêncio e informando que o PV iria se fazer representar no enterro do ambientalista. O Sr. Presidente informou que o PSDB iria tomar as mesmas providências. **A – Audiência Pública:** O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes testemunhas: Srs. Guarino Rinaldi Colli

– Professor do Departamento de Zoologia da Universidade de Brasília; Francisco Luiz Câmara Tavares – Coordenador Geral de Fauna/Substituto do IBAMA; Sr. Fernando Dal’ava – Diretor Substituto da Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA; e Sr. Otacílio Antunes – ex-Presidente da FUNAI, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou-os para tomarem assento à mesa, solicitou que prestassem o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal e facultou o prazo de 20 minutos caso quisessem fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Concluídas as exposições, fizeram perguntas às testemunhas os Deputados Sarney Filho, Antonio Carlos Mendes Thame, Lupércio Ramos, Perpétua Almeida e Maria Helena. O Sr. Deputado Sarney Filho assumiu a presidência dos trabalhos, formulou suas perguntas e as feitas pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame aos Srs. Fernando Dal’ava, Francisco Luiz Câmara Tavares e Otacílio Antunes, entregando-lhes por escrito, e determinou o prazo de 7 (sete) dias para que os mesmos as respondessem e as enviassem à CPI. **B – Apreciação de requerimentos:**

O Sr. Presidente solicitou à Deputada Maria Helena que assumisse a presidência dos trabalhos para que pudesse apresentar requerimentos de sua autoria. 1) – **REQUERIMENTO Nº 46/05** – do Sr. Sarney Filho – que “requer cópia de reportagem jornalística à TV Tapajós/PA”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 2) – **REQUERIMENTO Nº 47/05** – do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam convocadas a prestar depoimento as seguintes pessoas:

– Sylvia Lucas, pesquisadora do Instituto Butantan de São Paulo;

– Rogério Bertani, pesquisador do Instituto Butantan de São Paulo;

– João Batista, técnico do Ibama em Belém/PA;

– Rivaldo Salviano Campos, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto de Moz/PA;

– Edilson Cardoso, Prefeito de Porto de Moz/PA;

– Daniel Munduruku, Diretor-Presidente do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual – INBRAPI;

– Roque Yamanawá, Presidente da ONG Associação Vida Nova na Floresta;

– João Alencar de Souza, pesquisador da EMBRAPA no Acre;

– Igor Teixeira, Gerente Administrativo da Tawayá Sabonetes, em Cruzeiro do Sul, no Acre;

– Leandro Petsch Bechenkamp, proprietário rural; e

– Daniel Campos Benício, técnico do IBAMA em Santarém-PA”. Em votação, foi aprovado o requerimento.

3) – **REQUERIMENTO Nº 49/05** – do Sr. Sarney Filho – que “requer cópia de reportagem jornalística à TV Cultura de São Paulo, no Programa Roda Viva do dia 21.02.2005”. Em votação, foi aprovado o requerimento.

4) – **REQUERIMENTO Nº 48/05** – do Sr. Sarney Filho – “requerimento sigiloso”. A Sr^a Presidente colocou em votação a transformação da sessão em reunião reservada, para que a CPI pudesse deliberar este requerimento. Em votação, foi aprovada a transformação. Em reunião reservada, a CPI aprovou o requerimento.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a Sr^a Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e quarenta e quatro minutos. E, para constar, eu, , Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12^a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, exploração, comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 11^a reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Havendo solicitação de dispensa da leitura, em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Ordem do Dia.

Antes da Ordem do Dia, nós vamos registrar aqui a presença de Sebastião Terena, Coordenador da Comissão Indígena do Pantanal; Adão Brasil, Kaiwa, universitário da UnB, Distrito Federal; Félix Xavante, de Mato Grosso, representante indígena xavante; Maksuara Kadweu, de Mato Grosso também, Coordenador da Tradição da Cultura Indígena; Manoel Terena, re-

presentante de Artesanato Indígena; Renato Xavante, representante dos caciques; Josiel André Guajajara, representante das lideranças; Murilo Azevedo, Diretor de Produção, Documentário de Biopirataria; Jakalo Kiukuru, também representante de lideranças; e Carlos Pankararu, de Pernambuco, representante indígena pankararu. Agradecemos a presença.

E, dando início à Ordem do Dia, gostaria de esclarecer que, durante a reunião do dia 16 de fevereiro do corrente, quando da aprovação do Requerimento nº 43/05, do Deputado Sarney Filho, por equívoco, convocou-se o Sr. Walmir Clinaco. Para registro, retificamos o nome do convocado, que, na verdade, se chama Walmir Klinaque de Aguiar.

Em virtude da aprovação de requerimentos de minha autoria, esta Comissão se reúne hoje, em audiência pública, para ouvir as seguintes testemunhas: Sr. Guarino Rinaldi Colli, professor do Departamento de Zoologia da Universidade de Brasília; Sr. Francisco Luiz Câmara Tavares, Coordenador-Geral de Fauna/ Substituto do IBAMA; Sr. Fernando Dal’Ava, Diretor-Substituto da Diretoria da Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA; e Sr. Otacílio Antunes, ex-Presidente da FUNAI. Como se trata de depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme dispõe o art. 210 do Código de Processo Penal.

Convido o Sr. Guarino Rinaldi Colli a tomar assento à mesa.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, peço a V.Exa., antes de iniciarmos o depoimento do nosso conferencista, para fazer um registro. Eu acabo de receber a notícia de que o ambientalista Dionísio Ribeiro Filho foi assassinado, na noite de ontem, perto da Reserva do Tinguá, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Como o ambientalista Ribeiro Filho lutava contra o comércio ilegal de animais silvestres na região e também contra a exploração indevida de palmito, e ele também foi um dos idealizadores da Reserva do Tinguá e já vinha recebendo ameaças há algum tempo, como também eu acredito que mais esse assassinato de cunho socioambiental, mais esse homicídio, num curto período de tempo, ele evidentemente nos remete a uma reflexão mais profunda do que vem acontecendo nessa área em todo o Brasil, eu gostaria só, por achar pertinente, fazer esse registro e lamentar profundamente o ocorrido.

Quero dizer que o Partido Verde, aqui na Câmara dos Deputados, irá pedir um minuto de silêncio na nossa sessão que está em andamento. E, evidentemente, nós iremos nos fazer representar no enterro, e pretendemos transformar evidentemente a sua morte num motivo de luta e de realização daqueles seus ideais, que era justamente termos um meio ambiente

que pudesse prestar serviços ao homem e à natureza. Então, Sr. Presidente, feito este triste registro, agora que recebi a confirmação, acho que é pertinente, agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Sarney, nós queremos nos solidarizar e compartilhar da mesma tristeza desse triste acontecimento. Dizer que também, de nossa parte, vamos levar ao nosso partido essa mesma providência que V.Exa. toma com respeito a esse assassinato do ambientalista Dionísio Júlio Ribeiro Filho. Passemos ao juramento do Sr. Guarino Rinaldi Colli, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, fica a advertência à testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: *“Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão, de um a três anos, e multa”*.

Com palavra o Sr. Guarino Rinaldi Colli, até por 20 minutos, para fazer uso dela seu critério, como melhor lhe aprouver, antes de responder as perguntas dos Deputados.

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Sr. Presidente, obrigado. Eu não tenho conhecimento dos autos do processo. Então, eu vou declinar da oportunidade de fazer uma exposição, e me coloco à disposição da Mesa para que faça as perguntas e eu estarei aqui à disposição para respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Dr. Antônio Guarino Rinaldi Colli, Professor do Departamento de Zoologia da Universidade de Brasília, gostaria, primeiro, de agradecer a presença de V.Exa. aqui nesta Comissão. Quero dizer que o objetivo da nossa Comissão é muito mais ambicioso do que simplesmente apurar ocorrências que hajam ferido a legalidade. Nós, evidentemente, gostaríamos de, a partir desta Comissão, fazer uma proposta consistente a respeito de políticas para combater o tráfico de animais silvestres, a biopirataria e a extração ilegal de madeira. E é exatamente dentro desse espírito que eu gostaria de fazer algumas perguntas que estão aqui por escrito – depois irei lhe passar. A primeira pergunta era que o senhor poderia explicar detalhadamente as atividades abrangidas pelo convênio da UnB com a Universidade de Oklahoma,

que estão sob sua supervisão?. Primeiro, esse convênio está sob sua supervisão?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Sr. Relator, em primeiro lugar, o senhor me desculpe, mas o meu nome é Guarino Rinaldi Colli.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Colli?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – É. Não tem o Antônio. É só Guarino Rinaldi Colli. As atividades desenvolvidas, sob a minha supervisão, envolvem a cooperação, envolvendo o intercâmbio entre a Universidade de Brasília e a Universidade de Oklahoma, através de projetos conjuntos de pesquisa científica voltados para a conservação da herpetofauna brasileira.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Dando continuidade, Sr. Presidente, como a UnB controla as atividades desenvolvidas por seus pesquisadores e por pesquisadores nacionais ou estrangeiros conveniados, no que se refere à observância da legislação que regula o envio de espécimes da fauna silvestre para o exterior e o acesso ao patrimônio genético brasileiro?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – O controle das atividades desenvolvidas pelos pesquisadores se dá diretamente pelos professores ou pesquisadores envolvidos com essas atividades, os departamentos aos quais eles estão filiados, os institutos, o Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da universidade e, em última análise, a Reitoria.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Qual é a sua avaliação sobre a eficácia do controle do acesso ao patrimônio genético exercido pelo CGEN? Considera que esse controle é suficiente diante da extensão do País e da diversidade de suas condições ambientais? O que poderia ser melhorado?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – A minha avaliação sobre a eficácia do controle do acesso ao patrimônio genético, exercido pelo CGEN, é que a legislação brasileira é boa, ela é rigorosa. Esse controle, em termos da legislação, na minha opinião, ele é suficiente diante da extensão do País e da diversidade de condições ambientais. Eu realmente não sou um especialista no assunto em termos de controle e fiscalização, mas o meu entendimento é que a legislação é suficiente. E o que poderia ser melhorado seria a fiscalização.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Qual é a sua opinião sobre o conteúdo da MP nº 2.186? Ela tem a consistência necessária para regular o controle do acesso ao patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – A minha opinião sobre a MP nº 2.186 é que ela é bastante detalhada. Ela prevê, na minha opinião, quase todos os casos em que atividades envolvendo o patrimônio ge-

nético possam ocorrer. E, no meu entender, ela atende às necessidades de controle do acesso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Que tipos de ajustes seriam necessários na legislação pátria para um controle mais eficaz do acesso irregular ao patrimônio genético e da remessa de espécimes da fauna silvestre para o exterior? V.Exa. já disse que entende pouco desse assunto, mas, se tiver alguma sugestão, estaremos abertos.

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Sr. Relator, realmente a minha especialidade é a biologia de répteis e anfíbios. E eu realmente declinaria sobre manifestar aqui opiniões sobre a legislação.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor tem conhecimento de nomes de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas com atividades irregulares de remessa de espécimes da fauna silvestre para o exterior ou de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, eu vou aguardar as demais perguntas. Se, ao longo desses questionamentos, eu achar que mereça algum novo esclarecimento, pedirei a V.Exa. que me passe a palavra novamente. Desde já, seria importante que o Prof. Guarino Rinaldi Colli – não Antônio nem de Colli – detalhar, se possível, e se não for possível agora se comprometer a nos mandar, o número de espécimes enviados e o número de cientistas envolvidos nesse projeto.

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Sr. Relator, o projeto ao qual o senhor faz referência é um projeto intitulado Gradientes de Espécies, Biodiversidade e Fitoeologia de Anfíbios e Répteis, na região de contato entre o Cerrado e a Amazônia, e Ecologia de Anfíbios do Cerrado, de Anfíbios e de Répteis do Cerrado – me desculpe. Esse projeto de expedição científica, autorizado pela Portaria nº 889, de 16 de dezembro de 2003, pelo Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, ele iniciou as suas atividades ao final do ano de 2004. E, com relação às coletas que foram até então realizadas, não houve o envio de nenhum exemplar da fauna brasileira, até a data atual, de nenhum exemplar da fauna brasileira para a Universidade de Oklahoma.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Obrigado. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame) – Dando seqüência, gostaríamos de saber se algum Deputado deseja fazer alguma pergunta ao Dr. Guarino Rinaldi Colli. Então, gostaria de fazer algumas perguntas, por gentileza.

A primeira pergunta é: quantos convênios e parcerias científicas estão sob sua responsabilidade? E

quais mecanismos de proteção contra a biopirataria que regularmente a sua instituição utiliza?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – O único projeto sob a minha responsabilidade, Sr. Presidente, é esse que eu mencionei, autorizado pela Portaria nº 889. Eu falei o título, não é? Gradientes de Espécies na região do Cerrado e Amazônia. E os mecanismos de controle de atividades de biopirataria, exercidos pela Universidade de Brasília, são aqueles que eu mencionei anteriormente, ou seja, as atividades dos professores estão subordinadas à supervisão dos respectivos departamentos aos quais eles se filiam, institutos e Decanatos de Pesquisa e Pós-Graduação e Reitoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Informações que nós aqui recebemos na CPI nos dão conta de que pesquisadores da Universidade Oklahoma, Laurie Vitt, Janalee Paige Caldwell e Donald Beardsley, foram autorizados a levar répteis e anfíbios e outros animais vivos para os Estados Unidos com o objetivo de pesquisa. Mas, posteriormente, constatou-se que parte desses animais tinha sido vendida para zoológicos europeus e americanos, configurando um crime de biopirataria. Isso é verdade? Isso realmente ocorreu? Se ocorreu, a quem cabia o acompanhamento das pesquisas fora do território brasileiro? Há alguma medida legal que possa ser tomada ou que deva ser tomada ou que tenha sido tomada, após o conhecimento desses ilícitos, se é que ocorreram?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Sr. Presidente, o relato que o senhor expôs não corresponde inteiramente aos fatos. Houve, sim, uma remessa de exemplares de répteis e anfíbios brasileiros para a Universidade de Oklahoma, autorizado devidamente pelo IBAMA, com a correspondente licença CITES, em 1995, quando os pesquisadores da Universidade de Oklahoma, Dra. Laurie Joseph Vitt e Janalee Paige Caldwell, desenvolviam projeto de expedição científica em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, sob a supervisão da Dra. Teresa Cristina Sauer de Ávila Pires. Portanto, em primeiro lugar, gostaria de indicar aqui o Sr. Donald Beardsley Scheper, que é atualmente orientado da Dra. Janalee Caldwell. Ele participa do projeto sob a minha responsabilidade e não estava, de maneira alguma, envolvido com esse envio de exemplares da fauna brasileira, em 1995. Esses exemplares que foram enviados para a Universidade de Oklahoma, em 1995, foram enviados com a finalidade de realização de pesquisa científica. Uma das espécies em questão, a chamada rã-da-castanha, *Dendrobates castaneoticus*, havia sido descrita há pouco tempo pela Dra. Caldwell, em um trabalho intitulado *A New Poison Frog from Amazonian Brazil, with Further*

Revision of the quinquevittatus Group of Dendrobates, que passo às mãos de V.Exa. E a referida pesquisadora havia iniciado experimentos de campo no Brasil sobre o comportamento reprodutivo de forrageamento da espécie e, assim, a licença da CITES para exportação desses animais possibilitava a continuidade dos estudos em condições de laboratório. Passo às mãos de V.Exa. a licença CITES e ainda a portaria do Ministério da Ciência e Tecnologia que autorizava a expedição científica. As pesquisas realizadas pela Dra. Caldwell foram divulgadas em um boletim do Museu da Universidade e, mais tarde, apareceram ainda em um *software* educativo para jovens mulheres desenvolvido pela Universidade de Nebraska e, devido ao sucesso dessas atividades, o zoológico da cidade de Oklahoma, o Zoológico de Oklahoma City, organizou uma exibição com os resultados das pesquisas da Dra. Caldwell. Dessa forma, desafortunadamente, os exemplares que foram enviados com fins de pesquisa científica foram exibidos no zoológico de Oklahoma. Alguns desses exemplares expostos no Zoológico de Oklahoma aparentemente foram furtados. Aí gostaria de corrigir o relato do senhor. Houve uma tentativa de exportação desses animais para a Holanda. Os animais não foram comercializados, porque a autoridade CITES na Holanda, o Dr. Marinus Hoogmoed, era coincidentemente marido da Dra. Teresa Cristina Sauer de Ávila Pires, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi, que era a supervisora do projeto em questão. O Dr. Marinus Hoogmoed contactou imediatamente o Museu de Oklahoma – e passo a correspondência para o senhor –, para verificar se o processo de aquisição dos animais era legal. E, através de informações prestadas pelos Drs. Laurie Vitt e Janelee Caldwell, foi reconstituída a forma provável pela qual os animais chegaram às mãos do comerciante. Passo às mãos de V.Exa. a correspondência dos Drs. Vitt e Caldwell. Dessa forma, a importação dos animais para a Holanda foi impedida. E através da intermediação do Dr. Laurie Vitt, junto ao United States Department of Fish and Wildlife Service, a licença de exportação do comerciante, o Sr. Ronald Gagliardo, foi revogada. Face a esses acontecimentos, os Drs. Vitt e Caldwell enviaram correspondência ao IBAMA explicando o ocorrido, e o IBAMA tomou conhecimento dos fatos, tanto por representantes da CITES, nos Estados Unidos, quanto pelos próprios pesquisadores envolvidos. Face a esses acontecimentos, houve uma série de conversações com o IBAMA, no sentido de que os acontecimentos fossem esclarecidos e que as medidas cabíveis fossem adotadas. Essas conversações resultaram na elaboração de um termo de ajuste de conduta que considera que os eventos que resultaram na tentativa de comercialização de es-

pécies de *Dendrobates castaneoticus* não resultaram da má fé dos pesquisadores, Drs. Laurie Vitt e Janalee Caldwell. A licença do comerciante foi revogada, os animais não chegaram a ser comercializados e os Drs. Laurie Vitt e Janalee Caldwell assumiram a diversos compromissos junto com a instituição brasileira, incluindo a tentativa de localização e repatriação de quaisquer exemplares da rã-da-castanha, que porventura ainda existissem no Zoológico de Oklahoma ou em outros zoológicos norte-americanos. Então, essa é uma história realmente longa, Sr. Presidente, tentei sintetizá-la. E houver necessidade de mais esclarecimentos, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado.

Gostaria ainda de perguntar o seguinte: em atendimento ao que foi assinado nesse Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, algum desses animais já foi repatriado? Esse TAC está sendo cumprido, ou de lá para cá nada mais foi providenciado a respeito?

O SR. GUARINO RINALDO COLLI – Por favor, posso dar uma olhada no TAC? Gostaria de apenas listar aqui alguns dos compromissos das partes envolvidas, os compromissados, os Drs. Laurie Vitt e Janalee Caldwell, eles obrigam-se a localizar, recuperar e repatriar os anuros indevidamente repassados a várias instituições norte-americanas, assim como as proles destes anuros. Recebi recentemente uma lista dos zoológicos americanos que indicaram ter recebido exemplares dos Zoológico de Oklahoma, envolvendo o Memphis Zoo, o Mesker Park Zoo & Botanic Garden, Sedgwick County Zoo, Philadelphia Zoo, Omaha's Henry Doorly Zoo, Montgomery Zoo, todos esses zoológicos que receberam exemplares do Zoológico de Oklahoma, foram contatados e responderam indicando que os animais que receberam todos eles morreram. É mister esclarecer, Sr. Presidente, que as rãs em questão são animais bastante pequenos, de cerca de 2 a 3 centímetros de comprimento, de vida bastante curta e extremamente adaptados às condições ambientais da Amazônia brasileira. A reprodução desses animais em cativeiro, ela não é fácil, e em todos esses casos em que animais foram para outros museus, toda a prole foi morta. Eu passo às mãos de V.Exa. essa correspondência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Para encerrar, gostaria de saber se o senhor tem conhecimento de algum pesquisador estrangeiro, ou mesmo algum pesquisador público ou privado, que em alguma instituição esteja agindo de alguma forma a levantar suspeita de que haja algum envolvimento com a biopirataria, um crime contra a biodiversidade brasileira.

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Sr. Presidente, eu desconheço qualquer dessas atividades e lhe asseguro que, tendo tomado conhecimento de qualquer atividade dessa natureza, esta Comissão será imediatamente notificada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Solicito a cópia do TAC, por favor.

Gostaria de saber se a Deputada Perpétua Almeida deseja fazer alguma indagação.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Presidente, queria indagar o professor o seguinte: os cientistas acusados de levar os animais para fora do País são os mesmos que assinaram o acordo aqui com os cientistas brasileiros?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Sra. Deputada, os cientistas que levaram animais devidamente autorizados por uma licença CITES em 1995, eles desenvolviam atividade de cooperação científica com o Museu Paraense Emílio Goeldi naquela época, e atualmente desenvolve atividades de cooperação científica com a Universidade de Brasília. São os mesmos.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E, com relação à denúncia de que eles teriam levado os animais para pesquisa, mas que teriam sido vendidos para outros laboratórios internacionais, isso se confirmou?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Não, senhora. Não houve a comercialização, houve sim uma tentativa de comercialização por parte de um comerciante de animais silvestres, por conta de que animais que estavam em exposição no Zoológico de Oklahoma foram furtados.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. Eu tinha mais uma pergunta: o resultado das pesquisas feitas por eles aqui no Brasil é de conhecimento da comunidade científica brasileira?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Ele é de amplo conhecimento da comunidade científica brasileira, uma vez que eu sou parte atuante no desenvolvimento desses projetos. Essas pesquisas estão divulgadas no meu sítio na Internet da Universidade de Brasília, são expostas com regularidade em congressos, simpósios, seminários e eventos científicos, tanto regionais quanto nacionais, quanto internacionais. E, ainda, os resultados dessas pesquisas têm servido para subsidiar decisões governamentais, atividades ligadas à conservação do meio ambiente por parte do Ministério de Meio Ambiente, como, por exemplo, a definição de ações prioritárias para conservação da biodiversidade do Cerrado e Pantanal; um outro documento do Ministério do Meio Ambiente, um sumário sobre a fragmentação de ecossistemas, causas e efeitos

sobre a biodiversidade, recomendações de políticas públicas; um estudo mundial sobre o estado atual de conservação das espécies de anfíbios em todo o novo mundo; e ainda um estudo sobre a biodiversidade na Amazônia brasileira. De todas essas iniciativas, nós participamos e contribuímos efetivamente com resultados de nossas pesquisas.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Só uma última pergunta, Sr. Presidente. Professor, que preocupações o senhor tem nessa área, com relação ao estudo da nossa biodiversidade, com relação ao fato de estar saindo sementes, animais, plantas para fora? Onde o senhor acha que tem falhas, onde o senhor acha que a gente pode se prevenir, que riscos estamos correndo nesse sentido?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Sra. Deputada, as falhas que, no meu entender, porventura existam, elas não se encontram na legislação, mas se encontram na implementação dessa legislação e fiscalização. No meu entender, a legislação ambiental brasileira é bastante avançada, e se ela fosse de fato implementada com eficiência, nós não estaríamos sofrendo muitos desses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Gostaria de agregar mais uma pergunta ao Dr Colli. Estou vendo aqui a cópia, do American Museum, de artigo publicado pela pesquisadora Caldwell, que diz que da descoberta de uma nova rã venenosa na Amazônia brasileira. O senhor tem conhecimento de algum estudo científico para o patenteamento do veneno, algum estudo para isolar o princípio ativo de alguma secreção dessa rã? O que significa esta rã? E, além disso, queria só para conhecimento nosso: a sua formação é de biólogo, entomólogo ou de fármaco-químico? Como que o senhor vê esses animais? Qual a sua visão em relação a esses animais?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Sr. Presidente, os nossos interesses estão voltados exclusivamente o para entendimento da ecologia, evolução, biogeografia e conservação das espécies da herpetofauna. A minha formação, sou graduado em Ciências Biológicas, tenho mestrado em Ecologia e um doutorado em Zoologia. Os meus interesses eles não abordam a Farmacologia, ou a identificação, a bioprospecção, ou quaisquer atividades relacionadas com o uso comercial de substâncias porventura extraídas da secreção cutânea desses anfíbios. O interesse dos Drs Laurie Vitt e Janalee Caldwell são os mesmos. Eles tampouco estão envolvidos em quaisquer atividades ligadas ao uso de fármacos e compartilham dos mesmos interesses que eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ou seja, que o senhor saiba, não há nenhum estudo desenvolvido atualmente em nenhum laboratório, em nenhuma instituição no exterior, para analisar secreções ou veneno dessa rã. Ela não está sendo utilizada com finalidade de patentes. A exportação foi no sentido de ter esse animal em zoológicos apenas?

O SR. GUARINO RINALDI COLI – Eu posso lhe assegurar, Sr. Presidente que a finalidade para a qual o pedido de exportação foi feito era apenas para o estudo da biologia reprodutiva, o comportamento da espécie. Ainda posso lhe assegurar que os pesquisadores em questão não estão envolvidos em qualquer atividade relacionada à aplicação comercial das secreções cutâneas desses anfíbios. E desconheço qualquer laboratório, qualquer pesquisa em andamento sobre as secreções cutâneas deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Lupércio Ramos.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – Sr. Presidente, Prof. Guarino, sabemos que a pesquisa é de fundamental importância. Um país que não pesquisa, é um país que não pode ter futuro. A pesquisa é muito importante em todos os sentidos. Naturalmente, esse convênio com a Universidade de Oklahoma era mais em função da carência brasileira em desenvolver determinadas pesquisas do que propriamente algum interesse comercial.

Algumas perguntas. Qual o objetivo realmente do convênio – não das pesquisas –, do convênio com a Universidade de Oklahoma? Qual era o objetivo? A UnB tem outras pesquisas no campo da biodiversidade, fora de parcerias com outros institutos ou outras universidades? A própria UnB tem iniciativas nesse sentido de pesquisar, sem outros convênios? O convênio com a Oklahoma está em vigência ainda? E, dentro do objetivo, o senhor percebe que o interesse dos pesquisadores estrangeiros é o interesse exclusivamente científico, para publicações científicas? E para o Brasil? O senhor, como pesquisador, me deu a entender que, em 1995, o convênio já estava em vigência.

A nossa realidade, com relação à biodiversidade, era uma há 10 anos. Hoje, a própria sociedade brasileira tem uma outra concepção e atribui valores que não de 10 anos ao campo da biodiversidade. Eu pergunto: o Brasil, através dos seus cientistas, pesquisadores, está pronto para desenvolver pesquisas nesse campo, sem a participação de cientistas estrangeiros ou investimentos e recursos estrangeiros?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Sr. Deputado, o senhor fez uma série de indagações. Tentei

tomar nota de todas elas. Vou tentar respondê-las. Por favor, se deixei passar alguma delas, o senhor me interrompa.

Em primeiro lugar, com relação à natureza da colaboração científica, a colaboração científica, como o nome diz, é uma parceria, é uma via de mão dupla, em que existe o interesse mútuo de duas ou mais instituições, normalmente universidades ou institutos de pesquisa, para o desenvolvimento de atividades, com finalidade comum. Esse tipo de atividade é bastante comum no ambiente acadêmico e o interesse, ele decorre da constatação de que a soma das atividades das duas partes é maior em decorrência dessa sinergia do que as partes tomadas individualmente. Tanto para produção de conhecimentos, quanto para a obtenção de recursos e fomento para que as atividades se desencadeiem. Por exemplo, é bastante comum hoje em dia editais tanto por parte da FINEP, CNPq e outras agências de fomento na esfera governamental, o requerimento de que essas parcerias existam, para que os projetos sejam financiados. Em outras palavras, as parcerias entre instituições, elas são estimuladas. E o nosso interesse, o interesse da Universidade de Brasília na realização dessas colaborações, vai justamente nesta linha, na busca dessa sinergia para que os estudos sejam bem sucedidos, tanto em termos de suas realizações, quanto na obtenção de recursos. Dessa forma, eu queria esclarecer a natureza da colaboração e o interesse da instituição. Isso não quer dizer, entretanto, Sr. Deputado, que não existam atividades que não envolvam colaboração, tanto na Universidade de Brasília, quanto em outras instituições que atuam nessa área. As universidades e institutos de pesquisas brasileiros estão, sim, bastante avançados em relação ao que estavam 10 anos atrás. E nós temos diversos outros projetos, tanto sob a minha supervisão, quanto em andamento em outros laboratórios, na UnB, ou em outras instituições que não envolvem a parceria com instituições estrangeiras. Essa questão da independência, para nós, é de fundamental importância. Mais tempo atrás, essa dependência de associações com centros maiores, no exterior, era muito mais aguda do que é atualmente. Isso graças à atuação do CNPq e da CAPES na formação de pesquisadores brasileiros – muitos deles formados no exterior e que hoje constituíram e conduzem as atividades em centros de pesquisa no Brasil. Então, essa independência hoje em dia é muito maior do que já foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A palavra continua aberta.

Não havendo nenhum Deputado, passo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, pelos esclarecimentos prestados pelo Prof. Guarino, parece-me que evidentemente não existe dolo. Minha primeira e firme impressão é de que não exista dolo, nem na realidade, a princípio, exista qualquer tipo de ilegalidade. No entanto, Sr. Presidente – e é sempre bom a gente poder amadurecer um pouco aquilo que a gente ouve ao longo do depoimento –, no entanto, uma coisa me deixou um pouco em dúvida. É por isso que eu busco compartilhar esta dúvida com a Comissão, com os nossos assessores e com o professor. Trata-se justamente daquela justificativa ao fato de haver tido um roubo dessas espécimes.

Bem, eu gostaria, Sr. Presidente – isso, a rigor, eu acredito que não tem nada mais a ver com o Prof. Guarino –, que a Comissão tomasse providências, no sentido de saber o que foi apurado sobre esse roubo. Porque ficou claro aqui que evidentemente o uso desse animal não foi exportado do Brasil. Ele não foi levado para fora do Brasil para nenhum uso de biopirataria, mas apenas para um estudo científico. Ele não serviria como um fármaco, sei lá, como a possibilidade de remédio, a princípio.

Mas, na medida em que houve um roubo e que não se sabe a destinação desse furto, é possível que ele tenha sido desviado, aí sim, para laboratórios, para fontes de pesquisa e tudo.

Então, eu acredito que a Comissão, usando dos instrumentos possíveis, deva buscar averiguar o que foi apurado deste roubo e para onde foram. Se o culpado foi indiciado, foi preso, se se sabe o que aconteceu com as espécies roubadas, enfim, para onde elas foram. Evidentemente, isso iria nos tranquilizar mais um pouco.

Sr. Presidente, são essas observações finais do Relator a respeito dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu queria fazer uma última pergunta ainda ao Dr. Colli, aproveitando a sua presença aqui.

Hoje há uma disputa internacional para registro do princípio ativo da secreção do sapo cambô. O senhor sabe de alguma correlação entre o que vem sendo pesquisado com esse sapo e com o caso dessa rã? Há algum artigo científico? O senhor conhece alguma publicação? Há algum indício de que essa rã possa ter no seu veneno alguma vantagem farmacológica? Há alguém pesquisando o veneno dessa rã?

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Sr. Presidente, eu não tenho conhecimento de qualquer atividade nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Está ótimo. Nós agradecemos a participação do Dr. Colli.

Convido, na seqüência, o Prof. Fernando Dal’Ava para tomar assento à Mesa.

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se a minha presença é ainda necessária neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não, o senhor está dispensado. Fica a seu critério a sua presença, como melhor lhe aprouver. Está dispensado e muito obrigado.

O SR. GUARINO RINALDI COLLI – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nós queremos registrar a presença do Dr. Rômulo, Diretor de Fauna do IBAMA, cuja participação aqui hoje é motivo, para nós, de grata satisfação.

Inicialmente, solicito ao Sr. Fernando Dal’Ava que preste o juramento em atendimento do art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. FERNANDO DAL’AVA – Eu, Fernando Dal’Ava, *“faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ainda, em conformidade com o art. 210, do Código de Processo Penal, cumpre a Presidência desta CPI advertir a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal.

“Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão, de um a três anos, e multa”.

Com a palavra o Sr. Fernando Dal’Ava. Inicialmente, S.Sa. poderá fazer uso da palavra por 20 minutos, a seu critério, sobre o assunto que melhor lhe aprouver.

O SR. FERNANDO DAL’AVA – Sr. Presidente, Sr. Relator, inicialmente, gostaria de dizer que eu não tenho conhecimento de todos os autos, mas, em razão de uma consulta informal ao Dr. Paulo, que é o Secretário da CPI, ele nos disse que se tratava de algumas coisas ou questões vinculadas ao comércio de artesanato indígena. E sobre isso nós fizemos aqui um breve relato das relações IBAMA, IBDF, que datam basicamente desde 1982. Então, em 1982, por exemplo, o Presidente da FUNAI, em razão do que preconiza o art. 16, da Lei nº 5.197, gostaria que a FUNAI, através da sua loja Arte Índia fosse registrada no IBAMA. Porque o art. 16 indicava ou indica que *“fica instituído o registro de pessoas físicas e jurídicas que negociem com animal silvestre e seus produtos”*. Então já vem de longa data essa relação IBAMA e FUNAI no que tange a essa questão do artesanato indígena. E também já data dessa época, pelo que a gente vê e

que consta dos processos que temos em mãos, que o assunto é muito delicado. Alguns técnicos acham que não se deveria, porque incentiva a matança de animal; outros já trabalham no sentido de que é assegurado o usufruto da terra indígena. Então, em função disso, sempre houve questões delicadas sobre esse assunto. Também a gente pode dizer que, em função dessa preocupação, em 1993 foi assinada uma portaria pelo Ministro da Justiça, Ministro das Minas e Energia e o Ministro do Meio Ambiente, em que determinava o estabelecimento de programas de cooperação nesse íterim. A gente gostaria de mencionar também que a Convenção sobre a Diversidade Biológica, de 1992, validada pelo Decreto Legislativo nº 2, de 1994, em seu art. 10, versa sobre a *“utilização sustentável de componentes da diversidade biológica”*. Ela indica que cada parte contratante deve proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos, de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação e utilização sustentável. Dentro desse escopo – e a gente não pode se alongar aqui, até em vista do tempo que nós temos – mas, por exemplo, o IBAMA baixou uma portaria, dentro desses princípios que nós colocamos. E essa Portaria nº 29 já trouxe um alento, porque ela já determinava o que era fauna doméstica, ou seja, fazia uma listagem do que era considerada fauna doméstica, e fauna silvestre. E, nesse íterim, por exemplo, muitas comunidades indígenas foram beneficiadas, porque já trabalhavam com animais dito domésticos. Isso foi muito importante. E isso também facilitou imensamente muitas comunidades, principalmente as do Nordeste do Brasil. Em 1995, por exemplo, houve um entendimento entre o hoje Deputado Federal Raul Jungmann e o Dr. Márcio Santilli, no sentido de estabelecer grupos de trabalho, visando principalmente dirimir essas questões de comercialização de artesanato indígena. O CONAMA também, em 2000, chegou a trabalhar um assunto sobre a regularização dos conflitos decorrentes de sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação de uso sustentável. Eu gostaria de citar, por último, aqui, que mais recentemente foi publicado um decreto – eu acho que é esse o importante – que vai, dentro dos propósitos que eu ouvi aqui do Sr. Relator, no sentido de buscar elementos para que se trabalhe, de uma melhor forma, essa questão do tráfico, das comunidades *indígenas versus* seus costumes. Então, mais recentemente foi publicado o Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o inteiro teor da Convenção nº 169 da OIT, sobre povos indígenas e tribais. Neste ponto chamamos atenção dos senhores para o teor do art. 23 da Convenção: *“O artesanato, as indústrias rurais e comunitárias e as atividades tradicionais e re-*

lacionadas com a economia de subsistência dos povos interessados, tais como a caça, a pesca com armadilhas e a colheita, deverão ser reconhecidas como fatores importantes da manutenção de sua cultura e da sua auto-suficiência e desenvolvimento econômico. Com a participação desses povos, e sempre que for adequado, os Governos deverão zelar para que sejam fortalecidas e fomentadas essas atividades”. Cientes disso, Sr. Presidente, Sr. Relator, nosso Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros – e já havíamos conversado intensamente na Diretoria de Fauna – começamos a trabalhar intensamente na aplicação do que diz esse art. 23. Eu creio que a aplicação, a regulamentação do art. 23, aliado a outros projetos de lei em vigor nesta Casa, principalmente de origem da Câmara dos Deputados, como, por exemplo, o PL nº 3.984, do Deputado Casara, juntando todas essas peças que aí estão, nós poderemos ter aí um melhor entendimento, um melhor encaminhamento para todas essas questões que afetam diretamente a questão do artesanato indígena, o que diz a Constituição Federal e, principalmente, esse artigo do decreto que regulamenta a 169 da OIT. Eu deixo aqui esse breve relato do que fiz e, naturalmente, estou à disposição dos senhores para que possam...

(Não identificado) – Vamos tirar uma cópia.

O SR. FERNANDO DAL’AVA – Pode ficar. Eu trouxe para ficar, só não assinei. Eu não sei se precisa assinar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, esta audiência de agora, que trata sobre um aspecto da relação entre as comunidades indígenas, as nações indígenas e a sua cultura, ela aborda uma pequena parte de um problema que é muito grande e que envolve justamente o conflito entre interesses que deveriam ser interesses comuns, mas que acabam não sendo nem comuns e nem complementares, acabam sendo antagônicos. São os interesses das comunidades indígenas e das comunidades ambientalistas.

Eu tive a oportunidade de dar início a um diálogo muito importante que, infelizmente, não foi para frente, foi justamente uma reunião promovida, a pedido meu, no CONAMA, em que tivemos, pela primeira vez até a participação institucional do CIME, comunidades indígenas e ambientalistas para discutirmos a sobreposição de terras indígenas e parques. Essa questão não deixa de ter uma conotação afim, porque ela envolve também o conceito daquilo que nós desejamos para as comunidades indígenas. Na Amazônia, por exemplo, a demarcação das terras indígenas, a partir de de-

terminado momento, ela passou a envolver aspectos socioantropoculturais. E esses aspectos envolviam o *modus vivendi* das comunidades indígenas, tentando, através das reservas indígenas, fazer com que os povos que ali vivem possam ter o seu *habitat* o mais natural possível, vivendo daquilo que secularmente sempre viveram.

Daí uma discussão que gerou muita reação na sociedade. Alguns dizendo que em determinadas reservas, ianomâmis, por exemplo, os índios tinham quase 4 vezes mais terra, 5 vezes mais terra do que os não índios. Uma família de colonos não tinham direito a mais do que a metade da metade da metade da metade do que ficou para os índios e tudo. Mas é lógico que aí se verificou uma série de circunstâncias. Então, dentro dessas circunstâncias – estou dizendo isso para deixar claro o meu ponto de vista pessoal – é evidente que o modo tradicional de viver das comunidades indígenas deva ser respeitado. Respeitado e assegurado, muito mais do que respeitado. Essa deve ser a preocupação principal do Governo e das autoridades competentes.

Mas, é evidente também que com o progresso, com o contato mais estreito de algumas comunidades indígenas – não mais nações, mas já misturadas e já, de certa forma, influenciadas por esse novo modelo que se impôs na colonização –, é lógico que também passou a ver outras demandas que não as demandas usuais da vida da comunidade indígena. Nesse aspecto, eu não vejo como um ganho – eu, pessoalmente, não vejo como um ganho – o fato de nós incentivarmos para a venda produtos artesanais oriundos principalmente da nossa fauna, e da fauna em extinção.

Então, quando se fala aqui, por exemplo, em respeitar os hábitos e os costumes, não era hábito e costume do índio negociar artesanato, porque não tinha nem negócio, naquela época, dessa natureza. Então, o que pode estar ocorrendo e certamente vai ocorrer é que, mais uma vez, quem sai perdendo é o próprio índio e a fauna brasileira. E quem sai ganhando são os intermediários, os sabidões, que usam da boa vontade, que usam de furos na legislação para poderem, evidentemente, incrementar um comércio que, no meu ponto de vista, é completamente ilegal e vai contra os interesses do Brasil, da nossa biodiversidade e das comunidades indígenas.

Não estou dizendo que as comunidades indígenas devam ficar paradas na sua história, mas é lógico que o modelo de, digamos assim, de desenvolvimento a ser adotado tem de ser um modelo, já que é novo para o índio e é novo para o não índio, um modelo que seja consistente, com sustentabilidade. Por isso, também, quebrando até um tabu, quando eu era Ministro, nós

assinamos um convênio com uma comunidade indígena de exploração da madeira, madeira nobre, mas sustentável. Uma atividade, uma experiência que, de certa maneira, tem dado certo. O que precisa é termos mais fiscalização.

Pois bem, Sr. Presidente, eu achava importante, peço desculpas a V.Exa. por ter me alongado nesse aspecto, porque esse é um aspecto sensível. Eu sou um entusiasta e defensor das causas indígenas e sempre tenho defendido a criação de reservas indígenas e sempre disse que, ao contrário do que se fala, a criação de reservas indígenas na Amazônia não afeta nossa soberania. O que afeta nossa soberania é isso que está ocorrendo lá, é esse desmatamento ilegal, é o uso do trabalho escravo, é a ilegalidade, é querer se impor pelo fato consumado uma realidade que afronta a nossa legislação.

Então gostaria de, rapidamente, fazer as perguntas ao Fernando Dal’Ava, Diretor-Substituto de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA.

Favor explicar a situação das remessas de peças de artesanato indígena apreendidas pela Polícia Federal, citadas no requerimento que fundamentou esta convocação – isso já foi abordado rapidamente no seu discurso – e o porquê da autorização prévia do IBAMA.

Com base em quais parâmetros o IBAMA faz a avaliação dos processos de autorização de remessa de artesanato indígena para o exterior? Isso continua acontecendo até hoje? Se continua acontecendo, quantas novas remessas foram autorizadas nesses últimos tempos?

A essas perguntas o senhor não precisa responder imediatamente. – números e tudo –, podem ser remetidas depois, para que a gente possa formar o nosso relatório.

Os senhores – o senhor ou algum membro da Diretoria – já tiveram contato pessoal, por telefone ou por *e-mail* com antropóloga brasileira Rosita Herédia ou com o cidadão norte-americano Milan Hrabosvky? Em caso afirmativo, quantos foram os contatos efetivados e qual foi o assunto tratado em cada um deles?

Na opinião do senhor, que tipo de ajustes seriam necessários na legislação pátria para um controle mais eficaz do tráfico de animais?

Os senhores têm conhecimento de nomes de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas com atividades irregulares de tráfico de animais ou de acesso ao patrimônio genético de conhecimento tradicional associado que deveriam ser investigadas por esta CPI?

Tendo em vista a notícia veiculada na *Folha On Line*, na data de ontem, a respeito da espécie *Aratinga pinto*, o mais novo periquito brasileiro, conhecido po-

pularmente pelo nome cacaué, que foi descoberto em Monte Alegre, próximo a Santarém, e que já necessita de cuidados especiais para não ser extinta pelos traficante de animais silvestres, que tipo de providência o IBAMA pretende adotar para esse caçulinha?

Eram estas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO DAL’AVA – A primeira pergunta diz respeito a uma licença: “favor explicar detalhadamente a situação das remessas das peças”. Obrigado. Aqui está para mim e para Francisco Tavares. É assim mesmo? Está o.k. Bem, a Rosita, eu tenho um processo aqui, o processo data de 1993, quando ela fez um requerimento ao IBAMA dizendo que já colecionava peças, compradas da Loja Artíndia. A Loja Artíndia declara, para os devidos fins, que a Srta. Rosita Herédia adquiriu, no período entre 1978 e 1993, cerca de 700 peças representativas de diversos grupos indígenas brasileiros. A referida coleção é composta de artefatos, e assim sucessivamente. Ela pediu uma licença para exportar e foram, então, concedidas, em 1993, licenças. Essas licenças eram nome Rosita para Rosita, importador Rosita, exportador Rosita. A finalidade da exportação é cultural, não comercial. Essas licenças depois foram canceladas, porque ela não conseguiu levar essas peças. E foram revalidadas depois mais tarde, em 1993, essas licenças. Elas estão todas em processo – está à disposição –, citadas. Bom, com relação às apreendidas pela Polícia Federal, eu não tenho aqui conhecimento do inteiro teor. Então, não gostaria de me referir aqui, mas nós temos todos aqui. “Com base em quais parâmetros o IBAMA faz a avaliação dos processos de autorização de remessa de artesanato indígena para o exterior?” Até 1998, quando nós trabalhamos em uma portaria, a Portaria nº 9.398, em termos gerais nós não tínhamos nada na legislação falando desse assunto. A partir de uma portaria normativa do IBAMA é que nós passamos a ouvir, então, o IBAMA, quando se tratava da exportação de peças produzidas por comunidades indígenas. E, a partir de então, ou mesmo antes, como aqui em 1993 ou mesmo em 1992, o processo afeto era sempre o processo processual. Ou seja, tudo dentro de processo e à disposição. Uma vez feito o processo, ele está automaticamente, ele se torna público. E público, qualquer pessoa pode, obviamente, pedir vistas ao processo. Então, sempre um processo transparente e tal. E também é analisado a Convenção CITES, ela foi se aperfeiçoando e, hoje em dia, ela já pede, por exemplo, que você faça uma descrição do conteúdo da peça. Quer dizer, se tem pena de arara, se tem dente de jacaré, se esse jacaré dá para identificar se é jacaré-açu, dá para identificar se é jacaré-de-papo-amarelo e assim sucessivamente. Quer dizer, procura aproximar um pouco a descrição

disso. Então, tudo isso é avaliado, mas, obviamente, a FUNAI é ouvida e ela dá o parecer sobre isso, se pode ou não pode. O terceiro: “Os senhores já tiveram contato pessoal, por telefone ou por *e-mail* com a antropóloga brasileira Rosita?” Eu tive um contato com ela a uns 4 anos atrás, um contato de pessoa que necessita algo do IBAMA e, obviamente, eu a atendi. Mas como tenho – tinha, na época – várias atividades, obviamente a atendi como atendemos a todas as pessoas nos gabinetes. Não conheço o Sr. Milan e nunca tive contato, nem por telefone nem por *e-mail* com ele. “Na opinião dos senhores, que tipo de ajustes seriam necessários na legislação pátria para o controle mais eficaz do tráfico de animais?” Confesso que sempre, quando fui autoridade administrativa CITES, senti um desconforto muito grande. Por quê? Porque emitimos e atendemos, vamos dizer assim, ao “cliente”, entre aspas, do IBAMA. Então, emitimos uma licença. Agora, não temos e, parece-me que, ontem, foi o primeiro, eu diria, o primeiro embrião de escritório do IBAMA dentro de aeroporto, parece-me que foi ontem inaugurado o primeiro no Aeroporto de Brasília. Quer dizer, a gente nunca viu... Não tinha condições – eu diria até condições humanas –, para fazer isso, até porque, na época nossa, a estrutura do então Departamento de Vidas Silvestres, que era um apêndice de uma Diretoria de Ecossistemas, que tinha todos seus olhos voltados para as Unidades de Conservação. E aqui podemos abrir um parêntese e falar que, mediante a atuação do Sr. Relator como Ministro do Meio Ambiente – foi criada, hoje, a Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros –, a partir daí, tivemos um pouco mais de condição, principalmente com o concurso público. Principalmente com o concurso público. Então, isso veio dar alento às pessoas que autorizam a saída ou a entrada no País de produtos, porque a licença CITES também não é só para sair, mas também para entrar no País. Então, sentimos um pouco de desconforto com relação a isso. Creio que, com o reforço institucional, que o IBAMA tem atualmente, mais o concurso público que já foi aprovado, se não me engano, mais 900 vagas para Analista Ambiental, isso possa sobremaneira ajudar, e muito, no controle. Mas isso é controle de peças, mas têm aquelas peças pequenas que, muitas vezes, passam no bolso das pessoas e embarcam e, às vezes, o material não é detectado quando você passa no aeroporto. Da mesma forma, a questão do acesso e remessa de patrimônio genético. O IBAMA hoje é credenciado pelo CGEN para autorizar o acesso e a remessa de material do patrimônio genético e, muitas vezes, esse material vai num frascozinho pequeno. O pesquisador precisa disso e daquilo. Creio que a atividade de fiscalização, principalmente nos portos

e aeroportos do País, deva ser incrementada. Há um esforço muito grande da atual Diretoria do IBAMA no sentido de aproximar com a Polícia Federal, com a Polícia alfandegária, com as aduanas, um trabalho mais... E creio que, a partir da implantação, nos principais aeroportos do País, do escritório de fiscalização, vamos assim dizer, do IBAMA, isso possa contribuir, e muito, para que não seja evadido nosso patrimônio. Não gostaria mais de me alongar. Por favor, deixe-me ver... O nome de pessoas envolvidas no tráfico legal, não conheço. A questão do que foi publicado na *Folha on-line* sobre a *Aratinga pindoi*, gostaria de dizer que, hoje, a CONABIO criou uma Câmara Técnica permanente de espécies para espécies da fauna, da flora ameaçadas de extinção, assim como invertebrados aquáticos e a fauna íctica ameaçada de exploração – esqueci o nome inteiro, faltou um pedaço. Mas também, em razão da criação da Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros e dentro da Coordenação Geral de Fauna, temos uma Coordenação de Proteção de Espécies voltada, única e exclusivamente, para o trato com espécies listadas como ameaçadas de extinção. Dentro desse íterim, é bom salientar também que, nos 2 últimos anos, basicamente aumentamos em 70% o número de espécies listadas como ameaçadas de extinção no atendimento, elaborando planos de manejo, elaborando protocolos de trabalho. O IBAMA trabalha com espécies ameaçadas de extinção via comitês, ou seja, temos e arregimentamos no IBAMA as pessoas, os ornitólogos, por exemplo, que trabalham com a ararinha-azul. Esse pessoal trabalha gratuitamente para o IBAMA. Reunimos, uma vez por ano, esse pessoal, discutimos o assunto e o plano de manejo, então, é atualizado, é colocado em prática. Penso que, a partir da publicação dessa nova espécie, ela estará inserida, o Dr. Rômulo disse que já determinou que o Dr. Onildo, lá... (*risos.*) Porque o periquito paraense...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O periquito paraense, se não tomarmos cuidado, morre antes de sabermos.

O SR. FERNANDO DAL’AVA – É, morre antes. Mas estamos trabalhando já. Obrigado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas, antes de encerrar minha parte, porque não estava inscrito e fiz uma pergunta, que não precisa ser respondida agora, já o disse. Quantas autorizações, se é que foi dada alguma autorização, de remessa de artesanatos indígenas nesses últimos 2 anos? Pode ficar para depois.

O SR. FERNANDO DAL’AVA – Olha, eu gostaria que o Dr. Francisco Tavares, que é atualmente a autoridade administrativa, possa responder a isso com melhor propriedade, porque está hoje, única e exclusivamente,

trabalhando por questões de autoridades CITES, ou seja, ele trabalha *full time* com esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Obrigada, Sr. Presidente. Quero consultar o Dr. Fernando, mas, antes, quero fazer um comentário rápido com relação a essa situação dos artesanatos indígenas. A sensação que temos é que há um incentivo oficial, um pouco nesse sentido, embora pense que temos de ter mais cuidado e mais cautela e que também sabemos que, dos problemas de biopirataria no País, este não é o mais forte. Há muito mais coisas. E sabemos também que, à medida que o Governo brasileiro demarca terras, deveria, ao mesmo tempo, dar condições para que os povos indígenas pudessem usufruir da terra, não apenas nesse comércio de artesanatos. Aliás, o artesanato indígena é muito bonito, por sinal. Particularmente, gosto muito de usar e de comprar, embora pense que tem de haver mesmo fiscalização no tocante à questão dos animais.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Fauna, a flora, não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sim, tem de haver essa fiscalização mais rigorosa.

Agora, queria perguntar, tenho 3 perguntas rápidas. Quais são os animais que mais atraem e que mais despertam cobiça no exterior? Como os exportadores conseguem esses animais? Outra coisa, é mais sua opinião pessoal. Tendo em vista todas as denúncias de biopirataria no País, o senhor acha que é acertado o Brasil continuar dando autorização para exportação de artesanatos da fauna brasileira? Acredito que precisamos, a partir daí, ter uma preocupação maior. Queria ouvir sua opinião com relação a isso.

O SR. FERNANDO DAL'AVA – Sra. Deputada, a cobiça, obviamente, por espécimes da fauna brasileira tem uma abrangência muito grande e vai do que se chama de biopirataria, aí, no sentido para alguma coisa, quer dizer, com finalidade científica, com finalidade de bioprospecção, até para a questão dos adornos. Sem dúvida nenhuma, os psitacídeos ou as aves de bico torto ou os papagaios, as araras, o Brasil, se não me engano, é o único país do mundo que possui 6 espécies de araras grandes, das quais duas estão no limiar: uma não existe mais na natureza, que é a *Cyanopsitta spxii*, que é a ararinha-azul; a outra é a arara-azul-de-lear. Gostaria até de fazer uma ressalva. Nós conseguimos, agora, num trabalho conjunto com a Polícia Federal, um Agente da Polícia Federal se tornou o Chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina, onde vivem as araras-azuis-de-lear, mas,

hoje, se não me engano, existem cerca de 400 indivíduos na natureza. Obviamente, é uma espécie que tem atração muito grande e há diversas outras. A arajuba nossa, que é aquela toda amarela com a ponta da asa verde, é um espécime que desperta a atenção dos colecionadores, principalmente. Então, a fauna brasileira é rica, a fauna brasileira é riquíssima. Somos o segundo país do mundo em espécies de aves, só perdemos para a Colômbia. Então, obviamente isso tem um peso muito grande. Não temos a fauna exuberante que tem a África, o elefante. O elefante brasileiro é a anta, e, infelizmente, a população brasileira não tem esse elã para apreciar esse tipo brasileiro, preferem ver o elefante, grandão. Então, de forma que isso é cultural. Mas há realmente isso. E, com relação às autorizações, obviamente... (*risos.*) Obviamente, com relação às autorizações, o IBAMA comunga, tanto é que, a partir de 1998, passou a ouvir a FUNAI no que se refere à exportação de artesanato indígena. Então, quer dizer, tínhamos essa preocupação, temos essa preocupação, eu, particularmente, tenho preocupação com relação a isso. Acho que, no Brasil, existem vários colecionadores, porque a Arte Índia está disponibilizando isso. Aliás, recentemente, o Presidente da FUNAI pediu que recolhessem tudo. Mas, debaixo do prédio da FUNAI, vende-se e constantemente se pode adquirir na Feira da Torre, e assim sucessivamente. Então, com relação à saída disso, o IBAMA tem essa preocupação e a preocupação veio explícita na Portaria nº 93/98, quando, então, passamos a ouvir a FUNAI com relação à saída desse material.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputada Maria Helena.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Obrigada, Sr. Presidente. Eu também quero começar com um comentário. Enfatizando aquilo que disse o Deputado Sarney Filho, vou-me reportar às etnias que conheço há mais de 20 anos, com que convivo no meu Estado de Roraima.

Os ianomâmis efetivamente são índios isolados, que vivem isolados. Por isso, diria que o artesanato ianomâmi mais dificilmente é encontrado. Mesmo assim, os ianomâmis produzem mais cestaria, o artesanato ianomâmi é mais voltado para a cestaria. Agora os makuxis, os mayongongs, os waiwai, os waptxanas são etnias que já estão aculturadas e convivem com não índios. E o não índio, atraído pela beleza desse artesanato, que começou com utensílios, enfim, artefatos, enfeites que faziam para uso próprio e começaram a despertar a atenção dos não índios, e, agora, eles efetivamente produzem para venda, e é um artesanato que eles não vendem barato, não. Eles comercializam a um preço bastante razoável.

A pergunta que tenho a fazer é se esse artesanato que eles fabricam, que eles produzem extraindo da fauna, os indígenas, como, pela sua cultura, não estão, assim, vinculados ao cumprimento das leis, se têm atendido a essas restrições impostas pelo IBAMA quanto à utilização da fauna para produção desse artesanato.

Outra pergunta tenho a lhe fazer, Dr. Fernando. O senhor sabe que, no sul do Estado de Roraima, temos um santuário no Rio Água Boa, e os moradores daquela região, que também vivem praticamente isolados, porque lá só há acesso por helicóptero ou barco, denunciaram ao IBAMA – a Delegacia do IBAMA é em Roraima – que constantemente têm subido barcos do Estado do Amazonas que estão levando nossas espécies raras de peixes que existem nesse santuário ecológico. O IBAMA local, a Delegacia alegou que não dispõe de recursos para fazer essa fiscalização, portanto, gostaria de saber se essas denúncias chegaram à sua Diretoria, porque essas denúncias foram feitas, inclusive, através da televisão, da imprensa local, e é uma preocupação muito grande que temos com relação a isso.

Outra pergunta que lhe faria. Sabemos que existe um enorme número de organizações não-governamentais que atuam junto às comunidades indígenas, ou para prestar serviços de assistência à saúde ou educação ou, até, preservação ambiental. Essas organizações têm sido fiscalizadas pelo IBAMA no que se refere a se aproveitar desse trabalho que oficialmente prestam às nossas comunidades indígenas para explorar também nossa fauna e nossa flora? Elas têm sido vigiadas, fiscalizadas? Essa é a outra pergunta que gostaria de lhe fazer.

O SR. FERNANDO DAL'AVA – Eu gostaria de dizer a V.Exa., Deputada, que com relação à questão dos ianomâmis, em Roraima, e às demais comunidades indígenas, se elas estão ou não atendendo às restrições impostas, diria a V.Exa. o seguinte. Nós, no IBAMA, principalmente a nossa Diretoria, que é uma Diretoria de ordenamento do uso, quer dizer, eu quero criar capivara, pode? Pode, desde que se obedeça a isso, isso e isso. Quer dizer, é o ordenamento dos recursos pesqueiros, e assim sucessivamente. Quer dizer, nossa Diretoria não é uma Diretoria que age diretamente no viés fiscalizatório, mas nossa Diretoria envia à Diretoria de Proteção Ambiental do IBAMA, que é a Diretoria de fiscalização, todas as demandas que são, então, encaminhadas. Eu não saberia dizer a senhora se eles estão atendendo ou não às restrições impostas pelo IBAMA ou mesmo pela FUNAI, que recentemente mandou recolher todo artesanato indígena das lojas Artíndia e nos depósitos. Não sei

dizer a V.Exa. Mas posso dizer que, pelo documento que conhecemos de origem da FUNAI, o Ofício 077 do Presidente da FUNAI aos Srs. Administradores Regionais da FUNAI, Chefes de Núcleos de Apoio, lojas da Artíndia e postos indígenas. Através desse ofício, que passo à Mesa, o Dr. Mércio determinou o recolhimento imediato, nos depósitos, de tudo. Mas ele faz uma ressalva de que as cestarias ou todo aquele produto produzido pela comunidade indígena que não envolve partes ou produtos de fauna silvestre deveriam ser estimulados. Então, está aqui: “Em face do exposto, recomendo, por fim, a costumeira atenção, informar aos povos indígenas e suas respectivas jurisdições que a confecção de artefatos em cerâmica, madeira, tecelagem, colares e outros não estão proibidos, devendo os mesmos ser estimulados para confecção desses produtos em substituição aos acima citados”. Passo à Mesa para conhecimento desse... Então, penso que as Delegacias da FUNAI devem ter passado, obviamente, a articulação com nossos gerentes executivos sobre esse assunto. Com relação aos barcos e mais especificamente sobre peixes ornamentais, o IBAMA, em conjunto com a Polícia Federal, e, se não me engano, já é requerimento da CPI que sejam encaminhados à CPI todos os autos em relação a uma operação feita no Estado do Amazonas referente a peixe ornamental, a que, obviamente, V.Exa. terá todo acesso. Não sei dizer do inteiro teor, porque foi produzido pela Polícia Federal e pela área de fiscalização do IBAMA. Particularmente, não tenho conhecimento ainda de tudo isso. Com relação à fiscalização pelo IBAMA da atuação das organizações não-governamentais, diria para a senhora que não tenho conhecimento se a Diretoria de Proteção Ambiental executa esse tipo de atividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tenho de me retirar para ir ao plenário a pedido da Liderança do meu partido. Deputado Sarney Filho, assumo a Presidência, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Com a palavra o Deputado Lupércio Ramos.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – Sr. Presidente, eminente Dr. Fernando, quero crer que estejamos tratando de assunto de grande importância para nossa região, toda a região amazônica. Eu, que sou do Estado do Amazonas, garanto que não foram os amazonenses que entraram em Roraima para..., é que só chegamos a Roraima pelo Amazonas, esse é o grande problema. *(Risos.)* Então, temos de ir por Rio Branco.

Mas a questão do artesanato, por exemplo, que é a questão de fundo com relação à sua participação nesta Comissão, leva-nos a profundas reflexões, a partir também de posições, já mencionadas pelo Deputado

Sarney Filho, do artesanato que envolve a fauna. Mas o artesanato tem sido para nós, naquela região, uma grande perspectiva de atividade econômica, principalmente em algumas comunidades indígenas. Conheço bem a região do Alto Solimões, onde estão as comunidades indígenas tikuna, que é uma grande população e que, há décadas, têm contato com os não índios que vivem às margens do rio Solimões, em contato permanente, e que, infelizmente, hoje, essas comunidades indígenas, essas nações indígenas vivem um processo de verdadeira falência em todos os sentidos, no abandono absoluto. Até recentemente, houve uma revolta por parte dos índios com relação à FUNAI, no Estado do Amazonas, a ponto de o movimento indígena ter substituído o Gerente da FUNAI porque o abandono é completo. Completo. E uma das poucas atividades daquelas comunidades indígenas tem sido o artesanato, uma das poucas, até pela região em que essas comunidades estão e pelas dificuldades de transporte e tudo o mais.

Em síntese, o que quero perguntar é o seguinte. As tarefas do IBAMA são tantas que, parece-me, essa questão do artesanato fica um tanto alheia à prioridade. Na verdade, o papel do IBAMA é tão importante hoje, na região em que vivemos na Amazônia, devido a tantos outros problemas, que a questão do artesanato não sei se ocupa algum espaço na burocracia e no trabalho do IBAMA.

Minha pergunta é: essa questão do artesanato estaria afeita a uma regulamentação, fiscalização, controle ao IBAMA ou não? Qual, na sua avaliação ou do IBAMA, Prof. Fernando, o impacto da arte indígena na preservação das espécies que são utilizadas para esse artesanato, no caso da fauna? O IBAMA, em ação conjunta com a Polícia Federal, tem conhecimento do tamanho do contrabando de artesanato e do contrabando de espécies vivas da nossa fauna e flora? Porque, na verdade, o nosso objetivo é discutir, analisar e levantar a questão da biopirataria. Qual o tamanho do contrabando, o tamanho da biopirataria?

O SR. FERNANDO DAL'AVA – Sr. Deputado, gostaria de dizer a V.Exa. que a minha pessoa não desconhece essa questão do artesanato indígena. Gostaria até de fazer um breve comentário. Na época do Ministério do Interior, o então Ministro Mário Andreazza – e eu trabalhava no Projeto Rondon, na época – já preocupado com as questões indígenas, preocupado com os usos, costumes etc., como ele costumava nos reunir no gabinete, um dia disse: precisamos conhecer essa realidade. Então, foi encomendado ao Projeto Rondon, na época, que se fizesse o cadastramento das áreas indígenas, e nós percorremos o Brasil inteiro. Eu, particularmente, percorri Paraná, Mato Grosso,

Mato Grosso do Sul, Acre, parte de Rondônia, o Rio Negro inteiro, parte de Roraima, parte do Amapá e o interior de Minas Gerais, na área Xacriabá. Ou seja, foi dessa época que eu basicamente botei o pé em mais de 1.500 Municípios desse Brasil, percorrendo as áreas indígenas com estudantes etc. Hoje, todo esse produto está na FUNAI. Espero que ele seja utilizado. A fiscalização do IBAMA hoje, diria, que, na maioria das vezes, ou 90%, os afazeres, como o senhor disse, são tantos, que essa questão do artesanato, se ele é de base sustentável ou não, fica realmente relegado a segundo plano. Uma coisa é você ter um produto da arte indígena de procedência do seu uso e costume. Ou seja, já defendi isso, inclusive, num *workshop* em Manaus sobre essa questão. Não vejo problema algum você utilizar os ossos de um macaco que foi utilizado na alimentação para compor esse ou aquele colar, esse ou aquele artefato. Não vejo problema algum com isso. Os ossos estão lá. O que vamos fazer com os ossos do macaco, da anta ou da onça? Vamos enterrar isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Peço brevidade a V.Exa.

O SR. FERNANDO DAL'AVA – OK. Com relação à fiscalização, diria isso. Com relação aos impactos da arte indígena sobre as espécies, não tenho o volume disso. Eu, particularmente, não tenho o volume disso. Acho que o IBAMA não tem o volume disso. Se o IBAMA e a Polícia Federal conhecem o tamanho do contrabando, também não saberia dizer, porque não tenho os dados da diretoria de proteção ambiental sobre esses dados. Como disse, essa questão é mais afeta à Diretoria de Proteção Ambiental. Lamento não poder contribuir. Desculpe-me, Sr. Presidente, se me alonguei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Pergunto se há algum Parlamentar que ainda queira fazer o uso da palavra. Dra. Maria Helena já fez.

Por solicitação do Presidente da nossa Comissão, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, vou elaborar as perguntas que S.Exa. havia feito e que não teve oportunidade de transmiti-las ao nosso expositor.

Dr. Fernando Dal'Ava, Diretor-Substituto de Fauna e Recurso Pesqueiro do IBAMA, têm sido constantes as apreensões pela Polícia Federal de contrabando de peixes ornamentais que estavam sendo transportados com documentação do IBAMA como sendo recurso pesqueiro destinado à alimentação. O delegado da Polícia Federal, Dr. Jorge Barbosa Pontes, destacou nessa CPI que há fortes indícios de que funcionários do IBAMA poderiam estar envolvidos com o crime organizado, servindo ao tráfico de peixes ornamentais.

Como Diretor-Substituto do IBAMA nessa área, quais os comentários que o senhor pode fazer a respeito?

Segunda pergunta. A RENCTAS, por meio do seu coordenador Denner Giovanini, denunciou nessa CPI que países que fazem fronteira com a Amazônia exportam milhões de alevinos de peixes ornamentais, de espécies não nativas, sugerindo que possa estar havendo um assalto à nossa biodiversidade. Ou seja, pelo que entendi, países que não têm peixes, exportam os peixes. Provavelmente, esse peixe sai daqui. Quais as providências que estão sendo tomadas no âmbito do IBAMA para conter esse crime ambiental?

A EMBRAPA, juntamente com o IBAMA, firmaram recentemente uma parceria com o Instituto Agronômico per l'Oltremare, órgão de cooperação científica nas áreas da agricultura e meio ambiente do Ministério de Relações Exteriores da Itália. Segundo o que foi divulgado, essas 3 instituições – EMBRAPA, IBAMA e L'Oltremare – pretendem fazer o rastreamento de produtos usando como ferramenta a biologia molecular. V.Exa. sabe quem domina essa tecnologia, o Brasil ou a Itália? O programa prevê a transferência dessa tecnologia? Qual a contrapartida brasileira?

Quarta e última pergunta. Recentemente, o FBI das florestas norte-americanas, U.S. Fish and Wildlife Service apreendeu numa operação conjunta com a Polícia Federal brasileira mais de mil peças de arte indígena, composta de inúmeros elementos de animais da fauna em extinção, que estavam sendo vendidas por colecionadores e instituições internacionais, por uma quadrilha chefiada por Milan Hrabovsky, que é casado com uma brasileira. Essa apreensão revelou que esse material saiu do Brasil, com autorização do IBAMA e da FUNAI. V.Exa. já se referiu a isso. Houve alguma participação de V.Sa. nessa autorização? Como o senhor explica que um crime de biopirataria dessa dimensão possa estar sendo praticado com o aval das autoridades do IBAMA?

Quinta pergunta. O site do IBAMA tem divulgado nos últimos dias uma série de apreensões de peixes, especificamente, no dia 12.02, uma tonelada no Pará, e no dia 17.02, 7 toneladas no Amazonas. Quais os motivos dessas apreensões? Elas sempre ocorreram com a mesma frequência ou foram intensificadas após a convocação de V.Sa. para depor nessa CPI?

Quero dizer que essas perguntas não são minhas, são perguntas do Presidente. Eu passo a palavra a V.Sa. para que possa respondê-las, objetivamente. Aquilo que achar que não tem condições de responder, que peça tempo para responder, ou o que não puder responder diga imediatamente que não.

O SR. FERNANDO DAL'AVA – Obrigado. Bom, com relação à questão dos peixes ornamentais, a pri-

meira pergunta, um técnico, ou melhor, um coordenador da coordenadoria de recursos pesqueiros participou, juntamente com a Polícia Federal, em todo o processo. Obviamente, tudo vai ser encaminhado para cá, conforme colocamos que já foi requerido pela Mesa. Não conheço a denúncia da RENCTAS de que está havendo evasão de peixes ornamentais para países que não o possuem. Com relação à EMBRAPA, tenho conhecimento disso, mas não em profundidade. Isso está, se não me engano, no âmbito da assessoria internacional do IBAMA. O Dr. Caparelli poderia responder com mais frequência. À quarta pergunta a gente já respondeu que são licenças expedidas entre 84 e 94; portanto, não tinham ainda a restrição imposta a partir de 98. O site do IBAMA tem divulgado uma série de apreensões. Essas apreensões aqui se referem à questão de defeso, ou seja, a época em que é proibido pescar e assim sucessivamente; conseqüentemente, a fiscalização tem atuado. Agora, à quinta pergunta – sim – já respondi; agora, do Dr. Francisco Tavares são as demais, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Muito bem. Agradeço o depoimento a V.Exa.

Nós ainda temos mais 2 depoentes, mas eu chamo imediatamente, para fazer o seu depoimento ou responder às perguntas, o Sr. Otacílio Antunes. Peça que tome assento à Mesa, por favor. *(Pausa.)*

Em conformidade com o art. 203 do Código de Processo Penal, solicito ao Sr. Otacílio que preste o juramento.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal

“Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão, de um a três anos, e multa”.

Com a palavra o Sr. Otacílio Antunes, por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais membros presentes neste plenário, eu hoje estou na condição de ex-Presidente da instituição, não fazendo parte do quadro da instituição FUNAI, mas ocupei diversas funções e cargos dentro da instituição. Procurarei prestar informações dentro do meu conhecimento e da minha vivência ao longo dos anos. Quero registrar aqui que tomei conhecimento desta CPI da Biopirataria, envolvendo inclusi-

ve o meu nome, através de documentário surgido na imprensa. Quando eu fui convocado, procurei manter um contato com o Sr. Secretário da referida Comissão, Sr. Saulo, e ele me disse que eu estaria na condição de testemunha em função de envolver situações de artesanato indígena da própria FUNAI, onde a pessoa aqui citada, a Sra. Rosita Herédia, estaria envolvida na comercialização desses produtos. Eu quero procurar aqui fazer breves comentários. Como se diz, quem normalmente fica por último – eu praticamente sou o último – é poupado de certas palavras. Com bastante propriedade, o Presidente da Mesa, Deputado Sarney Filho, e outros membros aqui presentes, fizeram comentários sobre questões indígenas e da questão, vamos dizer, ambiental, além do próprio Fernando Dal' Ava, que me antecedeu aqui nesta mesa. Eu gostaria de citar aqui o seguinte: de acordo com a Constituição Federal, no art. 231, são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Daí, o que ocorre? Nós sabemos que a maioria dos povos indígenas, por tradição, nos seus ritos, nos seus hábitos e nos seus costumes ligados à própria aldeia, muitos deles sempre desenvolveram artesanatos envolvendo a arte plumária. Essas peças são utilizadas nos seus ritos, dentro da sua cultura e dos seus hábitos também. Ao longo dos anos, o que aconteceu? O próprio envolvimento da sociedade, da comunidade nacional mantendo contatos com comunidades indígenas, achou aquelas peças de artesanato muito bonitas. Daí, os índios apresentavam essas pessoas com essas peças. Alguns consideram peças até exóticas, lindas, maravilhosas, bonitas de se expor, e começou a se fazer uma certa divulgação dessas peças. Daí, com esse contato maior junto às comunidades indígenas, as pessoas também – eu até diria da própria instituição FUNAI, porque dentro do seu corpo de quadro administrativo existe um departamento que cuida da questão do artesanato indígena que está ligado à renda do patrimônio indígena da FUNAI – então, várias pessoas, tanto da casa FUNAI, como terceiras pessoas até estranhas às comunidades indígenas começaram a despertar o interesse na comercialização e na produção em grande escala. Quero ressaltar aqui que a instituição FUNAI, ao longo dos anos, sempre teve dificuldades de recursos orçamentários do próprio Governo para custear e atender à demanda que essas comunidades indígenas sempre apresentaram e continuam apresentando. Daí, a produção de artesanato indígena passou a ser uma atividade econômica. E, na maioria dos casos, principalmente na região da Amazônia, podemos considerar que a sobrevivência da maioria desses povos é oriunda de seu trabalho artesanal. É claro que alguns povos indígenas, algumas

etnias têm o hábito – eu até diria secular – de fazer uso de determinadas espécies da nossa fauna como fonte de alimentação também. Daí, há um aproveitamento, vamos dizer, da arte plumária para serem desenvolvidas essas peças. Eu, em muitas ocasiões visitando aldeias indígenas a trabalho, encontrei várias pessoas, inclusive funcionários da instituição em postos indígenas totalmente abandonados, áreas com difícil acesso e pessoas passando fome. Eu, inclusive, comi com os índios eu creio que várias espécies que eles abatiam. Então, eu não defendo, e nunca defendi, e nem alimentei também, a produção em grande escala. Sempre procuramos conscientizar os povos indígenas que nós devemos preservar a nossa fauna e a nossa flora. Agora, o que eles sempre nos falavam: “O que o senhor tem para nos oferecer se nós pararmos de produzir esse artesanato envolvendo a arte plumária?” O que a FUNAI vai nos fornecer? Então, vejam bem, a instituição tem as suas limitações de recursos. Eu sempre defendi um maior aporte de recursos orçamentários e financeiros para a instituição, porque, na medida em que você vai trazendo o índio para a comunidade nacional – ele está sendo aculturado –, ele vai querer ter novas demandas e apresentar essas demandas. O hábito que ele tinha, lá na sua aldeia, no momento em que ele vem até para a cidade e que ele passa a conviver com essa comunidade nacional, ele quer ter o mesmo hábito e o mesmo costume: ele quer usar o relógio, o tênis, o sapato, a roupa; ele quer o meu terno, ele quer a minha gravata. Porque ele acha aquilo, para ele, também bonito como nós achamos os seus artesanatos que produzem. Então, vejam bem, eu até considero oportuno esse debate e essa questão que se tornou a público, da biopirataria, até envolvendo esse material todo apreendido fora do Brasil, para que a gente possa fazer uma reflexão de tudo isso e tirarmos resultados positivos. E pensarmos também daqui para frente o que fazer para melhorar tudo isso. Como nós vamos inibir as entradas de pessoas estranhas às comunidades indígenas – onde a FUNAI não tem meios legais, não tem pessoas suficientes e capazes para fazer fiscalizações – para inibir e coibir a ida e ingresso dessas pessoas sem autorização da instituição, onde eles se dirigem diretamente às comunidades indígenas? Vão com aviões próprios, com aviões fretados, de barco, de carro, a pé ou de qualquer outra coisa. E eles chegam na área sem o controle da instituição e ficam alimentando a produção dessas peças e comprando em grande escala. Aí entra biopirataria, entra biodiversidade, enfim. Isso que eu faço aqui é um comentário e uma crítica também construtiva. Devemos buscar sempre o quê? Parcerias. Eu, quando estive em vários cargos, como aqui disse, até por último na

Presidência da instituição, procurei desenvolver novos caminhos para se encontrarem essas soluções, buscando parcerias. Por quê? Diante das dificuldades de recursos do Governo, a gente tem que buscar o parceiro. Pode ser o Governo Federal, o Governo Estadual, o Governo Municipal, como também instituições até internacionais. Então, nós temos de buscar o recurso. Não devemos ficar aqui sempre lamentando e dizer eu não fiz isso e não faço aquilo porque não tenho recurso. Então, vejam bem, hoje, eu quero aqui afirmar, até para finalizar, que nós vínhamos desenvolvendo campanha junto às comunidades indígenas, até quando eu também ocupei a chefia do Departamento de Artesanato Indígena da FUNAI, um processo de conscientização junto às comunidades, que praticamente vivem e sobrevivem do artesanato da arte plumária, que viessem até criar determinadas espécies em cativeiro para que não viéssemos a estimular, vamos dizer, o extermínio de todas essas espécies. Então, eu gostaria de fazer esse breve relato. Só acrescentando: hoje, no Brasil, são aproximadamente 700 terras indígenas; hoje, isso representa 12,3% do território nacional; então, é difícil você fiscalizar essa imensidão de área que nós temos, principalmente em região de fronteira. Então, eu chamo aqui para uma reflexão e me coloco também à disposição do Sr. Presidente e dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas para somar esforços. Eu, fora da instituição, mas a gente tem alguma memória e alguma contribuição a dar. Seriam essas as palavras iniciais e me coloco à inteira disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Muito obrigado, Dr. Otacílio. senhores.

Eu já noto que a luzinha da Ordem do Dia começou a piscar, o que provavelmente vai nos prejudicar, porque temos a obrigação regimental de encerrar.

Gostaríamos de fazer algumas perguntas, mas, antes de entrar propriamente nas perguntas escritas aqui, eu gostaria de dizer ao Dr. Otacílio que, tendo em vista justamente aquilo que foi falado ao longo da sua exposição, no que diz respeito ao artesanato, principalmente oriundo da fauna, em larga escala, é lógico que esse artesanato é insustentável. Ele é insustentável porque ele se dá em cima de recursos que são esgotáveis, e muitos deles já estão em processo de esgotamento. Uma coisa é o artesanato – não chega nem a ser artesanato – , uma coisa é a elaboração de objetos para os ritos, os rituais indígenas, para os seus hábitos, seus costumes e tudo, outra coisa é fazer artesanato para vender, mesmo que seja se utilizando de restos de animais comidos pela tribo. Aí, talvez, possa ser – e faço um alerta aqui à nossa assessoria – a nossa primeira recomendação girarmos em torno

de restringir a questão do artesanato – recomendar-mos, é lógico, porque nós não temos poder de restringir nada – , mas recomendar-mos, no nosso relatório, tendo em vista esses desvios que vêm ocorrendo, que seja feito um levantamento proibindo a comercialização de artesanato oriundo de determinadas espécies da nossa fauna. Acho que esse é um caminho que nós temos que imediatamente começar. É evidente que a comercialização de artesanatos oriundos de animais em extinção deve ser imediatamente proibida. E uma discussão, que deve ser mais ampla, inclusive, a respeito até dos usos dentro das reservas indígenas. Esse eu acho mais complicado. Acho que não devemos falar sobre isso. Mas, dentro disso, já peço a colaboração de V.Exa. para nos mandar provavelmente um texto, alguma idéia sobre esse assunto, dentro dessa sua idéia, que é a nossa idéia, de preservarmos a nossa fauna.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Muito bem, o senhor já fez alguns comentários a respeito da notícia veiculada pela imprensa sobre a exportação irregular de peças do artesanato indígena, feita pela antropóloga Rosita Herédia. V.Exa. foi o autor da liberação dessa exportação? V.Exa. tomou conhecimento disso, da quantidade? O que V.Exa., que já afirmou assim, pensa sobre o resultado disso, dessa comercialização que acabou gerando uma apreensão nos Estados Unidos? Com base em quais parâmetros, se V.Exa. souber, atualmente a FUNAI faz avaliação dos processos de autorização de remessa de artesanato indígena para o exterior? Durante a sua gestão à frente da FUNAI o senhor teve conhecimento de exemplos de pessoas físicas, empresas ou organizações não-governamentais, brasileiras ou estrangeiras, que tiveram acesso irregular a aldeias indígenas? O que se apurou então a respeito? Qual foi o procedimento adotado pela FUNAI nesses casos? Notícias frequentemente veiculadas pela mídia denunciam a exploração ilegal de madeira e outros produtos nas reservas indígenas. Qual a veracidade dessas notícias? Caso verdadeiro, qual o controle que a FUNAI exerce sobre tais operações comerciais?

Essas perguntas eu vou passar a V.Exa. e V.Exa. se tiver condições de responder alguma nesse momento, eu peço que considere essas respostas. Mas eu também gostaria de juntar as perguntas elaboradas pelo nosso Presidente, uma vez que eu tenho de fazê-las. Essas perguntas, eu friso mais uma vez, não são da minha lavra, são do nosso Presidente, ilustre Deputado Mendes Thame.

Recentemente, o FBI da floresta norte-americana, o US Fish and Wildlife Service, prendeu naquele

país, numa operação conjunta com a Polícia Federal brasileira, centenas de peças de arte indígenas, compostas de inúmeros elementos animais da fauna em extinção, que estava sendo vendida para colecionadores e instituições internacionais.

Muitas dessas peças foram adquiridas originalmente na loja da Artíndia, do Museu do Índio. Essa apreensão revelou que esse material saiu do Brasil com autorização da FUNAI e do IBAMA. Na seqüência, um novo lote de peças similares foi apreendido no Rio de Janeiro, prestes a ser embarcado para os Estados Unidos. Houve alguma participação de V.Sa. nessas autorizações? Como o senhor explica que um crime de biopirataria dessa dimensão possa estar sendo praticado com aval da FUNAI e de outros órgãos?

Segunda pergunta do Deputado Mendes Thame. Foi constatado, junto às autoridades federais norte-americanas, que o chefe da quadrilha responsável por esse crime de biopirataria é Milan Hrabovisky, casado com uma brasileira que abriu as portas para o aliciamento de índios de 30 aldeias da Amazônia, que lhes proporcionavam parte de animais, como casco de tatu, tartaruga e cabeça de macaco, pena de gavião-rei, arara-azul, tamanduá-bandeira, entre outros animais em extinção. V.Exa. sabe quais são os responsáveis na FUNAI que deveriam evitar que tal crime ambiental ocorresse?

Terceira pergunta. Uma empresa americana oferecia pela Internet, até pouco atrás, DNA de índios brasileiros. Quais as providências que a FUNAI tomou para coibir tal prática? Até onde era do conhecimento das autoridades indígenas que alguma tribo estava doando sangue para pesquisas científicas estrangeiras? Durante a gestão de V.Exa. frente à FUNAI, quais foram as principais denúncias de biopiratarias oferecidas contra funcionários desse órgão e quais as providências que foram tomadas quanto ao tempo? Quanto tempo o senhor dirigiu a FUNAI e por quê deixou o cargo? Eu vou passar as perguntas (*Pausa.*) Pode responder.

O SR. OTACÍLIO NUNES – Sr. Presidente, a respeito da exportação irregular das peças de artesanato indígena, eu tenho a comentar o seguinte: no momento em que a instituição FUNAI fez uma declaração para atender a uma solicitação da Sra. Rosita Herédia para complementar a documentação junto ao IBAMA, que é a instituição responsável e credenciada para emissão desse certificado de exportação, eu entendo que foi uma exportação regular. Agora, veja bem, se ela comercializou esses produtos, essas peças, isso ela cometeu um ato ilícito, porque o certificado não a credenciava para isso e, sim, apenas, para manter o quê?, produtos expostos ou um próprio intercâmbio cultural, que isso é permitido pela própria lei e pela

própria convenção da Sites. Em agosto de 2000 eu ocupava a chefia do Departamento de Artesanato, eu fui procurado pela Sra. Rosita Herédia no sentido de fornecer uma declaração para atender complemento de documentos no IBAMA, onde ela é detentora e aquisitora de artesanato indígena junto à própria FUNAI. Eu não a conhecia, mantive um contato muito breve, que me foi trazido por pessoas da própria instituição que já a conhecia há bastantes anos, onde, desde 1978, ela mantinha a prática de compras de artesanato. E considerando que em 1993 a mesma FUNAI, Departamento de Artesanato Indígena, já havia fornecido o mesmo tipo de declaração, reconhecendo esses produtos que ela adquiria, não vi nenhum problema em fornecer este documento. O contato com a antropóloga Rosita foi este único que eu mantive por essa ocasião que ela solicitou o documento. O cidadão norte-americano, Sr. Milan, eu não o conheço e nunca mantive contato. Com base em quês parâmetros a FUNAI faz avaliação dos processos de autorização de remessa de artesanato indígena para o exterior? Isso é apenas uma avaliação e aonde se credita confiabilidade no Departamento de Artesanato Indígena, que comercializa esses produtos e que conhece os compradores, aonde nós temos notas fiscais emitidas por ocasião dessas vendas desses produtos, e portanto isso é registrado dentro da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Vou interromper um pouco porque infelizmente eu recebi o telefonema, agora, do nosso líder. Está começando a votação nominal e se trata de matéria de cunho ambiental, cujo Relator é o Deputado Marcelo Ortiz, do Partido Verde. Então, eu gostaria que V.Exa. levasse essas perguntas e, num prazo de uma semana, remetesse, por escrito, a esta Comissão as devidas respostas.

O SR. OTACÍLIO NUNES – OK, senhor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Dessa maneira, eu desde já agradeço a participação de V.Exa., a boa vontade, parabenizando aí, como sempre, um competente defensor das causas indígenas. É lógico que nós vamos avançar nessa questão, acho importante e acho que a CPI deve dar uma colaboração nesse sentido. E eu, imediatamente, agradecendo a presença de V.Exa. e dispensando a honrosa presença aqui na Mesa, já convido, para somente transmitir as nossas questões ao último depoente, apenas para constar na nossa pauta, porque logo após a esta reunião, nós vamos, quer dizer, pública, nós vamos transformar numa reunião privada para votarmos alguns requerimentos de cunho privado.

Então, eu convido o Sr. Francisco Luiz Câmara Tavares a tomar assento à Mesa. Solicito ao Sr. Francisco

Luiz Câmara Tavares que preste juramento em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. FRANCISCO LUIZ CÂMARA TAVARES

– Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Em conformidade com o art. 210 do Código do Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, art. 342:

“Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão, de um a três anos, e multa”.

Como nós não vamos ter, evidentemente, tempo de ouvir a sua exposição, que considero importante, se V.Exa. tiver alguma coisa por escrito para nos mandar além das perguntas, peço que V.Exa. nos mande, mas tendo o prazo de até uma semana. Iremos passar a V.Exa. as perguntas que irei ler para registro do meio eletrônico aqui da nossa Comissão. As perguntas primeiro que vou passar a V.Exa., vou lê-las todas, são perguntas elaboradas pelo nosso Presidente, Deputado Mendes Thame, que inclusive me disse que tinha grande interesse em participar dessa sua palestra, dessa sua exposição.

A primeira pergunta: em 2003 uma delegação indígena da etnia katukina reivindicou junto ao Ministério do Meio Ambiente os direitos de propriedade sobre o princípio ativo da secreção do sapo cambô. A questão foi encaminhada ao IBAMA e ao CGEN, que, pelas prerrogativas estabelecidas na MP 2.186, regulamenta a bioprospecção e o acesso aos recursos naturais. Em que fase está esse pedido de patente, visto que outros interessados como a ONG Amazonlink reivindicam o mesmo filão?

Segunda pergunta: na CPI destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e da flora brasileira, realizada no final da legislatura passada, foram apontadas no relatório final 12 rotas de tráfico de animais, 17 pontos de captura e 11 pontos de venda de animais, tanto na Amazônia Legal como em terras indígenas. Quais as providências que foram tomadas desde então, no âmbito da sua área, para coibir ou inibir tamanha agressão ao patrimônio ambiental brasileiro?

Terceira pergunta: recentemente, o FBI das florestas norte-americanas, U.S. Fish and Wildlife Service, aprendeu naquele país, numa operação conjunta com a Polícia Federal Brasileira, mais de mil peças de arte indígena, composta de inúmeros elementos de animais da fauna em extinção, que estava sendo vendido para colecionadores e instituições internacionais por uma quadrilha chefiada por Milan Hrabovsky, que é casado

com uma brasileira. Essa apreensão revelou que esse material saiu do Brasil com autorização do IBAMA e da FUNAI. Na seqüência, um novo lote de peças similares foram apreendidas no Rio de Janeiro, prestes a serem embarcadas para os Estados Unidos. Como o senhor explica que um crime de Biopirataria dessa dimensão possa estar sendo praticado com o aval do IBAMA e de outros órgãos federais?

Quarta pergunta: o *site* do IBAMA tem divulgado nos últimos dias que houve um aumento significativo da fiscalização na Amazônia Legal. Esse procedimento já fazia parte do planejamento do órgão ou ocorreu devido às pressões internacionais pelo assassinato da irmã Dorothy?

Quinta pergunta: a imprensa brasileira e internacional, bem como as organizações não-governamentais, têm divulgado quase que diariamente, denúncias de crimes contra a biodiversidade brasileira, muitas vezes com a conivência das autoridades ambientais. O balanço das atividades de fiscalização do IBAMA revela que embora esse órgão ainda padeça da falta de recursos materiais e humanos, há necessidade de se identificar até onde vai a influência do crime organizado e da biopirataria. Quantos inquéritos administrativos contra funcionários do IBAMA estão atualmente em andamento e quantos funcionários já foram demitidos por irregularidades, nos últimos anos?

Deputada Maria Helena, V.Exa. deseja usar a palavra para alguma questão?

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Sr. Presidente, as perguntas que iria fazer ao Coordenador-Geral da Fauna do IBAMA é exatamente se alguma comunidade indígena da Amazônia solicitou o registro dessa secreção do sapo cambô, que é uma secreção que já estamos... inclusive está sendo utilizada para cura de doenças. No meu Estado está sendo utilizada, e com êxito. Então, essa é uma pergunta que queremos fazer.

E a outra é a que nós já formulamos para outro representante do IBAMA, Dr. Fernando, a respeito de que se o IBAMA recebeu essa denúncia de que esse santuário ecológico do baixo Rio Branco, do Rio Água Boa, está sendo invadido por pessoas que nós não sabemos se são habitantes do Estado do Amazonas ou são pessoas de fora que estão vindo com o barco, sobem o Rio Negro, estão invadindo essa área e levando espécies raras do nossos peixes?

O SR. FRANCISCO LUIZ CÂMARA – Respondendo sua pergunta sobre o uso do princípio ativo da pele desse sapinho lá da Amazônia, não tenho nenhum conhecimento de qualquer pedido referente a... Nesse, caso seria o retorno do conhecimento associado ao recurso genético. Posso averiguar e responder em

uma segunda oportunidade. Agora, com relação também a essa invasão, entre aspas, dessa área protegida no seu Estado também, prometo ir atrás de informações mais precisas para responder em um segundo momento também.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Com certeza a Delegacia do IBAMA no nosso Estado tem informações para dar, porque apenas justificou não ter feito a fiscalização por falta de recursos logísticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Bem, eu teria mais 3 perguntas, inclusive as 3 já foram feitas ao Fernando Dal’Ava, mas eu vou fazer para registro, para também que possa receber essa resposta.

Fui informado pela assessoria jurídica da Comissão que é necessário também que eu o alerte que se em uma semana as respostas não chegarem à Comissão ou não houver novo pedido para extensão dos prazos, justificativa adequada para uma extensão desses prazos, será considerado como não respondidas as perguntas feitas ao interlocutor. Bem, isso é só agora que me disseram, estou dizendo, isso é uma questão só para ficar gravado, para, na eventualidade de um processo, coisa que não vai ocorrer, espero que nunca ocorra aqui.

Muito bem, são essas as 3 perguntas: favor explicar detalhadamente a situação das remessas de peças de artesanato indígena apreendidas pela Polícia Federal citadas no requerimento que fundamentou a sua convocação por esta CPI no que se refere à autorização prévia do IBAMA?

Com base em quais parâmetros o IBAMA faz avaliação dos processos de autorização de remessas de artesanato indígena para o exterior?

O senhor já teve contato pessoal, por telefone ou por *e-mail* com a antropóloga brasileira Rosita Herédia ou com o cidadão norte-americano Milan Hrabovsky? Em caso afirmativo, quantos foram os contatos efetivados e qual foi o assunto tratado em cada um deles?

Essas 3 perguntas também que gostaria que V.Exa. considerasse.

Agradeço, é lógico, a exposição, a presença de todos os senhores expositores, enriqueceu muito os nossos debates, espero que as respostas venham o quanto antes e também não só se atenham àquilo que foi aqui perguntado. Se quiserem dar uma opinião a respeito do tema aqui falado, estamos inteiramente abertos a recebê-la, analisá-la, incorporá-la ou rejeitá-la.

Então, agradeço a todos e peço para a Deputada Maria Helena que assuma a Presidência e também vamos pedir a todos os presentes que, por favor, se retirem, porque vamos fazer uma sessão secreta agora para requerimentos sigilosos.

Como os requerimentos são de minha autoria, a Deputada Maria Helena vai presidir a sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Maria Helena) – Retificando as palavras do Deputado Sarney Filho, informo que a presente sessão continua sendo pública e oportunamente teremos o momento de sua transformação em reservada e não secreta, como anteriormente anunciado.

Item B da pauta: apreciação de requerimentos.

Requerimento nº 46/05, do Sr. Sarney Filho, que requer cópia de reportagem jornalística à *TV Tapajós*.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 47/05, do Sr. Sarney Filho, que requer sejam convocadas a prestar depoimento as seguintes pessoas: Sylvia Lucas, pesquisadora do Instituto Butantan, de São Paulo; Rogério Bertani, pesquisador do Instituto Butantan, de São Paulo; João Batista, técnico do IBAMA de Belém/PA; Rivaldo Salvianno Campos, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto de Moz/ PA; Edilson Cardoso, Prefeito de Porto de Moz/PA; Daniel Munduruku, Diretor-Presidente do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual – INBRAPI; Roque Yamanawá, Presidente da ONG Associação Vida Nova na Floresta; João Alencar de Souza, pesquisador da EMBRAPA no Acre; Igor Teixeira, Gerente-Administrativo da Tawayá Sabonetes, em Cruzeiro do Sul, no Acre; Leandro Petsch Bechenkamp, proprietário rural; e Daniel Campos Benício, técnico do IBAMA em Santarém/PA.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 49/05, do Sr. Sarney Filho, que requer cópia de reportagem jornalística à *TV Cultura* de São Paulo, no *Programa Roda Viva* do dia 21 de fevereiro de 2005.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

Não querendo S.Exa. fazer uso da palavra, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento seguinte, de nº 48, do Sr. Sarney Filho, é sigiloso.

Consulto os Srs. Deputados se concordam em que esta sessão seja transformada em reservada. (*Pausa.*)

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A partir deste momento, a presente sessão passa a ser reservada.

(*Pausa.*)

(Reunião reservada.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO
DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES
BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO
ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 13ª Reunião Ordinária realizada em 2 de março de 2005

Às quinze horas e doze minutos do dia dois de março de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 16 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Compareceram os Deputados Antonio Cruz, Gervásio Oliveira, Hamilton Casara, Leonardo Monteiro, Lupércio Ramos, Moacir Micheletto, Nilson Mourão e Perpétua Almeida – titulares, e Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Maria Helena e Thelma de Oliveira – suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Joaquim, Coronel Alves (licenciado), Dr. Rosinha, Henrique Afonso, João Carlos Bacelar, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Luiz Bittencourt, Miguel de Souza, Nilson Pinto, Robson Tuma e Sarney Filho – titulares, e João Alfredo, Nicias Ribeiro, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 12ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para ouvir os seguintes expositores: Srs. Valdemir Kramer – Sócio-Proprietário da Kramer Escritório Imobiliário; Leonardo Coutinho – Jornalista da Revista VEJA; e Henrique Corinto – Presidente do

Instituto de Terras do Estado do Acre, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou-os para tomarem assento à mesa, solicitando que o Sr. Valdemir Kramer, por ter sido convocado como testemunha, prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso quisessem fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Concluídas as exposições, fizeram perguntas os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Sarney Filho (lidas pelo Sr. Presidente), Hamilton Casara, Moacir Micheletto, Perpétua Almeida e Thelma de Oliveira. O Deputado Hamilton Casara assumiu a presidência dos trabalhos. O Sr. Presidente formulou suas perguntas e as feitas pelos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Sarney Filho ao Sr. Henrique Corinto, entregando-lhe por escrito, determinando o prazo de 10 (dez) dias para que o mesmo as respondessem e as enviassem à CPI. B – Apreciação de requerimentos: 1) – REQUERIMENTO Nº 50/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam convocados os seguintes cidadãos: Amarildo Formentini, ex-Técnico do IBAMA, atual Assessor da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; José Augusto Torres Potiguar, Procurador Regional da República; e Marcelo Marquezini, Coordenador Geral de Fiscalização Ambiental do IBAMA”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 2) – REQUERIMENTO Nº 51/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer seja requisitada à Polícia Federal a elaboração de pedido ao Governo Americano, solicitando cópia do processo em que a Srª Rosita Heredia foi acusada e considerada culpada pelo tráfico de aproximadamente mil peças de artesanato indígena de tribos da Amazônia, feitas com partes de animais protegidos e ameaçados de extinção”. Em votação, foi aprovado o requerimento. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e trinta e oito minutos. E, para constar, eu, , Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Boa-tarde. Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País. Encontram-se entre as bancadas cópias da ata da 12ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Obrigado.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação. (*Pausa.*)

Os Srs. Deputados que a aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Ordem do dia.

Esta Comissão se reúne hoje em audiência pública para ouvirmos o Sr. Valdemir Kramer, Sócio-Proprietário da Kramer Escritório Imobiliário; o Sr. Leonardo Coutinho, jornalista da revista *Veja*; e o Sr. Henrique Corinto, Presidente do Instituto de Terras do Estado do Acre, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI.

Nesse sentido, convido inicialmente o Sr. Valdemir Kramer, como testemunha, a tomar assento à mesa. (*Pausa.*) Solicito ao Sr. Valdemir Kramer, por ser testemunha, que preste o juramento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Senhores, para mim é uma satisfação, apesar da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Desculpe, é só o juramento por enquanto. Depois o senhor vai falar e fazer o seu depoimento.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo à testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: “*Art. 342 – Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão, de 1 a 3 anos, e multa*”. Cabe a palavra agora ao Sr. Valdemir Kramer, por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder as perguntas dos Deputados. Com a palavra o Sr. Kramer.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Senhores, para mim, é uma satisfação poder estar aqui para expor, de fato, a verdade no que diz respeito... Quando se pensa que neste País podemos, sem dúvida, trazer fatos que venham dizer a verdade, isso é importante, porque nós já temos enfrentado muitas dificuldades. E quando eu pude me direcionar a esta Capital, que, pela primeira vez, é uma satisfação aqui chegar, eu tive, em particular, alguém a me mencionar com respeito aos critérios que dizem respeito à matéria que foi vinculada. Eu, de fato, é verdade, sou corretor de

imóvel e foi chegado em meu escritório determinado alguém da família Meireles, Sra. Cleide Meireles, a qual assinou-me uma opção de venda, em que eu pudesse, realmente, vender o referido imóvel. Eu não conheço o Acre, não conheço a propriedade e pedi, de fato, documentações que dissessem respeito que, de fato, eles eram proprietários. Eles me passaram em mãos, mediante o meu contrato firmado, um dossiê, que tem por propriedade Vale do Rio Chandless, onde tem conteúdos da matéria, cópia de escritura e vários outros levantamentos, que por si se explicam. Diante do exposto, eu acredito, e acho bonito o fundamento pelo qual a Comissão e esta Casa têm conduzido os direitos de preservar na Amazônia o que nós temos visto: depredação em nosso patrimônio. Naquele determinado momento, como eu sou um corretor que vivo de comissão, fiz um anúncio na revista *Semente da Terra*, que teve repercussão internacional. Muitas pessoas procuraram para comprar o referido imóvel, mas, infelizmente, depois, tive conhecimento de alguém que entrou em contato comigo, dizendo que a referida propriedade não procedia a documentação. De fato, procurei os que se dizem proprietários e disseram desconhecer o fundamento da desapropriação da propriedade. Não quero dizer, com isso, que esteja errado. Segundo eles informaram, não têm conhecimento e que nunca foram citados. Ser citado e ser comunicado, contatado por alguém desta Comissão, dei ciência do assunto e eles se negaram a me procurar, onde tivesse um fundamento de diálogo que pudesse expressar, plenamente, a verdade. Estou aqui diante desta Comissão e exponho, com segurança, com certeza, que eu vejo como fundamento de importância maior para que o bem seja pregado e seja prevalecido. Tomei conhecimento por alguém, até do Acre, que entrou em contato comigo, passou um fax para mim, onde demonstrava os documentos onde a área tinha sido desapropriada. Tudo bem. Eu acho que é importante, neste momento, se esclarecer, porque eu, de uma certa forma, jamais, como cristão e como cidadão, estaria contribuindo com situações negativas, contrárias aos princípios éticos desta Casa e dos direitos que facultam nossa Nação. Eu acho que revendo isto, estou aqui para expor, com propriedade, isso que estou falando aos senhores, que não sou proprietário. Eu sou apenas o corretor contratado, da qual tenho em mão um contrato que me assegura, segundo a classe, que trabalhamos, previamente, contratados. Isto é o que eu exponho. E quanto à mídia, a qual usei para levar em frente e trazer, com clareza, os fundamentos da propriedade, eu publiquei na *Semente da Terra* o nosso *slogan* com anúncio. É isso que eu exponho. E se algum fundamento a mais

diferente, eu informo daquilo que posso saber e também do que não posso saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. Muito obrigado. O Deputado Sarney Filho, Relator, está em uma consulta médica, solicitou ao Deputado Casara que o substituísse durante curto período, no início desta audiência pública. Passo a palavra ao Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente, as perguntas serão dirigidas ao Sr. Valdemir Kramer. Sr. Valdemir, a primeira pergunta: o senhor tinha conhecimento de que as terras anunciadas para venda por sua imobiliária, conforme o requerimento que fundamentou a sua convocação por esta CPI, são de propriedade da União? Segunda pergunta: no caso específico das terras do Chandless, que tipo de comprovação, de titularidade a família Meireles apresentou à sua imobiliária? Terceira pergunta: diante da repercussão do caso, a sua imobiliária já desistiu de comercializar as terras do Chandless? Em caso negativo, qual a justificativa para tanto? Quarta pergunta: segundo declaração sua em matéria veiculada pela imprensa, no dia 24/11/2004, teriam aparecido muitas pessoas interessadas em comprar as terras do Chandless de vários continentes, inclusive do Japão. Segundo sua avaliação, o que mais tem motivado tal interesse são: o preço da terra, a existência de mogno, a ocorrência de recursos minerais ou a presença de sítios paleontológicos? Quinta pergunta: que tipo de precaução sua imobiliária adota para verificar a titularidade das terras anunciadas para venda? Sexta pergunta: o senhor ou sua imobiliária estão sendo objeto de processos administrativo ou judicial em razão deste fato ou de outros casos de tentativa de comercialização de terras públicas? Seriam as perguntas, Sr. Presidente, destinadas ao Sr. Valdemir Kramer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor gostaria, já, de responder a estas perguntas?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Se em algum momento eu, realmente, fraquejar na expressão, não me levem a mal. Eu compreendo que esta Comitiva é de homens idôneos e competentes, que aqui estão para preservar o patrimônio da Nação. Eu coloco o seguinte: quando o nobre amigo colocou o cuidado que eu poderia ter em relação a avaliar documentação, foi o que me trouxe expor para as mãos dos senhores esse *book*, onde está todo o conteúdo dos documentos, onde os senhores poderão analisar, com propriedade, que me asseguraria ter confiança de trabalhar. Se possível, passarei às mãos da Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Só como uma informação comple-

mentar, esse material, o senhor recebeu dos proprietários?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Dos proprietários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Está ótimo.

O SR. VALDEMIR KRAMER – O senhor, por gentileza, vai-me colocando, porque eu não anotei com precisão todas as perguntas. E faça de uma a uma, que eu darei respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

A sua imobiliária continua tentando comercializar as terras ou já desistiu?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Diante de contato que me houve por parte do Acre, por alguém que não estou com o nome em mãos, a partir do momento em que ele me deu ciência e me passou um fax do conteúdo dos documentos – de uma certa forma, eles me passaram um fax “*Aos cuidados do Sr. Valdemir Kramer, urgente*”, passo às mãos da Excelência. –, eu suspendi o interesse de negociação, porque não poderia passar uma informação duvidosa. Não é do meu feitio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Outra pergunta que foi feita. O que mais tem motivado, na sua região, o interesse do comprador por terras: o preço, a existência de mogno, a ocorrência de recursos minerais ou a presença de sítios paleontológicos? Em outras palavras, aquilo que o senhor coloca nos anúncios para atrair compradores corresponde ao que normalmente mais atrai as pessoas à sua região?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Excelência, a procura por terra na Amazônia, os senhores hão de convir, é bastante voltada a níveis internacionais. Sabemos que a Amazônia tem potencial de riqueza. Quanto a seus critérios, em particular, que fundamentam de área para área o minério ou outros fatores que vinham trazer como informações de potencial, isso, sem dúvida, é notório e, muitas vezes, varia. De área para área, há alguns segmentos que, muitas vezes, alguém procura para uma realidade: por madeira; outros procuram por achar que tem minério. O que levou com respeito a configurar no anúncio a informação última que a Excelência colocou, isso até, de certa forma, coloquei que pudesse ilustrar o potencial completo da área. Não que, por todas as vezes, variam os interesses e as colocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. Deputada Perpétua, por favor.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Presidente, se me permite, eu gostaria de fazer a per-

gunta e ouvir a resposta em seguida, porque, acho, dessa forma é mais fácil para o nosso convidado fazer as respostas. Pode ser assim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Valdemir Kramer, qual é a sua participação na empresa?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Quero colocar aos senhores que o escritório imobiliário do Kramer é um escritório de uma pessoa física. Eu sou corretor autônomo, certo, na cidade de Manaus, e tenho meu escritório situado na Rua Leonor Teles, antiga Rua Rio Javari, Adrianópolis. Sou um profissional como muitos profissionais neste País: um brasileiro que luta pela sua sobrevivência e que possa trazer a resposta digna do fruto do seu trabalho.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Eu perguntei qual é a sua participação na empresa.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Exatamente é isso que coloco para a nobre Parlamentar.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor é o que na empresa?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu sou, realmente, o corretor responsável e dono do escritório.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, o senhor é o dono da empresa?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Correto?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Correto.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Eu tinha entendido, anteriormente, que o senhor era funcionário da empresa.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor é dono da empresa?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu sou o dono da empresa.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Correto. Quem foi a pessoa que lhe forneceu os documentos?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Foi a Sra. Maria Cleide de Meireles e seus irmãos, certo, que são procuradores de Manoel Meireles de Queiroz e Raimundo Meireles de Queiroz, que são da família.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Isso na cidade de Manaus?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Na cidade de Manaus.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Quando o senhor recebeu essa documentação, o se-

nhor checkou nos órgãos aqui citados qual era a veracidade dos documentos?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Excelência, infelizmente, por estar distante do Acre, eu não chequei.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor, então, pegou a documentação e já colocou o anúncio: está à venda essa terra aqui?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não, senhora. De início...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, como é que o senhor procedeu?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu procedi mediante um contrato que eles firmaram conosco, comigo, para efeito de que eu pudesse ter condições de anunciar.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E o senhor tem cópia do contrato aí?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor pode fornecer para a gente?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Sem dúvida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Mas, então, depois do contrato, o senhor não teve a preocupação de verificar se os documentos, aqui, são verdadeiros, se eles são válidos? Essa preocupação o senhor não teve?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não. Não foi que eu não tivesse. Ter, eu até tive. E perguntei, no caso, para eles, no momento, porque há um custo de certidões para que sejam tiradas, e eles me alegaram, naquele momento, que eles tinham uma pendência com a União, impostos em torno de uns 250 mil reais.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, o senhor, na verdade, até teve a preocupação de checar, mas não pôde, por conta disso?

O SR. VALDEMIR KRAMER – É. Porque, de certa forma, era uma despesa deles.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. Então, se o senhor teve a preocupação de checar a validade dos documentos, ou se seriam verdadeiros ou não, se o senhor teve a preocupação, mas não fez isso pela questão financeira, é porque o senhor, então, tinha dúvida sobre a veracidade dos documentos, certo?

O SR. VALDEMIR KRAMER – É natural que o profissional, o corretor de imóveis, como todo determinado profissional, dependendo de sua área de mercado, que ele possa checar certas informações para que ele capacite melhor resposta.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo, é natural. Mas o senhor checkou?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu chequei a qual... Eu cheguei a eles e cobrei da pessoa deles.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Não, não. Eu vou retomar a pergunta. O que eu estou querendo saber é o seguinte: eu perguntei para o senhor, inicialmente, se o senhor verificou a veracidade dos documentos. O senhor disse que até quis fazer isso, mas, devido aos problemas financeiros que eles estavam enfrentando, por conta dos débitos, o senhor não fez. É isso?

O SR. VALDEMIR KRAMER – É. Não fiz, mesmo porque estava distante. Porque o cartório de origem era no outro Estado.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. Então...

O SR. VALDEMIR KRAMER – Cheguei, no caso, com eles, e perguntei: como é que procede essa documentação? Aí eles me passaram – me informaram, já tinham me informado – esse *book* de informações toda, e disseram que poderia ficar certo, tranqüilo, que não haveria nenhuma dúvida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Kramer, vamos ao raciocínio: se o senhor disse que até sentiu vontade de checar a veracidade dos documentos, mas não o fez – e o senhor já disse o motivo –, se o senhor sentiu vontade de checar se os documentos seriam verdadeiros, é porque o senhor teve dúvidas sobre eles, não é isso?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não, Excelência. De início, eu não tive dúvida. É natural, eu, como corretor de imóvel, cobrar da pessoa a procedência documentária de uma propriedade. Quando eles me passaram a procedência documentária, cobrei deles: olha, para saber a realidade, é natural que tiremos certidões aonde nos proceda as situações.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, tudo bem. O senhor está me dizendo aí que, de certa forma, queria checar, mas, pelos seus motivos, o senhor não checou as informações. Portanto, o senhor pegou os documentos que o senhor recebeu e já colocou a terra à venda, não é isso?

O SR. VALDEMIR KRAMER – É. Com essa documentação que nos passaram, é isso.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Correto. A revista seria esta aqui?

O SR. VALDEMIR KRAMER – É esta aí.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Essa revista costuma divulgar o trabalho da empresa?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Nem sempre.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Foi só esse anúncio? Só teve essa revista?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Foi só esse anúncio. Porque, de uma certa forma, quando o pessoal da *Semente da Terra* apareceu nos mostrando, estava no

momento da EXPOAGRO, e nós anunciamos outros terrenos. E foi, realmente, quando foi colocado. Foi o único anúncio que foi colocado.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. O anúncio é esse?

O SR. VALDEMIR KRAMER – É este o anúncio.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, vamos ao anúncio.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Certo.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O anúncio diz o seguinte: “*Kramer Escritório Imobiliário, Rua Leonor Telles, 270, 1º andar, Sala 103 (antiga Rua Rio Javari) – Adrianópolis.*”

Confere o endereço da empresa?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Confere, sim.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, vamos ao anúncio: “*Vendemos terreno no Rio Purus, Município de Sena Madureira (AC), no seringal Vale do Rio Chandless, medindo 975 mil hectares.*”

O SR. VALDEMIR KRAMER – Correto.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – “A referida propriedade é constituída por grande área de floresta nativa tendo o mogno como uma de suas principais madeiras de valor comercial. Em análise de solo devidamente registrada, foi constatada a existência de reservas de minério de prata e ouro. A presença de gigantescos fósseis de animais ainda não identificados são comuns na região. Toda a área está devidamente documentada, inclusive as áreas onde foram confirmadas a presença de minerais preciosos.” Pelo anúncio, o senhor está dizendo aqui: “Em análise do solo devidamente registrada, foi constatada a existência de reservas de minério de prata e ouro”. A pergunta é a seguinte: quem fez essa análise?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Conforme esse conteúdo que eu estou passando às mãos, foi o que eles configuraram, passando para nós, que era o teor, que, de fato, existe. Essa foi a informação que nos chegou.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Quer dizer que aqui, nesse documento que o senhor está entregando à CPI, já consta essa análise?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eles, nessas documentações aí, estão discriminando os detalhes.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. Aqui também diz o seguinte: “Toda a área está devidamente documentada, inclusive as áreas onde foram confirmadas a presença de minerais preciosos.” O senhor acabou de me dizer que sentiu vontade de checar se os documentos eram verdadeiros, mas, por um motivo financeiro da família e pela distância, de ser no outro Estado, o senhor não fez isso.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Correto.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Mas o senhor está aqui, no anúncio, argumentando, defendendo e afirmando que a área está devidamente documentada.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Com base no teor documentário do *book* que eles nos passaram, tem-se configuração dessa natureza.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, na verdade, o senhor não fez nenhuma constatação da documentação?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não, não, não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor pegou e começou a anunciar, porque o senhor, na verdade, sequer tem clareza se os documentos são verdadeiros ou falsos?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Também não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor não tem essa informação?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu não tenho certeza, porque a análise técnica não foi feita por nós, foi passada, e eles – segundo eles, como proprietários – dizem ter esse teor.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. Aqui, no anúncio, o senhor chama atenção para a questão dos fósseis, para a questão dos minérios e para a questão do mogno. Qual foi a sua preocupação de chamar a atenção, no anúncio, exatamente desses minérios e da questão do mogno?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Excelência, todo comerciante e todo profissional procura, no seu *marketing* de negócio, algo estratégico que ele possa trazer dimensões ao seu cliente. Como diz certa linguagem brasileira: a arma do negócio é a propaganda. É natural que em determinados momentos, quando certos fatores da ordem técnica podem fugir, é diferente, é evidente; mas, quando você ilustra, por exemplo, eu vou vender, aqui em Brasília, determinado imóvel. Vou pegar um local estratégico, próximo do Planalto, que é o ponto-alvo de referência, que pode chamar a atenção do comprador. Se ele está perto do Planalto, ele tem, realmente, uma preferência. Se ele está mais isolado, ele tem outra preferência. Então, a minha lógica, quando se pega o imóvel, eu faço sempre um alvo, um ponto de repartição ou algo que tenha, ali, para você chamar a atenção do seu cliente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. Vamos fazer o seguinte: Dr. Valdemir Kramer, vamos ser um pouco mais direto nas nossas respostas, certo?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Pode me chamar de Valdemir, mesmo, porque eu ainda não sou...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Vejamos, então, mais uma pergunta: o senhor tem alguma informação ou chegou, por exemplo... Antes de a CPI checar... com o pedido para o senhor chegar até a CPI, o senhor tinha ouvido dizer, em algum momento, que essa documentação poderia não ser verdadeira?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu passei a ter uma dificuldade, no momento quando nós começamos a comercializar. Foi que, quando se faz uma carta de apresentação e passam *books* desse onde poderiam estar conteúdos que assegurariam para o pretendente saber o que é que tem, o que pode ter ali para ele se interessar, começou, depois, a me surgir que a área... não procedia o documento. Eu chamei o pessoal e disse: olha, o que é que está havendo? O que está havendo, por sinal, é que os compradores que têm vindo de fora se tornam exigentes no teor documentário de certidões. Por exemplo, os coreanos, comumente, hoje não vão comprar uma terra que não saibam o teor documentário de precisão.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, o senhor está afirmando que algum dos interessados já deu uma olhada na documentação e sentiu falhas...

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu não tenho certeza, mas foi isso que, psicologicamente, me transpareceu, e começou a fraquejar a negociação.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, o senhor já teve dificuldades de vender a área, porque alguns dos interessados encontraram falhas nesse processo.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Prova...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E o senhor, como vendedor, não percebeu nenhuma falha, antes?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não, veja bem. A nobre Parlamentar entenda o seguinte: não foi falha no documento, porque, provavelmente, quando eles pegaram o teor documentário, eles devem ter puxado as certidões. Porque vocês sabem que hoje o processo de certidões é bem mais prático.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E se eles puxaram a certidão, o senhor acha que eles devem ter encontrado o quê?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Provavelmente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O quê?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Que não estavam procedendo as informações que estavam no *book*.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, o senhor mesmo, quando começou a vender a área, nos primeiros interessados, o senhor teve dificuldade de vendê-la?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Tive dificuldade nisso.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Porque os próprios interessados checaram que as certidões não eram exatamente o que estava aqui.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu não tenho certeza se eles checaram, mas me paira essa dúvida, porque começou a surgir essa dificuldade, a qual chamei os proprietários e dei ciência: olha, está havendo isso, o pessoal está dizendo que a propriedade não procede. Ele disse: “*Olha, não existe isso*”. É uma documentação muito bem abalizada que – segundo eles – quando foi feita a demarcação da reserva de fronteira, parte dessa propriedade ficou do outro lado do outro país e parte ficou deste lado. E dentro dessa situação, a documentação tem todo o teor documentário certo. Nós só temos uma dificuldade: é o imposto que nós não conseguimos pagar até agora.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, mesmo com esse primeiro problema, mesmo com essas afirmações, e os donos da área, os possíveis donos, já dizendo para o senhor que houve uma demarcação de reserva, mesmo assim o escritório não teve a preocupação de checar as informações, a documentação?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não. A Excelência compreenda que as minhas limitações, quando eu parei da negociação de venda, porque estava havendo essa dificuldade, e dei as situações, e pude ter um contato com alguém do Acre, que entrou em contato conosco, nos dando... onde passou até o fax, nós paramos toda a negociação, porque seria passar uma informação duvidosa.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. Qual é a sua opinião, hoje, sobre aquela área ali?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu... em dar uma opinião... mas, diante desta Comissão, eu jamais teria dúvida, à parte, que os senhores jamais iriam fazer uma Comissão Parlamentar desse nível aqui, nos empantanando para gastar dinheiro da Nação, para nós estarmos aqui a conversar coisas que não têm fundamento.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Não. Eu não quero a opinião sobre a Comissão, Sr. Kramer, eu quero a sua opinião...

O SR. VALDEMIR KRAMER – Mas eu estou colocando, porque é dinheiro nosso.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Eu quero a sua opinião acerca daquela área que o senhor estava vendendo.

O SR. VALDEMIR KRAMER – A Excelência, mais uma vez repito, informo que a senhora está colocando um assunto que está me pedindo uma opinião direta.

Eu parava a situação... paro de dizer, porque mesmo até por não conhecer o Estado do Acre, a situação, eu não posso dar opinião no assunto.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor vai parar de vender, então, a área?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Já parei.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E parou por quê?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Parei porque as procedências não me deram consistência para eu passar para o meu cliente uma informação correta.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, na sua opinião, o senhor não tem consistência das informações, se elas são corretas, é isso?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não. Na minha opinião, coloco para a Excelência o seguinte: que o teor documentário que me passaram, da qual os meus clientes, depois, disseram que não procedia, eu parei, porque acho não ter consistência. E se não tem consistência de onde vem ou deixa de vir, os proprietários se pronunciem para dizer, porque nós não estamos mais vendendo.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu, por exemplo, até estou achando um pouco diferente. É que quem poderia ser intimado aqui seriam os proprietários, seriam os proprietários.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Kramer...

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu estou sendo intimado aqui, interrogado. Parece até que eu sou o dono da propriedade.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Kramer, o senhor está sendo intimado nesta CPI porque o senhor está vendendo uma área que não tem mais dono, a não ser a União, o Estado, hoje.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Claro, Excelência.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Inclusive, o senhor, antes de vender, deveria ter tido a preocupação de checar essas informações. O senhor está sendo convocado aqui para o senhor explicar acerca da venda de uma área que pertence ao Estado... que pertenceu à União.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Excelência...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – É por isso que o senhor está vindo aqui.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu sei, Excelência.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – As outras pessoas que a CPI vai ouvir, depois nós

vamos chamá-las. Mas o senhor está vindo aqui por esse motivo.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Exatamente. Eu estou aqui presente para dar resposta a esta Comitiva, diante daquilo que conheço e que posso botar em fundamento. E quero que não me entendam contrário, que eu esteja de má-fé.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. Aqui, no anúncio, tem mais 3 áreas que estão à venda.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Exato.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Aqui tem, olha: “Vendemos um terreno no Município de Manacapuru, com 360 mil hectares, contendo reservas madeireiras e diversos lagos”.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Certo.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Inclusive, o senhor está vendendo um terreno que contém diversos lagos.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Pelo menos, isso aí, a colocação...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Deixe-me continuar a pergunta. Tem uma outra área aqui, que o senhor também está vendendo, de 200 mil hectares contendo vasta reserva madeireira, seringais e lagos. E, aí, o senhor anuncia mais: “*Temos diversas áreas em estradas, rios* – olha, o senhor está dizendo aqui: “*Temos diversas áreas, rios, lagos com cachoeiras, reservas madeireiras e minerais*”.

O senhor tem a documentação do que o senhor está vendendo hoje?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Excelência, esses imóveis que a senhora está fazendo jus à Comissão, nós estaríamos questionando aqui o fundamento do Rio Chandless. Esses outros que a senhora botou em pauta me faz colocar, porque os proprietários, de fato, têm a documentação. Se me pedir a documentação, faço a juntada.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Mas nós vamos pedir.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Está certo.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Nós vamos pedir toda a documentação, porque esta é uma CPI acerca da denúncia de biopirataria no Brasil inteiro.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Compreendo, e quero deixar claro à Excelência...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Nós vamos pedir acerca de tudo o que está aqui.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Quero deixar claro à Excelência que eu, na condição de profissional corretor de imóvel, eu não sei se é contrário o corretor de imóvel vender um imóvel legalizado, e não sei se a

profissão de corretor de imóvel já tornou-se anti-social e contrária aos princípios da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor me dá licença um pouquinho. Eu vou alertá-lo. O senhor certamente, como corretor, deve ter feito curso e deve ter registro no CRECI, então o senhor deve saber que, ao vender um imóvel nessas condições, o senhor é incurso em crime de co-participação. Isso é primeira aula de um curso de corretor de imóveis. O senhor está vendendo imóveis e não tomou as devidas cautelas, o senhor está incurso como co-responsável nessa transação. O senhor é um indutor dessa transação, o senhor é quem motivou, o senhor chegou a induzir uma pessoa a comprar, possivelmente até confiando muito mais na sua empresa e sem conhecer os proprietários da área. Portanto, essa alegação de que cabe só perquirir o proprietário não cabe. E eu queria lembrá-lo que o senhor está aqui na condição de testemunha, portanto as suas colocações todas estão sendo gravadas e deverão, no final desta CPI, ser encaminhadas ao Ministério Público. Há uma série de implicações e culminações penais a respeito deste assunto.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Presidente, eu quero refazer a última pergunta ao Sr. Kramer. Se ele tem a documentação necessária para a venda das diversas áreas de florestas a que ele se refere, incluindo rios e cachoeiras.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Excelência, é natural, quando você pega um imóvel, do qual fiz juntada... A Excelência colocou e viu que esse teor documentário, ele está sendo, talvez, de certa forma, discutido, é lógico, e ele não está tendo toda a substância precisa. Varia de proprietário para proprietário, porque, comumente, quando você pega uma propriedade dessa, tem um título definitivo, certo, e tem os impostos pagos. Diante desse documento, eu perguntei, no caso dele; e nos outros imóveis também a gente pega a documentação, e pega também um contrato para poder trabalhar.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então o senhor tem a documentação toda do que o senhor está vendendo aqui.

O SR. VALDEMIR KRAMER – É. Do que se pode anunciar, a gente pega o documento, para poder vender.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Satisfeita, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Kramer, o senhor nos apresentou, quando perguntado pelo Presidente e pela Deputada Perpétua se tinha paralisado as atividades

de venda da área em questão, o senhor nos entregou um documento, dizendo que, após ter recebido esse documento, foram paralisadas as iniciativas de venda. Só que nós estamos vendo aqui que não passa de um memorial descritivo, não tendo informação nenhuma dizendo se paralisava ou não a venda, se eram legais ou não os documentos colocados à disposição. Ainda não precisa o senhor responder neste momento, é apenas para anotar. Eu gostaria que o senhor justificasse o porquê de paralisar a atividade, por um documento que não relata absolutamente nada. Segunda, se foi efetivada alguma venda, algum lote dessa área referente ao Chandless. Dois, se o senhor tinha conhecimento de alguma unidade de conservação nessa região. Três, se vendeu, para quem. Quatro, se vendeu, qual o tamanho, e a que preço? Uma outra pergunta, Sr. Kramer. Há quantos anos funciona a sua empresa? O senhor pode anotar, por favor? Última pergunta. Durante a vigência da sua empresa, quantas áreas da zona rural foram vendidas em toda a Amazônia? Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Excelência, com respeito ao documento, conforme a Excelência colocou, que ele não diz nada, esse documento eu recebi segundo alguém que me passou, do Acre, e que eu acho, não tenho certeza, que estaria passando um documento dizendo que a área tinha sido desapropriada. E passaria nesse documento teor documentário, conforme ele por si se expressa, que já não pertencia à família. Para isso, eu estou fazendo, a juízo de informação...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Simplesmente eu quero arguir que o senhor está faltando com a verdade neste momento. O documento que o senhor nos entregou à CPI não fala absolutamente nada disso, não traduz absolutamente nada do que o senhor está colocando.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu não sei se o excelente amigo entendeu minha colocação. Quando você me disse a primeira... que eu recebi o documento, eu exatamente parei toda a negociação, porque estava havendo dúvida de um documento. Se estava havendo dúvida de um documento, eu não poderia passar para alguém uma informação que ela não batia mais com a verdade. Essa foi a minha colocação. E por quê? Porque eu recebi esse documento, a cópia, onde a cópia expressa que tem essas alterações. Então, como é que eu ia passar uma informação? Eu subtendi isso. Segundo: a venda. Eu não vendi nem tenho conhecimento que foi vendido algum lote do Chandless, ou algum pedaço de terra do Chandless, certo? O terceiro: não posso dar valor, porque, de uma certa forma, se não foi vendido por mim, e desconheço qualquer outra venda,

não poderia saber de valor. O quarto também seria o tamanho, certo? E o quinto, perdoe-me, porque eu não sei se eu coloquei. Qual é o item quinto?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – O funcionamento... dentro da sua empresa.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Ah! A minha atividade como pessoa física de corretor de imóvel, se não me falta aqui um pouco a memória, acho que sou corretor desde 77 ou 78, mais ou menos assim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Se vendeu, quantas áreas na zona rural da Amazônia a sua empresa negociou?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Sinceramente, ultimamente nós começamos a ter uma prática de passar para essa área rural, e de início estamos tendo, assim, uma desagradável experiência, porque nós temos tido sempre a situação mais voltada na área urbana, porque a área rural é muito dispendiosa e requer essas mazelas difíceis. Nós não estamos com o interesse muito em investir na situação para esse lado. De uma certa forma, nós não temos experiência, a não ser a primeira, desagradável, de ter tido essa inicial e não estar dando certo. Nós não temos muito interesse em investir nessa área, porque é um pouco complexa a situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor está informando à CPI que o senhor não realizou, durante toda a vigência da sua empresa, o senhor não concluiu nenhuma operação de área rural. É isso?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Exatamente. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Enquanto não retorna a Deputada Thelma, eu também gostaria de encaminhar algumas perguntas ao senhor. É comum, na região onde o senhor atua, serem oferecidas, pelo senhor ou por outras imobiliárias, áreas que contenham 900 mil hectares, que correspondem a 9 mil quilômetros quadrados, uma área maior que a Região Metropolitana de São Paulo, com 39 cidades, 19 milhões de habitantes e 8 mil quilômetros quadrados? Essa área que o senhor está oferecendo tem 9 mil e 975, quer dizer, 9,75 mil quilômetros quadrados. É comum, na sua região, o oferecimento de áreas desse porte?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Excelência, não é comum, e eu realmente confesso a esta Comissão que, quando a área apareceu desse tamanho, eu fiquei até assim meio tendo preocupação. Naquele momento, quando eles nos confirmaram a documentação, e por haver às vezes procura, eu, de uma certa forma, direi que não é comum, na minha experiência, ter trabalhado com área desse tamanho. Certo? Em determinados

momentos, outros segmentos, não por mim, a gente vê alguém falando em áreas grandes, como a gente sabe que tem na Amazônia. Mas eu mesmo, pessoalmente, nunca, realmente, trabalhei com áreas grandes desse tamanho, a não ser pela primeira vez, da qual estou tendo uma experiência desagradável, certo, da qual a gente compreende que tem suas mazelas, tem seus problemas, e não tenho pretensão em dar seguimento, porque tem outros segmentos no mercado de imóvel, que é o imobiliário, que a gente pode trabalhar com mais segurança, sem correr essas dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Segunda pergunta: o senhor utilizou um verbo que deve ser comum na linguagem do ramo imobiliário, mas que eu fiquei sem conhecer o exato significado, que é o verbo puxar. O verbo puxar é um verbo que tem muitos significados na gíria. Vejo as pessoas falando numa linguagem até marginal que alguém “puxou” tantos anos de cadeia. Tem muitos significados. Eu ouvi o senhor falar que dá para “puxar” uma certidão. O que é puxar uma certidão? É ir buscar na Internet? O que significa isso? Quando chega alguma coisa, dá para ver se a propriedade é... Hoje é muito mais fácil. O senhor usou esses termos, disse que dá para “puxar” a certidão. O que significa isso?

O SR. VALDEMIR KRAMER – É de fato tirar a certidão, via Internet, ou ir ao cartório de origem para poder realmente tirar essa certidão. Nessa certidão, ela vai dizer ultimamente que... às vezes, na área urbana ou em outro lugar, a cadeia dominial, certidão vintenária, certo? É onde ela diz o teor do registro de imóvel e do documento todo em si que lhe procede, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Isso é uma garantia...

O SR. VALDEMIR KRAMER – É uma garantia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – ... para o senhor não perder a venda, para o senhor não estar vendendo alguma coisa... E para o comprador.

O SR. VALDEMIR KRAMER – É. Comumente, quando se vai passar a escritura, escriturar em cartório, o comprador, por uma cautela, tira certidão da cadeia dominial, vintenária, certidão de ônus, narrativa, e sucessivamente, onde diz todo o teor documentário que aquele imóvel está de fato livre e desembaraçado para a negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeitamente. Agora vejam o seguinte. Eu queria entender um pouco como funciona no seu caso, que me parece um corretor experiente, já de muitos anos no ramo. O senhor está com uma propriedade invulgar. O senhor mesmo disse que é muito raro uma propriedade de quase 10 mil quilôme-

tros quadrados, num preço também vultoso, quase 35 milhões de reais. Nesse caso, o senhor não teve a preocupação de – entre aspas – “puxar” nenhuma certidão, para verificar, previamente, se se tratava de um imóvel com essas garantias de registro, vintenária, se não era um documento falso, um documento clonado? Nesse caso especificamente, o senhor não teve essa preocupação.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Excelência, eu acho que os senhores sabem e têm conhecimento de que, quando a gente vai fazer um investimento, ele tem que ter o seu retorno. Como eu não tinha, em determinados momentos, nenhuma certificação precisa ainda de um comprador, eu não poderia fazer o investimento. É evidente que, se aparecesse um investidor que tivesse o potencial de precisão, nós teríamos previamente um diálogo e toda uma assessoria jurídica que tivesse dimensões, onde pudesse fazer o investimento dos documentos, certo? Porque não tinha nada definido, de nenhum comprador. Embora havendo interessados, não tinha nenhuma definição. Com isso, dá o tempo de você checar a documentação, e não acontecer o negócio, e se tiver o que acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não tenho mais nenhuma pergunta. Só acho muito estranho que o senhor vá gastar primeiro o dinheiro fazendo publicidade em jornais aereanos e revistas. Gasta-se primeiro em publicidade, que não é de graça, para depois confirmar. Ainda mais o senhor dizendo que agora pode-se “puxar” pela Internet para saber a veracidade do documento. Parece-me que a seqüência lógica não está sendo obedecida. Vou passar a palavra à Deputada Thelma.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Sr. Valdemir, eu queria dizer que estou achando, especialmente no início do seu pronunciamento, de seu depoimento, que ele é um pouco contraditório, na medida em que o senhor fez toda uma abertura dizendo-se comprometido com a questão do meio ambiente, da preservação da Amazônia, mas o seu anúncio todo é exatamente de colocar à venda todas as riquezas que existem dentro da Amazônia. Então, acho que é um pronunciamento absolutamente contraditório. Na verdade, não podemos entender que o senhor não tenha conhecimento de que especialmente essas áreas da Amazônia Legal envolvem riquezas naturais que são muito caras ao povo brasileiro. Então, pergunto ao senhor: como uma empresa como a sua, que tem... quantos anos de existência? O senhor disse, mas eu não estava aqui no momento.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não estou bem certo, mas devo ter uns 22 anos de trabalho.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– O senhor tem 22 anos que trabalha no ramo. Como o senhor vai vender uma área numa região que, todos sabemos, é extremamente polêmica, que está aí sendo motivo de imensas lutas pela preservação, e o senhor não vai lá, *in loco*, para verificar essa área?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Excelência, faz jus a sua colocação. E quero até colocar que, de certa forma, você tem razão, em parte. Acho que a colocação em si, de nós termos a consciência de corrigir os erros, é importante. Digo a você e digo a esta Comissão que vocês sabem que quando o cidadão vive num país como o nosso, de luta, de dificuldades, em que ele tem que trabalhar, lutar, e quando chega diante de uma Comissão como esta, vê o momento pelo qual os nobres amigos que foram eleitos aqui estão, mas vê também as dificuldades em particular do que o brasileiro enfrenta. É natural. Digo, de certa maneira, e não nego, em particular, minhas dificuldades pessoais: estou aqui não para que eu possa me tornar, de certa forma, com uma transparência duvidosa, mas estou aqui diante de uma Comitiva, que está lutando. E se coloquei as palavras, em determinado momento, e elas não foram tão quanto certas, peço aos nobres amigos brasileiros que não entendam o humilde brasileiro que aqui está trabalhando com dificuldade, e que em determinado momento tem suas dificuldades, mas ele tem que lutar, certo. Para os senhores terem uma idéia, se vocês ligarem hoje para o escritório de Valdemir Kramer Gonçalves, em Manaus, verão que o telefone está cortado, pela dificuldade financeira que ele enfrenta. Mas eu não vou cruzar os braços, embora tendo dificuldades. Vocês poderão até me analisar, em particular, que até meu português pode estar sendo arrastado, mas estou aqui com coragem, com confiança, lutando por um propósito de que eu possa apresentar a esta Comitiva, certo? De que eu possa melhorar? Posso. Que eu possa mudar o quadro? Posso. Então, colocaria para os senhores que eu não estaria trabalhando com falsa ideologia, mas estou lutando por um propósito, para que eu possa ajeitar. O nosso País, quando foi descoberto, tinha suas dificuldades. Porém, hoje vemos o progresso, certo? E assim, direi aos senhores que não levem a mal minhas colocações. Vou procurar ter ciência daquilo que eu possa me expressar, com certeza.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Sr. Valdemir... Sr. Presidente, acho que o depoente não respondeu corretamente à minha pergunta. Não acredito, e não aceito que queira se justificar a humildade, a pobreza e, com isso, estar fazendo a exploração das riquezas naturais do nosso País. O fato de querer lutar, de querer sobreviver, de lutar para sus-

tentar a família não justifica que a gente tenha que agir de forma incorreta, como estamos percebendo que o senhor agiu. Acho que isso não justifica. Há muitas outras formas honestas de sobreviver. Por exemplo, o senhor está há 22 anos nesse ramo. O senhor vendeu outras áreas também, com essa situação, e elas foram bem-sucedidas?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E isso o levou a continuar? Só nessa revista aqui, que foi apresentada pela Deputada Perpétua, temos 3 ou 4 áreas na mesma situação. E o senhor diz até que há diversos lagos, diversos rios, diversas riquezas que pertencem ao povo brasileiro e que, neste momento, aliás, pertencem ao Estado do Acre. Então...

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não entendi bem.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA -... gostaria de saber o seguinte: outras áreas o senhor também vendeu, nessa mesma situação?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Excelência, eu disse, no início do meu depoimento, quando mencionei que estou tendo uma experiência no mercado rural de imóveis que não me está sendo agradável, porque elas têm problemas. E não estamos negociando, porque elas são dispendiosas, são muito difíceis. E nós não vendemos áreas, certo? Não vendemos.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – O senhor não vendeu nenhuma outra...

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não, não, não.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Não há anúncio, não há contrato, não há nada?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não, não. A gente colocou o anúncio...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – O senhor sabe que está prestando depoimento...

O SR. VALDEMIR KRAMER – Sim.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – ... numa CPI...

O SR. VALDEMIR KRAMER – Claro.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA -...e que toda a documentação pode ser requisitada.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Claro, claro, pode, fique à-vontade. Jamais teria... Realmente, não vendemos. Por sinal, não é por se anunciar que você venda. Colocamos, e a experiência não é agradável, porque os problemas das áreas...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Essa foi a primeira experiência?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Essa foi a primeira experiência. No mercado de imóveis urbanos temos outros segmentos, mas a área rural é muito problemática.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Então, o senhor acha que houve má-fé da Maria Cleide de Meireles, no momento em que ela colocou essa área para o senhor vender, com toda essa documentação? O senhor acha que houve má-fé da parte da família que vendeu para o senhor?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu tenho uma dúvida nessa situação, apesar de ser uma pessoa esclarecida, uma professora de universidade. No depoimento dela, vão colocar isso com precisão. Se houve má-fé deles, de fato, não tenho certeza, mas me pareceu estarem de boa-fé quando me botaram a documentação, tão quanto que acreditei no dossiê de documentos que eles me passaram. Falei, no caso da certidão, e naquele momento eles colocaram que teriam dificuldade de juntar, porque até mesmo o Imposto Rural estaria atrasado em torno de uns 250 mil reais. Mas que, se vendessem, eles fariam uma justificativa junto à União e pagariam. Fiquei um pouco meio duvidoso, porque, quando dei ciência dessa citação que me foi feita, da qual estou aqui, realmente convoquei eles umas 3 ou 4 vezes, e eles não se pronunciaram em estar conosco.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Quanto o senhor esperava ganhar com a venda dessa área? Qual seria o seu percentual?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Bem, é relativo, porque, a margem de negociação, quando ela se projeta, é muito oscilante. Vai a nível de que você...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Qual seria o valor?

O SR. VALDEMIR KRAMER – É porque, comumente, a venda rural, a venda rural é 10%, segundo a tabela, não é? Quando o procedimento desenvolve a nível de que venha a acontecer a negociação, é natural que, em todo esse percurso, vai haver contraproposta. Não posso assegurar com precisão que eu ia ganhar “x”. Tem uma tabela que é de 10%. Quando você fecha, você ganha os 10%.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu gostaria antes de perguntar: esse contrato, o senhor vai nos deixar uma cópia, por favor?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Deixarei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está ótimo. Obrigada.

Com a palavra a Deputada Perpétua.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao depoente qual o patrimônio da empresa dele hoje.

O SR. VALDEMIR KRAMER – O patrimônio da minha empresa, de uma certa forma, seria um imóvel, que ainda não está todo legalizado, na Rua Leonor Telles, que deve corresponder a uns 350 mil reais.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – É esse o patrimônio da empresa?

O SR. VALDEMIR KRAMER – É esse o meu patrimônio pessoal.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O seu pessoal ou o da empresa?

O SR. VALDEMIR KRAMER – É o mesmo, senhora.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. A sua empresa tem mais ou menos quantos advogados?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu não tenho nenhum advogado, apesar das dificuldades em termos de pagar um advogado, que é um custo. E vocês têm de convir que estou aqui diante da Comitativa e posso depois realmente recorrer, e ver como ajeitar um advogado.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, a sua empresa não tem advogados?

O SR. VALDEMIR KRAMER – No momento, não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Esse jornal, página 20, é um jornal de circulação no Acre. O senhor recebeu algum telefonema desse jornal, de algum jornalista chamado Edmilson Ferreira, para tratar acerca desse problema?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Esse rapaz... Alguém do Acre, que não sei se é essa pessoa, fez um contato conosco.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – De jornal?

O SR. VALDEMIR KRAMER – É, de jornal.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Aqui alega o senhor a seguinte declaração: “*O proprietário da Kramer Escritório Imobiliário, Valdemir Kramer, disse ontem à tarde pelo telefone que está mobilizando seus advogados para verificar a denúncia de Henrique Moura*”. Henrique Moura é o Presidente do Instituto de Terras do Acre, que é quem pediu explicações acerca da venda. O senhor mobilizou seus advogados?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não, porque eu desconheço essa colocação com esse teor. Alguém fez contato comigo e eu mencionei da situação naquele momento. Alguém me colocou, mas não foi com toda essa colocação.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Kramer, já por duas vezes... Uma vez eu comprei um imóvel e agora fui visitar um escritório de imóveis no Acre, porque eu estava querendo vender a minha casa.

Fui lá, dei as qualificações, mas a empresa disse que só iria começar o processo quando fosse lá em casa. Como eu não tive tempo para estar em casa, a empresa ainda não foi lá em casa para poder ver o imóvel. O senhor, então, disse que, por alguns motivos – o senhor disse que eram de outro Estado –, o senhor não teve como ir ao Estado para verificar a veracidade dos documentos. Mas, no entanto, diferentemente da imobiliária com quem tratei no Acre – e imagino que seja assim, você vai botar um imóvel à venda, a imobiliária vai *in loco* verificar o empreendimento, o negócio que ela vai fazer –, o senhor, mesmo assim, entrou num empreendimento de aproximadamente 35 milhões de reais, sem confirmar a documentação, sem ir ao local, sem saber se a área realmente existe. O senhor foi ao local das outras áreas que estão à venda aqui no nosso livro, as outras três áreas do Amazonas, onde o senhor coloca à venda aqui reservas de madeira, minerais, cachoeiras? O senhor conheceu as outras ou o senhor fez igual a essa aqui também?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Das de cachoeira, temos a de Presidente Figueiredo, que é mais próximo. Temos, no caso, visto, como no caso da Cachoeira Natal e outras localidades que são mais próximas. As outras da localidade, essas aí nós também não vistoriamos.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Não vistoriou essas outras?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não, não vistoriamos.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Mesmo assim, elas estão à venda?

O SR. VALDEMIR KRAMER – De certa forma, a partir do momento em que nós começamos a ter dificuldade e vimos...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Espera aí. Deixa eu entender. A dificuldade, então, não foi só na venda das terras do Acre?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Não, porque, de certa forma...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor está tendo dificuldade nas outras áreas do Amazonas?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Nas outras áreas, porque em tudo ela requer uma certa vistoria, e são áreas muito distantes, certo? E nós suspendemos a mesma negociação e não mais publicamos, porque a gente vê que ela é muito dispendiosa. Você sair de Manaus para fazer uma vistoria num imóvel desse leva dias ou até meses, não é? Porque são áreas bastante extensas. Então, não é negócio a gente realmente no momento fazer um investimento que é muito dispendioso. E, às vezes, também não tem retorno de imediato.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA –

Para finalizar, Sr. Presidente. Sr. Kramer, o senhor disse que é uma pessoa informada e me parece que é. Disse que, quando precisa, contrata advogados, embora não os tenha. Mas o senhor sabe acerca das proibições da legislação brasileira no tocante à venda de áreas de florestas, áreas com fossas e minérios? Sabe que pode estar fazendo algo incorreto?

O SR. VALDEMIR KRAMER – Estou tomando conhecimento. Já tomei conhecimento da situação e me cabe não ter mais esse segmento de trabalho, certo, dessa maneira, porque de certa forma, me dá a entender que é patrimônio da Nação. E se ele de fato é patrimônio, acho que a gente passa a perceber que a coisa não é por aí, certo? Anteriormente, eu não estava informado destas situações. Por ser patrimônio e, de uma certa forma, como tomei conhecimento, passa-me a não ser mais uma prática de colocar nos meus anúncios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está encerrado o seu depoimento. Agradecemos a sua participação. Obrigado.

O SR. VALDEMIR KRAMER – Eu quero neste momento agradecer a atenção dos nobres amigos que, de uma certa forma, ouviram o meu depoimento. E eu não sei como vocês fariam a análise do humilde brasileiro aqui, diante do exposto da dificuldade. Mas asseguro para vocês que este momento aqui para mim é uma escola de conhecimento e que, sem dúvida, me capacitaria para outros momentos da qual não possa repetir um erro. Errar é humano, permanecer no erro é que não se pode. Compreendo que, quando a nobre Parlamentar me corrigiu, na maneira de preservarmos a nossa Amazônia, a nobre Parlamentar tem toda a sua razão. E jamais seria eu exibido de não corrigir essa colocação. E quero colocar aos amigos que me desculpem, diante do meu depoimento, se fatos não bateram com precisão. Há de convir que estou diante de uma Comitiva que, de uma certa forma, está com toda a atenção voltada, e creio que numa cadeia de comunicação, para o que eu diria meus erros aqui, o que diria os senhores ao analisar. Façam o juízo da minha colocação. Direi ao Sr. Presidente e aos amigos que tiveram a compreensão de me compreender no meu depoimento, que eu não sei como os senhores fariam. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Obrigado, senhor. Na seqüência, convido para tomar assento à mesa o jornalista Leonardo Coutinho, da revista *Veja*. (Pausa.) O jornalista Leonardo Coutinho comparece não como testemunha, mas como convidado. Portanto, não há nenhum compromisso a ser prestado. E eu queria inicialmente

passar a palavra aos Srs. Deputados. Antes, se o jornalista Leonardo Coutinho quiser fazer algum breve pronunciamento...

O SR. LEONARDO COUTINHO – Boa-tarde, Srs. Deputados e demais participantes, agradeço a oportunidade, mas eu prefiro que passemos diretamente às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não. Bom, eu gostaria, então, de iniciar as perguntas e, na seqüência, passaremos aos Deputados. Inicialmente, Leonardo Coutinho, eu queria me reportar a uma reportagem de sua autoria publicada na revista *Veja*, nº 1.840, de 11 de fevereiro de 2004, na qual o senhor afirma que mais de 10 mil pessoas de nacionalidade não brasileira já vivem ou freqüentam regularmente a região amazônica, entre eles cientistas, jornalistas, estudantes, ambientalistas, executivos e até militares. Eu gostaria de solicitar, para conhecimento desta CPI, que o senhor nos informasse se é de algum censo demográfico internacional que o senhor se utilizou para esses dados, se essas informações são oficiais e se, com base nessas informações, o senhor conclui também se há algum interesse de outros países do ponto de vista militar ou geopolítico na região amazônica.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Sr. Presidente, a fonte para esse número dos estrangeiros na Amazônia é o Censo Demográfico do IBGE, que foi realizado no ano de 2000. Eu providenciei uma cópia dessa seção referente à Região Norte para o senhor, onde é especificado não só o número de estrangeiros, mas naturalizados, por faixa etária. Seguindo, a resposta à sua pergunta, acho que não dá para, a partir desse número e a partir desse público que freqüenta e reside na Amazônia, tirar alguma conclusão se há algum interesse ou não de dominação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Na reportagem de sua autoria, na revista *Veja* nº 1.771, de 2/10/2002, sob o título *Lei da Selva*, o senhor denuncia os crimes de biopirataria praticados pelo pesquisador holandês, naturalizado brasileiro, Marc Von Roosmalen. Já na reportagem da edição nº 1.840, o senhor, numa colocação bem diferente, faz uma clara apologia ao trabalho executado por esses cientistas estrangeiros na região amazônica. Na sua opinião, o estilo do holandês Roosmalen é um caso excepcional, uma exceção, ou conhece também casos de dúvida quanto ao comportamento de outros cientistas estrangeiros que estejam trabalhando na Amazônia?

O SR. LEONARDO COUTINHO – Sr. Presidente, a denúncia publicada em outubro de 2002 partiu do próprio INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da

Amazônia, que à época abriu uma auditoria para investigar os procedimentos do Marc Roosmalen. Essa denúncia foi encaminhada à sucursal de Belém, onde trabalho e sou responsável por essa base da revista *Veja* na Amazônia, e foi apurada junto às autoridades competentes. Uma coisa que tem de ressaltar é o seguinte: o Roosmalen foi investigado, não sei ao certo se julgado, mas eu tenho certeza de que ele foi afastado das suas atividades no Instituto de Pesquisas da Amazônia, mas o seu crime não é necessariamente pelo fato de ele ser estrangeiro. Acho que precisa haver uma definição nesse sentido, de que o fato de ele ser holandês não quer dizer que ele necessariamente é um biopirata. Ele cometeu crime de biopirataria, segundo os seus investigadores, e pronto. Na matéria seguinte, que o senhor se refere à apologia do trabalho dos estrangeiros, essa matéria foi motivada pela importância do trabalho em si que essas pessoas desenvolvem na Amazônia, tendo em vista que a base da ciência na região teve início com o auxílio de pesquisadores estrangeiros, vide o caso do Museu Goeldi, de Belém, os principais cientistas que trabalharam no INPA. A própria matéria faz referência a esses pesquisadores como também fomentadores de formação de brasileiros na Amazônia. Então, essa é a razão de ressaltar esses personagens. E concluindo a resposta, não tenho nenhum indício e não recebi nenhuma denúncia, desde 2002, sobre nenhum outro caso envolvendo biopirataria. Não recebi diretamente, só vendo por publicação de colegas em outros órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está ótimo. Uma última observação: segundo depoimento do Sr. Garo Batmanian à *Veja* somente a Shaman Pharmaceuticals da Califórnia já catalogou 7 mil plantas da Amazônia e patenteou 2 medicamentos, entre eles um antiviral com aplicações em doenças pulmonares e contra herpes, que poderá atender a um mercado de 20 milhões de consumidores. E faz uma afirmação, nessa mesma reportagem, de que a indústria Shaman Pharmaceuticals consegue cortar custos de pesquisas se utilizando de conhecimentos dos pajés indígenas. O senhor tem alguma informação sobre algum pagamento de *royalties*, seja a indígenas, a pajés, a caciques, ou ao Governo brasileiro que sirva como alguma recompensa ou algum *royalty* ou alguma contrapartida prevista na Lei de Biodiversidade que já esteja sendo paga ao Brasil durante esse período, enquanto nós não temos ainda uma legislação apropriada a respeito do assunto?

O SR. LEONARDO COUTINHO – Não, senhor. Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero fazer perguntas ao Sr. Leonardo Coutinho, jornalista da revista *Veja*. Sr. Coutinho, na realidade, essas perguntas são efetuadas por uma questão justa. Quero lembrar que elas foram formuladas pela Assessoria do Deputado Sarney Filho, que é o Relator desta CPI. Primeira pergunta: o que o senhor tem a declarar a respeito da notícia veiculada pela revista *Veja*, publicada em 11/2/2004, intitulada *Tem gringo no mato*, na qual o senhor afirma que mais de 10 mil estrangeiros já vivem ou freqüentam regularmente a região amazônica, incluindo cientistas? Como o senhor chegou a esse número? Desses 10 mil, quantos estariam se dedicando de fato à pesquisa científica relacionada à biodiversidade da floresta? Pergunta nº 2: em seu trabalho na região amazônica, o senhor teve notícias, mesmo que simples denúncias, acerca da prática de biopirataria no sentido amplo, englobando acesso irregular ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado a tráfico de animais silvestres e à extração ilegal de madeira, em casos ainda não apurados ou em fase de apuração pelas autoridades competentes? Se afirmativa a resposta, favor especificar quais são eles e que tipo de ilícito ambiental encerram. Se assim o desejar, poderá fazê-lo em caráter sigiloso. Pergunta nº 3: na sua atividade jornalística, o senhor já foi de alguma forma pressionado por autoridades governamentais ou por seus superiores hierárquicos para não publicar ou alterar o conteúdo de alguma matéria relacionada à biopirataria? Também aqui, no sentido amplo, se afirmativa a resposta, favor especificar caso a caso. Se assim o desejar, poderá fazê-lo em caráter sigiloso. Quarta pergunta: o senhor já foi processado judicialmente? Se afirmativa a resposta, favor especificar o caso concreto. Quinta pergunta: o senhor tem notícias acerca de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo ONGs – entre aspas – de “fachadas” sobre as quais pairam suspeitas relacionadas à biopirataria no sentido amplo e que deveria ser investigado por esta CPI? Se assim o desejar, poderá fazê-lo em caráter sigiloso. São as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Sr. Deputado Casara, algumas dessas questões eu já havia respondido anteriormente, mas farei um resumo. Os números referentes à matéria *Tem gringo no mato* tiveram como fonte o IBGE, cuja tabela de dados já está em mãos do Sr. Presidente. A matéria, nessa reportagem eu não especifico o número de estrangeiros que trabalham em ciência, pois à época esse dado não estava disponível nem na CAPS nem no CNPq nem no INPA, onde existe

um pesquisador que estava trabalhando no censo, talvez ele já tenha concluído, mas não existia esse dado disponível. Então, não posso informar. Recebi denúncias de biopirataria, sim, e, como é de procedimento, na revista em que trabalho, todas as denúncias são devidamente apuradas e o que se confirma a gente publica. Tanto que há 2 anos, 3 quase, publicamos uma referente a um pesquisador do Instituto de Pesquisas da Amazônia, que veio a se confirmar, e ele perdeu o cargo, que era o Marc Von Roosmalen. O trabalho do jornalista é inerente a algum tipo de pressão por parte das pessoas as quais investigamos. O próprio Marc, à época, reclamou, tentou pressionar e isso eu acho que qualquer jornalista, não só eu, convive com isso e é preciso saber lidar. E também depois que as matérias são publicadas algumas pressões existem de pessoas que contestam o número ou que se sentem lesadas, prejudicadas ou que não gostariam que aquela informação tivesse saído, sempre reclamam. Acho que isso faz parte do processo, mas isso nunca serviu de empecilho para que publicássemos ou não, que definíssemos ou não a publicação, ou seja, as vezes em que não publicamos alguma coisa era porque o trabalho de investigação não se confirmou diante da denúncia, ou que a própria pessoa denunciada se mostrou não responsável. E isso faz parte de uma responsabilidade profissional de qualquer repórter que não vai sair publicando qualquer coisa à revelia. Não tenho, eu não detenho, melhor dizendo, nenhuma informação referente a pessoa física, jurídica, ONG, que atue com biopirataria. Neste momento não tem nenhuma denúncia. Eu me coloco à disposição para recebê-las, caso a CPI queira fazer essas denúncias. Há denúncias que devem ser de conhecimento da CPI, se não forem talvez valha a pena, são casos referentes à arte indígena, que ocorreu recentemente no Amazonas, quando foi apreendido material nos Estados Unidos e pessoas no Brasil que faziam essa intermediação. Pelo que acompanho no noticiário amazônico, essa seria a única pauta referente a esse tema no momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O Deputado Hamilton Casara quer fazer uma observação. Logo em seguida, a Deputada Perpétua Almeida.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Leonardo Coutinho, tendo V.Sa. esclarecido sobre principalmente o caso comprovado de comércio ilegal de animais e tráfico pela pessoa citada por V.Sa., gostaria de perguntar se, pautando-se o seu trabalho no jornalismo investigativo, V.Sa. tem conhecimento de alguma conexão particularmente no tráfico de animais silvestres entre comunidades,

entre o comprador e alguma célula ou laboratório fora do País.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Sr. Deputado, não senhor, não tenho. Cheguei a publicar também na *Veja*, no ano de 2002, matéria específica sobre biopirataria, cuja fonte era a RENCTAS. Mas as únicas redes que eu descrevi eram as que constavam no relatório deles. Caso venha a surgir alguma coisa outra coisa, isso seria, sim, objetivo de uma matéria. Então, não ficaríamos segurando essa informação.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputada Perpétua, por favor.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu acho que a gente precisa reconhecer a diferença dos depoimentos. Agora há pouco, Leonardo, nós tínhamos aqui um cidadão do Estado do Amazonas, dono da Kramer Escritório Imobiliário, que, a partir, de uma denúncia no Acre, um jornal pequeno, mas só de circulação no Estado, e de uma revista que fica num dos vãos que fazem vãos na Amazônia, numa das aeronaves, estão sendo vendidas, por esse escritório, terras no Acre, que inclusive, segundo a chamada, diz que áreas de grandes reservas de floresta, de minério, onde foi detectada a presença de gigantescos fósseis. Inclusive essa área que está à venda é área do Parque Estadual do Chandless, lá no Acre. Há também 3 outras chamadas na revista que coloca à venda outras áreas no Amazonas e que chama a atenção, áreas com vasta reserva de madeiras e de lagos e ainda de cachoeiras. Portanto, é importante a gente fazer a diferença. Aliás, isso aqui dá uma boa matéria, para você que gosta de matéria investigativa. Fazer essa diferença, e até parabenizar o seu trabalho, porque matéria como essa só ajuda a gente, desperta o Brasil para essa preocupação acerca da Amazônia. Esta semana, quase todos os Parlamentares preocupados com a questão da Amazônia e a imprensa nacional rechaçaram as declarações do candidato à Organização Mundial do Comércio. Eu também rechacei é claro, mas eu tive a preocupação de chamar a atenção para os perigos que estão acontecendo na Amazônia e que nós estamos dando essa deixa para que façam isso. Quando a gente deixa que matem as nossas lideranças rurais e sindicais; quando nós estamos constantemente criando mártires na Amazônia por conta da luta pela terra; quando nós deixamos crianças indígenas morrerem de desnutrição é porque nós estamos dando motivo para que eles digam que nós não sabemos cuidar da Amazônia. Um anúncio como esse aqui é motivo para que eles digam que nós não estamos cuidando da Amazônia. Então,

eu queria aproveitar e parabenizar o trabalho e fazer duas perguntas, Leonardo, já que você tem tido a preocupação de matérias como essa na área da Amazônia. Chegaram denúncias aqui também na CPI. Uma delas é com relação, aqui tinha: em comunidades indígenas, alguns gringos retirando sangue indígena para levar para o exterior. Se você ouviu nessas suas reportagens algumas informações acerca disso. A outra questão é o que é conhecido como a “vacina do sapo”, que inclusive alguns meios de comunicação nacional também já andaram divulgando, que é uma vacina que já está se popularizando em algumas regiões do Brasil, que é a vacina do sapo kambô. Chegam denúncias para nós acerca do patenteamento da vacina. E se você tem também, nessas suas andanças, informações acerca dessas duas questões.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Sra. Deputada Perpétua Almeida, não é? Sobre o sangue indígena, é uma história que foi publicada no livro chamado *Trevas no Eldorado*. Me parece que o autor é Patrick Tierney, um francês, um jornalista. Ele faz uma descrição da história dos ianomâmis, que uma equipe de um médico que foi fazer alguns testes com vacina para sarampo, aproveitou para coletar esse sangue. Isso teria sido feito 20, 30 anos atrás. Não lembro exatamente. Mas, há 2 anos, descobriu-se que uma universidade americana, cujo nome não me lembro, ou um pesquisador dessa universidade, não posso afirmar por não ter certeza, mas qualquer checagem que vocês fizerem, por meio de uma pesquisa na Internet, vocês vão encontrar várias reportagens a respeito. Não sei detalhes, porque eu não escrevi sobre isso. Mas oferecendo, a preços módicos, amostras de sangue de índio, sim. Tanto que a Comissão Pró-Yanomami, que tem uma sede aqui em Brasília e uma sede também em Roraima, entrou com uma ação nos Estados Unidos exigindo a devolução desse material. Isso procede, isso existe. Sobre a vacina de sapo, eu só tenho mesmo informações, que talvez a senhora tenha, genéricas, de que se utiliza muito, devido a suas propriedades vasodilatadoras, alucinógenas etc., que se comercializa. Aqui em Brasília eu sei que isso já se vende, as aplicações a 35 reais. Mas, fora isso, eu não tenho nenhum outro detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Moacir Micheletto, com a palavra, por favor.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é lógico que eu não posso fazer referências, inclusive cheguei no final aqui do depoimento do cidadão da Imobiliária Kramer. E me parece, Sr. Presidente – levantado muito bem pela nossa Deputada Perpétua –, que é um problema que requer inclusive uma investigação muito mais profunda

do que nós estamos vendo aqui. É simplesmente: nós temos uma revista colocada num avião, está sendo vendida, mas, de repente, está se vendendo um produto. E nós analisamos isso com muita seriedade. Eu acho que não pode passar isso aqui em branco e haverá necessidade inclusive de a CPI levar a sério isso. E nós vemos o que é que tem por trás disso. Mesmo respeitando a opinião de quem passou por aqui, deu as suas definições, dizendo que inclusive errou. Mas acho que não é isso. Por quê? Porque negar, e até quero que o jornalista possa... Quero tomar algumas opiniões, porque eu ouvi dele aqui o seu depoimento de que a cobiça da Amazônia é natural, o mundo está de olho, visto que já aconteceu nos últimos instantes, inclusive com a morte da nossa companheira lá no Pará, e que ainda a imprensa nacional, internacional, explora, a ponto que nós, brasileiros, ficamos até um pouco preocupados por essa exploração tão grande. Veja bem, criando um fato da imagem do Brasil lá fora. E que, por trás disso, nesse pano de cenário tem alguns interesses que nós temos de levantar. Mas eu ouvi atentamente. Eu terei de me retirar, porque estão votando, inclusive o Presidente da Comissão de Agricultura irá me chamar. Mas eu quis ficar até o final aqui para ouvir inclusive o nosso jornalista, visto que S.Sa. tem um jornalismo investigativo. E pelas perguntas que foram feitas a S.Sa., eu até esperava suas respostas. Eu acho que você está fazendo um papel importante para o Brasil nesse trabalho que faz, principalmente na Amazônia. Mas eu fico um pouco preocupado de que V.Sa. veio aqui, em sessão da nossa CPI, fez as suas declarações. Mas eu, até como brasileiro, até como Parlamentar, não consegui ter nada de concreto, embora você tenha feito um leque – veja bem, que eu até chamei aqui, não são denúncias, mas são alertas. Você tem o espectro de que você viu, de que você notou, e esses alertas – eu fico pensando assim –, que risco tem para o Brasil? E você, eu acho que tem autoridade para dizer isso como jornalista, que está no *métier*, está lá investigando, e me dar essa tranquilidade. Tudo isso que você levantou aqui, até para o Parlamento, o que representa isso? Há um risco? É verdade? Essas 10 mil pessoas que lá estão, esses cientistas que lá estão fazendo... Porque a imprensa fala de um lado, fala de outro. Nós vamos ... Eu e a Perpétua, ano passado, eu presidi a Comissão Especial da Raposa Serra do Sol, nós vimos toda uma situação indígena lá em Roraima. Mas eu fico preocupado pelo nome que tem, pela revista *Veja*, pela sua credibilidade, você está me entendendo? Eu gostaria de saber, e eu posso estar enganado – e se eu tiver enganado, você vai me desculpar –, mas eu não consegui de você alguma coisa, que isso possa até contribuir pela sua presença

aqui. Eu não consegui ter nada de concreto nas suas respostas. Não sei se é por estratégia ou você sabe muita coisa e não quer colocar aqui para nós, está entendendo? Ou simplesmente é uma ação jornalística e que dá ibope, você está entendendo? Eu queria até, como brasileiro, não é até como Parlamentar, eu acho que você tem autoridade para isso, aquilo que você colocou aqui. Você fez um *pout-pourri* de várias coisas. Há risco nisso? Ou apenas é uma ilusão ou é apenas alguma coisa para nós vendermos essa coisa de Amazônia, essa biopirataria e que existe. Mas eu não estou satisfeito. Eu acho que você tinha que contribuir muito mais para nós aqui. Veja bem, porque eu não consegui, eu procurei até ficar até o final e não consegui... E respeito a sua opinião, quero deixar bem claro isso. Mas não fiquei satisfeito com as suas respostas. E eu perguntaria até como Parlamentar, responsáveis que somos aqui, se, de fato, nesse jornalismo investigativo que você está fazendo, tudo aquilo que você colocou, há risco ou não para a Amazônia no campo da biopirataria ou na própria soberania do Brasil no campo da Amazônia. Eu queria apenas que você fosse sincero conosco para que eu pudesse sair daqui satisfeito de tê-lo ouvido e de o senhor ter está estado aqui à mesa, dando o seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Antes da sua resposta, eu queria fazer um adendo às suas tão oportunas observações, Deputado Moacir Micheletto. Nós tivemos uma primeira etapa aqui de convidar pessoas no sentido de trazerem informações que nos permitissem criar uma idéia sobre o estado da arte, para não ficarmos reinventado a roda, trabalhando para chegar às conclusões que outras CPIs anteriores já chegaram. E esse é o sentido dos convites, diferente do caso de testemunhas, quando há algum indício, e de indiciados. São os 3 níveis, quando já há mais do que indício, há início de prova de que alguma coisa de irregular está ocorrendo. Das entrevistas, das reportagens que nós conseguimos separar e estudar, os seus trabalhos chamam atenção pela qualidade, pela acuidade, pela capacidade de chegar realmente a tocar em determinados pontos e por não ter receio de colocar pontos até polêmicos. E por isso é que nós o convidamos. Possivelmente, as perguntas que foram preparadas aqui pela nossa Assessoria é que não tenham lhe dado chance de trazer mais informações. Evidentemente, se além às perguntas. A culpa, possivelmente, tenha sido nossa de fazer perguntas limitadas. Por isso, como há, no início e no final, a possibilidade de falar livremente, oportunidade que é oferecida aos convidados no início e no final, nós gostaríamos de deixar livre, completamente

livre, para, se lhe aprouver, trazer a sua contribuição aos bons trabalhos desta CPI.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Sr. Moacir Micheletto, é o seguinte: eu lamento, eu já esperava essa certa frustração que o senhor manifestou. Pelo seguinte: se fosse considerar somente o objetivo do requerimento que me trouxe aqui, a minha missão foi cumprida, que era de responder a respeito de uma reportagem específica. Os outros temas que me estão sendo perguntados, eu estou respondendo com todo o instrumental que eu tenho. Não tenho interesse em sonegar informações a ninguém. Só que está havendo aqui, talvez, uma confusão de método, porque, na verdade, vocês são minhas fontes, não eu e de vocês. Então, o que tem de ocorrer? Eu, na verdade, imagino que esta Comissão tem muito a contribuir, porque o objetivo dela, sua preocupação é real, a biopirataria existe. A dimensão é grande, já publiquei sobre essa dimensão. E a questão da grilagem de terras é muito séria. O senhor citou o caso da Dorothy Stang. É um caso que está intrínseco à grilagem de terras. Eu estive em Anapu, há duas semanas, escrevendo sobre isso. Por exemplo, o objeto do depoimento da pessoa que veio antes de mim aqui, há alguns anos, vem sendo denunciadas vendas de terras por meio de *sites*, terras que são nitidamente grilo, não tem documento nenhum. Eles mesmos falam que é posse mansa e pacífica. Ou seja, eu tenho essas informações? Tenho, mas não são minhas, elas são públicas. Ou seja, eu posso colocá-las, na medida em que me perguntam. Agora, eu não tenho autoridade para o discurso em dizer que a Amazônia ou o País está em risco de segurança nacional ou não, por causa da presença ou não de estrangeiros. Quem tem que dizer isso é o Governo brasileiro; quem tem que dar conta das suas terras é o Governo brasileiro. Quem tem de dizer o que é grilo ou não, o que é fronteira que está descoberta ou não, é o Governo. Eu, enquanto jornalista, tenho um olhar atento – sou pago para isso – na Amazônia. Mais do que interesse pessoal, é profissional. E eu fico atento a isso e, quando me ocorre, eu publico. Então, eu peço desculpas por não poder atender tão plenamente, mas eu digo que eu acho que existem outras pessoas com autoridade para dizerem, porque, no meu caso, ficaria no campo da opinião. E opinião, acho que não vale aqui. Precisaria de uma pessoa com conhecimento técnico e verdadeiro referente aos casos que o senhor pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nós queremos agradecer a participação do jornalista Leonardo Coutinho, jornalista da revista *Veja*. Convido o Sr. Henrique Corinto, Presidente do Instituto de Terras do Acre, para o próximo

depoimento. E passo a Presidência ao Deputado Casara. Vou participar do voto nas demais Comissões. Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Convido o Sr. José Henrique Corinto Moura para tomar assento à mesa. (*Pausa.*) Dando início ao período de exposição, concedo a palavra ao Sr. Henrique Corinto, Presidente do Instituto de Terras do Estado do Acre. S.Sa. dispõe de até 20 minutos.

O SR. JOSÉ HENRIQUE CORINTO MOURA – Sr. Presidente, muito obrigado. Eu queria agradecer a oportunidade de estar nesta CPI, agradecer o convite e o requerimento formulado pela Deputada Perpétua Almeida. Muito se falou aqui na terra do Chandless, no Seringal Vale do Rio Chandless, que hoje é o Parque Estadual do Rio Chandless. Eu preparei um material e gostaria de lhes apresentar o Chandless. Como informações iniciais, gostaria de dizer ao Sr. Kramer que fui eu, como Presidente do Instituto de Terras do Acre, que, ao ver a reportagem na revista, lhe telefonei, num sábado de manhã, lhe informei e lhe passei a Certidão de Registro de inteiro teor da área, que passo agora às mãos da Comissão. É uma área inclusive já demarcada e registrada em nome da União Federal, desde 1988, área esta que foi agora revertida em favor do Estado do Acre, para a formação do Parque Estadual do Chandless. Então, aquele memorial descritivo faz parte desta certidão, que é uma certidão de inteiro teor da área, devidamente demarcada e registrada em nome da União. Agora, em setembro de 2004, a União reverteu para o Estado do Acre 695 mil hectares para, então, a formação desse Parque Estadual. O restante da área, que totalizariam os 972 mil hectares arrecadados pelo INCRA, foi destinado a mais duas reservas indígenas que compõem a região. Gostaria de demonstrar aqui para os senhores alguns dados técnicos e algumas imagens do nosso parque. Como informação complementar, o Parque Estadual Chandless é hoje a segunda maior unidade de conservação do Estado do Acre. Em primeiro lugar, temos, com pouco mais de 800 mil hectares, o Parque Nacional da Serra do Divisor, que abrange boa parte do Município de Cruzeiro do Sul, e o Parque Estadual Chandless fica na regional do Purus, envolvendo os Municípios de Sena Madureira e Manuel Urbano. (*Pausa.*) Infelizmente, não vai ser possível uma apresentação em *PowerPoint*, devido a um problema nosso de tecnologia, mas, na medida do possível, vou mostrar para os senhores o que eu preparei, que seriam os mapas de localização dessa reserva. (*Segue-se exibição de imagens.*) Vai desde a divisa fronteira com o Peru até próximo à cidade de Manuel Urbano, que é uma cidade já próxima do Estado do Amazonas e que abrange os dois lados do

Rio Chandless, um rio importante no Estado do Acre, e também boa parte da Bacia do Purus, bacia essa responsável por vários achados de fósseis e por ser reconhecida também – e nisso o anúncio está certo – como uma área potencialmente muito importante com relação ao quantitativo de mogno que tem na região. É tida hoje como uma das maiores reservas dessa espécie madeireira no Estado do Acre e, provavelmente, em toda a Amazônia. O Estado do Acre tem uma política de fazer a conservação dessa parte, que ainda não está tão explorada. Temos explorado no Estado apenas algo em torno de 10% da área do Estado. Noventa por cento ainda está preservada, e a política do Estado é fazer um corredor de preservação entre as fronteiras com o Peru e Bolívia e a BR-364. Parte significativa dessas reservas são de propriedade da União. Assim como foi declarado o Seringal Vale do Rio Chandless, uma área que, depois de calculada, apresentou 972 mil hectares, que foram arrecadados pelo INCRA em nome da União. Desse quantitativo de área foram separadas duas áreas para reservas indígenas: a Reserva Indígena do Alto Purus e a Terra Indígena Mamoadate. Essas duas áreas também foram destacadas dessa, restando aí algo em torno de 695 mil hectares para a formação do Parque Estadual. Essa arrecadação do INCRA se deu em 1984. Então, desde 1984, essa área já é considerada da União. Porém, os pretensos proprietários – e aí envolve algo em torno de 20 pessoas – ingressaram judicialmente e, numa batalha judicial que se encerrou em 1998, a área, então, foi destinada para a União. Então. Temos essa área como uma oportunidade de conservação lá no Estado. Como é sabido, o Brasil possui uma riqueza biológica muito grande – um terço das florestas tropicais remanescentes do planeta – e, no contexto estadual, como eu havia começado a explanar, o Acre tem procurado se valer dessas oportunidades de conservação. A fronteira agropecuária vem aumentando a fragmentação da floresta. Isso é reconhecido por todos nós, e estamos tentando com isso construir esse corredor de unidades de conservação para manter essa proteção no Estado. Como eu disse também, o Estado apresenta 90% de sua área preservada em florestas. Parte significativa dessas florestas são da União, e isso é um mecanismo altamente favorável à sua proteção. A cobertura florestal é contínua e associada a uma baixa densidade populacional e ainda à existência de populações tradicionais vivendo nessas áreas. O Estado vem tentando implementar ações para a transformação do modelo de desenvolvimento e aumentando a gestão pública estadual sobre essas áreas de conservação. A elaboração do zoneamento ecológico econômico foi o primeiro passo. O zonea-

mento é uma peça que estabelecemos no Estado do Acre como mutante. Ele vem sendo adaptado e vem apresentando as alternativas de sustentabilidade para essas populações que moram nessas áreas. Esse é o Estado do Acre. Temos aqui o mapa das unidades de conservação. A Reserva do Chandless é essa aqui de verde, e o Parque Nacional da Serra do Divisor está lá em cima. Se os senhores percebem, há uma... O Chandless é esta aqui cercada da Floresta Estadual do Macauã e de uma terra indígena.

(Intervenção inaudível.)

O SR. JOSÉ HENRIQUE CORINTO MOURA

– Essa área seria integral do parque. Foi a área totalmente arrecadada pela União.

(Intervenção inaudível.)

O SR. JOSÉ HENRIQUE CORINTO MOURA

– Esse anúncio vendia essas áreas: 2 terras indígenas e um parque estadual, que era uma terra já registrada em nome da União. Aqui, em destaque amarelo, é o Parque Estadual do Chandless; do lado, a Floresta do Macauã e a Reserva Extrativista Cazumbá, uma reserva onde a gente tem um trabalho com as populações regionais. O Parque Estadual do Chandless foi criado só em 2004 e possui uma área de aproximadamente 695 mil hectares. Sessenta e sete por cento dele está localizado no Município de Manoel Urbano; 24%, em Santa Rosa do Purus; e 9%, em Sena Madureira. Dessas 3 localidades, Sena Madureira é uma cidade importante; as demais são pequenas localidades no Estado. O Parque é bastante heterogêneo: ele tem próximo de si um assentamento; a Terra Indígena Alto Rio Purus; ao sul, ainda permanece um seringal de propriedade particular, o Seringal Santa Helena, e a terra indígena Mamoadate; e a oeste já está a República do Peru; a leste, como mostrei aos senhores, estão a reserva Extrativista Cazumbá e a Floresta Nacional do Macauã. O Parque é composto de antigos seringais que foram arrecadados pelo INCRA. O acesso a esse parque, a essa região, só se dá por meio fluvial, praticamente por todo o ano, através do Rio Chandless e do Rio Purus, ou então em pequenas aeronaves, mas com grande dificuldade, e só na época de verão, de poucas chuvas, pode-se descer na região. Esse é o Rio Chandless, que batiza o Parque – o nome é de um pesquisador inglês que tentava encontrar, no início do século passado, uma conexão entre a Bacia do Purus e a Bacia do Juruá. Ainda a situação fundiária do parque: está matriculado em nome da União desde 1998 – a certidão dessa matrícula entreguei nas mãos do ilustre Deputado Hamilton Casara – na Serventia de Registro de Imóveis de Sena Madureira. Qualquer busca a essa região, qualquer informação, seria dada pelo Cartório. Atualmente, parte dessa área foi repassada ao Esta-

do do Acre, que construiu ali o Parque Estadual. Nós temos vários levantamentos exploratórios e relatos de moradores da região sobre a fauna dessa região, que é riquíssima. Ela apresenta cerca de 800 espécies de aves e pelo menos 200 espécies de mamíferos já foram observadas, 80 de répteis, 120 espécies de anfíbios e mais de 100 espécies de borboletas e mariposas que ainda não foram catalogadas. Algumas fotos da região tiradas do Rio Chandless. A Bacia do Purus é a menos explorada. Ela é formada tipicamente por tabocais da Amazônia. É um tipo de vegetação muito importante na região, mas pouco conhecida. Algumas fotos tiradas dentro do Parque sobre a flora. A madeira é explorada de forma predatória e ilegal, principalmente o mogno. Atualmente, nas áreas mais próximas dos rios já não se encontra essa espécie de madeira, sendo possível encontrá-la só nas regiões mais distantes, onde há maior dificuldade de exploração. Os principais responsáveis por essa exploração são madeireiras do próprio Município de Sena Madureira e algumas de Rio Branco, mas isso tem sido combatido pelo Estado na medida em que se aumentou a fiscalização e tem saído... Ultimamente a gente não tem notícia da exploração ilegal do mogno. Isso foi uma das medidas imediatas que se tomou logo após o conhecimento da tentativa de venda dessa região: foi o aumento do efetivo de fiscalização. Na área do Chandless é encontrado diversos depósitos de sedimentários fossilíferos e há uma lei protegendo inclusive esses fósseis na região. Desde 1926, já foram encontrados fragmentos de ossos de animais no Rio Chandless. Aqui a gente aborda o fato do anúncio, que já foi largamente explorado aqui. A oferta de 35 reais o hectare. Aqui o próprio anúncio. A gente não tinha a revista em mãos, mas já é do conhecimento da Comissão. Temos uma situação interessante. Eu queria trazer o modelo de uma certidão que está registrada nos cartórios e que é quase uma praxe nos cartórios da Região Norte, e isso tem facilitado muito. E eu queria ler parte das características e confrontações da área para que a gente visse as condições em que são registrados os imóveis nos cartórios. Essa parte foi transcrita no próximo *slide*. Olha como está descrito esse imóvel: “Uma parte do Seringal São Salvador, neste Município e Comarca, constante de 22 estradas de seringa, abertas e cultivadas, com as seguintes extremas: pelo lado de baixo, como parte do mesmo seringal, pertencente à herdeira Conceição e seu esposo Walter, servindo de base a morada velha do Bonifácio; pelo lado de cima, com terras do mesmo seringal, pertencente ao herdeiro Carlos, servindo de extrema uma palheira no aceiro de baixo do campo da antiga morada de Antônio Batista; obedecendo à direção para o centro, o tapiri velho da capoeira do

Wenceslau, bem assim na mesma direção, passando no baixo do primeiro buritizal do varadouro, de quem vai para a colocação de Luiz Miranda; e pelos fundos com as águas do Rio Acuraua com estradas de Antônio Luiz, 27 Tapuiu, Igarapé Preto e mirando a Wenceslau e Pirajá”. Com uma descrição de um imóvel desse é impossível para qualquer técnico, para qualquer agrimensor, para qualquer topógrafo e até mesmo para os próprios moradores da região determinar seus limites e confrontações. Esse é o anoitecer no Chandless.

(Intervenção inaudível.)

O SR. JOSÉ HENRIQUE CORINTO MOURA

– Ah, sim. Depois falarei do turismo na região. Com certidões dessa natureza e com essa descrição é que são registradas nos cartórios, ou são fabricadas, escrituras públicas de áreas com dimensões fenomenais, porque essas características não se reportam efetivamente a nada; dão lastro a uma enorme confusão fundiária, cartorial, e aí dão margem à exploração ilegal de madeira e à exploração dos nossos recursos minerais e florestais. Vamos explorar a última imagem aqui, Saulo, por favor, que é a parte turística do Chandless. *(Pausa.)* Se houvesse sido feito um levantamento fotográfico, acho que ajudaria ainda a venda. Isso é o anoitecer no Rio Chandless, na chegada ao Parque Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Dando prosseguimento, gostaríamos de continuar com as inscrições. A Sra. Deputada Perpétua Almeida gostaria de fazer perguntas. Gostaria de, dando prosseguimento, fazer a leitura das perguntas formuladas ao Sr. José Henrique Corinto de Moura. Sr. José, as perguntas aqui foram formuladas também pelo Deputado Sarney Filho. Depois teremos perguntas da nossa autoria também. A primeira pergunta: quais foram as iniciativas do ITERACRE em relação à comercialização irregular de terras no Parque Estadual do Chandless? Pergunta número 2: como está o processo de transferência das terras de propriedade da União para o Estado do Acre, tendo em vista a implantação do Parque Estadual do Chandless? Pergunta número 3: como o Governo do Estado do Acre está conduzindo o processo de elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Chandless? E que medidas dizem respeito especificamente ao controle da biopirataria, do tráfico de animais silvestres e da extração de madeira na região? Pergunta número 4: o senhor tem conhecimento de outros casos de negociação irregular de terras públicas em seu Estado? Favor especificar cada um deles. Pergunta número 5: quais as ações do ITERACRE que estão sendo efetuadas em conjunto com os órgãos ambientais relacionados ao controle da extração ilegal de mogno e de

outros ilícitos ambientais? Pergunta número 6: qual é a sua avaliação sobre a situação atual do problema da grilagem de terra no Estado do Acre? Estas foram as perguntas encaminhadas pelo Deputado Sarney Filho. Gostaríamos, Sr. Henrique Corinto, de formular também algumas perguntas a V.Sa. Vamos formular as perguntas também do nosso Presidente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. V.Sa., se preferir, pode responder primeiro essas ou no bloco.

O SR. JOSÉ HENRIQUE CORINTO MOURA

– Poderia ser esse primeiro bloco? Como já relatei, causou espécie e muita preocupação aos órgãos estaduais e inclusive ao Governador do Estado quando soube desse anúncio numa revista de circulação nos vãos regionais. A empresa aérea que distribuiu essa revista é uma empresa que faz a linha Cruzeiro do Sul/Rio Branco/Porto Velho/Manaus. Isso nos atingiu regionalmente. A primeira iniciativa, como havia lhe dito... Tomamos conhecimento disso... Obtivemos um exemplar dessa revista numa sexta-feira à tarde. Já no sábado pela manhã liguei, falei com o Sr. Kramer e o informei dos problemas. Imediatamente lhe transmiti, via fax, uma certidão, e alertando do nível de problemas que iria dar a continuação desse anúncio. Em segundo lugar, pedimos, através de um ofício, a instauração de um inquérito policial federal no Estado do Amazonas – foi encaminhado para o Amazonas –, pedindo que medidas judiciais ou policiais, se coubessem, fossem adotadas. E divulgamos também – porque é do interesse do Estado que as pessoas não sejam enganadas com o patrimônio público – o que estava sendo feito ali. A segunda pergunta com relação à transferência... Foi feito um processo, uma solicitação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, também com o aval do Ministério do Meio Ambiente. E isso, inclusive passou pela Secretaria Nacional de Segurança Nacional. Por essas áreas estarem localizadas numa região de fronteira; isso foi, administrativamente, aprovado, e a transferência foi concluída agora, em setembro de 2004 – as áreas já estão registradas em nome do Estado do Acre. Como a pergunta número 3 o senhor fez sobre o plano de manejo: o plano de manejo já está sendo implementado, mas é uma unidade de conservação permanente, é um parque estadual com a característica de preservação permanente, e estão sendo implantados ali postos de fiscalização. Foram feitos alguns acordos com os moradores – porque são poucas famílias que tem na região – para que se deslocassem para regiões mais próximas dos Municípios ou então que adotassem uma posição de parceria com o Estado na questão de fiscalização. Com relação à pergunta número 4, existem alguns casos de negociações irregulares. Principalmente na fronteira do

Estado do Acre com o Estado do Amazonas, há algum problema ali com relação à delimitação de fronteiras e de áreas que já foram arrecadadas pela União, de áreas que já foram destinadas para algum projeto e que têm alguma ocupação irregular. Eu poderia encaminhar para esta Comissão, durante esta semana ou na próxima semana, os processos que nós temos (*ininteligível*) que nós adotamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– O.k. V.Sa. terá o prazo de 10 dias para encaminhar, tendo em vista a distância do Estado do Acre.

O SR. JOSÉ HENRIQUE CORINTO MOURA

– O.k. O Instituto de Terras do Acre foi criado com o objetivo de regularização fundiária no Estado, daquelas que não tinham sido feitas ainda, e trabalhamos em um sistema de secretarias. Estamos em parceria com o Instituto de Meio Ambiente do Estado, em parceria com o IBAMA, numa parceria muito íntima com o INCRA e, em conjunto, nós temos tentado combater as ações, principalmente de desmatamento, de venda ilegal de madeiras e, conseqüentemente, de biopirataria. A minha avaliação, hoje, do Estado do Acre, é que nós estamos, de certa forma, conseguindo separar aquelas pessoas que têm propriedade e que querem trabalhar em conjunto na política do Estado, que querem investir no desenvolvimento sustentável, daquelas que estão, simplesmente, na exploração irregular e, principalmente, na tentativa de fabricação de documentos e de grilagem de terra, que temos conseguido identificar e conseguido tomar algumas providências que considero saudáveis para o Estado e, principalmente, para as populações tradicionais, que são os moradores da floresta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– Dando prosseguimento, nós vamos fazer as perguntas. Eu farei as perguntas de minha autoria, e V.Sa. poderá responder por escrito para esta CPI e, em seguida, farei a leitura das perguntas do Presidente desta CPI, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Minas perguntas serão as seguintes. Na realidade, Sr. Henrique Corinto, nós assistimos aí, pelas suas colocações, na realidade, à venda de uma unidade de conservação, particularmente uma unidade de conservação de uso indireto, em se tratando de um parque. Eu lhe pergunto: existe algum sistema de controle por parte do Governo do Estado interligado com o Governo Federal para que se tenha um controle cadastral da venda de terras na Amazônia, entre INCRA, IBAMA, Instituto de Terras do Estado e Instituto de Proteção Ambiental do Estado, controlando as ações dos cartórios da região? Primeira pergunta. A segunda pergunta é se o senhor tem conhecimento de cartórios na região que estão contribuindo para a especulação imobiliária no Estado do Acre e na região

amazônica. A terceira pergunta era sobre o comércio ilegal de madeiras, mas V.Sa. já identificou que as providências estão sendo adotadas. Esta, se quiser adotar uma providência e dar por escrito, esta CPI acatará. As perguntas do nosso Presidente Mendes Thame à sua pessoa são as seguintes. A primeira pergunta. S.Exa. faz um relato: o assassinato da Irmã Dorothy, em Anapu, colocou o Brasil na ribalta internacional, revelando ao mundo um de nossos ângulos menos fotogênicos, o das nossas chagas socioambientais. O grau de liberdade e impunidade encontrado pelos grileiros de terras públicas no Pará é similar ao registrado em outros Estados que compõem a Amazônia Legal. Como Presidente de um órgão responsável por fiscalizar e disciplinar a ocupação de terras no Estado do Acre, quais as providências que estão sendo tomadas para coibir esses crimes? Segunda pergunta efetuada pelo Deputado Mendes Thame: o *modus operandi* dos agentes envolvidos em crimes de biopirataria tem, na grilagem de terra, sua porta de entrada, especificamente quanto ao tráfico de animais silvestres, o comércio ilegal de madeiras, fósseis e outros crimes contra a nossa biodiversidade. Quais as providências que já foram tomadas, no âmbito de sua Pasta, que resultaram positivamente, e quais os fatos positivos que essas medidas trouxeram? Acredito que esta pergunta também – a segunda pergunta –, V.Sa. poderá responder por escrito em função de que, pelo que pude ver, ela sai um pouco da sua Pasta, que seria a área fundiária. Terceira pergunta: segundo a Deputada Perpétua Almeida, uma das áreas que consta estar sendo comercializada pela Imobiliária Kramer, com anúncio nos principais jornais acreanos e revista da Amazônia, está situada no Parque Chandless, conforme V.Sa. já apresentou, que compõe terras indígenas dos Kulinas e dos kaxinawás, nos Municípios de Sena Madureira, Santa Rosa do Purus e Manuel Urbano. Essa área em questão está registrada em nome da União no Livro II, folhas 185 e 186. O senhor tem conhecimento, já conseguiu identificar os funcionários públicos e agentes privados que participaram desse esquema? Pergunta nº 4, realizada pelo Deputado Mendes Thame: estima-se que, no Brasil, mais de 100 milhões de hectares de terras públicas estão sob suspeita de terem sido griladas. Essa área equivale a 4 vezes o território do Estado de São Paulo e corresponde à área da América Central. Os Estados do Pará e do Amazonas são os campeões de grilagem, contribuindo com 55 milhões e 25 milhões de hectares, respectivamente. A última CPI sobre grilagem ocorrida nesta Casa revelou que fazem parte dessas quadrilhas especializadas no assalto ao patrimônio público magistrados, políticos, políticos locais, funcionários públicos e cartórios. O senhor poderia nos revelar qual a dimensão da grilagem já identificada no

Estado do Acre? Quem está envolvido nesses crimes? Quais as medidas judiciais já tomadas contra esses criminosos e se elas surtiram algum efeito prático no sentido de inibir novos assaltos ao patrimônio público e restituir áreas já griladas? Pergunta nº 5, realizada pelo Deputado Mendes Thame: recentemente, estiveram prestando depoimento, em audiência pública nesta Casa, representantes de ONGs nacionais e internacionais sob suspeita de serem instituições de fachada, criadas para combater atividades ilegais, em especial ligadas à biopirataria. Entre elas destaca-se a ONG Associação Amazônia, acusada de ter recebido doação de empresas estrangeiras estimada em 500 milhões de reais, para comprar 175 milhões de hectares nos Estados de Roraima e Amazonas. O senhor poderia dizer a esta CPI se existem casos concretos de ONGs ou instituições de fachada atuando junto ao Estado do Acre e em que área de atividade? E a última pergunta, já de nossa autoria, é: quais as providências adotadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre com relação aos cartórios da região, caso existam, que contribuem para a especulação imobiliária no Estado do Acre?

O SR. JOSÉ HENRIQUE CORINTO MOURA – Deputado, eu queria antes só pontuar que a situação fundiária do Estado do Acre difere muito da situação do Pará. Nós temos alguns problemas, e problemas localizados, mas estamos um pouco distantes do descontrole que existe, infelizmente, no interior do Pará. Algumas das questões, como o senhor mesmo anunciou, a gente pode passar por escrito. E fa-lo-ei, mesmo porque preciso de alguns dados também do Instituto de Meio Ambiente. Nós temos alguns casos, sim, de grilagem identificados, mas a missão do Instituto de Terras do Acre, ao ser criado, foi justamente esta: tentar colocar ordenamento fundiário ali. Nós já elegemos 6 Municípios no Estado. Aqueles que talvez indicassem os maiores problemas serão, neste ano, alvo de uma vistoria geral, de uma varredura geral do instituto, identificando posses, identificando ocupações, identificando propriedades e marcando seus limites e confrontações e identificando também com isso aqueles que tenham passivo ambiental, que tenham exploração irregular e que tenham alguma outra medida. Outra informação que seria importante é que todos os cartórios do Estado do Acre são públicos, todos eles estão vinculados ao Poder Judiciário. Então, todos eles estão, hoje, sob controle da Corregedoria do Tribunal de Justiça. E o que nós temos feito ao identificar problemas é encaminhar ao corregedor a identificação do problema, a duplicidade de documentos ou a não-autenticidade dos documentos, para que as medidas possam ser tomadas, administrativas e judiciais, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Essas terras onde estão assentadas o Parque do Chandless estão vinculadas a que cartório, ao do Estado do Amazonas ou do Estado do Acre?

O SR. O SR. JOSÉ HENRIQUE CORINTO MOURA – Estão vinculadas ao cartório de Sena Madureira, Município do Estado do Acre. Município bem próximo da divisa com o Amazonas, mas pertence totalmente ao Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Deputada Perpétua.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Muito obrigada, Presidente. De certa forma, estou muito satisfeita com as respostas. Eu queria aproveitar até para elogiar a posição do ITERACRE no Estado, que tomou as providências que precisavam ser tomadas, teve os cuidados necessários. Está comprovado: a área que está à venda é uma área que já se transformou num parque nacional. Infelizmente, aliás, felizmente, para má sorte dessa empresa, foi exatamente o Presidente do Instituto de Terras do Acre que deu de cara com a revista. E queria aproveitar apenas para parabenizar o trabalho que está sendo feito e dizer que isso aqui demonstra que a CPI tem muito o que fazer. Inclusive vou entrar com requerimento, pedindo já para a gente fazer uma investigação acerca das outras áreas que estão à venda aqui também, porque não se pode, de forma alguma, colocar áreas para vender, principalmente em áreas com essas características aqui,

inclusive áreas pertencentes ao Estado ou à União, e fique por isso mesmo. Eu acho que a CPI tem um trabalho muito grande com relação à defesa do nosso patrimônio, do patrimônio brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Bem, dando continuidade, nós queremos agradecer ao Sr. Henrique Corinto a presença. Muito obrigado pela sua apresentação, pelas contribuições que nos foi dada.

O SR. O SR. JOSÉ HENRIQUE CORINTO MOURA – Eu é quem agradeço, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – E V.Sa. se ponha à vontade.

O SR. JOSÉ HENRIQUE CORINTO MOURA – Obrigado. Nos próximos dias, então, encaminharei à CPI os dados complementares que me foram solicitados.

O SR. PRESIDENTE ((Deputado Hamilton Casara) – V.Sa. terá até 10 dias para a apresentação da documentação.

O SR. JOSÉ HENRIQUE CORINTO MOURA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Bem, dando prosseguimento, nós vamos dar por

encerrados os debates da CPI e passaremos à apreciação dos requerimentos.

Requerimento n.º 50, do Sr. Deputado Sarney Filho, que requer sejam convocados os seguintes cidadãos: Amarildo Formentini, ex-técnico do IBAMA, atual Assessor da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; José Augusto Torres Potiguar, Procurador Regional da República; Marcelo Marqueзинi, Coordenador-Geral de Fiscalização do IBAMA.

Em discussão.

Não havendo quem quieria discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*). Aprovado.

Requerimento n.º 51, do Sr. Sarney Filho, que requer seja requisitado à Polícia Federal a elaboração de pedido ao Governo americano, solicitando cópia do processo em que a Sra. Rosita Heredia foi acusada e considerada culpada pelo tráfico de aproximadamente mil peças de artesanato indígena de tribos da Amazônia, feitas com partes de animais protegidos e ameaçados de extinção.

Em discussão.

Não havendo quem quieria discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*). Aprovado.

Agradecemos a presença aos senhores expositores: Leonardo Coutinho, jornalista da revista *Veja*, a quem externalizamos nossos agradecimentos pelas importantes contribuições que trouxe e esta Casa; Henrique Corinto, Presidente do Instituto Terras do Acre, pelas importantes informações que aqui trouxe; e também ao Sr. Valdemir Kramer pelas informações que trouxe a esta CPI.

Agradecemos a presença dos Srs. Parlamentares, dos Srs. Assessores e demais presentes e declaro encerrada a presente reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO
DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES
BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO
ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
Ata da 14ª Reunião Ordinária realizada em 9
de março de 2005 (Parte Pública)

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia nove de março de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres bra-

sileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 9 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Moacir Micheletto – 1º Vice-Presidente. Compareceram os Deputados Dr. Rosinha, Henrique Afonso, Josué Bengtson, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Perpétua Almeida, Robson Tuma e Sarney Filho – titulares, e Dr. Rodolfo Pereira, João Alfredo, Maria Helena, Pastor Reinaldo e Thelma de Oliveira – suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Antonio Cruz, Antonio Joaquim, Coronel Alves (licenciado), Gervásio Oliveira, Hamilton Casara, João Carlos Bacelar, Leandro Vilela, Lupércio Ramos, Miguel de Souza, Nilson Mourão e Nilson Pinto – titulares, e Edson Duarte, Nicias Ribeiro, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes.

ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 13ª reunião, que foi aprovada sem observações.

ORDEM DO DIA: Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para ouvir os seguintes expositores: Eduardo Vélez Martin – Chefe do Departamento do Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Paulo Adário – Coordenador da Campanha para Amazônia do Greenpeace; e Fábio de Andrade Abdala – Secretário Executivo do Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente esclareceu que os Srs. Eduardo Vélez Martin e Paulo Adário, apesar de serem convocados, seriam ouvidos pela CPI como convidados. O Sr. Presidente convidou-os para tomarem assento à mesa. Concluídas as exposições, fizeram perguntas aos expositores os Deputados Sarney Filho, Thelma de Oliveira, Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelo Deputado Moacir Micheletto), Henrique Afonso, Maria Helena e Dr. Rosinha. O Sr. Deputado Henrique Afonso assumiu a presidência dos trabalhos e entregou as perguntas feitas pelos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Sarney Filho aos expositores, determinando o prazo de 7 (sete) dias para que os mesmos as respondessem e as enviassem à CPI. O Deputado Dr. Rosinha, tendo em vista informações sigilosas dos expositores, apresentou requerimento oral para transformar a reunião em reservada. Em votação, foi aprovado o requerimento. O Sr. Presidente suspendeu os trabalhos às dezessete horas e cinquenta e dois minutos a fim de que fossem tomadas as providências para a transformação. A reunião foi reaberta às dezoito horas e nove minutos, em caráter reservado, para oitiva dos Srs. Eduardo Vélez Martin e Fábio de Andrade Abdala.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr.

Presidente encerrou os trabalhos às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos. E, para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Declaro aberta a 14ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiras, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País. Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 13ª reunião, e acho que já, por decisão – não é, Sr. Relator? –, vamos dispensar a leitura. Nós estamos... Aprovada então a ata, já dispensada... Não havendo quem queira discuti-la, em votação. (*Pausa.*) Nós a consideramos como aprovada. Ordem do Dia. Esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para ouvirmos o Sr. Eduardo Vélez Martin, Chefe do Departamento de Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Paulo Adário, Coordenador da Campanha para a Amazônia, do *Greenpeace*, e o Sr. Fábio de Andrade Abdala, Secretário-Executivo do Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA, sobre fatos relacionados com o objeto de investigações desta CPI. Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Eduardo Vélez Martin. Após sua exposição, ouviremos os Srs. Paulo Adário e Fábio de Andrade Abdala. Antes de passar, então, a palavra aos expositores, peço a atenção dos Srs. presentes para as normas estabelecidas no Regimento Interno desta Casa. O tempo concedido aos oradores será de 20 minutos, e os Deputados interessados em interpellá-los deverão inscrever-se previamente junto à secretaria desta Mesa. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para formular suas considerações ou pedidos de esclarecimentos, dispondo os expositores de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. Esclareço que esta reunião está sendo gravada para transcrição das fitas e, por isso, solicito que falem ao microfone, declinando o nome quando não anunciado por esta Presidência. Convido, então, para tomar assento à Mesa o Sr. Eduardo Vélez Martin. O senhor está com a palavra e tem 20 minutos para sua exposição.

O SR. EDUARDO VÉLEZ MARTIN – Muito boa tarde a todos. Só pediria a licença da Mesa para que, em um minuto, eu possa ajustar a apresentação, uma vez que o computador não estava disponível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Está concedido.

O SR. EDUARDO VÉLEZ MARTIN – Obrigado. *(Pausa.)* Muito bem. Vou tomar espaço aqui à frente porque fica mais fácil fazer menção a algumas ilustrações e esquemas. *(Segue-se exibição de imagens.)* Muito boa-tarde a todos. Queria agradecer o convite que me foi feito pela Presidência e Relatoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo em vista que este é um assunto de grande interesse para o nosso País, especialmente por sermos um país megadiverso. Eu vou aproveitar o espaço para uma introdução ao tema, demonstrando os trabalhos que têm sido realizados no âmbito do CGEN. O CGEN é o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, uma estrutura do Governo Federal criada para trabalhar com a gestão dos recursos genéticos do País, dos conhecimentos tradicionais associados, e implementar os dispositivos da Convenção da Diversidade Biológica, em especial a repartição de benefícios. A criação do CGEN e da legislação vigente que trata dessa temática está baseada na Convenção sobre Diversidade Biológica. A Convenção tem entre seus 3 objetivos a conservação, o uso sustentável e um terceiro objetivo muito importante, que é a repartição de benefícios, uma expressão muito recente dentro da agenda ambiental e no tratamento da temática do uso da biodiversidade. Essa convenção foi aprovada em território nacional pelo Decreto Legislativo 2.199 e o Decreto 2.519, de 98, decreto presidencial que promulgou a Convenção. *(Próximo.)* A Convenção tem, especialmente, 3 artigos que tratam dessa temática. O primeiro deles é o art. 3º, que consagra o princípio da soberania nacional sobre os recursos genéticos. Antes da Convenção sobre Biodiversidade, havia o entendimento de muitos países de que a biodiversidade deveria ser tratada como patrimônio comum da humanidade. Então, o art. 3º estabelece o princípio da soberania nacional e o art. 15 trata especificamente de acesso a recursos genéticos e traz os fundamentos para que as políticas nacionais e as tratativas internacionais relativas ao uso dos recursos genéticos sejam estabelecidas. Quais são esses fundamentos? Primeiro, que o acesso tem que estar sujeito a termos mutuamente acordados entre as partes; que o acesso deve estar sujeito ao consentimento prévio fundamentado; e que isso tudo deve estar definido nas leis nacionais. O art. 8º, “j”, trata dos conhecimentos tradicionais associados a esta biodiversidade, aos recursos genéticos. Também sujeito à lei nacional: deve-se respeitar, preservar e manter esses conhecimentos; prover sua ampla aplicação, com o consentimento dos seus detentores – então a idéia do consentimento prévio aqui também; e promover a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do seu uso. Notem que são os mesmos fundamentos

com relação a esses 2 ativos, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados. Bom, a partir daí, o Brasil, desde o ano 2000, em especial a partir de 2001, quando ficou consagrada a última edição da medida provisória que trata desse tema, passou a ter uma experiência efetiva com relação a legislar sobre esses temas. É sobre isso que eu vou apresentar alguns elementos para os senhores. Bom, a Medida Provisória 2.186-16, de 2001, é o texto que baliza todas as ações que são desempenhadas hoje pelo CGEN. Essa medida provisória trata do acesso e da remessa de componente do patrimônio genético, do acesso a conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético e da repartição justa e equitativa dos benefícios gerados na exploração de ambos. Para ilustrar um pouco a questão conceitual, porque isso é muito importante nessas discussões, a medida provisória consagra a expressão “patrimônio genético”, que é a mesma que está no texto constitucional, dando-lhe o seguinte entendimento: constitui o patrimônio genético a informação de origem genética na forma de moléculas e de extratos. Então, nós estamos legislando aqui sobre uma espécie de organização molecular da biodiversidade, que é aquela que especialmente é utilizada para a elaboração de novos produtos. E isso dentro da orientação da Convenção, que fala em recursos genéticos. A virtude desse conceito é de que o Brasil deixa muito claro que inclui, nos recursos genéticos, além do material genético propriamente dito – os genes, as moléculas de DNA –, também as biomoléculas, todas aquelas substâncias do metabolismo derivadas do material genético que estão protegidas, então, por essa legislação. Bom, mas o que é regulado por essa legislação? Essa legislação regula as atividades de pesquisa científica que fazem acesso a patrimônio genético e/ou a conhecimentos tradicionais associados, as atividades de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, sendo que essas duas últimas estão diretamente associadas a uma finalidade econômica, ao contrário do conceito de pesquisa científica, que é entendido como aquelas atividades que não necessariamente têm um objetivo econômico claramente definido. Então essas 3 atividades hoje são reguladas pela medida provisória. Para entendermos um pouco como os instrumentos de regulação operam, vamos acompanhar esse esquema muito sinteticamente. A partir da biodiversidade, em especial do componente do patrimônio genético – não de toda biodiversidade, mas daquele subconjunto –, nós podemos ter usos para pesquisa científica, para identificar princípios ativos, atividades biológicas específicas, que é o que nós chamamos e é o que se depreende do conceito de bioprospecção dessa legislação, como também temos

conhecimentos tradicionais associados que podem ser a base para a pesquisa científica como também para identificar princípios ativos que poderão resultar em aplicações industriais ou de outra natureza que sejam a partir do uso da biodiversidade do patrimônio genético como matéria-prima ou elaboração de produtos sintéticos, chegando até produtos comercializáveis que vão ensejar então benefícios a serem repartidos. Então, a lógica toda do sistema é regular todo esse conjunto de atividades que resultem em produtos que gerem benefícios que devem ser repartidos. O primeiro elemento são as autorizações de acesso e remessa. Então as instituições de pesquisa, as instituições empresariais nacionais – porque só essas estão habilitadas a fazer essa atividade no País –, que pretendem envolver-se com essas atividades devem solicitar autorizações de acesso e, no caso de envio de material para o exterior, autorizações de remessa. Há uma diferenciação entre as atividades de pesquisa científica sem fins econômicos daquelas outras atividades que têm potencialidade econômica, que a legislação convencional chama de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Essas duas, antes de serem realizadas ou como pressuposto para a concessão da autorização, dependem de um contrato de utilização do patrimônio genético, de repartição de benefícios, onde deve estar claramente estabelecido quem são os beneficiários de eventuais benefícios que possam surgir no final do processo. Bom, isso aqui é só para ilustrar um pouco. Para se obter uma autorização de acesso e remessa são necessários alguns requisitos, como identificar quem é o titular da área onde se coleta o material, fazer uma declaração com a listagem do material que foi coletado, depositar uma subamostra numa instituição credenciada como fiel depositária. E as instituições estrangeiras somente poderão fazer essas atividades se estiverem vinculadas e sob coordenação de uma instituição nacional. Então, essa regra vale para todas as atividades de pesquisa, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Aquelas com fins econômicos, então, têm que assinar um contrato, que deve ter algumas cláusulas péticas: quem é o titular, quem é a instituição nacional que pretende fazer o acesso, qual o objeto e o prazo, especialmente uma cláusula que detalhe a forma de repartição de benefícios entre a instituição usuária e o titular da área ou o detentor do conhecimento tradicional associado. E esse contrato só tem validade com a anuência do Conselho. Então, basicamente, esses contratos trabalham, de um lado, com o titular da área pública. Quem faz jus ao benefício, de acordo com a medida provisória, é o titular da área: se for o Poder Público, será o representante do Poder Público; se for uma área privada, o

proprietário da área; se for em uma terra indígena, o representante da comunidade indígena ou do órgão indigenista oficial; e, se for numa comunidade local, o representante da comunidade local; de outro lado, a instituição ou as instituições que estão consorciadas para as atividades de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. As formas de repartição de benefício seguem o que internacionalmente tem sido proposto. Pode ser através da divisão de lucros, através do pagamento de *royalties*, no caso de produtos patenteados, o acesso e transferência de tecnologias, o licenciamento livre de ônus de produtos ou processos e a capacitação de recursos humanos. São exemplos que podem ser utilizados na hora da negociação prévia dos contratos. Eu só queria deixar claro aqui que, com o advento dessa legislação, nós passamos a ter um novo olhar sobre as atividades que dependem da coleta de material biológico em campo. Nós tínhamos, antes da medida provisória, todo um conjunto de dispositivos, especialmente na Lei de Fauna, relativos à coleta de material biológico. Isso continua funcionando de maneira complementar, ou seja, há um controle do impacto sobre a espécie, o ecossistema, em função da atividade de coleta. Esse é um controle de competência do IBAMA e dos órgãos estaduais de meio ambiente. E essa função permanece. O advento do CGEN e da legislação de acesso vem controlar outra perspectiva que é a repartição de benefícios. Aí, então, a necessidade de autorização do CGEN. Bom, vou falar um pouco sobre o que é o CGEN. O CGEN é um conselho de representação da administração pública federal formado por 19 instituições. Temos 9 Ministérios e várias outras instituições, inclusive instituições de pesquisa. E temos trabalhado, desde 2003, com a figura dos convidados permanentes, que têm voz nas reuniões do CGEN, com representação de todos os setores envolvidos na preocupação com este tema. O CGEN tem uma série de competências. Tenho que acelerar um pouco, senão não vou conseguir honrar o tempo que me foi concedido. Junto ao conselho existe uma estrutura que funciona como Secretaria Executiva, que é o Departamento do Patrimônio Genético, vinculado à Secretaria de Biodiversidade e Florestas, que tem a responsabilidade de organizar as reuniões do conselho e também dar andamento a todas as autorizações, à tramitação dos processos, registro dos contratos e a todas as outras atividades vinculadas ao exercício do sistema. O CGEN se reúne com uma frequência, em geral com reuniões todos os meses. Ele foi instituído em abril de 2002. Em 2002, nós tivemos 9 reuniões do conselho; em 2003, 10 reuniões; em 2004, 11 reuniões, e para 2005 estão previstas 11 reuniões. E o conselho tem esse duplo caráter, ou seja,

de um lado, ele é uma instância normativa – o CGEN tem elaborado resoluções, orientações técnicas, tem proposto minutas de decreto, no sentido de complementar a medida provisória e os decretos vigentes –, e também tem o caráter deliberativo: ao conselho são submetidas as autorizações de pesquisa, bioprospecção, desenvolvimento tecnológico e também os credenciamentos de instituições fiéis depositárias, bem como uma figura prevista na legislação, que é o credenciamento de terceiros para que emitam autorizações. Em 2003, nós fizemos o credenciamento do IBAMA para as autorizações de pesquisa. Então, o IBAMA hoje centraliza – o IBAMA/sede, Brasília –, centraliza as autorizações de coleta e de acesso e remessa para pesquisa científica. Nós fizemos esse credenciamento do IBAMA no sentido de evitar duplicação de instâncias burocráticas a que um pesquisador teria que recorrer para realizar suas atividades e simplificar alguns procedimentos relativos à pesquisa científica. Então, o CGEN hoje tem um foco... Não que tenha aberto mão dessas atividades, mas elas estão sob o controle do IBAMA, que tem que prestar contas ao CGEN, mas com uma visão muito mais focada naquelas atividades que diretamente estão envolvidas na geração de benefícios, potencialmente envolvidas na geração de benefícios. O Conselho tem também um conjunto de câmaras temáticas. Hoje existem 4 câmaras temáticas vigentes – nós tivemos uma câmara de legislação em 2003 – que tratam de uma série de temas, especialmente porque este é um tema de uma complexidade razoável. Nós temos toda uma discussão sobre conhecimentos tradicionais associados, que, muitas vezes, são acessados em fontes secundárias: como tratar de autorizações em situações como essa, tratar de situações em que o titular de um material genético não é identificado. Por exemplo, o material que está em coleções científicas; mas, se uma instituição quiser fazer uso desse material, precisa fazer um contrato com o titular da área. Ou seja, toda uma série de complexidades relacionadas a esse tema que são trabalhadas, dirimidas e propostas alternativas para criação de normas no âmbito do CGEN. Nós temos uma média de 30 a 40 reuniões, por ano, do conjunto dessas câmaras. Com relação a resultados, o que efetivamente o CGEN tem produzido? Em termos de normatização, aqui a gente acompanhar, ao longo dos anos, como tem sido o esforço. Então, no caso das resoluções, tivemos 4 resoluções em 2002; sete em 2003; cinco em 2004. Decretos: um decreto novo em 2003. Orientações técnicas: 3 em 2003 e 1 em 2004. Credenciamentos. Eu comentei que existe a figura do credenciamento de instituições fiéis depositárias, que são instituições onde se deve depositar uma subamos-

tra do material que está sendo investigado para fins de pesquisa, bioprospecção, desenvolvimento tecnológico, para que se tenha um material testemunha e condições de rastreabilidade sobre a origem efetiva daquele material. Então, nós temos mais de 40 instituições já credenciadas. Esses aqui são os números de credenciamentos ao longo dos últimos anos, sendo que, em 2005, tivemos uma reunião, já 4 instituições credenciadas. Somente em instituições públicas é permitido o credenciamento como fiel depositário. Bom, vamos ver “autorizações”. As autorizações de pesquisa científica com acesso ao patrimônio genético. Aquelas atividades que se entende pela metodologia, pelos parceiros que estão envolvidos, pelos objetivos, que não têm uma finalidade econômica claramente colocada, elas são classificadas nessa categoria. Elas não dependem de um contrato prévio, têm que cumprir com uma série de outros requisitos, e os resultados até agora são esses: nós tivemos, em 2003, 11 autorizações concedidas; em 2004, tivemos 51; em 2005, ainda não tenho a atualização referente aos últimos 2 meses. Bom, outro tipo de pesquisa científica que merece uma atenção especial é aquela que envolve o acesso a conhecimento tradicional associado. Esse tipo de atividade continua na esfera de competência do CGEN, porque não envolve atividade de coleta, e nós tivemos 3 autorizações em 2004; 4 em 2005, e temos 4 processos em tramitação. Autorizações de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Nós tivemos, em 2004, a primeira autorização concedida por uma empresa; em 2005, tivemos a segunda autorização e temos em tramitação 16 processos em que se solicitam as autorizações de bioprospecção e/ou desenvolvimento tecnológico por parte de empresas e/ou instituições de pesquisa. Outros temas que estão sendo tratados no CGEN dizem respeito aos seguintes aspectos. Um deles é a regulamentação das sanções administrativas. Encontra-se na Casa Civil uma minuta de decreto, elaborada a partir de contribuições do CGEN, no sentido de regulamentar as sanções administrativas que ainda não estão regulamentadas. A partir dessa regulamentação, nós teremos condições de acionar a fiscalização, em especial do IBAMA, para dotar o sistema de um complemento fundamental para o seu exercício. Estamos discutindo também essa questão do acesso a conhecimento tradicional associado em fontes secundárias. Muitas vezes, esse conhecimento é obtido em livros, em publicações, em base de dados, e fica uma situação de complexidade razoável para que nós possamos efetivamente garantir os direitos consagrados nessa legislação. E também os mecanismos de repartição de benefícios quando o provedor não é detectado ou quando há coincidência

entre as partes – quando, por exemplo, uma instituição coleta um material de uma área que é sua. Então, não se consegue dar efetividade ao princípio da repartição de benefício com o provedor. Bom, esse é um panorama rápido, uma vista ampla. O tempo não é muito extenso e estou sendo bem sucinto, procurando uma visão geral do sistema. Eu vou abordar agora, já entrando na fase final da minha apresentação, outras atividades complementares do sistema de regulação do acesso, em que nós estamos de alguma forma atuando. Um ponto que nós entendemos essencial para que esse sistema se consolide. É importante estabelecer que esse é um sistema novo, é um sistema que demanda uma mudança cultural no Brasil, mas que precisa, para sua consolidação, para que essa mudança cultural seja rápida, de um sistema de fiscalização, investigação, acoplado, eficiente, capacitado, habilitado. Em função disso, nós estabelecemos um conjunto de tratativas, em especial com o IBAMA, que criou inclusive, no ano passado, um divisão de acesso ao patrimônio genético, uma vez que o Ministério do Meio Ambiente não tem a competência para realizar atividades de fiscalização. Portanto, o IBAMA tomará conta em particular dessa agenda. Também temos feito uma série de cooperações com a Polícia Federal e com a Agência Brasileira de Inteligência, no sentido de que Polícia Federal, ABIN, IBAMA e CGEN/MMA possam trabalhar num sistema integrado especialmente nas atividades de investigação, que muitas vezes são a base para que nós possamos, de fato, fazer um sistema de fiscalização coerente, equilibrado, e que possa, de fato, potencializar o sistema. Também trabalhamos na capacitação de fiscais. Fizemos, no final do ano passado, em dezembro, o primeiro curso de capacitação de fiscais ambientais no controle do acesso ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados, com 40 agentes do IBAMA, 3 da Polícia Federal e 2 da FUNAI, explicando todo esse regramento, todos os elementos e trabalhando já com a minuta do decreto que vai regulamentar as sanções administrativas para que nós possamos ter uma equipe em todo o território nacional habilitada para implementar essas ações de fiscalização. Outro aspecto fundamental, que não podemos vacilar em momento algum, são as tratativas internacionais no âmbito de 3 fóruns internacionais. Um deles é a Convenção da Diversidade Biológica. Estamos negociando, já começamos na Tailândia, em Bangcoc, no mês de fevereiro, a primeira reunião de negociação do regime internacional de acesso e repartição de benefícios. Esse é um pleito dos países em desenvolvimento. Quando nós tivermos um regime internacional nas características que os países megadiversos estão defendendo, nós vamos

ter o fim da biopirataria no mundo, porque nós queremos, basicamente, trabalhar no final da cadeia. Ou seja, nós temos que de alguma maneira garantir que, no momento em que se concedem direitos de propriedade intelectual para produtos ou processos derivados da biodiversidade, tenha-se como requisito formal para concessão desse direito a autorização do país de origem desse material genético e desses conhecimentos tradicionais associados. Por outro lado, também precisamos ter mecanismos, em nível internacional, que obriguem, no momento de registro de produtos ou da comercialização desses produtos, que muitas vezes não são patenteados, esse ato ao condicionamento da apresentação da autorização de acesso do país de origem. Por outro lado, na Organização Mundial de Propriedade Intelectual, estamos tratando da interface entre propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimentos tradicionais, onde também praticamente a mesma agenda é replicada em outros fóruns onde se procura fazer a conexão dos sistemas. Vai ser muito difícil que nós consigamos combater a biopirataria sem fazer a devida conexão entre os sistemas de concessão de direitos de propriedade intelectual e de acesso à biodiversidade. Por fim, no âmbito do Conselho de Tríplice da OMC, que já tem mandato para discutir a relação entre direitos de propriedade intelectual e biodiversidade, referendar as posições que o Brasil já tem defendido há alguns anos no sentido de que os 3 princípios da Convenção sejam observados como requisitos formais aceitáveis no âmbito do Acordo TRIPs, o Acordo de Propriedade Intelectual Relacionada ao Comércio. Por fim, nós temos desenvolvido também tratativas para uma nova legislação. Eu acho que essa é a grande contribuição que podemos dar aos trabalhos desta CPI, e também acho que esta CPI dará ao processo. Nós temos hoje um instrumento que é provisório; é uma medida provisória, que, embora, tenha força de lei, precisa ser aperfeiçoada. A medida provisória tem uma série de elementos muito positivos que permitiram ao Brasil avançar na implementação de um sistema de gestão, que precisa ser aperfeiçoado, deu ao Brasil condições de negociar no cenário internacional propostas efetivas, uma vez que tinha retaguarda de ações concretas com relação à efetivação dos princípios da CDB, porém, há uma série de lacunas que têm sido identificadas no exercício desse instrumento legal que precisam ser superadas e que, sem dúvida, acredito esta Casa dará, especialmente este ano, uma ênfase especial e nós poderemos aperfeiçoar um instrumento legal que possa tratar das questões que, inclusive, já têm sido abordadas nesta CPI, como a necessidade das sanções criminais que estão ausentes e que não são possíveis por conta de o instrumento

ser uma medida provisória. O esquema de repartição de benefícios precisa ser aperfeiçoado. Nós temos que garantir que a repartição de benefícios seja canalizada preponderantemente para as finalidades da CDB, que são a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. E também precisamos de um sistema mais efetivo no sentido da proteção dos conhecimentos tradicionais associados, entre outros aspectos que serão, sem dúvida, aperfeiçoados com o novo instrumento. E, por fim, nós entendemos que é preciso, nesse instrumento legal, garantir a conexão com outros sistemas, outros sistemas que operam e que, sem a devida conexão com o sistema de regulação do acesso, acabam, de certa maneira, fragilizando o País frente aos atos de biopirataria. Vou dar um exemplo: a questão da concessão de direitos de propriedade intelectual. Nós não temos, hoje, um instrumento efetivo que garanta, que condicione a concessão de uma patente ou de um registro de proteção de cultivar no País para uma atividade que não tenha cumprido com a legislação de acesso. Isso é uma fragilidade que, no nosso entendimento, é grave e precisa ser resolvida, efetivamente, numa futura legislação de acesso. E, para isso, o Ministério do Meio Ambiente, junto com outros Ministérios e com algumas instituições da sociedade, vai encaminhar, em breve, proposta que está em fase final de ajustes na Casa Civil, como contribuição a esta Casa, uma vez que já tramitam aqui pelo menos 4 outras propostas relativas ao tema de acesso e repartição de benefícios e que virá, humildemente, como contribuição adicional para o amplo debate que tem que ser feito no Congresso, e que a sociedade brasileira possa contar, então, com um instrumento efetivo que garanta a efetiva soberania e as condições práticas para que a repartição de benefícios ocorra plenamente em nosso País. Eram essas as contribuições iniciais e fico à disposição do debate, depois, para trazer mais informações. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Michelto) – Nós agradecemos a participação e a brilhante palestra do Dr. Eduardo Vélez Martin, Chefe do Departamento de Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente. Eu informo, para registro, que os Srs. Eduardo Vélez Martin e Paulo Adário estão participando desta audiência pública na condição de convidados, apesar de os requerimentos serem de convocação. Convido para tomar assento à Mesa para a próxima palestra o Sr. Paulo Adário, Coordenador da Campanha para a Amazônia, do *Greenpeace*. O senhor tem 20 minutos. (Pausa.) **O SR. PAULO ADÁRIO** – Boa-tarde a todos. Sr. Relator, Sr. Presidente desta Comissão, queria agradecer o convite para participar desta Comissão

nesta Casa, e queria me introduzir rapidamente. Sou Paulo Adário. Sou brasileiro, Coordenador da Campanha do *Greenpeace* na Amazônia e trabalho nessa organização há 13 anos. Sou, por formação, jornalista e moro na Amazônia. Resido em Manaus há muito tempo. O convite que me foi feito mencionava uma conversa sobre biopirataria e madeira ilegal. Eu vou, depois da exposição do representante do MMA, que tratou da questão técnica e institucional da questão da biopirataria, dedicar-me um pouco mais à questão da madeira ilegal, embora vá mencionar, de alguma forma, a biopirataria. Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer uma pequena provocação. Tanto a questão da biopirataria quanto a exploração de madeira ilegal têm gerado na imprensa nacional um enorme debate e uma grande tensão sobre a apropriação dos benefícios, tanto do processo exploratório da madeira quanto dos benefícios vindos da biopirataria e da bioprospecção. Normalmente, as entidades internacionais... Eu trabalho no *Greenpeace*, que é uma ONG global que tem escritórios nacionais adequados a cada legislação nacional – e são registrados esses escritórios. Mas é uma ONG de caráter global, e, normalmente, essas ONGs de caráter global são confundidas com entidades que fazem jogos de governos e de empresas internacionais interessadas, na verdade, nas riquezas. Normalmente, quando a gente discute a atuação de entidades ambientalistas, particularmente na Amazônia, que é uma área muito nervosa, normalmente tem ONG internacional que deve estar envolvida com biopirataria, deve estar interessada em reduzir o papel de competição da indústria brasileira, deve estar tentando desmoralizar as autoridades públicas e há interesses por trás. Esse cartaz acho que expressa isso um pouco. É um cartaz que foi colocado em Belém, há pouco tempo, e mostra o mapa do Brasil em verde – sabemos que não está mais tão verde assim –, a Amazônia com as cores do arco-íris e a pergunta: “*Internacionalização da Amazônia, é isso que você quer?*” Este cartaz foi colocado lá pela indústria madeireira como resposta a uma campanha bastante agressiva de exposição, que o *Greenpeace* fez, da ilegalidade da exploração de madeira. Recentemente, na *Folha de Boa Vista*... Nós temos um avião que acabou de entrar no território nacional, um Cessna, que nós pretendemos utilizar no processo de trabalho na Amazônia. Esse avião desceu em Boa Vista, recentemente, para fazer todas as formalidades legais de internalização, o que significa recolhimento de impostos e autorização do avião. E, na *Folha de Boa Vista*, saiu uma notícia de que o *Greenpeace* se recusava a pagar os impostos e que teria usado o avião para pousar em áreas indígenas e coletar materiais. A notícia era atribuída ao

fiscal chamado Ronei Freire. Esse mesmo Ronei Freire, no dia seguinte, era noticiado pelo jornal e pelo UNAFISCO Sindical, que é o órgão que congrega os fiscais, dizendo que ele jamais disse aquilo, o avião que pousou, do *Greenpeace*, no território, tinha feito exatamente um pouso para – era o primeiro porto de entrada, era obrigado a pousar ali – recolher os impostos; que jamais saiu do avião e jamais, portanto, pôde ir a áreas indígenas. O fato de existir uma notícia desse tipo é muito curioso; ela nasce de uma situação que nunca existiu. Mas, se ela envolve uma organização internacional, então ela é notícia. *(Pausa.)* Bom, não vou tomar tempo. Eu ia apresentar um pequeno vídeo de 3 minutos que foi feito sobre o cupuaçu. É um vídeo muito forte, porque o cupuaçu é um dos casos exemplares de biopirataria no Brasil. Ele foi patenteado por uma empresa japonesa; depois, o registro foi pedido na Comunidade Européia e também nos Estados Unidos. E, curiosamente, na defesa do cupuaçu, surgiu, em primeiro lugar, uma pequena entidade do Acre que tinha, na liderança, até um ambientalista, se não me engano, americano, e também na defesa do cupuaçu entrou o *Greenpeace*, que financiou uma campanha de luta em defesa do cupuaçu como patrimônio brasileiro e isso passou pela luta legal, no mercado japonês, para anulação do registro da marca Cupuaçu e da marca Cupulate, que tinham sido registrados como propriedade de empresa japonesa. Várias entidades trabalharam nessa luta – e essas entidades, depois, receberam apoio do Governo brasileiro. Mas, fundamentalmente, foi o setor da sociedade civil organizada que lutou por uma coisa que é um patrimônio nacional. Rapidamente, então, no tema da palestra específica, que é a questão de madeira, as florestas que existiam no planeta, há 8 mil anos, têm sofrido processo acelerado de desgaste. E, hoje, a gente vive uma situação de extrema emergência. *(Segue-se exibição de imagens).* O que nós temos hoje de florestas primárias no planeta, florestas mais ou menos intocadas, podem ser vistas aqui, no Canadá, na bacia amazônica, na bacia do Congo, na Rússia e alguma coisa na área da Nova Guiné. Essas remanescentes florestas estão sob forte ataque hoje da indústria madeireira. Para dar uma idéia rápida acerca disso, a Europa já perdeu 99% de sua cobertura florestal primária; a Ásia perdeu 94%; a África perdeu 92%; a Oceania perdeu 78%; a América do Norte, 66%. No Brasil, a Mata Atlântica perdeu 93% e a Amazônia brasileira perdeu 16% em apenas 30 anos. A indústria madeireira tem sido identificada como um dos principais componentes desse processo de desgaste e de degradação das florestas em todo o mundo, em particular nas florestas tropicais, que hoje são, principalmen-

te na floresta amazônica e na floresta do Congo, os últimos grandes remanescentes de madeira tropical. O que a gente vê hoje: há um mercado das regiões produtoras para as regiões consumidoras. O grande mercado consumidor de madeira hoje é a União Européia, a América do Norte e a Ásia, e todos esses países produtores estão abastecendo essas regiões. Por exemplo, a região de Papua; ela é uma grande fornecedora do Japão, que é um grande comprador internacional de madeira, e também da China, que hoje vira um grande mercado com a ascensão da economia chinesa. O Brasil vende trinta e poucos por cento da sua madeira para os Estados Unidos, que é o principal mercado consumidor, para a União Européia, também para o Japão e, cada vez mais, para a China. No processo de identificação e estudo desse setor, hoje, a questão da madeira ilegal, que é o tema que eu queria discutir aqui, não é uma discussão apenas brasileira, é um fenômeno que se reflete no mundo inteiro. A gente identifica explorações ilegais de madeira ilegal, ou seja, que não cumprem a legislação nacional em todos os grandes remanescentes florestais que eu havia mencionado, tanto na Rússia, quanto na floresta amazônica, no Congo e em Papua, Nova Guiné. Esses são os principais locais onde há madeira ilegal. Na Indonésia, por exemplo, 88% da madeira explorada é ilegal. Na Amazônia brasileira, estima-se que entre 70% e 80% da madeira continue sendo ilegal, apesar dos esforços dos diferentes governos de normatizar o setor e atrair a indústria madeireira para a legalidade. Na Bolívia, é de 80%; no Peru, 80%; na Rússia, 75%; em Camarões, na África, chega a 90% etc. Ou seja, há uma característica comum na indústria madeireira que opera no planeta em áreas de floresta tropical: é a informalidade e a ilegalidade. No Brasil, se pudermos tentar entender por que isso ocorre, uma das razões é a mentalidade pioneira. A Amazônia foi conquistada a partir de uma preocupação de integração do território amazônico ao território brasileiro, uma grande preocupação com os interesses internacionais quanto à internacionalização da Amazônia. Então, no regime militar, houve abertura de estradas para acelerar o processo de integração e a transferência maciça de populações do Nordeste e do Sul para essa região, não só para integrar a região ao território nacional, mas também para adiar um eterno problema que o País vive, que é a reforma agrária. Em vez de fazer a reforma agrária no Centro-Sul, a gente mandou os sem-terra para a Amazônia e os colocou ao longo das rodovias, onde eles estão até hoje. E, de vez em quando, temos conflitos como o recente caso da Irmã Dorothy. Mas essa mentalidade pioneira faz com que quem chega lá, quem mora hoje na beira de Anapu ou

de Altamira e que lutou, durante 20 ou 30 anos, contra aquela região inóspita, se sinta com direito de propriedade sobre aquela terra. E o processo de apropriação que ele faz sobre o território também é acima da lei, porque o Estado nunca esteve lá para controlar ou para ajudá-lo. Um outro fator importante é a matéria-prima, que é gigantesca, na Amazônia. Ela é barata. Praticamente, é ilegal; então ela tem um custo. Ora, o custo da matéria-prima é zero. O que custa é o acesso à matéria-prima. A gente tem um indústria tecnologicamente obsoleta, que faz com que o índice de perda na indústria seja gigantesco: o índice de perda chega a 70%; ou seja, de cada 10 árvores que derrubam na floresta apenas 3 chegam na forma de produto no mercado. E só a melhora do perfil tecnológico dessa indústria poderia reduzir enormemente o impacto da indústria madeireira sobre o meio ambiente e a biodiversidade. Mas essa mudança de padrão tecnológico sempre teve dificuldade. É muito que o setor financeiro, que os bancos forneçam crédito ao setor madeireiro, porque o setor madeireiro sempre esteve, por sua informalidade e envolvimento com a ilegalidade, sempre esteve no limite de ser autuado pelo IBAMA, por exemplo. É uma autuação, que hoje, com a nova Lei de Crimes Ambientais, pode chegar a 50 milhões de reais, torna inviável para um banqueiro enfiar dinheiro numa indústria. Ele pode perder o investimento. Esse gargalo só vai ser resolvido quando a gente eliminar a informalidade, acabar com a madeira ilegal. Aí, sim, o empresário poderá ter acesso a créditos e o setor financeiro poderá fornecer esses créditos sem medo de perder o seu investimento. Há uma característica também importante: o esgotamento dos pólos madeireiros tradicionais na região do Leste do Pará e no Sul do Mato Grosso. O caos fundiário, o processo de ordenamento do território amazônico é extremamente complexo. É literalmente um caos. No Pará, cerca de apenas 20% das propriedades têm algum título de propriedade que tem uma cadeia de custódia bastante inatacável. O resto é uma grande informalidade, com grandes índices de grilagem e de ilegalidade. Há, cada vez, uma crescente falta de florestas, em grandes dimensões, para exploração pela indústria madeireira. De um lado, porque houve exploração predatória nos pólos existentes, nas áreas de propriedades já existentes, com título de propriedade, e também porque, hoje, esse caos impede que os madeireiros tenham acesso a áreas de florestas tituladas. O Governo até está tentando resolver o assunto com um projeto de lei que foi encaminhado a esta Casa recentemente. É uma questão central e fundamental nesse processo é a falta de governança, a ausência histórica do Estado brasileiro nas regiões recônditas deste País, em par-

ticular na Amazônia. Basicamente, os pontos em vermelho representam aqui os pólos madeireiros. Estão concentrados diretamente no Arco do Desmatamento, com algumas entradas para o coração da floresta, como aqui, por exemplo, em Novo Progresso. Hoje, como nessa região está toda esgotada a madeira, houve uma migração da indústria para essa região, que é o miolo do Pará, onde é a Terra do Meio, que passou inclusive a ocupar, nos últimos anos, um espaço enorme na imprensa, por conflitos, violências, denúncias, apreensões, ações de IBAMA, etc, e isso se dá porque aqui já não tem mais. Quer dizer, esse processo migratório tem como decorrência também esse aumento da ilegalidade.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, V.Exa. me permite uma questão, que eu acho que é muito interessante para o entendimento, dentro do que ele está explicando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Pois não, o senhor tem a palavra, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Meu caro Paulo Adário, esse avanço sobre o arco do desflorestamento se dá também, ou mesmo como fator principal, pela valorização das terras que antes serviam para a pecuária e que agora começaram a servir para monocultura de soja e de algodão ali naquela região? Tem relação grande, intensa, média ou quase nenhuma em relação a esse avanço, ou se dá simplesmente pela madeira em si?

O SR. PAULO ADÁRIO – Não, Deputado, acho que o senhor... Ele tem 3 fatores.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então vamos lá.

O SR. PAULO ADÁRIO – Há um consórcio. A madeira, ela funciona como abre-alas da floresta; ela abre a estrada, por exemplo, para o processo, e, normalmente, a exploração da madeira ajuda o fazendeiro que vai chegar ali ou que tenha interesse naquela terra a se capitalizar e poder contratar gente para desmatar. Então, a madeira também funciona como um banco para o fazendeiro, que em geral é um pecuarista que procura grandes áreas de terra barata. Por exemplo, aqui na região de São Félix...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Deixa eu ser só mais claro. Você tem conhecimento de que está havendo esse deslocamento da pecuária avançando na mata?

O SR. PAULO ADÁRIO – Está havendo deslocamento. A pecuária está sendo empurrada pela soja.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pela valorização da soja.

O SR. PAULO ADÁRIO – E há já casos concretos, identificados e mapeados de desmatamento dire-

tamente para soja. Uma das questões que está ligada à falta de governança é a questão da apropriação do território. A grilagem é de uma carência assustadora na Amazônia! A CPI que esta Casa fez e um estudo do INCRA, de 1999, mostram que cerca de 10%, 100 milhões de hectares da Amazônia, que dariam 20% do território amazônico, têm títulos de posse grilados. No Pará foram identificados 28 milhões de hectares de terras griladas com títulos falsos. Um caso histórico e clássico é o de Carlos Medeiros, que é um empresário que, na verdade, é um fantasma – não se conseguiu encontrar essa pessoa até hoje; ele só tem procuradores. E ele alega ser proprietário de 2 milhões de hectares no Pará. O Cecílio Rego de Almeida, também empresário da construção civil do Sul do Brasil, é também acusado pelo Ministério Público de ser grande grileiro – e pela *Veja*. Ele tem duas propriedades na Terra do Meio; no total, são 7 milhões de hectares, o que dá uma Bélgica e uma Holanda. E existem casos, vários casos de terras, de proprietários de terra sem documentação adequada. Nós inclusive estamos com um pequeno relatório hoje no *site* do *Greenpeace* sobre isso. Aqui, por exemplo, a gente fala do Carlos Medeiros. Esta é uma lista do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA mostrando empresários madeireiros que compraram terra e que exploram madeira em áreas que fazem parte da cadeia dominial do Carlos Medeiros. Ou seja, essas propriedades, do ponto de vista técnico, elas não poderiam ter sido autorizadas pelo IBAMA. São propriedades ilegais, porque estão numa terra que tem origem legal. Em Porto de Moz a gente fez um estudo, ano passado, dos Planos de Manejo aprovados pelo IBAMA e das requisições de posse de terra nessa região. A gente trabalhou com várias indústrias, e todas elas tinham uma característica bastante comum: todas elas empresas, por exemplo, como essa daqui, que tinha uma área de 80 mil hectares e que elas somavam, na verdade, títulos de posse de até 2.499 hectares, em nome de vários funcionários. Hoje tem um processo assustador, que é o processo de grilagem que está ocorrendo na Internet. Esse é um anúncio de que está no *site* agora, na Internet. Pode ser encontrado em imoveisvirtuais.com.br, e ele diz o seguinte: é o anúncio de uma fazenda em Altamira, numa área pública do Governo Federal ou do Governo do Estado, de 306 mil hectares. É toda em mata bruta, localizada na margem direito do Rio Iriri, com excelente documentação, avaliação, certidões do INCRA, ITERPA, ITR, IR etc. Detalhe: tem 306 mil hectares. O feliz proprietário dessa área, que está anunciando, diz que tem escritura. Na verdade, de apenas 4.300 hectares; o resto a gente vai ver como resolve. Aqui é um *site* que também está hoje na Internet. Bas-

ta acessar. Esse *site*... Ele vende terras na Amazônia brasileira. Eles chamam isso de *Timberland*, ou seja, a “terra da madeira”, e dão uma série de justificativas para atrair os investidores: não tem furacões, não tem terremotos, não tem inundações, não tem vulcão, não tem terrorismo nem sequer tem mosquito. E essa terra que está sendo anunciada tem várias oportunidades de investimento lá. Ele é citado aqui. Então, um empresário canadense muito conhecido, o *Jean-Jacques Cossette*, que diz que: “*Quando eu olho para as árvores, as flores me parecem notas de dólar*. E tudo isso acontece. E essa ilegalidade que envolve a indústria não está só na questão do acesso à terra, mas também na prática da própria indústria. Esse aqui é um estudo sobre as autorizações de desmatamento concedidos pelo IBAMA no ano de 2000 e 2001, e aqui o desmatamento real identificado por satélites do INPE. Por esse estudo, o que é verde, verde-claro e verde-escuro, numa situação ideal, o que está autorizado seria igual ao que foi desmatado. Em São Félix do Xingu, por exemplo, nós temos 96% desmatado e 4% autorizado. Essa concentração de pizzas vermelhas nessa área do Pará mostra que a imensa quantidade de desmatamentos que estão ocorrendo na Amazônia, neste momento, são desmatamentos ilegais. E esses desmatamentos, eles são obviamente para conversão de fronteira agrícola, mas a madeira que sai daí abastece a indústria. Quando a gente coloca esse componente madeira de desmatamento mais a madeira de planos de manejo que foram feitas em áreas, como mencionei, autorizadas pelo IBAMA, sem poder ter sido autorizadas, e a gente compara isso com a produção; no caso específico do Pará, por exemplo, a produção de 10 milhões e 800 mil metros cúbicos de madeira em tora. No Pará, o que a gente identificou e conseguiu descobrir é que tinham 933 mil metros cúbicos que viriam de planos de manejo florestal sustentado autorizado pelo IBAMA. Desmatamento autorizado: nós encontramos 121 mil metros cúbicos. Ficaram faltando na conta, entre o que foi produzido e o que tinha de documentação autorizada, 9,7 milhões. Ou seja, descobrimos, nesse caso, que o que era legal no Pará é apenas 9,7% da madeira total produzida no Estado. Eu aqui fiz um exemplo, e até já mostrei isto uma vez isso ao Deputado Sarney. O caso do mogno é uma situação exemplar, porque é a madeira mais valiosa do Brasil. Neste momento, ela está com a sua exploração proibida ou suspensa pelo menos, e também está listada no Acordo CITES de comércio internacional de madeira. Mas esse é um caso exemplar. O mogno foi uma das árvores que justificou e conduziu o processo de exploração de grandes áreas da Amazônia brasileira, por seu alto valor. Entre 1970 e 2002,

o IMAZON calcula que foram exportados, em mogno do Brasil, 2,8 bilhões de dólares. Isso dá mais que o País conseguiu, por exemplo, com a venda, com a privatização da Cia. Vale do Rio Doce. A maior parte desse mogno que saiu foi para a Europa e para os Estados Unidos. São os 2 grandes mercados. No mercado internacional, hoje, o mogno está valendo 1.600 dólares o metro cúbico. Nós encontramos lá na Harrold's, em Londres, uma mesa linda de mogno, com 12 cadeiras, que custava 8 mil e 500 dólares. Como uma árvore de mogno dá para fazer 12 mesas, se a gente multiplicar 12 mesas pelo valor da mesa da Harrold's, em Londres, aquela árvore gera produtos no valor de 128 mil dólares. Mas ela custa 25 reais na terra indígena. Isso aí é um contrato de compra e venda de mogno assinado entre um índio caiapó e o madeireiro; e ele descreve todas as condições. Inclusive ele se compromete a comprar toda a madeira que está no território. Aqui é um outro caso curioso: é uma empresa de Belém – isso aí é de 2001. Ficou muito difícil para essa empresa exportar mogno porque o IBAMA já estava inclusive... Quando o Deputado Sarney era Ministro do Meio Ambiente, houve uma ofensiva muito grande do IBAMA nessa área, e, nessa época, essa empresa exportou mogno num carregamento e ela emitiu 2 faturas: uma que era entregue às autoridades brasileiras, às autoridades portuárias, onde ela dizia que ela estava exportando cedro; e uma outra, que foi enviada ao importador, onde dizia que ela exportava, na verdade, o mesmo volume, só que de mogno. E ela explicava, então, o que fazia com dinheiro. Dizia que, por razões internas de nosso País, estamos exportando mogno como sendo cedro. Tem uma pequena diferença: que isso aí é evasão de divisas, desrespeito à lei etc. E o mogno, além do mais, custa o dobro do preço. Volto ao caso do Pará, que é um Estado fundamental para entender essa discussão, porque é o principal exportador brasileiro de madeira e é o principal produtor amazônico também de madeira e responsável por 58% das exportações, é um Estado que depende da indústria madeireira. A indústria madeireira representa um percentual grande da economia do Estado e obteve, no ano passado, com a exportação de produtos madeireiros, 372 milhões de dólares. Se a gente olhar a composição desse setor que é importante para economia brasileira, embora esteja atuando de forma tão predatória e tão ilegal e que precisa ser normatizado para que gere realmente uma indústria que beneficie o País, a gente pode ver que hoje a Amazônia, por exemplo, no ano passado, em 2003, exportou 636 milhões de dólares, que é um volume bastante expressivo de recursos, ainda pequeno, comparado com o que o mercado internacional poderia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Sr. Adário, só uma interferência. O senhor já passou 5 minutos. Nós vamos conceder mais 5 minutos.

O SR. PAULO ADÁRIO – Muito obrigado. Então, só mostrando aqui o grande mercado dos Estados Unidos hoje consumindo 28% do mercado. O grande problema é que a gente poderia até continuar nesse nível de informalidade e ilegalidade, mas os países ricos entraram em cena. A União Européia (primeiro o G-8) assumiu o compromisso internacional de barrar o mercado internacional de madeira ilegal. Esse compromisso começou em 1998 e tem sido confirmado nas diferentes e sucessivas reuniões do G-8, inclusive uma que está acontecendo agora neste momento. O mercado, em particular, europeu está colocando de pé um sistema chamado FLEG, que é o *Forest Law Enforcement and Governance*, que é uma tentativa dos governos que compõem a União Européia criarem legislações nacionais que passem a valer para toda a União Européia proibindo a compra de madeira ilegal. E os produtores também começaram a agir. A Indonésia, por exemplo, que é um grande fornecedor de madeira, preocupado com a perda de mercado futuro na Europa, fez um convênio com a Inglaterra para que a Inglaterra ajude a Indonésia a resolver o seu eterno problema de ilegalidade. Convidaram inclusive o *Greenpeace* para participar desse processo. O Fernando Henrique, no Brasil, teve um momento concreto de preocupação com a questão do mogno, quando ele disse que iria proteger o mogno. Objetivamente o mercado europeu, nos próximos 3 a 5 anos, tende a se fechar para a madeira ilegal brasileira e a ilegal internacional, levando a madeira brasileira junto. Aqui tem um explicação sobre não ter mais tempo. Então, quais são as soluções para isso? Em primeiro lugar, essa indústria, primeiro, ela tem que deixar de ser predatória para que ela possa ter uma boa imagem e ajudar a contribuir com a defesa do meio ambiente. Para isso, é preciso, além de se legalizar e todo o processo que havíamos discutido aqui, que o Estado também cumpra o seu papel, desde que tenha um Estado forte e que a Polícia Federal seja capaz de desempenhar sua função e que o IBAMA seja capaz de desempenhar sua função. Vou pular essa parte porque já está acabando meu tempo. Mas, basicamente, eu só queria mostrar isso. Uma das coisas que a gente tem feito, a gente tem para dividir o triângulo de consumo da madeira e da madeira que é exportada, cerca de 20%, e os 80% que fica no mercado brasileiro, 50% é consumido, na verdade, é consumo público: Prefeituras e Governos Estaduais. Então, nós montamos um programa para levar essas Prefeituras, que são representantes da população e governos, a assumirem o compromisso de comprar

madeira legal. O objetivo é implementar uma legislação municipal, voltada para o consumo de madeira apenas legal, ou seja, o Prefeito assina uma lei com a Câmara, faz um projeto de lei que é aprovado na Câmara, e as cidades se declaram amiga da Amazônia, que não vai mais comprar madeira, que não vende plano de manejo e que não vende desmatamento. Várias cidades já entraram nesse programa. No momento a cidade de São Paulo, que é o principal consumidor brasileiro de madeira, e junto com o Governo de São Paulo, está negociando conosco a possibilidade de aderir ao programa, o que daria uma mudança de qualidade no programa, porque ajudaria a viabilizar aquela indústria madeireira que respeita a lei e processa a madeira de forma sustentável. Eu acho que é isso que eu queria dizer. Obrigado. **O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO** – Sr. Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Pois não.

SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO – Sr. Presidente, eu, na verdade, tenho sido até pouco assíduo aqui na Comissão. Sou membro suplente pelo Partido dos Trabalhadores. Tenho função de ser hoje Relator da CPMI da Terra. Ela tem se voltado muito agora para essa questão do Pará. Então, eu queria aqui primeiro aproveitar a oportunidade dessa apresentação de Paulo Adário para solicitar que esses dados que foram apresentados aqui, que são importantíssimos, pudessem ser disponibilizados para nós, até por *e-mail*, para subsidiar inclusive o nosso relatório. A outra questão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é que hoje – está vinculado ao tema da CPI – aprovamos na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a realização de um seminário, agora no dia 30, para fazer justamente o debate sobre o projeto de lei de gestão de florestas: esse projeto que inclusive o Sr. Paulo Adário acabou de referir. Nós vamos fazer um debate. A idéia é não só o Ministério fazer a apresentação, mas nós ouvirmos posições favoráveis e contrárias: quem defende, quem ataca, quem faz restrições, em que se faz restrições; e, nessas questões, inclusive contar com a participação da sociedade civil. Então, queria aproveitar também para fazer esse convite. No dia 30, aqui na Casa haverá um seminário, o dia todo, justamente sobre gestão de florestas. E quero reiterar o pedido para termos essas informações, essa apresentação brilhante do Paulo Adário, importantíssima para gente, em vista da relação que nós estamos fazendo do problema da grilagem de terras, da exploração ilegal, com a violência que acontece no campo brasileiro, em especial na região amazônica e, mais especialmente, no Estado do Pará. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Nós vamos atender à sua solicitação. E diria inclusive ao Deputado João Alfredo e ao nosso Relator que a palestra do Paulo Adário – inclusive eu, até como Presidente, tenho algumas anotações aqui – faz denúncias gravíssimas. Eu acho que essas denúncias que ele está fazendo aqui não podem ficar apenas gravadas. Acredito que nós temos que convocar; acho que o Sr. Relator deve concordar com isso. Depois a gente vai interpelar na hora do debate. Mas eu tenho certeza absoluta de que o que está se colocando aqui é até problema de segurança nacional. Tem uma série de coisas, e aquilo que ele está denunciando aqui não pode ficar apenas no painel exposto por ele, porque essas denúncias a Casa vai ter que averiguar; e tenho certeza absoluta de que nós vamos chegar a um consenso e ver essa realidade. Concedo a palavra ao Sr. Fábio de Andrade Abdala, Secretário-Executivo do Grupo de Trabalho da Amazônia. O senhor também tem 20 minutos. O senhor está com a palavra.

O SR. FÁBIO DE ANDRADE ABDALA – Boa tarde. Gostaria também de agradecer o convite ao Grupo de Trabalho Amazônico para participar desta sessão. Nós fomos convidados para apresentar algumas iniciativas dos movimentos sociais da Amazônia contra a biopirataria. Antes de entrar no tema, diretamente, se vocês me permitem, eu gostaria de apresentar, brevemente, o que é a Rede Grupo de Trabalho Amazônico. (*Segue-se exibição de imagens.*) A Rede, como o nome diz, é uma rede de entidades de movimentos sociais, ONGs, no campo, digamos, da produção familiar rural, florestal, da Amazônia. Ela está organizada em pólos regionais em toda a Amazônia Legal. Hoje, somos em torno de 600 organizações da sociedade civil amazônica. Congregamos também um conjunto de fóruns e articulações da sociedade civil, tanto no nível nacional como no nível pan-amazônico, e também articulações internacionais. A rede foi constituída em 1992, e na próxima semana vai realizar a sua sexta grande assembléia geral. Em torno de 600 lideranças vão estar aqui em Brasília. Então, há uma grande diversidade de entidades que compõem a rede, basicamente comunidades, associações comunitárias, pescadores, agricultores familiares, também quebradores de coco, castanheiros, o movimento ambientalista, movimentos que historicamente lutam pelo acesso à terra, numa convergência social e ambiental por um destino mais sustentável da região amazônica. Eis aqui algumas imagens da Rede. Imagens de algumas atividades que fazemos no campo, como o Projeto Proteger, que trabalha alternativas ao uso do fogo na produção familiar. O pessoal lá do Amazonas. Uma atividade lá em Altamira, também congregando diver-

segmentos da sociedade local. Desde 2003, a Rede GTA, com o conjunto de parceiros, vem tocando a chamada campanha contra a biopirataria. Eu vou falar um pouco sobre essa campanha, sobre os seus princípios, vou colocar ênfase no caso do cupuaçu, que é um caso emblemático. Vou mencionar também as entidades que estão envolvidas, para se ter uma noção de quais são os atores da sociedade civil, particularmente, mas também do setor público nessa atividade, e vou trazer algumas idéias sobre perspectivas para este ano e algumas ameaças que nós consideramos importantes, também. A campanha contra a biopirataria que a Rede GTA executa desde 2003, pelo menos de maneira mais sistemática, tem objetivo educativo, sobretudo de esclarecer temas relacionados a esse termo. Esse termo biopirataria é um termo que tem uma força auto-explicativa, mas, do ponto de vista conceitual, ele é bastante obscuro, um pouco frágil, porque, dentro desse termo, há quem fale em biogrigagem, há quem confunda atividades legais com atividades chamadas biopiratas. Então, a campanha tem uma dimensão, sobretudo com as lideranças sociais, de esclarecer temas, como os que já foram mencionados aqui. O que é uma propriedade intelectual? o que é um registro de marca? quais são os regimes nacionais e internacionais relativos a esse tema? Tendo-se em vista que as comunidades lidam, por exemplo, com beneficiamento de frutas, plantas medicinais, perfume, aromáticas, quer dizer, um conjunto de atividades que tem relação direta com, às vezes, acesso a recursos genéticos. Isso é mais eventual, mais diretamente ao conhecimento tradicional associado, como foi mencionado aqui pelo colega do CGEN. Evidentemente, esse é um tema relativamente novo. A maior parte da própria rede e das entidades que a formam estão aprendendo a lidar com esse tema. Aqui mesmo nesta Casa, junto com a Comissão da Amazônia, realizamos algumas atividades, sobretudo para lidar com o segundo aspecto que está colocando ali, que é a questão de uma legislação adequada às comunidades que garanta que haja justiça, por exemplo, às propriedades, direitos materiais ou imateriais das comunidades, quando lidamos com esse tema de propriedade intelectual, biotecnologias e temas correlatos. Outro objetivo da campanha é servir um pouco de espaço de alerta, de denúncia, de encaminhamento de denúncias ou até ações diretas contra os chamados biopiratas. Então, nós temos recebido algumas denúncias. Nós temos, às vezes, alguma dificuldade de averiguar. Como o Eduardo colocou aqui, a investigação sobre as denúncias não é uma atividade trivial, e nós, como uma rede de movimentos sociais, temos um conjunto de dificuldades para fazer a investigação. Na verdade, essa é

uma atribuição que compete ao Estado, e nós, da sociedade, certamente podemos colaborar nesse aspecto. Uma das ações que nós realizamos nesse campo, desde 2003, então, diz respeito ao caso do cupuaçu, que gerou uma mobilização importante tanto da sociedade como do Estado para lidar com esse tema. E gerou também um efeito em cadeia para outras frutas, ou outras espécies que também sejam objeto desse tipo de ação, por exemplo, de registro de marcas ou de patenteamento de processos produtivos. Por exemplo, o caso do Cupulate, que foi desenvolvido pela EMBRAPA, e a própria Asahi Foods, que eu vou mencionar, patenteou ou, no caso do cupuaçu, a Asahi Foods registrou a marca, e isso é uma atividade ilícita, tanto no Brasil como no Japão. Os antecedentes, nesse caso, é o seguinte: quando, em meados de 2003, como disse o Paulo, uma pequena entidade do Acre, chamada Amazonlink, assessorou um grupo de produtores de cupuaçu que estavam desenvolvendo gélias e bombons para vender na Alemanha, eles se depararam com o registro da marca cupuaçu naquele mercado. E para usar esse título na embalagem, deveriam pagar direitos de propriedade para a empresa que detinha esse título, que era a Asahi Foods, uma empresa japonesa que tem ação, digamos, multinacional. Essa empresa registrou a marca cupuaçu em seu nome, além de outras atividades – vou me concentrar no registro da marca. Patentes, patenteamento e registro de marcas são duas coisas diferentes, então, vou me concentrar somente no caso do registro da marca cupuaçu. Essa empresa Asahi Foods registrou essa marca cupuaçu tanto na União Européia como no Japão e também nos Estados Unidos. Em meados de 2003, nós fomos alertados pela entidade Amazonlink, com algumas associações do Acre e de Rondônia, particularmente a APA – Associação dos Produtores Alternativos de Rondônia, sobre esse caso. Fomos informados também que um registro de marca tem prazo para contestação pública. Neste caso, no Japão, eram 5 anos. Então, essa empresa já tinha registrado a marca há mais de 4 anos e faltavam poucos dias para ela receber, definitivamente, essa propriedade no Japão. Nós procuramos o Itamaraty e outros órgãos do Governo brasileiro e fomos informados, de um lado, que esse era um tema que caberia ao setor privado resolver, trata-se de uma questão comercial; de outro lado, mesmo se não fosse o caso, não haveria recursos para contratar advogados para entrarem com uma ação contra o registro da marca no escritório de marcas e patentes no Japão. Diante dessa situação, nós buscamos mobilizar recursos. O GTA, junto com alguns parceiros, entrou com uma ação, diretamente, uma ação administrativa no escritório de marcas e pa-

tentes do Japão contra o registro da marca. Finalmente, em meados do ano passado, o escritório aceitou, acatou a nossa ação e reconheceu que o nome cupuaçu é um nome de domínio público, é o nome de uma matéria-prima, e que, por 2 motivos, por ser nome de matéria-prima, de um lado e por outro lado, estando a marca cupuaçu em um produto, por exemplo, uma geléia, qualquer que fosse o conteúdo dessa geléia, poderia ter o nome cupuaçu e poderia levar à má compreensão dos consumidores. Então, por esses 2 motivos é que a agência japonesa de marcas e patentes respondeu positivamente à nossa demanda e cancelou o registro da marca para a empresa Asahi Foods. A partir desse momento, quando uma entidade da sociedade civil conseguiu contestar o registro da marca por uma empresa, isso gerou efeito positivo, no sentido de a gente ponderar para enfrentar este e outros casos que têm acontecido. Esse foi um processo que levou em torno de 2 anos. A própria percepção do Itamaraty também mudou, tem sido um parceiro importante. O Itamaraty teve uma ação, particularmente o departamento de novos temas, importante na União Européia. E nós, através da Aliança Amazônica, nos Estados Unidos... Nesses 2 casos, também a empresa perdeu a propriedade sobre a marca. Nos Estados Unidos, eles resolveram retirar, por penalidades que sofreriam, em se reconhecendo que era uma matéria-prima, e, na União Européia, a diplomacia brasileira conseguiu agir de forma, também, que a empresa retirasse esse pedido de registrar a marca. Então, esse caso é um caso que a gente considera vitorioso, digamos assim, do ponto de vista político, do ponto de vista comercial, e que tem chamado a atenção da sociedade, eu diria até a atenção desta Casa, para esse tema da biopirataria, particularmente o interesse que todos nós temos na cadeia de fruticultura. A fruticultura, hoje, é uma prioridade da rede de tecnologias sociais que está sendo criada, é uma prioridade da Agência de Desenvolvimento da Amazônia, é uma prioridade de movimentos sociais. Então, não podemos ficar reféns desse tipo de iniciativa. Curiosamente, ontem, na *Folha de S. Paulo*, na página, na coluna social, na *Folha Ilustrada*, da Mônica Bergamo, saiu uma nota dizendo o seguinte: *“Os nomes das frutas brasileiras estão cobijadas no exterior. Uma pesquisa da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual revelou 83 casos em 13 países de pedidos de registro de marcas que usam nome de espécimes da flora brasileira. Os produtos mais cobijados são: o guaraná, o cupuaçu e a acerola”*. Bom, num ambiente internacional bastante liberal, onde avança esse tipo de iniciativa, é comum que as empresas tenham essa prática de buscar gerar benefícios privados sobre esse tipo de bem

público, senão coletivo. Então, o que temos que fazer é criar regulamentos que, tanto nos protejam de atividades ilícitas, como nos permita que possamos utilizar também a biotecnologia a nosso favor. Quer dizer, somos favoráveis ao uso e beneficiamento das fruteiras, ao uso de biotecnologia, porém, temos que fazer respeitar direitos que comunidades, populações tradicionais, entre outras, têm sobre os seus conhecimentos, sobre as suas práticas produtivas, sobre os modos de beneficiar e conseguirmos colocar produtos com maior valor agregado no mercado local, regional, brasileiro e internacional. Quer dizer, temos esta preocupação também. Bom, é interessante que este caso fez uma grande mobilização, de fato, institucional. E o Paulo citou a participação do Greenpeace. O Greenpeace teve uma participação interessante também na Feira do Cupuaçu, lá em Presidente Figueiredo. Lá nós fizemos uma faixa gigantesca escrita: *“O cupuaçu é nosso”*. Essa faixa migrou por várias partes do mundo, inclusive, esteve aqui no corredor do Congresso, em meados do ano passado. Foi um momento de chamar atenção dos Parlamentares e da opinião pública para este tema. Gostaria até de citar... Fomos para a Organização Mundial do Comércio, no ano passado. Vários movimentos estão acontecendo em torno desse tema. E o caso cupuaçu é emblemático, ele ajuda a gente a trazer outras preocupações sobre outros temas: copaíba, sangue do suruí, ayahuasca. Quer dizer, há uma lista de espécies, há uma lista de conhecimentos tradicionais ameaçados por práticas que poderemos considerar biopiratas. Entre esse arranjo que vai do local, desde lá das comunidades ligadas às Associações de Produtores Alternativos de Rondônia até redes mais amplas, como GTA, até no caso pan-amazônico, o Fórum Pan-Amazônico, atividades na Organização Mundial do Comércio. Eu gostaria de citar que está acontecendo um movimento interessante hoje na Amazônia. Por exemplo, a Rede Norte de Propriedade Intelectual e Direitos das Comunidades Tradicionais, que congrega não só movimentos sociais, mas pesquisadores; o próprio CGEN tem tido uma atuação muito positiva na rede; além da APA e da Amazonlink que eu já citei; o CIITED também, que é Centro Internacional de Direitos e Comércio; a Aliança Amazônica; a REBRIP. o Ministério do Meio Ambiente, através do PPG7 nos apoiou. Aqui a Comissão da Amazônia tem sido um apoio importante nesta iniciativa. Então, a partir deste ano, gostaríamos de trabalhar de maneira mais efetiva nesta campanha educativa junto às comunidades, através desde reuniões estaduais e locais, para tratar da sensibilização mais geral sobre esse tema, mas também de como as comunidades podem se beneficiar de mecanismos que estão colocados na legislação e

no próprio processo produtivo. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moacir Micheletto) – Fábio, você tem mais 5 minutos.

O SR. FÁBIO DE ANDRADE ABDALA – Bom, perspectivas para 2005 – e com isso vou encerrar. A nossa preocupação central é a questão dos direitos das comunidades, no diálogo, com propriedades processos biotecnológicos. Algumas ações, tanto institucionais como das empresas têm gerado um conjunto de preocupações do GTA e de outros movimentos sociais. E eu gostaria agora, neste momento, de ler uma carta que nós enviamos ao Presidente da República, no dia 4 de março, eu vou entregar ao Presidente desta sessão e tenho outras aqui para distribuir lá no Plenário, que trata justamente....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Nós pediremos depois a original, se for possível.

O SR. FÁBIO DE ANDRADE ABDALA – Pois não. Trata justamente do que estamos considerando hoje como ameaças. Primeiro, convergência social e ambiental para tratar do tema da biodiversidade, do acesso aos recursos genéticos, do conhecimento tradicional associado, e também do ponto de vista do arranjo institucional que o Governo brasileiro está discutindo e finalizando para a sociedade. Então, se me permitem, eu vou ler a carta para concluir: “*Brasília, 4 de março de 2005. Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República. Exmo. Sr. Presidente, a ausência de uma legislação reguladora de acesso aos recursos genéticos permitiu, nos últimos anos, a apropriação indevida desses recursos, bem como dos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade. Lamentavelmente grande parte dos avanços da indústria de biotecnologia nos países desenvolvidos se deu a partir dessa apropriação. Na ausência de um marco regulatório, a biodiversidade foi tratada como uma fonte gratuita e privilegiada de matéria-prima, especialmente nos países ricos em biodiversidade, como é o caso do Brasil. A lacuna identificada na legislação internacional e a necessidade de resguardar o interesse público mundialmente embasaram a Convenção Internacional sobre Diversidade Biológica – que já foi mencionado aqui pelo Eduardo –, aprovada durante a Conferência Rio-92 e, atualmente, a mais importante referência legal para o uso e a conservação da biodiversidade no mundo. A CDB – como é conhecida a Convenção sobre Diversidade Biológica – passou a vigorar no Brasil em 29 de maio de 1994, 90 dias após a apresentação, pelo Governo brasileiro do instrumento de ratificação; e foi promulgada em março de 1998, através do Decreto nº 2.519. Implementar mecanismos capazes de impedir a perda da biodiversidade no planeta e garan-*

tir a melhor distribuição das riquezas originadas dos recursos genéticos entre países pobres e países ricos é o principal objetivo da Convenção. Para o Brasil, a CDB é especialmente importante por criar a possibilidade de uma política de gestão do patrimônio genético voltada à repartição de benefícios capaz de fortalecer modelos de desenvolvimento sustentável entre povos tradicionais e criar alternativas ao modelo predatório de ocupação do nosso território. Atualmente, a gestão do patrimônio genético brasileiro está regulada pela Medida Provisória nº 2.052, de 2000. Reeditada com o nº 2.186, de agosto de 2001, a MP criou o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, colegiado governamental responsável pelo controle do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais a eles associados. Atualmente, o Ministério do Meio Ambiente admite informalmente a presença de membros convidados da sociedade civil, que, entretanto, não têm direito a voto. Em 2003, no início dos trabalhos do CGEN, foi criada uma câmara temática de legislação, com o objetivo de discutir um anteprojeto de lei para substituir a atual MP nº 2.186, de 2001. Apesar da pouca participação de representantes dos povos indígenas e das populações tradicionais, o resultado do processo reflete o consenso mínimo entre os diversos interesses envolvidos na questão. Encerrado o debate na câmara temática, o Anteprojeto de Lei – APL, foi encaminhado pelo Ministério do Meio Ambiente à Casa Civil da Presidência da República, onde um novo processo de discussão foi realizado, agora restrito aos Ministérios que tem assento no CGEN. Neste processo, conforme mencionado em reuniões do CGEN, ficaram claras divergências entre os Ministérios participantes. Dentre os pontos de divergência, consideramos graves as propostas de extinção do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e de centralização dos benefícios em um Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, excluindo da repartição de benefícios os detentores de conhecimentos tradicionais. Da mesma forma, contrária formalmente a orientação da Convenção de Diversidade Biológica a proposta de limitar a obrigatoriedade de repartição dos benefícios apenas aos processos ou produtos que tiverem patentes concedidas. Outro foco de resistência da proposta elaborada pelo CGEN é a distinção entre pesquisa científica e bioprospecção comercial. O anteprojeto de lei aprovado pelo CGEN estabelece diferenças entre pesquisa científica básica, bioprospecção comercial e desenvolvimento tecnológico, exigindo graus diferentes de controle sobre cada tipo de atividade. A manutenção dessa distinção é fundamental para que sejam tratadas de forma diferente atividades de interesse público das atividades de interesse industrial. Dentre os princípios

consagrados na Convenção de Diversidade Biológica, o mais ameaçado é o que defende o respeito e a proteção aos conhecimentos tradicionais. Na medida provisória em vigor e no projeto elaborado pelo CGEN, os povos indígenas têm o direito de impedir terceiros não autorizados de divulgar ou transmitir dados ou informações que integram ou constituem conhecimentos tradicionais. Uma importante garantia prevista na proposta que saiu do CGEN é a possibilidade de que uma iniciativa de proteção a conhecimentos tradicionais possa ser levada ao Judiciário a qualquer tempo, sem sofrer prescrição ou perda do direito em função de um decurso de prazo. Essa garantia é fundamental quando se trata de proteção a um patrimônio cultural dinâmico, intergeracional e cuja origem temporal é impossível de ser definida. Tais propostas, se levadas em consideração e incorporadas ao anteprojeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, significarão um enorme retrocesso no tratamento da questão de acesso aos recursos genéticos no Brasil, ferindo o previsto na Convenção de Diversidade Biológica e constituindo uma enorme contradição com a posição de liderança que o Brasil vem desempenhando nas discussões desse tema no cenário internacional, recordando que o Brasil sediará a próxima conferência dos países signatários da CDB em fevereiro de 2006. As organizações da sociedade civil que assinam esse documento solicitam que seja encaminhada ao Congresso Nacional a proposta legislativa aprovada pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, da qual participaram todos os Ministérios atuantes no Conselho, incluindo os de Ciência e Tecnologia, de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Consideramos fundamental que se preserve o conteúdo das discussões ocorridas no âmbito do Conselho, deixando que os aprimoramentos devidos ocorram no Congresso Nacional, de forma democrática e transparente. As entidades requerem também participação no CGEN com poder de voto e de forma paritária, para que possam não apenas exercer seu papel de controle social, mas também assegurar a supremacia do interesse público na defesa do patrimônio biológico brasileiro. Certos de vossa atenção, subscreve um conjunto de entidades, dentre as quais o Grupo de Trabalho Amazônico". Com isso, eu concluo a minha exposição dizendo que hoje tememos por essas ameaças que estão aí explicitadas e particularmente pela exclusão social e a concentração de benefícios, que pode acarretar arranjos institucionais que não sejam adequados às comunidades da Amazônia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Nós agradecemos a participação do Sr. Fábio

de Andrade Abdala, Secretário-Executivo do Grupo de Trabalho da Amazônia. Vamos agora passar aos debates. Com isso nós vamos passar a palavra também ao Sr. Relator. Convidamos a participar também da Mesa os palestrantes. O Sr. Fábio de Andrade já está presente, o Paulo Adário está presente, e gostaria também que fizesse parte da Mesa o Sr. Eduardo Vélez Martin. Com a palavra o Deputado Sarney Filho, como Relator. Encontramos no plenário também a participação do Deputado João Alfredo, que já se retirou; da Deputada Perpétua Almeida; da Deputada Thelma de Oliveira, do Deputado Henrique Afonso, que se encontra também aqui presente nesta sessão. Passamos a palavra ao Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Obrigado, Sr. Presidente, agradeço também a presença dos expositores. Vou imediatamente passar às perguntas. Começaria pela ordem de exposição. A primeira pergunta é dirigida ao Sr. Eduardo Vélez Martin. Em audiência pública realizada por esta CPI em 10 de novembro do ano passado, o Presidente do CGEN, Capobianco, afirmou que até agora o CGEN concedeu apenas uma autorização de bioprospecção — V.Sa. disse que já havia duas —, uma autorização especial para coleção comercial, 15 autorizações de acesso e remessa para pesquisa, duas autorizações de pesquisa e 43 credenciamentos de fiéis depositários. Bem, V.Sa. já mudou os números. São 62 em vez de 43, 2 em vez de 1, mas os 15 continuam. Diante desses números, V.Sa. acredita que o CGEN tem controle efetivo sobre o acesso ao patrimônio genético no País? Como seria possível ampliar a eficácia do Conselho? Vou ler todas as perguntas primeiro. No mesmo evento, o Presidente do CGEN comentou que além das 15 autorizações de acesso e remessa para pesquisa concedidas pelo Conselho, o IBAMA também já concedeu 43 autorizações. Gostaria de uma explicação. Não entendi direito essa relação CGEN IBAMA. Qual é o limite de atuação de cada entidade, o que elas interferem uma na outra? Acho que seria importante ser esclarecido esse assunto. Está em elaboração um projeto de lei do Poder Executivo para substituir esta MP. Qual a situação atual e as principais alterações em relação à MP? Já foi dito aí mais ou menos. Qual a opinião de V.Sa. sobre a proposta de incluir na legislação pátria, como é o caso do PL nº 2.695/03, a possibilidade de patenteamento do DNA de organismos na forma como eles se encontram na natureza? O inciso IX do art. 10 da Lei de Propriedade Industrial não considera invenção nem modelo de utilidade e, por isso, não passível de patenteamento "o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza ou ainda que dela isolados, inclu-

sive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo e os processos biológicos naturais”. Alguns cientistas e legisladores defendem a retirada da expressão ou ainda que dela isolados, sob o argumento de que o Brasil perde investimentos em pesquisas por não permitir o patenteamento do material biológico isolado da natureza e trabalhado por meio de criações inventivas, seja por purificação do seu conteúdo, seja pela criação de novas moléculas. Qual a opinião de V.Sa. a respeito disso? O que V.Sa. entende deveria ser ajustado no âmbito das políticas públicas e legislação no País para um melhor controle da biopirataria e do patrimônio genético no Brasil? V.Sa. tem notícia acerca de pessoas, físicas ou jurídicas, sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria, preservação do patrimônio genético no Brasil e que deveriam ser investigadas por esta CPI? Se V.Sa. desejar nos oferecer alguma informação sigilosa, a Comissão também estará aberta. A última pergunta também já é dirigida ao Dr. Fábio de Andrade Abdala. V.Sas. acreditam que a manutenção do bioma vem acima de qualquer outra ação, já que sem florestas não existe biodiversidade e, conseqüentemente, não poderá haver bioprospecção? Sr. Presidente, como V.Exa. sugere, que se faça todas as perguntas para todos, e depois ouvirmos a resposta, porque pode coincidir com algumas perguntas dos companheiros? Então, agora vou perguntar ao Sr. Paulo Adário. O que V.Sa. entende que deveria ser ajustado no âmbito das políticas públicas e da legislação no País para um melhor controle da biopirataria, da exploração e comércio ilegal de madeira e do tráfico de animais silvestres no Brasil? Quais os principais empecilhos e como contorná-los? Que medidas poderiam ser adotadas pelo Poder Público para prestigiar as ONGs voltadas à proteção do meio ambiente e reprimir as organizações de fachada, que muitas vezes até encobrem ações de biopirataria? V.Sa. considera que o controle governamental deveria ser mais rígido na Amazônia? Segundo consta no *site* da entidade, para o Greenpeace 4 fatores foram fundamentais para a falta de implementação do plano de combate ao desmatamento em 2004: a não liberação dos recursos prometidos; a falta de adesão real dos diversos Ministérios envolvidos; a ausência de coordenação forte que transformasse a luta contra o desmatamento numa prioridade real de Governo; e uma estratégia de comunicação que envolvesse a sociedade como um todo na luta contra a destruição da Amazônia. V.Sa. entende que esses problemas já estão sendo enfrentados pelo Governo? O que V.Sa. pensa sobre o PL nº 4.776/05, do Poder Executivo, que dispõe sobre a gestão das florestas públicas e cria o serviço florestal brasileiro? Quais dispositivos deveriam ser aperfeiçoados?

O que V.Sa. tem a sugerir sobre as áreas degradadas no arco do desflorestamento, que hoje, segundo dados, já envolvem 155 mil quilômetros quadrados? Na CPI do Tráfico de Animais Silvestres e da Extração de Madeira Ilegal, anterior a esta, o Greenpeace denunciou uma série de problemas relativos à extração e ao comércio ilegal de madeira que ocorriam na chamada Terra do Meio, no Pará. Isso foi também motivo no relatório nosso. Aliás, transcrevemos muitas dessas denúncias e pedimos soluções a inúmeros casos. Também saíram sugestões de leis. A entidade tem acompanhado o desenrolar da situação na região? V.Sa. poderá, se quiser, também oferecer informações sigilosas à nossa Comissão. V.Sa. tem notícias acerca de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo organizações de fachada, sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria no Brasil que deveriam ser investigadas por esta CPI? V.Sa. poderá, se quiser, oferecer informações sigilosas também. A mesma pergunta que já foi feita anteriormente sobre a questão. Por último, ao nosso Fábio de Andrade Abdala, Secretário-Executivo do Grupo de Trabalho Amazônico. Quais os projetos atualmente em execução pelo GTA? O que V.Sa. entende deveria ser ajustado no âmbito das políticas públicas e da legislação no País para um melhor controle da biopirataria, da exploração e comércio ilegal de madeira e do tráfico de animais silvestres no Brasil? Quais os principais empecilhos e como contorná-los? Uma vez que o GTA agrega uma série de ONGs ambientalistas, que tipo de controle é estabelecido previamente para que elas possam se associar à rede? E o controle posterior? Que medidas poderiam ser adotadas pelo Poder Público para prestigiar as ONGs voltadas à proteção do meio ambiente e reprimir as organizações de fachada, que muitas vezes até encobrem ações de biopirataria? V.Sa. considera que o controle governamental deveria ser mais rígido na Amazônia? O que V.Sa. pensa sobre o plano de combate ao desmatamento preparado pelo atual Governo? Há dificuldades entre os objetivos do GTA em relação aos grupos populacionais e o combate ao desmatamento? O que V.Sa. pensa sobre o PL nº 4.776/05, do Poder Executivo, que dispõe sobre a gestão das florestas públicas e cria o serviço florestal? O que V.Sa. tem a declarar sobre a mensagem veiculada por meio eletrônico na Rede Norte, por pessoa de prenome Fábio, acerca de denúncia de biopirataria no Parque Indígena do Xingu, que motivou mensagem de esclarecimento da Amazon Conservation Team, incluída no *site* da GTA? V.Sa. tem notícias acerca de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo ONGs de fachada, sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres no Brasil, que deve-

riam ser investigadas por esta CPI? Por último, repito aquela pergunta já anteriormente feita. V.Sa. acredita que a manutenção do bioma venha acima de qualquer outra ação, já que sem floresta não existe biodiversidade e, conseqüentemente, não poderá haver bioprospecção? São essas as perguntas, Sr. Presidente. E quero dizer desde já que elas estão aqui impressas. É uma coisa feita à mão, mas nada que comprometa a compreensão. Vou passar depois para os debatedores. Gostaria que eles pudessem me responder a essa pergunta agora sobre a manutenção do bioma, que vem acima de qualquer outra ação, dizer qual a idéia sobre isso, porque isso eu acho importante agora para o debate. No caso do GTA, gostaria também que, se pudesse, o Fábio comentasse se há dificuldades entre os objetivos do GTA em relação às comunidades e o combate ao desmatamento. Isso eu acho uma questão muito interessante para este momento que estamos vivendo, para enriquecer nosso debate. E evidentemente, se tiver também alguma denúncia a ser feita e que queira fazer em caráter sigiloso, também nós gostaríamos. As outras perguntas, Sr. Presidente, elas serão passadas, e eu gostaria que elas, no máximo no prazo de uma semana, fossem respondidas à Comissão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Michelto) – Exatamente. Agradecemos então a participação do nosso Relator. Para informação aqui, a Presidência tem algumas perguntas que vamos fazer; depois temos os nossos Deputados que se encontram em plenário. Não há necessidade de os nossos palestrantes anotarem, porque nós vamos entregar uma cópia para cada um. E nós temos um problema de tempo, porque a qualquer momento pode começar a sessão e nós temos que interromper aqui esta audiência pública, porém vai ficar por escrito, e os senhores então terão as respostas. Então eu vou fazer rapidamente as perguntas aqui elaboradas pela Presidência desta Comissão. Ao Fábio de Andrade Abdala nós fazemos as seguintes perguntas. Em audiência pública feita por esta CPI no último dia 2 de março, o jornalista Leonardo Coutinho ratificou as informações publicadas pela revista *Veja*, a nº 1.840, de 11 de fevereiro de 2004, que mais de 10 mil pessoas de nacionalidade não brasileira já vivem ou freqüentam regularmente a região amazônica, entre elas cientistas, jornalistas, estudantes, ambientalistas, executivos e militares. Com base nesses dados, que tiveram como fonte o censo demográfico do IBGE, gostaríamos que o senhor informasse a esta CPI quantas ONGs estão em atividades na Amazônia. Quantas estão sob controle de estrangeiros e de brasileiros? Quanto elas movimentam em receitas? A outra: recentemente estiveram prestando de-

poimento em audiência pública realizada nesta Casa representantes de ONGs nacionais e internacionais sob suspeita de serem instituições de fachada, criadas para acobertar atividades ilegais, em especial ligadas à biopirataria. Entre elas destaca-se a ONG Associação Amazônia, que foi acusada de receber doações de empresas estrangeiras estimadas em 500 milhões de reais para comprar 175 milhões de hectares nos Estados de Roraima e do Amazonas. A pergunta é: o senhor poderia nos revelar se, além dessa denúncia feita na CPI, existe mais alguma ONG envolvida com grilagem de terras públicas e crimes de biopirataria? O senhor poderia dizer se existem casos concretos de ONGs ou instituições de fachada atuando na Amazônia ou em outra parte do território brasileiro? Como se faz para diferenciar uma ONG séria de uma ONG de fachada? Basicamente, o *modus operandi* dos criminosos envolvidos em biopirataria é bastante diversificado. A grilagem de terras é apenas uma das vias que acaba potencializando o tráfico de animais, de madeiras e de material genético. Estima-se que no Brasil mais de 100 milhões de hectares de terras públicas estão sob suspeita de terem sido griladas. Essa área equivale a 4 vezes o território do Estado de São Paulo e corresponde à área da América Central. A última CPI sobre grilagem ocorrida nesta Casa revelou que fazem parte dessas quadrilhas especializadas no assalto ao patrimônio público magistrados, políticos, ONGs, funcionários públicos e cartorários. A pergunta é: existe alguma ONG especializada em identificar as autoridades e funcionários públicos envolvidos com esse crimes? Quais as medidas judiciais já tomadas? Elas tiveram algum efeito prático no sentido de inibir novos assaltos ao patrimônio público e à biodiversidade? O assassinato da Irmã Dorothy, em Anapu, Pará, colocou o Brasil na ribalta internacional, revelando ao mundo um dos nossos ângulos menos fotogênicos ou das nossas chagas socioambientais. Conforme já foi constatado por esta CPI, o grau de liberdade e impunidade encontrado pelos biopiratas na Amazônia Legal ainda é muito grande. Na última CPI, houve uma discrepância entre os números relativos à extração de madeira apresentados pelo IBAMA e pela Organização Amigos da Terra, que deixam grande preocupação, pois indicam que cerca de 22 milhões de metros cúbicos de madeira estão sendo extraídos atualmente, o que equivale a 11 mil quilômetros quadrados de área. Desse volume, estima-se que 50% sejam explorados ilegalmente. A pergunta é: a discrepância de dados entre as ONGs e os órgãos oficiais deve-se à diferença de metodologia, ou o Governo tenta estatisticamente mascarar o tamanho do problema? O senhor tem elementos concretos para sustentar essa afirmação?

Qual a sua opinião sobre o PL nº 4.776, de 2005, que trata do uso sustentável das florestas brasileiras? Segundo o *site* da ABONG, atualmente 270 Organizações Não-Governamentais estão associadas a ela com destacada atuação na esfera pública, em áreas como direitos humanos, políticas públicas, questões agrárias e agrícolas, questões urbanas, desenvolvimento regional, meio ambiente e ecologia. A pergunta é: quanto e quais são as fontes de receita da ABONG? Quais são as ações específicas da ABONG no sentido de ajudar no controle da biopirataria? Quais são as parcerias internacionais da ABONG? Existe um *ranking* de desempenho das ONGs? Quais os critérios usados para classificá-las? Qual a sua posição com relação ao controle internacional da Amazônia? Agora, vamos fazer as perguntas ao Sr. Eduardo Vélez Martin. Quarenta por cento dos medicamentos utilizados no planeta são sintetizados a partir de espécies vegetais e animais. É sabido que o Brasil possui 10% de toda a biodiversidade mundial. Segundo afirmou o pesquisador Garo Batmanian na revista *Veja*, somente a Shaman, da Califórnia, já catalogou 7 mil plantas amazônicas e patenteou 2 medicamentos, entre eles um antiviral com aplicações em doenças pulmonares e herpes, destinado a um mercado de 20 milhões de consumidores. Ele ainda denunciou que essa indústria corta custos em pesquisas se utilizando de conhecimentos dos pajés indígenas. A pergunta é: o senhor tem conhecimento do quanto a Shaman já pagou ao Brasil em termos de *royalties*? O senhor tem informações sobre outros princípios ativos que já foram patenteados por empresas estrangeiras, sem que o Brasil recebesse *royalties* ou alguma outra forma de contrapartida científica ou econômica? Como o IBAMA faz o acompanhamento dessas pesquisas? O Dr. Adalberto Luís Val, pesquisador do INPA, que compareceu em 24.11.2004 a esta CPI, afirmou que a participação estrangeira na Amazônia é grande a ponto de a ciência brasileira ter-se metido num grande paradoxo. O Brasil mantém cooperação com vários países, como o Canadá, Japão, Espanha, Alemanha, França, Finlândia, Rússia e outros, mas apenas 10% dos cientistas que trabalham na região são brasileiros. Dos 472 projetos de pesquisas em andamento nos primeiros meses de 2004, dentro da floresta amazônica, 90% estavam sob controle de cientistas estrangeiros. A pergunta: com sua experiência na região, o senhor acha que o paradoxo apontado pelo Dr. Val é prejudicial ao País? O senhor se alinharia entre as vozes que defendem o controle internacional da Amazônia? Qual o orçamento que sua pasta dispõe para viabilizar as suas atividades? O senhor poderia informar quanto as empresas estrangeiras estão investindo em pesquisa na

Amazônia? O Delegado da Polícia Federal Dr. Jorge Barbosa Pontes destacou nesta CPI que há fortes indícios de que funcionários do IBAMA poderiam estar envolvidos com o crime organizado, notadamente servindo de correio de transmissão ao tráfico de madeira, animais e genomas. A pergunta: o senhor tem conhecimento de alguma pessoa física ou jurídica, incluindo autoridades governamentais, que estão contribuindo de forma direta ou passiva para a prática de crimes contra a nossa biodiversidade e que deveriam ser chamadas para depor em audiência pública nesta CPI? A EMBRAPA, juntamente com o IBAMA, firmou recentemente uma parceria com o Instituto Agronomico per l'Oltamari, órgão de cooperação técnico-científica nas áreas de agricultura e meio ambiente do Ministério de Relações Exteriores italiano. Segundo o que foi divulgado, essas 3 instituições pretendem fazer o rastreamento de produtos usando como ferramentas a biologia molecular. A pergunta: quem domina essa tecnologia, o Brasil ou a Itália? O Programa prevê a transferência dessa tecnologia? Em que condições de contrapartida? Em 2003, uma delegação indígena da etnia katukina reivindicou junto ao Ministério do Meio Ambiente os direitos de propriedade sobre o princípio ativo da secreção do sapo kambo. A questão foi encaminhada ao IBAMA e ao CGEN, que pelas prerrogativas estabelecidas na MP nº 2.186 regulamenta a bioprospecção e o acesso aos recursos naturais. A pergunta: em que fase está esse pedido de patente, visto que outros interessados reivindicam o mesmo filão? Existem outros pedidos de patentes ligados ao conhecimento tradicional das comunidades indígenas? Quais as medidas que sua Pasta está tomando para inibir o tráfico de material genético? Perguntas, por último, ao Sr. Paulo Adário, Coordenador do Greenpeace. Introdução: o oceanógrafo alemão Gerd Leipold, um dos principais executivos do Greenpeace, afirmou, em reportagem publicada pela revista *Veja*, em 19/02/2003, que a comunidade internacional está muito interessada na Amazônia e na biopirataria no Brasil. É um assunto muito sério. Na mesma matéria, ele afirma que empresas estrangeiras estão patenteadando os recursos naturais amazônicos e se aproveitando do conhecimento dos povos indígenas sem lhes pagar nada por isso ou dando-lhes uma contrapartida simbólica. Essa denúncia de biopirataria parte de uma das mais representativas ONGs internacionais, com 2 milhões 800 mil militâncias e orçamento anual de 500 milhões de reais. A pergunta: Quais são essas empresas estrangeiras que exploram ilegalmente a nossa biodiversidade e que levaram o Greenpeace a fazer essa denúncia? Como vocês monitoram a exploração ilegal da biodiversidade brasileira? O Dr. Adalberto

Luís Val, pesquisador do INPA, desabafou em recente reportagem publicada pela revista *Globo Rural*, em outubro de 2004, edição 228, que cooperação sem dinheiro é colonização e que atualmente o viés da pesquisa está atendendo muito mais aos interesses dos parceiros estrangeiros do que aos do nosso País. Também a indiana Vandana Shiva, especialista e biotécnica, é uma das mais respeitadas conservacionistas do mundo clássico. A pilhagem de natureza e do conhecimento tradicional como a segunda chegada de Colombo na América. A pergunta: o senhor concorda que a pesquisa e o comércio dos produtos naturais e biotecnológicos derivados da Amazônia, como praticados atualmente, são uma forma do neocolonialismo, ou essas críticas são frutos de uma barreira cultural ou xenofóbica? Outra: os jornalistas Alexandre Mansur e Klester Cavalcanti afirmaram em reportagem “*Xenofobia da Selva*”, publicada pela revista *Veja*, que as autoridades brasileiras, à parte os ambientalistas, padecem de paranóia quando o assunto tratado é biopirataria. Esses articulistas defendem a tese de que esse comportamento está prejudicando o País, principalmente quando o assunto é a ampliação das pesquisas sobre a nossa biodiversidade e o financiamento das mesmas por instituições nacionais e estrangeiras. Pergunta: o senhor também comunga dessa tese em que o segmento representativo do pensamento brasileiro padece de biopirataria? É atribuído ao ex-candidato à presidência do Estados Unidos, Al Gore, a seguinte frase: “*Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas é de todos nós*”. O ex-Presidente da antiga União Soviética, Mikhail Gorbachev, sobre esse assunto assim se referiu: “*O Brasil deveria delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes*”. Já o ex-Presidente da França François Mitterrand afirmou que o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia. A *ex-première* britânica Margaret Thatcher foi uma das mais objetivas: “*Os países subdesenvolvidos que não conseguem pagar suas dívidas externas deveriam vender as suas riquezas e os seus territórios*”. A pergunta: o senhor tem conhecimento de alguma ação internacional concreta no sentido de compartilhar com o Brasil o controle da Amazônia? Qual a sua opinião pessoal a respeito do controle internacional da Amazônia? Essa opinião é a mesma do Greenpeace? Por último, conforme já foi constatado por esta CPI, o grau de liberdade e impunidade encontrado pelos biopiratas na Amazônia Legal ainda é muito grande. A última pergunta: O senhor tem conhecimento de alguma pessoa física ou jurídica, incluindo autoridades governamentais, que estão contribuindo de forma direta ou passiva para a prática de crimes contra a nos-

sa biodiversidade e que deveriam ser chamados para depor em audiência pública nesta CPI? Foram essas as perguntas feitas pela Presidência desta Casa. Nós passamos a palavra agora à Deputada Thelma de Oliveira, para suas perguntas.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Obrigada, Sr. Presidente. Eu acho que eu vou apenas pedir alguns esclarecimentos. Cheguei um pouco atrasada, então eu perdi boa parte das exposições. Muitas perguntas já foram colocadas pelo Sr. Relator e pela Presidência, mas eu queria, primeiro, perguntar ao Dr. Paulo, porque eu peguei um pouco a metade já da exposição que ele fez. Sou de Mato Grosso e, em Mato Grosso, nós temos lá também 3 ecossistemas. Ali nós temos ainda parte da Amazônia, parte do Pantanal e parte do cerrado. Então, a minha primeira pergunta é no sentido de se há alguma atuação da entidade que esteja também trabalhando essas questões que nós ali temos uma biodiversidade muito rica, especialmente no Pantanal, e também no cerrado. E eu gostaria de saber se há alguma atuação da entidade nesses 2 ecossistemas. A outra pergunta, eu vi colocando bastante a questão da extração ilegal de madeiras no Estado do Pará, mas, pelo mapa, rapidamente, deu para perceber que em Mato Grosso – e os senhores sabem disso – nós temos também, e é extremamente alto o índice de retirada de madeiras e madeiras nobres. Têm saído em grande quantidade. Eu perguntaria: esse consórcio que o senhor disse que funciona da extração da madeira, depois o pecuarista, eu não entendi esse consórcio muito bem. Então, eu gostaria que depois o senhor me explicasse melhor, porque hoje o Mato Grosso é um dos Estados de maior produção de soja do mundo. O desmatamento está acontecendo de uma forma bastante grande, embora a gente já tenha trazido aqui ex-secretários e secretários que colocam a posição e os programas de controle, de prevenção e de monitoramento, mas nós sabemos que houve um aumento muito grande, durante particularmente esses 3 últimos anos. Então, eu gostaria de saber que ação está sendo feita e também com relação à cidade amiga da Amazônia. Nós temos lá, no “nortão”, inúmeros Municípios. Eu gostaria saber se há alguma atuação com relação àqueles Prefeitos, se há algum programa para que eles estejam dentro dessa proposta, porque eu acho que não há uma outra forma que não seja o envolvimento da comunidade, dos gestores municipais, dos secretários, para que a gente possa realmente estar diminuindo um pouco essa situação. Eu acho que, em Mato Grosso, nós estamos numa situação bastante crítica com relação à questão de desmatamento. E como o senhor falou bastante no Estado do Pará, eu gostaria de saber o que existe de atuação de

uma entidade tão respeitada como é o Greenpeace com relação ao Estado de Mato Grosso, que tem todo esse ecossistema. Ao Fábio eu gostaria de perguntar se há... Você colocou aí que são 18 pólos o sistema de organização de vocês. O que existe lá dentro do Estado? Eu vi um pontinho ali que eu não consegui identificar onde é e que tipo de atuação é feita; quais são as propostas que você teria com relação a esse Estado lá. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacir Micheletto) – Agradecemos à Deputada Thelma por suas perguntas. Passamos, então, ao eminente Deputado Henrique Afonso para suas considerações.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Vou colocar as questões em linhas gerais. Acredito até que vou ser um pouco repetitivo, porque a Presidência contemplou as minhas indagações e curiosidades. Eu queria saber do Dr. Eduardo Vélez se há, no Ministério do Meio Ambiente, já algum programa, em conjunto com o Ministério de Ciência e Tecnologia, no desenvolvimento da ciência e tecnologia da Amazônia, no combate à biopirataria, uma vez que um dos princípios do Ministério do Meio Ambiente é o princípio da transversalidade. Eu queria saber também do Dr. Eduardo Vélez se ele tem conhecimento, se o MCT, Ministério de Ciência e Tecnologia, tem realizado investimento satisfatório no desenvolvimento de pesquisa e no fortalecimento dos institutos e universidades que têm feito investimento nessa área da biodiversidade. Concretamente, o Brasil tem uma política definida de proteção e uso sustentável da biodiversidade brasileira? Que perspectiva nós poderemos ter para o futuro? Outra questão também: que aspectos relevantes – eu queria ver aqui com o Fábio, do GTA – você destaca que o conhecimento das populações tradicionais são confiáveis? É um problema que nós temos enfrentado muito. Eu tenho sido um árduo defensor – o Fábio sabe disso, o Dr. Eduardo Vélez –, e nós temos articulado e idealizado a universidade da floresta, e um dos patamares dela mais importantes é colocar o conhecimento das populações tradicionais no mesmo patamar do conhecimento produzido dentro das academias. E nós temos enfrentado um tensionamento muito forte nisso aí e até que ponto nós podemos realmente colocar isso como conhecimento confiável, quando as conferências da OMC têm tido dificuldade de reconhecer e valorizar esse conhecimento? Eu ainda queria saber se o Brasil hoje tem – esta Comissão Parlamentar de Inquérito já pode ter traçado isso, mas vou perguntar – controle das pesquisas que estão sendo realizadas no Brasil. E de todas que foram realizadas? Quando a Presidência fez a indagação, que achei curiosa, principalmente sobre os princípios ativos que já estão em fase de pa-

tenteamento. Temos hoje o controle do cupuaçu, que é realmente uma situação emblemática, que terminou gerando todo um movimento de proteção da nossa biodiversidade e defesa da nossa biodiversidade. Inclusive participamos diretamente desse processo. Além do cupuaçu, sabemos que existem centenas de outros recursos biológicos, genéticos que já foram apropriados pelos laboratórios. E, na verdade, o Brasil não tem controle sobre isso. Hoje mesmo li um artigo do Presidente da Comissão, quando ele falava sobre aquele remédio para hipertensão extraído a partir da cobra jararaca. Na verdade, sabemos dessas informações, mas não temos efetivamente um controle absoluto do que já foi, se realmente a andiroba foi patenteada, em que país foi patenteado, a ayahuasca e tantos outros recursos. Não deixaria aqui também de me reportar e perguntar ao Sr. Paulo Adário o que ele pensa desse último depoimento, no dia 23 de fevereiro, do Sr. Pascal Lamy, em que ele sugere que nossas florestas sejam colocadas como gestão global. E, se isso não é uma ameaça realmente concreta de internacionalização da Amazônia... Porque o Sr. Pascal Lamy não é um homem qualquer. Ele não é nada menos nada mais do que candidato a diretor da Organização Mundial do Comércio. Já tivemos tantas outras declarações ameaçadoras da nossa soberania. Deixamos essa indagação. Por último, também me deixa aqui curioso saber como reconhecer e valorizar o conhecimento das populações tradicionais, Fábio, uma vez que isso requer acordos internacionais. Temos conhecimento de que no gabinete civil já há um projeto de lei que vai regulamentar a lei de acesso da nossa biodiversidade e também de valorização e benefício das nossas populações tradicionais, com seus conhecimentos associados à biodiversidade. E até que ponto esse projeto de lei, pelo que já li, o marco regulatório dele já está aproximado do que a convenção de diversidade biológica tem definido, mas termina entrando também em choque com tudo aquilo que a OMC tem defendido, e tem gerado descaso e desconsiderado a importância de o Estado soberano do Brasil ter sua própria legislação, garantindo essa valorização do conhecimento das populações tradicionais e também da proteção da nossa biodiversidade. É possível ter uma legislação nacional, tendo em vista que temos esses problemas de acordos internacionais? A convenção de diversidade biológica, por si só, nos dá efetivamente a garantia de termos uma legislação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Agradecemos a participação ao eminente Deputado Henrique Afonso. Só para sugestão ao Sr. Relator, as perguntas por escrito serão respondidas *a posteriori*, no prazo máximo de uma semana. Faremos um acordo

com os palestrantes no sentido de que estes respondam apenas às perguntas não escritas. Com a palavra a eminente Deputada Maria Helena, de Roraima.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. expositores que aqui comparecem a convite desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Minha pergunta é dirigida ao Sr. Fábio de Andrade Abdala, Secretário-Executivo do Grupo de Trabalho da Amazônia. Sabemos que a sociedade civil tem exercido um papel muito importante nessa questão afeta ao meio ambiente em todo o território nacional, mas especialmente na Amazônia. Sabemos que organizações não-governamentais dispõem de arquivos e de documentação da maior importância para os trabalhos desta Comissão, a fim de que possamos chegar aos esclarecimentos necessários à sociedade brasileira. É nesse sentido que gostaria que nos fosse informado sobre a abrangência do trabalho do GTA nessa questão específica da biopirataria e quanto já se avançou no levantamento das ações que podem envolver esse crime da biopirataria. Que tipo de documentos ou fatos poderiam ser significativos, para que possamos desvendar caminhos abertos para essa prática, que, sabemos, tem-se ampliado enormemente na Amazônia? Outra questão que gostaria de apresentar aqui ao Dr. Fábio de Andrade Abdala é se o GTA tem conhecimento de organizações não-governamentais que tenham participação em atividades de biopirataria. E minha última pergunta é: quem e quais organizações poderiam ser apontadas como entes capazes de nos auxiliar nas investigações desta CPI e quais as organizações não-governamentais que poderiam estar envolvidas de alguma forma na prática desses crimes? Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Agradecemos a participação à Deputada Maria Helena. Informo que o botão amarelo já está piscando, o que significa que a Ordem do Dia já começou, mas enquanto não se inicia a votação nominal, vamos dar continuidade a esta sessão. Peço aos expositores que sejam bem sucintos em suas respostas. Peço ao Sr. Paulo Adário responda a todas as perguntas feitas a S.Sa.

O SR. PAULO ADÁRIO – Primeiro, respondo ao ilustre Relator, Deputado José Sarney Filho, sobre se a manutenção do bioma é mais importante ou está acima de qualquer coisa, já que sem florestas não há uso da biodiversidade. Acho que essa questão é extremamente importante, porque, na verdade, o Brasil está em um momento histórico, e foi uma escolha de modelo de desenvolvimento. O Brasil tem a maior floresta tropical do planeta, e essa floresta tem um gigantesco patrimônio de madeira, um gigantesco patrimônio genético, um gigantesco patrimônio de biodiversidade, que, se bem explorada do ponto de vista econômico, social, etc. pode contribuir enormemente para o processo de desenvolvimento deste País.

A substituição ou a destruição desse patrimônio por forças de desenvolvimento que são anteriores a isso, ou seja, a destruição de florestas e a substituição, por exemplo, por modelos agrícolas que são ultrapassados, pode significar a perda de uma oportunidade histórica que o Brasil tem. Então, eu tenho que investir no desenvolvimento desse patrimônio genético, mantendo a floresta em pé e explorar essa possibilidade, que só nós temos. Nós perdemos várias das oportunidades de desenvolvimento. Enquanto País, nós perdemos a corrida da industrialização na época da industrialização da Inglaterra. Fomos sempre um País fornecedor da matéria-prima barata para a economia global. Temos um patrimônio genético gigantesco. Se bem explorado, ele pode dar uma grande contribuição ao desenvolvimento deste País. Se destruído e substituído por soja e bife, ele seguramente não vai permitir que o Brasil alcance o patamar que este País merece alcançar. E como isso também na Amazônia envolve floresta, ou seja, minha resposta é: preservar a floresta é fundamental, inclusive do ponto de vista econômico. Agora, a floresta tem uma importância global. Ela tem importância na manutenção do clima, no ciclo das águas, na manutenção da cultura dos povos tradicionais. Não é apenas um fator econômico, mas temos de lembrar que vivem 20 milhões de pessoas na região amazônica que vão se beneficiar dessa floresta.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, vou resumir para não tomar muito tempo. A SBPC recentemente propôs uma moratória do desmatamento na Amazônia, até que justamente o modelo de desenvolvimento desejado para a Amazônia fosse definitivo. Quer dizer, definitivo, não, definido, até que os Governos, os Estaduais e o Federal, conseguissem, de uma maneira bastante explícita, sinalizar qual modelo de desenvolvimento desejam para a Região. Eu compartilho pessoalmente dessa sugestão. Tanto que, por sugestão minha, na última reunião da Executiva do Partido Verde, que foi realizada aqui em Brasília, o Partido Verde votou por unanimidade a favor também de que se iniciasse uma campanha em todo o Brasil a favor da moratória na extração de madeira nativa na Amazônia, condicionando o retorno dessa extração a alguns fatores que já foram apontados aqui: o zoneamento ecológico e econômico, com bases metodológicas unificadas e discutidas – já existe um grande caminho avançado sobre isso – ; a regulamentação da questão fundiária na Amazônia. Enfim, uma série de pré-requisitos para o fortalecimento dos órgãos ambientais. Seria importantíssimo que eles fossem definidos. Deputado Micheletto, é importante V.Exa. estar aqui, porque V.Exa. representa um segmento importante da economia brasileira e tem defendido com altivez e dentro dos interesses nacionais. Muitas vezes, nós divergimos, mas dentro de um respeito mútuo, sabemos que ambos queremos o bem do Brasil. Eu tenho absoluta certeza disso. Eu tenho, aliás, tentado entrar em contato, já formalmente – eu não pude vir à reunião

ontem –, com segmentos do setor agrícola, rural do Brasil, para que a gente pudesse discutir essa questão, porque acho que a solução para a Amazônia tem que passar evidentemente por uma decisão da sociedade brasileira. E tenho certeza, conforme o Paulo disse – parece até que tirou de mim as palavras, eu tenho dito sempre isso –, que a Amazônia, pelo que ela representa para o mundo e para o Brasil, na qualidade de água, na qualidade de ar, no regime de chuvas, na imensa riqueza biogenética que está ali acumulada, enfim, para ela nós temos que ter um tratamento especial para ela, porque a Amazônia é especial. E, quando hoje se volta a falar a respeito da ameaça de soberania na Amazônia, eu entendo que essa ameaça existe, mas na medida em que houver uma percepção por parte da sociedade internacional de que o Brasil não tem condições de cuidar desse patrimônio que é nosso, mas é também da humanidade, é do mundo. Então, é evidente que essa discussão de fundo é importante neste momento, porque esse projeto das concessões florestais é um projeto que tem aspectos altamente positivos, mas também um aspecto inoportuno, segundo eu entendo, porque ele sinaliza com um modelo madeireiro para a Amazônia. E eu não sei se esse modelo deve ser o modelo a permear todo o processo de desenvolvimento da Amazônia. Eu acho que esse é um setor que deve ser respeitado e que pode até ser o carro-chefe do desenvolvimento. Mas ele não pode ser o gerador da discussão sobre o processo de desenvolvimento e o modelo a ser adotado lá. Entendo que o envio desse projeto de lei em regime de urgência, sem ter sido adequadamente discutido com nenhum segmento do Parlamento... Foi discutido muito com algumas ONGs. Mas, aqui no Parlamento, ninguém soube. Pelo menos eu, que sou do Partido Verde, que é o partido que realmente tem mais características do desenvolvimento sustentável, ninguém do Partido Verde foi convidado. Que eu saiba, nenhum segmento aqui, nem os ruralistas, nem os ambientalistas, nem os amazônidas, ninguém foi convidado aqui para uma discussão institucional. Então, eu acredito que nós temos que realmente tomar uma posição. Então, é importante a opinião desse segmento, porque eu acho que nós precisamos de um tempo para sinalizar qual o modelo de desenvolvimento que deve ser dado para a Amazônia. E está mais do que na hora de nós darmos uma moratória. Ficou claro aqui que os Governos estaduais, que tanto falam sobre emprego e sobre renda, estão sendo enganados. A riqueza dos seus Estados está sendo dilapidada, porque o imposto não é pago. Então, isso está saindo de lá sem nenhum benefício para a população, sem nenhum retorno. E nós temos experiência própria. O Brasil sabe o que aconteceu com a Mata Atlântica, o que aconteceu já com esses 15% da Amazônia, que foram ao longo desses anos, com a Belém-Brasília, com a Transamazônica, começando a ser devastados, com alto custo ambiental e baixíssimo retorno social. Então, eu acho que essa é

uma discussão de fundo, que esta CPI não pode, neste momento importante, se calar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Eu concordo com o nosso Relator. Esta CPI está levantando dados que estão aflorando, veja bem, até fora do próprio conceito da CPI. Eu acredito que principalmente os Parlamentares da Amazônia... Quem tem que discutir a política da Amazônia somos nós aqui do Parlamento brasileiro. Eu acho que deveríamos ter consciência disso. Quando S.Exa. falou a respeito do zoneamento ecológico e econômico, ele tem que haver, essa é uma realidade, porque é um instrumento técnico-científico. Ele é que vai determinar até as políticas de Governo. Sentimos aqui a ausência do Governo na Amazônia brasileira. Então, eu concordo com V.Exa. Nós somos aí uma tarja de ruralistas, mas nós sabemos que, se o meio ambiente também ficar na situação em que está, nós temos o desequilíbrio econômico. E também não adianta nós ficarmos apenas no sentido ambientalista, quando nós temos 20 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia. E nós temos regras definidas. Nós temos programas, veja bem, pela EMBRAPA, programas que podem ser utilizados na Amazônia sem destruí-la. Eu acho que é a realidade. E precisamos mostrar, inclusive ao setor lá fora, aos países ricos, quando eles nos afrontam, que essa é uma questão de segurança nacional... E nós presidimos. A Deputada Maria Helena está presente aqui. Presidi, ano passado, aquela Comissão Especial da Raposa Serra do Sol. Nós tivemos uma consciência do que é aquela realidade. E há necessidade, Deputado Sarney Filho, de nós, dos 2 lados, tanto dos ambientalistas quanto dos ruralistas, encontrarmos uma saída honrosa para a Amazônia brasileira, em síntese, para os 11 biomas que o Brasil tem, um País continental como o nosso. Concordo plenamente que essa discussão passa por esta Casa aqui. Nosso palestrante Paulo Adário, o senhor já respondeu a todas as perguntas de todos?

O SR. PAULO ADÁRIO – Não, eu só queria... Eu recebi 2 perguntas. Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – O senhor pode encerrar as perguntas de todos os Srs. Deputados.

O SR. PAULO ADÁRIO – Para a Deputada de Mato Grosso. Mato Grosso realmente – a senhora tem toda a razão – é um grande problema ambiental, porque está exatamente na confluência, na fronteira da expansão do modelo agrícola e da floresta. É ali que o embate está se dando, entre um modelo baseado na expansão da agricultura e o modelo de conservação e uso sustentável da floresta. Ali é o campo de batalha. Nós estamos começando a trabalhar lá. Nós não tínhamos fôlego para trabalhar em toda a Amazônia. Então, estávamos começando a trabalhar, a partir deste ano, na Amazônia, no Mato Grosso. E o que a gente está fazendo no momento é tentar documentar e mapear as áreas, no “nortão” ali, a transição de cerrado

com floresta, para mapear as áreas que estão sendo desmatadas e, nessas áreas que estão sendo desmatadas, as fazendas de gado, que estão sendo convertidas em soja, tentando entender para onde estão indo os pecuaristas que estão vendendo suas terras, para tentar entender primeiro esse sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Michelto) – Eu pediria só um minutinho. Eu pediria, se o eminente Deputado Henrique Afonso pudesse presidir esta sessão, esse resto de sessão, porque eu tenho que me retirar em função de um compromisso assumido. Obrigado aqui pela participação. O senhor pode dar continuidade à sua explanação.

O SR. PAULO ADÁRIO – Está identificado por várias entidades que a soja tem... No caso específico de Mato Grosso, foi feita uma pesquisa, feita pelo ISA, Amigos da Terra e outras entidades, mostrando a relação direta entre convenção da soja e a convenção de florestas. O mito de que os sojicultores compravam fazendas já feitas foi desmentido por essa pesquisa. Está havendo essa conversão direta. Na questão do Programa das Cidades Amigas, Mato Grosso tem uma característica interessante. Ele é um dos principais fornecedores de matéria-prima madeira para o mercado Sul/Sudeste: 40% do Pará é exportado. Do Mato Grosso, muita coisa fica no mercado interno. Essa madeira que sai de Mato Grosso, também com uma grande carga de ilegalidade... Mas lá tem uma característica muito grande. Como o desmatamento é muito importante, então muita dessa madeira é a madeira que vem de desmatamento. Essa madeira vai para o mercado Centro-Sul e é distribuída entre centenas, às vezes milhares, de pequenos retalhistas, de vendedores. Então, é muito difícil, tanto para o Governo, quanto para entidades ambientalistas que fazem monitoramento da questão, acompanhar essa fragmentação enorme de empresas que estão se abastecendo no Mato Grosso. No Pará, é mais fácil, porque as empresas que exportam acabam exportando através de *holdings*, e é muito mais fácil documentar. No caso de Mato Grosso, é muito mais complicado. Eu acho que o Programa Cidades Amigas tem o mérito de... Os produtores de madeira de Mato Grosso, os madeireiros – para mim madeireiro e produtor de madeira são duas coisas diferentes –, os produtores de madeira do Mato Grosso vão encontrar nessas cidades, que são grandes consumidoras de madeira, principalmente nas Prefeituras e na parte pública do consumo de madeira, um mercado seguro. Para aquele empresário que quer trabalhar e quer produzir de forma correta, ele vai ter o mercado seguro, se a cidade se une ao Programa Cidades Amigas, e ele começa a ter um mercado para isso. O grande problema normalmente que os madeireiros alegam é que eles não têm estímulos para ser legal, porque no final das contas não existe demanda de mercado para a origem do produto. Acho que esse programa tende a beneficiar o Estado do Mato Grosso, e evidentemente que trabalhar naqueles Municípios no norte

de Mato Grosso, até para eles também virarem amigos da Amazônia, que seria uma contradição, porque eles teriam que ser amigos da Amazônia, eles estão na própria Amazônia, mas acho que é uma coisa que vamos colocar em discussão com a nossa equipe no futuro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Agradecemos ao Dr. Paulo Adário, do Greenpeace, pelas considerações finais. Passaremos a palavra ao Dr. Eduardo Vélez Martin. Queremos avisar que é regimental 3 minutos por cada Deputado. Vamos fazer esse controle por conta de que o sinal amarelo já está tocando.

O SR. EDUARDO VÉLEZ MARTIN – Devo ter uns 9 a 12 minutos, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Isso.

O SR. EDUARDO VÉLEZ MARTIN – Como são muitas perguntas e é pouco tempo, eu vou procurar fazer uma abordagem de forma genérica, o máximo delas, trazer algum elemento importante com relação ao questionamento e depois por escrito detalho e apresento de forma, enfim, mais aprofundada as repostas para cada um dos questionamentos. Com relação às perguntas do Deputado Sarney Filho, a primeira delas seria com relação à divergência de números apresentados nesta CPI pelo Presidente do CGEN em ocasião da sua apresentação, em 10 de novembro, e os números que apresentei agora, na data de hoje. Ocorre que de fato tanto o IBAMA quanto o CGEN têm uma estrutura dinâmica de funcionamento, e a cada mês aumenta o número de autorizações concedidas, portanto os números aqui atualizam aqueles números de novembro. Então, não há inconsistência entre os números; há o resultado de uma atualização do progresso do funcionamento dessas estruturas de concessão de autorizações para atividades de pesquisa e bioprospecção. O segundo questionamento é sobre se o CGEN tem de fato o controle efetivo das atividades que pretende regular. Diria que o CGEN progressivamente tem um controle cada mais efetivo. Antes da existência do CGEN, tínhamos um controle praticamente precário, as atividades de bioprospecção e de acesso ao patrimônio genético estavam no conjunto das atividades que tinham algum grau de controle por ocasião da coleta do material. Enfim, a partir da instituição do CGEN é que temos uma instituição que licencia esse tipo de atividade e que tem condições então de estabelecer rotinas de monitoramento e de fiscalização vinculadas a esse sistema de licenciamento. O importante é destacar que temos hoje, através do CGEN e da legislação vigente, ainda que ela precise ser aperfeiçoada, um marco regulatório mínimo no País para tratar desse tema. Temos uma estrutura de gestão com muita transparência; ou seja, é intensa a característica de grande transparência do processo. Acho que é o mecanismo que nós temos para consolidar progressivamente uma capacidade maior de con-

trole e que possamos estar cada vez mais próximos de um controle efetivo à medida que nós progredimos no funcionamento dessa estrutura. Com relação aos limites de atuação do CGEN, do IBAMA, o Deputado ficou um pouco confuso, é muito simples. Aquelas atividades de pesquisa científica que envolvem o acesso ao patrimônio genético que não vão acessar conhecimentos tradicionais associados e que não envolvem objetivos econômicos, todas essas atividades são autorizadas pelo IBAMA. Por quê? Porque o IBAMA também tem que autorizar a coleta do material biológico sob o ponto de vista do impacto que essa coleta poderá causar ao ecossistema ou à população específica daquela espécie. Então, nesse sentido, credenciamos o IBAMA para que autorize especificamente esse tipo de pesquisa. As pesquisas que não envolvem objetivos econômicos, mas que usam os conhecimentos tradicionais associados, essas permanecem na alçada de competência do CGEN. O outro questionamento era com relação à situação atual do anteprojeto de lei que está na Casa Civil, quais as principais alterações. Não estou autorizado pela Casa Civil a falar em nome da mesma. O que posso adiantar é que há uma preocupação nas discussões, no âmbito da Casa Civil, em termos de trabalhar com uma legislação que diminua os custos de transação. Que a gente tenha a capacidade de controle de afirmação da soberania, mas que os custos burocráticos, os custos de transação... É para que as instituições de pesquisa, para que os investimentos na área de bioprospecção – que nós queremos que sejam ampliados no País – não tenham qualquer tipo de retração ou dúvida por conta de regramentos excessivos. Essa é a matriz das preocupações, das discussões que estão ocorrendo no âmbito da Casa Civil. Com relação ao patenteamento de descobertas, patenteamento de DNA e de biomoléculas – muito rapidamente –, acho que é um equívoco. Essa proposta se contradiz com os princípios da convenção da diversidade biológica, que afirma a soberania das nações sobre o patrimônio genético. Portanto, já temos sobre esse patrimônio um direito consagrado, que é o da soberania. Na medida em que nós permitirmos o patenteamento sobre as descobertas, que, em algumas situações pontuais, pode até ser, digamos assim – sob o ponto de vista do fato isolado –, uma garantia para um investimento científico que o País tenha feito, em ampla escala isso significa que nós vamos permitir que os países que têm mais capacidade científica tecnológica e de capital para esses investimentos vão ganhar a corrida no patenteamento dessas biomoléculas, contradizendo o princípio da soberania que nós temos sobre esse material, tal e qual se encontra na natureza. Então, acho que não é uma boa estratégia para o País, sem entrar inclusive na discussão ética do que significaria permitir o patenteamento de biomoléculas e de seqüências do genoma. Com relação ao que poderia ser sugerido como melhor controle da biopirataria através de uma nova legislação, eu

daria 3 sugestões. Uma delas é de fato incluir um capítulo de sanções criminais para caracterizar o crime de biopirataria. Acho que esse é um elemento fundamental no processo. Outro elemento é tratar, de forma clara e objetiva, da articulação entre o sistema de concessão de direito de propriedade intelectual e o sistema de acesso ao patrimônio genético. Acho que esse é um dos elementos centrais para que possamos combater a biopirataria. E também tratar de um tema que, em geral, não é muito abordado, que diz respeito a saída do material biológico do País. Como é que sai o material biológico do País? Bem, através do intercâmbio científico, sai material biológico do País. Daí há toda uma preocupação: que através desses convênios, entre instituições brasileiras e institucionais, esse material esteja sendo expropriado e sendo a base para a biopirataria. De fato, temos de nos preocupar com isso e achar instrumentos para isso. Mas há outros mecanismos de saída de material, muitas vezes legais, que são verdadeiros escoadouros de matérias-primas e de base para a biopirataria. Por exemplo, a exportação comercial de ativos da nossa biodiversidade. – muitas vezes desejada e que devemos impulsionar. Mas não há um conjunto de restrições, de preocupações, que levem em consideração a possibilidade de um material exportado comercialmente para determinada finalidade seja de fato uma prática de fachada para uso em outra finalidade. Então, se nós vamos fazer algum tipo de restrição à saída para intercâmbio científico, temos de fazer restrição à saída para exportação comercial. Agora, esse é um tema complexo, não vamos ter uma solução simples para isso. De fato, precisamos tratar dessa questão da exportação comercial, entendendo que esse também é potencialmente um dos caminhos de saída legal de material base para a biopirataria em outros países. Com relação a notícias de envolvimento de pessoas e atividades, na medida em que tomamos conhecimento de informações ou de atividades estranhas, temos encaminhado formalmente à Polícia Federal, que vem conduzindo, em sigilo, investigações. Podemos depois até conversar com a Polícia Federal sobre a melhor forma de encaminhar essas informações para a CPI, para que isso não comprometa o trabalho que a Polícia Federal vem desenvolvendo. Passo, então, para as perguntas da Presidência. Uma das perguntas é o quanto já recebemos de *royalties* por conta de patentes realizadas no exterior. Em nome dos princípios da convenção da diversidade biológica e da legislação de acesso e repartição de benefícios, recebemos zero. Não recebemos um centavo de *royalties* em função de patentes no exterior. Pode ser que instituições brasileiras que tenham participado do processo, no ato inventivo, tenham contratos de participação em *royalties* com instituições estrangeiras. Essa participação em *royalties* é por conta da contribuição científica e tecnológica, não é por conta da contribuição do patrimônio biodiversidade para aquele produto ou processo. Portanto, esse é um problema central que

está por trás e que caracteriza a biopirataria. Com relação à participação estrangeira, que seria um paradoxo, acredito que precisamos procurar, nos acordos de cooperação, garantir que as atividades se dêem com transparência e que nos acordos de cooperação se coloque detalhadamente o conjunto da legislação que tem de ser atendida. No ano passado, nós assessoramos o Ministério das Relações Exteriores na renovação do convênio do INPA com uma instituição dos Estados Unidos dedicada à pesquisa de biodiversidade. Lá sugerimos que se fizesse menção a toda legislação de acesso, além de se garantir que as atividades de instituições estrangeiras no País se dêem com o máximo de transparência. Precisamos procurar um caminho dentro desse espaço, sem dúvida. Existem outras soluções, mas são soluções de médio e longo prazo, como aumentar os investimentos, aumentar o número de pesquisadores em instituições públicas e privadas em ação nacional e em diferentes biomas, enfim. Com relação ao orçamento da minha Pasta, eu comentei, na minha apresentação, que o nosso setor é muito recente. Fomos criados no ano de 2002, e até 2003 não tínhamos orçamento próprio. Em 2004, tivemos, pela primeira vez, inclusive com ações específicas no PPA, um orçamento de 600 mil reais, que foi acrescido, inclusive com uma emenda do Deputado Henrique Afonso, de 100 mil reais, o que nos permitiu fazer o primeiro curso de capacitação de fiscais e um convênio na área de proteção de conhecimentos tradicionais. No ano de 2005, subimos para cerca de 750 mil reais. É pouco ainda, mas estamos, progressivamente, tendo condições financeiras de ampliar inclusive as nossas ações, deixando claro que não temos o papel de fiscalização. O papel de fiscalização é de competência de outras estruturas. Portanto, os recursos que precisamos são basicamente para o funcionamento do Conselho, a construção de bases de informação e para as atividades de capacitação dos diferentes atores com relação a esse tema. Com relação à denúncia de que fiscais do IBAMA estariam envolvidos em crimes e em tráfico de material genético, tenho qualquer desconhecimento sobre algum fiscal que tenha algum envolvimento. Com relação à parceria da EMBRAPA com o IBAMA, relativo a um convênio com uma instituição italiana, não tenho conhecimento detalhado sobre a existência ou não de transferência de tecnologia. O que tenho ouvido – porque inclusive fui convidado a participar de um seminário preparatório dessa parceria – é que haveria mútua cooperação, tanto do ponto de vista tecnológico como dos materiais genéticos que estariam sendo utilizados nessa parceria. O que temos feito é acompanhado e dado toda assessoria para essas instituições, que têm procurado conhecer profundamente qual é a legislação de acesso, que mecanismos e de que melhor forma terão de cumprir a legislação vigente, o que não é, digamos assim, uma regra para todos os acordos de cooperação internacional. Gostaria de destacar que

esse acordo, em particular, teve o protagonismo de nos procurar, inclusive pedir que nós participássemos de pelo menos 2 seminários preparatórios. Com relação aos catuquina, povo indígena do Estado do Acre, em que fase está o pedido de patente e que outras ações o Ministério tem desenvolvido? Bem, de fato o que há é que os catuquina utilizam a chamada vacina do sapo, e já se identificou no exterior um conjunto de patentes concedidas a partir desse conhecimento tradicional e a partir dessa espécie de sapo. O que temos feito é procurado articular um conjunto de instituições brasileiras – EMBRAPA, Instituto do Coração, Universidade Federal do Ceará e outras que se têm agregado ao processo – no sentido de promover parcerias de instituições de pesquisa para que estabeleçam relação com o povo catuquina, no sentido de que nós possamos criar parcerias positivas, para que esse conhecimento tradicional possa ser utilizado com o consentimento dos detentores e que eventuais desenvolvimentos de produtos possam ser feitos no Brasil, com a garantia de repartição de benefícios para esse povo indígena. O Ministério tem feito um conjunto de reuniões, inclusive vai ter um seminário agora em março com essas instituições parceiras, no sentido de promover que esses projetos venham a ser realizados. Todos eles terão de passar pelo CEGEN, no sentido de obter autorizações específicas. Concluindo, as perguntas do Deputado Henrique Afonso: se o MA tem algum programa com o MCT para desenvolver ciência e tecnologia na Amazônia, no combate a biopirataria. Bom, existe um programa chamado PROBEM, um programa de ecologia molecular que foi a base para a construção do CBA, o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que é uma parceria entre MDIC, MCTA e MMA, que prossegue. O CBA já começa a dar os seus primeiros passos. Estamos, no âmbito do MMA, discutindo a agenda da bioprospecção – estamos dando esse título –, no sentido de que possamos repensar inclusive o papel e ter uma agenda mais agressiva, no sentido de estimular a bioprospecção. Nós achamos que o Ministério do Meio Ambiente não pode ser entendido como um órgão simplesmente de controle. Ele tem de ter sua ferramenta de controle, mas também precisa ter seu braço de fomento, não necessariamente o fomento financeiro, mas de agregador de parcerias, de informação, para que possamos potencializar o uso sustentável da biodiversidade. Com relação ao MCT, temos conhecimento de um programa recente, chamado PPBIO, Programa de Pesquisa em Biodiversidade, muito interessante, que vem alocando recursos para as instituições que têm coleções científicas para sua estruturação, manutenção e informatização, com resultados iniciais já no bioma Amazônia. Acho que concluo aqui, para não avançar no horário, e as demais respostas encaminho *a posteriori*. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Agradecemos a participação do Dr. Eduardo Vélz Martin. Passamos a palavra ao Sr. Fábio, do GTA.

O SR. FÁBIO DE ANDRADE ABDALA – Obrigado, Deputado a quem cumprimento, conhecendo a sua incansável batalha nesse tema aqui na Câmara, com que já vimos trabalhando outras atividades. Como recebi aqui um conjunto grande de questões, anotei 30 questões, me comprometo a depois remeter por escrito todas as respostas, vou pedir licença para responder as das Deputadas. No Mato Grosso, o GTA atua há bastante tempo na região de Cuiabá e adjacências, inclusive em parceria forte com o Fórum Matogrossense de Desenvolvimento e Meio Ambiente – FORMAD. Constituímos o que chamamos de regional do GTA. Há 1 ano nós também criamos a Regional Nortão, do Mato Grosso, cuja base é em Lucas do Rio Verde, mas atua em toda aquela área de Lucas, até a fronteira e também indo em direção mais à leste. Ali temos projetos. Por exemplo, o Projeto Proteger, onde a gente trabalha com educação ambiental, organização social e o que a gente chama de produção sustentável com o manejo do fogo. Também temos um trabalho de monitoramento de conflitos de políticas públicas. A propósito, sobre esse tema da soja e da relação entre soja e desmatamento – essa relação direta – há muitos depoimentos de lideranças manifestando, por exemplo, o uso de correntão simplesmente, derrubando a floresta para intervir diretamente com a soja. Então, há depoimento de pessoas, inclusive formalizados junto ao IBAMA, normalmente agregados a processo de grilagem. Então, no Mato Grosso recentemente constituímos o Consórcio Socioambiental para uma BR-163 sustentável – a gente deu esse título. Também congrega um conjunto de entidades tanto do entorno de Cuiabá, como do Nortão. E ao longo de toda BR-163, inclusive até Santarém. O nível de organização social no Nortão ainda é um número relativamente limitado em relação as outras áreas da Amazônia. Por exemplo, na BR-163 na região de Altamira, o mesmo na Capital do Mato Grosso, temos lá uma ação de pelo 5 anos de atuação com projetos na base. Com relação à sociedade civil e os documentos e informações que a sociedade detém, de fato há um número bastante razoável e desigual do conjunto de informações que essas organizações detêm. Particularmente aquelas que se dedicam à pesquisa, tem um volume bastante importante, inclusive colabora com formuladores de políticas públicas. Há também muitas informações, digamos, dentro da tradição oral das lideranças sobre quais são as ameaças e quais são as oportunidades de desenvolvimento que estão colocadas. Certamente essas entidades podem contribuir com a

formulação de políticas tanto no nível local, como no nível estadual e nacional. A abrangência do trabalho do GTA. O GTA é uma organização sobretudo política da sociedade civil. Nós trabalhamos com uma agenda de desenvolvimento sustentável, digamos assim. Então a nossa atuação está relacionada à educação – como já citei, o Projeto PROTEGER –, à organização social, desde associações comunitárias até a organização no nível mesorregional, ou essa organização mais no nível amazônico. Mas também trabalhamos com iniciativas relacionadas à comunicação, sobretudo comunicação comunitária, à formação de lideranças dentro do aspecto da educação, ao fortalecimento institucional das entidades, por exemplo na capacidade de gestão, de tocar projetos no nível da sociedade, naquele espaço público não estatal que está colocado para a gente. Trabalhamos também com iniciativas de fomento à produção sustentável no Mato Grosso e em toda a Amazônia. Em parceria com o Fome Zero, por exemplo, estamos trabalhando naquilo que não é medidas de doações assistenciais, digamos assim. Estamos trabalhando na vertente do que a gente chama de pequenos projetos agroextrativistas. Valores de até 3 mil reais ajudam associações a comprarem um motor de poupa ou um refrigerador para melhorar o desempenho econômico de entidades. Também temos iniciativa desse tipo. Então, atuamos dentro de uma agenda de desenvolvimento que vai da educação até o monitoramento de conflitos. Temos interesse em questões relacionados à infra-estrutura. Temos um grupo de trabalho de energia, por exemplo, inclusive não só do ponto de vista da crítica aos impactos que a energia provoca, mas também das alternativas. Estamos discutindo biodiesel em unidades de conservação, como reservas extrativistas. Tem lideranças do GTA atuando diretamente, por exemplo, na região de Carajás, nesse tema da energia. Até temas como a estrada, a BR-163, a transamazônica, cooperação internacional. Então, é uma agenda abrangente, do ponto de vista da sociedade e particularmente de movimentos sociais, de como o desenvolvimento da Amazônia e do Brasil poderia ter um caminho mais adequado do ponto de vista da justiça social e da sustentabilidade. O quanto avançou a luta contra a biopirataria. Aqui, nesta mesa, foram dados vários depoimentos de que há avanços e também avanços sobre o nível de trabalho que precisa ser realizado também. Acho que esses temas todos estão nos mostrando, digamos, qual o tamanho do buraco, o quanto é preciso fazer, o quanto é preciso trabalhar, não só do ponto de vista do controle da fiscalização – e daí já entro em outra pergunta que foi feita –, mas também do ponto de vista do incentivo ao uso sustentável dos recursos da biodiversidade. Por-

que, de qualquer maneira, a ameaça mais importante para a Amazônia, do nosso ponto de vista, é a exclusão social, é a falta de cidadania, é a falta de políticas sociais. Então, o uso coerente e adequado da biodiversidade cumpre um papel, por exemplo, na inclusão econômica das populações que são excluídas. E, nesse campo, acho que há grandes lacunas sobre como nós podemos usar de maneira coerente, respeitando a legalidade, no sentido da inclusão social e do respeito aos sistemas ecológicos. Que tipo de arranjo... Por que estou dizendo isso? Porque também há um conjunto de lacunas, mas há um conjunto de oportunidades que esse tema da biodiversidade, dos recursos genéticos, do conhecimento tradicional, diz respeito. O tipo de arranjo institucional que seria o mais adequado para apoiar o combate à biopirataria, eu acho que está em processo. Inclusive, a carta que nós apresentamos hoje aqui, enviamos ao Presidente, diz respeito justamente a esse arranjo institucional. O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético é um espaço de discussão, normativo, de deliberação sobre esse assunto. Há outros espaços que tratam sobre isso de maneira mais unilateral, seja no campo daqueles que tratam de ciência e tecnologia, sejam aqueles que estão, como nós, trabalhando diretamente com produtores rurais ou daqueles que estão no campo da produção familiar – produtores e produtoras. Como a carta demonstra, temos preocupações de que rumo esse arranjo institucional vai tomar. Claramente, está sinalizado para gente – não sei se o Eduardo confirma ou não –, mas há sinais que o Governo transmite de extinção do CGEN, substituindo por uma outra coisa que a gente não sabe o que é. Então, não sei o quanto isso é real, mas são sinais que nós recebemos do Governo, nas conversas que acontecem, reuniões institucionais do próprio Governo. Este é um aspecto do arranjo institucional. Eu acho que o aspecto da educação associado ao aspecto do uso sustentado dos recursos são 2 caminhos importantes que esse arranjo institucional deveria promover. E, lógico, além do aspecto de controle, fiscalização e investigação. Se nós temos conhecimento de ONGs que praticam biopirataria. O GTA está associado com, por exemplo, a Amazonlink, que é uma entidade que está, digamos, dando condições operacionais e logísticas, além de todo um acúmulo de conhecimento sobre esse tema. Nós temos, junto com a Amazonlink, e no ambiente, por exemplo, da Rede Norte de Propriedade Intelectual e Conhecimento Tradicional, recebido denúncias, informações, suspeitas. Na medida em que essas denúncias vão chegando, a gente tenta encaminhar para aqueles órgãos que têm competência. Recentemente, e aqui foi citado em uma das perguntas, houve um caso de uma ONG

chamada Amazon Conservation Team, que foi denunciada por uma parte, um caso no Xingu. Essa organização, ela foi denunciada, mas também ela teve a oportunidade de esclarecer, contradizer as denúncias que foram feitas. Mas, de qualquer maneira, há, como esse caso, outros casos. Nós temos algumas informações. Eu acho que aqui, nesse ambiente aberto, não seria o caso de expor, mas temos interesse inclusive de encaminhar as informações que temos. Sabemos também que existem outros órgãos de Estado que estão acompanhando casos. Por exemplo, o Ministério Público Federal no Mato Grosso acompanha um caso no Xingu; o Ministério da Defesa; o Itamaraty, também; o departamento que cuida de direitos humanos tem acompanhado. Então, acho que são órgãos que poderiam ser chamados para depor, porque têm informações consistentes. Não sei até que ponto poderiam, em um espaço aberto como esse, encaminhar as informações, mas certamente têm informações sobre questões pontuais. Recentemente, nós recebemos uma visita de um representante de uma ONG bastante suspeita, propondo financiar o GTA para comprar terras na Amazônia, claramente um mecanismo de esquentar grilagem. E usou, inclusive, o nosso... Tem divulgado por aí o nosso logo num projeto dessa entidade. Então, essas coisas bem suspeitas muitas vezes nos procuram. Inclusive, se antecipam, como se, mantendo uma relação com o GTA, pudessem prevenir ou evitar qualquer tipo de investigação de uma atividade ilícita que, porventura, eles viessem a fazer, o que não tem nenhuma lógica, porque o GTA, como acho que a maior parte das organizações da sociedade civil brasileiras, hoje elas são bastante controladas pelo Estado, tanto do ponto de vista do uso de recurso público. As entidades passam por todos os controles que um órgão público ou privado passa por usar recursos públicos, desde controles, como auditorias, até mecanismos do TCU, até mecanismos de transparência que as próprias entidades utilizam para deixar claro para a sociedade, porque existe essa demanda quão sérias são as ONGs. E eu diria que, nos ambientes que eu participo e conheço, por exemplo, Fórum Brasileiro de ONGs, Inter-Redes, o próprio GTA, Conselho Nacional de Seringueiros, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Associação Brasileira de ONGs, eu diria que a maior parte dessas entidades me parecem bastante sérias, têm trabalhos históricos, uma gama muito variada, relacionada a uma agenda de desenvolvimento do Brasil. Bom, então, concluo, reafirmando que claramente há uma preocupação aqui sobre ameaças de internacionalização da Amazônia, a soberania. E uma preocupação que a sociedade, o Estado brasileiro deve ter é justamente

com a ameaça que a exclusão social, a falta de políticas públicas, a exclusão da cidadania provoca na Amazônia. Esse é um tema importante. Com isso, encerro e me comprometo a enviar as respostas em seguida.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Sr. Fábio de Andrade Abdala disse que tem algumas questões que não podem ser reveladas em público. Faço o encaminhamento de nós o ouvirmos reservadamente na seqüência desta sessão. Terminada, nós continuaremos, somente os Parlamentares, tomando esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – A Mesa recebe o requerimento do Dr. Rosinha, e nós o colocamos aqui em votação.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Sr. Presidente, não sabendo da intenção do Dr. Rosinha, eu iria sugerir também – e submeto aqui aos Parlamentares presentes – que o Dr. Fábio de Andrade, que é o Secretário-Executivo do GTA, encaminhasse por escrito essas informações, os nomes dessas organizações não-governamentais ou outras organizações, essas denúncias, para que nós pudéssemos convocar, para depor nesta Comissão, essas organizações. Agora, acho que fica prejudicada a minha sugestão, se está sendo votada a sugestão do Dr. Rosinha. Primeiramente, está sendo votada a do Dr. Rosinha, de que, na seqüência, continuemos ouvindo o Secretário-Executivo do GTA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Primeiro, vamos consultar o Dr. Rosinha, para ver se ele concorda com esse encaminhamento da Deputada Maria Helena.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu queria, justamente, fazer um diálogo com a Deputada, porque eu acho que, quando o depoente está presente – é lógico que ele vai ter que nos encaminhar documentos *a posteriori*, provavelmente –, mas como ele está presente e é possível, se aprovada agora, fazer essa reservada, poderemos trabalhar com perguntas e respostas, facilitando alguns esclarecimentos nossos. Não prejudica o da Deputada Maria Helena, porque documentos serão enviados *a posteriori* mesmo, porque têm de ser enviados. Acho que se soma, não se contrapõe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – A Deputada Thelma tem alguma coisa a colocar?

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Primeiro, acho extremamente importante que a gente tenha uma audiência reservada. Minha preocupação, Sr. Presidente, primeiro, é com o tempo, porque a gente não sabe se, daqui a pouco, a gente vai ter ou não que se retirar. Mesmo numa audiência reservada, se entrar a PEC paralela, como a gente está informado, vamos ter de ir votar. E, depois, eu acho que as informações que o Dr. Fábio vai colocar, eu acho que são informações extremamente importantes, eu não sei se nós não teríamos que ter mais membros da CPI participando, não sei. Eu só tenho essa preocupação. Agora, eu acho importante que a gente tenha uma reservada, não só com o Dr. Fábio, mas também com o representante do Ministério da Defesa, com o representante do Ministério Público Federal, a FUNAI, reservada, porque, assim, a gente vai ter informações mais profundas. Só tenho essa preocupação. Mas, se for aprovado que a gente vai continuar e ter audiência reservada com o Dr. Fábio, vou permanecer até o momento em que nós formos chamados para votar. Só queria ponderar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Em votação. Os Deputados que concordam com o Dr. Rosinha continuem como estão. (*Pausa.*) Aprovado. Também queremos recomendar ao Dr. Eduardo Vélez que, se ele também tiver algum documento ou informação que seja sigilosa, a Mesa vai receber e garantir o sigilo absoluto. Encerro, então, a presente reunião e solicito que todos se retirem do recinto e fiquem apenas os Deputados e Deputadas e os 2 expositores, o Dr. Eduardo Vélez e o Sr. Fábio, do GTA.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS,
A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE
MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 15ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de março de 2005

Às quinze horas do dia dezesseis de março de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 14 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Hamilton Casara. Compareceram os Deputados Dr. Rosinha, Gervásio Oliveira, Henrique Afonso, Josué Bengtson, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Maria Helena, Moacir Micheletto,

Perpétua Almeida e Robson Tuma – titulares, e Edson Duarte, Pastor Reinaldo e Thelma de Oliveira – suplentes. Compareceu também o Deputado Lupércio Ramos. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Antonio Cruz, Coronel Alves (licenciado), João Carlos Bacelar, Leandro Vilela, Miguel de Souza, Nilson Mourão, Nilson Pinto e Sarney Filho – titulares, e Dr. Rodolfo Pereira, João Alfredo, Nicias Ribeiro, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 14ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes pessoas: Srª Kilma Manso Raimunda da Rocha – ex-Chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina, no Estado da Bahia; Sylvia Marlene Lucas e Rogério Bertani – Pesquisadores do Instituto Butantan de São Paulo, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou a Srª Kilma Manso Raimunda da Rocha para tomar assento à mesa, passando-lhe a palavra. Concluída sua exposição, solicitou que a mesma disponibilizasse a esta CPI os documentos que mencionou em sua exposição, em caráter sigiloso, e que os mesmos seriam tratados pela Comissão sigilosamente. O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Rogério Bertani que se ausentasse do plenário, e convidou a Srª Sylvia Marlene Lucas para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocada como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Concluída a exposição, fizeram perguntas os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelo Deputado Hamilton Casara), Sarney Filho (lidas pelo Deputado Henrique Afonso), Hamilton Casara, Henrique Afonso e Dr. Rosinha. O Deputado Henrique Afonso assumiu a presidência dos trabalhos. O Sr. Presidente solicitou à Srª Sylvia Marlene Lucas, que enviasse a este órgão técnico cópia do documento de envio de venenos de aranha ao exterior, mencionado por ela em sua exposição. O Sr. Presidente solicitou à Srª Sylvia Marlene Lucas que se ausentasse do plenário, e convidou o Sr. Rogério Bertani para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Concluída a exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Deputado Henrique Afonso), Hamilton Casara, Henri-

que Afonso e Dr. Rosinha. O Sr. Presidente formulou as perguntas feitas pelo Deputados Antonio Carlos Mendes Thame ao Sr. Rogério Bertani, entregando-lhe por escrito, e determinando o prazo de 7 (sete) dias para que o mesmo as respondessem e as enviassem à CPI. O Sr. Presidente suspendeu a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos para que os Deputados pudessem ir ao Plenário participar de uma votação nominal, reabrindo os trabalhos às dezessete horas e cinquenta e um minutos. B – Apreciação de requerimentos: 1) – REQUERIMENTO Nº 52/05 – do Sr. Hamilton Casara – que “requer seja convocado o Sr. Leland Juvêncio Barroso – Analista Ambiental da Gerência Executiva do IBAMA de Manaus/AM”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 2) – REQUERIMENTO Nº 53/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer à Fundação Nacional do Índio, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério da Justiça, ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Defesa, ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e ao Ministério Público Federal cópia do inteiro teor dos procedimentos administrativos ou autos de investigação instaurados para apurar denúncias contra a ACT (Amazon Conservation Team), relativas a supostas atividades de biopirataria desenvolvidas por aquela Organização Não-Governamental no Parque Indígena do Xingu, bem como de outros eventuais casos correlatos de biopirataria em investigação”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 3) – REQUERIMENTO Nº 54/05 – da Srª Perpétua Almeida – que “requer a convocação dos Senhores Leônidas Meireles de Queiroz, Eldo Meireles da Frota Nogueira e Antônio Nogueira de Farias e as Senhoras Luzenira Meireles de Queiroz, Osvaldina Meireles de Souza e Maria Cleide Meireles de Queiroz Costa, para prestarem esclarecimentos sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI”. Em votação, foi aprovado o requerimento. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos. E, para constar, eu, , Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais silvestres e plantas silvestres brasileiras, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País. Encontram-se sobre as bancadas cópias

da ata da 14ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Peço dispensa de leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada. Em razão de problemas técnicos, vamos suspender a sessão por 2 minutos.

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Dando início aos trabalhos e, em virtude da aprovação do requerimento de autoria dos Deputados Hamilton Casara e Sarney Filho, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para oitiva das seguintes pessoas: a Sra. Kilma Raimundo Manso, chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina, no Estado da Bahia, a Sra. Sylvia Marlene Lucas, pesquisadora do Instituto Butantan de São Paulo, o Sr. Rogério Bertani, também pesquisador do Instituto Butantan, do Estado de São Paulo.

Convido, para tomar assento à mesa, a Sra. Kilma Manso Raimundo da Rocha. Após sua exposição, ouviremos os Srs. Rogério Bertani e Sylvia Marlene Lucas.

Antes de passar a palavra à expositora, peço a atenção dos presentes para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido aos oradores será de 20 minutos. Os Deputados interessados em interpelá-los, deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para formular suas considerações ou pedido de esclarecimentos, dispondo os expositores de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. Esclareço que esta reunião está sendo gravada para transcrição das fitas, e, por isso, solicito que falem ao microfone, declinando nome, quando não anunciado por esta Presidência.

Assim, concedo a palavra à Sra. Kilma Manso Raimundo da Rocha, tendo a mesma o tempo de 20 minutos para sua explanação.

A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO – Boa-tarde a todos. Nossa intenção aqui presente é subsidiar com dados, de acordo com o trabalho que a gente tem desenvolvido não só no IBAMA, como na Polícia Federal, no que concerne ao combate ao tráfico de animais, notadamente na Região Nordeste, onde mais eu tenho atuado. Mas, de algum modo, eu tenho atuado também em outras regiões do Brasil. A nossa idéia é tentar contribuir ao máximo, tanto com fatos da prática que a gente tem trabalhado, como principalmente sugestões para a gente tentar fazer alguma coisa que

efetivamente possa atuar no combate ao tráfico, tanto de animais, de plantas e a biopirataria de modo geral. A nossa experiência de trabalho. Trabalhei por 5 anos na Polícia Federal, há quase 1 ano estou à frente da unidade de conservação, no Raso da Catarina, e a gente tem verificado o quanto é complexo, o quanto é amplo todos os mecanismos de atuação, notadamente na questão do tráfico de animais, em especial ênfase na Região Nordeste, o tráfico tanto a nível de mercado interno como especialmente o tráfico internacional de animais. E a gente tem tomado ações que visam tentar obstacular esses mecanismos do tráfico. Só que, infelizmente, a demanda é muito grande. Existe uma demanda de ações muito grande que somente quando, uma vez conjugadas entre os diversos poderes federais, estaduais e municipais, é que a gente possa ter alguma ação mais efetiva, porque, por mais que a gente tente trabalhar, mas de forma isolada, o resultado se torna muito precário. E, de igual modo também, se a gente não fizer alguma coisa que efetivamente a gente altere a legislação no que concerne à questão mesmo da punição das pessoas envolvidas, fica difícil trabalhar, porque, por mais que a gente atue, sempre esbarra numa punição mais severa aos infratores. Isso tem dificultado bastante. Por muitas das vezes que a gente consegue êxito, consegue apreender animais, plantas, enfim, o que seja, para a finalidade que seja tráfico interno, tráfico externo, mas sempre esbarra na questão da legislação. Sempre a legislação se torna um tanto inócua na questão punitiva, fato que, associado ao alto percentual de lucro que os infratores obtêm com o tráfico ou de plantas ou de animais, só tem infelizmente estimulado a ação, a perpetuação desse tipo de crime no Brasil. Como já falei para os senhores, se a gente for – tem um mundo de coisa para falar, muita coisa que, de fato, a minha maior intenção é aqui poder contribuir com o pouco que a gente sabe, porque a gente tem trabalhado em campo. De sorte que me ponho muito mais à disposição para perguntas, do que propriamente para explanar de algum termo específico que, de repente, os senhores tenham intenção de que eu fale. Realmente é um campo muito amplo, é uma área muito extensa. Aí eu preferiria, diria ao Presidente da Mesa, que é muito mais interessante, se, de repente, a gente pudesse interpelar algumas perguntas, para a gente estar questionando, respondendo. Acho que seria bem mais dinâmico, se os senhores desejarem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Muito obrigado, Sra. Kilma Manso Raimundo. Entendemos, em que pese a necessidade de termos alguns esclarecimentos, mas como V.Sa. está se colocando à disposição, vamos formular algumas perguntas. Informo a todos que o Presidente Antonio Carlos Mendes Tha-

me se encontra em uma viagem externa a serviço da Câmara dos Deputados, e, da mesma forma, o Deputado Sarney Filho se encontra também em atividades pertinentes aos instrumentos desta Comissão. De tal maneira que os 2 deixaram perguntas formuladas e eu as dividirei com o Deputado Henrique Afonso, lendo as perguntas do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame e do Deputado Sarney Filho.

Passo a palavra neste momento ao Deputado Henrique Afonso, para que S.Exa. faça à Sra. Kilma as perguntas formuladas pelo Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Sr. Presidente, quero saudar aqui a Sra. Kilma Raimundo Manso, chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina, no Estado da Bahia.

São as seguintes perguntas: “Há quanto tempo V.Sa. trabalha na Estação Ecológica do Raso da Catarina? Quais os principais problemas que enfrenta no exercício de sua função? O IBAMA fornece condições materiais de segurança e outras adequadas para o trabalho de V.Sa.? Qual é a situação fundiária atual da Estação? Há algum problema com moradores ou vizinhos, que coloque em risco as espécie protegidas? Existe algum convênio entre o IBAMA e a Polícia Federal, para a repressão à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres? Em caso afirmativo, Ele é suficiente para o cumprimento do objetivo? Em que poderia ser melhorado? Em caso negativo, V.Sa. crê que ele poderia ser viabilizado? Em que termos? Na opinião de V.Sa., que atitude o IBAMA e a Polícia Federal deveriam adotar frente as conhecidas rotas de tráfico de animais e ao seu explícito comércio em feiras livres, pet shops, criadouros/zoológicos ilegais e outros locais? O que V.Sa. entende deveria ser ajustado, no âmbito das políticas públicas e da legislação no País, para um melhor controle da biopirataria e do tráfico de animais silvestres no Brasil? No caso das políticas públicas, por que o IBAMA não as vem adotando? Quais os principais empecilhos, e como contorná-los? Que opções poderiam ser dadas à população rural pobre que atua no início da cadeia do tráfico, capturando animais silvestres, para que deixe de fazê-lo? Como conscientizar a população brasileira para não adquirir animais silvestres e encorajá-la a denunciar a sua captura, transporte e comércio clandestinos? A implantação e ampla divulgação, que um disque-denúncia, do tipo SOS Fauna Silvestre, não seria uma boa medida? Notícia veiculada no site da ONG Nex dá conta de 246 araras-azuis-de-lear ainda existentes no Raso da Catarina. Outros sites falam em tem cerca de 400 espécimes. Como está a situação atual? O que o IBAMA tem feito para evitar a extinção dessa espécie? Como a ararinha azul é considerada extinta na natureza, mas

ainda há cerca de 6 dezenas em cativeiros espalhados pelo mundo, na opinião de V.Sa., não seria o caso do Brasil exigir o seu repatriamento?”

E a última pergunta: “V.Sa. tem notícias a cerca de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo ONGs de fachada, sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres no Brasil, e que deveriam ser investigados por esta CPI da Biopirataria?”. V.Sa., se assim o quiser, pode fazê-lo em caráter reservado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Com a palavra a senhora Kilma.

A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO – A primeira pergunta, que se refere há quanto tempo eu trabalho na Estação Ecológica: há seis meses, só que à época, quando fui convocada para esta CPI, estava voltando para a Polícia Federal, já não mais trabalho na Estação. Tem mais ou menos um mês que eu saí, fui exonerada, voltei à Polícia Federal, onde sou lotada, trabalho na Divisão de Meio Ambiente. Bom, os principais problemas que eu enfrentava lá no exercício da função, ou por ordem da região, seria o principal problema na região, é o tráfico de animais. Lá na Estação seria a principal área de ocorrência e de reprodução da arara-azul-de-lear. Hoje em dia é um dos animais mais ameaçados do mundo. E a gente sofre uma pressão grande do tráfico. As quadrilhas de tráfico aqui do Brasil estão muito relacionadas com quadrilhas do exterior. E aí é feita toda sorte de artifício, de trabalho, visando à captura dos animais. E hoje em dia tem evoluído muito mais para a captura de órgãos. Então, é um trabalho muito difícil, que a gente tem de tentar lidar. Estou dando um enfoque principal para a arara, que seria a espécie bandeira da unidade de conservação. Mas, com todas as outras espécies, temos o mesmo tipo de problema. Só que, no caso da arara-azul-de-lear, a gente tem áreas imensas onde elas dormem. São os locais de dormitório e de reprodução. E aí fica muito difícil – com a quantidade pequena de funcionários que a gente tem, há todo o suporte de pessoal ou de condições materiais, veículos, etc. – de a gente empreender diuturnamente atividades de fiscalização. Uma vez que hoje é muito mais comum que os traficantes ajam nesses locais, e lá busquem a captura de ovos e filhotes, principalmente nessa época agora, que é o período reprodutivo. De modo geral, internamente, por parte do IBAMA, a gente tem esse tipo de problema. É a dificuldade material e humana de desenvolver trabalhos. Na unidade de conservação, nos 100 mil hectares, só dispunha de 3 funcionários, aonde a gente tinha de trabalhar nessa área imensa tão-somente em um único veículo. Fica difícil,

realmente é complicado, é toda sorte de trabalho. Possibilidade, a gente buscou fazer. Mas realmente é muito difícil você atender uma área tão grande, cuja dificuldade de circulação é difícil, o terreno de caatinga é difícil. E para a gente atender com apenas uma viatura e com apenas 3 funcionários, coisa que, como é um animal muito caro e muitas vezes essas quadrilhas, elas não só mexem com tráfico de animais, mas também com tráfico de drogas, atuam em outras áreas criminosas, então muitas vezes o risco de vida desse tipo de trabalho é bem eminente, infelizmente. E aí fica difícil para você atuar. Muitas vezes a gente tinha que atuar sozinho, algumas vezes tinha apoio da polícia, mas nem sempre a gente dispõe para que a toda hora, a qualquer momento, a gente tenha que solicitá-los. Então fica complicado estar sempre atuando, principalmente porque, na maioria das vezes, a época de maior incidência de captura de animais é justamente em finais de semana, em grandes feriados e em períodos noturnos. Então fica realmente difícil e perigoso o trabalho. Por parte da situação de um modo geral, contextualizada, o maior problema que a gente enfrenta é que, na maioria das vezes, ladeiam as unidades de conservação no Brasil situações de extrema pobreza, a população é muito pobre. Então é justamente essa população quem normalmente é arregimentada pelas quadrilhas de traficantes, quer sejam de animais, quer sejam de plantas, para que eles, com o conhecimento da região, dos animais, façam a captura dos animais e aí repassem para eles. Na verdade, as pessoas são arregimentadas, são cooptadas pelo tráfico, quer seja de plantas ou de animais, ganham valores irrisórios. Só a título de exemplo, lá no Raso da Catarina, as pessoas, quem sobe naqueles paredões onde as araras reproduzem, o faz por 200, 300 reais, para apanhar ovo de arara. A gente sabe que uma arara-azul-de-lear no mercado negro hoje em dia é cotada mais em menos 100 mil dólares. É uma diferença extrema. Ou seja, quem faz continua na mesma situação de miséria e quem compra, quem atravessa isso aí é quem realmente ganha muito com o tráfico. Se o IBAMA fornece condições materiais. Conforme eu disse para os senhores, existem condições, mais ainda infelizmente são muito precárias, Mas eu diria, infelizmente, essa realidade não é só lá. Eu já tive a oportunidade de trabalhar em muitos outros locais, e infelizmente isso aí é uma condição genérica. O ideal seria a gente ter bem melhores condições de trabalho, que com certeza trabalharia se bem melhor. Os resultados seguramente seriam bem mais eficientes. Segurança. Se a gente tem condições de segurança. Conforme falei, é difícil. É muito comum, no trabalho, a gente receber ameaça de morte. Perco de conta a quantidade

que me ameaçaram. Isso aí é de praxe no nosso trabalho. Infelizmente, no nosso trabalho, a gente vai contra o interesse, o interesse financeiro de muita gente – muito envolvimento. Outras condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho. Eu acho que, de modo geral, a coisa que mais vai permitir, não só o IBAMA, como a Polícia, desenvolver um trabalho efetivo de combate seria a alteração da legislação. Muitas vezes a gente faz trabalhos, que, apesar de toda dificuldade, são trabalhos primorosos, onde a gente tem o êxito de realizar prisões, boas apreensões. Mas aí o traficante, o explorador de madeira ri da nossa cara. Paga uma fiança – quando existe fiança, que a maioria dos casos não tem –, e depois está fora, continua fazendo. Não interfere em nada. Já tive a oportunidade de prender muitos traficantes, inclusive internacionais. E a gente sabe que eles continuam voltando ao Brasil para traficar, continuam agindo do mesmo jeito e nada tem interferido na perpetração novamente de crime por parte dessas pessoas. Porque a lei, infelizmente, do modo que ela é, se torna inócua. Bom, a segunda pergunta: a situação fundiária atual da Estação. Na Estação Ecológica do Raso da Catarina, ela legalmente está com a situação fundiária completamente legalizada. Só que existe um grande impasse justamente nessa região das araras, na região sul da Estação, aonde um fazendeiro se diz proprietário dessa área. Existe esse problema, desde a época que assumi, de há muito tempo ele perdura. A gente estava tentando ver se conseguíamos resolver, porque é uma situação meio crítica. A gente não pode também chegar de uma hora para outra expulsar uma pessoa, que, pelo menos na região, a figura dele tem impedido a atuação de muito caçador, de muito traficante dentro dessa área. Infelizmente, apesar de não ser uma situação tão correta – mas acho que talvez isso tenha perdurado por tanto tempo –, que é melhor que tenha alguém que pelo menos ajude do que você não ter ninguém e ficar abandonado. Talvez – não sei –, mas se não tivesse a presença dele, a situação das araras estivesse bem pior do que está hoje em dia. Hoje em dia existe na área algo em torno de mais ou menos 500 animais, 500 araras-de-lear. Já teve bem menos. Graças a Deus, o número tem sempre, a cada Censo, aumentado. Graças a Deus. Se há algum problema com moradores ou vizinhos que coloquem em risco as espécies protegidas. Seguramente. Conforme vos falei no item anterior, essa questão é justamente que a maioria das pessoas que está diretamente envolvida com apanha, com a caça, a caça mesmo predatória, ou mesmo a caça de subsistência, na maioria das vezes são pessoas que moram na região do entorno, que a gente chama, nas proximidades da unidade, quer seja por-

que conhecem, quer seja porque sabem os locais de existência dos animais, quer seja porque elas se tornam as primeiras pessoas a serem contactadas na hora que vem alguém de fora, querendo arregimentar para a apanha, para a caça, para alguma coisa desse tipo. Pergunta se existe algum convênio entre o IBAMA e a Polícia Federal para repressão à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres. Existe, sim. A gente tem trabalhado junto ao IBAMA e à Polícia. A gente tem trabalhado junto, não só efetivamente em ações, mas também na troca de informações. Muitas vezes alguns trabalhos – aliás, a maioria deles – exigem um trabalho de investigação, de inteligência policial. A gente, por parte do IBAMA, repassa. Muitas vezes também, por parte da Polícia, chega alguma informação e repassa para o IBAMA. Então, essa parceria tem dado certo. Muitas dessas prisões que a gente tem feito têm sido em trabalho de parceria. Acho que a parceria é o melhor dos empenhos que a gente pode ter para realmente somar forças e tentar alavancar resultados. Se esse convênio, se esse trabalho é suficiente para o cumprimento do objetivo. Conforme tenho falado, por mais que a gente se empenhe, por mais que a gente tenha trabalhado, junto ou ainda em parceria com outras polícias, com outras instituições, ainda assim tudo isso aí, esse trabalho, a gente termina esbarrando na falta de eficiência – como podemos chamar – mais punitiva da lei. Então, sobre a questão da perseguição penal, a lei se torna um tanto quanto inócua, porque a pessoa que é presa, na maioria das vezes, hoje em dia, principalmente na questão de fauna silvestre, ela não fica presa. Ela nem ao menos paga fiança. E aí ela continua fazendo. No caso, como a gente já prendeu aqui várias vezes estrangeiros envolvidos com crime, pessoas que vêm efetivamente para o Brasil só para pilhar nossa fauna, nossa flora, nossa biodiversidade, elas não são presas. Saem do Brasil, voltam novamente e continuam vindo. O que a gente pode fazer? O máximo que a gente tem feito, por parte da Polícia Federal, é colocar nos nossos sistemas, para quando essas pessoas adentrarem novamente o Brasil – a maioria delas é europeu. O europeu não precisa de visto – a maioria dos países da Europa – para entrar como turista no Brasil. Então eles vêm normalmente, conseguem entrar no Brasil e continuam pilhando. Se cair de novo, continua do mesmo jeito. Ou seja, verdadeiramente não existe uma repressão efetiva por parte da legislação que cause algum impedimento, que a pessoa realmente tenha medo de fazer. Isso com o estrangeiro. Com o brasileiro, idem. Também não teria nenhum problema. E hoje em dia está sendo muito comum também a questão da utilização de laranjas, pessoas que abrem empresas com nome

de fachada, principalmente na questão de trabalho no tráfico de madeira. Eles têm feito muito isso, e também não tem dado resultado. O que poderia ser melhorado. Na minha opinião, acho que o maior passo que o trabalho da gente pode fazer é a gente fazer alguma coisa que efetivamente altere a legislação, para que possa, aí sim, com a legislação alterada, de modo a reprimir de forma eficiente a persecução desse tipo de crime, desses tipos de delitos. Aí sim, a gente vai poder ter meios efetivos de efetuar prisões. E, com elas, a gente vai poder saber que as pessoas vão ser devidamente punidas. E aí vai intimidar a ocorrência de novos delitos. “*Na opinião de V.Sa., que atitude o IBAMA e a Polícia Federal deveriam adotar frente às conhecidas rotas de tráfico de animais e ao seu explícito comércio em feiras livres, pet shops, criadouros ilegais e outros locais?*” Bem, uma das grandes problemáticas hoje em dia de todo o setor público, em especial IBAMA e Polícia Federal, é a pequena disponibilidade de efetivo. Então a gente lida com uma demanda, principalmente no que concerne à questão de tráfico, a demanda no Brasil é muito grande. Existem rotas que a gente sabe, no Norte ao Sul, imensas, rotas muito fortes de tráfico. Por mais que a gente atue, mesmo assim é um exército – são milhares de pessoas atuando diariamente –, fica muito difícil a gente centrar ações, como fazer determinada rota —por exemplo, a conhecida rota da BR-116. A gente vai estar lá todo dia fazendo barreira, todo dia apreendendo animais. Se fizer isso todo dia, todo dia vai ter prisão. Então, o problema é muito mais grave. Se essas pessoas estão vendendo, é porque existem locais de onde elas retiram e existem, principalmente, centros de receptação. Então a gente procura trabalhar mais no grosso do tráfico, ou seja, trabalhar nessas receptoras, nessas pessoas que efetivamente têm recebido grandes quantidades de animais, que atuam na distribuição. E estas, sim, são as pessoas que mais se beneficiam e que cujo trabalho, cuja ação mais tem sido lesiva ao meio ambiente, tanto na parte de animais como na de plantas também. É o foco do nosso trabalho. E, uma vez que a gente detecta alguma pessoa jurídica, alguma coisa de maior monta envolvendo pessoa jurídica, a gente procura também centrar esforços em cima, porque se torna um pouco mais efetiva a questão da punição com pessoa jurídica, já que pessoa física é um pouco mais difícil. A quinta pergunta: “*O que V.Sa. entende que deveria ser ajustado no âmbito das políticas públicas e da legislação no País para um melhor controle da biopirataria e do tráfico de animais silvestres no Brasil?*”. Conforme já havia falado, eu acredito que a melhor ação que a CPI pode dar é justamente apontar para uma alteração na legislação,

na Lei nº 9.605, não tanto no corpo da lei, mas, sim, na questão penal mesmo, nas penas. Elas, sim, têm de ser penas que permitam à polícia, permitam aos mecanismos de investigação, a gente poder efetuar trabalho. Então, para a maioria desse tipo de delitos da Lei nº 9.605 não se permite, por exemplo, o uso de grampo. Então, muitas vezes, a gente não pode utilizar grampo telefônico em pessoas que a gente sabe que tem atuação muito forte. Então, a gente procura usar outros argumentos, puxar outras legislações, como, por exemplo, formação de quadrilha, para tentar grampear traficante, fazer algum tipo de coisa, para que a gente tenha mais meios de atuação. Porque é muito difícil hoje em dia você tentar conseguir fazer um flagrante sem usar nos meios que a legislação proporciona, justamente porque a Lei nº 9.605 é muito branda nas penas. Então, a maioria delas não permite fazer flagrante, não permite utilizar grampos. Isso fica muito difícil para o trabalho policial. Se é difícil para o trabalho policial, é difícil para a obtenção de resultado. Infelizmente, isso tudo só tem contribuído que cada vez mais se aumente esse problema e que essas quadrilhas tenham atuado, cada vez mais, de modo mais organizado e, infelizmente, cada vez mais, depauperando mais o nosso meio ambiente, especialmente a fauna. Hoje em dia, a fauna tem sido assim foco muito forte dessas quadrilhas. Elas têm atuado sobremaneira, de uma forma muito intensa, justamente por isso: se beneficiam da “brandeza”, da falta de rigor da legislação. No caso de políticas públicas, por que o IBAMA não as vêm adotando? Bom, quanto essa questão da política pública, o que o IBAMA tem adotado hoje em dia, as políticas que o IBAMA tem adotado de um modo geral são eficientes. No meu entender, eu só vejo a grande dificuldade é a falta de efetivo, a falta de condições materiais, para a gente realmente fica muito difícil. Então, já tive oportunidade de trabalhar aqui numa reserva biológica, no Amazonas, do Abufari, eram 600 mil hectares. Na época em que eu estava trabalhando, só tinha um funcionário do IBAMA. Então, numa área de 600 mil hectares, uma área para onde você se desloca tem de ser de barco, então, a gente trabalhou numa operação e foram 15 dias de deslocamento, 24 horas de barco. E a estação mesmo só contava com uma funcionária. É difícil. Então, fica numa situação que, a qualquer momento, se tiver de acontecer qualquer coisa má, acontece e ninguém nem ao menos fica sabendo. É difícil, é muito complicado. Então, acho que as políticas públicas são bem elaboradas. Acho que só precisa de maiores recursos, de meios, para que elas sejam efetivamente implementadas. De pouco adianta a gente ter políticas eficientes se o meio de implementação, infelizmente, está dificultado pela

falta de gente, pela capacitação de pessoal ou principalmente, ainda, pela falta de meios. Isso é o que tem mais acontecido no caso do nosso trabalho. Bom, os empecilhos é isso que estava falando para vocês. Como a gente poderia contornar? De um modo geral, para contornar esse tipo de problema, ter uma melhor alocação de recursos. Eu acho que alocar mais recursos para onde existem realmente os maiores problemas. Alocar também de um modo mais efetivo, porque não adianta também de repente a gente ter uma alocação de recurso, de uma hora para outra muito recurso para uma determinada situação onde a gente sabe que efetivamente aquilo não seria tão necessário, coisa que para outras situações não existe. Então, realmente, alocar recursos na quantidade necessária e nos locais realmente necessários. Isso é que é interessante. Bom, a sexta pergunta: *“Que opções poderiam ser dadas à população rural pobre que atua no início da cadeia do tráfico, capturando animais silvestres, para deixar de fazê-lo?”*. Bom, gente, é um problema muito grave, mas acho que a primeira opção que a gente pode dar, pode tentar trabalhar, é integrado. Eu entendo o problema, principalmente no caso do tráfico, como também da droga, como também o problema do tráfico de madeira, enfim, todos os problemas são problemas sociais muito graves, mas acho que a primeira opção que a gente pode dar, pode tentar trabalhar, é integrado. Então, na unidade de conservação, quando eu estava à frente, eu buscava, junto com instituições parceiras, como SEBRAE, como universidades, tentar desenvolver projetos de pesquisas, projetos de extensão, visando a dar melhor condição de vida, de trabalho, às populações do entorno, às populações locais. Então, tentando viabilizar programas de artesanato, tentando viabilizar programas de turismo rural, enfim, todas e quaisquer possibilidades econômicas, mas desde que tenham viabilidade econômica – porque também não adianta a gente chegar com um projeto que não tem viabilidade econômica, aquele projeto não se auto-sustenta. Então, alguma coisa realmente que tenha viabilidade econômica para dar realmente condições de sustentação para aquelas populações, para que elas tenham outra condição de vida, de sobrevivência, que não ter que estar utilizando, ter que estar extraíndo recursos do meio ambiente de forma ilegal. Sétima pergunta: *“Como conscientizar a população brasileira para não adquirir animais silvestres e encorajá-la a denunciar sua captura, transporte e comércio clandestinos?”*. Bom, a consciência da população é um trabalho que demanda muito esforço por parte não só do IBAMA, como também de instituições parceiras, que seriam universidades, ONGs, outras instituições de pesquisa. Enfim, acho que esse é um

problema muito sério. No Brasil, hoje em dia, estima-se que cerca de um quinto de todo quantitativo de animais silvestres que é comercializado ilegalmente no mundo provém do Brasil, então, é uma quantidade muito grande. A gente pode dizer, sem sombra de dúvida, que o Brasil lidera a *ranking* da quantidade de animais que é inserido ilegalmente no tráfico. Então, esse problema é muito sério para que só se cobre do IBAMA esse problema da conscientização da população. Então, eu acho que outras instituições devem também tomar para si esse problema e a gente tentar trabalhar junto com as escolas, junto com as universidades, enfim, com o público de um modo geral tentando viabilizar isso, para que as pessoas, por opção... Porque acho que o problema a gente só vai verdadeiramente diminuir, não digo acabar, mas pelo menos diminuir, a partir do momento em que a gente conscientize as pessoas sobre o grande problema que é o tráfico de animais, não só para os animais, mas como para o meio ambiente de um modo geral. Acho que, a partir do momento em que as pessoas tiveram essa consciência, aí, sim, por opção as pessoas não irão adquirir. Eu acho que o trabalho de educação ambiental tem de ser bem fortalecido. *“A implantação e ampla divulgação de um disque-denúncia, tipo SOS Fauna Silvestre, não seria uma boa medida?”* Com certeza, gente, agora já existe um trabalho no IBAMA, chamado linha verde, um trabalho muito bom. As pessoas têm denunciado, denunciam sempre e o que mais precisa é isso. Agora, o que desencoraja muitas vezes as pessoas a denunciarem é que, para as pessoas que são um pouco leigas da legislação, elas denunciam e imaginam *“Não, vai lá, vem o IBAMA, vem a polícia, vem pegar a pessoa, ela vai ser presa”*. E realmente desestimula elas saberem que a pessoa não ficou presa, não responde a nada, continua fazendo o mesmo tipo de delito. Então, isso é o que tem desencorajado muito as pessoas a denunciarem, porque a gente sabe que quem denuncia muitas vezes se arrisca, se expõe, e desencoraja ela saber que, mesmo a denúncia dela sendo atendida, muito de pouco valeu, porque a legislação, mais uma vez, como falei, se torna inócua, muitas das vezes não chega a finalizar o problema. A oitava questão: *“Notícia veiculada no site da ONG Nex – No EXtinction – dá conta de 246 araras-azuis-de-lear ainda existentes no Raso da Catarina. Outros sites falam em cerca de 400 espécimes. Como está a situação atual? O que o IBAMA tem feito para evitar a extinção dessa espécie?”* Bom, gente, conforme falei, no último Censo da arara-de-lear que participei tinham somando, acredito que tem uns 2 meses, 489, algo em torno de 500 araras-de-lear. Então, graças a Deus, a situação está bem melhor. Essas 246 já tem muito

tempo que foi esse número, mas, infelizmente, essa questão do aumento do quantitativo de animais não se deve, infelizmente, somente, vamos dizer, à questão do aumento da população. Mas, na maioria das vezes, é a gente que está melhorando mais o método de contagem. Então, o método está se tornando cada vez mais acurado e a gente está conseguindo fazer contagem de mais locais de dormitório e aí está conseguindo simultaneamente contar em mais locais ao mesmo tempo. E aí a contagem está sendo mais apurada e a gente está conseguindo contar mais indivíduos. Infelizmente, eu não diria que a população é que tem aumentado tanto, até porque a gente sabe que a pressão do tráfico tem mais é aumentado. O que o IBAMA tem feito para evitar a extinção dessa espécie? No que concerne à unidade de conservação, o nosso foco principal é a proteção da arara, mas conforme eu havia falado, é muito pouca gente, é muito pouco efetivo para a quantidade do trabalho. Então, o que nós temos? Nós temos também buscado apoio de parcerias com as Polícias e também buscado apoio de operações de fiscalização, tentando sistematizar mais a fiscalização para tentar implementar outras ações, não só na unidade, mas também junto a essas quadrilhas que atuam no tráfico da arara, especializadas no tráfico da arara-de-lear. A nona questão: *“Como a ararinha azul é considerada extinta na natureza, mas ainda há cerca de 6 dezenas em cativeiros espalhados pelo mundo? Na opinião de V.Sa., não seria o caso de o Brasil exigir o seu repatriamento?”* É, no caso da ararinha azul, toda a população da ararinha azul, hoje em dia, a que está fora do Brasil se encontra no Catar. Tem um sheik no Catar que comprou todos os animais que estavam principalmente nas Filipinas e na Suíça. Elas se encontram todas reunidas e a informação que a gente tem é que ele está colocando todos esses animais à disposição para um programa de tentar reintroduzir esses animais na natureza. Acredito que ele tenha algo em torno de 60 unidades delas. Todas as que tinham no mundo ele comprou, estão todas com ele. Todas saíram ilegalmente do Brasil. E se *“seria o caso de o Brasil exigir o seu repatriamento”*. Eu aí não sei como ficaria essa situação, porque eu não sei se o Catar é signatário da Convenção CITES. Aí eu não sei como ficaria essa situação, mas eu acho que seria mais do que justo, já que todos esses animais saíram ilegalmente do Brasil, nenhum deles saiu de modo legal, até porque o seu comércio é proibido, todos eles saíram ilegalmente, ela hoje em dia é extinta na natureza, só existem alguns animais aqui em zoológicos no Brasil e os demais estão todos no Catar. A décima questão: *“V.Sa. tem notícias acerca de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo homens de fachada, sobre as*

quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres no Brasil e que deveriam ser investigadas por esta CPI? V.Sa., se assim o quiser, pode fazer em caráter reservado”. É, infelizmente a gente sabe, existem assim grandes suspeitas em relação a diversas ONGs, a muitas empresas, mas aí eu preferiria fazer reservado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– Agradecemos inicialmente à Dra. Kilma e permitiremos que as respostas possam ser feitas em caráter sigiloso.

Dando continuidade, vamos fazer algumas perguntas à Dra. Kilma e, em seguida, o Deputado Henrique Afonso fará as perguntas do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Inicialmente, farei essas perguntas porque sairei para outra atividade pertinente a esta Comissão e é o tempo em que repassarei também, após as perguntas, a Presidência ao Deputado Henrique Afonso.

Convido o Deputado Dr. Rosinha para assumir a Relatoria após as perguntas.

Primeira pergunta: quanto tempo V.Sa. passou dirigindo a Estação Ecológica do Raso da Catarina? A segunda: qual ação integrada da União, Estados e Municípios foi realizada nesta região com fins de se contrapor ao tráfico junto às comunidades de entorno? Terceira pergunta: caso queria responder a esta pergunta em caráter sigiloso, também poderá fazê-lo. Caso tenha conhecimento concreto de tráfico de animais, de madeira, de genomas que devem ser investigados, poderá responder a esta pergunta em caráter sigiloso se assim o quiser. Quarta pergunta: V.Sa. conhece alguma conexão interestadual? V.Sa. já citou aqui o caso da BR-116 e se tiver outro caso, poderá fazer em sigilo também. E se V.Sa. conhece também alguma conexão internacional, também poderá fazê-lo em sigilo. Outra pergunta: qual o orçamento de que V.Sa. dispôs durante o período em que esteve à frente da Estação Ecológica do Raso da Catarina, considerando que é uma unidade de avançado nível de proteção ambiental e detém espécimes raras? Uma outra pergunta, se for possível responder agora, senão poderá responder por escrito, tendo prazo de uma semana para responder. Pergunta: quais os motivos que levaram à sua exoneração da estação? Foi, por acaso, excesso de zelo? Uma outra pergunta: quais os nomes dos traficantes que foram detidos ou qualificados em flagrante citado na sua fala? A última pergunta: qual o nome do fazendeiro que está em litígio com a reservar Raso da Catarina?

Neste momento, peço licença e passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Henrique Afonso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso)

– Agradecemos a presença do Deputado Hamilton Ca-

sara, que presidiu esta sessão até agora. Passaremos também as perguntas da Presidência, para fazer em bloco, e você responde e, em seguida, as perguntas do Deputado Hamilton Casara e as do Presidente.

Sra. Kilma, o delegado da Polícia Federal, Dr. Jorge Barbosa Pontes, destacou nesta CPI que há fortes indícios de que funcionários públicos de alguns órgãos federais poderiam estar envolvidos com o crime organizado, notadamente servindo de correia de transmissão ao tráfico de madeiras, animais e genomas. A senhora tem conhecimento de alguma pessoa física ou jurídica, incluindo autoridades governamentais, que estão contribuindo de forma direta ou passiva para a prática de crimes contra a nossa biodiversidade que deveriam ser chamadas para depor em audiência pública nesta CPI? Segunda questão: estima-se que, no Brasil, mais de 100 milhões de hectares de terras públicas estão sob suspeita de terem sido griladas. Essa área equivale a quatro vezes o território do Estado de São Paulo e corresponde à área da América Central. Esse assalto ao patrimônio público acaba potencializando os casos de biopirataria. A última CPI sobre grilagem ocorrida nesta Casa revelou que fazem parte dessas quadrilhas magistrados, políticos, ONGs, funcionários públicos e cartórios. Quais os casos concretos de tráfico de animais, madeira e genomas que deveriam ser investigados por esta CPI?

Com a palavra a Sra. Kilma.

A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO – Bom, no que se refere a essa primeira pergunta, que há fortes indícios de que funcionários de órgãos federais estariam envolvidos com o crime organizado, servindo de correia de transmissão ao tráfico de madeira, animais e genomas, pergunta se eu tenho conhecimento de alguma pessoa física ou jurídica. O que existe é o seguinte: a gente tem assim muitos o que a gente pode chamar de indícios, mas verdadeiramente todas aquelas informações que a gente recebe a gente procura passar para setores de investigação, para realmente confirmar ou não o envolvimento, para que a gente não incorra no erro de divulgar nomes de pessoas ou de empresas, enfim, ONGs, ou o que seja, sem que tenha realmente feita alguma investigação prévia, sem que a gente possa realmente ter algo comprobatório e não incorrer em risco de acusar indevidamente alguma pessoa. No momento, a gente não pode, assim, citar. Eu preferiria não citar nomes para a gente não incorrer no risco de estar sendo injusto ou... Eu prefiro pecar por excesso de zelo e apenas dizer assim, quando souber, de pessoas que realmente a gente saiba verdadeiramente que tem indícios e tenha prova para fazê-lo. No momento, existem algumas suspeições, tem denúncias, mas nada que a gente em si até en-

tão tenha comprovado. A segunda pergunta. “Estima-se que no Brasil mais de 100 milhões de hectares de terras públicas estão sob suspeita de terem sido griladas. Essa área equivale a 4 vezes o Estado de São Paulo e corresponde à América Central. Esse assalto ao patrimônio público acaba potencializando os casos de biopirataria. A última CPI sobre grilagem ocorrida nesta Casa revelou que fazem parte dessas quadrilhas magistrados, políticos, ONGs, funcionários públicos e cartorários. Quais os casos concretos de tráfico de animais, madeiras e genomas que deveriam ser investigados por esta CPI?” Mais uma vez, conforme eu havia falado, eu passei um tempo gerindo a unidade de conservação, me afastei um pouco dos trabalhos de investigação aqui da Polícia. A gente pode adentrar mais nessas investigações, ver o que é que está sendo efetivamente investigado, que a gente tenha fundamentos legais e aí pode repassar isso aqui para vocês. No momento eu não tenho nomes, mas posso verificar o que a gente dispõe na divisão de meio ambiente. Isso aqui a gente pode repassar para vocês, esses casos concretos que têm sido efetivamente feitos. Alguns a gente vê difundidos aí na mídia, mas especificamente ligado a essa questão de genoma e de madeira eu peço aos senhores para averiguar e aí poderei trazer posteriormente alguns dados mais concretos relativos à atuação dessas quadrilhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Só esclarecendo que esta CPI não carece, no momento, de provas. Se há algum indício, você pode apresentar reservadamente para esta CPI. E também as perguntas do Deputado Hamilton Casara.

O SR. KILMA RAIMUNDO MANSO – Pois não. O Deputado Hamilton Casara questionou com relação a quanto tempo eu estive na chefia da unidade. Foram oito meses. Eu assumi a unidade em junho, saí agora no final de fevereiro. A segunda pergunta que ele fez: “Qual a ação integrada realizada na região relativo ao tráfico nas comunidades de entorno”. O que a gente tinha trabalhado, conforme eu falei aos senhores, essa ação integrada muito mais a título de fiscalização. O que a gente tentou buscar, eu tentei buscar junto ao SEBRAE, às universidades foi o desenvolvimento de estratégias de... algum trabalho economicamente sustentável, como, por exemplo, o desenvolvimento de ações de artesanato, já que naquela região é muito comum a produção de artesanato de rede, artesanato de palha, etc., pedra – eles utilizam, fazem muito artesanato muito bonito. E a gente tentar, via SEBRAE e outras instituições públicas, universidades também, desenvolver atividades outras que permitam a essas pessoas terem outras fontes de renda que não a busca por recursos naturais que se tornam os últimos res-

ursos para essas populações como forma de sobrevivência. Então, é como eu digo, é muito fácil para a gente, de repente, falar em conservação. Quando a gente está lá, a gente se depara com situações, como eu já vi pessoas infelizmente matarem um animal, como a arara-de-lear, para comer porque estão em casa os filhos morrendo de fome. Utilizar um animal desse para comer. Eu já vi situação dessa, infelizmente. Então, se for tirar o preço, vamos mensurar preço, que eu não gosto, mas, vamos dizer, um animal de 100 mil dólares você matar porque não tem nada para comer no almoço, que é o que vai dar lá para os filhos. Então, é difícil. Por mais que você fale, por mais que ele entenda, mas são essas pessoas que estão passando fome, que estão passando por necessidade. Então, é muito complicado, se você não... junto com o trabalho de educação ambiental, com outro tipo de trabalho, você também não der suporte, não der condições para essas pessoas. Então, atualmente, é um outro problema que se enfrenta na região, porque em certas épocas do ano, no caso das araras, existe uma oferta grande de alimentos na vegetação nativa da caatinga, mas, em outras épocas, o alimento é muito escasso. Então, as araras vão nas propriedades rurais em busca de alimento, principalmente milho; então, atacam as plantações de milho. Então, as pessoas ficam matando as araras porque elas estão lá comendo o milho. Então, a gente tenta buscar junto com os produtores rurais compensar essas perdas, dando de volta o milho que as araras comeram, alguma coisa desse tipo, porque infelizmente é a realidade. Infelizmente, é o homem matando o animal ou capturando o animal para que ele não morra. Infelizmente, é a situação não só de lá como de muitas outras regiões. Então, a partir do momento em que a gente tenta fazer um trabalho integrado, o que a gente vislumbra fazer era esse, de tentar associar outras instituições. Estávamos tentando ver com as universidades trabalhos de criação racional de animais silvestres, tipo o caititu, que existe na região, que é um tipo de porco do mato e outros animais, com a finalidade comercial, para que esses animais sejam criados e sejam comercializados e já sirvam de fonte de renda para as populações do entorno. Foi questionado, a terceira pergunta sobre conexões interestaduais e internacionais de tráfico. Lá na região tem inúmeras. Citei essa da BR-116, mas existem grandes conexões, principalmente, que seriam os principais pólos de receptação de animais, que são quadrilhas que estão sediadas nas cidades de Petrolina, Juazeiro e Cipó, na Bahia. E essas quadrilhas têm atuado, receptam animais não só dessa região como de várias regiões do Brasil e de lá elas principalmente abastecem o mercado do Sul e Sudeste brasileiro e princi-

palmente para fora do Brasil, a ponto de existir uma conexão internacional, que a gente chama conexão Cipó–Uruguaiana. Cipó é uma cidade da Bahia e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, onde os animais são levados, passam para a Argentina, são lavados, ou seja, adquirem uma faixa de legalidade na Argentina e de lá muitos deles são exportados legalmente para o resto do mundo. Então, é uma conexão muito forte e tem uma atuação muito grande naquela região. Seria essa aí. E várias outras. A gente vê, a partir do momento em que a gente apreende traficantes, nas agendas – esse é o maior termômetro do tráfico – as anotações que eles têm. Então, é muito comum hoje em dia, você apreende um traficante, contatos do Brasil inteiro, contatos de fora do Brasil, porque eles não atuam mais em uma só região. Hoje em dia, o tráfico, principalmente o tráfico de animais, tem o caráter muito forte da sazonalidade. Então, o pessoal que trabalha com ovos, nessa época do ano, todos estão concentrados no Nordeste, porque essa época é de reprodução justamente de aves no Nordeste. Daqui a um tempo, começa a época de reprodução no Centro-Oeste; depois eles vão para o Norte, depois vão para o Sul do Brasil, para o Sudeste e assim ficam. Atuam em todas as Regiões do Brasil de acordo com a sazonalidade de animais. Já tive a oportunidade de prender um traficante internacional e nas anotações dele ele citava, por incrível que pareça, espécie tal, a época de ocorrência e o local de ocorrência da espécie. Então, papagaio tal, Curitiba, fulano de tal que fornece de setembro a outubro. Era isso. Espécie tal, Amazonas, fulano que fornece de janeiro a fevereiro e aí vai. É assim que eles estão trabalhando. Então, existe uma dinâmica muito grande. Então, todos eles, atualmente, praticamente todos eles estão atuando – isso eu falo dos principais, os grandes traficantes – em todas as regiões do Brasil. Então, não raro, um traficante de Pernambuco cai no Mato Grosso, cai no Amazonas, cai no Rio Grande do Sul. Isso tem acontecido demais, porque a principal característica do tráfico de animais que a gente vê é a questão da inter-regionalidade. Então, um animal, por exemplo, um papagaio moleiro lá no Amazonas, ele é barato lá, é 50 reais, ao passo que no Sudeste já custa 2, 3, 5 mil reais. Então, da mesma forma que um animal do Sul é muito caro na Região Norte, é muito caro no exterior. Então, é muito interessante para eles adquirir animais de outras regiões e comercializá-los principalmente no eixo Sul–Sudeste ou enviar para o exterior. A proporção de ganho de valores é muito grande. Então, um papagaio, uma aratinga, que são essas jandaias pequenas, lá no Nordeste, em qualquer feira, uma aratinga daquelas, aqueles papagaiozinhos são vendidos por 1 ou 2 reais em

uma feira, coisa que em São Paulo vai por 200, 300; na Europa vai por mil dólares. Então, o percentual de ganho é muito grande. Ninguém tem interesse em comprar e vender lá mesmo. O percentual de lucro seria muito pequeno. O interesse que tem é com o transporte. Então, nessas conexões que eu falei para vocês, a gente tem as principais vias de escoamento que seriam as BRs. No caso, Bahia e Minas Gerais são 2 Estados de extrema importância na questão do tráfico no Brasil, porque eles servem como, não só locais de apanha, mas principalmente como corredores de transporte e de depósito, somente em Minas Gerais. E aí esses Estados são cortados por essas BRs, principalmente a 116, a 101 e a 407. Desce muita carga por essas BRs, mas nas outras também. O pessoal tem atuado bastante por todas essas rotas, principalmente nas que desencadeiam no eixo Rio–São Paulo, que é onde estão as principais quadrilhas de distribuição. Bom, no que concerne ao orçamento, nesses 8 meses em que eu trabalhei na Unidade de Conservação, todo o orçamento que eu dispus para trabalhar foi algo em torno de 12, 13 mil reais somente, coisa de mil e mil e poucos reais por mês, infelizmente, numa área dessa, com um importância dessa, um orçamento infelizmente muito pequeno. Então, o orçamento para você cobrir demanda de veículo, de viatura, diária, passagem é brincadeira. Então, muitas vezes a gente trabalha, a maioria das vezes, com a menor estrutura, tirando de onde não tem, porque infelizmente com parcerias, porque infelizmente o nosso orçamento é muito pequeno. O Deputado Casara me perguntou sobre o motivo da exoneração. Eu saí porque eu fui reconvocada para Polícia Federal, porque a gente está tentando empreender, tentando alavancar mais o trabalho de meio ambiente na Polícia Federal. A Coordenação de Meio Ambiente, a Divisão do Meio Ambiente é um tanto nova na Polícia Federal. E a í pediram para mim voltar para tentar alavancar os trabalhos. E principalmente a gente está tentando fazer alguns trabalhos na região lá do Nordeste, notadamente no Raso da Catarina. A gente está tentando fazer a criação de um Centro de Treinamento, na área de meio do ambiente, que tanto ajudaria na prevenção desses crimes de tráfico de tudo que ocorrem lá dentro e principalmente para tentar capacitar tanto o efetivo do IBAMA, da Polícia Federal, como de outras polícias, para ficar melhor qualificado a trabalhar no bioma caatinga, em especial, nos trabalhos de meio ambiente. A nossa intenção na criação desse Centro de Treinamento é com essa finalidade. E ele havia perguntado sobre o nome do fazendeiro que tem esse problema, é o Sr. Otávio Nolasco de Farias. Ele é proprietário de muitas fazendas na região e ele diz que... ele alega

para pessoas que ele não foi devidamente indenizado por essas terras. Mas, pelo que consta na documentação do IBAMA, toda a unidade de conservação, toda a reserva Raso da Catarina está legalmente, a situação fundiária está toda legalizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso)

– Estamos realizando a exposição da Sra. Kilma Raimundo Manso, Chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina, no Estado da Bahia.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Vou fazer algumas perguntas, Sra. Kilma. E se não der para responder agora, depois vai ter a reservada. E faço ela agora, porque momento da reservada, por problema estritamente pessoal, talvez eu não esteja aqui.

Foi dito, durante a resposta a algumas perguntas, que algumas pessoas ou algumas quadrilhas continuam pilhando de uma maneira recorrente. O cidadão é preso e continua pilhando. Consegue identificar alguém para nos dar o nome ou dos representantes das quadrilhas ou das pessoas físicas que fazem isso? Primeira pergunta. Se não der para responder de público, depois no reservado. A segunda questão, foi dito pela senhora mesmo que chegou a prender traficantes internacionais. Então, dentro dessas quadrilhas, é lógico que há uma interseção nacional e internacional. Nenhuma quadrilha para roubar qualquer animal para vender aqui dentro do País ela não tem razão, porque ela vai ganhar é muito pouco. Então, a identificação desses traficantes. Chegou a prender. Como nós podemos obter, por exemplo, o depoimento? Acho que é importante que nós tenhamos o depoimento desses traficantes, porque eles são presos, eles vão dar depoimento. A polícia investiga. E era importante, então, para nós, Presidente, fazer requerimento desses depoimentos, ou caso a senhora que não tenha condições, já que ela mesma prendeu, seria interessante nós termos isso em mãos, porque pode nos dar um caminho de investigação. São essas duas questões por hora.

A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO – Pois não, Deputado. A primeira questão que o senhor falou... O senhor desculpa, eu lembro dessa última.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pessoas que pilham de uma maneira recorrente.

A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO – Com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E continuam e vão presos. Se pode nos dar o nome dos quadrilheiros assim de público ou precisa de tempo ou vai nos dar na reunião reservada.

A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO – Olha, Deputado, veja bem, são muitos, são muitas pessoas. Assim que eu tenho conhecimento assim de gente

que atua do Norte ao Sul do Brasil são muitos. Seriam dezenas que eu teria que dizer aqui. Alguns eu tenho de cabeça, outros talvez fosse melhor se desse por escrito todos eles, com área de atuação, onde é que eles atuam, talvez seja melhor, porque são vários e têm atuado de maneira recorrente. Alguns que a gente tem trabalhado mais efetivamente. Agora, no que concerne aos estrangeiros, teria a dificuldade de talvez alguns deles no momento não estarem no Brasil, porque eles vêm, pilham e vão embora, levam o produto que eles querem, depois voltam novamente. Poderia tentar verificar se alguns deles se encontram no Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, a solicitação que eu faço à senhora é que tente verificar se alguns desses estão no Brasil e nos forneça o nome até para a gente chamá-los para ouvi-los. E, no caso dos nomes desses que recorrentemente tenham atuado, que nos forneça o nome, então, dentro de um prazo bastante curto para que nós possamos também trabalhar com essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Esclarecemos aqui ao Dr. Rosinha que ele deverá encaminhar um requerimento fazendo essa solicitação dos nomes, a não ser que a Dra. Kilma apresente esses nomes no momento em que nós tirarmos em caráter reservado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ela alegou que não tem os nomes agora, Sr. Presidente, que ela teria que verificar depois, porque não tem todos eles na memória. Então, faremos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Inclusive se ela puder também disponibilizar os depoimentos que faça isso depois. Então, justifica exatamente a elaboração e o encaminhamento do requerimento, Dr. Rosinha, até para que ela apresente esses nomes. A não ser que ela já tenha esses nomes e apresente, como eu disse, no momento que esta Comissão tirar de caráter reservado o seu depoimento.

Não tem mais nenhum Deputado inscrito. Queremos passar ainda a palavra para Dr. Kilma fazer suas considerações finais.

A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO – Bom, gente, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Espero ter contribuído e espero poder contribuir bem mais. De certo modo, eu vim bem recente agora para Brasília, eu não estou com muito dos meus materiais, eu os deixei na Bahia, onde eu estava chefiando lá a unidade. Mas aí vou... na próxima semana, estarei lá. Vou trazer todo o material que eu disponho. De modo que eu me coloco à pronta disposição para que os senhores quiserem. A gente faz com o maior prazer. Acho que o intento da nossa luta é tentar mudar esse quadro, esse quadro tão drástico que hoje em dia a

gente verifica. Então, de um certo modo, a gente tem buscado lutar assim muito por ideologia, mas, de certo modo, como falei, é um tanto desestimulante isso que a gente tem feito, porque sempre, sempre, tem terminado... todo trabalho termina infelizmente em muito pouco resultado, porque a legislação é muito branda. As penas hoje em dia praticadas são muito brandas. Então, eu acho que no que a gente puder contribuir, no que puder fazer para tentar alterar esse panorama e efetivamente a gente tentar mudar, alterar um pouco essa realidade que se vislumbra, essa triste realidade que se vislumbra do meio ambiente no Brasil, a gente está à plena disposição. Não só falo em meu nome, falo em nome da Polícia Federal, a gente tem a plena disposição de ajudar, de contribuir para que realmente tenha sucesso esta CPI. A gente consiga realmente dados consistentes para que realmente se argumente e consiga fazer alguma mudança efetiva no caráter punitivo da legislação. Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Muito obrigado pela colaboração, a exposição da Dra. Kilma. Ela é chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina, do Estado da Bahia. Ex-chefe, né? É verdade, inclusive ela acabou de falar aí da sua exoneração. Convidamos para permanecer no recinto, até o momento que nós tiraremos de maneira reservada para discutirmos as questões levantadas em sua exposição em caráter sigiloso.

Agora, nós concedemos a palavra à Dra. Sylvia Lucas. É isso? Bom, em conformidade com o art. 210, que diz: *“As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos das outras, devendo o juiz adverti-las das penas cominadas de falso testemunho”*. Então, nós convidamos, obedecendo ao art. 210, o Sr. Rogério Bertani, que vai até a Secretaria da Comissão, enquanto nós ouvimos aqui a exposição da Sra. Sylvia Lucas, pesquisadora do Instituto Butantan de São Paulo. Só um instantinho, por favor. E, em conformidade com o art. 210 do Código Penal, advirto as testemunhas das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descritas no Código Penal: Art. 342: *“Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa”*. Solicito à Sra. Sylvia Marlene Lucas que preste o juramento em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Prometo dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Com a palavra agora, finalmente, à Sra. Sylvia Marlene Lucas, por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Deputados.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Bem, eu queria me apresentar. Eu trabalho há 44 anos no Instituto Butantan. Eu fui Diretora da Divisão de Biologia e do Serviço de Aranhas e Escorpiões, onde eu continuo trabalhando até hoje. Durante minha vida, eu enfrentei várias situações. O Butantan, por exemplo, não tinha licença de funcionamento junto ao IBAMA. E, quando fomos convidados a participar dos resgates faunísticos, na década de 70 a 80, fui eu que fiz, então, todos os trâmites legais para que o Butantan atendesse às leis. E, com isso, o Butantan recebeu licença de funcionamento como uma entidade científica. Como vocês sabem, o Butantan recebe, isso já foi instituído desde o tempo do Vital Brasil, fundador do Instituto, o Butantan recebe as aranhas, as cobras e os escorpiões, e eles são enviados pela população toda. E esses animais, então, são selecionados e se destinam à produção de veneno e produção de soro. Então, o Butantan, mediante o seu serviço, ele salva vidas, e não são poucas. Até hoje nós temos conhecimento de um grande número de acidentes de ofídios no Brasil. E, mesmo que não sejam tão graves, os acidentes com aranhas e escorpiões podem levar à morte, principalmente de crianças pequenas. Lógico que durante uma vida de trabalho a gente tem sido contatado por pessoas. Existe uma grande população que vem procurar informações sobre os animais, e entre esses também na certa deve haver os traficantes. Então, eu me lembro de uns anos atrás, não lembro mais exatamente a época, e como eu estava pensando em me aposentar, eu joguei fora toda essa parte assim de tráfico e denúncias que nós fizemos. Mas eu me lembro de um rapaz que veio ao Butantan, ele se apresentou com um diploma de biólogo, que depois eu fiquei sabendo que era forjado. E ele se mostrava muito interessado e trouxe algumas aranhas exóticas. E a segunda vez que ele veio eu comecei a ficar desconfiada e tirei minhas informações dele. E ele, então, o que fez? Existe um grande biotério de aranhas em nossa seção. E ele visitou, então, o biotério junto comigo, e ele na calada, no intervalo do almoço, ele copiou as procedências dos animais. Naquela época, nós éramos ingênuos e colocávamos as aranhas e de onde elas vinham ou de onde nós as tínhamos capturado. Aí ele copiou essas procedências e depois foi atrás dos locais de captura, porque naturalmente esses traficantes gostam de ver animais bonitos, animais coloridos. E a grande maioria das aranhas não são assim, pelo menos as brasileiras não são vistosas. As chamadas caranguejeiras, que são as de maior interesse desse pessoal, são aranhas totalmente inofensivas e têm grande porte. E, na época, então, nós movemos, o Rogério, meu colega do Butantan, que foi meu aluno, foi formado por mim e hoje

em dia é Doutor em Ciências, e nós trabalhamos há muitos anos juntos, nós conseguimos prender esse fulano através da Polícia Federal por denúncia. Aí ele foi preso, e depois de um tempo nós não pudemos acompanhar tudo que aconteceu, não é? Mas aí ele foi solto. Eu não me lembro se foi dessa vez ou de outra vez que ele veio, ele envolveu a nós e a uma colega nossa, e ele foi preso em Manaus. Depois de um tempo, nós recebemos uma caixa, contendo aranhas mortas, que ele havia mandado para Alemanha, e tinha posto como remetente uma colega nossa. Então, o Rogério, na época, fotografou tudo isso. As aranhas naturalmente estavam em péssimo estado, não tinham mais nada. E aí nós levamos essa denúncia, o Rogério mandou para a Polícia, e lá nós fomos dar nosso depoimento. E nessa época também, o Senador Roberto Campos fez uma declaração, ele escreveu no *Estado de S. Paulo* ou na *Folha*, não me lembro mais direito, defendendo esse traficante. Eu sei que nós ficamos muito frustrados, porque, além de a gente ter denunciado essa pessoa, ela foi defendida. Ele escreveu no jornal que essa pessoa era um ilustre pesquisador. E que, na verdade, nós estávamos com inveja, porque nós não tínhamos a mesma competência desses estrangeiros e nós estávamos querendo, assim, garantir que a nossa pesquisa não saísse, entende? Era uma coisa desse tipo assim. Eu sou reconhecida internacionalmente, tenho quase 100 trabalhos publicados, freqüente congressos internacionais. E, depois dessa situação, eu fiquei muito com o pé atrás e tentei evitar qualquer contato com esses... Porque existe na Europa uma espécie de clube, associação, com revistas. E, como o frio é intenso, então, muitas pessoas se dedicam à criação de aranhas. São *hobbies*. Então, eles trocam entre si, eles fazem feiras, eles têm revistas, magazines, tanto na França como na Suíça e na Alemanha. Uma aranha, por exemplo, para vocês terem uma idéia, põe mil ovos ou até mais. Se a pessoa se dedica, ela consegue criar todos eles. É um *hobby*. Entre eles, naturalmente, existem também aqueles que não têm isso como *hobby*, são os traficantes. Então, é uma situação muito difícil. E aí, em vista disso, eu achei assim que o melhor que eu poderia fazer é me distanciar de todos esses leigos. Então, hoje em dia eu só tenho contato mesmo com pessoas que, comprovadamente, são pesquisadores como eu. Nós trocamos informações. Se nós quisermos, por exemplo, descrições de aranhas, geralmente a primeira descrição, que é o chamado tipo, ela geralmente está em museus estrangeiros, porque foram pegadas em 1700, 1800. Então, esses cientistas vinham para cá, capturavam os animais, descreviam, faziam as novas espécies e depositavam em museus estrangeiros. Então, hoje em dia, se a

gente quiser ver uma aranha brasileira e comparar se essa espécie é, de fato, essa espécie ou esse gênero, nós necessitamos pedir licença aos museus. Alguns mandam e nos emprestam, outros não. Eles não são obrigados. Então, a nossa fauna descrita há 200 anos está legalmente depositada em museus estrangeiros. É um fato. Legalmente. Eles vinham, eles capturavam, e essas coleções, muitas vezes, eram vendidas. Para terminar, e não ficar isso tão longo, o que nós temos feito, Rogério e eu – já não tenho mais tanto contato com Rogério –, a gente tem tentado evitar esse contato com pessoas que não sejam devidamente... não que a gente é elite, mas que a gente seja protegida e que a gente não entre em uma situação como a que ocorreu. Então, é isso, mais ou menos, o que eu posso expor aqui. Se houver qualquer dúvida, qualquer coisa... Realmente, eu acho ótimo que... Como ouvi da Kilma, não existem leis muito severas. Então, os traficantes vêm. Eu soube que aquele traficante que nós conseguimos prender voltou 5 vezes. Eu li na Internet. E ele ri na cara da gente. E ele fala isso na Suíça. Ele é suíço e ele fala mesmo que vem quantas vezes ele quer. Então, se vocês estabelecerem, realmente, uma Comissão e que haja uma punição mais severa, o que eu puder fazer, eu estou às ordens. É lógico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Muito obrigado, Dra. Sylvia.

Nós, agora, passaremos às perguntas do Relator, o Deputado Sarney Filho: “Dra. Sylvia, há quanto tempo V.Sa. trabalha no Instituto Butantan? Que tipo de atividade profissional desenvolve em seu trabalho no Instituto? Paralelamente ao Butantan, V.Sa. desenvolve ou já desenvolveu outras atividades profissionais?”

A SRA. SYLVIA LUCAS – Só isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Nós vamos fazer de uma por uma.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Eu trabalho há 44 anos no Butantan, eu entrei menina; depois de 5 anos, meu chefe se aposentou e eu fui nomeada chefe do laboratório. Na época, todos nós éramos biólogos, com função gratificada F-4, ganhávamos uma miséria, e a nossa obrigação principal era tirar o veneno das aranhas e dos escorpiões. Não havia tanto interesse pela pesquisa. Nossa obrigação principal, nosso dever era providenciar os venenos para que se pudesse fazer o soro. Naturalmente, havia também, O Dr. Wolfgang tinha legado – trabalhei com ele 5 anos –, havia coleções científicas, ele tinha herdado essas coleções e ele ampliou de grande maneira. Eu me formei pela Universidade de São Paulo em História Natural e me especializei em invertebrados. Quando fui conduzindo à chefia da sessão, eu tentei inculcar caráter mais científico à mesma. Hoje em dia, nós temos grandes

coleções. O Butantan sempre foi um organismo carente de verbas. As únicas épocas em que nós podíamos sair para fazer grandes coletas eram associadas a projetos diferentes do Butantan. Várias vezes, eu fui participar de resgates faunísticos. Trabalhei em Itaipu, trabalhei em todas as hidrelétricas de São Paulo, trabalhei em Itaparica, trabalhei em Balbina, trabalhei em Rondônia, em todos esses lugares. Lá, nós trabalhávamos resgatando, teoricamente, os animais, que eram levados ao Butantan e eram identificados por nós. Essa era a minha principal tarefa: identificar e dizer quais eram os peçonhentos e quais não. Isso originou inúmeros trabalhos. As coleções foram muito ampliadas. Em 1978, 1980, houve o início da carreira de pesquisador científico; eu fui diretora designada, submeti-me a provas e a questionários e fui diretora de divisão, designada pela comissão, em tempo integral. Há mais de 15 anos, sou pesquisadora nível 6, último nível da carreira. Hoje em dia, já não participo mais de todas as atividades, mas estou dentro de um projeto grande chamado Biota, que estuda biodiversidade do Estado de São Paulo. Dentro desse projeto, eu sou uma das pesquisadoras principais, isso devido ao meu currículo; tenho uma verba anual para viagens e idas a congressos, tanto que fui, ano passado, ao Congresso Internacional de Aracnólogos, na Bélgica, no qual tive contato com todos os pesquisadores, os antigos, da minha geração e os mais novos, novos contatos surgiram. Hoje em dia, é o Antônio que conduz esse projeto. O meu trabalho dentro do projeto é identificar as aranhas caranguejeiras, as migalomorfos. Eu formei o Rogério e estou formando outros agora. Somos os únicos especialistas no País. É um trabalho difícil, de identificação difícil. A minha contribuição, então, é identificar esses animais, inscrever as novas espécies e publicar trabalhos científicos nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Solicito à Dra. Sylvia que fale mais perto do microfone, por favor.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Pois não. Falo. Atualmente, dedico-me a escrever meus trabalhos científicos. Eu tenho, pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, os meus estagiários, os meus bolsistas; o último, agora, acabou de sair. Ele ingressou no mestrado, na Universidade Rural do Rio de Janeiro. Como eu disse, o Rogério e o Pedro Ismael da Silva Júnior também foram meus estagiários, bolsistas; os 2 são funcionários e meus colegas do Butantan. O meu trabalho é esse. Enquanto eu puder trabalhar, eu vou formando pessoas e vou orientando elas para ingressarem na carreira de pesquisa ou no Butantan, ou em outro lugar em que houver oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Deixa eu fazer a segunda pergunta: “*Dra. Sylvia, pelo que V.Sa. entende, deveria ser ajustado no âmbito das políticas públicas e da legislação do País para um melhor controle da biopirataria, da exploração e comércio ilegal de madeira e do tráfico de animais silvestres no Brasil, especificamente, no que se refere à atuação dos cientistas nacionais e estrangeiros?*”.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Eu acredito que hoje em dia todos os cientistas sérios se submetem à legislação do IBAMA. Nós precisamos pedir as nossas licenças. Então, isso está muito bem controlado. Acredito que os cientistas têm colaborado, o IBAMA também tem melhorado a sua atuação, e nós temos um contato bastante íntimo. Agora, o problema maior são os traficantes, que são muito mais espertos do que qualquer cientista, têm muito mais dinheiro e sabem como fazer. O que a Kilma relatou, realmente, se liga a, por exemplo, quanto vale uma aranha? Se um passarinho vale 1 real, quanto vale uma aranha? Ainda mais que as aranhas e as cobras são mortas por nós mesmos, leigos. O que as pessoas fazem quando vêem uma aranha? A primeira idéia é matar, não é verdade? O que vale a vida de uma aranha? Só nós, doidos, para trabalhar e gostar de aranha (*risos*), ou de escorpião, ou de cobra. As pessoas me perguntam, elas vêem, lá atrás, aquelas aranhas maravilhosas e dizem assim: “Não traga mais. Deixe no seu sítio. Elas são úteis, elas são da cadeia.” Eles pensam que eu sou maluca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Outra: “*Dra. Sylvia, quais V.Sa. entende deveriam ser as regras básicas para atuação dos cientistas estrangeiros, que, de alguma forma, efetuam pesquisas em território nacional, ou são destinatários de material contendo elementos do patrimônio genético brasileiro? V.Sa. considera que o controle governamental deveria ser mais rígido?*”.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Eu não tenho muita experiência nessa área. Mas eu acredito que o cientista estrangeiro que se preze, que seja, realmente, um pesquisador, ele se submete, em geral... Lá no Butantan, os contatos que eu tive, geralmente, eles querem colaborar conosco. Eles trabalham intimamente com a gente, e não têm mais essa idéia de carregar as riquezas brasileiras. Agora, pode ser que haja o mau pesquisador. Geralmente, quando a gente vai a um congresso, vemos que todos os pesquisadores são pobres. Então, quando a gente vai a um congresso, é um tal de filar comida, quando havia uma oportunidade. Mas eu via que não era só a gente. Eram todos. Todos eles não têm carros de luxo, não têm grandes verbas. Têm as verbas da pesquisa, que também são limitadas. Agora, existem órgãos como o IBAMA, a própria

Polícia Federal... Um dia desses eu fui chamada pela minha chefe, ela pediu para que eu fosse junto. A Polícia Federal havia apreendido uma caixa de aranhas que um fulano tinha mandado pelo Correio. Aí chamaram o rapazinho lá. Eram duas caixas. Uma continha aranhas, e as aranhas estavam vivas ainda, e outra caixa continha uns besouros maravilhosos. Aí veio o rapaz, e foi chamado, e apareceu lá. “Ah, mas o que você queria?”. “Ah, eu ia mandar para identificação, para o Japão.” “Mas você não sabe que é proibido?”. “Não, eu não sabia que era proibido.” Lógico que ele sabia. Mas a pessoa põe aquela ingenuidade. E ele foi solto. E nós carregamos os animais lá para o Butantan. As aranhas estavam vivas. Os besouros nós doamos para o Museu de Zoologia. Eram besouros belíssimos, todos identificados. E não havia essa dúvida de identificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Outra: *“V.Sa. tem notícias acerca de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo ONGs de fachada, sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres no Brasil e que deveriam ser investigadas por esta CPI?”*.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Uma das pessoas vocês já estão investigando. Acho que a Polícia prendeu foi o Baumgarten. Esse eu me lembro bem, porque eu participei. Agora, outros, não. O que eu tenho feito é levado aos leigos, mostrado... porque, por exemplo, minha empregada, ela comprou um papagaio e intermediou a compra de centenas de papagaios. Aí eu tentei explicar para ela. O meu trabalho é esse, de levar aos leigos e mostrar. Então, aparecem no jornal as fotos dos animais mortos, e eu explico para todo mundo. E lá no Butantan, a mesma coisa. Então, quando a pessoa vem e traz a aranha, e não é usada por nós, eu tento que ela não repita. Não é que ela está fazendo tráfico, mas que ela dê vida a esse animal, que ela deixe ele solto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Quinta questão: *“V.Sa. conhece o Sr. Dietmar Pinz, que foi preso no final de 2004 com aranhas no Aeroporto Internacional de Brasília?”*.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Sim. O Dietmar eu conheci. Ele veio ao Butantan há mais de 10 anos. Seguramente, ele é uma pessoa... Não acredito que ele seja um biopirata. Eu li no jornal que ele foi preso com 5 aranhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Há quantos anos a senhora o conhece?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Eu conheci ele, me parece, em 1991 ou 1994. Não tenho mais certeza. Veio ele e a esposa. Veio ele sozinho, depois a esposa veio. E ele é um daqueles fanáticos. Ele cria aranhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – E a senhora sabe dizer que tipo de atividade ele desempenha no Brasil?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Não. Eu acredito que ele... Eu sei, que ele me contou que era uma pessoa... Ele trabalha na construção civil na Alemanha. Ele não é pesquisador. E aí, como eu disse ao senhor, eu tentei me desligar, porque a quantidade hoje em dia e tudo é muito grande que vem, porque, como eu sou especialista nessa identificação, muitas pessoas me mandam. “Tenho uma aranha aqui”, manda foto, “eu quero saber o que é isso”. Então, eu não quero mais contato com esse pessoal leigo, não por ser altiva, mas para me preservar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – E quantas vezes V.Sa. encontrou-se pessoalmente com ele?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Eu acredito que ele veio duas vezes ao Butantan. Eu jurei que não vou mentir, mas eu também não lembro exatamente. Mas seguramente, há mais de 10 anos eu não o vejo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – E que tipo de relação profissional V.Sa. manteve com ele ou mantém?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Ele era uma pessoa entendida em aranhas. Ele me trouxe algumas aranhas exóticas e ele sabia identificar as aranhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – E que tipo de apoio V.Sa. oferece a ele nas suas estadas aqui no nosso País?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Ele, inclusive, morou na minha casa. A primeira vez, quando ele veio, ele morou na minha casa. É uma pessoa muito simples e uma pessoa fanática. Como se troca selos, ele troca... entende? Mas depois eu perdi o contato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. alguma vez já recebeu animais exóticos do Sr. Pinz?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Sim, a gente tem uma coleção. Hoje em dia, eu não sou curadora da coleção, mas se o senhor quiser, eu verifico, porque ele trouxe bichos. E eu nunca tinha visto, umas aranhas maravilhosas. E ele deu de presente para nós, e estão na coleção. Algumas ele trouxe vivas, algumas morreram, apodreceram, não foi possível pôr na coleção, outras estão na coleção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. já efetuou contatos pessoais, telefônicos ou por meio de correio eletrônico com outros pesquisadores brasileiros de modo a facilitar as atividades do Sr. Pinz no País?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Não. Quer dizer, as pessoas, de vez em quando, elas chegam e dizem

assim: “Eu sou muito amigo da Dr. Sylvia”, mas eu nunca pus uma carta, nunca pedi para que... porque eu não posso responder por pessoas que não conheço também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. já coletou material científico para o Sr. Pinz, ou juntamente com ele, ou já lhe enviou tal material?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Não. Há muitos anos eu não faço mais coleta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. sabe para quem o Sr. Pinz trabalha ou que empresa pode ser beneficiada com os estudos por ele desenvolvidos?

A SRA. SYLVIA LUCAS – O que eu sei é que ele trabalha para uma firma de construção civil. Não sei também se ele ainda continua nessa firma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. conhece outros pesquisadores estrangeiros envolvidos com suposta prática de biopirataria, tais como o Sr...

A SRA. SYLVIA LUCAS – Baumgarten, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Baumgarten e Carsten Hermann Richard Roloff?

A SRA. SYLVIA LUCAS – O Carsten foi uma pessoa que me ligou. Ele me ligou no ano passado e disse que viria me visitar no Butantan. Como eu fui para a Bélgica, aí eu tirei informações dele. E aí me disseram para eu largar a mão, que ele é um traficante, que ele é uma pessoa que... Aí ele voltou a ligar. Eu me lembro bem, porque isso foi naquela ocasião de 7 de setembro, e ele me telefonou à noite e disse assim: “Então, Dra. Sylvia, eu estou indo amanhã, eu estou indo encontrar a senhora”. Eu disse: “Não, Carsten. Você não é bem-vindo”. Eu sei que ele ficou assim... “Como? Mas eu combinei tudo.” Eu disse: “Não, você não combinou nada. E a sua reputação é muito ruim. E você não se atreva a vir ao Butantan”. “Mas eu já combinei tudo, eu ainda quero ir ao Rio, eu quero falar com a Dra. Ana”. E a Dra. Ana já é falecida. Ela era do Museu Nacional. Eu disse: “Carsten, você tá ficando maluco. Você procura pessoas que nem existem mais. E você não use o meu nome”. Depois eu soube que ele foi preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Quem são eles, e que tipo de relação profissional V.Sa. mantém ou manteve com eles?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Quem? O Carsten?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Isso.

A SRA. SYLVIA LUCAS – O Baumgarten eu não sei que atividade que tem. Ele, de vez em quando... me falaram que ele comercializa esses animais em feiras. Em feiras desses criadores. Agora, o Carsten, ele é um

fulano que mexe com pirâmide, com coisas assim. Ele me falou especificamente que ele estava atrás de uma certa aranha, que é a tal de *Acanthoscurria atrox*, que eu não sei se isso é ligado a medicamentos. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. já doou algum espécime de fauna silvestre brasileira ou material do patrimônio genético nacional ao Sr. Pinz ou a outro pesquisador estrangeiro?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Não. Com os pesquisadores, nós fazemos permuta. E sempre as permutas são feitas com a aquiescência da Diretoria. Do que eu me lembro, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa., nas suas pesquisas, segue as normas nacionais que regulam o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Sim, sem dúvida, senão eu não seria pesquisadora do Butantan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Sétima questão: V.Sa., como co-autora no trabalho Scorpion Toxins from... Eu não tenho domínio de inglês.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Não, não faz mal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Publicado... a senhora sabe, né? Publicado em 2001 juntamente com outros 5 pesquisadores estrangeiros. Como se trata de um trabalho versando sobre bioquímica de veneno de escorpiões coletados na Ilha de Marajó, qual foi a exata participação de V.Sa. na pesquisa que resultou em tal publicação? Tal pesquisa seguiu as normas brasileiras para o controle do acesso ao patrimônio genético nacional?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Veja, quando esses escorpiões foram coletados... Possani, o principal investigador desse trabalho, é um brasileiro radicado no México. E nós temos um acordo de cerca de mais de 15 anos. Então, eu identifico os animais, e ele, com a aquiescência da diretoria – nós tínhamos uma autorização –, estudava os nossos venenos visando à melhoria dos nossos soros. Então, no momento, ele estava estudando o *tityus cambridgei*, mas nós estudamos o veneno do *tityus serrulatus*, que é um escorpião mais comum em São Paulo, do *tityus bahiensis*. E aí então... ele também estudou o *tityus stigmurus*, vários *tityus*, são todos os peçonhentos. E aí então ele chegou à conclusão que o nosso soro protegia bem contra as picadas de todas essas espécies do Nordeste e do Sul, do Sudeste e que nós não precisaríamos fazer um soro específico para o Nordeste. Quando eu trabalhei em Tucuruí e, depois, um tempo, não na Ilha de Marajó, mas eu tinha conhecidos, nós capturamos uma grande quantidade de escorpiões *tityus cambridgei*. Isso foi mais ou menos em 1984. E ele, com a licença da

diretoria, levou esse veneno – que nem fui eu propriamente que mandei, ainda naquela época a chefe era a Vera –, e esse veneno foi estudado. E, como ele é uma pessoa muito atarefada, ele estudou esses venenos agora há pouco, porque os venenos são secos, liofilizados e se mantêm. E aí ele me telefonou, ele estaria muito interessado em dar continuidade ao seu trabalho. E eu estou iniciando a licença junto ao IBAMA, porque realmente hoje em dia as coisas mudaram, não é, não é apenas uma licença da diretoria. E ele me disse que esse veneno em primórdios, nas primeiras pesquisas, mostrou-se muito diferente do veneno dos nossos escorpiões do Sudeste e que nós deveríamos estar trabalhando num soro específico, cobrindo os escorpiões da Região Amazônica. Agora eu sei que também o... Ainda hoje eu recebi *e-mail* dele, de manhã, quando fui ao Butantan. Agora, eu sei que o Butantan tem interesse em fazer um campus avançado em Santarém. Então, eu acho que isso vai... vai para... não vai mais ser o Dr. Possani, mas vão ser pesquisadores do Instituto Butantan que vão trabalhar com esses venenos da Região Norte. Mesmo assim, eu estou iniciando os trâmites para legalizar a nossa pesquisa. Mas eu acredito assim que, se nós tivermos o campus avançado, não há necessidade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Na minha falta de domínio do inglês, é o trabalho *Scorpion Tityus*, não é isso?

A SRA. SYLVIA LUCAS – É, são todos os...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Dos pesquisadores mexicanos: César Batista e outros...

A SRA. SYLVIA LUCAS – Não, ele não é mexicano, o César Batista é brasileiro, nascido aqui em Brasília, formado na Universidade de Brasília, e o Possani, também, é brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Publicado em 2004, revela agradecimentos expressos dos autores à sua pessoa pela ajuda na coleta de veneno de escorpião. Qual foi a exata participação de V.Sa. na pesquisa que resultou em tal publicação?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Esse... qual o trabalho? (*Pausa.*) Então, esses venenos, o Possani tinha recebido, eu acredito, há mais de 20 anos, o *Tityus cambridgei* especificamente. E ele ficou assim... ele estudou agora e está divulgando, fazendo uma série de trabalhos, em nem todos eles eu sou co-autora, porque ele é assim grato porque eu que identifiquei. E agora ele me mandou uma série de escorpiões do Peru para eu identificar porque ele tem muita confiança na minha identificação. Então, o agradecimento sempre a mim pelo fato de ele estar trabalhando com uma espécie seguramente... porque os escorpiões são muito

parecidos, e se ele trabalhar e depois misturar os venenos, perdeu o trabalho, né? Então, ele me pergunta sempre como especialista de escorpiões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Na seqüência, o Deputado Sarney Filho pergunta: “*Tal pesquisa seguiu as normas brasileiras para o controle do acesso ao patrimônio genético nacional? Como e quando o veneno foi enviado ao exterior?*”.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Então, esse veneno foi enviado ao exterior, mais ou menos, na época de 80, 84, quando nós estávamos fazendo os trabalhos na Região Amazônica. E, naquela época, não havia... porque essa legislação é nova. Então não havia... Havia a necessidade de a gente fazer um projeto, ele tinha a aprovação do Instituto Butantan, da comissão de pesquisas, existe uma comissão de pesquisas no Instituto, ele foi aprovado e concedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – E já no trabalho? A senhora verifique qual trabalho aí para gente dar seqüência à pergunta, que está em inglês...

A SRA. SYLVIA LUCAS – Todos esses trabalhos se referem a uma única espécie, que é a espécie amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – E a pergunta é: “Dos pesquisadores Anna Rosa Murgia e outros, também publicado em 2004, os nomes de V.Sa. ou do Instituto Butantan sequer são citados. V.Sa. teve alguma participação na pesquisa que gerou tal publicação?”.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Ah, desculpa. É outro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Isso, por isso pedi para senhora olhar.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Esse trabalho eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – A senhora pode citar esse trabalho, o que está escrito aí?

A SRA. SYLVIA LUCAS – Eu não conheço essa pesquisadora. O primeiro trabalho, eu sei quem é, o Possani. Agora, esse eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Bom, se não conhece, com certeza, a pergunta fica prejudicada, mas vou lê-la: “*Se V.Sa. teve alguma participação na pesquisa que gerou tal publicação. Tal pesquisa seguiu as normas brasileiras para controle do acesso ao patrimônio genético nacional? Foi enviado veneno para o exterior, como e quando?*”.

A SRA. SYLVIA LUCAS – É, eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Se a senhora não tem conhecimento do trabalho, portanto, então, não há resposta. Vamos aguardar aqui

para realizarmos aqui as perguntas do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Ele faz duas perguntas à Dra. Sylvia.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – A primeira é: *“Técnicos brasileiros do Butantan estão ensinando profissionais da África e da América Latina e ministrando atualmente cursos para técnicos de 9 países. Como é feita essa transferência de tecnologia? O que o Brasil recebe como contrapartida? Para se operacionalizar esse treinamento, existe alguma transferência de espécimes animais para outros países?”*.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Infelizmente eu não tenho conhecimento dessa pesquisa, desse ensinamento de técnicas. Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Então, vamos à segunda questão: *“O Instituto Butantan desenvolveu um analgésico a partir do veneno da cobra 600 vezes mais forte que a morfina. A pesquisa que resultou na síntetização desse princípio ativo é totalmente nacional ou foi compartilhada com técnicos de outros países? Existe alguma projeção da futura receita comercial desse fármaco? Quem patenteou esse fármaco?”*.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Eu também... eu li, eu tomei conhecimento, mas eu não sei. São pesquisadoras de outra área. Mas, por falar em patentes, nós temos uma patente que até hoje não saiu, desse pesquisador, Dr. Possani e eu, envolvendo os 2 institutos, o Butantan e a Universidade do México, sobre a patente de veneno escorpiônico. Mas essa patente foi uma coisa tão difícil de... os trâmites, e havia custos grandes, e ela parou. Agora, essa outra patente desse analgésico é o pessoal da Bioquímica que está... não é nem da Bioquímica, é da Fisiologia, que está desenvolvendo. Mas eu acredito que tenha seguido todos os trâmites, porque o Butantan é um instituto oficial e ele não tem interesse nenhum de não apoiar a legislação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Algum Deputado está interessado em alguma pergunta ou intervenção? Como não há nenhum Deputado inscrito, agradecemos a participação e a exposição da Dra. Sylvia.

A SRA. SYLVIA LUCAS – Agradeço e lamento que não os tenha informado totalmente do que precisariam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – A Dra. Sylvia Marlene Lucas é pesquisadora do Instituto Butantan, de São Paulo. Muito obrigado, Dra. Sylvia. Agora aguardaremos a chegada do Dr. Rogério, quando estaremos procedendo também às perguntas

e ouvindo a exposição do Dr. Rogério. Convido o Sr. Rogério Bertani a tomar assento à Mesa. Solicito ao Sr. Rogério Bertani que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Em conformidade com o art. 210, Dr. Rogério, do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: Fazer afirmação falsa, é o art. 342, ou negar ou calar a verdade como testemunha. A pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa. Com a palavra o Dr. Rogério Bertani, que dispõe de 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder as perguntas dos Deputados.

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Queria falar rapidamente. Eu estou no Instituto Butantan desde 1989 como estagiário do Instituto Butantan, primeiro da parte de serpentes, depois passei para a área de artrópodes. Fui estagiário da Sylvia Lucas, que estava aqui agora há pouco prestando testemunho. Desde pequeno tenho contato com animais, sempre gostei de animais e muito interesse, a partir dos 12, 13 anos de idade, por animais peçonhentos. Então, sempre tive contato com o Instituto Butantan, desde pequeno, procurava constantemente o instituto para conseguir informações sobre biologia dos animais. Fiz o curso de Biologia e acabei, então, entrando no Instituto Butantan para trabalhar com esses animais, que era uma coisa que eu queria muito. Bom, uma coisa que eu senti que mudou da época que eu era criança, que as crianças saíam atrás de animais, às vezes, para manter em casa, sapos, pequenas cobras, lagartos, até aranhas e escorpiões, foi que isso foi se organizando com o tempo. Principalmente nos países europeus e na América do Norte, foram se criando vários grupos de pessoas interessadas na criação desses animais como *pet*, principalmente nos países como Alemanha, França, Inglaterra, Holanda, Suíça, que é um lugar por onde entram muitos desses animais, até outros países como a Dinamarca e Noruega, e, na América do Norte, os Estados Unidos e o Canadá. Bom, eu tive contato, logo no começo do meu estágio, com uma situação muito inusitada, porque era mais ou menos frequente a presença de estrangeiros no instituto atrás de informações sobre animais. Uma dessas pessoas, esse foi um caso que teve repercussão na mídia, foi o primeiro caso, acredito, de prisão de um traficante de aranhas no Brasil que teve repercussão, ou talvez tenha sido até o primeiro caso de prisão de um traficante desses, ocorreu em 97, porque já alguns anos antes

um cidadão de nome Marc Baumgarten, alemão, vinha ao Brasil, esteve no Instituto Butantan atrás de informações sobre esses animais. E como voltou em outros anos e começou a fazer vários contatos com pessoas que nós conhecíamos, pessoas de zoológico, de universidade, etc., e algumas dessas pessoas diziam que ele estava levando uma quantidade grande de animais para o exterior, achamos por bem denunciá-lo. Então, convenci a Dra. Lucas, que estava aqui agora há pouco, a que nós o denunciássemos para o IBAMA. Ele foi preso em março de 1997, no aeroporto de Galeão, com 112 aranhas caranguejeiras, e o delegado que fez a prisão foi o Dr. Jorge Pontes, foi uma das primeiras prisões que teve repercussão. Só que muito me frustrou porque 15 dias após ele ter sido preso em flagrante, com 112 animais da nossa fauna, em uma época que ainda a lei de crimes ambientais, que as penas são mais leves, não estava em vigor, as penas daquela época eram mais pesadas, ele foi posto em liberdade. Ao mesmo tempo, enquanto ele estava preso, ele mandou uma caixa para o exterior, para a Alemanha, com vários desses animais, colocados dentro dessa caixa, e, como ficou preso, essa caixa voltou para o remetente. Ele colocou o nome de uma pessoa que ele conheceu como estagiária no Instituto Butantan, usou o endereço dela como remetente dessa caixa, e ela voltou, apareceu na casa dela e ela ficou muito assustada porque ele havia sido preso. Então, ela não sabia o que fazia, levou ao Instituto Butantan. Eu peguei essa caixa, abri, ela estava cheia de animais mortos, tinham 42 aranhas mortas. Então, nós fizemos a identificação desse material, relacionamos com distribuição geográfica onde ocorriam as espécies, fotografei todo esse material e enviei para o Dr. Jorge Pontes. Essa pessoa voltou alguns anos depois ao Brasil, já havia sido denunciado várias vezes. Eu estava sabendo que ele ia voltar para o Brasil através de contatos no exterior. Denunciei novamente. Ele acabou sendo preso em Curitiba, pagou 50 reais de fiança, foi colocado em liberdade e voltou para a Alemanha outra vez. Aí, no final, ele acabou sendo preso pela 3ª vez em Presidente Figueiredo, perto da Hidrelétrica de Balbina, alguns anos atrás, acho que foi em 2003, foi preso em agosto de 2003. E eu tomei conhecimento, sem querer, assistindo à televisão. Dessa vez, ele foi condenado, teve que pagar uma multa e ficou alguns meses preso. Então, acabei tomando contato com esse mundo, porque fica até difícil de separar, porque sou um dos poucos especialistas do mundo nessas aranhas, em aranhas caranguejeiras. Existem realmente no Brasil pouquíssimos especialistas, no mundo inteiro pouquíssimos especialistas. Às vezes vem material até de outros países para identificar, pessoas de outros

países como Colômbia, Venezuela, pedindo para identificar material, porque lá também eles têm um problema enorme com tráfico de animais. Até da Espanha já foram pegos animais em contrabando e foi solicitado a mim que identificasse o material, porque também não existem especialistas. Então, de uma certa forma, isso funciona... No Brasil, você não tem muitas pessoas que gostam de criar esses animais, mas no exterior existem. Só que se você criar esses animais no exterior para vender, você não tem lucros grandes, porque você vai vender uma aranha, um filhote de aranha por 2, 3 dólares ou euros, dependendo da espécie. Então, espécie que já estão há muito tempo estabelecidas criações no exterior não têm um valor muito grande. Agora, espécies novas sempre chamam a atenção. O que nós temos visto, nos últimos anos, é que algumas dessas pessoas, como era o caso desse Baumgarten, vinham ao Brasil atrás do quê? De espécies novas, de espécies desconhecidas. O que ele chegou a levar em 1997 para o exterior era uma espécie que eu tinha coletado em 1994, uma espécie nova, foi descrita recentemente, totalmente desconhecida, do interior do Maranhão, que ele obteve a localidade entrando, sem autorização, numa sala no Instituto Butantan. Depois ele foi até o local, capturou esses animais e mandou para a Europa. E é interessante que quando a gente pega pessoas como Marc Baumgarten e vê as datas por onde ele passou, quando ele passou no Brasil, e a entrada dessas espécies novas no exterior, elas coincidem. O animal, para vocês terem uma idéia, que em 1994 era desconhecido hoje em dia você pode encontrá-lo até em Singapura, você encontra à venda no Japão, é só fazer uma busca na Internet que você vai encontrar o animal em muitos países no mundo à venda. É mais fácil conseguir um exemplar na Europa do que conseguir no Brasil, porque você tem que ir lá para o interior do Maranhão ou do Piauí, para conseguir encontrar essa espécie que só vive ali. Então, a dinâmica do tráfico de invertebrados é essa, quer dizer, esse povo está sempre procurando animais novos, animais bonitos, que chamem a atenção e dos quais eles tenham o monopólio, porque eles podem pedir o quanto eles quiserem por um filhote daquela espécie, porque é uma espécie que ninguém tem. É assim que essas pessoas ganham muito dinheiro. Agora, o problema que vejo quanto à biopirataria é que uma vez que esses animais estão sendo criados no exterior, deles pode ser extraído tudo, pode ser extraído veneno, pode ser extraído hemolinfa, pode ser extraída uma série de moléculas que podem ser utilizadas em medicamentos. Então, se há 10 anos falasse uma coisa dessas, as pessoas diziam que eu estava ficando louco, porque não era assim, que tudo isso era muito di-

fácil. Porém, a realidade hoje em dia é outra. Um colega meu, do Instituto Butantan mesmo, ele já conseguiu isolar do sangue das aranhas, da hemolinfa das aranhas, de uma aranha caranguejeira que vive em São Paulo, uma molécula que tem efeito antibiótico, ela pode agir contra fungo, contra bactérias, então, ela tem sim um valor para a indústria farmacêutica. O problema maior é que essa indústria farmacêutica, no exterior, pode produzir um medicamento e ela não precisa dizer de onde veio esse medicamento, ela pode dizer que fez aquilo por acaso, pode dizer que sintetizou aquela molécula por acaso, construiu artificialmente. Então, vejo que o maior problema não é nem tanto, como posso dizer, o estrago que está sendo feito na própria natureza, porque talvez não sejam nem tantos exemplares que tenham saído do Brasil assim, mas sim que esses exemplares estão indo para o exterior e estão disponíveis para indústrias farmacêuticas no exterior. Acho que era isso que gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Obrigado pelas palavras iniciais. O Dr. Rogério Bertani é pesquisador do Instituto Butantan, São Paulo. Agora, precederemos às perguntas do Relator, o Deputado Sarney Filho: Dr. Rogério, há quanto tempo V.Sa. trabalha no Instituto Butantan? Que tipo de atividade profissional desenvolve lá? Paralelamente ao Butantan, V.Sa. desenvolve ou já desenvolveu outras atividades profissionais?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Estou no Instituto Butantan desde 1989, como disse, 5 anos como estagiário e, a partir de 1994, como pesquisador. Já fui bancário, do Banco do Brasil, durante 15 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – O que V.Sa., Dr. Rogério, entende deveria ser ajustado no âmbito das políticas públicas e da legislação no País para um melhor controle da biopirataria no Brasil, especificamente quanto à atuação dos cientistas nacionais e estrangeiros?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – De uma forma geral, eu acredito que o Brasil tenha que fazer convênios com países do exterior, principalmente esses países da Europa e dos Estados Unidos, porque se eles criticam tanto o Brasil por destruir florestas, por... por que nós não podemos, então, solicitar desses países que combatam o tráfico das espécies que vêm daqui? Porque isso é feito em feiras, em lojas, quer dizer, deve haver uma forma de países do Primeiro Mundo combaterem esse tráfico. Então, se eles falam tanto do problema de destruição de florestas, por que não solicitar que eles também façam a sua parte e contribuam com o combate ao tráfico de animais, combatendo o comércio desses animais por essas pessoas, por esses clubes de criadores, por lojas, etc. Quanto aos cientistas, eu

acho que o cientista é uma pessoa que não gosta de se envolver muito nas coisas, ele prefere ficar no canto dele, fazendo a pesquisa dele. E às vezes acho que deveria haver um pouco mais da presença dos cientistas nesses aspectos. As próprias instituições deveriam ser chamadas a participar mais, para terem políticas internas dentro das próprias instituições, como existem comitês de ética, como existem comissões diversas nas instituições, deveria haver também uma forma de controle das atividades dos pesquisadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Dr. Rogério, quais V.Sa.

entende deveriam ser as regras para a atuação dos cientistas estrangeiros que efetuam pesquisas no Brasil ou são destinatários de material contendo elementos do patrimônio genético brasileiro? V.Sa. considera que o controle governamental deveria ser mais rígido?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – O controle governamental tem sido feito através do CGEM. Acho que ele tem sido até rígido um pouco demais, porque nós não estamos conseguindo trabalhar. Essa é uma coisa que eu ouço com bastante frequência entre os pesquisadores. Se formos seguir a regra que existe atualmente, não conseguiríamos trabalhar e, se não conseguirmos trabalhar, como que vamos depois poder dividir isso com as entidades que têm direito a isso, como por exemplo comunidades indígenas, comunidades de conservação, etc., de onde provém esse material que foi estudado e de onde veio o lucro? Mas eu acho que existem regras. Pesquisadores estrangeiros não podem entrar desacompanhados, por exemplo, de pesquisador brasileiro. Então, eu acho que as regras estão boas. Agora, eu acho que é mais a nível institucional mesmo que deveriam ser tomadas medidas de mais controle.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. tem notícias acerca de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo ONGs de fachada, sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres no Brasil e que deveriam ser investigadas pela CPI?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Eu sei nome de estrangeiros que vêm ao Brasil com uma certa frequência atrás de, principalmente, de aranhas, que é com o que eu trabalho. O próprio Marc Baumgartem, que é alemão, Hans Reichsteiner, se não me engano, é um suíço que nunca ninguém viu, mas eu sei que ele é responsável pelo tráfico de muitos animais. Existem alguns franceses. Tem o Hevè Simôens. Isso eu posso até fazer por escrito, se for melhor. A maior parte desses nomes a gente obtém porque, lendo os trabalhos científicos, eles gostam de colocar no trabalho que tal animal foi coletado por ele na hora de descrição de uma espécie nova. Então, a gente fica sabendo que a pessoa esteve no

Brasil, coletou o animal e, pior, depositou o exemplar sobre o qual as descrições são feitas, quando a espécie é nova, a descrição é feita sobre aquele exemplar. Eles depositam esses exemplares nas coleções do exterior. Quer dizer, se um outro brasileiro precisar consultar esse material, ele tem que ou se dirigir ao país dele ou então pedir emprestado. Então, através disso é que eu sei que pessoas, principalmente estrangeiros, vêm ao Brasil coletam e levam esse material para o exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. conhece o Sr. Dietmar Pinz, que foi preso no final de 2004 com aranhas no Aeroporto Internacional de Brasília?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Isso é, Dietmar Pinz, não é? Sim, conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Como o senhor conhece, há quantos anos e de onde o senhor o conhece? Quantas vezes encontrou-o pessoalmente?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Eu o conheço desde 1992. Eu o conheço do Instituto Butantan. Ele ia com uma certa frequência porque ele era muito amigo da minha ex-chefe, minha ex-orientadora Sylvia Lucas. Eu lembro de tê-lo encontrado, pelo menos, 3 vezes. Foi em 1992, 1994 e 1996. Em duas dessas ocasiões, em 1992 e 1994, eu estava fazendo viagens de coleta para o Instituto, e a Sra. Sylvia Lucas me solicitou que ele fosse junto comigo. Então, eu viajei primeiramente em 1992. Foi para os Estados de Espírito Santo e sul da Bahia. Em 1994, nós fomos para o Piauí e para o interior do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Sabe dizer que tipo de atividade ele desempenha no Brasil? Sabe quantas vezes ele já esteve no País? Ele costuma capturar animais silvestres? V.Sa. sabe o destino desses animais? Sabe se ele os comercializa?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Eu sei que a atividade dele na Alemanha, ele é serralheiro. Agora, no Brasil ele vinha somente para capturar aranhas. Ele é um “hobbysta” lá. Ele tem os animais por *hobby*. Ele vinha ao Brasil aproximadamente de 2 em 2 anos. Ficava viajando há aproximadamente 1 mês, porque eles compram aqueles pacotes de avião que se pode ter 5 lugares diferentes, e ele então capturava as aranhas. Eu estive com ele em duas dessas viagens. Nós coletamos algumas aranhas e depois esse material todo era deixado no Instituto Butantan. Eu não sei se ele comercializa as aranhas lá na Europa. Agora, o que acontece é que ele tinha animais muito raros com ele. Animais brasileiros mais desconhecidos. E como a pessoa não adianta ter uma pedra preciosa e não mostrar, um colar de pérolas e não mostrar. Ele mostrava isso para outros alemães. Eu acredito que isso tenha incentivado bastante a vinda desses outros, de

outras pessoas, desses traficantes, conforme Marc Baumgarten, para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Ele costuma freqüentar o Instituto Butantan?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Freqüentava com freqüência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – O que ele faz lá?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Ele ficava cuidando das aranhas. Ele se hospedava, na verdade, na casa da Sylvia Lucas. Ela levava ele durante o período em que ele estava lá. Ele ia lá, alimentava, olhava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. sabe onde ele costuma se hospedar em São Paulo? Respondeu já. Sabe de outras cidades ou regiões brasileiras que ele freqüenta?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Olha, em 1992 ele esteve... acho que foi... não sei se foi em 1992 que ele esteve na Chapada dos Guimarães. Porque como ele não falava português nem inglês. Então, era muito complicado comunicar, era por gesto, mímica. Então, às vezes, a Sylvia pedia para as pessoas em alguns lugares que ela tinha conhecimento para recebê-lo. Ele chegou a ir para a Chapada dos Guimarães. Inclusive ficou com um amigo meu lá, um biólogo lá de Cuiabá. Aí ele voltou dessa viagem, e nós fomos para o Espírito Santo, ficamos na casa de um descendente de alemães, ele se chama Níquel, Matias Níquel, na cidade Domingos Martins, no Espírito Santo. Ele recebeu a gente. Nós ficamos na casa dele por alguns dias. Depois nós fomos para o sul da Bahia, em Ilhéus, e voltamos. Isso tudo foi de ônibus. Em 1994 eu fui até o Piauí. Eu fui de ônibus, ele foi de avião, nós nos encontramos lá. Andamos Piauí, Parnaíba, depois até São Raimundo Nonato e entramos no interior do Maranhão, em São Domingos do Maranhão. E depois eu voltei para São Paulo, de São Luís, e ele dali foi para Manaus, Belém e Manaus. Em outra ocasião, em 1996, ele foi sozinho para o Acre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – E nessa última viagem que ele fez, o senhor sabe se ele se encontrou com a Sra. Sylvia?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Em 1996, sim, porque, como ele estava no Instituto, nessa época, não estava mais me agradando muito a presença dele. Nós nos desentendemos um pouco na viagem em 1994. E em 1996 eu simplesmente não queria mais falar com ele. Mas mesmo assim era a minha aula de qualificação na USP, de mestrado, eu lembro disso porque ele participou, ele esteve presente na minha aula de qualificação. Então, ele ainda veio, sim, ao instituto em 1996.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. sabe de algum caso de pesquisador do Instituto

Butantan que mantenha relações profissionais com o Sr. Pinz ou dê apoio às atividades do pesquisador no País? Em caso positivo, favor especificar, principalmente no que se refere à pesquisadora Sylvania Lucas.

O SR. ROGÉRIO BERTANI – É, eu conheço quem dava apoio a ele era ela realmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. sabe com quem o Sr. Pinz trabalha ou que empresa pode ser beneficiada com os estudos por ele desenvolvidos?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Pelo que eu saiba, ele nunca publicou um único artigo científico. Ele não publicava artigos. Ele simplesmente criava os animais como animais de estimação. É o que eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. conhece outros pesquisadores estrangeiros envolvidos com a suposta prática de biopirataria tais como o Sr. Marc, que o senhor citou? Em caso afirmativo, quem são eles e que tipo de relação profissional V.Sa. mantém ou manteve com eles?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Como eu disse, tem essas pessoas. Alguns franceses Hevè Simôens, mas eu nunca o vi pessoalmente. Isso eu posso fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Marc, Carsten...

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Marc Baumgartem, Hans Reichsteiner...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – O Roloff. É Carsten Hermann Richard Roloff.

O SR. ROGÉRIO BERTANI – É... Esse eu... Não conheço essa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – É bom o senhor conferir aí, pela minha limitação. *(Pausa.)*

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Não, esse Roloff, só pela imprensa que eu fiquei sabendo disso. Não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. tem idéia porque o seu nome e o do pesquisador Pedro Ismael da Silva Júnior estavam marcados com um xis em papel impresso encontrado com o Sr. Carsten Roloff por ocasião de sua prisão em flagrante portando ovos de aranha no Aeroporto Internacional de Brasília em 26 de setembro de 2004?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Mas esse papel era que papel?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Aqui fala que estava marcado com um xis em papel impresso encontrado com o Sr. Carsten Roloff por ocasião de sua prisão em flagrante.

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Papel impresso. Eu não sei, nós temos... publicamos, nós temos várias publicações. Às vezes as pessoas pedem trabalhos

para a gente, e a gente envia trabalhos. Não sei que tipo de impresso é esse. Tem que saber qual impresso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Vamos em frente. V.Sa. já doou alguma espécime da fauna silvestre brasileira ou material do patrimônio genético nacional ao Sr. Pinz ou a outro pesquisador estrangeiro?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa., nas suas pesquisas, segue as normas nacionais que regulam acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – É... Essas normas, como eu disse, são tão complicadas que até num recente seminário que teve no Instituto Butantan, debatendo o problema do acesso, das licenças, coleta, etc. eu disse lá: se for pegar os pesquisadores brasileiros que seguem todas as normas, 99% não seguem. Agora, eu não trabalho diretamente com a parte de desenvolvimento de remédios ou bioquímica. Quanto à coleta de animais, que é o que eu faço, para trabalhos de taxionomia, isso eu sigo rigorosamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. tem conhecimento do envio irregular de material para o exterior por algum pesquisador do Butantan? Em caso afirmativo, explicitar.

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. sabe se os venenos utilizados em trabalhos científicos da Dra. Sylvania Lucas e outros pesquisadores recém-publicados foram coletados e enviados ao exterior antes ou após o advento da atual legislação de controle de acesso ao patrimônio genético, Convenção da Adversidade Biológica, MP 2.186/01?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – É. Sylvania, ela tinha um trabalho, um projeto com um professor brasileiro que estava trabalhando no México, chama Lourival Possani. Lembro que ela tinha um projeto. Inclusive teve uma patente de uma molécula dessa, de um escorpião. E sei que ela enviava material para ele, veneno para ele. Agora não posso precisar se isso foi antes ou depois da MP 2.126. Isso não posso precisar a data, mas ela enviava material para ele pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) – O senhor sabe qual foi a participação da Sra. Sylvania Marlene Lucas no trabalho? Ele está aí sublinhado. E qual a relação da Sra. Sylvania com a Sra. Anna Rosa Murgiaa? Solicito que o senhor cite o trabalho.

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Não, não conheço essa Anna Rosa, não. Agora esse trabalho... Se não me engano, é um trabalho que foi recentemente publicado, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) – Qual é o trabalho, Dr. Rogério?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Esse primeiro, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) – É. Pode ler.

O SR. ROGÉRIO BERTANI – *“Amino acid sequence and function of a new a-toxin from the amazonian scorpion tityus cambridgei.”* Eu não sei qual a relação com essa pessoa, não. Eu não conheço essa pessoa Anna Rosa, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) – O senhor sabe em quanto tempo foram feitas as pesquisas de campo relacionadas aos artigos? E os artigos são esses aí.

O SR. ROGÉRIO BERTANI – *(Pausa.)* Olha, eu não tenho idéia de quando foi. Há muito tempo atrás, eu lembro que ela começou a trabalhar com uma pessoa de Ribeirão Preto com as toxinas desse escorpião, mas depois ela parou. Era um veneno que vinha do Amapá. Agora o que eu sei é que ela tinha um contato com esse pesquisador mexicano e que ela deve ter fornecido o veneno para ele, porque eles tinham um trabalho em conjunto. Agora eu não sei quando. Isso somente ela que poderia dizer quando que foram enviados esses venenos. Certamente deveria haver algum documento encaminhando o veneno para pessoa, não é, se isso é um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – V.Sa. sabe se a Dra. Sylvia teve contato com o Sr. Dietmar Pinz depois de 1996? Se sabe, em que ocasião?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Não, não sei se ela teve mais contato com ele, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Dr. Rogério, durante quanto anos é possível estocar venenos liofilizados sem perda das características bioquímicas?

O SR. ROGÉRIO BERTANI – Durante muito tempo, talvez uns 10, 20 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Nós agora procederemos às perguntas do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame: *“Dr. Rogério, 40% dos medicamentos utilizados no planeta são sintetizados a partir de espécies vegetais e animais e é sabido que o Brasil possui 10% de toda a diversidade mundial. Segundo afirmou à revista Veja Garo Batmanian, da WWF-Brasil, somente a Sharman, da Califórnia, já catalogou 7 mil plantas da Amazônia e patenteou 2 medicamentos, entre eles um antiviral com aplicações em doenças pulmonares e herpes, destinado a um mercado de 20 milhões de*

consumidores. Ele ainda denunciou que essa indústria corta custos em pesquisas se utilizando de conhecimento dos pajés indígenas. O senhor tem informação sobre outros princípios ativos que já foram patenteados por empresas estrangeiras sem que o País recebesse royalty ou alguma outra forma de contrapartida científica ou econômica? Como o Butantan faz o acompanhamento das pesquisas sob sua responsabilidade?”

Segunda pergunta: *“Os jornalistas Alexandre Mansur e Klester Cavalcanti afirmaram em reportagem Xenofobia na Selva, publicada pela revista Veja, que as autoridades brasileiras e parte dos ambientalistas padecem de paranóia quando o assunto tratado é biopirataria. Esses articulistas defendem a tese de que esse comportamento está prejudicando o País, principalmente quando o assunto é a ampliação das pesquisas sobre a nossa biodiversidade e o financiamento das mesmas por instituições nacionais estrangeiras. O senhor também comunga dessa tese de que o segmento representativo do pensamento brasileiro padece de ‘bioparanóia’?”*

Terceira questão: *“O Dr. Adalberto Luiz Val, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa as Amazônia – INPA, desabafou em recente reportagem publicada pela revista Globo Rural (outubro de 2004, edição 228) que ‘cooperação sem dinheiro é colonização’ e que ‘atualmente o viés da pesquisa está atendendo muito mais aos interesses dos parceiros estrangeiros do que do nosso País’. Também a indiana Vandana Shiva, especialista em bioética e uma das mais respeitadas conservacionistas do mundo, classifica a pilhagem da natureza e conhecimento tradicional como a ‘segunda chegada de Colombo na América’. O senhor concorda que a pesquisa e o comércio dos produtos naturais e biotecnológicos derivados da biodiversidade brasileira, como praticados atualmente, são uma forma de neocolonialismo ou essas críticas são fruto de uma barreira cultural ou xenofóbica?”*

Essas 3 perguntas nós vamos entregar a V.Sa.. e o senhor vai responder por escrito para nós, por gentileza, no prazo de 7 dias, Dr. Rogério.

Esta Mesa vai suspender os trabalhos por 15 minutos, porque a Presidência da Mesa no plenário está convocando os Deputados neste momento, inclusive suspendendo todos os trabalhos de Comissão. Está suspensa por 15 minutos, e pedimos a gentileza de o Dr. Rogério e a Dra. Sylvia permaneçam ainda no recinto e nós continuaremos os trabalhos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Reiniciamos os trabalhos. Recomendo à Dra. Sylvia que encaminhe a esta CPI documento que compro-

ve a emissão dos venenos que foram encaminhados para o exterior. Está bom, Dra. Sylvia? Está? É importante esse documento. Agradecemos a sua presença. Agradecemos a presença ao Dr. Rogério. Agora nós passaremos à apreciação de requerimentos.

Item 1: Requerimento nº 52/05, do Sr. Hamilton Casara, que requer seja convocado o Sr. Leland Juvenio Barroso, analista ambiental da Gerência Executiva do IBAMA de Manaus, Amazonas.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2: Requerimento nº 53/05, do Sr. Dr. Rosinha, que requer à Fundação Nacional do Índio, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério da Justiça, ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Defesa, ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e ao Ministério Público Federal cópia do inteiro teor dos procedimentos administrativos ou autos de investigação instaurados para apurar denúncias contra a ACT, relativas a supostas atividades de biopirataria desenvolvidas por aquela organização não governamental no Parque Indígenas do Xingu, assim como outros casos correlatos.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 3: Requerimento nº 54/05, do Sra. Perpétua Almeida, que requer a convocação dos senhores Leônidas Meireles de Queiroz, Eldo Meireles da Frota Nogueira e Antônio Nogueira de Farias e das senhoras Luzenira Meireles de Queiroz, Osvaldina Meireles de Souza e Maria Cleide Meireles de Queiroz Costa para prestarem esclarecimentos sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós agradecemos a presença da expositora, Dra. Kilma, das testemunhas Dr. Rogério e Dra. Sylvia e dos senhores assessores e demais presentes.

Declaro encerrada a presente reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS,
A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE
MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 16ª reunião ordinária realizada em 30 de março de 2005

Às quatorze horas e cinqüenta e três minutos do dia trinta de março de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 7 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Antonio Cruz, Coronel Alves, Francisco Garcia, Hamilton Casara, Josué Bengtson, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Moacir Micheletto, Nilson Pinto, Perpétua Almeida e Sarney Filho – titulares, e Dr. Rodolfo Pereira, João Alfredo, Pastor Reinaldo e Thelma de Oliveira – suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Dr. Rosinha (apresentou justificativa de falta), Gervásio Oliveira, Henrique Afonso, João Carlos Bacelar, Leandro Vilela, Maria Helena, Miguel de Souza, Nilson Mourão e Robson Tuma – titulares, e Edson Duarte, Nicias Ribeiro, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 15ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes pessoas: Srª Lívia Karina Passos Martins – Técnica do IBAMA em Itaituba/PA; Sr. José Sales de Sousa – Chefe do Parque Nacional da Amazônia em Itaituba/PA; Sr. Eurico Bezerra dos Santos – ex-Chefe do Escritório do IBAMA em Itaituba/PA; Sr. Valmir Climaco de Aguiar – Empresário do Setor Madeireiro no Estado do Pará; e o Sr. Amarildo Formentini – ex-Técnico do IBAMA, atual Assessor da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou a Srª Lívia Karina Passos Martins para tomar assento à mesa, solicitando aos demais convocados que se ausentassem do plenário, e, por ter sido convocada como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Declinando do uso do tem-

po, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Presidente), Hamilton Casara, Thelma de Oliveira e Antonio Carlos Mendes Thame. A Deputada Thelma de Oliveira assumiu a presidência dos trabalhos. A Sr^a Presidente solicitou à Sr^a Livia Karina Passos Martins que se ausentasse do plenário, e convidou o Sr. José Sales de Souza para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Concluída a exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pela Presidente), Thelma de Oliveira, Hamilton Casara e Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pela Presidente). A Sr^a Presidente solicitou ao Sr. José Sales de Sousa que encaminhasse a esta CPI os nomes dos infratores mencionados em sua exposição, quando das operações realizadas com o Sr. Amarildo Formentini, concedendo-lhe o prazo de 7 (sete) dias. O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame reassumiu a presidência dos trabalhos. O Deputado Sarney Filho solicitou que fosse encaminhado ofício ao Ministério da Justiça, ao Governo do Estado do Amazonas e à Polícia Federal, solicitando garantia de proteção aos Senhores José Sales de Sousa e Livia Karina Passos Martins. O Sr. Presidente aquiesceu quanto ao encaminhamento de ofício à Polícia Federal. O Sr. Presidente solicitou ao Sr. José Sales de Sousa que se ausentasse do plenário, e convidou o Sr. Eurico Bezerra dos Santos para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Declinando do prazo, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho e Antonio Carlos Mendes Thame. O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Eurico Bezerra dos Santos que encaminhasse a esta CPI os nomes das pessoas físicas e jurídicas da qual tinha suspeitas de praticarem atos de biopirataria, concedendo-lhe o prazo de 7 (sete) dias. O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Eurico Bezerra dos Santos que se ausentasse do plenário, e convidou o Sr. Valmir Climaco de Aguiar para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Tendo declinado do tempo, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho, Moacir Micheletto e Antonio Carlos Mendes Thame. O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Valmir Climaco de Aguiar que se ausentasse do plenário, e convidou o Sr. Amarildo Formentini para tomar assento

à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Declinando do prazo, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho, Moacir Micheletto e Antonio Carlos Mendes Thame. O Deputado Sarney Filho solicitou que fosse ouvida a fita contendo denúncias, mencionada pelo Sr. Amarildo Formentini. O Sr. Presidente concordou. Após escutarem a fita, o Deputado Sarney Filho solicitou que fossem ouvidos novamente os Srs. Eurico Bezerra dos Santos e Livia Karina Passos Martins, para maiores esclarecimentos. O Sr. Presidente aquiesceu, convidando-os para tomarem assento à mesa. Fez perguntas o Deputado Sarney Filho. B – Apreciação de requerimentos: 1) – REQUERIMENTO Nº 55/05 – da Sr^a Maria Helena – que “solicita sejam convidados os Representantes da Organização OSCIP Amazon Conservation Team e da Empresa Amazon Trust Found para participarem de reunião de audiência pública neste órgão, com o objetivo de discutir a questão da Biopirataria, objeto desta Comissão”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 2) – REQUERIMENTO Nº 56/05 – da Sr^a Maria Helena – que “solicita seja convidado o Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, para participar de audiência pública neste órgão, com o objetivo de discutir a questão da Biopirataria, objeto desta Comissão”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 3) – REQUERIMENTO Nº 57/05 – da Sr^a Thelma de Oliveira – que “solicita seja convidado para prestar esclarecimentos acerca dos fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI, o Sr. André Lima, Advogado do Instituto Sócio Ambiental – ISA”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 4) – REQUERIMENTO Nº 58/05 – da Sr^a Thelma de Oliveira – que “solicita seja convidado para prestar esclarecimentos acerca dos fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI, o Sr. Gilberto Câmara, Engenheiro Eletrônico e Especialista em Geoinformação”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 5) – REQUERIMENTO Nº 59/05 – da Sr^a Perpétua Almeida – que “requer a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Senhor Valdemir Kramer”. Retirado de pauta. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e trinta e dois minutos. E, para constar, eu, , Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Núcleo de Redação Final em Comissões.

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública.	Nº: 0256/05	DATA: 30/03/2005
INÍCIO: 14h51min	TÉRMINO: 17h31min	DURAÇÃO: 02h40min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h39min.	PÁGINAS: 61	QUARTOS: 32
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS - Técnica do IBAMA em Itaituba, Pará. JOSÉ SALES DE SOUSA - Chefe do Parque Nacional da Amazônia em Itaituba, Pará. EURICO BEZERRA DOS SANTOS - Ex-Chefe do Escritório do IBAMA em Itaituba, Pará. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR - Empresário do Setor Madeireiro no Estado do Pará. AMARILDO FORMENTINI - Ex-Técnico do IBAMA, atual assessor da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.		
SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.		
OBSERVAÇÕES		
Há termos ininteligíveis. Há intervenções inaudíveis.		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª reunião da CPI destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e também a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 15ª reunião.

Pergunto aos Srs. e Sras. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Obrigado. Havendo pedido de dispensa, colocamos a ata em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

As Deputadas e Deputados que a aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Ordem do Dia.

Em atendimento à aprovação de requerimentos de autoria do Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, que se encontra momentaneamente ausente, por ser o Deputado com maior número de mandatos presidindo a instalação da Comissão Especial que vai tratar do projeto especial de gestão de floresta, esses requerimentos, em virtude da aprovação, farão parte, tendo sido aprovados, da oitiva na reunião de hoje das seguintes testemunhas: Sra. Lívia Karina Passos Martins, Técnica do IBAMA em Itaituba, Pará; Sr. José Sales de Sousa, Chefe do Parque Nacional da Amazônia em Itaituba, Pará; Sr. Eurico Bezerra dos Santos, ex-Chefe

do Escritório do IBAMA em Itaituba, Pará; Sr. Valmir Climaco de Aguiar, Empresário do Setor Madeireiro no Estado do Pará; Sr. Amarildo Formentini, ex-Técnico do IBAMA, atual assessor da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Como se trata de depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme dispõe o art. 210 do Código de Processo Penal.

Convido a Sra. Lívia Karina Passos Martins para tomar assento à mesa.

Enquanto isso, as demais testemunhas, por gentileza, devem se encaminhar à Secretaria da CPI, acompanhadas de seus assessores, aguardando, nesta Secretaria, o momento de seu depoimento.

Solicito à Sra. Lívia Karina Passos Martins que preste o juramento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Obrigado. Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, fica ciente a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, que é assim descrito no Código Penal. Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha – pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra a Sra. Lívia Karina Passos Martins, inicialmente, por um prazo de 20 minutos. Caso deseje, antes das perguntas, fazer uso da palavra para antecipar qualquer declaração que lhe aprover.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Bem, vou me apresentar. Meu nome é Lívia Martins.

Eu trabalhei em Itaituba, durante 2 anos, a partir do momento que passei no concurso do IBAMA. Agora, eu fui transferida de lá por questão de segurança. Estou à disposição do recursos humanos de Brasília. E, durante esse período, eu era lotada no Parque Nacional da Amazônia, mas trabalhava não só no Parque Nacional da Amazônia, trabalhava também no entorno com fiscalização de todas as áreas por lá, nos Municípios ao redor de Itaituba também: Trairão e região mais próxima. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mais alguma coisa?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não, era só isso. A palavra está livre e estão abertas as inscrições aos Deputados.

Com a palavra o Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, só para saber se a Sra. Karina declinou do depoimento, colocando-se à disposição, se é o que entendi.

Declino da minha pergunta, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está certo.

Também a Sra. Lívia Karina Passos Martins fica informada de que, se desejar fazer algum depoimento de forma reservada, nós temos condições de colher esse seu depoimento, tão logo termine aqui, de público, esse audiência, ou mesmo durante a audiência com algum dos assessores ou de técnicos que assessoram o andamento da CPI.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, eu gostaria de reformular a minha posição, e consultar a Sra. Karina se, porventura, ela tem conhecimento e – se assim o Presidente concordar, poderá fazer também, em caráter reservado, a sua resposta, se ela tem conhecimento na jurisdição das suas áreas de trabalho, tanto na unidade de conservação, citada por V.Sa., ou mesmo na unidade de Itaituba, de algum processo de retirada ilegal da flora ou mesmo do tráfico de animais silvestres, alguma conexão nacional, ou se tem conhecimento de alguma conexão internacional, considerando que Itaituba é uma área rica em biodiversidade; e se porventura V.Sa. tem conhecimento de alguma rede de saída ilícita de material biológico dessa região para outras regiões do País ou dessa região para outros países. Caso positivo, se quiser fazer a resposta reservadamente, com o consentimento da nossa Presidência, poderá fazê-lo.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Pode ser. Durante esses 2 anos, com o trabalho de

fiscalização, vários empresários que trabalhavam com madeira foram fiscalizados, porque passavam madeira de forma irregular. No Parque da Amazônia, a madeira era tirada de FLONAs de Itaituba I e II, que era a região onde nós trabalhávamos. E todas as cidades estão disponíveis nos autos de infração, que estão no escritório regional de Itaituba. Boa parte dessa madeira, a maior parte... boa parte é exportada, outra parte desce para a Região Sudeste, onde há o maior consumo da Amazônia, hoje em dia, segundo as pesquisas. Então, toda madeira que sai de lá, grande parte é de madeira da região, porque o Pará é uma região que não tem... A documentação da terra é bastante complicada, bastante limitada. Então, o IBAMA dificilmente autoriza planos de manejos em áreas onde não se tem demonstrada a documentação legal da posse da terra. Portanto, muita madeira que sai de lá, realmente, sai de forma irregular.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer mais uma pergunta: saber da dotação orçamentária da unidade onde a Sra. Karina trabalha, na unidade de Itaituba, e também da unidade de conservação citada por ela própria. Se tem condição de responder agora, senão, se o Presidente concordar, no prazo de uma semana, para que ela possa fornecer a esta Comissão a dotação orçamentária, à disposição dessas unidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não tenho condições de responder isso agora. Poderia passar, depois, essa informação.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar à Sra. Lívia: se na área que você tomava conta, você tinha também conhecimento de vendas e de propagandas, até mesmo de vendas, de determinadas áreas de proteção ambiental; se o IBAMA sabia alguma coisa sobre isso e que providências tomava. Porque a gente teve aqui até denúncia, vimos em revista. A gente queria saber qual era a providência que o IBAMA tomava nesse sentido.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – O que acontecia muito lá é que pessoas que estão chegando na região para comprar terra, como eles sabem que tem área de parque, que eles chamam de reserva, eles não têm identificado onde seria a área. Então, eles normalmente chegam lá no escritório para perguntar se a área onde ele comprou é dentro de reserva indígena ou dentro de alguma unidade de conservação do IBAMA. E normalmente a gente plotava os dados nas imagens de satélite e identificava onde seria a região. E, aí, a gente informava para ele que era uma área que era unidade de conservação ou não, ou seria fora. Então,

nós informávamos para ele. Normalmente, não existia nenhum documento para que a gente repassasse o que era feito. Nós comunicávamos ao gerente de Santarém que estava existindo esse tipo de comércio e que as pessoas comentavam, faziam muitas denúncias sobre isso. Então, não existe nenhum documento, nenhum papel para que a gente possa reencaminhar esse tipo de denúncia. Mas é comum as pessoas chegarem lá para questionar o comércio de terras, sim.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Mas acontecia, por exemplo, como aconteceu, de o IBAMA tomar conhecimento de propagandas que eram colocadas, e que eram áreas de parque, como houve o caso, aqui, de uma denúncia numa revista?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – De dentro do parque?

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– É. De dentro da área da unidade, que era de conservação.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS

– Não. Dentro do Parque da Amazônia, eu não lembro de ter colocado placa. O que existe dentro do Amazônia é...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Não é placa, mas propaganda em revista, colocando determinada área à venda.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS

– Eu desconheço em revista. O que eu via muito, quando a gente descia de helicóptero, é que todas as áreas estavam plaqueadas, identificadas, inclusive, com o número do protocolo do INCRA, que eu não sei se realmente correspondia ao número do protocolo ideal, correto, ou se era um procedimento comum. Toda pessoa que pedia orientação de terra, colocava o protocolo para eles.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Deixe-me ver se entendi, Lívia: quer dizer que quando vocês recebiam as pessoas que vinham com determinada... digamos assim, questionar sobre determinada área, algumas já tinham comprado a área, já tinham pago?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Algumas já tinham comprado a área.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– E, aí, o que é que acontecia com essas pessoas quando elas descobriam que já tinham pago?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Normalmente, elas voltavam para conversar com o pessoal da... com quem vendeu. Porque essa venda, o comércio é muito comum lá, nessa questão de terra.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Pois é. E, aí, qual é... aí, você está me dizendo que encaminhava para o gerente, em Santarém?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS

– Quando se tinha algum documento. Por exemplo, na Reserva Tapajós Arapiuns tinha... apresentavam documentação de que alguém queria comprar terra, e normalmente eram imagens com os pontos já referenciados, e quando a gente plotava no mapa, no escritório, parecia que era dentro da área. Então, quando se tinha... Normalmente, não tinha documentação nenhuma, porque eles vinham com... Eles não vinham com nenhum documento oficial, eles vinham com documentação em mãos, no ponto já referenciado, para saber se o ponto era dentro ou fora.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– E não havia... Vocês não questionavam quais eram as pessoas que estavam vendendo, até mesmo para ver o encaminhamento no escritório central e, aí, o IBAMA tomar uma providência mais rígida com relação a isso?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS

– O que a gente encaminhava, encaminhava para o pessoal do INCRA, da cidade de Itaituba. Então, toda questão de regularização de terra, a gente informava que o IBAMA não fazia a questão da regularização da terra, e tudo era feito no escritório do INCRA, em Itaituba. Então, toda questão de terra era passada para eles, para o escritório de Itaituba.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Mas, aí, vocês também não tinham retorno do que acontecia com isso?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS

– Não. Realmente, a gente passava para eles. O que a gente realmente avaliava era quando tinha um comércio, alguma venda dentro da unidade de conservação, que é uma área do IBAMA. Então, a gente tomava providência.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Hamilton Casara, mais alguma pergunta, ou só depois?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – (*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem.

Temos aqui algumas perguntas que foram encaminhadas pelo Relator, Deputado Sarney Filho, que, aliás, é o autor do requerimento responsável por essa reunião e pelas convocações.

Primeira pergunta: qual o motivo pelo qual foi transferida do escritório de Itaituba?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – No final do ano passado, não lembro se foi novembro ou se foi dezembro, por causa do plano de desmate, o

aumento da fiscalização na região ficou bastante intenso. Existia na cidade comentários e recortes em jornais – um deles até cita que eu e o Sales, dentro da região da Serra de Itaituba, éramos as pessoas mais odiadas na região –, e de pessoas que trabalhavam na própria comunidade, porque nós tínhamos uma relação muito boa com os comunitários, e de pessoas que trabalhavam em serrarias. Então, informações nos vários setores da região e em área religiosa também. E tinha um murmurinho na cidade de que as pessoas não gostavam da gente. Era comum, eles normalmente nos pediam que a gente não andasse sozinho, esse tipo de coisa. Mas, no final do ano passado, chegou a informação lá no escritório de que tinham contratado... tinha 3 pessoas, que seriam pistoleiras, que estavam num hotel específico na região e que estavam mapeando a área para que houvesse uma eliminação, provavelmente minha e do Sales, porque éramos as pessoas que, segundo eles... Como nós estávamos no início dos trabalhos, quando não existia o plano de desmate, eles achavam que toda a região.. toda a fiscalização que tinha era apontada por mim e pelo Sales. Na verdade, não era. O plano de desmate era um plano muito maior, onde se reuniam diversos Ministérios. E a fiscalização ficou bastante intensa na região, inclusive com a criação de novas reservas na região do Pará. E essas regiões que foram criadas causaram um desagrado para as pessoas que mexiam com terra na região. Então, eles imaginavam que nós é que apontávamos as irregularidades na cidade. E não era. Apesar de a gente estar trabalhando a mais tempo, a própria imagem de satélite mostrava as indicações onde eram as áreas mais desmatadas. Então, nesse período, chegou nos essa informação de que tinha esses pistoleiros que iriam eliminar a mim e ao Sales, e que era por conta disso: que indicávamos as áreas específicas na região. E, aí, os nomes dessas pessoas foram encaminhados, pelo gerente de Santarém, para o escritório da Polícia Federal, em Santarém. Eles foram até Itaituba para ver se identificavam. Nessa mesma semana, houve até a prisão de um outro empresário de madeira lá, com problema na Receita – desconheço qual foi o problema. Segundo entendimento deles, as pessoas que estavam no hotel teriam ido embora naquela semana, naquele dia. Segundo informações, como o IBAMA tinha presença muito forte de Polícia – Polícia Militar; Polícia Rodoviária Federal; Exército, que já estava trabalhando junto com o IBAMA na região –, então precisaria de estudo maior, mais detalhado, para que pudesse nos eliminar, eu e o Sales, que seríamos as pessoas mais vulneráveis na região. Então, a partir daí, o gerente soube disso, a Polícia Federal registrou esse boletim, e eu pedi a transferência de lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

A senhora conhece o Sr. Amarildo Formentini?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Conheço. Ele fez trabalho de fiscalização lá na região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo. Nessas operações de fiscalização foram detectadas algumas infrações. Foram detectados infratores?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Com o Amarildo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Foram. Não lembro qual foi o mês que nós trabalhávamos nessa operação, e foi identificado. Nós lavramos auto de infração... não lembro se foi mais de um auto de infração, mas foi lavrado auto de infração, sim, foi encontrada irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E é grande o volume de madeira apreendida?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Foi. Porque nós conseguimos transportar de volta para o escritório de Itaituba, que ficou armazenado em depósito por lá. Se eu não me engano, não sei se foram dois caminhões, eu não estou lembrada qual foi o volume da madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E o que aconteceu posteriormente com a madeira, com o maquinário, com os caminhões apreendidos?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Esse material está em depósito no escritório do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ainda?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – É, esse material está lá no escritório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – As perguntas seguintes, ou essa pergunta seguinte aqui, se preferir, pode nos encaminhar depois em caráter reservado. Participou de alguma operação, no ano de 2004, em que o infrator era o Sr. Valmir Climaco?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Teve sim, teve auto de infração em nome do Valmir Climaco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O que aconteceu com a madeira apreendida e o maquinário também apreendido?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Na verdade, teve mais de um auto de infração. Teve um

auto de infração que foi um desmatamento com madeira apreendida que ficou em depósito na própria fazenda, porque não tinha como retirar. Nós chegamos lá de helicóptero, que isso foi fruto do Plano Desmate. Talvez tiveram outros, não lembro, eu lembro bem desse que foi mais recente. Teve um no final de 2003, início de 2004, que foi uma madeira que foi apreendida, um caminhão, e foi depositado no IBAMA. E essa madeira foi liberada sem autorização. São casos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Foi liberada?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Foi, porque, assim, quando houve a fiscalização desse caminhão específico, ele estava sem a TPF, que é o documento que cobre o transporte da madeira. Acho que foi num dia de sábado, onde ocorreu essa fiscalização, foi dentro da cidade, quando a gente estava passando dentro da cidade, era um caminhão da Transportadora RECON, que era transportadora que faz transporte de madeiras na cidade. Então, é um caminhão facilmente identificado, porque é uma madeira cerrada. E esse caminhão foi colocado dentro do pátio do IBAMA, porque não tinha cobertura florestal, não tinha documento que era necessário para cobrir esse caminhão. E, nesse dia, eu fui para o Parque da Amazônia, porque teve um problema de água. As pessoas que estavam trabalhando no parque estavam sem água, eu fui levar um técnico para consertar a água, levar equipamento. E, quando retornei, essa madeira realmente não estava mais no pátio, tinha sido liberada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E foi aberto um processo administrativo nesse caso?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Eu fiz uma comunicação interna para o Sales, que era o chefe do Parque. Portanto, ele seria a pessoa que teria autorização para liberar, que seria meu superior hierárquico. E nós passamos uma comunicação interna para o gerente de Santarém sobre o ocorrido. E foi aberto um processo administrativo que, se não me engano, foi passado para Belém. Está em Santarém ou Belém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em Belém?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não está mais em Itaituba, está em Santarém ou Belém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em Belém. Bom, na seqüência. Ainda é o rol de perguntas que foram deixadas pelo Deputado Sarney. V.Sa. conhece o Sr. Enrico Bezerra?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Conheço sim, é o antigo chefe do escritório de Itaituba. Em Itaituba são duas unidades. Tem a unidade do Parque Nacional da Amazônia, que é uma gerência, uma

chefia, e que funciona no mesmo espaço físico, e tem uma chefia do escritório regional de Itaituba. Que nesse período não tinha chefe. Estava sem chefe local.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo. Teve notícia de uma transferência do Sr. Eurico Bezerra para outro escritório?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Ele foi transferido para a gerência de Belém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na sua avaliação, por que que isso se deu?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Parece que ele já tinha essa transferência. Já existia antes no papel, segundo as informações lá. Já existia, mas ele ainda continuava trabalhando em Itaituba. Que é assim: quando você é transferido para um lugar para ser chefe e você perde a chefia, você imediatamente tem que voltar para o seu local de origem. E já tinha algum tempo que ele não era mais chefe, mas ainda estava trabalhando em Itaituba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tem notícia de eventual ligação do Sr. Eurico Bezerra com o Sr. Valmir Climaco?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não sei. Nesse caso especificamente da madeira que foi apreendida, como foi um dia de sábado, e Sales não tinha autorizado a liberação da madeira, portanto, o escritório estava com o portão fechado quando foi colocada a madeira lá dentro, a única pessoa que morava dentro do escritório de Itaituba seria o Eurico – não é? —, porque a residência dele é dentro do espaço físico do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Eram essas as perguntas do Deputado Sarney. Eu tenho agora algumas perguntas que também elaborei para lhe apresentar. Tem notícia de algum caso em que multas aplicadas pelo IBAMA foram retiradas, foram esquecidas ou tiveram seus valores reduzidos no sistema informatizado do órgão?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Lá no escritório de Itaituba nós não fazemos isso. Nós passamos todo o processo para Santarém. De lá é feito todo o processo lá. Então, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Tem conhecimento da invasão da sede do IBAMA em Itaituba/Pará, ocorrida em março de 2004, como represália à demarcação do Parque Nacional da Amazônia?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Lembro. Isso realmente aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na sua avaliação, foi mesmo uma represália?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – É, na verdade, tinham muitos jogos políticos naquele período. E houve a invasão, eu não estava no escritório, porque eu estava em Santarém, na gerência de Santarém. Então, quando eu cheguei em Itaituba, o escritório tinha sido invadido pelo povo e eu não consegui entrar no escritório. Então, eu não convivi durante esse dia com eles, porque eu fiquei do lado de fora, porque eu não consegui entrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Tem idéia se essa invasão foi promovida e incentivada pelo Sr. Valmir Climaco ou por algum outro investigado pela sede do IBAMA em Itaituba?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não, não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Conhece pessoas físicas ou jurídicas, além dessas que citamos, sobre as quais parem suspeitas relacionadas à exploração ao comércio ilegal de madeira no Brasil, biopirataria, de uma forma genérica, e que, na sua opinião, poderiam ser investigadas? Se desejar, também pode nos indicar esses nomes de forma reservada.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Na verdade, no Estado do Pará, especificamente no Oeste de Itaituba, precisaria fazer uma investigação. Isso seria fora do IBAMA, não é? Uma investigação policial por completo, porque a presença do Estado lá é muito pequena. Para vocês terem uma idéia, quando nós começamos a trabalhar com fiscalização, o IBAMA, nós recebíamos denúncias de abuso de médico contra menor, então, nós recebíamos denúncias de qualquer tipo, além de denúncia apenas de questão ambiental. Então, a ausência do Estado lá é muito forte. Então, o IBAMA praticamente ele fica assim, durante esses 2 anos que nós trabalhamos lá juntos, as pessoas depositam muita fé no IBAMA lá para que a gente: *Ah, entre em contato com a Polícia Federal, encaminhe isso.* Então, é um mundo de irregularidades por conta da ausência do Estado que precisaria fazer um levantamento completo lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Queria agradecer a sua participação, a sua colaboração. Ficamos à sua disposição se houver mais alguma informação que possa nos fornecer que serão todas de imensa valia para melhorar o trabalho do IBAMA, fortalecer os seus objetivos e, acima de tudo, proteger esse patrimônio, que não é nem um patrimônio do País, é um patrimônio da humanidade, que é a Amazônia. Muito obrigado.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, eu queria convidar o Sr. José Sales de Sousa a tomar assento à mesa.

Convido a Deputada Thelma de Oliveira a assumir a condução dos trabalhos, durante alguns minutos, enquanto eu vou assinar a presença, a pedido do Líder. Depois também vai ser necessária a sua presença lá. É que nós precisamos dar *quorum* hoje de qualquer forma no plenário. *(Pausa.)* Já assinou? Ótimo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Convido o Sr. José Sales de Sousa a tomar assento à mesa. Solicito ao Sr. José Sales de Sousa que preste o juramento em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal. *“Art. 342: Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.”*

Com a palavra o Sr. José Sales de Sousa por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder as perguntas dos Srs. Parlamentares.

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – *(Ininteligível.)* as perguntas. Tranqüilo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Como a testemunha declinou do uso da palavra, nós vamos passar diretamente às perguntas. Faremos as perguntas que foram aqui colocadas à mesa pelo nosso Relator, Deputado José Sarney Filho.

A primeira: V.Sa. poderia declinar sua profissão, onde trabalhou nos últimos 3 anos e sua ocupação atual?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Olha eu, boa tarde, em primeiro lugar. Eu tenho 26 anos que trabalho no serviço público, IBDF e hoje IBAMA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Até hoje?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Até hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – V.Sa. ainda é o Chefe do Parque Nacional da Amazônia?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Ele já foi demarcado?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Quais são os principais problemas enfrentados na sua gestão? O IBAMA fornece condições adequa-

das para fiscalização da Unidade de Conservação? É comum a disponibilização de helicóptero com piloto e combustível?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Não, o quê? Nós já fizemos diversas perguntas. “Não” a todas? Quais os principais problemas? O senhor não falou.

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Em primeiro lugar, as condições que a gente tem, eu acho que não só no IBAMA/Itaituba, no Parque da Amazônia, mas eu tenho 26 anos que trabalho no Governo Federal, IBDF e hoje IBAMA, as condições que a gente tem para desempenhar as atividades que são necessárias são insuficientes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Quais elas? De recursos financeiros, de recursos humanos? A gente gostaria que o senhor detalhasse um pouco.

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Recurso humano, financeiro, o principal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Equipamentos?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Equipamentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Quantos, em termos de recursos humanos, quantos existem hoje lá onde o senhor trabalha?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Para se ter uma idéia, essa área lá é 994 mil hectares. Eu tenho uma estrada federal lá dentro, a Transamazônica, mais ou menos 80 km dentro da estrada, tem aproximadamente uns 120 km de cachoeiras, o rio Tapajós. Temos 14 comunidades vivendo no entorno e uma boa parte dentro da unidade. Temos alguns projetos próximos da unidade que, às vezes, não tem como se ter o controle, porque essa área todinha nós somos hoje praticamente 5 pessoas para fiscalizar essa área toda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Cinco pessoas? Quantas seriam necessárias na opinião do senhor?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Olha, funcionando os convênios, o documento que sempre faço e encaminho aqui para direção IBAMA/Brasília é que a gente fiscaliza 10% da unidade. Então, se tivesse hoje 30 pessoas, funcionando os convênios e com a estrutura do órgão, aí, sim, dá para se fazer algo bem melhor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Quais são esses convênios que ainda não são cumpridos?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Nós temos... Parece que começou a melhorar, mas nós temos o

Exército que está lá com boa vontade para ajudar o IBAMA. E eu vejo que o convênio que a gente tem ele realmente não funciona. Depende muito da pessoa que está na direção lá do Exército. Ou seja, aquilo que está amarrado em documentos, eles acatam. Do contrário, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – E o que está amarrado no documento com relação ao Exército?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Veja bem, eu creio que tem lá, para não ter nada, nada, eu não posso dizer esse contingente, mas hoje o Exército, o 53 BIS deve ter 350 homens mais ou menos. Enquanto eu tenho duas voadeiras, ele tem 22 paradas. Então, veja bem, tem muita mão-de-obra qualificada. Se tivesse condições de ajudar o IBAMA, seria ótimo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – É comum – o senhor não me respondeu a essa – é comum a disponibilização de helicóptero com piloto de combustível?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Não. Hoje a gente está aproveitando essa Operação Desmate na Amazônia e tem favorecido bastante nosso trabalho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Terceira pergunta. V.Sa., é uma série de perguntas, vou fazer, então, uma de cada vez e o senhor responde.

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Tranquilo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – V.S. já participou de alguma operação de fiscalização com o Sr. Amarildo Formentini?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Quantas?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Entre 3 e 5. Não posso dizer com precisão, porque, eu não sei se... Eu saio para fazer um trabalho, às vezes, a semana todinha, mas, às vezes, eu chamo aquela operação uma só operação, porque eu iniciei, para eu fechar ela, ou seja, uma semana eu chamo de uma só operação. Então, eu posso passar 2 dias, 3 dias, 10 dias, para mim é uma operação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Foram feitas apreensões de madeira ilegal nessas operações?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Quem foram os infratores?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Eu participei dessa operação com ele. Foram mais ou menos umas 6 pessoas que eu me lembro. É Francisco Quincor. Eu não cheguei a fechar o trabalho com ele, porque ele deu início ao trabalho e aqueles dias o nosso trabalho

para fechar ele custa, ou seja, eu dependo de provas, dependo de constatar área, cubar madeira, cubar a área todinha. Mas foi o Francisco Quincor, Valmir Climaco de Aguiar – no momento não dá para dizer, só se pegar documento. Não dá para dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – O senhor poderia posteriormente encaminhar então a esta CPI?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Tranqüilo. Posso encaminhar cópia dos documentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – O senhor teria o prazo de uma semana para fazer isso.

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Tranqüilo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Foi grande a quantidade de madeira apreendida? E o que aconteceu depois com todo esse material que foi apreendido?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – A quantidade de madeira, ela, se eu não me engano, foi 73 cúbicos de madeira. Essa madeira se encontra no pátio do Exército, 53 BIS de Itaituba/Pará. O que aconteceu, ou seja, a gente para cumprir com as leis é muito difícil. Eu acho que é muito fácil fazer as leis, agora para ser cumprida é muito difícil. Ou seja, para nós o que mudou, a presença do Amarildo lá em Itaituba foi que pela primeira vez nos pegamos os caminhões e foi levado para o pátio do IBAMA. Então, daquele dia em diante, a gente tentou fazer um trabalho como estamos tentando fazer até hoje: todas essas madeiras que a gente faz apreensão, que esse produto se encontra em cima dos caminhões, a gente tem levado essa madeira para o pátio.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – Maquinário também.

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Maquinário com tudo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – Tudo no pátio do Exército?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Não, não, do IBAMA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – V.Sa. teve conhecimento de algum desentendimento entre Eurico Bezerra e a senhora Lívia Martins?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – O senhor sabe o motivo?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Foi feito um trabalho. A Lívia saiu em direção ao Parque Nacional da Amazônia e ela se deparou com um veículo carregado de madeira, e essa madeira foi encaminhada para o IBAMA, para o pátio do IBAMA. E, como o IBAMA geralmente não tem funcionários suficientes

para fazer um bom trabalho, esse caminhão foi direcionado para o pátio do IBAMA, e surpresa dela, que quando ela chegou para fechar o trabalho em cima desse veículo, o veículo não se encontrava mais no pátio do IBAMA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – E aí o que aconteceu? A Lívia....

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Isso foi feito, porque, veja bem, o Eurico era o ex-chefe do escritório IBAMA/Itaituba e a Lívia trabalha no parque. Então, o chefe da Lívia sou eu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – E ela encaminhou uma documentação para o senhor?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Ela simplesmente chegou, ficou apavorada. Ela praticamente tinha mais ou menos um ano de infração, é analista ambiental, recentemente através de concurso que ela passou, e para ela foi um choque, porque ela está tentando fazer um trabalho e quando chegou se deparou... desmanchou o trabalho dela. Então, essa foi uma situação muito difícil. Eu mesmo conversei com o Eurico e o que ele fez foi, para mim, um ponto negativo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – O senhor tem notícia da eventual ligação do Sr. Eurico com o Sr. Valmir Climaco?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Por gentileza, repita. Não deu...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – O senhor tem notícia da eventual ligação do Sr. Eurico com o Sr. Valmir Climaco?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Olha, Itaituba é uma cidade pequena. Então, mesmo que a pessoa não queira, a gente tem uma relação com a população de lá. E ele tem essa relação. Não tem como, essas pessoas vivem com a gente na padaria, na farmácia, na igreja e ele tem uma relação muito boa com o Walmir, como todos nós temos essa relação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – Teve notícia da eventual transferência do Sr. Eurico Bezerra para outro escritório?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – V.Sa. sabe a razão de tal transferência, e se ela ocorreu imediatamente?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Olha, geralmente, no interior, as pessoas da Capital... Ela passa, aproximadamente, 2 anos no interior e ela começa a trabalhar para voltar para a sua origem, que são as Capitais. Sei que é o nosso trabalho, não tem como a gente agradar todo mundo. Então, veja bem, como essas pessoas que ocupam cargo nos escritórios do interior, a partir de 2 anos em diante, ela começa a

trabalhar para voltar para a Capital. Eu não posso lhe dizer com precisão se teve alguma influência dele tentar o Marco voltar para a Capital ou se alguém tentou tirar ele do cargo que ele exercia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – Encerradas as perguntas do nosso Relator, indago aos Parlamentares aqui presentes se alguém gostaria de questionar o Sr. Sales? *(Pausa.)* Não.

Passo às perguntas feitas pelo nosso Presidente. V.Sa. tem notícia de algum caso em que as multas aplicadas pelo IBAMA foram retiradas ou tiveram seus valores reduzidos no sistema informatizado do órgão?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Veja bem, a gente trabalha no setor de fiscalização, ele é muito complexo. Ou seja, eu trabalho há 26 anos, tem pessoas que eu faço o trabalho em cima dela, ela sabe como foi feito o trabalho, ela se vira para outro infrator e diz que o trabalho dele no IBAMA não fez nada, que foi limpo, mas não podemos ter certeza. Ou seja, é encaminhado esse documento, nós encaminhamos todo o procedimento IBAMA/Itaituba, para IBAMA/Santarém. A nossa parte é feita. Agora, depois que o documento sai do IBAMA/Itaituba para Santarém, não podemos saber, acompanhar minuciosamente o proceder do processo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – O senhor teria alguma informação nesse sentido que gostaria de passar de forma reservada?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Não. Não, porque é aquele caso, eu não sei se tem um advogado aqui, mas ele fez umas denúncias...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – Quem fez?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – José Antunes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – Quem é José Antunes?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – É um advogado do Valmir. Ele fez – inclusive saiu no jornal local – negociata dos fiscais do IBAMA com infrator. Então eu fiz o trabalho, inclusive com a Polícia Federal, em área do setor madeireiro, setor mineral e esses documentos foram todos encaminhados para o setor jurídico do IBAMA/Santarém. E, segundo ele, que o infrator que ele estava defendendo, ele passou duas noites fazendo essa defesa em cima de um trabalho que eu fiz. E surpresa dele que quando ele procurou o cliente dele, o cliente simplesmente disse que não queria mais o trabalho dele, porque ele já tinha acertado com o IBAMA. Inclusive, fiz um depoimento em um jornal, em que eu tinha encaminhado todo proceder para o IBAMA/Santarém e para a Polícia Federal, que ela averiguasse o caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – V.Sa. sabe como é feito esse processo de inserção das multas no sistema?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Não sei. Eu não acompanho. Eu faço meu trabalho, mas não sei. Finalizar o processo geralmente não tem como eu acompanhar em Itaituba.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – O senhor sabe quem é o responsável por essa área no IBAMA?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Olha, a gente encaminha para o nosso gerente executivo IBAMA/Santarém 2 e ele encaminha para vários setores, inclusive para o setor jurídico do IBAMA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – V.Sa. conhece algum advogado que tenha reclamado que seus serviços profissionais junto a empresários da indústria madeireira tenham sido dispensados em razão de acordo dos infratores com o IBAMA?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Só esse mesmo, que ele conversou comigo, só o José Antunes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – Só o José Antunes. V.Sa. tem notícia se o senhor Valmir Climaco já extraiu madeira de dentro do Parque Nacional da Amazônia?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Essa é uma pergunta muito complexa, porque, veja bem, a unidade não está demarcada. Nós temos marcos naturais que supostamente nós achamos que de certeza é dentro da unidade. Já foi tirado madeira pelo Sr. Valmir ao entorno e praticamente dentro. Não posso afirmar, porque, enquanto o parque não foi demarcado, não tenho precisão disso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – Tem conhecimento se a invasão do escritório do IBAMA em Itaituba em março de 2004 foi promovida ou incentivada por ele?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Não só por ele, mas por praticamente todas as pessoas de poder aquisitivo envolvidas no setor madeireiro, latifundiário, principalmente por aqueles que vivem ou trabalham ao entorno da unidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – V.Sa. sabe se o senhor Valmir tem projeto de manejo sustentável?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Eu acho que ele tem, agora aprovado ou suspenso, no momento eu não lhe posso afirmar. Eu sei que ele... Ou seja, as pessoas dão entrada de plano de manejo no IBAMA/Itaituba, mas precisa passar por uma análise. O que muito acontece é que as pessoas dão entrada nesses processos e às vezes, por condição nossa, elas continuam tirando a madeira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza)

– O senhor poderia saber nesse projeto, que o senhor falou que acha que ele pode ter, explicar a quantidade de madeira extraída e comercializada pelo empresário, ou este projeto existiria simplesmente para respaldar a extração ilegal de madeira pelo empresário?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Olha, não só o Walmir, mas praticamente a nossa região, hoje... Eu gostaria tanto de não dizer isso que vou dizer aqui. Eu não conheço nenhum madeireiro, na minha região, Amazônia, Oeste do Pará, que trabalhe certo. As pessoas têm projeto aprovado, mas enquanto o IBAMA não fiscaliza minuciosamente, ela só tira madeira dos projetos quando o IBAMA está fiscalizando, quando ele vira as costas vai tirar madeira de outros locais. Hoje se me fizer uma pergunta, se eu, como chefe do Parque Nacional da Amazônia, quem que eu gostaria de ter vivendo perto de mim, se é sem terra ou projeto... Porque se tiver um projeto perto das unidades, de certeza eles vão tirar madeira ou extrair palmito dentro das unidades. Infelizmente isso é uma prática, espero que mude. Está mudando, mas ainda está muito acahnado. A gente gostaria muito de sentar à mesa com madeireiro, só que eu, como fiscal, até hoje, 26 anos, não conheço um que trabalhe certo, nenhum.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – V.Sa. conhece pessoas físicas ou jurídicas sobre as quais parem suspeitas relacionadas à exploração e ao comércio ilegal de madeira no Brasil, ou a biopirataria de uma forma genérica, e que deveriam ser investigadas por esta CPI? Se o senhor o desejar, poderá fazê-lo em caráter reservado.

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Veja bem, na teoria e na prática, principalmente naquela região, a biopirataria não posso confirmar. No setor madeireiro é isso que acabei de dizer, precisa ter um estudo, fiscalização séria mesmo, porque praticamente é isso que vocês estão vendo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Telma de Souza) – Passo a Presidência ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Gostaríamos de saber se os Deputados presentes têm mais algum questionamento? (*Pausa.*) Nenhum. Agradecemos a sua colaboração, muito substanciada pelo que ouvi. A nossa preocupação é justamente conseguir criar um arcabouço jurídico legal, que dê respaldo para a fiscalização, fortaleça a fiscalização para que ela cumpra esse seu papel fundamental de preservar esse patrimônio que temos no País, que é a Amazônia e outras florestas naturais. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Eu agradeço. Deixem-me dizer algumas palavras aqui. Parece que estou sonhando, eu ainda estou vivo em Itaituba, milagre de Deus. Itaituba, naquela região ali, de cada 10 homens, 7 me conhecem; de 7, 3 não gostam de mim. É uma vergonha, hoje. Já fizeram manifesto para me tirar ou para me matarem lá em Itaituba e eu não vi praticamente poucas pessoas falarem a meu favor para eu continuar na área. Tanto é que hoje eu não tenho interesse nenhum de ser chefe do IBAMA. O IBAMA, o Governo Federal jogou pesado e está jogando, estamos acreditando nos concursos e as pessoas que estão assumindo os cargos de confiança no IBAMA agora, se realmente não tiverem um apoio... Hoje estamos vendo... Tanto é que foram 8 analistas para trabalhar comigo e não temos mais ninguém. A única pessoa que estava para trabalhar comigo era a Lívia. Esta já não está mais comigo. Então, veja bem, quando chega ali na área do Oeste do Pará, Sul do Pará, naquela redondeza, as pessoas simplesmente, quando vê que o trabalho do IBAMA é o que é, se nada for feito, simplesmente ninguém vai para o IBAMA não. Não vejo nenhum atrativo para eu ser fiscal do IBAMA. Eu não vejo, porque não tem como. Tenho 49 anos de idade, tenho 26 anos de órgão, dificilmente alguém vai me mudar, não tem como mudar. Não sei a minha família, ninguém me vê em qualquer lugar em Itaituba, sou uma pessoa que mais estou em casa, não tem como voltar atrás. A minha família sabe como é minha vida, já teve dia que só minha esposa falou a meu favor. Teve um dia que ela deixou bem claro: “Se eu soubesse que você era o que você é, jamais teria casado contigo”. E eu digo: “Agora é tarde”. Porque não tem como. Agradeço muito o rumo que está tomando. A gente está acreditando no sistema.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, aproveitando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não tinha notado a sua presença. Quero até convidá-lo para fazer parte da Mesa.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não, Sr. Presidente, estou aqui me inteirando. Estava ali, por força do Regimento, presidindo a instalação da Comissão que vai decidir sobre a gestão de florestas públicas – e V.Exa. assim como eu somos membros efetivos dela – e só agora pude estar aqui. Infelizmente, peguei só o final da exposição do Sr. José Sales de Sousa. Primeiro, quero parabenizá-lo. Nós conhecemos o seu trabalho lá no parque, sabemos dessas ameaças. O Sr. José Sales, Sr. Presidente, falou que estava constantemente sendo ameaçado de morte. Aqui é uma CPI, não podemos desconhecer esta palavra. Então, como Relator, peço a observância de V.Exa., Sr. Pre-

sidente, para que possamos encaminhar oficialmente ao Ministério da Justiça, à Polícia Federal, ao Governo do Estado do Amazonas, garantia de vida para o Sr. José Sales de Sousa. Não podemos mais, mesmo que tenho sido sem a intenção, mas foi dito aqui e nós não queremos nenhuma responsabilidade sobre este assunto, a não ser a responsabilidade maior de podermos tratar no sentido de promovermos o desenvolvimento sustentável na região.

Por outro lado, está em tramitação nesta Casa, Sr. José Sales de Sousa, um projeto que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, objeto de exame justamente da Comissão Especial cuja instalação eu estava presidindo. Primeiro, pergunto se V.Sa. tomou conhecimento desse projeto que está tramitando aqui em regime de urgência.

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Já li algumas páginas desse projeto, muito bom.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem. Vou referir-me à respeito da criação de um novo órgão, uma vez que o senhor é funcionário do IBAMA, que se tem colocado frontalmente contra essa proposta. Ontem nos foi dito que existem 60 unidades de conservação no Brasil em que não existe o cargo de chefia. Eu soube, há pouco, que V.Sa. falou que esse parque possui 994 mil hectares e que, com toda essa imensidão de terra, possui apenas 5 pessoas para fiscalizá-lo. É isso?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Exatamente.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E temos conhecimento de que, na realidade, também outras unidades de conservação não têm ninguém. O Sr. João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade, expôs um monitoramento por satélite. Parece-me que a coisa está muito bem encaminhada no sentido da fiscalização do comando e controle. Ao mesmo tempo em que o IBAMA sofre dessas deficiências, fala-se em criar um novo instituto. Qual a opinião de V.Sa. sobre isso?

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Eu já não digo criar outro órgão, e sim fortalecer o que nós temos. Sou do tempo do IBDF. Eu ainda continuo sonhando. Às vezes, o cara diz: *“Você é um cara doido, 26 anos”*. Às vezes, eu ligo... Sou um cara abusado, antipático. Muitas vezes, eu ligo aqui para Brasília para o setor do IBAMA. E o que eles me dizem? *“O senhor tenha calma”*. Calma? Vinte e seis anos, calma? Não tem condição. Não é criar, é fortalecer o órgão.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua complacência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nós vamos encaminhar esse expediente, desde que aprovado pela Comissão, para a

Polícia Federal, a respeito de lhe oferecer condições e garantia de vida lá, em função das preocupações que nos externou e com a qual compartilhamos. Agradecemos a sua presença.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não, com a palavra.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, apenas quero acompanhar também a posição do Deputado Sarney Filho, que, de forma brilhante, levantou um questionamento sobre essa nova estrutura que se propõe. E com a mesma preocupação do Deputado Sarney Filho e da sua também, com relação às palavras proferidas pelo Sr. José Sales, no que diz respeito às ameaças, proponho uma audiência externa em Itaituba e entorno, considerando que nessa região, além do tráfico de animais silvestres, além da questão da exploração irregular de madeira, além dos desmatamentos clandestinos, temos também o problema da pesca predatória. Lembrou bem o Deputado Sarney Filho que durante a manhã, nos foi colocado com muita surpresa sobre a velocidade dos desmatamentos na Região Amazônica. Na realidade, aquilo demonstrou claramente que o sistema de geoprocessamento, de georeferenciamento não está funcionando, ao contrário do que foi dito, de que estava funcionando às mil maravilhas. Ouvimos aqui a experiência de um servidor como o Sr. José Sales com mais de 26 anos de carreira. Ele sabe que muitas das vezes a broca na floresta, que é o bosqueamento, acontece por 2, 3, 4, 5 meses e a derrubada se dá às vezes em um mês, um mês e pouco. Essas práticas de campo vêm, na realidade, conflitarem efetivamente com os dados apresentados hoje pela manhã.

Em vista disso, sugiro à Presidência da Comissão que promova uma audiência externa nessa região, face à sua complexidade e, particularmente, sobre as ameaças aqui proferidas e muito bem posicionada pelo Deputado Sarney Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Para encerrar, pergunto ao deponente, Sr. José Sales de Sousa, se gostaria de declinar o nome das pessoas que porventura o tenham ameaçado de morte, ou mesmo, se souber, não só o tenham ameaçado de morte, mas também ameaçado a senhora Lívia Karina Passos Martins.

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Gente, em qualquer setor do Brasil, principalmente no setor de fiscalização, qualquer funcionário hoje que trabalhe sério, ele não vai agradar a todo mundo. Então, qualquer funcionário do IBAMA que teve que cumprir com as leis ambientais, a população não vai gostar. O setor

madeireiro, palmito, extração mineral não vai gostar, tranquilo. E eu vejo a região, no momento, um estopim. Porque, vejam bem, a situação lá tem 8 milhões de hectares que ninguém pode mexer em nada. Vai chegar o verão, o IBAMA vai começar fazer o trabalho de parte de serraria, está desmatando, está segurando o máximo. Ali vai ser uma desgraça logo, logo. Conversando ontem com aquele Prefeito do Trairão, ele deixou bem claro: é iniciar os trabalhos do IBAMA, ele vai botar mil pessoas para almoçar e jantar tudo junto. Então, o que eles puderem tumultuar eles vão tumultuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agradecemos a sua participação. O Sr. José Sales está dispensado.

O SR. JOSÉ SALES DE SOUSA – Gente, muito obrigado, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, convido o Sr. Eurico Bezerra dos Santos a tomar assento à mesa. Solicito-lhe que preste juramento, em atendimento ao art. 203, do Código de Processo Penal.

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210, do Código de Processo Penal, fica a testemunha ciente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: “Art. 342. *Fazer afirmação falsa, ou negar, ou falar a verdade como testemunha – pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa*”.

Com a palavra o Sr. Eurico Bezerra dos Santos, por até o limite de 20 minutos, caso deseje, antecipadamente às perguntas, colocar algum assunto como melhor lhe aprouver.

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Eu prefiro que façam logo as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Eurico Bezerra, para efeito de registro na nossa Comissão, V.Sa. poderia declinar sua profissão, onde trabalhou nos últimos 3 anos e a sua ocupação atual.

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Eu sou engenheiro agrônomo, formado pela FICAP, em Belém, Estado do Pará. Trabalhei, de 1976 até agora, abril de 2004, em Itaituba. E, a partir do dia 22 de abril de 2004 até hoje, estou no IBAMA, em Belém.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. tem participado de operações de fiscalização ou de vistoria de projetos de manejos e de áreas de autorização de desmatamento nesses últimos 3 anos?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E antes desses 3 anos?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Olha, quando cheguei em Itaituba, em 1976... Em 1996, aliás, em 1997 – abril, se não estou enganado – eu recebi autorização das chefias em Belém e, pela primeira vez, eu fiz uma viagem até Castelo do Sonho. Mas praticamente foi o reconhecimento da área onde eu fui atuar como chefia do IBAMA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. conhece o empresário Valmir Climaco?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Conheço.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Tem alguma relação com ele?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Não, só mesmo de trabalho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. chegou em algum momento a liberar projeto de manejo para empresa de propriedade do Sr. Valmir Climaco?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E V.Sa. tem conhecimento de quem o fez?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Eu vou tentar explicar aqui um pouco, sim. É que os projetos de manejo... Até uns 3 anos atrás, como nós pertencíamos e éramos subordinados à Superintendência em Belém, então, todos os projetos de manejo eram dado entrada, vistoriados e aprovados por Belém. Aí, depois que Itaituba passou a ser subordinado por Santarém, continuamos da mesma maneira, Itaituba não fazia vistoria, não aprovava, tudo é feito por Santarém, no caso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. nega, então, notícias veiculadas no Jornal *O Liberal*, que se referem a um esquema que tem o IBAMA de algumas pessoas nele envolvidas, dentre essas o Carlinho Cardoso e também, no caso, V.Sa., que estaria por trás desse esquema? V.Sa. tomou conhecimento dessa reportagem?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E V.Sa. tem conhecimento dessa denúncia, desse tipo de afirmação?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E V.Sa. conhece o Carlinho Cardoso?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Carlinho Cardoso...? Conheço, conheço.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E o que conhece de relações profissionais?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Olha, o problema é o seguinte, que Itaituba é uma cidade pequena e eu andei viajando para Novo Progresso e ele era funcionário da SEFAZ, lá em Novo Progresso. Se é o que estou pensando, a pessoa...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É, ele é funcionário da SEFAZ. E V.Sa. não tem conhecimento de nada de irregular ou de funcionários do IBAMA, postos de fiscalizações, qualquer tipo de envolvimento de órgãos estaduais ou federais em possíveis fraudes na extração da madeira?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem, eu tenho uma primeira pergunta ao Sr. Eurico Bezerra. O senhor reside dentro de uma área do IBAMA?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Eu residi quando trabalhava em Itaituba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Houve uma oportunidade em que, num fim de semana, foi apreendido um caminhão de madeira do Sr. Valmir Climaco, ocasião em que estavam afastados da sede o Sr. Sales, a Sra. Lívia, o senhor era a única pessoa que estava lá nessa sede e nesse dia, nesse final de semana. O caminhão foi liberado sem uma autorização expressa. Essa liberação foi procedida pelo senhor?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Quero explicar o que aconteceu. Nós estávamos numa greve, o IBAMA inclusive estava numa greve nacional, e, pela primeira vez, eu acho que o escritório do IBAMA de Itaituba, que éramos poucos funcionários, participamos de uma greve. Então, ficou acertado que ninguém faria nada. Quando eu cheguei em casa, o escritório era ao lado da casa onde eu residia, estava uma carreta lá sem cavalo, com madeira. Daí a alguns minutos, chegou o motorista e disse: “Olha, eu vim pegar uma carreta aqui que a Dra. Lívia recolheu a carreta aqui. E até ela liberou o cavalo para que eu fosse buscar as ATPF com a nota fiscal”, que ficaria mais ou menos 2 quilômetros de distância, que a madeira era para exportação e o pessoal estava tirando a documentação nessa empresa transportadora, que a madeira vinha através de balsa pelo rio, Rio Tapajós até o Rio Amazonas e de lá até Belém. E aí ele me falou isso daí: “Ela disse que era para eu falar com o

Sales ou com o senhor”. Disse: “Tudo bem, se é que você veio pegar” – e ele já com a documentação em mãos inclusive, com ATPF, com nota fiscal e tudo, para exportação da madeira. E eu mandei que ele levasse. O que aconteceu foi isso daí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor teve algum desentendimento funcional ou de caráter pessoal com a Sra. Lívia Martins?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Não, depois disso, ela deixou simplesmente de falar comigo, simplesmente foi isso, mas da minha parte não teve nada, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor já coordenou operações de fiscalização do IBAMA para apreensão de mogno? Coordenou?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não coordenou. Participou?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Eu participei e, numa certa vez, em Itaituba, ainda não tinha havido concurso do IBAMA e ainda não tinham os funcionários novos, que nós chamamos, houve uma denúncia e fomos só eu e um fiscal lá, que só tinham 2 fiscais no escritório. Atravessamos o Rio Tapajós e fomos atrás da denúncia, e apreendemos com um rapaz uma base de 60 a 70 metros cúbicos de madeira em tora de mogno. Foi a vez que nós apreendemos, e consegui depois que fosse levado para a área do IBAMA, na cidade de Itaituba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor conhece casos em que a madeira apreendida pelo IBAMA foi doada a alguma ONG, a alguma comunidade ou a qualquer tipo de entidade?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Olha, teve um mogno que foi apreendido, acho que eram 120 metros, se não estou enganado, 130 metros, em Castelo do Sonho, que fica a 600 quilômetros de Itaituba, na Santarém/Cuiabá, estrada de chão, mas foi uma equipe que apreendeu e deixou essa madeira lá. Parece que essa madeira foi roubada, mandaram ser-rar, e o IBAMA voltou lá e apreendeu. Levaram essa madeira, fretaram, parece, que 4 carretas, isso tudo feito por Santarém. Levaram para Itaituba, deixaram lá na área, que é uma área grande, é 1 hectare de terra. E, um certo tempo depois, foi pedido que remetesse essa madeira – e eu fiquei até como responsável, como fiel depositário —, que mandasse essa madeira para Santarém, e me ligaram pedindo. Eu disse: “Olha, vocês têm que mandar um documento, porque telefone

não é documento e está na minha responsabilidade, não posso mandar através de telefonema”. Até que o chefe mandou e houve uma pressão dos políticos lá em Itaituba que não fosse toda a madeira, e levaram a metade da madeira para Santarém, mas eu não sei o destino dela também. E a de Itaituba, até o ano passado, quando vi, continuava lá ao ar livre, na área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Durante todo esse período em que o senhor atuou, o senhor teve oportunidade de conhecer alguma pessoa jurídica ou pessoas físicas suspeitas de exploração de comércio ilegal de madeira no Brasil ou suspeita de biopirataria, de uma forma genérica, que poderiam, na sua opinião, ser investigadas por esta CPI? Essa resposta, se preferir, pode nos enviar de forma reservada.

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Eu quero que o senhor repita, porque eu tenho mesmo problema de audição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor conhece pessoas físicas ou jurídicas sobre as quais parem suspeitas de exploração e comércio ilegal de madeira?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Eu posso mandar, o senhor disse, se eu quiser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pode. Na seqüência, alguém mais inscrito? (*Pausa.*) O senhor teria uma semana para nos encaminhar isso, de forma reservada, ou nos deixar aqui, logo, na reunião, em seguida, com alguém.

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Eu prefiro mandar, porque tenho... Aí o senhor me dá o endereço direitinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Muito bem. Agradecemos ao senhor pela participação. O senhor está dispensado.

Na seqüência, convidamos o Sr. Valmir Climaco de Aguiar a tomar assento à mesa.

Solicito ao Sr. Valmir Climaco de Aguiar que preste o juramento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, fica a testemunha, o Sr. Valmir Climaco de Aguiar, ciente de que as penas culminadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: “Art. 342. (...) Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha são: reclusão de 1 a 3 anos e multa”. Gostaria inicialmente de perguntar ao Sr. Valmir de Aguiar se desejaria, an-

tes das perguntas, de fazer alguma declaração como melhor lhe aprouver.

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não. Então, nesse sentido, passo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Boa tarde, Sr. Valmir Climaco.

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Boa tarde.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Para efeito de gravação da nossa CPI, V.Sa. poderia declinar sua profissão e ocupação atual, por favor.

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Tenho uma indústria madeireira, sou fazendeiro e tenho um canal de televisão.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – No jornal *A Crítica*, de agosto de 2004, V.Sa. é citado na reportagem da seguinte maneira – vou ler só o trecho que interessa: “A sede do IBAMA na cidade está sendo protegida por policiais militares e rodoviários federais, principalmente depois do surgimento de boatos de que o local poderia ser incendiado. As manifestações contra o IBAMA seriam comandadas pelo candidato a Prefeito de Itaituba, Valmir Climaco (PMDB), multado em mais de R\$ 1 milhão por desmatamento ilegal, e Osmar Ferreira, conhecido como “rei do mogno” na Amazônia. Climaco foi citado na CPI do Narcotráfico da Câmara Federal como ligado ao crime organizado no sudoeste paraense. São citados também outros: Abileno – criminoso no Estado do Maranhão, Chico Curica, Chicão do Arquimedes, Wilmar Freire, homem de confiança dos Deputados Federais, e Gesiel, marido de uma candidata à Vereadora. Por outro lado, a Dra. Lívia Passos, responsável pela sede do IBAMA em Itaituba é a mais odiada pelos madeireiros. O empresário Walmir Climaco disse que os agentes do IBAMA são todos corruptos, que já cansou de dar propina para os mesmos. À Polícia Federal, Valmir, indignado, diz: ‘A corrupção começa com os grandes: superintendentes e delegados’. Valmir desafia o próprio Exército, que deveria estar prendendo traficante no Rio de Janeiro a lhe prender: ‘Se isso vier a acontecer vai dar nome aos bois’, desabafa Valmir Climaco. Todo esse clima na cidade de Itaituba é por conta da disputa eleitoral, que parece não ter um final feliz, por conta de que o candidato Valmir Climaco, do PMDB, já falou, em reuniões com seus aliados, que só não aceitava ser derrotado por um forasteiro como Roselito, candidato do PSDB, partido do atual Governador do Pará.” Eu sou político, nós todos aqui somos políticos, e sabemos, Sr. Valmir, que muitas das vezes em política as pessoas usam da maldade, fazem notícias forjadas. Então, a primeira per-

gunta que faço a V.Sa. é: Primeiro, essa matéria desse jornal, *A Crítica*, tem algum fundamento?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – É a primeira vez que estou vendo esta matéria.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É a primeira vez que V.S está vendo essa matéria?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, como eu já disse, esse jornal é de Manaus, não é? *A Crítica* é de Manaus, é um jornal muito vendido em Manaus, se não me engano. E esse jornal foi de sábado, não está claro para mim, mas em agosto de 2004. E é evidente que V.Sa. poderá ter acesso a esse jornal. E pergunto: no caso específico, o que V.Sa. pretende fazer então? Vai processar o jornal? Vai entrar na Justiça? Vai entrar com interpelação? Qual a atitude que V.Exa. vai tomar em respeito a essa matéria que V.Sa. está tomando conhecimento pela primeira vez? Segundo meus poucos conhecimentos, acho que V.Sa. teria condições de entrar na Justiça, inclusive pedindo indenizações por danos morais, porque a matéria é muito forte contra V.Sa. Essa é a primeira pergunta. V.Sa. vai entrar na Justiça contra o jornal? Qual a atitude de V.Sa. em vista dessa matéria?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Em primeiro lugar, vou procurar meu advogado e vou entregar para ele. Mas, com certeza, vamos entrar na Justiça. Não tenho dúvidas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Essas declarações que teriam sido dadas por V.Sa. ao jornal, de que já está cansado de dar propina a membros do IBAMA e a Polícia Federal, V.Sa. nunca pronunciou essa afirmação?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Vou começar a responder às primeiras perguntas. Em primeiro lugar, o senhor é político, o senhor sabe que, quando é próximo das eleições, há as perseguições. Muitos candidatos falam em cima de palanque, deixam de falar. Mas vamos falar, primeiro, que eu – parece que aí na matéria fala —, que eu prometi tocar fogo no IBAMA, se não me engano, alguma coisa, quebrar o IBAMA. Segundo, moro em Itaituba há 27 anos, sou um empresário bem sucedido, bem relacionado perante a sociedade. Nunca tive um movimento, na época da cidade, a respeito do IBAMA, que estava fazendo sua parte em Itaituba e nunca participei de reunião nem com o setor madeireiro na época, nem com o IBAMA. Porque houve várias reuniões com o IBAMA, não participei de nenhuma reunião. Quando eu soube que na *Folha de S.Paulo* – meu advogado viu – tinha uma matéria parecida com essa, saiu também na *Folha de S.Paulo* – desse jornal, é a primeira vez

que fico sabendo —, eu mandei perguntar para saber, mandei meu advogado ir no IBAMA perguntar qual foi o funcionário que tinha entrado com aquela denúncia, porque parecia que tinha sido alguém do IBAMA. E lá não me responderam. E eu entrei na Justiça pedindo que o IBAMA esclarecesse, levando as provas da ameaça que eu tinha feito. Primeiro, que eu não fiz nenhuma ameaça; segundo, que, na época em que o IBAMA estava fazendo essa fiscalização em Itaituba, eles foram do lado de um projeto de assentamento, se não me engano, uma invasão de terra de propriedade minha. O IBAMA pousou lá com o helicóptero e deixou uma multa para mim de um milhão e poucos mil reais. Eu recorri perante a Justiça, me defendi e provei que a multa não era minha. Acho que já foi até definido o que aconteceu, o legítimo dono da multa. Eu não tive... nunca dei essa entrevista aí. Lembro que falei um dia, em cima do palanque, que o Exército poderia, por exemplo, claro, tinha que se preocupar com o que estava acontecendo na região, até porque você sabe que o Exército, às vezes, deixaria de se preocupar com problema, por exemplo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, onde matam pessoas e pessoas e há uma série de irregularidades, e estava às vezes lá em Itaituba tomando uma espingarda de um colono – uma coisa mais ou menos assim eu falei, mais ou menos assim. Mas não tenho nada contra o IBAMA, da maneira que... nunca estive no posto do IBAMA em Itaituba, ameaçando, de maneira alguma. Acho que tem de ser apurado bem isso aí. Será que uma pessoa que prometeu ou foi – não entendi bem a matéria —, de tocar fogo no IBAMA, e nunca fui chamado numa delegacia de polícia, nunca fui chamado pela Polícia Federal, nunca fui chamado em canto nenhum. Acho que isso aí não passa mais do que uma propaganda eleitoral em cima de palanque.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. possui projetos de manejo florestal sustentável autorizados pelo IBAMA?

O SR. VILMAR CLIMACO DE AGUIAR – Primeiro, tenho uma indústria madeireira, mas só faço industrializar, tenho uma empresa, a 3 quilômetros da beira do Rio Tapajós, e tenho uma indústria com secador. Não vendo madeira cerrada, só vendo beneficiada. Compro madeira de quem tem projeto de manejo, de outras cerrarias.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. não tem projeto de manejo?

O SR. VILMAR CLIMACO DE AGUIAR – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. falou que era fazendeiro no começo da nossa reunião.

O SR. VILMAR CLIMACO DE AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quantas fazendas? Qual a extensão? Qual é a produção? O que V.Sa. faz? Qual o sustento dessas terras? De onde V.Sa. tira o sustento dessas terras, do gado, da madeira, da soja?

O SR. VILMAR CLIMACO DE AGUIAR – Sim, sou comerciante em Itaituba também. Tenho uma loja de material de garimpo. Vendo motor, sou distribuidor Agrale, MWM e outras empresas. Sou comerciante em Itaituba há 27 anos. E comprei algumas fazendas conforme ia ganhado. Tenho 4 propriedades no Município de Itaituba.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E essas propriedades – só uma curiosidade realmente, porque sabemos que na Amazônia o problema fundiário é grave —, estão com domínio proprietário? A questão fundiária está esclarecida ou existe algum tipo de questionamento sobre a propriedade dessas terras de V.Sa.?

O SR. VILMAR CLIMACO DE AGUIAR – Não. Das minhas propriedades, 3 propriedades têm documento, título, escritura definitiva, e uma propriedade tenho há 18 anos e tenho processos no INCRA para ser regularizada.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E essas propriedades a atividade delas é o quê? Pecuária?

O SR. VILMAR CLIMACO DE AGUIAR – Pecuária.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pecuária?

O SR. VILMAR CLIMACO DE AGUIAR – Agricultura também. Arroz, planto arroz.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E V.Sa. não usa da madeira tirada dessas propriedades para sua serraria?

O SR. VILMAR CLIMACO DE AGUIAR – Não. Não. Porque está dentro do limite. Tenho uma propriedade, tinha um projeto de manejo em meu nome, no nome da empresa. E foi invadida pelos sem-terra – por sinal, está correndo uma ação na Justiça, já tenho uma reintegração de posse. Essa foi invadida.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quer dizer que tinha um plano de manejo?

O SR. VILMAR CLIMACO DE AGUIAR – Tinha, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Ah, bem. V.Sa. tinha se equivocado ou omitido. Essa pergunta eu já tinha feito anteriormente. Esse plano de manejo deixou de existir com a invasão do Movimento dos Sem-Terra?

O SR. VILMAR CLIMACO DE AGUIAR – Deixou. Tem uma ordem judicial que está.. houve reintegração de posse. Aí, o INCRA, depois, mandou os fiscais...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quer dizer que essa terra que, em determinado momento, chegou a ser, chegou a ser autorizada pelo IBAMA a extração manejada de madeira?

O SR. VILMAR CLIMACO DE AGUIAR – Chegou, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E quanto tempo V.Sa. se utilizou dela?

O SR. VILMAR CLIMACO DE AGUIAR – Acredito que... se não me engano, o projeto foi em 1994. Tirei madeira até no talhão de 95. Aí houve a invasão, e foi suspensa a ...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Um ano que V.Sa. extraiu madeira. Essa é a única área extraída, realmente, de madeira que serviu um pouco para sua atividade. V.Sa. foi multado, conforme disse anteriormente, em R\$ 1 milhão. Recorreu da multa...

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Recorri.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – ... recorreu na Justiça, recorreu internamente, depois, na Justiça, ou recorreu direto na Justiça?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Não. Recorri no IBAMA, direto no IBAMA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Perdeu?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Não. Não saiu ainda a decisão.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Está ainda em Belém ou já subiu para Brasília?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Não sei, senhor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Está certo. Quer dizer que V.Sa. nega, primeiro, a matéria que foi publicada no jornal *A Crítica* e também afirma que a sua madeireira atua somente, evidentemente, com madeira de procedência, de origem legal, devidamente. Essa madeireira já foi objeto de alguma fiscalização do IBAMA?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Já. Por várias vezes.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E ela já foi, em algum momento, multada?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não. Nunca foi.

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – A madeireira, não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A madeireira, não. Está bom, Sr. Presidente, me dou por satisfeito com as respostas do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Bom, na seqüência, teria algumas perguntas que gostaria de saber?

(Intervenção inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não; no final.

A primeira pergunta ao Sr. Valmir Climaco é a seguinte: já teve apreendido algum maquinário das suas empresas pelo IBAMA ou por algum órgão público?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Por qual órgão?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – A gente estava tirando madeira, a que a árvore já tinha sido derrubada, há muitos anos atrás, há uns 10, 12 anos atrás, e nós estávamos fazendo cerca e juntando as itaúbas para fazer estaca e fazer cerca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E aí o que foi apreendido?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Foi apreendido. O IBAMA apreendeu; a gente entrou na Justiça, e foi liberado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Apreendeu o maquinário e a madeira?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Se não me engano, foi 1 caminhão ou foram 2, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor teve um caminhão completamente lotado de madeira apreendido, numa oportunidade, no fim de semana, tendo esse caminhão ficado retido na sede do IBAMA?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Sim. A gente que trabalha com exportação, por exemplo, ao embarcar 100 metros de madeira – o porto de exportação é Belém —, estando a 1.200 quilômetros de Belém, na beira do Rio Tapajós, a 3 quilômetros da beira, dentro da cidade de Itaituba, perto do aeroporto, a gente tira uma nota fiscal mãe com a TPF original dos 100 metros de madeira. Os 100 metros de madeira dão 5 carretas de madeira, que tem que ser transportada da indústria à beira do rio, para colocar numa balsa. E a balsa leva para o porto de exportação em Belém. Nós tiramos uma nota mãe e uma TPF mãe – a nota do valor da madeira, certinho, e tiramos, por exemplo, 6 notas fiscais de simples remessa, com a cópia da TPF. E nós entregamos – se não me engano, num final de semana, não posso afirmar —, na RECON, que é quem faz o transporte da madeira da indústria para a beira do rio, e da beira do rio para o Porto de Belém. E nós entregamos as notas. As carretas estavam carregadas, porque a carga era da própria RECON, a empresa que faz o transporte. E o rapaz pegou as notas fiscais, colocou no escritório e transportou uma carga de madeira, uma carreta de madeira sem a nota. Mas as notas estavam no escritório da transportadora. E aí

foi apreendida essa madeira. O IBAMA estava de greve, se não me engano, não estava funcionando. E nós, cheguei ao chefe do IBAMA, procurei ele, e apresentei as notas, contei, levei a empresa, a RECON, que faz o transporte da madeira, para se esclarecer para ele. O motorista da RECON alegou: “Ah, o IBAMA está de greve”. E eu peguei as notas, coloquei tudo lá e puxei essa carga de madeira sem a nota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor já extraiu ou desmatou dentro do Parque Nacional da Amazônia?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nunca foi multado, portanto?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Fui multado quando houve a invasão da minha propriedade que é vizinha ao Parque Nacional. E aí a gente entrou na Justiça pedindo a reintegração de posse de uma propriedade que tem documento. Aí o IBAMA foi lá e multou e nós recorremos na Justiça e ganhamos porque não fomos nós que desmatamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor sabe se algum dos seus funcionários ou preposto já fez ameaças a algum servidor do IBAMA?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – No dia 26 de agosto de 2004, saiu uma reportagem no jornal *Folha de S. Paulo*, que tem circulação no País todo, segundo a qual o IBAMA o multou em 1 milhão e 200 mil reais por desmatamento ilegal de 746 hectares dentro do Parque Nacional da Amazônia, no Município de Itaituba.

Esses 746 hectares foram os hectares invadidos?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Não, essa propriedade não é dentro do Parque Nacional, que nem diz aí, e também não é minha essa propriedade. Nós já mostramos ao IBAMA que essa propriedade não é nossa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Além disso, o senhor teria recebido outra multa de 182 mil por manter 600 metros cúbicos de madeira sem comprovação de origem?

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Essa madeira faz parte de onde estava essa queimada. O IBAMA, quando me multou como dono da propriedade, ele multou com essa madeira. Mas também foi dessa mesma madeira que estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Passo a palavra ao Deputado Moacir Michelleto.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhoras e senhores, é lógico que eu estou chegando aqui e ouvi apenas parte da explanação do Sr. Valmir Climaco de Aguiar. Não tenho até condições porque aqui tem acusado e acusador. Não ouvi os que antecederam a ele, a Sra. Lívia Karina Passos Martins, nem o Sr. José Sales de Sousa, o Sr. Eurico Bezerra dos Santos. Acho que o Sr. Valmir é o que está falando agora. Esses outros expositores já falaram? Não tenho condições de fazer uma análise.

Mas eu tenho, apenas, aqui, a seguinte preocupação – e quero falar disso aqui sem conhecimento, mas apenas com intuição —, a saber: quando um jornal faz uma crítica “Candidato a Prefeito de Itaituba é multado” e faz uma acusação que envolve aqui um empresário e o IBAMA. E no calor inclusive, veja bem, da disputa política, podemos ter um pouco de cuidado se na realidade isso é verdadeiro ou não. Essa é a preocupação que eu tenho. Porque agora a quem acusa é fácil acusar; e quem é acusado tem que se defender; tem que provar que não é; aquele que acusou é quem tinha que provar.

Então, eu fico preocupado com isso.

Não quero aqui dizer que ele não esteja falando a verdade, mas com essa preocupação, inclusive até com o Sr. Relator, cujas perguntas ouvi. Porque atacar uma pessoa?

Acredito que isso aqui é uma situação grave. Isso aqui envolve técnicos, a Receita Federal e uma série de coisas, Sr. Presidente, que não poderiam ficar apenas...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO Deputado Michelleto, só um aparte porque pode detalhar um pouco.

Quando eu comecei a minha pergunta – V.Exa não estava aqui – comecei justamente falando nisto: que, em época de campanhas, os jornais (*Ininteligível*); perguntei se ele tinha conhecimento e se ele processou quais as matérias. Eu justamente tive essa preocupação e continuo com ela. Só para que V.Exa. possa saber que o Relator, em momento algum, fez acusação de natureza baseada em notícia de jornal.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Perfeito. Eu acredito no seu bom senso. Eu sei da sua preocupação. Acho que esta sessão está para isso. Não podemos aqui agora julgar as pessoas.

Então, eu não sei. Eu não tenho nem condições de fazer uma análise, Sr. Presidente, porque eu não participei. Lamentavelmente, eu tive um outro compromisso e não pude participar ativamente aqui. Mas eu gostaria apenas de ficar – e até o Relator me dá esse descargo de consciência. Até ouvi a pergunta do Sr. Relator de que o senhor vai inclusive levar a ação

contra o jornal, quem escreveu essa matéria, quem é responsável por isso, o dono do jornal ou o jornalista que fez isso, porque isso aqui é grave. E acredite o senhor, como empresário – ouvi o senhor dizer que mora há mais de 25 anos nessa cidade – o senhor tem um passado, criou a sua família lá, a sociedade o conhece, mas dá a impressão aqui de que é um bandido.

Então, deixo a preocupação de que não seja isso aqui um fato político no momento em que atacam V.Sa. E que esta Casa possa, de fato, ajustar, dentro do princípio da lei e da justiça, e que não venhamos aqui tentar acusá-lo de uma coisa da qual o senhor está se defendendo.

Mas faço minhas as palavras do Relator de que o senhor deve entrar inclusive com uma ação de perdas e danos porque isso aqui é gravíssimo. Estou acreditando na sua sensibilidade, naquilo que o senhor está expondo aqui.

O SR. VALMIR CLIMACO DE AGUIAR – Eu só queria responder ao Deputado. O jornal *A Crítica* não tinha conhecimento dessa matéria. Mas essa matéria é quase do mesmo jeito da matéria do *Estado de S.Paulo*. Eu procurei o repórter que fez a matéria na época indignado porque foram tiradas vinte mil cópias desse jornal e distribuídas de porta em porta lá em Itaituba. A Oposição se prevaleceu do caso e tomei as providências. Ele me disse que tinha sido o IBAMA de Itaituba que tinha passado, a Sra. Lívia. Mandeí o meu advogado procurá-la para que ela lhe desse um documento. Como o IBAMA, resguardado pelo Exército, pela Polícia Federal – existe um quartel da Polícia Militar em Itaituba, existe uma delegacia de polícia, existe um Fórum com vários juízes —, teve conhecimento através de um jornal? É uma pergunta. Peço aos Srs. Deputados que façam uma investigação profunda desse assunto. Na *Folha de S.Paulo*, parece que a Sra. Lívia confirma que eu ameacei tocar fogo no IBAMA de Itaituba. Está na hora de abrir um inquérito policial, até mesmo pela Polícia Federal, para que a Polícia Federal venha esclarecer esse caso que está acontecendo porque quem ficou prejudicado por essa matéria, Deputado, foi eu. Eu perdi as eleições em Itaituba por menos de meio por cento em cima de calúnia da cúpula do partido com que disputei as eleições aquele ano. Eu não tenho essa bagagem toda. Acredito que estamos num País em que a Justiça funciona, o Poder Público está presente. Quem iria ser o tubarão para mandar numa cidade onde existem todos esses órgãos? Não é bem assim. Queria que fosse aprofundado para saber quem deu essa matéria para o repórter. Ele alegou para mim: “*Olha, o nosso jornal Folha de S.Paulo tem advogado*”. O senhor coloca o seu advogado. Eu sou uma pessoa que tenho bastante funcionário, sou bastante ocupado.

Sou o maior pagador de imposto daquele Município, tenho filha com 23 anos nascida naquela cidade, tenho um bom relacionamento, e ficou por isso, a calúnia da política. Até mesmo os meus coordenadores da minha campanha disseram: *“Olha, tu perdeu porque tu foi muito honesto; o outro fez tudo”*. Isso aí não foi tão grave. Faltando 2 dias para as eleições, como deram uns tiros não sei para onde, colocaram na rua que eu tinha mandado matá-lo. Conversando com ele, ele riu e disse: *“Na política, tem de tudo”*. Eu disse: *“Mas eu não faço isso”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nós agradecemos a colaboração. Está dispensada a testemunha Convidamos, na seqüência, o Sr. Amarildo Formentini para tomar assento à mesa. (*Pausa.*) Convidamos o Sr. Amarildo Formentini, após tomar assento à mesa, a prestar o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Fica a testemunha ciente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim escrito no Código Penal, art. 342: *“Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa”*. Inicialmente, indago ao Sr. Amarildo Formentini se, por até 20 minutos, gostaria de, antes de receber as perguntas, usar a palavra como melhor lhe aprouver.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Prefiro responder o que vocês tiverem a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está certo. Passamos a palavra, inicialmente, ao Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Boa-tarde, Sr. Amarildo Formentini.

V.Sa. já é uma pessoa conhecida aqui nossa e tem sempre tido uma atuação no IBAMA em prol da defesa dos interesses difusos da sociedade brasileira. Mas para efeitos aqui da nossa gravação, V.Sa. poderia declinar a sua profissão, onde trabalhou nos últimos 3 anos e a sua ocupação atual?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Eu trabalhei, até 2 anos atrás, até 2003, trabalhei no IBAMA e saí em junho ou julho. Hoje sou servidor aqui da Casa, como Assessor da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa não é mais servidor do IBAMA então?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Não, eu sou ex-funcionário. Hoje, sirvo aqui à Casa.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Está aposentado do IBAMA?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Aposentado? Não, era cargo de confiança.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Era cargo de confiança.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Que o senhor me colocou na época.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem. (*Risos*)

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Foi na outra gestão, quando era Ministro?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É. Mas houve algum motivo específico para a sua saída? Algum motivo de ordem de interesses contrariados, alguma coisa assim dessa natureza que levantou algum incômodo?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Deputado, eu trabalhei na gestão IBAMA e é de conhecimento até do senhor, eu participei da outra, eu tentei colaborar com outra CPI, que o senhor foi Relator, se não me engano. E todo mundo sabe, eu fiz, eu multei aquele Prefeito de Porto de Moz, multei não, eu coordenei uma operação lá na região e aí eu fui exonerado, já no final do Governo anterior, em novembro. Aí fiquei de voltar, voltei 3 meses nesse novo... porque trabalhei na região de Santarém, com contrato do PENUDI, dizendo eles que eu iria, que eles iriam me dar um DAS na região. Aí eu fiz uns trabalhos lá e recebi a notícia que eu não voltaria mais.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, só para efeitos aqui, para a gente poder clarear mais um pouco: V.Sa. debita a causa da sua saída à ação feita contra esse Prefeito, essa Prefeitura? Teria sido esse o motivo da saída?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Na época, todo mundo sabe disso, que foi. Foi isso aqui na, na... Por intermédio, eu não tenho prova, eu tenho que falar o que tenho... Eu sei que... assim que eu...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quero dizer a V.Sa. que estou muito à vontade, pois eu não era mais Ministro nessa época. Então, estou muito à vontade nesse caso.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Não, eu também estou sendo muito sincero. Agora, nesse último trabalho meu, recebi um telefonema, mas não tenho prova disso. Então, eu só posso dizer o que eu tenho prova, Deputado. Eu fui multar um Prefeito, sim, lá da região de Santarém, e aí disseram que não seria, não era legal ter multado o cara que tinha influência e tal e essas coisas. E eu respondi que estava ali para cumprir a lei. A lei não constava esse tipo de... é... não consta-

vam esses acordos. Mas eu não tenho... eu recebi um telefonema, né? Mas não tenho prova disso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É, mas essa pessoa que lhe telefonou, ela, ainda hoje, é servidora do IBAMA? Exerce cargo de chefia?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Quem me telefonou foi o Edson de Gilé, lá de Belém. Eu não sei se ele ainda está no IBAMA, entendeu? Foi ele que me telefonou.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Usando nome de pessoas de Brasília.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. encaminhou diversas denúncias relativas à exploração e ao comércio ilegal de madeira e à biopirataria de uma forma genérica no Estado do Pará. Desculpe, vou reformular minha pergunta. V.Sa. encaminhou uma denúncia ou diversas denúncias relativas à exploração e ao comércio ilegal de madeira no Estado do Pará. Essas denúncias foram encaminhadas a alguma Comissão da Câmara dos Deputados?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Foi encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, à Comissão da Amazônia, à Procuradoria Geral da República, ao Gabinete da Ministra e ao Presidente do IBAMA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E o que ocorreu então? Qual foi o resultado dessas denúncias?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Até agora, o que está ocorrendo é que fui convidado para dar meu depoimento na CPI.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Esta aqui é a primeira reação a essas denúncias?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É o primeiro lugar que estou me apresentando para esclarecer.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E o Ministério Público não se pronunciou ainda a respeito dessa denúncia?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Até hoje não. Só em relação ao Senador Ademir Andrade, na época em que fiz a denúncia.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. poderia descrever de maneira sucinta um resumo dessas denúncias, só para a gente ter uma idéia do que se tratava?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Deputado Sarney, eu posso descrever o que está acontecendo hoje, o que estou vendo aqui e o que tenho provas, que até faz parte da... Eu conversando com o Sales, gravei a conversa, com a Lívia também, e vou expor o que aconteceu. O chefe da fiscalização de Santarém me procurou, eu já não estava mais no IBAMA lá em

Belém, e ele me disse: “Amarildo, vê o que você pode fazer pela Lívia. Ela está sendo ameaçada de morte, ela está desesperada e tal.” Eu falei: “Eu vou ligar para ela e ver o que está acontecendo. Eu vou a Brasília na outra semana”. Foi onde eu liguei para ela, conversei com ela, gravei a conversa, com ela e com o Sales também, para confirmar todo... Foi quando eu vim a Brasília, juntamente com o Deputado Babá, fui até a Ministra do Meio Ambiente e entreguei a ela, mostrei a ela, expliquei tudo que estava acontecendo. Disse que era grave e que ela, se fosse possível, tomasse as providências. Hoje, tive a feliz notícia de que ela já foi transferida. Até então, eu não sabia.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A Lívia foi transferida?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas, a rigor, as denúncias... Quais eram as denúncias?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – As denúncias, eu gostaria muito que vocês pudessem depois ouvir. Tem aí o CD, que depois eu vou entregar oficialmente. É ela dizendo sobre a ameaça que um empregado seu, o Valmir Climack, estava ameaçando ela de morte. Outra denúncia foi que o Sr. Eurico Bezerra liberou um caminhão de madeira e que ele está lá, que tinha mais de 1 ano que ele tinha sido transferido e não ia embora para Belém e as multas que foram extraídas do IBAMA, que foram tiradas do IBAMA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. tem outras denúncias relativas à biopirataria, à extração ilegal de madeira?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Tem. Está até no relatório. Eu tenho outras mais. Eu gostaria de, no final, entregar, oficializar a entrega.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E pessoalmente, V.Sa. já recebeu alguma ameaça de morte em razão dessas denúncias, alguma ameaça de qualquer natureza?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Já recebi. Na época, o senhor sabe muito bem, inclusive o rapaz foi comigo daqui da Polícia Federal, aquele caso da Bahia. Ele até agora, há uns 6, 7 meses, já mandou um chaveiro para mim dizendo com uma banana e um abacaxi, que estava, que é o caso daquele... Eu não me lembro do nome dele agora, que esteve aqui na outra CPI, já foi embora da Bahia. E na época sempre a gente recebia...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Era a questão do pau-brasil, que exportava para fazer instrumentos musicais?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É isso mesmo. Eu me lembro o nome do rapaz. A qualquer momento,

vou me lembrar. E lá no Pará, a gente sempre recebia telefonemas, sempre só ameaçando ou intimidando.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, coloco-me aqui, eu, como Relator, à sua disposição para, na oportunidade que achar mais conveniente, a gente receber essas denúncias pormenorizadas e junto com a assessoria, verificarmos o que se pode tirar dessas denúncias.

No entanto, se houver alguma denúncia de caráter de urgência, alguma denúncia que V.S.^a acredite que seja importante para os trabalhos da Comissão e que deseje fazê-lo em caráter sigiloso, o Presidente já demonstrou sua inteira boa vontade para que isso ocorra.

Dessa forma, Sr. Presidente, sinto-me satisfeito com as respostas, já que vamos ter oportunidade de ainda de ouvir essa fita. Não sei se hoje, mas vamos ouvi-la

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É pequena. Dá 9 minutos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É 9 minutos. Então, Sr. Presidente, minha sugestão, se os demais Deputados concordarem, é ouvirmos a fita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Estou plenamente de acordo.

Antes, gostaria de saber se o Deputado Moacir Micheletto tem mais alguma pergunta. (*Pausa.*)

Então, vamos ouvir a fita. (*Pausa.*)

(*Audição de gravação*)

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Alô.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS –

Alô.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Oi, Lívia?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Oi, tudo bem?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Tudo bem, querida. Como é que você está?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS - Tudo ótimo.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – E aí?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Tudo bem. Tudo tranquilo. Deixa eu te falar uma coisa. Me diga uma coisa: Me explica tudo isso aí, que não deu para a gente conversar esses dias aí. Você está podendo falar aí agora?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Estou.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Está? Me conta aí esse negócio que está rolando sobre algum documento que você emitiu, foi sobre o quê?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não, foi porque eu fiz uma apreensão de um caminhão de madeira do Valmir ano passado, em novembro, eu acho.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Em nome de quem?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Climaco.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Tá. A firma, como é o nome da firma?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Mãe-deira Climaco.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Tá.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – É o mesmo que você apreendeu, lembra?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Sim, lembro.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Aquele mesmo. E aí era madeira serrada. Estava sem a TPF. Aí eu prendi caminhão e fui para o parque, para resolver um problema lá de água, outra coisa. Quando eu voltei, o caminhão...

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Lá no parque, não é?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – É. No Parque da Amazônia. Quando eu voltei, o caminhão tinha sido liberado.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Não foi feita multa nenhuma?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Nada porque ele liberou o caminhão na cabeça dele e...

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Quem foi?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – O Eurico Bezerra.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Certo.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – O Eurico Bezerra. Ele nunca me justificou nada, nunca me falou nada sobre isso, sobre por que ele liberou, o que houve. Nunca, não é?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Você chegou a perguntar a ele?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não, ele não fala comigo não. Até hoje, ele não fala. E aí ia perguntar o que já sabia, não é? O motivo que tinha liberado, não é? E aí, quando cheguei, fiz o documento e coloquei para Brasília, dizendo que ele é ex-chefe de escritório, que é o que ele é, ele não é mais chefe de escritório e ele fica interferindo no trabalho do Parque Nacional, não é? Todo tipo de trabalho de fiscalização do Parque ele interfere. Então, cria uma imagem dúbica no IBAMA.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Certo.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – E ele mora até hoje numa casa dentro do IBAMA, aquela casa ali do lado. Mesmo sem ser chefe, sem ser nada, mas ele mora até hoje. Tem 1 ano e meio, quase 2 anos que ele, porque, no momento em que ele é exonerado do cargo de chefia, ele tem que voltar para a lotação de origem, não é?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É, com certeza.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – E tem quase 2 anos, ele já recebeu passagem, já recebeu tudo e não sai daqui. E a conversa que eu ouço é que ele não quer sair daqui mesmo e não vai sair.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Ele é compadre desse rapaz aí, desse Valmir?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Ele é o quê?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Você sabe se ele é compadre desse Valmir? Que eu soube que, de repente, ele é compadre desse cara aí, do Valmir?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Ah, não sei.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – E aí (*ininteligível*) ele falou, o documento foi? Você me disse que o documento tinha ido.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Aí o documento foi para a gerência e o outro documento foi para Brasília, para a DIREC, que é a Diretoria de Parque Nacional.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – E aí?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – E aí eu não sei o que aconteceu. Ele está com o documento aqui, o original aqui, que Sales me disse, porque ele é assinado por mim e por ele. Eu mandei o documento, eu assinei. Sales também assinou, que é o chefe. E aí eu não encontrei com ele ainda porque ontem teve invasão aqui no escritório por causa da demarcação e eles apreenderam o pessoal e eu fiquei do lado de fora, não entrei. Eu vou encontrar com ele hoje, não é?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Certo. Agora, esse documento retornou?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Pois é, o documento está com ele, retornou para ele. Agora, eu não sei... O da gerência, eu mandei 2: 1 para, porque 1 não tinha chegado, que eu mandei pelo Correio. E aí eu sei que 1, ele estava lá ontem em Santarém, 1 está lá, que eles abriram um processo lá. Parece que vai ter sindicância. Eu não sei.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Agora, eu te pergunto o seguinte: Você falou que tem um negócio, um lance dos advogados que estavam reclamando contigo também. Qual é o lance aí, o negócio das multas? Como é que funciona isso?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Ah, não, isso aí é outra coisa. Os advogados daqui estão reclamando que as multas aqui estão sendo apagadas.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Certo.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Então, eles eram contratados para defender madeireiras, estão sendo, ninguém quer mais contratar porque...

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Porque aí mesmo mata a multa.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não, aqui não porque aqui não escreve a multa. Ou é em Santarém ou é em Belém.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – (*Ininteligível*.)

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – É.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Puta que pariu. Que negócio chato, não é, cara? Outra coisa, e esse mogno que tinha aí?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – O mogno, o apreendido?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É. Está ainda aí?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Está. Uma parte está aqui e outra parte o Pastana levou para, porque o IBAMA entrou em acordo com uma ONG aí para doar. Enfim, ele levou uma parte.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Certo. Outra coisa, me diz uma coisa: E o negócio da ameaça? Como é que foi aquilo? Como é que começou?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não, aí era o, o administrador desse Climaco que mandou os recados para mim através de uma pessoa da Prefeitura, não é?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Certo.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Dizendo que eu não viesse a trabalhar com essa velocidade toda não, que a coisa, o ritmo era outro e que ia me dar uma lição, se eu continuasse nesse ritmo, ia me dar uma lição e funcionária pública ele ia transferir.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Certo.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Ele já estava fazendo os contatos dele, que aqui eu não ficava, não sei quê, não sei quê, que ia me dar uma lição e depois me transferia.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – E quem é o cara da Prefeitura?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Eu me esqueci o nome dele agora porque...

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Você pode falar o nome?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não, eu esqueci o nome dele agora porque tem 2 meses que eu não estou aqui. Eu esqueci o nome dele, mas é fácil eu... É Edmilson, Edmilson.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Edmilson? Tá.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – É, mas eu...

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Quer dizer que veio desse Valmir Climaco mesmo?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Pois é, veio do administrador dele, não é?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – É, não veio dele diretamente. Então, eu não sei se...

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Você sabe o nome desse administrador?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não, mas eu tenho como conseguir para você. É que eu esqueci agora, mas eu tenho como procurar saber.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – E aí você acha que... Eu te pergunto o seguinte: Você acha que é legal você continuar aí, cara? Eu, na minha percepção, você tem que sair daí urgente. Não tem não?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Pois é, eu acho... Aqui é terrível, não é? Aqui é terrível.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Você está conseguindo dormir direito aí?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Olha, eu cheguei ontem aqui porque minha idéia era passar um tempo em Santarém, até essa sindicância rolar, entendeu, para não vir bater direto aqui. Mas aí rolou esse problema ontem e Sales pediu para que eu viesse para cá porque os colonos estavam aqui dentro e tudo. E eu voltei ontem para cá.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – E quando começou essa ameaça contigo, aí?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Foi no ano passado, em dezembro.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Dezembro do ano passado.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Foi.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – E o que... Você falou aí, o que o rapaz diz é que você tem que sair. Como é o negócio? Você falou aí, eu acabei esquecendo.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não, que o cara mandou o recado pela menina que eu estava fazendo com um ritmo completamente diferente, tentando mudar o IBAMA daqui, que não é bem assim, que o ritmo daqui é outro e que ou eu ficasse na minha ou então eu, ele ia me transferir. Que

primeiro ia me dar uma lição e depois ia dar um jeito de me transferir, porque funcionariazinha pública simplesmente transfere.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É. Com certeza. Pior que é assim, não é? Eu estou nessa aí. Eu paguei caro por isso, não é? Porque na época que... Por incrível que pareça, foi a última operação que eu fiz foi aí. Você lembra?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Lembro.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – E a partir daí, o (*ininteligível*) morou num... E você lembra que ele foi no aeroporto atrás de mim lá fazer ameaça e me oferecer vantagem? Você lembra, você estava naquele dia que ele foi lá?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não, eu não estava no aeroporto não, mas eu lembro que você comentou comigo.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É, certo. Princesa, eu vou a Brasília, entendeu? Eu vou correr atrás...

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – O problema maior que eu acho que ele fica com preocupação é que o nome dele está na CPI do Narcotráfico, não é?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É desse Valmir, não é?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – É. Mas não é só com madeira que ele mexe, entendeu?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É. Com certeza. Agora, eu...

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Como ele é candidato a Prefeito aqui...

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Ele vai ser candidato a Prefeito?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Vai.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É, não é?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Ele que está botando os bois, ele que deu churrasco para o povo entrar na colônia porque tem área dele dentro do parque, não é?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Ah, tá. Deixa eu te falar. Você acha que ele está por trás dessa invasão aí do IBAMA?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Tá, ele que tá. Todo o mundo sabe que ele que tá. Ele botou boi, ele financiou boi.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – É.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – É. Tá se aproveitando porque é candidato.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Puxa vida! Olha, eu vou te dar uma opinião. É o seguinte: Nós te

mos duas, vou te ligar e vou ver qual é a melhor, tá? Ou é a Procuradoria da República – você entendeu? – que é o melhor caminho. É o caminho que a gente tem... Isso daí teria que a gente entrar em contato, você entendeu? Essa Procuradoria da República... E, querida, daqui a uns dias você vai, aí vai ficar nós aí chorando que nem uma pessoa que tentou mudar uma história também. Eu ainda estou fora disso aí, né, porque eu agora estou a fim de (*ininteligível*), mas já fui muito ameaçado, muito... Esse tipo de ameaça sua era cafuninho para mim, tá? Então, vou conversar com o pessoal da Comissão da Amazônia, vou conversar com o Procurador da República e outras pessoas mais e depois eu te dou uma ligada. O que está acontecendo com você é grave. Você tem que urgentemente tomar um rumo, sair daí urgente. Esse pessoal não brinca não. Ou o órgão que a gente defende aí tomar uma providência. Tá bom assim? Vou conversar e à noite eu te ligo e te falo como é para agir, como é que eu pude mexer para te ajudar aí, tá bom?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Tá bom. A gente conversa então. Obrigada, Amarildo.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Nada. Eu que agradeço e espero que a gente resolva isso, mais um... Herói morto, acho que não é legal isso.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não, não é legal não. A gente se fala então.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Mas não deixe de ser a pessoa que você é não. Continue aí com honestidade, com garra, que você vai chegar lá. Tá bom?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Tá bom. Até já, Amarildo. Um abraço.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Um abraço, Lívia. Fique com Deus. Tchau.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame) – Há mais uma gravação ou é só essa?

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame) – Está bom. Perfeito.

Com a palavra o Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, na realidade, eu estava aqui discutindo com a nossa assessoria. Há alguns pontos ainda não muito esclarecidos a esse respeito.

É lógico que, ao contrário do que possa se pensar, não vejo necessidade de uma acareação entre os depoentes, mas talvez seja o caso de nós chamarmos a Sra. Lívia para que ela nos declinasse o nome do diretor que fez essa ameaça, para que ela pudesse nos detalhar um pouco melhor a questão da liberação do

carregamento de madeira, e também, Sr. Presidente, chamássemos o Eurico. O Eurico é o do parque?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – José Sales é do parque.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Eurico Bezerra é o que liberou... Para que ele também, no caso, nos esclarecesse um pouco mais sobre essa própria liberação. Parece-me que aí que está essa grande confusão: é sobre a liberação e sobre a ameaça.

Então, talvez fosse interessante que se esclarecesse esse episódio aqui hoje.

Também, Sr. Presidente, se V.Exa. achar que essas perguntas possam ser respondidas por escrito, também de minha parte não vejo nada de mais. Mas já que estão todos aí, era bom que a gente pegasse agora o depoimento e concluísse de uma vez por todas essas questões, inclusive mantendo a presença do Amarildo.

Poderíamos ouvir os 2 juntos, e o Amarildo continuaria aí. Pediria só esclarecimentos rapidamente.

Mas, evidentemente, fica só como sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame) – A sugestão é aceita.

Nós vamos convidá-los a voltar ao plenário para esta última participação.

Com a palavra o Deputado Moacir Micheletto.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sr. Presidente, acho que também ficaria numa complementação do que o nosso Relator colocou.

Mas queria fazer algumas observações aqui. Parece-me que o Amarildo podia me esclarecer. O caminhão apreendido é de uma madeira daquele cidadão que saiu agora há pouco daqui, não é isso?

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Do Sr. Valmir Climaco.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – O Sr. Valmir.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Só uma questão de esclarecer. Desculpe aí que tomei à frente do senhor. Para esclarecer, é o seguinte: essa madeira não foi de uma operação que eu participei. Eu coordenei a operação junto com eles, mas anteriormente o Sr. Valmir Climaco foi um dos infratores.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sim, mas a Lívia foi quem prendeu o caminhão.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Foi a Lívia que prendeu.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – E segundo as informações que tenho, que ele deu aqui – se eu tiver errado, corrijam-me os senhores – de que essa madeira era uma madeira já derrubada, caída. Ele não derrubou. Não sei se é isso.

O SR. AMARILDO FORMENTINI – Não, é da minha operação ele quis dizer que foi multado. Ele faltou com a verdade, com certeza.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Tá.

Eu tenho duas observações da entrevista. Eu gostaria até que fosse esclarecido. Parece-me que o Relator foi prudente nisso. Não sei também se haveria condições de trazer aqui, mas a Livia é uma peça importante. Eu não assisti inclusive a exposição dela.

Mas eu gostaria de fazer aqui duas observações. Eu vi, não sei se o Amarildo que colocou ou foi lá na entrevista, que a madeira apreendida, parte dela foi negociada com uma ONG, não é isso? Como é essa transição, essa venda? Quer dizer, ela é apreendida; depois, quem vende? Não sei se nós poderíamos até averiguar essa transação porque é uma transação econômica, é dinheiro público, é funcionário público que está fazendo.

Faço essa observação e até se o Relator pudesse até me corrigir. E me rendo até à observação do próprio Relator porque a gente ouve aí de que tem ONGs honestas e ONGs desonestas e que tem funcionários honestos e desonestos. Estou tentando ver essa transação aqui.

E uma outra coisa que me chama a atenção aqui: Como é que pode um funcionário ser demitido e estar morando inclusive numa residência oficial do próprio Ministério, ainda continua e mandando e até ameaçando inclusive esta funcionária?

Não sei, Deputado Sarney, se essas observações são coerentes ou não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Perfeitamente coerentes.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Eu acho que são coisas importantes aqui. No aspecto administrativo, não é legal alguém que não é mais funcionário morar numa casa que inclusive aquele que substitui deveria estar morando. E eu gostaria de saber um pouquinho como é essa transação feita da madeira apreendida, parte dela fica no IBAMA e parte dela é negociada com uma ONG. Eu gostaria até que, se pudesse, nós averiguássemos isso para uma questão mais administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Antes da resposta, eu vou solicitar ao Deputado Sarney se pode assumir por alguns momentos a Presidência porque eu estou sendo chamado para uma rápida intervenção lá no plenário e volto em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Meu caro Deputado Micheletto, essa questão que V.Exa. levantou sobre a doação desse mogno, foi uma

questão realmente que durante quase 1 ano foi objeto de uma ampla discussão, inclusive objeto de denúncias. O próprio IBAMA, os próprios funcionários do IBAMA fizeram uma denúncia contra essa modalidade, contra esse tipo feito de doação. Foi uma doação feita... Ela tem cobertura legal, é possível fazer legalmente, mas houve questionamentos muito importantes a respeito disso.

Portanto, concordo com o requerimento já feito por V.Exa. para que a gente possa ter um esclarecimento maior a esse respeito.

Essa é uma outra questão também muito importante que diz respeito à apreensão desse material ilegal, da madeira, por exemplo, em que muitas das vezes o fiel depositário é o próprio contraventor. Isso ainda existe e é realmente uma contradição, é uma coisa que precisa.

Outra justamente é essa. A lei permite que se doe a organizações não governamentais, a sindicatos e àquelas entidades aptas a receberem recursos, no caso, e, em geral – nós detectamos isto na outra CPI – isso pode também ser uma espécie de lavagem de madeira ilegal porque passa para uma ONG que não tem estrutura nenhuma e ela imediatamente revende para o próprio madeireiro que foi o autor da ilegalidade.

Isso é muito importante, e acho que nós devemos em uma outra oportunidade ir em cima disso.

Então, pediria à assessoria da Comissão que trouxesse imediatamente todos aqui. Vamos chamar o Eurico Bezerra dos Santos e a Livia Karina Passos Martins.

Queríamos só mais alguns esclarecimentos. Nós não vamos fazer nenhum tipo de acareação, essa coisa toda.

Então, a primeira pergunta que ficou – e, depois, Deputado Micheletto, se tiver ainda alguma falha aqui, algum esclarecimento, a gente pode fazer juntos aqui – a relação entre o Sr. Eurico e o Sr. Valmir. Qual é a relação, na realidade, que existe entre os senhores?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Agora no depoimento, é a relação de trabalho. Eu não tenho outro relacionamento. Tanto que em sete anos e meio em Itaituba, eu praticamente vivia dentro da minha casa de segunda a segunda com minha esposa. Não freqüentava bares, não freqüentava bailes, vivia diretamente, praticamente na minha casa. Não recebia convite para festa, para aniversário, para nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Eu gostaria, Sr. Eurico, que o senhor pudesse clarificar um pouco mais aquela, a liberação daquele carregamento de madeira. Então, só para a gente ter uma noção, como é que foi feita essa liberação?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Como eu falei, o IBAMA estava numa greve nacional e tínhamos acertado que iria paralisar tudo, iria paralisar a fiscalização, iria paralisar o serviço interno. Tudo seria paralisado lá. E também falei que pela primeira vez nós aderimos a uma greve em Itaituba. Quando foi no sábado – eu morava na casa do IBAMA, que fica ao lado do escritório – chegando em casa, tinha uma carreta apreendida com madeira. Apreendida não, estava parada lá dentro, mas sem o cavalo inclusive, porque, quando se apreende, se apreende com tudo, com carreta, cavalo. Cavalo a gente chama aquilo que puxa a carreta. Daí a cinco minutos, chegou o rapaz, o motorista da carreta com o documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Chegou no cavalo?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – No cavalo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Cavalo, no caso, é a boléia?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – É a boleia. E eu vim buscar a carreta com a madeira que foi apreendida aqui. A Lívia pediu que deixasse aqui, porque não tinha documento, mas como a madeira é de exportação e nós já tínhamos levado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Era mogno a madeira?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Não, em Itaituba não tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Não tem mogno.

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Não. E eu vim pegar a madeira, porque nós estávamos com o documento lá na firma que faz o transporte, a transportadora, porque não era para sair nesse horário e agora adiantou a balsa para sair. Aí eu fiquei... eu disse: Mas rapaz... Ele disse: “Não, ela pediu para eu trazer.” Eu disse: Cadê a Lívia? Ele disse: “Ela foi lá para o parque.” Tá bom. É como eu lhe falei ainda agora: uma cidade pequena, todo mundo se conhece, com TPF, com nota fiscal, quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – E o senhor conhecia o motorista do caminhão, o proprietário?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – O motorista de caminhão é funcionário da empresa de transporte, não era da serraria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Certo, da empresa de transporte.

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Da empresa de transporte. Aí apresentou lá os documentos: TPF, nota fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Apresentou os documentos?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Apresentou. Aí eu mandei que engatasse o cavalo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Agora, o senhor ainda estava como funcionário do escritório do IBAMA ou não?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Eu sou funcionário do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Mas desse escritório do IBAMA lá?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Eu ainda permanecia lá como servente lá em Itaituba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Lá nesse escritório?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Lá porque eu continuava assinando o meu ponto lá em Itaituba, prestando serviço lá em Itaituba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Daí o motivo por que continuava morando também no imóvel do IBAMA?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Também. Justamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Porque o senhor estava locado lá.

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Estava lá. Porque, quando eu saí de lá, quando me tiraram do cargo, levaram acho que uns 2 anos para nomear um outro chefe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Aí o senhor ficou respondendo?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Não, não fiquei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Ficou lá como um funcionário normal? E não tinha retornado para Belém porque não tinha sido chamado, não tinha cargo? O que aconteceu?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – É porque faltava mandar as minhas passagens, mandar buscar a minha mudança e tal. Eu fui aguardando que fosse feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Enquanto isso, ficou assinando um ponto lá?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Lá em Itaituba. Eu só voltei a assinar ponto em Belém a partir do dia 22 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Os documentos que motivaram a liberação dessa madeira apreendida ficaram no IBAMA, foram apresentados? Tem cópia disso? Num processo de liberação não fica...

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Não porque não foi feita autuação de nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Não tinha sido feita a autuação?

O SR. EURICO BEZERRA DOS SANTOS – Nada, nada. Apenas ficou lá retido. Não foi feita autuação, não foi feita multa, não foi feito nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Está certo.

Vamos falar agora com a D. Lívia.

Sra. Lívia Karina Passos Martins, esse carregamento de madeira de que nós estamos falando foi apreendido pela senhora? Ele foi simplesmente apreendido? Qual foi o procedimento legal usado nessa apreensão?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Porque é assim: No momento em que você paralisa um caminhão e você pede a documentação, se ele não apresentar a documentação no ato da fiscalização, a documentação que é apresentada posteriormente não tem validade. Porque, no momento em que o caminhão está passando pela cidade, precisa ter uma documentação para acobertar aquele material ali. Então, quando foi feita a fiscalização, o motorista da RECON não apresentou nenhum tipo de documentação para a cobertura daquela madeira que estava ali. Portanto, mesmo que ele apresentasse posteriormente, caberia a multa do IBAMA. Entretanto, quando eu coloquei o caminhão dentro do pátio do IBAMA, eu tive que sair para poder consertar o problema da água do parque. Quando normalmente acontece isso no final de semana e Sales seria o chefe do parque, nesse período em que eu fui no parque e retornei à cidade não tinha mais nenhum caminhão. Então, não tinha como eu fazer nenhum auto de infração porque toda a prova já tinha sido liberada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– No que diz respeito à ameaça da ligação, da gravação que nós ouvimos, quem foi o diretor que fez essa ameaça?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Na verdade, foi o gerente da empresa Climaco. Ele trabalha também na Prefeitura. Não foi uma ameaça direta. Ele fez comentários dentro da Prefeitura que não entendia por que eu estava fiscalizando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Comentários que foram ouvidos por pessoas que levaram ao seu conhecimento?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS –

Que me levaram. Então, ele não fez nenhum comentário diretamente para mim. As pessoas da Prefeitura comentaram comigo que ele estava muito chateado, qual era o problema que eu estava perseguindo esse ou aquela outro empresário da madeira e questionando por que seria, o que me prendia a fazer aquilo,

se eu teria alguma costa quente aqui em Brasília ou algum Deputado que pudesse me acobertar. Mas, na verdade, eu apenas estava fazendo o trabalho de fiscalização, que foi ele, mas poderia ter sido outro, como foram outros. Esse foi o comentário feito por pessoas da Prefeitura que chegaram ao escritório de Itaituba. Nunca houve nenhuma ameaça direta nem do Climaco, nem do Eurico, nem desse próprio gerente para minha pessoa diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Aquelas afirmações contidas na reportagem do jornal *A Crítica*, a senhora tem conhecimento se elas foram procedentes, as declarações de que o Sr. Climaco... Aqui não diz na matéria, claramente que o Sr. Climaco responsabilizou ou fez algum tipo de ameaça. Mas aqui diz assim: *“Por outro lado, a Dr. Lívia Passos, responsável pela sede do IBAMA em Itaituba, é a mais odiada pelos madeireiro. O empresário Valmir Climaco diz que os agentes do IBAMA são todos corruptos.”*

A senhora tomou conhecimento dessa declaração dele sem ser por jornal?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS –

Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Pela cidade?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS –

Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Nunca tinha tomado?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS –

Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) –

Eu me dou por satisfeito de todas as perguntas aqui.

Só para registro porque foi me lembrado agora: Na sua opinião, o Sr. Eurico tinha competência administrativa para liberar essa madeira?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS –

Profissionalmente, ele precisaria sentar junto comigo para discutir a liberação ou não da madeira, administrativamente porque ele não era chefe do escritório regional, hierarquicamente, não tinha nenhum posto mais elevado do que o meu. Como fui eu a responsável pela apreensão da carga, pelo menos, ele teria que discutir comigo o porquê da liberação da madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– E também essa matéria do *A Crítica* não houve, já que a senhora não teve conhecimento dela na cidade, não poderia ser a senhora que teria dado essa informação ao jornal?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS –

Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– O Sr. Climaco achou que a senhora que tinha dado essas informações para o jornal.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Não.

Eu até já conversei com ele inclusive lá em Itaituba. Não é, Sr. Antunes? O advogado dele, Sr. Antunes, me questionou que eu poderia ter dado uma declaração, mas, em momento algum, saiu informação lá do escritório sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Muito bem.

Eu libero todas as testemunhas e agradeço a colaboração a todos.

Se porventura esta Comissão achar que precisa de informações posteriores e complementares, eu pedirei novamente a intervenção de qualquer um aqui.

Todas as testemunhas estão dispensadas.

(Pausa na reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Dando prosseguimento à nossa reunião, passamos à Ordem do Dia.

Apreciação de requerimentos.

Requerimento nº 55/05, da Sra. Deputada Maria Helena, que solicita sejam convidados representantes da Organização OSCIP Amazon Conservation Team e da empresa Amazon Trust Found para participar de reunião de audiência pública neste órgão com o objetivo de discutir a questão da biopirataria, objeto desta Comissão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 56/05, da Sra. Deputada Maria Helena, que solicita seja convidado o Presidente da Fundação Nacional do Índio para participar de audiência pública neste órgão com o objetivo de discutir a questão da biopirataria, objeto desta Comissão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 57/05, da Sra. Deputada Thelma de Oliveira, que solicita seja convidado para prestar esclarecimentos acerca dos fatos relacionados como objeto desta CPI o Sr. André Lima, advogado do Instituto Sócio Ambiental – ISA.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 58/05, da Sra. Deputada Thelma de Oliveira, que solicita seja convidado para prestar esclarecimentos acerca dos fatos relacionados com o objetivo desta CPI o Sr. Gilberto Câmara, engenheiro eletrônico especialista em geoinformação.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Existe o requerimento da Sra. Deputada Perpétua Almeida que requer quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Sr. Valdemir Kramer. Como se trata de um requerimento de quebra de sigilo e como não se encontra presente a autora do requerimento, de ofício, retiro-o de pauta e fica para a próxima sessão deliberativa.

Agradeço a presença a todos os senhores, às testemunhas, aos assessores, e convoco reunião para o próximo dia 6 de abril, às 14h30min, no Plenário nº 10.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES
BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO
ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 17ª reunião ordinária realizada em 6 de abril de 2005

(Parte Pública)

Às dezesseis horas e vinte minutos do dia seis de abril de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 10 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto e Perpétua Almeida – Vice-Presidentes, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Dr. Rosinha, Hamilton Casara, Henrique Afonso, Leonardo Monteiro, Nilson Mourão, Nilson Pinto e Sarney Filho – titulares, e Pastor Reinaldo – suplente. Compareceu também o Deputado Lupércio Ramos. Deixaram de comparecer os Deputados Coronel Alves, Francisco Garcia, Gervásio Oliveira, João Carlos Bacelar, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Luiz Bittencourt, Maria Helena, Miguel de Souza e Robson Tuma – titulares, e Dr.

Rodolfo Pereira, Edson Duarte, João Alfredo, Nicias Ribeiro, Roberto Balestra (licenciado), Thelma de Oliveira e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 16ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos de autoria dos Deputados Hamilton Casara e Sarney Filho, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes pessoas: Sr. José Leland Juvêncio Barroso – Analista Ambiental da Gerência Executiva do IBAMA, em Manaus/AM; e o Sr. Manoel Roque de Souza Yawanawa – Presidente da ONG Associação Vida Nova na Floresta, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou o Sr. José Leland Juvêncio Barroso para tomar assento à mesa, concedendo-lhe a palavra. Concluída a exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Deputado Hamilton Casara), Henrique Afonso, Dr. Rosinha, Hamilton Casara e Antonio Carlos Mendes Thame. O Sr. Presidente, tendo em vista informações sigilosas do expositor, determinou que após a deliberação dos requerimentos constantes da ordem do dia a reunião seria transformada em reservada. O Deputado Hamilton Casara assumiu a presidência dos trabalhos. O Sr. Presidente convidou o Sr. Manoel Roque de Souza Yawanawa para tomar assento à mesa e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Sr. Presidente), Henrique Afonso, Dr. Rosinha, Hamilton Casara e Antonio Carlos Mendes Thame, que reassumiu a presidência dos trabalhos. B – Apreciação de Requerimentos: 1) – REQUERIMENTO Nº 59/05 – da Srª Perpétua Almeida – que “requer a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Senhor Valdemir Kramer”. Retirado de pauta. 2) – REQUERIMENTO Nº 60/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer sejam convocadas a prestar depoimento as seguintes pessoas: Regina Célia Fonseca Silva – Servidora da FUNAI; Mairauê Kaiabi – Fundador e ex-Presidente da ATIX (Associação Terra Indígena do Xingu); Mário Lúcio Avelar – Procurador de Justiça em Cuiabá; e Vasco Marcus Van Roosmalen – Presidente da Amazon Conservation Team – ACT”. O Deputado Dr. Rosinha usou da palavra para encaminhar, e aproveitou para corrigir o cargo do Dr. Mário Lúcio Avelar para Procurador da República no Estado de Mato Grosso. Em votação, foi aprovado o requerimento. 3) – REQUERIMENTO Nº 61/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam requisitadas ao IBAMA informações sobre a vida funcional do Servi-

dor Eurico Bezerra dos Santos e cópia de todos os processos instaurados contra o Sr. Valmir Climaco de Aguiar”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 4) – REQUERIMENTO Nº 62/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer ao Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça cópia de todas as fichas integrantes da “Lista Vermelha do Tráfico Internacional de Animais Silvestres”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 5) – REQUERIMENTO Nº 63/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam convocadas a prestar depoimento as seguintes pessoas: Raul Gonzales – Diretor do Jardim Zoológico de Brasília; Noel Gonçalves Lemes – Dono de Criadouro em Goiás; Marcelo Serra Azul – Delegado de Meio Ambiente da Polícia Federal; Kátia Christina Lemos – Promotora de Justiça no DF; William Nazaré Guimarães Gama – Servidor do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia); Everton Vieira Vargas – Chefe do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Luiz Fernando Krieger Merico – ex-Gerente Executivo do IBAMA em Santa Catarina, hoje Vice-Presidente Nacional do Órgão; Marcos César Silva – ex-Chefe da Flona de Três Barras/SC; Alberto de Paula Martins – Chefe da Divisão Técnica do IBAMA/SC; Orestes Paulin Tozzo – Sócio-Gerente da Madeireira Tozzo/SC; Secretário-Executivo da Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA, de Santa Catarina; Artur Battisti – atual Chefe da Flona de Três Barras/SC; Orli Prestes Schultz – Coordenador do Acampamento dos Sem-Terra em Três Barras/SC; Silmar Engeron Pichita – Madeireiro em Santa Catarina; Evaldo Maçanero – Vigilante da Flona de Três Barras/SC; Jair Kovaski – Motorista, Prestador de Serviços para a Laminadora Três Barras/SC”. Em votação, foi aprovado o requerimento. O Sr. Presidente suspendeu os trabalhos às dezoito horas e quarenta e três minutos a fim de que fossem tomadas as providências para transformação da reunião em reservada. A reunião foi reaberta às dezoito horas e quarenta e nove minutos, em caráter reservado, para a exposição do Sr. José Leland Juvêncio Barroso. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezenove horas e vinte e dois minutos. E, para constar, eu, , Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA

EVENTO: Audiência Pública

Nº: 0317/05

DATA: 6/4/2005

INÍCIO: 16h17min

TÉRMINO: 18h41min

DURAÇÃO: 02h24min

TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h24min

PÁGINAS: 44

QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO - Analista Ambiental da Gerência-Executiva do IBAMA no Estado do Amazonas.

MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANAWA - Presidente da ONG Associação Vida Nova na Floresta.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e transformada em reservada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Boa-tarde. Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, exploração de comércio ilegal de madeira e biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 16ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Peço dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a solicitação do Deputado Casara para dispensa da leitura da ata, passamos à discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em decorrência da aprovação de requerimentos de autoria dos Deputados Hamilton Casara e Sarney Filho, Relator desta CPI, esta Comissão se reúne hoje em audiência pública para ouvir as seguintes pessoas: o Sr. José Leland Juvêncio Barroso, Analista Ambiental da Gerência Executiva do IBAMA em Manaus, Amazonas, e o Sr. Manoel Roque de Souza Yawanawa, Presidente da ONG Associação Vida Nova na Floresta.

Convido para tomar assento à Mesa o Sr. José Leland Juvêncio Barroso.

Antes de passar a palavra ao expositor, solicito a atenção dos senhores presentes para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao orador será de 20 minutos.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Cada

Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para formular considerações e pedidos de esclarecimentos, dispondo o expositor de igual tempo para respostas, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Esclareço que esta reunião está sendo gravada e transcrita; por isso, solicito que falem, por gentileza, ao microfone, declinando o nome quando não o for anunciado previamente pela Presidência.

Concedo a palavra ao Sr. José Leland Juvêncio Barroso, que dispõe de 20 minutos.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, inicio dizendo que para mim é uma honra muito grande e um prazer muito grande depor nesta CPI. O motivo é que os assuntos investigados por uma CPI passam a ser tratados de maneira diferente e conduzidos em um grau de importância muito maior do que era antes. Segundo, porque a questão do combate à biopirataria, ao tráfico de animais silvestres e à questão da madeira foi uma causa nossa durante 25 anos de profissional no IBAMA. Eu acho que, quando a gente fala de biopirataria, isso não é um assunto novo. Isso vem sendo debatido e provavelmente o que eu vou dizer seja do conhecimento de todos os senhores. Nós temos uma dificuldade muito grande de conceituar o que é biopirataria. Nós não temos legislação que fale sobre a biopirataria. Essa palavra, mais ou menos em 1993, começou a surgir no meio da comunidade ambientalista de forma muito forte, e começou a haver uma preocupação, e essa preocupação terminou caminhando para uma certa neurose de classificar todos os atos, da simples entrada de um cidadão louro na floresta, vestido de caqui, a um autêntico biopirata. Creio que a partir da CPI isso vai ser desmistificado, e o assunto vai ser tratado na verdade dentro do enfoque legal, dentro do enfoque econômico e dentro

do enfoque ambiental que ele merece. Fiscalizar a biopirataria é na verdade extremamente difícil. Um cabelo dentro de uma caneta esferográfica pode prestar informações genéticas altamente poderosas. Nós temos milhares e milhares de quilômetros de fronteira na Amazônia, e como é que podemos conter o ingresso, as incursões desses biopiratas com o vazio imenso da presença do Estado nessas regiões? Quando nós transferimos a questão para o tráfico de animais silvestres, temos de fazer uma diferença fundamental. Nós aprendemos a considerar o biopirata como aquela pessoa que está coletando material botânico, material zoológico para que isso seja transformado em fármacos que vão para um laboratório e depois renda milhões e milhões de dólares a quem o patenteou. Quando nós tratamos do tráfico de animais silvestres, nós tratamos da saída desses animais da floresta para o Estado, ou interestadual, ou internacional, com o objetivo de servir ao diletantismo perverso de pessoas que têm dinheiro para adquiri-los. Então, são dois enfoques bastante diferentes, e devem ser tratados de forma diferente. Para se combater o tráfico de animais silvestres, a situação é diferente porque ela é muito mais fácil, porque no Brasil há especialistas em traficar animais silvestres: aquele que agencia o mateiro para que ele capture lá determinada espécie, aquele transporta até a cidadezinha, aquele que leva até a Capital, aquele que leva aos aeroportos do Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus e Belém e faz com que esse animal chegue ao estrangeiro. Essas rotas são muito mais fáceis de serem cobertas e de serem vigiadas, de se manter uma vigilância constante sobre elas. Com relação a esse assunto dos animais silvestres, gostaria de dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a gente percebe cada dia mais uma especialização dos traficantes, marcadamente se verifica que eles ainda são os mesmos de 10 anos atrás. Na Paraíba, na Bahia, no Acre, no Amazonas, em todos os cantos onde eles operavam eles continuam operando e continuam fazendo o tráfico de animais silvestres. Nós perdemos, como todo mundo sabe, um grande instrumento de combate ao tráfico de animais silvestres que era a Lei nº 5.197, que, pela sua dureza, às vezes nem era aplicada e, portanto, teve de ser modificada, e foi modificada para uma legislação tão frouxa, que o traficante perdeu completamente o medo da Lei. Eu tenho um exemplo de caso quando apreendemos na Bahia um traficante famoso que nós estávamos procurando há já alguns meses, com 200 papagaios ainda sem pena. Ele prestou depoimento, pagou uma fiança de 20 reais e foi embora para casa – nos olhou e disse: agora vocês vão ficar dando comida para esses bichos, dando angu para esses papagaios, que eu vou para casa

dormir. E nos olhou assim e foi embora. Quer dizer, a legislação, nesse aspecto, ela mudou e mudou de forma muito radical. O traficante de animais silvestres não chega aos pés do juiz, quase nunca ele chega ao juiz. Normalmente é um depoimento ao delegado, e ele, a partir daí, vai embora, e na verdade os agentes do IBAMA, da Polícia Federal ou das polícias florestais, aquele que fez a apreensão vai ficar a madrugada inteira, se isso for à noite, prestando depoimentos sobre a apreensão. Nós temos casos assim emblemáticos. Um alemão que nós prendemos, o maior traficante de aranhas conhecido – e aí, sim, estamos tratando de biopirataria, porque o que interessava a ele não era a aranha, o que interessava a ele era exatamente a toxina da aranha, tanto que o preço variava de acordo com o tamanho da peçonha da aranha: quanto mais peçonhenta, maior o valor. Esse cidadão já havia sido flagrado 4 vezes no Brasil traficando aranhas: uma vez em Foz do Iguaçu, outra vez no Rio de Janeiro, outra vez em Belém, depois novamente no Rio de Janeiro. E, para manter esse cidadão preso, foi preciso que a gente tivesse um trabalho imenso de levantar toda essa história, mostrar ao juiz a periculosidade dele e muitas vezes usar de argumentos não tanto legais – o delegado ter que dar uma saidinha da cidade, porque nós sabíamos que enquanto não se conseguisse o mandato de prisão dele, se ele saísse dali, nós havíamos perdido mais um flagrante do Sr. Baugarten. Nós passamos 8 anos investigando o maior traficante de animais silvestres talvez do Brasil, um holandês chamado Marc von Roosmalen. Conseguimos pegá-lo, ele foi flagrado, foi processado, e a condenação que ele teve foi dar comida para os macacos, sendo que o que ele vinha fazendo a vida inteira era dar comida para macaco – então não houve pena. E ele teve a desfaçatez, quando nós recolhemos a coleção do Sr. Roosmalen ao INPA, de voltar depois e querer cobrar os seus macacos de volta. E está hoje operando numa base no rio Aripuanã, fazendo a mesma coisa que ele fazia. Então, se a gente caminhar por esse viés, se a gente perceber o quadro, esse vazio legal que existe, fica muito difícil, fica quase impossível que a gente tenha, que todos os parceiros do IBAMA, tanto a Polícia Federal quanto as polícias florestais, como a comunidade, como as Prefeituras, possam na verdade ter êxito e dar uma resposta a essa questão, que é na verdade hoje imensurável. E aqui, cada dia, ela tem uma conotação diferente, porque nós não temos mais nenhuma planta conhecida que fosse usada na farmacologia indígena, que fosse usada pelo nosso caboclo que não esteja hoje, que não seja amplamente conhecida dos laboratórios da Europa. O quebra-pedra, o escada-de-jaboti, a erva-de-passarinho e tantas outras que foram

gratuitamente entregues ao pseudoturista são hoje de conhecimento europeu, e não dá para a gente ter nenhuma confiança de que isso não vire uma patente, porque nós sabemos todos que o Tribunal de Patentes Internacional é absolutamente irresponsável com relação a essa questão. E nós temos exemplo disso, vários deles. O último foi o patenteamento do açaí como marca, que deu um trabalho de quase 3 anos para que fosse revertido, para que essa patente fosse anulada. O que nós temos de temer é que esse universo de plantas que nós não conhecemos ainda, cuja farmacologia pode ser muito mais poderosa, pode já estar sendo estudado pelos grandes laboratórios. Eu diria – e isso é uma tese também muito conhecida – que essa questão da biopirataria não se combate com fiscalização. Acho que quem tem o melhor laboratório, quem tem mais técnicos tem mais é que fazer fármacos para descobrir as doenças que o mundo tem, mas que isso seja dividido, que a comunidade ganhe, que o Estado ganhe, que o Município ganhe, que esses lucros sejam repartidos e não apropriados por quem os furtou – os Srs. Deputados sabem muito mais do que eu que esse é o grande caminho, e parece que já existe um amplo debate sobre essa questão. Com o tráfico de animais silvestre, não: tem de ser com fiscalização. Ele tem que ter vigilância nos aeroportos, ele tem que ter cobertura da rota, ele tem que ter legislação para botar na cadeia aqueles traficantes. E ainda tem mais um outro detalhe. Quando a gente fala na especialização disso, a gente fala hoje também na especialização das espécies. Hoje você não vê mais um traficante querendo pegar uma pipira, querendo pegar um curió, não; eles estão interessados em espécies que dão muito dinheiro, que valem alguns milhares de dólares se se conseguir tirá-las aqui para a América Latina e nacionalizá-las na Colômbia, no Peru, na Bolívia ou nas Guianas. Há o exemplo da cutinga, do galo-da-serra, que hoje eu diria que é a Mona Lisa do tráfico, porque não dá nem para falar do valor desse animal se ele hoje for colocado no mercado europeu, americano ou asiático. Nós temos situações onde a pesquisa, o manto da academia – e eu tenho hoje sob suspeita – e gostaria de sigilosamente depois passar isso à Comissão – um outro pesquisador que vem repetindo a rota do Roosmalen, já há alguns anos, e fazendo a mesma coisa que o Roosmalen fazia. Essa é a segunda CPI – eu já depus na primeira —, e eu imagino que esse cidadão já esteja nos Anais da CPI. Mas eu gostaria de reafirmar e de colocar alguns dados para que essa suspeita se consolidasse, e nós passássemos a ter uma investigação maior, porque tanto quanto o Roosmalen, esse rapaz está coberto pelo manto da academia, que é um manto poderoso.

Queria também aqui, Sr. Presidente, fazer uma referência ao que está acontecendo no Estado do Amazonas com relação à questão florestal. O Estado do Amazonas é a última fronteira madeireira e a última fronteira agrícola. E nós tivemos, num passado recente, a partir de 99, uma verdadeira corrida para aquelas terras do sul-sudeste do Amazonas, em Lábrea, na área de influência da 364, e na Transamazônica, entre os Municípios de Apuí e Sucunduri, onde milhares e milhares de hectares foram grillados, foram vendidos e foram desmatados. Não adiantou o esforço que o IBAMA fez em apreender tratores, em colocar agentes naquela área. Essas ações não conseguiram conter um hectare de desmatamento. Após cada operação, as máquinas são renovadas, chegam novas motosserras, e o desmatamento continua acontecendo. Agora, o que nos surpreendeu – nós temos andado bastante pelo interior do Estado – foi uma nova corrida que está acontecendo na fronteira do Amazonas com o Pará, na região do Alto Rio Inhamundá. Nós temos hoje piques de demarcação de grilagem de terras que chegam a atingir 50, 60 quilômetros de uma só empresa. Na perspectiva do asfaltamento da Cuiabá–Santarém, e também pelo aumento da pressão no Pará com relação a esses assassinatos que vêm acontecendo, eles estão se deslocando para a fronteira do Pará com o Amazonas, e se não houver um cuidado imediato, se não houver uma reação imediata, nós vamos ter milhares e milhares de terras grilladas naquela região. Eu conversei com os índios daquela região, e eles usam sempre o mesmo processo já velho conhecido de todo mundo. Primeiro cooptação do ribeirinho: chegam, começam a dar combustível, alguns quilos de mantimentos. No primeiro momento, eles colaboram, mostram a região; num segundo momento, chegam os pistoleiros, expulsam aquelas famílias e, a partir dali, se estabelece um processo que vem ocupando a Amazônia da forma pior e menos produtiva possível. Primeiro, vem a madeira, depois de esgotada a madeira, vem o corte raso para implantação de pastagens. Queria deixar aqui colocado, Sr. Presidente, isso como uma preocupação nossa, porque é um fato que está ocorrendo agora. A floresta ainda está de pé, o que está sendo feito são os piques e as primeiras ações no sentido de que aquilo ali se transforme no norte do Mato Grosso, no sul do Pará e hoje no sul e sudoeste no Estado do Amazonas. Sr. Presidente, de forma geral, seria isso mais ou menos que teria para colocar, finalizando dizendo o seguinte: que é necessário que sejam feitos investimentos na vigilância, na fiscalização e no combate a esse tipo de situação. É necessário que se mobilize ainda mais o conjunto do SISNAMA, os Municípios, os Estados e a União, para que, juntos

com a Polícia Federal e o IBAMA, se possa na verdade ter ações efetivas, ações que gerem um produto satisfatório. Nós temos um sistema de meio ambiente que federa 3 entes, o Estado, a União e os Municípios. Estamos desprezando, no Brasil, os entes mais numerosos da Federação, que são os Municípios, que estão absolutamente inertes, sem nenhuma ousadia e sem nenhuma ação na questão ambiental, e não estão porque não estão sendo estimulados, não estão porque há uma auto-apropriação da União e do Estado de tarefas que o Município pode muito bem executar e executar de forma correta, porque o Município é, na verdade, a caixa de ressonância das questões, mas o Município, muita gente fala: Não, o Município não pode legislar, o Município não pode fazer nada, o Município não pode apreender, o Município não pode fazer... E isso na verdade não existe. O Município é, tanto quanto o Estado e quanto a União, um ente federado, a diferença é o espaço geográfico que ele age, e estamos desprezando ainda os parceiros maiores, que são as comunidades rurais do nosso País, que, se mobilizadas, se motivadas, elas sabem hoje que são a primeira atalaia, a primeira vigilância, o primeiro que recebe os efeitos danosos da escassez. Nós tivemos um programa, nós não, o IBAMA teve um programa, que começou em 1996 até 2000, em que formou 1.700 agentes ambientais. Por interpretação equivocada do papel desses agentes, eles terminaram refluindo, porque eles tinham um programa de preservação de lagos e, naquela altura, eles tinham uma autorização para que... no momento em que o IBAMA proibia um lago e um pescador invadia aquele lago, que eles pudessem reter o peixe, e eles passavam noites e noites fazendo vigilância, porque aquilo era um patrimônio deles, era a alimentação deles, era dali que eles tiravam o sustento para plantar as suas lavouras. E as noites e noites de vigilância, ele ia ver o cidadão sair dali com o produto irregular, porque havia uma portaria do órgão, proibindo a pesca naquele lago, e ele simplesmente ia dizer para o cara: Companheiro, pelo amor de Deus, não faça isso, deixe o meu peixe aqui. Quando isso aconteceu, houve um refluxo do empenho, e começamos a ter, na verdade, a morte desse programa, que, para mim, é o programa de maior prospecção, para mim não, para vários companheiros do IBAMA, inclusive para o Deputado Hamilton Casara, quando foi Presidente, foi um dos incentivadores desse programa, é o programa de maior prospecção socioambiental que existe. Não podemos, na situação que o Brasil vive, com relação às questões das ameaças ambientais, desprezar nenhum parceiro; todos eles são importantes nessa luta. E estamos ainda talvez de forma equivocada, sem entender bem esse

processo, alijando, diria sem nenhum medo, mais de 4.500 Municípios do processo de vigilância ambiental e de cuidados ambientais, não só da fiscalização, mas do licenciamento e de todas as ações que impactam e que afetam o meio ambiente nesses Municípios. É preciso que a gente acorde para isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agradeço a sua relevante e oportuna contribuição.

Passo a palavra ao Deputado Casara, que substitui o Relator Sarney e que hoje atua como Relator desta Comissão. Por favor.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Na realidade, Sr. Presidente, vou fazer um breve comentário e gostaria de formular algumas perguntas ao Sr. José Leland, da minha autoria, e mais algumas perguntas de autoria do Deputado Sarney Filho. O que nós estamos presenciando e estamos verificando, ao longo de todos os depoimentos que estamos colhendo nesta Comissão, é que os esforços, se não forem esforços conjugados, integrados entre os entes federativos, avocando-se o princípio federativo, envolvendo-se a lei evidentemente da União, Estados e Municípios, o setor privado, a sociedade civil, nós vamos cada vez mais perder essa guerra, essa luta contra o comércio ilegal de material biológico. Verificamos inquestionavelmente, em quase todos os depoimentos, essa necessidade de um maior esforço desse conjunto, para que possamos deter essa escalada. Vejo com certo pesar, no depoimento do Dr. José Leland, que não tenha prosperado um dos maiores programas que surgiu na Amazônia, que era exatamente envolver a comunidade com o aparelho de Estado, Deputado Henrique Afonso, Presidente Mendes Thame. Esse programa inquestionavelmente foi uma forma de fazer com que, onde o aparelho de Estado estava ausente nessa imensa Amazônia, a comunidade pudesse, através de uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente, também defender pelo menos o seu alimento, num primeiro momento, que eram os manjões de lagos, mas num segundo momento que eles fossem um membro auxiliar do aparelho de Estado na vigilância da Amazônia. E através desse programa muitas apreensões foram feitas. Eu me recordo de uma apreensão histórica que nós fizemos que saiu de Alter do Chão, foi para Manaus, Belém, Maranhão, Ceará, e a apreensão se deu numa ação conjunta do IBAMA com a Polícia Federal, na cidade do Recife, com a ajuda exatamente dessas comunidades, que nós intitulamos nesse programa de Olhos da Floresta. Esse programa caminhava em duas direções, que era a da vigilância, mas ao mesmo tempo da geração de alternativa para

essas comunidades, para que elas tivessem também o seu sustento. Realmente é pesaroso que essa iniciativa não tenha prosperado. Mas quero falar, Sr. Presidente, que essa questão da legislação é realmente urgente para todos nós, porque o tráfico, na realidade, passou a interessar mesmo àqueles que trabalhavam com tráfico de drogas, e já temos pelo depoimento do próprio grupo da Polícia Federal, das pessoas da Polícia Federal que aqui estiveram, colocando da mudança de mão exatamente de algumas especialidades que antes eram do tráfico de drogas e que hoje estão trabalhando com o tráfico de espécies raras, e a lei, evidentemente respaldada na lei, porque, como ouvimos o depoimento agora do Dr. José Leland, verificamos que é muito fácil para quem está trabalhando no tráfico, porque as penalidades são brandas. Mas eu gostaria, diante disso, Dr. José Leland, de fazer 4 perguntas a V.Sa. e depois passarei às perguntas do Deputado Sarney Filho: se V.Sa. conhece quais as maiores áreas de conflitos hoje na Amazônia sobre a floresta, refiro-me a desmatamento; e se V.Sa. tem nesse ponto, que se referiu entre o Estado do Pará e o Estado do Amazonas, se pudesse qualificar melhor a região para esta Comissão de Inquérito, e, se quiser fazer evidentemente esta informação em sigilo, com a autorização do nosso Presidente, poderá ser feita em função de que talvez essa informação interesse bastante à Comissão. A segunda pergunta é se V.Sa. conhece e pode qualificar para esta Comissão os esforços do tráfico sobre determinada espécie de grande valor comercial. A terceira pergunta: se V.Sa. pode especificar, dentro da sua área de atuação, que é o Estado do Amazonas, qual a estrutura de apoio sobre a vigilância, as rotas conhecidas de tráfico de animais silvestres, da sua área para a Amazônia ou para outras regiões fora do País. A quarta pergunta: se V.Sa. teria alguma experiência a mais para fornecer a esta Comissão sobre, além do que já comentou, do papel das comunidades no combate ao tráfico de animais silvestres particularmente. Depois ainda tenho umas perguntas, se quiser responder agora, tenho mais perguntas do Deputado Sarney Filho.

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Se me for permitido, gostaria de responder, porque senão depois eu me perco lá na... As áreas hoje conflitadas, no Estado do Amazonas, estão exatamente nas fronteiras. Uma já é bastante conhecida, já foi objeto de operações, como falei aqui, do IBAMA e da Polícia Federal, da Polícia Estadual, que é a fronteira com Mato Grosso, pegando os Municípios de Apuí, Sucunduri, e a outra é o sul do Município de Lábrea, onde ele faz fundos para a Transamazônica, para a BR-364, o Município de Manicoré, na área de influên-

cia da Transamazônica, e agora mais recentemente, também naquela região, no eixo da estrada que liga Apuí a Nova Aripuanã, no Madeira. Naquela região, provavelmente o grande ataque, Sr. Deputado Hamilton Casara, é na região do Madeira, no interface com o Estado de V.Exa., no Estado de Rondônia. A região do Rio Marmelo, do Rio Machadinho, há uma avalanche de fazendeiros do Sul, do Centro-Oeste e mesmo de Rondônia para aquele Estado. Isso é muito fácil de ser entendido em razão da medida de eles só poderem desmatar 20% das suas áreas, esgotaram-se as áreas para criação de boi e eles estão buscando em outras áreas para fazer esse aumento da pecuária. Agora, não fazem isso da forma correta, vendo de quem é a terra, comprando a terra, fazem isso, como sempre fizeram em outras regiões, grilando a terra. E agora, como já falei aqui, é exatamente na região do Alto Rio Inhamundá, que faz divisa com o Município paraense de Faro e de Terra Santa e com o Município amazonense de Parintins. Essa região, provavelmente com a minha... a vivência que eu tenho de ter passado, depois de 25 anos de atividade na área de fiscalização, para mim, é o principal ponto de ataque hoje, porque ele está se fazendo de forma diferente, ele não é uma leva de fazendeiros, são empresas madeireiras altamente poderosas. E essas empresas madeireiras, eu gostaria de repassar o nome delas para a Comissão de forma sigilosa, se isso é permitido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quería informar ao Sr. José Leland Barroso que, ao final da reunião, pode nos passar as informações, ou dentro do prazo que ainda tem, de uma semana, se assim preferir, para nos enviar essas comunicações. Fica a seu critério.

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO – A segunda pergunta, Deputado Hamilton Casara, também já fiz uma referência rápida a ela, que é a especialização do tráfico. Então, hoje, no Estado do Amazonas, você tem as cotingas, que existem no Alto Rio Negro, você tem o rouxinol-do-Rio-Negro, o galo-da-serra, e alguns psitacídeos, como as pirronas, que hoje participam do tráfico. Então, ele está focado hoje em, mais ou menos, 10 espécies de animais silvestres: urubu-rei, por exemplo; tamanduá-bandeira; os macacos... a não ser que seja um acari branco, a não ser que seja um cebuela pignea, porque esses bichos, eles são mais difíceis de transportar, e eles valem menos dinheiro do que hoje um galo-da-serra, que, como se comenta aqui, no Japão, vale 120 mil dólares. Nós não temos como dizer que isso é verdade, mas são histórias que surgem. E nós até fazemos questão de fazer com que elas não sejam muito divulgadas, porque, senão, meu amigo, vai ser muito melhor transportar isso, se arris-

cando, como disse o Deputado, um crime afiançável, do que transportar alguns quilos de cocaína. A terceira pergunta, Sr. Deputado, o senhor podia só repetir o início dela para mim?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Qual a estrutura de apoio sobre a vigilância das rotas de tráfico conhecidas hoje?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO – Eu diria que é praticamente nenhuma. Nós já tivemos uma situação melhor, exatamente dentro... que faz uma ligação com a sua quarta pergunta, que é a questão do relaxamento da vigilância pelas comunidades. Eu inclusive brincava com alguns comunitários que nós íamos recuperar o toque do tambor e o sinal da fumaça como modos de comunicação. Isso são registros históricos, isso tem documentação, que nós recebíamos 15 dias depois, 10 dias depois, mas a notícia terminal vai chegando ou em forma de bilhete, ou em forma de recado, de que um trator Skider havia penetrado na floresta, num lugar desses bem longínquo, de que uma comitiva de americanos ou de europeus, estrangeiros, estaria no Alto Japurá, pesquisando, levando pedras, levando sementes, levando folhas. Essa estrutura, como eu lhe falei, quebrou. E em consequência disso, em consequência das dificuldades por que as instituições, tanto a nível federal, como a nível estadual, vêm passando, e com a falta de atuação das Prefeituras nisso, na falta de estímulo para que elas atuem, eu lhe diria hoje que nós temos uma situação que é pior do que há uns 5, 6 anos atrás, e precisa urgentemente ser recuperada. E eu creio que nessa questão das comunidades é preciso que se volte a dar importância devida a esse programa para que a gente tenha uma participação maior dessa vigilância que é extremamente importante. Espero ter satisfeito V.Exa. com as respostas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, José Leland. Vamos passar agora às perguntas formuladas pelo Deputado Sarney Filho.

Depoimentos anteriores, nesta CPI, dão notícias das precárias condições de materiais humanos para o desempenho das funções de fiscalização do IBAMA em todo o território brasileiro. Como são as condições específicas de trabalho no Estado do Amazonas e quais as principais carências e os aspectos positivos? A primeira pergunta.

Segunda pergunta, de autoria do Deputado Sarney Filho: quantos inquéritos administrativos foram levados a efeito pelo IBAMA nos últimos 3 anos no Estado do Amazonas e sobre o que eles diziam respeito? Pergunta se alguns deles resultou em afastamento ou demissão.

Terceira pergunta: quantos autos de infrações foram aplicados pelo IBAMA nos últimos 3 anos no Esta-

do do Amazonas? Quantos foram efetivamente pagos? Qual foi a destinação dos recursos provenientes do pagamento dessas multas, autorização de desmates e licenciamento ambiental de empreendimentos?

Quarta pergunta. Em depoimento a esta CPI, o delegado Jorge Pontes, da Polícia Federal, teceu severas críticas ao fato de os peixes ornamentais brasileiros serem tratados como os recursos pesqueiros, apesar de se destinarem a aquários. Recentemente foram apreendidas cerca de 190 caixas de peixes ornamentais no Aeroporto Internacional de Manaus. Há suspeita de envolvimento de servidores do IBAMA. O que ocorreu com a empresa envolvida? Que atitude a instituição vem adotando ou pretende adotar contra o conhecido tráfico de peixes ornamentais na Amazônia?

Quinta pergunta. A lei de crimes ambientais instituiu no seu art. 68 o seguinte tipo penal: deixar aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo de cumprir obrigações de relevantes interesses ambientais. V.Sa. já presenciou ou teve notícias de servidores acionados na Justiça por omissão no dever legal de fiscalização, com base nesse dispositivo legal, ou em outros referentes a crimes contra a administração ambiental?

Sexta pergunta: o que V.Sa. pensa sobre o PL nº 4.776, do Poder Executivo, que dispõe sobre a gestão das florestas públicas e cria o serviço florestal brasileiro? Que dispositivos deveriam ser aperfeiçoados?

Sétima pergunta, de autoria do Deputado Sarney Filho: o que V.Sa. entende deveriam ser ajustados no âmbito das políticas públicas e da legislação no País para um melhor controle da biopirataria no Brasil?

Oitava e última pergunta: V.Sa. tem notícia acerca de pessoas físicas ou jurídicas, inclusive ONGs de fachada, sobre as quais pairam suspeitas relacionadas à biopirataria e que deveriam ser investigadas por esta CPI?

Se V.Sa. puder, se quiser, poderá fornecer as informações em caráter reservado. Seriam as perguntas, Sr. Presidente, de autoria do Deputado Sarney Filho.

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO – Sr. Presidente, Sr. Deputado Hamilton Casara, a primeira pergunta, das precárias condições da instituição IBAMA, eu responderia que houve, na verdade, evidente, uma perda de equipamentos. Uma coisa que me deixou preocupado: após o concurso que para o Estado do Amazonas foram 79 concursados, o que iria com certeza aumentar a capacidade técnica e de gestão da instituição, apenas eu contei ontem, até por um exercício de curiosidade, tem 13, o resto voltou para os seus locais de origem, apenas 13 ficaram no Estado do Amazonas. É um Estado difícil, inóspito, transporte difícil. Eu queria colocar que, quando gerei o IBA-

MA no Amazonas, tive o prazer de recepcionar esses analistas novos, e disse a eles que com certeza eles seriam em pouco tempo os líderes, as pessoas que iam estar no comando daquela casa. Porque durante o tempo todo que passamos sem fazer concurso todos nós envelhecemos. O IBAMA tem um quadro já bastante envelhecido, e aquilo era oxigênio para o IBAMA. E nós teríamos ainda tempo de repassar o conhecimento que nós havíamos adquirido ao longo desse tempo. A minha maior preocupação era que todos nós fôssemos nos aposentando e de repente esse conhecimento que foi adquirido ao longo do tempo fosse jogado fora. Mas então se em 1979 nós perdemos 650 e tantos funcionários, o senhor observa que a estrutura de pessoal caiu bastante, é como se o concurso para o Estado não tivesse existido. Esses servidores, acho que em torno de 900, estão hoje prestando serviço nos seus Estados. Alguns que se apaixonaram pela floresta amazônica permaneceram lá. Investimentos em estrutura, em botes deslizadores, barcos que é nosso meio de transporte e eventualmente carros também não ocorreram. E como eu disse, tenho andado bastante pelo interior e tenho percebido uma absoluta imobilização dos nossos 13 escritórios regionais. Agora, quantos inquéritos administrativos foram abertos, na verdade eu não recordo, não tenho como ter isso de cabeça, até porque já estou há algum tempo afastado do IBAMA. Peço permissão para responder dentro do meu prazo. Quantos autos de infração foram lavrados? Também teria que fazer uma pesquisa e responderei dentro do prazo. Com relação a questão peixe ornamental, o Dr. Pontes tem toda razão. Todo mundo diz que o primeiro ato de biopirataria foi levar as sementes de seringueira para a Inglaterra. E eu diria que o segundo ato de biopirataria foi o comércio de peixes ornamentais, que não é novo, esse comércio tem já quase 50 anos. E o Amazonas exportava alguma coisa em torno de 33 milhões de indivíduos por ano. Esse número hoje caiu, deve andar por volta dos 9 milhões. E nós mandamos durante muito tempo material genético de excelente qualidade para o exterior. E por que eu digo aos senhores que era material genético de excelente qualidade? Porque o índice de mortalidade na captura e no transporte desse peixe, chegava a 80%. Isso também tem estudos com relação. Então, os indivíduos que conseguiam chegar na Europa eram indivíduos geneticamente perfeitos, era cabra bravo que não morria à toa. Agora, tratar isso dentro de uma coisa diferente do extrativismo pesqueiro, eu acho que não teria como, porque é extrativismo pesqueiro, é captura, é pesca. O que é preciso primeiro, na nossa avaliação, é... E talvez seja muito tarde, mas talvez não seja, porque os nossos acarás-discos hoje vão para

a Europa e vão para a Ásia como reprodutores, para renovação genética. Porque os cruzamentos terminam dando um grau de consangüinidade tão grande que eles começam a ter problema com os planteis deles. Então de vez em quando é preciso colocar o sangue do nosso acarazinho, do nosso reprodutor. Mas a primeira coisa é que esses peixes teriam que sair rigorosamente esterilizados, e é um processo extremamente simples e barato de fazer. O segundo é que nós desvinculássemos a questão da bacia do Brasil e tivéssemos uma portaria exclusiva para a Bacia Amazônica, que tem característica diferente. A mesma portaria que trata da exportação de peixes marinhos trata do peixe capturado no Rio Negro. São 183 espécies, se eu não me engano, e dentre elas tem mais ou menos umas 40 piabas, piabas sp. Piabas sp, piaba tudo é peixe pequeno. Então, quando estou mandando piaba sp não sei o que estou mandando. Nesse caso que foi relatado, aí era exatamente navegando dentro desse espaço. Estou mandando piaba. E a lei protege, era piaba. O pirarucu quando é pequenino, também é piaba. Agora, o que é ruim do peixe ornamental, que de qualquer maneira é um comércio que se disciplinado, se cuidado é divisa para o País, mantém o Município de Barcelos, toda a receita do Município de Barcelos acho que aí 90% vem do peixe ornamental. O que é difícil é nós perdermos alevino de aruanã, alevino de pirarucu, capturado na fronteira do Brasil com a Colômbia e com o Peru, sem que o País tenha e sem que o nosso pessoal tenha, os nossos ribeirinhos tenham a menor participação nisso. Isso daí é contrabando puro. E a maneira de segurar isso seria... Na verdade, eu tive o prazer de ler o esboço, a proposta de um projeto de reformulação da lei de fauna em que nós teríamos a oportunidade de aproveitarmos esses recursos de forma sustentável. Nós estamos perdendo peixe com pesca predatória e beneficiando os países vizinhos. Isso acontece com qualquer espécie, com arraia, com aruanã, que é extremamente bonita quando é pequenininha, parece uma espadinha, com saquinho amarelo, com pirarucu, que é um peixe hoje que é vendido a 8 reais o alevino de 8 centímetros para criação em cativeiro. E estamos perdendo isso para peixe ornamental e não sabemos quanto custa, e sabemos que um dia ele vai ser descartado, quando ele começar a crescer, porque o comércio de peixe ornamental se baseia exatamente no alto índice de mortalidade, todo dia você tem que estar renovando o aquário. Então, eu tenho um peixe que dura muito tempo, eu não renovo e depois ele com certeza será descartado. E estamos perdendo o recurso genético extremamente importante. Com relação à 5ª pergunta, a lei dos crimes ambientais institui em seu art. 68, o seguinte tipo

penal: deixar aquele que tiver dever legal ou contratual de fazê-lo de cumprir obrigação relevante de interesse ambiental, eu diria, Sr. Presidente, que se fosse fazer isso, Sr. Deputado, se esse art. 68 fosse cumprido, ia ter muita gente na cadeia. Eu não conheço ninguém até agora que tenha sido processado por isso. Mas o que eu conheço de omissão com relação a isso, eu não posso considerar como omissão aquele que não age por absoluta impossibilidade de fazê-lo. Eu tenho a notícia do crime, sei onde o crime está, mas não eu consigo chegar lá a pé, eu preciso de gasolina, eu preciso de combustível, eu preciso de pneu, eu preciso de meios para chegar lá. Esse eu não incluo. Mas aquelas pessoas que recebem e teriam condições de executá-lo, infelizmente, não tem ninguém que responda por isso nesse tipo penal, mas que tem muita gente que já fez isso, muito omissão existe. Eu acho que essa questão do aluguel das florestas públicas, Sr. Presidente, Sr. Deputado Hamilton Casara, quando eu penso num prazo de arrendamento de 120 anos, eu fico extremamente preocupado. Eu não tenho conhecimento de qual seria a quantidade de hectares, até porque ainda não me debrucei sobre essa questão. Mas eu só de pensar no prazo de 120 anos fico, tratando-se de Amazônia, numa floresta que todo mundo supõe forte, é um ecossistema extremamente frágil, acho que isso...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – V.Sa. está se referindo a 120 anos na possibilidade de renovar o contrato.

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO – O que eu li foi exatamente 60 anos com possibilidade de renovação de 60 anos. Porque não vejo qual o motivo disso, porque você tem um ciclo florestal determinado de 20 anos. Então, 20 anos eu já saberia se isso estava certo ou estava errado. Se der um prazo de 30 anos, tudo bem, agora 60 anos eu acho que é, na minha avaliação, na minha humilde avaliação, é abusar de todos os prazos que eu já vi na minha vida. Com relação à legislação de biopirataria, Deputado Hamilton Casara, sabemos que essa é a grande lacuna. E a proposta não seria desvincular isso da questão de fauna, porque nós temos hoje uma situação extremamente interessante que esqueci de abordar aqui e peço licença para fazê-lo. Estamos muito preocupados com o que está saindo e não estamos preocupados com o que está entrando. Nós temos hoje no Amazonas um caso típico que está acontecendo agora, que é o caramujo africano, que transmite vírus patogênicos que atingem o sistema nervoso central, conseqüentemente as meninges e que foi levado para lá para ser servido como *escargot*. E de repente o paladar não agradou, ele tem um paladar muito amargo e ele foi descartado

vivo e hoje virou uma praga, e todo o Estado está mobilizado na destruição desse bicho. E eu, como técnico dessa área, avalio que já é tarde. E tem aí a tilápia, que hoje predomina nos ecossistemas aonde ela não vivia, que são em águas correntes, concorrendo com os nossos peixes. Tem um famoso caso da indústria Estrela, que tentou e trouxe para cá, como brinquedo, um pequeno molusco dos arrozais da China, que tem uma capacidade de proliferação e de resistência muito grande, que ela queria trazer para a criança alimentar, mas isso é um brinquedinho ecológico e conseguiu trazer, nós não sabemos hoje aonde esse animal parou e o que ele está fazendo por aí. Tem o caso das tartarugas do Mississipi que entraram no Brasil, a tartaruginha verde, vendida em *pet shop* que entrou hoje nas nossas correntes hídricas. São incógnitas ainda sem respostas, mas pelas experiências do mundo com relação a isso, vão ter problemas. Voltando à lei, Sr. Deputado, eu acho o seguinte... A Amazônia tem um caso interessante também que é a questão da água. Não sabemos por que 400 amostras de água estavam sendo levadas para o exterior. E vou observar o paralelo que se traça aqui. Para colocar isso, teve que fazer uma análise do seguinte: vamos ver se essa água tem fitoplâncton ou se ela tem zooplâncton. Se ela tiver fito, nós vamos enquadrar na Lei de Flora; se ela tiver zoo, nós vamos enquadrar na Lei de Fauna. Aí o senhor percebe a ironia, o tamanho do vazio que existe nessa questão. Eu acho que todo o criminoso, tanto o traficante de animais silvestres, aquele emblemático que está vendendo bicho para o cidadão que tem dinheiro satisfazer a sua personalidade distorcida, me desculpem, com o canto do bicho preso, como aquele cara que está levando para o laboratório. Esses cidadãos têm que chegar aos pés do juiz. A lei tem que levá-los ao julgamento, porque, na minha avaliação, quem deve soltar e prender o cidadão é o juiz e não o agente do IBAMA e não o delegado. Eu acho que se nós conseguirmos elaborar uma legislação que faça com que ele vá ao juiz, que possa fazer com que ele tenha medo, porque, senhores, no tempo da 5.197, quando você dizia para um traficante de animais silvestre “o senhor está preso”, ele se apavorava, porque era inafiançável, era rito sumário. E um advogado para tirar um cidadão da cadeia, antes do julgamento, cobrava em média 40 mil reais, porque era difícil de tirar. Mas hoje, quando você diz: “olha, o senhor me acompanha à delegacia”. Ele: “Ah, vou pagar uma fiancinha ali e vou embora.” E hoje para todos os agentes é, na verdade, extremo sacrifício de conduzir alguém preso exatamente pelo tempo que ele vai passar. E o criminoso, a pessoa que fez com que ele fosse até lá, vai estar em casa dormindo sem nenhuma preocupação com o que lhe possa

acontecer. Essa questão abordada no oitavo quesito, Sr. Deputado, ela... Obviamente nós temos ONGs que são extremamente suspeitas, inclusive ONGs que são tidas no mundo inteiro como detentoras do maior saber científico, que atuam no Brasil, na África, em toda a América Latina, atuam na China e que marcadamente, marcadamente, a gente poderia... tem dados, tem evidências, não tem provas. Então, eu queria colocar isso nas minhas informações à CPI como evidências e não como provas, porque, na verdade, nós não temos provas. E farei isso dentro do prazo que a CPI me oferece, e farei com muito prazer. Espero ter tido respondido as perguntas formuladas por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mais algum questionamento?

Deputado Henrique Afonso, com a palavra, por favor.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Sr. Presidente, lamentavelmente, eu só pude chegar, estava já na metade da intervenção do Sr. José Leland, mas a gente já tem um pouco do resumo dentro das questões abordadas. E eu queria, Sr. Leland, aqui fazer algumas questões que estão relacionadas ao conhecimento das populações tradicionais e relacionadas também com esse conhecimento da nossa biodiversidade, principalmente de alguns elementos. Queria fazer aqui 3 questões que para mim parecem ser importantes para o senhor nos ajudar a compreender. Primeiro, se há comprovação suficiente de que o conhecimento de nossas populações tradicionais e recursos biológicos e genéticos estão constantemente biopiratedados, por que o projeto, na sua opinião, de acesso à nossa biodiversidade e de proteção ao conhecimento a ela associada não está entre uma das prioridades do nosso País? O que concretamente tem motivado, na sua opinião, um verdadeiro saque do nosso patrimônio genético?

E eu faço até essa segunda questão nessa primeira, porque a gente tem idéia hoje do verdadeiro saque que está sendo feito com o nosso patrimônio genético. Na verdade, temos essa idéia e parece que não acreditamos que recursos da nossa floresta e da nossa biodiversidade têm gerado bilhões de dólares. Na verdade, então, tem motivado estrangeiros e outros que têm vindo aqui têm levado parte da nossa... elementos da nossa biodiversidade.

A segunda é: pelo senhor fazer parte de uma instituição fiscalizadora e por apresentar uma vasta vivência na proteção de nossas riquezas florestais e no combate à biopirataria, o que leva nosso País a ser tão vulnerável à biopirataria, além da legislação frouxa, citada inclusive pelo senhor? Qual a importância de maiores investimentos em ciência e tecnologia?

Se não há no Brasil uma política de desconcentração de recursos, reconhecendo a Amazônia como grande campo de pesquisa que dará resposta a muitos problemas da humanidade, não estamos abrindo portas para a biopirataria?

E a terceira: o conhecimento das nossas populações tradicionais em relação aos elementos da biodiversidade é de grande valia, e isso já está comprovado, o que o senhor sugere para proteger esses conhecimentos? Eu estou citando isso, porque eu estou convencido da importância que tem esse conhecimento das populações tradicionais e que também é inevitável que as nossas populações tradicionais tenham relacionamento com pesquisadores. E nós sabemos que tem pesquisadores de vários lugares do Brasil.

O fato é que o Brasil, a gente sabe que precisa ter uma legislação e um mecanismo que possam dar efetivamente proteção aos conhecimentos. E posso dizer hoje com convicção que o Brasil ainda não descobriu o valor econômico, o valor ambiental que tem o conhecimento das nossas populações tradicionais. A exemplo disso, recentemente teve um encontro em Itarauacá, no Estado Acre, li isso no jornal, sou do Estado do Acre, e, de repente, uma pessoa estava lá, de importância do Governo do Estado, falando sobre o potencial medicinal que têm os produtos da floresta, que nós chamamos hoje “saúde da floresta”, com medo de usar essa expressão até “medicina da floresta” para não criar problemas com a medicina convencional. E, de repente, alguém aparece com um remédio para careca. E foi visto até com uma certa ironia e com um certo humor. E essa pessoa fez a coleta desse produto e levou para casa. E porventura ele era calvo e começou a passar esse remédio na cabeça dele e realmente começaram a aparecer os efeitos favoráveis. Favoráveis, isso não é brincadeira. E interessante que uma parte do jornal que me deixou muito curioso e animado é porque essa pessoa passou a depor que passou a investigar, junto com pessoas da floresta, pegando conhecimento e foi juntando algumas substâncias e terminou por acaso, e que não é por acaso a gente sabe disso, num remédio que poderá revolucionar não é nem só no Brasil, mas no mundo, porque os nossos carecas do Brasil estão querendo um remédio mais efetivo.

Outra é a copaíba, que também está aí, que pode ser uma grande revolução, que pode se caracterizar apenas com substâncias nela, com princípios, que sejam um antiinflamatório. Já há evidências, há conhecimento de que a copaíba pode ter um potencial medicinal muito maior do que já se descobriu dela. Do mesmo modo, é o sapo cambô, que é visto pelos nossos índios como remédio. A secreção do sapo cambô e o ritual que eles fazem é o remédio mais poderoso da floresta.

Quer dizer, tem muitas coisas, muitas curiosidades que a gente sabe que é fácil você fiscalizar uma pessoa levando um peixe, uma aranha. Agora, o difícil é você fiscalizar uma pessoa levando um conhecimento, um pedacinho de uma casca de uma árvore ou qualquer outro produto dessa maneira. O IBAMA tem dificuldade de estabelecer uma política fiscalizadora.

E deixar essas 3 perguntas e mais essas intervenções da curiosidade que a gente tem. Eu sou um dos articuladores da Universidade da Floresta, por isso que me interessa muito essa questão da ciência e tecnologia, porque eu fico com o Peter, do Museu Goeldi, que mais sério do que o desmatamento é o desconhecimento da nossa floresta. A partir do momento que nós tivermos conhecimento do que ela representa para o equilíbrio do ecossistema, do que ela representa, efetivamente, como valor econômico, como valor ambiental e valor social para o nosso País, a gente deixaria de ter esse processo de desmatamento crescente que a gente tem tido, infelizmente, no Brasil, principalmente em relação à nossa Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Dr. José Leland.

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO – Sr. Presidente, eu peço desculpas, eu pensei que poderia me dirigir direito. Primeiro, eu queria lhe dizer: eu estive lá em Itarauacá e inclusive comprei 10 vidros do xampu lá, apesar de não ser careca, mas tenho alguns amigos que são. Comprei 10 vidros do remédio do Seu Pinto. É o homem que faz. É uma fórmula secreta, né, mas eu tenho algumas plantas, como o mulateiro, babosa, que fazem a composição, e tem uma lá que ele não revela para ninguém, que é o chamado pulo do gato. E, na verdade, o remédio dele está sendo procurado. Tem vindo gente, pedido da Europa... E é uma grande promessa para que o Acre tenha, naquela composição, talvez atenuação de uma das doenças que se mais gasta dinheiro no mundo com ela, que é a calvície. Agora, eu queria pedir ao senhor, o senhor podia me dar as perguntas, porque, como elas são longas, eu... Vou tentar. A primeira pergunta sua, ilustre Deputado – inclusive, antes de o senhor chegar, eu tinha feito uma referência a isso aqui: não existe mais nenhum produto que seja do conhecimento das nossas comunidades indígenas, dos nossos caboclos, dos ribeirinhos, daquelas pessoas que sempre tiveram na floresta a sua farmácia, que já não esteja sendo pesquisado lá fora. A copaíba, a andiroba, o mulateiro, o alecrim, o quebra-pedra, escada-de-jaboti, erva-de-passarinho e inúmeras, inúmeras, inúmeras, que – o senhor tem toda razão – o nosso caboclo e a própria comunidade indígena passou de boa-fé. E eu tenho

assistido a isso andando pela floresta. E ele faz questão de demonstrar que ele conhece a floresta. É uma espécie de glória. Ele diz olha: *Olha, isso aqui serve para tal doença, isso aqui serve para outra doença.* Ele vai, gratuitamente, fazendo isso. O risco que nós corremos hoje... Essas aí nós já perdemos. Como eu disse, com um tribunal de patente internacional irresponsável, nós podemos ter essas patentes, uma hora dessa, caindo na nossa cabeça, uma patente dessa feita. São outras plantas, são outras substâncias de que nem o nosso caboclo nem nós temos conhecimento, porque, na verdade, o desconhecimento é muito pior do que o desmatamento. Porque, a partir do momento em que nós tenhamos consciência de que, essa biodiversidade, ela pode gerar mil vezes mais dividendos, mais lucro do que a derrubada, nós vamos ter, com certeza, uma floresta intacta. E aí eu acho que eu entro também numa das suas perguntas: nós sabemos disso, que nós não investimos nas universidades, nós não investimos em pesquisa. As universidades públicas brasileiras são todas elas altamente carentes. Apesar de termos grandes profissionais, não há um investimento em biotecnologia que possa, na verdade, chegar a uma conclusão. O senhor disse que tem até medo de usar a medicina da floresta. Agora, o senhor imagine a dificuldade que nós teríamos, que os pesquisadores teriam, para colocar um remédio na prateleira de uma farmácia com o nome de remédio. Eles colocam como alimentação, eles colocam como cosmético, porque há uma competitividade internacional muito grande e uma burocracia que é criada de propósito, para que nós, pobres laboratórios brasileiros, não possamos competir com os grandes laboratórios internacionais. Isso, eu posso até estar sendo muito pessimista com relação a isso, mas eu sempre acreditei que essa falta de investimentos, essa falta de prioridade no maior recurso do mundo, que é a nossa biodiversidade, ela é alguma coisa que tem por trás disso alguma coisa manipulada, porque é óbvio. E a gente, ninguém que seja razoavelmente inteligente pode ignorar o óbvio. Então, se não investe é porque não quer. Mas tenho certeza que ali está a grande resposta para a pobreza e para a falta de aptidões da nossa Amazônia para muitas outras coisas, inclusive para criação de boi. Em geral é isso? O senhor está satisfeito? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. José Leland, vou fazer perguntas simples, até porque o senhor se colocou à disposição para uma sessão sigilosa *a posteriori*, e vou me guardar para aquela sessão, para outras perguntas. O senhor disse aí, citou o caramujo

africano, esse molusco que a indústria Estrela trouxe para cá. Esses animais, eles entraram solicitando através de via legal ou eles entraram também num tipo de mecanismos de tráfico?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Eles entraram através de vias ilegais, entraram sem conhecimento das autoridades.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sem conhecimento das autoridades?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Sem conhecimento das autoridades.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Esse caramujo africano entrou por qual empresa?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Olha, eu não tenho o nome da empresa. Eu estou ainda investigando para saber, na verdade, se ele fez uma ponte direto da África ou se ele estava já em um país aqui da América Latina e por onde a fronteira que ele entrou. Eu não tenho ainda essa informação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, porque, como o tráfico para fora é nocivo para nós, o senhor está demonstrando que o tráfico aqui para dentro também é de uma nocividade bastante grande. Acho que os indícios do que o senhor está investigando, dessa questão do caramujo africano e de quem trouxe, acho que era interessante passar para esta Comissão – eu solicito que o senhor passe —, para ver no que nós podemos nos somar nessa investigação, até porque o senhor relata doenças de caráter neurológico, que é coisa muito grave e que vai repercutir, provavelmente, no sistema de saúde e na saúde pública do nosso País. Então, eu solicito que o senhor nos repasse esses indícios, para que nós possamos nos somar, então, nessa investigação.

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Outra questão do molusco. Foi a indústria Estrela? Foi identificado que foi a indústria Estrela?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Foi a indústria Estrela. Ela fez uma... Foi em 90, 1990. Ela trouxe alguns, depois tentou repetir a operação, só que aí ela foi barrada. O IBAMA não autorizou. Mas nós já tínhamos, elas fizeram um experimento, trouxeram alguns para ver como é que era o comportamento. E, pelo que nós sabemos, esses animais não foram incinerados. E, como eu lhe disse, é uma incógnita o destino deles. Podem até ter morrido, ter acabado, mas, como isso acontece a longo prazo, eu não saberia lhe dizer onde identificá-los.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A indústria Estrela foi processada, respondeu a algum processo

criminal por esse chamado tráfico ou contrabando desse animal?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Não, que eu conheço, tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E essas tartarugas-do-Mississippi também entraram de maneira ilegal?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Essas tartarugas, elas entraram, todas elas, porque há uma legislação que proíbe a entrada. Ela é muito clara, a legislação, nesse sentido. Mas você encontrava essas tartarugas em todos os *pet shops*. Nós fizemos um trabalho, retiramos todas elas, que tinham nos *pet shops*, esses *pet shops* foram multados, foram penalizados, e destruímos. Mas nós sabemos que muita gente comprou e depois, como o caminho natural é se livrar do animal, não quer matar, termina liberando esse animal na natureza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E está?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Está.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Milhares?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Nós encontramos dela já integrando os nossos ecossistemas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E foi alguma empresa que trouxe? Foi identificado?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Foram várias empresas, várias empresas, vários exportadores.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas tem identificação delas?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Eu imagino que se a gente pesquisar, Deputado, nós teremos isso. Eu estou falando de fatos que aconteceram já há algum tempo, por isso eu não tenho de memória. Mas é como eu disse: eu vou, tudo que eu coloquei aqui, eu vou estar... Aqui em Brasília, o IBAMA/Brasília deve ter registros muito claros disso daí.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, eu gostaria também que o senhor passasse para nós o registro do que tem a respeito dessas empresas. O senhor também relatou que 400 amostras de água estavam sendo levadas para o exterior. E, como existe um vazio, pegou parecer se tinha plâncton, o que é que tinha nessa água. Quem é que estava levando?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Olha, nesse caso, quem estava levando foi multado; o material foi apreendido. Encontra-se ainda apreendido e em análise. Quem fez a tentativa de levar foi um pesquisador. Não sei a nacionalidade dele, mas porque eu estou fora, eu estou afastado desse processo há alguns meses, só acompanho. Conversei, ontem, com

o chefe de fiscalização do IBAMA e ele me falou sobre isso, que tinha havido a autuação, e o produto estava lá, para análise, para saber o que é que tinha, na verdade. Isso aí é extremamente fácil, colocar o nome da pessoa que estava levando essas amostras.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como há um vazio, então ele não foi sequer preso, foi retido só o...

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO – Foi retido só o material, e ele foi multado, administrativamente. Deve ter sido... aí fica a incógnita: se por fauna ou se por flora, dependendo do resultado da análise. Porque é água, fica difícil você fazer a tipificação penal dela.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Também só licito que V.Sa nos envie os informe a respeito disso.

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO – Será satisfeito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Estou satisfeito, Sr. Presidente. Uma vez que nós vamos ter, logo depois, o depoimento sigiloso, me guardo para outras questões, depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Novamente com a palavra o Deputado Henrique Afonso.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – O senhor tem conhecimento de que existe um produto na floresta chamado unha de gato?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO – Conheço, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Conhece. O IBAMA está tendo o controle da quantidade de unha de gato que tem saído da Amazônia? Quería saber do senhor se existe algum laboratório em Parintins que trabalha o processamento, principalmente para a produção de medicamento na base da unha de gato.

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO – Tem alguns projetos de manejo de unha de gato. Se o senhor conhece a unha de gato, ela é uma planta invasora. Ela dá muito em locais que foram desmatados. Mas tem um projeto de manejo. Pelo que eu sei – eu não sei de tudo —, está saindo de forma controlada. E, na verdade, em Parintins tem uma cooperativa que transforma esse produto num produto medicina. Medicinal entre aspas, dentro daquele enfoque de que nós falamos: que não é reconhecido pelo Ministério, pela ANVISA como um produto medicinal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, permita-me encaminhar-lhe algumas perguntas também. A primeira é a seguinte: o senhor comentou que poderiam ser esterilizados esses peixes que são enviados ilegalmente e que é fácil essa operação. Poderia dar alguma ex-

pliação a mais a respeito do assunto, sobre a conveniência dessa esterilização, qual a vantagem, qual o custo disso aí e como isso poderia ser feito?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO – Deixa eu anteceder um pouquinho. Hoje, os aquários que fazem exportação de peixes, eles mudaram, até por força de exigências legais. Que, antigamente, um aquário que recebia peixe ornamental, ele era uma tela dentro de um igarapé. E o IBAMA, no Amazonas, criou alguns itens para tentar gerar emprego, porque ele tinha que ter laboratório, ele tinha que ter um funcionário com formação na área, tinha que ter temperatura de água controlada. E esses peixes, eles vão hoje para caixa de cimento e se faz ali, na água em que ele está, se faz um gotejamento com algumas substâncias esterilizantes – por exemplo, o antibiótico neomicina é uma delas – para peixes, e você evita que esses peixes vão para lá e sejam manipulados geneticamente, se façam cruzamentos. E daí, um pedaço do comércio de peixe ornamental no Amazonas – na Amazônia, porque não é só o Amazonas que exporta —, ele não tem mais nenhum valor econômico para o País. Então, a vantagem de esterilizar seria exatamente essa. Teria que ter a obrigação de esterilizar, para eles não gerarem filhotes, não gerarem descendência, irem para o aquário e morrerem no aquário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em suma, o que está propondo, a sua sugestão é que, primeiro, se legalize essa exportação do peixe para aquário, para que, a partir daí, eu possa, digamos, aumentar essa exportação sob controle, dentro das normas legais e, portanto, maximizar a receita com a exportação legal do peixe. É isso?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO – Essa legalização, essa autorização, já existe. Existe uma portaria com 183 espécies que podem ser exportadas. É aquilo que eu falei, que tem muita piaba, e aí se confunde muito, porque eu não tenho controle, nós não temos controle do que está saindo. O que nós estamos propondo é que isso não gere, esses que podem ser exportados não sejam utilizados como reprodutores. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Entendi. Perfeito. Está perfeito. Segunda pergunta: em 2003, uma delegação indígena da etnia katukina reivindicou, junto ao Ministério do Meio Ambiente, direitos de propriedade sobre o princípio ativo da secreção do sapo kambo. A questão foi encaminhada ao IBAMA e ao CEGEN, que, pelas prerrogativas estabelecidas na Medida Provisória 2.186 – MP deve ser medida provisória —, regulamenta a bioprospecção e o acesso aos recursos naturais. Em que fase está esse pedido de patente no âmbito do

IBAMA? Poderia nos informar qual o andamento, visto que outros interessados também reivindicam a mesma propriedade intelectual?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Sr. Presidente, eu desconheço o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Desconhece. Está certo. Na CPI destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e da flora brasileira, realizada no final da Legislatura passada, foram apontadas, no relatório final, 12 rotas de tráfico de animais e apontados 17 pontos de captura e 11 pontos-de-venda de animais tanto na Amazônia Legal como em terras indígenas. Tem conhecimento de providências que foram tomadas pontualmente com relação a estes 40 pontos no total apontados, providências tomadas no âmbito da sua área para coibir ou inibir pelo menos em parte essa agressão ao patrimônio?

O SR. JOSÉ LELAND JUVÊNCIO BARROSO

– Sr. Presidente, nós temos no Amazonas – eu posso me referir ao Estado do Amazonas —, como rota, como ponto de saída, nós temos o Alto Rio Negro, exatamente onde estão aqueles pássaros dançarinos. Isso... Tem sido feito um trabalho com a Polícia Federal e com o próprio Exército para impedir a saída desses pássaros. E, em algumas operações de fiscalização, foram apreendidas algumas Cotingas Pompadour e algumas – esses pássaros dançarinos são altamente valiosos —, e foram recambiados para o Alto Rio Negro. Uma outra rota marcada também é a tríplice fronteira Peru/Colômbia/Brasil, pelo Rio Javari, que, por ser uma área de penetração também de entorpecentes, uma área de tráfico das FARC, das Forças Armadas Colombianas, de perambulação delas, são áreas que hoje estão sendo... recebendo uma vigilância maior. É, o Aeroporto de Manaus, onde existem permanentemente funcionários do IBAMA atuando junto com a INFRAERO e com a segurança do aeroporto, que tem feito não apreensões... E até uma questão interessante que se coloca aqui é da distinção, da gente sair daquela neurose do que é o cara que catou uma semente na floresta porque achou bonita e aquele cara que está levando a semente para biopirataria. O turista... Na Amazônia, se faz muito ecoturismo. Lá não se faz turismo para ver igrejas, para ver palácios, para ver eventos. Lá se faz turismo para ver floresta, para ver natureza. Então, é muito comum que o turista às vezes compre, numa loja de artesanato, uma semente daquela ou mesmo, andando na floresta, colete a semente e termine, de forma inadvertida, querendo passar com aquela sementinha no aeroporto. E, por isso, foi colocado um funcionário lá, com um questionário que todos eles têm que preencher. Fica meio chato.

Às vezes, o turista reclama, porque demora, mas ele tem que preencher um questionário dizendo o que é que ele está levando na maleta. E ele não tem sido multado por isso. Ele tem sido advertido. E ele faz a entrega espontânea daquela frutinha ou daquela pena de arara que ele está levando. Então, o que eu posso me referir do que resultou disso são esses 3 pontos, que, auxiliados por essa circunstância toda das FARC, dos entorpecentes, há hoje a marcada presença do Poder de Estado no Aeroporto de Manaus, onde todas as bagagens dos vôos internacionais estão sendo monitoradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu queria agradecer a sua participação e solicitar que nos aguarde. Tão logo terminemos a oitava do segundo depoente, nós gostaríamos de, em sessão reservada, voltar a ouvi-lo, se possível. Muito obrigado.

Convido para tomar assentamento à Mesa o Sr. Roque Yawanawa, Presidente da ONG Associação Vida Nova na Floresta, do Acre. *(Pausa.)* Sr. Manoel Roque, por gentileza, soletre, pronuncie o seu sobrenome, só para confirmar.

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANAWA – Até o nome já é meio complicado, não é, Sr. Presidente? O nome é “iauanauá”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – “Iá-uanauá”?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANAWA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. Solicito ao Sr. Manoel que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código do Processo Penal. *(Pausa.)*

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANAWA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Informo que o Sr. Manoel Roque está vindo na condição de testemunha. E, de acordo com o art. 210 do Código de Processo Penal, as testemunhas devem tomar conhecimento das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, art. 342: Fazer falso testemunho ou negar ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra o Sr. Manoel Roque de Souza Yawanawa, por até 20 minutos, caso deseje fazer uso desses 20 minutos, antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANAWA – Sr. Presidente, Sr. Deputado, senhores presentes, boa tarde, boa noite já. Em primeiro lugar, quero,

atendendo ao ofício que me foi enviado, no Acre – inclusive me encontrava na reserva indígena, na aldeia, onde fui então comunicado e mediatamente vim para a cidade e, de lá, me deslocando até aqui, Brasília, para prestar esse depoimento... Na verdade, para nós, indígenas, a gente não tem muito com clareza até o nome biopirataria, o que é que significa para nós, nós que temos contato com permanente com a cidade, com o homem branco. Imaginem as nossas comunidades, aquelas pessoas que estão distantes, isoladas na aldeia, discutirem um assunto tão complexo como esse. Nós, na verdade a associação... Aqui colocaram o nome. Não sou o presidente da associação. Faço parte, como assessor dessa organização. É apenas uma associação com o nome Associação Vida Nova na Floresta, que é uma associação que foi criada através da necessidade do povo Apurinã, do qual hoje faço parte, dessa associação. E a associação foi criada dentro da necessidade que hoje a própria comunidade reivindica, no sentido de buscar fazer, a própria comunidade estar desenvolvendo ações conjuntas, ações comuns, no sentido de estar desenvolvendo algumas atividades junto à comunidade, na perspectiva de melhorar as condições de vida da própria comunidade. Então, essa associação... Hoje, nós fazemos a representação através dessa associação, representando o povo Apurinã, que é o povo Popukare. E então... Mas eu gostaria aqui de comentar que foi em 2003, quando eu estava assistindo televisão, eu vi uma propaganda de um sapo. Os Katukina chamam kambo, e nós chamamos de Campu. Somente através dessa propaganda que passa na televisão, que os senhores têm conhecimento que passa na televisão essa propaganda do kambo, então me dirigi a uma instituição, a uma ONG chamada Amazonlink. E fui me informar, através da Amazonlink, em relação ao sapo kambo. O Deputado aí fez uma pergunta ao depoente que falou agora há pouco em relação ao kambo. Então, a partir desse momento, tivemos conhecimento. Mas eu quero dizer que a questão da biopirataria já vem há muitos anos ocorrendo, desde quando foi levado o hoje denominado, o Brasil, né, a árvore chamada pau-brasil. Desde essa época, então, iniciou-se a pirataria das sementes de seringas, do sangue do próprio povo Suruí. Então, você vê que, no meio indígena, essas questões do conhecimento, do direito, dos conhecimentos tradicionais das populações indígenas já vêm sendo perseguidas, já vêm sendo investigadas, pesquisadas e estudadas há muitos anos. Hoje nós temos conhecimento de como hoje está sendo feito, os nossos conhecimentos que usamos tradicionalmente, que chamamos de – hoje vocês chamam de Daime —, nós chamamos de Uni. Até o nome denominado de uma instituição no Acre, cha-

mada União das Nações Indígenas, ela surgiu a partir desse nome, denominado Daime. A gente chama Uni. E, através daí, surgiram várias igrejas de Daime, cada um criando as suas normas, a sua forma de representar as suas igrejas. Então, você vê que os conhecimentos tradicionais... Nós, os povos indígenas – já vêm sendo há muitos anos —, somente agora é que nós estamos nos deparando com uma discussão mais, com uma preocupação. E, fora as outras coisas que a gente já perdeu, como agora o Deputado acabou de dizer, outras pessoas falaram agora há pouco: são as raízes, as cascas de pau. Quantos conhecimentos já perdemos, já foram patenteados? Outras pessoas falaram agora há pouco, não é? São as raízes, as cascas de pau. Quantos conhecimentos já perdemos, que já foram patenteados? Que as pessoas estão – as grandes empresas nacionais e internacionais – se apossando desses conhecimentos. Então, são essas coisas que a gente vem acompanhando, mesmo estando lá na nossa reserva. Isso a nível de Rio Branco, através da Amazonlink, que nos traz essa informação, através do cupuaçu. Inclusive, no ano passado, fizemos até um manifesto em relação ao cupuaçu, patente do cupuaçu, a grande empresa lá brigando, querendo ser dona do cupuaçu. O açaí e demais outros produtos da Amazônia estão sendo patenteados. Grandes empresas estão se apossando desse conhecimento. Principalmente o kambo, que hoje também é um assunto para nós, índios, muito preocupante. Então, são situações essas que a gente realmente... também nos trazem essa preocupação. Não há ainda no meio da gente um trabalho, assim, um projeto, que pudesse tornar a nossa comunidade vigilante, de fazer um trabalho no sentido de conscientizar as nossas populações indígenas, de se tornarem vigilantes, no sentido de frear esse tipo de pesquisa, os estudos que já vêm sendo feitos há anos. Então, são coisas que a gente hoje reivindica, no sentido de fazer com que nossas comunidades tomem providências, que realmente estejam atentas com certos produtos que são... ou perguntas que são feitas às nossas próprias lideranças, aos nossos pajés, que são detentores do conhecimento de ervas medicinais. E há uma demanda muito grande da gente atuar nisso, com esse trabalho junto às comunidades indígenas. Há uma demanda grande de preparação de pessoas e até de recursos, da gente poder se deslocar junto a essas áreas de fronteira, onde há mais a entrada e a saída de pesquisadores. Então, são essas coisas que a gente enfrenta lá na nossa região. Eu não tenho precisamente como dizer que eu já vi alguém estar levando raiz, uma erva ou uma folha de alguma coisa. Nunca vi isso. Mas a gente sabe, através de outras instituições, a gente vem sabendo o que está acontecendo já, que

já levaram, que estão se apossando desses conhecimentos. Então, são coisas que eu poderia estar prestando aqui para vocês. Então, não tenho muita coisa também a... que eu não devo estar aqui comentando, simplesmente por eu não conhecer e não julgar ninguém sem conhecer algo que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Passamos, então, às perguntas dos Srs. Deputados. Algum Deputado gostaria de se inscrever? *(Pausa.)* Pois não. Deputado Henrique Afonso.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Sr. Presidente, quero saudar o Manoel Yawanawa. Para mim é um motivo de muita satisfação ele estar aqui. Manoel, eu tenho tido uma preocupação muito grande com essa questão do kambo. Sr. Presidente, essa secreção realmente pode trazer uma grande revolução para a humanidade. Eu já tenho tido conhecimento, pelo menos a nível de especulação, de que essa secreção desse sapo, que no dizer científico se chama *Phyllomedusa*. E tem essas 2 expressões: o kambo é utilizado pela etnia Katukina, que fica na minha cidade, onde eu nasci; para os yawanawa, é *kampur*. Há essa confusão. Mas tudo é a mesma coisa. Na verdade, o que nós temos conhecimento, inclusive através da própria Amazonlink, é de que essa substância já foi apropriada por alguns laboratórios estrangeiros. E já há um trabalho muito avançado nesse sentido, onde há uma associação dessa secreção do sapo, do princípio ativo dele, no tratamento da AIDS e do Mal de Parkinson. Não sei se isso é exagero, mas a verdade é que é uma substância poderosa. Não é para menos que foi baixada realmente uma resolução. Me parece que foi o Presidente, V.Exa., que fez essa pergunta para o depoente que antecedeu o Manoel. Há uma resolução mesmo para que seja coibida e proibida a prática do kambo em qualquer lugar, inclusive com exposições públicas no Brasil. E eu queria, Manoel, aqui, que o senhor... Não sei se o senhor tem essa possibilidade de expor como é que se dá esse ritual nas aldeias indígenas – conheço esse ritual dentro dos Katukinas —, pudesse explicar isso para nós, e para que fins os índios utilizam essa prática do kambo. Se o senhor tem conhecimento de algum laboratório estrangeiro ou laboratórios estrangeiros terem se apropriado dessa substância – se o senhor tem conhecimento – e se a prática do kambo está sendo utilizada por pessoas não-índias. Seria isso. Muito obrigado.

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANAWA – Eu não sei precisamente quem usa, mas a forma como nós usamos a secreção do sapo kambo, para nós, tradicionalmente é usado por nós para afastar panema, também para tirar sonolência ou o mal-estar quando se está gripado ou com febre. Na época, eu

me lembro, em 1978, se tratava, então, a malária, o que hoje se chama de malária, na época era conhecida por sezão – regionalmente, a gente conhecia essa palavra, hoje malária – e se curava através da secreção do sapo kambo. Então, o único medicamento que a gente utilizava era esse para fazer o tratamento de algumas doenças mais comuns e também era especificamente para afastar panema, a pessoa que não tinha sorte de matar caça. Então era mais para combater, tirar panema e tornar o caçador mais matador de caça. O sapo, por nós, é tradicionalmente utilizado para isso e para tornar a criança também mais experta, aquelas crianças que têm preguiça e tal, para afastar preguiça e tornar a criança um trabalhador, estar acompanhando junto aos pais e estar fazendo as atividades diárias junto com os pais. O sapo kambo, para a gente, era utilizado para esse fim. Tive a oportunidade de fazer uma viagem junto com 2 jornalistas, parece que da *TV Globo*, saiu até numa revista, não sei se foi a *Veja*. Eu tive, então, na reserva dos Katukinas, que também são meu povo – a minha mãe é Katukina e o meu pai é Yawanawa, da tribo Yawanawa —, e eu tive oportunidade de chegar lá na reserva do povo da minha mãe e onde está a minha família também. Eu não sei precisamente, mas houve o comentário de que há uma associação de grupos que hoje estão tentando, junto ao Ministério, fazer com que eles possam utilizar a secreção, o leite, a vacina do kambo. Foi logo no início que a gente esteve junto à Amazonlink, a gente foi informado que um seringueiro por nome de Davi, que é o filho de um seringueiro bastante conhecido da região de Juruá, estava usando, inclusive, e também algumas pessoas usando, eu não sei precisamente dizer o nome. Era somente comentário que estariam aplicando aqui, a nível de São Paulo, Rio de Janeiro, uma vacina, cobrando 150 reais por cada vacina. Isso, para a gente, preocupa. Enquanto a gente usa para uma outra finalidade, as pessoas estão visando o lucro econômico através da aplicação do sapo kambo. E lá na Região de Cruzeiro do Sul, há uma associação. Realmente existe essa associação que está tentando trabalhar a legalidade desse produto para ser utilizado publicamente. Eu não sei precisamente dizer quem são as pessoas, mas existe. Já comentaram. Os próprios parentes Katukinas comentaram que existe então um grupo de pessoas com essa associação, para tentar, então, facilitar a utilização. Parece que tem até... A gente estava falando do projeto. Inclusive, quem está com esse projeto é o Fernando Katukina, está defendendo. Uma das preocupações nossas é que hoje as lideranças que vêm representar sua comunidade estão trazendo esse interesse, visando o interesse econômico de alguns produtos, principalmente. Enquanto que

a nossa comunidade que está lá não tem essa visão de interesse econômico. Eles fazem uso dos nossos conhecimentos para benefícios de tratamentos. E tem hoje lideranças que vem representar aqui defendendo o direito, quer dizer, o interesse próprio. Vem dizer que é liderança com um monte de projeto e acaba chegando lá que a comunidade não tem conhecimento do que está se tratando. É a pessoa que está defendendo. Então, são coisas que acontecem que a gente está preocupado, de estar também conscientizados. Jovens representantes que vêm, com alguns tipos de projetos, defender os projetos de interesses e que não é nenhum projeto de interesse da comunidade, que são do interesse de alguns grupos. Isso para nós também é preocupante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mais alguma pergunta? Por favor, Deputado Henrique Afonso.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Eu conheço o Davi. É o filho do Sr. Antônio de Paula. É um homem da floresta também. Conheço ele. É um grande defensor, inclusive, da floresta, pelo menos pelo conhecimento que eu tenho. Mas eu queria saber só se você tem conhecimento de que laboratórios estrangeiros se apropriaram dessa substância e se você tem alguma informação, a partir até da própria Amazonlink. Quais são os avanços que isso já teve? Eu queria saber se você já teve conhecimento e que laboratórios são esses.

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Deputado, eu não tenho assim precisamente o nome dos laboratórios, mas a gente pode, então, obter essas informações de alguns laboratórios internacionais. Parece-me que tem um laboratório na França, outro nos Estados Unidos, em Israel. Também tem um laboratório que está produzindo. Já estão produzindo, a nível de laboratório, a mesma... fazendo— como é que se diz – o protótipo, sei lá, alguma coisa nesse sentido, usando... Eles estão fazendo a pesquisa desse produto nos laboratórios e, ao mesmo tempo, estão já... Existe já uma informação de que eles já estão patenteando esse leite de sapo kambo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor me permite? Eu ia lhe pedir – como nosso tempo está limitado pelo horário de vôo dos senhores, nós temos, às 8 horas, de levá-los —, por gentileza, que fosse bastante conciso nas respostas. Muito obrigado.

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Obrigado. Então, eu não sei. A gente pode pegar essas informações através da Amazonlink, porque eles têm toda uma relação dos países que estão envolvidos com essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mais alguma pergunta? Deputado Dr. Rosinha, por favor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Só aproveitando a última pergunta feita pelo Deputado Henrique Afonso, muitos cientistas ou pesquisadores têm visitado a área que o senhor representa, através da Associação Vida Nova?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas têm visitado?

O SR. MANOEL ROQUE DE S. YAWANAWA – A reserva indígena dos Apurinãs é uma reserva que a estrada passa no meio, corta a reserva no meio. A reserva que está entre Rio Branco e o Município de Boca do Acre, Amazonas. Então, ali é uma estrada onde passa todo... Mas durante o tempo que a gente está ali não temos visita de estrangeiros, não. Até quando eles estão para entrar, só entra com a permissão nossa, após uma consulta e passar lá pela FUNAI.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não tem entrado estrangeiros. E brasileiros para fazer pesquisa?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Também não. Brasileiro, não. A gente não tem nenhum tipo de pesquisa em relação a essas coisas. Também nunca recebemos nenhuma pessoa para fazer esse tipo de pesquisa ali na reserva.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E como que a Amazonlink obtém essas informações de laboratório e de gente pesquisando?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – A Amazonlink conseguiu através da pesquisa... Inclusive, estavam procurando verificar, através do *site*... Me parece que enviaram um produto. Não é produto não, procurando junto à empresa o comércio do cupuaçu. Então, somente a partir daí é que ela descobriu. E a gente fez até uma campanha contra. É uma campanha chamada Cupuaçu é nosso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sim, eu conheço a campanha.

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – A partir daí, então, que ela vem fazendo pesquisa e estudo e vendo quais são as empresas que estão ligadas a esse tipo de apropriação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Alguma pergunta mais? Se me permitem, eu teria algumas perguntas aqui: Sr. Roque, por 85 dólares, a empresa americana Coriell Cell Repositories oferece pela Internet DNA de índios brasileiros. O senhor tem conhecimento de alguma provi-

dência tomada pela FUNAI ou por outro órgão público ou privado para coibir essa prática? E até onde é de conhecimento de autoridades indígenas de que algumas tribos estejam doando sangue para pesquisa de cientistas estrangeiros?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Não, desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Recentemente, o FWS, corresponde ao FBI das florestas norte-americanas, apreendeu naquele país, numa operação conjunta com a Polícia Federal brasileira, centenas de peças de artesanato indígena, peças compostas com partes de animais da fauna em extinção. Essas peças estavam sendo vendidas para colecionadores e instituições internacionais. Essa apreensão revelou que esse material saiu do Brasil com autorização da FUNAI e do IBAMA e que boa parte desse material foi adquirido nas lojas Arte Índia, da própria FUNAI. O que o senhor sabe a respeito e como é que o senhor avalia a participação da FUNAI ou de outros órgãos federais em episódios como este?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Sr. Presidente, desconheço essa informação. A FUNAI, no Acre, sempre tem feito um bom trabalho no sentido de ser mais atuante nas reservas indígenas e, principalmente, contando com a parceria de demais associações e organizações locais, no sentido de fazer um trabalho de conscientização em relação a estudo e pesquisas dentro das terras indígenas, para que as próprias lideranças assumam essa responsabilidade, não permitindo certos tipos de estudos ou pesquisas que sejam feitos dentro das terras indígenas. E a FUNAI tem colaborado bastante com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor participa de uma ONG, Associação Vida Nova na Floresta.

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Sim, faço parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Conhece a ação de ONGs. Como os habitantes, os moradores, os indígenas, os descendentes de índios, como que as pessoas que moram nessas regiões da Amazônia diferenciam uma ONG séria de uma de fachada utilizada com fins ilícitos? Por exemplo, nós tivemos aqui informações de uma ONG que foi acusada de receber doações de empresas estrangeiras estimadas em 50 milhões de reais para comprar 175 milhões de hectares nos Estados de Roraima e do Amazonas.

Além desses critérios que os senhores usam para saberem se uma ONG é de confiança ou não, o senhor sabe de alguma ou conhece alguma ONG que

esteja envolvida em grilagem de terras públicas ou em crimes relacionados com a biopirataria? Poderia nos dizer se há casos concretos de instituições de fachada ou utilizando convênios com universidades atuando na Amazônia ou em outra parte do território brasileiro?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Sr. Presidente, as organizações indígenas que são criadas pelos próprios índios e lideranças indígenas são entidades das quais nós participamos e nas quais nós representamos e exercemos a função, através dessa organização, junto a nossa comunidade. E acreditamos, por ser uma organização indígena, criada por nós, a gente não tem a nossa organização como organização de fachada. E também tem algumas ONGs no Estado do Acre, na região do Estado do Acre que na verdade são ONGs sérias. Tem várias ONGs constituídas lá que realmente têm prestado serviço junto à população indígena, como também à população rural. Então, são trabalhos que vêm demonstrando e que realmente vêm exercendo sua função e tendo boa atuação junto aos seringueiros, aos ribeirinhos e também aos indígenas. Então eu desconheço. E desconheço as informações e não posso responder com precisão, porque em cada região há diferentes formas de atuação, há uma realidade diferente. Então não estou aqui para falar de uma região que eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Para encerrar, o senhor citou aqui inúmeros problemas, sempre em caráter genérico. Mostrou que tem conhecimento dos problemas, da exploração, dos riscos, da questão da biopirataria, da perda desse conhecimento, que é um conhecimento valiosíssimo da cultura indígena, tem conhecimento de uma forma genérica que esse conhecimento vem sendo apropriado, vem ocorrendo patentes, estudos em laboratórios, mas das suas perguntas, o senhor não nos deu nenhuma informação concreta que nos ajude a aprofundarmos nos nossos trabalhos. Nenhuma. Gostaria de colocar a sua disposição, se for o caso, em uma reunião reservada, se o senhor tiver alguma informação que preferiu ainda não nos revelar. Mas, até agora, praticamente o senhor sabe, em casos genéricos assim como qualquer leitor de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, e na realidade o que pretendemos nesta CPI é ouvir pessoas que estejam vivendo o problema, que serão os prejudicados, para ajudar essas pessoas e ajudar principalmente os amazônidas, as pessoas que vivem, a terem pelo menos uma participação, por menor que seja, no fruto desse conhecimento.

Então lhe queríamos fazer uma última pergunta: pelo seu conhecimento, pela sua vivência, quais as sugestões que o senhor poderia nos dar de como me-

lhorar a legislação, ou quais as ações que poderiam ser feitas para que diminuísse esses problemas que o senhor revelou com conhecimento de causa sem, no entanto, nos dar indícios, sem “fulanizar”, sem pontualizar absolutamente nada? O senhor teria algumas sugestões de mudança de legislação, de procedimentos, de alguma coisa nas quais devêssemos nos concentrar para priorizar e poder fazer com que esta CPI seja útil e avance de forma objetiva para alcançar nossos objetivos?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Sr. Presidente, em relação a alguns nomes que eu relatei sobre esse conhecimento sobre os riscos, a gente pode... eu sou sócio da Amazonlink, eu posso consultar, pegar os dados mais precisos e enviá-los então para ajudar nesse trabalho que está sendo feito. Uma das preocupações que a gente tem em relação aos riscos que provavelmente isso vai trazer, o interesse de estudo e pesquisa dentro da reserva indígena o qual estou relatando agora, que é a terra indígena do quilômetro 104 e a terra indígena do 45, trecho da estrada de Boca do Acre, são o asfaltamento da BR-317, o desmatamento, são outras coisas que podem acontecer e trazer grande prejuízo ao meio ambiente, principalmente a mudança de cultura do povo Apurinã dali daquela reserva indígena. Então há uma preocupação muito grande e é preciso que haja trabalho de a gente poder estar, em conjunto, fazendo algo que pudesse impedir ou realmente preparar as nossas comunidades indígenas, que dentro das áreas indígenas não há, assim, ainda ingresso de pessoas estranhas com esse tipo de trabalho ou estudo. Estou falando especificamente de nossa reserva.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, o nosso convidado acabou de falar que uma das preocupações deles é sobre a exploração do comércio de madeira ou desmatamento. Faço uma pergunta: hoje não tem comércio ilegal de madeiras dentro da área indígena?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Se não tem?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque o senhor acabou de falar que uma das preocupações futuras é essa. Hoje não há comércio ilegal de madeiras dentro da área indígena?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Não. O que há dentro dessa reserva é que os próprios... eu não sei precisamente colocar o nome, inclusive agora recentemente, no mês passado, não, no mês de fevereiro, nós estávamos na nossa reserva, inclusive até indo para a mata para quebrar castanha, e nos deparamos com uma empresa madeireira dentro da reserva tirando madeira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual o nome da empresa?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Eu não sei precisamente qual é o nome da empresa, mas essas pessoas se encontram lá próximo ainda.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Foram denunciadas?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – A gente não denunciou. Nós não denunciemos, mas reunimos a nossa comunidade e fizemos apreensão da...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Vocês apreenderam a madeira?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Não. Nós apreendemos o trator e os 2 caminhões e, depois de uma negociação foi que a gente então liberou e pediu para que eles não entrassem mais. Foi isso o que a gente fez lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas o senhor acha correto fazer uma negociação e liberar quem está cometendo um crime, sem leva-lo à denúncia em uma delegacia ou à Polícia Federal?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Inclusive essa informação nem a FUNAI, nem ninguém sabe, porque isso aconteceu e internamente nós resolvemos. Isso junto com a comunidade.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas acha que é correto resolver dentro da comunidade com o criminoso?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Não. Isso não é correto, realmente não é correto. A gente poderia então ter denunciado isso junto a instituições competentes e não fizemos isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então vamos fazer?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Vamos. A gente faz.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É um convite. Os senhores fazerem e nós vamos fazer, porque é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando, então nós queremos inclusive e solicitamos que passe para nós o nome dessa madeireira que está tirando, porque sabe que isso agride o ambiente, traz prejuízo, destrói o ambiente. Inclusive há igarapé secando, não há?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Há. Inclusive lá nessa reserva, eu estava falando hoje com o Carlos, a situação da reserva indígena, principalmente agora no trecho da área que pertence ao Estado do Acre, a estrada já está sendo feita.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A estrada?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – O asfalto está sendo feito já, me parece, com 70 quilômetros ou 60 quilômetros de asfalto e 80 quilômetros de terraplanagem em pleno inverno, que é o trecho que pertence ao Estado do Acre. E essa reserva indígena Apurinã, onde estamos morando atualmente, lá está na área do Amazonas. Então, na parte do Estado do Acre, o asfalto estão fazendo sem nenhuma conversa prévia com a comunidade, sem nenhum estudo do impacto ambiental, até com alegação de que ali é área, o trecho que está sendo feito...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual é a BR que está sendo feita?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – É a 317.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A 317?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E a madeira que está sendo tirada está indo para onde?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Ali estava sendo tirada. Acontece... Quer dizer, a madeira entrou e ia tirar. A gente impediu e acabou que não tirou mais nada ali.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E madeira? O que acontece com ela? Está apodrecendo?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Não, não. Ele acabou não tirando a madeira. Ele estava abrindo o ramal e a gente impediu antes de ele tirar a madeira. Isso foi o que a gente fez.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então não está abrindo mais?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Não está abrindo mais. Inclusive a gente viu abrindo o ramal dentro da reserva indígena para explorar a madeira e a gente acabou parando a abertura do ramal e tiramos os caras da reserva. Então a preocupação é essa. A estrada está saindo pelo trecho do Acre, do Estado do Acre, está saindo o asfalto e vai ficar apenas o trecho do Amazonas, onde está localizada a reserva indígena. Então a preocupação é essa. Hoje já existe, nessa reserva, que são duas terras e que inclui 3 comunidades indígenas, já vem ocorrendo alguns conflitos violentos. Inclusive recentemente aconteceu tiroteio com...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Conflitos entre quem?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Índios, os próprios indígenas com os brancos. Inclusive eles param ali. A aldeia já foi roubada, a radiofonia já foi roubada, as placas solares foram roubadas. Houve tiroteio. São essas coisas que ocorrem ali.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E os brancos desejam o que da reserva?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Os brancos realmente têm algumas... A preocupação não é só interesse. Com a abertura e passagem do asfaltamento da estrada, claro que vão surgir alguns interesse no sentido de até pressionar a comunidade, a população indígena ali, a fazer o comércio de madeira, outros tipos de comércios ilegais. Então essa é uma das preocupações que temos que prever antes da passagem do asfaltamento da BR-317.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em função do que o senhor relatou, é bastante importante... É Manoel Roque de Souza, não é? É que antes só estava Manoel e agora só está Roque ali. O pessoal é rápido para confundir a gente. Então, em função do que o senhor relatou, Sr. Manoel Roque, é importante que faça denúncia dessa madeireira junto às autoridades lá e nos comunique que essa denúncia foi feita, porque esse tipo de negociação não vai impedir que um criminoso deixe de cometer outros crimes.

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – É verdade.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O que impede ele de cometer outro crime é a punição. Às vezes impede. Então, se for mantido dessa maneira, eles vão continuar entrando. Então, denuncie e nos remeta cópia do boletim de ocorrência do registro junto ao sistema policial do Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu teria mais uma pergunta ao Sr. Roque. Quero lembra-lo que o senhor está vindo aqui na condição de testemunha – não é um convite; é uma convocação – e que o art. 342 do Código Penal diz que fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha prevê uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

A pergunta é a seguinte: o senhor afirmou que é sócio da...

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Amazonlink.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Amazonlink. O Presidente da Amazonlink já esteve aqui. Quando perguntado se a Amazonlink fazia exportação de peças de artesanato indígena e se essas peças eram produzidas de uma forma sustentável, ou com extração ilegal de madeira, ou com partes de animais em extinção, a resposta dada pelo presidente da Amazonlink é de que a Amazonlink não fazia exportação de peças de artesanato indígena, mas que ele, presidente da Amazonlink, era proprietário de uma empresa comercial que fazia essa exportação de artesanato indígena. A pergunta que lhe

faço é a seguinte: o senhor é sócio do presidente da Amazonlink nessa empresa de exportação de artesanato? Sim ou não?

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Só isso. Está bem. Gostaria de dizer também que se o senhor, nesse espaço aí de uma semana, em relação às perguntas que foram feitas, achar que há alguma coisa que deva ser complementada, o senhor pode nos enviar de uma forma reservada, a essa comissão, e nós agradeceríamos muito a sua colaboração.

O SR. MANOEL ROQUE DE SOUZA YAWANA-WA – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está ótimo. Muito obrigado. Está dispensada a testemunha.

Na seqüência, nós temos alguns requerimentos a serem deliberados e logo em seguida, em sessão secreta, ouviremos o primeiro depoente de hoje, José Leland.

O primeiro requerimento, a pedido da própria Deputada Perpétua Almeida foi retirado, deixado para a próxima sessão, que diz respeito a uma solicitação de quebra de sigilo bancário. É o Requerimento nº 59/05, que “requer seja submetida à aprovação deste Plenário a quebra de sigilo bancário e telefone fiscal do Sr. Valdemir Kramer”.

O segundo requerimento é do Deputado Dr. Rosinha, que “requer sejam convocadas para prestar depoimento as seguintes pessoas, Regina Célia Fonseca Silva, servidora da FUNAI; Mairauê Kaiabi, fundador e ex-Presidente da ATIX, Associação Terra Indígena do Xingu; Mário Lúcio Avelar, Procurador de Justiça no Estado de Cuiabá; e Vasco Marcus Van Roosmalen, Presidente da Amazon Conservation Team – ACT”.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, para encaminhamento e justificar o seu requerimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Só uma correção, ele é procurador de Justiça no Estado de Mato Grosso, que está na cidade. Não é no Estado de Cuiabá. Somente essa correção, e foi um erro de digitação. Fazer essa correção nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E pior ainda o erro do Presidente, que leu sem muito cuidado. Eu, mecanicamente, sem atentar para o que estava escrito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Esse requerimento é em função de um depoimento que foi feito aqui nesta Comissão, um depoimento anterior que foi feito. E foram levantadas algumas suspeitas sobre a atividade de uma ONG, Amazon Conservation Team – ACT. Em

função dessas suspeitas, estamos convocando essas pessoas para que dêem depoimento confirmando ou não aqueles indícios que nós levantamos.

Como fomos informados que há investigação por parte do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, também a convocação desse procurador. E, no caso da FUNAI, fomos informados que a FUNAI também abriu sindicância e tem investigado. Requisitamos cópias desses documentos e agora o nosso requerimento é para convocar esses depoentes para esclarecer até os documentos que requeremos e o depoimento anterior. É nesse sentido que solicito o apoio dos colegas da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Dr. Rosinha, por gentileza, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Na seqüência, terceiro item, Requerimento nº 61/05, do Deputado Sarney Filho, que “requer sejam requisitadas ao IBAMA informações sobre a vida funcional do servidor Eurico Bezerra dos Santos e cópia de todos os processos instaurados contra o Sr. Walmir Climaco de Aguiar”.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que o aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento nº 62/05, do Sr. Sarney Filho, que “requer ao Departamento da Polícia Federal do Ministério da Justiça cópia de todas as fichas integrantes da “Lista vermelha do tráfico internacional de animais silvestres”.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Último item. Requerimento nº 63/05, do Sr. Deputado Sarney Filho, que “requer sejam convocadas para prestar depoimento as seguintes pessoas: Raul Gonzales, Diretor do Jardim Zoológico de Brasília; Noel Gonçalves Lemes, Dono de Criadouro em Goiás; Marcelo Serra Azul, Delegado de Meio Ambiente da Polícia Federal; Kátia Christina Lemos, Promotora de Justiça

no DF; William Nazaré Guimarães Gama, Servidor do INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Everton Vieira Vargas, Chefe do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Luiz Fernando Krieger Merico, ex-Gerente Executivo do IBAMA em Santa Catarina, hoje Vice-Presidente Nacional do Órgão; Marcos César Silva, ex-Chefe da Flona de Três Barras/SC; Alberto de Paula Martins, Chefe da Divisão Técnica do IBAMA/SC; Orestes Paulin Tozzo, Sócio-Gerente da Madeireira Tozzo/SC; Secretário-Executivo da Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA, de Santa Catarina; Artur Battisti, atual Chefe da Flona de Três Barras/SC; Orli Prestes Schultz, Coordenador do Acampamento dos Sem-Terra em Três Barras/SC; Silmar Engeron Pichita, Madeireiro em Santa Catarina; Evaldo Maçanero, Vigilante da Flona de Três Barras/SC; e Jair Kovaski, Motorista, prestador de serviços para a Laminadora Três Barras/SC”.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Suspendemos a reunião durante 5 minutos, para que só permaneçam aqui os Deputados e servidores da própria CPI, para ouvirmos o Sr. José Leland Juvenício Barroso, em reunião reservada.

(A reunião é suspensa.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS,
A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE
MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 18ª reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2005

Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia treze de abril de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 13 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto e Josué Bengtson – Vice-Presidentes, Benedito de Lira, Dr. Rosinha, Francisco Garcia, Henrique Afonso, Leonardo Monteiro, Maria

Helena, Miguel de Souza, Nilson Pinto e Robson Tuma – titulares, e Edson Duarte, João Alfredo, Hamilton Casara, Pastor Reinaldo e Thelma de Oliveira – suplentes. Compareceram também os Deputados Lupércio Ramos, Fernando Gabeira e Thais Barbosa. Deixaram de comparecer os Deputados Coronel Alves, Gervásio Oliveira, Janete Capiberibe, João Carlos Bacelar, Leandro Vilela, Luiz Bittencourt, Nilson Mourão, Perpétua Almeida e Sarney Filho – titulares, e Dr. Rodolfo Pereira, Nicias Ribeiro, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 17ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para oitiva das seguintes testemunhas: Sr. Otacílio Antunes – ex-Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; e Sr. Mércio Pereira Gomes – Presidente da FUNAI, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou o Sr. Otacílio Antunes para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Após a exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Deputado Hamilton Casara), Hamilton Casara, Thelma de Oliveira, Fernando Gabeira, Dr. Rosinha e Antonio Carlos Mendes Thame. O Sr. Presidente convidou o Sr. Mércio Pereira Gomes para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Concluída a exposição, fizeram perguntas os Deputados Fernando Gabeira, Maria Helena, Hamilton Casara, Thelma de Oliveira, Dr. Rosinha, Thaís Barbosa, Sarney Filho (entregues pelo Presidente, que concedeu o prazo de 7 (sete) dias para que as respondessem e encaminhasse à CPI), Thelma de Oliveira e Antonio Carlos Mendes Thame, que solicitou ao Presidente da FUNAI que encaminhasse diversos documentos à CPI, o mais breve possível, assim como sugestões do Corpo Técnico da FUNAI que possam aprimorar a legislação existente. O Deputado Hamilton Casara assumiu a presidência dos trabalhos. B – Apreciação de requerimentos: 1) – REQUERIMENTO Nº 59/05 – da Srª Perpétua Almeida – que “requer a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Senhor Valdemir Kramer”. Retirado de pauta. 2) – REQUERIMENTO Nº 64/05 – do

Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “requer seja convidado o Dr. Reginaldo Pereira de Trindade, Procurador da República do Estado de Rondônia, a prestar depoimento sobre o tráfico e venda de material genético (DNA) proveniente de etnia indígena”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 3) – REQUERIMENTO Nº 65/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, informações sobre o cumprimento do disposto no art. 31 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001”. Em votação, foi aprovado o requerimento. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e dezesseis minutos. E, para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a Investigar Tráfico de Animais e Plantas Silvestres Brasileiras, Exploração e Comércio Ilegal de Madeira e Biopirataria no País. Encontram-se sobre as bancadas cópias da Ata da 17ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida Ata.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, como a ata já foi distribuída, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agradecemos e, nesse caso, passamos para a discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Deputados que a aprovam, por gentileza, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta Comissão se reúne hoje em audiência pública para ouvir as seguintes testemunhas: Sr. Otacílio Antunes, ex-Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Sr. Mércio Pereira Gomes, Presidente da FUNAI.

Convido o Sr. Otacílio Antunes a tomar assento à Mesa, por gentileza. (*Pausa.*)

Solicito ao Sr. Otacílio Antunes que, por gentileza, preste o juramento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210

do Código de Processo Penal, nós informamos à testemunha que está cominado ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal como fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, no art. 342, a seguinte pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra o Dr. Otacílio Antunes para, por até 20 minutos, se assim desejar, fazer uso da palavra antes de responder as perguntas dos Deputados.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Quero cumprimentar o Sr. Presidente desta CPI, o Deputado Mendes Thame, através do qual cumprimento os demais Parlamentares aqui presentes, demais autoridades e representantes. Eu gostaria de ser breve, Sr. Presidente, até porque na outra CPI que aqui estive prestando depoimento, no dia 23 de fevereiro passado, onde eu fiz alguma explanação da minha experiência em termos de Fundação Nacional do Índio... E agora, diante de um outro fato, que é para testemunhar ou tecer comentários a respeito de biopirataria, no que diz também respeito ao DNA de comunidades indígenas, eu gostaria de fazer um sucinto comentário. A Fundação Nacional do Índio tem, ao longo dos anos, várias atuações bastante positivas no que diz respeito ao tratamento das questões e assistências às comunidades indígenas deste País. Afirmando aqui que hoje nós temos aproximadamente 700 terras indígenas, e isso representa 12,3% do território nacional. Então, nós temos aí e nos deparamos diante de um número significativo de terras indígenas onde a FUNAI tem essa grande responsabilidade, evidentemente com algumas parcerias. Por força de decreto, várias ações da Fundação Nacional do Índio, ao longo do tempo e até recentemente, foram extraídas de sua responsabilidade direta, como o atendimento e atuação nas questões de educação, onde a Fundação tem também o seu papel, o Ministério da Educação e também as Secretarias Estaduais de Educação e Secretarias Municipais também desenvolvem essas ações junto às comunidades indígenas. Na questão da saúde, que é uma questão importantíssima e de grande, vamos dizer, relevância nesse atendimento, em 1999 eu me encontrava na instituição, onde também, por força de decreto, essas ações saíram da responsabilidade da FUNAI e passou a ser uma responsabilidade direta do Ministério da Saúde, desenvolvendo essas ações também através da FUNASA. Na época houve uma discussão a respeito desse assunto. Claro que a FUNAI criou uma certa resistência: nós não queríamos perder também essa assistência, porque, bem ou mal, nós ainda entendíamos de índio e entendíamos plenamente das dificuldades e das ações que nós precisávamos desenvolver junto às comunidades indígenas. Há de se ressaltar aqui a

dificuldade financeira por qual passa essa instituição. Temos um orçamento e é designado um orçamento que não condiz com as necessidades da instituição. Você já recebe anualmente um valor e, em cima desse valor, você tem que trabalhar na divisão e distribuição desses recursos. Eu entendo também que nós temos que buscar parcerias. Na minha administração também nós procuramos realizar essas parcerias com Governos Estaduais, com os Municipais, com os demais órgãos federais, no próprio Congresso Nacional, buscando apoio para a realização de emendas para fazer aporte de recursos no orçamento da instituição. Então, eu quero registrar aqui os seguinte: hoje, com essas descentralizações, a instituição é carente de pessoal técnico e qualificado e em quantidade suficiente para atender essa demanda que nós temos que executar nessas áreas indígenas, ou seja, com o atendimento à própria população. Aí o que ocorre? A instituição não tem controle hoje eficaz do ingresso de várias pessoas, de várias organizações não-governamentais ou também missões religiosas que desenvolvem ações junto a essas comunidades indígenas. Isso dificulta o controle. Eu gostaria aqui de aproveitar esta oportunidade para que viéssemos fazer até uma reflexão do que nós podemos tirar de positivo de tudo isso, onde tem de haver uma união, um esforço. E acredito eu que esta Casa poderá ajudar a reformular a própria instituição para que ela possa obter meios e caminhos necessários, com apoio, para se melhorar esse atendimento às populações indígenas, que eu até afirmo aqui: muitas delas estão em dificuldades. E há de se ressaltar também, principalmente em questões de regiões de fronteiras, porque eu nunca vi até hoje, ao longo do tempo, nenhuma organização não-governamental ou missão religiosa que viesse a despertar um interesse para atender comunidades indígenas que estão já em processo de aculturação ou que estão totalmente integradas à comunhão nacional. Então, nós temos várias etnias neste País que estão totalmente integradas e que estão dependentes apenas do quê? De ações e apoio que o próprio Governo Federal, através de FUNAI ou outros órgãos, possa realizar. Então, por que esse interesse só na região principalmente da Amazônia? Então, é um assunto para se fazer uma reflexão e tomarmos alguma medida, porque, com esse ingresso descontrolado, nós não sabemos quem está ingressando com propósito positivo e real de se fazer um trabalho profissional e digno de uma melhor assistência às comunidades indígenas. Agora, quero registrar também que quando se constata qualquer irregularidade nessas áreas a instituição imediatamente procura fazer a retirada dessas pessoas que estão criando problemas ou levantando dados e informações desleais e, quando

se precisa aplicar o rigor da lei, isso é feito. Então, eu gostaria de deixar aqui registradas essas palavras e, no decorrer dos trabalhos, o que eu puder somar, em nível de informações e conhecimentos, eu me coloco à inteira disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agradecemos as suas palavras.

Gostaria de passar a palavra, em primeiro lugar, para a Deputada Thelma de Oliveira e, na seqüência, para o Deputado Casara.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Boa-tarde, Sr. Presidente; boa-tarde, nosso convidado, Sr. Otacílio. Eu gostaria de dizer que faço parte da Comissão Externa que está investigando a mortalidade infantil indígena. E recentemente nós estivemos visitando em Dourados a aldeia Kaiowá-Japuru, em Mato Grosso do Sul, e depois fomos em Nova Xavantina na aldeia de São Felipe, que é da etnia xavante. E nos causou... E aí eu trago essa preocupação até para somar com a preocupação que o senhor também já colocou, de que o que nós estamos sentindo e pudemos sentir é um total desaparecimento da FUNAI: falta de recursos humanos, ausência de recursos financeiros. E isso nos preocupou sobremaneira, até porque a FUNAI não participou das audiências públicas que nós convocamos em Mato Grosso. Ela se ausentou e não nos foi dada nenhuma justificativa. É claro que não tem nada a ver com o senhor, mas apenas para registrar essa situação.

Então, eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: qual é hoje o papel da FUNAI? Já que a questão da educação está sendo desenvolvida mais pelo Estado, pelas Prefeituras, na questão da saúde entrou a FUNASA e há uma reclamação muito grande, isso nós pudemos comprovar. Houve um desmantelamento das equipes de Saúde Indígena, há uma reclamação generalizada.

Então, nós ficamos, assim, em dúvida de qual é hoje o papel da FUNAI. Aí entra uma outra pergunta que eu gostaria de fazer, que é com relação a uma reclamação também de que a FUNAI seria responsável para estar desenvolvendo projetos produtivos com os índios e isso não está sendo feito. Há a questão do problema da terra, que também não está sendo resolvida. E pergunto também com relação às organizações não-governamentais. E parece que isso, o trabalho todo antes era mais desenvolvido pela FUNAI, pelo corpo técnico da FUNAI. A partir de 1999, quando houve esse decreto que mudou toda a sistemática da FUNASA, e aí houve uma terceirização dos serviços de saúde, é que aconteceu uma série de denúncias com as ONGs que estão lá.

E eu pergunto ao senhor, já que o senhor falou que talvez esse não seja o caminho, na sua opinião, qual seria o caminho correto, a forma correta de estar prestando esse serviço à comunidade indígena? E se há – gostaria de saber a opinião do senhor. Minha última pergunta, Sr. Presidente – um conflito entre a FUNASA e a FUNAI.

Nós pudemos, de certa forma, detectar um certo conflito entre os órgãos e isso o que tem causado, na verdade, é o sofrimento, a fome, a miséria dos índios. Então, gostaria de fazer esses questionamentos ao senhor. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sra. Deputada Thelma de Oliveira, a senhora abordou com bastante propriedade os problemas que estão sendo, vamos dizer, vivenciados pelas comunidades indígenas e pelas autoridades também. Eu gostaria aqui até de pedir permissão ao Presidente da FUNAI, Sr. Mércio Pereira Gomes, por estar aqui até fazendo alguns comentários. É claro que eu vou estar fazendo comentários e respondendo as suas perguntas também em função de experiência que a gente obteve ao longo dos anos. Evidentemente que eu creio que o Dr. Mércio, que está na Presidência da FUNAI há aproximadamente 2 anos, acredito eu que ele poderá aqui até esclarecer melhor alguns fatos existentes hoje, porque eu não estou totalmente atualizado. Mas eu responderia à senhora o seguinte: o papel da FUNAI... Eu gostaria até de fazer um pequeno retrocesso aqui. Essa questão da saúde nos preocupou bastante, e eu diria, o fato de eu não estar hoje na instituição, eu me sinto comprometido com a questão indígena. Por quê? A gente tem laços de amizade, de ligação com várias comunidades e que precisamos unirmos e fazermos alguma coisa em benefício desses povos. Quando se discuti, em 1999, a saída das ações da saúde da FUNAI para a FUNASA, eu disse, numa reunião no Ministério da Saúde, que eu faria uma proposta ao Ministério da Saúde. Daí me perguntaram qual era. Eu disse: “Ao invés de os senhores tirarem essa grande responsabilidade nossa – que, bem ou mal, nós entendemos de índio, nós somos uma referência para todas essas populações —, eu proponho aqui que, ao invés de a FUNASA absorver essas ações da saúde, eu proponho que a FUNAI absorva os funcionários da FUNASA, e, com os recursos que a FUNASA tem designados em seu orçamento nos dando um fortalecimento, onde poderíamos somar esses esforços e realizarmos um melhor atendimento a esses povos”. Porque não adianta você não ter saúde que você não vai conseguir também educação, que você não vai conseguir alimento, e o alimento é uma

coisa básica também para que você tenha a própria saúde. Então, eu entendo o seguinte: que hoje o papel da instituição, nessas questões aí, ela tem a sua responsabilidade também de gerenciar, de supervisionar, como também ser um agente formulador de políticas para essas ações de saúde e de educação também. Eu sei que a instituição continua tendo essa responsabilidade. Agora, falta, vamos dizer, uma obtenção de um apoio das nossas autoridades para que a FUNAI tenha força política também para se poder cobrar. Com relação aos projetos produtivos, a gente sabe que a política do Governo Federal, que ele tem demarcado terras, e não é somente a gente demarcar esse território aí, como já falei, que ocupa em torno de 12,3% do território nacional as terras indígenas. Se você demarca a terra, regulariza a terra e não cria condição para que possam ser desenvolvidos esses projetos e também uma capacitação dessas comunidades, não adianta eles ficarem com aquele elefante branco. Por quê? Eles vão terceirizar o serviço, vão criar suas parcerias para que outros estranhos ingressem em suas terras, onde eles estariam, vamos dizer, até alugando terras para que fazendeiros venham desenvolver os seus projetos. Agora, é claro que a instituição desenvolve projetos produtivos, projetos de auto-sustentação das comunidades indígenas. Mas isso não é suficiente. E tudo isso recai também em cima dos recursos, que são insuficientes para atender essa demanda como um todo. Com relação às ONGs, antes, realmente, nós tínhamos participação de ONGs em terras indígenas, mas era um número ínfimo e não existia esse tipo de descontrole. Mas hoje, com essa descentralização, esse número aumentou e a instituição, infelizmente, não tem esse controle eficaz para que possa controlar isso na sua totalidade. Com relação a esse conflito entre FUNASA e FUNAI, na minha época ele também já existia, mas tínhamos procurado... Vamos dizer, era o início de atividade da FUNASA, porque eles não tinham essa experiência, então, sabíamos que desacertos haveria bastante, mas sentávamos com essas pessoas e procuramos criar um grupo técnico na instituição para que viesse sentar juntos com a FUNASA e discutir essa formulação das questões, das atividades de saúde. Agora, eu não sei como é que isso se encontra hoje, porque, com mudanças de Governo, mudam-se pessoas, mudam-se pensamentos, mudam-se políticas e estratégias. Mas eu quero aqui deixar registrado que é uma preocupação muito grande e ainda estamos em tempo de fazermos alguma coisa em benefício desses povos. Essa situação que a senhora teve oportunidade de vivenciar em Dourados é triste. Aquilo é muito triste, mas precisamos de ação.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, eu posso fazer mais uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Claro.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Eu queria saber... Bom, as realidades são bem diferentes: Dourados e Mato Grosso e os xavantes. Lá em Dourados, temos 11 mil índios, que estão confinados em 3.500 hectares. Em Mato Grosso, já não temos esse problema de terra.

Temos lá o problema dos projetos que não existem Agora, eu queria perguntar para o senhor, por exemplo: nas 2 situações, temos o problema da fome e da desnutrição. Eu perguntaria: o senhor acha que o problema seria, como tem sido muito colocado pela FUNASA e pelas autoridades locais e até nacionais, que é um problema cultural, é um problema do índio, que primeiro ele alimenta os homens, depois alimenta as mulheres, depois alimenta os idosos, depois alimenta a criança. É por isso que as criancinhas, os indiozinhos nossos lá estão morrendo de fome. Como o senhor disse, a FUNAI tem um profundo conhecimento da questão indígena. Gostaria de saber se é isso mesmo.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sra. Deputada, veja bem, é até uma questão cultural do próprio índio xavante. O que eu vou comentar não é nada para denegrir a imagem de nenhuma etnia, mas o xavante tem, e outras etnias também, um hábito que é o seguinte: a senhora deve ter presenciado as índias, as mulheres trabalhando mais do que os homens. Então, isso envolve uma questão até antropológica que deve ser feito um trabalho em cima disso. E também pela facilidade que o xavante tem de deslocamento, de exercer o direito de ir e vir, eles saem de suas aldeias com o propósito de “eu estou indo a Brasília, onde tem a sede da FUNAI, para buscar recurso para a comunidade indígena” e deixam lá suas mulheres trabalhando. E muitos deles chegam aqui e se desviam, nem aqui chegam, vão para outros lugares. Então, o que acontece? Se as mulheres estão também subnutridas e ficam gerando filhos – a taxa de natalidade do povo xavante é maior do que a comunhão nacional. E essa mortalidade não existia nesse índice tão elevado que se encontra hoje. Então, se tem uma mãe doente, desnutrida, conseqüentemente ela vai gerar um filho desnutrido. Então, nós procuramos também desenvolver uma campanha de conscientização junto aos índios. Questão de saneamento básico, que até procuramos desenvolver junto com a FUNASA bem antes dessas ações de saúde saírem da FUNAI para a FUNASA. Tinha também parcerias com os Governos Estaduais, no caso do Mato Grosso, para que pudéssemos, vamos dizer, criar melhores

condições de vida para essas populações. Agora, no caso do guarani-kaiowá, eu tenho aqui até uma particularidade que eu gostaria de registrar brevemente. Os guaranis-kaiowá tinham uma imensidão de terras naquela região da Grande Dourados, como Amambaí também. Na época do próprio Marechal Rondon e na época também do Serviço de Proteção ao Índio, essas terras estavam ociosas. Aí alguém teve uma brilhante idéia de fazer o seguinte: nós vamos pegar os índios terenas e levar para a região do guarani-kaiowá, porque o terena tem uma vocação agrícola, ele é trabalhador e ele vai ajudar a desenvolver a terra, onde os demais índios conviverão e aprenderão com isso. Acontece que os terenas ficaram sozinhos trabalhando e os outros de braços cruzados, olhando. Daí o que aconteceu? Eles tomaram conta dessa terra. Então, hoje, os guaranis-kaiowá realmente estão ali concentrados numa pequena parcela de terra insuficiente para que venham desenvolver seus projetos.

(Intervenção inaudível.)

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Exatamente. E tem um outro grande problema: essa grande aldeia, que é a maior aldeia, que é essa Japiru, ela está do lado da cidade de Dourados. Esses índios convivem, vamos dizer, com as pessoas da cidade, e os próprios índios entram em conflito. Os pais trabalham a maior parte do ano em usinas de destilaria de álcool. Aí, quando eles retornam para a casa com esse dinheiro, se deparam com sua realidade, que não é aquela outra que ele estava vivenciando. Aí entra o alcoolismo, entra a própria prostituição, a questão do suicídio. Enfim, uma coisa vai puxando a outra.

Mas eu torno a registrar que estamos ainda em tempo de realizarmos uma ação conjunta e que esses índios possam ter uma vida digna e melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Dr. Rosinha, alguma pergunta, por enquanto, ou depois? Como prefere?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Depois? Muito bem.

Com a palavra o Relator, Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de agradecer o Sr. Otacílio pela sua presença nesta audiência. Sr. Presidente, gostaria de dividir as perguntas em dois momentos: as perguntas da minha autoria e as perguntas da autoria do Deputado Sarney Filho. Iniciarei pelas perguntas da minha autoria.

Sr. Otacílio, na sua opinião, a que V.Sa. atribui a redução de apoio – refiro-me a apoio orçamentário

– aos trabalhos de sustentabilidade à cultura e às tradições dos povos indígenas? Primeira pergunta.

Segunda pergunta: qual o orçamento destinado nos últimos 4 anos para o apoio de atividades que recomponham a base alimentar das comunidades indígenas?

Terceira pergunta: na sua opinião, qual o maior ponto de estrangulamento quanto às condições desfavoráveis da saúde indígena atualmente?

Quinta pergunta: na sua opinião, o que verdadeiramente vem sendo feito quanto ao uso e ao ordenamento dos recursos naturais e à redução de conflitos entre as comunidades indígenas, agricultores, mineradores e outras categorias? Sexta pergunta: na sua opinião, durante a emissão de declarações administrativas referentes às peças de artesanatos indígenas, a FUNAI não verifica a origem e a destinação dessas peças? Passarei a formular agora as perguntas de autoria do Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, só uma ordem. Não era interessante o Sr. Otacílio responder para depois passar à outra seqüência? Senão dá uma sobrecarga. Desculpe-me, Deputado Hamilton.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sugestão válida. Com a palavra o Dr. Otacílio.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sr. Deputado Hamilton Casara, o senhor falou em 6 perguntas. Peço desculpas, pode ser que tenha me perdido nas anotações, eu anotei apenas 5. Mas eu vou respondendo aqui à medida que anotei e, se faltar alguma questão, eu estarei aqui à sua disposição.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Eu posso ir lhe auxiliando nas perguntas novamente.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Por favor. Então, a primeira é com relação à redução desse apoio orçamentário. Eu disse anteriormente que o Governo, ao longo dos anos, vamos dizer, até, através da Secretaria de Orçamento Federal, que é vinculada ao Ministério do Planejamento, ela define já o orçamento para todos os Ministérios e, automaticamente, para os seus órgãos assim descentralizados. Eu sempre procurei discutir junto à Secretaria do Tesouro Nacional que os recursos que são designados para a FUNAI são insuficientes. Não quero dizer também que, para você trabalhar, você só trabalha com recursos em caixa. Não é isso. Nós temos que desdobrar para fazer uma multiplicação desses recursos, mas você fazendo uma boa aplicação, mostrando os resultados para que eles pudessem melhorar, vamos dizer, os orçamentos dos

exercícios seguintes. Evidentemente que nós sempre trabalhamos também com novos aportes de recursos orçamentários, porque, geralmente, quando um recurso acaba de uma atividade, você sempre se dirige ao órgão vinculado – no caso, um Ministério – e você leva propostas consistentes e geralmente se fazem, vamos dizer, aportes de novos recursos, onde se remanejam orçamentos de algum outro órgão vinculado que não teve condições de executar plenamente e você faz essa transferência para atender essa demanda que está existente em uma determinada área. Eu coloco aqui também o seguinte, que é uma política que eu diria que não é correta, porque você, quando já diz: “Olha, hipoteticamente, você tem 200 milhões de reais para trabalhar ao ano”, ninguém quer saber se esse recurso é suficiente ou não. Aí você tem que fazer essa divisão de acordo com as suas necessidades, onde envolve questão fundiária, onde se requer bastante recursos no aspecto de indenização de terras, que são as próprias benfeitorias, essa regularização fundiária, a própria demarcação. Como também temos essas outras atividades voltadas para as questões assistenciais. Na atividade produtiva há uma carência muito grande de recursos, porque o que sobra é totalmente insuficiente para atender essas demandas que as comunidades têm apresentado. Quero aqui também ressaltar que, para você realizar uma proteção e fiscalização dessas mais de 700 terras indígenas, isso requer bastante recurso, porque, quando a FUNAI tem um conflito em terra indígena, tem questão de madeireiro, tem de invasores, tem de garimpeiros, ela tem que realizar operações de “desintrusão” dessas áreas onde a FUNAI não tem o seu poder de polícia regulamentado. Ela tem que contar com apoio de Polícia Federal, de agentes fiscalizadores do próprio IBAMA ou de Polícias Florestais, que são vinculadas aos Governos Estaduais. E eu afirmo aqui: na maioria dos casos a FUNAI tem que bancar essas operações todas, pagando diárias, pagando a manutenção dessas pessoas em área, porque ficam acampadas. Então, você tem que montar rancho, tem que ter alguém para cozinhar para atender essas necessidades. A FUNAI tem que contratar até equipamentos de aviação – helicópteros ou aviões – para fazer deslocamento de pessoas, que, na maioria das vezes, a FUNAI não tem essas disponibilidades próprias para atender a todos esses levantamentos também. Com relação ao orçamento da FUNAI nos últimos anos, Sr. Deputado, pediria perdão ao senhor e desculpas. Como eu estou fora da instituição já há mais de 2 anos, não estou atualizado com relação a este orçamento e eu tomaria aqui até liberdade de colocar isso para o Dr. Mércio Pereira, se ele puder responder, quando ele aqui estiver. Mas eu diria ao senhor que infelizmente

o orçamento não é suficiente para essas demandas todas. Com relação ao estrangulamento da saúde. Isso nós tivemos oportunidade de falar, com relação às perguntas feitas pela Deputada Telma. Diria que isso é um assunto sério. Há um estrangulamento, realmente, e eu afirmo aqui que a atual direção da FUNAI também tem se preocupado com essa questão e tem desenvolvido esforços no sentido de tentar minorar todos esses problemas. E eu pediria um apoio desta Casa, no que for possível, para ajudar. A FUNAI precisa bastante dessas ajudas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Otacílio, nós entendemos, evidentemente, os seus esforços e os esforços do atual Presidente, mas nós gostaríamos de saber o que efetivamente vem sendo dispensado e destinado de orçamento para que se implementem esses instrumentos de política. O que nós sabemos é que não se implementa política sem orçamento. Isso é uma realidade.

E a nossa preocupação, efetivamente, vai com relação à saúde das comunidades indígenas, que nós estamos assistindo cada vez mais piorarem. Mas não é só isso; é que nós estamos tratando de uma CPI que trata também da evasão de material biológico dessas unidades, dessas terras indígenas, e efetivamente, se não houver uma preocupação com relação a alternativas outras que possam combater a saída irregular ou deixar essas comunidades indígenas apenas com uma solução, a solução da utilização desses recursos... É por isso que a utilização de orçamento que estamos consultando V.Sa. se trata para que a gente possa fazer um juízo que efetivamente aqui nós não estaremos malhando em ferro frio. Estaremos sabendo que as perguntas que estão sendo formuladas... Não estamos aqui levando a culpa em cima do gestor anterior ou do gestor atual, mas também temos o discernimento de que as políticas são implementadas com orçamento, e é essa a pergunta que nós queremos saber.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sr. Deputado, vou citar aqui um exemplo de orçamento de 1999, quando essas ações de saúde foram transferidas para a FUNAI. Vou dar números aproximados, porque não posso aqui afirmar. Mas, um exemplo: a FUNAI, em 1999, ela tinha, apenas para as questões de saúde, um orçamento na ordem de 30 milhões de reais. A FUNASA, quando estava absorvendo essas ações da FUNAI, ela tinha mais de 120 milhões de reais para dar andamento nessas execuções das atividades de saúde. Agora eu não me lembro realmente o período do ano de 1999, mas eu afirmo aqui que não era no início do exercício de 1999. Então, veja só a discrepância de orçamento que tínhamos na FUNAI e o que o outro órgão passou a ter quando ele absorveu essas responsabilidades

com essas atividades de saúde. Agora, hoje, a FUNAI não tem mais consignado em seu orçamento um orçamento específico para que ela venha a dar suporte nesse atendimento de saúde. Mas a FUNAI continua sendo procurada pelas comunidades indígenas porque ela tem administrações regionais ao longo do País e ela tem vários postos indígenas também nessas áreas. Então, quando um índio tem um problema, a referência para ele, independente de FUNASA ou não, ele corre atrás da FUNAI, porque ele acha que a FUNAI ainda é a grande responsável por tudo isso.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – O senhor está nos afirmando que nós temos despesas públicas com 2 estruturas ainda para essa mesma finalidade?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Não, não. Desculpe. Eu não afirmaria isso. O que a FUNAI faz... Ela continua tendo algumas despesas, mas ela tira recursos de alguma outra atividade para atender a alguma emergência, quando ocorre em área indígena, e também quando existe ausência da própria FUNASA ou que não tem alguém naquele momento para dar um atendimento tipo um socorro de imediato. A FUNAI até coloca aeronave para atender a essa necessidade de deslocamento – tudo isso é custo – ou tira recurso de alguma atividade para atender uma emergência de saúde. Então, por quê? Entendemos – e as pessoas entendem; nós procuramos conscientizar ao longo do tempo – que a saúde é mais importante. Você pode tirar até um recurso, emergencialmente, de uma outra atividade para atender uma vida, para salvar uma vida. Isso inclusive eu já fiz em áreas indígenas por onde eu estive.

Com relação à declaração dessas peças, isso é até objeto quando estive aqui anteriormente em função da apreensão de um artesanato nos Estados Unidos em poder de uma antropóloga, a Sra. Rosita Herédia, foi identificado um documento que eu havia assinado para esta pessoa, considerando que ela, já por tradição, há mais de 27 anos ela vinha adquirindo artesanato indígena na FUNAI, na loja em Brasília, em várias lojas que a FUNAI dispõe em alguns Estados, como também ela tinha a livre iniciativa e liberdade de ter um contato diretamente com as comunidades indígenas, a FUNAI reconhecia que ela era compradora dessas peças de artesanato. E essas peças, quando são comercializadas oficialmente pelas lojas da FUNAI, são emitidas notas fiscais, que é um documento que caracteriza uma compra, uma aquisição.

Então, nós assinamos essa declaração, que era um documento que o IBAMA, como é o órgão responsável pela emissão do certificado para que a pessoa saia do País com essas peças, não com o objetivo de

comercialização, porque ela saiu com peças com uma classificação de uma letra “e”, que dava amplos poderes para que ela viesse a fazer uma exposição cultural, um intercâmbio cultural e com um prazo determinado para repatriar todos esses produtos de artesanato indígena. Então veja bem: nós temos técnicos na FUNAI que sabem plenamente identificar um produto, de qual etnia que aquele produto corresponde.

Agora, evidentemente que, como a gente falou aqui, muitas pessoas têm a liberdade de ingressar em terras indígenas sem autorização da instituição ou, também, pela própria facilidade com que mantêm contato com determinados povos indígenas. Aí eles mantêm um contato direto, eles comercializam ou os índios saem também do seu hábitat e vão para uma outra cidade, uma Capital – São Paulo, Rio de Janeiro, outro lugar – e comercializam, também, esses produtos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – O senhor está nos afirmando que não existe uma política de apoio ao artesanato indígena.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Não, existe uma política, sim, Sr. Deputado, porque isso faz parte de uma cultura dos próprios índios, nos seus ritos...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Não, refiro-me a uma política coordenada pelo Governo.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Veja bem, essa política coordenada pelo Governo... A gente se depara aqui com a questão de orçamento. A FUNAI não possui um orçamento específico para atender à demanda ou desenvolver projetos também nessa área de artesanato indígena. Eu desconheço, até então. Quando foi criado esse Programa de Artesanato Indígena, há mais de 30 anos, foram alocados valores para que um Departamento de Artesanato Indígena procurasse adquirir peças de artesanato produzidas pelos índios nos seus ritos culturais e que essas peças passassem a ser comercializadas. Porque, na verdade, é um artesanato muito bonito, principalmente o que envolve a arte plumária, como temos também cerâmica, cestarias. São produtos de altíssima qualidade e de altíssimo valor. Agora, esse Programa da Renda Indígena, ele, ao longo do tempo, você procurou comercializar esses produtos, esses lucros eram revertidos em benefício das próprias comunidades, em que se estimulava mais a produção e, conseqüentemente, a comercialização desses produtos. Agora, evidentemente, tudo isso também sai do seu controle. Porque, com o processo de aculturação, também, o índio, com o seu direito de ir e vir, toma a livre iniciativa de sair da sua aldeia e ir para um outro local comercializar esses produtos, talvez entendendo que, lá fora, ele consiga um melhor preço do que o preço que a própria FUNAI pratica na aquisição desses produtos. Agora, eu torno a repetir:

é um momento oportuno este para que nós possamos fazer uma reflexão e definir, daqui para frente, uma própria política, também se definindo um novo Estatuto das Sociedades Indígenas, que se encontra parado, a gente pode definir todas essas questões pontuais. Espero que eu tenha sido claro.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Nós vamos agora passar às perguntas formuladas pelo Deputado Sarney Filho. “Nas respostas encaminhadas por V.Sa. a esta CPI a respeito das peças de artesanatos indígenas compradas pela antropóloga Rosita em lojas da FUNAI e, posteriormente, apreendidas nos Estados Unidos, V.Sa. afirma que a antropóloga era cliente assídua da loja da FUNAI, mas que teria havido apenas uma declaração da FUNAI para comprovação junto ao IBAMA da propriedade das peças, necessária para a saída delas do Brasil.

Assim, solicitamos os seguintes esclarecimentos. Esclarecimento ‘a’: Que critérios V.Sa. usou para afirmar que ela era cliente assídua das lojas da FUNAI? ‘B’: Esse fato não seria indicativo do interesse maior da antropóloga no comércio das peças, em vez de objetivos educacionais? ‘C’: Nesse caso específico, na opinião de V.Sa., onde ocorreu a falha no controle governamental da destinação das peças de artesanato?

Na FUNAI, no IBAMA ou em outro órgão? Que pessoa física teria essa responsabilidade hoje e à ocasião? ‘D’: Na opinião de V.Sa., como evitar que casos semelhantes voltem a ocorrer? Pergunta nº 2: Com base em que parâmetros a FUNAI faz a avaliação dos processos administrativos voltados para a emissão de declarações que fundamentam a remessa de artesanato indígena para o exterior? A FUNAI simplesmente declara a propriedade das peças, como foi feito no caso da antropóloga Rosita? Em caso afirmativo, V.Sa. acha isso correto? Pergunta nº 3: A FUNAI comercializa peças de artesanatos indígenas elaboradas com elementos da fauna em extinção?” Boa pergunta. “Que tipo de acompanhamento é feito pelo IBAMA a esse respeito? Quarta pergunta: Que tipo de controle ambiental as normas federais deveriam prever em relação à produção e ao comércio de artesanato indígena? Pergunta nº 5: Que informações V.Sa. tem a respeito do Projeto Pinkaiti, em convênio com uma ONG internacional? V.Sa. tem idéia se ele serviu para a subtração irregular de espécimes da fauna brasileira por pesquisadores estrangeiros? Foi constatada a presença de sítios arqueológicos? Em caso afirmativo, que medidas foram adotadas? Que fiscalização a FUNAI exercia sobre o projeto? Ele foi paralisado? Em caso afirmativo, qual o motivo? Está sendo feito outro convênio semelhante, desta vez com o museu paraense Emílio Goeldi. Existe algum outro

convênio com ONGs internacionais em andamento? Se afirmativa a resposta, quem são os interlocutores e os responsáveis por parte daquela entidade? Sexta pergunta: O que V.Sa. tem a declarar sobre o motor de avião doado, há alguns anos, pelo governo britânico para auxiliar os índios ianomamis? Houve, de fato, a cessão para uma ONG de nome CTI? Sétima e última pergunta formulada pelo Deputado Sarney Filho: V.Sa. já foi réu em algum processo administrativo disciplinar?” Muito obrigado, Sr. Otacílio.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sr. Deputado, fazendo uma reflexão diante desses problemas causados com esses artesanatos que foram apreendidos nos Estados Unidos, onde, ilicitamente, a antropóloga Rosita Herédia comercializou, indevidamente, essas peças, eu chego à seguinte conclusão: em hipótese alguma nós devemos mais, a própria FUNAI, nos pronunciar a respeito de qualquer peça envolvendo artesanato indígena que venha a sair deste País, a não ser que seja feito por uma instituição renomada e que tenhamos uma certeza absoluta de que esse objetivo não será desviado. Veja bem: nós não temos, na FUNAI, um setor ou um departamento... Nós temos um Departamento de Comercialização de Artesanato Indígena. Ele também possui um quadro reduziíssimo de pessoas e não tem essa capacidade de fazer ou executar um exame minucioso ou detalhado para se formar um processo e, conseqüentemente, emitir esse parecer. Então, essa declaração que eu assinei já havia sido assinada alguns anos atrás, agora eu não me recordo, talvez... Talvez, não, em 1993, essa mesma antropóloga solicitou à FUNAI a mesma declaração, que se encontra em poder do IBAMA, num processo formalizado, em que ela pediu autorização para sair com várias coleções que ela detém. Então, a declaração que eu assinei não foi a primeira. Eu, na verdade, não a conhecia. Conheci apenas naquele momento. Ela me foi apresentada por funcionários da FUNAI, dizendo: “Aqui é a fulana de tal. É uma pessoa que é uma cliente nossa, já compra artesanato há muitos anos. Nós temos aqui documentado, através da emissão dessas notas fiscais. Tem aqui uma relação dos seus produtos que envolve essas peças com identificação de, inclusive, etnias”. Então, nós temos pessoas na área que são pessoas estudiosas na questão indígena que conhecem e que sabem identificar esses produtos também. Evidentemente que ela não me trouxe, naquela ocasião, essa coleção, porque é uma coleção de mais de 400 peças, para que eu viesse a tomar esse conhecimento. Então eu tenho um princípio: eu acredito na equipe com a qual eu trabalho. Então a gente delega competência. E, se eu estava lidando ali com pessoas antigas na instituição, pessoas com

mais de 30 anos na casa, eu entendi que eu poderia acreditar nessas informações todas. Evidentemente que nós estaríamos assinando e emitindo um documento que iria comprovar a detenção dessas peças junto ao IBAMA, porque ela só poderia sair com essas peças com a emissão desse certificado do IBAMA com uma finalidade específica, e não para comercializar os produtos, conforme ela comercializou. Então, digo eu aqui: independente de ter essa declaração que eu assinei ou talvez do próprio certificado emitido pelo IBAMA, ela deveria ter levado alguns produtos lá para fora e que ela tenha comercializado isso, porque nem sempre os controles são eficazes. Então eu acredito que devemos refletir sobre tudo isso e pensar melhor ou se fazer uma montagem de uma estrutura definindo critérios para que alguém possa sair com qualquer peça de artesanato deste País ou qualquer produto que envolva a própria fauna e a flora brasileira.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Otacílio, com essa resposta, o senhor deixa claro a esta CPI que existe uma sinalização autorizativa para a utilização de espécimes – e aí até as espécies em extinção —, mas não existe um controle adequado na estrutura da FUNAI. É isso ou eu entendi mal?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sr. Deputado, talvez, até por falha minha, eu omiti aqui um esclarecimento. Já há algum tempo, vinha se discutindo essa questão de preservar as espécies que estão em risco de extinção. Durante a minha gestão, inclusive, nós já procuramos conscientizar algumas etnias que são produtoras de várias peças de artesanato envolvendo a arte plumária que eles deveriam ter essa preocupação em preservar essas espécies. E eu afirmo aqui que várias etnias brasileiras hoje até criam determinadas espécies em cativeiro e até procriando essas espécies para que se venha evitar esse problema. Agora, é claro que algumas etnias, também, têm o hábito de consumir como alimento várias espécies da própria fauna brasileira. Agora, nós, como instituição – eu digo nós quando eu estive lá também e mesmo fora —, eu não sou favorável que eles venham a fazer alguma exploração predatória de todas essas espécies. Agora, é o tal negócio: para que você possa conscientizar essas populações e que elas venham a mudar esses hábitos, tudo isso requer o quê? Recursos, requer orçamento. Porque muitos deles chegam a falar: “O senhor diz que isso é proibido, o.k.; nós temos a atividade de produção de artesanato como uma fonte de renda. Que troca a instituição pode nos dar?” Então você se depara com um problema realmente muito sério. Mas tem que ser desenvolvida uma política. Para que os senhores também tenham uma idéia, numa ocasião, nós até liberamos uma aeronave que estava atenden-

do a uma missão no Parque do Xingu. Ela estava no Baixo Xingu e ela se deslocou num outro Estado para colher algumas aves, porque os índios haviam feito contatos – porque eles se comunicam entre eles através de rádio, principalmente, porque a instituição tem um sistema de comunicação muito eficaz nessas áreas. Eles foram buscar, em um determinado momento, 8 espécies que na área deles estavam em extinção e que hoje eles têm, vamos dizer, espécies, não diria em abundância, mas em quantidade satisfatória, que está aumentando essa própria quantidade. *(Pausa.)* Com base... Quais os parâmetros que a FUNAI usa para fazer a avaliação desses processos administrativos, eu afirmo aqui que isso não é uma prática usual dentro da instituição. Isso eu procurei até verificar e, pelo menos durante o meu período, não houve nenhum outro pedido de autorização da FUNAI ou de emissão de declaração para que alguém viesse a sair do País com alguns produtos envolvendo artesanato indígena. Então, isso não é uma prática comum dentro do órgão. Uma quarta pergunta, aqui: se a FUNAI comercializa as peças de artesanato indígena elaboradas com elementos da fauna em extinção e que tipo de acompanhamento é feito pelo IBAMA a esse respeito. A gente procurou aqui abordar essa questão dessas espécies. Em muitas das etnias que produzem artesanato a gente já procurou desenvolver essa conscientização para se evitar essa depredação toda, e temos usado também... Sempre divulgamos que o IBAMA é o órgão fiscalizador de todas essas espécies envolvendo a fauna e a própria flora. Então, numa época, nós até tentamos desenvolver um vídeo em conjunto com o IBAMA para que nós viéssemos divulgar isso junto às comunidades indígenas, coisas mais educativas. E essa mudança desse conceito, nós só vamos conseguir mudar isso ao longo do tempo. Então, tem que ser um trabalho de conscientização, com esforço redobrado em parceria com a própria FUNAI e IBAMA, que pode ser realizado para coibir essas questões todas. Que tipo de controle ambiental as normas federais deveriam prever em relação à produção e ao comércio de artesanato indígena? Eu, como falei aqui também, diante desse problema todo que foi causado, eu entendo que é um momento oportuno para que FUNAI, IBAMA e o próprio Ministério do Meio Ambiente também, através de um outro setor específico, possam reunir, discutir, formar um grupo de trabalho e propor questões pontuais com amparo jurídico e legal para que venha disciplinar e normatizar essas questões todas. Com relação a esse Projeto Pinkaiti, eu confesso ao senhor e aos demais membros aqui presentes que eu não tenho nenhuma informação a esse respeito. Portanto, eu não tenho nenhum elemento que eu possa somar aqui com algum

depoimento. Com relação à utilização de um motor de um avião doado há alguns anos pelo governo britânico para auxiliar os índios ianomamis. Houve, de fato, a cessão dele para uma ONG de nome CTI? Olha, realmente, existiu isso dentro da FUNAI. Se não me falha a memória, foi o governo espanhol que fez uma doação de um avião. Na verdade, ele estaria fazendo a doação de um recurso, se não me falha a memória, na época, algo em torno de 300 mil dólares, e foi comprada uma aeronave de nome *Islander*, que é de procedência inglesa, por sinal, um excelente equipamento para operação em pistas não homologadas – 99,9% das pistas em que a FUNAI opera são pistas que não são homologadas. Este avião possui, realmente, um grande recurso técnico para esse tipo de operação. Esta doação foi feita à FUNAI, mas, na verdade, diz que teria problemas para se efetuar o acordo, o contrato, o convênio. Eu tive informações, na época, que foi feito esse convênio com essa ONG CTI e que esse avião ficaria à disposição para atender a um departamento de índios isolados da FUNAI. Eu soube mais tarde que esse avião teve um problema e que a título de empréstimo, não sei quem autorizou também, foi colocado um avião com motor de uma aeronave com a mesma especificação em poder dessa aeronave doada, em poder dessa CTI. Depois, eu soube também que essa aeronave teve um problema de acidente, depois ela teve uma perda total. Agora, internamente, questões administrativas, eu não sei que resultado deu. Mas isso foi objeto de apuração de ordem administrativa para se saber os responsáveis legais por essa operação toda. Agora, o desfecho final, eu, infelizmente, aqui, neste momento, não saberia lhe informar. V.Sa. já foi réu em algum processo administrativo disciplinar? Eu diria que, graças a Deus, nunca, porque o único patrimônio que eu tenho na minha vida se chama o meu nome. E a gente leva anos e anos para construir este patrimônio. Isso, nós devemos preservar até o fim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, eu gostaria só de concluir as perguntas ao Sr. Otacílio. Gostaria de concluir com mais 3 perguntas, Sr. Otacílio: tendo V.Sa. já ocupado a direção da FUNAI, o senhor entende que o melhor loco para estar elencada a Fundação Nacional do Índio seria, verdadeiramente, o Ministério da Justiça? Nós gostaríamos de ouvir a sua opinião.

Essa linkagem, que já perdurou durante longos anos e que até agora não se vê, verdadeiramente, uma vontade política de estruturar a FUNAI, gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre isso.

Gostaríamos de ter a sua opinião, também, sobre essa eterna falta de políticas, de instrumentos de políticas e de estrutura para com a instituição que

cuida da causa indígena, vitimando cada vez mais as populações indígenas, colocando uma situação de meio ambiente à causa indígena em conflito, neste caso, com relação à saída irregular de... o esforço em cima de algumas espécies ameaçadas de extinção. Mas podemos observar nas suas palavras que continua a mesmice, a mesma falta de estrutura, tendo-se apenas a questão indígena servindo para os bons discursos, quando, na realidade, na prática, ela não é prioridade. Gostaríamos de ouvir sua opinião sincera sobre essa questão.

Finalizando, gostaríamos de saber sua opinião e uma sugestão sua sobre o caso da Reserva Roosevelt, em Rondônia. Os conflitos entre os garimpeiros, o acometido que ocorreu entre os índios e os garimpeiros naquela região. Na sua opinião, qual seria a boa solução para aquela situação. Muito obrigado.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sr. Deputado, a Fundação Nacional do Índio, no início, pertenceu, diria aqui, ao saudoso Ministério do Interior. Na época, eu entendia que ela estava ali muito bem posicionada e amparada. Evidentemente que a realidade naquela época era outra. A minha opinião sincera, hoje, a melhor colocação para a FUNAI, hoje, seria a nível de Ministério do Meio Ambiente, aonde essas questões todas estão, aí, envolvidas. Parte também, vamos dizer, questão fundiária, acredito eu que mais 1 ano, 2 anos tudo isso deverá estar plenamente regularizado. Não quero dizer que não vá existir nenhum problema, porque, por forças de instrumentos jurídicos ilegais, determinadas comunidades indígenas estão sempre pedindo revisão de área que foi demarcada e regularizada. Creio que, se continuar assim, nós nunca vamos chegar a um denominador comum, porque existem outros interesses por aí. Chegam pessoas cooptando interesses índios ou não e começam a dizer: *“Vocês no passado eram donos de tudo e hoje não têm nada”*. Se for assim, temos de entregar todo o território. Hoje, 12,3% aproximadamente do território nacional significa muita terra. Não quero aqui dizer que é muita terra para pouco índio. Não, em hipótese alguma. É claro que algumas injustiças devem ser corrigidas. Então, acabando essa questão fundiária, você teria as outras ações que são da própria preservação dessas áreas, é a fiscalização dessas áreas que devem ser mantidas. No meu entender, hoje o melhor posicionamento para a instituição FUNAI seria sua vinculação junto ao Ministério do Meio Ambiente. Acredito que as facilidades que o próprio mundo apresenta com relação à questão ambiental, que está todo mundo preocupado com o meio ambiente, ficaria mais fácil de você buscar essas parcerias e obter recursos de outras fontes para melhorar e minorar essas dificuldades que nós

temos junto às populações indígenas. É claro que tudo isso também associado à uma aprovação de um novo estatuto das sociedades indígenas, porque o que nós temos em vigor hoje é conflitante com relação à própria Constituição Federal. Isso cria um problema muito grande, cria dificuldade para que a própria instituição, vamos dizer, possa elaborar políticas e definir ações e outras questões a mais para os povos indígenas. Afirmaria que falta realmente uma vontade política para se definir essa questão, porque essas definições, essas reestruturações que o órgão precisa realizar têm que ser feitas de cima para baixo. Se você não tiver o apoio, vai ficar mais um Presidente discutindo e batendo numa situação em que ele não tem apoio, onde ele vai estar sozinho. Tem que haver realmente um respaldo do próprio Governo Federal e um interesse, porque na verdade nós temos um discurso e a prática é outra. Volto aqui a dizer: a questão indígena não é somente demarcar a terra, ela é muito mais do que isso. É uma questão séria, é um compromisso que nós temos para com as comunidades indígenas e também temos o dever de capacitá-las para que possam andar com suas próprias pernas, as riquezas que eles têm na sua própria terra, o uso desse solo, fazer o usufruto. Agora, não do subsolo. Com relação ao subsolo, que envolve as questões minerais, esse processo de garimpagem, que é totalmente maléfico aos povos indígenas. Onde você tem garimpo, você tem um descontrole total, onde você tem o alcoolismo, você a prostituição. É o índio convive com a comunhão nacional, ele vê coisas diferentes que ele quer realizar. Ele se sente no direito. E isso gera um conflito dentro da sua comunidade. Ainda existem comunidades conservadoras, que são os anciões todos, que eles não comungam com essa prática que os mais novos estão desenvolvendo. Eles vão para o grande centro, eles vêem coisas novas e depois abandonam seu povo. Muitos saem para estudar, como temos vários índios em faculdades. E é talvez a minoria que consiga retornar para suas aldeias para tentar buscar ou tirar resultados positivos em benefício de sua comunidade indígena. Realmente a FUNAI precisa ser reestruturada. Diria que esta Casa também, se possível, se puder unir e dar esse esforço todo para aprovar a reestruturação da instituição. Isso será de um grande benefício e um grande resultado positivo que estaremos realizando em benefício dessas populações todas. Sr. Deputado, o senhor poderia me repetir sua última pergunta, por favor?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Trata-se de uma opinião de V.Sa. sobre a Reserva Roosevelt?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Ah, a Roosevelt. Nós não tínhamos dúvidas de que infelizmente chega-

ríamos a esse desfecho que tivemos há pouco tempo, com aquele grande índice, vamos dizer, de matança que ocorreu. Aquilo realmente foi até um conflito de interesses. Há um potencial mineral ali muito grande, e até diria que nós nem temos idéia do que significa aquilo. Mas há um desvio muito grande. Até onde pudemos acompanhar, na época em que fazia parte da direção da instituição, foi um grupo de trabalho designado pela Presidência da República e que se levantou junto à própria Caixa Econômica o giro que existia de recurso oriundo da extração do diamante, que é um diamante nobríssimo. Acreditamos que só no Brasil ainda existe esse potencial todo desse diamante nobre. O que estava se explorando com o conhecimento de algumas instituições, o que girava por mês no garimpo de Roosevelt era o orçamento da FUNAI em um ano. Se não me falha a memória, era algo em torno de 30 a 40 milhões de dólares que se falava. Esse era o giro por mês. Então, é claro que alguns caciques passaram a ter benefícios desses recursos. Extra-oficialmente se falava que alguns tinham um giro em torno de 300 mil reais por mês na sua conta bancária. Então, convenhamos, isso é um recurso muito grande, e que esse recurso não era levado para a comunidade, ele não tinha nenhum retorno, nenhum benefício para a comunidade indígena. Daí o que ocorreu? Procuramos junto com o Governo criar mecanismo, mas sempre dizendo que o seguinte: aquilo era uma questão de Governo. Na minha opinião, deveria haver intervenção federal naquela área, porque não era a FUNAI, não era o IBAMA, não era a Polícia Federal que conseguiria coibir aquele desmando ou aquela produção exagerada que existia ilegalmente na produção desse garimpo, sem considerar a própria degradação ambiental e o desdobramento que o garimpo leva para as comunidades indígenas, principalmente a questão das doenças todas que são levadas para lá. Por sinal, eu quero aqui registrar que o atual Presidente da FUNAI designou um sertanista. Eu peço desculpas pela emoção. O Mércio foi muito feliz em designar Apoena Meirelles para tentar resolver esse problema, porque o pai dele, Chico Meirelles, Francisco Meirelles, foi o primeiro sertanista a contatar esses índios, os suruíis cintas largas, que estão todos eles ali próximos. Até falamos na época: *“Apoena, se você não conseguir encontrar uma solução e um convencimento com esses índios, ninguém jamais conseguirá.”* Infelizmente o Apoena, um dia, em Porto Velho, porque ele retornaria a Brasília, foi vítima de um assalto e perdeu sua vida. E nós perdemos um grande aliado. Enfim, como se diz, a vida continua. Então, nós temos que pegar esses ensinamentos, esses aprendizados todos e agir, mas agir com determinação e rigor. Agora, Srs. Deputados, eu só vejo uma solução aqui.

Não sou defensor do projeto de “a” ou de “b”. Existe um projeto tramitando no próprio Congresso Nacional que fala na regulamentação, ou seja, nessa exploração mineral, porque a exploração mineral é um processo diferenciado de um processo de garimpagem, onde você vai utilizar máquinas ou implementos adequados para que você venha a fazer essa exploração, onde o Governo também irá exercer um controle, com a produção, saída e comercialização desses produtos, onde a coisa não vai ficar, vamos dizer, caracterizada numa atividade ilegal. Porque não adianta nós dizermos aos índios ou aos garimpeiros: “Olha, ninguém vai entrar aqui e ninguém vai produzir, ninguém vai retirar nada”. Então, a ilegalidade permanecerá. Isso não é saudável. Então, eu sou defensor dessa regulamentação e que o Governo exerça esse controle sobre a questão da exploração mineral em territórios indígenas. Então, eu vejo como solução e sugestão esse caminho, porque, se nenhuma medida for adotada e tomada de imediato, principalmente com relação a Roosevelt, nós teremos novos conflitos e com novas matanças, e a coisa vai se desdobrando, infelizmente, cada vez mais. É claro que existem grandes interesses em cima disso. Se fala que há lavagem de dinheiro, que eu não posso afirmar, mas que o potencial ali mineral é tentador, ele é tentador. Então, vamos regulamentar essa questão e onde a gente pode exercer realmente um controle eficaz em cima dessas questões. E quem sabe os próprios índios também sendo capacitados para que eles possam também explorar isso tudo. Seriam essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Rosinha. Depois Deputada Maria Helena. Gostaria? Deputado Lira, gostaria, na seqüência, de alguma pergunta? Deputado Gabeira, na seqüência, alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Todos os depoimentos encaminham para uma decisão do Governo de reformular o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Dr. Rosinha, por favor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Otacílio, o senhor conhece a Amazon Conservation Team – ACT, uma ONG?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Desculpe, Deputado, o senhor poderia repetir?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Amazon Conservation Team – ACT.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Não, senhor, não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não conhece?

Então vou para outras questões. Porque, se necessesse, eu ia fazer uma série de perguntas, porque essa ONG tinha um convênio assinado com a FUNAI e esse convênio quem assinou foi... “Representado pelo Dr. Glênio da Costa Alvarez”. Foi ele quem assinou esse convênio. Ele antecedeu o senhor?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Ele me antecedeu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o senhor não tomou conhecimento desse convênio *a posteriori*?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Eu não tomei conhecimento. Eu assumi a Presidência da FUNAI na saída do Sr. Glênio e fiquei na FUNAI praticamente 3 meses e, por mudança de Ministro de Justiça, tive de colocar o cargo à disposição.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque tinha de ser indicado um técnico, um coordenador da FUNAI, para acompanhar esse convênio e também o nome de um responsável pela supervisão de gerenciamento. Então, o senhor não tomou conhecimento de nada, nada?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Para atuar no Alto Xingu.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Outras questões que eu queria fazer para o senhor. O senhor poderia especificar as ocasiões em que a FUNAI alugou helicóptero para atender às comunidades indígenas, conforme o senhor afirmou agora há pouco?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sr. Deputado, eu participei de várias operações de retirada de garimpeiros na terra indígena ianomami, no Estado de Roraima, onde realizamos operações também com apoio do Ministério da Aeronáutica e do Exército brasileiro. E, em determinados momentos, tivemos que alocar equipamentos de terceiros, ou seja, helicópteros, para dar suporte de deslocamento. Porque na maioria das vezes você não tem pistas em condições de pouso para determinado tipo de aeronave; onde você utilizaria apenas helicóptero, em determinadas situações. Eu me recordo de várias operações que foi alugado, através da nossa administração regional em Boa Vista, esse tipo de aeronave – helicóptero – para atender às demandas apresentadas. Agora, o quantitativo, assim, eu não teria, e nem também o custo total que resultou. Mas eu afirmo aqui que essas operações não são baratas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor também citou um processo administrativo relativo à cessão do motor do avião à ONG CTI. Nós gostaríamos

de receber cópia desse processo, se o senhor tiver, ou vamos solicitar ao atual Presidente da FUNAI.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Veja bem, eu posso até, com o relacionamento que a gente tem dentro da instituição, a gente procurar reativar o desdobramento que houve com relação à utilização desse equipamento, como também o próprio Dr. Mércio, que estará aqui após a minha saída, eu creio que ele possa ter alguns elementos também que possa somar e trazer alguns benefícios a esta Comissão. Mas eu me prontifico. Até posso conversar com Dr. Mércio depois e, se for o caso, em conjunto a gente discutir o assunto. Não sei se isso já é objeto do conhecimento dele, porque ele se envolve com tantas questões e, pelo tempo que isso ocorreu, não sei se isso chegou ao conhecimento dele até o presente momento. Mas podemos trocar idéias e submeter posteriormente à Comissão esse tipo de informação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Hoje a responsabilidade pelo atendimento da Saúde nas áreas indígenas é da FUNASA.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Perfeito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas sabemos que tem uma série de organizações não-governamentais que atuam em todas as áreas, algumas delas inclusive na questão da Saúde. O senhor tem conhecimento... Como era feita a prestação de contas dessas ações na época do senhor?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Veja bem, Deputado, nós, como instituição FUNAI, nunca participamos dessas prestações de contas e, na maioria dos casos, quando alguma organização não-governamental recebia um determinado aporte de recursos, nem sempre sabíamos qual era esse valor e o que era designado. Mas, na prática, ele sempre argumentava o seguinte: que todo o recurso recebido foi integralmente aplicado em benefício das comunidades indígenas. Eu confesso ao senhor e aos demais membros que nós não temos isso comprovadamente, porque isso nunca passou pela FUNAI. Porque a FUNAI nem interveniente nesses convênios era. Então, fica difícil a gente responder ou apresentar alguma prova nesse sentido. Mas sabemos que eles sempre alegam que os recursos também são poucos. Mas acredito eu que nem sempre a totalidade era ou é aplicada em benefício das comunidades.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor tomou conhecimento da ação da Polícia Federal que resultou na apreensão e indiciamento de servidores pela venda e remessa de adornos de aves para o exterior? O senhor acompanhou esse processo?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Isso, quando ocorreu, eu já estava ausente da instituição. Eu tomei conhe-

cimento através da mídia, mas não fiz assim nenhum acompanhamento e não sei qual foi o desfecho final.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quando fazemos uma CPI, a gente faz todo um debate e busca também subsídios, porque não fazemos a CPI só para investigar. O senhor, que ocupou a Direção da FUNAI: a questão das despesas da FUNAI, na opinião do senhor, a questão de gastos meio, gastos fim, como é que o senhor vê essas despesas no orçamento? Se uma é... Insuficiente eu sei que todas são, mas como nós poderíamos... Há distorção mesmo no pouco recurso? Como poderíamos corrigir isso?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sr. Deputado, eu vejo a coisa da seguinte forma. E a gente volta ao ponto de reestruturação da FUNAI, que nós precisamos repensar. Hoje, aqui, eu não saberia dizer quantas unidades descentralizadas a FUNAI possui, porque vai-se criando conflitos e determinadas outras questões, pressões também que são exercidas pelas comunidades, na maioria das vezes manipuladas também por pessoas estranhas às questões indígenas ou até de pessoas envolvidas em ONGs, que exercem influência. Eles terminam pressionando, e a FUNAI, para tentar resolver uma situação momentaneamente, cria uma unidade administrativa. Então, eu creio que hoje a FUNAI deve ter mais de umas 48 unidades dessas. E, com isso, o recurso não cresce proporcionalmente. Então, o recurso começa a pulverizar cada vez mais e o que chega na ponta, vamos dizer, no consumidor final, é pouco. Porque, na medida que ele vai passando, você vai gerando despesas. Conseqüentemente, esses compromissos vão dificultando lá na ponta. Então, quando eu falo em reestruturação, tem que se repensar a instituição como um todo e fortalecer a ponta, que são os postos indígenas. É onde a pessoa convive 24 horas por dia com essas populações indígenas e, na maioria das vezes, tendo até dificuldades de locomoção ou numa emergência que possa surgir ele nem tem meios de sair naquele momento, de imediato. Aí você tem que pedir apoio, tem que pedir socorro ou tem que buscar qualquer outro tipo de solução. Então, creio eu que devemos repensar essa estrutura, talvez até inverter a própria pirâmide. O senhor está entendendo? Porque nós temos que fortalecer a ponta, porque as questões estão lá. E evitar que quando surgir um problema os índios se desloquem da sua área para Brasília ou para qualquer uma outra Unidade Regional estabelecida numa cidade de um grande centro onde você também tem esses apoios todos. Então, nós devemos pensar inicialmente nessa reestruturação como um todo, para minorar essas questões. Não quer dizer que, reestruturando, o orçamento seja suficiente. Não. Precisamos ter mais aporte de recursos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Sr. Otacílio. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Queria complementar com mais algumas perguntas que elaborei ao Dr. Otacílio Antunes. A primeira é a seguinte. Ainda ontem, nós acessamos pela Internet o *site* da empresa americana Coriell Cell Repositories. Fizemos isso do nosso gabinete, aqui na Câmara dos Deputados. E lá constatamos que essa empresa americana está oferecendo DNA de índios brasileiros pelo preço de 85 dólares a amostra, dizendo que foram coletados no Brasil – não diz o ano. E discrimina o sexo, a idade do índio. Nós gostaríamos de perguntar...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Poderia soletrar o nome da empresa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É Coriel – C-o-r-i-e-l C-e-l-l Repositories.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Ponto “com”?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ponto “com”.

Gostaríamos de saber se, durante o período em que estive na Presidência da FUNAI, teve conhecimento de alguma coleta de sangue índio por alguma instituição ligada a setor de saúde ou por alguma ONG e se houve a participação de algum órgão público ou privado nessa prática de coleta de sangue de índios em aldeias brasileiras.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sr. Presidente, eu presenciei, em algumas ocasiões, coleta de sangue, como eu até procurei responder na primeira pergunta que o senhor me fez na ocasião que eu aqui estive. Quando há um surto de doença em uma aldeia, no meio de uma comunidade, e não se consegue obter um diagnóstico eficaz, a primeira medida a ser adotada é uma coleta de sangue onde se vai identificar esse processo infeccioso, qual a causa e os efeitos que isso poderá acarretar e também qual é a medicação ou tipo de tratamento a ser aplicado. No Parque Indígena do Xingu – tanto no Baixo, no Médio e no Alto Xingu —, há muitos anos a FUNAI manteve – e creio que hoje, através da FUNASA, ainda é mantido – um convênio com a Escola Paulista de Medicina, onde essa Escola Paulista, sempre em parceria com a FUNAI – isso há mais de 30 anos – procurou dar uma assistência a essas comunidades indígenas. E em várias ocasiões em que lá estive, por coincidência ou não, onde ocorria algum surto desde doenças, presenciei por várias vezes coleta de sangue para identificar o tipo de doença e o tratamento melhor a ser aplicado. Agora, com relação a outras comunidades indígenas, a outros Estados, eu

não tive, assim, nenhuma participação direta e nem cheguei a presenciar, mas acredito eu que o mesmo procedimento foi adotado. Eu quero registrar aqui, Sr. Presidente, que em uma determinada ocasião – se não me falha a memória, por volta de 1997 – surgiu uma denúncia envolvendo os índios ianomamis, onde houve uma coleta irregular de sangue. Até onde pude acompanhar na época, até através da mídia também... Porque nós sabemos que do lado venezuelano existe uma população significativa também de índios ianomamis e, pelo que constou-se na época, essa coleta de material foi do lado venezuelano. Essa empresa que o senhor citou eu não tenho nenhum conhecimento, eu desconheço e não tenho assim nenhuma informação específica dessa coleta que foi feita ou quem realizou essa coleta e essa comercialização que eles estão realizando. Agora, acredito eu também que as próprias autoridades brasileiras e americanas também têm condições de fazer a identificação disso, porque, se você chega a quem está comercializando, nós vamos identificar o fato gerador disso: quem é ou quais são os responsáveis por tudo isso. E é um assunto muito sério.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – (*Inaudível.*) Mas eu acho que nós não temos ainda uma legislação para basear essa peça (*ininteligível.*) com os americanos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É exatamente isso que gostaríamos de saber: se na época em que...

Na seqüência, na esteira da pergunta do Deputado Fernando Gabeira, se na oportunidade, durante o período em que o senhor presidiu a FUNAI, se, tomando conhecimento de algum fato como este ou de algum outro caso de biopirataria de princípio ativo de alguma planta da Amazônia ou de alguma secreção de animais da nossa fauna, o senhor tomou alguma providência baseada na legislação do nosso País ou recorreu a alguma legislação do País de origem onde tal fato estivesse ocorrendo. Se houve algum caso concreto de alguma providência concreta tomada pela FUNAI.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sr. Presidente, eu não tomei nenhum conhecimento concreto a esse respeito e, se isso fosse do meu conhecimento, como dirigente da instituição, eu teria utilizado os meios legais que nós temos, amparado por lei, e providências teriam sido tomadas, obedecendo o próprio rigor da lei. Porque essa ilegalidade não devemos permitir, porque isso pode ter um desdobramento muito desfavorável e o próprio descrédito para o próprio País nosso, onde envolve o próprio Governo, porque isso envolve uma questão direta de governo em que o próprio Governo

como um todo teria que agir de imediato e com o rigor também que nos permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Uma próxima pergunta diz respeito à emissão dos das CITES – o nome do documento para envio do artesanato para o exterior. O senhor tem idéia de, durante o período em que o senhor presidiu a FUNAI, quantos – se centenas ou milhares ou alguma idéia de quantos – documentos como esses foram emitidos, quantas autorizações para envio de material de artesanato indígena para exposições ou para outros fins foram autorizados pelo órgão específico encarregado de dar essa autorização chamada CITES?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Eu tenho conhecimento apenas de 2 casos que foram solicitados, um em 1993, onde originou a emissão da primeira declaração por parte da FUNAI para ser encaminhada pela Sra. Rosita Herédia ao IBAMA, para subsidiar a emissão desse certificado. E uma segunda declaração foi assinada por mim quando eu ocupava a chefia do Departamento de Artesanato Indígena, antes de eu ocupar a Presidência da FUNAI. Portanto, eu desconheço quaisquer outros procedimentos além desses dois. O IBAMA tem vários processos solicitados para a saída desses materiais, através dessa senhora, e creio eu que devem ser apenas esses 2 processos. Se existe mais algum, eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Essa segunda declaração a que o senhor se refere, na verdade, não é uma autorização para envio de material; é apenas uma declaração a respeito do material da Sra. Rosita Herédia.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Perfeito, Sr. Presidente, foi muito bem observado pelo senhor. Realmente essa declaração não quer dizer que ela é uma autorização. A autorização é decorrente da CITES – ou CITES, como alguns falam –, que é de exclusiva competência do IBAMA em emitir esse certificado. Apenas essa declaração, vamos dizer, subsidiava a prova de que a pessoa é detentora daquele ou daqueles produtos. Não quer dizer que com aquela simples declaração a pessoa poderia se dirigir a um aeroporto ou a qualquer país para ingressar com essas peças. Porque essa declaração inclusive nem caracteriza e nem capacita a pessoa a fazer qualquer demonstração ou intercâmbio cultural ou uma exposição de peças fora do Brasil. Agora, quanto a aqui, internamente, a pessoa pode circular, ter livre trânsito com todas essas peças, porque, quando a FUNAI até comercializa qualquer produto, se carimba na nota fiscal, dizendo que esse produto não pode sair do País, conforme lei tal – aí cita toda a regulamentação e a norma da própria CITES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

Sr. Otacílio, eu tive contato pessoal, vi pessoalmente a primeira autorização CITE – ou CITE – dada para a antropóloga Rosita Herédia levar o seu material para os Estados Unidos, na exposição, primeira exposição durante a Copa do Mundo e posteriores exposições que ela lá fez

O que me chamou a atenção é que não há uma data para devolução. Não tem data. Não diz que é por 1 mês, por 1 ano, por 6 meses. É uma autorização para ir, sem exigência da volta. Isso era regra ou foi um caso excepcional no pedido da Rosita Herédia? As autorizações que vêm sendo dadas pela FUNAI não estabelecem um prazo para retorno? Essa é a primeira pergunta.

Segunda: não há uma fiscalização se esse material voltou ou não?

Terceiro Lugar: hoje, na sua avaliação, ou até o último dia, quando o senhor saiu, as autorizações eram ainda dadas dessa forma, sem nenhuma preocupação com o prazo para retorno ao País?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Presidente, como já colocamos aqui anteriormente, a FUNAI não autoriza saída de nenhum produto do País para exposição, comercialização ou mostra, seja lá o que for. Apenas eu conheço esses 2 casos das 2 declarações que foram emitidas para fazer a prova junto ao IBAMA. Então, nós entendemos que o órgão responsável pela autorização e a emissão desse certificado da CITES é de responsabilidade exclusiva do IBAMA, e, até onde eu saiba, desses documentos devem constar a data de retorno – porque tem a data de saída e a data de retorno. Porque, num dos documentos que ela nos pediu para fazer a declaração, apenas, ela iria fazer uma exposição na OEA por ocasião dos 500 anos de descobrimento do Brasil. Então, essa exposição tinha um início e tinha um fim. Agora, outros documentos, eu não saberia aqui afirmar ao senhor com a emissão sem constar a data de retorno dessas peças. Creio eu que isso possa ser uma falha ou uma omissão, vamos dizer assim. Mas, há um compromisso que a pessoa assina, quando recebe esse certificado emitido pelo IBAMA, de que tem o compromisso de informar o próprio retorno. E, caso tenha problema para não cumprir essa data de retorno, automaticamente, ela tem de informar diretamente ao IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Portanto, a FUNAI não emite nenhuma autorização para a saída desses produtos. Não é competência da FUNAI.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, se o Sr. Otacílio sabe o nome da pessoa responsável que assinou, no IBAMA, a autorização, para podermos chamar, até para depor.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sr. Deputado Rosinha, até, na primeira ocasião que aqui estive, estiveram alguns representantes do IBAMA. Tinham duas pessoas, uma foi responsável por um setor num determinado período e havia o atual chefe do departamento responsável pela emissão dessas autorizações e certificados.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual é o departamento?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Ele está vinculado a uma diretoria..

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – A Diretoria de Fauna. Já estiveram, Deputado Rosinha, os depoentes já estiveram aqui há umas 3 semanas, aproximadamente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mais uma pergunta, por favor, Dr. Otacílio Antunes: o senhor chegou a conhecer o médico brasileiro Dr. Hilton Pereira da Silva ou a norte-americana Denise Hallak, ambos acusados pelo Ministério Público Federal de Rondônia em processo que deu início a ação civil pública na Justiça Federal, em 2002, por prática de biopirataria?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Eu desconheço por completo, Sr. Presidente. Não tenho nenhuma informação que possa subsidiá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Esse médico e essa norte-americana foram acusados de coletar sangue dos índios karitianas e de ter convencido esses índios a doar sangue, sob o argumento de que o material serviria para pesquisas para tratamento de malária, anemia e verminose. Constatou-se, depois, que esse sangue foi enviado para o exterior, e há uma suspeita de que esse laboratório Coriell Cell teria recebido esse sangue advindo dessa coleta pelo médico Dr. Hilton Pereira da Silva. O senhor, não os conhecendo, também não sabe se, nesse episódio, nesse processo, que corre lá na Procuradoria, corre na Justiça Federal, há envolvimento de algum funcionário público federal?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Desconheço por completo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – De qual Estado?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Rondônia.

Última pergunta. Agora, uma pergunta mais de caráter geral. Temos lido e inclusive há uma reportagem muito sugestiva da *Veja* em que um Dirigente da WWF, Sr. Garo Batmanian, declarou que somente uma empresa da Califórnia chamada Sharman Pharmaceuticals catalogou – e, hoje, por um processo, por um programa de computador acoplado aos microscópios, consegue catalogar isso com a maior facilidade – 7 mil plantas da Amazônia e patenteou já 2 medicamentos. Um deles é um antiviral com aplicações em doenças pulmonares – portanto, para vírus pulmonares – e outro contra herpes, destinados ambos a um mercado que poderá chegar a 20 milhões de consumidores. A reportagem da *Veja* fala de forma muito sugestiva que, na realidade, esse laboratório não utiliza o programa de computador para fazer o rastreamento de todos esses princípios ativos de 7 mil plantas; ele vai direto àquilo que interessa, utilizando o conhecimento dos pajés indígenas.

Gostaria de saber se o senhor tem conhecimento de que alguma consultoria desses pajés a esse Sharman já foi, digamos assim, oficializada, se já rendeu alguma coisa às comunidades indígenas.

O senhor tem conhecimento de que, pelo menos, em algum caso... Já que essas aldeias todas têm supervisão da FUNAI, o senhor conhece algum caso, pelo menos um caso, em que tenha havido alguma remuneração por essa consultoria, por esse conhecimento?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Eu desconheço, Sr. Presidente. Inclusive, durante a minha gestão como Presidente da FUNAI, eu me deparei com uma situação, uma semana após o exercício da Presidência, e estava ocorrendo uma reunião entre pajés de uma etnia Apinajé e... Me fugiu à memória uma outra etnia, no Estado do Tocantins, no Município de Araguaína, Tocantins. E esses pajés estariam se reunindo onde alguns pesquisadores de universidade brasileira, especificamente de São Paulo, teriam interesse em participar. Pelo que soube, não houve acordo entre as partes envolvidas no valor que eles queriam em benefício, em troca desses conhecimentos ou desses prováveis ensinamentos que eles passariam para esses pesquisadores. Isso foi objeto de um processo. Existe esse processo dentro da FUNAI, numa Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas, que é um setor que cuida do ingresso de pessoas em áreas indígenas e com a finalidade específica também que eles pedem essa

autorização. Eu não saberia dizer aqui, no momento, qual é o número do processo, mas existe isso documental dentro da instituição. E, até onde acompanhei, não houve uma evolução porque não houve um acerto nesse acordo financeiro que a comunidade pedia. E tinha, inclusive, ONGs envolvidas no meio, dizendo que tinha de cobrar 'x' mais 'y', que não sei o quê, enfim, tirar determinados proveitos. Mas, pelo que eu saiba, isso não deve ter sido levado adiante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Dr. Otacílio, qual o período em que o senhor esteve à Presidência da FUNAI? De que ano a que ano? Ou de que mês a que mês? Foram vários anos, né?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Só um minutinho, por gentileza. Não, não. Só, precisamente, aqui... Deixe-me pegar o último aqui. Veja bem, eu retornei à instituição FUNAI em 1996, ocupando a Coordenação Geral de Planejamento e, após 7 meses, passei a ocupar a Diretoria de Assistência da instituição, que é a Diretoria responsável pelas ações de saúde, educação, os projetos produtivos, o atendimento, vamos dizer, às questões de proteção às terras indígenas. E, na ausência do titular, o Presidente da FUNAI, ocupei em 3 momentos a interinidade da Presidência da FUNAI, até 1999. Daí, fui... Com uma das mudanças no comando da FUNAI, saí dessa Diretoria, fui ocupar o Departamento de Artesanato Indígena, ficando nesse Departamento por um ano. Em seguida, assumi a Presidência da FUNAI, também numa das mudanças, quando saiu o Sr. Glênio Alvarez. Aí, 3 meses depois, o Ministro, na época, que era o Miguel Reale Júnior, por desentendimento com o Presidente da República, pediu exoneração, e eu, por questão também de solidariedade e profissionalismo, coloquei o cargo à disposição. Como os demais titulares dos órgãos vinculados, assim foi feito. Na verdade, assumi a Presidência da FUNAI no dia 6 de junho e saí em fins de agosto. Ocupi praticamente 3 meses essa Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – No ano de?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – De 2002.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – 2002.

Em 1996 o senhor ocupava um cargo de diretor?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Não, em 1996 eu era Chefe do Departamento de Planejamento. Aí, em 1997, eu ocupei a Diretoria de Assistência, ficando até final de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

Só uma última observação. No caso desse médico, Hilton Pereira da Silva, que, em depoimento à Comissão de Biopirataria da Amazônia, em 1997, confirmou que esteve na aldeia dos karitianas e, ontem, quando observávamos, no *site* da *Coriell Cell* dizia que era sangue de índios karitianas – uma mulher de 32 anos, tem toda a descrição. E o que ele diz? Diz que ele “esteve na aldeia acompanhando uma missão britânica, a serviço da *Discovery Channel*, que, na época, produzia um documentário sobre um ser mitológico da Amazônia conhecido como Mapinguari, que se acreditava existir na área daquela aldeia. É uma espécie de bicho-preguiça gigante”. Foi o que ele declarou. “Na aldeia, constatou ser precário o estado de saúde dos índios e propôs que parte do pagamento, ou do cachê, como ele diz, pelas filmagens fosse em remédio, o que foi aceito pelos índios”. “Aproveitou a oportunidade para convencê-los da oportunidade de doar sangue para exames e que todo o sangue coletado ficou no laboratório da Universidade Federal do Pará”. Portanto, se eximiu, na época, de ter enviado esse sangue para o exterior.

Tudo isso que ocorreu em 1996, nenhum desses fatos foi do conhecimento da sua divisão, da sua Diretoria de Planejamento. Mas, possivelmente, para se fazer, naquela época, um documentário como esse, deveria haver autorização da FUNAI ou, por ser depois de 88, depois da Constituição de 1988, uma televisão já podia adentrar uma aldeia, a aldeia karitiana, sem autorização da FUNAI?

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – Sr. Presidente, hoje, até hoje, qualquer ingresso de pessoa ou pessoas em áreas indígenas tem de passar pelo conhecimento da instituição FUNAI. Não diria que todos, hoje, porque quando se envolve a questão básica de saúde, a própria FUNASA contrata alguma instituição ou organização ou entidade para realizar algum serviço na área de saúde, ela fica com essa responsabilidade pelo ingresso dessas pessoas. Então, a FUNAI não toma conhecimento do tudo e nem tudo é registrado. Agora, especificamente com relação a essa *Discovery*, posso lhe afirmar que existe processo na FUNAI – isso eu me lembro, pelo nome, como foi dito – e é registrado o nome das pessoas, o objetivo, se apresentam documentos de todas essas pessoas que vão adentrar as áreas indígenas, apresentando, inclusive, atestados médicos para se evitar a contaminação de qualquer doença em função, vamos dizer, da própria fragilidade desses povos indígenas. Então, posso assegurar ao senhor e aos senhores todos que a instituição FUNAI tem um registro disso. Agora, com relação, vamos dizer, a essa prática ilícita que foi realizada por pessoas, eu não saberia aqui lhe afirmar. Evidentemente que a

maioria dessas populações, hoje, que têm já um contato com a comunidade nacional sabe o que é o certo e o que é o errado. Agora, nessa região que foi objeto dessas filmagens, sabemos que existem surtos de malária com frequência e, talvez, eles pegaram um momento de fragilidade desses povos indígenas e houve um convencimento, devem ter oferecido algum outro tipo de vantagem além desses medicamentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeitamente.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – ...e retiraram esse sangue indevidamente. Então, eu torno a frisar aqui que, dentro da instituição, existe um Departamento, hoje, que é uma Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas que pode levantar esses dados e passar à Comissão: no ingresso, quando foi, quais as pessoas que adentraram essas terras indígenas e qual o propósito. Torno a afirmar aqui: quando a instituição constatava algum ato ilícito de ingresso em terras indígenas, fugindo daquele objetivo principal, imediatamente essas pessoas eram forçadas a se retirarem das áreas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem.

Mais alguma pergunta? (*Pausa.*)

Agradecemos às suas oportunas, claras, concisas observações, que certamente muito vão contribuir para nosso trabalho. Muito obrigado.

O SR. OTACÍLIO ANTUNES – O.k. Eu que agradeço. Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Convidamos para fazer parte da nossa Mesa o Sr. Dr. Mércio Pereira Gomes, atual Presidente da FUNAI. Convido-o a tomar assento à Mesa. (*Pausa.*)

Nós agradecemos a presença do Sr. Mércio Pereira Gomes, que, chegando hoje de viagem, veio diretamente aqui para nos ajudar e prestar sua colaboração nos trabalhos desta CPI.

Solicito, inicialmente, que preste o juramento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, devo transmitir à testemunha as penas cominadas para o crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, no art. 342: “Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha”. Para este crime, a pena cominada é de reclusão de 1 a 3 anos, e multa.

Com a palavra o Sr. Dr. Mércio Pereira Gomes, por até 20 minutos, caso queira fazer uso da palavra antes de responder as perguntas dos Deputados.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Obrigado, Deputado. Sr. Presidente, Srs. Membros desta Mesa da Comissão de Inquérito aqui presentes, Srs. Deputados, senhoras e senhores, quero primeiro me alegrar e declarar isso a todos pelo interesse que vejo nos Deputados em entender melhor toda a questão indígena no Brasil, da política indigenista, dos problemas que a FUNAI enfrenta, dos problemas que nós, como todos os brasileiros, enfrentamos em relação aos índios. Acho que as perguntas que foram feitas anteriores ao propósito imediato desta Comissão foram muito pertinentes e foram muito bem respondidas pelo Dr. Otacílio Antunes, que foi membro da FUNAI durante muitos anos, membro responsável, membro ponderado, que aqui soube interpretar todas as dificuldades e deu respostas que, na grande maioria das suas afirmações, são afirmações corretas e que também nós compartilhamos atualmente na Presidência da FUNAI. E outras têm algumas ressalvas menores de opinião ou de dados um pouco diferentes. De todo modo, é muito importante que isso esteja sendo discutido e esteja sendo discutido dentro desse panorama geral da FUNAI. Fui requisitado pelo Sr. Presidente, através do Secretário desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para ser testemunha sobre algumas questões específicas. Estou aberto a todo debate que houver sobre a FUNAI, sobre a política indigenista brasileira, e terei muita satisfação em responder a todos que quiserem fazer uso da palavra sobre este assunto, mas quero me dirigir exatamente ao propósito e à objetividade desta Comissão. E digo que foi chamado para ajudar na investigação que esta Comissão está fazendo em relação a alguns pontos: um é a denúncia de venda de DNA de índios brasileiros. Em seguida, eu acho que isso foi debatido aqui brevemente pela testemunha anterior. Também sobre a ACT – Amazon Conservation Team, sobre recurso da USAID, sobre a Aveda Cosméticos e sobre o Projeto Pinkaiti. Eu quero dizer que especificamente eu não tenho nenhuma informação sobre a Aveda Cosméticos e nem sobre o Projeto Pinkaiti. Não sei exatamente, essas palavras são novas para mim. Eu recebi esse convite e não tive tempo de entender melhor o quê que é, mas eu terei muita satisfação em responder aquilo que eu sei sobre o caso da retirada de sangue dos índios karatianas e suruís em épocas passadas, já faz 4 anos esse assunto. Sobre a ACT, essa Amazon Conservation Team, sobre pelo menos boatos que se falam de recursos da USAID, que são financiados, financiando a ACT e o ISA, aqui no Brasil, e talvez sobre outras questões que também fazem

parte, inclusive citadas brevemente como o caso dos índios kraôs e apinajés, os pajés que foram citados aqui brevemente pelo Dr. Otacílio, e o problema com a Universidade Federal do Estado de São Paulo, a busca de pesquisas, que eles tentaram entabular e terminou não dando resultados. Eu fico com essas palavras iniciais, Sr. Presidente, e me coloco à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado, Dr. Mércio.

Inicialmente, passo a palavra ao Relator, Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Mércio, eu gostaria também, na mesma ordem, de fazer em 2 blocos as perguntas da minha autoria e perguntas também elaboradas de autoria do Deputado Sarney Filho, que é o Relator titular desta Comissão.

Da minha autoria, a primeira pergunta: há quanto tempo V.Sa. está à frente da FUNAI? Segunda pergunta: qual o orçamento de que V.Sa. dispõe para a implementação dos instrumentos de políticas na FUNAI? Terceira pergunta: qual ou quais os programas de sustentabilidade de autoria de sua administração para os povos indígenas, programas com orçamentos e recursos humanos? Qual ou quais os programas da sua administração voltados à proteção da integridade das terras indígenas no Brasil? E a última pergunta: qual ou quais as providências efetivamente adotadas pela FUNAI com relação a uma resolução definitiva com relação à exploração ilegal de madeira nas terras indígenas e com relação ao eminente caso agora da Reserva Roosevelt, no Estado de Rondônia?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Obrigado, Sr. Relator. Eu estou na FUNAI e sou antropólogo desde 1975, a minha primeira pesquisa foi feita em 1975 com os índios guajajaras. Lá eu fiquei entre julho e dezembro de 1975. Voltei, escrevi uma tese de doutorado, nos Estados Unidos. Em 77, eu fui convidado para ser professor da UNICAMP, lá fiquei até 1990, depois fui ao Rio de Janeiro, fui convidado pelo Darcy Ribeiro para ajudá-lo nos projetos do CIEP, fiquei com ele no segundo mandato. Fui professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro durante 2 anos, como professor convidado. Depois eu fui convidado para ser professor visitante nos Estados Unidos, fiquei lá entre 1996 e 1997. Depois eu fui concursado da Universidade Federal Fluminense, onde sou professor desde 1997. Para a FUNAI eu fui convidado pelo Ministro da Justiça em fins de agosto e no dia 8 de setembro eu fui empossado como Presidente da FUNAI, portanto, faz 1 ano e 7 meses. O orçamento da FUNAI, quando eu entrei no Governo, em 2003, portanto, já estava

no nono mês, o orçamento estava quase todo utilizado, porque estava num clima de muito conflito interno na FUNAI, e muito do dinheiro foi utilizado diante das pressões que havia dos índios dentro da própria FUNAI, em Brasília. Então, foi muito difícil finalizar este ano de 2003. Em 2004 nós pegamos um orçamento de 97 milhões, mais um pequeno dinheiro, ainda de empréstimo – não de empréstimo – de doação do banco, e do programa alemão, resultado das negociações do PPG7, de muitos anos antes, desde 1996. Esse programa tem ajudado a demarcar as terras indígenas da Amazônia. Era um programa que incluía cerca de 20 milhões de euros e tem aproximadamente, agora, uns 3 milhões de euros. Junto com o orçamento da FUNAI tem sido fundamental para a conclusão da demarcação das terras indígenas. Então nós tínhamos 97 milhões mais esse dinheiro que não foi utilizado, não é para um gasto imediato de orçamento. Portanto, ainda sobram recursos desse programa da KFW. Hoje, no orçamento do ano passado, nós contávamos com um orçamento de 156 milhões, mas afinal, na Lei Orçamentária, nós ficamos com 107 milhões de reais, além deste recurso ainda do programa do PPG7. Então é um orçamento bastante reduzido. Eu gostaria só de comentá-lo também no contexto de outros orçamentos que o Brasil tem, que o Estado brasileiro tem em relação aos povos indígenas, o Estado Federal, especificamente. Cada um dos outros Estados, muitos deles, têm também pequenos orçamentos que utilizam em questão indígena. Eu acredito, Sr. Deputado, que...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Com relação ainda ao orçamento, dentro desses 97 milhões...

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Cento e sete milhões, este ano.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Noventa e sete em 2004 e 107 em 2005. É isso, eu entendi bem? O que isso representa entre despesas fixas e investimentos em cima de atividades que conduzem à sustentabilidade desses povos?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Eu responderei com muito prazer, Sr. Relator, mas deixa eu só dizer. Eu acredito que no Brasil, o Estado brasileiro está gastando cerca de 600 milhões de reais com os povos indígenas, porque além da FUNAI há um orçamento mais ou menos de 250 a 280 milhões da FUNASA, que cuida da questão de saúde no Brasil. O Ministério da Educação, se nós contarmos que temos 150 mil jovens indígenas e contarmos o FUNDEF como sendo uma realidade *per capita*, em base de 800 reais *per capita*, nós teríamos um orçamento de 120 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Para a saúde.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Para a educação. Então, só aí são 400 milhões. O Ministério do Meio Ambiente tem recursos de bolsas e de carteira indígena. O Ministério de Desenvolvimento Social, nas suas 3 principais Secretarias, tem recursos que são alocados para os índios através do antigo Fome Zero, mas também de outros programas. O Ministério de Desenvolvimento Agrário tem recursos que alocam para retirada de posseiros, portanto, são recursos que incidem necessariamente sobre a questão indígena. O Ministério de Integração tem recursos nas suas áreas de relacionamento direto com os povos indígenas, por exemplo, na CODEVASF. O Ministério da Agricultura ou da Reforma Agrária, através do PRONAF, também concede recursos para os povos indígenas que têm, que fazem agricultura, e que são, que tomam empréstimos individuais, às vezes simplesmente com aval da FUNAI, sem que haja uma sanção, um seguro da terra, já que a terra pertence à União. Então eu acredito que no total nós temos de 600 a 700 milhões. É o que o Estado brasileiro gasta. Esse dinheiro, é claro que poderia ser gasto mais bem organizadamente, poderia ter... Não que haja, digamos, sobreposição de recursos em determinadas áreas, de todos esses recursos, mas não há uma concatenação de todos esses recursos, não há uma clareza de como eles devem ser utilizados verdadeiramente. Nesse sentido, eu acho que isso é uma falha que o Governo busca fazer, encontrando uma intersetorialidade, alguma transversalidade; esse é o conceito atual, que também tem dificuldades de atuação. Deputado, só para concluir a pergunta dele, que era: em que sentido é para a ponta e em que sentido é o meio? A FUNAI tem atualmente — essa é uma pequena correção da fala do Dr. Otacílio — 604 terras indígenas que são reconhecidas pela FUNAI e, dessas, 480 estão demarcadas, homologadas, reconhecidas e concluídas. Nós temos cerca de 120 que estão em processo de reconhecimento, em várias fases de reconhecimento. Algumas que já estão sendo declaradas como terras indígenas e outras estão sendo estudadas. Tem 45 administrações da FUNAI em todo o Brasil, exceto nos Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte. Além disso, tem 370 postos indígenas e alguns desses postos indígenas tem uma certa autonomia financeira. São chamadas, como nome de fantasia, de núcleos de apoio. Seriam mais 18 núcleos de apoio em relação aos 370 povos indígenas. Então, nós temos uma capilaridade muito grande no Brasil e índios em todos esses territórios, exceto esses 2. A máquina da FUNAI para todas essas administrações dos, digamos, *grosso modo*, 100 milhões de reais, cerca

de 25 a 30 milhões são gastos com administração. A sede da FUNAI e as 45 e mais 370 postos indígenas. Cerca de 25 a 30 milhões. Os números não estão bem claros agora na minha cabeça. Além disso, tem também uma série de outros recursos. Eu estou excluindo disso o salário dos funcionários, que é mais ou menos 100 milhões de reais. Nesse sentido, o orçamento da FUNAI chegaria a quase 200 milhões, pouco mais de 200 milhões. Outro dia o Senador Juvêncio da Fonseca, num debate comigo, disse: “*Olha, o orçamento da FUNAI é de duzentos e tantos milhões.*” Sim, mas isso inclui 100 milhões da folha de pagamento da FUNAI, o que não se contabiliza em termos de custeio e de gastos propriamente ditos. Temos, portanto, de 25 a 30 milhões de dinheiro que é para atividades meio e todo o resto do dinheiro... Tem mais um pouco, essa coisa de direitos de funcionários, direito de saúde, vale transporte etc, que eu acho que chega portanto aos 35 milhões de reais. Esse é o gasto meio, mais ou menos um terço do recurso da FUNAI é de meio. Os demais gastos são gastos fins, são gastos que significam ou proteção nos seus 2 principais programas da FUNAI, que é proteção e etnodesenvolvimento, *grosso modo*. Esses são os recursos, portanto, de 60 a 70 milhões de reais, vão para essas atividades. Sim, Deputado, o senhor ia fazer uma pergunta.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Uma pergunta simples que não ficou muito clara para mim. Quer dizer, existe o orçamento da FUNAI, existe o orçamento da FUNASA, existem outros órgãos que de uma certa maneira aportam, Ministérios que aportam dinheiro para os índios, mas eu queria saber onde está a coordenação desses esforços, qual é a pessoa ou o setor do Governo ou núcleo que cuida da coordenação de todos esses esforços. Onde que a racionalidade do conjunto é discutida?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Essa é uma pergunta muito importante, Deputado Gabeira, porque é a saída que nós temos que encontrar. A FUNAI, até 1985, era hegemônica. Ninguém mais tinha um recurso, ninguém triscava no índio sem chamar a FUNAI. Mas com a democratização e a idéia trazida também pela Constituição de que o índio tinha de entrar, penetrar e integrar-se dentro do Estado brasileiro e da Nação brasileira pela idéia de racionalidade. Quem é que entende de saúde? Bom, é o Ministério da Saúde. Quem entende de educação? É o Ministério da Educação. Quem entende de meio ambiente? É o Ministério do Meio Ambiente. Esse tipo de racionalidade, Deputado, que surgiu pós-ditatorial, pós-ditadura brasileira é que levou à dispersão dos recursos, à autonomização dos trabalhos indigenistas do Brasil. Então, a FUNAI ficou com o fulcro dela, que é demarcação de terras indíge-

nas, com a responsabilidade sobre a máquina fundamental, que era da estruturação dos postos indígenas, da proteção das terras indígenas e das questões de projetos comunitários, de sobrevivência dos índios. Isso ainda continua sendo o fulcro da questão, sem minimizar naturalmente os problemas de educação e de saúde, que são também grandes. Essa idéia de racionalizar pela profissionalização foi uma coisa que pegou. Isso veio dos antropólogos, veio de ONGs, que achavam também que o Estado era incapaz. O senhor há que admitir que na década de 80 e 90 veio uma pressão imensa de que o Estado brasileiro era incapaz de resolver a questão indígena, mesmo ele estando resolvendo, aos trancos e barrancos, mas resolvendo, encontrando demarcação de terra, dando condições de os índios estarem em crescimento demográfico. E isso nós não podemos negar nos outros Governos, nem o papel do Estado brasileiro em relação a isso. Os índios em 1955 eram 120 mil, hoje são 430 mil. As terras indígenas, na década de 70, dos militares, era 180. Agora são 600 terras indígenas. Quer dizer, houve um acréscimo de funções, de trabalho muito grande. O crescimento demográfico significou um monte de coisas, significou mais demandas por saúde, significou mais problemas de saúde também. A racionalização de que a profissionalização que é importante diluiu o papel da FUNAI e fez ela perder o seu papel, digamos — a gente pode falar no ponto de vista estratégico —, hegemônico, mas digamos, que a gente pode falar hoje em dia de coordenação. Cada órgão desse, o Ministério do Meio Ambiente acha que ela entende de índio. O Ministério da Saúde e a FUNASA acha que ela entende de índio, que ela sabe o melhor para o índio. O Ministério da Educação acha também que entende da educação indígena. Cada um desses Ministérios têm essa sua visão. E nós reintegrarmos essa outra FUNAI e dizer: não, nós é que entendemos parece ser uma ousadia agora. Há uns anos atrás, você dizer: a FUNAI é que entende, porque a FUNAI, sendo a herdeira do SPI, é herdeira do espírito republicano deste País, que defendeu índios em ocasiões fundamentais, em ocasiões de grande perigo, como na expansão para o oeste brasileiro na década de 20 e 30, na década de 40, que foi quando se consolidou o serviço de proteção aos índios, embora tendo sido criada em 1910. A FUNAI é herdeira dessa espírito republicano, mas ela é desafiada pelo grande momento que aconteceu na década de 80, um momento ideológico, também um momento econômico diferenciado, de novas expansões agrárias, enfim, de outras sortes. E também ela foi desafiada pelas suas incapacidades também, por ser herdeira da ditadura militar também foi uma das grandes questões. FUNAI é responsável

pelos mortes dos índios na Transamazônica. Todos nós que vivenciamos 1970, 1975 sabemos disso. E a FUNAI vinha como a filha da ditadura militar. Ainda hoje se falam, tem ONGs que falam isso: “A FUNAI é herdeira da ditadura militar.” Como se não fosse ela herdeira do Serviço de Proteção aos Índios, do espírito republicano que existia neste País, que ainda existe. Então, reintegrar isso, Deputado, é a grande questão, como é que você coordena. E há o Ministério da Justiça. E logo quando entramos no Governo, o Governo instalou um grupo interministerial. Nós produzimos um relatório de avaliação de todas as ações indigenistas, e esse relatório produziu uma coisa. Então, vamos dizer como a gente coordena. E há um mês o Ministro da Justiça fez uma portaria em que o Ministério da Justiça é o coordenador da política indigenista e vai reunir-se com os vários Ministérios que está aí presentes, que têm ação indigenista, para buscar essa coordenação. Como buscar, como obter essa coordenação, se nós não temos, digamos, ainda os controles monetários para produzir os efeitos necessários de uma coordenação, é que são outros quinhentos, outra questão política a ser discutida nesse grupo de trabalho interministerial que nós estamos querendo reunir logo após a semana do índio, que nós estamos todos empenhados nessa busca da semana do índio brasileiro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Mas não tem nenhuma câmara assim, nenhum espaço, nenhuma câmara de índio. Por exemplo, o espaço onde se encontram sistematicamente todos os que trabalham com índio, trocam informações e decidem em conjunto. Ainda não existe.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Tem, Deputado. Tem esse grupo de trabalho que foi feito pela câmara de estudos sociais – Câmara Social, acho que se chama —, coordenada pela Casa Civil, que começou em janeiro de 2004 e concluiu um relatório em julho de 2004. Esse relatório, ao mesmo tempo tinha... Nisso é que houve uma pequena confusão e muitas das ONGs também reclamam disso. Ao mesmo tempo teve, logo no início, por uma opção anterior também teve um decreto que dizia que o CREDEN, isto é, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem, entre as suas prerrogativas de ação, a política indigenista. E isso assustou muito as pessoas. “Ah, então estão militarizando a questão.” Então, a questão foi: vamos produzir esse relatório, no qual os militares estavam presentes, o GSI e Ministério da Defesa estavam presentes em toda essa produção desse diagnóstico, desse relatório para criar um novo grupo de trabalho em que o civil, liderado pelo Ministério da Justiça, seria fundamental. Então, ao longo do ano passado, terminado esse período, é que fomos então encarregados e

saiu este ano agora, um mês atrás, esta comissão. Eu espero, Srs. Deputados, que a partir desta comissão, deste grupo de trabalho interministerial, a gente possa diante das crises que sofremos neste último ano, os índios sofreram, seja particularmente alguns povos, seja no sentido geral, que nós possamos encontrar um meio de dar um sentido maior a uma coordenação de uma política indigenista. Talvez aí é que se possa. E há nesse sentido também um pedido das organizações indígenas de se criar um conselho nacional dos povos indígenas. Esse conselho seria governamental e também não-governamental. Pode ser que nós consigamos fazer isso. E esse conselho tem uma função fundamental de coordenação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. Nós estamos retornando às perguntas, em primeiro lugar do Relator, depois vamos abrir as perguntas aos Deputados. Pedimos tanto para o Relator, como para a nossa testemunha de hoje que sejam concisos, porque dentro de minutos, recebemos um telefonema de que começa a Ordem do Dia, e somos obrigados a suspender os trabalhos. Então, com a palavra, por favor.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Serei bem rápido. Sobre o orçamento, já respondi mais ou menos, Deputado Casara? Também é orçamento, né? A outra pergunta é: programas de sustentabilidade. Como eu disse, nós temos, se contarmos sustentabilidade, etnodesenvolvimento e contarmos os recursos de proteção ambiental, nós teremos cerca de 60 a 70 milhões de reais. Todos os povos indígenas, os 230 povos indígenas recebem recursos de sustentabilidade. Todos eles exigem seja minimamente na busca de material agrícola, como foices e machados e enxadas, essas coisas assim, como em alguns casos de utilização de fertilizantes, de defensivos agrícolas, que também são usados em algumas terras indígenas onde tem muita proximidade com a agricultura comercial do *agribusiness* brasileiro. Os programas existem de várias formas. Às vezes, eles não atingem verdadeiramente a agricultura, não atingem verdadeiramente os assuntos, digamos, de importante necessidade para os índios. Muitos dos recursos em algumas áreas indígenas se gastam, pasmem, com gasolina e com óleo diesel. Porque muitos ao longo da década de 90, muitos povos indígenas, muitas aldeias entraram num sentimento de que era importante terem carros, seja para traslado, seja para utilização agrícola, seja para exibição de prestígio político. E em alguns povos indígenas os gastos com gasolina atingem no fim mais de 30%. Mas de todo modo são gastos que tem uma finalidade, não são gastos meio, são gastos fim. De modo que eu acredito, grosseiramente falando, Depu-

tado Casara, mais ou menos um terço é de meio e dois terços são de atividades fim. E os programas de sustentabilidade é que recebem esses recursos. Todos os índios têm, todos os índios recebem de alguma forma programas. Se eu fosse detalhar um por um, nós não paráramos aqui de falar. Os programas de proteção ambiental também são da mesma ordem. Nós temos terras indígenas imensas. Há um conjunto de terras indígenas no Brasil que tem 12 milhões de hectares. É o maior conjunto de terras que há. Se juntarmos com a do Parque Xingu, chega a quase 15 milhões de hectares, são 150 mil quilômetros quadrados. Proteger essa área não é brincadeira. Então, em alguns casos, há programas com os próprios índios que se transformam em vigilantes de sua terra, recebem recursos, tem casas lá, fazem casas em alguns pontos estratégicos. Em outros, são recursos que são doados para bote, para gasolina, óleo diesel, espingarda, etc., em que há, digamos, momentos em que se faz esse tipo de avaliação de proteção. Fala-se muito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com licença. Se nós não conseguirmos completar hoje as perguntas específicas a respeito das questões do tráfico de sangue de índios, nós teremos que convidá-lo e convocá-lo para uma outra oportunidade.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Mas estou tentando. Terei muita satisfação em fazer isso. É que estou tentando responder a ele dando uma visão desse assunto de proteção ambiental. Mas vamos passar por cima logo rápido. Providências adotadas com relação à exploração de madeira e em relação à terra indígena Roosevelt. Madeira, os madeireiros que existem no Brasil, eles cercam os índios que têm madeira, os índios caiapós, os índios mundurukus, os índios cintas largas, os índios suruí, os índios zorós, em Rondônia. Nessas áreas onde há madeira e onde há possibilidade de comercializar madeira, porque tem áreas na Amazônia que tem madeira, mas ainda não há comercialização possível, não tem estradas. Eles são acossados por madeireiros, e há uma demanda muito grande para eles abrirem as suas terras. E muitos vêm com programas que o madeireiro vai fazer manejo florestal, e eu neguei vários desses programas, em relação aos índios caiapós, em relação aos índios cintas largas e mundurukus. Eu não sei quanto tempo é que nós vamos segurar isso, sobretudo agora com mudanças na legislação ambiental e de uso de gestão de recursos florestais, em que pode intensificar mais a demanda nessas terras indígenas. Alguns povos indígenas, em outras épocas, abriram suas terras a madeireiros. Os próprios caiapós durante uns 10, 12 anos abriram à vontade as suas terras onde tinham manchas imensas

de mogno e, a partir do fim da década de 90, fecharam. Por uma obrigação do Ministério Público, e os caiapós não estão comercializando madeira. Havia madeira caída nesta área, ou havia madeira que tinha sido roubada desta área e houve, logo quando entrei na FUNAI, que nós fizemos convênio com IBAMA, em que o IBAMA repassou bastante madeira para os índios caiapós, que resultou, que tem o produto final resultou em mais ou menos 2 milhões de reais, o que está dentro do programa de renda indígena para os índios caiapós. Mas isso não foi retirado conscientemente com permissão dos índios caiapós. E o IBAMA é que fez essa atuação. Em relação à Roosevelt... Roosevelt, como todo mundo sabe, foi uma coisa muito dramática. O Dr. Otacílio já falou um pouco, foi contratado em 1967 pelo Chico Meireles, eram cerca de 3 a 4 mil índios. Caiu a sua população para 600 índios no período da década de 1980, hoje eles são 1.300 índios e vivem em 3 ou 4 terras indígenas que compõem a área indígena cinta larga com mais ou menos 2 milhões e 700 mil hectares. Ao longo desse tempo, houve uma venda de madeira. A exploração de Roosevelt começou com madeireiros. Depois acabou a madeira, não acabou propriamente, mas acabou a intensidade da exploração da madeira naquela região de Rondônia e foram descobertos ouro e diamantes, especialmente diamantes. E tem toda essa história que eu acho que não vale à pena, quer dizer, não tenho tempo suficiente para contar ela toda. O que está acontecendo agora? Os índios, em dezembro do ano passado, o Presidente da República mandou um decreto fechando o garimpo, mais ou menos em outubro, quando foi em meados de dezembro os índios tinham fechado o garimpo. No fim de dezembro todas as máquinas, chama-se resumidoras, eu acho que se chama, aquela que balança a terra e que deixa a pedrinha em cima, chama resumidora, elas eram duzentos e tantas máquinas e foram retiradas. Então, não havia mais nenhuma coisa, não há mais nenhuma exploração de diamantes dentro da terra indígena cinta larga, na seguinte promessa de que a FUNAI ia obter recursos para equilibrar o momento histórico, social e econômico que os cintas largas estavam vivendo. E nós estamos lutando exatamente para obter isso. Nós fizemos um programa para os cintas largas que custa mais ou menos 3 milhões de reais, em que o Ministério da Justiça nos propiciou esses recursos, para a gente ativar e ao menos postergar esse momento trágico, mas que vai acontecer, quando uma legislação sobre mineração em terras indígenas terá que acontecer. Então, são as suas 5 perguntas, Deputado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – ... se nós vamos fazer então, agora, dois blocos de pergun-

tas, para facilitar as anotações. E eu, antes de iniciar, só gostaria de perguntar como é que fica...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Pela ordem, Sr. Presidente. Será que não poderiam os Parlamentares aqui presentes fazerem as perguntas? Porque nós estamos aqui participando, já estamos aqui desde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se o Relator concorda...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nós passaríamos primeiro para os Deputados e concluiríamos com as perguntas do Relator.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Completamente de acordo. De acordo, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. A primeira inscrita é a Deputada Maria Helena, que já solicitou.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Bem, eu quero ressaltar a importância de nós estarmos aqui ouvindo os representantes da FUNAI, o Presidente e o ex-Presidente, porque é uma organização que possui atividades incidentes sobre essas áreas em que a nossa diversidade biológica está ameaçada. Eu vou diretamente às perguntas que eu tenho para fazer para o nosso Presidente, Dr. Mércio: se chegou ao conhecimento da FUNAI alguma denúncia de biopirataria em terras indígenas. É minha primeira pergunta. Segunda pergunta: alguma das organizações com que a FUNAI mantém convênio ou contrato, em algum momento, já exerceu atividade de bioprospecção? Terceira pergunta: ao contratar ou conveniar com uma determinada organização, a FUNAI toma conhecimento das atividades a que está ligada essa organização? A FUNAI sabe de outras atividades dessa organização em outras regiões do Brasil ou do mundo? A FUNAI conhece, acompanha ou monitora a execução desse contrato ou convênio ou apenas exige o cumprimento do objeto do convênio ou do contrato? E a última pergunta: a FUNAI acompanha, monitora e fiscaliza a ação de estudiosos, missionários ou organizações não-governamentais nas terras indígenas? Há relatórios quanto a isso? Como é feito esse acompanhamento e essa fiscalização? Obrigada.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Muito bem, Sra. Deputada Maria Helena. Muito ao ponto as suas perguntas, e eu vou tentar também responder aos pontos. Se já houve na FUNAI denúncia de biopirataria, sim, já houve. Tem uma organização que está também na pauta para ser perguntada, chamada Amazon Conservation Team, ACT, que fez, em anos anteriores

à minha vinda, e, depois, justapondo também com a minha chegada, um trabalho com os índios do parque indígena Tumucumaqui, na fronteira com o Suriname, e depois fez aqui no Alto Xingu. Essa pergunta eu acho que também foi feita aqui pelo Sr. Relator, anteriormente, ao Dr. Otacilio. Essa empresa ou essa organização não governamental, ela é dirigida por um senhor cujo pai já foi pesquisador do INPA e foi expulso do INPA por acusações de biopirataria, essas coisas de biopirataria de animais, e parece que houve uma descoberta de um primata, e ele estava envolvido nisso, e houve alguma coisa nesse sentido. De modo que ele foi demitido pelo INPA como pesquisador, acho que era zoólogo, por conta de atividades que pareceram semelhantes à biopirataria. O filho dele, que é o atual diretor dessa ACT, alega que não tem culpa pelo que o pai é ou pelo que o pai foi. Quando eu cheguei à FUNAI, tinha um convênio que ele celebrou com índios do Alto Xingu, os índios camaiurás. No acordo, ele passava alguns recursos e alguns benefícios para os índios e aprendia dos índios uma série de conhecimentos que os índios tinham, conhecimento de ervas. Eles utilizaram, efetivamente, essa é a palavra correta, um pajé muito importante do Alto Xingu para conhecimento das coisas que esse pajé tinha, conhecimento de plantas, conhecimento de raízes, conhecimento de utilização de chás que são feitos a partir dessas plantas. O que se dizia no relatório, no convênio, é que ele estava fazendo um estudo etnoecológico e que demonstrava, num mapa, fazia um mapeamento de onde se encontravam tais tipos de plantas que são utilizadas.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Qual era o grupo com que eles trabalhavam?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Os índios camaiurás. Como era feito o mapa de tais plantas, onde elas se encontram, com que intensidade, como os índios as utilizam etc. E isso ele alardeou por aí fora como sendo um grande resultado. O convênio foi encerrado em fevereiro. A própria FUNAI tinha dentro dela uma idéia de que estava havendo biopirataria, porque, num certo momento, foi descoberto que uma empresa japonesa tinha feito um filme, através dessa ONG. Entrou na área indígena através da ONG, fez um filme e estava mostrando esse filme, como se fosse uma coisa normal. Nisso, a FUNAI entrou... Isso é conhecimento que eu tenho muito antes de eu ter entrado na FUNAI. A FUNAI entrou com um processo, a Procuradoria Jurídica da FUNAI entrou com um processo, e, então, essa empresa doou, como parte dos *royalties* por ter filmado essas cenas, doou cerca de 40... Uns dizem 40, outros dizem o equivalente a 70 mil dólares, que foram redistribuídos para os índios como parte dessa compensação. De todo modo, cheirou muito à biopira-

taria toda essa atividade, porque não era uma atividade propriamente científica nem tinha uma outra razão maior, a não ser descobrir, ao que parecia, a utilização de plantas que supostamente poderiam ser utilizadas como medicamento. Então, esse é um assunto que é conhecido na FUNAI, pelo menos pelas pessoas que trabalham na Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas. Fechamos o acordo, quando terminou o convênio, em novembro. Esse mesmo grupo tentou um outro grupo indígena, os iualapiti, que vieram a mim pedir: “Será que agora a ACT não pode trabalhar conosco, para também apresentar uns recursos? Nós vamos...” E eu disse: “Não. Do ponto de vista da FUNAI, não”. Essa ONG, ACT, ela está proibida de entrar em área indígena pela FUNAI. No entanto, ela fez uma sede na cidade de Canarana, que é a cidade central onde os índios xingus se encontram, e assedia os índios para várias propostas. Um dos grupos indígenas com que eu estive recentemente, há 10 dias atrás, no Xingu – dormi lá na aldeia dos índios, conversei com eles durante 2 dias e uma noite —, um deles diz que quer fazer um programa com a ACT, porque a ACT está fazendo agora um programa de proteção territorial, que vai dar um Toyota, que vai dar não sei o quê, que vai dar uma série de coisas. E eu disse que a FUNAI não aprova isso. Mas a FUNAI não manda nos índios. A FUNAI não diz aos índios o que devem fazer. Não consegue fazer isso, não deve fazer isso. É uma ilusão achar que a FUNAI é tutora dos índios e manda nos índios. Mas eu, declaradamente, disse, e os demais índios do Xingu também aprovaram o que eu disse, que eu era contra o que poderia vir a ser feito aí, que o que eles fizeram com os Camaiurá demonstrou má-fé e demonstrou falta de objetividade e indigenismo para esses índios. Mesmo assim, os outros índios juntos, que estavam nessa reunião em conjunto, disseram: “Nós achamos que o que os Ikpeng estão fazendo...” – que são esses índios que estão fazendo esse acordo, sem interveniência da FUNAI, nenhuma – “...vamos deixar que eles façam” – algo assim. “Deixem eles fazerem assim. Depois, se não der certo, a gente tira.” Então, essa foi uma reunião com...

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Mas o que nos causa perplexidade, Sr. Presidente, é que essa organização continue atuando e assediando os índios aos olhos das autoridades brasileiras, uma organização que já ficou constatado exercer atividade de biopirataria no nosso território brasileiro.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Pois é, nós anunciamos isso, a Polícia Federal sabe disso, o Gabinete de Segurança Institucional sabe dessas coisas todas, e está averiguando. Não há uma base...

Eu imagino que não tenha, digamos, um fundamento penal suficiente para fazer isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, posso perguntar? É sobre o mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Há uma seqüência de inscrições. Se permitirem...

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Estou respondendo ainda as suas perguntas, Deputada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É sobre a ACT mesmo, se o Presidente da FUNAI sabe da associação de indústrias farmacêuticas com a ACT, como a Shaman Pharmaceuticals e Aveda Corporation.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Não, senhor; não sei. Eu sei com a USAID. A USAID, que se chama United States Agency for International Development, sigla: USAID, fez uma doação – isso eu vi numa reunião que houve na cidade de Canarana, onde a FUNAI, junto com o ISA... Fizeram uma reunião para discutir com os índios, as autoridades locais, estaduais e federais e o IBAMA um programa de defesa das nascentes do Rio Xingu; o programa chama-se Nascentes do Rio Xingu. Lá estava, entre os patrocinadores, a USAID, e um dos representantes da USAID veio a mim perguntar se a ACT tinha licença da FUNAI para entrar, e eu disse peremptoriamente: não existe, não há licenciamento da FUNAI para a ACT utilizar-se de entrar em área indígena. A FUNAI não pode proibir a ACT de conversar com ninguém, mas entrar em área indígena é proibido; a FUNAI proibiu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece o analista pericial em antropologia Marco Paulo Fróes...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com licença, Dr. Rosinha, vamos seguir...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sim, sim. Só que nós temos uma lista de inscrição. Em seguida à Deputada...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não. No microfone, faz favor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – *(Inaudível)* diferente. Talvez fosse conveniente, por uma questão de ordem, que os Deputados da CPI perguntassem na frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Todos somos da CPI.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Então eu e a Deputada Thaís, que não somos, perguntaríamos depois, por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sim, mas tanto o Dr. Rosinha, quanto a Maria Helena, a Thelma são, e os mais assíduos da CPI.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – No caso da Thelma e da Maria Helena o senhor vai ter de arbitrar. Estou te dando uma solução para dois; os outros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não. Então, por favor, faça mais essa pergunta; depois devolvemos a palavra à Deputada Maria Helena.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É que o tema é a ACT; estou perguntando se o Presidente da FUNAI conhece o Sr. Marco Paulo Fróes Schettino, analista pericial em antropologia.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Marco Paulo Schettino... Ele é o antropólogo do Ministério Público Federal...?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Isso.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, senhor. Conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Houve nota técnica dizendo assim: existem fortes indícios quanto a interesse da ACT em desenvolver atividades relacionadas à bioprospecção voltada para o desenvolvimento de novos medicamentos, inclusive com a associação de indústrias farmacêuticas, no caso Shaman e Aveda.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Eu não conheço esse relatório, Sr. Deputado, mas não duvido não dessa... O Marco Paulo é um antropólogo de grande credibilidade.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sra. Deputada, quer que eu responda às outras coisas?

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Às outras perguntas.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Então: denúncia de biopirataria, sim, temos. Organizações que fizeram bioprospecção, aí eu não sei dizer. Essa é uma delas, certamente; a ACT é uma delas. Tem algumas organizações que têm convênio com os índios, associações indígenas, com interveniência da FUNAI, que têm interesses difusos em meio ambiente, e aí eu não sei dizer se há bioprospecção. Por exemplo, a Conservation International, que é uma das grandes organizações de proteção do meio ambiente, e uma maior ainda, chamada The Nature Conservancy, que atende pela sigla de TNC, que tem muitos recursos, recursos de fundações como a Fundação Moore e também

recursos do Governo americano, que tem, digamos, atuação em muitas áreas indígenas, seja através de ONGs brasileiras ou seja ela propriamente apresentando recursos, inclusive para associações indígenas. Muitas das associações indígenas que temos no Brasil recebem recursos dessas organizações. Mas eu não posso dizer, Sra. Deputada, se elas fazem bioprospecção. A FUNAI tem conhecimento de outras atividades dessas ONGs, em outras partes do mundo, só essas gerais. Nós sabemos que é a Greenpeace, sabemos o que é a Nature Conservancy, a Conservation International. Temos notícias gerais do que eles fazem. Nós entendemos que fazem coisas no espírito ambientalista que prevalece entre elas, mas também não botamos a mão no fogo completamente. A FUNAI acompanha e monitora quando uma dessas ONGs faz acordo com os índios. Se a FUNAI é interveniente, sim, está lá, tem um propósito, tem um objetivo. Em geral, quando se faz acordo direto com a associação indígena, está lá uma série de recursos que são dados para a compra de objetos, de instrumentos etc, que os índios necessitam. Então, a FUNAI vê qual é a atuação em relação aos índios. Há ONGs que têm, ONGs brasileiras, que têm a sua própria atuação. Elas são dirigidas por atores antropólogos ou indigenistas, ex-indigenistas, da FUNAI, em alguns casos, mas por antropólogos, por ex-Presidentes da FUNAI etc, que têm toda a legitimidade. A FUNAI tem contato com essas pessoas, eu tenho. Frequentemente sou visitado por membros e Presidentes dessas associações, como o ISA, Instituto Socioambiental, como o CTI, Conselho... Esqueci o nome agora. São antropólogos de mão-cheia, reconhecidos, que fazem trabalho com o índio.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – A minha pergunta é porque nós sabemos que temos, atuando junto aos índios, a Igreja Católica, várias missões evangélicas e mesmo pesquisadores, estudiosos, que estão atuando junto a essas comunidades indígenas. Na década de 80, eu me lembro, teve até uma reportagem, no *Globo Repórter*, de um americano que ficou anos pesquisando e estudando, junto aos ianomâmis, casou com uma ianomâmi, levou-a para os Estados Unidos, para morar com ele. Depois, ela não se adaptou à vida lá e voltou para a aldeia.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Eu conheço, eu li esse livro também.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – E esses estudiosos continuam. Quando você vai, às vezes, para uma aldeia indígena, você vê lá pesquisadores. São essas pessoas, esses missionários, e mesmo a Igreja Católica, que a gente gostaria de saber se a atuação deles junto aos índios é acompanhada pela FUNAI.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Os antropólogos, Deputada... Para entrar numa área indígena, um antropólogo de boa-fé, científico etc, ele tem que fazer um pedido ao CNPq e à FUNAI. Então, ele passa por estes dois filtros: o CNPq tem que aprovar o seu projeto de pesquisa e, depois, tem que ser aprovado pela FUNAI, e está sujeito a uma negociação com os índios, se os índios aceitam essa pessoa viver lá na sua área. Pode ser que alguns não aceitem. Em alguns, fica difícil também de viver numa área indígena que está com problema ou com recém-contato. Tudo depende de uma série de negociações. A FUNAI requer desses antropólogos uma série de retornos, inclusive do seu relatório final, dos livros da sua atuação. Muitos antropólogos, a grande maioria dos antropólogos que trabalham com índios, terminam se apaixonando pela causa indígena e permanecem devedores dos índios, ou, sentem-se devedores dos índios, e ajudam os índios em muitos aspectos. Às vezes, é uma ajuda... Tem proposições, digamos, que não correspondem a uma realidade política ou não correspondem a um programa de Governo, mas eles continuam presentes nisso. Os missionários, tanto da ala católica, quanto das alas evangélicas, eles têm suas missões, têm cerca de 120 missões em terras indígenas no Brasil. Até a década de 90, a FUNAI requeria dessas missões que apresentassem um projeto, que mostrassem esse projeto. Hoje em dia, fica terrivelmente difícil fazer isso, porque a bancada evangélica é muito grande e muito impressionante, também como a católica, em relação a você requerer um trabalho, uma determinação, um projeto, uma análise do que é a situação indígena, que parece que você está entrando, penetrando na atuação evangélica ou na atuação assistencialista que eles promovem. A FUNAI é um órgão que foi criado pelo Rondon, que era um positivista; era um homem não propriamente anti-clerical, mas que tinha uma visão republicana do mundo. Tradicionalmente, o SPI teve muitos conflitos com a Igreja Católica, naquela época, em seguida, com as igrejas evangélicas, que também entravam em área indígena. Na década de 50, houve um acordo do antigo SPI, em que a Igreja Católica e os evangélicos... Tinha uma missão americana, chamada Summer Institute of Linguistics, que faz parte da igreja do Wycliffe Bible Translators. Eles traduziam as bíblias. O projeto era de traduzir todas as línguas indígenas na Bíblia, começando pelos evangélicos. Então, com isso, eles tinham um trabalho de atuação lá, diretamente nas áreas, aprendiam as línguas, etc. Esse trabalho continua em muitos aspectos, muitas missões evangélicas ainda se propalam com o ideal de traduzir para o Evangelho a língua indígena. A Igreja Católica também tem a sua atuação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Desculpe, Dr. Mércio, eu vou pedir novamente a sua ajuda. São muito ricas as suas observações, os seus exemplos para cada solicitação, são 5, 10 exemplos, mas suas observações fazem fé. O senhor não precisa exemplificar tanto, por gentileza, porque nós temos um problema de limitação de tempo. Ao senhor basta dizer: “Ele é um positivista”, nós já entendemos aqui, está certo? Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Eu acho que as perguntas que fiz, todas, foram respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, a Deputada Thelma. Em seguida, o Dr. Rosinha.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Bem, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Sr. Mércio por ter atendido ao pedido da Comissão, mas eu manifesto uma preocupação com relação a essa questão, já que eu faço parte das duas Comissões, tanto desta Comissão, como da Comissão Externa que foi investigar a questão da mortalidade infantil, como eu já disse antes, e eu queria... Duas as preocupações. Primeiro que, ontem, houve... O senhor acabou de falar da questão da FUNAI, do trabalho que realiza, mas ontem nós tivemos uma manifestação dos funcionários da FUNAI, que pararam no dia de ontem, exatamente protestando contra a falta de recursos humanos, de recursos financeiros, da estrutura do órgão e do desmantelamento que está acontecendo com a FUNAI. Então, eu estou muito preocupada, porque as ações da FUNAI, hoje, elas estão... O senhor falou – e aí entro com a minha pergunta – dos programas de sustentabilidade, e nós, que estivemos nas aldeias – não pudemos estar em tantas quanto gostaríamos —, mas nós não percebemos lá os programas de sustentabilidade, fosse em qual sentido fosse. Percebemos, sim, muita reclamação de ausência dos técnicos da FUNAI para estar desenvolvendo determinados projetos que pudessem gerar renda para os índios, para não acontecer de eles estarem sendo assediados para outras propostas. Então, o senhor disse que são muitos, que não dá para relatar todos, mas eu gostaria de registrar que nessas duas, e com outras etnias com que conversamos, nós não percebemos os programas de sustentabilidade. Então, se é possível, o senhor nos mande esses programas, com detalhes: onde eles estão implantados, em quais aldeias e que tipo de programas estão funcionando. E, se o senhor tem... Por exemplo, uma preocupação nossa é que, no Estado de Mato Grosso, que o senhor citou, há uma proposta até de qualificar os índios, para que eles possam estar dirigindo tratores. Lá já tem, também, o arrendamento das terras indígenas para plantação de soja, e agora há

uma proposta de qualificação para que eles dirijam os tratores. E, lógico, a proposta vai ser desenvolvida pelo Governo do Estado, e os índios vão se tornar mão-de-obra barata nas mãos dos produtores. Então, gostaria de saber se a FUNAI tem conhecimento disso que está ocorrendo em Mato Grosso do Sul e que vai ocorrer em Mato Grosso. Gostaria de perguntar, na minha segunda pergunta, se o senhor conhece a ONG Body Shop, que é uma entidade, uma ONG da Inglaterra, que, segundo a denúncia que eu recebi, ela seria representada pelo chefe da FUNAI em Altamira, que seria o Sr. Benigno. Nós recebemos essa denúncia. Nós gostaríamos de saber qual é a atividade dessa ONG.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Bom, foi assim que eu recebi, foi assim que nós recebemos. Depois, nós gostaríamos de perguntar, já que o senhor falou nesse grupo de trabalho que vai ser formado: por que esse grupo não foi formado antes? Nós temos uma preocupação, também, com todo o recurso que o senhor disse que está envolvido nessa... Dos diversos Ministérios: Ministério da Reforma Agrária, da Agricultura, não-sei-o-quê, mas que os índios, realmente, estão passando por muitas dificuldades: não tem água em algumas aldeias; na outra, eles estão desnutridos. Enfim, eu não entendo como essa situação acontece. Nós temos 600 ou 700 milhões alocados para atender aos índios. Acho que tudo isso facilita que aconteça todo esse assédio das diversas entidades em relação aos índios. E gostaria de dizer que, infelizmente, a gente comprova – e eu acho até que aí não tem nenhuma coisa a ver diretamente com a FUNAI, mas com relação mesmo a outros Ministérios... Mas essa situação de conflito, que está instalada entre os diversos setores, ela é perfeitamente percebida por todo mundo, inclusive pelos próprios indígenas que lá estão. Então, eu acho que é fundamental esse encontro, que vai haver, de todas as entidades, perdão, de todos os órgãos, mas eu entendo que isso só aconteceu, de fato, porque aconteceram essas denúncias de morte dos índios, o que está obrigando, realmente, o Governo a correr atrás de um prejuízo, o que já poderia estar sendo articulado há mais tempo. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, senhora. Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Por favor.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sra. Deputada Thelma de Oliveira, os funcionários da FUNAI fizeram uma paralisação, ontem. Eu não estava no Brasil. Fizeram uma paralisação, e me avisaram que iam fazer a paralisação, porque eles querem um plano

de cargos e salários na FUNAI, eles querem um plano de carreira indigenista, e eu sou favorável a isso. Eu os estou ajudando a criar a carreira do indigenismo no Brasil. Que essa carreira seja respeitada, que tenha uma conceituação, que tenha propósito, que tenha uma missão, como uma carreira. E estou ajudando, inclusive, a conceber isso, já há algum tempo. Entre tantas outras autarquias e Ministérios brasileiros que estão buscando num plano de carreira está a FUNAI. Então, eles resolveram fazer uma paralisação, e o discurso geral é este: é um órgão que já teve 5.800 funcionários e hoje tem 2 mil funcionários. Ela teve 5.800 funcionários em 1987, quando tinha 200 mil índios; agora são 4.300. Quer dizer, nós trabalhamos assim, no fio da navalha; nós trabalhamos assim, no sufoco, sem dúvida nenhuma. Aqui nós temos 200 funcionários – a cabeça da FUNAI são 300 funcionários, espalhados tem mais 1.800 funcionários. É muito pouco para as tarefas que temos: cuidar de 600 terras indígenas, 12,5% do território nacional, é um troço grave. Então, eu sou favorável também à luta pelos funcionários e tenho trabalhado muito nos Ministérios, no Ministério do Planejamento. Já estive com o Ministro do Planejamento e com o Secretário Executivo do Ministério, diversas vezes, com o Secretário de Gestão, com o Secretário de Recursos Humanos, procurando, digamos, avançar nesse pleito, que é um pleito real. Após a criação desse plano de carreira da FUNAI, teríamos que abrir um concurso público para 500 novos funcionários. E o plano é que a FUNAI tenha, em 5 anos, 3.500 funcionários, e que essa seja sua missão para os próximos 30 anos, nessa base de ter 3.500 funcionários, racionalizando melhor as suas ações. Bem, então, eu sou a favor disso, e eu acho que... Não sei. A senhora não viu nenhuma coisa de sustentabilidade. A senhora foi numa época de muita crise, em que todos os erros, todas as, digamos, as falhas se alçaram com muita veemência, mas há planos, a FUNAI manda recursos. Nós temos uma quantidade muito pequena de pessoas trabalhando em Dourados, naquele Núcleo de Apoio Indígena – é um núcleo, não é nem uma administração. Administração está em Amambaí. Amambaí é que serve todas aquelas áreas ao sul do Mato Grosso do Sul, que é também muito mais – muita gente, muitas áreas, muitas não-áreas, muitas potenciais áreas, muitas áreas conflitivas. Em Dourados, temos o núcleo de apoio de uma pessoa que trabalha e não consegue dar vazão a todo o sufoco que é trabalhar com 11.500 índios, com 3 funcionários. Essa é uma coisa dramática, não posso dizer mais nada do que isso. A FUNASA está agora com projeto de botar água e não-sei-o-quê. É claro é que em resposta ao conflito, mas eles estão buscando isso.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Isso eu nem cobrei do senhor. Mas o senhor não acha que, às vezes, o recurso que o senhor diz que está chegando... porque a reclamação dos índios é que o recurso não chega na ponta. Não está chegando para aqueles índios. Pelo menos, foi isso que nós sentimos lá. É essa a nossa preocupação.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Mas chega, claro que chega. A FUNAI não desvia dinheiro. Os funcionários da FUNAI não desviam dinheiro. Desviar recursos numa área em que tem 11.500 olhando para você, ninguém faz isso, é impossível. Se a senhora tivesse conversado com os funcionários de lá, com Israel e outras pessoas que trabalham lá, as pessoas estão avassaladas pelo momento e pelas dificuldades que têm de trabalho. Nós fizemos uma conferência dos povos indígenas, naquela região, com os índios terena e guarani, nós mandamos equipes... Estávamos fazendo um programa com os melhores antropólogos Guarani que tem, que são o Rubens Thomaz de Almeida e o Fábio Mura, fazendo um projeto piloto para 5 áreas indígenas naquela área... Enfim, Mato Grosso, que está arrendando com projetos de arrendamento da terra – eu me arrepio todo quando escuto essa palavra “arrendamento”, porque o que estamos vendo lá em Dourados é arrendado. Um terço da área está arrendada, porque entrou nesse processo de arrendamento, e arrendado de uma forma desigual, é um grupo que controla. Digamos, nos 3.400 hectares, um grupo controla mil hectares, em que bota soja e a soja espalha, e tem todas essas outras dificuldades. Tem sempre uma atitude dos fazendeiros: é a de olhar para os índios e dizerem: “Coitados! vocês não sabem é usar um trator. Eu vou ensinar vocês a usarem e vou botar aqui uns defensivos, que aí vocês não vão morrer mais de fome.” Mas esse é o processo final para perda de terras indígenas. Há, de certa forma... Posso pensar que há uma boa vontade por parte de vários fazendeiros que estão ao redor das áreas. Digamos que haja uma boa vontade, que haja um sentimento de ajudar a colocá-los dentro do processo, digamos, econômico agrário brasileiro. Mas, mesmo com uma grande boa vontade que eu possa ter em relação a isso, eu sei que pode resultar em problemas maiores. Pode resultar. Nas áreas que a senhora está falando, que é dos xavantes, é uma área de cerrado pobre, que, eventualmente, vai ser gasto, virar areia aquilo tudo, e tantas áreas, como está virando.

A SRA. DEPUTADA THAÍS BARBOSA – Eu gostaria aqui de comentar o meu problema lá.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA THAÍS BARBOSA – Cinquenta por cento do Município de Tangará da Serra é área indígena, é onde estão os parecis, e está acontecendo isso. Eles estão arrendando para os fazendeiros. Ali a água corre para o Amazonas. É uma água maravilhosa, é onde eles pescam, eles têm caça, mas, desde que eles começam a arrendar para os fazendeiros, ali vai entrar o agrotóxico nos rios, vai acabar a caça e a pesca, que é do que eles vivem. O alcoolismo já entrou ali. Está um problema sério. Eles compram ali uma Hilux e estão bem bonitões lá na cidade, passeando, comprando bebida alcoólica, e, daqui a pouco ali está virando um Dourados também. É um problema sério, vizinho, dentro do Município de Tangará da Serra, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e toda aquela região.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Deputada Thaís, eu estive lá naquela área, um mês e meio atrás, por ocasião da inauguração de uma casa de cultura Pareci, e conversei com diversos índios parecis. Eles me dizem que não estão fazendo um arrendamento. O que eles estão fazendo – não sei o quanto isso é retórico, o quanto isso é uma figura de linguagem que esconde alguma coisa por trás —, eles dizem que estão fazendo uma parceria na qual eles mesmos são os tratoristas, eles mesmos são os coletadores. O que eles fazem é um empréstimo. Os fazendeiros fazem um empréstimo e eles mesmos é que estão trabalhando. O administrador daquela região é um índio, e um dos índios mais ilustres e antigos, que é o índio Daniel Cabixi, um dos grandes índios brasileiros.

A SRA. DEPUTADA THAÍS BARBOSA – E um grande alcoólatra.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – É, tem um problema de bebida que ele está tentando sanar. O seu filho é que o está substituindo agora. Ele pediu para sair, exatamente para fazer um tratamento mais efetivo contra o alcoolismo. O seu filho, que é um rapaz muito inteligente, é que está à frente dessa administração de Tangará da Serra. Sobre o Body Shop, que a senhora perguntou, Deputada Thelma, de Altamira, Body Shop é uma dessas grandes empresas do mundo, mais populares do que Lancôme, do que essas outras assim, mas que tem uma atividade de cosméticos no mundo inteiro. Ela utiliza óleo de castanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Por favor, não queremos saber sobre a Body Shop.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – É para responder ou para não responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Olha, nós estamos com um problema aqui, que eu tolerarei, porque é uma oportunidade rara.

Temos aqui os dois, o ex-Presidente e o Presidente. Noventa por cento das perguntas aqui não foram sobre o tema de biopirataria, foi sobre a questão indígena. Mas, se o senhor puder, por gentileza, responder isso, para podermos voltar ao tema... Nós temos apenas alguns minutos, e eu não queria ter o constrangimento de voltar a convidá-lo para estar aqui conosco.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Por favor.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Eu respondo isso rapidinho. A Body Shop é uma empresa que usa óleo de castanha-do-pará, tem convênios com alguns índios caiapós, lá numa área perto de Redenção, e tem convênio com uma empresa, uma ONG criada na cidade de Altamira que não somente compra a castanha dos índios de toda aquela região do Xingu, do Médio e Baixo Xingu, mas também quebra a castanha, como se fosse uma pequena fábrica, quebra a castanha e mói a castanha e produz o óleo. Os trabalhadores dessa empresa são os índios que moram em Altamira. Têm cerca de 1.300 índios xipaia-kuruaias, jurunas, alguns caiopós. Até índios do Maranhão que também estão lá são trabalhadores. Então, ela sustenta, digamos, 80 famílias indígenas que trabalham como trabalhadores, quebrando a castanha manualmente, ou através de... E dão lucro para os índios. Os índios tiram cerca de 400, 500 reais em Altamira, o que é muito bom. O coordenador disso é um funcionário da FUNAI. É verdade, ele é um funcionário da FUNAI, mas ele faz como uma atividade, como presidente dessa ONG. Eu já estive em outras épocas nessa região, no ano 2000, em 1999, e eu vi, digamos, muita honestidade no trabalho do Benigno, que não perturba as outras suas ações como administrador da FUNAI. Já vi muitas acusações contra ele, Deputada, e já fizemos investigação no IBI. Tudo indica que é um homem honesto, simples, que trabalha, um habitante daquela cidade, da gente local daquela cidade, que não estaria sujando o nome dele em nome de retirar um dinheirinho que viria do Body Shop. Então, eu acho que ele está fazendo um trabalho junto com a ONG em relação a esse Body Shop, que dá emprego para os índios que moram na cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Dr. Rosinha, por favor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu vou ser bem sucinto, para facilitar inclusive a resposta. Eu quero perguntar para o Sr. Mércio se ele tem conhecimento, que é uma informação que recebi, que, no dia 26 de dezembro de 2003, uma comissão de assessores americanos foi ao Xingu junto com a ACT.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – É para responder logo?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sim, é bem rapidinho.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, senhor. Não tenho conhecimento disso, mas acredito que possa até haver isso, porque provavelmente eles levaram... Estava num convênio com a FUNAI, em dezembro de 2003, a ACT, junto aos índios kamayurás. Pode ser que tenham levado, mas eu não conheço disso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, como não tem conhecimento, vou solicitar que o senhor procure investigar isso junto à área indígena e junto aos funcionários da FUNAI. Caso tenham ido, informe-nos a ida deles, o que foram fazer e quem eram esses assessores que por lá andaram. Quero ler só um trecho, apesar de já ter dito que não conhece, mas eu acho que era interessante fazer a investigação: *“Desde 1993, a Aveda Corporation, indústria e comércio norte-americanos, desenvolve um projeto denominado Projeto de Plantio e Comercialização de Urucum Orgânico, na Terra Indígena Rio Gregório, no Estado do Acre, junto às etnias yawanáwa e katukina, ali localizadas. Esse trabalho, ou essa exploração, veio a gerar um sério problema entre esses povos. Em 1995, a parceria entre os yawanáwa e os katukina, da aldeia Sete Estrelas, foi rompida, a partir do que, a relação entre os dois grupos começou a se deteriorar. Nesse mesmo ano, a comunidade yawanáwa sofre com a perturbação, relatada como sendo de ordem sobrenatural. Isso faz com que toda comunidade katukina mude daquela terra indígena, segundo o relatório da própria FUNAI, que eles deixem os roçados, casas e vendam a preços vis todos poucos bens que tinham e partam”*. Isso gerou um problema muito sério na área. Pergunto se o senhor tem conhecimento disso, uma vez que não era da sua gestão.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Não tenho conhecimento específico não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, também gostaria que a FUNAI visse isso e nos enviasse, porque a causa disso é a empresa Veda, que criou intrigas dentro das duas comunidades, fazendo com que uma migrasse e os problemas sociais, pela informação que tem, continuam até hoje. Na USAID, o senhor conhece quem é o responsável pelo setor de financiamento dessas ONGs?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Não senhor. Se o senhor estiver se referindo a um... eu conheço um homem que se apresentou como membro da USAID, que veio me perguntar, nessa reunião, nessa conferência em defesa das nascentes do Rio Xingu, que tem o nome Romers, não sei o que, que ele me disse

que era da USAID e queria saber se a FUNAI apoiava a ACT, nessa ocasião. Não se foi janeiro, não, foi em outubro do ano passado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Seria Eric Stone.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Eu não sei se ele é essa figura que o senhor está dizendo. Mas que ele veio dizendo que representava a USAID e que tinha recursos para apresentar para ACT, num montante equivalente a 700 mil dólares, inclusive para o ISA, que também recebeu uma parte desse dinheiro. Mas não sei a posição oficial dele dentro da USAID.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Além do chamado mapeamento, que essa ONG fez, ela, num convênio que li, está colocado que é proibido a feita de imagens, fotos. O senhor tem conhecimento se isso foi feito, filmes, gravações?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Eu tenho conhecimento de que uma empresa... uma televisão japonesa fez um filme que mostrava inclusive o pajé, perante plantas medicinais, etc., explicando alguma coisa assim. Isso, a FUNAI tomou conhecimento. Inadvertidamente, para eles, que dizer, por acaso e com isso entrou numa ação contra a empresa japonesa de televisão e essa empresa acertou as contas alocando certos recursos para os índios. Isso faz uns 3 ou 4 anos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu encerro fazendo uma solicitação ao senhor. Que em função do papel dessa empresa, dessa ONG, a ACT, que o senhor olhasse mais atentamente para dentro da FUNAI, visse o que está ocorrendo e o que tem lá de sindicâncias ou de envolvimento, além dessa questão que falei da Veda e da Shaman, para passar informações para esta CPI.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, senhor. Nós inclusive já... Antes de vir aqui eu falei com o Coordenador-Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente para xerocar toda a documentação pertinente que temos, os acordos anteriores, os convênios, as respostas que a FUNAI tem dado ao Gabinete de Segurança Institucional, no sentido de fazer averiguação sobre isso, as averiguações feitas, a resposta da FUNAI sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Agradeço a boa vontade do Presidente. Pelo fato dele estar com a garganta um pouco irritada hoje, não vai fazer muitas perguntas. Eu acompanhei pouco a primeira fase dessa... Essa Comissão teve uma fase que cuidava exclusivamente do tráfico de animais silves-

tres, agora ela passou para ser biopirataria e animais silvestres. Mas eu queria perguntar ao Presidente da FUNAI e perguntar, também, aos membros da Comissão o seguinte: nós temos a biopirataria em áreas indígenas, potencialmente, em áreas indígenas e em áreas não indígenas. Sinceramente, é possível combater a biopirataria com a estrutura, com os recursos que nós temos? A FUNAI, sinceramente, tem alguma condição de combater a biopirataria nas terras indígenas? Essa é uma pergunta que faço. Eu tenho a sensação de que nem a FUNAI de um lado, nem o IBAMA do outro, estão realmente aparelhados para esse processo. Então eu queria ouvir isso, porque, caso a gente chegue à conclusão de que isso não existe, acho que a Comissão tem que transcender a denúncia de uma ou outra ONG que fez um trabalhinho aqui, outro trabalhinho ali. Acho que a Comissão Parlamentar de Inquérito, ao invés de denunciar apenas a ACT ou outras, ela vai ter que pedir ao Governo, propor ao Governo a criação de um sistema de bioproteção, isso não existe no Brasil. Então essa questão acho fundamental. O que seria o sistema de bioproteção no Brasil? Até que ponto a gente pode envolver o SIVAM? Quais são os órgãos que a gente pode ter? Como é que ele seria coordenado, porque também pode cair no mesmo problema que temos hoje com os índios, cada um vai para um lado. É isso que eu pergunto. Quer dizer, é claro que pode se responder a uma ou a outra pergunta. Mas hoje não temos condições de avaliar rigorosamente qual é a situação de biopirataria no Brasil. Então eu pergunto se a FUNAI tem algum setor específico, ou se ela faz esse trabalho como mais uma das suas funções, ou se ela já pensou na possibilidade de ter alguma coisa específica sobre isso. Na sua opinião, o quanto custaria em gente, em recursos?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Eu acho que essa é uma questão da Polícia Federal – E ela tem um programa de combate à biopirataria – e ver com o IBAMA e com a FUNAI quais são as estratégias que podem ser usadas. Nós, quando damos licença a um antropólogo, a um zoólogo, a um pesquisador que tenha o que fazer na área, nós damos na boa fé, passa pelo CNPq também. E nós acreditamos que nada do que eles vão fazer seja para fazer a biopirataria. Mas a biopirataria é alguma coisa que se faz de tantos modos. Outro dia li que basta o solado do seu sapato para pegar o fungo de algum lugar e você leva os fungos que são necessários em qualquer área. Então é quase impossível. Tem um órgão do Governo, que é a CEGEM, que cuida da pesquisa em áreas indígenas ou em áreas nacionais e que requer uma série de exigências. Até a exigência aparece um pouco demais para alguns pontos. Aqui foi perguntado um assunto

da UNIFESP, que tinha uma pesquisa com os índios krahôs. Uma pesquisadora da UNIFESP fez uma pesquisa para descobrir as plantas utilizadas pelos índios krahôs. Ela fez e coletou 300 plantas e levou para a Universidade Estadual, Escola Paulista de Medicina, que hoje chama-se Universidade Federal do Estado de São Paulo, que é uma das instituições mais respeitadas deste País em termos de pesquisa em biologia, em medicina. Foi ela que ajudou muito aos índios xinguanos a recuperarem a sua população na década de 50, 60 e 70; é ela que tem o maior acervo possível de sangue indígena no Brasil, é ela, a UNIFESP, pelo trabalho desenvolvido. É ela que tem, digamos, arquivos imensos de crescimento demográfico, no caso dos índios do Alto Xingu. Ela tentou fazer uma pesquisa, uma aluna do Prof. Carlindo, que é um grande professor, um farmacologista respeitadíssimo, foi diretor da ANVISA. Bem, uma aluna dele fez essa pesquisa, fez o seu doutorado e ele, depois, fez um acordo da UNIFESP com algumas empresas brasileiras de medicamento para pesquisar 15 dessas plantas com os índios e ver se em algum momento essas plantas poderiam ser levadas a um ponto de produzir uma patente, que é uma em 10 mil. Você pesquisa uma planta para em 10 mil descobrir alguma patente, isto é, descobrir alguma utilidade desse princípio ativo, ou dos princípios ativos que compoem um composto, com alguma finalidade medicinal, e não conseguiu, inclusive porque os índios disseram, não, nós queremos 10 milhões, nós queremos 4 milhões, nós queremos 2 milhões, nós queremos isso, aquilo. E nem a UNIFESP, como pesquisadora, e nem as empresas que estavam ali para dar suporte possível, conseguiram recuperar as negociações que deram em atraso. Uma das funções minhas como Presidente da FUNAI, que eu queria muito, era que cada universidade brasileira ficasse mais ou menos responsável por determinadas áreas indígenas e ser uma via de mão dupla. Você podia fazer pesquisa e os índios poderiam se aproveitar do conhecimento e das oportunidades que a universidade federal ou privada, sei lá o que, poderia oferecer em termos de estudo, em termos de conhecimento, etc., uma via de mão dupla. Eu falei isso com o Presidente da SBPC, professor – me falha o nome agora. Perdão, Professor —, para organizar uma reunião em que nós pudéssemos chegar a um acordo geral, um acordo guarda-chuva, e que, depois, cada uma das universidades, Universidade do Pará, cuidar de uma área indígena, trabalhar e seus pesquisadores irem lá e fazerem convênios com os índios e ao mesmo tempo os índios entrarem na universidade, aproveitarem dessa oportunidade. Por quê? Pelo menos nós teríamos uma visão do Brasil trabalhando naquilo que é possível, na biodiversidade brasileira; porque senão

a biopirataria vai acontecer por outros meios. Chega uma ONG com dinheiro em qualquer área do Brasil e descobre o conhecimento do caboclo e o conhecimento do índio. Não precisa nem ir na área, descobre com o índio na cidade. Agora eu acho que a Polícia Federal e o Gabinete de Segurança Institucional tem a sua visão desse mundo biopirataria, que atinge uma dimensão bem mais ampla do que nós sabemos. Às vezes esse tema é exagerado, como se sabe, qualquer plantinha virasse uma riqueza para quem está fazendo isso, se exagera também. Nós não sabemos exatamente o quanto de riqueza tem a Amazônia e o quanto que é aquilo que todo mundo já sabe. Muitos farmacologistas dizem que não precisa você ficar arrancando planta, não. Basta você saber o princípio ativo que você, depois, sintetiza na Alemanha.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Então, só para completar, quer dizer, do ponto de vista da bioproteção, nunca houve, também, nenhum esforço de coordenação, Polícia Federal, FUNAI, IBAMA. Eu digo, não há uma troca permanente de idéias, SIVAM. O SIVAM, por exemplo, até hoje não disse a que veio. Ele chegou usando dinheiro, 1 bilhão e 400 milhões de dólares que também seriam para proteção ambiental. Mas ele está exclusivamente voltado para os vãos clandestinos. Quer dizer, não há, também, essa coordenação, e eu fico preocupado, porque quase todos os setores que há menção aqui, que persigo através do meu trabalho, por exemplo, no caso do próprio SIVAM foi formado um grupo de trabalho para definir como a sociedade poderia contribuir com o SIVAM para ele funcionar nessas missões. Foi formado esse grupo, também, para discutir com todos os órgãos, mas esse grupo é formado na Casa Civil e o Ministro Chefe da Casa Civil é um Tio Patinhas de grupos. Ele tem na piscina mais de 500 grupos e você não consegue tirar eficácia desse processo. Eles concentram os grupos numa pessoa, os relatórios e tal, e as conseqüências não saem, quer dizer, se houve um grupo estudando como... podiam ter saído com uma política indigenista nova, a partir do trabalho desse grupo de janeiro a junho de 2004. E hoje já estamos quase perto de junho de 2005 e essa política não saiu, e possivelmente ela seja provocada agora pelo aumento de mortes nas comunidades indígenas. Eu acho que isso é muito comum no Brasil. Mas a gente poderia, talvez, ter evitado esse pique de mortalidade infantil se a gente tivesse tido essa visão de formular, porque, quando chegou ao Governo, a promessa era de ter uma política indigenista nova, uma política indigenista que atendesse a todas as aspirações dos grupos que apoiaram, e isso até agora não apareceu com toda clareza, mas não é a sua responsabilidade.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Não, mas da política indigenista é, Deputado. Eu uso suas palavras, não saiu com toda clareza, mas que há uma busca muito grande de produzir uma política indigenista que traga resultados há. Talvez não tenha a clareza que é exigida e não tenha, digamos, a simpatia que vários grupos têm, pelo que nós estamos fazendo na FUNAI, mas que há, há. Acho que é uma má colocação dizer que não há uma política indigenista no Brasil, há. O que o senhor acha de demarcar 12% do território brasileiro? Como é que se produz isso? O Peru não está fazendo isso; a Colômbia não está fazendo; o Paraguai nunca fez isso. Então, é uma política indigenista. É uma política indigenista que tem uma objetividade e significa uma série de coisas, significa falar com o Congresso, com a sociedade, com o Judiciário.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Eu, por exemplo, considero a política da FUNASA, tanto de tirar no Mato Grosso Sul, como no Mato Grosso, pessoas que eram especialistas em saúde indígena e colocar pessoas que eram ligadas a uma visão de partido político, como uma política de extermínio, não é política indigenista, é política de extermínio. A gente viu lá as consequências dela. Não é o caso da FUNAI. Mas eu digo, a política indigenista transcende a FUNAI, na medida em que outros órgãos também estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. Eu teria, ainda, aqui algumas observações. Gostaria de lhe passar algumas perguntas do Deputado Sarney. Solicitaria que pudéssemos enviar, por escrito, em uma semana, e se possível também juntar o processo administrativo envolvendo as atividades da ACT se fosse possível. E o outro é o processo do avião, também chegou a ouvi-lo, nós o deixamos para ser o segundo, para que pudesse ouvir todas as perguntas ao ex-Presidente, já incorporasse nas suas respostas.

A primeira pergunta que tenho é justamente a respeito, gostaria que falasse rapidamente, a respeito dessa coleta de sangue e a venda do DNA de sangue indígena pela Internet, se há alguma medida, na sua avaliação, que possa ser tomada, de acordo com a legislação brasileira, se a FUNAI vai tomar alguma medida junto ao governo americano, para perquirir sobre a possibilidade de enquadramento na legislação americana. Se, na sua avaliação, isso está contemplado, por analogia, na Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, que rege a matéria, mas que não se refere a patrimônio genético humano, como é que o senhor vê, tudo relacionado a esse assunto. As colocações da Polícia Federal, que considera que, por analogia, também pode enquadrar esse crime de comercializa-

ção de sangue humano como tráfico de órgãos. O que é que o senhor pode nos trazer a esse respeito para ajudar os nossos trabalhos, não só no caso concreto da Coriel Cell Repositories, que vem vendendo pela Internet esse sangue, essas amostras de sangue indígena, como no caso de desenvolver uma legislação que possa prevenir casos futuros análogos?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, senhor. Quando, em setembro, outubro do ano passado apareceu assim, em forma de escândalo, em vários jornais, no *Jornal de Brasília*, por exemplo, em outros jornais, uma matéria muito forte em que saia a denúncia da venda de soro produzido por pesquisa com sangue indígena dos índios karitianas e suruí, estava sendo vendido por essa empresa Coriel Cell Repositories. Essa mesma matéria que o senhor tem, nós também vimos isso, imediatamente mandamos um pedido, um ofício ao Delegado da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, pedindo um acompanhamento e uma providência do ponto de vista policial em relação a essa empresa, esse fato, e mandamos também os fatos que eram do nosso conhecimento, que eram praticamente esses fatos de jornal, mas antecedidos por, também, esse outro episódio em que aparentemente todo incidente começou com um filme sobre Mapinguari, do *Discovery Channel*, e que também foi acompanhado por esse médico brasileiro. Na hora ele também fez essas pesquisas, quer dizer, coletou sangue dos índios karitianas e suruí, e de repente esse sangue aparece com essa empresa que vende. Aliás, essa empresa está vendendo sangue não é só sangue dos karitianas e suruí, é de mais de mil povos no mundo inteiro. Então, parece que é uma empresa que vive de vender soro, resultado do sangue original retirado de povos do mundo inteiro, não é só esses índios brasileiros, são do mundo inteiro. Não sei se é esse, esse tem se transformado num costume americano de pesquisa, mas, certamente, se há uma empresa é porque é um costume de você comprar material para fazer determinadas pesquisas. Então nós, digamos, pedimos à Polícia Federal para tomar pé sobre essa situação e ver o que ela própria pode fazer. Não recebemos nenhum resultado formal das investigações feitas pela Polícia Federal sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se puder, por gentileza, também nós enviar cópia do ofício para que nós requeiramos, em seguida, resposta da Polícia Federal.

O depoente anterior, disse que à época em que presidia a FUNAI havia um pequeno número de organizações não governamentais em território indígena e que hoje esse número aumentou muito e que isso impossibilita o controle pela FUNAI. É muito grande o

número de ONGs operando, nas palavras dele, como o senhor deve ter ouvido.

Por outro lado, nós imaginávamos que isso fosse uma decorrência da Constituição de 1988, que teria feito uma flexibilização da permissão para entrada em terras indígenas. No entanto, pelo que também afirmou o ex-Presidente da FUNAI, a autorização para adentrar uma terra indígena continua sendo uma prerrogativa da FUNAI. Ninguém entra em terra indígena sem autorização da FUNAI, teoricamente.

A esse respeito e considerando também, em terceiro lugar, o relatório do perito Marco Paulo Fróes Schettino a respeito de um inquérito que corre a pedido da Dra. Débora Brito Pereira sobre a Veda Corporation. E conclui que nesse contrato de financiamento que ela tem com a empresa e organizações indígenas, celebrado sem a participação da FUNAI ou do Ministério Público Federal, e que inclusive utiliza a imagem indígena para fins publicitários, ele conclui dizendo que o projeto da Veda não é de domínio e conhecimento da comunidade indígena como um todo, nem da comunidade envolvida. Isso me parece, em termos muito delicados, uma afirmação de que apenas as lideranças indígenas têm conhecimento desse contrato. Elas firmaram o contrato sem conhecimento da comunidade como um todo. Ele afirma que não houve nenhuma participação da FUNAI, a FUNAI está completamente afastada, omissa a esse caso, e que também essa indefinição desta relação entre uma empresa e as tribos indígenas deixa em aberto a sua continuidade, vulnerabilizando interesses e direitos dos indígenas.

Como que vê, em sua opinião, essa questão do acesso às tribos indígenas, se realmente na sua avaliação a legislação atual, pós 88, abre o ingresso às tribos indígenas de quem os indígenas autorizarem, sem que a FUNAI possa opinar e principalmente... Estou bastante preocupado porque houve a afirmação de que a FUNAI não pode obrigar os índios a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, ela pode orientá-los, por isso há realmente um grande grau de arbítrio próprio para que os indígenas decidam sobre o que fazer. E se decidem sobre o que fazer, também implica em decidir quem entra e quem não entra nas suas aldeias, sem que isso passe pela FUNAI.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Deputado, esta é uma pergunta tão importante e tão difícil da gente encontrar um caminho para responder, pelo seguinte: não é que a Constituição diz assim: as terras indígenas estão abertas a qualquer um. Mas a Constituição brasileira criou no seu espírito a concepção de que os índios não são tutelados pela FUNAI. Ela está implícita na idéia. O Código Civil do ano de 2000 também diz que a questão da tutela remete a tutela para

outra legislação, se deve ser ou não, mas o espírito da Constituição de 88, mais ou menos dá a crer que a FUNAI não tem mais aquilo que chama-se tutela, embora o Estatuto de 1973, na Lei nº 6.001, que é a lei que regula a questão indígena até agora, diz que tem a tutela daqueles povos que não têm completo conhecimento da realidade brasileira, não dos índios chamados integrados. Os índios integrados já têm a sua própria vivência também. Então, há uma certa ambigüidade, Sr. Presidente, sobre se a FUNAI tem de fato uma tutela real ou se não tem. Na dúvida, o que acontece é o seguinte: é que se entende que os índios têm a legitimidade para entrar em negociação com quaisquer pessoas. O que a FUNAI faz e diz é o seguinte: bom, vocês podem fazer, mas aí nós não somos responsáveis. Para sermos responsáveis, temos que ser intervenientes claros disso. Então, a legislação deixa esse assunto em ambigüidade. A FUNAI tem a prerrogativa de dar a licença para se entrar em área indígena, consultando os índios também. Os índios têm que ser consultados. Qualquer antropólogo, zoólogo, pesquisador que queira entrar, temos que primeiro conversar com os índios. Olha, vão entrar com tal perito, fazer isso etc., etc. Podem ajudar nisso ou naquilo outro. Querem ou não? Aí deixa assim. Então, é dada a licença, a permissão. Agora, os índios podem fazer seus acordos. Eles estão no mundo, eles estão nas cidades, eles estão nas praças, eles estão no Congresso Nacional, eles vêem tudo, eles querem, e muita gente favorece isso como um modo dos índios conhecerem o mundo, que não pode ser restrito. Os índios que entram nas cidades e conversam com as pessoas não podem ser restringidos por uma legislação negativa em relação a isso. De modo que, quando uma empresa faz algum contrato com a sociedade indígena ou com segmentos dessa sociedade, com líderes ou com supostos líderes ou com índios que moram nas cidades e se dizem representantes, a FUNAI não pode chegar e cortar isso. O que a FUNAI pode é, utilizando um dos artigos da Lei nº 6001, que diz assim: os índios que fizerem acordo sem intervenção da FUNAI, mas forem prejudiciais a si, então cabe à FUNAI e ao Estado brasileiro intervir. A Lei nº 6001 tem um artigo que favorece demais os índios. Um dos artigos principais em relação a contratos com terceiros diz: para um contrato ter valor com terceiros, tem que passar pela FUNAI. Em havendo contrato, aí tem uma cláusula seguinte que diz: em havendo um contrato entre terceiros e os índios que haja prejuízo para os índios, o contrato perde a sua validade. Quer dizer, o índio faz o contrato depois não dá certo, automaticamente morre, mas isso era ainda em função da idéia de tutela, dos índios que se sentem... Por falta de conhecimento su-

ficiente, podem ser prejudicados. Mas nós não podemos dizer o mesmo da maioria dos índios que vivem na cidade, que têm conhecimento, índios de ONGs, de associações. Há essa ambigüidade que fica difícil da gente trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O que significa que podem estar ocorrendo pesquisas em áreas indígenas sem conhecimento da FUNAI.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Em tese, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – No caso de pesquisas autorizadas, durante o período do seu mandato, desde o momento em que assumiu até hoje, quantas pesquisas em áreas indígenas foram autorizadas e com base em que critério?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Primeiro, eles passaram pelo CNPq. O projeto de pesquisa passa pelo CNPq. Então, o critério é científico; e segundo é a aceitação da comunidade. Devo ter assinado uns 80 a 100 pedidos de pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Autorizando?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, senhor, nesses 1 ano e sete meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor poderia, por gentileza, nos encaminhar essa relação?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ótimo. Uma pergunta agora relacionada com legislação também. A Artindia é uma cadeia de lojas da FUNAI que vende peças de artesanato indígena. Pelo que disse o ex-Presidente, a Artindia não consegue saber se essas peças, o que é surpreendente, contêm ou não partes de animais, penas de animais ou outras partes de animais em extinção ou não. Eu imaginei que a cada peça tivesse um histórico: “Essa peça é feita com penas de arara”. Outra: “Feitas com penas de tucano, penas de passarinho”, mas houvesse um catálogo. A pessoa que compra essa peça estivesse sabendo exatamente o que ela está levando. Estou dizendo isso porque um estrangeiro chega, compra uma peça como essa, põe na sua mala junto com a nota fiscal da Artindia, uma loja da FUNAI, um órgão do Governo brasileiro, vai para o seu país, chega no seu País, há uma legislação que proíbe a comercialização de artesanato contendo partes de animais em extinção, e esse cidadão corre o risco de ser preso. Se ele tiver uma coleção – fez diversas viagens para o Brasil, gostou, formou uma pequena coleção —, o

crime dele pode ser enquadrado na fellow, categoria mais grave, por possuir peças que ele comprou todas num órgão da FUNAI, que é a Artindia. Na sua avaliação, a legislação brasileira, que permite ao índio matar um animal em extinção, a legislação permite, para consumo próprio, mas não é só para consumo, permite que ele mate para consumo próprio ou para usar as penas, partes de animais, em seus rituais ou para artesanato e vender as sobras. A legislação diz “vender as sobras”. Essa legislação, na sua avaliação, precisaria ser mudada ou basta uma fiscalização ou basta, como diz o ex-Presidente, tentar convencer, conscientizar algumas tribos, de que, em vez de matar uma arara-azul-de-lear, ele pode passar a cultivá-la, criá-la, em cativeiro?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sr. Presidente, sei que o senhor esteve nos Estados Unidos, acompanhado de uma equipe que visitou várias dessas coleções contrabandeadas. Estava lá também a Polícia Federal e estava um funcionário da FUNAI que cuida da Artindia, Sr. Odenir Pinto de Oliveira. A legislação – o senhor exemplificou muito bem – é uma legislação que está no Estatuto do Índio, que diz que o índio pode utilizar todos os recursos naturais da sua terra. Isso inclui animais. Também ele pode utilizar desses recursos para fazer artesanatos para suas cerimônias e pode vender esses artesanatos quando há um excedente. Há, por outro lado, a legislação brasileira do IBAMA, que diz: “existem certos animais que estão em extinção, e esses animais não podem ser matados”. Então, há uma ambigüidade aí, já que o índio é cidadão em parte do Brasil, ele está fazendo uma coisa para o IBAMA que é ilegal, mas para ele não é ilegal nem para a FUNAI. Então, há duas legislações no Brasil sobre isso. Em algumas áreas, uma área de 1 milhão de hectares, você matar 50 araras por ano pode ser que não seja um perigo para a sobrevivência dessas araras, mas em outra que tem 20 mil hectares você matar 10 araras há o perigo de extinção dessas araras. Então, medir bem qual é o perigo em que você incorre para a destruição de um animal ou para aumentar a periculosidade de extinção desse animal é uma coisa que a gente não pode avaliar para todas as tribos, para todos aqueles que produzem artesanato. De todo modo, quando estourou esse escândalo, em que alguns funcionários que trabalhavam na FUNAI estavam vendendo peças diretamente para certos contrabandistas nos Estados Unidos, e essas pessoas foram indiciadas, foram presas e indiciadas, e está correndo um processo contra elas, a FUNAI proibiu aos índios... Se proibiu de comprar artesanato que contivesse parte de animais. Isso já tem quase 1 ano, acho que foi em maio do ano passado, está chegando a 1 ano. Isso é para os ín-

dios um sofrimento muito grande, porque tem índios que vivem disso, vivem de produzir cocares, vivem de produzir braceletes, em que constam penas de vários animais ou que contêm bico de vários outros animais ou peles de animais. E eles ficam muito zangados de a FUNAI não os estar defendendo, já que a legislação diz que eles podem fazer. Então, nós estamos também entre a cruz e a caldeirinha, a FUNAI, nesse mesmo aspecto, querendo que haja uma decisão sobre isso, querendo que a lei nos instrua sobre isso, porque tem duas legislações importantes.

A SRA. DEPUTADA THAÍS BARBOSA – Eu queria fazer um aparte, porque lá os xavantes nos reclamaram. Eu acho que já está havendo uma fiscalização da FUNAI e do IBAMA. Eles nos reclamaram que não estão mais podendo matar os animais para fazer cocar para vender. Eles reclamaram que eles precisavam daquilo, que era a sobrevivência deles. Quer dizer, realmente já está havendo uma conscientização para o índio não abater esses animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. A Deputada Thaís Barbosa...

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Deputada Thaís Barbosa, é que a FUNAI não compra, e a Artindia, da FUNAI, é quem dá o melhor preço para os índios. Se vier com uma peça genuína, a senhora, sendo uma índia, recebe melhor na FUNAI do que em qualquer um desses particulares, mas tem gente particular aí, tem comércio ilegal aí, que está comprando isso e está fazendo não sei o quê. Mas tem. Se a senhora for a Belém, no aeroporto ou na rodoviária de Belém ou de Manaus, a senhora vai encontrar. Então, isso é que devia ser, digamos, reprimido também. Em São Paulo tem. Se a senhora for a uma loja muito chique de São Paulo, verá um belo de um cocar tapirapé ou um belo de um cocar carajá, com aquelas penas daquelas aves do rio, aquelas penas cor-de-rosa, mas, a FUNAI não comprando, os índios já diminuem a sua produção. Mas eles sofrem muito com isso, e muitos vivem disso, muitos têm um retorno de um trabalho, que é, digamos, intenso na sua área e que, do ponto de vista do tamanho da área, se um engenheiro florestal, um biólogo, um zoólogo fizesse uma análise, iria mostrar que não dá uma periculosidade de extinção para esse animal naquela área. Mas, em outras, certamente, pode haver esse problema.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Dr. Mércio, nesse grupo de trabalho que vai começar a funcionar após o dia 19, vocês pretendem, digamos assim... O senhor faz parte?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, eu serei o coordenador.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – ...fazer propostas também nesse sentido dessa mudança...

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – De mudança de legislação?

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – É

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Pretendem?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Porque eu acho que isso vai ser fundamental para que a gente possa vislumbrar... Eu fico muito preocupada. Eu estava falando para a Thaís que eu fico preocupadíssima com toda essa situação e que a gente... Eu acho que nós aqui, Sr. Presidente... Eu queria até propor, não cortando a fala do Dr. Mércio, que a gente fizesse um levantamento de todos os projetos relacionados à questão indígena, para gente ver se a gente coloca como prioridade de votação, para gente poder avançar um pouco, porque o senhor vê que os problemas são inúmeros e que a gente não tem nenhuma forma de resolver. Não sei. Gostaria de propor isso ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. E ainda reforçando essa colocação...

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sr. Presidente, Sra. Deputada, deixe-me só fazer um comentário também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Essa colocação é muito importante pelo seguinte: nós estamos vendo que diversos dos problemas que nos afligem decorrem de vazios legais, ou até não de vazios, mas de leis demais, uma se sobrepondo à outra. O caso dos Estados Unidos acho que é muito exemplificativo. Eles tiveram a extinção da águia, da sua grande águia, a águia maior, que serve até de símbolo do País, no Novo México. Chegaram atrasados. Na hora em que perderam completamente, que foi extinta, aí eles mudaram a legislação e proibiram, seja para os índios... Era igualzinho; a legislação deles era idêntica à nossa. Proibiram que se fizesse artesanato indígena com penas ou com partes de animais em extinção. Fizeram lá uma compensação. Era muito mais fácil, por serem abundantes, como compensação inicial durante certo período, a utilização de penas de avestruz. Estudaram os corantes adequados para obter exatamente ou quase a mesma cor daquelas penas que eles conseguiam com os animais originais, de tal forma a minimizar o prejuízo.

Mas houve proibição drástica. E essa lei vale não só para animais em extinção dos Estados Unidos, mas do mundo inteiro. Diferente da nossa. Se entrar aqui um contrabandista com lontra ou qualquer outro animal em extinção no exterior, a legislação nossa não cobre, porque ela só diz que é proibido comercializar ou matar animal em extinção da nossa fauna. A deles protege a do mundo inteiro. Razão pela qual o Robowski, empresário que foi preso lá porque montou uma produção em série de artesanato, colocando a seu serviço centenas de indígenas e exportando por SEDEX dezenas de milhares de peças de artesanato indígena. Lá, criou uma rede com inúmeras lojas, só para comercializar seus produtos. Esse cidadão está preso. Se a legislação deles dissesse que só é crime comercializar ou matar animais em extinção da fauna americana, ele estaria livre, porque a lei tem de prever anteriormente.

Então, é nesse sentido que gostaríamos de receber – e conversei muito longamente com o Sr. Oliveira, o representante das Lojas Artíndia —, a respeito desse assunto, sugestões que não prejudicassem os índios, mas que também não deixassem a imensa avenida, a rodovia de 4 pistas aí, para facilitar a morte e a extinção desses animais. E é nesse sentido que gostaríamos de receber também as sugestões do corpo técnico, das pessoas do Departamento Jurídico da FUNAI, que possam apresentar, para agregar ao relatório final desta CPI, sugestões, como disse a Deputada Thelma, a respeito de aprimorar a legislação sobre o assunto.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Meu comentário, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é de que estou comovido com a profundidade desta discussão que estamos tendo aqui. Não estamos discutindo apenas a questão da biopirataria, mas avançamos em questões da FUNAI, que eu, como Presidente da FUNAI, nunca tive em outras Comissões. Sempre as Comissões são dirigidas para um assunto, em geral, para um problema, e nós ficamos rodando naquele problema, tentando cercá-lo. Aqui, o senhor propiciou, Sr. Presidente, uma discussão de profundidade sobre a FUNAI, a qual acho que, em outra ocasião, poderia ser continuada, não sei se por esta Comissão de Inquérito, de qualquer forma, pela Casa, dada a preocupação e dado o conhecimento que esta Casa tem da questão indígena no Brasil. Então, quero me congratular com o senhor e com esta Comissão pela oportunidade e pelo valor das contribuições que aqui foram apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Só mais duas perguntas. Uma é a seguinte: o IBAMA doou a uma ONG 6 mil toras de

mogno apreendido, chegando a 12 mil metros cúbicos, ou estéreos, não sei a medida que usaram. E ainda há 40 mil metros cúbicos de mogno em tora, prontinhos para serem doados. Doados para ONGs. E também, pelo que estamos sabendo, às comunidades indígenas. Pelo menos, tomamos conhecimento de que uma comunidade indígena, cujo Administrador Regional da FUNAI do Mato Grosso, em Colíder, chamado Megaron Txukarramãe, também estaria reivindicando receber o mogno para comunidades indígenas.

Queríamos sua opinião, já que isso não é da sua competência. As doações são feitas pelo IBAMA, que pretende também abolir a ATPF, que é um documento feito pela Casa da Moeda. Na sua avaliação, essas doações para ONGs, que acabam revendendo o mogno para madeireiras ou contratando madeireiras – como é o caso da contratação da CIKEL —, para cerrar essa madeira, esse procedimento é conveniente ou é um estímulo para mais derrubada, para mais corte de mogno de forma ilegal?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sr. Presidente, eu mesmo assinei, em setembro de 2003, um processo de doação que o IBAMA fez de madeira apreendida, supostamente retirada da terra indígena, no caso, a terra indígena Caiapó. Então, fui, como Presidente da FUNAI, intermediário dessa doação do IBAMA para a comunidade indígena. Eram várias comunidades indígenas caiapó e também paracanã. Essa madeira foi encontrada em várias esplanadas, como eles chamam, já fora da área indígena ou apreendida em caminhões que a estavam levando para São Félix do Xingu. Toda essa madeira foi levada para São Félix do Xingu. Foi feito um leilão, em que uma empresa, então, cerrou e comercializou para o exterior o mogno de qualidade. E o resultado, numa porcentagem “x”, de acordo com esse processo, foi doada para a comunidade indígena caiapó, intervenida ou intermediada pela FUNAI. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, lembro-me que ela também fez uma doação, de alguma parte do que tinha sido apreendido pelo IBAMA, de toras de mogno e outras madeiras para uma ONG. Era supostamente mogno não retirado de terra indígena e, sim, de terra pública ali ao redor da terra indígena caiapó, nas intermediações da hoje BR-163, que está tão em voga. E ela fez essa doação no sentido de reconhecer o trabalho dessa ONG, um trabalho social. Era uma madeira apreendida, que poderia apodrecer, e a ONG, então, fez seu processo de licitação, etc. Não sei o resultado do que foi apurado. Acho, Sr. Presidente, que um caso desse de apreensão de madeira já abatida é como a Receita Federal encontrar um contrabando. Ela faz o quê, com isso; por exemplo, quando a Receita Federal encontra um contrabando que entra no

Porto de Santos? E existem tantos. Ela faz doações. A FUNAI, às vezes, recebe doações de tênis, sapatos. E nós damos aos índios a doação da Receita Federal de material contrabandeado. Foi mais ou menos isso o que aconteceu. Mas há outro mecanismo, e acho que o senhor estava sugerindo isso, em que a derrubada ilegal de madeira, seja em terra indígena, seja em terra pública, é depois, digamos, lavada através de doações, de licitações, de leilões, em que a própria empresa que foi autuada ilegalmente termina fazendo a compra daquilo, etc. Nesse sentido, acho que há uma ilegalidade muito grande aí, que tem de ser reprimida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Dr. Mércio, entendi mal ou o senhor está nos afirmando que, na realidade, o ato de doação em leilão público foi um ato ilegal por parte do IBAMA ou de quem o autorizou?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Qual ato?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Dos mognos da....

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Não. Não estou dizendo isso, não. Estou dizendo que é como se fosse um contrabando. Então, ele apreende uma madeira já derrubada, e ela faz uma doação. Não estou dizendo que é ilegal isso. Estou dizendo que outras práticas de apreensão, em que depois se faz leilão, especificamente meio que lavado, isso existe também. Mas não foi isso o que o IBAMA fez. Houve um ato legal, assinei um convênio com o Ministério do Meio Ambiente, com o IBAMA, representando associações indígenas. E esse recurso está entrando na FUNAI, já entrou 1 milhão e 400 mil reais, que está sendo usado em projetos com os índios caiapós.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Em cima desse 1 milhão e 400 mil reais, quais as atividades que efetivamente estão sendo apoiadas, projetos que levem à sustentabilidade dessa comunidade, por exemplo, para se contrapor à utilização de espécies ameaçadas, como é o exemplo dos psitacídeos, das araras, citado aqui pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Os caiapós, aliás, são os índios que têm o território mais consistente e largo da Amazônia. Juntando todas as terras caiapós, – incluindo, entre eles, os índios panarás —, somam cerca de 12 milhões de hectares. Eles são um dos grandes produtores também de penas. Eles fazem cocares muito bonitos e vistosos, etc., mas também pararam de fazer isso.

Desse 1 milhão e 400 que entrou na FUNAI em janeiro, utilizamos até agora 300 mil reais para projetos comunitários entre as várias comunidades caiapós, que fazem parte daqueles que estão para receber doação. Então, foram projetos para compra de barco, de material de caça que eles utilizam, caça para alimentação, de ferramenta para fazer, enfim, suas roças. Mas ainda há muito dinheiro sobrando em relação a isso, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Apenas duas considerações, Dr. Mércio, anotei aqui....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Peço ao Deputado Hamilton Casara que assuma a Presidência. Vou tentar assinar o ponto lá na sessão e depois volto, porque ainda temos a votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Dr. Mércio, apenas duas considerações. Ouvimos com atenção suas explicações, e eu fiquei aqui imaginando que exercício se tem que fazer para dirigir uma instituição como a FUNAI, com tal complexidade, em que pese todos seus esforços para que a gestão se dê da melhor forma possível. Vimos aqui Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ação Social, Ministério do Turismo, Ministério da Agricultura e, com certeza, outras empresas de Governo, instituições de Estados... Fico imaginando a dificuldade, principalmente em se tratando de um orçamento muito reduzido, para fazer a gestão e lidar com despesas fixas. E principalmente para arcar com a responsabilidade da proteção e da integridade das 604 terras indígenas, sendo 480 já demarcadas.

O que nos preocupa, Dr. Mércio, é que por mais que V.Sa. seja uma pessoa vigilante, esse orçamento deve lhe deixar numa situação muito difícil para cuidar deste País, de norte a sul e de leste a oeste, com um orçamento desse tamanho.

Essa era uma preocupação nossa, porque estamos tratando aqui exatamente da erosão de material genético, particularmente, não aquele utilizado como alternativa para as comunidades indígenas, mas principalmente daquilo que muitas vezes vira costume, como no caso das espécies ameaçadas que estão sendo utilizadas.

E é exatamente sobre isso que gostaria de fazer um comentário a V.Sa.: é a de que pudéssemos também, de acordo com o que a Deputado Thelma de Oliveira colocou, além do aprimoramento da legislação, trabalhar esse aprimoramento, mas, acima de tudo, naquilo que seja o esforço do Governo verdadeiramente. Um esforço do Governo que não venha somente em cima de instrumentos de comando e controle, mas que

venha, acima de tudo, na criação dos meios para que o gestor possa cada vez fazer mais.

E aí acredito que teremos uma solução, mas não colocando a comunidade indígena como vítima quando ela estiver utilizando para sua alimentação alguma espécie rara de animal. Ela vai aproveitar a pena, o bico ou outro tipo de subproduto.

Acredito que a CPI tem a finalidade também de não apenas levantar a questão investigativa ou controlar os instrumentos de ilegalidade que acometem muitas vezes os vários setores que se utilizam de recursos naturais, mas, acima de tudo, de que discutamos nesta CPI responsabilidades. A FUNAI, por exemplo, tem enorme responsabilidade com o território, com o povo, mas, acima de tudo, uma responsabilidade com uma diversidade biológica extraordinária, que pode estar se resumindo, neste aprofundamento do conhecimento, em alternativas não apenas para os povos indígenas, mas para o povo brasileiro, para o povo da terra.

Agora, é preciso que a gente...E aí, acreditar na sua gestão é importante, como é importante também discutirmos essa questão de estrutura com a base do Governo. É fundamental, porque não iremos conseguir implementar políticas sem orçamento. E é lamentável mesmo. Entendemos que não é culpa somente deste Governo, mas é lamentável que haja estrutura com tamanha importância, com um quadro técnico da sua estatura à frente de uma instituição como esta, e que tenhamos timidez tão grande de orçamento, que não tratemos a questão indígena com o devido respeito que ela deveria ter e com a devida potencialidade que ela tem em relação a todos nós, brasileiros.

Então, fica a preocupação da CPI em ajudar na construção de um novo momento, que passe também pela reestruturação dessa instituição que já muito fez, mas ainda tem muito o que fazer na construção de ordenamento, de utilização de recursos, mas, acima de tudo, da manutenção da cultura, dos costumes, das tradições e da qualidade de vida desses povos.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Deputado Casara, muito obrigado pelas suas palavras. Eu fico comovido e emocionado com elas e reitero meu sentimento de que, nesta Comissão aqui, tive a maior oportunidade e a mais profunda no debate que já senti no Congresso, desde que sou Presidente da FUNAI. Eu acho que o Congresso pode e deve fazer muito. Há a legislação do Estatuto do Índio, em relação a qual, por dever nosso, temos que consultar os índios. Então, faremos uma conferência dos povos indígenas, que está sendo precedida de conferências regionais. Já houve uma para os índios do Nordeste, realizada em Maceió, ano passado. Terminou uma há 15 dias em Dourados, para os índios terena, guarani, kinikinawa e kadwéus.

Vamos em seguida fazer uma em Florianópolis, para os índios do sul do Brasil; outra para os xavantes, outra para os índios de Rondônia, etc. Serão 14 conferências regionais, em que um dos assuntos é a respeito da política indigenista que eles querem, que tipo de tutela, que tipo de ação da FUNAI que querem ou como o Estado pode ajudá-los a encaminhar seu futuro. Então, estamos achando, Sr. Deputado, que, ao final de abril do ano que vem, teremos a grande conferência nacional, com cerca de 600 índios, representantes de todos os povos, por população. Mais ou menos, tentaremos encontrar um equilíbrio entre quem tem mais de 10 mil habitantes – 8 povos indígenas têm —, que terão 5 representantes; com população entre 5 e 10 mil, serão 4, etc, até quem tem menos de 200, que terá um representante apenas. Mesmo aquele que só tenha 50 pessoas terá um representante. Então, se conseguirmos fazer isso, teremos uma base para o diálogo com o Congresso Nacional. Olha, se os índios acharem que determinada questão não deve ser resolvida agora e, sim, no futuro, contudo, no tempo de 30 anos, eles vão continuar crescendo e suas terras estarão se consolidando. Então, temos de encontrar o caminho adequado, o espaço dos índios no Brasil; e eu acho que esse espaço está sendo discutido por eles e aqui no Congresso. Eu espero que, para esta discussão, assim como esta oportunidade que tivemos aqui de debater o assunto com tanta sinceridade da parte de todos, tenham outros espaços aí. Eu acho que essa Legislatura pode produzir um novo estatuto dos povos indígenas, para o qual os índios serão consultados, e não uma ONG aqui e acolá, uma associação aqui e acolá ou os índios que moram em cidades, mas todos eles. Há um discurso de índio da cidade e outro de índio que mora na área; e isso tem de ser equilibrado para se encontrar o futuro dos índios. Agradeço muito por esta oportunidade, que, embora fosse para se discutir um caso específico, conversamos muito mais do que só sobre a questão de biopirataria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Dr. Mércio, agradecemos...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, eu só quero perguntar ao Dr. Mércio a respeito da etnia de Canarana, que não ouvi, a qual está fazendo um trabalho com a ACT.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Ikpeng.
A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Peço que, depois, o senhor me dê por escrito, que é muito difícil.

Se o senhor puder, por gentileza, envie a mim e à Comissão um relatório – no caso, para mim, porque estou em outra Comissão – sobre os programas de sustentabilidade. Recebemos, na condição de Parla-

mentares, muitos pedidos dos próprios índios e sabemos que, às vezes, eles fazem isso de forma individual, mas que tenhamos subsídios para responder que existe um programa em determinada localidade, como aconteceu com a nossa visita à aldeia xavante, por exemplo, em Campinápolis. Pelo menos, em relação às etnias maiores, no caso de Mato Grosso, para termos subsídio para responder às solicitações que eles costumam fazer.

No mais, agradeço ao senhor pela presença. Gostaria de elogiá-lo pela humildade de reconhecer os erros que a FUNAI cometeu e comete, e por essa busca do acerto na política indigenista, que eu acho de fundamental importância. Mais uma vez, agradeço ao senhor pela presença nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– Obrigado, Deputada Thelma de Oliveira.

Dr. Mércio, esta Comissão fica muito agradecida por sua participação e leve nossos cumprimentos a todos os funcionários da FUNAI.

Muito obrigado pelas suas importantes declarações a esta Comissão.

Bem, dando continuidade aos trabalhos, vamos passar à apreciação de requerimentos.

Inicialmente, temos o Requerimento nº 59, de autoria da Deputada Perpétua Almeida. Por se tratar de um assunto de maior profundidade, a quebra de sigilo bancário e telefônico do depoente, e também pela ausência da Deputada Perpétua Almeida, vamos retirá-lo de pauta para que entre numa próxima reunião.

Requerimento nº 64, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que requer seja convidado o Dr. Reginaldo Pereira de Trindade, Procurador da República do Estado de Rondônia, a prestar depoimento sobre o tráfico de venda de materiais genéticos, provenientes da etnia indígena.

Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado.

Requerimento nº 65, de autoria do Deputado Sarney Filho, que requer ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, INPI, informações sobre o cumprimento do disposto no art. 31 da Medida Provisória nº 2.186, de 2001.

Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradecemos a presença das testemunhas, dos Srs. Parlamentares, das Sras. Parlamentares, dos senhores assessores e dos demais.

Antes de encerrar a reunião, convoco os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 20 de abril, às 14h30min, no Plenário nº 11.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS,
A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE
MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 19ª reunião ordinária realizada em 27 de abril de 2005

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 14 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência da Deputada Perpétua Almeida – 3ª Vice-Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto e Josué Bengtson – Vice-Presidentes, Coronel Alves, Dr. Rosinha, Hamilton Casara, Henrique Afonso, Janete Capiberibe, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Robson Tuma e Sarney Filho – titulares, e Dr. Rodolfo Pereira, Miguel de Souza e Pastor Reinaldo – suplentes. Compareceram também os Deputados Antonio Cruz e Dilto Vitorassi. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Francisco Garcia, Gervásio Oliveira, João Carlos Bacelar, Leandro Vilela, Maria Helena, Nilson Mourão e Nilson Pinto – titulares, e Badu Picanço, Edson Duarte, João Alfredo, Nicias Ribeiro, Roberto Balestra (licenciado), Thelma de Oliveira e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: A Srª Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 18ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: A Srª Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes pessoas: Dr. Reginaldo Pereira de Trindade – Procurador da República no Estado de Rondônia; Sr. Luiz Fernando Krieger Merico – ex-Gerente Executivo do IBAMA no Estado de Santa Catarina; Sr. Marcos César Silva – ex-Chefe da FLONA de Três Barras do Estado de Santa Catarina; e o Sr. Alberto de Paula

Martins – ex-Chefe da Divisão Técnica do IBAMA no Estado de Santa Catarina, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Deputado Henrique Afonso assumiu a presidência dos trabalhos. O Sr. Presidente convidou o Dr. Reginaldo Pereira de Trindade para tomar assento à mesa, passando-lhe a palavra. Concluída sua exposição, formularam perguntas os Deputados Sarney Filho, Hamilton Casara, Moacir Micheletto, Dr. Rosinha, que solicitou alguns documentos ao Procurador, Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelo Deputado Henrique Afonso), e o Sr. Presidente, solicitando ao expositor que enviasse as perguntas que serão respondidas por escrito num prazo de 7 (sete) dias, bem como as solicitações feitas pelo Deputado Dr. Rosinha. O Sr. Presidente convidou o Sr. Luiz Fernando Krieger Merico para tomar assento à mesa, solicitando aos demais convocados que se ausentassem do plenário, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. O Deputado Dr. Rosinha assumiu a presidência dos trabalhos, facultando o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho, Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelo Sr. Presidente), Hamilton Casara, Henrique Afonso e Dr. Rosinha. O Deputado Henrique Afonso assumiu a presidência dos trabalhos. O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Luiz Fernando Krieger Merico que se ausentasse do plenário, e convidou o Sr. Marcos César Silva para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Concluída a exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho, Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelo Deputado Sarney Filho) e Dr. Rosinha. O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Marcos César Silva que se ausentasse do plenário, e convidou o Sr. Alberto de Paula Martins para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Declinando do prazo, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho, Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelo Deputado Sarney Filho) e Dr. Rosinha. B – Apreciação de requerimentos: 1) – REQUERIMENTO Nº 59/05 – da Sr^a Perpétua Almeida – que “requer a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Senhor Valdemir Kramer”. Retirado de pauta.

2) – REQUERIMENTO Nº 66/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer autorização para o envio de correspondência aos laboratórios farmacêuticos”. O Deputado Sarney Filho usou da palavra para encaminhar. Em votação, foi aprovado o requerimento. 3) – REQUERIMENTO Nº 67/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer sejam requisitadas à ACT Brasil cópias dos relatórios de atividades e das demonstrações contábeis, financeiras e fiscais da entidade, nos anos de 2003 e 2004, incluindo as certidões de débito junto ao INSS e relativas ao FGTS”. O Deputado Dr. Rosinha encaminhou a matéria. Em votação, foi aprovado o requerimento. 4) – REQUERIMENTO Nº 68/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer seja convocado para prestar depoimento o Sr. Teófilo Pantoja de Vasconcelos, Chefe de Arrecadação e Cadastro Técnico do IBAMA, em Belém”. O Deputado Sarney Filho encaminhou a matéria. Em votação, foi aprovado o requerimento. 5) – REQUERIMENTO Nº 69/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam convocadas a prestar depoimentos as pessoas que especifica: Ning Labbish Chao – Professor da Universidade Federal do Amazonas; Mauro Torres – Jornalista da TV Liberal de Santarém/PA; Cristina Galvão Alves – Coordenadora Geral de Gestão de Recursos Florestais da Diretoria de Florestas do IBAMA; Maria de Lourdes França Rabelo – Diretora de Educação Ambiental do Zoológico de Goiânia; Ivan Magalhães de Araújo Jorge – Diretor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, de Goiânia; Fernando Silveira – Diretor do Zoológico de Goiânia; e Luiz Elias Bouhid de Camargo – ex-Diretor do Zoológico de Goiânia”. O Deputado Sarney Filho encaminhou a matéria. Em votação, foi aprovado o requerimento. 6) – REQUERIMENTO Nº 70/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer seja convocado a prestar depoimento o Sr. Eric Stoner (USAID)”. O Deputado Dr. Rosinha encaminhou a matéria. Em votação, foi aprovado o requerimento. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezenove horas e dez minutos. E para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Boa-tarde, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeiras e a biopirataria no País.

Encontra-se sobre as bancadas a ata da última reunião. Pergunto aos senhores se há necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sra. Presidenta, peço a dispensa da leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Dispensada a leitura da ata.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em virtude da aprovação de requerimento de autoria dos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Presidente, e Sarney Filho, Relator desta CPI, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para oitiva das seguintes pessoas: Dr. Reginaldo Pereira de Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia; Sr. Luiz Fernando Krieger Merico, ex-Gerente-Executivo do IBAMA, no Estado de Santa Catarina; Sr. Marcos César Silva, ex-Chefe da FLONA de Três Barras, do Estado de Santa Catarina; e Sr. Alberto de Paula Martins, Chefe da Divisão Técnica do IBAMA, no Estado de Santa Catarina.

Convido para tomar assento à Mesa, o Dr. Reginaldo Pereira de Trindade. Após sua exposição, ouviremos os Srs. Luiz Fernando Krieger Merico, Marcos César Silva e Alberto de Paula Martins – estes últimos, na condição, de testemunhas.

Como se trata de depoimento de testemunhas, vamos ouvi-los separadamente, conforme dispõe o art. 210 do Código de Processo Penal.

Antes de passar a palavra ao Dr. Reginaldo, que está aqui como convidado, peço a atenção dos senhores presentes para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido ao Dr. Reginaldo e aos demais oradores será de 20 minutos. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para formular suas considerações ou pedido de esclarecimentos, dispondo o expositor de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Esclareço que esta reunião está sendo gravada para transcrição das fitas. Por isso, solicito que falem ao microfone, declinando o nome quando não anunciado por esta Presidência.

Concedo a palavra, agora, ao Dr. Reginaldo Pereira de Trindade, como convidado desta Casa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sra. Presidenta, só uma questão de ordem, apenas para um esclarecimento. Acho isso importante para o futuro.

Quando nós estamos em comissão parlamentar de inquérito o Regimento Interno não é tratado como foi exposto por V.Exa. agora, com 3 minutos para a réplica, tréplica e assim por diante. Se é um processo interrogatório, o interrogador, no caso, o Parlamentar, tem o tempo que achar necessário, podendo, em vários momentos, inclusive, interromper o interrogado e fazer uma outra pergunta em cima do que está respondendo. Já participei de inúmeras CPIs nesta Casa. Esta não é a primeira. Em todas elas, trabalhamos com essa característica. É um processo distinto de uma reunião normal, informal, de qualquer comissão permanente. Esta é uma reunião formal, legal, mas com um processo em que, muitas vezes, necessita de interrogação do depoente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Deputado Dr. Rosinha, o Regimento é de praxe. Mas esta Mesa vai ser o mais complacente possível com o nosso convidado que, com certeza, vai nos ajudar. Os Deputados que quiserem vão ter o tempo necessário para fazer as perguntas, até porque nós estamos interessados em colher o máximo de informações possíveis. Então, necessariamente não vamos seguir as regras que o Regimento nos indica. Vamos fazer o que for mais importante, para colhermos o maior número de informações possíveis.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sra. Presidenta, não falei isso em relação ao Dr. Reginaldo, mas em relação a todos que virão hoje e em outros momentos nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Concedo a palavra ao Dr. Reginaldo Pereira de Trindade.

O SR. REGINALDO PEREIRA DE TRINDADE – Boa-tarde a todos os Deputados e demais presentes. Agradeço a oportunidade de estar aqui, para somar aos trabalhos dessa relevantíssima CPI. No início, quando soube que viria aqui contribuir com os trabalhos da CPI, achei um tanto prematura, porque os trabalhos do Ministério Público Federal em Rondônia, no tocante à venda do sangue dos índios karitianas e suruís estão um tanto quanto incipiente. Na verdade, eu soube pela imprensa, que sabe antes mesmo do requerimento ser aprovado. Mesmo assim, não relutei, porque eu sabia da relevância, da importância dessa CPI, e sabia que eu poderia contribuir, colaborar de qualquer modo, até porque a questão relacionada à biopirataria, no tocante aos índios, ela é dramática mesmo. No Estado de Rondônia, por volta de 1996, uma equipe da Inglaterra iria produzir um programa no canal Discovery Channel. Essa equipe foi acompanhada de um médico, Dr. Hilton, e uma arquiteta, Dra. Denise. Eles queriam acompanhar essa equipe. O pre-

texto seria produzir um filme a respeito da lenda do Matinguari. O fato é que esse pretexto inicial foi desvirtuado e esse médico acabou coletando amostra de sangue de toda a população dos karitianas. Esse caso chegou ao Ministério Público Federal na época. Houve uma preocupação muito grande, até porque considerou-se que a intimidade, a personalidade dos índios foi invadida, e que eles foram enganados. E o Ministério Público Federal abriu um procedimento para tomar as devidas providências. Por volta do ano de 2002, foi proposta uma ação civil pública, na seção judiciária no Estado de Rondônia, em que se buscou uma reparação moral por conta daquele prejuízo à personalidade do povo karitiana. Os réus nessa ação são as pessoas de Hilton Pereira da Silva e Denise da Silva Kallak, o povo atingido é apenas o karitiana. Há uma referência ao povo indígena suruí, mas o fato é que eles não foram abrangidos por essa ação civil pública. O Ministério Público Federal, quando estava instruindo esse procedimento, chegou a instar a FUNAI para saber se ela tinha conhecimento daquela situação, da coleta do sangue, e se ela havia autorizado. Porque essa equipe estava previamente autorizada pela FUNAI, pelo o Processo 2.430/96. O fato é que o Presidente da FUNAI à época disse que esse objetivo foi omitido. Eles não tinham conhecimento de que seria coletado o sangue. Obviamente, se soubessem, o processo seria bem mais complexo e provavelmente não seria autorizado. Então, ele alude inclusive a má-fé dos pesquisadores – isso nos termos do próprio Presidente da FUNAI à época. O Ministério Público Federal, ainda durante a investigação, descobriu que o material foi parar na Universidade Federal do Pará e tomou providências, oficiou para a Universidade Federal do Pará. E a própria Universidade Federal do Pará disse que eles também não tinham tomado conhecimento daquilo, se não me engano, que o próprio médico nem sequer integrava os quadros da Universidade Federal do Pará e que eles devolveram o material. O fato é que eles devolveram apenas 54 frascos do material e, conforme consta dos termos da ação, foram coletados mais de 100 frascos do material. O pedido é para a condenação de ambos os pesquisadores ao pagamento de 500 mil reais, a serem revertidos em prol da comunidade karitiana. União e FUNAI foram chamados à causa. Apenas a FUNAI manifestou interesse de participar, como listisconsorte ativo. A causa foi ingressada em 2002 apenas e, de lá para cá, ela está com um trâmite extremamente burocrático, porque foi difícil localizar os 2 réus. O Dr. Hilton foi citado recentemente, em meados de 2004, e a Dra. Denise nem sequer foi citada ainda. Então, a relação processual nem sequer foi integrada ainda. Já descobrimos o endereço dela. E foi

expedida uma carta precatória para o interior do Estado de São Paulo, para que ela seja citada e o processo possa ter um andamento mais célere. O Dr. Hilton já apresentou contestação, defesa. Em síntese, ele alega que coletou mesmo o sangue – ele confirma isso –, mas que essa coleta destinava-se a beneficiar a saúde dos índios. Ele era médico, pesquisador e investigaria patologias para fins médicos e, posteriormente, até para auxiliar esses índios no fornecimento de medicamento etc. Acerca dessa ACP, não tenho maiores informações para trazer à CPI, porque não foi uma investigação conduzida pela minha pessoa. Na época, eu integrava o Ministério Público Estadual. Apenas atualmente é que integro o Ministério Público Federal. O caso veio à tona mesmo no ano passado. No ano passado, a gente recebeu uma comunicação de um jornalista do *Jornal de Brasília*, por volta de outubro de 2004, onde ele noticiava a venda de sangue dos índios karitianas e suruís num *site* de uma empresa norte-americana. Em 16 de novembro de 2004 foi aberto um procedimento. E a esse procedimento eu conferi um tratamento prioritário, porque considerei extremamente relevante e grave a situação. E adotamos algumas medidas iniciais. A finalidade desse procedimento seria acompanhar e cobrar providências dos órgãos competentes e que o próprio Ministério Público Federal adotasse as providências da sua alçada. No início, antes de abrir o procedimento, eu tive o cuidado – embora eu não tenha participado da investigação anterior e da coleta ocorrida em 1996 – de verificar se o objeto da Ação Civil Pública de nº 2002.41.00.004037-0, que corre na 3ª Vara da Justiça Federal, em Rondônia, se aquela ação civil pública já não abrangia essa circunstância, essa venda de sangue de índio de Rondônia, por *site* norte-americanos. O fato é que ela não abrangia mesmo. Havia uma referência muito superficial. Então o caso veio à tona; nós tomamos conhecimento e abrimos o procedimento, com essa finalidade que eu acabei de dizer, e conferimos a ele um tratamento prioritário. Como medidas iniciais, a gente oficiou à FUNAI para saber se ela tinha conhecimento oficial da questão; quais as medidas que ela adotou; as pessoas que ela autorizou a ingressar na terra indígena dos karitianas e as pessoas que coletaram sangue ou qualquer outro material. Oficiamos também a Superintendência da Polícia Federal, para que fosse aberto, se ainda não tivesse ocorrido, o competente inquérito policial, e também determinamos que fosse feito um contato com as associações de proteção dos índios e com os próprios índios, até para esclarecer melhor a situação. Uma das grandes dificuldades nossas, coisa que ainda não conseguimos superar, é a origem desse sangue, como esse sangue foi parar numa empre-

sa dos Estados Unidos da América. Será que foi o sangue colhido em 1996? Porque várias pessoas ingressaram na terra indígena antes e depois disso. Então, umas das nossas dificuldades foi essa, e que a gente não conseguiu superar. E a gente está trabalhando para isso. A FUNAI já respondeu a esse primeiro expediente e mencionou – a FUNAI local, a FUNAI de Rondônia – que duas equipes distintas teriam coletado sangue dos índios. Seria a Yorkshire Television, em 1996, que produziria um programa para o *Discovery Channel*, acompanhada pelo Dr. Hilton – o que já é objeto da ação civil pública –, e pesquisadores desconhecidos da Universidade de Ohio. Contra esses pesquisadores, na verdade, houve uma reclamação feita por volta de 1999 ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por parte dos índios suruí. Eles alegavam que, por volta de 1988 e 1989, a tribo deles também foi visitada e também houve coleta generalizada de sangue, de material genético. Mas o fato é que eles não sabiam sequer o nome das pessoas que os visitaram e que teriam feito essa coleta. Só se sabe que eles seriam oriundos da Universidade de Ohio nos Estados Unidos. Então, é mais um passo para a gente investigar, até porque está sendo posto à venda sangue não só dos karitianas, mas também dos suruí. O fato é que, num vôo, eu encontrei e conversei com o Almir Suruí, uma das grandes lideranças do povo suruí de Rondônia. E ele mesmo me informou que, em 1996, não foi coletado sangue apenas dos karitianas, embora a ação só abranja os karitianas e embora a prova que tenha sido produzida somente seja nesse sentido. Ele falou, sim, que nesse ano de 1996 esses mesmos pesquisadores também coletaram sangue de toda população, de todo o povo suruí. E a resposta da FUNAI também foi relevante, porque me forneceu uma relação de pessoas que ingressaram na terra indígena dos karitianas e dos suruí. Já dei uma verificada na resposta, e nenhuma obviamente se refere à coleta de sangue. O fato é que a questão toda é muito mal fiscalizada pela FUNAI. A FUNAI, que é o órgão tutelar, órgão de fiscalização da questão indígena, vem desempenhando muito mal esse papel, pelo menos no Estado de Rondônia e, principalmente, por conta da deficiência. A deficiência da FUNAI é muito grande. A FUNAI está presente na maioria das terras indígenas, mantém um posto de fiscalização, mas eles desempenham muito mal mesmo essa atribuição, porque uma situação dessa... Outra situação, que vou relatar aqui para os senhores no decorrer da explanação, também não tem sentido ocorrer, poderia ser evitada se a FUNAI com certeza fosse mais enérgica e estivesse também melhor aparelhada para tanto. Então, a Superintendência da Polícia Fe-

deral não nos comunicou ainda acerca da abertura desse inquérito policial. E nós já determinamos que fosse oficiado para lá, para que eles digam o que foi feito, se foi aberto inquérito, se já havia um inquérito policial, até porque eu estava estudando o material que a gente já possui. Não é de hoje que vem sendo ventilada essa venda de sangue dos índios pela Internet. Os próximos passos dentro do procedimento seriam realizar esse contato com associações e com os próprios índios. Esse contato ainda não foi feito. Até porque nós precisamos primeiro identificar as associações que trabalham diretamente com esses dois povos. Em relação ao contato com os índios, eu estou aguardando. Nós vamos ter um evento no início de maio em Porto Velho, em que os suruí, cuja localização está mais distante da Capital, cerca de 500 ou 600 quilômetros, irão. E a gente convidará os karitianas, que estão mais próximos da Capital. A gente vai aproveitar para fazer esse contato, essa audiência para colher informações. Porque só os índios realmente sabem o que aconteceu e o que deixou de acontecer. Em relação, por exemplo, a esses pesquisadores desconhecidos da Universidade de Ohio que estiveram na terra indígena dos suruí e coletaram sangue, acho que dificilmente a FUNAI vai ter um controle disso, até porque é de longa data, é da década de 80. Tomara que tenha, mas, se não tiver, os próprios índios poderão fornecer subsídios para a gente aprofundar as investigações. Então, o próximo passo seria esse contato com associações e índios. Nós vamos manter contato com o Ministério das Relações Exteriores. Numa das tantas matérias que saíram a respeito dessa questão, foi ventilado que eles já estariam fazendo um trabalho junto da Embaixada do Brasil, em Washington, para que o *site* fosse retirado do ar. Acho que essa medida é urgente, pelo menos até apurar essa situação. Faremos também um contato com o Delegado de Polícia Federal, Jorge Barbosa Pontes, da Divisão de Crimes Ambientais da Polícia Federal, que também é muito referido nessas matérias e que também estaria conduzindo uma investigação nesse sentido. Como eu já disse anteriormente, o contato com a Superintendência da Polícia Federal, para saber o que foi feito desde a nossa requisição. Como eu disse, no início da minha fala, a questão é muito séria. Entre a minha convocação e hoje, a gente já recebeu outra representação, outra denúncia do mesmo assunto que interessa a esta CPI, uma provável biopirataria. Essa biopirataria estaria envolvendo outro povo indígena de Rondônia, o povo indígena uru-eu-wau-wau. Ao par de tantos problemas lá com invasão de terra – todo mundo tem interesse na terra indígena do povo uru-eu-wau-wau –, ainda tem mais essa problemática de

biopirataria. Então, haveria uma pessoa que estaria retirando sangue. Uma pessoa foi lá e prestou um depoimento e não quis se identificar, temendo retaliações. Ela retirou sangue da população indígena uru-eu-wau-wau e estaria remetendo para o estrangeiro, e também estaria coletando sementes de mogno. Nesse procedimento também já tomamos várias providências, as providências de praxe: oficiar a FUNAI, oficiar associações, a Polícia Federal etc. Ambos procedimentos estão bem verdes ainda, vamos dizer assim, de modo que nós não conseguimos ainda concluir a investigação, não tomamos nenhuma medida judicial ainda, até porque é uma questão complicada, complexa. O *site*, por exemplo, que está vendendo esse sangue é estrangeiro, dos Estados Unidos, mas a gente está trabalhando, e trabalhando firme, para que o caso seja desvendado, principalmente para que seja descoberta a origem. Com certeza, não, mas possivelmente há uma origem aqui no Brasil. Alguém na FUNAI —ou esses pesquisadores que coletaram o sangue em 1996 — fez a ponte que possibilitou essa coleta. Então, se a gente não conseguir responsabilizar essa empresa norte-americana, que é mais complicada, porque envolve Direito Internacional e uma série de circunstâncias, poderemos responsabilizar os brasileiros, principalmente os servidores públicos, se houver participação de algum servidor público, que tenha concorrido de qualquer forma para essa coleta irregular. Há indício de que, pelo menos em relação ao sangue dos karitianas, poderia ser esse sangue, já que foram devolvidas pela Universidade Federal do Pará amostras em quantidades inferiores às que foram coletadas, conforme depoimentos que foram colhidos no bojo da ação civil pública. Mas a investigação está muito incipiente ainda, e é muito cedo para a gente afirmar essa ou aquela coisa. O que eu posso garantir é que os trabalhos vão persistir e que o Ministério Público Federal em Rondônia, no tocante a esse caso, está de portas abertas para se somar a essa importante Comissão Parlamentar, e vai fazer tudo o que estiver ao seu alcance, para o resguardo da soberania nacional, para o resguardo dos interesses desses povos tão sofridos, que são as comunidades indígenas do Brasil. Basicamente, era isso o que eu tinha a dizer. Estou à disposição para qualquer indagação. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) — Concedo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho. Peço ao Deputado Henrique Afonso que assuma a Presidência dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO — Dr. Reginaldo Pereira de Trindade, Procurador da República, primeiramente, muito obrigado por sua participação.

Conforme V.Exa. disse, logo no início, as investigações ainda estão numa fase muito incipiente para que esta Comissão possa receber dados mais concretos a respeito desse grave assunto. No entanto, é importante a sua opinião. Evidentemente, ela já está registrada na Comissão.

Nós teríamos algumas questões que praticamente já foram abordadas por V.Exa. Vou ler as perguntas feitas pelo nosso Presidente, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, autor do requerimento de sua convocação e das convocações anteriores a respeito desse tema. S.Exa. infelizmente não pôde estar aqui hoje, porque foi ao enterro do Deputado Paulo Kobayashi.

Então, vou ler as perguntas. O que V.Exa. tem a declarar — e já declarou —, sobre o caso da venda, pela Internet, de amostras de DNA do sangue dos índios karitianas, de Rondônia, pela empresa Coriell Cell Repositories e outras? Na opinião de V.Exa. não está havendo omissão das autoridades nacionais? Deveria haver autorização da FUNAI para a coleta de sangue? Comenta-se que essas amostras estão sendo comercializadas. Que providências o Estado brasileiro deveria adotar para coibir esse comércio, até mesmo para evitar a ocorrência futura de casos semelhantes? Em carta à redação do jornal *Correio Braziliense*, em 25 de abril deste — anteontem portanto —, o médico Hilton Pereira da Silva, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, que esteve prestando serviço aos karitianas em 1996, nega que o sangue por ele coletado tenha saído do Brasil ou se destinado a fins comerciais, negando ainda qualquer envolvimento com a empresa Coriell Cell Repositories. O que V.Exa. tem a declarar sobre isso? Da mesma forma, na opinião de V.Exa., que medidas seriam cabíveis ao Estado brasileiro para quebrar as patentes e marcas de produtos nacionais no exterior, tais como o cupuaçu, bem como de processos produtivos, tais como o do cupulate, chocolate de cupuaçu, de modo a resguardar tais produtos e processos produtivos brasileiros da cobiça das multinacionais? Qual a opinião de V.Exa. acerca do conteúdo da MP nº 2.186-16/01, em especial no que diz respeito ao acesso ao conhecimento tradicional associado? Que tipo de aperfeiçoamento esta CPI poderia propor a essa legislação nesse tema específico? A Lei de Crimes Ambientais estatui, em seu art. 68, o seguinte tipo penal: “*Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental*”. V.Exa. já patrocinou ou teve notícia acerca de ações contra servidores por omissão no dever legal de fiscalização com base nesse dispositivo legal ou em outros referentes a crimes contra a administração ambiental? V. Exa. tem notícia acerca de pessoas físicas ou jurídicas, incluin-

do ONGs de fachada sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria no Brasil que deveriam ser investigadas por esta CPI?

Algumas questões, digamos assim, mais teóricas, vão demandar mais tempo para as respostas. E V.Exa. poderia respondê-las por escrito mais tarde. Vou lhe passar as perguntas elaboradas e V.Exa. evidentemente poderá responder as que achar conveniente neste momento, com a maior brevidade possível, porque temos hoje um dia cheio.

O SR. REGINALDO PEREIRA DE TRINDADE

– Como falei anteriormente, as diligências foram feitas pelo Ministério Público Federal – vamos até personalizar para ficar mais fácil —, feitas por mim, porque atualmente sou o representante das questões indígenas do Ministério Público Federal no Estado de Rondônia, então, vamos personalizar para ficar mais fácil. Antes de mim, antes de março e abril do ano passado, fica difícil responder, até porque não tenho condições de dar maiores detalhes a respeito das medidas, das providências, dos bastidores da ação civil pública, que foi movida em 2002 e que envolveu a coleta de 1996. Em relação às medidas que foram tomadas, como falei anteriormente, o procedimento ainda está muito incipiente. Tomamos conhecimento no final do ano passado. O andamento disso é muito burocrático. A própria CPI sabe disso, sabe quão é difícil obter informações, quão é difícil trazer uma autoridade, trazer uma pessoa aqui, para prestar esclarecimentos, quanto é difícil obter a informação. O fato é que estamos trabalhando firme para desvendar toda essa teia que envolve a população indígena no Estado de Rondônia. A gente não descarta que outros índios tenham sido vitimados também, mas o fato é que a gente ainda está mesmo muito no início ainda das investigações. Das perguntas todas que foram feitas, fala-se muito em providência, no que fazer, na questão da soberania nacional, em como impedir esse comércio. Depois, penso, particularmente – aqui é uma opinião do Procurador Reginaldo —, penso que é mais fácil a gente, nesse caso específico, prevenir do que, depois, tentar remediar. Depois que esse sangue já está num grande laboratório dos Estados Unidos – e se chegou lá tem um mínimo de regularidade, pelo menos, formalmente, a coisa estava regular —, depois, fica mais difícil resolver, porque envolvem Estados diferentes, Nações diferentes, interesses diferentes. O interesse maior aqui, pelo menos na questão do sangue dos índios, é o interesse das populações indígenas. Esse é o interesse do Ministério Público Federal, o interesse da FUNAI, o interesse, com certeza, da CPI, da Polícia Federal. Então, se tivéssemos que eleger uma medida só, se esta CPI conseguisse dotar a FUNAI de uma melhor estrutura para preve-

nir esse tipo de situação, para impedir a ação dessas pessoas, dos missionários, dos filantropos, de todo tipo de gente que sai das suas cidades maravilhosas no estrangeiro, e até mesmo dentro do Brasil – não são só estrangeiros que entram nas terras indígenas para saquear, com certeza, também os brasileiros fazem isso ou, pelo menos, dão suporte a isso —, se a FUNAI conseguisse barrar a ação dessas pessoas, com certeza, nosso trabalho seria minimizado, com certeza, a CPI já teria conseguido um objetivo muito relevante para o País. A FUNAI precisa, com certeza, ser repensada, ser melhor estruturada. A CPI tem um poder de fogo, um poder político muito forte, o poder de cobrar do Governo Federal, do Planalto e da própria FUNAI, diretamente, a adoção de medidas. Um caso como esse que relatei para V.Exas., que envolve o povo uru-eu-wau-wau, é um caso crônico e que acontece já há vários tempos. Estivemos recentemente na assembléia do povo indígena uru-eu-wau-wau. Nessa ocasião, já havia sido referido para nós informalmente esse caso. E, alguns dias atrás, houve um comunicado, uma denúncia formal, quando foi aberto um procedimento. Em relação ao patrocínio, à ação contra servidores, especificamente no tocante a essa questão da biopirataria, à coleta de sangue dos índios, não. Até porque, nesse caso específico, no caso que envolve o Dr. Hilton, o Discovery Channel, a FUNAI concedeu uma autorização legítima, inclusive com o consentimento prévio das comunidades indígenas, na época, dos karitianas. A FUNAI também foi ludibriada. O pretexto inicial seria a produção de um filme. Mas o médico acabou extrapolando aquela autorização que lhe havia sido dada e acabou coletando sangue dos índios também. Naquele caso, o Ministério Público Federal não identificou negligência ou participação de qualquer servidor da FUNAI. Na verdade, a questão mesmo, quero crer, é sistêmica. A FUNAI precisa ser melhor estruturada de ponta a ponta do País. Não é processando esse ou aquele servidor que a gente vai corrigir. Claro que a gente corrige porque a gente afasta a maçã podre da cesta, mas corrigir, corrigir mesmo é uma questão estrutural. Em relação às ONGs de fachada, a investigação ainda não chegou a tanto, não. Nós temos outros procedimentos que envolvem ONGs indígenas, mas especificamente em relação a essa biopirataria, pelo menos no Estado de Rondônia, não chegou ainda ao nosso conhecimento oficial, tampouco a investigação chegou nesse nível ainda, se é que algum dia vai chegar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso)

– Solicitamos a V.Exa., sabendo que nós não podemos conceder prazo, a gentileza de encaminhar as respos-

tas por escrito, num prazo de 7 dias, porque esta CPI corre contra o tempo.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho, para suas perguntas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Na realidade, já fiz as perguntas, porque elas estavam incluídas nas perguntas do Presidente da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Concedo a palavra aos Deputados inscritos. O primeiro é o Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sem dúvida, o Ministério Público Federal, no Estado de Rondônia, tem feito relevantes trabalhos de preservação do estado de direito dos indígenas.

Dr. Reginaldo, nós agradecemos a V.Exa. sua presença e particularmente a colaboração que V.Exa. presta à Comissão nesta tarde.

Gostaria de fazer apenas duas perguntas a V.Exa. Uma delas recai sobre o que V.Exa. disse a respeito da questão orçamentária: se não haveria uma recomendação do Ministério Público —, nós sabemos que, particularmente nas unidades interiorizadas da FUNAI, há falta de estrutura, de orçamento e recursos humanos — para se dotarem as sedes da FUNAI de melhores estruturas, particularmente com orçamento e recursos humanos. Um orçamento até para consertar o carro que está quebrado ou colocar combustível. Seria, na realidade, uma sugestão.

Outra pergunta direcionada a V.Exa. é se teria o Ministério Público alguma contribuição a mais a dar a esta CPI no campo do Direito Internacional, como forma de sugerir um aprimoramento nas convenções internacionais, para que pudéssemos agir de forma bilateral com outros países.

O caso da saída de sangue de comunidades indígenas é um exemplo, mas existem outros casos, como o da nossa fauna, como as araras azuis, que foram para regiões da Europa. Ainda na época do então Ministro Sarney Filho, nós fizemos a repatriação dessas araras. Talvez o Ministério Público pudesse nos ajudar a aprimorar um pouco a formatação dessas legislações internacionais, como forma de o País ter uma musculatura mais forte na hora de agir quando os ilícitos vierem à materialidade.

Estas são as minhas perguntas. Mais uma vez, agradeço a V.Exa. a presença nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Muito obrigado, Deputado Hamilton Casara. Concedo a palavra ao Deputado Moacir Micheletto.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Reginaldo Pereira de Trin-

dade, do Ministério Público do Estado de Rondônia, eu cheguei um pouco atrasado e não pude ouvir toda a sua palestra, mas quero apenas, como Parlamentar e até 1º Vice-Presidente desta CPI, fazer uma pergunta a V.Exa. Até não seria uma pergunta, mas um parecer da Procuradoria da República do Estado de Rondônia, em duas situações. Ouvi uma parte da sua explicação, quando disse que o problema da FUNAI é um problema estrutural, é um problema sistêmico. Gostaria de perguntar a V.Exa. se a política que a FUNAI está fazendo hoje, no aspecto da comunidade indígena, é coerente com o *status quo* de hoje, inclusive, com essa nova realidade que o mundo está atravessando, em especial o Brasil, que está se modificando dia a dia. A gente tem ouvido críticas contundentes contra a FUNAI, e ninguém melhor que V.Exa. para balizar inclusive uma opinião, até como brasileiro e pela função que ocupa, para nos dar uma opinião, até para que esta Casa possa, de fato, ter uma forma de atuação. Eu sou um crítico, inclusive, da FUNAI, crítico no sentido construtivo e às vezes incompreendido. Eu até defendia ontem, num longo debate num canal de televisão, que a FUNAI mereceria também, quem sabe, uma própria CPI, até para nortear o problema. Estou dando a minha opinião. Gostaria que o Ministério Público — e V.Exa. está aqui — pudesse dar essa opinião, até para esclarecer. Que visão, que opinião o senhor tem da atuação da FUNAI hoje, inclusive no seu Estado, que é e foi manchete para o mundo inteiro? A segunda pergunta também está incluída. Queria também uma opinião quanto às ONGs. Nosso Relator, Sarney Filho, nosso Presidente e eu ouvimos aqui muitas ONGs. Fico um pouco preocupado, porque achamos que existe ONG pegando o sangue de índio e vendendo lá fora, mas não estamos conseguindo provar que elas estão atuando, inclusive lá na Amazônia. A visão do Ministério Público, inclusive, é uma visão neutra. Ele não tem uma visão de um lado nem do outro, mas uma visão de Brasil, uma visão de cumprir a lei. V.Exa. tem conhecimento, tem conversado, tem visto o planejamento, a prestação de contas dos relatórios de atividades das ONGs que estão na Amazônia e no seu Estado? Também gostaria de ouvir sua opinião a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Em respeito ao Deputado Moacir Micheletto, que é 1º Vice-Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, convido S.Exa. a assumir a Presidência.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Nobre Deputado Henrique Afonso, não vou ter tempo de assumir a Presidência, porque tenho que ir ao Palácio do Planalto agora, para tratar de assunto de interesse do Brasil. Mas esta Comissão está muito bem presidida por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso)

– Muito obrigado, Deputado. Então, pergunto ao Deputado Dr. Rosinha se tem interesse em usar a palavra. Estamos aguardando V.Exa. para fazermos essa bateria de perguntas. Depois, ele vai dar as respostas em bloco. Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dr. Reginaldo

Pereira, não consegui compreender bem quando disse a respeito do Discovery Channel, que eles vieram e trouxeram um médico e uma arquiteta. Esse médico e essa arquiteta são o Dr. Hilton Pereira e a Dra. Denise ou são outros? São estrangeiros?

O SR. REGINALDO PEREIRA DE TRINIDADE

– São os mesmos. São eles mesmos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – São esses

mesmos. Eu estava com a dúvida. O senhor veio aqui, fez uma bela exposição, que é importante, interessante para nós, que diz respeito à biopirataria. Mesmo que ainda esteja no início da investigação, já tem, inclusive, ação cível estabelecida. Gostaria de solicitar ao senhor que enviasse para nós todo o embasamento legal, tanto do que tem acumulado como da ação cível, e mesmo aquelas incompletas. Creio que podem ser útil para todos os membros desta Comissão. Ao ler, podemos chegar a alguma dúvida e dirimi-la. Sei que o senhor fez isso. Já houve solicitação da Polícia Federal nessa investigação. E há envolvimento da INTERPOL?

O SR. REGINALDO PEREIRA DA TRINIDADE

– Não, não chegamos a tanto ainda.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Vou fazer

um requerimento para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito acione a Polícia Federal para nos ajudar. Como há um *site* internacional, é somente envolvendo a INTERPOL. Vou indicar à Polícia Federal que envolva a INTERPOL, no sentido de buscar informação fora do País, uma vez que o crime hoje já é de caráter internacional, porque está sendo veiculado num *site* americano. Então, fica impossível para nós atuarmos. Então, vou protocolar, Sr. Presidente, Sr. Relator, um requerimento com esse teor, para deliberação desta Comissão.

V.Exa. conhece a Organização Não-Governamental Amazon Conservation Team – ACT e sua atuação? Esta CPI não está atuando só na biopirataria, estamos abordando outro tema. Se o senhor tiver alguma colaboração a respeito do tráfico de animais ou do desmatamento ilegal e puder nos dar informação, será bastante útil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso)

– Nobres Deputados, vou encaminhar também algumas perguntas.

V.Exa. afirmou que, dos 100 frascos de sangue, apenas 54 foram devolvidos. O senhor sabe para onde

foram os demais frascos não devolvidos? Que destino foi dado aos frascos devolvidos? Que tipo de comprovação há sobre a afirmação do Sr. Hilton de que a coleta de sangue foi para a finalidade de saúde dos índios? Foi comprovado que havia alguma pesquisa ou um pesquisador da Universidade do Pará que tenha utilizado sangue enviado pelo Sr. Hilton? A quem ou qual departamento da Universidade do Pará foram encaminhados os frascos? O Ministério Público Federal acionou ou solicitou que algum setor do Governo brasileiro interviesse junto às autoridades norte-americana para a suspensão do sangue indígena pela Internet? Sabe-se que o sangue de índio karitiano já está sendo comercializado. Isso é fato. O senhor tem conhecimento de quanto já foi movimentado com a venda de sangue? O senhor tem conhecimento de quais interesses têm os laboratórios no sangue indígena?

Como Procurador, V.Exa. pode ajudar esta Comissão Parlamentar de Inquérito no debate de que medidas, que ações, que leis ou que políticas devem ser estabelecidas para coibir atos como esse? Por que a FUNAI, já sabendo que há 10 anos existe a comercialização de sangue, tem conhecimento desse fato e nunca tomou, ou se já tomou, se o senhor tem conhecimento que já tomou, alguma providência no sentido de coibir esses tipos de atos?

Essas são as minhas perguntas.

Agora, passaremos a palavra ao Procurador, Dr. Reginaldo Pereira de Trindade.

O SR. REGINALDO PEREIRA DE TRINIDADE

– Agradeço por todas as perguntas que foram a mim formuladas. Anotei aqui alguma coisa e peço desculpas se ficar alguma para trás. Aí peço que os Deputados repitam, até porque foram muitas as indagações. Vou começar aqui por essa última, em relação à suposta omissão da FUNAI. A questão, como foi dito anteriormente, já é de longa data. Pelo menos da década de 80 já se tem registro dessa biopirataria, embora naquele tempo – esse é um termo novo – não se falasse muito nisso ainda. A FUNAI... E esse não é só um problema da FUNAI, não; é FUNAI, IBAMA, INCRA. Boa parte, se não todos, a maioria dos órgãos, vamos dizer assim, muitas vezes não possui estrutura, ou vontade, ou organização, ou quadro técnico. Enfim, os problemas são os mais diversos possíveis para tomar as providências que lhe competem. E aí eles encaminham a questão ao Ministério Público Federal, à Procuradoria da República. E a Procuradoria da República acaba sendo o destinatário final, o remédio para todo e qualquer mal que envolva aqueles interesses maiores da sociedade, que são os tutelados pelo Ministério Público Federal. Então, nesse caso específico, agora mesmo, quando a gente oficiou para a FUNAI,

para que ela dissesse: *“Olha o que a FUNAI fez em relação a esse caso”*. Ela veio justamente contar a mesma história: *“Olha, em 96, teve os 2... o canal britânico que veio, e quem fez a ponte foi o Dr. Hilton e a Dra. Denise. Na época, a gente comunicou ao Ministério Público Federal etc. etc. etc.”*. Mas o que a FUNAI, o que esses órgãos, o IBAMA etc. vêm fazendo para, na alçada deles, nas questões administrativas, impedir que isso seja feito? Então, acho que tudo parte da melhor estruturação, que a FUNAI e os demais órgãos federais sejam repensados, especificamente a FUNAI, como incremento do quadro de servidores, das condições de trabalho, treinamento desses servidores. Então, eu acho que tudo passa por aí. A questão do orçamento da FUNAI, da recomendação do Ministério Público. A recomendação é um instituto complicado, ela está dentro do âmbito de atuação do Ministério Público Federal. Mas o Ministério Público Federal recomenda quando ele pode exigir em juízo, porque se o recomendado não cumprir ele tem condição de ir a juízo. E ele recomenda normalmente até para tentar, porque a via judiciária é terrível, é muito burocrática, muito morosa, infelizmente. Então, às vezes, a gente se vale do instituto da recomendação para tentar abreviar e quando é possível uma solução administrativa e extrajudicial para a questão. E o orçamento é difícil. Quem dera que, com uma recomendação, com uma ação judicial, com uma lei, a gente resolvesse as coisas, os problemas financeiros e orçamentários neste País. Mas o que a gente vê, o que eu vejo lá no Estado de Rondônia são situações muito difíceis. Vou dar um exemplo aqui da questão dos cinta-larga. A questão dos cinta-largas vem sendo tratada pelo Governo Federal, pelo Estado brasileiro, de forma absolutamente irresponsável. Não tem outro nome para descrever isso. E, nesse caso específico, em setembro do ano passado foi criado um grupo interministerial. Esse grupo interministerial teria o condão, a força de coibir a praga da extração ilegal de diamantes nas terras do povo cinta larga. De lá para cá, poucos recursos foram destinados, estrutura deficitária. A estrutura foi muito boa por ocasião do massacre, por volta de maio, junho do ano passado; o decreto de agosto, setembro do ano passado. De lá para cá pouca coisa foi feita. Este ano, até há alguns dias atrás, data em que eu recebi o comunicado do coordenador desse grupo interministerial, que é o Delegado Mauro Sposito, até então eles não tinham recebido um centavo esse ano de uma previsão de 2,5 milhões, 3 milhões. Pergunto: o que são 3 milhões para o Orçamento Federal? Uma questão de interesse mundial, uma questão que depõe contra o Estado brasileiro, que é alvo das maiores preocupações nacionais e internacionais, porque, simplesmente,

uma tribo de 1.200 índios pode ser extinta. Se houver um novo conflito, e a gente está trabalhando para que isso não ocorra, ela pode ser extinta. Então, nesses casos mais graves, mais evidentes, em que tudo caminha para que o dinheiro seja liberado, o recurso venha, seja estruturado mesmo e isso não ocorre, a gente vai... se vê na contingência de ingressar com... não digo nem recomendação. Acredito que a gente vá com ação judicial mesmo, porque pelo menos a nossa parte a gente vai fazer. E, se o Judiciário vai fazer a dele, enfim, se o Executivo vai cumprir a ordem, é outra história. Mas pelo menos o Ministério Público Federal vai fazer a sua parte, porque a gente vem batendo. A gente expede ofício, manda recomendação, o garimpo precisa ser paralisado etc. etc. Vou até parar por aqui, porque, se a gente enveredar pela questão cinta larga, a gente não sai daqui hoje. Então, essa questão orçamentária é muito complexa, até porque o próprio Judiciário mesmo tem resistências severíssimas em relação a ele, o Judiciário, o juiz, ficar determinando que o administrador disponibilize esse ou aquele recurso para aquela ou outra ação. Salvo naqueles casos de educação, de saúde, porque aí é verba vinculada, tudo bem, mas, nos demais, é uma situação complicada, o próprio Judiciário, porque, senão, quem estaria administrando mesmo era o próprio Judiciário e não o Poder Executivo. É, mas nos casos mais evidentes, a gente vai começar a tomar providências mais enérgicas. Essas providências mais enérgicas seria a via judicial. Em relação aos tratados internacionais, é uma questão difícil. Essa questão em si, da biopirataria, não só do sangue dos índios, mas de animais e etc., é uma questão tormentosa, porque não envolve só o Estado brasileiro. Se fosse coisa nossa aqui, coisa doméstica, acredito que seria mais simples de lidar, de tratar. O que acredito que possa ser feito é aproveitar o momento, porque biopirataria, defesa do meio ambiente, defesa das populações indígenas são todos temas que estão muito em pauta e aí o Estado brasileiro, que tem muito interesse nessas questões, até porque o nosso Estado é muito rico, quicá o mais rico do mundo nessas questões naturais, podia aproveitar esse momento para suscitar o debate, para provocar as demais nações para chegar a um consenso, para começar a criar uma ordem jurídica internacional que disciplinasse isso corretamente. É um absurdo que esse sangue vá parar lá e um site norte-americano afigure lucro por conta de um sangue que foi coletado aqui contra a vontade dos índios. Em relação a isso, quero fazer um esclarecimento. Nessa ação que foi proposta em 2002, no caso da coleta feita em 1996, essa questão não foi ventilada, não foi tratada. Então... e eu nem afirmei isso. Tanto é que o

que eu disse é que estamos investigando para saber a origem, até porque, sabendo a origem, quem que coletou esse sangue que está sendo vendido pelas empresas norte-americanas, nós poderemos eventualmente, aí sim, responsabilizar servidores públicos, responsabilizar pessoas, ou entidades, ou instituições, ONGs etc. que estão sediadas aqui no Brasil, até para que isso sirva, tenha um caráter inibitório, para começar a mostrar: olha, o Estado brasileiro não tolera esse tipo de coisa. O Estado brasileiro está de olho. Existe um Ministério Público Federal, existe um Parlamento preocupado com isso, existe uma Justiça preocupada com isso e a gente não vai tolerar isso mesmo, portanto, não façam isso. Então, a gente está ainda na batalha, o procedimento está no início ainda e a gente está tentando pegar o fio, chegar até essa origem. A gente suspeita, mas a gente não pode afirmar de forma alguma que o sangue que foi coletado em 1996 é o resto do sangue, porque uma parte foi devolvida lá para o Ministério Público Federal, essa parte que teria supostamente desaparecido é que estaria sendo comercializada. Então, eu quero que deixe bem clara essa situação. Nessa ação não está sendo sequer discutida essa circunstância, porque a ação, na verdade, é só por essa equipe da TV inglesa, que se valeu, que foram pesquisadores, foram integrantes dessa Yorkshire Television da Inglaterra, e quem foi representante ou quem os acompanhou nesse trabalho foram esses 2 doutores, o Dr. Hilton e a Dra. Denise. Essas duas pessoas apenas acompanharam eles, e eles é que fizeram a coleta. Então, eles estão sendo processados pura e simplesmente porque foram lá, a pretexto de fazer um filme, ludibriaram os índios, coletaram sangue de todos eles e só. Ponto final. Não é discutido na ação, pelo menos esse não é o objeto da ação, o destino que foi dado a esse sangue, se esse sangue foi comercializado, se ele estava realmente com boas intenções, como alega, então, isso não é objeto da ação. A ação é o fato de ele ter pedido autorização e obtido autorização para fazer uma filmagem e coletado sangue dos índios. Na verdade, é o engodo que está em discussão. Então, o objeto principal, o fundamento da ação é esse. A política da FUNAI Aqui, com a licença do Deputado, prefiro restringir à Rondônia, porque é onde eu atuo. Apesar de eu estar procurando há pouco tempo, sou subprocurador das questões indígenas há pouco mais de ano. Entrei logo depois do massacre do cinto larga. O que vejo em Rondônia são muitos problemas. Muitos problemas mesmo envolvendo a FUNAI. Pouca estrutura, poucos servidores, pouco treinamento dado a esses servidores. Então, muito difícil mesmo. Já identificamos alguns servidores, principalmente lá na questão cinto larga, que estavam

notoriamente envolvidos com a questão da garimpagem. E esses servidores, nada obstante, ainda estavam no fronte, ainda estavam na linha de frente, trabalhando diretamente com o povo cinto larga. E aí, recentemente, a gente propôs uma ação judicial para que esses servidores sejam afastados. Não queremos que eles vão para a cadeia, embora, provavelmente, esse vai ser o destino, porque os inquéritos policiais são muitos e estão tramitando ainda. Esse vai ser o destino final, mas, por hora, a gente só queria que eles deixassem de trabalhar com o povo cinto larga. Então, quer dizer, é uma questão simples, singela, a FUNAI chegou a afastar 2 dos 3 servidores processados no bojo do processo administrativo disciplinar, e aí, simplesmente, eles voltaram. Então, é a questão estrutural mesmo, não tem outro nome, não vejo outro nome. É a questão estrutural. E eu vejo o papel do Ministério Público Federal não como remédio para a panacéia, para todos os males, e sim para gerenciar essas questões, porque, na FUNAI, tem gente muito comprometida com a causa; no IBAMA tem, no INCRA tem. Temos ONGS de muita atuação no Estado de Rondônia. Então, está precisando é de alguém, de um ator para gerenciar melhor essas pessoas que estão jogando do lado dos mocinhos. Em relação às ONGs, como acontece sempre, no Ministério Público Federal tem gente séria, gente honesta, e, mesmo assim, tem aqueles que já nem tanto. E isso é na Igreja, no Parlamento, no Judiciário, é uma constante isso. Não vamos encontrar instituição nenhuma neste País e no mundo inteiro que seja absolutamente isenta de qualquer imperfeição, de qualquer mácula. Em relação às ONGs, o que nós temos no Estado é algumas ONGs muito atuantes, muito diligentes e que nos auxiliam muito na questão indígena e, em relação a denúncias, temos 2 procedimentos específicos que apuram supostos desvios de recursos por ONGs indígenas. E, em relação a essa questão da biopirataria, essa sim, nós não temos conhecimento oficial ou, pelo menos, a investigação não amadureceu para abranger essa questão ainda. A questão da participação da Interpol. Na verdade, não conseguimos ainda nem saber das atitudes tomadas pela Polícia Federal em Rondônia, que foi inicialmente quem nós contactamos, até agora nós só contactamos a superintendência em Rondônia, até porque o caso é de lá e, pelo menos em princípio, seria interessante que uma investigação fosse tocada lá, em conjunto, eventualmente, com outros setores da própria Polícia Federal e da própria Interpol. Então, possivelmente ou talvez a Interpol tenha sido já contactada, mas ainda não chegou para nós essa informação. Em relação à ONG Amazon...

(Intervenção inaudível.)

O SR. REGINALDO PEREIRA DE TRINDADE

– Isso, eu queria saber se ela tem atuação lá em Rondônia, porque, sinceramente, eu não tinha nem conhecimento do nome dessa ONG, não sei em razão do pouco tempo em que estou à frente da questão indígena, até porque trato lá de duas questões absolutamente espinhosas, que é a questão indígena, terrível no Estado, e a questão do patrimônio público, que também é uma praga e tem problema em tudo quanto é lugar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Ela tem atuação na área indígena do Xingu por autorização da FUNAI. A minha pergunta era para ver se tem também na região de Rondônia, nessa região que o senhor atua, que o senhor trabalha.

O SR. REGINALDO PEREIRA DE TRINDADE

– Não, pelo menos, apesar de que eu não sou a pessoa mais habilitada a responder isso para V.Exa. Mas, nesse pouco que estou lá, não tenho conhecimento de qualquer atuação dela nesse sentido não. Devo estar pulando algumas perguntas, aí vou responder aqui o que eu anotei e depois, os Deputados que não se sentirem satisfeitos reiterem a pergunta. A questão do destino dos frascos não devolvidos. Foi comunicado à Universidade Federal do Pará. E aí ela meio que lavou as mãos. Disse assim: *“Isso não foi uma pesquisa autorizada por nós. A gente não tem nada a ver com essa história. A gente estava meramente armazenando os frascos”*. E prontamente instada, ela pegou e mandou os frascos. Quando ela mandou, ela mandou 54 frascos com as amostras do sangue dos índios. E, nos depoimentos colhidos e que são referidos na inicial. A inicial refere que, pela apuração, teriam sido colhidas mais de 100 amostras. Então, bem mais da metade estaria aí pendente, teria desaparecido. E a gente também ainda não conseguiu descobrir o destino desses frascos, porque, se eles desapareceram dessa forma, possivelmente, eles estejam sendo utilizados para fins escusos, até porque, se fosse para fim lícito, se a pessoa tivesse boa fé, com certeza, ela já teria se manifestado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Dr. Reginaldo, devolveu 54 frascos para quem?

O SR. REGINALDO PEREIRA DE TRINDADE

– Devolveu ao Ministério Público Federal. Esses frascos estão lá, armazenados lá no Hospital das Clínicas, em Rondônia, em Porto Velho. Em relação à defesa do médico, do Dr. Hilton, as alegações dele fazem parte do nosso Estado Democrático de Direito. Toda e qualquer pessoa que é acusada pode se defender. Ela pode, inclusive, até mentir. Não estou dizendo que ele esteja mentindo. O que eu digo é que o objeto central da ação é que ele, acompanhando ou encabeçando essa equipe da televisão inglesa, ingressou, conse-

guiu uma autorização da FUNAI para ingressar na terra indígena a pretexto de fazer um filme, fazer uma pesquisa, um estudo. E depois disso, ele, desvirtuando a autorização que lhe fora dada, coletou o sangue dos índios. Então, o objeto central da ação, e essa ação vai ficar a meu cargo, porque as ações judiciais relativas a índios também todas elas vêm para mim, eu que falo nelas, então o objeto da ação é esse. Não se referiu, ou pelo menos esse não é o fundamento central da ação, que ele tenha utilizado esse sangue para fins escusos. E aí ele vai ter direito de produzir provas. Nós também poderemos produzir novas provas e esse procedimento novo, essa questão nova da venda do sangue dos índios pode dar uma revigorada naquela ação judicial. Nós podemos, agora, restabelecer a investigação para verificar onde foi parar esse sangue. Esse sangue que desapareceu é o que está comercializado agora? E, quem sabe, dar uma revigorada na ação e, se for o caso, ingressar com outra ação. Enfim, adotar as medidas judiciais cabíveis. Mas o que ele alegou está no legítimo direito de defesa dele. E aí, no final, quem conseguir produzir melhor prova, quem conseguir convencer o juiz vai vencer a demanda. A questão da suspensão da venda do sangue. O Ministério Público Federal promover isso. Eu ainda não parei, até porque é uma maneira minha pessoal de agir. Inicialmente, eu procuro me cercar de informações, de informações dos órgãos públicos, instruir bem a causa, para só depois ir refletir... claro, a gente vai pensando, até porque se não a gente não teria nem condição de verificar quais as medidas investigativas que seriam cabíveis, mas eu pelo menos não faço considerações mais profundas, mais densas, em relação à questão. Quando tomei conhecimento disso, minha primeira vontade foi suspender essa venda do sangue da Internet. E aí só depois que eu soube que era um *site* norte-americano. Não que a gente deva subserviência, não que a gente esteja subordinado aos Estados Unidos, não que a gente não possa tomar qualquer medida, mas, inegavelmente, a questão é mais complexa. Tanto é mais complexa que até hoje, até onde sabemos, o *site* está no ar e persistem ainda as vendas. Nesse ponto, o Ministério das Relações Exteriores, conforme uma das tantas notícias que eu li a respeito, já estaria tomando essa providência de contatar a embaixada para providenciar a retirada do *site* do ar. Mas nada impede que o Ministério Público também promova medidas nesse sentido no momento certo e quando estiver melhor aparelhado para tanto. Valores movimentados no comércio. Infelizmente, esse dado ainda não tenho. Infelizmente, eu não tenho ainda. A questão da omissão da FUNAI, já me referi no início. A questão do interesse no sangue dos índios.

Há uma referência muito vaga e aí me sinto até mal de tecer maiores considerações a respeito. Mas na ação – eu estava lendo esses dias – há uma referência muito vaga de que eles teriam interesse em razão da homogeneidade do grupo indígena. E aí eu já vi um parecer de um outro antropólogo dizendo que o foco agora já não é mais esse. Eles não querem pesquisar alguns poucos integrantes de comunidades indígenas, que elas são cada vez menores. Eles querem agora pesquisar grandes grupos da China, da Índia, etc. Mas o fato é que, na verdade, eles querem é material para subsidiar pesquisas. E o Brasil é uma fonte inesgotável de matéria-prima, feliz ou infelizmente, nesse ramo da biopirataria. Então, tudo quanto é matéria-prima, com certeza, há interesse, sim, desses grandes laboratórios, dessas grandes laboratórios, dessas grandes empresas, desse tráfico, desse verdadeiro tráfico que é a biopirataria. Anotei aqui... Havia algumas perguntas que eu já lembrava de cabeça, que eu sabia que eu não tinha respondido, mas agora confesso que... Pediria que os Deputados, se tivesse alguma coisa que ficou sem maior esclarecimentos, que reiterassem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Obrigado, Presidente.

Dr. Reginaldo, apenas para complementar a questão das recomendações a que nos referíamos. Evidentemente, nós entendemos que essa questão dos karitianas é uma questão emblemática e importante, que o Ministério Público vem tratando com o devido cuidado. Como V.Exa. bem citou a questão da Reserva Roosevelt também, que é uma questão emblemática para o País, em face dos conflitos surgidos lá. Esta Casa, o Congresso Nacional, tem, já desde o início desta Legislatura, autorizado ao Executivo nacional a emissão, a efetuação de concursos públicos. E tem autorizado também orçamentariamente a criação do DAS, dos cargos comissionados. De certa forma, essas alternativas, que não são definitivas, mas que podem ajudar, normalmente ficam na caneta do Ministro da pasta. E nos referíamos, evidentemente, com essa importante contribuição do Ministério Público, já que não se pode resolver tudo, que pudéssemos resolver por partes, de uma maior atenção do Ministério da Justiça para com essas estruturas – como V.Exa. mesmo declarou – combatidas da FUNAI. As estruturas realmente precisam ser fortalecidas. Imaginemos que um caso desse solucionado, como o caso dos karitiana, tem uma repercussão e um reflexo positivo para as demais comunidades indígenas de todo o País.

Gostaria de reforçar as suas palavras, principalmente aos nossos pares no Congresso Nacional, com relação à Reserva Roosevelt.

Presidente, Deputado Henrique Afonso, e Relator, Deputado Sarney Filho, essa Reserva Roosevelt já assumiu repercussões internacionais. Estamos vendo, em que pese o grande trabalho que a Polícia Federal vem fazendo, particularmente na pessoa do delegado Mauro Sposito, que vem, de toda forma, tentando reter esses conflitos, porque, se não tiver orçamento, será um conflito, com certeza. Na hora em que a Polícia Federal não tiver as condições mínimas de manter as pessoas lá dentro, um segundo conflito vai estar instalado e, aí, com uma repercussão muito maior do que foi a primeira etapa.

Gostaríamos de solicitar à Presidência desta Comissão também que pudesse, já que estamos tratando da questão da biopirataria... E essa questão da reserva indígena, essa falta de orçamento, particularmente para essa operação da Polícia Federal, ela requer, ela incorre, além, evidentemente, de um saque em cima dessa reserva, ela destrói os ambientes de reprodução da fauna. Aí, podem estar sendo levados répteis e outros produtos. Além de ser, na realidade, uma interferência nociva à cultura daquela comunidade. Então, a gente gostaria de registrar, somando à palavra do Procurador, Dr. Reginaldo, que é necessário que o Executivo adote providências plausíveis e concretas com relação a esses casos emblemáticos na questão indígena, particularmente dos karitianas e dos cinta-largas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – A Mesa recebe o registro de V.Exa. A palavra está com o Dr. Reginaldo.

O SR. REGINALDO PEREIRA DE TRINDADE – A questão dos cinta-largas, a questão dos karitianas e muitas outras questões... Temos questões, desculpem o termo, muito cabeludas lá no Estado de Rondônia relacionadas à problemática dos índios. Já fui promotor de justiça, já vi grupos de pessoas excluídas e pouco lembradas pelo Estado, como infância e juventude, os condenados, os sentenciados, mas eu nunca vi um grupo assim tão excluído, tão alvo de negligência, de omissão do Estado brasileiro... E aqui quero dizer Estado brasileiro não é só do Governo do Palácio, não, não é só do Parlamento, é de todos nós. Se a questão está assim, é um problema de todos, na verdade. Não é culpa da FUNAI. É muito singelo jogar a culpa na FUNAI. A questão indígena no Estado de Rondônia só está assim porque a FUNAI não funciona. A questão é muito mais complexa, muito mais profunda do que isso. A gente apela. A gente representa as

populações indígenas lá no Estado de Rondônia. A gente é muito cobrado mesmo. Se tem uma coisa que as populações indígenas sabem fazer, felizmente, é cobrar. Inclusive, falando hoje com o Almir Suruí, falei: “*Olha, continuem cobrando*”. Ele estava vindo para esse movimento de lideranças indígenas do País inteiro. “*Continuem cobrando. Se cobrando já está difícil, que dirá se vocês cruzarem os braços.*” O fato é que a gente é cobrado. Muitas coisas estão fora da nossa esfera de atuação. Essa questão mesmo dos cinto-largas, o Estado brasileiro, o Congresso Nacional e o Planalto precisam tomar uma posição mais enérgica, porque o próximo conflito que ocorrer ali provavelmente provocará a dizimação daquele povo, porque os garimpeiros não vão entrar mais lá pagando para ver, de cara limpa. Então, é muito perigoso isso. Em relação a essa questão emblemática dos karitianas, da venda do sangue dos índios, o Ministério Público Federal, eu, particularmente, vou aproveitar o excelente momento, vou aproveitar essa preocupação de uma CPI, que está voltada não só para isso, mas também para isso, e avançar na investigação, aproveitando o bom momento. Aproveitando que diferentes atores, o Ministério Público Federal, o Congresso Nacional, a Polícia Federal, o Ministério das Relações Exteriores – por que não dizer? —, todos estão voltados ou preocupados com isso. Em todas essas instituições, a questão do sangue dos karitianas está em pauta, está na mesa para ser resolvida. A gente vai aproveitar para embalar a investigação. Como eu disse anteriormente, coloco o Ministério Público Federal, a Procuradoria da República do Estado de Rondônia, à disposição da CPI para troca de informações, para auxiliar no que for possível. Eu gostaria que a recíproca fosse verdadeira, que a CPI carresse ao Ministério Público Federal as informações que ela disponibilizasse, que vai ser muito útil para o desenvolvimento da nossa investigação, para a conclusão do nosso procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, achei muito produtivo o depoimento do Dr. Reginaldo Pereira de Trindade. É lógico que houve aqui afirmações que a CPI não pode se omitir de tomar algumas providências. O relato sobre os cinto-largas realmente é um relato grave. A partir desse relato, proponho à CPI que a gente oficie ao Ministério da Justiça essas preocupações aqui expostas, pedindo garantias de vida a essa população indígena que está ameaçada. Por outro lado, também ainda dentro do que foi aqui falado, talvez a própria CPI pudesse officiar também ao Ministério das Relações Exteriores,

pois a CPI tem mais agilidade nisso, pudesse officiar, e vamos fazê-lo, vou propor que a CPI também possa fazê-lo, pedindo ao Ministério das Relações Exteriores que peça uma investigação, porque isso é crime aqui, e temos convênios. Os criminosos dos Estados Unidos podem ser deportados para lá como os de lá podem ser deportados para cá. Aproveito também para dar uma boa notícia, que já é também resultado desta CPI. Passou ontem na Comissão de Constituição e Justiça, que estava lá desde 2002, o Projeto de Lei nº 7.211, do Poder Executivo, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, no que diz respeito à biopirataria. Essa foi uma preocupação da CPI anterior, era uma preocupação nossa. Também fomos à Comissão de Constituição e Justiça, entregamos uma lista de projetos ligados a essas questões que estamos discutindo aqui. Esse já foi o primeiro resultado. Até com alguma honra, o substitutivo é de minha autoria e passou por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça. Essa é a notícia que queria dar, pedindo à nossa assessoria que tome as providências para que coloquemos no papel aquilo que foi aqui levantado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Muito obrigado ao Relator, Deputado Sarney Filho. Não há nenhum Deputado inscrito. Então, não só foi produtiva, esclarecedora.

Muito obrigado, Dr. Reginaldo Pereira de Trindade, pela sua colaboração a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos imensamente gratos pela sua presença. Com certeza absoluta, essa sua explanação, esses esclarecimentos e informações, serão de grande valia no combate à biopirataria, como V.Sa. disse, na defesa da nossa soberania, dos nossos recursos biológicos, genéticos, dos nossos povos tradicionais, das nossas riquezas. Muito obrigado, Dr. Reginaldo.

O SR. REGINALDO PEREIRA DE TRINDADE – Eu é que agradeço a oportunidade de estar aqui e contribuir com CPI tão relevante, do interesse da soberania nacional. Fico muito feliz que a CPI, pela pessoa do Relator, tenha se sensibilizado com nossos reclamos, os reclamos do Deputado Hamilton Casara, para olhar e velar pela questão dos cinto-largas. Então, agradeço duplamente por ter estado aqui e por ter surtido esse efeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Muito obrigado, Dr. Reginaldo.

Antes de passar para os próximos depoentes, esta Mesa faz uma ratificação. Esta Presidência esclarece que, na deliberação do Requerimento 63/05, foi aprovado o nome do Delegado Marcelo Serra Azul como sendo o responsável pelo processo sobre o Zoológico de Brasília. O nome correto do Delegado responsável

pelo caso é Roberto Alves Castro. Esta Presidência faz essa ratificação..., retificação, desculpe, é verdade, para que fique registrada em Ata. *(Pausa.)*

Continuando nossos trabalhos, convido, neste momento, o Sr. Luiz Fernando Merico a tomar assento à Mesa. Solicito às demais testemunhas que se encaminhem à Secretaria da CPI, aguardando o momento de seu depoimento. *(Pausa.)* São o Sr. Alberto e o Sr. Marcos as outras duas testemunhas. Solicito que se encaminhem à Secretaria da CPI, aguardando o momento de seu depoimento. *(Pausa.)*

Solicito ao Sr. Luiz Fernando Merico que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO

– Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso)

– Sr. Marcos, pode dirigir-se à Secretaria da CPI.

Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, art. 342: *“Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha (...). Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa”*.

Com a palavra o Sr. Luiz Fernando Merico, por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO

– Boa-tarde a todos. Muito obrigado, Deputado Henrique Afonso. Meus cumprimentos também ao Deputado Sarney Filho, ao Deputado Rosinha, aos demais membros do Parlamento presentes à Comissão hoje, ao prezado Saulo. Antes de me reportar rapidamente às duas questões em tela, as quais, imagino, tenham sido a origem da convocação, é necessário fazer uma breve explanação, e tentarei fazê-la da maneira mais breve possível, do cenário que acabo encontrando ao chegar à Gerência Executiva do Estado de Santa Catarina, a Gerência Executiva do IBAMA, no ano de 2003. Então, acredito que toda essa questão que, talvez, se reflète aqui, no dia de hoje, está muito associada a um pano de fundo no Estado de Santa Catarina envolvendo a gestão florestal do Estado. Há muitos anos, um clima, digamos assim, de certo confronto entre diversos atores que atuam na área ambiental, tendo como pano de fundo a preservação da Mata Atlântica, o Estado de Santa Catarina, ele é completamente, ele é totalmente dominado por esse bioma, inclusive, a mata de araucárias está inserida dentro do bioma Mata Atlântica e o decaimento dessa vegetação tem sido objeto de grandes discussões e grandes disputas no Estado. Então, relato, assim rapidamente, porque isso acabou

influenciando bastante o período que permaneci naquela gerência, foi um período curto, um período de um ano aproximadamente, um pouco menos, talvez, de um ano, e o cenário associado era muito ligado, especialmente, às espécies consideradas pelos próprios organismos oficiais como espécies ameaçadas de extinção, notadamente aí, imbuia, araucária e outras espécies, canela preta, de grande valor econômico todas elas. Esses conflitos, muitos relacionados à gestão dessas espécies ameaçadas e muito fortemente associados, na época, às autorizações que eram concedidas pelo IBAMA para exploração dessas espécies, vinham provocando um tensionamento muito grande entre o Ministério Público Federal de Santa Catarina, entidades ambientalistas, universidades e o próprio IBAMA. Havia uma contestação bastante forte das licenças que eram concedidas pelo IBAMA para aproveitamento dessas espécies consideradas ameaçadas de extinção. Essas contestações e todo esse imbróglio, do ponto de vista dessa disputa sobre as questões ambientais no Estado de Santa Catarina, acabaram desembocando numa ação judicial, numa decisão judicial da Justiça Federal, em 2000, no ano de 2000, que suspendia toda... determinava a suspensão de toda emissão de espécies ameaçadas de extinção emitidas pelo IBAMA. E isso acabou não tendo, digamos assim, o respeito que se esperava por essa decisão judicial. Estou tentando fazer um relato de modo abrangente. Esse debate continuou. Esse debate foi trazido para a arena nacional que provoca o CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente – a aprovar uma Resolução 278, de 2001, que dispunha sobre a aprovação, autorização de aproveitamento de espécies ameaçadas de extinção. Então, essa Resolução nº 278 regulamentou a exploração de espécies ameaçadas, e, notadamente, a espécie de maior interesse era a araucária. Então, essa resolução restringiu o aproveitamento de araucária a apenas 15 metros cúbicos de árvores mortas e caídas. Isso para o uso dentro da propriedade, sem uso comercial, e a cada 5 anos. Então, bastante restritiva essa resolução, com o intuito de resgatar essas áreas que ainda tinham uma certa quantidade de araucária. E eu, só para fazer uma ponte daquele momento com o presente, justamente no dia de ontem, estava sendo discutida, em Santa Catarina e também no Paraná, a criação de unidades de conservação federais para preservação dessas espécies ameaçadas; e essas áreas, inclusive agora sendo propostas como unidades de conservação, de fato, eram as grandes áreas de conflito que envolviam IBAMA, Ministério Público Federal, sociedade civil, enfim. Bom, com o advento da Resolução CONAMA nº 278, as disputas não terminaram. Autorizações continuaram a ser expedidas

pelo IBAMA, e isso chega de fato à arena nacional, à mídia nacional. O Fantástico faz duas matérias naquela época sobre isso, já em 2002. E isso conduz à exoneração do gerente executivo que estava lá à época, Sr. Luiz Hamilton Martins, juntamente com as chefias que estavam à frente do IBAMA naquela época, aproximadamente por volta de agosto de 2002. Então, é nesse clima que chego à gerência de Santa Catarina. Mas, em abril de 2003, em abril de 2003, chego à gerência, portanto, praticamente 8 meses depois da saída do gerente anterior. Eu encontro uma gerência bastante desestruturada, do ponto de vista material; conflituosa, do ponto de vista humano; com seus contratos rompidos, contratos de fornecimento de material de consumo, postos de gasolina, enfim, uma situação muito difícil do ponto de vista administrativo. Eu entro e me deparo com a seguinte situação: havia no armário, estavam lá acumulados, os processos que geravam, os processos que demonstravam, que estavam colocados lá, as autorizações das espécies ameaçadas de extinção, que, segundo o Ministério Público Federal e as organizações da sociedade civil, estavam em desacordo com a legislação. Então, aguardava-se, inclusive do futuro gerente já nesse Governo, as suas determinações, as suas orientações, o que o gerente ia fazer com isso. Então, naquele momento tomo 3 atitudes básicas. E eu estou falando isso, justamente porque acho que isso tem conexão com este momento. Os reflexos da minha atitude naquele momento vêm até hoje. Acho que talvez durem mais, mas isso é da natureza dessas ações da própria gestão pública. Eu tomo 3 atitudes naquele momento. Pego aqueles processos que estavam lá aguardando, que já poderiam ser encaminhados, ter tido encaminhamento já no ano anterior, faço cópia desses processos, remeto ao Ministério Público Federal, dou publicidade a isso e encaminho esses processos para análise através de sindicância. Então, encaminho esses processos para a sindicância, dou publicidade, através de uma coletiva de imprensa, para responder à sociedade, e encaminho ao Ministério Público Federal. Com isso, eu digo também a mim mesmo, naquele momento, o seguinte: bem, cumpri a tarefa que deveria ter sido cumprida, que qualquer gestor público, não é porque eu estava lá, qualquer gestor público deveria ter feito isso, porque, se eu voltasse naquele momento, faria exatamente a mesma coisa. E disse para mim mesmo: agora vou trabalhar, vou botar esta gerência em ordem, vou refazer contratos, vamos buscar recursos financeiros, vamos recompor as chefias. Tratei também de produzir um quadro de chefes praticamente de servidores oriundos do último concurso, gente nova, gente sem vícios, gente, assim, com vontade de trabalhar e

de produzir um novo IBAMA. E esse grupo passou a ter uma ação bastante diferenciada. Acho que, talvez, tenha sido um dos maiores legados que tenha deixado na gerência de Santa Catarina: um grupo de novos chefes, oriundos realmente do último concurso, com capacidade de dar uma nova cara. O IBAMA precisava muito disso naquela época: uma nova cara para ação, uma nova forma de atuação. E esta substituição de chefias inclusive abrangeu a própria Floresta Nacional de Três Barras; também foi substituído, na verdade, porque eu também buscava perfis de acordo com as mudanças que se buscavam implementar.

Então, esse é apenas o pano de fundo, só como uma introdução a descrever um pouco o cenário. Haveria milhares de coisas que a gente poderia conversar sobre isso, sobre as experiências extremamente ricas que eu tive na época, ricas por todos os aspectos. Eu, por exemplo, tive experiências desagradáveis, mas ricas. Participei de prisão em flagrante. Fizemos uma prisão em flagrante lá. Foi a Polícia Federal que, na verdade, fez, mas quiseram que eu estivesse junto. Uma denúncia que tinha sido encaminhada sobre 2 fiscais. Fizemos prisão em flagrante de 2 fiscais recebendo 20 mil reais para adulterar uma multa que havia lá na época, no Município de Itajaí. Então, são experiências de toda ordem. Para mim, ambientalista histórico, vinculado às questões ambientais desde sempre, professor universitário, essas são algumas experiências muito profundas e marcantes. Muito bem. Mas venho hoje aqui, então, com este pano de fundo. Venho aqui numa tentativa, evidentemente, com muito respeito a esta CPI, mas com muita tranquilidade também, no que eu acredito recolocar a verdade em seu lugar, porque acho que houve aí algumas distorções por algumas matérias jornalísticas, que considero, assim, muito pobres, do ponto de vista de espírito, pobres, do ponto de vista humano, distorcendo informações, jogando o nome de pessoas, assim, como se não fossem ninguém, e provocando uma situação desagradável que não ajuda a gestão ambiental, não ajuda o IBAMA, não ajuda ninguém. Acho que uma coisa muito sem sentido, mas que venho aqui hoje relatar e trazer com mais profundidade. Trouxe cópias dos processos citados que abrangem. Tive cuidado, então, de me anteceder. Numa visita ao Relator, Deputado Sarney Filho, todos os materiais que envolvem as pretensas denúncias eu trouxe. Já deixei cópia com o Deputado Sarney. E é sobre essas informações que eu falo agora; com a certeza, e falo isso de coração, com a certeza de que o mal sempre se volta a quem o pratica. Não porque eu ache isso, mas porque isso é uma lei universal. Então, passo a fazer algumas considerações rápidas a respeito das duas questões que apareceram nos

jornais e que, acredito, sejam motivo da minha vinda aqui hoje. Bom, considerando as matérias veiculadas pelo jornal *Correio Braziliense*, nos dias 3 e 5 de abril, as quais fazem referências a duas situações específicas no âmbito da Gerência Executiva de Santa Catarina, citando meu nome, manifesto-me da seguinte maneira. Em primeiro lugar, as matérias em tela são públicas, os processos são numerados – não é? – no IBAMA, tramitaram normalmente na instituição, são matérias tranquilas. A iniciativa para que viessem para cá, para até que fossem feitas cópias para serem entregues à CPI foi de minha origem, iniciativa para que fosse buscado junto à Gerência Executiva de Santa Catarina e ficasse aqui disposição de quem quiser, para que fosse, então, afastadas aí qualquer dúvida sobre o caso. Vamos as duas questões. O Processo nº 02026 do IBAMA, a identificação de Santa Catarina, Processo nº 5.253, de 2004, trata de uma denúncia do servidor Alberto de Paula Martins. Este servidor, lotado na Gerência Executiva de Santa Catarina, é contra uma doação de madeira efetuada por mim quando Gerente Executivo do IBAMA naquele Estado. Alegando a tal denúncia ser ilegal doação de madeira a uma paróquia da cidade de Florianópolis para a construção de uma igreja. A doação no caso, de 55 metros cúbicos – para quem não está acostumado a lidar com essas coisas, 55 metros cúbicos é assim, talvez, dependendo da casa, talvez dê para se construir umas duas casas, ou, dependendo, uma casa e meia, é pouca coisa, 55 metros cúbicos —, atendeu a um pedido comunitário, a madeira foi retirada do seu depósito, e a igreja, de fato, construída. Analisando os documentos – e a CPI já tem posse deles – percebe-se facilmente estar a doação não só dentro dos procedimentos utilizados pela referida gerência até então, como dentro dos procedimentos utilizados pelo IBAMA em todo o Brasil. Aqui, devo fazer um pequeno esclarecimento, porque, ao longo do ano de 2003, o IBAMA fez uma doação de madeira para uma entidade, a FASE, aqui em Brasília, na sede. Essa doação foi questionada pelo TCU, pelo Tribunal de Contas da União. Nesse questionamento, o TCU fez reparos à forma como o IBAMA conduzia suas doações. E a partir daquelas observações do TCU, o IBAMA muda seus procedimentos, orienta gerências executivas a criarem suas respectivas comissões de bens apreendidos, que não existiam. Apesar de que havia, já desde 2001, uma norma interna do IBAMA, para que todos tivessem comissões de bens apreendidos, não havia isso montado nas gerências executivas, elas não existiam. Prova disso são montanhas, milhares na verdade, de autorizações semelhantes a essa, que hoje o IBAMA tem que reunir. O IBAMA reuniu isso, por conta do TCU, ao

longo de 2003, para analisar e ver o que fazer. Até aquele momento, e alguns meses depois ainda, o procedimento era exatamente aquele. Trata-se, portanto, de procedimento normal utilizado à época, atestado pela documentação constante dentro do próprio processo citado. Dentro do próprio processo há várias outras doações iguais, exatamente iguais, e não só em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Rondônia, na Amazônia, era o procedimento. Em Brasília fez-se doações com esse mesmo procedimento, que depois foram ajustados. E eu mesmo, no dia 14/10/2003... Só para esclarecer, essa doação para essa igreja foi feita logo nas primeiras semanas em que eu estava na gerência executiva; foi bem no começo de minha gestão. E, em seguida, quando veio essa orientação de Brasília, eu mesmo, e a documentação está aí, montei a primeira Comissão de Bens Apreendidos do Estado de Santa Catarina, no dia 14/10/2003. A documentação está aí. Então, não há nenhuma irregularidade na questão. Há uma outra alegação da denúncia. A denúncia alega que eu teria feito uma doação a meu tio. Muito bem, vejamos qual a citação: “*Há ainda a alegação de que uma doação de madeira apreendida à Paróquia Sagrado Coração de Jesus, na comunidade de Ingleses, no interior da Ilha de Florianópolis (a comunidade da Sagrado Coração de Jesus são pessoas simples, de origem açoriana), pertencente geograficamente à Arquidiocese de Florianópolis (...)*”. Era essa a situação. Isso criaria um vínculo entre eu, gerente executivo, e o arcebispo de Florianópolis, porque o arcebispo de Florianópolis é meu tio, é irmão de minha mãe. Ele já foi, inicialmente, além de padre, provincial; depois, bispo auxiliar de Florianópolis, bispo titular de Ponta Grossa, arcebispo de Maringá, no Paraná, e finalmente agora, arcebispo, novamente, de Florianópolis. Então, pelo fato de o arcebispo ser meu tio e eu ter feito uma doação a uma igreja, isso, na visão do denunciante, teria sido um erro. Bom, eu digo que isso não se sustenta juridicamente. A paróquia, sinceramente, não é propriedade do arcebispo, muito menos é propriedade da Arquidiocese; a paróquia é comunitária, a doação não foi pessoal, a doação foi para a comunidade. A igreja está lá, construída, tenho todo o documento do recebimento da madeira por parte da comunidade, da construção. A quem for a Florianópolis passar férias na praia de Ingleses até recomendo ir lá rezar um pouquinho, porque isso faz bem para a alma. A doação não foi pessoal, foi para a comunidade paroquial. E eu aqui também digo que... percebo – é uma avaliação pessoal — que há uma certa má-fé do denunciante, nesse caso. Mas isso é uma observação apenas pessoal de minha parte. Eu quero completar dizendo que doações de ma-

deira é obrigação do IBAMA. Madeira é produto perecível. O IBAMA tem a obrigação de fazer doação desses produtos apreendidos, e, evidentemente, eles devem estar associados a interesses coletivos, a pessoas carentes, APAEs, igrejas, comunidades hospitalares, como há inclusive lá, doações para hospitais, doações para a Polícia Ambiental de Santa Catarina. Temos várias pilhas dessas doações de madeira para a Polícia Ambiental, porque, afinal de contas, a polícia também precisa construir seus abrigos. Por que iriam comprar madeira, já que eles não têm dinheiro? Então, podem também utilizar madeira apreendida. Enfim, são coisas, obrigações. A madeira estava estocada há vários anos num depósito da Madeireira Imperatriz, em Florianópolis, aguardando destinação, e causando prejuízos ao proprietário. O Sr. Zeno, proprietário, já tinha procurado o IBAMA diversas vezes, para que fosse retirada: *“Pelo amor de Deus, retirem essa madeira de meu depósito, porque preciso trabalhar e esse negócio me dá prejuízo”*. O IBAMA fez a avaliação, inclusive, do custo disso para o proprietário na época. Tudo isso está aí nos autos, tudo isso está nos processos. Tem tudo aí, cópia. E mais de 20 mil reais o IBAMA teria que repassar pelos custos da época. Então, eu não vejo nenhum problema associado. Eu acho que é uma denúncia sem fundamento, e eu acho que o objetivo é, talvez, apenas o de produzir desgastes. Segundo ponto. Com relação ao termo de cooperação técnica – quando o meu tempo estiver se esgotando, vocês podem me interromper, não tem problema –, viabiliza-se parceria entre a gerência executiva de Santa Catarina e a Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA, para aproveitamento de lenha seca. Faço questão de ressaltar isto: lenha seca caída. Em nenhum momento está escrito ou está nos processos que seria madeira. Está escrito no termo de cooperação, basta lê-lo, o processo é público. Então, para aproveitamento de lenha seca, e não madeira, na Floresta Nacional de Três Barras, em troca de mão-de-obra para manutenção da própria FLONA, igualmente não se verifica nenhum vício, seja de origem ou de mérito. Em primeiro lugar, é facultado aos gerentes executivos estabelecer parcerias, estabelecer termos de cooperação para melhor gestão de recursos naturais. Eu mesmo não assinei apenas esse termo de cooperação, mas assinei outros. Assinei termo de cooperação com o Governo do Estado, assinei termo de cooperação com universidade, porque são necessários ao IBAMA. E essa é uma forte perspectiva de que nossa gestão se abra para a sociedade. Aquele IBAMA fechado, impenetrável para a sociedade, com informações que não são transparentes, não nos interessa. As parcerias são fundamentais, mesmo porque

o IBAMA não tem condições de gerir todos os problemas ambientais, então, tem que ter parceria com o Governo do Estado, sim, tem que ter parceria com os Municípios. São questões fundamentais. O termo de cooperação facultado aos gerentes executivos é realizado com entidades legalmente constituídas, sendo dada ainda a publicidade necessária. A própria FLONA de Três Barras, em tela, tem outros sistemas de cooperação. Não sei por que esse imbróglio. Não entendi o porquê dessas denúncias. Não têm sentido. Há termos de cooperação assinados com a EMBRAPA, é normal. Temos com a EPAGRI, que é a Empresa de Pesquisas Agropecuárias de Santa Catarina; com a Universidade do Contestado, uma bela universidade com sede em Canoinhas, um Município ao lado de Três Barras – aliás, a grande relação da FLONA de Três Barras é com o Município de Canoinhas, e não com Três Barras, geograficamente —; com a Universidade Federal de Santa Catarina. Posso citar pelo menos outras 4 parcerias com termos de cooperação na própria FLONA, porque esse é o objetivo da FLONA. FLONAs servem para isso, para fazer pesquisa, para fazer manejo, experimentos de agrossilvicultura fantásticos, bons, positivos, que são feitos lá, com os nossos servidores de lá. Tem um quadro bom de servidores. A FLONA era muito esvaziada. Com o último concurso, foram dadas condições de se povoar de servidores aquela FLONA. Pelo menos 4 bons servidores, probos, dedicados, largaram suas famílias, suas vidas, para trabalharem na FLONA. Então, esse é um elemento normal. Os Processos nºs 020261337, de 2004, e 020264080, todos com cópia ao Relator, de 2003, falam por si sós. Estão aqui, com toda a marcha de entendimentos, com solicitações de parcerias partindo da própria Floresta Nacional, a constituição das minutas e a respectiva avaliação jurídica, com parecer jurídico, inclusive, modificando as minutas originais e propondo minuta adequada, de acordo com a avaliação jurídica feita, constante do processo, porque claro que tinha avaliação jurídica. O jornal fala erroneamente, eu diria até de maneira um pouco irresponsável, que seria contra pareceres jurídicos. O processo todo está disponível, toda a marcha está aí disponível a todos. O material lenha seca e caída é material combustível. Lenha seca e caída acontece porque, nessas florestas nacionais, têm talhões, que tiveram várias outras explorações florestais em anos anteriores. Vale destacar que esta Floresta Nacional, nos anos anteriores a 2002, era maior arrecadadora de recursos para o IBAMA, pela venda direta de madeira. Era um período até... Existiam vários conflitos naquela época de venda direta de madeira, mas ela fazia isso. Então, tem muito material no chão, dos próprios desbastes da

manutenção da vegetação. É uma FLONA que tem notadamente espécies exóticas, basicamente o pinus. Esse material é combustível. E, a rigor, a própria FLONA, através de seus servidores, deve retirar esse material, deve recolhê-lo para fazer limpeza, diminuir o risco de incêndio e poder conduzir bem as árvores. Então, esse material deve ser retirado. Ele não é retirado em virtude de que não tem gente para fazer isso. Não tem pernas, não tem condições de se efetuar isso. Esse material que é objeto, lenha caída no chão, até em putrefação, com baixíssimo valor financeiro, poderia ter sido, portanto, doado. E é isto que eu queria ressaltar: o material poderia ter sido doado, uma simples doação. Entretanto, a administração da gerência e da FLONA, zelosas da administração da FLONA e dos interesses da Floresta Nacional, executam uma doação, mas com encargo, solicitando, então, uma contrapartida no caso da cooperativa. E é assinado um termo de compromisso, um termo de cooperação, que existiu então para firmar essa parceria, conforme recomendado na análise jurídica, de quem? Da Procuradoria do IBAMA. Todo o processo segue esse caminho. Então, é feita a proposta, elaboram-se as minutas, as minutas são submetidas à análise jurídica, são modificadas de acordo com a análise jurídica, e submetidas ao gerente para assinatura. O gerente assina e é feito um trabalho de sucesso, como relatado e que consta nos autos, um trabalho de sucesso. A FLONA, inclusive, manifesta mais uma vez o sucesso da empreitada, mesmo porque a quantidade de lenha caída no chão, do termo de cooperação, é de 2 mil metros estéreis. É pouquíssimo material, com valor econômico baixíssimo, coisa de 3 ou 4 reais cada metro cúbico, e que não tem valor comercial porque a retirada desse material é mais cara do que sua venda. Então, a administração, zelosa dos interesses da FLONA, executa uma doação com encargo, solicitando uma contrapartida, o que é muito positivo por parte da gerência executiva. Qual seria a acusação? A de zelar pelos interesses da FLONA? A de fazer uma administração preservando a moralidade, a transparência, a legalidade, que são princípios da administração pública, para que fossem atingidos os objetivos de melhorar os processos da FLONA, enfim, e de ter um elemento positivo com isso? Então, a assinatura do termo de cooperação existiu para firmar a parceria, conforme recomendado em análise jurídica, o que em si não enseja nenhuma manifestação de irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Passo a Presidência ao Dr. Rosinha.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO – Obrigado, Deputado Henrique. Eu gostaria, rapidamente, de ler a cláusula primeira do termo. A cláusula

primeira do termo é a seguinte: “*O presente termo tem por objeto a realização de parceria para o aproveitamento de lenha seca em talhões, cultivados com pinus, e a prestação de serviços de manutenção no interior da Floresta Nacional de Três Barras*”. A exposição de motivos faz parte integrante do termo. É um termo de parceria. É necessário dizer que a lenha seca caída no chão tem o valor médio muito baixo na região, entre 3 ou 4 reais o metro estéril. Seu aproveitamento, portanto, é antieconômico e, por isso mesmo, não é realizado comercialmente. Ademais, eu gostaria de chamar a atenção de todos os interessados, Deputados e demais membros e assistência, de que o termo foi assinado no dia 5 de abril de 2004. Isso é interessante porque eu, duas semanas depois, sou designado para assumir a Diretoria de Gestão Estratégica do IBAMA, em Brasília. Então, é assinado o termo de cooperação e eu sou designado, logo em seguida, para assumir a Diretoria de Gestão Estratégica, aqui em Brasília. Eu sequer acompanhei a execução do termo. Mas gostaria de ressaltar que, em contato com os servidores da FLONA, em Três Barras, que acompanharam a execução desse termo, são categóricos em afirmar que não só acompanharam a execução da parceria como também fizeram avaliações no final do termo e quando da divulgação das matérias jornalísticas de conteúdo bastante duvidoso, que foram publicadas pelo *Correio Braziliense*. Nenhuma irregularidade foi verificada por esses servidores, isso é importante ressaltar. Eu acrescento ainda que a venda direta de produtos madeireiros exóticos da FLONA, pinus basicamente, foi interrompida em 2002, quando eu sequer ainda sonhava em ser gerente executivo ou ser designado gerente. Eu não tinha a mínima idéia, porque estava em outra atividade naquela época, estava na universidade. A venda direta, por uma série de problemas internos lá, na FLONA, foi suspensa e, até hoje, não foi retomada. Não se pode, entretanto – e essa é a minha avaliação –, querer associar o histórico conflituoso de décadas de exploração florestal nesta FLONA à assinatura de um termo de cooperação, estabelecendo uma parceria positiva, benéfica para FLONA, legal, estabelecida, com parecer jurídico, que nada tem a ver com exploração florestal, e que foi estabelecida de forma legal e transparente. Eu lamento que se distorçam os fatos de tal maneira como foram distorcidos. E não imagino que interesses sejam esses por trás. De fato, não imagino. Acrescento que o mal, como eu disse no início, sempre se volta contra quem o pratica. Eu gostaria de finalizar com duas observações: primeiro, que proveito eu, pessoalmente, Luiz Fernando, tiro de tudo isso? A primeira constatação, que eu tiro disso, uma constatação que conduz a minha vida, é a seguinte: ninguém cuida da natureza

sem amor – isso, para mim, não existe. Além do mais, eu não acredito, também, em ninguém que não esteja apaixonado pela sua causa. Eu acho que os que não amam a causa ambiental deveriam procurar outras ocupações. A segunda constatação que eu faço é a de que não se vai produzir um novo IBAMA sem conflitos. O velho vai querer desestabilizar o novo, mas o novo virá, como ninguém consegue impedir a primavera. E não será uma seqüência de inverdades ou distorções que me fará desistir ou me afastar da causa ambiental, de modo algum; pelo contrário, isso me fortalece nas minhas convicções muito fortes da necessidade de adequar o IBAMA aos desafios da sociedade moderna. E é isso que eu estou fazendo em Brasília hoje, essa é a minha função hoje. Então, enfrentar esses conflitos é, de fato, uma obrigação do gestor público. Tem que enfrentar esses conflitos, que fazem parte, e a gente tem que ir avançando com a gestão pública e, no caso específico, com a gestão pública ambiental. Finalizo dizendo que me lembro de uma história que eu li quando criança, *O Menino do Dedo Verde*. É uma história muito tocante, tocou-me muito na época que eu a li. Era o menino que caminhava e ele tinha um dedo verde que onde ele tocava nasciam flores. E ele foi espalhando flores por tudo quanto é lugar. Naquela época da história, os senhores da guerra ficaram muito irritados e atacaram violentamente o menino do dedo verde. A história desenvolve-se com os senhores da guerra atacando o menino do dedo verde, e começaram a sair flores nos canhões. E aí o povo passa a gostar mais das flores do que da guerra, e as guerras desfazem-se. Então, eu acho que, como o mal sempre volta a quem o pratica, nessa história, também, o menino do dedo verde acabou esverdeando o mundo, e foi gestada uma nova sociedade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Agradeço ao Sr. Luiz Fernando Krieger Merico e passo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de propriamente entrar no assunto da convocação, gostaria de registrar aqui – está aí fora, esteve aqui presente – a presença da Profa. Niede Guidon, que é do Instituto do Homem, na Serra das Capivaras. E ela veio aqui. Agora, está lá fora. O pessoal da imprensa aproveitou... É com muita honra que a gente a recebe aqui. E é importante estar um Diretor do IBAMA aqui, porque, na realidade...

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO – Temos um termo de cooperação com o Instituto para gerir a Serra da Capivara.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Isso é muito importante neste momento em que, não por culpa

do IBAMA, está-se colocando um assentamento em torno do parque. Estão começando a invadir o parque e, mais do que isso, estão começando a destruir os sítios arqueológicos que são os mais importantes do Brasil e os mais bem preservados, graças ao trabalho da Profa Niede Guidon.

Dr. Luiz Fernando Krieger Merico, Diretor de Gestão Estratégica do IBAMA, primeiro, eu gostaria de, para que constasse nos autos, ressaltar que a convocação de V.Sa. deu-se apenas por uma decisão da Comissão de que não iríamos fazer convites, mas que todos iriam ser convocados. Então, não há, por detrás dessa convocação, de nenhuma maneira, objetivo algum de fazer qualquer prejulgamento e muito menos de corroborar com qualquer tipo de acusações que, porventura, tenham sido feitas a V.Sa. em reportagens da imprensa.

Dito isso, que é importante, tenho algumas perguntas que, possivelmente, servirão para esclarecer mais ainda. A exposição de V.Sa. foi bastante esclarecedora. Então, eu vou fazer algumas perguntas. Aquelas que V.Sa. achar que deve responder agora, nós ficaremos gratos, mas, se não, daremos um prazo de 7 dias, uma semana, para que elas venham à Comissão por escrito.

Então, primeira pergunta: o senhor responsabiliza as denúncias, então, à insatisfação pelas medidas moralizadoras assumidas por V.Sa. quando estava na Gerência Executiva do IBAMA, em Santa Catarina?

Acerca do termo de cooperação técnica entre o IBAMA e o MST relativo à FLONA de Três Barras, V.Sa. nega que tenha havido parecer contrário do Departamento Jurídico do IBAMA, em Florianópolis, antes do parecer favorável exarado pela Procuradoria do órgão em Joinville? É bom esclarecer isso mais detalhadamente.

Segundo a reportagem do *Correio Braziliense*, publicada em 23/04/2005, relatório feito por técnicos do IBAMA, ainda mantido em caráter reservado, confirma as irregularidades apontadas em reportagem anterior ao afirmar que (abre aspas) “*a permuta de lenha de pinus versos mão-de-obra está em desacordo com a Portaria nº 1.045, de 2001, além de não apresentar consonância com a Lei de Licitação*” (fecha aspas). Além disso, o mesmo relatório diz que não foi identificado nos processos (abre aspas) “*nenhum ato formal do Presidente do IBAMA delegando competência ao então Gerente Executivo do IBAMA, Santa Catarina, para celebrar o termo de cooperação técnica entre o IBAMA e a AESCA – a cooperativa de trabalhadores rurais que representa o MST*” (fecha aspas). Ainda segundo o documento, os gerentes executivos teriam competência para celebrar acordos de cooperação que

não envolvessem repasse de recursos, doação, cessão ou concessão de bens patrimoniais da autarquia.

Seria importante, também, V.Sa. esclarecer essas afirmações que saíram no *Correio Braziliense*.

Por que o termo foi assinado especificamente com o MST? Não deveria ter havido licitação de forma a possibilitar a habilitação de outras entidades?

A exoneração do então chefe da FLONA de Três Barras, Marcos César Silva, ocorreu exatamente no dia em que se instalou o acampamento dos sem-terra ao lado daquela unidade de conservação. V.Sa. encara esse fato como simples coincidência ou teria havido alguma outra motivação? V.Sa. até já abordou esse tema *en passant*, mas é bom que fique bem claro para que a gente possa não deixar nenhuma dúvida.

Já foram assinados termos de cooperação semelhantes com outras entidades? Quem é responsável pela fiscalização da correta execução desses termos?

V.Sa. poderia explicar, primeiro, se houve invasão da FLONA pelos acampados a despeito da existência do termo de cooperação e, se houve, por que motivo V.Sa. acha que eles iriam fazer essa invasão?

Eram essas, Sr. Presidente, as questões, que posso passar já às mãos do nosso Diretor. Só não tem uma aí, que é justamente se V.Sa. responsabiliza as denúncias à insatisfação pelas medidas moralizadoras. Essa não está por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Passo a palavra ao Sr. Luiz Fernando Krieger Merico.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO – Muito obrigado, Deputado Sarney, pelos questionamentos. Passo, então, a respondê-los. A ligação entre um conjunto de medidas moralizadoras, abertura de sindicâncias, e as denúncias. De fato, numa gerência executiva, do tamanho da de Santa Catarina e a exemplo de outras gerências executivas, cada sindicância exige a arregimentação de 3 servidores do IBAMA. Vamos supor, uma gerência executiva com 80 funcionários – coisa que é bastante comum no IBAMA – e, em média, temos em torno de 20 a 30 sindicâncias solicitadas por gerência executiva hoje, e cada uma dessas precisa de 3 servidores. Imaginem a quantidade! Praticamente, todos os servidores teriam de ser envolvidos na avaliação. Criam-se comissões, às vezes, as pessoas desistem. Em virtude dessas notícias e das ações moralizantes atingirem também a imprensa, isso acaba gerando conflito e tensionamento. Tenho muito presente comigo essa relação, e isso é uma avaliação de caráter pessoal, em virtude de que essas 2 questões, como, por exemplo, a doação de madeira, há muito tempo os denunciante vêm tentando colocar,

repetindo que essa doação é simplória e que, dentro dos procedimentos da época, teria sido ilegal. As pessoas que denunciam têm uma relação com os processos que foram encaminhados para a sindicância. Ocupavam posições anteriores que depois tiveram avaliações por parte não de minha pessoa, mas do Ministério Público, da própria sociedade. Enfim, são questões que acabam gerando conflitos e, se me é perguntado isso, respondo positivamente. Acho que sim, uma série de outras questões, como necessidade de sindicâncias e necessidades de reestruturação dos setores. Vários setores tiveram de ser reestruturados em função de adquirirem maior transparência e eficiência. Isso agrada muitos, agrada a sociedade, mas pode eventualmente, e efetivamente acontece, desagradar um ou outro servidor, não obstante o fato de termos mais de 5 mil servidores na casa, probos e extremamente valiosos, o que não quer dizer que não tenham alguns que tenham condutas inadequadas. Vejo uma relação entre isso. Houve parecer jurídico contrário ou não ao TST? Toda a marcha de entendimentos se encontra dentro do processo. Foi solicitado ao nosso Jurídico que fizesse essa avaliação jurídica. Temos em Santa Catarina, além dos Procuradores em Florianópolis, temos um Procurador na região de Itajaí, que atende a todo Vale do Itajaí; no CEPSUL, que é uma estrutura do IBAMA na cidade de Itajaí; e no Município de Joinville. Os processos relativos ao norte catarinense são analisados pelo Procurador em Joinville. Três Barras é no norte catarinense e está na área de abrangência do Procurador que chegou à Joinville justamente por aquela época. Tal vaga há muito vinha sendo tentada e finalmente conseguida, como também tentamos vaga para o sul de Santa Catarina, região de Laguna, mas não tivemos sucesso em conseguir um Procurador para aquela região. Toda a marcha se encontra dentro do processo. Temos ele aqui. Aqui solicita-se inicialmente a exposição de motivos da FLONA. Em seguida, uma determinação minha que, dada a exposição de motivos, recomendo a redação de uma minuta, para que possa ser analisado na configuração de uma minuta, o que é executado. É feita a minuta, é solicitado o parecer jurídico de um Procurador Federal do IBAMA que atua na região, pedindo a análise desta, com as devidas alterações, caso necessário. Esse é o despacho que dou no processo. E o Procurador analisa o termo e diz que não vê nenhum impedimento legal à cooperação, obedecendo à Lei nº 8.666 — isso entra no termo —, aproveitando para submeter a modificação, o novo termo. Então, o processo do ponto de vista da sua marcha, chegou ao final. O Procurador analisou e propôs as modificações, as quais estão incorporadas e foram assinadas da forma como

veio da Procuradoria Jurídica, com a orientação da Procuradoria Jurídica, firmando, então, a parceria. Então, se alguém imagina um outro encaminhamento, deveria me dizer qual, porque eu não sei. Eu sou um gestor ambiental, um gestor público. Eu recebo uma demanda, organizo a demanda, remeto a demanda para análise jurídica, recebo de volta a demanda da análise jurídica com as modificações e isso é encaminhado, então, para a execução. Se alguém tinha uma outra idéia no meio do caminho, poderia tê-la apresentado e inserida no processo que, então, teria sido analisada também dentro da mesma perspectiva. Essa é uma coisa muito pragmática e tranquila. Se alguém imaginava que o termo deveria ser diferente, deveria ter se manifestado e colocado. Mas é um termo muito simples, é uma parceria, na verdade. E aí eu já respondo também a pergunta sobre a delegação. É viável – não é exatamente a palavra viável —, mas é facultado aos gerentes executivos assinarem parcerias, cooperações. Os gerentes executivos estão nos Estados para tomarem as decisões de organização do trabalho. É só pegar o Regimento Interno do IBAMA e perceber isso. Então, convênios devem ser assinados pelo Presidente. Termos de cooperação técnica podem ser assinados pela gerência executiva. Na gerência executiva de Santa Catarina, temos dezenas de termos de cooperação assinados ao longo da história. E também já respondo outra pergunta: se já foram assinados outros termos de cooperação? Eu mesmo, antes de sair, trabalhava um termo de cooperação de preservação de um peixe, o mero. O mero é um peixe que está na lista de espécies ameaçadas de extinção. E um conjunto de professores universitários se juntou e formou uma ONG para proteger esse peixe. E eu disse: *“Opa! Espera lá! Legal! Muito boa a iniciativa de vocês. Mas o IBAMA tem que estar nesse negócio. É uma preservação de uma espécie que nos interessa também. Então, vamos trabalhar conjuntamente, vamos fazer uma parceria para a preservação desse peixe, que é muito vulnerável à caça submarina e que, se não for cuidado, certamente irá desaparecer”*. Temos termos de cooperação com universidades para pesquisa em unidades de conservação, para viabilizar ecoturismo, os mais variados termos. Sempre analisados pelo Jurídico, tal como este, e encaminhados para assinatura, executados. E, quando finalizados, simplesmente deixam de existir, por seu objeto ter já sido cumprido, como foi o caso deste aqui. Uma vez colhidos os 2 mil metros estéreis, o termo perdeu o seu objetivo, porque o objeto dele foi cumprido. Relatório de alguém que teria dito – eu não sei quem teria dito —, e saiu no jornal com um título bastante infeliz, na minha forma de ver, e já com prejulgamento, sem ava-

liar as questões, dizendo que a denúncia teria sido confirmada; essa é uma matéria lamentável. Veja bem, juridicamente, o termo foi analisado e as observações jurídicas incorporadas no termo, enfim, ponto final com relação a isso. Então, compete à Procuradoria do IBAMA analisar a viabilidade jurídica. E isso já foi feito. Já está nos autos, está dentro do processo. A Comissão tem cópia. E é público. Sobre o fato de, por considerações técnicas, o termo não ter sido bem executado. Eu, de minha parte, pessoalmente, duas semanas depois fui designado para ser diretor em Brasília e vim para cá cumprir outra missão. Os servidores que estão na FLONA é que devem ser perguntados sobre a execução, porque eles acompanharam. Então, a listagem de servidores o IBAMA tem, é pública também. O IBAMA tem o nome dos servidores que acompanharam a execução, fizeram as vistorias. Quando as matérias de cunho duvidoso saíram na imprensa, eles fizeram as vistorias. E afirmam que não há nada. Não encontraram absolutamente nada, mas isso, inclusive, o próprio IBAMA vai já solicitar que eles façam um relatório pormenorizado dessa situação. Então, desse relatório apócrifo, que foi publicado pelo jornal, não tem sentido nenhum as colocações, que foram colocadas lá por esses 2 motivos que eu comentei. Por que o termo é assinado com a AESCA, que é a cooperativa? Pelo simples fato de que eram eles que estavam lá. De repente, num determinado momento de 2003, aparece no IBAMA a notícia de que a FLONA teria sido invadida pelos sem-terra. Essa era a notícia. Imediatamente, mandamos para lá um grupo e solicitamos avaliação dos nossos servidores da FLONA e mandamos um grupo à região para verificar a situação. E, quando chegaram lá, não era nada disso. Eles estavam acampados, como fazem muito comumente, nos domínios da rodovia, que é a BR-280, que corta a região de Canoinhas em direção ao Paraná, em frente à FLONA, mas não dentro dela. Não houve invasão da FLONA. E aí a chefia da FLONA passa a conversar com os líderes lá, inclusive, para que eles não invadissem, que eles respeitassem todas as questões. Fizeram uma fiscalização com eles no sentido de que não caçassem. Aí, desenvolveu-se também a idéia de se fazer uma parceria. E surge o termo de cooperação, lícito, legal, analisado, correto e bem implementado, segundo as informações que se têm até agora, porque a FLONA já não faz exploração de madeira de 2002, quando foi suspensa a venda direta de madeira. E aí é que eu acho que o repórter talvez tenha ido lá e se confundido, pegou algumas fotos e achou que aquilo era exploração de madeira. A FLONA fazia de fato exploração de madeira até 2002, que foi suspensa em virtude dos problemas que havia lá da venda direta de madeira. O

IBAMA suspendeu. E, quando eu cheguei, já não se fazia venda direta e não tenho muitas informações sobre essa questão de venda direta, mas eu sei que era ela bastante problemática. Coincidência da exoneração de Marcos Silva com a chegada do MST. Eu, quando cheguei na gerência executiva de Santa Catarina, imediatamente comecei a levantar pessoas, servidores do IBAMA que poderiam ajudar na reconstrução – falo isso bem sinceramente – da gerência; a gerência estava muito mal. E identifiquei um servidor catarinense, que estava em outro Estado, bom, uma pessoa proba. Trouxe-o para a fiscalização. Identifiquei uma pessoa que poderia assumir a área técnica, em que se faz autorizações para uso de produtos florestais, na parte administrativa, parte de fauna. E fomos identificando. Quando eu montei o grupo da gerência, que trabalha em Florianópolis, eu dei o segundo passo, com as unidades de conservação. Identifiquei uma pessoa muito interessante na APA da Baleia Franca, Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. Estamos, neste momento, viabilizando o plano de manejo dessa APA, com vistas a de fato fazer uma gestão desse belíssimo recurso que aporta, na costa catarinense, a cada mês de setembro, outubro, que são as baleias, em maravilhoso espetáculo, e tem uma área de proteção ambiental para cuidar disso. E nas demais unidades de conservação, o Parque Nacional de São Joaquim, a Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim, que protege os nossos golfinhos, que passam ali próximo da Ilha de Florianópolis, enfim, em todas as unidades de conservação, vamos identificar pessoas até chegar, inclusive, a Três Barras. Eu solicitei à DIREF... A primeira vez que eu fui a Três Barras, eu conheci o Marcos lá. Quando eu cheguei a Três Barras – isso é uma questão pessoal, e é questão do gestor, e tinha, naquela época, essa possibilidade —, eu não identifiquei no Marcos o perfil que eu gostaria que a FLONA tivesse. No planalto norte catarinense, a FLONA Três Barras é a que tem o principal cargo federal naquela região lá. E a postura pessoal não me agradava. Era uma postura que conflitava com a necessidade de ir a um fórum, a um debate, de se posicionar, e por questões de postura e questões de perfil, a exemplo de outras chefias, eu solicitei à Diretoria de Florestas em Brasília que o substituísse. Só que não foi imediata essa substituição, ela demorou. E eu insisti nessa questão. *“Poxa, eu quero fechar o quadro de novos chefes. Temos um conselho em que reunimos os chefes frequentemente, estamos fortalecendo esse grupo de novos chefes, servidores do IBAMA e todos os servidores, e queremos avançar”*. E surgiu um rapaz que veio para Santa Catarina por que ele tinha um vínculo com o curso de mestrado, ele veio em lotação provisória, o

Sérgio. E eu o conheci e disse: *“Poxa, mas esse é um camarada que tem condições, conhece a área rural, é da área, é engenheiro agrícola, tem condições de assumir e tinha perfil”*. E solicitei essa substituição, mas havia uma certa resistência em Brasília na substituição. Ao fim e ao cabo, conseguimos convencer Brasília a proceder à substituição e, casualmente – aí é uma questão simples de coincidência —, a portaria, cujo pedido de substituição havia sido feito há 3, 4 meses, saiu na época, não me lembro exatamente quando, mas eu acho que foi no final do ano de 2003. Simples coincidência. E o Marcos permaneceu lá, porque o Marcos, claro, evidentemente, é servidor também, permaneceu. E ele veio me pedir para que... Ele achou que, como era ex-chefe, ia ficar lá, ia ter uma clima muito ruim, e me pediu se não era possível sua transferência para outra unidade de conservação. Como todas as unidades de conservação estão desesperadas por servidores, eu disse: *“Bom, não vejo problema; se houver viabilidade. Preciso tratar disso com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos em Brasília, e podemos tentar fazer isso”*. E aí ele montou um processo para tentar sua transferência e me parece que conseguiu; eu não assisti a isso, porque já tinha saído do IBAMA. Bom, se houve invasão, eu já comentei. Eu acho que talvez eu tenha comentado todos os pontos. Espero ter sido claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Passo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É, não ficou clara a primeira pergunta: se V.Sa. nega que tenha havido parecer contrário do Departamento Jurídico. Nega?

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO – Não, não há no processo. Eu nunca ouvi. Há, no processo, e nós temos aqui – inclusive, está no processo —, as solicitações até de pedir esclarecimentos e ajuda a...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas não existe nenhum parecer contrário?

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO – Não. Nunca ouvi. Não está no processo. Nunca apareceu. Se alguém tinha uma posição contrária, deveria ter se manifestado. Não sei por que não se manifestou à época. Não o fez quando o termo estava em vigor e deixaria para fazer agora, 1 ano depois, que o termo já não... Eu não entendi essa...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem. Só para que também a gente possa documentar, sobre o pedido de exoneração do chefe da FLONA de Três Barras, Marcos César Silva, V.Sa. disse que já havia feito antes; houve coincidência. Então, nós gostaríamos

mos que fosse remetida à Comissão o ofício de V.Sa. pedindo a substituição.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO – As datas todas das documentações, a substituição? Sim. É perfeito. Dá para levantar isso. Cópia disso deve estar em Santa Catarina. Talvez precise de alguns dias para eu buscar. A Coordenação-Geral de Recursos Humanos tem sempre todos esses documentos: portarias, exonerações, datas. Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Passo a palavra ao Deputado Hamilton Casara para seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Luiz Fernando e de agradecer-lhe pelo comparecimento e pelas informações a esta CPI.

Na realidade, são apenas duas perguntas. Uma, que pudéssemos ter a cópia do termo de cooperação técnica. Que a CPI pudesse ter uma cópia do termo de cooperação técnica.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO – Deputado, eu acho que, há mais de uma semana, já entreguei toda essa documentação ao Relator. Tudo o que foi falado e que diz respeito a esses processos todos foi entregue ao Relator. E, se por acaso, for necessário algum documento adicional, nós também mandamos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Certo. E cópia de algum processo licitatório, se porventura houve, para a utilização de recursos florestais da FLO-NA. Cópia, porventura, de algum processo licitatório.

Na realidade, a segunda não seria nem uma pergunta, Dr. Luiz Fernando, mas apenas um comentário, reforçando a posição do Deputado Sarney Filho sobre as unidades de conservação. E aqui tínhamos também o Deputado Paes Landim, que tem sido historicamente um grande defensor, que tem lutado em favor da unidade de conservação Serra da Capivara. E temos a satisfação de ter a Profa. Niede Guidon como uma das executoras do convênio daquela unidade.

Apenas faço um comentário e digo da necessidade dos esforços em cima dessas unidades de conservação, da mesma forma como precisamos proteger os sítios arqueológicos e toda a biodiversidade dessas unidades, como a Serra Capivara. Temos no nosso Estado de Rondônia também unidades como as Florestas Nacionais, a Reserva Biológica do Guaporé. Temos também a Reserva Extrativista do Cunhã, essa particularmente, a do Cunhã, onde as comunidades se encontram sem alternativas e num conflito enorme com relação à fauna. Nós já temos solicitado, por algumas vezes, uma providência mais palpável

por parte da executiva do IBAMA, no sentido de dar cobertura à gerência na cidade de Porto Velho, para que essa situação se resolva. Na realidade, são vidas. Estamos tratando de uma unidade de conservação, de uma reserva extrativista e, de tal forma, essa unidade permite a presença de pessoas, e já tivemos crianças vitimadas nessa unidade de conservação. Por mais de um ano, estamos pedindo providências para aquela unidade e as providências estão muito superficiais. Nossa preocupação é que um segundo acidente possa vir a ocorrer.

Quero registrar isso aqui, nesta CPI. Por mais que tenhamos pedido as providências, ainda não temos efetivamente atitudes que possam vir a minimizar um segundo possível acidente fatal naquela unidade, a Reserva Extrativista do Cunhã.

Por último, quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho à frente da Diretoria de Gestão Estratégica, que é extremamente importante para a vida do IBAMA, para a execução da política ambiental brasileira. Ainda na época da gestão do Ministro Sarney Filho, fizemos um esforço nesta Câmara Federal, com apoio de vários Deputados e Senadores, e conseguimos uma nova estrutura para o IBAMA e um concurso público para 2 mil servidores. De tal maneira que estamos vendo esses mesmos esforços, queremos registrar isso, da Ministra Marina Silva vem fazendo junto com o Presidente Marcos Barros no sentido de consolidar esse trabalho, que é muito importante. E particularmente V.Sa., na frente dessa Diretoria, poderá, sem dúvida nenhuma, fazer essa consolidação que é importante para a implementação da política ambiental brasileira.

Por fim, registro aqui, Sr. Presidente, a presença do nosso José Luiz Penna, Presidente do Partido Verde. Muito obrigado pela sua presença.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Antes de passar a palavra ao Deputado Henrique Afonso, íamos registrar a presença do Presidente do Partido Verde, mas já foi registrada antes. (*Risos.*) Bem-vindo à nossa Comissão. Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Não foi minha intenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Concedo a palavra ao Deputado Henrique Afonso.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Luiz Fernando Merico e apresentar 4 questões sobre esse assunto.

Na sua contextualização, V.Sa. afirmou que recebeu o IBAMA em pleno desgaste. Um desses desgastes é por ter autorizado a exploração de espécie em extinção, inclusive, com repercussão na imprensa

nacional, que culminou com a exoneração da gerência e de suas chefias.

E, durante ainda seu depoimento, V.Sa. atribuiu às denúncias a tentativa política de desgastá-lo. Os denunciadores estavam envolvidos na exploração de espécie em extinção? Considerando que os esclarecimentos de V.Sas. contradizem as denúncias divulgadas na imprensa a partir de um relatório do órgão, como V.Sa. explica isso? O que justifica? Há interesses escusos? Há relação entre os autores do relatório com interesse de continuidade da comercialização de espécies da FLONA?

O Ministério Público Federal tem vários inquéritos e uma ação civil pública acerca da comercialização das espécies ameaçadas de extinção. O senhor tem conhecimento dos resultados das investigações? Há alguma medida significativa que o IBAMA esteja tomando para coibir essa irregularidade, que seria a comercialização das espécies em extinção?

São essas 4 questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Passo a palavra ao Sr. Luiz Fernando Merico para responder aos questionamentos que foram feitos.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO

– Obrigado, Deputado Henrique Afonso. Para a primeira pergunta, a resposta é sim. A maioria dos processos que, quando cheguei, a rigor, já deveriam ter sido encaminhados de maneira própria, estavam parados aguardando que o gerente chegasse. Na verdade, era isso. Estavam aguardando que chegasse o gerente e desse destinação e os encaminhei para a sindicância. Esses processos, a maioria deles é sobre a exploração de espécies ameaçadas de extinção, com autorizações da então Divisão Técnica – DITEC do IBAMA, que é a divisão que faz as autorizações florestais. O Chefe da DITEC, à época, e que é contestado pelas entidades da sociedade civil e pelo Ministério Público Federal, era o Alberto de Paula Martins, esse que denuncia. Então, a maioria dos processos que foram à sindicância com relação à questão eram assinados, e as autorizações eram assinadas pelo Alberto. Esse é que depois fez as denúncias. Na época, o Alberto ficou bastante irritado com isso, mas aí eu não podia fazer nada. Eu tinha como função encaminhar, dar destinação correta àqueles processos. Os denunciadores de hoje são exatamente aqueles dos processos. Por isso, na abertura, fiz questão de contextualizar, para poder entender um pouco o contexto da situação. O Ministério Público Federal acompanha essa questão desde muito tempo. Eu tomo a liberdade – não tenho receio nenhum de fazer isso, é uma obrigação até – de dizer quem, dentro do Ministério Público, acompanha isso, porque acompa-

na há muitos anos e tem muito mais conhecimento, do que eu e talvez do que qualquer pessoa de Santa Catarina, sobre exploração florestal, a evolução dos remanescentes florestais da Mata Atlântica em Santa Catarina. Trata-se de uma pessoa que pode dar, com grande condição, essa contribuição. A Dra. Ana Lúcia Hartmann é Procuradora do Ministério Público Federal de Santa Catarina. Diversos inquéritos e ações civis públicas foram abertos por ela, claro, pelo Ministério Público Federal, mas ela tem amplo material e tem também amplo conhecimento. De fato, isso era um elemento de grande conflito sempre presente na mídia. À população, sempre passava aquela imagem de confusão, em que os órgãos não se entendem: o Ministério Público fala mal do IBAMA, o IBAMA fala mal da FATMA, que era um órgão estadual. E assim uma troca de acusações muito grande ao longo de muitos anos. Principalmente, depois do Decreto nº 750, em 1993, que decreta a Mata Atlântica como uma área de especial proteção e restringe a exploração da Mata Atlântica, onde as araucárias inclusive também estão inseridas. O que o IBAMA fez? Posso falar do que o IBAMA fez, por exemplo, do que pude fazer no curtíssimo período em que estivemos lá. Houve várias maneiras, digamos, ao longo do tempo, de burlar a legislação. Uma delas era autorizar grandes volumes de áreas de espécies ameaçadas como se fossem espécies mortas e caídas. Em campo, foi verificado que essas espécies não eram mortas, eram vivas. Outro subterfúgio utilizado com o tempo foi a troca de nomes de espécie. Por exemplo, canela preta está na listagem de espécie ameaçada, mas a canela amarela, não. Então, saíam enormes autorizações de canela amarela, e verificado em campo, era canela preta. Então, coisas desse tipo, que já não aconteciam mais quando cheguei. Agora, quando cheguei, deparei-me com um problema, que era uma portaria, do ano de 2001, sobre florestas plantadas. Na floresta plantada, por uma portaria ministerial de 2001, poderia ser feita simplesmente a comunicação de corte, e cortar-se. Deparamo-nos com isso e não podíamos fazer nada. Começamos a receber comunicação de cortes de espécies, mas, espera lá, o que é isso? Sem nenhuma avaliação? Só que a portaria dava condições para isso. Elaboramos uma proposta logo no começo de 2003, para superar essa deficiência legal e a enviamos a Brasília, onde tramitou, chegou ao Ministério, que reformou essa portaria. Então, hoje, essa possibilidade também foi fechada. Isso foi muito interessante. Não só essa possibilidade foi fechada como hoje se está discutindo a construção de unidade de conservação nessas áreas que antigamente eram foco da devastação, ou seja, da perda desses recursos genéticos básicos. Diria que isso não é uma coisa

simples assim, nem pequena, porque simplesmente o ecossistema Mata de Araucárias, que é um ecossistema associado à Mata Atlântica, é hoje o ecossistema mais ameaçado de extinção no Brasil e, talvez, no mundo. Temos menos de 1%, bem menos de 1%. Na verdade, não sabemos exatamente o quanto. Então, ele é o ecossistema que hoje está na berlinda. Se esses remanescentes que estão entre Paraná e Santa Catarina desaparecerem hoje, perderemos esse bioma. Então, por isso, o esforço de criar essas unidades de conservação neste momento. Orgulho-me muito de poder estar nesse processo, de poder ter construído isso. Deputado, peço desculpas, porque a segunda pergunta não peguei. A segunda pergunta era sobre? Não compreendi a segunda pergunta.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Contradição entre o que a imprensa divulgou e o seu depoimento; se há interesses espúrios, na sua opinião, em relação à divulgação de tantas informações, pelo que o senhor disse, informações vazias.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO – Seria assim uma avaliação bem pessoal mesmo. Além de lá, em Santa Catarina, lidar, claro, com essas questões, amplas e com grande reflexo na própria economia também – a cobertura florestal é tema importante —, continuo também lidando com questões muito importantes. Sou Diretor de Gestão Estratégica, hoje, no IBAMA. Só para dar um exemplo, junto com a minha equipe, a da DIGET, elaboramos ao longo de 2003 uma proposta, que reputo muito interessante, de organização de nosso orçamento interno. O orçamento, até agora, no IBAMA tinha um caráter bastante disperso, era concentrado em algumas diretorias, e as diretorias iam espalhando os recursos conforme seu entendimento. Isso sempre foi uma zona de conflito entre a sede e aquilo que chamamos de pontas, as unidades de conservação, que muitas vezes ficavam alijadas ou recebiam muito mais dinheiro do que necessitavam. Enfim, eram distorções muito grandes. Elaboramos um procedimento, um primeiro projeto – agora já não mais um projeto, mas uma ação – de indicadores orçamentários. Todas as unidades do IBAMA hoje estão contabilizadas dentro de um sistema de indicadores, que dão a sua demanda medida através de indicadores e de pesos estatísticos. Isso deu transparência total à gestão de recursos. E anunciamos a implementação disso na transição do orçamento de 2004 para 2005. Muita gente não gostou. Estamos enfrentando uma resistência interna muito grande no IBAMA por conta, por exemplo, dessa questão. Então, há transparência nos recursos. Qualquer gestor de qualquer unidade de conservação, lá na ponta, do escritório regional, das Gerências Executivas II, Gerências Executivas I, tendo a

noção de quanto vai receber, pode fazer planejamento. Agora, isso não é um tema fácil internamente. Esse é um tema complexo. Muda muito a cultura interna. Houve resistências. Outras propostas também. Estamos propondo alteração no modelo de gestão no IBAMA. O que defendo? Esta é minha missão aqui. Não tenho vantagem nenhuma em estar aqui. Muito melhor, sou professor e gosto de dar aula. Mas, enquanto estiver aqui, me deram um quinhão muito pequeno de poder, que é uma Diretoria do IBAMA. Mas, se é isso que me deram para gerir, vou tentar utilizar essa parcela que me deram para produzir algumas modificações importantes. O modelo de gestão do IBAMA precisa ser adequado às demandas atuais. Até citei isso no enfoque. Precisamos ajustar a estrutura do IBAMA às demandas atuais. O IBAMA está defasado, a sua estrutura de funcionamento está defasada. O IBAMA funciona hoje tematicamente e propomos uma visão sistêmica. Existem muitas resistências internas a modificações estruturais que visam dar eficácia muito maior na ação. Então, a agenda com a qual eu trabalho mexe bastante com a vida do IBAMA. Orgulho-me disso e, enquanto puder ajudar a construir um IBAMA que olhe para o futuro e não para o passado, vou estar nessa, construindo isso. O IBAMA ainda não se concretizou como IBAMA, está dividido entre SUDEPE e IBDF. A cultura IBDF e SUDEPE ainda está absolutamente presente dentro da estrutura. Temos de criar o IBAMA, criar a cultura da preservação dentro do IBAMA, até porque SUDEPE e IBDF tinham grande foco no fomento. Então, esse é um pouco do contexto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – O nosso Relator estava comentando que ambientalista fala muito, que as reuniões do PV começam às 9 horas da manhã e terminam às 5 horas da madrugada do dia seguinte. (*Risos.*) Que era para eu ser mais rígido como Presidente, dizendo aos ambientalistas que estão depondo que sejam mais sucintos. (*Risos.*)

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO – Compreendido, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Vou ler as perguntas que caberiam ao Presidente desta Comissão fazer, já que S.Exa., por motivo justificado, teve de se ausentar. Então, vou ler as perguntas dele.

Como V.Sa. encara as estimativas feitas, por servidores do IBAMA, de que o MST teria lucrado mais de 1 milhão de reais com a venda da madeira da floresta e que mais de 50% das árvores foram retiradas quando o indicado seriam só 30%?

A outra questão: o que V.Sa. tem a declarar sobre afirmações de pessoas que prestavam serviços na FLO-NA, como o vigilante Evaldo Maçanero, e que, após a

chegada do então Chefe da FLONA, o Sr. Marcos César Silva, os procedimentos mudaram sensivelmente, havendo favorecimento de empresas madeireiras da região? Comercialização de toras, sem notas fiscais, sem medição e em locais escolhidos pelos próprios madeireiros.

Não está na pergunta e, se isso for verdade, eu já pergunto: quais são os madeireiros, quais são as empresas? Aí, a pergunta já é minha.

Terceira: o que V.Sa. tem a declarar sobre sindicâncias ou ações civis públicas abertas contra os Srs. Marcos César Silva e Alberto de Paula Martins? É verdade que os processos estão em ritmo lento e em que ponto eles estão?

Quarta: V.S.^a recebeu denúncias acerca de comportamentos inadequados do Sr. Marcos César Silva, tais como uso indevido de carros oficiais, farras dentro da floresta, prática de tiro ao alvo na sede da FLONA e outras – isso é a reportagem do *Correio Braziliense* —, e o que foi feito a respeito disso?

Quinta: uma vez que não havia correspondência entre o custo da mão-de-obra e o valor da lenha seca retirada da floresta, ou seja, que o valor da madeira comercializada pelo MST era superior ao custo dos serviços prestados na FLONA, o termo de cooperação foi rescindindo em novembro de 2004. Como o mesmo termo previa o ressarcimento dos prejuízos, porque o IBAMA não acionou o MST? Isso não configura crime de omissão por danos ao patrimônio público?

Sexta pergunta: no que tange à doação de 55 metros cúbicos de madeira à Paróquia Sagrado Coração de Jesus, na Praia dos Ingleses, em 2003, para construção de uma capela, a pedido do Arcebispo metropolitano de Florianópolis Dom Murilo Krieger, conforme a reportagem de seu tio, revestiu-se tal doação de todas as formalidades legais? Ainda que fosse legal, essa doação não teria ferido a ética na gestão do patrimônio público?

Sétima pergunta: é verdade que V.Sa. recebeu ameaça de morte por parte de Alberto de Paula Martins, quando das investigações sobre a exportação de araucária? O que V.S.^a tem a declarar sobre essa exportação?

Passarei às perguntas por escrito, àquelas que, por necessidade de comprovação legal da resposta, necessitam de mais tempo. Então, esta Comissão concede mais 7 dias para a resposta e o envio dos documentos que forem necessários. Mas, para aquelas que forem ter suas respostas agora, não mais como em reunião de ambientalista, mas como numa Comissão Parlamentar de Inquérito, o tempo será menor.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO

– Obrigado, Deputado. Vou procurar ser bastante ob-

jetivo. Estimativas feitas de lucro de mais de 1 milhão. Isso é um absurdo total e absoluto. O metro estéril de lenha caída no chão, que é lenha de vários anos caída no chão, fruto dos desbastes de exploração de vários anos anteriores – a exploração de madeira acabou na FLONA em 2002, quando eu nem tinha chegado ainda, e isso está dentro do processo, as avaliações lá todas feitas, isso foi colocado tudo lá —, o preço comercial está entre 3 e 4 reais. Então, 2 mil metros, que é o termo de cooperação. E, quando acabaram os 2 mil metros, o termo se esgotou; 2 mil vezes 4, estamos na ordem de 8 mil reais. Para retirar tudo aquilo que estava lá por 8 mil reais, a FLONA gastaria muito mais do que isso. Então, a relação de custo-benefício para a FLONA é muito vantajosa, porque, além de tudo, tem a limpeza que a FLONA não consegue fazer. Então, 4 reais o metro estéril, 2 mil metros, uma coisa de 8 reais e tira 1 milhão, isso são coisas absolutamente fantasiosas. E retirada de madeira não foi feita, em absoluto. Para retirar madeira, precisa botar lá dentro caminhão, motosserra, enfim, nem há esses recursos, eles nem tinham esses recursos. Os servidores da FLONA residem dentro da FLONA, a estrada passa na frente da casa dos servidores. Os servidores não só acompanharam o termo, como eles moram lá. Nós temos várias casas, são 6 ou 7 residências lá dentro, porque não dá para ir para casa, é longe, a FLONA é no mato. Então, eles residem lá dentro. É absolutamente fantasioso isso aí. Alguém tira esses dados assim, a imprensa captura uns negócios desses e transforma numa coisa absolutamente fantasiosa. Sobre a questão do Sr. Evaldo Maçanero, tenho de dizer que não conheço o Sr. Evaldo Maçanero. Eu conheci o Marcos apenas. Quando eu cheguei, ele já era chefe lá. Quando eu cheguei, não sei o que mudou com a chegada do Marcos lá. Então, essas informações de fato não disponho. Sindicâncias com relação ao Alberto e Marcos como estão? Eu fiz uma breve menção de que o IBAMA tem dificuldade. Eu defendendo, inclusive, não sei se é possível, mas defendendo, já falei isso diversas vezes com o Procurador, que todas as sindicâncias, ao longo do Brasil inteiro, cada gerência tem de 20, 30 em média, porque algumas têm 40, 50, outras têm um pouco menos, a sede aqui tem uma montanha, e nós não damos conta de fazer. Então, isso fica parado por um bom tempo, e é ruim, esse é um problema do IBAMA, é um problema. Eu acho que isso teria que ser analisado até fora do IBAMA, criar uma comissão, eu não sei como resolver essa questão, mas elas estão andando devagar. Há uma sindicância contra o Marcos avançando aqui, uma sindicância contra o Marcos. Realmente, essas denúncias de comportamento inadequado eu recebi, e, ao recebê-las, e tendo comunicado isso a Brasília,

abrimos sindicância para averiguar todas. Eu não sei como estão essas sindicâncias hoje. Então, todos os comportamentos ali – tiro ao alvo, o carro à noite em prostíbulos e outros comportamentos inadequados – vieram na forma de denúncia e tiveram o encaminhamento que deveriam ter, ou seja, apuração, e nós abrimos uma sindicância com relação a isso, em comum acordo com a Diretoria de Florestas em Brasília. Da relação entre custo e benefício da FLONA eu já falei. A doação não foi a pedido do bispo. Foi, sim, uma solicitação comunitária. Numa audiência comunitária, as pessoas formularam o pedido e a doação foi para o padre, para a comunidade, para a igreja lá e é o padre, o pároco, depois, que atesta o recebimento da madeira. Ameaça de mortes – eu recebi em Santa Catarina algumas ameaças de morte, mais de uma. O ameaçador neste caso não se identifica, eu não sei a origem, não mudei nada em minha vida com relação a isso. Algumas pessoas – eu comentei até no círculo familiar – ficaram muito preocupadas. Comentei com um colega meu que trabalha na Polícia Federal, ele achou que eu deveria ter uma ação com a Polícia Federal, mas não tomei essas providências. Continuei minha vida normal e tive mais de uma ameaça lá. No período em que estive lá, recebi mais de uma ameaça de morte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Só mais uma questão. A última, além da ameaça de morte, foi quanto à investigação sobre a exportação de araucária. E também já quero aproveitar, porque na matéria do *Correio Brasiliense* havia uma foto de caminhão carregado de madeira, que não era madeira seca. Então, essa questão nova do caminhão e mais essa da exportação da araucária.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO – O formato, como se dava essa exportação, na verdade. A exportação nasce de uma ação de uma autorização, porque a madeira tem que ter origem. Toda madeira tem que ter origem. Então, ela tem que nascer, senão ela é ilegal. Nasce de uma autorização do IBAMA para corte e depois ela vai tramitando até a exportação. Então, isso envolve, é claro, a própria gerência, envolve também Brasília, envolve a Diretoria de Florestas, em Brasília, para que esses materiais cheguem ao ponto da exportação. Mas todo o processo da exportação, a origem, nasce por uma autorização de corte, a madeira tem que ter todo um caminho, se não tiver, é ilegal. A outra questão é sobre a foto. Eu achei primária essa questão. Pegar uma foto de carregamento de madeira. Eu citei há pouco que a Floresta Nacional de Três Barras foi ao longo de muitos anos e até 2002, quando foi suspensa por conflitos, por confusões. Foi suspensa essa venda direta de madeira. O IBAMA tinha essa mo-

dalidade de venda direta. Eu nem sei se hoje continua fazendo isso. Na Floresta de Três Barras, foi suspensa em 2002. Quando eu cheguei, já não fazia. Então, pegar uma foto de um caminhão tirando madeira. Bom, saíram madeiras dessa FLONA – pinus, no caso – em quantidades elevadíssimas. Essa FLONA era a maior arrecadadora de recursos para o IBAMA. Então, ela tinha exploração florestal essa madeira. Uma boa parte dessa exploração florestal deixou cair lenha no chão, material, restos no chão que foram utilizados.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só para ser mais claro. Então, essa foto não foi tirada agora?

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO – Não tem como. Não tem como isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só para registro da Comissão.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO – Não há exploração florestal. Não há exploração, e o termo de cooperação não é sobre exploração florestal. É lenha caída. Não tem exploração florestal hoje na FLONA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Antes de passar para o Relator, Sr. Merico, a respeito ainda da exportação de araucária, houve, então, autorização para se tirar araucária de uma maneira ilegal, e que ia para a exportação. (*Pausa.*) Só para deixar claro.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, as respostas foram muito esclarecedoras. É lógico que vamos ouvir agora o contraditório. Eu não tenho grandes reparos a fazer. Mas, já que essa CPI está sendo gravada e toda ela é documentada, para que não houvesse mal-entendidos no futuro, eu gostaria de repor uma questão que acho muito importante sobre o IBAMA velho e IBAMA novo. Na realidade, o IBAMA está se renovando. Os funcionários concursados que hoje estão entrando no IBAMA, eu posso dizer que fui um dos que lutei muito para que essa lei fosse aprovada. Foi ainda iniciativa da minha gestão. O IBAMA é um órgão que tem relevantes serviços prestados ao Brasil, à nossa biodiversidade, e ele não pode ser definido eventualmente por pessoas que fazem mau uso do seu estado de funcionário. Por outro lado, também é importante, na frente do diretor de Gestão Estratégica do IBAMA, dizer que nós estamos... Ele falou uma coisa muito importante: o IBAMA ainda não está completamente implementado. Neste momento em que nós todos estamos lutando para fortalecer o IBAMA, existe uma proposta, que é a proposta nova do Ministério do Meio Ambiente de gestão das florestas públicas. E essa proposta já quer criar um outro organismo sem

que se fortaleça o IBAMA. Então, é importante esse tipo de questionamento e esse testemunho de uma pessoa que, embora não seja funcionário de carreira, conhece, pelas próprias funções, o funcionamento do IBAMA. Eu tenho feito uma comparação nesse projeto de lei, dizendo o seguinte: assim como a gente não pode falar, pelo menos sobre a minha perspectiva, em transposição do Rio São Francisco sem que haja uma revitalização da Bacia do São Francisco, eu acho um absurdo que, enquanto se pensa em gastar bilhões de reais numa obra de engenharia, dão-se migalhas para Municípios que até hoje colocam esgotos *in natura* dentro de afluentes ou do próprio Rio São Francisco. É uma incoerência. Da mesma forma, eu faço uma comparação. Eu acho um absurdo querer criar um novo órgão ambiental separado do IBAMA, enquanto o IBAMA ainda sofre muitas deficiências. Até pouco tempo atrás, 60 unidades de conservação não tinham o cargo de diretor. As pessoas eram colocadas, mas não havia esse cargo. Não sei se agora mudou. Deve ter mudado muito pouco. Existia uma pessoa responsável, mas ele não tinha o cargo daquilo que o IBAMA tem, no seu organograma, como diretor do parque, diretor da FLONA. Há 60 unidades de conservação. Então, não tem muito a ver com o objeto da convocação, mas é importante que possamos refletir essas coisas. Eu concordo com V.Exa., é preciso que fortaleçamos o IBAMA, porque, em sua grande maioria, é feito de batalhadores. Não podemos tirar por maus funcionários um exemplo do que significa esse órgão que, repito, tantos e tão importantes serviços tem prestado ao Brasil. E é uma referência. Hoje, em qualquer lugar, ouve-se: “*Olha, o IBAMA pode te pegar*”. Então, essa marca do IBAMA merece ser prestigiada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Agradecemos ao Sr. Luiz Fernando Krieger Merico a presença e o convidamos para aguardar na nossa sala da Comissão o depoimento dos outros 2, porque pode voltar ainda a ser chamado.

O SR. LUIZ FERNANDO KRIEGER MERICO

– Obrigado, Deputado. Eu agradeço também a possibilidade de ter vindo. E qualquer outra questão, estamos absolutamente abertos para esclarecer e continuar nesta trajetória de fortalecer a gestão ambiental pública do País. É importante fortalecer o IBAMA, os Estados, os Municípios, enfim, continuar a trajetória de ter uma política ambiental pública eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Convocamos para depor o Sr. Marcos César Silva, ex-Chefe da FLONA de Três Barras do Estado de Santa Catarina, e o Sr. Alberto de Paula Martins, Chefe da Divisão Técnica do IBAMA no Estado de Santa Catarina.

Ao mesmo tempo, convido o Deputado Henrique Afonso para assumir a condição de Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Convido o Sr. Marcos César Silva a tomar assento à Mesa.

Solicito ao Sr. Marcos César Silva que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas culminadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: “*Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha (...). Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa*”.

Com a palavra o Sr. Marcos César Silva, por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder as perguntas dos Deputados.

Sr. Marcos, o senhor prefere fazer a intervenção antes, ou nós fazemos já as perguntas? Fica a seu critério. Pode ficar à vontade. Qual é o melhor para o senhor?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Prefiro fazer um histórico primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Uma exposição primeiro. O senhor tem 20 minutos. Com a palavra o Sr. Marcos.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Boa-tarde. Causou-me espanto ver meu nome envolvido nessa reportagem, porque acho que o motivo do convite para eu estar aqui foi a reportagem do jornal, algumas semanas atrás. Acredito que há uma briga, realmente, entre os Srs. Alberto e Merico, que eu acho que já depuseram aqui anteriormente. E eu me sinto envolvido no meio desse furacão, acredito que por um motivo... Acho que o Alberto... Conversei com ele depois disso. Ele fez essas denúncias. Foi ele quem denunciou ao jornal. Acredito que, no intuito de chamar a atenção para isso aí, ele acabou fazendo uma sopa, porque a idéia dele, em conversa que nós tivemos, era fazer alguma coisa. Ele questionava alguma coisa sobre a invasão do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na Floresta de Três Barras. Existiam algumas denúncias anteriores a isso. Denúncias que já foram até motivo de análise do IBAMA, denúncias incabíveis, denúncias anônimas a meu respeito enquanto eu era o chefe daquela unidade, a questão de andar com o carro fora de horário, de baixar *site* pornográfico da Internet. É só uma parte. Inclusive, até preciso questionar ao IBAMA quando foi que o IBAMA disponibilizou a In-

ternet naquela unidade, porque até o tempo em que eu estive lá nunca existiu esse tipo de coisa. E aí fui conversar isso com ele, quando saíram essas notícias, e ele falou que em momento algum teria a intenção disso, que não foi com ele. Enfim, ele acabou dizendo que precisava chamar a atenção para aquele assunto e acabou envolvendo essas coisas que já tinham sido analisadas pelo IBAMA, e os processos estão arquivados no IBAMA. Inclusive, eu estou com os processos aqui da análise dessas coisas, dessas outras denúncias anteriores que já tinham sido arquivadas. E estou à disposição para poder ajudar naquilo que eu puder. Acho que, a partir de agora, eu posso ficar à disposição para responder algum questionamento dos senhores. O principal era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho. *(Pausa.)*

Na metodologia que vamos usar, o Deputado Sarney Filho estará efetuando pergunta por pergunta.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pergunta por pergunta. V.Sa. poderia afirmar se, de fato, houve parecer contrário do Departamento Jurídico do IBAMA em Florianópolis ao termo de cooperação técnica entre o IBAMA e o MST, relativo a FLONA de Três Barras?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Com relação a esse contrato que foi feito entre o IBAMA e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, eu já não era mais o chefe da unidade. Eu já tinha sido exonerado naquele momento. Eu só ainda continuava por lá porque estava aguardando a chegada do novo chefe. Então, acompanhei isso não tão diretamente, porque a partir do momento em que fui exonerado... Inclusive, por dever de ofício, eu fui à delegacia e fiz o boletim de ocorrência da iminente invasão do movimento à unidade de conservação. Então, acompanhei isso um pouco distante, porque já estava designado para outros trabalhos no Estado e, em algumas reuniões, sim, eu via que existia esse interesse do Merico, que não me cabe aqui, mas acho que poderia ser legítimo até o momento em querer que o pessoal continuasse lá ou fazer essa troca de trabalho que enfim foi feita. Mas, em reuniões no Jurídico, ouvi várias vezes que eles eram contrários do modo como estava sendo feito.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas, só para esclarecer, Marcos, houve algum documento formal, houve algum papel, ou foi só conversa em reuniões?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Nunca vi documento, eu vi em reuniões que, do modo como estava sendo proposto, não era aceito pelo Jurídico do IBAMA, em Florianópolis, e que foi conseguido pelo Merico através de um outro procurador, que existia

um outro procurador em Joinville, que foi quem deu o parecer favorável. Numa análise superficial do nosso jurídico, ele era contrário ao modo como vinha sendo proposto. Documentos eu nunca vi.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas essa pessoa, que era quem... Qual é o nome? Tem alguém que possa nos esclarecer isso? Que estava opinando contra alguém da área jurídica, que o senhor possa dar o nome, para oficiarmos?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Olha, eu ouvi isso do Dr. Curtis, que é o nosso Procurador-Chefe.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Dr. Curtis. A outra pergunta é: V.Sa. encara como simples coincidência sua exoneração ter ocorrido no mesmo dia em que os sem-terra acampam ao lado da FLONA ou atribui isso a outros motivos que não administrativos?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Eu quero acreditar que foi só administrativo. Acho que foi uma coincidência, sim.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Na opinião de V.Sa., ao invés de o IBAMA assinar o termo de cooperação com o MST, não deveria ter havido licitação de forma a possibilitar a habilitação de outras entidades?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Se eu acredito que deveria haver uma...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Uma licitação.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Eu acredito que sim. Nas reuniões que eu falei anteriormente, o Jurídico via isso desta maneira: que deveria usar a 8.666 e não fazer diretamente. Por que fazer diretamente com a AS, que é a associação dos... do movimento?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – No começo da exposição, V.Sa. falou que foi à delegacia, notificou à polícia que os sem-terra estavam... Houve invasão ou não houve invasão?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Porque é assim: a FLONA tem a BR, a BR-280, que corta a FLONA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sei.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Se V.Exa. for ver dessa maneira, a FLONA está dos 2 lados. Então eles estão dentro, porque a própria BR está dentro da FLONA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Eles acampam...

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Eles acampam.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Eles acampam na BR, dentro da FLONA?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – A princípio, naquela margem do DNIT, antes da cerca ali.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sei. E depois eles invadiram?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Depois, um pedaço também para dentro, mas não lá dentro onde têm as casas, onde nós morávamos, onde tem o escritório.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas dentro da área da FLONA? Com certeza?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Dentro da área da FLONA tinha sim.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E isso consta da notificação que foi dada...

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Eu fui até a delegacia, fiz o boletim de ocorrência e com essa... e dentro dessa informação...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Nós gostaríamos de ter acesso a esse boletim, se fosse possível.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Esse processo deve estar no IBAMA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – No IBAMA?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Imagino que sim, que deva estar no IBAMA. Depois disso eu não tive mais acesso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Vamos oficiar para o IBAMA, para que nos dê.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Como eu já disse, eu já estava de saída dali, mas foi feito o boletim de ocorrência da onde eles estavam acampados nesse primeiro momento, que era ali nas margens da BR. E eu fiz o boletim também pela iminente invasão da unidade mesmo, porque a minha preocupação era a unidade lá dentro, as casas, a igreja, a capela que tem lá e o escritório do IBAMA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Foi dito aqui que as estimativas feitas por servidores do IBAMA são de que o MST teria lucrado mais de 1 milhão de reais com a venda da madeira da floresta e que mais de 50% das árvores foram retiradas quando o indicado seria cerca de 30%. O que V.Sa. tem a comentar sobre isso, sobre essa afirmativa?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Essa afirmativa não é verdadeira, em absoluto.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não é verdadeira?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Não, em absoluto.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O que V.Sa...

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Eu posso acrescentar?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pode, pode.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – É porque, assim, eu digo que no tempo em que eu ainda estive lá, mesmo exonerado do cargo, e do que eu pude acompanhar ali, primeiro essa questão de saírem 50% ou de saírem 30% não foi feita, porque não foram derrubadas árvores. Eles só usaram as árvores que estavam caídas, as árvores mortas e secas. E como ali é uma floresta em que sempre houve venda de madeira, até uns 2 anos atrás havia venda de madeira e era de explorações anteriores, eles só fizeram aproveitamento do que estava no chão.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É importante até...

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Não tenho conhecimento de eles terem derrubado árvore verde nenhuma.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É importante aproveitar e dizer que a FLONA é uma unidade de conservação de uso direto. Portanto, a FLONA é feita justamente para isso. Muita gente pode estar pensando que é um parque, que é uma unidade de conservação de uso indireto.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É madeira plantada, a madeira plantada.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – A madeira que estamos falando é pinus.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É pinus e é plantada.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – E um dos objetivos da FLONA é realmente a venda desse pinus.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O que V.Sa. tem a declarar sobre afirmações de pessoas que prestavam serviços na FLONA, como o vigilante Evaldo Maçanero, de que após a sua chegada os procedimentos mudaram sensivelmente, havendo favorecimento de empresas madeireiras da região, comercialização de toras sem notas fiscais, sem medição e em locais escolhidos pelos próprios madeireiros?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Isso nunca existiu. Em momento algum existiu isso. Primeiro que eu nunca fiz nenhuma licitação para venda de madeira enquanto chefe de lá. Quando eu cheguei já não existia mais a venda de madeira, eu dei continuidade, porque a venda é sempre feita da seguinte maneira: é pago antecipado. O senhor paga tantos metros, retira e paga o boleto antes. Então, as pessoas já tinham pago e tinham o direito de retirar. Foi retirado o que eles já tinham comprado anteriormente, na administração anterior. Foi dada só continuidade a isso. V.Exa.

fala com relação ao Maçanero, que era um vigilante que tinha lá.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Isso.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Na reportagem do jornal, ele disse que eu fazia pressão, porque senão ele não iria receber os direitos dele da empresa, enfim. Nunca telefonei para a empresa, nunca fiz pressão em momento nenhum, nunca, isso nunca existiu. E ele disse também, quando o senhor falou em 30%, 50%, que tem que sair árvores tortas, bifurcadas. Até onde eu saiba, a formação dele não é de engenheiro florestal. Então, ele não podia fazer isso. E lá na FLONA, a guarita onde ficavam os vigilantes está a 4 quilômetros do escritório do IBAMA. Então, ele nunca teve acesso ao escritório, nem a documento, nem a nada que saía de lá. E lá existiam outros 4 funcionários. Eu, como chefe da unidade, tinha outras atribuições, nunca medi caminhão, eram eles que faziam essa medição. Nunca preenchi uma nota fiscal de saída de caminhão. Então, para mim, isso são fantasias.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O que V.Sa. tem a declarar sobre afirmações de que V.Sa. teria jogado em açudes a madeira que já estava cortada, após a denúncia irregular de madeira – reportagem do *Correio Braziliense* —, que esteve na FLONA e identificou 2 açudes cheios de toras de madeira?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Então, essa eu vejo como uma fantasia mais louca ainda, pois eu teria que amarrar uma pedra em cada tora dessas para ela ficar dentro duma lagoa. Não tenho conhecimento disso. Eu sei que, quando o repórter que fez a reportagem... Essa reportagem saiu no domingo, se não me engano. Ele me ligou na sexta-feira. Aí, despejou todo esse monte de informações em cima de mim. Eu estava imaginando que fosse daquelas coisas que eu disse a V.Exa. que já estavam aqui analisadas e arquivadas e aí surgiu essa coisa do termo de cooperação com o MST. Eu insisti com ele. Eu falei: *“Olha, eu acho que você deve procurar o chefe da FLONA atual, deve procurar a equipe da FLONA, ouvi-los”*. Ele disse que já tinha estado lá sigilosamente, que tirou fotos e que tinha essas madeiras. Não entendi o porquê, porque lá dentro têm várias lagoas. Mas isso não sei, porque estou fora de lá há 2 anos, e isso aí deve ser coisa recente. Não sei explicar da onde saiu isso daí. Para mim também é outra fantasia essas madeiras dentro de lago. Não consigo entender.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A última pergunta feita já foi respondida em parte. É sobre as denúncias de comportamento inadequado. V.Sa. ainda responde a alguma sindicância junto ao IBAMA?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Nenhuma sindicância?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Não. Nunca respondi a sindicância nenhuma. Foi feita uma denúncia, as pessoas foram ouvidas...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas não foi aberto processo.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Chegou a ser aberto. Foram ouvidas as pessoas. O Maçanero, esse vigilante, foi ouvido. Foram ouvidas as pessoas que constavam o nome e que poderiam comprovar essa coisa de comportamento inadequado. Diziam que eu saía com carro fora de horário, que eu levava mulheres lá para dentro. É outra fantasia, porque eu morava com a minha família, morava em casas do IBAMA, que tem dentro da floresta. Sempre morei lá com minha esposa.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito com essas respostas.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Desculpe-me, Deputado. Não sei se seria interessante para vocês, se pudessem, tirar cópias desses processos, dessas que eu digo que foram arquivadas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Seria sim. Iremos pedir no final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Marcos César, o senhor foi citado no jornal. De que maneira foi citado? Está seu nome no jornal?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – De que maneira fui citado?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Fui ouvido pelo repórter que fez a reportagem. Aí ele me disse... Não me falou como e de onde veio isso. Ele falou que era de funcionários e ex-funcionários. Não é de funcionários nem de ex-funcionários, porque senão eles deveriam procurar outro modo de fazer...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Foi ouvido sobre qual tema?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Sobre toda reportagem. Foi o que falei anteriormente: na sexta-feira ele me ligou e tivemos uma conversa rápida. Ele ligou no meu celular – e até hoje não sei como consegui meu número, mas, enfim, falou comigo – e começou a despejar um monte dessas... Quando eu disse que era uma sopa, era porque, na verdade, o que consegui ver desse processo todo foi uma briga entre o Alberto e o Merico. Foi o que consegui ver. E acabei entrando no meio disso. Fui conversar com o Alberto e acho que é isso: ele tinha a intenção de chamar a

atenção para aquilo ali e outras coisas que, segundo ele, tem ali com o Merico. Ele ressuscitou esses processos que estou dizendo ao senhor que já estavam arquivados. Foi aí que eu me vi envolvido nessa história toda, que chamaria a atenção não só para o MST, mas com problema geral da FLONA. Aí englobaram toda essa história.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor não fez nenhuma denúncia: nem a respeito da questão da doação da madeira para a igreja nem do MST?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Tomei conhecimento disso pelo jornal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nenhum dos dois o senhor denunciou?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Nunca soube de nada disso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quando procurou a polícia, que o MST tinha tirado aquela área de domínio da BR, que sempre tem uma área de domínio, que passa a ser da BR...

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Exato, o senhor tem razão.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – ...mesmo que seja uma propriedade privada, ela perde aquele direito. Aquela não é mais da FLONA...

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Era do DNIT.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Isso, do DNIT. Tirada aquela área de domínio, foram ocupados espaços dentro da FLONA pelo MST?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Não diria que foi ocupado. Eles montaram uma escola. Era uma construção um pouco maior na área da FLONA. Mas os acampamentos deles todos estavam na faixa de domínio do DNIT.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E permaneceram lá por quanto tempo?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Acredito que estão até hoje, apesar de em menor número do que quando chegaram, pelo o que sei. Mas estão até hoje acampados lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quando o senhor chegou lá na FLONA, o senhor substituiu quem?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – O nome do chefe anterior?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Gabriel El-Kouba. Ele foi chefe de lá 16 anos e 2 meses.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dezesseis anos e 2 meses.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Exatamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor sabe por que o Gabriel saiu?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Não sei dizer. Nessa época houve uma mudança muito grande no IBAMA. Houve mudança de gerente e houve mudança no Estado todo. Praticamente todas as unidades do IBAMA, no Estado, foram mudadas nessa época.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A venda de madeira, na época do Gabriel, o senhor tem informação de como era feita? Era distinta da época que estava o senhor na chefia ou era do mesmo jeito?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – O processo é um só, é sempre o mesmo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Gabriel não fazia venda direta? Ele tratando de venda direta?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Ele?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Sempre fez, enquanto chefe.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E você fazia também?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – É o que eu disse para o senhor: na época que eu assumi, durante a minha administração, não foi mais feita nenhuma licitação de venda. Só dei continuidade ao que já tinha sido vendido anteriormente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, o senhor não fez, mas ele fazia venda direta?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Sim, fazia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quando o senhor assume a chefia da FLONA – ali na plaquinha está escrito FLORA; está errado, é FLONA —, o senhor faz algum levantamento? Se havia ou não irregularidades durante a gestão do Sr. Kouba.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Irregularidades? O senhor me diga onde.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como aquela que o nosso Relator, Deputado Sarney Filho, perguntou, sobre notas fiscais irregulares, retirada de madeira acima daquilo que foi vendido, que o madeireiro ele mesmo ia procurar o local que deveria comprar. Se quando o senhor assume e faz levantamento, se constata alguma irregularidade das administrações anteriores.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Sim. A minha atitude, assim que assumi, foi a de fazer uma administração para dentro. Aquela floresta sempre foi vendida para fora, como se fosse a floresta que mais arrecadava no Brasil etc. E aí resolvi ver do lado de dentro, porque lá, se o senhor for lá hoje fazer uma visita, vai se sentir até mal, pois não vai achar que está numa unidade de conservação, apesar de ser uma unidade onde você possa fazer exploração, porque era muito mal cuidada. Não existia um cuidado com as casas, recuperação, nada, nunca foi feito. Então, os imóveis que têm lá datam da década de 40. A minha intenção era

fazer força em Brasília para que se pudesse destinar recursos para recuperação de uma escola que tem lá, que foi uma das primeiras da região, essa capela que tem lá, a mais antiga daquela região ali, da história. A gente pretendia montar um museu lá para contar a história da Guerra do Contestado, que aconteceu ali dentro da floresta, uma parte dela. Então, procurei sempre esse tipo de coisa. Como a agenda já estava suspensa, não fizemos nenhuma espécie de auditoria no que tinha sido feito antes. A idéia era administrar tentando melhorar até visualmente aquela floresta, porque ela é muito feia. E as casas caindo aos pedaços, os escritórios caindo aos pedaços. Literalmente caindo aos pedaços.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então não fez...

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Não foi feita.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – ...nenhuma auditoria?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Não foi feita.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E recebeu alguma denúncia de irregularidade da época da gestão dele?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Eu não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Eu não; só se o IBAMA, na administração central. Mas para mim nunca chegou. Enquanto chefe, nenhuma.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor deu declarações para a reportagem do jornal *Correio Braziliense*, e eles estiveram lá na FLONA.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Eles quem?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O pessoal do jornal *Correio Braziliense*.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Ele me disse que sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o que eram aquelas fotos dizendo que tinha madeira dentro das lagoas?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Eu não vi essas fotos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não viu as fotos?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Não tive conhecimento dessa...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tomou conhecimento disso?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Pelo jornal apenas, e dei risada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pelo jornal?

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – Sinceramente. E dei risada quando li aquilo. Não consigo entender madeira dentro de uma lagoa. Não consigo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Muito obrigado, Dr. Rosinha.

Nosso Relator tem mais alguma consideração? (Pausa.)

Não havendo mais nenhum Deputado inscrito, agradecemos profundamente ao Sr. Marcos César Silva pela sua colaboração. Solicitamos a V.Sa. que nos aguarde na Secretaria da CPI até que procedamos a outro depoimento.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS CÉSAR SILVA – O.K. Obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Convido o Sr. Alberto de Paula Martins a tomar assento à Mesa.

Solicito ao Sr. Alberto de Paula Martins que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: “Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha (...). Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa”.

Com a palavra o Sr. Alberto de Paula Martins, por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não tenho muito para falar aqui a princípio, até porque as reportagens jornalísticas já dizem tudo. Então, não sei se seria mais interessante eu ficar aqui à disposição para tecer... E aí, caso alguma coisa fique sem ser perguntada, alguma coisa, assim, que eu gostaria que fosse invertida a ordem, se assim puder ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Aceito.

Passamos a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Dr. Alberto de Paula Martins, Chefe da Divisão Técnica da Gerência Executiva do IBAMA em Santa Catarina. Ainda é esse o cargo de V.Sa.?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, sou ex-chefe.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Ex-charge. V.Sa tem conhecimento da doação de 55 metros cúbicos de madeira à Paróquia Sagrado Coração de Jesus? E, se essa doação existiu, ela revestiu-se de todas as formalidades legais?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Tenho conhecimento, sim. E, no meu entendimento, não cumpriu as formalidades legais. Inclusive, essa denúncia foi motivo... ela foi provocada por uma representação que eu fiz, formal. Está aqui o documento que eu fiz junto ao gerente-executivo do IBAMA em Santa Catarina, onde a gente relata as nossas desconfianças quanto ao processo que foi tramitado. Eu tenho cópia do processo aqui. Então, nós temos certeza. Eu não sou Procurador, não tenho formação jurídica, mas a gente tem convicção de que isso foi feito de forma incorreta.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – De forma incorreta. Quer dizer que não se revestiu essa doação de todas as formalidades legais?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa se referiu, logo no começo, à questão das reportagens de jornais, do jornal *Correio Braziliense*. O jornal *Correio Braziliense* falou que o MST teria lucrado mais de 1 milhão com a venda da madeira de florestas. Tem fundamento essa notícia?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Quanto ao valor a gente não pode afirmar, porque isso é uma coisa, digamos assim, subjetiva, por conta de que a gente não teve acesso a qualquer documento que possa vir a informar. Porém, pelas informações que a gente obteve na região, pelo volume de cargas de madeira que saiu do acampamento do Movimento dos Sem Terra, extrapolando isso para os valores de preço de mercado que se praticam na região, chegou-se a esse valor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Esclareça-me um assunto: essa madeira, segundo foi afirmado aqui pelos 2 depoentes anteriores, era somente a madeira que já estava no solo. Era refugo de madeira e não houve corte de madeira; ou seja, não houve nada. É procedente essa afirmação?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, não é verdadeira. Não é verdadeira. Aqui nós temos fotografias que mostram toras no chão inteiras, quer dizer, árvores inteiras no chão, algumas já cortadas e outras a serem cortadas, o que não era motivo do acordo, que também era ilegal, mas, mesmo assim, não era motivo do acordo. O acordo dizia “resíduo de exploração”. Quer dizer, isso é galhada.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Galhada.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Galhada, por mais que também tenha algum valor comercial, é um valor comercial muito baixo. Então, aqui nós temos algumas fotografias de algumas galhadas que ainda se encontram no talhão. Inclusive foi estranho porque aqui estão algumas galhadas e um toco, mas aqui tem apenas algumas galhadas. Quer dizer então que desse talhão que era motivo do termo de cooperação foram retiradas as árvores de forma aleatória. Quer dizer, o talhão hoje está completamente comprometido em sua integridade, e as madeiras que deveriam, que eram objeto do termo de cooperação ainda permanecem lá. Tanto é que depois da vigência do termo de cooperação, que dizer, um ano após, o próprio Movimento entrou com novo pedido de renovação para tirar essa mesma galhada nesse mesmo local.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Um ano depois.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Quer dizer, se ele tivesse retirado essa madeira naquela ocasião...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Essa...

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – ...não teria mais para ser retirada na segunda ocasião.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sobre essa afirmação, esse sentimento de que não foi cumprido o termo, foi feita alguma formalização, alguma denúncia ou alguma coisa desse tipo?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Foi. Foi feito, sim.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Foi feito?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Foi.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, nós vamos... Tudo isso que está sendo falado aqui, esses documentos, nós vamos, depois...

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Eu tenho cópia de tudo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pois é, vamos pedir que V.Sa. remeta à nossa Comissão para que a gente possa fazer constar. Por último: a sua saída deveu-se a questões administrativas ou a outras questões? A que V.Sa. reputa a sua saída lá da Divisão Técnica, da gerência?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, eu... A minha saída da Divisão Técnica é porque eu fazia parte da administração do Dr. Luís Hamilton, ainda no Governo Fernando Henrique. Então, quando da mudança de governo, eu fui – não só eu, como toda a chefia do IBAMA – como uma coisa natural. Quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o comando do País, houve as mudanças. E no IBAMA não foi dife-

rente. Então, foi nessa ocasião que eu saí da chefia da unidade.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E a respeito do parecer? Houve um parecer contrário ao acordo, ao convênio firmado com o MST? Ou houve somente falções? O que há de concreto sobre isso, segundo seu conhecimento?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – O que tem de concreto é o seguinte: quando o termo foi encaminhado ao IBAMA, se eu não me engano, no início... Aqui eu tenho cópia de tudo isso. Eu não saberia precisar as datas. Mas, quando foi encaminhado...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Depois V.Sa. pode mandar. Não precisa ser tudo hoje.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Quando foi encaminhado o processo ou o pedido de formalização do termo de cooperação técnica, esse documento e a abertura desse processo geraram, por parte do Departamento Jurídico do IBAMA, primeiro, uma investigação. Levantou-se a possibilidade da ilegalidade do termo. Mas o Departamento Jurídico do IBAMA, em Santa Catarina, achou melhor pedir informações e remeteu essa decisão ao IBAMA sede, à Procuradoria do IBAMA aqui em Brasília. No processo não tem qualquer parecer do IBAMA de Brasília. Passado isso, passados alguns dias, o processo foi encaminhado a um procurador que não faz nem parte dos quadros do IBAMA. Ele estava em Joinville; inclusive, agora já saiu do IBAMA. E foi remetido a esse procurador, que emitiu uma informação que no final não diz grande coisa. Inclusive o próprio relatório da Comissão que esteve lá investigando esses processos concluiu que o que aconteceu foi o seguinte... Chega a ser até engraçado, porque esse procurador diz que o processo está legal, está normal, desde que cumprida a 8.666. Quer dizer, então... Se a 8.666 é a legislação que rege esse tipo de negociação, quer dizer, então, que ele não fez nada. Por conta de que, se ele tivesse feito, ele teria que dizer: é sob a égide da 8.666; ocorreu assim, assim, assim. Aí, então, com base nesse parecer, o então gerente-executivo do IBAMA em Santa Catarina assinou o termo de cooperação técnica. Passado um ano, depois do término do termo, foi encaminhado um novo pedido de renovação desse termo de cooperação. E agora sim, a Procuradoria do IBAMA, em Santa Catarina, indeferiu por conta de não haver amparo legal naquele tipo de negociação.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Esse pedido foi semelhante? O novo pedido foi indeferido? Foi nos mesmos termos?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – É, o mesmo. Eles pediram renovação daquele termo. E aí, agora, sim, a Procuradoria do IBAMA, em Santa

Catarina, indeferiu o termo por não ter amparo legal. Esse documento eu não tenho. É o único documento que eu não tenho aqui, porque ele faz parte do processo, está no processo, e eu tenho cópia do processo até essa parte, antes desse pedido de renovação. Então, esse documento eu não tenho. Mas ele consta do processo e é citado no relatório da Comissão que foi designada pelo Presidente do IBAMA para fazer... Ele é citado aqui.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. responde a alguma sindicância junto ao IBAMA?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não. Nenhuma.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É verdade que houve uma desavença pessoal entre V.Sa. e o diretor Luiz Fernando Krieger Merico quando das investigações sobre a exportação de araucária?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, isso não é verdadeiro. Isso não é verdadeiro. Vou explicar isso aí. Isso aí, inclusive, acho que ele ficou meio perdido na hora que ele foi fazer o pronunciamento junto à reportagem e aí enrolou tudo. São coisas completamente diferentes. Primeiro, que eu nunca... As vezes em que eu tive alguma participação com o Sr. Merico, foram participações públicas. Foram 4 ou 5 vezes, com diversas pessoas que testemunharam esses encontros; um, inclusive, na televisão. Tudo bem que não foram nunca encontros em que... Nós divergimos completamente de ponto de vista, de forma de ação e de tudo mais. Então, nesses encontros, realmente, nós sempre tivemos... mas nunca foi nada de ordem pessoal. Nunca houve qualquer acusação pessoal, as discussões se mantiveram estritamente no campo profissional.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – No depoimento ele foi perguntado também, mas ele não citou o nome. Ele disse que tinha sido ameaçado de morte.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Isso está dito no jornal.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas ele não o responsabiliza.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Eu até gostaria que ele confirmasse isso, porque seria motivo de um processo judicial.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Ele não o responsabilizou pessoalmente.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Porque isso aí é uma coisa completamente estapafúrdia, por conta de que os poucos encontros que nós tivemos foram encontros públicos, com diversas pessoas, e a coisa nunca passou do campo profissional. Quanto a essa questão da exportação de araucária, das 26 sindicâncias, que no início eram 60... Como ele vei-

culou na imprensa, na época em que ele era gerente, dessas 60, passaram a ser 30; das 30, passaram a ser 26; das 26, nenhuma, nenhuma, nenhuma trata de exportação. Nenhuma. Então, isto é o que eu falo: são as confusões que ele fez. O que existe, sim, e o que eu respondo é a uma ação civil pública e a uma ação criminal, movidas pelo Ministério Público Federal, por conta de pareceres que emiti na época da minha gestão, como chefe da DITEC, sobre autorizações de explorações de araucária. São coisas completamente diferentes de todas as sindicâncias que foram motivadas na época dele como gerente-executivo. Então, quer dizer, não procede de forma alguma essa colocação dele de que eu estaria fazendo tudo isso por conta de que eu tivesse sido prejudicado por ele. Não, não fui prejudicado por ele em momento algum.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Agora, só um esclarecimento. Estou acabando de dar uma olhada nas fotos. Aqui tem foto de 2003, 2004. É isso?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – É.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – São várias fotos.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – São várias fotos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Outras, de 2001. As fotos que foram objeto da reportagem do *Correio Brasiliense* e que geraram esse pedido de audiência são essas relativas a 2004?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – São diversas fotos, em diversas ocasiões. Aí tiveram pessoas que logo no início, quando começou essa coisa no início de 2003, algumas pessoas da região fizeram denúncia, já naquela época. Por exemplo, o promotor público de Canoinhas fez uma denúncia sobre isso no Ministério Público de Joinville. Tenho o nome do promotor público, tenho o número do ofício que foi encaminhado ao Ministério Público. Só não tenho o ofício porque o promotor público pediu, porque, por conta da profissão, ele não poderia deixar cópia ou qualquer coisa assim.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Gostaria que isso fosse relatado também.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – A mesma denúncia também foi feita pelo Secretário de Estado da região de Canoinhas ao Sr. Merico, também na mesma ocasião.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, eu tenho uma dúvida aqui. Eu não sou especialista em fotografia, mas essas fotografias aqui, por exemplo, têm 3 números: um 13, um 5 e um ponto 04. Isso significaria dia, mês e ano?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Dia, mês e ano.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – De 2004.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dia, mês e ano da foto ou da revelação?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, da foto, porque elas foram reveladas poucos dias depois. Porque têm fotos aí que não foram tiradas por mim; foram pessoas da região que estavam lá. Inclusive as fotos...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, eu solicito que o senhor separe as fotos que foram tiradas pelo senhor.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Porque essas fotos são originadas de denúncias dos próprios servidores que trabalham na região. Outras foram feitas por mim, porque a minha é uma máquina digital...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, em suma, V.Sa. confirma as reportagens do *Correio Brasiliense*.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Confirmo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só não há, a rigor, conforme foi dito, não existe nenhum parecer contrário anterior ao convênio feito com o MST. Não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Isso ficou claro? Parece que não.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não. Na época, quando foi da primeira...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Da primeira. Estamos falando da primeira. Não existe nenhum parecer contrário?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Na primeira, o Departamento Jurídico do IBAMA, na época, levantou suspeitas quanto à competência do gerente em fazer aquele termo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas não houve parecer.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Tem, tem um parecer.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E como nós teríamos acesso a esse parecer?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Eu tenho cópia aqui.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Do parecer? Na época?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Porque ele remete, via Internet, à Procuradoria-Geral do IBAMA aqui em Florianópolis, digo, aqui em Brasília – foi isso o que falei. Ele fez um parecer encaminhando e solicitando informações à Procuradoria do IBAMA, em Brasília, para que se averiguasse, tendo em vista que eles tinham desconfiança de que o gerente-exe-

cutivo não tinha poderes para assinar aquele termo de cooperação, porque envolvia recurso público, envolvia patrimônio. Então, por essa forma eles entendiam que não havia e se isentaram daquela análise, naquela ocasião, e remeteram ao IBAMA em Brasília. E o IBAMA em Brasília não respondeu, pelo menos eu não tive conhecimento. Daí que surgiu esse parecer de um procurador lotado em Joinville que...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O Sr. Marcos César Silva, ex-chefe da FLONA, disse que ouviu conversas de que não seria legal, mas ele nunca tomou conhecimento de nenhum parecer contrário. Da mesma maneira o atual diretor e ex-gerente-executivo do IBAMA em Santa Catarina, que também disse que desconhece esse parecer. Eu quero mais uma vez esclarecer: não se trata do parecer agora sobre um novo pedido de convênio, trata-se do anterior, que está sendo objeto de investigação por esta CPI.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Tem aqui.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não, tudo bem. Nós, depois, gostaríamos de ter acesso a esse documento.

Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito. O ideal seria que se esclarecessem algumas questões controversas.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Isso está tudo dentro do processo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas como existem documentos aqui que ele vai apresentar à Comissão, nós temos ainda a possibilidade de evidentemente retornarmos a essa questão, se assim acharmos necessário. Vamos averiguar, porque são fotos. É preciso que a gente avalie tecnicamente se é possível ou não é.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Se o senhor gostar, posso até ler a parte que ele diz, isto é, o Procurador do IBAMA, encaminhando o documento para cá: *“Tal solicitação pende-se ao fato das possíveis implicações de ordem trabalhista, bem como à previsão de custo de mão-de-obra versus lenha, previsto no demonstrativo de cálculo, o que, a nosso ver, implicaria assinatura do termo pela Presidência do Instituto”*. Então, isso aqui ele remete à Procuradoria do IBAMA em Brasília para que...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Esses documentos são cópias que o senhor vai deixar aqui com a Comissão.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Por favor, quero dar olhada agora nesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Obrigado, Relator, Deputado Sarney Filho.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Alberto, o senhor confirmou agora que a reportagem do *Correio Braziliense* é verdadeira. É isso?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor acusa o Sr. Merico como responsável por tirar essas árvores verdes...

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, tirar não. Ele permitiu. A partir da assinatura do termo de cooperação... Isso é uma coisa que tem que ser esclarecida. O Sr. Merico assina o termo de cooperação técnica que chancela o movimento para retirar aquelas madeiras lá de dentro. O acompanhamento da retirada dessa madeira é obrigação da chefia da unidade no local.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, vamos lá. Ele chancela a retirada de que madeira?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Da madeira, da lenha, do resíduo que está...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Seca ou verde?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Seca.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah! Seca. Está bom. E saiu madeira verde de acordo com o que diz o senhor. O senhor está dizendo que está saindo madeira verde. E o Sr. Merico é o responsável por isso?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Pela assinatura do termo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não divague.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não. O senhor está querendo botar palavra na minha boca.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não vou botar palavra na sua boca. Estou fazendo perguntas simples e quero respostas simples. Então, não divague. O senhor está acusando o Sr. Merico de ter permitido que saia a madeira de lá. Sim ou não? A pergunta é simples.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, não vamos inverter a ordem das coisas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, não é inverter a ordem. O senhor está aqui para responder.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Sim, com certeza, e eu estou respondendo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A pergunta é muito clara: o senhor acusa o Sr. Merico de permitir que saia madeira verde de lá? Sim ou não?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – O termo que ele assinou...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa é outra pergunta. Responda esta.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – O senhor não está querendo entender.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quero entender.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Porque eu não posso chegar dizer que ele foi lá na própria região, porque ele está aqui em Brasília e não pode estar lá no mesmo lugar. Ele não é Deus para estar em 2 lugares ao mesmo tempo. Ele estava... O fato...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor está aqui para responder e está sob juramento. Então, eu tenho que ter clareza.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – O fato que gerou a retirada ilegal foi o termo que o Sr. Merico assinou.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como o senhor prova isso?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Aqui. Está aqui.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, vai ter que provar.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Está tudo provado. Está tudo provado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O termo diz que é para tirar madeira seca.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Agora, se está tirando madeira verde, por que é o Sr. Merico o responsável por isso?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, quem é culpado disso é o chefe da FLONA, que é a pessoa que está na unidade, no momento, para retirar. O Sr. Merico permitiu, por um ato ilegal, que foi a assinatura do termo, que a essa condição se chegasse. Houve negligência na unidade, porque a unidade tem por obrigação acompanhar a retirada dessa madeira. São duas coisas diferentes. O Sr. Merico é culpado pela assinatura do termo, agora a retirada da madeira do local é o chefe da unidade que tem que estar lá no dia-a-dia acompanhando a retirada dessa madeira. Inclusive com o acompanhamento, com documentos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem deveria fiscalizar o cumprimento do termo de compromisso?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – O chefe da FLONA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como é o nome dele?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Só o conheço pelo primeiro nome, Sérgio, que é ex-chefe. Hoje não é mais ele, hoje tem outro rapaz. Ele é o ex-chefe.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em que período o senhor exerceu o cargo de chefe da Divisão Técnica do IBAMA em Santa Catarina?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – De 2000 a 2002.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De 2000 a 2002. Eu não sou do IBAMA. Quais são as responsabilidades de um chefe da Divisão Técnica?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Resumindo: alimentar ou possibilitar as decisões do gerente executivo, em conformidade e conjuntamente com o Departamento Jurídico.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E quem era o gerente executivo nesse período?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – No meu período, era o Luiz Hamilton Martins.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, por um tempo o senhor ficou sem gerente-executivo?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Eu não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não. Eu saí junto com ele, no mesmo dia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – No mesmo dia.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Nós fomos exonerados na mesma...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E por que foram exonerados?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Por conta de questões políticas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Que tipo de questões políticas?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Deixa eu lhe explicar o que aconteceu, porque isso foi até engraçado. Ocorreu – não vou saber a data precisa – em agosto de 2002. Existia uma briga interna política, e quando houve a eleição – eu vou estar até divagando nisso aí, porque é interpretação minha, para entender o caso —, na véspera da eleição presidencial, o gerente-executivo era do PFL. Houve aquela briga em nível federal, e o PFL saiu do Governo ou alguma coisa assim. E nessa ocasião o gerente-executivo, acredito eu, ficou sem sustentação política. Aí, ele foi exonerado e foi indicada uma pessoa pelo PMDB. E aí fomos exonerados. Inclusive, isso não é uma coisa comum, mas fomos exonerados no mesmo dia, no mesmo ato, toda a chefia do IBAMA em Santa Catarina. Aí o PMDB indicou todo o corpo também no mesmo ato, nomeou todos os cargos conjuntamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não houve coincidência com denúncias no *Fantástico*?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, isso já foi em dezembro de 2002. Posso explicar? É uma história bastante longa, mas eu gostaria de explicar, porque isso...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Estou fazendo pergunta e quero resposta das perguntas que estou fazendo. Não quero uma explicação disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – O depoente se limite a responder o que o Deputado está perguntando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O chefe da Divisão Técnica é responsável pela aprovação de planos de manejo, autorização de exploração, corte de madeira, corte seletivo?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Ele é parte desse processo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Parte desse processo.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Ele é que alimenta o processo tecnicamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, o senhor era o responsável pelas autorizações para exploração de madeira, inclusive de espécies ameaçadas de extinção, no período em que o Instituto Sócio-Ambiental entrou com uma ação civil pública?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o Instituto Sócio-Ambiental ganhou uma liminar na Justiça.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Um detalhe: para árvores vivas, sob a forma de manejo florestal. Isso tem que ficar bem claro. Estou com a decisão aqui, e a decisão é clara.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Muito clara, como também é clara a Resolução do CONAMA nº 27801. E como é que o senhor autorizou corte de madeira após a resolução do CONAMA?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, o que foi autorizado...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como o senhor autorizou, se a resolução era clara?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, vou explicar o que foi autorizado. Posso explicar?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pode.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – O que foi autorizado foram árvores, através do procedimento administrativo, de árvores mortas e caídas por questões naturais, que não faz parte da Resolução 278. Juridicamente isso já é um assunto superado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas manejar mortas e caídas?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Acho que o senhor não deve conhecer o assunto, porque são

coisas distintas. Manejo é de árvores vivas. Mortas e caídas é um procedimento em que você faz o aproveitamento das espécies para que não sejam perdidas, porque seria até uma incoerência você saber que a árvore está morta e você não deixar que seja aproveitada. Tanto é que isso... já tiveram diversas ações na Justiça – diversas, não dá nem para contar —, e todos os processos foram favoráveis à exploração dessas árvores. Então, esse assunto da questão da 278 proibir o procedimento de árvores mortas e caídas já é um assunto juridicamente superado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É tão juridicamente superado que o que estava ocorrendo não eram mortas e caídas. Tanto é que a Justiça deu uma liminar proibindo o que estava sendo feito.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, não é isso. Porque existiam, como existem até hoje, 3 procedimentos administrativos que regem essa matéria, quais sejam: plano de manejo florestal e requerimento de corte seletivo. Ambas são movidas pela técnica de manejo florestal sustentável, que diz respeito às espécies vivas. A única diferença de um procedimento para outro é que o requerimento de corte seletivo é um requerimento simplificado, porque ele é destinado a áreas inferiores a 30 hectares. E existe outro procedimento administrativo, que são árvores mortas e caídas, que é uma coisa natural, por questões naturais, que é uma coisa que acontece normalmente. Pelo menos em Santa Catarina é uma coisa normal, porque têm os vendavais, algumas espécies têm degeneração natural, como é o caso da araucária, que tem uma degeneração natural. E isso é estudado cientificamente. Então, é por conta disso que existe esse terceiro procedimento administrativo, que visa única e exclusivamente às árvores mortas e caídas por questões naturais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor tem conhecimento de que existe uma outra ação civil pública, proposta pelo Ministério Público, denunciando o IBAMA por continuar a conceder autorização para exploração de Araucária, mesmo após a decisão judicial e da publicação da Resolução nº 278?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Sim, é essa que estou comentando. É essa que eu estou comentando. Isso é outra coisa, se é o que estou pensando. Inclusive estou com cópia dela aqui, porque eu respondo essa ação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E por que o senhor responde essa ação?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Isso é uma coisa até que tem que ser clara.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não é o senhor que tinha autorizado? Por isso é que o senhor está respondendo a ação.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Sim, é isso até que quero colocar. Na época, quando houve a denúncia inclusive no programa do *Fantástico* e aquela coisa toda, a discussão era a de que as autorizações eram ilegais, que não tinham amparo legal. Isso em 2002. A ação civil pública que eu respondo hoje já não tece nenhum comentário sobre a legalidade das autorizações. Ela diz que o que o IBAMA autorizou foi árvore viva ao invés de morta. Quer dizer, se observa – e é isso que a gente fala – que a discussão sobre a legalidade das autorizações de aproveitamento de árvore morta caída é uma discussão superada, porque até o Ministério Público hoje já conhece que aquelas autorizações eram legais e que...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Após a resolução do CONAMA – então vamos ficar na árvore viva e morta – nº 278/01, o senhor autorizou várias retiradas.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Várias.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E quantos metros cúbicos pode, nesse caso?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Olha, de acordo com o pedido que houvesse na área. É feito um levantamento por técnico habilitado, ele é vistoriado, essas árvores são plaqueteadas e a partir daí o procedimento é administrativo até o fim da autorização.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não existe resolução limite de exploração de mortas e caídas?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Aí é que entra a discussão, porque a Resolução nº 278 diz: sem fins comerciais para aproveitamento... Uma coisa tem que ficar clara: existem 2 procedimentos administrativos diferentes. Um é o que órgão de Estado autoriza, que são os aproveitamentos para uso na propriedade e que vai até 15 metros cúbicos. Esse é o que está citado na Resolução nº 278. É esse procedimento que, inclusive, diz que preferencialmente se autorize as árvores mortas e caídas. Quer dizer, porque todo proprietário rural ele tem o direito de chegar ao órgão estadual ambiental e pedir para a retirada de até 15 metros cúbicos para utilizar dentro da propriedade, para uma benfeitoria qualquer. Aí essa resolução diz que preferencialmente se usem as árvores mortas e caídas. O que não tem nada a ver com outro procedimento administrativo, regido por um outro instrumento legal, que autoriza o aproveitamento comercial, inclusive de tantos metros, porque aí não tem limite de metros, é de acordo com o que tem na área danificada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tem autorização de cerca de 2 mil metros cúbicos.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, tem até mais que isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Até mais que isso.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Tem até mais que isso. São dezenas, se não forem centenas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quando o senhor ocupava o cargo, houve muito – e quem está no Ministério Público sabe dessas denúncias – a troca de nomes de espécies ameaçadas por outros que não constavam na resolução e que foi autorizada.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – De jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De jeito nenhum.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – De jeito nenhum, por conta de que o documento é claro, transparente; o processo é claro, transparente, regido por fotografias e vistorias técnicas no local. Então, o que em alguns casos a nossa própria fiscalização pegou foram pessoas que estavam autorizadas a tirar uma determinada espécie, mas iam lá e tiravam outra. Mas aí já é um problema de outra esfera, o que não quer dizer que seja problema do processo administrativo, que é limpo e transparente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Voltando àquela questão da FLONA. Antes da assinatura do acordo, havia exploração de madeira na FLONA?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Havia. Mas eu não sou a pessoa mais indicada, porque eu trabalho em Florianópolis, mas eu sei que existiam contratos antigos que já tinham sido... e vinham sendo retirados, porque isso é uma coisa normal numa FLONA que faz regularmente de madeira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não era a pessoa mais indicada, não é? Só é agora, então, para denunciar o termo de compromisso.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – O que estou denunciando é do termo em diante, por conta de que, o que vinha sendo feito antes...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas continua morando em Florianópolis?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Moro em Florianópolis. Agora me senti na obrigação, como funcionário público e cidadão, porque o que estava acontecendo lá era um descaso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E denunciou na delegacia de qual cidade?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não. Foi encaminhado, através da Promotoria Pública, ao Ministério Público de Joinville e pelo Secretário de Estado ao próprio Merico, na época em que ele era gerente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas o Merico assinou o termo de compromisso e cinco ou seis

dias depois já estava em Brasília, uma semana depois. Então, ele não era mais o gerente lá.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Era, porque ele recebeu pessoalmente essa denúncia de próprio punho do Secretário. São pessoas que estão dispostas a vir aqui para depor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor fez a denúncia, e o gerente ainda era o Sr. Merico.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos dias depois da assinatura do termo o senhor fez a denúncia?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não sei precisar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque houve a assinatura do termo e cerca de 20 dias depois ele já ocupava cargo em Brasília. Nesses 20 dias, o MST já estava cortando árvores?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Acredito que imediatamente, porque eles já estavam no local.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Acredita ou tem certeza?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Tenho certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Certeza absoluta de que...

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Certeza, porque eles, antes da assinatura, já estavam acampados na margem da BR.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E aquela denúncia que está no jornal que disse que tinha toras dentro da lagoa, foi o senhor que fez?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Foi. Fui eu que fiz.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Por que alguém jogaria tora dentro de uma lagoa, se ela não afunda?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não. Eu não tive acesso a esse local por conta de que não deixaram que eu chegasse até lá. Mas existe. O jornalista que foi teve acesso a tudo, ele foi a todos os lugares, fotografou tudo. Ele também é uma pessoa importante a elucidar esses fatos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor disse que foi retirada... Foi o senhor que declarou que o Movimento dos Sem Terra retirou lá mais de 1 milhão de reais?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Esse é um valor estimado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Estimado por quem?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Por mim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pelo senhor?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Tanto é que o próprio levantamento, a própria comissão que esteve agora em Florianópolis pede que seja feito um levantamento técnico na área, porque aí vai poder precisar o volume de madeira retirado e ...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Que comissão?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Foi nomeada uma comissão pela Presidência do IBAMA e foram 2 funcionários a Florianópolis, Santa Catarina, que investigam...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quais os nomes dos funcionários?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – José Carlos Menezes e Antonio M. do R. Maia Júnior. São 2 analistas administrativos do IBAMA de...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos dias eles ficaram lá?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Ficaram lá...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em que período?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – De 5 a 13/4.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De 5 a 13/4. E de que período eles fizeram esse levantamento?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Acredito eu que de 5 a 13/4. Pelo menos é o que está aqui no relatório.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De 2005.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – De 2005.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E eles acusam aí que foram retirados mais de 2 mil metros cúbicos pela cooperativa agrícola.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, eles não tecem... eles não entram nesse mérito, por conta... primeiro, acredito eu, pela formação profissional deles. Eles apenas olharam os documentos, a documentação apresentada, que são os processos, pelo menos pelo que li aqui. Eles atestam a ilegalidade da assinatura do termo, agora, para o volume retirado de lá, eles pedem que seja nomeado técnicos do próprio IBAMA para que seja feito um levantamento pormenorizado na área, a fim de que seja definido o volume exato de madeira retirado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E como é que o senhor estima então em mais de um milhão de reais de madeira? O senhor mora em Florianópolis.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Quando estive lá, em novembro de 2004, conversei com

algumas pessoas, pessoas funcionárias do IBAMA, e pelo volume de cargas de madeira que saía do local, que eles tinham conhecimento, então, pelo volume de carga de madeira que saía, extrapolando pelos dias trabalhados e pelo prazo de vigência do acordo, nós chegamos a esse montante. Como está dito, é um valor aproximado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em novembro de 2004 o senhor já tinha feito a denúncia de que estava sendo tirada a madeira?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, não eu não fiz ali, porque eu estava juntando a documentação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não tinha feito a denúncia.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Porque são coisas diferentes. A gente tinha as informações na época, quando o Promotor Público de Canoinhas fez; Ali era uma coisa. Aí eu fui até o local para confirmar as coisas, e aí foi que eu peguei e juntei toda a documentação e encaminhamos agora ao jornal para fazer a publicação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Se não me falha a memória, o Sr. Merico disse que em novembro de 2004 ele já estava aqui.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Já estava aqui. Então, quando o senhor fez a denúncia para ele... Se o senhor está dizendo que não tinha feito a denúncia ainda, agora há pouco...

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – O senhor está confundindo as épocas. A denúncia que foi feita para ele foi feita pelo Secretário de Estado de Santa Catarina, logo na ocasião quando começou a exploração, o que foi feito também, na mesma época, pelo promotor público de Canoinhas ao Ministério Público. Eu fui, em novembro de 2004, percorrer o local que eles falavam, que eles diziam de onde a madeira tinha saído, porque era um talhão bem próximo ao asfalto, porque não tive acesso. Porque nós tínhamos informações de que outras áreas também tinham sido exploradas, mas como já era uma pessoa que já estava meio estigmatizada com essa questão e que eles sabiam que eu estava atrás dessas informações, então eu não tive acesso ao interior da FLONA. Mas hoje, através desse jornalista, ele diz que dos outros talhões do interior da FLONA também foi retirado madeira. Não só do Talhão 84, que fica na beira do asfalto e do lado do acampamento do Movimento dos Sem Terra.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor disse que uma comissão visitou lá, agora. Tem o número dessa comissão e por quem que ela foi nomeada?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Deixa eu ver aqui. Aqui é o relatório. “*Objetivo da viagem. Levantamento de informações referentes a denúncias de irregularidades ocorridas na floresta (...). Período. Resultado dos Trabalhos*”. Aí tem resultado dos trabalhos, aí aqui já vem o resultado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Que comissão é.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Essas duas pessoas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas nomeadas por quem?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Aí já foge ao meu conhecimento, mas acredito que pelo Presidente ou Diretor de Floresta, um dos 2, porque senão eles não iriam lá do nada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Necessitando, nós vamos solicitar mais documentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Agradecemos a participação do Deputado Dr. Rosinha. Agradecemos também a colaboração do Sr. Alberto de Paula Martins.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Mas eu gostaria de acrescentar algumas outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Pois não. Para as considerações finais.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – É porque o Presidente do IBAMA, logo que as denúncias foram veiculadas, num domingo, as primeiras, na segunda-feira subsequente ele esteve no IBAMA de Santa Catarina. E eu pedi para que tivesse uma conversa em particular com ele. Eu me apresentei, que eu era o Alberto tinha feito assim, assim, assim, e pedi que houvesse uma investigação por conta de que a gente tinha receio de que a pessoa que estaria sendo envolvida era Vice-Presidente do IBAMA e que ele poderia usar do cargo para fazer qualquer coisa assim. Então, naquela ocasião, ele me disse que já havia aberto uma sindicância interna para apurar esses fatos. Cheguei ontem aqui e fui até ao IBAMA, mas para surpresa minha até hoje não foi aberta sindicância nenhuma. Esse relatório aqui que eu citei está lá encostado num canto. Quer dizer, não sei o que está acontecendo. Outra coisa que gostaria também de pedir, porque está designado a prestar depoimento aqui um motorista e um vigilante. Eu gostaria que a CPI fizesse algum meio de trazer essas pessoas aqui com segurança, porque eles estão sendo ameaçados lá na região. Então, eu gostaria que essas duas pessoas...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Alberto, ameaçado por quem? É importante dar nomes, até para a Comissão poder proteger.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Olha, eu não posso garantir, porque eles que me ligaram. Primeiro que um inclusive vinha depor hoje, aí eu conversei aqui, expliquei, contei uma outra história para o pessoal do apoio, mas aí parece que colocaram para a próxima vez, para vir os dois juntos, porque são pessoas muito humildes e que inclusive tem depoimentos deles de toda essa situação. Então, gostaria que isso fosse colocado para que quando entrasse em contato com ele, que fizesse de alguma forma, porque eles não sabem nem sair de Canoinhas, são pessoas extremamente carentes, não têm dinheiro, não tem conhecimento. Então são pessoas que têm que ser pegadas na porta de casa, trazidas até aqui e daqui devolvida à porta de casa. Então essa era outra que gostaria de falar aqui.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, seguindo a tradição da Comissão, eu peço a V.Exa. que officie ao Ministério da Justiça e à Secretaria de Segurança do Estado de Santa Catarina, já que houve uma denúncia formal aqui na Comissão, para que mais tarde a gente não possa ser acusado de nenhum tipo de omissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Esta Presidência tomará as providências cabíveis.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, que nos sejam entregues os documentos e as fotos, e que todas as fotos sejam enviadas para peritagem. Com as fotos ficam os negativos para peritagem.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Aqui eu não tenho negativo. Só tenho aqui as fotos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pode remeter ou pode também nos dizer onde foram reveladas, se for o caso, as últimas, as de 2004.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Aquela foto que saiu na reportagem sobre o caminhão com madeira.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Essa aqui.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Foi um fotógrafo do jornal até lá ou as fotos que foram usadas foram as fotos...

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não, essas fotos aqui foram retiradas por funcionários da FLONA, lá do local.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Que é essa que saiu publicada.

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não sei se foi essa aqui ou se foi essa outra aqui.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Por esses funcionários que virão aqui? Foi por um desses?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Teve fotógrafo do jornal na região?

O SR. ALBERTO DE PAULA MARTINS – Olha, eu não sei se teve. Sei que teve um jornalista, agora se ele levou algum fotógrafo eu não sei. Acho que foi essa aqui ou essa aqui.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu solicito que deixe todas as fotos para peritagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Bom, nós agradecemos a presença aqui do Sr. Alberto de Paula Martins, pela sua colaboração. Também esta Presidência avisa que a Relatoria estará junto com a Assessoria analisando todo esse processo. E certamente deverá retornar a essa questão.

Agora passaremos aos procedimentos administrativos, com apreciação de requerimentos.

Requerimento nº 59/05, da Sra. Perpétua Almeida, que requer a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Sr. Waldemir Kramer.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, seguindo a tradição da Casa, em termos de quebra de sigilo, é preciso que pelo menos a autora do requerimento esteja presente e que haja *quorum* mais qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – A Presidência acata. Retiro de pauta o Requerimento nº 59.

Requerimento nº 66/05, do Sr. Sarney Filho, que requer autorização para o envio de correspondência aos laboratórios farmacêuticos.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, este requerimento é auto-explicativo. Nós precisamos saber notícias a respeito de biopirataria e é importante que a gente officie aos laboratórios. Daí é a urgência em termos da aprovação da Comissão para que tenhamos legitimidade nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 67/05, do Sr. Dr. Rosinha, que requer sejam requisitadas à ACT Brasil cópias dos relatórios de atividades e das demonstrações contábeis, financeiras e fiscais da entidade, nos anos de 2003 e 2004, incluindo as certidões de débito junto ao INSS e relativas ao FGTS.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Fiz esse requerimento justamente para aprofundar a investigação sobre a Amazon Conservation Team, por entender que é melhor, primeiro, ver administrativamente a questão financeira do que ir direito para a quebra de sigilo bancário. Acho que é mais saudável, mais seguro fazer esse tipo de análise. É nesse sentido, então, que eu apresento o requerimento. Peço aprovação dele porque, tendo em mãos, podemos ver os futuros passos e inclusive como fazer o interrogatório, caso encontrados indícios fortes de irregularidade, dos dirigentes da ACT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 68/05, do Sr. Sarney Filho, que requer seja convocado para prestar depoimento o Sr. Teófilo Pantoja de Vasconcelos, Chefe de Arrecadação e Cadastro Técnico do IBAMA em Belém.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, documentos encaminhados a esta CPI trazem indícios de que valores de multas aplicadas por fiscais do IBAMA no Pará são reduzidos ou cancelados no momento em que a informação é passada para o sistema informatizado da autarquia. No sentido de esclarecer esse assunto é que eu fiz o requerimento que ora está sendo colocado em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 69/05, do Sr. Sarney Filho, que requer sejam convocadas a prestar depoimento as pessoas que especifica: Ning Labbish Chao, professor da Universidade Federal do Amazonas; Mauro Torres, jornalista da *TV Liberal*, de Santarém, Pará; Cristina Galvão Alves, Coordenadora-Geral de Gestão de Recursos Florestais da Diretoria de Florestas do IBAMA; Maria de Lourdes França Rabelo, Diretora de Educação Ambiental do Zoológico de Goiânia; Ivan Magalhães de Araújo Jorge, Diretor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) de Goiânia; Fernando Silveira, Diretor do Zoológico de Goiânia; e Luiz Elias Bouhid de Camargo, ex-Diretor do Zoológico de Goiânia.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, o primeiro trata de um professor especialista em ictiologia, Ning Labbish Chao, professor da Universidade Federal do Amazonas e um dos idealizadores do Projeto Piaba, que engloba estudos de biodiversidade dos ecossistemas e técnicas para coleta, transporte e armazenamento, para redução de mortalidade dos peixes, bem como apoio aos piabeiros.

Para falar também sobre o tráfico de peixes ornamentais e plantas, além do desmatamento ilegal e outras matérias, é importante o depoimento do jornalista Mauro Torres, da *TV Liberal*, que, logo que contatado por esta relatoria, informou ter importantes denúncias a revelar a esta Comissão.

Por sua vez, a doação pelo IBAMA, em meados de 2003, de cerca de 66 mil metros cúbicos de mogno, extraído ilegalmente nos anos anteriores, à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) continua repercutindo junto a esta CPI. Como os demais dirigentes do IBAMA envolvidos na transação já estão convocados para prestar esclarecidos a respeito, solicitamos a inclusão da Sra. Cristina Galvão Alves entre os depoentes.

Por fim, constantes denúncias de tráfico ilegal de animais envolvendo o zoológico de Goiânia vêm sendo veiculadas nos últimos dias pela imprensa, assim como foi veiculada também sobre o zoológico de Brasília. Então, dando o mesmo tratamento, nós estamos convocando também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 70/05, do Sr. Dr. Rosinha, que requer seja convocado a prestar depoimento o Sr. Eric Stoner, da USAID.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A proposta desse requerimento é a mesma razão da anterior, que é investigar a Amazon Conservation Team, uma vez que, pelas denúncias que recebemos, ela recebe boa parte do financiamento pela USAID. Então, é importante nós ouvirmos o diretor sobre o que tem a nos dizer sobre esses financiamentos, não só sobre essa ONG, mas sobre todas as outras ONGs que são financiadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradecendo a presença das testemunhas, dos Srs. Parlamentares, dos assessores e demais presentes, vou encerrar a reunião, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 3 de maio, às 14 horas e 30 minutos, no plenário nº 9.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES
BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO
ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 20ª reunião ordinária realizada em 3 de maio de 2005

Às quatorze horas e cinqüenta e dois minutos do dia três de maio de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 9 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto e Perpétua Almeida – Vice-Presidentes, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Rosinha, Gervásio Oliveira, Hamilton Casara, Leonardo Monteiro e Nilson Mourão – titulares, e Edson Duarte, Miguel de Souza, Pastor Reinaldo e Thelma de Oliveira – suplentes. Compareceu também o Deputado Wellington Fagundes. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Francisco Garcia, Henrique Afonso, Janete Capiberibe, João Carlos Bacelar, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Luiz Bittencourt, Maria Helena, Nilson Pinto, Robson Tuma e Sarney Filho – titulares, e Badu Picanço, Dr. Rodolfo Pereira, Fernando Coruja, João Alfredo, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 19ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes pessoas:

Sr. Hadil Fontes da Rocha Vianna – Chefe da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores; Dr. Francisco Serra Azul – Delegado de Meio Ambiente da Polícia Federal; Drª Kátia Christina Lemos – Promotora de Justiça no Distrito Federal; Sr. Raul Gonzalez Acosta – Diretor do Jardim Zoológico de Brasília; e o Sr. Noel Gonçalves Lemes – Criador de Animais no Estado de Goiás, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou o Sr. Hadil Fontes da Rocha Vianna para tomar assento à mesa, passando-lhe a palavra. Concluída sua exposição, formularam perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Hamilton Casara), Hamilton Casara, Moacir Micheletto, Dr. Rosinha, Antonio Carlos Mendes Thame, Dr. Francisco Gonçalves e Edson Duarte. O Sr. Presidente solicitou aos convocados que se ausentassem do plenário, e convidou a Srª Kátia Christina Lemos a tomar assento à mesa, passando-lhe a palavra. Concluída sua exposição, formularam perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Dr. Rosinha), Hamilton Casara, Moacir Micheletto, Dr. Rosinha e Edson Duarte. O Sr. Presidente convidou o Sr. Francisco Serra Azul para tomar assento à mesa, passando-lhe a palavra. Concluída sua exposição, o Deputado Hamilton Casara assumiu a presidência dos trabalhos, e formularam perguntas ao expositor os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Dr. Rosinha), Moacir Micheletto, Hamilton Casara e Dr. Rosinha. O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame reassumiu a presidência. O Sr. Presidente convidou o Sr. Raul Gonzalez Acosta para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. O Deputado Moacir Micheletto assumiu a presidência dos trabalhos, facultando o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Dr. Rosinha), Edson Duarte, Moacir Micheletto, Dr. Rosinha, que solicitou à testemunha o envio de documentos, e o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que reassumindo a presidência estipulou o prazo de 7 (sete) dias para o envio da documentação solicitada. A Drª Kátia Christina Lemos, em virtude de colocações feitas pelo Deputado Moacir Micheletto, solicitou a palavra, esclarecendo os pontos suscitados. O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Raul Gonzalez Acosta que se ausentasse do plenário, e convidou o Sr. Noel Gonçalves Lemes para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos caso

quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Concluída a exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Dr. Rosinha), Moacir Micheletto, Wellington Fagundes, Antonio Carlos Mendes Thame, Edson Duarte e Dr. Rosinha, que solicitaram documentos à testemunha. O Sr. Presidente estipulou o prazo de 7 (sete) dias para o envio da documentação solicitada. B – Apreciação de requerimentos: O Sr. Presidente retirou os requerimentos de pauta, deixando para serem

deliberados na próxima reunião. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às vinte horas e cinquenta e nove minutos. E para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIODIVERSIDADE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0492/05	DATA: 03/05/05
INÍCIO: 14h51min	TÉRMINO: 20h58min	DURAÇÃO: 06h07min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 06h06min	PÁGINAS: 126	QUARTOS: 74
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA - Chefe da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores		
KÁTIA CHRISTINA LEMOS - Promotora de Justiça no Distrito Federal		
FRANCISCO SERRA AZUL - Delegado de Meio Ambiente da Polícia Federal		
RAUL GONZALEZ ACOSTA - Diretor do Jardim Zoológico de Brasília		
NOEL GONZALVES LEMES - Criador de Animais no Estado de Goiás		
SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.		
OBSERVAÇÕES		
Há intervenções inaudíveis.		
Há termos ininteligíveis.		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 19ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Solicito a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado, Deputado Dr. Rosinha.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata da reunião anterior permaneçam, por gentileza, como se encontravam. (*Pausa.*)

Aprovada.

Ordem do dia.

Em decorrência da aprovação de requerimentos de autoria do Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para ouvir o Sr. Hadil Fontes da Rocha Vianna, Chefe da Divisão de Meio Ambiente do Ministério de Relações Exteriores; o Dr. Francisco Serra Azul, Delegado de Meio Ambiente da Polícia Federal; a Dra. Kátia Lemos, Promotora de Justiça do Distrito Federal; o Sr. Raul Acosta, Diretor do Jardim Zoológico de Brasília; e o Sr. Noel Gonçalves Lemes, criador de animais no Estado de Goiás.

Convido para tomar assento à Mesa, na condição de convidado, o Sr. Hadil Fontes da Rocha Vianna.

Antes de passar a palavra ao expositor, solicito a atenção dos senhores presentes para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao orador será de 20 minutos. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Cada Deputado terá o prazo de 3 minutos para formular as suas considerações ou pedidos de esclarecimento, dispondo o expositor de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica para pelo mesmo prazo.

Esta reunião está sendo gravada, para transcrição das fitas, e por isso solicito que falem ao microfone, declinando antes do pronunciamento o nome, quando não for este anunciado por esta Presidência.

Concedo a palavra ao Sr. Hadil Fontes da Rocha Vianna.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA –

Muito obrigado. Boa-tarde. Eu, antes da mais nada, gostaria de agradecer ao Deputado Sarney Filho pelo convite que me foi formulado para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu diria, sinceramente, que para mim e para o Itamaraty é uma satisfação poder dialogar com os senhores a respeito de um tema transversal, do interesse da política externa, do interesse de meio ambiente, e que, enfim, reúne uma série de aspectos que devem ser explorados setorialmente ou globalmente, no caso da política externa, no âmbito das negociações das quais o Brasil participa. Eu chefo a Divisão do Meio Ambiente do Itamaraty, que é uma das unidades que se ocupa do tema, evidentemente, ambiental e do tema da biodiversidade, ao qual o tema da biopirataria está diretamente vinculado. Eu disse que a minha Divisão é uma das unidades porque esse tema todo, ele é respingado em outras unidades, como, por exemplo, a área de direitos humanos, a área da propriedade intelectual, a área comercial de produtos de base, enfim, a área consular, a área de imigração. Uma série de aspectos têm que ser examinados, como eu disse, cuidadosamente, porque implicam atividades no território brasileiro, atividades que devem ser vigiadas, monitoradas, no sentido de defender todos os interesses envolvidos. A biopirataria está ligada à biodiversidade, que é um tema ambiental. Como a Ministra do Meio Ambiente enfatiza sempre em seus discursos, o tema ambiental, ele é transversal aos interesses do País, e a biopirataria herdou essa característica de transversalidade. Portanto, talvez, observações que os senhores tenham muito específicas a respeito de temas pontuais deverão ou poderão ser respondidas e atendidas também por outros órgãos do Governo que tratam do assunto. Eu vou passar à exposição que preparei sobre o tema da biopirataria de modo geral, do ponto de vista das relações exteriores. Na minha divisão, a Divisão do Meio Ambiente do Itamaraty, são tratados temas relacionados com a atuação do Brasil em organismos internacionais que se consagram a negociações sobre vários temas de meio ambiente, principalmente a biodiversidade, o tema de recursos hídricos, o tema da desertificação, o tema das florestas. E eu digo isso porque, por exemplo, temas como a mudança do clima, resíduos tóxicos e outros temas setoriais não são cuidados nessa unidade que eu chefo. Algumas da infor-

mações solicitadas no ofício que me foi enviado são informações que eu tive que buscar em outras unidades. Por isso que eu repito que talvez algumas perguntas necessitem explanação posterior. Mas eu vou buscar o melhor possível para poder sanar dúvidas existentes. Dentre os organismos internacionais de que a minha divisão se ocupa, está a Convenção sobre a Biodiversidade, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e um outro organismo que está diretamente vinculado ao tema do comércio de espécies ameaçadas, que é a CITES, uma convenção sobre a qual eu vou expor um pouco mais, da qual o Brasil participa já há bastante tempo e no âmbito da qual o comércio de espécies ameaçadas de extinção é regulamentado internacionalmente. Portanto, senhores, do ponto de vista das relações exteriores, a questão da biopirataria no Brasil é tema de vital importância, que se reveste de caráter prioritário no que se refere ao seu tratamento por todos os segmentos da sociedade, principalmente esta Casa. Como é sabido, o Brasil abriga a maior cobertura de florestas tropicais e o maior reservatório de água doce do mundo. É ainda um dos países mais biodiversos do Planeta, com mais de 20% das espécies em seu território. E é a partir da percepção da riqueza de espécies e ecossistemas, em particular, na Amazônia, que se apresenta o importante debate sobre as possibilidades oferecidas por essa biodiversidade ao desenvolvimento social e econômico do País. Muito alegre ao Itamaraty a atenção dispensada pelos Parlamentares brasileiros ao tema da conservação e do uso sustentável de nossa biodiversidade, com o favorecimento de ações em prol da repartição justa e equitativa dos benefícios que resultem da utilização dos recursos genéticos brasileiros e dos conhecimentos tradicionais de nossas comunidades. A biodiversidade encerra de fato grande potencial, que precisa ser convertido em investimentos, desenvolvimento tecnológico, produtos ambientalmente mais saudáveis e, principalmente, em melhor qualidade de vida para as populações do País. O Brasil só terá a ganhar em termos de inserção internacional se esse potencial for aproveitado e os benefícios forem devidamente canalizados para sua sociedade e para a conservação do meio ambiente. Nos últimos 50 anos, a Biologia passou por uma revolução extraordinária, cujo marco foi a decifração do código genético e suas aplicações práticas a partir dos anos 70. As novas técnicas de manipulação associadas à biotecnologia possibilitaram melhor compreensão da importância da diversidade daqueles recursos, em especial para a produção de fármacos e para a indústria da alimentação. Essas técnicas não raro se beneficiavam de conhecimentos detidos pelas comunidades locais, que

utilizavam os recursos biológicos de maneira artesanal, para fins terapêuticos, de alimentação ou simplesmente de imagem pessoal. Daí a relevância do reconhecimento, na Convenção sobre Diversidade Biológica, de forma clara e insofismável, da soberania dos Estados sobre os seus recursos naturais, bem como a necessidade de que a cooperação internacional seja orientada a possibilitar a adequada utilização desses recursos pelos países que os detêm. A Convenção sobre Diversidade Biológica, aberta para assinatura durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, reconhece, em seu art. 15, os direitos soberanos dos Estados sobre seus recursos naturais, bem como a sua autoridade para determinar o acesso a recursos genéticos por meio de legislação nacional. Para países megadiversos como o Brasil, a regulamentação desse acesso é necessária para garantir a repartição de benefícios e o respeito aos direitos soberanos dos países de origem sobre os seus recursos genéticos. Esses direitos, assim como os direitos de povos indígenas e comunidades locais sobre seus conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, vêm sendo historicamente desconsiderados. Mais recentemente, Governo e sociedade civil de países megadiversos têm procurado denunciar e combater casos de biopirataria em que recursos genéticos e conhecimentos tradicionais são utilizados, ainda que sem autorização, por companhias de terceiros países, em geral desenvolvidos, sem que haja repartição dos benefícios econômicos auferidos com o seu patenteamento por empresas ou entidades estrangeiras. Devemos considerar, contudo, que a Convenção sobre Diversidade Biológica ainda é refém de uma visão anacrônica, agasalhada em alguns setores, de que os recursos biológicos e genéticos seriam recursos comuns, globais, ou *global commons*, isto é, não privatizáveis e de acesso livre e universal. Faço um parêntese em minha narração, a respeito de um recente incidente internacional, em que o Sr. Pascal Lamy, ex-Comissário europeu, se referiu à possibilidade de todos os recursos naturais serem considerados *global commons*, bens comuns, a que o Brasil se opõe firmemente. O Ministro das Relações Exteriores, em nota circulada em todas as Capitais onde temos embaixadas e missões, criticou essa posição, que é uma posição diametralmente oposta ao que pensam as Relações Exteriores a respeito dos recursos naturais em nosso território. A Declaração do Rio foi muito enfática, e o Brasil teve um papel fundamental na negociação dos princípios que dizem que os países são soberanos para tratar, conforme suas legislações, os bens naturais em seus territórios. O Brasil, juntamente com outros países megadiversos,

está buscando a repartição de benefícios advindos da exploração dos recursos genéticos, através de negociações no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica. O grupo dos países megadiversos, do qual o Brasil é fundador, é composto por 15 países em desenvolvimento, que, juntos, representam mais de 70% da biodiversidade do mundo, e foi formado justamente para possibilitar a esses países o estabelecimento de uma frente única de negociações. A repartição de benefícios pode ser um importante instrumento para o engajamento das sociedades e para angariar recursos destinados à implementação da Convenção. As regras dessa repartição ainda pendem de um consenso internacional. A importância do tema da repartição de benefícios e a pressão exercida por países megadiversos em desenvolvimento levaram, na Cúpula de Joanesburgo, à aprovação do único mandato negociador daquela cúpula, que foi dirigido à Convenção sobre Diversidade Biológica e segundo o qual será elaborado um regime internacional cujo objetivo será o da promoção e da salvaguarda da repartição de benefícios. As negociações encontram-se em andamento. Recentemente, em Bangkok, no início do corrente ano, reuniu-se o grupo de trabalho criado no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica para o tratamento do assunto repartição de benefícios. O Brasil compareceu. Eu chefei a delegação brasileira a esse evento, delegação integrada por diversos representantes de outros Ministérios: Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Ministério da Defesa. Tivemos a oportunidade de, junto com os países megadiversos, insistir na negociação de um princípio de regime internacional que contenha, que contemple os interesses brasileiros e dos demais países megadiversos. Não está sendo uma tarefa fácil. Essa negociação continuará no início do ano próximo, em Madri, e o Brasil espera poder, de uma maneira concatenada com outros países do mesmo interesse, alcançar um regime que seja satisfatório. Eu passaria rapidamente a tecer alguns comentários mais específicos sobre o tema da biopirataria. Como os senhores notaram, eu busquei focar a questão da biodiversidade e a participação do Governo brasileiro, via Itamaraty, nas negociações internacionais sobre o tema. Quanto à biopirataria, primeiramente é necessário destacar que o termo "biopirataria" não é oficial. Na realidade, ainda não existe um termo técnico, reconhecido mundialmente, para definir as atividades que costumeiramente chamamos de biopirataria. Essa indefinição é importante porque se compreende que ainda não há base comum para a condução desse assunto. Talvez os senhores não possam perceber com muita nitidez: "biopirataria" é um termo corriqueiro

ro, usado na imprensa, usado em literatura, mas juridicamente não existe, não existe um código sobre biopirataria, e não sei se em legislação, mesmo de outros países, já podemos definir “biopirataria”. Isso é uma arma para os países que não estejam interessados numa regulamentação sempre argumentarem que “*ah, biopirataria não está definido, então não podemos conversar com profundidade a respeito*”. Merece registro, a propósito, a preocupação da sociedade brasileira com recentes escândalos, como o caso de indivíduos que levavam espécies nativas brasileiras, ilegalmente, para o exterior, ou o registro inexplicável e espúrio de nomes de frutas amazônicas por empresas estrangeiras. Sobre o caso específico do cupuaçu, a Divisão de Propriedade Intelectual do Itamaraty e as missões do Brasil no exterior estão, de fato, empreendendo os esforços necessários para que o registro seja cancelado nos diversos escritórios patentários. O Governo brasileiro está movendo junto ao escritório marcário europeu ação de cancelamento do registro da marca. No Japão, organizações não-governamentais brasileiras, com o apoio do Governo brasileiro, já lograram cancelar o registro, conforme amplamente noticiado pela mídia nacional. O empenho do Governo e da sociedade civil contra o registro do cupuaçu reflete a indignação popular, que pode ser atribuída a outro efeito positivo da Convenção sobre Diversidade Biológica: a consciência de que os bens da biodiversidade têm valor estratégico e a necessidade de que eles sejam protegidos por uma legislação eficaz, que salvguarde os interesses nacionais e destine aqueles recursos ao bem-estar e ao avanço da sociedade brasileira. Casos como o do cupuaçu apenas comprovam e demonstram a urgência e necessidade, para países megadiversos com o Brasil, da implementação do objetivo de repartição de benefícios e da elaboração de um regime internacional que proteja os direitos dos países de origem. Nesse contexto, aliás, insere-se a questão do uso de conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, mantidos por povos indígenas e comunidades locais, como, por exemplo, os quilombolas. A Convenção sobre Diversidade Biológica também contém dispositivos com obrigações às partes referentes à repartição de benefícios com comunidades tradicionais quando acessados seus conhecimentos tradicionais. Em 2001, foi editada a Medida Provisória nº 2.186-16, com o intuito de regulamentar o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados e, ao mesmo tempo, proteger os direitos do Brasil, como país de origem, e dos povos indígenas e comunidades locais sobre seus conhecimentos tradicionais. A esse respeito, cumpre citar que um projeto de lei aprovado recentemente pela Comis-

são de Constituição e Justiça desta Casa deve igualar as punições impostas à biopirataria àquelas existentes por outras infrações ambientais no Brasil. O Projeto de Lei 7.211, de 2002, criminaliza o acesso e a remessa ilegais de patrimônio genético, impondo penas máximas que vão de 3 a 8 anos de reclusão. Com a aprovação desse projeto de lei, a biopirataria ganharia o *status* de crime ambiental. No entanto a legislação nacional não poderá, em muitos casos, alcançar o biopirata estrangeiro. Para que se coíba efetivamente a biopirataria e se assegure a repartição de benefícios na esfera internacional, não basta adotar legislação nacional ou criar instrumentos voluntários, como defendem os países desenvolvidos. É necessário que se adote instrumento multilateral que garanta os direitos dos países de origem. É nesse sentido que o Itamaraty vem atuando em foros multilaterais consagrados ao tema da biodiversidade, sempre em coordenação com áreas do Governo e da sociedade civil engajadas na busca de uma solução satisfatória de todos os interesses. Senhores, esses seriam os meus comentários preliminares sobre a questão da biodiversidade, a questão da biopirataria. Eu ainda teria, com o tempo que me resta, alguns comentários breves sobre uma das organizações, um dos foros nos quais o Governo brasileiro, por intermédio do Itamaraty e de outros setores, atua em prol, enfim, da defesa de interesses nacionais no que se refere ao comércio de espécies ameaçadas de extinção. Esse foro é a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Flora e Fauna Silvestres de Extinção. Eu diria que os excessos na exploração da biodiversidade mundial têm sido alvo de olhares temerosos de todo mundo há algumas décadas. Já nos anos 60, diversos países começaram a se preocupar com os problemas da má exploração da vida silvestre consumada pelo comércio internacional, fato que provocava uma rápida diminuição dos exemplares de muitas das espécies de animais e vegetais em todo o planeta. O texto da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Flora e Fauna Silvestres de Extinção, a CITES, foi então elaborado em reunião convocada pela União Internacional da Conservação da Natureza, durante a conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano, em Estocolmo, em junho de 1972. Atualmente 154 países ratificaram a Convenção e 160 fazem parte ativa dela. No Brasil, o Congresso Nacional ratificou o texto da CITES em 20 de agosto de 75, a qual entrou em vigor, o qual entrou em vigor em 18 de novembro de 1975. A atuação da CITES se restringe às transações que envolvem o comércio internacional das espécies animais e vegetais que se encontram em perigo de extinção, não levando em conside-

ração outros fatores de ameaça ou o comércio ilegal dentro dos limites nacionais. As espécies que sofrem o controle da CITES são definidas através de acordos entre as partes e listadas nos anexos I, II e III, de acordo com o grau de ameaça a que estão submetidas: o Anexo I da CITES inclui todas as espécies ameaçadas de extinção que são ou possam ser ameaçadas pelo comércio o comércio. O comércio de indivíduos dessas espécies é submetido a uma regulamentação particularmente rigorosa a fim de que não seja ameaçada ainda mais a sua sobrevivência. O comércio é autorizado somente em circunstâncias excepcionais. O Anexo II inclui todas as espécies que, embora atualmente não estejam necessariamente em perigo de extinção, e que poderão chegar a tal situação, a menos que o comércio de indivíduos de tais espécies esteja sujeito à regulamentação rigorosa, evitando exploração incompatível com sua sobrevivência. O Anexo III inclui aquelas espécies que requerem algum tipo de regulamentação para impedir ou restringir a sua exploração e que necessitam de cooperação das outras Partes para que seja feito o controle do comércio. O Brasil participa costumeiramente das reuniões bianuais da CITES, por meio de delegação brasileira, delegação chefiada pelo Itamaraty e integrada por representantes do Ministério do Meio Ambiente. Na última reunião, realizada em Bangkok, no período de 1 a 14 de outubro de 2004, o interesse da delegação brasileira concentrou-se nas negociações sobre espécie tais como o mogno, as orquídeas, as baleias minke, a merluza negra e os tubarões brancos. Tratando especificamente do caso do mogno – esse é um tema que vale a pena tocar porque deu muita dor de cabeça ao Itamaraty —, a título de exemplo, cumpre informar que, desde 2002, esta espécie, encontrada apenas no continente americano, esteve em evidência devido à proposta de sua transferência do Anexo III – aquele menos rigoroso – para o Anexo II, com um grau de rigor mais elevado. A proposta foi apresentada por Guatemala e Nicarágua, sendo contraposta pelo Brasil, que entendia que tal medida se poderia revelar contraproducente para o País. Na realidade, a exploração do mogno no Brasil envolvia uma série de comunidades. Ela não se limitava à exploração ilegal, ela tinha certas conotações que, ao ver do Governo brasileiro, pediram que o mogno continuasse no Anexo III. Por insistência de vários países, foi feita uma proposta de elevação do grau de rigor com que o mogno deveria ser tratado. Nós lutamos contra essa idéia, argumentando que não é porque o Brasil não quer proteger o mogno, o Brasil quer proteger o mogno e muitas outras espécies, mas o mogno, no caso brasileiro, merecia uma atenção especial, merecia um pouco mais de tempo, mas esses

esforços brasileiros não foram bem-sucedidos. A proposta foi aprovada, resultando em restrições adicionais para o comércio do mogno. Contudo, já há muito tempo o Brasil adotava, no plano interno, medidas para a proteção da espécie, estabelecendo sistemas de quotas para a exportação e exigências de plano de manejo para a exportação do mogno. Desde a inclusão do mogno no Anexo II da CITES, o Governo brasileiro adotou um conjunto de medidas na área legislativa, visando à conservação dessa espécie. Desde fevereiro de 2003, nenhum plano de manejo foi posto em execução. Eu termino, então, minha exposição, essa segunda parte mais específica sobre a CITES, porque, como disse, é um dos foros em que o Brasil tem atuação destacada e onde outros representantes do Governo brasileiro têm a oportunidade de intercambiar idéias com países que possuem interesses parecidos com os nossos. Agora, no que se refere... Eu creio que a mensagem principal da minha participação hoje nesta sessão, ela se dirige à questão de como resolver o problema da biopirataria. Os senhores devem notado na minha exposição que eu enfatizei a idéia de que não basta só a legislação nacional. Nós vamos sempre... Porque a questão da biopirataria, ela envolve terceiros parceiros, terceiros *status*, que muitas vezes não consideram a biopirataria da mesma maneira que nós. Então, não adianta só termos legislações eficazes melhores daquelas de que dispomos hoje em dia, nós temos que contar, o mundo tem que contar com um regime internacional de repartição de benefício, ou seja, de que maneira os benefícios advindos do acesso a recursos genéticos e a conhecimentos tradicionais dessas comunidades todas que o Brasil tem em quantidade na Amazônia, não só na Amazônia, mas no Nordeste, no Sul, enfim, em todo o seu território, de que maneira os benefícios econômicos advindos do acesso a recurso genético e a conhecimentos tradicionais podem se reverter em prol da conservação da biodiversidade. E, evidentemente, dessa maneira nós poderemos, sim, enfrentar a questão da biopirataria. Aí, sim, munidos de uma arranjo internacional que atenda a todos os interesses, principalmente daqueles países de onde saem os recursos genéticos e os conhecimentos tradicionais dos países de origem, nós vamos estar calçados para combater verdadeiramente esse crime que é a biopirataria. Encerro por aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Cumprimento o ilustre expositor e passo a palavra ao Relator, Deputado Casara, para as suas considerações.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente, eu vou fazer uma

pergunta de minha autoria e vou fazer uma pergunta também de autoria do Deputado Sarney Filho, que se encontra ausente em função do quadro de saúde.

Dr. Vianna, é sabido que, na realidade, os esforços do Ministério das Relações Exteriores têm sido muitos, em relação aos acordos internacionais, visando particularmente à saída irregular de material biológico. Particularmente, nós gostaríamos, esta CPI gostaria de saber de V.Exa. se existe alguma medida concreta, efetiva de ações do Ministério das Relações Exteriores dentro do continente sul-americano, particularmente aqui com a Bolívia, com a Colômbia, com o Peru, com a Venezuela, no sentido de contribuir para a proibição de retiradas de animais silvestres, particularmente os répteis.

Em recente atuação do IBAMA e da Polícia Federal, foi identificado que já há cerca de 2 ou 3 anos esses materiais continuam saindo dessas faixas de fronteiras e se encontram sendo vendidos em território norte-americano, livremente. Particularmente na cidade de Nova York têm ocorrido essas vendas ilegais. Minha pergunta é se o Ministério das Relações Exteriores tem feito alguns esforços no sentido de consolidar algum tratado de cooperação, tanto do ponto de vista do controle, do monitoramento, como também da pesquisa e de fomento para aquelas espécies que são endêmicas e que possam gerar alternativas em todas essas faixas de fronteiras já citadas.

Uma outra pergunta que eu faço a V.Exa. é de autoria do Deputado Sarney Filho. Ele consulta que medida o Governo brasileiro adotou em face da chamada Operação Mogno, que flagrou, em final de 2004, a exploração de mogno e outras espécies nobres de madeira por peruanos em terras da etnia Ashaninka, no Município de Thaumaturgo Ferreira, no Estado Acre. Pergunta o Deputado: não seria necessária uma ação diplomática junto ao Governo do Peru de modo a impedir novas incursões de estrangeiros em território nacional?

São as perguntas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Sr. Hadil Vianna.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Muito obrigado, Sr. Relator. Quanto à primeira pergunta, a respeito de acordos internacionais com países da região, visando especificamente ao tráfico de animais ou, enfim, de recursos genéticos que possam estar sendo comercializados ilegalmente em outros países. Eu, quando comecei a minha exposição, expliquei que sou Chefe da Divisão do Meio Ambiente do Itamaraty. O tema “biopirataria”, tráfico ilegal de recursos genéticos, ele é tratado em outras unida-

des também. Eu responderia a sua pergunta que eu desconheço tratados específicos sobre esse assunto, específicos. Eu conheço, por outro lado, acordos sobre meio ambiente, firmados com países da região, no âmbito dos quais, de maneira genérica, é tratado o tema do tráfico ilegal. Ou seja, existe um dispositivo num acordo com o Peru. Por exemplo, acordo entre o Governo brasileiro e o Governo peruano a respeito do meio ambiente, um tratado genérico, vamos encontrar referência, por exemplo, aos esforços no sentido de coibir o tráfico ilegal de espécies. Agora, se eu entendi bem a pergunta, o senhor quer saber se existe um tratado específico sobre isso. Eu desconheço. Agora, o que é importante deixar claro é que certas iniciativas também são tomadas diretamente entre órgãos do Governo brasileiro com seus homólogos de outros países. O Itamaraty, ele se ocupa de acordos do Governo brasileiro. O Itamaraty não se ocupa, por exemplo, de um memorando de entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente e um outro Ministério num país qualquer que seja. Por isso é que eu disse, como o tema é transversal, é bem possível que exista – eu teria que consultar o IBAMA a respeito disso – se existe algum acordo específico. Mas a minha resposta é de que a preocupação existe com relação ao tráfico ilegal de espécies de recursos genéticos, mas essa preocupação, ela refletida em dispositivos genéricos sobre o assunto em acordos bilaterais. Eu ia tratar, na resposta a essa pergunta, de um tema que foi levantado pela pergunta do Deputado Sarney Filho, que se trata, então, das atividades do Governo brasileiro no episódio da Operação Ashaninka. Eu me permito, inclusive, ler para os senhores a informação que eu trouxe ao me preparar para esta CPI: *“Recentemente, podemos acompanhar a prisão de madeireiros peruanos na fronteira do Acre com o Peru, em uma operação conjunta do IBAMA, da Polícia Federal e do Exército brasileiro, conhecida como a Operação Ashaninka. Tal operação foi resultado de uma longa fiscalização na área, que comprovou a suspeitas de que existem vários grupos de exploradores ilegais, bem organizados, em alguns casos, que através da força ou por meios ilegais, continuam a trabalhar em áreas de difícil acesso, explorando espécies de alto valor, como o mogno e o cedro. A denúncia apresentada pelo índios ashaninka é uma entre várias, e constituem reflexos também da complexidade do controle de fronteiras na região amazônica e conseqüentemente da dificuldade que o Governo encontra em impedir invasões e saques às reservas naturais brasileiras. Além da invasão de território e afronta à soberania nacional, os biopiratas cometem crimes ambientais pelo corte ilegal de madeira de alta valor econômica e pela abertura de extensos varadores*

no território nacional. O Governo brasileiro tomou as medidas cabíveis, no caso do comércio ilegal de madeiras na fronteira com o Peru. No entanto, como se trata de crime ambiental realizado possivelmente por pessoa jurídica não brasileira e como não foi observado em flagrante, durante a Operação Ashaninka, ato de corte ou trânsito de madeira, a legislação brasileira não alcança os biopiratas. Há apenas a possibilidade de tramitação diplomática entre Brasil e Peru para solução do caso, visando a uma possível indenização por parte do Governo peruano, como forma de reparar os prejuízos causados à Nação brasileira". Essas observações corroboram o que disse anteriormente a respeito da necessidade não só de dispormos de legislação interna mais rigorosa com relação a esse crime ambiental da biopirataria, mas como também, no âmbito externo, contarmos com o mecanismo que nos permita, com o tempo, enfrentarmos o crime da biopirataria. Para tentar dar um pouquinho mais informações sobre os contatos com o Peru, recentemente, os senhores devem saber que o Brasil mantém com vários parceiros, com vários países, mecanismos de consultas bilaterais. No caso do Peru, existe até... É mais sofisticado. Temos um grupo de consulta específica sobre questões do meio ambiente. A questão do mogno, a questão dos madeireiros peruanos foi levantada. Está sendo estudada a possibilidade, talvez, de uma criação de uma zona de exclusão na área de fronteira, para ver se é possível, tanto a polícia peruana quanto a polícia brasileira e o Exército brasileiro terem uma participação mais ativa no controle dessas atividades ilegais. Agora é importante de que o Parlamento saiba de que medidas estão sendo tomadas, ou seja, na área diplomática, o Itamaraty tem colocado como prioridade, no que se refere às relações com o Peru, o caso do mogno, o caso dos madeireiros ilegais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Hamilton Casara, por favor.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de aproveitar ainda mais a participação do Dr. Vianna.

Gostaria de saber, Embaixador, se o tema ambiental, o tema da proteção do meio ambiente não teria necessariamente que ter tratamento igualitário a outros temas importantes, como o comércio, por exemplo, junto ao Ministério das Relações Exteriores. É uma pergunta que lhe faço, porque nós temos visto, na prática, na realidade, um discurso muito bonito. Na teoria, temos visto um discurso bonito, mas, na prática, nós temos visto efetivamente instituições caindo aos pedaços, como por exemplo, neste momento em que nós estamos nesta audiência, a Polícia Federal se

encontra sem condição alguma de dar continuidade à Operação Roosevelt, que trata da exploração ilegal de diamante dos índios cintas-largas. Desde o início do ano, a Polícia Federal vem agüentando, a duras penas, naquela região, detendo os conflitos que já ocorreram. E poderão ocorrer mais conflitos. E não vemos efetivamente, em que pese a credibilidade que se tem no nome da Polícia Federal, do Exército, não estamos vendo as condições de estrutura dessas instituições para desenvolver um trabalho de monitoramento ao longo de toda a fronteira brasileira. Particularmente da etnia ashaninka, lá no Estado do Acre, continuam novamente, em que pese a ação importante da Polícia Federal e do IBAMA, faltam recursos para que essas instituições continuem a dar manutenção e continuam saindo ilícitos ainda daquela região.

Eu gostaria de apresentar a sua passagem aqui, entendendo que, recentemente, o Governo brasileiro com o Governo peruano assinaram importantes acordos no campo do comércio e que foram muito importantes. Mas não estamos vendo evidentemente essa musculatura na pauta ambiental.

Se nós formos, por exemplo, aos Estados Unidos, na região de Nova York, mais precisamente na região de Manhattan, nós vamos encontrar produtos brasileiros sendo vendidos a céu aberto, produtos que estão saindo das nossas fronteiras do Brasil com a Colômbia, do Brasil com a Venezuela. Se nós formos para a Suíça, nós vamos verificar que, nas proximidades de Zurique, existe laboratório recepcionando material saído ilegalmente do nosso País. Se nós formos para a Espanha, da mesma forma, em Madri, vamos encontrar produtos brasileiros sendo vendidos, que saíram irregularmente no Brasil. Então, o que nós gostaríamos de saber de V.Exa. se não está na hora de nós termos uma célula mais efetiva e com grau de importância com outras células, como, por exemplo, a do comércio na estrutura do Ministério das Relações Exteriores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA

– Muito obrigado, Deputado, mais uma vez, pela pergunta. Deputado, eu sou suspeito, porque eu trabalho na área do meio ambiente e acho que tinha que ser a área mais importante do Ministério. Deixando a brincadeira de lado, a área do meio ambiente é uma área que recebe do Ministro das Relações Exteriores atenção considerável. Atuando na Divisão do meio ambiente, eu tenho contato com essa realidade que o senhor mencionou. Tenho certeza de que os funcionários do Ministério do Meio Ambiente me apoiariam ao dizer que o IBAMA, por exemplo, poderia contar com uma série de recursos, a fim de poder melhor participar desse assunto que nós estamos cuidando aqui, do combate

à biopirataria. Isso é óbvio. A Polícia Federal, idêntico. O Itamaraty, como nós não tratamos de operações *in situ*, como nós cuidamos de negociações internacionais, eu não quero bancar o politicamente correto e dizer que tudo está a mil maravilhas, mas há uma divisão da atenção do Ministro em relação à área do meio ambiente. O comércio é muito importante, mas a nossa área é uma área que conta com efetivo, dentro os poucos recursos urbanos que o Ministério têm, nós contamos com uma boa parcela de diplomatas atuando nas 3 divisões que integram o Departamento do Meio Ambiente e Tema Internacionais. A minha Divisão é a Divisão do Meio Ambiente. Temos a Divisão de Políticas Ambientais e Políticas Ambientais e Desenvolvimento Sustentável. E temos a Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço. Deputado, nós participamos intensamente de negociações internacionais. É um *tour de force* para todos nós que estamos envolvidos nessas negociações, o que nos obriga, Deputado, a um esforço constante de atualização e de conhecimento de temas técnicos, complicados, sobre os quais nós temos de negociar em nome do Brasil. A área do meio ambiente, no Itamaraty, ela sempre esteve em relevo desde, eu diria que esse relevo se intensificou com a realização no Brasil, em 1992, com a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. Desde então, a pasta ambiental, no Itamaraty, é uma pasta de bastante prestígio. Os chefes das unidades que estão nessa área são pessoas que contam com o reconhecimento de toda a casa, no que se refere à sua competência, no que se refere à sua capacidade de negociação. E, repito, o esforço tem sido muito grande no sentido de cobrir e atender todas as necessidades que nos são impostas. Se o senhor me perguntar de uma maneira geral o que eu acho a respeito da... eu sempre vou, repito, estando na área, eu sempre foi considerar importante os esforços, em função ou em prol de atendimento dos interesses na área do meio ambiente, que sejam atendidos. Se a estrutura puder ser melhorada, eu ficaria ainda mais contente. Mas eu estaria sendo injusto se dissesse que, no Itamaraty, a área de meio ambiente é colocada em segundo plano. Realmente, não é o caso. No que se refere ao Governo em geral, eu precisaria conhecer melhor a situação dos outros órgãos, mas, pelo o que se ouve, pelo o que se tem conhecimento até na própria mídia, muitos órgãos necessitariam estar melhor equipados para poderem enfrentar os desafios que sempre aparecem. A área do meio ambiente é a área dos desafios. É, na área do caso brasileiro especificamente, nós temos quase 50% do território nacional coberto por florestas nativas. Vigilância, monitoramento dessa área, atendimento de todos os problemas que acontecem é um trabalho her-

cúleo. Teria que haver, eu imagino, uma estrutura muito maior, para que nós pudéssemos atender da melhor maneira possível. No que se refere ao meu Ministério, claro que seria bem-vinda uma melhoria das situações em que nós vivemos, talvez com mais funcionários, estarmos mais capacitados de atendermos à agenda internacional. Mas o que eu posso lhe dizer é que isso não acontece em detrimento da atenção do Ministro de Estado ao tempo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pela ordem de inscrição, primeiramente o Deputado Moacir Micheletto, em seguida, o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Dr. Vianna fez sua palestra e, durante as respostas, às vezes, já tem respondido algumas coisas que eu vou colocar aqui.

Sabemos que o cenário do mundo, hoje, depois do Protocolo de Kyoto, o cenário e os personagens mudaram em termos de meio ambiente. E V.Sa. enfatizou bastante que uma ação para combater a biopirataria seria uma ação em conjunto entre outros Estados, entre outros países. E V.Sa. também enfatizou que está muito mais ligado ao meio ambiente do que à biopirataria. Ao menos eu posso entender dessa forma. Quer dizer, o seu foco é mais o meio ambiente.

Eu perguntaria o seguinte: visto o cenário e os personagens hoje e, quando estamos discutindo a Amazônia aqui, para nós, brasileiros, estamos discutindo a Amazônia é o bioma da Amazônia na Amazônia brasileira. Acho que aquilo que o Deputado Hamilton Casara falou agora é que nós temos que ter uma concepção de Amazônia como um todo. Quer dizer, uma ação parlamentar, uma ação de governo na Amazônia como um todo. Porque não basta o Brasil tentar ter suas soluções e, se nós sabemos que nossos vizinhos não cumprem e sabemos que tem uma divisa seca de muitos quilômetros neste País.

A pergunta que eu faria ao Dr. Vianna, feita a sua brilhante palestra e tendo a concepção do Itamaraty a respeito disso, é o que está sendo feito mesmo pelo Ministério de Relações Exteriores quanto a esse conjunto de coisas que o senhor colocou, de Governo e a Governo, e Parlamento de a Parlamento. Como o Parlamento poderia influenciar nessa loucura que está acontecendo, em vista do que Hamilton Casara colocou que em lá em Bruxelas ou lá nos Estados Unidos ou em qualquer lugar, nós estamos vendo lá, ao vivo, o nosso patrimônio genético sendo negociado – e sem uma ação nossa. Eu queria saber que concepção têm os Embaixadores, a política, veja bem, do Ministério das Relações Exteriores, quanto àquilo que o senhor

colocou, porque eu acho que é importante esse enfoque de que tem que ter uma ação conjunta interestados.

Uma outra pergunta que eu faria: eu queria saber apenas qual é a visão e qual é o comportamento que o Ministério das Relações Exteriores tem quanto a essa avalanche de ONGs que nós temos, veja bem, principalmente na Amazônia. Que concepção tem? Nós sabemos que há ONGs importantes que vêm e ajudam. E se por trás disso não existem ONGs que estão aí a fazer aquilo que nós colocamos até agora há pouco, de levar o nosso patrimônio genético lá para fora, encoberto até por essa legislação. O que pensa o Ministério das Relações Exteriores, o que o Governo pensa em cima dessa situação?

E a outra pergunta, eu acho que cabe ao Ministério das Relações Exteriores, e V.Sa., como coordena no Ministério o plano do meio ambiente, se não deveríamos fazer uma agenda internacional. A pergunta que eu faço: é possível isso? Visto que eu falei do cenário, dos personagens diferentes, visto o Protocolo de Kyoto existente hoje, se não haveria condição de fazer uma agenda internacional da Amazônia, não a Amazônia brasileira, mas da Amazônia, colocando alguns enfoques, visto o que levantamos aqui e já estamos não sei com quantas audiências públicas levantando, mas estamos dando muito enfoque dentro da porteira. Acho que temos que dar aquilo que Hamilton Casara colocou agora há pouco, temos que dar um enfoque muito maior fora da porteira.

Seriam essas as minhas observações.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Obrigado, Deputado, pelas suas perguntas extremamente pertinentes. Espero poder respondê-las adequadamente. Quando eu mencionei a questão da repartição de benefícios, enfoquei a idéia que nós temos de que a biopirataria internacionalmente só vai poder ser realmente combatida o dia que nós tivermos esse tal de regime internacional de repartição de benefício de acesso a recursos genéticos e conhecimentos adicionais. Para isso já estamos empenhados, já tem uma negociação em andamento. Como eu disse, já participei em Bangkok recentemente da reunião do grupo de trabalho internacional com uma série de países, onde nós estamos lutando, de um lado o Brasil e outros países megadiversos, países que têm essas... enfim, que são detentores importantes de biodiversidade; de outro lado, países desenvolvidos. Estamos aí nos enfrentando e cada um jogando sobre a mesa seus interesses, tentando concatenar, uns impondo um pouco mais, nós nos defendendo, esperando que daqui a algum tempo, não sei, um ou dois anos, esse regime saia e que saia de acordo com a vontade não só do Brasil, para ver esse grupo grande de países, megadiversos.

São 15 países, 70% da biodiversidade mundial. É muita coisa. Esse mecanismo vai ser muito importante. Se nós conseguirmos que ele saia do jeito que nós e os megadiversos queremos, esse mecanismo vai efetivamente começar a enfrentar a situação – que nós todos criticamos – espúria de remessa de nossos recursos genéticos para o exterior. Aí o senhor mencionou o que o Brasil está fazendo ou que as Relações Exteriores estão fazendo em termos de organizar esse esforço no âmbito da Amazônia. O senhor tentou dar razão à Amazônia não só brasileira, pois há vários outros países com a maioria dos quais nós temos fronteira e que têm os mesmos problemas, enfrentam os mesmos problemas e têm os mesmos interesses que nós. Existe, Deputado, uma organização que se chama OTCA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Antes era só o tratado, hoje em dia esse tratado foi elevado ao *status* de organização. Trata-se de um organismo internacional do qual o Brasil faz parte junto com seus colegas amazônicos. Nesse âmbito, existe uma série de atividades, de campos de atuação, de propostas de ação que podem ser tomadas com vistas a tratar esse assunto, não só biopirataria, mas tudo que envolve a Amazônia é tratado. Recentemente, houve em Manaus uma reunião de Ministros. Eu estive presente, o Ministro Celso Amorim presidiu a reunião, e foram tomadas várias decisões. Uma delas se refere à criação, no âmbito da OTCA, de uma reuniões de Ministros, ou seja, fóruns de alto nível que tratariam de assuntos setoriais. Então, um fórum sobre agricultura, um fórum sobre o comércio e um fórum sobre meio ambiente. Então, aí todos esses assuntos serão contemplados, independentemente do tratamento bilateral que o Brasil tenha, por exemplo, com o Peru, com quem estamos tendo problemas com madeireiros. Portanto, vamos continuar conversando com o Peru, mas por que não levar o assunto para a OTCA? Porque, como o senhor bem disse, os interesses lá dentro são similares. Então, de repente, a nossa diferença com o Peru pode servir para elucidar problemas entre países amazônicos, entre eles ou deles conosco. Não sei se respondo a sua pergunta, mas existe um foro atualmente para isso. E o Brasil tem a mão bem pesada nessas iniciativas. Quero dizer que são de iniciativa do Brasil as idéias que surgem nas relações exteriores. Para o senhor ter uma idéia, a sede do OTCA era aqui em Brasília, funcionava no meu Ministério, agora que foi para uma sede própria. E isso, Deputado, tem implicações políticas e diplomáticas muito significativas, o fato de haver um organismo internacional que cuide da Amazônia e nos permita ter acesso a uma série de facilidades, por exemplo, no Banco Mundial; ou atuarmos em conjunto em temas de interesse de todos os

países da Amazônia. A elevação de um tratado de foro pequeno ao *status* de organismo internacional tem sua repercussão na comunidade internacional. Então, Deputado, já existe essa preocupação e existe já um foro, no caso da Amazônia, que é a OTCA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. A segunda pergunta que o senhor fez se refere a essa atuação de vários atores na Amazônia. Eu sou Governo, então trato com organismos governamentais e com compromissos governamentais. Sobre as Organizações Não Governamentais, eu não sei se eu sou a melhor pessoa para falar a respeito da atuação delas, porque desconheço muitas. Sei que existem as mais conhecidas – WWF, Greenpeace – na Amazônia, enfim, elas atuam quando surge um assunto muito específico. Agora, o que eu posso lhe falar a respeito disso é da preocupação do Governo. Eu trato de um tema na minha divisão que tem a ver – o senhor desculpe se estou fugindo um pouco da sua pergunta, pois o senhor falou em Organismos Não Governamentais – com as relações com os Estados Unidos. Na minha divisão eu cuido de um tema que tem a ver com a participação dos Estados Unidos em pesquisas científicas na Amazônia. Essas pesquisas, até recentemente, ainda estão ocorrendo em nível interinstitucional. Ou seja, entre o INPA, Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas e a NASA; entre o INPA e a Smithsonian Institution. O Governo quer acabar com isso. Agora, a proposta que estamos negociando – e sou o negociador brasileiro para isso, o que me dá enorme dor de cabeça, mas tenho de ir lá convencer os americanos a aceitarem a nossa posição – no sentido de que não queremos mais tratamentos em nível de instituição, nós queremos tratamento em nível de Governo. Agora, tudo o que se refere à Amazônia – essa é a situação ideal, vamos chegar lá – tem que ser objeto de acordo entre governos, não é mais entre a NASA e o INPA, tem que ser entre o Governo brasileiro e o Governo dos Estados Unidos. Isso não é uma tarefa fácil. Para quem está acostumado a tratar em nível interinstitucional, resolvendo seus problemas entre instituições, passar desse nível para um nível de governo, repito, não é fácil. Agora, eu estou dizendo isso para mostrar ao senhor a preocupação do Governo. Desde o Governo anterior, e principalmente no Governo atual, a preocupação com a Amazônia tem sido muito elevada, e no Congresso também. O Congresso é bastante vigilante no que se refere a esses acordos. A propósito, eu aproveito a oportunidade para dizer aos senhores que espero concluir com sucesso essa negociação e trazer à apreciação dos senhores acordos detalhados a respeito dessa parceria com os Estados Unidos, na Amazônia. Então, eu não sei se chego a responder a sua

pergunta toda. Com relação às ONGs, nós temos evidentemente preocupação com uma atuação descontrolada. Agora, eu não saberia dizer ao senhor se essa atuação de ONGs lá é descontrolada. Com relação a Governos, posso lhe garantir que a preocupação é de total controle pelo lado brasileiro; controle, vigilância e monitoramento, não no sentido de prejudicar, de terminar, mas se for necessário faremos isso. Porque acesso a recurso genético cada vez mais é um tema estratégico, e nós não podemos deixar que esse tema seja tratado em níveis mais secundários na hierarquia do Governo. E com relação a sua terceira pergunta, sobre se o Brasil poderia propor uma agenda internacional da Amazônia, eu creio que o caminho é exatamente esse OTCA. É lá dentro que nós vamos explorar todos os nossos problemas, tentar resolvê-los e buscar estratégias conjuntas. E isso se encaixa muito bem, como os senhores sabem, na atual estratégia das relações exteriores no sentido de fortalecer os vínculos na América do Sul. A Amazônia é na América do Sul, portanto se encaixa nessa visão do Ministro Celso Amorim. E um exemplo da Agenda Amazônica, de que podemos aproveitar o âmbito amazônico para continuar atuando bem lá fora, vai acontecer agora em maio. Não sei se os senhores sabem, mas em maio vai ocorrer em Nova Iorque, nas Nações Unidas, uma negociação fundamental: é a quinta negociação do foro das Nações Unidas sobre florestas, e o Brasil é uma das estrelas. E já vamos levando para essa negociação um entendimento prévio, cozinhado e assado no âmbito da OTCA. Já vamos chegar lá com pelo menos 6 ou 7 países compartilhando as nossas preocupações e, dessa maneira, galgar para uma aceitação maior, que seria no âmbito do grupo dos 77, ou seja, dos países em desenvolvimento, para tentar fazer com que os nossos interesses prevaleçam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, o Deputado Dr. Rosinha, por favor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dr. Hadil, aqui nesta Comissão tomamos conhecimento de que no Brasil não há mais exemplar da arara azul, que todas elas estão com um xeque do Catar e que ele demonstrou a disposição de reintroduzi-las novamente em nosso País. Não há Embaixada do Catar no Brasil. O Ministério das Relações Exteriores está tratando desse tema? Se está, de que forma? Queremos saber se voltaremos a tê-las ou não.

A segunda questão: há alguns estrangeiros já identificados como contumazes criminosos no tráfico de animais e na biopirataria. No entanto, eles continuam voltando e saindo do País normalmente. Que medidas poderiam ser adotadas na imigração para

impedir isso? Porque eles entram como turistas, não como estudiosos ou cientistas. O que poderíamos fazer para isso? No entender do senhor, há necessidade de uma nova legislação?

O Deputado Moacir Micheletto citou a questão das ONGs, que é bastante interessante. Nós aqui, por exemplo, estamos investigando uma delas, a Amazon Conservation Team. Já recebemos denúncias e estamos buscando documentos. No entanto, há algumas com fortes indícios de que cometem crimes, outras colaboram, a exemplo da que se opôs ao patenteamento do cupuaçu. Foi uma ONG que tomou essa iniciativa, pelo menos é a informação que tenho. O Ministério das Relações Exteriores nesse caso não estava à dianteira, que eu saiba; se eu estiver errado, corrija-me. Há algumas outras patentes em nível internacional, alguns produtos. O Ministério das Relações Exteriores tem feito negociação ou ações judiciais? Se tem, quais são? Para a gente não ficar a reboque de ONGs, como foi a minha impressão na questão do cupuaçu.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria fazer um complemento a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Edson Duarte.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – É só um complemento feito pelo Deputado Dr. Rosinha. No caso da ararinha azul, não houve um esforço das autoridades do País para impedir o tráfico desse animal, animal único do Brasil, só existia no Brasil, até restar um único exemplar que, na solidão, acabou morrendo. Ficamos sem nenhum exemplar em liberdade no Brasil. Então, se não há agora, talvez até como uma forma de compensação, um esforço no sentido de criar mecanismos que possam fazer com que esses animais, alguns exemplares, possam retornar e sofrer um trabalho logicamente de adaptação, porque esse animal ocorria em uma única região também no Brasil, por coincidência na minha terra natal, lá no norte da Bahia, às margens do Rio São Francisco. E a última questão é se há algum acompanhamento do Governo brasileiro, através do Ministério das Relações Exteriores, em relação às informações divulgadas lá fora de terras, de animais do Brasil. Se há algum acompanhamento, algum monitoramento, porque soubemos que terras da Amazônia têm sido oferecidas lá fora, grandes extensões de terra. Então, nós gostaríamos de saber se há algum trabalho, algum monitoramento permanente acontecendo a esse respeito. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Dr. Vianna.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA

– Obrigado, Presidente. Senhores, quero deixar claro que eu respondo pelas Relações Exteriores. Algumas perguntas que foram feitas talvez pudessem ser melhor respondidas pelos órgãos diretamente envolvidos, no caso, a Polícia Federal. Mas vamos ver se, comentando cada uma, talvez eu consiga elucidar; se for necessário, nós voltaremos a conversar. Deputado, eu desconheço sobre as ararinhas do Catar. Eu li na imprensa. Não me passou pela Divisão do Meio Ambiente nenhuma notícia ou nenhum pedido com relação a isso. Talvez o IBAMA possa responder melhor. Não temos Embaixada, mas isso não é problema. Normalmente nos países onde nós não temos Embaixada, ou melhor nos países próximos àqueles onde nós não temos Embaixada, elas são cumulativas. Então, seguramente, o Catar, se não me engano, eu teria que olhar na lista, mas deve estar com a Arábia Saudita. Deve ser cumulativa com a Arábia Saudita ou com o Kuwait. Enfim, isso não seria problema para uma ação diplomática brasileira. Se no caso do Catar está havendo algum contato governamental no sentido de devolver as ararinhas, eu posso dizer que já existem antecedentes com outros governos. Não no caso de ararinhas azuis, mas das araras-de-lear, são as araras normais. As araras-de-lear. Desculpem-me a pronúncia.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Na região de Canudos. Também um animal ameaçado de extinção. Mas tem algo em torno de 100 exemplares na natureza.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA

– Exatamente. No caso nós já tivemos denúncias. O Itamaraty foi investigar e esse trabalho serviu de ponte para os contatos com o IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, com vistas à repatriação. O que está pendente atualmente são as araras-de-lear em Londres. O próprio governo britânico apreendeu. Eu tenho algumas informações mais específicas de um senhor que estava contrabandeando, e elas estão lá sendo cuidadas. E hoje mesmo falei com a nossa Embaixada em Londres. Elas estão se submetendo a exames de sangue para regressarem ao Brasil. Aí entra o Itamaraty. O Itamaraty não pode fazer muito mais do que isso. O nosso trabalho é fazer contato com as autoridades estrangeiras da melhor maneira possível, é claro. Chegamos lá, perguntamos o que o senhor precisa e tal. Precisa de um técnico do IBAMA? Chama o IBAMA. IBAMA, preciso de um técnico aqui. Venha verificar se esse exame está sendo feito mesmo ou se não estão aproveitando o sangue das ararinhas para separar o recurso genético e clonar mais tarde, quem sabe, das araras-de-lear. Mas, em resumo, o que eu quero dizer é que o Itamaraty não fica, de maneira nenhuma, in-

diferente. Ele faz o seu papel de contato com as autoridades competentes dos governos que têm animais para serem repatriados. Ou dos governos onde estão ocorrendo crimes de biopirataria.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dessas ararinhas azuis, não tem conhecimento delas o Itamaraty?

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Eu desconheço. Na minha divisão, desconheço o caso do Catar. Eu teria que consultar. Talvez o IBAMA. O IBAMA tem uma seção de fauna e talvez pudesse me responder com mais detalhes. Mas hoje, se o senhor me perguntar qual é a situação das ararinhas do Catar, eu não saberia lhe responder. Eu teria que me informar. Eu posso responder sobre as araras em Londres e os casos de Cingapura.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Na questão das ararinhas, Presidente, vamos ver o que temos de informações e passá-las ao Ministério das Relações Exteriores, até que ele possa atuar.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – A sugestão é excelente, porque, como eu lhe disse, mesmo que não tenhamos embaixada, via nossa embaixada cumulativa, nós podemos fazer contato. O senhor perguntou sobre a questão da legislação a respeito da saída de... ou que iniciativas o Itamaraty estaria tomando para melhor controlar essas saídas contumazes de recursos genéticos? Por criminosos, exatamente. Aí, Deputado, mais uma vez, a Polícia Federal seria o melhor órgão, é quem teria que tomar ou sugerir as medidas. O Itamaraty ajudaria, enfim, no que fosse necessário em relação a outros países na implementação dessas iniciativas sugeridas pela Polícia Federal. Sinceramente, não me ocorre o que sugerir: controle na alfândega, policiais, câmaras de raio x, não sei. Os experts, os especialistas são os policiais federais. Agora, o que a Polícia Federal determinar, o que for determinado pela Polícia Federal, evidentemente, o Itamaraty irá colocar em prática e se coordenar com a polícia para tanto. Bom, aí o senhor me perguntou sobre casos de patenteamento, a exemplo do que ocorreu com o cupuaçu. É bom deixar claro, Deputado, que o patenteamento em si não é um crime. Patenteamento é uma atividade que tem que seguir uma série de trâmites, tem um ritual. O patenteamento não é ilegal. Existe uma organização mundial, é a OMPI que cuida disso. Agora, eu acho que a preocupação nossa, como o senhor bem disse, é nos adiantarmos – e não é só o Itamaraty, eu digo todo o Governo brasileiro – e estarmos atento para que empresas estrangeiras não venham patentear produtos que nós deveríamos correr e patenteá-los primeiro. Agora, o senhor me perguntou se têm outros casos. Tem um caso sim, eu

me informei antes de vir para cá. Se o senhor me permite, por favor, tem o caso do sapo cambô e da copaíba. O sapo cambô, eu não sabia disso, mas eles foram estudados e há algumas substâncias contidas nesse animal que seriam patenteadas para utilização principalmente na área de medicamentos. Então, no caso, esses também são casos iguais ao cupuaçu. Aí sim o Itamaraty atua. Nós temos, como eu disse no início, mais uma área do nosso Ministério que se ocupa também de temas vinculados ao meio ambiente, que é a divisão de propriedade intelectual. Inclusive essa divisão atua diretamente junto aos governos dos países e junto às empresas que patentearam, no caso do cupuaçu, agora o sapo cambô e a copaíba, mantendo contatos, contratando advogados, atuando diretamente em nome do Governo brasileiro. Então, eu não sei se respondo sua pergunta, não só o cupuaçu, mas também esse animal que eu desconheço, que é o sapo cambô e esse outro produto, que é a copaíba. E esses casos, Deputado, são emblemáticos, porque eles provam, mais uma vez, que a gente precisa de um regime internacional de repartição de benefícios. Só quando o mundo dispuser de um regime em que dinheiro que for auferido com patenteamentos e comércio de produtos puder ser distribuído de maneira eqüitativa, de maneira justa, é que o crime da biopirataria vai poder ser bem enfrentado. Eu acho que o Deputado me fez mais uma pergunta. Sobre as araras azuis eu respondi parcialmente.

(Intervenção inaudível.)

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Perfeito. Deputado, monitoramento, assim, um sistema de controle, o Itamaraty não tem. Não existe esse... O que existe... Nós estamos abertos aos contatos. Então, denúncias, no caso desse senhor inglês que foi condenado, inclusive. Ele está cumprindo pena e multa de não sei quantas mil libras. Quando os fatos ocorrem, o Itamaraty é acionado. Então, mantemos... São as denúncias. O próprio Governo denuncia. No caso, o Governo britânico denunciou: *“Olha, está acontecendo isso”*. O Itamaraty entra imediatamente na história, contacta os órgãos nacionais, enfim, repito, fazemos o nosso trabalho, que é manter o vínculo, manter o assunto em andamento. Agora, se o senhor me perguntar se existe um sistema, com funcionários designados, digo que não, não temos. São os diplomatas que trabalham na embaixada no país tal que vão tomar agilmente as providências necessárias. O senhor talvez pudesse sugerir: mas isso poderia ser, então, motivo de criar um sistema. Concordo, eu acho que não só para isso, para várias outras coisas importantes do relacionamento bilateral. Mas eu posso lhe garantir... Na minha divisão, eu tenho mantido contatos sobre

esses assuntos com os meus colegas que estão nas embaixadas, seja em Cingapura, no caso das araras-de-lear, que também foram apreendidas lá... No caso do Catar, não. Desconheço comunicações a respeito. Quanto a Londres, as últimas informações, que eu já passei aos senhores, é de que estão sendo feitos exames nos animais para ver se eles adquiriram algum vírus na quarentena, antes de voltarem ao Brasil. Enfim, no caso, o Deputado Dr. Rosinha perguntou sobre lista de biopiratas. O Itamaraty pode entrar, sim, chegar junto ao Governo britânico, solicitar à Scotland Yard, que seja, qual é a lista, informar ao IBAMA, informar ao Ministério do Meio Ambiente. É o nosso papel, é o nosso trabalho, não é nada de diferente. Eu acho que é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, Deputado Dr. Francisco Gonçalves.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados... Dr. Vianna, como você bem expressou no início da sua fala, o termo “biopirataria” não é um termo novo, mas também ainda não existe um termo conceitual sobre a biopirataria. Quando há posse de uma propriedade intelectual, como ocorre através de organismos internacionais, que vêm aqui e apoderam do conhecimento dos nativos, dos índios ou de comunidades, esse termo passa a se chamar “biogrilagem”, porque eles estão adquirindo um conhecimento de décadas e décadas, de centenas de anos. E você se expressou muito bem quando disse que só vai ter um final feliz quando houver uma distribuição do poder econômico, privilegiando todas essas comunidades envolvidas. Quando, por exemplo, sai aqui da América a cocaína, a maconha, existe, através dos organismos internacionais, das polícias internacionais, uma fiscalização muito grande. No caso em que há uma transferência de conhecimentos genéticos de biodiversidade brasileira, de genes que vão trazer vantagens para esses países, você, através do Itamaraty, pensa que esses órgãos fiscalizadores teriam o mesmo empenho? Ou não? Teriam a mesma convicção de defender, no caso, o país que está perdendo, através de um roubo genético, nós podemos dizer assim? Eles teriam essa mesma intensidade de fiscalização? E outra coisa importante que eu quero dizer. Através das florestas brasileiras, quando ocorre um desmatamento, como o que nós temos visto aí, grandes queimadas, nós sabemos também que estamos eliminando a vida ali, não dando condições de haver uma sobrevivência de determinadas espécies. Isso não ocorre só no Brasil, ocorre em grandes partes do continente como um todo, queimadas e queimadas. E, às vezes, eu fico até por entender, se o IBAMA conce-

de uma licença para uma queimada e essa queimada foge do controle daquela empresa ou daquele indivíduo que pediu essa queimada, ultrapassa esse limite e causa uma verdadeira devastação nas florestas brasileiras, como que o Itamaraty vê isso como um órgão internacional? Muito obrigado.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA

– Obrigado, Presidente. Bom, com relação... Gostei muito do termo que o Deputado usou: “biogrilagem”. Perfeito, é exatamente a noção que a gente tem, porque já não estamos falando mais do recurso genético em si, estamos falando de um outro bem tão importante quando o recurso genético. Não é o sapo cambô, não é o cupuaçu. É o conhecimento tradicional, é o conhecimento do indígena, do quilombola, da comunidade ribeirinha, enfim, do amazônica, no caso da região amazônica. Isso também ocorre na Mata Atlântica, enfim, em outras localidades. Um conhecimento que não tem nem... não lembramos mais da origem, é secular, e que pode estar na raiz da cura de novas práticas médicas, e um monte de outras utilidades. É o conhecimento que está em jogo, que existe em uma população no território brasileiro e que pode ser desviado ou utilizado de uma maneira descontrolada, em benefício de um terceiro que não seja um brasileiro. Isso tudo, eu repito, Deputado, eu espero, de coração, que esse arranjo internacional pelo qual o Brasil tem se batido tanto venha resolver. Aí, sim, algum tipo de esquema... Se já existe para a propriedade intelectual, por que não vai existir para conhecimento tradicional? Chamam-se conhecimentos tradicionais associados. Por que não? Se existe um esquema de pagar royalty ou pagar quando a música de um cantor é tocada, por que não pode ter para uma comunidade indígena que tem lá a sua rede ou o remédio, a planta, a maneira de amassar uma planta, utilizada, enfim, em outro país ou por uma empresa, desenvolvida por uma empresa? Isso tudo, se nós conseguíssemos chegar a esse ponto, seria feita justiça social, seria feita justiça com essas comunidades. E não é o Brasil, não, mas o mundo inteiro. Por isso que não adianta ser só objeto de legislação nacional. Tem que ser objeto de interesse e exploração internacional. Aí o senhor perguntou: mas será que todos os países vão se empenhar assim? É a nossa briga no Itamaraty. A nossa briga lá é exatamente com os países que não são megadiversos como o Brasil, como a Índia, como a Colômbia, como o Paquistão, a Indonésia, não têm florestas mais, não são países com grande cobertura florestal, e eles prefeririam que a situação ficasse como está, que eles pudessem, através, como o Deputado Rosinha falou, de organizações não governamentais ou empresas, penetrarem de maneira até legal no nosso

território e dali saírem com seus recursos debaixo do braço. É evidente que eles preferem que a situação fique como está, e essa é a nossa briga, porque eles apresentam argumentos, resistência, mas vejo como bastante possível, porque aí nós temos também todo aquele pensamento ambiental, não só de organismos não governamentais, mas de governos também, pressionando no sentido de uma justiça, no sentido do entendimento internacional de que recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados devem ser objeto de um regime internacional. Agora, concordo plenamente – o senhor, ao fazer a pergunta, já devia saber a resposta de que não há o interesse dos países envolvidos em participarem desse esforço. Esse é um esforço dos países megadiversos em desenvolvimento, o que é diferente, porque tem país megadiverso que é desenvolvido, como a Austrália, por exemplo. Então, eu espero ter respondido a primeira pergunta do senhor. Agora, quanto às florestas, a questão do desmatamento é uma questão seriíssima, é uma questão que é tratada em nível de Presidência da República, da Casa Civil. É outro tema transversal, porque tem a ver com a perda da biodiversidade, que o senhor mencionou, tem a ver com a questão da mudança climática, porque tem toda aquela teoria de que as emissões de carbono fazem com que o Brasil seja um grande contribuinte para o efeito estufa, e serve de material de crítica para os países que defendem aquela teoria, que mencionei no início da minha exposição, dos *global commons*, de que os nossos recursos naturais não estão sendo bem administrados, estão sendo queimados, estão sendo objeto de exploração e que no futuro, quem sabe, a floresta amazônica pode vir a ser um *global common*, o que hoje causa verdadeiro *frisson* no Itamaraty, todo mundo se arrepiava com essa idéia, que é inadmissível. Isso vai contra os nossos princípios constitucionais, todos os princípios que regem a nossa atuação. Então, as queimadas são problemáticas. Quanto à atuação do IBAMA, o IBAMA teria de responder diretamente, mas, do ponto de vista das relações exteriores, posso dizer que é complicado. Temos de fazer das tripas coração para poder arranjar argumentos, fugir das críticas e dizer que, apesar de tudo, o nosso interesse em resguardar a soberania nacional é muito maior. Enfim, não ajuda o fato das queimadas ocorrerem, do desflorestamento ocorrer em nada ajuda a posição brasileira não só na questão da biodiversidade, mas nas negociações sobre as florestas também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame) – Dr. Vianna, agora teria algumas perguntas. A primeira eu gostaria de fazer separadamente, porque é algo que nos tem preocupado muito. E depois, na sequência, se me permite, tentarei agrupá-las. A

primeira é a seguinte: uma empresa americana, a Coriell Cell, está oferecendo, pela Internet, DNA de índios brasileiros por 85 dólares. Isso já ocorreu no passado. Não temos registros de por qual motivo ela parou de oferecer essas amostras de sangue brasileiro a venda e agora voltou. Pessoalmente, tivemos o ensejo de constatar qual era a tribo, qual era o sexo, qual era a idade desse índio cujo sangue estaria sendo oferecido. No caso, o Ministério das Relações Exteriores tomou conhecimento? Foram tomadas algumas providências? Há algo que possa ser feito caso o Ministério das Relações Exteriores, se não tomou conhecimento, venha a ser acionado para tentar coibir essa prática e tirar esse site do ar?

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA

– Obrigado, Sr. Presidente. Presidente, também antes de comparecer à CPI me informei sobre esse tema. Mais uma vez é uma tema transversal, não é tratado diretamente pela minha divisão. É tratado pela Divisão de Direitos Humanos do Itamaraty. Vou me permitir ler o material que averigui, que está bastante claro, para fins registro, inclusive, da CPI. “Sobre a denúncia de comercialização via Internet de sangue indígena de indivíduos de tribos da Amazônia por biopiratas, cumpriria mencionar que no MRE o tema é tratado na área dos direitos humanos. Pelo Ofício nº 898/05, o 1º Secretário da Câmara dos Deputados, Deputado Inocêncio Oliveira, encaminhou solicitação de informações do Deputado Francisco Garcia ao Itamaraty sobre eventuais ações junto a governos estrangeiros para coibir a suposta comercialização de sangue indígena via Internet. O Deputado Francisco Garcia, pelo mesmo documento, encaminhava solicitação de informações sobre a existência de acordos internacionais que pudessem ser invocados para coibir esse tipo de comércio. O Itamaraty solicitou subsídios à FUNAI a fim de esclarecer o fundamento tratado pela Divisão de Direitos Humanos do Itamaraty. Vou me permitir ler o material que averigui, que está bastante claro, para fins de registro, inclusive, da CPI: “*Sobre a denúncia de comercialização, via Internet, de sangue indígena de indivíduos de tribos da Amazônia por biopiratas, cumpriria mencionar que no MRE o tema é tratado na área dos direitos humanos. Pelo Ofício 898/05, o 1º Secretário da Câmara dos Deputados, Deputado Inocêncio Oliveira, encaminhou solicitação de informações do Deputado Francisco Garcia ao Itamaraty sobre eventuais ações junto a governos estrangeiros para coibir a suposta comercialização de sangue indígena via Internet. O Deputado Francisco Garcia, pelo mesmo documento, encaminhava solicitação de informações sobre a existência de acordos internacionais que pudessem ser invocados para coibir esse tipo de*”

comércio. O Itamaraty solicitou subsídios à FUNAI, a fim de esclarecer o fundamento das denúncias. A FUNAI já havia solicitado à Polícia Federal uma investigação, ainda em curso, sobre as denúncias. Quanto à parte de relações exteriores, cumpre informar que o Brasil é signatário e já ratificou a convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional. Em seu anexo II, que é o protocolo para prevenir, suprimir e punir o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, complementar à convenção contra o crime organizado transnacional, aquele instrumento jurídico internacional prevê a criminalização e punição do tráfico de seres humanos, aí incluído o tráfico de órgãos, que compreenderia, lato sensu, o tráfico de sangue. O mesmo instrumento prevê a cooperação internacional para prevenir e punir aqueles ilícitos". Então, Presidente, respondendo a sua pergunta, as Relações Exteriores, nós estamos junto com a FUNAI averiguando o fundamento da denúncia de comercialização pela Internet. E a informação adicional que eu tenho é que o Brasil faz parte dessa convenção das Nações Unidas em que é proibido o tráfico de órgãos, e nós preferimos entender que tráfico de órgãos também significa o tráfico de sangue. Essa convenção nos permitiria atuar tão pronto os dados e informações a respeito dessa prática na Internet sejam fornecidos pela FUNAI e pela Polícia Federal. Mas o importante é saber que no âmbito externo existe uma base jurídica para a atuação do Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame) – Dr. Vianna, o senhor já informou que não se trata de uma solicitação no seu departamento, é no departamento de Direitos Humanos. É em outra divisão do Itamaraty, mas o senhor poderia, por analogia, nos informar o que significa “estão averiguando”? Que tipo de averiguação pode estar sendo feita pelo Itamaraty nesse caso? O que é averiguar?

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Na realidade, Presidente, nós solicitamos subsídios à FUNAI e à Polícia Federal, é essa a nossa averiguação junto a esses 2 órgãos. E, eles nos informando, poderíamos avaliar que medidas o Governo brasileiro pode tomar a luz da convenção sobre o crime organizado transnacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame) – A segunda pergunta é a seguinte: o senhor nos informou que há uma orientação, me parece, de Governo, de que não haja mais parcerias no varejo entre instituições e sejam feitas de governo a governo. Nós temos conhecimento de que recentemente, muito recentemente, a EMBRAPA, juntamente como o IBAMA, firmou uma parceria com o Instituto Agrônômico L'Oltremare, órgão de cooperação científica nas áreas

de agricultura e de meio ambiente da Itália. Só que esse órgão lá na Itália tem uma característica especial: ele é ligado ao Ministério das Relações Exteriores. Nesse caso, para ter certa simetria, foi submetido o convênio – essa parceria – ao conhecimento do Ministério das Relações Exteriores, ou mesmo nesse caso também o Ministério das Relações Exteriores, o nosso Itamaraty, não participou das negociações?

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA

– Sr. Presidente, foi submetido, sim, ao Itamaraty. Eu mesmo tomei conhecimento na minha divisão. Se o senhor perguntar se nós participamos das negociações, não participamos, porque, como o senhor bem disse, foi um acordo entre instituições. Mas quero deixar claro, Presidente, quando mencionei, não fui taxativo dizendo que, de agora em diante, não há mais parceria interinstitucional. Não, vai ser caso a caso. No caso americano, como se trata de 2 acordos que envolvem acesso a recursos genéticos, o Itamaraty está fazendo questão absoluta de que esse tema seja elevado ao nível intergovernamental, não permaneça mais em nível interinstitucional. Nesse específico, Presidente, vamos examinar o conteúdo do acordo. Se ele for um acordo que tem a ver com a promoção da agricultura, que não tem a ver... Ou então a proteção do meio ambiente, atitudes de proteção ao meio ambiente inócuas, que não tenham a ver com temas sensíveis, de acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, não haveria por que exigir que fosse feita a elevação desse acordo ao nível intergovernamental. Agora, em outros acordos, eu posso mencionar o Programa LBA – e os senhores vão ouvir falar deles, porque esses acordos, se assinados, virão ao Congresso —, experimentos sobre a biosfera e a atmosfera da Amazônia, em que a ação que possa implicar acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, o Governo brasileiro, em especial o MCT, o Itamaraty e o Ministério do Meio Ambiente estão extremamente zelosos, com vistas a... não a dificultar, mas a exigir uma participação do Governo, a fim de que nosso interlocutor não seja uma instituição com poderes especiais, como é o caso da Smithsonian Institution, ou da NASA, no Governo americano. Queremos dialogar diretamente com nossos homólogos americanos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Vou fazer uma última pergunta, Dr. Vianna, e, se me permite, encaminhar ao senhor por escrito essas perguntas que aqui recebemos, para, se o senhor puder, depois nos enviar respostas. Da mesma forma, solicito, se for possível, deixar aqui, para os Anais e para os registros desta CPI, cópia do pronunciamento tão oportuno que nos fez.

A última pergunta é a seguinte... Vou tentar explicar. O caso do captopril, que é um produto do veneno da jararaca, vem de uma pesquisa inicialmente desenvolvida por pesquisadores de Ribeirão Preto; depois essa pesquisa é publicada numa revista internacional e caiu no conhecimento de laboratórios estrangeiros, que desenvolveram esse hipotensor, considerado hoje um dos melhores, senão o melhor hipotensor do mundo. Está no mercado há 10 anos; pelos balanços do laboratório, rende, bruto, 4 bilhões de dólares por ano. Deverá ficar no mercado mais 10 anos, porque não há nenhum outro produto à vista que possa substituir o captopril, o capoten, o que significa – 20 anos vezes 4 – 80 bilhões de dólares.

Por outro lado, as informações que temos é que hoje, nos diversos mercados do mundo inteiro, há 300 produtos da biodiversidade sendo estudados. Antigamente, a taxa de êxito era em torno de 0,5%. No entanto, considerando que não é uma pesquisa a esmo, ela advém já de uma orientação segura dada pelo conhecimento dessas comunidades, que indicam qual planta deve ser pesquisada, qual secreção animal deve ser pesquisada, e como hoje os microscópios e os sistemas de informatização estão muito avançados e permitem que o princípio ativo seja isolado com muito mais rapidez, e a síntese biológica também seja feita com extrema rapidez, imagina-se que 5% desses produtos tenham êxito. Ora, 5% de 300 são 15; 15 vezes 80 é 1 trilhão e 200 bilhões de dólares. O Brasil poderia receber um pouquinho, um pedacinho, como *royalties*, desse imenso valor, muito maior do que a dívida externa de muitos países, muito maior do que a nossa, que está em torno de 300 milhões de dólares. No entanto, pelas informações que o senhor nos trouxe, isso não vai ser possível, nem agora, nem a curto prazo, porque não há esse sistema internacional de repartição dos lucros, dos advenços.

Pois bem, esse, para nós é um ponto chave, porque o que imaginamos, quando começamos os trabalhos aqui desta CPI? Atuar em 3 vertentes.

Primeira vertente: tráfico de animais silvestres vivos. Já temos uma legislação, temos que aperfeiçoá-la, mostrar ilicitudes e contribuir para que o Governo intensifique a fiscalização e o aprimoramento da legislação.

Segunda vertente: contrabando de madeiras nobres. A mesma coisa, já temos uma legislação. Temos que aperfeiçoá-la, intensificar a fiscalização e resolver alguns gargalos a que estamos assistindo, como é esse caso de o atual Governo ter tido a criatividade de doar o mogno apreendido para ONGs, que, por sua vez, vendem às próprias madeiras que tinham ilicitamente cortado esse mogno.

Mas, quanto à terceira vertente, que é a da biopirataria, o que nós imaginamos? Que o Brasil teve, em 92, aqui no Rio, a oportunidade de sediar a votação da convenção das partes sobre biodiversidade e que, imediatamente, desde 93, portanto desde o Governo anterior, deveria ter já aprimorado o desenvolvimento do arcabouço jurídico, para termos a legislação que pudesse permitir a aplicação dessa convenção em nível nacional.

No entanto, com a informação que o senhor nos traz de que, mesmo tendo essa legislação nacional, isso de nada vai nos adiantar nesse caso, porque nós precisaríamos ter uma regulamentação da Convenção – não sei se é esse o caso —, como tivemos no caso da convenção, também votada em 92, de mudanças climáticas. Cinco anos depois, em Kyoto, teve o protocolo estabelecendo o mecanismo de desenvolvimento limpo, um mecanismo que, na prática, permitiu que nós iniciássemos efetivamente o combate ao efeito estufa.

No caso, a nossa pergunta é esta: para se conseguir esse sistema internacional de repartição de benefícios, nós precisaríamos de um tipo de protocolo que continuasse a aprofundar, em nível internacional, a convenção da biodiversidade? O que mais o senhor pode nos trazer a respeito, que é de extrema valia para dar o rumo, o azimute aos trabalhos desta CPI?

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Um minutinho só.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Quanto à referência que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Dr. Francisco Gonçalves.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – ...que V.Exa. mencionou a respeito do veneno da jararaca, foram 2 os princípios ativos que obtiveram. Primeiro, os médicos brasileiros e cientistas observaram que, quando um indivíduo era picado pela jararaca, ele tinha uma hipotensão muito grave e sangrava. Então, tinha 2 princípios ativos: o hipotensor e o anti-coagulante. E, pelo que consta, o laboratório brasileiro vendeu as pesquisas para o laboratório americano, ou foi usurpado, como você falou. Isso eu não sei dizer, mas são bilhões e bilhões de dólares por causa das pesquisas brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

Por favor.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA

– Presidente, muito obrigado pelos comentários tão claros e totalmente pertinentes. A Convenção, Presidente, quando foi negociada, em 1992, fazia, junto com a Convenção do Clima... ela formava um dos pilares de todo o movimento da Rio-92. A Rio-92, que foi uma reunião sobre meio ambiente e desenvolvimento, constituiu um momento – eu prefiro interpretar assim – de mudança em todo o pensamento mundial com relação à conservação do meio ambiente. Isso se originou em 72. Eu mencionei aqui, nas minhas palavras iniciais, uma primeira reunião que houve em Estocolmo sobre meio ambiente humano. Daí para lá, eu costumo chamar, ocorreu a onda verde. Só de 72 em diante é que o mundo todo começou a se conscientizar da necessidade de proteger, de conservar e preservar o meio ambiente. A Rio-92 foi o ápice disso aí. Nós tivemos – eu me permito louvar a atitude do meu Ministério – a sagacidade de propor ao Governo, naquela época, sediar no Brasil. O Brasil era então criticado. Eu me lembro das... tinha até música falando das florestas queimadas. Só se falava nisso. Todo mundo conhecia Pelé, café e queimada na Amazônia. Hoje em dia, por mais que as notícias sejam negativas, o Brasil é respeitado no âmbito internacional no que se refere à proteção do meio ambiente. Por ser respeitado, ele também é alvo de críticas. Muitas vezes atividades nossas são olhadas com lupa. Eu estou dizendo isso tudo para explicar para o senhor a dimensão da importância da Convenção sobre Biodiversidade. Naquele momento, o mundo inteiro estava preocupado em negociar 2 temas importantíssimos, que tinham a ver diretamente com a saúde do planeta: clima e biodiversidade. Não havia naquela época uma preocupação tão detida sobre a repartição de benefícios. A repartição de benefícios decorrentes do acesso a recursos genéticos e a conhecimentos tradicionais associados existia na letra da convenção, mas, como outros assuntos, ainda não estava no cerne da preocupação do mundo. Passados tantos anos da Rio-92, da Cúpula de Johannesburgo, agora esses assuntos estão sendo depurados. Então, por isso, só agora o mundo, não só o Brasil, o mundo se está voltando para esses assuntos pontuais. Como eu disse ao senhor, em Johannesburgo, o único mandato da Cúpula de Johannesburgo foi a criação... a única coisa deliberada foi a criação de um grupo de trabalho para negociar a sigla de acesso a recursos genéticos, a ABS – Access and Benefit-Sharing. Esse ABS, que é a preocupação do... enfim, que é o que queremos idealmente, para que comunidades brasileiras e de países megadiversos em desenvolvimento sejam ressarcidos em função de seus conhecimentos tradicionais. Esse regime, é verdade, ele não vai acontecer agora. Nós

começamos este ano o primeiro passo, que é um documento, um *draft* ainda bastante cheio de colchetes. E essa negociação vai demorar algum tempo. Mas isso foi o caminhar da coisa, Presidente, não foi proposital. A preocupação de 10 anos atrás, de 20 anos atrás, era lançar a pedra fundamental, no caso as duas Convenções, para poder mostrar ao mundo, a todos. O mundo inteiro iria sentir que havia uma preocupação geral com a conservação do planeta. Outros temas estão sendo depurados agora também. Florestas é um deles. O caso que o senhor citou bem, o mecanismo do documento limpo. Então, só agora é que esses assuntos vão vindo à tona. E o Brasil tem participado intensamente de toda essa depuração. O Brasil é ator. Desde o Rio de Janeiro, o Brasil se tornou um ator importante nesse contexto. Então, Presidente, volto à idéia de que é claro que nós podemos melhorar a nossa legislação. Existe já um anteprojeto de lei em discussão sobre o acesso a recursos genéticos e sobre conhecimentos tradicionais associados. Já está em discussão. Existe um grupo de trabalho, também em nível de Presidência da República, em que os vários Ministérios – nem todos pensam da mesma maneira – estão discutindo e vendo de que maneira o Brasil já pode se adiantar no que se refere à legislação pertinente. Agora, eu espero que essa negociação possa ser intensificada. A tendência é essa. Vamos enfrentar barreiras, como eu disse, com relação aos países que preferem que se mantenha o *status quo* com relação a acesso a recursos genéticos, mas também já há uma conscientização grande. Nós podemos ser ajudados por outros atores, mesmo não governamentais, formadores de opinião, no sentido de criar um processo de *confidence building*, de criação de confiança, e estreitar e acelerar essa negociação desse arranjo internacional. Mas, sem dúvida, é o arranjo internacional que vai abrir a porta para o combate à biopirataria. Sem dúvida, eu posso afirmar isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame) – Estou lhe encaminhando as demais perguntas, em função do adiantado da hora. Se o senhor puder, por gentileza, enviar-nos nesses próximos dias...

Agradecemos a sua participação, que nos trouxe... Se o senhor puder trazer em uma semana essas respostas...

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Pois não. Passarei ao senhor os dados de minha intervenção. Tem alguns extras, inclusive, que respondem, Presidente, os itens mencionados no ofício que solicitou a minha presença. Mesmo que não falados aqui, o senhor vai encontrar referência nesse texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está ótimo. Muito obrigado. Agradecemos a sua valiosa e oportuna contribuição.

Convidamos, na seqüência, a Dra. Kátia Lemos a tomar assento à Mesa.

Concedo a palavra à Dra. Kátia Christina Lemos, na qualidade de convidada. Voltamos a esclarecer que o prazo para sua exposição é de 20 minutos e, na seqüência, os Deputados inscritos terão o prazo de 3 minutos para formular suas considerações ou pedidos de esclarecimentos, dispondo o expositor de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Com a palavra, por favor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

A Dra. Kátia Christina Lemos vai abordar a questão do zoológico do Distrito Federal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, solicito que o Sr. Noel Gonçalves Lemes e o Sr. Raul Gonzalez Acosta não permaneçam no ambiente, uma vez que vão ser ouvidos também, posteriormente, sobre o mesmo tema. Que eles sejam encaminhados à sala desta Comissão para que possamos ouvir a Dra. Kátia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. A observação é muito oportuna. Está concedida.

Solicito que os funcionários desta CPI, por gentileza, acompanhem o Sr. Raul Gonzalez Acosta e o Sr. Noel Lemes até a sala da nossa CPI. Logo em seguida, nós os convidaremos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, como é uma CPI... Porque eles vieram com assessores. Os assessores, não sei se V.Exa. vai permitir que eles permaneçam, mas, caso eles permaneçam, não podem ter contato com quem está na sala, nem por celular, porque vão orientar respostas que nós formularemos. Então, que, na sala, não tenham contato telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Observação procedente.

Com a palavra a Dra. Kátia.

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite que foi feito ao Ministério Público do Distrito Federal. Acho que é extremamente oportuna esta CPI da Biopirataria, como o nome é colocado. Foi dito aqui que não é o nome correto, mas, enfim, é como ela vem sendo chamada. E o Ministério Público do Distrito Federal vem aqui trazer algumas informações, nada de que não se tenha conhecimento público, até porque as investiga-

ções do Ministério Público vêm tramitando com o conhecimento da sociedade e, com base nisso, vou trazer alguns dados de que talvez alguns Deputados não tenham conhecimento. Desde 2004, o Ministério Público do Distrito Federal vem recebendo algumas informações, algumas notícias de irregularidades apontadas no Zoológico de Brasília. Nesse aspecto, iniciamos uma apuração, um procedimento de investigação preliminar e enviamos um ofício ao diretor-executivo, ao gerente-executivo, desculpe, do IBAMA, Dr. Francisco Palhares, que nos enviasse cópia do relatório de vistoria que tem de ser feito anualmente – enfim, ele tem obrigação de fazer os relatórios de vistoria. Nós enviamos um ofício ao IBAMA e, com base num ofício nosso, foi respondido também oficialmente ao Ministério Público, foi enviado um relatório, esse relatório de vistoria nos preocupou muito, porque, inicialmente, nós apurávamos a questão da falta de segurança ou da falta de condições de visitação ao público, aos tratadores e a própria falta de condições de bem-estar dos animais. Então, com base nisso, iniciamos uma apuração, só que, nessa apuração, como eu digo, às vezes, puxamos um fio e vem uma malharia inteira. Foi o que aconteceu. Puxei um fio e veio uma malharia. Nós recebemos algumas informações que nos deixaram extremamente preocupados – trouxe inclusive um relatório para deixar para a Comissão. Dentre elas, vou tomar a liberdade de ler algumas das questões que foram trazidas. Inicialmente, a vistoria que foi realizada foi feita por amostragem, ou seja, entre 10 animais avaliados, 4 tinham problemas, como, por exemplo, foram divididos em 3 grupos: o grupo dos mamíferos, o grupo das aves e dos répteis. Por exemplo, na questão dos grupos dos mamíferos, eu gostaria de tomar a liberdade de ler aqui algumas condicionantes que foram apresentadas. Problema no livro de registro, como preencher o livro de registros, a forma que ele é preenchido, a legislação, é bom colocar aqui, a legislação que prevê o cumprimento da Lei Federal é a 7.173, de 83. Com base nela, o IBAMA tem de tecer considerações, termos, normas, instruções normativas que venham a regulamentar a 7.173. Dentro da 7.173 existe um termo específico dizendo da necessidade de vistoria dos livros de registros. Foi observado que o livro de registro tinha um série de irregularidades, motivo pelo qual, inclusive, foi aberto um novo livro de registros depois dessa vistoria. Na questão dos mamíferos, foi encontrado um atestado de óbito da Zebra Tucho, com o número de registro 1.678, que se encontrava viva dentro do zoológico. Foi encontrado um atestado de óbito de waterbuck fêmea, que foi permutado com o criadouro do Noel, de acordo com o livro de registro e licença de transporte do IBAMA. Esse aqui eu quero

tecer uma consideração. Não só esse, mas outros 3 casos de atestados de óbitos de animais vivos foram permutados com criadouro do zoológico, chamado Criadouro do Noel. Na realidade, o nome do criadouro não é esse; é Criadouro Serra Azul. De acordo com o livro de registros, ele tinha licença do IBAMA para serem transportados para o criadouro mesmo após a emissão de atestado de óbito desses animais. No livro de registro constava que esses animais tinham sido permutados, um zoológico permutando com um criadouro particular com finalidade comercial. Depois nós questionamos, enviamos alguns ofícios ao diretor do zoológico e ele nos informou que, na realidade, houve um equívoco, que não eram permutas, mas, na realidade, foram realizadas doações e nos enviou cópia da doação. É um termo de doação. Eu também estou apresentando aqui cópia de toda essa documentação. Esse termo de doação é um termo que contém vários desses animais num único termo de doação. Vários animais, a mesma data e os atestados de óbito dos animais extremamente próximos, todos praticamente no mesmo mês. Isso nos trouxe muita preocupação porque existe uma falha muito grande que temos observado não só na fiscalização do IBAMA no que tange a existência do plantel, porque zoológico contém semoventes, e isso é patrimônio público. Patrimônio público tem que ter destinação, tem que ter origem, tem que ter uma representatividade em relação a isso. Então, isso nos preocupou, como membros do Ministério Público do DF, e nós averiguamos que todos os atestados de óbito tinham sido assinados pela veterinária Deborah Soboll, responsável técnica pelo zoológico. Vou também tecer algumas considerações quanto à questão das aves, só para trazer aqui um esclarecimento da falta de fiscalização efetiva. Novamente 10 aves foram analisadas, isso através de documento, e em 4 foram encontradas irregularidades. Por exemplo, um *Tyto alba*, com licença de transporte do IBAMA, o animal não estava mais no plantel e não havia nenhum documento indicando o destino dessa espécime. Ou seja, no momento em que foi feita a vistoria no local, o animal não se encontrava no plantel do zoológico, mas ele tinha o registro de que estivesse lá. Bom, cadê esse animal, onde é que ele foi? Cadê os termos de permuta do zoológico com o criadouro particular? Existe um único termo de permuta entre o zoológico, que foi apresentado ao Ministério Público, desse nós temos conhecimento. Saiu do zoológico do Distrito Federal, foi permutado com o Zoológico de Goiânia. É como se fosse um contrato, o termo de permuta é como se fosse um contrato, porque, quando você permuta, você troca um animal por um outro animal. Esse animal que saiu do zoológico do Distrito Federal foi para

o Zoológico de Goiânia e, do Zoológico de Goiânia, foi permutado com o criadouro do Noel, como ele é conhecido, e depois foi, parece que... As informações que temos de investigações é que essa permuta entre o Zoológico de Goiânia e o criadouro do Noel foi: eu envio um animal e você me devolve material de construção. E isso não é uma vez, nem duas vezes, existem documentos apresentando trocas de animais por caixas de refrigerante e mão-de-obra, também. Ao todo, o que estou querendo colocar aqui, são 153 animais, entre o Zoológico de Brasília e o de Goiânia, que foram permutados, doados, enfim, o termo específico, eu gostaria de dizer, saíram do plantel dos zoológicos, não só de Brasília, como de Goiânia também, e foram para um criadouro particular. É pertinente a existência desta CPI porque tem que se averiguar o que está acontecendo no Brasil, porque, se está havendo desvio de plantel, se está havendo desvio de patrimônio público, não só no patrimônio do Distrito Federal, como no patrimônio de Goiânia, pode estar havendo no Brasil inteiro. O que nós verificamos é uma ineficiência do IBAMA para averiguar a origem do animal. Ele autoriza a transferência desses animais. Veja bem, nós temos 4 animais dos quais foi autorizada a transferência pelo IBAMA que já tinham atestado de óbito, ou seja, o IBAMA autoriza a transferência de um animal que já morreu, em tese, só que estava vivo. E autoriza como? Ele não verifica? A legislação, não tenho ela em mãos, até foi um equívoco meu, mas, de qualquer forma, eu vou colocar *en passant*. Não existe termo de doação. Um zoológico não pode doar um animal, a qualquer título que seja, para uma outra instituição, nem que seja um outro zoológico. Um zoológico pode permutar um animal com outro zoológico, e pode vender, em caráter excepcionalíssimo e conforme as condições previstas em lei. Mas não pode doar, porque isso é patrimônio público, tem que prestar contas. Então, o termo de doação não existe, isso é ilegal. O que existe é a possibilidade de permuta entre instituições afins. A lei fala "instituições afins". Ora, não se pode permutar um animal de um zoológico, que é patrimônio público, com um criadouro particular, que tem fins comerciais. Existe uma incompatibilidade finalística. Um tem finalidade científica, sociocultural; outro tem uma finalidade comercial. Então, existe uma incompatibilidade. Isso não pode acontecer. E, se está acontecendo, eu coloco aqui uma grande responsabilidade sobre a ineficiência do IBAMA na fiscalização, na fiscalização da origem desse animal, na fiscalização da transferência desse animal. Como é que ele permite a transferência, sem saber a origem? Eu gostaria de colocar também outros elementos, enfim, é pouco tempo – não é? – para colocarmos aqui uma série de questões. Nós publica-

mos isso, isso foi bem divulgado aqui em Brasília, e saíram algumas reportagens. Inclusive, o gerente executivo do IBAMA veio falar que o primeiro relatório... Na realidade, foi colocada, em alguns jornais, a caracterização daquele primeiro relatório. Com base nessas informações, nós intimamos o gerente-executivo do IBAMA para nos trazer alguns esclarecimentos. E eu tenho aqui cópia do depoimento dele, que vou citar só 3 partes. Numa delas, ele diz o seguinte: que nesta data afirma não ter ido pessoalmente ao Jardim Zoológico de Brasília para acompanhar qualquer vitória; que afirma não ter lido o relatório encaminhado pelos técnicos, realizado em julho de 2004 e avaliado pelo setor de fauna do IBAMA. Ou seja, ele recebeu um relatório que tinha uma série de irregularidades. Ele nem sequer leu. Remeteu ao departamento de fauna. O departamento de fauna ratificou, na íntegra, o relatório. Nós temos cópia disso. E o que foi feito? Depois que nós oficiamos o IBAMA, na mesma data que ele responde ao Ministério Público, mandando cópia do relatório, que foi 1º de dezembro, ele oficia o zoológico, questionando exclusivamente as questões das doações. Ou seja, são 4 páginas de recomendações quanto à segurança, quanto à falta de condições de circulação, quanto ao problema sanitário do zoológico, isso tudo. Eu gostaria até de registrar a presença do Secretário da COMPARQUES, o Dr. Ênio. Nós temos até entrado em contato quanto a isso. A questão da segurança, com a boa vontade do Secretário, vem sendo colocada em prática, vem sendo regularizada, realmente. Isso eu gostaria de acrescentar. A outra questão que foi colocado pelo gerente-executivo do IBAMA, que, na realidade, esclarece não existir procedimento de doação de animais, que o IBAMA autoriza a transferência do animal, porém, não sabe informar se, antes de se autorizar a transferência, é verificada a procedência do animal. O gerente-executivo confirma isso em depoimento ao Ministério Público. Ou seja, ele não tem a certeza absoluta se se verifica a origem desse animal, de onde esse animal veio, para onde esse animal está indo, o que vai ser feito com ele. Bom, nós estamos tratando, exclusivamente, de desvio de plantel de zoológicos, de patrimônio público. Isso tem que ter definição, tem que estar definido de onde vem e para onde que vai. Por isso que eu gostaria de colocar aqui um problema de ineficiência do IBAMA mesmo nessa fiscalização, tem que ser revisito. Veja bem, os animais do zoológico não são "chipados", alguns deles que são enviados via IBAMA recebem anilha, mas a maioria deles não tem *chip*, não tem definição. O registro é feito a mão em um livro de registros, que nós já percebemos aqui que é extremamente falho. Então, como é que você vai verificar se

há ou não desvio de patrimônio público? Primeiro, você tem que ter o inventário desse patrimônio. Onde é que ele está? Ele existe? Qual é o animal? Nós até chegamos a questionar essa questão. O Dr. Raul até colocou: "*Se o problema é esse, nós pegamos de volta os animais que foram doados*". Tudo bem, mas como é que eu vou saber se esses animais realmente são aqueles que foram os doados, se eles não têm *chip*? Então, se isso acontece no Zoológico de Brasília e acontece no de Goiânia, provavelmente, acontece nos do Brasil inteiro. Então, o IBAMA tem que fazer uma fiscalização mais efetiva nesse patrimônio público. De fato, o que a gente vem conversando... Eu enviei toda a documentação à Polícia Federal, o delegado está aqui presente, e vai ser investigado, tem que ser investigado isso. Isso é um departamento da Polícia Federal. Isso é uma responsabilidade da Polícia Federal e vai caber ao Ministério Público Federal também investigar essa questão de âmbito federal. Agora, seria muito importante o IBAMA trazer também uma forma, como é que ele vem realizando essa fiscalização em âmbito nacional, porque, se não vinha fazendo, tem que se fazer a partir de agora essa fiscalização. Temos aí criadouros recebendo animais de zoológicos, reproduzindo esses animais e vendendo a preços exorbitantes. O criadouro do Noel é um exemplo disso. Ele tem um *site* que é um *site* americano, autorizado pelo IBAMA, sem limite de número de espécies. Não sei como é feita a fiscalização do IBAMA no criadouro. Ele recebe animais... Pelo que percebemos, recebia do Zoológico de Brasília e de Goiânia. Recebia uma faixa de 153. E esses animais? O que foram feitos com esses animais? Cadê esses animais? Foram doados, foram vendidos? Houve uma procriação? Vendeu-se por quanto? Qual é a origem dos outros animais que existem nesse criadouro? Quer dizer... E ele é um criadouro que tem autorização do IBAMA para funcionar. Então, nós questionamos também a forma como o IBAMA vem autorizando esses criadouros particulares e não fiscaliza efetivamente essa atuação. Eu trouxe aqui alguns elementos. Algumas folhas eu indiquei, porque parece que informação é de que nós oficiamos a direção do zoológico e a direção nos disse que não existia nenhum atestado de óbito de animal vivo. Não existia registro. Bem, eu gostaria de dizer que eu tenho cópia desses atestados de óbito, que foram conseguidos na hora da realização da primeira vitória. Mas são cópias. Eu tenho uma informação oficial do diretor do zoológico dizendo que, após uma averiguação, não se constatou nenhum documento do ano de 2002. Ou seja, sumiram os documentos referentes ao ano de 2002 no que tange aos atestados de óbito de animais desse zoológico, desse plantel. Aqui eu tenho um

exemplo de licença de transporte do zoológico, que dá licença até 24/10/2002 para alguns animais com atestado de óbito. Ou seja, o atestado de óbito já tinha sido deferido. E a licença, inclusive, ela se prorroga no tempo, por um mês. Então, eu até coloquei aqui a página para que se verifique realmente que os atestados de óbito existem, mas, infelizmente, não foram constatados os originais, porque a informação do zoológico é que não foram encontrados nenhum arquivo do ano de 2002. Então, alguma coisa foi feita com esses arquivos. Eles deveriam existir. Não existem. Aqui estou trazendo um termo de doação de vários animais, todos realizados na mesma data, entre o Jardim Zoológico de Brasília e o criadouro do Noel. E informações, dentre as quais a de que eu officiei pedindo cópia de todos os atestados de óbito entre 2000 e 2005. A informação é a de que não foram encontrados nos arquivos atestados referentes ao ano de 2002. Isso é oficial. Estão aqui os termos de doação e alguns outros documentos que talvez sejam interessantes a CPI averiguar. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de apresentar a documentação aqui à CPI e pedir que realmente fosse investigada a existência dessa problemática de âmbito nacional, porque, se vemos que existe um problema de fiscalização no âmbito do DF, no âmbito de Goiânia, nada nos impede de avaliar a existência de problemática de âmbito nacional. Eu gostaria de entregar em mãos o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Muito obrigado.

Indago ao Plenário se podemos, na seqüência, antes das perguntas – há 2 inscritos: Deputado Moacir Micheletto e Deputado Dr. Rosinha —, ouvir, também como convidado, o Delegado do Meio Ambiente da Polícia Federal Francisco Serra Azul, para proceder às perguntas depois, em conjunto, para ambos, já que são os denunciadores dessas ilicitudes.

De acordo? (*Pausa.*)

Se você puder, por favor, permaneça aqui.

Convido o Dr. Francisco Serra Azul, Delegado de Meio Ambiente da Polícia Federal, para tomar assento à Mesa.

Concedo a palavra ao Dr. Francisco Serra Azul, Delegado de Meio Ambiente da Polícia Federal, que terá direito a 20 minutos.

Na seqüência, os Deputados inscritos terão direito, para suas considerações e perguntas, a 3 minutos cada um, dispondo o expositor de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

V.Sa. tem a palavra.

O SR. FRANCISCO SERRA AZUL – Primeiramente agradecendo a convocação, o convite, esta auto-

ridade vem informar que tomou conhecimento dos fatos imputados, o comércio ilegal de animais silvestres e o comércio internacional de animais estrangeiros, alienígenas, por denúncia anônima. Posteriormente, a Dra. Kátia veio trazer, em mãos, os documentos contidos no relatório, ainda não tendo recebido o documento a que se referiu, as declarações do Gerente Regional do IBAMA. Gostaria de esclarecer que sou Chefe da Delegacia do Meio Ambiente da Superintendência do Distrito Federal, que compreende 35 Municípios do Estado de Goiás – posso nominá-los, vou deixar aqui. São Águas Frias, Águas Lindas, o Entorno, enfim – e mais 4 Municípios de Minas Gerais, que são Unaí, Cabeceira Grande, Formoso e Buritis. Minha atribuição restringe-se a essa área geográfica. O Jardim Zoológico se insere dentro dessa área. Então, existe um inquérito que foi instaurado no dia – tenho a portaria aqui – 28 de março de 2005 para apuração dos fatos que são narrados. Os documentos são os mesmos que a doutora já passou. O que foi feito? A partir dos documentos que ela trouxe e da denúncia que foi feita, foi expedido um ofício a quem fez o relatório, que é o IBAMA Sede, para que apresentasse a documentação a que ele se refere no relatório dele. Não me chegaram às mãos os originais dos atestados que estariam a comprovar uma falsidade, o comércio através de falsidade. Tudo indica uma organização criminosa organizada. Por quê? Ela se utiliza de aparente legalidade. Então, a portaria indica como os crimes o art. 29, inciso III, da Lei nº 9.605, e o art. 299, que é o uso de documento falso. Se a pessoa atesta falsamente algo sobre um animal ou qualquer coisa, pratica um crime. Ele está sendo usado para “esquentar”, dar uma aparente legalidade para um fato. O crime – não precisa nem falar – de tráfico internacional de animais está em terceiro lugar dentro do tráfico internacional, superado apenas pelo tráfico de armas e o tráfico de drogas. Considerando que às vezes se tornam um só esses 2, então o tráfico de animais é bastante considerável. Dentro da Polícia Federal, a delegacia foi criada em setembro de 2003. Hoje, no Brasil todo, consta, em cada superintendência, uma delegacia especializada, com todo o aparelhamento para trabalhar dentro das superintendências, que são regiões administrativas grandes, com podemos ver. Fazemos cursos, inclusive com outras polícias internacionais, para aprimorar e reprimir os crimes que estão acontecendo no mundo inteiro. Nossa preocupação é o meio ambiente, e o meio ambiente é altamente lucrativo, mesmo criminosamente. Vemos que quem causa maiores danos ambientais no planeta são milionários, são ricos. Vemos também que, dentro do Brasil, as maiores empresas causam dano ambiental: PETROBRAS, Vale do Rio Doce. A importância da

Delegacia de Repressão a Crimes Ambientais é enorme. Aqui mesmo, no Distrito Federal, a maior parte dos inquéritos que temos – é a delegacia que tem mais inquéritos – trata de parcelamento irregular do solo. E sabemos que a situação aqui é... Todos conhecemos alguém que mora em área da União, em condomínio irregular. Então, a maior parte dos inquéritos versa sobre ocupação irregular de área da União e grilagem de terras. Apesar de a nossa delegacia ter iniciado seu trabalho há pouco tempo, já temos pessoas presas, condenadas, inclusive, por grilagem de terras, que é o problema crônico do Distrito Federal. Quanto à área específica falada aqui, que é a biopirataria – que, já foi falado também, não é um termo muito preciso e não está tipificado —, temos trabalhos já realizados nesse pouco tempo. Ano passado, prendemos pelo menos 2 alemães em transporte internacional de aracnídeos. Cada um deles foi pego com aracnídeos. A legislação é frágil. A gente pega em flagrante, na nossa cara, indo num vôo internacional, e, para nossa tristeza – fizemos um grande levantamento, filmamos, documentamos, tudo com ordem judicial, interceptamos correspondência —, tivemos que soltar, imediatamente, depois de pego. E ainda pagamos lanche para o cidadão. É triste, porque o que pegamos é uma ponta do *iceberg*. Muitas vezes pedimos para a Justiça algo mais profundo, e às vezes da Justiça vem a decisão dizendo que não se trata de crime organizado; que os meios que se necessitam para... Deve demonstrar o contexto de caso de flagrante. A gente faz o flagrante e solta imediatamente. Então, é uma situação um pouco... Esse caso específico de que estamos falando, que é Operação Rollof, em que foi preso um alemão, foi noticiado pelo *Fantástico* e houve uma mobilização nacional. Acho que até falaram mal da Polícia, porque a gente o acompanhou em vários Estados do Brasil, fotografou, acompanhou. Onde ele estava, estávamos com ele, acompanhando, para ver o que ele estava fazendo no Brasil. Teve que ser solto.

Numa outra oportunidade, em que trabalhei especificamente como presidente do inquérito, peguei outro alemão também em embarque para Frankfurt. Dessa vez, prendi e botei pelo contrabando. Considerei os aracnídeos como produto de valor comerciável. E coloquei. O advogado fez aquela coisa, a Embaixada da Alemanha veio em cima, dizendo que não, que isso era atípico, mas o juiz seguiu o flagrante. Foi feito *habeas-corpus*, e o desembargador seguiu o flagrante, manteve, entendendo que era caso de contrabando. Contudo, lamentavelmente, na primeira audiência que ocorreu, o Ministério Público mudou a tipificação para o art. 29, que é o mesmo desse inquérito, o mesmo. Aliás, é o mesmo também que se apurou no Rio de

Janeiro sobre um político, Duda Mendonça. É o mesmo artigo, o art. 29. Rinha, animal silvestre, maltratar, matar, vender, comercializar, está tudo dentro daquele artigo lá. E é uma coisa ridícula. Desculpem-me os senhores. Mas a gente pega, e o que acontece? Coloquei no outro tipo. Coloquei no tipo de contrabando. Foi feito um laudo pericial da Polícia Federal dizendo que aqueles venenos daquelas aranhas específicas que estão sendo levadas para a Alemanha, para um laboratório que vai vender *royalties* sobre isso, vai voltar depois com um custo milionário. Mas o Ministério Público entendeu, naquele caso, que era caso de um acordo. E cobrou de cada aranha o valor de 500 reais. Eram 10 aranhas; ele pagou 5 mil, revertidos ao IBA-MA. Quer dizer, nenhum dos objetos que estavam com o alemão, que mostravam estudos científicos, como filmagens no meio ambiente, onde ele encontrou espécimes, nem as filmagens, os locais, os comparsas que ele utilizou, que estava tudo gravado, tudo localizado, permitiram que a gente ficasse. Eu ainda tentei não devolver esses objetos, retê-los, até para fazer uma perícia melhor, para saber identificar que tipo de animais eram aqueles, que alguns talvez nem sequer tinham sido descobertos pela nossa ciência. E isso está na perícia. Tem uma aranha que não tinha sido catalogada pelos cientistas brasileiros. Eles não permitiram. A Justiça não permitiu, porque não fez parte do acordo com o Ministério Público, que também não aguardou a perícia solicitada – o primeiro ato depois de o flagrante feito foi solicitar perícia, porque as aranhas estavam vivas. Eram todas aranhas fêmeas. Com qual sentido? Sabendo que lá na Alemanha se comercializa esse tipo de aranha. Mas não se esperou e fez acordo. É uma crítica... Eu estou lavando um pouco da roupa, não é? Me perdoem, mas esta é a oportunidade que eu tenho para falar da nossa limitação. Eu quero que me perdoem esse desabafo e eu quero dizer, restringindo-me ao assunto, que o trabalho que nós temos aqui é mais voltado para o parcelamento do solo. Nós temos tentado trabalhar nesse sentido. Temos deficiências e estamos tentando lutar contra elas. E no momento fizemos operações muito boas, apesar do nosso efetivo, e temos trabalhado cada vez mais com especialização. Fizemos já algum curso com policiais, como o FWS, o Serviço de Pesca e Vida Selvagem Americano. Veio o curso para nós agora em fevereiro, em Manaus. Eu estive na Amazônia. Em técnicas de selva. Estamos cada vez mais aprimorando, apesar de o crime ambiental e o tráfico de animais silvestres ocorrerem em qualquer parte do território nacional. Eu queria falar pouco, e gostaria de mais responder àquilo que for perguntado. Inclusive foi perguntado algo para o Embaixador sobre o que poderia ser feito

para impedir a entrada dessas pessoas. Já está sendo feito o que nós chamamos de lista vermelha, que indica quais estrangeiros que a gente tem noção de que não devem entrar novamente no País. Mas não é a minha atribuição. Essa é a atribuição do edifício sede da Delegacia de Imigração, que é outra delegacia. Mas eu gostaria de tentar responder, ainda que não seja a minha atribuição específica. Todas as vezes que eu pego um estrangeiro, eu comunico à DELEMIG, para que ela lá lance o que tiver que lançar. Obrigado. Eu agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Muito obrigado, Dr. Francisco Serra Azul. Agradecemos a sua participação nesta Comissão, lembrando dos relevantes serviços que a Divisão de Repressão aos Crimes Ambientais da Polícia Federal vem realizando. Mesmo sendo ainda uma criança, vem realizando um bom trabalho.

Antes de passar a palavra ao Deputado Moacir Micheletto, eu gostaria de designar como Relator *ad hoc* o Deputado Dr. Rosinha, para que pudesse formular as perguntas.

E em seguida passaremos a palavra ao...

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu me escrevi já de início. Eu gostaria, antes de V.Exa. passar a palavra, até de acatar, inclusive, a sugestão. Até por uma questão de cumprimento das normas da CPI – e V.Exa. não tem culpa disto —, estranhei, com a presença, inclusive, do 1º Vice-Presidente, nós não termos sido chamados para presidir a continuidade da CPI. Mas não é por nada disso, não. V.Exa. tem toda a capacidade. Estou aqui, muito humildemente, na minha condição de tentar ajudar a CPI. Lamentavelmente, acho que é um desrespeito. E se não pudesse, ao menos deveria ter dito: olha, Deputado, nós não queremos que o senhor presida; nós vamos chamar outro Deputado. Mas eu estou aqui na qualidade de 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Perfeito, com toda a razão, Deputado.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Eu lamento a não-orientação. E V.Exa. não tem por obrigação saber o Regimento. Eu só tenho que tentar cumprir o Regimento, e é um desrespeito com o Parlamentar que aqui está.

Eu gostaria apenas de dizer que vou acatar a sua sugestão de dar a palavra ao Deputado Dr. Rosinha e, depois, vou fazer as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Vamos reconsiderar a nossa posição, Deputado Moacir Micheletto, pelas importantes contribuições da

sua pessoa. Eu, na realidade, estou reassumindo a relatoria, realmente, momentaneamente.

Eu gostaria de consultar o Deputado Dr. Rosinha. *(Pausa.)* Tudo bem.

Queremos ouvir a sua importante contribuição. V.Exa. tem sido extremamente importante para o avanço dos trabalhos desta Comissão.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Eu deixo bem claro que nenhum de nós aqui está para dar um pirulito para outro. Não temos idade para isso. Acima de tudo, conhecendo um pouquinho do Regimento, acho que o respeito vale para todo o mundo.

Eu gostaria apenas de fazer aqui algumas observações com a Dra. Kátia.

A senhora iniciou dizendo que começou a ação do Ministério Público por denúncias ouvidas inclusive por notícia de jornal, não foi isso? O Ministério Público começou a atuar por uma denúncia anônima, segundo as informações, e por notícia de jornal. Não foi isso? *(Pausa.)*

Eu só faço a pergunta para me esclarecer. Se eu entendi mal, depois a senhora confirma se é ou não.

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Não, na realidade nós recebemos as notícias. Às vezes as pessoas falam “denúncias”, mas o termo não é correto. Então, nós chamamos de notícias. Notícias de irregularidades vieram ao Ministério Público não só através de ações anônimas, mas também por registro de representações. E, com base nisso, nós abrimos um procedimento de investigação preliminar.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – E V.Sa. disse – eu acho até que vou copiar isso – o seguinte: “*Puxei um fio e veio uma malharia*”. Eu acho que não veio só uma malharia; vieram várias malharias, nesse sentido aqui.

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – *(Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Como?

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – *(Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Eu não vou entrar no mérito, porque acho que a senhora fez, pelo seu relatório – e depois quero pedir à Presidência que me passe a cópia desse relatório para a gente ficar inclusive a par do que foi levantado pelo Ministério Público —, mas me parece – e eu não quero entrar na essência da coisa – que a senhora traz denúncias seriíssimas.

Primeiro, a senhora coloca aqui todo um rol da situação do IBAMA. Eu acho que ele tem que vir aqui. Nós temos que convocar, Sr. Presidente, convidar o Presidente do IBAMA. Eu já faço até verbalmente o

meu requerimento convidando o Presidente do IBAMA. Que ele venha prestar esclarecimento e que nós possamos, na análise desse relatório, ver o que a nossa doutora está levantando.

Uma outra denúncia que a senhora está levantando aqui é quanto ao atestado da médica veterinária. Ela tem inclusive o seu CRV; é uma profissional. Eu também não quero entrar no mérito de todos os levantamentos feitos, dos laudos colocados, um em cima do outro. Eu não quero entrar no mérito, porque eu acho que a palavra da senhora pesa, está sendo gravada, porque aqui está sendo colocada em jogo a profissão de quem está exercendo isso.

Então, eu gostaria também, já em caráter verbal, de convidar essa médica veterinária para prestar esclarecimento aqui da atuação dela dentro da sua profissão.

Eu acho que outro personagem importante que V.Sa. também levanta é o diretor do zoológico, o gerente-executivo do zoológico. Também não vou questionar, e nem quero questionar, o que o Ministério Público levantou. Eu acho que agora essas pessoas têm que se defender, inclusive porque existe um relatório. Tem que haver a defesa, porque é gravíssimo o que está levantado.

Inclusive, coloca-se aqui desvio de patrimônio público, essas coisas todas. Eu não vou entrar no mérito, porque eu vou me aprofundar no relatório.

O que eu quero é que essas pessoas sejam convidadas a vir aqui se defender inclusive do Ministério Público e daquilo que foi levantado; se é verdade ou não.

E quanto ao Dr. Francisco Serra Azul, ouvi o seu desabafo. Eu gostaria de ter sentido mais conteúdo da sua ação dentro desse processo levantado, dentro desse relatório. Eu fico um pouco... Como posso... Não consegui obter coisas consistentes. A única coisa que o senhor avisa é que esse levantamento aqui é uma organização criminosa. Não é isso que o senhor levantou agora?

O SR. FRANCISCO SERRA AZUL – Aparentemente pode ser. Eu não estou dizendo que é, não. Estou dizendo que é possível.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – O senhor não afirma que é uma organização criminosa?

O SR. FRANCISCO SERRA AZUL – Não afirmo, não afirmo, porque o que acontece, no mais das vezes, no tráfico internacional de animais, é uma organização criminosa.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Porque aparecem aqui o Sr. Noel Gonçalves Lemos, o criador de animais – está sendo levantado aqui, de-

pois nós vamos ouvi-lo – e o Sr. Raul Gonzalez Acosta, que é o diretor do Jardim Zoológico. Também, depois, nós vamos ouvi-lo.

Mas, então, o senhor não afirma que essa transação feita e o que está sendo levantado aqui, essas pessoas não fazem parte de uma organização criminosa?

O SR. FRANCISCO SERRA AZUL – A organização criminosa, para enquadramento, tem que ter alguns elementos que eu não tenho agora a certeza para poder colocar.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Eu gostaria que o senhor, numa outra oportunidade – quem sabe o senhor seria convidado de novo –, afirmasse a consistência.

O SR. FRANCISCO SERRA AZUL – Sim, sim. O que eu tenho agora é uma notícia de um aparente crime, que nós vamos levantar. Agora, se existe ou não, isso vai chegar a uma conclusão no relatório final. A investigação apenas começou. Quer dizer, eu recebi o relatório que a mesma doutora recebeu, através da mão dela, e comecei os procedimentos, quais sejam, inclusive, o que o senhor falou: ouvir a Presidência do IBAMA. Foi o que eu fiz. Eu estou mandando vir a documentação sobre esse relatório. É isso o que eu estou fazendo.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Certo.

Então, Sr. Presidente, fica o meu convite, por requerimento verbal. Depois a assessoria pode fazê-lo por escrito, para que convidemos essas 3 pessoas, para que nós possamos ouvi-las. É claro que vamos ouvir, depois, as outras 2 pessoas que não estão aqui, mas estão lá fora. Quem sabe a gente esclarece.

Pode haver uma análise mais profunda. Eu gostaria de ter uma cópia do relatório da Dra. Kátia para que eu pudesse analisá-lo com profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Perfeito, Deputado Moacir Micheletto. V.Exa. será atendido quanto ao relatório.

Quero apenas informar a V.Exa. que, na próxima semana, o Presidente do IBAMA estará aqui. Já está convidado. Solicito que a assessoria desta Comissão já tome as providências com relação ao segundo requerimento junto à sua assessoria também.

Antes eu gostaria de convidar o Deputado Moacir Micheletto a assumir a Presidência, atendendo ao Regimento da Casa. Eu vou me deslocar para assumir a relatoria.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sr. Presidente, V.Exa. está presidindo com brilhantismo, é competente. Como Relator, está designado, inclusive,

o Deputado Dr. Rosinha. Que V.Exa. continue com o seu brilhantismo presidindo esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– Muito obrigado, Deputado Moacir Micheletto.

Eu já convido o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame para assumir a Presidência. Antes, porém, gostaria de conceder a palavra ao Deputado Dr. Rosinha, para que pudesse fazer, como Relator *ad hoc*, as perguntas aos palestrantes.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presiden-

te, Dra. Kátia, Deputado Moacir Micheletto, foram-me passadas, na ausência justificada do nosso Relator, as perguntas que S.Exa. faria, mas muitas das questões deixadas pelo nosso Relator já foram abordadas na exposição que a senhora fez. Eu só vou fazer um complemento, uma vez que muitas já foram feitas.

A primeira pergunta é sobre o início da investigação, a data em que a senhora começou a investigar. A segunda questão diz respeito aos atestados de óbito dos animais. A Dra. Deborah Soboll, na Câmara Legislativa, aqui em Brasília, no dia 27 de abril, declarou que não assinou atestado nenhum. Indagamos se a Promotoria já solicitou o exame grafotécnico, uma vez que ela está dizendo que não assinou, ou se houve alguma confirmação de que essas assinaturas foram falsificadas, porque sei que os atestados são falsos, uma vez que os animais estão vivos; portanto, se houve a falsificação.

Quanto à questão do comércio de animais em extinção, há informação de que há um tigre siberiano disponível no criadouro do Noel. Isso não fere a Convenção CITES? A Convenção CITES é aquela convenção das espécies em extinção, que deve ser observada. Que providência legal pode ser adotada em face dessa realidade?

Pergunta o nosso Relator se a senhora tem alguma outra denúncia nessa área ou em qualquer uma outra área de importância para esta CPI investigar.

Quero, também, assim como fez o Deputado que me antecedeu, Deputado Moacir Micheletto, fazer à senhora uma solicitação. S.Exa. solicitou a questão da convocação do Presidente do IBAMA.

Há necessidade, de acordo com a exposição da senhora, de investigar todos os zoológicos. Nós somos Parlamentares; a senhora é Promotora, então tem alguma experiência. Que tipo de questionário a senhora sugeriria a nós que pode trazer dados. Porque nós podemos fazer um questionário para ser respondido pelos diretores de zoológico que não nos leve a lugar nenhum, mas a senhora tem a experiência da investigação. Que tipo de questionário sugere? Pode sugerir aqui, agora ou depois passar por escrito, que nós poderíamos enviar a todos os diretores de zoológico. Ao

lê-lo, nós poderemos constatar se há indícios ou não a ser investigados.

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Inicialmen-

te, eu gostaria de dizer o seguinte: como foi colocado aqui, é importantíssima a presença do Gerente Executivo do IBAMA para trazer informações específicas no que tange à transferência de animais entre zoológicos, de zoológicos para criadores, como é que está sendo feito isso, como é feita a fiscalização, porque, ao que parece, dos documentos que foram enviados ao Ministério Público, das documentações que nós temos, existe uma falha muito grande nessa fiscalização. Eu gostaria, inclusive, de sugerir que fossem ouvidas aqui as pessoas que elaboraram esse primeiro relatório, que inclusive está nas mãos... Tem 4, 5 pessoas que elaboraram o relatório, que fizeram parte da realização desse relatório e que viram o documento no original. A realidade é a seguinte: estiveram no local, eles viram o documento no original. No momento em que eles pediram cópia do documento, a informação que nós tivemos é a de que foi negada a cópia. E, num momento de distração, essas cópias foram retiradas e nos trouxeram ao Ministério Público. Então, é importante que essas pessoas sejam ouvidas, porque vão comprovar a existência desses documentos no original. Porque, através de um ofício do Ministério Público, a gerência do zoológico informa que os documentos do ano de 2002 simplesmente sumiram, não existem. Não existe nenhum atestado de óbito do ano de 2002. Então, algum esclarecimento tem que ser apresentado. Então, essas pessoas acho que são extremamente importantes. São esclarecedoras no que tange à veracidade dessas informações. A Dra. Deborah Soboll foi convocada para uma audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal, audiência essa que eu não recebi convite para participar, mas a informação que eu tenho é que, com base nessa audiência, vai ser aberta uma CPI para investigar especificamente a questão dos zoológicos, enfim. Ela disse que não foi ela que assinou o documento, mas ao mesmo tempo ela não assinou uma folha em branco para comprovar que a assinatura não seria dela. Então, o que eu quero dizer é o seguinte: cópia ou não, o Ministério Público vai entrar com as ações criminais no que tange à existência de documento falso, à falsidade ideológica. Enfim, nós vamos tomar as nossas providências criminais. A questão da existência de animal em extinção em zoológico, em criadouro particular, isso é uma questão importantíssima, porque a legislação é falha no que tange a esse tipo de esclarecimento e não traz elementos suficientes para caracterizar... Por exemplo, o animal está em extinção, só que ele está em extinção na África, ele não está em extinção no Brasil. Tem a

questão do tigre siberiano. Então, isso é uma questão que o IBAMA tem que regulamentar realmente, porque, se o animal está em extinção, não pode ser comercializado, como vem acontecendo. O animal em extinção tem um valor 3, 4, 5 vezes maior do que teria um animal sem ter essa característica. Então, realmente isso tem que ser mais bem regulamentado. Agora, eu peço que questionem os órgãos competentes a responder essa questão, até porque eles podem elaborar, inclusive, instruções normativas que evitem o comércio de animais em extinção, não no Brasil, mas no exterior. E me coloco à disposição para elaborar o questionário, se tiverem interesse – eu o envio à Câmara —, para questionar os zoológicos do Brasil inteiro ou o próprio IBAMA, no que tange à forma de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mais algum inscrito?

Deputado Edson Duarte.

Antes eu queria me desculpar com o Deputado Moacir Micheletto. Sei que a culpa foi exclusivamente minha, na hora da substituição. Dentro do princípio de sempre cometer erros zero quilômetro, esse tipo de equívoco não mais ocorrerá.

Com a palavra o Deputado Edson Duarte.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Bom, eu só queria um esclarecimento.

Eu fiquei bastante preocupado com a questão do IBAMA. O problema existe, está acontecendo, mas o que eu acho que é inaceitável é existir o problema, ter um órgão que deveria estar cuidando desse assunto e não cuida.

Nós sabemos e promovemos inclusive um debate aqui na Câmara sobre a situação dos zoológicos no Brasil, e é uma situação extremamente grave, muito grave. E há uma omissão, uma omissão muito forte, no que diz respeito inclusive a recursos para manter esses zoológicos. A maioria, quase a totalidade dos zoológicos, hoje, são mantidos pelas Prefeituras, alguns poucos pelos Estados e muito pouco, quase nada, pela União, pelo Governo Federal, quase nada. Há excedentes de animais. Em alguns casos não sabem o que fazer com esses excedentes. E percebemos que há falhas enormes na legislação para tratar desse assunto. Bom, aí problemas a que nós estamos assistindo.

Mas eu pergunto, Dra. Kátia Christina: que providências foram adotadas – também para o Dr. Francisco a mesma pergunta – em relação ao IBAMA, pelo não-cumprimento das suas obrigações. Se há processos, se foram abertos processos, porque há uma responsabilidade que não está sendo atendida, e o IBAMA tinha que cuidar disso, daquilo que é da sua área de competência. Então, o que aconteceu com o IBAMA?

Que processo que existe? Que processo são esses? Em que situação se encontram esses processos?

Eu gostaria de saber em relação a esse aspecto, que me parece extremamente importante pelo não-cumprimento das suas obrigações.

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Inicialmente, eu gostaria de dizer o seguinte: essa questão da verba do zoológico é uma questão muito interessante, que, inclusive, tem que ser investigada. E eu coloco até que eu acho que o Tribunal de Contas, não só do DF, para investigar o zoológico do Distrito Federal, mas o Tribunal de Contas da União, para investigar os zoológicos como um todo. Por quê? O zoológico recebe a verba da presença de áreas, ele cobra ingresso. Um final de semana dá uma faixa de 20 mil pessoas, uma faixa de 40 a 50 mil reais por final de semana. Como é que é gerenciada essa verba? Para onde vai esse dinheiro? Esse dinheiro é aplicado na manutenção? Bom, se é aplicado na manutenção, tem que ver como está a situação da manutenção dos animais e a questão da segurança dos zoológicos como um todo. Além disso, o Zoológico de Brasília – é um exemplo que eu posso dar — recebe, também, digamos, compensações ambientais. A Secretaria de Meio Ambiente, no momento da realização de uma grande obra, faz um acordo com a empresa que vai realizar a obra. No momento em que ela vai realizar a obra, ela tem que fazer a compensação ambiental. E eu sei já do Zoológico de Brasília, que é o que eu tenho conhecimento, que recebeu verbas de compensações ambientais. Como está sendo feita a gerência dessa verba? Se isso acontece em Brasília, pode acontecer no Brasil inteiro. Como é que é feita a gerência dessa questão? Então, isso tudo... Fora que o zoológico também recebe incentivos municipais, estaduais e, no caso, do Distrito Federal. Então, existe esse tipo de incentivo também. No caso do Distrito Federal nós temos uma situação *sui generis*, porque a maioria dos funcionários... Nunca foi realizado um concurso público no Distrito Federal. A maioria dos funcionários são do ICS – Instituto Candango de Solidariedade. É um instituto do Distrito Federal que abarca uma série de atividades meio e fim, não é? Até porque alguns desses técnicos, que são veterinários, também não fizeram concurso público para entrar no zoológico; eles foram contratados pelo ICS. Então, nem o salário deles é pago com esse dinheiro, porque o dinheiro vem do ICS. Então, esse dinheiro está indo para onde? Isso é uma coisa muito interessante, que tem que ser realmente investigada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu queria fazer uma pergunta para o Dra. Kátia...

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Pela ordem. Sem querer cortar e já cortando o Deputado Dr. Rosinha, eu tinha feito uma pergunta sobre a questão do IBAMA. O foco da minha pergunta era em relação ao não-cumprimento das obrigações em relação ao IBAMA – e também ao Dr. Francisco. O que há? Tem um processo, alguns processos? O que existe efetivamente em relação ao IBAMA por não cumprir com as suas obrigações?

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Eu gostaria de dizer o seguinte: você tem uma avaliação da existência de crime, que o Ministério Público está investigando, no âmbito do Distrito Federal. A falta ou a ineficácia da atuação do IBAMA é uma questão federal que tem que ser apurada pelo Ministério Público Federal até a possibilidade de ingresso de ações de responsabilidade no caso dessa atuação. Ou que se passe a dar instrumentos, porque o IBAMA pode dizer: olha, eu não faço porque não tenho condições; não tenho pessoal, não tenho material. Ou se dê condições para que o IBAMA faça ou se extinga a instituição, crie-se uma nova instituição, ou se responsabiliza, dando condições para que ele execute essa atividade. Então, a responsabilização vai ser feita, no âmbito do Distrito Federal, por conta do Ministério Público do Distrito Federal; no âmbito federal, fica a responsabilização de quem vem atuando junto ao IBAMA ou a falta da atuação. Quer dizer, você pode responsabilizar tanto a ação quanto a omissão. Então, é nesse aspecto que tem que ser verificado. Agora, a questão dos excedentes. Foi colocado também o que é feito com os excedentes. É claro que o zoológico tem a possibilidade de vender os excedentes. Por exemplo, se é um animal reproduzido em cativeiro, tem uma série de condições legais que ele, respeitando aquelas condições legais, pode vender esse animal, e é mais forma de ele obter lucro para ser investido dentro do zoológico, para manutenção e bem estar dos animais, para dar, digamos, condições de uma visitação mais saudável, enfim, para dar condições ao público de ter acesso a esses animais de uma forma mais segura. Então, ele pode vender esses excedentes, mas desde que respeite a lei; dentro dos princípios legais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A senhora está dizendo que...

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Sr. Presidente, só para complementar a pergunta. Dr. Rosinha, um minuto.

V.Sa. de novo levanta aqui uma situação bastante séria. A senhora levanta dúvidas sobre a prestação de contas do zoológico. Só para esclarecimento: o Ministé-

rio Público não tem autoridade, não tem competência para levantar isso? Não é melhor do que a senhora trazer aqui numa CPI? Já não deveria ter feito isso pelo Ministério Público? É a pergunta que eu faço.

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Estamos fazendo. Eu só estou dizendo o seguinte: que é uma questão interessante para ser avaliada em âmbito federal. Eu estou trazendo essa informação porque no âmbito do Distrito Federal isso vai ser feito, mas não em âmbito federal, porque o Ministério Público do Distrito Federal tem atuação exclusiva no Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Eu estou me referindo apenas ao Zoológico de Brasília, quando V.Exa. levanta quanto a funcionário, dinheiro recebido de fora, 50 ou 40 mil pessoas por final de semana.

Eu só estou levantando porque isso, partindo da senhora, do Ministério Público, uma dúvida dessa, trazer numa CPI que nós estamos tratando disso, a pergunta que eu faço, até como brasileiro – não estou aqui nem como Deputado —, é se não era papel do Ministério Público levantar isso e fazer uma fiscalização.

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – É. Eu gostaria de dizer o seguinte: nós temos várias promotorias. A Promotoria do Meio Ambiente está tomando as providências e enviou à Promotoria do Patrimônio Público para tomar providências no que tange à questão da utilização da verba. Então, cada promotoria age dentro das suas atribuições. O que eu quero dizer aqui é o seguinte: eu não estou trazendo uma denúncia à CPI; eu estou trazendo um fato que o Ministério Público está investigando, está tomando providências. O que eu venho apresentar aqui é que, se isso está acontecendo no âmbito do Distrito Federal, pode acontecer em âmbito federal. É por isso que eu estou trazendo essa informação que eu achei relevante.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, vou fazer só uns questionamentos para a Dra. Kátia Christina.

A senhora disse agora há pouco que pode vender. No depoimento da senhora, a senhora disse que não se vendia o filhote, o que foi procriado dentro do zoológico. A senhora disse agora que pode vender. Vender para particular?

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – O excedente pode vender. É a Lei nº 7.173, que eu não tenho em mãos. Mas ela diz o seguinte: que o excedente pode ser vendido, desde que...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Para particular?

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – ...se respeitem as regras, as leis. Creio que sim, porque isso depende de uma instrução normativa. O excedente produzido em cativeiro. Agora, o que não pode é doar.

Não pode ser doado. Ah, aqui, a lei. Aqui, olha. Bom, se quiser, eu tenho a legislação...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O excedente pode ser vendido para particular?

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – É permitida ao jardim zoológico a venda dos seus exemplares da fauna alienígena, vedada quaisquer transações com a espécie da fauna indígena. A título excepcional, e sempre dependendo de autorização prévia do IBAMA, poderá ser colocada à venda o excedente de animais pertencentes à fauna indígena que tiver comprovadamente nascido em cativeiro nas instalações do jardim zoológico. Quer dizer, isso tudo tem que ser comprovado, porque estamos tratando de patrimônio público. Pode vender, desde que a venda seja feita dentro dos trâmites legais. Agora, não pode doar e não se pode fazer, por exemplo, permuta entre... A permuta ela não é... Quer ver, olha...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa questão legal nós até verificaremos.

Na experiência da senhora, na investigação da senhora, quanto custa um animal, mesmo desses excedentes que vai ser vendido?

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Não posso lhe dizer.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O preço.

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Não tenho a menor idéia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque...

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Isso vai ficar a cargo da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque, no documento que a senhora deixou, eu estava olhando, é doado um valor de 001 centavo pelos animais.

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – É uma explicação interessante. Eu não tenho essa informação, porque, quando você doa, você não doa a... A doação por deliberalidade...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque aí está escrito doação com o valor 001.

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Não existe valor, não é? Isso aí é para caracterizar a doação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Está.

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Porque é patrimônio público. Não pode ser doado. Foi nessa característica.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A segunda questão: o criadouro do Sr. Noel Lemos tem licença para criadouro de animais silvestres?

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Ele tem uma licença dada pelo IBAMA, que não tem restrições a animais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual é a categoria? É a de criador conservacionista?

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Comercial.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Criador comercial?

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Comercial. E o *site* americano.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Uma outra questão: na Polícia Federal, quem está investigando é o Dr. Francisco Serra Azul.

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em que situação está a investigação, Dr. Francisco? Porque a coincidência do Serra Azul com o Criadouro Serra Azul me obriga a perguntar (*risos*) em que pé está a investigação, porque...

Quando o senhor recebeu o pedido de investigação policial? Em que ano? Em que época?

O SR. FRANCISCO SERRA AZUL – A *notitia criminis* chegou à minha mão em novembro de 2004.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em que situação está a investigação? **O SR. FRANCISCO SERRA AZUL** – A investigação foi iniciada através de inquérito policial no dia 28 de março. Como primeiro procedimento, foi pedida ao IBAMA toda a documentação pertinente à fiscalização feita por ele. Foi perguntado pelo Deputado Federal, e eu gostaria de explicar: a investigação apura fato, não contra ninguém. A partir do momento em que é constatado o fato, que é o comércio ilegal, irregular, de animais silvestres ou a importação ilegal de animais, nós vamos apurar a autoria que nesse ínterim vai acontecer. Chegando ao conhecimento que tem servidores do IBAMA envolvidos – que não estou dizendo que tem, não posso afirmar isso agora —, mas chegando a esses, serão ouvidos e indiciados e o inquérito será levado ao Ministério Público, para a denúncia. Mas o que eu acho, o que eu posso falar de imediato é que o IBAMA fez a denúncia. Ele encaminhou a denúncia anônima para nós. Foi através do IBAMA, IBAMA Sede. Foi o IBAMA Sede que fez o relatório nosso, que está aqui constando como documento principal. É o IBAMA sede. Então, eu estou me cercando com o IBAMA sede. O IBAMA regional do Distrito Federal, a Superintendência Regional, é a quem incumbia fiscalizar o jardim zoológico. Esse talvez – eu posso até dizer – esteja sob suspeição. Mas eu não posso ter essa certeza, porque a quem incumbia a fiscalização era o IBAMA daqui e quem denunciou as irregularidades foi o IBAMA Sede. São pessoas diferentes. A gente não pode, por conta de um órgão, falar que todos são irregulares. Então, nós vamos investigar o fato, ver quem está irregular e fazer o nosso relatório

final apontando as pessoas que vem ser penalizadas pelo processo judicial com direito de defesa.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Presidente, eu teria mais uma observação com a Dra. Kátia.

V.Sa. tem relatado, e o Dr. também tem relatado, quanto ao *site* internacional, o *site* americano. Eu perguntaria: é crime um cidadão ou uma empresa ter um *site* que possa o mundo inteiro acessar, como é o caso, por exemplo, o fato de o Sr. Noel ter um *site*? Segundo as informações que foram comentadas, ele tem um *site* que o mundo inteiro pode acessar e ver. Eu perguntaria: é crime ele ter um *site* dessa natureza?

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Eu acho que não.

O SR. FRANCISCO SERRA AZUL – Ter o *site*, não, mas anunciar produtos de crime, é. Quer dizer, a pessoa ficar anunciando produtos que não podem ser comercializados, aí já está configurado o crime.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Era o que eu queria saber.

O SR. FRANCISCO SERRA AZUL – O *site* – só para esclarecimento —, o *site*, quem quiser ver também, é www.fazendasserraazul. Não é só Serra Azul, não. Por favor.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado.

Eu apenas queria fazer uma avaliação de quadro, Sr. Presidente. Nós estamos notando que, na questão da fauna, como bem colocou o Deputado Edson Duarte, histórico preservador, precisamos, na realidade, de ordenamento geral. Nós estamos vendo que a fauna continua como o patinho feio. Para que nós pudéssemos ter efetividade, eu gostaria de sugerir – e vamos tomar a providência por escrito, dentro de um requerimento – que nós pudéssemos estabelecer um prazo. Solicitar do órgão, talvez acompanhando a posição do Delegado Serra Azul, que não da gerência do IBAMA, mas da diretoria do IBAMA, que é uma instância após a Presidência, uma relação com prazo de uma semana, por entendermos que essa relação necessariamente deverá estar pronta, face à necessidade de controle em zoológicos, em criadouros conservacionistas, comerciais e científicos, que nós pudéssemos estabelecer um prazo de uma semana para que nós tivéssemos toda a relação de animais exóticos ou nativos aqui no Distrito Federal e, evidentemente, estendendo isso mais tarde para todo o País. Mas estabelecendo principalmente o ingresso de espécies, ameaçadas ou não,

que adentraram no Distrito Federal e que se encontram sob cadastros em zoológicos, em criadouros conservacionistas, científicos ou comerciais, envolvendo todos os animais – porventura tigres, lhamas, elefantes ou outras espécies que tenham entrado de outros países, particularmente daqueles países que são signatários da Convenção CITES.

Entendo que essa relação, Sr. Presidente, nos dará um diagnóstico claro, Deputado Micheletto, para sabermos verdadeiramente quando entrou, que espécies entraram no Distrito Federal, com quem estão, se estão no zoológico ou não, o registro completo dos animais nascidos em cativeiro, todo o registro de primeira geração, de segunda geração, de terceira geração, se for o caso, para que nós possamos ter um dado abalizado e, evidentemente, termos aí um diagnóstico de animais que foram permutados ou não.

Eu diria, Sr. Presidente, que, ouvindo atentamente as exposições da Promotoria, da Polícia Federal, levamos a entender que essa relação é extremamente importante para que possamos identificar porventura animais que se encontram inclusive em logradouros não adequados, como residências e sítios, e que possamos começar com esse bom exemplo aqui pela Capital da República, Deputado Micheletto, por Brasília. Depois, Deputado Edson Duarte, fazer esse diagnóstico em todo o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mais alguma solicitação? (*Pausa.*)

Eu gostaria de fazer uma pergunta aos 2 depoentes. Existe alguma sugestão de alteração na legislação, notadamente nessa lei que rege as obrigações dos zoológicos, no sentido de obrigar que tenham um *chip* ou algum outro dispositivo legal que induza obrigatoriamente, compulsoriamente, a um maior controle? Ambos têm alguma sugestão que possa se encaminhar a esta CPI, que tem como objetivo fundamental elaborar sugestões para aprimorar a legislação?

Este é o objetivo maior nosso: aprimorar a legislação relacionada com o tráfico de animais silvestres vivos; aprimorar a legislação que já existe a respeito do contrabando de madeiras nobres; e, em terceiro lugar, não mais aprimorar, mas elaborar do início essa legislação, que ainda não existe, a respeito de biopirataria de material genético.

Gostaria de ter uma informação de ambos os depoentes, por favor.

O SR. FRANCISCO SERRA AZUL – Como sugestão, seria o caso de “chipar” os animais do jardim zoológico, como falou a ilustre Promotora de Justiça. “Chipando”, tem-se uma documentação do animal. Então, para dar baixa no *chip*, teria que fazer uma com-

provação rigorosa. Quanto ao aspecto processual, hoje a gente vê o seguinte: quando a gente prende alguém com biopirataria, com animais silvestres, eles vão ao Ministério Público e são logo soltos. Então, para evitar isso, sugiro que, quando uma fiscalização prender, tenha que aguardar pelo menos a perícia. Enquanto a perícia não vier, fica a pessoa aguardando. Para não ir embora. Depois da perícia, o que adianta? A pessoa está em outro país. Que aguardasse no lado processual, porque só a perícia é que vai dar exatamente se aquilo é contrabando, se aquilo tem valor comercial, qual o valor, se é um animal em extinção, se é um animal não catalogado pela ciência. Você pega uma aranha e vai fazer o quê? Você vai dizer: é uma aranha silvestre, é um animalzinho. Pode ser até um... Nós pegamos até ovos de aranha. A pessoa transportando. Só a perícia que vai dizer. E depois o acordo feito antes da perícia é prejudicial a toda a investigação e, por consequência, à repressão aos crimes. E fica a impunidade. Talvez um agravamento da pena. Talvez seria o caso de pensar nisso, nos casos de tráfico internacional, porque hoje leva a mesma pena quem faz rinha de pássaros ou qualquer coisa que seja, quem maltrata o animal, quem apanha para seu deleite e quem faz um transporte internacionalmente, para fora, para ganhar milhares de dólares – não são nem reais. Isso dá um valor rentável. E, para conseguir a escuta telefônica – é isso que eu quis dizer quando falei em organização criminosa —, temos de provar que se trata de uma organização criminosa. Para poder fazer a escuta, o monitoramento. Já aconteceu de eu pedir e o juiz falar: “*Não, vá lá e faça flagrante*”. A gente vai pegar o mula. A gente vai pegar o cara que está transportando o bichinho e não o vai pegar o destinatário final. Então, quer dizer, você vai pegar sempre os coitados. Enquanto as pessoas vão ficando ricas, milionárias, nós vamos ficar sempre com o sentido de impunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora quer dizer algo?

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – Faço minhas essas palavras. Acho que, se houvesse uma fiscalização mais efetiva, se os animais fossem “chipados”, haveria a possibilidade de se verificar a sua destinação, a sua origem, para onde esse animal foi, se ele morreu, se ele não morreu, se esse animal foi transferido para algum outro zoológico, para algum criadouro particular, se foi vendido, cadê o temo de venda, se esse animal é um excedente, é um excedente do plantel. Então, foi vendido. Então, tem de ter um termo de venda, ou um termo de permuta. É como se fosse um contrato. Isso tem de ser público. Tem de respeitar os princípios da Administração Pública, porque se trata de patrimônio público. É isso que quero colocar

aqui. Uma outra questão que eu gostaria de colocar: se pudéssemos estudar a possibilidade de alteração da lei. Gostaria de fazer algo mais elaborado para poder enviar aqui para a Comissão. Vou juntar com a Assessoria do Ministério Público, para a gente poder fazer uma proposta de modificação legal, dentro de um estudo mais efetivo no que tange à possibilidade de maior fiscalização dessa questão, para que se evite o que vem acontecendo hoje. Eu gostaria só de citar mais uma coisa. Eu falei aqui muito – eu falo demais, não é? Como todo membro do Ministério Público – sobre a ineficiência do IBAMA. Eu gostaria até de modificar. Eu digo assim: talvez não haja uma fiscalização efetiva porque a legislação é falha; talvez não haja uma fiscalização efetiva porque não existem elementos ou instrumentos para sua atuação. Isso tudo tem de ser verificado. E, se não há, tem que se dar instrumentos para que o IBAMA seja um órgão eficaz, eficiente e temporal.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sr. Presidente, só uma interferência de 1 minuto, por favor.

Acho que todo esse nosso *frisson* aqui e todas as audiências públicas que foram feitas aqui têm alguma luz já no fundo para se fazer alguma proposta, sem o término – ouviu, Sr. Presidente? —, inclusive da nossa CPI.

Fui o Relator da Lei de Sementes em nível nacional. Fizemos várias audiências públicas no Brasil, ordenamos a política de sementes do Brasil e criamos o Renascer, que é, vejam bem, a forma de você tentar coordenar uma política de controle dos produtores de sementes em nível nacional. Reforçando o que o Hamilton Casara colocou aqui, porque às vezes passa despercebido, não se dá ênfase. Acho que dá para se fazer uma proposta para o IBAMA já agora de se criar o registro nacional dos zoológicos nacionais e dos zoológicos particulares, porque vamos ter, inclusive, um levantamento dos animais que temos e que não são tantos. Eu acho que dá para fazer isso, quem sabe, até por um decreto do Presidente. Sei lá como, qual é o mecanismo para isso. Um registro, aquilo que a doutora acabou de colocar aqui agora. Se vendeu, tem que dar baixa no registro nacional, mesmo que ele esteja lá no Acre ou lá no Chuí. O importante é que temos de ter um controle desses animais no Brasil, visto tudo que foi levantado aqui.

Eu acho que, reforçando, Casara, aproveitando a tua idéia... acho que poderíamos, Sr. Presidente, já apresentar essa proposta, trabalhar em cima, e, quem sabe, até a Comissão de Agricultura, que podemos estar aqui representando, dar sugestões.

Como podemos criar o registro nacional de produtores de semente no Brasil? Poderíamos ter um registro nacional de todas as espécies que possamos ter aqui, tanto dos zoológicos particulares como dos zoológicos nacionais. E até dá para se jogar hoje no computador, na Internet, dá para se ter hoje programas para isso, porque dá para tentar ter uma visão dessa...

Quero só aproveitar aquilo que o Deputado Casara colocou.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Inclusive, Deputado Micheletto, fazendo com que, por exemplo, o cidadão que esteja em casa acesse esse programa e conheça, por exemplo, o *chip* da ararinha azul que está lá na Bahia, por exemplo. Certo, Deputado? Então, essa contribuição seria interessante realmente.

Controle. Estamos trabalhando com a necessidade de controle. Acho que podemos perceber em todos os palestrantes... Essa, sem dúvida nenhuma, é uma boa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

Há mais alguma pergunta relacionada com os depoimentos da Dra. Kátia Christina Lemos e do Dr. Francisco Serra Azul? Se não há, agradecemos a oportunidade, excepcional e acurada contribuição a ambos.

Vamos, na seqüência, solicitar a presença dos próximos depoentes, que virão para cá na condição de testemunhas.

Chamamos, inicialmente – e pedimos que os conduza à sala —, o Sr. Raul Gonzales Acosta, Diretor do Zoológico de Brasília, para que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Não sei se também vale agora, como foi a pedido do Deputado Dr. Rosinha, de que tanto a Dra. Kátia como o Dr. Francisco pudessem também não participar. Não sei se isso regimentalmente é possível, mas como eles se ausentaram para não ser aqui ouvido o que eles colocaram, se eles também... nós também poderíamos fazer com que eles pudessem dar seu depoimento sem a presença das duas autoridades que aqui fizeram a sua ilustração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – No caso, como são convidados, a situação dos depoentes é diferente. O que poderíamos ressaltar é a importância de que um dos depoentes, uma das testemunhas não participe da oitiva da outra testemunha. Portanto, que apenas o primeiro depoente esteja aqui para prestar seu esclarecimento e, na seqüência, ouçamos o segundo depoente. Obrigada.

Solicito inicialmente ao Sr. Raul Gonzales da Acosta que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

Em conformidade com o art. 210 do mesmo Código, informo à testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal:

Art. 342 – Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha (...). Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

O SR. RAUL GONZALES ACOSTA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Sr. Raul Gonzales Acosta, até por 20 minutos, caso queira fazer uso desta oportunidade antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. RAUL GONZALES ACOSTA – Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Relator, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, convidados, convidadas e demais presentes, coube a mim a responsabilidade, na qualidade de diretor do Jardim Zoológico de Brasília, vir aqui. É uma honra estar nesta Casa e nesta Comissão para poder prestar todos os esclarecimentos necessários, para que não parem dúvidas, inclusive, desde já, fazendo aqui um convite às Sras. e aos Srs. Deputados. Se acharem necessário, nós ficaríamos muito honrados de poder uma Comissão nos visitar no Jardim Zoológico de Brasília, até para podermos mostrar os trabalhos que lá são realizados em matéria, por exemplo, de educação ambiental, onde temos um programa de educação ambiental com vários projetos. Por exemplo, o projeto do Zoocamping. Realizamos acampamentos com escolas de 5ª a 8ª séries. Quinze acampamentos por ano, com patrocínio do SESC. Inclusive este ano nós vamos trazer alunos de 5ª a 8ª séries de todo o nosso País para poder ter ensinamentos, aulas práticas de aves, répteis e mamíferos, sobre o nosso bioma do cerrado, sobre as questões cívicas, organização social etc. Também temos o projeto das caminhadas noturnas, onde o público, o povo do Distrito Federal e do entorno, que são nosso grande público, podem ter oportunidade de verificar os hábitos dos animais noturnos. Temos vários indivíduos ou espécies que são de hábitos noturnos. Também temos o projeto do Dr. Zôo, que a gente vai... Todas as semanas vamos a alguns hospitais, onde têm crianças com doenças, inclusive terminais, e a gente leva um pouco de alegria, um pouco de conhecimento da questão ambiental. Enfim, são vários projetos em matéria de educação ambiental, alguns projetos em matéria de conservação, em matéria de pesquisa e, obviamente, em lazer, que

são nossos quatro grandes objetivos. Agora, falando especificamente sobre a situação pela qual esta nobre CPI nos convocou. Eu apenas preparei um resumo e estarei, posteriormente, como o Sr. Presidente colocou, que é o Regimento, à disposição para responder apenas a verdade e nada mais que a verdade, principalmente com a ajuda de Deus. Foi realizada, no Jardim Zoológico de Brasília, uma vistoria no período de 5 a 9 de julho do ano de 2004, dentro da Operação Zô Legal. É importante que se ressalte que essa Operação Zô Legal foi proposta para o IBAMA pela Sociedade de Zoológicos do Brasil, da qual eu também tenho a honra de ser o Presidente. Somos um pouco mais 100 zoológicos agrupados nessa instituição chamada de Sociedade de Zoológicos do Brasil. Na oportunidade, fizemos essa proposta para ter um quadro detalhado da realidade dos nossos zoológicos, ou seja, dos zoológicos do nosso País, inclusive falando que necessitava, além de ter esse quadro, orientar o órgão que fiscaliza por lei, que tem o controle, necessitava orientar, caso houvesse alguns vícios ou irregularidades, enfim, o que acontecesse. E também para ter efetivamente o controle das coleções que estão em cativeiros dentro dos jardins zoológicos. E assim foi feito em vários Estados da Federação, aliás, em todos. E no nosso foi do dia 5 a 9 de julho de 2004. Acontece que, no nosso nobre e humilde entendimento, essa vistoria... Já estamos falando de 2004. Quando foi proposto... salvo engano, foi no ano de 2002. Essa vistoria baseou-se na Portaria nº 283, do ano de 89, e na Instrução de Serviço nº 01, também do ano de 89. E o que rege hoje as relações dos zoológicos com os órgãos de fiscalização, com os órgãos de operação é a Portaria nº 04 do mês de março de 2002. A vistoria foi feita em 2004. E essa própria Portaria nº 04 revoga, no art. 33, a Portaria nº 283 e a Instrução de Serviço nº 01, antes dita. E nesse relatório houve, no nosso entendimento, algumas situações, vamos dizer assim, exageradas. Exageradas do ponto de vista de conservação, exageradas do ponto de vista, no nosso entendimento, repito, da ilegalidade. E houve um relatório, no nosso entendimento, que não estava de acordo com a realidade do que acontecia dentro do jardim zoológico. Apenas eu me permito aqui, humildemente, colocar: houve até a recomendação de colocar bebedouros para os hipopótamos. Hipopótamos, esclareço aqui, é um animal anfíbio. Essa própria vistoria levantou hipóteses da existência de uns atestados de animais que tinham sido destinados para o criadouro do Noel, que essa é a questão que está sendo discutida. Como aconteceu esta saída? Porque saíram sim os animais para o criadouro do Noel. Como aconteceu, eu não vou mais entrar em detalhes da vistoria, porque isso,

graças a Deus, já está sendo superado, da forma que estamos fazendo algumas obras para algumas reformas, já foram feitas algumas, estão em andamento outras, virão outras obras e vou me ater, exclusivamente, se os senhores acharem assim conveniente, até para poder expressar-me em 20 minutos, apenas a essa questão dos animais do Noel. Em alguma oportunidade, que eu não posso precisar datas, é muito difícil precisar isso, o Sr. Noel veio ao Zoológico de Brasília e percebeu que nós tínhamos excedentes dos animais waterbuck, gnu, cervo nobre, dama-dama, cervo (*ininteligível*). E, além de perceber que tínhamos excedentes, ele tinha registro no IBAMA como comerciante de animais e também tem um registro como criador de animais; ou seja, ele está registrado, no nosso entendimento, legalmente perante as autoridades, o que a lei exige para poder receber animal silvestre, neste caso exóticos. E nos fez a seguinte proposta: *“Eu recebo os seus animais. Nós estamos nessa época, em meados do ano. Os senhores sabem que aqui no Distrito Federal temos a época das chuvas, que é a época da seca. Moramos aqui no Cerrado. E na época da seca temos pouca oferta de capim, um dos ingredientes da dieta desses animais, que são herbívoros. Um dos ingredientes, mas um ingrediente também importante desta dieta”*. E nos fez a proposta de ele levar os animais. E em troca disso ele nos ofereceu um equipamento de contenção química. O que significa isso? Um rifle com todos os apetrechos. Um rifle modelo 70, nº 17.010, propelido a CO². E os apetrechos? Dardos, espoletas, caixas de gás, agulhas, agulhas, estabilizadores e êmbolos. Material de consumo para 5 anos, porque não basta ter o equipamento. Esse equipamento forma parte inclusive dos equipamentos de contenção química, que devemos ter em todos os zoológicos, também por segurança. Se amanhã, por exemplo, fugir um chimpanzé, o que não vai acontecer, Deus vai nos ajudar e isso não vai acontecer. Mas e se acontecer? Temos que estar preparados para dar essa resposta. Não podemos depois falar: Ah, fugiu. Aconteceu. Temos que ter a resposta, e a resposta só equipamento ou com arma de verdade. Armas de verdade nós não temos no zoológico, porque essa é outra questão. Quem tem (*ininteligível*), eu acho que é a polícia. Nós não temos. Temos que ter equipamentos de contenção química, anestésicos, e de contenção física. Mas, animais de determinado porte, de determinado grau de periculosidade, a gente não pode contar com equipamentos de contenção física, ou seja, (*ininteligível*), pau não sei o que, rédeas. Isso não dá. Bom, esse equipamento foi doado no dia 1º/10/2002. O Sr. Noel fez a doação desse equipamento junto com o material de consumo, conforme consta no Processo

nº 196.000421/2002, FUNPEB. Não foi incorporado agora no patrimônio, foi incorporado na época, tendo o citado material recebido o Tombamento de nº 229, FUNPEB, em 13 de janeiro de 2003. No dia 26/09/2002, houve a doação de animais vivos excedentes ao criadouro do Noel. Repito que, se continuassem com os pais, haveria pareamentos entre consangüíneos e haveria degeneração da espécie, o que seria lamentável, num zoológico que prima pela excelência biológica das espécies. Assim como na época, repito, nós estávamos tendo algumas dificuldades para ofertar aos nossos animais capim, por ser o período da seca em nosso cerrado. Que animais foram para o Noel? Um exemplar macho de gnu, nascido no Jardim Zoológico de Brasília, em 13/03/2001, Registro de Nascimento nº 949 e Registro de Mamíferos nº 1805; um exemplar fêmea de gnu, nascida no Jardim Zoológico de Brasília em 16 de janeiro de 2002, sob Registro de Nascimento nº 978 e Registro de Mamíferos nº 1876; um exemplar fêmea de cervo dama-dama, nascido no Jardim Zoológico de Brasília, em 1º/12/2001, sob Registro de Nascimento nº 972 e Registro de Mamíferos nº 1867; um exemplar macho de cervo nobre, nascido no Jardim Zoológico de Brasília, em 12/11/200, sob Registro de Nascimento nº 939 e Registro de Mamífero nº 1781; um exemplar fêmea de waterbuck, nascido no Jardim Zoológico de Brasília, em 28/12/1998, sob Registro de Nascimento nº 890 e Registro de Mamíferos nº 1713; um exemplar fêmea de waterbuck, nascido no Jardim Zoológico de Brasília, em 27/04/01, sob Registro de Nascimento nº 952 e Registro de Mamíferos nº 1833; um exemplar macho de waterbuck, nascido na instituição no Jardim Zoológico de Brasília, em 19/03/2002, Registro de Nascimento nº 981 e Registro de Mamíferos nº 1879. Os animais saíram vivos no dia 30/09/2002, com todos os documentos legalmente exigidos pela nossa legislação, conforme consta no processo IBAMA nº 02.001.001.794/90-AC, com licença do IBAMA nº 040/02-COEFA, de 24/09/2002. Inclusive, na licença consta o nome do motorista do caminhão que transportou os animais, número da carteira de habilitação do motorista que transportou os animais, tipo de caminhão e número da placa, assim como a guia de trânsito animal, outro documento necessário para poder transportar animal vivo – esse é do Ministério da Agricultura, GTA nº 773604 e 773603, de 30/09/2002. Na vistoria, segundo a Comissão, foram achados quatro atestados de óbito, que seriam de um waterbuck fêmea adulta, de número de registro 1713, que veio a óbito no dia 15/10/2002, atestado esse com data de 20/10/2002. Causa morte: fratura múltipla na escápula – escápula, eu aprendi agora. Um waterbuck, fêmea, adulta, de número de registro 1833, que veio

a óbito no dia 30/9/2002. Atestado este com data de 10/10/2002. Timpanismo. Caças. Um cervo nobre, macho, adulto, de número de registro 1781, que veio a óbito no dia 30/09/2002. Atestado este com data de 10/10/2002. Causa morte, uma coisa interessante: briga com outro macho. Isso não existe, gente. Com todo respeito, não existe causa morte briga com outro macho. Está escrito no atestado a que nós tivemos acesso. Esclareço também para esta nobre Comissão que nós tivemos acesso a essas xerox dos atestados, a xerox dos atestados, após a gente pegar o processo na 6ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal e Territórios, do Poder Judiciário. A Procuradoria Jurídica do zoológico pegou o processo, tirou xerox, e aí nós tivemos acesso aos atestados. Aí, eu estou com xerox até dos atestados. Bom, imediatamente também – é importante que se ressalte —, imediatamente instauramos sindicância. É o procedimento legal. E estamos em sindicância. Estamos apurando para ver o que são esses atestados. Uma zebra macho, jovem, de número de registro 1678, que veio a óbito no dia 02/10/2001. Atestado este com data de 15/10/2001. Torção gástrica. Em todos os documentos... E aqui uma coisa que achamos também importante. Porque ninguém mais, com certeza absoluta, ninguém mais do que nós tem necessidade de esclarecer todos esses fatos. Em todos os documentos oficiais de controle de animais consta claramente – e no nosso entendimento, repito, e sem dúvidas – que os animais saíram vivos desse zoológico para Noel. Quais são os documentos de controle? Livro de registro. E aqui, faço questão de explicar para as Sras. e Srs. Deputados que, antes desses fatos, nós tínhamos um livro de registro de mamíferos, um livro antigo, mais antigo de registro de mamíferos, um livro de aves, um livro mais antigo de aves, um livro de répteis. Hoje, nós temos um livro de registros de mamíferos, um livro de registros de aves, um livro de registros de répteis, um livro de entrada de aves, um livro de entrada de répteis, um livro de entrada de mamíferos, um livro de necropsia, um livro de nascimento de aves, um livro de nascimento de répteis, um livro de nascimento de mamíferos. Se não estou esquecendo de nenhum, nós temos hoje 17 livros tombados, tombados. Bom. E livro de necropsia e ficha individual de cada espécime. Em nenhum desses 3 documentos, que são, no nosso entendimento, documentos oficiais, inclusive, reportando-nos à Portaria nº 04, em nenhum deles consta morte, que os animais estão mortos. Em todos consta... Menos no de necropsia, porque não consta necropsia, porque o animal não morreu. Só se lança quando é feita necropsia e se lança nos achados de necropsia, se lança causa morte, que dá lugar, que gera, imediatamente, um atestado

de óbito. Então, no livro de registro e na ficha individual constam, claramente e sem dúvidas, o destino criadouro do Noel, criadouro do Noel, o destino dos animais. Com relação à zebra, ela encontra-se viva no Jardim Zoológico até a hora que nós saímos de lá, 15 para as duas. Está viva. É, podia entrar. Legalmente podia, por que não? Dentro da legalidade. Bom. Foi instaurada sindicância através da instrução de serviços nº 043, de 31 de março de 2005, publicada no *Diário Oficial* do dia 6 de abril de 2005, número de processo 190.196.000.266-2005, FUNPEB, para justamente esclarecer os fatos dos atestados. Apenas mais um dado, já para terminar. A operação Noel chama-se Doação Qualificada. Nós fizemos uma doação qualificada. Ontem, talvez não foi ontem, mas ontem que eu recebi um documento e eu vi aqui que o Governo Federal acabou de fazer uma doação qualificada de mogno com uma ONG também, uma entidade privada. Nós fizemos uma doação qualificada. É o entendimento da nossa Procuradoria Jurídica e foi o entendimento que houve na época. Por que nós recebemos, sim, um material do criadouro do Noel. Bom, só para os senhores terem uma idéia de como funcionam as coisas. Aqui no Distrito Federal, só nos últimos 5 anos, aliás, não nos últimos 5 anos, até abril de 2005, nós já recebemos 2.304 animais entre aves, répteis e mamíferos dos órgãos de fiscalização, seja polícia ambiental, seja IBAMA e, eventualmente, até a própria Polícia Federal. Só dos órgãos de fiscalização ou de repressão. Dois mil, trezentos e quatro indivíduos, o que obviamente é uma demanda que não existe conhecimento dessa demanda, você vai fazer uma fiscalização, você não sabe se vai achar, só quando tem uma denúncia, uma operação montada, mas você não sabe se vai achar 40 passarinhos, 10 passarinhos, 1 passarinho ou nenhum passarinho, ou 10 macacos, 5 macacos, 1 macaco. Então para os senhores verem a problemática como é, como é complexa essa questão. E esses animais todos chegam ao Jardim Zoológico de Brasília, nós eticamente tratamos, a nossa equipe de funcionários é treinada, e muito bem treinada, para atender os animais que lá estão em cativeiro, muito, diga-se de passagem, muito bem treinada. Nós temos tratadores, por exemplo, no Jardim Zoológico de Brasília, com 35 anos que tratam elefante. Gente, com todo o respeito do mundo, quem sabe de elefante é esse senhor, ele é um profissional dessa área. Como nós temos tratadores de grandes felinos, que têm 15, 17, 18 anos, cursos de tratador de grandes carnívoros. Ora, ele sabe de grandes carnívoros, eu não sei nada, ele que sabe de grandes carnívoros, e neste caso felinos. E assim temos inúmeros exemplos. De tal forma, senhores, que apenas este aqui foi um pequeno resumo, e a gente

se coloca, com a vênua de Deus, à disposição dos senhores para quaisquer esclarecimentos que achem necessário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, convidamos o Dr. Rosinha, com a palavra, para o primeiro questionamento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, eu vou ler as questões deixadas pelo nosso Relator – eu penso em discricção – para posteriormente fazer os meus questionamentos até para que todo mundo pergunte.

Eu vou ler o que deixou o nosso Relator, Deputado Sarney Filho: “*O que V.Sa. tem a declarar a respeito das notícias veiculadas pelo jornal Correio Braziliense sobre a suspeita de tráfico de animais a partir do Zoológico de Brasília? A que motivos, sendo verdadeiras, o senhor as atribui? V.Sa. acha correta a doação de espécimes de fauna a criadouros particulares sem licitação ou mesmo sua troca por bens e serviços? E como é feito o credenciamento desses criadouros? A alegação de dispensa de licitação por impossibilidade de concorrência não é por demais forçada, dada a existência de inúmeros criadouros no Brasil? Desde quando V.Sa., como diretor do zoológico, faz uso dessa prática de doação? Quais foram os outros criadouros beneficiados?*”

Bom, o senhor leu aí que existe atestado de óbito, e deu a entender que são falsos. Quem é... o senhor... de quem é que tem indícios fortes da direção do zoológico, indícios de que houve, que deve ser investigado? No dia 27 de abril, a Sra. Débora, a médica veterinária, negou que os atestados fossem dela. Há, dentro do zoológico, algum grupo interessado em fazer esse desvio que não seja o da direção? O senhor suspeita? O senhor tem conhecimento de que o criadouro do Sr. Noel comercializa animais em extinção?

São essas as questões deixadas.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Bom, primeiramente, com relação ao tráfico de animais, eu não tenho provas, instrumento nenhum que me permita aqui afirmar que no Zoológico de Brasília tem tráfico de animais. Acho que essa investigação, conforme eu vi nos jornais, no próprio jornal que V.Exa. citou, já foi encaminhado para a Polícia Federal, para a Polícia Federal abrir uma investigação, um inquérito ou... É um inquérito. Acho que a Polícia Federal, altamente competente e as questões de fauna têm uma história neste País com relação ao combate, ao tráfico de animais silvestres, eles vão apurar e vão esclarecer se há ou não há tráfico de animais. E no meu entendimento, não há. E no meu entendimento, não há. Com relação à troca, nós... O senhor me perguntou se nós

temos outros criadores que nós doamos animais. Não temos. Aqui, quero esclarecer, nós fizemos, no entendimento jurídico, uma doação qualificada. Com outros criadores nós temos feito trocas de espécimes, ou de espécie. E quero ressaltar aqui que sempre com autorização do órgão responsável pelos cuidados da nossa fauna, ou seja, o IBAMA. E por que o IBAMA? Porque também não vou ouvir aqui dizer que com autorização do IBAMA e que o IBAMA é responsável. Ele não é. Porque sempre, pelo menos com os zoológicos e os criadouros que nós temos feito permutas etc., têm sido instituições devidamente registradas. Devidamente registradas. Com registro. E com cadastro, hoje, técnico, que existe o cadastro técnico. É o que a legislação exige, gente. Se nós queremos mudar essa situação, vamos mudar a lei. É nosso entendimento. Vamos mudar, vamos proibir que particulares possam criar animais silvestres. Vamos proibir que particulares possam vender animais silvestres. Aliás, criadouros particulares. Os senhores estão, com todo respeito, mas, numa expressão popular, com a faca e o queijo na mão, para os senhores tomarem essa atitude. Vamos fazer. Os senhores vão fazer um grande favor à sociedade, à fauna, à biodiversidade. Enquanto seja legal, estejam legalmente constituídos, com endereços, CPF ou CPNJ, registrando-se no IBAMA, o que a lei permite, isso é permitido. E no nosso entendimento humilde. Com relação aos atestados, os senhores colocaram, o senhor perguntou, se temos indícios. Eu não posso afirmar nada. Nós estamos em sindicância. A sindicância, ela é autônoma. Eu não posso nem... Para os senhores terem uma idéia, os membros da Comissão de Sindicância, eu faço questão de nem olhar para eles, para que seja muito isenta essa sindicância. Para que sobre o que eles apurem não parem dúvidas, de que conversaram comigo. O senhor sabe como que funciona isso. Então já não tenho acesso a esses documentos, não tenho acesso a esse processo. Poderia, de repente, fazendo uma análise aqui, eu poderia até ter. Mas faço questão de não ter. Até por uma questão ética e moral também. Eu posso induzir. E isso não é correto, não é justo. Animais excedentes foi a última pergunta, desculpe, senhor?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A questão dos animais em extinção, se o senhor tem conhecimento que o criadouro do Sr. Noel comercializa animais em extinção. Mas antes disso, a questão da licitação. Por que não foi feita a licitação, já que está fornecendo para um criadouro. E a outra questão que o senhor disse assim... O senhor, respondendo, disse: “*Com outros criadores fizemos trocas*”. Então, eu quero saber quais são os outros criadores com que houve as trocas. Quais criadores são, onde estão e que trocas

foram feitas com os outros? E por que essa doação? E se houve a licitação para fazer a doação.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Como disse anteriormente, foi uma doação qualificada. Houve um equipamento, a troca dos animais. No aspecto jurídico inclusive, que a nossa Procuradoria explica. Segunda questão: se tenho conhecimento que vende animais. Tenho. Tenho conhecimento. A lei permite. A lei não proíbe. Nós, no Zoológico de Brasília, não vendemos. Mas ele tem autorização oficial do Governo brasileiro a vender animais. É o que acabo de dizer: gente, vamos mudar a lei. Se isso não está certo ou entende-se que se deve, a sociedade pede, através da Câmara, que isso seja modificado, vamos modificar, vamos modificar. É o correto. E a questão de outros criadores. Eu me recordo por exemplo de um criador inclusive conservacionista. É o que me recordo agora, o Sr. Branco. Não me lembro exatamente do nome, Minas Gerais. E quero também aqui colocar que não é só o Zoológico de Brasília. No Brasil, nós temos toda essa rotatividade por uma questão, como disse, principalmente de consangüinidade. De consangüinidade. Nós temos que fazer esse manejo desses animais. Outra questão: nós temos que fazer práticas de controle da natalidade, como, por exemplo, os leões. Nós temos um problema muito sério de leões aqui no nosso País. Nós temos inúmeros circos, inúmeros circos que têm populações de leões, que têm animais que inclusive abandonam. Nós, do Zoológico de Brasília, fomos ao Estado do Rio de Janeiro pegar uma leoa que um circo abandonou, deixou em uma gaiola toda enferrujada, ofertando perigo para a população, está certo?, e o Prefeito, obviamente, ele não é técnico nessa questão. Ele não sabia o que fazer. Nós fomos lá, pegamos o nosso caminhão, fomos lá, o IBAMA preocupado, o IBAMA nacional, pagou as diárias da nossa médica veterinária, do nosso motorista, nós entramos com o combustível, o nosso caminhão, fomos lá, pegamos o animal, trouxemos para o Zoológico de Brasília. Como é praxe no Zoológico de Brasília, com todos os animais novos que entram, foi feito hemograma completo, foram feitos triglicerídeos, colesterol, enfim, aqueles valores normais para ver se apresenta alguma patologia, foi feito inclusive o exame de AIDS felino, e nós descobrimos que estava com AIDS felino. Imaginem o que está acontecendo por aí com esse leões. Ele está com AIDS felino. Está isolado lá no Zoológico de Brasília. Como dizem vulgarmente, nós só trouxemos sarna para nos coçar. Mas não. É uma vida. A gente trouxe o animal, está mantendo, estamos fazendo todos os esforços que a nossa Medicina Veterinária nos permite para mantê-lo. Imediatamente, informamos ao IBAMA de que existiam animais felinos etc. Nós temos

uma coleção de felinos, pequenos e grandes felinos no zoológico. Temos que tomar os cuidados imuno-profiláticos necessários, senão amanhã podemos ser responsabilizados também, porque os outros felinos podem se contaminar. Mas os senhores vêem o problema sério que existe. Esses problemas existem, gente. Srs. Deputados, esses problemas existem. Isso não é brincadeira, isso existe, são fatos nossos da nossa vida no Brasil. Nós temos que tomar alguma providência. Desculpem, apenas...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, eram as perguntas que tinha deixado nosso Relator. Eu só me inscrevo para fazer os meus questionamentos, porque aí, assim, todos podem ter oportunidade de perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, Deputado Edson Duarte.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Bom, Sr. Raul...

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Nós estivemos... realizamos uma audiência pública. O senhor esteve aqui presente. Discutimos a situação dos zoológicos e tivemos a oportunidade de ir no Zoológico de Brasília. Naquele momento, nós estávamos discutindo – é o foco de um projeto de nossa autoria, que está tramitando aqui, que tem como objetivo mudar o perfil, a razão, o objetivo, a filosofia dos atuais zoológicos no Brasil – uma questão de conceito, que é o que propõe o nosso projeto, que acabou gerando uma polêmica grande junto aos zoológicos. Naquela oportunidade, nós não discutimos essa questão específica. É por isso que eu gostaria de fazer algumas perguntas.

Primeiro o senhor falou da doação. No que eu estive lendo, do que eu sei, doação não está prevista em lei, doar os animais; permuta, comercialização, mas não a doação. O senhor falou em doação, se confirma se os animais foram realmente doados. Mas o senhor também falou que, em determinado momento, recebeu um rifle em troca. Então, foi doação, ou foi uma troca, uma permuta de animais? Que animais entraram nessa troca do rifle? Porque isso não ficou claro.

O que eu gostaria de entender... O senhor falou que tem os registros, livros de registro dos animais, e que eles foram tombados. Não é isso o termo que o senhor utilizou? Isso foi a partir de quando? E antes disso, como era que acontecia? E uma coisa que eu gostaria de entender: o animal está registrado naquele livro. Como saber que aquele registro é aquele animal, se os animais todos têm *chip* ou outro instrumento de identificação para saber onde está esse animal?

Eu ia perguntar sobre a questão dos óbitos, mas o senhor está dizendo que não aconteceu nenhuma morte em 2002. É isso, não é? Porque eu vi também aqui o atestado da Dra. Débora. Quem é Dra. Débora? Ela é... Quem é ela e se não é dela a assinatura desse atestado que nós recebemos aqui, um atestado de 2002, 15 de outubro de 2002.

Nós estivemos discutindo hoje aqui sobre receitas, depois de uma colocação minha. Não sou conhecedor a fundo da situação do zoológico, mas fiz uma afirmação de que os zoológicos passam por dificuldades. No entanto, recebemos informações de que são muitas as fontes de receita do zoológico. Eu gostaria de saber o seguinte: quais são as fontes especificamente do zoológico de Brasília? Como é que esses recursos são registrados? Como é que eles são contabilizados? A quem é prestado conta e de que forma eles são aplicados esses recursos? Quais são as fontes?

Por último, Sr. Presidente, a última pergunta era sobre a identificação. Eu estou aqui com a Instrução Normativa nº 02, de 2 março de 2001, que trata da identificação individual dos animais. Mas era a pergunta que eu já tinha feito ao senhor. Era somente isso.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – V.Exa. colocou primeiramente a questão da doação. Com relação à doação, houve, nós entendemos, uma questão jurídica. Eu não sou especialista em leis, mas nós temos uma Procuradoria jurídica. E a nossa Procuradoria jurídica entende que a Lei de Licitações nº 8.666 permite, sim, em um artigo, que, neste momento... Perdoem-me, não me lembro, não me recordo. Permite, sim, a doação. Quando o senhor coloca que a lei não permite doação, é a Lei de Zoológicos, que fala, eventualmente, com autorização do órgão, salvo engano, ambiental, ou órgão competente, poderá vender seus excedentes ou algum tipo assim de animal. Mas a Portaria nº 04, evidentemente, não entra nessa direção. Mas o que nós entendemos é que, através dessa lei de licitações, e repito, trata-se de uma doação qualificada. Com relação à marcação, o senhor pode ver que a Portaria nº 02, de 2002, manda marcar os animais com *microchip* em algum lugar, salvo engano. O que acontece aqui no nosso País? Até antes dessa portaria, nós tínhamos a obrigação de marcar as nossas coleções em cativeiro por vários métodos. Existem vários métodos. Por exemplo: para aves, anilhas, anilha fechada, anilha aberta, e vem essa discussão que até hoje está sendo discutida; nós temos para os mamíferos tatuagem; e nós temos para os répteis os grampos. Uns grampos onde você, V.Exa., através de cores, vai vendo a idade, o sexo etc. e tal. E nos mamíferos também pode ser colocado brincos. Os nossos animais, antes da Portaria nº 02, eram, por exemplo, as aves com anilhas, eram

identificados ou marcados com anilhas. Quando essa portaria foi baixada, nós começamos, no Governo do Distrito Federal, nós não licitamos. Nós somos uma fundação pública. Chama-se Fundação Pólo Ecológico de Brasília. Somos da administração indireta, mas nós não licitamos, porque no Governo do Distrito Federal, de uma maneira sábia, existe uma central de compras, ou uma central de licitações, vamos dizer assim. Então, a gente manda os processos, os pedidos de licitação para essa central de compras, e eles, lá, procedem à licitação, porque ela está vinculada à Secretaria da Fazenda do Distrito Federal. Por várias oportunidades, salvo engano, foram duas, nós encaminhamos o processo para licitar os *microchips*. E nessas duas oportunidades não houve cotador, ninguém cotou, foi prejudicada a licitação. Os senhores conhecem as normas da lei de licitações, e foi prejudicada. Salvo engano, até porque a gente não pode memorizar tudo, não é? Até, e na oportunidade que foi possível licitar os *microchips*, e nós recebemos esses *microchips* no final de 2003, salvo engano. Posso até confirmar essa informação, porque acho que é importante, no final de 2003. E o que acontece? O ideal é você ter dois sistemas de marcações, e não só o *microchip*. *Microchip* por si só não resolve. São dois sistemas de marcação. O *microchip* é um pequeno *chip*, obviamente. O *microchip* é subcutâneo. As empresas afirmam que ele não se desloca, porque uma das discussões com *microchip*, inclusive aqui houve essa discussão é que ele se desloca. Se ele se desloca, fica difícil. Mas a afirmação é, no caso, nossa, nós compramos a marca AVID. Ele não se desloca. Até hoje não se deslocaram. Mas o que acontece com esses sistemas de marcação? Então, nós temos, por exemplo, nos mamíferos tatuagem e o *microchip*. Você não pode pegar o animal só para “microchipar”, porque, dependendo do animal, não se pode fazer a contenção física, tem que ser química, tem que ser anestesiado. A anestesia tanto em ser humano, como em bicho corre-se um risco, se corre um risco. Não importa que seja xilocaína, uma coisa mais simples. Quando a gente vai ao dentista, ele usa o quê? Ele usa xilocaína. É uma coisa simples, mas tem gente que já deu parada cardiorrespiratória por usar xilocaína no dentista. Vai depender de cada organismo. Não vamos correr esse risco. Nós pegamos os animais e anestesiados, quando vamos fazer, porque realmente precisa. E aí, sim, se aproveita, se faz a morfometria, se cura. Vamos supor que está com algum problema patológico, enfim, se faz o atendimento clínico e se aproveita e se faz a “microchipagem”, com as aves a mesma coisa. Com os cervídeos ainda mais, que são animais de um comportamento um pouco mais estressado, vamos dizer assim. Uma arara, por exemplo, a

gente não vai pegar só para botar um *microchip*. Não. Pega, faz uma série de trabalhos com ela, aproveita e aí, sim, coloca o *microchip*. Por exemplo, na arara o *microchip* se coloca no peitoral. Porque tem um lugar certo para cada espécie, cada indivíduo. Então, hoje, eu posso dizer aqui, com muita honra, que temos em torno de 70% dos animais “microchipados”.

(Intervenção inaudível.)

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Em termos de prazo, este ano, com certeza, nós vamos terminar. Com certeza absoluta, vamos terminar. Claro, sem dúvida. Nós temos leitores, leitores de longo alcance, temos leitores de curto alcance, individuais. Nós temos todos os apetrechos necessários para a utilização dessa tecnologia chamada *microchip*. O senhor me falou, com relação aos atestados de óbito, quem é a Dra. Débora. Hoje ela é a Diretora de Conservação e Pesquisa da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, ou seja, do Jardim Zoológico. Com relação à receita, fontes de recursos, no Jardim Zoológico de Brasília, ou seja, na Fundação Pólo Ecológico de Brasília... Quando eu falo Jardim Zoológico estou me referindo à Fundação Pólo Ecológico de Brasília – FUNPEB. Na Fundação, temos duas fontes de receita: recursos próprios de bilheteria, que giram em torno de 300 a 400 mil reais por ano, e recursos do Tesouro. Nós chamamos assim por fonte: Fonte 220 e Fonte 100. Fonte 100 são os recursos do Tesouro; 220, recursos próprios. Eventualmente, quando algum Parlamentar tem a bondade de fazer uma emenda parlamentar – isso já aconteceu uns 3 anos atrás, salvo engano —, a gente recebe de outras fontes que são emendas parlamentares, mas isso é raríssimo. E também quando dá superávit, mas não é um superávit porque nós damos lucro, é um superávit porque, às vezes, a receita própria você não consegue gastar no mês de dezembro, vamos dizer assim, porque você só pode empenhar até o dia 10 de dezembro, existe a lei que regulamenta essa questão, e sobra um recurso, isso entra como superávit. Vamos supor, sobram 30 mil, 40 mil reais que entram no próximo ano como superávit e que se chama fonte 420. São as 3 fontes. Duas com certeza, 120 e 100, Tesouro e recurso próprio. Em torno de 5% dos nossos recursos são recursos próprios, o resto é do Tesouro, do Governo do Distrito Federal. E também quero esclarecer aqui: não somos nós que armazenamos esse dinheiro, é uma conta única do Governo do Distrito Federal. A gente apenas mexe no computador e mais nada. Esse recurso, inclusive, a nossa bilheteria é recolhida e imediatamente é depositada na conta do banco e imediatamente é repassada para a conta única, porque essa é a norma. Essa é norma, não é lei. É uma norma do Governo do Distrito Federal. Obviamente, vão chegando os processos de

licitação lá da central de compras, e a gente vai solicitando quota para empenhar e, quando é o caso, para pagamento, para liquidar. E na medida do possível, num planejamento global do Governo, o Governo vai liberando. Nós administramos, mas nós não mexemos com o dinheiro nem licitamos. Graças a Deus, senão dá muita confusão. Mais confusão ainda.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Ficou uma questão aí sem ...

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – O senhor falou com relação à doação, com relação à marcação e com relação a quem era a Dra. Débora e à receita e à fonte dos recursos. Acho que respondi as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Ah sim, o senhor falou aí sobre doações qualificadas. Não entendi. Doação qualificada... Ah, não, a pergunta que eu fiz, também, doação qualificada foi a troca da arma. Foi trocada por quê?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Pelos animais, (*ininteligível*) que eu li aqui, os animais: um gnu, um gnu, um cervo dama, um cervo nobre, um waterbuck, waterbuck e waterbuck.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Isso é o que o senhor chama de doação qualificada, é isso?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Isso.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – E quando não há nada em troca? Teve caso de doar e não receber nada em troca?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Não, isso a gente nunca fez.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Então, doação só teve essa?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Doação qualificada, só essa.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Só essa. Não houve outra forma de doação de outros animais?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Deputado, eu estou convicto de que não teve. Pode até ter tido, posso estar errando, mas estou convicto de que não teve, porque eu estaria me lembrando doação de entregar. Agora, tem muita situação, e aí talvez está havendo de repente, não sei o fundo da sua perquirição, Sr. Deputado, mas de repente está havendo, até pode ser um mal-entendido. Tem inúmeros animais, acabei de dar agora um número aqui 2.304 indivíduos que chegaram no Jardim Zoológico de Brasília de 2000 até abril de 2005. E esses animais eles não formam parte da nossa coleção. Eles são animais que chegam de fiscalização, inclusive de particulares. Como nós não temos autorização de receber animais de particulares, o que o particular faz, por exemplo, com o tigre de água,

com cágado, até com macaquinho sagüi, miquinho? Eles entram, o zoológico é uma instituição que entra-se de carro, pode entrar de carro ou pode entrar um pedestre. Então, ele chega na portaria e diz: venho para doar esse miquinho. Não, por favor – com toda a educação e com toda a gentileza a gente fala – por favor, o senhor se dirige – o povo da portaria está treinado para isso – por favor, o senhor se dirija ao IBAMA que o IBAMA é o órgão qualificado para receber esses animais. Aí, ele: tá, tá. Eu acho que deve ficar com medo, porque ele comprou na 109. O senhor é da Bahia, não é? Ele voltou das férias, tem gente lá em Milagres, dão cachaça para o macaco. É a 116. Perdão. Obrigado, senhor. É na 116, dão cachaça para o bichinho, filhotinho tirado da natureza, está certo? O cara compra o bichinho, o bichinho começa a crescer em casa, morde o filho. Ele já não quer mais o bicho. O que ele faz? Vou levar para o zoológico, porque é o jeito, porque ele tem compaixão pelo bicho. Ele não tem compaixão pelo bicho, ele comprou lá, é um bicho que saiu da natureza, é menos um, não é um bicho que nasceu no cativeiro, é um bicho que nasceu na natureza, não nasceu em cativeiro, nasceu da natureza, ele retirou, isso não é compaixão. Aí, entrega para o zoológico, mas só que não pode, tem que entregar para o IBAMA. Como ele tem medo, porque eles têm, em determinado ponto, consciência de que ele não agiu certo, porque está todo mundo cansado de saber que não pode ter bicho em casa, só credenciado etc. fiel depositário, aquela questão toda já discutida há anos e até por esta Casa, o que acontece? Ele entre e solta lá dentro o bichinho, e aí vamos nós atrás do bicho sempre. Aí pegamos, falamos para o IBAMA, não sei o quê, vira aquela coisa. Resultado, isso é só no caso dos particulares, até gatos eles soltam dentro do zoológico, gente. Gatos, gato doméstico. O cara tem uma ninhada de gatos, vai lá e solta os filhotinhos. E não pode ter gato no zoológico, nem cachorros porque eles transmitem zoonoses que os animais silvestres não têm, e vice-versa. Então, é uma questão de zoonoses. Então, 2.304 animais. Acontece que, às vezes, o próprio IBAMA pega esse bicho, licença do IBAMA, e leva para outro local. Pode levar para um criadouro – conservacionista, claro —, pode levar não sei para onde, manda. Agora mesmo, o IBAMA deve fazer a soltura de uns galos da serra. Eu fui informado disso hoje, porque nós estamos com a guarda de 2, um casal. Aqui nesta CPI se falou dessa espécie que era caríssima, que no Japão ouviram falar, e eu li nos Anais da CPI da Biopirataria que valia 120 mil dólares, parece, um casal. Nós estamos com um casal, que o IBAMA vai soltar lá na região... Claro, obedece a um estudo técnico que foi feito, etc., está quase no final para poder fazer a soltura. É uma coisa

muito boa, gente. Quando trouxeram esses animais, que pegaram deve ter sido de alguém que estava ilegal, etc., de um, como fala, de um traficante ou de alguém que estava em irregularidade.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com licença, nós ainda temos mais um depoente e temos, como regra, 3 minutos para cada resposta. Queríamos também solicitar se esse relatório que o senhor nos traz pode ser entregue à CPI, porque o senhor nos traz dados bastante atualizados e interessantes. Na seqüência, o Deputado Moacir Micheletto. Há uma questão de ordem do doutor...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A minha questão de ordem era essa, que o nosso depoente responda às perguntas, porque está divagando, e devagar. Aí nós vamos ficar aqui até meia-noite. A outra era justamente o que o senhor fez, a solicitação feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está perfeito. Deputado Moacir Micheletto, por favor.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sr. Presidente, acho que nós só estamos aqui no contraditório. Nós temos aqui o relatório da Procuradoria do Ministério Público, nós vimos aqui o Sr. Raul Gonzalez contradizer inclusive o que está aqui, não é? Eu tenho aqui, veja bem, eu tenho aqui também... quanto aos mamíferos aqui levantado por aquela Comissão que gerou esse relatório. Agora eu fico perguntando... V.Sa. prestou juramento de que tudo o que o senhor está colocando é verdade. O Ministério Público não precisou fazer isso, porque, por obrigação e por lei, tem de fazer isso. E agora eu fico preocupado: quem é que está com a razão? Acho que nós vamos ter que aprofundar. Veja bem, parece-me que tem uma sindicância, e eu acho que essa sindicância teria de ser acelerada, para trazer, inclusive, nessa sindicância, para ver o que está aqui na Promotoria Pública – está entendendo? – do Ministério Público. E o senhor está contestando aqui. Eu vejo, por exemplo, aqui: de 10 registros analisados, 4 apresentaram problemas, 40%, e levaram à observação de mais 2 casos. Daí que foi colocado o seguinte: foi encontrado um atestado de óbito da zebra Tucho, macho, número de registro 1.638, que encontrava-se viva dentro do zoológico. V.Sa. contradisse isso.

Então, aqui, Sr. Presidente, eu não vou me alongar, visto o passar da hora, nós estamos a 19h02min. Eu queria apenas fazer esta observação, que essa Comissão que está analisando essa CPI interna, uma Comissão de Sindicância pudesse, Sr. Presidente, trazer aqui e que V.Sa. pudesse trazer esse relatório para nós compararmos inclusive com esse outro relatório

aqui. E V.Sa. está contradizendo. Agora, se o senhor está mentindo, eu não sei. O senhor está colocando aqui, está não concordando com o que está escrito aqui. Nós vamos ter de saber com quem de fato é a verdade, com quem está a verdade. Agora, eu gostaria de, Sr. Presidente, que nós pudéssemos tomar um pouco de atenção... Eu vi que esse relatório aqui surgiu por uma reportagem no *Correio Braziliense* e por uma denúncia anônima. Eu acho que nós tínhamos que ficar atentos a isso. Eu perguntaria – inclusive eu acho que poderia ficar nos Anais da CPI, e não é V.Sa. que tem de responder isso, é a Promotoria —, e eu quero fazer isso porque não me passou na hora em que a Sra. Promotora estava falando aqui, em algum momento foi investigada a montagem *xerox* dos documentos pela Promotoria? Eu queria fazer essa é a pergunta. Quer dizer, esse relatório aqui, essa investigação aqui no Zoológico de Brasília foi por uma denúncia anônima, o mesmo que foi dito aqui, não é?

A segunda pergunta que eu faria é a seguinte: se não foi feito, por que foram aceitos os documentos *xerocados* de uma denúncia anônima? Que a Promotoria pudesse responder essas perguntas que estou fazendo aqui, que ficaria nos Anais inclusive desta CPI. E se a pessoa... veja bem, se a pessoa tirou o documento para *xerox*, por que ela não entregou... por que não foi entregue o original? Onde está o original dessa denúncia anônima e que foi gerado? Se é verdadeiro ou não, se esse documento existe, quem denunciou, quem fez a denúncia anônima. Na realidade o Ministério Público está tentando fazer. Está aqui, viu, Sr. Raul. É sério o que colocou aqui. Inclusive a nossa promotora achou o seguinte: que eu levantei um fio e trouxe uma malharia. Eu até brinquei que vieram várias malharias. Então, aqui, eu acho que eu não estou em condição de apoiar esse relatório. Eu acho que tem muita coisa que está certa aqui dentro, como também não posso ter aqui de contrariar o que o senhor está colocando, porque o senhor está no contraditório. Nós vamos ter que averiguar isso aqui com muita responsabilidade, porque aqui tem denúncias. Inclusive eu faço um pedido para ser convidada, veja bem, a médica veterinária – e o senhor já está fazendo esse... o senhor já quer... como gerente-executivo do zoológico, já está dando a sua declaração, e o IBAMA, para que o IBAMA venha também prestar esclarecimento, porque é sério o que está sendo colocado aqui. Inclusive a Sra. Promotora, a Dra. Kátia, levantou... Eu gostaria até, aqui, dando mais uma prova da pergunta do Deputado... Diz ela o seguinte: que em finais de semana há um número elevado de visitantes dentro do zoológico e que pode dar uma receita de 30, 40 mil reais. Como é que é? Há até uma suspeita.

Eu gostaria também de perguntar quem é que controla. De que jeito é esse controle, está entendendo? Para dizer que são 30 mil pagantes, são 30 mil reais e como é que isso aí não pode haver subterfúgio nesse sentido aí. Essa é a pergunta que eu faria. E quem fiscaliza, se é o Tribunal de Contas, quem analisa as prestações de conta, veja bem, lá do nosso zoológico?

Então, Sr. Presidente, eu, na realidade vou me debruçar um pouco mais porque aqui são denúncias, e são pessoas que são denunciadas aqui, que às vezes não têm o direito de defesa. E como estamos pedindo aqui, eu acho que aqui, entre o seu relatório, entre o seu contraditório, entre o que está aqui, eu ainda fico, veja bem, na dúvida de quem está com a verdade. Acho que essa é a realidade. Daí eu faço essas perguntas ao Sr. Raul. Não quero entrar mais nos pormenores, porque na realidade eu estou aqui meio perdido para saber quem é que falou a verdade. Diz que tem a declaração de que o bichinho morreu, e está lá vivo. Tem a declaração de que o bicho está vivo e ele morreu. Não é? Eu li muito superficialmente. Vou me debruçar em cima disso. Eu vi aqui mais algumas coisas. Li rapidamente o que o jornal escreveu, inclusive até convocar, convidar inclusive o jornalista que fez essa reportagem ao jornal, onde ele se baseou, quais são os documentos, quem foi o informante, está entendendo? Porque criei o seguinte: aqui está a dignidade, a moral das pessoas. E que esse jornalista pudesse também ser convidado para vir prestar esclarecimento nesta CPI, onde está a verdade dele na denúncia, inclusive da imprensa, e que nessas alturas atingiu o senhor como responsável, atingiu pessoas que estão trabalhando, que são técnicos, que estão lá dentro, porque acho que temos que dar direito também de defesa. Portanto, fico na minha avaliação, Sr. Presidente, e na minha dúvida de quem está falando a verdade. Se é esses que estão contraditórios ou se é o que está escrito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado. Com a palavra.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Nobre Deputado, V.Exa. colocou a questão do relatório. Apenas como informe, acho que é um dado importante, já houve uma nova vistoria pelo IBAMA. Foi no mês de março, salvo engano, ou foi fevereiro ou foi março. Foi no mês de março a nova vistoria pelo IBAMA. Seria interessante até que, como o senhor colocou, na convocação do Gerente Executivo do IBAMA do Distrito Federal também se chamasse o relatório da nova vistoria do IBAMA. E tem outros documentos que podem também consubstanciar a análise que o senhor vai realizar sobre essa vistoria. Por exemplo, o relatório de segurança da Polícia Militar Ambiental, o laudo de

vistoria da Defesa Civil do Distrito Federal, o laudo de vistoria da NOVACAP. São 3 documentos que nós entendemos, e acho que vai preencher mais além, vai consubstanciar mais o critério do senhor para poder analisar esse documento. Essa vistoria que foi realizada em março é muito importante. Entendemos que pode também fazer parte desses autos.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Eu só, para questão de consciência minha, como cidadão e como Parlamentar, acho que vamos ter 3 vertentes aqui. A vertente é o relatório do Ministério Público, é o seu depoimento que está aqui e, com urgência, se o senhor pudesse como gerente do zoológico apurar essa sindicância e nós fazermos uma avaliação desses 3 documentos, tenho certeza que daí vamos aferir a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, eu vou fazer as perguntas uma a uma para facilitar as respostas. Dr. Raul, qual é a profissão do senhor?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Sou economista, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Economista. Desde quando é diretor do zoológico?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Cheguei no ano de 1992, saí no ano de 97 e voltei no ano de 99.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quanto vale uma *waterbuk* fêmea para se comprar?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Depende, senhor, de vários critérios.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Valor médio.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Aí é uma discussão completa. Se o senhor liga hoje para um determinado senhor que vende *waterbuk*, ele pode lhe falar 500 reais, 1 mil reais, 1.500 reais. Enfim, depende de uma série de fatores, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E quanto vale um cervo nobre, macho?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – A mesma coisa. O preço que se determina... Não existe uma tabela de valores de animais. Agora tem animais... talvez haja um mal entendimento, tem animais que são animais altamente demandados pelo tráfico de animais. Aí é outra discussão. Agora, esses animais... é outra discussão. O senhor pode comprar um animal desses, por exemplo, no Zoológico de São Paulo, há 2 anos estava realizando um leilão, e por lotes, talvez até mais barato do que eu falei sairia cada *waterbuk* e cada *gnu*.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E quanto vale um rifle desses que foram doados?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Doze mil, quatrocentos e dez reais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Com nota fiscal ele veio?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Com tudo. Nós temos o processo. Se o senhor quiser, eu encaminhando o processo para esta CPI.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Deve ser encaminhado, porque nós queremos cópia da nota fiscal que veio acompanhada do rifle.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Do documento. Com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos animais foram doados para o Sr. Noel?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Oito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Oito animais.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Oito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu estava observando aqui... o senhor disse que os atestados de óbito são falsos.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Não. Posso responder?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque o senhor disse que esses animais estão vivos. Então, os atestados são falsos.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Eu não disse que são falsos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, são verdadeiros. Os animais morreram?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Não. Os animais não morreram, nos atestados... Eu só posso me pronunciar se são falsos. Eu só posso afirmar, porque...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não. Não. Vamos lá. Se o animal está de pé e tem um atestado de óbito aqui daquele animal, o atestado é falso. Ou o senhor vai querer dizer que o animal que é falso?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – O senhor está me induzindo a eu afirmar que são falsos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não estou induzindo. Estou perguntando. Eu falei que eu ia trabalhar com o senhor pergunta e resposta. Se o senhor disse que o animal está vivo é porque o atestado é falso.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor está sob juramento.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Estou sob juramento. Por isso, justamente, é que eu não posso...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Está. Se o animal está vivo e tem um atestado de óbito, o atestado é falso.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Só para me situar... Desculpe minha ignorância...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, o animal...

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – O que é atestado falso?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Atestado falso é um atestado de óbito que dá como óbito um animal que não morreu. Isso é um atestado falso.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Poderemos considerar falso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Falso. Quem que é que, dentro da administração ou dentro do GDF, tem interesse em atestar falsamente o óbito de animais?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Essa resposta eu não tenho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor dirige há tanto tempo o zoológico...

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Sim, senhor, mas eu não tenho essa resposta. Como vou afirmar...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, tá. Como o senhor dirige há tantos anos o zoológico, na gestão do senhor tem atestado falso e o senhor não sabia?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Não sei. Eu tomei conhecimento através do processo. O Procurador nosso foi lá no tribunal, na 6ª Vara da Fazenda Pública, pegou o processo da Justiça, e aí é que nós tomamos conhecimento de que tinham as cópias no processo da Justiça. Tiramos xerox dos atestados e, imediatamente, mandei instaurar sindicância.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, tá. Então, o senhor está há muitos anos e não sabia que eram falsificados os atestados. Mas, como é que um atestado é falso, o animal não morre... como é que o senhor não ficou sabendo que o animal saiu e foi para o criador?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Claro que fiquei sabendo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quando?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – No dia em que o animal saiu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Uai, então...

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Os atestados ...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não. O atestado... o animal está vivo. O atestado não existe. No

livro, o senhor diz... Tá aqui. O senhor até leu: número de fêmea, nº 1.... foi permutado... No livro de anotações está que ele foi permutado. Só que eu tenho um atestado falso. Como é que o senhor, como diretor, não sabia que tinha um atestado falso e um animal saindo do zoológico?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – V.Exa., Sr. Deputado, como eu vou saber... se partimos da hipótese de que o atestado é falso, como vou saber que o atestado falso...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não. Não partimos da hipótese. O senhor está dizendo... o senhor disse que não sabia que os atestados eram falsos.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Para mim, atestado falso é atestado que não existe, forjado, falso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não. Calma, calma lá. Atestado que não existe é atestado que não existe. Qual é a origem do senhor?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Eu nasci no México e sou brasileiro com muita honra.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, está bom. Talvez a compreensão da língua é que esteja difícil, porque o senhor nasceu no México, porque atestado falso é um documento falsificado. A ausência do documento é outra coisa. Então, o animal está vivo e o animal saiu.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Posso lhe responder?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sim.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Talvez eu não consiga precisar as datas. Creio que foi no mês ... foi em dezembro. Em dezembro do ano passado que nós recebemos esse relatório do IBAMA. Essa vistoria foi em julho e nós recebemos em dezembro o relatório. Imediatamente, determinamos a busca dos atestados e imediatamente fizemos a perquirição para a Dra. Débora sobre os atestados. Ela nos afirmou que os atestados não existem, porque o relatório do IBAMA não tem os atestados.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E como é que existem xerox dos atestados?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Aí é que está. O relatório do IBAMA não tem os atestados.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Será que alguém queimou esses arquivos?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Outra coisa. Perguntamos para a Dra. Débora e respondemos todas as perquirições para o IBAMA. Nós recebemos esses relatórios em dezembro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor sabia que o atestado é posterior à ida do animal? O animal vai primeiro para depois dar atestado?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Sim. Está escrito aí.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Bom, então, dentro do IBAMA ou dentro do zoológico há um grupo de pessoas interessadas em fazer o tráfico de animais?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Com certeza, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah! Com certeza, não?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E como é que tem atestado do animal saindo vivo e o atestado é falso? Do que o senhor chama isso, se não é um tráfico ilegal de animais? Como é que o senhor chama isso, então?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Sr. Deputado...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como é que o senhor chama isso?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Tem documento de saída, todos os documentos de animais vivos. Esses atestados, na hipótese de serem atestados, inclusive, falsos, para que serviriam? Vamos ter um entendimento, vamos ter um discernimento. Para que serviriam?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Serviriam para dizer que o animal morreu.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Não. O animal não morreu. Está vivo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah! Está vivo. Então, se o animal não morreu, o atestado é falso. Serviria para dizer para o senhor que o senhor está dizendo que não sabe de nada, como diretor, para provar para o senhor que o animal está lá.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Claro que não. Eu entreguei o animal vivo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É... E os animais que têm atestados de óbito falso? Eles nasceram no zôo?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Com certeza absoluta.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor disse antes que o Sr. Noel visitou o zôo e percebeu que tinha excedentes?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Sim. Esse foi um jeito de me expressar. Percebeu, viu...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah! Ele percebeu?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O zoológico não percebia?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Não, nós já sabíamos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, mas precisou ir lá para perceber?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas percebeu que tinha excedentes. O senhor não tinha percebido.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Eu já tinha percebido.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, já tinha percebido.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Claro, eu tenho o controle da conexão.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E se pode vender, por que o senhor não vendeu? Se tinha excedente? Precisou o Sr. Noel ir lá para o senhor vender.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Porque nós fizemos a doação qualificada, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Baseado em qual lei? Número da lei, por favor.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Eu não tenho entendimento jurídico, mas a Lei de Licitações permite fazer a doação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A Lei nº 7.173, que dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de zoológicos, não estabelece a doação qualificada. Então, em qual lei o senhor se baseou?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Na Lei de Licitações Públicas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E por que o senhor não fez licitação e entregou direto para o Sr. Noel?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Porque esse caso tinha um aspecto jurídico e eu não sou entendido nessa questão. Posso até estar dando a resposta equivocada, mas nesse caso é inexigível a licitação. Ou seja... Deixa eu explicar. O senhor está falando com um economista e não com um advogado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É e o senhor falando com um médico. Também não sou advogado. Mas se há uma lei de licitação, e o senhor se baseou nela para dar, gostaria que o senhor citasse, então, por que não fez a licitação e em qual artigo da lei de licitações de que existe doação qualificada.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Posso lhe mandar isso por escrito. É melhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É melhor me mandar por escrito mesmo, porque eu quero baseado em que foi feito isso. O criadouro do Sr. Noel, qual é o caráter dele? É conservacionista? É comercial?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Comercial.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E por que o senhor doou para um comercial e não para um conservacionista?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Porque foi quem se interessou, no momento, pelos animais. Nós tínhamos esse problema. Isso está relatado nesse processo do IBAMA que o senhor pode muito bem procurar. Esse número do processo aqui que nós citamos. Está toda a documentação aí. Número de processo, já lhe falo. Está nos documentos que o senhor... 02001001794-90-AC, que se encontra na gerência-executiva do Distrito Federal, com certeza, porque é um processo do zoológico. E deve estar na gerência, eu imagino.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu quero que o senhor, então, me dê o parecer jurídico – cópia dele – que orientou o senhor a fazer a doação para o Sr. Noel, e que especifique na lei de licitação por que não fez a licitação, em qual artigo está a doação qualificada.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O IBAMA controla só o trânsito dos animais ou as transações em si, que são feitas pelo Zôo. O que o IBAMA controla?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – O trânsito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O trânsito? Toda a comercialização? A transação? O que o IBAMA controla?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – No meu entendimento, controla todas as conexões.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Todas?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Todas. As conexões que estão na legalidade, ou seja, que têm registro. O que não está legal, como ele vai saber que existe?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então essa transação entre o zoológico e o Sr. Noel foi controlada pelo IBAMA?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Com certeza. Tem documento do IBAMA. Funciona como uma contabilidade.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, queremos cópia do documento do IBAMA.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Tudo bem. E tem inclusive o Guia de Trânsito Animal – GTA; ou seja, do Ministério da Agricultura.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – No ano de 2002, quantos animais morreram?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Não me recordo assim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Morre animal todo ano?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Claro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Todos os anos.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Claro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como é que 2002 não tem nenhum atestado de óbito. Foi afirmado pela Dra. Procuradora.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – De répteis. De répteis.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Só de répteis?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Deve ser de répteis, porque tinham sumido os atestados de óbitos dos répteis e já foram achados pela própria curadora, que falou que sumiram os atestados de óbitos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, agora já achou.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Não mas são de répteis. É outra questão. Não tem nada a ver com esses atestados. São répteis.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então apareceu. Daqui a uns dias aparecem todos os outros também? O zoológico controla o número de pessoas que entram?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Controla.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantas entram por mês?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Deputado, em média, em média... Por exemplo, o ano passado foram 630 mil, salvo engano. Esse dado está preciso no nosso *site*.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Seiscentas e trinta mil pessoas.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Muitas, muitas pessoas não pagam, porque quem forma parte dos projetos de educação ambiental não paga. Crianças até 10 anos não pagam. E, evidentemente, idosos não pagam, por força de lei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E quanto cobra de entrada?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Dois reais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dois reais. Então, se metade pagar, já dá 630 mil.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Eu falei aqui que nós temos uma receita em torno de 300 ou 400 mil reais por ano.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Se metade dos que entram, já deu 630 mil.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Trezentos, 600. Se a metade pagasse. Nós temos muitos projetos. Para o senhor ter uma idéia, de segunda a sexta-feira, só escola que vai no zoológico. Escola não paga. Escola não paga.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Agradeço, Sr. Presidente. Terminei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Antes de encerrar, eu tinha uma única observação para o senhor, que é a seguinte: há uma diferença fundamental entre a legislação que rege o setor privado e o público. O setor privado pode fazer tudo, exceto o que a lei expressamente proibir. O setor público só pode fazer o que a lei expressamente permitir. O senhor, dirigindo um zoológico, o senhor é um agente público. O senhor só pode fazer o que a lei expressamente permitir. Aqui, nessa lei, não há nenhum dispositivo que permita que o senhor doe um bem público. Esse animal é um bem público. Não há. Pode ler de ponta a ponta. A Lei nº 8.666 cuida de licitações. Não há condições de, na lei, haver um dispositivo permitindo expressamente que um agente público faça doações.

Portanto, o senhor como agente público, toda vez que vai fazer um ato que haja um mínimo de grises, de zona cinzenta, precisa, antes de executar, de colocar, de apor a sua assinatura final, se louvar num parecer muito bem consubstanciado, da sua assessoria jurídica, porque o ordenador de despesa é o senhor. Quem vai responder junto ao Tribunal de Contas, junto à Justiça é o ordenador de despesa.

Em cada uma dessas doações, foi feito um mini-processo com toda essa justificativa que o resguarde, que o preserve como dirigente máximo do zoológico, antes de o senhor efetuar essa doação, em cada um deles? Em cada um dos 7? Eu vi 7. O senhor falou em 8, mas eu só vi 7 casos no relatório que o senhor apresentou. Em cada um deles o senhor fez um arrazoado para se preservar, como agente público?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Deputado, na realidade, não fiz isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não?

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Não fiz. Não fiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É uma gestão um tanto temerária, não só na gestão do... O senhor corre 2... O senhor fica vulnerável em 2 aspectos: um, considerando toda uma legislação que lhe dá procedimentos, exige que o senhor zele pelo patrimônio; e outro, no âmbito pessoal também. Eu já fui Prefeito, já passei por inúmeras perquirições, ações populares, Ministério Público,

um negócio terrível. Agente público precisa tomar o máximo cuidado, porque o senhor é um guardião do patrimônio público, certo? É só isso. O senhor não vai ter dificuldade então de encaminhar a solicitação do Dr. Rosinha, que lhe pediu justamente esse embasamento para cada uma dessas doações.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E como está pronto, 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se o senhor não o fez, o senhor vai ter dificuldade para encaminhar. Era isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, até porque ele disse que estava pronto. Tem que ser encaminhado em 24 horas, porque está pronto.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor teria 7 dias aí – é o prazo que normalmente nós damos – para encaminhar as solicitações que foram feitas.

Muito obrigado. Agradecemos a sua colaboração.

O SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, nós gostaríamos que fosse conduzido aqui o Sr. Noel – qual é o sobrenome do Noel? (*Pausa.*) – Gonçalves Lemes, para tomar assento à Mesa.

A Dra. Kátia gostaria de aproveitar esse interregno para as suas colocações? Pode, não há problema, desde que seja registrado pelo som, pela gravação, por favor.

Com a palavra a Dra. Kátia Christina Lemos.

A SRA. KÁTIA CHRISTINA LEMOS – As colocações do nobre Deputado, primeira coisa, eu cheguei a colocar isso, mas novamente eu vou esclarecer porque talvez não tenha ficado muito claro. O Ministério Público pode abrir procedimentos não só de denúncias anônimas, como de denúncias de jornais, mas não foi o caso. Nós abrimos um procedimento com base em denúncias de pessoas que procuraram o Ministério Público, alegando a existência de irregularidades no que tange à falta de segurança de funcionamento do órgão. Então, com base nisso, nós abrimos um procedimento de investigação preliminar e oficiamos o IBAMA. O IBAMA nos forneceu um relatório esclarecendo todas as questões de segurança e, dentre elas, nos trouxe fato novo, que era exatamente a existência dessas certidões de óbitos de animais vivos. Então, esses documentos foram apresentados pelo IBAMA. Isso é um documento oficial que foi remetido ao Ministério Público, oficialmente, e isso está, parte dessa documentação

está aí com os senhores, e o que faltar tenham toda a liberdade de entrarem em contato com o Ministério Público. No que tiverem interesse, estarei à disposição para aqui apresentar. Gostaria só de colocar no final que o Ministério Público vem fazendo o seu trabalho de forma efetiva no que tange à busca da preservação do patrimônio público. Só isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Dra. Kátia, nós vimos aqui, só aproveitando esse interregno, não chegou ainda o... Então eu pergunto no final para a senhora.

Muito bem, nós temos aqui a presença do Sr. Noel Gonçalves Lemes, que toma assento à Mesa.

Eu solicito, por gentileza, que preste juramento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal, por favor.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – De conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo à testemunha das penas previstas para o crime de falso testemunho, que é assim descrito no Código Penal, art. 342: quem faz afirmação falsa, ou nega, ou cala a verdade como testemunha está sujeito a uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Passo-lhe a palavra. O senhor tem 20 minutos, caso deseje fazer uso dessa prerrogativa, desses vinte minutos, e, se não desejar, já se passa direto às perguntas dos Deputados. O senhor é que escolhe, fica a seu critério.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sr. Presidente, eu vou me defender. Como eu só tenho a acusação pelo jornal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Se o senhor abre mão dessas palavras, eu passo a palavra ao primeiro inscrito para as perguntas, Deputado Dr. Rosinha. Na seqüência, Deputado Moacir.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, essas perguntas não são minhas. São as do Relator. Eu fiquei como Relator *ad hoc*. Então, faço a inscrição por último, depois. Eu não fiz agora para deixar todos perguntarem, mas vou perguntar pelo Deputado Sarney Filho as perguntas que ele tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está muito bem, mas antes o Sr. Noel gostaria de fazer uso da palavra. Como tem essa prerrogativa...

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – A gente não tem, assim, uma grande coisa para se falar, porque tudo que estou recebendo é através da imprensa,

de coisa. A primeira vez que a gente está sendo chamado oficialmente. Por isso, estou sendo acusado de quê? É através da imprensa ou de outro lado? Se for, vamos dizer assim, que um caso está sabendo que a imprensa está dizendo muito é sobre os animais do Parque Ecológico de Brasília. Então, primeiro vou me apresentar. Sou um goiano nascido em Quirinópolis. Moro lá há 60 anos, que eu estou completando 60 anos. Aposentei-me em 92. Trabalhei num banco durante 30 anos, aposentei em 92 e mudei para uma pequena propriedade, que é de 116 hectares de terra oriundas de uma herança, parte delas veio oriunda de uma herança, que as herdadas mesmo foram inundadas pela Hidrelétrica de São Simão. E, como aposentado, fui para a roça, como pequeno proprietário. Nós começamos a trabalhar em 93 com pavão, faisão, peru e galinha d'angola, sabe? Trabalhamos durante esse período para complementar a renda de um trabalhador rural. Em 97, montamos um criadouro de emas. Depois veio veado catigueiro, depois veio o emu, tudo registrado no IBAMA, em 1997. Em 2000, construímos uma empresa para comercialização de animais. E, daí para cá, viemos trabalhando com animais. Durante todo esse período, todos os animais que entraram para essa empresa foram todos com documento, certo? Documentado, ou seja, se for de um outro criadouro, com nota fiscal, se foi exigência do que o IBAMA precisa, de guia do IBAMA, essa nota essa pega a guia do IBAMA. Então são toda a documentação durante esse período tem a documentação do IBAMA, como esse de Brasília. Essa é uma documentação com uma guia do IBAMA junto, certo? E a gente acha que a gente só vive trabalhando em função de um complemento de uma renda, porque às vezes vão pensar que isso dá uma fortuna. Não. Todo trabalhador depende de uma renda e quem vive em 116 hectares de chão, se não espernear muito, não se vive nela. E as minhas informações, podem pegar na cidade de onde sou, eu nasci e criei em Quirinópolis. Moro no Município de Quirinópolis, eu e minha família. Estamos lá à disposição de todos que quiserem informação nossa, se quiserem saber de nosso passado, de criança até o momento, eu acho que podem tomar todas as informações na cidade lá, de uma criança a um velho. É importante que eu digo isso, porque a gente está passando por uma coisa muito séria, tocada a moral da gente. É, tocada a minha moral, como uma ameaça de morte, como uma pessoa que está armado. Isso pode procurar, na minha cidade lá, que se alguém já viu eu discutir com alguém e eu portar uma faca, portar uma arma de fogo. É coisa que nunca... Não vai achar ninguém que diz lá na minha cidade que já me viu com uma faca, com um revólver, que eu já possui algum revólver, se eu

já tive alguma coisa na delegacia, em qualquer órgão da cidade. Está aberto esse livro, para quem quiser pesquisar e olhar. Porque muito me magoou essa coisa. Passei uns 10 dias quase que morrendo por essa razão. Estou até hoje sofrendo muito com isso ainda. Não por essa coisa dos bichos, não. Esse é o que mais me magoou. Estou praticamente detonado com o que fizeram comigo. Quanto aos animais, vamos prestar os esclarecimento de tudo que a CPI... Estamos botando à disposição da CPI tudo quanto era documento que a gente possui, toda e qualquer informação que for possível, que estiver à altura da gente, estamos à disposição. Se não soubermos hoje, providenciamos, queremos fazer isso da melhor maneira possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, as perguntas do Relator, que estão com o Deputado Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Noel, essas perguntas que vou fazer, uma a uma, foram deixadas pelo Relator desta Comissão, o Deputado Sarney Filho.

Qual é aproximadamente o plantel atual do criadouro que o senhor tem em Quirinópolis?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Antes de responder, vou dizer uma pequena coisa aqui: eu tenho um probleminha de audição. Às vezes vou ter alguma dificuldade em responder, porque...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Falarei mais alto.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor. Eu compreendi essa aí, mas pode ter hora de eu falar e eu não...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Está bom.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Olha, o volume do plantel, eu preciso fazer um levantamento para prestar, porque eu não posso chegar aqui e prestar uma coisa. Se eu acabei de dizer que vou dizer só a verdade, eu não posso lhe responder isso aí. Nós temos bastante animais, bastante espécie, mas dizer o número de plantel, eu preciso fazer...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É que ele é muito grande.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, não senhor. Não é muito grande, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos animais o senhor vendeu este ano?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Também não tenho, pelo seguinte: a gente não sabia, como eu disse aqui, eu não sabia o que eu teria que trazer em mãos, porque na cabeça, na coisa, quando você vai chegando numa faixa etária, você não carrega tudo, mas tudo isso aí comprometemos, se for preciso de

trazer, igual eu disse, estamos à disposição de tudo o que tiver lá está à disposição da CPI.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dos animais que o senhor tem, mais ou menos, quantos são doados e quantos o senhor comprou?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Doados, muito pouco. Doados, tem esse de Brasília... e acho que não tem mais. O resto foi permutado, animal comprado de outros criadouros, porque tem criadouros no País. Não é só o zoológico que tem criadouro. No Mato Grosso tem criadouro. Vamos dizer assim, em outros Estados.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, o senhor não recebeu nenhum animal doado do Zoológico de Goiânia.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Foi permutado quase. Os documentos estão tudo lá. Tem que olhar, porque igual estou dizendo, a gente tem...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, o senhor falou que os doados foram os do Zoológico de Brasília.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – De Brasília.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Foram doados.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim, e em contrapartida está o documento aqui que nós doamos para eles também os riscos de contenção com os equipamentos. Não foi total... Não foi uma coisa gratuita. Em documento, sim, está falando que recebemos uma doação, mas, da mesma hora, deram também uma doação para eles de algum equipamento que eles necessitaram.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos animais o senhor recebeu do Zoológico de Brasília?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – São 7 animais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E do Zoológico de Goiânia?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Eu tenho que fazer um levantamento, porque, o de Brasília, eu vim cá e sugeri que fosse isso. O de Goiânia, nós temos que fazer um levantamento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas eu não entendi. O de Brasília, o senhor sugeriu...

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – São poucos animais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O de Brasília, o senhor sugeriu o quê? O senhor falou assim: “O de Brasília, eu sugeri (...)”.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, quantos animais eu percebi de Brasília.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Isso.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sete animais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o de Goiânia?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não tenho a conta. Eu tenho que fazer um levantamento, porque a gente não veio sabendo. Teria que prestar essa informação, não é?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O criadouro do senhor já recebeu alguma fiscalização por parte do IBAMA?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim. Eles vão lá, a gente presta conta, certo? Isso aí é um trâmite, em que vão, porque às vezes não dizemos assim, a fiscalização, uma visita. A gente nunca foi tachado com uma fiscalização.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Este ano eles já estiveram lá? O IBAMA?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em 2004, estiveram?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Eu acho que teve. Não tenho certeza, porque não fica nada registrado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor sabe o nome dos fiscais do IBAMA que comparecem no criadouro?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – São sempre os mesmos ou são outros?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, a gente não tem grandes conhecimentos com o pessoal do IBAMA. Não somos um conhecedor deles.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor já recebeu alguma multa do IBAMA?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor. Se tem a multa, eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor comercializa animais em extinção?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor já vendeu animais para o exterior?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor ameaçou de morte o fotógrafo Edilson Rodrigues, do *Correio Braziliense*, quando da visita dos funcionários daquele jornal ao seu criadouro, em Quirinópolis, no mês passado?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – É o que eu disse no começo, e é uma coisa que me magoou, e eu comentei aqui, e botei a gente da minha cidade à disposição para ver se eu sou uma pessoa que algum dia já portei uma faca, um revólver, ou se já ameacei alguém na minha cidade ou se já briguei com alguém. Essa é a palavra que muito me magoou.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, Deputado Mendes Thame, essas são as perguntas que foram deixadas pelo nosso Relator, o Deputado Sarney Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado, acho que primeiro Moacir Micheletto e depois Edson Duarte, pela ordem.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Rapidamente, o senhor disse que não tinha conhecimento do que já foi vendido, do que foi vendido, às perguntas feitas pelo Dr. Rosinha. O que eu pergunto é: não há registro de todas as vendas? Não há um controle interno das vendas? O senhor tem esse controle?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Tenho, sim. Mas, como nós estamos dizendo a verdade, eu não vou dizer para o senhor que eu vendi 2 animais, vendi 5. Não, eu quero prestar uma coisa verdadeira, porque eu estou botando o criadouro meu, a empresa minha à disposição da CPI para fazer dela o que eles quiserem, que eu traga, que eu olhe. Eu estou botando à disposição tudo isso. Por isso, eu quero...

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Está. Mas isso o senhor... Eu gostaria, Presidente, então, como esses dados, essas informações o Sr. Noel não tem no momento, então, que ele pudesse nos enviar essas informações do que foi comercializado, para quem foi comercializado, como é que se dá o registro dessa comercialização. E, por último, os animais que o senhor recebeu do Zoológico de Brasília, eles foram doados pelo zoológico?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – É, o documento, nós temos aqui, é que foram doados, sim.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Foi a primeira vez que o senhor recebeu uma doação do Zoológico de Brasília?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Primeira vez. Primeira e única vez?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Era somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Moacir Micheletto.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria apenas de fazer uma reflexão aqui. É claro que o Depu-

tado Rosinha fez algumas perguntas ao Sr. Noel, e a gente já nota, pela idade, pela emoção com que ele está aqui, seus 60 anos de vida, não é? Sei que a emoção é grande. E eu até vejo os cabelos brancos desse cidadão, talvez possa apostar de que me parece que foi feita uma coisa a dar impressão de que eu iria conhecê-lo, dando a impressão de que seria um marginal ou chefe de uma quadrilha, e de repente a gente olha os olhos do nosso companheiro, e tenho certeza absoluta de que tem uma história de vida para contar. Agora, se deve, ele jurou de fazer a verdade, está colocando inclusive a sua empresa. Não acredito que o Sr. Noel tenha condições de estar teclando no seu computador, e quem é responsável, acho, inclusive por sua empresa tem de assessorá-lo, para dar aqui de fato as verdadeiras denúncias que estão aqui. E eu olho para ele e acredito que não é um bandido que está aqui, não. Tenho certeza absoluta de que, se há algum problema, o senhor jurou de dar essa informação. O Deputado Dr. Rosinha fez, inclusive, perguntas ao senhor, e o senhor não teve condições de responder, até por morar em 116 hectares de terra, voltar para o campo, trabalhar lá, cuidar dos animais. E uma coisa que ficou para mim, eu olhando rapidamente, inclusive tem um *site*. O *site* do senhor, inclusive é da sua empresa internacional. E eu fazia perguntas se o *site* era crime de ter. A informação que foi dada aqui, até pelo Ministério Público e pelo representante que me deu essa reposta, que não pode existir. Mas ele, até num tom de chacota, disse: “*Pode ter, mas não pode vender animais em extinção*”. E até eu gostaria de reforçar a pergunta do Dr. Rosinha: se de fato o senhor está traficando animais através de sua empresa, vendendo lá fora, sem o registro, sem a legalidade. E nós sabemos que podem ser vendidos animais criados em cativeiro. O senhor está entendendo? Agora, lamentavelmente, de repente, vejo aqui e até esperava, eu não lhe conhecia, ver aqui um homem de gravata, de mãos aveludadas, dono de empresa, que falasse bonito. O senhor está entendendo? Mas sua humildade, acho que seu jeito e a sua cara dão-me essa condição. Posso estar errado, muito errado, mas acredito na sua sinceridade. Agora se o senhor mentiu, se sua empresa, das perguntas que foram feitas, Sr. Noel, não forem verdadeiras, o senhor vai pagar um preço caro. Mas eu acredito nos seus cabelos brancos, acredito na sua origem de homem do campo, acredito na sua sinceridade. Mas o ponto de interrogação existe, tem aqui um relatório. Esse relatório aqui denuncia pessoas, e o senhor é um denunciado. Que suas lágrimas não sirvam, veja bem, da sua emoção não sirva de que aqui nós queremos colocar o senhor na cadeia, até nem pode porque o senhor tem mais de 60 anos,

não é? Mas eu, até como Parlamentar, neste momento aqui, sem medo, o senhor não tenha medo de dizer a verdade, o senhor não tenha medo de mostrar inclusive para nós, se for preciso ir lá para visitar o seu recanto, onde o senhor vive. E quem sabe eu possa ir lá, até como filho de agricultor, acreditar na palavra do homem do campo. Eu acredito na sua palavra. Tomara que o senhor não me decepcione. Tomara que não seja tudo verdade o que está aqui. Tomara que o senhor consiga se defender. Às vezes eu até pensava que ia encontrar aqui um bandido, mas acho que não. Vejo um homem de cabelos brancos que está dizendo a verdade para nós aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. Na seqüência, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Vou formular umas perguntas que fui eu que elaborei.

O senhor tem escritório no Mato Grosso do Sul para comercializar os animais?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece o Zoológico de Brasília.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim. Praticamente não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor nunca veio no Zoológico de Brasília?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nunca pôs o pé no Zoológico de Brasília?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Estive na beira dele (*inaudível*.)

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Desde quando o senhor tem um *site* na Internet?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não tenho a data precisa, mas é fácil de nós comprovarmos, porque tem a documentação dele. A questão de datas é muito difícil a gente dizer, mas tem a documentação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não é crime ter *site* na Internet, nem ter *site* nos Estados Unidos, mas por que o senhor montou num servidor americano e não num brasileiro?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, está em Goiânia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O servidor?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – A empresa que fez isso para nós disse que montaríamos 2 lugares, assim com os 2, ponto com e ponto br, que seria uma boa para nós. Falei: então, beleza, porque você

está comprando um produto e que nada parece que tem de proibição, mas ...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual é o preço de um waterbuck fêmea para vender?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Olha, isso gira muito, porque quando dizemos que gira muito em termos do animal, porque o animal jovem vale... um animal que tiver um pequeno defeito ele vale um outro preço. Então, cada animal seria negociado olhando o animal. Isso é igual a uma vaca perfeita, uma vaca de raça, que é olhada sem nenhum defeito como um animal diferente. Por isso que...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Na média, quanto valeria um waterbuck fêmea?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Na média, um waterbuck deveria valer entre uns 3, dependendo do jeito dela. Não tem jeito de eu falar, porque se o animal vale aquilo que ele demonstra, porque o waterbuck tem chifre, a fêmea não tem, o macho tem chifre. Se o chifre for torto, já se complicou. Então, a dificuldade de dizer o preço de um animal está ligado na característica dele, na apresentação dele.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E quanto vale um cervo nobre macho?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Também tem as mesmas condições. Se for jovem, se for adulto, se for de mais chifre, menos chifre, se tiver uma orelha com defeito, um defeitinho no olho. Isso tudo é olhado. Esse é o grande problema de dizer quanto custa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Dr. Raul, Diretor do Zoológico de Brasília, disse para nós que ele trocou 7 animais por um rifle, espoletas, dardos, agulhas, estabilizadores. Por quanto esses 7 animais entraram mais ou menos nesse negócio?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Olha, a gente não fez valor nos animais, porque é igual estou dizendo para o senhor, o animal é um danado, não tem como dizer esse animal xis sem estar olhando ele e o comprador dele também, o comprador dele tem uma grande influência, aguardar o comprador, e saber se o comprador realmente gosta do animal, tem que mostrar para a pessoa. Então, a gente não avalia muito os animais. Outro detalhe também que às vezes a pessoa vai falar: “Não, esse animal aqui vale “x”. Eu também não sou um grande avaliador de animais. A gente vende, mas não tem uma avaliação por essa razão.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Uma questão. Quando li as perguntas do Deputado Sarney sobre animais em extinção, se o senhor comercializava, o senhor disse que não, mas no *site* está anunciando um tigre siberiano, que é considerado animal em extinção.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Olha, se a gente colocou isso é um erro, porque foi olhado, pedi-

do para quem montou o *site* para não se colocar. Tem que olhar a lista, porque nem eu sei. Se eu disser que o tigre está na lista dos extintos, se o veado catigueiro está ou não, tem que olhar na relação dos animais preservados. O senhor me fez uma pergunta que eu não sei. Foi pedido para olhar que nenhum animal em extinção não se colocasse no *site*.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Aqueles 7 animais que foram do zoológico, eles já foram vendidos?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Procriaram?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Olha, a fêmea de dama-dama morreu esse ano com problema de parto. Então, não vemos mais a fêmea, porque morreram, e os outros animais estão lá, sim, a fêmea de gnu criou um gnu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A fêmea qual?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – De gnu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De gnu?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Certo. As outras não pariram.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque tinha um macho e uma fêmea, não é?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Certo. Era um casal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Procriou?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o filhote está lá?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Está lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E também tinha o cervo dama, que é fêmea...

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Fêmea.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – ...e o cervo nobre.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – E o nobre, que é o macho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Estão lá?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A fêmea que morreu?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – A dama morreu. O nobre é que...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – No primeiro parto ou no segundo?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, do primeiro parto e aí morreu. Isso, às vezes... é um animal. O senhor tem ele 2, 3, 4, 5 anos e ele não cria. Não

é uma coisa que, às vezes, não cria quando se quer, quando você vai ajeitando para isso acontecer.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o jornal divulga que o senhor recebeu 153 animais do Zoológico de Goiânia. O senhor falou que não lembrava. O jornal diz 153.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Olha... lembrava do jornal?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É, no jornal diz 153 animais do Zoológico de Goiânia.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim. Isso aí eu tenho que fazer um levantamento, tudo igual eu estou dizendo, minha empresa, meu criadouro estão à disposição. Só que eu não tenho condição de responder, porque eu tenho que levantar isso para responder a verdade. Levantar e trazer, se quiser, a documentação de todos esses animais, das transações, de tudo feito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tá. Aqui, fica então em Brasília, porque são 7 animais, é mais fácil para a memória do senhor. O Dr. Raul esteve aqui e falou de alguns atestados de óbito falsos. Mas, no livro de registro, o animal está lá com o senhor. Com quem o senhor negociou os animais aqui no zoológico?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim, isso é negociado com o Sr. Raul. E ocorre uma coisa interessante nisso. Trabalhamos eu e meu filho nessa área. Então, tudo é, assim, de acordo com a gente. Esse negócio foi feito com o meu filho. Por isso me procurou se eu conhecia o Zoológico de Goiânia, de Brasília, a resposta foi essa. Então, agora já deu a oportunidade de dizer como que era.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como que foi negociado e que foi seu filho então, não é?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Foi o meu filho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Foi o filho do senhor e foi com o Sr. Raul?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como é que o senhor faz o transporte desses animais? Carro fechado, aberto? É uma curiosidade.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Então, eu vou responder com uma curiosidade também para o senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque cavalo eu sei como é que leva. Zebra eu imagino que seja igual, não é?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Os animais, tanto os exóticos como os silvestres, são transportados da seguinte maneira: transportamos eles num caminhão gaiola, porque é um bicho de grande porte, divide o caminhão, e os animais vão mais ou

menos individual, e são transportados preferencialmente à noite. Preferencialmente, porque é o seguinte: se alguém aqui tiver conhecimento disso vai saber. Se eu trabalhar com qualquer animal desses durante o dia, eu vou perder de 50% ou mais deles. Então, o transporte de animal, se eu for pegar em qualquer lugar um animal, se o senhor tiver uma fazenda e vender um animal, eu vou aparecer lá escurecendo para transportar o animal, por essa razão. Se lá de casa eu vendo um animal, nós começamos 6 horas da tarde a preparar para embarcar os animais e vamos tocar até a hora que for possível, até a hora que terminar, para o caminhão ainda andar. De onde eu moro até a cidade tem 28 quilômetros. Tem um posto no trevo lá. Esse caminhão, se terminar 1 hora, 2 horas, 3 horas, 4 horas da manhã, esse caminhão sai da porta para pousar nem que seja lá nesse trevo, para o animal amanhecer tranquilo e sereno, para evitar que se judie do animal, que se perca animal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor falou que começou em 97 com avestruzes. Quantas espécies de animal o senhor tem? Já que saber o número é mais difícil, agora as espécies é mais fácil.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Eu não comecei em 97 com animais. Realmente, eu comecei em 93...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, 93.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – ...com pavão, faisão, peru e galinha de angola. Tudo animal doméstico, certo? E fomos trabalhando com isso. Tentamos sobreviver. Em 97, descobrimos que poderíamos montar um criadouro de ema. Portanto, somos pioneiros em Goiás no criatório de ema. Pioneiros. Fomos ao IBAMA e com muita dificuldade conseguimos. Quem é pioneiro paga por isso. Montamos o criatório de ema. Depois, em 2000, a empresa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas o senhor não sabe quantas espécies tem de memória.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Tem que contar. Mais de 10 espécies tem, sim. Estou dizendo mais. Não estou afirmando que tem 10 espécies. Mas, se o senhor quiser, nós enviamos relatório de todos os bichos: tem esse bicho, tem esse, tem esse.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – As crias dos animais o senhor cria lá mesmo?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Um lado do criadouro são todos ovos colhidos, botados, chocados, criado o filhote. Começa do ovo, vai até o animal. Os que são do outro lado, vamos por assim, que vem para nós, já não são animais nascidos em cativeiro, que já sem nenhum problema. Porque quando recebo um animal F1, F2 ou F3, eles já estão liberados. En-

tão, o que criam lá também é comunicado logo a criador daquele animal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu já acabei. O pessoal da assessoria até está... O senhor tem outros animais, como o antílope africano?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Esse que eu levei do Zoológico de Brasília mesmo é um antílope africano.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E os compradores do senhor são mais brasileiros ou são estrangeiros?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – *(Riso)*. Só brasileiro. Até hoje só vendemos para brasileiro. Pode ter algum de mistura, que tem que ver o nome. Quando vem um nome diferente, às vezes tem uma mistura.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor vende para zoológico também?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não. Nunca vendemos um bicho para zoológico. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor, então, teve a permuta aqui com o Zoológico de Brasília, tem os de Goiânia, tem de outro zoológico que o senhor compra ou faz permuta?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim. Isso é uma prática no País todo, porque acontece o seguinte, no entendimento da gente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, o zoológico pode. Ele tendo excedente, então, a lei permite.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – É isso aí.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas quero saber quais são os zoológicos que o senhor faz.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Nós fazemos em São Paulo, em vários pontos aí, em Minas. Tem vários pontos, porque em todos os zoológicos tem um animal excedente que às vezes tem a necessidade de passar ele para alguém que vai cuidar dele.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O filho do senhor está aqui?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Está.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como é o nome dele?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Noel também.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – *(Riso)* Noel Júnior? É ele que cuida mais de lá do que o senhor até?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, eu. Só eu que cuido de lá. Quem vive lá no pé do bicho sou eu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – No jornal eles escreveram lá – eu já até fiz a pergunta, e o Sarney aquela hora perguntou – que o jornalista lá, o fotógrafo foi ameaçado de morte. O senhor anda armado?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Olha, eu estou botando no começo aqui à disposição. Não sou eu. Estou botando à disposição da minha cidade, de onde eu nasci, aonde eu criei, aonde eu moro, porque moro no Município, que possa fazer essa pergunta. Porque, às vezes, para uma criança, para um velho, para um pessoal lá, porque eu trabalhei lá na cidade durante 34 anos e já disse, aqui no começo, que foi o que mais me magoou em tudo isso é essa coisa de ameaça, de armado, de tudo, que é doloroso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A autorização do IBAMA para o senhor, é animal nativo, animal exótico, animais indígenas. Qual é a autorização do IBAMA para o senhor comercializar? (*Pausa.*) Está com gripe?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pode ficar tranquilo.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – O senhor pode me responder a pergunta?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor tem autorização do IBAMA. E a autorização do IBAMA estabelece a negociação de todos os animais, tipo exótico, nativo, indígena? Todos eles estão na autorização do IBAMA?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Eu tenho uma empresa registrada de comércio de aves e animais silvestres e exóticos. Há uma grande diferença quando nós dizemos isso pelo seguinte: o animal só pode ser comercializado – no meu caso, na minha empresa —, o animal só entra na minha empresa com um documento e que seja um animal que seja... Quando falamos, assim, F1, F2, F3 são os animais nascidos em cativeiro. Vamos dizer: um animal que não possa ser comercializado, que não pode, que esteja na área dos extintos, ele não tem nenhum “F”, ele não tem nada, ele nem vem. Ele nem vem para mim, porque, como que eu vou receber, do lado comercial, um animal que pertence à União? Do meu lado, criadouro, sim. Quando nós começamos, o IBAMA autorizou a capturar as emas, para começar um criadouro, que nós somos pioneiros. Do lado de lá, tenho as emas tiradas daquelas matrizes capturadas, e as matrizes que estão sobreviventes estão lá. Não são minhas, são da União. Isso é um diferencial, é uma coisa até difícil de se entender. Até para gente que mexe com animais, temos essa dificuldade.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quer dizer que tem animais lá que não é do patrimônio do senhor?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, é da União. As emas que deram origem ao nosso criatório de ema não me pertencem. Elas são da União.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Além de emas, tem outros animais que são da União?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor. Não, senhor, porque nós somos pioneiros em criação de emas. Então, o IBAMA autorizou a capturar “xis” matrizes para começar um plantel, porque não tinha de onde “coisar”. Então, lá tem umas emas que pertencem à União. Essas emas não são minhas, são da União. Um dia, se, amanhã, eu for parar, eu tenho que ir lá no IBAMA e destinar essas emas, que são da União, que se dê o destino adequado para elas ou para outro criadouro. Eu não sei nem como se procede.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Aqui, no caso de Brasília, o senhor fez a troca de animais por rifles. Em outros zoológicos, também há esse tipo de troca, com outros? Por exemplo, Goiânia, em que o senhor comercializou. O senhor disse São Paulo. É feita compra e venda ou também trocas?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não. Geralmente, isso tudo é feito numa permuta.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Por outro animal?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não. Essa permuta pode ser um animal, pode ser material de construção, pode ser, vamos dizer, madeira, pode ser de diversas formas ou, um outro caso assim, material de limpeza e assim uma série. Não sabíamos o que eles querem.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Aqui em Brasília, nós falamos daqueles 7 animais. Teve outras negociações com outros animais?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – De onde?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Do Zoológico de Brasília.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Só aqueles 7 que foram relatados e que foram trocados pelo rifle?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E trocados por outros materiais, não?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem é o gerente-executivo do IBAMA que tem relações lá com o senhor? O nome dele o senhor sabe?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Para ter um criadouro, o IBAMA exige envio de documentos de quanto e quanto tempo?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Olha, são semestralmente que presta. Tem uma ... Quer dizer, é semestral, é semestral mesmo. Estou meio “coisado” aqui, mas, então, são pedidos documentos da empresa. É uma coisa de uma maneira e do criadouro, outro. Então, tenho que prestar conta. De período em período, tem que prestar conta disso aí.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu perguntei para o senhor se tinha escritório em Mato Grosso. O senhor disse que não.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não tem. O senhor tem escritório em Rio Verde?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não. Não é assim um... praticamente um escritório. Isso é na casa que está com telefone e os meios de contato, porque a gente mora, eu moro na fazenda e é impossível ter isso lá. Não tem como comercializar um “trem” no meio rural, embora a gente já tenha também lá em casa o telefone, pode fazer venda por telefone, o cliente vai lá, tudo, e a gente está lá. Somos moradores de lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Aquele dia que foi o fotógrafo lá, o senhor não o deixou fotografar?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Porque eu não sabia nem de que se tratava. Porque eu estou sabendo da notícia por eles, chega. Quer fotografar, quer uma entrevista, como que eu vou dar uma entrevista sendo que eu não nem tenho conhecimento do que está me acontecendo? A gente passou a viver um verdadeiro pesadelo nesses últimos tempos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Sr. Noel. Sr. Presidente, eu gostaria de só fazer algumas solicitações para o Sr. Noel. Eu vou falar mais perto, porque o senhor disse que tem problemas de audição.

Licença do IBAMA, como criador de animais silvestres, que o senhor nos fornecesse uma cópia dessa licença – eu acho que o seu filho anota, ele está aí, ele anota; não precisa o senhor anotar. Ou o senhor já trouxe até a licença?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Eu tenho aqui a...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, já tem até uma parte... Eu vou ler alguns documentos. O que o senhor tiver, já deixa; o que não tiver, daí tem uma semana para nos enviar. Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadas de Recursos Ambientais. Essa é uma portaria do IBAMA – a de nº 113/97N. O livro de registro dos animais do senhor, com os sistemas de marcação individual adotados, que o senhor adota, para controle

dos animais. E também a Anotação de Responsabilidade Técnica do médico veterinário e biólogos, que o senhor deve ter contratado esse tipo de técnico para cuidar dos animais. O Registro de Responsabilidade Técnica dos veterinários, ou veterinário, dos biólogos, ou biólogo, dos profissionais que o senhor tem lá trabalhando.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Uma coisinha aqui: esse livro de registro, nascimento, não é exigido, pelo menos do conhecimento da gente. Nós temos as marcações, uns relatórios.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu fiz aqui uma lista. O que o senhor tiver o senhor encaminha; o que o senhor não tiver, explica porque não tem, porque não é exigido pelas autoridades, que é tranquilo.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Então, o senhor quer o registro técnico?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Isso, dos profissionais.

Sr. Presidente, estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor tem, Sr. Noel, uma semana para nos encaminhar esses documentos.

Eu queria fazer umas últimas observações e umas últimas perguntas.

Quando o senhor vende um animal, o senhor dá que tipo de nota?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Nota fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nota fiscal. O senhor recolhe algum imposto sobre essa venda?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Recolho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Que imposto o senhor recolhe? ICMS?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – ICMS?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E, pelo que o senhor disse, o senhor não comercializou nunca nenhum animal para o exterior?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nunca comercializou. Só aqui no Brasil?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Só no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se alguém comprou e mandou para

o exterior, é quem comprou aqui e depois deu algum outro destino. Mas o senhor nunca levou um animal até um aeroporto, até um porto para exportar?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Para exportar, não. No aeroporto, a gente leva, porque, quando eu vendo um animal de pequeno porte, eu trago aqui em Goiânia e coloco no avião. Se o comprador é de São Paulo, do Rio, onde tem aeroporto, então, vem, coloca-se ali, e esse animal vai para o destino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sr. Noel, traduza para nós o que é esse F1, F2, F3.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – O animal que nasceu em cativeiro, o primeiro, vamos dizer, igual às minhas emas lá, de pegado, porque eu falei que pertencem à União, plantel inicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sei.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – O primeiro filho dela é o F1, que já nasceu em cativeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sei.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – O filho do filho dela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É F2.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – É F2. O neto dela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – ...é F3. E assim vai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agora, há alguma classificação, no caso, para animal alienígena e animal nativo nosso? Tem que ter uma classificação especial? Quando o senhor tira uma nota, o senhor precisa colocar “Esse animal é um animal exótico de outro país, ou é da nossa fauna”, ou não precisa?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Só põe o que consta.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – É colocado o nome civil e o nome científico na nota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Agora, o senhor que está já, há vários anos, nesse negócio, o senhor sabe o que é um animal em extinção e o que não é um animal em extinção?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Para a gente responder isso aí, tem que pegar a lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas o senhor tem essa lista?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – A lista, o IBAMA é que tem ela; eu acho que só do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E o senhor também. O senhor trabalha com essa lista?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, mas porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Por exemplo, há zoológicos que têm alguns animais em extinção, não é verdade?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Há zoológicos que têm. E há animais em extinção que nascem em zoológico, não é verdade? O senhor deu uma ordem para não colocarem no *site* nenhum animal em extinção, mas lá o senhor tem alguns animais em extinção?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não. O senhor está falando do negócio do tigre. A gente tem que olhar na lista, porque sem a lista é impossível saber qual, se o animal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Por exemplo, esse antílope africano é um animal em extinção?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor, porque, quando... Se ele for em extinção, o próprio IBAMA não dá a guia de transporte, não. O senhor está entendendo? Se ele for um animal que está em extinção, essa guia não sai de lá de maneira nenhuma. A gente, mesmo trabalhando com bicho, mas sendo leigo, para saber se um animal está em extinção ou não, a gente tem que procurar o IBAMA para ver se está, porque a gente não tem essa lista na mão, a gente não é detentor dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu fiz essas perguntas para fazer uma analogia. E aí o senhor vai me responder agora, por gentileza, porque isso é muito importante para nós.

No caso de madeiras nobres, o que está acontecendo no País é um negócio surrealista. Se falar isso em outro país, ninguém acredita. Uma madeireira entra ilicitamente numa floresta; desmata, ilegalmente; aí o IBAMA vai lá, apreende essa madeira, esse mogno; doa esse mogno para uma ONG – é o que está acontecendo nos últimos 2 anos e 4 meses no nosso País; essa ONG recebe essa doação. E o que ela faz? Ela vende com nota para as próprias madeireiras, que já têm os canais de comercialização. Você esquentou essa madeira, que agora está com nota, portanto, ela pode ser exportada e vendida.

Vou fazer uma pergunta para o senhor só para nos esclarecer, certo? O senhor é um agente privado. O senhor não é um agente público. Portanto, o senhor só não pode fazer aquilo que a lei expressamente proibir, está certo? O senhor vai nos explicar. Há uma apreensão da Polícia Federal de animais que estão sendo traficados irregularmente. Portanto, tráfico de animais silvestres vivos, uma brutal irregularidade. A Polícia Federal apreende. O que ela faz com esses animais? Encaminha para criadouros já habilitados para ficar com a guarda ou para zoológicos. O que acontece? Os zoológicos recebem. Vimos aqui, no relatório, duas mil e quinhentas doações de animais apreendidos: gato selvagem, arara, tucano, seriema; recebe e vai lá para o zoológico. O zoológico diz: “Não tenho condições de tomar conta de tudo isso”. Caracterizou-se um excedente. O zoológico pode vender, pela lei. Não pode doar; pode vender. Ele vende esse material para um criadouro particular como o senhor. Vendeu, esquentou, o senhor pegou um animal desse de um zoológico, o senhor tem o direito de vendê-lo com nota fiscal e tudo. Quando o senhor recebe, por exemplo, 150, 140 animais em Goiânia, lá de Goiânia, o senhor tem idéia se esses animais são animais em extinção ou não, se esses animais foram apreendidos. E outra coisa: esses animais que o senhor recebe são animais que o senhor sabe se eles nasceram lá no zoológico ou não? O senhor entendeu por que eu estou perguntando isso? Entendeu? Por favor.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Olha, é uma situação, às vezes, difícil de se responder. Assim, para mim, que não mexo com zoológico, não é... Mas eu acredito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não, desculpe-me, não é isso. Eu queria saber o seguinte: o senhor, quando o senhor faz essas permutas, essas trocas, o senhor pergunta, ou o senhor fica sabendo, ou o senhor precisa ficar sabendo se esse animal foi lá doado para o zoológico, foi apreendido, foi colocado lá no zoológico, ou o senhor só faz permutas de animais que nasceram no zoológico? A situação é diferente. Se é um animal apreendido, que vai para o zoológico – o zoológico doa ou vende para o senhor —, esquentou-se um animal que foi objeto de uma apreensão por um ato ilícito, tipicamente ilícito. Ele vai para o senhor, aí é doado. Pronto, esquentou. Pronto. O animal, agora, não é mais uma muamba, é um animal que está regularizado. Quando o senhor recebe essas doações, o senhor tem esse cuidado ou não precisa – o senhor não é obrigado a saber isso. Mas o senhor, no caso do que o senhor recebe, esses animais são nascidos todos no zoológico, ou há casos que não dá para o senhor saber?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Olha, a gente... subentende-se que todos são nascidos no zoológico, pelo seguinte: porque o zoológico é fiscalizado pelo IBAMA. Mas, para emitir uma guia dessa aqui, tem um certo a ver, igual eu presto contas. O zoológico também deve prestar – não estou dizendo que eles têm que prestar, não. Igual eu presto conta, o zoológico também deve prestar, às vezes, na mesma condição; só que eu não sei; ou, então, porque, se eu presto conta, é lógico que tem um jeito de se olhar se nasceu, ou se é de apreensão. Porque, se eu tenho dez emas e faço um relatório botando que eu tenho duzentos filhotes de ema, não é tão impossível, não é? Mais ou menos, porque eu analiso desse jeito. Eu não tenho conhecimento. Eu só estou dizendo, baseado no que eu mexo, no que eu crio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Uma última pergunta, ou duas perguntas. Eu vou só citar.

No seu *site*, no *site* que o senhor tem, o senhor tem o *site* “com.br” e o “com”, que é esse lá dos Estados Unidos. Portanto, eu acho que ter um *site* já só no “com” indica uma intenção de pelo menos ter uma divulgação internacional. Mas não vamos entrar no âmbito das intenções. Lá o senhor tem 82 espécies anunciadas.

Estou perguntando isso pelo seguinte: alguém que compra um animal seu, aqui no Brasil, vai levar para São Paulo, por avião ou por terra, que documento ele precisa? Só a nota fiscal ou precisa junto uma autorização, um histórico, uma espécie de *pedigree* do animal, uma autorização do IBAMA, um documento como esse (*ininteligível*)?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Olha, para levar o animal... Nós vendemos o animal. O animal... Vão na nota fiscal o nome comum do animal e o nome científico; a marcação dele, qual o número que está embutido nele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tudo isso na nota fiscal?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Na nota fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E fora isso?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – O GTA?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O que é GTA?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – A Guia de Transporte de Animal de cada Estado. Nós, do Goiás, temos o IGAP, no caso. Então, eu tenho que ir lá no IGAP tirar uma guia de transporte desse animal, que vai anexada à nota fiscal.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Pela ordem, Sr. Presidente. Essa GTA é emitida pelo Ministério da Agricultura, não é?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Ministério da Agricultura.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Ministério da Agricultura. Isso é mais para sanidade do animal. Todo... qualquer animal, mesmo silvestre ou não, tem que ter essa guia para transporte, em qualquer local do País. E é emitida pelo Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Obrigado.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Agora, tem, vamos dizer, dependendo do animal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas o senhor não precisa de nenhuma autorização do IBAMA para fazer esse transporte? O senhor vende, e quem compra leva com esse GTA e a nota fiscal, só?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – E o número. O bicho vai com os 2 nomes e o número do *microship*. Quando, se for transportar um animal que já seja de maior fluência, vamos dizer assim, um animal mais diferente, a gente pede a autorização também ao IBAMA, dependendo, assim, pede. Por que se nós queremos transportar um animal... Você me compra um animal... Eu posso vir ao IBAMA. O senhor pode me comprar uma ema, pode me comprar um *waterbuck*, pode me comprar um cervo nobre. E eu posso também, independente do animal ser um animal que tenha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas não é obrigatório?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não. Pode ser que o IBAMA pediu uma guia de transportes desses animais para o seu fulano de tal, tal, tal. Vai lá certinho. Vai sair uma guia, porque aí vai olhar, no meu lá, se eu tenho esse animal, se eu tenho e posso, e faz a guia. Mas eu preciso estar em dia com o IBAMA.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Pela ordem, Presidente. Apenas a título de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – O Ministério da Agricultura, o médico veterinário credenciado, para emitir um documento, ele também tem que obedecer à legislação. Em tratando de animal silvestre, com certeza, precisa da autorização do IBAMA. Isso é um médico-veterinário do Ministério da Agricultura. Ao emitir, então, com certeza, ele vai observar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Obrigado.

Últimas perguntas. O senhor tem anunciado 82 animais. Olha, é uma variedade. O senhor tem quase um zoológico lá, quase que tem um... O senhor podia montar um safari lá.

Eu acho, primeiro, uma certa estranheza o senhor não saber se um animal é um animal em extinção ou não e precisar recorrer à lista do IBAMA. Mas há uma outra pergunta: esses animais à venda no seu *site* já estão com preço anunciado ou não têm o preço.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas o senhor tem uma idéia de cada um do preço deles? O senhor tem preço de memória, mais ou menos, o preço desses animais?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Não. Vamos dizer, igual eu disse aqui no começo, porque o animal é um “trem” muito difícil de colocar preço nele, porque ele está quase igual a um pintinho de granja. Hoje ele vale “x”, amanhã ele pode morrer, amanhã pode outra coisa. Igual eu disse no começo, aqui, ele pode ter qualquer uma coisinha nele, qualquer, ele já é um animal que, praticamente, não tem valor. Você está entendendo? Então, é uma dificuldade trabalhar com animais, por isso. Porque ele não é igual a uma vaca comum, que nós falamos, assim: uma arrouba de vaca custa 47 reais. Aí, não importa que a vaca seja bonita ou feia e uma coisa. O animal já é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor tem lá animais ferozes. Pelo que estamos vendo, aí, alguns animais são ferozes, não estão domesticados. Está vendendo um tigre siberiano. E o senhor trata desses animais sem nenhuma arma. O senhor falou... O senhor disse que o senhor não estava armado, quando da visita dos jornalistas. E o senhor nunca fica com uma arma para se defender, nada. O senhor trata lá, absolutamente, indefeso?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Existe lá a mesma arma que nós trocamos aqui com o Zoológico de Brasília. Essa é a arma de contenção de animais. Mas nós não temos, Sr. Presidente, nós não temos animais ferozes na porta, porque isso tudo está anunciado no *site*. Se o senhor procurar lá, não tem um animal disponível, porque vale muito. Para vender um animal desses aí mais “coisado”, primeiro passo. Às vezes, nós sabemos onde tem um animal. Aparece um candidato que quer comprar um tigre. Vamos que o siberiano não seja “coisado”. O que ele é orientado, primeiro, para fazer. Nós nunca vendemos tigre. Mas, mais ou menos, a orientação nós sabemos. Ele tem que ir ao IBAMA, conversar com o IBAMA, fazer a construção,

de acordo com as exigências do IBAMA, para depois nós vendermos esse animal. Depois de estar com o (*Ininteligível*) aprovado, vistoriado. Aí, sim, é que vai haver. Então, esse animal... Se não soubermos onde tem o animal, se tiver consultado um tigre ou um animal perigoso, vai sempre não ter disponível. Se fizer a consulta, não tem disponível. Quando descobre que tem um animal em algum lugar, se aparecer alguém, a primeira orientação, ele liga para o IBAMA. Para vender esse animal, aí precisamos estar com tudo pronto no IBAMA para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor tem muitos exemplares de ariranha?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Uma ariranha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Uma ariranha. Mas ariranha é um animal em extinção.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim, mas existe um grande sonho de todo mundo que mexe com bicho, que é se reproduzir o bicho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ariranha é um animal em extinção. O senhor tem uma ariranha.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Eu também não sei se ela está na lista. Ela está autorizada a ir para lá. Temos a documentação dela autorizando ir para lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Era isso.

Deputado Welinton Fagundes, alguma pergunta? (*Pausa.*) Deputado Moacir Micheletto.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sr. Presidente, a gente viu os depoimentos do Sr. Noel. Inclusive, tem um filho dele que também é Noel. Então, Sr. Noel, tudo o que foi colocado aqui e que deixou esta CPI em dúvida, que o senhor pudesse esclarecer da melhor forma possível, para que possa o senhor tentar se defender, inclusive, dessa situação que aí está. A gente acredita... Como disse, acreditamos no seu depoimento. O senhor tem dificuldade, inclusive, até de expor isso, mas muita coisa que foi levantada aqui, que não existe na sua empresa e que tem que ser cumprido, aqueles requisitos técnicos, aqueles requisitos todos que estão aí e que pode, de fato, colocar o senhor até numa situação confortável. Acho que esse é o meu pedido, e que o seu assessor jurídico, que o seu assessor comercial possa, com tudo isso que foi colocado aqui, lhe orientar da melhor forma possível e que dentro dessa semana o senhor possa dar essas respostas vagas e que o senhor não pôde responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Eu só gostaria de testemunhar. Sou médico veterinário, tendo, em minha vida profissional, atuado no Estado do Mato Grosso. Conheci o Sr. Noel há poucos momentos. Na verdade, conheço uma advogada que é parente do Sr. Noel. Eu a conheci há pouco. O fato só de estar conversando já foi uma pressão que... O fato de conversar com ele, já foram os fotógrafos lá imediatamente por informações apenas de sair daqui.

Creio que é muito importante ser feita uma boa averiguação, mas também é importante a gente conhecer a vida das pessoas e até a estrutura que essa pessoa tem na sua atuação profissional. Aqui é muito claro que a comercialização, pelo menos o que o Sr. Noel colocou aqui, para fazer qualquer venda de um animal, ele só efetua a venda com autorização do IBAMA. Ele não pode efetuar a venda sem autorização. Todos os animais que ele tem lá, segundo ele, ele tem autorização do IBAMA. Acho que isso é importante que seja realmente muito claro, viu, Sr. Noel, porque o que se vai questionar, e creio que todos que estão procurando saber é, na verdade, como vivem esses animais, que tipo de comercialização, que tipo de transação, quem tem o direito de autorizar.

Claro, uma CPI vai procurar estar normatizando para que, talvez, até algumas irregularidade que possam acontecer, irregularidades apoiadas na legislação, como o Deputado Thame colocou, é claro que temos que fazer tudo para corrigir essa questão da madeira, como foi colocada pelo Deputado Mendes Thame, é realmente a verdade. No meu Estado mesmo, a gente tem deparado lá com apreensões gigantescas. Se for procurar onde essas madeiras estão, a maioria dela ainda é feita em doações e que depois ela é feita dessa forma mesmo. Então, na verdade, da ilegalidade arruma-se uma legalidade para fazer a exportação.

Pelo que eu percebi também do seu depoimento, o senhor tem uma lista de animais, e, como comerciante, o senhor é comerciante, é isso, também? É claro que o senhor deve colocar muitos animais que o senhor não tem lá e que, claro, se alguém chegar pedindo um tigre, o senhor, de acordo com as exigências, se amanhã tem outra pessoa que o senhor possa contactar que tenha interesse de vender, o senhor vai colocar as duas pessoas em contato ou vai comprar e vender diretamente. Isso é uma prática comercial que em qualquer área se faz. É possível, você num estabelecimento comercial, anunciar alguns itens, enfim, daquela área que você vende, que você não tem a pronta entrega, mas você vai buscar quem tem para vender para fazer a negociação.

Quero apenas encerrar aqui, também dar meu depoimento, mesmo não conhecendo o senhor Noel, no sentido de conhecer a família e a origem. E, claro, gostaria, inclusive, de estar acompanhando – não faço parte da CPI —, mas gostaria até de estar acompanhando, no sentido de... Tive lá a oportunidade de conversar com ele antes. Ele bastante apavorado, nervoso, estava lá numa sala há um bom tempo, doido para fumar, entendeu? Eu estive mais, na verdade, no sentido de estar ali para trazer a tranqüilidade e o apoio.

Creio que uma CPI tem esse objetivo de apurar a verdade e não de fazer inquirição e muito menos de estar aqui prejudicando a vida de quem está trabalhando ou pelo menos com vontade de ser honesto.

O Deputado Moacir Micheletto colocou, e também da mesma forma quero entrar no mesmo segmento do aconselhamento, algumas informações que o senhor entenda que seja importante prestar. Acho que a CPI pode aqui até entregar, se vocês quiserem, a degravação da sua fala – é possível, não é Presidente? —, para que depois o senhor possa, em casa, reparar. Se tiver alguma coisa que, na sua informação, o senhor entenda que tem que ser corrigida, ou seja, alguma informação a mais, é possível o senhor estar entregando aqui à CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agradeço. Estamos deixando a apreciação dos requerimentos para a sessão de amanhã.

Para encerrar, passo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha, antes do encerramento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Fazer o registro. Na hora que eu estava conversando, eu não tinha, agora eu tenho aqui em mão o *Correio Braziliense* de quinta-feira, 14 de abril de 2005, onde reproduz o *site* da Fazenda Serra Azul. No *site* coloca para registro alguns animais: tigre de bengala, tigre siberiano, que chamo a atenção, babuíno amarelo, babuíno sagrado, bisão europeu, camelo, arara canindé, arara piranga, bicudo, enfim, vários animais que estão no *site*. O senhor Noel, às vezes fala que não sabe se existe e às vezes chega a dizer até que não existe. Então, é importante esses esclarecimentos desse *site*. Também eu estou com....

Quinta-feira, 28 de abril, o jornal *Correio Braziliense*, aonde teve uma audiência pública também, e que, na tarde de ontem, durante reunião na Câmara para discutir a doação de animais feita pelo Zôo de Brasília, o Deputado Peniel Pacheco apresentou cópias de documentos em que Noel atesta o recebimento de 3 mil reais pelo pagamento da última parcela de um casal de lhamas, vendido a Natanry, em 99. O problema, diz aqui o jornal, é que o criador declarou à Secreta-

ria da Fazenda de Goiás o recebimento de 2 mil pelo mesmo casal de lhamas. Esses fatos... O senhor, às vezes, vende num preço e declara outro?

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Pode. Eu não tenho como responder isso. Em 99, lançamos com... Aqui, 25 anos. Mas nós vamos verificar essa documentação lá e vamos mandar, seja ela da maneira que for. Se ela foi conduzida dessa maneira, o senhor vai receber ela dessa maneira que ela foi feita. Se ela foi feita de um casal de lhama, qual a razão... A gente vai verificar se tem alguma anotação nessa transação. E vão receber da maneira que... se ela tiver nos arquivos nossos, porque em 90... Tenho que olhar, não tenho como responder direto. Vou procurar nos nossos arquivos lá e...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque o senhor negocia lhamas.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Hein?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Negocia lhamas.

O SR. NOEL GONÇALVES LEMES – Sim, nós negociamos lhamas também.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Solicitamos esse esclarecimento, a cópia, o recibo. Foi a Sra. Natanry Ludovico Osório, em 99; março de 99.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sr. Presidente, só uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não, Deputado Moacir Micheletto.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – ...de consciência. Eu acho que o Deputado Rosinha já levantou mais algumas coisas que o jornal teve aí. Até por uma questão de cristianismo aqui. O Sr. Noel tem dificuldade, inclusive, de citar dados de 99, essa coisa toda. Que sejam, veja bem, enviadas à sua empresa as respostas disso que está sendo colocado aqui, porque não adianta queremos insistir que ele tem que responder. Nós estamos fazendo uma inquirição que não tem cabimento. Eu estou até tentando levantar isso, falando aqui com o Deputado Welinton, que ele não tem condições de responder uma série de coisas. O que tiver faça por escrito, e que a sua assessoria jurídica e comercial possa dar a esta CPI as respostas indagadas aqui. E até fazer com que nós possamos deixá-lo em paz e que vá cuidar da sua família. Acho que isso é o mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Micheletto, a finalidade de uma CPI como esta é, acima de tudo, um objetivo tríplice: melhorar a legislação na área de tráfico de animais silvestres vivos, melhorar a legislação que já existe sobre o tráfico de madeiras nobres e começar

a elaborar uma legislação a respeito da biopirataria de material genético. Como subproduto, muitas vezes a gente consegue perceber atos ilícitos claros ou vestígios, indícios de atos ilícitos, e encaminhamos, aí, para o Ministério Público e Polícia Federal.

Neste caso dessas denúncias que foram encaminhadas via Deputado Sarney Filho, há uma diferença de rumo. Na verdade, este caso já estava sendo investigado pelo Ministério Público. Portanto, não é o caso de a gente aqui conseguir mais elementos. Nós não temos como querer fazer o papel do Ministério Público e da Polícia Federal. Eles o fazem, e bem.

Portanto, o que estamos é cumprindo, com essas audiências, um papel fundamental: ouvindo essas observações de um agente privado e de um agente público. Nós ouvimos há pouco as palavras da Promotora, Dra. Kátia, do Delegado, que se chama Serra Azul, todos eles, para nos dar subsídios de como melhorar essa legislação, para que a gente possa estar criando um arcabouço jurídico que proteja os animais em extinção, evite essa extinção desses animais, para não se chegar tarde; evite o contrabando, as ilicitudes.

Eu acho que a reunião de hoje foi muito útil. Por isso queria agradecer a sua presença e dizer que, com a presença de todos os convidados... Eu agradeço a presença dos convidados, das testemunhas e dos Srs. Parlamentares, principalmente dos companheiros Parlamentares que são sempre aqui assíduos, dos assessores e demais presentes.

Declaramos encerrada a reunião, convocando os Deputados para a próxima reunião ordinária desta CPI, a realizar-se amanhã, dia 4 de maio, às 14h30min, no Plenário 4.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A "INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS,
A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE
MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS"
(CPI – BIOPIRATARIA).**

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 21ª reunião ordinária realizada em 4 de maio de 2005

Às quatorze horas e cinqüenta e sete minutos do dia quatro de maio de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país", no plenário nº 4 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio

Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto e Perpétua Almeida – Vice-Presidentes, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Rosinha, Hamilton Casara, Henrique Afonso, Leandro Vilela e Robson Tuma – titulares, e Thelma de Oliveira – suplente. Compareceu também a Deputada Neide Aparecida. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Coronel Alves, Francisco Garcia, Gervásio Oliveira, Janete Capiberibe, João Carlos Bacelar, Josué Bengtson, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Maria Helena, Nilson Mourão, Nilson Pinto e Sarney Filho – titulares, e Badu Picanço, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Fernando Coruja, João Alfredo, Miguel de Souza, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 20ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimento, esta Comissão reuniu-se para oitiva das seguintes testemunhas: Srª Maria de Lourdes França Rabelo – Diretora de Educação Ambiental do Jardim Zoológico de Goiânia; Sr. Ivan Magalhães de Araújo Jorge – Diretor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, de Goiânia; Sr. Fernando Silveira – Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia; e Sr. Luiz Elias Bouhid de Camargo – ex-Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia, sobre denúncias de tráfico ilegal de animais, envolvendo o Jardim Zoológico de Goiânia. O Sr. Presidente convidou a Srª Maria de Lourdes França Rabelo a tomar assento à mesa, e solicitou aos demais convocados que se ausentassem do plenário, aguardando o momento de seu depoimento, passando-lhe a palavra. Concluída sua exposição, formularam perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Dr. Rosinha), Henrique Afonso, Neyde Aparecida e Antonio Carlos Mendes Thame. O Sr. Presidente convidou o Sr. Ivan Magalhães de Araújo Jorge para tomar assento à mesa, passando-lhe a palavra. Concluída sua exposição, o Deputado Moacir Micheletto assumiu a presidência dos trabalhos, e formularam perguntas à testemunha os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Dr. Rosinha), Moacir Micheletto, Henrique Afonso, Leandro Vilela, Hamilton Casara, Dr. Francisco Gonçalves, Neyde Aparecida e Dr. Rosinha. O Sr. Presidente da Casa solicitou que os trabalhos das comissões fossem encerrados, e o Sr. Presidente suspendeu a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos para averiguar da possibilidade de continuar os trabalhos desta CPI. Obtendo uma resposta negativa, convocou uma próxima reunião, no próximo dia 18 de maio, para que este órgão técnico conclua os trabalhos iniciados na data de hoje. B – Apreciação de

requerimentos: Os requerimentos constantes da ordem do dia não foram deliberados. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezesseis horas e cinqüenta e dois minutos. E para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário,

lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI – BIOPIRATARIA		
EVENTO: Reunião Reservada	Nº: 0519/05	DATA: 04/05/2005
INÍCIO: 14h57min	TÉRMINO: 16h52min	DURAÇÃO: 01h43min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h43min	PÁGINAS: 38	QUARTOS: 21
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO - Diretora de Educação Ambiental do Jardim Zoológico de Goiânia;		
IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE - Diretor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente — SEMA, de Goiânia.		
SUMÁRIO: Tomada de depoimento.		
OBSERVAÇÕES		
Há falhas na gravação.		
Há expressões ininteligíveis.		
Há intervenções inaudíveis.		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Boa-tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, investigar a exploração de comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 20ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da mesma. *(Pausa.)* Deputado Henrique Afonso.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Solicito a dispensa da leitura, Sr. Presidente, da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado, muito obrigado.

Passamos à fase seguinte.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em decorrência da aprovação de requerimento de autoria do Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, a presente Comissão está hoje reunida em audiência pública para ouvir as testemunhas: Sra. Maria de Lourdes França Rabelo, Diretora de Educação Ambiental do Jardim Zoológico de Goiânia; Sr. Ivan Magalhães de Araújo Jorge, Diretor da Secretaria Municipal de Meio

Ambiente de Goiânia; Sr. Fernando Silveira, Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia; Sr. Luiz Elias de Camargo, ex-Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia.

Como se trata de depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme dispõe o art. 210, do Código de Processo Penal.

Convido, inicialmente, a Sra. Maria de Lourdes França Rabelo a tomar assento à mesa. As demais testemunhas, por gentileza, solicito que sejam encaminhadas à sala da CPI, aguardando o momento do seu depoimento. *(Pausa.)*

Solicito à Sra. Maria de Lourdes França Rabelo que preste o juramento, nos termos do art. 213, do Código de Processo Penal.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado.

Em conformidade com o art. 210, do Código de Processo Penal, informo à testemunha das penas previstas para o crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: art. 342 – Fazer afirmação ou negar ou calar a verdade como testemunha: está cominada a pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra Maria de Lourdes França Rabelo por até 20 minutos, se assim o desejar, para, antes de responder às perguntas dos Deputados, fazer a sua exposição, dentro daquilo que lhe aprover.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO

– Boa tarde a todos. Eu, inicialmente, gostaria de informar que eu pertencço à Sociedade Protetora de Animais, em Goiânia, há mais de 20 anos e, por isso, eu já tinha conhecimento das denúncias de tráfico de animais no Zoológico. Porém, eu não estava no Zoológico e não tinha como eu tirar fotos, fazer algumas gravações. Em janeiro deste ano, eu fui nomeada pelo Prefeito Íris Rezende Machado para ocupar o cargo de Diretora de Educação Ambiental do Parque Zoológico de Goiânia. Chegando lá, eu comecei a observar algumas cenas se tratando de tráfico de animais e comecei a conversar com alguns funcionários do Parque Zoológico, realmente os que não estavam participando do tráfico, e gravei alguns desses funcionários me contando como que era feito o tráfico. E a partir daí eu comecei a tirar fotografias, filmar e gravar as pessoas. O tráfico que eu vi lá foi o seguinte: durante à noite, a partir das 18 horas, eles vinham em caminhões, carros particulares, eu vi até Kombis da Prefeitura. Eles chegavam e pegavam os animais que já tinham sido engaiolados durante o dia, porque lá eles têm uma marcenaria onde eles fazem as gaiolas durante o dia e colocam os animais dentro dessas gaiolas. À noite, as pessoas só vêm e retiram os animais. Os papagaios, eles retiram a qualquer hora do dia. Eles marcam os papagaios, tirando as peninhas do peito ou da cabeça. Depois, eles vão lá, pegam esses papagaios, colocam no porta-malas e saem livremente. O CITRA, onde ficam as aves, eles retiram o dia todo esses animais desse CITRA. Não há cadastro, não havia. Agora, a partir do mês de março, eles começaram a fazer. Não havia. Nunca houve cadastros de animais vivos que saíram, ou mortos, dentro do Parque Zoológico de Goiânia. Agora, o diretor Luiz Elias, ex-diretor, né, disse que as pastas sumiram. Essas pastas nunca existiram. E, se sumiram, ele vai ter que dizer se ele fez alguma ocorrência policial dessas pastas. Eu comecei a questionar várias coisas. Quando o Dr. Fernando, atual diretor, chegou dos Estados Unidos – ele morava lá há 9 anos –, ele chegou e eu pensei que ele não fizesse parte daquilo que estava acontecendo. Ele me chamou e perguntou se eu sabia, eu falei que eu sabia muita coisa. Conteí toda a história pra ele, porque eu pensei que ele estava do meu lado. A partir desse dia, minha vida virou um inferno, porque ele viajou de volta para os Estados Unidos. No mesmo dia em que ele voltou para os Estados Unidos, as cobras que eu vi que tinham saído naquele dia: a urutu foi embora, salamanta, periquitambóia só sobraram duas, tinha 12, coral foi embora, jibóia, cascavel. Eu sei que o recinto do serpentário ficou quase vazio. Eles têm um rádio que eles arrumaram, quando eles chegaram em janei-

ro. Só que eu fui descobrir, depois, que o meu rádio era fora da frequência deles. Eles tinham uma frequência e eu tinha outra. Então, por isso, eu não ficava sabendo como eles faziam o tráfico. Um dia, eu ouvi uma pessoa conversando, que fazia também parte da diretoria, e percebi que a frequência não era a mesma da minha. Eu corri na sala desse diretor, peguei o rádio dele e comecei a ouvir as conversas. Foi quando eu comecei a saber por onde eles pegavam e que hora eles estavam pegando. Eles descobriram, posteriormente, que eu estava com esse rádio e me tomaram o rádio. Nesse dia das cobras, eu escutei a seguinte conversação, 8 horas da noite. A Rita, que é a zootecnista... Porque Alcides, veterinário, Rita zootecnista, Patrícia, bióloga, Inácio, zootecnista, também fazem parte, ajudam o Sr. Noel a retirar os animais do zoológico, porque o Sr. Noel, que é o Noel Júnior, não é o velho, ele ficava no zoológico o dia todo, atirando nos bichos com anestésico e levando no seu caminhão para as fazendas. Agora ele não vai lá mais. Quem vai pra lá agora pegar os animais são os funcionários dele, que é o Eduardo Pikachu e o outro Eduardo. Esse Eduardo Pikachu, inclusive, tem 19 anos, e agora apareceu com uma fazenda, que ele disse que era de herança. Não sei de onde ele tirou isso. Bom, voltando ao assunto das cobras, eu e o Fernando, a gente tem uma briga grande com esse negócio dessas cobras, porque ele nega... Agora, no jornal *O Popular*, ele acabou confessando. Ele negava que essas cobras tinham saído. E aí eu escutei a conversação seguinte: *Rita, onde você está?* Ela respondeu: *Estou no serpentário.* Oito horas da noite. Ele falou: *As cobras já estão prontas? — Já estão prontas, pode vir buscar.* No outro dia, eu cheguei no serpentário, não tinha quase cobra nenhuma. E foi exatamente no dia em que ele voltou para os Estados Unidos. Eu tinha contado pra ele todos os integrantes que faziam parte daquela quadrilha, porque é uma quadrilha. Noventa por cento dos funcionários do zoológico participam dessa quadrilha. Eles entregam junto... E esses funcionários do zoológico, a maioria deles vem do CEPALGO, que é uma prisão que tem lá, uma casa de prisão, e a maioria são estupradores e assassinos. Então, o que eles fazem? Eles levam esses funcionários para o zoológico, eles cumprem uma pena alternativa lá e, em contrapartida, ajudam eles no tráfico. Deixe eu lembrar aqui, que eu quero ter uma seqüência. Tem o Tinhá, que é o que faz as gaiolas pra fazer o tráfico. Tem dois funcionários que são especialistas em abrir portas. Por exemplo, o Inácio, que é o zootecnista, e o Tinhá, eles abrem portas sem deixar vestígios. Eles arrombaram o meu carro pra roubar o material que eu tinha dentro do carro, e, felizmente, nesse dia, eu tinha tirado o material. Quan-

do eu cheguei, eles já tinham arrombado o meu carro. O dia em que o Fernando descobriu que eu tinha essas provas, ele mandou o chefe de gabinete dele me chamar, eu entrei na sala, eles me trancaram com cadeado, com um senhor que eu não conheço, não pertence ao zoológico, ele dizendo que era delegado, e exigiu as minhas provas. Eu falei que eu não daria as provas. E começamos a discutir lá dentro. Eu liguei para a Polícia Federal, que eu estava com o celular dentro da bolsa, e aí, nesse momento, eles tiveram que me soltar de dentro dessa sala. Eu sofri 3 ameaças de morte: uma foi pelo Tinhá, funcionário do parque, e outras duas por telefone, não sei quem é. Eu fui à Polícia Federal. O Fernando não quis ir junto comigo, e o Darivan, chefe de gabinete, não quis... Ninguém quis ir comigo na Polícia Federal, eu tive que ir sozinha na Polícia Federal. Passei um relatório pro Prefeito Íris Rezende em janeiro relatando todos os fatos ocorridos dentro do parque zoológico. Passei pro Secretário de Governo também. Mas o Fernando, a todo momento, ele ficava me ameaçando, dizendo o seguinte: *Eu sou amigo de todos os políticos, eu tenho o poder nas minhas mãos, e você não vai conseguir nada.* E, realmente, eu constatei que realmente ele é amigo de muita gente mesmo, porque lá a mídia está a favor dele. Ele sai na televisão todos os dias; ele sai nos jornais. Ele conseguiu me difamar em Goiânia dizendo que eu estava internada numa clínica de repouso, que eu tinha ficado louca. O Prefeito acreditou. Quando eu descobri, eu tive que desmentir a história. E muita gente ainda pensa que eu tinha ficado louca realmente. Ele disse que eu não pertencia à sociedade protetora nenhuma, que isso era uma mentira minha, e eu já pertencço há 20 anos. Ele foi na Polícia Federal, ele teve a coragem de ir no delegado e dizer que eu tinha ficado louca. O delegado até me ligou na hora pra perguntar se era verdade que eu estava internada. Então... Ele foi numa rádio, disse que me mandou embora porque eu era incompetente, porque eu tinha que ter curso superior. Eu sou professora. Então, o cargo que permitia eu dar aula, essas aulas de educação ambiental, era que eu tinha que ser professora. E eu sou professora. E disse que os estagiários tinham pedido a minha saída. Os estagiários já me ligaram todos dizendo que, se precisar, eles vão lá dizer que eles não pediram a minha saída. Em contrapartida, ele colocou 3 pessoas no meu lugar. Quer dizer, se eu sou tão incompetente assim... E ainda colocou uma parente dele, que se chama Sandra. O zoológico é cheio de parentes. Todo mundo lá é pai, mãe, filho. E como é uma autarquia, que eu acho que é muito errado, porque ele manda e desmanda lá dentro: ele faz com o dinheiro do zoológico o que ele quer; ele

entrega o animal que ele quer; ele fala, ele demite quem ele quer... Então, ele chegava nas pessoas e dizia o seguinte: *Você está do meu lado ou do lado da Lourdes?* Se a pessoa falar do lado da Lourdes, estava demitida. Então, o que eu falei com o pessoal? – *Vocês falam que estão do lado dele.* Porque senão vai ser... Já foi demitida a minha secretária, Maria da Luz. Ele falou para ela... Ele inclusive chegou a falar pra ela que ela estava sendo demitida pra não passar informação pra mim. Bom, os papagaios não ficam lá. Teve uma invasão, tem uma invasão do Parque Oeste Industrial, que, quando foram retiradas essas famílias de lá, foram 3 Kombis de papagaios pra lá, que foi a Polícia Florestal que levou. Esses papagaios também já não estão mais lá. O zoológico hoje, atualmente, já não tem quase bicho nenhum. Tinha uma zebra. Tudo lá eles falam que morreu, mas você não vê corpo nenhum. A zebra não está. Tem uma casa de girafa, que ficou quase em 30 mil reais. Nunca teve girafa em Goiânia. Ele fala de umas reformas que não existem essas reformas dentro do zoológico. Há cento e poucas araras... que tem o recinto – talvez a gente vai conseguir passar no CD. Esse recinto hoje está vazio. Tem 3 araras azuis, 3 vermelhas, 3 amarelas. O restante desapareceu, não existe mais. Os animais da quarentena, tem um portão que vai dar... esse portão dá direto na quarentena, que é por onde os traficantes entram e pegam os animais, direto na quarentena. E eu ouvi de uma bióloga dizer para o Fernando o seguinte: *Vamos fazer a eutanásia das 8 suçuaranas que estão na quarentena.* Eu fiquei assustada com isso. Ela falou: *E os animais da CITRA – que são as aves –, o senhor não precisa cadastrar nenhum animal excedente dentro do zoológico.* Ele falou: *Não, então, está ótimo.* Então, tudo o que o Fernando fez, a partir do momento que eu entrei lá, foi totalmente contra aquilo que eu conheço e que eu acho que é certo. Quando eu fiz a denúncia, ele não foi na Polícia Federal comigo. Segundo, me trancou dentro de uma sala. Terceiro, me coloca para fora com o Dr. Ivan, da SEMMA, com dois seguranças, porque eu denunciei o tráfico de animais. Eu acho que se ele estivesse do meu lado, pra gente descobrir o tráfico, ele teria ido comigo à Polícia Federal e não teria me jogado pra fora. Eu estou proibida de entrar no parque zoológico, mas eu não estou exonerada pelo Prefeito. Eu não sei o porquê que eu não posso entrar lá. Mas ele deve responder por que eu não posso entrar. Por competência, ele não vai poder provar, porque realmente eu dava palestra pras crianças. Ele está dizendo em Goiânia também que eu soltava os bichos na rua. É um absurdo. Como é que eu vou soltar 20 emas no asfalto? Porque essas 20 emas eu sei muito bem onde elas estão. Também sumiram 2 tuiuiús no

mês passado. Ninguém sabe pra onde eles foram. Anoitece e, no outro dia, você não vê mais os corpos dos animais. O Professor José Hidasí é o que empalha os animais. Ele ia duas, três vezes por dia ao Zoológico pegar animais mortos pra empalhar. Eu não sei de onde saía tanto animal morto. Porque uma pessoa ir duas, três vezes por dia num zoológico pegar animal morto, eu acho... Não sei. Eu vi o Noel dar tiro com anestésico pra levar os animais. O Dr. Willian Pires de Oliveira, que hoje é um dos diretores do centro de zoonose de Goiânia, que foi diretor do Parque Zoológico, ele é criador também. Eu tenho fitas gravadas de pessoas que dizem que ajudaram ele a roubar os papagaios – a traficar, né – e as araras. Ele tem um criadouro na saída de Guaporé, que é um Município. Então, que eu conheço em Goiânia que faz tráfico de animais: Dr. Willian Pires... Do Dr. Willian eu trouxe vários materiais comprovando. Só numa apreensão da Polícia Florestal, em 2001, foram 11 mil animais que foram entregues ao Zoológico. Hoje, se vocês forem lá, não tem nada a ver com o que eu tenho em mãos, que eu deixei aqui. A creche do Zoológico, eles falam que os animais estão doentes. Os animais estão totalmente saudáveis. Aí, o Eduardo Pikachu, funcionário do Noel, vai lá todos os dias à tarde... pegava os animais da creche, punha dentro do carro dele e ia embora pra fazenda do Noel. O Eduardo Pikachu disse, numa festa – e a pessoa escutou e me deu o recado, mas até agora não aconteceu –, ele disse que eu não ia viver 30 dias. Noel tem mania de ameaçar. Até agora não fez, não sei. Eu fui à Polícia Federal e eu queria... Eu estou achando uma coisa muito estranha, queria deixar aqui bem claro. Eu fiz essa denúncia na Polícia Federal em janeiro. Até agora, só foram ouvidas duas pessoas, e toda eu deu, eu falei... Eu liguei pra Polícia Federal 6 vezes enquanto estavam saindo os animais do Zoológico, estavam sendo traficados. Em seis vezes, o delegado me respondeu que ele não poderia ir lá porque ele não tinha agente pra pegar os traficantes em flagrante. Então, eu não sei o que é que está acontecendo. Eu não quero acreditar que a Polícia Federal... Não sei, mas eu acho que já deveria... Num flagrante só eu acho que já pegava todo o mundo. Em seis, é muito complicado pra mim. Eu, todas as vezes que ligo na Polícia Federal pedindo ajuda, não vai ninguém. O Prefeito, eu não sei o que é que está acontecendo, porque ele sabe de tudo. Porque eu passei um relatório, entreguei em mãos pra ele. O Fernando já falou pra mim várias vezes que ele não vai cair porque... Bom, a indicação dele é do secretário de governo. Ele tem uma amizade especial com o secretário de comunicação, por isso ele consegue fazer todas as matérias em Goiânia. Eu não consigo fazer nenhuma, porque

nenhuma televisão mais faz matéria comigo, nem jornal. Ficou complicado pra mim agora, lá em Goiânia, porque ele manda lá em tudo, o Fernando. E ele tem um dom que dificilmente eu já vi em alguém até hoje: ele é muito dissimulado, ele consegue convencer qualquer pessoa. Porque ele conseguiu me convencer que ele era uma pessoa do bem e eu acabei entregando o nome dos traficantes e tudo pra ele e como que era feito o tráfico. E, quando eu descobri, já era tarde. O que eu estou me lembrando de falar aqui agora é isso. Tem as sucuris que estão soltas lá. São 19 sucuris. Estão no Lago dos Macacos. Apareceu uma sucuri solta lá esses dias. Eles não pegam essas sucuris. O pessoal fica lá, não tem segurança nenhuma o Parque. Os jacarés estão soltos. Passou um nos meus pés esses dias agora, até o dia em que eu estava lá. Então, na minha opinião, deveria interditar o Zoológico, retirar essas sucuris, retirar esses jacarés, porque as pessoas põem os pés, põem as mãos dentro da água, e eu ainda não sei como é que ainda não matou uma pessoa. No Lago das Rosas, onde eu disse que estavam os jacarés maiores, eles foram lá na surdina, à noite, com um barco, pegaram 3 jacarés, inclusive um com 3 metros – onde as crianças de rua tomam banho. Eles fazem tudo na surdina, no Zoológico, e ninguém faz nada em Goiânia. Não consigo fazer nada lá em Goiânia. Por mais que eu prove, por mais que eu apresente provas, nada acontece, e eu fico numa situação cada vez mais difícil. Ele vai à rádio, ele me difama também em rádio. Ele consegue fazer isso também. Eu estou aberta a perguntas. Se eu esqueci alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Inscrições. Está inscrito... Ninguém inscrito ainda para falar.

Deputado Dr. Rosinha, por gentileza, se pudesse proceder às perguntas do Relator, atuando como Relator *ad hoc*.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Por favor, posso completar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Queria dizer uma coisa. Bom, não tem muito a ver com tráfico, mas é uma coisa pavorosa. É o seguinte: quando eu cheguei, tinha 25 corujas escondidas atrás de uma moita, corujas da torre, que elas iam sair para o tráfico, mas eu achei elas antes. Agora, na última vez que as vi, eram só 10. E os cavalos que ele pega ... Ele pega de 8 a 10 cavalos por semana, que, ele morre, mas ele não fala de onde ele pega esses cavalos. Ele está infringindo a lei federal nº 9.605, art. 1º, que, se ele tiver outra alternativa, que é a bilheteria, que já é uma outra denúncia que eu fiz no Ministério

Público Estadual... A bilheteria serve pra ele comprar carne bovina inspecionada. Ele pega esses cavalos, na maioria doentes, não faz exame nenhum. Eles falam que compraram aparelho de raio X. Não tem nada disso lá. Não tem laboratório, não tem nada. Ele pega os cavalos doentes, mata a machadadas – eu tenho as fotos do machado com que ele mata e tenho dos cavalos sendo descarnados –, ele mata todos esses cavalos e dá a comida desses cavalos pros leões e pras onças. Também tenho foto desses aí. E os funcionários do Zoológico, alguns deles – tratadores, encarregados –, levam também partes dessas carnes para comer em casa. Eles comem quatis, comem jacarés, comem cotia, comem cavalo. Então, lá é assim: lá é uma festa. No dia em que eles resolvem fazer churrasco eles escolhem um animal do Zoológico e fazem esse tipo de coisa. Agora, com a gestão do Fernando, eu não fiquei sabendo que eles tivessem comido quati ou cotia, mas cavalo eu sei que os funcionários levaram já pra casa. Eu acho que essa prática de matar cavalo, da forma que ele mata... Eu cheguei a ver realmente e quase fiquei louca mesmo, porque é muito cruel a forma como ele mata. O dia em que o machado não funciona, aí ele dá um tiro na cabeça, e, o cavalo está morrendo, ele está descarnando – as carnes ainda estão tudo tremendo ainda. Aí ele já vai dando. Não faz exame nenhum. E eu tenho foto de leão comendo essas carnes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, obrigado por ter me nomeado Relator *ad hoc*. Infelizmente, acabei não ouvindo o depoimento da Maria de Lourdes, da Dra. Maria de Lourdes, e, também, as perguntas que foram formuladas, também não ouviu o depoimento. Então, pode ter alguma repetida. A senhora, às vezes, vai ter que repetir alguma questão que já falou.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Certo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O que a doutora tem a declarar sobre o suposto tráfico de animais a partir do Zoológico de Goiânia? Quando a senhora começou a suspeitar dessas irregularidades? Quando tais suspeitas se tornaram certeza? Eu vou fazer essa agora e depois eu passo para a de número 2.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Certo. Eu, como no início eu disse, pertenço à sociedade protetora de animais há 20 anos. Então, eu já tinha essas denúncias antes, mas eu não tinha como provar, porque o Dr. Luiz Elias, que é o ex-diretor, que agora está junto no mesmo gabinete – o que

não entendo também por quê – do Dr. Fernando, ele diz que é o veterinário do Zoológico, mas ele não é o veterinário do Zoológico. Ele não me deixava entrar na área de administração, que era onde era o feito o tráfico de animais. Quando eu fui nomeada, em janeiro, pelo Prefeito Íris Rezende – eu sou educadora ambiental, Diretora de Educação Ambiental no Zoológico –, eu consegui ver o tráfico, porque eu ficava escondida detrás das árvores. Via o pessoal levando os animais. Durante o dia, eu via sair no porta-malas dos carros. Eles levavam até em caixinhas furadas assim, de moto. Tem o pessoal da SERV, que é da segurança. Passava por eles tranqüilamente. A Polícia Militar lá dentro, a Polícia Civil lá dentro, e saíam normalmente, o tempo todo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Zoológico é municipal?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – É municipal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Na administração anterior, essas denúncias foram feitas?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Não, ninguém nunca denunciou. Em 83, ele foi interdito pelo Prefeito Nion Albernaz, por tráfico de animais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Oitenta e três?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Isso. A partir daí, houve muitas denúncia nos jornais, mas o IBAMA nunca foi verificar nenhuma. Mesmo porque, na denúncia que eu fiz agora na Polícia Federal, eu indiquei 3 pessoas que são fiscais do IBAMA e que estão fazendo lá, agora, a inspeção do jardim zoológico. Quer dizer, como é que uma pessoa que faz parte do tráfico vai inspecionar o Zoológico?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A saída dos animais do Zoológico

AC51906- VIVIANE

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – As saídas dos animais do zoológico eram sempre noturnas ou tinha saídas diurnas também.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Quando eu cheguei, eram mais noturnas. Eu ficava depois das seis – depois eles me proibiram de ficar depois das seis; aí os guardas me retiravam –, eu ficava atrás, sempre, de alguma árvore. Eles chegavam com os carros e iam retirando os bichos que já tinham sido engaiolados durante o dia. Tem uma marcenaria lá dentro, feita só pra fazer essas gaiolas. Depois, parece, eles começaram a ficar folgados mesmo. E aí, quando eles viram que, eles tinham tanta certeza de que isso não iria dar em nada, que eles começaram a traficar os bichos na minha cara. Ainda riam na minha

cara, sabe? Colocavam os bichos dentro dos carros, saíam rindo, normalmente. Porque aí eu ficava ligando pra Polícia Federal o tempo todo, falando: *Olha, Dr. Roberto, os bichos estão saindo, os bichos estão saindo*. Ele falava: *Eu não tenho agente para mandar aí*.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Continuam saindo ainda hoje?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Todos os dias o pessoal me liga do zoológico dizendo o seguinte: *Se você não voltar...* Porque diz-se que agora quase não tem animal lá mais; que o tráfico, depois que eu saí, dobrou. Porque têm os permissionários que trabalham lá, que são pessoas que vendem algodão doce, pipoca, etc., eles vêem tudo. Mas como eles são ameaçados pelo Dr. Fernando... O Dr. Fernando é o seguinte: se eu for no zoológico – eu agora entro pela bilheteria, porque eu não posso mais entrar pela administração –, ele manda os seguranças todos andarem atrás de mim e a Polícia Militar. Se alguém do zoológico ou permissionário conversar comigo, está demitido.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A pergunta do Relator é: por que um professor concursado em Ohio, nos Estados Unidos, como o Sr. Fernando Silveira, deixaria aquele país para vir trabalhar como diretor do zoológico em Goiânia, com um salário mensal de cerca de 5 mil reais?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Todo mundo em Goiânia faz essa mesma pergunta. Ele chegou a falar pra mim que ele não ia querer aquela mixaria de salário. Ligou pro Secretário que ele conhece lá e pediu já pra aumentar o salário dele. A Polícia Federal me disse o seguinte: que eles têm certeza que o tráfico é internacional, porque, no dia em que ele viajou, coincidentemente, as cobras sumiram naquele dia. Porque ninguém tira da minha cabeça que... A história que eu ouvi pelo rádio foi absurda. Ele conversa um negócio com a zootecnista, no outro dia, eu vou no serpentário e não tinha mais cobra nenhuma. Eu acho que ninguém iria sair dos Estados Unidos, ganhando talvez 3, 4 vezes mais... Primeiro, ele falou pra mim que ele era veterinário em Ohio; depois, ele mudou a conversa: falou que não, que ele era professor em Ohio. Ele paga matérias em jornais pra fazer matéria sobre ele falando em engenheiro dos animais. Ele se intitula até de Dr. Dolittle...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Doutor?...

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Dolittle. É um filme que tem que... Ele fala que ele conversa com os animais, entendeu (*risos*), mas na verdade ele conversa eu acho que é pra matar, certo? Ele se intitula Dr. Dolittle. No jornal – eu tenho uma cópia do jornal – *Diário da Manhã*, ele fez, pagou matéria

falando que ele conversa; que ele madruga no zoológico pra falar com os animais. É uma coisa absurda.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele é diretor desde quando?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Ele começou em janeiro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Janeiro. E antes de janeiro também tinha esse nível de desvio de animais?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Tinha. Tanto é que os dois estão juntos, vieram no mesmo...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O anterior e o atual?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – E o outro, o anterior também. Faz tempo que está havendo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O anterior e o atual?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Era o Dr. Willian, depois o Dr. Luiz e agora o Dr. Fernando. O Dr. Willian chegou a me ligar, no meu telefone, me ameaçando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Bom, na opinião da senhora, até que ponto um zoológico pode doar animais, que são patrimônio público da União, para um criadouro particular, sem licitação, ou trocá-los por materiais ou serviços? A alegação de dispensa de licitação por impossibilidade de concorrência não lhe parece por demais forçada, dada a existência de inúmeros criadouros no Brasil?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Olha, eu tenho a informação a seguinte... Eu tive uma discussão muito violenta com uma pessoa do IBAMA semana passada. A partir do momento em que eu joguei as fotos em cima da mesa dele, mostrei todo o material que eu tinha, ele ficou meio sem graça e falou pra mim o seguinte: *Eu vou te pedir desculpa pela nossa omissão*. Eu falei: *Isso não é nem omissão mais pra mim, porque sabe muito bem que os seus funcionários estão lá traficando junto com eles*. Ele pegou material de construção em troca de animais – por exemplo, uma arara azul, 60 mil dólares –, se o senhor for lá no zoológico de Goiânia, o senhor vai ver que não tem construção nenhuma lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele pegou material de construção em troca da arara?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – O Dr. Luiz pegava, em troca de, ele fala, em troca de...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pegava de quem?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Uma vez, saíram 56 animais. Ele falava que era – que saiu até no jornal – pra reforma de um banheiro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Está. Mas ele trocou com quem?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Noel.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, com o Sr. Noel. A senhora conhece o Sr. Noel? Já conhece o criadouro dele?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Não, Deus me livre.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele vai muito no zoológico de Goiânia?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Ele ia todos os dias...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor ou o filho dele?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Não, o filho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O filho ia todos os dias?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – O senhor não vai no zoológico.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Só o filho.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Só o filho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O filho vai todos os dias.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – É ele que vai, ele que atira nos animais. Ele faz tudo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele é bom de pontaria, acerta? (*Risos.*)

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Muito. E outra coisa: ele financia todas as festas do zoológico, ele que patrocina. Ele e o Willian. E o Dr. Luiz, ele... Bom, tem que falar tudo, tem que falar tudo, né? O Dr. Luiz, ele não tinha esse dinheiro todo que ele tem, ele não tinha essa mansão que ele tem hoje em dia, ele não tinha os carros importados que ele tem hoje em dia, as motos importadas. A partir do momento que ele ficou 4 anos no zoológico, hoje ele é um homem rico.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele ficou quanto tempo no zoológico?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Quatro anos. Agora está de novo, junto com o Fernando, no mesmo gabinete.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O comércio de animais em extinção, como é o caso do tigre siberiano, disponível no criadouro do Sr. Noel, não

fere a convenção CITES? Que providência legal pode ser adotada em face dessa realidade, na opinião da senhora?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Eu não vi esse... Bom, lá no zoológico de Goiânia não tem esse animal. Se o Noel pegou esse animal foi de outro zoológico. Eu não sei. Agora, quanto a essa última... A última pergunta que o senhor fez, qual foi?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A senhora tem notícia de mais alguma denúncia acerca de pessoas envolvidas em biopirataria ou no tráfico legal de animais que deveriam ser investigadas por esta CPI?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Olha, eu vou dizer pro senhor: é tanta gente, que eu vou ter que fazer uma relação separada. Porque, ontem, eu estava saindo da Polícia Federal, quando chegou até umas informações que eu ouvi lá na hora que aumentou mais o rol ainda. E tem muito político, tem muita autoridade, tem muita gente envolvida lá em Goiânia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dra. Maria de Lourdes, a senhora gostaria de uma sessão sigilosa, secreta, conosco?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – É tem alguns, tem alguns políticos que eu não gostaria de estar falando o nome deles aqui, porque, chegando em Goiânia, eu vou ter problemas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A senhora falou o nome desses políticos na Polícia?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Falei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Na Polícia Federal?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Ontem apareceu um novo político na denúncia lá. Esse eu não sabia, fiquei sabendo ontem, porque o agente chegou e falou: *Olha aqui, eu não sabia desse aqui.* Falei: *Nem eu.* E é criadouro. Então, assim, a política está muito envolvida nisso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – São políticos locais ou políticos de nível nacional?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – O que apareceu lá ontem era federal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ôpa!...

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – E ele ligava... Eu vou falar uma coisa aqui que... bom, essa pessoa, inclusive... Eu sou de Jataí. Eu fui criada junto com o Senador Maguito Vilela. Eu não sei se o Fernando ficava blefando ou se era verdade – eu tenho que falar o que eu ouvi –, todas as vezes que ele queria me ameaçar, dizia o seguinte: *Vou ligar agora pro Maguito.* E ligava. Segundo ele, ele estava falando com o Murilo, que é o assessor do Maguito. E

falava: *Vou te dar um jeito aqui e é agora. Aí, desligava o telefone. E falou assim: Agora tem um outro jeito de eu te dar também.* Ligava pro Secretário de Governo, que era o Flávio Peixoto, e pro Secretário de Comunicação, que é o Iran Saraiva Júnior. Agora, eu não sei se ele estava blefando ao telefone ou se realmente isso era uma verdade. Eu só sei que um dia ele veio... Ele vem muito a Brasília. Toda semana. Não sei fazer o quê: se ele vem pro zoológico ou se ele vem no Congresso. Ele veio a Brasília e disse que ia dar um jeito em mim. Foi um dia antes que ele falou que estava falando com o Murilo. E, no outro dia, realmente, ele deu um jeito em mim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora me dá licença? Com licença, um minutinho. Vamos deixar essas observações suas pra sessão reservada, porque senão isso aí já sai pra imprensa, e nessa sessão reservada a senhora tem toda a liberdade pra falar, sem nenhum risco de depois ser processada por...

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – É. Se bem que eu não se é verdade mesmo, né...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – ... alegações não comprovadas. Na sessão reservada a senhora pode falar todos os indícios à vontade, sem nenhuma preocupação.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mais alguma pergunta, Deputado?

Na seqüência, está inscrito o Deputado Henrique Afonso.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Saudar aqui a Dra. Maria de Lourdes.

Dra. Maria de Lourdes, eu vou fazer quatro perguntas. Fiz sete, mas dentre as sete a senhora já respondeu quase todas, e eu não vou ser repetitivo. Algumas, também, o Deputado Rosinha já fez essa pergunta.

A senhora afirma aqui um verdadeiro saque no zoológico de Goiânia. Há essa afirmação. Quantos animais tinha nesse... a senhora tem conhecimento de quantos animais tinha nesse zoológico de Goiânia?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Eu peguei uma relação de denúncias feitas ao jornal *O Popular*, que deixei até aqui na CPI. Eu tenho a impressão... Eu comecei a somar. Eu não dei nem conta de somar de quanto que entrou de 10 anos pra cá. Não dá nem para somar. Agora, só no ano de 2001, a Polícia Florestal pegou mais de 11 mil animais. Todos

eu grifei – está grifado, eu deixei grifado. Todos os animais apreendidos pelo IBAMA, pela Polícia Florestal, Polícia Ambiental e doações eram levados pro zoológico. Então, eu não sei cadê, eu não sei onde está...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Mas a senhora afirma aí que é uma média de 11 mil animais, não é?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Só em 2001 foram apreendidos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – E qual o número que a senhora falaria para nós de quantos animais tem hoje no zoológico de Goiânia?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Bom, até o dia que eu saí – bom, eles não me deixavam entrar em quase lugar nenhum; eu entrava escondida –, não tinha mil.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Então você percebe aí um verdadeiro saque, não é, uma coisa em ordem muito grande.

Sr. Presidente, eu queria aqui sugerir, dada a gravidade dessas denúncias, que, se é possível, esta CPI tomar providência no sentido de manter uma fiscalização pra que não haja, se se confirma essa denúncia, reposição de animais. E vou mais longe: Goiânia é bem próximo daqui. Eu queria sugerir também e ver a possibilidade – sei que deveria ser feito um requerimento – de a gente fazer o deslocamento de Deputados desta Comissão até o Zoológico de Goiânia, pra a gente verificar e confirmar essas denúncias realizadas pela Dra. Maria de Lourdes.

Por último, Dra. Maria de Lourdes, eu queria perguntar o que a senhora sabe sobre a possibilidade de ligação de casos de saída ilegal de animais do Zoológico de Goiânia com o tráfico internacional.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Bom, quando o... O que o Dr. Luiz disse no jornal, na semana passada – que também disse que vai me processar, porque agora todos eles vão me processar –, ele disse que é amigo íntimo do Fernando. Fernando veio dos Estados Unidos. O servidor do Noel está localizado nos Estados Unidos; Fernando veio dos Estados Unidos. Wilian é amigo íntimo dos dois, também. O dia que eu falei que o Dr. Fernando me chamou na sala, me fez a ameaça seguinte: *Olha, se você denunciar o Noel, você vai ter sérios problemas comigo.* Eu falei: *Por quê?* – *Porque ele é amigo íntimo e pessoal meu, ele não faz parte do esquema.* Falei: *Que esquema? Não falei em esquema?* Aí eu falei: *Bom, agora já foi, porque já denunciei na Polícia Federal o Noel.* E o Delegado falou... Eu não sei o que o Delegado tem em mãos. Ele só me disse o seguinte: que tem ligação com o tráfico internacional, tem ligação com os Estados Unidos. Ele deve ter alguma coisa.

Eu não sei, porque o Delegado de Polícia Federal não me contou, especificamente, como que é esse tráfico internacional, só disse que tem.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

Deputado, é possível recebermos um requerimento seu, a respeito da sua oportuna, sugestiva, acurada proposta, e colocaremos, já na próxima sessão, em votação o seu requerimento.

Na seqüência, a Deputada Neyde Aparecida.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Não faço parte desta Comissão, mas, como sou de Goiás, sou de Goiânia, eu gostaria de estar fazendo algumas perguntas à Dra. Maria de Lourdes.

Não ouvi também o início da sua exposição, mas eu queria saber se você tem provas de tudo isso que você coloca. Eu acho que você coloca coisas muito graves, inclusive pessoais, de algumas pessoas, dizendo que a pessoa está rica, tem mansão, tem carros importados. Você deve ter a comprovação de tudo isso para estar afirmando.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – A Polícia Federal tem.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Porque eu não acompanho essa gestão, sequer conheço o Sr. Fernando, mas fiz parte da gestão anterior de Goiânia. Que eu tenha conhecimento, nunca foi feita nenhuma denúncia sobre o Sr. Luiz Elias. É uma pessoa que, durante o período que convivi com ele, na prefeitura, não tem nenhuma denúncia com relação a sua lisura. E é isso mesmo que ela está dizendo: que hoje tem carros importados e mansões. Por isso que estou realmente querendo saber se há provas dessa questão, porque eu não tenho conhecimento de nada disso e sequer de qualquer denúncia que tenha sido feita pela gestão anterior sobre tudo isso que ela coloca hoje, que existia e que existe no zoológico.

Por isso, acho importante esse requerimento verbal que faz o meu companheiro Deputado, para que, realmente, esta Comissão se desloque até Goiânia e possa verificar se realmente não existe mais nenhum animal. Porque todos os animais que entram, até onde sei, são catalogados, são registrados, e as saídas também. Então, acho que essa é uma questão que a Comissão realmente precisa verificar, para que nós possamos saber até que ponto realmente essas questões ocorreram ou continuam ocorrendo no Zoológico de Goiânia.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – *(Intervenção Inaudível.)*

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Comentários. Comentários é muito vago. Comentários cada um pode fazer. Eu acho que as denúncias são muito graves para ficar em cima de comentários.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Bom, então eu vou responder para a senhora o seguinte: eu tenho mais ou menos um monte assim de denúncias que foram feitas para o jornal *O Popular* na gestão do Dr. Luiz. O IBAMA não foi a nenhuma dessas denúncias, e o Dr. Luiz sabe disso; as denúncias estão lá. A Polícia Federal já tem em mãos um tanto assim de permutas que foram feitas, ilegais, com o Dr. Luiz e com o Sr. Noel. Não gostaria nem de estar falando isso aqui, que acho que é coisa da Polícia Federal que eu não poderia estar revelando. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Desculpe, a senhora é alertada de que pode deixar as respostas para a sessão reservada, apenas com os Deputados, e na sessão reservada, tudo aquilo que a senhora informar, não está suscetível de nenhuma contestação ou de ser perquirido judicialmente. Se preferir responder na reservada, é uma opção que lhe cabe, conforme melhor lhe aprouver.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Prefiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, mais algum Deputado inscrito? *(Pausa.)*

Vamos fazer essa apresentação, então?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Deputada Neyde, até me lembrei de uma coisa agora. O Prefeito Pedro Wilson, quando tomou conhecimento das denúncias, disse que, se tivesse sido denunciado na gestão dele, ele teria tomado providência. Eu acho o Prefeito Pedro Wilson uma pessoa muito sensata. Gosto muito da pessoa dele. Eu acho que realmente faltou foi a denúncia feita pra ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tenho uma única pergunta a fazer, enquanto prepara – vai ser feita uma exibição... pra ganharmos tempo.

A senhora nos disse que levou, pessoalmente, essas informações ao Prefeito. A senhora informou ao Prefeito?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Eu fiz um relatório do que eu havia visto. E, nesse relatório, falava pra ele de gravações que eu havia feito de pessoas que trabalham no zoológico me contando como era feito o tráfico. Esse relatório não era só sobre tráfico de animais; era também sobre como eles faziam o roubo do dinheiro público. E eu entreguei na mão dele. Não sei se posteriormente ele chegou a ler. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora tem cópia desse relatório aí?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Eu tenho. Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Poderia nos encaminhar, por gentileza?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Posso, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo.

Essa, na verdade, é uma colocação importantíssima, de extrema relevância para o encaminhamento dos trabalhos.

Está pronto? Quase pronto?

Alguma pergunta, Deputado Moacir Micheletto? Não.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – (*Inaudível.*) Essas fotos que vão passar agora fui eu que tirei. Eu gostaria, assim, de, talvez, dar uma explicada nessas fotos, dizer por que eles estão nessas fotos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está bom, está certo. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Presidente, posso fazer mais uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não, pois não.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Dra. Maria de Lourdes, a senhora falou por cima. Porque eu estou muito curioso em saber como é que está sendo e foi realizado o controle de entrada e saída desses animais? Porque é um tipo de tráfico descarado. Os parques e zoológicos, controlados pela sociedade, pela Câmara Municipal, por ambientalistas, que têm funcionários...

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Certo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Eu queria saber, por que, olha, entrar 11 mil animais durante todos esses anos...

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Não, foi só um ano isso aí.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Só um ano?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Isso aí foi no ano de 2001.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Do ano de 2001? Mais grave ainda! De repente, desaparece milhares e milhares de animais!

A senhora tem conhecimento de como é que está sendo realizado, como é que foi realizado esse controle de entrada?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Foi ótima esta pergunta do senhor, porque eu até havia me esquecido de uma coisa. Não tinha cadastro. Não havia cadastro no zoológico nem do que entrava, nem do que saía, nem dos animais que morriam. Nunca houve. O que aconteceu? Eu tive uma conversa com a Polícia Florestal. Nós vamos ter uma audiência pública em Goiânia, segunda-feira, agora, às 14 horas. A Polícia Florestal vai estar lá com todo o material dela, que ela fez essas entregas. O Zoológico não tem. O que o Dr. Luiz alegou, agora, na entrevista que ele deu no jornal *O Sucesso*? Que as pastas foram roubadas. É muito fácil falar que as pastas foram roubadas. Elas nunca existiram. O que acontece? A Polícia Federal agora quer saber se ele fez ocorrência que todas as pastas de cadastro foram roubadas. Mas a partir do momento que eu ouço uma bióloga do IBAMA dizer pra um diretor de zoológico que ele pode fazer eutanásia em 8 suçuaranas e não cadastrar nenhum animal excedente no zoológico, eu fiquei descrente. Agora, não havia, realmente. Eu pedi várias vezes pra ver o cadastro dos animais. Como educadora ambiental, eu pedi várias vezes. Não tinha. O que eu sei é o seguinte: eles fizeram um mutirão, juntou todo mundo agora, no mês de março, e começaram. Um eu cheguei a ver: eles fizeram um cadastro correndo, porque a Polícia Federal ia pedir. Eu vi uma zootecnista. Ela separava 5 jabutis para lá, contava 10 e passava só 10 para a relação. Os outros 5 saíam para o tráfico. Um dia, eles estavam retirando os jabutis, eu perguntei pra onde estavam indo os jabutis. Eles disseram que iam dar banho nos jabutis. Depois eles não voltaram mais. Não sei se não gostaram do banho. Eu não sei o que aconteceu nesse intervalo. É uma coisa escandalosa. E os *chips* – foi uma coisa que eu tinha pedido, colocar *chip* nos bichos —... O Dr. Fernando, ele voltou para os Estados. Ele ficou duas semanas apenas – em janeiro – no zoológico. Eu acho que, devido à gravidade da denúncia que eu fiz para ele, ele não poderia nem ter voltado aos Estados Unidos. Ele deveria ter ficado e ido comigo na política. Ele voltou pros Estados Unidos. Voltou só em março, e foi na televisão, deu uma declaração na televisão e nos jornais falando que ele estava colocando *chip* nos animais desde janeiro. Isso não é verdade. Ele começou a colocar *chip* nos animais no mês de março, e colocou acho que pouquíssimos *chips*. Mesmo com o *chip* é difícil controlar, porque, quando chega no destino final, a pessoa pode simplesmente tirar o *chip* também. Então, é uma coisa muito complicada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em função da sua pergunta, eu quero complementar a pergunta que havia feito anteriormente, porque ficou-me uma dúvida em relação à data.

Em que oportunidade e a qual prefeito de Goiânia encaminhou esse relatório?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Eu entrei em janeiro, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agora, deste ano?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – É, deste ano. Quem me nomeou foi o Prefeito de Íris Rezende Machado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ah, sim.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Eu entreguei o relatório para o Prefeito Iris Rezende Machado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pessoalmente?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Pessoalmente. O Pedro Wilson, eu conversei com ele, assim, vagamente, e ele não sabia do tráfico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tem conhecimento de alguma providência tomada pelo Prefeito depois de receber o seu relatório?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Eu vou dizer uma coisa pro senhor. Eu fiquei muito indignada quando o Dr. Fernando me jogou pra fora com um segurança. Eu cheguei pra trabalhar, ele pensou que o Dr. Ivan era meu advogado, pegou nós dois, jogou pra fora. Eu nunca mais pude entrar pela administração. E sou vigiada. Se eu entrar pela bilheteria, eu sou vigiada. Agora, eu liguei pro celular do Prefeito. Uma vez ele atendeu. E eu perguntei pra ele como ia ficar a minha situação, já que eu estava exonerada. Também não podia entrar no parque do zoológico porque o diretor-geral não permitia. Ele me disse o seguinte: que ele ia esperar a Polícia Federal apurar os fatos pra depois tomar alguma providência. Eu falei pra ele: *A Polícia Federal pode levar até 2, 3, 4 anos pra poder descobrir todo mundo, e para mim fica muito complicada a situação.* Quer dizer, estou trabalhando, mas não estou trabalhando. E eu gostaria muito de estar trabalhando, porque, além de eu passar... desde os 7 anos que eu lido com animais, é uma coisa que eu gosto de fazer. Eu gostaria muito de estar no zoológico. Eu passei várias noites... depois que eu entrei no zoológico, eu chorava muito à noite, porque quando eu via eles matarem esses cavalos a machadadas, quando eu via os maus-tratos que eles faziam com os animais, que não eram só os cavalos que eram maltra-

tados. Os outros animais eram, são muito maltratados no zoológico. E eu não sei qual a providência que ele tomou, se vai tomar, até agora não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está perfeito. Obrigado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não está pronto ainda.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não. Com a palavra a Deputada Neyde Aparecida.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Me permita, eu também gostaria de alguns esclarecimentos a mais então.

Gostaria de perguntar à Dra. Maria de Lourdes: desde quando... se eu entendi bem, você disse que ingressou no zoológico a partir de janeiro deste ano.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Isso.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Mas você tem conhecimento de tudo isso desde 2001?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Por denúncia do pessoal que trabalhava no zoológico.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Por outras pessoas.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Por funcionários.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Mas nesse período que você viu... a partir de janeiro... você afirmava que tinha visto, que estava escondido atrás de moitas.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Isso, a partir de janeiro.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Isso a partir de janeiro deste ano. *(Pausa.)*

(Segue-se exibição de imagens.)

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Têm umas fotos que eu tirei aqui, e eu até gostaria de passar, mas não dá tempo de passar todas. Essa que eu vou passar pra ele é da quarentena. Têm uns portões que ficam em volta do zoológico de Goiânia que ninguém percebe que é portão, porque é camuflado, o cadeado fica voltado pra dentro. É um alambrado que eles fizeram de portões. Eles entram à noite, vão direto na quarentena e pegam os felinos. Isso aqui é dos felinos. Então, esse aqui não precisa. Esse aqui não precisa. Têm uns micos que ficavam soltos no zoológico. Até o dia em que eu entrei eles estavam normais. De repente o Dr. Fernando mandou capturar todos os micos e macacos-prego do zoológico, colocaram umas gaiolas lá na creche, e depois disso eles

sumiram. Eu tenho uma aqui em que o mico inclusive está morto. Eles têm uma cobra jibóia, eles têm umas cobras que ficam sempre lá dentro da veterinária. E essas cobras nunca vão pro público. Eu também não sei por quê, porque cobra mesmo ultimamente não está tendo. Têm umas 2 ou 4 cascavéis. Voltei lá. Eles colocaram até uma cobra-cipó lá, que nem tinha, e as outras sumiam. Tem um macaco-prego aqui, que também sai muito. Isso aqui é um cavalo que eles descarnam. Esse aqui é o viveiro onde ficam os papagaios que eles retiram. Esse aqui é o recinto onde agora não tem mais nenhuma arara, onde tinham cento e poucas araras. Esse é o lago onde fica... onde estão soltas as 19 sucuris e jacarés. Esse gavião aqui está escondido do público. Eu consegui entrar porque um tratador me chamou e me falou: *Eu vou te mostrar uns bichos escondidos do público*. Esses aqui são escondidos... Aqui estão os jacarés e sucuris, que ficam aí. Essa porta aqui é onde está um punhado de animais escondidos do público. Esse leão aqui está comendo carne de cavalo. Esse gnu está muito maltratado, mas não vou colocar ele aqui agora, não. Essas corujas... Essa foto aqui, no dia em que eu liguei pra sociedade protetora... porque ele falou pra Ana Maria, que estava lá presente, da sociedade protetora, que ele daria dois cavalos pra ela – era um acordo que parece que tinha feito –, se ela esquecesse tudo o que ela tinha visto no zoológico. O dia em que ele matou esse cavalo, que seria da Ana Maria, que ele tinha dado pra ela – e eu liguei pra Ana Maria correr no zoológico, que ele tinha matado o cavalo que ela tinha pego –, ele na hora mandou tirar o cavalo do zoológico, pra ela não ver. Só que eu bati a foto dele antes, com a machadada bem na testa aqui. Aqui é a casinha onde eles matam os cavalos. Esses são os cavalos sadios pra pessoa, assim, ver que pro carroceiro trabalhar eles estão bons. Agora nós não sabemos que se pra consumo do felino ele está bom, porque não tem exame feito. Esse aqui é o machado com que eles matam cavalos. Esse aqui é um cavalo antes de morrer e após a morte dele. Esse é um portão por onde entram os traficantes. Esse é o cisne que a cobra sucuri pegou e a gente conseguiu salvar. Essa é uma cobra periquitambóia, mas eu acho que não caracteriza... ela está aqui escondida mas não caracteriza que ela vá... Aqui são os pássaros que estão escondidos do público também. Essa tartaruga está na sala da zootecnista. Essas gaiolas todas estão trancadas dentro de uma... eles dizem CITRA mas, na verdade, é de onde saem os animais, e geralmente são tucano, arara, canário, são as aves mais caras. Esse recinto aqui está em manutenção. Eu fiquei lá 2 meses e meio. É onde é o serpentário. Ele está fechado e escrito “recinto em manutenção”. Eu não sei manutenção

de quê, eu só sei que toda vez que eu vou lá estão faltando cobras do lado. Aqui tem até uma arara solta no meio das gaiolas. Acho que eles ainda não tinham colocado a arara dentro das gaiolas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com licença, deixa eu só tomar uma providência aqui, administrativa. Todos os depoentes estão com vô marcada para às 8 horas e?... Oito horas, quase 9 horas. Nós temos de ganhar tempo. Essas imagens, de qualquer forma, terão que ser projetadas. Podem ser projetadas na reunião reservada nossa, porque a simples elocução sua a respeito das imagens não é suficiente. Portanto, eu sugeriria que passássemos a ouvir o segundo depoente e voltaríamos, no final, na reunião reservada.

Se puder ceder as fotos para que os Deputados possam vê-las, eles vão vendo, pra ganharmos tempo.

Mais alguma pergunta? Ah, está, está bom.

Então nós solicitamos que a Sra. Maria de Lourdes França Rabelo seja acompanhada até a sala da CPI e convidamos, na seqüência, o Sr. Ivan Magalhães de Araújo Jorge para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Convido o Sr. Ivan Magalhães de Araújo Jorge a tomar assento à Mesa.

Inicialmente, solicito que preste julgamento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Faça, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Informo, de conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal que, ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal no seu art. 342, fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha está cominada a pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra o Sr. Ivan Magalhães de Araújo Jorge, por até 20 minutos, caso queira dispor desse tempo para fazer uso da palavra antes de responder às indagações dos Srs. Deputados.

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Aos meus quase 60 anos de idade tenho tido grandes embates pela justiça, pela posição de representante classista, representante comunitário, ente do serviço público por 3 vezes até agora, sendo com um cargo de Secretário de Obras da Prefeitura de Goiânia, no período de 83 a 85; diretor da COMPAV, 1986, com um curto mandato, em função de uma demissão que relatarei; e agora como diretor do Departamento de Desenvolvimento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Goiânia. Em 86, tendo assumido

uma diretoria da Companhia de Pavimentação de Goiânia, nós fizemos uma denúncia, do então Prefeito, sobre uma licitação irregular e algumas medidas administrativas que vinham sendo derrubadas goela abaixo da diretoria da COMPAV. Naquela oportunidade, a diretoria em peso formulou uma denúncia que foi para a Câmara Municipal com ameaça de demissão ou de cassação de mandato do então Prefeito. Pouco tempo depois, a Câmara Municipal, por processos mal conduzidos e por inconsistência na formulação do processo, arquivou o processo de cassação do então Prefeito, Daniel Antônio de Oliveira. Naquela oportunidade, da decisão de arquivar o processo, às 9h30min da noite, tomou-se a decisão e, às 7h da manhã, eu estava demitido. Isso não me abalou. Voltei para a iniciativa privada, porque toda vida fui da iniciativa privada. E agora é um novo processo de briga política que a gente vinha travando em Goiás, nós voltamos a assumir um cargo público como Diretor de Desenvolvimento Ambiental. No intervalo em que eu estive na iniciativa privada fui Conselheiro do Conselho Regional de Engenharia de Goiás por alguns mandatos. Sendo que, em um deles, nós verificamos uma série de desvios administrativos do então Presidente. Já que me solicitaram o nome do Prefeito, eu vou dizer também do Presidente do CREA, José Luís Prudente de Oliveira. Nós movemos contra ele uma Ação Popular que ainda hoje rola na Justiça, e eu tenho uma audiência marcada no dia 2. Isso eu quis dar mais ou menos o que é a minha vida e a briga que a gente luta pelas coisas sérias e honestas. Aos primeiros dias do mês de janeiro, nós nos encontramos no Palácio Municipal, que a gente chama de Paço Municipal, da Prefeitura de Goiânia, me encontrei com a Maria de Lourdes Rabelo, que esteve aqui depondo antes. Ela tinha sido companheira para disputar uma vaga de Vereadora nas últimas eleições. Eu também disputei uma vaga na Câmara Municipal, não logrando êxito. A Maria de Lourdes me relatou que estava atrás dos secretários que faziam a parte política do Prefeito para tentar entregar um relatório do que ela tinha visto no zoológico. Eu peguei uma cópia, fui para casa e, depois de ler, telefonei para ela. Falei: que coisa horrorosa. Isso tem que ser tomada alguma providência. “É, mas eu não estou conseguindo que isso chegue às mãos do Prefeito, estão bloqueando a nossa chegada ao Prefeito e tal”. Bom, vamos fazer o que a gente pode fazer. Eu senti que as coisas eram deveras sérias, e eram coisas que vinham de governos anteriores. A gente já tinha conhecimento. As encrencas de zoológico datam do tempo que eu fui Secretário de Obras da Prefeitura de Goiânia. Naquela oportunidade, foi nomeado para assumir o início do Governo Nion Albernaz um compa-

nheiro nosso chamado Carlos Henrique Queiroz, advogado, que chegou no zoológico de Goiânia, como Diretor, e encontrou um monte de desvios administrativos. E, naquela época, ele tomou um monte de medidas e sanou aparentemente uma sujeirada que vinha acontecendo no zoológico de Goiânia. Naquele tempo, eu não tive conhecimento específico de cada coisa. Eu não saberia dizer especificamente quais foram as coisas encontradas, mas houve inquérito administrativo conduzido pela auditoria do Município. Fizeram um levantamento de coisas, e teve um bocado de gente demitida para jogar nos trilhos o zoológico de Goiânia. Quando a Lourdes me contou a história que continuava no zoológico de Goiânia, eu achei que estava sendo uma coisa simplesmente normal, é aquilo que vinha se conduzindo e que esporadicamente a gente via nos jornais, as notícias de jornais, parece que aquilo fluía normalmente como se a Administração Pública fosse exatamente aquilo, que aquilo fosse o correto, que estava tudo bem conduzido. Nós procuramos o Presidente da Comissão, aliás, primeiro nós procuramos os Vereadores do PMDB de Goiânia. Eu, como membro do partido, e sempre bem entrosado com as coisas partidárias, eu pedi apoio aos Vereadores do partido para enfrentar essa luta. Todos 3, nós só temos 3 Vereadores em Goiânia, todos 3 eram Vereadores de primeiro mandato, ficaram receosos, não quiseram mexer. Procurei um Deputado Estadual, que era ex-Vereador. Ele disse que ia dar resposta, dar resposta, também não se movimentou. Procuramos, então, o Presidente da Comissão Provisória do PMDB, que hoje nosso Diretório Municipal está sob regime de Comissão Provisória, pedimos um apoio nessa briga para ele, e ele também ficou no meio do caminho, não quis assumir uma briga de frente. Eu nunca deixei de assumir as coisas certas, mesmo que não fossem minhas, como se minhas fossem. Comecei a desenvolver com a Lourdes um trabalho de ver as coisas que ela estava vendo no zoológico. Cheguei a constatar que uma ida minha ao zoológico existia num viveiro de cobras um determinado número de cobras. Fiz uma outra visita posteriormente. Aquelas cobras que existiam já não mais estavam naqueles recintos. Outros animais também a gente sentiu a falta deles. Papagaios que ficam numa jaula bem próximo à entrada da administração, que é por onde eu entrava, eu via uma jaula de papagaio praticamente lotada de papagaios. Depois eu vi a jaula vazia. Tive a oportunidade de uma das vezes que eu entrava com a Lourdes no zoológico, ela chamava um determinado papagaio e conversava com o papagaio, coçava a cabeça dele e tudo mais, em outra oportunidade, aquele animal já não estava mais na jaula, já tinha sido retirado. Eu não fiz nenhum cadas-

tro de coisa nenhuma das coisas que eu vi lá, mas eu vinha apoiando todo o trabalho da Lourdes nos levantamentos e nas coisas que ela fazia. Ela chegou a fotografar animais que dizia tá em tal lugar, tá na quarentena, tá na separação, não sei o que. E aí esses animais de repente sumiam. Ela telefonava para mim: “Vem aqui nas carreiras, venha ver se pega comigo uma pessoa”. Falei: Ah, não posso e tal, não sei o que. E deixei de ir algumas vezes, que chamado por ela, para ver a saída dos animais. Nesse intervalo, do começo de janeiro em diante, nós não tínhamos, em Goiânia, o Diretor do zoológico, que estava ou que tinha ido resolver os problemas dele nos Estados Unidos. Chegou no começo de janeiro, tomou posse aqui no Brasil, em Goiânia, e retornou aos Estados Unidos, voltando provavelmente na ordem aí de uns 45 dias depois. Pouco depois da chegada dele, eu fui acompanhar a Lourdes em uma conversa com o Diretor do zoológico. Infelizmente, ele não sabia quem eu era. Achava que eu era o advogado da Lourdes e que estava ali para criar caso com ele. Me botou para fora do zoológico, quase que aos pontapés, chamou polícia, a guarda, não é bem polícia, é uma guarda, uma segurança particular do zoológico para me acompanhar e me tirar fora do zoológico juntamente com a Lourdes. A gente tem um monte de informações de desvios administrativos, inclusive a inexistência de cadastro dos animais que entravam no zoológico nesses últimos 12 anos. Dá para perceber que a coisa não é muito nova. O Zoológico de Goiânia teria como, aparentemente, como finalidade não apresentar um zoológico à população e nem dar às nossas crianças uma educação ambiental ou de conhecimento dos animais silvestres do Brasil. Tudo indicava que o Zoológico de Goiânia tinha como objetivo servir de ponte à entrada dos animais e à captação desses animais pelos recolhimentos que são normais da lei e para posteriormente esses animais tomarem o devido sumiço que a gente não garante qual é. Eu não garanto para onde os animais saíam, mas sei que eles entravam e saíam. E isso eu posso garantir com certeza absoluta, não tenho a menor dúvida que os animais entravam e saíam. Estou à disposição para qualquer pergunta que quiserem formular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quem é o primeiro inscrito, por favor? Moacir Micheletto? Pois não.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Bom, eu gostaria de fazer apenas duas perguntas a V.Sa. V.Sa. faz parte da equipe do Prefeito Iris Resende?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Faça. Eu sou Diretor de Desenvolvimento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Muito bem. A que fez a palestra anteriormente, a Dra...

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Maria de Lourdes Rabelo.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Maria de Lourdes, por sinal também com ajuda sua, foi entregue ao atual Prefeito um relatório. E ela não tem certeza se a atual administração analisou esse relatório, fez uma avaliação, deu resposta para ela. Eu gostaria de perguntar para o senhor, o senhor como pessoa de confiança do Prefeito, o senhor tem conhecimento se o Prefeito devolveu essa, deu a resposta ao relatório, por sinal é muito grave o que ela está colocando aqui, dessa realidade?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Eu não tenho conhecimento de resposta. Sei que o material foi entregue ao pessoal do gabinete do Prefeito. Agora, a garantia de chegada na mão dele e a comunicação oficial dele na Secretaria de Meio Ambiente não houve. Não houve a confirmação de chegada desse documento, mas seguramente esse documento foi entregue às assessorias do Prefeito.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – A outra pergunta que eu faria ao senhor é o seguinte: o senhor sabendo dessa gravidade, sabendo, o senhor com um contato direto com essa senhora, e o senhor também relacionado ao meio ambiente, o senhor é uma pessoa de confiança do Prefeito, o senhor não conseguiu conversar com o Prefeito e relatar da importância inclusive desse relatório?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – O mesmo peso dentro da estrutura municipal que tem a Maria de Lourdes tenho eu também. Eu sou Diretor de um departamento. Acima de mim, tenho um Secretário de Meio Ambiente. Ao Secretário de Meio Ambiente, ao meu Secretário, eu levei, e ele tomou conhecimento das coisas que estavam acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Dr. Rosinha, por favor. Depois, Deputado Henrique Afonso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – São as perguntas deixadas pelo Relator, Deputado Sarney Filho. Muitas delas já foram respondidas pelo senhor. Então, vou fazer somente aquelas que não foram respondidas. O senhor está na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, e o zoológico é ligado a essa Secretaria em que o senhor está?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Não. A Secretaria de Meio Ambiente não tem

comando sobre o zoológico. O zoológico em Goiânia é uma autarquia independente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É uma autarquia?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – É uma autarquia independente. Está ligado diretamente à Secretaria de Governo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa questão da saída dos animais do zoológico, a saída deles, em que período que se nota mais saída? Período noturno, diurno?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Na atual administração, não tinha horário para os animais saírem. Saíam de manhã, de tarde e de noite, mas preferencialmente à noite.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece o Sr. Noel, que é criadouro de animais?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Criadouro Serra?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Não, não conheço. Aliás, não conheço nenhum dos criadouros de Goiânia, não sou ligado à criação de animais. Sou engenheiro da Companhia de Saneamento de Goiás. Apesar de a minha área ser meio ambiente, eu não era ligado à área de animais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Vou ler uma pergunta deixada pelo nosso Relator. “Por que um professor concursado em Ohio, nos Estados Unidos, como o Sr. Fernando Silveira, deixaria aquele país para vir trabalhar como Diretor do zoológico em Goiânia, com salário mensal de 5 mil reais?”

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Isso é uma pergunta que eu mesmo me faço. Acredito que um cidadão como o professor da Universidade de Ohio sair de lá para ser Diretor do Zoológico de Goiânia me estranha muito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Sr. Presidente, são essas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Henrique Afonso.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Dr. Ivan Magalhães, queria cumprimentá-lo pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O Deputado Micheletto pode assuirm a Presidência, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Pois não, V.Exa. pode dar continuidade.

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Dr. Ivan, o senhor pode detalhar se tem conhecimen-

to de como vem sendo feito o controle de entrada e saída de animais do zoológico?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Não, eu não tenho conhecimento. Sei que ele inexistente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Até hoje?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Até hoje.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – O senhor confirma alguma irregularidade?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Só que os animais entram e saem. As outras irregularidades são as irregularidades que eu tive conhecimento por intermédio do relatório da Lourdes para o Prefeito.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – E a outra evidência, pelas suas visitas, que o senhor realizou no...

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Sim, aí é pessoal, é meu. Como se diz? É constatação minha própria.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – A quem o senhor reporta as falhas ou irregularidades sob investigação da Polícia Federal e do Ministério Público?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Não entendi a pergunta. Ou melhor, não ouvi.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – O senhor sabe que há uma investigação do Ministério Público, da Polícia Federal?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Sei. Acompanhei a Lourdes tanto na Polícia Federal quanto no Ministério Público.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – A quem o senhor responsabiliza essas irregularidades no zoológico? Ou o senhor não tem conhecimento do responsável?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Imputar a alguém a responsabilidade é complicado, porque existem várias pessoas envolvidas na história.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – O senhor tem conhecimento dessas pessoas?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Se a coisa tem 12 anos, basta se pesquisar o Dr. William, que foi Diretor do zoológico em 2 mandatos para trás, tinha que pegar o Dr. Luiz Elias, que foi o último Diretor do zoológico, e o atual Diretor do zoológico, e principalmente o bate-pau dele, vamos dizer, seria o representante dele, na ausência dele, nos Estados Unidos, nos primeiros meses desse ano, que é o Sr.

Darivan. Ele fazia as vezes e assumia o comando do zoológico na ausência do Dr. Fernando Silveira.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Que medidas o senhor ou o próprio Secretário de Meio Ambiente de Goiânia tomou ao receber essas denúncias?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – O Secretário de Meio Ambiente simplesmente se omitiu. Eu diria que as minhas providências seriam muito mais do aspecto legal e aspecto policial do que realmente administrativo. Eu tentei politicamente que esferas superiores à minha tomassem essas medidas. Sou um dos candidatos à demissão por estar tomando, na atual Administração, como tenho um cargo de confiança, estou arriscado a perder meu cargo. Só que esse cargo, para mim, e uma gratificação de Chefia de Departamento, para mim, não têm o menor valor. Sou muito mais eu. O meu nome é conhecido nacionalmente, um Araújo Jorge. Tenho membros da família políticos, de ambos os lados, todo mundo gente séria. Não vou botar na lata de lixo o nome da minha família em saber de uma denúncia tão grave eu me omitir e ficar calado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Obrigado. O senhor sabe informar qual o destino dos animais que entraram ou saíram sem cadastro devido? Para quem e para onde?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Não. Eu tenho a suspeita, que são as suspeitas da Lourdes, mas não tenho documentalmente ou comprovação exata de qual seria a destinação.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – O senhor confirma que houve irregularidade na doação de animais do zoológico para o Criadouro Noel?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Só tenho conhecimento pelo jornal.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – O senhor pode informar por que a licitação pública não foi o instrumento utilizado no repasse de animais para o Criadouro Noel?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Mas, no Brasil, é o troço mais fácil do mundo burlar licitações. A Lei nº 8.666 não atinge todo mundo. Parece que quando se quer fazer as coisas, simplesmente se faz e deixa por isso mesmo. Isso é uma prática que se tem a nível, praticamente, de Brasil inteiro.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – A saída ilegal de animais do Zoológico de Goiânia tem ligação com o tráfico internacional? O senhor tem conhecimento?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – A gente tem conhecimento que há denúncias em jornal de tráfico internacional.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – A última pergunta. O senhor sabe que o Ministério Público, a Polícia Federal ou entidades ambientais, pessoas interessadas no meio ambiente, na conservação do meio ambiente, têm existência, nesses 12 anos, quando já havia essa prática ilegal do tráfico de animais? Por que essas denúncias apareceram só agora? O senhor teria alguma coisa a comentar?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Ah, tenho muitas. Isso é uma história ótima. O Ministério Público não tem, da mesma forma que a Polícia Federal, uma vivência na área do meio ambiente. Raros são os Procuradores da República que têm algum conhecimento da legislação e das exigências com relação a comportamento de comércio ilegal de animais. O Ministério Público Estadual, que eu estive lá com a Lourdes também, o Procurador simplesmente ignorou. O pessoal parece que não tem interesse. Acha que um tráfico de drogas é muito mais importante. A Polícia Federal acha que sair atrás dos desviadores de recurso do INSS, do tráfico de drogas, dos crimes comuns, dos crimes da Administração pública...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – S. Ivan, por favor, só uma interrupção. Nós estamos com um problema de votação, inclusive, em plenário e nós gostaríamos que o senhor fosse bem rápido e que ficasse apenas nas respostas das perguntas feitas. E nós temos 3 Parlamentares inscritos que nós gostaríamos que também fizessem as perguntas rápidas, concisas, para nós..., provavelmente vamos suspender, com esse bloco, suspender, inclusive, nossa audiência em função de um pedido do Presidente da Câmara. O senhor está com a palavra ainda.

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Em tese, não existe consciência ambiental nem conhecimento do processo nos âmbitos da Procuradoria da República, do Ministério Público Estadual e da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Com a palavra o Deputado Leandro Vilela.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Sr. Presidente, nobres colegas, Dr. Ivan, nossos cumprimentos, Sr. Companheiro, poderia nos precisar há quanto tempo está ocorrendo esse desvio de animais do Zoológico?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Eu acredito que desde o Governo do Prefeito Darci Accorsi.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – São muitos anos e nenhuma providência foi tomada.

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Até hoje não foi tomada nenhuma providência.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – O senhor nos disse também que o zoológico é uma autarquia ligada...

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – À Secretaria do Governo; ela não é ligada à Secretaria de Meio Ambiente.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – À Secretaria do Governo Estadual?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Municipal.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Municipal?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Municipal, Municipal.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Secretaria de Governo?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Secretaria de Governo Municipal.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Sim, e o senhor nos disse também que este relatório foi entregue ao gabinete do Prefeito Íris Resende. O senhor sabe precisar a quem, não?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – A gente sabe. O senhor, como Deputado de Goiás, conhece o gabinete e sabe quantas pessoas estão envolvidas no processo. O Secretário de Governo Flávio Peixoto, o Secretário de Ação Integrada Iran Saraiva, o Major Carlos teve em suas mãos, que é o Segurança, que faz segurança do Íris, teve o..., tomou conhecimento do processo, das denúncias e do relatório o Procurador do Município, o nosso companheiro Pimenteira...

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Marconi Pimenteira.

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – ... Marconi Pimenteira. Praticamente toda a assessoria da área do Paço Municipal teve conhecimento do relatório apresentado para ser encaminhado ao Prefeito Íris Resende Machado.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Já foi apresentado também à Polícia Federal, ao Ministério Público e ninguém, até o presente momento, nenhuma ação foi tomada no sentido de coibir e punir aqueles que estão envolvidos e praticando esse crime?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – O Ministério Público tem um procedimento normal que é de papel, é burocrático, a gente sabe disso. Eles estão andando atrás da própria Polícia Federal. As informações que a gente têm dos Promotores é que a coisa não está parada, mas não tem nada de concreto. No caso da Polícia Federal, posso dizer em consciência que tivemos de ir ao Delegado Regional Executivo, que é o Chefe do Delegado desse processo, o Delegado que toma conta desse processo, para

que desse uma empurrada na coisa, porque a gente estava vendo a coisa parada. Eu mesmo acompanhei a Lourdes no Delegado Regional Executivo.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Com a palavra o Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Presidente. Apenas queria agradecer a presença do Dr. Ivan e fazer algumas perguntas. Primeira, o Zoológico de Goiânia se encontra, pelas suas palavras, fora da estrutura da Secretaria de Meio Ambiente. Em que momento, no atual Governo, Municipal ou não, a quem compete a responsabilidade de tirar um tema, que é ambiental, da estrutura da Secretaria de Meio Ambiente? De quem foi a decisão? Essa é uma pergunta.

A outra pergunta, não seria dirigida a ...

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – não tinham e muito menos a sociedade como um todo. As sociedades protetoras dos animais não tinham concretamente essa coisa. Quem está levantando isso especificamente, e eu a classifico como uma heroína de ter a coragem de botar seu pescoço para o cutelo e denunciar essas coisas e levar essas coisas para frente. Acho que nós, que reconhecemos e sabemos a necessidade da defesa dos animais silvestres, da fauna brasileira e principalmente goiana, temos de assumir junto com ela. E isso é exatamente o que estou fazendo: estar aqui num plenário de uma CPI, para trazer exatamente aquilo que penso e aquilo que espero venha a ser tomado providência. Eu já vi mil coisas na Administração pública cair no fundo das gavetas e não irem para frente em função de que forças políticas mais fortes conseguem que isso seja relegado. Vamos fazer exatamente uma força para que isso não caia nos porões, que realmente não fique no fundo da gaveta, que a gente realmente consiga levar, com a ajuda dos Srs. Deputados, uma coisa séria e uma coisa de defesa que é parte do nosso Brasil, que é também patrimônio público. Não é só o dinheiro do INSS, o dinheiro da SUDAM e outros dinheiros brasileiros que são do brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Tem mais alguma pergunta, Sr. Deputado?

Como última inscrita, a Deputada Neide Aparecida. V.Exa. está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Ivan, você não trabalha no zoológico, diz que a Secretaria do Meio Ambiente não tem uma relação com o zoológico...

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE

– Não tem ascensão.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Não tem ascensão, mas, ao mesmo tempo, afirma que está ocorrendo tráfico ou irregularidades desde 1996, se não me engano.

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE

– Isso está nos jornais, Deputada.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Não, nos jornais é uma coisa. Os jornais... Eu quero saber se o senhor tem algum indício, com que indício ou com que provas o senhor afirma isso? Porque, nos jornais... O que o jornal diz não são provas. O senhor tem conhecimento de algum indício, de alguma prova concreta de que isso vem ocorrendo, para afirmar que é desde essa época que vêm ocorrendo irregularidades?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE

– Deputada Neide, na qualidade de Deputada do PT, está querendo fazer uma defesa do ex-Prefeito petista Darci Accorsi.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Não, não estou querendo fazer defesa de ninguém. Estou querendo saber quais são as provas e os indícios que o senhor tem.

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE

– Bom, a comprovação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Dr. Ivan, por favor, Deputada, só um pouquinho. O senhor se limite a ouvi-la e a dar resposta, inclusive, da pergunta que ela lhe fez. Quanto ao aspecto de ex-Prefeito, de questão partidária, acho que o senhor não deve discutir neste momento.

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE – Pois não. Só tenho os conhecimentos por jornal. Agora, já sabia, desde 1983, quando fui Secretário de Obras da Prefeitura de Goiânia, que existiam irregularidades no Zoológico de Goiânia, que foram apuradas em auditoria.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Foram comprovadas?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE

– Em auditoria.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Comprovadas?

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE

– Comprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – V.Exa. terminou suas perguntas, Deputada?

Bom, visto informação da Presidência da Casa, vamos suspender por alguns minutos a CPI. Este bloco está encerrado. Agradecemos a sua presença...

O SR. IVAN MAGALHÃES DE ARAÚJO JORGE

– Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto)

– ... e suas declarações. E voltaremos, em seguida, com o Presidente, vamos tentar negociar com o Presidente da Casa ao menos as CPIs dessem continuidade e não fossem suspensas, visto que temos pessoas de outros Estados e de outra região vindo para cá para dar depoimento.

Suspendemos por tempo indeterminado.

Com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É só uma questão de ordem rapidinha. Eu acho que, caso não consigamos fazer essa transferência, dou a sugestão, não precisamos decidir agora, mas para que pensemos na visita que vamos fazer ao Zoológico que tomemos os depoimentos lá, para pensar, para um futuro próximo, ou se for o caso de deliberar agora, suspender hoje, caso seja suspensão, se não retomar, que vamos à Goiânia visitar o zoológico e tomarmos os depoimentos em Goiânia para facilitar. Essa a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Agradecemos a interferência do Dr. Rosinha, foi muito lúcida sua observação. Caso não consigamos voltar aqui e dar continuidade, acho que o Sr. Fernando Silveira e o Sr. Luís Elias Boite de Camargo poderão ser ouvidos, inclusive com nossa presença lá em Goiânia, assim que for aprovado. Caso não retornem, correto? Do contrário, permanece a CPI. *(Pausa.)*

... CPI, todas as Comissões estão encerradas, é regimental, não há possibilidade alguma de dar continuidade aos dois convidados que temos. Podemos encerrar esse bloco no dia de hoje. Então, está encerrada a sessão, está encerrada esta reunião.

Meu Presidente, estive conversando com o Presidente da Câmara, agora, inclusive, com o Mozart, e, em função da sessão, não pode dar continuidade nem à CPI nem a outras reuniões em qualquer Comissão. Então, fica para a semana que vem e, na qualidade de substituto do meu Presidente, declaro, então, encerrada e fica para a próxima semana.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A "INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES
BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO
ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS"
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 22ª reunião Ordinária realizada em 11 de maio de 2005

Às quatorze horas e cinqüenta e seis minutos do dia onze de maio de dois mil e cinco, reuniu-se a Co-

missão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 13 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto e Josué Bengtson – Vice-Presidentes, Benedito de Lira, Dr. Francisco Gonçalves, Henrique Afonso, Leandro Vilela, Leonardo Monteiro, Maria Helena, Robson Tuma, Sarney Filho e Zico Bronzeado – titulares, e Arnaldo Faria de Sá e Dr. Rodolfo Pereira – suplentes. Compareceu também o Deputado Babá. Deixaram de comparecer os Deputados Coronel Alves, Dr. Rosinha, Francisco Garcia, Gervásio Oliveira, Hamilton Casara, Janete Capiberibe, João Carlos Bancelar, Luiz Bittencourt, Nilson Pinto e Perpétua Almeida – titulares, e Badu Picanço, Edson Duarte, Fernando Coruja, João Alfredo, Miguel de Souza, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra (licenciado), Thelma de Oliveira e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 21ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes pessoas: Sr. Flávio Montiel da Rocha – Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA; Sr. Gilberto Câmara – Engenheiro Eletrônico e Especialista em Geoinformação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Sr. Teófilo Pantoja de Vasconcelos – Chefe de Arrecadação e Cadastro Técnico do IBAMA, em Belém; e Sr. Marcelo Marquezini – ex-Coordenador Geral de Fiscalização Ambiental do IBAMA, e Diretor de Projetos do Greenpeace, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou o Sr. Flávio Montiel da Rocha a tomar assento à mesa, passando-lhe a palavra. Concluída sua exposição, o Deputado Dr. Francisco Gonçalves assumiu a presidência dos trabalhos, e formularam perguntas ao expositor os Deputados Babá, Dr. Francisco Gonçalves, Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelo Dep. Dr. Francisco Gonçalves) e Sarney Filho, que entregou as perguntas ao Sr. Flávio Montiel da Rocha, solicitando que o mesmo as respondessem e enviasse à CPI no prazo de 7 (sete) dias. O Sr. Presidente convidou o Sr. Gilberto Câmara para tomar assento à mesa, passando-lhe a palavra. Concluída sua exposição, o Deputado Josué Bengtson assumiu a presidência dos trabalhos, e formularam perguntas os Deputados Sarney Filho e Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelo Dep. Josué Bengtson, que as entregou ao expositor, solicitando que as respondessem e enviasse à CPI no prazo de 7 (sete) dias). O Sr. Presidente convidou o

Sr. Teófilo Pantoja de Vasconcelos para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Deputado Josué Bengtson), Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelo Sr. Presidente) e Josué Bengtson. Como até este momento, o Sr. Marcelo Marquezini não tinha chegado, em virtude de atraso do voo, a CPI deixou de tomar seu depoimento. B – Apreciação de requerimentos: Os requerimentos constantes da ordem do dia não foram deliberados. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e vinte e nove minutos. E para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Havendo número regimental declarado aberta a 22ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 21ª reunião. Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em atendimento a requerimento de autoria dos Deputados Sarney Filho e Thelma de Oliveira, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para ouvir as seguintes pessoas: Sr. Flávio Montiel da Rocha, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA; Sr. Teófilo de Vasconcelos, Chefe de Arrecadação e Cadastro Técnico do IBAMA em Belém; o Sr. Gilberto Câmara, engenheiro eletrônico, especialista em Geoinformação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o Sr. Marcelo Marquezini, ex-Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental do IBAMA e Diretor do projeto do Greenpeace.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Flávio Montiel da Rocha.

Antes de passar a palavra ao expositor, peço a atenção dos senhores presentes para as seguintes normas do Regimento Interno.

O tempo concedido ao orador é de, no máximo, 20 minutos. Deputados interessados em interpelá-lo, perquiri-lo, deverão inscrever-se previamente. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para formular suas considerações ou pedidos de esclarecimentos, dispondo o expositor de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Esclareço que a reunião está sendo gravada para transcrição das fitas. Por isso, solicito que, ao falar ao microfone, inicialmente, declinem o nome quando esse não tiver sido previamente anunciado.

Concedo a palavra ao Sr. Flávio Montiel da Rocha.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Muito boa tarde. É com satisfação e prazer que nós atendemos a este convite de audiência pública aqui na CPI da Biopirataria. Queria, antes de mais nada, em nome do Presidente do IBAMA, cumprimentar o nobre Deputado Mendes Thame pelo trabalho que vem exercendo frente à referida CPI e todos aqui presentes, Parlamentares, entidades da sociedade civil e demais senhoras e senhores aqui presentes. Atendendo a este convite de audiência, procuramos trazer algumas informações que julgamos necessárias e interessantes para poder subsidiar o trabalho desta Comissão. Para tanto, preparamos uma apresentação baseada, calçada em três temas centrais, que eu gostaria que fossem expostos aí na tela, por favor, e pode passar na sequência. (*Segue-se exibição de imagens.*) Basicamente, nós vamos tratar de alguns assuntos relativos ao comércio de madeira, ao tráfico de animais e à atividade de biopirataria propriamente dita. São os temas em geral que estão em discussão nesta CPI da Biopirataria. No entanto, eles assumem posições distintas, e é importante a gente qualificar e enfocar com mais precisão cada um dos temas. Na primeira questão, relacionada à madeira, nós tivemos a preocupação de, primeiro, colocar o contexto da produção e do consumo. Hoje nós temos aproximadamente uma produção de 300 milhões de metros cúbicos anuais de madeira, sendo que a metade disso, 150 milhões, é de uso industrial e 150 milhões de uso doméstico. Basicamente, o uso industrial vai para a produção de pastas, celulose, chapas, madeira sólida, serrados, laminados, carvão e lenha. E basicamente a totalidade do consumo doméstico é para produção de lenha, carvão e madeira sólida, também, para a produção em pequena escala, mas a maior parte é para a produção de lenha e carvão. No Nordeste, para se ter uma idéia, a principal matriz energética do interior continua sendo lenha e carvão. Nesse contexto de produção, nós temos, do uso industrial, que são aproximadamente 150 milhões de metros cúbicos, de 100 a 110 oriundos de

plantação e de 30 a 40 oriundos de florestas naturais, florestas nativas. Desses oriundos de plantaçoão, 90 a 95% são eucalipto e pinus e oriundos da floresta natural, espécies variadas, mas que durante muito tempo tiveram uma concentração em espécies mais privilegiadas, de maior valor de comércio, como imbuia, virola, cedro e mogno. É importante frisar que 90 a 95% da madeira de uso de floresta nativa vem da Amazônia e é importante destacar que 85% dessa produção madeireira de floresta nativa é destinada ao consumo interno, ao mercado interno, aproximadamente 15% é destinado à exportação e 5% é consumido na própria Região Amazônica. Apenas para traçar um pouco a questão no nível de legalidade, oriundos de floresta nativa, portanto, 95% da Floresta Amazônica, nós temos duas formas de produção, que seria uma através dos planos de manejo e outra através dos pedidos de autorização de desmatamento. Em relação aos planos de manejo, em 2003, que é o dado consolidado que nós temos, tivemos 1.186 planos de manejo aptos, gerando aproximadamente 45,8 milhões de metros cúbicos de madeira numa área que abrange, aproximadamente, 3,2 milhões de hectares. Aproximadamente 40% dessa produção oriunda de plano de manejo tem origem certificada, tem a certificação de uma das maiores certificadoras internacionais que temos hoje, que é a FSC – Forest Stewardship Council, e a madeira oriunda do desmatamento, da autorização de desmatamento, em 2003, totalizou aproximadamente 11,9 mil autorizações numa área de 0,7 milhões de hectares, 28% do total desmatado, representando e gerando aproximadamente 9,5 milhões de metros cúbicos de madeira. O total, portanto, autorizado de planos de manejo com autorizações de desmatamento geram 15,3 milhões de metros cúbicos. Neste outro quadro a seguir, mostramos o nível de legalidade da produção e uso industrial: primeiro, oriundo de floresta plantada, temos um volume aproximado de 110 milhões de metros cúbicos, com um volume autorizado de 110, ou seja, há uma proporcionalidade de 100% da legalidade daquela madeira oriunda de floresta plantada. No entanto, daquela oriunda de floresta natural, nós temos aproximadamente 30 a 40 milhões de metros cúbicos, sendo que 9,5 milhões são oriundos do desmatamento e 5,8 do manejo, portanto, 15,3 milhões de metros cúbicos num universo de 30 a 40%, dá mais ou menos 50% da legalidade, o que nos coloca aí uma ilegalidade em torno de 50% da madeira oriunda de floresta natural. As formas de exploração da ilegalidade, basicamente, são aquelas sem nenhuma autorização, naquela em que há uma atividade de exploração, seja corte seletivo, seja o desmatamento a corte raso, com aproveitamento da madeira sem ne-

nhum tipo de autorização e aquelas com autorizações, que se destacam em três níveis: a autorização obtida de forma fraudulenta, a autorização utilizada de forma ilegal, seja a Autorização para o Transporte de Produto Florestal – ATPF, que, muitas vezes, é falsificada, sendo outras adulteradas com um volume na primeira via, com um segundo volume alterado na segunda via e a execução irregular das atividades autorizadas. Muitas vezes, a utilização de planos de manejo acaba acobertando a exploração ilegal em terras indígenas ou mesmo em áreas que são terras públicas federais localizadas na Amazônia e que, portanto, não têm planos de manejo e que se utilizam de planos de manejo para explorar nessas outras áreas. As formas de exploração no que se refere à questão da sem autorização, ainda com relação à ilegalidade, temos o roubo de madeira propriamente dito em propriedade alheia e a exploração de espécies ameaçadas sem comprovação de plantio: vide aí a virola, o mogno, etc. E de floresta natural, ou melhor, na floresta de plantações, nós temos espécies ameaçadas que não estão inseridas naquele plano de manejo de exploração por plantações. E, nas florestas naturais, nós temos a exploração sem planos de manejo, aprovados ou sem autorização de desmate, havendo no mercado local ou regional, também, um alto grau de informalidade e a venda de madeira com a ATPF esquentada ou falsificada. Nós temos vários níveis de esquentamento ou de falsificação de madeira. Temos aquela que vai desde a falsificação de alto nível, que você precisa de uma perícia específica da Polícia Federal para poder identificar que é uma ATPF falsa, até aquela xerocada em esquina, que nos dá uma condição de identificar a falsificação de forma muito fácil. Agora, nas formas de exploração ilegal com autorização, nós temos aquela obtida de forma fraudulenta, que envolve a autorização do manejo em terras públicas feita de forma irregular, as autorizações obtidas com documentos falsos e aquelas superestimativas de volume ou invenção de espécies acima do que, realmente, condiz com a realidade. O segundo item, autorização utilizada de forma ilegal através da comercialização de ATPFs. Só para se ter idéia, em 2003, nós tivemos o roubo direto de 23.500 ATPFs dentro da Gerência do IBAMA em Belém. Houve uma quadrilha montada, ela entrou dentro do escritório de Belém e saqueou 23.500 ATPFs. Essas ATPFs... nós diagnosticamos, pegamos todos os números de referência e colocamos os números na Intranet para que cada escritório do IBAMA possa chegar se aquela ATPF roubada continua circulando no mercado. E já conseguimos apreender em torno de 25% dessas ATPFs que foram roubadas em 2003. E o outro é o chamado esquentamento da ATPF, que é

a utilização dela, oriunda de um plano de manejo, acobertando madeira oriunda de outras áreas que não aquela propriamente dita do plano de manejo. E a terceira é a execução irregular de atividades autorizadas através do não cumprimento das atividades em campo do plano de manejo, do desrespeito à legislação ambiental trabalhista e do não cumprimento das obrigações fiscais também. Para isso, a gente está trabalhando dentro do plano de prevenção e controle ao desmatamento, de uma fiscalização que nós chamamos de fiscalização integrada, com vários órgãos atuando em conjunto. Para fazer frente a esse quadro em relação à questão da atividade madeireira, em 2003, nós começamos a trabalhar um plano de prevenção e controle ao desmatamento da Amazônia. Ele foi lançado em março de 2004 e, de março de 2004 para cá, nós estamos na implementação desse plano, que envolve no que se refere às ações de controle e monitoramento especificamente a sete ações estratégicas, que vão desde o aprimoramento de um sistema de monitoramento, que vamos falar em seguida, à intensificação da capacidade de investigação, que é um trabalho essencial para o planejamento das operações de fiscalização de campo, a intensificação das bases operativas, que nós vamos mostrar a localização, e a definição da localização dessas bases operativas se dá em função de uma análise do estudo da dinâmica do desmatamento na Amazônia e de quais são as principais frentes em que o desmatamento hoje vem ocorrendo na Amazônia. Portanto, além dos escritórios e das gerências executivas que o IBAMA tem na região, é necessário que você tenha postos avançados, que estamos chamando de bases operativas que, em alguns casos, até coincidem com as gerências e escritórios regionais. E naquelas áreas onde o IBAMA não tem nenhuma presença física, nós estamos criando estruturas físicas, sede com espaço físico com terminal, com um computador, com todos os *softwares* e programas necessários a uma análise georreferenciada dos dados que vão ser recebidos via satélite. Portanto, o plano prevê, na sua concepção original, a criação de 19 bases operativas na Amazônia, a realização de ações de fiscalização integrada – que aí envolve, o conceito de integrada, a fiscalização ambiental, trabalhista, fundiária, tributária e rodoviária. E esses órgãos, portanto, em graus variados, em momentos diferenciados, em bases operativas diferentes, estão atuando de forma conjunta e integrada na Amazônia. As campanhas educativas, com o intuito de mobilizar a sociedade, a comunidade, do que se está propondo, é uma transição da ilegalidade para a legalidade. Nós não podemos apenas chegar com toda a capacidade de controle, de fiscalização do IBAMA, mas também é

necessário convencer a população, a sociedade civil, de que essa ferramenta é uma ferramenta necessária para dar igualdade de condições de trabalho para aqueles madeireiros que querem trabalhar na legalidade e, portanto, tenham um custo operacional mais caro, possam estar competindo em condições iguais. Quer dizer, a fiscalização tem de ser entendida nesse sentido, de estar trabalhando para que haja condições iguais de exploração dentro da floresta amazônica. A sexta ação estratégica é a implantação de um sistema compartilhado de licenciamento que está sendo feito; compartilhado no sentido de você ter um sistema de monitoramento que vai identificar a localização da propriedade rural, os seus ativos ambientais, área de preservação permanente, reserva ilegais e ver se ela está em consonância com o que diz a legislação para, a partir daí, você poder emitir qualquer tipo de licença ambiental, de qualquer empreendimento ou atividade produtiva potencialmente impactante ou degradante ao meio ambiente. E o compartilhamento se dá com os Estados e o IBAMA. Hoje alguns Estados vêm desenvolvendo esse sistema. O que nós queremos é que o IBAMA, como órgão federal e, portanto, supletivo, possa ter a capacidade de acompanhar, analisar o desempenho que os órgãos estaduais vêm fazendo com relação à autorização ou à supervisão da atividade produtiva florestal no País. Então, nós temos condições de estar acessando essas informações de forma compartilhada e isso ajuda muito a você diminuir a capacidade de fraudes, a capacidade de o Estado, por exemplo, estar emitindo autorizações sem o devido cumprimento da legislação ambiental, como aconteceu em alguns casos, e o Governo Federal, através do IBAMA, ter o poder de identificar o dano quando ele acontece e agir imediatamente. E a última ação estratégica seria a revisão de alguns pontos da legislação ambiental, principalmente aquelas que se referem ao acesso e controle da atividade madeireira florestal. Aqui apenas um gráfico, um mapa ilustrativo, para nós mostrarmos a localização dessas bases operativas. São 19 bases operativas que vão desde o IBAMA sede em Rio Branco, no Acre, à esquerda, até a sede do IBAMA em Belém, ou mais à direita, a leste, a base operativa de Paragominas, no Estado do Pará, onde, apesar de não ter uma atividade madeireira local de floresta natural, nós temos uma exploração que se dá através de outras áreas, inclusive entrando no Estado do Maranhão, em algumas áreas que são terras públicas federais e que, portanto, não têm plano de manejo aprovados, autorizados. Então, isso é para se ter uma dimensão apenas da cobertura da área de atuação do plano de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia. Procurei citar um exemplo mais

prático. Apenas apontando aqui ainda a questão da fiscalização integrada, reforçando que, se você tem a capacidade de cruzar informações que dizem respeito à questão, por exemplo, tributária, trabalhista e ambiental, apenas pegando três aspectos dessa fiscalização integrada, a capacidade, a possibilidade de você estar agindo de forma mais incisiva é maior, porque ele pode até eventualmente passar por uma ATPF falsificada de melhor qualidade, mas, ele tendo algumas pendências com relação à questão tributária, então, há sempre possibilidade de você estar atuando de forma mais incisiva e a possibilidade de o infrator escapar dessa fiscalização integrada são muito menores. Aqui a gente fala um pouco de como o plano de prevenção e combate ao desmatamento da Amazônia está trabalhando no aspecto do monitoramento. Até 2004, até o ano passado, nós tínhamos um dado do desmatamento via PRODES, que é o programa desenvolvido pelo INPE, que está aqui presente, também, que nos dava os dados anuais do desmatamento. Com o desenvolvimento do plano, o INPE desenvolveu uma proposta que se chama o DETER, que é a Detecção do Desmatamento em Tempo Real, que nos permite através do INPE, nós, em tempo real, que seria aproximadamente de 20 em 20 dias, estarmos identificando a ação do desmatamento, o avanço dele e, portanto, tendo condições de orientar as equipes de campo da fiscalização para atuarem naquela região, impedindo, assim, que o desmatamento continue avançando durante todo o período da safra daquele ano. Aqui apenas para ilustrar o que nós estamos falando. Temos, por exemplo, os dados dos desmatamentos verificados no dia 07 de maio, no dia 21 de maio e no dia 08 de junho de 2004. O laranja é o 07 de maio, o vermelho, 21 de maio e o azul, 28 de junho. Então, é a maneira que nós estamos hoje aprimorando o sistema de monitoramento que permita você estar se antecipando com que esse desmatamento avance. É claro que a definição daquelas bases operativas, a distribuição delas no arco do desmatamento, principalmente, permitem a gente de antemão saber, de acordo com a análise do desmatamento do ano passado, quais são as novas frentes que serão desmatadas este ano. Para isso o SIPAM, o Sistema de Proteção da Amazônia, vem desenvolvendo um outro sistema, que é o SIAD, que o Sistema de Identificação e Alerta do Desmatamento, onde ele consegue trabalhar com prognósticos a partir de uma análise socioeconômica da atividade de exploração madeireira e florestal na região e, portanto, fazer prognósticos das áreas potencialmente mais propensas ao desmatamento no ano seguinte. E com base, então, no trabalho que o DETER e o INPE vêm fazendo é possível que a gente possa estar se

antecipando e coibindo que a área a ser desmatada em 2005 venha a ser uma seqüência dessa que nós estamos vendo na tela em 2004. Aqui apenas análise. Voltando aquela imagem anterior, destacamos aquele ponto azul e aí, seguindo, na seqüência, temos uma área identificada do desmatamento, que é o documento no tamanho A4 que o fiscal leva para campo mostrando já a área que ele vai ter de cobrir, quer dizer, ele já vai a campo sabendo o que ele precisa cobrir. Caso ele retorne sem nenhuma atividade concluída, sem nenhum trabalho feito, nós temos como averiguar o que aconteceu em campo, porque a imagem do desmatamento é clara. Esse desmatamento, por exemplo, um desmatamento que ocorreu na Terra do Meio, no ano passado, de 6.400 hectares, portanto bastante significativa. Aqui apenas uma foto do sobrevôo aéreo que nós fazemos de reconhecimento antes do trabalho da fiscalização descer em campo. Nós temos a sede da área desmatada. Temos aquele azul, que é um galpão para cobrir o maquinário, e esse mais abaixo aqui de palha é um paiol com sementes de capim já para transformar a área em pasto. Na seqüência, eu queria só dar um exemplo de um trabalho que a gente vem fazendo em relação ao combate da exploração ilegal de madeira na Amazônia e que para mim ele é bastante exemplificativo, porque ele mostra a relação hoje que existe entre o Brasil e Peru na exploração ilegal de madeira. Na fronteira do Acre, portanto, pegando todo lado oeste do País com o Peru. Nós temos... A presença hoje do IBAMA se dá com 17 unidades de conservação espalhadas na região de fronteira. Nós temos de proteção integral e de uso sustentáveis aproximadamente 92% da área de fronteira com áreas protegidas. São três escritórios locais, quatro postos de vigilância. Nós estamos aí inclusive abrindo mais um posto de vigilância na região Marechal Taumaturgo, no Acre, praticamente ao lado da Terra Indígena Ashaninka, ou Kampa do Rio Amônia. E nós temos operações conjuntas de fiscalização feitas bilaterais com o próprio governo peruano ou com outros órgãos de governo, com a Polícia Federal e o Exército. Aqui apenas um exemplo de como se dá a operação. Nós fazemos o sobrevôo de campo. As imagens de satélite que subsidiam a informação, dando a localização da atividade, onde ela está se dando. E, no ano passado, nós cobrimos, ao longo da fronteira do Acre com o Peru, nove pontos de exploração ilegal de madeira no País, onde os peruanos entram dentro do Parque Nacional da Serra do Divisor, já no território brasileiro, entram dentro da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, na Aldeia Apiwtxa, e saqueiam madeira, principalmente mogno e cedro. Aqui apenas o resultado dessas operações que nós fizemos no ano passado com autuações, com

multas, com apreensões de equipamentos, de armamentos e de prisões dos próprios peruanos, que há oito anos essas operações vinham sendo realizadas sem nenhum sucesso com relação à prisão dos peruanos, porque a região é uma região muito isolada, e qualquer movimentação de helicóptero, você escuta com uma certa distância. Então, para que a gente fizesse essa operação era necessário você descer de *rappel* na floresta, andar dois dias na floresta até chegar à área do acampamento, ponto de extração onde esse roubo está se dando. Então, aqui apenas para você ver como é o trabalho. Pode seguir. Aí, tem a destruição dos acampamentos, depois que são apreendidos os peruanos são pegos todos os equipamentos. E, na seqüência, nós mostramos a inutilização do material apreendido, tanto de equipamentos, como principalmente da madeira. Porque essa madeira, você vê essas duas madeiras no canto direito do vídeo, com as toras todas em linha, é a engenhoca que os peruanos usam para poder empurrar a madeira, porque não tem como qualquer tipo de veículo, trator chegar aí. Então, é na base na motosserra, com tração animal. E eles jogam essa madeira que vai rolando por esses troncos até chegar numa área onde você já pode puxar com *skider*, ou colocar no caminhão, e isso seguir para Ucayali, para áreas onde as madeiras peruanas vão estar explorando, serrando essa madeira para comércio. Aqui é apenas um dado que mostra, digamos, a destinação de uso de nossas terras na região de fronteira do Acre com o Peru, mostrando que 95%, 96%, 92% da área são áreas protegidas, sejam unidades de conservação de proteção integral, ou uso sustentável, e terras indígenas. Em contraposição, passando adiante, nós temos do lado peruano... Isso é apenas um exemplo do número de concessões de exploração florestal que, hoje, o governo peruano autorizou em território peruano. Então, a partir dessas concessões de exploração florestal no Peru, é que são feitas as investidas para dentro do território brasileiro. Apenas para mostrar o contraste que é entre o lado brasileiro e o lado peruano. E aqui é apenas um resultado parcial do que foram as operações no ano passado, resultando em 38 não-brasileiros presos, sendo três deles brasileiros, destruição de 2.500 metros cúbicos de madeira, principalmente mogno e cedro, e 15 acampamentos irregulares eliminados. A destruição dessa madeira foi necessária, considerando a localização com que essa madeira está. Só para chegar nesses 15 acampamentos são, em média, vinte minutos de helicóptero em floresta densa fechada, sem nenhum acesso por rio – são florestas secas, florestas de terra firme –, e sem acesso por terra. Portanto, não há como você resgatar essa madeira para que ela pu-

desse de alguma forma, conforme a legislação prevê, ela ser destinada ou doada a entidades beneficentes, associações, ou enfim, para um destino mais social. E se nós deixássemos essa madeira naquela área, com certeza, os peruanos voltariam depois que nós saíssemos da área, e levariam a madeira, e estariam aqui no ano seguinte para continuar fazendo o mesmo trabalho. Quer dizer, houve uma necessidade de você destruir essa madeira. E aquela madeira destruída ficou orçada em torno de 15 milhões de reais, que nós tivemos que proceder à destruição. Aqui, apenas para a gente relatar que, junto com o crime ambiental, nós temos diversos outros crimes associados, ilícitos, que são associados ao crime ambiental, que vai desde a ocupação ilegal de terras brasileiras, de terras públicas federais na Amazônia, passando pelo tráfico ilegal de armamentos pesados, passando pela formação de grupos armados, assassinatos, trabalho no sistema de escravidão, ou semi-escravidão, sonegação de impostos, lavagem de dinheiro, apropriação de conhecimentos tradicionais, que nós estamos chamando de etnopirataria, e o narcotráfico. Seguindo na nossa apresentação, nós vamos falar um pouco agora sobre fauna. Como os senhores sabem, em linhas gerais, hoje, o tráfico de animais silvestres no País e no mundo, melhor dizendo, no mundo, ele envolve aproximadamente 20 bilhões de dólares, movimentando 20 bilhões de dólares em todo mundo. Nós temos nessa atividade de 10 a 25% – aquilo referente à atividade que existe no Brasil –, são aproximadamente 38 milhões de animais comercializados ilegalmente no País, e ela segue, esse tráfico, a cadeia do tráfico de animais, ela segue uma lógica muito perversa, uma lógica que envolve a questão social. Nós temos o grande traficante internacional, que, por sua vez, tem os seus prepostos e os seus agentes dentro do País, que, por sua vez, passam isso a informantes locais, que vão até às fontes de obtenção do animal silvestre, seja em beira de rodovias, em áreas de unidades de conservação, em terras indígenas, enfim, em áreas de floresta, explorando, portanto, a situação social que tem grande parte dessa população que está na região. Isso volta numa cadeia perversa sem nenhum benefício, sem nenhum controle, sem nenhum manejo da fauna, para os cofres de poucos, beneficiando apenas aquele grande traficante internacional, sendo que o que fica no País é nada e um prejuízo muito grande para a nossa diversidade biológica. Nós relatamos alguns problemas que são afetos à questão enfrentada hoje no País em relação ao tráfico de animais que, primeiro, é o limitado poder de investimento que ainda os órgãos públicos têm com relação à sua estrutura de atuação. Segundo, é o problema social aliado à tradição cultural e ao sen-

timento de posse. Nós temos hoje um sentimento na população, que é o sentimento do papagaio. Na Região Amazônica, então, faz parte da cultura brasileira, até pela nossa forte presença do traço indígena, a questão de você ter um animal silvestre como um animal doméstico. E para você reverter esse quadro, você precisa de um trabalho de convencimento de educação ambiental muito grande associado ao problema social que muitas vezes isso se torna uma fonte de recursos, de dinheiro complementar que uma determinada família tem em relação ao seu padrão de consumo. Uma elevada capacidade operacional dos traficantes. Normalmente são pessoas com alto poder aquisitivo, com um poder de fogo muito grande e, portanto, com uma capacidade de ação num raio grande do País, com uma legislação branda para o traficante. Ou seja, hoje a vozinha que tem um papagaio em casa e o traficante são tratados com o mesmo peso e a mesma medida. Há necessidade, portanto, de trabalharmos a questão da legislação principalmente aqui no Congresso, que para isso é o principal aliado para uma ação mais detalhada com relação à legislação. E uma limitada rede de investigação dos crimes relacionados à fauna. Nós estamos hoje, dentro do IBAMA, trabalhando com um Grupo Especial de Investigação Contra Crimes Ambientais, o chamado GEICCA, que já vem atuando em algumas regiões do País, principalmente Amazônia e Nordeste, em relação ao tráfico de animais silvestres. Aqui apenas vou dar alguns exemplos de como o IBAMA hoje vem trabalhando em relação ao combate do tráfico de animais. Primeiro, trabalhando numa investigação, levantamento de *sites* na Internet que realizam a venda de animais silvestres, aproximadamente 40 anúncios de venda de animais silvestres, já autuamos 30% a 40% desses *sites*, nós estamos suspendendo, tirando de circulação esses *sites*, a autuação dos que não apresentaram a documentação devida e nós estamos, então, conseguindo reduzir significativamente a venda por *site* na Internet. Outro tipo de operação são aquelas localizadas em criadouros. Estamos fazendo um levantamento de informações junto à Polícia Federal. Há ações de fiscalização que estão sendo feitas em criadouros suspeitos. Esses criadouros suspeitos se dão a partir de uma investigação sigilosa que é feita em conjunto com o IBAMA e a ABIN. E aí nós estamos trabalhando uma base de dados no IBAMA que serve tanto para a fauna como para a biopirataria, que vamos ver mais à frente, e os resultados têm sido fechamento de criadouros irregulares, notificação para regularização daqueles em que há pendências a serem ainda superadas e a coibição do tráfico de criadouros e colecionadores. Na seqüência, nós temos aquelas operações de fiscalização com re-

lação à caça, principalmente na Região Centro-Oeste do Brasil. A identificação dos caçadores, nós vimos fazendo um trabalho em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. Essas operações são elaboradas de forma conjunta naquela visão integrada e nós temos tido, como resultado, apreensão de equipamentos, armamentos, munições e provas de caça de animais, inibindo futuras caças e o próprio infrator na região. O último exemplo claro disso foi aquela fiscalização feita em algumas fazendas do Mato Grosso, onde foram divulgados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Dr. Flávio, 30 minutos. O senhor está com 50% do seu tempo já esgotado. Por favor.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – O.k. Vou me antecipar aqui o máximo possível. Mas foi aquela operação feita em Mato Grosso com relação à caça de felinos, na fronteira com o Paraguai. A outra operação é a “Quem ama não compra”, que já vai para o seu terceiro ano consecutivo. E aqui, na seqüência, a gente faz questão de mostrar o trabalho que estamos fazendo na criação de divisão aeroportuária no IBAMA. Nós estamos estruturando principalmente em Manaus, Belém, Recife, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, os postos do IBAMA para coibir esse tráfico de animais. Estamos lançando agora, na semana que vem, Semana da Mata Atlântica, esse *folder* com cartazes e *banners* mostrando, orientando em três idiomas, português, espanhol e inglês, aqueles que estão viajando, circulando pelos aeroportos que as futuras gerações precisam de gerações futuras. Ele está à disposição para quem quiser ver depois e ajudar a gente a distribuir. Apenas como resultados do que vem sendo as atividades em relação à fauna. Em dez anos nós apreendemos 487 mil, 838 animais vivos, que são encaminhados ao Centro de Triagem do IBAMA. Foram feitas, só no ano de 2005, 925 autos de inflação gerando a aplicação de 20 milhões, 406 mil reais – isso só de janeiro a abril de 2005. Temos os dados também relativos aos outros anos: 2004, 2003, 2002 àqueles que se interessarem. No último item, portanto, nós vamos falar sobre a questão de biopirataria. Nós criamos agora dentro do IBAMA – é uma área recente que está sendo trabalhada portanto – a divisão de controle da fiscalização e acesso ao patrimônio genético. A gama, dentro da área de biotecnologia, de recursos, de movimentação econômica, de atividades produtivas, de produção agropecuária, de atividade, enfim, que a biotecnologia pode gerar, é do conhecimento de todos os senhores, sabemos a diversidade de uso que isso possa ser, mas que se nós não tivermos um cuidado para que isso seja feito de acordo com os princípios e orientações que estão na Convenção da Adversidade

Biológica, nós não teremos condições de fazer com que esse todo desenvolvimento biotecnológico se reverta em função, em benefício das populações tradicionais e populações indígenas. Para isso, sabemos quem a gente tem que enfrentar. Estamos lidando com os oito países mais desenvolvidos que são os países que normalmente detêm as pesquisas e o patenteamento mundial e que portanto seguem o princípio da TRIPS que define o processo à patente de produtos originários de alguns país e que, portanto, não se vincula as orientações que são definidas pela convenção da biodiversidade da qual o Brasil já é um tratado, já tem assinado e, portanto, está em vigor. Há uma necessidade, portanto, de a gente trabalhar essa contradição que eu vou detalhar mais à frente. Mas para poder atender a essa questão, o IBAMA tem as seguintes atribuições: planejar, coordenar, acompanhar a execução e fiscalização no cumprimento das normas relativas ao acesso do patrimônio genético existente em todo o território nacional. Elaborar processos e propostas referentes a essa ação de fiscalização e acompanhar o processo de formulação atinentes à fiscalização e o acesso aos componentes referentes ao patrimônio genético. Na seqüência nós elaboramos um plano que é fruto de um trabalho desenvolvido até o final do ano passado. Estamos hoje dentro da coordenação da divisão de fiscalização de acesso ao patrimônio genético, procurando acompanhar os processos de formulação e normas atinentes à fiscalização da matéria, estabelecendo canais de informação e de trabalho de inteligência, de investigação. Nós estamos posicionando os nossos analistas, os nossos técnicos do IBAMA em pontos chave para atuar na rede coordenada por essa divisão. Nós estamos realizando operações em portos e aeroportos, com esse material que nós falamos também. Nós estamos estruturando a base de dados dentro do Centro de Monitoramento Ambiental do IBAMA para poder gerar informação sistematizada. Não adianta apenas você ter o dado, você precisa sistematizar essa informação. Nós estamos estabelecendo prioridades regionais e definindo áreas críticas, unidades de conservação e áreas protegidas em terras indígenas que precisam de um maior aporte. Estamos intensificando o programa de capacitação. E em dezembro do ano passado nós realizamos o primeiro curso de fiscalização em relação à biopirataria formando 35 técnicos do IBAMA mais agentes da Polícia Federal e da FUNAI. Nós estamos também fornecendo suporte ao sistema de gestão do acesso ao patrimônio genético, quer dizer, montando, que essa base de dados possa ser dividida com o CGEN e o Departamento de Patrimônio Genético que é quem dá as autorizações. Nós estamos atuando naquela relação interinstitucio-

nal em três grandes linhas também: primeiro, com a comunidade científica. O IBAMA hoje está aprovando duas instruções normativas tanto de coleta de material genético quanto de instrução normativa para colecionadores. Nós estamos trabalhando dentro da mesma base de dados para que essas informações possam ter acesso rápido e, portanto, facilitar o trabalho de elaboração dos planos de fiscalização. Estamos procurando atuar junto com a sociedade científica, porque é necessário que ela cumpra o seu papel nos cuidados que devemos ter e que estão balizados pela convenção de biodiversidade para orientar aqueles técnicos, aqueles pesquisadores que chegam de fora no trabalho de investigação do nosso patrimônio genético.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Doutor, por favor. V.Sa. deve encerrar, por gentileza, em um minuto.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – O.k. Estou encerrando. O outro ponto é o ponto relacionado à investigação da biopirataria – nós estamos trabalhando com a Polícia Federal e a ABIN – e a terceira grande linha é uma integração maior com a FUNAI, o Centro Nacional de Populações Tradicionais, estabelecendo uma presença mais forte do IBAMA em regiões estratégicas, seja populações indígenas ou populações tradicionais. A realidade hoje que nós temos, desde a Constituição até as convenções internacionais, passando pela Medida Provisória nº 2.186/01, elas ainda não conseguem dar um enquadramento e definir o tipo legal de penalidades para a repressão da biopirataria. Portanto, nós teríamos que atuar em duas grandes frentes: primeiro, estabelecendo uma tipologia legal para a penalização da atividade de biopirataria e outra, fazendo uma congruência entre a convenção de diversidade biológica e a TRIPS, que não obriga os países que condicionam o registro de inovações biotecnológicas a atender as normas. Portanto, quando uma patente é feita lá fora pela TRIPS, não obriga que haja um reconhecimento, uma autorização do País onde aquele produto saiu como matéria-prima. Portanto, o papel...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Por favor, nós estamos encerrando. O senhor, por gentileza... Nós temos três audiências hoje ainda. No seu caso, concedemos o dobro do tempo regulamentar. Pediríamos que o senhor encerrasse.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Quero deixar como sugestão o que nós vínhamos discutindo já dentro do Congresso, no Ministério do Meio Ambiente, no IBAMA, uma proposta de tipificação e penalidade com relação à atividade de biopirataria. Seria importante que a gente pudesse, no decorrer dos debates, aprofundar um pouco essa discussão, seja através de

um projeto de lei novo ou através da alteração da Lei 6.905, a lei de crimes ambientais. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Bom, nós agradecemos não só a sua participação, essa sugestão também. Antes de passar a palavra ao Relator, que é o primeiro a fazer a perquirição, convido o Dr. Francisco Gonçalves para, por favor, assumir no meu lugar, porque devo me ausentar por uns 40 minutos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Dr. Flávio Montiel, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, primeiro quero agradecer a presença aqui na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito e, ao mesmo tempo, reafirmar os propósitos desta CPI, que são muito mais de ajudar na elaboração de políticas ambientais que possam coibir a extração ilegal de madeira, o tráfico de animais silvestres e a biopirataria. Dessa forma, ao contrário de outras CPIs, nós estamos dando ênfase maior às questões mais estruturais do que às questões pontuais. Temos muitas questões que são estruturais, dizem respeito ao funcionamento, aperfeiçoamento, mas também lá, no final, temos alguns casos concretos. Esses casos concretos, que são as perguntas de número 22 até número 34, eu vou ler todas para ficar registrado, até o número 34, essas perguntas poderão ser respondidas posteriormente, por escrito, num prazo de uma semana para a Comissão. São muitas as questões... Eu não tive oportunidade, pois ainda estou me restabelecendo de uma diverticulite e hoje tive de ficar até tarde aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, porque sou o suplente do Partido Verde, mas estava no exercício, onde votamos a admissibilidade do fim da verticalização nas eleições e também a admissibilidade da consulta popular sobre o desarmamento. A sessão acabou 2 horas, eu, portanto, tive que ir em casa, ainda estou tomando aí uns medicamentos. Por isso, o meu atraso e também por isso já estou justificando a minha saída também mais cedo. Mas nós temos aqui algumas questões: qual a opinião de V.Sa. sobre a existência de sistema de inteligência nas atividades de fiscalização ambiental do IBAMA? O que ocorreu com o Centro Estratégico de Controles e Crimes Ambientais? Se alguma dessas questões aqui já tiver sido respondida, não tem problema, a gente registra e também se alguma delas demandar uma explicação maior, dado o avançado do tempo, nós vamos também ficar naquele compromisso de mandar por escrito. O que nós queremos, realmente, é elementos para poder fazer o relatório. Então, o que ocorreu com o Centro Estratégico de Controle a Crimes Ambientais? O que foi feito de seus arquivos? O que V.Sa. pensa sobre reativá-los ou montar uma estrutura semelhante? Vou ler logo as outras: quanto aos fiscais

do IBAMA, teria havido algum desmonte de fiscalização do IBAMA? Quantos fiscais seriam necessários para o desempenho eficaz das atividades de fiscalização? Não há plantão de fiscalização nos finais de semana, deixando livre o tráfego de caminhões de carvão? Notícia veiculada no *Correio Braziliense* dá conta de que o IBAMA mantinha em garagem, na sede do órgão, em Brasília, 16 caminhonetes e 13 canoas voadeiras que deveriam ser usadas em programa de controle e prevenção de derrubada de floresta da Amazônia. O que V.Sa. tem a declarar sobre isso? Na mesma notícia, informou-se que o plano de ação para prevenção e controle de desmatamento na Amazônia Legal está apenas engatinhando, uma vez que das 19 bases de operações previstas, apenas quatro estão em funcionamento. Essas notícias ainda são as mesmas? Já temos novidades sobre isso? Uma pequena abordagem sobre isso. Nós recebemos aqui denúncia de que uma dessas bases, a de Novo Progresso, no Pará, está em área instalada pertencente ao Sindicato dos Madeiros daquele município. Essa denúncia tem procedência? Outra denúncia é que o responsável pela instalação dessas bases, Sr. Peroto, que estava contratado pelo projeto PROAR, que já acabou e continua responsável por atividades típicas de Estado. Seria isso legal? O que V.Exa. tem a comentar sobre esses assuntos? No exercício de sua função, V.Sa. já recebeu alguma solicitação de ONGs para liberação de dados relativos à fiscalização? O Greenpeace recebeu em 31/01/2005, solicitação de dados referentes às grandes operações realizadas pela Diretoria de Proteção Ambiental do IBAMA, em 2004. O que V.Sa. acha sobre o repasse desse tipo de solicitação a uma ONG?

O SR. DEPUTADO BABÁ – Deputado, Sarney.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pois não.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Se V.Exa. pudesse me conceder um minuto. Eu estou indo fazer um exame agora, no Sarah Kubitschek...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pois não.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Eu queria deixar uma pergunta para o Dr. Flávio. Como vou ter de me retirar, gostaria de deixar uma pergunta pelo menos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pois não.

O SR. DEPUTADO BABÁ – V.Sa. tem conhecimento que houve uma reunião que autorizou, que ficou conhecida como... 2003 para 2004, a optante safra legal 2004, naquela região lá do Meio, que teria havido uma reunião, envolvendo INCRA, IBAMA, FETAGRI, para permitir, na verdade, desmatamento naquela região, dar autorizações naquela região. Se realmente existiu

esse fato e se V.Sa. chegou participar dessa reunião e se é verdadeiro que efetivamente foram dadas autorizações para desmatamento naquela área para retirada de madeira. Está certo? Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Está registrado, nobre Deputado. Dando continuidade, então, às nossas questões, no que tange ao tráfego de animais, que providências V.Sa. irá tomar em face das suspeitas de que Florianópolis tem se tornado um grande centro comercial de canário-da-terra, abrigando as mais concorridas rinhas e os maiores traficantes originários do Peru e da Venezuela? V.Sa. poderia informar o montante de recursos financeiros repassados aos Estados para programa de combate ao tráfego de animais silvestres? Mesmo sabendo-se que os centros de triagem são controlados pela Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, a diretoria de Proteção Ambiental é um cliente especial desse estabelecimento por dar suporte na guarda de animais apreendidos, por que essa diretoria não aplica um real, sequer, nos centros? Ainda no que tange ao tráfego de animais, a cada ano, só o Distrito Federal absorve cerca de dois mil papagaios verdadeiros oriundos do norte e nordeste de Minas Gerais. Por que, na atual gestão, não se deu continuidade às operações de fiscalização do tráfego dessa espécie? O que V.Sa. tem a declarar sobre alteração dos valores das multas no sistema de arrecadação e cadastro técnico do IBAMA, em Belém, conforme atestam cópias dos autos de infração e das memórias de cálculos apresentadas nessa audiência pública? Vai ser entregue a V.Sa. a cópia do Ofício nº 324/04, de 16/02/2004, da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional encaminhado a esta CPI, relativo às denúncias formuladas pelo Sr. Amarildo Geraldo Formentini. Aquilo que eu falei, no começo, não precisa se preocupar em responder agora, porque são denúncias, a gente está pedindo apuração, pode responder na hora apropriada. V.Sa. participou dos trabalhos referentes ao diagnóstico do setor florestal brasileiro, como consultor para a Região Amazônica. Quem mais participou desse trabalho? Qual o resultado final? Em audiência pública, nesta CPI, o Sr. Frederico Gustavo Müller, ex-Presidente da Fundação do Estado do Meio Ambiente, FEMA, de Mato Grosso, apresentou dados que mostraram que a média de desmatamento naquele Estado de 93 até 99 foi de 1,3 milhões de hectares, com a implantação do licenciamento ambiental da propriedade rural e o uso de imagens de satélite para o monitoramento bem como o advento da Lei de Crimes Ambientais e da Medida Provisória 2.166-67, de 2001, que aumentou a reserva legal de 50 para 80. O desmatamento baixou uma média de 0,7 milhão de hectares por ano, ou seja,

para cerca da metade, até 2002, mas em 2003, com a mudança do Governo Estadual, o desmatamento voltou a crescer, superando 1,8 milhões de hectares. A que V.Sa. atribui esse drástico aumento e que atitude o Ministério do Meio Ambiente adotou, pretende adotar, em relação ao Governo do Estado do Mato Grosso, já que é sabido e notório que o Governador do Estado do Mato Grosso é o maior plantador individual de soja do mundo? E acrescento mais: V.Sa. entende que há alguma relação entre o fato de o Governador ser o proprietário, ser o maior plantador de uma cultura que está ajudando a depredar o meio ambiente lá? Se tem relação entre a pessoa do Governador e o nível do desmatamento? É uma opinião pessoal que peço e se o órgão tem alguma opinião também, é lógico. *(Pausa.)* Sr. Presidente, teria aqui mais algumas perguntas, mas também acho cansativas ter de lê-las. É necessário ler essas perguntas, para que fiquem constando? *(Pausa.)* Então, prefiro que não, não precisam constar nas notas taquigráficas. Vamos passar. Nós temos cópias dessas perguntas. Vou passar o resto das perguntas, porque são perguntas pontuais; as perguntas macro já foram feitas aqui e, aí, V.Sa. poderá me responder. Muitas aqui eu não fiz, porque achei que já tinham sido respondidas. Sr. Presidente, eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Francisco Gonçalves) – Sr. Flávio Montiel da Rocha, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, farei as perguntas do nosso Presidente da Comissão de Biopirataria, Deputado Mendes Thame.

Primeira pergunta: “Através do Ofício 43, de 2004, expedido pelo Cacique Megaron Txucarramãe, da Administração Regional da FUNAI em Colider, Mato Grosso, foi notificado ao IBAMA que a madeireira Cikel Brasil Verde estaria proibida de serrar toras de madeira de mogno apreendidas e subtraídas de áreas indígenas de Meckrangnotire e Motuktire. Qual foi a atitude do IBAMA sobre a questão?”

Segundo: “O grupo de trabalho criado pela Portaria Ministerial 1106, de 30/8/2002, propôs acordo no sentido de doar madeiras para o Ministério das Cidades objetivando a construção de casas populares. Qual o motivo que levou o IBAMA a não aceitar essa proposta?”

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Francisco Gonçalves) – Vou-lhe passar as perguntas posteriormente.

Terceira pergunta: “A empresa Cikel Brasil Verde, que se encontrava inadimplente com o Governo Federal, está inscrita no CADIM desde 13/3/2002. Além disso, já tinha pago mais de 50 mil reais ao Go-

verno provenientes de multas cobradas pelo IBAMA. Como essa empresa participou do transporte, beneficiamento e comercialização do mogno no mercado internacional?”

Quarta pergunta: “Justifique a razão da rapidez com que foi conduzido o pedido de solicitação de doação do material apreendido para a empresa FASE, em 3/6/2003, pois a nota técnica elaborada pelos diretores do DIREF/DIPRO e coordenadores da CGFIS/CGREF, em 4/6/2003, demonstra que tudo ocorreu num ritmo diferenciado com o que acontece no serviço público.”

Quinta: “V.Exa. é sabedor que, para alienação de patrimônio público, existem regras claras que devem ser observadas. No caso de doação da madeira, existiu a necessidade de comprovação do seu desembaraço jurídico para se evitar prejuízo ao erário público. Existe, nos autos, autorização para doação de apenas 636 toras, referentes ao Auto de Infração nº 328622. Nesse contexto, ficaram sem comprovação do desembaraço jurídico 5.364 toras de mogno. Nos outros processos não foi verificada nenhuma autorização judicial. V.Sa. não entende que o IBAMA está agindo ao ‘arrepio da lei’?”

Sexta pergunta: “A gerência executiva do IBAMA no Estado do Pará possui controle/banco de dados sobre ATPF’s expedidas pela DIREF/CGREF para a empresa Cikel?”

Sétima pergunta: “Quando ocorreu a finalização do convênio entre o IBAMA e a FUNAI – termo de doação? Quantos aditivos existiram no período do Termo de Doação IBAMA/FASE e IBAMA/FUNAI?”

Oitava pergunta: “Quantas autorizações de transporte de produtos florestais foram concedidas para a empresa Cikel de janeiro de 2003 até a presente data, e quais as volumetrias constituídas nesses documentos? Seria correto afirmar que em 14/12/2004 ainda ocorreu liberação de mogno para ser exportado para os Estados Unidos, objeto do Termo de Doação?”

Nona: “V.Sa. poderia, de forma sucinta, discorrer sobre o Fundo DEMA? Saberá precisar qual o quantitativo de recursos do Fundo DEMA existente no Banco da Amazônia – BASA, proveniente da exportação do mogno? Poderia nominar quais projetos sociais foram implementados através do saldo de aplicação na conta do Fundo DEMA? V.Sa. poderia explicar a razão de não existir representante de órgãos federais no Conselho Gestor do Fundo DEMA?”

Décima: “Houve divergências entre os dados da empresa Cikel e de técnicos do IBAMA quanto ao volume real de aproveitamento do material em toras e após ser serrado e os valores auferidos de sua comercialização no mercado internacional? Quais foram os

procedimentos adotados pela Direção do IBAMA com relação a essa questão?”

Décima primeira: “Há suspeitas de que no Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba, Pará, multas aplicadas pelo IBAMA foram retiradas ou tiveram seus valores reduzidos no sistema informatizado do órgão. Notícia veiculada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 26/8/2004, afirma que o madeireiro Walmir Climaco foi multado pelo IBAMA em 1,2 milhão por desmatamento ilegal de 746 hectares dentro do Parque Nacional da Amazônia, no Município de Itaituba, além de outra multa de 182 mil por manter 600 metros cúbicos de madeira sem comprovação de origem. Ele recorreu dessas multas e não há qualquer comprovação de que foram pagas. O que V.Sa. tem a dizer a respeito?”

Ultima pergunta: “Em depoimento na CPI Biopir, o Delegado Jorge Pontes, da Polícia Federal, teceu severas críticas ao fato de os peixes ornamentais brasileiros serem tratados como recursos pesqueiros, apesar de se destinarem à aquariofilia. Recentemente, foram apreendidas cerca de 190 caixas de peixes ornamentais no Aeroporto Internacional de Manaus. Há suspeitas de envolvimento de servidores do IBAMA. Quantos inquéritos administrativos estão atualmente em andamento?”

Sr. Flávio, essas são as perguntas formuladas pelo Presidente. Você terá um prazo de 7 dias para respondê-las adequadamente. Aqui estão as perguntas. Eu queria deixar a palavra para que, se você achar por bem, faça qualquer explanação final dentro do prazo de 3 minutos.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Obrigada pela oportunidade. Evidentemente, são perguntas que vão demandar um tempo para que a gente possa responder em detalhe às perguntas, mas, em linhas gerais, acho que são perguntas que podem ser bastante esclarecedoras em relação ao que vem acontecendo em termos da capacidade de monitoramento e controle que o IBAMA hoje exerce. E, em linhas bem gerais, dentro desse tempo regimental, gostaria de dizer que, ao contrário do que muitas vezes é veiculado pela imprensa, pela mídia, talvez pela maneira... não dispondo de todas as informações ou até sem consultar o IBAMA em relação ao que vem acontecendo, não há um desmonte da área de fiscalização. Apenas para ilustrar, o Grupo Especial de Controle a Crimes Ambientais a que o nobre Deputado Sarney Filho se referiu, hoje, ele, como eu disse anteriormente, foi transformado no Grupo de Investigação Especial de Crimes Ambientais, que, por sua vez, está trabalhando diretamente com o Centro de Monitoramento Ambiental que criamos no IBAMA. Até 2003, nós tínhamos o Centro de Sensoriamento Remoto como uma ferramenta da

atividade de monitoramento. Nós demos um *upgrade* no CSR, que passou a se chamar Centro de Monitoramento Ambiental, e do montante de fiscais que o IBAMA tinha – aproximadamente 1.480 fiscais, com o ingresso no concurso público de 2002 – realizamos, ano passado, 6 cursos de aperfeiçoamento da atividade de fiscalização, capacitando 268 novos analistas ambientais para ingressarem na atividade de fiscalização. Porque, ao contrário do que foi formulado como uma proposta em relação à carreira de especialização em meio ambiente, que hoje é a carreira da Lei 10.410, que rege o especialista em meio ambiente, deixou-se uma lacuna com relação à necessidade de especialização da atividade de fiscalização. Você não pode tirar um servidor da Polícia Federal que trabalha no planejamento e levá-lo para um *front* de atividade de campo, para dinamitar uma pista de pouso clandestina. Ou você tem uma equipe especializada ou a atividade de fiscalização realmente vai tender a se dispersar dentro do IBAMA. Então, essa Administração tem tido a preocupação de estar formando e capacitando não só em linhas gerais a fiscalização, como está fazendo oficinas de revitalização dos agentes de fiscalização que tinham no IBAMA e fazendo cursos de capacitação em OGMs, em biopirataria, em áreas em que até então não se tinha uma experiência acumulada para fiscalização. Então, eu acho que há uma tendência, e a Ministra Marina – já em algumas oportunidades em que esteve aqui fez questão de frisar essa gestão –, ela teve a capacidade de aproveitar aquilo que a Administração anterior deixou de positivo e somar a isso e dar uma dimensão um pouco maior. Mas todos sabemos que isso é um processo, é um trabalho que não se faz de um ano para o outro. Portanto, eu queria deixar aqui essas observações de que há toda uma disposição do IBAMA no sentido de fortalecer a atividade de fiscalização. E essas perguntas, então, estarão sendo encaminhadas aqui a esta Comissão no tempo regimental previsto, para que possam ser todas elas esclarecidas num maior detalhe possível que estiver às nossas mãos. Obrigado pela oportunidade, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Francisco Gonçalves) – Nós agradecemos a presença e eu passo a Presidência da Mesa ao Exmo. Sr. Deputado Sarney Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Eu agradeço a presença do nosso Diretor Flávio Montiel e, ao mesmo tempo em que deixo à sua decisão, se quiser continuar permanecendo, mas, se não, também já está liberado da sua exposição.

Convido o Sr. Gilberto Câmara a tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Josué Bengtson para assu-
mir a Presidência dos trabalhos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Dando seqüência aos nossos trabalhos, concedo a
palavra ao Sr. Gilberto Câmara, para sua exposição.
V.Sa dispõe de até 20 minutos.

O SR. GILBERTO CÂMARA – Muito boa tarde,
Srs. Deputados! Gostaria de agradecer, em meu nome
pessoal e em nome do Instituto Nacional de Pesquisas
Espaciais, a esse convite para fazer depoimento à CPI.
Gostaria, então, de apresentar o meu depoimento. Vou
pedir aqui a ajuda do nosso colega Flávio Montiel para
fazer, então, a apresentação. Bom, o que nós trouxe-
mos para consideração dos Srs. Deputados hoje à
tarde foi a apresentação dos sistemas que o Instituto
Nacional de Pesquisas Espaciais tem desenvolvido
pra monitoramento ambiental brasileiro e observação
da Terra. Especificamente, nós vamos falar sobre dis-
ponibilidade de imagem de satélites para a sociedade
– pois não, pois não Deputado – a disponibilidade de
imagem de satélites para a sociedade brasileira e tam-
bém dos programas de monitoramento ambiental,
desmatamento amazônico e imagem de satélites. A
parte de disponibilidade de imagem de satélites: ape-
nas para registrar que o INPE dispõe de um acervo
único de imagem sobre o território brasileiro, posto
que, desde 1973, recebe em sua estação de Cuiabá
imagem de satélites do Brasil continuamente, e esses
dados estão disponíveis em satélites da série Landsat
– Landsat 1, 2, 3, 5 e 7, até agora. Essa, pois, é uma
imagem do satélite Landsat coletada em 7 de julho de
1973 – ou seja, já estamos aí com 22 anos –, e nossa
satisfação é informar que o banco de dados histórico
do INPE, ou seja, as imagens do passado brasileiro,
que são extremamente importantes para um processo
de monitoramento do nosso território, estão disponíveis
livremente na Internet, para qualquer cidadão brasilei-
ro ter acesso. Então, essa é a imagem de 73. Essa é
uma imagem de Sobradinho, na Bahia, de 73. Vocês
podem ver que é antes do enchimento da barragem.
Essa é de São Paulo, de 77. Já uma imagem do Lan-
dsat 5, de maio de 2003, uma área agrícola de São
Paulo; de um satélite americano, do MODES, que co-
bre, nesse caso, a Amazônia inteira; o mosaico de
agosto de 2003. E gostaria, neste momento, de citar,
para consideração dos Srs. Deputados, o programa
CBERS. CBERS quer dizer China-Brasil Earth Re-
sources Satellite. É um acordo de cooperação entre
os países do Brasil e da China. Foi assinado inicial-
mente em julho de 88 pelo então Presidente José Sar-
ney e o Ministro, na época, Renato Archer, que cobria,
então, os satélites CBERS 1 e CBERS 2, construídos
em conjunto com a China. No final do ano passado, o

Presidente Hu Jintao esteve no Brasil e, juntamente
com o Presidente Lula, assinou um segundo acordo
que expande o programa para incluir o satélite CBERS
2-B, CBERS 3 e CBERS 4. O objetivo desse programa
é dotar o País – no caso, o Brasil e a China – de saté-
lites para monitoramento dos nossos recursos terres-
tres e ambientais e também, evidentemente, de capa-
citar e qualificar as indústrias brasileiras e chinesas no
setor espacial. Para informação dos Srs. Deputados,
o CBERS 1 foi lançado em 99. Já cumpriu sua vida
útil. Nós estamos em operação com o CBERS 2, que
deve ter mais 4 anos de vida útil (até 2007). Em 2006,
vai ser lançado o CBERS 2-B, com mais 4 anos de
vida útil; em 2008, o CBERS 3; em 2011, o CBERS 4.
Isso quer dizer que o Brasil conta, conforme acertado
entre os Governos brasileiro e chinês, com um progra-
ma oficial de satélites que nos garantiria dados até
2015, diante do acordo assinado. Esse é o CBERS 2
em sua montagem no laboratório de integração e tes-
tes do INPE. Como é um programa parcialmente bra-
sileiro, parcialmente chinês, parte é feito aqui, parte é
feito lá. Nesse caso, a integração, que se chama, do
satélite, quer dizer, juntar as partes todas, os compo-
nentes, isso, no CBERS 2, foi feito no laboratório de
integração e testes brasileiro – vocês podem ver pela
bandeira brasileira ali atrás. Esse é o momento em que
o CBERS 2 foi colocado dentro do foguete chinês Lon-
ga Marcha 4B e esse é o momento do lançamento. O
CBERS 2 foi lançado em 21 de outubro de 2003 da
base chinesa de Taiyan. O CBERS está produzindo
imagens. Essas imagens, no caso do sensor, são do
mapeador de larga escala Wide Field Imager, em in-
glês. Essa é a imagem do Mato Grosso. Vocês podem
ver que cobre o Mato Grosso inteiro. Dá para ver niti-
damente, ali, o Parque Nacional do Xingu, com sua
área ainda muito verde. Essa é uma imagem do CBERS
2 do Delta do Parnaíba, com as dunas. Essa já é So-
bradinho, agora depois do enchimento da barragem,
em 2003. E o importante é dizer que o Governo bra-
sileiro também colocou as imagens CBERS à disposição
da sociedade brasileira na Internet. Então, essas ima-
gens estão distribuídas mediante um acesso, uma in-
terface como essa. Qualquer pessoa interessada no
uso desses dados pode selecionar as imagens e dizer:
*“Olha, eu quero essa imagem aqui, coloca no meu
carrinho, selecione e faça o pedido”*. E, com isso, em
1 ano, o Brasil hoje é o maior distribuidor de imagens
de satélites do mundo. Nós distribuímos quase 100 mil
imagens pra sociedade brasileira como um todo. Isso
inclui tanto órgãos do setor público federal, estadual,
empresas privadas, pesquisadores, universitários, es-
tudentes. Quando nós apresentamos esse número
para os nossos colegas americanos e europeus, todos

ficaram absolutamente espantados, e certamente nos cumprimentaram pelo sucesso do programa e pela, vamos dizer assim, coragem de colocar todos os dados à disposição da sociedade. Isso tem sido um impacto positivo muito grande. Em 14 minutos, em média, entre o seu pedido, a imagem está disponível pra acesso. São 22 mil, desculpe – volta um instantinho só –, são 5 mil e 200 instituições, com 8 mil e 400 usuários. Com relação ao monitoramento ambiental da Amazônia, o INPE realiza 2 monitoramentos: um é o que nós chamamos aqui de PRODES, que é o programa de desmatamento, já feito desde 1988, na época do Programa Nossa Natureza, que cobre a Amazônia inteira, com 229 imagens do satélite Landsat e agora com dados também do CBERS. Essas imagens, que aí estão mostradas num mosaico, elas têm uma resolução espacial de 30 metros, o que permite uma área mapeada mínima de 6 hectares. E isso é a base dos dados de desmatamento que são anunciados anualmente, da taxa de desmatamento, que o Governo anuncia como acumulado, quer dizer, o que é acumulado entre um ano e outro, que dá uma idéia do quanto está sendo desmatado num ano, digamos assim, pelo País. Esse dado, de novo, também está na Internet, disponível para qualquer cidadão brasileiro. O dado é totalmente aberto. E, além do dado anual, que fornece o mapeamento de detalhe, como já falou aqui o Flávio Montiel, o INPE desenvolveu, segundo orientação do Governo, do Plano de Combate ao Desmatamento, o chamado sistema DETER de detecção, em tempo real, do desmatamento, cujo objetivo é produzir informações no menor tempo possível. Então, aqui, o que importa não é tanto acurar-se a diária, porque a área... Nós usamos satélites com resolução espacial menor, menos acurados em área, mas o importante é trazer os dados para a sociedade o mais rapidamente possível; disseminação expedita. Ou seja, nós usamos imagens do satélite MODES, que é americano, com resolução de 250 metros. Essa é uma imagem de junho, imagens do sensor do CBERS, o WFI, também com resolução de 250 metros. Mas eles têm recobrimentos temporários, ou seja, passam de novo em cima da Amazônia por cada 3 dias. Isso permite... A gente tem que levar em conta que há muita cobertura de nuvens, mas a gente consegue produzir uma estimativa: de 15 a 20 dias o Governo está recebendo novos dados. Ou seja, nós temos a base dos desmatamentos dos anos anteriores. A imagem mais atual possível: são detectadas as áreas que foram desmatadas nos últimos 15 dias. Isso é colocado na Internet à disposição de todos os órgãos ambientais e da sociedade como um todo. Essa é a interface Internet. O que está mostrado ali, cada losango daquele, é uma nova área de desmatamento

no período. Um dos exemplos que corresponde àquela área que o Flávio Montiel mostrou. É um mapeamento monstruoso detectado em Altamira. Se nós pegarmos a imagem de 2003, não há nada. Esse é um local realmente inóspito e bastante fora de mão, vamos dizer assim. Fora, inclusive, das regiões mais focais do desmatamento. A mesma imagem. Agora, essa imagem é de 7 de maio. Em 7 de maio, não havia vestígio claro do desmatamento. Quando foi em 21 de maio – há nuvens que impedem uma detecção detalhada –, dá para entender que tem uma área vermelha ali embaixo. Em 8 de junho, já está claro que há áreas sendo limpas naquela região e em 22 de junho foi completada a limpeza. Isso são aquelas áreas a que o Flávio se referiu: são 6 mil hectares desmatados em pouco mais de 1 mês, literalmente debaixo dos nossos olhos – nesse caso, o sentimento que tivemos no INPE. As coisas aconteceram debaixo dos nossos olhos. As evidências “anedotais” são de que isso é em escala de quase uma centena de pessoas sendo recrutadas – quer voltar, por favor, em benefício do Deputado Deputado Sarney Filho. Deputado, essa é a imagem de 2003. Área nitidamente verde, dá para ver claramente. Em 7 de maio, não há nenhum vestígio de detectado desmatamento. É provável que as equipes já estivessem lá, mas ainda não tinham limpo a área suficiente para a gente verificar o que estava acontecendo. Já em 21 de maio – havia cobertura de nuvens – dá para ver uns vermelhos. Não se tem certeza, porque pode ser sombra. Esse é o problema, às vezes, do satélite: a gente não consegue afirmar com garantia. Em 8 de junho, já temos claro que estão limpando. Isso já está claro. Digamos assim: se, naquele momento, pudesse ter tido uma fiscalização, talvez pudesse ser evitado. Aí, em 22 limpou tudo. São 6 mil hectares em pouco mais de um mês, quer dizer, um serviço organizado. Pode-se achar qualquer coisa, mas eficiente foi. Para se fazer, no meio de um ponto focal da Amazônia, um desmatamento dessa magnitude é porque realmente há organização. Aí estão todas as coordenadas. Todos esses dados, à medida que o INPE processa, ele coloca na Internet. Inclusive, os dados de 2005 já estão na Internet, março e abril, para qualquer cidadão brasileiro.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Dr. Gilberto, vamos adiantando alguma coisa das nossas perguntas.

O SR. GILBERTO CÂMARA – Pois não. Já estou terminando, Deputado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Eu só queria porque é em relação a isso. É uma pergunta bem pontual. Dá uma voltada para a gente na primeira, esse primeiro ponto. Muito bem, eu quero fazer um paralelo.

Com as queimadas em parques, você sabia em tempo real, porque a queimada era uma coisa que refletia. Tanto que a gente não falava “queimada”, falava “focos”. Alguns não eram queimadas, podia ser até uma lata refletindo a luz do sol e era entendido como foco. Muito bem, quando se fez o monitoramento das propriedades privadas no Mato Grosso, de médias e grandes, havia um parâmetro para que se pudesse trabalhar em cima desse parâmetro. Ou seja, a propriedade era georreferenciada e, a partir daquele georreferenciamento, entrava qualquer mudança, ela era comparada com o georreferenciamento anterior. Então, em tempo real também se poderia detectar uma modificação naquele registro da terra. Muito bem. Nesse caso aí, que pega toda a Amazônia – que é um projeto, eu acredito, um ganho importantíssimo, um instrumento, uma alavanca muito grande no sentido de fiscalizar. Eu tinha cobrado isso já quando era Ministro, há 4 anos atrás. Eu sempre dizia: “*Olha, não dá pra você ficar sabendo só depois, pra justificar; você tem que saber na hora, pra poder agir*”. Esse era um dos pedidos nossos. Mas eu pergunto: dá pra pegar toda Amazônia? Qual é o referenciamento? Como é que se explica isso? É só uma questão mesmo...

O SR. GILBERTO CÂMARA – Não, duas coisas. A sua preocupação enquanto Ministro, eu até me lembro disso. Trabalhei muito com Sérgio Braga, que é uma pessoa que a gente conhece bem. O problema é, Deputado: nem sempre nós temos os instrumentos disponíveis para aquilo que a gente quer. Então, esses instrumentos, quer dizer, o CBERS, um dos sensores, que é o WFI, só entrou em operação mesmo agora, depois do CBERS 3, em 2003; o outro, que foi o MOLDES, foi lançado em 2002. Então, às vezes a gente tem a visão, tem um sonho, mas os instrumentos técnicos não estão à altura dos nossos desejos.

(Intervenção inaudível.)

O SR. GILBERTO CÂMARA – Nós temos esse instrumento. Temos dois: temos instrumento a bordo do MOLDES, temos instrumentos a bordo do CBERS. A próxima geração do CBERS vai ter instrumentos ainda melhores, que são, efetivamente...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Esses dados são repassados imediatamente para o IBAMA?

O SR. GILBERTO CÂMARA – Imediatamente. Vão da Internet.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Eles estão disponibilizando para a sociedade esses dados.

O SR. GILBERTO CÂMARA – A sociedade como um todo. Quer dizer, o dado chega. Assim que o INPE processa, o INPE põe na Internet. É claro que também para o IBAMA. Esse, por exemplo. Isso é Novo Progresso. Cada um desses pontinhos – esse é 2004

agregado – com uma cor... O amarelo é o que tinha, em 2003, de desmatamento; verde é a floresta. Cada pontinho ali é uma nova área de desmatamento. Foi detectada em algum ponto de 2004. Aí é o que se faz. Cada uma dessas áreas é georreferenciada. E o que se faz? Por exemplo, o IBAMA... Todos, além do IBAMA como um todo, todos os setores de combate recebem um *e-mail* dizendo: “*Olha, no seu setor teve um desmatamento*”...

(Não identificado) – As bases.

O SR. GILBERTO CÂMARA – As bases operadoras recebem: *Nessa base operativa, nessa terra indígena tem um desmatamento; nessa área de proteção ambiental tem um desmatamento*. Aqui já é o agregamento. Por exemplo: nesse período, quais Municípios foram mais desmatados? Aí tem os culpados: Altamira, Félix do Xingu, Conisa, Aripuanã, Itaporã. Então, tudo isso é disponibilizado. Terra indígena. Quais foram as terras indígenas naquele período? Nesse período, quais foram os desmatamentos em terras indígenas? *Deu tanto; deu isso, deu aquilo*. Áreas de Proteção Ambiental. Dentro da APA, dentro daquela limitação legal – em torno de 30, acho que é, o que a gente chama de os limites externos da APA –, teve desmatamento? Está chegando perto da APA? Então, isso é um cumprimento da missão do INPE. O plano de combate, uma nova forma de combate, permite à sociedade acompanhamento em tempo quase real. Rapidamente, para terminar, o que o MCT está fazendo além disso? Nós já sabemos, como notou o Deputado que já foi Ministro, essa coisa de a gente saber o passado. Agora, é um desafio fundamental nós conhecermos o futuro. Quer dizer, o Brasil, enquanto sociedade, precisa dispor de instrumentos que o levem além da constatação e além da fiscalização, aquilo que já está fazendo. Portanto, o MCT está colocando estudos de campo e estudos técnicos que tentam entender o que é que está acontecendo. Nesse caso, é o resultado de uma certa missão que nós fizemos na Terra do Meio para entender como era o fluxo de pessoas, de ocupação naquela região – no inverno, é o fluxo dos rios; no verão, é o fluxo das estradas –, para nos levar a um entendimento maior, porque nós queremos construir cenários. Nós não vamos prever o desmatamento. O que a gente quer é dizer assim: *olha, tem cenários. Pra isso, é preciso ter especialistas em várias áreas socioeconômicas, computacionais, modelagem, matemática, etc*. A gente divide a Amazônia em pedacinhos, em recortes, tenta analisar quais são os diferentes atores e diferentes padrões que ocorrem no território amazônico e tenta começar a entender. Então, o nosso estudo estatístico mostrou que 7 fatores são relacionados a 83% do desmatamento. Então mostra o

que? Estrutura agrária, tanto grandes fazendas quanto pequenas propriedades; ocupação populacional; condições do meio físico; precipitação média; percentual de solo fértil; distância de estradas; e a presença do Estado. Evidentemente, a presença do Estado age como fator negativo no sentido do desmatamento, ou seja, no sentido de coibir. Esse é o primeiro resultado, digamos assim, o inicial, de um cenário, dependendo da circunstância, para a Amazônia em 2015, onde: branco é o desmatamento 100%; verde é floresta 100%; e, entre verde e branco, a degradação percentual da floresta. São modelos, cenários que estamos tratando; não é a previsão para 2015. O INPE não pode, nem o Governo, fazer previsão. O que ele pode é fornecer à sociedade alguns cenários possíveis de evolução do processo que tanto nos preocupa. Finalmente, quero encerrar, com um pedido ao Congresso Nacional. Eu acho que todos concordariam que a sociedade precisa saber quanto, quando e onde ocorrem as mudanças no território; na Amazônia e em todo o território. E as instituições do Governo têm por obrigação dar à sociedade um livre acesso a todas as informações sobre território. No entanto, não existe uma política nacional de infra-estrutura de dados. Quer dizer, o INPE colocou isso mediante uma aprovação do Governo, mas não existe uma lei que obrigue o INPE a fazer isso. E eu, como servidor público, acho que eu deveria ser obrigado a fazer isso. Quer dizer, não é uma decisão que uma instituição pública tome, mas uma obrigação que ela tenha de disponibilizar dados como esse da Amazônia, as imagens de satélites. Por exemplo, o congresso americano publicou o chamado Freedom of Information Act, que é ato de liberdade de informação, no qual ele diz: o governo tem a obrigação de colocar tudo que não for secreto público. E não estamos falando de documentos sigilosos, estamos falando de dados que a sociedade precisa ter. Então, esperamos que o Congresso se debruce sobre esse problema, pensando nos dados como bem público. Gostaria de agradecer aos Deputados a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson) – Nós agradecemos ao Sr. Gilberto Câmara pela sua exposição; exposição essa que mostra não apenas aquilo que está acontecendo; até uma projeção daquilo que poderá vir a acontecer.

Dando seqüência aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao nosso ilustre Relator, Deputado Sarney Filho, para suas perguntas e considerações.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, Dr. Gilberto Câmara, muito obrigado pela sua presença aqui, pela sua exposição. Eu, pessoalmente, sempre fui um admirador do INPE e também um reconhecido ambientalista sobre a capacidade técnica dos funcioná-

rios daquele órgão, dos colaboradores e tudo. O Brasil deve muito e vai dever ainda muito ao INPE, não só na questão ambiental propriamente dita, mas no próprio desenvolvimento sustentável do nosso País. Eu tenho uma admiração muito grande pelo INPE. Acho que o INPE é um centro de excelência que nós temos no País e, portanto, deve ser não somente reconhecido como apoiado. Dito isso, acho que ficou bem claro para esta Comissão que nós temos um caminho, que não é o caminho mais difícil, mais dispendioso, para nós podermos, através da vertente comando e controle, termos uma atuação mais rápida, que tenha resultados melhores, mais concretos, na questão do desmatamento. Eu acho que essa ferramenta de podermos já, em tempo real, detectar a evolução do desmatamento, ela gera, através da tecnologia, a possibilidade de que, através de esparsos e recursos humanos, se consiga tomar conta de grande parte, no que diz respeito a esse mecanismo de fiscalização, no caso, sobre o desmatamento na Amazônia. Isso é um ganho muito grande, porque hoje, teoricamente, um desmatamento como esse só precisaria – por exemplo, aquele apontado –, só precisaria, primeiro, saber se a terra é pública ou privada; saber colher informações junto ao órgão de territorial, junto ao INCRA; e mandar... Não precisa nem mandar mais funcionários lá. Nem agente precisa mais ir, já manda a multa pelo Correio; já entra na Justiça. Então, eu acho que o ideal será quando nós tivermos isso. É evidente, eu não quero confundir nem dar a impressão de que esse é um aspecto que não é o mais relevante na questão do desenvolvimento sustentável. Eu sempre costumo dizer que, dentro dessa vertente de comando e controle, o que a gente pode conseguir é alcançar o tempo necessário para que as políticas estruturantes possam dar resultados. Essas, sim, são aquelas que vão, de uma vez por todas, acabar com esse modelo depredador, esse modelo que vai contra os interesse do Brasil no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, que gerou um alto custo ambiental e um baixíssimo retorno social. Então, vai ficar mais aqui uma observação para nossos próprios assessores: eu acho que a gente pode partir, por aí, para uma grande sugestão ao Governo de atuação, de integração desses órgãos. E é lógico que a participação da sociedade civil, a participação da sociedade brasileira e mundial também deve ser bem-vinda, no sentido de que, quanto mais publicidade tiver esse assunto, maior será o empenho dos órgãos governamentais, sejam eles municipais, estaduais ou federais, no sentido de coibir esse processo. Eu pergunto aqui: na opinião de V.Sa., por que o Estado do Mato Grosso, que foi o primeiro a implantar o Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural e que conta

com o melhor sistema de controle apoiado por satélite, é também o que mais desmata? V.Sa. tem alguma sugestão a esse respeito? Em matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* de 13/03/05, sob o título *“Governo sabe quem desmata, quando e onde, mas não consegue reagir”*, V.Sa. expressou seu sentimento de impotência ante o desaparecimento de uma área de 6.200 hectares – foi essa área aí mostrada, não é? Palavras suas: *“Vi a tragédia na minha frente, como se fosse filme, sabendo que era impossível contê-la. Foi um trabalho de profissionais, com uma boa organização. Primeiro tiraram a madeira mais nobre, com motosserras, depois vieram os tratores de esteira e, finalmente, o fogo”*. Embora hoje em dia já seja possível obter um retrato avançado do desmatamento a cada 15 dias... Qual a justificativa – porque é uma visão sua – para que não se tomem providências adequadas ainda sobre isso? É só mais uma opinião. É lógico que a gente sabe que essas coisas são opiniões. Essa pergunta também poderia ir para o IBAMA. Na mesma matéria, o advogado do ISA, André Lima, que aqui já esteve também, afirmou que tais imagens são praticamente inúteis. Palavras dele: *“Não leva a lugar nenhum, porque a fiscalização está com o pé quebrado. Quando alcançado, o infrator contesta a multa na Justiça e consegue arrastar o processo por até 5 anos. Quando o Estado prova a infração, a mata já está derrubada, o infrator já embolsou uma fortuna”*. É dentro daquilo mesmo que eu perguntei, ainda dentro dessa mesma reportagem. Bem, eu acho que são essas as perguntas. Dr. Gilberto, se V.Sa. teve conhecimento daquele programa piloto implantado no Mato Grosso, que foi um sucesso, não seria o caso – é, assim, uma opinião – de fazermos em outra escala, transplantarmos aquela sistemática, já que o fundamental, que é justamente a possibilidade técnica se detectar o desmatamento em tempo real, já existe, não seria possível estender aquela experiência, com adaptações, para as outras unidades da Federação ou mesmo para a região, criando-se, através disso, um modelo próprio de ação? Bem, eram essas as perguntas. E, dentro daquilo que puder ser respondido agora, poderá ser respondido agora; o que não puder, eu gostaria de passar, para que mais tarde a gente tivesse essa notícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson) – Eu quero parabenizar o Sr. Gilberto pela sua exposição.

O Presidente da Comissão deixou aqui algumas perguntas que eu passarei a V.Sa. V.Sa. poderá responder, por escrito, posteriormente, ao Presidente.

Mas eu quero apenas fazer um comentário e gostaria de ouvir a opinião do Dr. Gilberto. No Estado do Pará, recentemente, o Governador fez, em todo o Es-

tado do Pará, um trabalho de mapeamento econômico, zoneamento econômico-ecológico, estabelecendo as prioridades onde poder-se-á desmatar, onde se plantar o quê e reservando aquelas áreas que deverão ficar intocáveis, porque a Amazônia, todos nós sabemos, contém todo tipo de solo e existem regiões que seria até um abuso, um crime deixar intocável, e outras o crime maior seria alterá-la. E gostaria que V.Sa nos falasse a respeito de qual é o entendimento do senhor sobre a necessidade do zoneamento econômico-ecológico na Amazônia, aquilo que o Pará acabou de concluir agora e mandou inclusive o projeto para a Assembléia legislativa. Essa semana nós estamos vivendo um outro problema no Pará. O Governador estabeleceu lá um decreto de Governo proibindo a exportação do carvão vegetal que tem saído do Pará para outros Estados a preço vil e gerou lá um problema: carvoeiros interditaram estradas. E parece-me que esta atitude vai elevar o valor daquele carvão vegetal a quase mil por cento, porque entende o Governador que quem desmata para gerar o carvão vegetal tem que repor, tem que reflorestar. Então, são apenas as minhas considerações e passo a V.Sa. as perguntas oficiais do Presidente, o Deputado Mendes Thame. O senhor terá uma semana pra responder por escrito ao Presidente.

O SR. GILBERTO CÂMARA – Eu gostaria de agradecer as perguntas que estão colocadas aqui. O INPE se coloca à disposição dos Srs. Deputados para responder a isso. Quero agradecer muito os elogios ao nosso ex-Ministro, Deputado Sarney Filho, com quem tive a ocasião de trabalhar no seu tempo de Ministério, com sua equipe. Os elogios ao INPE recebemos, assim, com muita humildade, mas também com muita satisfação de ter esse reconhecimento. Srs. Deputados, eu faço um comentário apenas, dizendo que o Brasil é capaz de estabelecer sistemas de monitoramento do nosso território de forma relativamente detalhada e que, nesse processo, evidentemente, organizações do Governo caminham em fases um pouco diferentes em relação à sua capacidade de uso de tecnologia. Acredito que o Deputado, os Deputados da CPI devem levar em conta que, ao longo do tempo, nós esperamos que sistemas como o implantado pelo INPE estejam disponíveis em outros órgãos do Governo e que, se me permitem a sugestão, a falta de uma legislação explícita sobre o requisito que os órgãos públicos que trabalham sobre o território coloquem os seus dados à disposição da sociedade dificulta esse controle, dificulta essa integração. Os senhores imaginem agora se, além do INPE, o IBGE, o IBAMA, o INCRA e todos os órgãos que têm dado sobre o território fossem obrigados, dentro dos limites, evidentemente, da legalidade, a integrar os seus dados. Considera-se que a

nossa capacidade de entender, de coibir casos como aquele que o Deputado Sarney Filho citou seriam muito maiores. Então, eu gostaria de desde já agradecer aqui a colocação, a oportunidade de depor aqui na CPI, e, evidentemente, responderei as perguntas no tempo devido.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito e, conforme eu já tinha comunicado no começo, eu vou ter que me afastar dos trabalhos, mas vou deixar as questões, pedindo a V.Exa. que faça o obséquio de fazê-las, e também a nossa assessoria poderá, ao longo do depoimento, se for do interesse, pedir novos esclarecimentos, além desses que já estão por escrito aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson) – Convido o Sr. Teófilo Pantoja de Vasconcelos a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Solicito ao senhor Teófilo Pantoja de Vasconcelos que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advertimos a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha. Pena de reclusão, de 1 a 3 anos, e multa.

Concedemos a palavra ao Sr. Teófilo Pantoja, se quiser dela fazer uso, por até 20 minutos, ou, caso queira, apenas responder as perguntas que forem feitas.

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS – Eu gostaria de fazer um breve pronunciamento e me apresentar. Exmos. Srs. Componentes da Mesa, Exmos. Srs. Deputados, representantes de instituições e todos aqueles aqui presentes nesta Comissão de investigação da biopirataria. Senhores, ao cumprimentar a todos, eu aqui estou me identificando e fazendo um breve relato das minhas atribuições na repartição na qual eu desempenho minhas atribuições. Meu nome é Teófilo Pantoja de Vasconcelos, engenheiro agrônomo de formação. Sou servidor público desde 1982, há exatamente 23 anos. Sou egresso da antiga Superintendência da Borracha, SUDHEVEA. Depois, com a reforma administrativa, tanto a SUDHEVEA como o IBDF e a SEMA passaram a ser IBAMA, em 89. Então, eu venho desempenhando minhas atribuições durante todo esse período e já desenvolvi atividades no interior, em Tucuruí, desenvolvi atividades na chefia do IBAMA de Tucuruí, em Paragominas, retornei a Tucuruí, já estou desenvolvendo... Em 2002, eu voltei

a trabalhar na sede, onde estou até a presente data. Em 2003, eu fui convidado pra chefiar o setor de arrecadação e cadastro técnico. O gerente me convidou pra assumir essa atribuição, ocorreu em 5 de dezembro de 2003. Então, eu estou nessa função há 1 ano e 5 meses. Sempre, na condição de servidor público, eu desempenhei minhas atribuições com seriedade, honestidade, responsabilidade e determinação, e honestidade. Então, quando o Sr. Relator falou aqui de alteração de débito no cadastro técnico e arrecadação, do qual sou o chefe do setor, eu prestei atenção, mas eu quero ressaltar que o débito, quando chega no setor de arrecadação, já chega devidamente cadastrado no sistema. Ele já vem cadastrado, ele é cadastrado no SEFISC. Então, quando ele chega ao setor, já chega cadastrado, e qualquer alteração de débito, quero deixar bem claro aqui que qualquer alteração de débito é feita com a homologação do gerente, com um parecer prévio, jurídico. Então, todo o trabalho que nós fazemos é de execução. Desenvolvemos nossa atividade no setor de arrecadação usando esses instrumentos aqui que eu trouxe: a Instrução Normativa nº 8, que diz respeito às cobranças de débito de natureza tributária e não tributária. A Instrução Normativa 8 disciplina os procedimentos de defesa em um sistema administrativo recursal e cobrança desses créditos de natureza tributária e não tributária. Então, todo o nosso trabalho no setor de arrecadação é feito com base na Instrução Normativa 8 e no Decreto 3.179. O Decreto 3.179 tem o art. 60, que fala que o infrator pode ter reduzido até, o valor nominal do débito, em 90%, desde que ele assuma um termo de compromisso de reparação do dano ambiental. Então, é um outro instrumento que nós usamos no nosso trabalho. A Instrução Normativa 10 fala sobre conversão de multa administrativa. Então, qualquer alteração, conversão ou a aplicação do art. 60 do Decreto, quando chega ao setor de arrecadação, já chega devidamente homologada pela gerência. Então, tudo o que é feito em um setor de arrecadação é com base nesses instrumentos aqui. Devo ressaltar também que eu tive conhecimento, sim, de alguns débitos de valores que eram de um determinado valor, valor alto, significativo, e que aparecem no sistema com valor inferior. O cadastramento não foi feito na arrecadação. Quero dizer que ele é feito no setor de fiscalização, onde são gerados os autos de infração. Quando chega ao setor de arrecadação, já é só para cobrança. Tenho também informação aqui sobre alguns débitos que tiveram valores no sistema, surgiram com valor inferior àquele que consta no auto de infração. Mas quem estava trabalhando no setor de fiscalização fazendo esses cadastramentos era um servidor da fiscalização que tinha deficiência visual muito forte, usava óculos

de um grau bastante adiantado e, quando foi detectada essa situação, ele pediu para sair do setor, porque foi confrontado aquilo que estava no sistema e aquilo que estava, de fato, constando no processo. Quer dizer, como eu estou há 1 ano e 5 meses no setor de arrecadação, isso não chegou ao meu conhecimento, essa alteração, assim, já para fazer cobrança, porque, se chegar um débito, quando chega para cobrança, chega o processo, e no processo consta o valor e o nome do autuado. Quando no sistema consta um valor diferente, é claro que imediatamente o setor de arrecadação tem a obrigação de comunicar à gerência que o que está no processo não é o que está no sistema. Então, esses são os esclarecimentos que quero deixar aqui, e me coloco à disposição das perguntas que forem feitas e que, se for do meu conhecimento, eu faço questão de esclarecer uma a uma para não pairar dúvida sobre a nossa responsabilidade à frente do setor de arrecadação. O setor de arrecadação também é chamado cadastro técnico e dá impressão de que o cadastramento do débito é feito no setor de arrecadação e cadastro técnico. É cadastro técnico porque ele controla. O cadastro técnico ele é feito, na realidade, no *site* do IBAMA. Então, as empresas que exploram recursos florestais e desenvolvem atividades potencialmente poluidoras, elas entram no *site* do IBAMA e fazem o seu cadastramento. Foi uma forma de dinamizar o cadastramento. O sistema gera a obrigatoriedade de cobrança de taxas. Então, toda empresa, quando contesta a obrigatoriedade de se cadastrar junto ao órgão, ela apresenta documentos que são analisados no cadastro técnico. Então, eu deixo aqui bem claro que o fato de o setor ser “cadastro técnico e arrecadação”, ele não faz o cadastramento do débito; o cadastramento é feito no setor de fiscalização. O que aconteceu com esses débitos que foram alterados, o que eu tenho conhecimento, é que o servidor que fez o cadastramento errado, ele foi afastado, a pedido dele mesmo, quando foi detectada essa diferença. Agora, existem também outras situações, como cadastro errado e nomes trocados, em que foi detectado... foi feito anteriormente à minha gestão no setor, mas, assim que foi detectado, já está sendo esclarecido, pra fazer o cadastramento correto. Ou seja, a multa não foi alterada, ela continua no mesmo valor, só que no nome trocado. Inclusive, a própria pessoa que foi autuada, que teve o seu nome cadastrado errado, pediu pro órgão, através de documento, que fosse feita a correção. Então, nesse momento, eu estou à disposição das perguntas que forem a mim dirigidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Sr. Teófilo, eu quero fazer uma pergunta objetiva, porque a CPI recebeu aqui vários documentos. Qual

o desconto máximo que normalmente o IBAMA, no Pará, ou o IBAMA nacional pode aplicar para aqueles que receberam multas, penalidades, por infração ambiental ou coisa parecida? Existe um critério normal de desconto das multas?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Existe sim. Com base no Decreto 3.179, existe a possibilidade de ser feito um desconto de 90% do valor do débito, e o infrator fica com a responsabilidade de fazer a recuperação ambiental correspondente aos 90%. Isso com um parecer técnico de uma comissão, e com um parecer jurídico, e posterior homologação do gerente. Quando chega no setor de arrecadação já é pra cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Exatamente. Nós temos aqui, depois vai ser passado pro senhor, um auto de infração, que a infração constava como sendo 270 mil reais, pelo incêndio em 180 hectares de mata, causando morte em Castanheiras e outras coisas mais, na Fazenda Barrageira. Então, aqui o auto de infração: 270 mil reais. Aí, nós encontramos, já Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, etc., principal: 27 mil reais. Então, já subentende aí que está dado o desconto ou foi copiado errado, por esse problema visual do funcionário? O senhor entende que aqui já é com o desconto ou houve erro na cópia, já na memória do cálculo?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Esta é uma situação que não cabe os 90%, conforme o art. 60 do Decreto. Por quê? Quando cabe essa situação de redução de 90%, com o pagamento de 10% do valor original, aqui, na situação do débito, está escrito, fica uma situação: recuperação... O débito, primeiro ele recebe o seguinte estado: pedido de recuperação ambiental. E aqui deveria estar configurada a situação: recuperação ambiental em andamento, que não é o caso. Então, eu creio que o servidor que foi cadastrar o débito deve ter esquecido de digitar um zero, e cometeu o erro, porque não cabe aqui a situação que consta no decreto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson) – Esse é um caso em que não caberiam os 90% de desconto?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Não caberiam os 90%. Mas essa situação, pelo nome aqui da pessoa, tenho informação de que... Não é o caso do decreto. Mas essa multa foi lavrada, e existia uma área autorizada, isso tudo de uma maneira informal que eu tive conhecimento. Que essa multa teria sido lavrada a maior e que ela foi ajustada para um valor proporcional porque o autuado tinha uma autorização do IBAMA de 115 hectares, e que isso aí foi lavrado proporcional. Só que eu não tenho conhecimento desse

outro auto. Seria o caso de lavrar outro auto de infração, porque aqui consta o auto 141.515 e que aparece com 270. Então, se fosse o caso de adequação, teria que ser lavrado outro auto com um valor proporcional à área. Mas esse processo aqui já é do conhecimento do Ministério Público. Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Esse caso, ao seu ver, é um caso em que cabe uma investigação mais profunda.

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Creio que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Está sob suspeita esse processo?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Esse processo foi pedido pelo Ministério Público, já é do conhecimento do Ministério Público. Não sei se foi lavrado outro auto. O que estou vendo aqui é que não se enquadra naquele caso de redução de 90%. Se foi lavrado proporcional, é o caso de se pedir o processo para verificar quais são as explicações que estão contidas no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Esse processo aqui não é do seu período de gestão na arrecadação?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Na arrecadação, não, porque eu assumi a arrecadação em 5 de dezembro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– O que V.Sa. tem a declarar sobre a alteração de valores, dando uma explicação, assim, mais pormenorizada, sobre a alteração de valores das multas no sistema de arrecadação e cadastro técnico do IBAMA em Belém, conforme atestam – esse aqui é um caso que nós lhe mostramos, mas tem outros – cópias de autos de infração e das memórias de cálculos apresentados, embora os documentos apresentados sejam anteriores ao seu período como chefe de arrecadação, mas, mesmo assim, sendo funcionário do IBAMA, o senhor poderia, além do problema visual daquele funcionário, que, parece-me, pelo que estou vendo, sempre esquecia um zero, o senhor tem idéia de algum em que ele acrescentou algum zero?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS – Sim, teve débito que ele cadastrou para mais e teve débito que ele cadastrou para menos, inclusive com essa situação aí de um zero a mais ou um zero a menos. Quando foi levantada a questão na época, eu tive informação de que ele pediu que tirassem ele do setor por causa desse problema, e foi atendido, ele saiu do setor. Agora, quando o débito chega para a arrecadação fazer a cobrança, já chega cadastrado. É muito difícil, é praticamente impossível o setor de arrecadação efetivar uma cobrança de um débito

alterado para menor, depois de cadastrado, porque o setor de arrecadação só faz a cobrança do débito com o processo na mão. Então, se chega um débito com um valor constando 500 mil reais e, na hora de fazer a cobrança, está no sistema o valor... e você vai cobrar 50, de imediato você vê a diferença, não tem como fazer essa cobrança num valor menor, porque o processo vai ser analisado pela jurídica, vai ser homologado pelo gerente, para ser arquivado, tem todos os procedimentos de cobrança. Então, é impossível, pelo menos para mim, é impossível fazer, até por engano, uma cobrança de um débito cadastrado errado. Eu nunca fiz e jamais vou fazer uma cobrança errada, se o débito for cadastrado errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Nós temos aqui um outro caso, que considero até mais grave, porque foge do parâmetro do desconto de 90%, já com o compromisso de recuperar a área que foi alterada. Aqui nós encontramos uma multa de 400 mil reais, no Município de Portel, em 2001, alguém que estava explorando e armazenando 4 mil metros cúbicos de madeiras, toras etc., e essa multa de 400 mil se transformou em 400 reais.

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Foi exatamente... Esse foi um dos débitos em que foi feito o cadastramento pelo servidor que tem a deficiência visual. Esse, eu tenho certeza que ele fez. O outro, eu não tenho certeza se foi ele, esse de 27 para 270. Mas esse foi ele. Inclusive, a gente pode observar pela quantidade de zeros aí, quatrocentos reais para... esses valores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– V.Sa. confirma ou nega que foi convocado para uma reunião com a Sra. Lucimar Paixão, para tratar, há poucos dias, de assuntos relativos ao depoimento de V.Sa. a esta CPI? Em caso afirmativo, o Sr Ademir Andrade esteve presente? Que função a Sra. Lucimar exercia nos anos 2002 a 2004 e que função exerce hoje na Gerência Executiva? E quanto aos Srs. José Maurício Moreira da Costa e Fátima Ataliba, que funções exerceram a partir de 2002?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Eu nego a convocação pela Sra. Lucimar, pela Lucimar, para tratar de assunto relacionado a depoimento. Eu jamais aceitaria participar de um depoimento, sendo convocado, previamente, para faltar com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Então, essa reunião não aconteceu?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Essa reunião não aconteceu. A pergunta ainda se estende mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Se a reunião não aconteceu, então, não esteve

presente o Sr. Ademir Andrade, obviamente. Agora, a segunda parte da pergunta é: que função a Sra. Lucimar exercia de 2002 a 2004 e que função exerce hoje na Gerência Executiva?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Ela foi substituída da gerência, não sei precisar o período, mas ela era substituída da gerência e hoje ela trabalha ainda no gabinete, mas não... Aliás, ela foi, recentemente... Ela não é substituída da gerência. Eu não sei precisar esse período em que ela foi substituída da gerência, mas desempenhou, como substituída da gerência, a função. Não posso precisar o período, mas é mais ou menos esse período aí. É muito fácil detectar também, porque é só levantar essas informações junto à nossa gerência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– E os Srs. José Maurício da Costa e Fátima Ataliba, que funções exerceram a partir de 2002, se o senhor os conhece?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Em 2002, eu estava chegando... Eu não estava no setor de arrecadação. Estava chegando em Belém, para trabalhar no setor de controle. Mas eu não sei... Eu creio que até hoje esse Maurício e a Sra. Ataliba trabalham no setor de fiscalização, justamente o setor responsável pelo cadastramento de débito. Agora, é muito fácil levantar quem fez, de fato, o cadastramento desses débitos mencionados ou de outro qualquer débito que for cadastrado errado na fiscalização, porque cada servidor que faz o cadastramento tem uma senha e ele faz com a senha própria. Por isso, é muito fácil levantar quem fez o cadastramento, se fez por engano ou se foi falha do sistema, se foi má fé. É muito fácil levantar isso aí, porque cada um tem sua senha para acessar o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Nós temos aqui um outro documento. Eu acho que é importante estarmos ouvindo o senhor, porque o senhor conhece como funciona o órgão. É possível uma autuação, de qualquer valor, baixar para zero? Nós temos por exemplo aqui uma autuação, parece-me que é de 2002. Vencimento 9/1; autuação 20/12/2001. Vencimento, janeiro de 2002, 250 mil reais por usar fogo em uma área agropastoril de 250 hectares, sem autorização do IBAMA, 250 mil. Aí aparece o valor de débito calculado em março de 2004: zero. Isso é possível?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Com licença. Se for pago o débito... Com licença... Aqui não consta débito quitado. Quando é pago aparece quitado e o valor zerado. Esse débito aqui foi cancelado, então, claro não fui eu, no meu tempo também não fiz cancelamento. É possível...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– A pergunta que eu fiz é: é possível cancelar uma auto de infração no IBAMA?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Esse cancelamento sim, esse é feito no setor de arrecadação. Mas esse cancelamento para ser legal tem de ter a homologação do gerente contida no processo, com prévio parecer jurídico. Se for detectado que a situação é para cancelar o auto, porque foi lavrado com vícios ou então foi lavrado de forma errada ou enquadramento errado, ou qualquer coisa parecida, ou então não teve sustentação jurídica, o gerente se manifesta pelo cancelamento do auto. É possível sim, mas se está aqui como cancelado, é preciso ver o processo para ver o que foi que aconteceu, se foi feito legalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Nós agradecemos a sua informação sobre isso. E, conforme o senhor disse há pouco, como todo e qualquer registro consta a senha do funcionário que fez ou a mais ou a menos, nós gostaríamos de solicitar que, nesses casos, o senhor depois enviasse para esta CPI os nomes dos funcionários que agiram de maneira errada por erro ou se por outras razões, cancelando ou diminuindo... Inclusive, nesse caso, eu entendo, no caso de limpeza de pasto com fogo, se foi uma autuação extemporânea, se foi uma autuação errada, se houve um processo, se houve por parte do IBAMA um parecer jurídico para o cancelamento. Gostaríamos que o senhor depois, dentro de uma semana, duas, mandasse para esta CPI os nomes de tais funcionários. Como também nos vamos entregar agora a V.Sa. a cópia do Ofício 324, de 16/12/2004, da Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional, encaminhado a esta CPI relativa à denúncia formulada pelo Sr. Amarildo Geraldo Formentini, entre as quais as cópias anteriores apresentadas. Isto posto, solicito a V.Sa. ou a seu superior hierárquico, Sr. Marcílio de Abreu Monteiro, que se manifeste por escrito, no âmbito de competência da gerência executiva do IBAMA, em Belém, no prazo de uma semana, acerca dos documentos ali insertos, bem como sobre outros casos, inclusive esses que mencionamos, em que haja denúncias de negociatas desse tipo, envolvendo técnicos do IBAMA e infratores, a exemplo dos Autos de Infração nº 370353, infrator Joseph Jaoudath Haraqui, 370302, infrator Pedro Pacheco dos Santos Lima Neto, e 370304, infrator Lindomar Campelo da Silva, relativos a garimpo ilegal. Vamos passar ao senhor esses documentos para que o IBAMA de Belém, na pessoa do seu gerente, possa responder sobre isso a esta CPI. Também sobre a notícia veiculada pela *Folha On-Line*, em 29/04/2005, informa que a Polícia Federal prendeu

naquela data, na sexta-feira da semana retrasada, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, o gerente do escritório do IBAMA em Rondonópolis, Edinaldo Neves da Silva, sob a acusação de cobrar 30 mil reais de um empresário para reduzir de 700 reais para 80 mil reais uma multa aplicada por dano ambiental. Em face dos fatos anteriores, V.Sa. crê que esse tipo de expediente possa estar ocorrendo de maneira generalizada em outros escritórios do IBAMA?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Eu não posso afirmar que isso está acontecendo em outros escritórios. Mas eu tive informação, através dos jornais, desse fato. O que a própria associação dos servidores ventilou é que procurássemos verificar se esse chefe do escritório IBAMA se é funcionário do IBAMA ou se é pessoa que assume cargo de confiança, porque isso até vem denegrir a imagem do chefe do escritório do IBAMA. Precisa ser esclarecido se realmente, de fato, essa pessoa que cometeu esse delito é servidora ou não do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Perguntas do Presidente desta CPI, Deputado Mendes Thame, que, na sua ausência, deixou por escrito: “A empresa Cikel Brasil Verde se encontrava inadimplente com o Governo Federal e inscrita no CADIM, desde 13/03/2002. Além disso, tinha pago mais de 50 mil reais ao Governo proveniente de multas cobradas pelo IBAMA. Como essa empresa participa do transporte, beneficiamento e comercialização do mogno no mercado internacional?” O senhor tem alguma coisa a dizer a respeito disso? Algum conhecimento?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Cikel Brasil Verde... Não, eu não tenho conhecimento não desse fato aí. Eu tenho informação é que a Cikel Brasil Verde ela é detentora de selo verde. Eu não tenho conhecimento particularmente desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Aqui uma outra pergunta também do Presidente: se é possível justificar a velocidade quanto ao pedido de solicitação de doação do material apreendido para a empresa FASE (3/06/2003). A nota técnica elaborada pelos diretores da DIREF/DIPRO e coordenadores do CGFIS/CGREF (4/06/2003), demonstram que tudo ocorreu num ritmo diferenciado, com o que acontece no serviço público, bem diferente do que aquilo que acontece normalmente no serviço público. Qual a justificativa, se é que o senhor tem, para tamanha velocidade no pleito, praticamente de um dia para o outro, foi feito um pedido, no outro dia deferido o pedido para doação do tal material? O senhor tem conhecimento?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Seis de 2003?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Exatamente, 3/6/2003 o pedido; 4/6/2003 o atendimento do pedido, a doação do material.

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Não, não tenho conhecimento, até porque, quando eu fiz a minha explanação aqui, eu falei que eu cheguei no setor em dezembro, 5 de dezembro de 2003, foi anterior à minha chegada no setor. Mas, se fosse de meu conhecimento, como já aconteceu de eu me manifestar aqui de coisas que não aconteceram, fatos que aconteceram mesmo antes de eu assumir o setor, eu esclareceria. Esse eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– A pergunta não é pelo fato do senhor não ter sido, é se é comum as coisas acontecerem assim nesse sentido, nessa rapidez de 24h. O senhor tem conhecimento se outros casos semelhantes já aconteceram?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Não é comum, o que pode ocorrer... Não é comum não, porque existem muitos processos e o que pode acontecer é que, em alguns casos, pode ter uma velocidade maior, não nessa aí, de uma semana ou 30 dias ou 15 dias, pode acontecer e outros levar mais tempo, porque é dada a prioridade da própria gerência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Voltando ao caso, eu acho até interessante. Eu conheço a Cikel, realmente sei, todas as placas da Cikel têm o selo verde. Eu desconhecia o fato de ela ter sido multada pelo IBAMA. E aí uma pergunta interessante. Uma empresa que tem selo verde pode ser multada? E, em sendo multada, ela mantém o selo verde ou perde por dano ambiental?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– O correto é perder o selo verde. Agora, os critérios de liberação do selo verde eu desconheço como são concedidos, até porque quem concede selo verde, salvo qualquer outra informação, pela informação que eu tenho que não é oficial, não é o IBAMA que concede o selo verde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Ainda voltando a falar sobre o mesmo caso.

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– E só como complementação. Uma vez que a empresa é detentora de selo verde, se ela comete uma infração, eu acho que é motivo para cancelamento do selo verde sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– A gerência executiva do IBAMA do Estado do Pará tem controle de dados sobre ATPFs expedidas para a empresa Cikel?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Sim, tem controle não só sobre a Cikel como qualquer outra empresa. O setor de controle detém essa

informação de todas as séries e números de ATPFs liberadas para qualquer empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– V.Sa. poderia de maneira sucinta discorrer sobre o Fundo DEMA? Saberá precisar qual o quantitativo de recursos no Fundo DEMA existente no Banco da Amazônia, BASA, proveniente de exportação do mogno? Poderia nominar quais projetos sociais foram implementados através do saldo de aplicação na conta do Fundo DEMA? V.Sa. poderia explicar a razão de não existir representantes de órgãos federais no Conselho Gestor do Fundo DEMA? O senhor pode falar alguma coisa a respeito disso?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Infelizmente eu não posso prestar nenhuma informação, porque eu não tenho conhecimento do Fundo DEMA. Não posso e nem tenho conhecimento mesmo do fato e nem tive acesso a essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Última pergunta do Presidente.

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Até porque não é da nossa competência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– “Há suspeitas de que no Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba, Pará, multas aplicadas pelo IBAMA foram retiradas ou tiveram seus valores reduzidos no sistema informatizado do órgão. Notícia veiculada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 26/8/2004, afirma que o madeireiro Walmir Climaco foi multado pelo IBAMA em 1 milhão e 200 mil reais por desmatamento ilegal em 746 hectares dentro do referido Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba, além de outra multa de 182 mil por manter 600 metros cúbicos de madeira sem comprovação de origem. Ele recorreu dessas multas e não há qualquer comprovação que foram pagas”. O senhor tem conhecimento sobre esse problema lá de Itaituba do Sr. Walmir Climaco?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Não tenho conhecimento, não tenho o menor conhecimento desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson) – Outra pergunta. O senhor mencionou o fato do funcionário com problemas visuais e que, em alguns momentos, marcava para mais ou para menos os valores, registrava para mais ou para menos. Esses valores marcados para mais ou para menos foram corrigidos depois ou ficaram por aí mesmo, quando descoberta a discrepância?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Esse, eu não tenho conhecimento, porque não passou pela minha mão. Mas certamente quando chegar, chega para corrigir. Eu creio que foi corrigido, essas distorções foram corrigidas, porque o servidor foi afas-

tado. Então, eu creio que o cadastramento foi feito, foi corrigido. Eu creio, não posso afirmar. Aí seria o caso só de consultar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– V.Sa. tem algum conhecimento a respeito de processos de multas contra a COSIPAR e se teria optado pela conversão de multas talvez em reflorestamento? Se pagou, se não pagou? O senhor tem algum conhecimento de processos do IBAMA contra a COSIPAR?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Sim, a COSIPAR tem uma relação grande débitos. E o conhecimento que eu tenho, apesar de o Pará ter 3 gerências, gerência 1, 2 e 3, a COSIPAR está sob a jurisdição da gerência de Marabá. Mas eu tenho a informação de que ela fez algumas conversões para pagar 10% e fazer a recuperação ambiental. Foi tudo por Marabá. E a informação também pós-consulta no sistema é de... uma pessoa da arrecadação detectou que não caiu no sistema o pagamento dos 10%. Não aparece o pagamento dos 10%. E o representante da empresa, uma pessoa que representa a empresa, informou verbalmente que esses 10% foram pagos e apenas não caiu no sistema por falha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson) – Mas foi pago em banco, depósito bancário na conta do IBAMA, ou foi pago no próprio órgão ou para funcionários do órgão?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Eu não posso fazer uma afirmação dessa porque a conversão foi feita por Marabá. E certamente, quando é feita a conversão, sai o boleto de pagamento bancário para ser recolhido no banco. Então, é o caso também da gerência de Marabá ser acionada para responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson) – Certo. Nós temos aqui um outro caso de uma madeireira, a Madeireira Porto de Moz, que teria sido cadastrada em nome de Antônio Rodrigues, que era apenas um funcionário da madeireira, e essa também me parece que foi multada. O senhor tem conhecimento a respeito disso?

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– No caso da Porto de Moz não foi redução, mas, sim, um caso de cadastramento errado. Só que o que eu achei estranho é que o valor não foi alterado, mas o nome, o processo, alguns processos eles estão no nome de Porto de Moz e consta na relação de débito de Antônio parece que Rodrigues, salvo melhor memória, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson) – Antônio Rodrigues.

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Rodrigues, é. Foi cadastrado o débito no nome de Antônio Rodrigues, consta como débito de Antônio Rodrigues. E tenho conhecimento também de que a Porto de Moz

pagou um desses débitos que consta no nome de Antônio Rodrigues. Foi cadastrado errado. O Antônio Rodrigues entrou com um documento, pediu cópias de processo e pediu ao IBAMA que fosse corrigido esse cadastramento, porque foram débitos cadastrados indevidamente no nome dele. Esse documento chegou até a gerência. E eu tive a oportunidade de constatar que pelo menos 5 processos que estão no nome de Porto de Moz foram cadastrados no setor de fiscalização. Não sei por que esse servidor, mas é fácil, porque é só verificar a senha de quem fez o cadastramento. Se foi dolo do servidor que fez o cadastramento ou se foi falha do sistema. Mas realmente eu constatei que pelo menos 5 no nome de Porto de Moz foi cadastrado de forma errada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Muito bem. Eu quero agradecer ao Sr. Teófilo pelas suas informações. E apenas, encerrando, dizer que as perguntas que o senhor recebeu, por escrito, devem ser encaminhadas à CPI como também aquele caso das discrepâncias de valores. Os nomes dos funcionários que tiveram acesso ao sistema e, então, diminuíram ou aumentaram os valores, e os procedimentos que foram tomados. Agradecendo, o senhor está dispensado.

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Eu gostaria de perguntar se esses débitos que eu vou fazer, esse levantamento de todas essas discrepâncias de valores constam aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson)

– Sim, é o que está aí.

O SR. TEÓFILO PANTOJA DE VASCONCELOS

– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson) – Retiramos os requerimentos que estão na pauta da Ordem do Dia. Eles serão deliberados em reunião posterior.

Não havendo mais nada a tratar, agradecemos a presença dos convidados, das testemunhas, dos Srs. Parlamentares, dos senhores assessores e demais presentes. Antes de encerrar, convoco os Srs. Deputados para a reunião ordinária a realizar-se no próximo 18 de maio, às 14h30, no plenário 13.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS,
A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE
MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 23ª reunião ordinária realizada em 18 de maio de 2005

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia dezoito de maio de dois mil e cinco, reuniu-se a

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 13 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto, Josué Bengtson e Perpétua Almeida – Vice-Presidentes, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Rosinha, Leandro Vilela, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt e Zico Bronzeado – titulares, e Arnaldo Faria de Sá, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Fernando Coruja e Thelma de Oliveira – suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Francisco Garcia, Gervásio Oliveira, Hamilton Casara, Henrique Afonso, Janete Capiberibe, João Carlos Bacelar, Maria Helena, Nilson Pinto, Robson Tuma e Sarney Filho – titulares, e Badu Picanço, Miguel de Souza, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 22ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimento, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes pessoas: Srª Regina Célia Fonseca Silva – Economista e Auditora Interna da Fundação Nacional do Índio; Dr. Mário Lúcio Avelar – Procurador da República no Estado de Mato Grosso; Sr. Vasco Marcus Van Roosmalen – Presidente da Amazon Conservation Team; e Sr. Mairauê Kaiabi – Fundador e ex-Presidente da Associação Terra Indígena do Xingu, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou a Srª Regina Célia Fonseca Silva para tomar assento à mesa, solicitando aos demais convocados que se ausentassem do plenário, e, por ter sido convocada como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. O Deputado Moacir Micheletto assumiu a presidência dos trabalhos, facultando o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Dr. Rosinha), Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Rosinha, Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelo Sr. Presidente) e Arnaldo Faria de Sá. O Sr. Presidente convidou o Dr. Mário Lúcio Avelar a tomar assento à mesa, passando-lhe a palavra. Concluída sua exposição, o Deputado Leonardo Monteiro assumiu a presidência dos trabalhos, e formularam perguntas ao expositor os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Deputado Dr. Rosinha), Arnaldo Faria de Sá, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Ro-

sinha e Thelma de Oliveira. O Sr. Presidente convidou o Sr. Vasco Marcus Van Roosmalen para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame reassumiu a presidência, e fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Dr. Rosinha), Arnaldo Faria de Sá, Dr. Rosinha, Antonio Carlos Mendes Thame, Dr. Francisco Gonçalves e Thelma de Oliveira. O Sr. Presidente convidou o Sr. Mairauê Kaiabi para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, a testemunha solicitou que fosse permitida a presença da Sr^a Léia Maria Tomás na mesa, antropóloga, pessoa de sua confiança, para que explicasse o sentido das perguntas a serem feitas. Fizeram indagações ao Sr. Mairauê Kaiabi os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Dr. Rosinha), Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Rosinha, Antonio Carlos Mendes Thame e Arnaldo Faria de Sá. B – Apreciação de requerimentos: 1) – REQUERIMENTO Nº 59/05 – da Sr^a Perpétua Almeida – que “requer a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Senhor Valdemir Kramer”. Retirado de pauta. 2) – REQUERIMENTO Nº 71/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer ao Coordenador Geral de Florestas Nacionais e Reservas Equivalentes do IBAMA, Sr. Adalberto da Costa Meira Filho, cópia do relatório de visita à FLONA de Três Barras”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 3) – REQUERIMENTO Nº 72/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam convocadas a prestar depoimento sobre o caso da FLONA de Três Barras/SC, as seguintes pessoas: Sr. Sérgio Fernandes Freitas – ex-Chefe da FLONA de Três Barras/SC; Sr. Lúcio Vaz – Jornalista do Correio Braziliense; e os Srs. Adalberto da Costa Meira Filho, Antônio Manuel do Rego Maia Junior e José Carlos Menezes, respectivamente, Coordenador e Técnicos da Coordenação Geral de Florestas Nacionais e Reservas Equivalentes do IBAMA”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 4) – REQUERIMENTO Nº 73/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer a realização de diligência no Estado do Paraná por este Requerente e mais outro membro desta CPI, para ouvir o Sr. Ademar Luiz de Souza, preso na manhã do dia 25 de abril de 2005 com 103 pássaros silvestres”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 5) – REQUERIMENTO Nº

74/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer a convocação do Sr. Hilton Pereira da Silva e da Sr^a Denise Hallack para prestarem depoimento acerca de fatos relacionados à coleta e ao tráfico internacional de sangue indígena”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 6) – REQUERIMENTO Nº 75/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer à Polícia Federal a elaboração de pedido de auxílio ao Governo Americano e à Interpol, solicitando a investigação de fatos concernentes ao tráfico internacional de sangue indígena e a adoção de providências para retirar da internet o site norte-americano que está comercializando o sangue das tribos Karitiana e Suruí”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 7) – REQUERIMENTO Nº 76/05 – dos Srs. Henrique Afonso e Hamilton Casara – que “requerem o deslocamento de membros da CPI da Biopirataria à cidade de Goiânia, para averiguar denúncias apresentadas a este órgão técnico sobre o tráfico de animais silvestres no Zoológico daquela cidade”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 8) – REQUERIMENTO Nº 77/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer à Fundação Nacional do Índio cópias dos Processos nºs. 530/93 e 1.607/02”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 9) – REQUERIMENTO Nº 78/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer sejam convidados a prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta Comissão a Dr^a Ana Lúcia Hartmann – Procuradora do Ministério Público Federal de Santa Catarina e o Prof. João de Deus Medeiros, da Universidade Federal de Santa Catarina – Coordenador da Federação das Entidades Ambientistas Catarinenses”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 10) – REQUERIMENTO Nº 79/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer ao IBAMA, ao Ministério Público de Santa Catarina e à 3^a Vara da Justiça Federal de Santa Catarina, cópias dos documentos especificados: ao IBAMA: – processos designados para sindicância, envolvendo a exploração irregular de espécies ameaçadas de extinção no Estado de Santa Catarina, – parecer nº 6/2004, de 16 de agosto de 2004, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, sobre a exploração de araucária pela Indústria de Madeiras Tozzo S/A, e – processo IBAMA nº 02026.001186/2005-74, sobre a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal, com base nos documentos encaminhados pela Gerência Executiva de Santa Catarina; ao Ministério Público de Santa Catarina: – relatório de andamento dos procedimentos instaurados para investigar a exploração irregular de espécies ameaçadas de extinção; e à 3^a Vara da Justiça Federal de Santa Catarina: – cópia integral da Ação Civil Pública proposta pelo Instituto Socioambiental contra o IBAMA por autorizar reiteradamente a exploração de espécies da flora situadas na Mata Atlântica,

relacionadas na lista oficial de espécies ameaçadas de extinção”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 11) – REQUERIMENTO Nº 80/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer sejam convocadas a comparecer perante esta Comissão, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta CPI, as seguintes pessoas: – Noel Gonçalves Miranda, filho de Noel Gonçalves Lemes, dono do criadouro de animais Fazenda Serra Azul, em Quirinópolis, Goiás; – Roberto Alves de Castro, Delegado da Polícia Federal em Goiás; – Carlos Roberto Teixeira de Oliveira, Procurador Federal e Gerente-Executivo substituto do IBAMA em Goiás; – José Augusto Mota, Chefe da Divisão Técnica do IBAMA em Goiás; – Wilian Pires de Oliveira, ex-Diretor do Zoológico de Goiânia; – Francisco José Viana Palhares, Gerente Executivo do IBAMA no Distrito Federal; e – Deborah Scheidegger Soboll, Médica Veterinária do Zoológico de Brasília”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 12) – REQUERIMENTO Nº 81/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam convocadas a comparecer perante esta Comissão, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta CPI, as seguintes pessoas: – Megaron Txucarramãe, Cacique e Chefe do Posto da FUNAI em Colider/MT; – Francisco das Chagas Rocha, funcionário da FUNAI em Colider/MT; – Antenor Gonçalves Bastos Filho, ex-Coordenador de Proteção de Terras Indígenas (atual CGPIMA) da FUNAI; e – Paulo Henrique Borges de Oliveira Junior, Assessor do Presidente do IBAMA”. Em votação, foi aprovado o requerimento. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezenove horas e quarenta e cinco minutos. E para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiras, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 22ª reunião.

Não havendo quem solicite a sua leitura, colocoa em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la. Em votação. (Pausa.)

Aprovada.

Em virtude de aprovação de requerimento de autoria do Deputado Dr. Rosinha, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para ouvir as seguintes pessoas: Sra. Regina Célia Fonseca Silva, economista e auditora interna da FUNAI; Dr. Mário Lúcio Avelar, Procurador da República no Estado do Mato Grosso; Sr. Vasco Marcos Van Roosmalen, Presidente da Amazon Conservation Team; Sr. Mairauê Kaiabi, fundador e ex-presidente da Associação Terra Indígena do Xingu.

Ao convidar a primeira depoente, eu solicito ao Sr. Vasco Marcos Van Roosmalen, à sua advogada, autorizada a também participar da sua oitiva, e ao Sr. Kaiabi que acompanhem a Sra. Sandra até a sala da CPI, onde aguardarão o momento de serem novamente chamados para a sala, já que, pelas normas, os depoimentos de uma das pessoas ouvidas não deverão ser compartilhados pelos demais depoentes.

Convido a Sra. Regina Célia Fonseca Silva para tomar assento à mesa. (Pausa.)

Ela está aí? Onde ela está? (Pausa.) Onde esta o termo do julgamento?

Solicito à Sra. Regina Célia Fonseca Silva que preste o juramento, em atendimento ao art. 213, do Código de Processo Penal.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade no que couber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210, do Código de Processo Penal, informo à testemunha das penas previstas para crime de falso testemunho, descrito no Código Penal, no art. 342. Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha: pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra a Sra. Regina Célia Fonseca Silva, por até 20 minutos. Se lhe aprovar, e, caso não deseje utilizar esse tempo, passaremos diretamente às perguntas dos Deputados.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Bem, boa-tarde a todos. Eu sou Regina Célia Fonseca Silva, sou economista, funcionária da FUNAI. Ingressei na FUNAI em 1986, no último concurso que a FUNAI fez de técnico em indigenismo. Trabalho aqui. Hoje em dia, estou lotada aqui em Brasília na auditoria interna da FUNAI, mas não sou de fato auditora, sou só economista; mas atuo na auditoria interna. É a primeira vez em que eu venho para um depoimento de uma CPI. Então, não sei assim muito bem como dar prosseguimento à minha falação. Mas o que eu queria colocar é o seguinte, nesse processo todo de denúncia que foi de minha autoria em relação às relações que a FUNAI tinha – acredito eu que tinha – com a Amazon

Conservation Team, desde o início desse processo em 2003. E o único sentido, a única coisa que me motivou a formular essa denúncia – eu não sei, deve ter chegado aqui essa documentação – foram os dados que me chegaram às mãos. Inicialmente me foi determinado pelo meu chefe analisar uma minuta de convênio que esta instituição pretendia fazer com a comunidade indígena do Parque do Tumucumaque. Naquela época, eu já achei que a minuta de convênio tinha um viés, porque, se por um lado havia um entendimento entre os índios e essa organização para a realização de um convênio para um projeto de artesanato, a minuta que me chegou às mãos tinha muitas características de se trabalhar com o conhecimento tradicional dos índios. Então, naquela época, eu recomendei à direção da FUNAI que visse isso com mais cautela, que procurasse observar melhor. Porque essa questão de conhecimento tradicional dos índios, quer dizer, as comunidades indígenas vêm desde 1500 sendo espoliadas, primeiro, começou com o pau-brasil: “Me dá um espelhinho, que eu te dou o pau-brasil”. E isso vem até os nossos dias esse tipo de exploração que modifica apenas, em termo do valor do bem que se tem, não é? E em termos, mas o procedimento da relação com os índios não muda muito nesse processo de se apropriar desses conhecimentos que hoje em dia, com avanço da indústria de farmácia, com uma série de conhecimentos que os índios têm sobre produtos na área medicinal, na área de controle de pragas, essa absorção de conhecimentos se torna uma coisa bem interessante, economicamente. Então, em função disso, fiz esse documento, encaminhei ao meu chefe. Ficou meio vai para lá, meio vai para cá. Depois, eu tomei conhecimento do Manual de Plantas Medicinais feito pelo Sr. Marcus Van Roosmalen. É um manual que, a meu ver, apresenta 93 espécimes de plantas, com bem dizer quase que um receituário: como é que você usa aquele medicamento, como é que você aplica aquele medicamento, para quê aquele medicamento serve. Com esse material na mão e ante – é preciso registrar aqui – uma certa morosidade por parte da instituição em que eu trabalho no sentido de apurar essas questões, eu, então, resolvi fazer essa denúncia, que é o Processo nº 515. Está certo? Fiz essa denúncia e fui bem clara nas minhas solicitações. Está certo? O que é que me interessava basicamente quando eu formulei essa denúncia? Não há como negar que o produto coletado pelo Sr. Marcus Van Roosmalen é um produto típico de biopirataria – no meu entendimento pelo menos, não é? Aguarda-se que a FUNAI, que a própria CPI julgue se esse material tem uma conotação de biopirataria ou não. Mas, pelo menos, eu entendi e estava convencida de que era biopirataria.

E eu propus coisas muito simples. Eu propus a imediata retomada do Processo nº 2.681, do ano de 2000, que trata da denúncia de biopirataria praticada pela ACT, devendo a esse processo se anexar o manual de plantas medicinais. Então, já havia, em 2000, um processo de denúncia exatamente pelo vídeo que eu acredito que posteriormente os senhores vão ver em que aparece o Sr. Marcus Van Roosmalen com a esposa dele e com o filho que, por coincidência também é o representante da ACT. Então, que se retomasse esse processo, e que a FUNAI apurasse o mais rápido possível isso, que se fizesse um deslocamento para o campo para tomar depoimento dos índios, que se levantasse no IBAMA e em outras instituições possíveis outros casos de biopirataria, requerer oficialmente à ACT a cópia desse vídeo que, por motivos outros, tinha sumido de dentro da FUNAI entre um departamento e a Procuradoria Geral, e suspender evidentemente, já que havia uma suspeição em cima dessa organização não governamental – suspeição que não iniciou por mim, iniciou no ano de 2000, com 2 técnicos: o Dr. José Augusto e o servidor Rogério. Eles que fizeram essa denúncia motivados pela fita de vídeo, que suspendessem as relações com a ACT até que isso tudo ficasse esclarecido. Depois de esclarecido, caberia à Direção da FUNAI, então, avaliar o prosseguimento da relação da FUNAI com essa ONG. Essa questão tomou uma proporção... Na segunda etapa depois dessa reunião, houve uma reunião na FUNAI – acredito eu – no sentido de me demover, não sei o que foi aquilo, porque trouxeram 50 índios, segundo a chefe da CGEP, a Dra. Cristina, esses índios estariam sendo pagos pela ACT, a hospedagem e o transporte, eles teriam ficado no Hotel das Nações, e colocaram 50 índios numa mesa, lá na sala VIP da Presidência e me chamaram. E me recusei. Tudo isso está registrado na documentação que está aqui anexa. Trabalho há 18 anos na FUNAI e sei muito bem como você trabalha com comunidades indígenas no sentido de pressionar servidor. O madeireiro faz assim, freta avião, leva 50, 60 índios, e nós queremos tirar madeira. O garimpeiro faz assim. E, por me sentir pressionada, recusei-me a ficar na reunião e disse: “Olha, entreguei um documento que tem mais ou menos 200 folhas, todas elas...” Eu não falei nada de que eu não tivesse uma prova documental e me recuso a ficar na reunião porque não tem mais o que debater isso. Tem um processo, as pessoas têm de analisar o processo, a Direção da FUNAI tem de tomar uma decisão. Se eu estiver errada na minha denúncia, ponto. Que a FUNAI então arranjar um mecanismo de me punir, de me retratar. Se eu estiver certa, que prossiga e que se procure... Porque meu maior objetivo nisso era recorrer – e é – a uma

indenização. Por quê? Eu não conheço nenhum brasileiro que vá lá nos Estados Unidos, pegue 50 plantas e saia lá de graça. Vocês vão ver na fita, aí, a que eu já assisti, isso é visível, é claro, não há como você deixar de contestar isso. Houve uma reação a essa minha retirada, foi quando então fiz uma segunda informação técnica já ciente do relatório da CPI que então fazia referência à família Van Roosmalen. E levantei mais uma outra série de documentos, porque sempre se colocava no *site* da ACT, na época, esse trabalho de parceria que a ACT estava fazendo, toda essa situação: *"Os índios são meus parceiros. Nós recebemos 3 milhões para fazer esse projeto"*. E, na verdade, não tinha nada demarcado, nada. Não tinha um mapa, ainda, dessa terra indígena, e, por outro lado, a FUNAI já tinha até homologado essa área; e, por um processo de homologação, você gera esse tipo de mapa, esse tipo de informação da ocupação que os índios têm de determinado território. E levantei outros dados também quanto aos parceiros da ACT; é uma empresa americana, uma multinacional, não sei bem o nome. É uma empresa que trabalha com produção de mapas, inclusive na área de mineração, de *software*; é uma empresa que tem 2 bilhões de dólares de rendimento anual, tinha uma outra empresa que é uma empresa que trabalha com farmácia, com produto farmacêutico, tinha uma outra empresa que trabalha com cereal, que eu achei até engraçada a propaganda porque tem essas coisas bem típicas de um país que não conhece bem a tipicidade do índio brasileiro. Então, a propaganda tem um leão, tem um índio dentro de uma tigela, é um negócio, assim meio meio estranho. E uma outra empresa que trabalha com produção de roupas para excursões para floresta. Fiz esse segundo documento e, mais uma vez, o que sinto, o que eu noto na leitura de todo o processo é que, como o processo envolvia a participação de 2 servidores da FUNAI na elaboração do convênio, a tradução do convênio foi feita por um técnico da FUNAI do contrato UNESCO, que nem advogado é, ele se intitula paralegal, não sei como é que passou esse convênio que foi aprovado com essa fragilidade documental. Entendeu? Mas passou; mas foi assinado; mas a ONG foi para a área indígena, e fez o trabalho, fez o mapa. Inauguraram o mapa até em Washington. Foi servidor de FUNAI. Mas, enfim, notei certa morosidade sempre numa situação tipo assim: *"Vamos embora, Regina"*, quase dizendo para mim: *"Regina, retire a denúncia"*. Nunca ninguém chegou a me falar isso, mas toda a documentação do processo revela esse corporativismo que é natural nas instituições públicas no sentido de paralisar isso, enquanto que, se a FUNAI tivesse, naquela época, tomado as recomendações que eu propus – tá certo? – nada des-

se cenário teria acontecido porque você teria apurado, teria mandado uma equipe com um antropólogo do Ministério Público. Se o cara levou 93 espécimes... *"Meu irmão, paga aí; vamos ver quanto é que vale"* – indenizam os índios, a FUNAI avalia se é de conveniência ou não continuar com a relação com uma ONG cujo filho é exatamente de uma pessoa que levou 93 espécimes, e a coisa não teria tomado as dimensões que tomou. Mas, enfim, depois desses 2 documentos que fiz, confesso a V.Exas., porque foi tanta pressão interna na instituição em que trabalho, e relatório daqui, e faz reunião dali, e vem índio de lá, e... *"Regina, tem de sentar, aí, para ouvir"*. Essas coisas meio constrangedoras. E confesso a V.Exas. que, de certa forma, deixei um pouco de mão essa situação. Houve posteriormente uma reunião com o então Diretor da DAF e Presidente da FUNAI, na época substituto, e vários outros colegas, onde a moça da CGEP que tinha ido à área, que tinha investigado, a meu ver, pela ata assinada por eles, foi cerceada de apresentar qualquer relatório. A ata é clara dizendo o seguinte: a fulana de tal, a Dra. Cristina, que era Coordenadora da Coordenação de Estudos e Pesquisas e que era uma recém-chegada na FUNAI, já nessa gestão do Governo Lula, não tem capacidade de produzir um relatório. Então, vamos partir para que todos os Departamentos dêem pronunciamento sobre a denúncia. Sei como é esse lance dentro de órgão público. Aí é o fulano para providência; ali para a gaveta 15 dias; aí é o beltrano para providência, é o sicrano para providência... Então tomei outra atitude que foi entregar esses documentos para a Secretaria Federal de Controle Interno. As minhas duas informações técnicas entreguei para a Secretaria Federal de Controle Interno, que fez uma análise, que encaminhou para o Presidente da FUNAI, depois de a análise feita, um pedido de abertura de processo disciplinar que não foi aberto até agora. Então, em linhas gerais, é isso que gostaria de colocar e me abrir para algum esclarecimento que possa dar. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O autor do requerimento está aí, é o Dr. Rosinha. Temos nove perguntas preparadas para o Relator. Gostaríamos de saber se poderia... *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Dra. Regina, primeiro, quero esclarecer, acabei chegando atrasado porque estava numa reunião, almoço-reunião, junto com Parlamentares do Parlamento Europeu e Parlamentares do MERCOSUL, de que, até duas semanas atrás, eu era o Presidente e estamos num processo de transição. Então, muitas das perguntas que, talvez, eu vá fazer já tenham sido até ditas pela senhora. Caso tenha dito,

não precisa responder, porque nós pegamos depois nas notas taquigráficas. É só dizer: já estão respondidas. Essas perguntas que estamos formulando são baseadas nas denúncias que tínhamos, na documentação que temos até o momento, sem levar em consideração o teor da exposição que a senhora ia fazer agora. Então por isso pode, às vezes, já ter sido dito alguma coisa. Mas, assim mesmo, vou fazê-las, porque para nós é importante. Caso ela tenha sido respondida, já temos as notas taquigráficas. O que levou a senhora a denunciar as ações da ACT no Parque Indígena do Xingu?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Já esclareci, mas apenas só para... Fui determinada a dar um parecer num convênio entre a ACT e o Parque do Tumucumaque. Já nesse momento a minuta de convênio apresentava alguns aspectos de pesquisa de conhecimento tradicional dos índios. Posicionei-me ao meu chefe sobre isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O nome do chefe.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – O nome do meu chefe... Na época era José Augusto Lopes. Posicionei-me ao meu chefe em relação a isso. Posteriormente tomei conhecimento de uma denúncia formulada inclusive pelo meu chefe e pelo servidor Rogério em relação a essa organização não-governamental, em decorrência de uma fita, que os senhores deverão ver mais tarde, em que o Presidente da ACT, o Sr. Vasco Marcus van Roosmalen, aparece na fita, com o pai dele e com a mãe, visivelmente ajudando o pai na coleta de material; os índios fazem uma cura e isso é filmado; tem uma outra cena em que aparece numa folha de jornal as plantas sendo armazenadas na folha de jornal. Em função dessas informações fiz as denúncias, principalmente com o foco de que já que havia uma denúncia contra a ONG. Evidentemente, eu, como servidora pública, não poderia recomendar que a FUNAI assinasse aquele convênio. Então, pedia que fosse apurada essa denúncia, que fosse mandada equipe em campo, tudo o mais, e que, depois disso resolvido, caberia então à direção da FUNAI avaliar se gostaria de manter ou não a relação com a Organização Não-Governamental.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Na Nota Técnica nº 06/1-2005, de 1º de fevereiro deste ano, do Analista Pericial em Antropologia do Ministério Público Federal da 6ª Câmara, Sr. Marco Paulo Fróes Schettino, ele afirma textualmente: “O citado mapeamento não é uma demanda indígena. A adesão indígena decorre antes do acesso a benefícios materiais disponibilizados a partir do projeto às lideranças indígenas envolvidas. É o que se desprende da informação do Sr. Vasco,

segundo ata da reunião que teria dado início ao projeto em 5/9/2002. Sobre os pedidos que as lideranças fizeram a ele, será incluído no projeto depois que o convênio sair. “Fora do projeto não será possível, condicionando dessa maneira o atendimento a tais pedidos ao estabelecimento do convênio do projeto. Fácil concluir, se é este o moto do interesse indígena, uma vez que, ainda nesta mesma reunião, era confusa para as lideranças a compreensão do conteúdo do projeto, que para alguns presentes tratava-se de regularização fundiária.” O que a senhora tem a declarar sobre isso? Como pode o mapa cultural ter sido uma demanda das comunidades indígenas, se, conforme demonstram diversos trechos das atas de reunião, as lideranças indígenas mal sabiam de sua utilidade?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Bom, vamos tentar recapitular essa nota técnica. De fato, a primeira pessoa a ingressar na área indígena foi o Vasco Marcus Van Roosmalen – certo? –, quando ele fez esse trabalho de pesquisa das plantas. Posteriormente ele vai lá com o filho, esses ingressos todos sem autorização da FUNAI, mas com autorização dos índios. Na época em que ele foi fazer esse trabalho, ele prometeu aos índios um barco, um trator, uma história dessa, que os índios reclamam que, no final, só ficou o barco ou o motor, e o resto não veio. Mas então foi o filho para dentro da aldeia. Não posso realmente lhe afirmar de onde surgiu a idéia do mapa, se dos índios ou se da própria organização não governamental, entendeu? Porque, quando houver uma leitura melhor de toda a documentação que a FUNAI já encaminhou para cá, há alguns trechos que dizem: “Não, o Vasco foi conversar com fulano na beira do rio, e o índio disse que queria fazer um mapa.” Então essas coisas são meio complicadas até pela situação de fragilidade das comunidades indígenas em relação a esse assédio por algum recurso. Então assim: “Como Vasco Marcus Van Roosmalen veio aqui, vai colocar umas plantinhas aqui, vai dar um barco para a gente. Legal. Vocês querem fazer um mapa aí para mostrar a situação das comunidades indígenas, essa coisa toda? Vamos fazer um convênio, vai ajudar vocês também. Fica muito bom, entendeu?” O que eu questiono em relação ao mapa, na segunda informação técnica que fiz, é que eu, como técnica da FUNAI, entendo que o mapa é uma reidentificação de uma área indígena. Por exemplo, o Parque Indígena Tumucumaque, assim como o Parque Indígena do Xingu, são terras indígenas que já estão devidamente regularizadas – tá certo? –, através de todo um procedimento que já existe normatizado dentro da FUNAI, onde todos esses aspectos – qual é a área de plantio, qual era a área, qual é o não-sei-o-quê – isso tudo é visto no processo de identificação. E a minha

preocupação nesse processo do mapa é a seguinte; tem-se duas hipóteses. Vamos supor que esse mapa que é feito pela ONG e que é colocado no *site* como algo inovador, que pela primeira vez os índios agora conhecem seu território, quando isso não é verdade, porque é um princípio do processo de identificação consultar-se a comunidade indígena para definir o limite. Vamos supor, tenho lá um mapa de uma determinada terra indígena. A FUNAI diz, diante de todo procedimento de identificação, que é desse tamanho. O mapa dos índios, como é o caso especificamente do Parque do Xingu, no mapa, os índios afirmam que existe uma planta específica que está fora do limite da área. Por força de lei, o que se tem de fazer? Tem-se que redefinir o limite da área, porque é uma planta que faz parte da cultura deles, e a FUNAI falhou ao não incluir essa área onde essa planta surge dentro do limite da área. Lá vai confusão, porque, se hoje, para se demarcar – está aí Raposa Serra do Sol, está aí Baú – é um problema seríssimo que se enfrenta para dar cumprimento ao Decreto nº 231. Pode acontecer também o processo inverso: a FUNAI ter uma área x demarcada, e, pelo mapa feito pelos índios, ter-se uma área menor. E aí, reduz-se a área? Ante todas essas preocupações que penso que deveriam ter nesse processo, como funcionária da FUNAI, pedi, nessa informação técnica, que a Diretoria de Assuntos Fundiários fizesse uma avaliação do trabalho, do mapa produzido pela ACT, entendeu? Permito-me não lhe afirmar, tipo assim, não posso chegar e dizer que a idéia de fazer o mapa saiu da cabeça dos índios ou a idéia de fazer o mapa foi colocada. Existem documentos no processo de técnicos da FUNAI, inclusive um deles a Dra. Deuscreide Gonçalves Pereira perguntando: “Mas por que de repente essa ONG está tão interessada? Era Fábio Feldman intercedendo, era gente lá da embaixada não sei de onde intercedendo. Qual é? O que está por trás dessa história, entendeu?”

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pelo entendimento, qual seria o objetivo desse mapa, entendimento da FUNAI que analisou e depois montou?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não, a FUNAI nunca analisou.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nunca analisou o mapa?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não existe. Existem documentos de técnicos dizendo que o mapa é importante, porque os índios passam a conhecer seu território, uma série de coisas. Mas, que me lembre, não existe uma análise, tipo assim, pegar o mapa, um técnico, e fazer uma avaliação de fato, de caráter antropológico, até porque, as equipes da ACT não trabalham, ou não trabalhavam, pelo menos até

àquela época, com antropólogos. Na verdade, trabalhava mais com registro cartográfico das informações que os índios, que eles chamam de “meus pesquisadores”, esses índios traziam para ser elaborado esse mapa. Então ainda estou aguardando, espero que no futuro haja uma posição mais clara da Diretoria de Assuntos Fundiários, que é a unidade responsável por isso, quanto a dizer: “Olha, o mapa é bom. O mapa não é bom. Não é necessário. Deixa de ser necessário”.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Doutora, o processo demarcatório do Parque Indígena do Xingu... Porque a senhora deu uma explicação de como é feito esse processo demarcatório. Nesse processo inclui a produção cartográfica com o mapeamento de recursos utilizados? E em que setor da FUNAI ficam arquivados esses...

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Olha, o Parque do Xingu especificamente é uma situação meio atípica, porque eu não sou da área fundiária, que é onde vocês devem procurar esse tipo de informação, mas o Parque do Xingu, na verdade, foi criado pelos irmãos Villas Bôas. Então, ele tem uma configuração geográfica um pouco diferente, por exemplo, do Parque do Tumucumaque, que passou por esse processo de identificação. Então, o Parque do Xingu vem de uma história de levar os índios, tanto que são várias as etnias dentro do Parque. Então, essa questão “O progresso está chegando, não sei o quê, tem que agasalhar, então”. Foi uma posição dos irmãos Villas Bôas de se criar o Parque do Xingu e para dentro levar doze etnias. O que posso lhe dizer é que dentro da Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI tem todo o processo de regularização do Parque do Xingu, assim como tem todo o processo de regularização do Parque Tumucumaque, que passou por um processo diferente. O Parque Tumucumaque já foi identificado por uma antropóloga – Lúcia Russaqui, salvo engano. E no processo de identificação, até por força da Portaria nº 14, que orienta esse procedimento, é obrigado o antropólogo a fazer esse levantamento: as áreas de plantio, as áreas que são sagradas para os índios, as áreas de caça, como eles utilizam aquele espaço, porque esse é um ponto fundamental para você definir o limite da área.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A senhora tem conhecimento sobre se a ACT tem relações com algum laboratório ou empresa interessada na biodiversidade e nos recursos genéticos?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Como eu coloquei anteriormente, um dos parceiros da ACT – pelo menos era à época – é uma empresa de cosméticos. Se o senhor quiser, eu posso lhe dar mais especificamente o nome. Está na papelada que

veio para cá, mas, se o senhor quiser, eu tenho aqui numa informação técnica.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – No depoimento da senhora, no início, na exposição, a senhora não falou o nome da empresa?!

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não falei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, era bom falar para nós agora.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Deixa só eu tentar me situar aqui na papelada. *(Pausa.)* Uma das empresas chama ESRI. Eu vou te dar o nome das 4 que eram patrocinadoras na época. ESRI é a nova patrocinadora da ACT, uma empresa americana, líder mundial na produção de *software* e sistemas geográficos de informação, trabalhando também na produção de mapas digitalizados. Era uma das parceiras que constava no *site* da própria ACT. Eu não inventei história, não. Isso eu peguei lá. A segunda empresa chama KIEHL'S, com sede em Nova Iorque; também patrocina a ACT. Trata-se de uma empresa que trabalha na área de cosméticos com produção de farmacêuticos e ervas. A outra chama-se Nature's Path, que é a que trabalha com cereais, vende cereais, tem lá o negócio da fotografia na tigela. E a outra é a Ex Officio. É uma empresa que trabalha com roupas voltadas para a floresta. Essas, na época, eram as 4 patrocinadoras, fora outros patrocinadores que a ONG tem, Fundação Beth Ford e outros.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como a senhora poderia explicar que o CGEN, apesar de admitir que o mapeamento envolve conhecimento tradicional, tenha entendido com base no plano de trabalho que ele não configura conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, conforme a Nota Informativa nº 19/2005 e de dia 30/03/2005? Existe alguma diferença entre o que o plano de trabalho previa e o trabalho propriamente dito que foi desenvolvido?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Bom, primeiro do que tudo, eu não posso responder pelo CGEN, por que o CGEN entende que o plano de trabalho não denota apropriação de recursos tradicionais. Segundo, nos convênios, nas minutas de convênio que eu vi, como já falei anteriormente, havia na coleta de informações, de subsídios para produção desse mapa, no meu entendimento, pode ser diferente do CGEN, pode ser diferente da CPI, pode ser diferente do Presidente da FUNAI até, mas no meu entendimento havia fortes indícios, porque, de repente, você é índio, você é meu pesquisador, aí você vai lá para a área indígena, faz a tua coleta lá e depois tu vem e me informa nesse mapa. “Olha, aqui eu tenho a planta “x” que é boa para curar os olhos, aqui eu tenho a área da anta, aqui eu

tenho...” Então, eu acho que são informações que dão para quem detém esse conhecimento um certo privilégio, se nós considerarmos esses parceiros... Então, por exemplo, existe a possibilidade de que no Parque do Xingu tenha recurso mineral. Os índios, provavelmente, sabem onde fica ou têm algum indício. Então, eu achei aquilo meio estranho. Quer dizer, você tem patrocinando a empresa uma empresa farmacêutica, que, por coincidência, trabalha com produção de cosmético, trabalha com produção de remédio. Por outro lado, você tem não a ACT, mas o pai do rapaz lá, do Vasco, fazendo manual que é uma bula. Está o nome indígena da planta, dá para o que ela serve, dá como você usa essa planta, tira um pedaço daqui, bota para ferver ali, aplica assim. Então, o que eu tenho para te colocar em relação a essa pergunta é isso. Agora, eu acho que tem que falar, ver com o CEGEM por que ele entende que não era.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A senhora tem conhecimento de alguma outra ONG que atua no âmbito da FUNAI que tem posturas suspeitas como a ACT tem? Ou que foi investigada pela FUNAI por indícios?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Olha, na FUNAI é meio difícil se investigar essas coisas. Nós temos um sistema de controle de ingresso em área indígena extremamente frágil. Então, se nós formos colocar bem o preto no branco, infelizmente por falta de gente, por falta de estrutura no campo, por falta de técnico, nós não temos um controle muito rigoroso de quem entra e sai de terra indígena, e não é só de ONG não; é ONG, é madeireira, é garimpeiro, é traficante, não tem muito... Com relação a outras instituições, nesse processo de denúncia da ACT me chamou a atenção, até pelo fato do Sr. Marcus Van Roosmalen ter sido pesquisador da Conservation International, me chamou a atenção porque, se ele praticou biopirataria, pelo menos no meu entendimento, no Parque do Xingu como pesquisador da Conservation International, por que ele não poderia fazer isso numa outra indígena? E nós temos na área caiapó essa instituição, a Conservation International, que tem uma base de pesquisa dentro da área indígena e que eu me restrinjo a te dizer só isso. Tem uma base de pesquisa dentro da área indígena. Também não estava com a sua situação regularizada dentro da área indígena. Hoje em dia, a FUNAI tem um convênio de fiscalização com essa ONG, mas existem relatórios, ou pelo menos existiam. Eu soube que eram cinco volumes de processo, já só têm dois, os outros três sumiram, onde há pareceres técnicos que detalham, e eu registro isso na minha segunda informação técnica, um parecer do antropólogo Marco do Espírito Santo, que detalha a preocupação

dele em relação a essa base de pesquisa da Conservation International dentro de uma UP.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – As perguntas que eu tinha para formular eu terminei. Mas, quando a senhora disse que tinha um “x” de documentos e hoje é “x” menos “y”, quer dizer, desapareceram alguns documentos... E eu quero fazer uma pergunta para a senhora: se a senhora está à vontade para informar tudo ou se a senhora acha que, numa sessão reservada, a senhora poderia nos informar mais sobre isso, para nós, Parlamentares, porque eu estou sentindo que a senhora sabe mais do que está falando.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Hein?! (*Risos.*) Olha, primeiro do que tudo, eu não posso...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não. É para ficar à vontade, para a senhora ficar à vontade.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Eu não vou...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A senhora não pode mentir. A senhora tem que falar a verdade, porque nos dá todo um processo que a gente tem que acompanhar, mas, às vezes, tem pessoas – não é? –, pela própria personalidade, pelo próprio comportamento pessoal, e não se fica à vontade falando quando tem público. Então é uma consulta que eu faço à senhora: se a senhora tiver coisa que a senhora entender que é importante para não falar de público, eu faço essa consulta para a senhora, porque não tenho mais nenhuma pergunta. Caso a senhora achar que tem coisas importantes para dizer somente a nós, Parlamentares, se a senhora teria algo para acrescentar a mais com essa importância, aí nós faríamos uma reunião sigilosa com a senhora. É uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Michelto) – Eu só perguntaria, para completar o que o Dr. Rosinha colocou: há quantos anos a senhora é funcionária da FUNAI?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Dezoito anos, dos quais doze trabalhei no Pará, Amapá e Maranhão, lá na administração regional de Belém, certo? Então, por isso que até me chamou a atenção porque a CPI também é sobre madeira – não é?. Então, lá em Belém, na época, eu acompanhei um pouco a questão dos contratos de madeira em terra indígena. Olha, eu queria dizer uma coisa: eu estando só com os Parlamentares ou eu estando com outras pessoas aqui, eu dificilmente vou falar de algo de que eu não tenha prova documental, até porque eu acho muito grave isso – entendeu? Então, por exemplo, em relação a esses processos, realmente eram 5 volumes. A FUNAI é uma instituição que mexe com muita papulada. Muitas vezes, por exemplo, a empresa que filmou,

a NHK, empresa japonesa que o pai do Vasco levou para fazer essa filmagem, ela indenizou os índios. Houve um processo de indenização; parece que pagou 90 mil reais, alguma coisa assim. Nesse processo da denúncia, indenizou, não indenizou, indenizou, não indenizou... Vocês vão ver no texto aqui que o processo da indenização também tinha, por motivos outros, desaparecido, e depois foi, não é? A fita saiu de um lugar para outro e desapareceu. Mas depois apareceu, não é? A informação que eu tenho em relação à Conservation é de que existem 3 volumes desaparecidos entre uma tramitação de uma coordenação e outra. Mas isso pode ser decorrente de algum... Eu não estou dando nenhuma conotação, até porque durante todo esse procedimento que eu tive de denúncia... E, na verdade, mais de ficar... As pessoas cutucam, chamam 50 índios para... tipo assim: para te pressionar, para tu recuar. Aí eu sou forçada a reafirmar minha posição, entendeu? Eu sempre tomei o cuidado de não colocar nada de que eu não tivesse documento, porque eu sei da gravidade; nós estamos mexendo com os interesses de uma organização não-governamental, estamos mexendo com os interesses dos índios. Tem servidores, colegas nossos, e isso pode ter uma outra conotação, pode assumir um outro caminho que pode gerar prejuízos para essas pessoas, entendeu? Então eu sempre tive muita cautela com isso. Agora, é o que eu lhe digo, eu não sei o que muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Michelto) – É, eu acho que a senhora já...

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – ... o que as pessoas querem perguntar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Michelto) – A senhora... A pergunta foi feita pelo Deputado: se haveria condições de a senhora falar mais coisas em caráter mais reservado para os Parlamentares. Se a senhora acha que tudo que está aí precisa de documento, a senhora já se justificou. Nós aceitamos, inclusive a sua... Deputado Rosinha, tem ainda mais algumas perguntas? Sra. Regina, eu tenho aqui 3 perguntas do nosso Presidente, Deputado Mendes Thame, a segunda e a terceira e a quarta a senhora já respondeu, até em função das perguntas feitas pelo Deputado Rosinha. Nós temos uma pergunta aqui feita por ele à qual nós gostaríamos que a senhora pudesse responder. Diz ele na pergunta: na Nota Técnica 006/1, de 2005, de 01/02/05, o analista pericial do Ministério Público Federal da 6ª Câmara, Marco Paulo Fróes Schettino, afirma textualmente que existem fortes indícios quanto ao interesse da ACT em desenvolver atividades relacionadas à bioprospecção voltada para o desenvolvimento de novos medicamentos, inclusive com associação a indústrias farmacêuticas, no caso,

a Shaman e a Aveda. Nesse sentido, a ACT se presta a localizar com precisão as áreas com incidência de plantas medicinais tradicionalmente utilizadas pelos índios? Essa é a pergunta: afinal, que tipo de relação a ACT mantém com a Shaman Pharmaceuticals, a Aveda Corporation e a USAID? Como se dá o acesso aos recursos financeiros desta última e em que condições? Que outras ONGs deles se beneficiam? O que levou V.Sa. a denunciar as ações da ACT no Parque Indígena do Xingu?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Bom, em relação... Além desses parceiros que já citei, existe... Vocês deverão ouvir depois o índio Mairauê, que faz uma denúncia fazendo uma vinculação entre um membro da ACT e uma... que se declara num documento que está até em inglês, declara-se como trabalhando em bioprospecção. É o que conheço. Tenho esse documento aqui, esse pronunciamento, e o texto em inglês. Se vocês quiserem, posso deixar cópia aqui para analisarem mais tarde. Agora, quanto a esses, que relação... Além dessas, que conheci durante a denúncia, dessas quatro patrocinadoras que aparecem no *site*... Desconheço outras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Então, pediria que a senhora pudesse entregar o texto que a senhora tem em mão em inglês à nossa Assessoria para ficar, então, depois, lavrado na nossa audiência, inclusive, com análise, depois da tradução, para ver o que está escrito, traduzido depois do inglês para o português, o que tem de conteúdo.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Eu que tenho de traduzir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Não, aqui será traduzido. Deputado Dr. Francisco Gonçalves, V.Exa. é o próximo a fazer suas perguntas.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes, queria fazer alguns questionamentos à Dra. Regina Célia, dizendo que fiquei impressionado, primeiramente, com a FUNAI. A FUNAI, pelo que a senhora falou, é um órgão que não tem capacidade nenhuma para estar na posição de proteção ao índio, principalmente porque ela é muito fácil... Tem uma fragilidade muito grande quanto a negociatas, quanto ao cerceamento dos próprios funcionários lá dentro que não podem falar o que devem e o que querem, como é o caso da doutora que a senhora citou aí: a Dra. Cristina. Então, realmente, a FUNAI teria de ter outras condutas, condutas sérias e dignas para com o País e para com os índios. Mas eu queria saber da senhora se a senhora entrou na FUNAI por concurso público.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Entrei, em 1986, por concurso. O último concurso de técnico indigenista.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – A senhora fez denúncias muito graves que o Sr. Marcus e sua esposa eram ou seriam membros da ACT. A senhora confirma isso? A senhora pode provar e como?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Que o Marcus Van Roosmalen e sua esposa eram membros da ACT, não posso comprovar – está certo? –, porque, pelo Estatuto da ACT, eles não... O pai e a mãe não constam como membros da ACT. Consta, sim, uma ONG fundada pelo pai, em Manaus – isso está no relatório da CPI anterior –, onde o Vasco, que é representante da ACT, seria membro dessa ONG do pai.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – A senhora afirma que houve biopirataria com plantas e que a ACT estaria por trás disso. A senhora acabou de falar. A senhora confirma?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Mas a senhora falou! A senhora falou agora.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Vamos... O que eu te falei agora, e repito, é o seguinte: você me perguntou se eu afirmo que...

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Você falou que o filho dele está envolvido.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – O filho está envolvido, sim, porque...

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Não, mas com o pai, na questão, ué?!

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – O filho está envolvido com o pai numa ONG que tem em Manaus, segundo relatório da Biopirataria daqui da Câmara. E o pai é o representante legal da ACT aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Disso eu sei. Agora, que ele está envolvido, então, com a biopirataria é o que eu queria saber.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – O senhor vai ver na fita. Eles aparecem na fita... É por isso que a FUNAI fez uma denúncia.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Naquele tempo da fita, a ACT já existia?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – A ACT já existia e a denúncia foi feita exatamente porque...

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – A senhora confirma que existia a ACT, então, naquela época?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Existia a ACT. Existia.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – É uma confirmação que a senhora está dando aí.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – É, existia a ACT.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Então está bom.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – E você vai ver nos autos do processo que deve estar aqui, você vai ver o seguinte. Houve uma reunião. Está aqui. Na reunião, foi informado ao representante da ONG o conteúdo da fita mostrando que o Sr. Vasco e sua família participavam de prática de apropriação de recurso genético e conhecimento tradicional na aldeia Kamayurá.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Quando isso ocorreu?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Quando isso ocorreu?! Esse memorando é o Memorando 719 do dia 12/12/90.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – 12/12...?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – De 90.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – De 90?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – De autoria dos servidores Rogério Eustáquio e José Augusto Santos.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Estamos em 2005.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Isso tem 15 anos. Está certo? Desde 1990 nós temos... Tem 15 anos. A ACT não existia nessa época.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não, espera aí! Vamos, lá, com calma!

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – É.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Bom, eu vou retificar essa data e, depois, te encaminhar o documento com o memorando, onde essa data está registrada, tá?

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Tá.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Agora, o que eu quero te colocar é o seguinte: esse memorando foi que originou a suspensão da FUNAI da proposta de convênio que a ACT ia fazer. Houve uma apresentação da fita de vídeo, onde está, foi convi-

gada, inclusive, a família do Marcus Van Roosmalen, ele e a mulher. E a FUNAI disse o seguinte: ante a fita de vídeo – tá certo? –, ante a fita de vídeo, a FUNAI entende que é melhor apurar denúncia de biopirataria para depois prosseguir algum convênio com a ACT.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Eu queria saber se, como a senhora falou que houve biopirataria com plantas e que a ACT estaria por trás disso, se esse trabalho foi comercializado ou publicado.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não sei te informar.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Está bem.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Conheço apenas, no *site* da ACT, alguns trabalhos que eles têm. Como no Suriname, com livros publicados sobre plantas medicinais. Isso eu tenho, o senhor pode ter acesso.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Então, a senhora não confirma.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não confirmo que a ACT tenha publicado alguma ou que o Marcus Van Roosmalen tenha publicado alguma das plantas medicinais.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Tá. Então, como a senhora falou que essa fita é do 12/12/1990 e ela tem 15 anos, a senhora não acha que um filho – que eu conheço o Vasco –, a senhora não acha que um filho teria de acompanhar sua família? Já que ele era um rapaz, um jovem, não tem o direito de acompanhar sua família? E ele não é pesquisador, ele não é formado em Farmácia. A senhora acha que um filho não tem o direito de acompanhar seu pai? Para um passeio, numas férias?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Bom, primeiro, que um pai, primeiro, que uma terra indígena não é local de férias. Então, o pai dele não tinha...

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Não, eu acho que é, eu acho que é. Depende da família.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – O pai dele, o pai dele não tinha que estar fazendo nada lá dentro, filmando o conhecimento tradicional dos índios. Primeiro ponto.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – A senhora já denegriu a imagem da FUNAI; agora está denegrindo a imagem da família. Eu sempre acompanhei meu pai. Por isso estou te perguntando.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – O pai dele... Não, não! Eu não estou. Se seu pai o levou para dentro de uma área indígena, está errado. Terra indígena...

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Não, senhora. Não é área, não.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Terra indígena é de uso exclusivo dos índios, queiramos ou não, e não estou desmentindo o que já disse. E pela fragilidade que, por sinal, não é causada pela FUNAI, mas é causada pelo Estado brasileiro enquanto não dá apoio, enquanto não dá a mínima estrutura. Pela fragilidade da FUNAI, não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – A senhora me responda às minhas perguntas!

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Eu estou lhe respondendo.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Pois é, mas não fique divagando, não, porque há outras pessoas ainda. Eu queria saber a segunda pergunta. A identificação das espécies estava em que língua, isto é, em português ou inglês ou língua indígena, da biopirataria?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – O manual que tenho dá o nome da espécie na língua dos índios, mas a parte que trata do uso, como você coletar, como você cortar, como você fazer, está em português.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – A senhora falou da fita de VHS que foi, inclusive, causa de processo e que esse processo foi demorado. A senhora tem conhecimento se a existência dessa fita gerou algum processo, alguma investigação na FUNAI?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Que eu saiba, não. O que aconteceu com a fita foi: a fita foi divulgada fora, por sinal, no Japão. Quando a FUNAI tomou conhecimento, foi feita uma negociação com a NHK no sentido de indenizar os índios pela fita.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Você falou 90 mil.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Acredito eu que tenha sido uma indenização em torno de 90 mil.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Foi 50 mil dólares.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Muito obrigada pela sua informação.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – A senhora afirma que a ACT teria vínculos comerciais com a indústria farmacêutica. Isto é grave. A senhora tem como provar isso?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Eu não afirmei que a ACT tinha vínculos comerciais com indústria farmacêutica. Eu afirmei e afirmo que uma

das patrocinadoras da ACT é uma indústria farmacêutica.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Qual indústria farmacêutica? A senhora repete?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Eu já vou te dar o nome aqui. Essas informações todas podem ser tratadas – eu peguei no *site* deles: a empresa KIEHL'S, com sede em Nova Iorque, é patrocinadora da ACT. E trata-se de uma empresa que trabalha na área de cosméticos, produtos farmacêuticos e ervas.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Então tem vínculos comerciais, pelo que a senhora está falando.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Eu não estou falando que tem vínculos comerciais; eu estou dizendo que ela patrocina.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Então está bom. Então a senhora não fala que tem vínculos comerciais.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Eu prefiro não falar porque eu não sei as relações que eles têm. Eu digo que ela patrocina porque é assim que está no *site*.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Então está ótimo, obrigado. A senhora disse aí que a ACT seduz os índios. Você falou com barcos, com... Por que a senhora diz isso? Como a senhora chegou a essa conclusão? Com presentes...

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Eu posso entregar depois um documento da Administração Regional do Xingu, que é quem trabalha com os índios do Parque do Xingu: o administrador local reclamando exatamente dessa questão de que a ACT estava trazendo os índios para fora da área indígena, se comprometendo em aprovar um projeto de 5 milhões de reais para os índios. Essa documentação eu posso lhe deixar posteriormente.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Gostaria muito de vê-la depois. A senhora afirma não haver relação muito clara entre a ACT e a FUNAI. Por que a senhora diz isso? A senhora tem alguma prova? Essa relação não muito clara mencionada pela senhora é usual na FUNAI? A senhora entende que é um problema da organização ou está ligada à forma de gerência? A senhora tem como provar?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Bom, quando eu digo que a FUNAI não tem uma relação muito (pelo menos para mim) clara com a ACT, eu parto do seguinte princípio: há uma denúncia, que é essa que foi feita em relação à fita. Abre-se um processo de apuração dessa prática. Posteriormente, sem que eu consiga entender muito o porquê, a FU-

NAI, apesar dessa denúncia, esquece essa denuncia e faz um convênio. Parece-me que não é muito clara essa relação. Eu entendo que isso fica, pelo menos no meu entendimento, claro que, em um determinado momento, criou-se uma relação, a meu ver, meio estranha, não da instituição FUNAI, mas de servidores envolvidos neste processo, com esta organização não governamental. Porque, tipo assim: você chega e eu chego lá no IBAMA. Eu sou uma empresa americana, uma ONG, eu quero fazer um convênio. Aí, de repente, quem traduz o estatuto da minha organização não-governamental é um servidor da FUNAI? Assim é fácil, não? Eu economizo na tradução, o rapaz já está lá dentro, então... E isso evidentemente que tem a prova documental dessa tradução.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Seria o Presidente da FUNAI que determinaria um tradutor? A senhora poderia afirmar isso?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não. Pelo pouco que eu entendo de legislação, quando se trata da tradução de um documento para que ele tenha, vamos dizer, validade jurídica, a empresa teria que contratar um tradutor.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Não tem um setor jurídico da FUNAI?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – A empresa teria que contratar um tradutor juramentado e apresentar e não utilizar um servidor da FUNAI para traduzir. O interesse é dela de fazer convênio com a FUNAI.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Então, você alega que o setor jurídico da FUNAI não é capacitado.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Olha, eu não digo o setor jurídico da FUNAI. Eu digo a pessoa, o procurador que analisou esse processo cometeu uma falha ao aprovar um convênio cuja tradução foi feita por um servidor da FUNAI, que se intitula “paralegal”, formado em uma tal de *Brooke Schools*, nos Estados Unidos. Ele não teve o cuidado que deveria ter. Não é o setor jurídico da FUNAI. É o servidor ao qual foi entregue essa tarefa.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – A senhora afirma que existe um vínculo entre a ACT e a *Conservation*, a firma, a ONG, em que o pai do Vasco trabalhava, o Sr. Marcus ... A senhora afirma que existe um vínculo entre as duas. Porque você falou que o Marcus trabalhava numa firma – não é? –, o Sr. Marcus e a senhora Betty, mãe do Vasco, trabalhavam numa firma, numa ONG. Você acha que existe uma relação entre as duas?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Eu não fiz essa afirmativa. O que eu afirmei e volto a repetir foi o seguinte...

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Eu estou perguntando se a senhora acha que existe uma relação. Isto é que eu estou perguntando: se existe uma relação entre as duas empresas.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Entre a ACT e a *Conservation International*?

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – É.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não posso confirmar. O que eu posso confirmar é o que eu já falei. O Marcus Van Roosmalen foi por um período consultor da *Conservation International*. Então, como ele fez o manual do Parque do Xingu, quem me garante que ele não faria pela *Conservation* a mesma prática? Foi isso que eu levantei e que queria que apurasse.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Miletto) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, o senhor tem alguma pergunta a fazer?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Obrigado, Presidente. Eu só queria saber da D. Regina Célia se dessas acusações que ela faz contra a ACT ela tomou conhecimento quando estava trabalhando internamente na FUNAI ou depois.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Quando estava trabalhando na FUNAI. Eu ainda trabalho lá, e todo esse processo se deu dentro da FUNAI.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – E por que a senhora não tomou uma providência internamente? A senhora é uma auditora interna da FUNAI?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não. Na época, eu não estava trabalhando na auditoria; eu trabalhava na Coordenação de Desenvolvimento Comunitário.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Sim, mas hoje a senhora é uma auditora interna.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Hoje eu sou auditora interna da FUNAI. E as providências que eu, como cidadã, pude tomar... Eu fiz uma denúncia à Presidência da FUNAI. Eu encaminhei, logo em seguida, uma denúncia ao Ministério Público Federal. Depois, encaminhei outra denúncia à Secretaria Federal de Controle. Mais do que isso é avançar na atribuição, que é do Presidente da FUNAI, para que tome providências.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Mas, como auditora interna da FUNAI, a senhora

não tem poderes para tomar mais providências do que denunciar como cidadã?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – A denúncia que eu estou lhe dizendo foi feita antes de eu ser transferida para a auditoria.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Sim, mas, hoje na auditoria, por que a senhora não toma as providências que a senhora, quando não podia fazê-lo, o fez como cidadã?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Olha, eu vou te dizer sinceramente por que internamente eu não tomarei mais nenhuma providência. Porque, veja bem, 21 de março de 2003, 2004, 2005... Então eu não vejo ambiente dentro da instituição em que eu trabalho para tomar essa providência. E não me sinto, em nenhum momento, descumprindo meu dever funcional. Está certo? O processo de denúncia passou pelo auditoria interna da FUNAI. O processo de denúncia foi analisado pela Secretaria Federal de Controle Interno, que determinou que a FUNAI abrisse o processo administrativo disciplinar para apurar. Então eu não sei o que eu possa mais... Pode ser que eu chegue amanhã lá para um auditor chefe e lhe diga: “Olha, vamos embora.” Até porque eu fico numa situação extremamente inconveniente, porque a denunciante sou eu. Aí eu vou pedir... Agora que eu estou na auditoria, eu vou pedir para “auditar” uma denúncia que eu mesma fiz?! Me parece um pouco meio...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Não, você não precisaria pedir para “auditar” uma denúncia que você fez. Mas você, como auditora, pode retomar os fatos todos, independentemente da denúncia anterior. Você é auditora interna. Você tem poderes hoje. Você quer... Qual é o objetivo? Se você me disser apurar, você hoje tem condições de fazê-lo. Você é auditora interna da FUNAI.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Sim, eu preciso ter uma determinação. Eu sou subordinada a um auditor, está certo? Dentro da auditoria interna da FUNAI – isso é uma coisa que eu queria colocar aqui –, foi feito, não sei por quê. O Ministério da Justiça emitiu uma portaria aprovando o ingresso, não da ACT do Brasil, mas da ACT internacional, certo? Essa é a Portaria 382, do dia 21/3/2005, que autoriza a *Amazon Conservation Team*, ONG estrangeira com sede em Arlington, a se instalar no Brasil, com o objetivo de desenvolver atividades junto aos povos indígenas. Esse documento aqui, do Ministro da Justiça, e não sei por que foi aprovado, ele motivou um parecer do meu... do auditor-chefe, e todas essas denúncias que eu fiz foram reencaminhadas ao Ministério da Justiça com intuito de anular essa portaria. Porque, já que é uma denúncia contra a ONG, enquanto essa ONG não

tiver... enquanto essa denúncia não tiver sido apurada, não cabe ao Ministério autorizar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Então, você acha que a sua denúncia tinha como objetivo impedir essa autorização?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não, a minha denúncia foi feita em 2003, essa autorização é de 2005.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Então, você está dizendo que em razão da sua acusação essa portaria não devia ter sido emitida, que o Ministério faltou com atenção de não ter apurado aquela acusação anterior. Você está acusando o Ministério da Justiça de não ter tido cuidado quando concedeu essa portaria?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não estou acusando o Ministério da Justiça; eu estou te mostrando uma portaria assinada pelo Ministério da Justiça, em que condições não sei, na qual a direção da FUNAI entende que esta portaria não deveria ter sido publicada, porque existe dentro da FUNAI uma denúncia em apuração. O Presidente da FUNAI então pegou... fez um ofício.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Hierarquicamente, a FUNAI é subordinada a que Ministério?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Ao Ministério da Justiça.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Então, era só se reportar ao próprio Ministério ao qual a FUNAI está subordinada...

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Foi o que ela fez.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – ... e pedir para que não fosse emitida a portaria.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Mas a portaria foi emitida, acredito eu, sem o conhecimento da FUNAI.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – O Ministério da Justiça é deste Governo e a FUNAI é de outro Governo?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – O Ministério da Justiça é deste Governo e a FUNAI é deste Governo, vinculada ao Ministério da Justiça. Estou te colocando os fatos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Sim, mas não está batendo o que você está falando, não está batendo, porque você faz uma crítica ao Ministério da Justiça e uma crítica à FUNAI. Você é auditora interna da FUNAI e a FUNAI é subordinada ao Ministério da Justiça. A coisa é meio inconseqüente, Dra. Regina Célia.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Bom, eu não posso dizer além do que eu estou lhe dizendo. Se o senhor acha que é inseqüente, sinto muito. Eu só estou lhe apresentando documentos. Eu não posso, está publicado no *Diário Oficial*. Em que circunstâncias o Ministro da Justiça autorizou isso, eu não sei. Eu só sei lhe dizer que, quando tomamos ciência...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Quando você fala que não sabe em que circunstância ele autorizou, você está colocando em dúvida a circunstância do Ministro da Justiça?!

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não, eu só estou dizendo que eu não sei. Não estou colocando em dúvida; só estou dizendo que eu não sei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Mas por que a sua estranheza? Ele tinha esse poder?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Por que a minha estranheza? Porque esse processo com a minha denúncia, em determinado momento vocês vão ler nos autos do processo, foi encaminhada ao Ministério da Justiça – está certo? –, com a minha denúncia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Então a sua denúncia tem objetivo de impedir que isso acontecesse?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não tinha, porque isso daqui eu nem sei por que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Precisaria acontecer...

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Essa portaria aqui eu não sei por que aconteceu, ela aconteceu, foi publicada, o que cabe à FUNAI fazer? O que o Presidente da FUNAI fez: encaminhou para o Ministério da Justiça o processo que originou essa portaria, fez anexar a esse processo toda a documentação referente a minha denúncia ponderando com o Ministro quanto à inadequação dessa portaria e pedindo o cancelamento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Se foi pedido o cancelamento dessa portaria, tem que ter embasamento do porquê pediu o cancelamento. Foi verificado o processo que gerou essa autorização?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – O auditor interno da FUNAI acredito que verificou porque ele que fez o parecer que fundamentou ...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Espera um pouquinho, o auditor interno da FUNAI, você coloca no condicional, você é auditora interna?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não, a FUNAI, primeiro de tudo, a FUNAI tem uma auditoria interna que é chefiada por um auditor interno

chamado Emanuel, tá. Eu sou economista, não sou auditora. Eu sou economista lotada na auditoria interna da FUNAI.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Você está lotada na auditoria interna, então, você faz funções de auditora interna.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Agora, não quer dizer que o que o auditor interno, o meu chefe responda, eu tenha que estar ciente. O processo quando saiu a portaria, a FUNAI solicitou o processo que originou essa portaria ...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Se você está colocando em dúvida uma ação da auditoria interna, e na auditoria interna você trabalha.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Eu não estou colocando em dúvida a ação da auditoria interna, o senhor está interpretando extremamente mal o que eu estou querendo colocar. Repito: ao tomar conhecimento dessa portaria publicada no *Diário Oficial* a FUNAI solicitou ao Ministério da Justiça o processo que é diferente do meu processo de denúncia, que autorizou, que originou essa portaria. Esse processo foi encaminhado para a auditoria interna. O auditor interno, que é meu chefe, fez uma informação ao Presidente, anexando as denúncias, as informações que eu tinha. O Presidente da FUNAI encaminhou um ofício com o processo para o Ministério da Justiça, ponderando com o Ministro da Justiça quanto à inadequação dessa portaria, porque há uma denúncia que ainda está sendo analisada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Quando a auditoria interna, a sua chefia tomou essa providência, ela juntou as denúncias que você tinha feito?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Acredito que juntou.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Você afirmou aqui... Uma hora você disse que juntou, agora diz que acha que juntou. Você tem de tomar uma posição ou outra. Anteriormente você disse que juntou e agora diz que acredita que juntou. Quer dizer, acredita que juntou ou juntou?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Acredito que juntou.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Michelletto) – Temos ainda o Deputado Rosinha. O Deputado Leonardo tem alguma pergunta a fazer? Agradecemos a presença da nossa convidada, Sra. Regina Célia Fonseca Silva, que já fez a sua explanação. Feito isso, a senhora pode se ausentar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – A senhora tem de ir para a Secretaria da CPI. A senhora tem de viajar?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não, só queria saber se posso ir embora ou se tenho de ficar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – A senhora aguarde mais uns minutos. A senhora vai até a Secretaria e nós informaremos se a senhora pode ir. Qual o horário do seu vôo?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Não é vôo, não. Quero saber se posso voltar para a FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Então, a senhora aguarde na nossa Secretaria e já daremos a informação. A senhora tem cópia ou tenho de tirar cópia para a senhora ficar com os documentos?

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Por exemplo, a Portaria eu posso deixar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – O que a senhora achar que tem de deixar pode deixar.

A SRA. REGINA CÉLIA FONSECA SILVA – Entrego na Secretaria para tirar cópia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Perfeito! Agradecemos a sua presença.

Convido o Dr. Mário Lúcio Avelar a tomar assento à Mesa.

Feito o nosso convite ao Dr. Mário Lúcio Avelar, concedo a palavra ao mesmo, que disporá de 20 minutos para sua explanação.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Sr. Presidente, boa-tarde a todos. Meu nome é Mário Lúcio Avelar, sou Procurador da República, lotado atualmente na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso. O Ministério Público Federal, no exercício do seu papel de defesa das comunidades indígenas e de zelo pelos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da impessoalidade e no exercício também do seu dever de exercitar a persecução criminal, recebeu uma representação da lavra da FUNAI, mais precisamente por parte da antecessora, da pessoa que aqui nos antecedeu, Dr. Regina, a propósito de uma possível ocorrência de – entre aspas – “biopirataria praticada”, levada a efeito no Parque Indígena do Xingu. Essa representação dava conta de que precisamente essa organização não-governamental, ACT, vinha realizando alguns trabalhos de elaboração de um mapa cultural envolvendo o Parque Indígena do Xingu. Como antecedente, essa representação, como foi dito aqui anteriormente, mencionava o fato de, em 1998, o pai do representante dessa organização não-governamen-

tal – ACT, o Sr. Marcus, ter publicado uma sinopse a partir do levantamento de 93 plantas que teriam finalidades farmacêuticas, curativas, enfim, com possibilidade de serem utilizadas como medicamentos. A partir disso iniciou-se no Ministério Público, um procedimento de acompanhamento dessa situação. A primeira questão que precisa ser colocada, é que a biopirataria não é crime, no sentido de que não temos uma disposição legal que enquadre, vamos dizer, o acesso a conhecimentos tradicionais de comunidades indígenas, seja o patrimônio genético, seja o conhecimento tradicional associado, como crime. Existem alguns projetos de lei que estão em curso na Câmara Federal e o que temos feito é aplicar de forma subsidiária a lei dos crimes ambientais, a Lei nº 9.605, que foi anunciada como um grande avanço do ponto de vista jurídico, para repressão da criminalidade ambiental em nosso País, que é latente, é permanente e é crescente, porque nós somos um País, dada a nossa riqueza e nossa biodiversidade, com vocação de ser vítima do crime ambiental, não só por parte de nacionais como por parte de estrangeiros. Então o que acontece? O Ministério Público abriu esse procedimento e deu início a uma investigação. Agora, um fato é certo, esse fato é incontestável, o Sr. Marcus que é pai dessa pessoa que representa a ACT, num determinado período teve acesso a conhecimentos tradicionais da comunidade indígena do Parque do Xingu, isso está publicado, tem uma publicação – com certeza está disponível a essa CPI, se não tiver está aqui para ser entregue uma cópia – em que consta de fato que ela teve acesso, fez pesquisas, catalogou 93 plantas, identificou processos, enfim, identificou no mínimo, recursos naturais com grande potencial de amanhã se transformarem em ativos e serem comercializados, serem patenteados no mercado internacional. Então esse é um fato, isso é uma questão que está posta; ocorreu. Agora, daí dizer se o pai, o filho, o filho não tem nada a ver, como uma defesa que foi apresentada aqui por parte da procuradora, da pessoa investigada, essa é uma questão que demanda uma investigação mais acurada. Mas, de qualquer forma, é evidente a atuação dessa organização não-governamental, no Parque Indígena do Xingu, a partir de uma demanda que, a meu ver, não parece ser uma demanda da comunidade indígena, mas uma demanda estabelecida pela própria organização não-governamental, e se estudar, se criar mapas culturais da comunidade indígena. Ora, a gente que mexe há algum tempo com essa questão, comunidades indígenas e enfrenta essa problemática, essa deficiência por parte do Estado brasileiro, em prestar assistências às comunidades indígenas, a vulnerabilidade das terras indígenas no País em

decorrência da ausência do Estado brasileiro, da deficiência dos órgãos encarregados de fiscalização, FUNAI, IBAMA, órgãos estaduais de meio ambiente, ausência de condições, vamos dizer assim, de gerar recursos para o desenvolvimento auto-sustentável das comunidades, que é um grande problema, porque nós temos o problema da identificação dos territórios. Vencida essa etapa da identificação e demarcação de territórios, temos o problema da gestão territorial, que é a forma como os índios vão se relacionar com esse território e com a sociedade envolvente e na extração de recursos naturais, na forma de comercializar essas riquezas, na forma como que vai se dar essa troca, para garantir a sustentabilidade, porque fora de dúvida que o contato de todas as comunidades indígenas, isso desde 1500, ela gera uma série de fatores de dependências e demandas que são novas. E a partir daí a gente vê, no caso aqui específico, uma organização não-governamental que se apresenta e oferece para as comunidades indígenas do Xingu, algumas benesses, algumas oferendas em troca de realizar um mapa cultural, que a gente vê aqui pelos vários informes e depoimentos constantes do processo, informações, notícia das comunidades indígenas, que se trata na verdade, de um mapa, um estudo de cultura, que sinceramente a gente não sabe para quê. Por mais que a gente avalie a gente não consegue definir isso como uma prioridade dentro de um universo de demandas que as comunidades indígenas brasileiras têm. Demanda de saúde, que é um caos, a FUNASA está aí prestando um péssimo serviço, no que diz respeito a assistência à saúde indígena no País, muito embora tenha um aporte de recursos considerável para executar ação e serviços de saúde nas terras indígenas, recursos muitíssimos superiores àqueles outrora destinado à FUNAI para executar essas mesmas ações de saúde, e a gente vê a ineficiência do aparelho estatal, a incapacidade de gestão, de se relacionar, de oferecer serviço de assistência médica, terceiriza para organizações não-governamentais, transfere para Municípios, transfere a responsabilidade para o Estado, ou seja, o Governo Federal transfere seus problemas. E está aí a situação da saúde, desnutrição, mortalidade infantil, 112 por 1.000, padrões similares aos piores índices de mortalidade infantil na África. Temos problemas seriíssimos na educação, e o modelo posto, estabelecido de gestão da educação indígena do País é um caos, pior do que aquele estabelecido para a saúde, porque na saúde você ainda tem um agente que é o principal responsável, que é a Fundação Nacional de Saúde. Na educação é um horror! No Estado do Mato Grosso, 90% do serviço de educação é prestado por Municípios, 10% é prestado pelo Estado, no

Acre é de uma forma, no Tocantins é do outro, em Minas Gerais é do outro, enfim, você transfere responsabilidades para o Estado e Municípios que são sabidamente incapazes de estar com a especificidade da comunidade indígena. Então eu estou fazendo essa discussão, para colocar aqui que de repente, diante desse universo de problemas que as comunidades indígenas tem de necessidades imediatas, programas de desenvolvimento auto-sustentável, programa de geração de renda, programa geração de renda no sentido de se vender uma saída, se vender um extrativismo, se comercializar, de se melhorar o artesanato, enfim, problemas crônicos na área de saúde, problemas crônicos na área de educação, problemas crônicos na área de defesa dos territórios indígenas, que estão sendo cada vez mais alvo crescente de saque por parte de madeireiros, por parte de garimpeiros, por parte inclusive do Poder constituído, que muitas vezes representa nos Estados da Amazônia Legal, os interesses dessa casta de madeireiros, de colonizadores que vão lá realmente para saquear os recursos que estão ali, vivem do saque dos recursos naturais da região amazônica, enquanto não vivem do saque de recursos naturais fora das terras indígenas, é nas terras indígenas. No Estado do Mato Grosso, 90% da madeira é extraída mediante corrupção nos órgãos de fiscalização e mediante o saque mesmo de recursos naturais extraídos da terra indígena. É só pegar o caso por exemplo do cinto larga. Está lá. Então aí você tem uma organização não-governamental, que diz assim: olha, povo do Xingu, nós vamos fazer aqui o mapa, vamos dar alguma coisinha para vocês aqui, mas vamos zonestar essa área de vocês, vamos saber como é que é a cultura de vocês, enfim, um resgate cultural que na verdade parte de informações que a sociedade indígena tem. Na verdade, é uma coleta de informações que o povo do Xingu, as comunidades indígenas, as comunidades tradicionais, ao longo dos anos, de milênios, conquistaram, adquiriram pelo seu convívio com a natureza, sua forma tradicional, sua especificidade de povo diferenciado, e então surge uma organização não-governamental com esse propósito. Olha, ninguém é ingênuo a ponto de imaginar, e francamente eu não sou, para crer que essa organização não-governamental está lá a título de elaborar mapas. Então, a gente tem um fato que é um antecedente comprovado. E a gente tem situações como a que está aí: é, não é, não se sabe, vamos investigar, e as coisas estão acontecendo, não é? Mas eu tenho aqui algumas anotações, que vou deixar à Comissão, a CPI, que vão mais ou menos na linha daquilo que foi colocado aqui pela minha antecessora, não é. São algumas informações extraídas inclusive de *sites* em que demonstram a re-

lação estabelecida entre essa organização não-governamental e interesses de indústrias farmacêuticas estrangeiras, indústrias farmacêuticas alienígenas, que com certeza não estão bancando essa organização não-governamental para fins outros, que não a obtenção de conhecimentos. Eu poderia ler aqui material aqui juntado, o Sr. Mark Plotkin da ACT, Presidente da ACT, declara seu interesse em acessar conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Material colhido de entrevistas por esse explanadas. Denúncia – está aqui da Internet – também estabelecida, entrevista concedida por esse senhor, que declara a sua vinculação à Empresa Shaman Farmacêuticos e o interesse de acessar conhecimentos tradicionais associados. E assim vai uma série de outras informações que vão nessa linha. Ora, o que o Ministério Público e nós achamos dessa situação? Nós achamos o seguinte: nós temos um patrimônio, que é um patrimônio, não é o patrimônio da comunidade indígena, tem um patrimônio cultural do povo brasileiro. Conhecimento tradicional das comunidades indígenas é uma riqueza que precisa ser preservada em benefício do desenvolvimento nacional, e que vem sendo saqueada ao longo dos anos. Estão aí os noticiários freqüentes, indicando a presença de estrangeiros, indicando a presença de indústrias farmacêuticas estrangeiras, a indústria química, no interesse de se apropriar desse recurso. Então nós achamos o seguinte: nós temos uma legislação, nós temos uma medida provisória, mas é uma medida provisória que está aí, é um texto que pode ser aprimorado, mas é um texto importante no sentido de defender os recursos, o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado das comunidades indígenas. Existe uma forma de se acessar. Está lá o CGEN, está lá o Ministério do Meio Ambiente. As empresas, as pessoas que querem agir às claras é só formalizar um processo, submeter ao órgão, apresentar seus estudos, que isso aí com certeza vai ser deferido. Agora, esse caso aqui, é um caso que está permeado de dúvidas, não é? A presença de pessoas no interior de terra indígena, de forma não autorizada pela FUNAI, um antecedente de investigação levado à cabo pelo INPA, então uma série de fatores que desperta, pelo menos junto aos órgãos constituídos do Poder Público, especialmente o Ministério Público, uma preocupação latente, como a forma como as coisas estão desencadeando. E achamos que a gente tem que adotar uma medida de prevenção. Há questão de 30 dias atrás, aproximadamente, estivemos na aldeia, e está lá um grupo dos índios dos xinguanos dizendo o seguinte: “Nós temos interesse de manter relações com essa organização não-governamental.” O Estado não apóia, a FUNAI não incentiva, mas existe uma

relação nossa, porque é uma relação de dependência que se criou entre essa organização não-governamental e, ali, uma liderança, uma liderança da comunidade lá do Parque do Xingu. Isso para nós é uma coisa corriqueira, porque esses interesses sempre se apresentam como uma forma, uma maneira de levar às comunidades indígenas o desenvolvimento, a emancipação. “Vocês estão na pobreza, aqui existe um mar de riqueza em torno das terras indígenas e vocês estão aí, reféns dessa instituição, que é a Fundação Nacional de Saúde, digo Fundação Nacional do Índio, que é incapaz de fornecer para vocês qualquer outra alternativa que não seja a coleta, o extrativismo”. Isso acontece com a sedução da madeireira, com a sedução do garimpo, não é? Eu acho que o papel do Poder Público é coibir essas situações, é agir no sentido de prevenir que fatos como esses, que lesam não a comunidade indígena, mas que lesam o nosso País, lesa a Nação, lesa o povo brasileiro, não é? Não se trata aqui de um conflito entre a sociedade nacional, entre a sociedade envolvente e a sociedade indígena. Mas trata-se de um conflito entre os interesses de preservação de valores que pertencem à sociedade brasileira, que é o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado às comunidades indígenas, quilombolas etc. Pois bem, então, em suma, é isso que eu gostaria de colocar. Deixo aqui à disposição da CPI essas informações todas que existem. Não existe nenhum inquérito policial tramitando a respeito disso, mas existe uma investigação por parte do Ministério Público. Foram agora solicitados uma série de documentos a essa organização não-governamental. Mas, desde já, quero consignar o seguinte: se existe dúvida, isso é um princípio do Direito Ambiental, que é o princípio da precaução. Eu acho que nós temos que afastar a possibilidade de que haja uma lesão aos interesses das comunidades indígenas, uma lesão aos interesses da União, que é a absorção, de forma clandestina e ilícita, do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado que pertencem à nacionalidade brasileira. Então, são essas considerações que eu gostaria de fazer e dizer que estou aqui para colaborar com os trabalhos desta Comissão, que eu acho de extrema relevância. Até gostaria de estar aqui em outra oportunidade para discutir outros temas, como essa situação que o País vivencia hoje de ver a exaustão dos seus recursos naturais de forma tão rápida, tão contundente, como nós temos vivenciado agora com esses índices crescentes de desmatamento verificados em nosso País, na região Amazônica. Desmatamento esse que, infelizmente, não vem somar, da forma como ele está acontecendo, para o crescimento econômico do País e para a incorporação de parcelas, vamos dizer,

excluídas da sociedade nacional, do processo de desenvolvimento. E eu gostaria até de colaborar muito com esta Comissão neste aspecto, que são trabalhos que o Ministério Público vem desenvolvendo e que a gente realmente fica pasmo de ver a deficiência com que nós, o País tem de proteger e de defender os seus recursos naturais. Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Nós queremos agradecer a contribuição. Eu queria saber, doutor, se o senhor poderia fornecer uma cópia desse processo para a CPI.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Nós fornecemos na íntegra. É só questão de xerocar, eu posso mandar xerocar e encaminhar para todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Peço à secretaria da Comissão que tome as providências.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Pela ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, eu acho que o Dr. Mário Lúcio Avelar demonstrou, inclusive, a possibilidade e o conhecimento de colaborar com a CPI não apenas nesta questão que nós estamos aqui discutindo, mas de colaborar numa questão extremamente importante para todos nós, questão que ele domina que é a do meio ambiente. Então, eu gostaria que V.Exa. determinasse à secretaria que fizesse contato com o Dr. Mário Lúcio e agendasse, dentro das possibilidades dele, uma nova participação para que tivéssemos aproveitamento de informações extremamente importantes para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Peço à secretaria que tome as providências conforme solicitação do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Com a palavra o Deputado Dr. Francisco Gonçalves.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Sr. Presidente, caros colegas, eu queria parabenizá-lo, Dr. Mário Lúcio Avelar, pela brilhante exposição, que veio nos esclarecer muito. É importante estarmos ao lado do Ministério Público, principalmente desses jovens que têm assumido essa grande responsabilidade. Vejo o Ministério Público hoje como uma ferramenta que tem galgado patamares mais altos dentro da justiça e uma credibilidade muito maior entre todos os brasileiros, justamente por essa postura clara e eficiente que os senhor demonstrou agora. Era isso que tinha a te dizer, Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Com a palavra o Dr. Rosinha, que neste momento é o Relator da CPI.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – *Ad hoc!* (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Deputado) – *Ad hoc.*

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, o nosso Relator solicitou-me por telefone; inclusive pedi que ele entrasse em contato com o Presidente. Assim S.Exa. o fez. Que fizesse as perguntas que foram deixadas por escrito. Algumas das perguntas que S.Exa. deixou – acompanhei a exposição do Dr. Mário – já foram respondidas, mas penso que há ainda o que perguntar. A primeira pergunta é: em que ponto está o processo judicial acerca das ações da ACT? Em que momento se encontra esse processo? Se já está encerrado todo o trabalho do Ministério Público, se não encerrado, se já está tramitando em nível de Poder Judiciário para decisão, para sentença? Em que situação que se encontra.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Temos um procedimento de natureza inquisitorial, vamos dizer assim, de natureza administrativa, um procedimento de coleta de informações. Esse procedimento, na minha modesta forma de ver, encontra-se pronto para que haja um desfecho no sentido de proteger o patrimônio público, o conhecimento, o patrimônio genético, que não é da comunidade indígena, mas é do povo brasileiro. Existem dúvidas. Está sendo feito o acesso ao conhecimento tradicional? Está sendo feito o acesso ao patrimônio genético? É aquele negócio do cachorro correndo atrás do rabo. Existe uma prova, amanhã o sujeito diz que não, que estão lá auxiliando as comunidades indígenas na elaboração de um mapa cultural. Quem tem poder de fiscalizar de acompanhar o dia-a-dia, como essa relação ocorre lá dentro do Parque Indígena do Xingu, uma área de 2 milhões e 700 mil hectares? A Polícia Federal, que tem 30, 40 agentes no Estado do Mato Grosso, tem 30 no Estado do Pará? O IBAMA, que tem 18 agentes no Estado do Pará? A FUNAI, que é um órgão sucateado? Ouvimos a Dra. Regina dizer que ela é do último concurso que a FUNAI fez, em mil novecentos e oitenta não sei quanto. Quer dizer, é absolutamente inviável, dentro dessa estrutura de Estado que temos, poder afirmar que essa situação não vai ocorrer, o acesso de conhecimento tradicional, o acesso do patrimônio genético não vão ocorrer. Ninguém pode fazer uma afirmação dessa. Mas temos antecedentes que estão aí e demonstram que essa associação ou pessoas vinculadas a essa associação, em determinado momento, tiveram acesso ao conhecimento tradicional associado. Portanto, assim que publicaram o manual, pesquisaram 93 plantas, se extraíram disso aí um processo ativo ou não, eu não sei. Agora, é preciso ficar muito claro que o acesso ao patrimônio genético, o acesso ao conhecimento

tradicional, o ingresso de determinada pessoa numa terra indígena, não são atos vinculados à administração pública, são atos discricionários do Poder Público, que deve atender a conveniência da administração e a oportunidade da administração. Francamente, digo como Procurador, é uma opinião pessoal, peço escusas a quem não concorde, mas existe uma dúvida estabelecida nesse processo. Temos de decidir essa dúvida em favor do interesse público, e o interesse público reclama que, enquanto essa dúvida persiste, é necessário que se afaste o risco de termos acessos indevidos ao patrimônio genético, ao conhecimento dessas comunidades indígenas, ao conhecimento tradicional. Qual é a posição do Ministério Público nesse caso? É posição de chegar ao Poder Judiciário e dizer que existe um antecedente, existe um contrato, um termo, um ajuste que está estabelecido entre essa organização não-governamental e as comunidades indígenas que estão aí. Em determinados momentos, o índio aparece e diz que aquilo não está correto, que há acesso à informação de conhecimento tradicional. Em determinados momentos, a empresa diz que o filho não tem nada a ver com o pai, que o pai está envolvido em biopirataria, tráfico de animais silvestres, mas o filho não está. E aí fica essa coisa nebulosa, surge um contrato para produzir um mapa cultural, que vou dizer, não tenho muita experiência em área indígena, não, estou há dez anos trabalhando com essa questão indígena, não me julgo um conhecedor disso, mas nunca vi fazer mapa cultural em terra indígena. Já vi programas de educação, já vi programas de saúde, já vi programas etnodesenvolvimento, já participei de alguns, uns com sucessos, a grande maioria fracassados, mas fazer mapa cultural, onde está a planta, onde está o recurso, onde está isso e aquilo, é a primeira vez que vejo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dr. Mário, o senhor tomou depoimentos de indígenas para desenvolver o processo. Qual foi o nível de informação que obteve deles referente à ACT sobre a questão da localização de espécimes medicinais, de plantas medicinais?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Olha, não houve propriamente uma tomada de depoimento de índios, até porque isso é muito circunstancial. Se amanhã o recurso da organização estiver fluindo de uma forma boa, os índios vão dizer: não, essa ONG que está aí está nos ajudando, ela é muito importante para nós. Enfim, então não houve esse ato formal de se tomar depoimento. Penso até que não é necessário. O que houve foi uma discussão travada no PIN Leonardo. Estava inclusive o Presidente da Fundação Nacional do Índio, numa viagem recente que fizemos, e um

dos temas discutidos foi a questão da ACT. Estava lá o problema de redefinição de área, de uma usina hidrelétrica lá nas imediações, da presença de madeiras, um processo intensíssimo de desmatamento no entorno do Parque Indígena do Xingu. Aquilo está se transformando numa ilha com o agravante de que todas as nascentes do parque estão fora do parque, porque o parque é um terço, um quarto daquilo que foi inicialmente proposto na década de 40, na década de 50, na década de 60. As lideranças de forma majoritária estavam lá, e 14 grupos reunidos disseram: “Não queremos a ACT no nosso meio”. À exceção de uma liderança, que se afastou, evitou uma discussão com o grupo e disse: “Nós queremos trabalhar com a ACT.” E aí houve o posicionamento por parte das demais etnias de dizer o seguinte: “Respeitamos a posição do grupo, mas não queremos a ACT no parque indígena.”

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E por que não queriam?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Em razão das denúncias dessa relação estranha que se estabeleceu nesses anos. Exatamente em relação a isso. Não queriam. ‘Não aceitamos.’ Agora há um respeito, porque são 14 grupos, que falam línguas diferenciadas. O Parque do Xingu foi um negócio criado, implantado, tiraram os grupos de fora, lá das divisas com a Amazonas, da divisa, lá, com o Pará, do noroeste, “vai ficar todo mundo aqui”. E, aí, se juntou aquele grupo, 14, 15 grupos, que estão lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pelo que eu entendi, o senhor não conseguiu caracterizar acesso ao patrimônio genético na investigação? Ou conseguiu?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Olha, hoje, não há elementos, está certo, não há elementos nos autos para que a gente possa categoricamente afirmar: há acesso ao conhecimento tradicional associado; há bioprospecção. Não. Qualquer afirmação nesse sentido seria uma afirmação leviana. Eu não poderia fazer esse tipo de afirmação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Agora há pouco o senhor disse que esteve, lá, nas comunidades, elas diziam que não queriam a ACT. Nessa reunião com a comunidade, alguns deles chegaram a afirmar que a ACT oferecia benefícios materiais, ofertas de bens materiais a troco de informações para organizar o mapa?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Olha, isso, aí, está claro com as diversas cartas e informações que vieram aos autos através dos próprios índios. Eles dizem o seguinte: “Olha, não queremos associação, porque o que ela nos prometeu não veio.” Isso tem nos autos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E dizem o que ela prometia?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Ah! Prometeu recursos com a escola, coisas do tipo. O processo é permeado por isso. Essa relação é uma relação de troca, porque os índios, pelo que a gente apreende do processo, até hoje não conseguiram extrair qual a importância desse mapa cultural para eles. Alguns chegaram a indagar, inclusive: “Olha, esse mapa cultural, ele nos é importante para efeito de redefinição de território?” Porque é uma coisa que existe lá. Hoje, existem 4 pleitos dos povos do Xingu pedindo revisão de área, ou seja, pedindo identificação de territórios, que, no entender deles, são territórios de ocupação tradicional e que ficaram de fora do processo de demarcação, do processo de criação do Parque Indígena do Xingu. Então, quando essa oferta foi feita para os índios, eles falaram: “Não, isso para gente pode ser importante, porque isso vai nos auxiliar na identificação do nosso território que nós estamos reivindicando.” Então, isso não é uma coisa muito clara para a comunidade indígena; isso não é uma coisa palpável para os índios do Xingu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor tem trabalhado, então, nessa área, a gente vê que está fazendo essa investigação dessa ONG. No âmbito de tudo isso, têm surgido outras ONGs, denúncias contra outras? Ou tem aparecido atuação de outras nessas áreas, ou em outras áreas, também com indícios de irregularidades?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Olha, nós tivemos um caso similar a esse, foi o caso do Estado de Tocantins. Mas similar em termos, na área Kraô, porque lá houve um acesso também a patrimônio genético, foi uma universidade de São Paulo, não foi uma organização não-governamental, foi uma entidade pública nacional, uma universidade de São Paulo, a Faculdade Paulista de Medicina, com apoio de recursos da FAPESP, que é o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, e que se procurou...na verdade, havia um hiato. Não existia uma disposição normativa, não existia a medida provisória à época. E começou-se um processo de acesso ao conhecimento tradicional associado dos Kraô. Essa questão foi tema de discussão por parte da FAPESP, por parte do Ministério Público, por parte da Faculdade Paulista de Medicina, mas é algo que, pelo menos no meu sentir, está longe de caracterizar má-fé, dolo, biopirataria, como desse caso aqui, que pelo menos sugere. Aqui, há, de fato, uma sugestão pelos antecedentes das pessoas envolvidas, pelas relações que se estabelecem a partir de informes com empresas estrangeiras. A organização é uma organização não-governamental. São pessoas

estrangeiras que viajam constantemente para países, Venezuela, México, Estados Unidos, Alemanha. Isso está aqui comprovado. Nem a parte que é investigada nega isso. O que ela diz em determinado momento é o seguinte: “Não, o filho não tem nada a ver com o pai. O pai é uma coisa, o filho é outra.”

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em relação à ACT, o material colhido é suficiente para propor uma ação cível pública?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Pelo menos para dizer o seguinte: “Olha, enquanto a dúvida persiste, é preciso afastar a presença dessa ONG perante o Parque Indígena do Xingu, perante as comunidades indígenas. Então, esse é o posicionamento do Ministério Público Federal. No caso, é o meu entendimento, estou à frente desse processo. Há por parte do Ministério Público, da 6ª Câmara, uma preocupação muito grande com relação a isso, porque é um risco de dano irreversível, uma ameaça que existe. O dano, se ocorrer, se estiver ocorrendo ou se vier a ocorrer, é irreversível. E o prejuízo não é para a comunidade indígena não, é para a ciência brasileira, é para o povo brasileiro. Então, é preciso afastar essa situação. Essa é a opinião do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Dr. Mário. São essas as questões deixadas pelo Relator da Comissão. Junto, eu já adendei umas duas ou três de minha autoria, porque eram dúvidas que eu tinha de tirar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Mais algum Deputado quer fazer algum questionamento?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – ...não é sobre a questão. Mas na exposição inicial do Dr. Mário, ele falou de um detalhe, só queria fazer uma pergunta, não diz respeito à CPI, praticamente. Mas ele abordou, rapidamente, a questão da morte de indígenas, lá, no Mato Grosso. O senhor poderia dar algum dado para a gente, dizer o que nós poderemos fazer no sentido de coibir essa continuidade?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Olha, nós tínhamos, anteriormente, esse modelo estabelecido. Há 4, 5 anos que foi estabelecido esse modelo. A FUNAI era responsável por todo o serviço e ações de saúde indígena no País. Ela tinha recursos no Orçamento da ordem de 140, 150 milhões de reais e fazia saúde. No Governo Fernando Henrique Cardoso a saúde foi destacada da FUNAI e foi transferida para o Ministé-

ria da Saúde, via Fundação Nacional de Saúde. Nós tivemos um aporte de recursos considerável; nós tivemos, no meu modo de ver, um avanço no sistema de saúde indígena no País, que é um subsistema junto ao Sistema Único de Saúde, e estamos vivenciando um período de retrocesso, um problema de absoluta falta de gestão no que diz respeito aos recursos da saúde. Por exemplo, vou dizer uma coisa crônica que a gente percebeu e que é uma situação que ocorre no País inteiro: há questão de 4 meses atrás, 6 meses atrás, eu fui em Aripuanã, norte do Estado do Mato Grosso, para ver a situação dos índios cinto larga. A denúncia dos índios cinto larga é que há mais de 1 ano não tinham um atendimento médico. Não viam um dentista, não viam uma enfermeira, não viam um auxiliar de enfermagem, não viam um agente indígena de saúde, não tinha um médico. Eu pude perceber que essa denúncia era reiterada por diversas outras comunidades indígenas de nosso País. Aí, eu fui ver o que estava acontecendo. A FUNASA, que é responsável pela contratação da equipe médica, do enfermeiro, do auxiliar de enfermagem, o que ela fazia? Ela transferia recursos para os Municípios, transfere recursos para o Município de Juína, Município de Aripuanã, e assim vai para outros Municípios, e diz o seguinte: “Olha, esse problema não é meu. Esse problema é do Município.” Aí, eu fui lá, no Município, falar com o Prefeito. “Prefeito, o que está acontecendo que os índios não têm... não vêem um médico há mais de 1 ano, as crianças estão morrendo de desnutrição, morrendo por doenças primárias?” “Não, é o seguinte: tem um recurso que está na nossa conta, há 6 meses que ele está depositado, e eu não sabia que esse recurso estava depositado.” Aí, eu fui no prefeito vizinho, ele falou: “Realmente, esse recurso está depositado aqui há 6 meses, mas a FUNASA nem nos falou como é que aplicava esse recurso. Ela não nos falou.” E estava, lá, o dinheiro parado na conta. Agora, por que a FUNASA transfere sua responsabilidade para o Município? É por uma questão muito simples: ela não quer arcar com os encargos sociais da contratação do médico, da enfermeira, do auxiliar de enfermagem, do dentista e fica terceirizando o problema para Município, para organização não-governamental. E daí está esses caos. Nomearam um punhado de parentes, pessoas por critérios políticos. E mexer com questão indígena é uma questão específica, só mexe com índio quem gosta. O cara tem que gostar, tem que vivenciar esse negócio. Porque se não gostar não tem jeito, não vai, o negócio é diferente, é chato, você começa um ano a coisa não dá certo, às vezes você vai obter frutos de um projeto de 2, 3, 4 anos, tem que ter seqüência. Então, olha, foi feita uma Comissão, foi criada uma Comissão da Câmara, foi a

Cuiabá, foi a Campo Grande, viram situações estarrecedoras, por falta realmente de administração, por falta de gestão. Não é por falta de dinheiro não, é por falta de competência administrativa. Então, precisam ser tomadas medidas de cunho administrativo no sentido de sanear isso. Por exemplo, é inadmissível que você tenha recursos que não venham sendo aplicados. Recursos orçamentários que você tem o dinheiro na conta e a equipe médica não é contratada. Você tem rombos para organizações não-governamentais, eu vi aqui na CPI o caso dessa FASE, por exemplo, está lá na Polícia Federal apurando rombo de 5, 6, 7 milhões de reais que foram desviados. Falta administração, falta gerência, não é dinheiro não, é competência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Nós queremos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, eu queria fazer um requerimento. Que dessa parte da manifestação do digno procurador Mário Lúcio Avelar fosse extraídas cópias e enviadas ao Ministério da Saúde e à FUNASA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Perfeitamente, eu peço à Secretaria para tomar as providências.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR ROSINHA – Sr. Presidente, só mais uma questão. Em depoimento aqui nesta Comissão, o Sr. Mércio Pereira Gomes afirmou textualmente que a ONG ACT está proibida de entrar em área indígena da FUNAI. O senhor tem conhecimento se ela continua entrando, mesmo proibida?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – A informação que nós temos é de que ela continua entrando. Ela está presente na área. Há uma informação nos autos da FUNAI Coibindo o ingresso de pessoas na área, que é um ato discricionário da administração. Ela diz o seguinte: Olha, eu acho que não convém que vocês entrem. E não entram. Não é direito adquirido a pessoa entrar e transitar dentro de uma terra indígena não. Aquilo é uma terra indígena. Tem terra indígena que não entra de jeito nenhum, o caso de índio isolado, por exemplo, não entra. A FUNAI baixa uma portaria, proíbe a entrada. Agora, por outro lado, existe um ato do Ministro da Justiça, que está aqui nos autos, que reconhece a organização não-governamental como uma organização apta, capaz de trabalhar com a questão indígena e desenvolver projetos e ações, serviços junto à comunidade indígena. Então, há uma contradição, pelos menos na minha forma de ver, entre um ato da FUNAI que coíbe o ingresso e, ao mesmo tempo, um ato do Ministro da Justiça que reconhece a idoneidade da organização para desenvolver ações, projetos junto às comunidades indígenas do Xingu. Então, isso

em uma ação civil pública, do Ministério Público, isso vai ter que ser objeto de tratamento. Porque há aí um choque entre um órgão, uma fundação e o seu órgão gestor, que é o Ministério, a administração direta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Queremos agradecer ao Dr. Mário Lúcio Avela a presença e deixá-lo à disposição. Se quiser continuar assistindo a nossa reunião, fique à vontade, Doutor. Muito obrigado pela contribuição.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Pela ordem, a Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Só queria pedir desculpas ao Dr. Mário Lúcio, porque eu gostaria muito de ter assistido a palestra dele. Infelizmente nós estávamos com duas audiências com o Presidente Severino, uma por conta da exploração sexual de crianças e adolescentes e outra da Federação das APAEs. Por isso não pude assistir. Mas queria, Sr. Presidente, registrar o apoio e o grande trabalho que o Dr. Mário Lúcio fez com a Comissão Externa que investigou a mortalidade das crianças indígenas, quando nós estivemos em Mato Grosso. Foi de uma grande valia, ele foi na nossa audiência pública, nos prestigiou e deu um grande auxílio à nossa Comissão. Então, eu não poderia deixar de registrar essa contribuição que ele deu a todos nós quando estivemos lá em Mato Grosso. Obrigada.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Bondade da senhora, Deputada. Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) – Eu queria aproveitar e convidar o Deputado Mendes Thame, Presidente da nossa CPI para assumir a Presidência. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agradeço ao Deputado Leonardo Monteiro e convido, na seqüência, o Sr. Vasco Marcus Van Roosmalen a tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Enquanto o próximo depoente se dirige da antesala da CPI para este plenário, queremos transmitir um convite da RENCITAS, que é a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais para um evento hoje à noite, na Academia de Tênis, ocasião em que será exibido um filme a respeito dessa luta contra o tráfico de animais silvestres brasileiros. A Academia de Tênis fica na SCES Trecho 4, Conjunto 5, Lote 1-B. É no Cine Intelig Telecom Academia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

– Sr. Presidente, a Secretaria da Mesa pode obter informações sobre qual o *quorum* de Plenário para a gente poder dimensionar o tempo que nós temos na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O tempo do...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

– Não, não. Quero saber o *quorum* de Plenário para a gente poder se achar aqui, saber se devemos cortar um pouco do tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O *quorum* de plenário? Pois não. Podemos manter ligação com o Plenário para que não haja risco de perdermos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

– Porque aí a gente corta o tempo do próximo convidado...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não. Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A Comissão que ora está funcionando, esta CPI, ela não estará deliberando absolutamente nada. Então, nós poderemos, mesmo que tenha trabalho de plenário, mesmo que tenha votação, continuar trabalhando – se for o caso, suspender por alguns minutos, irmos votar e voltarmos. Já fiz parte de várias outras CPIs – não tendo deliberação, nós podemos continuar trabalhando. Isso manda o Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

– Sr. Presidente, eu não estava dizendo que não podemos trabalhar. Só perguntei porque eu sou Relator de uma das medidas provisórias que está na pauta. Foi por isso. O Dr. Rosinha não sabe que eu sou Relator, por isso ele fez essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Muito bem, na seqüência, nós queremos inicialmente informar que o Sr. Vasco Marcus Van Roosmalen encaminhou material à Mesa, 1 ofício e 2 relatórios que farão parte do acervo desta CPI.

Solicito inicialmente que o Sr. Vasco Roosmalen preste o juramento em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Faça, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – De conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, comunico à testemunha que o crime de falso testemunho está assim descrito no Código Penal no art. 342: Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha. A esse crime está culminada uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra o Sr. Vasco Roosmalen por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN –

Exmo. Sr. Presidente da CPI, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Exmo. Sr. Relator desta CPI, Deputado José Sarney Filho, Exmos. Srs. Deputados e demais aqui presentes. Gostaria em primeiro lugar agradecer a oportunidade de participar desta CPI, pois nos dá a oportunidade de mostrar trabalho sério que nossa organização vem realizando junto a povos indígenas em todo o meio ambiente. Em segundo lugar, eu queria agradecer e usar esta oportunidade para rebater as acusações que nos foram imputadas aqui mesmo nesta CPI. Agradeço a V.Exas. por permitir a assistência da advogada da ACT nesta Mesa, pois o material que aqui será apresentado, na sua maioria, é composto de matéria jurídica. Assim como o objetivo desta CPI é de esclarecer a sociedade brasileira os assuntos aqui levantados, a Dra. Maria Olga poderá melhor esclarecer alguns pontos divergentes. Começando meu depoimento: O meu nome é Vasco Marcus Van Roosmalen. Sou holandês de nascimento, mas brasileiro por opção, pois sou naturalizado, com família aqui constituída. Metade da minha vida foi vivida aqui, no Brasil. Sou cientista político, graduado nos Estados Unidos, com mestrado na Holanda. Sou representante da Amazon Conservation Team, também conhecida como ACT, e presidente da Equipe de Conservação da Amazônia, também conhecida como ACT Brasil. A Amazon Conservation Team é uma organização filantrópica criada no ano de 1996, no Estado de Virginia, nos Estados Unidos. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos constituída por cidadãos norte-americanos comprometidos com as questões sociais, culturais e ambientais que afetam os povos indígenas das Américas. A organização possui um comitê assessor formado por personalidades proeminentes, líderes cívicos e por lideranças indígenas, tais como a Susan Sarandon, Jeff Bridges, Bruce Babbitt e Taita Luciano Mutumbajoy, líder indígena inganos. A missão da Amazon Conservation Team é trabalhar em parceria com os povos indígenas, prestando-lhes apoio técnico e logístico para a preservação da sua saúde e da biodiversidade dos seus territórios e para fortalecimento de suas culturas. A ACT Brasil, ou a Equipe de Conservação da Amazônia, uma organização brasileira, nasceu a partir do Projeto Mapeamento Cultural Desenvolvido pela ACT, em parceria com os grupos indígenas da terra indígena Xingu. Essa experiência fez surgir a necessidade de implementar trabalhos relacionados a fortalecimento das tradições culturais e de produção ambiental, à qual é imprescindível a assistência de uma

equipe permanente instalada no Brasil e formada por brasileiros. Assim é que a Equipe de Conservação da Amazônia, a ACT Brasil, veio a ser constituída em 2002 e reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OCIP, no ano de 2003. Ela conta com 19 funcionários, sendo desses 18 brasileiros e 1 uruguaio, sempre atendendo à legislação trabalhista vigente no País. A sede, em Brasília, é ligada a escritórios regionais em Macapá, Canarana, no Mato Grosso, e Manaus. É necessário enfatizar que a Equipe de Conservação da Amazônia – ACT Brasil, buscou sua qualificação com o SIP, junto ao Ministério da Justiça, para que haja acompanhamento de suas atividades por parte das autoridades brasileiras, dando assim maior transparência na utilização dos seus recursos. Quanto à Amazon Conservation Team, ela foi autorizada pelo Ministério da Justiça a se instalar no Brasil. A Equipe de Conservação da Amazônia, a ACT Brasil, desde sua origem, tem pautado seu trabalho na legislação indigenista vigente no País, em especial os preceitos constitucionais que garantem às sociedades indígenas do Brasil sua condição de atores políticos legítimos. Tais preceitos legais são rigorosamente respeitados pela organização. A Amazon Conservation Team é uma organização que recebe a maior parte de seus recursos de doações privadas. Nos últimos anos, agências de cooperação internacional tais como Banco Mundial, OEA e USAID passaram a fazer parte das entidades que contribuem financeiramente para os trabalhos da organização. Desse modo, 75% dos recursos da Amazon Conservation Team advêm de fundos particulares; e os outros 25%, de agências de cooperação internacional. A ACT tem uma postura ética que faz com que os parceiros indígenas estejam cientes quanto à origem e volume dos recursos que financiam seus projetos. Além disso, a Amazon Conservation Team e a Equipe de Conservação da Amazônia não admitem doações de empresas privadas que contrariem as suas missões institucionais e seus valores centrais. Ou seja, somos proibidos de receber qualquer tipo de apoio de empresas de petróleo, de biotecnologia, de laboratórios farmacêuticos, ou de outras indústrias similares. O trabalho da Equipe de Conservação da Amazônia é financiado através da ACT, por meio de doadores privados e fundações como a Fundação Moore, Fundação Overbrook e outras. Também conta ainda com recursos da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID – para apoiar os trabalhos com as comunidades da terra indígena do Xingu. No centro dos esforços da Equipe de Conservação da Amazônia está a atenção às demandas feitas pelos povos indígenas. A partir das demandas indígenas é que são elaborados os proje-

tos, aqui no Brasil, por uma equipe multidisciplinar constituída por brasileiros, de maneira ética e responsável. Nunca trabalhamos sem o consentimento prévio e sem o acompanhamento das autoridades brasileiras competentes. O princípio que guia as ações da Organização é o da autonomia indígena. Um dos nossos objetivos mais valiosos é o de fazer com que os parceiros indígenas tenham voz, que sejam ouvidos e respeitados pelo Poderes instituídos. Vale enfatizar que jamais ingressamos em terra indígena sem os devidos convites formais das suas organizações. A Amazon Conservation Team, em parceria com as comunidades indígenas, desenvolveu os projetos de mapeamento cultural nas terras indígenas do Tumucumaque, entre 2001 e 2002, e do Xingu, entre 2001 e 2004. Em 2001, mesmo ano em que se iniciou o projeto de mapeamento cultural no Xingu, foi editada a Medida Provisória nº 2.186-16. Essa MP estabeleceu normas legais para regular o acesso aos recursos genéticos e conhecimento tradicional associado no território brasileiro. Antes desta Medida Provisória, a Amazon Conservation Team seguia a Lei nº 9.610, de 1998, conforme pode ser verificado nos convênios assinados com a FUNAI para a produção dos mapas do Xingu e do Tumucumaque. Desde 2001, é a MP 2.186-16 que orienta nossa conduta com relação ao conhecimento tradicional ligado a recursos genéticos. Basta consultar a documentação relativa à confecção dos mapas culturais para se verificar que não houve tentativa de obter informações sobre o conhecimento ou prática individual ou coletiva associada ao patrimônio genético das comunidades indígenas do Xingu, seja para pesquisa científica, bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico. Reafirmamos que a Equipe de Conservação da Amazônia é uma parceira para a defesa dos direitos territoriais, culturais, sociais e ambientais indígenas. Ao invés da cartilha capitalista do lucro fácil e perverso a qualquer custo, temos por preceito ético a orientação de nossa conduta profissional nos mecanismos legais – citados acima – disponíveis a favor das causas ambiental e indigenista. Agora, na segunda parte do meu discurso, eu gostaria de prestar esclarecimentos a respeito de acusações que têm sido feitas a nossa organização: que a ACT teria praticado biopirataria em área indígena a partir dos meus pais, Dr. Marcus van Roosmalen, e minha mãe, Sra. Betty van Roosmalen, que seriam membros integrantes da ACT. Eu gostaria de esclarecer o seguinte: o Dr. Marcus van Roosmalen e a Sra. Betty van Roosmalen não são e nunca foram membros da Equipe de Conservação da Amazônia – ACT Brasil, da qual eu sou presidente, e nunca foram e não são representantes ou consultores da Amazon Conservation Team, no Brasil. Convém citar o que dis-

seram os índios kamayurá em ofício encaminhado à FUNAI em abril de 2003. Abre aspas: “Em nenhum momento, desde a intenção do pajé Tacumã de produzir o mapa, os senhores citados acima (Marcus e Betty) participaram, nunca mais foram vistos e nem sequer fazem parte da ONG financiadora (ACT).” Nunca foram comentados assuntos referentes a (plantas) medicinais nos trabalhos de mapeamento, a não ser os que os próprios índios quiseram colocar no mapa. O que os índios querem deixar bem claro é que um assunto é diferente do outro e que a denunciante (Regina) confundiu todos os processos colocando-os juntos, atrapalhando os trabalhos que vêm sendo sucedidos na aldeia e fazendo com que nós tivéssemos que sair de nosso ritmo para virmos até Brasília resolver assuntos de problemas internos”. Quanto ao Dr. Marcus, meu pai, cumpre esclarecer que ele era pesquisador do quadro do INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, no ano de 1997/1998, quando empreendeu um trabalho para a comunidade Kamayurá, objetivando a preservação e registro do conhecimento do pajé Tacumã Kamayurá. O trabalho em questão foi feito em conjunto com os índios e consistiu num levantamento das plantas, que foram identificadas somente com o seu nome na língua indígena, para impedir desta forma a sua apropriação indevida por terceiros. O trabalho foi entregue à comunidade, que o guardou. É bom ressaltar que em nenhum momento esse trabalho foi publicado, assim como nenhuma de suas partes. A própria FUNAI recebeu dos índios um exemplar desse trabalho. Reafirmamos, outra vez, que esse trabalho não guarda nenhuma relação com o trabalho da ACT ou com a instituição da ACT. Pois bem, em depoimento à CPITRAFI, na data de 28 de julho de 2002, o meu pai, o Dr. Marcus, relatou esse trabalho – esse trabalho citado aqui acima, no Xingu –, dentro dos outros projetos extra-orçamentários não registrados realizados por ele. No próprio relatório citado da CPI, na fl. 79, consta a seguinte conclusão da atuação do meu pai, Dr. Marcus: “Os fatos e a documentação reunida pela CPI em relação ao Sr. Roosmalen confirmam a existência de indícios consistentes de infrações à legislação que regula os servidores públicos e à legislação ambiental. No que se refere a irregularidades no campo de abrangência desta CPI, a coleta de material da fauna e da flora sem licença do IBAMA está praticamente comprovada, bem como de manutenção de criadouro conservacionista também sem licença do mesmo órgão, infrações que merecem a devida punição, mesmo que tenham ocorrido sem dolo e com o intuito de vencer a burocracia”. A outra acusação que tem sido feita é que a ACT teria participado da filmagem de um documentário do NHK, do

Japão, com os índios Kamayurá. Eu queria esclarecer o seguinte: quanto ao documentário (em fita VHS) feito junto com a Aldeia Kamayurá, no ano de 1999, pelo NHK, vale dizer que eu apareço na filmagem apenas na condição de familiar em visita aos meus pais, pois estudava fora do País nessa época. Vale esclarecer que, em nenhum momento, a ACT negociou ou teve qualquer relacionamento com a NHK quanto a essa filmagem, até porque, quando essa filmagem ocorreu, a ACT ainda não havia desenvolvido nenhum trabalho no Brasil. Com referência ao documentário da NHK, a própria FUNAI, em seu ofício, de 5 de maio de 2003, no Processo nº 0515/03, afirma: “Decorrente das denúncias da fita de vídeo, Processo nº 2.681/00, aberto pela FUNAI para apurar como a NHK, televisão japonesa, realizou o documentário das Plantas medicinais, posteriormente transmitido em sua programação naquele país. Em decorrência das negociações, a NHK pagou US\$ 50.000 (cinquenta mil dólares) a título de indenização para o índios Kamayurá. Esta importância foi totalmente aplicada para os índios Kamayurá, através da conta da renda indígena, com base em um plano de aplicação aprovado pela Portaria Presidencial nº 935, de 14 de novembro de 2001. A aplicação dos recursos foi orientada, acompanhada e fiscalizada pela Administração Regional do Xingu, DEPIMA, DEDC – todos da FUNAI – e a Associação Mavutsinin”. Essa afirmação está reforçada na Informação nº 12, da Procuradoria Federal da FUNAI, de 17 de dezembro de 2004, da lavra do ilustre Procurador Federal da FUNAI, Dr. Carlos Alberto de Queiroz Barreto, que na época respondia pela chefia. Diz o trecho: “A tevê estatal japonesa reconheceu o uso indevido de imagem e fez acordo com a comunidade indígena (com a anuência da FUNAI) indenizando e pagando os valores arbitrados com base em ações semelhantes”. Portanto, o documentário feito pela NHK em conjunto com a comunidade Kamayurá, em 1999, gerou um processo, que foi apurado e concluído. Em nenhum momento a ACT foi citada ou envolvida nesse processo. Nenhum documento é mais esclarecedor sobre todas essas denúncias acima citadas do que o Parecer de nº 03/CGEP/03, da própria FUNAI, no Processo nº 0515/03, da FUNAI, de 7 de novembro de 2003, que isenta a ACT das denúncias feitas e determina o arquivamento do processo da denunciante Regina. Reproduzimos, para os presentes fins, os Itens 5, 6 e 7 deste parecer, que está incluído na documentação que encaminhamos à Mesa desta CPI. Vou ler: “Item nº 05. Com relação à denúncia da servidora Regina Célia Fonseca, entendemos que é totalmente descabida a pretensa vinculação do episódio com a assinatura do convênio entre a FUNAI e a ACT. Não há provas nos autos da

existência de vínculo formal entre os autores da publicação e a ACT, uma vez que no documento em que é apresentada a equipe técnica da ACT não figuram os nomes dos pesquisadores em referência, como não aparecem também na identificação dos responsáveis pela ACT que firmaram o convênio com a FUNAI. O único elo comprovado de ligação entre os dois assuntos é o fato de o representante daquela ONG, Sr. Vasco van Roosmalen, ser filho do pesquisador denunciado, Sr. Marcus van Roosmalen, o que não parece razoável, nem legal, imputar a um filho eventuais crimes do pai. Item nº 06 – do mesmo parecer. Chama a atenção a forma truncada em que se deu a tramitação desse processo – da denúncia –, dentro e até fora da FUNAI, sem que houvesse qualquer manifestação em se promover uma justa e criteriosa apuração dos fatos. A isso somam-se os evidentes equívocos e a fragilidade nos argumentos da denúncia, o que induz a um inaceitável juízo de condenação antecipada dos servidores denunciados. Item nº 07 – do mesmo parecer. Diante do exposto, somos de parecer que não se fundamenta a denúncia de que houve, por parte dos servidores envolvidos, qualquer atitude incompatível com as funções públicas por eles exercidas. Entendemos, portanto, que o Processo nº 0515/03 deve ser arquivado, sendo que deve antes passar pela apreciação da Procuradoria Jurídica da FUNAI, principalmente para que se proceda à apuração sugerida no parágrafo nº 04 acima. É o parecer.” Passados quase 2 anos – isso, em dezembro de 2004 –, o Procurador da FUNAI, Dr. Carlos Alberto Queiroz Barreto, reconhece que houve “demora na apuração da denúncia” e que “o feito na forma em que se encontra padece de vícios que poderão punir ou absolver pessoas, (...) e está a impedir qualquer procedimento ou decisão administrativa favorável ou desfavorável ao pleito”. Não é por outro motivo que o parecer da Procuradoria Jurídica da FUNAI foi o de que “seja instaurado o procedimento denominado de sindicância interna investigatória, primeiro porque não temos todos os elementos probatórios que deveriam instruir a denúncia e depois não sabemos a participação efetiva, embora seja apontada a ONG ACT”. As seguintes acusações foram veiculadas na Internet pelo Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA, na data de 27 de dezembro de 2004. Foi feita a acusação de que houve uma falta de transparência e anuência da Comunidade do Parque Indígena do Xingu quanto aos objetivos dos trabalhos da ACT nesta área indígena. Queria esclarecer o seguinte: todos os convênios firmados com a comunidade foram amplamente discutidos com a sua participação e submetidos à apreciação da FUNAI, que os considerou legais e que teve também participação em todas as etapas

de negociação. Ressalte-se que o segundo convênio, assinado por todas as comunidades do Xingu, teve a assinatura de cinco representantes de cada etnia. Sendo assim, não procede a denúncia de falta de transparência. Esta afirmação pode ser confirmada pelas próprias palavras dos índios em comunicação à FUNAI, em 2003, através de documento. Eles dizem: “Passou-se um ano e meio de discussões entre a FUNAI, lideranças Kamayurá, comunidades xinguanas e a Amazon Conservation Team, ONG que propunha o financiamento do projeto de Mapeamento Cultural. O projeto foi realizado em torno dos anos 2001 e 2002, tendo acompanhamento dos departamentos envolvidos na verificação das cláusulas e do Protocolo de Conduta em Terras Indígenas citados pela FUNAI”. Outra acusação veiculada seria a suspeita de bioprospecção de plantas medicinais pelo Dr. Mark Plotkin e sua relação com a Shaman Pharmaceuticals e a Aveda Corporation. O nosso esclarecimento: O presidente da Amazon Conservation Team, o Dr. Mark Plotkin, também é etnobotânico, escritor e palestrante. Em 1996 ele, como pessoa física, prestou uma consultoria à empresa Shaman Pharmaceuticals. Essa consultoria não desenvolveu nenhuma atividade no Brasil ou com indígenas brasileiros. O trabalho do Dr. Plotkin sempre visou à proteção dos direitos das comunidades indígenas com as quais ele trabalhou, tornando-se uma reconhecida voz em prol dos direitos indígenas e, especificamente, dos seus direitos de propriedade intelectual coletivo. Em seus livros, o Dr. Plotkin tem denunciado o roubo de conhecimentos de propriedade indígena sem o consentimento das próprias e sem que os benefícios obtidos fossem compartilhados com as comunidades. Aproveitamos também para informar a esta CPI que a Shaman Pharmaceuticals entrou com um pedido de falência no ano de 2001. Quanto à Aveda Corporation, nunca houve uma relação entre ela e o Dr. Mark Plotkin. Outra acusação: a relação da ACT com a Shaman Pharmaceuticals e a Aveda Corporation. Esse esclarecimento aqui é bem simples. A Amazon Conservation Team e a Equipe de Conservação da Amazônia – ACT Brasil reiteram que não há nenhuma relação entre elas e a Shaman Pharmaceuticals e a Aveda Corporation. Também no decorrer desta CPI foram levantadas várias acusações à ACT. A primeira acusação seria que a ACT estaria realizando atos de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Damos um prazo para que possa resumir essas páginas. Mais 2 minutos, está certo?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Obrigado. A gente reafirma, como a gente fez em outras oportunidades, que em nenhum momento a

ACT realizou atos de biopirataria em qualquer área indígena ou mesmo de bioprospecção. Não realizamos nenhum tipo de pesquisa em nenhuma área indígena. A gente também queria responder de forma rápida as acusações levantadas pelo Presidente da FUNAI em seu depoimento prestado à CPI no dia 12 de abril de 2005, de que a ACT teria se aproveitado do convênio celebrado para adquirir e transmitir de maneira irregular conhecimentos tradicionais associados. O nosso esclarecimento é o seguinte: não procede a afirmação do Sr. Presidente da FUNAI em depoimentos a esta CPI. Ressalte-se, no entanto, que, apesar das inúmeras vezes em que a Equipe de Conservação da Amazônia ter solicitado à FUNAI a apuração das alegadas irregularidades que lhe estão sendo imputadas, até o momento nenhum processo administrativo foi aberto. Isso, apesar do que afirmou o Sr. Presidente em seu depoimento, de que todas as denúncias teriam sido “apuradas e constatadas”. Esta afirmação é facilmente contestável pelos documentos apresentados ao Presidente dessa CPI, que são petições da Equipe de Conservação da Amazônia dirigidas à FUNAI solicitando-lhe que sejam apuradas tais denúncias para que a ACT possa defender-se, se necessário, conforme dita a Constituição Federal brasileira. Eu vou deixar essas outras, para responder a perguntas. Eu só queria terminar. Para finalizar, queria deixar claro o seguinte: diante das acusações que pesam contra a ACT e a ACT Brasil, desde o ano de 2003, temos procurado os órgãos competentes para os esclarecimentos, nem sempre com a devida resposta. Assim, um, recorreremos à FUNAI, pedindo a instauração de um processo administrativo para a apuração das denúncias; recorreremos ao Ministério Público, solicitando a abertura de uma investigação formal e séria, de modo que os fatos sejam apurados; realizamos reuniões com a 6ª Câmara do Ministério Público e com a Advocacia Geral da União – AGU, para nos mostrarmos abertos a qualquer tentativa legal de averiguação das denúncias. As acusações aqui apresentadas, combinadas à falta do sagrado direito de defesa, têm colocado incontáveis obstáculos ao início e andamento dos trabalhos da Equipe de Conservação da Amazônia, mesmo tendo recursos para a implementação de projetos junto a comunidades indígenas. A organização tem sido forçada a diminuir o ritmo das suas atividades, enquanto membros das populações indígenas têm morrido de fome no Mato Grosso do Sul e de hepatite B e D no Amazonas e Acre, devido à ausência de iniciativas que visem garantir a proteção e a sustentabilidade econômica e cultural dos seus territórios. Enquanto a Equipe de Conservação da Amazônia vem tendo sua imagem prejudicada injustamente, terras indíge-

nas têm sido invadidas, índios têm morrido de fome e doenças, muitos têm abandonado suas terras em direção às cidades por falta de alternativas sociais e econômicas, e tradições e culturas indígenas têm-se perdido pela pressão da sociedade envolvente. Apesar das dificuldades que está vivendo, a ACT Brasil e a ACT estão dispostas a trabalhar para a implementação dos projetos que visem à melhoria das condições de vida das comunidades indígenas, com o aval e o acompanhamento das autoridades competentes. Esperamos que a verdade venha à tona, para que os trabalhos da Equipe de Conservação da Amazônia e da Amazon Corporation Team possam ter continuidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, convidamos o autor do requerimento, Deputado Dr. Rosinha, a proceder às perguntas que haviam sido elaboradas pela equipe que assessora o Relator desta CPI, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, eu vou ler as questões deixadas pelo Deputado Sarney Filho, uma vez que o Relator solicitou que eu fizesse isso, mas, pela própria exposição feita pelo Dr. Vasco, acredito que algumas questões já foram, inclusive, respondidas. Como, às vezes, as questões são longas, vou tentar saltá-las, não lê-las. Caso não haja outra forma, vou lê-las, para que seja feita a exposição, mesmo que já lido o documento. A pergunta número um indaga ao Dr. Vasco se ele conhece o Sr. Otacílio Antunes, ex-Chefe do Departamento de Artesanato Indígena e ex-Presidente da FUNAI. O senhor conhece o Sr. Otacílio Antunes?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Sim, conhecemos. Na documentação que a gente apresentou a esta CPI, há vários relatos de reuniões que foram feitas com o Presidente substituto, naquela época, da FUNAI, até sobre a denúncia que foi feita pela servidora Regina. Há um documento dele, dentro da documentação apresentada, pedindo à CGP, que é o Departamento de Estudos e Pesquisas da FUNAI, que ela apurasse as denúncias, como já havia bastante tempo que tinha passado e não tivesse nenhuma resposta ou esclarecimentos frente a essa denúncia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em depoimento aqui, na CPI, no dia 13/04, o Presidente da FUNAI, Sr. Mércio Pereira Gomes, afirmou que a ACT está proibida de entrar em áreas indígenas pela FUNAI. O conhecimento que temos é que a ACT continua trabalhando em áreas indígenas. A pergunta é a seguinte: a ACT continua trabalhando em alguma área indígena?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Neste momento, não. A ACT não trabalha em áreas indígenas. Estamos realizando atividades em conjunto com associações indígenas e com representantes indígenas, mas fora da área, fora das terras indígenas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – No depoimento que o senhor acabou de ler, o senhor relata que não há nenhuma relação com a Shaman Pharmaceuticals. No entanto, o Sr. Marcos Paulo Fróes Schettino, Analista Pericial do Ministério Público Federal, afirma que existem fortes indícios quanto ao interesse da ACT em desenvolver atividades relacionadas à bioprospecção, voltada para o desenvolvimento de novos medicamentos, inclusive com associações às indústrias farmacêuticas, no caso a Shaman e a Aveda. Nesse sentido, o mapa se presta a localizar com precisão as áreas com incidência de plantas medicinais tradicionalmente utilizadas pelos índios. No *site* do Sr. Mark Plotkin, coloca-se também a relação com a Shaman. O Sr. Mark Plotkin é o Presidente da ACT?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim, da Amazon Corporation.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E como explica o *site* da entidade, onde ele aparece colocando a relação dele com a Shaman? O senhor está negando. No entanto, ele coloca “*but in my work I bioprospect with Shaman Pharmaceuticals*”. Ele coloca que ele trabalha como bioprospector com a Shaman.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Então, como eu já falei...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E ele é Presidente da Amazon Corporation.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Então, o contato dele com... a relação dele com Shaman Pharmaceuticals foi uma coisa de pessoa física, encerrado, em 1999, e, em nenhum momento, a organização ACT, tive qualquer relacionamento oficial com a Shaman Pharmaceuticals. Temos até a nossa resposta que foi feita à SPC, que até foi levantada a partir de um pedido da ACT para pedir ao Ministério Público fazer um parecer sobre a situação da ACT. Queremos esclarecer de novo que a ACT é uma instituição, não tem nenhum contato, nenhum trabalho, nenhum relacionamento com a Shaman Pharmaceuticals. O Presidente da ACT, da Amazon Conservation Team, Dr. Mark Plotkin, tem o direito, como pessoa física, a fazer os contatos que ele bem quiser. A própria ACT tem, dentro do seu estatuto, a proibição de não fazer bioprospecção. A instituição está proibida, dentro de seus valores centrais, de realizar qualquer atividade de bioprospecção. E a gente mantém aqueles valores centrais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A ACT trabalhou com o povo katukina?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não?!

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Katukina não conheço; então não posso responder. Por parte da ACT Brasil, a equipe de conservação da Amazônia não trabalhou...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não trabalhou. Ainda lendo...

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Desculpe, Sr. Deputado, Katukina são índios do Acre?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sim.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim. Não, a ACT nunca realizou nenhum trabalho no Acre também não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Vou continuar lendo, porque são questões formuladas pelo Relator, e ele deve necessitar das respostas para fazer seu relatório. Em outro trecho da nota técnica, Marco Paulo afirma, contrariando as declarações de V.S^a, respondendo... “O citado mapeamento não é uma demanda indígena. A adesão indígena decorre antes do acesso a benefícios materiais disponibilizados a partir do projeto às lideranças indígenas envolvidas. É o que se depreende da informação do Sr. Vasco, segundo ata da reunião que teria dado início ao projeto em 5/9/2002. Sobre os pedidos que as lideranças fizeram a ele, ser incluído no projeto depois que o convênio sair, fora do projeto não será possível, condicionando, dessa maneira, o atendimento de tais pedidos ao estabelecimento de convênio do projeto”. Então, é o seguinte: os índios solicitaram alguns pedidos às comunidades indígenas. O Sr. Relator, que fora do projeto não era possível e que esses pedidos seriam atendidos somente após o convênio assinado. O que o senhor tem a declarar sobre isso?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Que é exatamente isso, que a ACT, quando realiza um projeto dentro dos convênios que sejam feitos, assume todos os compromissos financeiros do projeto. Então, qualquer coisa que é executada dentro do projeto é financiada pela ACT. A partir daí, só podemos receber pedidos, que seriam pedidos de combustível para deslocamento, por exemplo, para fazer o projeto, a partir do momento...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pedido de combustível por parte dos povos indígenas ou de algum técnico da ACT?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não, por parte dos povos indígenas. Por exemplo,

todo o trabalho dentro da área indígena foi feito pelos pesquisadores, pela comunidade indígena. Então, eles que fizeram... Isso está dentro do relato de um próprio consultor da FUNAI que foi à área e também está dentro dos próprios convênios, que nenhum trabalho efetivo foi feito pela ACT, todo trabalho... E até a explicação do projeto do mapeamento cultural está no *site* da FUNAI. Qualquer um vai ver, até tem uma foto minha e do trabalho que foi realizado – está no *site* da FUNAI –, explicando exatamente como é feito o trabalho. Então, o trabalho é feito pelas comunidades indígenas. Então, para poder enfrentar esses trabalhos, para implantar o projeto, eles têm que se deslocar dentro da área. A ACT, dentro do convênio, assumiu a responsabilidade de providenciar esses materiais que seriam necessários para o projeto, mas somente os materiais que seriam necessários para a execução do projeto, nenhum outro pedido. Então, por exemplo, os próprios pesquisadores indígenas precisariam de canetas, livros; e outros pesquisadores indígenas precisariam de canetas e outros, para fazer o trabalho deles. A ACT é responsável para fornecer isso, somente isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor está dizendo que os índios estavam solicitando coisas para desenvolver o projeto antes do convênio estar assinado?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não, sempre as comunidades indígenas têm muitas demandas. A ACT é sempre muito clara. A ACT não atende nenhuma demanda que não seja dentro de um projeto aprovado e que tem finalidade para aquele projeto. Então, por exemplo, se alguém quer visitar a sua mãe que está numa outra aldeia, a ACT não pode atender àquela demanda, mas se, por exemplo, a comunidade tem que se deslocar ou representantes da comunidade têm que se deslocar para discutir, com outra aldeia, o projeto, por exemplo, ou o que eles estão fazendo, aí seria avaliado se é um ato legítimo dentro do projeto e se a ACT teria como fornecer isso. Então, em nenhum momento, ia fornecer, atender demandas pessoais, somente os que eram gerados a partir do projeto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A ACT não atende demanda pessoal.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nenhuma?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– De comunidades indígenas?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sim, de comunidades indígenas.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– De comunidades indígenas?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nenhuma

demanda pessoal atende?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Se ele não pode justificar ali dentro do projeto, é muito difícil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É muito difícil.

Quer dizer que já atende demanda pessoal?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Estou per-

guntando, sim ou não? Atende ou não demanda pessoal?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Eu já pessoalmente atendi demandas pessoais de comunidades indígenas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Que tipo de demanda?**O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN**

– Por exemplo, a esposa de um índio dos Ikpeng está muito doente e ela está aqui em Brasília. Então, como eu conheço ele de uma forma pessoal, eu levo ele no meu carro e dou um jeito de ele ter um jeito de visitar a esposa dele. A gente dá um apoio para ele levar ela até esse local ou filhos deles tenham roupa aqui dentro da cidade. Esse índio não está envolvido em nenhuma parte no projeto, mas é alguém que eu conheço e por parte do fato que a gente tem essas interações com as comunidades indígenas e também porque estamos numa condição diferenciada deles, a gente vê as dificuldades deles, a gente às vezes realmente atende uma demanda que a gente vê legítima, mas de uma forma pessoal. Mas, por parte da ACT e por parte do trabalho, a ACT, em nenhum momento, oferece fornecer itens ou qualquer tipo de recurso em troca do que é feito no convênio. Não temos esse interesse. Nosso interesse é o fato que o trabalho seja feito. Não temos interesse em gastar mais de recurso do que o necessário para um projeto ser implementado. Não temos nenhum outro interesse a mais de que entregar o resultado do projeto. E, como qualquer administrador, eu tenho responsabilidade de até tentar manter os gastos o mínimo possível.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O projeto é elaborar o mapeamento cultural do Parque Indígena do Xingu. O projeto foi concluído?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Foi concluído. Que tipo de recursos foram mapeados?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Tenho um relatório aqui também que foi apresen-

tado, mas foram mapeados vários diferentes tipos de itens. Em primeiro lugar, é importante esclarecer que são poucas as comunidades indígenas que escolhem a legenda. O que vai ser mapeado é totalmente de escolha deles. Isso até está dentro do relatório da FUNAI e está no *site* da FUNAI também. Então, são eles que escolhem, são eles que também desenham a própria legenda ou como que vai ser e são eles que decidem como que vai ser posto no mapa. Mas entre os quais que foram feitos tem itens como rios, igarapés, casas, aldeias antigas, tem as plantas que eles usam, para confecção de casas, tem os pequizais no Xingu, especificamente que é uma planta que eles usam para comer ou passam no olho. Também tem muito, e especialmente no Xingu tem isso, são bichos mitológicos, são áreas sagradas deles, que tem a ver com o bicho da água, bicho do mato e outros.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Plantas medicinais foram localizadas?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN –

Os índios, no Xingu, decidiram incluir o tema genérico “plantas medicinais”, sem especificar quais são. Então, como que seria? O mapa identifica a geral, onde se encontram plantas medicinais. Mas, em nenhum momento, isso identifica quais são as plantas, não foi feito nenhum levantamento de quais são essas plantas ou até exatamente o local exato, o tipo de planta. Então, alguém usando esse mapa para ir para aquela região encontraria 10 mil plantas, sem nenhuma outra informação que ia informar ele qual seria essa planta e como seria o uso dele. Em nenhum momento a gente fez nenhum levantamento de uso dessas plantas. E também é importante ressaltar que a FUNAI estava presente em todas, todas as reuniões sobre o trabalho, dentro da área, com as comunidades indígenas, aconselhando eles e também com a confecção do trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Os pesquisadores indígenas que utilizaram aparelhos de GPS em campo anotavam quais informações, além das coordenadas geográficas?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Nenhum. Em geral, a parte do uso do GPS aqui no Brasil não foi feito. Os pesquisadores indígenas têm uma capacidade tão grande de localização que o uso de GPS, especialmente num mapa desse tipo não seria interessante. Então, no Xingu não foi utilizado nenhum GPS naquele instante. Hoje em dia, sim, tem interesse por parte das comunidades indígenas de aprender sobre o GPS. Por quê? Porque tem muita invasão no Xingu. E aí eles têm interesse em aprender sobre GPS para poderem estabelecer o limite.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não foi usado GPS então?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– No Xingu não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nem pela ACT?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Nem pela ACT.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nem pelos índios?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Nem pelos índios.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Presidente da ACT Estados Unidos, Mark Plotkin, na entrevista a *News Making Interviews*, declara-se bioprospector da empresa *Shaman Pharmaceuticals*. Essa questão já foi respondida. O mapa cultural elaborado, qual destino foi dado a ele?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Ele foi entregue às comunidades. Essa informação está diretamente no *site* da FUNAI. Então, eu posso até citar o que está no *site* da FUNAI. Ele foi entregue às comunidades indígenas numa cerimônia que inclui a FUNAI e representantes das comunidades. E uma parte dele foi encaminhado à FUNAI que até hoje deve estar lá no acervo da FUNAI.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E encaminhado também ao Presidente internacional da ACT?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Da ACT, sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Mark Plotkin?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele tem cópia?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nos Estados Unidos? Em que escritório da ACT está arquivado o banco de dados georeferenciados relativos ao projeto? Aqui e nos Estados Unidos?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não. Todo o trabalho é feito aqui no Brasil por cartógrafos brasileiros e todo trabalho fica aqui. Também é importante ressaltar que mandamos o próprio mapa e todo o trabalho do mapeamento para o CGEN. E pedi esclarecimentos a eles como que a gente lidava com essa informação. Essa foi uma iniciativa da ACT. E o parecer do CGEN foi negativo, significando que os mapas não lidam com informações de conhecimentos tradicionais associados. O parecer do CGEN

estabeleceu que nos mapas não aparecem informações desse tipo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É verdade que o pai de V.Sa. tem um *site* na Internet em que oferece suporte para viagens à Amazônia e sugere o acesso a recursos genéticos, havendo no *site* um *link* com a ACT norte-americana?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Eu sei que meu pai tem vários *sites*. Eu não tenho envolvimento com os *sites* dele. Com toda certeza ele tem o direito de botar no *site* dele o *link* para qualquer organização que ele queira. Isso não significa que a gente tenha nenhum vínculo. O mais provável é que ele tem nesse *site* também outros *links* para outras organizações que atuam dentro das áreas de interesse dele e do pessoal que está interessando no *site* dele.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quais as atividades atuais dele?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– O meu pai, depois dos acontecimentos com ele, foi devidamente punido. Ele recebeu multas do IBAMA e perdeu o emprego dele do INPA. Hoje em dia, ele está, pelo que eu sei, aposentado, tentando escrever as memórias dele. Mas a minha relação com ele é puramente familiar e eu não tenho muita comunicação com ele sobre as atividades dele.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Jornal da FUNAI *Poranduba*, edição de maio de 2002, traz uma reportagem sobre o mapa cultural da terra indígena do Xingu. Em certo trecho, afirma-se textualmente que, “além disso todos os locais onde são encontradas as frutas típicas da região, plantas medicinais, pequizeiros, bananas bravas, bem como nome de espécies de animais e vegetais raros, não foram esquecidos no trabalho da equipe indígena”. No entanto, V.Sa. sempre que se refere ao mapa cultural, omite a informação de que o levantamento de plantas, com esse potencial farmacológico, também era um dos objetivos do trabalho. Como explica essa declaração do *Poranduba* e como vê essa questão da execução do mapeamento dos tradicionais recursos?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Então, eu não conheço aquela publicação. Pode ser que... mas eu não conheço. O fato é que eles se referem a animais específicos, eu acho que eles estão se referindo a animais míticos que a (*ininteligível*) onça, por exemplo, que não é onça como a gente conhece, que é onça mítica (*ininteligível*) que eles encontram em alguns lugares. São espíritos. Sim, tem informação, como já relatei, no mapa que informa sobre o uso de plantas que são comuns, que são plantas que eles usam para fazer as malocas deles, a folha, a grama, que são plantas que eles usam para fazer o sal do ín-

dio. E eles botam, mas de novo, eles que (*ininteligível*) no mapa, com acompanhamento da FUNAI, vendo o que seria possível. E mais ainda, o mapa em si foi mandado para a CGEN que deu o parecer e do Ministério do Meio Ambiente, e o parecer deles confirmou o fato que os mapas não lidam com conhecimentos tradicionais associados.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece o Sr. Amauri de Oliveira Nunes?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Conheço. Ele era associado à organização de 2001 a 2003.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele era associado ou era funcionário?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Não, associado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E a proprietária da loja Para Todos? O senhor conhece?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Canarana é uma cidade muito pequena, eu conheço ela.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ela é esposa do Sr. Amauri?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Eu desconheço aquela informação. Só para esclarecer, o Sr. Amauri sempre me foi apresentado em todos os documentos como solteiro, até em documento oficial.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele prestava serviço para ACT remunerado?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Não. Ele era parte da associação da Equipe de Conservação da Amazônia, durante 2001 a 2003. Ele era indicado pelos povos da comunidade indígena. A gente tem documento onde eles põem ele como coordenador. Ele geralmente não lidava com aquela situação. Ele mais lidava com outros trabalhos fora da área, mas ele não era remunerado pela ACT.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele nunca foi remunerado pela ACT?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Por seu trabalho não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, no balanço patrimonial, enviado pelo senhor, o Sr. Amauri de Oliveira Nunes recebeu 131 mil, 360 reais. A que se deve essa remuneração?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Essa não foi uma remuneração. Esse foi um desvio de recurso, motivo pelo qual ele foi afastado da associação. Ele desviou todo esse recurso naquela época. A gente até tem processos criminais que estão atrás disso. Esse é um problema da associação que a gente também tem um certo... porque nossos sistemas fa-

lharam, ele tinha o apoio, tinha uma funcionária, sim, da nossa agente financeira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual o nome da funcionária?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – A Ivete (*ininteligível*), que hoje...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ela também foi afastada?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Ela também foi afastada, demitida, sim, por justa causa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, encaminhe os documentos para nós, fazendo o favor.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em Canarana, teve uma reunião, onde participaram as lideranças indígenas, que foi a primeira reunião da ACT. É isso?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Desculpe, repita a pergunta.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A primeira reunião da ACT com a comunidade indígena foi em Canarana. É isso?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Sim, foi a nossa primeira ida, juntamente com representantes da FUNAI, foi feita em Canarana sim. Com alguns representantes, não todos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E depois da reunião? Os índios tiraram vários materiais da loja Para Todos sem pagar. A que se deve isso?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Eu desconheço isso. Não tem nenhum...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – o senhor estava na reunião?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Estava na reunião.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Sr. Amauri Oliveira Nunes estava na reunião?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Ele participou acho que só 5 minutos daquela reunião, e depois não participou mais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque os índios saíram dali, na loja para todos, pegaram material sem pagar.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Eu desconheço essa parte. Porque depois de terminar uma reunião, eu volto para o meu hotel, e não sigo os passos das próprias comunidades indígenas dentro de Canarana. Eles têm muitas ligações, tem muitos fornecedores lá, não tem nenhuma relação com a ACT.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece a Associação Indígena Mavutsinin?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Conheço. É a associação com a qual a gente assinou

o convênio, juntamente como o FUNAI, para imprimir o mapeamento, que é dos Kamayurá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dia 2 de fevereiro de 2004, eles manifestaram discordância em relação ao trabalho da ACT. Por que eles demonstraram essa discordância?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN
– Eu, aí, não posso afirmar exatamente por quê. Sei que as próprias comunidades indígenas, e trabalhar com eles é bastante complexo. E, às vezes, eles decidem que eles não querem mais algumas coisas, e, a partir daí, a ACT aceita isso. No momento em que as comunidades dizem que eles não querem um trabalho, a ACT termina e continua com as comunidades que querem fazer um trabalho. Em nenhum momento, nenhuma comunidade é forçada a fazer um trabalho com a ACT. Obviamente que não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, essas são as perguntas que o nobre Relator Sarney Filho deixou a encargo que eu fizesse. Inscrevo-me para as minhas perguntas a posteriori, até para que outros possam usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem, muito cordial. Passo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ
– Sr. Presidente, inicialmente, quero cumprimentar o Deputado Rosinha pela lisura de procedimento. Ele já estava com a palavra, e, certamente, poderia continuar. Mas como ele fez a separação entre as perguntas do Relator e as dele, eu agradeço a deferência. Sr. Vasco, existem denúncias de que o Marcus e a sua esposa, D. Betty, seriam membros da ACT. Qual o seu esclarecimento a esse respeito?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN
– Como eu já afirmei, em nenhum momento os meus pais eram partes ou associados com a Equipe de Conservação da Amazônia, ou com a ACT no Brasil.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ
– A Sra. Regina, primeira depoente de hoje, ela afirma que a ACT tem praticado biopirataria a partir de um manual feito pelo Dr. Marcus, seu pai. O senhor já disse que ele não tem nenhum vínculo com a ACT, que na época nem existia no Brasil. Mas o senhor conhece esse manual?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN
– Sim, já vi o manual, especialmente porque ele está dentro do processo da FUNAI.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ
– Mas é um manual de biopirataria?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN
– Não. Esse manual... pelo próprio parecer da FUNAI, não se pode constatar biopirataria somente a partir

daquele manual. Por quê? Em primeiro lugar, porque os nomes das plantas que estão relatadas são todas de nome indígena, e não tem nenhum outro nome e identificação deles. E também porque não tem nenhum indício de que esse trabalho foi publicado, em parte ou total, ou que foi encaminhado a qualquer outro que teria o uso disso aqui para fins ilegais ou indevidos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ
– D. Regina afirmou que a ACT mantém vínculo com empresas farmacêuticas. Ela inclusive citou o nome de um laboratório de cosméticos que consta...

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN
– *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ
– Não, é outro nome. Outro nome que ela falou. Não foi esse não.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN
– *Shaman?*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ
– Não, não. Ela citou um outro hoje aqui. Eu vou levantar qual foi. Não foi nenhum desses dois não. Ela citou dizendo que a ACT tem vínculo com empresas farmacêuticas. Qual o seu esclarecimento a esse respeito?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN
– Não. A ACT em nenhum momento tem vínculo com qualquer empresa farmacêutica. Isso é totalmente proibido, contra a missão e contra os nossos valores básicos e nossos princípios. Porque ia afetar o andar dos nossos trabalhos. A gente ia ser comprometido em poder cumprir a nossa missão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ
– Quantas organizações atuam naquela região?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Na região do Xingu? Na região do Xingu atuam uma série de organizações. O Xingu hoje em dia é visitado não só por instituições, mas também por pessoas físicas, que têm em si – até num documento que a gente encaminhou, que é da própria FUNAI, fala sobre esse assunto – que as comunidades indígenas fazem parceria privadas com pessoas privadas ou até instituições, para fins que a eles pareça interessante. Então, Xingu hoje é um andar de pessoas e instituições. Que a gente saiba oficialmente que trabalha no Xingu não tem nenhum. Pela FUNAI, que a gente saiba, não tem nenhuma organização que hoje em dia tenha convênio para trabalhar dentro do Xingu, mas conhecemos que, por exemplo, há pouco, o Socioambiental (ISA), que foi citado na CPI pelo Dr. Mércio, Presidente da FUNAI...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ
– Como é o nome?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Instituto Socioambiental (ISA). O Instituto Socioambiental tem trabalhos no Xingu, até tem infra-estrutura dentro da área, que faz um trabalho em conjunto com as comunidades, similar ao trabalho que a ACT faz.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

– Dentro da área?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Dentro da área.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

– Sua organização recebe recursos de outros governos?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Essa instituição que acabei de mencionar? A nossa instituição?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

– É.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– A nossa instituição recebe recursos da USAID, da Agência de Cooperação Internacional dos Estados Unidos, que é mais ou menos 20% do nosso orçamento. Também temos recurso da OEA – Organização dos Estados Americanos, tínhamos um projeto conjunto entre o Governo brasileiro e o do Suriname e outros, e do Banco Mundial. Mas de outros governos, não, somente dos Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – A USAID e a OEA também participam de outras ONGs aqui no Brasil?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – A USAID financia mais de 20 instituições, na sua maioria brasileiras, no Brasil, por parte do meio ambiente, preservação do meio ambiente. E muitas dessas instituições, algumas dessas instituições até já apareceram em frente dessa CPI. O próprio Grupo de Trabalho da Amazônia, representado pelo Sr. Fábio Abdalla, que prestou depoimento aqui nesta CPI, tem um projeto amplo, financiado pela USAID, que se chama Proteger. O próprio Instituto Socioambiental, o ISA, já mencionado antes, também recebe recursos da USAID para trabalhar nas áreas indígenas, para trabalhar com comunidades indígenas. Desculpe, eu estava errado naquilo, eles recebem dinheiro da USAID para trabalhar com comunidades indígenas e até no trabalho da BR-163, junto outras organizações.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Como tem sido a relação da ACT com a FUNAI desde o início dos trabalhos?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – No início, o trabalho da ACT com a FUNAI foi excelente. Depois do início, depois das discussões iniciais, foram realizados os convênios e foi feito um trabalho em conjunto, em parceria com as comunidades in-

dígenas, com a participação da FUNAI em todas as etapas, como deveria ser. A ACT sempre visa à participação do Governo e de suas instituições representativas como parte dos nossos trabalhos. Isso garante uma segurança à gente, à instituição, e garante uma segurança às comunidades indígenas ter a participação do Governo. Ela é crucial em qualquer trabalho realizado, principalmente nas de fronteiras ou áreas indígenas ou qualquer área protegida onde não tem uma representatividade da sociedade civil. E a ACT visa e sempre quis e escolheu, procurou até essa participação. Até a denúncia de 2003, sempre fomos bem recebidos em discussões amplas com a FUNAI, foram desenvolvidos projetos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

– A que se atribui essa denúncia?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Essa denúncia, do jeito que ele lê e pelas informações que ele tem, é principalmente interna, entre um funcionário a outro, e que envolveu a ACT, porque os funcionários...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

– Quais funcionários?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Seria o funcionário Rogério Eustáquio e o José Augusto. Eu tenho o resto e posso encaminhar à CPI.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

– Gostaria que encaminhasse à CPI o nome completo desses 2 funcionários que atritaram e que, segundo sua avaliação, prejudicou o relacionamento da ACT com a FUNAI. Quais os procedimentos que a ACT adotou em razão dessas denúncias?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Então, eu só queria esclarecer que esses 2 servidores foram os que foram citados na denúncia. O que fez a denúncia foi a Regina, que prestou depoimento aqui antes. O que a ACT fez? No momento, em abril de 2003, uns 10 dias depois de ter feito a denúncia ou ter sido mandada a denúncia, a ACT foi chamada pela FUNAI e informada pelo Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente, com o qual a gente trabalhava na época e tínhamos convênio, que tinha sido feito uma denúncia por uma servidora da FUNAI por causa de um manual de plantas. Desconhecíamos a própria servidora que fez a denúncia. Nunca encontrei, conheci ela antes de estar aqui, de ver ela aqui hoje. Aí, imediatamente, a ACT pediu para a FUNAI uma cópia daquela denúncia para poder prestar os esclarecimentos necessários. A partir daí, a ACT continuou mandando ofícios para a FUNAI, tentando esclarecer a situação, tentando, buscando. Até hoje o nosso trabalho foi feito em cima de petições à FUNAI que apurasse, nunca fugindo, sempre pedindo que

a FUNAI apurasse as denúncias, que instalasse um inquérito, uma investigação interna que ia por para a frente, porque a própria denúncia até hoje está sendo usada para dizer que a ACT não pode trabalhar em terras indígenas. Só que em nenhum momento essa denúncia, que é tão grave, foi a causa de uma situação de um inquérito dentro da FUNAI. Em nenhum momento a ACT pôde se defender. Então, em nenhum momento a gente foi chamado pela FUNAI dizendo: tem uma acusação grave ou como que vocês estão ou o que vocês estão querendo responder?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

– Obrigado. Nada mais Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Farei algumas perguntas complementares. Quando estive aqui prestando depoimento a esta CPI, o Sr. Otacílio Nunes afirmou que não o conhece. No entanto, hoje, pelo que entendemos, a sua afirmação é de que esteve reunido com o Sr. Otacílio Nunes algumas vezes.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN –

Sim, quando ele era chefe substituto da FUNAI, sendo que ele encontra com muita gente. Então, não posso afirmar por ele se ele recorda da gente. A gente não foi um assunto grande dentro da FUNAI naquela época não. Então, como o nosso contato é principalmente com o Departamento de Meio Ambiente e Patrimônio Indígena, DEPIMA e PPTAL, que são departamentos separados, e ele nunca se envolveu com aqueles departamentos, e nossas reuniões foram só uma ou duas, eu não posso afirmar que ele ia lembrar da gente não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. A sua empresa, a sua ONG está proibida de entrar em área indígena sem que tenha havido um procedimento administrativo, um processo, um inquérito, nada. Quer dizer, foi uma decisão publicada em algum órgão oficial, no diário oficial? Como se deu essa proibição e em decorrência do quê?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Então. A ACT sempre informa à FUNAI sobre todas as suas atividades. Encaminhamos ofícios diretamente à FUNAI sobre as nossas atividades. Mesmo sendo fora da área, sempre quando a gente envolve comunidades indígenas. E a partir de um pedido da própria liderança do Xingu, que pedia mais esclarecimentos sobre o nosso projeto, encaminhamos um pedido normal para a FUNAI pedindo autorização de entrada na área para poder discutir esse assunto, a partir do convite da comunidade indígena. A partir daquele documento, e está tudo aqui apresentado, receberemos um ofício da FUNAI de no máximo 13 linhas, dizendo que a ACT era proibida de entrar nas áreas indígenas por orientação da presidência, sem informar mais nada.

Imediatamente, a ACT mandou um ofício para a FUNAI pedindo esclarecimentos, pedindo uma reunião para poder esclarecer o que estava acontecendo. Se houvesse qualquer ato ou causa para aquela proibição, a ACT estava totalmente disposta a conversar e pelo menos saber o porquê, até porque a gente precisa explicar isso para os nossos parceiros indígenas, que, de repente, a partir de um convite normal deles, a ACT teve que responder: não podemos ir para falar com vocês. Infelizmente, a partir disso. E houve mais um ofício da FUNAI também aqui incluído reafirmando a proibição, de não entrada. Mas somente isso. Em nenhum momento a FUNAI se disponibilizou para discutir o por que da proibição e até hoje desconhecemos o motivo daquela proibição, porque a única coisa que a gente conhece é que tem denúncias, mas sabemos que nunca houve um processo administrativo, um inquérito e certamente nenhum resultado a partir disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, o senhor afirmou que conhece o livro Manual de Plantas Mediciniais e Curas. Nesse manual, as plantas estariam sendo designadas apenas pelo seu nome popular, indígena, ou seja, não há classificação científica da planta.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não há?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não há. Nem o desenho da planta? Tem o desenho da planta?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Tem a descrição da planta de forma botânica e tem o desenho da planta sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tem o desenho?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Bom, muito bem, então, já muda um pouco o quadro. No projeto cultural, como é o nome do projeto que o senhor preparou? Projeto...

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – ... de mapeamento cultural?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Projeto de Mapeamento Cultural. Esse mapeamento cultural somente quando os indígenas autorizaram é que constou, que se incluíram nesse projeto plantas medicinais. É isso? Só se fez essa inclusão. Nos outros casos foram relacionados ao material que eles usavam para as habitações. Foi

isso? Eu entendi bem as suas colocações? O que tem relacionado com o patrimônio biogenético nesse mapa cultural?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Então, como a gente já falou, as cores da legenda é pelos próprios indígenas. Em alguns mapas, sim, têm a classificação de plantas medicinais, mas somente genérico, não tem nenhuma afirmação sobre aquela planta. E outra vez encaminhamos, exatamente porque, como é um trabalho novo, inédito, realmente nunca foi feito assim, a gente também estava com dúvida. Então, encaminhamos todo o processo para o CGEN, para o Ministério do Meio Ambiente, para eles fazerem um parecer. Se eles tinham estabelecido que tivesse qualquer conhecimento associado, a gente teria tomado as providências necessárias para lidar com isso, porque até a gente não sabia exatamente como classificar tudo isso. Então, buscamos o Governo brasileiro e as entidades do Governo brasileiro para dar para a gente esses esclarecimentos, mesmo sendo que todo esse trabalho foi acompanhado pela FUNAI. E confiamos também na capacidade da FUNAI de avisar no momento em que se está ultrapassando algum limite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É só isso. Nós queríamos agradecer a sua participação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, eu quero fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ah, sim, desculpe-me. Viu no que dá a sua gentileza? Deveria até tê-las feito antes de mim. Por gentileza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É que necessitava registrar a minha presença no plenário. Também não quis fazê-las para poder registrar a minha presença lá. Sr. Vasco, o senhor declarou que o Sr. Mark Plotkin tem o mapa. O senhor declarou isso.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Sim, com a permissão das comunidades indígenas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Isso. No mapa está a identificação das plantas medicinais.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Somente genericamente. Só tem o item “plantas medicinais”.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Está lá no mapa. O Sr. Mark Plotkin presta serviços para a Shaman Pharmaceuticals?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Como pessoa física.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como que o senhor garante que ele não vai usar o mapa para a Shaman?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Porque o próprio mapa não ia ser de uso para ele, porque, como já falei, como a indicação é genérica, não se diz qual seria a planta. Só tem a indicação no mapa, na legenda, que lá tem plantas medicinais. Não se fala quais são, como são. Então, qualquer trabalho que qualquer pessoa queira fazer, tem que entrar na área indígena, tem que conversar com os próprios índios. E, se você chegar até aquele ponto que os índios já estão te dando, você não precisa mais do mapa, eles próprios já vão te encaminhar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas o mapa ajuda, não ajuda, a chegar lá?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não? Eu sabendo que em naquela área indígena, naquele setor tem planta e uma empresa medicinal, um laboratório médico tem a informação? A FUNAI, todos dizem aqui, é incapaz de fiscalizar.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Então, outra vez...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O serviço foi prestado para a indústria farmacêutica.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não, porque em nenhum momento foi um levantamento. A gente está falando aqui de áreas naturais que tem... Qualquer área 10 mil, 20 mil plantas quando você chega lá. Então, quando você chega naquela localidade, a menos que você tenha acompanhamento de índios e esses índios queiram te passar aquela informação, você não vai saber o que está lá. Tem plantas, às vezes, para todo o lado. Então, o mapa em si não identifica qual seria a planta. Outra vez, isso foi discutido amplamente dentro da FUNAI e até com a CGEN. A gente discutiu isso porque, quando os índios disseram à FUNAI que eles queriam, sim, botar o genérico de plantas medicinais, a gente... a própria FUNAI... isso foi objeto de discussão. Esse trabalho não foi feito num vácuo. Esse trabalho foi feito, como é inédito aqui, foi feito a partir de muitas conversas, com muitos técnicos e indigenistas da própria FUNAI. E a ACT tem como seu próprio propósito não demonstrar e não deixar que nenhum conhecimento tradicional associado seja disponibilizado de uma forma indevida. É por isso que buscamos um pouco a CEGEN.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual a diferença entre ACT Brasil e Equipe de Conservação da Amazônia?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Nenhuma. A equipe... A ACT, como me referi no meu discurso... Só para esclarecer, a Amazon Conservation Team – ACT refere-se à administração internacional,

dos Estados Unidos. A Equipe de Conservação da Amazônia também é conhecida e referida como a ACT Brasil. É por isso que a gente inclui.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, a ACT Brasil nasceu a partir do projeto de mapeamento cultural?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Ela nasceu a partir das demandas das próprias comunidades indígenas e da realidade das comunidades indígenas, que foram vistas... que realmente deixaram óbvio que teria de ter um trabalho maior, mas dentro do Brasil, com uma instituição brasileira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque o senhor leu: ACT Brasil, Equipe de Conservação da Amazônia, uma organização brasileira, nasceu a partir do projeto de mapeamento cultural desenvolvido pela ACT.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Exatamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E por que essas áreas indígenas iriam procurar logo vocês para criar o mapeamento? Se têm tantas ONGs, por que foi com vocês, que vocês tiveram que criar uma ONG, já que nasceu para isso?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não, o mapeamento foi feito pela ACT dos Estados Unidos, Amazon Conservation Team. Ela que fez os convênios com a FUNAI, não foi a Equipe de Conservação da Amazônia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, então está esclarecido. Então foi a ACT do Sr. Mark Plotkin, que presta serviço para laboratórios, que fez o convênio?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – A ACT, Amazon Conservation Team, que tem como Presidente o Dr. Mark Plotkin e como representante a minha pessoa, fez convênios com a FUNAI e as comunidades indígenas para fazer os mapas culturais, sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, a iniciativa foi da ACT americana?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Sim, a primeira iniciativa foi.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah! Já é importante saber de onde veio a iniciativa de criar a ACT.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Não, desculpe. Eu queria esclarecer que a iniciativa de criar a Equipe de Conservação da Amazônia foi a partir dos próprios contratados que estavam trabalhando dentro do Brasil com as comunidades indígenas, que viram o trabalho e decidiram que teria que se criar uma instituição dentro do Brasil. Foi a partir do trabalho que foi feito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A partir daqui. Então, por que procurou a ACT americana?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Porque foi a ACT americana que iniciou o trabalho com a FUNAI. A ACT Brasil, Equipe de Conservação da Amazônia, foi criada em 2002.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas por que os senhores resolveram trabalhar com a ACT americana, uma vez que ela tomou a iniciativa de assinar o convênio com a FUNAI, mas depois, por... Ai teve que surgir uma ACT nacional, vamos dizer.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Exatamente para dar mais legitimidade e mais propriedade à sociedade brasileira dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantas fontes de financiamento nacional tem na ACT?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – A Equipe de Conservação do Brasil... da Amazônia, ACT Brasil, hoje em dia não recebe nenhum recurso vindo do Governo brasileiro ou dentro do Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nenhum?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Nenhum.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual é o orçamento anual da ACT?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– A ACT dos Estados Unidos, a Amazon Conservation Team?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pode ser a dos Estados Unidos... e a brasileira. As duas.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – A brasileira, tenho mais informações exatas. O nosso orçamento, no ano passado, foi de 2 milhões e pouco – 111 mil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Reais ou dólares?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Reais. E dos Estados Unidos eu não... Eu apresentei essa documentação aqui. Então...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – São 2 milhões de reais...

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– De reais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – ...no ano passado, dos quais... Banco Mundial?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – No Brasil a gente não recebe recurso do Banco Mundial.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A ACT americana manda recursos para a ACT Brasil?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim, exatamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quanto?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– O recurso... Todo recurso que a gente recebe é do Amazon Conservation Team.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual é a independência que tem uma ONG nacional brasileira, se todo o financiamento dela vem de um único país, dos Estados Unidos?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual é a independência que tem uma ONG nacional, brasileira, se todo o financiamento dela vem de um único país, dos Estados Unidos? Qual é a bondade? Que coração bom têm esses americanos para financiar uma organização que vai ajudar nossos pobres povos indígenas? Como é que se explica esse coração bondoso?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Em nenhum momento a gente nega a nossa conexão com a ACT, a Amazon Conservation Team. A Amazon Conservation Team também tem parceiros do mesmo tipo no Suriname, na Colômbia, que também...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, mas eu quero falar do Brasil. Suriname... A Colômbia tem base americana, tem o Plano Colômbia. Lá nem precisa de ONG. Há ação direta do exército americano. Lá eu não preciso de ONG.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Está bom.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Lá eu faço

direto.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Mas o trabalho da Equipe de Conservação da Amazônia vem a partir do mapeamento. A gente recebe hoje todos os recursos dos Estados Unidos. Mas, sim, temos um plano, a longo prazo, de tentar aumentar e diversificar os nossos fundos. Hoje em dia a gente também está buscando recursos diretamente com a União Européia e até vendo o que é possível dentro do Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dos dois milhões e tantos de reais, quanto vem da Amazon Conservation Team americana?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– No ano passado foi tudo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tudo?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E da... Na exposição, o senhor falou que a USAID financia um percentual elevado. E agora foi tudo da...

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Não; elevado, não. Ela tem um contrato com a Amazon

Conservation Team, que repassa esse recurso para a Equipe de Conservação da Amazônia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor disse... A empresa Kiehls, com sede em Nova Iorque, o senhor conhece?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – O quê? Desculpe.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – K-i-e-h-l.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Kiehls?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Kiehls.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ela patrocina a ACT?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Sim, está no nosso *site*. Ela já doou para a ACT.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quanto?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Eu não tenho essa informação. Posso pedir para ser encaminhada, mas eu não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ela é uma empresa que trabalha na área de produtos farmacêuticos.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Ela é uma empresa de cosméticos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E não são produtos farmacêuticos, cosméticos?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Que eu conheça, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu sou médico. Eu conheço, sim. Também. Tem ambas as coisas.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Eu não sabia desse fato.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o senhor declara aqui que não recebe dinheiro de empresas... laboratórios farmacêuticos. E tem a empresa que está financiando.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Eu realmente desconheço a definição, porque, para mim, eles são uma empresa de cosméticos. Eles não... em nenhum momento...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nenhuma empresa de cosméticos tem interesse em plantas?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Eu não posso afirmar isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu posso afirmar que sim, que pode. Aliás, tem aí a Natura fazendo propaganda, o tempo todo, das origens dos seus produtos. Então, recebe dinheiro, sim, de empresas que fazem uso de plantas medicinais.

Eu estou só pegando a exposição que o senhor fez aqui. Eu só estou fazendo as perguntas em cima daquilo que o senhor leu.

A empresa NHK, o senhor alega que ela reconhece os erros que ela cometeu. Tanto é que ela teve que indenizar em 50 mil dólares. Como é que ela chegou à região?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Essa aí eu desconheço. Quando eu encontrei com eles, naquela época, eles já estavam em Goiânia, com contratos estabelecidos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quer dizer, ela cometeu o crime de uso indevido da imagem e pode ter cometido o crime, também, de entrar numa região sem permissão. O senhor não conhece, mas pode ter acontecido isso.

O senhor escreve, no relatório que entregou aqui, acusações levantadas pela atual CPI. A ACT estaria realizando atos de biopirataria no Xingu. Quem... que membro da CPI levantou essa acusação? Porque aqui têm vários Deputados. Somos Parlamentares e...

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Isso foi a partir, acho que, principalmente, do depoimento do Presidente da FUNAI, que afirmou, que depois foi repetido especificamente. Gente, eu só queria usar o geral para depois ir para o específico. Mas foi afirmado pelo Presidente da FUNAI, em depoimento à CPI, que a ACT faz bioprospecção.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual a data em que foi assinado o convênio com a FUNAI?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Qual convênio? Foram 3.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O primeiro.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Acho que foi – me corrija se estou errado – maio ou junho de 2001.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nessa ocasião... Eu vou ler, porque é interessante, um ofício da Amazon Conservation Team, de Arlington, 22 de fevereiro de 2001: “Prezado Sr. Rogério – foi encaminhado ao Rogério Eustáquio de Oliveira –, em seguimento da finalização do convênio, estamos submetendo os estatutos das organizações da Amazon Conservation Team e Center for Support Affirmative Lands, mandado por fax ao número +55613213166, e os nomes dos participantes do projeto de mapeamento participativo em esta carta. Principais participantes da ACT Native Lands: Dr. Norman (*ininteligível*), Presidente da Organização Terras Nativas; William (*ininteligível*), Assessor do Programa (*ininteligível*) da Terras Nativas; o Sr. Vasco Van Roosmalen, Coordenador do Programa da Amazon Conservation Team. Supervisores da ACT:

Dr. Mark Plotkin, Presidente da ACT; Liliana Madrigal, Supervisora do Programa da ACT. Contratados: Milton Júnior, engenheiro-agrônomo, agrimensor; e mais um ou dois ajudantes, a serem determinados pelo Sr. Milton Júnior. Os nomes serão submetidos à FUNAI, junto com os planos de ações, antes de serem realizados os trabalhos individuais. Conselheiros: se for necessária a presença de alguns desses conselheiros, a ACT submeterá os números de identificação deles como previsto no convênio: Susan (*ininteligível*); Eva (*ininteligível*); Toddy (*ininteligível*); Tonny (*ininteligível*).” Essa carta acompanha o material, já submetido o texto do convênio preenchido. “Esperamos a sua comunicação para as finalizações do texto e o procedimento de assinatura do convênio. Queremos novamente afirmar o nosso entusiasmo em poder desenvolver este trabalho com o seu departamento da FUNAI.” É assinado pelo Sr. Vasco Marcus Van Roosmalen. Na declaração do senhor, o senhor disse que não tinha nenhum estrangeiro responsável. Aqui no primeiro ofício só têm estrangeiros, com um ou outro brasileiro. Como é que o senhor explica isso?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Mas isso é da Amazon Conservation Team, não é da Equipe de Conservação da Amazônia, que nem existia naquela época.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De quem partiu a iniciativa de criar a Amazon Conservation Team no Brasil.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Isso foi a partir dos membros da associação, aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como o senhor apresenta? Então... Assina esse ofício de Arlington, 22 de fevereiro de 2001?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim, porque naquela época eu estava trabalhando nos Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Na ACT?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Na ACT.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Estados americanos?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Estados americanos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então a iniciativa foi do senhor, não foi de índio coisa nenhuma.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não, a gente nunca afirmou que foi de índio.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Você acabou de dizer que foi por iniciativa das lideranças, que elas precisavam de alguém para desenvolver o trabalho.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não, em nenhum momento eu falei que era da liderança. Eu falei que era...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– E por que, na hora em que eu perguntei, o senhor não respondeu de quem foi a iniciativa? A iniciativa foi da Amazon Conservation Team americana.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não, não foi. Foi a partir dos funcionários, que foram reunidos para implementar o trabalho. Até eles eram parte de fundação do trabalho. Todos eles eram residentes de (*ininteligível*), no Mato Grosso; e também outros que foram contratados para executar o trabalho. Em nenhum momento eu falei que seriam lideranças indígenas. A Equipe de Conservação da Amazônia não foi a partir de iniciativa de comunidades indígenas, foi a partir de pessoas envolvidas no trabalho da ACT, que decidiram que seria bom ter uma instituição aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Então, foi iniciativa do senhor?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Minha e de mais algumas pessoas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Do senhor foi a iniciativa?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– É preciso sete pessoas para criar uma associação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Então, está bem, do senhor e de mais alguns.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– E por que não criaram uma ONG brasileira? Tinha que ser americana?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não, mas esta aqui é brasileira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Mas como brasileira?! É filial americana. Todo financiamento vem dos Estados Unidos!

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Mas isso, em nenhum momento, significa que a gente é filial. Temos um estatuto separado. Em qualquer momento a gente pode decidir o que a gente quiser fazer.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Eu compreendo toda a independência. Não cheguei ontem na política. Eu compreendo como é a independência. Como é que eu vou ser independente de quem me financia?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Por exemplo, a maioria das ONGs, aqui no Brasil, recebe recursos vindos de fontes de fora. A maior parte do trabalho de organizações não-governamentais no

Brasil é financiada com fundos de fora. Temos, sim, o objetivo de ampliar as nossas fontes de recursos até dentro do Brasil. Mas até este momento, e como a gente é criado recentemente, ainda estamos avaliando aquelas opções. Temos total intenção de poder expandir os nossos... Sim, é por isso também que a gente veio à OSCIP.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Na resposta, aqui, das perguntas que eu li, do Deputado Sarney Filho, o senhor responde que não passava nenhum tipo de recurso financeiro aos índios. Qual o tipo de assistência técnica e financeira que foi dada, por parte da ACT, às comunidades indígenas?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Por parte de qual trabalho?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Pelo mapeamento. Para fazer o mapeamento, a agilização do mapa cultural, qual foi a assistência técnica e financeira que a ACT deu às comunidades indígenas que vivem no Parque Indígena do Xingu?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Então, a ACT organizou... contatou diretamente os cartógrafos que iam participar, que eram brasileiros...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA**O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN**

– Os cartógrafos, agrimensores.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Que eram brasileiros?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim, eram brasileiros. O próprio Milton, não é?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Não, mas esse não era índio.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Eu estou perguntando as comunidades indígenas.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– A gente não repassava nenhum recurso para as comunidades indígenas. A única coisa que foi repassada, em discussão com a FUNAI, foi um salário mínimo para cada pesquisador indígena que ia participar do mapeamento. E por quê? Porque eles iam fazer o trabalho dentro da área e não podiam fazer os seus trabalhos lotados na roça ou outros lados. Isso foi discutido dentro da FUNAI e foi estabelecido que isso seria o melhor jeito de fazer isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Então foi só um salário mínimo? Porque a cláusula primeira diz o seguinte: “Constitui objeto do presente convênio assistência técnica e financeira, por parte da ACT, às comunidades indígenas que vivem no Parque Indígena do Xingu.” Esperava-se uma assistência técnica e financeira.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Posso responder?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor acabou de dizer que não teve nenhuma. E o convênio disse que tinha.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não. A parte financeira é a parte responsável pelos custos do projeto, não de repasse à comunidade. Mas até... A ACT fez todo o trabalho e é responsável por todos os custos. Dentro do convênio tem a cláusula que a ACT é responsável por todos os custos que vinham a partir do mapeamento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Para fazer o mapa cultural, a ACT pegou declaração por escrito dos índios? Que eles permitissem isso? Ou das lideranças, pelo menos?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim, com toda certeza. Essas declarações estão todas incluídas aqui nesse processo que foi encaminhado para a CEGEN. E também, obviamente, porque a FUNAI nunca iria considerar um convênio se não viesse a partir da própria comunidade. Têm relatos e mais relatos com funcionários da FUNAI falando sobre o porquê do mapeamento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E por que, na hora de fazer as atas das reuniões – porque a gente tem ata aqui –, vários líderes demonstram desconhecimento de para que serve o mapa? Os líderes dizem que não sabem para que servem.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – É por isso que foram feitas tantas reuniões, exatamente para esclarecer. E é porque a comunidade indígena demora... Alguns entendiam exatamente... sabiam o que eles queriam... que envolviam outros que também estavam interessados, mas ainda queriam mais informação. Por exemplo, um índio te pergunta a mesma coisa 10 vezes, porque ele quer saber se você desvia na sua resposta só uma vez. Então, ele vai te perguntar, sim, muitas vezes. Apesar de você ter explicado, já ter explicado e ter explicado mais, ele ainda vai chegar dizendo “*eu desconheço e não entendo*”, para, de novo, ouvir a sua explicação. É um teste que eles fazem.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Acho que eu vou ter que fazer o teste também.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Dr. Mário, agora há pouco, acabou de expor – Dr. Mário Lúcio Avelar. Ele afirmou que a grande maioria dos líderes indígenas não quer mais trabalhar com a ACT. Por que o senhor acha que eles não querem mais trabalhar com a ACT?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN –

Aí, a gente desconhece isso. A gente somente trabalha com comunidades que querem trabalhar com a ACT. Hoje em dia temos cartas enviadas pelas comunidades indígenas, de 11 das 14 etnias; umas 14 aldeias, das 33 aldeias do Xingu, que estão interessados nos trabalhos da ACT, que a ACT está realizando também para pessoas de fora do parque. Índios que moram na cidade, por exemplo. E está realizando principalmente trabalhos de capacitação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor morava e estudava nos Estados Unidos. Teve relacionamento com a ACT americana, e ela passou a financiar a ACT no Brasil. Qual a outra ONG, ou outras ONGs que a ACT americana financiava, antes de financiar a ACT Amazon Conservation Team? Qual ela financiava antes?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Ela não trabalhava no Brasil antes de começar o trabalho com a FUNAI, em 2001.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Na CPI anterior, o Sr. Marcus Roosmalen, que é seu pai, disse que recebia financiamento da ACT americana.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Sim, isso foi relatado na CPI. Isso era para um projeto no Suriname de levantamento desse posto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, ele recebia antes?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim, mas era para um trabalho no Suriname.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Há floresta amazônica no Suriname. Não importa em que país. Então, o seu pai era financiado pela ACT americana?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Para realizar um... ele fez um trabalho em colaboração com a ACT no Suriname.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, recebia dinheiro da ACT americana, assim como a ACT brasileira, agora, também recebe.

Esta CPI aprovou um requerimento, de minha autoria, para que nos fossem encaminhados os balanços e os balancetes da ACT. Por que não foi enviado o balanço fiscal?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Isso aí é com o nosso gerente administrativo. Não sei por quê. Mas, qualquer documentação que falta, a gente vai encaminhar na hora.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Só há o ativo; não há o balanço fiscal.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – A gente encaminha na hora.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não há carimbo da Receita Federal como balanço; a declaração

de renda está incompleta; não discrimina quem são os doadores. Esta CPI faz um requerimento pedindo documento...

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – ... e não é para refazer o requerimento. Foi aprovado. Esperávamos ter os documentos, para aproveitar a oportunidade que o senhor está aqui. No entanto, há 2 milhões, 111 mil, 760 mil reais de doações, e não especifica quem está doando. É necessário que se especifique.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim, mas todas as doações recebidas eram da ACT dos Estados Unidos, eu já afirmei isso. Mas se tem...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas não tinha aqui.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Mas, se tem qualquer informação faltando, que não foi encaminhada, a gente está totalmente disposto a encaminhar. Em nenhum momento a gente...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nenhum dos membros da ONG ACT Brasil recebe salário?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Nenhum membro do conselho da ACT Brasil?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É isso que estou perguntando.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Do conselho, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não. É da direção?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Da direção, tem a Secretaria-Executiva que recebe, sim, como é permitido pela lei da OSCIP.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem é o secretário-executivo?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– (*Ininteligível*) Rodrigo Delmonte.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque no balanço encaminhado não consta pagamento de pessoal.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Então, a gente manda, com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, eu quero informar que, se esses documentos não vierem, vamos ser obrigados a quebrar o sigilo bancário.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque é importante que tenhamos uma análise dessa contabilidade; de onde é a fonte de financiamento e quais são os recursos despendidos, e onde. Porque não veio, faltam páginas. Talvez, pelo excesso de documentos, imaginaram que os Deputados que pedem não iriam

analisar o documento. Podem imaginar isso, porque não tem como a gente não fazer isso. Só para concluir, Sr. Presidente, os documentos que nós temos mostram, no *site* da ACT, vários relacionamentos com a questão de plantas. O artigo *Compensación a las comunidades nativas por el descubrimiento de medicamentos: el trabajo de Hearlin Forest Conservancy*, de Katy Moran, mostra claramente o que é. Sobre o Sr. Mark Plotkin, já foi dito sobre a relação dele com a Shaman. Então, eu agradeço a oportunidade pelas perguntas, e acho que nós vamos ter que ler com muita atenção as respostas. A relação, na minha opinião, entre a Amazon Conservation Team com a Amazon Conservation Team americana é umbilical – não há como não dizer que não é. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, Deputado Dr. Francisco Gonçalves.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou resumir as minhas perguntas, mas quero, primeiramente, dizer ao Dr. Vasco que suas explicações foram sensatas, afirmativas, importantes para o nosso esclarecimento. Mas eu queria, ao fazer essa afirmativa, perguntar se essa resposta está plenamente correta: o Presidente da Amazon Conservation Team, Sr. Mark Plotkin, prestou uma consultoria, no ano de 1996, à empresa Shaman Pharmaceuticals. A consultoria em questão envolveu atividades no Suriname, Costa Rica e México, ou seja, fora do território brasileiro, em data anterior à fundação da equipe de conservação Amazônia ACT Brasil.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Com toda certeza.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – “Como todo etnobotânico, em qualquer parte do mundo, o Dr. Plotkin pesquisa o uso medicinal das espécies vegetais. Porém, seu trabalho não pode nem deve ser confundido com biopirataria. Aproveitamos para informar que a Shaman Farmaceuticals entrou com pedido de falência no ano de 2001.” É isso?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Com toda certeza. Eu poderia esclarecer, rapidinho também? É que o ato de bioprospecção em si não é ilegal. É visto dentro da legislação internacional e até da legislação brasileira. Ela vem a ser biopirataria no momento que não tem consentimento informado e os contatos e as autorizações feitos. Esse é o meu entendimento, mas também posso estar errado. Mas, em si, a bioprospecção, em si, não significa que houve biopirataria.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Houve uma discussão, na primeira parte do

depoimento da Dra. Célia... Eu queria frisar bem a respeito da fita de vídeo em que você aparece. Eu queria saber quantos anos você tinha naquela época e o que você fazia.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Em 99, eu ainda era estudante, eu estava em processo de terminar o meu mestrado. Eu tinha, em 99, 23 anos.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Vinte e três anos?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES

– E você acompanhava os seus pais?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim. Porque eu morava fora do país, e, há muito tempo, eu ia, uma vez por ano, às vezes algumas mais, para encontrar com os meus pais. E, às vezes, era nas viagens deles, nas viagens do meu pai. Em nenhum momento eu ia questionando, eu questionava como era pesquisador do INPA. Então, ele realizava pesquisas a partir do trabalho dele. Eu sempre o conheci fazendo esse trabalho. Por esse trabalho é que ele foi contratado pelo Governo brasileiro. Então, em nenhum momento eu questionava o trabalho dele. E quando ele me convidava para vir junto, era muito bom, para poder estar com a família, que eram poucas oportunidades que eu tinha.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES

– Nessa época, o seu pai trabalhava para o Governo brasileiro?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim, ele era servidor do quadro do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES

– E na sua opinião, você considera que ele cometeu ato de biopirataria?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Com certeza, não. Biopirataria, com certeza, não, porque eu conheço o meu pai. Ele é cientista. Ele é cientista, é cabeça-dura; ele não respeitava as regras nem do INPA nem do IBAMA. Fazia as pesquisas dele do jeito que ele queria. Realmente, não conseguia se enquadrar dentro das regras. Isso é uma falha. Foi consultado pela CPI, e podemos condenar ou tentar entender, mas de qualquer forma ele foi punido por não ter seguido as regras como servidor do INPA e por não ter seguido a legislação brasileira ambiental. Mas eu conheço o meu pai e sei que, em nenhum momento, ele quis prejudicar as comunidades indígenas, o meio ambiente ou qualquer outra causa que tem a ver com isso, porque ele vivia essa causa. Isso era a causa da parte dele. A partir dessa causa ele construiu todo o

seu trabalho de toda a sua vida. Sim, ele é cabeça-dura. Sim, ele não seguia as regras. Sim, isso é errado. Um dos motivos pessoais pelos quais sempre visei trabalhar pessoalmente do jeito que trabalho e um dos motivos pessoais pelos quais, obviamente, dentro da legislação é uma demanda, mas todos os meus atos como Presidente da ACT ou qualquer outros atos sempre buscaram, em primeiro lugar, as autoridades competentes e seguir toda a legislação que era vigente a isso. Então, não condeno o meu pai. Sei que houve essas coisas, mas em nenhum momento eu posso acreditar — isso é uma opinião pessoal — que ele fez esse trabalho com o intuito de fazer biopirataria.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES

– A ACT cumpre toda a legislação brasileira, mesmo a trabalhista? Tem todos os comprovantes?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Tem todos os comprovantes. A gente encaminhou esses também.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES

– Quanto à FUNAI. A FUNAI explicou para a ACT o motivo da proibição?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Em nenhum momento. Não sabemos qual o motivo da proibição da FUNAI.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES

– E quais providências vocês tomaram?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Temos encaminhado toda essa documentação, os ofícios para a FUNAI, pedindo esclarecimento, pedindo para conversar e pedindo para sentar juntos ou pelo menos nos atender, ou nos encaminhasse um documento especificando o porquê da proibição, porque o mínimo que estávamos pedindo era o direito de saber do que estávamos sendo acusados, o motivo pelo qual estávamos sendo punidos. E, dentro disso, também ter oportunidade, que a lei e a concessão nos garante, de defesa. Eu, pessoalmente, quero agradecer essa oportunidade em frente à CPI, porque é uma das primeiras vezes onde realmente nos deram uma oportunidade, que não foi buscado por nós, de poder expandir, defender e expor o nosso trabalho. Realmente, quero agradecer à CPI por dar essa oportunidade que há tanto tempo tem sido negada à organização.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES

– Qual a relação hoje com a FUNAI? A FUNAI não recebe vocês?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Em nenhum momento. Aí o nosso advogado tem feito bastante petições à FUNAI, pedindo explicações. A FUNAI recebe ela, mas em nenhum momento responde o motivo por que tem a proibição. Somente que tem uma proibição, que foi encaminhada em 2 documentos da

FUNAI, mas não especifica o porquê. A partir do fato de que temos pedido muitas vezes reuniões ou com os servidores, ou com o Presidente, ou com o chefe de gabinete da FUNAI, em nenhum momento eles têm atendido esse pedido.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – A última pergunta, Sr. Presidente. Você afirmou que 2 funcionários, parece que são 2 funcionários, um desentendimento interno da FUNAI que está causando esse problema. Queria saber se não existe uma outra ONG, uma outra entidade por trás, querendo prejudicar o trabalho de vocês, da ACT.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Aí é uma pergunta já bem pesada, mas sabemos que no mundo das ONGs os recursos vêm a partir de fundos que existem. E as ONGs têm de compartilhar os recursos que vêm. Também existem sim casos onde uma organização tenta prejudicar outra, especialmente quando se trabalha na mesma área, para tentar colocar a concorrência para fora do trabalho e assumir plenamente todo o trabalho naquela área, especialmente o temático. Então pode sim. Um dos motivos entendemos que isso seja a partir de relatos, não tem nenhuma comprovação. Então não tenho nem como falar isso de uma forma afirmativa. Mas geralmente tem uma resistência de outras organizações, especialmente para uma organização nova. Somos uma organização nova e jovem, constituída por pessoas dedicadas, que realmente acreditam na causa, que trabalham todos os dias. Temos um antropólogo da UnB, que é estudante da UnB; temos cartógrafos, agrimensores, temos pessoas de todo o tipo da sociedade brasileira, geralmente pessoas que saíam dos Ministérios, do Governo, que vêm dentro da nossa organização uma oportunidade de realmente fazer alguma coisa diferente, não sendo encoberta pela burocracia, tendo uma certa flexibilidade em implementar os seus pensamentos de como trabalhar com a causa. Realmente, a gente recebe esse elogio muitas vezes, que a nossa equipe é muito alegre, muito energética, muito competente, especialmente, e que faz um trabalho que não tem igual dentro dos trabalhos desse tipo que foram realizados. Isso tem, sim, sido um motivo para que outras organizações mais estabelecidas, mais antigas, que já estavam acostumadas com o andar devagar das coisas, estão acostumadas a responder: não, mas não foi feito, porque a FUNAI ou o Governo não fez a sua parte, por isso que a gente gastou todos os recursos, mas não houve resultado. A ACT sempre quis mostrar resultado, fazer o trabalho a partir das demandas indígenas e pelo qual buscamos fundos. O jeito que funciona é que as comunidades indígenas, que têm as suas necessidades, buscam parceiros. Eles buscam

às vezes a ACT. Eles conhecem o nosso trabalho. Eles entram no nosso escritório e dizem: “*não, a gente tem essas necessidades*”. E como tem uma certa possibilidade, a ACT vê se tem a possibilidade de a gente implementar esse trabalho, porque acreditamos, sim, na causa. Acreditamos, sim, que o trabalho é um trabalho sério, é um trabalho que deve ser feito, alguém tem que fazer, que as comunidades indígenas têm o direito de ter organizações que trabalhem com elas, não tentando monopolizar eles ou falar por eles, mas que prestem os serviços, os serviços de dar instrumentos para eles para lidar com a sociedade. Esse é o nosso objetivo. Sim, isso causa às vezes ciúmes em outras instituições.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Concedo a palavra a Deputada Thelma de Oliveira e, em seguida, novamente, ao Deputado Dr. Rosinha.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, fiquei nesse tumulto de entra e sai da audiência, Dr. Vasco, de repente a pergunta que vou fazer possa até ter sido respondida. Vou fazer umas duas ou 3 perguntas apenas. Já existe qualquer produto farmacêutico, seja de efeito medicinal ou estético ou em desenvolvimento, mesmo que em fase de pesquisa, proveniente dos estudos da biodiversidade amazônica ou através dos conhecimentos tradicionais dos índios do parque indígena do Xingu que tenham sido coletados pela ACT?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – Não.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Nenhum. Em Camarana, como sou de Mato Grosso, qual foi o objeto do mapa cultural feito com os índios da região?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – O objeto do mapa é realmente de um registro cultural. O fato é que as demarcações são feitas pela FUNAI. São mapas que têm linhas. São feitas a partir de relatórios antropológicos. Esses relatórios são geralmente desse tamanho e ficam na FUNAI. A partir daí não tem mais nenhum registro de como essa área é usada pelos índios. Principalmente, esse pedido vem a partir dos velhos indígenas, porque eles têm medo de que os jovens não tenham mais o conhecimento dos nomes dos lugares. Até para a gente pode parecer pouca coisa, mas para eles é tão importante que sobreviva os conhecimentos deles, em termos dos nomes, das partes geográficas, a história deles. Isso é muito relacionado à geografia. Para fazer um relatório antropológico até que é interessante, mas para eles não é tão útil, porque

eles não lêem todos esses. Então, os mapas são um instrumento visual e que registra, finalmente, o nome indígena daquele igarapé, daquele lugar, o lugar onde eles, em primeiro lugar, encontraram os bancos. Por exemplo, onde houve uma guerra, onde houve todas as outras aldeias antigas. Então, esses mapas existem. Isso é um conhecimento deles, sobre a área deles. E, realmente, adicionam muito à própria história do País, porque vem a partir do conhecimento deles. E é para eles. Estamos em negociação e queremos muito que esses mapas sejam usados pelas escolas indígenas, onde eles podem aprender a sua própria geografia. Então, em vez de aprender sobre um rio na Europa ou até em outro lugar no Brasil, o que também precisam aprender, com toda a certeza, também têm um instrumento para os professores começarem a ensinar o nome das regiões deles, em nome deles. Então, isso a partir deles é um motivo muito grande. O resto também, porque demonstra como eles usam a área. Em vez de ter um mapa somente com linhas, agora você tem um mapa preenchido com informação, informação indígena, em função deles. E é para eles, para as futuras gerações. Se, por exemplo, daqui a 50, 100 anos não existir mais o Xingu, os descendentes dos xinguanos pelo menos vão ter esse registro e vão saber, pelo menos, de onde vieram. É muito importante ver que a perda de cultura das comunidades, esquecendo a sua identidade, leva-os a vícios como o álcool e à perda da auto-estima. Também visamos esse trabalho como um trabalho para o futuro, porque sempre vai ter um registro agora. Esses mapas existem e sempre vão estar lá para as futuras gerações indígenas. Mesmo que eles percam todas as terras ou decidam convertê-las em outra coisa, eles sempre vão ter esse registro. Isso é muito importante.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Essa loja de que foi falada aqui comercializa produtos indígenas? Qual é o trabalho?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não, são produtos de... não mais de roupa, tem cobertor... São só coisas normais. Existem 10 lojas assim em Canarana, talvez não 10, mas existem algumas lojas assim que revendem coisas, que compram no atacado e revendem.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Ela não é uma loja de comercialização de produtos indígenas?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não. No meu entender, não.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tem a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Dr. Vasco declarou que não é ilegal a bioprospecção. Quando há acordo explicitado e assinado de pesquisa, não é ilegal mesmo. O que aqui estamos buscando esclarecer não é a questão do que é legal, porque este é legal. O que buscamos é o ilegal. O senhor é formado em qual profissão?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sou cientista político.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Cientista político. Quantos anos morou nos Estados Unidos? De quando a quando?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Estudei lá de 1992, mais ou menos, até 1997.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De 1992 a 1997. Quando o senhor assinou o ofício, de 2001, da ACT americana, já estava morando no Brasil?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Naquela época, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Estava morando nos Estados Unidos?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Não, na Holanda.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Na Holanda. Enquanto morava nos Estados Unidos, trabalhou na ACT?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Por quanto tempo?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sou ainda atual associado na ACT também.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Americana?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Sim. Sou representante oficial deles.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Recebe salário pela ACT americana?

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Recebo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Encerrada a série das perguntas, gostaria também de solicitar no prazo de uma semana que nos enviem cópia do mapeamento cultural.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN

– Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

O SR. VASCO MARCUS VAN ROOSMALEN – O mapa é de propriedade integral das comunidades indígenas. Então, vamos encaminhar... É um conjunto de mapas que foram feitos. Então, cada comunidade tem de dar a sua anuência. A FUNAI tem o primeiro mapa e tem o direito de distribuí-lo. Mas podemos também providenciar, pedindo à comunidade por radiograma, por ofício, que eles liberem um mapa de exemplo para a CPI. Não sei como é melhor fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito, era isso. Nós agradecemos sua participação e passamos para o próximo entrevistado.

Na seqüência, convidamos o Sr. Mairauê Kaiabi a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

No interregno, estamos submetendo à consideração do Plenário inversão de pauta, para poder votar, em bloco, alguns requerimentos.

Requerimento nº 2... O segundo da pauta é o Requerimento nº 71, de 2005, do Deputado Sarney Filho, que requer ao Coordenador-Geral de Florestas Nacionais e Reservas Equivalentes do IBAMA, Sr. Adalberto da Costa Meira Filho, cópia do relatório de visita à FLONA de Três Barras.

Na seqüência, Requerimento nº 72, de 2005, também do Deputado Sarney Filho, que requer sejam convocadas a prestar depoimento sobre o caso da FLONA de Três Barras, Santa Catarina, as seguintes pessoas: Sérgio Fernandes Freitas, ex-Chefe da FLONA de Três Barras; Lúcio Vaz, jornalista do Correio Braziliense; Sr. Adalberto da Costa Meira Filho, Antônio Manuel do Rego Maia Junior e José Carlos Menezes, respectivamente, coordenador e técnicos da Coordenação-Geral de Florestas Nacionais e Reservas Equivalentes do IBAMA.

Requerimento nº 73, de 2005, do Deputado Dr. Rosinha, que requer a realização de diligência no Estado do Paraná por este requerente e mais outro membro desta CPI para ouvir o Sr. Ademar Luiz de Souza, preso na manhã do dia 25 de abril com 103 pássaros silvestres.

Diligência no Estado do Paraná, é o Requerimento nº 04.

Requerimento nº 74, de 2005, do Deputado Dr. Rosinha, que requer a convocação do Sr. Hilton Pereira da Silva e da Sra. Denise Hallack para prestarem depoimento acerca de fatos relacionados à coleta e ao tráfico internacional de sangue indígena.

Requerimento nº 75, de 2005, do Sr. Deputado Dr. Rosinha, que requer à Polícia Federal elaboração de pedido de auxílio ao Governo americano e à INTERPOL, solicitando a investigação de fatos concernentes ao tráfico internacional de sangue indígena e à

adoção de providências para retirar da Internet o site norte-americano que está comercializando o sangue das tribos Karitiana e Suruí.

Requerimento do Deputado Dr. Henrique Afonso, que requer o deslocamento de membros da CPI da Biopirataria para realização de audiência externa em Goiânia”, Requerimento nº 76, de 2005.

Requerimento nº 77, de 2005, do Deputado Dr. Rosinha, que requer à FUNAI cópia dos documentos que indica no anexo.

Requerimento nº 78, de 2005, do Deputado Dr. Rosinha, que requer sejam convidados a prestar depoimento a Dra. Ana Lúcia Hartmann e o Prof. João de Deus Medeiros.

Requerimento do Deputado Dr. Rosinha, que requer ao IBAMA, ao Ministério Público Federal e à 3ª Vara da Justiça Federal de Santa Catarina cópia de documentos especificados”. Requerimento nº 79, de 2005.

Requerimento nº 80, de 2005, também do Deputado Dr. Rosinha, que requer sejam convocadas a prestar depoimento as pessoas especificadas, relacionadas aos casos dos Zoológicos de Goiânia e de Brasília.

Requerimento nº 81, de 2005, do Deputado Sarney Filho, que requer sejam convocadas a prestar depoimento sobre o caso FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional as pessoas indicadas.

Em discussão os requerimentos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-los, em votação. *(Pausa.)*

Aprovados em bloco os requerimentos.

Não coloquei em votação o Requerimento nº 59, de 2005, o primeiro da pauta, da Sra. Perpétua Almeida, que requer a quebra de sigilo bancário, deixando-o para outra oportunidade, numa sessão com maior *quorum* e com a presença da autora, Deputada Perpétua Almeida.

Na seqüência, convido o Sr. Mairauê Kaiabi para tomar assento à mesa. Solicito, inicialmente, que preste o juramento, em atendimento ao art. 203, do Código de Processo Penal. Por favor. *(Pausa.)*

O senhor poderia ler, por favor?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor poderia ler? É só essa primeira página. *(Pausa.)*

O SR. MAIRAUÊ KAIABI- Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado.

Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo à testemunha que o art. 342 do Código Penal tipifica como crime fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha. Comina a esse crime uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra o Sr. Kaiabi, por até 20 minutos, caso deseje fazer uso da palavra antes de responder às perguntas.

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Eu só gostaria aqui agradecer o convite que foi feito a mim. Eu estou aqui pronto para responder ao que desejarem, dar as informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado. Inicialmente, passamos a palavra ao Deputado Dr. Rosinha para suas perguntas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, vou fazer, como anteriormente, as perguntas do nosso Relator, Deputado Sarney Filho. Sr. Mairauê, o que levou o senhor a denunciar as ações da ACT no Ministério Público?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Primeiro, o que me levou a fazer uma denúncia sobre a ACT foi mais a solicitação mesmo das comunidades indígenas, das lideranças, que estão preocupadas com a presença deles e da maneira como eles estão trabalhando lá dentro, da forma como eles estão trabalhando lá dentro. Essa é uma preocupação maior das lideranças que estão no parque. É isso que me fez... A gente foi pressionado. Da parte das lideranças, estamos solicitando que tenha uma informação clara do trabalho da ACT.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual era a preocupação da comunidade? O senhor disse que há preocupação da comunidade. Que tipo de preocupação, por exemplo?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Por exemplo, na ACT, eles estão fazendo um trabalho que não está bem claro. Como é que poderia ser? Uma reunião fechada, pregando as lideranças e levando para fora, para uma reunião reservada. Não se sabe... impedindo que sigam junto com as lideranças pessoas mais esclarecidas. Então, as lideranças que vão para a reunião da ACT voltam com dúvida. Por quê? Porque eles não entendem a linguagem correta deles. Não está bem claro o que eles querem. Então, essa é uma preocupação forte lá dentro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – As reuniões da ACT eram feitas dentro da área indígena ou eram feitas fora?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – A maior parte, a maioria, tem acontecido fora do parque.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eles entregavam para as comunidades ou para algumas pessoas alguns bens materiais?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Sim, só para aqueles convidados que eles levam para fora.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Que tipo de bens?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Mais é panela de alumínio, ferramenta, combustível.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pegavam na loja Para Todos?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Sim, eles têm uma loja lá, que é a loja Para Todos. Segundo o pessoal, as lideranças que vão lá junto com eles, eles falam que eles fazem uma listagem, eles fazem uma listagem para poder participar do encontro deles.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Listagem de que tipo? O que é a listagem?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – A lista de material que eles estão precisando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Fazem antes da reunião?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, essa lista, eles fazem depois que eles estiverem lá dentro, lá na reunião deles.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece o mapa que foi feito?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Eu conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O mapa é útil para vocês?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Pode ser útil, mas, da maneira que a gente está entendendo, não estamos entendendo. Por quê? Porque não estamos sabendo para que serve aquilo lá, tá? Pode ser bom, mas não está sendo explicado para que vai servir, no futuro, para nosso trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – No período que a ACT estava trabalhando lá, algum laboratório trabalhou junto com eles? Entrou alguma pessoa de laboratório, por exemplo, para colher material, colher sangue, essas coisas?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, é o seguinte: o Xingu é grande, nossa reserva é grande. Eles têm atuado mais no Alto Xingu, onde começou seu trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah! no Alto. O senhor é do Baixo Xingu.

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – É, eu sou do Baixo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eles atuaram no Baixo Xingu?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Começou assim: quando eles começaram a fazer o trabalho de mapa, eles começaram a fazer no Alto Xingu, começaram a fazer num grupo, falando que era de um grupo, que se

chama Kamaiurá. E, quando acabou a parte do Alto, eles começaram a descer rio abaixo, para o que a gente chama Baixo Xingu. Então, na primeira reunião da ACT, quando se começou fazer o trabalho de mapa, eles falaram para nós, para todas as lideranças, que era só com comunidade Kamaiurá. Terminou ali, acabou o trabalho deles. Mas, quando acabou o trabalho deles no Alto, eles começaram a descer, começaram a pressionar as comunidades do Baixo, para poder ampliar o trabalho deles. Eles não aceitavam isso, as comunidades do Baixo não aceitavam. Por quê? Justamente pelo que acabei de falar agora, que está em dúvida, que não está claro isso para nós. Para que fazer mapa? O que nós vamos fazer com esse mapa depois? Porque não está claro isso. Então, é por isso que a gente não está aceitando. E até já falamos com a ACT isso. Fizemos umas grandes reuniões com todas as comunidades do Xingu, com todas as lideranças. Elas falaram que não querem mais a ACT, e estão insistindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Licença. Nos termos do Regimento Interno das Comissões Parlamentares e de acordo com o processo penal, as testemunhas serão inquiridas, cada uma de *per si*, de modo a que não saibam nem ouçam os depoimentos das outras, devendo ser advertidas das penas cominadas. Nesse sentido, constrangido, eu tomo a liberdade de solicitar ao Sr. Roosmalen e à sua advogada que, por gentileza, deixem o recinto, por favor. (*Pausa.*) Muito obrigado. Por favor, podem dar seqüência à tomada de depoimento, à vontade, agora sem nenhum constrangimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Mairauê, o senhor disse agora que eles pressionam. Que tipo de pressão é feita?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Como diz?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor disse agora que eles pressionam as lideranças para entrarem. Que tipo de pressão é feita?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Tá. Não, eles estão insistindo, vamos dizer assim. Estão insistindo para ampliar o trabalho deles a todo o parque. No início, como eu falei, não era esse o primeiro plano deles. O plano era só trabalhar com o pessoal do Alto, kamaiurá, e acabou o trabalho deles. Mas, agora, eles estão querendo ampliar. E as comunidades do Baixo, Médio e Baixo Xingu não aceitam, não querem. Mas eles estão insistindo para fazer todo o parque. É como eu estou falando aqui: estão insistindo demais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tem outras ONGs trabalhando lá na área?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Se tem outro?!

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Outras organizações trabalhando lá?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Existe uma outra organização.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quais são as outras de que o senhor tem conhecimento?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Tem uma outra organização que se chama Instituto Socioambiental – ISA, que também trabalha lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual o problema que tem com o ISA?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Com relação ao ISA, eu não tenho nenhuma reclamação agora a fazer. Por quê? Porque o trabalho que eles fazem lá é bem diferente do desse pessoal da ACT. O trabalho deles é transparente. Tudo o que eles querem fazer, eles fazem uma reunião aberta, com todas as lideranças, com o grupo que eles querem trabalhar, dizem qual a opção do trabalho a fazer, e se a comunidade está de acordo, são feitos os trabalhos. Caso contrário, não, não faz o trabalho. Então, é essa a diferença.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual o tipo de trabalho do ISA?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Bom, no ISA, eles trabalham com o meio ambiente. Então, nós estamos trabalhando com a fronteira do parque, com o limite do parque, cuidando do rio, cuidando da terra, da madeira; cuidando dos pescadores, conversando com eles e tudo. Então, esse é o tipo de trabalho que eles estão fazendo com a gente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Sr. Presidente. Essas eram as questões deixadas pelo Deputado Sarney Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Dr. Deputado Francisco Gonçalves.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Sr. Presidente, muito obrigado. Sr. Mairauê, o senhor falou da falta de transparência da ACT na área indígena. O senhor poderia me explicar melhor que falta de transparência é essa?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Transparência. Quando eu falo falta de transparência, são essas coisas de fazer reuniões fechadas com as lideranças, sem ter a presença de alguém, de índios esclarecidos que possam entender a linguagem deles sobre o projeto que eles querem fazer. Isso é o que eu chamo. O que eles querem com isso? Por que eles querem fazer, por exemplo, um mapa? O mapa é uma discussão. Para que esse mapa? Para que saber onde a gente morou? O que é isso? Que planta que tem lá dentro? Onde pesca, onde caça? Essa é uma desconfiança para nós. E muitas lideranças, muitos dos nossos velhos estão perguntando para que é isso. E as lideranças falam para gente assim – eu sou um deles, mas,

na presença dos nossos antigos, dos velhos, eu sou um menino para eles. Falam assim: “Olha, meu filho, a gente já passou muito na mão de pessoal assim. Muita coisa já deve ter sido levada. Agora, não; agora nós estamos sabendo bem como é o homem branco, e a gente tem que conversar com eles. Muita coisa já levaram de nós; acabaram com a nossa cultura, muita gente já acabou. Então, agora, não é assim; nós vamos conversar com eles, queremos saber”. Essa é a pergunta dos velhos.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – O Xingu é um espaço muito grande, como o senhor falou. Se eles começaram no Alto Xingu, e se hoje o Presidente da ACT afirmou aqui que tem 14 etnias, 14 comunidades que pedem para eles permanecerem, para eles ficarem, para que eles possam trabalhar juntos, como o senhor diz que a grande maioria é contra, quando ele afirma que 14 etnias lhe são favoráveis?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Aí que eu também estou em dúvida na conversa da ACT. Sabe por quê? Antes de vir para cá eu fiquei muito, fiquei muito triste e com vergonha porque eu assisti a uma coisa comigo, com a minha pessoa. Eu não quero dizer aqui que eu conheço o mundo do branco, não. Eu conheço um pouquinho, pouquinho. Então, é o seguinte: a pessoa da ACT que me atendeu lá em Canarana falou para mim assim: “Foi bom que você veio aqui conhecer o nosso projeto e fazer um acordo com a gente”. Eu falei assim: que acordo que eu posso fazer aqui? Que projeto que o senhor tem? “É o seguinte: até agora vocês não conversaram com as lideranças, ninguém conversou com a gente aqui para impedir a ACT de trabalhar na área. Até agora nós não estávamos sabendo”. Eu falei para ele: isso é muito estranho. “Por quê?”. Todo o Xingu, as lideranças do Xingu falaram, fizeram uma grande reunião duas vezes no parque, falando exclusivamente da ACT. Falaram que não querem mais a ACT lá dentro. Não queremos. Não queremos brigar com ninguém, mas é só: acabou. Aí, eu falei para ele: olha, eu não vim aqui pedir nada para você. Eu vim trazer um índio que diz que vocês estão devendo para ele. Trouxe ele aqui para conversar com eles. Eu não vim aqui pedir nada para vocês. E você está falando que outros índios, outras lideranças estão vindo aqui fazer um acordo com você? Eles podem estar enganados, porque comigo você está falando isso. O coitado vai lá e, por qualquer coisinha, você não pode chegar perto deles. “Ah, você está vindo aqui fazer um acordo? Então, assina o projeto para mim”. Está muito estranho isso!

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – O senhor é de que etnia? Qual a sua tribo, qual a comunidade do senhor?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Kaiabi.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Kaiabi. O senhor é funcionário da FUNAI?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Sou funcionário da FUNAI e eu sou um dos líderes dos Kaiabi também.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – É permanente lá na FUNAI?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Sou permanente lá na área.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – O senhor é líder de uma comunidade?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – De uma comunidade, Kaiabi.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Somente uma?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Só uma.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Somente uma. O que o senhor faz na FUNAI?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, eu fui chefe do posto lá na área, lá dentro do parque; depois, eu trabalhei na fronteira, na fiscalização da fronteira do parque, e até hoje estou lá acompanhando, trabalhando.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Tem quantos anos que o senhor trabalha na FUNAI?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Tem 32 anos.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Tem 32 anos de FUNAI. Essa Associação Terra Indígena do Xingu, o senhor participou da fundação dela? Desde quando ela existe?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Eu participei do fundamento da associação desde 1995.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Presidente, eu queria fazer um comentário, pois acho que temos um problema de ordem legal. Parece-me que o índio, ao passar a ser funcionário público federal, perde a condição de representante da comunidade. Depois V.Exa. poderia nos dar uma resposta sobre isso. Sr. Mairauê, de onde vêm os recursos para as atividades da Associação Terra Indígena do Xingu?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, a associação, eles tem um projeto para fiscalização da fronteira, para manter o limite em dia, para não ser invadida. Então, o dinheiro está vindo lá da Noruega. Nós fizemos um acordo com eles, um convênio.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Com a Noruega?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – É.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – O senhor já respondeu para o Deputado Dr. Rosinha que, dentro da área do Xingu, atua uma ONG, uma empresa chamada ISA. Tem mais algumas outras ou é somente essa?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Tem do pessoal da saúde, mas é uma parte dos órgãos do Governo, a Escola Paulista, que faz também parte da saúde, cuida da parte da saúde do Xingu.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Todas essas organizações têm autorização da FUNAI?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Têm autorização legal da FUNAI.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Como ocorre a fiscalização da FUNAI em relação às atividades desenvolvidas na região? Como a FUNAI trabalha isso?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Eles têm um convênio, eles tem um contrato com eles. É uma parceria que eles fazem com eles.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – A Escola Paulista teve um problema jurídico, porque levou plantas do Alto Xingu para fazer pesquisas. O senhor sabe disso?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Eu não tenho conhecimento disso, não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Mairauê, está escrito ali que o senhor é fundador e ex-presidente da Associação Terra Indígena do Xingu. O senhor ainda participa da diretoria da ATIX?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Eu sou sócio. Uma vez que seja da nossa entidade, da nossa associação, eu continuo aconselhando. Eu sou do conselho da associação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor disse que a ACT fez o mapa cultural, não da comunidade do senhor, porque na do senhor ela não entrou. Para fazer esse mapa cultural, as comunidades discutem entre elas para autorizar? O senhor sabe disso?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Se a comunidade...?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Se a comunidade indígena discute entre todos, para dizer se autoriza a entrada, ou se é só o líder que negocia. O senhor sabe como é?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – É uma discussão geral sobre isso, para poder, principalmente, entender para que pode servir esse mapa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Agora há pouco tivemos aqui o depoimento do Procurador, o Sr. Avelar, e ele disse que só um grupo é a favor da

ACT e que os demais seriam contra. O que o senhor sabe disso?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Só um grupo?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele disse que só um grupo étnico, só um povo, é a favor e que os demais seriam contra. O que o senhor sabe disso? Foi o que falou agora há pouco o Dr. Avelar.

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, eu acho o seguinte: realmente é assim, está acontecendo que a comunidade como um todo, as 14 etnias não estão de acordo com isso. Mas, na última reunião que a gente tem visto lá, com a participação da ACT, eles falaram que da maneira como eles estão prometendo para eles, algumas pessoas de uma etnia estão voltando para trás. Olha a promessa é a seguinte: na última reunião em Canarana, a ACT fez uma reunião com todas as etnias...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor estava?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Eu estava. Falou para eles que, como não está podendo entrar mais... Vocês me desculpem aí, porque eu viajei muito no frio e estou com a garganta meio ruim, me desculpem aí. Mas é o seguinte: a promessa foi bem clara – eu ouvi, eu estava presente. Como ele está impedido de entrar no parque pela FUNAI, ele falou para eles assim: “Eu não posso mais entrar no parque, mas eu vou continuar trabalhando fora do parque com vocês. Aí eu vou arrumar uma terra próxima do limite do parque, e essa terra pode servir para o nosso estudo. Vou trazer vocês para ensinar a gente como trabalhar com a terra, como trabalhar com isso”. E os índios, na hora, concordaram – algumas entidades. Então essa terra vai ser o quê? A ACT vai dar para nós? Não. Só quando tiver dois anos de projeto. Quando tiver, acabou o projeto, acabou a terra também, tem que devolver para o dono. Então, tenho certeza de que a comunidade está achando isso, e fizeram até perguntas para eles sobre se essa terra poderia ficar para eles. Falaram que não. Por ali a gente está vendo que o pessoal nosso está muito confuso com essa proposta.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A ACT pediu para os senhores ensinarem alguma coisa? O senhor tem conhecimento se isso ocorreu na outra área, já que não é na área do senhor? Ela pede para ensinar alguma coisa?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, eu não posso afirmar nada dessa parte, de eles pedirem para aprender alguma coisa. Eu não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Uma pergunta, Sr. Mairauê: o senhor entende bem o português ou tem dificuldade de entender quando eu falo?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Algumas coisas eu entendo, algumas coisas tenho dificuldade de entender.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor tem alguém aqui que possa traduzir o que eu estou falando para a língua senhor?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Na língua, pode ser que não, porque, de qualquer jeito, eu estou aqui sozinho no meio de vocês.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas não tem alguma pessoa que veio com o senhor que fale português e sua língua?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Pode ser, pode ser. Pode ajudar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tem alguém aqui na sala?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Tem.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o senhor quer a ajuda dessa pessoa?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Pode ser.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem é? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A pessoa autorizada pode vir sentar-se aqui. Para registro em ata, pedimos a senhora que se apresente, diga o seu nome ao microfone, já que esta reunião está sendo gravada.

A SRA. LÉA MARIA TOMAZ – O meu nome é Léa Maria Tomaz. Sou antropóloga e fiz minha pesquisa de doutorado no Xingu entre setembro de 2003 e dezembro de 2004. Como contrapartida da pesquisa, eu prestava assessoria para a ATIX, uma prestação de serviços, numa troca de pesquisa, e prestei assessoria política para o Mairauê na época em que ele era presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Para tentar ser claro, o Sr. Mairauê estava falando da reunião a que ele foi junto com todas as comunidades indígenas, na qual houve a proposta de comprar uma terra e ficar ao lado para trabalhar. A minha pergunta é se naquela reunião que estavam todas as comunidades eles decidiram alguma coisa. E, se decidiram, o que decidiram? *(Pausa.)*

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Nessa reunião estava a equipe da ACT, estava o Vasco, da ACT; estava lá também – como chama o outro lá? Aquele que está ali –, estava o Dario, estavam outros antropólogos deles, que eu não me lembro o nome agora... Não me lembro. A equipe dele estava lá. A idéia deles era essa, essa era a proposta que eles fizeram lá, quando os índios ficaram confusos. Falaram para os índios que estavam pensando ter uma terra próxima dos limites,

onde eles iam fazer uma pesquisa. Já que não pode fazer lá dentro, eles iam ficar lá próximo e trazer os índios para trabalhar lá.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Não, eu não tenho. Assim, não posso dizer se a idéia era comprar ou não, mas ele já tem. Não sei o que eles iam fazer: se iam comprar ou se iam alugar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas o que eles prometeram para vocês?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Não, nesse dia, como a gente estava sabendo que a FUNAI não tinha autorizado a entrada dele, que proibiu trabalhar no parque, tudo, as lideranças naquele dia falaram para ele: “Olha, nós não queremos conversar com vocês mais só: nós liderança e ACT. Não, nós queremos vocês 3, queremos a FUNAI junto, queremos todo mundo junto”. E a reunião foi cancelada. Não aconteceu até agora. Estamos esperando uma reunião grande para decidir de vez o que vai fazer com a ACT.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Não, não tinha nada... não me lembro, não tinha nada, assim, contrapartida, porque não se decidiram. Pararam ali para cancelar a reunião.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Dr. Francisco Gonçalves.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Como entrou aí a Léa, até queria que você falasse na língua dele para eu ouvir como é a linguagem do indígena no seu idioma. Eu queria saber se a Associação Terra Indígena do Xingu – ATIX tem algum projeto em conjunto com o ISA, com a outra ONG, e quanto, em recursos financeiros ou em promessas de algum benefício, isso acontece?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, a parceria que o ISA tem... A parceria, não, no caso seria... como chama? O ISA faz um trabalho bonito. Pelo menos as comunidades estão gostando. Quando a gente criou a associação, a gente não tinha prática nenhuma de mexer com papel, documento, de mexer até com negócio de financeiro, como é que controla, como é que presta conta para quem doou dinheiro. Então, tudo isso foi uma ajuda da parte do ISA. Eles deram o curso, treinaram os índios para fazer a prestação de contas, até mesmo de administrar. Então, essa parte é um dos trabalhos que o ISA está fazendo lá com a gente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Desculpe, mas a pergunta não foi bem essa. Foi se a ATIX tem algum convênio e recebe recursos... se trabalha com o ISA...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Então, aí tem... gasolina é dos projetos que são financiados pela Noruega, como eu falei. Então, o trabalho é de que... o combustível, o motor, o barco, essas coisas são adquiridas para fazer o trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – *(Inaudível.)* A USAID, uma entidade dos Estados Unidos, tem algum... emprega algum recurso com você? Financia também o ISA ou não? USAID.

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, isso é uma coisa nova. É uma notícia que está chegando agora no Parque. Estão falando se vai ter algum recurso para poder trabalhar com o limite também, com a fronteira, mas é uma coisa que está chegando ainda. A gente não viu ainda. Mas o ISA está falando que tem um projeto para isso.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, alguma pergunta? *(Pausa.)* Não. Bom, eu ainda tenho algumas perguntas. Na sua avaliação, qual a utilidade desse mapa cultural? Para que serve o mapa cultural feito pela ACT?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, do meu ponto de vista, até eu fico confuso com esse mapa. Para que vai servir? Claramente, eu não sei para que isso. Porque, no momento, eu acho que a gente não está trabalhando com isso, não estamos sabendo trabalhar para usar isso. Porque, para fazer um trabalho disso, penso eu, ele teria que estar saindo da cabeça dos nossos velhos, da idéia dos nossos velhos, para poder montar esse mapa. Por que eu estou falando isso? Esse mapa pode até ter um fundamento, um trabalho para o futuro, mas no momento não dá. Quem vai usar isso aí? Acho que nem o nosso jovem não tem condições ainda de estar usando esse mapa. Por que eu falo? Porque ninguém sabe usar, não tem a prática de mexer com isso. Para isso, eu acho que os jovens que sabem ler têm que ter um curso de como trabalhar com o mapa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quantos mapas foram feitos? É um por aldeia, um por etnia?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, eu não sei informar o senhor. Eu não sei, mas eu sei que teve bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Bastantes mapas? Cada região é um mapa?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor chegou a vê-los?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Eu cheguei a ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E, na sua avaliação, nesses que o senhor viu tem alguma utilidade para as aldeias hoje, para as etnias hoje?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, eu vejo assim: que do jeito que o mapa está projetado, e para quem entende, ele tem um valor, ele mostra um lugar; o lugar, como eu falei, onde era a aldeia velha, onde está, e as aldeias velhas que ficaram fora da reserva. Uma área, por exemplo, sagrada que ficou fora da reserva do Parque, tudo isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Para entender esse mapa, para ser usado para nós no futuro, a gente tem que estudar. Alguém que fez o mapa tem que dar o curso para nós. Eu acho assim. Porque, se não, não tem finalidade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – De quem foi a iniciativa do mapa? Foi de alguma comunidade indígena, que teve essa idéia, ou foi da ACT?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, a ACT, na discussão dela, na reunião dela, fala que foi o índio que pediu para fazer o mapa. Mas, se o índio pediu, ou mesmo ele pedindo, não está entendendo, então aí que está a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está certo. Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Depois eu dou seqüência às minhas perguntas. Por favor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mais uma pergunta. Nessa análise que fez dos mapas, observou o que continha o mapa? Por exemplo: onde continha um maciço de plantas medicinais, plantas que seriam utilizadas pelos pajés a determinadas curas. Isso está no mapa? Por exemplo: onde encontrar aquele tipo de planta que é utilizada, digamos, para tratar dor de cabeça; onde está uma planta que é utilizada para dor de estômago, alguma coisa? O mapa traz esse tipo de informação?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, o que eu posso dizer ao senhor é o seguinte: os nossos índios, que eles convidaram para fazer o curso, para fazer mapa, eles voltaram muito preocupados com essa pergunta que o senhor está fazendo, porque eles falaram que tinha que botar tudo: onde era a aldeia velha, onde tinha lugar para pescar, onde tinha para isso, onde tinha negócio de remédio para tudo. E eles voltaram para aldeia perguntando para as lideranças se eles podiam

falar isto: onde tinha remédio, onde tem remédio, onde pode... Aí as lideranças falaram para eles que não; aí eles não queriam que botasse negócio de remédio, negócio de planta no meio, no mapa. Então, quando eles começaram a fazer mapa, eles não fizeram, alguns não fizeram, mas alguns têm, alguns mapas têm, principalmente do Alto tem. A gente viu isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Esses que fizeram o mapa, eles estão usando o mapa para alguma coisa? O senhor sabe de alguma tribo que está usando o mapa para alguma utilidade?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, eu não conheço ninguém lá, mesmo aquele que trabalhou, eu não sei como é que ele está usando. Mas pelo menos da minha área lá não tem ninguém usando, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Interessante. Na sua avaliação, então, quem teve a idéia, quem imaginou, quem criou essa idéia dos mapas foi a própria ACT?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – A própria ACT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Bom, uma última pergunta: o que, na sua idéia, existe de mais valioso que poderia despertar o interesse, a cobiça do homem branco, até de estrangeiros, pessoas de outros países, nas aldeias, nessa região, nessa reserva? Tem minérios? Por exemplo: plantas medicinais? Sapo *kambo*? Alguma coisa que, na sua idéia, é valiosa, e que eles poderiam estar querendo mapear para uso sem autorização dos índios, ou depois até para virem negociar com os índios? O que, na sua avaliação, existe de valioso lá?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Olha, de minério, eu sei que a nossa área lá de minério é muito fraca; não existe minério lá. Mas a preocupação maior nossa é com a plantação, com as plantas medicinais, que é muita coisa muito importante. Porque... Mesmo com a nossa terra, a gente tem que tomar muito cuidado com a nossa terra – é a única vida que nós índios agora temos. Porque a reserva nossa, para nós, tem que ser sagrada; que é para nosso uso, que tem ali para o nosso futuro, para o nosso neto, para o nosso... e tem que estar garantida. Então, qualquer pessoa que vem com essas idéias, principalmente ainda com essas idéias não claras para nós, a gente fica muito preocupado com isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não. Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Quero saber do cacique quais são as ONGs que têm atuado nas terras indígenas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – É, que ele tenha conhecimento, nas terras indígenas; quais são as ONGs de que ele tem conhecimento?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – De ONG, só tem, de fora... de fora que eu falo, ONG de fora...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – De fora ou de dentro. Quais são elas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Bom, acho que era isso. Alguma pergunta mais? Dr. Rosinha, mais alguma pergunta? *(Pausa.)* Tudo bem. Muito bem, uma última pergunta, então. Esses mapas ficaram em poder de cada... cada tribo recebeu um mapa e guardou esse mapa? Fica guardado na residência do cacique, do pajé? Onde fica? Essa cópia de... cada aldeia, cada tribo, cada etnia recebeu o seu mapa da sua região? Ou ficou na FUNAI?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Não, tem uma cópia. Tinha. Agora não sei o que fizeram, mas eles já receberam um mapa. Aquelas comunidades que mandaram seus representantes para fazer mapa, elas já receberam. Agora, eu não sei se está guardado com elas ou... sei lá o que elas fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A FUNAI tem cópia de tudo?

O SR. MAIRAUÊ KAIABI – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está bom. Era isso. Nós agradecemos a presença aos convidados, às testemunhas, aos assessores, aos Parlamentares, demais presentes. Declaro encerrada a reunião, convocando a próxima para a terça-feira, e não quarta, dia 24 de maio, às 14h30min, no Plenário nº 5. Terça-feira. Quarta-feira está muito próxima do feriado, que pode contaminar o dia útil anterior. Por isso, estamos marcando na terça-feira e não na quarta, em função do feriado que teremos na quinta-feira próxima. Muito obrigado. Boa noite.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS,
A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE
MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 24ª reunião ordinária realizada em 24 de maio de 2005

(Parte Pública)

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 5 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto e Josué Bengtson – Vice-Presidentes, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Hamilton Casara, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Maria Helena e Robson Tuma – titulares, e Arnaldo Faria de Sá, Badu Picanço e Fernando Coruja – suplentes. Compareceram também os Deputados Anselmo de Jesus Abreu e Neyde Aparecida. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Dr. Ribamar Alves, Dr. Rosinha, Francisco Garcia, Gervásio Oliveira, Henrique Afonso, João Carlos Bacelar, Leandro Vilela, Nilson Pinto, Perpétua Almeida, Sarney Filho e Zico Bronzeado – titulares, e Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Miguel de Souza, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra (licenciado), Thelma de Oliveira e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABER-TURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 23ª reunião, que foi aprovada com a ressalva da participação na mesa dos trabalhos da Srª Léia Maria Tomás, antropóloga, pessoa de confiança do Sr. Mairauê Kaiabi, que explicou o sentido das perguntas feitas pelos Deputados. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos de autoria dos Deputados Dr. Rosinha e Sarney Filho, esta Comissão reuniu-se para oitiva das seguintes testemunhas: Srª Maria de Lourdes França Rabelo – Diretora de Educação Ambiental do Jardim Zoológico de Goiânia; Sr. Fernando Silveira – Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia; Sr. Luiz Elias Bouhid de Camargo – ex-Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia; e o Sr. Wilian Pires de Oliveira – ex-Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia, sobre denúncias de tráfico ilegal de animais, envolvendo o Jardim Zoológico de Goiânia. O Sr. Presidente convidou a Senhora Maria de Lourdes França Rabelo para tomar assento à mesa e solicitou aos demais convocados que se ausentassem do plenário, aguardando o momento de seu depoimento, passando-lhe a palavra. Concluída sua exposição, o Sr. Presidente, tendo em vista informações sigilosas da testemunha, determinou que após a oitiva dos demais a reunião seria transformada em reservada. O Sr. Presidente convidou o Sr. Fernando Silveira para tomar assento à mesa e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Hamilton Casara) e Antonio Carlos Mendes Thame, solicitando algumas informações à testemunha, determinando-lhe o prazo de 7 (sete) dias para que as encaminhassem a esta

Comissão. O Sr. Presidente convidou o Sr. Luiz Elias Bouhid de Camargo para tomar assento à mesa e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Hamilton Casara) e Antonio Carlos Mendes Thame. O Sr. Presidente convidou o Sr. Wilian Pires de Oliveira para tomar assento à mesa e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada a exposição, o Deputado Hamilton Casara assumiu a presidência dos trabalhos. Fizeram perguntas à testemunha os Deputados Sarney Filho e Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelo Sr. Presidente). B) – Apreciação de requerimentos: Os requerimentos constantes da ordem do dia não foram apreciados. O Sr. Presidente suspendeu os trabalhos às dezessete horas e dezenove minutos a fim de que fossem tomadas as providências para transformação da reunião em reservada. A reunião foi reaberta às dezessete horas e vinte e nove minutos, em caráter reservado, para a oitiva da Srª Maria de Lourdes França Rabelo. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezenove horas e vinte e dois minutos. E, para constar, eu, , Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Havendo número regimental, declaro aberta 24ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de plantas e animais silvestres brasileiros, exploração e comércio ilegal de madeira e biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 23ª reunião.

Indago aos Srs. Deputados se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata, mas solicito a inclusão, com autorização de V.Exa., da secretária do índio Marawe Kayabi, Sra. Leila, que depôs com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – V.Exa. será atendido. Faremos a observação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em virtude da aprovação de requerimentos de autoria dos Sr. Deputado Dr. Rosinha e do Sr. Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, esta Comissão se reúne hoje em audiência pública para ouvir as seguintes testemunhas: Sra. Maria de Lourdes França Rabelo, Diretora de Educação Ambiental do Jardim Zoológico de Goiânia; Sr. Fernando Silveira, Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia; Sr. Luiz Elias de Carmargo, ex-Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia; e Sr. Wilian Pires de Oliveira, ex-Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia.

Como se trata de depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme dispõe o art. 210 do Código de Processo Penal.

Convido a Sra. Maria de Lourdes França Rabelo para que tome assento à mesa e solicito às demais testemunhas que se encaminhem à Secretaria da CPI para aguardar o momento do seus respectivos depoimentos. (*Pausa.*)

Solicito à depoente que faça o juramento, nos termos do art. 203 do código de Processo Penal.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mesmo considerando que a depoente já apresentou depoimento em data anterior, informo as penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Tem a palavra a depoente, por até 20 minutos, caso queira usar da palavra.

Como a depoente já participou na primeira oportunidade, não lhe serão feitas as perguntas agora, somente na sessão reservada. Ouviremos o seu depoimento e passaremos para a segunda testemunha.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANÇA RABELO – Boa-tarde a todos. O senhor havia me pedido o relatório que passei para o Prefeito Íris Resende assim que entrei no Zoológico e percebi as irregularidades. Trouxe o relatório. Gostaria que todos tivessem interesse e dessem uma olhada nesse relatório. Fui designada para o Parque Zoológico como Diretora de Educação Ambiental, em janeiro de 2005, pelo Prefeito Íris Resende Machado. Pertencço também a uma ONG, que é a SGOPA – Sociedade Goiânia de Proteção aos Animais, de Goiânia, há 20 anos. Tomei co-

nhecimento das denúncias do Parque Zoológico há mais de 10 anos. Como não tinha provas, não podia fazer nada. A partir do momento em que entrei no Zoológico, comecei a perceber algumas coisas estranhas e algumas pessoas vieram me contar como era feito o tráfico. Comecei a gravar, filmar e ouvir algumas pessoas. Percebi claramente que os animais estavam sendo retirados do Zoológico, não sei para onde. Assim que percebi que o suposto tráfico estava acontecendo, procurei o Dr. Fernando imediatamente. Falei sobre as denúncias que já tinha dos anos passados. Na verdade, as pessoas que trabalham com o Dr. Fernando até hoje, pertencem há 10, 7, 8 anos ao Zoológico. Então, as mesmas pessoas que estavam no passado estão agora com o Dr. Fernando. Aí, o Dr. Fernando chamou-me na sua dele e pediu que contasse tudo o que sabia. Eu, ingenuamente, contei tudo. A partir desse momento, ele mudou comigo. Eu não mais participava das reuniões de Diretoria. Meu nome nunca constou da folha de Diretoria. E quando alguém ligava no Zoológico, diziam que eu não trabalhava no Zoológico. Aí comecei a perceber como eles retiravam o papagaio do recinto. Eles marcavam os papagaios. Tenho testemunhas também disso. Tiravam as penas do peito e da cabeça. Depois eles voltavam mais tarde e pegavam os papagaios. Então, no recinto de araras até o ano passado havia em torno de 80 a 100 araras. Nesse recinto hoje não há nenhuma arara. Há um casal de condor. Uma arara está avaliada hoje em 60 mil dólares. O valor do papagaio depende se ele fala ou não. As capivaras também percebi que sumiram bastante. Sumiram 2 tuiuiús. A zebra até hoje eu não sei também para onde foi. Há a casa da girafa, mas nunca houve girafa no Zoológico. Segundo o que me foi passado, na época, o valor das casas foi muito alto. A prestação de contas do Zoológico estava no *site* e não há mais. Tenho cópia dela. Não há nenhum órgão em Goiânia que fiscalize o Zoológico, pelo menos nesses últimos 10 anos. A audiência que teve em Goiânia, o Dr. Fernando não compareceu, assim como os demais que foram convidados. O Dr. Ari, do IBAMA, disse que ele não estava investigando o Zoológico, porque ele queria ficar neutro. No outro dia, no *Bom Dia Goiás*, ele disse que já havia terminado de fiscalizar e que não tinha acontecido nada. Então, não sei. Ele falou que fiscalizou e era neutro, e no outro dia ele disse que estava tudo ok. Não compreendi. As cobras que estão soltas no Zoológico, realmente estão soltas. A cada dia aparece mais uma sucuri solta lá. Os jacarés estão soltos. Acho que por medida de segurança deveriam interditar, pelo menos até acharem essas sucuris, jibóias e jacarés, porque as crianças ficam em volta do lago e é muito perigoso. Os jacarés do Lago

das Rosas já foram retirados três. Eles me disseram que eu tinha alucinação e que não havia esses jacarés. Já acharam três, mas também não sei onde estão esses jacarés, que também sumiram. Ele me caluniou, difamou-me em Goiânia inteira, dizendo que eu estava internada numa clínica de repouso, que eu tinha ficado louca. Até o Prefeito veio me perguntar se realmente estava internada, porque ele disse que eu estava tendo alucinações. As alucinações que ele diz são as fotos que eu tenho, todas elas. Os cavalos são mortos a machadadas e, ainda vivos, são descarnados e dados como comida para os leões. A bilheteria serviria para dar comida para esses animais. Mas não sei como é feito isso. Até o momento, a Prefeitura nunca fez uma auditoria no Zoológico, da bilheteria, nunca fez uma auditoria na tesouraria. O IBAMA, nesses últimos 10 anos, nunca fez uma auditoria, nada. Foi até uma briga que eu tive com o Dr. Ari, diretor do IBAMA. E ele disse que não recebeu denúncia alguma para ele fazer esse tipo de coisa. Primeiro, eu acho que o diretor do IBAMA, é obrigação dele, no mínimo 3, 4 vezes por ano, fazer essa investigação no Zoológico. E a posição do IBAMA para mim, até o momento, eu acho estranha. Porque as denúncias estão no Jornal *O Popular*. São mais de 40 denúncias. Eu acho que não precisaria de ninguém chegar ao gabinete dele e perguntar alguma coisa. Ele viu a denúncia do jornal. Ele simplesmente tem que agir. Pronto. Acabou. Ele disse que os fiscais estavam acompanhando. Se os fiscais estavam acompanhando, por que não observaram que esses animais estavam saindo? Eu quero dizer uma coisa aqui. Eu queria dizer na reservada mas resolvi não falar na reservada. O dia que eu estive aqui, eu disse que o Dr. Fernando estava blefando. Todas as vezes que ele falava que ele ia me mandar embora... Porque, assim que eu fui à Polícia Federal, o chefe de gabinete Darivan me trancou numa sala com um senhor de idade e me pediu as provas todas que eu tinha. Eu não entreguei e liguei para a Polícia Federal. Quando o Dr. Flávio Peixoto, Secretário de Governo, me mandou ir à Polícia Federal, eu fui à Polícia Federal. Só que o Fernando não deixou o Darivan ir, nem foi comigo também. Tive que ir sozinha. Tive que assinar um documento na Prefeitura que o Fernando narrava os fatos. Eu fui obrigada a assinar por uma pessoa que entrou na sala dizendo ser delegado da Polícia Federal. Eu acreditei e assinei. Depois, fui saber, não era delegado da Polícia Federal. Então, as coisas lá são todas armadas para que eu me dê mal. A imprensa, eu não consigo falar nada na imprensa de Goiânia. Porque também tem pessoas que colocam o Fernando na imprensa, nos jornais, e eu não consigo falar em nenhuma televisão, em nenhum jornal, em nada. Saem no-

tinhas a meu respeito nos jornais simplesmente dizendo que eu sou uma pessoa desequilibrada, uma pessoa que... Engraçado que eles falam que eu uso da imprensa para poder fazer fofoca. Se eu num estou nunca na imprensa, eu não sei como é que eu faço fofoca na imprensa. O dinheiro da bilheteria, eu não tinha comentado aqui antes... Eu fiz uma promoção no Zoológico na terça-feira de carnaval. E o ingresso era 2 reais, eu passei para 1 real, e deu mais de 10 mil pessoas no Zoológico. As pessoas entravam todas pelo portão, não passavam pela catraca. E, quando não passa pela catraca, não registra. E, quando eu pedi para ver o caixa, ninguém quis me mostrar. Eu fiquei sabendo que deu 3.800. Só na lanchonete de uma pessoa lá deu 4 mil reais. Uma pessoa me procurou dizendo que já tinha participado desse esquema; e, só num caixa, um diretor tinha pego 15 mil, o tesoureiro pegou 7 e ele tinha pego 3. E ele, como ele falou que ele não queria mais participar disso, ele disse que só fala reservadamente, porque ele sabe como eles pegam o dinheiro na tesouraria e na bilheteria. Eu passei um dia de boné pela bilheteria, assim que o Fernando me jogou para fora com 2 seguranças. Eu não estou exonerada até hoje pelo Prefeito. Mas também não posso entrar dentro do Zoológico, porque ele pôs polícia na porta. E eu não posso entrar. Mas eu entrei pela bilheteria e coloquei um boné. E eles me passaram pelo portão. Assim que eu passei pelo portão, eu tirei o boné e olhei para eles e falei: Bom, realmente a coisa é verdade. Então, realmente, aqui se passa pelo portão e não se registra na bilheteria. Não sei como é que continua agora. Porque ele colocou mais polícia ainda. Então, quer dizer, não dá para entrar... Agora, não tem jeito de entrar mesmo. Sofri ameaças de morte por telefone. No dia da audiência, à que eles não foram, quando eu cheguei em casa, eles tinham ligado para o meu filho de 12 anos fazendo ameaças. É uma covardia; mas, enfim, quando a gente quer ser honesto neste País, a gente recebe esse tipo de retaliação mesmo. O Dr. Fernando, não consigo compreender ele até hoje. Porque ele se diz uma pessoa tão do bem e fez tudo errado. Não foi à polícia comigo; me jogou para fora; jogou a minha secretária no... Um dia após eu ter saído, ele jogou a minha secretária para fora, dizendo que ia jogar ela para fora para ela não passar informações para mim. Eu não sei que tipo de informação que ele estava pensando que ela soubesse, porque ela não sabia de nada. E foi prejudicada. Eu gostaria de dizer uma coisa aqui: que na vez que estive aqui da outra vez eu tinha dito que o Fernando todas as vezes que falava que ele ia me demitir, ele dizia que ia ligar para o Maguito Vilela, que era amigo dele e que ele tinha todo o poder para poder fazer o

que ele quisesse comigo. Pegava o telefone e falava que estava falando com o Senador Maguito Vilela. E eu sempre pensei que era mentira dele, porque eu achei que ele estava querendo se promover. Acontece que, no dia que eu saí daqui da audiência, a hora que peguei o vôo, a gente ficou parado 30 minutos dentro do avião. Nesses 30 minutos, o Fernando ficou agachado com as mãos na perna do Senador Maguito Vilela conversando. E o Deputado Federal Leandro Vilela ficou sentado depois, ficou no meio do Dr. Luiz e do Dr. Fernando. E viajaram de volta. Eu não sei o que está acontecendo. Eu sei que tem um cartaz enorme lá no Zoológico dizendo que dia 28 de maio vai haver uma reunião regional do PMDB em Quirinópolis, com a presença de todo o mundo, Prefeito, Maguito, todo o mundo. Eu achei estranho porque Quirinópolis é onde o Noel mora. O Noel todos nós sabemos que é aquele que está sendo investigado por tráfico de animais. E nunca foi feita nenhuma reunião do PMDB em Quirinópolis, que eu saiba, até hoje. Sempre é feita em Goiânia. Então, eu achei isso meio estranho. O Senador Maguito Vilela, nós fomos criados juntos, em Jataí, e éramos muito amigos até a denunciado Zoológico. Hoje ele não fala mais comigo. Quando ele me vê, vira as costas. A classe política de Goiânia toda... Parece que eu agora estou com lepra, porque quando eles me vêem sai todo o mundo correndo. É Vereador, é Deputado, ninguém fala mais comigo. Não sei o que está havendo. Bom, eu recebi uma carta anônima ontem de uma pessoa que trabalha no IBAMA. E aqui ela narra todo o tráfico, contando como é, como se faz no IBAMA, no Zoológico, etc. A partir dessa carta... Não vou dizer o que está escrito nela, porque isso aqui depois vai ser na reservada. A partir dessa carta, eu liguei para o promotor. E fomos, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, peritos e Polícia, e a gente foi ao Zoológico de Goiânia sem avisar. Vocês não têm idéia do que nós encontramos lá. Agora, essas fotos estão com a Promotoria de Goiânia. Eu acho que, se vocês pedissem essas fotos, vocês iam ficar escandalizados. Porque, se eu já estava escandalizada com tudo o que eu vi lá dentro antes de sair, o que eu vi depois, ontem, foi muito pior. Porque as cobras que eu disse que haviam sumido do serpentário... Tinha um recinto de manutenção. Eu pedi para o promotor mandar abrir. Quando o promotor abriu esse recinto de manutenção, tinha mais de 500 cobras. Tinha cobra de tudo quanto é qualidade. Se não tinha cobra para exposição, o que essas cobras estavam fazendo nesse recinto? Sem contar mais de 50 caixinhas lacradas com cobras dentro. O perito abaixava, escutava o barulho das cobras, a maioria cascavel. Na nossa opinião, e na do promotor também, elas já estavam

todas prontas para o tráfico. Por que uma cobra estaria lacrada dentro de uma caixa, todas empilhadas já, se lá para o público não tinha cobra? A promotora fez uma pergunta para ele: “Por que essas cobras estão todas aqui dentro e lá fora não tem cobra?” E ele ainda insistiu. Ele falou: “Não, tem cobra sim, está cheio de cobra”. Ela: “Não tem.” Ela entrou para mostrar para ele que ela estava vendo que não tinha cobra. Aí ele começou a ficar meio nervoso. E a gente saiu de lá e foi para a CITRA. Eu também não sabia que a gente ia descobrir tanta coisa. Porque tinha lugares em que eles nunca deixaram eu entrar. E o promotor abriu uma das portas lá. Dentro dessa porta tinha 2 chocadeiras. Dentro da outra porta, do piso até o teto, estava cheio de gaiolas novinhas de madeira. Porque lá tem uma marcenaria onde eles fazem as gaiolas. Durante o dia, eles colocam os bichos dentro dessas gaiolas e, à noite, eles vêm com os caminhões, pegam os animais e levam. Os portões continuam do mesmo jeito. Não mudaram. Porque tem uns portões por onde eles passam à noite. Continua a mesma coisa. Aumentaram o número de animais. Para falar a verdade, quando nós chegamos estava havendo um tráfico. Só que, se eu estivesse com a Polícia Federal, a gente tinha pego ontem. A pessoa que estava traficando – eu não vou falar o nome dela agora –, na hora que me viu, saiu correndo, pulou o alambrado e saiu correndo com o outro traficante. Estavam traficando araras. Eu gritei o promotor. Quando o promotor veio correndo, não deu para pegar mais. Nós escondemos, eu e uma outra pessoa, e escutamos quando uma das pessoas que fazem parte do tráfico falou que estava precisando sair porque precisava entregar um mico-leão-dourado para o Eduardo Pikachu, que estava esperando lá fora. Só que a gente não conseguiu pegar porque são várias entradas. E o Eduardo Pikachu é o funcionário do Noel. O mico-leão-dourado infelizmente foi, porque a gente tentou seguir eles, mas eles foram bem mais rápidos do que a gente, e a gente não deu conta de pegar. Eu só acho o seguinte: se não está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Desculpe, mais 2 minutos.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANCO RABELO – Se não tem um órgão que fiscalize o dinheiro, não tem um órgão que fiscalize os animais, eu acho que está muito fácil. Eu acho que precisaria chamar o promotor aqui que foi comigo ontem. A Polícia Federal já está com bastante prova também, o Ministério Público Federal já tem muita prova, o Estadual já tem prova. Então, eu acho que já tem prova demais para eu poder estar passando pela situação que eu estou passando. Eu estou passando por bandida e eles, por

mocinhos, enquanto as provas estão todas em Goiânia e eles não manda para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado.

Voltamos depois na sessão reservada.

Na seqüência, convido o Sr. Fernando Silveira a tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Solicito ao Sr. Fernando Silveira que preste o juramento, em atenção ao art. 203 do Código de Processo Penal.

Por gentileza, Sr. Fernando.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, em conformidade com o art. 210, também do Código de Processo Penal, informo à testemunha que o Código Penal, no seu art. 342, tipifica como crime fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha. É o crime de falso testemunho, para o qual é cominada a pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra o Sr. Fernando Silveira, se desejar fazer uso da palavra antes de responder às perguntas dos Deputados, por até 20 minutos.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Gostaria só de parabenizar os Deputados por uma CPI que investiga justamente uma área que está próxima de mim, que é a parte principalmente da fauna e animais, sendo que sou veterinário e o próprio juramento da minha profissão já indica o cuidado pelo qual temos com os animais. No mais, estando aqui como testemunha, eu não tenho mais nada a declarar, a não ser ajudar no que puder nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em vista disso, convido o Deputado Hamilton Casara para, investido da condição de Relator, em substituição ao Deputado Sarney Filho, proceder às primeiras perguntas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Fernando Silveira, passaremos então à leitura das perguntas.

Pergunta nº 1: “Acerca das notícias veiculadas pelos jornais *Correio Braziliense*, *o Popular*, *o Sucesso* e *Diário da Manhã* sobre a suspeita de tráfico de animais silvestres a partir do Zoológico de Goiânia, se elas não são verídicas, a que motivo V.Sa. as atribuiu? A que conclusões chegaram as investigações internas levadas a efeito por V.Sa.?”

Pergunta nº 2: “Afinal, existe ou não cadastro dos animais que entram e saem vivos ou mortos? Desde quando? Se existe, mas as pastas sumiram, há boletins de ocorrência policial sobre o fato?”

Atendendo a solicitação bastante pertinente do Sr. Presidente, eu passarei a fazer as perguntas uma a uma para que facilite ao Dr. Fernando as respostas.

Passamos a ouvir a resposta à primeira pergunta já feita ao Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Com relação às notícias veiculadas nos jornais que o senhor citou, tenho conhecimento através desses jornais, exceto o de Brasília, o *Correio Braziliense*. Esse eu não vi e não conheço. Mas, com relação aos que veicularam nos jornais de Goiânia, sim, eu tenho conhecimento. Com relação à minha investigação interna ou uma investigação desta administração com relação às administrações anteriores, não estão ainda concluídas. A denúncia foi feita, eu levei a senhora Maria de Lourdes ao Procurador do Município, o Dr. Marconi Pimenteira, então foi instaurado inquérito interno, ainda não concluído. Estamos ainda em fase de ouvir as pessoas que foram acusadas com relação a isso. Então, eu acho que não caberia a mim aqui especular com relação a isso, mas está sendo investigado. Inclusive liguei um pouco antes de vir para cá para ter uma noção se estávamos próximos ou não. Disse-me que ainda não terminaram de ouvir as pessoas que vamos requisitar.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, passamos à segunda pergunta: afinal, Sr. Fernando, existe ou não existe cadastro dos animais que entram e saem do Zoológico, vivos ou mortos? Se existe, desde quando? Se existem, onde estão os boletins de ocorrências policiais sobre o fato?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Bem, eu estou nesta administração faz aproximadamente um total de quase 4 meses. O que eu posso afirmar com convicção é que animais que entram dentro do Zoológico de Goiânia hoje ou saem documentados. Sejam eles mortos ou vivos, nós temos todas as documentações e estão sendo apresentadas para os órgãos que estão investigando.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Complementando, Sr. Presidente, solicito ao Dr. Fernando que responda à seguinte pergunta: V.Sa. afirma que existem as ocorrências de boletins policiais sobre os fatos de, porventura, saídas ilegais de animais do Zoológico? É isso?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Não. Não existe boletim de ocorrência algum na gestão de 2005, mesmo porque não houve perda de livros ou desvio de livros ou mesmo a saída de animais ilegais.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, passamos à terceira pergunta: “Sr. Fernando, se a saída de animais do Zoológico de Goiânia era legal, porque elas se processavam em geral no período noturno, à exceção dos papagaios? Com

relação a estes, como é feita a marcação dos animais que vão sair?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Com relação a saída de animais em período noturno, desconheço totalmente essa afirmação. Na minha gestão de 2005 não saíram animais à noite, mesmo porque saíram muito poucos animais. Se houvesse necessidade de transportar os animais, a minha recomendação, como veterinário, e se tiver alguém da área técnica aqui, também seria que fosse à noite, principalmente se tratando de animais que vão percorrer distâncias acima de 100, 200 quilômetros. Desculpe, não sei se respondi tudo, tinha uma segunda parte desta pergunta?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, a 4ª pergunta, é: “Sr. Fernando, V.Sa. confirma ou nega que o Sr. Noel Gonçalves Miranda frequentou o Zoológico de Goiânia e fez uso de rifles com material anestésico contra os animais? V.Sa. confirma ou nega que o jovem Eduardo Pikachu, funcionário do Sr. Noel, é presença constante no Zoológico de Goiânia?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Bem, primeiro com relação ao Sr. Noel. O Sr. Noel esteve no Zoológico de Goiânia, de meu conhecimento, uma única vez e, além de não ter usado rifle algum, pelo meu conhecimento, ele nem portou tal arma, seja de anestésico ou não, e não vejo motivo algum por que estaria lá com tal arma ou mesmo para anestésiar qualquer animal. Não tenho conhecimento algum. Com relação a Eduardo Pikachu, pelo que me consta, é um ex-estagiário do Zoológico. Não está lotado conosco, não tenho conhecimento da sua presença constante no Zoológico.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – “Sr. Eduardo, qual o sistema de marcação dos animais adotado para cada grupo de animal? Desde quando ocorre a marcação individual dos animais com *chips*? Quantos animais já foram contemplados com esta marcação?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Bem, com relação à marcação de animais, nós temos dois tipos de marcações. Um é o que a gente chama de marcação visual e a outra, a que a gente chama de marcação permanente. A visual, como ela mesmo se autodescreve, é uma identificação que você consegue ver à distância do animal. Um exemplo mais fácil seria, por exemplo, o brinco plástico em bovinos. Isso é usado de tal forma que você, dentro de um curral ou de uma área contida, consegue identificar o animal. Esse tipo de marcação não é considerado de forma permanente; ele é mais fácil de ser adulterado, é mais fácil de ser trocado e, portanto, então, nós usamos uma segunda forma de marcação, a que chamamos de permanente. A marcação individual muitas vezes é necessária

para, por exemplo, um tratador poder nos informar num grupo de animais se, vamos dizer, temos 10 de uma espécie de veados, se é o veado nº 4, nº 7 ou nº 8 que não está comendo ou para fins de medicação e algum procedimento. A marcação permanente, essa, sim, é uma marcação de difícil adulteração e nós começamos – nós, que eu digo, não tenho conhecimento desse projeto nas gestões anteriores – a fazer a marcação permanente tem todos os animais. Hoje as formas de marcação permanente mais difundidas, mais aceitas, seriam a tatuagem, que é de difícil adulteração, a microchipagem, o anilhamento e alguns tipos de identificação eletrônica na orelha, que seria um brinco sem a porção plástica. Então, essas são as formas hoje aceitáveis hoje de marcação permanente. Nós resolvemos adotar a microchipagem. Mas gostaria já de adicionar aí que a microchipagem não é uma bala mágica. A microchipagem não traz informação alguma, exceto a numeração, que é exclusiva daquele microchip, que não se repete, mesmo entre as companhias. Ela simplesmente é um número e, com esse número, aí, você, sim, abre informações sobre aqueles animais ou não que você pode acumular, e muitos usam programas de *software*, que é o nosso caso. Com relação a quantos animais eu não saberia dizer exatamente. Nós poderíamos levantar isso, mas a microchipagem, que foi o método de marcação permanente que decidimos usar, está sendo feita paulatinamente, mesmo porque não seria vantajoso para os animais. Uma movimentação em massa num zoológico leva a *stress*. *Stress* leva a imunossupressão, que leva à possibilidade de nós termos vários animais doentes ao mesmo tempo. Então, nós fazemos o seguinte: cada vez que um animal vai ser submetido ao exame anual, que também foi instituído agora – cada animal passa por um exame médico veterinário normal –, quando nós vamos fazer isso, que já fazemos a limpeza de dente, inclusive tivemos onças pintadas há 2, 3 semanas atrás que precisaram de canal. Então já que nós estamos imobilizando o animal para fazer esse exame, é então feita a microchipagem.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Solicito ao Sr. Fernando que se atenha ao tema das perguntas efetuadas, para que possamos otimizar o nosso tempo.

Gostaria de perguntar ainda, Sr. Fernando, se V.Sa. não detém pelo menos a numeração dos gêneros de animais dentro do Zoológico de Goiânia. Pelo menos dentro de cada gênero a numeração desse *chip* utilizado até hoje dessa marcação eletrônica.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Temos, sim. Agora, por exemplo – vou dar um exemplo em répteis –, todos os jacarés já estão identificados, não com

microchip mas com uma tarjeta, que, no caso, foi feita pelo IBAMA. Nós convidamos o IBAMA, fizemos o levantamento de todos os répteis e colocamos a tarjeta. Então, temos, sim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Fernando, insisto na necessidade de o senhor se ater às perguntas que são efetuadas.

Estamos nos referindo à marcação eletrônica, com *chip*. É dessa que gostaríamos de saber se existe esse controle pelo menos em cima de cada gênero.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Talvez eu não esteja entendendo a pergunta do senhor. Poderia repetir?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – É que o senhor já explicou conceitualmente o tipo de marcação, mas nós estamos querendo saber sobre a marcação eletrônica, que está sendo utilizada no Zoológico, se o senhor tem o número de série de cada *chip* e para cada animal. É isso que nós queremos saber.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Absolutamente. Todo animal que é microchipado o número é registrado e é primordial que seja. Temos, sim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, a sexta pergunta: “Com quais instituições, Sr. Fernando, o Zoológico de Goiânia realizou permuta de plantel recentemente, nos últimos 6 meses?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Eu não vim com nenhuma documentação nesse sentido, mesmo porque não saberia o tipo de pergunta que vocês estariam fazendo aqui. Eu teria que fazer um levantamento e ver o número que foi transferido, mas é mínimo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Com a concordância da nossa Presidência, o senhor poderia ter o prazo de uma semana para fornecer essa resposta a esta Comissão.

Passo a sétima pergunta, Sr. Presidente: “Sr. Fernando, V.Sa. confirma ou nega a existência de marcenaria dentro do Zoológico, na qual são fabricadas gaiolas e caixas de madeiras para o transporte de animais para fora do Zoológico?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Nós temos uma marcenaria dentro do Zoológico, não só para esse propósito, mas é uma marcenaria que atende todoo Zoológico e está lá faz algumas gestões já.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Oitava pergunta, Sr. Presidente: “Sr. Fernando, V.Sa. confirma ou nega que sucuris, em número aproximado de 19, e jacarés sumiram no Zoológico e estão provavelmente nos lagos dos macacos e das rosas e colocam em risco a segurança de visitantes e funcionários?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Não tenho conhecimento algum de animais do Zoológico estarem soltos. Faça a ressalva de que já foi documentado pessoas

soltando tanto cobras quanto jacarés nos arredores do Parque Zoológico, em função de acharem que é um local em que se pode fazer soltura ou mesmo por estarem com receio de fazer a doação ao animal. Com relação a animais do, não, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Obrigado, Sr. Fernando.

Nona pergunta, Sr. Presidente: “Sr. Fernando, V.Sa. confirma ou nega que alguns animais do Zoológico são escondidos do público? Em caso afirmativo, que animais são esses e por que motivo isso é feito?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Não seriam escondidos do público. O Zoológico de Goiânia é um zoológico de 60 anos de idade e nós temos limitações na nossa estrutura física. Há estrutura física em que animais permanecem fora da área de visitação. São animais que ou estão em quarentena ou são animais que estão em tratamento e alguns excedentes. No caso, essa área é restrita e não é permitida ao público porque as instalações não foram feitas para facilitar a visitação. Um exemplo seria... Daria a oportunidade ao público de chegar muito próximo às jaulas. Então, essa área é restrita.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Fernando.

Décima pergunta, Sr. Presidente: “Sr. Fernando, quantas frequências de rádio são utilizadas para a comunicação interna do Zoológico? V.Sa. confirma ou nega fazer uso de uma frequência específica de rádio da Diretoria, diferente daquela utilizada normalmente pelo Zoológico?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Os nossos rádios – ou pelo menos o meu, que não sou tão entendido em rádio – têm pelo menos umas 9 ou 10 frequências, que são todos os órgãos da Prefeitura, COMURG sendo uma delas, a COMOB e todos os outros órgãos da Prefeitura. Com relação à exclusividade, eu não sei se é exclusivo, porque nós passamos de uma frequência para outra. Eu não sei a resposta técnica com relação à sua pergunta.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Obrigado, Sr. Fernando.

Sr. Presidente, nesta primeira etapa de perguntas eu gostaria de repetir a pergunta nº 3: “Sr. Fernando, se a saída de animais do Zoológico de Goiânia era legal, por que ela se processava, em geral, em período noturno, à exceção dos papagaios? Com relação a estes, como é feita a marcação dos animais que vão sair?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Primeiro, com relação à saída noturna, eu não tenho conhecimento e não me lembro de nenhum animal, na gestão de 2005, sair no período noturno. Mas, se houvesse necessidade, a minha recomendação para transportes em períodos

acima de 200 quilômetros por hora, seria no período noturno. Então, não têm saído, mas eu recomendaria que saíssem. Como técnico da área, eu recomendaria que saíssem. Com relação a aves, principalmente papagaios, não sei qual é ou qual seriam essas aves do qual o senhor pergunta. Se as aves forem destinadas à soltura, provavelmente saíram durante o dia, em função de o IBAMA fazer a soltura durante o dia e de ser de benefício das aves se fazer essa soltura durante o dia. Com relação à marcação dessas aves, se essas aves vão para a soltura, não há marcação alguma. Os animais são entregues ao IBAMA, o ofício é feito de disponibilização e aí, daí para a frente, o IBAMA é que toma as providências com soltura.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, décima primeira pergunta: “Sr. Fernando, o que V.Sa. tem a declarar sobre a saída de ofídios do Zoológico no dia de sua viagem aos Estados Unidos, em janeiro do corrente ano? Se houve a saída de animais, para onde eles foram? Há comprovação documental? E quanto à saída de pássaros?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Vou responder com relação... Especificamente, eu não me lembro dessa data de ser, especificamente, dessa saída de ofídios. Com relação à saída que englobaria – e essa, sim, foi realmente nesse dia – todos e qualquer animal só sai do de Goiânia com a devida documentação do IBAMA. Não sai e nem saiu nenhum animal sem a documentação.

Com relação a esses ofídios, se foi no dia em que eu viajei eu não me lembro, mas, se foi, saiu com a documentação do IBAMA, que pode ser comprovada a qualquer momento.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Fernando.

Sr. Presidente, décima segunda pergunta: “Sr. Fernando, o que o senhor tem a declarar sobre o abate de cavalos para a alimentação de felinos? Ele é feito de forma legal? V.Sa. confirma ou nega que ele é feito a machadadas? É realizada inspeção sanitária dos animais antes de ser sua carne destinada aos felinos?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Com relação a abate de cavalos, o Zoológico de Goiânia não faz apreensão de eqüinos. Nós não apreendemos cavalos. Os cavalos que chegam a nós chegam do curral, chamado Curral da Prefeitura, que são presos pelos órgãos fiscalizadores. Essas pessoas têm, se eu não me engano, 10 dias para poder recorrer e reaver seu animal. Se esse animal não foi... Se o dono não comparecer para reaver esse animal, é determinado então por eles que será feito o sacrifício desse animal. O sacrifício pode ser feito, se o animal não tiver condições mínimas de ser alimentado, ele será feito no curral e

encaminhado para o aterro sanitário. Se esses animais tiverem condições de saúde mínimas para alimentação, esse animal então é encaminhado para que o sacrifício seja feito no Parque Zoológico. E absolutamente não tenho conhecimento algum do uso de machado, mesmo porque, como veterinário, eu não aceitaria tal uso. O machado é, sim, utilizado como parte do processamento da carcaça, e, no caso, é usado, assim como no açougue, para se fazer a ruptura da pelve, para se quebrar, se desmembrar a carcaça em menores tamanhos. Mas, com relação ao abate, absolutamente, que eu saiba, em 2005, nunca aconteceu.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Fernando.

Sr. Presidente, décima terceira pergunta a ser efetuada: “Sr. Fernando, por que um professor concursado em Ohio, nos Estados Unidos, como V.Sa., deixaria aquele país para vir trabalhar como Diretor do Zoológico de Goiânia, com um salário mensal bem inferior? E por que V.Sa. se ausentou por mais de 1 mês no início de suas atividades?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Com todo o respeito, Deputado, eu acho que é uma pergunta bem pessoal, mas vou...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Por favor, Sr. Fernando, a pergunta é feita pela Comissão. Eu apenas estou relatando.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Sim, mas vou ter o prazer em explicar. Eu perdi minha mãe com câncer cerebral há 1 ano atrás, e todos os meus irmãos moram fora. Meu pai, que é diabético e tem problemas de saúde, ficou para criar 2 sobrinhas que são filhas da minha irmã, que não mora na cidade mais. Ele e minha mãe que cuidavam. Em função da morte da minha mãe, há mais ou menos uns 8 meses, 9 meses atrás, eu tomei a decisão de que eu gostaria de voltar para o Brasil. Tomei essa decisão ao contrário da vontade da minha esposa, que ainda não está no Brasil e que não quer voltar, e tomei a decisão porque queria ficar próximo do meu pai, e ao contrário do que ele também quer. Então, com relação à remuneração, a gente vai ficando mais velho e a gente vai aprendendo que dinheiro não é tudo. Eu me considero de sucesso no que faço, sou professor concursado da Universidade de Ohio, em Columbus, e me licenciiei para cuidar do meu pai. A minha licença é uma licença de saúde. Atualmente eu estou licenciado, mas continuo pertencendo ao quadro de professores da Universidade de Ohio. Com relação à minha vinda, até eu mesmo ando me questionando mais ainda a minha vinda, que era uma vontade de idealismo ainda de fazer, de mudar, de acontecer. E o entusiasmo todo é de voltar à terra natal. Então, por isso é que retornei.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Fernando.

Nós gostaríamos de esclarecer que esse trabalho é impessoal. Nós estamos aqui como Deputados para ouvi-los e poder formar um juízo. Não leve as nossas perguntas como questões pessoais; são questões de ofício desta Comissão.

Décima quarta pergunta, Sr. Presidente: “Sr. Fernando: V.Sa. considera correta a doação de espécimes da fauna a criadores comerciais sem licitação ou mesmo sua troca por bens e serviços? Como é feito o credenciamento desses criadouros? Nesses casos, a alegação de dispensa de licitação por impossibilidade de concorrência não é por demais ‘forçada’, dada a existência no Brasil de inúmeros criadouros, inclusive do tipo conservacionista?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Como diretor de zoológico, posso te dizer que não fiz pergunta alguma até agora, até o momento. Animais não são... Hoje até esse termo já é discutido se é permuta, porque animais de apreensão pertencem à União. Se esse animal é de vida livre, ele pertence à União. Quem dá destino a esse animal é o IBAMA. Ele fica sob a nossa guarda, mas quem dá destino é o IBAMA. Então, hoje o termo mais correto que nós estamos chegando à conclusão é que é um termo de transferência. Eu não permuta com o criadouro. O animal não pertence a mim para que eu possa permutá-lo. Eu transfiro ele para um criadouro se eu tiver excedente ou se houver uma vantagem para a própria espécie, no caso, reprodução. Eu, por exemplo, estou hoje recebendo um sagui, um mico-leão-da-cara-dourada, que é para compor um grupo de duas fêmeas. Então, para quem está nos cedendo eles não estão ganhando nada em troca. É simplesmente uma troca entre espécies. Eu não efetuei nenhuma permuta e, em função disso, eu não posso emitir uma opinião.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Baseado na sua resposta, Sr. Fernando, farei outra pergunta: essas permutas para pareamento e formação de plantel são coordenadas por quem?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Por um corpo técnico, pelo menos na minha gestão, que é o que posso responder. Eu instituí que 2 pessoas do meu corpo técnico, seja biólogo, veterinário ou zootecnista, têm que dar o parecer favorável que é de interesse para o a saída daquele animal ou a entrada daquele animal por esse motivo. Uma vez o corpo técnico me dando meu parecer, eu endosso ou não esse parecer.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Fernando, continuando: a coordenação desse processo, o controle, o monitoramento de todo esse rastreamento ao longo de meses, de anos, é efetuado por

quem? Pelo Zoológico ou por alguma outra instância do Município?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Não sou advogado na área ambiental, mas, pelo que eu entendo da lei, pelo pouco que conheço da legislação, o IBAMA é que controla o censo dos animais. Nós prestamos contas na forma de censo, que está aberta qualquer hora para averiguação do IBAMA. Pelo que me consta, essa documentação antes era mantida no IBAMA e atualmente o IBAMA exige que seja mantida no Parque Zoológico.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Fernando.

Sr. Presidente, décima quinta pergunta: “Sr. Fernando, V.Sa. tinha conhecimento de que o criadouro do Sr. Noel comercializava animais em extinção? Existe alguma relação de parentesco ou amizade entre V.Sa. ou alguém de sua família com o Sr. Noel?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Com relação à primeira pergunta, se existe algum grau de parentesco, absolutamente, não. Não tenho parentesco nenhum, não sou parente do Sr. Noel. Com relação à comercialização de animais em extinção, animais ameaçados de extinção, primeiro, podem ser comercializados. Isso eu gostaria de deixar bem claro aqui. Não sei de qual animal que se trata, mas animais ameaçados de extinção podem ser. Dentro das espécies ameaçadas de extinção, existem alguns critérios dos que podem ser comercializados. Um exemplo seria arara azul. A segunda geração de arara azul nascida em cativeiro pode ser comercializada. Então, a legislação permite isso. Não tenho conhecimento de nenhuma espécie ameaçada de extinção que ele tenha.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – O senhor não tem conhecimento sobre alguma comercialização efetuada pelo Sr. Noel de animais ameaçados de extinção?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Correto, mesmo porque eu não sei todos os animais que o Sr. Noel tem ou que sejam ameaçados ou que tenham sido comercializados.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, senhor.

Sr. Presidente, décima sexta pergunta: “Sr. Fernando, o que V.Sa. tem a declarar sobre a afirmação da Sra. Maria de Lourdes de que no Zoológico de Goiânia são retiradas penas dos pavões e vendidas para as confecções de fantasias e adereços de Carnaval? É verdade que V.Sa. a acusou de ter soltado 20 emas no asfalto?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Com relação a penas de pavão, primeiro, pavão é um animal doméstico, brasileiro, que a legislação brasileira de fauna

silvestre ou exótica não tem regulamentação alguma sobre eles. Segundo, não tenho conhecimento algum de alguém comercializar penas de pavão, mesmo porque não teríamos volume suficiente para estar comercializando isso. Então, não tenho conhecimento algum disso. Com relação à acusação da Sra. Maria de Lourdes de soltar ema, nunca nem ouvi falar nessa acusação e não tenho conhecimento de emas terem sido soltas também.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, décima sétima pergunta. Evidentemente, Sr. Fernando, essa pergunta é efetuada baseada também nas informações anteriores de V.Sa. de que existe um cadastro de controle dentro do Zoológico de Goiânia. A pergunta é a seguinte: “Qual o plantel atual do de Goiânia? Como V.Sa. encara a afirmação da Sra. Maria de Lourdes de que chegaram a ser destinados mais de 10 mil animais ao Zoológico de Goiânia só em 2001? O senhor poderia informar, se isso for verdadeiro, onde se encontram esse animais?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Gostaria só de lembrar que faz 9 anos que eu não moro no País. Primeiro isso. Então, com relação a 2001, eu não poderia responder. Com relação ao destino de 10 mil animais, o que eu posso dizer, baseado no que eu conheço hoje, é que não cabem 10 mil animais no Zoológico de Goiânia, não cabem 5 mil animais no Zoológico de Goiânia. Desculpe, eu perdi a segunda parte desta pergunta.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – A segunda parte é, se realmente entraram esses 10 mil animais, onde eles se encontram?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Certo. Não cabe. Eu não poderia responder com relação a 2001, mas eu posso afirmar, com o que eu conheço hoje da estrutura física do Zoológico de Goiânia, que não cabem sequer 5 mil animais dentro do de Goiânia.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – O senhor teria de cabeça para nos informar quantos animais entraram em 2001 no Zoológico?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Dados? Não teria. Sobre 2001 eu não teria. Não estaria preparado para responder, mas poderia olhar para o senhor e fazer um relatório com relação a 2001.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Em 2001 V.Sa. já era o Diretor do Zoológico?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Negativo. Eu tomei posse no dia 06 de janeiro de 2005.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Obrigado.

Décima oitava pergunta, Sr. Presidente: “Sr. Fernando, quem determina a doação ou venda, bem como a destinação dos animais nos zoológicos, o IBAMA ou

o Diretor do Zoológico de Goiânia? No caso específico da cidade de Goiânia. O IBAMA só autoriza a transferência ou também define a destinação? Que documento comprova essa decisão?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – O senhor me permitiria responder uma parte da pergunta anterior que me fugiu aqui, que era como eu encarava a afirmação da Sra. Maria de Lourdes de que chegaram a ser destinados mais de 10 mil animais. Como eu encaro...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Respondendo à pergunta nº 17.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Bem, eu encaro que talvez seja uma afirmação de uma pessoa leiga. A Sra. Maria de Lourdes a experiência dela é na área de corretagem de imóveis. Ela era corretora de imóveis que nunca trabalhou em nenhuma área afim, seja veterinária, biologia, zootecnia. E, pelo que me consta, ela não tem uma formação nessa área ou sequer um curso superior em qualquer outra área. Então, eu acho que é um comentário leigo de alguém que realmente não confirmou os fatos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Passando à décima oitava pergunta, Sr. Presidente: “Sr. Fernando, quem determina a doação ou venda, bem como a destinação dos animais nos zoológicos, o IBAMA ou Diretor do Zoológico? O IBAMA só autoriza a transferência ou também define a destinação? Que documento comprova essa decisão?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Nós temos 3 tipos ou classes de animais, que eu gostaria de esclarecer aí para facilitar a resposta. Um são os animais silvestres ou nativos. Esses animais são brasileiros. Esses animais, se forem nascidos em cativeiro de espécies que não estão ameaçadas, quem define o destino desses animais é o próprio Zoológico. Animais de apreensão – que chegam para nós por doação, apreensão, qualquer outro órgão – que entram para dentro do Zoológico, que sejam considerados de vida livre, esses animais pertencem à União. Quem dá destino a esses animais é o IBAMA. O Zoológico não dá destino a animais pertencentes à União. O que nós fazemos é uma lista de animais disponibilizados como excedentes. E aí o IBAMA, então, avalia essa lista, e o IBAMA, com o critério que eles usam – que teria que ser perguntado a eles –, então, dá destino para criadores para formação de plantel. Esses animais não podem ser comercializados. Eles vão para a formação de plantel. Existe ainda a terceira categoria de animais, que seriam os animais considerados da fauna exótica. Seria um hipopótamo, um leão, um animal que não é da fauna nacional. Nós precisamos de permissão do IBAMA para saber se o local onde estamos remetendo está apto a receber aquele animal. Mas, na verdade,

nós podemos negociar aquele animal diretamente, o animal da fauna exótica. Então, esse animal pode ser negociado direto. Um animal nascido em cativeiro, da fauna nacional, pode ser negociado direto, mas um animal de apreensão, de doação, de vida livre, só o IBAMA pode dar destino.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, vigésima primeira pergunta. Por questão de repetições, Sr. Presidente, nós vamos suprimir a décima nona e a vigésima perguntas e passaremos para a vigésima primeira.

“Sr. Fernando, o que V.Sa. tem a declarar acerca do grau de parentesco entre diversos funcionários do Zoológico? Favor declinar o nome e o grau de parentesco daqueles que o têm.”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – É até vergonhoso. Eu devia saber melhor o nome dos meus funcionários. Mas eu volto a relembrar ao senhor que eu estou lá agora de forma mais permanente faz 2 meses e pouco e eu não sei o nome de todos os funcionários e muito menos o grau de parentesco dos funcionários. Eu volto a lembrar que faz 9 anos que nem em Goiânia eu morava. Então, eu não conheço. Essas pessoas são todas novas para mim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Fernando.

Sr. Presidente, vigésima segunda pergunta: “Sr. Fernando, o que V.Sa. tem a declarar sobre as atividades de seu sobrinho, de nome Sílvio Terra? Se já trabalhou no Zoológico, se trabalha atualmente e qual a sua função? E a pessoa de nome Sandra? O que V.Sa. tem a declarar?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Com relação a Sílvio Terra, sim, esse é primo meu. Tenho conhecimento de que já trabalhou no Zoológico no passado. Atualmente não trabalha no Zoológico e não exerce uma função no Zoológico. Ele não tem cargo no Zoológico de Goiânia. Em relação à Sra. Sandra, eu não sei que Sandra é essa, infelizmente.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Fernando.

Sr. Presidente, pergunta de nº 23: “Sr. Fernando, V.Sa. conhece o Sr. Ivan Magalhães? Em caso afirmativo, em que condições isso ocorreu? V.Sa. tem ou já teve algum problema de ordem profissional com ele?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Eu conheci rapidamente o Sr. Ivan Magalhães quando foi feita a disponibilização da Sra. Maria de Lourdes para o Paço Municipal. Esse senhor, o qual eu conheci naquele dia, veio com a Sra. Maria de Lourdes procurando pelos papéis de exoneração da Maria de Lourdes. No caso, quando foi me feita a pergunta, eu perguntei se essa pessoa era advogado dela. E na afirmativa de que

não, que essa pessoa, que ele se apresentava como membro do partido político tal – eu não me lembro de toda a conversa –, eu disse que eu parabenizava ele por aquilo, mas que ele fosse procurar o Prefeito para esclarecer qualquer dúvida com relação a esse caso, que eu não lhe daria satisfação.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Fernando.

Sr. Presidente, chegamos à última pergunta: “Sr. Fernando, o ex-Diretor do Zoológico, Sr. Wilian Pires de Oliveira, é hoje criador de animais silvestres em Guapó. Desde quando ele exerce essa atividade? Ele já recebeu animais do Zoológico de Goiânia? V.Sa. considera correto, ao menos do ponto de vista ético, alguém ser diretor de zoológico e atualmente dono de criadouro?”

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Com relação a quando exerce... Eu vou tentar ser pausado para responder completamente. Com relação a desde quando que exerce essa atividade, eu não tenho a menor idéia. Não tenho acompanhado, volto a repetir, nem aqui estava durante esses últimos 9 anos. Eu acredito que vocês estão querendo a minha opinião com relação à ética de um ex-diretor de zoológico ser proprietário de criadouros. É isso que eu entendi mesmo? Certo. Então, na minha opinião, não vejo, desde que seja feito de forma legal, com a devida documentação, não vejo problema algum, mesmo porque essa área de animais exóticos e animais silvestres é uma área de nicho, é uma área pequena. Existem poucos profissionais capacitados nessa área. É até natural, assim como na especialidade de todos vocês aqui, seja qual profissão for, de um especialista de uma área ser requisitado muito mais do que outros, e é natural de entrar nesse meio. Não, não... Com relação à saída de animais para o Dr. Wilian, ex-Diretor, na minha gestão nunca saiu nenhum animal para o Dr. Wilian. E, como eu havia dito, a disponibilização desses animais é feita pelo IBAMA; o IBAMA é que teria que dar o encaminhamento desses animais para ele.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, estamos chegando ao final das perguntas ao Sr. Fernando Silveira. Antes, porém, gostaria de solicitar ao Sr. Fernando o encaminhamento a esta CPI de cópia dos seguintes documentos: livro de registro do plantel do Zoológico de Goiânia ou do registro da ocorrência policial pelos furtos, caso tenham ocorrido esses furtos; livro de registro dos animais apreendidos pela fiscalização ambiental e encaminhados ao Zoológico; atestados de óbitos constantes nos arquivos; comprovação da saída de ofídios e pássaros durante a atual gestão.

Sr. Presidente, eram essas as perguntas a serem feitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. Na seqüência, gostaria de complementar com mais algumas perguntas ao Dr. Fernando Silveira.

Primeira pergunta: durante o curto período de sua gestão, sumiram pastas relacionadas ao cadastro de animais? Sim ou não?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Não. Não tenho conhecimento de sumiço algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor, na condição de diretor, pode ter ocorrido sumiço sem que o senhor fique sabendo?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Acredito que, como qualquer diretor, seria especulativo da minha parte, que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ou seja, pode ter sumido?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Pode. Bastante especulativo, mas eu não tenho como, eu, infelizmente, eu não tenho acesso 24 horas a esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não, não, não é isso, acesso. Nenhum funcionário o informou de sumiço de pasta? O senhor está sob juramento, nos termos do Código Penal.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Absolutamente não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor também não foi informado de nenhum boletim de ocorrência policial sobre sumiço de pastas?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Absolutamente não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nenhum funcionário o informou?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Absolutamente não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

A quem o senhor atribui essas denúncias tão explícitas, tão fortes da Sra. Lourdes?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Campanha política. Como Vereadora derrotada, que tinha uma bandeira de protetora dos animais e que, na época de campanha, a bandeira era de se eliminar a câmara de gás no Centro de Zoonose de Goiânia. O primeiro contato que eu tive com a Sra. Maria de Lourdes foi aproximadamente no dia 6 de janeiro, que foi quando tomei posse, e ela veio a mim e disse: “Você sabia que eu não queria vir para cá”. Eu falei: “Não, eu, in-

felizmente, não acompanhei a campanha e não sabia que você não queria vir para cá. Mas você vai gostar daqui, aqui o ambiente é bom”. “Eu queria ter ido para a Zoonose”. Uma semana depois vieram o início das denúncias. Eu estou encarando isso, até que se faça a investigação, não vou especular nas investigações, mas que seja, talvez, mais uma bandeira. A primeira bandeira foram os cachorros da câmara de gás; a segunda bandeira são os cavalos de carroceiros em Goiânia; e agora temos essa terceira bandeira, que, no caso, é o tráfico de animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

Tendo havido uma denúncia já, acho, pela segunda vez, de que haveria sucurs e jacarés em lagos próximos da região freqüentada por funcionários e por visitantes do Zoológico, tendo havido a denúncia, que é do conhecimento do senhor, foi determinada alguma providência no sentido de averiguar se realmente havia lá alguma sucuri ou algum jacaré?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Absolutamente. Inclusive nós chegamos, logo que me passaram a primeira informação, a primeira coisa foi secar o lago dos nossos jacarés para identificá-los, para ter certeza de que se acharmos um jacaré fora do recinto é nosso ou tem alguém soltando jacaré aqui. A segunda medida: foram feitas várias tentativas à noite de localizar sucurs e jacarés. Conseguimos localizar, eu não saberia o número, mas eu quero dizer que seja 1 ou 2 jacarés. Vale também lembrar que na região onde o Zoológico é situado existe uma fauna nativa. Nós temos cotias, temos macacos guaribas e outros animais que ali estão. Nós não temos poder de fazer captura de animais de vida livre. Então, se houver animais próximos ao Zoológico que tenham, a instituição a ser contactada é o IBAMA, e não o Parque Zoológico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

Quantos animais aproximadamente já foram microchipados na sua gestão?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Eu não saberia falar o número exato. Poderia apresentar um relatório, porque todo animal que é microchipado gera um relatório e uma ficha é aberta para esse animal. Seria com prazer que

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se puder nos encaminhar, por favor.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Aqui foi feita uma pergunta pelo Sr. Relator a respeito de parentesco com o Sr. Noel. Agora

eu gostaria de perguntar se o senhor mantém vínculos de amizade com o Sr. Noel, o pai ou o filho.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Eu conheci o Sr. Noel. Vínculos de amizade, isso é uma coisa meio assim, eu acho difícil de definir. Sou amigo dele de freqüentar a cada dele ou a minha? Não. Volto a falar, mesmo porque faz 9 anos que eu aqui não moro. Conheço o Sr. Noel desde uma pecuária em Goiânia em que ele estava expondo lhamas. Uma das minhas especialidades na universidade de Ohio é trabalho com camelídeos. E eu, então, o procurei porque achei interessante alguém ter lhamas em Goiás e me apresentei. E o vínculo foi criado nesse sentido. Existem muito poucas pessoas que mexem com animais exóticos, como eu já havia afirmado antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Quais as medidas que foram tomadas no Zoológico em relação à Sra. Maria de Lourdes? Houve alguma determinação no sentido de que os funcionários do Zoológico evitassem algum contato? O senhor tem conhecimento de alguma ameaça de morte que ela tenha recebido? E por último, a terceira observação: há uma entrevista à mídia em que o senhor teria afirmado que ela não goza de faculdades mentais ou que já tenha estado internada?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Absolutamente absurda. Eu gostaria que ela apresentasse essas entrevistas. Tenho certeza que ela deve ser capaz de apresentar. Com relação à primeira parte da pergunta do senhor, com relação a funcionários, nunca falei que funcionários não conversassem com ela. Quando eu voltei, porque eu me ausentei por 1 mês nos Estados Unidos, uma forma mais fácil de eu falar, o circo já estava armado. Ela já tinha antagonizado praticamente todos os funcionários lá. Agora, quanto a mim, como Diretor, ter proibido, não. Nunca proibi nem mesmo incentivei que não conversassem com ela ou alguma coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Foi lavrado algum BO de que o Sr. Darivan, seu Chefe de Gabinete, a manteve em cárcere privado durante algumas horas lá, no Zoológico, juntamente com um senhor denominado delegado, no dia 2 de fevereiro deste ano?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Dia 2 de fevereiro, eu não estava aqui, eu não tenho conhecimento algum de boletim de ocorrência. Nenhum, nunca foi encaminhado a nós ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor nem tomou conhecimento deste fato?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Não, conhecimento do fato, sim, através do meu chefe de gabinete,

mas boletim de ocorrência, não tenho o menor conhecimento disso, nunca foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O seu chefe realmente a manteve em cárcere privado?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Eu volto a dizer que eu não estava aqui em fevereiro, mas eu conheço muito bem o meu chefe de gabinete. Não acredito sequer um décimo, um milésimo do que está sendo dito. Não só com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E o que ele informou, então, de que o senhor foi informado por ele?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Fui informado de que ela gostaria de fazer algumas denúncias com relação a tráfico de animais no Zoológico de Goiânia. Que ele, então, a chamou na sala e que pediu, então, que ela fizesse cópia das provas, porque ele não teria como tomar providência alguma sem provas. Este é o relato que me foi passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Dr. Fernando, o senhor nos desculpe, mas são perguntas agora, algumas pessoais, aqui encaminhadas pela assessoria. Qual é a formação profissional da sua esposa?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Médica veterinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Médica veterinária. Ela teve ou tem alguma atividade relacionada ao comércio de animais, uma loja, pet, alguma coisa?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Desculpa pela risada, mas absolutamente não, ela é funcionária da universidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É suficiente. É suficiente. Qual a formação profissional do senhor seu pai?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Meu pai é médico veterinário patologista. E tenho muito orgulho de já vir de uma família tradicional nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Também é amigo pessoal do Sr. Noel, o pai?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Absolutamente não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não. Perfeito. Havendo animais excedentes no plantel de um zoológico, quais os critérios utilizados para avaliar quais animais serão permutados ou comercializados? Os piores, os melhores, aleatoriamente. Qual é o critério?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Bem, eu volto a ter que falar que nós temos 3, praticamente 3 categorias

de animais. Se esses animais forem da fauna exótica, não são animais brasileiros, o critério utilizado é de excedentes. Excedentes, obviamente, por interesse do próprio zoológico, nós vamos ficar com os animais na época, se for mais jovens, vão ser mais jovens, mas os aparentemente mais...Esse termo mais saudável, menos saudável é errado. Nós esperamos que todos os animais estejam saudáveis, e se o animal não estiver saudável ele também não está apto à permuta. Então, todos os animais que são pegos...Retiro essa palavra permuta, hoje em dia, nós não estamos permuta, mas se fosse para fazer, volto a falar, eu não permutei nada. Essa gestão não permutou animais nenhum a troco de materiais, de nada. Então, eu estou especulando nesta resposta. Se os animais forem animais de vida livre, de apreensão, se vierem do IBAMA, de algum outro órgão, o critério para se dar destino a eles é do IBAMA. Nós mandamos uma lista para o IBAMA, o IBAMA, então, encaminha para quem o IBAMA julgar que está apto a receber, e os critérios são deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não. O senhor já recebeu algum animal apreendido pela Polícia Ambiental e Federal? Ou mesmo algum animal apreendido pela fiscalização do IBAMA, suspeito, esse animal, de ser mercadoria do tráfico de animais?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Nós não... Primeiramente, eu não estou lá para receber os animais. Os animais são recebidos pelo corpo técnico. Existe, então, a ficha de entrada desse animal, na qual o órgão apreendedor, ou seja uma doação espontânea, alguém que resolveu que ele realmente não quer o papagaio mais ou seja lá o que for, todos os órgãos que o senhor citou eles fazem apreensão e levam para o Zoológico de Goiânia, em função de não terem um local, um centro de triagem. O Zoológico, então, recebe esses animais, a maioria é atropelado, quebrado asa ou vieram, se vieram do tráfico, nós não sabemos, mas quando se faz uma apreensão grande assume-se que veio do tráfico, porque são cento e tantos que às vezes chegam. Eu só os vejo lá muitas vezes no dia seguinte, porque muito do meu tempo é tomado pela parte administrativa. Nós, então, arcamos com os custos de reparação de fratura, medicamento, alimentação, cuidamos desses animais. E aí, então, se houver excedentes daquela espécie, esses animais são novamente disponibilizados para o IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Para o IBAMA?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Para o IBAMA. Animal de vida livre ou de apreensão. Se ele vier de apreensão, ele é classificado como tal, porque nós temos que saber que aquele animal é de vida livre.

Se ele não vier de apreensão aí ele tem que ter uma identificação. Por exemplo. Ocorre, às vezes, de fazerem uma apreensão de alguém, de um criador que tem animais legais e o ilegal, Curió, eu já vi isso. E aí chegam os animais que são legais, mas ele tinha 5, 6 que não eram. Esses que são legais têm que vir anilhados para confirmar a legalidade deles. Então, esses são separados dos animais de apreensão de vida livre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pelo que entendi, e isso é um ponto muito relevante para nós, se um animal foi apreendido pela polícia ou pelo IBAMA ele tem o registro especial de animal apreendido.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Consta na entrada: animal de apreensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Consta animal de apreensão.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Esse animal não pode ser doado, vendido, permutado para criadores particulares?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Absolutamente não. Esses animais nacionais de vida livre pertencem à União, só podem ir para criadores devidamente registrados como matrizes, formação de plantel. A legislação brasileira permite isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O que é um criadouro com essa classificação? Por exemplo, o do Sr. Noel é um criadouro com essas especificações que o senhor acabou de dizer?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Eu não tenho conhecimento do registro do Sr. Noel, mas eu posso explicar para o senhor que existem hoje criadores comerciais, criadores registrados como mantenedouros, criadores científicos, criadouros conservacionistas, talvez tenha uma categoria a mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E para quais tipos desses criadouros pode ir um animal que deu entrada como apreendido?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Na verdade, dependendo da licença que esses criadores tiverem, acredito eu que possa ir para qualquer um deles, desde que seja para formação de plantel. Ele, se o IBAMA requisitar, tem que apresentar aqueles animais de volta, porque aqueles animais pertencem à União e foram só para formação de plantel, de tal forma que o F1, as gerações, a primeira, a segunda, as gerações para a frente vão pertencer ao criadouro. Isso foi uma forma de o IBAMA conseguir arrumar colocação para os animais de apreensão, que não podem ser soltos, porque existe a opção de soltura, se os animais estive-

rem aptos à soltura eles podem ir para a soltura, mas se for um animal que já foi humanizado, criado desde novinho, não sabe mais... Se for um animal que já foi bastante humanizado não é indicada a soltura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Desacostumou-se da vida silvestre.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Correto. E existem situações em que as asas às vezes foram operadas ou alguma coisa assim. Então esses animais não podem voltar à vida livre. Então, esses vão para o criadouro, e o criadouro, então, agora recebeu matrizes. Ele tem que ter um responsável técnico que assina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas não pode ser um criadouro comercial?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Eu acredito que sim, que pode ser um criadouro comercial, aliás, vou afirmar: pode ser um criador comercial, desde que seja para formação de plantel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sim, mas então o senhor vai me responder, mudou tudo. Estava com a idéia de que, por haver uma proibição, em nenhum caso tinha sido um animal dado na sua entrada como apreendido houvera sido permutado, ou vendido, ou doado, seja lá qual for o verbo, para criadores particulares. A pergunta agora é outra: durante o período da sua gestão, o senhor tem conhecimento de algum animal apreendido, que tenha dado entrada como apreendido pela Polícia Ambiental, Florestal, de fiscalização do IBAMA, que tenha sido depois destinado para criadores particulares?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Quando esse animal é destinado para o IBAMA, eu nem sempre sei para aonde esse animal vai. Permutado, que é uma forma, que aí tenho que assinar embaixo, nós não permutamos ou, vamos dizer – qual seria um outro termo? –, ou destinamos esses animais, na minha gestão os animais que foram disponibilizados excedentes, que sejam nascidos em cativeiro ou não, foram via IBAMA, com um ofício para o IBAMA, o IBAMA dando o destino com a nota do IBAMA. Nós, pessoalmente, não fizemos destinação alguma de nenhum animal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo. E com a aprovação do IBAMA, destinados, portanto, via IBAMA, houve algum animal que entrou como apreendido, que foi destinado, autorizado pelo IBAMA para o Sr. Noel durante sua gestão?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Absolutamente, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nenhum.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

A quem pertence a lhama na qual será implantada a prótese na pata dianteira?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Por sinal, até já foi implantada. Está funcionando muito bem. Não sei de cabeça o nome da pessoa, mas posso te afirmar, com certeza, que não é do Sr. Noel, nem de parente do Sr. Noel. É de um pequeno circo que tem pôneis e alguns outros animais na qual fiz a doação da prótese, da cirurgia e de todos os medicamentos, por interesse didático do corpo veterinário e em função da minha especialidade ser de ortopedia veterinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Dr. Fernando, quem é que acompanhou o Sr. Darivan por ocasião dessa conversa lá, não tão amigável, com a Sra. Lourdes, que ela chamou essa conversa de cárcere privado, que testemunhou que não houve essa prisão administrativa.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Se vocês nos derem o prazer de uma visita lá vão ver a sala onde foi feita essa reunião, que existem 3 salas em volta. Acho impossível alguém ficar em cárcere privado. Imagino que cárcere privado a pessoa não queria estar lá sem alardear qualquer pessoa em volta. Essa a primeira parte. Volto a dizer que nem aqui eu estava. Então, estou relatando através de terceiros. Não sei exatamente o nome do senhor. Estou tentando lembrar aqui, porque até deveria saber o nome dele, mas é o sogro dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tá.

O Sr. Noel, dono do criadouro ...

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Marcondes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Marcondes, foi o que acompanhou essa conversa.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Exatamente, como testemunha por receio dele de ela desmentir alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

O Sr Noel Gonçalves Leme, dono do criadouro em Quirinópolis, alegou em depoimento a esta CPI, no dia 3 deste mês, que a saída de animais do Zoológico de Brasília e de Goiânia – portanto, houve saída de animais – se processava no período noturno para evitar o estresse. Quando esse procedimento não era obedecido, o número de óbito chegava a 50%. Foi feita uma denúncia nesta CPI que na sua administração o Sr. Noel atirava pessoalmente com balas que serviam de tranquilizantes nos animais durante o dia e fazia o

transporte dos mesmos à noite, em seu veículo particular. Essa denúncia é improcedente?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Improcedente, absurda e fantasiosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – No depoimento feito nesta CPI pela Sra. Maria de Lourdes Rabelo, o senhor e outros diretores do Zoológico foram acusados de venda desses animais, inclusive de prevaricação por não administrarem corretamente o dinheiro arrecadado com os ingressos. Os senhores têm um sistema automatizado, cartão? Como funciona essa arrecadação do ingresso ao Zoológico?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Primeiro, a Sra. Maria de Lourdes não tem acesso à contabilidade do Zoológico para ela estar afirmando tal coisa. Segundo, nós não vendemos animais. Nós não vendemos animal algum e nem foi feita a venda de animais, muito menos nesse período agora, posso garantir. Para fazer venda de animais de uma autarquia municipal temos de fazer uma licitação. Isso não foi feito. Segundo, com relação, volto dizendo, estou aqui há 3 meses e pouco, o que posso dizer: não tenho conhecimento de nenhuma irregularidade na contabilidade. Com relação à bilheteria, é uma bilheteria comum, acredito eu que seja similar à do Zoológico de Brasília, não me lembro mais. Acredito que no Zoológico de Brasília entra com o carro; então, não teria uma catraca, mas é um sistema de catraca com 2 bilheterias. E não tenho conhecimento algum de fraude até este momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Qual o destino que o senhor acredita tiveram as cobras que sumiram do serpentário do Zoo durante a sua gestão.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Não tenho conhecimento de sumiço algum de cobras, portanto, não tenho nem como responder. Não tenho conhecimento algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ontem, portanto, há menos de 24 horas, a depoente Maria de Lourdes esteve junto com alguém do Ministério Público fazendo uma visita ao Zoológico e encontrou uma cobra pronta lacrada numa caixa dessas elaboradas pela marcenaria ou carpintaria do Zoológico. Como é que o senhor... Foi feito, inclusive, um Boletim de Ocorrência. Como é que o senhor justificaria ter lá uma cobra guardada já, fechadinha, numa caixa?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Eu responderia da forma mais simples. Eu pediria a gentileza de o senhor fazer... questionar o procurador que esteve lá, porque não tenho conhecimento algum disso. E isso me leva só a ver que o grau de fantasia é gradual, ele

está só aumentando. Ontem, tivemos 2 procuradores lá dentro. Então, não acredito que um procurador da República iria ver uma cobra lacrada pronta para ser embarcada e não tomaria nenhuma providência ou me autuaria ali em flagrante. Então, não tenho conhecimento algum. Volto a dizer e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ainda nessa mesma linha. Ontem, também teria sido transferido ou roubado – e foi visto também pelo procurador— um mico-leão que estaria sendo levado para fora do Zoológico furtivamente no início da noite e entregue lá a alguma pessoa de fora. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Não, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não é o mico-leão a que o senhor se referiu hoje, que acaba de ser doado?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Não, na verdade, não, porque ele deve ter chegado a uma e meia de avião, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Hoje?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Hoje. Hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Então, o de ontem não poderia ser.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Esse não pode ter sido. E é um mico-leão-da-cara-dourada do qual só temos 2 fêmeas. Eu os guardo a sete chaves. São dos meus animais favoritos no Zoológico. E acho um absurdo esse tipo de acusação envolvendo agora até os próprios procuradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Para encerrar. O Sr. Marcondes, ao que o senhor se referiu, tem formação na área veterinária?

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Não. É advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Advogado. Era isso. Agradecemos ao senhores a colaboração, desejamos que sua estada no Brasil seja muito profícua e esperamos que o senhor ainda nos aguarde um pouco na Secretaria.

O SR. FERNANDO SILVEIRA – Seria ótimo. Espero recebê-los lá. Será um prazer. Infelizmente, nessas circunstâncias, mas será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ótimo. Por enquanto, as testemunhas permanecem na Secretaria, porque é possível que haja alguma nova pergunta. Muito obrigado, Dr. Fernando.

Na seqüência, convido o Sr. Luiz Elias de Camargo, ex-Diretor do Jardim Zoológico de Goiânia. (Pausa.)

Solicito ao Sr. Luiz Elias de Camargo que, por gentileza, tome assento à Mesa.

Inicialmente solicito, em cumprimento ao art. 203 do Código de Processo Penal, que proceda ao juramento.

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do mesmo Código de Processo Penal, informo à testemunha que o art. 342 tipifica como crime de falso testemunho fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha. E para esse crime comina uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra o Sr. Luiz Elias, se assim o desejar, por até 20 minutos, antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Boa-tarde a todos e a todas. Quero deixar bem claro que eu sei que é... Eu sei que estamos aqui na CPI da Biopirataria, mas sem saber ainda a questão específica. Então eu vou ficar à disposição dos Deputados e de quem for mais interessado para responder às perguntas. Eu queria, antes de começar as perguntas, deixar uma qualificação minha aqui. Meu nome é Luiz Elias Bouhid de Camargo, sou médico veterinário, formado no ano de 1981 pela Universidade Federal de Goiás, na Escola de Veterinária; sou especialista em saúde pública e vigilância pneumológica pela Universidade de FIOCRUZ; fui Diretor do Centro de Zoonoses da Prefeitura de Goiânia, onde sou funcionário até hoje, durante 9 anos; fui coordenador nacional do Programa de Profilaxia da Raiva do Ministério da Saúde também por 8 anos; professor da Universidade Católica de Goiás por 3 anos e, por último, Diretor do Parque Zoológico de Goiânia por 4 anos. Atualmente estou de férias prêmio do Parque Zoológico de Goiânia. Agora estou à disposição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Convidamos o Deputado Casara, se possível, para proceder às perguntas elaboradas pelo Relator.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, passamos a fazer as perguntas ao Sr. Luiz Elias.

Primeira pergunta: Sr. Elias, por quantos anos V.Sa. foi Diretor do Zoológico de Goiânia? V.Sa. tinha outras atividades remuneradas concomitantemente? Qual a função atual de V.Sa. no Zoológico de Goiânia?

Se é veterinário do Zoológico e goza férias prêmio, por que é visto constantemente por lá?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Eu fui Diretor-Geral do Parque do Zoológico por 4 anos. Não tenho nenhuma outra atividade remunerada. Sou apenas funcionário da Prefeitura de Goiânia e, apesar de estar de férias prêmio, quem trabalha nessa área de animais silvestres – como nós ficamos 4 anos lá – continuamos, sempre que solicitado, dando assessoria ao atual Diretor e aos colegas que lá trabalham.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Obrigado, Sr. Elias. Sr. Presidente, a segunda pergunta: Sr. Elias, no tempo em que V.Sa. era Diretor, havia livro de registro de entradas e saídas de animais vivos ou mortos? A partir de quando, se existiam? E se existiam, as pastas sumiram? Há boletim de ocorrência policial do fato?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Livro de entrada e saída dos animais de Goiânia existe a vida inteira. Então temos esses livros lá, continuam no Zoológico ano a ano. Com relação ao livro de entrada e saída, não sumiu nenhum. Tem todos lá. Teve o sumiço de uma pasta de necropsia de animais que vinham óbitos para o Zoológico. Já foi comunicado ao Diretor, ao IBAMA e a todo mundo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Elias, acerca das notícias veiculadas pelos jornais *Correio Braziliense*, *O Popular*, *O Sucesso*, *Diário da Manhã* sobre a suspeita do tráfico de animais silvestres a partir do Zoológico de Goiânia, se essas informações são verídicas, a que motivo V.Sa. atribui?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não tenho razão nenhuma de suspeitar de ninguém por que essas afirmações. A única coisa que eu tenho a afirmar de consciência tranqüila que nunca existiu tráfico de animais silvestres no Zoológico de Goiânia.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Elias, quarta pergunta: durante a sua gestão, V.Sa. confirma ou nega que o Sr. Noel freqüentava o Zoológico de Goiânia utilizando-se de livre trânsito no Zoológico?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não. Não nego – e não só ele, mas todos os criadores de animais silvestres credenciados pelo IBAMA tinham livre acesso ao Zoológico para discutir, conversar. Isso é uma praxe normal de zoológico.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Elias, qual o sistema de marcação dos animais adotados para cada grupo animal? Desde quando ocorre a marcação individual dos animais? Ela era feita na gestão de V.Sa.? A partir de quando?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Quando eu assumi a direção do Zoológico, não era

obrigado ainda a usar o *microchip*, como até hoje ainda não é. É uma recomendação. Os animais que nascem em cativeiro, no caso das aves, ou que são incorporados ao plantel do Zoológico, são marcados com anilha. Nos animais adultos, anilhas abertas; animal nascido em cativeiro, anilha fechada, e os animais de grande porte são marcados com brinco. Com questão ao *microchip*, como no Zoológico os recursos não são tão vultosos assim, então o *microchip*, infelizmente, nós não conseguimos adquirir e não marcamos nenhum animal com *microchip*. Está sendo feito agora.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado. Sr. Elias, com quais instituições o Zoológico de Goiânia realizou permuta de plantel durante a sua gestão?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Realizamos como Zoológico de Brasília, Zoológico de Recife, Zoológico de São Paulo e Zoológico de Belo Horizonte. E Zoológico de Sorocaba também.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Elias, qual o plantel atual do Zoológico de Goiânia? Quantos animais havia no final da sua gestão? Como V.Sa. encara a afirmação da Sra. Maria de Lourdes de que chegaram a ser destinados mais de 10 mil animais ao Zoológico no período de 2001? Caso afirmativo, onde eles se encontram?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Primeiro, o Zoológico, todo o ano, ele presta conta ao IBAMA, do seu censo de plantel, censo de setor extra e censo do centro de triagem. O Zoológico hoje, nesses todos anos que eu permaneci na direção, ele com sua capacidade total não é capaz de suportar mais do que 1.200, 1.300 animais, dependendo do porte dos animais. Então, é extremamente desconhecido para mim 11.000 animais, porque eu acho que na vida inteira do Zoológico nunca passou esse tanto de animal lá dentro.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Elias, V.Sa. poderia confirmar ou negar se durante sua gestão houve alguma permuta de animais do Zoológico de Goiânia como Zoológico de Sorocaba, particularmente, de psitacídeos?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não. Acabei de falar que nós tivemos permuta como Zoológico de Sorocaba, onde nós destinamos, com autorização do IBAMA, tamanduá, eo Zoológico de Sorocaba nos mandou grou do paraíso, ararinha – esqueci o nome – e arara-de-colar.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Nenhuma *hyacinthinus*, nenhuma uma arara azul?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Nenhuma. As araras azuis que têm no Zoológico são do próprio plantel ou nascidas no Zoológico.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Elias, durante a sua gestão, V.Sa. confirma ou nega a existência de marcenaria dentro do Zoológico, onde eram fabricadas as gaiolas?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Eu queria ressaltar aqui que o Zoológico sempre foi muito deficitário nessa questão da manutenção. Então, quando nós assumimos – se tinha algum problema, como são coisas, são recintos muitos velhos, muito antigos –, então viviam fugindo animais, quebravam tela, cerca quebravam. E nós, para minimizar isso, tentamos e conseguimos, graças a Deus, montar uma marcenaria e uma serralheria lá dentro, com uma pessoa para trabalhar nela. E com isso nós... As ações de socorro imediato... Porque animal não espera. Ali tem que fazer na hora. Um elande vai para cerca, que é um bovídeo muito grande, se for para o meio do público machuca. Tem que ser feita a ação na hora. Então, a marcenaria, ela é usada, exclusivamente, para manutenção do Zoológico, confecção de ninhos. E um animal quando é manipulado de um recinto para outro ou levado da veterinária para um recinto, essas coisas, ele tem que ir acondicionado na caixa para não ocasionar nenhum risco para quem está manipulando aquele animal e até para o público que está visitando o Zoológico. Então, na marcenaria, são feitos esses procedimentos, marcenaria e serralheria.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Elias. Sr. Presidente, décima, perdão, nona pergunta. Sr. Elias, V.Sa. confirma ou nega que, durante a sua gestão, tenha ocorrido churrasco feito com carne de animais do Zoológico?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Nego totalmente. Seria uma coisa inusitada, né? Desculpe-me rir, mas uma afirmação dessa, eu fico até sem graça, até de te responder.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Obrigado, Sr. Elias. Décima pergunta, Sr. Presidente. Sr. Elias, V.Sa. considera correta a doação de espécimes da fauna a criadouros comerciais, sem licitação, ou mesmo sua troca por bens e serviços? Nesses casos, a alegação da dispensa de licitação por impossibilidade de concorrência não é por demais “forçada” – entre aspas –, dada a existência no Brasil de inúmeros criadouros, inclusive do tipo conservacionista?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Esta é uma questão que delonga um debate até maior, porque de acordo com a lei federal e com as portarias do IBAMA, porque o animal não é um bem imóvel, ele não pode ficar ali parado 10 dias, 15 dias, 20 dias. Em alguns momentos, você tem que disponibilizar esse animal quase de imediato. E não é – a gente não tem essa facilidade, como todo mundo pensa, de destinar

animal não. No Zoológico hoje deve ter uns 200 animais num setor extra para serem destinados, não no centro de triagem que deve ter mais uns 200 ou 300. Quando tem animal em excedente, que não tem lugar onde pôr, nós disponibilizamos para o IBAMA. Zoológico não destina animal para ninguém, quem destina animal, quem dá guia é o IBAMA. Se o IBAMA falar “*não pode ir animal*”, o animal não vai. Se o IBAMA fala “*pode ir animal*”, o animal vai. Então, como nós temos vários criadores no Estado de Goiás, Distrito Federal, proximidades de Goiânia, Minas Gerais, então os animais excedentes são disponibilizados para o IBAMA. O IBAMA dá o destino para esses animais. Eu faço, ou fiz, de acordo com o que foi orientado e manda a lei de movimentação de animais.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Obrigado, Sr. Elias.

Sr. Presidente, décima primeira pergunta: Sr. Elias, V.Sa. tinha conhecimento que o criadouro do Sr. Noel comercializava animais em extinção?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não, porque nós nunca, os animais que o IBAMA destinou ao criador Noel sempre foi animais permitidos que fossem destinados, tanto que os animais saíram com guia do IBAMA, IGTA do Ministério da Agricultura. Não tenho conhecimento nenhum de animais em extinção comercializados pelo criador Noel.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, décima segunda pergunta: Sr. Elias, o ex-Diretor do Zoológico, Sr. William Pires de Oliveira é hoje criador de animais silvestres em Iguapó. Desde quando ele exerce essa atividade? Ele recebeu algum animal do Zoológico de Goiânia? V.Sa. considera correto, ao menos do ponto de vista moral, alguém ser diretor de zoológico e dono de criadouro de animais?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Quero deixar bem claro que o Dr. William Pires de Oliveira foi Diretor do Zoológico. Ele é médico veterinário, professor da universidade, foi veterinário do Zoológico durante quase 20 anos e é uma atividade que ele sente prazer em desenvolver. Não é porque ele foi Diretor ou deixou de ser que isso vai afetar moralmente ele, não só ele como todos os criadores que o IBAMA achava conveniente destinar animais foi mandado animal, e o Dr. William recebeu animal do Zoológico de Goiânia.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, a décima terceira pergunta é repetitiva, motivo pelo qual vamos passar para a décima quarta pergunta: Sr. Elias, V.Sa. confirma ou nega a suspeita de que a Sra. Maria de Lourdes teria furtado laudos de necropsia do Zoológico de Goiânia?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não suspeito como não afirmo nada. Eu tenho a certeza

que foram sumidos alguns laudos de necropsia, já foi comunicado, como eu disse anteriormente, mas sem as provas eu não sou nem louco de fazer acusações levianas, porque só farei no momento que eu tiver certeza de quem retirou esses laudos do Zoológico.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, concluí as perguntas ao Sr. Luiz Elias Bouhid de Camargo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado, Deputado Casara.

Na seqüência, tinha mais algumas perguntas complementares aqui. A primeira é a seguinte: Dr. Luiz Elias, o senhor afirmou que houve sumiço do livro de registro de necropsia de animais durante a sua gestão ou agora recentemente na gestão do atual diretor?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não é livro de registro, queria corrigir, é uma pasta com laudos de necropsia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sumiu agora recentemente?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não ele sumiu. Quer dizer, nós tivemos notícia... nós tivemos um probleminha na transmissão de um Diretor para o outro, que ficou o Zoológico 8 dias sem ninguém. Eu ainda permaneci lá pelo pedido do Secretário de Governo municipal para não abandonar. E, num final de semana, eu já estava afastado – eu me afastei do Zoológico dia 30 de dezembro –, então até o dia 30 de dezembro com certeza estavam lá os laudos, que eu iria passar no dia 1º de janeiro na transmissão de cargo. Quando foi no dia 6 de janeiro, quando o atual Diretor assumiu lá – 5 ou 6 de janeiro, não lembro –, o livro não estava mais lá. É isso que eu tenho a falar. Comuniquei a ele no dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É o livro de laudos?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não, uma pasta com laudos de necropsia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pasta com laudos? Não é um livro?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não, é pasta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quantos laudos?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Eu não posso afirmar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Foi feito Boletim de Ocorrência?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não foi porque eu não estava na direção. Eu passei para o diretor quando ele assumiu. “Estou te passando toda a documentação do Zoológico, menos essa

pasta, que eu não encontrei, que estava aqui até o dia que eu saí.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não foi feito boletim de ocorrência?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não, que eu saiba não. Teoricamente eu não deveria estar lá repassando isso que eu já tinha passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Nós vamos requerer do atual Diretor cópia do livro de entradas e saídas dos animais e do que sobrou dessa pasta com laudos de necropsia. Não foram todos os laudos, ou foram todos? A pasta sumiu na íntegra?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Eu não posso falar isso para o senhor agora. O atual Diretor talvez possa falar. Mas eu só quero esclarecer aqui, não sei se já foi falado pelo Dr. Fernando, que quem pegou essa pasta fez no intuito de nos prejudicar de alguma maneira. Ele só esqueceu que nós temos uma prática no Zoológico de Goiânia, que todo animal que vem a óbito – todo, pode ser um pardal, um pombo ou uma arara azul –, todo animal que vem a óbito é encaminhado para o museu de ornitologia, que é um órgão municipal também, uma fundação municipal. E todas as carcaças se encontram no museu de ornitologia, caracterizando que houve o óbito e a carcaça do animal está lá, mesmo a gente não tendo o laudo de necropsia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se for um pássaro, é isso?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não, qualquer animal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se for um animal de 4 patas também vai para o museu de ornitologia?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Todo animal. Na verdade é o maior museu de animais taxidermizado que nós temos hoje no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Todos vão para lá?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Todos vão para lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Muito bem.

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Quando não vai a carcaça, vai o couro, que eles taxidermizam o couro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sabem como fazer. O senhor tomou conhecimento em alguma oportunidade de que o Sr. Noel ou o Sr. Eduardo Pikachu tenha usado rifles com tranquilizantes contra animais no Zoológico?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Não. Toda vez que a gente vai pegar cervos, que são animais já adultos, não é só uma pessoa que vai fazer essa captura. Nós vamos com bastante gente, porque é um procedimento que você tem que planejar, tem que estar todo mundo preparado. Como o animal tem a capacidade de muitas vezes saltar grandes alturas, um animal que muitas vezes pode vir a machucar alguém, talvez numa dessas contenções de animais lá, o Noel ou o Pikachu... O Pikachu foi estagiário do Zoológico por 2 anos enquanto estudante. Uma pessoa que sempre ajudou muito, muito mesmo o Zoológico. Até hoje ele colabora de vez em quando a gente precisa. Cada animal é um procedimento, é uma contenção, é um tipo de anestésico, principalmente os cervídeos, que são extremamente sensíveis ao estresse. Eles dão choques cardiogênicos. Ele está aqui, você está vendo ele ali, ele cai e morre. Então, têm que ser procedimentos muito rápidos e muito eficazes. Então, algumas vezes... nós temos as armas lá. Tem que usar rede, usar arma, dardo, zarabatana. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É possível que o Sr. Noel e o Sr. Pikachu tenham utilizado rifles de tranquilizantes?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Com certeza. Pode usar. Não nego isso, apesar de não ter visto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nós temos aqui uma notícia de que foram doados ou permutados ou trocados cerca de 150 animais para o criadouro do Sr. Noel durante a sua gestão. Esse número é correto?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Hoje eu não posso afirmar com você com exatidão, mas com certeza, se for solicitado e se for interesse desta Comissão será encaminhado, porque está sendo também já concluído um laudo e uma perícia do IBAMA e isso já tá contido nela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quando o senhor deixou, no final do ano, o Zoológico em Goiânia, o senhor imediatamente foi contratado como veterinário ou houve um interregno?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não, eu sou veterinário da Prefeitura de Goiânia desde 1981. Então, eu sou efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na Prefeitura?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Na Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Lotado no Zoológico?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Eu estou lotado no Zoológico agora, quando assumi a Direção, e continuo lotado, porque estou de férias prêmio do Zoológico, passei lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E, nesse período dos 8 dias do interregno entre a sua saída e a entrada, o senhor continua como veterinário lotado no Zoológico?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Como veterinário lotado no Zoológico. Continuo, e pretendo continuar. Quando vencer minha licença prêmio serei um veterinário lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A maioria dos funcionários contratados pelo Zoológico de Goiânia são oriundos do COMURG?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– COMURG. O Zoológico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O que é o COMURG?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Companhia Municipal... Companhia de Limpeza Urbana... como é? Urbanização de Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quais os critérios e quem faz a seleção de presidiários para trabalhar no Zoológico em programas de ressocialização?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Deve ficar bem claro. O pessoal da COMURG é pessoal qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não é presidiário?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Não, nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– São pessoas que são contratadas, são comissionados, e vêm à disposição do Zoológico. O Zoológico não tem quadro próprio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – E nós temos um convênio com o Fórum de Goiânia que nas penas alternativas eles mandam lá para a gente, e a gente vê se a pessoa tem condições de estar no convívio, porque lá tem muito visitante, essas coisas. Se tiver condições, a gente recebe esse pessoal da pena alternativa. Se não tiver condições, a gente devolve para o Fórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. A sala de diversões ou de distrações para os funcionários do Zoológico, construí-

da na sua gestão, contou com materiais, equipamentos ou... alguma... pimbolim ou alguma coisa, mesas de jogos, doadas pelo Sr. Noel?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor mantém algum grau de amizade com o Sr. Noel?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Já esteve muitas vezes lá no seu criadouro?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Não, estive 2 vezes visitando. Uma para conhecer e outra quando... de passagem por lá, passei por lá para visitá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quando um animal é recebido pelo zoológico com o carimbo de apreendido pela Polícia Ambiental ou Federal, o que quer dizer esse “apreendido”?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Significa que é fruto de tráfico de animais?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Não, é uma posse irregular, não quer dizer que é tráfico. Mas se você tiver um papagaio, que ele não seja um papagaio nascido em cativeiro, ele vai ser apreendido, vai haver uma apreensão, porque ele é um animal ilegal, você está de posse ilegal dele. Então, ele é retirado da sua residência e encaminhado ao Centro de Triagem do Parque Zoológico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. E depois esse animal que entrou como apreendido, ele pode ser destinado a um criadouro particular?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO

– Pode. O IBAMA... todos esses animais... deixe... mais uma vez, é bom a gente esclarecer. O animal ilegal, esse animal não tem valor nenhum. Quem tem a posse de um animal ilegal está sujeito à multa, ser preso, pena alternativa, essas coisas todas. Então, o Zoológico... porque o Zoológico tem 3 setores diferentes: ele tem o Parque Zoológico, que é os animais, o plantel, os animais em exposição; tem o setor extra, onde ficam todos aqueles animais impossíveis de dar destinação. Não sei... É uma área extremamente complicada para a gente. E temos o centro de triagem, onde a gente recebe todos os dias – todos os dias – animais de doação, animais apreendidos, animais levados pelo Corpo

de Bombeiros, animais encaminhados por particulares. Então, esses animais, quando chegam em número excessivo, nós disponibilizamos. Quando ele tem condições de ter vida em outro lugar, seja em criador, seja soltura, a gente encaminha para o IBAMA, para o IBAMA dar o destino que achar que esse animal deve ser tomado. Não é o Zoológico que fala “*nós vamos soltar trinta animais, você vai mandar dez animais para ali, você vai mandar cinco para ali*”. Quem determina isso é o IBAMA. O Zoológico fala: “*tenho vinte papagaios, está aqui, não sei o que eu faço, não tem para onde mandar, só que nós temos que tirar. O zoológico não dá conta de dar comida para esse tanto de animais.*” Não sei se foi comentado, hoje nós temos sobrando, que eu achava que a gente tinha que estar preocupado, muito preocupado com isso, que são os grandes felinos em cativeiro, nós estamos com 9 suçuaranas adultas dentro do Parque Zoológico de Goiânia, sem saber o que fazer. Têm cinco leões sobrando, sem saber o que se faz. Tem hipopótamo sobrando sem saber o que se faz. Macaco prego? Deve ter uns 30. Ninguém sabe o que fazer com esses bichos. Não pode soltar, porque é domesticado. Você solta os outros vão matar. Não tem para onde encaminhar. Quati, deve ter uns 500 soltos lá dentro do Zoológico, vivem saindo para a rua e morrendo. Cotia a gente nem sabe o tanto. Então são coisas que a gente teria que estar preocupado e dar destinação a esse tipo de animal Periquitinho, verdinho, deve ter 500. E não sabe o que faz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Só nesse número que o senhor falou já chegou a uns 2 mil. O senhor disse que o Zoológico tinha capacidade só para mil.

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Mas periquitinho... Chega apreensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não conta como animal o periquitinho?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – É, mas esses, quando a gente fala assim, quinhentos é... Deve ter lá uns...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É forma de dizer.

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – É. Deve ter lá uns 30, 40.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está certo. Eu só queria, aproveitando a sua resposta. O senhor disse que o animal que está na posse irregular com alguma pessoa não tem valor nenhum porque ele não tem registro, ele não tem procedência. Aí ele vai para o Zoológico. É dado para o Zoológico, doado ao Zoológico, é entregue ao Zoológico, é apreendido e colocado na custódia do

Zoológico. Aí o Zoológico transfere para um criador por determinação do IBAMA. Isso não é um esquentamento? A partir desse momento esse animal não passa a ter realmente origem, não passa a ter realmente procedência?

Segunda pergunta, ligada ao mesmo assunto: quem no IBAMA? Qual órgão do IBAMA é responsável por destinar animais do Zoológico a criadores particulares?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Primeiro, não tem jeito, como já falou aqui. Têm 2 tipos de marcação de bicho, de aves: a anilha aberta, que é ave que veio da natureza, e anilha fechada, que é ave nascida em cativeiro. A pata, o pezinho da ave só tem mobilidade quando é muito novinha, até um mês de idade, um mês e pouco. Depois disso não. Então aquela anilha fechada só vai passar nessa idade, um animal que foi nascido em cativeiro. E a anilha aberta é animal que saiu do Zoológico para formar plantel. Esse animal não pode ser vendido, não pode ser movimentado. Esse animal só pode formar plantel, filhos dele que o criador vai poder dar destino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O registro de saída dos animais do Zoológico é feito com páginas numeradas? Quem faz esses registros? É um funcionário efetivo da casa?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – É feito em um livro de páginas numeradas, tudo certinho, carimbo do IBAMA. É feito pelos Diretores responsáveis por cada área. Nós temos Diretor responsável por mamíferos, aves e répteis. Então, eles, todos os dias, fazem a ronda, fazem tudo para averiguar os bichos, ver a situação do Zoológico. E é lançado nesse livro o que foi movimentado de bicho, se que veio a óbito, se veio a fuga, se o animal vai sair, que saiu a guia do IBAMA. Então isso está bem certinho. E isso aí não tem... É só se achar necessidade a gente encaminha, peço o Fernando para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A informação que nós temos, obtida hoje, é de que as folhas não são numeradas e quem faz os registros é um estagiário. Isso mudou depois que o senhor saiu?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não. Eu desconheço esse procedimento, porque hoje eu não tenho acesso ao Zoológico. Eu vou lá quando sou solicitado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas o senhor não está comissionado lá?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor não assina ponto lá?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO
– Não. Eu estou de licença, de férias prêmio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ah! O senhor está de férias prêmio.

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO
– Férias prêmio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Desde o início do ano?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO
– Desde o dia 30 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO
– Eu tinha que fechar balancete. Até hoje eu assino balancete, essas coisas todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está certo. O Zoológico de Goiânia é totalmente cercado, fechado, ou há algumas áreas em que ele tem ligação com o semi-árido?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – Teoricamente ele é fechado, só que a cerca, o alambrado que tem no Zoológico tem 20 e poucos anos e nunca foi refeito. Então tem alguns locais que é extremamente frágil. Nós... Como ele se localiza num local de um fluxo de trânsito muito grande, num local praticamente central de Goiânia, nós temos vários acidentes de carro que quebram alambrado, que adentram o Zoológico. Então a gente vai recuperando aquilo ali do jeito que muitas vezes dá. Mas a área do Zoológico ela é toda cercada de alambrado. Em alguns locais os alambrados já estão ruins, a gente vai emendando, passando arame, essas coisas. Porque no Zoológico de Goiânia nós temos parque e zoológico. Nós temos duas áreas, uma que é cercada, onde ficam os bichos e a nascente do córrego Capim Puba, e outra que é aberta, que é chamado Lago das Rosas, que é também sob administração do Parque Zoológico de Goiânia. Essa área do Lago das Rosas é aberta. É de livre acesso ao público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O fato de não ser completamente vedado, lacrado, isolado não coloca em risco a população pelo fato de algum animal selvagem escapar?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO
– É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nunca houve algum incidente desse tipo?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO
– Não. Tem fuga de macacos... Nós temos a fauna pró-

pria. Nós temos a mata onde é a nascente do córrego Capim Puba, um córrego até importante, dentro de Goiânia. Nós temos a fauna nossa nativa lá. Algumas vezes, temos que sair para pegar macaco que sai, mas isso aí não tem jeito de não acontecer. Em qualquer Zoológico... Tivemos uma fuga também de um cervo sambar, mas isso aí não teve problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Por último, qual é a média de visitas de fiscais do IBAMA ao Zoológico?

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO
– Não... Essa média você quer saber fiscalizar no Zoológico ou indo até o Zoológico? Porque fiscal do IBAMA vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Fiscalizando.

O SR. LUIZ ELIAS BOUHID DE CAMARGO – ...todo dia levar animal. O pessoal que faz apreensão de animal está todo dia no Zoológico. Agora, fiscalizando, que eu tenho conhecimento, foi 1 vez por ano e agora foi 2 vezes, este ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Bom, satisfeito com suas respostas, pediríamos, por gentileza, que aguarde. Tem mais perguntas? (*Pausa.*)

Muito bem. Era isso.

Solicitamos, por gentileza, que o senhor aguardasse ainda na sala, que pode haver uma recorrência nas perguntas. Muito obrigado. (*Pausa.*)

Na seqüência convidamos o Sr. Wilian Pires de Oliveira a tomar assento à mesa.

Convido o Sr. Wilian a prestar o juramento nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – De acordo com o art. 210 do mesmo Código de Processo Penal, devo informar à testemunha que o crime de falso testemunho está tipificado no art.342, como fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, ao qual está cominada uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra o Sr Wilian Pires de Oliveira para, até por 20 minutos, caso deseje fazer uso da palavra antes de responder as perguntas dos Deputados.

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Meu nome é Wilian Pires de Oliveira, médico veterinário. Trabalhamos na parte de animais silvestres há alguns anos, com especialidade nessa área. Hoje nós dedicamos grande parte do nosso tempo a apreender e a criar animais silvestre. E esse trabalho a gente já vem desenvolvendo desde 1982, quando passamos pelo Zo-

ológico, fomos para a Universidade Federal de Goiás, ministramos curso como professor colaborador, de 89 a 96. Depois, passamos para o curso de mestrado, na parte de biologia de animais silvestres. Especializamos em animais silvestres pela Fundação Smithsonian e depois começamos então, a partir de 97, com estímulo do IBAMA, pela Portaria nº 117 e 118, a estimular a criação de animais silvestres. Como isso foi a nossa vida, que era criar animais silvestres – gostamos demais –, nós começamos então a trabalhar na parte de criação de animais silvestres em criadouros, que são os criadores. Isso... Estamos nos dedicando a isso com muita vontade há vários anos. Em 2003, nós buscamos a parceria do SEBRAE por estar muito preocupado com essa atividade, ela precisava ser alavancada. Nós buscamos parceria do SEBRAE para desenvolvimento dessa atividade, e o SEBRAE nos abriu as portas para isso e hoje nós estamos desenvolvendo esse projeto junto com o SEBRAE, de parceria, para profissionalizar essa atividade no Centro-Oeste, que é a criação de animais silvestres em criadouro. Inicialmente foi feito todo levantamento de criadouros de animais silvestres pelo SEBRAE, posteriormente foram chamados esses criadouros para ver o que é a preocupação deles, o que eles precisavam mais. Hoje eles estão associados a uma associação do Centro-Oeste, que é a CASCO, e o projeto silvestre foi incluído no projeto GEOR do SEBRAE, que é um projeto gerenciado para resultados e onde nós vamos trabalhar nisso agora. Então nós temos hoje, não só trabalhamos com outros criadouros como também nós buscamos, a partir de determinada época, animais que eram desafios para mim e para vários outros criadouros a trabalhar com esses animais para que pudéssemos aprender um pouco mais de cada espécie dessa, porque ali nós poderíamos estar mais tempo junto com as nossas espécies ali trabalhando com isso. Foi quando então nós resolvemos montar um criadouro para que pudéssemos montar pesquisas junto às universidades, montar pesquisas junto a estudantes, que hoje nós somos coordenador do grupo de estudantes da área de animais silvestres da Universidade Federal de Goiás. E nós abrimos todos os criadouros, alguns criadouros e os nossos criadouros, para que a universidade possa juntamente com os coordenadores trabalhar junto e alavancar cada vez mais essa atividade. O projeto geral do SEBRAE ele vai desde o início da legislação para os criadouros até a qualidade total, que nós vamos ter esse trabalho de acompanhamento por 3 anos – 2005, 2006 e 2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na ausência do Relator, Deputado Sarney Filho, vou tomar a liberdade de proceder às perguntas por ele elaboradas.

A primeira, por quantos anos o senhor foi Diretor do Zoológico de Goiânia? Durante esse período o senhor exerceu alguma outra atividade profissional remunerada concomitantemente?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Eu fui Diretor do Zoológico de Goiânia, numa primeira fase, em parte de 91 e 92, me parece, foi no final da gestão, e depois nós fomos Diretor do Zoológico em final de 99 e 2000, certo? Nesse período, a gente trabalhava como Zoológico e com alguns criadouros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. O senhor trabalhava no Zoológico e trabalhava com alguns criadouros?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Criadouros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Prestava trabalhos como veterinário?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Veterinário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo.

No tempo em que o senhor foi Diretor, havia livro de registro de entradas e saídas de animais vivos ou mortos?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Sim, havia sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E as páginas eram enumeradas?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Sim, era um livro ata, onde as páginas eram enumeradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Acerca das notícias vinculadas nos jornais sob suspeita de tráfico de animais a partir do Zoológico de Goiânia, são verdadeiras, inverídicas? A que o senhor as atribui?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Eu vejo uma grande especulação nesse sentido. Essas denúncias, para mim, são fantasiosas, sem cabimento, vazias, tá? E que acredito que não se vai levar a nada isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Desde a sua gestão já ocorria a marcação individual dos animais?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Com a dificuldade que tinha toda a parte financeira do Zoológico, mesmo as dificuldades dos animais, a gente iniciou gradativamente esse processo de marcação, que inicialmente foi o processo de anilhamento de algumas aves que foram psitacídeos, quando nós conseguimos então a reprodução dessas espécies. E numa outra fase anterior a gente também tentou marcar jacaré com esse tipo de marcação, mas não deu

muito certo, mas sempre a gente buscou esse sistema de marcação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Obrigado, Sr. Oliveira.

A sexta pergunta proferida ao Sr. Oliveira. Com quais instituições o Zoológico de Goiânia realizou permuta de plantel durante a sua gestão?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Olha, eu não poderia afirmar que foram feitas algumas permutas ou algumas doações. A gente teria que averiguar para ver... Eu poderia encaminhar depois se for solicitado quais foram essas permutas ou doações, que no momento eu não me lembro disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor poderia nos informar qual o período da sua gestão no Zoológico de Goiânia?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Meu período no Zoológico de Goiânia, a última gestão foi outubro de 99 a final de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – V.Sa. tem idéia de qual é o plantel atual do Zoológico de Goiânia e quantos animais havia no início e ao final de vossa gestão?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Exatamente é difícil precisar quantos animais existiam no início e no final da minha gestão. O que eu posso afirmar é o seguinte: que o zoológico tem uma capacidade média. Então, a capacidade média de animais do Zoológico sempre, assim, pela... a gente observou por o animal está bem adequado, bem acondicionado, esse número vai variar aí entre 1.100 a 1.300 animais, não pode passar disto, porque, senão, os animais vão estar muito mal acondicionados. Mas eu não me lembro, no final da minha gestão, quantos animais tinha. Mas se buscar isso no censo, certo, de quando eu deixei o Zoológico, logicamente o censo da sociedade do Zoológico deve mostrar quantos animais havia no final de 2000 no Parque Zoológico de Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Obrigado. V.Sa. pode nos informar se a Sra. Maria do Carmo trabalhou no mesmo período em que V.Sa. dirigiu o Zoológico de Goiânia?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Maria do Carmo? Maria do Carmo? Deixa eu lembrar quem que é Maria do Carmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Maria de Lourdes, perdão.

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Não, não, Maria de Lourdes nunca trabalhou comigo no Zoológico de Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O.k., vamos alterar a oitava pergunta em função da... de não baterem os períodos em que o Sr. Olivei-

ra dirigiu o Zoológico e a permanência da Sra. Maria de Lourdes.

V.Sa. considera correta a doação de espécime da fauna a criadores comerciais, sem licitação, ou mesmo sua troca por bens e serviços? Nesse caso, a alegação de dispensa de licitação pura e impossibilidade de concorrência não é por demais “forçados” – entre aspas –, dada a existência no Brasil de inúmeros criadores, inclusive do tipo conservacionista?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Olha, na realidade não é a gente que faz todo esse trabalho, que faz essa doação, que faz tudo isso. Nós temos um excedente, às vezes, no Zoológico, que temos que passar esses excedentes para frente. O Zoológico tem uma capacidade xis de ter determinados animais. Então, nós temos que limitar a esse trabalho e, de repente, disponibilizar até para o IBAMA, para que possa ver o que pode fazer com esses animais, ou doar, ou permutar, o Zoológico, fazer alguma atividade, para que dê boa condição de bem-estar aos animais que lá ficarem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – V.Sa. pode confirmar se no período da sua gestão já existia nos registros do Zoológico de Goiânia o criadouro do Sr. Noel? Caso positivo, se V.Sa. tinha conhecimento de que o criadouro do Sr. Noel comercializava animais em extinção?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – No início da minha gestão já existia o criadouro do Sr. Noel. E não é do meu conhecimento que ele comercializava animais em extinção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Sr. Oliveira, durante a sua gestão, V.Sa. confirma ou nega que o Sr. Noel Lemes Júnior freqüentava o Zoológico de Goiânia e fazia uso de rifles com material tranqüilizante contra animais? Durante a sua gestão, V.Sa. confirma ou nega que o Sr. Noel Lemes Júnior freqüentava o Zoológico de Goiânia e fazia uso de rifles com material tranqüilizante contra os animais?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Olha, na minha gestão, certo, o Sr. Noel... tivemos alguma permuta ou doação, não me lembro, certo? E que os animais foram anestesiados pelo meu... pelo nosso veterinário, do Zoológico, na época, tá? que era o... o médico veterinário que estava atuando na época. E que o Sr. Noel não ficava dando tiro de rifle dentro do Zoológico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Sr. Oliveira, V.Sa., ex-Diretor do Zoológico e hoje criador de animais silvestres, em Guapó, Goiás, desde quando exerce essa atividade? V.Sa. recebeu ou já... V.Sa. recebeu... recebe ou recebeu animais do Zoológico de Goiânia? V.Sa. considera correta, ao menos do

ponto de vista ético, alguém ter sido Diretor do Zoológico e ser hoje dono de criadouros de animais?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Olha, eu sou criador de animais silvestre desde o final de 2002, quando nós começamos a trabalhar com a espécie que a gente achava que era muito difícil, que é a paca, tá? Aí, então, nós conseguimos esses primeiros exemplares, começamos a trabalhar nessa atividade, tá? e nada tínhamos como Zoológico. E receber animais do Zoológico, eu não recebi... nós não recebemos animais do Zoológico, os criadouros. O Zoológico disponibiliza esses animais para o IBAMA, os excedentes. E esses excedentes então vão para os criadouros, tá. Seja... E o IBAMA vai ver se o criadouro pode ou não receber essas espécies, se ele está apto ou não a trabalhar com esses animais, tá. Então, eu acho... eu não acho antiético eu trabalhar, primeiro, eu estou tentando desenvolver a cada dia mais uma atividade, certo, em prol dos animais silvestres. E nós acreditamos ainda que os criadores de animais silvestres vai ser um braço direito, vai ser muito importante, depois que nós terminarmos todo esse trabalho de organização, aumentar o número desses criadouros, vai ser muito importante na preservação das espécies, porque nós estamos vendo a cada dia que passa nossos ambientes a cada dia ser mais degradados, mais picotados. Então, os criadouros, que são e serão muito importantes, certo, na parceria para a preservação de nossas espécies.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Passando a Presidência ao Deputado Casara, para dar seqüência a esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Sr. Oliveira, completando a pergunta de número 11, décima primeira, consulto V..Sa. se seu criadouro recebeu ou não animais do Zoológico de Goiânia.

O SR. WILLIAM PIRES DE OLIVEIRA – Olha, nós recebemos animais originários do Estado de Goiânia destinados pelo IBAMA, certo, não só de lá, mas como também do próprio IBAMA, de apreensão, de vários outras instituições. Por quê? Porque os animais, eles vão chegar ao IBAMA, o IBAMA tem um excedente de animais, tem vários locais que têm disponibilidade, e se nós temos um projeto que pode receber, nós então recebemos eles via IBAMA, mas nunca via direto do Zoológico. Tanto que esses animais são disponibilizados para o IBAMA, e o IBAMA vai ver se eu posso ou não receber aquela espécie animal. Então, animais oriundos do Parque Zoológico de Goiânia foi para o meu criadouro? Foi, por intermédio do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor poderia responder a esta CPI quantos animais nesses últimos 5 anos o seu criadouro recebeu, destinado pelo IBAMA?

O SR. WILLIAM PIRES DE OLIVEIRA – Não, o nosso criadouro, nós começamos o nosso criadouro em 2002, então ele é muito... 2002, 2003 e 2004, né, nós tivemos... e o início de 2005. Nesse tempo, nós já recebemos alguns animais, não posso precisar quantos animais, mas nós temos tudo isso, certo, com guias de IBAMA, tudo direitinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – V.Sa. poderia explicitar para esta Comissão 3 espécies em cima de psitacídeos, de primatas e outras espécies que por ventura tenha recebido? Poderia definir o gênero, pelo menos, de 2 doações dessas que o IBAMA fez ao seu criadouro?

O SR. WILLIAM PIRES DE OLIVEIRA – Ameaçados de extinção? Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Com relação aos psitacídeos, houve alguma doação para o seu criadouro?

O SR. WILLIAM PIRES DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor poderia dizer quais as espécies?

O SR. WILLIAM PIRES DE OLIVEIRA – Precisar todas as espécies que foram doadas para o meu criadouro eu não tenho de cabeça, que são várias espécies que a gente tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – As mais raras.

O SR. WILLIAM PIRES DE OLIVEIRA – Nós temos hoje doações já feitas pelo IBAMA temos ararajuba, nós temos ara macau, que seria mais rara, e o restante são papagaio verdadeiro, do mangue e arara amarela. É o que chega todo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – hyacinthinus ?

O SR. WILLIAM PIRES DE OLIVEIRA – Não, nunca tivemos hyacinthinus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – E primatas?

O SR. WILLIAM PIRES DE OLIVEIRA – Primatas, nós não trabalhamos com primatas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Não trabalham.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Caracídeos?

O SR. WILLIAM PIRES DE OLIVEIRA – Nós não trabalhamos com caracídeos. Nós trabalhamos com outras espécies. Dedicamo-nos mais a psitacídeos, caracídeos e essas outras espécies nós não trabalhamos. Nós temos alguns exemplares de ema, alguns exemplares de paca, mas não primatas e outras espécies.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Muito obrigado, Sr. Oliveira.

Passamos às perguntas de autoria do Deputado Mendes Thame.

V.Sa. acha que foi correta a doação de espécimes da fauna a criadouros particulares? Ah, esta é repetida.

Quantas vezes V.Sa. já esteve no criadouro do Sr. Noel Gonçalves Lemes e quantas vezes ele e seu filho estiveram no Zoológico de Goiânia durante a sua gestão? Quem escolheu as espécies a serem permutadas?

O SR. WILLIAM PIRES DE OLIVEIRA – Normalmente, as espécies permutadas são os excedentes que têm os Zoológicos e aquilo que os Zoológicos têm interesse, de que os Zoológicos necessitam. Normalmente, no Zoológico, a gente tinha uma comissão que fazia essas escolhas de quais animais seriam permutados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O Sr. Noel Gonçalves Lemes, dono do criadouro em Quirinópolis, alegou em depoimento a esta CPI, em 3/5/2005, que a saída de animais do Zoológico de Brasília e de Goiânia se processava no período noturno para evitar que o estresse pudesse colocar em risco a vida dos mesmos. Quando esses procedimentos não eram obedecidos na sua gestão? O número de óbitos chegava a 50%? V.Sa. concorda com essas explicações? Em sua administração, o Sr. Noel atirava... Perfeito. Desconsidere essa última parte. Quanto ao recebimento de animais e óbitos, o senhor concorda com essas explicações?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – É o seguinte: algumas espécies de animais são mais sensíveis, principalmente à temperatura, isso tudo. Então, normalmente a gente deixa para transportar esses animais mais no período noturno, que vai ... que vai o quê? É mais fresco e a ave vai se estressar... o animal vai se estressar muito menos. Mas, muitos animais podem ser transportados a qualquer hora. E a gente transportou durante as gestões, buscando de outros zoológicos do Brasil e mandando, sempre buscamos viajar, às vezes, no período noturno, período mais fresco, para estressar menos o animal porque a viagem transcorria com mais facilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Sr. Oliveira, vamos fazer a última pergunta de autoria do Deputado Mendes Thame. No depoimento feito nesta CPI pela Sra. Maria de Lourdes Rabelo, o senhor e outros Diretores e ex-Diretores do Zoológico de Goiânia foram acusados de enriquecimento ilícito. O que o senhor tem a dizer a respeito? O senhor colocaria espontaneamente à disposição desta CPI a autorização para quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico?

O SR. WILIAN PIRES DE OLIVEIRA – Olha, enriquecimento ilícito, por sermos funcionários, se a gente ficasse enriquecido mexendo com animais silvestres. Então, nós colocaremos à disposição de vocês toda a nossa declaração de Imposto de Renda, no momento que quisessem, para que pudessem averiguar e ver se realmente existe algum enriquecimento ilícito no instante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Sr. Wilian, esta Comissão agradece-lhe a presença. Muito obrigado pela participação. Gostaríamos que V.Sa. aguardasse na Secretaria, até a conclusão. E convidamos novamente, neste momento, o Sr. Fernando Silveira para tomar assento à mesa e checar algumas informações. *(Pausa.)*

Neste momento, gostaria de agradecer ao Sr. Fernando Silveira a presença, porque vamos fazer, por uma questão de necessidade de apuração, que V.Sa. pudesse aguardar na Secretaria. Vamos dar por encerrada esta etapa, vamos dar por suspensa esta reunião, solicitando que permaneçam nesta sessão apenas os Deputados e os funcionários da Comissão para que possamos transformá-la em sessão reservada.

Convoco, assim, a Sra. Maria de Lourdes como primeira depoente a tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS,
A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE
MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 25ª reunião ordinária realizada em 25 de maio de 2005

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 8 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Hamilton Casara. Compareceram os Deputados Henrique Afonso, Leonardo Monteiro e Luiz Bittencourt – titulares, e Arnaldo Faria de Sá – suplente. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Benedito de Lira, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Ribamar Alves, Dr. Rosinha, Francisco Garcia, Gervásio Oliveira, João Carlos Bacelar, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Maria Helena, Moacir Micheletto, Nilson Pinto, Perpétua Almeida, Robson Tuma, Sarney Filho e Zico Bronzeado – titulares, e Badu Picanço, Dr. Rodolfo

Pereira, Edson Duarte, Fernando Coruja, Miguel de Souza, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra (licenciado), Thelma de Oliveira e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 24ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimento, esta Comissão reuniu-se para oitiva do Sr. Megaron Txucarramãe – Cacique e Chefe do Posto da FUNAI em Colider/MT, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou o Sr. Megaron Txucarramãe para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. O Sr. Presidente facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Sr. Presidente) e Hamilton Casara, solicitando à testemunha que encaminhasse documento a esta Comissão, no prazo de 7 (sete) dias. B – Apreciação de requerimentos: Os requerimentos constantes da ordem do dia não foram apreciados. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às onze horas e trinta e um minutos. E para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais silvestres, plantas e a exploração do comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontra-se sobre a bancada cópias da ata da 24ª Reunião.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em virtude da aprovação do requerimento de autoria do Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para a oitiva da seguinte testemunha: Sr. Megaron Txucarramãe, Cacique e Chefe do Posto da FUNAI em Colider, Mato Grosso.

Convido o Sr. Megaron Txucarramãe a tomar assento à mesa. (Pausa.)

Solicito ao Sr. Megaron Txucarramãe que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. (Pausa.)

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto à testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal:

“Art. 342 – *Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha.*”

Pena: Reclusão de 1 a 3 anos e multa.”

Com a palavra o Sr. Megaron Txucarramãe, por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Deputados.

Com a palavra o Sr. Megaron.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eu estou surpreso de estar aqui, porque eu não sei do que se trata, não sei do que estão falando, não sei o que eu vou escutar aqui. Eu aguardo aqui a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Muito obrigado, Sr. Megaron. O senhor está sendo convocado a esta CPI em função do requerimento, de autoria do Deputado Sarney Filho, que requer seja convocada V.Sa. para que preste seus esclarecimentos, com a seguinte justificativa: “*Esta CPI recebeu denúncias acerca de irregularidades na doação pelo IBAMA, em meados de 2003, de cerca de 66 mil metros cúbicos de mogno, extraídos ilegalmente nos anos anteriores, à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, intitulada FASE, e por entendermos que as referidas pessoas podem ter informações importantes para auxiliar os trabalhos desta Comissão no que tange à apuração da citada irregularidade.*”

Então, por essas razões, através deste requerimento de autoria do Deputado Sarney Filho, é que esta Comissão convidou V.Sa. para que prestasse alguns esclarecimentos.

Tendo declinado já da palavra e se colocado à disposição desta Comissão, passamos a ler as perguntas, uma a uma, para que V.Sa. possa respondê-las ou não. Registramos, Sr. Megaron, que as perguntas que serão feitas a V.Sa. são de autoria do Deputado Sarney Filho, que é Relator desta CPI.

Primeira pergunta: “*Há quanto tempo V.Sa. trabalha no posto da FUNAI, em Colider? V.Sa. trabalhou em algum outro lugar antes?*”

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Antes de eu trabalhar em Colider, eu trabalhei aqui em Brasília, como administrador da Administração Regional do Xingu. Eu morava no Xingu, então, fui Diretor do Parque

Indígena do Xingu e fui administrador do Parque Indígena do Xingu, de 84 a 95. De 95, eu fui pra Colíder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Muito obrigado, Sr. Megaron.

Segunda pergunta: “*V.Sa. acredita que, durante o processo de doação do mogno à entidade FASE, houve algum tipo de fraude?*”

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Como não é da minha área, eu não tenho conhecimento, porque essa madeira que foi doada para FASE foi no Município de Altamira. Então, eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Muito obrigado, Sr. Megaron.

Terceira pergunta efetuada pelo Relator desta CPI, Deputado Sarney Filho: “*V.Sa. pode explicar que benefícios couberam às comunidades indígenas com a venda do mogno? Quantas comunidades indígenas lucraram com a venda da madeira?*”

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não tenho conhecimento porque a FASE é uma ONG; nós não temos acesso, nós não conhecemos essa ONG. Não sei como é que ele fez com esse dinheiro. Eu não posso falar que nós temos acesso à FASE. Não sei como é que ele fez, se ele está beneficiando alguma comunidade lá do Município de Altamira. Então, eu não posso falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – “*V.Sa. confirma que comunicou a FUNAI/Brasília que não queria que a empresa Cikel serrasse o mogno, mediante o Ofício nº 43/04? V.Sa. indicou a empresa Bianchini? Por quê?*”

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Bianchini... Bianchini... Eu não lembro desse meu ofício, eu não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Quinta pergunta: “*V.Sa. pode-nos informar quais os compradores americanos que V.Sa. e o Sr. ‘Chicão’ indicaram para a comercialização do mogno, em vez da empresa FASE? Houve concordância da FUNAI?*”

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eu procurei a empresa americana para comprar mogno? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Sim.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não, eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Outra pergunta: “*V.Sa., em algum período, já saiu do Brasil para comercializar madeiras oriundas de terras indígenas?*”

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eu, não. Eu não mexo com madeira, eu não me envolvo com madeireiro, eu não me envolvo com madeira, nunca

fiz com contrato, nunca procurei madeireiro para fazer uma coisa dessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Oitava pergunta: “*V.Sa. e seu assessor ‘Chicão’ já estiveram na Cikel do Rio de Janeiro? Qual o motivo da viagem?*”

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – A Cikel? Não. Eu fui... Eu fui numa empresa, eu fui numa empresa que era de Canadá. Eu não lembro o nome da empresa. Mas não é Cikel. Eu nunca fui na Cikel, não me envolvo com Cikel, nunca procurei Cikel, mas eu fui numa empresa canadense. Eu não sei o nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – V.Sa. poderia relatar a esta CPI qual o motivo da sua viagem juntamente com seu assessor Chicão?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Bom, eu fui procurar essa empresa, porque Marina Silva me deu esta carta para eu procurar uma empresa para juntar uma madeira que... Na época, meus parentes, lideranças da aldeia, tinham contrato com madeireiro, quando o Governo proibiu exportação de mogno, o madeireiro largou, abandonou madeira, mogno no mato, na nossa área. Mandei uma carta para Marina Silva, e Marina Silva, através de um assessor dela, mandou esta carta para mim, para eu procurar a empresa, procurar IBAMA, procurar FUNAI para pedir que junto a essa madeira, medir essa madeira e doar para os kayapós. Eu fui atrás dessa empresa pra isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor poderia informar qual o nome da empresa que o senhor procurou?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eu não lembro o nome da empresa. Eu sei que é uma empresa canadense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor poderia deixar uma cópia desse documento?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Pode tirar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor pode citar o nome de alguma das empresas citadas neste momento por V.Sa. que deixaram a extração de madeira?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não. Não tem nenhuma empresa que eu procurei para tirar madeira. Eu fui procurar a empresa pra tirar madeira que madeireiro abandonou quando o Governo proibiu o mogno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Certo. O senhor poderia citar alguns dos madeireiros que abandonaram a extração? O senhor recorda de algum deles?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eu não tenho... porque eu não me envolvia com madeireiro. Eu só entrei nesse... Eu só entrei depois que o mogno foi abandonado, pra não perder... pra minha comunidade não perder essa madeira. Achei que eu podia entrar em contato com o IBAMA, com a FUNAI, com o Ministério do Meio Ambiente pra ver se ajuda tirar essa madeira. Eu não tenho conhecimento, eu não tenho envolvimento com madeireiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor poderia nos responder se o seu assessor, o Chicão, ainda trabalha lhe assessorando?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Trabalha em Colíder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Sob as suas orientações?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Trabalha comigo. Eu não oriento, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Perfeito. Muito obrigado. Sr. Megaron, o assunto que nós falamos acerca da extração de mogno, eu queria ler, aqui, um documento para ver se V.Sa. se recorda de algumas passagens.

Memorando Conjunto nº 01, de 2004, da CGFIS, do IBAMA, aos Diretores Flávio Montiel e Antônio Carlos Hummel:

“Senhores Diretores, encaminhamos, em anexo, denúncia apresentada pela Administração Regional da FUNAI em Colíder sobre irregularidades praticadas pela Cikel no processo de serragem da madeira doada à FUNAI em São Félix do Xingu, Pará.

A área onde as toras foram apreendidas é de jurisdição da regional da FUNAI em Marabá, Pará, contudo, tendo sido constante a presença do Sr. Megaron nas discussões e até decisões sobre esta doação.

A denúncia foi entregue durante reunião realizada no dia 07/04 com os representantes da FUNAI: José Borges, Francisco (Chicão), Megaron e o cacique Bep Kun. Após alguns questionamentos, o Sr. Megaron relatou que o Kayapó conhecido como ‘Mundico’ vendeu 405 toras para alguém que disse ser da empresa Cikel e que as toras teriam sido levadas para São Félix do Xingu. Eles não puderam afirmar quem foi essa pessoa que comprou as toras. No mesmo momento, entramos em contato com o Sr. Manoel Pereira, diretor da empresa Cikel, que disse a todos na reunião que seu pessoal tinha autorização de buscar os lotes doados somente com a presença de alguém da FUNAI, que desconhecia as denúncias e que iria apurar imediatamente. Todos concordaram em marcar uma reunião para o dia 27 de abril, em Brasília, incluindo os responsáveis de campo.

Na primeira semana de abril, representantes da empresa Bianchini e Serafim, uma das empresas que trabalhava com mogno no passado, estiveram no IBAMA checando pendências do órgão. O Sr. Megaron e o Sr. José Borges cogitaram que queriam substituir a empresa Cikel pela empresa Bianchini e Serafim.

O IBAMA de Marabá, no Pará, está levantando toda a documentação referente a movimentação de madeira pertinente à doação e enviando equipes para São Félix do Xingu e Tucumã, ambos no Pará, para investigar o caso e realizar auditoria nas empresas arrendadas pela Cikel, bem como fiscalizar as demais serrarias.

Sugerimos que os senhores levem as informações ao conhecimento do Presidente do IBAMA. Informamos que o assessor da Ministra Marina Silva, Sr. Carlos Vicente, esteve reunido ontem para conhecer o assunto e definir os passos a serem tomados.

Atenciosamente, Marcelo Marquesini, Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental do IBAMA, e Cristina Galvão Alves, Coordenadora-Geral de Gestão dos Recursos Florestais do IBAMA”.

Com relação a essa conversa relatada pelo Sr. Marcelo Marquesini e a Sra. Cristina, referindo-se ao vosso nome, o senhor tem algo a declarar a esta CPI?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Bom, quando a FUNAI fez contrato com a Cikel... Não, deixa eu falar para vocês. Quando o Governo proibiu o mogno, quando o madeireiro saiu tudo da área kayapó, as lideranças kayapós se reuniram e falaram que não queriam mais nem escutar “madeira”, nem queria falar mais de madeira, madeireiro, porque estava tendo uma briga entre nós, índios. Então, eles fizeram um acordo, dizendo que não queriam mais falar de madeira. Nós esquecemos madeira. Mas depois o IBAMA mandou carta para nós, através da FUNAI, que tinha madeira apreendida em São Félix, mogno apreendido pelo IBAMA em São Félix do Xingu. Lá mesmo em São Félix, em um lugar chamado Pé do Morro, eles tinham esse mogno para doar, doar para os caras pobres. Chamaram nós, as lideranças, eu trouxe as lideranças. Cheguei aqui em Brasília, chegaram as lideranças da administração de Redenção, e eu trouxe a liderança da administração de Colíder. O IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente e a FUNAI fizeram reunião conosco. Primeiro com a liderança de Redenção, que não queria receber a doação desse mogno. Eles foram embora. Aí, nós entramos na reunião. Então, na reunião, o pessoal explicando, o pessoal do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente e a FUNAI explicando sobre a doação desse mogno. As lideranças aceitaram receber essa doação. Bom, depois que as lideranças aceitaram essa doação de

mogno, a FUNAI começou a fazer contrato. Não fomos nós que escolhemos as empresas Cikel. Não foi a liderança que escolheu empresa Cikel, foi o próprio, acho, que a própria FUNAI, IBAMA e Ministério do Meio Ambiente. Então, fizeram contrato com a Cikel para cerrar esse mogno, vender esse mogno e dar uma parte do dinheiro para os kayapós. Eu não sei qual é o valor. Eu não posso falar que o valor que a Cikel doou para a FUNAI ou repassou para a FUNAI, porque esse dinheiro é repassado para a FUNAI na renda indígena. Então, senhores, quando o Cikel começou a trabalhar, começou a cerrar esse mogno em Tucumã, na cidade de Tucumã e em São Félix, tinha outras madeiras, mognos, jangadas para cima do... no Rio Xingu. Nós pedimos para que o IBAMA e a FUNAI fossem lá medir e ver como é que nós podíamos fazer para levar esses mognos, essas jangadas para São Félix do Xingu. E quando essa denúncia que está escrita aí, quando a jangada estava descendo lá para o Xingu, eu acho que aí é que entrou o Cacique Mundico, que vendeu esse mogno, essa jangada. Então, a gente denunciou essa parte dessa jangada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– Ele vendeu para quem, para que empresa?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não sei, eu não posso falar, porque eu sou daqui de Mato Grosso, de Colíder, ele é lá de São Félix, muito distante. Eu não tinha pessoas para acompanhar ou estar lá junto para ver para quem ele vendeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– Sr. Megaron, V.Sa. fala que a Ministra Marina Silva teria lhe entregue esta carta indicando a empresa para comercializar o mogno. Apenas para registro desta Comissão, da assessoria desta Comissão, queremos registrar que este documento entregue por V.Sa. é assinado pelo Sr. Basileu Alves Margarido Neto, Chefe do Gabinete da Ministra. No entanto, na sua escrita, ele versa apenas da informação de como deve se processar e fala da criação do grupo de trabalho que deverá dar os indicativos para a comercialização e a doação da madeira. Ele não registra – apenas para registro desta Comissão, para que nós possamos ter clareza das informações –, neste documento entregue por V.Sa, nos seus parágrafos, não tem a indicação da empresa dita por V.Sa. pela Ministra Marina Silva. Apenas para registro da Comissão. *(Pausa.)* Apenas para registro do que foi colocado, para que nós possamos ter as informações claras. *(Pausa.)*

Dando continuidade às perguntas: *“V.Sa. poderia relatar a esta CPI como se processa uma extração ilegal de madeira dentro da reserva indígena?”*

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– O senhor pode nos relatar, nos falar como ocorre a extração ilegal de madeira nas terras indígenas?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Bom, quando o mogno não era proibido, algumas lideranças, algumas comunidades kayapós faziam contrato com o madeireiro do Pará. Aí, esses madeireiros tiravam a madeira, mas não tinha controle da FUNAI, não tinha controle do IBAMA. Eles tiravam muita madeira, acho que ilegal, mas, como eu estou falando aqui, eu não tenho envolvimento com madeireiro. Eu nunca participei de um contrato de madeireiro com liderança. Eles que faziam lá e eles que faziam e levavam madeireiro para dentro da área. Então, eu não tinha, eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Sr. Megaron, quem é que levava os madeireiros para dentro da área?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Algumas lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– O senhor poderia dar o nome de algumas?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Algumas lideranças como está escrito aí: Mundico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Mundico.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Quase todas as lideranças kayapós. Quase tudo eram as lideranças kayapós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– E os madeireiros que iam para lá, o senhor lembra do nome de algum deles?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eu me lembro só de um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – De qual?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Osmar Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Osmar Ferreira.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– *“Quem orienta V.Sa. tecnicamente nas tomadas de decisão quanto à comercialização de madeiras provenientes da reserva indígena?”*

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Quem me orienta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – É.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eu tenho um grupo que trabalha comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor poderia dar o nome?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Tem Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Francisco, o Chicão?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – É, o Chicão. Tem Luís Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Luís Carlos.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Mas o Luís Carlos trabalha mais na atividade produtiva. Ele não se envolvia com o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Na extração?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Na produtiva? Em que atividade produtiva?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Atividade produtiva, assim projetos de plantação de alguma coisa nas aldeias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Certo.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Ele orientava o pessoal lá para plantar roça de mandioca, roça de banana, de milho, de arroz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Certo.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Essas coisas. Agora, ele nunca falou, nunca se envolveu com... Agora, quem fala mais é o Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O Chicão, não é?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – É, o Chicão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Porventura o Chicão lhe acompanha nesta audiência?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não, algumas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Ele, neste momento, ele se encontra?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não, não está aqui não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Não. Uma próxima pergunta, Sr. Megaron: *“V.Sa. poderia explicar quais as providências tomadas com relação ao carregamento de 405 toras de mogno entregues ilegalmente pelo índio Mundico Kayapó à Cikel, em São Félix do Xingu?”*

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eu não posso falar, porque eu não vi, eu não estava lá, eu não sei se ele entregou, eu não sei. Alguém que estava lá é que tem que explicar. Estava lá o pessoal da FUNAI. Tinha funcionário da FUNAI lá para ver isso, para

acompanhar o trabalho da Cikel: Ronaldo, Enoque... da minha administração. Foram lá para acompanhar o trabalho da serragem do mogno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O Sr. Enoque e o Sr. Ronaldo trabalham com...

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eles são chefes de posto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Chefes de posto.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – É, chefes de posto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Estavam lá para acompanhar a serragem na empresa Cikel?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Do mogno da Cikel, assim como o pessoal daqui da sede da FUNAI, o Seu Antenor, o Seu Ramed(?) ... Eles que acompanhavam esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Então o senhor tinha conhecimento de que a FUNAI e o IBAMA acompanhavam... tinham conhecimento dessa serragem da madeira apreendida pela empresa Cikel?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eu acompanhei um pouco. Acompanhei de longe, mas acompanhei. Quem foi lá para estar junto lá, para ficar lá junto para fiscalizar, para estar lá junto, esses chefes de posto e os funcionários daqui de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Essas 405 toras que o Sr. Mundico teria entregue à Cikel, o senhor soube quando disso? Durante a entrega, antes ou depois?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não. Eles me denunciaram, mandaram... Esse pessoal que trabalha lá denunciou, falou, mandou falar para nós que estava sendo entregue essa madeira para a Cikel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Pelo Sr. Mundico.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Esse documento foi assinado por quem? Pelo Sr. Ronaldo e o Sr. Enoque ou...

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Ronaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor tem cópia desse documento?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não tenho. Neste momento, aqui, eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Mas lá no posto da FUNAI o senhor tem isso?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Vocês mandaram falar para mim que eu vinha aqui dia 31...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Não tem problema, o senhor pode...

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – ... de repente vocês mandaram me chamar aqui. Eu não estou preparado, não estou com a documentação toda aqui para ajudar vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Não tem problema. O senhor pode entregar posteriormente a esta audiência o documento. Apenas queria confirmar se o senhor tem esse documento...

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – ... no escritório da FUNAI, lá em Colíder.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Em Colíder tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Tem, não é?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O.K. Bem, eu gostaria que o senhor encaminhasse, no prazo de 7 dias, de uma semana, esse documento a esta CPI, tá?

A próxima pergunta, Sr. Megaron: *“V.Sa. sabe se houve carregamentos de mogno para exportação, em dezembro de 2004, com termos de doações homologados pela FUNAI e pelo IBAMA?”*

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não sei, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Próxima pergunta: *“V.Sa. fechou algum negócio com a empresa Follmann e Follmann? Em caso positivo, quem era o japonês negociador e qual o objeto do negócio?”*

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Bom, essa empresa aí, eles queriam aproveitar a madeira resíduo, aquele pedaço de mogno que foi serrado e que eles jogavam. Então essa empresa aí queria pegar essa madeira, esse resto de madeira. Por isso que eles foram procurar nós, para pegar... para ver se eles podiam pegar essa madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Mas conseguiram... Tratava-se de aproveitamento de restos de madeira, não é?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Conseguiram fechar algum carregamento?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Não teve nenhuma exportação.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – V.Sa. tem informações sobre as atividades da ONG

Amazon, presidida pelo Sr. Roosmalen, na Reserva Indígena do Xingu?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Neste momento vamos suspender por 5 minutos a sessão. Voltamos em seguida. *(Pausa.)*

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Reabrindo os trabalhos, quero saudar aqui o nosso amigo Deputado Henrique Afonso, do PT do Estado do Acre, e consultar o Deputado Henrique Afonso se ele gostaria de usar a palavra e fazer alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Bem, dando continuidade, eu gostaria, mais uma vez, de perguntar ao Sr. Megaron.

Há quantos anos, Sr. Megaron, o Sr. Francisco, vulgo Chicão, trabalha com V.Sa.?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Trabalha há 10 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Há 10 anos. V.Sa. poderia – mais uma vez repito que estas fazem parte das perguntas relatadas pelo Deputado Sarney Filho –, poderia citar para esta CPI quais os benefícios que a comunidade kayapó teve com a doação desse mogno?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Desse mogno que a Cikel serrou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Sim.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Até agora, nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Até agora, nada.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não. Até agora, o kayapó não recebeu, não viu dinheiro. O dinheiro está na renda indígena, aqui na FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Sr. Megaron, qual o motivo da solicitação sua para que fossem mudadas as empresas, entre a Cikel e a empresa Bianchini?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Bom, eu não conheço bem como que trabalha a empresa, madeireira. Não tenho envolvimento com os madeireiros, mas achava que a empresa Bianchini... Bianchini, não é? A Bianchini é uma empresa que procurou a gente, procurou lideranças, e eles queriam se propor para pegar essa madeira, para serrar e vender e dar retorno para a comunidade. Por isso que a gente pediu para que trocassem, mas não trocou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – A empresa Bianchini, ela já trabalhava com os kayapós serrando o quê? Mognos? Cerejeiras?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não, nunca trabalhou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Não.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não, nunca trabalhou, e eles são da cidade que chama Alta Floresta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Alta Floresta, no Mato Grosso.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – É, Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor lembra do nome do dono da empresa Bianchini?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não lembro não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Do gerente?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Não sei o nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Quem foi a pessoa que fez contato da empresa Bianchini com o senhor?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eu não lembro. Eu não lembro quem que fez contato, porque eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Foi quando esse contato?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Acho que quando começou a doação dessa madeira, mogno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Mais ou menos em que mês?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Acho que no mês de... Bom, a doação foi... Eu vim aqui várias vezes... Eu não lembro a data, não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Esse contato foi lá em Colíder ou foi em São Félix?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Em Colíder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Em Colíder.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Colíder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Estava o senhor e quem mais lá dos kayapós?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eles foram até na nossa sede. Eles foram lá na FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Na FUNAI. Estava o senhor e quem mais?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eu não procurei, eu não... Eu não me envolvo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Eles foram lá.

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Eles foram lá na FUNAI. Eu não procuro, eu não procuro essa gente, eu não sei procurar gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Além da sua pessoa, qual outra pessoa que estava, da FUNAI?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Estava das lideranças, estavam todas as lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Quais eram essas lideranças?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Mekranotê(?), (*ininteligível*), Capoto e (*ininteligível*). Essas são lideranças de 4 aldeias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – De 4 aldeias. E da FUNAI, quem estava?

O SR. MEGARON TXUCARRAMÃE – Estava só da nossa administração: o Chico, Chicão, o Luís e eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Obrigado. Eu pergunto à assessoria se tem alguma questão a acrescentar. (*Pausa.*)

Bem, Sr. Megaron, vamos passar à última pergunta, que está sendo neste momento elaborada pela assessoria desta CPI. Após isso, vamos dar por encerrados os trabalhos. (*Pausa.*)

Bem, anunciando que as perguntas são duplicidade já das perguntas constantes da lista encaminhada pelo Deputado Sarney Filho, consideramos já as perguntas efetuadas ao Sr. Megaron.

Desta maneira, agradecemos a colaboração da assessoria desta CPI.

Desta forma, agradecemos a presença das testemunhas, dos Sr. Parlamentares, particularmente aqui do Deputado Henrique Afonso, dos senhores assessores e demais presentes.

Declaro encerrada a presente reunião, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a ser realizada no dia 31 de maio, às 14h, no Plenário nº 5.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES
BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO
ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 26ª reunião ordinária realizada em 31 de maio de 2005

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopira-

taria no país”, no plenário nº 5 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto, Perpétua Almeida e Josué Bengtson – Vice-Presidentes, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Rosinha, Hamilton Casara, Maria Helena, Neyde Aparecida, Robson Tuma, Sarney Filho e Zico Bronzeado – titulares, e Arnaldo Faria de Sá, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Fernando Coruja, Pastor Reinaldo e Thelma de Oliveira – suplentes. Compareceu também o Deputado Leonardo Monteiro. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Dr. Ribamar Alves, Francisco Garcia, Gervásio Oliveira, Henrique Afonso, João Carlos Bancelar, Leandro Vilela, Luiz Bittencourt e Nilson Pinto – titulares, e Badu Picanço, Miguel de Souza, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes.

ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 25ª reunião, que foi aprovada sem observações.

ORDEM DO DIA:

A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes pessoas: Srª Cristina Galvão Alves – Coordenadora Geral de Gestão de Recursos Florestais do IBAMA; Sr. Francisco das Chagas Rocha – Funcionário da FUNAI em Colider/MT; Sr. Antenor Gonçalves Bastos Filho – ex-Consultor da UNESCO à disposição da FUNAI; e Sr. Paulo Henrique Borges de Oliveira Júnior – Assessor do Presidente do IBAMA, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou a Senhora Cristina Galvão Alves para tomar assento à mesa e solicitou aos demais convocados que se ausentassem do plenário, aguardando o momento de seu depoimento. Por ter sido convocada como testemunha, solicitou que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados, passando-lhe a palavra. Tendo declinado do tempo concedido, formularam perguntas à testemunha os Deputados Sarney Filho (lidas pela Dep. Thelma de Oliveira), Dr. Francisco Gonçalves, Thelma de Oliveira e Antonio Carlos Mendes Thame, que entregou as perguntas à Srª Cristina Galvão Alves, solicitando que a mesma as respondesse e anexasse alguns documentos, enviando à CPI no prazo de 10 (dez) dias. O Sr. Presidente convidou o Sr. Francisco das Chagas Rocha para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. A Deputada Thelma de Oliveira assumiu a presidência dos trabalhos. A Srª Presiden-

te facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Declinando do prazo concedido, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pela Srª Presidente) e Antonio Carlos Mendes Thame que reassumiu a presidência dos trabalhos. O Sr. Presidente convidou o Sr. Antenor Gonçalves Bastos Filho para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal, facultando-lhe o prazo de 20 minutos, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pela Dep. Thelma de Oliveira) e Antonio Carlos Mendes Thame. O Sr. Presidente convidou o Sr. Paulo Henrique Borges de Oliveira Júnior para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal, facultando-lhe o prazo de 20 minutos, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Declinando do tempo concedido, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pela Dep. Thelma de Oliveira) e Antonio Carlos Mendes Thame, que solicitou à testemunha que encaminhasse documento a esta CPI, no prazo de 3 (três) dias.

B – Apreciação de requerimentos: 1) – **REQUERIMENTO Nº 59/05** – da Srª Perpétua Almeida – que “requer a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Senhor Valdemir Kramer”. Retirado de pauta. 2) – **REQUERIMENTO Nº 82/05** – do Sr. Hamilton Casara – que “requer seja solicitado à Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA, o censo geral dos animais existentes nos Zoológicos e Criadouros em todo Território Nacional, qualificando os registros por Zoológicos e categorias de Criadouros, bem como o demonstrativo do fluxo de movimentação de entrada e saída de animais e óbitos”. Em votação, foi aprovado o requerimento. . **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e cinquenta e três minutos. E para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 25ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES

– Sr. Presidente, dispensamos a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Obrigado.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

O Deputados que a aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Deputada Thelma de Oliveira, convidada pelo Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, substituí-lo-á, em função da impossibilidade de o Relator hoje comparecer a esta audiência em sua integridade.

Em virtude da aprovação de requerimentos de autoria do próprio Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, esta Comissão se reúne hoje para ouvir a Sra. Cristina Galvão Alves, Coordenadora de Gestão de Recursos Florestais do IBAMA; o Sr. Francisco das Chagas Rocha, funcionário da FUNAI em Colíder, Mato Grosso; o Sr. Antenor Gonçalves Bastos Filho, ex-consultor da UNESCO, à disposição da FUNAI; o Sr. Paulo Henrique Borges de Oliveira Júnior, Assessor do Presidente do IBAMA.

Como se trata de depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme dispõe o art. 210 do Código de Processo Penal.

Convido inicialmente a Sra. Cristina Galvão Alves a tomar assento à mesa e convido as demais testemunhas de hoje a aguardarem na sala da Secretaria desta CPI.

Solicito à Sra. Cristina Galvão que tome assento à mesa e que preste o juramento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo à testemunha que o art. 342 tipifica o crime de falso testemunho como fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, e comina a esse crime a pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra a Sra. Cristina Galvão Alves para, se lhe aprovar, utilizar da palavra por até 20 minutos ou, se preferir, passar diretamente às perguntas dos Deputados.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Pode passar diretamente às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra a nobre Deputada Thelma para, inicialmente, fazer as perguntas do Sr. Relator.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Sra. Cristina Galvão, uma série de perguntas nós iremos fazer. Notícia veiculada no *Correio Braziliense* de 03/05 aponta que o plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal está apenas engatinhando, uma vez que, das 19 bases de operação previstas, apenas 4 estão em funcionamento. O que V.Sa. tem a declarar sobre esse atraso? Quais são as bases já em operação? Estão instaladas em sedes próprias ou alugadas?

Esta Comissão de Biopirataria recebeu denúncia de que uma das bases, a de Novo Progresso, no Pará, está instalada em área pertencente ao Sindicato dos Madeiros daquele Município e que as chaves dela encontram-se de posse de madeiros locais. V.Sa. confirma ou desmente tal denúncia?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Existe realmente um atraso da execução do plano de combate e prevenção ao desmatamento como um todo. Realmente, as 19 bases não estão todas elas em operação. Eu não saberia dizer aqui quais são exatamente as que já estão em operação, porque isso está sob a coordenação direta de uma outra diretoria, a Diretoria de Proteção Ambiental – posso dar uma olhadinha pra responder? –, e não saberia dizer também porque não está a cargo da área de minha responsabilidade no IBAMA a contratação das bases locais e onde elas se localizam.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Essa de Novo Progresso, especificamente. Não sei onde ela está localizada e qual o contrato e onde ela se localiza.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – A legislação atual permite que o IBAMA possa estabelecer termos de cooperação técnica com Estados Membros para gestão florestal. No entanto, esta Comissão recebeu denúncia de que alguns Estados, como é o caso do Acre, estão repassando tal atribuição aos Municípios, o que não é permitido. Como, então, explicar diversas autorizações de desmate, queima controlada e utilização da matéria-prima florestal fornecida pela Prefeitura Municipal de Feijó, no Acre, a partir de janeiro do corrente, das quais esta Comissão possui cópia? Que atitude V.Sa. pretende tomar com base nesta denúncia?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – É de desconhecimento da Coordenação-Geral a ocorrência, a emissão dessas autorizações, e se fosse de interesse desta CPI nós poderíamos receber cópias desses

documentos e reunirmos, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, o Governo do Estado do Acre e o IBAMA, para discussão de como esse repasse foi feito, bem como discussão do termo de cooperação técnica estabelecido entre a União e o Estado do Acre. Eu desconheço, até o momento, a emissão dessas autorizações e não recebi nenhum documento formal, com cópia, mostrando a realização dessas atividades. Seria extremamente importante que a gente recebesse para, então, estudarmos e apurarmos e levarmos ao conhecimento também das instâncias superiores, tanto dentro do próprio IBAMA como no Ministério do Meio Ambiente.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – O que V.Sa. tem a declarar a respeito de notícia veiculada no *Jornal do Brasil*, no final de fevereiro, início de março do corrente, sob o título – abre aspas – “Somem 15 milhões de dólares em madeira sob guarda do IBAMA” – fecha aspas –, de que cerca de 48 mil metros cúbicos de árvores derrubadas ilegalmente em terras indígenas e apreendidas em várias operações de fiscalização do IBAMA ao longo dos anos de 2002 e 2003, no oeste do Estado do Pará, teriam desaparecido?

Segundo se noticiou, o desaparecimento da madeira foi constatado pelos Procuradores do IBAMA, que, em setembro de 2004, entregaram relatório constatando que os lotes teriam sido comprados por 4 madeireiras de Santarém e armazenados na Serraria Internacional Madeiras Ltda. e em galpões de outros 2 empresários do setor: Paulo Pombo Tocantins e Elias Salame da Silva.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Eu posso informar que a destinação, a apreensão é atribuição de uma outra área do IBAMA, a de fiscalização ambiental, e que essa denúncia teve como resultado um processo interno de apuração, do qual o resultado final eu desconheço, por ser uma atividade finalística de outras áreas e não diretamente relacionada às minhas atividades do IBAMA. Isso teria que ser levantado e pesquisado internamente, junto a outras diretorias do IBAMA.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – É. Essas madeireiras, todas essas madeiras, várias operações suscitaram em termos de autos de infração e termos de apreensão, e essa madeira toda, essas diferentes empresas são citadas nesse processo como as autuadas e que teriam a sua madeira apreendida. Mas, especificamente, o destino, quanto foi preso em cada madeireira, como que ela foi apreendida e a descrição de como o IBAMA está averiguando o sumiço, o desaparecimento dessa madeira, eu não teria como informá-la, porque é uma atividade de outra área finalística. O IBAMA está apurando essas informações, mas

a Diretoria de Proteção Ambiental e a Procuradoria-Geral do IBAMA que trabalham diretamente com essa questão de apuração de fatos ligados a denúncia de bens apreendidos, destinação.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – V.Sa. poderia discorrer, de forma sucinta, sobre o Fundo DEMA? Saberá precisar o quantitativo de recursos desse fundo aplicados no Banco da Amazônia – BASA e provenientes da exportação de mogno? Quais projetos sociais foram implantados por meio da FASE? Poderia explicar a razão de não existirem representantes de órgãos federais no conselho gestor do fundo?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – O Fundo DEMA, ele é um desdobramento da aplicação dos recursos provenientes da doação do mogno efetuada pelo IBAMA à FASE.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Eu não tenho aqui o montante total desses recursos, mas sei que todas essas informações estão disponíveis no site da FASE, que recebeu essa doação, processou essa madeira. E lá tem, também, o relatório de quais são os processos, os projetos que estão sendo apoiados e estão sendo aplicados os recursos deste fundo. Eu não sei qual é a razão de não existirem os representantes do órgão federal nesse conselho gestor. Isso deve estar apresentado no regimento ou na justificativa que cria este fundo. Não teria como responder qual é essa razão.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Quinta pergunta: qual é o vínculo contratual de V.Sa. com o IBAMA? Onde trabalhou antes? E em que período V.Sa. trabalhou na Cikel Brasil Verde Sociedade Anônima?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Eu sou... Meu vínculo com o IBAMA é nomeação, via portaria ministerial. Eu tenho Cargo em Comissão de DAS-4. Antes, eu trabalhei no projeto ProManejo, um dos projetos do PPG7, chamado Projeto de Apoio a Manejo Florestal na Amazônia, durante 3 anos, e eu nunca fui funcionária da empresa Cikel Brasil Verde.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sexta pergunta: o que V.Sa. tem a declarar sobre a doação à FASE, em 2003, de 66 mil metros cúbicos de mogno, extraído ilegalmente e apreendido no Município de São Félix do Xingu, no Pará? Por que aquela ONG foi a escolhida? Não deveria ter havido licitação pública ou ampla divulgação, para que outras ONGs pudessem participar do processo? Como explicar que o contrato tenha sido assinado, em evidente descumprimento aos mandamentos da Lei de Licitações, com a madeireira Cikel Brasil Verde, uma contumaz infra-

tora junto ao IBAMA – já havia pago a este mais de 50 mil reais em multas –, e registrada no Cadastro de Inadimplentes do CADIN/BACEN desde 13/3/2002? Na ótica de V.Sa., houve descuido do órgão ao proceder ao levantamento de informações dessa empresa ou houve pressão política para que a citada madeireira viesse a desenvolver atividades no processo de doação da madeira?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Bom, o processo de doação, ele foi objeto de uma análise realizada por um grupo de trabalho instituído via decreto presidencial, que envolveu vários técnicos do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente. A discussão de não haver um processo de licitação pública, e sim a doação, ela está toda descrita nesse relatório, que nós podemos disponibilizar. Até uns tempos atrás, estava disponível no *site* do Ministério do Meio Ambiente – não sei se, com a reformulação, ele saiu, mas nós temos cópias –, onde existe toda a análise, a justificativa e as várias avaliações que foram feitas de qual seria a melhor forma de se destinar essa madeira. O contrato entre a empresa Cikel e a... a FASE, que foi a instituição que recebeu essa madeira, é um contrato entre particulares. E, sobre a minha avaliação, não houve descuido por parte do IBAMA em aceitar essa empresa. A empresa, ela, quando ela foi escolhida – vale a pena afirmar que é um contrato assinado entre a FASE e a Cikel, e não entre o IBAMA e a Cikel –, ela apresentou os requisitos necessários pra fazer toda uma ação de transporte, transbordo e processamento da madeira, que envolvia muitas ações, a necessidade de um investimento pesado, e ela fechou esse contrato juntamente com a FASE. Não houve nenhuma pressão política de envolvimento dessa empresa junto à FASE.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – V.Sa. não estranhou a velocidade imprimida pelo IBAMA no encaminhamento de pedido de doação para a FASE do material apreendido, datado de 3/6/2003?

A nota técnica elaborada pelos diretores da DIREF, DIPRO, entre os quais V.Sa. e coordenadores do CGFIS, CGREF, datada do dia seguinte, 4/6/2003, em que se indica a FASE como donatária, demonstra que tudo ocorreu num ritmo – em apenas 1 dia – incompatível com o trâmite administrativo normal. Qual a explicação de V.Sa. para esse fato?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Como eu respondi na pergunta anterior, a discussão da destinação dessa madeira já estava sendo objeto de discussões anteriores dentro desse grupo de trabalho. Então, a partir do momento em que nós havíamos discutido, feito a justificativa, começado a elaborar o relatório que definia não só que não seria uma licitação e identificação de um... de uma instituição para receber essa

doação, nós já havíamos feito um levantamento de quais seriam as potenciais, as prováveis instituições. Então, quando nós identificamos uma instituição, ela já estava, ela já havia sido previamente informada de que seria ela. Quando a gente tomou essa decisão, identificamos essa instituição. Aí, ela teria que documentar esse pedido. Mas todo o resultado dessa tramitação, de como teria sido feito, já havia sido discutido internamente dentro do IBAMA qual seria a melhor alternativa. Então, isso serviu como documentação. Vale a pena ressaltar que existia esse grupo de trabalho. Ele tinha um período curto para a execução dessas atividades. Então, essa ação era uma ação emergencial, de caráter prioritário. Por isso que, muitas vezes, a assinatura e a análise dos documentos eram feitas com caráter prioritário. Então, era rápida a tramitação.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Ainda quanto ao destino do mogno, o grupo de trabalho criado pela Portaria Ministerial nº 1.106, de 30/8/2002, propôs acordo visando doar madeiras apreendidas para o Ministério das Cidades, objetivando a construção de casas populares. Por que motivo o IBAMA não aceitou a proposta?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Vale ressaltar que não é assim: *o IBAMA não aceitou a proposta*. Todas as propostas que eram recebidas eram discutidas no âmbito do grupo de trabalho, que envolvia representantes do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente. A questão de fazer a doação para casas populares, vale ressaltar que o mogno é uma madeira extremamente valiosa, e ela não é muito adequada só para construção de casas populares. Então, como essa apreensão e essa doação era restrita ao mogno, muitas vezes, se você fosse... não, a gente, no âmbito do grupo de trabalho, verificou que não seria a melhor destinação ou a destinação mais adequada, considerando as características daquela madeira e também o produto que se poderia obter, entre outras questões que se referem também à questão de você colocar de forma mais adequada possível essa madeira no mercado e que ela te desse retorno rápido, pra não ficar com trâmites internos de transporte dessa madeira, o que possibilitaria brechas pra – entre aspas – para o “esquentamento” ou entrada de outras madeiras ilegalmente, que já estavam apreendidas no processo de serragem e de comercialização da madeira em casas populares.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – No caso da FASE, o que V.Sa. tem a declarar sobre as Autorizações para Transporte de Produtos Florestais – ATPFs emitidas em Brasília e encaminhadas, por meio de funcionários e prestadores de serviços do IBAMA, para a Cikel, localizada no Estado do Pará?

O que V.Sa. tem a declarar sobre o Ofício nº 132/03 CGREF e DIREF 1701003, segundo o qual V.Sa. se apresenta como emitente e portadora? Tais procedimentos não infringem as normas legais do IBAMA, tais como a Portaria nº 44 de 06/04/93? Quantas ATPFs foram concedidas para a Cikel de janeiro de 2003 até a presente data? E qual a volumetria constituída nesses documentos?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Certo. No momento, o IBAMA, ele tem uma série de ações judiciais contra ele para emissão de ATPF pra outras madeiras, pra outros processos, tanto administrativos como judiciais, que estão parados ou em processo de decisões judiciais parciais, liminares. Então, foi decidido, pra que a gente tivesse o mais efetivo controle do número, da quantidade das ATPFs que estavam sendo emitidas, pra quem estavam sendo entregues e como elas estavam sendo utilizadas, nós centralizamos a emissão dessas ATPFs em Brasília, como uma forma, como medida de precaução, para que a gente não permitisse que as ATPFs fossem emitidas em escritórios regionais ou em gerência, onde a pressão por emissão não só dessas ATPFs e sim de outras para utilização, pra esquentamento ou pra transporte de outra madeira de mogno, fosse utilizada. Então, foi uma medida de precaução. Durante esse processo, nós emitíamos. Para que a gente também tivesse muito bem documentado quem estava entregando e quem estava recebendo, toda entrega de emissão de ATPF era feita mediante apresentação de um ofício, onde era nomeada a pessoa que estava entregando e a pessoa que estava recebendo, de forma que nós tivéssemos isso bem claro; e também o número seqüencial e as informações que continham essas ATPFs, pra gente diminuir toda possibilidade de fraude ou de uso incorreto desse documento. Esse levantamento, eu não tenho aqui, de cabeça, quantas ATPFs foram concedidas – eu posso fazer esse levantamento e informar posteriormente –, bem como o volume. Quando as autorizações são emitidas pra transporte, elas não vêm já escrito qual o volume que vai ser transportado; no momento de utilização é que você escreve esse volume nas ATPFs. E, essas informações, elas estão consolidadas nas prestações de contas apresentadas nas gerências executivas do IBAMA no Estado do Pará. Então, é necessário que eu faça esse levantamento junto à gerência, pra informar esse volume adequadamente.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – A respeito dos funcionários e prestadores de serviço.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Ah, dos funcionários. As ações...

(Intervenção inaudível.)

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – É. A que eu fui portadora é porque eu estava aqui em Brasília, veio um funcionário receber esta ATPF aqui, então está escrita no ofício que a Sra. Cristina Galvão Alves, portadora do RG, entregou, na data de tal, tantas ATPFs ao representante da Cikel em Brasília. E no momento em que essas operações começaram, elas eram acompanhadas de fiscais do IBAMA e de técnicos e de prestadores de serviço, que definiram os procedimentos de como processar essas prestações de contas, abrir a pasta, o arquivamento dessas ATPFs nas gerências executivas. Então, considerando que nós tínhamos portadores de Brasília que iriam até a área onde estava a Cikel executando as operações, então nós tivemos essas pessoas como portadoras. E também para documentar que essas pessoas eram nominadas, já saíam com as ATPFs e com as informações que continham nesses documentos, e podia entregar para apenas uma pessoa. Então, esses documentos eram uma forma de você... A Cikel não viria até aqui. Nós entregávamos esse documento lá como uma atividade, como um cuidado de precaução pra que a gente não abrisse brecha pra que essa ATPF ou outros escritórios porventura emitissem ATPF pra transportar essa madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E esse representante da Cikel recebeu das suas mãos ATPFs com o volume em branco. Não tinham o valor em branco? Quem iria preencher eram os próprios representantes da Cikel?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Hã, hã, eram. Ia complementar: porque assim está previsto em legislação. Você emite a origem, a empresa sai preenchida e o destinatário, pra alguns casos. Pra alguns casos, o destinatário vem até em branco, quando é madeira cerrada. E aí, no momento de utilização, porque assim já está previsto na legislação, a pessoa preenche e presta conta ao IBAMA do documento preenchido e do volume. E então é contabilizado o volume que foi transportado. E esses volumes contabilizados estão centralizados na gerência executiva do Pará, que é onde ele presta conta desses volumes, como assim é feito no Brasil inteiro a prestação de contas: nas gerências executivas de cada Estado.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Mediante Ofício nº 43, de 2004, expedido pelo cacique megaron Txucarramãe, da administração regional da FUNAI em Colíder, Mato Grosso, notificou-se ao IBAMA que a Cikel estaria proibida de serrar toras de mogno apreendidas pelo IBAMA, subtraídas das áreas indígenas mekranotire e metuktire. Que postura o IBAMA adotou sobre a questão?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Eu não conheço este ofício.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Conforme o Memorando Conjunto nº 01 de 2004, a CGFIS e a CGREF, de 15/04/04, qual foi a postura adotada pelo IBAMA e FUNAI quanto ao fato de o caiapó conhecido como Mundico ter vendido 405 toras para suposto representante da Cikel, tendo as toras sido levadas para São Félix do Xingu?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Eu não tenho de memória, aqui, qual é o conteúdo deste memorando, mas foi de conhecimento em uma reunião entre a CGFIS e a CGREF a questão de uma, o assunto de uma suposta venda ou problema com as madeiras que haviam sido doadas à FUNAI, e esta foi objeto de uma averiguação do IBAMA, através da Coordenação-Geral de Fiscalização com apoio da polícia. Agora, eu não lembro se com a Polícia Civil ou Polícia Federal. Acredito que quem teria mais informação sobre essa questão é a Coordenação-Geral de Fiscalização. Mas eu não estou bem certa se esse memorando conjunto está relacionado diretamente com esse tema. Mas essa doação, uma possível ocorrência de uma compra de toras, ela foi a nosso conhecimento, foi objeto de uma reunião que desencadeou uma ação de fiscalização, de averiguação, isso com apoio da polícia. Eu não sei agora se a Polícia Federal ou a Polícia Civil ou a Polícia Militar, isso teria que ser verificado junto com a outra Coordenação-Geral.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Há regras claras para o desfazimento do patrimônio público. No caso da madeira para a FASE, existia necessidade de comprovação de seu desembaraço jurídico, para evitar prejuízos ao Erário. Nos autos, há autorização para doação de apenas 636 toras, referentes ao Auto de Infração nº 328.622, mas foram doadas 100 mil toras, o que totaliza 5.364 toras doadas sem autorização judicial. Uma vez que nos demais processos não foram verificadas outras autorizações, então como a doação foi efetivada?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – A definição eu não poderia responder, porque a questão de quantificação do bem apreendido e todas as demais providências quanto à madeira liberada para doação, elas não estão relacionadas à minha área de atuação. Eu não participo da quantificação e dos procedimentos de definição da quantidade de bens e produtos a serem doados.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Por que, no caso da doação à FASE, não se observou o relatório da comissão composta por servidores do IBAMA contendo as sugestões para a alienação da madeira apreendida? V.Sa. está consciente de que o

não-atendimento das normas específicas e a subavaliação do produto doado geraram prejuízo de aproximadamente 40 milhões de reais ao Erário?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – A questão da avaliação dos bens e da destinação não é da minha área de trabalhado, então eu não poderia emitir qualquer opinião quanto à quantificação do patrimônio que foi doado.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Quando ocorreu a finalização do convênio entre o IBAMA e a FUNAI, termo de doação para a doação do mogno apreendido, quantos aditivos houve no seu período de vigência? V.Sa. confirma ou desmente que, ainda em 12/12/2004, ocorreu liberação de mogno exportado para os Estados Unidos?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – O convênio na verdade foi um termo de doação entre o IBAMA e a FUNAI. O termo de doação, ele teve o seu prazo terminado. Não foi feito nenhum aditivo durante o seu pedido de vigência. Foi submetido, então, a um parecer jurídico, que concluiu – isso está documentado nos autos dos processos de doação – que a doação em si já havia sido concluída. Ou seja, o IBAMA já havia doado essa madeira à FUNAI, então não haveria necessidade de entrega de elaboração de aditivos. No entanto, o que havia ainda era que a FUNAI não tinha tido ainda tempo hábil de processar toda essa madeira. Então ela continua explorando, ela continua processando e comercializando essa madeira, para que se complete a atividade de comercialização do bem doado. Mas a doação de que trata o acordo, ela foi completada dentro da sua vigência, e assim está esclarecido num parecer jurídico pensado aos autos do processo.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E com relação a essa liberação de mogno exportado para os Estados Unidos?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Então, é a questão de que nós fizemos a doação, a madeira foi doada à FUNAI, e ela continua sendo comercializada pela FUNAI. Então a doação se encerrou, mas não a comercialização do bem doado. E a FUNAI continua comercializando essa madeira, que está sendo exportada, em sua maior quantidade. Depois esse fundo vai ser aplicado num fundo da renda indígena, conforme prevê o termo de doação, para apoiar projetos sustentáveis para as comunidades indígenas atendidas.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – V.Sa. trabalhou no projeto ProManejo PPG7? Em que período? Quantos projetos da empresa Cikel foram aprovados no âmbito desse projeto? Qual o montante de recursos desses projetos? As entidades e empresas FASE, Cikel, Fundação Viver, Produzir e Preservar, ISA e Mil Madeiras estão envolvidas?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Eu trabalhei no Projeto ProManejo, sim, no período de início de dezembro de 1999 até início do ano de 2003. Não existe nenhum projeto aprovado no âmbito do ProManejo para a empresa Cikel. Na verdade, o ProManejo, ele financia iniciativas promissoras de manejo florestal na Amazônia, dentre elas a Fundação Floresta Tropical, que trabalha especificamente com capacitação de mão-de-obra e sensibilização de tomadores de decisão. A FFT tem uma parceira com a Cikel. Então não existe nenhuma ligação e nenhum repasse de recursos entre o ProManejo e a Cikel no que se refere a apoio de projetos desenvolvidos por esta empresa especificamente. Elas são apenas parcerias de uma mesma instituição. O montante de recursos aprovados, nós temos isso documentado no ProManejo. Não saberia aqui, de cabeça, qual o montante total desses recursos. Das entidades que estão aqui, a FASE... eu não conheço nenhuma iniciativa promissora. Isso teria que verificar, atualizando quais são todos os projetos aprovados em que ela é uma das instituições financiadas. A Cikel, como disse, ela não é financiada pelo ProManejo, e sim a Fundação Floresta Tropical. A Fundação Viver, Produzir e Preservar, eu não saberia, de cabeça, informar se o projeto que ela apresentou foi aprovado ou não. Teria que verificar. O ISA, ele teve já um projeto apoiado pelo ProManejo, e a Mil Madeireira também. A Mil Madeireira, eu não sei se o projeto já foi concluído ou não. Vale a pena informar que a empresa Mil Madeireira, ela participa também, em parceria com uma outra fundação que recebe esses recursos para executar as atividades de divulgação e manejo florestal que são apoiadas pelo ProManejo.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Por que o IBAMA e a Polícia Federal não se fizeram presentes durante os trabalhos de campo relacionados à doação do mogno à FASE, conforme constante no contrato? Por que o resultado financeiro do contrato ocultou a destinação de menos de 2 milhões para os índios e cerca de 10 milhões para a Cikel?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – As informações de que o IBAMA acompanhou os trabalhos de campo, elas podem ser obtidas com mais detalhes com a fiscalização, mas existiu, no momento em que a gente discutia a operação e o apoio que o IBAMA daria – porque envolvia também a emissão das ATPFs para o transporte dessa madeira –, uma limitação de recursos humanos e de recursos financeiros para colocar a equipe em campo. Quanto aos resultados financeiros sobre os montantes gerados da doação, eu não saberia avaliar, porque não é minha área de atuação específica a quantificação do rendimento ou dos lucros provindos da atividade que foi realizada.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Houve divergências entre os dados da empresa Cikel e de técnicos do IBAMA quanto ao volume real de aproveitamento da madeira pós-cerrada e os valores auferidos com sua comercialização no mercado internacional. Quais foram os procedimentos adotados pelo IBAMA com relação a essa questão?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Eu desconheço os relatórios do IBAMA referentes aos valores comercializados. Ao que se refere aos volumes efetivamente gerados, o volume real do aproveitamento da madeira, eu não sei qual relatório é esse, porque, inicialmente, o que foi feito pelo IBAMA foi uma quantificação macro do volume total e a estimativa de um rendimento, e foram usados os valores médios de rendimento, de aproveitamento da madeira, mas isso varia de operação para operação. Então, eu desconheço um relatório que coloque lado a lado esses 2 dados informando por que eles são diferentes.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– V.Sa. pode estimar qual a volumetria aproximada de madeiras diversas apreendidas no País? O que o IBAMA pretende fazer com essas madeiras?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Não tenho uma estimativa e reforço que a questão de apreensão e doação de madeiras apreendidas não é uma área específica da minha atuação dentro do IBAMA. Então eu não trabalho com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A sua área não é de doação?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não é doação? Nem de verificar depois...? Qual é a sua área?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – É assim: o IBAMA, ele é composto de diversas diretorias; a área específica onde eu trabalho é a Diretoria de Florestas, dentro da Coordenação Geral de Gestão de Recursos Florestais; é responsável pelas atividades de autorização de desmatamento, manejo florestal, controle do transporte e comercialização e exportação. Então, a questão de fiscalização, autuação, apreensão é ligada à Diretoria de Proteção Ambiental e à Coordenação Geral de Fiscalização Ambiental, sendo que a questão patrimonial e de doação também envolve a Diretoria de Administração e Finanças do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Também envolve quem mais? Quem é o também? Além dessa qual mais?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Envolve essas 2 áreas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A sua não está envolvida?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Na questão de apreensão e doação, não; nós trabalhamos em parceria porque, quando se faz a apreensão de uma madeira e se doa a madeira, então quem trabalha com a atuação, apreensão e doação é a Diretoria de Proteção Ambiental e a Diretoria de Administração e Finanças. Uma vez doada, essa madeira vai ser comercializada. Então ela vai receber ATPF. Ela vai ser exportada. Então nós atuamos nessa segunda fase – entendeu? – da comercialização. Por quê? Nós atuamos também... Nas atividades legais, pra quem quer fazer manejo florestal, nós autorizamos a exploração de madeira, via planos de manejo, ou do desmatamento. É essa área. Emitir... Controlamos todos os produtos transportados. Uma vez que esses bens são declarados ilegais, eles são apreendidos, passam para o processo de doação e são novamente comercializados pra que a renda gerada com a apreensão favoreça e apóie as comunidades, a sociedade, os setores da sociedade atingidos por essa atividade, que foi legal. Acontece que ela passa por uma nova comercialização. E por que nós estamos envolvidos? Porque nesta nova comercialização nós acompanhamos essa comercialização, porque essa, sim, é a nossa atribuição: de controlar a emissão de ATPF, a emissão das autorizações de exportação. Por isso que nós acompanhamos o processo de doação pra estarmos cientes e *pari passu* com o que está ocorrendo, porque, lá na frente, quando da comercialização do bem apreendido doado, nós estamos novamente envolvidos e teremos que ter informações que subsidiem nossas atividades.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Existe hoje no IBAMA algum projeto em tramitação que vislumbre mudanças ou substituição ao sistema de ATPFs?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Existem na verdade 2 sistemas: um sistema que já está mais avançado, que é o controle do transporte de madeira em tora, principalmente em terra firme, na Amazônia, através de rastreamento do transporte, com informações já referenciadas do posicionamento dos caminhões, das áreas autorizadas até as indústrias que estão recebendo; e, principalmente do meio do ano passado até este momento, estamos discutindo um sistema que substitua a ATPF, que o documento em si tenha itens de segurança mais fortalecidos, pra que diminua a ocorrência de fraudes, que hoje infelizmente são comuns, e também pra que a gente tenha toda a gestão dessa informação num sistema informatizado único, com uma base de dados centralizada, pra que a gente tenha mais segurança na gestão da informação, e todas essas informações, os produtos transportados, produzidos e comercializados, gerenciados no

banco de dados central, pra que a gente tenha essas informações mais consolidadas, ou seja, a iniciativa de fortalecimento do sistema de controle da atividade madeireira dentro do IBAMA.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Quantas autorizações de desmate foram expedidas no exercício de 2004 para os assentamentos localizados ao longo do eixo da Rodovia Transamazônica, mais especificamente nos Municípios de Altamira, Brasil Novo, Marcelândia, Anapu e Uruará? Quem autorizou esses desmates? Qual o destino das madeiras? Qual o controle do IBAMA na exploração florestal desses lotes?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – A autorização da exploração... É dentro de assentamentos ou não?

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Em assentamentos.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Em assentamentos. Elas foram..., as autorizações... Não teria aqui, de cabeça, quantas foram as autorizações, mas o número está entre 1.500, 1.600 autorizações emitidas de até 3 hectares. Os desmates foram autorizados, em sua maior parte, pelo gerente executivo do IBAMA em Santarém ou pelo chefe do escritório regional de Altamira. O destino dessa madeira é o mercado..., o comércio de madeira na Amazônia porque... As autorizações expedidas para desmatamento dentro de assentamento têm o mesmo destino que as outras madeiras exploradas em outra região, que é fornecer madeira em tora para a indústria madeireira na Amazônia. E o controle dessa exploração florestal são as ações que o IBAMA realiza quanto à emissão das autorizações de... Existe uma legislação vigente que tem que ser aplicada para você emitir a autorização de desmatamento, vistorias amostrais nessas áreas e também ações de fiscalização que envolvem a área como um todo: áreas autorizadas e não autorizadas.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Existe previsão de outras autorizações para exploração de lotes no Programa Safra Legal 2005?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – A previsão que nós temos é que o Programa Safra Legal 2005 é uma atividade que o IBAMA está se organizando para atuar especificamente nessa regional, no oeste do Pará, para a gente ordenar o desmatamento principalmente nos assentamentos, que são muito presentes naquela área. A previsão é que a quantidade de autorizações seja equivalente às do ano passado, considerando que são autorizações de até 3 hectares e que essas áreas são destinadas, em sua maioria, para agricultura nos lotes dos assentados.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– V.Sa. aprovou a exportação de 100 toneladas de carvão vegetal para a Cikel, com a finalidade de promoção comercial e estudo de mercado, em outubro de 2004? Após esta data foram emitidas outras autorizações?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Como está previsto na legislação, pode-se autorizar a exportação de produtos que visam a ampliação da quantidade de produtos exportados, produtos de origem florestal, madeireira, exportados no Brasil. Então, realmente ela apresentou uma solicitação de estudo de mercado para viabilidade de interesse, se seria interessante ou não exportar carvão vegetal. Foi autorizado e eu não me recordo, de cabeça, se houve outras autorizações emitidas depois de 2004. Eu teria que fazer esse levantamento junto às autorizações emitidas.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Mas foi a senhora que aprovou, que assinou a aprovação?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Foi.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Última pergunta do Relator, Sr. Presidente.

Qual foi a postura adotada pela CGRF quanto à solicitação do gerente executivo do IBAMA em Barreiras, de vistoriar 1.800 autorizações de desmate e planos de manejo? Qual foi o resultado?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Nós encaminhamos técnicos para realizar as vistorias amostrais nessas áreas autorizadas e eles têm apresentado os seus relatórios de vistoria junto à gerência executiva de Barreiras. Eu não teria o documento, um relatório de todas as atividades que foram feitas, mas eu posso providenciar junto àquela gerência executiva um resumo das ações que foram realizadas.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, eram essas as perguntas do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Francisco Gonçalves.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na explanação da Sr. Cristina Galvão, a gente observa diversas falhas. Uma delas que achei, Cristina, é justamente que não existe uma interligação sólida entre as várias diretorias do IBAMA. Muitas vezes parece que não existe uma comunicação interna entre as diversas diretorias. Com isso, muitas das perguntas ficam sem ser respondidas corretamente. Outra coisa que percebi, outro detalhe, é que, se o IBAMA libera, nas diversas licenças ambientais para desmatamento, 3 hectares, seriam centenas, milhares de pessoas trabalhando com 3 hectares, enquanto que as queimadas, segundo a revista *Veja* ou a *Época* da semana passada, que

eu estava lendo, desmatou-se uma área equivalente ao Estado de Alagoas no Amazonas. Então, o IBAMA tem que repensar sua conduta, porque, na realidade, o desmatamento está sendo imenso em todo o Brasil. Outra coisa que nos deixa preocupados é justamente esses lotes de madeiras que são vendidas. Ora o IBAMA faz uma doação para a FUNAI, ora faz uma doação para uma empresa privada. Então, não existe um comércio legalizado, porque é muito fácil tirar um bem público e dar para um bem privado. Quem vai auferir esse lucro será apenas a empresa. Então, são detalhes que têm que ser muito bem equacionados para que o Brasil represente na realidade um País que tem a sua defesa do meio ambiente. Temos visto nossa Ministra, Marina Silva, de origem seringueira, uma pessoa que veio realmente de uma região de florestas, e justamente no mandato da nossa Ministra é que está ocorrendo o maior desmatamento no Brasil. Isso é muito preocupante. Então, esses questionamentos, essas perguntas, deixo a V.Sa. E dizer que realmente esses detalhes que você falou “eu posso mandar eu posso mandar”, acho que seria de bom alvitre que ele viesse ao nosso conhecimento. Muito obrigado.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Posso fazer 2 esclarecimentos? É assim: para os assentamentos e para o pequeno produtor a legislação prevê que a área a ser autorizada possa ser de até 3 hectares. Isso está muito explícito que é para o pequeno produtor, para o assentado, e que tenha atividade de agricultura. Para proprietários rurais e para propriedades maiores, esse limite não fica em 3%, conforme previsto na Medida Provisória nº 2.166, pode ser de até 20% da área da propriedade rural como um todo, retirando reserva legal e APP. Então, essa questão de 3 hectares se aplica especificamente apenas para assentamentos e pequenos proprietários rurais. A doação foi feita à FUNAI e à FASE, não foi feita a uma empresa. Realmente, gostaria de ter a cópia das perguntas, para que possamos encaminhar todas as informações que não foram trazidas aqui, porque são informações que teremos que verificar nos sistemas e nos processos que estão no IBAMA. A gente encaminha por escrito, sem problema algum. Esse é nosso dever.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Outro detalhe que eu acho interessante: se o IBAMA dá autorização para as queimadas controladas, e, normalmente, dessas queimadas controladas ocorre um acidente e esse fogo toma conta e prejudica todo um ecossistema, justamente com autorização do IBAMA, tem que haver uma maior fiscalização dessas queimadas, porque na maioria vezes os proprietários falam que têm autorização do IBAMA e provocam acidentes extremamente graves na ecologia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ainda há algumas questões complementares.

Na seqüência de suas respostas, nas primeiras principalmente, ficou claro que o seu setor, a sua Coordenadoria, respaldou o processo de doação de madeiras. Isso ficou claro em suas respostas. Como autoridade para fazer isso, a senhora justificou as doações, defendeu as doações. Ficou muito claro que o seu setor deu respaldo. A partir de uma certa pergunta, a senhora respondeu que o seu setor não atua na área de apreensão. A senhora poderia explicar como respalda a doação, mas o setor não atua na área de apreensão.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Foi o seguinte: a questão de quantificação da madeira apreendida e de lavratura dos autos de infração não são do meu setor, da Coordenação Geral especificamente. No entanto, como participamos desse grupo de trabalho instituído no início de 2003 para pensar e discutir a doação com encargos de uma forma global, nós participamos da discussão, como um todo, para a definição do processo do termo de doação com encargos. Ou seja, era uma contribuição técnica. Apresentávamos sugestões ao processo de definição dos procedimentos da doação com encargo, mas, especificamente a quantificação do volume apreendido e a lavratura dos autos de infração, que é um trabalho restrito à fiscalização é que nós não participávamos. Então, nós apresentamos contribuições técnicas como o processo de qual seria a melhor forma de fazer a doação dessa madeira, mas não da quantificação, dos volumes e da situação judicial e administrativa dos lotes em si.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Acho uma coisa difícil de entender. Em todo o processo de controle está envolvida a Coordenadoria-Geral de Gestão de Recursos Florestas. Controle. Coordenadoria Geral de Gestão que não controla, não tem sentido. A sua Coordenadoria não controla?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Controla.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deixe-me terminar a pergunta. Se ela controla a madeira para ser doada, ela não precisa ser medida, ver quantos estéreos, quantos metros cúbicos? Como ela pode ser doada sem que se faça a medição do volume?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – É que é assim: ela não controla a madeira a ser doada. O que ela... Não, é assim: a madeira foi apreendida. A responsabilidade de autuação da madeira apreendida é da Coordenação-Geral de Fiscalização. A responsa-

bilidade de quantificação do produto apreendido é da Coordenação-Geral de Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É a sua?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – É a outra Coordenação. Porque é ela que quantifica, é ela que autua, é ela que fiscaliza, é ela que diz: “É ilegal. Esse volume estava de posse de tal pessoa ou de tal empresa.” Essa quantificação do bem apreendido é de responsabilidade da Diretoria de Produção Ambiental e da Coordenação-Geral de Fiscalização. Aí quando ela quantifica esse volume, passa por uma discussão na Diretoria de Administração e Finanças. E aí esse bem é quantificado e designado para doação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em que momento entra a sua Coordenação?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – A minha Coordenação entra a partir da seguinte atividade: esse bem é doado e a pessoa recebe. O que é solicitado a ela? Aí ela vai querer fazer o que? Ela vai querer comercializar essa madeira. Para comercializar a madeira, ela tem de transportar as toras, receber a ATPF. Ela tem de receber a ATPF para transportar até o porto. Se for para o mercado externo, tem de pedir autorização de exportação desse produto. Aí, então, é nesse processo que atua a minha Coordenação. Ou seja, a partir do momento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Acho que isso entendi. E a sua...

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Para o bem apreendido, especificamente, a partir do momento de emissão da ATPF para a comercialização do bem apreendido e já doado. Aí, já é o bem doado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. Aí, eles entram com uma solicitação...

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Só mais um esclarecimento: Então no início, como elas fazem parte da definição... as primeiras perguntas estão intimamente ligadas à definição de um processo de doação como um todo, como iremos proceder, nós trabalhamos juntos com a Coordenação-Geral de Fiscalização e a Diretoria de Proteção Ambiental. Porque eles não poderiam criar um procedimento... se chegasse na gente, nós não teríamos uma forma, um procedimento... são procedimentos complementares. Por isso é que nós discutimos juntos, escrevemos notas técnicas juntos, aprovamos esses procedimentos juntos, porque um procedimento é complementar a outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito, já entendi. Isso, entendi. Aí, essa empresa que recebeu a doação e quer comercia-

lizar, ela entra com um pedido na sua Coordenadoria solicitando uma ATPF?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – É o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nessa solicitação, o que ela tem que dizer?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Então, o que vem apresentado na solicitação: a doação é feita a uma entidade – a entidade, neste caso, foi a FUNAI e a FASE —; aí, para comercializar, ela efetua um contrato entre uma prestadora de serviço, que é essa empresa madeireira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – No caso, a Cikel.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Nesse caso, a Cikel. Então, a Cikel requer ao IBAMA as ATPFs, apresentando assim: *“A empresa Cikel vem requerer as ATPFs ao IBAMA, considerando que ela tem um contrato – e cita o número do contrato –, estabelecido com a FASE, para prestação do serviço de processamento dessa madeira.”* Então, a todo momento ela faz referência a esse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E ela diz o volume da madeira no pedido, ou não precisa?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Não. Por que ela não precisa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não precisa?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Não precisa pelo seguinte: o caminhão que vai transportar, a gente não sabe exatamente o volume que vai dar para ser transportado. Então, ela requer a quantidade de ATPFs. E a cada transporte ela preenche o volume a ser transportado. Assim é não só com essa empresa, mas é com todo o transporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tudo bem. A senhora defende essa sistemática?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Essa sistemática é uma das questões que está sendo discutida naqueles novos sistemas que eu citei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não foi isso que eu perguntei.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Essa sistemática, quando a gente está discutindo esse novo sistema, a gente coloca justamente esse questionamento. Mas o documento vai sair preenchido em branco do IBAMA? Ele teria que sair preenchido do IBAMA, porque, como ela está numa localização distante, ele teria que saber exatamente o volume de cada caminhão exato, para daí ir ao IBAMA, pedir para ele preencher

e voltar para a área, lá em Altamira, para depois transportar essa madeira. Então, embora esse documento saia preenchido... a volumetria em branco do IBAMA, fazer essa tramitação é extremamente complexa e seria praticamente inviável, porque teria que encher o caminhão, ver quanto tem de madeira cerrada lá em cima, ir até o IBAMA, pedir para o IBAMA preencher a ATPF, e só então voltar para essa região e transportar essa madeira. Essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora já explicou isso. É a segunda vez, não quero tomar muito o seu tempo.

E a data? Há limites para a data? Ou em branco também é data? A data, para ela transportar, pode ser de 1 ano, 2 anos? Quanto tempo ela tem para usar essa ATPF?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Não. Ela tem uma validade de, no máximo, 90 dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ou seja, uma empresa como a Cikel, que tenha um contrato como esse, ela tem essas ATPFs em branco para transportar a madeira que melhor lhe aprouver?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Não. Ela tem que ter.... Especificamente neste caso, ela tem a entrada da madeira doada total, que é o volume total doado. Aí, ela requisita a ATPF para transportar a madeira cerrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na ATPF diz: *“Madeira constante do contrato do convênio com a FASE”*, ou não diz?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Lá na origem vem citado que está em nome da Cikel, e tem na ATPF, lá em cima, preenchido o termo de doação, o número de termo de doação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E quem é que faz...

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – E a cada 30 dias ela tem que prestar contas do volume transportado. É assim: venceu o mês, ela tem prazo de mais 15 dias para prestar conta do volume transportado naquele mês. Ele tem que fazer prestação de contas desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agora, cada transporte de caminhão usa uma guia, ou a guia serve para muitos caminhões?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Para uma só. Transportou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Então, por exemplo, ela chega lá e diz assim: *“Vou fazer o transporte de 5 mil toras – como*

foi dito aqui –, *preciso, para isso, de 222 guias*”. E vocês dão 222 guias?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Especificamente nesse caso, não foi emitida ATPF para o transporte de tora, porque a serraria estava ao lado do depósito onde essa madeira foi doada. Então, ela já foi colocada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em toras?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – É, em toras. Ela estava do lado, era só transportar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas cada caminhão é uma guia?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Teria que ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quer dizer, um pacote de guias...

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Para madeira cerrada... nesse caso, para madeira cerrada, foram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eles recebem um bloco?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Um bloco. Acontece que ela pedia aos poucos: pedia 40, depois pedia 50, depois pedia 90. Aos poucos, ela ia solicitando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. Aqui há uma denúncia, também, de que houve roubo de 25 mil ATPFs no Estado do Pará. O IBAMA abriu uma sindicância a respeito?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Abriu. Em todos os processos de roubo de ATPFs é aberto um processo administrativo interno, para apuração, e também um processo na polícia, para apuração do roubo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nesse caso específico, a senhora poderia nos encaminhar essa cópia dessa sindicância?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Posso. Posso, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E também a cópia do processo referente à pergunta nº 3; às perguntas 6 e 7, que a senhora mencionou; um levantamento das ATPFs da pergunta 9; também, uma cópia do parecer jurídico, citado pela senhora, no âmbito da resposta à pergunta nº 14, e o montante dos recursos da pergunta 15.

Agora, eu queria lhe perguntar o seguinte: o Deputado Fernando Gonçalves fez a menção de que houve desmatamento de 26 mil quilômetros quadrados em apenas 1 ano nas florestas brasileiras. Deste total, todos os desmatamentos legalizados, autorizados

– podem não chegar a 26 mil quilômetros quadrados, pode chegar a uma parte desses 26 –, todos passaram pela sua Coordenadoria? A sua Coordenadoria é que emite autorização para desmatar?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Não, é assim: a coordenação geral, aqui em Brasília, era uma coordenação técnica. Os processos e os pedidos de emissão das autorizações para cada um deles são processados nas gerências executivas. Então, nós temos corpo técnico em cada gerência executiva do IBAMA nos Estados, que analisam esse processo caso a caso, cada uma dessas solicitações. E essas autorizações são emitidas por eles, lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas há um órgão que consolide, no final do ano, e diga assim: “*O IBAMA, no ano de 2004, dos 26 mil quilômetros desmatados, autorizou apenas 2 mil, ou 2.504?*” Existe essa consolidação?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está disponível no *site*, em algum lugar? Como é que nós ficamos sabendo o total?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Do desmatamento, o relatório já está disponível no *site* do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Do total?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Do total autorizado para desmatamento, no ano de 2004, por Estado e por Município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo. A senhora já explicou. Eu só não consegui entender: a doação não é da área da senhora, é? Então, se houve uma autorização para doar 636 toras e foram doadas 6 mil toras – um erro de vírgula, um zero a mais –, nisso a senhora não teve a menor participação nisso? Não passou pela senhora? Não tem a sua assinatura?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Não passa, não passa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não houve nenhum conselho, nenhum colegiado, nada, absolutamente nada? Qual é o setor responsável por esse leve equívoco?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Essa questão é tratada entre a Diretoria de Proteção Ambiental e a Diretoria de Administração e Finanças, que cuida do patrimônio do IBAMA em si.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Outro setor?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – São outros setores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora poderia falar rapidamente sobre o Fundo DEMA?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Quando da doação da madeira, um dos encargos previstos no termo de cooperação era a aplicação dos recursos provenientes, com a comercialização dessa madeira... para projetos que promovessem o desenvolvimento sustentável das comunidades atingidas por essa exploração ao longo da Transamazônica. Então, foi constituído esse fundo. Esse chamado Fundo DEMA foi o Fundo constituído com os recursos provenientes da comercialização dessa madeira. E isso está sob a coordenação da entidade que recebeu a doação.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Presidente, deixe-me fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Eu só quero saber o seguinte: é que naquela hora nós perguntamos quais foram os projetos sociais que são implantados. Quem é que controla isso? A sua diretoria não tem conhecimento? Como a gente vai ficar sabendo como é feito isso? Quanto está sendo aplicado? Quais são os programas sociais? Quem está recebendo? E a prestação de contas?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Isso é de responsabilidade da FASE, que recebeu esses recursos.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E o IBAMA não faz nenhum controle?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Tudo isso... teve um... nos autos do processo tem a aprovação do Fundo DEMA, da proposta. Porque isso é um dos encargos do termo de doação: apresentar a proposta de como vai ser feita a gestão deste Fundo. Aí, o IBAMA dá, acredito que o Ministério, também, o o.k., a aprovação de como ele iria aplicar este recurso, entendeu? as regras de aplicação desses recursos. Hoje, a aplicação, os projetos apoiados, tudo isso, estão sob a coordenação da FASE e disponibilizados no *site* dessa instituição.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Quer dizer que o IBAMA não faz nenhum controle?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Ele aprovou, inicialmente – como tem nos autos do processo –, a aplicação do recurso, e quais seriam os projetos, a natureza dos projetos. Ou seja, o procedimento de aplicação do recurso. Mas, o monitoramento, não.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Eu sei. Mas, aí, o IBAMA também não faz um acompanhamento se as comunidades indígenas estão de fato

recebendo retorno da aplicação do recurso do Fundo? Então, o IBAMA não faz esse controle?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Não faz esse controle. Mas só para ressaltar que a doação da FASE não atende às comunidades indígenas. Para atender as comunidades indígenas é a doação à FUNAI.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Então, quem faz? A FASE atinge quem?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – A FASE atinge comunidades da Transamazônica.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Também aí o IBAMA não faz controle?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Não faz, hoje.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Então, tanto o recurso pode ir para a comunidade, como pode não ir?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Quer dizer, faz, sim. Não é do meu conhecimento que não está fazendo na Coordenação-Geral o controle.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mais uma pergunta: pelo que eu entendi, se uma empresa está inadimplente, se ela cometeu alguma ilicitude ou não, isso não chega ao conhecimento da senhora. Se ela tiver cumprindo aquilo que a burocracia, que a papelama pedir, tudo bem, é concedida a ATPF. Por isso que uma empresa como a Cikel, que está inscrita no CADIN, com tantos problemas – já foi, inclusive, objeto de tantas investigações –, não teve nenhuma dificuldade na sua diretoria, de receber todas essas autorizações com a maior tranquilidade? É por falta de informações? É a legislação que não obriga a senhora a perquirir, a se informar sobre quem são essas empresas, ou é um problema da estrutura, que é muito estanque, muito separada?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Várias empresas podem receber multa ou não. Então, como é feito o controle? A partir do momento que uma empresa é autuada, é como se fosse o processo de multas em outras instâncias: ela recebe uma multa; daí, ela tem o prazo para pagar; depois, ela tem o prazo para recorrer na primeira, segunda, terceira instâncias; tem o prazo para pagar multa. Enquanto esses prazos... ou seja, isso está num sistema informatizado, que informa se ela está o.k. ou inadimplente ou com pagamento de alguma taxa ou com alguma multa. Se ela tem as multas pagas, se ela teve problema com o CADIN ou com a Dívida Ativa e já solucionou esse problema, ela retoma a possibilidade de receber ATPF, normalmente. Então, ainda que tenham recebido multas, uma vez recorrido, ou o processo em tramitação, ou a multa paga, ela pode retornar à sua atividade. É o procedimento usual referente à legislação pertinente a pagamento

de taxas e multas junto ao serviço público. A gente segue o mesmo padrão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pelo que entendi, Ana Cristina, a sua Coordenadoria-Geral não tem responsabilidade nenhuma em relação a todas essas denúncias. Praticamente, todas essas denúncias passaram ao largo? Não tem nenhuma. Quase todas são da área do Sr. Flávio Montiel, que já esteve aqui, e que vai ser reconvoado, porque não respondeu às perguntas escritas no prazo. Nós estamos reconvoando o Sr. Flávio para vir aqui. Ele vai responder uma por uma pergunta, pequenininha, de cada vez, porque nós temos que ficar sabendo, e não temos as respostas.

Uma última pergunta – que não deve também da sua área. Há uma notícia, aqui, de que esse sistema informatizado a que a senhora se referiu teve um processo de evaporação de uma multa de um madeireiro, Valdir Clímaco, que foi multado em 1 milhão e 200 mil por desmatamento ilegal de 746 hectares no Parque Nacional da Amazônia, no Município de Itaituba, e que de repente no sistema essa multa evaporou. Ele ficou, de novo, absolutamente adimplente, e sem nenhuma comprovação de que as multas tenham sido pagas. A senhora tem algum conhecimento a respeito?

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Não, nenhum conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Só isso. Estou satisfeito.

Muito obrigado. Agradeço-lhe a colaboração.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Só uma dúvida: as perguntas que estavam escritas aqui eu posso levar uma cópia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora vai levar.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – E as outras, vocês vão juntar tudo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Estão todas aí as perguntas do Relator; essas que estão com um sinal, são aquelas para as quais há uma solicitação de entrega de documentos.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – E aquelas, a dos outros papézinhos, não são necessárias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não. Aquelas, a senhora respondeu muito bem. Estamos satisfeitos com a resposta.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – Ah! Então, está jóia. Muito obrigada. Até logo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora terá 10 dias para nos encaminhar esses relatórios, por favor.

A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES – O.k., obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado.

Convidamos, na seqüência, o Sr. Francisco das Chagas Rocha a tomar assento à mesa.

Devo registrar que estamos recebendo aqui uma denúncia, encaminhada pelo Deputado Federal Josué Bengtson, que será analisada pela nossa assessoria. E, em função dessa análise, se for o caso, se assim orientarem, serão feitas as convocações ou tomadas as providências. *(Pausa prolongada.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Solicito ao Sr. Francisco das Chagas Rocha que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal. “*Art. 342 – Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha: Pena – reclusão, de 1 a 3 anos, e multa.*”

Com a palavra o Sr. Francisco das Chagas Rocha por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder as perguntas dos Deputados. Quero informar a testemunha de que pode fazer uso da palavra, ou podemos entrar direto nas perguntas.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Eu preferiria que fosse perguntado, porque eu não tenho muita noção do assunto. Eu só gostaria de entregar para a senhora e para o Presidente da CPI um documento que o meu chefe, o megaron, mandou. Ele ficou de entregar, ficou de trazer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Então, eu vou estar aqui fazendo agora as perguntas que foram feitas pelo nosso Relator, Deputado Sarney Filho: Há quanto tempo V.Sa. trabalha no posto da FUNAI em Colíder? Onde V.Sa. trabalhou antes?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Trabalho na FUNAI, em Colíder, desde novembro de 94, portanto, são 11 anos, mais ou menos, não é? E, antes, trabalhei em Rondonópolis.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Também...

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Na FUNAI, em Rondonópolis.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – V.Sa. acredita que, durante o processo de doação do mogno à entidade FASE, houve algum tipo

de fraude? Em caso positivo, que providências foram tomadas por V.Sa. ou pelo chefe do posto de Colíder, o cacique megaron Txucarramãe? Houve intervenção de alguma autoridade judiciária?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Eu desconheço esse assunto, porque ele foi todo tramitado na esfera de Brasília. Quando nós tomamos conhecimento, já tinha acontecido a doação e todo o processo. Tanto eu quanto o megaron, quando tomamos conhecimento, as coisas já tinham acontecido. Portanto, eu não tenho muito a informar, porque desconheço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – V.Sa. pode explicar que benefícios couberam às comunidades indígenas com a venda do mogno, quanto as comunidades indígenas lucraram com a venda da madeira e quanto coube à Cikel?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – O valor total que me foi informado, destinado às comunidades indígenas, foi algo em torno de 1 milhão e 200 mil reais, se não me falha a memória. Não tenho esse número preciso, não me recordo. Esse valor seria distribuído por aproximadamente 6 ou 8 comunidades indígenas. É a informação que eu tenho. E esse valor já foi adiantada alguma parte para os mekragnotis e metuktires, conhecidos como os caiapós, com os quais trabalho. Ainda falta repassar ainda mais uma parte desse valor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – E a Cikel?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Não sei. Infelizmente, não sei informar. Consta do contrato. Nós tivemos acesso a ele somente no ano de... 2004. Exatamente. Portanto, esse contrato se encontra em Brasília todo ele, não temos cópia em Colíder, e eu não sei informar precisamente o que coube à Cikel.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – V.Sa. confirma que a chefia da FUNAI de Colíder comunicou à FUNAI, em Brasília, que não queria que a empresa Cikel serrasse mogno, mediante o Ofício nº 43/04? Foi indicada a empresa Bianchini, por quê?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Sim, confirmo. Essa pergunta que eu vou responder pra a senhora, eu tenho que contar, evidentemente, o porquê dessa questão. Em 2004, eu e o megaron viemos a Brasília e tomamos conhecimento desse processo, que envolvia a FUNAI, a Cikel, o IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério Público, dessa doação dessa madeira, que estava desvitalizada, para serragem. Naquele momento, infelizmente, aconteceu também um incidente onde morreram 11 índios. Eles estavam voltando para Colíder e faleceram. A partir de então, as lideranças sobreviventes e o megaron fica-

ram muito revoltados com a situação, porque eles não tinham sido informados daquele contrato. Eu mesmo não conhecia aquele contrato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Mas que acidente foi esse?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Desculpa. Em 2004, em abril de 2004, algumas lideranças vieram a Brasília com o megaron. Vieram tratar de assuntos, inclusive sobre esse dinheiro da Cikel, que eles queriam já receber a liberação, tratar de outros assuntos de interesse deles. Na volta pra Colíder... Eles vieram em uma *van*, em um microônibus, perdão. Na volta pra Colíder, na cidade de Nova Mutum, o ônibus bateu em um caminhão, e, dos 15 que estavam dentro, morreram 11. E, aí, eles ficaram muito revoltados com isso, porque disseram que não precisavam ter vindo a Brasília pra tratar desses assuntos, estrada ruim, de carro. Então, eles ficaram muito revoltados, e ficaram revoltados com a FUNAI, com o IBAMA, com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério Público e, por tabela, com a Cikel. Naquele momento, eu estava presente, aqui em Brasília, com o megaron, eu também... A gente fica, trabalho há tanto tempo com índio, a gente acaba tomando as dores, vendo aquela... Esses caciques que morreram, muitos trabalhavam diretamente comigo, dia a dia, com eles na cidade, nas aldeias. Então, por conta disso, eles ficaram muito revoltados com a situação e, por tabela, com a Cikel. Foi aí que... Inclusive, eu trouxe um documento, esse documento é do gabinete da Ministra Marina Silva, ele não dá autorização para o megaron ou quem quer que seja negociar a madeira. Ele diz que... Esse documento, se a senhora puder... Nesse documento, ele diz... A retirada dessas madeiras, a comercialização, a serragem ficaria a cargo dos índios. Evidentemente, eles poderiam fazer buscar um parceiro, para tirar essa madeira, mas, claro, com o acompanhamento da FUNAI, do Ministério Público, do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA. O que o megaron fez? Naquele momento, ele, simplesmente, como se revoltou com toda a situação, foi buscar um parceiro. Ele não foi oferecer madeira, ele foi buscar um parceiro, porque, quando nós estivemos no IBAMA, foi dito ao megaron, tanto a FUNAI quanto o IBAMA, que essas duas instituições não tinham condições de tirar essa madeira do mato, ou seja, pagar para trator, homens etc. e tal. Precisava de uma empresa que fizesse nos moldes que a Cikel fez, ou seja, se responsabilizasse pela operação de tirar a madeira, serrá-la e comercializá-la. Por isso que o megaron foi até a algumas empresas buscar parceria, e não vender a madeira. Ele foi buscar parceiros que tivessem estrutura pra tirar essa madeira. Um dos parceiros que

ele conseguiu, de imediato, naquele momento, foi a Bianchini & Serafin. Por isso que ele não queria mais a Cikel e queria a Bianchini & Serafin.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – V.Sa. pode nos informar que compradores americanos foram indicados por V.Sa. e pelo chefe do posto de Colíder, cacique megaron, para a comercialização do mogno, ao invés da empresa FASE? Houve anuência da FUNAI?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Veja bem, durante esse nosso processo de busca de um parceiro, não envolvemos a FASE, porque inclusive eu desconhecia a FASE. Eu só, toda a nossa busca de parceiros foi para que fosse substituída a Cikel. A FASE foi um outro processo, que, pelo menos até onde eu sei, não tem, assim, digamos, um envolvimento com as lideranças de Colíder, com que nós trabalhamos, porque tem caiapó subordinado a Colíder e tem caiapó, mekragnoti e metuktire, subordinados a Redenção. Eu acredito que essa madeira que a FASE serrou, comercializou, pertence a esse pessoal de lá, não tenho certeza, não posso lhe garantir. Quanto aos americanos que a senhora falou, não foram americanos. Nós, primeiramente, buscamos a Bianchini & Serafin. Inclusive, estivemos no IBAMA, com a Bianchini & Serafin, eles tentaram fazer esse processo, mas eles não eram empresas certificadas, selo verde. Quando nós tomamos ciência de que não seria possível, buscamos a BRASCAN, que é canadense, lá no Rio de Janeiro, está certo? Não são americanos, são canadenses. A BRASCAN também não foi possível, porque ela tem um litígio com a comunidade indígena Kaiabi, no Mato Grosso, por terra, e, quando nós soubemos do fato, não prosseguiram as conversas, porque não teria como continuar com essa conversação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Houve a anuência da FUNAI para isso?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Veja bem, deixa eu tentar colocar melhor. A FUNAI, quando nós viemos a Brasília, o megaron entrou com esse documento que não queria mais a Cikel. Ele disse... Entrou com o documento dizendo que não queria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Sim, isso eu já entendi.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Naquele momento, ele disse, aqui na FUNAI, que ele buscava um parceiro, como a FUNAI fez, quando buscou a Cikel. Ele buscava, evidentemente, para, dentro da lei, fazer o trabalho. Ele só buscava o parceiro, mas levaria até a FUNAI. Houve um documento do megaron, dizendo que não queria mais a Cikel. Não houve um documento... Q ue eu não me lembro

se houve esse documento, não tenho... dizendo que queria que a BRASCAN ou que outra empresa... Até então não houve um acordo com nenhuma empresa. Houve só conversas. Não avançaram. Não chegou assim – digamos – as empresas não concordaram em fazer, porque tive esses problemas que eu comentei com a senhora. Não houve anuência assim da... não tinha como a FUNAI anuir...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – A FUNAI permitiu que vocês fossem a busca dos parceiros?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Isso foi até em função do que a FUNAI já tinha feito. Como ela buscou, ele também se achou no direito de buscar, mas ele levaria, evidentemente no tempo determinado, para a FUNAI, para o IBAMA, fazer todo o trâmite legal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Por que o IBAMA e a Polícia Federal não se fizeram presentes durante os trabalhos de campo relacionados à doação do mogno à FASE, conforme constante no contrato?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Não sei falar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – O senhor não tem nenhuma informação sobre a FASE?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Não, nenhuma informação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Não trabalhou com a FASE?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – V.Sa., o chefe do posto de Colíder, o cacique megaron, em algum período já saíram do Brasil para comercializar madeiras oriundas de terras indígenas?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Nunca. Nunca.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – V.Sa. e o chefe do posto de Colíder, o cacique megaron, já estiveram na Cikel do Rio de Janeiro? Quando isso ocorreu e qual foi o motivo da viagem?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Não, não é Cikel. Eu acho que até ele comentou comigo quando voltou que ele se confundiu. É BRASCAN. A Cikel, se não me engano, a sede da Cikel é em Belém. A BRASCAN que é no Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – O senhor foi à BRASCAN e à Bianchini? É isso?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA

– Bianchini tem sede lá em Alta Floresta, próxima a Colíder.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Foram as 2 que vocês procuraram?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA

– Isso. A BRASCAN é no Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – V.Sa. poderia relatar a esta CPI como se processa a extração ilegal de madeira dentro de uma reserva indígena?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA

– Ilegalmente. Penso eu que as pessoas entram lá na ilegalidade, cometem lá... enfim, fazem ilegalmente. Não saberia, que eu não acompanhei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Como ilegalmente? Porque não é permitido ainda.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA

– Não é permitido. Perfeitamente. O que acontece é que essa questão que envolve a derrubada de madeiras ilegais ela é uma situação que já vinha ocorrendo há anos. Quando começamos a trabalhar com os caiapós já pegamos ela em andamento. Graças a Deus, foi quando nós conseguimos um compromisso com as lideranças. O Governo também estabeleceu a proibição do comércio do mogno, retirada de mogno. Então, nós encontramos já várias vezes – o IBAMA junto, trabalhando em conjunto – maquinários, madeiras derrubadas. Como foi feito, eu não posso, porque eu não me envolvi. Não tenho... não tive conhecimento dessas madeiras quando foram derrubadas. Já pegamos as coisas acontecendo. E já com o IBAMA trabalhando, inclusive fiz algumas operações com o IBAMA, apreendemos algumas vezes madeira, maquinários etc. e tal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Essa viagem ao Rio de Janeiro, o senhor foi para ir à BRASCAN na tentativa de fazer uma parceria?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA

– Isso. Buscar um parceiro que pudesse retirar essas madeiras desvitalizadas e fazer o que a Cikel estava fazendo: tirá-las, colocá-las na serraria, serrar, comercializar, fazer todo o processo. Era isso que a gente estava na intenção de fazer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Quem trabalha junto com V.Sa. e o cacique megaron nas tomadas de decisão quanto à comercialização de madeiras e aproveitamentos oriundos da reserva indígena?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA

– Essa decisão parte evidentemente da Direção da FUNAI. Não cabe a nós, não cabe a mim decidir o

que vai fazer. Tanto é que quando esse processo foi estabelecido não tínhamos conhecimento. Ele tramitou todo em Brasília. FUNAI, IBAMA, Ministério Público e Ministério do Meio Ambiente. Lá não temos esse poder de decidir quem vai comercializar, quem vai tirar e tal. Nós simplesmente fomos buscar – como já disse – parceiros para fazer essa extração. Eu acho que não entendi bem essa pergunta. Acho que foi isso mesmo que a senhora perguntou.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – E aproveitamento. E os aproveitamentos oriundos da reserva indígena.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA

– Pois então. Nós trabalhamos segundo a deliberação da direção da FUNAI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – V.Sa. poderia explicar que providências foram tomadas pela chefia do posto de Colíder em relação ao carregamento de 405 toras de mogno entregues ilegalmente pelo índio Mundique caiapó à Cikel em São Félix do Xingu? A FUNAI e a Diretoria de Fiscalização do IBAMA sabiam disso? O que fizeram?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA

– Perfeito. Inclusive os documentos que eu trouxe, eles constam do relatório do chefe do posto na época. Essa situação aconteceu da seguinte forma: a FUNAI estava com essa operação em São Félix do Xingu, e lá nós tínhamos um chefe do posto cuidando desse trabalho, junto com outros servidores também aqui de Brasília e com outro servidor de Colíder também. E aí houve uma denúncia que estavam descendo... Porque lá essas toras, como estão no rio, tem muitas pessoas que roubam, pessoas ribeirinhas que se aproveitam para roubar e tal. Isso é de praxe naquela região, infelizmente. E quando essa... Nós recebemos um comunicado da aldeia, inclusive um rádio-telex, que estavam roubando madeiras no rio, estavam roubando madeiras. E aí esse chefe do posto na época inclusive tinha se ausentado para, se não me engano, para Tucumã. E essas toras desceram, desceram para São Félix do Xingu. O substituto do megaron fez um expediente para o IBAMA de Sinop pedindo providências, que fosse lá um fiscal para apreender essa madeira e, enfim, tomar... autuar. E esse chefe do posto de... chamado Kokraimoro, da FUNAI, ele foi junto com o pessoal do IBAMA, e fizeram a autuação. Inclusive consta nessa cópia que eu trouxe para o Sr. Presidente. Então, isso foi o que aconteceu. Essas toras desceram; foi comunicado ao IBAMA. Inclusive eu estive no IBAMA, eu estive no IBAMA com o megaron e com um cacique chamado Bepkum, que infelizmente faleceu nesse acidente. E foi comunicado ao IBAMA dessas toras. Naquele momento, como essa serraria... que ela... essa serraria ela tinha sido

arrendada pela Cikel, para serrar a madeira que fazia parte do contrato. O dono dessa serraria, segundo inclusive consta nesse relatório, ele estava recebendo essa madeira ilegalmente na propriedade dele. E naquele momento inclusive até criou-se, assim, uma espécie de revolta, mais ainda, porque era uma serraria arrendada pela Cikel, sendo que a Cikel, hoje nós sabemos, não tinha nada a ver com isso. Foi apenas o fato de ela ter arrendado aquela serraria para serrar. Já tinha até terminado o trabalho, se não me engano. E aí criou-se aquele problema todo, as lideranças ficaram mais revoltadas ainda. Comunicamos. E o destino dessas madeiras eu desconheço. Eu não sei o que foi feito delas, porque eu não acompanhei essa operação. Não sei quantas madeiras exatamente... quantas toras entraram na serraria. Eu soube porque o documento veio da aldeia de Colíder aí o substituto fez o documento para o IBAMA, para apreender a madeira, e inclusive está relatado nesse documento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – E consta também o nome da serraria nesse...

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Consta, consta aí. Consta nessa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Toda a documentação.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – V.Sa. sabe se houve carregamentos de mogno para exportação em dezembro de 2004, com termos de doações homologados pela FUNAI e IBAMA?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Houve os carregamentos que faziam parte do contrato – esse contrato com a Cikel.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – V.Sa. ou o chefe do posto de Colíder já fecharam algum negócio com a empresa Folmann & Folmann? Em caso positivo, quem era o japonês negociador e qual era o objeto do negócio?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Certo. Esse japonês, ele chama-se Horácio – agora o sobrenome é que me fugiu. Enfim, ele apareceu com esse Sr. Folmann lá em Colíder. Porque eles queriam também essa madeira. Porque o Sr. Folmann, se não me engano, ele produz instrumentos musicais. Então, ele queria essa madeira, alguma parte da madeira, enfim. Só que depois ele apresentou uma proposta para comprar apenas o resíduo dessa madeira – o que sobrou das serragens, os pedaços menores. O lixo que fica lá, que ninguém aproveita, ele queria comprar. E... na verdade, quando ele chegou a Colíder... Eu fui conhecê-lo já depois, 2 ou 3 meses que ele estava na

região tentando verificar essa madeira. Já no final, nos últimos dias que ele passou por lá, foi quando eu o conheci. Não conheci antes. Então, o que eu posso dizer sobre isso é: nós não negociamos nenhuma madeira com ele nem com o Sr. Folmann, também não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Mas eles negociaram com alguma outra...

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Desconheço se eles fizeram algum tipo de negócio. Eu sei que eles queriam a madeira, tinham interesse na madeira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Mas aí você não sabe se eles levaram a madeira.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Não, não levaram. O que eles estão levando, ou pelo menos me parece que iam levar, seriam resíduos. Esse Sr. Folmann fez um acordo lá com as lideranças porque, como a FUNAI e o IBAMA estavam demorando a decidir o que fazer... Porque, na verdade, é um lixo que sobrou lá. Para vender esse lixo... O termo técnico é resíduo, mas é... fala lixo porque era o que não aproveitava da madeira. Tinha... Muitas pessoas ofereceram valores de 3 mil, 4 mil, lá de São Félix, para queimar em olaria, colocar no forno, fazer tijolo, etc. e tal. E o Sr. Folmann ofereceu um valor bem acima dos outros, porque ele queria fazer instrumento musical, ele queria o lixo, esses pedaços de lixo. Aí, ele fez um acordo com as lideranças para comprar esse resíduo diretamente. Isso aí não foi o megaron, não foi a FUNAI que fez esse tipo de acordo. Então, ele parece que começou a levar alguma carreta desse lixo, mas eu não sei se continuou, porque estava chovendo muito. E também o IBAMA emitiu um documento – porque nós consultamos o IBAMA sobre o que fazer com aquele resíduo, se tinha ATPF ou não –, infelizmente a cópia não está aí, dizendo que não emite a ATPF para resíduo. É lixo, não emite. Então, o que aconteceu foi isso. Ele parece que fez um carregamento – alguma coisa de... poucos metros cúbicos, eu não sei informar quanto – para comprar esse resíduo. O que sei, foi um carregamento apenas e não houve continuidade por causa da chuva. E também me parece que não havia interesse, tinha apodrecido o lixo, é coisa estava há muito tempo lá jogada no chão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Vou passar a Presidência para o Sr. Presidente, porque eu preciso assinar minha presença em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor poderia informar se sabe alguma coisa a respeito de notícia veiculada no *Jornal do Brasil*, em fevereiro, início de março, sob o

título: “*Somem 15 milhões em madeira sob guarda do IBAMA.*”? De que cerca de 48 mil metros cúbicos de árvores derrubadas ilegalmente em terras indígenas e apreendidas em várias operações de fiscalização do IBAMA, ao longo dos anos de 2002 e 2003, no oeste do Estado do Pará, teriam desaparecido?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA

– Não. Não sei informar nada sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo. O senhor tem algo a nos informar sobre atividades da ONG Amazon Conservation Team – ACT, presidida pelo Sr. Vasco Van Roosmalen, na Reserva Indígena do Xingu?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA

– Não. Não conheço e não sei do que trata o assunto. Desconheço completamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor tem algo a informar sobre as atividades da ONG Conservation International na terra indígena Aukre?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA –

Bom, quanto às atividades envolvidas na terra indígena Aukre, não. Mas a Conservação Internacional têm nos apoiado nos serviços de vigilância e fiscalização. Eles nos doaram 100 mil dólares. Foi uma doação sem contrapartida, que não entrou através da FUNAI. Entrou pelo Instituto Raoni, que é uma ONG que eles têm. Compramos barcos, motores, GPS, uniforme para os índios, porque nós estamos fazendo uns cursos com o IBAMA, nós temos trabalhado com o IBAMA nos cursos de vigilância e fiscalização para a formação de agente ambiental voluntário. Então, tem sido esse nosso relacionamento com eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo. Quem procurou a parceria com a Cikel, a FUNAI ou a FASE?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA – Eu acredito que foi a FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo. Pode ser que algumas das minhas perguntas já tenham sido respondidas. Só isso.

No processo de doação com encargos, as despesas ficam a cargo de quem recebe a doação. A FUNAI ressarciu o IBAMA dos custos de transporte, guarda e armazenamento da madeira ou a FUNAI bancou essas operações com os seus recursos?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA

– Eu desconheço essas informações, porque, como eu disse anteriormente, quando elas já estavam em andamento foi que nós tomamos conhecimento do que foi tratado, do que foi acordado. O que eu vi no contrato entre a FUNAI e a Cikel – não digo o que eu vi, porque o contrato é muito extenso, eu li muito rapida-

mente aqui em Brasília –, mas o que eu fiquei sabendo é que esse processo é da seguinte forma: a empresa que fosse trabalhar, que fosse retirar, comercializar, ela teria que arcar com todos os custos da operação, até onde eu sei. Ela teria que arcar com transportes, com custos e tal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Acho que é suficiente. Agradeço a sua participação. Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA

– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Solicitamos que o senhor aguarde lá na secretaria.

Convido o Sr. Antenor Gonçalves Bastos Filho a tomar assento à mesa e solicito que, nos termos do art. 203, preste o juramento na condição de testemunha.

O SR. ANTENOR GONÇAVES BASTOS FILHO

– Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal comunico à testemunha as penas previstas, cominadas ao crime de falso testemunho assim descrito no Código Penal, art. 342: “Art. 342 – *Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha (...)* Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.” O Sr. Antenor Gonçalves Bastos Filho tem a prerrogativa de, por até 20 minutos, se desejar, fazer uso da palavra antes de responder as perguntas dos Deputados.

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Gostaria de deixar ciente que, durante 5 anos, trabalhei para a FUNAI como consultor da UNESCO. Não ocupei nenhum cargo de confiança. Portanto, não tinha nenhum poder de decisão. E o meu contrato encerrou no dia 31 de março.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Inicialmente, há uma série de perguntas. Se voltar, a Deputada Thelma de Oliveira fará as perguntas. Dr. Antenor, a primeira pergunta refere-se a uma reunião de Chanceleres da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. A pergunta é a seguinte: quais os critérios que a FUNAI utiliza para autorizar pesquisas dentro das áreas indígenas? Esses critérios são determinados em comum com os demais países integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– Senhor, eu não tenho condições de responder essa pergunta, uma vez que na FUNAI eu cuidava da parte de proteção e fiscalização das terras indígenas. Isso

aí é uma questão específica de outro departamento da FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo. Nesse seu trabalho de proteção das terras indígenas, o senhor tem conhecimento de alguma pessoa física ou jurídica, incluindo autoridades governamentais, que tenham contribuído de forma direta ou passiva para a prática de crimes contra a biodiversidade?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – O que nós combatemos lá mais é a questão dos garimpeiros, madeireiros, posseiros e alguns casos de biopirataria. Mas não são casos assim específicos da minha ex-coordenação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Esses casos específicos de biodiversidade, de biopirataria geraram processos administrativos?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Olha, embora não seja a minha área, eu acredito que sim, porque há vários processos na FUNAI sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Recentemente, representantes de ONGs nacionais e internacionais estiveram aqui prestando depoimento nesta CPI. E há suspeitas de que muitas dessas ou algumas dessas ONGs poderiam estar indiretamente ligadas a atividades de biopirataria. O senhor conhece alguma ONG que esteja envolvida em crimes de biopirataria, em grilagem de terras indígenas ou tráfico de madeiras?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ou seja, aqueles casos em que o senhor participou diretamente no exercício da sua função como consultor dizem respeito a pessoas físicas ou jurídicas, mas não a ONGs.

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Não ONGs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nunca ONGs.

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Nunca ONGs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Empresas todas nacionais?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Todas nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Os Jornalistas Alexandre Mansur e Klester Cavalcante afirmaram na reportagem *Xenofobia na Selva*, na revista *Veja*, que as autoridades brasileiras e parte dos ambientalistas padecem de paranóica,

quando o assunto é biopirataria. Eles defendem a tese, os articulistas, de que esse comportamento está prejudicando o País, porque, quando o assunto é ampliação das pesquisas sobre nossa biodiversidade, financiamento das mesmas por instituições estrangeiras, há um cerceamento do desenvolvimento dessas pesquisas. Qual a sua opinião como consultor da UNESCO, órgão internacional?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Concordo em gênero, número e grau com a colocação dos jornalistas. Acho que toda pesquisa deve ter a participação efetiva do Governo brasileiro. São conhecimentos extremamente importantes que estão passando de geração para geração e que estamos perdendo em decorrência única e exclusiva da burocracia existente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pesquisadores da USP concluíram que as etnias indígenas brasileiras são oriundas de um mesmo grupo ancestral, que adentrou o continente 20 mil anos atrás. Além dessas conclusões, estes cientistas da USP concluíram que a análise do DNA mitocondrial, poderá revelar o caminho para a cura de doenças como Parkinson, Alzheimer e diabetes.

Por 85 mil dólares a empresa americana Coriell Cell vende na Internet DNA de índios brasileiros. Na época em que o senhor esteve como consultor, a FUNAI ou algum órgão público tomou alguma medida para coibir essa prática de biopirataria ou qual a análise do órgão a respeito desse tipo de procedimento comercial da Coriell Cell?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Eu tenho que me ater, no meu campo de atuação que era vigilância e proteção de terras indígenas. Eu seria leviano se respondesse essa pergunta. É uma pergunta extremamente complexa, e foge aos meus conhecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. Agora então sobre terras. Vamos lá. Segundo a Deputada Perpétua Almeida, uma das áreas que consta para ser comercializada pela imobiliária Kramer, com anúncio nos principais jornais do Acre e da Amazônia, inclusive revistas, está situada no Parque Estadual do Chandless, que comporta terras indígenas, Kulina e Xinane, nos Municípios de Sena Madureira, Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano. Essa área em questão está registrada em nome da União, no Livro 2-g, fls. 185 e 186, do respectivo cartório de registro. O senhor tem conhecimento se já conseguiu identificar funcionários da FUNAI participando desse esquema? O que o senhor conhece a respeito do assunto?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– Desconheço por completo esse assunto. Esse assunto estaria muito mais ligado à diretoria de assuntos fundiários da FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Qual a sua idéia a respeito de uma administração internacional da Amazônia?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Sou totalmente contra, porque nós brasileiros temos capacidade suficiente e técnica para gerenciar a Amazônia. Porém, se a atual política for mantida, inevitavelmente a Amazônia, com uma questão de tempo será internacionalizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Atualmente o senhor tem algum vínculo com algum órgão público?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nenhum.

Com a palavra a Deputada Thelma de Oliveira, Relatora *ad hoc*, em substituição ao Relator, Deputado Sarney Filho.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– V.Sa. trabalhou na FUNAI em que período?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– Trabalhei na FUNAI de 1999, para ser mais preciso, de outubro de 99 até 31 de março de 2005.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– De quem V.Sa. recebia ordens? O que V.Sa. tem a declarar sobre o caso de desaparecimento de madeira em Juína? V.Sa. estava no comando dessa operação? Se não, quem estava?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– Eu recebia ordens na FUNAI do coordenador geral do CGPINO. Essa Operação Juína a que a senhora se reporta, se não me falha a memória, foi uma operação realizada no ano de 2002. E o responsável por essa operação foi o IBAMA, que naquela oportunidade apreendeu um volume de madeira de aproximadamente entre madeiras toras e madeira cerrada, de 100 mil metros cúbicos e até hoje desconhecemos o destino que foi dado a essa madeira.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Os trabalhos realizados pelo IBAMA e FUNAI, no caso da doação da madeira à FASE, foram implementados de maneira articulada? Por que não ocorreu a participação da Polícia Federal no processo? V.Sa. elaborou relatórios das operações de campo, poderia fornecer cópia a esta CPI? A FUNAI acompanhou toda operação de carregamento da madeira e a posterior exportação? Houve alguma anormalidade no processo? Em caso positivo, foi ela comunicada à direção da FUNAI e ao

administrador regional da FUNAI em Colíder? A que V.Sa. atribui o número elevado de denúncias a respeito desse caso no TCU, Ministério Público, Ouvidoria do IBAMA, CGU e até nesta CPI?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– Senhora, com o devido respeito, esta pergunta não espelha a verdade. Porque a FUNAI não teve qualquer tipo de participação na operação FASE. Essa foi uma operação, se não me falha a memória, realizada em Altamira. A FUNAI não teve qualquer tipo de participação.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Então o senhor não tem nenhuma informação para prestar, mas também não sabe de denúncias. O senhor tem conhecimento de alguma denúncia?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – A única coisa que apareceu foi aquele famoso relatório do Tribunal de Contas, onde citava em determinados trechos a operação FASE.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– V.Sa. trabalhou quantos anos na Cikel, em que período, em quais atividades e cargos? Por que V.Sa. saiu da Cikel e foi trabalhar na FUNAI?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Eu entrei na Cikel em 1992 e deixei a Cikel em 1998, deixei a Cikel com um problema extremamente particular, em decorrência de um problema com uma filha minha, e que minha presença em Brasília se fazia mais do que necessária.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E aí o senhor saiu da Cikel e foi trabalhar na FUNAI.

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Não. Eu sai da Cikel, fui trabalhar na FUNAI somente em 1999.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Qual era a sua atividade, cargo na Cikel?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– Eu era gerente florestal.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Gerente Florestal. E qual era essa atividade do senhor?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– A minha atividade era elaboração de projeto de manejo, responsável pelo abastecimento das indústrias, em termos de madeira, tratamento com o IBAMA, elaboração de projetos, relatórios, representação da empresa em simpósios, trabalho de um gerente comum.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– V.Sa. foi o representante da FUNAI no grupo de trabalho criado pela Portaria Ministerial nº1.106/02 para disciplinar a destinação da madeira posteriormente doada à FASE? Nesse contexto, quantos aditivos fo-

ram implementados entre o IBAMA e a FUNAI e de que data é o último aditivo?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Aí a senhora colocou novamente a palavra “FASE”, em que a FUNAI não teve nada a ver com essa operação.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Mas o senhor fez parte do grupo de trabalho?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– Não senhora.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Que foi criado por esta portaria ministerial?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– Não, senhora. Se não me falha a memória, eu participei de um grupo de trabalho, denominado operação mogno. Mas como eu estava envolvido em Rondônia, na terra indígena dos cinto larga, cuidando da extrusão de garimpeiros, eu pouco participei desta comissão.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Desse grupo de trabalho, o senhor não participou então?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Não.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– V.Sa. saberia informar quais as providências adotadas pela FUNAI, quanto a venda de 405 toras de mognos entregues ilegalmente pelo índio Mundico Kayapó à Cikel em São Félix do Xingu. A FUNAI e a diretoria de fiscalização do IBAMA sabiam disso? E o que fizeram?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Senhora, eu fiquei na região de Tucumã até o dia 23 de fevereiro de 2004. Eu fui para lá no dia 19 de novembro, tenho os relatórios aqui, eu desconhecia totalmente esse assunto. Se a senhora quiser eu posso fornecer cópias dos relatórios do período que lá estive, onde consta do mesmo toda a movimentação das madeiras.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Quais foram as providências adotadas pela FUNAI em face do Ofício nº 43/04, pelo qual a chefia da FUNAI/Colíder comunicou à FUNAI/Brasília que não queria que a empresa Cikel serrasse o mogno?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – A providência foi uma suspensão quase que imediata do contrato e posteriormente os próprios índios, reconhecendo, voltaram atrás e pediram que a Cikel continuasse serrando. E é bom frisar que todo esse assunto foi discutido no âmbito da 6ª Câmara do Ministério Público Federal.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– V.Sa. tem conhecimento da venda de mogno por ou

tras lideranças indígenas? E o caso dos líderes Kubeir Kayapó, Niti Kayapó e Karangré Xicrin?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– Olha, minha senhora, a questão da venda de madeira pelos índios, infelizmente, isso ocorre. Ocorre mais, porque o que acontece hoje? Os índios, infelizmente, hoje, eles não podem ser vistos mais como aquelas pessoas que viviam aqui em 1500, 1600. A partir do momento em que eles mantiveram e mantêm contato com os brancos, eles se tornam consumistas. Os recursos financeiros da FUNAI, para a senhora ter uma idéia, este ano, o orçamento da FUNAI é inferior a 200 milhões de reais e a demanda dos índios é uma demanda crescente. Então, vou dizer para senhora, alguns índios vendem madeira. Agora, não posso precisar se esses nomes estão certos ou errados.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Mas nesses convênios não fica previsto que as entidades, elas irão devolver uma parte em programas sociais para os índios? Isso não acontece?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– Em que tipo de convênio?

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– No que foi feito com a FASE, por exemplo.

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Não. O que precisa deixar claro é o seguinte: a FASE não teve... a FUNAI não teve, absolutamente, nada com a FASE.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Sim, mas o senhor não tem conhecimento de que isso teria que acontecer?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– O que a FUNAI fez foi um contrato, que é denominado Operação Mogno, feito com a própria Cikel, em que parte deste dinheiro, hoje, já está quase, totalmente, integralizada e depositada na renda indígena para projetos de alta sustentabilidade da comunidade indígena.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Neste contrato?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– Neste contrato. Isso é exigência que consta tanto do termo de doação, que foi assinado pelo Presidente da FUNAI, pelo Presidente do IBAMA e por representante do Ministério Público Federal.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– São essas as perguntas do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Queria reforçar uma pergunta aqui. Nessas audiências que aqui tivemos, houve já depoimento de servidores da FUNAI e um deles explicitou, justificando, com certos detalhes, a participação da FUNAI no processo de doação do mogno à FASE e

na fase posterior, relacionada à comercialização, através da Cikel. No entanto, hoje, o senhor nos informa de que a FUNAI não teve nenhuma participação no processo. Há como distinguir, por exemplo, a direção, a parte superior da FUNAI e algum órgão subalterno ou... Porque eu estou vendo que o senhor está dizendo que ela não teve nenhuma participação com muita convicção.

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– Não, eu digo, com muita convicção e bastaria apenas que V.Exa. solicitasse ao IBAMA o contrato de prestação de serviços firmado entre a FASE e a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não. Não é isso. No processo de doação de mogno à FASE.

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Não, a FUNAI não teve qualquer tipo de participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nenhuma indicação, nada.

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO – Nenhuma indicação, nada, nada, nada, nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Por último, como o senhor encara essas doações de madeira apreendida para uma ONG, que, por sua vez, contrata uma madeireira das mais polêmicas, que já tinha sido multada, o seu nome no CADIN, sendo processada, uma série de perquirições a respeito, para processar essa madeira. Essa doação não estimula o próprio processo de ilicitudes, já que, ao doar essa madeira, e depois, em função do contrato entre a FASE e a Cikel, a Cikel passa a ter o direito de solicitar as autorizações de transporte que vêm em branco? Não citam o volume de madeira. Isso não estaria criando um círculo vicioso que facilitaria e dificultaria muito o controle da fiscalização?

O SR. ANTENOR GONÇALVES BASTOS FILHO

– Olha, o termo de doação leva uma palavrinha, logo depois, chamada “com encargo”, ou seja com responsabilidade. Então, o Governo, quando doou essa madeira, evitou que empresas que comumente serravam ilegalmente o mogno participassem do processo de beneficiamento, de comercialização dessa madeira. Agora, o IBAMA é um órgão idôneo e tem um total controle a respeito do fornecimento de ATPFs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está bom.

É só isso, Sr. Antenor. Nós agradecemos a sua participação e solicitamos que aguarde ainda mais um pouco. Só falta um depoente. Muito obrigado.

Na seqüência, convidamos o Sr. Paulo Henrique Borges de Oliveira Júnior a tomar assento à mesa.
(Pausa.)

O Sr. Paulo Henrique Borges de Oliveira Júnior irá tomar assento à mesa. Solicito que, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, preste o juramento previsto em lei.

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, comunico à testemunha que o art. 342 tipifica o crime de falso testemunho, como fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha, culminando, nesse caso, pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

O Sr. Paulo Henrique Borges de Oliveira Júnior tem a prerrogativa inicial de, até 20 minutos, utilizar a palavra, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, senhor. Vamos direito às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

Com a palavra a Deputada Thelma de Oliveira, nomeada Relatora, em substituição ao Relator Deputado Sarney Filho.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – V.Sa. é hoje assessor do Presidente do IBAMA ou Coordenador do CNPT? Qual é o DAS atribuído a V.Sa.? Nessa função, quais as atividades desenvolvidas por V.Sa., e de quem partiu o convite?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Meu DAS é o DAS-4, de Assessor da Presidência do IBAMA. Minhas funções... O convite veio do Presidente Marcos Barros e da Ministra Marina Silva para ocupar esse cargo, com o intuito de estar estruturando uma nova diretoria dentro do IBAMA, com o nome de Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental. Para tanto, iniciou-se os trabalhos coordenando as ações do Centro Nacional de Populações Tradicionais, um centro especializado do IBAMA, e já realizamos atividades em conjunto com outras instâncias do órgão, já preparando a implantação dessa nova diretoria quando ela for designada.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Onde V.Sa. trabalhou anteriormente? Em que período? Em quais atividades e cargos? E qual era o tipo de vínculo de V.Sa. com a FASE? Por que V.Sa. deixou a FASE e veio a trabalhar no IBAMA?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu trabalhei na FASE no ano 97/98 até 16 de abril de 2003. Saí da FASE por um convite da

Cooperação Inglesa para ficar trabalhando na Assessoria de Programas de Desenvolvimento Social, junto ao Programa Piloto PPG-7, antes de entrar, portanto, no IBAMA. A minha portaria no IBAMA foi no dia 13 de setembro de 2004.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Por que o senhor deixou a FASE?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu deixei a FASE em função desse convite mais interessante de vir a Brasília. Pessoalmente, eu avalei do ponto de vista profissional de estar mais próximo dessa proposta desse Governo que estava começando. Então, tive o convite da Cooperação Inglesa para estar auxiliando na construção da segunda fase do Programa Piloto.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Qual foi a participação efetiva de V.Sa. no processo de doação de mogno à FASE? Na opinião de V.Sa., por que ela foi escolhida como donatária? Quanto ela de fato obteve nesse processo, em produto florestal e financeiro? Quanto coube às comunidades indígenas e à Cikel? A que V.Sa. atribui o número elevado de denúncias a respeito desse caso no TCU, no Ministério Público, na Ouvidoria do IBAMA, no CGU e até nesta CPI?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Dá para a senhora fazer por partes, novamente? Porque essa daí foi longa. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Qual foi a participação efetiva...

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – A minha participação? O.K. Nenhuma.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– E por que o senhor acha que a FASE foi escolhida como donatária?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Olha, eu acredito que tenha sido em função de que a FASE é uma entidade de utilidade pública federal, não é? Tenho até aqui, e vou deixar à mão da Comissão, me preparando para vir, o *site* da FASE, o *site* www.fase.org.br traz todas as informações relativas ao Fundo Dema, com balancetes mensais e tudo mais. Acredito que a FASE seja escolhida. Primeiro existe, sim, um histórico de trabalho da FASE com manejo florestal comunitário na Amazônia. Então, há uma proximidade, há grupos e entidades que trabalham com manejo florestal comunitário. Esse é um ponto. O segundo, por ela ser de utilidade pública federal.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Quanto ele obteve, de fato, nesse processo em produto florestal e financeiro?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Aí não tenho essa informação a ceder à Comissão.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E quanto coube às comunidades indígenas e à Cikel?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Também não tenho essa informação. Recomendo dar uma olhada no *site*, ou, então, mesmo chamar alguém responsável pelo Fundo Dema, que acho que é a pessoa mais indicada, a vir prestar depoimento na Comissão.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E a que o senhor atribui esse número elevado de denúncias a respeito desse caso?:

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Se não me engano, e pela leitura que fiz das informações do *sítio*, essa foi uma operação inédita, uma primeira operação inédita, no sentido do seu ineditismo. Acredito que pela experiência que estou tendo, inclusive atualmente no IBAMA, toda ação nova tem uma reação proporcional. Acredito que, é a leitura que faço, é uma leitura que, por ser inédita realmente ela suscita questionamentos que são justificáveis para se entrar na Justiça e se averiguar os fatos.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – V.Sa. saberia dizer quais foram as providências adotadas pela FUNAI, em face do Ofício nº 43/04, pelo qual a chefia da FUNAI de Colíder comunicou à FUNAI, em Brasília, que não queria que a empresa Cikel cessasse o mogno?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, não tenho conhecimento.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – O senhor poderia discorrer de forma sucinta sobre o Fundo Dema? Saberá precisar o quantitativo de recursos desse fundo aplicado no Banco da Amazônia e provenientes da exportação de mogno? E quais os projetos sociais que foram implantados por meio da FASE?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu não saberia dizer. Novamente coloco que seria interessante chamar alguém responsável pelo Fundo Dema, mas novamente recomendo uma ida ao *sítio*, porque nele descreve o que é o Fundo Dema, inclusive quem foi o Dema. Foi uma liderança sindical assassinada na região da Transamazônica por nome de Ademir Alfeu Federicci em homenagem a ele constituíram esse Fundo. Então, no *sítio* da FASE tem a descrição do fundo, tem as parcerias na gestão do fundo, como ele funciona, os relatórios do comitê gestor, o manual de operações, os balancetes financeiros do Fundo Dema, balancetes mensais, todos os documentos da operação, termo de doação, contrato de parceria, documentos oficiais, relatório de embarque,

relatório de produção da Cikel e eles já fizeram, também uma informação do sítio, eles já fizeram uma primeira chamada de projetos, projetos de comunidades, e agora eles abriram também, a partir de informação do sítio, abriram agora para segundo edital de seleção de projetos, em março de 2005. Não tive tempo de abrir especificamente a chamada de edital, então não sei se ainda está em curso. Mas novamente reporto que as informações precisamente da pergunta não tenho condições de estar informando à Comissão.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Conforme o Memorando Conjunto nº 01/2004, do CGFIS e CGREP, de 15/04/04, qual foi a postura adotada pelo IBAMA e FUNAI quanto ao fato de um caiapó conhecido como Mundico ter vendido 405 toras para suposto representante da Cikel tendo as toras sido levadas para São Félix do Xingu?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não tenho informação sobre isso, Deputada.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– A legislação atual permite que o IBAMA possa estabelecer termos de cooperação técnica com os Estados-membros para gestão floresta, no entanto, esta Comissão recebeu denúncia de que alguns Estados, como é o caso do Acre, estão repassando tal atribuição aos Municípios, o que não é permitido. Como então explicar diversas autorizações de desmate, queima controlada e utilização da matéria-prima florestal, fornecida pela Prefeitura Municipal de Feijó, Acre, a partir de janeiro do corrente, das quais essa CPI possui cópia? Que atitude V.Sa. pretende tomar com base nessa denúncia?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – É, eu só preciso da informação precisa de onde a Prefeitura de Feijó está fazendo isso. Por quê? Dentro do Centro Nacional de Populações Tradicionais, nós somos responsáveis pelas reservas extrativistas aqui no País, e o Município de Feijó tem uma reserva extrativista. Então, se tiver essa área dentro da reserva extrativista, aí eu poderia ceder informações à Comissão. Fora da área da reserva extrativista, então, seriam outras diretorias do IBAMA, como a Diretoria de Floresta e ou de Proteção, que deveria estar aqui pronunciando a respeito. Não passa pelas minhas mãos, o meu escopo de trabalho, esse tipo de termo de cooperação técnica e tal. Coloco-me à disposição daqui da Comissão caso haja alguma questão da reserva extrativista do Alto Juruá que fica no Município de Feijó; caso seja fora, não tenho condições de estar contribuindo com a Comissão.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – O que V.Sa. tem a declarar a respeito de notícia veicula-

da no *Jornal do Brasil*, no final de fevereiro, início de março do corrente, sob o título "Somem 15 milhões de dólares em madeira, sob guarda do IBAMA", de que cerca de 48 mil metros cúbicos de árvores, derrubadas ilegalmente, em terras indígenas, e apreendidas em várias operações de fiscalização do IBAMA, ao longo dos anos de 2002 e 2003, no oeste do Estado do Pará, teriam desaparecido? Segundo se noticiou, o desaparecimento da madeira foi constatado pelos procuradores do IBAMA, que, em setembro de 2004, entregaram relatório constatando que os lotes teriam sido comprados por 4 madeireiras de Santarém e armazenados na Serraria Internacional Madeiras Ltda. e em galpões de outros 2 empresários do setor, Paulo Pombo Tocantins e Elias Salame da Silva.

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Repito que realmente não é da minha alçada. No que diz respeito à apreensão, fiscalização, isso há uma diretoria específica no IBAMA chamada Diretoria de Proteção Ambiental, Dr. Flávio Montiel que é o Diretor responsável, então essas perguntas são mais pertinentes à alçada dele. No que diz respeito à procuradoria, Dr. Sebastião Azevedo, que também acredito esteja à disposição aqui da Comissão. Ressalto novamente que a área em que trabalhamos é a de populações tradicionais e educação ambiental. Dentro dessa escopo, é que está o trabalho que nós vimos desenvolvendo dentro do IBAMA. Para mim fica muito difícil, uma vez que não é da minha alçada, não é de minha responsabilidade, responder uma pergunta nesse perfil. Não me negaria a respondê-la, se eu soubesse, mas simplesmente não é da minha alçada.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– V.Sa. tem conhecimento acerca do acréscimo do desmatamento dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes a partir de 2003?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nós estamos, agora, inclusive, saindo de uma missão com o Banco Mundial, na qual conseguimos a prorrogação por mais 3 anos de um projeto específico chamado Reservas Extrativistas, do contexto do programa piloto, e nós estamos agora ultimando a estruturação de um componente chamado Monitoramento Ambiental. Temos alguns indicadores de que sim, de que está havendo esse acréscimo de desmatamento. Só que são indicadores ainda extremamente precários, e nós realizaremos um seminário no final do mês de maio, especificamente nos últimos dias desse, desculpe, de junho, perdão, próximo mês de junho, onde estaremos discutindo toda a problemática da Reserva Chico Mendes e, inclusive, a própria motivação do seu conselho deliberativo e a elaboração do plano de manejo da unidade. É importante dizer que as reser-

vas extrativistas têm um conselho que é deliberativo; deliberam sobre a área, a partir dos moradores, das Prefeituras e de outras organizações que atuam quer seja na área, quer seja no entorno. O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Chico Mendes ficou muito tempo sem funcionamento. A partir dessa nossa gestão e a retomada desse projeto que eu acabei de mencionar é que nós começamos todo um trabalho de motivação dos membros do Conselho para, então, realizarmos esses seminários e fazermos um planejamento de trabalho a partir do segundo semestre, onde, aí sim, nós teremos os dados concretos. Mas há indícios, sim, Deputada, de que há um aumento do desmatamento dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, essas eram as perguntas do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Na seqüência, Dr. Paulo Henrique, gostaria de novamente perguntar qual é a data em que o senhor passou a fazer parte do IBAMA.

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Foi 13 de setembro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – 13 de setembro de 2004.

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na época em que o cacique megaron Txucarramãe, Administrador Regional da FUNAI em Colíder, notificou o IBAMA de que a madeireira Cikel estaria proibida de serrar toras de madeira de mogno apreendidas e subtraídas de áreas indígenas, o senhor já fazia parte do IBAMA?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu não tenho conhecimento desse ofício e, se eu soubesse, estaria aqui fazendo, prestando os esclarecimentos. Acredito que essa área seja área de proteção, Diretoria de Proteção Ambiental do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na época em que foi feita a doação, esse convênio de doação com encargos da madeira para o grupo FASE, o senhor fazia parte do grupo FASE, do IBAMA, ou de nenhum deles?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Olha, eu não sei precisar a data da doação. Eu preciso as minhas datas. Eu saí da FASE no dia 16/4/2003, entrei no IBAMA no dia 13 de setembro de 2004. Então, se porventura for alguma data entre os 2, nem um e nem outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. O senhor poderia nos enviar

uma cópia desse convênio com encargos realizados entre o IBAMA e a FASE?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se puder nos encaminhar, com a maior rapidez, até o final desta semana.

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Sem dúvida. Eu acredito, inclusive, se o senhor me permitir uma pequena observação, pelo que deu pra, e deixo esse material com V.Sas., se o senhor me permitir, até se tiver aqui um acesso à Internet, acredito que seja até possível se baixar aqui mesmo a cópia do convênio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sei. De qualquer forma, gostaríamos para saber quem assinou pela FASE...

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – ... quais são as pessoas que realmente integravam a FASE naquele momento.

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na sua opinião, as reservas extrativistas devem ser exploradas de forma sustentável, através de um projeto de gestão de florestas públicas, como este que está sendo apresentado, ou, na sua opinião, este Projeto de Gestão de Florestas Públicas deve incluir não apenas chamadas flonas, mas outras áreas também, áreas cujas posses e propriedades não estão muito bem definidas?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Olha, as reservas extrativistas estão fora deste Projeto de Gestão de Florestas Públicas – essa é uma primeira questão importante. Porque existem alguns itens na proposta do projeto que são salvaguardas às populações tradicionais moradoras. Dentre as possibilidades que essas populações têm de ordenar o seu uso tradicional e a gestão do seu território de vida e trabalho são as reservas extrativistas. Então, ela não entra no escopo do Projeto de Gestão de Florestas Públicas, mas sim no item que diz respeito às salvaguardas das populações tradicionais moradoras nas áreas que tenham interesse para o Projeto de Gestão de Florestas Públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. As informações que nós temos é de que, desde 1989, o INPE faz o monitoramento da Floresta Amazônica através do Projeto PRODES e do Satélite Landsat. Infelizmente, ao que nós estamos vendo, pelos resultados, esse monitoramento não está

sendo suficiente para que o IBAMA, em tempo real, consiga segurar esse desmatamento. O que está ocorrendo? Os senhores, lá na Presidência, o Presidente ou os órgãos ligados ao Presidente recebem esse resultado do monitoramento do satélite, e não têm gente para ir lá conter as queimadas, a devastação? Ou não recebem essa informação? Ou estas informações que recebem são todas fruto de autorizações legalmente concedidas pelo IBAMA? Desses 26 mil quilômetros quadrados desmatados, o senhor, a Assessoria do Presidente, tem idéia de qual a percentagem que está autorizada legalmente e qual a percentagem que está sendo feita ilegalmente?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Olha, eu não... Renovo aquela questão que eu coloquei antes, que, no que diz respeito a essas questões, existe uma diretoria específica, que é a Diretoria de Proteção Ambiental, que é o Dr. Flávio Montiel, que teria os subsídios de estar respondendo ao senhor essa pergunta. A nós, e que passa na minha mão e que está sob a minha responsabilidade, é a relação do IBAMA com as populações tradicionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Populações tradicionais. Bom, com relação às populações tradicionais...

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nós temos notícia de que o Sr. Atanagildo de Deus Matos, ex-Chefe do Centro Nacional de Populações Tradicionais, acabou sendo demitido em função de comprovação de algumas denúncias. A partir de então, o senhor tem conhecimento de medidas que tenham sido tomadas pelo órgão para corrigir falhas, para dificultar atos de prevaricação ou de desvio de recursos no Centro Nacional de Populações Tradicionais?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Positivo, Sr. Presidente. Aí estamos na praia agora. (*Riso.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo.

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Quando, em outubro do ano passado, recebemos um relatório da Secretaria Federal de Controle, colocando todos os problemas, quer sejam administrativos, quer sejam de despesas que não seriam aprováveis de serem realizadas no período de 2001 a 2003, relativo a esse projeto que eu mencionei, que é o Projeto Reservas Extrativistas, dentro do Programa Piloto. A partir daí, em conjunto com a Procuradoria-Geral, a Auditoria do IBAMA, também com o auxílio da Presidência, nós fizemos todo um trabalho de sanea-

mento das medidas que foram apontadas pelo relatório da Secretaria Federal de Controle. Todas elas foram encaminhadas, as devidas medidas legais cabíveis, aos responsáveis pelas despesas que foram glosadas pela Secretaria Federal de Controle. Até hoje estamos encaminhando a documentação ao Tribunal de Contas da União, que vem acompanhando todo esse processo bem de perto. E o resultado disso é que nós conseguimos a prorrogação desse importante projeto para o Centro Nacional de Populações Tradicionais, Projeto RESEX, que estava bloqueado pelo Banco Mundial e pelo principal doador, a União Européia, em função desses problemas ocorridos de utilização indevida de recursos. Temos já o relatório da Secretaria Federal de Controle, relativo ao ano de 2004, tendo 80% do relatório, acatado todas as nossas considerações e as nossas mudanças de procedimentos internos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A respeito da Reserva Extrativista Mapuá, houve já alguma liberação de recursos para ela, a partir do momento em que o senhor passou a fazer parte da Assessoria do Presidente do IBAMA?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não. Liberação de recursos para Mapuá, do IBAMA, não. Aliás, reserva extrativista recém-criada pelo Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor não teve nenhuma participação na escolha da FASE, como doadora, como donatária dessa madeira apreendida?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não. Não tive nenhuma participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu queria a sua opinião a esse respeito. O IBAMA apreende a madeira. Como isso lhe custa – precisa fiscalizar, cuidar, ficar vigiando, pagando essa madeira apreendida –, ele tem a opção de doar, por exemplo, para o Ministério dos Cidades, para que sejam feitas casas, construções com essa madeira, é madeira nobre, mas, de qualquer forma, diminuindo custo de habitação, mas ele prefere, o IBAMA prefere doar para uma ONG, a FASE, que, por sua vez, contrata a Cikel, uma empresa já com uma história das mais controvertidas, um ato do qual o IBAMA não participa. Essa empresa, Cikel, pelos dados de que dispomos – não temos ainda comprovação final –, do arrecadado dessa madeira, ficou com 8 milhões e deixou 2 milhões com a FASE. Essa empresa Cikel passa a ter direito de conseguir as autorizações de transporte em branco. Não tem o volume. Em branco. Elas são dadas em branco. O volume é preenchido depois pelo IBAMA. O IBAMA dá as autorizações em branco, um cheque em branco, para ela transportar a

madeira. Na sua opinião, a reação a essa doação é algo natural, por haver uma novidade, ou é um estímulo ao “esquentamento” de uma madeira ilegalmente cortada, que foi fruto de uma apreensão? Isso não estaria estimulando madeireiras a continuarem fazendo atos de ilicitude, depois recebem uma multa que não pagam e de novo elas conseguem, por um outro caminho, acabar recebendo essa madeira “quente”, “esquentada”, com autorizações em branco para transportá-la, para comercializá-la? Isso não está – não é um fato – na essência, no germe, embrionária dessa grande devastação, a que nós estamos assistindo, de 26 mil quilômetros quadrados?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Essa é uma pergunta complexa. Sobre as informações das guias em branco, isso daí, realmente, reporto de novo a questão ao Diretor de Proteção Ambiental, Flávio Montiel. Agora, sobre o mérito da questão, agora, vou só fazer uma... Não estou entrando aqui... E eu concordo plenamente com a afirmação do senhor, considerando-a como verdadeira, de que isso seria, do meu ponto de vista também, algo que não seria possível de acontecer. No entanto – e aí eu também não estou justificando –, não acredito que esse ato em si repercute no que diz respeito ao incremento ou então ao favorecimento, à abertura de uma via para o incremento do desmatamento. A leitura que eu faço é de que o próprio desenvolvimento econômico do País é que está intimamente ligado à questão do desmatamento que se verificou na Amazônia. Agora, eu gostaria de deixar uma opinião, e não estou entrando aqui, Sr. Deputado, no mérito da operação em si, porque não tenho, realmente, as informações suficientes para tal, mas pensando que, de um ato ilícito, podemos constituir um fundo que venha a beneficiar a população ali moradora, que foi agredida por esse ato ilícito, penso que, enquanto proposta, afirmo que é interessante. Estamos aqui discutindo a questão do mérito, também como é interessante a doação ao Ministério das Cidades, às Prefeituras, às Secretarias de Educação. Por exemplo, a reforma de escola. Nós temos muito isso nas reservas extrativistas. De toda a forma, eu particularmente não fecharia, não acho que essa porta deveria ser fechada, porque nós temos aqui, pela leitura do documento, uma gestão extremamente compartilhada, transparente desse fundo. E, pelos relatos que eu tive de organizações que estavam preparando projetos, organizações e associações comunitárias, projetos para esse fundo, eu sempre estimei-os a tal, porque acho interessante a proposta. Só que agora eu gostaria de ressaltar, deixar bem claro, que não entro aqui no mérito dos caminhos percorridos para que essa proposta fosse construída. Só que eu

gostaria também de deixar registrado que, na minha opinião, essa é uma via interessante também, frente a um leque variado de destinações possíveis para essas madeiras apreendidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em relação a essa reserva extrativista Mapuá, não tendo havido nenhuma liberação de recursos do IBAMA, o senhor tem conhecimento de outras fontes, de outros Ministérios, enfim de outras rubricas do Orçamento Público há alguma destinação já consumada ou prevista para essa reserva extrativista recém-criada?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, Sr. Presidente. Eu não tenho nenhuma informação a respeito. Só uma pista de que... a informação que tenho é que tenha sido liberado. Mas ela entra, uma vez que ela foi criada este ano, na possibilidade de financiamento do ano de 2006, dos programas do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA, mas, esse ano, que tenha sido liberado não temos nenhuma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nós temos recebido aqui uma enxurrada de denúncias a respeito dessa dificuldade do IBAMA fazer o controle. E, via de regra, todos os dependentes que aqui vieram ou não respondem as questões, como é caso do Sr. Flávio Montiel, que não respondeu absolutamente nada. Ficou de mandar as respostas e não as enviou, razão pela qual ele será reconvocato, como hoje uma senhora, D. Cristina, Cristina Galvão Alves, que disse com toda firmeza que, quanto a todas essas denúncias, nenhuma é da Coordenadoria dela é das outras. E defendeu o IBAMA em nada. Mas disse que ela não tem nada a ver com essas denúncias. O que o senhor tem conhecimento, sendo um assessor direto do Presidente, de medidas que tenham sido tomadas pelo Presidente, até para ele se precaver, para não ser acusado de prevaricação, de omissão, no sentido de evitar, por exemplo, que, numa autorização de doação de 636 toras, tenham sido doadas, de acordo com o Ministério, 6 mil. Um caso de mudança de vírgula, um zero à direita, não à esquerda, ou, por exemplo, nesse caso das autorizações de transporte em branco. Há alguns estudos, há algumas medidas que mostrem a preocupação do gestor com os controles, com o bom exercício de sua função de zelar pelas coisas públicas?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Essas questões estão novamente mais afeitas diretamente, quer seja à diretoria do Flávio Montiel, quer seja à Procuradoria, o Dr. Sebastião, quer seja à auditoria. Quer dizer, especialmente a questão da auditoria, que me parece muito mais próxima a

esse questionamento que o senhor coloca. Eu talvez colocasse como uma indicação, se fosse possível à Comissão, chamar o auditor do IBAMA, que talvez ele possa dar as respostas mais adequadas. Repito que está fora da minha alçada esse tipo de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Uma última observação só. Não é mais uma pergunta. Só uma oportunidade talvez de o senhor complementar suas observações. Nós aqui, historicamente, temos assistindo sempre a uma preocupação dos Governos, não e do atual Governo, não é uma crítica ao atual Governo, mas historicamente de os Governos procurarem sempre culpar a população, pelo menos em parte, por aquilo que eles não conseguem realizar. É muito comum em um sistema de água e esgoto, chegar e culpar a população, quando eles não conseguem abastecer suficientemente de água determinada região metropolitana, culpar a população, porque é ela que lava o carro com água, com cloro e flúor, ou fica fazendo a tal vassoura hidráulica, lavando a calçada, e põe a culpa na população. Recentemente ouvimos uma autoridade da FUNAI dizendo que a culpa da morte dos indiozinhos é porque, na cultura indígena, os pais comem antes, e o que sobra é que dão para os filhos. O que acredito que seja um absurdo. É contra toda a natureza humana, notadamente no caso do instinto maternal. Fere a tudo aquilo que a gente conhece. Recentemente o Presidente da República declarou que a culpa dos juros altos é do povo que fica sentado e que não se levanta, não tirando os glúteos da cadeira, e não procura o banco do outro lado da praça, pondo a culpa, portanto, no tomador. Há pouco, ouvimos também algumas considerações a respeito de outras justificativas, e hoje, ao que ficou da sua observação, e por isso eu gostaria que o senhor complementasse, possivelmente até fazendo alguma modificação, dá a entender de que a causa, a grande motivação dessa queimada, destruição de 26 mil quilômetros quadrados é o desenvolvimento econômico, esse grande desenvolvimento econômico por que passa o País. Imagino que não possa atribuir a esse, principalmente agora que foram revistos, os índices de crescimento do País caíram. O IBGE acaba de rever e não chegamos nem a 5% no ano passado. É sempre essa justificativa que eu acho que, na realidade, foge um pouco aquilo que a realidade mostra. E mostra também, por outro lado, uma tentativa de arrumar quem compartilhe conosco das nossas culpas e omissões.

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu compartilho do que o senhor acaba de expor. A minha visão é de que, no caso específico de minha área de trabalho, realmente não podemos colocar, de forma nenhuma, por exemplo, o incremen-

to do desmatamento da Reserva Chico Mendes, atribuir essa responsabilidade aos moradores da Reserva Chico Mendes. De forma nenhuma. Existem, sim, carências de mecanismos de controle; existem, sim, carências de mecanismos de financiamento; existem, sim, carências de quadro de pessoal, e um quadro de pessoal qualificado. Então, eu não reputo, digamos, a questão do incremento do desmatamento 100% à causa, única e exclusivamente, do desenvolvimento econômico, mas coloco também as deficiências do Estado brasileiro. E, especificamente, o IBAMA tem suas carências e suas deficiências específicas, de sorte a poder dar a resposta, o mais rapidamente possível, à sociedade, quanto às agressões que são feitas ao meio ambiente, especialmente no caso e na área onde atuo, aquelas populações e comunidades tradicionais da Amazônia.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra a Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Eu só queria fazer uma observação final, que, aliás, me deixou extremamente preocupada, depois de ouvir diversos gerentes, enfim, assessores do IBAMA. Parece-me que o órgão é todo compartimentado, e as pessoas não têm uma visão de conjunto. Isso me preocupa bastante, porque me parece que não há uma preocupação em saber qual é a política do órgão, o que vai se defender, para todos trabalharem para atingir um determinado objetivo. Acho que isso... Por exemplo, dos outros, nós ouvimos: “Isso não tem nada a ver comigo”; “Isso é um problema de um gerente que é não sei de onde”. E eu me preocupo, porque o senhor, como assessor direto do Presidente, acho que é como o Deputado disse, tem que estar informado de tudo o que vem acontecendo, até para se precaver de denúncias que são gravíssimas, que já constam aqui. Então, me preocupa, Sr. Presidente, porque me parece que não há, realmente, uma política dentro de um órgão importantíssimo, que cuida de uma das maiores biodiversidades do mundo. Temos um desmatamento... Meu Estado hoje é um dos que mais sofre desmatamento, que é o Estado de Mato Grosso e a gente não vê nenhuma política definida de combate e vê os diversos gestores que lá estão, cada um preocupado especificamente só com a sua área, e não com a nossa. E isso realmente me deixa bastante preocupada.

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Posso tecer um comentário a respeito? Eu compartilho também dessa preocupação da

senhora, Deputada, porque, como vocês podem ver, minha chegada ao IBAMA é recente. Eu me assustei, também, com essa compartimentalização do órgão. É um esforço muito grande que estamos tendo, inclusive do CNPT, esse Centro Nacional de Populações Tradicionais, que, quando eu cheguei, era como se fosse um centro à parte, algo específico, sem interagir com Procuradoria, sem interagir com fiscalização, sem interagir com a diretoria de floresta, a diretoria de pesca, quer dizer, era algo que estava circunscrito somente a um segmento de trabalho e mais nada. É um esforço que estamos tendo. Há resistências internas no órgão. É importante dizer que o IBAMA foi constituído a partir da junção de diferentes órgãos, com matizes diferentes. E é um esforço que vimos fazendo, inclusive, uma preocupação do Presidente Marcus Barros também. Agora, é um processo, e há iniciativas nesse sentido já; está certo? Agora, ressalto novamente que, o meu cargo, eu fui chamado especificamente para estar trabalhando na retomada desse órgão, desse centro, CNPT, mesmo com cargo na Assessoria da Presidência, que já vem, inclusive, esse cargo, da gestão passada. Então, essa gestão continuou com essa mesma lógica de ter um assessor especial exclusivo para estar trabalhando junto às populações tradicionais, com o mais, nesse novo desenho proposto, de estar incorporando, também, toda a parte de educação ambiental do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Para encerrar, a última observação que tenho é a seguinte: dois articulistas muito respeitados – um é o cientista Aziz Ab’ Saber; o outro, José Goldemberg, em 2 recentes artigos, declaram que o IBAMA está completamente desarticulado e completamente desaparelhado para executar as suas funções, e que não adianta nada, ao contrário da sua resposta, não adianta nada ter o Landsat, georeferenciamento, em tempo real contar o que está acontecendo, porque essa informação é inútil, não tem quem vá lá fiscalizar, quem vá lá tomar as providências. É um órgão capenga, resumindo. Se é um órgão com tanta dificuldade, não tem recursos; e não é culpa da Ministra; os recursos estão contingenciados pelo Ministro Palocci – o País está sofrendo uma degradação da sua infra-estrutura, das suas estradas nunca vista na história deste País –, e também o IBAMA não tem recursos. Mas como é que o senhor justifica uma apreensão de 6 mil toras de madeiras, que poderiam ser doadas – segundo o Ministério Público, valem 40 milhões de reais –, serem doadas para uma ONG que depois fica só com 2 milhões e paga do valor da comercialização 8 para a Cikel, e o IBAMA não recebe nada – recursos que poderiam ser utilizados para melhorar sua fiscaliza-

ção, para melhorar sua capacidade de exercer de uma forma global a sua função, que é uma das mais relevantes, mais atuais, mais necessárias neste momento, e pode-se dizer que, pela sua ineficácia, acaba se transformando, a questão do desmatamento, no calcanhar-de-aquiles de um Ministério que tem a melhor das boas intenções de realmente resolver o problema ambiental no País?

O SR. PAULO HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA JÚNIOR – Essa é uma pergunta... Pegando a Operação Mogno – a primeira pergunta que o senhor colocou –, concordo também plenamente com o senhor, quer dizer, sobre a possibilidade de incorporação no orçamento do IBAMA dos recursos da apreensão, quer seja de madeira, palmito, peixe, o que for – lagosta etc. Agora, eu não saberia dizer aqui para o senhor quais seriam os instrumentos legais disponíveis – e eu não estou aqui colocando isso como impedimento, certo? –, mas eu não saberia dizer ao senhor quais são os instrumentos legais que permitiriam essa incorporação ao orçamento do IBAMA dos resultados das apreensões. Tá certo? Então, eu acredito que aqui seria interessante, talvez, para essa questão específica, o Procurador-Geral do órgão, que poderia melhor esclarecer ao senhor e à Comissão essas informações. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agradeço ao Sr. Paulo Henrique Borges de Oliveira Júnior a sua participação, as suas respostas e, na seqüência... Solicitamos que nos enviem, até o final da semana, a cópia desse convênio entre o IBAMA e a FASE, e também a composição da Diretoria da FASE.

Na seqüência, nós temos ainda a discutir a apreciação de um requerimento. Retiramos o Requerimento nº 5.905, da Deputada Perpétua Almeida, que é referente à quebra de sigilo bancário, por não termos a autora presente, e solicitamos a análise dos Srs. Deputados com relação ao Requerimento nº 8.205, do Deputado Hamilton Casara, que requer seja solicitado à Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA o censo geral dos animais existentes nos zoológicos e criadouros em todo o território nacional, qualificando os registros por zoológico e categoria de criadouro, bem como demonstrativo do fluxo de movimentação de entrada e saída de animais e óbitos.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradecemos a presença das testemunhas, dos Parlamentares, dos senhores assessores e de todos os presentes.

Declaro encerrada a sessão, convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 7 de junho, terça-feira, às 14h, neste plenário de nº 7.

Muito obrigado.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES
BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO
ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 27ª reunião (Ordinária) realizada em 7 de junho de 2005

Às dez horas e vinte e três minutos do dia sete de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 7 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto e Josué Bengtson – Vice-Presidentes, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Rosinha, Hamilton Casara, Henrique Afonso, Neyde Aparecida, Sarney Filho e Zico Bronzeado – titulares, e Fernando Coruja e Thelma de Oliveira – suplentes. Compareceu também o Deputado Fernando Gabeira. O Deputado Dr. Rodolfo Pereira apresentou justificativa de falta. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Dr. Ribamar Alves, Francisco Garcia, Gervásio Oliveira, João Carlos Bacelar, Leandro Vilela, Luiz Bittencourt, Maria Helena, Nilson Pinto, Perpétua Almeida e Robson Tuma – titulares, e Arnaldo Faria de Sá, Badu Picanço, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Leonardo Monteiro, Miguel de Souza, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes. **ABERTURA:** O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 26ª reunião, que foi aprovada sem observações. **ORDEM DO DIA:** O Sr. Presidente anunciou que esta Comissão reuniu-se, por convocação da presidência, para discutir os fatos veiculados na imprensa sobre o desmatamento, transporte e comercialização ilegal de madeira da Floresta Amazônica, no norte do Estado de Mato Grosso, e para deliberação de requerimentos. Discutiram o assunto os Deputados Sarney Filho, Thelma de Oliveira, Zico Bronzeado, Antonio Carlos Mendes Thame e Fernando Gabeira. **Apreciação de requerimentos:** 1) – **REQUERIMENTO Nº 59/05** – da Srª Perpétua Almeida – que “requer a quebra do

sigilo bancário, telefônico e fiscal do Senhor Valdemir Kramer”. Retirado de pauta. 2) – **REQUERIMENTO Nº 83/05** – do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam convocadas a prestar depoimento a esta CPI, como testemunhas, as pessoas abaixo indicadas, envolvidas na Operação Curupira da Polícia Federal: Marcus Luiz Barroso Barros – Presidente do IBAMA; Sebastião Azevedo – Procurador Geral do IBAMA; Flávio Montiel da Rocha – Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA; Antônio Carlos Hummel – Diretor de Florestas do IBAMA; Cristina Galvão Alves – Coordenadora Geral de Gestão de Recursos Florestais do IBAMA; Hugo José Scheuer Werle – Gerente Executivo do IBAMA no Estado de Mato Grosso; Marcos Pinto Gomes – Chefe da Fiscalização do IBAMA no Estado de Mato Grosso; Randolph Zachow – Analista Ambiental do IBAMA; Elielson Ayres de Souza – Interventor do IBAMA no Estado de Mato Grosso; Moacir Pires – Secretário do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso; Tardelli Cerqueira Boaventura – Delegado da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso; Mário Lúcio

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Avelar – Procurador da República no Estado de Mato Grosso; e Blairo Maggi – Governador do Estado de Mato Grosso” e **REQUERIMENTO Nº 85/05** – do Sr.

Antonio Carlos Mendes Thame – que “solicita seja convocado o Sr. Hugo Werle, ex-Gerente do IBAMA em Mato Grosso, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre suas ações na exploração e comércio ilegal de madeira em Mato Grosso”. O Deputado Sarney Filho usou da palavra para encaminhar. Discutiram a matéria os Deputados Zico Bronzeado e Fernando Coruja. Em votação, foram aprovados os requerimentos. 3) – **REQUERIMENTO Nº 84/05** – do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam convocadas a prestar depoimento a esta CPI, como testemunhas, as pessoas abaixo indicadas, sobre a apreensão de 600 pássaros em Magé, Rio de Janeiro: Sr. Ícaro Silva – Diretor da Delegacia de Proteção do Meio Ambiente – DPMA/RJ; e Srs. Ana Rita de Oliveira, Aloísia de Oliveira, Márcia Rita de Oliveira, Wallas da Silva Rangel, Vilson dos Santos, Sandro Paládio Martins e Francelino Pereira – todos suspeitos de tráfico de animais em Magé/RJ”. O Deputado Sarney Filho usou da palavra para encaminhar. Em votação, foi aprovado o requerimento. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às onze horas e quinze minutos. E para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, de-

pois de transcritas, farão parte integrante desta Ata. x-x-x-x-x-x-

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Declaro aberta esta reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar tráfico de animais e plantas silvestres brasileiras, exploração e comércio ilegal de madeira e biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 26ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente, uma vez que todos tiveram acesso a essa ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agradeço a manifestação do Deputado Sarney Filho, Relator desta Comissão.

Em discussão a ata. Não havendo quem se disponha a discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada.

Inicialmente, passo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de tudo, gostaria de parabenizar o Presidente desta Comissão, que teve a sensibilidade de, mesmo em missão oficial no exterior, determinar que se fizesse esta reunião extraordinária.

É evidente, Sr. Presidente, caros colegas, que os fatos supervenientes àquela decisão de certa forma tiram um pouco do foco a questão que gerou esta nossa convocação extraordinária. É lógico que as recentes denúncias do Deputado Roberto Jefferson voltam toda a atenção da mídia e até mesmo deste Parlamento para os fatos denunciados, deixando, de certa forma, num plano secundário as outras questões presentes aqui no Congresso. Mas é evidente também que o recente anúncio da taxa de desmatamento na Amazônia, associado a uma operação da Polícia Federal que prendeu, dentre outros, um diretor do IBAMA e o gerente-executivo do IBAMA no Mato Grosso são elementos que exigem desta Comissão uma tomada de posição a esse respeito.

Eu gostaria de lembrar, Sr. Presidente, que a última CPI – e eu estava até ali comentando um pouco com a imprensa –, a primeira CPI sobre tráfico de animais silvestres, biopirataria, extração ilegal de madeira, pode-se dizer assim, foi a primeira parte desta CPI. Naquela CPI, já nas conclusões, havia uma recomendação explícita para que houvesse a mudança das autorizações de transportes de produtos flores-

tais. Essa recomendação, que constava no relatório final, foi evidentemente distribuída para o Ministério Público, para o Ministério do Meio Ambiente e para o Ministério da Justiça.

No fim da gestão passada, quando era Ministro o Dr. José Carlos Carvalho, a Instrução Normativa nº 8 criava, junto ao IBAMA, um outro dispositivo, através de um selo de origem florestal, digital, para que substituísse as ATPFs. Essa instrução normativa foi fruto não só das discussões da CPI, mas também de um estudo que vinha sendo elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, desde 2000. É importante lembrar, Sr. Presidente, que no ano de 2001, tanto o Estado do Mato Grosso, quanto o Estado do Pará, quanto o Estado de Rondônia tiveram no IBAMA uma intervenção. Essa intervenção gerou mais de 40 processos administrativos, inquéritos administrativos. Inclusive, quem presidiu um desses inquéritos foi o atual interventor, designado pelo Ministério do Meio Ambiente para estar hoje lá em Mato Grosso. O próprio Procurador da República, que naquela época tinha entrado recentemente, foi convidado para ser Procurador do IBAMA. Eu posso afirmar que é verdade, que nessa atividade madeireira grande parte dela é ilegal, conhecida. Nós sabemos que grande parte da extração da madeira na Amazônia é ilegal. Pode-se dizer que latente a corrupção sempre esteve naquela região. Mas é evidente que, quando se afrouxa a rédea, ela aparece. Ao contrário do que tem sido divulgado na imprensa – e é importante que fique registrado nos Anais desta Comissão –, não é a apuração rigorosa que está fazendo aparecer, pelo menos neste caso, a corrupção na extração ilegal de madeira. Ao contrário.

O grande mentor, segundo a imprensa – e evidentemente, nós vamos ter oportunidade de aprofundar essas investigações –, é o gerente-executivo que foi nomeado há 2 anos, que era um militante do Partido dos Trabalhadores. Foi afastado agora pela Executiva do partido. Também havia 8 elementos para cargos em comissão indicados também pelo Partido dos Trabalhadores. Aliás, foi uma surpresa para mim saber que militantes, pela sua própria função no PT, estavam sendo escolhidos para cargos em comissão na área do IBAMA e do meio ambiente, porque essa área, eu sempre defendi e os ambientalistas também sempre defenderam que ela ficasse isenta das pressões políticas.

Outro assunto importante, Sr. Presidente, em que precisamos ir a fundo é justamente a questão da ação do Governo do Estado do Mato Grosso nesse processo de extensão, de alavancagem do desmatamento naquela região.

Não é de hoje, desde o primeiro discurso que eu tenho feito a respeito da Amazônia, eu sempre que posso tenho citado as minhas preocupações com a ação do Governo do Estado do Mato Grosso. O Governo do Estado do Mato Grosso, parece-me, está completamente envolvido e dependente do agronegócio, já que, não somente o Governador do Estado, é o maior produtor individual de soja do mundo, como também a mentalidade do seu Governo é a mentalidade do desenvolvimento a qualquer custo.

Eu me recordo de uma declaração do Governador, há um ano e meio, em que ele dizia que a proibição legal de desmatar mais de 20% das terras era como se o sujeito tivesse uma casa e pudesse usar, como as baratas, somente a cozinha e os banheiros. Essa foi a comparação que o Governador Blairo Maggi deu naquela época, antes de vir à tona tudo isso.

Então, é evidente também que nós precisamos saber qual a ação, qual a interferência do Governo do Estado nesse processo de desmatamento. Ficou claro que existe um conflito de interpretação no que diz respeito à vegetação de transição. Enquanto o Governo acha que ali não é cerrado amazônico e, portanto, pode-se desmatar mais, o IBAMA acha que é para desmatar menos. Essa questão também precisa ser esclarecida.

Agora, Sr. Presidente, quero também ressaltar que em momento algum passou em nossa percepção o envolvimento do Ministério do Meio Ambiente de maneira, digamos assim, geral. Pode ser que haja, mas eu desconheço, algumas pessoas do Ministério do Meio Ambiente envolvidas. Mas o que eu quero ressaltar é justamente a honradez, a imagem excepcional, o caráter irretocável da Ministra do Meio Ambiente. A Ministra do Meio Ambiente foi traída. Traída por esses elementos que enganaram a Ministra e que fizeram parte do seu quadro de governo.

No entanto, graças a Deus, a Polícia Federal, que tem tido uma atuação impecável no combate à corrupção, a Polícia Federal, que não age sob pressão de Governos, haja vista os recentes episódios, tanto faz se é gente do Governo ou não – e todos viram, outro dia, a Polícia Federal prender o Duda Mendonça numa rinha de galo. É louvável essa atitude da Polícia Federal, que também agora prende elementos ligados ao partido do Governo, ela prende madeireiros, ela prende secretários de Estado ligados ao Governador, fazendo com que, cada vez mais, a população respeite a ação da polícia. E qualquer tentativa de apropriação dessa ação policial diminui a Polícia Federal. Eu não acredito.

Eu sei que o Governo do Presidente Lula é um governo comprometido com a seriedade. Ontem mesmo,

tive a oportunidade de, em um aparte, me pronunciar, dizendo que eu não acreditava, como não acredito, que o Presidente Lula esteja envolvido em nenhum desses fatos recentemente denunciados. Mais do que isso. O Presidente Lula é um operário que chegou ao cargo mais alto do Brasil, é um exemplo para gerações, é uma esperança para aqueles que desejam a mobilidade social. Colocar a imagem do Presidente Lula, a história do Presidente Lula, misturar com essa lama que aí está, dizer que ele não responsabiliza é um perigo. É um perigo para a classe trabalhadora, é um perigo para o Brasil, é um perigo para as futuras gerações, é um péssimo exemplo. Portanto, eu acredito, sinceramente, que o Presidente Lula não esteja envolvido pessoalmente em nada disso. Mas, ao lado dessa crença, eu também tenho a convicção de que nós devemos apurar profundamente essas denúncias.

Então, vamos aqui nesta Comissão, meu caro Presidente, apurar com serenidade, como é do nosso feitio, como é do seu feitio, sem prejulgamentos, mas com firmeza. É preciso sabermos a profundidade dessas ligações criminosas, sabermos o que está acontecendo, puxarmos o novelo. É lógico que, objetivamente, também nós não estamos colocando a culpa da corrupção no IBAMA, na Amazônia, em todo o Governo ou em todo o IBAMA. Eu já tive também oportunidade de, sexta-feira, dizer que esses elementos do IBAMA são pessoas que não traduzem o que é o IBAMA. Um órgão com excelência, um órgão feito por gente séria, por gente dedicada, por pessoas abnegadas, que tem tantos e tão relevantes serviços prestados à causa ambiental. O IBAMA é referência de proteção ao meio ambiente. E algumas pessoas, funcionários de carreira que, porventura, estejam envolvidos nessa questão, de maneira nenhuma, maculam o conjunto daquele órgão tão importante, vital até para o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, Sr. Presidente, é que nós, juntamente com a Assessoria e com os outros colegas Deputados, fizemos uma proposta ampla de convocação, envolvendo inclusive todos os atores, sejam eles atores, nesse caso, que, de forma negativa, estão presentes nessa questão, como também aqueles que de forma positiva nela estão.

Acho importante a gente requerer do Ministério Público cópia desses processos; é importante ouvir o Procurador da República na região; é importante também que a gente ouça o Governador do Estado; é importante que a gente ouça o maior número possível de pessoas que foram envolvidas de uma forma ou de outra. O Presidente do IBAMA também tem de ser ouvido por esta Comissão, convocado para prestar os esclarecimentos sob juramento. Todos eles.

Acredito que, nesta hora, Presidente – e faço até um apelo aos companheiros aqui da Comissão –, não se deva fazer convite, devemos convocar a todos, porque o momento exige realmente que cada palavra que for dita aqui seja proferida sob juramento para que a gente possa aprofundar e ajudar a Polícia Federal e a Ministra Marina para que se possa extirpar – como ela mesma tem dito – esse tumor da Administração Pública.

Eram essas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as nossas primeiras palavras para justificar o nosso contentamento no que diz respeito à questão dessa convocação e à questão crucial da Amazônia.

Tenho certeza, Sr. Presidente, não fossem as denúncias do Deputado Roberto Jefferson, que saíram ontem em a *Folha de S.Paulo*, que hoje estaríamos aqui como uma grande vitrine não só nacional, mas internacional. Mas acredito mesmo que esta CPI e os trabalhos desta CPI para o Brasil e para o mundo mesmo são milhares de vezes mais importantes do que qualquer outra CPI que esteja em andamento aí, seja ela dos Correios, seja de compra de voto, de mensalão, seja do que for. Porque aqui nós estamos falando é da nossa vegetação, é do nosso bioma, é da qualidade de vida nossa e da possibilidade de existência de vida no planeta Terra. É muito mais profundo, é muito mais importante do que qualquer coisa que, eventualmente, esteja agora, neste momento, sendo o centro das nossas atrações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra, na seqüência, depois de ouvirmos o Relator desta Comissão, Deputado Sarney Filho – que é o autor de diversos requerimentos que justificam esta convocação extraordinária, justamente para discutir a respeito de fatos veiculados na imprensa, neste fim de semana, sobre desmatamento, transporte e comercialização ilegal de madeira na Floresta Amazônica –, a Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, eu gostaria de, inicialmente, parabenizar o Sr. Presidente por ter convocado esta reunião de forma extraordinária e em cima de problema que realmente é extremamente grave para o Estado de Mato Grosso.

Como representante de Mato Grosso, Sr. Presidente, eu tenho a dizer que realmente estou chocada com o que está acontecendo com o nosso Estado nessa questão relacionada ao tráfico de madeira e à retirada ilegal de madeira não apenas das reservas, mas principalmente das reservas indígenas.

Se nós formos pensar, Mato Grosso não teve o que comemorar no Dia Nacional do Meio Ambiente. Não havia o que comemorar, até porque nós estáva-

mos – o Estado – na imprensa nacional e na imprensa internacional sofrendo toda série de denúncias de desmatamento. E, se nós formos refletir, 48% significa que não foi apenas desmatamento de árvores, mas foi também a morte da fauna e da flora que existem em tudo aquilo ali.

Então, é muito mais grave – e aí eu quero corroborar o que disse o Deputado Sarney –, é extremamente grave para a vida da Terra, para a vida do nosso planeta, o que vem acontecendo em Mato Grosso.

E quero dizer que, até o ano de 2002, quando ainda estávamos com o Governo tucano, em Mato Grosso, nós tínhamos todo um projeto de monitoramento de queimadas, que vinha dando certo e que vinha mantendo a questão das queimadas sob controle, garantindo, inclusive, programas de sustentabilidade naquela região.

A partir daí, no momento em que entrou este novo Governador que, como já disse aqui o Deputado Sarney, não tem demonstrado nenhum compromisso com a questão do meio ambiente, tem uma vinculação profunda com a questão do agronegócio – e nós não somos contra a questão do agronegócio; pelo contrário, ajudou e vem ajudando a desenvolver o Mato Grosso, só que nós achamos que todo governo tem que ser voltado para todos. Não se elege um governo para representar apenas um determinado setor dentro da sociedade, ele tem que proteger, tem que incentivar o agronegócio; mas tem que proteger o meio ambiente, tem que garantir que os trabalhadores também e que as populações que são vulneráveis tenham projeto de sustentação.

Lá em Mato Grosso, ao que temos assistido é a um Governo voltado... Inclusive, Sr. Presidente, há denúncias de que os recursos que são empregados para melhorar as estradas no nosso Estado, ele tenha empregado exatamente para melhorar as estradas que levam diretamente às suas fazendas, porque são diversas fazendas, exatamente para possibilitar o escoamento da soja.

Então hoje, quando nós vemos o que aconteceu, inúmeras prisões que deixaram estarecida a sociedade mato-grossense, vieram à tona todas essas denúncias que estão deixando a população, de certa forma, insegura. E é neste sentido: insegura no sentido de qual vai ser o caminho para Mato Grosso, que vinha caminhando tão bem na questão do meio ambiente, sendo inclusive citado como exemplo, nacional e internacionalmente.

Então gostaria, Sr. Presidente, de dizer da importância de aprovar todos esses requerimentos que estão sendo apresentados porque entendemos que nós precisamos ir a fundo – e é objeto desta Comissão –,

precisamos saber exatamente o que a Polícia está investigando. E também não basta o Governador apenas demitir o Secretário, como ele fez – o Secretário que já estava preso e foi demitido –, não basta apenas dizer que vai criar uma Secretaria de Meio Ambiente. Nós queremos saber e exigir do Governador qual é a sua política para o meio ambiente em Mato Grosso, o que ele vai fazer para preservar o meio ambiente de um Estado que tem 3 ecossistemas: o Cerrado, o Pantanal e a Floresta Amazônica.

O que ele vai fazer? Vai só demitir Secretário, só criar uma nova Secretaria? Não, isso não basta. Nós queremos que ele, realmente, coloque recursos e que tenha uma política definida.

Portanto, Sr. Presidente, isso aconteceu também porque há uma discussão de competência, há um problema em definir o que é vegetação de transição. Precisamos saber exatamente qual vai ser a postura do Governo nesse sentido, do Governo do Estado de Mato Grosso. Não basta apenas, agora, dizer que vai punir os infratores, nós queremos, sim, é que ele tenha projetos de sustentação, de controle e de fiscalização.

Sr. Presidente, eu acho que não aconteceu em lugar nenhum o que houve no nosso Estado: a venda de ATPFs; ATPFs em branco; a compra de policiais nos postos de fiscalização; a influência de Secretários do Estado em cima das madeiras.

Quer dizer, tudo isso, Sr. Presidente, acredito, tem de ser objeto de investigação. Por isso, nós queremos dizer que apoiamos esse requerimento, que entendemos ser de fundamental importância. E queremos mais, Sr. Presidente: se for possível, que esta CPI se dirija ao Estado de Mato Grosso, vá lá para averiguar *in loco* o que está acontecendo, quais são os resultados das investigações que foram feitas pela Polícia Federal – a quem quero louvar pela atitude que teve, pela operação que foi extremamente eficiente, que possibilitou que esse assunto viesse à tona, da forma como veio, deixando toda a sociedade conhecer esse assunto.

Portanto, Sr. Relator, Deputado Sarney Filho, quero dizer-lhe que apóio, que voto a favor desse requerimento para que todas as pessoas se dirijam, venham até aqui ou até uma audiência pública em Mato Grosso mesmo – que eu acho que seria o ideal para que a gente pudesse avaliar e cumprir com o papel desta CPI, que é o de investigar essas situações.

Porque, além de tudo, Sr. Presidente, ainda há denúncia de transferência dessas madeiras – de algumas delas – para o exterior. E nós precisamos, então, investigar essa situação.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer do meu apoio, parabenizá-lo pela atitude tão eficiente, tão rápida nos momentos de decisão que o senhor tem tido presidindo

esta Comissão, e dizer-lhe que tem aqui uma responsabilidade muito grande, e a esperança do Estado de Mato Grosso de que investigando, de que, de posse de todas essas documentações que estão sendo recolhidas pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, possamos, realmente, dar grandes passos na preservação do meio ambiente em Mato Grosso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agradeço a participação, as lúcidas, oportunas e acuradas palavras da Deputada Thelma de Oliveira. Na seqüência, passo a palavra ao Deputado Zico Bronzeado.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO – Sr. Presidente, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputados e Deputadas, é a primeira vez que participo, inclusive usando da palavra nesta Comissão. Estou substituindo aqui um ilustre colega que, por motivos de agenda, não pôde fazer parte desta tão importante Comissão de investigação. E vim num momento de muita turbulência no nosso País: primeiro, essa operação denominada Curupira, que, na verdade, tirou de circulação uma quadrilha que vinha permitindo o aumento da devastação da nossa Amazônia e que, na verdade, culminou com prisões, inclusive de pessoas ligadas ao meu partido.

Estive observando, Sr. Presidente, em matérias veiculadas pela grande imprensa nacional, a posição da minha companheira, Senadora e Ministra do Meio Ambiente Marina Silva.

E qualquer homem que conhece a história da Ministra Marina Silva sabe da sua lealdade, do seu compromisso e do seu respeito pelo meio ambiente e pela Amazônia, de onde ela é filha.

E há um trecho em que ela diz que nós temos que cortar a própria carne para poder livrar, na verdade, a Amazônia dessa chaga, que é a corrupção de servidores do IBAMA, de madeiras, de fazendeiros, de pequenos e médios pecuaristas. E isso faz, na verdade, Sr. Presidente, nós termos consciência de que a corrupção, no nosso País, está longe de acabar.

Essas denúncias que, ultimamente, vêm acontecendo, inclusive envolvendo Deputados, insinuações de quem, na verdade, já foi envolvido em denúncias, têm que ser levadas em consideração.

O meu partido, o Partido dos Trabalhadores, na verdade, tem que ter uma grande responsabilidade neste momento tão delicado.

Eu não assinei, num primeiro momento, a CPI dos Correios porque todo político que se preza deve ter cautela nas suas posições. E eu vinha observando, Sr. Presidente, a seriedade da Polícia Federal e a autonomia que o nosso Governo deu à Polícia Federal

para que ela investigasse e prendesse aqueles envolvidos em corrupção.

E, se se fizer uma averiguação nas operações, se verá que jamais este País passou por tantas operações feitas pela Polícia Federal, em todos os âmbitos, em todos, desde a questão florestal ao campo administrativo das instituições.

E pude observar que, se nós fôssemos dar aqui todo o crédito que a Oposição, na verdade, clama, nós poderíamos aqui estar criando um palco visando às eleições do ano que vem.

Mas a última denúncia, Sr. Presidente, do Deputado Roberto Jefferson... Na verdade, ontem, usei a tribuna e referi-me a que o Deputado Roberto Jefferson está numa situação de defesa, de se defender a qualquer preço. Eu até usei uma palavra inadequada, quer dizer, de uma prerrogativa inadequada porque eu falei que ele estava jogando “merda” no ventilador, que, quando se joga, salpica até naqueles que não têm nada a ver com os problemas.

E nós temos nos deparado com muitos problemas, e esta Comissão não pode deixar de cumprir o seu papel.

A convocação do Presidente do IBAMA, eu acho interessante. Mas eu queria aqui não generalizar, Deputado Zequinha Sarney. Quando se convoca, está se suspeitando. E eu acredito que o IBAMA cumpriu com a determinação da Ministra do Meio Ambiente, corroborou com essa operação. E acho que ele teria que vir aqui, o Presidente do IBAMA, mais como um colaborador, informar sobre as operações que o IBAMA está fazendo, a contribuição com o Ministério do Meio Ambiente, quer dizer, a determinação do Ministério do Meio Ambiente, que é o órgão maior, para que a gente possa ter todas as informações necessárias em relação a essas operações e a quais as operações estão sendo feitas no caso de Rondônia, que teve um aumento significativo na devastação da floresta.

Eu queria aqui encerrar dizendo que os Estados que têm Governos, que têm Prefeitos, preocupados com a preservação e com o desenvolvimento sustentável, começaram a mudar, começaram a mudar. Inclusive o meu Estado, o Estado do Acre, que teve uma... 18% de preservação, de diminuição... E lá nós sabemos que o Governador Jorge Viana, como engenheiro florestal comprometido com as causas florestais, tem se esforçado. E não é o suficiente ainda. Nós sabemos que é necessário muito mais esforço. Porque é uma questão de cultura, Deputado, na Amazônia. É uma cultura: o pequeno proprietário tem lá seus 100 hectares, e tem uma legislação permitindo que ele derrube 20%. E muitos dos produtores rurais, dos pequenos produtores e dos seringueiros, não deixam de

derrubar, mesmo completando os 20%, porque é uma questão de sobrevivência.

Então, o que nós temos que ter? Condições para que eles possam mudar essa cultura de derrubar para poder plantar 1, 2, 3 hectares de arroz, feijão, etc.

E para ajudar mais no nosso Estado, nós criamos um programa chamado Canteiro Verde.

Este ano, estão sendo produzidas 4 milhões de mudas de árvores na floresta, entre mogno, cerejeira, todas as espécies. Inclusive coloquei uma emenda individual de 300 mil reais que vai, na verdade, contribuir com cerca de 2 milhões de mudas. Então, se todo o Estado comesse a plantar, a ter um canteiro de mudas para ajudar a repovoar, iria dar uma grande contribuição para o reflorestamento das áreas que estão devastadas.

Eu queria aqui louvar a iniciativa desta Comissão em convidar e convocar todos esses atores aqui, a maioria do mal, aqueles que contribuíram com a devastação da nossa Amazônia, para que viessem prestar esclarecimentos aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agradeço a intervenção ao Deputado Zico Bronzeado. Passo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, eu estou falando ainda na condição de não membro desta Comissão, mas, graças ao Deputado José Sarney, eu vou ser indicado também suplente nela na próxima semana. Então, estou aqui para dizer que quero contribuir nesse processo. Acho que nós podemos descobrir muitas coisas também nessas audiências. E sugiro que a gente faça também, se for o caso, alguma coisa lá mesmo em Mato Grosso. Que a Comissão se desloque. Nós estivemos recentemente, a Deputada Telma é testemunha, a oportunidade de fazer uma audiência pública em Cuiabá, e com muitos bons resultados. Aquela audiência se referia à morte das crianças indígenas, audiência na qual eu tive a oportunidade também de pedir a demissão do superintendente, como pedi também no Mato do Grosso do Sul, ambos superintendentes indicados pelo PT, ambos do PT. Mas que, no caso do Mato Grosso do Sul especificamente, nós conseguimos demonstrar que os gastos não correspondiam à realidade e as crianças estavam morrendo. Eu acho que a Comissão deveria levar em conta também as afirmações do *Greenpeace* de que esse esquema é apenas uma parte. De repente, nós tivemos a impressão de que foi descoberto todo o desmatamento na Amazônia. Isso é apenas uma parte. Existe uma possibilidade muito grande de todo o IBAMA da Amazônia ter problemas. Então, nós vamos ter que investigar tudo, todos os problemas do IBAMA

na Amazônia para chegarmos a alguma conclusão. E seria importante também – isso é uma idéia que eu tenho há algum tempo, nós chamarmos aqui – e não é uma provocação, não tem nenhuma intenção nesse campo – o Ministro José Dirceu. Ele foi o Coordenador do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia. Normalmente, quem aparece para falar é apenas o Meio Ambiente. Mas havia 7 Ministérios envolvidos. Como há 7 Ministérios envolvidos e uma Coordenação designada na Casa Civil, nós temos que ouvir também essa Coordenação. Até que ponto o plano foi implementado, até que ponto o plano não foi implementado; até que ponto as verbas saíram, até que ponto as verbas não saíram. As que saíram, até que ponto elas chegaram no momento exato, até que ponto não chegaram. Jornalistas que estiveram na região monitorando o plano registram que havia a espera da presença dos soldados do Exército, que não apareceram por falta de dinheiro. A parte do Exército foi cumprida apenas parcialmente, ou quase não foi cumprida, porque não havia dinheiro. Então, nós temos que saber, desse Plano de Prevenção e Desmatamento na Amazônia, qual foi o resultado real. A Ministra Marina argumenta que o desmatamento foi muito alto, porque o plano ainda não estava funcionando completamente. Se isso é verdade, nós precisamos de uma demonstração. E se é verdade também, tudo indica que, no ano que vem, o desmatamento praticamente vai cair uma barbaridade, porque disseram que o plano ia colocar em cena uma capacidade de evitar esse desmatamento. Portanto, eu acredito, e vou fazer, já tenho um requerimento nesse sentido na Comissão de Meio Ambiente, mas vou desviá-lo para esta Comissão, para que a gente faça um balanço do que foi o plano. Eventualmente, também iria sugerir à Comissão que nós ouvíssemos as autoridades do Banco Mundial que são ligadas a esse tema, para nós tentarmos saber também qual é a disponibilidade real do Banco Mundial nesse campo. Até que ponto nós podemos fazer esse enlace, que está demorando tanto, do Banco Mundial com o Ministério do Meio Ambiente, no sentido de chegarmos... Porque o financiamento de um projeto dessa extensão na Amazônia é difícil ser feito com recursos puramente nacionais. Acho que a humanidade tem um compromisso com a preservação da Amazônia, e isso tem um preço. E para que ela pague o preço, é preciso haver um plano que tenha legitimidade e ela possa monitorar de uma forma adequada. Isso também é razoável. Ninguém quer colocar dinheiro num processo que se pode transformar em corrupção.

Portanto, seriam essas as minhas sugestões. Fariamos uma avaliação do plano, tentaríamos ver quais

são as possibilidades de financiamento e procuraríamos esse enlace entre o Governo e o Banco Mundial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agradeço ao Deputado Fernando Gabeira as observações oportunas e acuradas.

Na seqüência, passaremos à votação dos requerimentos.

Em primeiro lugar, Requerimento nº 1, da Deputada Perpétua Almeida, que está sendo retirado de pauta em virtude da ausência da Deputada.

Passamos ao Item 2. Requerimento nº 83/05, do Deputado Sarney Filho, ao qual está apensado o Requerimento nº 85/05, de minha autoria, por se tratar do mesmo assunto: requer sejam convocadas a prestar depoimento nesta CPI, como testemunhas, as pessoas abaixo indicadas envolvidas na Operação Curupira, da Polícia Federal.

São os seguintes os convocados: Marcus Luiz Barroso Barros, Presidente do IBAMA; Sebastião Azevedo, Procurador-Geral do IBAMA; Flávio Montiel da Rocha, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA; Antônio Carlos Hummel, Diretor de Florestas do IBAMA; Cristina Galvão Alves, Coordenadora-Geral de Gestão de Recursos Florestais do IBAMA; Hugo Werle, Gerente-Executivo do IBAMA no Estado de Mato Grosso; Marcos Pinto Gomes, Chefe da Fiscalização do IBAMA no Estado de Mato Grosso; Randolf Zachow, Analista Ambiental do IBAMA; Elielson Ayres de Souza, Interventor do IBAMA no Estado de Mato Grosso; Moacir Pires, Secretário do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso; Tardelli Cerqueira Boaventura, Delegado da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso; Mário Lúcio Avelar, Procurador da República no Estado de Mato Grosso; e Blairo Maggi, Governador do Estado de Mato Grosso.

Concederei a palavra ao Deputado Sarney Filho, para o encaminhamento. Enquanto o Deputado não retorna, gostaria de saber se algum dos Deputados gostaria de se manifestar a respeito desse requerimento.

Tem a palavra o Deputado Zico Bronzeado.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO – Sr. Presidente, só para compreender, porque eu estava ao telefone: são todos os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É um requerimento com todas essas convocações. É o Requerimento nº 83/05. A esse requerimento está apensado o Requerimento nº 85, que se trata do mesmo assunto, a convocação do Sr. Hugo Werle, Gerente do IBAMA em Mato Grosso.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, caros Deputados, acho que já estão sobeja-

mente explicitados os motivos pelos quais estamos fazendo esses requerimentos de convocação. Apenas gostaria, para efeito de registro, de deixar claro que a Assessoria já fez a convocação do Presidente do IBAMA, tomamos essa decisão, mas vou entender essa convocação como um convite. Logicamente, não é mais possível mudar, mas quero deixar claro que é um convite. S.Sa., evidentemente, terá a oportunidade, privilegiadamente, sem confronto, de fazer aqui uma exposição.

Tenho absoluta certeza da sua correção. É um homem sério, um cientista. De maneira alguma, em nenhum momento, passou qualquer tipo de suspeição a respeito de sua atuação. Só que S.Sa. terá que prestar esclarecimentos aqui, como já vem prestando.

Gostaria de fazer esse registro. Não acredito que se possa mudar, mas fica aqui feito o registro e prestado o compromisso do Relator no sentido de que na sua exposição não haverá qualquer tipo de constrangimento, com contraditórios de outros convocados. S.Sa. fará apenas uma exposição e esclarecerá as dúvidas desta Comissão. De maneira alguma, vamos colocá-lo para bater boca com outro convocado. Queremos apenas enriquecer nossas informações.

Era essa a observação que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Zico Bronzeado.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO – Sr. Presidente, sugeri que esta Comissão mudasse para convite. Se receber uma convocação, o Presidente do IBAMA vai entender que é uma convocação. Gostaria que fosse mudado para convite, do contrário, serei obrigado a tomar alguma outra... É claro que não vai ser necessário, até pela compreensão do requerente, que, inclusive, sabe do compromisso do Presidente Marcus Barros de contribuir com essa moralização. Queria que houvesse essa compreensão, para que não criássemos qualquer tipo de constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Zico Bronzeado, vamos seguir a sua orientação. O que ocorreu é que, em diversos casos aqui, aprovamos a convocação, mas o ofício que enviamos foi de convite. No caso de esse convite por uma ou duas vezes não ser atendido, já teríamos a convocação aprovada. Mas não só o ofício é de convite como também o tratamento aqui é de convidado.

Há alguém mais dessa relação constante do Requerimento nº 83/05 que algum Deputado gostaria que fosse convidado, em vez de convocado?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, se vamos dar esse tratamento ao Presi-

dente do IBAMA, devemos dar o mesmo tratamento ao Governador do Mato Grosso do Sul, Blairo Maggi.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, é por esse motivo que me firmei muito pela convocação. Mas o que V.Exa. falou não vai de encontro àquilo que desejamos. Os requerimentos já estão prontos, vão ser aprovados como convocação e serão emitidos como convites. E caso não se aceite o convite, a convocação já está aprovada nesses 2 casos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira manifestar-se, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Requerimento nº 85 está apensado a esse requerimento.

Passamos ao Requerimento nº 84/05, também do Deputado Sarney Filho, que requer a convocação das pessoas a seguir indicadas para prestar depoimento à CPI, como testemunhas, sobre a apreensão de 600 pássaros em Magé, Rio de Janeiro: Ícaro Silva, Diretor da Delegacia de Proteção do Meio Ambiente, do Rio de Janeiro; e Ana Rita de Oliveira, Aloísia de Oliveira, Márcia Rita de Oliveira, Wallas da Silva Rangel, Vilson dos Santos, Sandro Martins e Francelino Pereira, suspeitos de tráfico de animais em Magé.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho, para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, no dia 30 de maio, o jornal *O Globo* noticiou a prisão de 7 traficantes, que foram encontrados com mais de 600 pássaros, tartarugas e até um sagüi em gaiolas amontoadas. Segundo as reportagens, os presos negociavam armas em troca de animais, que proviriam de diversos Estados, escondidos em caminhões e ônibus, e seriam vendidos ilegalmente.

Sr. Presidente, essa, na realidade, é a primeira vez em que claramente fica comprovado o envolvimento do tráfico de armas e drogas com o tráfico de animais. Uma vez, em São Paulo, foram pegos traficantes de drogas que estavam escondendo as drogas na barriga das cobras. Mas aí não se tratava de tráfico de animais silvestres, mas de tráfico de drogas. Dessa vez se trata de o animal traficado servir de moeda de troca na aquisição de armas ou drogas.

É importante que saibamos a dimensão dessa quadrilha, se existem vínculos mais estruturais ou se são apenas pessoas que, sem nenhuma outra conotação, estão traficando.

De qualquer maneira, esta CPI não pode, dado o destaque que a imprensa deu e também dados nossos objetivos, deixar de ouvir essas pessoas que foram presas com mais de 600 pássaros no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrar, informo que, à tarde, haverá votação de novos requerimentos, entre os quais o que solicita o deslocamento desta CPI para o Estado do Mato Grosso. Haverá também a oitiva de algumas pessoas. A reunião inicia-se hoje às 14h30, neste mesmo plenário.

Agradeço a presença e a participação a todos.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES
BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO
ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 28ª reunião (Extraordinária) realizada em 7 de junho de 2005

Às quinze horas e oito minutos do dia sete de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 7 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto e Perpétua Almeida – Vice-Presidentes, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Rosinha, Hamilton Casara, Henrique Afonso, Leandro Vilela, Neyde Aparecida, Robson Tuma, Sarney Filho e Zico Bronzeado – titulares, e Arnaldo Faria de Sá, Edson Duarte, Fernando Coruja, Leonardo Monteiro e Thelma de Oliveira – suplentes. O Deputado Dr. Rodolfo Pereira apresentou justificativa de falta. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Dr. Ribamar Alves, Francisco Garcia, Gervásio Oliveira, João Carlos Bacelar, Josué Bengtson, Luiz Bittencourt, Maria Helena e Nilson Pinto – titulares, e Badu Picanço, Dr. Rodolfo Pereira, Fernando Gabeira, Miguel de Souza, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes. **ABERTURA:** O Sr. Presidente declarou abertos os traba-

lhos. **ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública:** O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos de autoria dos Deputados Dr. Rosinha e Sarney Filho, relator desta CPI, esta Comissão reuniu-se em audiência pública para oitiva das seguintes testemunhas: Sr. Hilton Pereira da Silva – Professor Adjunto de Antropologia e Medicina da UFRJ e Diretor do Laboratório de Estudos de Bioantropologia em Saúde e Meio Ambiente; e Sr. Ning Labbish Chao – Professor da Universidade Federal do Amazonas. O Sr. Presidente convidou o Sr. Hilton Pereira da Silva a tomar assento à mesa, comunicando ao plenário que a pessoa acima citada havia entrado em contato com a Presidência, colocando-se a disposição deste órgão técnico para prestar quaisquer esclarecimentos que fizessem necessários, anteriormente ao requerimento de convocação apresentado pelo Deputado Dr. Rosinha, e por isso estava desqualificando o depoimento como testemunha, sendo o expositor convidado desta Comissão. Facultou o prazo de 20 (vinte) minutos ao expositor, caso quisesse fazer uso da palavra antes de responder às perguntas dos Srs. Deputados. Encerrada a exposição, fizeram questionamentos os Deputados Sarney Filho, Dr. Francisco Gonçalves e Dr. Rosinha. O Deputado Sarney Filho assumiu a presidência dos trabalhos e convidou o Sr. Ning Labbish Chao a tomar assento à mesa, solicitando à testemunha que prestasse o juramento em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 (vinte) minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra antes de responder às perguntas dos Srs. Deputados. Encerrada a exposição, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame reassumiu a presidência. Fizeram questionamentos os Deputados Sarney Filho, Thelma de Oliveira, Dr. Rosinha, que neste momento assumiu a presidência dos trabalhos, e Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelo Sr. Presidente). O Deputado Dr. Rosinha entregou as perguntas feitas pelo relator e algumas de sua autoria por escrito à testemunha, solicitando que o mesmo as respondesse por escrito e as enviassem à CPI no prazo de 7 (sete) dias. B – Apreciação de requerimentos: 1) – REQUERIMENTO Nº 59/05 – da Srª Perpétua Almeida – que “requer a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Senhor Valdemir Kramer”. Retirado de pauta. 2) – REQUERIMENTO Nº 86/05 – da Srª Thelma de Oliveira – que “solicita seja realizada audiência pública, em Cuiabá, para esclarecimentos do desdobramento das investigações da “Operação Curupira”, desenvolvida pela Polícia Federal no Estado de Mato Grosso”. A Deputada Thelma de Oliveira encaminhou a matéria. Em votação, foi aprovado o requerimento. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr.

Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e dez minutos. E para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Cumprida a exigência de número regimental, declaro aberta a 27ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, exploração e comércio ilegal de madeira e biopirataria no País.

Tendo sido aprovados requerimentos de autoria dos Deputados Dr. Rosinha e Sarney Filho, Relator desta CPI, esta Comissão se reúne hoje em audiência pública para ouvir o Sr. Hilton Pereira da Silva, Professor Adjunto de Antropologia e Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor do Laboratório de Estudos de Bioantropologia e Saúde e Meio Ambiente, e o Sr. Ning Chao, Professor da Universidade Federal do Amazonas.

Convido o Sr. Hilton Pereira da Silva a tomar assento à mesa na qualidade de convidado. O Sr. Hilton Pereira da Silva já nos escreveu há tempo, oferecendo-se para vir prestar seu depoimento. Por essa razão, toda a tramitação e todo o procedimento será a de um convidado.

Inicialmente, com a palavra o Sr. Hilton Pereira da Silva, por até 20 minutos, caso deseje fazer uso da palavra antes de responder a perguntas dos Deputados.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Sr. Deputado Mendes Thame, Srs. Deputados, senhoras e senhores, em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estar aqui para contribuir para o esclarecimento de algumas questões relativas ao comércio de produtos biológicos de populações indígenas brasileiras no exterior. Eu gostaria de começar essa explanação esclarecendo alguns fatos que têm sido confundidos pela imprensa e por outras pessoas e que têm gerado uma série de problemas associados ao meu nome. Então, eu gostaria de começar fazendo uma explanação contando um pouco a história desse evento e esclarecendo alguns pontos que são fundamentais para que se possa entender exatamente o que aconteceu e qual é o equívoco associado ao envolvimento do meu nome com qualquer tipo de caso de biopirataria. Tem um outro microfone? Eu preciso falar dali. *(Pausa.)* A questão da venda de sangue das populações indígenas aparece pela primeira vez com esse artigo publicado em 1997, que fala da venda de material indígena brasileiro pela empresa norte-americana Coriell Cell, da Carolina do Norte. Eu queria chamar a atenção que esse evento da

Associação Norte-Americana de Antropologia Física aconteceu em abril de 1996. Esse artigo foi publicado na revista *Parabólicas*, que é uma revista do Instituto Sócio-Ambiental, em julho de 1996. Então, o material já estava à venda em julho de 1996. Eu estive entre populações karitiana em agosto de 1996. Portanto, além da impossibilidade moral – é contra meus princípios éticos e morais negociar com qualquer tipo de material biológico –, é uma impossibilidade física estabelecida claramente pelas datas em que o material foi publicado. Então, o material foi colocado à venda em abril de 1996 e o material foi publicado, esse artigo foi publicado em julho de 1996. O material à venda refere-se – e aqui está o panfleto, essa é uma cópia do panfleto da Coriell distribuído nesse encontro de abril de 1996 – ao material biológico de várias populações indígenas, inclusive populações da América do Sul, população karitiana e suruí, do Brasil, Waorami e Quechua. Bem, uma das coisas que aparentemente ninguém está conseguindo esclarecer – eu não entendo exatamente o porquê –, é qual a origem desse material, como é que ele foi parar nos Estados Unidos, quem o levou para lá. Talvez, pela minha tradição de pesquisador, eu simplesmente fui a uma biblioteca, e, além de fazer uma pesquisa pela Internet, consegui, com certa facilidade, levantar qual a origem desse material, e passo a mostrar aqui para vocês.

(Segue-se exibição de transparências.)

Essa transparência se refere a um artigo científico, como milhões de artigos científicos são publicados no mundo, publicado numa revista internacional por esses autores, e nesse artigo eles claramente mencionam as etnias karitiana e suruí, de Rondônia. Eu quero chamar a atenção que esse artigo foi publicado na revista *Human Biology*, que é uma revista muito conceituada do ponto de vista de revistas científicas internacionais, e ele foi publicado em 1991. Portanto, 5 anos antes de eu estar na aldeia karitiana. Nessa página do artigo, que é uma continuação, estão descritas as populações estudadas, e aqui, então, eles apresentam muito claramente quais foram as populações que foram estudadas e mencionam que as populações então foram coletadas pelo Francis Black. As amostras da Amazônia foram coletadas pelo Francis Black, em Rondônia, e foram coletadas amostras dos índios karitiana e dos índios suruí, que são falantes da língua tupi. Ali eles descrevem um pouco sobre a situação desse material e aqui, onde está marcado, eles dizem o seguinte: “Para cada população, 5 linhagens celulares de indivíduos não relacionados foram depositados no NIGMS Human Genetic Mutant Cell Repository, no laboratório Coriell, no Instituto Coriell de Pesquisa Médica”. Então, pessoal, está absolutamen-

te claro qual é a origem, quem levou esse material para lá e quando esse material foi levado para lá. Isso é informação pública, está disponível em qualquer boa livraria de qualquer universidade ou via Internet. Então, os laboratórios Coriell receberam desse grupo de pesquisa 5 linhagens celulares, que são aquelas 5 que estão sendo vendidas na Internet, e que foram tornadas publicamente disponíveis. Por publicamente disponíveis, eles basicamente querem dizer que qualquer pesquisador que tiver pode ter acesso a esse material, no caso da Coriell, comprando o material. Então, isso data, senhoras e senhores, só para reforçar, de 1991. Esse material foi intensamente utilizado para pesquisas, e esse é um artigo de um congresso, de um simpósio de identificação humana, de 1993, onde eles descrevem – estes autores, a Judith Kidd e o Kenneth Kidd, que são as pessoas que foram originalmente responsáveis pela pesquisa –, descrevem que, na década de 80, eles tiveram a oportunidade de obter amostras de 2 tribos das populações amazônicas vivendo em Rondônia. Uma dessas tribos era particularmente interessante porque era pequena, era uma tribo que tinha pouca mistura e era lingüisticamente isolada, e o nome dessa tribo era karitiana. E aí eles descrevem que, em 1991, eles publicaram o estudo e outros pesquisadores fizeram uma avaliação da árvore genealógica dos karitiana, inclusive com auxílio do Prof. Francis Black e da Fundação Nacional do Índio, da lista de famílias indígenas da Fundação Nacional do Índio, de 1985. Eu não sei qual é a história dessa pesquisa, não sei se a FUNAI autorizou. O que eu sei é que, pelo que está descrito nos inúmeros publicados – pelo menos 10 artigos publicados com esse material – é uma pesquisa de grande monta e que, obviamente, teve a participação de algumas dezenas de pesquisadores norte-americanos e pesquisadores brasileiros também. Esse é outro trabalhinho também. Esse é um pouco mais tardio. Esse é de 93 – foi recebido em 93 e publicado em 94 –, de vários pesquisadores, inclusive alguns pesquisadores brasileiros, e que também usa a mesma amostra. Está aqui: karitiana e suruí, entre outras populações brasileiras. Então, senhores, a primeira coisa que eu queria fazer era deixar claro que o material disponível na Internet foi coletado na década de 80, foi levado para os Estados Unidos e processado enquanto material de pesquisa, e que esse material foi trabalhado, quando eu ainda era estudante de Medicina. Não tinha nada a ver com esse negócio. Eu estava na universidade ainda, na verdade, começando o meu curso, e isso já estava ocorrendo entre pesquisadores importantes fora do Brasil. Portanto, é impossível, fisicamente, que eu tenha qualquer coisa a ver com esse material que está sendo vendido

na Internet. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de deixar claro aos Deputados e a todos os presentes, porque isso tem me trazido enormes prejuízos do ponto de vista pessoal, do ponto de vista emocional, do ponto de vista profissional. Existem hoje mais de uma centena de *sites* na Internet, inclusive, infelizmente, alguns sites oficiais do Governo, alguns sites de Deputados que publicam essas reportagens, dizendo que eu sou responsável pela disseminação desse sangue fora do Brasil, quando eu acabei de mostrar para vocês que isso é fisicamente impossível, além de moralmente impossível para mim também, uma vez que eu sou médico e tenho todo um procedimento ético, como os demais Deputados também que estão aqui, que são médicos, e sabem que nós estamos pautados por todo um conjunto de regulamentações ligadas ao Conselho Federal de Medicina. Agora, eu queria esclarecer uma outra coisa. A outra coisa é a situação dos karitiana, em 1996. Em agosto de 1996, eu visitei os karitiana como parte de uma equipe da Yorkshire Television, que estava fazendo um documentário sobre uma figura legendária da Amazônia chamado Matinguari. Os colegas da Amazônia talvez conheçam e já ouviram falar da história do Matinguari. Bom, eu fui consultado para participar desse documentário, quando eu era estudante de Antropologia, estudante fazendo doutorado em Antropologia, com bolsa do CNPq, do Governo brasileiro, na Universidade de Ohio. E, como sou brasileiro, tenho trabalhado com populações rurais da Amazônia a minha vida inteira – sou do Estado do Pará, com muito orgulho –, então aceitei vir com eles e fazer parte do documentário. Eu não vim apenas como convidado, eu fui consultor técnico e científico do documentário, e eu também participo do documentário. O documentário foi ao ar pelo canal Discovery, em 1997. Ele está disponível, basta entrar no site do canal Discovery procurar a lista de documentários que eles têm e, certamente, quem tiver interesse pode adquirir esse documentário, que foi difundido várias vezes durante o ano de 1997 e 1998 pelo canal Discovery. Então, não é, como dizem algumas pessoas, isso não foi um alibi, isso foi realmente um processo que aconteceu. Nós estávamos lá entre os karitiana e fomos chamados para participar desse documentário, para fazer parte desse documentário. Ocorre que, chegando lá, eu, como médico, não podia ignorar a situação de doença dos karitiana. E eu trouxe aqui uma transparência para mostrar um pouco dessa situação. Infelizmente, a situação de doença de populações indígenas no Brasil não é nova, é uma situação antiga e dramática. Porém, não é porque ela é uma situação antiga e dramática que nós simplesmente devemos ignorá-la. Eu sou profissional de saúde e, como tal, eu

tenho responsabilidades com a população onde quer que eu vá, assim como os outros colegas médicos que estão aqui. Se, por acaso, alguns de vocês, qualquer pessoa infelizmente viesse a passar mal na nossa frente, nós temos a obrigação, segundo o Código Brasileiro de Ética Médica, de atender a essa pessoa, independente do que venha a se passar com ela depois do nosso atendimento. Não podemos simplesmente ficar impassíveis, sob o risco de sermos acusados, junto ao Conselho Federal, de omissão de socorro e também penalizados por isso. O que aconteceu? Chegando na aldeia karitiana, eu me deparei com essa situação de saúde. Naturalmente que eu não tinha os números, esses números foram levantados a partir do trabalho que eu fiz lá. Aqui, nessa coluna, tem o percentual de populações da aldeia karitiana que estavam afetados por essas doenças aqui: malária, diarreia, cárie, subnutrição, parasitose intestinal, infecção respiratória, anemia, tuberculose, gripe, dermatite, hipertensão arterial, desnutrição protéico-calórica, doença pulmonar obstrutiva crônica e hepatite. Essas foram as doenças que eu consegui levantar apenas com o exame físico. Quando você vai ao médico, você é examinado, o médico faz um exame físico, não é – o Dr. Rosinha, que está aqui, e outras pessoas que são médicos também sabem que se faz o exame físico e se consegue diagnosticar algumas doenças. Então, a partir do material de que eu dispunha lá: um estetoscópio e um tensiômetro, que andam sempre comigo, porque eu sou profissional de saúde, porque trabalho na Amazônia há mais de 10 anos – já trabalhava na Amazônia há muito tempo naquela época –, e sei perfeitamente bem o quanto é difícil você conseguir atendimento naquelas áreas. Portanto, eu tinha levado um kit de primeiros socorros para nós, da equipe – nós éramos de 6 a 8 pessoas –, e eu sabia que, se houvesse uma emergência, nós estaríamos numa situação em que precisaríamos de algum atendimento. E eu estava disposto a prestar esse atendimento porque é minha obrigação enquanto médico. Então, quero chamar atenção para a correlação ou para a diferença entre esses números aqui e esses números médios da população afetada, em 1996. Isso aqui é a população geral do Brasil, isso aqui é a população karitiana. Reparem que 73% da população karitiana estava afetada por malária; mais da metade afetada por diarreia; subnutrição, praticamente um quarto da população; desnutrição protéico-calórica, duas crianças. Essas duas crianças aqui, senhores, eu tenho certeza de que eu salvei de morrer. Porque essas crianças aqui nós intervimos nelas e, através de soro caseiro e de medicação, nós conseguimos reverter o quadro de diarreia ainda no primeiro dia dos 3 dias que eu estava na al-

deia e fiz atendimento. Então, se nada mais adiantou, pelo menos essas duas pessoas eu sei que salvei. Todo o resto faz parte das complicações e da ignorância, infelizmente, ou da falta de pesquisa das pessoas envolvidas com essa história. O fato é, senhores, que esse quadro aqui demonstra muito claramente uma situação de emergência médica para essa população. Qualquer pessoa, qualquer epidemiólogo que olhar isso aqui vai ver que essa população está muito mal de saúde e arriscada a morrer. E eu não podia, enquanto médico, deixar de atendê-los. Ainda mais que esse atendimento foi feito a partir do pedido do chefe Cisino Karitiana, que era o chefe da aldeia, e contou então com a aprovação do chefe do posto da FUNAI – eu fui perguntar para ele –, Sr. Figueiredo, que estava lá na ocasião e que me deu uma lista das pessoas, uma lista dos karitiana que estavam vivos, para que eu pudesse, então, tentar fazer o atendimento a partir dessa lista. Então, eu não fiz nada de ilegal. O que eu fiz foi atender a um chamado da população karitiana, através do seu líder e através da sua associação legalmente constituída e reconhecida pela FUNAI, e com o apoio do agente local da FUNAI, que reconheceu a minha estadia lá. Na época em que estava lá, não tinha médico. Os índios disseram que já havia vários meses que não tinha médico na aldeia. Antes de nós irmos para lá, fomos informados de que havia um enfermeiro e, por isso, a equipe da Yorkshire Television tinha levado alguns medicamentos para ele. Quando nós chegamos lá, esse enfermeiro não estava, e não iria voltar, segundo nós fomos informados, porque ele contratado por uma ONG, e, portanto, seria um absurdo deixar essa medicação estragar, e as pessoas potencialmente morrerem, uma vez que eu estava lá e poderia fazer esse atendimento. Então, a outra coisa que eu quero deixar absolutamente clara é que o atendimento foi feito por solicitação da associação Karitiana, através do seu chefe, com o consentimento do agente local da FUNAI, e foi feito apenas em caráter emergencial. Daí o fato de não ter sido possível notificar oficialmente a FUNAI em Brasília. Qualquer pessoa que lide com a FUNAI sabe que um procedimento como esse demora meses. Dentro de meses, senhores, eu tenho certeza de que várias dessas pessoas aqui potencialmente já estariam mortas, e não era esse o objetivo. Eu fui lá como antropólogo. Eu entrei na aldeia como antropólogo, conforme diz a solicitação feita pela *Yorkshire Television* para a FUNAI. Acontece que eu, além de ser antropólogo pós-graduado, com doutorado em Antropologia, eu também sou médico de formação. E, como médico, eu não poderia me furtar a prestar atendimento a quem solicita atendimento. Eu fiz o atendimento médico baseado no Có-

digo de Ética Médica Brasileiro. O Código de Ética Médica diz que é necessário, que é vedado ao médico desrespeitar o direito do paciente de decidir livremente. Ou seja, os atendimentos que fiz foram feitos porque as pessoas vieram voluntariamente até o posto da aldeia para serem atendidas. Não fui atrás de ninguém para atender, a não ser em caso excepcionais, onde as pessoas não podiam se deslocar até mim, como havia uma senhora. E ela, então, pediu e eu fui fazer o atendimento na casa dela. Fora isso, todas as pessoas que foram atendidas por mim vieram até o posto de saúde e eu as atendi. Então, elas vieram de livre e espontânea vontade, e eu não podia deixar de usar os meios diagnósticos disponíveis para poder fazer o atendimento dessas pessoas. Então, não podia deixar de atendê-las, porque é vedado ao médico deixar de atender paciente que procure os seus cuidados profissionais em caso de urgência, quando não haja outro médico ou serviço médico em condições de fazê-lo, o que era a situação dos karitianas. Eles estavam completamente isolados. Eles não tinham veículo para chegar até a cidade, porque o carro deles estava quebrado. Eles não tinham atendimento médico, não tinham enfermeiro e nem médicos. O que eles tinham lá eram agentes comunitários de saúde, que, como os colegas médicos sabem, não estão autorizados a desenvolver atividades médicas. É vedado a eles fazer isso. Então, fiz atendimento médico emergencial para os karitianas. Como parte desse atendimento médico emergencial – o terceiro ponto que quero deixar claro –, como parte desse atendimento médico emergencial eu fiz, sim, a coleta de algumas amostras de sangue. Essa coleta de amostra de sangue foi feita com material limitado que tinha em campo e que tinha sido levado novamente para uma situação de emergência. Ela foi coletada apenas das pessoas que estavam mais doentes. Não foi coletado de crianças e das pessoas a quem não pude dar um diagnóstico mais específico e que achei que mereciam ser melhor diagnosticadas, casos mais complicados como, por exemplo, as pessoas que podiam ter combinação de doenças, como hepatite e malária, o que não era incomum. Talvez, mesmo AIDS, que já aparece em população indígena, naquela época já haviam alguns relatos, e outras doenças consultivas. Então, doenças virais que podem confundir também com malária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Seu tempo está encerrado.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Dois minutos, por favor. Em função disso, eu considerei que era necessário coletar algumas amostras de sangue. Certamente, não foi um número grande. Foi em torno de 50 amostras, que é o que foi retornado pelo De-

partamento de Genética da Universidade Federal do Pará. Essas amostras foram coletadas da forma como se podia lá, e armazenadas da forma como se podia também, uma vez que não estávamos preparados para isso. Não foi esse o objetivo da missão. Essas amostras foram levadas para Belém e foram depositadas, finalmente, no Departamento de Genética da Universidade Federal do Pará, simplesmente porque eu conhecia as pessoas do Departamento de Genética e elas se dispuseram a receber e a guardar esse material. A idéia era que, apesar de o material não fazer parte de nenhum projeto, quando houvesse oportunidade, eles fariam alguma análise para identificar alguma doença gratuitamente. Com a explosão das reportagens sobre essa questão, o material não foi utilizado e foi deixado lá, quando foi resgatado pela Justiça de Rondônia, em 2004. Então, todo o material que foi coletado por mim foi retornado à Justiça de Rondônia e jamais saiu do Brasil. Esse é o outro ponto que gostaria de esclarecer. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agradecemos as suas informações.

Passamos a palavra ao Deputado Dr. Francisco Gonçalves. Em seguida, o Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Sr. Presidente, caros colegas Deputados, quero fazer as seguintes considerações ao Sr. Hilton Pereira da Silva: quantos dias você permaneceu na aldeia da tribo indígena karitiana? Você disse que foi lá para um documentário. Como você conseguiu fazer esse levantamento tão extenso, se você já tinha na sua bagagem a intenção de atendê-los, porque você sabia da carência dessa tribo indígena?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Agradeço a pergunta do Deputado, porque esse é um ponto importante a esclarecer. Nós estivemos ao todo, na aldeia, acredito, em torno de 5 a 6 dias, não me lembro direito. A filmagem foi feita nos primeiros dias e foi concluída. Quando a filmagem foi concluída, eu concordei com o chefe da aldeia de ficar após o término das filmagens. Então, nós ficamos mais 3 dias na aldeia, na verdade 2 dias e pouco. Ficamos depois que o pessoal da televisão da *Yorkshire* saiu. Eles foram embora e, inclusive, perguntamos para eles: “*Como vamos voltar para Porto Velho?*” Eles disseram: “*O nosso carro da associação está sendo consertado e daqui a alguns dias ele retorna e poderemos levar vocês*”. Então, ficamos à espera do carro depois das filmagens. Então, participamos das filmagens. Se os senhores tiverem interesse em ver, trouxe o documentário, está disponível comigo. Então, depois das filmagens ficamos e fizemos o atendimento gratuito e humanitário. Esse

atendimento foi feito novamente por solicitação deles e ele foi extremamente limitado. Foi limitado porque o material que eu tinha disponível lá era o material que tinha levado como *kit* de emergência, *kit* de emergência que qualquer profissional de saúde que anda pela Amazônia sabe, reconhece e anda com ele, porque senão você pode morrer, se o seu barco escangalhar o motor quando você estiver no meio do Rio Amazonas, ou se você for picado por uma cobra, em Afuá, ou em algum outro lugar. Então, como conhecedor da saúde na Amazônia, eu tinha levado um *kit* para tratamento emergencial da equipe, do povo que estava comigo. O atendimento feito aos karitiana não estava planejado e nem foi pensado de forma nenhuma.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Em média, pela projeção do seu quadro, você atendeu em média umas 50 a 60 consultas diariamente.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Exatamente.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Exatamente. Muito obrigado.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Que é mais ou menos uma média que temos num posto de saúde, extremamente corrido. Logo no meio de todas essas coisas, fica muito claro que eu não teria oportunidade de fazer essa coleta de sangue imensa, como está sendo colocado. As pessoas estavam num quadro de saúde, de fato, deplorável, e eu não podia deixar de atender a todo mundo que me procurava.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tem a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Hilton, aquele levantamento que o senhor fez, foi feito pelo senhor ou foi outra fonte?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Não, o levantamento que mostrei foi feito por mim, a partir das anotações que ia fazendo enquanto ia atendendo às pessoas. Como qualquer médico, desenvolvi um prontuário lá na hora. Eu sou acadêmico, sempre ando com papel, com coisas para estudar, e desenvolvi um prontuário com o nome da pessoa, com a idade e com a doença para me ajudar no diagnóstico. Por isso, então, depois de o fato ter sido consumado, consegui fazer aquela compilação que está inclusive no relatório que enviei ainda no começo de 97 para o CIMI, para a FUNAI e para a associação karitiana.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, peço só para colocar novamente a transparência, a fim de fazer uma observação. (*Pausa.*) Lá embaixo,

total de pessoas karitianas em 1996, censo da FUNAI. Quantas são?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Cento e noventa e oito. Essa informação me foi passada pelo Sr. Assis Figueiredo, que era coordenador do posto da FUNAI na aldeia karitiana. Quando fui perguntar para ele se podíamos ficar, ele disse: “*Pode ficar, está aqui uma lista com as pessoas da aldeia*”. Não sei até que ponto essa lista era atualizada, porque ela estava datada de 1993. Mas esse era o censo disponível.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o número de pessoas atendidas é de 162, incluídas as crianças?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Exatamente, o número está aqui: são 162 atendimentos, incluindo 88 crianças. Acho que isso demonstra muito claramente a carência e a situação de doença absoluta da população. Praticamente todo o mundo, assim como poder ser visto lá pelos 73% de malária, precisava de atendimento médico. E, portanto, me procurou e eu não podia deixar de atendê-los nessas circunstâncias.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pode tirar, obrigado. Era só para checar os números. Cheguei um pouco atrasado no depoimento. O senhor foi contratado pela equipe de televisão?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Fui convidado pela equipe *Yorkshire*. Propus-me a fazer um documentário para o canal *Discovery*. Conforme já disse anteriormente, esse documentário foi produzido entre os karitianas, com o consentimento dos karitianas, com pagamento para eles.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pagamento de quanto?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Pagamento em dinheiro – eu não sei qual foi o valor acertado – e mais um outro tanto que foi solicitado em medicamentos, porque, segundo a associação karitiana, o posto de saúde deles não tinha medicamento e eles não tinham assistência médica da FUNAI já há muitos meses. Essa foi a informação que eu tive da produtora do documentário.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual era o papel do senhor na feitura desse filme?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – O meu papel no documentário era consultor científico e também como participante do documentário – eu e a minha companheira na época, a Denise. Nós fomos convidados pelo Canal *Discovery* para participar efetivamente do documentário. Aparecemos no documentário. Eu sou um dos pesquisadores que são entrevistados, que fazem parte do documentário.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Que tipo de pesquisa o senhor faz com eles?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – No documentário, a pesquisa basicamente é uma conversa com eles sobre a lenda deles em relação ao Mapinguari. Esse era o objetivo do documentário.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas os karitianas, que pesquisa o senhor trabalha com eles?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Eu nunca trabalhei com os karitianas, eu nunca trabalhei com nenhuma população indígena. O meu trabalho na Amazônia e na Mata Atlântica é com populações rurais ribeirinhas, com grupos caboclos, com os quais trabalho com padrões de crescimento e desenvolvimento e doenças crônicas. Eu jamais trabalhei com material biológico do tipo sangue, saliva, material genético. O meu trabalho todo é um trabalho voltado para o entendimento da relação entre saúde e meio ambiente em populações rurais, e eu nunca utilizei material biológico ou genético para isso. E também nunca estive em nenhuma outra tribo indígena no Brasil, a não ser na tribo dos karitianas, nessa ocasião.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor foi remunerado para ir até lá?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Não. Na verdade, eles pagaram, como eles convidaram, eles pagaram a minha passagem para ir até lá e para ir até a aldeia. Como eu era estudante naquela época e estava interessado em vir ao Brasil, porque eu viria fazer trabalho de campo para a minha tese de doutorado, posteriormente, na Amazônia, com as populações paraenses, populações ribeirinhas paraenses, eu aceitei porque era uma forma de eu conseguir a minha passagem para chegar até o Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então veio a troco da passagem.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Hein?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Só a troco de passagem?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Sim. Eles pagaram as passagens e as despesas em campo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A FUNAI autorizou a feitura desse filme?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – A FUNAI autorizou a feitura desse filme e já está na documentação inclusa nesta CPI e na CPI anterior, de 97, e nas declarações, inclusive, dadas aqui há algum tempo, eu acredito, pelo representante da FUNAI.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Após esses atendimentos médicos, o senhor fez alguma notificação para a FUNAI?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Eu mandei um relatório das minhas atividades para a FUNAI, de Brasília e de Rondônia, e mandei também para o CIMI de Rondônia. Eu aproveitei aqui a oportunidade

e gostaria de passar às mãos da Presidência da Mesa toda essa documentação que eu acabei de apresentar também. Solicito que seja dado o visto de recebimento. Eu já tinha mandado, antes da minha convocação, aliás, antes da minha solicitação, eu já tinha mandado documentação para a CPI, assim que eu fiquei sabendo desta CPI, mandei toda essa documentação, estou reiterando a documentação onde fica claro todo esse procedimento que eu acabei de falar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual era o objetivo da coleta desses exames de sangue?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – O senhor é médico, não é? Quando alguém vem ao seu consultório, como em qualquer consultório, como parte dos procedimentos regulamentares, eventualmente é necessário solicitar exames complementares. Nesse caso lá, como a nossa situação era extremamente precária, eu não tinha como fazer determinados tipos de diagnósticos, então, eu fiz o que eu pude, do ponto de vista clínico, da anamnese, e achei, naquela época, por bem, que valeria a pena tentar ampliar alguns diagnósticos a partir da coleta de algumas amostras de sangue, uma vez que, como eu falei, eu tinha algum material lá que poderia ser usado emergencialmente. Então, o material coletado foi única e exclusivamente para tentar ampliar alguns tipos de diagnósticos que eu não consegui fazer do ponto de vista clínico. Isso não foi possível de fazer, porque o sangue estragou no caminho, porque exatamente nós não tínhamos equipamento adequado para armazená-lo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Suspeita de quais doenças, por exemplo?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Por exemplo, tipos específicos de malária, combinação entre malária e hepatites, por exemplo, a hepatite C, hepatite B, alguns tipos de viroses, combinação de malária com doenças viróticas, ampliar o diagnóstico de tuberculose de algumas pessoas, diagnósticos possíveis de doenças sexualmente transmissíveis, como AIDS, por exemplo, que já existia naquela época entre populações indígenas. Então, essas foram algumas das coisas que me passaram pela cabeça, e eu tinha certeza... A anemia, que era também grassante nas populações. Eu achava que, com o uso desse material, eu poderia melhorar esse diagnóstico. Eu quero ressaltar que, independente disso, o diagnóstico clínico que eu fiz eu mandei para a FUNAI como relatório, e mandei também para os Karitiana e para o CIMI.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantas amostras foram colhidas?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Esse é um problema. Como nós estávamos em campo, eu não tive condições de fazer uma anotação detalhada sobre as

amostras, mas eu acredito que as amostras que foram colhidas foram as 54 amostras que foram retornadas do Departamento de Genética para a Procuradoria de Rondônia. Eu não tenho por que achar que alguma amostra se perdeu no meio do caminho e não tinha também condições de coletar muito mais amostras do que isso, até porque eu só trabalhei com as pessoas adultas, só fiz coletas de pessoas adultas, que eram as mais fáceis de coletar e com quem eu tinha experiência lá, naquela ocasião. No meu entendimento, as 54 amostras retornadas ao Ministério Público compreendem o total das amostras coletadas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essas amostras coletadas o senhor entregou para quem?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Essas amostras coletadas, eu entreguei no Departamento de Genética da Universidade Federal do Pará. Naquela época, o chefe do departamento era o Prof. Sidney Santos, que eu já conhecia, uma vez que eu havia estudado – eu sou médico formado pela Universidade Federal do Pará. Então, após eu saber que o material havia estragado, havia se deteriorado e, portanto, não se poderia fazer análise bioquímica, que era minha intenção inicial – isso foi-me dito pelos colegas do Instituto Evandro Chagas, de Belém, que é uma instituição reconhecida –, eles me recomendaram que eu poderia levar e tentar fazer alguma análise genética. Então, eu deixei o material lá, sob a guarda da Universidade Federal do Pará.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E 54 foram aquelas que foram, então, requisitadas pela Justiça.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Não. Eu acredito, não sei os detalhes, mas acredito que a Justiça requisitou todas as amostras. E as amostras que foram então retornadas foram todas as amostras que foram requisitadas de material karitiana, que porventura estavam lá no laboratório de genética da Universidade.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dr. Hilton, o Dr. Reginaldo Pereira de Trindade, Procurador da República no Estado e Rondônia, declarou que a Universidade Federal do Pará devolveu apenas 54 frascos do material e, conforme, consta dos termos da ação, foram coletados mais de 100 frascos do material.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Pois é. Eu não sei de onde esse número saiu. Eu não faço a menor idéia de quem deu essa informação para eles, porque eu não fui, eu jamais fui consultado pelo Ministério Público, as informações que existem disponíveis, que falam desse número, jamais citam a fonte. Eu, certamente, não tenho a menor idéia de onde saiu esse número. Certamente, não foi o número que eu coletei

porque eu não tinha essa quantidade de material para coletar essas amostras todas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor já foi chamado lá no Ministério Público do Pará para se manifestar?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – No Ministério Público do Pará, não. Há uma ação correndo no Ministério Público de Rondônia. Essa ação já foi contestada pelo meu advogado e ela está agora em andamento. Eu ainda não fui ouvido pelo Ministério, assim como em relação a esta Comissão, eu já me adiantei e prestei todos os esclarecimentos que me foram solicitados, e as mesmas informações que eu apresentei aqui já estão nas mãos da Procuradoria de Rondônia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Está tendo um pedido de pagamento de 500 mil na ação?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Bom, eu não sou advogado. Outros membros desta Comissão são advogados e talvez possam falar em relação a isso. O que eu fiz aqui foi relatar a situação tal como ocorreu. A minha defesa recorre dizendo que eu não tenho absolutamente nada a ver com isso, porque eu não causei nenhum dano aos karitianas. O meu objetivo com eles foi prestar atendimento médico emergencial. Inclusive, já mandei uma solicitação também de que isso seja incluído no seu *site*, uma vez que há uma informação incorreta no seu *site* – acho que foi tirada de alguma reportagem em algum lugar. E o meu objetivo com o atendimento aos karitianas foi simplesmente prestar atendimento médico emergencial. Eu não fiz nada que eles não tivessem interessados, nem que tivessem pedido, e não fiz nada que os atingisse. O material que estava comigo foi entregue ao Departamento de Genética e foi retornado ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece o *site* no qual é oferecido o sangue dos karitianas?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Eu tenho aqui uma transparência do material.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor fez doutorado aonde?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Essa é a empresa que está vendendo material lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Isso. A Coriell Cell.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – O meu doutorado foi na Universidade de Ohio, em Antropologia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Desse pessoal colocado no *site* dos responsáveis, conhece algum deles?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Não. Eu nunca tive nenhum contato com ninguém do Laboratório

Coriell, nem com ninguém de nenhum laboratório que trabalhe com genética, a não ser o pessoal do Laboratório de Genética da Universidade Federal do Pará. Eu nunca trabalhei com genética. O meu trabalho sempre foi na área de antropologia biológica, com crescimento e desenvolvimento. Eu nunca nem fiz coleta de sangue entre as populações com as quais eu trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Também foi dito pelo Dr. Reginaldo que pesquisadores da Universidade de Ohio estiveram na terra indígena suruí e coletaram sangue. Tem conhecimento de quem esses pesquisadores?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Eu não faço a menor idéia do que se trata.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Foi informado pelo Dr. Reginaldo que pesquisadores...

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Pois é, acontece que, infelizmente, o Dr. Reginaldo e a Procuradoria, por alguma razão, têm tido uma enorme dificuldade em levantar coisas básicas, que eu consegui fazer com uma pesquisa, uma tarde na biblioteca, como, por exemplo, identificar quem foi que levou o sangue para Coriell na década de 80. Está tudo documentado aqui, apresentado na documentação que eu entreguei aqui à Mesa. Então, eu realmente não tenho conhecimento do que se passa nos trâmites da Justiça de Rondônia. Eu sei que eu não coletei material de nenhuma outra tribo e jamais estive entre os suruí ou qualquer outra tribo indígena do Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A Sra. Denise Hallack é médica também?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Não. A Denise Hallack era minha companheira, na época. Foi participar do documentário comigo, porque o pessoal da televisão achou que seria interessante ter um casal no documentário. Ela era estudante de Arquitetura e durante o tempo em que ela ficou como voluntária lá, a meu pedido, ela simplesmente ajudou a organizar as filas, a brincar com as crianças enquanto as pessoas eram atendidas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Brasileira?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Ela é brasileira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É por causa do sobrenome. Por isso que eu estou perguntando se é brasileira.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Ela é brasileira. É paulista.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah! Tá.

Sr. Presidente, eram esses os questionamentos que eu tinha para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Passamos a palavra ao Deputado

Sarney, que tem ainda uma série de perguntas, algumas das quais já foram feitas.

Estou devolvendo aqui, já com a comprovação de recebimento, e solicitaria também, se possível, nos deixar uma cópia das transparências.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Já está feito. A Secretaria já pegou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ah! Está bem. Muito bem. Obrigado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Queria agradecer o depoente e pedir desculpas por não estar aqui. Estava na Comissão do Nepotismo, da qual sou membro titular e estava havendo o fim da votação para que pudéssemos iniciar o processo de discussão daquela questão importante para a sociedade neste momento.

Mas fui auxiliado aqui pelo nosso Presidente, atento, como sempre, e restariam algumas perguntas daquelas que não foram ainda respondidas ao longo da exposição.

A primeira delas é: a FUNAI tinha conhecimento de que haveria coleta de sangue?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Como dito anteriormente, o atendimento médico feito aos karitianas foi um atendimento emergencial, porque havia pessoas que estavam em risco de morte e, por consequência, não houve permissão da FUNAI de Brasília para fazer esse atendimento. No entanto, o chefe do posto da FUNAI na aldeia karitiana consentiu o atendimento por entender a sua importância. Não só consentiu como me deu uma lista, assinada por ele, de todos os karitianas que estavam vivos, segundo ele, na ocasião. Então, por se tratar de um atendimento emergencial – inclusive a coleta de sangue foi emergencial também, para tentar esclarecer alguns diagnósticos novamente –, não houve tempo de contato de Brasília, porque senão as pessoas provavelmente morreriam. E nem eu estava lá para fazer isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Houve coleta também na tribo suruí?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Também, conforme dito anteriormente, jamais estive entre os suruí. Eu apenas prestei esse atendimento médico emergencial para os karitianas e nunca estive em nenhuma aldeia indígena brasileira além da aldeia karitiana.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É. Eu acho que, dentro daquilo que foi dito – e o Presidente aqui me diz –, as outras questões já foram devidamente respondidas.

Muito obrigado. Presidente, estou satisfeito.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – (*Intervenção fora do microfone.*) Eu poderia fazer um último agradecimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Pois não, com a palavra V.Sa. para os últimos esclarecimentos.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Eu gostaria de agradecer o convite desta Comissão para estar aqui e ajudar no esclarecimento desta questão e dizer, como já reiterei várias vezes, que sou radicalmente contra a pirataria ou a biopirataria. Acho que devemos defender os nossos interesses acima de tudo e proteger as populações vulneráveis brasileiras. O meu trabalho médico entre os karitianas foi apenas com o objetivo de ajudá-los a sobreviver e proteger essa população. Espero que esta Comissão vá até o fim em esclarecer essas questões todas, a partir dos elementos que acabei de colocar, e que demonstre muito claramente que eu não tenho nenhuma relação com qualquer laboratório que venda material biológico ou com qualquer ato de biopirataria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Obrigado. Agradecendo...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Pois não, Deputado Rosinha. Eu só queria, antes de passar a palavra, pedir a V.Exa. que deixe aqui ou faça chegar às mãos da Comissão as transparências.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Todo o material apresentado por mim já foi disponibilizado para esta Comissão. Inclusive, anteriormente eu já havia enviado, antes do meu convite, eu já havia enviado todo o material para esclarecer essa questão a esta Comissão, como também já enviei à Procuradoria-Geral de Rondônia, enviei ao CIMI e enviei à FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Muito obrigado.

Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dr. Hilton, quando o senhor mostrou aquela transparência, ali tinha – deixe-me ver, até anotei – 198 índios, era o que se tinha pelo Censo. Lá, presente, constatava-se um número maior ou era mais ou menos esse mesmo o número de índios?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Eu não sei. Eu não contei as pessoas. Eu apenas atendi as pessoas que vieram me procurar. Então, eu só tenho o número de atendimentos que eu fiz, que foram 162 atendimentos. Eu imagino, eu espero, que nem todo mundo da aldeia tenha vindo procurar atendimento médico, mas eu acredito que foi uma grande parte da aldeia, porque a situação de saúde era realmente pre-

cária. Tão precária que depois eles me chamaram a ir à Casa do Índio, em Rondônia, e atender mais alguns parentes, mais umas 2 ou 3 pessoas, que estavam, segundo eles, lá há vários dias sem receber atendimento médico.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor disse que não coletou sangue de crianças. Foi coletado sangue só de homens? Só de mulheres?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Não. A coleta de sangue foi feita baseada em necessidade médica. Eu coletei o sangue das pessoas que estavam doentes, que não pude dar um diagnóstico imediato e que entendi que uma amostra do sangue, uma análise bioquímica poderia me auxiliar no diagnóstico, como é feito corriqueiramente em consultórios médicos. Então, eu fiz a coleta de sangue das pessoas que eu pensei que poderiam se beneficiar com uma análise mais aprofundada da sua situação de saúde. Eu coletei apenas de pessoas que tinham provavelmente mais de 10 anos e foram homens e mulheres, as pessoas que tinham condições de conceder que esse material fosse coletado e que estavam definitivamente em situação de saúde muito precária e que precisariam de atendimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor declarou que levou um *kit* de urgência, como qualquer médico que conhece o Amazônia levaria. Mas levou 54 frascos para coletar sangue em um *kit* de emergência? Não é estranho?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Não. Não é estranho. Não é estranho se o senhor conhecer a realidade...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Para ficar, o senhor disse, 5 ou 6 dias? Cinquenta e quatro frascos?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Não é estranho se o senhor conhecer, em primeiro lugar, a realidade da Amazônia, e, em segundo lugar...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, mas o senhor não foi para trabalhar como médico.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Mas eu fui para trabalhar em um lugar distante e isolado, sem possibilidade de atendimento médico, eu imaginava. E cheguei lá e confirmei isso. A questão dos frascos que eu tinha é porque eu iria fazer o meu trabalho de campo com populações rurais da Amazônia e iria passar um ano em campo, trabalhando com essas populações. E tinha trazido, então, material para a minha pesquisa pessoal, para a pesquisa que eu iria fazer com as populações caboclas. Como eles são tubos frágeis, que podem se quebrar, para evitar de eu tirar uma amostra e eles se quebrarem no meio do caminho, no meio da minha bagagem, eu simplesmente peguei

o pacote inteiro de tubos e enfiar dentro da mala. Eu digo: “Bom, se não precisar, eu não abro o pacote. Se precisar, eu posso tirar algum tubo e utilizar. É melhor não abrir o pacote e garantir que os tubos não vão se quebrar todos dentro da minha mala, no meio do caminho, do que levar alguns tubos simplesmente, 3 ou 4, para utilizar em uma emergência, e eles eventualmente se quebrarem”. Então, foi por essa razão que eu levei os tubos. Acabou que, depois desse trabalho com os karitianas, eu nem utilizei mais esse material para fazer nenhuma coleta, porque eu decidi que – já tinha decidido anteriormente – não iria trabalhar com material biológico – genético ou sangüíneo – de nenhuma forma, como nunca fiz.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos tubos tem em um pacote desse, já que estava lacrado, fechado?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Eu realmente não sei, porque eu não trabalho com material biológico em geral. Eu comprei, pedi lá ao departamento e eles me deram esse material. Eu acredito que seja entre 60 e 100 tubos. Eu não tenho certeza. Provavelmente, algum farmacêutico ou bioquímico pode ajudar melhor nessa situação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A coleta de sangue foi comunicada à FUNAI também? Porque o senhor disse que comunicou a visita, fez o relatório dos atendimentos. E essa coleta de sangue foi comunicada à FUNAI?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – No relatório que mandei à FUNAI está escrito que eu fiz atendimento médico. De acordo com entendimento do Conselho Federal de Medicina, atendimento médico inclui todos os procedimentos propedêuticos, terapêuticos e diagnósticos. Então, não me pareceu que eu tivesse... Quer dizer, eu não escondi absolutamente nada. Eu disse que fiz atendimento médico. Como atendimento médico entende-se consulta, prescrição e exames diagnósticos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É, pressupõe-se isso, quando tem um laboratório por perto. E lá não tem um laboratório por perto para tantos frascos na bagagem.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Bom, eu coletei o material que eu achei necessário para ajudar nos diagnósticos e, como falei, apenas por coincidência, tinha esse material comigo. O que aconteceu em relação a essa divulgação dessas notícias todas na Internet e nos jornais, na *Folha de S. Paulo* e em vários jornais, inclusive uma que está lá no seu *site*, é porque, eu acredito, que, em julho de 1996, quando saiu aquela matéria do Ricardo Santos e do pessoal lá da FIOCRUZ, os repórteres, então, ficaram sabendo

disso e foram procurar os karitianas para saber o que tinha acontecido. E eles simplesmente não se lembravam da coleta feita anteriormente, na década de 80, e se lembravam de que eu estive lá e que prestei atendimento médico a eles. E, portanto, eles, inocentemente, fizeram essa conexão, e o repórter aproveitou essa conexão e não foi mais fazer a pesquisa que deveria ter sido feita e identificar o que aconteceu e quem levou o material de fato, na década de 80, para o Laboratório Coriel. Então, eu me considero tão vítima desse procedimento quanto os karitianas. Se eles se sentem lesados porque o seu sangue foi levado para fora do Brasil, eu me sinto lesado toda vez que vejo o meu nome associado a um caso de biopirataria sem que eu tenha nada a ver com isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O sangue que o senhor colheu, tem absoluta certeza de que não falta frasco? Que não faltou frasco na seqüência? Que um frasco desse não tenha ido parar em um...?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Eu confio nos colegas do Departamento de Genética da Universidade Federal do Pará e não acredito que nenhum deles tenha usado de qualquer tipo de má-fé ou de qualquer tipo de dolo para causar qualquer dano a qualquer população das centenas com as quais eles já trabalharam e continuam a trabalhar no Brasil. Eles são um dos grupos de pesquisa mais respeitados no mundo na área de genética de populações, e não acredito que eles teriam qualquer interesse em desviar esse material. Acho que é importante que seja dito que 99,9% dos pesquisadores brasileiros são pesquisadores sérios, honestos, como eu, como os pesquisadores do Departamento de Genética, como outras pessoas que já vieram aqui a esta Comissão, que não têm absolutamente nenhum interesse e jamais ganharam um centavo com qualquer uma das pesquisas que fizeram.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Com as populações ribeirinhas ou caboclas que o senhor trabalha, trabalha com a questão genética? Pesquisa genética?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Não, nunca trabalhei com pesquisa genética.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, desse pessoal não coleta sangue?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Não. Nunca coletei sangue de população cabocla.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em que ano que o senhor se formou médico?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Em 1991.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, era estudante, na época, de Antropologia?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Eu era estudante... Nessa época, eu estava terminando o doutorado em Antropologia. Eu estava fazendo doutorado em Antropologia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Após a denúncia na FUNAI – não vou falar em denúncia –, após levar à FUNAI essa questão da saúde, tão precária como demonstrou, tomou conhecimento de quais foram as ações da FUNAI?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Não, eu nunca fui contactado pela FUNAI, nem pelo CIMI, nem pela associação dos karitianas, que me solicitou o atendimento. Eu fiquei sabendo dessas coisas através da imprensa e tenho, desde antes disso, já, encaminhado toda essa documentação, mas jamais fui contatado por qualquer um desses setores.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Na época, a FUNAI tinha equipe de trabalhos locais, ou pelo menos existia um programa. Nessa região não tinha nenhuma equipe de saúde da FUNAI?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA – Os karitianas, segundo a informação deles, textual, já havia vários meses que não recebiam médico na aldeia. Antes de nós irmos para a aldeia, nós tivemos notícia de que tinha um enfermeiro na aldeia que havia sido contratado por uma organização não governamental. Quando chegamos à aldeia, esse enfermeiro estava saindo e nos informou que não voltaria mais, porque o contrato dele havia terminado. De fato, durante o tempo em que nós estivemos lá, ele não voltou. Durante todo o tempo que nós permanecemos na aldeia, nunca teve nenhum profissional da saúde. Como falei, tinham alguns agentes indígenas de saúde, inclusive que fazem a coleta de material para fazer lâmina de malária, essas coisas todas, mas, de acordo com, novamente, o Governo Federal, a FUNASA, eles não podem fazer atendimento médico. Então, eles não estão autorizados a fazer procedimentos médicos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Está bom. Obrigado, Dr. Hilton.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Muito obrigado.

Eu gostaria de comunicar a esta Casa, a esta Comissão, que recebemos ofício do Dr. Richard Goughnour, Diretor da USAID/Brasil, no qual ele....

Eu vou ler o ofício:

“Exmo. Sr. Presidente, dirijo-me a V.Sa. em referência ao Ofício nº 24.605, datado de 1º de junho de 2005, pelo qual o funcionário dessa missão diplomático, Sr. Eric Stoner, foi convocado a prestar depoimento perante esta Comissão em audiência marcada para o próximo dia 07 do corrente...”.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, V.Exa. se esqueceu do nosso convidado. Eu disse para ele que podia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Não, eu já o tinha liberado anteriormente. Ele é que quis ficar mais um pouco para esclarecer. Ele já tinha sido liberado. Eu já tinha agradecido inclusive a participação dele.

“Lamentamos informar que não poderemos honrar a convocação mencionada em epígrafe por motivos já informados ao Ministério das Relações Exteriores em nota verbal transmitida a este no dia 02 do corrente. (Cópia em anexo)”.

Eu confesso que é a primeira vez que vejo uma declaração verbal com cópia em anexo. (Risos.) Olha aqui: *“nota verbal com cópia em anexo”*. É coisa realmente de americano. É tecnologia; é alta tecnologia.

“A título de esclarecimento, o Sr. Eric Stoner encontra-se impedido de prestar o dito depoimento por força do previsto na Convenção de Viena sobre relações diplomáticas e seus dispositivos aplicáveis.

Não obstante, muito nos honraria oportunamente poder prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários sobre o objeto dessa Comissão, nas circunstâncias adequadas. Para tal, nos colocamos à inteira disposição para receber V.Sa. nesta missão em data de mútua conveniência para auxiliá-los nas suas diligências”.

Segundo me foi informado aqui pela nossa Assessoria, o Presidente já entrou em contato e vai marcar uma ida nossa lá para pegar o depoimento do Sr. Eric Stoner.

Bem, pedimos a presença agora do Professor da Universidade Federal do Amazonas Ning Labbish Chao. (Pausa.)

Peço que, em conformidade com o art. 210, do Código de Processo Penal, o Sr. Ning Labbish Chao preste o juramento.

O SR. NING LABBISH CHAO – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal:

“Art. 342 Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha.

Pena – Reclusão de 1 a 3 anos e multa”.

Com a palavra o Sr. Ning Labbish Chao, que terá até 20 minutos, caso queira usar os 20 minutos.

Com a palavra S.a. para fazer suas exposições iniciais.

O SR. NING LABBISH CHAO – Boa-tarde, Sr. Presidente, Sr. Secretário, Deputados, senhoras e senhores, só hoje de manhã ao chegar aqui fiquei sabendo do (*ininteligível*). Penso assim, mas não fui informado e preparei uma palestra rapidinha para dar uma introdução da maravilha do mundo de peixes ornamentais. (*Pausa.*) (*Segue-se exibição de imagens.*) Projeto Piaba é um projeto para estudar peixes ornamentais. Acredita que peixes ornamentais no Amazonas é sustentável ecologicamente e economicamente. Esse é o nosso projeto Peixes Ornamentais na Bacia Amazônica. Dá uma introdução. É (*ininteligível*) algumas coisas existem irregularidades, mas como eu sou um pesquisador, um professor, eu põe o que eu descobriu para vocês que perspectivas para essa indústria. Nosso lema é “*Compra um peixe e salva uma árvore*”. É muito esquisito. Por que uma pessoa compra peixes ornamentais para salvar árvores? É simbólico. Peixes ornamentais só crescem 1 ano, 1 ano e pouco, depois morrem. Árvores vão precisar de 20 anos, 30 anos. Acabou com a captura, esse peixe tem uma vida razoável, então, não faz desmatamento ou outras atividades danificadoras de ambiente. O mais importante é o problema socioeconômico dentro dessa situação. Se não houver sustentabilidade, não houver um extrativismo do peixe ornamental, muitas pessoas vão mudar para Manaus. Manaus já tem mais de 80% da população do Amazonas, toda essa concentração causa um grande problema. Nossa idéia é que realmente as pessoas fiquem em área rural. Também todo o mundo sabe que tem tartaruga, tem onça, tem problema com o peixe-boi. É muito interessante. Tem um lugar que essa moça faz amigo um boto. Todo o mundo pode ver isso. Visita. Isso, sim, se não mantermos as pessoas no meio rural, pode acontecer esse tipo de situação em Manaus. Por que peixes ornamentais? A pesca de peixes ornamentais é um dos poucos recursos aquáticos renováveis da Amazônia, com potencial de manejo sustentável, associado a impactos socioeconômicos e culturais advindos do extrativismo no âmbito da globalização. Primeiro, por que peixes ornamentais? Mostro alguns peixes endêmicos do Amazonas. Essa é a arraia de água doce; esses grandes, peixes de nossa terra; esses abaixo são tirados de aquários internacionais. Todo o mundo quer esse peixe no aquário, como todo o mundo quer o panda da China, todo o mundo quer pirarucu no aquário na China, na Espanha, nos Estados Unidos. Todo o mundo quer esse. Outro peixe é o bagre, endêmico do Norte. Esses bagres, além de comestíveis, têm esse grande formato exótico e viraram peixes ornamentais. Bastantes pes-

soas procuram esse. Esse é o mais comum peixe nosso: characiformes, piabas, esse grupo. Têm todos os formatos, o que nos indica diversidade, desde piranha até peixe-cachorro até pequenos peixes de rio de menos de 20 milímetros. Outro grupo: peixe sarapó, elétrico. Esse sarapó emite pequenas quantidades de eletricidade. Esse peixe só tem na América Sul. Esse também é um recurso para peixes ornamentais. Aqui mostro diversidade. Outros peixes, como o acará, são bonitos, também como esportivo, e servem de alimento. Esse aqui, o acará disco, é cultivado no exterior. Será esse também um tipo de biopirataria? Ou, por causa da tecnologia, a gente não desenvolve, a gente não investe? Então, tem de olhar os 2 lados. Desde a década de 50, a pesca de peixes ornamentais se tornou uma indústria alternativa para produtos extrativistas como piaçava e castanha na Bacia do Médio Rio Negro. Hoje, estima-se que mais de mil famílias estejam ativamente envolvidas na captura e transporte de peixes ornamentais, possivelmente 80% da população de ribeirinhos têm alguma relação econômica com esse comércio. Aqui é um gráfico que mostra que milhões de peixes ornamentais foram capturados desde 74. No início são em formatos (*ininteligível*), naquela época, depois, IBAMA. Aqui tem um salto, 98. Nós, pesquisadores, e meu ajudante, que começa a coletar peixes. A polêmica aconteceu em 2004, quando uns jornalistas foram lá me perguntar quantos peixes saíam daqui. Eu disse: “40 milhões”. Logo em seguida, na mesma semana, o IBAMA de Manaus, juntamente com um exportador associado, declarou que eram 16 milhões apenas. Então, o jornalista perguntou: “*O que aconteceu a 30 milhões?*”. Ali, imediatamente, tive um problema: exportador não me deixa mais fazer levantamento. Nos últimos 2 anos, ali, recentemente, tem menos peixe coletado, porque nos foi proibida a visita a entreposto de exportadores. É um problema. Peixes ornamentais têm outro problema: 80% de 50 ou 60 milhões de indivíduos vivos são esse peixe cardinal, o tetra cardinal, 80%. A nossa é essa variedade, essas são da Colômbia, e tem outra variedade, essas são algumas variedades. Esses são peixes endêmicos Rio Negro, parte Colômbia, parte Venezuela. Outros peixes ornamentais, vocês podem ver, são pequenos. Todos esses peixes só vivem 1 ano, 1 ano e pouco na selva. No cativeiro, podem viver 2 ou 3 anos. Esses são muito atraentes para a pessoa aquarista e também para o biopirata. Também o nosso estudo indica, muito interessante, diferente cor de água: água marrom, água preta, água vermelha. Peixe também. Reflete isso. Pasmem, essas aqui são da mesma espécie. Você coloca na água clara e perde toda essa cor. Então, essa diversidade também (*ininteligível*) não conhece

bem. A área de estudo do nosso trabalho, a abrangência do Projeto Piaba. O Projeto Piaba tem o objetivo de manter essa pescaria, melhorar a qualidade de produtos. Nessa área, trabalhamos no Amazonas. Saímos de Manaus, trabalhamos em Barcelos, como base. Essa área é a principal área de pesca. O ambiente é muito bonito, com água cheia, seca, lago, igarapé. Essa é a vida que o pessoal vive lá. Eu sou privilegiado: tenho condição de visitar esse lugar todo o tempo. São pessoas caboclas que trabalham com a gente. Só para vocês verem as pessoas. Essa é a comunidade. Raramente, uma família. Raramente se encontra pessoas. Essa é uma comunidade. Todo o mundo trabalha junto para cuidar de peixes. Barcelos há algum tempo. Agora mudou bastante. Eu gosto dessa antiga coisa. Isso são os barcos voltando para a pesca, essa, de recreio, de transporte, de Barcelos a Manaus, 400 quilômetros a cada semana. Área de pesca, igarapé, lago, igarapé. Métodos de coleta bem simples. Não causa problema no ambiente. Uma pequena rede assim seleciona peixes. Peixe que não dá para vender, ele joga de volta. Bem amigável ambientalmente. Essa é uma seqüência. Vou abreviar. O pescador pega o peixe, separa o que precisa, leva para Barcelos, leva para (ininteligível). Ele vende para o intermediário de transporte, chega ao exportador, empacota, exporta, vem a inspeção no aeroporto e, no final, tchau, tchau, Brasil. Em todo esse processo cada um influencia o outro. Nós damos alguma idéia de números: mundialmente, 350, 400 milhões de peixes ornamentais são comercializados. Setenta por cento são criados em cativeiro. Valor de importação por todos esses países juntos: mais de 321 milhões. A maioria ainda é de água doce: 287 milhões são peixes de água doce. Sessenta e três por cento são exportados por países em desenvolvimento. A maioria dos exportadores é país em desenvolvimento. A indústria de peixes ornamentais movimenta mais ou menos 15 bilhões por ano. Então, olhar para o Amazonas (ininteligível) exportar 40 milhões de peixes mais do que esse, 10 mil trabalhadores diretamente e indiretos, gerar 13 milhões em exportação. Esse número é muito baixo em termos de peixe. Terceiro maior produto de extrativismo no Estado. Obviamente, o maior é a madeira. Município de Barcelos. Área: 150 mil quilômetros quadrados; população: 74 mil. Cada ano, 50 milhões de piabas pescadas. Sessenta por cento da renda do Município de Barcelos é esse. O único problema: 80% dos peixes são de uma espécie. Esse vermelho é o número de cardinal. Uma espécie. Então, temos de nos preocupar com essa uma espécie, que é vulnerável. Sempre que acontece alguma coisa, acontece com esse peixe. Nós estamos tendo problema para exportar. Infelizmente,

alguns meses atrás, eu ouvi que chineses já cultivam esse. Pesca. Pescadores, só durante a época de água baixa ele pode pescar. Então, entre maio, abril e agosto, e setembro, eles não têm peixe para pescar, por causa da água muito alta. Peixe escondido na floresta. A natureza protege durante metade do ano. Nós fazemos pesquisa, rapidamente, para nós grande (ininteligível) uma parte sobrevive de pesca, outra parte (ininteligível) econômico. Depois, têm vários grupos envolvidos. A gente monta um laboratório em lugar... Montamos um primeiro aquário no Amazonas. Incrível, não tem aquário no Amazonas. Aquário público, tem que montar esse lugar. Faço educação ambiental junto com um professor visitante dos Estados Unidos, junto com pessoa... Tem o voluntário, que ajuda a gente a salvar. Faço isso há muito tempo. Então, como a gente pode resolver o problema de piabeiros? A cada ano a gente faz reunião com piabeiros para tentar ajudar. O que a gente faz? A gente ajuda ele a tirar licença, ajuda ele a preencher coisas, formulários. Finalmente, 2 anos atrás, conseguimos seguro-desemprego durante a época de defesa de peixe. Geralmente, nós temos reuniões dentro do laboratório, porque a pessoa tem mais condição de falar. Quando colocadas no auditório, nenhuma pessoa quer falar, tem medo, timidez, quando nós colocamos um tipo de reunião no auditório. Como a gente pode fazer com essa pessoa? A gente vem colado com todas essas pessoas – exportador, especialista, organizações internacionais, autoridade, ecoturismo. Tudo isso que eu estou falando... Peixes ornamentais, sustentável ou não? Tem uma evidência aqui. Demografia Barcelos: de 1991 a 2000, aumento de 110%. Todo o resto municipal está diminuindo, com exceção de São Gabriel da Cachoeira, por causa dos militares. Então, o que significa Barcelos (ininteligível) por causa de peixes ornamentais? Reter população rural no local. Outro problema que eu tenho e que me tem preocupado é o cultivo de peixes amazônicos nos países asiáticos. O maior mercado, os Estados Unidos, não vende mais nossos peixes, vende peixes do Amazonas cultivados na Ásia, vendendo a quase 2 dólares cada um. Então, esse é o grande problema: se outras espécies cultivadas pelos asiáticos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Professor, peça a V.Sa. que conclua.

O SR. NING LABBISH CHAO – O.k. Outro problema: nós temos peixes exóticos no Amazonas: vários órgãos públicos e pessoas estão introduzindo peixe exótico asiático em nosso rio. Pode trazer doenças. Nós temos trabalho no futuro, (ininteligível) manejo e recursos. Popular problema de (ininteligível) socioeconômico. O mais importante e que estou tentando propor

é a pesca esportiva de peixe ornamental para áreas municipais. Isso em pequena área. Turismo é uma saída, mas parece difícil para organizar pessoal local. Eu só consegui... Uma vez por ano um grupo de amigos vem aqui. Peixes ornamentais viraram uma lenda do lugar: festa de peixes ornamentais. O.k. No final – quero concluir –, peixes ornamentais têm potencial. Contrabando de peixe ornamental existe, mas essa existência não é uma (*ininteligível*) para matar essa indústria. Eu acho que falta organização ao órgão público para ajudar a ordenar essa indústria. Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Muito obrigado, Professor Chao. Eu, pessoalmente, achei muito esclarecedora a exposição de V.Sa.

Imediatamente, faço algumas perguntas que acredito sejam importantes.

O nosso Presidente Antonio Carlos Mendes Thame está chegando e eu vou passar a Presidência a S.Exa., a quem peço me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Fico claro na sua exposição que existem peixes endêmicos daquela região que foram pirateados, ou mesmo, talvez, até vendidos de forma legal, mas que hoje são comercializados porque são criados em cativeiros em outros países.

A primeira pergunta é a seguinte: existe, reconhecidamente pela ciência, pelos cientistas brasileiros, algum peixe endêmico da região amazônica ou do Brasil, que V.Sa. conheça, que está sendo comercializado no exterior hoje? Em caso positivo, quais seriam? Também, ainda se soubesse, onde eles estariam sendo produzidos?

Quero dizer que, se não puder responder nenhuma das perguntas que vou fazer agora, não tem problema; V.Sa. pode, em até uma semana, mandar por escrito para a Comissão.

O SR. NING LABBISH CHAO – Sim, eu posso responder esta. Qualquer peixe que a gente exporta, os chineses – meus ancestrais – vão tentar cultivar. Eles têm a mão bem diferente da nossa; e eles conseguem. Eu vou colocar aqui; peixe de mais valor: acará disco, já é exportado há 30, 40 anos. E está sendo cultivado na Europa, na Ásia, em todos esses lugares, menos no Brasil. São Paulo começa a ter pessoa que cultiva acará disco, mas ela não usa matriz do nosso Amazonas, mas uma que vem de fora, vem da Alemanha, vem de Singapura. Tem muito peixe que foi cultivado. Potencialmente, todo peixe poderia ser cultivado no exterior, se nós deixarmos e se os peixes são exportados. Por outro lado, se o Brasil não deixa, sem pro-

blema; eles compram da Colômbia, compram de Peru, compram da Venezuela.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Professor, só para ficar claro, e para me explicar também: a nossa Ciência – a Universidade do Amazonas e do Pará e o Instituto Goeldi – tem conhecimento de espécies endêmicas...

O SR. NING LABBISH CHAO – Sim, sim...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – ...ou seja, só dão nessa região, não dão em outro lugar do mundo.

O SR. NING LABBISH CHAO – Sim.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, está caracterizado, está claro, que esses peixes nasceram ali, e eles só podem ser criados nesse determinado ambiente. Portanto, eles são endêmicos. Existe algum peixe endêmico nosso que hoje é comercializado? V.Sa. tem conhecimento? Comercializado fora através de criadouros no exterior? Alguma coisa concreta?

O SR. NING LABBISH CHAO – Endêmico geralmente é um rio. Endêmico num rio. Por exemplo, cardinal (*ininteligível*). Endêmico no Rio Negro. População na Colômbia, população em parte de Venezuela, (*ininteligível*), é pouco diferente de nós. Então, isso pode... Endêmico, Rio Negro, porque peixe não conhece fronteira. Esse é o traço.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Que seja único. É isso que eu quero saber. Que se possa dizer que esse peixe é nosso, é da região, é do Brasil. Nasceu aqui, e há possibilidade de essa espécie existir só em determinada região do território nacional.

O SR. NING LABBISH CHAO – Sim...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pode-se dizer com clareza isso?

O SR. NING LABBISH CHAO – Sim. É essa. Tudo está comentado. Por exemplo, arraia, eu mostro para você, só tem no Xingu, Tocantins, não há em nenhum outro lugar, nenhum outro País.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E essa arraia está sendo comercializada por outro País, por outras empresas? Está sendo criada...

O SR. NING LABBISH CHAO – Pela empresa brasileira que tem uma cota para o IBAMA. Foi um exemplo. O Amazonas e a América do Sul são uma grande área de endemismo. Alguns rios têm alto endemismo. Mas peixes não separam, peixes mudam entre Brasil e Colômbia, Venezuela, alguns desses assim. Então, o endemismo é bastante alto em nossos rios. Infelizmente, este Congresso... Mesmo como nós importamos peixes... Todo mundo conhece aquele pequeno peixe beta. O beta é muito fácil, todo mundo cria e joga em todo lugar do Brasil. Esse vem da Tailândia, é asiático. É endêmico daquela área, mas agora já está espalhado

pelo resto do mundo pelo aquarista, pelo comerciante exportador e importador.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, vamos agora a outras perguntas. Há tecnologia própria, criadouros, tanques, na Amazônia que possam suprir uma eventual demanda de peixes ornamentais? Há alguma experiência de criação em cativeiro ou tanques, mesmo dentro dos rios? Há alguma experiência disso na região?

O SR. NING LABBISH CHAO – Grande quantidade, não. Lá (*ininteligível*) aquário filho. Tem pessoas que fazem em pequenas escalas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Em pequenas escalas.

O SR. NING LABBISH CHAO – Pequenas escalas. Por outro lado, se você faz cultivo – e agora nós temos 10 mil pessoas trabalhando com peixes ornamentais. (*ininteligível*) investir em cultivo, nós não podemos empregar 10 mil pessoas. Outro lado, você quer cultivar? Por que não cultiva no lado onde tem consumidor? (*ininteligível*) O quilo de Amazonas em Nova Iorque chega a 11 dólares. Só água, basicamente. Mas, por outro lado, na Colômbia ou no Peru, isso custa 5 dólares. Então, nós temos um grande problema: a desvantagem nessa parte.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, sinceramente peço à nossa Assessoria aqui que elabore por escrito uma questão. O que me deixa em dúvida, professor, que eu queria realmente saber – e provavelmente V.Sa. não tenha essa informação aqui –, é o seguinte: primeiro, eu gostaria de saber se há comprovadamente um peixe endêmico, único, do nosso território que está sendo explorado comercialmente por outros países através de criação em cativeiro, de criadouros.

Por que estou fazendo essa pergunta? Porque isso caracterizaria biopirataria. E nós poderíamos, esta Comissão poderia requerer ao Governo brasileiro, ao Itamaraty, que entrasse na Justiça e tentasse, de alguma forma, reaver ganhos econômicos obtidos por essa atividade, que está gerando lucro em decorrência de uma pirataria de produtos nossos. Então, eu gostaria que essa pergunta fosse feita claramente dentro desse sentido para que o professor pudesse nos esclarecer, nos ajudar nisso com mais calma e, evidentemente, por escrito, onde nós teríamos uma compreensão melhor sobre todo esse processo.

E eu vou ainda um pouco mais adiante, lendo uma reportagem da revista *Peixes Ornamentais*, de março de 2005, abre aspas:

“Na região de Barcelos, estima-se que dependem das piabas cerca de 8 mil brasileiros e 60% da economia desse Município. Falta

controle do estoque pesqueiro e das áreas de pesca. Falta controle de qualidade ao peixe exportado. Falta uma cooperativa de piabeiros para reduzir a intermediação e aumentar a remuneração.

Falta um entreposto entre Barcelos para recuperação do peixe capturado, diminuindo as perdas e o impacto da captura sobre as populações de peixe. Falta investimento em pesquisas que nos coloquem em pé de igualdade com a concorrência no exterior, que hoje leva nossas matrizes e produz híbridos, multiplicando os lucros sem pagar royalties”.

Gostaria, nobre professor, que V.Sa. fizesse um comentário a respeito dessa reportagem. Mas eu vou passar mais adiante, porque esse comentário pode demandar algum tempo e também pode vir por escrito.

V.Sa. tomou conhecimento de uma apreensão no Aeroporto Internacional de Manaus de 125 caixas de peixes ornamentais destinados aos Estados Unidos, em novembro de 2004?

O SR. NING LABBISH CHAO – Sim, eu conheço. Por acaso uma das pessoas chamadas pela Polícia Federal foi meu aluno.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Foi seu avô?

O SR. NING LABBISH CHAO – Meu aluno.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Ah, seu aluno.

O SR. NING LABBISH CHAO – Meu aluno. Avô não, meu aluno. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não entendi direito.

O SR. NING LABBISH CHAO – Desculpe meu sotaque. Já faz 40 horas que não durmo. Dormi uma hora na TAM para chegar aqui. Então, fico meio tonto.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E V.Sa. já realizou algum negócio com alguma dessas pessoas, seu aluno ou quem quer que seja? Algum negócio?

O SR. NING LABBISH CHAO – Que aconteceu, esse aqui, esse exportador colocou que se for seu aluno tem ajuda da gente, mas por que disse isso? Está correto? Eles... Esse caso é muito complicado. Não é somente meu aluno com esse peixe. Identificar esse peixe, que não é escrito no guia do IBAMA. Isso que aconteceu... Técnicos do IBAMA também foram meus alunos, mas não conhecem peixe. Outro aluno conhece peixe. Entram problemas deles. Um trabalha no IBAMA, não conhece peixe; outro não trabalha no IBAMA, fazendo pós-graduação, ele conhece peixe. Então, tem essa. Mas, aqui atrás tem outra coisa. Tem algumas coisas dentro. Por causa da Polícia Federal que, no meu entendimento, no início, quer ver se o

barco que vem de Barcelos traz cocaína ou não; vê os peixes sem documento, manda para o IBAMA. O IBAMA, que àquela época liberou para exportador. Por isso a Polícia Federal ficou muito brava. Então, outro dia foi para o aeroporto e pegou. Isso acontece todo o tempo, e o número de peixes que estão saindo não coincide. Também nós não conhecemos peixe, nós temos 2 mil, só no Amazonas tem 2 mil. Todo o Brasil provavelmente tem 4 mil a 5 mil espécies de peixes ornamentais. Até hoje quase 2 mil a gente não conhece. Mas de peixes ornamentais para exportar só tem 180. Eu não sei como a gente olhando essa... Nós temos grande biodiversidade. Será nós não podemos comercializar nossa riqueza? A gente tem de ser limitado, deixar um dia outros criarem nossos peixes? Isso acontece...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem.

Eu vou passar a V.Sa. as outras perguntas elaboradas aqui por mim e vou ler antes as que faltam. E peço que V.Sa. nos mande por escrito as respostas até em uma semana. Outras perguntas: *“O que V.Sa. tem a declarar acerca da denúncia que chegou a esta CPI de que 5 alemães presos por contrabando de peixes ornamentais no Aeroporto Internacional de Manaus, em 2003, teriam prestado depoimento à Polícia Federal dizendo que estavam a serviço de V.Sa.?”* *“Que tipo de ligação V.Sa. tem com os aquários de Frankfurt, Alemanha?”* *“Alguma vez V.Sa. já enviou espécies de peixes ornamentais não descritas para a Alemanha, além de sedimentos de fundos e algas?”*

A essas duas questões é importante V.Sa. se referir agora, para não ficar nenhuma dúvida sobre elas, já que não são questões programáticas.

O SR. NING LABBISH CHAO – Essa coisa aí aconteceu, esses 2. Desde o início é interessante. Quando eu comecei o trabalho com peixes monumentais? Eu já trabalho há 15 anos. Maioria do tempo, uso meu dinheiro. O primeiro ano comecei trabalho, essa pessoa já estava dizendo que eu mandava peixe fora. Até hoje, nunca mandei um peixe. Eu nem tenho peixe na minha casa. Eu tenho peixe em casa, em Manaus. Nunca mandei nenhum peixe, nem levei um peixe para fora. O que aconteceu? Esse alemão é de Frankfurt. Eu fui convidado em muitas (*ininteligível*) internacionais para dar palestras. Esses alemães foram aprendendo. São um editor e um escritor. A gente só conhece pela conferência. Ele foi apreendido acusado... Ele coloca, ele quer doar esse instrumento ele usa. Eu ia depois com... Fez esse depoimento com a Polícia Federal. Não tem nada a ver. Eu nem sabia dele aqui. Mas nesse debate, eu fui na revista internacional, e esse internacional acabou condenando ele, por causa que eu

reclamei para a revista alemã. Ele foi muito sem... Ele foi... Eu disse: “Perdeu a graça para parte dele”. Essa foi corrigida. Não sei por que pensou numa falsificação ali para colocar assim para mim. Esse alemão tem uma revista. Tem muita pessoa que tem revista em que eu escrevi artigos para eles. Eles vêm, eu sei, eles têm alguns contatos. Mas que dia eles vêm eu não sei. Eu já alertei várias pessoas. Já vi pessoa lá no exportador que é famoso biopirata. Eu já coloquei até em frente o pessoal do IBAMA, 2 anos atrás, o maior biopirata. Eu conheço. No meu ponto de vista, ele estava com pessoa do IBAMA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dr. Ning, qual é o nome desse famoso biopirata?

O SR. NING LABBISH CHAO – Haickel Blair. Ele nasceu... A mãe ou o pai dele é brasileiro. Ele é de São Paulo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Por favor, passe o nome por escrito.

O SR. NING LABBISH CHAO – Todo o mundo conhece. Não é só...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas eu não conheço. Mas eu não conheço.

O SR. NING LABBISH CHAO – Ele é internacionalmente conhecido.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dr. Ning, por favor, escreva o nome dele.

O SR. NING LABBISH CHAO – Eu não tenho nada... Eu não conheço... Eu conheço ele também. Foi a conferências internacionais. Eu dou palestras, e muitas pessoas querem falar comigo sobre isso, sobre peixes. Depois, as pessoas diziam: *“Ah, eu conheço o Dr. Chao”*. Obviamente conhece, por causa de meu trabalho para essa... Por favor, mas...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – V.Sa. já enviou peixes ornamentais para Singapura? Em que ocasião?

E outra: V.Sa. já enviou besouros para a Alemanha? Em que ocasião?

V.Sa. conhece alguma pessoa física ou jurídica que seja suspeita da prática de biopirataria e que deveria ser investigada por esta CPI? Se V.Sa. assim o desejar, poderá fazê-lo em caráter sigiloso.

O SR. NING LABBISH CHAO – Não, isso, isso eu nunca... Eu não tenho nada a ver com besouro. Eu piso em cima de besouro. Eu conheço melhor barata. Nunca tem... Se você manda peixe? Todo o mundo pode enviar peixes. Eu nunca exportei peixes. Todo o mundo pode exportar peixes. Eu disse no filme: pegar documento, licença do IBAMA de Manaus, do IDAM, você pode exportar peixes. Do quintal, você pode exportar peixes. Eu nunca exportei peixes. Eu sou professor, sou muito ocupado, não faço comércio, nunca

fiz comércio. Eu não posso... Singapura, Singapura é grande importador. Ele importa de qualquer lugar do mundo. Nem passa... Eu fui a Singapura duas vezes, uma vez, 12 anos atrás, dar uma palestra. Fui convidado. Esse ano querem eu ir lá dar uma palestra em maio, final de maio. Eu não fui. Sabe que assunto? Eles querem um tal assunto sobre biopirataria. No resumo, eu coloca bem claro: Singapura pode ser acusada de biopirataria por causa que maioria peixe deles são nossos, do Brasil. Mas tem que interpretar a Convenção da Biodiversidade. Como interpretar este...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Um minutinho só. Eu solicito ao Dr. Rosinha que me substitua aqui, assuma a Presidência, pois a Liderança está me chamando por alguns minutos. Por favor. Eis as suas perguntas e depois eu lhe deixo algumas perguntas ainda.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Enquanto isso, se o senhor conhece, o senhor já deixou um nome aqui, o senhor conhece mais alguém, uma pessoa física ou jurídica que seja suspeita da prática de biopirataria? O senhor poderá, se não quiser...

O SR. NING LABBISH CHAO – Não, foi, foi capturado esse animal, essa... Sobrenome de Linck. Na revista você acha o nome deles: Linck. Outro nome foi colocado na revista internacional, foi tudo Internet. Tem caso dele também, de biopiratas no Brasil. Alemães não gosta este. É... esses são pessoas, geralmente são europeus que vêm aqui mais. Eu leio jornais em Manaus. Sempre tem alguém que leva besouro, leva borboleta, insetos, alguma coisa, sempre tem isso lá. Eu acho revista com capturados.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Essas são as perguntas do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Obrigado. Dr. Ning, há quantos anos o senhor mora no Brasil?

O SR. NING LABBISH CHAO – Vinte e poucos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Vinte e poucos anos. É formado onde?

O SR. NING LABBISH CHAO – Nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Formado nos Estados Unidos. E a origem do senhor?

O SR. NING LABBISH CHAO – Chi...Taiwan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Ia falar chinês, ia dar problema.

O SR. NING LABBISH CHAO – Não, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – (*Risos.*) O senhor veio já dos Estados Unidos direto para o Amazonas?

O SR. NING LABBISH CHAO – Não, para o Rio Grande do Sul, Rio Grande. Eu sou oceanólogo. Isso é coincidência. Eu estava fazendo pós-doutorado no Canadá. Alguém do Brasil, do Sul, perguntou sobre meu trabalho, eu mandei. Depois, eu perguntei: “Vocês têm emprego?” Eles disseram: “*Aqui há emprego. Você quer tomar ou não?*” Então, eu vim. Por coincidência, eu penso, quando eu comecei Biologia em Taiwan, eu dizia: “Um dia, eu vou para o Amazonas. Biólogo tem que ir ao Amazonas”. Esse era o meu sonho. Então, eu nem sabia, o Brasil é Amazonas. Então, cheguei no Rio Grande do Sul. Ali, 8 anos depois, meu primeiro aluno, ao ter doutorado, voltou e falou: “*O.k., agora, é com você, eu vou para Amazonas*”. Eu basicamente pedi transferência do Rio Grande do Sul para Belém ou para Manaus. Manaus respondeu primeiro. Então, eu peguei e fiquei, desde 89, em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Esse Projeto Piaba, que tem o *slogan* “*compre um peixe, salve uma árvore*”, esse projeto é desenvolvido diretamente pela Universidade Federal do Amazonas ou é desenvolvido por uma organização não governamental?

O SR. NING LABBISH CHAO – É... não tem não governamental. Eu montei uma não governamental nos Estados Unidos e peguei um pouquinho de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Então, é uma organização não governamental o Projeto Piaba?

O SR. NING LABBISH CHAO – Não, é universidade, CNPq, a maioria do dinheiro vem do CNPq.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – E tem financiamento americano também?

O SR. NING LABBISH CHAO – Não, só eu, eu montei uma ONG nos Estados Unidos. Eu montei, eu mesmo, em minha casa. Eu só coloquei uma assim, que eu posso dizer, o meu amigo diz: “*O.k., professor, eu vou doar a você 2 mil dólares*”. Então, eu disse: “*O.k., aqui o meu número*”. Então, a cada ano eu cato mais ou menos 5 a 6 mil dólares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Então, tem uma ONG nos Estados Unidos o senhor?

O SR. NING LABBISH CHAO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – E como é o nome dessa ONG?

O SR. NING LABBISH CHAO – Eu chamo Bioamazon Conservation International. Desde 91, são registrados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – By Conservation...

O SR. NING LABBISH CHAO – Bioamazon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)
– Ah, Bio.

O SR. NING LABBISH CHAO – Bioamazon Conservation International. Essa é uma coisa para pegar dinheiro dos gringos para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)
– Mas a sede dela é nos Estados Unidos.

O SR. NING LABBISH CHAO – É, é na minha casa, minha casa, minha esposa mora lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – E quem são os agentes financiadores da “Bioconservação Amazon”?

O SR. NING LABBISH CHAO – Não, não tem... São doação de pessoas. Eu escrevo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)
– Só doação de pessoas?

O SR. NING LABBISH CHAO – É, não tem nenhum... Por causa, porque... sabe, porque peixes ornamentais não são uma... Ele é *more* carismático. Eu tentei a WWF, eles não dão dinheiro. Ele dá pouco dinheiro e tem milhares de relatórios. Quinze 15 mil dólares. Quem financia tudo isso é o CNPq, me financia o CNPq por último. Quase 20 anos, nunca negaram minha solicitação, por causa de meu..., acham, meu mérito de trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)
– E como é que eu posso comprar um peixe e salvar uma árvore?

O SR. NING LABBISH CHAO – O.k., isso é simbólico. Compre um peixe... Por causa do Rio Negro, essa área... Os únicos recursos renováveis ainda viáveis, economicamente e ecologicamente, são os peixes ornamentais. Porque economicamente, ecologicamente viável? Esse peixe só vive 1 ano, 1,5 numa selva. Cada peixe pesa menos de 0,1 grama. Cinquenta milhões pesam 5 toneladas. Na floresta, cada hectare pode produzir 250 toneladas de biomassa. É também área de coleta, é só nas margens de rio. Área imensa. Mas eu não estou dizendo: “Ele não vai ter problema.” Nós gerenciamos bem, nunca vai faltar. Por isso, eu uso simbolicamente, para... Se a gente mantém empregos, mantém subsistência para a pessoa em Rio Negro, eles não vão lá cortar, fazer roças ou cortar árvores ou vender coisas. É simbólico, simbólico para salvar árvores. Salvar árvores, salvar ecossistema, ecossistema *and* área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)
– Dr. Ning, o senhor mostrou o projeto, mostrou a exportação de peixes. Quem é que vende o peixe? É o projeto?

O SR. NING LABBISH CHAO – Não, o projeto não tem nada a ver, o projeto nem tem condições de sobreviver. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)
– E aquele povo que está ali, que vive da pesca, eles vendem para quem?

O SR. NING LABBISH CHAO – O.k. Em Manaus existem inscritos mais ou menos 24 exportadoras. Prováveis 7 exportadoras estão funcionando. Algumas pessoas fazem peça, não funciona. Quatro maiores exportadoras, eles têm interposto, têm intermediário lá em Barcelos, compram os peixes de piabeiros. O que acontece a este? Nós não temos.. Na nossa notícia, o produtor não tem muita escolha. Exportador recebe pedidos do exterior. Ele passa para o intermediário dele. O intermediário dele chama o pescador: “*Se você é meu amigo, o.k., eu quero. Você compra. Semana que vem, traz 20 caixas desse peixe*”. O negócio você nem menciona. Então, essa pessoa volta com cota de intermediário, pode vender a um preço melhor. Outros, avulsos... Alguns desses, se não conseguir vender peixe, têm de jogar fora. Então, esses são controlados por outro. Há várias pessoas dizendo: “*máfia*.” Não é necessário máfia, por causa que o exportador tem clientes. Esse cliente, relacionamento, são 10, 20 anos de cliente. E com pescador também é cliente, 20, 30, 10 anos cliente. Esse sistema tão delicado, obviamente, é uma exportação, mas você não pode quebrar esse quando você não tem outras substituições. Se você diz: “*Intermediário, tudo intermediário*”... Aquela pessoa vive no rural, área rural, mais distante, nem vai receber sal, fósforos, por causa comerciante não vai para lá mais. Então, tudo isso a gente tem de olhar, os 2 lados. Até nós temos alternativa. Você pode ideologicamente dizer: “*Esse é ruim*”. Como você substitui esse?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Dr. Ning, na equipe de pesquisa do senhor, tem pesquisadores estrangeiros?

O SR. NING LABBISH CHAO – Não. Tinha um. Veio de São... Não é meu. Ele foi professor, chamava professor convidado, professor visitante na UA para 4 anos. Estava dando aula de Antropologia. Ele dava aula de noite, era casado com uma amazonense. Está acabando o doutorado dele já faz tempo, ele está voltando para cá, quer voltar para cá, trabalhar aqui como... O único estrangeiro assim. Tem pessoas, tem meu amigo, visita... Eu sou... Eu tenho muitos contatos internacionais, pessoas vêm e me visitam. Eu faço ecoturismo, cada ano, em janeiro, no final de janeiro, para catar dinheiro. Cada pessoa vem aqui doar 500 dólares para meu projeto. O que ele faz? Eu levo ele para ecoturismo, para Barcelos – e aquela época de Barcelos tem festa. Muitas pessoas voltam todo ano,

porque gostam tanto e gostam de ver peixes. Por isso, eu penso: nós podemos ajudar caboclos. Fazer uma cultura de peixes ornamentais. O que a gente vai fazer? Esses peixes comuns, algumas pessoas... Porque pessoas, se a gente faz ecoturismo de peixes ornamentais, deixa a pessoa pegar não comercial, para uso pessoal, assim nós podemos ajudar muito a economia local. Valoriza nosso peixe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Dr. Ning, o senhor já foi acusado de comércio ilegal de peixes ornamentais?

O SR. NING LABBISH CHAO – Não, nunca, nunca, nunca vendi... nunca fiz comércio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – O senhor nunca respondeu a nenhum inquérito policial?

O SR. NING LABBISH CHAO – Não, não tem inquérito. Sempre a pessoa quer que eu dê mais informação, por exemplo, esses alemães... Eu fui pedido porque ele falou. Eu nem sei se ele está aqui. Eu estava no exterior, eu voltei, e a Polícia Federal me perguntou: “*Quem é esse?*” Ele disse: “*Eu fui lá coletar peixes*”, tirando coisa, mentira, dizendo: “*Ele vai doar o equipamento dele para mim*”. Primeiro essa, que não é nada. Piças, coisa assim. Depois, a Polícia me pergunta. “*Olha*”, eu disse: “Eu não tenho nenhum, nem conheço essa pessoa bem. Sou contactado durante conferências”. Então, eu nunca, nunca em minha vida, vendi peixes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – O senhor falou aí do biopirata Hackel.

O SR. NING LABBISH CHAO – Hacker, Hackel, é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Trabalha onde?

O SR. NING LABBISH CHAO – Trabalha na Alemanha. Ele tem uma revista. Por que eu sei? Eu não pegou ele diretamente. Eu vi na revista dele, tive esse encontro – não tenho mais novos –, tive esse encontro. Eles querem novas espécies nossas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – E qual é o nome da revista dele?

O SR. NING LABBISH CHAO – *AquaGeo*. *AquaGeo* também não é regular. Ele é um pilantra, é uma pessoa que pediu dinheiro de outros e nem... Na verdade, não publica. A gente paga inscrição, pessoa recebeu um número ou dois números, depois some. Por isso, eu não escrevo mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Eu não sei se todos, pelo menos eu tenho dificuldade de compreender tudo o que o senhor fala. E quando o senhor fala o nome da revista. Eu prefiro que escreva também.

O SR. NING LABBISH CHAO – *AquaGeo*. *AquaGeo*. *Geology*. É *Geo*, *Geo*, *AquaGeo*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Publicada na Alemanha?

O SR. NING LABBISH CHAO – Eu não sei, ele muda. Amanhã ou depois, vai para a Itália. Por causa que na Alemanha é *mui* cara, ele mudou para a Itália. Mas ele fala bem português, ele tem... Adolescente, ele morava em São Paulo, quando adolescente. Então ele conhece tudo, jogos. Até meu aluno uma vez encontrou ele no Rio Purus. Ele mostrou para o aluno – “*Eu tenho permissão do IBAMA*” – a permissão assinada pela Superintendente do Amazonas para ele. Eu tenho dificuldade de pegar, como professor. Como esse pessoal tem... eu não quero dizer muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Os países que fazem divisa com o Brasil, na Amazônia, também exportam peixes ornamentais?

O SR. NING LABBISH CHAO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – E eles exportam em quantidade maior do que eles têm, vindo buscar peixes no Brasil ou não? O senhor tem alguma informação disso?

O SR. NING LABBISH CHAO – Eu só ouvi falar. Eu nunca estou na fronteira, naquela área. O meu trabalho é basicamente... Só trabalhei com caboclos. Eu não quero envolver com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – O senhor dá assistência científica a pessoas do exterior? Estrangeiros?

O SR. NING LABBISH CHAO – Não. Eu não conheço cultivo de peixe. Eu sei de biodiversidade. Eu sei de ecologia do peixe. Isso não tem nada a ver com cultivar. Eu escrevo. Você pode dizer que eu dou assistência. Eu escrevo artigos, colunas que vão para todo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Qual é o objetivo das pesquisas do senhor?

O SR. NING LABBISH CHAO – O meu objetivo é preservar a biodiversidade, mas, primeiro, a gente tem de conhecer biodiversidade. Eu utilizo a biodiversidade. Nós temos a conhecer, preservar o uso sustentável dos nossos peixes. Esse é o meu objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Como não há mais perguntas, eu quero agradecer – é mais fácil falar Nagib, como diz o Sarney – ao Sr. Ning Labbish Chao a disponibilidade dele. Nós vamos passar uma série de perguntas escritas, algumas delas, inclusive, que nós formulamos, porque nós vamos precisar da resposta mais compreensível, porque as notas taquigráficas também vão ter dificuldade. A revista se chama *Água Geo*, agora que ele escreveu.

Então, a gente vê a dificuldade que tem de pegar o depoimento. Então, nós vamos passar as perguntas com o prazo de uma semana para responder para nós, por escrito.

O SR. NING LABBISH CHAO – O.k. A maioria dessas coisas... Felizmente, eu tenho um livro. Mas o livro, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Está escrito em chinês.

O SR. NING LABBISH CHAO – Tem de escrever em inglês. Nem chinês nem português ninguém lê. Ciência tem de ter uma língua comum. Eu tenho esse. Isso vai me dar um trabalho, por causa da... Não tem problema. Eu faço. Tem mais perguntas alguém?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Nós agradecemos ao Sr. Ning Labbish Chao as informações concedidas. Ficamos no aguardo das demais perguntas. Obrigado. Está dispensado.

O SR. NING LABBISH CHAO – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Está dispensado.

O SR. NING LABBISH CHAO – Vai dar mais trabalho para mim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Eu não vou solicitar o livro dele porque é inglês. Se fosse em chinês, eu ia, para poder...

Passamos à deliberação dos requerimentos. Em virtude da ausência da Deputada Perpétua Almeida, retiramos de pauta o Requerimento nº 59/05 e passamos imediatamente ao item II da pauta, Requerimento nº 86/05, da Deputada Thelma de Oliveira, que solicita seja realizada audiência pública em Cuiabá, para esclarecimento do desdobramento das investigações da operação Curupira. Pergunto à Deputada se ela deseja fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Com a palavra a Deputada Thelma.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Até porque hoje pela manhã já debatemos bastante esse assunto e nós entendemos que essa operação trouxe relevantes informações a respeito do desmatamento no Estado de Mato Grosso. É por isso que eu gostaria de pedir a esta Comissão seu deslocamento até Cuiabá, para que a gente lá pudesse ouvir *in loco*. Foram 76 as pessoas presas. Acho que isso realmente é uma situação bastante grave que aconteceu em Mato Grosso. Por isso, estamos pedindo o deslocamento desta Comissão, para que possamos ouvir alguns daqueles que estão presos, aliás, por di-

versas situações: desde reflorestadores, madeireiros, despachantes entre o IBAMA e os madeireiros, uma situação que considero peculiar nessa questão.

Então, faço um apelo a esta Comissão para que aprove nosso requerimento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Em discussão.

Encerrada a discussão, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o presente requerimento.

Agradecemos as presenças às testemunhas, aos Srs. Parlamentares, às Sras. Parlamentares, aos assessores e aos demais presentes.

Declaro encerrada a reunião, às 17h10.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS” (CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 29ª reunião (Ordinária) realizada em 8 de junho de 2005

(Parte Pública)

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia oito de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 13 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Hamilton Casara. Compareceram os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente, Moacir Micheletto, Josué Bengtson e Perpétua Almeida – Vice-Presidentes, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Rosinha, Leandro Vilela, Luiz Bittencourt, Maria Helena, Neyde Aparecida, Robson Tuma, Sarney Filho e Zico Bronzeado – titulares, e Arnaldo Faria de Sá, Badu Picanço, Fernando Coruja, Leonardo Monteiro e Thelma de Oliveira – suplentes. Compareceu também o Deputado Carlos Abicalil. O Deputado Dr. Rodolfo Pereira apresentou justificativa de falta. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Dr. Ribamar Alves, Francisco Garcia, Gervásio Oliveira, Henrique Afonso, João Carlos Bacelar e Nilson Pinto – titulares, e Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Fernando Gabeira, Miguel de Souza, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da 28ª Reunião (Extraordinária) realizada dia 7 de junho e da 27ª reunião, que

foram aprovadas sem observações. **ORDEM DO DIA:** A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos de autoria do Deputado Sarney Filho, esta Comissão reuniu-se para oitiva das seguintes testemunhas: Sr. Sebastião Azevedo – Procurador Geral do IBAMA; e Sr. Amarildo Formentini – Assessor da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. O Sr. Presidente convidou o Sr. Sebastião Azevedo para tomar assento à mesa e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame assumiu a presidência dos trabalhos. O Sr. Presidente facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho, Thelma de Oliveira, Dr. Rosinha e Antonio Carlos Mendes Thame, que entregou as perguntas feitas por ele e pelo relator por escrito à testemunha, solicitando que as respondessem e enviassem à CPI num prazo de 7 (sete) dias, juntamente com cópias de diversos processos de sindicância. A Deputada Thelma de Oliveira assumiu a presidência dos trabalhos. O Deputado Dr. Rosinha solicitou a inversão da ordem do dia, para que fosse apreciado o requerimento constante da pauta antes da oitiva da próxima testemunha. A Sr^a Presidente colocou o requerimento do Deputado em votação, que foi aprovado. B – Apreciação de requerimento: 1) – **REQUERIMENTO Nº 59/05** – da Sr^a Perpétua Almeida – que “requer a quebra do sigilo bancário,

telefônico e fiscal do Senhor Valdemir Kramer”. Em votação, foi aprovado o requerimento. A Sr^a Presidente convidou o Sr. Amarildo Formentini para tomar assento à mesa e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento do art. 203 do Código de Processo Penal. O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame reassumiu a presidência dos trabalhos e facultou o prazo de 20 minutos, caso a testemunha quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, a testemunha solicitou que a reunião fosse transformada em reservada, oportunidade em que apresentaria denúncias. O Sr. Presidente colocou em apreciação o requerimento do Sr. Amarildo Formentini, que foi aprovado. O Sr. Presidente suspendeu os trabalhos às dezesseis horas e onze minutos a fim de que fossem tomadas as providências para transformação da reunião em reservada. A reunião foi reaberta às dezesseis horas e vinte e um minutos, em caráter reservado, para a oitiva do Sr. Amarildo Formentini. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr.

Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e quatorze minutos. E, para constar, eu, , Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28.^a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre a bancada cópias das atas da reunião extraordinária realizada no dia 7 de junho e da 27.^a reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de sua leitura.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente, uma vez que a cópia das atas já foram distribuídas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em virtude da aprovação de requerimento de autoria do Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para a oitiva das seguintes testemunhas: o Sr. Sebastião Azevedo, Procurador-Geral do IBAMA, e o Sr. Amarildo Formentini, Assessor da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Neste momento, convido o Sr. Sebastião Azevedo a tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Solicito ao Sr. Sebastião Azevedo que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descritas no Código Penal:

“Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha (...)

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.”

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Sebastião Azevedo, por até 20 minutos, caso queira

fazer uso dela antes de responder as perguntas dos Deputados.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Neste momento, cumprimento o Deputado Hamilton Casara, Presidente desta Mesa; o Deputado Sarney Filho e, através deste, cumprimento também todos os Parlamentares aqui presentes. Meus senhores e minhas senhoras, sinto-me honrado com a convocação feita por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no sentido de, como testemunha, prestar os esclarecimentos pertinentes às apurações sobre as irregularidades ocorridas no âmbito do IBAMA, em face das recentes notícias veiculadas na imprensa. Antes, eu gostaria de prestar um pequeno esclarecimento sobre a atuação da Procuradoria Geral Federal junto ao IBAMA, órgão que tenho a honra de dirigir há mais de 2 anos. Devo dizer que a Procuradoria Geral Especializada junto ao IBAMA é um órgão de execução descentralizado da Procuradoria Geral Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União, e sua função junto ao IBAMA é prestar consultoria e assessoramento jurídico à sua administração e promover a representação judicial e extrajudicial. Nesse sentido, devo dizer que a Procuradoria Geral Federal, a teor do art. 10 da Lei 10.480, de 2 de julho de 2002, não pratica atos de gestão *lato sensu*. Os atos da Procuradoria Geral se constituem em atos de assessoramento à administração do IBAMA. É necessário este esclarecimento porque as informações que vou prestar aqui estão adstritas à atividade jurídica da Procuradoria Geral Federal no âmbito da sua atribuição legal e regimental. Nesse sentido, devo dizer que, no exercício dessas atividades, a Procuradoria Geral Federal tem procurado, no seu mister, assessorar a administração do IBAMA nos procedimentos administrativos de sindicância e disciplinares, visando apurar eventuais irregularidades, em tese, praticadas por servidores dessa autarquia, nos aspectos relacionados a ilícitos administrativos, civis e, eventualmente, penais. Neste exercício, durante a gestão deste Governo, vários procedimentos disciplinares já foram instaurados e encerrados, tanto procedimentos disciplinares como procedimentos de sindicância. Várias penalidades também foram aplicadas, seja de demissão, destituição de cargo, seja de suspensões e advertências, resultado de um esforço de apuração de condutas de servidores ao longo do período 2003/2005. As atribuições da Procuradoria Geral nesse sentido, que conta, inclusive, com o apoio irrestrito da auditoria da autarquia, abrange todo o território nacional, todo o território nacional. Invariavelmente, existem situações de conduta de servidores que estão submetidas à apuração de processos disciplinares. No caso particular, objeto desta convocação feita por esta Comissão Parlamentar

de Inquérito, devo esclarecer que os objetivos das investigações levadas a efeito pelo IBAMA tinham esse caráter de apurar responsabilidades eventualmente praticadas por servidores da autarquia no âmbito do Estado do Mato Grosso, cujas irregularidades consistiam em apurar a exploração, o transporte e o comércio ilegal de madeiras nos Estados amazônicos, particularmente no Estado do Mato Grosso, visando identificar a materialidade dos ilícitos administrativos, civis e, eventualmente, penais, em face de notícias de fraudes, falsificações, atos de corrupção ativa e passiva cometidos por servidores. Devo dizer que este trabalho, particularmente no caso dos Estados amazônicos, situa-se no contexto do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia, que está em execução naqueles Estados desde seu lançamento, em 15 de março de 2004. Qual é a abrangência das investigações? As investigações abrangiam 3 gerências executivas: a de Cuiabá, a de Sinop e a de Juína, tendo-se realizado diligências em Municípios dos Estados de Rondônia e do Pará, e mais 5 escritórios regionais, sobretudo os de Pontes de Lacerda, Cáceres, Alta Floresta, Aripuanã e Juara. Essa operação, Sr. Presidente, durou 20 meses desde a instalação da primeira correição extraordinária, realizada em 18/09/2003, no Município de Sinop, até a execução da operação objeto deste depoimento. Passaria a fazer, e pediria a paciência de todos, um breve histórico relativo a esses trabalhos, que culminou com as investigações feitas pelo IBAMA. Em face de denúncia recebida pela Procuradoria Federal Especializada logo no início da gestão, instalada no ano de 2003, que cogitava dessas irregularidades praticadas por servidores do IBAMA e um Procurador Federal que atuavam na área de jurisdição da gerência executiva do IBAMA no Município de Sinop, mandou-se instaurar um procedimento administrativo de 2001, nº 0033507/93, de 2001, e editou-se por ato desse Procurador-Geral a Ordem de Serviço nº 18, de 18 de setembro de 2003, determinando a realização de correição extraordinária na forma regimental, a fim de averiguar os fatos e as circunstâncias. Quero dizer que esses atos correccionais, embora não sejam uma situação comum em todas as entidades autárquicas e fundacionais, trata-se de um caso particular previsto na estrutura regimental do IBAMA, e que permite ao Procurador-Geral Federal optar ou por sugerir instauração de sindicância, ou procedimento disciplinar, ou instaurar procedimento correccional. E neste caso concreto, por envolver Procurador Federal, daí a razão de se ter optado no primeiro momento por realizar esse ato correccional em virtude da participação desse procurador. O relatório final da correição extraordinária apontou 4 servidores,

aliás, 3 servidores do IBAMA e um Procurador Federal, como responsáveis por um conjunto de irregularidades praticadas no âmbito do IBAMA. Estão aqui elencadas – posso esclarecer objetivamente, em face do tempo, em outro momento. O referido relatório, encaminhado à Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA e ao Ministério Público Federal, ensejou ajuizamento, em 3 de fevereiro de 2004, pelo Ministério Público Federal, de uma ação de improbidade administrativa, em face dos 4 agentes considerados responsáveis nesse ato de correição. Esta ação ainda corre na 5ª Vara Federal, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso. O juiz federal desse processo, em 4 de junho de 2004, deferiu o pedido de liminar e determinou o bloqueio dos bens imóveis, contas e aplicações financeiras que se encontravam em nome dos réus para saldar uma futura execução, se apurado dano ao Erário. Este valor está estimado em 1 milhão de reais. Além disso, o meritíssimo juiz determinou o afastamento desses servidores dos cargos e funções que eles exerciam. Em 30 de junho de 2004, o Sr. Presidente do IBAMA e o Procurador-Geral Federal da época editaram a Portaria nº 838, que foi publicada no *Diário Oficial* da União, de 1º/07/2004, determinando a instauração de processo administrativo disciplinar, a fim de apurar os fatos relacionados ao ato correicional ocorrido, até aquele momento, na gerência executiva de Sinop e dos Municípios de sua jurisdição. O processo administrativo disciplinar, instaurado por força do referido ato, resultou na demissão dos 3 servidores acusados do IBAMA e mais do Procurador-Geral Federal. Importante frisar que, no desenvolvimento dos trabalhos apuratórios pela Comissão processante – isso já se havia percebido desde os atos correicionais anteriores –, o Presidente da Comissão processante identificou vários atos de irregularidades e aqui, nas gerências executivas de Cuiabá, Sinop e Juína, especificamente relacionados à autorização de produtos florestais, ATPF, e de aprovação do plano de manejo. Neste passo, ele solicitou, ao verificar este assunto, ao Procurador-Geral Federal junto ao IBAMA, que editasse um ato para que ele pudesse realizar outras investigações que não eram objeto do procedimento administrativo disciplinar que ele estava conduzindo. Nesse sentido eu editei, em 5 de agosto de 2004, a Ordem de Serviço nº 10, com esse objetivo, designando o mesmo procurador que conduziu o processo disciplinar para realizar as averiguações relativas a fatos que ele havia percebido durante a colheita de depoimentos do procedimento disciplinar. Com os resultados preliminares das investigações e em face da gravidade dos fatos, o Sr. Presidente do IBAMA entendeu necessário ampliar o escopo da apuração e, em substituição à ordem de serviço editada

pelo Procurador-Geral, determinou o prosseguimento dos trabalhos editando a Portaria 1.316 e conferindo-lhe abrangência em todo o Estado de Mato Grosso. Foi neste momento, até por força da Ordem de Serviço nº 10... Já havia uma recomendação ao Presidente da Comissão no sentido de que promovesse uma integração com o Ministério Público Federal e a Superintendência da Polícia Federal, ambas no Estado de Mato Grosso, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas visando às investigações em curso. Dos resultados das investigações. E aqui, como bem frisei ontem, a Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito, em virtude do caráter sigiloso dos procedimentos penais, eu não terei condições de prestar informações precisas sobre as questões penais, sobre os atos praticados pela Polícia Federal, pelos atos praticados pelo Ministério Público Federal, até por entender que essas informações poderão ser prestadas pelos agentes públicos, representantes desses órgãos, eis que, pelo que percebi na ata, eles também estão convocados para depor nesta Comissão. Vou ficar adstrito então aos resultados das investigações quanto aos aspectos administrativos. E, nesse sentido, devo dizer que foram confirmadas todas as denúncias – e aqui sobram provas praticadas por servidores, empresários do ramo de exploração e comercialização de madeira e seus procuradores, despachantes. E, obviamente, todos sabem, na esfera penal ocorreram diversas prisões tanto de particulares como de agentes públicos integrantes, seja do IBAMA, seja de outros órgãos. E foi descoberta a quantidade surpreendente de 431 empresas fantasmas cadastradas no IBAMA, com volume de madeira cerrada, objeto de fraude, em torno de quase 2 milhões de metros cúbicos, dentre outras irregularidades. Quais, então, as medidas de implementação imediatas adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, no sentido de criar condições estruturantes para a condução desse assunto, doravante independentemente das medidas coercitivas adotadas? Preocupação fundamental da Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente foi a de que este trabalho continue sendo realizado pelo IBAMA, pelo Ministério, com as mesmas parcerias com o Ministério Público Federal e com o Departamento de Polícia Federal. Nesse sentido, está em curso a celebração de um instrumento, de caráter permanente, com esses órgãos, para se prosseguir com as apurações em todo o território nacional, e com foco inicial para os Estados amazônicos. Houve ato de intervenção, pelo período de 60 dias, com a nomeação de um interventor que realizou as investigações – a mesma pessoa. Ocorreu a exoneração dos cargos em comissão de todos os servidores, seja de cargo efetivo, seja requisitados ou no-

meados livremente. De algum modo, foram alcançados pela medida apuratória e, conseqüentemente, presos. A Procuradoria Geral Federal orientou seu órgão de execução no Estado de Mato Grosso que ajuizasse 3 ações de proibidade administrativa, em face dos servidores acusados. Isso já foi feito. Já foi ajuizada uma ação civil pública contra a Fundação do Meio Ambiente do Estado, em virtude de descumprimento de norma geral federal relativa à exploração florestal. Estamos realizando os trabalhos técnicos de perícia visando ajuizar ações civis públicas de responsabilidade por danos ao meio ambiente contra todas as empresas e seus sócios que, de qualquer modo, concorreram para a prática de degradação ambiental em decorrência de explorações ilegais no Estado, objeto da apuração. No mesmo momento, o Sr. Presidente do IBAMA determinou a suspensão no Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 30 dias, das autorizações de transporte de produtos florestais; descredenciou todos os servidores envolvidos que operavam no sistema; determinou a realização, no prazo de 90 dias, de auditagens técnicas em todos os planos de manejo e nas autorizações de desmatamento. Também determinou a realização, no prazo de 60 dias, de inspeção industrial nas empresas do setor florestal no Estado, para averiguar a autenticidade do cadastramento, que havia sido objeto de ato anterior editado pelo IBAMA. Ainda, a Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente determinou a instauração, em conjunto com seu Presidente, de processo disciplinar, em face dos fatos de que se teve conhecimento posteriormente envolvendo diretor do IBAMA, e determinou seu afastamento preventivo, pelo período de 60 dias, enquanto se apuram os fatos. Do mesmo modo, o Sr. Presidente do IBAMA baixou 2 atos determinando a instauração de processos administrativos disciplinares contra esses servidores. Em linhas gerais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são as informações que consegui coligir, de que tinha conhecimento, em face do exíguo tempo que me foi dado, entre ontem e hoje, para prestar informações a esta Comissão Parlamentar. Fico à disposição de todos os senhores para prestar os esclarecimentos de que tiver conhecimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Muito obrigado, Sr. Sebastião Azevedo.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Procurador-Geral do IBAMA, Sebastião Azevedo, antes de tudo, gostaria de parabenizá-lo pela exposição e dizer do meu apreço pessoal pela sua história como servidor público. Não obstante esse conceito que tenho sobre sua pessoa,

por força da minha Relatoria, evidentemente, sou obrigado a fazer questões que, de maneira nenhuma, tem relação com o desempenho profissional de V.Sa.

Primeiramente, Sr. Presidente, solicito que as respostas sejam dadas logo após as perguntas. É melhor para todos. Como acho que hoje estamos com o tempo dilatado, as respostas podem ser objetivas. Qualquer resposta que não possa ser dada aqui, até a próxima terça-feira, gostaríamos que fosse remetida, porque poderão eventualmente servir como base para outros depoimentos que aqui serão prestados. Não é preciso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Sr. Relator, a Presidência concorda que as perguntas sejam intercaladas, para facilitar as perguntas e respostas. Se houver concordância, que as respostas de caráter sigiloso cheguem até segunda-feira por escrito, porque, segundo me informa a assessoria técnica, é um dia oportuno para a Comissão.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Dia limite, então.

Antes de tudo, quero saber quando a Procuradoria Geral do IBAMA tomou conhecimento da Operação Curupira?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Como eu expliquei anteriormente, no ato que editei, Ordem de Serviço nº 10, em seu art. 2º, já recomendava ao Procurador que exercia a correição que mantivesse entendimento com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, no sentido de que pudessem operar essas atividades em conjunto.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Isso foi quando?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Isso foi... Vou ver os atos. Posso, inclusive, deixar os atos aqui.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Seria importante.

Mas, objetivamente, sobre essa operação específica, a Procuradoria não foi comunicada?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Sobre a operação específica, foi comunicada, sim. Bom, a recomendação foi no dia 5 de agosto de 2004, por força do art. 2º da ordem de serviço que ora passo às mãos de V.Exa. A informação sobre a Operação Curupira foi comunicada, sim. A administração do IBAMA e eu estávamos presentes durante a realização dessa operação. Ela ocorreu, não posso precisar a data, mas foi no decorrer do primeiro trimestre deste ano.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – No decorrer do primeiro trimestre deste ano, quando a direção do IBAMA tomou conhecimento.

V.Sa. tem conhecimento do relatório da CPI do Tráfico de Animais Silvestres e da Extração Ilegal de Madeira, que se encerrou no início de 2002?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Formalmente, não tenho conhecimento. Logo que eu assumi a Procuradoria Geral Federal, em meados de fevereiro de 2003, recebi uma cópia de caráter informal sobre essa CPI, mas lamentavelmente não li todo seu conteúdo. Fiz leituras esparsas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem.

Só para esclarecer que nesse relatório, que foi mandado formalmente, com certeza – porque é obrigação da CPI mandar –, havia recomendações a respeito de ações a serem tomadas. É evidente que não é da sua competência tomar providências, mas por parte do Ministério e do IBAMA. Essas recomendações foram bastante discutidas e ficaram muito expressas, inclusive, recomendações sobre a substituição da ATPF. E algo importante também que eu já gostaria de acrescentar e que nós vamos ressaltar no nosso relatório é justamente a respeito dos inquéritos administrativos. Nós recomendamos – e aqui não vai nenhuma crítica, objetivamente, a nada, até porque, quando eu fui Ministro, não havíamos tomado essa providência... Foi a experiência ao longo do tempo que fez com a que a gente, ouvindo às pessoas, chegasse a essa conclusão de que os inquéritos administrativos, eles deveriam ser presididos... As pessoas que participem das suas decisões, elas deveriam ser pessoas que não fossem da área onde o funcionário está envolvido, porque isso, de certa forma, criaria um constrangimento, e houve muitos inquéritos administrativos... Por exemplo, em 2001... Isso é só para ver a... Eu entendo as dificuldades que o IBAMA enfrenta e as dificuldades que o Ministério do Ambiente enfrenta. Nós todos sabemos que esse processo de ilegalidade e de ilicitudes, ele é um processo que é latente na região. A região se forjou no desmatamento e na ilicitude. A gente tem que ficar atento, enquanto não aperfeiçoa os mecanismos de vigilância, de fiscalização, os mecanismos de comando e controle, fundamentais para que as políticas estruturantes possam surtir resultado, é justamente... Enquanto esses mecanismos fogem da nossa realidade, é preciso que a gente fique com uma visão muito próxima, vamos dizer assim, no termo popular, com o cabresto muito curto, puxado, porque, essa ilicitude, ela espera só que se afrouxe a rédea, para levantar a cabeça. Então, no ano de 2001, não era ainda Presidente do IBAMA o Deputado Casara, mas era a Marília Marreco, nós fizemos intervenção no Estado de Rondônia, no Estado do Mato Grosso e no Estado do Pará. Essas intervenções geraram mais de

30 inquéritos administrativos, e todos esses inquéritos administrativos, como resultado dessas intervenções, foram remetidos ao Ministério Público. Infelizmente, pelo que me foi passado depois, muitos daqueles que foram investigados, eles retornaram às suas funções, porque, como é da democracia, o que é do império das leis, eles foram absolvidos nos seus inquéritos. Mas o Ministério Público, que tomou a providência de acionar essa operação – é importante que fique isso bastante claro –, ele tomou baseado nessas informações acumuladas ao longo desse tempo, como também o relatório da CPI, ele foi recomendado em cima dessas providências.

Mas vamos passar ao...

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Eu queria, se o senhor me permitir, fazer uma ponderação em torno desse assunto.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pois não.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Primeiramente, eu diria ao senhor que as investigações feitas no Estado do Mato Grosso e as investigações feitas no resto do País, elas estão levando em consideração o acúmulo de denúncias existente há cerca de 14 anos, desde 1990. Evidentemente que esses processos, eles passam de administração para administração. A administração do passado apura, a do presente também, e provavelmente as futuras. Assim é a seqüência. E, apesar das dificuldades, há sempre uma evolução, pelo que se percebe. Nesse sentido, eu devo dizer ao senhor que até então – estou falando de 2003 a 2005, até este momento – já foram instaurados 79 procedimentos disciplinares, PADs, processos administrativos, 99 procedimentos de sindicância. Estou falando só de atos praticados pelo Presidente do IBAMA, não estou falando de atos praticados pelos gerentes executivos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas olha, Sebastião, sinceramente, Dr. Sebastião, eu não estou comparando, estou apenas relatando, até porque eu não sei os dados de quantos foram.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Tudo bem, tudo bem.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Por exemplo, intervenções naquela época foram 3, e agora, depois de 2 anos e meio, foi só uma. Não vamos comparar, porque não é esse o objetivo da nossa...

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Está bem, mas eu queria só lhe dizer mais o seguinte.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Eu não quero entrar nesse aspecto.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Já são 13 demissões neste exercício.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não nos interessa isso, realmente.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Está bem. Mas também, para complementar o que o senhor colocou, a administração do IBAMA tem tido o cuidado de instaurar procedimentos com pessoas de fora do local. Tanto isso é verdade, que se tem buscado inclusive pessoas de outros órgãos e entidades. Recentemente, requisitamos procuradores inclusive do INCRA, de outra entidade, para promover a instauração de processos disciplinares no âmbito do IBAMA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem. Não há nenhuma divergência aqui, de fundo, nessa questão. Eu lamento, evidentemente, que o relatório de uma CPI da Câmara, do Congresso, evidentemente, não tenha tido a atenção que deveria ter tido. Isso é uma coisa que poderia ser, evidentemente... Poderíamos ter avançado mais, porque o relatório já trazia sugestões que hoje estão sendo implementadas e que poderiam, há 2 anos e tanto atrás...

Mas vamos ao resto das nossas perguntas.

Os problemas detectados pela Operação Curupira certamente não se restringem ao Estado do Mato Grosso. Como está o andamento das investigações em relação aos esquemas de corrupção relacionados à atividade madeireira no Estado do Pará? No seu conhecimento.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – No meu conhecimento, nós já fizemos uma primeira intervenção sobre exatamente as falsificações e fraudes em ATPFs, em conjunto com o Ministério Público e a Polícia Federal, que resultou inclusive em prisão também de pessoas que participaram desse evento danoso. Existem 2 processos administrativos disciplinares em curso, que estão sendo presididos pelo Procurador do INCRA, instaurados. Outros procedimentos já foram realizados que ensejaram a aplicação de sanções a servidores do Estado do Pará, demissão inclusive. Existem ainda processos por apurar, sobretudo processos que estão envolvendo procuradores identificados mais recentemente, que já foram submetidos à AGU, para fim de instauração.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – As denúncias envolvendo a comercialização de Autorizações de Transporte de Produtos Florestais – ATPFs por servidores do IBAMA são bastante antigas. Na CPI do Tráfico de Animais da Legislatura passada, abrangendo os mesmos temas – a CPI a que me referi há pouco –, foi investigado o uso de ATPFs geradas num escritório de Eunápolis, Bahia, mas utilizadas para respaldar o comércio ilegal de madeira no Pará. Na reunião desta CPI do dia 11/05/2005, o Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, Flávio Montiel, reconheceu o

furto de 25 mil ATPFs no Estado do Pará. Diante da gravidade dos problemas envolvendo ATPFs, quais as medidas, do seu conhecimento, internas já tomadas pelo IBAMA para punir os servidores envolvidos e evitar novas fraudes?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Já foi esclarecido. Eu posso confirmar que a atuação da Procuradoria em torno de apuração de responsabilidade, ela abrange todo o território nacional. Todas as denúncias chegadas à Procuradoria, na medida da sua capacidade operacional, nós temos realizado. O critério para se realizar é a gravidade e o perigo da prescrição punitiva.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A Coordenadora do CGREF, Cristina Galvão, em depoimento a esta CPI em 31/05/2005, confirmou que, no caso de doação de mogno à FASE, foram emitidas ATPFs em branco quanto à volumetria de madeira transportada. Esse procedimento, segundo o seu entendimento, é legal, é usual?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Bom, eu preferia, Deputado, conhecer melhor esses fatos, aprofundar o exame sobre o plano estritamente jurídico, e responder. É provável que a Procuradoria inclusive tenha se manifestado sobre esse aspecto objetivo, no que eu me comprometo a remeter o parecer da Procuradoria nesse sentido.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Eu vou passar depois às questões que estão aqui escritas.

São freqüentes também as denúncias de irregularidades envolvendo os chamados planos de manejo florestal sustentável. Entre outras irregularidades, há casos em que o IBAMA aprovou alguns planos de manejo para empreendimentos privados em áreas públicas e há denúncia de planos de manejo aprovados em áreas indígenas, o que leva à conclusão de que não é feito o devido controle prévio desses planos, nem a posterior fiscalização.

Volto a dizer que isso não é também um problema novo. Eu me recordo que, também em 2002, nós cancelamos mais de 2.250 planos de manejo na região. Então, é um problema recorrente, que agora, com o acúmulo de experiência, nós temos que encontrar uma fórmula que evidentemente me parece que já está até apontada no projeto de lei que está em tramitação aqui na Casa.

Bem, que medidas internas, nesse caso específico, foram tomadas pelo IBAMA, do conhecimento de V.Exa., para resolver esses problemas?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Bem, Excelência, quanto ao aspecto da fiscalização e aprovação de planos de manejo, como se trata de uma questão de natureza técnica, eu, evidentemente, não teria como prestar esses esclarecimentos. Agora, quanto aos as-

pectos fundiários, eu devo dizer que uma das iniciativas adotadas pelo Diretor de Florestas comigo, em ato conjunto, foi disciplinar, de forma bastante clara e objetiva, a aprovação de planos de manejo tanto em terras públicas como em terras privadas. Aqueles casos concretos em que não se submeteu a essa orientação de caráter normativo, os planos de manejo foram cancelados.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Esta CPI já trouxe a público vários casos de alteração ou supressão irregular de valores de multas no sistema informatizado do IBAMA, conforme documentos já entregues aos Srs. Flávio Montiel e Teófilo Pantoja de Vasconcelos na audiência pública de 11/05/2005.

O IBAMA já apurou outros casos concretos de fraudes desse tipo? Em caso positivo, que atitudes foram tomadas?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – O IBAMA tem apurado, no curso dos procedimentos de sindicância e processos disciplinares, situações concretas denunciadas ou verificadas em auditorias internas. Verificando, porém, a extensão do problema, o Presidente recentemente baixou a Portaria nº 846, nomeando um grupo técnico com o objetivo de promover o levantamento em todo o território nacional dessas situações e indicar as providências, seja de caráter estruturante, seja de caráter punitivo, que mereçam ser adotadas. Queria passar a V.Exa. a portaria. Está aqui.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, houve denúncias aqui na CPI de que alguns concursados que foram designados para regiões longínquas da Amazônia, digamos assim, onde tem mais necessidade de servidores, eles foram depois transferidos. Isso não é, objetivamente, uma... Eu estou passando para saber se V.Exa. tem conhecimento de algum caso desses e se está tomando alguma providência nesse sentido.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Excelência, este é um fato que não envolve apenas o IBAMA. Particularmente, na Procuradoria Geral Federal, nós nos defrontamos com essa situação. Os servidores, ao serem empossados e entrarem em efetivo exercício, logo que ocorre um novo concurso, eles têm o direito subjetivo de se removerem. E assim – eu estou me referindo à AGU – oferecem vagas em outros órgãos e entidades fora e substitui por outras pessoas. Isso não é diferente no IBAMA. Quer dizer, na medida em que o IBAMA realiza concursos para determinado local, ele abre a possibilidade de remoção. E essa remoção é realizada em forma de certame e na mais absoluta transparência.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O Código Florestal centraliza o controle ambiental da exploração de madeira no IBAMA. O órgão, já há alguns anos, vem

firmando convênios e outros termos de cooperação com os órgãos estaduais para o exercício conjunto desse controle.

Eu acho que essa resposta vai demandar alguma coisa. Quantos e quais termos de cooperação com os Estados relativos ao controle de atividade florestal estão em vigor atualmente?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Excelência, eu não tenho como precisar quantos, mas posso afirmar que alguns desses instrumentos foram submetidos à Procuradoria e examinados. Tenho conhecimento de outros, que foram aprovados pelo Conselho Gestor da autarquia e assinados. Mas, lamentavelmente, eu não tenho esse controle. Esse controle é feito pela Diretoria de Florestas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Vamos pedir à Diretoria de Florestas depois.

V.Sa. sabe se há um termo de cooperação assinado com o Estado do Mato Grosso em vigor?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Este instrumento, Excelência, ele remonta de épocas passadas e foi sucessivamente prorrogado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Está em vigor ainda?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Ele perdeu a sua vigência em setembro do ano passado, por não ter sido prorrogado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então a resposta aqui é “não”.

Há termos de cooperação de que V.Exa. tem conhecimento firmados com Prefeituras Municipais?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O que V.Sa. tem a declarar sobre o acordo de cooperação técnica celebrado em 2001 entre o IBAMA e o Município de Feijó, no Acre, visando sanar conflitos de delegação de competências na área ambiental naquele Município? V.Exa. tem conhecimento desse acordo?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Não tenho conhecimento desse fato, Excelência.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então eu vou passar depois disso.

Com relação ao caso da FLONA de Três Barras, investigado por esta CPI, consta que o então Gerente Executivo do IBAMA de Santa Catarina, Luiz Fernando Krieger Merico, solicitou parecer à Procuradoria do IBAMA em Joinville para assinatura de termo de cooperação com a Associação Estadual de Cooperação Agrícola, ligado ao movimento dos sem-terra.

Pelas informações desta CPI, o Procurador não viu problemas na minuta apresentada, mas alertou para a necessidade da observância das normas da

Lei de Licitações. No entanto, a Procuradora Renata Cordeiro e o Procurador-Chefe do IBAMA em Santa Catarina, Kurt Trennephol, foram contrários à assinatura do convênio.

V.Exa. tem conhecimento deste assunto?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Eu tenho conhecimento do processo, Excelência. Ele foi submetido à Procuradoria Geral recentemente. A Procuradoria Geral não tinha, no momento, elementos de convicção para emitir o seu parecer e submeteu o processo às áreas técnicas pedindo informações. Estamos no aguardo do seu retorno para emitir o nosso parecer definitivo sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O parecer definitivo ainda não foi emitido?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Pela Procuradoria Geral, ainda não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E foi emitido algum parecer provisório? Emitiu alguma opinião?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Não emiti opinião. O parecer que se conhece é o parecer do procurador de Joinville, e nós não adentramos no seu mérito.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Como o IBAMA vem encarando acusações de que se transformou num órgão refém das ONGs ambientalistas, em razão do elevado número de ativistas que atualmente trabalham no Instituto? V.Exa. tem conhecimento disso?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Não tenho, Excelência. Acho que essa matéria é reservada à gestão do IBAMA e não chegou ao meu conhecimento. Portanto, não tenho como fazer uma avaliação.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Exa. me parece que já falou a esse respeito. Quantos servidores são réus atualmente em processos administrativo-disciplinares no âmbito do IBAMA? Quantos processos têm relações suspeitas de participação em crimes ambientais? Quantos servidores foram demitidos em função de decisão de processo administrativo-disciplinar?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Vou deixar para o senhor o quadro que demonstra essa situação. Ele pode estar atualizado, porque este dado é de 15 dias atrás.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a boa vontade do nosso expositor e peço, evidentemente, desculpas se, de alguma forma, não fui cortês. Não era esse meu desejo, nem nunca será, ainda mais se tratando de um conterrâneo, amigo querido e referência no Maranhão – já ressalvei minha impressão pessoal.

Eu me sinto satisfeito com as respostas, Sr. Presidente.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Eu lhe agradeço, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, com a palavra a Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente; Sr. Relator, Deputado Sarney, quero agradecer a presença aqui ao nosso convidado, que é o Dr. Sebastião, que é o Procurador-Geral do IBAMA.

Passo, a seguir, às minhas perguntas.

V.Sa. já trabalhou no INCRA?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Já.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E qual o motivo por que o senhor saiu do INCRA e foi trabalhar no IBAMA?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Eu sou Procurador-Geral Federal, vinculado a uma entidade da AGU que não tem vinculação direta, conforme eu falei anteriormente, às entidades autárquicas e fundacionais. Na verdade, eu sou procurador de carreira da Advocacia Geral da União. Hoje posso estar no IBAMA, amanhã, no INCRA de novo, na FUNAI, até na Fundação Palmares, que era meu desejo.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Há quanto tempo o senhor está no IBAMA?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Eu estou no IBAMA desde o começo desta nova gestão, mais precisamente, fevereiro de 2003.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Certo.

Bem, como eu sou de Mato Grosso, eu vou me referir um pouquinho mais às questões que estão acontecendo no meu Estado.

O senhor já falou aqui de todas as medidas que foram adotadas pelo órgão e especificamente pela Procuradoria Geral...

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Pois não, Deputada. Sim?

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – ...com relação aos resultados da Operação Curupira.

Eu gostaria de saber o seguinte: já se tem uma avaliação geral de toda a madeira que foi apreendida, do número de servidores e dos danos que esses servidores causaram ao patrimônio, em termos de valores financeiros? Já se tem uma avaliação de todo o prejuízo que foi causado não só pelos servidores, mas, como o senhor disse, pelos próprios empresários e também por todos aqueles que estão envolvidos? Já existem os resultados da Operação Curupira? Já tem esses resultados?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Excelência, com certeza, sim. Embora eu ainda não tenha recebido o relatório final – quando falo eu, falo Administração do IBAMA –, mas já dá para estimar em números maiores que, com relação ao prejuízo à biodiversidade, sobretudo na questão da exploração ilegal de madeira, alguma coisa em torno de 2 milhões de metros cúbicos. Isso, em valores em reais, cerca de 900 milhões de reais. A quantidade de servidores seria em torno de 52 envolvidos, com a possibilidade de ampliação, porque a investigação continua. Agora, eu não tenho o detalhamento. Isso deve ser objeto do relatório que o Presidente da Comissão Técnica Especial elaborou. Não apreciei com profundidade ainda esse relatório, que deve ter vários volumes.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Certo.

Esta CPI tem conhecimento de que nos anos 2001 e 2002 o IBAMA do Estado de Mato Grosso já esteve sob intervenção, tendo sido nomeada interventora a Procuradora Autárquica Marlene Dias Carvalho.

Quais foram os resultados concretos dessa intervenção quanto às ilegalidades ambientais então detectadas? Os servidores com suspeita de envolvimento com ilícitos ambientais na ocasião não são os mesmos que ora estão sob intervenção no âmbito da Operação Curupira?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Eu não conheço esse relatório, Excelência. Posso tentar verificar para poder informar a senhora sobre esses fatos. Eu não conheço essa intervenção, até porque eu não estava, na época, no IBAMA, e posteriormente não tive conhecimento dessa intervenção.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Então, seria interessante para nós que o senhor pudesse nos enviar alguma informação nesse sentido.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Eu queria ponderar, como essas não são informações a que necessariamente eu tenha acesso, porque, como eu falei, eu presto assessoramento jurídico e não sou um dirigente da autarquia, que esta nobre Comissão pudesse requerer à direção do IBAMA esse assunto, se fosse possível consignar isso.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Pois não, nós vamos requerer.

Esta CPI tem a informação de que, nos anos 1997 e 1998, o IBAMA do Estado de Rondônia e de parte de Mato Grosso sofreu intervenção por parte do IBAMA de Brasília – eu soube que até o nosso Relator já se referiu –, sob a alegação de corrupção de servidores, ATPFs falsas etc. Da intervenção resultaram 153 processos na Polícia Federal de Porto Velho, Rondônia,

mas ninguém foi efetivamente preso. O que a Procuradoria Geral do IBAMA fez em relação a esse caso?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Também não conheço esse processo de intervenção, excelência. Eu sei de uma atividade mais recente, realizada pelo IBAMA, na Procuradoria, na região de Ariquemes, que resultou na prisão não só de servidores como também de particulares, inclusive com demissão de servidores. Outros processos continuam em andamento. Agora, não sei se seriam relacionados a essa intervenção. Mas foram fatos que chegaram ao conhecimento da Procuradoria.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Com relação à questão de Sinop, a que o senhor se referiu. Houve uma investigação que durou 5 meses, do que resultou a operação que culminou na Operação Curupira. Bom, esta CPI tem informações de que 3 servidores lotados no Município de Sinop foram réus em processo administrativo disciplinar no ano de 2004, em razão de participação em irregularidades no controle de planos de manejo e desmatamentos. Apenas 2 deles foram demitidos, entre os quais Carlos Henrique Bernardes, que foi preso na atual Operação Curupira, sendo que o terceiro, um procurador autárquico, continua em atividade. V.Sa. poderia explicar quais acusações pesavam sobre esses servidores no processo administrativo e por que o procurador não foi demitido? Ele foi inocentado das acusações ou houve algum outro motivo para a sua não-demissão?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Excelência, do resultado dessa comissão que foi objeto da portaria conjunta do Presidente do IBAMA e da Procuradoria Geral Federal foram demitidos 3 servidores e não 2.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Três?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Foram demitidos Carlos Henrique Bernardes, Vilmar Ramos de Meira, Joaquim de Souza Lima, por força das Portarias do MMA 3, 4 e 5, respectivamente, de 7/01/2005, e o servidor Russel Alexandre Barbosa Maia, procurador federal, foi demitido por força da Portaria nº 411, de 19 de maio de 2005, do Sr. Advogado-Geral da União.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Foi demitido em 2005.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Em 2005. Todos foram demitidos em 2005.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Eu gostaria de saber ainda... Eu não entendi muito bem a questão de Sinop. Por que houve um distanciamento tão grande entre esses prazos, para se começar essa investigação mais profunda, uma vez que já havia indícios de diversas irregularidades, já tinha havido uma intervenção em 2001, depois foi feita essa outra

investigação... Quer dizer, já havia... E depois de 5 meses é que houve todo esse processo que culminou na Operação Curupira.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Bom, eu devo dizer que nós assumimos a Procuradoria Geral em meados de fevereiro aproximadamente, não lembro agora, e a instauração se deu 5 meses após essa averiguação, pelos fatos que até então chegaram ao conhecimento do Procurador. Evidentemente que essa demora de 5 meses, ela pode ser considerada por V.Exa. uma relativa demora, mas há de convir que, para quem está se instalando num novo Governo, num novo órgão, e precisa conhecer todos os seus atos de gestão, e considerando inclusive que a Procuradoria Geral, ela não está adstrita a essa atividade, ela tem uma atividade de representação judicial enorme, além de todos os trabalhos que se realizam... Eu considero que todo o percurso até a demissão dos servidores, que se iniciou em 2003 e culminou com a demissão, no primeiro semestre de 2005 – para quem conhece tramitação de processos disciplinares, que têm uma semelhança muito grande com os processos judiciais, em que se assegura o princípio do devido processo legal, da ampla defesa... Na minha avaliação houve inclusive uma celeridade no processo.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Eu acho que da parte do senhor, Dr. Sebastião, não resta nenhuma dúvida, mas a gente tem que avaliar também. Como o senhor disse, quer dizer, essas questões administrativas, elas vão correndo de uma administração para outra. Quer dizer, na verdade, eu talvez não tenha me explicado direito. Eu acho que houve uma demora no antecessor, que talvez não tivesse a celeridade que o senhor tem. E aí o prejuízo não é para nenhum de nós, é mais para o meio ambiente. Eu avalio nesse sentido.

O senhor teve conhecimento do incêndio que teve num posto do IBAMA em Guarantã do Norte? Saberá, se souber, claro, o motivo que levou ao incêndio que é considerado inclusive criminoso no posto de Guarantã do Norte?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Eu tive conhecimentos, Excelência, pelo procurador que estava conduzindo as investigações, que imediatamente tomou as providências policiais e judiciais relativamente a isso. A informação que ele me passa é de que esse incêndio teria como motivação a apuração das responsabilidades na região.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Por que aí queimou-se tudo o que tinha lá dentro, inclusive diversas ATPFs que estariam sendo falsificadas, enfim.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Não tenho dúvida de que prejudicou substancialmente a investigação, mas há o esforço de resgate de todo esse material.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, por hora, as minhas perguntas são essas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Dr. Rosinha, alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sim. Obrigado, Presidente.

O IBAMA, Dr. Sebastião, tem pessoas contratadas pelo PNUD?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Tem, Excelência, como de resto toda a administração pública.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tem. E eles estão desenvolvendo atividades de fiscalização ambiental?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Não tenho conhecimento, Excelência, porque essas pessoas são vinculadas normalmente nas áreas técnicas. Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A resolução do CONAMA nº 01, de 86, prevê que deve ser realizado estudo prévio de impacto ambiental para a exploração econômica de madeira em áreas acima de 100 hectares. Essa norma tem sido observada na aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Não, Excelência, há uma interpretação – há uma interpretação, não –, há uma disposição. A previsão está expressa no Decreto nº 1.382 – não consigo recordar da data, não vim preparado para essa resposta –, que estabelece que a aprovação do plano de manejo dispensa o licenciamento ambiental nesses aspectos, nessas condições. O Decreto nº 1.382, ou 1.282. Não trouxe o número, não gravei, mas existe o decreto que regulamenta a Lei nº 4.771, nesse particular.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Um decreto que revoga o que o senhor falou?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Regulamenta a Lei nº 4.771, nesse aspecto de plano de manejo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas decreto revogando lei?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Não, regulamentando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, regulamentando.

O Flávio Montiel, que é diretor da Gerência do IBAMA em Belém, no dia 11 de maio agora passado, esteve nesta CPI e disse que, em 2003, 23 mil e 500 ATPFs foram roubadas de dentro do IBAMA de Belém. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Excelência, só uma pequena correção: o Dr. Flávio Montiel é diretor de fiscalização de proteção ambiental do IBAMA. O gerente executivo do IBAMA em Belém chama-se Marçílio Monteiro. É verdade que houve furto de ATPF. O IBAMA fez a representação ao Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal conseguiu identificar a autoria e materialidade do ilícito penal. Ajuizou ação penal. Tem uma pessoa condenada cumprindo pena na penitenciária. E as outras ainda não foram julgadas porque estão foragidas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Dr. Sebastião.

Sr. Presidente, eram essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Como estamos sendo chamados na Comissão de Ética, vou fazer apenas uma pergunta e depois passar as demais para a Deputada Thelma, a quem solicito que presida a seqüência desta reunião, por enquanto.

Dr. Sebastião Azevedo, nós temos a informação daquele caso da doação de mogno para a FASE. Houve uma decisão do Tribunal de Contas da União contrária à doação. E foi montado um processo interno. Há um procedimento interno rigoroso, com uma apuração muito meticulosa a respeito de tudo aquilo que ocorreu com relação a essa doação de madeira. Segundo o Ministério Público, o valor da madeira doada é imensamente maior aquilo que foi apurado pela FASE e até por aquilo que foi dado como valor de remuneração da CIKEL, empresa contratada pela FASE. O senhor é quem preside esse processo, essa investigação a respeito da FASE?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Excelência, primeiramente eu devo dizer que a minha participação com relação a esse processo foi no exame sobre seus aspectos jurídicos. E nós fixamos que a doação se revestia de legalidade. Nesse sentido, foi então elaborado um termo correspondente, assinado inclusive com a participação do Ministério Público Federal. A matéria foi apreciada pelo Tribunal de Contas da União, que aprovou a medida, embora tenham sido feitas ressalvas, ressalvas essas que foram submetidas à administração e feitas adequações no ato normativo que disciplina a doação. Quanto à existência de procedimento apuratório, ela decorre de um conjunto de denúncias apócrifas feitas relativamente a diversas irregularidades em tese que teriam sido feitas pela administração. Não sou eu quem presido o procedimento, mas tenho conhecimento de que ele se encontra em curso, em apuração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor poderia nos encaminhar

no prazo de uma semana cópia completa dessa sindicância?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – V.Sa. poderia informar quem são as Autoridades Cites do IBAMA, nas áreas da fauna e flora? Quais são os requisitos para alguém atuar como Autoridade Cites? A Procuradoria Geral analisa a observância desses requisitos? Existem casos em investigação no IBAMA de exportação de madeira regida pela CITES, em que a Autoridade CITES competente não teria dado a devida aprovação?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Bom, o critério é o critério do decreto que aprovou a convenção. Não conheço quem são as autoridades. Todas as questões sob aspecto de ilegalidade e formalidade relativamente a esse assunto que são submetidas à Procuradoria nós examinamos. Não sei precisar exatamente agora, do conjunto das matérias submetidas à apreciação da Procuradoria, a qual delas V.Exa. se refere. E devo dizer que existe sim procedimento de sindicância em curso – não posso aqui precisar exatamente o fato concreto –, que apura irregularidades na expedição dessas autorizações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – O Porto de Paranaguá é conhecido como o grande escoadouro de produtos florestais oriundos da Amazônia. V.Sa. tem conhecimento de que no IBAMA do Paraná há servidores do IBAMA que assinam a autorização de exportação de madeira regida pela CITES sem serem autoridades CITES? Houve alguma intervenção da Procuradoria Geral do IBAMA em relação a esse problema?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Sim, excelência, tenho conhecimento. Essa matéria está sendo objeto de investigação, através de procedimento de sindicância.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Na audiência pública de 31/05/05 desta CPI, o senhor Antenor Gonçalves Bastos Filho, ex-consultor da UNESCO à disposição da FUNAI, afirmou que na operação em Juína, realizada no ano de 2002, o IBAMA apreendeu um volume de madeiras, entre toras e madeira serrada, de aproximadamente 100 mil metros cúbicos, e até hoje se desconhece o seu destino. A Procuradoria Geral do IBAMA tomou conhecimento do fato? Que providências o IBAMA adotou para apurar o desaparecimento dessa madeira? Houve alguma iniciativa da FUNAI a respeito?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Não estou conseguindo, excelência, recordar esses fatos. Mas, se for

permitido fazer sugestão, sugeriria que fosse consultada a Diretoria de Proteção Ambiental. Eu não conheço, não recordo desses fatos. Não é que não conheço, não recordo, não estava preparado para responder essas informações tão amplas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Gostaríamos de pedir que o senhor enviasse a esta CPI as sindicâncias a que o senhor se referiu anteriormente. Todas elas, num prazo de 7 dias.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – O que V.Sa. tem a declarar a respeito de notícia veiculada no *Jornal do Brasil*, no final de fevereiro e início de março do corrente, sob o título “*Somem UU\$15 milhões em madeira sob guarda do IBAMA*”, de que cerca de 48 mil metros cúbicos de árvores derrubadas ilegalmente em terras indígenas e apreendidas em várias operações de fiscalização do IBAMA, ao longo dos anos de 2002 e 2003, no oeste do Estado do Pará, teriam desaparecido? Segundo se noticiou, o desaparecimento da madeira foi constatado pelos procuradores do IBAMA, que, em setembro de 2004, entregaram relatório constatando que os lotes teriam sido comprados por 4 madeireiras de Santarém e armazenados na Serraria Internacional Madeiras Ltda. e em galpões de outros 2 empresários do setor, o Sr. Paulo Pombo Tocantins e o Sr. Elias Salame da Silva.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Bom, eu tenho conhecimento do fato. A Procuradoria Geral orientou que se instaurasse o procedimento investigatório, foi concluído e foi submetido à administração para fins de decisão. O processo hoje não se encontra na Procuradoria Geral. Encontra-se hoje, se não me engano, na Diretoria de Proteção Ambiental.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Pois não, Deputado Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Acho que seria interessante solicitar cópia desse processo para a nossa Comissão.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Então, o senhor fica...

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Só gostaria de, se for possível, depois, de ter cópia deste depoimento, para poder tomar essas providências, porque eu não estou conseguindo anotar e posso não me recordar de tudo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E qual foi a recomendação da Procuradoria sobre esse processo?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Instauração de procedimento disciplinar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E no âmbito judicial?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Ainda não adotamos providência, porque, neste caso, só após a instauração de procedimento disciplinar, em que você assegura o devido processo legal e a ampla defesa, que você declara os culpados, você adota as providências judiciais cabíveis. Independentemente disso, alguns casos relativos a esse assunto, que não me recordo agora, nós ajuizamos ação civil pública de responsabilidade contra as empresas e os respectivos sócios, com pedido de tutela antecipada, na Justiça Federal, Seção Judiciária de Santarém, e a tutela foi concedida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Dr. Sebastião, vamos entregar essas perguntas, e aqui estão marcadas aquelas que o senhor tem que nos remeter os documentos no prazo de 7 dias.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Gostaria, igualmente, aquelas que a senhora me fez aqui, que dependem de diligência, que a senhora pudesse me passar as cópias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Está certo.

Qual o resultado final do processo de sindicância envolvendo a coordenadora do CGREF, Cristina Galvão, por usurpação de cargo público?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Não tenho conhecimento desse fato de usurpação de cargo público na administração do IBAMA. Gostaria de ter maiores esclarecimentos, inclusive o número do processo, para me ajudar a localizar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Pois não.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – O fato de dizer que não tenho conhecimento é porque, veja bem, não me recordo. Quer dizer, eventualmente, nos diversos processos que são submetidos à Procuradoria, e não são poucos, eu posso não estar me recordando no momento, mas, se tiver mais dados, eu assumo o compromisso de prestar as informações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Certamente nossa secretaria vai providenciar.

Por que o Processo nº 02001.007421/2004-19, que trata da questão de doação de mogno à FASE, encontra-se paralisado no COPDI, Coordenação de Processos Disciplinares/PROGE, desde 30/12/2004?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Também não tenho conhecimento. Posso verificar, mas posso lhe afirmar de antemão que tive a oportunidade de transmitir ao Deputado Sarney Filho o volume de proces-

sos que tramitam nessa coordenação, em particular. E existe obviamente uma absoluta falta de capacidade de se dar conta desse enorme trabalho. Significa dizer que, além dos procuradores que atuam – poucos procuradores, são muito poucos mesmo, não são mais do que 4 – nesta coordenação, ainda tem de instaurar processos disciplinares. Então a dificuldade realmente é enorme. E é forçoso reconhecer que, por mais que se possa atribuir prioridade a essas ações, é possível que haja demora na condução desses assuntos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Vou fazer a última pergunta formulada pelo Presidente. Depois pretendo fazer mais uma.

O que a Procuradoria Geral do IBAMA fez em relação ao processo que investiga o desaparecimento de 24 mil metros cúbicos de madeira em Santarém, no final de 2003, processo este em 6 volumes, que já foram solicitados por esta CPI?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Acho que estou fazendo confusão com a pergunta anterior, ou é a mesma coisa. Porque houve uma informação de desaparecimento de madeira, e eu respondi. E eu gostaria de saber, porque só tenho conhecimento de um caso de desaparecimento. Parece-me que a pergunta é com relação a 2 casos, o que fala no Elias Salame e mais alguém. Se for a mesma... Parece-me tratar do mesmo assunto, excelência. Seria bom conferir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Deixe-me ver aqui. Do Estado do Pará.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – É no Pará, exatamente. Tem um que fala do Elias Salame, não é isso?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Exatamente.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Então, eu só tenho conhecimento desse fato. Do outro, das 24 mil, me parece ser a mesma coisa. Posso verificar. Gostaria de ter mais dados sobre essa última pergunta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Está certo. Mas isso aqui já foi solicitado pela CPI.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Não tenho conhecimento, excelência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Pois é, então, vamos solicitar novamente para que o senhor possa então...

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Queria sugerir mais uma vez, excelência, que essas solicitações elas fossem feitas à administração do IBAMA. E a tarefa da Procuradoria Geral é elaborar pareceres e orientar as comissões. Então, eu respondo pelos processos que estão sob a minha guarda e responsabilidade. Aqueles que eventualmente se elaborou pareceres ou estão em

curso, não se trata de responsabilidade da administração, até pela natureza da atuação da Procuradoria, que não é órgão do IBAMA, está certo? É um órgão de assessoramento e representação judicial vinculado à Advocacia-Geral da União. Então, não praticamos ato de gestão no sentido lato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Entendemos a posição do senhor, mas, de qualquer forma, vamos encaminhar todas as solicitações e gostaríamos de contar com a mesma boa vontade que o senhor teve de vir até esta CPI e que encaminhasse aqueles documentos que porventura o senhor possa ter à disposição, para que possamos municiar esta CPI de maiores informações.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Tudo bem, excelência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Quero perguntar aos Deputados se gostariam de fazer alguma pergunta. Deputado Abicalil, que está aqui, Deputado Rosinha? Também não?

O senhor disse, quando se referiu ao Estado de Mato Grosso, que havia um convênio de cooperação entre o Estado de Mato Grosso e o IBAMA, e que ele teria encerrado em setembro de 2004. Foi isso?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Setembro de 2004.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Qual era o objetivo desse convênio e por que não houve uma renovação desse convênio? O senhor saberia nos informar?

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – O objetivo era a cooperação técnica, na forma do art. 23, parágrafo único da Constituição Federal, no sentido de realizar gestão florestal no Estado do Mato Grosso. As razões da não prorrogação, eu não tenho conhecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Está certo. Não tenho mais nenhuma pergunta a fazer, nem os Parlamentares que se encontram presentes. Então, gostaria de, mais uma vez, agradecer ao Dr. Sebastião a colaboração que deu a esta CPI e dizer que já estamos entregando cópia das perguntas a respeito das quais o senhor teria que nos remeter a documentação.

Também agradeço a presença aos Parlamentares.

O senhor está dispensado.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO AZEVEDO – Obrigado, excelência. Agradeço a consideração.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Na seqüência, vamos ouvir o Sr. Amarildo Formentini.

Passo a Presidência ao Deputado Mendes Thame. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, desejo fazer uma consulta a V.Exa. Subscrivi hoje o requerimento da Deputada Perpétua Almeida para ver se é possível votá-lo. Como uma deliberação, depois de começada a Ordem do Dia, pode ser contestada e devido a importância do requerimento, consulto V.Exa. se é possível votá-lo antes de ouvir o Sr. Amarildo. Haveria a inversão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeitamente. Há uma solicitação de inversão de ordem. Coloco-a em votação. Se não houver nenhuma manifestação contrária, está invertida a ordem, com a apreciação, inicialmente, do Requerimento nº 59/05, da Deputada Perpétua Almeida, também subscrito agora pelo Deputado Dr. Rosinha, que requer a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Sr. Valdemir Kramer.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Para que não tenhamos dúvidas, Sr. Presidente, vou ler a justificativa do requerimento. É importante que ele fique registrado. Esse requerimento, fundamentado no art. 36 do Regimento Interno e art. 58, § 3º, da Constituição Federal, pede a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Sr. Valdemir Kramer.

Justificação

O Sr. Valdemir Kramer colocou, na Revista Semente da Terra, a seguinte publicidade:

‘Vendemos no terreno no rio Purus, município de Sena Madureira (AC), no seringal Vale do Rio Chandless, medindo 975 mil hectares. A referida propriedade é constituída por grande área de floresta nativa tendo o mogno uma das suas principais madeiras de valor comercial. Em análise do solo devidamente registrada, foi contestada a existência de reservas de minério de prata e ouro. A presença de gigantescos fósseis de animais ainda não identificados são comuns na região. Toda a área está devidamente documentada, inclusive as áreas onde foram confirmadas a presença de minerais preciosos. Preço por hectare: R\$ 35,00.’

O suposto imóvel anunciado trata-se, na verdade, do Parque Estadual do Chandless – terra que comporta áreas indígenas, grandes sítios arqueológicos e que, atualmente, vem sendo degradada em razão do desmatamento ilegal praticado na região.

Tendo isso em vista, o Sr. Kramer foi convocado para prestar esclarecimentos à CPI. O depoente, contudo, não deu explicação convincente sobre os motivos pelos quais realizou o anúncio da venda de terra pública. De fato, seu depoimento foi contraditório. Primeiro, afirmou que não sabia que a terra era pública, porque não verificou se os documentos que lhe foram apresentados pelos supostos donos do imóvel eram verdadeiros. Disse que, por residir em Manaus e não ter condições financeiras para providenciar certidões em cartórios no Acre; não pôde realizar a checagem. Após algum tempo, asseverou que, nos dias atuais, essas mesmas certidões cartorárias podem ser facilmente obtidas pela Internet, o que facilita e muito o trabalho de corretagem. Asseverou, ainda, que o imóvel que lhe fora apresentado é de natureza incomum, o que lhe causou alguma suspeita sob sua regularidade.

O Sr. Kramer não soube também explicar porque, no anúncio publicado, fora ressaltada a existência de *mogno, madeira cujo corte é proibido em toda a região. Tampouco convenceu a Comissão de que interrompera a venda do terreno assim que teve conhecimento de tratar-se de área pública.*

Os fatos levantam sérias evidências de prática de crimes de estelionato, publicidade enganosa entre outros. Há também indícios de que esse anúncio seja apenas a ponta de uma verdadeira cadeia de infrações penais, pois o Sr. Kramer, até o presente momento, não apresentou documentos que atestem a regularidade de outros terrenos rurais, que são por ele anunciados e vendidos.

Por acreditar que, dificilmente, um corretor autônomo poderia cometer ilícitos de tamanha monta sozinho, creio ser necessária a quebra do sigilo telefônico do Sr. Kramer, a partir de janeiro de 2003, a fim de possibilitar a essa CPI a existência de possíveis ligações entre esse senhor e outras pessoas – que se dizem proprietárias da área e estão sendo investigadas. Tal quebra será essencial para apurar se há ou não uma quadrilha atuando na região.

A quebra do sigilo bancário e fiscal, a partir de janeiro de 2003, também é indispensável para que a CPI possa avaliar se a origem do seu patrimônio é lícita ou, ao invés, se a evolução patrimonial do corretor é decorrente da prática de algumas dessas condutas. Destina-se também a identificar a existência de eventuais transações financeiras entre o Sr. Kramer e a Sra. Maria Cleide Meireles de Queiroz Costa, pessoa que se apresentou como proprietária das terras do Parque Estadual de Chandless.

Por todo o exposto, requeiro a quebra do sigilo telefônico, bancário e fiscal do Sr. Valdemir Kramer, CPF nº 161.466.892-20. Requeiro também a concessão do

prazo de 15 dias para que o Banco Central, a Receita Federal e a empresa concessionária responsável pelos telefones nºs (92) 642-9774 e (92) 642-9885 encaminhem as informações diretamente à CPI. Nesses dados, deverão estar especificados pelas entidades notificadas respectivamente: contas correntes, fundos de investimentos, poupança, microfilme de cheques e empréstimos realizados pelo Sr. Kramer; dados referentes ao Imposto de Renda e a CPMF; ligações para telefones fixos e celulares.”

Esta é a justificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A palavra está aberta.

Em discussão.

Não havendo que queira se manifestar, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Na seqüência, solicito ao Sr. Amarildo Formentini que preste o juramento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI

– Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do referido Código de Processo Penal, informo à testemunha que o art. 342 tipifica o crime de falso testemunho como: fazer afirmação falsa, sonegar ou calar a verdade como testemunha. E culmina para o mesmo a pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra o Sr. Amarildo Formentini por até 20 minutos, caso queira fazer uso da palavra antes de responder as perguntas dos Deputados.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI

– Sr. Presidente, Srs. Deputados, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, atendendo à convocação desta CPI, na condição de testemunha, através do Ofício nº 25.305-5, de 7 de junho de 2005, coloco-me inteiramente à disposição de V.Exas., no que diz respeito a relatos de fatos por mim presenciados e investigados, na condição de servidor contratado pelo IBAMA, no período de 2000 e 2003, mais especificamente na Gerência Executiva de Belém, Estado do Pará. De maneira geral, cumpri determinações legais superiores nas principais áreas de atuação do IBAMA, com ênfase aos setores de desmatamento, extração ilegal e transporte de madeiras, investigação de possíveis adulterações, falsificações e usos de Autorizações para Transporte de Produtos Florestais – ATPFs, acompanhamento de atividade pesqueira

e comprovação de existência de projetos de manejo florestal sustentáveis. Basicamente, tais investigações e diligências foram exercidas nas regiões de Marabá, Santarém, Porto de Moz e Marajó, estuário do Amazonas, com apresentação de relatório de serviço, muitas vezes acompanhados de filmes de curta e média duração, com a inclusão de número apreciável de entrevistas com moradores, trabalhadores e gerentes de empreendimentos. Acresce ainda o informe a esta CPI que, por solicitação dos interessados, auxiliei, em algumas ocasiões, as Procuradorias da República nas cidades de Marabá e Belém, Prelazia do Marajó, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Poder Judiciário locais. Com base nos trabalhos realizados, na experiência adquirida e na aprendizagem relativa ao dia-a-dia do nosso contato com os recursos naturais presentes e que compõem e sustentam inigualável riqueza com a biodiversidade que caracterizam a região amazônica, devo dizer que tornei-me um brasileiro extremamente comprometido com os ideais de preservação e respeito às estruturas ambientais e comunidades humanas ali vivenciadas. Evidentemente que em meio e ao final do cumprimento de nossas atribuições estivemos sujeitos a incompreensões e mesmo perseguições das partes envolvidas e responsáveis por atos ilegais, do tipo invasões e grilagem de terra, desmatamentos e queimadas em grandes áreas, trabalho escravo, transporte ilegais diversos, desvio de funções e atribuições de servidores públicos, resultando no nosso caso específico em rescisão, demissão do contrato de trabalho com o IBAMA e, conseqüentemente, abertura de processo, tendo em vista as conclusões das nossas diligências e investigações, como já é do conhecimento desta CPI. Longe de me intimidar, Srs. Deputados, esse tipo de comportamento e providência decorrente, partindo de onde partiram, só poderiam renovar as minhas forças e clarear ainda mais os caminhos para a continuidade do nosso trabalho. Não fosse assim, não estaria, nos dias de hoje, exercendo as funções e o trabalho de assessor da Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Por tudo, Srs. Deputados, e na medida do referencial acima exposto, venho me colocar à disposição desta CPI para possíveis relatos, questionamentos e mesmo mostragem de filmes sobre a temática. Srs. Deputados, Sr. Presidente, eu tenho aqui uma imagens. Fiz um trabalho de um cidadão, pessoas que... São denúncias graves. Eu gostaria de passar para CPI, entendeu, e que vocês pudessem investigar. São denúncias gravíssimas, eu acho. Eu gostaria que fosse sigilosa, porque aí eu acho que... Como se torna uma denúncia grave, eu acho que vai ter que fazer uma investigação bem completa para não... E que vocês convidem essa pessoa que está fazendo denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Defiro o pedido. Nesse caso, esta reunião se transforma em reservada, devendo permanecer na sala apenas os Deputados e os funcionários autorizados de suporte desta CPI.

(A reunião transforma-se em reservada.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS,
A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE
MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 30ª reunião (Ordinária) realizada em 14 de junho de 2005

Às dezessete horas e vinte minutos do dia quatorze de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 5 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Hamilton Casara. Compareceram os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente, Moacir Micheletto e Josué Bengtson – Vice-Presidentes, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Rosinha, Gervásio Oliveira, Leandro Vilela, Luiz Bittencourt, Robson Tuma e Sarney Filho – titulares, e Badu Picanço, Fernando Coruja, Leonardo Monteiro e Thelma de Oliveira – suplentes. Compareceu também o Deputado Babá. A Deputada Maria Helena apresentou justificativa de falta. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Dr. Ribamar Alves, Francisco Garcia, Henrique Afonso, João Carlos Bacelar, Neyde Aparecida, Nilson Pinto, Perpétua Almeida e Zico Bronzeado – titulares, e Arnaldo Faria de Sá, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Fernando Gabeira, Miguel de Souza, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 29ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimento, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes pessoas: Sr. Marcus Luiz Barroso Barros – Presidente do IBAMA; Dr. Elielson Ayres de Souza – Interventor do IBAMA no Estado de Mato Grosso; e Sr. Flávio Montiel da Rocha – Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou o Sr. Marcus Luiz Barroso Barros para tomar assento à mesa. O Deputado

Moacir Micheletto assumiu a presidência dos trabalhos, passando a palavra ao expositor. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelos Deputados Dr. Rosinha e Thelma de Oliveira), Hamilton Casara, que assumiu a presidência dos trabalhos, Thelma de Oliveira, Dr. Rosinha e Antonio Carlos Mendes Thame, que assumiu a presidência dos trabalhos, solicitou alguns documentos ao expositor e entregou as perguntas feitas por ele e pelo Deputado Sarney Filho, para que as respondessem e encaminhasse à CPI num prazo de 7 (sete) dias. O Sr. Presidente convidou o Dr. Elielson Ayres de Souza a tomar assento à mesa. O Deputado Hamilton Casara assumiu a presidência dos trabalhos, passando a palavra ao expositor. Concluída sua exposição, formularam perguntas os Deputados Sarney Filho e Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pela Deputada Thelma de Oliveira), Hamilton Casara, Dr. Rosinha, que assumiu a presidência dos trabalhos, e Thelma de Oliveira. O Sr. Presidente convidou o Sr. Flávio Montiel da Rocha para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pela Deputada Thelma de Oliveira), Babá, Dr. Rosinha e Antonio Carlos Mendes Thame, que solicitaram o envio de alguns documentos, concedendo à testemunha o prazo de 7 (sete) dias para o atendimento dos pleitos. B – Apreciação de requerimentos: 1) – REQUERIMENTO Nº 87/05 – da Srª Thelma de Oliveira – que “solicita seja convidado o Senhor Frederico Guilherme de Moura Müller, ex-Secretário do Meio Ambiente e ex-Presidente da Fundação do Meio Ambiente, para prestar esclarecimentos acerca dos fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 2) – REQUERIMENTO Nº 88/05 – da Srª Thelma de Oliveira – que “solicita sejam convocados os Srs. Elvis Cleber Portela e Nivaldo do Carmo Silva, despachantes, envolvidos na Operação Curupira da Polícia Federal”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 3) – REQUERIMENTO Nº 89/05 – do Sr. Hamilton Casara – que “solicita sejam realizadas diligências, investigações e audiências públicas nos municípios de Humaitá, Inhamundá e Manicoré, no Estado do Amazonas”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 4) – REQUERIMENTO Nº 90/05 – do Sr. Hamilton Casara – que “solicita sejam realizadas diligências, investigações e audiências públicas nos municípios de Santarém, Altamira, Anapu e região, no Estado do Pará”. Em votação, foi aprovado

o requerimento. 5) – REQUERIMENTO Nº 91/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam convocadas, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta CPI, os Srs. Ademar Pereira de Medeiros – Técnico Administrativo do IBAMA/Brasília; Sólton Fagundes – Gerente Executivo do IBAMA/Natal; Felipe Cármine Arruda Câmara – Técnico Administrativo do IBAMA/Natal; e Nelson Rezende – Gerente do Centro Especializado de Informática do IBAMA”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 6) – REQUERIMENTO Nº 92/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer providências ao IBAMA, bem como cópia do Processo Disciplinar que especifica”. Em votação, foi aprovado o requerimento. A Deputada Thelma de Oliveira assumiu a presidência dos trabalhos. 7) – REQUERIMENTO Nº 93/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer sejam convocadas a prestar depoimento os Srs. Amauri de Oliveira Nunes – ex-Associado da ACT; e Manoel Messias A. Silva – prestador de serviços para Madeireiras do Estado do Pará”. Em votação, foi aprovado o requerimento. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a Sr^a Presidente encerrou os trabalhos às vinte e duas horas e oito minutos. E para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Boa-tarde a todos. Declaro aberta a 29^a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontra-se sob a bancada a cópia da ata da 28^a reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES – Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em virtude da aprovação de requerimento de autoria do Deputado Sarney Filho, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para ouvirmos as seguintes pessoas: Sr. Marcus Luiz Barroso Barros, Presidente do IBAMA; Sr. Elielson Ayres de Souza,

interventor do IBAMA no Estado de Mato Grosso; e o Sr. Flávio Montiel da Rocha, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA.

Neste momento, eu convido o Sr. Marcus Barros, Presidente do IBAMA, para tomar assento à mesa. Inicialmente, ao conceder a palavra ao Sr. Marcus Barros, esta Presidência o agradece pela presteza no atendimento ao convite formulado por esta Comissão e também o parabeniza pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente da Presidência do IBAMA.

Dando prosseguimento aos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Marcus Barros, que terá o prazo de até 20 minutos para prestar esclarecimentos, caso queira usar a palavra.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, imprensa, meus senhores e minhas senhoras. Agradeço, em nome do IBAMA, o convite honroso desta Casa para aqui prestar esclarecimentos acerca da Operação Curupira. Trouxe os dados a esta Comissão em meio magnético, os quais serão apresentados naquela tela.

(Segue-se exibição de imagens.)

Objetivo da Operação Curupira. Os 2 objetivos gerais cumpridos foram combater o desmatamento ilegal e a exploração florestal ilegal também na Amazônia, por meio do desmonte do esquema de fraude e corrupção instalado no IBAMA do Mato Grosso e que tinha uma circunvizinhança muito expressiva dos madeireiros, dos despachantes, de falsos empresários. Isso teve início desde a década de 90. Essa ação é parte da implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, lançado pelo Presidente Lula em 15 de março de 2004, no Estado do Acre. Próxima tela. Aqui um rápido histórico, uma síntese. No dia 18.09.03, o Procurador do IBAMA expediu Ordem de Serviço nº 18, designando o Procurador Federal Curt Trennepohl e outros servidores para realizar uma investigação na Gerência Executiva de Sinop, no Mato Grosso. No dia 30 de junho de 2004, o Presidente do IBAMA e a Procuradoria-Geral Federal, AGU, emitem a Portaria nº 838, compondo a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, visando apurar os fatos apontados pelo relatório de investigação na Gerência Executiva de Sinop. Em 5 de agosto de 2004, com base no apurado pelo Processo Administrativo Disciplinar – PAD, da Gerência de Sinop, no norte do Mato Grosso, e nas denúncias não investigadas até 2002, e ainda nas novas denúncias surgidas em 2003 e 2004, a Procuradoria-Geral do IBAMA expediu a Ordem de Serviço nº 10, criando Grupo de Trabalho Especial para realizar investigação em toda estrutura do IBAMA no Mato Grosso. Em 13.9.2004, o Presidente

do IBAMA edita a Portaria 1.316, em substituição à Ordem de Serviço nº 10, conferindo maior abrangência à apuração das irregularidades do Mato Grosso, porque o início do processo apontava que não se tratava de um fato estritamente pontual. Em 31 de março de 2005, há edição de Instrução Normativa nº 64, determinando o recadastramento da indústria madeireira em toda Amazônia até 30.4.2005 e a suspensão da emissão de ATPFs para as empresas não recadastradas. Essa síntese do histórico tem como objetivo mostrar para os senhores Deputados e Deputadas, senhores e senhoras da audiência, que houve uma preocupação inicial, através de indícios muito bem definidos e concretizados, através do estudo inicial do IBAMA, a partir da Gerência II de Sinop, de que coisas e fatos muito graves estavam ocorrendo nessa área de domínio e de responsabilidade do IBAMA, coisas que, como já disse anteriormente, nós já sabíamos, através de relatos formais, desde a década de 90. Algumas ações ocorreram no sentido de já começar a aclarar a essa época esses pontos, mas a terminalidade nunca se deu de fato e atingiu a extensão do problema, que, no avançar do processo, nós começamos a ver que não era de Sinop, não era de Cuiabá, não era do Mato Grosso. O processo se estendia onde o desmatamento legal ou ilegal existia. E que isso se estendia e tinha uma ligação com o que o IBAMA já tinha visto ocorrer anteriormente, através de um dos seus Procuradores aqui presentes, Dr. Elielson Ayres, no Estado de Rondônia. E que determinadas ramificações também se davam para outros lugares da Amazônia. Então, a operação ela necessariamente precisava, antes de tudo, de um foco, e para esse foco nós escolhemos os fluxos das ATPFs. E precisava também de uma certa delimitação inicial, sob pena de nós perdermos a objetividade. Próximo, por favor. *(Pausa.)* O alvo dessas investigações: 4 Gerências Executivas – então, o foco foi sobre 4 Gerências Executivas: a de Cuiabá, que é Gerência I do Estado, Sinop, Barra do Garça e Juína; 8 escritórios regionais: Pontes e Lacerda, Cáceres, Alta Floresta, Aripuanã, Guarantã do Norte, São José do Rio Claro, Rondonópolis e Juara. As investigações se estenderam para Municípios do Estado de Rondônia, como já falei, e Municípios do Estado do Pará. Essa operação, quer dizer, à medida que o nosso Procurador e equipe viam que a questão se estendia com essa amplitude e era multifacetada, para concretização do processo investigatório seria fundamental que contássemos com outras forças da sociedade. E nosso Procurador, então, procurou buscar parcerias fundamentais nesse processo. Uma das parcerias fundamentais foi a Polícia Federal, porque também os papéis vão tomando complexidades e peculiaridades de acordo

com essas instituições. O Ministério Público teve participação também significativa, e se criou, então, um tripé dessas instituições na perspectiva de se cumprir essa fase inicial. Chamou-se essa operação de Operação Curupira, por razões que os brasileiros todos conhecem, que é a proteção que esse ente dá à floresta. Eu particularmente tinha outra idéia. Quando eu vi os relatórios da nossa Procuradoria, atuando na área, no *front* desse processo, eu tive outra idéia menos romântica: entendi que essa operação deveria se chamar “Navalha na Carne”, não só para homenagear o Plínio Marcos, mas porque eu sentia que nós teríamos que decididamente de cortar na carne. Porque a questão da corrupção não só evidenciava uma das facetas do necessário combate ao desmatamento da Amazônia, que é decididamente multifacetado, mas essa questão se espraiava por todos os rincões onde decididamente havia floresta em pé, havia atividade econômica, havia troca dessa atividade econômica pela derrubada da floresta em pé. E aí todo o processo que envolve essa ilicitude precisava decididamente de uma ação multilateral. E essa ação multilateral, na sua consecução, ela contou com 31 agentes do IBAMA e 400 agentes da Polícia Federal, constituindo-se, segundo a própria Polícia Federal, a Operação Curupira, na maior ação que a Polícia Federal já mobilizou de seus agentes comungados, no caso, com os agentes do próprio IBAMA. Por que essa introdução nos passos iniciais da minha abordagem? Porque é fundamental que se deixe claro para esta Casa, para a imprensa, para os servidores do IBAMA aqui presentes que, apesar de não haver a pirotecnia do IBAMA, apesar de haver a discricção do IBAMA, a “Navalha na Carne” foi o início – e eu quero lhes dizer isso também publicamente – de uma operação que não se prende ao norte de Mato Grosso, que não se prende à extensão do norte do Mato Grosso para Rondônia e que não se prende para a extensão do Pará. Não vai só prender, como se fizeram prisões no Paraná., mas essa operação se desdobra numa outra operação chamada “Arribação”, em convênio com a Polícia Federal. Ela tem o seu foco inicial no IBAMA olhando para o IBAMA, o IBAMA olhando para dentro de si. Essa é uma estratégia de combate à corrupção, essa é uma estratégia institucional de depuração de servidores do IBAMA, alguns inclusive que tinham o perfil de bons servidores e que se contaminaram com esse vírus nesse processo. E nós acompanhamos um pouco da história de alguns, e alguns que já estavam nesse processo há algum tempo. Mas é fundamental que fique claro aqui que o IBAMA olhou para dentro de si, que o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA iniciaram um processo de depuração. E aqui é fundamental também que as

outras instituições que compuseram o tripé tiveram um papel fundamental, porque o IBAMA não é polícia. Mas o IBAMA eticamente tem que ter esse entendimento, de olhar para si, de depurar, na perspectiva de poder avançar como instituição que se confronta com problemas sérios e graves ambientais, que tem que cumprir uma legislação importantíssima construída nesta Casa, mas que precisa depurar também. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Que resultados preliminares tivemos? Preliminares a que eu me refiro são as ações do Dr. Elielson e equipe em Sinop, aquilo que eu estou chamando de “Ação Índice” em Sinop. Dessa ação inicial, de 2003, nós conseguimos a demissão de 3 servidores de carreira do IBAMA, através de Processos Administrativos Disciplinares, que eu repito e reafirmo que foi a “Ação Índice”. Quer dizer, quando se começou a tentar drenar aquilo, nós vimos que a extensão da lesão era muito maior. Mas a lesão focal inicial foi isso. E, pela primeira vez, nós conseguimos demitir um Procurador Federal, através da AGU. Essa foi uma ação que não é corriqueira em cada dia no processo administrativo. Essa “Ação Índice” ela é muito pesada à medida em que a gente chega não só a começar a cortar na própria carne: os primeiros 3 servidores envolvidos nesse ponto índice de Sinop, mais o próprio Procurador Federal que tinha, na AGU, a sua atividade independente da própria instituição IBAMA. Exoneração de Gerente Executivo e Chefe de Serviço de Sinop, já fruto dessa ação que ocorreu em janeiro de 2005, e o chefe de escritório de Rondonópolis também em maio de 2005. É a “pré-Curupira”, como eu chamarei. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Os resultados da investigação. Foi descoberta uma quantidade inicial... porque a imprensa, às vezes, determinados setores da imprensa, coloca assim: “Não, agora o IBAMA...”. Quer dizer, o IBAMA parece que se transforma em vítima, quando não é esse o papel. Eu quero mostrar aqui claramente por onde iniciou o processo e que o foco inicial de Sinop e os outros focos espalhados em todos os escritórios e Gerências II, como Juína, Barra do Garça, eles trouxeram no seu entorno corruptos e corruptores. Ou seja, foi descoberta uma quantidade inicial de 431 empresas fantasmas cadastradas no IBAMA. Na nossa sede do Mato Grosso tinha 431 empresas que não existiam cadastradas no IBAMA de Mato Grosso. O volume estimado de madeira cerrada fraudada, 1.9 milhões de metros cúbicos. Quando nós juntamos – e eu disse no início que essa era uma parte da operação de combate ao desmatamento da Amazônia – e quando nós mostramos para o mundo inteiro os índices de desmatamento, cabia a nós, aparelho do Estado, Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, buscar razões outras que não aquelas estritamente econômicas.

E nós cortarmos na carne, mostrando que aquele índice de desmatamento do Mato Grosso que se destacava em Mato Grosso e em Rondônia, diferentemente dos demais índices dos 5 Estados da Região Norte do Brasil que haviam diminuído o desmatamento, e Mato Grosso saltava, quer dizer, não era única e exclusivamente devido à questão econômica do Mato Grosso. Mas havia uma questão legal e ética por trás disso que, como vamos ver no desenvolvimento da explanação, não só o IBAMA, mas o outro aparelho ambiental, a outra organização do Estado do Mato Grosso, que é a FEMA, estava totalmente comprometida no descumprimento da lei e facilitava a devastação de uma maneira agressiva. A exoneração de todos os ocupantes de cargos de confiança envolvidos foi também o resultado dessa investigação. Só um destaque também: essa ação sincrônica entre exonerar e repor para não parar a máquina, foi outra operação extremamente difícil para o IBAMA, que tem já certa carência de pessoal. Na medida em que ele retira 40 pessoas de um *front* no Mato Grosso, para ele repor, ao mesmo tempo, de uma maneira sincronizada, os 40 no mesmo espaço, foi uma das operações tão complicadas como deslocar 480 policiais da Polícia Federal para o Estado. Expedição de mandados de prisão. Empresários e respectivos procuradores, chamados despachantes. Servidores do IBAMA de carreira e cargos comissionados foram todos exonerados; dos cargos comissionados, evidentemente. Expedição de 96 mandados de busca e apreensão. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Ilícitos que a operação apurou quanto aos nossos próprios servidores. Eu quero dizer – é uma coisa emocional, e a aqui deve ser a Casa da racionalidade – que não surgiu a quem executava a operação nenhum prazer em fazer isso. Muito pelo contrário: magoou-nos profundamente nós termos que atuar contra os nossos próprios companheiros, contra os nossos próprios colegas. E alguns companheiros mesmo que desfrutavam da nossa amizade, como era o nosso gerente, pois é natural a Presidência da Casa estar próxima ao Gerente estadual do IBAMA. Então, foi uma coisa muito dura, muito traumatizante. Mas houve a inserção de volumes irregulares. Qual era o foco nos servidores? A inserção de volumes irregulares no Sistema de Fluxo de Produtos e Subprodutos da Floresta, um sistema chamado SISMAD, do IBAMA. Entrega de Autorização para Transporte de Produtos Florestais, ATPF, a empresas que sequestrar prestavam contas. Porque, nesse processo da liberação de ATPFs, no final é que são prestadas as contas para o IBAMA. Uma das guias volta para o IBAMA para que se preste conta. Então, não havia isso. Concessão de crédito ilegal de reposição florestal e reflorestadoras. O pro-

cesso de concessão para o desmate. Junto a esse processo tem todo um complexo. Só se libera, por exemplo, a ATPF, quando existe o crédito, no caso legal, de reposição florestal para as reflorestadoras. Quando isso não há, o processo está comprometido, e o que nós observamos ainda foi a emissão de laudos falsos de vistoria de inspeção industrial. Quer dizer, ia se fazer a inspeção em determinadas indústrias e simplesmente esses laudos eram falsos e não mostravam ou não demonstravam sequer, às vezes, a presença dessas empresas. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Ainda, nós, Dr. Elielson e equipe – e ele vai explicitar, porque a abordagem dele é depois da nossa – observaram o que chamamos de advocacia administrativa, ou seja, recebimento de propina em conta pessoal referente à venda de ATPF para empresas, algumas fantasmas; exigência de propina para liberação de caminhões no Trevo do Lagarto. O Trevo do Lagarto é próximo a Cuiabá, Várzea Grande, e é lá onde o IBAMA faz um de seus postos de verificação de carga no transporte de floresta. Então, o nosso trabalho observou a exigência e, às vezes, havia a distribuição de propina nesse local de supervisão do tráfico de madeira, recebimento de propina para liberação de ATPF para empresas irregulares ou empresas fantasmas. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Ainda quanto aos servidores, termo de compromisso de averbação de reserva legal em desacordo com a Medida Provisória nº 2.166, que determina um percentual de 80% de reserva legal em área de floresta e 35% em área de cerrado. Aqui foi uma das questões centrais no que diz respeito à extinção da FEMA, Fundação Estadual do Meio Ambiente, porque se criou uma política no Mato Grosso onde a Medida Provisória nº 2.166 não tinha função, papel de lei para o Governo do Mato Grosso do Sul e para a sua FEMA. Então, o Governo entendia que ele podia desmatar até 50% em mata de transição, quer dizer, os senhores podem imaginar o que significa isso num Estado que tem o cerrado, a mata de transição e a Amazônia. O estender-se pela mata de transição e o estender-se mais ainda pela Amazônia seria entender que a legislação do cerrado se prestava para a Amazônia, descumprindo a Medida Provisória nº 2.166. Com isso, os senhores e as senhoras podem entender a extensão do nível de devastação para o plantio de grãos: quer dizer, é muito expressivo. O Estado do Mato Grosso tinha consigo nesse descumprimento um avanço desenfreado dessa atividade econômica em detrimento da floresta amazônica. O cancelamento de averbação do plano de manejo no Cartório de Registro de Imóveis sem o devido processo. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Quanto aos empresários na operação. Pagamento de propina para aprovação irregular de planos de mane-

jo florestal e projetos de reflorestamento para cumprimento de reposição florestal; aquisição de ATPF de empresas fantasmas, visando regularizar volume de produtos e subprodutos florestais no sistema, no SIS-MAD. Essa questão das empresas fantasmas, quando o nosso procurador e a Polícia Federal, agora no caso, foram localizar essas empresas num mecanismo de *feedback* de averiguação é folclórico dizer – e isso nos foi passado nos relatórios – que havia empresas localizadas em apartamentos residenciais – não sei como puxavam a tora lá para cima... Havia empresas em cemitérios, havia empresas em chiqueiros. A impunidade era tão marcante que os criminosos resolviam dar qualquer endereço das empresas, porque sabiam que as coisas não iriam acontecer. Compra de crédito e reposição florestal inferior ao consumo anual declarado. Extração irregular de madeira em unidade de conservação, terras indígenas e áreas não autorizadas. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Quanto aos chamados “despachantes”, o que nós observamos? Uso de procurações falsas para representar firmas perante o IBAMA; introdução de dados na primeira via ATPF não condizentes com a segunda via. Na linguagem corriqueira, chama-se de ATPF calçada, quer dizer, a primeira via tem um valor de 3 metros cúbicos, por exemplo, mas a via de baixo, calçada, recebia 30 metros cúbicos – só para dar um números. Quer dizer, as outras vias não correspondiam à via de face. Criação e utilização das empresas, e eu aqui já mencionei – mas aí é a criação mesmo das empresas fantasmas –, pagamento de propina a servidores do IBAMA no Mato Grosso e adulteração e falsificação de ATPF. Fundação Estadual do Meio Ambiente, FEMA. A FEMA, como eu abordei anteriormente, produzia emissão de licenças de desmatamento em desacordo com a Medida Provisória nº 2.166/01. Próximo, por favor. *(Pausa.)* Feito esse diagnóstico, nós deveríamos, em seqüência, anunciar as novas medidas de implementação no Mato Grosso. E o que fizemos? Criação da operação Arribação – porque voa para todos os lugares, não é localizada –, por meio de assinatura de convênio para uma ação permanente com a Polícia Federal para apuração de denúncias junto ao IBAMA em todo o Brasil, mas com foco inicial na Amazônia. Então, haverá a Curupira 27, se assim for o caso. Eu prefiro chamar “Navalha na Carne”. Ajuizamento de ações de improbidade administrativa contra servidores envolvidos. Foram ajuizadas, então, essas ações de improbidade administrativa contra os nossos servidores. Ajuizamento de ações civis públicas de responsabilidade por danos ambientais contra empresas e sócios envolvidos nos ilícitos. Ajuizamento de ação civil pública contra a FEMA, Mato Grosso do Sul, para que seja suspensa

a emissão de autorização para desmatamento, tendo como referência área de reserva legal de 50% nas propriedades rurais situadas em áreas de transição de floresta. Essa ação civil pública, o Governador avançou logo dias depois do desencadeamento da nossa ação no Mato Grosso, e ele está transformando... Ele acabou com a Fundação Estadual de Meio Ambiente, FEMA, e está criando uma secretaria, nesses 15 dias depois da operação, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Decisivamente, o Governo do Mato Grosso tomou essa providência que eu chamaria de radical. Próximo, por favor. *(Pausa.)* As outras medidas. a Portaria nº 856, de 01.05.05, baixada, só para lembrar, um dia antes da operação. Nós fizemos uma intervenção no IBAMA de Mato Grosso pelo período de 60 dias, por meio da nomeação do interventor, Procurador Elielson Ayres, que aqui está, que liderou pelo IBAMA as investigações com a Polícia Federal. A Portaria nº 857, também da mesma data, onde há suspensão de fornecimento de ATPF no Mato Grosso pelo prazo de 30 dias, até que reorientássemos o processo. Descrédenciamento de todos os servidores que operam sistemas de controle como o SISMA. Nós retiramos o código de todos os sistemas para que ninguém operasse mais os sistemas, o que levava a esse tipo de desvio. A realização no prazo de 90 dias de auditoria em todos os planos de manejo florestal em vigor e nas autorizações de desmatamento concedidas. Próximo, por favor. *(Pausa.)* A Portaria nº 859, da mesma data: constituição de Comissão de Processo Disciplinar para apurar atos no âmbito da Gerência I, do Mato Grosso, concernentes à emissão indevida de laudo de vistoria; homologação, aprovação e expedição de autorização indevida de planos de manejo florestal e recebimento de propina. Essa operação, como eu disse, decididamente não nos orgulha. Pelo contrário, ela nos entristece. Mas essa tristeza não nos faz deixar de agir, pelo comprometimento que temos com o meio ambiente no Brasil, pelo comprometimento que temos no combate ao desmatamento da Amazônia, pela luta que a Ministra Marina Silva tem no que diz respeito a essas ações e pelo comprometimento que nós temos conosco mesmos, com a nossa ética, de fazer o IBAMA cada vez melhor, cada vez mais correto, no sentido de cumprir as suas tarefas difíceis, duras, às vezes com ferramentas estritamente toscas que nós temos para lidar com todas essas questões. Mas ela também, se nos entristece, é um estímulo e um aviso aos corruptores de que nós não iremos cansar. Esse apenas o ponto inicial. Esse é um fator significativo para cuidar do meio ambiente do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Obrigado, Sr. Marcus Barros. Esta Presidência o

parabeniza pelas importantes decisões adotadas durante e após a Operação Curupira.

Antes de passar a palavra à nossa Relatora, Deputada Thelma, eu gostaria de convidar meu caro Vice-Presidente a que possa assumir aqui os trabalhos.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Sr. Presidente, eu acho que está muito bem presidida por V.Exa. Se V.Exa. tivesse que se retirar, eu iria presidi-la. Mas se o senhor pode continuar, eu fico muito bem aqui na planície.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Eu gostaria de solicitar que o Deputado Moacir Micheletto viesse assumir a Presidência, porque eu gostaria também de fazer algumas perguntas ao Presidente Marcus Barros. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Concedo a palavra à nossa Relatora *ad hoc*, para que ela faça as suas explicações.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente de cumprimentar o Dr. Marcus pela excelente explicação que fez a respeito da Operação Curupira.

Eu vou fazer aqui as perguntas, que são do nosso Relator, Deputado Sarney Filho. São muitas as perguntas, Sr. Presidente, que ele colocou aqui.

Então, eu vou fazê-las. E aí o senhor iria respondendo, até porque elas são bastante extensas.

A reportagem da revista *Veja*, de 11/06/2005, intitulada *O PT deu a senha para desmatar* denuncia o funcionamento de esquemas semelhantes ao existente no Estado de Mato Grosso, investigado no âmbito da Operação Curupira também nos Estados do Pará e Rio Grande do Norte. No Pará, 3 candidatos a Prefeito pelo PT teriam recebido pelo menos 300 mil reais de madeireiros, em troca da autorização do IBAMA para derrubar madeira ilegalmente. No Rio Grande do Norte, empresários do setor de carcinicultura estariam sendo beneficiados pela redução dos valores das multas ambientais, por intermédio de funcionários corruptos do IBAMA. O que V.Sa. tem a declarar a respeito?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Deputada Thelma, a Operação Curupira, como eu disse na minha explicação, ela começa no Mato Grosso e se estende para o restante do Brasil. Já nos primeiros passos da operação, nós buscamos tentáculos que se estendem para o Estado do Pará. E lá a Polícia Federal apreendeu, já aprisionou 4 servidores nossos. Esse processo continua, principalmente com a Operação Arribação, que aqui mencionei, que era extensão da Curupira, em convênio com a Polícia Federal. Existe um serviço de inteligência que alimentou toda a ação da Curupira no Mato Grosso. Um serviço de inteligência, portanto, prévio à ação, municia toda a ação das Curu-

piras que se vão estender em determinadas prioridades de ação. Quer dizer, eu não posso dizer aqui, por uma questão de segurança, que a extensão é imediata para o Pará, que a extensão é imediata para Roraima, se é para o Estado do Amazonas, se é concomitante, ao mesmo tempo. Mas o serviço de inteligência já atua, como fez no Mato Grosso, há cerca de 10 meses, coletando dados para estender a operação para essas áreas. Então, esses dados que a revista *Veja* traz, eu já posso lhe dizer que eles estão inseridos entre as preocupações de averiguação no que diz respeito ao processo de desmatamento. Eu quero também aproveitar a oportunidade para dizer que, dos Estados do Norte, 5 Estados, entre eles o Pará, diminuíram a taxa de desmatamento por ações de 2 anos para cá, ações tomadas independentes do processo aqui feito de maneira bastante aprofundada. Quer dizer, o Amazonas reduziu expressivamente o desmatamento, já com medidas do Plano de Combate ao Desmatamento. O Pará também diminuiu expressivamente. Cinco diminuíram. O Mato Grosso, como eu disse, e Rondônia é que permaneceram com essas taxas. Então, é óbvio que essas ações vão avançar, e todas as prováveis distorções que foram evidenciadas no Mato Grosso, se elas existem no Pará, também serão evidenciadas e terão metodologia semelhante à aqui exposta para o Mato Grosso, e até mais ampliada, porque, sendo a operação índice à operação do Pará, do Mato Grosso, ela já trouxe uma experiência – eu queria registrar –, quando o nosso Procurador, Dr. Elielson, fez uma operação, no início da nossa administração, em Rondônia, e prendeu 15 servidores do IBAMA em Ariquemes. Quer dizer, isso então... ela vai crescendo. Ariquemes indicou Sinop, Sinop indicou Cuiabá e todo o norte do Mato Grosso. E aí vão indicar outros que obviamente eu não posso aqui já dizer, mas os dados que a revista levanta todos são averiguados em profundidade. Aconteceu um fato quanto ao Rio Grande do Norte. Eu li a matéria do Rio Grande do Norte e achei estranhíssimo, porque reuniões com o nosso gerente e os serviços de informação que tínhamos da nossa gerência no Rio Grande do Norte não registravam esses dados que estavam ali. Sem que houvesse qualquer abordagem nossa para o nosso gerente no Rio Grande do Norte, no dia seguinte – na segunda-feira – da edição dessa matéria, ele desmentiu, ponto a ponto, da própria lavra, todos os aspectos levantados naquela matéria. Quer dizer, foi ele que disse: *Eu não disse isso. Eu não declarei isso.* – o Dr. Sólton Fagundes, o nosso gerente no Rio Grande do Norte. Então, vindo do próprio punho, eu posso dizer que tem muita veracidade ele ter desmentido que essas acusações tenham saído dele.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – A segunda pergunta: segundo a mesma reportagem, para o transporte da madeira extraída ilegalmente do Pará, no caso denunciado, teria sido utilizado um adesivo com os dizeres *oPTante do Plano Safra Legal 2004* – e aí o optante é o PT. O que foi esse plano? Que tipo de autorização de desmatamento estava nele inserida? O plano envolveu negociação com os madeireiros? Que negociações foram essas? O plano envolve algum tipo de flexibilização das exigências ambientais para as autorizações de desmate? Existe previsão de outras autorizações para exploração de lotes no Programa Safra Legal 2005?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Michelto) – Presidente, só para uma observação. A nossa Relatora tem 21 perguntas sendo feitas pelo nosso Relator. Temos mais 12 do nosso Presidente. Temos o Deputado Casara, o Deputado Rosinha. Eu também tenho, e a Deputada Thelma. Se o senhor pudesse ser um pouco sucinto, é lógico, não deixando fora o seu raciocínio, que está muito bom, mas para nós darmos um andamento mais prático da nossa discussão...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Então, ainda na mesma reportagem de *Veja*, o adesivo e uma explicação do que é o Safra Legal. O IBAMA, no Pará – e começando pelo Pará porque, no Pará, a exploração madeireira é muito expressiva; diz-se que chega, no Brasil inteiro, a 4% do PIB, então é muito expressiva, e o Pará é um dos maiores representantes disso... O IBAMA, um dos primeiros fatos que se observou agora, quer dizer, que nós observamos na nossa gestão, é que uma das questões centrais do Estado do Pará – e não deve ser diferente dos outros – é a questão fundiária. A relação entre extrativismo legal e a questão fundiária era uma coisa gritante. Diz-se que a posse da terra é tão irregular que existe sobreposição de posses individuais, assim como sobreposição de posses com reserva indígena, de posses com unidade de conservação e uma desestruturação fundiária bastante expressiva. Qual foi a primeira preocupação do IBAMA? Começar a dar ordem a essa questão fundiária na perspectiva de dar ordem à exploração madeireira. E a exploração madeireira, do ponto de vista da coisa bem feita e correta até quanto à ciência de exploração madeireira, ela não pode se dar sem o manejo florestal. Então, o manejo florestal, buscando a sustentabilidade, determinava essa ordem. Porque o que se via ao chegar é que todas as ações de manejo – ou quase todas – eram desencadeadas através de processos extremamente rudimentares. Ou seja, ninguém praticamente tinha posse da terra. Então, o que fizemos? Suspendemos as operações de manejo numa ação extremamente corajosa. E suspendemos todas

essas ações. Isso gerou um impacto muito significativo. Depois de criar isso para reordenar o espaço junto com o INCRA foram surgindo – e como a indústria é muito significativa –, surgiu, fruto da junção da sociedade civil, do IBAMA, do INCRA, da representação dos madeireiros, uma alternativa temporária para aquelas áreas de assentamento onde havia a derrubada de 20%, de acordo com a lei. Eu não posso me estender muito. Tenho dados aqui importantes, de análises sobre a Safra Legal, que foi a junção dessas todas frentes de atuação e de interesse, a mais ampla da sociedade, para dizer *aqui se pode recolher essa madeira em até 3 hectares*, aproveitando e dando segmento à Instrução Normativa nº 3, que veio de 2002 – a tese dos 3 hectares é exposta nessa instrução normativa. Para essas ações em pequenas áreas, de 3 hectares, para posseiros, a instrução normativa abria o espaço para que o transporte, por exemplo, dessa madeira ou todos os procedimentos para comercialização não se dessem pelos procedimentos de grandes áreas. Ou seja, eu poderia retirar essa madeira que ali estava nessa área de 3 hectares no sentido de que essa comercialização se desse suprimindo o parque industrial madeireiro em parte do Pará,

naquela região de Anapu, que é onde começa, na Transamazônica, esse Safra Legal, com o acordo de todas essas instituições. Nós instauramos – para encerrar essa parte –, instauramos uma comissão de sindicância para buscar as razões pelas quais existia um selo. Não porque tem PT no selo. Mas é provável que esse selo tenha servido – e aí é uma conjectura – para o transporte da fonte de produção, da origem da madeira para indústria madeireira. E alguém que... E alguém... Uma coisa é interessante, porque esse alguém tem nome. Porque o selo tem o nome da empresa. Diz assim: HB Lima. O nome da empresa no selo. Ou seja, nós abrimos uma sindicância para ver se há distorções no Safra Legal, que, do ponto de vista econômico, político, social da região é muito interessante, porque é um conjunto de 3 grandes áreas da sociedade que tentam resolver a questão madeireira, desorganizada ali. Então, a comissão de sindicância busca, daqui a 30 dias, dar uma resposta desse tal selo, que, é bom que se diga, o nosso serviço de inteligência já tinha observado. Dr. Flávio Montiel, que prestará o terceiro depoimento, já tinha feito, num relatório para o IBAMA, a presença desse selo, e já tinha apreendido caminhões com esse selo. Então, agora, com os serviços de inteligência na seqüência, há uma comissão de sindicância para dar uma resposta definitiva de desvio do Programa Safra Legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) – Com a orientação da Mesa e com a complacência

da nossa Relatora, nós vamos fazer aqui uma divisão. Nós vamos passar a palavra agora ao Deputado Casara. Depois, em seguida, eu vou fazer uso da palavra, ele vai assumir a Presidência. Depois o Dr. Rosinha, e a nossa Relatora fará as suas perguntas. E nós vamos dar andamento sem problema nenhum, porque já não existe mais plenário, já está encerrado. Então nós podemos ficar aqui até 1 hora da madrugada, sem problema nenhum.

Com a palavra, então, o nosso Deputado Casara para as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar e parabenizar o Prof. Marcus Barros pelas importantes medidas adotadas durante e após a operação Curupira. Cumprimentar também os demais diretores do IBAMA, o Procurador Elielson, aqui presente, que atenderam ao chamamento desta Comissão.

Prof. Marcus Barros, eu vou fazer 3 perguntas rapidamente. A pergunta nº 1 seria se V.Sa. poderia nos informar quando tomou conhecimento da Operação Curupira. Pergunta nº1.

Consulto se V.Sa. gostaria de intercalar as perguntas, perguntas e respostas. Ou um bloco de 3 pode ser melhor?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Pode ser, porque essa, por exemplo, é muito simples, porque eu já explanei ali. A Operação Curupira é uma criação do IBAMA. Então, como o Presidente... Foi o Presidente que desencadeou...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Naquela cronologia?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – ...e determinou, através de portarias e de ordens de serviço, que a nossa Procuradoria Geral solicitasse a um dos seus procuradores que iniciasse a investigação que já tinha visto em Sinop, antes da Curupira, e que se estendesse para todo Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Acompanha-se então, Prof. Marcus Barros, a cronologia apresentada na sua explanação. Correto isso?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Perfeito.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Quero aproveitar também para cumprimentar aqui o Procurador Geral do IBAMA, Dr. Sebastião Azevedo.

A segunda pergunta, Prof. Marcus Barros: qual o instrumento de controle alternativo após a identificação das fraudes no Estado do Mato Grosso?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Primeiro, a supressão, como também já mencionei; a supressão, a retirada do ar dos sistemas e – eu tenho

que ser bem econômico agora, aqui, nas palavras – a continuação do SISPROF. Nós estamos, nesses 2 anos de administração, nós estamos tentando aperfeiçoar, nos módulos mais centrais, o SISPROF, que iniciou em 95. Já se iniciava em 95 esse trabalho. Nós chegamos e tivemos, através da nossa diretoria de florestas, a preocupação de substituir a ATPF. Essa é a nossa determinação. A ATPF não se presta como instrumento. Ao contrário, ela é um instrumento de corrupção. Mas os outros administradores também já pensavam assim e fizeram um esforço de implantar o SISPROF, que é um sistema interessantíssimo, mas extremamente complexo. Ao final da administração passada, no dia 27 de dezembro de 2002, o Ministro à época baixou um ato que dava um prazo para que o SISPROF se efetivasse na sua plenitude. Esse espaço, além de ser exíguo, encontrou determinadas dificuldades na telemática do próprio IBAMA, e outros fatores, que ainda... como, por exemplo, o contrato da... Eu queria ser bastante econômico, mas os temas são muito complexos para nós respondermos em uma frase. Então, nós tínhamos um contrato, que veio do Governo anterior, com a universidade de Lavras, onde nós tivemos que rever todo esse contrato para que nós atingíssemos realmente um nível em que nós pudéssemos – não como se queria, o anterior – substituir a ATPF por um selo, mas que esse selo era quase a reprodução dessa ATPF. E um dos defeitos desse selo é que ele, ao invés de tentar reduzir as mãos pelas quais passavam a ATPF, indo da origem à primeira indústria, ela ainda passava por uma distribuição dos Correios, e nós discordávamos desse tipo de metodologia. Então, nós fomos criando uma metodologia. E essa metodologia não se cria em um espaço ou em um estalo de dedos, porque desde 1995 que o SISPROF vinha se implementando. E a complexidade era tal que ficou para nós a complexidade maior, que era exatamente o módulo que nós chamamos de módulo de controle. E esse módulo de controle nós estamos trabalhando para concluí-lo —esperamos que até o final do ano nós possamos, então, concluir. Então, a alternativa é o SISPROF, como ele está se aperfeiçoando.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, farei a última pergunta, na realidade informando ao Prof. Marcus Barros que essas perguntas, em função evidentemente de dados, V.Sa. poderá fazê-lo por escrito a esta Comissão.

Prof. Marcus Barros, esta Comissão gostaria de saber o orçamento do IBAMA deste ano de 2005 e qual o desempenho orçamentário, até a data de hoje, desse orçamento.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Cento e oitenta e três milhões – o IBAMA merecia

pelo menos 600 milhões de reais. Disso, nós estamos operando com 135 milhões de reais, e nós temos a seguinte ação em relação a esse orçamento: esse orçamento, ele não chega em agosto. E, como ele não chega em agosto, a nossa velocidade de execução, ano passado, foi 95%, porque o recurso é extremamente pequeno para as nossas reais necessidades. E um dos caminhos que seguimos, do ponto de vista tático, nesse orçamento, é exatamente comprometer esse orçamento em nossas ações o mais rápido possível. Por isso, nós temos esse nível de comprometimento orçamentário e de empenho em 95%.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Concluindo, Prof. Marcus Barros – também, da mesma forma, em função do número de dados, essas perguntas poderão ser remetidas a esta Comissão, caso V.Sa. não tenha os dados –, o orçamento destinado ao Estado do Pará, ao Estado do Mato Grosso e às unidades de conservação de responsabilidade da União. Da mesma forma, a gerência, o orçamento destinado para 2005 para a Gerência 1 de Cuiabá, para a Gerência 2 de Barra do Garça, para a Gerência 2 de Juína e para a Gerência 2 de Sinop. E, da mesma forma, o desempenho orçamentário até a data de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Dr. Marcus Barros.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Obrigado, Deputado Casara. Como o senhor bem compreende, eu não tenho aqui a planilha orçamentária, mas é fácil lhe encaminhar. Ato contínuo, amanhã eu posso encaminhar para esta Comissão. No entanto, eu já posso inferir...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Mas só complementando, Prof. Marcus Barros, uma outra pergunta, também podendo ser respondida durante a semana, que seria: o nome dos fiscais que “fabricavam”, entre aspas, os laudos de inspeções citados na sua apresentação.

Muito obrigado.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Eu tenho aqui, Deputado, eu só preciso achar. Se o senhor me der 1 minuto, talvez eu... (*falha na gravação*)... lhe passar. Eu passo aqui para a Presidência. Está aqui a lista de todos os comprometidos. Eu passo às mãos da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Michelletto) – Eu pediria ao Deputado Casara que pudesse presidir, que eu teria 3 perguntas a fazer ao nosso palestrante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Apenas para um esclarecimento, principalmente da assessoria desta Comissão, que esses dados de orçamento são extremamente importantes, em função

da gama de atividades que o IBAMA detém e muito bem exemplificado pelo Prof. Marcus Barros.

Com a palavra o Deputado Moacir Micheletto.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO – Dr.

Marcus, eu tive o privilégio de ouvir talvez 90% da sua explanação, em função de outro compromisso, e V.Sa. fez toda uma explanação do diagnóstico da Operação Curupira, que nos deu aí um quadro, um diagnóstico, que eu poderia colocar um diagnóstico horroroso, pela realidade com que o nosso Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, colocou. E, como disse V.Sa., foi um corte na própria carne. E V.Sa. também disse o seguinte: que essa operação não nos orgulha. Eu acho que é o contrário, Presidente: orgulha, sim. Porque eu acho que a Nação brasileira é, que nem nós começamos hoje... o País parou, a República está ao avesso e precisamos também dizer aqui na Casa quem é quem no contexto.

Eu acho que uma entidade do porte e da responsabilidade que o IBAMA tem na política florestal e ambiental neste País precisaria levar para a sociedade o que aconteceu, e V.Sa. expôs aqui.

Eu, como brasileiro, queria perguntar para V.Sa. por que só agora, depois que a imprensa – veja bem – divulgou isso, que o Ministério do Meio Ambiente e até o próprio IBAMA tomou essas atitudes, tentou colocar a todos aqui uma nova ação para remodelar, para atuar inclusive no campo pessoal, no campo estratégico do próprio IBAMA? Não existe mecanismo de fiscalização da atuação do IBAMA a nível de Brasil – que eu acho que é uma coisa... –, um País continental como o Brasil? E não é com isso que estou condenando essa situação; eu estou tentando fazer uma pergunta que nos angustia. Porque, quando ouvi V.Sa. colocar aí o que está sendo proposto – baixar portaria, fazer isso, fazer aquilo –, eu me pergunto: será que isso vai resolver?

Então, por que só agora isso? Não era conhecido? Não teria condições de planejar, de conduzir, de fiscalizar? Não digo fiscalizar, mas ao menos ver: sair daqui de Brasília, alguém vai lá e vê o que o IBAMA do Pará está fazendo, e assim por diante?

Eu faço esta pergunta: mesmo com isso, ainda vai continuar tendo solução através de portarias? Essa seria uma pergunta.

A segunda pergunta que eu faria – e me preocupa demasiadamente, Presidente – é a seguinte: é discutirmos aqui orçamento. É vergonhoso o orçamento inclusive para o Ministério do Meio Ambiente e é vergonhoso aquilo que detém o próprio IBAMA num país continental com tantos biomas que nós temos e de políticas inclusive que nós devemos ter a nível de Estado, a nível até de biomas, e que não há possibilidade

nenhuma... Nós temos que nos convencer de que não há instrumento nenhum que o IBAMA possa conduzir e tentar reformular, nesse diagnóstico que aí está.

Eu deixaria também uma pergunta a V.Sa. e até um alerta ao Ministério do Meio Ambiente: de que pudéssemos ter aí não digo uma tropa de choque, mas um grupo de parlamentares que assumissem o compromisso de discutir o orçamento de 2006 para o Ministério do Meio Ambiente e, é claro, especificamente para o IBAMA. Porque nós vimos: a imprensa internacional, veja bem, jogou para o mundo inteiro que o Brasil destrói a Amazônia, que nós não somos capazes de administrar as nossas florestas, os nossos biomas, e não sei até que ponto isso é verdadeiro. Eu, como brasileiro, até fico preocupado com isso, Presidente. Então, eu me proporia a, junto com outros Deputados, trabalhar já no Orçamento de 2006. Que não venha essa coisa vergonhosa de orçamento, como V.Sa. colocou agora há pouco, aqui, essa quantidade bem pequena para o nosso IBAMA.

E a outra pergunta que eu faço a V.Sa. – e V.Sa. deu ênfase – é quanto ao desmatamento na área de transição da Amazônia. Nós sabemos que a Amazônia Legal nada mais é do que uma linha imaginária. Não é a verdade aquilo que está lá – essa é uma realidade – na área de transição: veja bem, de 35%, 80%, passou para 50%, entre cerrado e mata, mata e cerrado.

Eu tenho que fazer uma observação, Presidente. Mesmo com a Medida Provisória 2.166, não adianta nós entrarmos com mecanismos de castrar, mecanismos de punir, porque, se nós não tivermos... Veja bem, cada Estado tem que ter a sua política ambiental e florestal. Essa é uma realidade. E só fazemos isso através do zoneamento ecológico-econômico. E se o zoneamento ecológico-econômico não estivesse feito – e os Estados não podem ter... Eu vi V.Sa. colocar que o Mato Grosso agora criou a Secretaria do Meio Ambiente, antes não era, essas coisas todas... E eu falo isso para o meu Estado, que é o Paraná.

Não há necessidade urgente de nós aprovarmos o Código Florestal Brasileiro, para que o instrumento do zoneamento ecológico-econômico seja de fato real, verdadeiro e inclusive correto, legal, para cada Estado ter o seu zoneamento ecológico-econômico, a sua política florestal ambiental? Para que nós possamos, de fato, não sofrer essa ação, porque o IBAMA, a nível de Brasília ou a nível de Estado, do jeito que está, Presidente, não vai... nem o espírito de João Paulo II vai resolver. Eu estou tentando falar isso porque precisamos, definitivamente... E a hora que aprovar o zoneamento ecológico-econômico, por lei, na Medida Provisória 2.166... Nós estamos negociando isso. Provavelmente, em função desse tsunami que está aqui

no Brasil agora... Mas acredito que em agosto nós podemos discutir.

Tenhamos o Código Florestal Brasileiro aprovado e possa, então, cada Estado, ter a sua condução da política florestal ambiental e que não faça como o Mato Grosso fez ou como outros Estados estão fazendo.

Eu faria também esta pergunta: se não haveria necessidade de o próprio Ministério e o IBAMA tentar ser um grande parceiro, de convencer o Parlamento de que nós possamos votar aqui o Código Florestal Brasileiro, que é desde 65 e que hoje ele está sendo legislado através simplesmente de resoluções do CONAMA, o que não expressa, veja bem, a verdadeira realidade da política florestal ambiental no Brasil.

Seriam essas as minhas perguntas.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Muito obrigado, Deputado Moacir Micheletto. V.Exa. perguntou: por que só agora? Na minha exposição histórica, eu... A minha exposição não foi histórica, mas, no histórico da minha exposição, eu mostrei desde quando o IBAMA vem, junto com Polícia Federal, fazendo um trabalho de inteligência para desencadear essa operação. Eu mostrei ali. Quer dizer, o senhor não estava aqui presente e aí não teve oportunidade de ver, mas esse é um trabalho muito longo, que nós iríamos... O último momento para desencadear seria março, mas faltavam algumas provas, porque essa operação é extremamente complexa. Prender 80 pessoas ou pedir o mandado de prisão ao Sr. Juiz, por todas as vias legais, você precisa ter prova, senão o juiz não tem o convencimento. E essas provas são materiais, concretas. Então, foi a operação... Essas portarias que o senhor viu aqui são atos da Presidência. Está normatizando a operação, está dizendo como se vai desencadear a operação, porque, ao tirar um funcionário dali, ao demitir o outro, isso tem que ser por atos legais. Por isso que elas estavam ali colocadas, e a gente veio na idéia de mostrar claramente a transparência, *pari passu*, como se deu a operação. A perspectiva da operação – eu disse também, através de outra ação, que é a Operação Arribação – é dar continuidade. É um combate, é ter a corrupção como um fato corrosivo contra o desmatamento. Quer dizer, às vezes eu digo: Não, é um vírus. Não, isso aí é o cupim mesmo que dá na madeira e destrói a floresta. Então, o objetivo é esse, é de continuidade. Essa não é uma operação, não foi uma operação de fustigação, foi um planejamento longo. Só nesses últimos 10 meses... Quer dizer, se houve a coincidência de estar chegando agora... Quer dizer, eu posso lhe afirmar que foi uma estrita coincidência, do dia 2 de junho. Eu disse que ele era programado para março, mas precisávamos fechar isso e precisávamos, como fizemos, focar só na questão da ATPF.

Nós pegamos o rabo do dragão da corrupção só pelo lado da ATPF. Existem outros fatores, outros frutos da corrupção que propiciam a corrupção. Então, a continuidade é um compromisso. Fico contentíssimo com o seu posicionamento, porque eu estou na Casa que produz a legislação brasileira, as normas, e o Orçamento é aqui votado. Eu tenho essa declaração de um Parlamentar da sua história, sensibilizado com o orçamento para um órgão ambiental, sinceramente, como Presidente da Casa. É uma coisa que me estimula, porque os servidores e a administração lutam muito nesta Casa. Aqui está presente um dos diretores da área de fauna e recursos pesqueiros. O que ele lutou por uma emenda aqui foi uma coisa muito significativa, porque eu acompanhei o Dr. Rômulo Mello aqui. O que ele queria com a emenda – e conseguiu, com a emenda? É o seguinte: o senhor vê todo dia na televisão os animais apreendidos. Eu vou pegar uma gerência, a gerência de São Paulo. Se o senhor for visitar hoje a gerência de São Paulo, o senhor também vai ficar estarecido. Os CETAS são Centros de Triagem de Animais Silvestres. O que nós apreendemos... Nós temos a responsabilidade de guardar esses animais com um carinho maior do que aquelas pessoas que estavam inclusive traficando esses animais. Sabe o que acontece? Eu peguei São Paulo – posso pegar qualquer um – porque sensibilizou o Dr. Rômulo. É uma sala de 4x4 onde nós juntamos as gaiolas e os outros espaços onde nós apreendemos os animais, no oitavo andar da gerência de São Paulo. Quer dizer, qual era a emenda? A emenda é construir o centro de triagem. Cada gerência vai ter o seu centro de triagem, mas para ele conseguir isso aqui foi um projeto, que veio lutar aqui, para salvar esses animais com a responsabilidade de quem captura deve ter com eles, para lhe dar um exemplo. Então, essa Casa é que nos reforça. E nós continuaremos a lutar não só por emendas, mas por um orçamento que seja digno de uma política ambiental de quem tem a megadiversidade brasileira. A Ministra Marina luta diuturnamente, nessa Casa, de onde ela é originária, inclusive no Ministério do Planejamento e em todos os níveis. Mas a nossa sensibilização ainda não atingiu essa transversalidade que ela fala, ainda não atingiu o coração de determinados Ministros que são responsáveis por essa ampliação justa do orçamento. Esse seu estímulo aqui nos anima. E o senhor fala da questão do desmatamento. Haverá o nosso Diretor de Proteção Ambiental, que vai abordar o tema – o Dr. Flávio Montiel – depois de mim, porque nós temos uma grande ação de combate ao desmatamento, que o senhor deve conhecer. E esse plano de combate ao desmatamento, o Governo liberou para esse plano um valor significativo do Orçamento e que

nos faz avançar muito nessa direção. Eu já quero me antecipar ao Dr. Flávio, para dizer o seguinte: ano que vem, a taxa de desmatamento que o senhor viu esse ano vai colocar o Brasil num patamar de respeitabilidade com a Amazônia. Eu tenho certeza. Todas essas ações que o senhor vai ouvir e mais a ação de combate à corrupção. O zoneamento econômico-ecológico. Só se pode fazer um planejamento de ação para quem discute desenvolvimento sustentável a partir do zoneamento econômico-ecológico. Isso é uma coisa real, não adianta tirar da cabeça de iluminados. Agora, o Código Florestal Brasileiro, que tramita desde 65 na Casa, nós queremos vê-lo, porque a medida provisória, como o senhor sabe muito melhor que eu, ela existe para normatizar fatos que ainda não estão consolidados, mas elas não podem se eternizar. Que essa Casa, por todos os processos que tem, consiga realmente avançar e dar conseqüência e terminalidade a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– Dando continuidade, passamos a palavra à Relatora, Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Sr. Presidente, eu vou agora fazer algumas perguntas ao Dr. Marcus.

O Procurador Federal, Dr. Mário Lúcio Avelar, afirmou, numa matéria publicada pelo jornal *O Globo*, do dia 03/06/2005, que diversas testemunhas acusaram o Diretor de Florestas do IBAMA em Brasília, Sr. Antonio Carlos Hummel, de se beneficiar do esquema de fraudes montado em Mato Grosso. E ele afirma também que o Sr. Antonio Carlos teria autorizado a instalação de 67 empresas em terras indígenas e também ação de 75 empresas em projetos de desmatamentos sem coordenadas geográficas.

Nessa operação que foi desencadeada isso pôde ser comprovado?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Não, e eu lhe explico, Deputada Thelma. Essa ação tríplice do Ministério Público, Polícia Federal e IBAMA, ela tem – e aqui eu devo explicitar... O Dr. Elielson, como estava no *front* do processo, vai explicitar melhor do que eu, que estava coordenando mais aqui em Brasília. E eu vou lhe dar fatos bem objetivos. Acompanhando o processo *pari passu*, uma vez chegou, num dos relatos, os relatórios parciais, chegou à Presidência que o nosso Diretor, Antonio Carlos Hummel, estava sob suspeita. Eu lhe confesso – e aí eu vou ser emocional, mais uma vez... O Dr. Casara, não quero compromê-lo, mas a senhora sabe que ele já foi Presidente do IBAMA, é funcionário de carreira da casa e é amigo do Dr. Hummel. Eu sou amigo do Dr. Hummel há 23 anos e o Dr. Hummel é uma pessoa pobre, como todos nós,

funcionários públicos. Pobre, pobre. O Dr. Hummel não tem um sinal exterior de riqueza. Aí, eu digo – estou usando, primeiro, o argumento emocional: o Dr. Hummel não é corrupto. O Dr. Hummel foi a primeira e única pessoa que eu trouxe do Amazonas. Eu não trouxe mais ninguém. Os meus auxiliares, todos aqui, não são da minha terra. O Dr. Hummel é a pessoa que veio da minha terra. Foi o único. Muito bem. Pelas razões técnicas e pelas razões morais mesmo, quando eu vi esse relato, eu pedi que a Polícia Federal fosse a fundo. E aqui eu vou dizer, pela primeira vez – pouca gente sabe disso, pouquíssima mesmo: a Polícia Federal grampeou o Dr. Hummel por 15 dias e me foi feito um relato de que nada havia sido encontrado nesse grampo que se fez com o Dr. Hummel. Então, ele foi, decididamente, perseguido, para ver se dele saía alguma coisa. Muito bem. Depois, o que aconteceu? Eu tenho que dizer também aqui – porque, apesar de ser só convidado, eu tenho o compromisso com toda a verdade e transparência: as ações da nossa Procuradoria junto com a Polícia Federal geraram todos aqueles dados para o Meritíssimo Sr. Juiz emitir os mandados de prisão, de busca e apreensão. Polícia Federal e Procuradoria. O Dr. Mário Lúcio Avelar, Procurador Federal, ele tem, apesar de estarmos, termos estado juntos, tem autonomia para caminhar pelos seus próprios pés, a chegar ao juiz através das suas próprias convicções. Então, deixa eu ser claro. No dia 1º – e aqui eu vou precisar, no dia 1º de junho –, véspera da operação, o nosso Procurador lá, Dr. Ayres, entregou para o Sr. Juiz todo o trabalho dele em equipe, exaustivo, de pelo menos 10 meses de averiguação. Eu entro no *finger* do avião para ir para Cuiabá e o Diretor Executivo da Polícia Federal, Dr. Zulmar, disse: “*Presidente, foi expedido um mandado de prisão para o Hummel. Saiu agora, horas antes de começar a operação*”. Isso precisa ser dito também claramente. Quer dizer, eu coordenando aqui com essa outra lista, lista fruto do nosso trabalho. Não tínhamos acesso a essa outra lista que o Sr. Procurador, com a sua independência, levou para o Sr. Juiz conceder. E o Juiz concedeu. Quer dizer, pela manhã, no início da tarde, o nosso Diretor estava preso. Contra ele não houve qualquer aprovação ou reprovação ou qualquer ato ímprobo determinado pela Polícia Federal. A Ministra e eu instauramos um processo administrativo disciplinar para averiguar no nível administrativo, quer dizer, a liberdade de averiguar outra vez a vida do Hummel. E quero dizer, por fim, para não lhes cansar muito: o Hummel é a pessoa que combateu a corrupção em todos os níveis – aqui mencionei – no Estado do Pará. Foi o Hummel, com a experiência que tem em manejo florestal, que teve a coragem de ordenar suspensão de todos os planos de manejo

numa área conflituosíssima – aqui estão os gerentes de Santarém e Belém – do Estado do Pará. Foi dele esse ordenamento. Aí, é importante que se diga que o Dr. Hummel, na sua diretoria, não dá planos de manejo em áreas indígenas. A senhora falou num ponto de georreferenciamento. Isso é uma questão técnica muito interessante, porque há outros pontos de georreferenciamento para se constituir o polígono da propriedade. Um ponto de georreferenciamento não define, porque um ponto não é um polígono. Esse ponto pode ser para lá, para cá, para cima e para baixo. Realmente, isso que nós recebemos. Esses planos de manejo, nenhum saiu da nossa DIREF. O Dr. Hummel não tem nada a ver. Pelo contrário, pelo contrário: de posse desses planos de manejo, ele determinou a duas pessoas que fizessem um levantamento detalhado para a Procuradoria-Geral da República, para a Procuradoria Federal no Mato Grosso. Foi ele quem designou 2 servidores. Não servidores, dois que nós chamamos PNUD são contratados por esse processo para fazer averiguação no Mato Grosso. Os relatórios, foi ele quem buscou, o Hummel. Como é que ele poderia ser culpado dos planos de manejo? À medida que chegavam esses relatórios, ele foi cancelando. Desses cerca de 2 mil planos de manejo, ele conseguiu, com todo esforço, cancelar 200. Deixa eu lhe dar mais dados. O Hummel, na sua diretoria, ele dispõe de 40, de 40 engenheiros florestais para cuidar de 5 milhões e 200 mil quilômetros quadrados de planos de manejo. Ele tem 40. Agora que estamos conseguindo contratar mais 150 para dar provimento a isso. Com esse exíguo, esse Exército de Brancaleone, o Hummel foi cancelando os planos de manejo que se via em áreas indígenas. Em unidades de conservação isso não se dá. No momento em que ele está fazendo isso, os últimos ele cancelou há uma semana, dias antes de a gente desencadear o processo. Depois do Pará e depois disso ele é preso? Quer dizer, isso, decididamente – eu não quero prejudicar, nem sou uma pessoa com esse dom, compromisso e determinação –, eu acho uma grande injustiça. E eu vou dizer aqui qual é a minha expectativa. Quando nós, Ministra Marina Silva e eu, assinamos a portaria que instituiu o PAD, nós afastamos o Dr. Hummel, temporariamente, por 60 dias, para nossa investigação. Se esse processo administrativo disciplinar mostrar que ele é inocente, o Dr. Hummel estará voltando e eu terei o prazer de empossá-lo outra vez na diretoria da qual ele foi afastado.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Nós vimos que foi amplamente divulgado, através da imprensa, em todo o País, que o Sr. Hugo Werle teria doado 5 mil reais para o então candidato do PT à prefeitura de Cuiabá, Alexandre César. E que também

pôde ser comprovado que as Empresas Solar Madeiras Especiais, Cimifran Indústria e Comércio de Madeira e Diagem do Brasil Mineração doaram, respectivamente, 15 mil, 5 mil e 30 mil também ao mesmo candidato. Então, nós queríamos saber se isso pôde ser comprovado e que tipo de trabalho, se essas empresas tiveram algum tipo de benefício por terem realizado essa doação e se outras empresas também fizeram algum tipo de doação.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Deputada, o caso do Prof. Hugo Werle é muito diferente. Primeiro, a nossa operação é focada em ATPF. Esse desdobramento para doação de campanha, isso não está conosco, não cabe ao IBAMA. O IBAMA cuida do meio ambiente, dos seus servidores, das suas ações etc. Essa questão partidária deve ser observada pelo partido a que ele se refere e pela Polícia Federal. Agora, a senhora me dá oportunidade de falar também: se com o Dr. Hummel eu tive a tristeza, com o Dr. Werle eu tive uma frustração, porque, como eu falei especificamente do Dr. Hummel, eu devo lhe dar dados, e a todos os Srs. Deputados, sobre o Dr. Hugo Werle. O Dr. Hugo Werle é um professor de Geografia, com doutorado da Universidade Federal de Mato Grosso. É uma pessoa que eu escolhi como gerente numa lista de 3 pessoas, porque é uma metodologia que nós utilizamos, pelo currículo. Eu nunca vi o Dr. Hugo Werle, mas ele tinha um currículo que se adaptava bem à nossa necessidade. O Dr. Hugo, o Prof. Hugo foi contaminado pelo vírus da corrupção. Por que foi contaminado? Pelo seguinte: o patrimônio dele era zero há 2 anos atrás; o patrimônio dele veio de zero para 426 mil reais. Como gerente do IBAMA... Sou servidor público há 35 anos e os cargos que exerci me davam um salário diferenciado. Foi o cargo... fui Reitor de Universidade, fui Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas, todos cargos de topo. O Dr. Hugo, que é um servidor como eu sou, tinha, nesses últimos 2 anos, 2 carros importados, pelo menos 2 apartamentos que ele adquiriu nesse espaço de tempo. Isso foi o que os investigadores e advogados chamam exteriorização de riqueza desproporcional ao seu desempenho patrimonial. Agora, não foi só isso. Essa é a segunda questão que quero lhe dizer em relação ao professor. Diferente do Dr. Hummel, o Dr. Hugo foi também investigado em profundidade através de grampo telefônico. Quando chegou o primeiro relatório para mim, eu me assustei, eu caí da cadeira. Disse: *Como é possível isso?!* Eu disse – eu sou médico, só quero falar em “ausculta” telefônica. Desculpe, Deputado Rosinha, mas é a escuta telefônica. Mas, na escuta do Dr. Hugo, o que a Polícia Federal viu é que ele negociava propina para si com a Associação dos Madeireiros, e aí era negó-

cio mesmo, de depositar e tal. Quando chegaram os primeiros 15 dias de observação, o que eu disse para a Polícia Federal? *Por favor, estendam para mais 15 dias de observação, para ver se confirma*. E, aí, só ampliou a coisa. Aí, abriu sua cratera embaixo dos pés. Por isso o Dr. Hugo foi preso em Sinop.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Não sei se o senhor tomou conhecimento do que ele... de um jornal de Cuiabá, *A Gazeta*, em que ele se refere ao senhor, que é: *“Quando questionado sobre as palavras do Presidente Nacional do IBAMA, que reconheceu as irregularidades”*, como o senhor está dizendo aqui, *“Werler saiu-se com uma resposta inesperada e repleta de insinuações”* – abre aspas – *‘agora ele, o Presidente, fala isso, mas sempre quando tem algum problema para resolver, nós tentamos acomodar’* – fecha aspas, *disse, sem detalhar, quais seriam os problemas a que se refere”*.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Todos do IBAMA do Mato Grosso. Todos! Todos os problemas, os gerentes, os gerentes aqui presentes, às vezes: *Não tem recurso!* Eu digo, associam-se com a Prefeitura, usam o SISNAMA, fazem qualquer outra alternativa, não podem é fechar! Então, quer dizer, sempre foi dito isso. Não vejo outra insinuação nas palavras do professor. Quer dizer, que ele é um sujeito trabalhador, então, eu não posso negar. Ele trabalhou, mas ele trabalhou para si também muito, e isso não é possível.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Bem, minha última pergunta. O senhor colocou que já entrou com uma ação cível pública contra o Estado de Mato Grosso, explicou quais seriam os objetivos e tudo mais. Nós sabemos que Mato Grosso tinha um plano de monitoramento alguns anos atrás e que foi abandonado pelo Governo quando entrou o recente Governador, o Governador atual. Minha preocupação é que hoje estamos enfrentando, lá em Mato Grosso, uma revolta muita grande, porque, assim como a gente tem madeireiros desonestos, nós temos os madeireiros honestos.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Claro, claro.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– E, lá na região, tem Associação e tem toda uma revolta, porque cada madeireira que fecha lá demite 40 chefes de família que estão... Hoje está se criando uma situação, em diversos Municípios, uma situação de tensão social muito grande, em função do desemprego que se está gerando. Não para o madeireiro, porque o madeireiro é empresário, tem condições até de sobreviver a este momento, mas para os pequenos, para os trabalhadores que realmente sobrevivem

disso. Então, nossa pergunta é: qual é a proposta para que se resolva essa situação da maneira mais rápida possível, antes que se crie um clima insustentável, lá dentro da região, especialmente no norte do Estado de Mato Grosso?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Pois não, Deputada Thelma. Deixe eu lhe dizer uma coisa em relação... O Governo... O Ministério do Meio Ambiente... Existe um grande processo... Deixe eu simplificar. Como existe o SUS, nós criamos constitucionalmente o SISNAMA. O SISNAMA é o Sistema de Meio Ambiente, e uma das ações da implantação do Sistema de Meio Ambiente no Brasil são as relações, as relações existentes aglutinadas entre os 3 entes da Federação nos Estados. O entendimento com os Estados através da Secretaria ou da Fundação do Meio Ambiente do Município cria essa distribuição sistêmica do SISNAMA no Brasil, as chamadas tripartites. Isso se organiza e se busca implementar. O Ministério tem lutado muito, a Ministra Marina tem-se empenhado muito nessa direção. Nesse sentido, a quantidade de recursos que nós, Ministério do Meio Ambiente, descentralizamos para Mato Grosso, dentro dessa idéia do que se chamou de pacto federativo, fez com que o Governo do Mato Grosso criasse um sistema de monitoramento ambiental que o IBAMA não tem e que está em pleno funcionamento até agora. Quer dizer, Mato Grosso ficou até de repassar para quem financiou e não repassa os dados para o nosso sistema de monitoramento chamado SEMAM. O monitoramento é altíssimo, de altíssimo padrão, por recursos repassados pelo Ministério do Meio Ambiente para Mato Grosso. Só que eles fizeram um monitoramento onde eles legislavam única e exclusivamente em causa própria, por isso que eles não passavam para quem tinha o dever de monitorar isso também, de monitorar o monitoramento. Eles não passavam todos os dados. E nós usávamos de recursos, às vezes, coercitivos para buscar isso. Mas, agora, a gente entende, à medida em que a gente foi para a ação, que era importante esconder os dados.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Só uma pergunta, porque... Houve uma redução do desmatamento no Estado de Mato Grosso, uma estabilização, até mais ou menos 2002, 2003 – aliás, até 2002. E, na verdade, agora, a partir de 2003 e 2004, foi quando houve esse pique que o senhor falou, que foi Mato Grosso e Rondônia. Minha pergunta é a seguinte: esse projeto não parou lá no Estado de Mato Grosso?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Não, não. Pelo contrário: ele serviu a quem queria desmatar, se a senhora me deixa ser bem objetivo. Ele

foi o instrumento para quem iria derrubar a floresta e plantar soja, a floresta primária. Ele amarrou isso, ele traçou caminhos, ele estimulou, ele... No jornal do dia 1º, lá do Mato Grosso, aquele jornal do Governo, que tem o Governador na primeira página, é um semanário – não me lembro o nome agora – isso é trazido à baila, quer dizer, é quase como Goiás fez há 4 décadas atrás, há 3 décadas atrás: “Por favor, venham poluir Goiás! Goiás não se importa com a poluição!”. Então, o afã econômico, se levar em consideração a sustentabilidade, foi extremamente agressivo! Isso é fruto de uma política de incentivo para derrubar, para desviar de maneira ilícita a floresta e para plantar soja. O enriquecimento..., aí, o Governador fez uma autocrítica agora. O Governador está vindo discutir com a Ministra pessoalmente. O primeiro ato dele, que foi corretíssimo, foi acabar com a FEMA. Isso eu tenho de reconhecer, ele acabou com a FEMA, vai criar uma Secretaria de Meio Ambiente. Aí, vai vir aqui...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Mas vai ter a política? Porque eu acho que o que o Deputado Moacir colocou é importante.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Pois é. Aí é que eu quero...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Quem pode, tudo bem. Tanto a FEMA quanto uma Secretaria podem..., o importante é que tenha uma política de meio ambiente para o Estado.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Sem dúvida, sem dúvida, Deputada, sem dúvida. E aí eu vou para a sua segunda indagação. Quando procuramos ser, na nossa ação, estritamente cautelosos com o IBAMA, com a nossa instituição, entre tirar os 40 e colocar os 40, para que não houvesse solução de continuidade, estamos fazendo um esforço grande para que a atividade madeireira retorne com sustentabilidade. Nós estamos fazendo um esforço grande onde haja um espaço. No cerrado, na terra degradada, nós temos mais de 600 milhões de hectares onde a soja pode ser plantada em área degradada, no arco do desflorestamento. Não é preciso ir para a floresta primária no Amazonas, não precisa ir para os campos amazônicos. Por que têm de ir para os campos amazônicos os únicos afloramentos de cerrado que temos no meu Estado do Amazonas? Quer dizer, então, o que precisa decididamente é a gente se entender do ponto de vista da política! Nós queremos o desenvolvimento da Amazônia, mas desde que ele tenha sustentabilidade. É só isso! Não dá para sair arrasando a floresta. Não dá! Isso nós vamos reagir sempre. Não dá para de moto-próprio, sem conversar e sem discutir, destruir tudo, inclusive, com material que nós entregamos ao Governo do Estado do Mato Grosso. A vinda

do Governador aqui, a uma reunião importante com a Ministra daqui a alguns dias, é o acerto, é esse re-acerto, é colocar com a Ministra Marina Silva ou para a Ministra Marina Silva, e vice-versa, as políticas que nós temos e que foram tão reprimidas. O Mato Grosso não vai deixar de ser um Estado rico importante para o Brasil, importante para a economia, para a dívida externa, não vai deixar de ser isso. Agora, vamos traçar caminhos onde não se destrua a natureza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Marcus, primeiro quero parabenizá-lo não só pela Operação Curupira, que é importante, mas também pelas demais operações de combate à corrupção e cortando mesmo sem observar quem é. Isso é muito importante. Em função disso, vou fazer algumas perguntas.

Na semana passada ouvimos uma fita nesta Comissão, uma fita gravada, que fazia a denúncia do chamado programa Safra Legal. E o senhor disse, agora há pouco, que 4 servidores do IBAMA foram presos. Eles foram presos em função de ilegalidade nesse programa Safra Legal ou por outra razão?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Não, por outras razões ligadas ao Mato Grosso, porque tinha relação com a Curupira. A Safra Legal... Onde eles foram presos no oeste do Pará, e a Safra Legal é uma experiência no leste do Pará. A Safra Legal é na terra da irmã Dorothy, em Anapu, em Placas etc, no eixo da Transamazônica, mas na parte oriental da Amazônia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Sim. E o senhor, inclusive, disse que suspendeu as ações de manejo na região. Em que ano foram suspensas?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Temporariamente, no Pará. Foi ano passado, as operações, no início do ano passado. Isso movimentou determinados madeireiros que juntaram seus operários, foram fazer pressão na sede do IBAMA em Belém com 5 mil trabalhadores, porque aquilo ia desempregá-los, mas foi um momento onde nós entendemos que era importante dizer: “Basta! Assim não dá para continuar”.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– E, depois, suspenderam as ações de manejo e, depois, então, é que foi criado o programa Safra Legal?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– As alternativas. O Safra Legal veio depois como uma das alternativas a isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA

– Veio como alternativa disso.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS –

Porque se dava exatamente nas áreas de assentamento, quer dizer, aí, o IBAMA, nesse Governo, começou a conversar mais com o INCRA, viu, Deputado, porque eles eram muito distantes. Então, as ações conjuntas buscaram essa ordenação, perdão, esse ordenamento fundiário porque, sem isso, não havia racionalidade na exploração madeireira, ou seja, não se cumpria a lei, os assentamentos não tinham... A Ministra assinou um documento importante com o Ministro Rosseto sobre dar sustentabilidade, inclusive, aos assentamentos, não necessariamente aos grandes projetos agropecuários do sul do Pará, mas aos pequenos assentamentos, cumprindo a legislação, cumprindo a reserva legal, com o direito de que aquela madeira extraída do seu assentamento de até 3 hectares fosse comercializada etc.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E no programa Safra Legal, o senhor já tinha tomado conhecimento de irregularidade ou foi tomar conhecimento agora na matéria da *Veja*? Ou já tinha...?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Não, é o seguinte. O que nós tínhamos observado é que o processo como um todo... Tem até um trabalho científico aqui produzido por pesquisadores, que é um trabalho muito rico. O título..., (*risos*) não vou ler o trabalho, é isso aqui, mas o título do trabalho é assim: “Forjando Processos Produtivos Equitativos na Amazônia:” – dois pontos – “Lições da Iniciativa Safra Legal”, Um Acordo Entre Movimento Social, Madeireiros E Instituições do Governo Para Extração De Madeira Em Áreas De Assentamento Da Transamazônica, Pará, Brasil”. Isso foi a alternativa para essa região, como aqui mencionei. Esse é um artigo que está submetido à publicação numa revista que eu até dirigi, lá, no Amazonas, chamada *Acta Amazônica*, do INPA, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, que mostra isso aqui como alternativa ao início desse ordenamento fundiário que tem, como conseqüência, o ordenamento do desenvolvimento sustentável.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas, Dr. Marcus, o IBAMA tomou conhecimento de que havia irregularidade com a denúncia ou tinha tomado já com a denúncia da *Veja*?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Não, não, não. Índícios... E, aí, o senhor quase me obriga a falar das operações sigilosas que eu não posso dizer.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, não, então, não fale.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS –

Mas, bom, eu vou lhe responder. Sim, tinha tomado... Lembra aqueles relatórios?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sim.**O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS**

– Em que eu dizia: “Faz a segunda. Faz a segunda”. Mas, mas...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, está bom. Não, se a operação é sigilosa, acho que é melhor deixar a operação sigilosa.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– É, que avalia o Safra Legal, e eu posso lhe dizer que há indícios de que... Nós estamos fazendo..., ah, já vou falar muito. Mas nós estamos fazendo contas de madeira, para área estendida, não sei o quê, tem tantos mil metros cúbicos e tal, e a gente está checando esses dados para avaliar o Safra Legal. Dito de uma maneira, o Safra Legal está sob observação contínua. Apesar desse trabalho de avaliação riquíssima e da alternativa que ele significa para as populações de assentados, inclusive para os madeireiros, o fluxo de comercialização dessa madeira extraída é que precisa ser tão transparente quanto à construção arquitetada pelos vários atores sociais para construir o programa. É isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sim. A revista *Veja* reproduz um cartaz, que o Dr. Marcus chamou de selo...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – É.

Não, é um selo, foi visto nos caminhões também. Tem um *outdoor*... Nós temos um...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pois é, mas, aquele “oPTtante” está escrito daquela maneira?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Olhe, é o seguinte: eu também não posso fazer juízo. Mas...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, porque ou é má-fé ou é burrice.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Não, é (*risos*), eu acho que são as duas coisas, lamentavelmente, porque nós, do Partido dos Trabalhadores, usamos aquele “optei” há 10 anos atrás, quer dizer, é uma coisa do passado. E parece que essas pessoas que produziram... Sabe por que que eu digo que são as duas coisas? Porque, no selo, tem a origem do selo: HB Lima, que é uma empresa da região! Por isso que nos estamos investigando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece a empresa HB Lima?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Não, não conheço, mas conheço de relatos, não conheço a empresa em si. Mas, aí, a investigação está se direcionando exatamente para a empresa, porque se assinou. É um sujeito que fez um delito e assinou o delito. Então, o que nós estamos investigando, Deputado Rosinha, é para ver – e aqui vou ser bem obje-

vo com V.Exa. –, é para ver se esse selo, no processo de comercialização, substituiu, em algum momento, a ATPF para passar as barreiras. É isso que nós estamos investigando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Que é a denúncia que nós recebemos aqui.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Pronto. É isso que nós estamos investigando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dr. Marcus, o Jornal *O Liberal*, desta semana, tem lá uma afirmação do analista ambiental, Carlos Bicelli, dizendo que informou à direção do IBAMA, mediante o Memorando Interno nº 205, a respeito de autorização.. que o órgão estava autorizando o desmatamento de áreas já devastadas, para que as autorizações fossem usadas para esquentar. O senhor tomou conhecimento disso?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Tomei. E tomamos providências também.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, tá. Uma outra questão diz respeito...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Não só conosco, mas também com a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, está. A outra questão diz respeito à empresa Estratégia Consultores.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Esse não faz parte do desmatamento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Nada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É que aqui na CPI chega tudo.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Não, tudo bem. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É que quem está por fora tem estratégias.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – É verdade. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E, às vezes, nós usamos a tática aqui.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Está certo. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É que a Estratégia Consultores ela... O IBAMA a contratou em 2003?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Sim. O IBAMA...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Contratou?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Eu posso lhe explicar detalhes.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Isso. Contratou? Para que finalidade que ela foi contratada?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Para o planejamento e a reformulação de gestão do IBAMA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E houve irregularidade no IBAMA, porque houve denúncia de irregularidade.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Estamos na fase final do processo administrativo disciplinar. Na fase final.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De investigação da contratação da empresa.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Está na fase final já. Já está se concluindo. Faltam os últimos passos, mas o Tribunal de Contas da União e a Secretaria Federal de Controle foram comunicadas, e todas essas instâncias externas ao IBAMA já foram comunicadas do evento, porque foi o próprio Presidente quem detectou.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Hum.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Foi o próprio Presidente quem detectou. E em detectando exonerou, ato contínuo da evidenciação, o Diretor de Proteção, o Diretor da DIGET, da nossa Diretoria de Planejamento, que era responsável por esta contratação. E foi exonerado ato contínuo e se abriu processo administrativo disciplinar. Apurou-se, e está na tramitação final. E, se eu – salvo engano, que eu não acompanho *pari passu* –, deve estar para parecer final a ser mandado para o Ministério do Meio Ambiente, que é quem delibera, em última instância. Mas para que nós saíamos com esse processo, ele hoje está localizado na Procuradoria-Geral do IBAMA para o parecer final e encaminhamento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não é de agora, mas o IBAMA tem feito concursos públicos, não muitos, mas começou fazer alguns recentemente. E eu mesmo, como Parlamentar, recebo assim... Numa ocasião, recebi um pedido de transferência dizendo: “Olha, eu queria que o senhor falasse...” Chegou bem desse jeito: “Eu sei que o senhor conhece o Dr. Marcus, é do seu partido, e eu quero ser transferido da Amazônia para outra região.” Eu fiz a seguinte pergunta: “Quanto tempo você tem de IBAMA?” “Ah, eu estou no estágio probatório.” Após a segunda pergunta, eu disse: “Então, você leu o edital e conhece a legislação. Então, não conte comigo porque é ilegal. E ilegalidade nós não vamos cometer. Não vou falar nem com o Marcus”. Tanto é que nem falei. Estou te contando isso aqui agora. Aí a pessoa me disse: “Mas estão ocorrendo transferências de pessoas que não cumprem o estágio probatório, não cumprem o que está disposto no edital”.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Hum, hum.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A minha pergunta é: esses fatos estão ocorrendo? E se não estão ocorrendo, esses fatos e transferências estão sendo investigados?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Bem, primeiramente, o que o Deputado aqui menciona é fato real. Nós fizemos concurso, ao final do ano de 2002, que veio para o IBAMA como um lenitivo importante no que diz respeito à renovação. O IBAMA estava envelhecendo, e nós precisávamos de sangue novo para estimular, inclusive os que estavam envelhecendo. Esse concurso foi sabiamente direcionado para a Amazônia, mas foi um concurso nacional. Tanto que quando eu cheguei à Presidência do IBAMA, há 2 anos e 6 meses atrás, e que nós começamos a discutir essas demandas que vinham, no sentido de fazerem retornar aos seus locais de origem, eu levei ao Conselho Gestor e disse uma frase que eu mesmo guardei. Eu disse: chegando da Amazônia, entendendo a importância que era suprir a Amazônia das suas necessidades, eu disse: “Da Amazônia, ninguém sai”. Mas aí começaram a surgir doenças graves, teve gente que matou a mãe, matou o pai, adoeceu o avô, adoeceu o filho, com todas as justificativas documentadas, inclusive com recursos legais, para sair da Amazônia. Aos casos comprovados, nós fomos abrindo essas exceções. Teve um que eu preciso relatar aqui. Um determinado senhor foi reivindicar a transferência de uma pessoa em Rondônia, exatamente na terra do nosso Presidente Casara, em Guajará-Mirim, e essa pessoa perdeu... Disse: “Olha, Presidente, eu estou pedindo essa transferência porque essa pessoa está muito doente e não tem condições de ficar lá em Guajará-Mirim”. Eu disse: “Bem, então, o senhor faz o seguinte... Ela está doente, né, o senhor está dizendo. Então, traga para eu examinar”. Ele tomou um susto: “Presidente, aí, de paletó, pediu para examinar a moça?” Eu disse: “Não, traga, eu sou médico, eu examino. Se ela estiver doente e eu comprovar isso, eu transfiro na hora, porque eu tenho muito coração e respeito por isso”. Ele nunca voltou para trazer a moça. Mas eu estou fazendo uma viagem, a convite do Deputado Casara, no Vale do Guaporé, e o avião pousa em Guajará-Mirim. E como eu faço todas as vezes que chego a determinado lugar, porque o IBAMA é tão capilar como o Exército, fui à sede do IBAMA e comecei a me reunir com os nossos servidores. Era uma noite de sábado. Aí, eu disse, aquela coisa que a gente diz: “Vamos nos apresentar? Eu sou o Marcus Barros, sou Presidente do IBAMA. E a senhora?” É fulana. “E a senhora, quem é?” Aí, quando chegou a uma moça, daquelas moças da sua

terra, de olhos bonitos, loura, alta, que destacava dos indiozinhos lá, destacava-se, ela era muito mais alta, eu disse: “E o seu nome, como é?”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Sem os preconceitos, Presidente.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Aí eu disse: “E o seu nome, como é?” Ela disse: fulana de tal. Eu disse: “*Mas como a senhora se recuperou... mas impressionante... O meu laudo, a essa distância, é que a senhora é saudável, a senhora não vai sair daqui*”. Era a moça que queria se transferir porque estava muito enferma. Quer dizer, então, todas essas justificativas foram ocorrendo. E, aí, o que nós fizemos, para democratizar o processo? Fizemos uma seleção interna, um concurso interno para quem queria se deslocar da Amazônia. Então, usamos esse critério. O concurso, então, motivou determinados deslocamentos para essas áreas. Áreas na Amazônia sofreram muito. Eu vou especificar uma: Tefé. Tefé, no médio Solimões, quase se esvaziou. Mas, para encerrar a abordagem, o segundo concurso, agora, que vai se realizar, é para 610 pessoas. Mas nós fizemos uma pequena correção, viu, Deputado Rosinha? Nós estamos fazendo o concurso regionalizado, não tirando a possibilidade de quem vem de fora também fazê-lo. Mas, em Rondônia, vai ser de Rondônia; do Amazonas, vai ser do Amazonas, não tirando o direito constitucional de ir e vir, mas isso dá uma chance para revigorar quem está na Amazônia e quem precisa de emprego e é mais identificado com aquele nosso calor insuportável e a nossa umidade de cem por cento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Na exposição da operação Curupira, o senhor disse que a Autorização para o Transporte de Produtos Florestais foi a maior investigação. Mas na CPI, que já teve aqui, na legislatura passada, constatou-se, também, que era um dos locais de maior fraude, de denúncia de maior fraude, era naquele momento. A operação Curupira identificou no tempo essa situação ou foi muito localizada?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Perdão, eu não peguei a essência da sua pergunta.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Houve uma CPI na legislatura passada e uma das principais denúncias que nós recebíamos aqui é que as fraudes ocorriam nas ATPFs, e ela foi investigada, agora, na Curupira.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Hã, hã.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A minha pergunta é: foi localizada no tempo essa investigação ou ela voltou no passado, pegando...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Não, ela tem 10 anos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pegou 10 anos, o período de 10 anos?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Perdão, nós prendemos uma pessoa que estava distante, lá em Paranaguá, e que tinha um comprometimento de 10 anos passados. E vamos continuar no mesmo ritmo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ótimo, porque, daquela ocasião, vieram as denúncias de ATPFs geradas no escritório de Eunápolis, na Bahia. Daquela CPI, houve essa denúncia.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Claro, a Arribação chega lá na Bahia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – No dia 11 passado, o nosso Diretor de Proteção Ambiental, o Flávio Montiel, que estará aqui daqui a pouquinho, reconheceu o furto de 25 mil ATPFs no Estado do Pará. A pergunta é: como é que pode uma quantidade tão grande de ATPFs estar concentrada num só local? Isso favorece os ladrões.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como é que pode essa questão...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Isso foi uma... Ao chegar ao IBAMA...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Eu gostaria de convidar o Presidente Antonio Carlos Mendes Thame para assumir a presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O nosso Presidente vai responder, eu fiz a pergunta.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Nós estávamos na ATPF...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Na questão das 25 mil ATPFs do Estado do Pará. Como pode ter tantas delas concentradas no Estado do Pará?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – É porque a atividade madeireira é a maior do Brasil, junto com o Mato Grosso. Mas a questão... Primeiro, uma pequena correção, só para os registros: foram exatamente 22 mil e 500 ATPFs. E o que aconteceu? Nós estávamos chegando ao IBAMA, era um domingo à noite, e um bando invadiu a sede do IBAMA, dominou 2 seguranças, foi direto à ATPF, lá onde estavam guardadas as ATPFs, e roubou, na própria caminhonete Mitsubishi do IBAMA, roubou essas 22 mil ATPFs. O primeiro recurso que eu despendi ao chegar no IBAMA foi um edital para todo o Brasil, que custou 37 mil reais, para suspender todas essas ATPFs e para denunciar para o

Brasil inteiro o furto dessas autorizações. Nós, depois, rastreando, encontramos por todo o Brasil, todo o Brasil, não só no Pará, mas em Rondônia, encontramos muitas dessas ATPFs nesse rastreamento do Trevo do Lagarto, no Mato Grosso, encontramos muitas dessas ATPFs. E o processo que instauramos, que a Polícia Federal instaurou, prendeu esse bando em Paragominas, lá no Pará, onde eles haviam abandonado essas caminhonetes que roubaram. Mas é isso. E, por isso, também, a partir daí, nós intensificamos, pela fragilidade... Uma vez eu cheguei em Marabá, e as ATPFs eram guardadas em um lugar extremamente inseguro, onde qualquer um do povo poderia ter acesso a elas. A fragilidade, em si, de elas funcionarem no processo de autorização e serem tão frágeis, no sentido de serem adulteradas, calçadas... Elas ainda podem, e poderiam ser roubadas, como foram no Pará.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E qual o mecanismo de substituição para ter segurança? O que está sendo feito?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Isso que nós abordamos aqui no início da nossa fala é um processo complexo, que está em construção há 8 anos, começou em 85, que é um sistema chamado SISPROF, onde será feito *on line* um controle da ATPF, pelo menos num primeiro momento, que é o que mais nos interessa do ponto de vista ambiental, que é a definição da origem da madeira à primeira indústria. Isso aí nós já estamos com um piloto, rastreando por satélite através dos *track*, das cebolas. Nós já estamos por computador tentando fazer, e vamos conseguir, uma liberação *on line* onde eliminamos todos os intermediários. Esse processo está no final, é o processo mais complexo, porque tem a questão da telemática em si, do próprio IBAMA, da DIREF. Isso já vem do governo passado, não é criação nossa. Nós estamos apenas aprofundando. Já vinha um contrato com a Universidade de Lavras, onde nós temos de rever esse contrato. E estamos numa fase de aperfeiçoamento final, porque temos claro desde que chegamos, e outros administradores, antes de nós chegarmos, já tinham claro que a ATPF é um fator de corrupção.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu vou só fazer uma última pergunta, voltando até naquela questão de transferência anterior. Nós sabemos que muitos servidores, e a maioria são servidores sérios e honestos do IBAMA, e a gente sabe que alguns deles inclusive sempre sofrem ameaças de morte no exercício do seu trabalho.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Morrem. Alguns morreram no exercício do trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E a servidora Lívia Karina Passo Martins foi transferida. Do IBAMA

ela foi transferida para Salvador por estar sendo ameaçada de morte. Houve apuração de quem ameaçava porque só transferir não... só transferir é importante, mas é pouco. Tem de ser investigado quem está ameaçando.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Ela saiu de onde e foi para Salvador?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Itaituba.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – De cabeça assim eu não sei, mas eu lhe respondo sobre que ato averigua isso ou se não averigua.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É, porque às vezes tem o crime organizado por trás. O desmatamento ilegal é crime organizado, o tráfico de animais é crime organizado...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – ... a pirataria biológica é crime organizado. Então, às vezes, a ameaça ou até a morte do funcionário é que atrás tem algum criminoso. Bom, para ameaçar já é um criminoso, o cidadão comum...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – O senhor sabe, Deputado, que esse é um mecanismo de corrupção. Quer dizer, ameaçam a vida para depois ele isolado, sem outra alternativa, ele se corrompe, porque ou ele pega a propina ou ele morre a bala mesmo. Quando a gente consegue transferir, a gente protege, mas, às vezes, a gente não consegue. E o risco de vida é real.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Dr. Marcos.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Obrigado, Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – São essas questões, Sr. Presidente.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Eu gostaria de passar para a Presidência o que eu mencionei em relação àquele trabalho de avaliação da safra legal que eu julgo ser importante que ele componha os autos da Comissão como documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está ótimo. Bom, do Deputado Dr. Rosinha as perguntas que ainda, por ventura, não tenham sido respondidas nós encaminharemos ao nosso depoente convidado de hoje, se puder nos informar, para que possa responder por escrito. Ainda tenho algumas perguntas, se me permite, quero encaminhá-las.

A primeira é a seguinte: essa denúncia, se alguma já tiver sido feita, nós... O som nos informa que já houve a resposta, mas a primeira é a seguinte: essa última denúncia da revista *Veja* mostra que foi adicionada ao

nosso polinômio mais uma variável. Nós atribuíamos o desmatamento, primeiro lugar, a uma legislação não totalmente suficiente, a uma fiscalização insuficiente, claramente insuficiente, terceiro lugar, a uma desorganização gerencial, em quarto lugar, a uma falta de decisão política. Isso é um agregado de tudo aquilo que ouvimos aqui nos diversos depoimentos. E agora a *Veja* agregou mais uma variável, que é o da corrupção. Técnicos do IBAMA permitindo que houvesse desmatamento, facilitando a fiscalização em troca de propina e de ajuda para campanhas do PT. O que o senhor poderia nos informar a respeito?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Sr. Presidente, Deputado Mendes Thame, eu me reporteio a isso em profundidade na minha exposição inicial e nos debates. Eu posso explicitar mais, se for... posso aprofundar mais além do que eu já disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não, não, se o senhor já explicou. Queria em seguida perguntar o seguinte: Qual o índice de filiados do PT que ocupam cargos de confiança e de direção no IBAMA?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Eu posso pegar a diretoria como exemplo. A diretoria do IBAMA, o Presidente, que não foi indicado pelo PT, foi chamado a convite da Ministra Marina Silva. O PT não sabia. O Presidente da IBAMA é do Partido dos Trabalhadores, só. Nós somos 8 servidores, alguns aqui estão presentes, os diretores, o Procurador-Geral foi Presidente do INCRA no Governo Fernando Henrique Cardoso.

(Intervenção inaudível.)

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – E os demais servidores, eu acho, não sabem onde é a sede do PT aqui no Distrito Federal, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Desses funcionários que foram presos pela Polícia Federal o senhor conhecia pessoalmente algum deles?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Conhecia o gerente, porque foi eu quem nomeou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Qual o gerente?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – O gerente Hugo Werle, do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Já está solto ou continua preso?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Já está solto. Já, Hugo, já. Já foi solto.

(Intervenção inaudível.)

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Está. A informação que eu tinha... Não foi não?

(Intervenção inaudível.)

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Ah, é, ainda está em preventiva? Foi decretada preventiva, então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A esse respeito do Hugo Werle, citado pelo senhor, e filiado ao PT e membro do Conselho Fiscal do partido, disse a revista que ele é filiado ao PT e membro do Conselho Fiscal do partido, preso pela Polícia Federal sob a acusação de chefiar um esquema de arrecadação em Mato Grosso, segundo a revista. Teria movimentado, também segundo a revista, 890 milhões em 2003, com transporte de madeira extraída ilegalmente e é responsável pelo desmatamento de uma área de 43 mil hectares para retirar ilegalmente 1,9 milhão de metros cúbicos de madeira, que teria como destino a Europa. Segundo consta, o responsável pela sua indicação é o Deputado Carlos Abicalil. Pelo jeito, não é. Foi indicação sua.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Eu posso lhe explicar melhor ainda. Posso lhe explicar melhor se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Só para concluir, o senhor tem conhecimento desse fato, dele ter feito essa arrecadação? O diretório do PT recebia alguma parte da arrecadação ou o senhor tinha conhecimento de que ele arrecadava dinheiro de madeireiros para campanha de candidatos do PT daquela cidade, como foi afirmado pela revista, segundo afirmações dos próprios madeireiros?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Deputado, o critério que eu usei ao chegar à Presidência do PT para escolha dos gerentes...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Presidência do IBAMA.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Perdão, gerência do IBAMA, não foi ligado.... não, porque eu já dirigi o PT duas vezes, por isso, que às vezes... mas eu construí um banco de dados onde eu recebia 3 currículos das 37 gerências e desses 3 currículos eu escolhia um. Do Mato Grosso, dos 3 que me foram enviados, eu escolhi o professor Hugo Werle, já disse isso anteriormente, pelo padrão do seu currículo. Eu nunca vi o Professor Hugo Werle....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS –, e ele teve uma ação, do ponto de vista institucional, a nossos olhos, uma ação administrativa boa. A ação moral é que não foi boa, nós detectamos, e a Polícia Federal prendeu. Eu desconheço, eu não faço parte do PT do Mato Grosso. A minha militância é no Estado do Amazonas. Eu não conheço nenhum procedimento no Estado do Mato Grosso ligado ao Partido dos

Trabalhadores, eu não posso especificar porque não tenho conhecimento. Minha relação foi estritamente funcional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. A reportagem da *Veja* traz texto dos jornalistas Leonardo Coutinho e André Rizzek afirmando que “o PT deu a senha para desmatar e que seções do partido deixaram as feições políticas, para assumir contornos de organizações criminosas.” – uma das mais pesadas frases contra o PT. “Membros do partido do Governo e pagos para defender a floresta vinham agindo ao contrário, como cupins, contribuindo para dizimá-la em troca de suborno. Segundo investigações da Polícia Federal, feitas no Estado do Pará, os candidatos a Prefeito pelo Partido dos Trabalhadores Paulo Medeiros, em Uruará, Chiquinho do PT, em Anapu, e Lenir Trevisan, em Medicilândia, teriam recebido cada um 300 mil reais nas eleições de 2004. Porém, o Sr. Leivino Ribeiro, Presidente da Associação das Madeireiras dos Municípios de Anapu e Pacajá, afirmou que o seu grupo gastou na parceria com o PT 2 milhões nas últimas eleições”. Gostaria de saber se o senhor teve conhecimento, em algum momento do início da campanha de 2004, meados de junho, até o final do ano e início do ano que vem, de algum caso em que funcionários do IBAMA, portanto, da instituição, tenham agido ainda que em contribuições claras, com recibo eleitoral, tudo, tenham agido para arrecadar recursos para candidatos a Prefeitos do PT?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Eu não estabeleço... a minha questão é estritamente ambiental. Eu não sou militante do Partido dos Trabalhadores no Pará e, se eu posso sugerir, isso é um assunto para a investigação da Polícia Federal. A Polícia Federal deve ir fundo e investigar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agora, uma questão puramente administrativa. A revista *Veja* apurou que um ex-gerente executivo do IBAMA em Natal, Solon Fagundes...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Já respondi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Esse já respondeu? Sobre o desaparecimento de uma multa 1 milhão e 300 mil reais que evaporou do sistema de informática?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Já respondi, porque o próprio Solon diz que é tudo mentira. Ele escreveu para a *Veja* num documento dizendo que a *Veja* escreveu o que ele não disse. Ele não disse isso nenhuma vez. Ele pôs por escrito isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não, perfeitamente, é suficiente.

A reunião dos chanceleres da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica, formada pelo Brasil, Venezuela, Suriname, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Guiana, ratificou o compromisso de soberania sobre um território de 7,5 milhões de quilômetros quadrados e, com isso, a implantação de política de desenvolvimento sustentado, e reconheceu o valor do conhecimento tradicional, estimulando os países a preservá-los.

Como o senhor vê, dentro desse contexto de o Brasil ter ratificado esse acordo, essas denúncias envolvendo o IBAMA e que tentam deixar o Brasil numa situação desconfortável de infiel depositário perante a comunidade internacional, dando margem a especulações até a respeito de uma inusitada possibilidade de intervenção?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – A minha exposição, Deputado Thame, inicial mostrou, eu espero ter sido claro em relação ao que foi a operação. Determinados setores da imprensa tentaram inverter o que o IBAMA fez olhando para si e cortando na própria carne. Essa, eu disse anteriormente, é uma operação do IBAMA para mostrar para si, para esta Casa, para o Brasil e para o mundo que uma das fatias da devastação ambiental vem da corrupção. E ele resolveu cortar na própria carne. Os outros parceiros chegaram depois do IBAMA. Essa operação é do IBAMA e, no nosso entendimento, isso mostra a transparência com que o Brasil trata a questão da corrupção. Essa operação começou com indícios há 2 anos atrás. Essa operação do IBAMA se aprofundou há 10 meses atrás. Depois veio a Polícia Federal e o Ministério Público Federal com dados levantados pelo IBAMA. Quer dizer, isso, ao contrário, deve orgulhar o Brasil. Eu disse que nos entristecia porque, contando na própria carne, nós demitimos, exoneramos, criamos processos contra os nossos próprios servidores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. O Sr. Atanagildo de Deus Matos, homem de sua confiança, pelo que diz aqui, pelo que se diz aqui...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Não, eu exonerei ele, através de um processo. Não é de minha confiança, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não é?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Foi acusado de desviar 1,5 milhão de recursos de projetos ambientais. Porém, por uma alteração do organograma do IBAMA, proposta essa alteração pela Ministra e aprovada pela Casa Civil,

passou a ocupar a Diretoria de Populações Tradicionais e Integração Sócio-Ambiental, mesmo tendo um passado um tanto quanto duvidoso. O senhor participou dessa nomeação?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Não senhor. Quando eu cheguei, o Sr. Atanagildo não era diretor, porque não havia Diretoria de Populações Tradicionais. Ele pertencia a um Centro Nacional de Populações Tradicionais, chamado CNPT. A nomeação não foi nossa. Nós já encontramos ele aí e quando detectamos problemas que apresentava a sua gestão, da anterior à atual, abrimos um processo, demitimos, exoneramos o Sr. Atanagildo, que não é servidor do IBAMA, e tomamos todos os procedimentos legais. Se alguém aqui na plenária quer mais sangue, que avance. Mas tudo o que fizemos, do ponto de vista administrativo, foi isso. Não dá para matar, porque não tem pena de morte no Brasil. Aí, não dá mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Muito obrigado. Nós estamos satisfeitos, de minha parte. Gostaríamos de saber se o Deputado Rosinha gostaria de complementar alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa questão do Sr. Atanagildo, ele era diretor de quê?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Não era diretor, não tem a diretoria.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Do Centro...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Do CNPT, Centro Nacional de Populações Tradicionais, que está se transformando em Diretoria de Populações Tradicionais. Nós estamos tentando evoluir...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E qual era a ligação administrativa desse Centro com o IBAMA?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – O IBAMA tem 23 centros, tem centros nacionais, esse era um deles. O IBAMA tem centro de madeira, centro de atividade pesqueira...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Atanagildo era desse órgão?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – O Atanagildo era o chefe desse Centro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Do Governo anterior?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Do Governo anterior.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É necessário dizer isso porque... E foi exonerado pelo atual Governo?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Foi exonerado pelo atual Governo, depois de um procedimento muito aprofundado das suas ações.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, eu quero fazer alguns comentários, em função de a revista *Veja* ter sido citada tanto nas perguntas do senhor. Eu era leitor da revista *Veja*. Há muitos anos deixei de ser. É uma revista que tem posição ideológica definida, não em relação ao PT, mas pró-americana e pró tudo o que é poder e poderosos neste País. Eu não leio a revista *Veja* e desconfio de informes da revista *Veja*, porque o próprio Roberto Jefferson, que eu nunca tive como exemplo na minha vida, chamou-a de revistinha, há poucos momentos atrás. Isso é importante que seja dito.

A outra questão é a seguinte, Presidente: eu estive aqui no mandato anterior e eu nunca questioneei por nomeação de filiados do PSDB em cargo de confiança do Governo e nunca pedi cargo para o PT, e acho que um Governo que ganha as eleições tem direito a nomear quem ele deseja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não há mal nenhum em nomear algum petista. E se ele é desonesto, corta na carne, como acabou de ser feito, até porque, eu fiz a pergunta anteriormente, as autorizações que foram investigadas estão há mais de 10 anos investigando, e o PT só está no Governo há 2 anos. E pegou de 10 anos o crime. Então, é importante que a gente tenha isso, porque não faz mal nenhum ser no PT. Agora, o mal é ser desonesto em qualquer partido que esteja. E se estiver no PT, temos que afastá-lo do partido e da administração. Não deixar pedra sobre pedra, como diz o Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Complementando as suas lúcidas e oportunas observações, o que temos batido muito é no sentido de que a ocupação desses cargos de confiança seja feita por pessoas sem o devido preparo. O Dr. Marcus esclareceu bem como é que ele escolhia, levava em conta não só o fato de ser petista, mas o currículo. Tinha que ter um conhecimento para ocupar o cargo, para que não ocorresse como ocorreu no INCA, no hospital do INCA, em que foram colocadas pessoas que não conseguiram tocar. Podiam até ser honestos, mas estavam causando um malefício no atendimento público e denegrindo a própria imagem do Governo.

Eu tinha mais uma pergunta, se me permite, Dr. Marcus. É a seguinte: o servidor Alberto de Paula Martins, do IBAMA de Santa Catarina, afirmou, nessa CPI, que o termo de cooperação proposto pelo gerente executivo e firmado entre o IBAMA e a ESCA resultou na retirada de 10 mil metros de madeira em toras pelo MST, e não 2 mil metros cúbicos de madeira seca, como

o previsto. Disse, também, que o MST estabeleceu em seu acampamento, situado em área da FLONA, Três Barras, um ponto de venda da madeira e manteve um estaleiro, onde os caminhões carregavam a madeira, conforme fotos. Gostaria de saber se foi instalada, em função desse servidor do IBAMA, que declarou isso aqui na CPI e afirmou já ter comunicado anteriormente ao IBAMA esse fato, se foi instalada uma sindicância e, se ela foi realmente instalada, se o senhor tem memória de como anda essa apuração dos fatos?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Sr. Presidente, veio para essa Comissão o nosso diretor da DIGET, o nosso Diretor de Planejamento Estratégico, que foi gerente do IBAMA em Santa Catarina, à qual o assunto está ligado. Ele fez um depoimento de 4 horas sobre o tema, o Dr. Luiz Fernando Merico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Se o senhor puder nos encaminhar também, no mesmo prazo das respostas dessas perguntas, algum relato sobre como anda essa CPI... Era isso. Deputado Casara, por favor.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas agradecer a participação do Presidente Marcus Barros e fazer aqui um testemunho, Sr. Presidente, na minha avaliação, dos importantes critérios utilizados pelo Presidente Marcus Barros para a nomeação dos cargos. Realmente, eu estive conversando com V.Sa. no início da sua gestão, e me pareceram muito bem selecionados os critérios para a nomeação dos cargos. Evidentemente que, como bem V.Sa. colocou, trabalhamos com recursos humanos, e é por isso que existe o trabalho de supervisão. Mas, de qualquer maneira, estamos satisfeitos com as suas posições. Tenha certeza de que a sua contribuição foi muito importante para o andamento desta CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Dr. Marcus Barros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Estou encaminhando ao Dr. Marcus Barros as perguntas que não foram respondidas, para que no prazo de 7 dias, se for possível, nos encaminhe as respostas. E queria externar, de público, meus agradecimentos pela sua contribuição.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Assume a presidência, porque volto, como membro da Comissão de Ética, lá para o plenário, a Deputada Thelma? Ou o Deputado Casara. Reassuma, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Dando continuidade aos trabalhos, convidamos o

Dr. Elielson para tomar assento à mesa. Dando prosseguimento, concedo a palavra ao Dr. Elielson. V.Sa. dispõe de até 20 minutos.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Vou tentar ser o mais breve possível. Primeiro eu cumprimentar os Deputados, a Deputada do Estado do Mato Grosso, Deputado do Estado de Rondônia, os demais membros da Comissão que não estão presentes, as pessoas presentes, dentre os quais o meu Procurador-Geral, Sebastião Azevedo, a minha amiga Inês, o Chefe de Gabinete da Ministra e outros colegas. Falar da apuração Curupira, eu acho que eu tenho que retroagir um pouquinho no tempo. A gente falar de IBAMA... IBAMA é uma coisa que me emociona muito, porque eu fui subordinado à sua presidência durante um período. E nesse lapso temporal eu trabalhei em algumas apurações, dentre as quais apurações no Estado do Pará. Estive no Estado do Pará em 1999, no ano de 2000. Foi quando eu comecei a aprender o que é IBAMA. Em 2000 cheguei no IBAMA, no Estado do Pará, para fazer um processo disciplinar contra a fraude e um plano de manejo, ou seja, um plano de manejo elaborado em nome de um cidadão chamado Mifi Buazetti. O nome é estranho, mas ele existe. E esse cidadão ... Usaram a documentação do cidadão. Utilizaram a documentação de uma área que não existia, título de propriedade falso, interpuseram um plano de um manejo que gerou DVPF e, conseqüentemente, ATPFs, que foram comercializados através de várias empresas. Isso foi descoberto. Foi feita uma sindicância, e eu fui para lá para fazer o processo disciplinar. Chegando naquele Estado, eu fui instado por um colega sobre uma possível falsificação em boleto bancário, adulteração. Isso em 2000. O Deputado Dr. Rosinha chegou agora. Um boleto bancário, que é o boleto de pagamento do IBAMA. Selecionei, fui ao Banco do Brasil, fiz um ofício, levei, constatamos que era falso. Daí para frente, peguei os dois membros da equipe que trabalhavam comigo, começamos levantar todos os planos de manejo, buscar todos aqueles boletos bancários falsos. Nesse busca, idas e vindas, eu passava por um setor chamado DICOF. Eu estou fazendo esse histórico e vocês vão entender por quê. Passava por um setor chamado DICOF e vi um cidadão lá sentado como se funcionário do IBAMA fosse. Sentado num sistema chamado SISMAD. SISMAD é o que absorve os dados para a movimentação que deve controlar a movimentação de madeira. É o sistema que foi criado para isso. Ele sentado, digitando. Eu me apresentei. Funcionário tal, funcionário tal. E aquele ali não era funcionário? Quando eu perguntei, um contrato do PNUD. Fui embora. A minha curiosidade investigativa não tem jeito. Fiz um ofício. A presidente, na época,

era Marília Marreco. Eu fiz um ofício para o PNUD e obtive resposta que o contrato – isso era em julho – dele havia terminado, pasmem, em fevereiro de 2000. E ele engenheiro florestal, controlador de várias empresas madeireiras, estava dentro da DICOF, sentado no SISMAD. Fui mais além. Quando eu comecei a verificar boleto bancário, fui verificar a documentação de outros planos de manejo. Num número de 100 planos de manejo, encontrei 32 planos de manejo falsos, dentre os quais, um desses planos de manejo, com documentação falsa e com ofício do cartório que eu officiei. No cartório, obtive resposta de 32 documentos que eram falsos. E um deles pertencia a esse engenheiro florestal que estava contratado pelo PNUD, para implantar o PNUD. Foi o coordenador-geral para implantar o PNUD, o SISMAD. Contratado pelo PNUD para implantar o SISMAD em todo o Brasil. Chama-se Armando Pinheiro. Tem toda uma documentação provando isso aqui, toda documentação. Ou seja, contrataram, na verdade, a raposa para tomar conta do galinheiro. Aí, quando nós fomos verificar o SISMAD – eu que conheço muito pouco de sistema de programa –, chamei um técnico de Brasília, e aí descobrimos que o SISMAD tem um defeito na origem que qualquer pessoa ingressa no sistema, faz qualquer alteração no sistema e a sua senha não fica gravada lá. Quer dizer, foi criado por esse cidadão. Aí você diz: o projeto dele é de 1990. Falso. Ele foi revalidado em 91, 92, 93, 94. Mas se fosse só ele! É um caso. Ele era ex-delegado do IBDF. Era só ele? Não. Fomos pegar outros projetos. O do Mifi Buazetti, o autor do projeto Mifi Buazetti era um engenheiro florestal que era cunhado dele, casado com a irmã que trabalhava tirando ATPF do projeto dele e de todos os outros. Havia, na verdade, um grupo de pessoas movimentando projetos falsos dentro do IBAMA e, dentre aqueles, era o engenheiro florestal Armando, contratado pelo IBAMA para fazer o SISMAD. Isso eu tenho provas. Eu não estou contando nenhum fato... eu não estou aqui elucubrando. Não. É fato. Eu tenho documentos. Fiz um relatório naquela época já denunciando o SISMAD, já dizendo da fragilidade do SISMAD, no ano de 2000. Mandeí cópia do relatório para a Presidência do IBAMA – Marília Marreco –, mandei cópia do relatório para a gerente-executiva local, mandei cópia do relatório para o Ministro. Não sei se chegou, mas mandei, emiti o relatório. Todos os documentos foram encaminhados. E peguei todos aqueles processos falsos, levei para o Ministério Público Federal, mandei instaurar os processos administrativos e requeri que se ingressasse com ação penal. Eram mais de 32 pessoas envolvidas nessa fraude, dentre as quais, aquele que foi agraciado para fazer o plano, para fazer o SISMAD. Infelizmente, foi

se tocando SISMADE de lá para cá, sem que nenhuma medida fosse tomada. Eu tenho certeza que o Dr. Casara, quando foi Presidente, desconhecia do nosso relatório. Não chegou às mãos dele. Porque se ele tivesse tomado conhecimento, com certeza absoluta, ele determinaria a modificação. Infelizmente, não houve isso. Aí, já na gestão do Dr. Casara, em 2001, já em 2001, eu sou conduzido por uma portaria do Presidente, que era o Deputado Casara, para fazer processo disciplinar, que é a minha área de atuação – do outro lado eu só sou curioso, e sou curioso até demais, às vezes descubro o que não devo –, eu sou convocado para fazer processo disciplinar do chefe do parque da chapada e do Nivaldo Bezerra, que era o ex-gerente, e vários servidores. Comecei a dar andamento no processo. Recebo um documento, uma denúncia anônima, protocolada no Ministério do Meio Ambiente em 2000, onde ela traduz uma verdadeira quadrilha trabalhando com comercialização de mogno, vendendo... na verdade, comercializando caminhões no trevo do Lagarto e dando nomes às pessoas, citando nome. Não era uma denúncia anônima, mas citava nome de servidores, citava Marisa, que era de Rondônia, citava Randolpho, que era da administração central, trabalhava com mogno, citava Marco Pólo, administração central. E naquela época – eu não sei com quem eu falei da minha procuradoria, mas tentei – busquei um amparo para que eu pudesse proceder àquela apuração. Infelizmente, naquele momento, eu não fui autorizado. *“Olha, você está com um processo muito complexo, continue no seu processo e deixe isso de lado”*. E eu não me contive, porque eu tenho a responsabilidade da Lei nº 8.112, da qual eu sou submetido a ela. O que eu fiz? Sabendo que aquela denúncia envolveu alguns servidores da administração central, me preocupava realmente remeter isso para a administração do IBAMA. Procurei comprovar alguma coisa. Busquei um plano de manejo de um cidadão chamado Coriolano. Ele tinha 2. Nesse plano de manejo, eu verifiquei que um... que não havia... haviam várias pendências, porque existia uma operação, que o Casara conhece – *“Amazônia fique legal”*. Eu ouvi aqui dizer: *“Ah, não havia operações na Amazônia”*. Muito pelo contrário, havia negociações na Amazônia. Eram grupos que iam para dentro do Estado do Mato Grosso, Deputado, para negociar. Eu falo com maior tranquilidade e abro a minha... boto aqui para que, se eles quiserem, podem me processar. Iam negociar, criavam dificuldade para obter facilidade no Estado de Mato Grosso, no Estado do Pará. Eram sempre os mesmos. Eram coordenações específicas. Quando eu cheguei no Pará e comecei a apurar os planos de manejo, no ano de 2000, um cidadão apareceu lá. Quando eu estou fazendo no

Mato Grosso e começo a apurar essa denúncia, o mesmo cidadão aparece por lá. E...

(Não identificado) – No ano de 2000?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – No ano de 2000 – no ano de 2001, no Pará.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Por favor, vamos garantir a palavra ao depoente.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Quando, em 2001, eu comecei a fazer a verificação do plano de manejo desse Coriolano, constato que havia uma pendência. E, até um determinado momento, o plano era todo irregular. O projeto... Os 2 projetos eram absolutamente irregulares do ponto de vista jurídico, pela minha análise, do ponto de vista técnico, com várias vistorias dizendo isso. E, de uma hora para outra, cai um documento de Brasília, assinado por um servidor de Brasília, que diz: *“Não há mais pendência nos projetos. Libere-se”*. Foi realizado...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O nome do servidor.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Randolpho, Randolpho. Foi preso na operação, através do relatório que nós remetemos ao Ministério Público Federal. Foi preso. Nessa última operação, estava no Estado do Paraná. Esse cidadão manda um memorando por fax dizendo que os dois projetos de manejo do Coriolano poderiam ser liberados por não haver nenhuma pendência em virtude de ter sido feito inventário 100%, mais uma patranha. Não havia inventários 100% nos dois projetos. Tirei os dois projetos do IBAMA, fiz o relatório especificando página a página e remeti para o Ministério Público Federal em 2001 – tenho isso aqui documentado. Deixei o Ministério em 2001 e tive de ir embora, porque o meu período de trabalho acabava e eu ali, no meu processo preliminar, indiquei a destituição de cargo da chefe do parque e a destituição de cargo do Nivaldo Bezerra, que era o ex-gerente, punição para os dois. Volto para a minha cidade, sem ter tido a oportunidade de ter feito um aprofundamento naquela investigação. Retorno, com a graça de Deus, depois disso, passei por outros locais, passei por Rondônia, onde nós fizemos um trabalho que resultou na prisão de 17 pessoas no mesmo dia. Um trabalho que era diuturno, eu acordava e dormia com aqueles processos. É obvio que, quando vocês vêem no jornal e na televisão, é a Polícia Federal que prende. Não é o IBAMA, a minha Procuradoria, a PGF, não tem competência para prender. É a Polícia Federal. Mas quem faz todo o procedimento é o IBAMA, é a nossa Procuradoria. E eu fiquei em Rondônia – o Casara lembra disso – em 2003, nós ficamos lá, apuramos e prendemos quatro funcionários, treze madeireiros em 2003.

Os quatro funcionários estão na rua, processo administrativo disciplinar. Vem 2004, e sou convocado para Mato Grosso. Aí, lembrei-me daquela peça velha que estava lá dentro da minha bolsa, tirei, levei de volta e fui ao Ministério Público. Busquei contato no Ministério Público Federal para saber o andamento daquilo que eu havia deixado. Para minha infelicidade, não se havia tomado nenhuma providência até o dia que cheguei lá. Tive até dificuldades de encontrar os processos, os dois procedimentos. Fui buscar, era um procurador que estava chegando lá, estava há pouco tempo, era o Dr. Mário Lúcio Avelar, consegui buscar os dois procedimentos e aí resgatei alguns documentos. Entre os documentos que eu havia entregue ao Ministério Público Federal, além da denúncia, havia um depósito e uma denúncia. Um depósito de 5 mil reais, feito em nome de uma cidadã chamada Arilda, e dizia que aquela cidadã Arilda era esposa do Randolph. Eu, na minha medida preventiva, busquei junto aos recursos humanos, lá em 2001 ainda, oficie e constatei que Arilda era a mulher do Randolph, Arilda Zachow, a mesma Arilda que tinha no nome do depósito do depósito. Feito por quem? Feito por Osmar Queiroz, o madeireiro que se beneficiou lá dentro do projeto do Coriolano, comprando todo o mogno graças à autorização que o Randolph jogou dentro dos dois projetos. E hoje, essa situação toda, graças à atuação nossa compartilhada com o Ministério Público Federal, juntando essas provas, Randolph foi preso nessa operação. Mas o Randolph não era um caso isolado. Eu fiquei 10 meses dentro do IBAMA com uma equipe de quatro ou cinco pessoas, no máximo, e fizemos uma apuração que se estendeu. Fomos a Santarém, fomos lá buscar a prova em Santarém para fazer o vínculo, a conexão Santarém, Mato Grosso. Vamos até ao Pará, a Rondônia. Vamos fazer Rondônia, conexão Porto Velho e a Ariquemes, Mato Grosso. E trouxemos toda essa prova, coligimos essa prova, mas não é uma prova em que a gente traz e manda a ATPF calçada: *“Olha, é o fulano de tal interno e é o fulano de tal externo”*. Nós desenhamos as quadrilhas, nós criamos as ligações, nós não fizemos apenas ilações. Nós juntamos documentações que vinculavam um quadro nocivo interno, deteriorado ao longo dos últimos 10 anos ou 15 anos de IBAMA, e um quadro externo que se aproveitava da máquina, infelizmente, enferma pela mão-de-obra e enferma pelos sistemas. Os sistemas são precários. O SISMAAD é precaríssimo, não atende às nossas necessidades, vem lá daquela administração que o colocou para isso. E, ao longo de 10 meses, obtivemos primeiro a autorização do meu Procurador-Geral que está ali. No primeiro contato que eu fiz com ele, eu falei: *“Eu preciso de uma autorização para trabalhar, para fazer uma in-*

vestigação que, com certeza, vai ser prolongada, vai ser demorada, e eu quero o seu aquiescimento”. No dia seguinte, eu recebia por fax a Ordem de Serviço nº 10. Ela foi em agosto. Em agosto eu recebo a Ordem de Serviço, no dia 9 de agosto eu tive o primeiro relatório. Eu já tinha o primeiro relatório com nome de Marcos Pontes Xavier, Elvis Cleber, esse é o lado externo da quadrilha, Edmilson, Cedrus, que era o escritório de contabilidade, e mais o grupo interno. Mas, isso eu não fiz sozinho, eu não sou nenhum herói. O tempo todo – a gente tem que deixar isso bem claro – teve uma parceria, teve uma ação até apoiada com a minha Procuradoria, mas também com a Procuradoria Federal. Eu não posso deixar de fora o engajamento do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. O tempo todo nós obtivemos esse suporte, isso eu não vou abrir mão de colocar aonde eu estiver. E o Ministério Público dava continuidade ao trabalho, nós éramos um alimentador do Ministério Público e da Polícia Federal. Não há uma prisão, uma, a não ser a mais vinculada que é do diretor nosso, que essa eu não tive acesso a documentação, foi uma apuração do Ministério, mas 99% das prisões saíram desta documentação que está aqui. Todas, com auxílio talvez de um trabalho em que o Ministério, a Polícia Federal contactava: *“Elielson, precisamos localizar o processo tal”*. Lá minha equipe, se deslocava, vamos buscar e relatávamos o fato. Tivemos relatório de 192 páginas, relatório de 160 páginas. Isso era feito de uma forma muito precária, mas com muita boa vontade de todo o grupo. Nos unimos. Agora, logo depois da ordem de serviço de Sebastião eu me preocupei e pedi: *“Sebastião, a magnitude do problema tem que haver a participação contundente de toda a administração.”* E junto – Sebastião vai lembrar disso – com o Dr. Mário Lúcio, eu e o Mário Lúcio, Sebastião e o meu Presidente, nos reunimos na sede do IBAMA. Foi quando saiu a portaria que instituiu o GTE, que foi no dia 13 de agosto... 13 de setembro de 2004. E fomos renovando esse GTE, e, paralelo a isso, para que não levantássemos nenhuma suspeita sobre o trabalho que eu realizava tive até que procrastinar o processo disciplinar que eu vinha fazendo contra os servidores, torná-lo um pouquinho mais lento. Mas isso não evitaria que eles fossem demitidos e os quatro foram demitidos, como o Presidente falou aqui agora naquela exposição. Demitimos três funcionários de carreira do IBAMA e demitimos um procurador-geral colega meu. Não sinto isso cortar nada na carne, eu sinto isso uma operação de catarse, de limpeza, de higienização, que todo órgão deve fazer, IBAMA, Previdência Social, têm que trabalhar em parceria. Se não tiver uma pessoa dentro cooperando com a Polícia Federal, um procurador, um

administrativo, o serviço da Polícia Federal não se alimenta sozinho, não transcorre sozinho. Para vocês terem uma idéia – o Casara sabe bem do que eu vou falar –, a ATPF calçada... tem a ATPF calçada sendo... com um inquérito na Polícia Federal de 10 anos, e a Polícia Federal no final vai punir um pobre de um laranja que não tem nada com a história. Os verdadeiros autores, que são os quadrilheiros, quando a ação é descoberta, eles jogam aquilo para o lado e deixam... continuam, fazem novas empresas. A coisa era tão descarada, tão clara para a gente, tão nítida quando cheguei lá, que tinha empresa que sequer tinha CNPJ verdadeiro. O CNPJ era falso, se fazia a consulta e não existia o CNPJ, não estava cadastrado. Sobre a empresa fantasma que o meu Presidente falou foram 431, mas vamos chegar a mil. Chega-se facilmente a mil empresas fantasmas dentro do Estado de Mato Grosso, que só serviam para vender papel. E ouvimos hoje o discurso do lado político que a gente entende, do madeireiro. É um discurso que vamos ter um problema social? Vão. Vamos ter um problema social, mas não, Deputada, pode ter certeza, pelos argumentos que eles expendem. Não é por isso, não. Eles vão ter uma dificuldade primeira, imediata, porque aquela madeira que eles acobertavam com essa ATPF das empresas fantasmas e que eles contratavam mão-de-obra para trabalhar com o ilícito, ela vai deixar de existir. Então, ele vai ter que desempregar quem trabalhava com madeira ilegal. Isso, infelizmente, vai ter desemprego para aqueles que trabalhavam com a madeira ilegal, que eram acobertados... Olha, a maioria das empresas do Estado de Mato Grosso, as grandes, usavam as empresas fantasmas para gerar crédito para elas. Então, não era um caso só do IBAMA, e o Presidente foi sensível quando estivemos lá e imediatamente falou: *“Elieison, não poupe ninguém”*. Não tive uma limitação, nenhuma limitação por parte do Presidente, por parte depois da Ministra do Meio Ambiente, que tomou conhecimento do fato e deu todo o suporte para que continuássemos naquele trabalho. O resultado, o Presidente pode colocar aqui se eu passava para ele alguma informação de ordem sigilosa para o Sebastião. Eu mantinha aquilo compartimentado, sabe por quê? Porque se vaza uma informação daquela a responsabilidade é minha, recai sobre mim. Eu conhecia todo o acesso. Eu só dizia para o meu Presidente, falava: *“Confia no nosso trabalho, nós vamos chegar aonde chegamos”*. Então, é uma coisa que tem que ficar bem clara porque a mídia explorou muito um lado só. Eu achei a televisão... e o tempo todo fala assim: Polícia Federal prendeu 104 pessoas, Ministério Público fez isso. Não. Foi uma ação das três instituições, mas as duas lá isoladas, sem a alimentação nossa, iriam mor-

rer à míngua, iriam morrer à míngua, iam continuar lá fazendo processo contra os pobres e infelizes laranjas. Alguns até felizes, que receberam 100, 200 reais para dar o nome. Eu conto até casos. É tão grave, essas quadrilhas eram tão organizadas que elas colocavam propagandas na Internet para cooptar documentação, chamando pessoas para trabalhar através de uma empresa de São Paulo, de Belém, desculpe, e as pessoas forneciam seus dados. Depois, elas escolhiam dez, pediam para mandar a documentação. O pessoal mandava a cópia da documentação, tornaram-se sócios de empresas fantasmas. Era dessa maneira que eles agiam. Era uma organização criminosa. Acabou? Eu digo para o meu Presidente: *“Presidente, não acabou. Nós estamos apenas começando.”* E se o IBAMA começar a trabalhar dessa maneira, continuar dessa maneira, sem mudar o sistema, também não dá. Sem mudar o SISPAD, sem mudar o controle de ATPF. O controle de ATPF por radar – e o Presidente sabe que uma vez eu levei uma sugestão e permaneço com a minha sugestão –, se eu tenho minha conta bancária e eu controlo no sistema, é débito e crédito, débito e crédito, transfere essa responsabilidade para o madeireiro. Tira essa relação servidor. Vamos tirar essa relação do servidor com o madeireiro. O madeireiro tem que ter uma senha e ele cadastra lá, vai do plano de manejo que ele obtém lá o saldo dele e ele lança e o SISPROF tem que estar integrado a isso. Se o sistema não se falar, é como se eu estivesse aqui falando sozinho e ouvindo vocês não estivessem. Se os sistemas não se comunicarem vai continuar a mesma coisa. Nós temos o SISPROF, que é o plano de manejo. Então, temos um sistema que tem que se vincular a ela para quando o madeireiro entrasse lá fosse... acendia uma luz vermelha. *“O que ele está dizendo lá daquela autorização é verdadeiro? É.”* Já debita automaticamente. Óbvio que é um trabalho de programação muito complexo. É, mas um técnico de qualidade faz isso em período bem curto de 6 meses, 5 meses, 3 meses. Da forma que está é que não pode ficar. A gente sabe da contenção, da dificuldade, do contingenciamento de orçamento, mas, infelizmente, o IBAMA vem sendo privilegiado pela corrupção há 10 anos. Agora que estamos agindo. Agora que nós estamos agindo. A Sara tentou, o outro tentou, agora falta o quê? Falta uma ação que você fique lá para apurar irregularidade específica. E olha, ficar dentro do IBAMA, do Estado de Mato Grosso – a Deputada conhece –, numa sala, com aqueles funcionários cotidianos. O meu cotidiano era encontrar com os corruptos no corredor todos os dias, com as pessoas, que eu tinha prova aqui. O Deputado... Alguém aqui perguntou sobre solicitar algum laudo falso. Jorge Cury,

Reginaldo Juliano, tudo laudo falso. Marco Antoniacci. Tem mais de 30 que fizeram laudo falso. Eles faziam um técnica que chegava até ser engraçada. Iam no local para vistoriar uma empresa fantasma. Fotografavam madeiras, ilustravam em fotos, traziam laudos ilustrados com fotos e juntavam na pasta. E você vai verificar, e chama a atenção, tem foto. Você vai no local e não tem nada; é um campo aberto. O Presidente disse que viu um chiqueiro, mas é um chiqueiro que tinha um porco dentro. Um baita de um porco. Eu tenho a foto. Em outro local, uma madeireira lá em SINOP, que não existia há mais de 20 anos, tinha virado uma casinha de cachorro. Uma outra que há mais de 30 anos funcionava em cima de um caminhão, só tinha a placa. Então, para vocês terem idéia do número de crimes cometidos em Mato Grosso. Mas, o Mato Grosso está vinculado a Rondônia; o Mato Grosso está vinculado ao Pará. E se nós tivéssemos um pouquinho mais de gás para respirar, mas não tinha mais mesmo, o tempo começa a estressar, a Polícia Federal também olha o contingente de pessoas que foram utilizadas nessa operação. Se fosse uma operação que envolvesse todo o Estado do Pará, nós não teríamos talvez como prender todo mundo, juntos. E a organização, fica muito claro a parceria do IBAMA com a Polícia Federal e o Ministério Público. Quando ocorreram as prisões no dia dos fatos os escritórios já sabiam, por exemplo: Ponte de Lacerda, quatro seriam presos, ficaria um servidor; Cáceres, quatro seriam presos, ficaria ninguém; Juara, quatro seriam presos, não ficariam ninguém, não ficaria ninguém – desculpe-me – e outros locais. Aí, nós tínhamos a preocupação de ocupar esses postos. Aripuanã, cinco presos. Ficaria lá o Edinaldo e o Tadeu. Aí eu me preocupei, o que eu fiz? Liguei para o Presidente. Falei: “*Presidente, nós temos que montar uma estratégia de ocupação.*” Vinte dias antes, nós tínhamos apresentado uma listagem. Criamos a listagem com servidores. Levamos 31 servidores de fora, para no dia 31, eles participarem com a Polícia Federal na operação. E pegamos os servidores da casa, que eu já tinha confiança, que eram os analistas novos, e eu peguei a chave de cada carro e falei assim – solicitei ao gerente que era o Hugo Werle, um dia antes – “*Eu quero seis carros, porque eu preciso fazer a operação desmatamento, mas eu preciso de seis carros.* Peguei os seis carros e falei: “*Você vai para uma operação.* Saiu dois dias antes. “*Seis horas da manhã do dia 2 você me liga que você vai saber qual a fazenda que você vai entrar. Você vai para Juara. Você vai para não sei o quê.*” No dia da operação, meu telefone às 6 horas da manhã tocava, eu falei: “*Olha, vai para dentro do escritório, você, hoje é o interventor lá.*” E ocupamos os escritórios para não perder docu-

mentos que seriam provas. Nós já tínhamos passado por esses escritórios, já tínhamos feito levantamentos, mas as coisas se reproduziam de tal forma que eu passei para o escritório em setembro, tirei todas as pastas. De novembro a fevereiro, eles criaram 17 empresas fantasmas. Foi em Juara. Para vocês terem a idéia do mecanismo que eles possuíam, tinham um escritório de contabilidade, tinham os funcionários, e tinha mais ainda as repositoras florestais. Eu ouvi aqui falar do processo da Diagem e da politização dessa coisa toda, de querer politizar um ato que não é político. As perguntas não é que o Deputado quisesse criar o fato político. Não quer. Mas, a *Veja* criou um fato político. A *Veja* criou um fato político de uma ação policial do IBAMA e do Ministério Público Federal. E quando eu vejo isso, a gente, o Casara, por exemplo, o Dr. Rosinha, a senhora... Nós poderemos um dia indicar alguém. Eu sou contra, quero deixar bem claro, sou visceralmente contra pessoas ocuparem cargos públicos em órgãos públicos que não sejam aquela da carreira. Minha posição é essa. Eu sou bem claro quanto a isso. Eu sou bem claro, não mudo de posição. Falo para o Presidente, falo para qualquer um, não é por que eu tenha nada contra quem é de fora, é que eu tenho tudo a favor contra quem é da carreira. A Polícia Federal está demonstrando isso e o IBAMA tem que aprender a fazer essa lição, depois o INSS, depois todos outros órgãos, porque o político está para ajudar, para levar orçamento, para brigar por aquilo e não para indicar a pessoa para lá. Vejam só, levamos o Hugo Werle, excelente currículo, conduta ilibadíssima. A cidade toda, sequer quando o Hugo foi preso, acreditava, Presidente, que ele tivesse participação nisso. Quando ele foi preso, a cidade negava. “*Como que pode um professor universitário preso por isso?*” Aí nos fomos, já tinha uma documentação, tinha uma situação outra de prova, que é da Polícia Federal, tinha a parte documental nossa de prova, que ele concedeu 51 mil metros cúbicos de madeira para fomento por uma empresa chamada São Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Peço para concluir, já com 30 minutos.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Desculpe-me é a emoção. Quanto a São Pedro – vou concluir –, quanto a São Pedro... E esta empresa, queria só falar da Diagem, alvo da *Veja*, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O.k., pois, não.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – E a Diagem, a área de reserva legal da Diagem é de 20% averbado. O técnico foi lá e disse: “*Não se pode conceder por isso, por isso, por isso e por isso.*” Mesmo assim ele concedeu. E havia uma situação outra de

prova, juntando a isso. Sobre a Diagem, Diagem é uma mineradora que tinha sido autuada pelo IBAMA. Ela explora uma área lá em Juína, Juína e Aripuanã. Foi embargada, maquinário todo apreendido. Multa original, em 2003: 30 mil reais. Parecer jurídico local: contrário à liberação do maquinário pela manutenção do auto. Parecer técnico local: contrário pela manutenção do auto. Hugo pega o processo, sobe com o processo e procura o Sebastião Azevedo. O Sebastião Azevedo manda para uma área técnica que diz: “*Mantenha-se o auto porque houve degradação.*” Volta para o Sebastião e o Sebastião homologa o parecer da nossa procuradora, homologa o parecer. Ou seja, lá no parecer da procuradora diz assim: “*Fica acondicionamento o ajustamento de conduta a ouvir o Ministério Público Federal*”. A partir que homologou isso tem que ouvir o Ministério Público Federal. Voltou o processo. Ontem – isto é até interessante – eu estava fazendo esse processo e constato: a multa de 30 mil... Eles fizeram um PRAD, adequaram essa multa de 30 mil, com valor original, para 3 mil reais, que seriam 90% do valor da multa. Eles deixaram de pagar 27 mil, pagaram 3 mil, e liberaram o maquinário, porque o que interessava a eles era liberar todo aquele maquinário. Tinha maquinário de valor altíssimo. Primeira irregularidade: o art. 60, do 3.179, que é o decreto, não permite a liberação, mas fala: “*Suspende-se o auto...*” “*Suspende-se o auto de infração*”. Lá, no § 3º do mesmo art. 60, ele fala que, quando estiver concluído o projeto de degradação, da área degradada, aí, sim, você faz essa conversão no valor monetariamente corrigido. Por que não se fez no valor monetariamente corrigido? Para poder fugir da alçada do Presidente, porque, se corrige o valor, ele iria para mais de 50 mil. Acima de 50 mil, mesmo que o Hugo decidisse, teria que o Presidente, depois, fazer a apreciação. Eles fizeram o auto com valor original, com a conivência do servidor do setor de arrecadação, e devolveram o maquinário. Era só isso que eu queria colocar. E a Diagem contribuiu, mesmo, com 30 mil, para a campanha do PT. Mas, não porque o PT tem conivência, não porque o PT tem participação. Hugo, aquele cidadão que recebeu aquela outorga, aquela outorga do partido, como tem o depositário infiel, ele foi um infiel partidário. O Hugo foi infiel partidário, e dos maiores, porque ele queria posição dentro do partido e começou a caçar ajuda para o partido. Tanto que, do bolso dele, ele deu 5 mil reais; o substituto dele, que ganhava 800 reais no IBAMA, deu 5 mil reais. Só isso já chamava atenção. Isso, doação oficial. Então, quando a *Veja* colocou aquela (*ininteligível*), me causou realmente espécie que uma revista – que hoje foi chamada de *revistinha* –, que uma revista do naipe da *Veja* pudesse fazer isso, num trabalho sério, correto

do IBAMA. Eu agradeço aos Srs. Deputados; agradeço ao meu Presidente, pelo suporte que me deu; e ao meu procurador-geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Muito obrigado, Dr. Elielson. Esta Presidência o agradece e o parabeniza pelo importante trabalho, evidentemente com toda a participação do Presidente do IBAMA, da Procuradoria do IBAMA.

Nós gostaríamos, também, depois de ouvida a assessoria, de verificar a documentação que foi entregue a esta Comissão.

Apenas para esclarecimento, queremos aqui parabenizar, mais uma vez, o Presidente Marcus Barros, porque a operação de fiscalização... eu quero aqui fazer um depoimento, porque me recordo bem... ainda, Deputado Dr. Rosinha, dias antes de o Presidente Marcus Barros assumir o IBAMA – nós conversamos, pelo menos, por 1 hora, 1 hora e pouco, não é, Presidente Marcus Barros —... exatamente para que pudessem ter conseqüências alguns trabalhos que vinham sendo realizados. Lembro-me... fico satisfeito com esse prosseguimento do trabalho da Procuradoria, com todo o respaldo do Marcus Barros e da Ministra Marina Silva, que foi, na realidade, a Operação Mogno, uma das maiores operações, também, que se proibiu o corte e a comercialização do mogno. Realmente, o Dr. Elielson revela aqui um fato: que pessoas envolvidas com a Operação Mogno, daquela época, foram efetivamente agora flagradas, e, na realidade, esse ramo da exploração ilegal se deu do Estado do Pará a outros Estados, chegando até a região de Paranaguá, que é um dos portos, juntamente com os portos de Belém.

Então, mais uma vez, quero parabenizar a ação. Parabéns ao Procurador Elielson.

Concedo a palavra à Relatora, Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de parabenizar o Dr. Elielson, não só pela sua exposição, mas pelo trabalho que realizou lá no Estado de Mato Grosso. Acho que lá havia sempre uma desconfiança de que alguma coisa estava acontecendo, mas não se sabia o que acontecia.

Eu vou fazer, agora, as perguntas, que são do nosso Relator, Deputado Sarney Filho: até agora, quantos servidores do IBAMA estão envolvidos nos casos de corrupção ligados a operação Curupira? Quantos já foram presos ou prestaram depoimentos e quantos continuam foragidos? Contra quantos suspeitos já há provas concretas de corrupção?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS – Olha, o total... Houve um acréscimo, fomos acrescentando ao longo aí, mas em torno de 47 a 49 funcioná-

rios. Foram decretadas as suas prisões. Contra todos eles... contra todos eles têm provas de laudos falsos, pagamento de boletos, foi a chamada advocacia administrativa falada pelo Presidente e, ontem, faltava um servidor ser preso, onde se apresentou José Carlos Mendes, que era um servidor que estava foragido; era um servidor que já vinha com problema desde Tocantins, estava sendo processado disciplinarmente em Tocantins. Foi para Mato Grosso e criou uma nova vida de corrupção. Ele se apresentou ontem. Foi preso e deve ser decretada a prisão preventiva dele. Ele já estava com a prisão preventiva decretada. Ele não vai sair.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Foragidos. Aqui o Deputado pergunta: quantos continuam foragidos?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Foragido do IBAMA só tinha esse cidadão.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Mas sem ser do IBAMA.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Do IBAMA nós ainda temos umas dez pessoas foragidas.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E contra quantos...

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Deixa eu só esclarecer uma coisa aqui. Desculpa, às vezes eu sou...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Pois não.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– A operação, como o Presidente falou, ela teve toda uma organização. Não se faz uma operação para se prender inicialmente 89 pessoas sem se organizar. A Polícia Federal fez todo um esquema de organização para prender 87 pessoas. Só que a ação do Ministério Público Federal contemplou outras pessoas que estavam no meu relatório e que não seriam presas. Seriam processadas criminalmente, mas não seriam presas. O delegado entendia que não carecia de prisão. Das 89 pessoas primeiras, das primeiras representações, a operação foi extremamente feliz. Prendeu-se, no dia, 82 pessoas. Só deixaram de ser presas sete pessoas. Dá quase 90% no percentual, mas um percentual altíssimo. E dos outros, quase todos foram presos posteriormente. Então, faltam aí umas dez pessoas a serem presas.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– E ele ainda pergunta: contra quantos suspeitos já há provas concretas de corrupção?

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Contra todos.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Contra todos.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Exceto a prova que a gente está vivenciando. Tem o problema do Diretor do IBAMA que não foi uma prova conduzida por mim, que é o Hummel, foi uma prova conduzida pelo Ministério Público em cima de um trabalho feito por duas pessoas que resultou na prisão. E lembro de um fato aqui interessante: no dia da prisão eu dei uma declaração numa emissora de televisão. Logo após, o juiz, Dr. Julier, prestou declaração ao vivo também, ele no estúdio, eu estava em frente à Polícia Federal. Ele falou o seguinte, naquele momento, ele falou: *“Olha, nós estamos prendendo algumas pessoas porque há indício de que elas tenham cometido alguma ilicitude. Mas até esse momento, para mim, elas são honestas.”* A prisão se dá para que não se perca prova. Porque a pessoa pode ter acesso a alguma prova e destruí-la. Então, essa prisão é cautelar. É aquela prisão provisória e poderão ser liberados imediatamente. Tanto é que vários foram liberados e outros foi decretado a preventiva.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – No curso da apuração dos casos de corrupção ligados a operação curupira, é certo que outras irregularidades e até fraudes podem ser descobertas. No que tange especificamente a extração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria, V.Sa. poderia declarar algumas delas a esta CPI ou todas estão cobertas pelo manto do sigilo? E se V.Sa. assim o desejar, poderá fazê-lo em caráter reservado.

O SR. MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

– Não, eu posso fazer até uma, porque, repito, eu acho que eu nasci com o dom de curioso. Eu acabei encontrando lá atestado administrativo da FUNAI falso dentro de plano de manejo. Então, o que que eu fiz? Quando você encontra um é igual banana. Tem bananinha lá no cacho, o cacho está cheio. E aí nós fomos verificar. Já encontramos dez planos de manejo com atestado da FUNAI falso. Não é a FUNAI que está envolvida. Nós já sabemos até quem é a pessoa que está vendendo, comercializando esse atestado da FUNAI. É um fato que vai acontecer, não vai demorar muito, e uma outra situação – para o Presidente saber aqui –, nós estávamos trabalhando para dar dinheiro à Polícia Civil, à polícia ambiental do Estado do Mato Grosso, porque apreendíamos os caminhões e a Polícia Ambiental, logo depois do trevo de Lagarto, ficava como fiel depositário. E era igual o Hugo, o infiel. Logo depois, o delegado, os detetives liberavam os caminhões, liberavam a madeira. Quer dizer, uma madeira que não era autuação deles, mas autuação do IBAMA, eles estavam como fiel depositário. Já mandei levantar todos esses cami-

nhões que foram liberados. Aí, vai ser mais uma ação junto com o Ministério Público Federal. Não abro mão disso. Estou com um problema sério na mão, que é a intervenção, que eu não chamo de intervenção – intervenção é uma palavra muito forte –, é organização. Mas, paralelo a isso, estou mapeando outras fraudes. Quando eu sair de lá, saio com essas fraudes prontinhas e entrego ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal, com ações contundentes.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Após a divulgação do exorbitante aumento dos desmatamentos no Estado do Mato Grosso no último ano, o Governador daquela Unidade da Federação e a direção do IBAMA acusaram-se mutuamente pela responsabilidade acerca do fato. Pelo que V.Sa. pôde apurar até o momento, há um único responsável por esse aumento, ou há a conjugação de uma série de fatores? Que atitudes V.Sa. entende que deveriam ser adotadas para que o desmatamento seja significativamente reduzido no próximo ano?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Olha, eu sou até mais xiita nessa situação de desmatamento. Primeiro, que a fragilidade dos órgãos permitiu acontecer isso, a debilidade, lá no Estado. Por quê? Tínhamos um órgão doente, um órgão que o Presidente achava que fiscalizava, o chefe da fiscalização achava que fiscalizava, e eles fingiam que fiscalizavam. Havia o órgão estadual numa situação idêntica de indiferença ao problema ambiental. E tivemos esse tiroteio, eu assisti pela televisão, pelo jornal escrito, um acusando o outro. Mas essas acusações são interessantes, elas são atuais, porque, em 2004, o Hugo fez um memorando mandando absorver todos os desmatamentos ilegais pelo IBAMA. Muito interessante – é outra coisa que já está dentro desse meu novo relatório é esse documento do Hugo mandando, determinando que aquele desmatamento em área de transição, com 50% só averbado, fosse ele absorvido. Os técnicos ficaram arrepiados. Os meninos, analistas ambientais novos, esses que mandam denúncia toda hora, que merecem uma colocação diferenciada dentro do órgão, fizeram... realizaram um documento imediatamente e todos assinaram, fato inédito. Mesmo assim, o ato do gerente prevaleceu. Mais ainda, o setor jurídico já tinha se manifestado contrário a que aquilo ocorresse. Bruno Faro, que é procurador colega nosso. E, mesmo assim, aquilo foi absorvido. Então, naquele momento, o Estado e o Governo Federal namoravam. Não sei quando houve a dissolução. Em algum momento, um interesse qualquer foi contrariado. Então, os órgãos falharam não porque os órgãos não se prestavam corretamente. As pessoas que estavam nos órgãos é que não cumpriram seus deveres. Agora, a minha solução mais forte – eu coloquei aqui e

vou entregar aos senhores, já entreguei ao Presidente num histórico –, sou favorável a uma moratória de pelo menos 6 meses nas autorizações de desmatamento no Estado de Mato Grosso. Pelo menos 6 meses. Como o Presidente falou para mim, e falou aqui, que não tem necessidade de se desmatar mais nada, porque quem quer trabalhar com soja, com agronegócio, planta lá onde já está desmatado. Aquele sujeito que quer desmatar para qualquer outra coisa vai para aquela área que já está desmatada. Para que desmatar mais? Então, pelo menos 6 meses, Presidente, ratifico aqui, coloco à sua apreciação. Pelo menos 6 meses, que sentássemos com a FEMA – agora é SEMA – e impedíssemos o desmatamento. Não estarei mais lá, não vou opinar sobre esse assunto, mas gostaria de assistir pela televisão decretada a moratória no Estado de Mato Grosso por 6 meses.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Vou fazer agora, Dr. Elielson, as perguntas do nosso Presidente Mendes Thame. O Estado de Mato Grosso sozinho é responsável por metade de toda a devastação na floresta amazônica entre 2003 e 2004, tendo a soja como uma das principais culturas indutoras desse desmatamento. Até o Governador Blairo Maggi e seu assessor direto, Moacir Pires, são apontados pelo Ministério Público como elos desse assalto contra nossa biodiversidade. Como interventor, o senhor já tem condições de ratificar essas denúncias do Ministério Público, ou o Governador Maggi é inocente dessas acusações?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Vou falar para a senhora que do Governador eu não sei, mas posso falar da Amaggi, que é uma empresa do Governador. Dentro desse relatório que eu estou aumentando cada vez mais está a Amaggi. A Amaggi adquiriu uma autorização de desmate num determinado local. O nosso técnico foi lá e verificou que, daquela autorização de desmate, não foi tirada uma lenha, uma lenha. Tem um relatório, de lá não foi tirada uma lenha. Só que a Amaggi deu entrada no IBAMA e jogou lá no sistema a madeira relativa àquela autorização de desmate. Ou seja, ela retirou aquela madeira de alguma área ilegal, ou de reserva indígena, ou de área de conservação. Lá de onde ela disse que comprou, não tirou um pedacinho de lenha. Então, tem a Amaggi. Se está vinculando o Governador ou não, não sei. A empresa é dele.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Um diálogo interceptado pela Polícia Federal às vésperas do segundo turno das eleições do ano passado revela que a secretária do gerente do IBAMA em Cuiabá, Sra. Ivana, propõe ao madeireiro Elvis Cleber Portela, preso na Operação Curupira, que ele compre

ingressos de um jantar de apoio à candidatura do pe-tista Alexandre Luís César à Prefeitura de Cuiabá, com a presença do Ministro José Dirceu. O senhor confirma que o PT usou o IBAMA do Mato Grosso para arrecadar fundos para seus candidatos?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Claro que não. Eu acho que o Hugo Werle usou o IBAMA para ter um posicionamento melhor dentro do PT, para ter um posicionamento melhor dentro da campanha do Alexandre César. Disso eu tenho certeza absoluta. Ele quis se posicionar, ter uma condição de *“eu estou trazendo recursos para a campanha”*. Levou 30 mil da Diagem, pegou 5 mil dele, levou 5 mil do outro. Esse diálogo, interceptação telefônica, como não se viola o que já está violado, isso estava no jornal, se não tivesse colocado... A Dona Ivana, no dia que cheguei, dia 2, no dia da intervenção, ela foi a primeira pessoa a quem falei: *“Minha senhora,”* – ela é uma terceirizada – *“a senhora por favor procure a empresa onde a senhora trabalha, a senhora vai receber aviso prévio”*. A outra que trabalha com ela, fiz a mesma coisa, porque sabíamos disso tudo, tínhamos conhecimento de todas essa irregularidade. Só que em momento nenhum a gente associava isso ao partido. Associava a uma pessoa que recebeu um poder dentro de um órgão. Eu conto essa história para todo mundo. Quando ele chegou ao IBAMA, ele não viu o verde, ele viu o azul, como se fosse um grande mar. Mergulhou. Só que, quando ele tentou sair, era um grande pântano. A corrupção era o pântano em que ele mergulhou. E ele foi cooptado por ela. Talvez não cooptaram a senhora nem o Casara, nem o Presidente do IBAMA, nem a mim nem outros que estão aqui pelo bom caráter. Mas ele teve um caráter flexível para a corrupção, ele foi levado para ela. Não tem partido envolvido nisso, tem pessoas que não foram honestas, não foram corretas, não agiram dentro dos princípios da administração pública, que é a impessoalidade, que é a honestidade e a moralidade.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – A PF descobriu a existência de mais de 450 madeireiras fantasmas – o senhor acha até que pode chegar a mil – criadas exclusivamente para ampliar o corte de árvores. Elas existiam somente no papel, e sua legalização era atestada por funcionários do IBAMA, que recebiam de 3 mil a 5 mil reais para cada uma. O senhor já deu baixa no cadastro dessas empresas fantasmas? Quanto de madeira foi cortada irregularmente por meio desse artifício?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Primeiro, vamos por etapa. Primeiro, vamos fazer uma retificação. A Polícia Federal não descobriu nada de empresa fantasma. Quem descobriu empresa fantas-

ma foi minha equipe e eu. Ponto, acabou. Eu já tinha ouvido isso antes, não fiz a correção porque não era o momento. A Polícia Federal não descobriu nada. Todos os laudos de empresa fantasma foram feitos pela minha equipe. A Polícia Federal recebeu, o Ministério Público recebeu. Esse é o primeiro ponto. Segundo, todas essas empresas... Temos uma equipe agora trabalhando para fazer o estorno também de quem comprou. Quem se favoreceu vai ter uma punição lá também. Quem se favoreceu lá no Estado de Rondônia vai pagar uma conta, porque comprou papel. Quem se favoreceu no Estado do Pará vai pagar uma conta, porque comprou papel. Isso também no Estado do Mato Grosso. E, além disso, estamos tirando todas elas do sistema imediatamente. E, além do mais, no primeiro dia em que fui a SINOP, para V.Exa. ter uma idéia, olhei o sistema deles de SINOP, o SISMAD. O sistema é horrível, e a organização, pior ainda. Aí, descobri que empresas que estavam cadastradas não prestavam contas desde 2001 e continuavam tendo a ATPF. Eu, num ato só, tirei 600 empresas do sistema e pedi que, se elas aparecessem para se recadastrar que elas fossem todas elas verificadas as existências. Dessas 600, só 10 apareceram para ser vistoriadas. Essas não estão nem dentro daquela lista de fantasmas, daquelas 431, que vão chegar a mil. Para V.Exa. ter uma idéia do tamanho do problema, num primeiro momento tirei 600 lá dentro de SINOP. A operação foi exitosa em todos os campos. Exitosa pela competência de um delegado da Polícia Federal, do superintendente da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, do IBAMA, sem... Os três, sozinhos, não fariam nada! Se a administração pública não tivesse me dado condições de trabalhar, não aconteceria nada! Então, temos que aplaudir a administração pública, que ofereceu condições de trabalho. É esse o ponto.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Certo. É atribuído ao ex-candidato à Presidência dos Estados Unidos Al Gore, a seguinte frase, abre aspas: *“Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”*, fecha aspas. O ex-Presidente da antiga União Soviética Mikhail Gorbachev, sobre esse assunto, assim se referiu, aspas: *“O Brasil deveria delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”*, fecha aspas. Já o ex-Presidente da França François Mitterrand afirmou que *“o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”*. A ex-Premier britânica Margaret Thatcher foi mais objetiva: *“Os países subdesenvolvidos que não conseguem pagar suas dívidas externas deveriam vender suas riquezas e seus territórios”*. O senhor não acha que essa avalanche de irregularidades cometidas dentro do IBAMA

está contribuindo para que aumentem as pressões internacionais para uma administração compartilhada da Amazônia?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Bush ataca o Iraque, destrói um país, invade o Afeganistão, mata milhares de pessoas, acabou com o Japão, e nós nunca pensamos em pegar uma área dos Estados Unidos para a gente, nem parque.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – (*Intervenção inaudível.*) Nem deserto.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Nem pensamos em tirar a soberania de ninguém. Quer dizer, quando é com um país pobre, com pobre pode tudo. É igual aqui no Brasil, o rico tem um espaço, o pobre tem um espaço limitado. Quer dizer, os países ricos, a soberania deles é intocável. Ontem, soube de uma menina que chegou aos Estados Unidos e foi presa porque estava sem documentação. E eles querem tirar a única coisa que temos, que é a nossa soberania. Eu acho que soberania, vamos ter defensores árdusos e competentes, que são vocês, Deputados, e não vamos abrir mão dela, não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente... O Deputado Casara vai fazer alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Não. Sr. Presidente, apenas mais uma vez parabenizar a ação e pedir cada vez mais esse empenho, desde já, do Presidente do IBAMA, de toda a sua Procuradoria e todo o corpo que trabalhou junto com a Polícia Federal e o Ministério Público. Dizer da necessidade para que a gente possa fortalecer cada vez mais as instituições. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Deputada Thelma.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Apurados os resultados da Operação Curupira, quer dizer, em parte, e analisados todos os processos das diversas pessoas envolvidas, V.Sa. poderia dizer a esta CPI qual foi o total desmatado, a quantia de madeira extraída e o lucro acumulado pela suposta quadrilha?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – O citado aqui, de 890 milhões e 43 mil hectares, são dados nossos, fomos nós quem fizemos aqueles cálculos. Cálculos com suporte em laudo técnico de Marcelo Guena, funcionário do IBAMA, laudo feito pelo Yugo Marcelo Miyakawa, nome até difícil, funcionário nosso. Aqueles dados que saíram na *Veja*, aqueles dados que foram ditos hoje aqui como da Polícia Federal, esses dados são nossos. Mas, de qualquer maneira, esses dados são ínfimos. É uma parcela pequeníssima do tamanho do ganho que eles tiveram e do tamanho do dano ambiental. Só vamos conseguir fazer esse cálculo

o real ao longo, talvez, desses 2 meses, como temos uma equipe sentada sobre essa documentação. Para V.Exa. ter uma idéia, Santarém, num período curto de 3 dias, só com ATPF falsa, um funcionário meu pegou em volumetria 100 mil metros cúbicos, com empresas fantasmas de Mato Grosso vendendo para Santarém – no período de 3 dias, ele levantando papel trouxe –, 100 mil metros cúbicos. Isso tudo está sendo processado e vai ser jogado na mídia, vai ser informado para todos terem conhecimento do tamanho do dano. Na verdade, esse dano não foi nem ocorrido dentro do Mato Grosso, porque aquela madeira foi retirada lá no Pará. São ATPFs que saíram de Mato Grosso para acobertar madeira dentro do Estado do Pará.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – De acordo com a Polícia Federal e com o Ministério Público e também com o IBAMA serão necessários 108 milhões de reais só para recuperar a área devastada. Os bens dos envolvidos serão suficientes para realizar esta tarefa?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Não. Novamente, esses valores, eles são intrínsecos.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sim, sim.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Agora não tenho, não tenho noção. Se eu falar para V.Exa. que tenho noção se serão proporcionais para... se vão atender ao dano que eles acarretaram, não sei. Mas olha, o que tem de carro no pátio da Polícia Federal, o que tem de propriedade que está bloqueada, então, eu acho que se não vai conseguir reparar o dano todo, mas uma grande parte vai-se conseguir reparar. O Ministério Público está entrando com ação. Nós estamos entrando com medidas também para conseguir a reparação do dano ambiental.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – O senhor afirmou no jornal *Folha do Estado*, de Cuiabá, no dia 5 de junho, que estaria investigando novas fraudes e que logo elas chegariam ao conhecimento...

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Acabei de declarar, aqui, para a senhora, para V.Exa.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Pelo menos uma.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Falei mais de uma. Falei laudo, atestado administrativo da FUNAI, falei da Diagem, que ninguém... já está caracterizado, foi fraude mesmo, foi um ato irregular do gerente. Estou anulando o ato administrativo que ele concedeu, depois estou submetendo para Presidência do IBAMA homologar. Eu estou fazendo um relatório para anular o ato, apreender de novo os bens, e já lançar no sistema o valor da multa, apenas com a diferença de 3 mil reais, que ele já pagou, e nós estamos providenciando isso.

Tem a outra fraude da Polícia Ambiental e outras que a gente está... Essas outras eu vou guardar um pouquinho que são fraudes menores, mas que envolvem servidores que chegaram pela linha verde. A gente tem os nomes, mas eu estou fazendo o levantamento do AS, que é o Sistema de Arrecadação. E ali, talvez, eu tenha dados assustadoras de retirada. Assim, alguém que fez uma pergunta ao presidente, o presidente ficou assustado sobre retirada de valores dos sistemas. E o presidente não tem culpa nenhuma, o Sebastião não tem culpa nem eu. É mau caráter mesmo. Tem servidor que fez isso mesmo, fez isso em SINOP, fez isso no IBAMA de Cuiabá, fez isso no IBAMA do Pará. Os servidores tinham acesso a essas coisas. Ninguém vai botar uma capa ali. Lá, talvez, nós encontremos isso com muita grandeza, porque as pessoas que estavam utilizando o sistema não eram pessoas que mereciam a confiabilidade para operar o SA.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Da minha parte, Sr. Presidente, eu estou satisfeita e gostaria de aproveitar e agradecer a presença do Dr. Elielson aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Dr. Elielson, eu vou só pedir um esclarecimento. No início da sua exposição, o senhor falou de um ex-funcionário do PNUD de nome Armando. A minha pergunta é a seguinte: foi feito que tipo de ação contra ele e quais foram as providências tomadas?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – As medidas indicadas estão aqui, ó. Eu vou ler até para o senhor um trecho. Esse aqui é de 2000. Eu vou dizer para o senhor quais as medidas que eu indiquei para que V.Exa. tenha uma noção. Eu fiz comentário sobre toda a quadrilha. Resgatamos no Estado do Pará 200 mil reais para o IBAMA, naquela época, que se corrigidos hoje, veja quanto dá, que foi pago com boleto bancário. Nós fizemos que os madeireiros pagassem novamente – está aqui o quadro –, chegamos a 200 mil reais. Todo o quadro. Não é pouca gente, não. Para o senhor ter uma idéia, Maria Iraci Carvalho Nogueira é irmã do Armando Nogueira; Aroldo da Silva Carvalho é irmão do Armando Nogueira, aquele sujeito que fez o SISMAD; Ana Rita da Silva Carvalho é irmã do Armando Nogueira. Todos participando de fraude de plano de manejo, lá no Pará. Botei art. 171 do Código Penal, formação de quadrilha, a indicação que eu dava ao Ministério Público naquela época. Olha, em quadrilha ou bando diz a lei: *“Usando vocábulos sinônimos que se definem como associação estável ou permanente de delinqüente com o fim de praticar, reiteradamente, crimes da mesma espécie ou não, mas sempre mais ou menos determinados”*. Isso tudo aqui eu indicava ao Ministério Público do Pará, com todos

os nomes, conclusão: sobre Maria, tal, tal, tal, e pedia que ele instaurasse uma ação penal, levando essa documentação numa pick-up. Não cabia a documentação numa.. Eu e mais 2 funcionários, enchemos uma pick-up, entregamos ao Ministério Público Federal, e hoje estamos passando às mãos de vocês, de V.Exa. Não sei as medidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Isso que eu...

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Não sei. Não sei as medidas que foram tomadas. Não acompanhei, que infelizmente a gente sai de um local para o outro, e acaba perdendo o contato. Mas, eu sei que lá o Ministério Público tomou providências. Sobre... eu trouxe aqui alguns volumes de todo o trabalho que nós fizemos lá. Isso aqui, ó, nós temos desde o início até o final, vocês vão ter pessoas do Pará, pessoas de Rondônia e pessoas de Mato Grosso, a indicação, a conduta, a pessoa que fez laudo falso, está tudo aqui, ó, todos esses volumes. Trouxe aqui para os senhores o documento que eu fiz, um histórico dessa operação, onde no final eu indico aquilo que eu acho que é a medida mais cabível para o momento, que seria a moratória no desmatamento. Trago aqui para os senhores o contrato do Armando com o PNUD, ele sendo contratado. Está aqui, ó, todo o contrato dele, toda a relação dele com o PNUD. Aqui, ó, toda essa documentação é do Armando com o PNUD. Trago mais para vocês todas as pessoas que ele contratou para poder realizar o SISMAD. Está aí, é essa documentação que eu tinha para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Tudo do Armando.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Tudo do Armando e do que ele contratou. Pode até dividir, se vocês quiserem, mas essa parte aqui é de quem ele contratou. A outra é do Armando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Essa aqui é do Armando. Essa aqui também é do Armando. É. Que ele contratou.

Dr. Elielson, o senhor conhece um cidadão de Marabá, de nome Maurício Menezes?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Não conhece?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Então, nós agradecemos...

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Eu quero deixar bem claro: eu nunca fui a Marabá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – E tem gente lá que se estiver ouvindo agora, não gostaria que fosse.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Eu tenho certeza disso. Eu tenho certeza disso. Eu tenho feito... Fica meio estigmatizado para onde eu vou... Eu quero fazer uma menção especial ao meu presidente, aqui, meu Deputado Federal e Presidente do IBAMA, que quando eu estive em Rondônia, encontrei o Casara no primeiro dia que eu chegava em Rondônia. Ele estava para assumir o mandato dele, não sei se você lembra desse fato. O Casara me deu um abraço no gabinete, na ante-sala do gabinete do gerente de Rondônia, do Osvaldo Pitaluga. Ele falava assim para mim: “*Elielson, você aqui, fico preocupado. Isso aqui vai acabar chovendo o que não chove*”. E logo depois nós fomos para Ariquemes, dezessete pessoas foram presas. Eu lembro dessa frase sua, lá em Rondônia. Por onde a gente passa, Deputadas, Deputados, o que a gente tenta fazer é ter... usar o trabalho nosso, de caráter investigativo, sem chamar atenção. Quem me conhece sabe disso, as pessoas, às vezes... cansei de ser cobrado. Meu processo de diária, tinha pessoas no IBAMA que estavam preocupadas: “*Como que esse sujeito viaja 10... fica 10 meses no mesmo lugar?*” Alguém já estava querendo verificar, como se fosse uma fraude, eu ganhando diária. Eu estava no Mato Grosso, e a gente não podia dizer o que estava fazendo lá. Essas coisas acontecem na administração pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Pois é, agora eles descobriam o que você estava fazendo lá.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Agora eles descobriram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, em que pese conhecer evidentemente a estrutura do IBAMA, mas apenas que fique registrado nesta CPI, e evidentemente colaborando com os depoimentos do Prof. Marcus Barros e do Dr. Elielson, é apenas uma pergunta: Dr. Elielson, o SISMAD, ele está em que estrutura do IBAMA? Evidentemente, ressaltado também todo o trabalho da atual administração do Dr. Antônio Carlos Hummel, excetuando o período dele, está em que estrutura do IBAMA?

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Estrutura que você fala é setor, vinculação?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – É, diretoria.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Lá, vou dizer o local, né, ele fica vinculado à Diretoria Técnica, que talvez seria isso.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado.

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Diretoria Técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Nós agradecemos ao Dr. Elielson Ayres de Souza a colaboração que foi dada. Pelo que estamos investigando aqui nesta CPI, e como a ciência está avançando rápido, eu acho que nós vamos enviar clone do senhor pro Pará, Amazonas, e mais algum lugar.

Solicitamos a autorização do Dr. Marcus, e, se tiver permissão, o clone. (*Risos.*)

O SR. ELIELSON AYRES DE SOUZA – Eu que agradeço à Comissão por ter me chamado, por ter me convocado. Agradeço a quem permaneceu até agora assistindo e, principalmente, a Deus por ter me deixado chegar ao fim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Muito obrigado, Dr. Elielson Ayres de Souza. Dispensamos V.Sa. e, de imediato, já convidado o Sr. Flávio Montiel da Rocha a tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

O Sr. Flávio Montiel da Rocha veio como convocado e, não, convidado e, por ser convocado, nós solicitamos que ele preste o juramento em atendimento ao art. 203 do Código do Processo Penal.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho assim descrito no Código Penal: “*Art. 342: fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade quando testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.*”

Passo a palavra ao Sr. Flávio Montiel da Rocha por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Deputados. Portanto, tem a opção do uso da palavra ou diretamente às perguntas.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Pois não. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer também esta oportunidade de estar aqui a convite desta Comissão, a qual já tive a oportunidade, em maio deste ano, de prestar alguns esclarecimentos. Gostaria de cumprimentar a nobre Deputada Thelma, o nobre Deputado Casara, ex-Presidente do IBAMA. A minha participação eventual na Comissão eu acho importante que seja ressaltada em função do papel que a Diretoria de Proteção Ambiental sempre tomou em relação a ampliar, a aprimorar os seus mecanismos de fiscalização. E tem um fato que ainda não foi relatado – e até agradeço a brilhante posição do Presidente do IBAMA,

Marcos Barros, e do Dr. Elielson – mas ficou um item que nós poderíamos chamar nessa gestão de como começou o processo e que levou à criação do grupo de trabalho especial. Em 2003, quando nós tivemos um verdadeiro assalto à gerência executiva do IBAMA, em Belém, roubando o que me consta em 23 mil e 500, ou 22 mil e 500 ATPFs, nós, muito preocupados com essa situação, procuramos, então, investigar a situação de algumas ATPFs encontradas na gerência do IBAMA, em Belém. Começamos a levantar uma série de informações e vimos que havia uma fraude considerável em relação a algumas ATPFs, que nós chamamos ATPFs calçadas e ATPFs falsificadas. Essa investigação, portanto, começou logo no primeiro ano do mandato dessa gestão. E, nós, preocupados com a evolução dessa investigação, logo após inclusive esse roubo feito por uma quadrilha que assaltou o IBAMA, nós tivemos que contratar uma equipe, porque a equipe de técnicos do IBAMA na gerência de Belém não tinham condições de fazer toda a investigação. Nós tivemos que levar essa equipe para Belém. Tivemos que deslocar uma Procuradora do Paraná para acompanhar as investigações. Tivemos que contratar uma segurança para que ficasse vigiando 24 horas a sala onde estava o conjunto de todo o material de ATPFs na gerência do Pará. E esse levantamento durou de maio de 2003 a setembro, mais ou menos, de 2003. E foi feito em conjunto com a Diretoria de Florestas. Foi uma ação conjunta da Diretoria de Florestas com a Diretoria de Proteção Ambiental e a Procuradoria. E, com o resultado parcial desse levantamento primário inicial, nós identificamos mais de cento e poucas ATPFs calçadas, que eram as ATPFs com um valor na primeira via e outro na segunda, e com espécies também diferentes. Nós identificamos mais de 60 ATPFs falsificadas entre diversos graus de falsificação, daquela mais barata, feitas em xerox, àquelas mais elaboradas que só a Polícia Federal teria condições de identificar a falsificação. E, como resultado desse levantamento parcial, foram encaminhados mais de 350 notícias-crime ao Ministério Público Federal. Disso resultaram mais de 80 mandados de prisão entre os Estados do Pará e Mato Grosso. Aí eu diria que foi a ponta do *iceberg*. Quer dizer, nós conseguimos, logo no primeiro ano, logo no primeiro semestre de mandato, identificar que havia um problema grave na área florestal a ser resolvido e, portanto, essa investigação deveria prosseguir. Os rumos que essa investigação, portanto, desencadeou e levou estão muito bem retratados aqui por aqueles que me antecederam, pelo Presidente do IBAMA, o Dr. Elielson, relatando detalhes da Operação Curupira. Então, é importante ressaltar, porque essa investigação feita, logo no primeiro ano, não havia sido

ainda mencionada aqui, e que foi levada a cabo com muito esforço, com muito sacrifício, em funções das limitações estruturais que o IBAMA tem, mas que resultou num avanço significativo para subsidiar inclusive o trabalho feito na seqüência pela Operação Curupira. Eu me lembro, inclusive na sala da Presidência do IBAMA, quando nós nos reunimos com o Dr. Elielson, a Presidência do IBAMA, Dr. Sebastião, vimos o volume de informações que havia. É importante ressaltar, nessa primeira investigação feita no Pará, que ela foi feita do IBAMA para fora. Ela não tinha a preocupação inicial de fazer uma investigação do IBAMA para dentro. E um dos primeiros elementos que o Dr. Elielson levantou foi a necessidade de que essa investigação prosseguisse, levando em consideração a necessidade de buscar o fio da meada para dentro do IBAMA. E daí esse desenrolar todo. É importante também que a gente ressalte aqui o vínculo que houve com a Operação Curupira e a Diretoria de Proteção Ambiental em função também de um plano que foi elaborado, já também no início do Governo, no primeiro ano, que eu acho é conhecido da grande maioria de todos vocês aqui, que é o Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia, que, em função do aumento progressivo de 2001 para 2003 na ordem de 23% da taxa anual de desmatamento na Amazônia, o Governo, essa gestão teve a preocupação de reunir 13 Ministérios coordenados pela Casa Civil, com a participação do Ministério do Meio Ambiente, de onde foi elaborado um plano de ação contendo mais de 140 ações estratégicas, das quais foram divididas em 3 subgrupos: o subgrupo de ordenamento territorial e fundiário, o subgrupo de fomentos, atividades produtivas sustentáveis, e o subgrupo de monitoramento e controle. Nesse subgrupo de monitoramento e controle temos 7 ações estratégicas. Para apenas citar duas delas, a primeira ação estratégica é o aprimoramento do sistema de monitoramento, que foi obtido com o desenvolvimento pelo INPE do DT, que é a Detecção do Desmatamento em Tempo Real, que permite hoje ao IBAMA detectar os desmatamentos em campo numa periodicidade de quinze em quinze dias. O que existia anterior a isso era um sistema que nos dava o monitoramento anual. Portanto era uma política do leite derramado, onde nós não conseguíamos utilizar a informação georreferenciada de imagens de satélites, para orientar as equipes de campo na fiscalização. A segunda ação estratégica desse subgrupo foi o aprimoramento dos procedimentos de investigação, e criamos, dentro da Diretoria de Proteção Ambiental, o GEICA – Grupo Especial de Investigações de Crimes Ambientais. E neste grupo, então, pudemos fazer uma série de precursoras, procurando levantar

o maior número possível de informações que irão preceder o planejamento das operações de fiscalização no âmbito do plano. E, sucessivamente, aí tivemos mais as outras ações estratégicas desse subgrupo, que é a formação das bases operativas, das ações de fiscalização integrada, incluindo fiscalização ambiental, tributária, trabalhista e fundiária. Outra ação estratégica: as campanhas educativas. É importante, como já foi dito aqui anteriormente, a fiscalização está em campo não para impedir o desenvolvimento ou para cercar a possibilidade da atividade madeireira existir na região, mas para dar condições de igualdade para que a atividade possa prosseguir em bases sustentáveis, porque não é justo você ter uma atividade ilegal, que prossegue sem o menor custo de produção, competindo com atividade que paga imposto, que paga trabalhos, que paga encargos sociais e que paga todo o processo de autorização no mesmo pé de igualdade. Quer dizer, é importante que se perceba que a fiscalização não vem para impedir o desenvolvimento, mas para dar condições que esse desenvolvimento ocorra em oportunidades empresariais iguais. Além disso, temos uma outra ação estratégica que foi de passagem comentada aqui, que é a implantação do SISCOM, o Sistema Compartilhado de licenciamento ambiental em propriedades rurais com os Estados. É uma demanda em função de termos hoje informações fragmentadas em relação ao órgão federal e aos órgãos estaduais. Estamos, com base naquele primeiro protótipo elaborado pelo Mato Grosso, em relação ao sistema de licenciamento, aprimorando o sistema e dando condições que tanto o IBAMA como qualquer órgão ambiental e estadual possam estar trabalhando na mesma base cartográfica e portanto estar gerindo as mesmas informações. Sem que nós tenhamos essa ferramenta implantada, é muito difícil você poder, efetivamente, implantar uma gestão ambiental compartilhada, definindo claramente o papel do Estado e do Município neste processo. E a última ação estratégica é a ação voltada ao aprimoramento de mecanismos, instrumentos legais que permitissem você ter um acesso racionalizado, com maior controle ao produto florestal, à matéria prima florestal, e criando mecanismo de fomento no sistema oficial de crédito do País, para induzir a floresta à sua valorização da floresta em pé e à mecanismos de manejo florestal com crédito de maneira sustentável. Foi dito aqui que é impressionante ver o número de quilômetros quadrados que já foram desmatados e que hoje estão subutilizados ou inaproveitados ou abandonados. De fato, hoje, dos 635 mil quilômetros quadrados que a Amazônia Legal já desmatou, temos aproximadamente 160 mil quilômetros quadrados subutilizados. Quer dizer, não há necessi-

dade hoje, para a expansão da atividade agropecuária do País, de você continuar desmatando, de você continuar abrindo, a não ser pela atividade ilegal, que vê na floresta em pé o valor da madeira de valor comercial e que por isso avança sobre a floresta de forma indiscriminada. Então, frente a esse resumo que fizemos do plano, queria apenas ressaltar algumas operações de fiscalização que foram feitas no âmbito do Plano de Combate ao Desmatamento. Estamos hoje, no âmbito desse plano, com 49 operações elaboradas e planejadas; com 23 dessas operações já com recursos descentralizados e sendo executados; com 9 operações concluídas e 17 operações em andamento. Isso em todo Amazônia Legal, pegando principalmente os Estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e o sul do Amazonas. Apenas a título de informação, também é importante a gente ressaltar que, mesmo com todas essas dificuldades estruturais, muito bem levantadas pelo ex-Presidente do IBAMA, Deputado Casara, de 2002 para 2003, nós tivemos saltos de qualidade significativos nos resultados das atividades de fiscalização do IBAMA. Só para se ter idéia, em 2003, nós tivemos um aumento de 68% do total das grandes operações, saltando de 19 para 32. Nós tivemos o aumento de 54% do total de infrações aplicadas, que saltou de 3.588 para 5.741, e uma apreensão de 70 mil metros cúbicos de madeira em tora na Amazônia. Em 2004, nós aumentamos, em relação a 2002, 83% das infrações cadastradas, que saltaram de 3.558 para 6.500 infrações, com apreensão de 60 mil metros cúbicos de madeira, sendo 13 mil metros cúbicos de madeira serrada. Nas ações já integradas de fiscalização, no âmbito do plano, foram libertados mais de 200 trabalhadores em regime de semi-escavidão, no Estado do Pará e Mato Grosso; foram investidos – isso é importante dizer – o Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia não está dissociado da necessidade de estruturação do IBAMA lá na ponta. E, para que isso pudesse ocorrer, o IBAMA investiu, ano passado, 12,3 milhões de reais em veículos, computadores, GPS, *laptops*, mobiliário e um conjunto de outros equipamentos necessários para que o IBAMA possa funcionar lá na ponta, para que o IBAMA possa receber, via Internet, as informações georreferenciadas de onde o desmatamento está ocorrendo naqueles 15 dias anteriores. E isso está sendo montado. Nós estamos hoje com 4 bases operativas instaladas, mais 10 bases operativas que serão instaladas até o final do mês e, até o final de julho, estarão 17 bases operativas com todo esse equipamento operando. E, por último, ainda em curso neste ano, nós já, nos primeiros 5 meses de 2005, apreendemos 65 mil metros cúbicos de madeira, na Amazônia, nas operações do Pará, Mato Grosso e

Rondônia, e sul do Amazonas; já lacramos 16 serrarias e madeireiras, estamos fazendo o arresto e transportando todo esse maquinário de 6 serrarias na Ponta do Abunã, ali na fronteira do Acre com Rondônia, pelo Exército brasileiro para Rio Branco, para que elas não possam operar. Quer dizer, nós não estamos apenas lacrando as serrarias, nós estamos desmontando e levando para Rio Branco, para que fiquem em local seguro. Já apreendemos mais de 28 motosserras e 9 tratores-esteiras. É importante que a gente coloque esses dados porque esse equipamento, se ele não é embargado, se ele não é apreendido, com certeza, ele estará contribuindo para o desmatamento prosseguir não só ao longo deste ano, como dos anos seguintes. Então, portanto, isso são baixas, que nós chamamos, as armas do crime ambiental, que são apreendidas em função de uma abertura concomitante de um processo criminal, via Polícia Federal ou via Polícia Civil, elas não podem voltar com a facilidade que voltariam se nós abríssemos apenas ou exclusivamente um processo administrativo no âmbito do IBAMA. Elas ficam apreendidas até que o processo criminal se conclua. Então, essas eram as informações preliminares que nós temos a colocar. É importante, apenas para finalizar, dizer que há uma ação muito articulada entre a Operação Curupira e a Operação do Plano de Combate ao Desmatamento, porque, em função desse lençol curto de nós termos, ainda, um número não-ideal de funcionários e servidores para todo o País do IBAMA, nós fomos obrigados a fazer uma conjugação de ações envolvendo o Exército, a Polícia Federal, que participam do Plano de Combate ao Desmatamento, e dos próprios servidores que já estavam escalados para, em sistema de rodízio, fazerem operações em todas essas frentes de que nós falamos aqui. Portanto, nós tivemos que fazer uma sincronia muito grande e, inclusive, retardamos, no caso do Estado de Mato Grosso, em mais de uma semana algumas operações que já estavam previstas para que a Operação Curupira pudesse ser desencadeada e, com certeza, indiretamente, isso irá impactar no avanço, no sentido positivo, e frear o avanço da taxa de desmatamento no Estado de Mato Grosso, que hoje, sozinho, é responsável por 48% dessa taxa anual. Portanto, para que não houvesse um prejuízo maior, ato contínuo, a Operação Curupira, desencadeada no dia 2 de junho, na segunda-feira da semana seguinte, o IBAMA já estava com o posto do Trevo do Lagarto reaberto, com 35 fiscais, servidores atuando em sistema de rodízio, com os procedimentos de fiscalização totalmente revistos. Eu estive há 2 meses, portanto, antes da Operação Curupira, no Trevo do Lagarto e eu vi fiscais carimbando ATPFs sem sequer olhar se elas estavam

naquela relação de ATPFs roubadas em Belém, sem a mínima preocupação em averiguar a volumetria do caminhão e a espécie. Hoje, os servidores que estão lá avaliam, primeiro, se a ATPF é roubada, se ela é falsificada, eles estão com equipamento para ver a falsificação, se a volumetria está diferente daquilo que é declarado e se as espécies correspondem àquilo que é declarado. Da mesma forma, ato contínuo, a Operação Curupira, nós desencadeamos 3 operações no Estado do Mato Grosso: uma na Base Operativa de Sinop, uma na Base Operativa de Alta Floresta, envolvendo o Juruena e a terra indígena Kaiabi, e outra na Base Operativa de Vila Rica. Portanto, essa foi a preocupação com toda a direção que o IBAMA teve: de não permitir que a Operação Curupira enfraquecesse o Plano de Combate ao Desmatamento, e nós pudéssemos ter uma ação contínua, garantindo a execução do plano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Obrigado, Sr. Flávio, V.Sa. cumpriu o tempo corretamente.

Convido o Presidente desta Comissão, Deputado Mendes Thame, para assumir a Presidência.

Passo a palavra à Deputada Thelma de Oliveira, Relatora *ad hoc*, para formular as questões.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Vou fazer, Dr. Flávio, as perguntas do Relator, Deputado Sarney Filho.

Sobre a reportagem da revista *Veja*, que saiu em 11/06, “O PT deu a senha para desmatar.” Segundo a mesma reportagem, para o transporte de madeira extraída ilegalmente do Pará, no caso denunciado, teria sido utilizado um adesivo com os dizeres: “oPTante do Plano Safra Legal 2004.”

Pelas informações obtidas reservadamente por esta CPI, V.Sa. teria participado diretamente das reuniões de negociação do plano.

O que V.Sa. tem a declarar sobre isso? O plano envolve algum tipo de flexibilização das exigências ambientais para as autorizações do desmate? Existe previsão de outras autorizações para exploração de lotes no Programa Safra Legal 2005?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Pois não. Em primeiro lugar, eu não tive participação nenhuma nesse processo de negociação, em função de isso não ser uma atividade de competência legal da Diretoria de Proteção Ambiental, em primeiro lugar; em segundo, porque esse processo, já muito bem relatado aqui pelo Presidente do IBAMA, em relação à sua flexibilização, foi baseado na Instrução Normativa nº 03, que não flexibiliza, mas simplifica os procedimentos de autorização de desmatamento em função de serem desmatamento até 3 hectares. Isso, portanto,

tem um embasamento legal nessa Instrução Normativa. Eu desconheço agora, no momento, se há novas autorizações de desmatamento. Mas eu imagino que haja um processo de negociação, no sentido de dar prosseguimento àquilo que foi elaborado e desenvolvido entre o INCRA e o IBAMA, o setor madeireiro da região, e a FETAGRO e sindicatos de trabalhadores rurais da região. O importante, aqui, a ressaltar é que nós ficamos sabendo, através de denúncias anônimas, da existência desse adesivo em relação a, eventualmente, estar vinculado ao Safra Legal. Imediatamente, em janeiro deste ano, nós providenciamos uma investigação no âmbito da fiscalização, conseguimos identificar a existência desse adesivo. E fruto da operação que nós realizamos para coibir a exploração e o transporte ilegal dessa madeira na região de Altamira, Anapu e Pacajás, nós fizemos uma operação de fiscalização que resultou na apreensão de 37 mil, 875 e 530 metros cúbicos de madeira naquela região. Portanto, ato contínuo ao conhecimento desse eventual uso, para nós inadequado, irregular, nós desencadeamos uma operação de fiscalização na região.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Sr. Presidente, só para complementação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – V.Exa. está inscrito, vai...

O SR. DEPUTADO BABÁ – É sobre problema específico de data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Bom, a palavra está com a Relatora.

O SR. DEPUTADO BABÁ – É só período de data.

V.Sa. fala em janeiro, mas pelo que a gente sabe, as multas que o IBAMA veio implementar foi pós-morte da Irmã Dorothy, em fevereiro. Inclusive, eu tenho de posse documento que foi enviado pelo companheiro do IBAMA, vou repassar à Comissão não só isso aí, depois vou fazer uma intervenção. Mas a pergunta é se essas multas e a detecção do problema não foi após a morte de Irmã Dorothy?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Pois não, como eu relatei antes, quando a denúncia anônima chegou ao IBAMA, mais ou menos no período de janeiro deste ano, foi quando nós, aqui em Brasília, ficamos sabendo que poderia estar havendo alguma irregularidade. Então, para que a gente pudesse desencadear uma operação, nós destacamos 2 servidores da fiscalização para uma investigação precursora, que nós chamamos, que ocorreu durante janeiro e fevereiro. E a operação de fiscalização foi desencadeada a partir do dia 23 de março até 24 de abril, uma operação de 30 dias em toda a região. Portanto, foi após a morte

da Irmã Dorothy, como fruto dessa investigação que se iniciou antes da morte da Irmã Dorothy.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Na audiência pública de 11/05/05 desta CPI, por ocasião dos depoimentos de V.Sa. e de Teófilo Pantoja de Vasconcelos, Chefe de Arrecadação do IBAMA na Gerência Executiva de Belém, Pará, foram entregues, por esta CPI, denúncias acerca da alteração ou supressão dos valores de multas no Sistema de Arrecadação do IBAMA, conforme cópias de Autos de Infração e de Memórias de Cálculo/Consultas de Débitos então apresentadas.

V.Sa. poderia detalhar que providências foram tomadas em relação a essas denúncias?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Olha, foi aberta pela Coordenação de Processos Disciplinares uma série de investigações internas no âmbito da Coordenação-Geral de Arrecadação, que resultou na Portaria nº 846, de 1º de junho de 2005, publicada no Diário Oficial de 2002, que criou um grupo de trabalho para levantar possíveis irregularidades. Portanto, foram tomadas as medidas necessárias para que qualquer eventual irregularidade identificada seja corrigida. É importante ressaltar que, de acordo com a própria lei de crimes ambientais e o decreto que a regulamenta, há procedimento legal para que esses valores possam ser alterados, sejam para mais, sejam para menos, em função do processo de análise do que foi o Auto de Infração aplicado. Portanto, existe embasamento legal. Os valores não são definidos *a priori*. Eles podem, no final, após a análise técnica e jurídica, sofrerem correções.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Em pergunta dirigida a V.Sa., por ocasião da Audiência Pública desta CPI em 11/05, acerca da alteração dos valores das multas, questionado se esse tipo de expediente não estaria ocorrendo de maneira generalizada em outros escritórios do IBAMA, V.Sa. respondeu que “a princípio, não.” Após a divulgação da Operação Curupira e das denúncias veiculadas pela revista *Veja* esta semana, envolvendo os escritórios do Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Pará, V.Sa. continua acreditando que não há uma prática generalizada de alteração dos valores das multas nos sistemas de fiscalização e arrecadação de multas do IBAMA?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Quando nós falamos “a princípio, não” é em função de todo o embasamento legal que existe para que se possa definir, após um laudo técnico, o valor exato que a multa irá ter. Em princípio, porque esse é o trâmite legal. Agora, em função de eventuais desvios, nós também dissemos aqui não apenas que “a princípio, não”, mas que, em qualquer momento, todo e qualquer desvio,

ou todo e qualquer ato irregular envolvendo alteração inadequada ou inadvertida, ou irregular de multa, uma vez identificado, será devidamente analisado por uma comissão disciplinar, por uma comissão interna, como consta hoje na Portaria nº 846, de junho de 2005.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal está cumprindo hoje o cronograma inicialmente previsto?

Eu queria acrescentar que o senhor colocou que têm 140 ações estratégicas, 49 operações, enfim, tudo aquilo. O orçamento para tudo isso, o senhor acha que esse orçamento que tem no IBAMA será suficiente para isso?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Não. Tanto não que, no ano passado, nós operamos o início do Plano de Combate ao Desmatamento com um crédito extraordinário, no valor de 42 milhões de reais. A partir de 2005, portanto, deste ano, foram inseridos no orçamento anual do IBAMA mais 55,3 milhões de reais para as ações no âmbito do Plano de Combate ao Desmatamento na Amazônia. Isso apenas para atividade do subgrupo de monitoramento e controle. Há um conjunto de outras atividades, como, por exemplo, criação de unidades de conservação, que só no ano passado, na Amazônia, criou 7,7 milhões de hectares de novas unidades de conservação. E, pela primeira vez, essas unidades de conservação, ao invés de serem criadas numa área distante, sem uma pressão antrópica, foram criadas, exatamente, onde a pressão hoje se dá, e, portanto, colocadas como uma barreira para o avanço do desmatamento. Há um conjunto de outras ações, portanto, que necessitam de ter recursos, porque os recursos, como foi colocado aqui pelo nobre Deputado Micheletto, não são ainda suficientes e precisam ainda serem repensados dentro de um planejamento estrutural maior do País, não focando, exclusivamente, a questão ambiental dissociada de todos os investimentos que são feitos na área do desenvolvimento do País.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E o cronograma? O senhor acha, na sua avaliação, que está sendo cumprido inicialmente, conforme foi previsto?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Olha, a maior dificuldade que nós temos para cumprimento do cronograma é não em relação apenas à existência de recursos ou não. Mas, muitas vezes, em função de como os recursos são liberados. Muitas vezes, há um intervalo entre o andamento das operações e a liberação dos recursos, porque esses recursos são limitados através de decreto e, portanto, há limites para empenho e pagamentos feitos de forma quadrimestral. Há uma

necessidade, portanto, que é um problema estrutural que o IBAMA tem, de ajustarmos o cronograma de desembolso financeiro do IBAMA com o cronograma das operações de fiscalização em campo, porque é muito difícil você iniciar uma operação em campo e, por falta de recurso, você ter que retornar essa operação. Felizmente, nós ainda não tivemos essa situação este ano no IBAMA. As operações estão sendo desencadeadas. Nós estamos, como eu disse anteriormente, com 9 operações concluídas e já passando de 65 mil metros cúbicos de madeira apreendida.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Em resposta escrita a esta CPI, V.Sa. declarou que, com a extinção do Centro Estratégico de Controle a Crimes Ambientais – abre aspas –, “O acervo mobiliário e equipamentos foram transferidos para a Diretoria de Proteção e, quanto aos arquivos contendo as informações, nada foi encontrado pelos servidores encarregados de transferência.” Vem a pergunta do Deputado: como pode um órgão de inteligência, que trabalhou por vários meses no IBAMA, não ter deixado nenhum arquivo de informações? Não teria havido desídia do IBAMA quanto ao destino desse arquivo?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Olha, como nós falamos, também, aqui anteriormente, preocupados com a necessidade de fundamentar as ações de campo, no âmbito do Plano de Controle ao Desmatamento da Amazônia, criamos o Grupo Especial de Investigação de Crimes Ambientais, para focar na ação relacionada a eventuais crimes ambientais. O centro que foi criado, o mobiliário e equipamentos foram de fato repassados para a Diretoria de Proteção Ambiental, mas nós não recebemos, não temos nenhum dado do que foi feito com os arquivos. Esse elemento não nos foi repassado como parte de todo o equipamento repassado, na época, para a Diretoria de Proteção Ambiental. Portanto, o que temos hoje são investigações feitas em relação a crimes ambientais cometidos por infratores, por empreendimentos alheios à legislação ambiental.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – A última pergunta, Sr. Presidente.

Segundo informação escrita, encaminhada por V.Sa. a esta CPI, o mogno doado à FASE, no ano de 2003, rendeu 4,75 milhões de reais, depositados no BASA a favor do Fundo Dema, sendo que seu saldo atual monta a 5,2 milhões de reais. Quanto coube às comunidades indígenas e quanto coube à madeireira Cikel?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Olha, não tenho esse dado aqui comigo de quanto coube às comunidades indígenas e à Cikel, mas creio que há um equívoco na formulação da pergunta, porque o

Fundo Dema não lida diretamente com as populações indígenas. Isso foi fruto de um outro lote, de um outro processo de doação feito com as comunidades indígenas Caiapó, no Estado do Pará. O que nós podemos, é ato contínuo aqui para ainda esta semana, é trazer informações mais detalhadas sobre quanto coube a cada uma das partes. O que sabemos é que há vários projetos sociais sendo desenvolvidos com aplicação desses recursos pelo Fundo Dema.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Encerrei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Respeitando a ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Sr. Presidente, peço para me antecipar porque tenho um problema a resolver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Com a palavra o nobre Deputado Babá.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Quero tratar de dois problemas. Primeiro, fazer novamente uma denúncia e pedir, na verdade, a resposta do IBAMA. No ano passado, fiz um requerimento dirigido à direção do IBAMA, pedindo o esclarecimento do porquê uma multa que foi dada contra o ex-Senador Ademir Andrade por ter desmatado ilegalmente, inclusive há comprovações de filmes da própria televisão filmou castanheiras, e tudo mais. A multa inicialmente foi de 270 mil, quando fiz a reclamação. Passado um tempo, tivemos acesso a dados do IBAMA e já tinha caído para 27 mil. E agora, a informação que temos é que sumiu. Estou pedindo essa informação, mas a informação que tive da Assessoria Parlamentar do IBAMA é que esse documento chegou ao IBAMA em março e que o IBAMA daqui remeteu para o IBAMA de Belém, pedindo informação, e que até agora não veio. Estamos em junho, certo? Porque, como essas devem haver outros problemas. Porque para mim interessa saber por que sumiu a multa de um ex-Senador da República. E, também, se era de 270 mil, por que depois apareceram 27 mil, coincidentemente um zero a menos e, depois, sumiu a multa? Estou reiterando o pedido, aqui no caso, porque não creio que você tenha essa resposta para dar agora, porque estou aguardando a resposta, e se tiver ótimo, mas oficialmente não foi remetido nada, porque tem que ser remetido à Câmara dos Deputados para ela me encaminhar, não é? Já entrei em contato um dia desses com a direção do IBAMA, comuniquei o fato, mas até agora não obtive resposta.

É uma outra pergunta: se é possível identificar o funcionário, no caso dessas multas, quando são registradas? Se é possível haver identificação do funcionário

que, evidentemente, manipula ali com os dados que inserem a multa ou se há possibilidade de identificar alguém que possa depois retirar essa multa, que seja identificado. Esse é um ponto.

Agora, vou fazer breve relato porque preciso e vou repassar a esta Comissão o que saiu na revista *Veja*. Quando nós fomos em uma Comissão de Parlamentares a Anapu, em um ato ecumênico, que estava nesta comitiva o Senador Suplicy, o Governador do Acre, a Senadora Ana Júlia, eu, o Deputado Adão Pretto – não me lembro todos – João Alfredo. E, quando sobrevoávamos a região, avião pequeno, tanto em Altamira quanto em Anapu, chamou-me atenção, inclusive falei com um companheiro que estava ao meu lado, a quantidade mas muito grande de desmatamento naquela região – vocês viram a foto da *Veja*, quem teve a oportunidade de ver a foto da *Veja*, que ela é apenas uma das áreas. É como se vocês vissem aquelas áreas repetidas em quantidade no seio da floresta – e, quando passavam por cima das serrarias, as serrarias entulhadas de madeira. E isso foi em fevereiro, depois da morte da irmã Dorothy. E o companheiro Amarildo Formentini, que hoje está na Comissão de Direitos Humanos, foi do IBAMA, e, na verdade, na época do Fernando Henrique Cardoso. Um dos motivos de sua demissão do IBAMA foi justamente porque multou Ademir Andrade. Ele está presente aqui. Teve ações importantes inclusive dele na região, foi afastado do IBAMA e, felizmente, agora, conseguiu trabalho, depois de um bom tempo. Está na Comissão de Direitos Humanos. E o Amarildo foi nesta comissão. Quanto chegou lá, vieram nos receber, algumas cabines duplas, e o Amarildo disse: “*Babá, eu conheço aquele cidadão. Aquele cidadão é madeireiro, é ligado a madeireiro. Eu conheço da época que eu fiz fiscalização aqui*”. Quando voltaram do aeroporto, esse cidadão, o Amarildo veio no mesmo carro que ele, porque distribuiu-se em vários carros, e aí ele resolveu fazer, na verdade, contar uma história que eu vou repetir depois a vocês aqui, e o Amarildo, como estava de viagem, disse: olha, liga para Brasília. E o Amarildo, para tomar precaução, gravou esta falação com este senhor, que é do SINDFLORESTA. O CD já deve estar aí, e eu vou repassar uma das gravações que está comigo. E o que ele conta da história? Quando houve a ocupação da BR-163, por onde entram os sojeiros, os destruidores da floresta, para plantar soja, para grilar terra, para... aí, segundo ele, os donos de serraria, junto com os trabalhadores, que obviamente das serrarias, com medo do desemprego e tudo mais, junto com agricultores da região e a FETAGRI decidiram ocupar a rodovia e que, nessa ocupação da rodovia, havia um tumulto e tudo mais. E aí, para negociar, foi representante do IBAMA,

inclusive de Brasília. E na primeira fita que é repassada esse cidadão diz que, no caso desse acordo, um dos participantes seria você. Se não é, não é o problema. Mas é o que ele fala, estou relatando o que ele fala. E que desse acordo surgiu, na verdade, a decisão que seria dada autorizações de desmatamento de 3 hectares cada, porque parece-me que havia uma lei que garantiria isso aí. E justamente para isso, como havia necessidade de trabalho de campo, os madeireiros teriam repassado à FETAGRI, para ela contratar 30 homens, queriam fazer o papel do Estado, mas queriam entrar nas áreas para tomar os dados, trazer para os funcionários do INCRA e que os funcionários do INCRA promoveriam essa autorização de desmatamento que, segundo ele, foram 3 mil – falando dados que ele falou –, 3 mil autorizações, que dariam mais ou menos 90 mil hectares. Pois bem, e desse processo, segundo ele, o Partido dos Trabalhadores da região, e que em uma das fitas ele diz que estavam na negociação o Deputado Zé Geraldo, o Deputado Estadual Airton Faleiros, do PT, fizeram acordos com madeireiros também para o financiamento de campanha – correto? –, e que, como na verdade não havia ATPFs suficientes, porque legalmente não tinha como consegui-las através do IBAMA, se bolou o bendito adesivo, do qual temos uma cópia, um real, o adesivo real que foi retirado de um carro, e esse cidadão nos enviou, de uma das empresas, e que é justamente... O título é aquele que saiu na *Veja*, um adesivo deste tamanho, assim, em letras verdes de fundo branco: “Empresa oPTtante” – com PT grande —“Safral Legal 2004” e o nome, associação dos madeireiros e nome da empresa. E justamente esses adesivos eram utilizados para suprir a falta da ATPF, para dar o passe livre das madeiras que saiam da floresta para chegar à madeiras. E aí, como se diz no popular: arrepriaram.

Então, na verdade essa situação passou acontecendo durante todo o período de 2004 e me parece que entrou por 2005. Mas em 2004, com certeza absoluta, aconteceu. E foi aí justamente que a quantidade de madeiras que saiu foi estrondosa. E estava indo tudo tão bem para os madeireiros, como também para o PT na região, porque dizem que o financiamento não foi apenas..., não saiu financiamentos para o PT da região... Nós estamos sondando que houve dinheiro dessa campanha para outras candidaturas do PT no Pará e vamos investigar isso. Uma coisa é certa: que foram para a Prefeitura de Medicilândia, onde foi eleita a esposa do Deputado Zé Geraldo, para Anapu e Pacajá, para os candidatos do PT. Correto?

O problema é que o jogo acabou, infelizmente, pela morte, pelo assassinato da Irmã Dorothy. Porque como aconteceu uma comoção mundial, o Presidente

Lula teve que mandar o Exército, a Polícia Federal e funcionários do IBAMA de outros Estados para justamente fazer a vistoria nas autorizações e nas madeiras, porque o escândalo era muito grande. E aí obviamente quebrou o jogo; obviamente os madeireiros ficaram indignados e um deles resolveu abrir o jogo, que é o que está nessa *Veja* e o que está nessa fita.

Então, o que acontece? Nós temos também um documento que ele nos enviou, do IBAMA, do dia 21 de fevereiro, já a equipe que foi pós..., eu imagino que seja *post mortem* de Irmã Dorothy, demonstrando que eles pegaram... Assim, como eram muitos, eles pegaram blocos para analisar e, por exemplo, era cerca de 80 a 90% fraudados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Deputado Babá, só para concluir.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Já concluirei.

As autorizações não condiziam com a realidade. Ou áreas que não tinham madeira já há muito tempo ou já tinham cortado madeira acima do percentual de 20%. Ou seja, cerca de 80 a 90%. São documentos do próprio IBAMA, de 21 de fevereiro deste ano. Isso é de uma gravidade muito grande e queremos que esta Comissão investigue. Vamos entregar isso também para a Polícia Federal e para o Ministério Público, mas já como V.Sa. está aqui representando o IBAMA, gostaria de ter pelo menos alguns esclarecimentos dessa ação segunda e o que o IBAMA está fazendo com relação ao que aconteceu. Porque eu estou encaminhando para o INCRA também porque o INCRA, ao saber..., está investigando a situação do INCRA local porque é algo que, para nós, nos preocupa bastante porque foram... Segundo ele – pode ter havido exagero nisso aí – só em Anapu cerca de 100 mil metros cúbicos de madeira e, no total, poderia chegar a 200 mil metros cúbicos de madeira. Porque vocês podem ter detectado uma parte quando foram, mas o problema é que muitas dessas madeiras já tinham sido serradas e tinham saído da área justamente em todo o período de 2004. Por isso justifica-se nós vermos essa grande degradação ambiental, infelizmente, neste caso, a serviço de financiamento de campanha e, o que é pior, do próprio PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Sr. Flávio.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Pois não. Em relação à primeira questão, é importante a gente frisar: a multa aplicada ao Senador Ademir Andrade não sumiu, ela continua tramitando dentro do IBAMA, através das suas instâncias. O que houve em relação à multa é que inicialmente foi aplicada para uma área de 180 hectares desmatados e queimados. Posteriormente, quando o Senador entra com um recurso, se

identifica que ele tem a licença para o desmatamento e queima de 115 hectares. Portanto, o valor da multa foi corrigido em função dessa diferença da primeira multa aplicada de 180 para a diferença entre 180 e 115 hectares. E ela foi..., nós fizemos o encaminhamento para a gerência de Belém, eles estão agora na fase final para que essa multa possa ser..., dar a tramitação. O Senador entrou com um novo recurso e, hoje, o valor dessa multa, em função das correções, está em R\$134.813,00. Portanto, ela continua dentro dos trâmites que o IBAMA permite de tramitação com apresentação de recursos, tramitando dentro da casa. Ela não sumiu, ela não desapareceu.

Com relação à questão...

O SR. DEPUTADO BABÁ – E por que não se encaminha essas informações para a Câmara dos Deputados, que estamos desde março solicitando?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Já foi encaminhado através de um ofício do gabinete da Presidência do IBAMA ao nobre Deputado, a esta Comissão.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Quando?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Foi agora.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Para mim não chegou nada.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – É, foi agora que ela foi encaminhada. Foi agora. Ela foi encaminhada agora, em junho. Mas, enfim, é importante ressaltar que a multa não desapareceu, ela não sumiu, ela... Com relação à segunda questão, é claro que é possível a gente identificar o funcionário que faz o processo todo de lançamento da multa. É possível se fazer uma investigação, caso haja essa necessidade, para se ver se houve alguma irregularidade. Não há problema em se fazer essa investigação. Eu acho importante aqui a menção que o Deputado faz com relação à questão do desmatamento. É um tema que vem sendo tratado em diversas gestões da área ambiental federal e que apresenta uma questão crônica. É importante que o senhor tenha sobrevoado a região e visto o que significa o avanço do desmatamento. É importante também ressaltar que aquela região de Anapu, de Altamira, de Pacajá é hoje, dentro do macro zoneamento ecológico-econômico feito pelo Governo do Estado, uma área consolidada. Portanto, o que nos preocupa muito também é aquele desmatamento que está sendo feito hoje em novas frentes e que não são aquelas frentes tradicionais do desmatamento, que nós conhecemos como o arco do desmatamento. Eu queria ressaltar que eu estive em Altamira, na crise gerada pela questão da suspensão dos planos de manejo, em 2003, justamente para encontrar soluções que pode-

riam derivar em caminhos alternativos para o acesso ao recurso florestal dentro de projetos de assentamento. Mas em momento algum eu participei de qualquer negociação ou tenho informação de participação de qualquer servidor, até o presente momento, envolvendo a fabricação desse adesivo chamado “Empresa OP-Tante da Safra Legal 2004”. O que nós procuramos foi encontrar caminhos baseados na legislação ambiental, e especificamente na Instrução Normativa nº 03, de 2002, que permite a flexibilização, a simplificação de processos para desmatamentos de até 3 hectares. E eu queria também ressaltar um aspecto que, por falta de maior divulgação nos meios de comunicação, como foi muito bem dito aqui em relação aos objetivos que a revista *Veja* cumpre – foi dito pelo Senador, me parece, Rosinha, Deputado Rosinha –, todo esse trabalho que hoje o IBAMA está fazendo não pode..., ele não tem, primeiro, o caráter pirotécnico de fazer ações exemplares, de chamar a atenção da mídia de um dia para o outro. Esse processo de elaboração do plano de prevenção e controle ao desmatamento vem sendo elaborado, formulado desde 2003, pelo decreto presidencial de 3 de julho de 2003. E não há interesse nenhum, não há como eixo, não há como concepção dessa atual gestão se fazer ações pontuais de fiscalização que possam eventualmente apreender 10, 20, 30 mil metros cúbicos de madeira. Há uma necessidade de se pensar a ação do plano de forma estrutural, pensando no fortalecimento da instituição. Como eu falei anteriormente, não se investe 12,3 milhões de reais no IBAMA, lá na ponta, para que o IBAMA possa funcionar dentro dessas dificuldades estruturais que nós conhecemos que o IBAMA vive há 15 anos. Não se faz uma capacitação, como nós fizemos no ano passado, envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, os fiscais auditores do Ministério do Trabalho, os próprios servidores do IBAMA e o sistema SIPAM, coordenado pela Casa Civil, onde nós passamos procedimentos de fiscalização ambiental para os auditores do trabalho e para a Polícia Rodoviária Federal poderem ajudar, de forma integrada, as ações de fiscalização do plano, da mesma forma como eles passaram informações sobre fiscalização de cargas em rodovias e a fiscalização trabalhista. O plano prevê, ele tem uma concepção que é a necessidade de você estruturar o IBAMA de forma permanente na região e não fazer ações pontuais e isoladas, como historicamente o IBAMA sempre fez. Todo esse conjunto de ações... Como eu relatei aqui são 149 ações estratégicas. Elas foram definidas ao longo de 2003, e o plano foi lançado em março de 2004. Infelizmente, por questões orçamentárias... O recurso chegou ao IBAMA no dia 4 de julho de 2004. Portanto, as ações do plano na taxa anual do desmatamento de

2004 não se fizeram sentir. Porque o desmatamento anual da Amazônia é medido de agosto a agosto e o recurso chegou efetivamente no ano passado, ao IBAMA, em julho de 2004. Portanto, dentro de um processo estruturante e não de ações pontuais pirotécnicas, nós estamos trabalhando e acreditando que... O fato de nós termos saltado em 83% de 2002 para 2004 o número de autos de infração aplicados só na Amazônia, saltando de 3.555 para 6.500 autos de infração, mostra que há uma convergência. E mais. Nós reduzimos percentualmente o valor total das multas aplicadas e aumentamos em 41% esse valor total de multas. Por quê? A ação, hoje, é coordenada para grandes desmatamentos, sejam eles em terras públicas griladas ou em terras particulares, onde ocorrem o grande desmatamento. Saltamos o valor da multa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Sr. Flávio, conclua, por favor.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – De 2002, que era de 368 milhões de reais, subiu em 2004 para 548 milhões de reais. Foi um aumento de 41% no valor total das multas aplicadas. Quer dizer, esse esforço não se faz com as ações tradicionais que o IBAMA vinha fazendo. É um conjunto de ações. E nós podemos dizer que hoje o plano não é um plano do IBAMA, é um plano de governo, com a participação de 13 Ministérios coordenados pela Casa Civil. Então, há uma mudança de enfoque, há uma mudança de visão de como desencadear ações de fiscalização e monitoramento dentro da região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Para réplica, o Deputado Babá.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Sr. Presidente, não me sinto satisfeito porque é o seguinte, eu fiz uma pergunta justamente da negociação que houve. Porque a informação que tem é que foi funcionário de fora do IBAMA e não só os de lá de dentro. Tanto é que ele cita o seu nome como parte do acordo lá da BR. Se eu não me engano, foi final de 2003, início de 2004. Ele fala mais ou menos no inverno. E o inverno no Pará é entre final de 2003 e início de 2004. É o período do inverno. Ele fala no inverno. Então, aconteceu nessa situação aí. E, a partir daí, justamente houve uma quantidade enorme, segundo ele, de autorizações de desmatamento de 3 hectares cada que o próprio IBAMA posteriormente... E aí eu não diria que foi uma ação pirotécnica, mas foi após a morte da Irmã Dorothy que foram designados funcionários de fora do IBAMA e da Polícia Federal e do próprio Exército para a região. Tanto é que as multas saíram agora, correto, pelo que você falou ainda há pouco. A maioria das multas daquela região, a detecção das madeiras...

O que estou querendo colocar aqui é que o IBAMA... Eu quero um esclarecimento. Como aconteceu esse fato do adesivo, está certo? Se havia... Eu sei que são poucos, obviamente, funcionários do IBAMA, e aí não quero de forma nenhuma aqui... Ressalto a questão da maioria dos funcionários do IBAMA..., técnicos de excelente qualidade. Quero colocar aqui... Mas o problema é que, naquela região especificamente, pelo que parece, não foi feita fiscalização nenhuma durante o ano inteiro. Se foi, muito pouco autuaram. Eu até gostaria de ver o esclarecimento de 2004 daquela região, porque, evidentemente, pelo que ele colocava, como não havia as ATPFs, o que funcionou mesmo foi o adesivo nos carros, que era justamente a senha. Tanto é que ele coloca no próprio... que os carros também desses madeireiros foram usados, durante a campanha dos candidatos do PT, não apenas para transportar madeira, mas para transportar..., fazer parte da campanha.

O que me chama a atenção nesse processo é que, se tinham funcionários do IBAMA e do INCRA daquela região, será que não havia possibilidade nenhuma de detectar, por mais que houvesse poucos funcionários, que aquelas serrarias, que estão inclusive bem próximas do centro da cidade, ali de Altamira ou de Anapu... porque elas não estão lá no centro da mata, estão mais próximas do centro urbano. Como é que não se pôde detectar que aquelas madeiras estavam sendo derrubadas e adentrando na serraria?

É esse o questionamento que faço, porque eu sei que quando o IBAMA foi para lá... E também eu acho que vocês ampliaram a fiscalização. Não estou tirando os méritos desse trabalho. Pelo contrário, acho que tem sido importante – correto? –, mas só que, naquela região, há um buraco negro que precisa ser explicado, porque evidentemente essa situação não pode ficar da forma que está. É esse esclarecimento que pediria a você: por que, nesse período de 2004, durante o período eleitoral, não foi feita uma fiscalização vigorosa naquela região, não com pirotecnia, mas como fiscalização mesmo, que seria necessária?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Sr. Flávio.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Bom, rapidamente, o IBAMA, desde 2003, desde quando assumimos a gestão do IBAMA, nós estamos presentes de forma permanente na região envolvendo Altamira, Anapu, Pacajá. E foram feitas – eu não tenho aqui comigo em mãos – um conjunto de operações que até então não se havia feito na região, em 2003 e 2004. Eu poderia passar, no decorrer da semana, o detalhamento dessas operações e no que ela resultou. Portanto, a informação que o senhor tem em relação

à não-existência de operações de fiscalização na região não corresponde ao que foi realizado pelo IBAMA nesses 2 anos e meio de gestão.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Só um minutinho. Em 2003 houve. Tanto houve que os madeireiros fizeram protesto, porque naquelas serrarias inúmeras começou a faltar madeira. Portanto, em 2003, houve ação vigorosa. Eu acho que do IBAMA inclusive.

O problema que eu estou falando é 2004. O que eu quero abordar é 2004, porque em 2004 a quantidade de madeira que entrou e que estava inclusive até a morte da Irmã Dorothy em pátios e serrarias era algo estrondoso, porque eu vi, no sobrevôo, algo assim assustador, inclusive da quantidade de madeira.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Eu relatei aqui, anteriormente à sua chegada no plenário, que, exatamente em função dessas denúncias que chegaram ao IBAMA com relação a possíveis irregularidades – que estão sendo apuradas, continuam sendo investigadas –, nós desencadeamos as operações não em função da morte da Irmã Dorothy, mas em função de um planejamento detalhado, que foi objeto de uma reunião no dia 8 de fevereiro, em Belém, com todos os gerentes, chefes de fiscalização nos escritórios regionais do IBAMA, e que, portanto, em 2004... Inclusive é importante ressaltar aqui a primeira autorização de desmatamento feita com relação ao acordo Safra Legal, envolvendo o INCRA, junto aos projetos de assentamento (IBAMA, FETAGRI, AMAPA), a primeira autorização de desmatamento saiu em outubro. Então, ela não saiu ao longo de todo o ano de 2004. E nós estamos fazendo esse levantamento, tanto no escritório de Altamira, quanto na gerência em Santarém, e estaremos com essas informações disponíveis para que possam checar. Inclusive é importante ressaltar que, fruto dessa operação, foram apreendidas 37.850 metros cúbicos de madeira em Anapu, nessa operação, que durou um mês, de março a abril deste ano. É grande parte, ou uma parte significativa, que está sendo agora levantada, fruto desse acordo legal, com base na Instrução Normativa nº 03, foi emitida a ATPF – me parece que 780 e poucas ATPFs. Esse levantamento ainda está para ser concluído, mas existe uma parte dessa madeira, portanto, que foi transportada com ATPFs. Existe outra parte que foi identificada e que foi apreendida, na ordem de mais de 37 mil metros cúbicos de madeira. Então, houve uma ação, ato contínuo à informação de que havia alguma irregularidade desencadeado a operação. Agora, é importante que se frise aqui nesta CPI: essa operação foi desencadeada em função de todo um planejamento, de todo um trabalho árduo que está sendo feito de caráter estru-

turante no IBAMA, e não em função exclusivamente da morte da Irmã Dorothy.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Deputado Babá, só uma questão. Acho que é o terceiro depoente do dia de hoje. Algumas das questões já foram faladas pelos dois anteriores. Como V.Exa. não estava, fica difícil a gente ter que ficar escutando aquilo que já foi dito anteriormente.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Não, mas o que estou querendo colocar não é... A questão da multa do Senador Ademir Andrade é só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Eu quero fazer o seguinte encaminhamento. Eu quero que V.Exa. encaminhe a esta Comissão os documentos que tem. Tem um requerimento aqui para votar que é para convidar, para convocar um dos empresários da região. Vamos investigar essa questão da denúncia da questão do PT e das eleições. Então, já há um requerimento desta Comissão. O tema é que está repetindo. Nós estamos desde ...

O SR. DEPUTADO BABÁ – Mas isso não é repetição, é mais esclarecimento, porque a informação que a gente tem é que a multa do Senador Ademir Andrade, a redução que houve antes foi antes de ele entrar em qualquer recurso. Ela já foi reduzida antes do recurso. Essa foi a informação que nos chegou. Portanto, depois, sim, pode ter havido recurso dele, mas a redução, a primeira que houve foi mesmo sem haver recurso.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Essa informação eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Eu solicito ao Sr. Flávio que encaminhe a esta Comissão essa questão da multa do Ademir Andrade até no máximo em 7 dias, esclarecendo essa questão por último levantada pelo Deputado Babá.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Eu estou encaminhando aqui uma cópia do ofício que foi encaminhado ao Deputado Babá. Nela já constam os dados em relação à multa aplicada ao Senador Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – É, só tem essa questão última para ser esclarecida.

Seguindo a ordem de inscrição, eu passo a palavra ao Presidente desta Comissão, Deputado Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Flávio, o senhor afirmou que os recursos para aprimorar, melhorar a fiscalização só chegaram em meados do ano passado, portanto, a melhoria no sistema não se refletiu nos dados esta-

tísticos – muito negativos – do ano de 2004. Ou seja, eles só tiveram influência na segunda metade do ano. Por isso é que chegou a um índice tão alto de 26 mil quilômetros quadrados.

Na sua avaliação, este ano, estes primeiros 6 meses, estamos com menos de 13 mil quilômetros quadrados desmatados?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Eu não entendi o final da pergunta. Com quantos?

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Menos da metade do que foi o ano passado?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Não, eu não teria hoje, no momento, condições de precisar a dimensão do desmatamento até a presente data. O fato é que nós temos segurança em afirmar que, em função desses investimentos, em função de um planejamento detalhado, que foi elaborado no âmbito das operações de fiscalização integrada para o ano de 2005, é possível se imaginar uma sensível redução na taxa de desmatamento anual que será a de 2005. Nós estamos trabalhando arduamente para que isso possa ocorrer. Só para se ter idéia, no âmbito do plano, nós estamos hoje com 78 fiscais trazidos de outras regiões da Amazônia para o Mato Grosso, com mais 47 fiscais de outras regiões no Estado do Pará, e estamos também com... não lembro exatamente o número, mas com um número razoável de fiscais hoje, de uma equipe trabalhando na base operativa de Extrema, no Estado de Rondônia, mas vinculada à gerência de Rio Branco, em parceria com a gerência de Manaus, na operação do sul do Amazonas. Portanto, como nós nos antecipamos em relação ao ano passado em relação ao desmatamento deste ano, há fortes indícios de que nós possamos reduzir sensivelmente essa taxa para o ano de 2005.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – A segunda pergunta é a seguinte: o senhor afirmou que foram apreendidos 33 mil metros cúbicos de madeira.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – É 37.850.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Metros cúbicos de madeira. Essa madeira será doada a alguma ONG?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Ela pode ser doada e existe uma instrução e um decreto que regulamentam os procedimentos para a doação. Para isso, é necessário que haja um pedido formal à gerência vinculada, onde essa madeira está alocada, que, no caso, é a gerência de Santarém. A gerência

tem uma comissão de doação composta por membros do IBAMA que poderão analisar o pedido e, dentro daquela definição dos critérios e dos procedimentos no âmbito da instrução e do decreto, eventualmente, proceder a futuras doações.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – A decisão é descentralizada, não passa por nenhum órgão a nível de diretoria. Quer dizer, o gerente regional, lá na ponta, tem o poder de doar?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – É, ele tem o poder de doar, mas com base naquilo que a Comissão de doação encaminha para ele. Eventualmente, caso ele tenha algum questionamento a fazer, isso pode ser encaminhado para a direção nacional do IBAMA.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Mesmo depois de todo esse questionamento a respeito da doação à FASE, posteriormente a transferência, a Madeireira Cikel, o senhor continua sendo um defensor dessa sistemática de doação de madeira apreendida?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Sem dúvida. Acreditamos que a doação é muito mais eficaz e evita que essa madeira possa retornar para eventuais infratores que exploraram a madeira ilegalmente. Quanto em relação à questão da doação para a FASE, ela foi muito bem esclarecida e analisada como correta pelo Tribunal de Contas da União, em parecer exarado por esse Tribunal.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – O senhor pode encaminhar cópia dessa análise do Tribunal a esta Comissão?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Sem dúvida. Assim poderemos fazer.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – A avaliação que nós temos é diametralmente oposta a de V.Exa. Nós temos achado que entregar essa madeira para uma ONG, posteriormente, ela passar por uma madeireira como a Cikel, uma empresa com um passado já tão tenebroso, de tantas dúvidas, não está até..., não pode nem operar, está registrada no CADIN, já foi multada pelo IBAMA. Tem, portanto, uma vida pregressa bastante questionável. Nós achamos que é isso que mais estimula justamente o esquentamento da madeira.

Agora, o sistema anterior, em que a madeira era leiloada, não era um sistema melhor que poderia, pelo menos, acarretar recursos para o aparelhamento, para o fortalecimento do IBAMA?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – O IBAMA vem trabalhando com outros instrumentos que

possam aprimorar a arrecadação de recursos, como a compensação ambiental e outros mecanismos que possam complementar o orçamento anual do IBAMA. No entanto, com relação à doação de madeiras, ela é um mecanismo que, em si, não inibe, não impede que qualquer representante de uma madeireira, eventualmente, que teve a sua carga apreendida, possa dar um lance e recuperar essa madeira portanto, apreendida. Com relação à Cikel, assim como outras madeireiras, temos clareza de que foi uma madeireira que já foi autuada, já foi multada pelo IBAMA, mas em função de uma série de medidas corretivas aplicadas pelo IBAMA ao longo dos últimos anos, essa madeireira, a nosso ver, conseguiu mudar os seus procedimentos internos e hoje é uma das poucas madeireiras certificadas pelo selo de maior respeitabilidade internacional de certificação ambiental, que é o FSC.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Na sua avaliação, o sistema de ATPF é o melhor?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – É o sistema que hoje nós temos e, como foi dito anteriormente aqui na Comissão, ele vem passando por um processo de aprimoramento no âmbito da conclusão do SISPROF, como um sistema que irá gerar um módulo de maior controle e rigor para o transporte, para a exploração e transporte de produtos florestais.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Qual a estimativa do cronograma para que se alcance minimamente isso que o senhor está defendendo?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Parece-me que até o final do ano, no mais tarde no final do ano, esse módulo de controle estará pronto. Ele já vem sendo discutido e está em fase quase que final de conclusão, de elaboração.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – A última pergunta é a respeito de uma apreensão de 190 caixas de peixes ornamentais no Aeroporto Internacional de Manaus. Há suspeitas de envolvimento de servidores do IBAMA?

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Que tenha chegado a mim alguma informação nesse sentido, eu desconheço, mas podemos fazer a devida averiguação. Se houver mais elementos que possam nos ajudar, inclusive, para que possamos identificar eventuais irregularidades, serão bem-vindos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Era só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Agradecemos ao Sr. Flávio Montiel da Rocha e o

dispensamos, porém, com a recomendação de os documentos solicitados nos serem enviados, aqueles que ficaram pendentes, no prazo de 5 dias.

O SR. FLÁVIO MONTIEL DA ROCHA – Pois não. Os documentos serão encaminhados. E eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Sete dias, aliás.

Solicito aos Srs. Parlamentares que permaneçam porque há apreciação de requerimentos. Consultamos a nossa assessoria, há número legal para isso e vamos fazer essa apreciação.

Requerimento nº 87/05, da Deputada Thelma de Oliveira, que solicita sejam convidados os Srs. Frederico Guilherme de Moura Miller, ex-secretário do Meio Ambiente e ex-Presidente da Fundação do Meio Ambiente, para prestar esclarecimento acerca dos fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI.

Com a palavra, caso deseje usá-la, a Deputada Thelma de Oliveira.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 88/05, da Deputada Thelma de Oliveira, que solicita sejam convocados os Srs. Elvis Cleber Portela e Nivaldo do Carmo Silva, despachantes envolvidos na operação Curupira.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Requerimento nº 89/05, adiado *ex-officio*. Se ninguém se opuser, em função da ausência do Deputado Hamilton Casara, não tendo oposição, nós faremos a votação. Solicita sejam realizadas diligências e investigações de audiências públicas nos Municípios de Humaitá, Inhamundá e Manicoré, no Estado do Amazonas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 90/05, também do Deputado Hamilton Casara, solicita sejam realizadas diligências

de investigações de audiência pública nos Municípios de Santarém, Altamira, Anapu e região, no Estado do Pará.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 91/05, do Deputado Sarney Filho, que requer sejam convocados, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre os fatos relacionados ao campo de investigação da CPI, os Srs. Ademar Pereira de Medeiros, técnico administrativo do IBAMA-Brasília, Sólton Fagundes, gerente-executivo do IBAMA-Natal, Felipe Carmene Arruda Câmara, técnico administrativo do IBAMA-Natal e Nelson Rezende, gerente do Centro de Especialidade de Informática do IBAMA.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 92/05, do Sr. Sarney Filho, que requer providências ao IBAMA, bem como cópia do processo disciplinar que especifica.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Como o último requerimento é de minha autoria, passo a Presidência à Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Requerimento nº 93/05, do Sr. Dr. Rosinha, que requer sejam convocados a prestar depoimento os Srs. Amauri de Oliveira Nunes, ex-associado da ACT e Manoel Messias da Silva, prestador de serviços para madeireiras do Estado do Pará.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha para encaminhar.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradecendo a presença aos senhores convidados, às testemunhas, aos Srs. Parlamentares, assessores e demais presentes, declaro encerrada a reunião, antes, convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se no próximo dia 21 de junho, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 12.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 31ª reunião (Ordinária) realizada em 21 de junho de 2005

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 12 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto e Perpétua Almeida – Vice-Presidentes, Benedito de Lira, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Rosinha, Hamilton Casara, Leandro Vilela, Luiz Bittencourt, Maria Helena, Robson Tuma, Sarney Filho e Zico Bronzeado – titulares, e Arnaldo Faria de Sá, Fernando Coruja, Fernando Gabeira, Leonardo Monteiro, Pastor Reinaldo e Thelma de Oliveira – suplentes. Compareceram também os Deputados Ronaldo Dimas e Wellington Fagundes. Deixaram de comparecer os Deputados Dr. Ribamar Alves, Francisco Garcia, Gervásio Oliveira, Henrique Afonso, João Carlos Bacelar, Josué Bengtson, Neyde Aparecida e Nilson Pinto – titulares, e Badu Picanço, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Max Rosenmann, Miguel de Souza, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 30ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes pessoas: Sr. Nelson Gonçalves Rezende – Gerente do Centro Especializado de Informática do IBAMA; Dr. Mário Lúcio Avelar – Procurador da República no Estado de Mato Grosso; e Sr. Hugo José Scheuer Werle – ex-Gerente-Executivo do IBAMA no Estado de Mato Grosso, sobre fatos relacionados com

o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou o Sr. Nelson Gonçalves Rezende para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra antes de responder às perguntas dos Deputados. A Deputada Thelma de Oliveira assumiu a presidência dos trabalhos, passando a palavra à testemunha. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho, Dr. Rosinha, Fernando Gabeira, Thelma de Oliveira, Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pela Deputada Thelma de Oliveira) e Hamilton Casara. A Sr^a Presidente convidou o Dr. Mário Lúcio Avelar a tomar assento à mesa. O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame reassumiu a presidência dos trabalhos, passando a palavra ao expositor. Concluída sua exposição, formularam perguntas os Deputados Sarney Filho, que solicitou ao expositor apontar nomes de pessoas que poderiam ser investigadas por esta CPI, principalmente com relação à extração ilegal de madeira na Amazônia, Fernando Gabeira, Dr. Rosinha, e Thelma de Oliveira, que assumiu a presidência dos trabalhos. A Sr^a Presidente convidou o Sr. Hugo José Scheuer Werle para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. A testemunha entregou Declarações do Imposto de Renda sua e de sua esposa. O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame reassumiu a presidência dos trabalhos. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho, Thelma de Oliveira, Dr. Rosinha e Antonio Carlos Mendes Thame. B – Apreciação de requerimentos: 1) – REQUERIMENTO Nº 94/05 – da Sr^a Thelma de Oliveira – que “solicita seja convocado o Senhor Rodrigo Justus de Brito, envolvido nas investigações da “Operação Curupira”, para prestar esclarecimentos acerca dos fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 2) – REQUERIMENTO Nº 95/05 – da Sr^a Thelma de Oliveira – que “solicita seja convidado, para prestar esclarecimentos acerca dos fatos relacionados à “Operação Curupira”, o Senhor Nereu Pasini – Presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 3) – REQUERIMENTO Nº 96/05 – da Sr^a Thelma de Oliveira – que “solicita seja convidado, para prestar esclarecimentos acerca dos fatos relacionados à “Operação Curupira”, o Senhor Nilson Leitão – Prefeito de SINOP, Estado de Mato Grosso”. Em votação, foi aprovado o requeri-

mento. 4) – REQUERIMENTO Nº 97/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer ao IBAMA cópia do Processo de Sindicância nº 2001.004750/2004-16”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 5) – REQUERIMENTO Nº 98/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer ao IBAMA cópia da documentação que especifica, relativa aos anos de 2003, 2004 e 2005: Relatórios Anuais da Ouvidoria; da Auditoria; de Fiscalização da CGFIS/DIPRO; de Atividades da CGREF/DIREF; Relatórios de Emissão, Uso e Prestação de Contas das ATPF's emitidas pela Casa da Moeda e pelo American North Bank; e Relatório Anuais do Núcleo de Operações Aéreas/NOA”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 6) – REQUERIMENTO Nº 99/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer sejam convocadas a prestar depoimento perante esta CPI, na condição de testemunhas, as pessoas que especifica: Sr. Mário Rubens de Sousa Rodrigues – Presidente do SINDIFLORESTA – Pará; Sr. Paulo Müller – Madeireiro, Associado ao SINDIFLORESTA – Pará; Sr^a Najja Maria Santos Guimarães – Analista Ambiental – Chefe da DITEC do IBAMA; e Sr. Carlos Renato Leal Bicelli – Analista Ambiental do IBAMA, em Altamira – Pará”. Em votação, foi aprovado o requerimento. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezenove horas e vinte minutos. E para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Boa-tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30^a Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros e a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 29^a Reunião.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em atendimento ao pedido de dispensa de leitura da ata, do Deputado Sarney Filho, nosso Relator, ela está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em virtude da aprovação de requerimentos nesta Comissão, reúne-se hoje em audiência pública, para

ouvirmos as pessoas: o Sr. Nelson Rezende, Gerente do Centro Especializado de Informática do IBAMA; o Dr. Mário Lúcio Avelar, Procurador da República no Estado de Mato Grosso e o Sr. Hugo José Werle, ex-Gerente Executivo do IBAMA no Estado de Mato Grosso.

Convido o Sr. Nelson Rezende, Gerente do Centro Especializado de Informática do IBAMA, a tomar assento à mesa. Solicito que o Sr. Nelson Rezende preste juramento em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. NELSON REZENDE – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo à testemunha que o art. 342 do Código Penal tipifica, como crime de falso testemunho, fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, e comina a este crime uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra o Sr. Nelson Rezende para, se desejar, por até 20 minutos, usar da palavra antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. NELSON REZENDE – Exmo. Sr. Presidente, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame; Exmo. Sr. Relator, Deputado Sarney Filho; Exmo. Srs. Deputados membros da CPI; senhoras e senhores, nós elaboramos uma cronologia do processo de informatização do IBAMA, nesses 15 anos, quase 16 anos. Em 1989, é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, oriundo da fusão dos seguintes órgãos: IBDF, SEMA, SUDEPE e SUDEVEA. As atividades de coordenação e planejamento da área de informática do instituto ficam a cargo da Coordenadoria de Informática, CORIN. Nesse mesmo ano, estava previsto, no Programa Nacional do Meio Ambiente, um recurso orçado em torno de 1 milhão e 500 mil dólares para a construção de um CPD no IBAMA. Essa solução clássica contemplava um grande CPD, composto de equipamentos *main frame* central, terminais, no elemento de despesa “obras e instalações”. Em 1990, é realizado o primeiro inventário do parque computacional, oriundo dos 4 ex-órgãos, e incorporado ao patrimônio do IBAMA. Em 91, é aprovada a política de informática do IBAMA. A Comissão de Informática aprovou, em outubro de 91, a política de informática do IBAMA, contendo as diretrizes gerais para a informatização do instituto. Este documento foi encaminhado para a homologação das diretorias em outubro de 91. Participavam da Comissão de Informática representantes das diretorias e um representante das antigas superintendências. Em outubro, é elaborada pela Comissão de Informática a norma para ob-

tenção de *software* e equipamentos de informática em 20 de novembro de 91. Essa norma foi codificada pela área de modernização em 27 de fevereiro de 92. No mesmo ano de 91, a Comissão de Informática aprova o Catálogo de Equipamentos e Sistemas do IBAMA. De outubro a dezembro de 91, é desenvolvido e implantado o Sistema Integrado de Gerenciamento das Superintendências Estaduais do IBAMA, denominado SIGES. Contemplava as atividades de arrecadação, cobrança, protocolo, cadastro e fiscalização. Em 1992, discussão com o Banco Mundial da troca de finalidade dos recursos referidos em 89, que passaram a ser destinados à aquisição de *hardware* e *software* para o IBAMA, conforme estabelecido pela sua política de informática. A Coordenação Geral de Planejamento do IBAMA formalizou esse pedido em 8 de maio de 92, por meio do Memorando nº 61/92, devidamente aprovado pelo Banco Mundial. Em agosto de 92, a Comissão de Informática conclui o Plano Diretor de Informática – PDI para o biênio 92/93, aprovado pelas diretorias do instituto e encaminhado para todas as unidades do IBAMA. No mesmo mês de agosto de 92, é enviado ao Banco Mundial o termo de referência elaborado pela Coordenadoria de Informática, obedecendo à política de informática do IBAMA, propondo a implantação da Rede Nacional de Computadores do IBAMA, a RNCI. No mesmo ano, foi elaborado e publicado edital de licitação para contratação de empresa para elaborar o projeto básico da rede. Foi concluído o processo licitatório, que se verificou em duas fases. A primeira fase foi a pré-qualificação das empresas, de universo limitado de participantes; no máximo, 6 empresas foram pré-qualificadas. E a segunda fase, a qualificação final, da qual participaram as empresas pré-qualificadas, destinadas a selecionar, dentre as propostas tecnicamente qualificadas, a de menor preço. Foi vencedora desse processo a empresa Politec Informática Ltda. Em 1993, foi elaborado pela empresa Politec o projeto básico da Rede Nacional de Computadores do IBAMA. Todas as diretorias designaram representantes para prestar informações, e foi a mesma equipe da Politec. E foram visitadas, nessa época, 10 superintendências. Nesse mesmo ano, foi preparado processo de licitação na modalidade Concorrência Pública Internacional para Aquisição de *Hardware* e *Software* para a Rede Nacional de Computadores do IBAMA. Esse processo de licitação foi dividido em 4 pacotes. O primeiro pacote, o Pacote nº 1, chamado de Redes Locais, compostos de computadores, servidores com processador Risk ou Intel, conforme especificação do projeto: *software* de rede, instalação lógica e elétrica, incluindo todo o material necessário à instalação e teste das redes, treinamento de pessoal, operação, administração de

redes, manutenção e suporte pós-instalação. O pacote nº 2, chamado de Sistema Gerenciador de Banco de Dados, composto por *software* gerenciador de banco de dados, com número de licenças de uso adequado para cada local, incluindo garantia, manutenção, treinamento de pessoal, suporte de pós-instalação e consultoria presencial na sede do IBAMA, em Brasília, DF. O pacote nº 3, chamado de Sistema Gerenciador de Imagem de Documentos, composto por *software* gerenciador de imagens e documentos, com número de licenças de uso adequado para cada local, *hardware* para tratamento de imagem, garantia, treinamento de pessoal, manutenção e suporte pós-instalação. Pacote nº 4, chamado de Estações de Trabalho e Impressoras, composto por computadores com processador Intel, impressoras *laser* e matricial, *modem* estabilizador de tensão, incluindo garantia, instalação e manutenção. Em agosto de 1993, foi publicado no *Diário Oficial da União* e em outros órgãos de divulgação, como *Gazeta Mercantil*, *Jornal de Brasília*, *Correio Braziliense* foi publicado o edital da compra desses equipamentos. No mesmo ano, houve uma conferência pré-licitatória para esclarecimentos de dúvidas sobre a licitação realizada em setembro de 93, tendo sido publicado o convite para esse evento no *Diário Oficial da União* e em alguns jornais nacionais já citados. Todos os adquirentes do edital, os que compareceram à conferência em tela, receberam ata desse evento em inglês e português. Em dezembro de 93, foram abertas as propostas, destacando-se os seguintes fatos. Sete empresas apresentaram-se como concorrentes. Para o Pacote nº 3, apenas uma empresa apresentou proposta. No finalzinho de 93, o julgamento das propostas e conclusão. A empresa Microdata, concorrente do Pacote nº 3, foi desclassificada por apresentar preço superfaturado. Como era a única concorrente nesse pacote, o mesmo acabou sendo cancelado. Os demais pacotes tiveram as seguintes vencedoras: Medidata Informática S.A., Pacote nº 1; Oracle do Brasil Sistema Ltda., Pacote nº 2; Ashford Internacional, Pacote nº 4. Valores dos pacotes: Medidata, 4 milhões 252 mil dólares; Oracle, 1 milhão 266 mil dólares; Ashford, 1 milhão 496 mil dólares. Em 30 de dezembro de 93 foram assinados os contratos e em 19 de janeiro de 94, publicados os extratos no Diário Oficial. Em 1994. Em maio de 94 foi o treinamento de pessoal de desenvolvimento em Oracle, treinamento de operadores-chave, administradores de rede e usuários avançados. Início do programa de treinamento dos técnicos para operação...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sra. Presidenta dos trabalhos, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Eu acredito, Sra. Presidenta, que esse relatório consubstanciado, minucioso, que está escrito dando um histórico do sistema, é importante, mas eu acredito que nós poderíamos pegar esse relatório já e distribuí-lo à Comissão e ganharmos um pouco de tempo e partirmos para as perguntas mais objetivas.

O SR. NELSON REZENDE – Ele foi entregue à Mesa já; foi entregue à Secretaria.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Foi, não é? Então, nesse caso, eu acredito que nós nos sentimos...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Pela ordem também, Sra. Presidenta. Eu queria saber o seguinte: a justificativa da convocação ou do convite ao Dr. Nelson Rezende diz o quê? Ele vem explicar o quê? Porque se for para explicar como é que funciona o Centro Especializado de Informática do IBAMA, eu acho que no processo a gente teria coisas mais urgentes a conhecer, apesar da importância de conhecer o Centro Especializado de Informática do IBAMA. Mas aqui a gente está tratando de desmatamento, de crime, muitos crimes praticados no Brasil, e nós queremos saber de questões ligadas a esses crimes – o senhor entende?

O SR. NELSON REZENDE – Entendo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Não creio que na justificativa tenha alguma dúvida sobre a concorrência, se sumiu uma ou outra impressora – não é essa a questão. A questão nossa é a Amazônia, são os crimes na Amazônia, e é isso o que a gente está apurando aqui, eu imagino, não é?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sra. Presidenta, só para concluir o que o Deputado Gabeira disse, eu acredito que, já que houve a aquiescência do expositor, que já distribuiu inclusive antes a cópia para a Comissão, esta Comissão possa disponibilizar a seus membros, e nós passemos imediatamente ao debate.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Então, eu vou, com a anuência do nosso expositor, passar para o debate e passo imediatamente a palavra ao nosso Relator, Deputado Sarney Filho, para que ele possa estar realizando as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, Sr. Nelson, em primeiro lugar gostaria de agradecer sua presença aqui na Comissão. A primeira pergunta: o cadastramento de usuários dos sistemas informatizados é exclusivo do CNT na sede ou há responsáveis em cada gerência executiva?

O SR. NELSON REZENDE – Nos sistemas que rodam nas gerências, a gente tem um núcleo de informática, que é o NINFO – Núcleo de Informática, e

uma pessoa, um técnico que participou desse processo aqui. A idéia de falar aqui é para fazer um *link* para os sistemas. Eu ia chegar aqui no relatório nos sistemas, não é? Só fazer um *link*, porque foi um processo longo. Houve um plano-diretor de informática, houve uma política de informática para se implantar essa rede que, em junho agora, fez 10 anos. Então, nos sistemas que rodam hoje, nas gerências executivas do IBAMA, tem um técnico nosso que faz essa permissão, habilitação na rede, mas na rede sem ser sistemas. Na rede para mexer com Word, com Excel, tem uma permissão. No banco de dados, quem faz, mesmo o banco de dados estando na gerência, quem faz isso é Brasília.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Multas, por exemplo. Multas, a possibilidade de mexer em multas?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Quem pode reduzir, através do sistema, reduzir uma multa de 270 para 27?

O SR. NELSON REZENDE – O gerente executivo é que pode reduzir essa multa, e ficar registrado no sistema de arrecadação. Lá tem um campo obrigatório que você tem que explicar o motivo e falar quem. Quer dizer, tem que ter essa senha, senão não deduz. A pessoa entra com essa senha...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Entra com a senha, que só o gerente tem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Deputado Gabeira, eu entendo a importância das perguntas do nobre Deputado, mas o Deputado Sarney, nosso Relator, está fazendo as perguntas dele. Em seguida, eu passo a palavra ao senhor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Há algum mecanismo nos sistemas que acuse, automaticamente, procedimentos contrários à legislação, tais como esses de redução de multa?

O SR. NELSON REZENDE – Não, tem que informar o amparo legal. A pessoa, ela entra no sistema, dá a senha e põe o motivo da redução, e tem que colocar um amparo legal. Isso fica registrado no sistema. Mesmo sendo um sistema na gerência, fica registrado no sistema.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Nós recebemos notícias e levamos a público: caso de alteração ou supressão irregular de valores de multa no sistema informatizado do IBAMA, conforme os documentos que foram entregues aqui ao Sr. Flávio Montiel e a Teófilo Pantoja. Como o senhor explica essas alterações, como foram possíveis essas alterações?

O SR. NELSON REZENDE – Eu não conheço o documento. Mas, no sistema de arrecadação, tem a senha da pessoa que fez. E aí eu teria que ver essa

informação, para poder mapear e ver. Até a máquina que foi feito dá para a gente detectar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, até o presente momento – acho que os documentos estão aparecendo aqui –, mas até o presente momento, oficialmente, ou mesmo de maneira informal, V.Sa. não tinha conhecimento dessas denúncias?

O SR. NELSON REZENDE – Não. Tem um caso no Paraná, tem um processo aberto no Paraná. O Presidente da Comissão entrou em contato comigo para eu explicar o que tinha acontecido, mas há 8 anos atrás. Os sistemas, há 8 anos atrás, eles não tinham histórico de movimentação, de alteração. A gente está implantando isso hoje. Hoje, no Cadastro Técnico Federal, que está na Internet, a gente consegue inclusive mapear a máquina, o IP da máquina da pessoa. A gente consegue saber se a alteração foi feita dentro da rede do IBAMA, se foi feita fora da rede do IBAMA, a hora que foi feito, o que ele fez, o que ele alterou. Aí, quando a gente tem essa necessidade de saber qual a máquina externa que alterou, a gente contacta o pessoal da Polícia Federal, que identifica, via provedor de acesso à Internet, que usuário que fez isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quer dizer que V.Sa. não tinha tomado conhecimento daquilo que foi levado ao conhecimento do Diretor Flávio Montiel, no último dia 11?

O SR. NELSON REZENDE – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Nem foi acionado internamente para explicar qualquer tipo dessas coisas?

O SR. NELSON REZENDE – A área do Montiel, de fiscalização, eles encaminham para a gente, praticamente todo o dia. Hoje mesmo a gente gerou um CD para o Ministério Público. Eles perguntam direto. A gente está emitindo relatório de auto de infração, de embargo. A gente praticamente responde à área da fiscalização do IBAMA. Quase que todo o dia chega uma demanda para poder informar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. Poderia dar uma olhada nessa documentação aí atrás?

O SR. NELSON REZENDE – Esse aí é um auto de infração? Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Auto de infração... Vamos passar tudo, não é?

O SR. NELSON REZENDE – Mas não tem no sistema, não é? Isso é só o...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mais tarde vai aparecer, depois, no sistema. Aí, já é no sistema reduzido, é isso? Aí, já aparece no sistema reduzido.

O SR. NELSON REZENDE – É, isso está registrado quem fez.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Isso está registrado quem fez?

O SR. NELSON REZENDE – Eu não sei. Com certeza, se foi no SICS..., que é..., no SISAR, que é o Sistema de Arrecadação do IBAMA, isso, com certeza, tem lá a senha de quem fez. Agora...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A responsabilidade de apurar isso é da sua área?

O SR. NELSON REZENDE – Geralmente é uma comissão, é um PAD, aí, contacta a gente tecnicamente para poder informar o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E até agora..., mesmo com a denúncia feita aqui na CPI, V.Sa. não tinha sido comunicado de nada disso?

O SR. NELSON REZENDE – Eu desconheço. (Risos.) Desculpe.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Tá. Bem, só para entendimento. Aquele histórico era muito longo, assim, um pouco longo, mas, muito rapidamente, para que as pessoas aqui pudessem tomar conhecimento. Como seria o funcionamento dos sistemas hoje? Hoje, no IBAMA, como funcionam os sistemas? SIFISC, SICAP, SISPROT, SISAR, SISPROF, são todos esses sistemas, funcionam...?

O SR. NELSON REZENDE – É, eles... O SISAR, de arrecadação, o SIFISC e o Cadastro Técnico Federal, que é o CTF, que gera a taxa de controle e fiscalização ambiental, eles hoje estão na Internet, estão aqui em Brasília com a gente, integrados. O que temos hoje...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Os integrados, então, são quais?

O SR. NELSON REZENDE – O SISAR, mas é um módulo o SISAR. O modo de pagamento está aqui integrado. A gente está agora, acho que no mês que vem, a gente já está lançando a terceira geração do Sistema de Arrecadação do IBAMA integrado com a fiscalização, com o sistema de fiscalização. Todos esses sistemas rodavam com bases locais nas gerências. Por que isso? Porque, na verdade, o processo de informatização, na época, que era há 10 anos, o custo de comunicação era muito alto. Então, a gente fez opção de comprar banco de dados para cada gerência. Evidentemente, com o advento da Internet e o custo estar barateando, a gente está trazendo as bases todas para Brasília.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas, só para a gente poder fechar, no meu entendimento e acho que no dos membros da Comissão sobre isso. Quem é que poderia, na realidade, em tese – não vamos falar sobre o caso concreto –, em tese, quem poderia fraudar o sistema? Quem teria acesso? Quais seriam as pessoas no caso da multa específica? Quais as

instâncias que poderiam fraudar? Primeiro, assim, em que instâncias? Na gerência executiva poderia?

O SR. NELSON REZENDE – Multa... A gerência executiva, a pessoa, com a senha, se ele passar a senha para outra pessoa, a pessoa faz.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas, quem tem a responsabilidade da senha? É o gerente executivo, na gerência executiva?

O SR. NELSON REZENDE – Não, para reduzir multa, só pode reduzir multa o gerente executivo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só o gerente executivo tem essa senha?

O SR. NELSON REZENDE – É, é uma... eu acho que é uma portaria, eu não sei direito, mas é a pessoa que representa o Presidente lá.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Certo. Muito bem. Não sendo lá, não sendo o gerente executivo lá, aqui em Brasília também poderia?

O SR. NELSON REZENDE – Tem uma pessoa, lá, da arrecadação que é responsável pelo sistema. Essa pessoa poderia também, só que estaria, lá, o nome dela, registrado que ela fez.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Tá. Então, nesse caso, agora, voltando a esse caso específico. É possível se saber quem fez essa fraude?

O SR. NELSON REZENDE – É possível. Agora, o auto é o auto do outro sistema, que é o de fiscalização. E, depois que ele... Quer dizer, eu não sei direito o mecanismo. São dois sistemas que interagem automaticamente. Quando eu lanço o auto de infração, gera automaticamente um débito no sistema de arrecadação. É automático. Se ele digita, gera um débito inicial. Digitou, gera o débito.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas, aí, foi entre a multa e a digitação que saiu a...

O SR. NELSON REZENDE – Pois é, mas, depois que eu digito o auto, gera um débito automático.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sei.

O SR. NELSON REZENDE – Esse débito não retira mais.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não, mas me parece que a fraude aconteceu antes da digitação, no processo.

O SR. NELSON REZENDE – É, então, não digitou, não gera. Não digitou, não gera. Se eu não pego o auto e não digito, não tem nada no sistema. Eu tenho de digitar o auto para gerar o débito automático na arrecadação. Se eu não digito, não gero débito nenhum.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Nesse caso, aí, quem digitou é que é o responsável direto. Já está claro, então.

O SR. NELSON REZENDE – É, ou não digitou.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Tá, ou não digitou.

O SR. NELSON REZENDE – Isso é um... Tem, lá, um bolo de processo com auto para digitar. Se eu não digitar, não gera o débito automático.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E esse aí que teve o erro de 270 para 27, dá para saber quem digitou?

O SR. NELSON REZENDE – Se foi digitado no sistema, sim. É que eu não...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, ele foi digitado no sistema.

O SR. NELSON REZENDE – Foi digitado?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Foi. Pode ver ali que...

O SR. NELSON REZENDE – Dá para ver...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas...

O SR. NELSON REZENDE – Desse jeito aqui, ele está...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, não. Aí está 270. Baixe pra ver.

O SR. NELSON REZENDE – Esse garrancho aqui é um...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Aí aparece a digitação. Processo... Olha, aí está dizendo...

O SR. NELSON REZENDE – Eu teria que olhar no sistema.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Olha lá o auto: 270, em cima, ali. Depois é... É que a moça ali está sem treinamento nesse computador aí. *(Risos.)* Está embaixo. Você tem que erguer...

O SR. NELSON REZENDE – Mas eu posso ver esse lá. Dá pra ver. Se foi digitado, a gente consegue ver. Agora, a retirada... Agora, retirar o dado de um banco de dados, só pessoal muito habilitado pra poder fazer isso.

(Intervenção inaudível.)

O SR. NELSON REZENDE – O *hacker* que é o pior é o interno. O pior *hacker* é o interno. *(Risos.)* É um *hacker* mesmo que vai tirar isso. Tem que conhecer muito.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, esses casos, que nós também vamos passar depois, são 3 casos: Ademir Galvão, de 270 mil passou pra 27; João de Lima Alves, de 400 mil passou pra 400, e Gérson Salviano Campos, de 250 mil zerou, pelo que me disseram aqui. Evidentemente, vamos passar...

E, de minha parte, eu já estou satisfeito. Vou...

O SR. NELSON REZENDE – Posso só complementar?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pois, não.

O SR. NELSON REZENDE – No sistema de arrecadação, você tem um relatório lá que mostra o auto original e a redução que houve nesse auto, quando é que foi feita e quem fez. Agora, esse auto tem que estar no sistema. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – O Deputado Gabeira está inscrito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele está falando ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Então, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Só uma pergunta para o Nelson.

Sr. Nelson, esse sistema, agora, que tem senha, tem tudo, começou a funcionar em que época?

O SR. NELSON REZENDE – Essa interligação do Cadastro Técnico Federal foi em 2001 que a gente começou a colocar na Internet pra que, na verdade, não tivesse muito de a empresa ter que ir ao IBAMA. Então, ele faz tudo pela Internet. Ele gerava o boleto pela Internet, pagava no banco. Esse pagamento vem via Banco do Brasil, compensação nacional, e faz a prestação de contas. A gente foi pegando esses dados da arrecadação e foi integrando isso. Essa integração ainda não está completa, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não está ainda completa?

O SR. NELSON REZENDE – Ela vai entrar agora, na verdade, porque a gente está trazendo todo o sistema de arrecadação, de fiscalização, aqui pra sede do IBAMA. Isso é um esforço que a gente vem fazendo já ao longo de uns 4 anos pra tentar centralizar isso aqui. A gente não pôde centralizar porque não tinha condições de aumentar os *links* nossos de Internet e não tínhamos condições de ter essa base centralizada aqui.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa questão que o senhor disse agora há pouco. Eu faço o auto de infração, o cidadão faz a defesa e legalmente eu posso reduzir. E aí o senhor disse que, reduziu aqui, automaticamente vai gerar um déficit lá adiante.

O SR. NELSON REZENDE – Vai.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa integração, a partir de quando começou?

O SR. NELSON REZENDE – Essa já existe na gerência. Só não está centralizada aqui. Porque hoje os 2 sistemas funcionam nas gerências. O de fiscalização e o de arrecadação têm todo esse histórico lá. A dificuldade que nós temos é que toda vez que chega uma demanda a gente tem que trazer as bases todas pra Brasília pra fazer a consolidação e emitir algo

consolidado. Então, essa dificuldade de 3, 4 anos é que... E, claro, com a questão da Internet ter baixado o custo, a gente está trazendo tudo pra cá. Mas isso, hoje... Não é o fato de estar lá na gerência que não tem. Existe isso lá, hoje. Essa integração tem mais de 5 anos. Esse histórico está no sistema. Se foi digitado, está lá. Agora, se não digitar...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Com a palavra o Deputado Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Eu queria perguntar ao senhor o seguinte: o senhor disse que tem recebido muita demanda de informação sobre multa e tudo o mais. Esses casos acontecidos na Amazônia recentemente... Existe alguma comissão de sindicância que procurou o senhor internamente?

O SR. NELSON REZENDE – Ainda não. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – O senhor foi procurado pelo Ministério Público ou pela Polícia pra falar disso?

O SR. NELSON REZENDE – Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Então, não há nada especial ainda a respeito disso dentro do... Agora, existe a possibilidade de se multar, se anotar e digitar depois da negociação, para não cair um saldo lá na arrecadação. Ela é fiscalizada pelo IBAMA?

O SR. NELSON REZENDE – Esse é um procedimento da área técnica. Eu realmente não sei. Sei que tem que ser digitado logo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Sei. Mas o senhor mesmo admitiu que, se não for digitado logo, no íterim entre a multa e a digitação, é possível haver um...

O SR. NELSON REZENDE – Existe um prazo legal, também, desse auto. Existe um prazo legal.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – É. Então, sabendo dessa realidade, o IBAMA construiu alguma defesa a respeito disso? Ou não? Porque, se a multa fosse também digital, se fosse obrigatório digitar a multa, ao invés de fazer a multa escrita, já houvesse um *laptop* e pudesse digitar a multa no momento, seria mais fácil.

O SR. NELSON REZENDE – É. Temos um projeto em PDA, não é? Em computador de mão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Isso.

O SR. NELSON REZENDE – Isso tem...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Mas não tem ainda?

O SR. NELSON REZENDE – É. Isso já foi desenvolvido, não é? A gente comprou, na verdade, 50 *palm*s. Mas estamos com uma dificuldade, porque essas

máquinas foram compradas pelo PNUD, e a gente não pode usar essas máquinas pra outro... Foram adquiridas para fazer vistoria dos zoológicos. A gente fez um sistema no IBAMA que serve pra qualquer tipo de vistoria em campo, e esse projeto do auto de infração no *palm* é um projeto que a gente já começou a desenvolver, a gente não terminou porque tem a questão de entregar a cópia para o infrator. Então, estamos vendo como é que é essa forma de entregar essa cópia: se traz isso para o IBAMA, se isso vai depois pelos Correios. E tem a questão também da homologação, não é?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Faça uma sugestão ao senhor: bote o endereço dele, e a central manda pelos Correios para ele.

O SR. NELSON REZENDE – É que o problema é que, em campo, você não consegue checar essa questão de endereço, não é? Na verdade, não sei como é que é isso no campo. Mas tem a dificuldade do preenchimento. Então, na idéia de colocar isso em um *laptop* ou num *palm* – a nossa idéia seria o *palm*, não é? –, o problema realmente é essa emissão. Tem uma instrução em que a pessoa tem que sair com a segunda via na mão dele para ele poder já, se ele quiser pagar, naquele instante, ele pode pagar. Então, é algo que tem que ser revisto lá. Não sei se é instrução normativa, mas acho que é uma instrução normativa que a pessoa tem que receber a segunda via, porque ele pode pagar naquele momento. Então, isso tem que ser revisto também. Mas solução tecnológica a gente tem, a gente já até adiantou.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Bom. Se o senhor precisar de uma solução tecnológica pode ligar para a Cannon. (*Risos.*) Bota uma pequena impressora dentro do carro, no banco de trás, o senhor tira um *print* direto.

É o seguinte: é que a gente não tem muito o que continuar. Não tem muito o que continuar. O que é interessante, depois, é fazer uma análise de como o sistema está funcionando, porque o senhor mesmo sabe que é meio difícil um *hacker* ter entrado, de fora do sistema, e diminuído uma multa só pra se divertir. Se ele tivesse feito isso, ele ia deixar alguma mensagem, mostrando que tinha se divertido.

O SR. NELSON REZENDE – É. Na próxima.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – É claro. Quer dizer, isso não é possível. Houve alguma alteração. E, se essa alteração não está registrada no sistema, a hipótese é que a alteração tenha sido feito entre a multa e a digitação.

O SR. NELSON REZENDE – Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Agora, se ela está registrada no sistema... Quem é o responsável por examinar a convergência do que está

realmente escrito na multa e o que foi para a arrecadação? Quem faz esse *link*?

O SR. NELSON REZENDE – Tem a figura, hoje, no IBAMA da homologação do auto. O auto é lavrado, mas ele tem que ser homologado pela jurídica, para justamente acabar com aquele problema do auto mal preenchido, não é? Quer dizer, então, foi criada essa figura da homologação pela área jurídica do IBAMA, que verifica se esse auto está dentro, se o fiscal qualificou direito aquela infração, se a legislação está correta, se está bem preenchido. Então, existe essa figura hoje da homologação. Se a jurídica não homologar, esse auto não tem validade. Tem, nesse processo, essa figura da homologação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Os senhores têm alguma ajuda do SIVAM nesse processo? Por exemplo, existe alguma possibilidade de o SIVAM contribuir com isso? Ele faz alguma mediação para esse processo ou não?

O SR. NELSON REZENDE – Não. O SIVAM teve um projeto lá no IBAMA, na área de assessoramento remoto, porque o SIVAM investiu na área de assessoramento remoto. Tem um sistema novo que está saindo agora no IBAMA, que tem 6 meses, que é SISCOM – Sistema Compartilhado de Informações sobre Propriedades Rurais da Amazônia Legal, que vai estar interagindo com o IBGE, com o INPI, com o SIVAM. É um sistema compartilhado que vai trocar informações com esses órgãos. Está bem adiantado. Não sei se o Dr. Flávio Montiel citou sobre o SISCOM, mas o SISCOM é um desses sistemas que a gente acredita que vai interagir com o SIVAM, INPI, IBGE, Ministério do Meio Ambiente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Porque, na verdade, o argumento de que a pessoa tem que receber no endereço eu acho um argumento razoável, mas o senhor sabe muito bem que no local do desmatamento não há um endereço. O que o senhor vê lá são as coordenadas do GPS. Com essas coordenadas do GPS, que imediatamente o próprio sistema diz, se nós chegamos a um lugar e se multamos em função de um determinado desmatamento ilegal naquele lugar específico, determinado pelo GPS, imediatamente o sistema vai dizer quem é o proprietário e qual é o endereço dele.

O SR. NELSON REZENDE – É. O SISCOM prevê isso, esse sistema novo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Mas não vê ainda?

O SR. NELSON REZENDE – Não. Isso, ainda não. É o sistema novo. Ele tem 6 meses na casa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Gostaria de fazer algumas perguntas.

Em depoimento a esta CPI, em 14/06, o intervenor do IBAMA no Estado do Mato Grosso, Dr. Elielson Ayres de Souza, disse que certa feita, um servidor, exercendo cargo em comissão, cujo contrato com o PNUD já havia expirado havia 5 meses, continuava a operar o SISMAD sem qualquer problema. É possível alguém que já não é mais servidor do IBAMA continuar operando o sistema?

O SR. NELSON REZENDE – É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Por que o sistema não suspende automaticamente a senha quando o contrato com o PNUD se encerra? Operacionalmente isso é algo difícil de se implantar?

O SR. NELSON REZENDE – A gente tem que ser comunicado que a pessoa... A gente tem esse problema não só com o PNUD. A gente tem essa dificuldade com qualquer servidor, porque não existe uma relação das pessoas que são de projeto ou de terceirizados que saem. É muito difícil isso chegar para a gente. Muito difícil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Não há um controle dos servidores, das pessoas que estão trabalhando, então? Quer dizer, tem um contrato com o PNUD e, aí, não se sabe quem são esses servidores?

O SR. NELSON REZENDE – Existe o controle, mas não é a gente que faz, da informática, esse controle se a pessoa saiu, se o contrato acabou. Não é com a gente. Eu gostaria de ter essa informação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Mas isso é complicado.

O SR. NELSON REZENDE – A pessoa está lá no escritório, terminou o contrato, acabou, eu não tenho como saber que essa pessoa terminou o contrato. Quer dizer, a área de informática aqui não sabe disso. Se não for comunicado, a gente não sabe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Mas o senhor não acha que é bastante grave...

O SR. NELSON REZENDE – Acho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – ...estar operando um sistema que é extremamente importante e de grande influência?

O SR. NELSON REZENDE – Para mim, a pessoa responsável por esse contrato tem que formalizar, tem que avisar a área administrativa do IBAMA de que aquele contrato acabou. Acho que tem uma pessoa. Ninguém trabalha no IBAMA se não tiver uma chefia imediata. Então, isso tem que se comunicado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Não há identificação? Não há identificação?

A pessoa não tem um crachá de identificação? Não tem nada?

O SR. NELSON REZENDE – Não. Que eu saiba, não. Aqui, pelo menos, aqui eu não sei. Nos Estados, eu acho que tem Estados que têm, outros que não têm.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – No mesmo depoimento o Dr. Elielson afirmou que o SISMAD tem um grave defeito desde sua concepção, que permite que qualquer pessoa ingresse no sistema, faça alterações, sem que a senha fique gravada. Em suas palavras, o SISMAD é frágil, precário e permite a realização de fraudes.

V.Sa. confirma esses fatos? Quais as providências tomadas para corrigir os defeitos do SISMAD e integrá-lo, por exemplo, ao SISPROF?

O SR. NELSON REZENDE – Eu confirmo. Na verdade, em 2000 houve uma intervenção no Estado do Pará, e o Dr. Elielson também estava nesse grupo da intervenção. Um dos itens que foi levantado... Inclusive deixei uma cópia desse relatório que foi elaborado em 2000 sobre a fragilidade do SISMAD, e, no finalzinho, da pessoa que a gente indicou da informática para fazer esse relatório, no último capítulo, ele, nas sugestões finais, pede então para acelerar o desenvolvimento e a implantação do SISPROF. Isso, em 2000. Porque o SISMAD, a pessoa estando na sala ou em rede, a pessoa realmente poderia acessar e alterar os dados do SISMAD. Isso foi o que foi levantado pelo Joseilson, que é a pessoa nossa de informática. Na época ele trabalhava na Paraíba e a gente indicou o Joseilson para participar desse grupo lá no Pará. O relatório inclusive está nesse documento que eu entreguei. Todo esse histórico. Foi um histórico sobre a área de informática na Gerência do Pará e teve um capítulo sobre o SISMAD. E a sugestão dele realmente foi o que o IBAMA acelerou, foi a conclusão do SISPROF. A saída realmente é o SISPROF.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Vou fazer agora as perguntas do Presidente Antonio Carlos Mendes Thame, que não se encontra neste momento.

“Esta CPI recebeu cópias de boletos de cobrança pagos, declarados, de Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental referentes aos 4 trimestres de 2004, quitando aquele ano, cada qual no valor de 50 reais, todos na mesma data e todos com o mesmo número de série. Assim, ao que tudo indica, sob a aparência de 4 pagamentos no mesmo valor, em verdade, trata-se de um pagamento de 50 reais repetido 4 vezes – estamos passando às mãos do senhor esse documento –, como se tivessem sido pagos a cada trimestre. O que V.Sa. teria a declarar sobre essa quitação?”

O SR. NELSON REZENDE – Essa informação é do Cadastro Técnico Federal. É uma informação declarada. A pessoa entra no *site* do IBAMA, se cadastra e ganha uma senha. Qualquer pessoa pode fazer ou qualquer empresa pode fazer. E essa ele declarou – está escrito aqui: declarados. Não foi o sistema que disse que ele pagou. Ele declarou. Se ele declarar 100 boletos, vai registrar os 100 boletos. É uma declaração. Ele declarou isso. Foi uma declaração que ele fez. Se ele declarar coisa errada, declarou coisa errada. É por isso que, quando entra no *site*, a gente cita o artigo do Código Civil, da questão dos dados, que ele está passível de um processo por dados que ele forneceu ao sistema do Governo Federal e não são verdadeiros. Esse sistema é aberto, a pessoa entra, só que ele é avisado no primeiro acesso de que, na verdade, ele pode ser penalizado pelos dados que ele declarou. São informações declaradas. Ele declarou. Então, em relação a isso, ele declarou e não tem aqui. Ele declarou aqui que pagou e isso está em aberto. O outro item?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Igual ao Imposto de Renda.

O SR. NELSON REZENDE – Igual ao Imposto de Renda, passível de ser apurado isso, e ele ser responsabilizado por essas informações. E qual é a outra pergunta?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – “Como V.Sa. explica o fato de a empresa Export Metais Nobres Ltda., com sede em Guaporé, Rio Grande do Sul, por exemplo, ter centenas de lançamentos relativos ao ano de 2001 em boletos de cobranças pagos declarados de Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental. Todos também têm o mesmo número de série?”

O SR. NELSON REZENDE – Eu não conheço esses dados, mas, se ele declarou, é a mesma situação dessa. Ele declarou. Agora, é passível de uma fiscalização do IBAMA. Esse sistema, inclusive o módulo interno, ele tem uma tarja vermelha dizendo que é uso exclusivo para funcionários do IBAMA. É uma pena que não está aqui. Tem um módulo externo que é esse em que a pessoa ou qualquer entidade pode ir lá se cadastrar como pesca amadora, como empresa de pequeno ou grande porte; e o sistema, o módulo interno, que a gente chama de SICAF, nesse sistema tem uma tarja vermelha que ele não pode utilizar os dados fora do IBAMA. Agora, é algo declarado. É igualzinho ao Imposto de Renda. Na verdade, foi para chegar perto mesmo da Receita Federal. É uma declaração. E o IBAMA, na verdade, tem que fazer a vistoria, pega esse relatório interno e vai a campo. Tudo que ele acha que não está batendo de informação, como essa informa-

ção que ele declarou, se ele declarasse 100 boletos, já era passível de ir lá para ver, para conferir por que ele lançou esses dados. Existe um convênio no IBAMA com a Receita Federal. São 27 técnicos, servidores do IBAMA, que têm permissão para entrar no cadastro da Receita Federal e conferir o CNPJ e o CPF da empresa, ver os dados todos, para checar essas informações. Então, existem 27 pessoas habilitadas num convênio específico que vêem todas as informações da empresa e eles checam essa informação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Está certo.

“Como V.Sa. explica o fato de milhares de empresas que utilizam recursos ambientais não estarem inseridas no Cadastro Técnico Federal do IBAMA? V.Sa. sabe se o IBAMA já fez uma pesquisa acerca de quanto o Erário estaria deixando de arrecadar com a não inclusão dessas empresas no cadastro?”

O SR. NELSON REZENDE – Não. Existe um setor de cadastro no IBAMA que é responsável pelo fomento desse sistema. Mas a lei é clara: a pessoa é que tem que ir lá e se declarar. Então, se tem empresa que está fora e é obrigada, pela atividade dela, potencialmente poluidora, teria que estar no IBAMA. Mas o IBAMA tem um setor que cuida disso. Agora, essa informação eu não sei, porque não é da minha área.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Uma última pergunta.

“V.Sa. poderia informar se o IBAMA possui um sistema contábil integrado e cruzado, com balancetes mensais de débito e crédito, que possa sinalizar eventuais irregularidades, bem como o montante de arrecadação?”

O SR. NELSON REZENDE – O SISARR, o Sistema de Arrecadação do IBAMA, permite isso. Tem relatórios do Sistema de Arrecadação que são apropriados na contabilidade do IBAMA, via SIAF. Tem relatórios específicos, pelas contas do Governo, que apropriam esses dados. E você tem lá um batimento do que o IBAMA arrecada, que está na conta do IBAMA, com os boletos. Isso é feito pela contabilidade e o pessoal da arrecadação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – O Deputado Hamilton Casara vai fazer alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sim, Sra. Presidenta. Muito obrigado.

Queria cumprimentar o Dr. Nelson.

Sra. Presidenta, vi o Relator, Deputado Sarney Filho, mostrando um auto de infração. Seria possível nós mostrarmos novamente esse auto de infração? (Pausa.)

Gostaríamos que pudéssemos dar um *zoom* no número desse auto de infração. Seria possível identificarmos o agente que fez a lavratura do auto? De qual Estado ele é? Podemos localizar o Estado em que foi lavrado? Estado do Pará. Tem como se identificar a data de recepção, Sr. Nelson, desse auto junto à área de arrecadação da Superintendência no Estado do Pará?

O SR. NELSON REZENDE – O auto é distribuído pelo Almoxarifado Central do IBAMA.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Eu sei, mas eu me refiro ao fato de que esse auto foi lavrado em campo e foi recepcionado na Superintendência do Pará e, posteriormente, inserido no sistema, para que a Sede tomasse conhecimento dele. Correto?

O SR. NELSON REZENDE – Sim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Nós teríamos como identificar a data da homologação jurídica desse auto?

O SR. NELSON REZENDE – Se ele estiver no sistema e passou pela homologação da área jurídica do Pará... Eu não sei se é em Marabá que faz isso, se é em Belém. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sim, mas ou Marabá ou Belém, é possível se identificar a data de recepção desse auto?

O SR. NELSON REZENDE – Se esse auto estiver no sistema, sim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sim.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Deputado Sarney.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sra. Presidenta, eu gostaria de entregar cópias de um processo parecido com esse nas mãos do nosso expositor e perguntar a ele se, exatamente baseado na sua experiência, é possível que se descubra os responsáveis pela fraude. (Pausa.)

O SR. NELSON REZENDE – Está difícil até de ler o que está escrito aqui.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É verdade. Mas tem os números...

O SR. NELSON REZENDE – Eu acho que a primeira coisa que teria que ver é se esse auto é verdadeiro ou não. Porque existe uma distribuição. Os autos são feitos e distribuídos pelo Almoxarifado do IBAMA para as gerências. Existe um controle, tem uma guarda: cada fiscal recebe um bloco da série tal, número tal, de tanto a tanto. Tem que ver isso. A guarda desses autos, na verdade, é a origem de tudo. É saber: o fiscal está com que bloco, que série. É como arma no

IBAMA. Tem que ter um controle. Auto de infração tem que ter o mesmo controle de uma arma.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Então é possível?

O SR. NELSON RESENDE – É. Tem que descobrir se esse auto é um auto verdadeiro, se a série é uma série válida.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Caso seja?

O SR. NELSON RESENDE – E aí é acompanhar. E se ele lançou isso no SIFISC, que é o de fiscalização, gera automaticamente. Eu estou falando uma coisa, porque são 2 sistemas distintos. Eu posso muito bem dar entrada num débito sem auto na infração. No Sistema de Arrecadação eu posso dar entrada num débito sem auto, um débito qualquer sem auto entra no sistema.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Mas o inverso também é possível.

O SR. NELSON RESENDE – Qual?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – O inverso também é possível?

O SR. NELSON RESENDE – Não! Não volta. Só entra. Se digitar o auto, gera débito inicial no sistema de arrecadação. Se eu não digitar aqui, eu posso colocar esse débito via processo e começar a cobrar sem digitar esse aqui.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O número é o mesmo do auto e do débito?

O SR. NELSON RESENDE – Não, são unidades distintas.

(Intervenção inaudível.)

O SR. NELSON RESENDE – O número é o mesmo?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Aí é.

O SR. NELSON RESENDE – Aparentemente, sim. É isso que eu estou falando. Não, não. É que eu vi um 5 aqui. Eu vi 15. E esse 6 está parecendo um 5. Mas eu acho que é 6403. A gente teria que ver isso com mais detalhe. Eu tenho que ver isso no sistema.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Está certo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Algum Parlamentar ainda gostaria de fazer perguntas?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Apenas, Sra. Presidenta, quero consultar o Dr. Nelson se tem ocorrência de alguma adulteração de blocos de autos de infrações ou de furtos de auto de infrações.

O SR. NELSON RESENDE – Eu não tenho a informação. Eu sei que teve um extravio agora em Rondônia de ATPFs.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – ATPFs, na audiência anterior foi levantada.

O SR. NELSON RESENDE – Agora, de auto de infração, não. Mas o pessoal da fiscalização aqui em Brasília, da Coordenação Geral de Fiscalização, eles acompanham essa distribuição, esse retorno, eles têm esse controle.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Não tendo mais nenhum Parlamentar que queria fazer perguntas ao nosso convidado, nós gostaríamos agradecer a presença do Dr. Nelson e...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sra. Presidenta, pela ordem, lembrando que temos até 1 semana para receber esses pedidos de esclarecimentos, porque o Dr. Flávio Montiel ficou também de, já faz algum tempo, ficou de tomar as providências e mandou um informe dizendo que estava tomando as providências, mas, na realidade, a gente não sabe quais as providências que estão sendo tomadas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Convido Dr. Mário Lúcio Avelar a tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Agradecemos a presença do Dr. Mário Lúcio Avelar e vamos passar imediatamente a palavra a ele com o prazo de 20 minutos para que ele possa expor os fatos da Operação Curupira, que foi desencadeada recentemente.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Boa-tarde a todos. Parabenizo esta Comissão, na pessoa do Deputado Sarney Filho, e pretendo aqui fazer uma exposição breve, porque assim me é posto pelos procedimentos da Casa, para dizer um pouco sobre essa questão da Operação Curupira, como isso começou e qual a avaliação que nós, do Ministério Público Federal, lá no Mato Grosso, temos dessa questão da exploração madeireira na Amazônia, o processo de desmatamento, a ocupação daquela região, da forma que vem se processando nos últimos anos.

Há questão de 1 ano, quando eu fui removido para Cuiabá, fui designado para trabalhar na área indígena da Procuradoria da República, e uma coisa que nos chamou a atenção foi a existência, na Procuradoria, de uma quantidade enorme de procedimentos administrativos, inquéritos, procedimentos, inquéritos na Polícia Federal, para apurar a questão do furto, a apropriação de madeira de terras indígenas. E nós pudemos perceber, a partir de então, que o Estado de Mato Grosso, as unidades de conservação e as terras indígenas naquela região, sobretudo noroeste – Rondônia e Mato Grosso –, estavam sendo alvo de saques indiscriminados dos recursos florestais. Para se

ter uma idéia da gravidade da situação, na terra indígena Cinta Larga, do povo cinta larga, que é uma área demarcada de 2,7 milhões de hectares, nós tínhamos indicativos que apontavam para a extração anual de 300 mil metros cúbicos de madeira.

Nesse processo, em que a gente começou a tomar pé da situação, a observar a gravidade dos fatos, a imprensa nacional divulgando os elevados índices de desmatamento do Mato Grosso que se agravaram nesses últimos anos, na Amazônia como um todo, nós estabelecemos uma relação com o IBAMA, especialmente através da pessoa do Dr. Sebastião Azevedo, pessoa da mais alta integridade, para que nós pudéssemos deslanchar um trabalho conjunto, coordenado, entre o Ministério Público Federal e o IBAMA.

Então, naquela ocasião existiu um trabalho que foi iniciado em Belém, um trabalho que teve prossecução no Estado de Mato Grosso, que era o seguinte: era um levantamento das ATPFs que existiam naquele Estado. Um levantamento, vamos dizer assim, por estimativa, em que se pode observar a existência de uma grande quantidade – a gente sabe que a TPF é a gasolina do setor florestal no País – de ATPFs adulteradas, ATPFs falsificadas, e, o que é mais grave, ATPFs em que a primeira via, confrontada com a segunda via...

Eu quero explicar um pouco isso aqui, para quem não conhece que não é do setor, que é o seguinte: o madeireiro, quando ele precisa movimentar a madeira extraída, ele vai a IBAMA e diz o seguinte: “Olha, IBAMA, eu tenho aqui 15 metros cúbicos de madeira, essa madeira é proveniente de um desmatamento autorizado pelo órgão de meio ambiente federal ou estadual, ou essa madeira é proveniente de um plano de manejo, e eu preciso fazer a movimentação dessa madeira”. O IBAMA olha para o cara e diz assim: “Tudo bem. Me dá a tua autorização de desmatamento, me mostra tua autorização para manejar a exploração florestal e eu vou ver se realmente você perfaz, atende aos requisitos legais porque você tenha esse documento, que é a TPF”. Então, o IBAMA emite esse documento e ele emite esse documento em 2 vias. A primeira via vai acompanhar a carga, da origem até seu destino final. E a segunda via, num prazo, salvo engano, de 15 dias, deve ser encaminhada ao IBAMA, para que o IBAMA, uma vez essa carga chegada, atingido o seu destino, ele junta a primeira e a segunda via e vai fazer a confrontação, para ver se de fato aquela madeira movimentada na primeira via que acompanha a carga bate com aquela declaração que é feita pelo madeireiro ou comerciante de madeira.

Então, foi feita uma auditoria para verificar a correção desse procedimento. E aí a gente começou a observar a fragilidade do sistema de controle estabele-

cido pelo órgão federal de meio ambiente para controlar a exploração, o comércio e o transporte dos recursos madeireiros e subprodutos florestais na Amazônia. Então, a gente começou a ver o seguinte: problemas de diversas ordens. Primeiro: uma quantidade enorme de ATPFs falsificadas. ATPFs cujo papel é verdadeiro, mas foi inserida lá uma numeração mediante um processo de lavagem química, que a gente chama de ATPF adulterada. Uma terceira modalidade é a seguinte: a ATPF é um documento verdadeiro, foi emitido pela Casa da Moeda, mas a primeira via, ela é preenchida lá com, por exemplo, 100 metros cúbicos, 40 metros cúbicos, e na segunda via está declarado lá que ele movimentou 2 metros cúbicos.

E a gente começou a perceber que essa coisa não acontecia só no Estado do Mato Grosso. Essa coisa acontece no Estado de Rondônia, no Estado do Pará, acontece na Amazônia Legal como um todo. E a gente começou a observar também umas coisas bastante curiosas. Por exemplo, a gente tinha notícia de um furto de ATPF lá no Estado do Rio de Janeiro – ATPF furtada do IBAMA, vamos dizer, possivelmente apropriada por um servidor público –, e ora essas ATPFs do Estado do Rio de Janeiro eram descarregadas no Estado do Mato Grosso, ora essas ATPFs do Estado do Rio de Janeiro eram desovadas no Estado do Pará. ATPFs roubadas na Bahia também.

Então, a gente começava a ver o seguinte: “Olha, existe uma articulação nacional dessas pessoas para levar adiante a exploração e o comércio ilícito de madeira na Amazônia em larga escala”. E aí a gente começou a perceber o seguinte. Buscamos o auxílio da Polícia Federal – estive aqui algumas vezes na Direção Geral – e falamos: “Olha, tem uma coisa aqui que a Polícia Federal não acha que é importante, porque a questão ambiental nunca foi uma questão muito importante na Polícia Federal, mas esse negócio aqui é um negócio importante, porque esse negócio aqui é a vida que está se acabando. São as nossas comunidades indígenas que estão aí sofrendo, nossas florestas. Isso movimenta um dinheiro muito grande”. Aí o Diretor-Geral, no dia, falou assim: “Mário, é o seguinte. Este ano nós elegemos como o ano, na Polícia Federal, o Ano do Combate à Infração Ambiental, ao crime ambiental”.

A Polícia Federal entrou, nós utilizamos o sistema de inteligência da Polícia Federal. Chegou a determinados momentos em que nós tínhamos 70, 80, 90 pessoas com interceptação telefônica. A Receita Federal junto. Eu falei: “Nós temos que unir esforços para combater essa situação. Nós sozinhos não temos condições mínimas de enfrentar essa situação, que é uma situação de crime organizado, com ramificações

nos diversos Estados da Federação”. E é um negócio crônico, porque começamos a ver, por exemplo, procedimentos que estavam lá desde 1997, noticiando o seguinte: “Olha, existe ali o posto de gasolina tal, existe ali o escritório de consultoria tal, que eles vendem lá ATPFs, vendem notas fiscais, vendem o jogo.

Teve um dia que um sujeito apareceu na minha sala e falou assim: “Doutor, está aqui uma TPF e está aqui a nota fiscal dela. Quantas que o senhor quer? Quantas dessa o senhor quer? Está o kitizinho completo. Custa mil reais cada um. Se não recolher o imposto é mil; se recolher o imposto estadual, é 1 mil e 500 reais, porque aí não tem problema. Passa lá na barreira, não tem problema”. Com mil reais, se resolve também de outra forma, porque você tem um envolvimento profundo dos fiscais da Secretaria da Fazenda dos Estados nessa região. Rondônia, com absoluta certeza, e Mato Grosso, idem.

Então, essa foi a primeira fase do trabalho. A gente viu o seguinte: você tem aí em uma cadeia articulada de madeireiros; você tinha uma cadeia articulada de escritórios de consultoria florestal, que aí entra em um problema seríssimo que o IBAMA tem tido, pela sua estrutura, pela sua forma de organização, enfim, deficiências, corrupção, provavelmente. Uma deficiência enorme, com toda a certeza, na ponta, é a corrupção. Corrupção na ponta, na Gerência Executiva, é um horror, que é a questão dos escritórios de consultoria e das empresas especializadas na reposição florestal.

E há um outro gargalo horroroso que existe em nosso País. É a questão da reposição florestal. Toda aquela pessoa jurídica que consome produtos florestais, ela tem que pagar uma taxa de reposição ou então ela tem que se associar a uma reflorestadora, para que essa reflorestadora monte aquilo que eles chamam de fomento florestal.

Então, que a gente começou a perceber? Você tinha um madeireiro, você tinha as empresas de consultoria, de planejamento florestal, as empresas de reposição, você tinha lá uma gama de pessoas que auxiliavam o desempenho dessas tarefas da consultoria, que a gente chama de despachante – são aquelas pessoas que fazem a ligação entre o madeireiro lá na ponta, o escritório de consultoria, que vai emprestar, simular uma aparência de legalidade naquele projeto, seja num plano de manejo, seja num plano de exploração florestal, seja num plano de reposição florestal, vai simular uma aparência de legalidade naquilo, uma aparência de tecnicidade naquele procedimento. E você tinha, na outra ponta, os servidores do IBAMA envolvidos em procedimentos, a corrupção absoluta.

E a gente começava a ver. Por exemplo, eu fui lá na Linha Verde do IBAMA e pude perceber que aquelas

denúncias eram denúncias antigas dentro do IBAMA, denúncias que vinham desde 96, 97, 98. No caso, por exemplo, do Gerente Executivo do IBAMA em Cuiabá, Mato Grosso, o substituto, que é um agente da Polícia Rodoviária Federal que está lá dentro do IBAMA há 6, 7, 8 anos, a pessoa que, vamos dizer assim, liderava o processo de aliciação e de formação de caixa, de (*ininteligível*) de caixa dentro do IBAMA, está no IBAMA há 6,7, 8 anos, e com denúncias, notícias.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como é o nome dele?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Qual é o nome dele? (*Pausa.*) Eu me esqueci. Daqui um pouquinho eu me lembro e lhe passo o nome dele. Marcos Pinto Gomes. Mas havia denúncias também de 2 anos contra o Gerente Executivo do IBAMA no Estado, o Sr. Hugo Werle, que era o chefe dele, e outros servidores.

Aí, com o andar da carruagem, a gente começou a perceber uma coisa. Um dia a gente bateu lá no documento e tinha lá tudo aquilo que a gente intuía, que era o seguinte: eles permearam o Sistema de Controle de Produtos Florestais na Amazônia com centenas de empresas de papel, empresas de pasta, empresas-fantasma. Então tinha uma empresa lá que estava desativada há 10 anos, eles resgatavam aquela empresa e começavam a operar aquela empresa. Em Cuiabá, sempre os mesmos. Estão lá Edmilson Mendes, Marcos Pontes Xavier, Fulano, Cicrano, Beltrano, controlam 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80, 90 empresas.

Aí, um dia, chega um servidor do IBAMA que estava na força-tarefa e traz um relatório dizendo o seguinte: “Olha, esses ATPFs aqui do Estado do Mato Grosso estão desaguando no Estado de Rondônia. Ji-Paraná toda movimentada sua madeira com ATPF proveniente aqui do Estado do Mato Grosso”. Aí eu bati lá na porta do Dr. Sebastião Azevedo: “Sebastião, o negócio aqui está feio. É pior do que aquilo que a gente imaginava. Mato Grosso se constituiu na matriz das fraudes, uma fábrica, uma usina de papel de ATPF para abastecer o mercado de Rondônia, para abastecer o mercado do Pará”. Eu falei: “Olha, precisamos mexer nisso aqui”. Ele imediatamente foi lá no Presidente, pediu que se “portariasse”, se estendesse a atividade do grupo de trabalho para o Estado do Pará. Então, tem números aqui que são, assim, absolutamente impressionantes, porque a gente sempre trabalha com insuficiência – falta pessoal, falta gente, a Polícia Federal você tem que estar implorando: “Ô, gente, vamos trabalhar! Isso aqui é importante! Precisamos mobilizar pessoas para fazer isso!” E no IBAMA, idem.

Pois bem, aí, um dia, baixam lá 2 pessoas da Comissão de Correição e de Apuração do IBAMA. Teve uma época que já se queria encerrar o trabalho. Falei:

“Não, precisamos descer, precisamos ir ao fundo do poço nesse negócio”. “Ah, mas estão roubando, estão extraindo madeira da floresta.” Falei: “Olha, isso aqui tem 20 anos só. Esse esquema tem 20 anos que existe. Nós precisamos descer nas entranhas disso aí”. E aí vai, senta a Polícia Federal, senta o IBAMA, e tal, aquela coisa, a gente sabe que trabalhar em equipe são instituições, culturas diferentes, prioridades, objetivos às vezes que nem sempre são coincidentes...

Pois bem, foram a Santarém. Ficaram 1 semana lá. Com 1 semana, eles trouxeram pacotes e pacotes de ATPFs. Pegaram 50 empresas do Mato Grosso vendendo para 200 empresas no Estado do Pará, naquele corredor da 163. Empresas-fantasmas do Mato Grosso, que vendiam para empresas do Pará; empresa “a” vende para empresa “b”, que vende para empresa “c”, gerando créditos fictícios, até chegar no Porto de Santarém e permitir o embarque da carga da madeira ilicitamente extraída.

Aí eu falei: “Então está na hora de a gente entrar agora no Pará com força. Precisamos entrar em Rondônia e precisamos entrar no Pará, com força. Precisamos ver quem são os representantes dessas empresas, os beneficiários dessas empresas e porque o sistema de controle do IBAMA sistematicamente vem falhando em detectar essas falhas, ou quando detecta não é capaz de corrigir essas falhas”. Por exemplo, no caso do Mato Grosso, nós tínhamos lá um esquema que é o seguinte: a carga, a madeira, chegava lá em Paranaguá; a ATPF, a primeira via voltava para fazer o confronto da primeira via com a segunda via e ver se a contabilidade fechava e dava baixa no sistema, para abater o crédito daquela madeira. E o servidor do IBAMA que operava lá o sistema, a DIREF, o SISMAD, simplesmente rasgava aquela ATPF, para que o confronto não pudesse ser feito. Alfredo Hiroshi é o nome desse servidor do IBAMA. Hiroshi, Alfredo Hiroshi, uma coisa assim. Isso, em Cuiabá. Chega em Porto Paranaguá, a ATPF é remetida de lá para o confronto, rasga para não... Isso é coisa comum.

Aí tem uma coisa: um dia, o CIMI apareceu lá na minha sala, e disse: “Dr. Mário, estão acabando com aquilo que resta do índio mynky, lá na região de Comodoro. Madeireira. Estão na pior.” Aí, a Comissão vai lá, passa uma semana em Brasnorte, que é a região do IBAMA, tem uma sede do IBAMA. O SISMAD era operado, que é o Sistema de Controle de Monitoramento de Produto Florestal, aquele que gera crédito e que teoricamente teria que fazer o controle, é controlado por um servidor da Prefeitura pago pela associação local dos madeireiros. Em Brasnorte.

Aripuanã, um dia eu desci naquela cidade e falei: “Inês” – ela está ali. É a indigenista que foi me mostrar

o problema dos cinta larga, que estão lá morrendo de desnutrição e andando de Toyota, com dinheiro proveniente da madeira e, mais recentemente, do diamante. Quarenta, 50 madeireiras com pátios abarrotados. A madeira toda extraída da terra indígena e papel funcionando, legalizando essa madeira extraída continuamente. Faziam o caixa. Isso gerava muito dinheiro. E esse caixa era repartido na cidade de Cuiabá.

E dizem até que esse dinheiro vinha para Brasília, não sei o que era feito, a gente não conseguiu chegar nisso. A quebra do sigilo bancário está saindo agora. E a gente sabe que sigilo bancário, a gente vê aqui: “Ah! Eu abri meu sigilo bancário”. Essas coisas não são assim. Bandido não põe dinheiro na sua conta, nem na da mulher, desde a época do esquema do PC ninguém faz mais isso.

Então, é o seguinte. Esse é um dos problemas. Tem um outro problema que chamou muito a atenção da gente, que é esse mapa que está aqui. A gente detectou, logo no início dos trabalhos de investigação, a existência de uma quantidade enorme de planos de manejo aprovados pelo IBAMA, aprovados pela Gerência Executiva do IBAMA de Juína, aprovados pelo IBAMA em Sinop. Planos de manejo, por coincidência, em terras indígenas. Então, se a gente abrir esse mapa aqui, a gente vai ver que o Parque Indígena do Xingu está coalhado, retalhado de planos de manejo aprovados pelo IBAMA dentro de terra indígena. *(Pausa.)*

Cada ponto vermelho desse aqui é um plano de manejo aprovado. Quando não está no interior, está no entorno de terra indígena. Segundo levantamento que foi feito com a ajuda da DIREF, da CGFIS do IBAMA, isso aqui gera uma quantidade de 10 milhões de metros cúbicos – gerou, está gerando – de extração ilegal de madeira dentro de terra indígena e unidade de conservação. Então, de 2.500 planos de manejo, no Mato Grosso, 197 estão dentro de terra indígena e em torno de terra indígena; 960 planos de manejo, sem coordenadas geográficas. Então, o cara vai lá no SISPROF, que é o sistema que teoricamente deveria controlar plano de manejo e plano de exploração florestal, está lá, não tem coordenada geográfica. Então, quem está aqui em Brasília não tem como fazer a supervisão, o controle, o acompanhamento desse plano de manejo.

E aí a gente começava a ver o seguinte: de um lado você tem o problema das ATPFs, que é um descontrole total. Não há controle. Por exemplo, lá na cidade de Cáceres isso tudo é movimentado – a empresa madeireira vai ao IBAMA – com uma pastinha. Aí encontraram lá, jogado no meio do banheiro lá, aquele mundéu de pastinhas. Aquilo não tem controle nenhum. Nenhum!

No SISMAD, o camarada entra, insere o crédito que quer, quando insere. O SISMAD de Cuiabá não fala com o SISMAD de Juína, que não fala com o de Sinop, que não fala com o de Brasnorte, que não fala com a Aripuanã, que não fala com o de Santarém.

(Intervenção inaudível.)

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Aí é o seguinte: se a Receita Federal operasse com um sistema desse, eu não sei o que seria desse País. Voltaria à Idade da Pedra. Não tinha arrecadação. Não tinha arrecadação.

Tudo bem. Isso não foi criado agora. Isso existe desde que o IBAMA existe, mas existe. Isso tem que ser enfrentado. Acho que essa é a discussão que precisa se estabelecer. Como vamos gerenciar isso? Porque é impossível. Você tem um fiscal do IBAMA, que mora em Aripuanã, ganha 2 mil, mil reais – não sei quanto ganha um servidor do IBAMA, sei que ganha pouco. O camarada está num lugar daquele. Ele só tem 2 opções: ou ele se corrompe, ou ele morre, ou ele sai dali. O caminho mais fácil é se corromper.

Os órgãos públicos quase sempre não cortam na carne. O corporativismo não deixa. Isso existe em todos os órgãos. Agora, como vamos controlar isso? Qual é o sistema que controla isso? A ATPF não tem como controlar. Essa é a grande discussão que tem de ser feita no País: como é que se vai controlar a questão de plano de manejo? Não tem controle!

Agora mesmo, o cerrado da Bahia, aquela região noroeste da Bahia, divisa com Tocantins, está sendo alvo de um saque, numa destruição total, para abrir frentes para o agronegócio. Tem pessoas que eu conheço que me ligam todo dia: “Dr. Mário, pelo amor de Deus, faça alguma coisa, porque o que está rolando de ATPF aqui falsa, falsificada, calçada, adulterada, do Maranhão, legalizando madeira do cerrado, que está dando lugar à soja e ao agronegócio lá no oeste baiano, é um horror”. Eu falei: “Eu não posso fazer nada. Eu estou em Mato Grosso”. Eu posso falar. Só.

Em Tocantins – eu conheço um pouco aquilo ali –, todo dia são barrados 15, 20 caminhões descendo do Estado do Pará, carregados de madeira, com ATPF falsificada. Todo dia! Trairão, não sei o quê, Marabá etc.

Então, meio ambiente no País não é uma coisa importante. Como é o orçamento do IBAMA? Como é o orçamento do Ministério do Meio Ambiente? Aí eu falei: “Não, eu vou para cima do Hummel. Vou para cima do Hummel, porque está lá dentro e isso não pode ficar assim” – que é o Diretor de Floresta. Porque todos os grandes problemas na área de gestão florestal – e não poderia ser diferente – estão na área da Diretoria de Floresta. É plano de manejo, é plano de exploração, é

controle de transporte, exploração e extração de madeira, ATPF e a questão da reposição, que é uma coisa seriíssima. Se a gente sair daqui, andar 60 quilômetros e encontrar a sede da Bunge, ali em Goiás, aqui no DF, ela está lá devastando o cerrado, consumindo uma quantidade absurda de cerrado. E, se vocês forem ver, a Bunge aqui, a Bunge no Piauí, a Cargill, a ADM e por aí afora, não tem reposição florestal. É o cerrado que está indo para o sal, em intensidade que a gente não sabe nem quantificar. Vamos lá em Minas Gerais, minha cidade, Sete Lagoas, Parque Guseiro, como funciona a siderúrgica, o gusa, de Minas Gerais? É o cerrado de Goiás, que agora não tem, vão para Tocantins, que agora não tem, estão comendo o que resta de Mato Grosso e vai por aí afora. Não tem reposição florestal. Tudo bem, tudo é culpa do Hummel? Claro que não é culpa do Hummel. É a estrutura que está aí. Tem um outro problema, que é o problema dos órgãos de meio ambiente estaduais na Amazônia brasileira, por exemplo, Mato Grosso, a FEMA é um aparelho do agronegócio no Mato Grosso. Alguém tem dúvida disso? Sabe quantos fiscais a FEMA tem para fiscalizar licenciamento de propriedades rurais? Onze fiscais. Isso mesmo, onze fiscais ou doze, não sei, dá para encher duas mãos. A lei vem sendo flagrantemente violada no Estado do Mato Grosso no que diz respeito a autorizações de desmatamento; onde é 80, a reserva legal, agora é 50, com um ato do Governo do Estado. Isso desde de mil novecentos e não sei quanto. Um balcão de negócios. Vai ter um corretivo para o IBAMA, vai; mas tem que ter uma para a FEMA também. Tem que ter um do mesmo tamanho para a FEMA. Pedimos a prisão, denunciemos, está lá, etc. e tal, balcão de negócios, um horror, patifaria. Então, é isso, não sei mais como eu poderia contribuir aqui. Tenho aqui os dados, o que eu puder fornecer, tenho uma enorme satisfação de fornecer a essa Comissão Parlamentar de Inquérito aquilo que nós apuramos. Acho que precisamos urgentemente tomar providências. Pará está aí do mesmo jeito, Rondônia, Acre. Por exemplo, o Acre hoje está despejando ATPF no Estado de Rondônia, porque tem esse negócio, quando a gente fecha a porteira, fechou Mato Grosso, Mato Grosso fechou, pelo menos por enquanto. O madeireiro de Rondônia vai se valer agora da ATPF do Estado do Acre, vão criar mecanismos para substituir aquilo que foi fechado. Então, assim, eu não vejo alternativas, a não ser se extrapolar esse trabalho do Mato Grosso para os outros Estados da Federação e se mexer de forma profunda nas estruturas do IBAMA de controle de informática, de controle SISMAD, SISPROF, SIFISC. As multas não são cobradas. Então, a gente tem relatório que está aí, estão mostrando o seguinte: as mul-

tas vão decaindo, não cobra. Termo de Ajustamento de Conduta é a grande, hoje, modalidade de fraude. O sujeito é multado em 400 mil, ele faz um termo de ajustamento de conduta com o gerente, o dinheiro entra por um lado, e a multa reduz por outro. Parece que é 80%, 90%, 70% que pode abater. Faz-se um PRAD, é um horror, mas funciona assim.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – O que é PRAD?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas. O cara degrada, ele é multado, ele chega lá e faz um plano de recuperação daquela área, a multa, que é 100 mil, cai para 10 mil. Esse plano não é executado e fica assim. É difícil falar onde que tem mais insuficiência, por exemplo, tem um banco de dados do IBAMA, que se chama SIFISC – Sistema de Controle de Auto de Infração, ou coisa assim. Aí tem uma instrução normativa que diz o seguinte: o cara infracionado que está no CADIN, não sei aonde, não pode ter plano de manejo, não pode ter madeireira. E o cara está lá. E o cara está lá. O negócio é tão grave que tem uma empresa lá que se chama SULMAP. Aí, a gente foi ver quem é a SULMAP, e ela é do Grupo SINCOL. É a maior exportadora da América Latina de portas. Tem 2.500 empregos diretos, filiais no Sul do País – Paraná, Santa Catarina, esses Estados todos. Os servidores do IBAMA fazem parte da folha de pagamento dessa empresa que é certificada como empresa certificada. Ela opera dentro de uma área que se chama Terra indígena do Rio Pardo, que é uma área que não é declarada, mas existe uma portaria que diz o seguinte: olha, aqui tem índio isolado e ninguém entra. Nem avião pode passar por cima.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual é o nome da empresa mesmo?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – SULMAP. SINCOL. Grupo SINCOL.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – SINCOL?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – SINCOL.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E a empresa é SULMAP?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Do Grupo SINCOL. Ela está lá brigando contra a FUNAI para declarar a nulidade de uma portaria que interditou uma área de índio isolado. O posseiro está lá com ele, mas tentamos contactar, e é aquela loucura. Então, tá lá o posseiro tentando contactar, os índios fugindo, correndo das frentes de expansão, da abertura de estradas, das madeireiras, dos sobrevãos e deixando aquilo para trás. Deixam lá o artesanato, deixam aquela coisa e correndo em processo permanente, constante de fuga. E a SULMAP está lá certificada, está lá dentro, legalizando a madeira mediante esse sistema de

fraude que eu coloquei aqui agora. Então, era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente. Agradeço a atenção do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Mendes Thame) – Agradeço as suas oportunas, lúcidas e acuradas observações, que são uma grande contribuição ao nosso trabalho.

Passo a palavra ao Relator dessa CPI, nobre Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Obrigado, Presidente. Sr. Procurador Mário Lúcio Avelar, antes de tudo, quero me congratular pela sua atuação no que diz respeito a essa questão ambiental na área do Mato Grosso. Quem dera nós tivéssemos aí mais Procuradores com sua sensibilidade e com sua coragem também. Eu sempre tenho elogiado a atuação do Ministério Público de maneira geral e em particular nas questões ambientais. Acredito que se a coisa não está boa, ela poderia estar muito pior, não fosse o Ministério Público como um grande parceiro nessa luta e, evidentemente, a modernização da legislação ambiental.

A primeira pergunta que eu faria ao Procurador é se V.Exa. tomou conhecimento do Relatório da CPI do Tráfico de Animais Silvestres e da Extração Ilegal de Madeira, que foi concluído no início de 2002?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Tomei conhecimento, sim, Sr. Deputado. Naquele relatório, já tinha ficado claro para nós que o sistema por ATPFs era um sistema que originava fraudes. E já havíamos também tido uma audição com técnicos do IBAMA, e o IBAMA também estava ciente, como ainda está ciente desse problema, e estava em pleno andamento a mudança, a modificação desse processo por um processo mais moderno, mais seguro, de autorização digital, através de um sistema informatizado mais confiável. Além desses, também aquela CPI recomendava que os inquéritos administrativos fossem realizados por funcionários de outra área do órgão em que fosse feito. No caso específico, era do IBAMA, porque, conforme o próprio Dr. Mário Lúcio acabou de falar, essas questões são antigas. Muitas dessas pessoas que são funcionárias de carreira do IBAMA e que estão comprovadamente envolvidas, já tinham respondido a inquéritos administrativos antes. Muitas delas foram até absolvidas desses inquéritos.

Outro procedimento também, que era do meu conhecimento, para diminuir um pouco essa ilegalidade era a transferência de funcionários que sabidamente através de outros funcionários e tudo, as pessoas sabiam: *“Olha, esse funcionário aqui está envolvido em alguma coisa, não é confiável e tudo. Vamos transferi-lo.”* Aí, tiravam os funcionários. Mais tarde, porém, tiravam os funcionários. Mas mais tarde, até pela pró-

pria decisão da Justiça, eles voltavam. Eram obrigados a voltar. Isso tudo está lá naquele relatório, que é um relatório, que tenho absoluta certeza – e agora foi confirmado pelo Dr. Mário Lúcio – para aqueles que o leram e que seguiram as suas recomendações, foi um relatório que acho que ajudou para que chegássemos a esse ponto que estamos hoje. É lógico que não me deixa feliz que essas melhorias que vão ocorrer de procedimento tenham ganhado corpo depois de uma perda brutal de vida e de biodiversidade e de atingir biomas importantes do Brasil.

A questão dos planos de manejo também. Houve determinada época em que todos os planos de manejo foram suspensos. Foi feita uma investigação pelo IBAMA, e chegou-se à conclusão de que os planos de manejo, todos eles, em menor ou maior grau, estavam comprometidos. Havia irregularidade nesses planos de manejo. Também naquela época, nesses planos de manejo, foi feito uma espécie de congelamento do desmatamento.

E aí vai minha segunda pergunta, Dr. Mário Lúcio Avelar: o que o senhor pensa de nós, o Congresso Nacional, o Executivo, decretarmos o congelamento do desmatamento na região amazônica, até que esses procedimentos todos, zoneamento ecológico, mudanças de ATPF, enfim, até o monitoramento feito por satélite? Esta é outra questão que também vou entrar porque existia no Estado do Mato Grosso um projeto piloto de monitoramento por satélite das grandes propriedades, através de um programa financiado inclusive pelo PPG7, que foi implementado e tinha parceria do IBAMA e do Governo do Estado Mato Grosso. Onde esse projeto foi implantado, o desmameamento diminuiu sem grandes custos. Esse projeto foi abandonado. Não se sabe, eu não sei, até não encontrei, mas vamos depois já perguntar ao Governador. No começo desta CPI já perguntamos ao Secretário atual. Fizemos um confronto entre os 2 secretários e já consta no nosso relatório, mas ainda não está definitivamente esclarecido por que foi abandonado. Tudo indica evidentemente que aquilo dificultaria muito esse tipo de coisa. Mas a pergunta que faço é esta: qual sua opinião pessoal sobre um congelamento, até que esses procedimentos todos, a questão da clarificação fundiária, o zoneamento ecológico econômico, a mudança do perfil de ATPF, o monitoramento por satélite dos planos de manejo, que é a única maneira disponibilizada para a sociedade poder acompanhar, enfim, uma série de medidas que são já urgentes que sejam postas. Qual é sua opinião abalizada sobre essa proposta que é uma proposta da SPPC e também do Partido Verde aqui no Congresso Nacional?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Quando adentrava esta sala, recebi um telefonema do Promotor do Ministério Público do Mato Grosso, no qual ele dizia o seguinte:

“Olha, o Procurador-Geral de Justiça aqui já não agüenta mais receber tanto telefone de madeireiro querendo ATPF, porque está com a madeira e precisa transportá-la.” Falei: *“assim não dá, porque eu acho que é um imperativo a moratória de extração de madeira hoje no Estado do Mato Grosso. O IBAMA teve 47 servidores que foram presos, detidos e tem lá vários ainda. O órgão trabalha hoje com insuficiência de pessoal absoluta”*.

O sistema de controle é essa situação difícil que eu há pouco descrevi. Não há como haver o retorno das atividades sem uma reestruturação do órgão no Estado, que aliás não é função só do órgão federal, mas também do órgão estadual, que está lá concedendo autorização para o desmate lá. Então, eu acho que precisava ser feita uma moratória na exploração, não é. Nós tínhamos que ter um tempo zero, não é, para que essas atividades fossem retomadas com o mínimo de controle. Seguramente 90% dessas pessoas que hoje vivem da extração de madeira, elas têm de sair do mercado, não tem alternativa. A madeira é de origem ilícita. Noventa por cento da madeira da Amazônia é de origem ilícita. No Mato Grosso, é de terra indígena e de unidade de conservação, não tem mais de onde retirar. Então, ou a gente age de forma a debelar o problema ou a gente vai ficar nesse faz de conta que nós ficamos e nós estamos até hoje. Eu sou a favor da moratória da exploração de madeira no Estado de Mato Grosso e na Amazônia Legal. Tem que haver um choque. Tem que reestruturar isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Tenho uma pergunta mais sobre a questão do Diretor Antônio Carlos Hummel. V.Sa. já se referiu na exposição a respeito do porquê, mas o Presidente do IBAMA, o Sr. Marcus Barros, em depoimento na CPI, na semana passada, fez uma ampla defesa do Diretor de Florestas, disse que ele jamais estaria envolvido em favorecimentos ilegais de madeireiros. O Diretor, segundo ele, promoveu o cancelamento recorde no número de planos de manejo para evitar possíveis fraudes. V.Sa^a tem a alguma coisa a acrescentar sobre isso, a comentar?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Bom, o que eu gostaria de colocar é o seguinte: nós estávamos com uma investigação com 9 meses de fluxo. Essa investigação começou no Ministério Público em parceria com o IBAMA. A Polícia Federal entrou nesse processo de investigação. Chegou a um determinado momento, a

Polícia Federal virou para a gente e disse assim: “*Olha, Mário Lúcio, é o seguinte: está bom demais, vamos para a operação.*” Falei: “*olha, não está bom, não.*” “*– Não. Está bom.*” “*– Não está bom, não.*” Um mês antes da operação, que foi no dia 2: “*—Ah porque tem gente demais, tem muito servidor do IBAMA, aquela coisa toda, e ‘pá-pá’, tem muito despachante, tem muito procurador.*” Falei: “*Olha, temos que ir a fundo nessa questão, em Rondônia e no Pará a gente tem que entrar com força nesses 2 Estados. E precisa ser feita uma coisa, que é o seguinte: essa operação – e eu disse isso para o Dr. Sebastião mais de uma vez – não é a máfia do IBAMA, não. Isso é a máfia da madeira. Isso aqui é a máfia da madeira. Não é uma corrupção de servidores do IBAMA. Isso aqui é crime organizado. Isso aqui é o empresariado de porte na região Norte do País corrompendo, subornando, defraudando todo um sistema, que é precário, mas que está lá fraudando, se valendo disso, percutindo dinheiro, corrompendo. Então a gente precisa fazer o seguinte: precisamos chegar em quem são os beneficiários disso. Isso não pode morrer em servidor do IBAMA e não pode morrer em procurador de empresa.*”

Então a gente estava num processo em que a gente tinha de montar o rastreamento dessa ATPF para saber o seguinte: A ATPF sai da empresa “A”, vai para a empresa “B”, para a empresa “C”? Tudo bem. Quem é o beneficiário nessa cadeia desse processo ilícito? Então é isso que eu tentei mostrar à Polícia Federal. E disse: nós precisamos ir à frente com isso. Não é? Mas a Polícia Federal, por motivos que não me cabe avaliar, disse: “*Está bom. Vamos para a operação.*” Aí, a gente monta aquele sistema, não é. Vai para o juiz, corre, não dá etc., tal e tal. Decidiram que iriam para a operação. Chegou a um ponto em que, se não fosse para a operação, acho que essa operação não ocorreria. Porque essas coisas vazam também, não é? Então é o seguinte. Eu particularmente não gosto de trabalhar com uma coisa que se chama prisão temporária no Direito. Prisão temporária é o seguinte: É aquela que a gente decreta para fins de investigação de um inquérito policial. A gente tinha acertado que ia com prisão preventiva, quando a investigação estivesse mais madura e que pudesse ser precipitada, não é? Seria precipitada com prisão preventiva, denúncia, essas coisas todas.

Como a Polícia Federal deflagrou um processo que, na nossa ótica, ainda não estava maduro, não houve outro meio de a gente levar adiante essa investigação, que não solicitar a prisão temporária de todas aquelas pessoas que nós achávamos que eram o alvo da investigação. E o Hummel com certeza era alvo da investigação. Por que ele era alvo da investigação?

Porque todo esse problema de controle nas ATPF, nos planos de manejo e na repulsão florestal são provenientes de um descontrole na diretoria que ele ocupa. Então esse é o primeiro ponto base.

O segundo ponto é que a gente tinha notícias, depoimentos e informações, inclusive da própria auditoria do IBAMA, de que inúmeras vezes a Diretoria de Florestas tinha sido alertada com relação a esses problemas. E, para complicar mais ainda, a gente tinha depoimento que o vinculava ao esquema de Rondônia. Então eu vou dizer o seguinte: Eu não acho que tomamos a decisão incorreta naquela oportunidade de solicitar a prisão temporária dele, dentro desse quadro que se estabeleceu, não é, das investigações que eu descrevi há pouco. Agora, hoje, onde estamos? Eu digo o seguinte: não posso afirmar de forma alguma que o Hummel está vinculado à quadrilha, ao crime organizado do Estado do Mato Grosso, mas posso afirmar que existe um descontrole, não vou dizer absoluto, para não ser tanto, mais intenso na diretoria que ele preside e que tem sido matriz dessas fraudes todas que estão ocorrendo no País afora. Então é isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. acabou de falar ainda há pouco também sobre a questão do Pará. A questão do Pará e a questão do Mato Grosso, embora não fosse essa a questão central, pelo menos pelo que eu pude deduzir, mas em ambas haviam um componente de recursos para campanha eleitoral. Pelo menos foi o que a imprensa noticiou – e isso nós precisamos esclarecer. V.S.^a tem alguma convicção a esse respeito, notícias de que houve motivações políticas para intensificar essa atividade já existente? Qual a sua impressão? Isso que gostaria de saber.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Uma coisa a gente não pode deixar de pontuar. É o seguinte: essas fraudes existem a partir de um ano, dois anos? Não. Essas fraudes se estabeleceram e ocorrem em profusão há muitos anos. Disse há pouco, por exemplo, que o Gerente Executivo do IBAMA no Mato Grosso, o substituto, desde 96, 98, salvo engano, posso levantar isso com mais precisão, mas é por aí, ele é o responsável pela fiscalização da madeira no Estado do Mato Grosso pela via do órgão federal, IBAMA, com notícias de que ele sabia, tinha ciência, participava e se beneficiava dessas fraudes. Eu não tenho a menor sombra de dúvida disso.

O atual gerente executivo, ou o ex-gerente executivo do IBAMA, deve ter assumido com o novo Governo. O que de fato isso existe? Existe o seguinte: existem doações para campanha de empresas que se valiam e operavam a fraude pra campanha eleitoral. Isso está lá, é só pegar que se vai verificar. Não tem o que ver. Posso citar até um exemplo que me chamou muito a

atenção. Por exemplo, vou citar uma coisa aqui. Existe uma empresa naquela região que se chama Diagen. A Diagen foi uma empresa infracionada pelo IBAMA por extrair diamante em área indígena. Uma coisa assim, operava uma máquina caríssima, lá no limite ou no interior de terra indígena, extraindo diamante. O IBAMA foi lá e infracionou. O superintendente do IBAMA me procurou várias vezes no Estado para que eu fizesse um Termo de Ajustamento de Conduta no sentido de que aquele equipamento, que era um equipamento caro, pudesse ser retornado à empresa Diagen, que é uma empresa multinacional canadense, salvo engano, de extração de diamante. Eu disse que não. Eu não faço Termo de ajustamento de Conduta. Não gosto dessa expressão, não gosto desse negócio, porque hoje isso virou panacéia para bandidagem. E ele insistiu. Um dia a procuradora do IBAMA bateu à minha porta, uma menina muito séria, e disse o seguinte: “Dr. Mário, está difícil.” Eu falei: “O que é minha filha?” “Não, não agüento mais aquilo. Não dou conta mais do IBAMA. Vou sair de lá, vou até para a FUNAI, que é o pior dos mundos”. Falei: “Agüenta aí, porque isso vai mudar. Não, o que é agora?” “Não, é o seguinte: o gerente quer porque quer que eu dê um parecer para devolver a máquina para a Diagen, porque eu tenho que devolver a máquina.” Eu falei assim: “Não assina, não se acha que não pode?” “Não pode.” “Então, pronto.” Ele pegou esse processo debaixo do braço. Antes disso ele veio comigo hoje e disse assim: “Dr. Mário, que absurdo! Precisamos resolver isso. Adriana não me deixa resolver nada. Você está aqui também e não coopera. Nós somos parceiros.”

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – O gerente do IBAMA?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – O gerente do IBAMA, Hugo Werle. Um dia ele me fala: “Olha, fui para Brasília resolver isso lá.” Vai para Brasília. Pois bem. Não sei que fim isso deu. Sei o seguinte: a Diagen contribuiu para campanha eleitoral. Um dia um fulano me liga lá: “Fulano está aqui sentado, o povo da Diagen tá conversando.” Falei: “Tá, ele deve estar se acertando.” E tem dinheiro para a campanha eleitoral. Oficial. Porque tem o oficial e o não oficial, Roberto Jefferson explicou bem isso no *Roda Viva*.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Só que não precisamos do Roberto Jefferson. Aqui todo mundo sabe como funciona.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Meu caro procurador. V.Sa. disse que tem recebido, agora na sua exposição, que tem recebido denúncias relativas a desmatamentos em outras regiões. Deve ter sido em Barreiras, ali na Bahia, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, aquela “fronteira”, fronteira entre aspas. E

V.Sa. disse: “*Eu não posso fazer nada, porque não é da minha área de competência legal.*” Lógico, sua área de competência é no Mato Grosso. Mas esta CPI pode. De qualquer maneira, já peço, se V.Sa. puder, que nos encaminhe ou nos aponte as pessoas que poderíamos ouvir, qualquer coisa dessa natureza, para que a gente possa esclarecer essas outras questões e até ajudar. Porque estamos dando um foco grande na Amazônia, mas na realidade aqui é extração ilegal de madeira. Então nos interessa também a questão do cerrado, muito, e nos interessa a questão da mata atlântica também. Por isso, é lógico que esta CPI poderá, em parceria com V.Sa. também ajudar nisso.

E mais do que isso. A Relatoria, mas acho que traduzindo o sentimento de todos da CPI, queremos também, evidentemente, nos colocar à disposição da consolidação e da ampliação dessas investigações. Eu sei que às vezes a parte jurídica é mais lenta do que a parte política da CPI, com funções jurídicas. Portanto, nós estamos plenamente abertos aqui às sugestões e a tomar as providências. Pessoalmente, eu não tenho a menor dúvida de que essa histórica operação muda definitivamente a trajetória da ilegalidade na Amazônia e que no futuro, com toda a certeza, a sua atuação será reconhecida como uma contribuição inestimável, para que a gente possa modificar o processo de desmatamento na Amazônia.

Na realidade, esta é minha última pergunta a fazer. Não realidade não é uma pergunta, é mais uma sugestão.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Agradeço ao senhor as considerações. Eu fico realmente muito esperançoso de que as coisas possam ter um caminho diferente. São essas considerações que faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Gostaria, em primeiro lugar, de perguntar se o Dr. Mário vai poder disponibilizar o material que traz a esta CPI para os Deputados.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Esse material vai poder ser disponibilizado?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Eu preciso, que são originais, eu preciso que se extraiam cópias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, o Deputado Sarney já formulou algumas perguntas mais importantes. Conheço o Dr. Mário Lúcio pela imprensa, quando ele estava ainda no Pará.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – No Tocantins.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Tocantins, exatamente. Foi onde houve aquele entreviro com Jader Barbalho. Depois tivemos a oportunidade de discutir lá a questão das crianças indígenas que morreram de subnutrição, naquela audiência pública na Assembléia de Cuiabá. Ali estávamos tratando de um crime contra a humanidade. Agora, hoje, nós nos encontramos discutindo um crime contra o planeta, que também tem sua gravidade.

Acompanhando esse processo, lembro-me que o jornal *O Estado de S. Paulo* me ligou no dia em que a operação começou a se desenvolver. Eu assisti, pela televisão, ao Ministro da Justiça e à Ministra do Meio Ambiente dizendo que estavam realmente desenvolvendo essa campanha há muito tempo e que isso eles iam cortar na carne todos... Enfim, esse é o termo que usam agora. Eu, sabendo que V.Sa. estava no caso, e sabendo como é combativo e a sua posição, imediatamente disse ao *O Estado de S. Paulo*: “*Olha, estão deixando de falar da importância do Ministério Público nesse processo. Vocês podem ter mencionado o Governo no conjunto e podem ter, acidentalmente, esquecido o Ministério Público.*”

Mas queria fazer uma pergunta só para meu entendimento. A precipitação da operação, a decisão de realizar a operação, foi tomada antes ou depois do anúncio do desmatamento de 126 mil, 130 quilômetros quadrados na Amazônia? V.Exa. se recorda?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Uns 2 meses antes da operação, um mês e meio antes da operação, um mês a um mês e meio antes da operação. Foi depois do anúncio, com certeza. Foi uma reação ao anúncio, não tenha dúvida. Foi uma resposta que o Governo queria dar. Com certeza.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – V.Sa. sabe que no ano passado, sob o comando do Deputado José Dirceu, à época Ministro, sete Ministérios se reuniram em torno de um programa de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia. V.Sa., que está na Amazônia Legal, trabalhando inteiramente ou parcialmente com esse tema, pode dar-me notícia de como funcionou na sua área esse plano de prevenção e combate ao desmatamento?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Absoluta inoperância. Basta ir a Alta Floresta, lá é uma das bases, dizem que é a melhor base. Há 15 dias tive a notícia de que ela está operando, que estão lá tentando e tal. Tem uma coisa que me chama a atenção. Porque antes de ir ao Mato Grosso teve um dia em que eu estive numa reunião aqui, em Brasília, e eu estava naquela de ir ao Mato Grosso. “*Mário Lúcio tem uma coisa aqui que você vai cuidar lá, tal*”, que era a área Caiabi. A área Caiabi é uma área com 1 milhão, cento e poucos mil

hectares, que foi declarada, reconhecida como uma terra indígena. E essa terra vem sendo objeto de intensa grilagem, intenso desmatamento promovido com a grilagem, abertura de pastagem e madeira. A madeira extraída dessa área vai para 3 cidades: Paranaíta, Alta Floresta e Apiacás. E desde essa época, há 2 anos, a gente tem estabelecido reuniões rotineiras com o IBAMA, com a CGFIS, que tem tido pessoas muito dispostas, o Marco Vidal, que foi coordenador da área, o próprio Marcelo Marquezini, que foi coordenador da área também. “*Olha, precisamos fazer uma operação na área.*” E está ali, encostadinho a Alta Floresta, que seria uma das bases do plano de desmate anunciado pelo Governo. E nada saiu do papel. Agora que viemos conseguir, 2 anos depois, uma operação na área de enfrentamento dessa questão. Então não funciona e não saiu do papel. Isso é uma realidade, os números estão aí, não desmentem. Os fatos estão aí. São os números. Não saiu do papel.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Eu agradeço, Sr. Presidente. Já completou o meu quadro. Espero reencontrá-lo na Assembléia Legislativa de Cuiabá, tratando desse tema. Gostaria de ouvir o Governador do Mato Grosso. Tenho recebido material suficiente para ouvi-lo. Gostaríamos que fizéssemos uma audiência lá em Mato Grosso para a ente conversar sobre esse tema.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Dr. Rosinha, na seqüência.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Mário Lúcio, antes do Sr. Hugo Werle, o Gerente Executivo era o Marcos Pinto Gomes? Quem era o gerente executivo?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Olha, eu não sei precisar para o senhor quem era o gerente executivo. Ele era o Chefe da Fiscalização, o substituto, o Marcos Pinto Gomes.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Chefe da Fiscalização?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Chefe da Fiscalização. E o gerente substituto. O anterior ao Dr. Hugo não sei precisar, não sei nominar para o senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele foi gerente substituto em que período?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Olha, o que eu posso dizer ao senhor o seguinte: ele responde pela área de fiscalização do IBAMA pelo menos de 1998, 99 para cá, que é um setor vital num órgão responsável pela fiscalização, atividade de fiscalização. E ele na atual gestão ele é o substituto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O substituto do Hugo na atual gestão?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – É. Os problemas, eu quero referenciar aqui, mais uma vez, não são da gestão do Hugo. Esses problemas são anteriores à gestão dele. Com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Por isso estou perguntando quem era o secretário executivo anterior.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Não posso afirmar pro senhor com toda a precisão, mas creio que era o Marcos Pinto Gomes.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque é importante.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Isso não foi criado agora. A corrupção no IBAMA Mato Grosso não nasceu de 2 anos para cá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Já existia?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Sim, com absoluta certeza. Esse sistema funciona há pelo menos 10 anos. Esse que está aí, com essas pessoas que estão aí.

Por exemplo, você tem um sujeito lá que se chama Douglas Vasconcelos Rosa, operador lá não sei quantas empresas. Opera lá pelo Estado de Rondônia legalizando madeira, extraindo da área dos Cintas-Largas para grandes madeireiros e empresários, senhores empresários do Estado de Rondônia. Está lá operando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Esse não está preso?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Está preso. Em 2002... Tem um sujeito que se chama Eronilson Biava, com escritório, salvo engano, na região de Sinop. Em 2002 houve uma operação que se chamou Operação Gnomo, em que foi preso um grande madeireiro lá da região extraindo madeira da área cinta-larga. Esse madeireiro está preso hoje. Há notícias no inquérito policial de que 146 milhões de reais em madeira foram extraídos em 2 anos por uma sociedade estabelecida para explorar madeira na terra caiabi, serra indígena na região de Aripuanã – cinta-larga. E esse escritório de consultoria operava as fraudes. Na época, foi feita busca e apreensão, a Polícia Federal esteve presente, esse camarada passou algumas horas preso. O madeireiro – Osmar Alves de Queiroz o nome dele. E o Eronilson Biava desde 2002 é citado como um grande agente, uma pessoa importante no processo de fraude, de legalização, através de escritório de consultoria, desse esquema, e ele veio cair agora. Quer dizer, então em 2002 Eronilson Biava já atuava; esse Douglas atua desde 1997. Esse sistema existe há 10 anos no mínimo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor falou, na exposição inicial, sobre a questão da quebra do sigilo bancário, fiscal. Essa empresa Sincol Sulmap teve quebrado o seu sigilo?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Foi solicitada a quebra de sigilo bancário... Olha, eu nunca vi um negócio desse; é um horror, uma patifaria. Deve ter 700, mil pessoas, físicas e jurídicas, com sigilo quebrado. Eu nunca vi um negócio desse. Não é exagero, não. É porque é isso mesmo. A atividade madeireira na Amazônia é isso aí. Atua na ilegalidade 90% dela. É muita gente. Teve um dia em que eu mostrei isso para um amigo meu, e ele falou assim: “*quantos Arcanjos cabem aí?* Cabem muitos. É muita grana. Os Municípios vivem disso no norte do Estado do Mato Grosso, na região de Rondônia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A referência é o Arcanjo por causa do Arcanjo?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Sim. Quantos Arcanjos existem...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque ele faz parte da quadrilha também?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Não, não. Era um líder do crime organizado no Mato Grosso que tinha...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sim, mas ele fazia parte dessa...

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Não, não; em absoluto. O esquema dele é outro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O esquema dele é outro.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – É outro. Nada a ver.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O esquema era droga.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Não, bicho; jogo do bicho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não estavam misturados os esquemas?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR – Não, não tem nada a ver. Eu estou fazendo só um comparativo para dizer o seguinte: é muita gente envolvida. Nós estamos em um processo agora que é um dilema, é um horror para fazer uma denúncia, porque você tem de pipocar várias denúncias que é gente demais, não dá para instruir um processo numa única denúncia. É muita gente. Porque é assim que funciona. Quem for funcionar de forma legal não consegue se estabelecer. Porque o custo é alto, a competição...

Veja bem: a pessoa operar num sistema de marginalidade, num sistema desse, os custos caem – e muito. Por exemplo, plano de manejo. Um plano de manejo bem trabalhado, ele dá 5, 10% de margem de

lucro. Um plano de manejo fraudado, extrair madeira de terra indígena, que custo tem? É pagar a cachaça do índio, só isso – e a corrupção do IBAMA. Nenhum. Custo nenhum.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nessa investigação, o senhor citou antes, doutor, a questão dos fiscais estaduais. Essa rede tem no IBAMA e ela tem interligação com o Governo, com o Poder Executivo Estadual?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Com certeza. Por que? Pelo seguinte: quando você vai guiar a ATPF, majoritariamente essas ATPFs são provenientes de empresas fantasmas. Então, por exemplo, quando o IBAMA do Mato Grosso emite a ATPF, e essa ATPF vai aportar, por exemplo, lá em Santarém, o que está indo para Santarém na verdade? A madeira está indo de Cuiabá para Santarém? Não – seria o mesmo que o Brasil vender petróleo pro Irã: loucura, está certo? Então, o que acontece? Eles simulam uma operação de venda de madeira; uma operação de venda de madeira é simulada. Por que? Porque essa ATPF sai de Mato Grosso e ela vai legalizar pátio de madeira de origem ilícita de Santarém.

Como é que se faz a simulação? Uma das formas de se fazer a simulação é você pegar a nota fiscal, que é emitida sob o controle da Secretaria Estadual de Fazenda, e aportar um carimbo e dizer: “*aqui transitou a madeira*”. O senhor entendeu? Não saiu madeira, saiu só documento para legalizar a madeira de origem ilícita e existente em outras cidades e em outros locais. Então, nessa participação, nesse fluxo, nessa operação simulada, servidores da Secretaria Estadual de Fazenda participam, como participam também agentes da Polícia Rodoviária Federal. O acerto com a Polícia Rodoviária Federal é intenso. Então o senhor vê que a corrupção ela não se dá só no IBAMA, ela se dá no IBAMA, ela se dá junto à Secretaria da Receita Estadual e se dá junto à Polícia Rodoviária Federal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essas empresas fantasmas não tinham registro na Junta Comercial?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Têm registro na Junta Comercial. Por que a gente chama de empresa fantasma? Porque ela não tem sede, ela não tem servidores, funcionários, ela não tem escritório. Ela é uma empresa constituída simplesmente para movimentar a ATPF junto ao IBAMA. Por isso que a gente chama de empresa fantasma. Elas são só empresas intermediárias.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ou empresas de papel, como o senhor mesmo... que ela está na Junta Comercial.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Empresa de papel é uma definição melhor, mais correta.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E 10 anos registrando isso na Junta Comercial e...

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Sim, registra. E, aí, o que que acontece? Acontece um caso grave, porque o dia em que o IBAMA consegue infracionar essa empresa... Isso é importante. Porque é o seguinte: você tem estruturado no País um negócio que se chama sistema de controle, está certo? Você tem uma coisa estruturada no País que se chama sistema de controle.

O Deputado Sarney foi Ministro e sabe disso: comando e controle. Só que o sistema de comando e controle não funciona em locais onde o crime organizado opera. Não funciona. Você tem toda uma estrutura de crime organizado que inviabiliza o funcionamento do sistema de comando e controle. Vou ser mais explícito. É o seguinte: quanto essas empresas de pastas são autuadas pelo IBAMA – e são autuadas... Por exemplo: a Operação Mapinguari – foi coordenada pela CGFIS, e o Dr. Sebastião Azevedo está aqui e participou – e a operação Mapinguari é base desse trabalho nosso de investigação, que é aquele onde se fez o confronto das ATPFs, e gerou mais de 100 milhões em infração. Só que o que acontece: o IBAMA infraciona, emite um auto de infração, manda uma AR, uma correspondência para o cidadão, e essa empresa está em nome de fantasma, não vai ser encontrada, não vai pagar nunca; é empresa em nome de laranja. Por isso é que 95% dos autos de infração, ou boa parte disso – não digo por isso, mas boa parte por isso –, que os autos de infração do IBAMA não redundam em nada. Quando essa empresa começa a ser queimada – por exemplo, Valente Madeiras –, eles a tiram do mercado e põem a outra – Consciência Extrativismo; existe uma empresa lá Consciência Extrativismo. Aí vão substituindo, e assim vai. Ou seja, o ciclo não é em momento algum interrompido.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E as acusações contra o Sr. Hugo?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Olha, são as que estão aí. Ele tinha conhecimento das fraudes, não é? Tinha pleno conhecimento das fraudes, nomeou, proveu o órgão de pessoas e manteve pessoas operadoras importantes do esquema. A Polícia Federal afirma que ele se beneficiou financeiramente disso – isso é uma afirmação da Polícia Federal. Eu ainda não tenho a quebra do sigilo bancário dele para mostrar como é que foi a movimentação, mas a Polícia Federal afirma com base em declarações de renda que o patrimônio dele em 2 anos subiu assustadoramente. Há trabalhos do serviço de monitoramento de telefone e

de inteligência que também apontam nesse sentido, favorecimento. Eu não tenho dúvida de que ele participava do processo. Infelizmente, porque é um professor, um doutor – uma coisa horrorosa, uma patifaria, uma pessoa numa situação dessa. Pra mim, me constrange ver um professor numa situação dessa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Durante a intervenção do IBAMA em Juína, no Mato Grosso, há uma denúncia de que houve o sumiço de 100 mil metros cúbicos de madeiras, de madeiras diversas, oriundas de terras indígenas. Isso foi confirmado, os senhor tem conhecimento?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Eu não sei exatamente o número de 100 mil, mas uma quantidade enorme de madeira que foi apreendida pelo IBAMA, pela Operação Gnomo, essa madeira foi... Aquilo que a gente chama de fidelidade de depósito, que esse é um grande problema – o Ministro Sarney sabe disso. Você autua, você não tem como transportar aquela madeira, o infrator fica como fiel depositário. Aí, pronto: é tudo o que ele queria.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele se torna um infiel depositário.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Rapidamente.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Sim, muitas vezes com conivência de servidores do IBAMA, como é o caso de Juína.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Juína, no caso, onde desapareceram essas madeiras?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Sim, absoluta, corrupção total. Aliás, a investigação começou por Juína. Nós tínhamos um inquérito policial que demonstrava a apropriação de uma quantidade enorme de ATPFs do escritório por servidores do IBAMA que iam comercializar essas ATPFs naquela região. Nós começamos a investigação a partir daí. Aí a gente viu que a coisa não era Juína, a coisa era Juína, era Cuiabá, era Alta Floresta, e por aí vai embora.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado. Sra. Presidenta. Eu só vou sair um pouquinho para registrar a minha presença.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Bem, eu agradeço ao Deputado Dr. Rosinha e vou fazer algumas perguntas, e depois talvez a gente tenha de fazer as perguntas também do nosso Presidente.

Dr. Mário Lúcio, primeiro gostaria de parabenizá-lo pela sua atuação no Estado do Mato Grosso. Eu acho que o senhor falou muito bem: um dos objetivos desta CPI é exatamente buscar caminhos para que a gente possa dar sugestões até de como a gente pode es-

tar acabando com essa situação – acabando eu acho que é um termo até bastante forte, mas minimizando, diminuindo toda essa situação que vem acontecendo na Amazônia Legal.

Mas eu queria perguntar o seguinte: apurados os resultados da operação, o senhor já tem uma idéia do total desmatado, da quantia de madeira extraída e do lucro acumulado por essas pessoas todas que atuaram nesse esquema de fraudes?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Olha, a Polícia Federal, aliás, o IBAMA, pelo grupo de correição instituído pelo PROGE, do IBAMA, Procuradoria-Geral, fez um cálculo estimativo que andou circulando nos jornais, está nos inquéritos policiais etc. É um número estimativo, os números extrapolam em muito aquilo que foi parece que 43 mil hectares – essa é uma coisa que foi colocada. Isso é uma coisa difícil de ser quantificada, porque essa é uma tarefa que nós vamos partir para ela num segundo momento, porque a gente teria que pegar o SISPAD, que é o sistema de controle, de cada escritório do IBAMA, e apurar quantos metros cúbicos de madeira aquelas empresas fantasmas deram entrada no sistema. Então, teria que se fazer uma radiografia a partir daí, com o auxílio do IBAMA, em todos os escritórios.

Teríamos que pegar, por exemplo, Mato Grosso, teríamos que pegar a região de Santarém, teríamos que pegar a região de Itaituba, teríamos que pegar a região de Novo Progresso, Ji-Paraná, Ariquemes... Quer dizer, é um trabalho de apuração que ainda não foi feito. Tem essa estimativa aí de 43 mil hectares, mas é uma estimativa muito pequena. Para a senhora ter uma idéia, só com relação a planos de manejo no interior, em torno de Terrentino, nós temos 10 milhões de metros cúbicos de madeira lançados no SISPROF. Eu não sei precisar se são madeiras extraídas ou a extrair, ou parte extraída e parte a ser extraída, mas é um volume que dimensiona bem – vamos dizer – o dano ambiental e o estrago que se vem promovendo na Amazônia. Para se ter uma idéia, anualmente há um estimativa que da área indígena cinta-larga, no Mato Grosso e Rondônia, saem 300 mil metros cúbicos de madeira/ano. Só dessa área, só de uma área: 300 mil metros cúbicos de madeira.

Então, existe uma estimativa que, na verdade, ela é subestimada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Bem, o senhor disse que... Aliás, o senhor, não. Recentemente estive aqui prestando depoimento o interventor, o doutor do IBAMA, em Mato Grosso, o Dr. Elielson. E ele falou a respeito de uma empresa, AMAGGI, que, segundo notícias, pertence ao Governador. E ele disse que, dentro do relatório, que iria inclu-

sive constar do relatório final, que havia possibilidade de ter a empresa AMAGGI utilizado uma ATPF para esquentar uma madeira que poderia ter sido retirado ilegalmente ou de uma reserva indígena, ou de uma área de conservação.

Então eu gostaria de saber se o senhor confirma essa informação que foi prestada a esta CPI pelo Dr. Elielson.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – A empresa AMAGGI é uma empresa do agronegócio. Ao lado dela temos a ADM, a Bunge, a Cargill e a Amaggi. Essas empresas caem naquele problema, que é o problema da reposição florestal. Elas são empresas que demandam uma quantidade de matéria-prima muito grande para promover secamento de grãos. Então, a afirmação dele é de toda pertinente. Esse documento... Eu cheguei a ver esse documento.

Todas essas empresas têm problemas, porque não existe a reposição florestal na forma como ela foi concebida. O que significa? Significa que essas empresas têm que se valer de terceiros para obter ATPF e legalizar certamente madeira, muitas vezes provenientes de desmatamento ilícito. Então, essa é uma possibilidade. Não só a AMAGGI, mas todas as grandes empresas consumidoras de carvão no País. Todas. Nenhuma delas resiste a uma auditoria mínima.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Eu queria também perguntar ao senhor, porque o senhor falou que um dos grandes objetivos que o senhor sempre teve ao levantar toda essa luta era tentar descobrir quais eram os beneficiários na cadeia, nessa cadeia que se montou, nesse esquema que se montou. E o senhor citou aqui também que houve uma doação de recursos para campanha de um determinado candidato.

Eu gostaria, porque até o Dr. Rosinha falou que... brincou aqui com a questão do Deputado Roberto Jefferson, gostaria de saber quem foi o beneficiado e se o senhor tem esses valores, essas doações, e quais as empresas que fizeram essas doações.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Olha, esses valores constam de declaração. Eles constam de declaração que os candidatos, os partidos fazem junto à Justiça Eleitoral.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Sim, mas essas empresas foram beneficiadas de alguma forma?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Olha, tenho indícios bastantes razoáveis de que o caso desse caso que citei a empresa foi beneficiada. Precisava se ver a conclusão desse procedimento, que foi esse procedimento da DIAGEM, que era a devolução de uma máquina, elaboração de um termo de ajustamento de

conduta, enfim. Então, esse caso é um forte indício de que houve um benefício, pela insistência com que o superintendente na época me procurou e procurou a Procuradoria do órgão, que inclusive já tinha – salvo engano – lançado parecer contrário à assinatura daquele termo de ajustamento de conduta. E tudo foi feito no sentido de se assinar esse termo e se promover a devolução dessa máquina para a empresa. E a empresa fez doação para a campanha eleitoral. Então, quer dizer, isso é fato. Não tem o que se discutir. É um fato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – O Governador Blairo Maggi, ele extinguiu a FEMA e agora criou uma Secretaria de Meio Ambiente.

O senhor entende que com isso vá estabelecer realmente a questão do meio ambiente como prioridade dentro do Estado? Há outras, digamos assim, informações que possibilitem que a população possa se sentir tranqüila de que a partir de agora realmente o Governador vai estabelecer o meio ambiente enquanto prioridade, uma vez que ele é um empresário do agronegócio e há denúncias, inclusive no relatório contra ele?

O senhor entende que isso vai de fato acontecer?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Olha, Deputada, se de fato vai haver uma alteração da política ambiental no Estado do Mato Grosso, isso quem pode melhor responder é o próprio Governador. O que posso dizer é o seguinte: a posição do Ministério Público é uma posição intransigente na defesa do meio ambiente. A gente não trabalha com a perspectiva de enclausurar fulano, sicrano e falar assim: não, resolveu o problema. A nossa questão é construir uma política ambiental para o Estado do Mato Grosso, não é? E essa política precisa ser construída em 2 vertentes. Uma primeira vertente é o IBAMA. É sanear o IBAMA do ponto de vista da corrupção. Creio que isso está sendo feito com muita força. Vai ser feito.

O Ministério Público está acompanhando. E tenho certeza de que há um a disposição por parte da Procuradoria-Geral do IBAMA nesse sentido, não é? Agora, o IBAMA tem problemas estruturais, que são aqueles que aponte aqui, que é a questão do sistema de controle. O Mato Grosso tem uma responsabilidade muito grande na construção de uma nova política ambiental. Eu, francamente, não sei se foi o melhor caminho a extinção da FEMA e a criação de uma Secretaria do Meio Ambiente e a extinção de uma autarquia. Porque, normalmente, essas coisas, uma política ambiental, ela é traçada por um órgão que é da Administrado Direta e executada por órgão da Ad-

ministração Indireta, como é o caso do IBAMA, uma fundação, uma autarquia etc. Esse é um modelo que é um modelo que dá mais autonomia e independência pra execução, não pra normatização, pra elaboração da política, mas pra execução da política de meio ambiente. Porque a gente sabe que uma fundação, uma autarquia, ela tem uma autonomia maior do que uma secretaria para gerir recursos, para assinar convênios, para determinar, enfim, para tomar decisões. Por isso é que se cria uma autarquia, se cria uma fundação. Agora, o Governador certamente para dizer: olha, a FEMA é uma coisa tão ruim, que não queremos mais a FEMA. Queremos uma outra coisa no lugar.

Então, eu agora, estou trazendo isso aqui para perto do Governo, porque quero olhar. Isso, penso eu, por leitura que faço da situação. O que posso dizer é o seguinte: o Ministério Público vai trabalhar incisivamente para que haja uma alteração radical na política do meio ambiente no Estado. De que forma? Acho que um definidor de águas para nós é essa questão da reserva legal. Qual a lei que se vai aplicar na questão da área que eles chamam de transição? Qual é a posição do Governo em relação a isso? O Ministério Público não concorda, não aceita e não partilha da idéia de se manter 50% nessa aérea de transição. Não é? Nós pedimos busca e apreensão na FEMA. Nós pedimos que fosse mapeado todo o sistema de licenciamento da FEMA. E nós vamos entrar lá dentro com força. Então, é essa a posição do Ministério Público. Acho que, dessa forma, estaremos colaborando para que se construa uma nova política ambiental pelo Governo do Estado. Agora, qual é a determinação do Governo nesse sentido, essa é uma questão que tem que ser colocada pelo Governador.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – O senhor deu uma entrevista no jornal *O Globo*, em 5 de junho de 2005.

Eu queria perguntar: na questão do loteamento político, o senhor acho que isso tenha provocado não só a ineficiência do órgão, mas também a facilidade para montar esse esquema de fraudes da forma como foi montado?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Olha, é o seguinte: Eu vou expressar uma opinião pessoal aqui. Eu falei isso naquela entrevista. Eu tenho uma pessoa que considero muito, foi Presidente do IBAMA, e um dia ele me chamou na sala dele e disse o seguinte para mim: *“Mário Lúcio, estou deixando o IBAMA”*. Eu virei para ele: *“mas o senhor não pode fazer isso, porque não dá, tem uma parceria com a gente. Isso não é bom.”* Ele disse assim: *“É o seguinte: há um tempo atrás, eu não nomeava, não indicava, não nomeava os superintendentes do IBAMA, mas hoje não estou nomeando*

nem chefe de posto mais. Tudo isso é indicação política. A base do Governo diz o seguinte: eu quero o fulano para ocupa o cargo de chefe do IBAMA lá de Aripuanã”, por exemplo. Olha, a nomeação de pessoas é o seguinte negócio, tem órgãos técnicos que têm de ser preenchidos por critérios técnicos, e não é de hoje que o IBAMA é um órgão que vem servindo ao aparelhamento político do Estado. Isso não começou agora, o aparelhamento político de partido político, melhor dizendo, isso existe, sempre existiu. Isso prejudica a execução da política ambiental no País.

O Presidente dos Estados Unidos tem, não sei, mil cargos que nomeia; no Brasil, o Presidente tem 30 mil cargos que nomeia, e via de regra o Presidente da República é refém da base aliada, da base que dá sustentação ao Governo para construir uma maioria no Parlamento. Isso foge da minha área, é uma coisa que eu nem queria entrar. Mas, com certeza, no caso de Mato Grosso, infelizmente, tivemos uma situação que não foi boa. Poderia ter sido, mas não foi boa, como no passado também não foi boa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Queria dizer ao procurador que esta é uma opinião que temos e a de grande parte dos membros da CPI, de que devemos realmente nomear em determinados órgãos o pessoal de carreira. E tivemos um exemplo muito bom disso na questão da FUNASA. O Presidente, que na época era Fernando Henrique Cardoso, e o Ministro, que era José Serra, editaram um decreto em que se só nomeavam aqueles que fossem de carreira. Pergunto, porque também concordo, tem de ser de carreira em determinados órgãos exatamente para não permitir o que ocorreu em Mato Grosso. Essa é uma situação que a CPI vai estar incluindo no seu relatório final.

Concordo também que essa é uma situação que vem há muitos anos, até porque a corrupção existe há muitos anos no Brasil. Mas quero dizer também que não se pode fazer vistas grossas de que agora a situação realmente aumentou. Acredito que é dever do Governo Federal, do Governo Estadual e até dos Municípios. E aí tenho uma preocupação final. Os Prefeitos e toda a população do norte do Estado – e aí quero saber até a opinião e sugestão do senhor – estão bastante aflitos com essa situação da moratória, porque não é a primeira vez, já tinha sido proposta a moratória na questão das ATPFs, aqui também, do desmatamento, pelo interventor, Dr. Elielson Ayres de Souza. Estão muito aflitos porque os Municípios sobrevivem disso. Eles não têm outra... Têm até outras fontes de arrecadação, mas que não dão tanta sustentabilidade ao Município. Concordo com o senhor que tenhamos que dar um basta nas fraudes, ilegalidades e tudo o mais.

Mas, nessa moratória, como sobreviveriam os Municípios? É o grande questionamento que nos têm feito, e para o qual neste momento o IBAMA e até mesmo a FEEMA ainda não apresentaram uma solução e uma sugestão aos Prefeitos e à população, porque também teremos muitos desempregados. Então essa é uma preocupação que temos e gostaríamos de ouvir a opinião de V.Sa.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Olha, creio o seguinte, noventa por cento do setor madeireiro na Amazônia não se sustenta dentro de um sistema de normalidade e legalidade operando. Não há dúvida de que grande parte dessas pessoas que vivem da extração de madeira elas vão ter que sair do mercado. Se nós formos instituir um sistema de normalidade e legalidade no exercício da atividade de exploração madeireira na Amazônia, noventa por cento delas não vão ficar. Evidentemente que outras alternativas terão que ser construídas, não é? Agora, que alternativas são essas? Agricultura, gado, manejo sustentável? Penso que estamos num momento em que temos de avançar e, para avançar, tem de haver corte, não há sombra de dúvida disso, senão vamos ter de voltar ao Estado em que estávamos, que é o exercício predatório da atividade madeireira. Tem de dar um basta, tem de dar um tempo, esta é minha opinião.

Temos de estabelecer novos paradigmas para a exploração da madeira na Região Amazônica. Agora, a grande parte desses Municípios vivem de ICMS, o comércio se sustenta da atividade madeireira, mas não tem jeito, não tem solução. Acho que, num sistema de normalidade, vou repetir, 10% da atividade madeireira vai se manter; o resto não tem como, porque é atividade ilegal. Não tem madeira, no Mato Grosso a madeira é de origem de terra indígena, não tem como.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Antes de encerrar e passar a Presidência ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, quero dizer que já aprovamos aqui, Dr. Mauro Lúcio, um requerimento para realizar uma audiência pública em Cuiabá, que acreditamos ser de fundamental importância até para que possamos ouvir as pessoas, algumas das pessoas envolvidas nessa situação e também ouvir o Governador do Estado, que nós achamos, como disse o Deputado Fernando Gabeira, a respeito dessa situação.

Aproveito para encerrar minha participação, agradecer ao Dr. Mário Lúcio e mais um vez parabenizá-lo pelo excelente trabalho que o senhor vem realizando.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Foram excelentes as perguntas

feitas pelo Relator, pelos Deputados, pela Deputada Thelma de Oliveira. Não tenho mais nada a acrescentar e agradeço imensamente a sua colaboração da mais alta qualidade, que certamente será muito útil para os trabalhos desta Comissão. Muito obrigado. Convidamos na seqüência o Sr. Hugo José Scheuer Werle para tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Enquanto aguardamos a chegada do terceiro deponente de hoje, submeto à consideração dos integrantes desta Comissão a apreciação de requerimentos. Temos, em primeiro lugar, o Requerimento nº 94/05, da Sra. Deputada Thelma de Oliveira, que solicita a convocação do Sr. Rodrigo Justos de Brito, envolvido nas investigações da Operação Curupira, para prestar esclarecimentos acerca dos fatos relacionados, objeto de investigação desta CPI.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o assunto, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 95/05, também da Deputada Thelma de Oliveira, que solicita seja convidado para esclarecer elementos acerca de fatos relacionados à operação Curupira o Sr. Nereu Pazzini, Presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso. Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 96/05, também da Deputada Thelma de Oliveira, que solicita seja convidado o Sr. Nilson Leitão, Prefeito de Sinop, Estado de Mato Grosso, envolvido nas investigações da Operação Curupira.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

A SRA. DEPUTADA TELMA DE SOUZA – A redação está dizendo que ele está envolvido. Não é isso, ele não está envolvido em nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Faremos a correção.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – É para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É para trazer informações, fazer esclarecimentos.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA
– Exatamente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em discussão, o convite ao Sr. Nilson Leitão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 95/05, do Deputado Sarney Filho, que requer ao IBAMA cópia do processo de sindicância nº 02001.004750/2004-16.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 98/05, também do Deputado Sarney Filho, que requer ao IBAMA cópia da documentação que especifica, relativa aos anos 2003, 2004 e 2005, que são: relatórios anuais da ouvidoria, da auditoria, de fiscalização da CGFS/DIPRO, de atividades da CGREF/DIREF, relatórios de missão uso e prestação de contas das ATPFs emitidas pela Casa da Moeda e pelo American North Bank e relatórios anuais do Núcleo de Operações Aéreas/ NOA.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 99/05, do Deputado Sarney Filho, que requer sejam convocadas para prestar depoimento na condição de testemunhas as pessoas que especifica: Sr. Mário Rubens de Souza Rodrigues, Presidente do SINDIFLORESTA, Pará; Paulo Miller, madeireiro, associado ao SINDIFLORESTA, Pará; Nadja Maria Santos Guimarães, Analista Ambiental, Chefe do DITEC/IBAMA, e Carlos Renato Leal Bicelli, Analista Ambiental do IBAMA, em Altamira, Pará.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido o Sr. Hugo José Scheuer Werle a tomar assento à Mesa, e solicito que preste juramento, em atendimento ao art. 213, do Código de Processo Penal.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – De conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo a testemunha que o art. 342, do Código Penal, tipifica o crime de falso testemunho, fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha. Para este crime está cominada a pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa. Passo a palavra ao Sr. Hugo José Scheuer Werle para, se desejar, fazer algum pronunciamento antes de responder as perguntas dos Deputados.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Gostaria, sim, Sr. Presidente. Boa tarde, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Sarney Filho, Deputada Thelma de Oliveira, demais Deputados presentes que eu eventualmente não tenha conseguido identificar. Quero agradecer a oportunidade que tenho agora de, pela primeira vez, me defender publicamente da série de calúnias, difamações, injúrias que foram colocadas sobre a minha pessoa. Sou uma pessoa honrada, tenho uma história de vida, e essa história de vida foi desrespeitada. Em primeiro lugar, a acusação que mais pesou sobre mim, desde a quinta-feira até pelo menos o domingo, no Fantástico, é de que eu tive enriquecimento ilícito, acusação esta falada e repetida tanto pelo Delegado Geral da Polícia Federal, que fez a investigação, Dr. Tardelli, quanto pelo Presidente do IBAMA, de forma diria até leviana, quanto pelo Elielson, interventor do IBAMA e por outras autoridades. No tempo devido estaremos resgatando isso também. Quero colocar à disposição dos senhores e das senhoras as declarações de renda e de bens meus e da minha esposa. Sr. Presidente, por favor consigne em ata, que aponto que, quando assumi o IBAMA, no dia 4 de abril, eu já tinha um patrimônio de 346 mil reais declarado na minha declaração de Imposto de Renda. Portanto, quem, em 2 anos, como eu e minha esposa, também Professora Universitária, Doutora, temos renda líquida em torno de 160 mil reais anuais, não tiver um acréscimo de patrimônio da ordem de 70 ou 80 mil reais tem algo de errado, pois foi esse o acréscimo de patrimônio. Passamos para um patrimônio de 426 mil reais na declaração feita em abril de 2005, fechada como ano-base, em 2004, em 31 de dezembro. Isso eu gostaria de deixar claro, inclusive para a imprensa, se houver interesse sobre essa questão, elaboramos uma nota específica. Senhoras e senhores, sou formado em Geografia, pela Universidade Federal de Santa Maria, e comecei meu mestrado na Universidade de São Paulo, em 1986. Acabei me formando apenas em 1991, porque precisava trabalhar, minha bolsa

acabou. Trabalhei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Após isso, retornei a São Paulo, onde fiz concurso público para a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, emprego que desempenhei por certo tempo e no intervalo do qual fui designado como Diretor de Estudos Geográficos da Paisagem. Portanto, minhas qualificações técnicas guindaram-me a esse lugar. Posteriormente, em virtude de termos concluídos créditos de doutorado, tanto eu, quanto minha esposa – estamos juntos desde 1983, portanto, entre namoro e moradia conjunta, já se vão 21 anos – decidimos sair de São Paulo, as oportunidades eram muitas. Fortaleza, que visitamos, Salvador, Cascavel, no Paraná, e optamos por Cuiabá. Por quê? Porque era um amplo espaço de oportunidades para a gente. Além disso, senhoras e senhores, chegando lá, prestei... além de ter passado num concurso público da Universidade Federal de Mato Grosso, logo fui chamado para ser Consultor para o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP. Afora isso, desempenhamos diversas atividades de consultoria para órgãos, como a Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso do Sul, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso e, além disso, outras consultorias privadas que me eram permitidas serem feitas pela lei. Ao longo dessa minha trajetória – e quero acrescentar isso, é importante –, meu primeiro bem que comprei, bem móvel, foi uma geladeira, em 1986, e meu primeiro apartamento comprei, em 1989, e meu primeiro carro, em 1990, foi o único carro usado para meu uso, deslocamento urbano, que tive. Depois disso, por diversas vezes comprei sempre carros novos. Razão pela qual, em 1995, quando fui para Cuiabá, eu já possuía um apartamento em São Paulo, que vendi apenas no ano passado, possuía um apartamento em Cuiabá, que vendi no ano passado também, e possuía dois veículos novos. Quando entrei no IBAMA, em 4 de abril de 2003, eu possuía três apartamentos – dois em Cuiabá, um em São Paulo –, dois carros novos, uma chácara e, após isso, o único bem que adquiri foi um terreno no Alphaville, no valor de 70 mil reais, que com desconto caiu para 65 mil reais. Então, essa pecha de que sou uma pessoa que enriqueci ilícitamente, falada por pessoas públicas, em algum momento vai ter de ser resgatada, Sr Presidente. Eu cheguei a Gerente do IBAMA pelas minhas qualificações técnicas. Obviamente, que sou filiado ao Partido dos Trabalhadores, e o Partido dos Trabalhadores precisava de pessoas qualificadas para ocupar os cargos. E essa foi minha atitude sempre: usar meu conhecimento técnico e meu pequeno trânsito político para conseguir fazer uma gestão razoável, o que foi muito difícil. E o resultado vocês estão vendo aqui: estou aqui, neste

momento, como réu preso e é difícil uma situação dessas para quem trabalhava das 7h30min até 12h15min, 12h30min, retornava às 14h30min e voltava para a casa, para o seio da família, apenas às 20h30min, 21 horas. Essa a paga que estou tendo. É lamentável. Acho que agora que os senhores já sabem um pouco melhor quem eu sou – pai de 2 crianças, uma de 5 e outra de 3 anos, minha esposa é professora universitária, doutora também –, acho que a gente precisa entrar em algumas outras questões de aspecto principalmente relacionada à corrupção, que eu combati de forma incessante no IBAMA, e depois as questões administrativas. À frente do IBAMA, sempre denunciei e tomei todas as providências que me cabiam, que eram da minha competência, para combater a corrupção. Sempre. A melhor prova é que há uns 45, 50 dias, talvez um pouquinho mais, num telefonema meu, o produtor Farias, que é o Chefe da Polícia Federal em Cuiabá, denunciando e apresentando uma pessoa que foi levar os fatos para lá, o chefe do escritório de Rondonópolis foi preso em Campo Grande, porque estava extorquindo a um usuário, a um cidadão de Mato Grosso do Sul, uma propriedade que tinha, parece, havido um ilícito ambiental e que teria uma multa no mínimo de 800 mil a 1 milhão de reais, e essa multa, em troca de uma diminuição para 80 mil, deveria ser paga uma propina de 30 mil reais. Esse fato foi relatado ao Dr. Farias. Se os senhores quiserem elementos é só cruzar as ligações telefônicas de uma terça-feira, que eu agora não sei precisar a data, e quinta-feira esse senhor estava preso, e até hoje, se não me engano, está preso na prisão de Rondonópolis. Em dezembro de 2003, fizemos um contato com a Polícia Federal e o Ministério Público e foi preso no Shopping Goiabeiras, com filmagem e tudo, o servidor chamado Goiabinha, Wilson Leite da Silva. Enviamos toda documentação para Brasília e, para surpresa nossa, até hoje não foi aberta nenhuma CPAD pelo IBAMA sede, porque nós não temos Procuradores lá para fazer esse tipo de atitude. Até hoje, provado e comprovado, foi mostrado para todo o Brasil e o funcionário continua lá, sequer havia sido tirado da lista dos fiscais que poderiam autuar. Foi tirado recentemente, porque fiquei sabendo e tomei uma atitude mais radical, no sentido de que tem de tirar. Em 2004, foi estourado um escritório de planejamento em Sinop, de planejamento rural, em Sinop, de um senhor chamado Bola Sete, que ao me consta também agora foi preso nessa operação, e ele fazia autorizações de desmates e queimadas irregulares, sendo que as autorizações de desmate eram tanto do IBAMA, quanto da FEEMA. Essa comunicação foi feita por mim, por Rodrigo Justus, então Diretor de Florestas da FEEMA, sob um trabalho coordenado

pelo Dr. Adriano, da Polícia Federal, e esse senhor foi preso em flagrante. Ou seja, sempre, quando soube-mos, tomamos todas as atitudes que nos competiam. As apreensões de madeira, desmates e queimadas irregulares, ao longo da nossa gestão, todas foram comunicadas ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, à Polícia Federal, à Polícia Ambiental, quando necessário, e mais, passa de 2 mil os ofícios que mandamos para lá. Cadê essas pessoas? Não estão presas conosco agora? Cadê? As comunicações foram feitas ao Ministério Público, passam de 2 mil. Claro que 90% delas, por se tratarem de crime de competência estadual, são do Ministério Público Estadual, e talvez uns 10% do Ministério Público Federal. Por outro lado, por diversas vezes, tanto o Ministério Público Federal, quanto o Ministério Público Estadual solicitavam à gerência do IBAMA ajuda com técnicos, com assessoria, enfim, com fiscalizações e vistorias de ilícitos detectados, e nunca deixamos de atender. Foram multadas pessoas importantes, talvez essa uma das razões pelas quais estou aqui: Dr. Nigro, dono da rede de hotéis Fazenda Mato Grosso, multa de 3 milhões de reais; Mineradora Salomão, multa de 3 milhões de reais. Essas são apenas algumas que me lembro de cor assim. Então, pessoal, eu sempre trabalhei no sentido de que a gente tivesse condições de poder fazer com que a área ambiental no Estado de Mato Grosso efetivamente fosse protegida. Eu tenho a dizer a vocês que ainda há pouco eu tentei recordar o nome, consegui com a ajuda dos senhores da Polícia Federal, Dr. Joaquim. O Dr. Joaquim, talvez, agora Superintendente da Polícia Federal de Rondônia, poderia dar um bom depoimento de como trabalhamos conjuntamente, de que semana sim, semana não, o IBAMA bancava passagens aéreas diárias, aluguel de carro, para que a Polícia Federal pudesse desempenhar suas funções. Vocês acham que quem estaria envolvido em corrupção faria isso? De forma alguma. Eu acho, e não tenho certeza, mas devo ter durante esses 2 anos de relação com a Polícia Federal – e essa coisa começou a esfriar a partir de agosto ou setembro do ano passado, quando, com certeza, passou-se a olhar o gerente com olhos de desconfiança –, devo ter de operações com a Polícia Federal, onde bancamos mais de 20 ou 30 operações. Agora, vamos entrar para um outro setor de uma coisa de dentro do IBAMA, que ainda não apareceu nessa investigação. Vamos falar da questão da modernidade no IBAMA, que não existe, é um dinossauro em relação à modernidade, e com relação à questão dos procuradores do IBAMA. Nós fizemos esforços, assim, inauditos para que a gente pudesse conseguir implantar um núcleo de geoprocessamentos no IBAMA, que chegasse, pelo

menos, próximo do que a FEEMA tem, que é o órgão ambiental estadual. E conseguimos alguma coisa. Hoje em dia, pelo menos, nossos técnicos não vão mais a campo. Mas o que nós precisaríamos, na verdade, é de todo um sistema onde estariam lançados os planos de manejo florestal, as reposições florestais com as suas coordenadas geográficas claramente definidas, e nada disso existe. E não existe por quê? Não existe porque o gerente não tomou providências? Não. Não existe porque nunca houve recursos disponíveis para esse tipo de ação e de modernidade. Nós, ao longo desse tempo, conseguimos, talvez, convencer a administração do IBAMA de que precisávamos de mais funcionários e fizemos um pedido de mais de 160 funcionários, 165 funcionários. Pelo concurso público agora, parece que vamos ser atendidos em 60, que se dividiriam para trabalhar nesses postos e no geoprocessamento e nos sistemas que deveriam ser criados. Mas em relação aos Procuradores, eu tenho uma observação especial. Em 2003, não me recordo o mês, talvez maio ou junho, teve uma reunião em Belém do Pará e eu fiz uma fala forte dizendo que haviam, por parte dos Procuradores, pareceres irregulares em processos, pareceres que facilitavam a perpetração de crimes ambientais ou a impunidade dos já ocorridos. Nessa reunião, eu tive, assim, uma espécie de... Dessa reunião participaram os chefes de fiscalização, os gerentes da Amazônia Legal e os Procuradores-Chefes. E, nessa reunião, houve, assim, uma espécie de repulsa: alguém está denunciando alguma coisa que não pode ser denunciada. Quando eu retornei a Cuiabá, os Procuradores de Mato Grosso fizeram uma nota de repúdio contra mim e mandaram aqui para o IBAMA/sede. Confirmou-se, depois, que eu estava certo. Um dos Procuradores, Russo de Maia, foi demitido a bem do serviço público, justamente pelas coisas que eu tinha denunciado. Claro! Outras e outras, até porque eu não dei detalhes, mas outros Procuradores, não só Russo de Maia, davam desconto de 90% – que a legislação permite – mediante um *spread*. Só que não exigiam o *spread*. Nós mandamos diversos processos para a PROJE do IBAMA e, até hoje, não tivemos resposta e manifestação da PROJE sobre as atitudes dos Procuradores que estão sob o comando deles. Ou seja, se eu tivesse metido a caneta debaixo da manifestação do que os Procuradores do IBAMA me aconselharam enquanto gestor, enquanto ordenador de despesas, meu ferro seria maior ainda. E talvez eu tenha até assinado alguns de forma inadvertida, até porque não sou formado em Direito. Desculpem, senhores, mas essa é a verdade. Eu pretendo ainda falar algumas coisas relacionadas às medidas administrativas. Nas medidas administrativas, que eu acho

importante os senhores conhecerem para nossa defesa, de certa maneira, solicitamos recursos humanos na ordem de 165 analistas ambientais para Mato Grosso, que, naquela oportunidade, nós achávamos importante. No concurso público, dos 165, para nós ficaram definidos 60 apenas. É claro que isso se deve em relação à exigüidade, porque apenas abriram essas 610 vagas. Isso até é compreensível. Mas vejam os senhores que um diagnóstico feito por nós mostrou mais que o dobro da necessidade. Numa reunião em Ji-Paraná, em fevereiro de 2004, entre alguns dos gerentes dos Estados da Amazônia Legal, dentro os quais eu cito o gerente de Rio Branco, de Porto Velho, de Ji-Paraná, ficou decidido que o SISPROF – O SISPROF é um sistema em que são lançados os dados do IBAMA em relação aos planos de manejo, principalmente – tivesse um Módulo Geo, aquilo que já me referi anteriormente. O Módulo Geo seria a possibilidade de lançar as coordenadas geográficas. Isto foi em fevereiro e março de 2004. Até hoje não aconteceu. Da mesma maneira, na época, na reunião, ficou definido que haveria um novo SISMAD. E aí no SISMAD entramos verdadeiramente no problema que é o grande motivador dessa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com licença. O senhor tem mais 5 minutos, de acordo com o Regimento.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Pois não. Nessa reunião também ficou definida a necessidade de um novo SISMAD. Esse novo SISMAD nunca foi construído. Este ano, em fevereiro, ao retornar de férias, tomamos a iniciativa de conversar com o Diretor de Florestas e com o Dr. Sebastião, da PROGE, dizendo: nós precisamos de uma nova ferramenta de controle das ATPFs fornecidas. E aí foram descentralizados 30 mil reais, e estávamos procedendo a uma licitação pública, que infelizmente não pôde ser concluída ainda, por razões de ordem administrativa, mas que está em andamento. Então, teríamos um novo SISMAD. Esse novo SISMAD evitaria uma série de problemas, dentre os quais: que o sistema não fosse na verdade um programinha de computador em cada ponta, em Rondonópolis, em Guarantã, em Alta Floresta, em Sinop, que não tem comunicação com o IBAMA de Cuiabá e muito menos com o IBAMA de Brasília; que cada usuário que utilizasse o programa pudesse lançar os dados, e ao assim fazer, ficasse registrado o horário, quem lançou e que tipo de alteração fez. Essas informações, no SISMAD atual, são uma fantasia, e todo mundo sabe disso, desde 2000. Mas nada ainda havia sido feito. Então, nós, da ponta, tomamos muitas providências no sentido de que a gente pudesse sanar alguns problemas que a gente sabia existirem,

mas que a gente até não imaginava que fossem alvo e condição para que ocorressem tantas fraudes. Então, esse novo SISMAD ficaria pronto agora, em 20, 30 dias, e nós o estaríamos implantando. Isso permitiria também fazer o controle da reposição florestal. Uma outra questão que nós temos, relacionada com a área administrativa, também, é a falta de procuradores. Nós temos, neste momento, lotados 3 procuradores para o Estado de Mato Grosso, quando a demanda é de 14. Nós temos 3 procuradores no Estado de Mato Grosso, e a demanda é por 14. Que conseqüências tem isso? Atraso na análise dos planos de manejo florestal, atraso na análise dos projetos de reposição florestal, atraso na análise dos processos administrativos, enfim, atraso em tudo. E aí vai encrascando a máquina, vai parando tudo. Finalmente, pedimos reforma dos prédios e veículos. Depois de 2 anos, finalmente, em dezembro do ano passado, foram liberados 554 mil reais para reforma do teto, forro, rede elétrica e rede lógica do prédio sede. Por que digo “apenas depois de quase 2 anos”? Porque já tinham ido 2 relatórios mostrando claramente que chovia para dentro, nosso sistema volta e meia estava fora do ar, e a gente não conseguia fazer as coisas rodarem. Então, finalmente, conseguimos fazer. Inclusive, agora, parece que a obra está paralisada. E veículos, principalmente, porque nós precisamos de veículos para fazer nossas atuações no campo. Não temos condições de alugar veículos, porque nós não temos possibilidade localmente de proceder licitação de aluguel de veículo, mas principalmente a necessidade de veículo está diretamente ligada às vistorias e às fiscalizações. Para os senhores terem uma idéia, a DITEC de Cuiabá tem 2 veículos, 2 veículos antigos e que precisavam de reparo a cada retorno.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E a DICOF (*ininteligível*).

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – A Divisão de Fiscalização tem a ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Por gentileza, para encerrar, por favor.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Perfeito. Para encerrar, o IBAMA tem uma série de problemas estruturais, mas eu diria que a razão principal de nós estarmos aqui hoje é de que o IBAMA nunca optou por modernidade e por uma lógica administrativa e que interligasse todos os setores. Ele opta por grandes operações, Macauã, Matinguari, Curupira, que na verdade são verdadeiros turbilhões de consumir dinheiro. Um milhão de dólares foi a Operação Curupira, fora a parte do IBAMA. Da mesma maneira, Macauã e tantas outras. Eu fico preocupado com isso, porque, se o IBAMA não caminhar para a modernidade, nós vamos continuar

pisando na mesma situação que nós estamos agora. Daqui a um ano nós teremos uma Curupira 3, teremos uma Macauã 2, porque em Rondônia foi feita operação em 2003; no Pará, foi feita em 2003; em Mato Grosso, começou em 2004 e terminou em 2005. Em diversos outros Estados têm sido feitas operações desse tipo. Portanto, estamos sempre só repetindo as questões negativas do IBAMA. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Relator desta CPI, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, senhor expositor, a imprensa veiculou que o escândalo da Operação Curupira resvalou no PT, cuja campanha para Prefeito de Cuiabá, em 2004, com o candidato Alexandre César, recebeu 60 mil de empresas beneficiadas pelas fraudes. Diante desses dados, eu pergunto: em algum momento, V.Sa. foi pressionado para angariar fundos para as campanhas eleitorais do PT em Mato Grosso?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, senhor. Em nenhum momento. Em nenhum momento eu fui pressionado a tal. Para mim, inclusive, foi uma surpresa que havia 2 empresas madeireiras que deram contribuição. Depois, eu fiquei sabendo pela imprensa que houve uma contribuição de 5 mil de uma madeireira e uma de 15 mil de outra madeireira, e a minha contribuição pessoal de 5 mil reais, que consta tanto da minha declaração de renda quanto na declaração de gastos do partido.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Que relação o IBAMA mantém com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso? Pode responder.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Quanto tempo a gente tem para isso? É uma relação difícil. Muito difícil. Por quê? Porque havia um secretário que não queria saber da defesa do meio ambiente, e me parece que ele tinha proteção para que ele tomasse atitudes dessa maneira. Era um senhor, que parece que nem nível superior não tinha. Toda e qualquer reunião que se fazia com ele, tínhamos dificuldades de encaminhamento das questões técnicas, e por diversas vezes nós tentamos fazer trabalhos conjuntos. E nunca houve muito interesse. Deputado Sarney, nós tentamos a base de dados que foi paga com dinheiro internacional e que foi cedida pelo Ministério do Meio Ambiente, se não me engano quando V.Exa. era do Ministério, que é do povo brasileiro. Nós tentamos instalar ela no IBAMA. Ela sempre nos foi negada. Nós não tínhamos dados atualizados. Nós não tínhamos condições em algum momento de trabalhar. Quando nos foi solicitada uma vistoria na área indígena Parecis,

nós tivemos muita dificuldade para saber exatamente quais eram as áreas desmatadas, quando na verdade no órgão ambiental estadual havia informações suficientes disponíveis, imagens de satélite, equipamentos cedidos pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo IBAMA. Era uma relação difícil, e nós tivemos, posso pontuar, Deputado, algumas questões bem específicas. A questão da transição. Quando nós chegamos no IBAMA, o Estado, numa situação de inércia que herdou do Governo anterior, emitia autorizações de desmate em 50% da área de transição. Esses 50% de área de transição, para o IBAMA, o IBAMA entendia como na verdade sendo floresta. Ou mais: um icótono. Icótono é uma área que, para mim, particularmente, enquanto técnico, deveria ser preservada em 100%. Nós oficiamos o órgão ambiental estadual por diversas vezes e não obtivemos sucesso nessa mudança. Foi então que o Procurador Bruno, da Gerência de Juína, a meu pedido, fez um parecer que clareou essa situação. Nós remetemos esse parecer à PROGE, e a PROGE houve por bem endossar essa manifestação desse procurador, e a partir daí nós – era em torno de meados de dezembro de 2003 –, comunicamos que não daríamos mais nenhuma Autorização de Transporte de Produto Florestal, a famosa ATPF, para áreas de transição que tivessem averbados os 80%. E aí foi uma crise geral, porque um monte de gente já tinha desmatado, e aquela madeira toda foi queimada. Essa foi uma situação. Uma outra situação é bem mais específica e é recente. Nós fomos ao Terceiro Mundo, um programa da *TV Record*, com alcance estadual, e fomos entrevistados por 2 jornalistas. E fizeram questionamento sobre a política ambiental do Estado, e eu falei: o Estado não tem política ambiental. O Governo do Estado de Mato Grosso não tem política ambiental, e a Assembléia Legislativa não se interessa por isso. Isso foi dito publicamente, como está sendo dito agora. E na oportunidade, nós denunciávamos de que havia sido assinada, no dia 6 de abril, publicada no dia 11 de abril, uma instrução normativa que retornava a averbação de reserva legal em 50% de novo para as áreas de transição, porque havia 400 processos de pedido de autorização de desmate de área de transição que estavam lá nas gavetas esperando uma nova regulamentação. Foi quando nós comunicamos ao Promotor Domingos Sávio toda essa confusão e pedimos a ele que nos propiciasse uma forma de que houvesse um recuo por parte do Governo do Estado. Nós denunciávamos isso. Por coincidência, fomos informados que, no dia 29, o Secretário de Meio Ambiente foi chamado para uma audiência com o Promotor Domingos Sávio e no mesmo dia saiu uma portaria anulando a instrução normativa assinada no dia 6 e publicada no dia 11 no

Diário Oficial do Estado. Não havia nenhum interesse de defesa do Meio Ambiente, por isso a nossa relação era muito difícil, Deputado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E nessa questão que, ao que parece, havia um conflito de interpretação de legislação, o Ministério Público Federal não interferiu nessa questão ou não foi acionada também?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Este ano, em determinado momento, essa questão foi encaminhada ao Dr. Mário Lúcio, com quem eu tive uma conversa até bastante informal, apresentei para ele esse problema, mas ele certamente já estava sabendo desse problema, até porque ele estava na mídia, ele era público. Esse debate estava acontecendo publicamente.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. tem conhecimento – e deve ter – sobre o sistema de fiscalização georeferenciado, que foi o modelo piloto implantado no Mato Grosso e que, durante o seu processo de implantação, ele conseguiu diminuir, naquelas áreas onde foi implantado, o desmatamento. Se V.Sa. tem conhecimento desse projeto, na sua impressão, ou no seu conhecimento, por que ele foi interrompido, esse processo?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Olha, é uma confusão isso lá. Primeiro, porque terminou, parece, um contrato com uma empresa particular chamada TECNOMAPAS, e aí teve que fazer uma nova licitação. Agora, por outro lado, como é que ia continuar implementando um procedimento, que eu julguei muito correto – inclusive num determinado momento, antes da minha gestão, parece que havia parceria entre FEMA e IBAMA, em fiscalização conjunta – e que nós propusemos a fiscalização conjunta para a FEMA, e ficou um debate estéril de quem vai ficar com as multas. E nunca rolou. Na oportunidade, Deputado Sarney Filho, eu acho que deveria ter continuado sendo executado esse programa, essa proposta, mas vejo muita dificuldade em continuar com uma proposta num órgão que tem apenas 12 fiscais.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só para esclarecer: V.Sa. responsabiliza o Governo do Estado pela não continuidade desse projeto, desse programa?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Doutor, como não tinha política ambiental, qualquer coisa que servisse para não resolver o problema ambiental... e isso era uma coisa que ajudaria a diminuir o desmate irregular, teria sido importante. Como isso não interessava, eu acredito que teve razões de ordem não só administrativas, mas também políticas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Como é definida a circunscrição das gerências e escritórios do

IBAMA em Mato Grosso? Atualmente é possível uma empresa sediada em uma determinada região ser controlada por um escritório de outro local?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Deputado, nós fizemos grandes esforços para que isso não acontecesse, mas, como o senhor sabe, Gerentes 2 também são gerentes. E aí nos solicitávamos pastas, deslocamentos de pastas, o meu poder era relativamente limitado sobre isso. Nós tínhamos muitas solicitações de transferências de pastas, seja de Cuiabá para Sinop, seja de Juína para Cuiabá ou de Barra do Garças para Cuiabá; por quê? Porque algumas empresa têm sede em Cuiabá ou tem o escritório de planejamento que funciona em Cuiabá. Então, ficava mais fácil para eles, mas nós evitamos toda e qualquer transferência de pasta no momento em que nós estávamos lá. E eu agora estou procurando justamente um documento em que nós estávamos, enquanto gerentes do IBAMA, com uma política agora muito mais próxima, depois da troca do gerente de Sinop, que tinha ocorrido após. Há pouco tempo, estávamos por definir uma nova territorialização das gerências. E mais do que definir uma nova territorialização das gerências, também faríamos reuniões periódicas de 2 em 2, 3 em 3 meses sobre unificação de procedimentos, Deputado. O que acontecia era que procedimento A era adotado numa gerência, procedimento B, na outra; C na outra. Por quê? Porque a questão da legislação ambiental por si só já é extremamente complexa. Por outro lado, há interpretações as mais diversas advindas de procurador A, de procurador B, de técnico A, de técnico B. Tanto é verdade que tivemos, em março, abril deste ano, uma reunião em Cuiabá, da Diretoria de Florestas, com todas as 4 gerências de Mato Grosso, justamente para unificar procedimentos no Estado do Mato Grosso. Então, a questão da movimentação de pasta. Não fizemos transferência de pastas – só fechando seu questionamento –, não fizemos transferência de pasta nenhuma. Seria assunto de pauta da nossa próxima reunião. Se o senhor quiser ver, isto é um documento que não está totalmente fechado, era a ata da nossa reunião. Infelizmente, fomos removidos do cargo anteriormente. E teríamos uma reunião agora, no dia 13. Circunscrição das gerências. O que está escrito? *“Levantou-se a questão da dificuldade de passar para outras circunscrições os dados SISMAT – entra de novo o SISMAT –, pois não há possibilidade de salvar os dados por empresas individualmente.* Então, ficou definido que São José do Rio Claro e Nova Maringá deverão voltar imediatamente para Cuiabá. Enfim, que na próxima reunião fecharíamos essa questão da circunscrição.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa., em algum momento, ligou para o Procurador Mário Lúcio Avelar, pressionando de alguma forma para que ele pudesse liberar a emissão de ATPFs ou pudesse interferir nessa questão?

O SR. JOSÉ HUGO SCHEUER WERLE – De ATPFs? Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não, de ATPFs não me recordo. Não foi ATPFs, propriamente...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO –... de equipamentos da mineradora, pressionando sobre a mineradora?

O SR. JOSÉ HUGO SCHEUER WERLE – Doutor, esta é uma longa história. Essa mineradora deve ser a Diagem do Brasil. Essa é uma empresa que está estabelecida no noroeste do Estado do Mato Grosso. Essa empresa foi autuada e teve sua área – não era exploração ainda – de pesquisa de garimpo, pesquisa de lavras, segundo consta nos documentos do próprio DNPM, e teve seus equipamentos e sua área embarcados. Depois de muito tempo, houve uma propositura de um Termo de Ajustamento de Conduta por parte da empresa. Foram consultados alguns técnicos, inclusive o então gerente do IBAMA de Juína, Darlan, que achou por bem que sim, e também foram consultados os Procuradores do IBAMA. Aí surgiram opiniões as mais controversas, particularmente colocando-se peremptoriamente contra a Procuradora Adriana Duarte. Bom, essa situação controversa me fez – não fez a mim –, aliás, fez com que o empreendedor, o responsável pelo empreendimento, chamasse uma reunião no Ministério Público. Dessa reunião no Ministério Público participaram Dr. Mário Lúcio Avelar, eu, o Dr. Valdeir, então Procurador-Chefe, Dra. Adriana e o representante legal da empresa, se não me engano chama Verson. Nessa reunião, houve um debate, foram discutidas várias questões e em nenhum momento o Procurador Mário Lúcio aceitou a realização de um TAC. Qual é meu papel enquanto gerente pressionado pelas diferentes posições que existem? Como existe uma hierarquia e existe alguém acima de mim, da minha lavra – se os senhores quiserem cópia do processo está lá – coloquei assim: *“Em virtude das opiniões controversas, das manifestações controversas constantes neste processo, envio o presente à PROGE para que dirima definitivamente o que deva ser feito ou não”*. Após isso, o processo foi à PROGE, foi distribuído para diferentes setores. Retornou com a possibilidade de que se fizesse não o Termo de Ajustamento de Conduta, mas o Termo de Compromisso. Esse termo de compromisso, não me recordo mais os detalhes, é amparado por

lei, tem uma série de legislações que permitem isso, permitiu a elaboração desse termo de compromisso, que foi paga a multa, compromisso de recuperação da área e a liberação dos equipamentos. E isso é o que foi feito. Esse termo de compromisso foi assinado agora no mês de abril ou maio, maio...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quem assinou esse termo de compromisso?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Eu assinei o termo de compromisso pela Gerência de Cuiabá, Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sim, quem mais?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Doutor, eu não me recordo mais. Enquanto termo de compromisso, eu não me recordo mais. Mas foram os representantes legais da Diagem, certamente, doutor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Depois nós poderíamos requisitar esse termo de compromisso para a Comissão, o processo, todo o processo.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Mas afirmo, Deputado, que, ao que me consta, apesar de não ser procurador, me parece que não há nenhuma irregularidade dentro desse procedimento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Durante a gestão de V.Sa. à frente da Gerência, quais foram as ações tomadas no âmbito do plano de ação para a prevenção e controle de desmatamentos na Amazônia Legal?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Foram muitas, doutor. Muitas, e algumas delas de forma individual, estóica, local, para o Estado do Mato Grosso. Às vezes até sem apoio necessário da Divisão de Proteção Ambiental do IBAMA, sede de Brasília, e muito menos de outros setores.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, eu pediria a V.Exa., já que o nosso tempo já está escasso, em até uma semana, no prazo de uma semana, se fosse possível, mandasse resumidamente essas ações que foram feitas.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Doutor, eu posso talvez já resumir. Parece-me que o Dr. Flávio Montiel esteve nesta Comissão e parece que ele ficou de dar essa mesma resposta. E essa resposta quem escreveu fui eu. Eu mandei por *e-mail* para a secretária dele. Certamente deve estar nos autos do processo dos senhores já.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Ainda não chegou. Quer dizer que a resposta do Diretor Flávio Montiel é a sua resposta?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – É a minha resposta.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem, que fique registrado isso. Por último, V.Sa. foi acusado pelo Ministério Público Federal de participar de uma quadrilha que estaria contribuindo para o crime do desmatamento na Amazônia, fora, evidentemente, outros crimes correlatos. Essa denúncia foi acatada pela Justiça, pelo Judiciário. Há no processo que agora vamos ter acesso – e o Procurador Mário Lúcio Avelar já deixou para que tirássemos cópias –, certamente, fundamentos, aos quais eu nem a assessoria ainda tivemos acesso, que justificaram a decisão não só da denúncia do Procurador mas do acatamento pelo Juiz Federal. V.Sa. tem algo a acrescentar a isso, tem algum comentário a fazer a esse respeito. V.Sa. tomou conhecimento das acusações formais que pesam sobre V.Sa.?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUR WERLE – Deputado, em primeiro lugar, ao que me consta, o Ministério Público até agora não apresentou denúncia contra a minha pessoa. O que houve foi uma prisão provisória, a meu ver, ilegal, porque não há nenhuma evidência, nenhum fato concreto sobre minha participação em qualquer tipo de atividade ilícita ou de coisa que não fosse de defesa do bem e do patrimônio público. Eu fui preso em Sinop, conduzido por avião até Cuiabá, fiquei 5 dias encarcerado, com provisória, e, no final do quinto dia, eu fui ouvido. Fui pressionado a querer admitir que eu teria enriquecido ilicitamente e apresentei documento aos senhores que mostram que eu não enriqueci ilicitamente. Fui pressionado a dizer uma série de coisas que não são verdadeiras. Até me admiro, Deputado, que pessoas, homens públicos, como Tardelli, Delegado de Polícia, Dr. Marcus Luiz Barroso Barros, Presidente do IBAMA, vão para a televisão e para tudo quanto é lugar dizer que eu enriqueci ilicitamente, quando há comprovação, lá na minha pasta do IBAMA, das minhas declarações de bens. É uma leviandade! É uma leviandade, Deputado. O que eu tenho a dizer ao senhor de que foi prorrogada a minha provisória e após isso surgiram algumas ligações de terceiros, não minhas – de terceiros! –, falando de mim. Na verdade, Deputado, o que acontecia é que o povo fugia de mim como o diabo da cruz, porque não se fazia negociata, não se fazia negociação. Há várias pessoas que estão presas e que para as quais foi perguntado se em algum momento ouviram falar se eu fazia parte de algum esquema de propina ou de extorsão; todos, ao que consta, negaram, segundo informação do meu advogado que teve acesso aos depoimentos, a não ser uma pessoa que deu depoimento no dia 9 de março, um funcionário chamado Luiz Duarte, que era do funcionário do Posto de Brasnorte, e que nós trouxemos para trabalhar no Trevo do Lagarto, por rumores de que

ele pudesse não se estar conduzindo bem. Por nós entendermos que nós não tínhamos elemento nenhum para abrirmos qualquer tipo de sindicância, tiramos ele do Trevo do Lagarto. Em represália a isso, e pelo fato de não ter sido nomeado chefe do escritório de Brasnorte, no dia 9 de março, ele fez um depoimento, não à Polícia Federal, ao Procurador Elielson, dizendo que eu fazia parte do esquema. Doutor, quem faz parte de um esquema não tem um patrimônio de apenas 426 mil reais. Doutor, quem faz parte de um esquema não tem possibilidade nenhuma de ser inocentado por quase todos os que foram ouvidos pela Polícia Federal. Todos: empresários, funcionários, enfim, usuários do IBAMA. O que eu tenho a dizer, reafirmo, Deputado, sou uma pessoa honrada, trabalhei incessantemente para que a questão ambiental de Mato Grosso fosse respeitada e granjeei muitos inimigos por conta disso, Deputado, e poderosos inimigos, aqui em Brasília, particularmente na diretoria do IBAMA, e em Mato Grosso, porque nós denunciávamos, nós acabamos com o sistema de reposição florestal fictício e organizamos esse sistema de reposição florestal fictício que havia. A Berté tem uma floresta fictícia de em torno de 7 mil hectares, a Flora Cuiabana tem uma floresta fictícia de 3.400 árvores não plantadas, alguma coisa em torno de 2.500 hectares. Com essa farra nós acabamos, organizamos a reposição florestal na gerência de Cuiabá. E o próximo passo seria organizar a reposição florestal no resto do Estado. E isso criou problemas, Deputado. Essa é a razão, com certeza, que estou aqui, porque eu granjeei inimigos na defesa do meio ambiente, na defesa das minhas convicções do que eu acho que deve ser um bom gerente do IBAMA, que trabalhava das 7 até após meio-dia, e das 14h30min até às 8 horas da noite.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, pelo momento é só. Eu não tenho mais perguntas a acrescentar ao expositor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra a Deputada Telma de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Hugo.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUR WERLE – Pois não.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Qual era o salário do senhor no IBAMA?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUR WERLE – Meu salário líquido no IBAMA, atualmente, girava em torno de 3 mil reais. Eu tinha direito a um DAS IV, de 4.800 reais, 60% desse DAS era o meu direito líquido. A isso se acresça 4 mil reais, que eu ganho como professor da Universidade Federal de Mato Grosso, e a isso se acresça alguns rendimentos obtidos no primeiro

momento do aluguel dos apartamentos que eu tinha. Os aluguéis eram em torno de 400, 450, 500 reais. E a isso se acresça, depois, a questão do rendimento da correção cambial no banco – quando eu vendi os apartamentos esse dinheiro foi depositado. E, só para finalizar, e também porque a gente viajava muito, então, tinha direito a diárias. E dessas diárias, com certeza, alguma coisa sempre sobrava e isso fazia parte da minha renda. Eu diria para a senhora que a minha renda, no ano passado, líquida, foi da ordem de 105 a 110 mil reais líquidos.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E o senhor fez essa doação...

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Minha, pessoal.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sim, eu sei. Essa doação a que o senhor se referiu, foi uma doação pessoal.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Está certo. O senhor... eu queria saber o seguinte: o Dr. Elielson, quando ele esteve aqui e depois também em algumas entrevistas, ele falou a respeito dessa obra que o senhor teria colocado. Não, eu estou aqui relatando o que está na entrevista no jornal *Diário de Cuiabá*, no dia 7 de junho.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Por favor.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – *“As investigações dentro do IBAMA estão caminhando para a descoberta de outras fraudes, uma delas estampada no próprio prédio do instituto. Parte da obra de reforma do órgão que começou no dia 29 de dezembro estava sendo realizada sem licitação. E o total descoberto é de 600 mil reais em serviços de instalação do telhado e pintura.”* E aí ele diz: *“A obra começou no dia 29 de dezembro e no dia 3 de janeiro já tinha um atestado, no IBAMA, mostrando que a obra estava concluída e paga”*. O que é que o senhor... E aqui ele ainda diz que foram abertos 4 processos administrativos contra os servidores presos que eram concursados. O que o senhor tem a dizer a respeito dessa matéria, uma vez que o senhor diz que... Essa reforma foi realizada?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – A Senhora me permite dar um antecedente para que eu possa comentar. Quero deixar muito claro que sempre fomos favoráveis à investigação que foi feita pela Polícia Federal, até porque a solicitamos por diversas vezes. Solicitamos ao presidente Marcos; solicitamos à Ministra Marina Silva quando ela esteve presente no Ministério Público Estadual, em julho do ano passado

e solicitamos ao Dr. Sebastião Azevedo, por diversas vezes, dizendo que se tirasse o mando de cima da questão madeireira do setor de Base Florestal de Mato Grosso se desvelaria um defunto muito feio. Isso nós dissemos. Agora, não é por que o Elielson foi lá e fez essa investigação tudo que ele fala é verdade. Ele já falou muita bobagem, ele falou muita inverdade. Ele falou bobagens e inverdades sobre a reposição florestal, falou bobagens sobre essa questão da construção. Vamos esclarecer os fatos. Solicitamos muitas vezes recursos. Finalmente, ao terminar o ano, daquelas sobras de fim de ano vieram 554 mil reais na Fonte 1.000. A obra de 554 mil era para o teto, forro, rede elétrica e rede lógica. Esta obra está 95% concluída. No dia em que fui preso, de forma injusta, inadequada e indevida, ela estava 95% concluída e paga em apenas 80%. Talvez nem 80%, esse número me foge a cabeça. Faltam 150 mil reais. É só fazer a conta. Faltam 150 mil reais a pagar ainda. Teve 3 obras com dispensa de licitação de uma outra Fonte chamada 174, se não em engano, que era para levantar o muro do alambrado que estava despencado e caído – a senhora, que é de Cuiabá, deve ter passado lá na frente, e o IBAMA tinha a pior das aparências —; um núcleo de informática, que era a derrubada de uma parede de banheiro para colocar piso, colocar mesa, para pintar e para colocar ar condicionado, e uma reforma no meu gabinete, que também não oferecia condições adequadas de trabalho. Essas 3 pequenas obras de 13.900 foram feitas porque elas eram específicas, elas não faziam parte de um bojo de reforma global. Elas foram executadas e estão prontas lá. Foram pagas e estão prontas. E a obra grande, creio eu, vai ser outro erro do Elielson, em meio a tantos outros que o Elielson já cometeu, se ele interromper a obra e se ele não pagar o fornecedor. Porque essa obra tinha um preço justo pelo serviço que foi efetuado. Creio que está 95% conclusa e 80% apenas pago. É isso.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Então, o senhor afirma que o Sr. Elielson, se enganou, faltou com a verdade com relação a essa questão?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – A essa questão que pagamos a obra de 554 mil reais e ela não estava conclusa, afirmou com todas as letras, como em tantas coisas ele se enganou, tantas coisas. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Hugo, eu estou ficando, assim, bastante confusa. Porque todos os que vieram aqui afirmaram categoricamente a respeito do enriquecimento ilícito do senhor. Todos. E o Senhor é o único que está dizendo que todos os outros se enganaram.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Deputada,...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E há provas, segundo dizem, a respeito disso.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Opa! Como “segundo dizem”? Diz a senhora. Segundo dizem... Cuidado com o “segundo dizem”! Cuidado!

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Não. Estou perguntando para o senhor.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Apresentei documentos, hoje. Sr. Presidente, é possível apresentar-me as minhas declarações de renda? Por gentileza, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Não se preocupe porque depois o Presidente entrega para todos nós.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Por favor, para que não fiquem pairando dúvidas no plenário, faço questão de ler quanto que eu tinha de bens em 31 de dezembro de 2001. Por gentileza. *(Pausa.)* Esta aqui é toda a relação de bens que eu possuía em 2002. *(Pausa.)* Ela é clara. Declaração de ajuste anual 2003, Ano Base 2002. Está aqui para quem quiser ver. Se houver uma câmera aqui: “R\$346.000,00; CPF 307.433.540-87”. É o meu CPF, Deputada. Está aqui consignado: “R\$346.000,00; Ano Base de 2002”. No Ano Base de 2001 já tinha um patrimônio de 286 mil. E agora vamos para a minha declaração de bens de 2005, Ano Base de 2004, Deputada. É fundamental para que este plenário possa entender um pouco melhor essas inverdades, essas alevisias que foram ditas aqui e que, por sinal, a senhora está confirmando que todo mundo falou. Todo mundo vai ser processado. Quatrocentos e vinte e quatro mil, ano de 2003. Desculpa. Aqui, deixe-me localizar aqui. *(Pausa.)* Quatrocentos e quarenta e dois mil. Portanto, senhora, não houve nenhum tipo de equívoco da nossa parte. Os documentos estão sendo apresentados aqui, publicamente.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Segundo, também, matéria do jornal diz o seguinte: *“A apuração da Procuradoria do IBAMA aponta que o ex-gerente Hugo aprovou um pedido de reflorestamento da Madeireira Kutschenko, de Pontes e Lacerda, mesmo com parecer contrário. O pedido foi feito por meio da Reflorestadora Tecamat, que venderia os créditos para a Kutschenko”*. E agora dizem, também aqui, e aí eu quero que o senhor esclareça isso, que 2 dias depois o pedido das 2 empresas teria sido aprovado pelo senhor. Então, também, é uma outra situação que consta aqui da matéria que está sendo investigada pelo interventor, ou que já foi investigada. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Bom, primeiro, já ficou confirmado aqui, mediante os documentos apresentados, que os jornais publicaram muita coisa equivocada. Muita. Minha declaração de bens comprova isso. Em relação a essa questão especificamente, eu desconheço essa empresa Kutschenko e tenho a impressão de que não aconteceu nenhum tipo de ilegalidade, nenhum tipo de irregularidade. Por quê? Porque em nenhum momento eu forcei a barra para que se assinasse qualquer tipo de documento. Em nenhum momento. O que eu confiava era na equipe técnica, que vinha da DITEC. Os técnicos preparavam os documentos que passavam pela chefia da DITEC, cuja chefe é a Sonizi Alcedina de Figueiredo, que inclusive nem indiciada foi, e depois eles passavam para mim. Deputada Thelma, no IBAMA tem em torno de 10 mil processos. Em média, na minha mesa, na minha mão – assombrem-se, senhores! – passavam em torno de 200 a 300 processos e documentos diariamente, em média – processos e documentos. É um número assombroso. Eu não consigo me lembrar especificamente desses fatos, mas posso afirmar com convicção para a senhora: não teve, com certeza, nenhum tipo de irregularidade. Até porque nós elaboramos uma listagem das empresas que estavam agindo corretamente na área de reposição florestal e que foi enviada ao Dr. Sebastião Azevedo, chefe da PROGE do IBAMA. E a empresa Tecamat consta lá como uma das empresas que está em dia, está legal, e que possui condições adequadas para vender reposição florestal. E quem elaborou esse relatório foi a chefe da nossa Divisão Técnica. Então, eu confio no trabalho dela. Não me lembro especificamente, com tantas manifestações que eu tinha que dar diariamente, entre

documentos, processos e outras coisas mais, mas eu acredito que não há nenhum tipo de irregularidade no que a senhora está relatando. Trata-se de mais uma história de jornal plantada pelo Elielson.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Ele tem mais uma história, então.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Vamos lá.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – *“Todas as licitações realizadas pela Gerência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, em Mato Grosso, desde 2003 estão irregulares. De acordo com o interventor do órgão no Estado, Elielson Ayres de Souza, são cerca de 10 licitações que estão irregulares”*.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Ele citou quais?

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Não, ele não citou quais. Deve constar do Relatório Final.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Vamos ver.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Mas o que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Eu tenho a dizer que todas as licitações devem... com certeza seguiram o ritual administrativo e jurídico correto e adequado, ao ponto de que quando não havia condição de ser analisada pela nossa Procuradoria Jurídica local, que tinha só 3 procuradores, nós mandávamos para Brasília. Na verdade, agora até estamos fazendo um pacote de umas 5 licitações que seriam levadas, em mãos, para a Procuradoria Jurídica em Brasília. Por quê? Porque nós não tínhamos condições que elas fossem analisadas. Mas todas elas têm cobertura jurídica e administrativa correta. Eu, em nenhum momento, forcei a barra ou fiz com que de alguma maneira algum tipo de serviço fosse contratado ilegal ou irregularmente.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Também saiu uma matéria, quando o senhor foi dar uma entrevista para um jornal – e aí a respeito do Presidente Nacional, o Sr. Marcus, quando ele disse que sabia, que soube das irregularidades, que ele reconhecia que tinha havido, acontecido as irregularidades no IBAMA, lá em Mato Grosso –, onde o senhor respondeu o seguinte: *“Agora, ele, o Presidente, fala isso; mas quando sempre tem algum problema para resolver, nós tentamos acomodar”*. O senhor disse ao jornal isso e sem detalhar quais seriam os problemas a que ele se referia. Quais os problemas que o senhor tinha que acomodar?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Puta... tantos! Deputada Thelma, tantos!

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Quais? Alguns.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Para começar...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Não precisamos de detalhes.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – ... se não tem funcionário lá, como é que você acomoda, como é que você resolve uma situação sem funcionário? Você acomoda. Quando você não tem carro e você pede ao Presidente, pede aos diretores, como é que você resolve a situação? Você acomoda, você vai dando, vai resolvendo e vai até às vezes deixando de resolver.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – O senhor se sentiu abandonado agora?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Com certeza, não só pelo Presidente como por alguns diretores. Eu acho que é uma administração do IBAMA inepta, ineficiente. Eu entendo que foi formado um conselho gestor que, por vezes, se reunia 5 vezes por semana, mas não resolvia nada, para discutir o mesmo assunto. Eu acho que tem muito pouco empenho do Presidente Dr. Marcus Luiz Barroso Barros na solução dos problemas do IBAMA, senão nós teríamos um novo SISMAAD já há muito tempo. A questão do SISMAAD foi levantada há muito tempo. Na reunião de Ji-Paraná, como eu relatei anteriormente. Essas fraudes só são possíveis porque não há um sistema de comando e controle adequado e que tenha uma base de dados unificada como o órgão ambiental do Estado de Mato Grosso tem, ou próximo disso tem. O IBAMA está muito mais atrasado do que o Estado do Mato Grosso, em termos de georeferenciamento, de base de dados e de qualquer coisa que vocês possam imaginar, a não ser de dinheiro para grandes operações: Macauã, Mapinguari, Curupira I, Curupira II. Aí sim, tem helicóptero, tem grana para fiscal. Nunca tinha grana para nada! Deputada Thelma, janeiro, fevereiro, março, abril, eu agüentei que tivesse fiscais no Trevo do Lagarto só na conversa, porque não aparecia dinheiro para pagar as diárias. Só na conversa, na confiança da gente, que a gente, em algum momento, ia pagar. Eu estava cometendo uma irregularidade. A pedido de quem? Do Diretor de Proteção Ambiental Flávio Montiel, que me dizia: *“Não, nós vamos mandar o dinheiro. Nós vamos mandar o dinheiro. Nós vamos mandar o dinheiro”*. De fato, lá para abril, maio, veio o dinheiro. Muito tarde, mas veio. E quem sabe isso não propiciou, inclusive, não contribuiu para o processo de corrupção que nós denunciávamos muitas vezes? Quem sabe? A gente tem que analisar por esse aspecto também. Inúmeras vezes nós levantamos o problema de Mato Grosso. Reunião da Serra do Cipó, uma conversa em separado: *“Dr. Marcus nós temos que ter, nós temos que fazer alguma coisa lá em Mato Grosso, lá tem muito problema, nós não temos estrutura, não temos pessoal”*. O Dr. Marcus disse uma palavra que eu gostaria de repetir aqui, mas que na essência acabou se confirmando. Ele dizia: *“Então vamos tomar providências”*. No Ministério Público Estadual, finalmente, na presença de outras pessoas, Dr. Jacob, Dr. Gerson Barbosa, e outros procuradores, foi-me questionado que providências eu estava tomando sobre denúncias de irregularidades e corrupção no IBAMA? Eu disse: *“Olha, todas as vezes que me surge um caso concreto eu levo à Polícia Federal, eu levo para o órgão competente, mas eu não tenho poder de polícia para ficar, não tenho condição de investigar a vida das pessoas. Isso compete a ou-*

tros". E nós denunciemos. Denunciamos, denunciemos, denunciemos o que dava para denunciar.

O resultado é que, de fato, se descobriu diversas ações de irregularidades que passam pelo Trevo do Lagarto, que tem que fiscalizar ATPF, que é um instrumento que possibilita o transporte de madeira, mas está desatualizado, tem 14 anos, já deveria ter saído do ar há muito tempo. Descobriram-se fraudes no SISMAD – Sistema de Controle de Fluxo de Madeiras, onde qualquer funcionário poderia ir lá colocar os dados que quisesse, não ficava o polegar dele, nem a hora dele, nem que modificação que ele fez. Nós descobrimos. Isso foi descoberto agora, mas foi descoberto com base no quê? Numa denúncia que foi feita. "O que você fez Hugo?". "Olha, nós já falamos ao Presidente Marcus todos esses problemas. Nós falamos". Parece que depois que nós falamos para a Ministra, o Dr. Marcus assumiu a responsabilidade de tomar providências. Não tenha dúvida nenhuma de que aquela reunião no Ministério Público Estadual de Mato Grosso, em junho, julho de 2004, foi decisiva para esse processo. Não tenha dúvida nenhuma, Deputada Thelma. O SISMAD não é um sistema, é um banco de dados. Como é que a diretoria do IBAMA nunca se deu conta que ali havia fraude? Deputada Thelma, nós somos auditados todos os anos. Durante umas duas, três, quatro semanas vem gente aqui de Brasília e bota lupa em cima do que nós fazemos. Bota lupa em cima do que nós fazemos. Isso, todos os anos. Nunca apontaram uma falha conforme a que o Elielson colocou agora, em primeiro lugar, sobre a questão das licitações. Segundo, nunca apontaram nada em relação às falhas do SISMAD. Nós gerentes, gritando, gritando, dizíamos: "Tem problema, tem problema, precisamos de um novo sistema, precisamos de um novo sistema". "Nós vamos fazer uma licitação".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Três minutos para pergunta, 3 minutos para resposta, 3 minutos na réplica.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Presidente, por enquanto são as minhas perguntas. Depois eu posso retornar com outras. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Presidente. Tanto o Deputado Sarney Filho quanto a Deputada Thelma fizeram questão da pergunta sobre financiamento de campanha do PT. Eu entro com requerimento solicitando ao Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso qual será, eu quero a doação de campanha dos últimos 10 anos para todos os candidatos daquele Estado. Só para tirar dúvidas. É importante que tiremos as dúvidas, até porque o Dr. Avelar, ele disse

que realmente houve doação ilegal. Se há ilegalidade, cabe a todos nós investigarmos, seja que partido for.

Sr. Hugo, o senhor tem conhecimento de doação ilegal para a campanha do Partido dos Trabalhadores por parte de madeireiras?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor doou?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Eu, pessoalmente, doei 5 mil reais, de forma legal, declarados na minha declaração de Imposto de Renda e declarados, ao que me consta, pelo próprio Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Rapidamente passou uma pergunta que eu não consegui absorver na hora que o Deputado Sarney perguntou, a questão do georeferenciamento. A empresa é a TECNOMAPAS, é isso? Técnico Mapas?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – A TECNOMAPAS é uma empresa particular, uma empresa privada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Com sede aonde?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Com sede em Cuiabá, Mato Grosso.

É uma das empresas de tecnologia, de maior tecnologia do Brasil. É uma tecnologia de ponta, tanto é que ela tem parceria com a Oracle, enquanto banco de dados, e tem parceria com a ATEC.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ela é contratada por qual órgão?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Ela venceu uma licitação da Fundação Estadual de Meio Ambiente lá pelo ano de 1999, 2000. E depois, neste ano, no ano passado, teve uma prorrogação desse contrato, uma prorrogação inclusive homologada pelo Ministério Público Estadual. E agora houve uma nova licitação e que ela venceu, parece que agora não sozinha, em parceria com a ATEC.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E essa licitação feita pelo Governo do Estado?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Exatamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa empresa foi arrolada em qualquer questão do processo?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – No que concerne...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nesse Curupira?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – ... a Curupira é tanto IBAMA quanto FEMA, Deputado. E no que concerne ao IBAMA, não. No que concerne à

FEMA, eu não tenho conhecimento. Eu não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Acho que foi o senhor que citou um rapaz chamado Luiz Duarte.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É funcionário do IBAMA?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E ele está preso?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Está sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E qual é a acusação sobre ele?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Extorsão, ao que me consta. Parece que partes das gravações dele também foram publicadas no jornal. Eu tive acesso a uma em que ele estaria supostamente fazendo uma vistoria, ele, Aleixo Hank, que é um analista ambiental contratado há uns 2 anos e que não está preso, e mais um outro funcionário. E após essa vistoria, parece que esse funcionário – isso foi relatado nos jornais – teria solicitado uma propina para que a empresa dele pudesse ser, a empresa visitada pudesse ser homologada para receber ATPFs. Mas eu não conheço detalhes, a não ser o que diz a imprensa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor declarou antes que o senhor tem inimigos aqui no IBAMA, em Brasília. Por que o senhor acha que tem inimigos aqui no IBAMA?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Eu não acho, eu tenho convicção, Deputado, porque...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Por quê? E quem é?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Primeiro, por quê? Porque eu era uma pessoa que questionava muito, eu era uma pessoa que pedia muito recurso, pedia dinheiro. Eu questionava também a questão... é... algumas questões de encaminhamento que eram dadas. Por conta disso, eu tive... Por exemplo: a DICO, Divisão de Fiscalização de Cuiabá, só tem um veículo, uma L-200, ano 2000/2001. Eu pedi, no início de 2003, que fosse cedido recurso para que Cuiabá pudesse fazer uma licitação ou que fosse cedido um carro para a nossa DICO. Quando terminou, quando estava lá pela metade de 2004, eu tive uma discussão áspera com o Diretor Flávio Montiel, ele me dizendo: “Pô, como é que você fica falando por aí que eu não te ajudo, não sei o quê? O Estado que mais recebe recurso!” De fato, era o Estado que mais recebia recurso, porque era o que tinha os maiores problemas. Mas não tinha

veículo para ir a campo, doutor. Então, tive problemas com ele, tive problemas também com outros diretores e também com o Sr. Presidente, porque, por diversas vezes, desconheceu os nossos reclamos, as nossas angústias locais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor também disse que a direção do IBAMA é inepta e ineficiente.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E a anterior era bastante eficiente?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não afirmei isso, doutor, não afirmei isso. Não, não estou querendo dizer. Eu acho que não tem...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem era o Gerente Executivo anterior?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Era Leôncio Pinheiro Filho, irmão do Senador Jonas Pinheiro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E nessa investigação, ele foi citado?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Em nenhum momento, o que também me causa algum assombro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele era bastante eficiente?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Doutor, eu não sei. Eu acho... eu não sei, eu não sei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O SISMAD, quando o senhor chegou, já existia?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – O SISMAD é um programinha de 99, parece que é uma dissertação de mestrado de um camarada lá de Belém do Pará. É um banquinho de dados que o IBAMA adotou como um sistema de controle, que os madeireiros já tinham uma performance e uma versão melhor nos computadores deles lá, ou de seus escritórios despachantes.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, no que diz respeito a inepto e ineficiente, se se incluiu o SISMAD, é algo mais antigo?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Com certeza. Como a ATPF é, Deputado. Como a ATPF é.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece Marcos Pinto Gomes?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Sim, senhor, conheço. É chefe de fiscalização e meu substituto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E quem nomeou o seu substituto?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – É uma escolha que compete ao gerente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E por que o senhor o escolheu?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Eu o escolhi porque... Num primeiro momento eu mantive o então substituto, era um Procurador Federal. Em alguns momentos eu percebia que ele não era digno de confiança, até porque ele era...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele quem não era digno de confiança?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Esse Procurador Federal – não me lembro do nome dele agora, mas não é difícil de a gente descobrir... Dr. Edson Novells. Então, quando eu vi que ele estava rompendo a minha confiança... Na verdade ele era substituto do anterior; eu tentei aproveitar as pessoas que me pareciam que estavam bem. Bom, então, quando ele passou a não ser mais da minha confiança, eu convidei a Sonizi Alcedina Figueiredo, ex-chefe da DITEC. Insisti com ela uns 2 meses, negociando, fiquei até sem substituto uma época, e finalmente ela me disse que não queria, não queria e não queria. E aí acabei optando pelo Marcos Pinto Gomes. Por que optei pelo Marcos Pinto Gomes? Porque ele era chefe da Fiscalização, era um policial rodoviário federal...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Aposentado?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, senhor; não senhor: cedido ao IBAMA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, tá.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Ele está num cargo de DAS lá, Deputado. Ele conhecia muito bem a legislação, como tantas outras pessoas conhecem lá. Eu não sou da área jurídica, ele também não é, mas ele conhece bem a legislação, até porque parece que trabalha no IBAMA desde 99, parece. E, em razão disso, eu achei por bem colocar ele como meu substituto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nunca tinha recebido nenhuma denúncia de corrupção do Marcos Pinto Gomes?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, Deputado; não. Nunca tinha recebido.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele está preso agora?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Está sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o Sr. Hiroshi?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – O Sr. Hiroshi é o chefe da SULAN. A SULAN é um setor dentro da divisão técnica, ela é subordinada à Sra. Sonizi Alcedina Figueiredo. Ele já estava lá quando eu cheguei ao IBAMA. Acabei mantendo ele lá. Quer dizer,

essa distribuição eu deixava praticamente livre para os chefes dos setores. Então, ele acabou ficando lá. Eu nunca conversei com o Sr. Hiroshi Abe – no máximo o cumprimentei umas duas ou três vezes –, nunca conversei com ele detalhadamente, cumprimentei umas duas ou três vezes...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele rasga as ATPFs?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não sei, doutor. Não estou sabendo disso não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quando houve a intervenção, houve escritórios do IBAMA em que teve de chegar gente de fora porque foram todos presos. Um grupo desses, no qual se faz uma limpa e se prende uma quantidade enorme de gente, o senhor não desconfiava de nada?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Bom, sobre essa questão das prisões, Deputado, eu acho que a gente tem que ficar um pouco ligado. Foram presas 134 pessoas, e o inquérito policial da Polícia Federal até o momento indiciou só 90. Portanto, você já tinha...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Já foi concluído o inquérito?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – O inquérito, sim. O inquérito já foi concluído.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor foi indiciado?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Sim, senhor; pela Polícia Federal. Ainda não houve apresentação de denúncia por parte do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A Polícia Federal o indiciou sob que acusação?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Nós tivemos acesso, parece, ao processo hoje à tarde só, mas seria por formação de quadrilha e recebimento de... Formação de quadrilha e o outro eu não me lembro, mas me parece que é corrupção passiva, alguma coisa assim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa é a acusação da Polícia Federal no inquérito?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Parece que é.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – No seu indiciamento?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Parece que é. Mas – o senhor me permite, Deputado – queria concluir uma observação que estava fazendo. Então, se mais de 30% das pessoas que foram presas não foram indiciadas pela Polícia Federal – é provável que ainda o Ministério Público também não ofereça denúncias para alguns –, isso mostra que a operação talvez ela tivesse tido um vulto muito maior do que ela talvez precisasse

ter. Até porque eu defendo a minha inocência dentro desse processo. Então, seriam pelo menos já... Em vez de 34, seriam 35 inocentes. E eu tenho certeza de que ainda vão ser inocentados muitos que estão presos, a meu ver indevidamente. Todavia, eu quero reafirmar: a operação era necessária, havia problemas, esses problemas nós sempre denunciávamos a quem de direito e na hora em que nos era possível fazer isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor tomou conhecimento de acusações contra Marcos Pinto? Quais são?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não tomou conhecimento?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não; não, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E as acusações contra o Sr. Hiroshi?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não; não, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não tem conhecimento?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, não, doutor. Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Do Ministério Público, quais são as acusações? Porque da Polícia Federal o senhor já disse no inquérito do senhor. O Ministério Público já concluiu o inquérito?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Eu não sei, o Dr. Mário Lúcio, que é do Ministério Público, está aqui presente, eu não tive... não tenho informação nenhuma sobre isso, não tenho comunicação com ele.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece a empresa São Pedro?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – É, conheço sim, ela é uma empresa que pertence ao mesmo grupo da empresa Tecamat. Ela é uma empresa que... como houve modificação no processo de reposição florestal de Mato Grosso – não sei se o senhor é do ramo e entende...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, não. Não entendo nada desse ramo.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Tá, mas só para colocar...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nem do ramo da madeira, nem do outro.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Existia uma coisa chamada fomento florestal e depois passava-se a levantamento circunstanciado. Mato Grosso teve editada uma portaria, uma Instrução Normativa nº 40, exclusiva para o Estado de Mato Grosso, porque era uma coisa que estava sendo organizada e colocada

nos moldes de que todo IBAMA provavelmente usaria para o Brasil. E pelo menos foi esse o depoimento que o Dr. Hummel, Diretor de Floresta, deu para a gente. Ao mudar-se o sistema, passando de fomento florestal – o fomento era: o senhor vendia e depois o senhor plantava; e o levantamento circunstanciado era o contrário, o senhor planta e depois o senhor vende –, então, passamos para esse segundo sistema. Então, ao que me consta, essa empresa, os empresários dessa Tecamat criaram uma nova empresa chamada São Pedro para operar dentro desse novo sistema.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Alguns deles também foram presos?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Os dois, dois dos irmãos: Luís e Evandro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tanto da Tecamat quanto da São Pedro?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, ele são os proprietários únicos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eles tinham outras empresas mais?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Ah! Pelo que eu sei, eles são milionários.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Alguma dessas empresas no papel só?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Doutor, eu não sei. Não é incumbência minha ver se tem empresa no papel ou não. Não tenho essa competência, não conheço esse...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como ex-Diretor Executivo do IBAMA, nunca tinha recebido, ou recebeu alguma vez denúncias sobre as empresas no papel?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, não. Todas as denúncias que me foram feitas, eu sempre encaminhei para os lugares devidos, fosse o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual ou a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor disse anteontem também que enviou cópia das denúncias feitas contra os Procuradores para o IBAMA 7, o senhor disse isso. O senhor fez denúncias contra os Procuradores...

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Ah! Não, não. Veja só, me permita esclarecer: os Procuradores... Tem processo de infração. Digamos que foi apreendido um caminhão ou foi desflorestada uma área. Então, o processo corria lá dentro do IBAMA, e quando chegava no Procurador, ele liberava o caminhão, liberava a carga e diminuía a multa. Digamos que fosse de 10 mil reais, diminuía para mil reais e liberava o caminhão e liberava a carga. Só um exemplo. Aí, esse tipo de.... eu chamo isso de despacho, não é nem pare-

cer, esse tipo de manifestação, nós não a acatávamos e se a acatamos em algum momento, talvez contra... sem que a gente tivesse se atentado, e enviamos diversos desses processos para Brasília. Então esses processos em que nós entendemos como tendo sido procedimentos inadequados ou até irregulares de Procuradores foram mandados para a PROGER, diversos, pelo menos uns 3 ou 4, quiçá mais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Só uma última pergunta, Sr. Presidente. O senhor tomou conhecimento agora do indiciamento da Polícia Federal?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – É, hoje à tarde... Não, do indiciamento da Polícia Federal fiquei sabendo no sábado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sábado passado?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque na hora em que o senhor vai preso, o senhor suspeita que está indo preso por quê? Quais eram as ações?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Eu suspeito que tenha sido preso justamente pela forma combativa como eu defendi o meio ambiente. Eu arrumei inimigos aqui no IBAMA 7, não só adversários, inimigos; eu arrumei inimigos junto ao setor produtivo, porque eu era contrário ao desmatamento de 50% e 50% de averbação, eu era favorável ao desmatamento de 20% e averbação de 80% na área de transição; eu era contrário a essa maracutaia que era a reposição florestal e que tentamos organizar; eu era contrário à existência de planos...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas essas aí são ações do Governo do Estado? Essa ações aí...

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, 50%, 80% é do Estado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Do estado.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – É. Agora, reposição florestal é do IBAMA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Do IBAMA.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Essa lengalenga já vinha desde 99, nós é que invertemos no ano de 2003. Então, eu era contrário a isso, nós prejudicamos diversas empresas, pelo menos 3 empresas nós prejudicamos seriamente. A (*ininteligível*), a Flora Cuiabana, a outra não recordo agora. Prejudicamos seriamente. Prejudicar não no sentido de querer prejudicar, no sentido da defesa do meio ambiente. Oferecemos denúncia ao Ministério Público. Está lá denunciado ao Ministério Público, com provas; aliás, essas pessoas, não sei por que não estão presas com a gente. Essas sim, cometeram crime ao não fazer a reposição florestal

que devia ter ocorrido. Então, dentro desse contexto, e ainda com minha forma muito incisiva e muito forte de pedir recursos, inclusive de denunciar corpo mole ou falta de ação dentro do IBAMA sede, ganchou inimigos para mim, infelizmente, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Senhor Hugo, tenho ainda algumas últimas perguntas a lhe fazer. A primeira é a seguinte: quantas pessoas foram indicadas pelo senhor para ocupar cargos, aproximadamente?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Acho que umas 6, 5, 6, 7 talvez: meu chefe de gabinete, algumas outras pessoas ficaram, não é, como eu disse, ficaram lá nos cargos, não houve nem indicação ou não indicação, alguns chefes de escritório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Chefe de escritório em Rondonópolis foi indicado pelo senhor?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Chefe de escritório em Rondonópolis foi mantido a pedido da Diretoria do Sindicato do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Já era antes da sua nomeação?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, não. Ele não era antes da minha nomeação, ele foi nomeado recentemente, no final do ano passado, lá pelo mês de agosto, setembro do ano passado. Ednaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Portanto, uma indicação com o seu beneplácito?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – É, foi com meu consentimento. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Marcos Pinto é indicação do senhor?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – É uma pessoa que estava à disposição lá, como tantas outras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sim, é o chefe de fiscalização, é uma indicação da sua confiança, cargo de confiança, é um DAS de sua confiança.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – É um DAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Hiroshi?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não tenho nenhuma relação com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nenhuma relação com ele?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O Sr. Marcos Pinto e o chefe de escritório em Rondonópolis são filiados a partidos ou são técnicos do IBAMA?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Ao que consta, não são filiados a nenhum partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito, é o suficiente. Na sua avaliação, existe um esquema de propina, do qual o senhor não faz parte, como o senhor deu a entender em algumas das suas respostas ou esse esquema de propinas é uma ficção?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Deputado, não existe um grande esquema específico de propina como se fosse uma quadrilha organizada. O que existe é um sistema de comando e controle falho que permite que alguns funcionários se vendam, até, como diz o jornal de Cuiabá, por uma dose de uísque paraguaio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Esse dinheiro arrecadado é com finalidade de enriquecimento patrimonial desses funcionários?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Doutor, eu não tenho nenhum conhecimento, não tinha conhecimento anterior, eu só tinha conhecimento do Ednaldo, que diz que andava com uma caminhonete de 100 mil reais, e isso, como o senhor viu, eu denunciei para a Polícia Federal, e ele está preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Ou seja, em nenhum momento o senhor tomou conhecimento de que havia um esquema com finalidade de abastecer campanhas eleitorais ou cofres partidários?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Com certeza, em nenhum momento tomei conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor conhece Antônio Luiz Ganancin?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Antônio Luiz Ganancin, conheço sim. Ele me ofereceu um chácara, em 1997, que ficava a 70 quilômetros mais ou menos de Cuiabá, dos quais 40 de estrada de chão. E, na oportunidade, essa chácara custava 50 mil reais, e eu acabei comprando uma chácara mais próxima por 13 mil e 500 reais registrada e tudo isso, que ficava a apenas 38 quilômetros de Cuiabá, dos quais apenas 8 de chão. E, na oportunidade, eu optei por fazer o negócio que para mim era mais adequado, porque eu não era amante de pesca, era só para lazer e contemplação da minha esposa, afinal, éramos só nós. Depois disso, Luiz Ganancin, eu vi ele muitos

anos depois. Nunca mais vi ele. Aí vi ele muitos anos depois frequentando os corredores do IBAMA. E, na oportunidade, eu fiquei sabendo, por terceiros, de que ele era vendedor de empresas de reposição florestal e que também trabalhava nos interesses do Governador Blairo Maggi. Isso é o que me foi informado. Soube – até quero esclarecer –, que ele fez comentários desairosos com terceiros sobre mim e esses comentários não tem nenhuma procedência, não tem nenhuma veracidade, não tem nada a ver com a minha forma de conduta e com a minha personalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E que interesse, na sua avaliação, ele teria em prejudicá-lo, a ponto de fazer denúncias como a de que o senhor poderia estar recebendo algum benefício indevido no exercício do cargo?

O SR. SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Deputado, eu não sei se ele chegou a fazer denúncia, porque parece que se trata de uma conversa de telefone, onde ele diz: “eu acho que o Hugo leva, acho que o Hugo deve levar, porque ele tinha um carrinho velho”, na verdade, quando eu tinha.. quando eu lidei com ele nessa compra da chácara, eu tinha um Uno CS, seminovo, e tinha um Tempra também seminovo, do ano de 96, e isso era no ano de 97. Portanto, não era uma pessoa que não tivesse posse. Tinha dois apartamentos, um em São Paulo e um em Cuiabá, e já tinha outros bens. Então, eu acho que ele fez esse comentário muito mais para se cacifar frente às pessoas. Quanto ao fato de que ele teria feito denúncia, Deputado, eu não estou vendo fundamento nisso, porque me parece que ele está fugido da polícia, parece que ele tem decretada a prisão e está fugido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Uma última pergunta. Em algum momento o senhor fez por escrito, portanto de uma forma formal, alguma diligência ou algum requerimento aos órgãos superiores do IBAMA reclamando da falta de controle e solicitando que melhorassem o sistema de georreferenciamento, ou sistema de controle? Há algum documento seu declarando do descontrole completo e absoluto que o senhor, hoje, aqui, com todas as letras, mostrou existir no IBAMA?

O SR. SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Deputado, depoimento individual meu, sim, tenho sobre a questão do Sismad, mas tem vários resultados tipo relatório de reunião que apontam vários desses problemas. A falta de sistemas confiáveis no IBAMA apareceu por várias vezes. É só pegar esses relatórios de reunião e que nós teremos documentos suficientes quanto a isso, de como a administração central do IBAMA tinha conhecimento desses fatos. Mas com relação a Sismad, tem coisa escrita, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E há algum interesse revelado, claro, em não instituir um sistema de controle, o senhor tem algum indício, não sei se uma prova, algum indício de interesse de alguém dos órgãos superiores? E a segunda parte da pergunta: se há esse interesse em não fiscalizar para facilitar, é claro, o descontrole, dificultar as atitudes de comando e controle, haveria alguma correlação entre esses que estão tão interessados em dificultar o controle com a suposta perseguição que o senhor está sofrendo?

O SR. SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Deputado, eu não acho. Eu acho que é incompetência mesmo, Deputado. Acho que é desinteresse. Acho que é uma postura, assim, de Deus no Olimpo. Acho que está acima de tudo, aqui tá tudo bem, vamos levando, o pessoal vai resolvendo os problemas lá na ponta. Acho que é um pouco por aí, Deputado. Não acho que tenha desonestidade, não acho que tenha tido algum interesse escuso. Agora, um bom indicador para o senhor é que mais ou menos 70% dos recursos do orçamento do IBAMA são gastos na sede, praticamente, e 30% nas 37 gerências e nos centros especializados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputada Telma, para encerrar.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Só uma última pergunta. Também foi dito aqui que o Grupo Amaggi teria conseguido uma autorização de desmatamento para uma determinada área, e depois, quando o fiscal do IBAMA foi lá para conferir, não havia sido tirada – vou dizer nas palavras que foram ... – nenhuma lenha, mas que foi conseguida, foi dada entrada, com autorização de transporte dentro do IBAMA. Então, eu queria saber se o senhor tomou conhecimento de alguma coisa nesse sentido?

O SR. SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, Deputada. Do Grupo Amaggi não tomei conhecimento. Tomei conhecimento de um caso semelhante a esse da Bunge, e que ficou à exclusiva competência técnica a decisão. Vieram para o meu gabinete duas vezes para tentar solucionar. Eu falei: isso é um problema técnico e se resolve na forma técnica. O que se alegava, o que os nossos técnicos diziam é de que a empresa tinha pego as ATPFs para transportar a madeira até o pátio de secagem, e não tinham retirado a madeira.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Isso o senhor está falando da Bunge?

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Da Bunge, é.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Não, o...

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Da Amaggi não sei de nada.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – É, porque foi dito aqui pelo interventor que isso teria acontecido e que consta do relatório final.

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Pode ser, mas eu não sou um... não conheço esse caso, não sei. Se soubesse, com certeza eu responderia para a senhora.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Acredito que sim. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Na sua gestão, Sr. Hugo, quantas apreensões de madeira e qual a volumetria apreendida?

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – É muito difícil precisar isso, Deputado, porque a volumetria da madeira... porque se tem 4 gerências: tem a Gerência de Juína, de Sinop, de Barra do Garças e de Cuiabá. A maior parte das apreensões aconteciam em Juína e em Sinop. Mas o que podemos dizer para o senhor é de que nós fomos os campeões, o Estado de Mato Grosso foi o campeão em valor de lavratura de auto de infração, no ano de 2003. Meu primeiro ano de gestão. Com alguma coisa em torno de 1 milhão, 130 mil reais, não quero... pode ser 137, pode ser 127. Um milhão... desculpe, 130 milhões de reais, e no meu segundo ano...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E nos anos anteriores, qual era?

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – No segundo ano, foi de 165, 170 milhões de reais, mais uma vez recordista em valor de auto de infração. Nos anos anteriores foi menor, foi menor, nosso esforço foi muito grande no combate aos ilícitos ambientais. Sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A Deputada Telma não se interessou, mas eu me interessei pela Bunge, esse caso.

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Tá bom, vamos lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Por favor, o que aconteceu com a empresa Bunge?

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Deputado, a Bunge é uma empresa que compra grãos e, portanto, precisa fazer secagem de grãos. Essa secagem de grãos é feita em fornos à lenha. Então, eles precisam comprar lenha e precisam comprar reposição florestal. Eles só conseguem comprar lenha de desmate mediante compra de reposição florestal. Está bom? Compraram a reposição florestal e obtiveram as ATPFs, obtiveram o documento legal para o transporte,

estava lá a madeira, no roçado. E aí, em vez – segundo nosso técnicos, a versão da Bunge é outra – de pegar daquela madeira, pegaram “daquela” e levaram para o seu pátio de secagem. Nossos técnicos, chegando lá, teriam constatado que a madeira ainda estava lá e meteram uma multa nela. Segundo a história que me veio. A versão da Bunge é outra. A versão da Bunge diz que eles apressaram o passo e tiraram, em questão de uma semana, toda a madeira que estava disponível, utilizando-se das ATPFs que teriam sido concedidas a eles em função da reposição florestal comprada, adquirida. Essa história, se o senhor precisar bem mais, só puxando o processo e abrindo o jogo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Bom, o Dr. Mário Lúcio chegou aqui e, por mais de uma vez, ele disse que o que foi desbaratado no Curupira é ação de cerca de 6, 8, 10 anos. Ele disse mais de uma vez. Quer dizer, então, não é coisa nova. Pegar um máquina dessas que tem 10 anos funcionando de uma maneira corrupta, o senhor acha que em 2 anos consegue botar ela na linha com tudo, no que diz respeito em ineficiência, em questão de eficiência e tudo? Porque é uma máquina, todo o sistema de informática foi herdado. Todo o sistema administrativo foi herdado, todo o sistema de autorização de transporte de madeira foi herdado, não tem orçamento...

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Deputado, sabe, eu sei onde o senhor quer chegar. Mas eu não acho que seja esse o fato, Deputado. Quando a gente quer realmente trabalhar, se virar, a gente consegue. Sabe por que eu era considerado chato? Porque o orçamento previsto para o Estado do Mato Grosso operar no primeiro ano de minha gestão, tirando o salário, era de 1 milhão e 600. Nós operamos 3, perto de 3 milhões de reais. No segundo ano, Deputado, nosso orçamento previsto era de 3 milhões, nós operamos 5 milhões e pouco de reais. Ou seja, eu me tornei um chato para muita gente, porque eu pedia dinheiro, pedia recurso, eu ia atrás, eu queria resolver e nós conseguimos resolver muitos problemas, organizamos a reposição florestal, estávamos fazendo a licitação do Sismad, enfim, aumentamos os autos de infração em 2003, aumentamos os autos em infração de 2004. Então, Deputado, depende muito de quem e com que garra e com que vontade ele vai tentar resolver o problema. O Sismad, ser um problema enquanto banco de dados – é até um abuso ser chamado de sis...sistema, não é? –, isso é público e notório desde 2001. Tanto é que fizemos uma reunião em 2004, em Ji-Paraná e nós solicitamos. O fato do IBAMA não ter um módulo geo de geoprocessamento, de localização espacial, dos planos de manejo... Doutor, Mato Grosso já tinha para desmate em 1998/99. O Estado do Mato Grosso

tinha. O IBAMA, será que seus técnicos, seus diretores que chegaram lá, com todo o conhecimento, ou será que não foi por conhecimento que chegaram lá, não se atentaram para esses fatos? Nós estamos no Governo, essa gestão está no Governo desde 2002, 2003. Eu acho que, em parte, concordo com o senhor que é uma questão processual, mas tem que na parte processual mostrar o momento da inflexão, o momento da iniciativa. Agora mudou. Nós estamos fazendo. E nada aponta de que tivesse fazendo diferente, Deputado. O que estava sendo feito diferente era que 37 gerentes nos Estados feito loucos acreditando numa causa, trabalhavam, e os resultados que aparecem no IBAMA é muito mais resultado do trabalho insano de 37 gerentes do que de uma administração central.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Mais alguma pergunta, Deputado? Bem, então, nós queremos agradecer a presença do convidado, das testemunhas, dos Srs. Parlamentares, dos Srs. Assessores e demais presentes. Declaro encerrada a reunião, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se no próximo dia 28 de junho, às 14h30min, no plenário 7. Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS,
A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE
MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 32ª reunião (Ordinária) realizada Em 30 de junho de 2005 (Parte Pública)

Às dez horas e onze minutos do dia trinta de junho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 5 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Sarney Filho. Compareceram os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente, Moacir Micheletto – Vice-Presidente, Benedito de Lira, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Francisco Garcia, Hamilton Casara, Luiz Bittencourt, Maria Helena, Neyde Aparecida, Robson Tuma e Zico Bronzeado – titulares, e Dr. Rodolfo Pereira, Fernando Coruja, Leonardo Monteiro e Max Rosenmann – suplentes. Compareceu também o Deputado Zé Geraldo. Deixaram de comparecer os Deputados Dr. Ribamar Alves, Dr. Rosinha, Gervásio Oliveira, Henrique Afonso,

João Carlos Bacelar, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Nilson Pinto e Perpétua Almeida – titulares, e Arnaldo Faria de Sá, Badu Picanço, Edson Duarte, Fernando Gabeira, Miguel de Souza, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra (licenciado), Thelma de Oliveira e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 31ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: A – Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes pessoas: Sr. Mário Rubens de Sousa Rodrigues – Presidente do SINDIFLORESTA/PA; Sr. Carlos Renato Leal Bicelli – Analista Ambiental do IBAMA, em Altamira/PA; e o Sr. Marcílio de Abreu Monteiro – Gerente Executivo I do IBAMA, em Belém/PA, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou o Sr. Mário Rubens de Sousa Rodrigues para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra antes de responder às perguntas dos Deputados. A testemunha declinou do tempo ofertado, apresentando à CPI um relatório. O Deputado Hamilton Casara assumiu a presidência dos trabalhos. Fizeram perguntas à testemunha os Deputados Sarney Filho e Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelos Deputados Sarney Filho e Hamilton Casara). O Sr. Presidente convidou o Sr. Carlos Renato Leal Bicelli a tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra antes de responder às perguntas dos Deputados. A testemunha declinou do tempo. O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame assumiu a presidência dos trabalhos. Fizeram perguntas à testemunha os Deputados Sarney Filho, Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelo Deputado Sarney Filho) e Hamilton Casara. O Sr. Presidente convidou o Sr. Marcílio de Abreu Monteiro a tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho, Max Rosenmann, Hamilton Casara, que solicitou informações à testemunha, às quais o Sr. Presidente concedeu o prazo de 7 (sete) dias para que as enviasse a esta Comissão, Maria Helena e Antonio Carlos Mendes Thame, que solicitou

cópias de documentos à testemunha, concedendo o prazo de 7 (sete) dias para que as enviasse à CPI. O Deputado Hamilton Casara assumiu a presidência dos trabalhos e convidou novamente o Sr. Mário Rubens de Sousa Rodrigues a tomar assento à mesa, para alguns esclarecimentos. O Sr. Presidente perguntou à testemunha se gostaria de apresentar denúncias em caráter reservado, tendo obtido resposta afirmativa. O Sr. Presidente suspendeu os trabalhos às treze horas e cinco minutos a fim de que fossem tomadas as providências para transformação da reunião em reservada. Os requerimentos constantes da ordem do dia não foram deliberados. A reunião foi reaberta às treze horas e treze minutos, em caráter reservado, para a oitava do Sr. Mário Rubens de Sousa Rodrigues. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às treze horas e vinte e cinco minutos. E, para constar, eu, , Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – *(Início não gravado.)*

Ordem do Dia.

Em virtude da aprovação de requerimento de autoria do Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, esta Comissão se reúne hoje em audiência pública para oitava das seguintes testemunhas: Sr. Mário Rubens de Sousa Rodrigues, Presidente do Sindifloresta, Pará; Sr. Carlos Renato Leal Bicelli, Analista Ambiental em Altamira, Pará e o Sr. Marcílio de Abreu Monteiro, Gerente Executivo do IBAMA, em Belém do Pará.

Para darmos início às oitavas, convido o Sr. Mário Rubens de Sousa Rodrigues, Presidente do Sindifloresta, do Pará. Peço que tome assento à mesa.

Solicito, por força do rito desta CPI, que as demais testemunhas se encaminhem à Secretaria da CPI, e aguardem o momento do seu depoimento.

Solicito ao Sr. Mário Rubens de Sousa Rodrigues que preste o juramento em atendimento ao art. 203, do Código de Processo Penal.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES

– Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Tem V.Sa. a palavra por até 20 minutos.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES

– Exmo. Sr. Deputado Sarney e demais pessoas aqui presentes. Em primeira mão, eu gostaria de entregar um relatório que nós fizemos sobre esse assunto que eu vim aqui depor. Gostaria de passar à mão da Pre-

siência o relatório e eu gostaria, se fosse possível, se for necessário, que fosse lido o relatório, que são essas três folhas aí, e, em cima disso, V.Exa. formular as perguntas que forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Muito bem. Então, a Presidência passa agora os trabalhos ao Deputado Casara, sugerindo, Deputado Casara, que a gente talvez possa suspender por cinco minutos, enquanto se lê o relatório. Depois de lermos o relatório, reabriremos, já que o expositor está já disposto a responder as perguntas. Está suspensa por cinco minutos a presente sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O documento que acaba de nos ser passado, Sr. Mário Rubens de Sousa Rodrigues, de certa forma corrobora aquilo que saiu na revista *Veja*, que passo a ler para então fazer a pergunta.

“No ano de 2004, o Sr. Marcílio Monteiro foi denunciado através da revista *Veja*, em caso de corrupção, sob sua operação, da cobrança de propinas no montante de 6 milhões de reais sobre verbas federais liberadas pelos Sem-Terra, da Transamazônica, para financiar a campanha do PT à Prefeitura de Belém, Senadora Ana Júlia Carepa. – Documento anexo – O mais intrigante neste mar de lama refere-se às doações posteriores realizadas por empresas e instituições do setor florestal para o pleito municipal à Prefeitura de Belém, haja vista inexistir qualquer relacionamento político do interior com a Capital. É muito estranho setores do interior contribuírem para a campanha da Prefeitura da Capital, principalmente quando a nomeação da Associação Madeireira do Município de Anapu e Pacajá, que, sob o comando do Sr. Leivino Ribeiro de Sousa, que ficou responsável pela arrecadação das doações para a campanha ao pleito da Capital”. V.Sa. participou das reuniões em que foram negociados os termos do plano empresa optante do Plano Safra Legal 2004?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Negativo. Nós não fomos convidados. Inclusive nós queríamos participar disso mas nós não fomos contemplados porque havia desavença entre eu e o Marcílio Monteiro, e ele alijou o sindicato.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É do seu conhecimento que servidores do IBAMA e do INCRA participaram dessas reuniões?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Positivo, porque nós recebemos uma ata de onde os servidores do IBAMA e do INCRA assinaram documento. Está nos anexos desse encaminhamento que nós fizemos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. sabe dizer se essas pessoas vieram de Brasília para negociar os termos do acordo?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Não, negativo. Pelo que eu sei, a reunião foi feita lá no Município, na Transamazônica, no Município de Anapu, conforme o documento apresentado em anexo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Segundo o seu conhecimento, quais foram as condições pactuadas com os optantes do Plano Safra Legal? Ou seja, pode explicar aquilo que já está denunciado, assim, nas suas palavras, para ficar registrado na CPI?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Positivo. O que eles pactuaram lá foi pactuado por esse grupo da Safra Legal foi que o sindicato, AMMAPA, seria o coordenador desse processo, que é um processo que é liberado para qualquer cidadão brasileiro se habilitar no processo, mas para nossa surpresa só a AMMAPA foi delimitada, inclusive no termo que está aí dentro, documento já de prova, foi detectado para eles fazerem. Eles pactuaram que seria tirada a madeira, feita a liberação, e eles venderiam essa madeira. Mas nós tivemos uma surpresa, nós não tínhamos falado nada, nós tivemos uma surpresa quando o técnico ambiental do IBAMA, Carlos Bicelli, foi fazer o levantamento e não existia madeira no local que foi liberado. Aí que partiu a nossa denúncia para o Presidente do IBAMA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E quando essa denúncia foi feita, receberam respostas do Presidente do IBAMA?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Não. Até hoje o Presidente do IBAMA ficou inerte a essa situação.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Isso foi feito por ofício. A cópia do ofício já foi dada à CPI?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Já foi dada à CPI. Está toda anexa aí.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Qual seria a participação do SINDIFLORESTA no Plano Safra Legal de 2004 e o que levou V.Sa. a fazer essas denúncias?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – A nossa participação seria na catalogação de todas as pessoas que precisam ser contempladas, que são os pequenos, micros e médios produtores, mas como nós fomos aliados nós nem participamos disso e ficamos até hoje nisso. A nossa denúncia partiu porque como o técnico do IBAMA disse que havia fraude nas liberações, nós como sindicato, temos a obrigação institucional de comunicar aos superiores do IBAMA, que foi ao presidente que nós comunicamos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Como V.Sa. soube do acordo feito entre o IBAMA e os madeireiros, no qual o apoio político do setor produtivo seria dado para candidatos filiados ao PT em troca de adesivos para substituir as ATPFs?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Bom, antes da campanha, eu tive visitando o Município da Anapu e tive uma reunião com o Leivino, que é o Presidente da AMMAPA, com o chiquinho, que era candidato do PT lá no Anapu, e eles me falaram – estava eu e mais duas pessoas comigo – que para a gente ser contemplado teria de participar desta ação. E nós não concordamos com isso, porque o nosso trabalho é independente de vinculação política até pela própria Constituição que nos proíbe.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Isso também já está entregue. Já está no relatório que V.Sa. entregou aqui?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Está todo no relatório.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Segundo seu conhecimento, quais foram os políticos beneficiados com esse acordo? Quais foram as empresas além da HP Lima que receberam os adesivos referentes ao acordo intitulado Empresa Optante do Safra Legal?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Bom, segundo o meu conhecimento, depois desta reunião que eu tive, da pergunta anterior, nós não fomos mais no Anapu por uma questão de dificuldade de transporte e como nós estamos alijados do plano, nós ficamos em Belém tratando de uns outros assuntos, junto com a Federação da Agricultura, de assunto inerente à agricultura do Pará, para a gente encaminhar ao Governo aqui de Brasília um programa para o Estado do Pará, já que estávamos trabalhando no zoneamento ecológico-econômico. O conhecimento que tenho sobre isso aí, nós não tivemos acesso, porque quem controlava tudo era a AMMAPA, sob a direção do Sr. Leivino.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. poderia fornecer o nome de outras pessoas que pudessem confirmar o seu depoimento ou dar outras informações à Comissão? Se V.Sa. quiser, nesta resposta, preservar o nome da pessoa ou de outras pessoas, a CPI também se dispõe, em caráter sigiloso, a ouvir essas informações. Se não, se V.Sa. tiver essa informação, poderá passar agora a esta CPI.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Positivo, eu tive conversa com o Presidente da Câmara do Anapu, Sr. Jurandir Plínio. Ele pediu que o nome dele fosse incluído que ele vem depor aqui para esta Comissão.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Tem mais alguma outra pessoa que possa...

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Não, porque a pessoa que mais lidou com isso aí foi o presidente da Câmara lá.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Além desses documentos que V.Sa. acaba de passar à CPI, V.Sa. tem outros documentos que possam comprovar as denúncias?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Não. Nós estamos aguardando vir. Se for oportuno, gostaria que ficasse em aberto para a gente encaminhar futuramente.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pois não, estamos aberto. Muito bem, isso aqui já foi dito. Agora, vou passar às perguntas do Presidente Mendes Thame. V.Sa. sabe dizer se o Plano de Safra Legal 2005 adota os mesmos procedimentos do Plano 2004?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Não, porque eu não acredito que esse plano foi liberado, porque a carta enviada para o Presidente do IBAMA eu pedi que o Plano 2005 não fosse contemplado até que fosse apurado o Plano 2004.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, o Plano Safra Legal 2005 ainda não está...

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Pelo nosso conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Está. O Sr. Marcílio Monteiro acusa-o de tê-lo ameaçado de morte. Embora V.Sa. já tenha negado por diversas vezes essa ameaça, na semana passada o Juiz federal Antônio Campelo condenou-o a 5 meses de prisão. Com V.Sa. explica isso?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Essa denúncia – inclusive no meu relatório tem – foi uma orquestração, porque eu era contra todas as atividades que o Marcílio Monteiro fazia que considerávamos irregular. Então foi orquestrado. Os funcionários do IBAMA foram depor. Das 5 testemunhas, das 6 testemunhas, 5 depuseram dizendo que eu não prometi bater nele, mas assim mesmo o Juiz, só pelo depoimento do Assessor Parlamentar da Ana Júlia Carepa, só em cima do depoimento dele eu fui condenado. Cabe ao meu advogado o recurso que me é de praxe, que me é de direito.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, no documento encaminhado do Sindicato dos Produtores Florestais e Reflorestadores do Estado do Pará – Sindifloresta, V.Sa. diz: “Nesta semana, o Sr. Marcílio Monteiro, acompanhado de funcionários do IBAMA de Brasília, realizou em vários Municípios do oeste paraense reuniões com proposições de implementação do Plano Safra Legal.” Só para esclarecer, porque ainda

há pouco V.Sa. disse que esse plano ainda não estava estabelecido, então o que é que foi essa coisa?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES

– Isso aí eles estavam organizando como seria o Plano Safra Legal 2005. Inclusive eles vieram em Brasília com o Presidente. Isso foi a organização que eles estavam fazendo, vieram ele, o Chiquinho do PT, veio o Leivino, que é Presidente do Sindicato, eles vieram em Brasília. Só que eu acredito que o Presidente do IBAMA não liberou isso aí, porque eu tinha passado...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Por causa da denúncia.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Da denúncia.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, eles vieram aqui, chegaram a ser feitas reuniões lá...

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Exatamente.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – ...no Município do oeste do Pará e, quando chegou, aqui por causa das denúncias anteriormente...

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Exatamente.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – ...segundo o seu entendimento, não foi feito...

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Exatamente.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – ...não foram ainda estabelecidas as regras.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – É porque inclusive isso aí... Nós fizemos isso porque nós não aceitamos só meia dúzia de pessoas entrar na Safra Legal, eu acho que tem que ser contemplado o Estado todo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Certo, certo. Quem foram os Diretores do IBAMA que participaram da reunião? IBAMA e INCRA?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Bom, não me disseram isso, porque eu não tenho acesso a essas informações.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Aquela pessoa que o senhor falou, como é que se chama, que irá depor também que pode colaborar?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – É o é o Jurandir Plínio.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Será que ele poderia... Ele participou dessa reunião?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Ele não me disse nada.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Também. Está bom. Foram, contratados trabalhadores da FE-TAGRI e do STR? O que é o STR?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES

– É o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Do Anapu.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Para levantar os assentamentos?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Não. Que eu saiba, do nosso conhecimento, não, porque nós não participamos desse evento aí.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O senhor não sabe ou afirma que não? Não sabe se foram contratados ou afirma que não?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Não, eu não sei se foi contratado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Ah, está bom. Muito bem. Vamos às perguntas do Presidente Mendes Thame que está presente agora. V.Sa. já foi preso alguma vez por falsificações de notas de ATPFs?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Não, por nota de ATPF eu nunca fui preso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Está sendo processado por isso?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Estou sendo processado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Em que fase está o processo?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Bom, está... Segundo a juíza lá que nós estivemos na semana passada, esse processo está em fase já da decisão final.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Chegaram informações a esta CPI que certa feita o Sr. Paulo Cavernar chamou a Polícia Federal para prendê-lo em flagrante pelo fato de V.Sa. estar dentro do IBAMA apresentando ATPFs frias, falsas. Apesar disso, V.Sa. não chegou a ser preso. Como V.Sa. saiu do IBAMA antes de a Polícia chegar ao local? Por que saiu?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Bom, isso para mim é novidade. Isso nunca aconteceu comigo. Eu desconheço totalmente essa acusação.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Essas denúncias então são infundadas?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Essas aí são infundadas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – São inverídicas?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – São inverídicas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Que chegaram a esta CPI.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Com certeza.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. tem algum projeto de manejo?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Tenho um projeto de manejo florestal lá no Município de Portel.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E na Ilha do Marajó?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Na Ilha de Marajó? Não. Tenho em Portel. Agora, lá no Pará, considera-se que Portel que faz parte da Ilha do Marajó.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É Ilha do Marajó?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – É.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Há documentos do INCRA ou do INTERPA que comprovem a regularidade de suas terras?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Não. Eu tenho registro de imóveis com matrícula, porque, na época em que meu projeto foi aprovado, foi o documento que o IBAMA exigiu. A Portaria nº 080 exigia apenas o registro de imóveis com certidão atualizada. Essa assinatura é a minha.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É a tua?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Essa aí é. Essa foi encaminhamento para a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mário Rodrigues és tu?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – É. Sou eu mesmo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E aqui você afirma... é o mesmo.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Não é o mesmo. Esse aí é um anexo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Esse anexo enviado, que estou lhe mostrando agora, Optantes da Safra Legal, ele foi elaborado por quem?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Olhe, quem me mandou isso aí foi a Associação que se chama APLUB, lá do Anapu, mandou para mim, mas não quiseram assinar o documento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas quem mandou foi a APLUB?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – APLUB. É.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, poderíamos também depois ouvir a APLUB, para que ela possa nos esclarecer a respeito desse documento. Bem, Sr. Presidente, de minha parte, já me sinto sa-

tisfeito com as respostas dadas e sugiro a V.Exa., se não tiver mais perguntas a serem feitas, uma pequena suspensão da Comissão. Enquanto isso nós conversaríamos com a Assessoria e prepararíamos uma estratégia com oitivas com o próximo expositor. E pedindo também que V.Exa. permaneça a nossa disposição para eventuais esclarecimentos futuros.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Bem, agradeço aqui à Comissão por ter me recebido. E gostaria que a documentação encaminhada agora à Mesa fosse lida, e qualquer dúvida, a secretária tem o nosso telefone, a gente pode esclarecer por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Sr. Mário Rubens, a Presidência agradece a sua participação e as importantes informações que trouxe a esta Comissão e solicita a V.Sa. que possa aguardar na sala da Secretaria desta Comissão. A sessão está suspensa por 10 minutos.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Dando prosseguimento aos trabalhos, convidamos o Sr. Carlos Renato Leal Bicelli para tomar assento à Mesa. Solicito ao Sr. Carlos Renato Leal Bicelli que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: “*Art. 342 Fazer afirmações falsas, ou negar, ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa*”. Antes de passar a palavra ao Sr. Carlos Renato Leal Bicelli, passo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, nobre expositor, eu gostaria, primeiro, de dizer que a sua convocação aqui é entendida pela Relatoria como um convite, apenas para esclarecer as denúncias que foram feitas, os memorandos que foram passados por V.Sa. E nesse caso, eu gostaria logo de sugerir que a gente fizesse logo as perguntas, porque acho que é bem simples a questão. Então, vou fazer, Sr. Presidente, invertendo a lógica aqui, o seguinte: tem um memorando interno assinado pelo Sr. Bicelli, que é analista ambiental do IBAMA. Esse memorando aponta uma série de irregularidades nos processos, e essas irregularidades foram descobertas por amostragens feitas em 4 regiões do Pará. Quatro regiões?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Duas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Duas regiões do Pará. O documento está aqui, está entregue, faz parte da Comissão. Então, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer ao Sr. Bicelli é se confirma o teor do documento, deste documento aqui.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Sim, confirmo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É o Memorando Interno nº 2, de 2005.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Positivo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Se V.Sa. tem a acrescentar alguma coisa, tendo em vista as últimas notícias públicas da *VEJA*. Existe alguma coisa que possa ser conectada a essas irregularidades, ou ganhos ilícitos, ou vinculações com ajuda de campanha partidária, segundo o seu entendimento?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Olha, em primeiro lugar, eu gostaria de deixar bem claro que eu não fiz denúncia. Eu fui solicitado a fazer o relatório de vistoria, porque havia algumas denúncias de irregularidades nas autorizações de desmatamento, em torno de umas 2 mil, na região de Anapu e Pacajá. E nós fizemos ao acaso: pegamos 10 propriedades e, dessas 10 vistoriadas, como está no relatório, não existia madeira mais, a madeira que constava para ver.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só para esclarecimento, Dr. Bicelli, isso significa o quê, na prática? Só para conhecimento dos leigos aqui.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Significa, na prática, que a madeira foi tirada de outro lugar e documentada com o documento dessa propriedade que consta na autorização de desmate. A voz corrente, na região, é que essa prática foi feita em função de acertos políticos. Eu não tenho como provar isso aí, realmente. São comentários na região.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Comentários quando o senhor estava lá. Foi na época de eleição? Foi próximo da eleição de 2004?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – É, durante todo o processo, durante todo o ano de 2004, foram procedidas essas autorizações.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, V.Sa. tem conhecimento de que as volumetrias por hectare extraídas nos lotes abrangidos pelo Safra Legal superam as volumetrias autorizadas?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Não dá para dizer isso, porque as volumetrias autorizadas, nas autorizações de desmate, são aquelas lá.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Certo.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Quando o IBAMA libera, e, depois, vem o contrato de compra e venda com o agricultor, é em cima daquele valor. Ou então a pergunta não...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Eu entendi, eu entendi. Então, segundo esse... a madeira já tinha sido extraída antes. Eles disseram que a madeira seria extraída de lá. E, aí, não tem erro.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Isso é, com certeza.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É, com certeza. Muito bem.

E houve anuência ou participação, segundo o seu conhecimento sempre, do INCRA nos trabalhos realizados no âmbito do Plano Safra Legal?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – A participação do INCRA foi direta...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Direta...

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI -... porque, como os agricultores dos assentamentos são tutelados pelo INCRA, o INCRA exigiu que todo o processo passasse por ele para que ele solicitasse ao IBAMA a autorização do desmate.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então o INCRA teve uma participação importante dentro desse...

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – É. Essas informações, inclusive, era o INCRA que fornecia.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Eu até sugiro a nossa assessoria que a gente converse... Já está listada a convocação dele, do representante do INCRA. Mas nós vamos seguir adiante. V.Sa. sabe dizer se o Plano Safra Legal 2005 foi concebido dentro dos mesmos procedimentos do de 2004?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Olha, o Plano Safra Legal 2005... Houve uma reunião para definir isso aí. Inclusive, o Rommel esteve lá, na ocasião, em uma reunião, e ficou mais ou menos decidido que seria bem diferente. Em função de denúncia das irregularidades que aconteceram, eles queriam mudar, totalmente, a forma de fazer o trabalho. Com isso, teria que haver mudança nas portarias. E me parece que não foi possível sair. Eu não sei em que pé está, agora, essa situação de 2005.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A CPI já recebeu diversas informações de que os pátios das madeireiras se encontram abarrotados e que essa madeira, embora de origem ilícita, estaria sendo acobertada, exatamente, pelas autorizações de desmatamento concedidas no Plano Safra Legal 2004. V.Sa. tem conhecimento disso? Continuando, para ser uma resposta só. Após o seu memorando, quantas vistorias

já foram realizadas nas madeireiras localizadas na região de Altamira? E, por último: V.Sa. sabe informar se essas autorizações decorreram do Plano Safra Legal 2004? Tem idéia de quantas autorizações de desmatamento para áreas de 3 hectares foram concedidas durante o Plano Safra Legal 2004?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – A quantidade de... Começando logo de baixo para cima, a quantidade de autorizações – não tenho o valor exato – gira em torno de 2 mil, aproximadamente 2 mil. Os pátios da madeireira, principalmente do Anapu... Essa madeira foi transportada para o pátio das madeireiras com... segundo os próprios madeireiros, muitos falam isso aí, e têm reclamado hoje muito com o IBAMA essa questão: que eles poderiam puxar a madeira para os pátios e, depois, receberiam a documentação para a legalização delas. Houve uma vistoria que, na realidade, ninguém sabe quem foi que mandou – não sei se foi o pessoal de Brasília –, mas chegaram alguns fiscais de fora, fizeram uma vistoria no Anapu, e fizeram uma apreensão de 37 mil metros cúbicos de madeira no pátio dessas serrarias. Eram exatamente as serrarias que participaram do Plano Safra Legal. Foram autuados e presos porque estavam sem documentação, e eles alegavam que estavam aguardando essa documentação, que o IBAMA nunca conseguiu fornecer para eles.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. sabe de servidores do IBAMA, se servidores do IBAMA fizeram contatos com empresas de reflorestamento com o objetivo de florestar lotes desmatados inseridos no âmbito do Plano Safra Legal 2004?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Não, não. Eu não tenho conhecimento disso não. O que existe, na região, são associações que entram no programa de fomento florestal, exatamente para fazer esse trabalho de plantio de árvores. Então algumas associações dessas se credenciaram ao IBAMA, produziram essas árvores, e essas árvores foram plantadas. Depois, o IBAMA vai e faz vistoria disso aí. E essas áreas geram créditos de reposição florestal depois para as empresas. Mas essa pergunta, eu, realmente, não tenho conhecimento não. Eu não acredito que exista.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem. Bem, Dr. Carlos Renato Leal Bicelli, nós aqui, da parte da Relatoria, nos sentimos satisfeitos com as suas respostas. E, se precisarmos de novos esclarecimentos, evidentemente, recorreremos aí aos seus conhecimentos.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Estaremos à disposição.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, de minha parte, estou satisfeito. Eu acho que o Deputado Casara deseja fazer algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Carlos Renato Leal Bicelli a participação e as importantes informações que traz a esta Comissão. Sr. Bicelli, gostaria apenas que fosse confirmado aquilo que foi pronunciado por V.Sa. com relação... V.Sa. afirmou que, na realidade, as autorizações foram dadas em áreas já utilizadas, já trabalhadas. É isso?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Positivo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Positivo. Nessa vistoria feita por V.Sa., porventura, encontraram-se, além de áreas de floresta, áreas de capoeira, de pasto, de alguma coisa?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Sim. Vou tentar resumir para o senhor aqui. Essas áreas de assentamento do INCRA, aqueles assentamentos antigos... A madeireira entrava na mata, retirava a madeira antecipadamente e, depois, o colono vem chegando e vem...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Então, essas autorizações foram plotadas em cima de assentamentos.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Todas em cima de assentamentos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – E já, evidentemente...

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – O Plano Safra Legal é em cima de assentamento.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – ... e áreas já exploradas.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Não, pelos documentos não. Certo? Mas, quando você vai a campo, é.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Eu me refiro às suas vistorias nas 10 unidades.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – É sim, sim. Eu acredito que, se eu não me engano, 80% das amostras constatarem que os 20% permitido para utilização, para uso alternativo do solo, já tinham sido feitos, quer dizer, o agricultor já estava dentro da reserva legal.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Outra pergunta: após essa vistoria por amostragem dessas 10 propriedades, foi efetuada alguma inspeção industrial das madeireiras que foram beneficiadas com a madeira proveniente dessas autorizações de desmate?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Só dessa ocasião que veio essa equipe, mas ainda não havia sido divulgado o resultado desse relatório.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Perfeito.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Fui tomar conhecimento dele, esse pessoal veio, fez essas vistorias e constatou isso.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Outra coisa, Sr. Bicelli, quantas vistorias de supervisão foram efetuadas antes dessa sua vistoria, para que fosse definido o volume a essas autorizações de desmate?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Aí que é a questão. Essas informações quem forneceu para o IBAMA, porque a documentação que vem do agricultor que solicita o desmate, além dos requerimentos e outras coisas, termo de compromisso e tal, é o DIPRO – Documento Informativo da Propriedade, onde ali consta, é um espelho, tudo o que tem na propriedade – reserva legal, área de preservação.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – O responsável por essas informações?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – O INCRA. O INCRA tem essas informações.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado. Outra pergunta, Sr. Bicelli: de acordo com a vistoria feita por V.Sa. caracteriza então que as autorizações de desmate foram dadas sem vistoria prévia e sem conhecimento do volume de madeira nessas áreas?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Segundo a informação que eles divulgavam na comunidade...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Eu me refiro à constatação feita pela sua amostragem.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Pois é. Eu não entendi, então.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – O senhor não fez uma amostragem de 10 propriedades?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Sim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Nessa amostragem ficou claro que, pelo que ouvi, a não ser que eu tenha ouvido mal, que o volume de madeira não foi precedido de uma vistoria para constatar se realmente...

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Não, não.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Não. Obrigado.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – É só informação no papel.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Só informação de papel.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – É.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Outra pergunta, Sr. Bicelli, se temos, nessas condições que o senhor nos está colocando a esta Comissão, parece-me que fica caracterizado que essas autorizações, elas nitidamente, elas foram produzidas para esquentar madeiras de áreas não conhecidas, madeiras sem origem.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Pode-se levar, pode-se chegar a essa conclusão.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Por outro lado, pelas informações que o senhor prestou a esta Comissão fica caracterizado também que essas autorizações de desmate, elas induziram ao uso ilegal das autorizações de transporte de produtos florestais.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Isso é evidente.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Dr. Carlos Renato Bicelli, teria ainda mais algumas observações. A primeira é a seguinte. Foram localizados outros adesivos referentes ao Plano de Safra Legal, além desses que inicialmente foram detectados?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Eu só tenho conhecimento desse optante Safra Legal que era colocado nos caminhões. Não conheço outro não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Todos os autorizados do Plano Safra Legal usavam adesivos?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – O senhor se refere às madeiras?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sim.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – As madeiras que estavam associadas à AMMAPA – Associação Madeireira dos Municípios de Anapu e Pacajá. Então, todos que participaram, participavam da associação, eles usavam esse adesivo, segundo as informações que a gente tem. Era uma, inclusive era, como se diz, era o cartão de identificação daquela madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Após o seu memorando, foram feitas outras vistorias?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Não. Foi feita essa vistoria que ninguém sabe ao certo o porquê que vieram fazer. Mas estiveram especificamente

no Anapu, fizeram o levantamento e autuaram toda a madeira que havia no pátio das serrarias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quem concedeu essas autorizações?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – As autorizações foram concedidas pela Chefia do Escritório Regional, em Altamira, e pela gerência, em Santarém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E quem eram os servidores que assinavam essas autorizações?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – O Chefe do Escritório Regional, Sr. Elielson, e Paulo Maia, o Gerente de Santarém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na sua opinião, essas suas autorizações, na verdade, serviam para acobertar madeira já extraída – madeira extraída de outros locais –, áreas já devastadas? Era uma forma de tentar consertar danos já feitos, ou eram estilos para futuros desmatamentos?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Olha, tudo leva a crer que é isso, porque, no momento em que você comprova, que você vai fazer uma investigação, conversa com o produtor rural e confirma que ele não tinha madeira para vender, mas ele assinou um documento e uma procuração para que a associação dos madeireiros procedesse todo aquele trabalho de legalização, evidentemente você leva a crer isso tudo. Ou seja, foram feitos papéis para documentar uma madeira que, provavelmente, estará saindo de outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ou que já tinha sido vendida.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Ou que já tinha sido vendida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O memorando, o senhor enviou a quem?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Eu encaminhei à Chefia do Escritório Regional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Na sua avaliação, isso que o senhor detectou nesse local também ocorreu em alguns outros pontos? O senhor tem conhecimento de outros Municípios, outras regiões do Estado, onde situações semelhantes tão criativas como essa da empresa optante também tem ocorrido?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Não, eu tenho conhecimento só na nossa região: os Municípios do entorno de Altamira, Transamazônica. Por favor, o começo da pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pergunta.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Ah! Se eu confirmo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É, se o senhor tem conhecimento de que, em outros Municípios, fora da sua região.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Existiam informações, inclusive, isso foi um dos motivos de ser feita essa vistoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Aqui o senhor diz: Altamira, região Brasil Novo, Medicilândia, Senador José Porfírio, Pacajá.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Isso. Inclusive, sugere no relatório, em função das evidências de irregularidades, foram constatadas nas amostras, a gente sugere que sejam feitas avaliações nos outros assentamentos porque a probabilidade de erros também é grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E essas vistorias, atendendo à sua sugestão, foram feitas?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nenhuma foi feita.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pela região onde o senhor detectou o problema, qual é a estimativa de quilômetros quadrados que foram devastados dentro desse engenhoso sistema de salvo-conduto com adesivos de empresas optantes?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Ah! Essa é uma pergunta impossível de responder. Isso aí não tem como. Tem que ter um levantamento em campo, levantamento via satélite, com fotografias. Não tem, realmente eu não tenho como responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em que momento esse projeto empresa e optante foi encerrado? O senhor sentiu que eles interromperam depois de uma vistoria, ou depois das denúncias à imprensa? Em que momento o CIEC continua até hoje?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Não, depois das eleições, eles pararam. E ficaram as empresas cobrando o IBAMA, para que liberasse a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Prometida.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Prometidas, segundo o que os próprios empresários falavam. Vocês deviam ir ao IBAMA diariamente cobrar isso aí, não é? Só retornando àquela pergunta anterior, talvez uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Talvez seja essa informação que quem formulou queira. Se em 2 mil autorizações de desmatamento com 60 metros cúbicos de madeiras autorizadas, daqueles 3 hectares, isso daria em torno de 120 mil metros cúbicos de madeira. Então, a gente tem informação da devastação em cima da quantidade de árvores, ou de metros cúbicos que foi extraído, e não do dano na floresta. O dano na floresta é impossível dizer sem um levantamento a campo. Mas, 2 mil autorizações dariam 120 mil metros cúbicos, aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E na sua avaliação a madeira retirada foi menos, mais ou equivalente a esse volume em metros cúbicos?

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – As amostras comprovam que não existiam mais essas madeiras. Por isso que a gente pede que sejam feitas novas amostragens nos outros assentamentos, para confirmar essa informação que a gente teve a campo. Quer dizer, em 10 propriedades, em todas as 10 não havia mais a madeira. Então, como foi dada a autorização e feitos os contratos de compra e venda, provavelmente essa madeira tenha saído de outro local, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Estamos satisfeitos. Agradecemos a sua expressiva contribuição e estamos certos de que, se houver necessidade, vamos convidá-lo novamente a prestar a sua colaboração aos trabalhos desta CPI. Muito obrigado.

O SR. CARLOS RENATO LEAL BICELLI – Sem dúvida. Obrigado também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Enquanto o senhor se encaminha à Secretaria, nós vamos fazer um intervalo de alguns minutos para conversar com a assessoria sobre o encaminhamento da terceira oitiva. Só falta mais um depoente no dia de hoje. Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Então, dando continuidade, agora ouviremos o Sr. Marcílio de Abreu Monteiro, Gerente-Executivo do IBAMA em Belém. Segundo me foi informado pela assessoria, existe uma exposição que será feita dentro do tempo que lhe é concedido regimentalmente. Eu

vou fazer uma pergunta antes, porque vou ter de me ausentar. Então, antes da exposição, eu queria fazer uma pergunta. Mas antes temos de cumprir o ritual da Comissão. Então, eu solicito do Sr. Marcílio de Abreu Monteiro que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descritas no Código Penal: *“fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade, como testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.”* Sr. Marcílio de Abreu Monteiro, como já disse, V.Sa. vai ter a oportunidade de fazer a sua exposição em até 20 minutos. No entanto, como Relator, que, por ora, está presidindo também esta sessão, eu gostaria de antes, já que vou ter de me ausentar, que V.Sa. fizesse um esclarecimento, antes de propriamente entrar na sua exposição. Se V.Sa. achar que a exposição vai responder aquilo que for perguntado, pode dizer que a assessoria já está ali atenta para ouvir. Durante a greve do IBAMA, em 2003, V.Sa. participou das reuniões com madeireiros na região de Altamira? Essa é a pergunta que eu estou fazendo a V.Sa. Durante a greve do IBAMA em 2003?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Eu tive uma reunião em Altamira junto com o Diretor Flávio Montiel, quando da paralisação do movimento do setor madeireiro em novembro. Juntos eu, Diretor Flávio Montiel, Diretor Tarso Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente, para discutir a crise do setor madeireiro, tendo em vista que em Altamira, em 2003, em novembro, existia uma paralisação da cidade. Tive uma reunião lá, no auditório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Essas foram as pessoas que vieram de Brasília, as de fora? Foram as únicas pessoas do seu conhecimento que vieram de fora para essa reunião?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – De fora, sim. Estava o Tarso Azevedo, o Flávio Montiel e eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – E houve alguma participação de pessoas que não tinham competência legal para estarem nessa reunião? Havia pessoas de fora nessa reunião?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Essa reunião foi uma reunião pública...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Participaram políticos dessa reunião?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Quais políticos? O senhor se lembra?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Eu não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – De que partidos?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Foi feito... foi uma reunião em Altamira, acho que tinham vários partidos, vários políticos, eu não conheço todos os que estavam na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Essa foi uma reunião pública. Não teve nenhuma reunião particular?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Dessa, em novembro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Em novembro, para discutir o Plano Safra Legal? Houve alguma reunião de portas fechadas para discutir o Plano Safra Legal de 2004?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, isso em 2003, que o senhor perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – É, agora, estou perguntando em 2004.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Em 2004, ocorreram várias reuniões para discussão do Safra Legal, algumas com outras sem a minha presença. Esse foi um processo longo, durante todo o mês... todo o ano de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Então, só para esclarecimento da nossa assessoria e para que fique claro nas nossas gravações, V.Sa., em 2003, participou de uma reunião de audiência pública...

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – ... para tratar da questão da greve no local, em Altamira?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Sim, em novembro, houve uma paralisação do setor. Altamira ficou paralisada por uma semana, em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – E, em 2003 mesmo, discutindo a safra de 2004, porque já era fim de 2003, houve alguma reunião para discutir procedimentos para 2004, técnicas?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Técnicas, ocorreu em Belém, no CREA, com representantes do setor madeireiro e eu também junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Teve ata com assinatura dessas reuniões? Foi uma reunião de trabalho?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Foi uma reunião de trabalho. Mas essas reuniões foram noticiadas, tanto em novembro, em Altamira, e no CREA, em Belém, também com a mesma presença tanto do Tarso Azevedo quanto do Flávio Montiel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Bem, o Sr. Mário Rubens de Sousa Rodrigues, Presidente do SINDIFLORESTA, que foi o primeiro expositor, denunciou que existia uma reunião para tratar do Plano Safra Legal e que nessa reunião estaria embutida a questão do financiamento de campanhas eleitorais no Estado do Pará. V.Sa. participou dessa reunião?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não. E gostaria, antes de entrar nessa discussão, gostaria de fazer um relato de quem é o Sr. Mário Rubens, se a Comissão assim me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Nós vamos permitir. Só queria esgotar essa parte aqui, depois, V.Sa. terá todo o direito de falar quem, no seu entendimento, é o Sr. Mário Rubens. Quantas autorizações de desmatamento foram concedidas durante o Plano Safra Legal 2004?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Na minha exposição, vou colocar, agora, vale ressaltar que não é de minha competência a assinatura de liberações. No Pará existem 3 Gerências e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – No caso específico da denúncia da revista *Veja*, era da sua área de competência?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, não era minha área de competência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – De quem era a área de competência?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – A área da Gerência de Santarém. Altamira pertence a Santarém. Ou seja, o Plano Safra não pertence à minha competência de gerência.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – V.Exa. pode falar no microfone, para que fique registrado, e concedo o aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – O que me pareceu é o seguinte. O Relator, Deputado Sarney, fez uma pergunta e você respondeu com outra pergunta até, de uma certa forma. Ele perguntou se você é que autorizou os tais cortes. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – E você disse que não era da sua competência.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, não autorizei.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Mas eu quero saber de quem era a competência? Quantas houve? Quantas autorizações houve? Mesmo que não fosse da sua competência, mas de um colega, lá, porque, senão, o senhor não respondeu o fato, a pergunta em si.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Pois não. O.k. Eu posso respondê-la. Primeiro, existem 3 Gerências, a autorização é da competência da Gerência de Santarém. Na minha exposição, peguei os dados de Santarém e vou expor aqui quantas autorizações foram feitas.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Foi feita uma pergunta: o senhor não sabe de cabeça, o senhor quer dizer?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Foram, eu posso pegar aqui, foram, se não me engano, eu tenho os dados aqui, em torno de mil autorizações de desmatamento.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Ouviu, Relator, foram mil autorizações.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Em torno de mil autorizações. Agora, esses dados são de Santarém, que tem um relatório, aqui, na minha exposição.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Não, mas você já explicou que não foi você!

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – O.k.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Não precisa ter medo! É só dizer que foi o outro, lá.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Quando o IBAMA optou pela concessão de autorizações de desmatamento para áreas de até 3 hectares, já havia algum estudo sobre o impacto ambiental que isso poderia causar?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Bom, essa autorização, Deputado, ela tem a base legal da Instrução Normativa nº 3, que V.Sas., inclusive, enquanto Ministro do Meio Ambiente, sabiamente escreveu, ou seja, assinou, onde no art. 4º, essa Instrução Normativa referia-se a desmatamento de... para a Amazônia Legal, onde no art. 4º tratava-se, no seu Capítulo I, tratava-se de produção familiar, onde autorizava o desmatamento de 3 hectares para produção familiar, e, no art. 8º dessa mesma Instrução Normativa, ela determinava que os procedimentos seriam feitos pelo órgão fundiário ao IBAMA. Então, o que foi feito, no meu entendimento, no processo do Safra Legal, foi a adequação à Instrução Normativa que determinava que o processo de desmatamento de 3 hectares vin-

culado à produção familiar fosse feito através desses procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – V.Sa. acha que esses procedimentos facilitam a lavagem da madeira?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, de forma nenhuma. Eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – E, como V.Sa. explica, então, o relatório que foi apresentado pelo Analista Ambiental Bicelli, que aponta uma série de irregularidades?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Eu acho que o processo Safra Legal tem de ser aperfeiçoado. Foi feita uma amostragem das mil e poucas autorizações, dessas foram 10 que nós tínhamos de fazer uma investigação maior, mas entendendo que esse é um instrumento forte e necessário, porque é a única forma de garantir a legalização, seja do setor madeireiro, seja dos assentados. Se há um ou outro processo de distorções, têm de ser corrigidos. Mas entendo que é um instrumento correto de Safra Legal que inclui, aí... Nós estamos falando de quase 4 mil famílias que dependem da produção do setor madeireiro, na região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – E V.Sa. entende que... falou aí, rapidamente, passou muito rapidamente, mas já foi anteriormente dito. A responsabilidade maior pelo acompanhamento desse desmatamento é do IBAMA ou do INCRA? Quem é que dá autorização?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Pela Instrução Normativa que o senhor assinou, em 2002...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – É o IBAMA... É o INCRA.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – São as duas instituições. Antigamente, antes da Instrução, acontecia que o assentado ia direto ao IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Quer dizer que V.Sa...

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Com isso, agora, a partir da Instrução Normativa nº 3, de 2002, assinado por V.Sa., na época, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Sim.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – ... determinou que, primeiro, ao IBAMA quem solicita e quem determina é o INCRA. Ou seja, o INCRA é quem diz se a pessoa é ou não é colono...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – É o INCRA? Vamos ver. É o INCRA? É só porque quero fazer economia de tempo. É o INCRA. Depois,

V.Sa. vai ter capacidade... Então, é o INCRA quem autoriza hoje?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, o INCRA não autoriza. O INCRA solicita a autorização. Quem autoriza é o IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – A autorização. E essa liberação é imediata?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Do quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Da solicitação, por exemplo, se o IBAMA solicita...

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, não. Tem todo um procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Aí, o IBAMA faz uma análise, faz uma vistoria...

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Faz uma análise técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Inclusive, com a obrigação de ver se não houve desmatamento anterior.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Nos 3 hectares, a própria Instrução determina que é feita a vistoria. Não é obrigatório fazer a vistoria prévia. Até 3 hectares...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Não é obrigado.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não é preciso. Art. 4º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Agora, V.Sa. não entende que essa Instrução, do jeito que foi feita, embora bem-intencionada, não serve para acobertar irregularidades?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Creio que não, porque nós temos que aperfeiçoar o modelo e punir aqueles que efetivamente se utilizam desse instrumento para a má conduta da Instrução. A Instrução está correta. O que precisa é conter ou corrigir os abusos existentes, senão, nós criaremos uma situação extremamente burocrática para um pequeno colono que precisa para fazer. Porque a Instrução não é para retirada de madeira, a Instrução é para garantir o desmatamento para a safra agrícola! Senão, imagine um cidadão comum, para fazer uma roça, precisar que o IBAMA vá lá verificar para ele poder ir lá cortar a roça para poder plantar, inviabilizaria a safra agrícola. O problema é que estamos invertendo a lógica. A lógica dos 3 hectares é para garantir a roça, para garantir a pequena agricultura familiar. Aí, sim, entendo que a aprovação prévia é determinante, senão, o IBAMA não tem como ir a 4 mil lotes para verificar a capacidade de fazer roça de cada um desses cidadãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Sr. Presidente, passo a Presidência dos trabalhos a

V.Exa. Existem algumas outras perguntas que a Assessoria vai ainda intensificar. E havia o compromisso, Sr. Presidente, porque V.Exa. não estava presente, eu fiz as perguntas anteriormente, mas ele está com uma exposição, aí, usando do tempo regimental de até 20 minutos. Então, dentro desse compromisso que foi assumido com o expositor, as respostas já estão devidamente gravadas e serão analisadas por mim e pela assessoria. E peço licença para me retirar me dando por satisfeito.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Deputado Sarney, gostaria de pedir sua presença por mais 30 segundos. Eu queria fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Pois não.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Sou o Deputado Max Rosenmann, Deputado Federal, do PMDB do Paraná – falo isso por conta de gravação. Venho acompanhando muito essa questão amazônica, porque me preocupa muito até o futuro dessa região toda, no que diz respeito até à questão da nossa Pátria. Acho que, de repente, se não for bem administrado, sem exageros, se os americanos invadiram o Iraque por uma possível bomba atômica ou processo nuclear, não vejo dificuldade de amanhã, através de pressão, através de política, através de qualquer jogada, o próprio mundo, o Primeiro Mundo assumir a Amazônia sob a alegação de que nós não estamos tendo competência para cuidar dela. Então, preocupa-me muito a estrutura dessa posição. E, há questão de pouco tempo atrás, na Amazônia, até apareceu em várias revistas, deve ter chegado ao seu conhecimento, milhares de toras de mogno foram retiradas da terra do meio, lá, de uma região, e foi preso pelo IBAMA até com apoio de um proprietário que levou, que ajudou a transportar a Polícia no local e que ajudou na denúncia. E essa madeira toda ficou à disposição do IBAMA. E o IBAMA, de uma forma muito estranha – por isso quero saber se ele está a par desse assunto –, passou para uma ONG. Quer dizer, as madeiras não tinham sido dadas. Quer dizer, de repente, sem nenhuma autorização judicial, o IBAMA doou para uma ONG, e essa ONG contactou com uma madeireira chamada Cikel que acabou serrando, exportando e transformando aquilo em dinheiro, a pedido dessa ONG e autorizada pelo IBAMA. Isso foram milhões de reais e de dólares, além de esquentar, eventualmente, outras madeiras que tinham sido retiradas de forma irregular, Sr. Relator, porque poderiam outras madeiras terem sido retiradas de outros lugares, e ali tinha a origem. Então, quero saber o seguinte: como fica essa situação e se o Sr. Marcílio está a par, o critério, como escolheram essa ONG? Porque, lá, no Paraná, semana passada, descobrimos

que estão sendo criados 5 parques e descobrimos que as ONGs que estão ajudando a ordenar, fazer projetos e tudo são dos Diretores do IBAMA. Então, eles estão transferindo para as esposas, para outras pessoas, que são donos de ONGs que estão ganhando dinheiro com isso. Então, quero saber se essa ONG também não é uma ONG que tenha uma vinculação de algum Diretor, se não é da sua família, se não é de outra família de alguém? Porque está muito estranho 15 mil cúbicos desaparecerem! E ficou por conta da mãe Joana. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Nobre Deputado Max Rosenmann, esse assunto já foi objeto de denúncia na CPI e já fizemos oitivas.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Eu queria ver se ele tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Ele vai, mas só para... E nós estamos... O relatório ainda não está concluído a esse respeito, estamos ainda em processo de investigação desse assunto. Só para dizer...

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – É muito dinheiro, Relator, e ele não pode ter sumido assim, evaporado, e foi dado de presente para uma ONG.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Obrigado. Passo a palavra ao expositor.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Entrei nesta Comissão, um dos motivos foi esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – E passo a Presidência ao Presidente legítimo da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O depoente deseja fazer a exposição. Quantos minutos o senhor tem?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Gostaria apenas de só o registro da pergunta do nobre Deputado, para, depois, fazer a exposição, para não ficar nenhuma pergunta em aberto. Deputado Max, em relação a sua pergunta, gostaria apenas de... Nós encaminhamos, através do Ofício 281, de 2005, de 20 de junho, a esta Comissão, uma resposta por escrito não só a esta, mas a várias outras perguntas, assinada por mim – já está à disposição da Secretaria –, dentre as quais essa pergunta foi feita e nós... Justifique a razão da velocidade quanto ao pedido de solicitação de doação natural apresentado pela empresa FASE – acho que é este o caso que o senhor deve estar tratando, não é isso? –, a nota técnica elaborada pela DIREF/DIPRO e Coordenadora da CGFIS. É que a pergunta foi empresa, uma ONG, mas estou lendo a pergunta que me foi feita pela Comissão. A pergunta... A minha resposta, está por escrito, mas só para... “Informamos que os trabalhos foram avocados pela Presidência do IBAMA e conduzidos pela Diretoria de Floresta, atra-

vés da Coordenação Geral de Recursos Florestais – CGREF e Direção de Proteção Ambiental, através da Coordenação CGFIS”. Ou seja, todos esses procedimentos não foram passados por competências das Gerências Executivas, tanto a minha quanto a de Santarém, quanto a de Marabá. Todos os procedimentos foram feitos por Brasília. E tem outros detalhamentos aqui dessas mesmas perguntas que, se o senhor quiser, já estão todas por escrito.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Eu vou querer essas suas informações, se o senhor me puder encaminhá-las.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Essas informações já estão encaminhadas à Comissão.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Então, pediria à Assessoria do Relator que me encaminhasse com precisão essa questão.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – É meu Ofício 281, de 2005, de 20 de junho.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – E quero saber quem são os Diretores dessa ONG, quem são eles, para ver se... Eu vou tentar cruzar com os funcionários do Ministério, para ver se não acho algum parente, para que essa doação de 15 mil cúbicos de mogno não tenha sido um ato de caridade estranha. Porque é muita madeira sem autorização legal. Obrigado.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Estas todas as perguntas, aqui, sobre a Cikel, todas.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Mas eu quero os nomes dos Diretores dessa ONG e, se possível, a prestação de contas disso, porque, naturalmente, se eles contrataram alguém para cortar, serrar e vender, isso tem de ter uma prestação de contas. A não ser que tenha sido dado no Governo da Alice, do “País das Maravilhas”.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Bom, volto a dizer que esse procedimento é feito por Brasília.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Tá bom.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Vamos tentar cumprir o prazo de 20 minutos...

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Fique à vontade. A minha parte, agora, só vou aguardar para ouvi-lo.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – O.k., muito obrigado. Na convocação que me foi feita, assinada pelo Secretário Saulo, ele enumerou vários temas de abordagem. E, conversando com ele, pelo menos, ele me colocou vários temas a serem tratados de interesse desta CPI: denúncias sobre o Safra Legal; possíveis irregularidades de extração de comércio ile-

gal; falsificação de ATPFs; planos e manejos irregulares; alterações irregulares de valores de multas; e outros esclarecimentos. De forma didática, resolvi agrupá-los, pelo menos, em 3 tópicos para facilitar o entendimento desta Comissão. (*Segue-se exibição de imagens.*) O primeiro tópico, nós vamos estar trabalhando a questão das irregularidades, extração do comércio, falsificação e planos e manejos. O segundo, vamos falar sobre a questão das multas. E, finalmente, algum detalhe sobre a questão do Safra Legal. Vale ressaltar que, como dito anteriormente, no Estado do Pará existem 3 gerências, no qual eu sou responsável pela gerência/Belém. De acordo como Decreto nº 4.756, pela Portaria nº 230, e o memorando define claramente as autonomias administrativa e financeira e a jurisdição das 3 gerências. Este é o mapa de divisão territorial. Aqui um rápido levantamento que eu acho fundamental ser colocado: ações de nossa parte de 2003 a 2005, onde foram 1.381 comunicações de crime, mais de 2.200 autos de infração, mais de 1.000 termos de apreensão, mais de 400 vistorias. Isso vinculado ao período de abril até agora, na nossa gestão. Além disso, foram feitos processos disciplinares; ou seja, mais de 22 sindicâncias foram instauradas no âmbito de Belém, 8 processos disciplinares vinculados a demissão de servidores e mais 90 sindicâncias determinadas estão aguardando a sua instalação. Vale ressaltar que pela dificuldade, seja pessoal, seja que a grande parcela de envolvidos são da própria gerência, há dificuldade nossa de implementar essas sindicâncias no âmbito da minha própria gestão, tanto é que foram encaminhadas a Brasília solicitando servidores de fora para implementar essas 90 sindicâncias. Eu gostaria de falar sobre as ATPFs. Em Belém, em 2003, nós fizemos uma operação denominada Operação Belém 1, e depois nós vamos justificar a Operação Belém 2. A Operação Belém 1... Este é um quadro inicial, que gostaria de passar aos senhores, o quadro inicial de quando nós assumimos a gerência. Isso aqui eram as ATPFs e os arquivos – isso em abril de 2003. Foi feito um levantamento de todas as ATPFs, inclusive de toda essa situação, jogadas em situações precárias... Em cima disso, foram verificados vários problemas de ATPFs, principalmente no que se chama de calçamento. Calçamento, os senhores devem saber, a idéia é que da primeira via, ela é colocada um tipo de espécie de madeira, que segue com o veículo, e a segunda, que é prestado conta. Foram feitos todos esses levantamentos, fechamos o auditório para fazer o levantamento de mais de 60 mil ATPFs que estavam jogadas, e daquele bolo que os senhores viram chegou-se a este nível de organização. Esse trabalho foi feito por nós. E chegamos ao final de 2003 com 364

ATPFs calçadas, 98 falsas, num universo de 1.263 ATPFs, no valor de 4,5 milhões de multas e 45 mil metros cúbicos de forma irregular sendo transportados. Além disso, nós fizemos outros procedimentos no sentido de melhoria na questão de checar os planos de manejo. Foi feita uma lista de checagem, e isso possibilitou... Podemos passar depois aos senhores. é uma *check-list*, uma lista de checagem onde colocar todas as necessidades feitas por planos de manejo. Isso demonstra como é feita agora a *linkagem* dos planos de manejo. Além disso, em agosto de 2003, nós determinamos que em todos os planos de manejo da minha gerência em Belém fossem utilizados sensoramento remoto, ou seja, antes de ser aprovado o plano de manejo, obrigatoriamente instituímos o sensoramento remoto. Com isso, verificou-se toda essa problemática existente de planos de manejo interpostos dentro do Estado do Pará. Por vários problemas fundiários, documentos não tinham colocados, e isso passou a ser regra, pelo menos dentro da minha gerência, depois estendido para os demais Estados, que todos os planos de manejo, antes de que seja feita a análise técnica, obrigatoriamente passavam para nós. Aí foi verificado isso, e todos esses planos foram suspensos. Tem toda essa situação colocada. Além disso, outra atitude que fizemos, no que se refere às ATPFs, foi, mesmo com o prédio extremamente debilitado em Belém, tirarmos o controle do contato do funcionário da emissão e o contato do atendimento. Isso também tirando contato direto de quem emite ATPFs Além disso, toda essa... A partir de 2003, todas essas medidas estão vinculadas em meio digital. Ou seja, todas as informações, a partir de 2003, se os senhores quiserem, qual foi o plano de manejo aprovado, em Belém; quem é o detentor; a área; as coordenadas geográficas; o técnico responsável; quantidade de madeira liberada, tudo isso, a partir de 2003, é possível. Antigamente, não era possível dentro da gerência. Nós fizemos um trabalho, no processo de Excel, e, então, todas essas informações, hoje, todos os planos de manejo, em Belém... já são disponíveis essas informações que antigamente não tinham. Todas essas medidas, em 2002, no âmbito da agência de Belém, foram aprovados 120 planos de manejo. Isso, com essas medidas, em 2003, foram 80; em 2004, com essas medidas de regularização fundiária e melhor controle de cheque, caiu para 60 planos de manejos aprovados, devido à questão fundiária e rigor técnico na questão colocada. Por favor. Com isso, nós desencadeamos um processo da Operação Belém II. Por favor. Foram feitos vários trabalhos com a finalidade de coibir esse ilícito das ATPFs falsas, adulteradas. O que se verificou é que, com maior rigor, feito em Belém, na questão dos con-

troles dos planos e manejos... Vale ressaltar que em Belém não foi aprovado mais nenhum plano de desmatamento. Com isso, com rigor maior interno, verificou-se que as calçadas começaram a diminuir, entretanto, o comércio ilegal das madeiras continuou. Daí, uma percepção nossa: começou a aumentar as falsas calçadas. Foram feitas várias comunicações à Polícia Federal e à própria ABIN. Rapidamente, nesse cronograma, começamos esse trabalho da Operação Belém II em setembro do ano passado, quando começou a surgir número grande de ATPFs falsas e adulteradas. Fomos encaminhando à Polícia Federal, para perícia. Outubro, falsificação, atividade de inteligência. A primeira operação nossa em Dom Eliseu para comprovar esses indícios. Levantamento do movimento das empresas. Vale ressaltar, essa instrução, que depois vamos falar com calma, que é a Instrução 58, que depois se expandiu para toda a Amazônia, o que para nós foi um marco histórico, que foi a questão do pátio de serrarias, ou seja, verificar a legalidade da madeira existente nos pátios das serrarias. Feito todo esse levantamento... A partir disso, foi feita uma comissão para fazer esse levantamento, e todos esses procedimentos, que vieram em fevereiro, organizando os pátios... chegamos a operações em Tailândia, Cachoeira etc., foram suspensas as ATPFs de empresa fantasmas e chegamos à reunião com o próprio Ministério Público agora, em junho, e o cruzamento com a Receita estadual dessas operações. Por favor, avance. A Instrução 58 de que tratávamos refere-se exatamente a isso. Detectou a necessidade de verificarmos a realidade do pátio da serraria, porque se tinha muita madeira no pátio sem determinação da origem. E essa instrução determina que ao verificar a não comprovação da origem, essa madeira é automaticamente apreendida, e as serrarias tinham que se cadastrar junto ao IBAMA dizendo: uma, qual a quantidade de madeira que tinha; segundo, qual a sua origem nesse processo. Por favor, vamos avançar, por causa do tempo. Isso aqui foram os passos metodológicos da instrução, que, para ganhar tempo, vamos passar, que seriam as ações dos escritórios, a metodologia, levantamento inicial pátio, ordens de serviços. Aqui é o cadastro técnico federal, a inspeção industrial feita nos pátios das serrarias ou metodologia utilizada por nós. Por favor, vamos avançar. Bom, só um exemplo de uma operação feita no Município de Tailândia, no nordeste paraense. Foram inspecionadas 24 serrarias: foram 30 autos lavrados; apreendemos 8.500, só no Município de Tailândia, de madeira irregular, ou seja, que não declarou origem; 2 milhões e meio de multas. Agora, o interessante é que foram 54 empresas consideradas fantasmas, ou seja, que estavam cadastradas no sistema, no cadas-

tro técnico federal, entretanto não existiam fisicamente, por vários motivos: uma, porque já tinha dado baixa, e a pessoa não tinha dado baixa junto ao IBAMA; outra, porque se utilizava dessa estrutura para apenas prestar contas junto ao sistema de cadastro técnico federal, e não existiam. Com isso, chegamos a esse processo. E também demonstrou um processo interessante: das 30 empresas recadastradas, 20 foram vistoriadas e estavam o.k., demonstrando que existem segmentos de madeireiros sérios em toda essa região do Estado do Pará. Por favor. Esses foram os resultados da Instrução, até então colocada. Ou seja, das 754 empresas no âmbito da minha gerência cadastradas no Sistema Técnico Federal, ou seja, no SICAF, apenas, até a presente dada, 279 se recadastraram. Com isso, 475 empresas não se recadastraram. Isso significa que elas não operam mais com o IBAMA, não recebem ATPFs, não podem operar com o IBAMA enquanto não fizerem o seu recadastramento. Isso diminuiu substantivamente para quem existia... Empresas 750 na minha região, que é a Gerência I, baixa para controle de 239, sistema de controle efetivo feito por nós. Por favor. As próximas ações de pátio. Isso aqui já culminando com os próximos gerentes... Na minha gerência vai ser Paragominas, Tomé-Açu, Moju, região metropolitana, isso na gerência Belém, e há um acordo entre gerências de Tucuruí/ Marabá na agência Marabá; em Anapu já foi realizado pelo gerente Paulo, em Santarém, Trairi e Novo Progresso. Por favor, Saulo. Agora nós vamos entrar especificamente na Operação Belém II, por causa do tempo. Como dissemos, o combate às calçadas, ou seja, aquele processo que era primeira e segunda vias diferenciadas, diminuiu em Belém, por causa da Operação II. Entretanto, aumentou-se o processo de falsificação e adulteração. Ou seja, você fechou o controle interno, mas na rua, na sociedade, ainda continua tendo transporte ilegal. Então, nós voltamos a fazer uma nova operação, agora voltada para Operação Belém II. Por favor. A falsificação entra, basicamente, primeiro, em ATPFs emitidas em gráfica. É uma falsificação de gráfica. E valem alguns detalhes de uma gráfica... inclusive, uma forma de rapidamente identificar ATPFs falsas são... Um problema rápido que nós identificamos é o acento na palavra "mogno"; o "c" da palavra "corte"; o "p" minúsculo de "País", e o "c" de "controle". Além disso, também a emissão de papel-man-teiga, aquele papel bem fino, para fazer a idéia da marca-d'água aparecer. Por favor. Vamos dar alguns exemplos: isto aqui é uma ATPF falsa. Por favor. Aqui vocês verifiquem alguns exemplos por que é fácil identificá-las como falsas: primeiro, este corte é conjunto, não há separação. Na ATPF verdadeira isso aqui é uma separação; a palavra... Veja mais um, porque acho

que tem um eslaide mais nítido. A palavra “mogno” aqui está acentuada. Não sei se pela distância, os senhores darão conta de enxergar, teríamos que dar uma ampliada. Aqui a palavra “controle” está minúscula; aqui, “País”, em minúsculo. Ou seja, são várias indicações... Aqui este corte é junto. Ou seja, a linha é uniforme. Então, são práticas de uma única gráfica que já detectaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Desculpe, com licença. O senhor tem tempo limitado. Não sei quanto mais o senhor ainda tem a apresentar, mas, pelo nível de detalhamento que o senhor está apresentando, imagino que o seu tempo vai se esgotar dentro de poucos minutos.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Bom, vamos avançando. Então, infelizmente... Aí, são xerocopiadas. Por favor, vá avançando. ATPFs lavadas... Por favor. Aí, elas são lavadas quimicamente. Avançando, por favor. Aqui, são as ATPFs roubadas em janeiro, antes de eu tomar posse. No Pará, foram roubadas 22 mil ATPFs. Se os senhores forem olhar, esse “6” aqui é adulterado. É número “5”. Ele foi adulterado para o número “6”. Avance, por favor. Este aqui era 55, passou para 62. São ATPFs falsificadas. Avance,. Por favor, vamos avançando, por causa do tempo. Isso aqui são vários exemplos que, acho, vamos deixar com a Comissão, para ir mostrando como... Bom, dessas operações, em Belém, 600 ATPFs foram CPFs falsas, dentre as quais identificamos 94 razões sociais. Por favor, avance. Dessas, meio a meio, as de Dom Eliseu vão para a rota Nordeste, as demais vêm para a rota Sudeste, principalmente para São Paulo, Dessas ATPFs falsas, adulteradas. Avance, por favor. Dessas 94, pelo menos 60 estão ou irregulares na SEFA, no sistema de cadastro federal, ou são justamente fantasmas. Então, só essas aqui tinham algum controle. Dessas, apenas 18. Avance. Dessas 94, percebemos que apenas 3 estavam devidamente cadastradas no IBAMA. Significa que existem empresas que estão sendo utilizados nomes de pessoas, talvez sérias, sendo utilizados... Os nomes delas colocados nas ATPFs ou empresas fantasmas. Por favor, avance. Então, nós estamos fazendo um cruzamento do IBAMA com a SEFA, para ver as irregularidades. Agora, diferente das ATPFs calçadas, o foco está sendo o comprador. Ou seja, não há como identificar quem vendeu e, sim, estamos identificando o comprador para lavrar a multa e fazer a compra efetiva. Por favor, avance. Além disso, nós fizemos uma portaria onde empresas com mais de 1 ano que não operam com o IBAMA teriam que ser recadastradas. Com isso, só em Belém, das 1.070 empresas, baixaram para 448. Seiscentos e vinte e duas tornaram-se inativas. por favor, avance. Bom, isso aqui é a relação

de quem são essas empresas. Vou deixar aqui para a Comissão. Avance. Bom, essa é a primeira parte. A segunda parte, em relação ao segundo tema que me foi colocado, é a questão das multas. Em relação às multas, nós fizemos uma comissão de sindicância, em 2003. Essa comissão de sindicância gerou um processo administrativo disciplinar. Nesse processo disciplinar estão envolvidos 5 servidores e 1 procurador federal. Avance, por favor. Esse processo está em andamento em Belém. A conclusão dessa comissão é que existem provas de forma criminoso. Há mais de 4 milhões de débitos decorrentes de atuações por descumprimento de utilização ambiental, foram simplesmente excluídos do rol dos débitos para com o IBAMA ou tiveram situação de débito alterado para o *status* que visa sustar cobrança administrativa que iria fatalmente resultar na prescrição, favorecendo mais de 100 autuados. Esse *status* significava o seguinte: alguém trocava no sistema o termo “em defesa” ou em “defesa judicial”, assim facilitando que o processo prescrevesse. Essa comissão já está em andamento, tem 5 servidores envolvidos e 1 procurador federal. Avance. Em relação à safra legal – desculpem-me falar rápido, mas é devido ao tempo que me é colocado –, como dito anteriormente, existem 3 gerências executivas: no caso, eu sou gerente da Belém I, e tem a Santarém, e a Marabá, todas elas com autonomias administrativa e financeira bem definidas. Cada gestor é responsável pela liberação, aprovação e pagamentos. Avance. A safra legal é uma dominação para viabilizar o aproveitamento de madeira, vinculada à região de Altamira, vinculada ao escritório de Santarém – avance. Aqui é o contexto regional que colocamos. Grande parte dos planos e manejos em terras públicas, em 2003, foi palco de fortes protestos, os quais nos referimos, em novembro de 2003. A produção florestal representa mais de 50% das cidades, e uma relação que existia de venda ilegal. Por favor. A safra ilegal, no meu entendimento, é uma iniciativa pioneira de ordenamento e regularização de desmatamentos e assentamentos na região. Avance. A base legal que nós falamos é baseada na Instrução Normativa nº 3, do Ministério do Meio Ambiente, que, no arts. 4º ao 8º determina a questão do desmatamento de 3 hectares sem vistoria, e o art. 8º coloca a responsabilidade do INCRA de fornecer quem são os responsáveis Avance. Sem falar do Código Florestal e de Termo de Ajuste de Conduta, assinado entre a Presidência do IBAMA e do INCRA, que facilita esse processo. Avance, por favor. Ainda sobre safra legal, tem um documento elaborado por um pesquisador do CIFOR/EMBRAPA – o qual tenho aqui, posso passar para a Comissão –, que faz análise pormenorizada, um *paper*, que está sendo publicado, que explica cientificamente todos os proce-

dimentos, reuniões etc., de como foram feitas essas discussões junto com a comunidade, as vantagens e as desvantagens, estudos científicos já realizados sobre esse tema, através do Dr. Gabriel Medina. Avance, por favor. Sobre as perguntas que me foram colocadas em relação aos dados específicos da safra ilegal, as informações que a Agência Santarém me passou foram estas: foram 14 assentamentos – por causa do tempo, eu teria que explicar, mas agora não tenho... Os pedidos são feitos por assentamentos, não mais são feitos individualmente, por causa da Instrução do Deputado Hamilton Casara, que conhece muito bem isso, agora são feitos por assentamento, foram feitos esses em Pacajá, Medicilândia e Altamira sucessivamente. Isso aqui foram as autorizações liberadas, essas daqui são as solicitadas, as que já foram analisadas, foram 1.189 daquela pergunta que me foram colocadas. Avance. Este aqui estão em análise, por analisar, totalizando 3.094 famílias solicitando. Dessas 3 mil e poucas, apenas 1.189 já foram autorizadas, restando ainda em análise, ou por analisar, 2.052. São essas as informações que nós gostaríamos de passar sobre o safra ilegal, colocando-nos aqui à disposição, devido ao pouco espaço de tempo, a outros questionamentos que se fizerem necessários. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Hamilton Casara, como está na inscrição, por favor. Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Dr. Marcílio, gostaríamos de agradecer as importantes informações que V.Sa. está trazendo a esta Comissão, mas gostaria de fazer algumas perguntas. Primeiro fazendo uma, dando uma informação, Dr. Marcílio, de que realmente o combate ao comércio, à exploração ilegal de madeira, do desmatamento, tem sido um processo ao longo dos últimos Governos, principalmente após a Conferência de 1992. Evidentemente alguns Governos com mais sucesso do que outros e talvez alguns Governos priorizando mais a questão ambiental do que o outro. O certo é que nós temos, ao longo de todos esses, desde 1992 para, já que 1992 é um marco aonde os Governos passaram a ter uma preocupação um pouco maior, apenas uma preocupação, por que a nível orçamentário continua a mesma coisa, você sabe disso, e nós precisamos, nós não conseguimos implementar instrumentos de política sem orçamento. Então, enquanto os Governos não entenderem que é necessário ter a questão ambiental como prioridade e não apenas estarem se descabelando no momento em que algumas revistas nacionais ou internacionais colocam as taxas de desmatamento, porque isso não vai resolver o problema de transporte

legal de madeira na Amazonas, tampouco do desmatamento. Então é necessário e é nítido a timidez do orçamento que é colocado para todas as políticas temáticas e setoriais que compõem a política de meio ambiente. Tenho a certeza de que V.Sa. esse debate e esse problema orçamentário também. Mas queria lembrar apenas, Sr. Presidente, nobres Parlamentares, que esse programa precisa de apoio realmente, é o programa de georeferenciamento. Ele iniciou há cerca de 4 ou 5 anos atrás, mas é carente de recursos humanos de recursos orçamentários, mas já deu alguns inícios, naquele momento, Marcílio, há cerca de 2002 ainda, se conseguiu sustar toda a produção de mogno baseado já no serviço de georeferenciamento, exatamente onde se detectou que os projetos de manejos, a extração ilegal se dava fora dos projetos e se davam nas terras indígenas. E vejo que a sua gestão está aprimorando também esse instrumento que é de suma importância. Mas é importante que se registre nesta Comissão, que sem orçamento com essa timidez enorme de orçamento, nós não vamos avançar muito. Nós vamos... Eu queria exatamente em cima disso perguntar, se V.Sa. não tiver esses dados, poderá fazê-lo por escrito: qual o tamanho do orçamento de 2003, 2004 e 2005 da sua gerência? A segunda pergunta: quantos engenheiros florestais V.Sa. tem à sua disposição no Estado do Pará, constante da relação dos servidores do Estado do Pará, incluindo as 3 gerências? Gostaria de responder melhor uma a uma, como ficar melhor?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – O senhor que sabe.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Eu quero colocar a sua disposição o que ficar melhor.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Podemos uma a uma. Assim, primeiro gostaria de saudar o Deputado Casara, mesmo porque tem uma experiência grande, até por presidir o IBAMA e pela sua experiência de conhecer por dentro as dificuldades estruturais. Mesmo na sua gestão iniciaram-se vários processos. Sabemos que o serviço público é uma angústia. Quem está dentro... Muitas das vezes a vontade de fazer não corresponde à realidade. No caso específico do sensoriamento remoto, vou deixar com a Comissão. Isso é um trabalho que nós fizemos em 2004. Durante todo o ano de 2003, nós tínhamos apenas uma placa de sensoriamento remoto na agência Belém, na gerência Belém. Tivemos todo um esforço de relocar servidores, relocar computadores. E hoje todos os planos de manejo estão georeferenciados, todos os planos estão catalogados, todos os planos têm as suas interposições. Ou seja, esse é um instrumento que eu acho que tem que ser a grande ferramenta,

principalmente pela confusão fundiária que existe na Amazônia. Ou seja, nós temos que aprimorar o instrumento de sensoriamento remoto, mesmo porque, muitas das vezes, a responsabilidade não é nem do próprio detentor. Nos documentos fundiários, eram utilizados os marcos arcaicos de referências geográficas, que geravam uma légua para cá, uma légua para lá. Isso gera todos esses conflitos, e os mal-intencionados se aproveitam disso.

Com relação aos dados, permita-me, vou lhe passar por escrito, porque eu não tenho por memória. Mas eu vou dar um dado deste ano, da angústia deste ano, da minha gerência. Eu recebi, até agora, apenas 980 mil reais para a minha gerência. Eu preciso, para cumprir os meus contratos, para cumprir minimamente as atribuições legais, no mínimo, de mais 4 milhões, só na minha gerência, senão, isso vai inviabilizar todos esses trabalhos colocados. Ou seja, eu recebi em torno de 1 milhão de reais. Eu estou falando de uma gerência em Belém. Com todas as questões, contratos, eu necessitaria, no mínimo, de mais 4 milhões para fazer o que nós estamos chamando de mínimo necessário pra tocar a casa, sem nenhuma atitude inovadora. Aí, concordo com o senhor da dificuldade de um gestor público em trabalhar nesses processos. Em relação a engenheiros florestais, temos hoje uma carência fundamental, mesmo porque... Os números eu não posso precisar, porque muitos deles hoje, alguns se recusam, por vários motivos, a estarem efetivamente trabalhando na área técnica, porque na mudança você não tem uma especificação de engenheiro florestal. Todos são classificados como analistas ambientais. Então, tem engenheiros florestais hoje que não estão diretamente vinculados à DITEC e não se colocam à disposição de estarem vinculados à DITEC. Então, hoje, na minha DITEC, eu estou com 6 engenheiros florestais. As demais, de informações orçamentárias, vou passar para o senhor, de 2003 e 2004.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Dando continuidade, Sr. Presidente, verificamos que realmente é completamente difícil trabalhar com 6 engenheiros numa imensidão, num estado da dimensão do Estado do Pará. Segunda pergunta, Dr. Marcílio, quantas vistorias pré e pós-exploratórias foram realizadas nesses dois anos e meio da sua gestão?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Nós adotamos um procedimento de fazer as vistorias pós-exploratórias. Esse foi um entendimento feito, inclusive, com a Diretoria de Florestas, porque ocorria um risco muito grande. As vistorias, anteriormente, eram feitas na área, e muitas das vezes você não verificava se o processo efetivamente estava sendo feito. Ou seja,

nós optamos agora por fazer vistorias quando estiver efetivamente sendo feito o trabalho.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Quantas pós-exploratórias foram feitas?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Em torno de 50. Nós podemos especificar, depois, os procedimentos para o senhor nestes 2 anos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Cinquenta, não é?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Aproximadamente, eu teria depois que especificar.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Perfeito. Eu gostaria que nos fosse repassado o número total dos planos de manejo que foram protocolados, os que foram aprovados e o número de vistorias durante esses dois anos e meio.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Pois não.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – A terceira pergunta é quantas vistorias, quantas inspeções industriais foram realizadas, nesses dois anos e meio, nas indústrias do Estado do Pará?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Nas serrarias ou...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Nas serrarias, na área industrial.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Nós estamos fazendo agora, através... Nós tínhamos um problema concreto: a ausência de um marco regulatório. Na construção desse marco regulatório, que foi a Instrução Normativa nº 58, publicada em dezembro de 2004... Essa instrução, depois, foi estendida para toda a Amazônia. Pegou um exemplo que foi feito no Pará. Nós já realizamos hoje em torno de 60 inspeções industriais. Está em curso, porque como o exemplo foi dado ali, nós fizemos em Tailândia, Cachoeiro do Piriá, estamos fazendo em todos os Estados. E também alguns procedimentos pré-inspeção industrial, como foi vista numa exposição, nós primeiro fazemos um cruzamento e exigimos o recadastramento, ou seja, nós temos a para ser feito o processo de vistoria industrial em 279 empresas e a expectativa é que vamos cobrir pelo menos mais de 50% dessas empresas até o final do ano.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – V.Sa. me confirma que são 260 indústrias que existem no Estado do Pará?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, não, deixa eu explicar melhor para o senhor.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Apenas para fazer uma avaliação.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, não, não, vale à pena essa especificação. É porque

existe um processo no cadastro técnico federal, que é o CICAFA, as empresas... Cadastro técnico é um cadastro declaratório, a pessoa entra e declara, V.Sa. deve conhecer bem. Desse levantamento, nós fizemos... O primeiro passo dessa vistoria industrial é verificar quantas empresas se cadastraram no âmbito da minha gerência, na jurisdição da minha gerência, foram 750, que um dia já foram registradas. Com isso foram feitas a Instrução nº 58, que determinava que elas tinham o prazo de se recadastrarem; dessas recadastraram-se 275; dessas 400 e a fração elas não se recadastraram, então com isso elas estão em desacordo com a instrução normativa.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Perfeito, muito obrigado. A próxima pergunta, Sr. Marcílio, na Operação Belém, citada por V.Sa., quantos receptares de autorizações de transportes de produtos florestais foram presos? E quantos fornecedores de ATPFs furtadas ou adulteradas foram identificadas?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Na operação Belém I, como nós descrevemos aí, que começou em 2003, foram 300. Deixa eu puxar os dados aqui. Foram mil e... Tenho que puxar aqui, tenho que consultar aqui rapidamente.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Se V.Sa. quiser, pode responder depois por escrito.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Ah, está. Foram 364 representações criminais, certo? Dessas, uma preocupação que nós fizemos é que existiu... O processo de prisão eu não tenho aqui a parte, eu tenho que verificar junto com a justiça. Verificou-se que já existem algumas condenações desses procedimentos de empresas que utilizaram o processo de ATPFs calçadas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Dr. Marcílio, muito obrigado. Presidente, são as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Obrigado. Deputada Maria Helena, por favor, com a palavra.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Eu cumprimento nosso Presidente, Deputado Mendes Thame, cumprimento o Dr. Marcílio, gerente-executivo do IBAMA; Deputado Hamilton Casara e todos os presentes. Ontem, nós, numa reunião, numa audiência pública, na Comissão da Amazônia, com a presença da Ministra Marina Silva, a Ministra colocava a dificuldade do administrador, do gestor, por melhor que seja a sua intenção, por maior que seja o sua seriedade, o seu compromisso, o quanto é difícil você acompanhar as ações da máquina administrativa. E quando você percebe você está trabalhando, está lidando com uma verdadeira máquina de contravenção em algumas vezes.

V.Sa. aqui colocou os vários crimes cometidos através de criação de empresas falsas, ATPFs calçadas ou falsas, adulteradas, enfim, multas liberadas, autuações adulteradas e que foram identificados 26 servidores envolvidos do próprio órgão, isso foi que eu entendi.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Cinco.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Cinco servidores e um procurador federal. Então, a minha pergunta, parte dela, já foi respondida quando V.Sa. disse que 364 representações criminais já foram apresentadas e algumas empresas já condenadas. Complementando aquilo que foi colocado pelo Deputado Hamilton Casara, eu perguntaria: quantas pessoas, quantos servidores já foram denunciados? E quantas pessoas nesse contexto todo já foram presas e que mecanismos estão sendo adotados pelo IBAMA para coibir esses crimes e essas práticas administrativas, uma vez que quem deveria estar fiscalizando, na realidade, está envolvido nessas ações? Porque a fiscalização, o acompanhamento do desmatamento, enfim, das queimadas, isso pode ser monitorado via satélite. Agora, que tipo de ações estão sendo desenvolvidas para acompanhar as ações dos fiscais, dos analistas ambientais, enfim, e das pessoas que estão diretamente tratando com o público, com os usuários dos serviços do órgão? Essas seriam as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Nobre Deputada, a nossa preocupação é no sentido de melhorar os fluxos e processos. Uma das preocupações que nós temos e que nós apresentamos em nossa rápida apresentação, onde nós colocamos que surgiu um processo de falsificação de ATPFs e ATPFs adulteradas, que foram roubadas... Muitas das vezes, esses procedimentos, no meu entendimento, não passam por servidores da casa, são feitos por fora da casa; ou seja, essa falsificação, essas gráficas que reproduzem esse documento, essa autorização de transporte, elas não necessariamente, pelo menos no meu entendimento, não há convivência de servidores da casa.

(Intervenção inaudível.)

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Sim. As calçadas... O que são as ATPFs calçadas? É bom deixar claro isso. As calçadas são... A ATPF tem duas vias: uma via é a que presta conta junto ao órgão ambiental, que é a segunda via; a primeira via é a que vai junto com o transporte. Normalmente o que acontece? O segmento empresarial prestava conta junto ao IBAMA do saldo de madeira que ele tinha de madeira daquela espécie. A outra, que era a que ia com o transporte, ele colocava a madeira efetivamente colocada. Só que aí tinha dificuldade de fazer o cruzamento. Eu acredito

que esse seja um procedimento... Eu acho que a própria CPI tinha que discutir e o IBAMA discutir, porque eu acho que a ATPF tem que modernizar-se. Nós estamos num processo – inclusive já existem segmentos, que é o DOF, em análise no IBAMA, de alterar, via *on line*, outros procedimentos desse cruzamento de informações que evitem menos manuseios e que se consiga avançar nisso. Então, esse é um procedimento colocado.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Eu só fiz essa pergunta porque pela imprensa foi divulgado que no Mato Grosso o que acontecia era que o servidor do IBAMA preenchia uma quantidade de madeira na via que ficava no IBAMA e liberava a outra via para o madeireiro preencher da forma como ele quisesse. Depois voltava a primeira via, quando vinha ao encontro da segunda, como estava diferente, o próprio IBAMA se dava conta de dar sumiço à primeira via. Então, estou colocando isso porque, como aconteceu no Mato Grosso, pode ter acontecido no Pará.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Com certeza. Eu não nego essa possibilidade, como também não nego a possibilidade da própria capacidade operacional da casa, que muitas das vezes também há más intenções, muitas vezes também o volume e de falta de capacidade de cruzamento, porque essa ATPF vai para o Rio Grande do Sul, a primeira via, e até ela voltar a Belém para se fazer o cruzamento de quando chegou no Rio Grande do Sul, isso pode facilitar esse tipo de ilícito ambiental. Por isso que eu acredito que a melhor forma, além de continuar fazendo essas normas que nós estamos fazendo, é procurarmos um modelo mais efetivo. Acho que há tecnologias hoje disponíveis – vejam a tecnologia bancária – que se podem utilizar sistemas *on line* desses cruzamentos, em vez de ser simplesmente o cruzamento manual que hoje existe e que acaba criando esses problemas, inclusive o problema de envolvimento de servidores. No que se refere às ATPFs falsificadas, eu penso que tem todo um segmento em que nós estamos evoluindo, tem mais informações aqui, que nós já estamos passando para a Polícia Federal, que são grupos, são 2 grupos distintos onde estão as gráficas. Existem todos outros procedimentos nesse procedimento. Me perdoe, me faltou uma pergunta da senhora, que eu acabei me perdendo.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Quantas pessoas foram e servidores.... Quantas pessoas foram presas no contexto geral e quais os mecanismos adotados pelo IBAMA no sentido de acompanhar, enfim, o trabalho dos próprios servidores, uma vez que já aconteceram casos do servidor estar envolvido.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Com certeza. Bom, em relação ao envolvimento, no âmbito da minha gerência, nós tivemos um processo já concluído, onde houve demissão de um servidor – o Orlando – e 4 servidores foram suspensos por 90 dias. A prática deles é utilizar-se de documentos falsos de contratos de compra e venda, onde foi comprovada a participação do servidor Orlando e indícios, ou pelo menos, facilitação dos outros 4 servidores. No que refere a outros procedimentos, estão sendo feitas as sindicâncias. Volto a dizer, há um problema sério. Como eu passei ali para os senhores, eu tenho com materialidade 90 sindicâncias determinadas por mim para serem instauradas, só na minha gerência 90, aguardando condições efetivas de serem instauradas. Eu tenho, em Belém, 130 servidores, eu tenho 90 sindicâncias. Se eu for colocar isso multiplicando 2, muitas vezes um servidor que não está envolvido em uma está em outra, ou seja, há uma dificuldade de apurar todas essas situações. Espero que com esse novo concurso e outras questões facilitem. A sindicância mais avançada é essa que eu avisei. Já estamos com um processo administrativo disciplinar, que é o PAD, que envolve esses 5 servidores, que está nesse procedimento. Esse PAD ele tem, envolve o principal delito. Como expliquei para vocês, era entrar no sistema, alterar não só o valor da multa, que isso era fácil de ser identificado, alterava o *status* da multa, ou seja, alterava para “em juízo, está em defesa.” Com isso ficava parado o processo e passavam os 3 anos. Com os 3 anos parado prescrevia a multa. Essa era uma prática que foi identificada. Esse trabalho durou durante o ano de 2003. Identificamos aí 5 servidores. Infelizmente, com a anuência de um procurador federal – e essas pessoas estão sendo gerenciadas... Inicialmente, o levantamento que nós fizemos, o Erário foi atingido aí numa fraude de mais de 4 milhões. Então, existe, sim, a necessidade de continuar a fiscalização interna na casa, mas também existe a necessidade de continuarmos a operar fora, porque muitas das vezes essas falsificações, adulterações, podem ou não ter envolvimento com os servidores da casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nós temos aqui mais algumas perguntas, Sr. Marcílio, por gentileza. Primeira é a seguinte: quais eram as obrigações das empresas que aderiram ao Plano Safra Legal 2004?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Bom, a metodologia específica do Safra 2004, no nosso entendimento, o IBAMA não controlava relações com as empresas. Ele simplesmente recebia do INCRA a relação dos colonos, dos projetos de assentamentos que queriam fazer o desmatamento. Esse desmatamento era autorizado para o IBAMA. A relação comercial en-

tre assentados e empresas comerciais essa não há o envolvimento do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O IBAMA não sabe quais eram as obrigações das empresas nem as obrigações dos assentados que aderiram ao Plano Safra Legal de 2004? O senhor não tem conhecimento?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não. O que tem basicamente é a empresa que compra a madeira do assentado. Pela forma da instrução normativa, era obrigada a fazer um processo de reposição florestal, ou seja, as empresas que pegam a madeira. Ou seja, para fazer um processo de desmate, o colono vende a madeira. Ele apresenta um contrato de compra e venda, esse contrato de compra e venda a empresa tem que comprovar junto ao IBAMA o reflorestamento quando se tratar de desmatamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor poderia – para registro nosso – descrever muito rapidamente quais eram essas limitações para alguém se enquadrar no Safra Legal, qual era a área máxima, qual a característica do pequeno agricultor, o que caracterizava, qual era a limitação, para que ele pudesse estar sendo referido como alguém passível de receber essas atribuições do Plano Safra Legal.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Só um instantinho que eu vou pegar aqui a Instrução Normativa nº 03, de 4 de março de 2002, do Ministério do Meio Ambiente, define, no seu Capítulo I, essas regras. Capítulo I: Agricultura Familiar. Propriedade rural com até 4 módulos fiscais. “§ 4º Para as propriedades rurais, posse, arrendamento ou comodato com até 4 módulos fiscais, a concessão de autorização de desmatamento de até 13 hectares/ano com a finalidade de implementar a agricultura familiar, obedecerá aos seguintes procedimentos simplificados: 1. O interessado deverá protocolar solicitação de autorização de desmatamento em formulário padronizado”. Aqui tem o anexo. “2. Para o procedimento que chama desse documento informativo de propriedade – DIPRO o interessado poderá contar com a assistência de engenheiro florestal”. Se o senhor... Está todo na... Só para resumir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É suficiente.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Está na Instrução Normativa nº 3, Capítulo I, de 4 de março, e também no art. 8º, no capítulo II, onde fala os projetos de assentamentos públicos e privados, onde determina que nos projetos de assentamentos públicos a autorização de desmatamento deverá ser requerida ao IBAMA pelo órgão conveniado, no caso específico o INCRA. Tem também solicitação de autorização de desmata-

mento conforme anexo, documentação de criação dos projetos, toda a documentação necessária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É suficiente. Eu só queria o seguinte. Alguém que se enquadra nesse Plano de Safra Legal, que cumpre o disposto na instrução normativa, pode requerer a sua inclusão no Plano Safra Legal. Requer a quem?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Ele requer junto ao INCRA. O INCRA encaminha ao IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Como é que foram dadas pelo IBAMA autorizações dentro dessa instrução normativa, ou seja, dentro do Plano Safra Legal, para madeiras? Ou não foram dadas?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – O desmatamento não é para madeira. O desmatamento tem que ser feito ao colono, ao assentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Então eles deram procurações para que madeiros negociassem em seu nome essas autorizações?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não. O procedimento formal da instrução é: o colono recebe autorização de desmate. Com o processo de desmate, ele tem o direito de negociar a venda da sua madeira, mas a autorização é feita individualmente para cada colono. Ela não é feita de forma coletiva, muito menos para pessoas jurídicas. A autorização nesse caso de 3 hectares é voltada para a agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Para cada um?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Para cada um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E a madeira que compra essa madeira, ela fica com o direito de recorrer ao IBAMA para pedir uma autorização de transporte de produto florestal?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em branco?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não. Não. Funciona da seguinte forma: o madeiro... O colono ele teve a autorização de desmatamento de 3 hectares, verificando as espécies. Essas espécies ele faz um contrato de compra e venda entre ele e qualquer tipo de madeiro. Mediante este contrato de desmatamento, esse madeiro vai ao IBAMA e solicita a inclusão do seu crédito, que é chamado no sistema, que é o SISMA. Nesse caso, ele entra e aí sim ele vai

ter autorização para transportar aquela madeira, mas ele tem que comprovar a origem. A comprovação da origem vem da autorização de desmate e da comprovação de venda do colono para com ele. Ele só pode ter autorização da ATPF onde ele comprova a origem ilegal da madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Aqui nós recebemos um depoimento – está gravado – de uma diretora do IBAMA, que disse que nesses casos todos, como não dava para se medir quantos estéreos, quantos metros cúbicos iriam ser colocados num caminhão, a regra era que essa ATPF fosse dada em branco.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, a ATPF é dada em branco para o preenchimento das espécies da madeira. Isso, todas as ATPFs são dadas. Mas elas saem em nome do preenchimento de quem está autorizado a transportar. Eu não sei se poderia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não, não, isso é óbvio, pelo amor de Deus. É... em nome da empresa, isso não quer dizer... O em branco que estou dizendo é o seguinte: qual o volume? O volume é em branco?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – O volume é em branco em todas as ATPFs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em todas as ATPFs, os senhores dão... Por exemplo: uma madeireira fez um contrato com um pequeno agricultor para desmatar 3 hectares. Os senhores dão uma ATPF em branco.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Em branco, no sentido de que o nome, as instruções do IBAMA determinam isso. Elas recebem o nome da empresa para quem ela vende, mesmo porque vincula ao transporte florestal. Ou seja, se ela vai transportar em caminhão maior ou menor, ela mesmo preenche. É parecido com a nota fiscal, guardadas as proporções. O preenchimento do volume que vai ser transportado é feito por quem transporta. O que ele tem que fazer? Depois é a prestação de contas. Foi essa a exposição que nós fizemos. É a prestação de conta daquele preenchimento para que depois daquela prestação de contas seja abatida no controle interno do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas o senhor disse aqui hoje que a fiscalização está em cima do comprador, porque não dá para identificar quem transportou, quem emitiu, quem vendeu, só quem comprou. Então, se não dá para identificar quem emitiu uma nota falsa, como é que os senhores vão investigar se essa validade colocada, essa volumetria é correta?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Bom, o que nós colocamos aqui é que no caso de ATPFs falsas, aquelas que nós, que eu listei aqui, que no caso das ATPFs normais isso é possível. O que nós estamos colocando aqui são aquelas ATPFs falsificadas em gráficas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E quais as ocasiões em que os senhores conseguem apreender assim, em flagrante, ATPFs falsas? No transporte, numa barreira, numa estrada, numa madeireira já lá com essa madeira depois? Em que momento essas ATPFs falsas podem vir a ser apreendidas pela fiscalização, que, como o senhor colocou, melhorou muito nesses 2 anos e meio?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Bom, são vários casos. Primeiro, na própria fiscalização até dessa situação já do traquejar dessas falsas. E também quando o comprador presta conta, porque muitas das vezes o comprador, em São Paulo, até comprador de boa fé, ele compra madeira e presta conta junto ao IBAMA, acreditando ser uma ATPF verdadeira. E lá é identificada uma ATPF falsa. Então, com isso, nós estamos fazendo esse cruzamento. E foi a partir desse trabalho que nós verificamos um contingente muito grande de ATPFs falsas ou adulteradas. E a partir daí, nós percebemos que, quando fomos checar nos nossos controles, quem estava lá como vendedor não existia no IBAMA. Por isso, nós estamos fazendo o trabalho de trás para frente, perguntando para quem comprou, de quem ele comprou e a partir daí da fonte de quem comprou, no Sul, Sudeste, verificando de trás de para frente quem ele, e, a partir daí, tentando desmontar essa cadeia existente na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quantas autorizações de desmatamento foram concedidas durante o Plano de Safra Legal 2004, aproximadamente?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Foi o que eu expus aí: foram 1 mil 194. Estão expostas aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E foram contratados trabalhadores da FETAGRE e da STR para levantar assentamentos e fazer autorizações de desmatamentos no Plano Safra Legal?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – O procedimento Safra Legal... É por isso que eu gostaria de ter o documento do Dr. Medina. O processo Safra Legal cria um processo coletivo; ou seja os sindicatos, as federações auxiliam os agricultores. Eles vão às áreas, discutem, formam um trabalho coletivo, mesmo porque os procedimentos de pedido de desmatamento, esses pedidos são feitos via associações, que essas

associações encaminham para o INCRA, e este, por sua vez, encaminha ao IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ou seja, foram contratados trabalhadores da FETAGRI e da STR. É a resposta que o senhor, codificada, é sim?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não sei como afirmar, porque o Sindicato dos Trabalhadores Rurais pode contratar, porque são trabalhadores vinculados aos colonos. Se o sindicato contratou uma assistência técnica, ou se a própria Federação dos Agricultores contratou um assessor técnico para melhor trabalhar a orientação dos agricultores, isso tem que ser conversado junto com os próprios sindicatos ou a FETAGRI. Eu não tenho como confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ou seja, o IBAMA não contratou?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – O IBAMA não contratou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não contratou e não financiou nenhuma dessas operações?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não. Isso é feito via sindicatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está certo. Quais os funcionários que foram deslocados por determinação sua para a região de Altamira durante a greve do IBAMA em 2003?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, foi em 2004. Esse procedimento, como nós colocamos aí, o IBAMA vem sendo recorrente de processos de paralisação. No caso específico do Safra Legal, ocorreu um forte fluxo de pedidos de autorização. Com pouca capacidade efetiva do escritório de Altamira, não só de Belém, como também de Brasília, foram deslocados técnicos, mesmo porque existia um processo de paralisação em Belém e algumas pessoas que não queriam aderir ao processo de paralisação nós autorizamos que se deslocassem para fazer análise desses pedidos em Altamira, tendo em vista que em setembro e outubro o volume era muito grande de análise desses pedidos, e o escritório pequeno de Altamira não comportava essa situação. Essa é uma prática usual entre as 3 gerências, entre troca de servidores. Por exemplo: agora mesmo estou deslocando 2 servidores meus para cuidar do assessoramento remoto de Santarém e estou com um engenheiro florestal de Marabá me ajudando na minha DITEC, em Belém. Ou seja, há uma certa relação, entre gerentes, de troca se servidores quando assim se precisar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Posso repetir a pergunta?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quais os servidores que, por determinação do senhor, foram deslocados para Altamira durante a greve do IBAMA?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Me recordo da Dra. Nadja e tenho que verificar os demais. A Nadja era chefe, trabalhava na DITEC, os demais, tenho que verificar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. O senhor tomou conhecimento do memorando encaminhado pelo analista ambiental Carlos Bicelli?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Tomei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quando o senhor tomou conhecimento do memorando, quais as providências que foram tomadas em função do memorando?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Eu tomei conhecimento do memorando do analista Bicelli, quando me foi apresentada uma denúncia sobre a situação do Safra Legal. Esse memorando era... Esse memorando é vinculado à gerência de Santarém, no sentido de um processo de verificação. Mesmo assim, eu consultei o chefe do escritório de Altamira, o Elielson, sobre essa questão do memorando interno. Por e-mail, ele me passou a seguinte explicação: *“Conforme solicitado, encaminho preliminar do número de ATPFs liberados como resultado do Safra Legal, em função da urgência dos trabalhos. Em relação às autorizações, objeto das vistorias realizadas pelo analista Carlos Bicelli e engenheiros florestais, vale destacar:”* – esse é o e-mail que o Dr. Elielson me passou – *“a) há divergência nos 2 relatórios apresentados. Por isso, encaminhamos para a DITEC para se pronunciar; b) das 10 áreas vistoriadas, apenas 4 estavam lançadas no SISMAT de Altamira, e apenas 1 teve ATPFs liberadas, 4 ATPFs liberadas; c) uma AD – Autorização de Desmatamento não encontramos em nossos arquivos, a do Sr. Cecílio Vicente da Silva; d) como medida de precaução, cancelamos todas as”* – a vista está difícil – *“reencaminhadas à DITEC para as demais providências”*. Repetindo: *“d) como medida de precaução, cancelamos todas e reencaminhamos à DITEC para as demais providências. Elielson, Chefe de escritório de Altamira”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Foi a única providência que o senhor tomou, foi esse contato com os...

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Mesmo porque essa gestão, como eu informei antes,

é de responsabilidade do gerente de Santarém. São gerências autônomas, administrativa e financeiramente, e de gestões, ou seja, lá é uma unidade gestora autônoma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não tem nada com a gerência de Belém?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – No sentido hierárquico, não. Ele responde diretamente aos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. É de mesmo nível?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Mesmo nível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito, perfeito, satisfeito. O senhor podia nos encaminhar, depois, cópias, xerox dessa resposta?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E também das suas transparências.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Das transparências, eu já passei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Já passou, está ótimo. O senhor sabe quantas vistorias, além dessas que estão aí citadas, foram efetuadas nas áreas autorizadas para desmatamento com até 3 hectares, depois que o gerente lá de Altamira recebeu a sua comunicação?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, o chefe de escritório também não, porque isso é de responsabilidade do... Não tenho como informar aqui agora. Posso consultar o gerente de Santarém, porque ele é o responsável hierárquico por fazer esses trabalhos. Não é da minha competência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. As informações que aqui nós temos é de que os pátios das madeiras estavam abarrotados, e se encontram abarrotados, e que essa madeira está sendo “esquentada”, através, exatamente, dessas autorizações concedidas dentro do Plano Safra Legal. O senhor tem algum conhecimento sobre esse assunto?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – A informação que eu tenho – informações que eu solicitei junto à gerência de Santarém e que me passaram –, eu posso passar para os senhores. A relação que me passaram foi que apenas 544 ATPFs foram fornecidas, e aqui está a relação das empresas que foram colocadas, em relação ao Safra Legal. Em relação a esse trabalho, vale ressaltar que no IBAMA, através

daquele demonstrativo que nós fizemos da Instrução Normativa nº 58, foram feitas vistorias de pátio, onde o IBAMA apreendeu mais de 37 mil metros cúbicos de madeira. Só nesse período agora foram lavradas 8 milhões de multas, 37.875 mil metros cúbicos foram apreendidos só no Município de Anapu. Vale ressaltar também – estou procurando um dado aqui – que essa é uma prática feita em 2004, mas, em 2003, também, o IBAMA fez uma operação em Anapu, totalizando apreensão de 6 mil metros cúbicos em 2003. E, em 2005, agora, fizemos a mesma operação, apreendendo 37 mil metros cúbicos, no valor de 8 milhões de multas sendo feitas. No nosso entendimento, demonstra a total imparcialidade do IBAMA nessa situação. Ou seja, o IBAMA... Não entendo como está sendo “esquentada”, mesmo pelo volume expressivo de madeiras apreendidas. Demonstrou uma isenção do IBAMA em relação ao processo lá existente, da fiscalização e da autorização de desmate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sei, o termo “esquentado” não significa que é o IBAMA que está esquentando. Os próprios madeireiros estão tentando legalizar ou “esquentar”, como se diz em linguagem popular, essa madeira, através dessas autorizações recebidas dos pequenos agricultores. Pela sua resposta, eu posso registrar que o senhor tem conhecimento disso, e se comprova que tem conhecimento, mas tem tomado as medidas cabíveis.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Eu entendo que pode ocorrer e entendo também que é um processo residual, até pelo número aqui que eu coloquei. Foram 544 ATPFs, que dariam, no máximo, 16 mil metros cúbicos autorizados, pensando em 30 metros cúbicos por ATPF. Entendo que isso é um valor pequeno, que essa prática pode ser utilizada não só para pequenos desmates, mas também para outros tipos de delito, seja na utilização real da ATPF verdadeira, como também expliquei as ATPFs falsas ou adulteradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Dr. Marcílio, o Sr. João Holanda fez à imprensa fortes denúncias com relação à arrecadação de recursos para a campanha política. O senhor participou de alguma reunião em que algum líder de algum partido político tenha aproveitado dessa sua reunião para pedir recursos lícitos – por dentro, todos registrados na Justiça Federal – de madeiras para apoiar algum partido nas eleições do ano passado? **O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO** – Não, vale ressaltar que esse senhor... Gostaria também de registrar aqui, que essa foi mais uma denúncia. O denunciante tem um problema claro de credibilidade. Em

ofício recebido – e essa denúncia que me foi chegada através de uma notícia na revista *Veja* –, nós fizemos uma solicitação de investigação para a Polícia Federal. E a Polícia Federal me respondeu no dia 10 de setembro de 2004, através do Ofício nº 220, de 2004, assinado pelo Superintendente José Sales, Superintendente da Polícia Federal no Pará, os seguintes esclarecimentos referentes a esse senhor: “*Em atenção à solicitação formulada, o ofício, informou-se que a Superintendência recebeu o termo do depoimento prestado pelo nacional Luiz Carlos Gomes Holanda, perante o Promotor de Justiça José Vicente Filho, contendo imputações ao gerente-executivo do IBAMA em Belém. Procedendo às investigações preconizadas no despacho do proferido Ministério Público Federal resultou constatado: 1) as investigações levadas a cabo pela Superintendência Regional da Polícia Federal nesse Estado, através do Posto de Polícia Federal localizado em Altamira, após contato com pessoas e entidades daquela cidade e adjacências, não conseguiram qualquer dado sobre a existência da Vila Cristalândia; 2) igualmente, nenhuma das pessoas relacionadas como testemunhas da reunião e/ou agressão narrada por Luiz Holanda foi localizada; 3) relativamente a Luiz Carlos Gomes Holanda, também não é conhecido em Altamira, não tendo endereço naquela cidade, como desconhecida a entidade que alega representar; 4) o nominado é investigado nos Autos de Inquérito Policial nº 209/2003, Delegacia de Polícia Federal em Marabá, instaurado em 28 de agosto de 2003, e tem como endereço a Rua 27 de março, 503, Centro, em Marabá; não tendo, entretanto, sido localizado nesse ou em outro endereço. Nenhuma fita com gravação ou cópia, cheque, conversas ou qualquer denúncia feita por Sr. Luiz Carlos Gomes de Holanda foi entregue à Polícia Federal.*” Só, em último relato, esse senhor responde por processos de falsificação do INSS em Marabá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Então, repetindo a pergunta: as denúncias feitas pelo Sr. José Holanda são inverídicas, são falsas.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – São inverídicas, falsas e não têm nenhuma credibilidade até pelo denunciante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Também o Sr. Mário Rubens fez diversas denúncias na mesma direção, no mesmo sentido, também vinculadas pela imprensa. Também o Sr. Mário Rubens é alguém que deve ser desqualificado? As denúncias que ele fez também são falsas?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – São falsas e gostaria, inicialmente, de fazer algum relato em relação ao Sr. Mário Rubens. Primeiro, existe uma

situação de cunho pessoal em relação ao Sr. Mário Rubens, na medida em que o mesmo teve por mim um plano de manejo cancelado. Eu gostaria aqui de ler os motivos, o porquê do cancelamento desse plano, onde o Procurador Federal, em despacho, coloca que “*e esse processo está sendo aberta sindicância. Posto isso, sugiro o indeferimento do plano de manejo sustentável, arquivando-se com devidas baixas, bem como seja apurada, através de sindicância, a inclusão do Parecer nº 274 nesses processos, em vista de haver fortes indícios de que tal documento foi retirado de outro processo, buscando instruir o presente com a finalidade de aprovação do plano de manejo em questão e uma clara, óbvia e execrável tentativa de induzir o senhor, gerente-executivo a erro, em benefício do detentor do plano de manejo, o Sr. Mário Rubens.*” Além disto, gostaria de ler aqui a sentença proferida pelo Dr. Antônio Carlos Almeida Campelo, onde a Justiça, acatando a denúncia do Ministério Público Federal, onde o Sr. Mário Rubens me fez ameaças físicas, à minha integridade física, foi condenado. Esse é o dispositivo que gostaria de ler aqui, só o final do despacho do Dr. Antônio Campelo, da Justiça Federal do Pará: “*Em face do exposto, a denúncia formulada pelo Ministério Público, condeno Mário Rubens de Sousa Rodrigues nas penas do art. 147 do Código Penal. Tendo em consideração os requisitos do art. 59 do Estatuto Repressivo, avalio que o acusado aqui agiu com elevado nível de culpabilidade, além de proferir ameaças. Ainda não se constrangeu de apregoá-las em tal ocasião, embora, por diversas formas, tanto mais genéricas quanto indiretas. O magistrado não registra antecedentes. Consta do seu próprio interrogatório que é acusado em outro processo*”. Gostaria que se ressaltasse esse fato, Sr. Presidente, que o Sr. Mário Rubens, pelo despacho aqui, que o próprio interrogatório “*ele é acusado em outro processo na Justiça Comum a caracterizar maus antecedentes. Não registra que tenha personalidade voltada à delinquência, embora os motivos para o cometimento da infração sejam reprováveis. Reforço a convicção e a constatação que o acusado também haveria agido motivado por indeferimento do seu plano de manejo pelo ofendido. As circunstâncias, tratando-se de ameaças proferidas por um representante da classe contra um alto dirigente da entidade de administração pública depõe contra a situação do acusado na repressão. O comportamento da vítima agindo por dever de ofício em nada ocorreu para a infração. Em consequência, aplico-lhe, com base de 5 meses de detenção...*” E aí determina as demais situações. Então, ele foi condenado pela situação colocada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência – são as últimas per-

guntas –, o senhor leu a reportagem da *Veja* a respeito das empresas optantes, do adesivo colocado no pára-brisa dos caminhões para lhes dar salvo-conduto?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Sim, tomei conhecimento da revista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Essa reportagem tem alguma informação inverídica ou ela é completamente verídica?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Bom, acredito que essa reportagem falta com a verdade na medida em que não esclarece todas as relações existentes no que se refere ao processo do Plano de Safra Legal. Então, entendo que ela é inverídica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Esse adesivo, isso existiu?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Eu não tenho conhecimento da sua existência. Se existiu, não foi de responsabilidade do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor tem conhecimento de que algum fiscal liberou a passagem de caminhões com esses adesivos?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, não tenho nenhum conhecimento, mesmo porque, se tivesse, teria cometido em erros de ilegalidade, porque a única autorização permitida é a ATPF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor é afiliado ao PT?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Sou filiado ao PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Participa do diretório?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, eu já participei da direção do PT. Hoje, sou um mero filiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mero afiliado. O senhor não participou de nenhuma reunião, na condição de filiado, não como membro do diretório, nem como membro do IBAMA, simplesmente como filiado, de alguma reunião para arrecadar fundos para as campanhas de 2004?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, não participei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Por último, o senhor declarou que – estamos encerrando – a Dra. Nádia e os demais servidores foram enviados para Altamira durante a época da greve.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Era uma greve naquela outra divisão que tem o mesmo nível hierárquico para a qual o

senhor encaminhou os funcionários para suprir falta de pessoal?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Sim. Como relatei anteriormente, existe uma relação entre os 3 gerentes, onde há um processo de solicitação de utilização dos nossos recursos humanos. Atendendo à solicitação do gerente Paulo, nós encaminhamos. Da mesma forma, como agora, recentemente, estou encaminhando 2 servidores do meu assessoramento remoto para fazer o trabalho na Gerência Santarém para fazer esse trabalho. Existe essa integração entre os 3 gerentes, de troca de servidores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Foi constatado que, no período em que a Dra. Nádia e os demais servidores indicados pelo senhor para Altamira, o número de autorizações para desmatamento aumentou exponencialmente?

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Não, o que aconteceu basicamente é que lá existia um número grande de pedidos e poucos recursos humanos para serem feitos. Na medida em que chegou um grupo de servidores para trabalhar, o processo foi sendo analisado. Foram analisados em torno de mil e poucos, na região de Altamira um pouco menos, em torno de 300 pedidos. Então, com certeza houve o aumento na medida em que chegaram servidores, não só de Belém, como também servidores de Santarém e um servidor de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Correto. Agradecemos sua participação, vamos dispensá-lo. Suas observações contribuíram para o nosso trabalho.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Eu agradeço e me coloco à disposição dos senhores. Eu solicitaria, se possível, à secretaria, porque tiveram várias perguntas que acabei não anotando aqui. Se pudesse, aquelas perguntas, principalmente do Deputado Casara, de mais detalhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. O senhor pode também nos deixar cópia de todos esses documentos relacionados às pessoas que fizeram denúncias a seu respeito, para que possam ser juntadas ao processo, como essas decisões judiciais e outras que o senhor citou. Poderemos apensá-la aos trabalhos da CPI. Obrigado.

O SR. MARCÍLIO DE ABREU MONTEIRO – Pois não. Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado. Na seqüência, passo a Presidência ao Deputado Casara, que tomará providências. Deveremos voltar a ouvir o depoente Mário Rubens. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– Dando prosseguimento aos trabalhos, agradecemos mais uma vez ao Dr. Marcílio as importantes contribuições a esta Comissão. Solicito que V.Sa. nos aguarde na Secretaria desta Comissão. Nossa assessora vai acompanhá-lo até a sala.

Vamos suspender, por 5 minutos, a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– Dando prosseguimento aos trabalhos, convido o Sr. Mário Rubens para que tome assento à mesa. Sr. Mário, dando prosseguimento, quero lembrá-lo que V.Sa. se encontra sob juramento. E temos, na realidade, apenas um complemento do seu depoimento, que gostaríamos de fazer algumas perguntas para fazer a conclusão das informações prestadas por V.Sa. Gostaria que nesse momento... Gostaríamos, Sr. Mário Rubens, de fazer as seguintes perguntas sobre as denúncias contidas no relatório que foi descrito. Primeira pergunta: existe algum problema pessoal do Juiz Federal Antônio Campelo com V.Sa. ou com seu advogado? Em caso positivo, explique.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES

– Sim. O meu advogado tem uma representação aqui, no Supremo Tribunal, contra o Juiz Campelo. Então, como eu disse antes, foi feito o depoimento das testemunhas da orquestração, do processo do que o Sr. Marcílio interpôs contra mim, mas, ao mesmo tempo, existe um processo que interpus contra ele, uma queixa-crime, caiu na mesma Vara da do Dr. Campelo, e esse processo sequer foram ouvidas as partes até hoje. Inclusive o Sr. Marcílio disse, veiculou no jornal, que ele mandou as pessoas armadas me escoltarem dentro do IBAMA para proteger a minha pessoa. Então, veja bem. Para mim, a decisão judicial não foi contra mim, foi contra o meu advogado. Infelizmente, eu não podia trocar de advogado, porque eu já tenho advogado há muito tempo, e não vou trocar o meu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– Segunda pergunta: no relatório escrito, V.Sa. afirma que a pessoa conhecida como Jô seria assessora da Senadora Ana Júlia e quem recebia, por meio de contas correntes, dinheiro acertado com gerente do IBAMA, Sr. Marcílio Monteiro. Pergunto: como funcionava mais detalhadamente esse esquema? Quero informar que essas perguntas são formuladas pela Presidência desta relatoria.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES

– Pois não. Nós tivemos informações... Nós temos um grande problema: essas pessoas que participaram desse esquema aí, são pessoas que não querem dar nome, não querem dar depósito, não querem dar nada, só chegam com a gente fala: *“Olha aconteceu isso. Nós*

temos que dar dinheiro para sair o projeto de manejo. Tivemos que dar dinheiro para liberar a ATPF.” Como no meu relatório está que todos os projetos de manejo foram suspensos, a categoria acredita que eles foram suspensos propositadamente para que chegasse junto a esse esquema, como eu mencionei no relatório. Nessas informações que me passaram me disseram que o Sr. Paulo de Tarso, do setor de Paragominas, era o responsável desta área, que é a área sul do Pará, que fazia a intermediação, a arrecadação e depositava na conta da D. Jô. Inclusive, nem conheço a D. Jô, mas me passaram essa informação. E, no meu relatório estou pedindo... Me deram o número da conta. Que essa conta corrente seja, por esta Casa ou por esta CPI, seja pesquisada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O Sr. Paulo de Tarso é o quê? É empresário, é consultor, o que é?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES

– O Sr. Paulo de Tarso, segundo informações, é uma pessoa amiga, pessoal, do Sr. Marcílio, que não estava a serviço do IBAMA, estava representando a ele no sul Pará para intermediar junto aos empresários que lidam com madeira no setor florestal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– Quando o senhor fala que as pessoas não querem se identificar quando formulam as denúncias a V.Sa., essas pessoas são engenheiros, são empresários, são consultores, que pessoas são?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Não, 90% são empresários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– O senhor recorda o nome de um deles?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES

– Não, não me recordo, porque, inclusive, eles me imploraram para eu não mencionar o nome deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– Eles trabalham em Belém ou no sul do Pará?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES

– Não, o que é do sul do Pará é do sul do Pará, e o que é do oeste do Pará é do oeste do Pará. Eu recebi as denúncias de todos os dois, essas áreas, essas regiões que eles chamaram de mesorregiões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara)

– De Marabá, o senhor recebeu alguma denúncia?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES

– Não, de Marabá, não. Só recebi denúncias somente do oeste do Pará e do sul do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Esse sul do Pará, o senhor porventura teria recebido alguma informação de São Félix do Xingu, de Xinguará, de Tucumã?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Não, eles não determinaram qual era a área. Disseram que lá, em Paragominas, o Sr. Paulo de Tarso freqüentava o escritório local e ele que fazia essas intermediações. Não foram específicos da região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor conhece pessoalmente algum desses empresários?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Eu conheço quase todos, mas eu não posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Perfeito. Terceira pergunta, Sr. Mário Rubens, efetuado pelo Presidente desta CPI, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame: esses depósitos referiam-se a contribuições legais de campanha ou eram feitos a título de propina?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Ora, pela informação que me deram, era a título de propina, porque o depósito era feito depois que a documentação era liberada. Eles faziam o seguinte: segundo o relatório que me passaram: “*Você tem alguma pendência no IBAMA?*” “*Tenho*”. “*Qual é a pendência?*” “*O projeto de manejo, liberação de ATPF, qualquer um problema*”. Então, você liberava, o Paulo de Tarso levava a documentação ao Procurador ou ao empresário, recebia o dinheiro, segundo me informaram, depositava na conta de D. Jô. Ficava com a parte dele, segundo me informaram, e a parte que cabia ao Marcílio, ele depositava na conta dessa Jô.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor colocou que, após aprovado o que eram os planos de manejo, aprovados, o que é que era? As autorizações?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Vamos voltar um pedacinho atrás. Todos os planos de manejo foram aprovados na lei de regência do IBAMA. No meu relatório, eu disse que, quando o Sr. Marcílio entrou, foram suspensos todos os planos de manejo. Desses que dariam 1.000, 1.200, 1.300 planos de manejo foram suspensos. E foram depois negociado plano por plano. Eu não negociei o meu. Acho que vai ser até cancelado, segundo eles aí. Vamos discutir o assunto na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Esse negociado, como seria isso, Sr. Mário Rubens? O que seria esse negociado?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Olhe, veja bem, segundo o que me informaram, é que os planos estavam suspensos. O Sr. Paulo de Tarso ou o Sr. Levínio Ribeiro, que é do outro oeste do Pará, procurava o empresário: “*Como está o seu projeto?*” “*Esta assim, assim, assim*”. “*Olhe, nós podemos liberar, você vem aqui, acerta com gente, que a gente libera.*”

Tinha projeto que estava parado mais de ano lá, depois que o Marcílio entrou, depois que foi negociado, foi liberado. Se tivesse apto ou se não tivesse apto eles estavam liberando, segundo me informaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Então essa liberação, pelo o que o senhor está colocando, era efetuada mesmo que o projeto estivesse irregular em nível de campo?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Nós temos informação que tem projeto que nem existe lá em Paragominas, só no papel, mas foi liberado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Em Paragominas?

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Dr. Mário Rubens, a última pergunta efetuada pelo Presidente desta Comissão, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame: o Sr. Paulo de Tarso, mencionado no relatório escrito por V.Sa., também participava de algum esquema com o gerente do IBAMA? Acredito que o senhor já tenha respondido a essa pergunta.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Eu gostaria de solicitar a V.Sa... Vou suspender a sessão por 5 minutos e gostaria que V.Sa, aguardasse, por favor.

O SR. MÁRIO RUBENS DE SOUSA RODRIGUES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Muito obrigado. Por favor, a assessoria desta Comissão.

(A reunião é suspensa.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS,
A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE
MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 33ª reunião (Ordinária) realizada em 6 de julho de 2005
(Parte Pública)

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia seis de julho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 11 do anexo II da Câmara dos Deputados,

sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto e Perpétua Almeida – Vice-Presidentes, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Ribamar Alves, Dr. Rosinha, Gervásio Oliveira, Hamilton Casara, Maria Helena, Neyde Aparecida, Robson Tuma, Sarney Filho e Zico Bronzeado – titulares, e Arnaldo Faria de Sá, Badu Picanço, Dr. Rodolfo Pereira e Leonardo Monteiro – suplentes. Compareceu também o Deputado Zé Geraldo. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Francisco Garcia, Henrique Afonso, João Carlos Bacelar, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Luiz Bittencourt e Nilson Pinto – titulares, e Edson Duarte, Fernando Coruja, Fernando Gabeira, Max Rosenamnn, Miguel de Souza, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra (licenciado), Thelma de Oliveira e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 32ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes pessoas: Srª Najja Maria Santos Guimarães – Analista Ambiental – Chefe da DITEC/IBAMA, em Belém/PA; Sr. Manoel Messias Alves Silva – Prestador de serviços para madeireiras no Estado do Pará; e Sr. Paulo Müller – Madeireiro, Associado ao SINDIFLORESTA/PA, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente informou ao plenário que o Sr. Paulo Müller justificou seu não comparecimento, ficando marcado sua vinda para a próxima reunião. O Sr. Presidente convidou a Srª Najja Maria Santos Guimarães para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra antes de responder às perguntas dos Deputados. A testemunha declinou do tempo ofertado. A Deputada Perpétua Almeida assumiu a presidência dos trabalhos. Fizeram perguntas à testemunha os Deputados Sarney Filho, Antonio Carlos Mendes Thame (lidas pelos Deputados Sarney Filho), Dr. Rosinha, Coronel Alves, Zé Geraldo, Dr. Francisco Gonçalves e Antonio Carlos Mendes Thame, que reassumiu a presidência e solicitou cópia de documento à testemunha, concedendo o prazo de 7 (sete) dias para o envio à esta CPI. O Sr. Presidente, enquanto aguardava a oitiva da próxima testemunha, deliberou os requerimentos constantes da ordem do dia. Apreciação de requerimentos: 1) – REQUERIMENTO Nº 100/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer sejam convocados, na condição de testemunha, com a finalidade de prestar depoimento sobre

fatos relacionados ao campo de investigação desta CPI, os Srs. Pedro Cerqueira Lima – Presidente da ONG Fundação Bio-Brasil; Charles Munn – Presidente da ONG Tropical Nature; Otávio Nolasco de Farias – Proprietário da Fazenda Serra Branca, no Raso da Catarina, Estado da Bahia; e Luís Carlos Ferreira Lima – vulgo “Carlinhos das Araras” – Criador de Animais”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 2) – REQUERIMENTO Nº 101/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer seja convocado, na condição de testemunha, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta CPI, o Sr. Ornil Lima de Andrade, servidor do IBAMA no Estado do Pará”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 3) – REQUERIMENTO Nº 102/05 – do Sr. Sarney Filho – que “solicita seja requisitada ao IBAMA, em conjunto com o INCRA, a realização de vistorias, para verificação de possíveis irregularidades nos processos de autorização de desmatamento, nos projetos de assentamento que especifica”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 4) – REQUERIMENTO Nº 103/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer a quebra do sigilo bancário e telefônico da Srª Maria Joana da Rocha Pessoa”. O autor usou da palavra para encaminhar. Retirado de pauta. 5) – REQUERIMENTO Nº 104/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer a convocação, na condição de testemunha, para prestar esclarecimentos acerca de assuntos relacionados ao campo de investigação desta comissão, dos senhores: Elielson Soares de Farias – Gerente do IBAMA em Altamira; Paulo Maier – Gerente do IBAMA em Santarém; Bruno Lourenço Kempner – Executor do INCRA em Altamira; Leivino Ribeiro de Souza – Presidente da Associação Madeireira dos municípios de Anapu e Pacajá – AMMAPA; Juraci Dias da Costa – Diretor da FETAGRI; Leônidas dos Santos Martins – Coordenador da Comissão Pastoral da Terra; Roberval de Sousa – Presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Baixo Xingu – SIMBAX; Renato Mengoni Júnior – Presidente da Associação das Indústrias Madeireiras da Transamazônica – AIMAT; Francisco de Assis de Souza, o “Chiquinho do PT”; Hércio Lorenzoni – Proprietário das madeireiras Santa Clara e São José; Gracilene Lima – Sócia da Empresa H.B. Lima Topografia e Engenharia Florestal, com sede no Estado do Pará; o proprietário ou sócio majoritário da Empresa Di Trento Madeiras, com sede no Estado do Pará; Raimundo Adalberto Queiroz – Técnico Ambiental do IBAMA de Altamira; Francisco de Assis Germano – Técnico Ambiental do IBAMA de Altamira; Paulo Medeiros – ex-candidato a Prefeito de Uruará; Lenir Trevisan – ex-candidato a prefeito de Medicilândia; Maria Joana da Rocha Pessoa – Assessora da Senadora Ana Júlia Carepa;

Leonardo Sobral e Marcos Lentini – engenheiros Florestais da ONG IMAZON; Gabriel Domingos da Silva – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Região de Anapu e Pacajá; e Aroldo Batista Mota – Presidente da Associação Agroindustrial Pastoril de Anapu – ACAIPA”. Em votação, foi aprovado o requerimento. O Sr. Presidente determinou fosse registrado em Ata pedido do Deputado Coronel Alves, de seu voto em contrário. O Deputado Sarney Filho solicitou a inversão de pauta dos Requerimentos nºs 106/05 e 107/05, para que os mesmos fossem os últimos a serem deliberados. O Sr. Presidente colocou em votação o requerimento de inversão de pauta, que foi aprovado. 8) – REQUERIMENTO Nº 108/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer seja convocado, na condição de testemunha, com a finalidade de prestar depoimento sobre a Operação ANAPU, realizada pelo IBAMA no Estado do Pará, o Sr. Davson Alves de Oliveira, Analista Ambiental da GEREX de Pernambuco do IBAMA. Requer também cópia do relatório da Operação ANAPU”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 9) – REQUERIMENTO Nº 109/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer ao IBAMA/DILIQ dados cadastrais de empresas madeireiras que especifica, estabelecidas em alguns municípios do Estado do Pará”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 10) – REQUERIMENTO Nº 110/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda dados cadastrais de empresas madeireiras que especifica, estabelecidas em alguns municípios do Estado do Pará”. Em votação, foi aprovado o requerimento. O Sr. Presidente solicitou a inversão de pauta do Requerimento nº 105/05, para que fosse o último item a ser deliberado, por ser sigiloso. Em votação, foi aprovado o requerimento de inversão de pauta. O Deputado Coronel Alves fez uma questão de ordem, perguntando se as deliberações teriam ocorridas concomitante com a ordem do dia do plenário da Casa, pois, caso positivo, solicitaria a anulação da votação do Requerimento nº 104/05, no tocante à convocação da Srª Maria Joana da Rocha Pessoa. O Sr. Presidente informou que a votação já havia ocorrido, portanto era matéria vencida, informando ao Deputado que poderia recorrer ao plenário da Casa. Encerrada a deliberação dos requerimentos, ato contínuo, o Sr. Presidente convidou o Sr. Manoel Messias Alves Silva a tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra antes de responder às perguntas dos Deputados. O Deputado Sarney Filho assumiu a presidência dos trabalhos. Encerrada a exposição da testemunha,

fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho, Dr. Rosinha e Zé Geraldo. O Sr. Presidente perguntou à testemunha se gostaria de responder às perguntas em caráter reservado, tendo obtido resposta afirmativa. O Sr. Presidente suspendeu os trabalhos às treze horas e vinte minutos a fim de que fossem tomadas as providências para transformação da reunião em reservada. A reunião foi reaberta às treze horas e quarenta e um minutos, em caráter reservado, para a oitiva do Sr. Manoel Messias Alves Silva e deliberação de alguns requerimentos. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às quatorze horas e quarenta e sete minutos. E, para constar, eu, , Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Declaro aberta a 32ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 31ª reunião. Por sugestão dos Srs. Parlamentares, eu dispensei a leitura da referida ata.

Em discussão.

Não havendo ninguém que queira discutir, em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Ordem do Dia.

Em virtude da aprovação de requerimento, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para a oitiva das seguintes testemunhas: Sra. Najja Maria Santos Guimarães, Sr. Manoel Messias A. Silva e Sr. Paulo Müller. Segundo fui informado agora pela assessoria, houve problema no vôo do Sr. Paulo Müller, e ele não vai estar presente nesta reunião. Virá, portanto, na próxima.

Como se trata de depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme dispõe o art. 210 do Código de Processo Penal.

Convido a Sra. Najja Maria Santos Guimarães a tomar assento à Mesa.

Solicito às demais testemunhas que se encaminhem à Secretaria da CPI aguardando o momento de seu depoimento. *(Pausa.)*

Solicito à Sra. Najja Maria Santos Guimarães que preste o juramento em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

A SRA. MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES

– Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas culminadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra a Sra. Najja Maria dos Santos Guimarães, que terá, se assim desejar, por até 20 minutos, o uso da palavra.

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Eu não tenho nada a falar; apenas me limito a responder o que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Tendo declinado do tempo regimental, nós passaremos imediatamente às perguntas.

Por que o IBAMA de Altamira, a partir de 18/08/2003, não mais liberou solicitações de desmate para produtores rurais que não tivessem o aval da AMMAPA?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Eu desconheço isso. A minha função como funcionária do IBAMA, que desenvolvo dentro do órgão... Eu fui convocada para participar de análise em processos encaminhados pelo INCRA, analisados jurídica e... Fui participar da análise técnica dentro do órgão IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Durante a greve do IBAMA, em 2003, no período em que V.Sa. estava em Altamira, onde V.Sa. trabalhou?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Eu trabalhei numa sala colocada à disposição pelo INCRA ao IBAMA. Considerando-se que o IBAMA estava em período de greve, e para evitar animosidade dos colegas, porque eu também sou servidora daquela casa, ficamos no INCRA para evitar causar qualquer constrangimento aos colegas da casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– V.Sa. trabalhou nas dependências do INCRA durante a greve do IBAMA?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Trabalhei por um período de... A minha viagem, ela foi dos dias 20/10/2004 a 13/11/2004. Durante esse período, eu participei, como qualquer um dos outros colegas contratados pelo PNUD, analisando os processos apresentados pelo INCRA ao IBAMA, fazendo análise técnica desses processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Como foi o processo de escolha para a senhora ir

fazer esse trabalho em Altamira? Foi escolhida pessoalmente?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Bom, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Teve vários ou todos os que estivessem na...

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Não. Eu sou DAS. E como é do conhecimento, um DAS não pode se dar ao luxo de participar, junto com os demais colegas que não desempenham essa função, de uma greve, não é? Então, a gente tem que estar à disposição do órgão permanentemente. E como eu sou engenheira florestal e entendo da análise desse projetos, no mês anterior, eu tinha recebido – não só eu, mas os demais técnicos da divisão técnica –, tínhamos recebido um treinamento de um técnico que teria ido de Brasília a Belém para orientar no preenchimento dos formulários do nosso sistema de banco de dados, o SISPRO. Então, como eu tinha recebido todo esse treinamento – e as pessoas que estavam fazendo a análise desse projeto eram pessoas contratadas pelo IBAMA, através do PNUD –, e como eu, sendo da casa e tendo a capacitação, além da formação, também, pelo treinamento, que não só eu mas que esses técnicos também receberam, eu fui participar como analista – e também avaliando se os colegas estavam cumprindo exatamente conforme a orientação que nós havíamos recebido, conforme o treinamento que nós havíamos recebido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– V.Sa. poderia nos informar, sabe alguma coisa a respeito do papel da HB Lima no Plano Safra Legal 2004?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Eu não tenho conhecimento de nenhuma instituição. O meu papel, como falei e repito, foi apenas o de analisar os projetos. Em momento algum eu me senti coagida por qualquer empresário, por qualquer madeireiro, por qualquer instituição; em momento algum, eu passei por esse tipo de problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– V.Sa. tomou conhecimento da existência de uma força-tarefa composta por diversos analistas ambientais para a análise dos processos de autorização de desmate na região de Altamira?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Eu compunha essa força-tarefa. Esse nome nós sempre damos no IBAMA quando a gente tem uma demanda muito grande de trabalho, e que exige uma certa urgência a execução desse trabalho. Então, nós estávamos, durante o mês de outubro,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Só para a gente esclarecer: foi durante a greve?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Durante a greve. A greve do IBAMA, ela se instaurou logo no início do mês de outubro e se prolongou por todo o mês de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)
– E a força-tarefa funcionou em que época?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Dia 20 de setembro eu já estava participando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)
– Até quando ela foi?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Bom, ela continuou até mais ou menos o mês de novembro, final de novembro, início de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)
– Começou no início de setembro?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – É. Em 20 de setembro nós nos deslocamos até Altamira. Eu voltei logo; eu fiquei só esses dias que eu já mencionei anteriormente, mas a equipe continuou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)
– E houve alguma discussão sobre por que é que essa força-tarefa foi constituída em Altamira, e não na gerência de Santarém? Por que é que aconteceu isso? Por questões práticas?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – É. Porque, talvez até inadequadamente, a gerência daquela região se localiza em Santarém. Porque, na verdade, o ponto mais central é realmente o Município de Altamira, de onde existe mais acesso aos demais Municípios. O Município de Santarém fica um pouco deslocado da maioria dos Municípios. E como a concentração é naquela região, e ainda mais porque a regional do INCRA funciona lá em Altamira, e é a regional que envolve todos aqueles Municípios daquela região, então nós concentramos os trabalhos em Altamira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)
– Bem, só para um esclarecimento, porque é importante...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– E também, só completando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)
– Pois não.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– A questão também é porque o IBAMA, em Santarém, como eu falei antes, estava em greve. Antes de ser legalizada a greve no início de outubro, já estávamos em processo de greve durante o final de setembro – não estava ainda instaurada a greve, mas já estávamos em negociações de greve –, e a gente já tinha a animosidade dos colegas; muitos se recusavam a participar das atividades do órgão, já criando uma certa dificuldade

no desenvolvimento das atividades do órgão. Então, como em Altamira nós tivemos a disponibilidade do Instituto, do INCRA, não é, nos disponibilizando área para trabalhar, então, isso foi mais um motivo também da nossa ida até Altamira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)
– Agora, só para a gente ter uma idéia. Quando, na realidade, foi a data que essa força tarefa foi constituída, segundo o seu conhecimento? Foi começo de setembro, dia 20? Qual foi a data? Essa data é importante para a gente saber.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Essa força-tarefa foi quase que... não foi uma coisa planejada. Nós estávamos na expectativa de todos os colegas participarem normalmente. Mas quando houve aquela pressão de que haveria mesmo a greve e os colegas que chegaram a ser convocados se recusaram, porque não queriam não só participar dessa, mas de nenhuma outra atividade – eles já estavam se recusando a participar –, então, nós fomos obrigados a contar com a colaboração dos contratados do PNUD. Até porque essas pessoas, quando são contratadas, são pagas mediante a sua produtividade; se elas não produzirem, o PNUD não as paga. Então, elas iriam ficar ociosas durante esse período. Por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)
– A data mesmo que a senhora disse...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Como eu falei, eu me dirigi no dia 20 de setembro para Altamira, junto com a equipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – E lá já estava alguma equipe trabalhando, alguma força-tarefa? A força tarefa já estava lá antes dessa data?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Já. Dessa força-tarefa já tinha ido uma colega de Santarém, que já vinha contratada também pelo PNUD, que já vinha desenvolvendo esse trabalho em Santarém. Ela teria sido encaminhada pelo gerente de Santarém para já ficar em Altamira. Ela chegou, salvo engano, uns 2 dias antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)
– Está certo. Muito bem. Quero esclarecer, para ficar nos registros, que essas perguntas são do Presidente da Comissão. Estou já aproveitando para esclarecer algumas das possíveis perguntas minhas que têm alguma relação.

V.Sa. tomou conhecimento do Memorando Interno nº 002/2005, assinado pelo analista ambiental Carlos Bicelli?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)
– V.Sa. participou de algum trabalho de campo visando

verificar a existência desses lotes e o potencial madeireiro neles existente?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Não, não participei, porque a minha atividade, como eu falei, foi apenas análise técnico-documental dos processos. A gente analisava os DIPROs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– E quem era a pessoa encarregada na força-tarefa de fazer esse tipo de verificação em campo?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Nessa força-tarefa não tinha... Esse grupo que estava lá era composto de 4 técnicos daqui de Belém, contratados, mais essa moça que teria vindo de Santarém. Éramos 5, comigo 6 – e mais essa outra funcionária. Ela apenas prestava informações relativas ao INCRA. Nós não estávamos... A nossa competência não era fazer a vistoria de campo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Qual é o órgão responsável pelo Documento Informativo da Propriedade – DIPRO?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– INCRA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– V.Sa. sabe como ele é elaborado?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Olha, pelo que eu entendo, eles têm toda uma base dos assentados existentes lá nos projetos de assentamento, das áreas que eles ocupam, da situação em que a área se encontra. E a gente acredita no que está escrito no papel. A nossa análise é em cima de documentos apresentados pelo INCRA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– V.Sa. já disse que não tomou conhecimento do relatório do analista ambiental Carlos Bicelli, não é?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Nesse relatório, só para lembrar, todas as amostras de assentamentos que foram por ele fiscalizadas diziam que inexistia madeira a ser extraída. E V.Sa. não viu nada a respeito disso, não soube de nenhuma notícia? O IBAMA não comunicou? Não houve nada que comunicasse essa força tarefa desse relatório?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Olha, esse relatório pode ter sido posterior a essa análise que estávamos realizando, até porque, pela informação que nos foi dada pela gerência de Santarém, foram liberados 1.189 ADMs. Então, você vê que 1.189 ADMs são 1.189 assentados que foram beneficiados. Então, nós fizemos essa análise em cima de toda a informação constante do papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Mas não houve nenhuma vistoria?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Não. Para isso, não. Porque nós analisávamos em cima do que estava escrito. Inclusive, fazíamos correções. Porque existe uma interpretação dúbia sobre a Medida Provisória nº 2.166. Alguns têm uma interpretação de que as áreas de preservação permanente devem estar incluídas na área de reserva legal. Outros procuradores entendem que essa área deve ser acrescida à reserva legal. Então, todos eles fizeram análise da área livre a ser desmatada, considerando a preservação permanente dentro da reserva legal. Para o nosso sistema de banco de dados, o SISPROF, essa preservação permanente deve ser além da área de reserva legal. Então, com essa nossa correção, nós reduzíamos a área disponível para desmatamento. Além disso, a gente ainda tinha que abater aquelas áreas declaradas como já desmatadas. Aí a gente teria que fazer a solicitação para regularização dessa área. Do saldo, é que era visto se teria ainda 3 para ser liberado ao ano – que é o máximo disponível por ano –, ou, se tivesse mais, passaria para o segundo ano, e se tivesse menos, seria o valor que seria liberado para aquele ano. Então, a nossa análise era exclusivamente em cima do que nos era informado no papel, assim como a correção técnica também era feita em cima dessas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– V.Sa. tomou conhecimento da existência de adesivos, conforme foi denunciado pela revista *Veja*, que liberariam automaticamente o transporte de madeira ou produtos florestais?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Eu desconheço. Para nós, do IBAMA, o único instrumento que libera o transporte da madeira são as ATPFs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Bem, eu creio que essas 2 questões aqui estão prejudicadas. Uma vez que a madeira em toras foi transportada sem ATPFs, apenas com adesivos, como foi ela transportada? A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Não tenho conhecimento. E, se houve, foi transportada de forma irregular, porque ela deveria ter o documento legal do órgão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Em algum momento, nas análises dos processos, V.Sa. não desconfiou que os lotes de assentamento... ou V.Sa... Ou não foi comentado pela força-tarefa que esses lotes não possuíam mais um potencial madeireiro previsto e que as autorizações de desmate poderiam servir para esquentar a madeira extraída ilegalmente em outros locais?!

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Não. Nós temos aqui um termo formado entre o IBAMA e INCRA e, com base nesse Acordo de Cooperação Técnica nº 10, de 2004, nós acreditávamos em tudo o que nos era apresentado. De maneira alguma. Se a gente tivesse qualquer desconfiança, esse termo de cooperação não teria tido nenhuma validade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)

– Estando presente a 1ª Vice-Presidenta da Comissão – a 3ª Vice-Presidenta que, para mim, é sempre a 1ª, por isso que eu disse 1ª –, vou passar a Presidência à Deputada Perpétua Almeida para que conduza os trabalhos. E ainda faltam algumas perguntas, Presidente Perpétua.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Passo a palavra ao Deputado-Relator, Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. participou do I Seminário sobre Sustentabilidade da Indústria Madeireira de Anapu e Pacajá?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Temos aqui, Dra. Najja, uma carta de intenções da Associação Madeireira dos Municípios de Anapu e Pacajá, que fala sobre o I Seminário, e fala sobre um relatório. Vou ler o relatório para ficar nos registros: *“Foi realizada, no salão paroquial Padre Josimo, localizado na Rua Santa Luzia, sem número, cidade de Anapu, no dia 16 de agosto de 2003, o I Seminário sobre a Sustentabilidade da Indústria Madeireira de Anapu.”*

V.Sa. localizou? E então?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – É. Porque você mencionou Município de Pacajá. Eu realmente não estive no Município de Pacajá; mas no Município de Anapu estive, sim, no I Seminário, em que não só o IBAMA, mas organizações não-governamentais, a EMBRAPA, a UFRA, e várias instituições estiveram presentes, na intenção de mostrar a importância de se fazer um trabalho mais técnico dentro daquelas áreas de Anapu, considerando que a indústria madeireira é o grande forte da economia daqueles Municípios. Então, mediante esse fato, é importante que os madeireiros daquela região valorizem aquele patrimônio, que é a sua garantia de vida. A intenção do seminário era essa. Inclusive, como a EMBRAPA e a UFRA, estivemos lá para... não só eles, mas organizações não-governamentais, como INAM, como FASE, como AMAZON e várias outras estiveram presentes também, cada uma ministrando uma palestra.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Essa era a segunda pergunta que iria fazer: quem participou desse seminário, além de representantes do IBAMA?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – A sociedade pública e civil organizada.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem. A irmã Dorothy estava presente nesse seminário?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Com certeza. Era ao lado da casa dela.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A senhora se recorda quais foram as manifestações da missionária no seminário?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Pouco falou. Apenas, no final, fez um agradecimento, mostrando que... agradecendo porque agora, finalmente, o pequeno produtor estava sendo valorizado e que ele teria condições, de uma forma legal, de dar maior valor à sua matéria-prima, enquanto antes a coisa acontecia de forma ilegal, em que a madeira, praticamente, não tinha valor nenhum.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Uma das propostas de encaminhamento que resultou desse seminário destacava que as autorizações para desmate seriam processadas somente através da AMMAPA. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Olha, o que eu sei da AMMAPA é que, como é previsto inclusive na própria Instrução Normativa nº 3, qualquer organização não-governamental poderá participar da forma... colocando técnicos à disposição dos produtores na questão de mapear a área, de preparar o croqui da área e fazer o levantamento das espécies de ocorrência na área. Isso é previsto na própria legislação. Até onde eu sei, essa associação dos madeireiros participou nesse sentido.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Aqui está no relatório que as autorizações para desmate sejam processadas somente através da AMMAPA, e as declarações de posse, emitidas através do INCRA e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu para evitar ilegalidades. Isso foi efetivado?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Autorizações para desmate não podem ser feitas por uma organização. Apenas o IBAMA tem essa autoridade de fazê-lo. Eles, como falei, entraram com a participação, mas no lado do produtor, colocando técnicos que faziam o mapeamento, o croqui, pegando pontos de coordenada nos lotes, levantando as espécies de ocorrência nas áreas. E isso era...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A AMMAPA fez isso? A AMMAPA disponibilizou esse serviço?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É. Ela colocava técnicos para participar. Essa informação era prestada ao INCRA, e o INCRA avaliava – não sei –, fazia sua análise lá, e apresentava isso ao IBAMA, através de requerimento, através de DIPRO.

Esse DIPRO é que já vinha com resultado desse trabalho técnico desenvolvido.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, essa resolução desse encontro não teve valor nenhum, não foi levado em conta pelo IBAMA, no caso? Porque aqui há uma série de resoluções, não é?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Sim. O senhor pode, por favor, citar alguma aí, para ver se eu lembro? Está falando desse encontro de Anapu?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Desse encontro.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – O encontro de Anapu foi para – como falei – mostrar o procedimento que o IBAMA e o INCRA teriam no trabalho em parceria, considerando-se o bom resultado acontecido na região de Marabá, onde o IBAMA passou a receber os pedidos de desmatamento não mais de forma individual nas áreas de assentamento, mas através do próprio INCRA, que reunia todos os pedidos para cada área de assentamento, como forma de a gente ter um melhor controle, tanto o INCRA quanto o IBAMA. Essa reunião visou mostrar que esse procedimento realizado em Marabá seria difundido também para a gerência Santarém.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Esses pedidos de desmatamento foram feitos pelos pequenos proprietários ou suas representações, ou eles foram feitos pela AMMAPA?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Eles eram feitos pelos pequenos produtores ao INCRA. E o INCRA reunia os pedidos dos assentados e, aí, encaminhava ao IBAMA para todos os PAs já oficialmente aprovados.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não havia aí nenhuma interferência da AMMAPA?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Se havia, eu desconheço.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Por último, V.Sa. falou que é do PNUD, não é, contratada do PNUD?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não. Não sou contratada do PNUD; sou funcionária pública federal do IBAMA. Tenho 25 anos de serviço público.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E tinha um DAS? Não me recordo por que o PNUD entrou...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Como o IBAMA tem uma deficiência muito grande de técnicos, ele contrata durante esse período.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não é o seu caso.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Não é o meu caso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Está bem. Por último, V.Sa. é filiada a algum partido político?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Obrigado. Sr. Presidente, dou-me por satisfeito com as minhas perguntas, inclusive, já tomei a liberdade de fazer as suas também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Nesse caso, agradecemos a participação da depoente.

Convidamos, na seqüência, o Sr. Manoel Messias A. Silva a tomar assento à Mesa.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Sr. Presidente, tenho outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Desculpe, Deputado Coronel Alves. Por favor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, o técnico Bicelli é lotado em qual gerência?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Santarém, escritório de Altamira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Esse relatório que ele fez, ele fez sozinho ou alguém acompanhou?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não sei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele tem interesse em alguma área?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Também não sei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Bem, porque é o seguinte. Sabe quantas vistorias ele fez?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Desconheço. Só quero ressaltar que nós tivemos 1.189 ADMs, ou seja, 1.189 lotes.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Vou até informar aos demais.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Esses lotes envolvem vários Municípios de toda aquela região ali. Anapu tem apenas 44 ADMs. Nós temos Medicilândia, que tem 267 ADMs. O total de ADMs foi de 1.189. Agora, dessas ADMs, bem poucas receberam a ATPF. Recebi um informativo de Santarém, das 10 áreas vistoriadas, apenas 4 estavam lançadas no SISMAD. É quando apresentam o contrato...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – As 10 áreas vistoriadas pelo Bicelli?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Deve ser, porque está colocado aqui. Quatro estavam lançadas no SISMAD de Altamira, ou seja, aquelas que

tiveram contrato. Apenas uma teve ATPF liberadas. Foram, no total, 4 ATPFs.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Vou esperar o Relator terminar para ele ouvir. Vou fazer um comentário que gostaria que V.Exa. ouvisse. O técnico Bicelli fez relatórios de 10 vistorias no Município de Anapu, como disse a senhora agora.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– É muita coincidência, não é?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ora, 10 relatórios no Município de Anapu, dos quais 4 estavam irregulares e só um teve ATPF liberada. Ocorre que ele vistoriou 8 Municípios, não só 1. Ele vistoriou 8 e só fez relatórios de 4, num único Município. Ele não fez sozinho. Junto com ele havia um outro técnico, que o acompanhou.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Só queria rever um pouco; quero só repetir. Das 4 áreas vistoriadas, 4 não eram irregulares; 4 estavam lançadas no SISMAD.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então havia uma irregular.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Não, estou dizendo que, das 10 vistoriadas, 4 já estavam lançadas no SISMAD; os contratos tinham entrado. E apenas uma teve liberação de ATPF, das 4.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É importante dizer que ele deixou de relatar 8 Municípios por ele vistoriados.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Não sei. Só sei o que temos aqui.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E ele teve o plano de safra do filho dele rejeitado.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Certamente porque não atendeu às exigências da Instrução nº 3.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Era para isso que eu queria chamar a atenção dos pares desta Casa.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– A outra questão, como falei, é que temos muitos Municípios. Anapu tem 44 ADM liberadas. Temos, em Medicilândia, 267. Coincidentemente, as 10 áreas vistoriadas, sorteadas, caíram em Anapu. É uma estatística bastante curiosa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quero chamar a atenção, porque ele esteve depondo nesta Comissão e deixou uma série de dúvidas. Não estou dizendo que ele fez essa ou aquela acusação, ele deixou uma série de dúvidas. E ocorre que essas dúvidas, se formos esclarecer, vamos ter que convocar outras pessoas, até porque a área do filho dele teve o plano rejeitado pelo IBAMA.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Quero ressaltar também que, além dessa área – talvez nem entre nesse mérito –, teve também um projeto de manejo que entrou e que, até hoje, não conseguiu ainda sair, até que a FUNAI se manifeste. Porque o INCRA já se manifestou favorável, mas a FUNAI ainda não se manifestou. Então, isso é só um exemplinho de que a gente tem que atender à legislação em todas as exigências. Não é o IBAMA que cria entraves de trabalho, só que a legislação tem de ser cumprida.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só um esclarecimento. Nós já pedimos, já oficiamos ao IBAMA que faça novas vistorias – já foi oficiada há mais de 15 dias – na região. Ainda é possível que se saiba perfeitamente a extensão da irregularidade que foi cometida. Também gostaria de esclarecer o seguinte, este funcionário do IBAMA, de quem não tínhamos nenhum conhecimento, foi convocado aqui e ele mesmo – recordo-me muito bem –, quando eu disse: “*A denúncia de V.Exa. etc.*” Ele disse: “*Eu nunca fiz denúncia alguma. Apenas fiz um relatório*”. E foi o relatório que chegou aqui. Baseado nesse relatório, um documento formal, evidentemente, que nós nos apoiamos para fazer essa pergunta. Isso é uma amostragem, não deixa de ser uma amostragem. Portanto, precisamos aprofundar...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Distorcida.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Precisamos aprofundar para saber. Realmente precisamos aprofundar. E há como saber; é o que desejamos. Não há polêmica a esse respeito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Coronel Alves.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Sr. Presidente, gostaria de aproveitar e saudar todos os meus colegas, assim como a Sra. Najja Maria Santos, que vem aqui nos ajudar a esclarecer algumas dúvidas. Uma das perguntas que eu gostaria de fazer, e a senhora já me respondeu, seria sobre quanto tempo a senhora está no serviço público. A senhora acabou de dizer que são 25 anos. Qual a função que a senhora desempenha hoje?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Hoje estou na chefia da divisão técnica.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – E faz exatamente o que a divisão técnica, a fim de eu poder ter um entendimento?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Os processos de plano de manejo, de reflorestamento, de desmatamento passam pela minha chefia.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Então, o meu pensamento é certo. Vou colocá-lo aqui e a senhora poderá dizer sim ou não: então todos os pedidos relacionados a liberação de áreas para manejo passam pela sua divisão.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Certamente.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – No Estado do Pará?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Não, só da competência da gerência de Belém. O Pará tem 3 divisões, 3 gerências.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Três gerências. Essa divisão de Belém está afeta ao Município de Pacajá e Anapu, é isso?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Não.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – É de outro Município?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– É. Belém é mais ali... Aquela região que vai até Tailândia, Paragominas, Vianópolis...

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Santarém, Altamira...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Não. Santarém e Altamira já é gerência de Santarém.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Essa divisão é só para eu ter um entendimento.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– E Anapu, de forma inconveniente, está ligado à gerência Belém. Mas, inclusive, já existe uma solicitação quase oficializada para que ele passe para a gerência Santarém, porque é muito inconveniente para nós a gerência Belém...

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Deslocar de Belém para lá.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– É, porque está praticamente dentro do escritório de Altamira, ali do lado. E virmos de Belém para cá, quando seria mais competência à gerência Santarém. E a outra questão é que o próprio escritório regional do INCRA abrange Altamira, todos aqueles Municípios da região.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Seria necessário uma redistribuição, conforme tem o INCRA, para poder potencializar todas as ações do Governo Federal?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Seria rever e fazer algum ajuste nisso para adequar de uma melhor forma.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Ok. Ouvei também atentamente a senhora falar sobre a questão da

AMMAPA. É uma Associação de Madeireiros dos Municípios de Anapu e Pacajá. É certo também dizer, como afirmou o Sr. Mário Rubens, acho que foi até leviano de sua parte, todo e qualquer processo de manejo da safra legal, 2004 ou outras, passam necessariamente pelo crivo pela AMMAPA? É certo dizer isso?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Aí teríamos de dizer que a AMMAPA é um órgão ambiental, não é?

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Então, está errada a afirmação dele?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– Com certeza. O órgão ambiental é o IBAMA. O órgão fundiário é o INCRA.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – É uma afirmação, no mínimo, mentirosa. Perfeito! Esse cidadão esteve conosco e afirmou que realmente era lá que se fazia a AMMAPA. Achei interessante fazer essa pergunta, Sr. Presidente, para que pudéssemos ouvir da técnica de 25 anos de função na divisão técnica de que é uma afirmação leviana, no mínimo, a suposição dele. Com essa resposta, gostaria também de perguntar à senhora se a senhora conhece algum tipo de animosidade do cidadão Mário Rubens com o IBAMA. A senhora conhece algum tipo de animosidade — vou colocar nesse termo — do cidadão Mário Rubens com o IBAMA, em Belém? Ele pediu alguma solicitação para desmatar, para operar numa área? Depois de ser avaliado, ser discutido técnica e juridicamente, houve uma resposta negativa. A senhora conhece esse processo?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES
– O Sr. Mário Rubens tem na gerência de Belém um plano de manejo já aprovado há um certo tempo. Não temos exatamente o ano da sua aprovação. Acontece que quando a nova administração atual do IBAMA assumiu, fomos rever todos os procedimentos que o IBAMA vinha desempenhando na aprovação não só de plano de manejo, mas de todas as outras atividades do IBAMA. Criamos vários procedimentos. Inclusive, eu me sinto como gestora de vários procedimentos criados na área técnica, uma área de manejo. Tenho, inclusive, mestrado, tenho conhecimento nessa área. Não me dobro a quem não desconhece. Conheço, sei e implantei vários procedimentos que foram levados juntos aos demais colegas, foram levados em reunião de câmara técnica, foram aprovados. Além desses procedimentos técnicos, também incluímos outros procedimentos que já eram da Casa e que a Casa nunca levava a rigor, que era no caso a questão do sensoriamento remoto e a questão da documentação, questão fundiária. Os projetos de manejo dentro do IBAMA eram aprovados com documentos muito frágeis, na questão fundiária.

E o IBAMA acabava assumindo a responsabilidade pela questão fundiária, quando não é esse o papel do IBAMA. Nessa nova administração, revimos todos esses atos. Então, a questão de você avaliar se aquela área tem cobertura florestal, qual a potencialidade daquela área, você avaliar qual a fragilidade da documentação... Tínhamos projetos de manejo aprovados em áreas de posse. O dono da posse, o detentor da posse arrendava ou comodava para alguém entrar com o plano de manejo. Ou seja, uma expectativa de direito era arrendada ou comodada, totalmente ilegal. Começamos a rever esses atos. Dessa forma, todos os processos de manejo dentro do IBAMA foram revistos e criou-se o que se diz hoje que o IBAMA é o entrave na indústria madeireira. Não é a questão do entrave, mas a questão de querer fazer a coisa como sempre deveria ter sido feita.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Fazendo o papel correto.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Como sempre deveria ter sido feito.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Bom, a pergunta é essa.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Vou responder à sua pergunta. Esse senhor tem um plano de manejo que passou por todo esse crivo. Criamos o que chamamos hoje de *check list*, com base na Instrução Normativa nº4, para a questão de manejo. Se for o caso, repassamos para o jurídico. Passa pelo sensoriamento. Exige-se que esses processos apresentem mapas em formato digital e analógico para serem reavaliadas aquelas áreas pelo sensoriamento. Ele passou por esse crivo e a documentação dele não atendeu à exigência legal. Então, ele foi suspenso.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Foi indeferido.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Foi suspenso o plano de manejo porque ele já está aprovado. Ele foi suspenso e não teve o seu plano operacional, anual, liberado até que se cumpra... Ele não está cancelado. Apenas está suspenso até que ele atenda, apresente um documento fundiário que atenda a exigência do órgão.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Perfeito. Tenho de posse, não sei se a nossa Comissão já tem, mas se não tiver gostaria de passar a V.Exa., justamente a cópia de tudo isso. O pedido, para que pudesse ser desenvolvida a atividade, a análise do pedido, e em seguida, o parecer dizendo que não, porque me parece que essa documentação vem de encontro às afirmações que foram dadas anteriormente por esse cidadão Mário Rubens. Entendo que seja uma colaboração para que pudéssemos ter início. Também há

aqui a nota de repúdio da AMMAPA contra a matéria da revista *Veja*, que foi também colocada alguma pergunta com relação ao nosso Relator, Deputado Sarney Filho. Sendo assim, fico satisfeito pela sua resposta. Dou por encerrado o meu período de pergunta. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O ar-condicionado está desligado. Será que poderíamos tirar o paletó, pelo menos, para continuar trabalhando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Vou providenciar para que o ar-condicionado seja religado.

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo e, na sequência, o Deputado Dr. Francisco Gonçalves.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Depois quero me reinscrever.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Najja Maria dos Santos, Deputados e Deputadas, eu queria fazer só um rápido comentário, para depois fazer uma pergunta à nossa representante aqui do IBAMA. Essa questão das ADMs, que é uma coisa nova, inclusive começou pela Transamazônica, Anapu, Pacajá, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, parece-me que até Uruará... Conheço muito a região, porque sou daquela região; inclusive meu nome foi envolvido na matéria da revista *Veja*. Foi envolvido porque um cidadão fez uma denúncia de irregularidade, que envolveu irregularidade no Safra Legal, na ajuda de campanha etc., etc. Queria dizer que, na verdade, a falta de estrutura do próprio IBAMA fez com que o programa não tivesse um sucesso maior. E é bom que se entenda aqui que esse programa, o Safra Legal, as ADMs, elas só servem para aquelas áreas que ainda não foram desmatadas em mais de 20%, que é nos PDSs ou aquelas áreas que as pessoas estão ocupando. Tem acontecido aí, eu já ouvi relatos, que muitas vezes o cidadão fazia a inscrição dele para conseguir uma ADM e, quando chegavam ao lote dele, ele já tinha desmatado mais de 20%. Então, já havia irregularidade. Então, é uma situação que nós precisamos realmente aprofundar. E, fora desta ADM, o pequeno produtor, para tirar madeira no resto da sua reserva legal, precisa ter o plano de manejo como uma grande empresa tem. Eu até acho que esse modelo de plano de manejo que foi pensado para as grandes empresas ou médias empresas não serve para pequeno produtor, porque um pequeno produtor que tem 50 hectares ou 20 hectares de floresta e vai tirar 4 árvores tem que fazer todo um inventário, gastar dinheiro, pagar engenheiro florestal.

Então, essas coisas... Esse é um outro debate que o Governo precisa acelerar, o IBAMA, todo mundo junto. Mas eu já queria entrar na pergunta. Primeiro, queria até esclarecer para vocês, eu ouvi a fita da denúncia antes de ontem, 27 minutos. Se V.Exas. quiserem ouvir a fita, ela está em poder do INCRA. O INCRA tem uma fita, a fita que fez a denúncia do plano de Anapu, que envolve, inclusive, meu nome. A denúncia foi feita ao Deputado Babá. Eu ouvi 27 minutos a fita. O Deputado Babá perguntou o seguinte: "Mas o Deputado Zé Geraldo tem envolvimento nisso?", quando ele falava de ajuda de campanha a candidatos do PT a Prefeito. Aí ele falou assim: "*Olha, eu não tenho certeza se o Deputado Zé Geraldo está envolvido nisso, mas eu penso que ele sabia*". É a única coisa que tem na fita, em 27 minutos. Eu estou, inclusive, entrando aqui na Casa, hoje, pedindo direito de resposta para a revista *Veja*, porque teve uma dose de maldade muito grande na matéria com relação à minha pessoa. Tanto é que eu pedi um direito de resposta amigavelmente para a revista, eles me mandaram um texto de 5 linhas, eu mandei um acréscimo de uma linha, e, depois, na semana atrasada, ela colocou assim: "Deputado afirma que recebeu recurso. Deputado Zé Geraldo, do Pará. Corrupção." Porque, na entrevista coletiva que eu fiz em Belém, a primeira coisa que eu falei era que candidatos a Prefeito do PT naquela região tinham recebido, sim, ajudas, que vieram de madeireiras, mas que estava tudo dentro da legalidade. Ela pegou essa frase: "*Deputado afirma que recebeu*". Dá para transparecer que eu recebi o dinheiro, quando quem estava em campanha eram os candidatos a Prefeito. Mas tudo bem. Vou deixar isso pra lá. Estamos com um problema sério: lá no IBAMA de Santarém, segundo a informação, há 3 meses não se aprova um plano de manejo para pequeno produtor, mesmo um produtor que tiver um título da sua propriedade, há 3 meses. Eu conversei lá com o Paulo Maia, que é a pessoa que responde, o gerente, e ele disse: "*Olha, isso não depende só de mim. Tem a DITEC...*"

Só para nós entendermos também onde está o gargalo desse negócio; por que tem lá 100 planos de manejo, 100 propostas, e em 90 dias não se aprova nenhuma? O que está acontecendo com esse negócio? Porque há uma revolta também de alguns madeireiros que estão querendo trabalhar legal, mas nesse momento o cerco se fechou, porque o Gestão Florestal está aqui na Câmara, inclusive foi retirado o seu caráter de urgência, não se tem documento das propriedades para se fazer os planos de manejo, como você disse. Eu era Deputado Estadual e eu vi um plano de manejo aprovado, em Belém, pelo IBAMA que a terra era do INCRA, lá entre Medicilândia e Brasil Novo, o cidadão

foi ao INTERPA, falsificaram a assinatura do Ronaldo Barata, que era seu diretor, e com a falsificação dessa assinatura e mais umas informações erradas o IBAMA aprovou o plano de manejo em cima de uma área de 20 mil hectares de terra, que é do INCRA, nunca foi do INTERPA. Mas a assinatura foi falsificada, a assinatura do diretor Dr. Ronaldo Barata. Eu presenciei isso, inclusive o plano de manejo foi cancelado. Então, há uma situação complexa, pela falta dos documentos sem cadeia dominial, e como se trata de pequena propriedade, de pequeno produtor, quando chega ao IBAMA demora até 90, 100 dias para ser aprovado. Então queria que você fizesse para mim um comentário sobre isso, que eu também preciso entender melhor, já que V.Sa. está dentro do IBAMA, você consegue ver a burocracia da máquina e as dificuldades todas.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Bom, em primeiro lugar, a gente fez um termo de cooperação técnica IBAMA/INCRA, IBAMA/INTERPA Felizmente, sobre o IBAMA/INTERPA já temos resultados. A pessoa que está hoje na direção do INTERPA finalmente conseguiu e hoje nós temos um documento, já recebeu a segunda, apresentaram todos os procedimentos que o IBAMA deveria dar, as informações, exigências que o IBAMA deveria prestar e que o IBAMA, justamente para prestar ao INTERPA, assim como ao INCRA, também deverá exigir dos detentores dos projetos para aquelas áreas que não são tituladas, áreas de ocupação apenas. Então, todos os processos de ocupação no IBAMA terão que passar pelo INTERPA e pelo INCRA. Apenas quando vier essa documentação dando o aval para que aquela pessoa possa utilizar aquela área é que ele poderá dar continuidade a sua atividade. Isso finalmente foi fechado. Acontece outro ponto: IBAMA/Santarém. Se nós, IBAMA/Belém, temos 5 técnicos, comigo 6, atuando na área de manejo... Você deve saber que a gerência Santarém é a gerência de maior abrangência das 3 gerências. Ela tem apenas 2 engenheiros florestais. Procurador, nenhum. Os procuradores são encaminhados para lá para passar um período lá. Eles não são permanentes na gerência. Então, realmente a gerência de Santarém tem uma deficiência muito grande. Estamos torcendo para que agora, com esse concurso que aconteceu no domingo, cheguem esses engenheiros florestais, porque a grande deficiência do IBAMA é técnica e financeira. O orçamento do IBAMA está totalmente reduzido. Nós precisaríamos contratar engenheiros florestais para aquelas operações, que a gente antes chamava Amazônia Legal, hoje é operação mesmo para atender sem nome, não tem título mais, são contratados do PNUD. Mas o IBAMA até hoje não tem recurso para isso.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Ou seja, em Santarém só tem 2 pessoas com capacidade para análise desses projetos.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É, 2 engenheiros florestais, sendo que um é o chefe da ADTEC.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Tudo bem, mas tem 2. Em 3 meses não se aprovou nenhum projeto. Onde está o outro gargalo, então? Tem 2 trabalhando...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – O outro gargalo provavelmente deverá ser em relação à questão do órgão fundiário, porque a maioria daquelas áreas ali são de competência do INCRA, e o INCRA teria que se manifestar da mesma forma que o INTERPA se manifestou.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Então está na Procuradoria, na verdade. Com a falta de procuradores...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É questão entre o INTERPA... de se apresentar ao INCRA, porque já existe o termo. Só que esse termo diz que o INTERPA teria que dizer, assim como o INCRA fez, quais os procedimentos que ele quer que o IBAMA apresente para que eles emitam para nós essa declaração, essa, sei lá, algum nome aí de algum documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, Deputado Francisco Gonçalves.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Sr. Presidente, Mendes Thame, Sr. Relator Sarney Filho, nobres Deputados, colegas presentes, Sra. Najja, a senhora é uma especialista, analista ambiental. Então, as minhas perguntas são dirigidas à senhora com o seguinte fundamento. Primeira coisa: qual é a medida, quando a senhora fala um lote?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Bom, um lote no Estado do Pará ele varia de 50 até 150, depende de cada região.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Hectares ou alqueires?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, hectares.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Hectares?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É. Varia de 50 a 150, dependendo da região.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Nós que somos de outros Estados, por exemplo, eu de Minas Gerais, nós não entendemos como que acontece, por exemplo, quando você fala desmatamento e existem as queimadas. E recentemente na revista

Veja falou que neste Governo do Presidente Lula é que está acontecendo a maior devastação da floresta amazônica. Mas você também já me respondeu que vocês não têm estrutura técnica, não têm pessoas, não têm fiscais, não têm recursos financeiros... Por isso, eu imagino que o IBAMA não consegue controlar todas essas...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Com certeza.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – O meu raciocínio está certo?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Com certeza.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Outra coisa. Quando se autoriza uma queimada, é o IBAMA que autoriza. Como que se controla uma queimada normalmente?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Como?!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Como se controla uma queimada? Você coloca fogo na floresta e aquele fogo ultrapassa aqueles limites e vai embora.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, para você fazer a queimada a gente tem que ter uma queimada orientada. Você tem que ver a questão da direção do vento, você tem que preparar aceiros, o horário, a época do ano etc. Então, tudo isso é levado em consideração. Só que quem faz essa queimada na urgência de queimar o mais rápido possível, no geral, ela pega a questão, vamos dizer, no sentido da direção do vento. Na direção do vento você queima mais rápido. Está entendendo? Só que você não tem como controlar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Está bem. Era isso que eu queria me orientar. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só para complementar, a maioria dessas queimadas é ilegal. Não são autorizadas pelo IBAMA. E a gente confunde também muito queimadas em áreas que já foram antropizadas.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Limpeza de área, né?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Limpeza de área, em áreas de pasto, em áreas que já foram antropizadas, que já foram usadas, com as queimadas que realmente que são da competência do IBAMA que são Unidades de Conservação e Florestas.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Mas até limpeza de área ele tem que ter autorização do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Para completar, o Coronel Alves fez a abordagem dele, que ele fez uma pergunta se o senhor, deixa eu lembrar o nome dele aqui, se o Sr. Mário Rubens tinha algum problema pessoal como o Sr. Marcílio Monteiro. Acho que a resposta é dada pelo próprio Mário Rubens por escrito, quando ele diz: *“Se faz necessário focar nesse relatório que existe desavença entre eu e o Sr. Marcílio Monteiro”*. Quer dizer, ele já deu por escrito a resposta à pergunta formulada. A outra questão também, só para corroborar, a respeito das terras, há um parecer do próprio Procurador Federal do IBAMA, Dr. Edvaldo de Souza, que ele diz o seguinte: *“Apresentada denúncia pela Vereador Reginaldo, do PSDB, no sentido de que a área onde se encontram as PMFs residem há muitos anos vários ribeirinhos”*. É uma área que o Sr. Mário Rubens busca dizer que é dele. Já havia uma denúncia desse Vereador do PSDB dizendo que não era dele. Depois essa denúncia foi somada com a do Sr. Gregório Santos de Souza, com nova denúncia sobre a mesma área. E o oficiou ao INCRA e ao INTERPA acerca do domínio da área por parte do Sr. Mário Rubens, tendo recebido, até a presente data, apenas resposta do INTERPA de que naquela área existia apenas o Registro de Posse sobre o nº 527, expedido em favor de Maria Ignez Gomes; a denominação do imóvel é Macabeira, mesmo nome do imóvel que o Sr. Mário Rubens diz ter o domínio. Então, a tentativa do Sr. Mário Rubens era obter o documento para retirar madeira de uma área grilada, ou que ele estava tentando grilar; ele não conseguiu provar até o momento. Esse pedido vem tramitando há cerca de 10 anos. Então, o IBAMA tem se comportado, nos últimos anos, com coerência e com firmeza para observar que o terreno não é dele. Simplesmente foi negado para ele na atual gestão, até porque implicava em tramitação legal. Então, o Sr. Mário Rubens mostra porque até o momento, caso ele não prove o contrário, ele é considerado grileiro de terra.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Deputado Rosinha, eu compreendo perfeitamente a linha de argumentação de V.Exa. Eu quero lembrar que quando nós instalamos a CPI, eu, como Relator, disse que esta CPI não tinha o objetivo de fazer pirotecnia, ficar aparecendo na imprensa, prender gente. Nós queríamos era, através de um estudo profundo, sobre a realidade nas 3 agendas, nós queríamos influenciar nas políticas públicas. Essa continua sendo a nossa finalidade maior. Evidentemente, Deputado Dr. Rosinha, evidentemente houve, ao longo desses trabalhos, denúncias

que foram feitas na grande imprensa, e essas denúncias merecem e vão ter toda apuração possível. Agora, é lógico também que desqualificar o denunciante, não propriamente desqualifica a denúncia. Pode ser. E nós sabemos. A História do Brasil nos diz que são justamente aqueles que têm seus interesses contrariados é que começam a fazer as denúncias. O irmão do Collor, o Pedro Collor, foi porque não tinham dado um dinheiro para o jornal dele e, ele insatisfeito, fez a denúncia. Agora mesmo estamos presenciando uma porção de denúncias feitas por pessoas que não tiveram seus interesses satisfeitos. Mas, de qualquer maneira, é nossa obrigação apurar essas denúncias. E acredito mesmo, eu conheço as pessoas citadas, o Deputado, a Senadora, eu pessoalmente tenho a convicção, minha convicção pessoal de que nenhum deles se beneficiou de nenhuma ilegalidade. Esse é o que eu acredito. Mas até mesmo para que não gere suspeição nenhuma sobre a figura desses companheiros nossos é que nós devemos, temos a obrigação de apurar o mais profundamente possível. Eu acho que esse é o sentido da nossa vertente agora que nós estamos nos debruçando sobre essa questão que foi denunciada por uma revista de circulação nacional. Não existe, posso dizer seguramente a todos os presentes, não existe, por parte, pelo menos da relatoria, nenhum desejo, nem político nem pessoal nem público de querer colocar nenhum membro do nosso Congresso, nenhum companheiro, sob suspeição. Não será através dessa relatoria nem desta CPI que nós vamos servir de instrumento para que políticas regionais possam se fortalecer. Eu já tive a oportunidade de dizer isso inclusive à Senadora Ana Júlia. Conversamos e ela me colocou as suas razões. Eu entendi as razões, falei-lhe que inclusive a respeito da assessora dela que nós já tínhamos determinado à consultoria que pedisse a quebra do sigilo bancário dela. Está constando na ata, mas eu disse que, durante a sessão, eu iria pedir que a gente não votasse essa quebra do sigilo, já que a própria Senadora disse que iria disponibilizar, que a funcionária iria disponibilizar esse sigilo bancário para a CPI.

Então, nós vamos esperar. Eu acho que quanto mais rápido a gente passar por essa etapa melhor. Agora, de tudo isso nós queremos é tirar lições. A CPI passada já havia feito uma série de recomendações que, infelizmente, no âmbito do Executivo, elas não foram levadas em conta. Inclusive, uma das maiores era justamente que as ATPFs fossem substituídas, já existiam estudos finalizados, e não sei por que até hoje essas ATPFs ainda são instrumento e motivo da maioria dos escândalos que têm ocorrido. Eu conheço profundamente a questão madeireira. É lógico, se nós temos dados que 60, 70 até 80%. Há divergência.

O Amigos da Terra diz que é 60, o IBAMA diz que é maior, mas se há uma enormidade de ilegalidade na extração da madeira, é evidente que por detrás dessa ilegalidade há todo um esquema e é evidente também que, ao lado desse aspecto policial, tem também o aspecto da legislação, que pode, de uma forma ou de outra, favorecer a que esses esquemas se fortaleçam. Então, nosso primeiro objetivo não é pegar bagrinho, não é pegar o bagrão, mas é justamente fazer com que a nossa legislação impeça que esse tipo de ocorrência possa continuar vigorando. É isso que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, ainda, o Deputado Dr. Rosinha? Não?! As últimas observações, as últimas perguntas, quero trazer à depoente de hoje. A primeira pergunta é se a senhora tem conhecimento de contratos de compra e venda firmada entre madeireiros e assentados?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, essa parte não me compete, porque eu realmente não participei nisso, minha participação foi apenas na análise técnica. A parte de contrato já é uma parte voltada ao SISMAAD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – SISMAAD?!

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Esses contratos precisariam ou precisam ser protocolados no IBAMA?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Sim, têm que dar entrada no IBAMA, têm que ser protocolados. Eles são analisados para se ver se eles estão corretamente elaborados, até porque a gente sabe que já existiam alguns modelos onde se dizia que o detentor teria que entregar as duas vias das ATPFs para – é a famosa cláusula 5 – para o comprador. E isso aí já foi corrigido pelo IBAMA; nós já preparamos um esboço de um contrato. Não que seja um modelo, mas um esboço onde não deve ser... Esclarecendo que as ATPFs não devem (as 2 vias) ser entregues ao comprador. Uma via fica para o detentor do desmate, e a outra é passada ao comprador, que deverá recebê-la preenchida. Essa é a orientação que o IBAMA dá. Ainda assim, não é atendido, e é por isso que temos aí grandes problemas de ATPFs calçadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não sendo atendida, qual é a penalidade?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Bom, a penalidade é a questão do calçamento, como a gente tem visto aí. Isso aí são multas, são multas

altíssimas, são processos penais e uma série de outras medidas administrativas e penais e uma série de outras coisas que a legislação prevê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Multas para os assentados?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, não digo para os assentados; eu digo para qualquer um que tiver um contrato e que receba uma ATPF e que por acaso a primeira via com a segunda via de ATPF não batam, qualquer um, independente de ser assentado ou não, se ele apresenta uma distorção da informação, ele deverá ser penalizado. Por que não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora tem conhecimento de alguém que foi multado?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – De assentado eu não tenho conhecimento. Sim, de pessoas fora de assentamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas a senhora tem o conhecimento de que muitos assentados entregam as 2 vias?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não tenho esse conhecimento. A gente orienta para que não o façam. Essa é uma orientação inclusive não só para assentado, mas para qualquer um que entre com contratos dentro do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Essa orientação é por escrito ou é verbal?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Essa orientação... A gente criou um esboço de contrato, e esse esboço muitas vezes é aprimorado, é mais amarrado pelo próprio empresário ou extrator, quando ele quer ainda o processo, um contrato muito amarrado. Agora, o que a gente deixa bem claro no modelo que a gente criou são os cuidados em relação a quem tem de ficar., quais as ATPFs, quem tem de apresentar ao IBAMA, o prazo em que deve ser apresentado ao IBAMA. Então, essas coisas a gente cita no nosso esboço de contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora pode nos encaminhar uma cópia desse esboço de contrato?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Eu posso encaminhar. Não tenho disponível aqui, mas posso encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não. Nós aguardamos. Se a senhora puder nos encaminhar no prazo de 1 semana, por gentileza. É possível?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. Esse esboço de contrato é um contrato assinado entre um assentado e uma madeireira?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Sim, uma madeireira é uma indústria, não é?. Qualquer um que tenha interesse em comprar madeira procura o assentado. Como ele é o detentor da autorização para desmate, a forma de ele ir abatendo... A autorização funciona como um crédito que você tem no banco: à medida que você vai entrando com as ATPFs – são os cheques –, vai sendo abatido desse valor o crédito total que você teve aprovado no IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E, no modelo de contrato elaborado pelo IBAMA, o assentado pode nomear um procurador?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Certamente nós abrimos alguma concessão porque existem assentados que têm, primeiro, dificuldade de acesso; em grande maioria são analfabetos, têm dificuldade na questão de compreender esse sistema de ATPF. Então, muitos entram, sim, com procuradores, entram com procuração, que é analisada juridicamente. Essa procuração, se ela atende, é aceita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agora, essa procuração pode ser dada a uma madeireira?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, a uma madeireira, não. A gente não recebe isso direto, recebe de um procurador, uma pessoa física. Não existe procuração de uma pessoa jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quer dizer, o IBAMA não aceitaria...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, ele entra com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – ... um contrato protocolado no IBAMA em que o assentado é representado por uma madeireira, fazendo contrato com outra madeireira.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, uma madeireira, não. Não. Não. O que existe, já temos caso no IBAMA, não em áreas de assentamento, mas em outras áreas, de associações de produtores, associações de produtores rurais, onde a associação representa o produtor junto ao IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Associação de...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Mas é associação de produtores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sim.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Associação dos próprios produtores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A AMMAPA é então uma associação de produtores rurais?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, ela é de madeireiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ela não poderia...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, ela não poderia. Aí, teria de ser uma associação dos produtores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se o IBAMA recebesse um contrato assinado por um assentado representado pela AMMAPA com uma madeireira, não seria aceito?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, com certeza, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois eu tenho aqui um que foi aceito.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Bom, então, se foi aceito como procurador, a AMMAPA?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Como é que a senhora explica esse caso? Isso é uma coisa inacreditável! É uma mudança na filosofia completa, é uma distorção conceitual. Se uma associação de madeireiros passa a representar os assentados, é o samba total, o samba da doídice. Fala isso, essa palavra...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É, realmente isso aqui, para mim, é surpresa. É surpresa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora está lá, é diretora e nunca viu isso?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não. Veja bem. Eu sou chefe. Chefo a Divisão Técnica, em Belém. Essas questões estão ligadas à Gerência Santarém. Então, eu não tenho... Eu desconheço, porque eu apenas fui compor uma colaboração, um apoio técnico à Gerência Santarém. Essa foi a minha participação. Um apoio técnico. Então, eu não chego até esse grau de apresentação de contrato. Isso aqui é feito dentro da própria... do escritório de Altamira pelo funcionário do IBAMA que recebe esses contratos. Isso aqui é feito por um funcionário do IBAMA, dentro do escritório de Altamira, que recebe os contratos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Entendi. Aqui, na cláusula 2ª, a quantidade de madeira vendida não está predeterminada no contrato. No modelo de contrato que a senhora, que

o IBAMA sugere, a quantia de madeira vendida está predeterminada?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Com certeza. Não só a quantia, mas como a espécie.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está certo. Muito bem. Na seqüência, há um caso em que a senhora encaminhou, através da DITEC. A DITEC é a empresa que a senhora...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Não, DITEC é Divisão Técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não é a que...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– É a Divisão Técnica que eu dirijo, dentro da Gerência Belém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está certo. Há um caso em que a senhora encaminhou, através dessa DITEC, para a DIREF, em Brasília, processos referentes à exportação de carvão vegetal para os Estados Unidos, a serem exportados pela empresa Siquel. Siquel é a famosa empresa que recebe da FASE aquele mogno que foi doado para a FASE; e a FASE contrata a Siquel e, com isso, repassa todas as ATPFs para a famosa Siquel. Nós já estamos ficando aqui muito familiarizados com a tal Siquel. Pois bem, foi aprovada essa exportação. Houve respaldo legal da área técnica dessa Divisão Técnica da senhora para essas exportações? Ou seja, quando a senhora encaminhou isso para a DIREF em Brasília, foi um processo aprovando, recomendando ou anuindo quanto a essa exportação?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Houve. Existe um estudo técnico sendo desenvolvido, inclusive, com participação da EMBRAPA e da UFRA. Esse carvão que foi produzido foi resultante dos rejeitos da indústria – não é da área de exploração e, sim, da indústria –, e, aí, para se completar, ele precisaria chegar ao mercado. Ou seja, para que a pesquisa se completasse, ela precisaria chegar ao mercado para ver o grau de aceitação. Essa pesquisa foi colocada em reunião de Câmara Técnica, Câmara Técnica de Floresta do IBAMA, que é multiinstitucional, que foi aprovado. Para que essa pesquisa possa se dar ela precisa seguir até a área, até o nível de comercialização. Então, em função disso, o IBAMA autorizou, o gerente autorizou. Eu apenas... Eu sou da área técnica, mas isso fugiu à área técnica, porque isso foi além área técnica, foi levado a uma reunião de Câmara Técnica, porque essa Câmara Técnica é para dar respaldo às decisões do gerente. Essa Câmara Técnica aprovou e o gerente, com esse respaldo, autorizou que fosse feita essa

exportação, encaminhado para Brasília, para Brasília fazer, vamos dizer assim, concluir o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu não entendi muito bem. Se me permite, eu queria entender. Quando o gerente toma uma decisão que não está baseada nas recomendações da DITEC, ele se louva numa Câmara Técnica paralela para respaldar suas decisões?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– É. Porque, veja bem, a exportação de carvão estava suspensa. A instrução que autorizava estava suspensa. E, como está sendo... Até... Por que ela foi suspensa? Porque ela estava aguardando desenvolvimento de pesquisa, para que a gente tivesse maior respaldo na hora de autorizar essas exportações de carvão. E, como a empresa Siquel em parceria com a UFRA e a EMBRAPA estavam desenvolvendo essa pesquisa, elas precisavam, para que a pesquisa tivesse uma resposta, precisava chegar ao nível de comércio. E o comércio seria nos Estados Unidos. Então, precisaria que fossem contêineres exportados para que fosse comercializado lá e se saber o resultado da comercialização. A pesquisa envolvia do aproveitamento do rejeito da indústria até a comercialização do carvão. Para isso, precisaria do aval do IBAMA. Como o IBAMA não trabalha com base em uma instrução, em instrumentos legais, e esse instrumento legal estava suspenso até obter esse resultado de pesquisa e esse instrumento, legal estava suspenso até obter-se o resultado de pesquisa precisou-se levar em reunião de câmara técnica para que esta pesquisa fosse levada adiante. São várias instituições, é multiinstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tudo bem. Eu só queria então que a senhora me confirmasse de uma forma bem dicotômica: sim ou não. Como havia uma proibição...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– ...que precisava do aval técnico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – ...para conseguir suplantar, conseguir ultrapassar, conseguir vencer essa proibição valeu-se dessa reunião da Câmara Técnica para sobrepujar a proibição. É isso?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Não, ela não estava proibida; ela estava suspensa, considerando-se que precisava de respaldo técnico. Porque esta legislação, quando foi colocada, ela talvez não tivesse tido embasamento técnico-científico. Então, para que ela tivesse continuidade, ou fosse substituída, ou fosse corrigida, ela precisava de respaldo técnico. E o respaldo técnico é exatamente isso: a pesquisa. E para a pesquisa ser levada adiante precisaria chegar ao nível de comercialização e para que ela fosse co-

mercializada precisa que o IBAMA dê o aval. E o IBAMA para dar esse aval ele contou com uma avaliação multiinstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora dirige uma divisão técnica?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora me desculpe, eu estou Deputado, mas sou pesquisador, sou professor da USP: eu nunca vi na minha vida uma afirmação como essa que a senhora está fazendo. Eu primeiro tenho que comercializar para depois fazer a pesquisa? Tenho que fazer a pesquisa antes para ver se aquele produto é passível de comercialização.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Mas a pesquisa envolvia até alcançar o nível de comercialização para ver a aceitação, o grau de aceitação daquele carvão no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E por isso foi autorizada uma exportação ou foi feita uma pesquisa de comercialização com apenas uma quantidade limitada de produtos dentro de amostras preconcebidas?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Ela foi autorizada para que fosse levada ao nível de comercialização. Não poderia mandar 10 saquinhos de carvão, 20 saquinhos de carvão; tinha que ser mandada uma quantidade potencialmente capaz para que fosse avaliada a resposta do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com isso vocês conseguiram sobrepujar não a proibição, vocês conseguiram sobrepujar a suspensão. Tinha um decreto, uma norma suspendendo a exportação. Com essa reunião técnica vocês conseguiram vencer, ultrapassar, sobrepujar a suspensão e exportaram. É isso que ocorreu?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Não foi, como é que se diz, tirada suspensão; apenas foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas vocês exportaram.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Sim, para poder concluir a pesquisa. Sem a exportação não tinha como concluir a pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Temos aqui dados de que a área técnica da GEREC não se manifestou favorável. A DIREF se baseou portanto nesse encaminhamento da DITEC baseado nessa comissão técnica. É isso que ocorreu?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Não, a Divisão Técnica se manifestou favorável; apenas ela não poderia fazer isso sem ter a resposta de um órgão, como é o caso é a Câmara Técnica do corpo técnico-científico de outras instituições, que não ficasse no limite do IBAMA, porque o IBAMA não é órgão de pesquisa. Então precisava da manifestação dos órgãos de pesquisa para que a gente pudesse ter um aval de que realmente poderia seguir adiante este estudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Queria voltar um pouquinho à questão anterior dos contratos depositados no IBAMA pela AMMAPA. Não é a sua divisão que analisa esses contratos?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– A minha divisão, Setor de Controle, analisa os contratos e lá mesmo a gente hoje esses contratos além do SISMAP, que é onde faz a questão das ATPFs, do cálculo da redução de volume, cálculo de ATPF, ainda tem o SISPROF, que é o nosso banco de dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A minha pergunta não é essa.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Só que como eu... É o meu setor; só que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quero saber se é o seu setor que analisa esses contratos. Sim ou não?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Isso. Os contratos, mas não esse. Contratos particulares de compra e venda, são analisados no âmbito da DITEC, porém, este contrato cabe a Gerência Santarém;

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tudo bem, quer dizer, na sua divisão a senhora pode afirmar com certeza que não há nenhum contrato em que os assentados são representados por associação de madeireiros.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Na minha gerência não existe assentamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Estou satisfeito, não há assentamento.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Não há assentamento na Gerência Belém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. E a senhora conhece algum assentamento que possua associações de assentados?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Não, desconheço. Deve existir, mas eu não tenho contato com eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora tem notícia sobre o Plano Safra Legal 2005?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Olha, nós participamos de uma reunião onde a gente já tinha o conhecimento de todas as acusações e tentamos criar, discutimos muito, para ver formas de como aumentar o controle, para evitar que as acusações ora decorridas, possam ter continuidade. Então houve essa reunião para que a gente crie procedimentos capazes de dar maior segurança na liberação desses desmatamentos, para o Safra 2005.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em suma, a senhora tem notícia do Plano de Safra Legal 2005.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Sim, estamos fazendo estudo, precisamos que o IBAMA tenha mais, vamos dizer assim, se equipe melhor, se fortaleça melhor para que a gente possa fazer um trabalho com muito mais segurança. É a questão do sensoriamento remoto, é a questão de exigir que o INCRA nos dê essa imagem em cima de imagens de satélite, nos dê todos os mapas, não só os mapas como ele nos deu, mas em cima das imagens de satélite. Quer dizer, hoje não seria o caso da gente acreditar só no que vem escrito nos DIPS ou nos outros documentos, mas a gente visualizar em cima de imagens de satélite a localização dos lotes. É a única coisa que a gente não tem condições de fazer vista em todos esses lotes, é incapaz, é sobre-humano isso. Então, a única forma que a gente poderia fazer, se a gente conseguisse avaliar isso em cima de imagem de satélite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. A senhora esteve presente, num seminário em Anapu, 13 de agosto de 2003, sobre sustentabilidade da indústria madeireira de Anapu, em parceria com a Associação Comercial Pastoral de Anapu, ACAIPA, representado pelo Vice-Prefeito de Anapu, também o Instituto o Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Sim, não só IBAMA, como INCRA, como IMAZON, como EMBRAPA, como UFA, como outras instituições governamentais e não-governamentais estiveram presentes nessa reunião.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Este seminário tirou uma carta de intenção. E nesse carta de intenção, consta: que as autorizações para desmate, sejam processadas somente através da AMMAPA e as declarações de posses emitidas através do INCRA e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, para evitar a ilegalidade. Trecho inicial dessa,

que é o item 4, é o quarto item da intenção. Que as autorizações para desmates sejam processadas somente através da AMMAPA. Não é uma coincidência que um ano depois, comece a surgir esses contratos em que a AMMAPA esta representando o assentado?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES

– Eu não sei. Eu só, se houve essa carta de intenção eu também não cheguei a ler, agora isso aí jamais poderia seguir adiante. Porque o único órgão responsável para emitir as autorizações para exploração é o IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo. O Procurador Federal, Elielson, afirmou aqui que o SISMAD foi desenvolvido por um engenheiro florestal contratado pelo PNUD, com base nos dados da tese de mestrado que esse engenheiro isoladamente desenvolveu. Diz também que na concepção dele, Procurador Federal, o sistema é anacrônico, falho, permite fraudes imensas. O que a senhora pode nos dizer a respeito?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Eu não tenho conhecimento. O único problema que nós temos é porque o SISMAD é um sistema ainda com base na época da informática ainda muito... que já foi ultrapassada. A informática corre a uma velocidade muito grande. Então, na época em que ele foi gerado, parou naquele tempo. Hoje já temos o sistema de banco de dados, que é o SISPROF, e o que a gente está trabalhando em cima disso, IBAMA/Brasília, é que esses contratos passem a ser feitos não pelo SISMAD e sim pelo SISPROF, e que o SISMAD inclusive deixe de atuar, e o SISPROF passe a ocupar esse papel de hoje, de forma muito, vamos dizer assim, quase que bem lenta mesmo, bem fraca, porque é um sistema muito lento de trabalhar, muito limitado. Então por isso que o IBAMA está trabalhando para que esses contratos passem a ser controlados pelo SISPROF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas as autorizações hoje são dadas pelo SISMAD?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Não, as autorizações são dadas pelo SISPROF. O SISMAD faz esse controle de crédito e débito, à medida que saem as ATPFs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E os dois sistemas não conversam, o SISMAD e o SISPROF?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Ainda não conversam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não acredito. Na região em que a senhora... É jurisdição da senhora, coberta pela sua diretoria técnica. E há SISPROF?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Temos informações de que em Tailândia e Moju, áreas da gerência de Belém, há assentamentos, ao contrário do que a senhora acaba de afirmar. Essas duas regiões estão fora da sua jurisdição por alguma razão especial, algum decreto?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES- Não, provavelmente tenha assentamento, mas não deu entrada no IBAMA nenhum pedido para desmatamento por conta desses assentamentos. Talvez até do ITERPA existam assentamentos. Mas não chegou. Em nenhum momento teve entrada desses assentamentos na Gerência Belém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A exportação de carvão vegetal pela Siquel foi de 400 toneladas de uma só vez e nada mais, ou isso continua sendo feito?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES- Não. Não existe mais isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame)– Eram essas as perguntas. Queríamos agradecer a sua colaboração e convidar, na seqüência, o próximo depoente, Sr. Manoel Messias da Silva, a tomar assento à mesa. Muito obrigado, se a senhora puder aguardar mais um pouco lá na sala.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, tendo em vista a proximidade do horário da votação, o que certamente fará com que os trabalhos sejam interrompidos, peço a V.Exa. que coloque em votação os requerimentos apresentados, com as ressalvas já anteriormente por mim proferido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Primeiro apreciação dos requerimentos. O primeiro Requerimento nº 100/05, do Sr. Dr. Rosinha, que requer sejam convocados, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados a esta CPI, os Srs. Pedro Cerqueira Lima, Presidente da ONG Fundação BioBrasil; Charles Munn, Presidente da ONG Tropical Nature, Otávio Nolasco de Farias, proprietário da Fazenda Serra Branca, no Raso da Catarina, Estado da Bahia; e Luís Carlos Ferreira Lima, conhecido como “Carlinhos das Araras”, criador de animais.

Em discussão.

Não havendo quem queira manifestar-se, em votação.

Quem o aprova permaneça como está. *(Pausa)*
APROVADO.

Requerimento nº 101/05, do Sr. Deputado Sarney Filho, que requer a convocação, na condição de testemunha, com a finalidade de prestar depoimentos sobre fatos relacionados ao campo de investigação

desta CPI, do Sr. Ornil Lima de Andrade, servidor do IBAMA do Estado do Pará.

Em discussão.

Não havendo quem queira manifestar-se, em votação.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

APROVADO.

Requerimento nº 102/05, do Deputado Sarney Filho, que solicita seja requisitado ao IBAMA, em conjunto com o INCRA, a realização de vistorias para verificação de possíveis irregularidades nos processos de autorização de desmatamento nos projetos de assentamento que especifica.

Em discussão.

Não havendo quem queira manifestar-se, em votação.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

APROVADO.

Requerimento nº 103/05, do Deputado Sarney Filho, que requer a quebra do sigilo bancário e telefônico da Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, já tive oportunidade anteriormente de me referir a esse requerimento. Eu gostaria, tendo em vista o compromisso da Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa, de disponibilizar a quebra do seu sigilo bancário e o compromisso também da Senadora Ana Júlia para que, no compromisso de que esse sigilo bancário seja já repassado a esta Comissão, eu peço a V.Exa. que não coloque em votação esse requerimento. Eu não vou retirar o requerimento, apenas quero retirá-lo da pauta. E esse requerimento, se eventualmente, no futuro, nós acharmos que é necessária essa quebra, evidentemente nós o colocaremos em votação para apreciação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em discussão o requerimento de retirada de pauta apresentado pelo Deputado Sarney Filho, autor do Requerimento nº 103/05.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada a retirada de pauta do Requerimento nº 103/05, que continua na seqüência para posterior análise.

Requerimento nº 104/05, do Deputado Sarney Filho, que requer convocação, na condição de testemunha, para prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta CPI, das pessoas que especifica.

Em discussão.

Não havendo quem queira manifestar-se, em votação.

Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa)*

APROVADO.

Requerimento nº 106, do Deputado Sarney Filho, que requer seja solicitado ao Presidente da Câmara dos Deputados o envio de documentos ao Ministério Público Federal, para a promoção das responsabilidades civil e penal das pessoas envolvidas com a extração irregular de madeira da FLONA de Três Barras, Santa Catarina.

Em discussão.

Não havendo quem queira manifestar-se, em votação.

Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, eu acompanhei os depoimentos e os documentos que chegaram sobre esse tema. Eu queria fazer uma questão de esclarecimento, porque com esse envio, se não era o caso de concluirmos todos os trabalhos desta Comissão Parlamentar para depois passar a enviar todos aqueles que achamos necessários. Se não nós vamos enviar por parte os relatórios. Eu acho que necessitamos aprofundar ainda mais esse debate, ou até ver o relatório que está sendo feito para ser enviado. Eu não votaria favorável a ele, nessa condição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Sarney Filho, para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, essas oitivas a respeito desse episódio foram realizadas. E, na realidade, a Relatoria não teve elementos o suficiente para chegar a uma conclusão, já que as exposições aqui feitas são antagônicas e com provas documentais de um lado e de outro. Então, a idéia da Relatoria era que a Polícia Federal pudesse concluir essas investigações ao curso do funcionamento

da CPI, já que se trata de uma denúncia de caso isolado, que não é sistêmico no programa. Nós não estamos evidentemente nem culpando “a” nem culpando “b”, nós vamos remeter toda a papelada que veio para cá e a Polícia Federal irá fazer as investigações devidas e depois remeter a nós no curso das investigações. É apenas um apêndice daquilo que estamos investigando que não tem evidentemente maiores repercussões dentro do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Somente um esclarecimento. Na realidade, pelas prerrogativas da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Relator tem a prerrogativa de solicitar para os seus trabalhos a colaboração do Ministério Público para analisar qualquer documento. No entanto, uma deferência especial aos integrantes desta Comissão, o Deputado Sarney Filho, em lugar de remetê-los solicitando uma análise dos depoimentos contraditórios, preferiu submeter à análise do Plenário este requerimento, antes de encaminhar essa documentação ao Ministério Público.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu já participei de algumas CPIs, e sou sincero: é a primeira vez que eu vejo isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas existe.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu sei que existe. Estou dizendo que é a primeira vez que eu vejo. Não estou dizendo que não existe. Eu sempre soube, e a gente sempre tem solicitado ajuda da Polícia Federal. Porque este aqui não é solicitação da ajuda da Polícia Federal, não é esse o teor do requerimento. E se ele está incompleto, eu gostaria que nós pudéssemos investigar mais, para que a gente... Nós vamos fazer um relatório final. No relatório final, nós podemos colocar tudo aquilo que é necessário, e aprovar. Eu não me sinto à vontade para votar favorável a este requerimento, justamente porque estão incompletas as questões e nós não estamos solicitando à Polícia Federal, nós estamos dando uma delegação nossa para que o outro faça por nós. Se cabe a nós fazermos, vamos fazer, e não dá para outro para que faça por nós.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Deputado Dr. Rosinha, antes de tudo gostaria de pedir ao Presidente para, primeiro, deixar o item 6 para o final dos requerimentos, porque aí poderíamos discutir, antes de tudo, porque a gente poderia votar os outros requerimentos e depois deixarmos essa discussão para o final da pauta. Eu continuo acreditando, Dr. Rosinha...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O 6 e o 7 têm o mesmo...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A minha intenção é de que justamente a gente avance e deixe de lado questões que não são fundamentais. Foram denúncias feitas e que o Ministério Público e a Polícia Federal poderão apurar. De qualquer maneira, eu tenho, como Relator, a prerrogativa de encaminhar esses documentos, independente de votação. Desde a primeira CPI, eu sempre tenho colocado para o conhecimento e para a votação. Eu não vejo nada que possa... Não estamos delegando nossas atribuições a ninguém, estamos apenas oficializando uma colaboração, sem nenhum prejulgamento, sem nada. De qualquer maneira, se houver essa dificuldade, eu vou fazê-lo de qualquer maneira, eu vou enviar como Relator. Mas eu queria, só por uma forma democrática, que a CPI toda como um todo se pronunciasse a esse respeito. Era essa a minha intenção.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Sr. Presidente, para uma orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Eu tive que me ausentar para ir ao plenário, como os colegas que vão ter que ir lá para também marcar presença, os que não o fizeram. E nós tivemos a votação do item V do Requerimento nº 104/05, do eminente Relator Deputado Sarney Filho.

Eu queria a orientação no seguinte sentido. Da forma que se apresenta o requerimento num todo, eu me manifesto contra, embora não sei se já é passado, e explico a V.Exa. por quê. No Requerimento nº 4, o próprio nosso Relator tinha dito que, recebendo documento da Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa, já colocando à apreciação dessa CPI a sua movimentação financeira, estaria sendo afastado o item 4. Mas eu vejo que, no item 5 – e eu gostaria de estar aqui presente –, tem novamente o nome da Sra. Maria da Rocha Pessoa como sendo convocada para vir até aqui, e a assessora da Senadora Ana Júlia Carepa. Embora eu tenha sabido que já foi aprovado, mas eu gostaria de deixar aqui que nós votamos contra esta forma que foi realizada, uma vez que entendemos que, se já tem da própria Sra. Maria Joana a oportunidade de se verificar a sua movimentação financeira no período, não haveria necessidade dela estar aqui. E também uma orientação: se estivermos a oportunidade de pedir aqui verificação do *quorum*, se estaria também incluso a queda de que foi aprovada. Só uma orientação que eu gostaria de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu vou alertar. Quanto à questão da quebra do sigilo bancário, foi retirado de pauta a pedido do próprio autor do requerimento, o que nada tem a ver

com a questão da convocação para prestar esclarecimentos que possam versar sobre outros assuntos que não digam respeito a recebimento de contribuição, que estejam ligados ao seu extrato bancário. Essa questão foi aprovada. É matéria vencida. Vamos registrar o seu voto contra. Fazemos questão de registrar.

Quanto à sua pergunta do requerimento visando à quebra do sigilo bancário, ele foi retirado de pauta. Continua na relação dos requerimentos, podendo vir, futuramente, a ser submetido a este Plenário. Não significa uma aprovação para convocação posterior, para solicitação posterior.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Eu entendo e agradeço a sua explicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame) – O requerimento deverá ser deliberado futuramente.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Futuramente. Eu agradeço a sua explicação, mas me posiciono assim: se foi levantada aqui nesta CPI uma questão que já foi dita que tem pelengas pessoais do Mário com o Marcílio – e é o Mário quem cita a questão da assessora da Senadora Ana Júlia –, não consigo conceber que não haja um direcionamento para atingir a Senadora. Por isso fica aqui o meu registro, votando contra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. A matéria vencida. O seu registro será feito. Na seqüência, temos a solicitação de inversão de pauta, jogando os itens 6 e 7 para o final.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.

Passamos ao Requerimento nº 108, do Deputado Sarney Filho, que requer a convocação para prestar depoimento, na condição de testemunha, com a finalidade de prestar depoimento sobre a Operação Anapu, realizada pelo IBAMA, no Estado do Pará, o Sr. Davson Alves de Oliveira, analista ambiental da GEREX de Pernambuco do IBAMA. E quer também cópia do relatório da Operação Anapu.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.

Requerimento nº 109, do Deputado Sarney Filho, que requer ao IBAMA/DILIQ dados cadastrais e empresas madeireiras que especifica, estabelecidas em alguns Municípios do Estado do Pará.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Requerimento nº 110, do Deputado Sarney Filho, que requer à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda dados cadastrais e empresas madeireiras que especifica, estabelecido em alguns Municípios do Estado do Pará.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Nós temos que fazer um relatório imparcial, para o encaminhamento...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Bom, vamos deixar esse esboço para o final. É, podemos deixar para o final.

Voltamos aos requerimentos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, vamos deixar esses outros 2 requerimentos para serem votados na secreta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deixamos. Podemos. Se houver anuência dos integrantes desta Comissão, vamos deixar os 3 requerimentos para serem votados ao final.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Sr. Presidente, mais uma orientação, aproveitando essa oportunidade.

Eu tenho notícias de que, no momento em que nós estávamos votando requerimento do item 5, o 104, nós já estávamos na Ordem do Dia. Eu queria ver realmente se essa notícia se confirma ou não. É essa solicitação que eu faço a V.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A tentativa de V.Exa. é tentar anular essa votação?

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Apenas a do Requerimento nº 104, que diz respeito à presença, à convocação da assessora Maria Joana da Rocha Pessoa. Eu acho que está sendo condicionada para outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Matéria vencida. Eu indefiro a sua solicitação. O senhor pode recorrer à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Eu agradeço a sua orientação. É o que iremos fazer.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, eu sei que é matéria vencida, que pode ter recurso, mas estávamos na Ordem do Dia com absoluta certeza. Todos os requerimentos estavam na Ordem do Dia, todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Damos seqüência à nossa reunião, convidando o Sr. Manuel Messias da Silva a tomar assento à mesa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, só para consultar. Está tendo votação nominal neste momento? Para nós sabermos se vamos votar e voltamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não, não haverá votação nominal esta manhã. Essa é a informação que recebemos lá da Mesa. Nós vamos solicitar que haja uma ligação permanente com o Plenário, para informar sobre votação nominal.

Solicito ao Sr. Manoel Messias A. Silva que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – *Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal:

Art. 342. Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra o Sr. Manoel Messias da Silva; se desejar, antes de responder às perguntas, usar a palavra.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Antes da usar da palavra, buscando aqui dar minha contribuição, queria relatar a minha trajetória no Estado do Pará, desde quando eu cheguei. E, por final, dizer ou até esclarecer a minha participação nesse processo. Em 1974, cheguei com a minha família no Estado do Pará, vindo através do projeto de colonização, e nessa região eu vivi até hoje. Participei do desenvolvimento dessa região, participei da fundação do Município de Uruará, onde fui o seu Secretário Municipal. Logo em seguida, fui convidado pela iniciativa privada a traba-

lhar na indústria madeireira. E desde essa época, no ano de 1993, no meu trabalho, no dia-a-dia da indústria madeireira, eu via que necessitava de alguns cuidados para que pudesse esse setor ter a perenização dos recursos. Uruará estava surgindo, era um local onde existiam muitos agricultores. O setor madeireiro, nessa época, não tinha muita expressividade, tanto é que o setor madeireiro e os agricultores viviam pacificamente. De lá para cá, eu tenho acompanhado os trabalhos, a luta do setor madeireiro em busca de soluções para o problema, que é grave na região, que se diz a questão fundiária. Particpei das negociações como Procurador, representando algumas madeireiras em Brasília, aqui na Capital Federal, buscando soluções para a solução desse problema, para que pudessem ser instalados os projetos de manejo. Essas soluções nunca aconteceram. Teve a iniciativa do Dr. Asdrubal Bentes, que na época apresentou um projeto de lei. E, segundo informações, esse projeto de lei, estão sendo ainda colhidas assinaturas para que possa vir a modificação dessa lei. Diante da insistência do setor, foram feitas greves, com o fechamento das estradas, a ocupação do IBAMA e do INCRA. Esta greve, é bom que se faça a saber, que, com o apoio da sociedade local. A visão ou a intenção do setor era buscar as autoridades, o Governo Federal para sentar e buscar soluções. Essas soluções, essas reuniões, nessas reuniões, nunca vieram. Sempre demonstrou serem reuniões inócuas, sem nenhum proveito, nenhuma solução. O IBAMA sempre culpando o INCRA, porque não era problema dele, e o INCRA sem poder fazer nada, não sei por que motivo. Houve nesse momento, é, a intenção ou a boa vontade do Governo, através do IBAMA e INCRA, em sentar para buscar uma solução. E solução essa que veio paliativa, porque seria utilizar, nesse momento, de 2003/2004, autorizações de desmatamento, conforme a Instrução Normativa 03, para que pudessem, essas autorizações de desmatamento, dar cobertura ao setor madeireiro. Só que, diante das circunstâncias, precisava, e a Instrução Normativa é bem clara. A Portaria 008, do IBAMA, no Estado do Pará, diz que para que pudesse utilizar essas autorizações de desmatamento, as madeiras oriundas desse desmatamento necessitava do reflorestamento. Reflorestamento esse que o Governo Federal nunca fez, porque recebia do setor madeireiro para reflorestar. Para cada metro retirado da floresta seria necessário plantar 8 árvores, criando aí o fomento para que pudesse dar cobertura ao setor. Nós vimos que a Safra Legal 2003/2004, baseado no que estava previsto, seria uma alternativa, louvável por sinal. Mas ela apenas apresentaria resultados paliativos porque o setor madeireiro não pode apenas depender da extração da madeira, da autorização de desmata-

mento, porque essas empresas madeireiras exportam. E a exportação... Como justificar essas madeiras que chegam lá no exterior, a origem dessa madeira? Simplesmente, a autorização de desmatamento na Amazônia. Então, essa situação era paliativa. Nós tivemos, nesse momento, dificuldades de acompanhar esse processo das autorizações de desmatamento. Nesse momento saímos de cena, e depois, em momento outro, passando pelo Município de Anapu, estranhei aquele adesivo que os senhores têm conhecimento, nas serrarias, nos veículos, onde se dizia, safra 2004, se não me engano, *Optante da Safra Legal*, destacando, não sei se por ingenuidade, não sei por que motivo as consoantes “p” e “t”. Achei estranho aquilo. E nesse momento, eu trabalhando como educador ambiental, do qual fui convidado a participar do Projeto Mangangá, projeto este que visa à organização comunitária, projeto esse financiado pelo Governo Federal através do Pró-Manejo, vi que aquelas coisas estavam ao contrário, não estavam batendo, e tomei a iniciativa de procurar alguém para comunicar. Poderia ter feito isso a nível de Altamira, e alguém me sugeriu procurar o Sr. Amarildo. Eu já o conhecia, ele não me conhecia, já o conhecia de operações feitas na região. Por sinal, uma pessoa rígida, onde o setor madeireiro tinha temor. E enviei esse material para ele. Posteriormente, o Deputado Babá, eu posso usar esse nome, ligou-me e eu informei a ele, relatei a ele os acontecimentos. E hoje estou sendo convocado por esta CPI para testemunhar, da qual me coloco a disposição. Mas antes eu queria dizer que tive o cuidado de fazer um trabalho, talvez um trabalho simples demonstrando a minha trajetória onde o trabalho desenvolvido na região desde 1998; trabalho escrito buscando a conscientização, buscando demonstrar ao setor madeireiro a necessidade da organização, a necessidade de trabalhar conforme diz a Portaria 04, fundamentada no Código Florestal brasileiro, no seu art. 15, que diz que é proibida a exploração na Amazônia de forma empírica. Esse é o meu trabalho, onde desempenho, neste momento, a convite da Fundação Tocaia, o trabalho de educador ambiental. Esse trabalho encontra-se com os senhores, algumas pessoas já o estão folheando. Há uma cartilha onde tive a oportunidade e o prazer de sentar com agricultores no meio da floresta, onde eles tiveram condições de assistir e aceitar essa aula de educação ambiental, cujo tema é legislação ambiental.

Termino o meu relato e coloco-me à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, antes de fazer as minhas questões, gostaria de comunicar ao Plenário, lembrar ao Plenário, aquilo que tem sido uma prática por nós adotada aqui na CPI. Nas convocações aprovadas pelo Plenário nós temos sempre agido...Aqui quero, desde já, dizer que este requerimento, envolvendo vários nomes de pessoas e que foi aprovado, foi elaborado em conjunto com a consultoria, não fui eu que o fiz. Foi junto com a consultoria. Eu apenas aprovei o que a consultoria disse. Mas é dentro daquele espírito de que a gente deve aprovar o máximo possível. Aí fica a critério do Relator fazer a convocação ou não. Nós já aprovamos convocação de muito mais de 50 pessoas. No entanto, para cá só vieram 12. Então, vai ficar a critério do Relator se deve ou não convocar a assessora da Senadora Ana Júlia.

Se nós acharmos que ao longo das investigações seja necessário a convocação, nós iremos oficializar a convocação que já foi aprovada, senão não será necessário. Então, eu acho que essa preocupação é excessiva em relação a qualquer tipo de coisa. Foi até levantado aqui que a convocação poderia ser de cunho político. Mas não tem nada disso. Não há a intenção. O que nós queremos é aproveitar o *quorum*, aprovar o máximo possível de convocações e, a partir daí, efetuar dentro daquilo que a Comissão estipular. Não temos data ainda. Não sabemos nem se vamos convocar. Só queríamos deixar esse esclarecimento porque não existe isso. O que a gente tem feito aqui é convocar sempre o máximo possível, aprovar a convocação, para dar a liberdade do Relator de oficializar ou não.

Feitos esses esclarecimentos, Dr. Manoel Messias, V.S^a presta serviços de que tipo ao setor madeirense ao Estado do Pará?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Na busca do licenciamento ambiental perante a SECTAM, nas prestações de contas, quando essas empresas fornecem, ou forneciam – porque não faço esse trabalho mais – as notas fiscais, as ATPFs, para que eu pudesse fazer as prestações de contas todo dia 15 de cada mês. Era esse o trabalho que eu fazia para as indústrias madeireiras.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quais madeireiras são ou já foram clientes de V.S^a?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu posso citar algumas, como a Vargas e Vargas, a São Marcos e a empresa... Desculpe-me a falha de memória, mas depois eu me lembro.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.S^a poderia depois remeter para a Comissão até o prazo de uma semana a relação das madeireiras que foram suas clientes?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Com certeza.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. confirma o teor das denúncias constantes em fita gravada acerca do Plano Safra Legal 2004, da qual esta CPI tem cópia? V.Sa. tem conhecimento do teor dessa fita?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, senhor. A não ser que seja a fita gravada da conversa que eu tive com o Deputado Babá. Se for esta, eu tenho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E, nessa fita, V.Sa. afirma que participou de alguma reunião sobre o Plano Safra Legal 2004?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não participei da reunião Safra Legal 2004. Participei dos primeiros ... A hora que sentou à mesa para decidir como proceder ao Safra Legal. Se eu tiver tempo, poderei explicar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A primeira coisa. Eu pergunto a V.Sa. se deseja, se tem algum receio de fazer este depoimento em público ou se gostaria de que numa sessão privada. V.Sa. pode falar em público ou em sessão privada, conforme V.Sa. achar mais confortável no sentido de nos apresentar a sua versão.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu não tenho nenhum problema.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem. Quem foram, segundo o seu conhecimento, os servidores federais, INCRA, IBAMA ou qualquer outro órgão, estaduais ou municipais que participaram dessa reunião?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – A primeira reunião para decidir a questão da Safra Legal... Não estou aqui falando do Optante Safra Legal. Mas as primeiras reuniões estiveram sentados à mesa o INCRA, o IBAMA, a FETRAGRI, FEPP, o Sindicato dos Trabalhadores de Altamira, a AMMAPA, o SIMBAX, que é o Sindicato das Indústrias Madeireiras de Altamira, e AIMAT.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E agora V.Sa. poderia explicar, do seu conhecimento, o que foi tratado, exatamente o conteúdo disso? E, também, como V.Sa. disse que não estava presente, só chegou no final, foi isso? Chegou no final ou não?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, não. Eu participei das primeiras reuniões, antes de iniciar o processo de preenchimento dos formulários para as autorizações de desmatamento. Eu participei desse primeiro momento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E nessas reuniões que o senhor participou, houve em algum momento proposta de troca de favores, ilegalidades?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não houve em nenhum momento?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Nesse momento em que eu participei, não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E aí V.Sa. tomou conhecimento de que nas outras reuniões... Por que não participou das outras reuniões?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – As reuniões eu não participei, porque posso dizer que eu fui excluído. Me pediram para não participar das reuniões. Eu não sei por que motivo. Eu me senti um pouco, assim, um fora do ninho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não foi explicado o motivo.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não foi explicado o motivo. Eu posso dizer aqui quem se reuniu e como aconteceu.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, quem se reuniu nessa reunião que o senhor não estava presente? O senhor tem conhecimento de quem se reuniu?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Que eu não estava presente?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Que não estava presente.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas tenho conhecimento do que ficou decidido?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não. Eu tenho conhecimento do que ficou decidido, depois que eu, passando pelo Município de Anapu, vi esse emblema, esse cartaz: *Optante Safra Legal*.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E esse emblema... Optante, sim, mas isso não significa nada. O que fez com que o senhor fizesse essa ligação entre esse emblema e eventuais irregularidades. O que levou o senhor a pensar isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Porque a AMMAPA, estando participando das negociações da Mesa para buscar soluções para o setor madeireiro, constava ela nesse emblema. E eu perguntei e fui informado de que, enquanto não saíam as autorizações de desmatamento para os agricultores, foi feito esse acordo. Eu não sei como foi feito. Eu só sei que...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quem lhe informou isso? O senhor perguntou, e quem lhe informou?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu me informei nas próprias empresas madeireiras, nos caminhoneiros que estavam transportando

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas eu gostaria de um nome, um nome de uma empresa, um nome de um desses madeireiros.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – É a própria... Não foi a madeireira, mas a própria AMMAPA. Ela é que é...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas quem da AMMAPA?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – O Sr. Leivino

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Leivino. Foi essa pessoa que lhe disse?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Essa pessoa me falou.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Falou para o senhor que o Plano Safra, que aquele plástico liberava as madeiras?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Enquanto não aconteciam as liberações, foi feito esse acordo... Eu não sei em que nível esse acordo foi feito. Eu não sei em que nível, se foi uma ação dentro do Município ou se participaram autoridades. Eu não posso informar isso, porque não sei.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quer dizer que o único motivo que fez com que o senhor pensasse que existia irregularidades foi o formato do plástico e uma pessoa, como é o nome dele novamente da...

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – O Sr. Leivino, o Presidente da AMMAPA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É, eu estou sabendo aqui pela assessoria que ele está convocado também para vir depor aqui na CPI. Nesse caso, nós vamos imediatamente oficiar para que ele venha para cá. Na próxima terça. E como se deu a participação, segundo seu conhecimento, de cada entidade na Safra? Como se deu?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Após as negociações, após as greves, os fechamentos da estrada, foi apresentado o Plano Safra Legal 2003/2004, utilizando as autorizações de desmatamento. Nessa mesa sentaram essas entidades que eu falei: INCRA, IBAMA, FETAGRI, FEPP, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, indústrias madeireiras representada pela AMMAPA, pelo SINBAX, pela AIMAT e algumas associações que não me recordo aqui o nome. E lá foi determinado o seguinte: primeiro, conhecer todo o potencial madeireiro existente nas áreas de assentamento. Buscar o apoio do INCRA para que pudesse viabilizar esses documentos, até porque nas áreas de assentamento não tem título definitivo. E a FETAGRI, através do Sr. Juraci, comprometeu-se em recrutar agentes comunitários para fazer esses trabalhos nas comunidades, por eles já morarem lá, existem lá, fi-

cava mais fácil esse levantamento. E, por final, essa despesa para fazer esse trabalho precisava-se de recursos para aluguel de moto, para pagamento de diária desses agentes, e foi estipulado que o setor madeireiro pagaria essa operação para...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O setor madeireiro financiaria essa...

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Essa operação de pagamento de aluguel ...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO E isso aconteceu? Foi combinado e aconteceu? O senhor tem conhecimento de que aconteceu isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Segundo informações, eu não tenho... A partir desse momento eu não participei mais das reuniões, por esses motivos que já falei antes.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Ainda há pouco, a Dra. Najja disse aqui que haveria participação, que tinha participação de... Na reunião ficaram os empresários de dar uma ajuda para que fosse feito o levantamento dessas áreas. Então é isso? Mais ou menos isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Isso

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Porque os órgãos federais, estaduais e municipais, o INCRA não tinham dinheiro, é isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não tinham...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não tinham estrutura e ficou acertado que eles fariam isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Positivo

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E o senhor sabe, por acaso, o nome de alguém que participou dessa.. empresários que contribuíram. Foi o sindicato, foi o SINFLORESTA, a AMMAPA? Quem organizou isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Foi organizado em comum acordo com todos, estavam presentes, representando os madeireiros, as suas associações

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas isso envolve, evidentemente, recursos das madeiras, dos empresários e quem foi que... De onde saíram esses recursos?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Das indústrias madeiras. Eu não sei...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Coordenado por quem? O senhor sabe alguma coisa sobre isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Coordenado pela própria associação. a associação dos madeireiros.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Associação dos madeireiros. É a AMMAPA, no caso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – É, no caso, a AMMAPA, no caso, o SINBAX, no caso a AIMAT.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – No entendimento de V.Sa., qual a efetiva participação do Sr. Marcílio Monteiro, gerente executivo do IBAMA, em Belém, na execução do Plano Safra Legal?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não tenho conhecimento do Dr. Marcílio diretamente, mas foi confirmado, foi informado de que foram deslocados funcionários do escalão superior para Altamira, para que fossem trabalhar nesses desmatamentos no prédio do INCRA. Essas informações foram obtidas dos próprios funcionários do INCRA, em Altamira. Alguns até estranharam e não quiseram participar desses trabalhos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só um parênteses, para gente entender. Esses funcionários não foram deslocados em função da greve do IBAMA? O IBAMA estava parado e foi obrigado os funcionários de outras regiões?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Sei que esses funcionários se deslocaram realmente lá de Belém para Altamira para fazer esse trabalho. Foi justamente na época da greve, em que o IBAMA estava em greve.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Bem, eu teria mais outras perguntas. Depois vou ver se a assessoria precisa de mais alguns esclarecimentos. Como já começou a votação nominal, mas precisamos ouvir. Acho que dá para fazermos as perguntas e ir votar.

Tem a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Vou demorar um pouco. Sr. Manoel, qual a profissão do senhor?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Sou autônomo. Trabalho nessa área. Não tenho nenhuma formação, mas me interesse pelo assunto e tenho estudado muito, buscando desempenhar da melhor forma possível o meu papel nessa área florestal, tanto é que fui convidado pela Fundação Tocaia como, vamos dizer, "oficineiro".

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor trabalha como autônomo e não tem nenhuma profissão?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu tenho a minha profissão de corretor de imóveis, só que essa profissão...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Imóveis urbanos ou rurais?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Imóveis. Meu credenciamento...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Urbanos e rurais, os dois?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, não, imóveis rurais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Só imóveis rurais?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, urbanos. Mas desde 1982 que eu não trabalho utilizando a minha profissão, até porque deixei de pagar as anuidades e hoje o meu CRECI está, com certeza... Não trabalho nessa área de compra e venda de imóveis. Eu afirmo para o senhor isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Onde o senhor mora?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Altamira, Estado do Pará.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor mora em Altamira. O senhor disse que viu aquele adesivo – *Optante* – e achou estranho. Eu também acho estranho um adesivo como aquele. Embaixo havia o nome de uma empresa, H.B. Lima. Quem fez o adesivo?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu não sei informar ao senhor quem foi que fez esse adesivo. Eu vi esse adesivo em funcionamento, já sendo utilizado. Eu não posso informar ao senhor, porque eu não sei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor consegue reconhecer as ATPFs falsas?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Olha, eu não sei. Eu não sei reconhecer a ATPF falsa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque o senhor disse que trabalhava para as madeiras apresentando contas de ATPFs.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, apresentando conta das suas notas fiscais de entrada e de saída, já prontas, trazendo para o meu escritório. Eu só utilizava, através da minha secretária, a digitação delas no programa SISPROF.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dessas que o senhor apresentava, algumas foram canceladas por falsidades delas?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Olha, não tenho conhecimento. Não me lembro de ter tido esse problema em nenhuma empresa em que trabalhei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – No recadastramento de algumas empresas do Pará que abriram recadastramento, algumas não fizeram. Dessas que o senhor prestava serviço, teve alguma delas que não foi recadastrada?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Nesse momento, dessa exigência do recadastramento no Estado do Pará, já não participava, já não trabalhava

para... Foi no ano passado, se não me engano, o recadastramento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor não trabalha mais com as empresas?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não trabalho mais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Desde o ano passado o senhor não trabalha mais.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – É, já tem 2 anos e meio que eu entreguei, devolvi as empresas. Vou dizer ao senhor porque fiz isso: a dificuldade que estava tendo para atender os clientes. Temos casos de solicitação de ATPFs ao IBAMA que a legislação diz que tem 10 dias para serem entregues. Temos casos de 60 dias. Isso me fez desistir, entregando as pastas, por não poder atendê-los.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece o Sr. Mário Rubens de Sousa Rodrigues?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Conheço, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor sabe que ele tinha uma autorização de desmatamento numa área que foi pedida há cerca de 10 anos e que foi negada agora, porque ele não conseguiu provar que a área era dele?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu não tenho esse conhecimento, de que ele tinha autorização de desmatamento. Eu tinha conhecimento de que ele tinha um projeto de manejo que foi cancelado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Isso, é esse mesmo.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Esse eu tinha conhecimento. Agora, nunca me aprofundi, até porque é particular dele. Eu só ouvia o comentário.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu pergunto isso, porque o senhor diz que tem 10 dias para dar e o IBAMA demora mais do que 10 dias.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Positivo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Estou dando o exemplo desse caso. Ele é que demorou e até agora ele não conseguiu provar que a área é dele. Se a pessoa não prova, em 10 dias, que a área é dele, não tem como dar autorização em 10 dias.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu não faço relação desse fato com o meu trabalho, com o meu depoimento. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu sei que não tem relação, mas para mostrar ao senhor que às vezes, não é agora, o IBAMA pode demorar mais do que 10 dias. No caso, demorou 10 anos, mas ele não está provando que a área é dele. Isso só para dar um exemplo ao senhor. O senhor disse que participou das primeiras reuniões do Safra Legal. Tinha INCRA, IBA-

MA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato das Indústrias Madeireiras de onde?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – De Altamira e Transamazônica.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, foi uma reunião onde havia representantes de entidades.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Positivo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o senhor estava nela representando qual entidade?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu estava representando, na época, algumas empresas que eu tinha ainda procuração. Posso citar a IMAS, que eu representava — indústria madeireira do Senador José Porfírio.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas por que essa indústria não está representada no Sindicato das Indústrias Madeireiras?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não posso informar ao senhor, porque a IMAS...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor disse há pouco que faz quanto tempo o senhor não trabalha mais no setor madeireiro?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – No setor madeireiro em torno de 2 anos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dois anos e meio. Essa reunião que foi feita, o senhor não representava mais o setor madeireiro. O senhor representava uma indústria.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu estava representando essa pessoa, essa indústria. Pediram para que eu pudesse representá-la.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Pelo que o senhor falou, nessa reunião não havia representantes de indústrias individualmente. Havia representantes de setores da indústria.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Da indústria madeireira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Da indústria madeireira. Então, não era uma pessoa por indústria.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – É, disse que estava presente nessas reuniões e representava o interesse dessa empresa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Desta empresa.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Desta empresa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Sindicato das Indústrias Madeireiras, que o senhor acabou de falar, de Altamira, tem alguma relação com o SINDI-FLORESTA?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nenhum?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não vi na história dos dois qualquer relação de trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor está dizendo que foram contratados moradores da região das comunidades para trabalhar.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Agentes comunitários.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tem algum mal nisso? Alguma ilegalidade?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – De jeito algum.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, por que isso assusta o senhor?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não me assusta. Só fui perguntado de como foi o processo. E eu estou explicando como foi o processo pelo qual participei. Volto a repetir: o Plano Safra Legal

Estou explicando como foi o processo, porque eu participei. Eu volto a repetir: o Plano Safra Legal, para atender às necessidades, era um plano ótimo, pena que foi “desvirtualizado”, não sei por que motivo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Onde que ele foi desvirtualizado? Em que setor?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – A partir desse momento em que começou a surgir esse tipo de trabalho, esse adesivo para que pudesse, talvez, transportar essa madeira antes das autorizações de desmatamento. Não sei quem foi que negociou, não sei em que nível...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não tem um responsável por esse desvirtuamento? Não tem um responsável?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu acho que a ausência do Poder Público.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas qual é o desvirtuamento? O adesivo, nós vamos descobrir quem fez.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Certo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Isso nós vamos descobrir, quem fez esse adesivo, até porque não tinha razão de fazer. Então, qual é o desvirtuamento, tirando o adesivo? Porque esse nós vamos descobrir.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Se não tirasse o adesivo essa madeira não poderia ser transportada de forma alguma, com adesivo ou sem adesivo, ela tinha que ser... Eu vou explicar para o senhor como é o procedimento, se o senhor me permite, talvez o senhor desconheça esse procedimento. A autorização de desmatamento é autorizada, entregue ao agricultor, o agricultor, de posse dessa autorização, procura alguém interessado em comprar essa madeira. Esse interessado, ele, obrigatoriamente, tem que apresen-

tar um documento ao IBAMA de como ele tem crédito de reposição florestal. Quer dizer, ele plantou alguma coisa? Se ele não plantou, ele compra de alguém que tenha essa reposição florestal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o senhor vende mudas?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, senhor. Eu não vendo mudas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Porque o senhor disse que tem... Bom, qual o desvio, eu perguntei. O INCRA solicitou, o IBAMA autorizou, quer dizer, aí já está autorizado.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – A autorização se faz no momento em que... A autorização de desmatamento é assinada pelo chefe do IBAMA, e o agricultor recebe. Só que antes...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Isso não foi feito?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Só que antes de acontecer esse final, essa madeira foi transportada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não teve assinatura?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Foi feita uma quantidade de autorização de desmatamento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, está feito.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Foi feito. Só que o volume, para a região que foi transportada, foi muito além.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É essa a questão que o senhor está dizendo. E como é que o senhor sabe que o volume foi além? Qual é a prova que o senhor tem?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – A quantidade de multas do último levantamento que o IBAMA fez na região ultrapassava esse, porque mil e poucas autorizações eram para toda a região. Isso dava aproximadamente 100 mil, 120 mil metros cúbicos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O IBAMA mandou fiscalização para lá, tanto é que foi um tal de Sr. Bicelli.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – O IBAMA mandou a fiscalização, sim. Foi, se eu não me engano, logo após a morte da Irmã Dorothy. E essa fiscalização veio de fora.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tem algum problema em fiscalização de fora?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – De jeito nenhum! Absolutamente! É necessário. Estou falando, porque o senhor relacionou o Bicelli, e ele, segundo as informações que eu tenho lido, fez um relatório para ver, solicitado pelo próprio IBAMA, Gerência de Santarém,

para verificar as autorizações feitas, o levantamento das autorizações.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece o Sr. Bicelli?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – O Dr. Bicelli eu conheço, porque ele era o, vamos dizer, o chefe do IBAMA, antes de 2003, se não me engano.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele tem algum filho na área que tem interesse... Ele tem algum filho que tem área de manejo na região?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu conheço os filhos dele, um é Engenheiro Florestal e outro, se não me engano, é formado em Engenharia de Pesca.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eles têm área na região?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – De quê?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Área de terra.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu conheço a área do Sr. Bicelli, uma área próxima à cidade, aproximadamente 100 hectares, onde ele tem implantado um projeto de consorciado de cabras com peixes. Projeto esse, segundo informações, financiado pelo BASA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele pediu alguma autorização de manejo?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não tenho conhecimento de que ele pediu alguma autorização de manejo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor disse agora há pouco que reconhece a fita que foi gravada com o Babá.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Se foi as minhas palavras, sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor gravou isto pessoalmente ou foi por telefone? Foi uma conversa pessoal ou por telefone?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, senhor. Foi por telefone. Ele me ligou.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Babá que ligou para o senhor?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Positivo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece o Sr. Amarildo?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – O Amarildo eu o conheço, porque, em épocas anteriores, esteve na cidade de Altamira, apesar dele não me conhecer. Mas eu o conheço, porque ele esteve lá, na região, fazendo um trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conversou com ele por telefone?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Com o Amarildo eu conversei, porque fui informado, alguém me deu o telefone dele e pediu, falou que eu poderia dar essas informações para ele.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor ligou para ele?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu liguei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ligou para ele. O senhor sabe se foi gravada essa conversa do senhor com ele?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Olha eu não tenho... Eu não sei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não sabe?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu não sei se foi gravado. Mas eu, com certeza, se foi, eu não tenho nada a esconder.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Foi gravada essa conversa. Aquela conversa com ele que foi gravada, o senhor confirma ela todinha? O senhor está sob juramento.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu pediria para tomar conhecimento. Lê-la, pegá-la.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Esta fita foi lida em sessão sigilosa. Então, temos que ter... Comentar sobre ela teria que ser numa sessão também sigilosa, Dr. Rosinha, só por questões regimentais que foi me avisado agora, aqui. Não, ele falou de outra gravação. Foi a do Babá, me desculpe, não foi dessa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, encerro por aqui e vamos depois conversar.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, bom, Messias já conheço há 20 anos, em torno disso. A denúncia é exatamente na região que passa por um momento difícil, com relação à extração dos recursos naturais, porque o Governo Lula começou a imprimir um ritmo de colocar o setor na legalidade. E atualmente o setor, inclusive, está parando exatamente por falta até de marcos regulatórios, já que as áreas em que as empresas madeireiras estão instaladas não têm documentos, portanto os planos de manejo foram todos cancelados, e nem podem ser aprovados. Como não tem outro mecanismo, houve, então, para resolver a situação dos pequenos produtores e até fornecer matéria-prima para as empresas que estavam na região, essa idéia do que se chamou de Safra Legal, que era fazer o desmate naquela área

permitida dos 20%, onde ainda se tem 20%, para o fornecimento de madeira. Processo de que eu participei em alguns momentos da discussão. Mas eu queria dizer, Messias, não sei por qual interesse que você resolveu falar sobre aquela situação, fazer denúncia. Não quero aqui entrar no mérito, se é político, o que é. Para mim isso não está interessando. A verdade é que você gravou duas falas: uma com o gabinete do Deputado Babá, e eu já tive acesso, ouvi atentamente os 27 minutos de gravação. A fita está em poder do INCRA, e eu estou requisitando para fazer a minha defesa aqui na Procuradoria da Casa. Eu estou pedindo direito de resposta à *Veja*. Ela gravou com o Amarildo, ex-funcionário do IBAMA, demitido ainda na gestão do Governo do Fernando Henrique, se não me engano. Nesse atual também não me interessa neste momento saber por que...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Eu ainda não ouvi. Bom, a que você gravou no gabinete do Deputado Babá, você foi inclusive questionado que o Deputado foi muito incisivo e te perguntou, quando você falou que havia interesse dos madeireiros em ajudar, quando você foi perguntado se havia interesse de os madeireiros ajudarem na campanha eleitoral lá, da disputa de Prefeitura do PT, você citou: “olha, teve contribuição para Anapu, para Uruará, e citou Medicilândia, onde, inclusive, a minha esposa é a Prefeita. O Deputado Babá te perguntou: “*Mas o Deputado Zé Geraldo está envolvido nisso?*” Aí você disse: “*Olha, eu não tenho certeza se o Deputado Zé Geraldo está envolvido; eu penso que ele sabia*”. Nessa outra gravação, eu tenho conhecimento de que em nenhum momento se tocou no meu nome. Acontece que, a partir dessa denúncia, a revista *Veja* fez uma matéria terrível – terrível politicamente e terrível do ponto de vista da proposta que está se trabalhando, exatamente porque, pela primeira vez, um agricultor vai derrubar 3 hectares de floresta; em vez de queimar madeira ele vai fazer o aproveitamento. Com relação a se tem irregularidade ou não tem, o próprio INCRA e o IBAMA precisam dar resposta para isso. O que eu estou precisando que você confirme nesta CPI é se você tem conhecimento ou outros fatos que podem... Porque, aqui, a matéria diz o seguinte – é essa pergunta que eu queria fazer: “*um representante do SINDIFLORESTA*”. Você é representante do SINDIFLORESTA? Você é filiado ao SINDIFLORESTA?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu, por motivos particulares, me desvinculei do SINDIFLORESTA, do qual eu era o Vice-Presidente, e por o SINDIFLORESTA, hoje, estar com sua sede em Belém e eu,

morando em Altamira. Por falta de contato, de trabalho, eu não me senti útil e pedi meu afastamento. Fiz um comunicado, documento este que não tenho aqui. Mas não pertencço hoje ao SINDIFLORESTA .

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não é mais associado. Já foi associado do SINDIFLORESTA.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu fui associado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Está certo. Você tem alguma informação a prestar nesta CPI sobre qualquer tipo de envolvimento deste Deputado nisso que a revista *Veja* chamou de esquema nessas irregularidades, porque isso para mim... Quer dizer, eu estou iniciando a minha defesa hoje, direito de resposta. Depois, os passos posteriores eu vou estudar. Mas a matéria aqui foi uma matéria terrível e ela partiu das declarações gravadas das fitas aqui de Brasília, porque se não fossem essas gravações essa matéria não teria existido. Inclusive, Sr. Presidente, o título, começa pelo título: “O PT dá senha para o desmatamento”. O PT dá a senha. “Outro escândalo de corrupção na área ambiental. Madeireiros do Pará doaram dinheiro a petista em troca de autorização para derrubar árvores”. Este é o tema inicial da matéria com a manchete bem grande: “PT deu a senha para desmatamento”. Ou seja, totalmente ao contrário do programa, que é evitar o desmatamento, é trabalhar exatamente nos 20% que a lei permite. Então, eu estou fazendo esta pergunta, porque V.Exa., na primeira fita, na fita que eu ouvi, não tem nenhuma afirmação. V.Exa.: “não, o Deputado, não tem... Quer dizer, não tenho certeza... Não, acredito que ele sabia” V.Exa. diz bem, depois a Comissão pode ouvir a fita. Na outra fita, segundo o Deputado Rosinha, não toca em meu nome. Acontece que aqui colocou aqui, olha o trecho: “*O esquema, segundo representante do Sindicato dos Reflorestadores do Estado do Pará, SINDIFLORESTA, era intermediado pelo Deputado Federal José Geraldo e pelo Deputado Estadual Ailton Faria*”.

Ora, se você não disse isso em nenhum lugar, significa que quem escreveu a matéria aumentou. Quer dizer, ele colocou aquilo que ele quis nessa matéria. Então, essas informações são importantes para mim, até porque a gente trabalha naquela região. Você me conhece há muitos anos e nós temos um debate ambiental razoável, inclusive com os pequenos produtores, e estamos enfrentando exatamente a ilegalidade e a grilagem de terra. Inclusive essas empresas em que você trabalhou assessorando, todas elas estão na ilegalidade, ou não estão? Estão, porque não tem terras documentadas para fazer plano de manejo. Algum plano

de manejo que tem lá foi falsificado. Você sabe como é que tem funcionado isso. E agora estamos buscando as alternativas. E aqui, então, foi citado Anapu. Mas isso não aconteceu, esse programa Pacajá, Anapu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará e o adesivo existiu lá no Anapu, devido à associação tomar a iniciativa, inclusive de apoiar o candidato do PT, e é visível. Não só as serrarias que apoiaram, porque lá dividiu o grupo. As serrarias, inclusive, colocaram placas na frente: aqui nós somos 100% o candidato que está colocado aqui que recebeu recursos. Mas eu penso que a reportagem aqui procurou, ela, na minha avaliação, está aproveitando o momento nacional, mas ela, exatamente, diz tudo ao contrário do que o programa pretende, do que eu tenho, inclusive, defendido para aquela região. Então, se você tiver alguma coisa a acrescentar, você pode ficar tranquilo, se não quiser falar aqui, você pode falar depois sigilosamente para os membros, para as coisas ficarem bastante claras até perante esta Comissão.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Se eu puder responder sigilosamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Pois não. Então, nós vamos suspender rapidamente a nossa reunião para tomada de depoimento sigiloso.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES
BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO
ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 34ª reunião (Ordinária) realizada em 7 de julho de 2005
(Parte Pública)

Às onze horas e vinte e três minutos do dia sete de julho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 7 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Perpétua Almeida – Vice-Presidente, Coronel Alves, Dr. Ribamar Alves, Dr. Rosinha, Gervásio Oliveira, Hamilton Casara, Sarney Filho e Zico Bronzeado – titulares, e Arnaldo Faria de Sá, Fernando Coruja, Fernando Gabeira, Leonardo Monteiro e Pastor Reinaldo – suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Dr. Francisco Gonçalves, Francisco

Garcia, Henrique Afonso, João Carlos Bacelar, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Luiz Bittencourt, Maria Helena, Moacir Micheletto, Neyde Aparecida, Nilson Pinto e Robson Tuma – titulares, e Badu Picanço, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Max Rosenamnn, Miguel de Souza, Roberto Balestra (licenciado), Thelma de Oliveira e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente, havendo número regimental, declarou abertos os trabalhos. ORDEM DO DIA: Apreciação de requerimentos: O Sr. Presidente comunicou ao plenário que, em virtude de questão de ordem formulada pelo Deputado Coronel Alves no plenário da Casa, todas as deliberações ocorridas na reunião do dia 6 de julho de 2005 serão anuladas, tendo em vista a votação ter ocorrido durante a ordem do dia do plenário, e para que pudéssemos dar continuidade aos trabalhos da CPI, colocou em votação a concordância em votar-se novamente os requerimentos da reunião ocorrida no dia 6 de julho, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, passou a deliberar os requerimentos constantes da pauta. 1) – REQUERIMENTO Nº 100/05 – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer sejam convocados, na condição de testemunha, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta CPI, os Srs. Pedro Cerqueira Lima – Presidente da ONG Fundação Bio-Brasil; Charles Munn – Presidente da ONG Tropical Nature; Otávio Nolasco de Farias – Proprietário da Fazenda Serra Branca, no Raso da Catarina, Estado da Bahia; e Luís Carlos Ferreira Lima – vulgo “Carlinhos das Araras” – Criador de Animais”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 2) – REQUERIMENTO Nº 101/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer seja convocado, na condição de testemunha, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta CPI, o Sr. Ornil Lima de Andrade, servidor do IBAMA no Estado do Pará”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 3) – REQUERIMENTO Nº 102/05 – do Sr. Sarney Filho – que “solicita seja requisitada ao IBAMA, em conjunto com o INCRA, a realização de vistorias, para verificação de possíveis irregularidades nos processos de autorização de desmatamento, nos projetos de assentamento que especifica”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 4) – REQUERIMENTO Nº 103/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer a quebra do sigilo bancário e telefônico da Srª Maria Joana da Rocha Pessoa”. O autor usou da palavra para encaminhar. O Deputado Coronel Alves discutiu a matéria. Retirado de pauta. 5) – REQUERIMENTO Nº 104/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer a convocação, na condição de testemunha, para prestar esclarecimentos acerca de assuntos relacionados ao campo de investigação desta comissão, dos senhores: Elielson Soares

de Farias – Gerente do IBAMA em Altamira; Paulo Maier – Gerente do IBAMA em Santarém; Bruno Lourenço Kempner – Executor do INCRA em Altamira; Leivino Ribeiro de Souza – Presidente da Associação Madeireira dos municípios de Anapu e Pacajá – AMMAPA; Juraci Dias da Costa – Diretor da FETAGRI; Leônidas dos Santos Martins – Coordenador da Comissão Pastoral da Terra; Roberval de Sousa – Presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Baixo Xingu – SIMBAX; Renato Mengoni Júnior – Presidente da Associação das Indústrias Madeireiras da Transamazônica – AIMAT; Francisco de Assis de Souza, o “Chiquinho do PT”; Hécio Lorenzoni – Proprietário das madeireiras Santa Clara e São José; Gracilene Lima – Sócia da Empresa H.B. Lima Topografia e Engenharia Florestal, com sede no Estado do Pará; o proprietário ou sócio majoritário da Empresa Di Trento Madeiras, com sede no Estado do Pará; Raimundo Adalberto Queiroz – Técnico Ambiental do IBAMA de Altamira; Francisco de Assis Germano – Técnico Ambiental do IBAMA de Altamira; Paulo Medeiros – ex-candidato a Prefeito de Uruará; Lenir Trevisan – ex-candidato a prefeito de Medicilândia; Maria Joana da Rocha Pessoa – Assessora da Senadora Ana Júlia Carepa; Leonardo Sobral e Marcos Lentini – engenheiros Florestais da ONG IMAZON; Gabriel Domingos da Silva – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Região de Anapu e Pacajá; e Aroldo Batista Mota – Presidente da Associação Agroindustrial Pastoril de Anapu – ACAIPA”. O Deputado Sarney Filho encaminhou a matéria. O Deputado Coronel Alves solicitou a retirada do nome da Srª Maria Joana da Rocha Pessoa do requerimento. Em votação, foi aprovado o requerimento, com a alteração proposta. 6) – REQUERIMENTO Nº 106/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer seja solicitado ao Presidente da Câmara dos Deputados o envio de documentos ao Ministério Público Federal, para a promoção das responsabilidades civil e penal das pessoas envolvidas com a extração irregular de madeira da Flona de Três Barras/SC”. O Deputado Dr. Rosinha discutiu a matéria. Retirado de pauta. 7) – REQUERIMENTO Nº 107/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer seja solicitado ao Presidente da Câmara dos Deputados o envio de documentos ao Ministério Público Federal, para a promoção das responsabilidades civil e penal das pessoas envolvidas com o cancelamento ou alteração irregular de multas aplicadas pelo IBAMA”. O Deputado Dr. Rosinha discutiu a matéria. Retirado de pauta. 8) – REQUERIMENTO Nº 108/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer seja convocado, na condição de testemunha, com a finalidade de prestar depoimento sobre a Operação ANAPU, realizada pelo IBAMA no Estado do Pará, o Sr. Davson Alves de Oli-

veira, Analista Ambiental da GEREX de Pernambuco do IBAMA. Requer também cópia do relatório da Operação ANAPU". Em votação, foi aprovado o requerimento. 9) – REQUERIMENTO Nº 109/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer ao IBAMA/DILIQ dados cadastrais de empresas madeireiras que especifica, estabelecidas em alguns municípios do Estado do Pará”. Em votação, foi aprovado o requerimento. 10) – REQUERIMENTO Nº 110/05 – do Sr. Sarney Filho – que “requer à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda dados cadastrais de empresas madeireiras que especifica, estabelecidas em alguns municípios do Estado do Pará”. Em votação, foi aprovado o requerimento. O Sr. Presidente solicitou ao Deputado Sarney Filho que assumisse a presidência dos trabalhos, para que pudesse apresentar requerimento de sua autoria e, por se tratar de requerimento sigiloso, colocou em apreciação do Colegiado a transformação da reunião para reservada, que foi aprovada. O Sr. Presidente suspendeu os trabalhos às onze horas e trinta e seis minutos a fim de que fossem tomadas as providências para transformação da reunião em reservada. A reunião foi reaberta às onze horas e quarenta minutos, em caráter reservado, para a deliberação do Requerimento nº 105/05. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às doze horas e três minutos. E, para constar, eu, , Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Bom dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Comunico ao Plenário que, em virtude de questão de ordem formulada pelo Deputado Coronel Alves no plenário da Casa, todas as deliberações ocorridas na reunião de ontem serão anuladas, tendo em vista a votação ter ocorrido durante a Ordem do Dia do plenário.

Para que possamos dar continuidade aos trabalhos da CPI, pergunto aos nobre Deputados se concordam em votar novamente os requerimentos na reunião de hoje.

Os Srs. Deputados gostariam de se manifestar a respeito?

Com a palavra o Deputado Coronel Alves.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Obrigado, Sr. Presidente. Essa nossa atitude realmente

não nos trouxe muito conforto, mas entendemos que era a melhor para aquele momento. E com relação a votarmos novamente a pauta pré-agendada não há qualquer problema; só estamos apresentando a retirada de apenas um dos nomes citados.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não é preciso. Eu vou pedi-la de ofício. Eu peço de ofício, e não é preciso haver votação.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Melhor ainda. Então, o processo fica bem conduzido. Obrigado pela gentileza. Dou-me por satisfeito.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Na hora em que for lido o requerimento, eu peço a retirada, de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como estão.

APROVADO.

O primeiro requerimento é o de nº 100/05, do Deputado Dr. Rosinha, que requer a convocação de testemunhas com a finalidade de prestar depoimentos sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta CPI. São indicados os Srs. Pedro Cerqueira Lima, Presidente da ONG Fundação Bio-Brasil; Charles Munn, Presidente da ONG Tropical Nature; Otávio Nolasco de Farias, proprietário da Fazenda Serra Branca, no Raso da Catarina, Estado da Bahia; Luiz Carlos Ferreira Lima, vulgo “Carlinhos das Araras”, criador de animais.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Requerimento nº 101/05, do Deputado Sarney Filho, que requer seja convocado na condição de testemunha o Sr. Ornil Lima de Andrade, servidor do IBAMA no Estado do Pará.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Requerimento nº 102/05, do Deputado Sarney Filho, que solicita seja requisitada ao IBAMA, em conjunto com o INCRA, a realização de vistorias para verificar possíveis irregularidades nos processos de autorização de desmatamento nos projetos de assentamento que especifica.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Requerimento nº 103/05, do Deputado Sarney Filho, que requer a quebra do sigilo bancário e telefônico da Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, assim como na sessão passada, tendo em vista o compromisso da Senadora Ana Júlia e da própria assessora de remeter a esta CPI a quebra de seu sigilo bancário, peço que se retire esse requerimento de votação. Vamos aguardar a chegada desses documentos. Portanto, peço que se retire desta votação esse meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tendo em vista a solicitação do próprio autor, e havendo sobre mesa também um requerimento do Deputado Coronel Alves para retirada de pauta do Requerimento de nº 103/05, coloco em votação o requerimento – ou os requerimentos – de retirada de pauta.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Requerimento nº 104/05, do Sr. Sarney Filho, que requer sejam convocadas, na condição de testemunha, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação, as pessoas que especifica. Temos uma emenda supressiva do Deputado Coronel Alves, retirando o nome da Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa, para que não seja incluída entre os listados para convocação no Requerimento nº 104/05, do Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, acato essa proposta, evidentemente ressaltando que se nós não nos sentirmos em condições de esclarecimento e desejarmos em momento posterior convocá-la, vamos assim proceder. Então, aprovo a retirada momentânea do seu nome nesta votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO o Requerimento nº 104/05, com provimento do requerimento supressivo, ou seja, aprovado o Requerimento nº 104/05 com a emenda supressiva do Deputado Coronel Alves, retirando-se do rol das pessoas que serão convocadas para depor a Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa.

Requerimento nº 106/05, do Deputado Sarney Filho, que requer seja solicitado ao Presidente da Câmara dos Deputados o envio de documentos ao Ministério Público Federal, para a promoção das responsabilidades civil e penal das pessoas envolvidas com extração irregular de madeira da FLONA de Três Barras, Santa Catarina.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, solicito ao Relator o mesmo encaminhamento de ontem, tanto para esse como para o próximo requerimento. Fiquei de receber a documentação para analisá-la, e por isso solicito o adiamento da votação. Quero analisar a documentação até para deliberarmos sobre o requerimento depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Há um requerimento, portanto, de retirada de pauta da matéria – aliás, uma solicitação de retirada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não vamos dizer que é um requerimento, e sim um acordo que fizemos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, vamos passar a matéria ao Deputado Dr. Rosinha para que S.Exa. a analise. Evidentemente, quero ressaltar que a Relatoria, independentemente da deliberação do Plenário, tem a prerrogativa de remeter a solicitação, mas vamos aguardar uma manifestação do Deputado Dr. Rosinha a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame) – Em discussão a solicitação de retirada de pauta do Requerimento nº 106/05. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.

Requerimento nº 107/05, do Deputado Sarney Filho, que requer seja solicitado ao Presidente da Câmara o envio de documentos ao Ministério Público Federal, para a promoção das responsabilidades civil e penal das pessoas envolvidas com cancelamento ou alteração irregular de multas aplicadas pelo IBAMA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – O mesmo tratamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Receberá o mesmo tratamento do requerimento anterior; ou seja, está em discussão, posteriormente em votação, o requerimento, ou melhor, a solicitação de retirada de pauta do Requerimento nº 107/05.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.

Requerimento nº 108/05, do Deputado Sarney Filho, que requer seja convocado para prestar depoimento, na condição de testemunha, com a finalidade de prestar declarações sobre a Operação Anapu, realizada pelo IBAMA no Estado do Pará, o Sr. Davson Alves de Oliveira, analista ambiental da GEREX de Pernambuco, do IBAMA, e requisitada cópia do relatório da Operação Anapu.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Requerimento nº 109/05, do Deputado Sarney Filho, que requer ao IBAMA/DILIQ dados cadastrais de empresas e madeiras que especifica, estabelecidas em alguns Municípios do Estado do Pará.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Requerimento nº 110/05, do Deputado Sarney Filho, que requer à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda dados cadastrais de empresas madeiras que especifica, estabelecidas em alguns Municípios do Estado do Pará.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Passo a Presidência dos trabalhos para apresentar requerimento de minha autoria.

Antes, por se tratar de assunto sigiloso, submeto à apreciação do colegiado a proposta de transformação desta reunião em reunião reservada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, levanto uma questão de ordem, antes de iniciarmos. Eu procurei, agora, antes de iniciar-se a reunião, falar com o Deputado Leonardo, pois foi ele quem ontem solicitou que fizéssemos este debate com um *quorum* maior. O celular do Deputado, entretanto, só cai na caixa postal. Nossa secretaria também não conseguiu localizá-lo. Eu gostaria até que esse debate fosse feito na presença de S.Exa., porque foi de sua autoria a questão de ordem, apresentada ontem, e estou tentando localizá-lo, mas não estou conseguindo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Deputado Dr. Rosinha, só uma sugestão: nós aprovaríamos, quer

dizer, discutiríamos e aprovaríamos, se for o caso, esse assunto, que é sigiloso, que não podemos ainda tornar público, e posteriormente resolveríamos a oportunidade da ação. Isso é o que eu sugiro.

Acho que não devemos perder esta oportunidade. Não há por quê. Mas vamos deixar para discutirmos essa questão na sessão secreta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Dr. Rosinha, nós temos já um requerimento aprovado aqui, para uma viagem em caráter genérico, que poderia perfeitamente ser utilizado. No entanto, queríamos aprovar esse requerimento para ter a especificidade daquele objetivo, do motivo pelo qual estamos indo, e também porque dessa forma poderíamos, com os Deputados, nessa sessão secreta ou até depois, convidando os outros, verificar quais aqueles que gostariam de estar presentes. O mais importante é que os Deputados estejam presentes, até para haver o contraditório, para não ser uma expedição em que se ouça apenas uma das partes.

Vamos fazer a sessão secreta, então.

Em votação o requerimento de transformação dessa reunião em reunião reservada.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

APROVADO.

Suspendemos os trabalhos por 5 minutos para transformá-los em reservados.

(A reunião é suspensa para ser transformada em reservada.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES
BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO
ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 35ª reunião (Ordinária) realizada em 12 de julho de 2005

Às dez horas e quarenta minutos do dia doze de julho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 7 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Josué Bengtson – Vice-Presidente, Dr. Rosinha, Gervásio Oliveira, Hamilton Casara e Maria Helena – titulares, e Arnaldo Faria de Sá – suplente. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de

Lira, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Ribamar Alves, Francisco Garcia, Henrique Afonso, João Carlos Bacelar, Leandro Vilela, Luiz Bittencourt, Moacir Micheletto, Neyde Aparecida, Nilson Pinto, Perpétua Almeida, Robson Tuma, Sarney Filho e Zico Bronzeado – titulares, e Badu Picanço, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Fernando Coruja, Fernando Gabeira, Leonardo Monteiro, Max Rosenmann, Miguel de Souza, Pastor Reinaldo, Roberto Balestra (licenciado), Thelma de Oliveira e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas das 33ª e 34ª reuniões, que foram aprovadas sem observações. ORDEM DO DIA: Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimento, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes pessoas: Dr. Roberto Alves de Castro – Delegado de Polícia Federal no Estado de Goiás; e Sr. José Augusto Mota – Chefe da Divisão Técnica do IBAMA no Estado de Goiás, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou o Dr. Roberto Alves de Castro para tomar assento à mesa, passando-lhe a palavra. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Deputado Dr. Rosinha), Hamilton Casara, Dr. Rosinha e Gervásio Oliveira. O Deputado Dr. Rosinha assumiu a presidência dos trabalhos e convidou o Sr. José Augusto Mota para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Deputado Hamilton Casara), Hamilton Casara e Dr. Rosinha, que solicitaram documentos à testemunha, concedendo-lhe o prazo de 7 (sete) dias para que os remetesse à CPI. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às doze horas e vinte e seis minutos. E para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Declaro abertos os trabalhos da 34ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiras, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas das 32ª e 33ª reuniões.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das referidas atas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discuti-las, em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em virtude de aprovação de requerimento do Deputado Dr. Rosinha, esta Comissão se reúne hoje em audiência pública para ouvirmos as seguintes pessoas: Dr. Roberto Alves de Castro, Delegado de Polícia Federal no Estado de Goiás; Sr. José Augusto Mota, Chefe da Divisão Técnica do IBAMA no Estado de Goiás.

Convido o Dr. Roberto Alves de Castro a tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Dr. Roberto Alves de Castro, inicialmente, para o prazo de 20 minutos, se assim lhe aprouver.

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Boa dia a todos. Em atendimento à convocação dos membros da CPI, nos dirigimos de Goiânia até esta Casa no sentido de prestar alguns esclarecimentos acerca de problemas e possível tráfico de animais silvestres no zoológico de Goiânia, com repercussão também no zoológico de Brasília, envolvendo vários criadouros. Nós teríamos pouco a acrescentar no que já se encontra no inquérito. Trouxemos aqui uma cópia completa, tem vários documentos que nos chegaram recentemente, que ainda estão sendo analisados e que não foi possível no momento trazer, mas que está à disposição da Comissão. Eu não sei se seria melhor fazer uma explanação, uma leitura de algum documento, uma vez que eu vou deixar a cópia para ser juntada aos autos. Se quiser, a gente poderia ler aqui um resumo que foi feito...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, gostaríamos de sugerir, tendo em vista essa metodologia, que nós pudéssemos ir às perguntas com o Dr. Paulo Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Inscrito o Deputado Casara, na sequência, o Deputado Rosinha. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Com a ausência do Relator, o Deputado Hamilton Casara solicitou que eu fizesse essas perguntas, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não. Pois não, com prazer.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu gostaria que passasse até... Sr. Roberto Alves, o Relator deixou uma série bastante longa de perguntas. Então, nós vamos, talvez, trabalhar um pouco com calma, não é?, vamos... Essa investigação, a Polícia Federal iniciou-a quando?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Nobre Deputado, tudo começou com denúncias de uma funcionária do zoológico, Maria de Lourdes França Rabelo. Isso no início do ano, agora no mês de fevereiro. E quando esta pessoa nos procurou com uma série de documentos e dizendo que tinha denúncias graves sobre o sumiço de animais no zoológico de Goiânia e talvez, também, no zoológico de Brasília, com a participação de proprietários e alguns criadouros comerciais de Goiás, então a gente, diante... deslumbrando a gravidade do assunto em termos de possível tráfico internacional de animais, inclusive, e diante de várias denúncias que ela começou a relatar, nós havemos por bem tomar declarações, logo de início, e instaurar o inquérito. Então, nós procedemos à instauração do inquérito, que possibilitaria uma investigação mais completa de todos os fatos que... eram vários, muitos fatos que ela começou a narrar. E também tinha um relatório. Então, ela entregou esse relatório também na Prefeitura. Só que não deu, digamos, o resultado esperado. Parece que... Claro que, em sendo o zoológico uma fundação municipal, então houve lá algum problema, talvez conflito de interesse, não é? Em sendo a Prefeitura municipal responsável pela direção do zoológico, então, melhor seria que a investigação fosse através da Polícia Federal, e diante da possibilidade do tráfico internacional de animais. Foi o que nós fizemos. Isso em fevereiro, tão longo tivemos a notícia, não é?, da... desses possíveis crimes e...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Faz quanto tempo isto?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Isso foi agora, em fevereiro deste ano. De lá para cá...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Fevereiro deste ano que começou a investigação?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Isto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quais os resultados dessas investigações que... já chegou alguma... já chegou a algum resultado?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Como eu estava explicando, diante de... da grande quantidade de fatos narrados e pessoas envolvidas e criadouros,

difficultou um pouco o trabalho. Mas, mesmo assim, várias pessoas já foram ouvidas, muitas provas já foram colhidas. Temos bastante provas documentais. Recentemente oficiamos os órgãos responsáveis, no caso o IBAMA, o próprio zoológico, Batalhão Florestal, que nos enviasse a documentação dos animais encaminhados ao zoológico para que, a partir daí, fizesse uma investigação quanto à entrada e saída de animais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Já foram indiciadas algumas pessoas?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Até o momento não, devido à necessidade de melhor analisar os documentos que chegaram recentemente. Só a 15, 20 dias, chegaram os documentos. Foi feito uma vistoria pelo IBAMA de Goiânia. Então, chegou esse relatório agora, recente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor está trabalhando sozinho ou tem mais gente trabalhando com o senhor?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – A nossa delegacia tem um efetivo pequeno. Inclusive foi solicitado colaboração de servidores de outros locais. Vieram agentes de fora. Inclusive, eu gostaria de, depois, ao final, colocar a questão para a Comissão, que pudesse... que puder ajudar nesse sentido de conseguir pessoal capacitado, habilitado, para ajudar no caso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em reportagem publicada no *Correio Braziliense*, de 14/04 agora, de 2005, V.Sa. afirmou que o criadouro do Sr. Noel Gonçalves Lemos é uma espécie de supermercado de animais, abastecido por zoológicos públicos. V.Sa. confirma essa afirmação?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Por tudo que já foi coletado de provas até o momento, temos aqui documentos de... configurados por um termo de permuta realizado entre o zoológico de Goiânia... Só um exemplo eu vou dar, mas existem vários documentos similares: termo de permuta de animais que faz o Parque Zoológico de Goiânia, nesta oportunidade representado pelo seu Diretor, Médico Luiz Elias Carmargo e o Sr. Noel Gonçalves Lemos, proprietário da microempresa Serra Azul, em Quirinópolis, celebram o presente termo de permuta nas seguintes condições: o Parque Zoológico cede ao Sr. Noel Gonçalves Lemos vários animais que estão aqui relacionados, mais de 20 animais e, em contrapartida, o Sr. Noel Gonçalves Lemos cede: 1 – pagamento de mão-de-obra do recinto das aves; 2 – um computador completo; 3 – material de construção; 4 – transferência e licenciamento do veículo cedido pelo IBAMA; 5 – placas de computador; 8 – ninho para arara. Então, quer dizer, um termo de permuta totalmente irregular. Esse é um caso só.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual é a data desse termo de permuta?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Vinte e seis de junho de 2003, assinado pelo Noel e pelo Diretor, com 2 testemunhas. Isso aqui é só uma cópia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É o Noel... é aquele senhor, não é o filho dele, não, é?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – É do criadouro Serra Azul, Noel Gonçalves Lemes, tá aqui. Então, são vários casos. Então, isso aí foi uma reportagem da... acho que saiu no *Correio Braziliense*...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Isso.

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Deve haver vários. Foi no sentido de que, diante das denúncias que nos chegaram e pelo que a gente pôde verificar na época e, mais ainda agora, com o correr das investigações, é que realmente havia isso, está havendo. Havia um descontrole tal na quantidade, no recebimento dos animais e no encaminhamento, que realmente possibilitava que os criadores fossem lá e apanhassem ou requeressem os animais a seu bel-prazer, por simples permutas ou doações. E, dali para frente, eram comercializados sem nenhum controle, não tinha marcação, não tinha nada. Disso aí, há vários depoimentos aqui que já provam.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor está investigando só o zoológico e daí, por conexão, está investigando o criadouro do Sr. Noel também?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Outros criadouros também. Todos que estiverem com esse tipo de...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos criadouros o senhor está investigando?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Até o momento há 3 aqui que já foram ouvidos e temos documentos referentes a eles.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Os 3 recebem animais de zoológicos?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Todos os 3 receberam.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De Goiânia e de Brasília ou de quais zoológicos?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Não só dos zoológicos. Às vezes, os próprios órgãos ambientais encaminham animais diretamente. Então, vamos verificar toda essa transação que há entre os órgãos que apreendem animais também e os levam diretamente para os criadouros.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos zoológicos já encontrou na lista da investigação do senhor?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Criadouros?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, zoológicos.

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Não, no caso, aqui a gente... o inquérito está sendo direcionado mais com relação a transações relacionadas pelo zoológico de Goiânia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De Goiânia. O zoológico de Brasília, o senhor não está investigando?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Tem um outro colega aqui em Brasília que, que eu saiba, já está também investigando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E, quanto ao zoológico que o senhor está investigando, o senhor disse que a origem dos animais são de várias instituições, e também do zoológico de Goiânia. Tem algum outro zoológico que o senhor constatou ser fornecedor de animais ao criadouro do Sr. Noel? De algum outro zoológico, o senhor constatou, mesmo que o senhor não esteja investigando esse zoológico? O senhor constatou algum outro?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Veja bem, a gente sabe, tem documentos – inclusive, também foi instaurado esse outro inquérito em Brasília – que ele recebeu animais do zoológico de Brasília. Já tem documentação sobre isso também. Agora, a nossa intenção, dada a complexidade do assunto, a diversidade de fatos e pessoas envolvidas, é deixar esse inquérito para investigar mais com relação às transações realizadas pelo zoológico e à participação dos servidores do IBAMA. Inclusive, eu tenho 2 relatórios aqui já contraditórios, um de abril e um agora mais recente, após uma vistoria do pessoal do IBAMA de Goiânia. Então, são contraditórios e, por si só, já confessam que há realmente muitas irregularidades. Isso está documentado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Naquela mesma reportagem que citei, o senhor disse que tinha suspeita de que esse esquema está conectado com o tráfico internacional de animais. Eu pergunto: nas investigações, até agora, tem se confirmado essa suspeita que o senhor disse que existia?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Veja bem, diante do descontrole que já foi detectado, da falta de observação de vários quesitos na saída de animais do zoológico e devido ao alto preço desses animais no exterior, tudo leva a crer que, realmente, há uma conexão internacional. Existe muito tráfico no sentido de fornecer animais para criadouros, talvez, até regionais ou somente nacionais, mas a idéia que se leva a crer, realmente, é que existe também essa conexão internacional. Se foi detectado? Tem um fato só, aqui, de um rapaz que já foi ouvido, cujo depoi-

mento já consta aqui, e vai ser indiciado. Foi feita uma busca numa chácara dele em Goiânia. É sobrinho do atual Diretor do zoológico. Sabia-se que havia vários pássaros nessa chácara. Só que, quando a gente chegou, só conseguiu pegar um pássaro. Mas ele mesmo falou que ele está sendo investigado em outro inquérito, em São Paulo, porque ele compra animais em Goiás, nesses criadouros, e acha que está até correto. Vai lá, tira uma guia, não sei o quê. Só que ele está fazendo isto comercialmente: compra animais em Goiás e os encaminha para São Paulo. E tem firmas que são de exportação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como é o nome desse rapaz?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Sílvio Terra, sobrinho do atual Diretor, Fernando Silveira. E trabalhava no zoológico. Ou seja, só complementando, existem vários fatos, possivelmente, houve transações, talvez até tráfico internacional. Agora, o que a gente está procurando é verificar e constatar, provar, pelo menos, um fato que seja. Nesse caso do Sílvio Terra, já há elementos que comprovam. E há depoimentos de pessoas que trabalharam no zoológico também que disseram que, fazendo bicos ou trabalhando esporadicamente para o Noel, transportavam animais do criadouro do Noel direto ao aeroporto de Goiânia, o que já está nos autos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor citou que começou essa investigação por denúncia da Sra. Maria de Lourdes. Ela esteve nesta CPI e disse que telefonava várias vezes para o senhor para tentar fazer flagrantes na hora de tirar os animais. O senhor esteve em algum desses flagrantes? Atendeu algum desses telefonemas?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Vários. Desde o início, a gente tem conversado, tem procurado ir atrás de todos os fatos. Agora, também não tenho uma equipe à disposição 24 horas por dia se, por exemplo, ela cismar que vai sair algum animal, não podemos ficar lá o tempo todo. Ela trabalhava lá, ela estava por conta só disso. Nós temos uma delegacia, como eu disse, enxuta, que está em fase, poderíamos dizer, de criação. A Delegacia Ambiental, no Departamento de Polícia Federal, é recente, é nova. Então, a gente ainda não tem pessoal suficiente. Então, o que houve... Também não posso sair simplesmente, por uma simples denúncia, já sair, chegar lá, apreender e... Isso demanda melhor fundamentação, requer um mandado de busca e apreensão, esse tipo de coisa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nenhum flagrante, então, foi feito?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Nesse caso, ainda não foi feito flagrante. Foi feita uma busca,

porque havia elementos suficientes. Fizemos uma busca na chácara do Sílvio Terra. Mas vamos. Em seguida, vão ser feitas buscas e, possivelmente, apreensões de animais que estejam em situação irregular, tanto no zoológico como nos criadouros.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, essas representam a metade das perguntas. Era interessante que o Deputado Hamilton Casara... Depois, se for o caso, a gente volta com as restantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria, neste momento, de agradecer pelas contribuições ao Dr. Roberto Alves de Castro, que, ao longo da sua vida profissional, tem prestado vários trabalhos no combate ao comércio ilegal de animais, particularmente, na região do Pantanal. Por conhecer seu trabalho, Dr. Roberto, ficamos satisfeitos em saber que V.Sa. assumiu há pouco tempo a frente dessas investigações. Por conhecer seu trabalho, sua experiência, entendemos que será de extrema importância para que possamos identificar esse desbalanceamento que nós temos entre entradas e saídas de animais em criadouros, e assim por diante. Eu só gostaria de perguntar, Dr. Roberto, se porventura V.Sa. já teve posse do livro de entrada e saída desse criadouro e se, porventura, V.Sa. tem já pego também a relação, a lista de óbitos de animais nesse último período de 2003 para cá.

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – São todos os documentos que foram por nós requisitados. Houve demora também significativa por parte dos órgãos em atender, e só agora, recentemente, que recebemos tanto da parte do zoológico quanto do IBAMA muita documentação que ainda, como eu disse no início, teria que ser feita uma análise. Eu estou aguardando pessoal especializado, porque é uma área que realmente tem de ser especializada, tem que entender, para fazer esse cruzamento de dados e chegar-se a uma conclusão. Só que, a par disso, temos um relatório aqui do próprio IBAMA que conclui sobre esses documentos. E, nesse relatório, acaba por confessar vários fatos que levam à prática de irregularidades.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Dr. Roberto. Sr. Presidente, apenas para registrar que entendo, como grau de importância, que, após ouvidos todos os depoentes e os convidados, que nós pudéssemos ter, junto com a Assessoria desta CPI, uma conversa já na Secretaria desta Comissão com o Dr. Roberto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Dr. Ro-

sinha, que está inscrito. V.Exa. gostaria de concluir as perguntas do Relator?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sim, há mais algumas deixadas pelo Relator. O senhor esteve já no criadouro do Sr. Noel, Dr. Roberto?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Veja bem: muitos fatos foram trazidos pelos denunciadores, e nós procuramos, primeiro, ouvir as pessoas envolvidas, vários funcionários do zoológico, pessoas que trabalharam, outras que tinham ciência de alguns desses fatos relacionados. E estamos tentando montar equipes; já houve a tentativa de instalação de uma (*ininteligível.*) na Câmara Municipal em Goiânia. Então, por que ainda não fomos? Fomos a outros criadouros, mas ainda não fomos até o criadouro do Noel, porque entendemos que a gente deve ir mais embasado, ter mais informações, mais documentação e vai ter que ser uma equipe. Eu acabei de conversar com um colega do IBAMA e já está prevista uma montagem de uma equipe agora, para o início de agosto. Então, é necessário que o órgão ambiental esteja junto com a Polícia Federal e todas ...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas o senhor não acha que quanto mais demora menos vai encontrar lá?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Não é o caso. Nós já temos todas as documentações, já temos muita documentação de coisa, temos esses termos de permuta, temos coisa que já foi para lá, que já saiu. As denúncias já existem, e os documentos, também. Os fatos já foram praticados. Agora, tão logo a gente tenha mais condições e equipes do IBAMA, porque o órgão ambiental encarregado dessa fiscalização é o IBAMA... A Polícia Federal, no caso, vai acompanhar, dar o reforço e, como já tem o inquérito, vai prosseguir e vai aproveitar os fatos para indiciar ou não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor só ouviu pessoas até agora do zoológico?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Não, eu já ouvi criadores também.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Já ouviu criadores também.

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Tem um criador em Goiânia muito conhecido, o Dr. Marco Emmano, que tem muitos animais lá. Ele recebe animais de doação, recebe animais de zoológico. Desse, por exemplo, eu já poderia até adiantar, tem algumas irregularidades, pequenas, mas tem. Então, por exemplo, o que foi encontrado lá vai ser apreendido. Agora, são pessoas que você vê, nesse caso do Sr. Marco, ele tenta seguir a legislação. Você vê que é uma pessoa... é diferente, é um comércio menor. Não é o caso do Noel, que pegou grandes quantidades, tanto do zoo-

lógico de Brasília como do de Goiânia, e realmente pratica comércio em quantidade maior.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Diretor do zoológico, o senhor já o ouviu? O atual Diretor do zoológico?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Ainda não. O Diretor do zoológico e o Noel, a gente está deixando para o final.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não foram ouvidos ainda?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Ainda não foram ouvidos. Mas já temos vários indícios de alguns dados.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor tem suspeitas de tráfico internacional. O senhor disse na imprensa e aqui também não negou. O senhor solicitou a quebra do sigilo telefônico para ver essas ligações?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – O inquérito, como eu disse antes, iniciou-se agora em fevereiro. Temos vários casos, vários inquéritos em andamento sob nossa responsabilidade. A nossa equipe é mínima. Tanto é que, diante destes fatos que estão se avolumando, a nossa idéia é desmembrar o inquérito, deixando um para o zoológico e abrindo outros para os criadouros que forem aparecendo e que tiverem algum indício de irregularidade. Todas essas medidas de busca e apreensão, de quebra de sigilo, isso fatalmente vai ser procedido em seguida, e vão ser feitas, e tenho certeza de que vão levar a bons resultados.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor investigou as viagens do Diretor Fernando Silveira para os Estados Unidos?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Foi levantada essa questão porque existe essa presunção de tráfico internacional. Uma vez que ele se encontrava nos Estados Unidos há bastante tempo, então, isso aí também vai ser investigado, inclusive, através de contatos com o pessoal do Fish and Wildlife Service, dos Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A INTERPOL foi solicitada?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – A INTERPOL também vai ter que entrar. Como eu disse, é um inquérito que está bastante recente. Agora é que estão chegando... Agora, há cerca de 15 dias, que recebi o primeiro relatório do IBAMA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor tem trabalhado junto com o Ministério Público ou não?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Está a par de todos os fatos, o Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Está trabalhando junto?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Está trabalhando junto. E a gente precisaria trabalhar realmente junto, de mãos dadas mesmo, para que se tenham bons resultados, junto com o IBAMA, que é o órgão que deve olhar e que tem que saber o que ocorreu lá realmente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É verdade que o Diretor Fernando Silveira é sobrinho do Secretário de Governo Flávio Peixoto, o mesmo ocorrendo com o Dr. Rafael, atual substituto do Diretor?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Dr. Ary, Diretor do IBAMA, deu declarações na televisão dizendo que não existe nenhuma anormalidade no zoológico de Goiânia. O senhor já ouviu alguns técnicos do IBAMA sobre essas declarações, sobre essa postura?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Estivemos lá para fazer uma reunião com o Sr. Ary há pouco tempo e, na época, dadas as denúncias e pelo fato desta senhora, Dona Lourdes, ter ido lá, então, ele queria saber, ter um resultado. A mídia, a imprensa, todos querendo saber o que estava acontecendo, então, parece que há 2 ou 3 meses ele deu, realmente, uma entrevista dizendo que estava tudo certo, que não tinha nada. Tenho aqui, inclusive, uma cópia de um relatório dessa comissão dizendo isso, que se chegava à conclusão de que não havia grandes problemas. Só que agora, recentemente, depois dessa vistoria realizada por uma equipe do IBAMA, 4 técnicos assinaram, Anderson Carneiro Marinho, Analista Ambiental; Kelly Bonach, Consultora; Ivaldo Moreira de Carvalho, Analista Ambiental – se não me engano, o Ivaldo é o Chefe do Setor de Fauna e Flora –, e Isaías José dos Reis, Analista Ambiental... Então, por esse relatório, o próprio IBAMA diz, discorre sobre todas as diligências realizadas, o que foi feito. Num dado momento, diz que, na análise da planilha do Anexo III, apuraram-se 98 aves, 142 mamíferos, 71 répteis, totalizando 311 animais sem documentação comprobatória de saída e óbitos nos anos de 2003, 2004 e tal. Esse é só um caso. E tem mais coisa. Está tudo aqui, que vou passar à Comissão.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dr. Roberto, anteriormente, o senhor disse que não sabia, não sabe, não tem conhecimento se o Diretor Fernando Silveira é sobrinho do Secretário de Governo Flávio Peixoto. A pergunta que nosso Relator deixa é se V.Sa. já conversou com o Secretário pessoalmente ou por telefone a respeito desse caso, com o Secretário Flávio Peixoto.

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Ainda não, porque, como eu disse, veja bem, foram muitos

fatos trazidos. Eu também não podia sair indiciando ou apreendendo antes de ter mais condições de saber, realmente, o que estava acontecendo. Então, procuramos começar a ouvir as pessoas que trabalhavam. A própria Lourdes indicava: fulano trabalha lá, sabe isso, sabe aquilo. Então, a gente começou a chamar. Então, já ouvimos muitas pessoas. E começou a chegar documentação. Então, digamos, a parte do Poder Executivo Municipal, a gente conhece o pessoal, sabe que são pessoas idôneas, foi nomeada essa Diretoria recente, agora em janeiro. Só que já existem esses fatos. Das muitas irregularidades que eram da administração anterior, algumas continuaram. A principal delas, eu diria, que possibilita haver qualquer tipo de coisa, é a falta de controle dos animais, a falta de marcação. Existem várias marcações para cada tipo de animal. Isso aí eles mesmos, já em vários depoimentos aqui na Comissão, em vários outros locais, já confirmaram que, realmente, não existe esse controle efetivo dos animais, tanto do plantel fixo do zoológico como daqueles que são recebidos, que eles consideram excedentes, a título de doação, apreensões. Isso já foi em vários momentos confirmado, por vários funcionários e dirigentes do zoológico, da administração anterior e desta. Só complementando essa última pergunta, que o Ary disse que estava tudo certo, realmente, tivemos uma reunião com toda a Diretoria. Falou que 98% do que a Lourdes fala é mentira, e tal. Falei: olha, calma aí. Aí, a gente começou a conversar, e vi que ele estava mandando no pessoal, mas talvez não estivesse bem a par dos fatos. Falei: olha, tem isso, tem coisa, tem documento, tem depoimento. Aí, acho que ele formou essa última equipe, realmente foi lá e, aí, eles mesmos estão dizendo aqui. Olha bem, só o final do relatório: *“Como medida necessária e urgente em relação ao zoológico de Goiânia, visando a um controle eficiente de animais apreendidos e sua movimentação, assim como controle no seu destino, sugere-se que as atividades do CETAS... – que é o centro de triagem dos animais – sejam assumidas pelo IBAMA, desvinculando-o do zoológico de Goiânia, dotando-o de estrutura própria e capacitada, com recursos suficientes e definindo em orçamento específico, não se descartando outras alternativas.”* Ou seja, a própria conclusão do IBAMA diz que o negócio não tem condição de continuar do jeito que está. Para mim, é o suficiente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, essas eram as perguntas que o nosso Relator deixou. Consulto V.Exa. se posso fazer algumas minhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Na seqüência, por favor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Vou continuar, Dr. Roberto. Foram perguntas elaboradas agora,

enquanto o senhor respondia as perguntas deixadas pelo nosso Relator. O senhor tem conhecimento da existência de uma rede internacional de tráfico de animais? O senhor tem conhecimento da existência de alguma rede?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – O tráfico de animais, tanto em nível nacional como internacional, é público e notório que existe. Já vários casos são detectados. Só para citar um exemplo, foi aquele de alguns répteis, cobras. Onze cobras que vieram de São Paulo, passaram por Goiânia via Sedex, mas foram pegas nos Correios em Goiânia. Dalí iam para Belém e, depois, Holanda. Esse é um caso, só que aconteceu agora, recentemente. São aquelas cobras.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Foi identificado quem...

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Foi identificado como um caso de tráfico internacional.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas foi identificada a rede que estava fazendo esse tráfico?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Foram identificadas pessoas de São Paulo, de Goiânia, várias pessoas envolvidas. Que existe, isso não tem sombra de dúvida. E Goiás é uma rota de tráfico, também não tem dúvida. Agora, o que precisa ser feito é ter... Talvez, um dos motivos de eu ter vindo aqui, além de outros, é que quero conversar com a Comissão, com os nobres Deputados, no sentido de aparelhar melhor todos os órgãos, não só a Polícia Federal, mas ajudar caso o IBAMA não tenha pessoal, não tenha técnicos habilitados. Não adianta ele incentivar a criação em cativeiro sem ter técnico ou alguém para ir lá olhar e saber o que está acontecendo, quais animais chegaram, aqueles que saíram, como é o tratamento desses animais. Se se deixar à vontade, acontece isto aqui: não existe controle, não vai dar os resultados esperados, inclusive, com legislação pertinente. Quer dizer, você faz uma legislação para incentivar a criação em cativeiro, mas não dá condições para o órgão fiscalizar, no caso, o IBAMA. Ou, no caso da Polícia Federal, foram criadas as Delegacias Ambientais, só que trabalhamos com a área de animais, área de mineração, de madeira – assim como o nome da CPI é abrangente –, tráfico de animais, plantas silvestres brasileiras, exploração e comércio ilegal de madeira. E ainda faltou mineração, que é um setor também que, na hora em que se começar a mexer em DNPM, etc, só em Goiás, onde a gente está, tenho vários inquéritos com denúncias de irregularidades na área de mineração.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nessa...

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Então, só concluindo, seria isto: o que se precisa é dotar os

organismos, os órgãos responsáveis, para que realmente eles possam exercer seu papel.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nas investigações da Polícia Federal e nas investigações levadas pelo senhor, como esses animais saem do País? Por que via e de que maneira que eles saem, para isso poder ser inibido ou investigado?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Isso aí existem filmes, reportagens sobre isso, todo o mundo sabe como sai: sai por aeroportos, sai por portos. O que eu estou dizendo é que Goiás é um corredor do tráfico. Por que? Porque vem de Mato Grosso, vem do norte de Mato Grosso, vem do Nordeste, descendo aqui também, passando por Brasília. Então, Goiás, pela própria situação geográfica, é um corredor de tráfico, não só de animais, todo o mundo sabe, mas também no caso de drogas – já atuamos bastante nessa área em Mato Grosso. Goiás acaba se transformando nesse corredor devido à sua localização geográfica. O tráfico existe, o *modus operandi* é conhecido. Agora, o que eu digo para o senhor é o seguinte: no caso da Polícia Federal, foram criadas agora, recentemente, dentro da sua estrutura, uma Divisão Ambiental e as Delegacias em cada Superintendência. A nossa idéia é que a nossa Delegacia seja dotada, o mais rápido possível, de meios, de recursos humanos e materiais para realmente passar a investigar todos esses casos nessas áreas. A gente sabe que existe, pega-se pouca coisa ainda, mas a tendência é que essa investigação, que, assim que tiver todos esses meios, eu tenho certeza de que vai dar resultado e vai inibir o tráfico de animais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nesse tráfico, existe o tráfico de ovos e de sangue de animais? Nas investigações do senhor, o senhor chegou a alguma conclusão desse tipo de tráfico?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Não, veja bem, eu vim falar sobre a investigação, o inquérito do zoológico. Outras investigações nós temos desenvolvido mais é na área de pesca predatória, de caça ilegal, porque toda a área, por exemplo, Rio Araguaia, rios federais de Goiás, ficou teoricamente sob nossa jurisdição. E a gente também tem consumido muito tempo na área de mineração, com relação a inquéritos de origem do DNPM, irregularidades na área de mineração, que Goiás também, Ne, tem muitos casos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Bom, o senhor citou, mais de uma vez, a Sra. Maria de Lourdes, Ne. Ela veio depor aqui, ela fez uma série de denúncias. Qual é, mais ou menos, assim, se o senhor puder dar um percentual de que essas denúncias têm fundamento?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Veja bem, no início... Eu nunca duvidei da denúncia dela, por-

que fez um relatório como aquele – já era um relatório consistente – e conhece, trabalha lá dentro. Quer dizer, eu não duvido das denúncias em si, apenas entendo que cabe a nós uma investigação mais aprofundada antes de sair acusando. Então, se você me falar hoje: vai prender, vai ser condenado, etc, o que eu tenho são indícios. Já tenho relatórios aqui, já tenho uma lista, digamos assim, de pessoas que vão ser indiciadas; já tem aqui, digamos, a tipificação. Agora, não vou dizer que tudo que ela fala seja verdade, por isso, a gente instaurou o inquérito e está investigando. Agora, já fomos atrás de muita coisa, já recebemos provas documentais, temos muitos documentos e depoimentos que levam a crer que muito do que ela falou é correto, e já está provado. Tanto é que vai resultar no indiciamento, em breve, de várias pessoas, conforme já está aqui no relatório.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor, eu acho, porque se está acompanhando seu depoimento agora, não consegue acompanhar o serviço. Eu tenho a impressão de que está muito lenta – é impressão minha, pessoal –, que está lenta essa investigação. Se a minha impressão for verdadeira, se o senhor concordar, a que se deve essa lentidão?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Eu não diria lenta, eu diria que ela está sendo cuidadosa e trabalhosa, dada a diversidade dos fatos, como eu disse, da quantidade de pessoas e locais envolvidos. E a gente está trabalhando para montar uma equipe maior para, digamos, deslanchar mais o serviço e a investigação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A equipe é pequena?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – A equipe ainda é pequena.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor solicitou o reforço para a equipe?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Já solicitamos reforços. Vamos deixar também aqui na Comissão um pedido de ajuda para que, juntamente com a Polícia Federal... Eu tenho, digamos, uma pessoa muito boa lá em Mato Grosso, mas é o próprio órgão que tem dificuldades de remanejar esses servidores. Então, eu consegui que ele viesse por 30 dias, mas eu preciso que esse servidor fique, pelo menos, até o término deste inquérito. Então, é esse tipo de coisa que a gente vai tentar conseguir. Rápida, eu diria que não está. Agora, ela está sendo cuidadosa e levada dentro do que é possível, dentro do que a gente tem condições e está sendo feita, garanto-lhe, da maneira apropriada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Deputado Hamilton Casara fez uma pergunta ao senhor – esta é

a minha última pergunta – e o senhor disse que tinha um relatório aí. É aquele relatório que o senhor leu, alguma coisa do IBAMA, ou é um outro relatório que o senhor disse a ele que tinha?

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Eu tenho relatório desse agente especial que veio para acompanhar o caso, já com conclusões, após análises de documentos e depoimentos, e que já aponta para realmente a existência de várias irregularidades e da possibilidade de indiciamento de algumas pessoas. E tem o relatório primeiro do IBAMA que, a princípio, disse que não teria problema, não tinha nada de errado no zoológico. E já tem este último, que tem várias passagens em que se constatou a existência de irregularidades.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Dr. Roberto. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Gervásio Oliveira.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA – Dr. Roberto Alves, infelizmente, eu cheguei aqui um tanto quanto atrasado, e não assisti à sua explanação, mas depois que eu ouvi aqui as indagações do Deputado Dr. Rosinha com a indagação do Deputado Hamilton Casara, talvez, eu possa contribuir também com alguns comentários e algumas perguntas à proporção em que formos nos manifestando.

O senhor colocou aí que o relatório do IBAMA com o relatório dos criadouros não batem. E, na verdade, parece-me que, apesar de haver uma legislação, que ainda, para os criadores, não está assim bem aprimorada no que diz respeito... Não está ainda de acordo com a realidade brasileira, com aquilo que deveria realmente ser feito. Mas, com o tempo, evidentemente, a gente vai ajustando. Nós sabemos que, claro, não todos, mas alguns criadores servem como âncora para o tráfico de animais e também, em algumas situações, eu queria lhe dizer que também eles servem até para o tráfico da flora. E eu aqui lhe perguntaria se o senhor tem contato com os Estados fronteiriços brasileiros, com os Estados que fazem fronteira com outros países, mais precisamente da Amazônia. Eu lhe faço essa pergunta pelo seguinte, Dr. Roberto: eu sou do Amapá, sou Parlamentar do Amapá, e já tive a oportunidade de várias vezes ir à tribuna e denunciar o tráfico de animais, de répteis, da flora, saindo ali pelo departamento francês. E existe uma vila, um Distrito do Município de Oiapoque, no Amapá, que se chama Vila Brasil. Certamente, o senhor tem conhecimento sobre o que acontece na Vila Brasil. Certamente que tem. Lá, sem dúvida alguma, disso eu já recebi denúncias de órgãos do Estado... E aí eu também concordo

com o senhor que o IBAMA não está ainda equipado devidamente, não só em relação ao número de fiscais, ao número de técnicos da área, mas também quanto ao equipamento, à infra-estrutura, principalmente, para a Amazônia, onde é muito incipiente. Aquele técnicos, eles trabalham, muitas vezes, mais pelo seu esforço, pelo compromisso da profissão do que propriamente pelo equipamento que eles têm, porque, como o senhor já colocou aí, realmente, são várias atividades. E nós trouxemos essas denúncias para a tribuna da Câmara, quando tivemos oportunidade de denunciá-las. Até entrei em contato com a Polícia Federal. Se a Polícia Federal foi lá ou não, eu não tenho conhecimento, porque realmente esse retorno, esse *feed-back*, ele fica um tanto quanto difícil, porque nossas atividades aqui também são múltiplas, assim como da Polícia Federal também. Mas o que acontece no Amapá, e não é só na Vila Brasil, sai também pelo próprio Município de Oiapoque, uma travessia que tem de 20 minutos de catraia – catraia é aquele motor, aquela voadeira –, porque é constante essa travessia. E eu já tive a oportunidade de verificar que também há um tráfico de animais por esse meio, nessa facilidade que existe lá. Talvez, pessoas travestidas de turistas, que entram facilmente no Município de Oiapoque, também tenham facilidade de fazer esse tipo de tráfico. Basicamente, o que eu queria lhe dizer é que, quando a gente se afasta um pouco da Amazônia, o tráfico de animais silvestres e da flora também são mais mascarados, são mais empanados. Mas, na Amazônia, não, há um escancaramento, é à vontade, entendeu? E eu pergunto ao senhor se, porventura, vocês tiverem esse intercâmbio com os Estados fronteiriços, como é que está essa fiscalização, se a Polícia Federal tem tido apoio nesse sentido. E o senhor já colocou aí a dificuldade que vocês têm de trabalhar com o IBAMA, exatamente por causa do equipamento, dos técnicos que faltam ao IBAMA. E, por último, quero lhe dizer que o senhor foi feliz quando o senhor colocou a questão das gemas, que é a questão da mineração. Nós propusemos que também fosse fiscalizada a questão da mineração, tivesse uma fiscalização, mas, infelizmente, nós não podemos, nós não tivemos, até por causa das atividades que eram tantas – é a flora, são animais.

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Lá tem diamantes.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA – É, tem muitos diamantes, tem outros minérios, que também, inclusive, são minérios estratégicos e que a gente tem o conhecimento, já foi apreendido pela Polícia Federal lá do Estado, se eu não me engano foi pela Polícia Federal, pela Polícia Militar, mas eu acho que foi pela Polícia Federal, de minérios até que servem para

atividades estratégicas, exportadas para o Iraque. E, depois dessa denúncia, ou depois dessa apreensão, não se sabe quais as providências que foram tomadas. Mas o que eu quero lhe dizer é que, na verdade, houve uma impossibilidade de nós fiscalizarmos, incluímos na CPI da Biopirataria a questão das gemas, a questão da mineração, exatamente pelo número de atividades que nós já íamos fiscalizar, está certo? Então, eu queria, para encerrar, a minha indagação principal, o viés principal e a minha preocupação, até por ser um Parlamentar da Amazônia e saber o que acontece lá, a facilidade que tem o tráfico de animais e de vegetais para outros países, e até também já foi constatada a questão de sangue extraído por pesquisadores de outros países, extraído de índios. Isso foi publicado em nível nacional pelas revistas de grande circulação nacional, pelos jornais de grande circulação nacional, mas o importante, Dr. Roberto, é que nada foi feito, ou pouco, para não ser leviano, pouco tem sido feito. E eu pergunto a V.Sa.: quais foram ou quais são as providências que a Polícia Federal tem tido, tem dado, em relação à questão da biopirataria, em relação à questão da Amazônia? Mais precisamente dos países fronteiriços, onde há uma facilidade muito grande do tráfico de animais e vegetais para outros países, a partir da região amazônica.

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Deputado, agradeço essa manifestação, de certo modo, de apoio, e complementa também aquela idéia inicial nossa. Para responder ou para, digamos, me manifestar sobre o que o senhor disse, seria necessário, veja bem, nós trabalhamos em Mato Grosso também, já em fronteiras, em outros locais, e a gente já detectou, já tinha visto esses problemas. Nós sabemos da existência desse tráfico que o senhor acabou de relatar, por exemplo, de forma descarada, diuturnamente. Se você hoje passar por estradas acho que mais próximas do Maranhão, o pessoal mata as pacas à noite e vende de dia nas estradas – é comum, existe isso, e outros animais. Então, quer dizer, isso aí a gente sabe que existe. O que eu gostaria de dizer para o senhor e que eu fico assim, de certo modo, acho que todos nós, envolvidos com o meio ambiente, de uma certa maneira, o meu envolvimento se deu devido ao trabalho em Mato Grosso, quando ainda não tinha a Lei nº 9.605, estava no início, não existia na Polícia Federal, era tudo dentro da área da fazendária, bens da União, então, não existia uma divisão. Então, quando a gente estava em Cáceres, no Mato Grosso, o Dr. Damásio, eu me lembro do dia, a gente já estava fazendo esse trabalho, porque já era, como o Dr. Hamilton Casara nos conheceu lá, a gente já gostava de trabalhar nessa área, vendo o problema de pesca predatória, etc,

na região, juntamente com o IBAMA. Todo lugar em que nós trabalhamos eu procurei trabalhar sempre junto com um órgão ambiental, o IBAMA, no caso de lá, a FEMA também, que é um órgão estadual. Então, a gente vê claramente que o senhor demonstra essa preocupação com essa área em que a gente trabalha hoje. Trabalhamos em várias outras, mas é uma área em que a gente trabalha hoje. Trabalhamos em várias outras, mas é uma área em que gostamos de trabalhar, que nós realmente optamos, motivo esse que, devido a esse trabalho nosso, no Mato Grosso, com a instalação de uma divisão ambiental na Polícia Federal – foi separado, hoje é uma divisão –, foi criada uma delegacia em cada Superintendência, hoje, em todos os Estados. Em todas delegacias descentralizadas deve ter um núcleo ambiental. No nosso caso de Goiás, temos Jataí e Anápolis em que vão ser implantados esses núcleos. Eles já estão fazendo o trabalho deles nessa área, que Goiás já está implantado. O fato é que, eu diria, digamos, alvissareiro que nos motiva a pensar que realmente esse tipo de coisa, esse tipo de crime... não digo que vai acabar. É como o tráfico de drogas, quem vai garantir que vai acabar? Pode-se combater, diminuir, etc, mas, no caso, devido a essas extensas fronteiras nossas, com mais de 6 mil quilômetros de fronteiras secas mais todo litoral, essa costa imensa, o que a Polícia Federal tem feito nesse caso de positivo: a criação dessa divisão ambiental, a criação das delegacias em todas Superintendências. Agora, eu já estou adiantando e dizendo aqui para o senhor, para os ouvintes que, apesar disso, é um fato altamente positivo, mas que precisa ainda que todos os órgãos, todas as pessoas motivadas que entendem e que gostem dessa área ainda dêem um pouco mais de ajuda no sentido de que não basta se criar uma delegacia, ou uma gerência executiva do IBAMA, ou um escritório do IBAMA, em algum lugar. Tem de ter meios, ter pessoal habilitado – não é só pessoal habilitado, não é só qualquer pessoal, tem que ser habilitado e que entenda. E tem que ter recursos materiais, tem que ter carro. Por exemplo, a Delegacia de Goiânia, por exemplo, não tem uma canoa, um barco. Se eu quiser fazer um trabalho no rio Araguaia ou que demande aí utilização de barcos, eu teria que ver com o IBAMA ou com batalhão florestal. Quer dizer, isso tudo dificulta. Agora, não estou também reclamando. Aliás, eu prefiro dizer que eu estou aplaudindo a instalação e a criação dessa divisão e dessas delegacias, porque antes não existiam. Então, infelizmente, nós temos é de ter a calma e a percepção necessária de ver que é um começo. Então, o que o senhor disse aí que vê as coisas acontecerem lá, será que alguém fez alguma coisa? Eu diria o seguinte: nós temos uma delegacia

lá no Estado, e tem os núcleos, e temos gente para isso. Agora, precisa ter mais condições, precisa que uma Comissão dessa, aqui da Câmara dos Deputados, uma CPI da Biopirataria com todos órgãos.... Há até um comentário: faltou a parte da mineração, que é importantíssima também. Então, eu diria o seguinte: se esta CPI chegar à conclusão...

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA – Mas certamente só depois vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Para concluir Dr. Roberto, por favor.

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Sim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Só para o senhor concluir.

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – O inquérito está sendo trabalhado, as investigações, neste caso e em outros, os senhores podem ter certeza que vão ser procedidas da melhor maneira e vai-se chegar a uma conclusão. Realmente, não vai acabar em pizza. Já tem uma lista aqui, e logo vai ter indiciamento. Se a CPI, a meu ver, chegar a uma conclusão e que pelo menos mostre ao público, mostre à população e, principalmente aos dirigentes, que é uma área importante que precisa ser mais incentivada e dado mais condições de trabalho para todos os órgãos, só isso aí eu acho que já seria um grande avanço, uma grande coisa se a CPI conseguisse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Deputado Gervásio.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA – Certamente, pela importância estratégica e econômica que tem a Região Amazônica, o senhor tem... Nós concordamos com o senhor que a Amazônia deveria ter um apoio infinitamente maior em relação a essa questão, Sr. Presidente, Deputado Rosinha, porque todos nós sabemos da importância da Amazônia para o Brasil e até para o mundo todo. Mas eu pergunto ao Dr. Roberto se há esse intercâmbio entre vocês, se há essa... Eu sei que não é da sua alçada, no Amazonas e no Amapá, tem Superintendência da Polícia Federal, tem em Roraima, tem em Rondônia. Mas se há esse intercâmbio, essa troca de informações entre vocês e se, por ventura, há um apoio da Polícia Federal. E pergunto isso a V.Sa., porque o senhor está muito mais próximo daqui de Brasília, e sabemos que, apesar de a comunicação hoje ser rápida, ser muito mais fácil e facilitada também, mas a distância também entre o poder central é de grande relevância. Se há essa comunicação, se há providências em relação a esses lugares assim, que sabemos que acontece. Por exemplo, em relação à Vila Brasil... E aí tem lá Santa Helena em Roraima; Rondônia também certamente tem os mesmos problemas. Um dia desses nós, aqui,

nesta Casa, nesta Comissão, ou melhor, a Comissão da Amazônia foi palco de discussão em relação à questão da Reserva Roosevelt e os diamantes eram explorados indevidamente, era resultado ou era elemento de tráfico internacional, enfim. Então, cada Estado desse da Região Amazônica que faz fronteira... Tem o Mato Grosso também. Enfim, há essa informação? Existem essas providências tomadas pela Polícia Federal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Eu só quero fazer um lembrete, Deputado, que o art. 256, § 5º, do Regimento Interno, coloca que, na CPI, as perguntas devem se ater à razão do convite ou do convocado.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA – Do Estado de Goiás. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Porque, senão, nós vamos ficar discutindo a Polícia Federal a nível nacional e na Amazônia e vamos ter um outro debate o dia inteiro.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA – Mas eu fiz essa pergunta exatamente porque também ele colocou de forma generalizada. Ele citou o intercâmbio em relação à questão da Amazônia e tal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Então, eu só quero fazer esse lembrete, senão nós vamos entrar em outro debate, fugindo do objetivo e do objeto da vinda aqui do Dr. Roberto. Passo a palavra ao Dr. Roberto, se ele desejar fazer algum comentário a respeito da última questão.

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Eu vou ser um pouco mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Também sendo breve, por favor.

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Só no sentido de dizer que, assim como foram instaladas essas delegacias, existe hoje... É só mais para o pessoal também entender a área ambiental na Polícia Federal como está se procedendo. Existe hoje, da parte da direção, um grande envolvimento com esta área. Foi criado um centro de especialização de Polícia Ambiental em Manaus. Já se sabe da criação de mais 1 ou 2 em breve. Ou seja, está se tendo para muito breve, formando uma polícia ambiental, quer dizer, além de federal, que seja habilitada no meio e, na prática, combata crimes ambientais. Então, isso aí, acho que é de grande importância e já está acontecendo em todos os locais do Brasil. E tem uma divisão nacional aqui que vai formar um grupo, digamos, de elite para atuar nessas questões ambientais a partir de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Eu chamei a atenção naquele momento daquela questão da pergunta, Deputado, porque nós temos mais um agora pela manhã para ser ouvido, e temos,

à tarde, 2 ou 3 ainda... Três. Nós vamos ter longo tempo de trabalho. Então, se nós ficarmos fazendo outras questões que são importantes, mas não referentes ao objeto, nós vamos ficar aqui até meia-noite. É só com esse objetivo.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA – Está certo, Deputado. Eu fiz a pergunta exatamente porque certamente ele já havia respondido quase que todas as questões, as indagações em relação à questão aqui de Goiás, Estado onde tem a sua jurisdição, exatamente para que pudéssemos ter a informação também se era conhecimento de delegados da Polícia Federal de outros Estados em relação a essa questão da Amazônia, que é muito discutida e é muito interessante também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Consulto o Deputado Hamilton Casara se deseja fazer mais algum questionamento.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sim, Sr. Presidente, apenas para aproveitar o momento e deixar registrado, acima de tudo, para que a assessoria desta Comissão possa fazer um juízo e sinalizar algumas recomendações. Sr. Presidente, eu gostaria de, mais uma vez, enfatizar sobre o que nós estamos observando principalmente da metade desta CPI para cá. Existe a boa vontade das pessoas instaladas, e aqui ficou muito patente nas palavras do Delegado Roberto nesse sentido. Estamos vendo aqui que a questão orçamentária vem cada vez mais sendo, na realidade, um instrumento de maior fragilidade para que nós possamos enfrentar um crime que cada vez mais se avoluma e vem cada vez mais permitindo que toda diversidade biológica do território nacional seja atingida frontalmente. E o que é pior, Sr. Presidente: além dessa diversidade biológica, que se permita a construção de cadeias dentro da variabilidade genética. E isso é de uma gravidade tamanha contra a nossa economia, contra a nossa soberania. Daí a necessidade desta Comissão, particularmente o serviço de assessoria, ter o entendimento de que se não revertermos... Evidentemente que, além da apuração dos crimes cometidos, principalmente o confronto à lei no que diz respeito ao tráfico em si de animais, de plantas, mas que acima de tudo se tenha a responsabilidade dos entes públicos com relação ao orçamento e recursos humanos. Do contrário, nós vamos continuar a fazer as CPIs e não vamos resolver o problema. O que é pior: a cada momento em que essa diversidade biológica se torna alvo de pilhagem, cada vez mais nós vamos tendo a construção dessa cadeia da variabilidade genética. E aí não adianta chorar o leite derramado mais lá na frente, porque tanto enzimas, tantos produtos para cosméticos, para fármacos, vão sendo evidentemente

montados nos mais diversos bancos de germoplasma, bancos dos mais diversos materiais genéticos, dentro de toda a sua diversidade biológica. Aí nós vamos tendo efetivamente a sangria contra a nossa economia, contra a oportunidade que isso pode gerar à população brasileira. Então, apenas como registro, Sr. Presidente, para que esse item, sem perder de vista o objeto desta CPI, consiga expor com muita clareza a necessidade de termos orçamento compatível para combater essas atividades ilícitas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Nós agradecemos ao Dr. Roberto Alves de Castro a sua presença aqui e faço a seguinte observação: caso o Dr. Roberto deseje o apoio desta CPI para solicitar do funcionário já referido, é só entrar em contato com a nossa assessoria que esta Presidência fará esse gesto junto à diretoria da Polícia Federal para que possa agilizar mais o processo. A segunda questão, eu solicito que essa cópia do inquérito possa ficar na CPI e de outros documentos que tenho. Agradeço ao senhor a presença. Muito obrigado. Esta Comissão está à disposição e assim, necessitando, voltaremos a procurá-lo.

O SR. ROBERTO ALVES DE CASTRO – Também agradeço a oportunidade de explanar aqui uma parte do trabalho que temos realizado. Passo às mãos parte... Tem mais documentos que ainda não foram anexados aos autos, mas o que tinha no momento já está aqui sendo repassado. E estamos em Goiânia à inteira disposição desta CPI, conforme já é do conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Obrigado, Dr. Roberto, os documentos, se os tiver, por favor, repasse para nós. Eu convido para tomar assento à mesa o Sr. José Augusto Mota. *(Pausa.)* O Dr. Augusto Mota é Chefe da Divisão Técnica do IBAMA, no Estado de Goiás. Informo ao Dr. José Augusto Mota, que é praxe das Comissões Parlamentares de Inquérito, quando convocado, prestar o juramento, de acordo com o art. 210 do Código de Processo Penal, e advertindo também a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: *“fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha”*. Portanto, solicito o nosso convocado a fazer o juramento.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade o que souber e o que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Consulto o Dr. José Augusto Mota se deseja, conforme dispõe o Regimento Interno da nossa Casa, usar a palavra por até 20 minutos, ou se deseja ir direto às perguntas e respostas. O senhor fique à vontade.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Eu gostaria de usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)
– Pois não.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Bom dia a todos os presentes. A respeito do relatório comentado pelo Dr. Roberto, gostaria de fazer algumas considerações. No dia 4 de março de 2005, chegou às nossas mãos a determinação do Ministério Público para que montássemos uma equipe para efetuar investigações sobre possíveis irregularidades no zoológico de Goiânia. Foi montado um grupo de trabalho composto por um médico veterinário, um biólogo da gerência executiva de Goiás e 2 biólogos do Centro Nacional de Repteis e Anfíbios, órgão ligado ao IBAMA. Então, essa equipe trabalhou exaustivamente por 3 meses, visando apurar possíveis irregularidades na entrada e saída de animais no zoológico. Dentre as conclusões chegadas nesses 3 meses de trabalho, identificamos a irregularidade na entrada e saída de 311 animais. Desses animais, vale lembrar que existem... inúmeros deles não são da nossa fauna – leão, tigre, bisão, chimpanzé – enfim, uma série de animais. Interpelado o zoológico, nós pudemos perceber que as irregularidades se deram no âmbito administrativo. Ou seja, havia falhas de registro na entrada e de saída desses animais e que as fichas de necropsia haviam sido extraviadas. O zoológico anexou ao nosso relatório uma planilha mostrando o destino de cada um desses 311 animais. Todos estavam no Museu Ornitológico de Goiânia para serem taxidermizados. Segundo explicações do zoológico, esses 311 animais encontram-se no Museu Ornitológico. Bom, passamos esse relatório para a Polícia Federal, que entendemos que seria melhor investigado se a Polícia fosse ao museu confirmar ou não a existência desses animais. Então, o nosso relatório concluiu que houve, sim, uma falha administrativa do zoológico. Não conseguimos apurar nenhuma saída irregular, ou seja, nenhum paradeiro incerto desses animais. Todos, segundo o zoológico, estão no Museu Ornitológico. Dessa forma, encaminhamos o relatório para a Diretoria de Fauna do IBAMA e em entrevista, que foi comentada aqui, que o Sr. Ari deu em Goiânia, simplesmente foi dar publicidade ao relatório, ao resultado desse trabalho de 3 meses que a nossa equipe de fauna realizou. Então, a conclusão é que havia irregularidades no livro de registro. O IBAMA está sugerindo que seja finalizado esse livro de registro e aberto um novo. Ficou evidente a necessidade de se tirar os CETAS de dentro do zoológico, para que isso passe à responsabilidade exclusiva do IBAMA. Providências nesse sentido já estão sendo tomadas pela Diretoria de Fauna aqui de Brasília. A partir de setembro já vão

começar a chegar os recursos para que possamos criar os nossos CETAS, porque os CETAS hoje relativos ao IBAMA, em Goiás, funcionam dentro do zoológico. E vamos começar a operação zoológico legal já em agosto, que é uma vistoria realizada em parceria com a iniciativa privada e o Poder Público. A Sociedade Brasileira de Zoológicos participa. Então, a partir de agosto essa equipe estará em Goiânia verificando as condições do zoológico. Então, a partir de agosto, essa equipe estará em Goiânia verificando as condições do zoológico. Então, basicamente, as conclusões do nosso grupo de trabalho foram essas: irregularidades no registro, problemas administrativos, e que os 311 animais passíveis dessa irregularidade encontram-se num Museu de Ornitologia, devendo a Polícia Federal fazer a devida investigação para comprovar a veracidade do fato, lembrando que esses animais existem muita coisa da nossa fauna exótica. Uma outra coisa que... um outro fato que eu gostaria de acrescentar é que no dia 24 de abril deste ano fomos procurados pela Sra. Maria de Lourdes, que nos relatou uma série de irregularidades do zoológico. Imediatamente, eu determinei que o nosso setor de fauna apurasse. A denúncia eu peguei verbalmente no dia 24, no dia 29 eu já tinha o resultado da apuração. Nada do que ela relatou foi confirmado na prática. Todas as denúncias se mostraram inverídicas. Ontem, exatamente ontem, recebemos uma nova denúncia da Sra. Maria de Lourdes sobre o sumiço de um filhote de hipopótamo e um macaco guariba. Imediatamente, fizemos a vistoria no local, acompanhados de um agente da Polícia Federal, e mais uma vez a denúncia se mostrou infundada. Então, de todas as denúncias efetuadas pela Sra. Maria de Lourdes, não conseguimos apurar como verdadeira nenhuma delas, valendo lembrar que nossa equipe não tem treinamento em investigação policial. Fizemos a investigação dentro dos parâmetros que a gente considera razoáveis. Então, o que eu gostaria de colocar seria isso, estou à disposição para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – O nosso Relator, Deputado Sarney Filho, deixou uma série de perguntas por escrito, e eu passo a palavra ao Deputado Hamilton Casara para que formule aquelas que não foram esclarecidas ainda com o depoimento.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado. Eu gostaria, Sr. Presidente, antes de passar às perguntas do nosso Relator, o Deputado Sarney Filho – são 14 perguntas – eu gostaria apenas de cumprimentar o Dr. Mota e agradecer-lhe a contribuição nesta Comissão e registrar o importante trabalho que o Dr. Mota tem feito, particularmente nas sua

especialidade maior, que é a área de espeleologia, nessa região de Goiás. Mas, Dr. Mota, V.Sa. poderia nos informar, informar a esta CPI qual o orçamento que V.Sa. tem na sua divisão técnica para o Estado de Goiás, e, dentro desse orçamento da sua divisão técnica, qual o orçamento dispensado para o setor de fauna, e, dentro desse orçamento dispensado para o setor de fauna, qual o orçamento destinado à supervisão e monitoramento dos zoológicos e criadouros conservacionistas, comerciais e científicos existentes no Estado de Goiás.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Antes de mais nada, queria agradecer ao nobre Deputado Casara as palavras, antigo companheiro da espeleologia também. O orçamento que a gente dispõe no IBAMA para a execução das atividades de fauna fica muito aquém do necessário. Só para se ter uma idéia, este ano nós recebemos mil reais para repassar ao zoológico para a compra de medicamentos. Fica uma situação muito complicada a gente exigir contrapartidas do zoológico se a gente não consegue colocar as nossas obrigações em dia. Exatamente o montante eu não sei lhe especificar. Posso encaminhar depois para a Comissão. Mas certamente é muito aquém. Para se ter uma idéia, eu tenho apenas um biólogo responsável pelo núcleo de fauna, já com tempo para se aposentar. Mais uma vez, pedindo socorro também à Comissão Parlamentar de Inquérito, se puderem me ajudar a trazer uma bióloga já identificada em Rondônia, está se transferindo para Brasília por concurso, ela tem o perfil ideal que a gente está precisando para compor o nosso quadro técnico. Agora, o valor específico, depois eu mando para os senhores oficialmente.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Dr. Mota, com a concordância do nosso Presidente, o Dr. Rosinha, estabelecemos o prazo de uma semana para que V. Sa. possa fazer essa extratificação do orçamento para esta Comissão.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Uma outra pergunta, Dr. Mota. O zoológico de Goiânia é freqüentemente “estartado” pela gerência executiva do IBAMA para fins de acomodação de animais, fruto de apreensões?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Sim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Obrigado.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – No momento, o zoológico não tem atendido mais..., não está recebendo mais animais, o que tem colocado a gente numa situação muito difícil. Semana passada, a gerência tinha bicho lá por todo o lado porque, depois dessas

denúncias todas, eles estão se recusando a receber animais apreendidos e animais acidentados.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – V.Sa. poderia citar, se desses 311 animais, além das espécies exóticas, quais as espécies que estão na lista de ameaçados de extinção da fauna brasileira, nessa relação?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Nessa relação, nenhum.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Nenhum?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Nenhum.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, então passo a fazer as perguntas do Relator, Deputado Sarney Filho. Dr. Mota, o Núcleo de Fauna do IBAMA de Goiás realizou vistoria no jardim zoológico de Goiânia em 2005, motivada por demanda do Ministério Público. Com que frequência a gerência executiva estadual realiza inspeções nos zoológicos e criadouros localizados no Estado de Goiás? Essa é a primeira pergunta. Segunda pergunta: quantas instituições, entre zoológicos e criadouros, existem no seu Estado? Quantos técnicos trabalham no Núcleo de Fauna da Gerência?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – A primeira pergunta, por favor.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Quantas inspeções realizadas em 2005...

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Toda vez que o zoológico necessita de uma licença de transporte de animais é feita uma vistoria no local. Eles solicitam a licença para transportar um animal, uma permuta com outro zoológico, o nosso técnico vai ao local verificar...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Mas V.Sa. poderia precisar neste ano de 2005?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Neste ano, acredito que umas 4 vezes.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Quatro supervisões?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Quantos zoológicos e criadouros existem no Estado?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Nós temos 60 criadouros ativos e 1 zoológico da Prefeitura.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Quantos técnicos trabalham nesse setor?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Atualmente, 1.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Qual a especialidade?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Biólogo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Segunda pergunta que faço a V.Sa.: a Fundação Museu de Ornitologia informou o recebimento de todos os animais que teriam vindo a óbito no jardim zoológico?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Sim. Tem um documento assinado pelo Dr. Hidasi.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Consta das informações que existem discrepâncias entre as relações prestadas pelos zoológicos. V.Sa. poderia confirmar isso?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não conheço.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – A segunda pergunta é a que V.Sa. já respondeu: que a Gerência já fez a vistoria no zoológico. O museu e seu responsável, o Sr. José, continuam recebendo material apreendido da fiscalização?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Veja bem. Esse material não é oriundo da fiscalização. Animais que venham a óbito no zoológico são repassados ao museu para serem empalhados. São animais mortos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – O IBAMA tem o controle mensal dessa movimentação?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Justamente o problema detectado nesse grupo de trabalho foi falhas no livro de registro de entrada e saída de animais, não é? O problema foi justamente esse. Após a identificação desses 311 animais com falha no registro, o zoológico mandou uma planilha dizendo o paradeiro de todos esses animais. Segundo eles, estão todos no museu. Embora a diretoria de fauna tenha sugerido que a gente vá lá, verificar esses animais, nós estamos preferindo que a Polícia Federal faça esse trabalho, ou uma parceria.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – V.Sa. terá o prazo também de uma semana para fornecer a esta Comissão a relação das supervisões realizadas no zoológico, nos últimos 2 anos.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Nos últimos 2 anos?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Nos últimos 2 anos. Sexta pergunta, Sr. Presidente. Dr. Mota, na última vistoria realizada pelo IBAMA, o que foi constatado em relação ao registro de entrada e saída de animais no zoológico de Goiânia?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – A principal falha foi a ausência das fichas de necropsia. Segundo o atual diretor, elas foram extraviadas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – V.Sa. poderia informar a esta Comissão a frequência de entrada de animais como psitacídeos, cracídeos ou outras espécies ameaçadas? Têm dado entrada como maior frequência?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não, não é grande a frequência. O senhor diz no CETAS?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sim, no CETAS.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não, não tem muita frequência.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – V.Sa. poderia informar a esta Comissão quais as espécies com maior frequência de apreensão pelo corpo de fiscalização da gerência?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Geralmente passeriformes e alguns psitacídeos – alguns papagaios, periquitos. É o mais comum.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – V.Sa. poderia confirmar se de ocorrência no Estado de Goiás ou proveniente de outros biomas brasileiros?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Geralmente do próprio Estado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Oitava pergunta, Sr. Presidente. Eu estou alterando, Sr. Presidente, pois há perguntas repetidas.

V.Sa. recebeu do livro de registro de animais e de laudos de necropsia do zôo?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Veja bem. Eu não participei da equipe que efetuou o trabalho. Eu, como chefe da divisão técnica, eu fui convidado substituindo o chefe da fauna, que se encontra de férias, viajando, e não foi possível localizá-lo. Esse livro ficou em mãos da equipe durante esses 3 meses. Eles manipularam exaustivamente o livro.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – A nona pergunta, Sr. Presidente, acredito que o Dr. Mota já tenha respondido, mas para que fique claro nos registros desta Comissão.

O que V.Sa. tem a dizer sobre as declarações da Sra. Maria de Lourdes nesta CPI acerca da existência de tráfico de animais no zoológico de Goiânia? Na sua opinião, o que tem levado a Sra. Maria de Lourdes a afirmar com tanta veemência sobre essas ocorrências?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – A única coisa que eu posso falar sobre a Sra. Maria de Lourdes é que, por 2 vezes, mantive contato com essa senhora: uma, pessoalmente, em reunião oficial no IBAMA, e outra, por telefone. Ela fez uma série de denúncias e nenhuma foi comprovada pela nossa equipe técnica. A única coisa que eu poderia falar seria isso. Agora, a motivação que a está levando a fazer essas denúncias, eu não tenho idéia.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Décima pergunta: V.Sa. acha correta a “troca”, entre aspas, de animais por material de construção e mão-de-obra,

como ocorreu entre o zoológico de Goiânia e o criadouro Serra Azul, do Sr. Noel Gonçalves Lemes?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Veja bem. Com todo o respeito...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – O IBAMA aprova esse tipo de contrato?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Veja bem. Com todo o respeito a V.Sa., a legislação fala em permuta e uma venda por dinheiro ou uma venda...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Dr. Mota, nós estamos... O senhor está sendo “fruto” de responder às perguntas realizadas pelo Relator. A pergunta é se V.Sa. acha correto. Não estamos perguntando o que está na legislação. É se V.Sa. acha correto...

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Eu já ia chegar lá. Veja bem. Muitas vezes, o técnico, na iminência de resolver um problema premente, uma falta de recursos, a agonia de ele ver o problema resolvido, uma das soluções seria trocar um animal por material de construção ou por qualquer outro equipamento que fosse útil à manutenção de outros animais em cativeiro, desde que a saída desse animal seja legal. Eu tenho aqui a legislação, que diz o seguinte: “*Os animais vivos da fauna silvestre brasileira poderão ser comercializados por criadouros comerciais, jardins zoológicos devidamente registrados no IBAMA e por pessoas jurídicas que intencionem adquirir animais e revendê-los a particulares para dar início a criação comercial ou conservacionista, ou para aqueles que pretendam mantê-los como animais de estimação*”. Um outro parágrafo, ainda da portaria, diz o seguinte: “*O jardim zoológico registrado no IBAMA poderá, a título excepcional, comercializar o excedente de animais da fauna silvestre brasileira de seu plantel comprovadamente nascido em suas instalações, e que não pertençam à Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção e tal comercialização dependerá de autorização prévia do IBAMA, observado o disposto nesta portaria*.” Então, a gente vê que se esse animal for passível de comercialização, eu pessoalmente, na iminência de resolver um problema, não veria nada de mais a troca por material de construção.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Porventura, Dr. Mota, a gerência regulamentou, para que possa facilitar o trabalho dos serviços de supervisão, essa matéria?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Essa matéria porventura foi regulamentada, com procedimentos claros, para que facilite o trabalho da fiscalização?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – O senhor se refere a essa permuta por material...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Permuta.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não ficamos sabendo da permuta. Ficamos sabendo agora, nas denúncias. O erro aí foi não ter solicitado a autorização expressa do IBAMA.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Perfeito. Décima primeira pergunta: V.Sa. sabe se a Lei nº 8.029, que cria o Conselho Consultivo do Parque Zoológico de Goiânia, tem sido cumprida, em especial no que tange à determinação de que ele se manifeste quanto à escolha do Diretor do Parque, bem como quanto à representação das diversas entidades que o compõem, em especial a sociedade protetora dos animais?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não, eu desconheço.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Décima segunda pergunta, Sr. Presidente. Dr. Mota, V.Sa. tem conhecimento do que ficou apurado quanto aos atestados de óbito de animais que foram doados vivos para o criadouro Serra Azul, pelo zôo de Goiânia?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – O senhor poderia repetir, por favor?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Se V.Sa. tem conhecimento do que ficou apurado quanto aos atestados de óbito de animais que foram doados vivos do criadouro Serra Azul para o zôo de Goiânia? *(Pausa.)* Perdão, de Brasília.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Décima terceira pergunta, Sr. Presidente. Dr. Mota, a Sra. Débora, bióloga do IBAMA, citada pela Sra. Maria de Lourdes na Polícia Federal como uma das supostas integrantes do tráfico, foi afastada do IBAMA?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não. A Sra. Débora ela é detentora de um contrato especial do PNUD, um programa das Nações Unidas que visa suprir o IBAMA de profissionais devidamente habilitados. Simplesmente, o contrato dela venceu e está em fase de renovação. Não procede a informação de que ela foi afastada. De modo algum.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Foi aberto, após ter conhecimento dessas denúncias efetuadas pela Sra. Maria de Lourdes... A gerência abriu alguma sindicância para apurar o fato?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Veja bem. Formalmente, ela não oficializou nenhuma denúncia. Essa investigação no zoológico foi oriunda de uma requisição do Ministério Público Federal. A única denúncia

que ela fez..., duas, que eu já me referi. Ela esteve na minha sala com uma série de informações. Não quis formalizar nada por escrito. Eu anotei tudo o que ela falou e repassei ao setor de fauna. Dois dias após, estavam concluídas as investigações e nada foi apurado. Exatamente ontem ela formalizou nova denúncia de que havia sumido um hipopótamo e um guariba. Efetuamos nova diligência no zoológico, juntamente com o agente Castro, da Polícia Federal, e foi apurado que os animais morreram. Estou inclusive com as fichas de óbito aqui, em minhas mãos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Além dessa denúncia, V.Sa. tem conhecimento de outras denúncias que tenham porventura vinculado supostos envolvimento de funcionários da gerência com tráfico de animais?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não, não tenho qualquer informação de ligação de funcionários do IBAMA com tráfico de animais. Nenhuma.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Dr. Mota. Sr. Presidente, eram as perguntas do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Eu vou tomar a liberdade, mesmo como Presidente, de fazer algumas perguntas. O Dr. Roberto, quando eu perguntei a ele sobre as denúncias da Sra. Maria de Lourdes, um percentual do que era confirmado ou não, ele não entrou no detalhe de percentuais. Ele respondeu que muito, muito foi comprovado. O senhor já disse que 2 momentos não foram. E a última foi a do filhote de hipopótamo que morreu. Quem foi lá viu o hipopótamo morto?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não. Nós temos as fichas de necropsia e os atestados de óbito dos animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – O senhor disse que, dos 311 animais que tinham morrido, não tinha ficha de necropsia.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Sim. Segundo informações do atual diretor, essas fichas foram extraviadas pela diretoria passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Foram extraviadas pela diretoria passada?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Quer dizer, então nem se comprovou que o animal morreu?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Veja bem. O zoológico nos deu por escrito uma declaração de que esses animais encontram-se no Museu Ornitológico.

O Sr. José Hidas também mandou por escrito a confirmação. Resta apenas ir ao local, verificar os tambores com formol e avaliar um por um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Eu sei que o IBAMA não é polícia, mas não caberia ao IBAMA ir lá verificar essa informação?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Sim, também.

Só que pelo volume de denúncias, pelo tamanho do problema, entendemos que o ideal seria a Polícia Federal fazer esse trabalho, porque os animais estão declarados que estão lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) –

Morreram 311 animais em que período, três meses?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não, não. Eu

esqueci de falar. Esse trabalho envolve os anos de 2003 e 2004. São 2 anos de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – O

do hipopótamo não confirmou. Na outra denúncia os animais estavam lá no zoológico?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Sim. Ela denun-

ciou que haviam sumido vários animais, que tinham vários recintos vazios e nosso técnicos foram lá e não comprovaram nenhuma das denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Os animais estavam lá?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Estavam lá.

Nos recintos. Estavam lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Ao

contrário do hipopótamo que não estava.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Ou estavam lá

ou a quantidade denunciada nunca existiu. Ela dizia, por exemplo, uma hipótese, que tinham 80 araras e nunca tinham tido 80 araras, as araras que eram para estar no zoológico estavam lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Mas o senhor confirma que os técnicos examinaram o livro de registro.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – O

senhor parece que disse que não havia livro.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não, o livro

existe com algumas falhas de preenchimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Com falhas de preenchimento.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Se

há falha de preenchimento como é que eu vou acreditar que aqueles animais que estavam lá era aquilo mesmo, se está com falha de preenchimento?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – A falha de

preenchimento na saída do animal do zoológico, estes animais estão declarados que estão no Museu Ornitológico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Mas o senhor não confirmou que está no Museu Ornitológico.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Ainda não. Então é importante que se confirme, porque se eu estou pedindo para uma comissão do IBAMA fazer um trabalho e essa comissão do IBAMA conclui só pela metade, não posso dizer se é verdadeira ou não. Até porque o senhor disse que há extravio de necropsia.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Então se há extravio de necropsia há um crime, porque foi extraviada a necropsia. E eu posso dizer que o animal está lá e está fraudulento. Ele pode estar como pode não estar pelo extravio. E então quer dizer que o senhor confirma o exame pelos técnicos do IBAMA, do livro de registro de estoque do zoológico de Goiânia?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Durante 3 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Durante 3 meses só.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Sim. Não, veja

bem, a checagem do período envolvido de 2003 e 2004, nós checamos o livro no período de 2 anos, esse trabalho demandou 3 meses de averiguação do livro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – E

a irregularidade era no extravio de necropsia.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Havia proble-

mas no preenchimento da saída desses 311 animais, tenho todos listados, tem inclusive leão, tigre, são animais que é impossível esconder isso aí, mais cedo ou mais tarde, ou com a Polícia Federal ou só o IBAMA, nós vamos apurar a veracidade da informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Esse livro que foi analisado, eles têm as páginas numeradas, de acordo com o art. 7, da Instrução Normativa 4, de 2002?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Eu não mani-

pulei o livro. Eu teria que consultar a equipe que participou do plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Então, por favor, tem que verificar inclusive esse livro foi devolvido ao zoológico de Goiânia?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Acredito que

sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Não tem certeza.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não. Mas não há

motivo de esse livro ainda estar em poder do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– O ex-diretor do zoológico de Goiânia, ele tem um criadouro?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – O senhor disse agora há pouco que tem uma pequena quantidade de técnicos e consegue vistoriar com essa pequena quantidade de técnicos todos os 60 criadouros, conforme preconiza as portarias do IBAMA?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não, essas vistorias são feitas por amostragem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – E como é que é a metodologia de escolher a amostragem?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – É sorteio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – O IBAMA tem feito alguma investigação sobre o comércio ilegal internacional de animais?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Em Goiânia, que seja do meu conhecimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – O senhor antes disse o seguinte: que a CPI podia ajudar a requisitar uma funcionária.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Nós só podemos solicitar a ajuda temporária de fiscalização. Não podemos ficar solicitando transferência de funcionários que foram concursados, obedecendo a edital de concurso e através desse edital fixa, como faz essas transferências – e o próprio estatuto do servidor tem todas as regras. Então nós podemos somente requisitar aquilo que é necessário, de acordo com o art. 36, inciso I: “*Requisitar funcionário do serviço administrativo da Câmara, bem como em caráter transitório de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou internacional, ou do Poder Judiciário necessário aos seus trabalhos*”. E no caso nós entendemos que a ajuda da Polícia Federal neste momento é necessária ao trabalho. Então não é uma transferência, é uma requisição temporária, só para conclusões de alguns trabalhos.

Então nós não podemos fazer requisição de transferências de funcionários. É só com essa característica. É importante dar essa informação.

Com a palavra o Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, numa análise, ouvindo aqui o Dr. Mota, do IBAMA, ouvindo o delegado Roberto da Polícia Federal, ouvindo também todos os demais depoentes que por aqui passaram, chegamos a uma conclusão de que temos materialidade suficientes e diria já temos fraturas expostas para que nós possamos tomar algumas providências.

De tal forma que na conclusão desta sessão, gostaríamos sugerir com a sua presença, para que pudéssemos definir o *modus operandis* de algumas ações..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – O pleito feito pelo Deputado Hamilton Casara é importante. Como Presidente *ad hoc* desta sessão me como a ele. Creio que nós poderemos levar ao Presidente Mendes Thame a proposta, para que possamos fazer esse trabalho, que é muito importante.

Creio que com o material que chegou e mais os depoimentos de hoje é possível demonstrar que é necessária uma ação concreta nossa, porque o zoológico tem muita coisa a ser apurada e investigada – o zoológico de Goiânia e também o zoológico de Brasília.

Vou terminar mais 2 perguntas: foi constatado algum caso de maus tratos aos animais no zoológico de Goiânia?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Que tenha sido do meu conhecimento não, e não consta do relatório nenhuma coisa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – V.Sa. considera que o IBAMA foi omisso em relação ao zoológico de Goiânia?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Dentro das condições de trabalho que nós temos – recursos financeiros e humanos – não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Essa pergunta última é feita até porque o zoológico de Goiânia está constatando que há uma série de problemas, e o IBAMA chegou a fazer uma vistoria anterior, dizendo que não havia nada, se não me falha a memória.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Esse foi o primeiro relatório geral após o problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Quantos anos tem o zoológico de Goiânia?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não sei. É muito antigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Muito antigo. E o IBAMA só tem um relatório?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Não, não, veja bem: esse relatório é em relação à determinação do Ministério Público de se apurar possíveis desvios de animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – E antes disso, qual era o relatório?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Nós temos a nossa rotina anual de trabalho, de relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Então é importante que pelo menos os 3 últimos

relatórios sejam encaminhados a esta Comissão. Requisitamos e solicitamos isso para que no prazo de até 1 semana, estes 3 últimos relatório feito pelo IBAMA, bem como a requisição feita pelo Relator através do Deputado Hamilton Casara, também seja encaminhado para nós, em 1 semana. Os 3 últimos relatórios que o IBAMA fez do zoológico de Goiânia que não foram solicitados por nenhum órgão, por iniciativa própria do IBAMA.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MOTA – Sr. Presidente, há alguma possibilidade de prorrogação desse prazo, porque como eu falei, o responsável, o único funcionário do setor encontra-se de férias viajando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Acho que se V.Sa. não conseguir mandar nesse prazo, solicite por escrito que nós provavelmente faremos a prorrogação.

Agradecendo ao convidado, às testemunhas, aos Srs. Parlamentares, aos senhores assessores e aos demais presentes, declaro encerrada a reunião, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião extraordinária a realizar-se hoje às 14h30min neste mesmo plenário.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A “INVESTIGAR O TRÁFICO DE
ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES
BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO
ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS”
(CPI – BIOPIRATARIA).

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ata da 36ª reunião (Extraordinária) realizada em 12 de julho de 2005

Às quinze horas e quinze minutos do dia doze de julho de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país”, no plenário nº 7 do anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame – Presidente. Compareceram os Deputados Moacir Micheletto, Josué Bengtson e Perpétua Almeida – Vice-Presidentes, Coronel Alves, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Rosinha, Gervásio Oliveira, Hamilton Casara, Luiz Bittencourt e Maria Helena – titulares, e Arnaldo Faria de Sá, Dr. Rodolfo Pereira, Fernando Gabeira, Leonardo Monteiro, Pastor Reinaldo e Thelma de Oliveira – suplentes. Compareceu também o Deputado Zé Geraldo. Deixaram de comparecer os Deputados Benedito de Lira, Dr. Ribamar

Alves, Francisco Garcia, Henrique Afonso, João Carlos Bacelar, Leandro Vilela, Neyde Aparecida, Nilson Pinto, Robson Tuma, Sarney Filho e Zico Bronzeado – titulares, e Badu Picanço, Edson Duarte, Fernando Coruja, Max Rosenmann, Miguel de Souza, Roberto Balestra (licenciado) e Vanessa Grazziotin – suplentes. ABERTURA: O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 35ª reunião, que foi aprovada sem observações. ORDEM DO DIA: Audiência Pública: O Sr. Presidente anunciou que em virtude da aprovação de requerimentos, esta Comissão reuniu-se para ouvir as seguintes testemunhas: Srª Gracilene Lima – Sócia da Empresa H. B. Lima Topografia e Engenharia Florestal, com sede no Estado do Pará; Sr. Leivino Ribeiro de Souza – Presidente da Associação Madeireira dos Municípios de Anapu e Pacajá – AMMAPA; e Sr. Paulo Müller – Madeireiro, associado ao SINDIFLORESTA/PA, sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Presidente convidou a Srª Gracilene Lima para tomar assento à mesa e solicitou aos demais convocados que se ausentassem do plenário, aguardando o momento de seu depoimento. Por ter sido convocada como testemunha, solicitou que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Tendo declinado do tempo concedido, formularam perguntas à testemunha os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Hamilton Casara), Dr. Rosinha, Fernando Gabeira, Dr. Francisco Gonçalves e Zé Geraldo. O Sr. Presidente convidou o Sr. Leivino Ribeiro de Souza para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Facultou o prazo de 20 minutos à testemunha, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Dr. Rosinha), Thelma de Oliveira, Coronel Alves, Zé Geraldo, Perpétua Almeida, Dr. Rosinha e Antonio Carlos Mendes Thame. O Sr. Presidente convidou o Sr. Paulo Müller para tomar assento à mesa, e, por ter sido convocado como testemunha, que prestasse o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal, facultando-lhe o prazo de 20 minutos, caso quisesse fazer uso da palavra, antes de responder às perguntas dos Deputados. Encerrada sua exposição, fizeram perguntas os Deputados Sarney Filho (lidas pelo Dep. Dr. Rosinha), Zé Geraldo, Dr. Rosinha, Maria Helena e Antonio Carlos Mendes Thame. B – Apreciação de requerimento: REQUERIMENTO Nº 111/05 – do Sr. Dr.

Rosinha – que “requer ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso cópia da relação de contribuições de campanha (doadores e respectivos valores) de todos os candidatos a Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Prefeito da Capital e Governador, das eleições dos últimos dez anos no Estado de Mato Grosso”. Em votação, foi aprovado o requerimento. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às dezenove horas e trinta e seis minutos. E para constar, eu, Saulo Augusto Pereira, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. As notas taquigráficas, depois de transcritas, farão parte integrante desta Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Boa-tarde. Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 34ª reunião realizada na manhã de hoje. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agradeço.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em decorrência de aprovação de requerimentos, de autoria do Deputado Sarney Filho, Relator da CPI, esta Comissão está se reunindo hoje em audiência pública para ouvir as seguintes testemunhas: Sra. Gracilene Lima, sócia da Empresa HB Lima Topografia e Engenharia Florestal, com sede no Estado do Pará; Sr. Leivino Ribeiro de Souza, Presidente da Associação Madeireira dos Municípios de Anapu e Pacajá – AMMAPA; e o Sr. Paulo Müller, madeireiro associado ao SINDIFLORESTA, no Pará.

Como se trata de depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme dispõe o art. 210 do Código de Processo Penal.

Convido, inicialmente, a Sra. Gracilene Lima a tomar assento à mesa e solicito que as demais testemunhas sejam encaminhadas à Secretaria da CPI, aguardando o momento dos seus depoimentos. So-

licito, inicialmente, que a Sra. Gracilene Lima preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

A SRA. GRACILENE LIMA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, devo informar e advertir a testemunha, Sra. Gracilene Lima, que o crime de falso testemunho está assim tipificado no art. 342 do Código Penal: para quem fizer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, estão cominadas pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Passo a palavra à Sra. Gracilene Lima para, se desejar, antes de receber as perguntas, usar da palavra pelo intervalo de até 20 minutos.

A SRA. GRACILENE LIMA – Sr. Presidente, quero só deixar uma coisa clara: é que eu não fiz nenhuma denúncia à revista *Veja*, como foi citado, e que eu estou aqui à disposição de vocês, de V.Sas., para falar o que for me perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado.

As perguntas que nos foram aqui deixadas pelo Relator desta CPI, Deputado Sarney Filho, serão feitas pelo Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Obrigado, Sr. Presidente.

Passamos à primeira pergunta à Sra. Gracilene.

Sra. Gracilene, desde quando V.Sa. é sócia da empresa HB Lima Topografia e Engenharia Florestal?

A SRA. GRACILENE LIMA – Mais ou menos no mês de agosto a gente abriu a firma de engenharia florestal.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Agosto de 2000 e...

A SRA. GRACILENE LIMA – Dois mil e quatro.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Dois mil e quatro. Há outros sócios, além do Sr. Sílvio César da Costa de Lima?

A SRA. GRACILENE LIMA – Meu cunhado, Hugo Batista de Lima Júnior.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Que tipo de trabalho a empresa desempenha?

A SRA. GRACILENE LIMA – Topografia e engenharia florestal.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Quais são os seus principais clientes?

A SRA. GRACILENE LIMA – As madeireiras que são associadas à AMMAPA Engenharia Florestal.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, a segunda pergunta destinada à Sra. Gracilene. A empresa HB Lima, ou V.Sa., ou o seu esposo, como pessoas físicas, tiveram alguma participação nas últimas eleições no Estado do Pará?

A SRA. GRACILENE LIMA – Sim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – V.Sa. poderia citá-las?

A SRA. GRACILENE LIMA – Em Anapu a gente apoiou o candidato a Prefeito Chiquinho do PT. E lá no Pacajá a gente apoiou também o candidato Padre Edimir.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Há alguma outra pessoa?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não, mais ninguém.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – A terceira pergunta, Sr. Presidente, destinada à Sra. Gracilene. O que V.Sa. tem a dizer sobre o adesivo Empresa Optante do Plano Safra Legal de 2004, Anapu, da Associação Pacajá, do Plano Legal de 2004?

A SRA. GRACILENE LIMA – Foi um adesivo que foi feito simplesmente para ser uma manifestação política, uma propaganda da HB Lima do Plano Safra Legal, não é, e uma manifestação política, e AMMAPA, não é?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Quem idealizou?

A SRA. GRACILENE LIMA – HB Lima e AMMAPA.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – E quem o confeccionou?

A SRA. GRACILENE LIMA – Foi a AMMAPA.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Quantos adesivos foram produzidos?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não te posso dizer o total, porque eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Quem autorizou ou permitiu o seu uso em caminhões e máquinas do setor madeireiro no Estado do Pará?

A SRA. GRACILENE LIMA – Todos os associados à AMMAPA e escritório e todo lugar isso foi colocado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Qual foi a participação da HB Lima nessa operação?

A SRA. GRACILENE LIMA – Do adesivo que o senhor está falando? Só mesmo na idéia.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Na idéia. Porventura V.Sa. se recorda de alguém do IBAMA?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Alguém da associação?

A SRA. GRACILENE LIMA – Da AMMAPA sim. É representada por todos os associados juntos em reunião decidiram junto com a HB Lima.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Se a HB Lima não tivesse nenhuma participação, como V.Sa., não é o caso que a senhora disse que teve participação. Na reportagem da revista *Veja*, de 15.06.2005, sob o título *O PT deu a senha para desmatar*, está dito que a existência do esquema do adesivo foi confirmada por V.Sa., que teria ajudado o grupo de agricultores da FETAGRI a cortar a madeira. Além disso, V.Sa. teria afirmado que a autorização para retirada de madeira sem documentação foi dada pelo agente do IBAMA, em Santarém, Sr. Paulo Mayer, e pelo chefe do IBAMA em Altamira, Sr. Elielson Soares Farias. V.Sa. confirma essa informação?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não confirmo a parte que diz esquema, não é? Nós não participamos de nenhum esquema. Isso foi a público, todo mundo fez reuniões, as associações. E foi uma coisa planejada, não é esquema, como também não é quadrilha, como ela cita, não é, que cita até de quadrilha. Até a gente fica indignado com esse tipo de tratamento. E também foi... Qual foi a outra a pergunta?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Da participação do chefe de Santarém.

A SRA. GRACILENE LIMA – Lembro agora. Quando ele me perguntou pelo telefone que foi uma conversa normal como eu estou tendo aqui, normal que eu conversei com ele, não como, como se diz, uma denúncia, não tinha conhecimento que poderia ser um repórter de tal revista, não é. Eu afirmei que existia ADMs, que foram liberadas pelo Paulo Mayer, que é lá de Santarém, pelo Elielson, lá de Altamira, para liberação de madeira legal, como eu posso provar no momento que tem as ADMs, não para ilegalidade igual ele citou na revista. Quando é expedida por Santarém é o Paulo Mayer. Quando expedida por Altamira, Sr. Elielson. Então, não foi para ilegalidade, foi para legalidade. Ele botou um pouco de maldade nas coisas, trocou o que tinha falado e colocou assim nessa situação.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Então, V.Sa., afora a expressão esquema, V.Sa. confirma o resto da redação?

A SRA. GRACILENE LIMA – Confirmo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sexta pergunta, Sr. Presidente, destinada à Sra. Gracilene. Em fax de documento enviado por seu marido, Silvio César Costa de Lima, ao jornalista Leonardo Coutinho, intitulado breve análise do plano safra legal 2004, no

item V, consta que, em virtude do atraso da liberação das autorizações de desmatamento, o colono desmatou sem a licença e muitos madeireiros transportaram as essências, as madeiras cortadas nessas áreas, sem a autorização de transporte de produtos florestais. A madeira ilegal, sendo transportada de maneira ilegal, na opinião de V.Sa. como isso foi possível?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sétima pergunta, Sr. Presidente: Se V.Sa. confirma que seu marido Silvio César Costa de Lima é o elaborador do Plano Safra Legal 2004.

A SRA. GRACILENE LIMA – Sim, juntamente com outras entidades e organizações, associações.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Nessa construção, quem do IBAMA deu o aval a ele?

A SRA. GRACILENE LIMA – Para ele, não. Não foi para ele, no caso. Essa palavra aí não está sendo bem colocada. Foi um programa que foi feito, todos juntos. Não foi para o meu esposo especificamente. Entendeu? Existia sindicatos, trabalhadores rurais, que é a FETAGRI.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Apenas para uma confirmação porque entendo que V.Sa. já respondeu lá na frente também. Que confeccionou o adesivo empresa optante do plano safra legal 2004, na região de Anapu e na região de Pacajá?

A SRA. GRACILENE LIMA – A AMAPA foi que confeccionou. A idéia foi a AMAPA e a HB Lima juntas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Eram essas as perguntas, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sra. Gracilene.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Srs. Deputados, a palavra para inscrições...

Tem a palavra o Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, desde as primeiras pessoas que aqui vieram falar sobre essa questão, eu tinha batido na tecla de querer saber quem tinha feito aquele adesivo. Até cheguei a dizer que era ou má fé ou burrice fazer um adesivo daquele – falei aqui na CPI –, porque escrever a palavra optante não tem mal nenhum. Agora colocar o P e o T diferente, me desculpe, mas eu continuo achando a mesma coisa. Eu não mudei de opinião. E agora, nós temos aí quem são os autores do referido adesivo.

Sra. Gracilene, a senhora conhece o jornalista Leonardo Coutinho?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Falou com ele por telefone alguma vez?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não liguei para ele. Ele que fez uma ligação. Insistentemente, ligando várias vezes querendo falar com alguém da HB Lima. Eu apenas atendi e passei pouca informação. Entendeu? Expliquei o que era o Plano Safra Legal e a respeito do desmate que ele perguntou, mas não do modo que ele colocou na revista.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o jornalista André Rizek?

A SRA. GRACILENE LIMA – Também não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O adesivo, aquele famoso que a gente já sabe quem fez, segundo saiu na revista *Veja*, ele servia para os caminhões passarem pela fiscalização. O que a senhora tem a dizer sobre isto?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não foi esse o motivo. Já falei que foi manifestação política, um apoio à AMMAPA, ao Plano Safra Legal e ao candidato nosso do PT.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E qual era o mecanismo para os caminhões de madeira passarem pela fiscalização?

A SRA. GRACILENE LIMA – Desconheço, porque lá nem fiscalização, assim no caso, barreira, é só a cento e quarenta quilômetros de distância. Então, não tem porque ficar colocando adesivo para alguém ficar olhando se passa ou se não passa. Só quando eles vão fazer vistoria, e isso é esporadicamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, não tem barreira ali por perto, na região, do IBAMA...

A SRA. GRACILENE LIMA – Cento e quarenta quilômetros.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – ...ou de Polícia Florestal?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nada?

A SRA. GRACILENE LIMA – Nada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Diz a revista que o Presidente da Associação das Madeireiras dos Municípios de Anapu e Pacajá, Leivino Ribeiro, disse à *Veja* que seu grupo gastou, na parceria com o PT, dois milhões de reais, incluindo as doações de campanha dos candidatos.

A SRA. GRACILENE LIMA – Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, essas eram as questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Mendes Thame) – Concedo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Quando a sua empresa concebeu esse adesivo... Por que foi colocado... Por que essas palavras estão... Por

que esse adesivo e não outro? Porque, quando a gente concebe um adesivo, a gente tem uma série de idéias que ele deve representar. O que a empresa queria representar com esse adesivo?

A SRA. GRACILENE LIMA – O Plano Safra Legal. Dar, assim, um impacto, porque na região poucas pessoas estavam acreditando que isso ia dar certo, entendeu? A legalidade. Era dar ênfase à legalidade, no caso. Não à ilegalidade. Mostrar que a AMMAPA e a HB Lima estavam apoiando o Plano Safra Legal e que eles estavam aí manifestando.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – E qual o objetivo de colocar em maiúsculas a expressão “PT”, as duas letras do PT? O que se queria transmitir com isso?

A SRA. GRACILENE LIMA – Creio eu que é o apoio ao candidato.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Mas, os caminhões andavam a mais de cento e quarenta quilômetros. Há vários candidatos aí nesse raio. Inclusive, podia até sair do Município. Apoio a que candidato?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não. Não é eram caminhões que transportavam madeira serrada para outro lugar. Caminhões que transportavam madeira, no caso, da serraria para o pátio, por ali mesmo. É tanto que, segundo o repórter que me perguntou a respeito desse adesivo, ele falou que já estava passando lá em Anapu e verificou que tinha esse adesivo. Então, era para a cidade local mesmo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Mas, como é que a senhora afirma que é para a cidade local? Eles não se deslocavam, o comércio é todo na cidade local? Não sai madeira dessa região?

A SRA. GRACILENE LIMA – Sai.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – E sai por onde? Através de que veículo?

A SRA. GRACILENE LIMA – Eu só posso te afirmar... Não sei exatamente por onde, que eu não faço parte do setor madeireiro. A gente presta serviço para eles, mas eu sei que, no momento que foi criado esse adesivo, foi apoio ao PT local lá, que era o Chiquinho que nós estávamos apoiando.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Existe, no Município, uma grande divergência sobre explorar legal ou ilegalmente?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Então, qual é o sentido de fortalecer uma campanha legal, se não existe essa questão?

A SRA. GRACILENE LIMA – Na verdade, nunca, eu acho, nem tinham levantado tanto esse problema da legalidade e da ilegalidade, porque, até então, a gente estava querendo conscientizar as pessoas. Foi feito o

fórum lá no Pacajá, que o Plano Safra Legal seria um plano de legalidade para os colonos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Quem organizou o fórum?

A SRA. GRACILENE LIMA – A HB Lima e o sindicato rural.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Com recursos próprios?

A SRA. GRACILENE LIMA – Com recursos próprios, e teve a presença de várias entidades, de Prefeito, INCRA, IBAMA, e tudo foi esclarecido às claras, assim...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Todos estavam lá nesse fórum?

A SRA. GRACILENE LIMA – Estavam. Inclusive foram convidados até os sindicatos, os trabalhadores rurais, para ter conhecimento desse plano.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Mas a senhora... Por que, de repente, se resolveu defender a legalidade? Havia muita ilegalidade na região?

A SRA. GRACILENE LIMA – Existia alguns projetos de manejo, no caso, e os que tinha naquela época foram praticamente igual ao que foi feito agora, não é? Foram cancelados. Então, existia a ilegalidade, assim. Não quero afirmar aqui que todo o mundo estava na ilegalidade, mas existia algum caso de ilegalidade. Então, as pessoas, muitas vezes, pensam que trabalhar ilegal ganha mais. E muitas vezes isso acontece, entendeu? E evitam até a legalidade, no caso. Então, a gente estava querendo que fosse evitado, no caso, e que se tomasse o rumo da legalidade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – E todos os caminhões que transportaram com esse slogan e com esse cartaz estavam na legalidade, não?

A SRA. GRACILENE LIMA – Os que participavam do Plano Safra legal, sim. Eu creio que a madeireira é legal, existe e comprovada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Sim, mas os cartazes, os adesivos foram distribuídos só para quem participou do Plano ou foram distribuídos de uma forma geral?

A SRA. GRACILENE LIMA – Só quem participou do Plano Safra Legal, porque já dizia “optante”. Quer dizer que aquele caminhão, a madeireira dele era optante. Ele optava pela legalidade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Mas até agora eu não entendi, do ponto de vista da concepção, por que colocar PT, se a senhora estava... se o seu projeto era optar pela legalidade. Não havia nenhuma necessidade de cortejar o PT, porque, se era pela legalidade, o PT é um partido que ia, estando no Governo, iria estimular a legalidade. Qual foi o raciocínio por baixo disso? É um plano legal...

A SRA. GRACILENE LIMA – Hã, hã.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Essas pessoas queriam trabalhar na legalidade. Para que cortejar o PT, fazer uma propaganda do PT nesse contexto?

A SRA. GRACILENE LIMA – Porque a gente tinha... o setor madeireiro já tinha dito que era o apoio total ao candidato, entendeu? Então, colocar um adesivo, colocar “optante”... Aí, de repente alguém falou assim: “Por que não colocar o P e o T e tal...” Porque aí...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Alguém disse?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não, assim, a opinião, não é? Não sei se está...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Mas não foi a senhora... a sua empresa que concebeu? Como é que foi o processo de concepção? Quem disse “vamos botar o PT”?

A SRA. GRACILENE LIMA – Isso foi numa reunião normal dos associados e foi tudo idéia, entendeu?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Hã.

A SRA. GRACILENE LIMA – Eu não sei informar direito como é que surgiu assim aquela idéia.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – A senhora não estava presente no momento da concepção?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não, no momento eu não estava.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – E quem é que concebeu, então? Com quem que nós podemos falar para conhecer a idéia que está por trás?

A SRA. GRACILENE LIMA – Eu acho que você pode perguntar, que vai fazer depoimento também, é o Presidente da AMMAPA, porque não foi só nós, no caso a HB Lima, entendeu, foi uma idéia e quem mesmo no caso...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Eu só estou insistindo com a senhora porque a senhora disse que foi a sua empresa que concebeu.

A SRA. GRACILENE LIMA – Não, eu respondi que a nossa empresa deu juntamente a idéia numa reunião. Agora, quem...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – A idéia é conceber, no meu entender, é um sinônimo, dar idéia e conceber é a mesma coisa, a não ser a concepção de filho e tal, aí é outra coisa.

A SRA. GRACILENE LIMA – A idéia é junto com os outros que estavam reunidos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Está bom.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES

– Sr. Presidente, eu queria dirigir uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Fernando Gonçalves.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES

– ...uma pergunta à Sra. Gracilene. Com respeito a esse adesivo, como você disse, a fiscalização tem uma distância de 140 quilômetros. Esse adesivo representava um salvo-conduto para o transporte ilegal ou não?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES

– Não. Então, a revista *Veja*, através desse repórter, foi uma reportagem mentirosa, você considera?

A SRA. GRACILENE LIMA – Mentirosa, afirmo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Bom, queria, inclusive, aqui registrar a espontaneidade com que a depoente está... a sinceridade com que está fazendo seu depoimento. Queria só fazer uma pergunta. Quando o jornalista da *IstoÉ* telefonou para você, você fez algum comentário que envolvesse o nome do Deputado Zé Geraldo e do Deputado Airton Faleiros como articuladores, envolvendo ajuda de campanha etc.?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não, não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Antes de dispensá-la, quero só fazer uma complementação: voltar a lembrar-lhe de que, pelo art. 210 do Código Penal, eu sou obrigado a adverti-la dos crimes de falso testemunho – é fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha. E a pena é de reclusão de 1 a 3 anos e multa. Todas as gravações, tudo o que aqui é falado depois é encaminhado automaticamente. Isso não depende do relatório, é encaminhado. Todos esses dados ficam à disposição do Poder Judiciário. Portanto, sinto no dever de convidá-la, já que não pesa nenhuma acusação sobre a senhora. A senhora está vindo na condição de testemunha.

A SRA. GRACILENE LIMA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É só um pequeno detalhe. A reportagem da revista *Veja* afirma, sob o título *O PT deu a senha para desmatar*, na edição de 15/6, que a senhora teria dito que a existência do adesivo – já retirei a palavra “esquema” – teria ajudado o grupo de agricultores da FETAGRI a cortar a madeira.

A SRA. GRACILENE LIMA – Essa é a outra parte que ele diz que... foi junto com a FETAGRI, no

caso, não é? Isso é mentiroso. Eu nunca fui nem a lote de colono. Eu tenho 4 filhos, tenho escritório. Então... mesmo porque não tem motivo de eu ir em lote de colono cortar madeira nem incentivar ninguém a cortar madeira. Pelo contrário, todas as pessoas, colonos, que vinham no escritório, a gente incentivava que esperasse a licença de desmatar, o tempo certo para desmatar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo. Também há outro trecho que diz que já senhora teria dito que a autorização para retirada de madeira sem documentação teria sido dada pelo gerente do IBAMA em Santarém, Paulo Mayer, e pelo chefe do IBAMA em Altamira, Elielson Soares Farias. Autorização para retirada da madeira sem documentação.

A SRA. GRACILENE LIMA – Não existe. Nós temos aqui autorização legal, como afirmei agorinha, pelo Paulo Mayer e Elielson. Posso até mostrar, se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Não, não, depois a senhora nos encaminha. Por último: quem é que imprimiu os adesivos? Qual a empresa que imprimiu os adesivos confeccionados, segundo sua afirmação, pela AMMAPA?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não posso afirmar. Eu sei que a AMMAPA ficou responsável de imprimir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Bom, nós recebemos aqui oficialmente do Sr. Leonardo Coutinho, encaminhou oficialmente a esta CPI e nós fomos obrigados a submeter à sua consideração uma fita da sua... com a gravação com as suas palavras. Nós vamos passar para que a senhora identifique se é a sua voz mesmo ou não. Também a senhora veja se o texto coincide com as perguntas que a senhora acabou de fazer. Se alguma coisa não estiver batendo, eu quero dar a oportunidade da senhora de lembrar, tá certo?

A SRA. GRACILENE LIMA – Hã, hã.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, a fita contém todas as entrevistas que ele fez ou somente com a Sra. Gracilene?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não, somente um trechinho dela. Os outros não vamos divulgar, porque não é o caso. Poderíamos, talvez, numa sessão fechada. (Pausa.)

(Apresentação da gravação.)

A SRA. GRACILENE LIMA – Não, não é a minha voz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu não estou ouvindo nada. Isso é o volume máximo? (Pausa.)

(Apresentação da gravação.)

“A SRA. GRACILENE LIMA – ...o meu marido tem um... que ele que foi o elaborador desse esquema todo, não é, desse projeto todo, ele tem um relatório completo do que eles acharam. Ele até entregou até para o sindicato, não é, que foi em parceria com o sindicato aqui local.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Com qual?

A SRA. GRACILENE LIMA – De Anapu também.

O SR. LEONARDO COUTINHO – O lá de Anapu?

A SRA. GRACILENE LIMA – O daqui de Pacajá, do Anapu e até Medicilândia, Altamira, tudo trabalhou em cima de parceria no caso, não é?

O SR. LEONARDO COUTINHO – É, e quantos produtores participaram?

A SRA. GRACILENE LIMA – Olha, não sei te dizer assim não. (Pausa.) Agora eles estão fazendo uma vistoria nos pátios da serraria no caso, não é? As serrarias que não têm pelo menos protocolado as ADMs e o (ininteligível) legal que saiu dos colonos que vai para... (Falha na gravação.) os madeireiros. Agora que eles estão começando a fazer vistoria de pátio, mas, no caso, nunca saiu uma ATPF dessas ADM, entendeu?

O SR. LEONARDO COUTINHO – Nunca saiu uma ATPF?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não, passamos um ano lutando, pelejando, entendeu? Agora...

O SR. LEONARDO COUTINHO – Então, ninguém pôde vender a madeira, então?

A SRA. GRACILENE LIMA – No caso, não, só se comprar de outro... no caso, só se for alguém que tenha projeto de manejo. Aí vende ATPF para eles, aí eles começam a... ficou legal, entendeu? No caso, a gente está pelejando para trabalhar legal desde dezembro de 2003 que a gente começou a fazer isso, a elaborar...

O SR. LEONARDO COUTINHO – Mas aí para poder conseguir a vender a madeira, então – desculpe interrompê-la –, mas assim para conseguir, então, aproveitar essa madeira tirada lá dos assentamentos, então está tendo que comprar ATPFs?

A SRA. GRACILENE LIMA – No caso, não. No caso, o IBAMA, junto com o Sr. Paulo Mayer lá, o Superintendente do INCRA de Santarém, eles fizeram... e o Elielson também aqui de Altamira, de Belém também, fizeram um acordo que é o seguinte: que eles poderiam voltar atrasado a entrega da ADM, não é, que aí geraria o documento, o contrato que depois seria sair a ATPF. Teve um atraso nisso tudo, entendeu? Aí eles falaram, ou seja, que a madeira estava estragando, no caso,

a de 2004 estava estragando no lote do colono e não tinha como tirar a madeira de lá, porque se o IBAMA pegasse na estrada, na Transamazônica, ele prendia, no caso... (Falha na gravação) ...o caminhão carregado. Aí fizeram um acordo o seguinte: que poderiam tirar a madeira de lá e levar para o pátio, entendeu?.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Mas como que ia saber que o caminhão era o caminhão correto?

A SRA. GRACILENE LIMA – Aí eu não sei. Sei que eles fizeram assim mais ou menos uma parceria, no caso, não é? Olha, vocês... eu digo parceria, mas não é que eles sejam combinados, entendeu?

O SR. LEONARDO COUTINHO – Sim, eu entendo, dentro do acordo, não é?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não é um acordo. Aí eles falaram: Olha, vocês vão poder tirar a madeira. Porque isso foi uma pressão que eles fizeram em cima dos madeireiros, porque como é que eu vou pagar por um documento que já tem um ano. Quando ele chegar vai estar quase vencido praticamente. Começou a sair a ADM foi em novembro deste ano, entendeu? E que agora a gente leva para o IBAMA. O IBAMA fica lá ainda para chegar um protocolo, para dizer que recebeu aquele documento é uma luta terrível para até conseguir isso tudo. Então, já tem um ano que a gente está pelejando para trabalhar legal. Estamos conseguindo? Estamos, mas devagarzinho, entendeu? Até agora não pode se dizer assim: temos um documento para trafegar nas estradas, entendeu? Estamos pelejando para ver se consegue pegar... Tem gente que tem (ininteligível) em Marabá, não tem (ininteligível) em Altamira para colocar esses (ininteligível). Aí quando eles vão procurar os (ininteligível), não tem, porque Altamira não mandou ainda para Marabá. (Pausa.)

O SR. LEONARDO COUTINHO – Quando eu fui aí em Anapu, que eu estive na cidade naquela época lá do assassinato da freira, não é, para fazer a reportagem. Daí na volta para Altamira eu fui de carro pela Transamazônica, ali perto de Belo Monte, passando ali na região, eu vi uns caminhões e vi um trator também com um adesivo. Por isso que eu liguei para vocês que eu vi o nome do adesivo no caminhão dizendo que ele era optante do Safra Legal.

A SRA. GRACILENE LIMA – Eu quero te informar o seguinte. Quem poderia te dar muitas informações também, inclusive eles estão agora de tarde e de noite vão se reunir lá, é o Presidente da AMMAPA, lá de Anapu.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Ah, o Ribeiro, é?

A SRA. GRACILENE LIMA – Associação dos Madeireiros.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Eu conheci, eu estive com o Ribeiro já.

A SRA. GRACILENE LIMA – Pois é, então isso aí foi tudo uma parceria.

O SR. LEONARDO COUTINHO – É, eu vi que tinha escrito AMMAPA mesmo, é verdade.

A SRA. GRACILENE LIMA – Pois é, a AMMAPA é Anapu e Pacajá junto. Isso também poderia, no caso, o IBAMA, quando... perguntou aquela hora como é que eles identificaram no caso, não é? Porque se tinha um símbolo que eles colocavam pra que o IBAMA identificasse que aquele madeireiro ali ele estava dentro do Plano Safra Legal.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Ah, então, aquele adesivo branco e verde é Optante da Safra Legal. Era, então, para evitar que o IBAMA prendesse um caminhão errado, então, não é?

A SRA. GRACILENE LIMA – É, errado e para que os outros vissem que eles estavam tentando se legalizar e que estavam optando pelo que é correto, para que tivesse, tipo assim, a conscientização dos outros também, entendeu? Porque tinha muito aquele tipo de uma guerrilha. Eles falam assim: você não vai conseguir. Nunca ninguém conseguiu trabalhar legal nessa região. Como é que vocês vão conseguir agora? Era assim, tipo assim, muito complicado o negócio aqui. Inclusive a AMMAPA era parceria da Dorothy. Todo mundo fez, fizemos, até o Ribeiro tinha lá, a gente fez, com é que diz, como é que é, na rua lá, em apoio ao PDS. Os madeireiros foram e fizeram um plebiscito não, tipo um comício, não é, estavam lá o Airton Faleiros, o Zé Geraldo, todo mundo em apoio ao PDS. Então, aqueles madeireiros que estavam no Plano Safra Legal eles não tinham nem por que atacar a Dorothy, entendeu? (Pausa.) Política agora é não fazer mais (ininteligível) no caso, a gente vai optar este ano (ininteligível) manejo florestal, porque nós pedimos aquele tempo, foi pedido só aqui na região de Pacajá 1.300 ADMs, licença de desmate, que se transformaria na ADM. Chegou para nós aqui nos Pacajá, que eles liberaram, com documento na mão, 402 até agora. Então, quer dizer que não foi nada.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Mas foram feitas quantas da área? Quantos desmatamentos foram feitos?

A SRA. GRACILENE LIMA – Mil e trezentos que nós pedimos, foram feitos e entregue ao IBAMA.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Mas já fizeram os 1.300 e estão esperando agora só ADM, é isso?

A SRA. GRACILENE LIMA – É, passamos um ano fazendo, terminamos em novembro, nós já tínhamos concluído tudo de 2004 e ainda estamos...

O SR. LEONARDO COUTINHO – Mas em novembro o quê? Concluiu os 1.300, é?

A SRA. GRACILENE LIMA – Mil e trezentos, pedido de licença de desmate.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Tá. Mas não entendi uma coisa. Vocês pediram 1.300 licenças e só receberam quatrocentas e poucas, não é?

A SRA. GRACILENE LIMA – Quatrocentos e duas.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Isso, mas vocês conseguiram? Vocês fizeram só os 400 desmatamentos ou fizeram os 1.300?

A SRA. GRACILENE LIMA – Mil e trezentos. Não, no caso eu não sei te informar isso aí, porque o que está constando mesmo em documento essas, que nós estamos podendo trabalhar, estamos trabalhando com os madeireiros, essas 402, entendeu?

O SR. LEONARDO COUTINHO – Ah, só em 402, não é?

A SRA. GRACILENE LIMA – Só 402. O resto foi pedido ao IBAMA, e tem muita gente querendo, entendeu? É... Eles precisavam disso, os madeireiros, esse número todo, mas que não foi possível. Então, eles estão trabalhando em cima do que foi possível.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Ah, tá. E perguntar uma coisa para a senhora. Essa idéia do adesivo que vocês fizeram no caminhão e tal, vocês mandaram fazer aí em Pacajá mesmo ou mandaram fazer em Belém?

A SRA. GRACILENE LIMA – Eu acho que foi em Altamira.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Em Altamira?

A SRA. GRACILENE LIMA – Quem fez isso aí foi a AMMAPA.

O SR. LEONARDO COUTINHO – A AMMAPA?

A SRA. GRACILENE LIMA – É, AMMAPA.

O SR. LEONARDO COUTINHO – Você tem dele aí ainda?

A SRA. GRACILENE LIMA – Não, não, aqui eu não tenho. Só se o Ribeiro tiver lá. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Bom, a senhora, revendo, tornando a ouvir essa entrevista, algum detalhe daquilo que a senhora afirmou hoje, a senhora gostaria de reformular?

A SRA. GRACILENE LIMA – A respeito desse... Ele fala, querendo que eu confirme que é um adesivo. Eu não confirmei. Esse negócio de dizer é, não foi confirmado, não. Ele fala na fita aí que eu confirmei, não é? Não foi confirmado, não. A passagem dos caminhões livres. Isso não era... Adesivo não é para passagem livre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se nenhuma ATPF foi liberada, como a senhora afirma na fita, nenhuma foi liberada, como é que a madeira era transportada do local onde ela foi cortada para as serrarias?

A SRA. GRACILENE LIMA – Isso aí eu não tenho conhecimento e não posso te informar, porque eu não fui contratada para verificar madeiras, essas coisas, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sim, claro. A madeira ia de onde para onde, lá?

A SRA. GRACILENE LIMA – Olha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Porque a senhora disse que não passava por nenhuma barreira, não é?

A SRA. GRACILENE LIMA – Dos colonos para a serraria, no caso. E eu não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – De onde?

A SRA. GRACILENE LIMA – Dos colonos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Dos assentamentos?

A SRA. GRACILENE LIMA – É. Dos assentamentos de retirada – creio eu – para a madeireira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O IBAMA não se opôs ao adesivo, achou que era uma coisa absolutamente normal. Porque o IBAMA foi quem tivemos assim... delegou para esse grupo... A senhora disse que não foi só o seu marido, mas diversas pessoas que elaboraram o Plano Safra Legal, o IBAMA viu esse adesivo, mas não se opôs?

A SRA. GRACILENE LIMA – Creio eu que eles nem chegaram a ver, porque eles custavam a vir à região. E eles não tinham nem conhecimento desse adesivo. Não é nada com o IBAMA, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu só diria o seguinte: essa fita será normalmente degradada. E a senhora confirma que é a sua voz?

A SRA. GRACILENE LIMA – Confirmo. Só aquela parte que ele diz que... conversando comigo, diz que eu, no caso, assim faço, é, não é, é. No caso, essa seqüência, eu não afirmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É bom a senhora reafirmar. O “é” da senhora não quer dizer que a senhora esteja concordando.

A SRA. GRACILENE LIMA – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora falou um “é” por falar.

A SRA. GRACILENE LIMA – Por acaso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem, em função da fita, Deputado Zé Geraldo alguma pergunta a mais? Tudo bem. Dr. Rosinha? Dr. Rosinha deve estar dando alguma entrevista. Também não. Mas está bom. Pergunta se ele quer fazer alguma pergunta. Deputado Francisco, nenhuma? Deputada, nada? Está bom. Eu acho que era isso. Então, agradecemos, pedimos que a senhora aguarde um pouquinho mais na Secretaria para ver se há alguma pergunta complementar, mas agradecemos a sua colaboração.

A SRA. GRACILENE LIMA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, convidamos o Sr. Leivino Ribeiro de Souza a tomar assento à Mesa. (Pausa.)

Na seqüência, solicito ao Sr. Leivino Ribeiro de Souza que preste o juramento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Faço, sob a palavra a honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no art. 342 do Código Penal: *“Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha... Pena: reclusão de um a três anos e multa”*.

O Sr. Leivino Ribeiro de Souza, antes de responder às perguntas que lhe forem endereçadas, tem a prerrogativa de, se desejar, fazer uso da palavra por até 20 minutos.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Obrigado. Senhoras e senhores, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente desta Mesa, Antonio Carlos Mendes Thame, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar esta Casa de leis pela escolha destes Parlamentares desta CPI, entre eles o Dr. Hamilton Casara, que não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, mas com quem já falei por várias vezes por telefone; o Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, o qual, acho, também não pôde estar presente, mas é uma pessoa que, sem dúvida, desempenhou... Conheci o trabalho dele à frente do Ministério do Meio Ambiente. Exmos. Deputados, o meu nome é Leivino Ribeiro de Souza. Sou casado, tenho 2 filhos, moro em Anapu desde 10 de maio de 2001. Tenho 46 anos e em minha vida jamais tive o meu nome envolvido em polícia sequer ou em alguns atos corriqueiros. Mas, nos últimos dias, devido à denúncia da revista *VEJA*, através de uma matéria mentirosa, pelo seu repórter, talvez, por inocência ou por não conhecer a verdade, tenha-me exposto à mídia.

Tive, nos últimos dias, grande tristeza em me expor à mídia a tal forma que, em uma conversa com a minha família e como Presidente da AMMAPA, também numa reunião com os nossos afiliados, a minha esposa dizia: *“Olha, Ribeiro, faça com você mesmo uma avaliação na sua consciência; e se você não deve, você não teme. Vá à Polícia Federal”*. Foi onde estive semana passada para prestar o meu depoimento, junto à Dra. Daniele, delegada da Polícia Federal. O mesmo está acompanhado, aqui, desses documentos em que vou apresentar para os senhores – vai acompanhado do meu depoimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – De onde vem esse som, essa fala? Não é nada psicografado ou psicofalado?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, esse aí é um discurso meu, mas feito em outras ocasiões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas é o senhor que está trazendo...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Continue, por favor. O senhor ainda tem à disposição 15 minutos.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Hoje estou aqui para colaborar e esclarecer as vossas dúvidas, porque, ouvindo alguns trechos das denúncias, por pessoas que me antecederam, com certeza deixaram uma grande dúvida em relação a esse Plano Safra Legal. Eu gostaria, antes de fazer o meu relato, de mostrar aos Exmos. Srs. Deputados um breve documento do que é a AMMAPA, uma vez que nos últimos dias a AMMAPA tem sido bastante falada nesta Casa e os senhores talvez não tenham um profundo conhecimento do que é a AMMAPA. A AMMAPA é Associação de Madeireiros do Município de Anapu e Pacajá, entidade representativa de 22 empresas, da qual sou o Presidente desde 29 de junho de 2003. Eu gostaria que a assessoria do plenário colocasse um breve documentário para que eu pudesse melhor estar explanando, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Dando início às perguntas, inicialmente, na ausência do Relator, nosso...

Vai apresentar o vídeo? (Pausa.)

(Segue-se exibição de imagem.)

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu acho que deu para entender um pouquinho. Embora tenha tomado um pouco do meu tempo, os senhores entenderam o que é a AMMAPA. No dia 1º de abril de 2004 foi feita uma reunião, na cidade de Altamira, no prédio da CEPLAC, com o INCRA, IBAMA, promovida pelo

SIMBAX e AIMAT. Até então a AMMAPA não era nem optante do plano de Safra Legal, mas fomos convidados a participar. Foi contatado com as empresas... Ficou abordado naquela reunião... No documento que eu vou deixar aqui, Sr. Presidente, está a ajuda da memória dessa reunião, haja vista que em outros anos anteriores a 2004 – 2003, 2002 – o desmatamento já era autorizado em Altamira, só que de uma forma bastante irregular, não cumprindo as regras da Instrução Normativa nº 03, de 2002, que permite o desmatamento de 3 hectares, podendo-se aproveitar até 60 metros de madeira por cada ADM. Sendo que, nos anos anteriores – 2002 e 2003 –, todas as autorizações emitidas, elas continham – está aqui, os senhores podem ver –, elas vêm com 60 metros de madeira na ADM. E nessas ADMs que foram feitas no plano de Safra Legal foram contratados 10 motoqueiros para cada cidade, para fazer o levantamento dos agricultores, do potencial: qual é o agricultor que teria a área ainda com a reserva de 80% que poderia estar fazendo o desmatamento; quais seriam os colonos que estavam dentro de assentamento, porque aqueles colonos... Têm colonos que estão na área há mais de 20 anos, mas ainda não são assentados pelo INCRA. Então, aqueles colonos também não poderiam estar fazendo. Feito isso pelas empresas madeireiras, cada empresa entrou com mil reais, para cada empresa optante que iria comprar madeira daqueles agricultores. Foi feito todo um levantamento, que também está nesse documento que vou deixar aos senhores: qual o potencial madeireiro, se o colono ia fazer roça, se ele tinha madeira no lote. Ele ia informando o que tinha no lote dele. Após esse inventário pré-inicial foi contratada a empresa HB Lima para preencher os documentos, fazer o croqui da área e tirar os pontos, as coordenadas de GPS, para estar informando ao IBAMA. Que, através de uma foto de satélite, o IBAMA poderia ali estar detectando quem era o lote, qual era a área de reserva dele, pelo SIS-PROF, que é o sistema que informa ao IBAMA o desmatamento na Amazônia. A prova disso aí é que, nessas autorizações que foram feitas no Plano de Safra de 2004, tem autorização aqui que está emitida 60 metros, tem autorização com 40 e tem autorização com nenhuma, porque o colono não tinha mais área de reserva, então ele não poderia tirar, ao contrário dos anos anteriores, em que todas elas seriam 60 metros. Aqui tem ADM que não tem nem 1 metro de madeira, o cara não poderia extrair. Eu vou ser meio rápido. Em relação àquele memorando interno que foi apresentado aqui pelo Dr. Bicelli, aquele memorando foi apresentado, se não me engano, no mês de janeiro para fevereiro. E as vistorias dos colonos, das roças, não sei se os senhores aqui sabem, aquelas roças são

feitas no período de agosto, setembro, no máximo até outubro. Então, em qualquer colono que os senhores forem lá, no mês de janeiro ou no mês de fevereiro, ele não vai ter mais roça para derrubar. A roça já vai estar em cacau ou em pimenta ou em arroz, em que quer que seja. E outra coisa é que aquele memorando... Existem 2 memorandos. Os senhores podem procurar dentro do IBAMA de Altamira, existe um outro memorando pelas pessoas autorizadas, que é a doutora... Foram 2 engenheiros florestais, que foram credenciados para também estar fazendo aquele parecer. Existem 2 memorandos hoje dentro do IBAMA. Existe aquele que o Bicelli fala e existe um outro memorando apresentado pela Dra. Ana Júlia e pelo Andrei, ambos engenheiros florestais. Em relação à campanha, que tem falado muito aqui, se eu fui o tesoureiro e se eu participei, eu fui o tesoureiro da campanha do PT no Município de Anapu. Fui o tesoureiro, tenho a prestação de contas. Vai ficar para os senhores aqui o valor, o valor que foi gasto, o valor arrecadado, todas as informações. O Sr. Mário Rubens enfatiza que fui arrecadador de recursos na campanha da então Senadora Ana Júlia para a prefeitura de Belém. É uma grande mentira. A Senadora Ana Júlia eu vim conhecer já no mês de março deste ano, após a morte da irmã Dorothy, que ela estava até então nos intimando a depor naquela CPI envolvendo até com indício de nome de algumas madeireiras. Então, eu nem conhecia a Senadora Ana Júlia. O Sr. Mário Rubens diz também, no seu depoimento, que fui procurador de todos os colonos, que existe uma procuração em meu nome. A procuração verdadeira está aqui: é no nome... O outorgado é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de cada Município. Não só do Município de Anapu, mas do Município de Pacajá. Eu jamais fui procurador de algum colono. Eu represento a empresa. Nem a procuração da empresa... eu não respondo pela empresa. Informaram também os depoentes que, juntamente com o Sr. Marcílio, que eu negociava a liberação de projetos de manejo. Também não é verdade. Nós não temos hoje, eu não tenho nenhum, nunca liberei, nunca articulei, nunca negocieei, nunca sentei com o Sr. Marcílio. Apenas reuniões que tive com ele foram em prédios públicos, foi buscando a legalidade, não querendo fazer a coisa de uma forma ilegal. Porque nós temos lá projetos – 2 projetos em Anapu. Que eu estive até, a semana passada, aqui em Brasília, com o Dr. Marcos Barros, pedindo a liberação, que são boas. Projetos já no terceiro ano. Somente que o IBAMA está pedindo uma certidão, que lá não é área pretendida pelo PDS. E, até então, nem essa certidão nós não conseguimos. Então, eu não tenho contato nenhum, eu não tenho envolvimento nenhum que me leva a esse tipo de coi-

sa. Eu gostaria de informar também aos senhores que o desmate no qual o Sr. Bicelli... Gostaria que os senhores pedissem, já que está havendo uma CPI, que virasse um capítulo anterior, que voltassem ao ano 2003 e 2002, que os senhores irão ver grandes desmatamentos autorizados pelo Sr. Carlos Renato Leal Bicelli, nos Municípios de Anapu, principalmente. Eu tenho provas aqui. Tenho uma autorização de desmate feita em meu nome – está nesse documento aqui –, com o meu CPF, numa área de posse, que eu comprei assim que cheguei em Anapu. Ela não tem mato. É uma área na beira do rio. Eu comprei apenas para fazer um banho e, quando eu dei por fé, porque eu fui a primeira pessoa a fazer reflorestamento em Anapu – está lá a prova; eu tenho árvores com mais de 4 anos –, quando eu dei por fé, chegou essa autorização de desmatamento no meu nome. Lá nunca teve uma árvore, e não tem. Então, eu pediria aos senhores, Sr. Presidente, que dessem uma olhada. Nesse ano de 2004, foram pedidas 2.620 autorizações pela AMMA-PA, somente autorizadas 740. Das 740, somente autorizadas 38 ATPFs: 32 para uma empresa e 6 ATPFs para outra empresa. As outras estão lá até hoje, não saíram, não conseguimos. Não tirei nenhuma. Pelo contrário: tenho uma grande dificuldade em tirar algum documento naquele escritório regional. Os funcionários que ali estão não se desempenham, não procuram fazer o seu papel, o seu trabalho. Pelo contrário, existe uma grande marcação sobre a minha pessoa, porque eu represento 22 empresas, todas as empresas dos Municípios de Anapu e Pacajá, atualmente com 16 atuantes – algumas já fecharam, e fechando algumas mais –, e tenho um bom relacionamento com todas elas. E essas pessoas que vieram aqui denunciar, o Sr. Messias, insatisfeito – também tive oportunidade de ver uma parte do depoimento dele –, ele fala, enfatiza que... Não sei se algum de V.Exas. perguntou a ele por que o senhor teve o conhecimento desse adesivo. Falou: “*Não, porque eu vi lá, porque era a AMMA-PA e porque era o Leivino*”. Então, tudo que ele disse a meu respeito é ruim. Isso não é verdade. Eu moro lá. A minha vida está a vossa disposição para investigar qualquer ato que seja. E, no entanto, eles falam isso pela insatisfação. Existe um documento ainda, no dia 16 de agosto de 2003, no qual nós fizemos um seminário sobre a sustentabilidade da indústria madeireira nos Municípios de Anapu, onde o documento diz que quem encaminhava as autorizações seria a AMMAPA. É devido o seguinte: existia, na época, uma entidade chamada APRUP, outra entidade chamada ASMERCO, outra entidade presidida pelo Sr. Manoel Messias, que aqui esteve, por nome AFANES. Eles iam aos colonos, pegavam – não só dos colonos, qual-

quer pessoa na rua –, pegavam identidade, CPF e forjavam ali daquela pessoa uma licença de desmatamento. Eu tenho outros documentos também lá na nossa cidade. Infelizmente, a pessoa não estava lá. O documento está guardado, mas tem documento que o cara nem colono é. O cara, inclusive, é o contador que faz a prestação, é o contador da maioria das nossas empresas lá. Ele tem um documento autorizando, assinado pelo Sr. Bicelli, numa área que nem sequer existe a área. E nós procuramos... Eu estou sendo perseguido, porque nós procuramos fazer a coisa da melhor forma possível: todas as reuniões em prédios públicos, com ata e assinada. Então existe essa perseguição por lado dessas pessoas. Forjava-se um viveiro, tiravam-se fotos, assinavam um TAC – eu tenho documentos também para mostrar –, onde se comprometia em estar fazendo ali um viveiro, ia nos colonos, fazia o desmatamento e saía vendendo aquela matéria-prima, já gerando crédito de matéria-prima. E o Sr. Bicelli acatava todos aqueles ali. A prova disso: nós temos empresas lá que compraram essa matéria-prima deles. E após 1 ou 2 anos o crédito é estornado. Por quê? Porque eles não plantam. A nossa indignação maior é porque eles iam lá em Anapu, onde tem muita área de colono, forjavam aquela documentação e iam vender em Altamira, Medicilândia, em Uruará. Se os senhores quiserem verificar melhor, é o que eu disse aqui, é só virar a página para o ano 2002, 2003, no dia que antecedeu a saída do Dr. Bicelli ele assinou 26 mil metros cúbicos de madeira, lá no seu escritório. Pode voltar e verificar. Eu tenho os nomes das empresas que compraram esse crédito dele. Estou à disposição dos senhores. Me desculpem, me perdoem se ficou alguma pergunta. Eu estou à disposição, Sr. Presidente, para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. O senhor nem começou ainda, Sr. Leivino. As perguntas vão começar agora.

Com a palavra o nobre Deputado Dr. Rosinha, a quem solicitamos que faça as perguntas que foram preparadas pelo Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sim, Sr. Presidente, são as perguntas preparadas pelo Relator desta Comissão Parlamentar, e algumas das perguntas já foram pelo menos abordadas pelo Sr. Leivino. Mas, assim mesmo, como provavelmente o Sr. Relator vai querer esclarecimento maior, para seu raciocínio, eu farei novamente as perguntas.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Pois não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Desde quando o senhor ocupa a presidência da AMMAPA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Desde 29 de junho de 2003. Ela foi fundada em 2002 – eu fui um dos fundadores –, mas na época eu não pude assumir. Elegemos um outro presidente. Ele tirou 1 ano, não fez um bom trabalho, a turma se reuniu e me convidou a que eu assumisse. Eu disse que não poderia assumir, porque eu sou um pequeno empresário, tenho minhas atividades. Ficou acordado, então, que eu assumisse e as empresas iriam agregar o meu maquinário. Porque eu sou extrator de madeira. Sou madeireiro, classificado no nosso linguajar popular como extrator de madeira, a pessoa que extrai a madeira para uma certa empresa, e eu aluguei meu maquinário – ou seja, caminhões, tratores – para empresas da região.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual o nome da empresa do senhor?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – A minha empresa? Não, eu não tenho empresa. Eu estou falando para o senhor: sou autônomo, extrator de madeira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual foi a real participação da AMMAPA nas últimas eleições no Estado do Pará, e, em especial, o papel desempenhado pelo senhor?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – A AMMAPA participou da seguinte forma: Anapu é uma cidade muito pequena, mas as eleições, melhor dizendo, a política, em Anapu, começou 2 anos antes. Eu, como presidente, fiz várias reuniões e convidei os filiados da AMMAPA a que a gente estivesse apoiando um só candidato, porque 99% das estradas no Município de Anapu e Pacajá somos nós que fazemos – as pontes, aeroportos... aeroportos não, uma pista de pouso que tem lá fomos nós que fizemos, escola, galpões, levar gente doente. Então, o setor madeireiro, no Município de Anapu, tem uma importância muito grande. Nós reunimos, ainda no dia 30 de janeiro de 2004, fizemos uma reunião com o então Prefeito, Sr. João Scarparo, e o Sr. Luiz dos Reis Carvalho, hoje, atual Prefeito. Fizemos lá uma reunião com um, uma hora; ele se retirou, voltou o outro. No dia 28 de fevereiro, fizemos outra reunião com mais 2 pré-candidatos – Dra. Meire, hoje Vice-Prefeita, e o Sr. João Batista, candidato derrotado, ficou em segundo lugar. Quando foi no dia 30 de maio, fizemos uma outra reunião, com o então Chiquinho e o Sr. Zequinha. No mesmo dia, decidimos apoiar o então candidato do PT, Sr. Francisco de Assis dos Santos Souza, não porque ele seria do PT, porque eu não sou do PT, não sou filiado ao PT – não tem nenhum madeireiro lá filiado ao PT. Pelo contrário, eu sou filiado ao PV. E decidimos apoiar pela sua conjuntura, pelo seu trabalho, pelo seu conhecimento. E não me arrependo. Apoiamos, e até hoje ainda temos algum trabalho juntos. Fui o tesoureiro da campanha. E nos

propusemos, na época, a não só trabalhar, como bancar a campanha dele. Fizemos um propósito, uma estimativa inicial de gastar 300 mil reais. Gastamos 129 mil e alguma coisa – também está no meu documento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Bem, na reportagem da revista *Veja* do dia 15/6/ 2005, sob o título *PT deu a senha para desmatar*, diz que o senhor afirma que seu grupo gastou, na parceria com o PT, 2 milhões de reais, incluindo as doações à campanha dos candidatos e o custo dos procedimentos para documentar a madeira. V.Sa. confirma isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Como eu disse para o senhor anterior, na morte da Irmã Dorothy, teve todos os canais e meios de comunicação no Município de Anapu, e, expressamente, na minha casa. Dormiram lá. Inclusive, várias autoridades políticas estiveram na minha casa, inclusive a CNN. E esse repórter da *Veja* esteve lá conosco e o meu genro disse pra ele – ele pedindo entrevista –, meu genro falou para ele: “*Olha, nós não vamos mais dar entrevista, a AMMAPA, porque todas as entrevistas que nós demos, elas saíram distorcidas. Só tem uma à prova disso. O senhor pode voltar no mês... do dia 12 de fevereiro até o dia 30 de março, todas as notícias são distorcidas*”. Apenas uma, que é a do jornal *O Estadão*, que colocou essa matéria aqui do viveiro, que foi lá e filmou. Os outros, nenhum, principalmente ele. Ele foi lá, nós demos entrevista pra ele. Após isso, ele me ligou, me ligou o Sr. Amarildo, dizendo que poderia ajudar. Eu disse: “*Mas de que forma?*” “*Não, eu posso ajudar*”. Também não entrei em detalhe. Após isso aí me ligou, então, esse rapaz da revista *Veja*, colocando palavras na minha boca que eu nunca falei para ele.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece pessoalmente o Leonardo Coutinho?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ele esteve na minha casa, mas se eu o vir hoje eu não sei se eu o conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tem aquele adesivo *Empresa oPTante do Plano Safra Legal*, que vem assinado pela AMMAPA e pela HB Lima Topografia e Engenharia Florestal. Quem idealizou esse adesivo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Aquele adesivo foi idealizado pela AMMAPA e pela empresa na época. Nós estávamos no período de campanha. Eu sei que talvez até erramos por ter colocado aquela sigla ali, mas não só no adesivo como nos caminhões tinha um 13, em todos os caminhões, bem grande, e eles não se deram ao trabalho de ver. E, aquele adesivo, ele tinha nas casas, tinha nos escritórios, não só em caminhões. E aquilo ali não era um salvo-conduto, porque, até mesmo, lá em Anapu não tem nenhum

posto de fiscalização do IBAMA. O posto mais perto fica a 140 quilômetros. Então não tinha necessidade nenhuma daquele adesivo. Foi uma inocência nossa, mas não caracterizava nada ao coisa. Aquilo ali era apenas também para chamar os outros companheiros para vir para a legalidade, para optar pelo Plano Safra Legal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem pensou naquele adesivo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Aquele adesivo foi pensado pela AMMAPA e pela empresa HB Lima.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E quem fez?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ele foi feito por uma empresa em Altamira, eu não me lembro o nome. Uma empresa que prestou serviço para nós durante toda a campanha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E quantos foram feitos?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ah, eu também... Em torno de 100 adesivos. Por aí, não recordo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E quem permitiu o uso nos caminhões?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, todas as empresas parceiras nossas que optaram usavam aquele adesivo. Até empresas que não tinham nada iam lá, pegavam o adesivo e colocavam. Até hoje tem caminhões com aquele adesivo lá. O senhor pode ir lá hoje ver que tem. Eles falam que era um salvo-conduto. Na época, foram presos 2 caminhões de uma empresa com aquele adesivo. Ficaram presos lá no IBAMA, por 4 ou 5 dias, em plena época da campanha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Por que foram presos os caminhões?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É porque eles estavam transportando a madeira com uma ATPF que... A madeira era uma espécie e a ATPF estava em outra. O cara preencheu errado a ATPF, mas estava com a ATPF, tanto é que eles voltaram logo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nessa questão da confecção do adesivo o IBAMA teve algum papel?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Nenhum, nem o IBAMA e nenhum político. Nem o próprio candidato a Prefeito. Não tinha nenhum envolvimento nisso aí.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então qual foi a participação da AMMAPA nesse esquema?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ó, eu não diria... O senhor me perdoe, eu não diria que fosse um esquema. Isso aí foi apenas para convidar as

outras pessoas, como eu lhe falei, a virem a participar do Plano e apoiar o nosso candidato.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Se a AMMAPA não teve nenhuma participação, como V.Sa. acabou de falar agora, por que permitiu que o nome da entidade constasse nele?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, o senhor me perdoe, a AMMAPA teve toda a participação. A AMMAPA e a HB Lima.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Antes, voltando um pouquinho, a revista *Veja* falou da parceria com o PT e 2 milhões de reais. O que o senhor tem a responder sobre isso que o senhor não respondeu antes?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Nós não... Não é verdade, eu não disse isso para ele. Nós gastamos na campanha 217 mil; portanto, 129 mil declarados. Os outros, a pessoa às vezes ia lá, gastava, ele dava um caminhão para ir numa viagem. Então, tudo aquilo era declarado. O que foi gasto em dinheiro, o que nós orçamos em dinheiro foi 129 mil reais. Eu nunca vi esse valor, 2 milhões. Não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – V.Sa. tem conhecimento se chegou a ser liberada alguma ATPF para o transporte da madeira em toras no âmbito do Plano Safra Legal 2004?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Veja bem, nós pedimos 2.620, apresentamos 2.620 pedidos de desmatamento. Nesses dois mil e seiscentos... (*inaudível*) 740. Dessas 740 ADMs liberadas, apenas 38 ATPFs foram liberadas, até ontem, que eu tinha saído de lá. Trinta e oito ATPFs. Trinta e duas para uma empresa e 6 para outra empresa. Cada ATPF sai para 15 metros cúbicos de madeira, que é o modelo lá. Sessenta metros, saem 4 ATPFs. Então, saíram 38.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E se não tinha ATPF como é que foi feito o transporte da madeira?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não tinha só, não era só o Plano Safra, tem projetos de manejo. A HB tem projeto de manejo, a COPAM tinha 2 projetos de manejo. Não era só do Plano Safra.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E esse projeto de manejo não precisa de ATPF?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ele precisa, mas ele... Eu estou dizendo para o senhor: esse número que eu estou dizendo é do Plano Safra Legal. Esse outro aí tem ATPF normal, foi explorado normalmente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas o Plano Safra Legal, se não tinha ATPF, como é que saiu a madeira?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, eu não estou dizendo para o senhor que saiu madeira do Plano Safra. A madeira do Plano Safra... Esses colonos que estão lá, eles... Tem colono lá que inclusive está brabo, porque não foi tirar a madeira dele. Essa madeira não foi tirada. A madeira está lá, os colonos... Não foi tirada essa madeira porque não tinha ATPF para transportar. Ela... Foi feita autorização, mas não foi feito o transporte.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Esses proprietários dos caminhões que fizeram esses transportes da madeira, a quem pertenciam esses caminhões?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Os caminhões são das empresas de lá mesmo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor tem idéia em quantos caminhões e máquinas foi afiado esse cartaz?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O mesmo adesivo era utilizado para retirar a madeira já serrada do Município do Estado do Pará?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, os adesivos não serviam como salvo-conduto. Ele não permite o transporte da madeira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor confirma ou desmente que teria participado de uma reunião em Anapu, em 2004, em que estavam presentes o Srs. Mário Rubens, Paulo Müller, Chiquinho do PT e Francisco Palmeira, em que foi dito que as licenças ambientais aos integrantes do Plano Safra Legal 2004 só seriam concedidas com a interveniência da AMMAPA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não foi uma reunião. Eu estava lá no posto, no escritório do posto, e foi então que chegou o Sr. Mário Rubens e o Paulo Müller, e mais outra pessoa que eu não conheço, dizendo que eu estava incentivando a invasão de sem-terra, de agricultores na área dele. Eu falei para ele – fiquei até nervoso com ele – que não era verdade, que eu nunca incentivei, não participo dessas coisas. Mas não houve reunião, foi só essa conversa. Aí, então, o Chiquinho vinha chegando e eu comentei com ele. Falei: “*Ó, Chiquinho, estão dizendo que eu e você estamos incentivando a invasão de terras na área do Sr. Paulo Müller e isso não é verdade*”. Foi só a conversa que eu tive com ele. Ele entrou no carro e foi embora. Não foi uma reunião.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Terra do Paulo Müller?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Onde?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Segundo ele, no Município de Anapu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o Sr. Marcílio Monteiro estava nessa reunião?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A AMMAPA recebeu procurações de assentados para negociar a madeira proveniente das áreas autorizadas pelo Plano Safra Legal 2004?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, senhor. A procuração é feita em nome do sindicato. O outorgado é o sindicato, que está aqui neste documento que eu vou deixar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Por que preço foram vendidas as várias espécies de madeira provenientes das áreas autorizadas do Plano Safra Legal 2004?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Isso aí é um negócio que quem negociava diretamente é a empresa com o agricultor, a AMMAPA e o sindicato não têm participação, porque tem madeira que o colono está mais longe, tem que abrir estrada, está mais perto... Então, isso aí a AMMAPA não participa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O dinheiro da venda foi repassado aos assentados?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu não posso responder, mas acredito que sim, porque ninguém foi lá reclamar que vendeu madeira e não recebeu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Bom, o senhor comentou, meio rápido, do Sr. Carlos Bicelli. Então, a pergunta que o nosso Relator deixou é: o senhor tomou conhecimento do relatório do Sr. Carlos Bicelli – Memorando Interno nº 02, de 2005 –, no qual ele afirma, com base em laudos de vistoria realizado em 10 áreas de assentamento, que inexistia matéria prima, ou seja, inexistia madeira autorizada em todas elas, que o desmate atingiu a área de reserva legal em 8 delas, e que, em 9 delas, as informações não conferiam com a realidade no campo? O senhor tem conhecimento desse relatório?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Como eu disse antes, eu tenho conhecimento. No dia, ele esteve até lá, olhando o viveiro. Mas ele foi acompanhado por 2 engenheiros contratados pelo IBAMA na época, o engenheiro Andrei e a engenheira Ana Júlia. Até onde eu sei, eles, o engenheiro e a engenheira, foram autorizados a fazer aquele laudo, aquela vistoria nos lotes, e não o Sr. Carlos Renato Leal Bicelli, que é apenas um analista ambiental. Ele não tem... Por isso, o senhor pode confirmar que lá no IBAMA existem 2 memorandos, existe o dele e existe o outro. Desses

10 que ele fala aí, somente 4 foram lançados no SIS-PROF, porque os outros estavam realmente ilegais, a engenheira detectou que estavam. Desses 4 que foram lançados, de apenas um, um só, foi emitida ATPF. Dos 4 lançados, uma emitida.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em depoimento aqui na CPI, a Sra. Najja Maria Santos, Diretora do DITEC da agência do IBAMA em Belém, afirmou que a Associação de Madeireiros não pode representar os assentados junto ao IBAMA. Como o senhor explicaria os contratos particulares de compra e venda dos quais esta CPI tem cópia?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu garanto para o senhor, e provo, que não tem nenhum contrato de compra e venda de madeira em nome da AMMAPA. Se tem algum, é forjado. Todo contrato de compra e venda que tem, ele é feito no nome do agricultor e com a empresa. A AMMAPA não tem nada a ver com a compra e a venda. A AMMAPA é uma entidade representativa que articula... Aqui a cópia de um contrato. Busca a legalidade do setor. Ela não representa, ela não compra e nem vende nada para nenhuma empresa. Aqui está: modelo do contrato do colono com a empresa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O que o senhor tem a dizer acerca das denúncias que o apontam como um dos caixas do PT nas últimas eleições?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É como eu disse anterior, essas denúncias são apenas uma perseguição, porque eu, quando assumi a AMMAPA, fizemos esse seminário e viemos, ao longo dos dias, buscando trazer as empresas para dentro da legalidade e diminuir o que nós chamamos na região, se o senhor me permite, chamamos de picareta, que é aquele cara que vai lá no lote, pega o documento do colono, forja essa ADM e sai vendendo para outras empresas, que é o caso do Sr. Messias e o caso do Sr. Bicelli, que acatava. O senhor pode ir lá e rever, nos anos de 2002 e 2003, que tem lá ele fazendo viveiro e vendendo esse documento. E a AMMAPA jamais sequer vendeu e nunca venderá um documento desses. Ela orienta. Contratou-se a empresa HB Lima para ela elaborar o processo, e o colono e a empresa negociam. A AMMAPA nunca vendeu nem comprou um metro de madeira, nenhum contrato.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas, e a questão que diz que o senhor é um dos caixas do PT?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ah, é mentira. É o que eu falei anteriormente, somente trabalhamos na campanha do PT de Anapu, onde foram arrecadados, em dinheiro, 129 mil reais, declarados, e gastos 217, mas com óleo diesel, com um caminhão

que foi ali, porque nós temos uma associação lá, onde tem sócio com 16%, o maior, e tem sócio com meio por cento. Então, todos os gastos foram divididos em porcentagem. Tanto é que tem um recibo aqui da Ditreto, que cita centavos, que foi mencionada, por isso. Aquele recibo, não foi arrecadado todo aquele valor. Aquilo foi durante toda a campanha, foi se gastando, gastando. Quando foi no dia 30, encerrou, eu emiti o recibo do valor que lhe pertencia. Ele entrou com caminhão, ele entrou com óleo diesel. Então, ele gastou, em dinheiro, 15 mil e alguma coisa, está aqui declarado, na prestação de contas, protocolada no cartório eleitoral do Pacajá. Só um minuto, me permita. Nem da campanha do padre, que era o Município mais próximo, eu não participei. Não participei da campanha da Leni. Em Altamira, nós éramos contra até o PT, não fizemos campanha para o PT. No Pacajá, que é o nosso Município, onde a AMMAPA abrange, eu fui apenas a um comício só, no dia da abertura. Não pedi voto para ele, não arrecadamos dinheiro, não colaboramos com a campanha. Se algum empresário colaborou, não é do meu conhecimento. Da Senadora, também, como eu disse anteriormente, eu nem conhecia, não conheço, não participei de forma alguma.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O que o senhor tem a dizer acerca das informações que foram dadas aqui na CPI de que os lotes do Plano Saffra Legal 2004 já haviam sido desmatados em anos anteriores?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Os lotes que já haviam sido desmatados foram indeferidos. É onde está aqui o pedido de 2.620, no entanto, autorizadas 740. É devido a isso aí, porque todos eles estavam em assentamento, estavam legais. Foi indeferido por a área da reserva já estar ultrapassada, tanto é que aqui tem ADM com 60 metros, tem ADM com 40 e tem ADM aqui com nenhum metro. É porque o colono já havia ultrapassado. Foi lançado no SISMAD, tanto é que demorou o prazo que demorou, porque ele só liberava após ser lançado... No SISPROF, desculpe. É SISPROF, não é, Sílvio? Sistema de... Então, quando batia aquilo lá no sistema, a área da reserva estava ultrapassada. Então, ele não permitia a liberação de madeira naquela ADM.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, essas eram as perguntas que o Relator tinha deixado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, gostaria de já fazer as suas?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. A primeira inscrita é a

Deputada Thelma de Oliveira. Na seqüência, o Deputado Coronel Alves, o Deputado Zé Geraldo, a Deputada Perpétua Almeida, e voltamos ao Deputado Dr. Rosinha, novamente, fechando a rodada.

Com a palavra a Deputada Thelma.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Obrigada, Sr. Presidente. Eu só queria alguns esclarecimentos do Sr. Leivino.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Pois não.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– O senhor disse que, no momento em que foi feita essa parceria, os empresários, cada um... Eu não entendi muito bem e gostaria que o senhor explicasse. Cada um que aderiu ao programa entrou com uma contribuição?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Veja bem, é porque ficou acordado nessa reunião que os sindicatos... A madeira estaria na mão de quem? Estaria na mão dos agricultores. Quem representa os agricultores? Seria o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de cada Município. Então, ficou para o sindicato fazer aquele levantamento e apresentar, então, para as empresas que queriam comprar aquela madeira. Como o sindicato não tinha recurso na época, nós pegamos a empresa: *“Você quer participar do levantamento? Você tem intenção de comprar madeira de colono?”* *“Tenho.”* *“Então, você vai pagar um motoqueiro para fazer o levantamento para ver se, na área em que você quer entrar, existe madeira e se enquadra...”*

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – O que o senhor falou a respeito de mil reais?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É porque foram pagos, para cada motoqueiro, naquele levantamento, mil reais, que eram para o aluguel da moto dele, a alimentação, e o combustível.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Cada um deles...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É, cada um deles recebeu mil reais em um período de 30 dias para fazer aquele levantamento.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E com quanto cada madeireiro contribuiu para a campanha? O senhor tem esse levantamento?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu tenho um relatório aqui que tem a relação de cada empresa, com quanto que cada uma contribuiu. Se a senhora quiser pegar uma cópia aqui depois...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Essa parceria foi feita em que data, que aconteceu essa parceria?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Como assim, desculpe?

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Que vocês fizeram essa reunião e decidiram aderir ao Plano Safra Legal.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – No dia 1º de abril de 2004.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Primeiro de abril de 2004?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E não houve uma outra reunião?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Houve várias reuniões ajustando...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Quatro meses antes das eleições?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Houve várias reuniões adequando o Plano Safra à Instrução Normativa nº 3, de 2002, porque, até então, eles faziam lá de qualquer forma, e nós procuramos fazer a coisa dentro realmente da Instrução Normativa.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Eu sei, mas não houve uma reunião 4 meses antes das eleições?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim, houve várias reuniões, nós fizemos vários reuniões.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Nessa reunião, então, foi discutido que iria se produzir esse adesivo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, esse adesivo, como eu já disse, ele foi uma iniciativa da AMMAPA e da HB Lima, com o consentimento das empresas. Ele não foi discutido em reunião: vamos fazer um adesivo. Isso não existiu.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Quando foi produzido o adesivo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Para ser sincero com a senhora, eu não lembro a data. Mas foi no meio de...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Mas não foi o senhor quem autorizou?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ah, foi, mas eu não...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E

o senhor não lembra a data?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, a data eu não lembro.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Nem mais ou menos?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Foi por volta de agosto até outubro.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Alguns meses antes da eleição?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Antes das eleições.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– E aí os senhores produziram quantos adesivos? Cem adesivos?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Por volta de 100 adesivos. Eu não sei...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Foram todos distribuídos?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Também não sei dizer quantos distribuídos.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E o senhor não acha que o fato, por exemplo, de fazer uma distribuição de adesivos para mais ou menos uns cem caminhões que iriam estar circulando pela cidade, favorecendo determinado candidato, que, no caso, era ligado ao Governo Federal, o senhor não considera... O senhor disse que achou até que foi um ato inocente da parte da AMMAPA estar produzindo adesivo. O senhor não acha que isso é utilizar a máquina pública em favor de uma candidatura, uma vez que está envolvido ali um programa federal?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu diria que nós não utilizamos. Nós estávamos em uma campanha e fizemos aquele adesivo. Não foi utilizada máquina pública, porque ele não era... O Chiquinho não pertencia ao Governo...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Mas estava a marca do partido do candidato.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Estaria só a sigla lá, do PT.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Só a sigla. Mas o senhor falou que tinha o número 13 também.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Oi?**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA**

– O senhor falou que tinha o número 13 nos caminhões também.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, o número 13 tinha na porta dos caminhões.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Mas isso é campanha. O senhor, então, não considera que foi feita uma campanha aberta, em que se estava envolvendo também...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – A campanha foi aberta. Em nenhum momento ela foi escondida, o adesivo. Em nenhum momento.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– ...a favor de um candidato e que, ao mesmo tempo, utilizava de um benefício, de um programa que era do Governo Federal? É isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – A favor do candidato, sim; utilizando de um programa do Governo Federal, não.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Mas o Plano Safra, afinal, não era...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Nós estávamos convidando outras empresas a virem participar do Plano Safra Legal, não estávamos utilizando.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Convidando, mas direcionando para uma determinada campanha.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Para determinada campanha.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Isso o senhor admite que foi feito.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim.**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA**

– Eu queria saber também... O senhor acha, então... O senhor já disse aqui, quando o Deputado Rosinha fez as perguntas do nosso Relator, que essa matéria, a que foi publicada na *Veja*, o senhor considera uma matéria mentirosa?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu digo mentirosa porque eu não falei isso que ele disse aí, que eu arrecadei 2 milhões, que eu gastei 2 milhões, que eu denunciei, insatisfeito. Eu nunca dei esse tipo de entrevista para ele. Ele me ligou...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – O senhor não deu a entrevista para o repórter.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ele me ligou colocando essas palavras na minha boca. Eu nunca dei entrevista para ele.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Então ele mentiu ao senhor.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Com

certeza.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Então o senhor acha que aquilo...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Acho não, eu tenho certeza que eu não dei entrevista para ele. Ele é um mentiroso.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA

– Então está bom.

Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, Deputado Coronel Alves.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de fazer um pingue-pongue. “Sim” ou “não”, até por causa do tempo. Mas, se V.Sa. desejar estender alguma resposta, fique à vontade também.

Primeira: as autorizações de desmatamento em 2002 e 2003, que eram emitidas pelo IBAMA, durante a gestão do Sr. Bicelli, atenderam aos mesmos critérios da Safra Legal 2004, quanto à participação do

Sindicato de Trabalhadores Rurais na coleta das informações de campo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – O escritório regional do IBAMA – Altamira realizou reuniões nos anos de 2002 e 2003 com AMMAPA, INCRA, FETAGRI e outras entidades, buscando organizar o processo de liberação de autorizações de desmatamento?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – As autorizações de desmatamento emitidas em 2002 e 2003 eram emitidas somente em áreas de assentamento do INCRA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Também não. Em qualquer área que eles achavam lá. A prova disso é a minha. Está aqui. Lá não é nem um assentamento. E eu tenho autorização no meu nome, com o meu CPF, que eu nunca pedi.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Alguma empresa associada da AMMAPA é filiada ao SINDIFLORESTA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – O senhor, como presidente da AMMAPA, tem alguma dificuldade junto ao IBAMA de Altamira, no que se refere ao atendimento dado pelos servidores que ali trabalham? Cada resposta, se positiva, quais as dificuldades?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Tenho. Tenho tido grandes dificuldades no atendimento. Às vezes a gente chega a ficar 2 dias lá. Você pede um documento hoje, protocola, quando é no outro dia: “Não, passa à tarde”. Você passa à tarde: “Não, passa amanhã cedo”. Quando você passa amanhã cedo, ele fala: “O quê?” Eu falo: “Está aqui o protocolo que eu pedi?” “Não. Não protocolou não.” Eu vou pedir uma ATPF lá, para as empresas. “Não, você está com a sua prestação de contas atrasada.” Eu falo: “Não estou, está aí o protocolo”. Eu ligo lá para o contador, ele passa um fax para lá. O funcionário diz: “Não, eu não trabalho com fax, eu trabalho com original”. Eu digo: “Meu filho, olha o número do protocolo. Vai no número do protocolo, está lá”. Ele não consegue passar todos os entraves que tem. Cada momento ele te mostra um. Na hora em que você vai superando, ele mostra outro. Superou aquele, ele mostra outro, até chegar uma hora de se perder a paciência, largar aquilo ali e ir embora. Tanto é que nós não conseguimos. Não conseguimos, e não consegue. Eu digo para os meus parceiros: “Eu sou companheiro e tudo o mais, mas nesse IBAMA que está aí, por mais que os caras quiseram fazer... quiseram a coisa andar, quiser fazer de uma forma legal, dificultando até o nosso lado, mesmo com toda a garra, mas eles não querem. Os funcionários que lá

estão, funcionários de 30 anos, não trabalham mesmo. Eu desisto!” Já falei para a minha filha, que tem serriaria: “Eu fico triste por você estar entrando nisso aí”. Porque ela, até então, morava comigo em São Paulo. Fez Administração de Empresa. Eu fui para o Pará, larguei ela em São Paulo. Quando eu menos espero, está ela lá em casa com um madeireiro, também amigo meu. Eu digo: “Você fez uma grande burrada na vida”. E não funciona. O IBAMA ali, se não trocar... Nada contra a pessoa deles, mas eles não querem e não procuram fazer. Eu não sei se é uma política, se é um birra contra as atitudes do Governo Federal. Não querem que a coisa funcione.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Na sua opinião, o Plano Safra Legal 2004, na forma como foi conduzido, fere interesses dos Srs. Manoel Messias, Carlos Bicelli e Mário Rubens?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Com certeza, porque eles faziam as ADM e vendiam. E para empresas não de Altamira. Podem ir lá verificar. Lá no IBAMA hoje tem caixa da AFANES, de todas as empresas que citei o nome, da APRUP, da ASMERCO e não tem nenhuma da AMMAPA. Não tem nenhuma, o senhor pode ir lá verificar. No dia que eu falei aqui que o Sr. Bicelli antecedeu a sua saída, ele ficou a sexta-feira, o dia todo, assinando ADM. Ele assinou para um cara, até então amigo meu, 26 mil metros, no dia que antecedeu a saída dele. Eu não tenho documento, mas se os senhores forem lá... Só se ele tiver queimado, a partir dessa denúncia que eu estou fazendo aqui. Até o último dia em que eu fui lá, estava lá.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – O senhor tem conhecimento de alguma associação de reprodução de mudas para reposição florestal na região de Altamira?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Tem várias lá. Essas todas aqui, elas diziam que reproduziam. Elas iam lá, faziam um TAC, tiravam foto de um viveiro, o Sr. Bicelli liberava, como liberou para empresas lá que compravam. Após um ano, o crédito estornava. Foi então que o IBAMA, quando começamos a falar do Safra Legal, falou: “Para evitar que aconteça o que vem acontecendo com outras empresas, de estornar o crédito, vocês mesmos criam o vosso viveiro e fazem a sua reposição, para que vocês mesmo não caiam nessa armadilha de novo”. Nós fizemos o viveiro, gastamos lá e até hoje não conseguimos tirar nada daquele viveiro. Estava falando para o Sr. Presidente: as mudas estão plantadas, nós temos lá hoje. Pode ir qualquer um ver. Estivemos a semana passada aqui com o Sr. Presidente, Dr. Marcos Hummel, e não liberamos nada, nada. Nem uma ATPF, nem uma reposição, nada que nos favoreça.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – O senhor conhece alguém que dirige essas empresas, o senhor conhece o nome de alguém dessas empresas?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – A APRUP é pelo Sr. Wanderley Vilaneves; a ASMERCO, por uma pessoa que nem na região mora mais; a AFANES, presidida pelo Sr. Manoel Messias e outras pessoas lá. Não seria ele o presidente. Ele, então, é a pessoa de frente que negociava.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – O senhor sabe quem do IBAMA assinou a liberação dos créditos de reposição para essas associações?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – O Sr. Carlos Renato Leal Bicelli, que sempre liberou. E nós não conseguimos. Nem o Dr. Antônio Carlos Hummell conseguiu liberar a nossa e, no entanto, lá eles liberavam por Altamira mesmo, sendo somente um escritório regional. Nem o gerente ele é. Ele é apenas um chefe de escritório, e liberava. Ele mesmo fazia, ele vistoriava, ele liberava.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – O senhor tem conhecimento se os créditos de reposição de algumas destas associações foram estornados da parte das empresas que os compraram?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Tenho. Foi estornado de várias empresas, inclusive por empresas filiadas à AMMAPA, que comprou reposição e foi estornada. E o IBAMA foi lá na época, nos convidou, e fez um TAC com aquelas empresas, deu 2 anos para elas apresentarem uma nova reposição, sob pena de multa ou até de cancelamento do exercício da atividade.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Na sua opinião, nas autorizações de desmatamento emitidas pelo Sr. Carlos Bicelli em 2002 e 2003 continha algum tipo de irregularidade? Em caso positivo, quais o senhor contaria, na sua opinião?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Todas elas com 60 metros. Todas elas. E 90% com ipê...

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Irregularidade? Só pode ser até 15 metros?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Irregularidade. Todas elas continham, na autorização, 60 metros. E mais de 80% só ipê e jatobá; ipê, jatobá e cedro; ipê, jatobá e cedro. Em nenhuma o senhor vai pegar com 50 metros, ou 49. Todas têm 60 metros.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Ipê, jatobá e cedro?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ipê, jatobá e cedro, cumaru. Só as essências mais nobres.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Na sua opinião, o Plano Safra Legal 2004 contribuiu para corrigir irregularidades no processo de liberação de

desmatamento nos anos 2002 e 2003, na gestão do Sr. Bicelli?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – A nossa intenção foi ajustar o Plano Safra Legal, adequar a ele na Instrução Normativa nº 3. Mas, no entanto, contrariou várias entidades, que viviam fazendo e vendendo esse tipo de coisa, e a gente não permitiu. Foi, então, a insatisfação deles que veio a gerar essas denúncias, da forma que foi.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Então o Plano Safra Legal veio a ser um óbice para as irregularidades até então cometidas, em tese, pelo Sr. Bicelli?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim, haja vista a dificuldade que nós tivemos para chegar aonde chegamos. E até hoje não conseguimos. Não só nós como a outra região todinha não conseguiu, até hoje, beneficiar-se do Plano Safra Legal, porque ele vem sendo cumprido... mais rigorosidade possível ao adequamento à instrução normativa.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – E a última pergunta: o senhor sabe informar se autorizações de desmatamento emitidas pelo Sr. Bicelli no Município de Anapu foram utilizadas para acobertar madeiras de empresa localizada no Município de Altamira?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Com certeza. A nossa indignação maior é porque, se eles fizessem aquilo ali e até cedessem para as empresas locais que geram emprego ali... Porque nós temos, no nosso Regimento Interno, no nosso Estatuto, nós incentivamos a empresa a não tirar tora do Município, ou seja, beneficiar o nosso Município, que é um Município pobre e precisa gerar emprego. E eles, a maioria deles, vinha vender essa matéria-prima no Município de Altamira, Medicilândia, até Uruará. Ou seja, de Anapu a Uruará... De Altamira a Anapu tem 140 quilômetros. De Anapu a Uruará tem mais 180 quilômetros, voltando. Ou seja, o senhor vai estar pegando a madeira, voltando ela 140 quilômetros, depois mais 180. E todos esses 26 mil metros que estou relatando aqui para V.Exa. foram vendidos para madeiras no Município de Altamira. O senhor pode ir lá constatar, a não ser, como eu falei aqui hoje, que ele esteja queimado.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – O senhor mora há quanto tempo na região?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu moro desde o dia 10 de maio de 2001.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – O senhor chegou, então, a conhecer a nossa conhecida hoje, mundialmente – já falecida, infelizmente –, irmã Dorothy.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Com certeza.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Era do seu convívio pessoal?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Cheguei em Anapu em 2001, onde existia um projeto de criação de PDS. Eu não conhecia, fui incentivado a ser contra o projeto de PDS. Fiz manifestações contra ela, tranquei Transamazônica, por 2 ou 3 vezes fomos a Belém. A partir do seminário que fizemos, no dia 16 de agosto de 2003, sentamos com ela, sentamos com os movimentos sociais e eles nos explicaram, então, o que era o projeto PDS: que é um projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados e tal; explicou que, até então, ali, a gente poderia estar tirando a madeira de uma forma legal, dentro do desmatamento, dentro de projeto de manejo comunitário. Foi então que passamos a concordar com aquilo ali e trabalhar lado a lado com ela, até mesmo nesse viveiro que foi feito. Ela era uma grande aliada, a gente trabalhava em parceria.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Na sua avaliação, ela era uma pessoa que provocava a desordem social, o desequilíbrio, provocava a insegurança pública no local? Como é que o senhor tinha essa visão nesse campo? Ou ela queria ajudar?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Na minha concepção, não. Tive oportunidade de viajar com ela várias vezes. Vim aqui a Brasília, fui a Belém, em Marabá várias vezes. Era uma pessoa que... Ela poderia ter alguns interesses contrários, mas, até então, as pessoas da região... Não acredito que foram pessoas da região que vieram fazer aquilo ali, porque tem pessoas lá que foram prejudicadas por ela, mas conviviam com ela há mais de 20 anos. Então eu não acredito, em nenhum momento, que ela fosse uma pessoa que causava desordem.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Eu tenho aqui, Sr. Presidente, uma matéria veiculada na *Folha de S. Paulo* em 15 de fevereiro de 2005, que foi encaminhada para a *Folha de S. Paulo* através do Sr. Mário Rubens Rodrigues, acusando a irmã Dorothy de que ela promovia desordem, promovia a insegurança pública. E pela fala do nosso depoente, que conviveu e ainda está convivendo naquela área lá, é mais uma mentira que nós estamos verificando desse Sr. Mário Rubens Rodrigues.

Quanto às minhas perguntas, dou-me por satisfeito pelas respostas.

Agradeço a atenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ao Leivino Ribeiro, primeiro queria dizer, Sr. Presidente, que, a partir de

hoje, eu passo a ser membro também desta Comissão, como Suplente, por autorização do meu Líder. E já estou protocolando, nesta Casa, um requerimento para que sejam convocados – não é convidado, porque um já foi convidado e não veio –, para que sejam convocados os dois jornalistas da *Veja* que trabalharam nesta matéria. Porque eu penso que só um jornalista que tinha a intenção de atacar o meu partido, de atacar a mim e lideranças do meu partido, podia fazer uma matéria tão péssima como essa.

Essa matéria da *Veja* começa com o título: *PT deu a senha para o desmatamento*. É tudo ao contrário do que o nosso Governo, do que o PT vem fazendo na Amazônia. Nenhum partido, nenhum Governo agiu tanto, está agindo tanto, combatendo a ilegalidade, combatendo o desmatamento, como esse Governo está fazendo.

Se esse jornalista conhecesse um pouco da região e conhecesse o trabalho do movimento social, a proposta de desenvolvimento econômico para aquela região, ele teria tido um pouco mais de sinceridade na matéria que ele escreveu.

Estou convocando os 2 jornalistas por quê? Porque um está em Belém, o outro está, talvez, em São Paulo. No entanto, os 2 fizeram a matéria e em nenhuma fita... E diz que tem umas duas gravadas. Eu já ouvi uma. Em nenhum depoimento das pessoas citadas o meu nome e o nome do Deputado Airton Faleiros são citados como intermediário disso que ele chamou de esquema.

E posso afirmar aos senhores que nunca houve esquema, nunca houve uma discussão tão transparente, prova disso está aí o vídeo que foi apresentado. E quero parabenizar os depoentes que vieram para cá, para afirmar aquilo que é real. Nada de irreal. Quem veio mentir a essa Comissão até agora foram aqueles que todos eles mentiram aqui. E todos eles inventaram. Inclusive mentiram, inventaram o jornalista desta revista.

Olha bem o que eles escrevem aqui. Vou ler apenas um pedacinho: "(...) porque eles estavam, após a operação do Mato Grosso, que o nosso Governo coordenou, prendeu muita gente, a maior prisão que já teve no Brasil – foi aquele pessoal do Mato Grosso, e ele procurou misturar as coisas. "No Pará, um esquema envolvendo 3 candidatos a Prefeito nas eleições... Citou 3; nós tivemos vários, uns 15 na região toda, do oeste do Pará. Ele falou de 3 porque são 3 lideranças daquela região que há mais de 20 anos moram lá, sofrem lá, inclusive sofrendo pela paralisia do setor ilegal. São 300 serrarias que estão parando, são 10 mil desempregados, um problema sério, inclusive, para o nosso Governo, que só quer permitir se trabalhar com

madeira daqui para a frente na legalidade, e está decretando inclusive uma moratória de queimadas naquela região para esses próximos 6 meses, que vai de agora até dezembro, porque na verdade não precisa queimar, porque todos aqueles que têm área aberta podem sobreviver por algum tempo sem precisar queimar. “No Pará, um esquema envolvia 3 candidatos a Prefeito, nas eleições municipais do ano passado, e 2 Deputadas, todos petistas, além de funcionários do IBAMA, INCRA, madeireiros e sindicalistas. Os 3 candidatos a Prefeito pelo PT – apurou a reportagem – teriam recebido pelos menos 300 mil reais de madeireiros – não quero nem questionar se foi mais ou se foi menos, até porque aqui não tem bicho de 7 cabeças, se está declarado –, às vésperas das eleições, em troca de autorização do IBAMA para derrubar...”.

Isso aqui é crime, um jornalista escrever isto numa matéria, sendo que isso nunca existiu. Isso aqui é dizer que lá tem um desgoverno, que é todo mundo desonesto. E tudo aquilo que os depoentes disseram aqui hoje, através de vídeo, está mostrando que é o contrário do que está escrito aqui: em troca de autorização do IBAMA para derrubar madeira ilegal. São eles: Paulo Medeiros, que é o candidato a Prefeito de Uruará, que perdeu a eleição; Chiquinho, do PT de Anapu, que perdeu a eleição, ficou em terceiro lugar – lá tinham uns 4 candidatos; a Prefeita Leni Trevisan, que ganhou as eleições e derrubou o madeireiro grileiro, que era o Prefeito, grileiro de terra. A primeira vez que o IBAMA, o INCRA e a Polícia Federal foram em Medicilândia, prenderam eles dentro de um hotel e não deixaram sair.

Esse era o clima naquela região. E lá nesse Município também tinha o Safra Legal, mas não tinha adesivo. E quem serrava a madeira no Safra Legal era o Prefeito que perdeu a eleição.

Bom, aí, então, ele chega em nós, chega em mim. O esquema, segundo um representante do sindicato dos reflorestadores do Estado do Pará, que já falou aqui, era intermediado pelo Deputado Federal José Geraldo e pelo Deputado Airton Faleiros, ambos ligados ao IBAMA. Essa é a afirmação que nenhum depoente fez até agora, nem mesmo o Messias que veio aqui nessa mesa falou, tocou em meu nome, nem as duas fitas que estão aqui gravadas, uma eu já ouvi, de 27 minutos, em nenhum momento faz afirmação dessa natureza. Então eu posso concluir que eles, no afã... Porque a matéria era direcionada para atacar o PT, porque o clima no Congresso é de CPIs contra o PT, não é contra os Correios. É contra o PT, contra o Governo. E aí faz uma afirmação dessa natureza. Portanto, não tem uma afirmação até agora, nenhum depoente, nenhuma fita que faz uma afirmação. Isso,

Sr. Presidente, não teve nenhuma repercussão. Essa matéria saiu exatamente num domingo. Num sábado tentaram me ligar. O Deputado Estadual Airton Faleiro foi ouvido. Ele ligou, conseguiu falar. Falou com o Deputado Estadual por 20 minutos e não saiu uma palavra daquilo que o Deputado Estadual Airton Faleiro falou aqui nessa matéria. Eu, quando consegui ligar à noite para São Paulo, era por volta de 21h45min. Informaram-me que a matéria já estava fechada. E no outro dia *O Liberal* estampa a matéria, inclusive com a minha foto, a foto do Deputado Airton – corrupção, em cima e falando dessa matéria. Bom, *O Liberal* fez a matéria a partir de uma revista nacional. Mas *O Liberal*, inclusive... Fui ouvido e falei tanto quanto aquilo que a revista tinha registrado. Então, estou apresentando aqui esses 2 requerimentos. E, se for preciso, vou requerer acareação do jornalista com aqueles que fizeram o depoimento, porque eu não admito que um cidadão faça uma matéria completando, articulando a matéria, exatamente para dar um nível de uma coisa tão ruim, tão péssima, como aconteceu aqui. E, na verdade, uma coisa bem intencionada. Na verdade, sempre tem erros em programas, nunca ele sai perfeito. E lá, infelizmente, a estrutura do INCRA no IBAMA não consegue deslanchar ainda. Tanto é que, em Santarém – estou falando aqui do meu Governo –, está com 90 dias, 3 meses, que não sai uma autorização em áreas de 100 hectares, em 90 dias, tanto é a rigidez na legalidade. Então, eu queria aqui dizer a V.Exa. que esse requerimento está na Mesa, parabenizar os depoentes que vieram aqui. Agora, o jornalista foi convidado para vir aqui e não veio, e esses cidadãos estão vindo lá da Transamazônica. V.Exa. não sabe o que é vir lá da Transamazônica até aqui para uma CPI. E dizer, inclusive, ao Ribeiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Para encerrar, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Concluindo, Sr. Presidente, conheci o esforço dele de exatamente fazer com que aquele grupo pudesse se organizar. E lá nós tivemos então uma dura oposição a essa idéia. E exatamente aqueles que se opõem a essa idéia, aqueles que querem legalidade, foram aqueles que mataram a Dorothy. É preciso deixar isso bem claro aqui, porque tem lá um grupo que sempre quis a legalidade. E foi esse grupo que assassinou a Dorothy lá no Anapu, está certo? E foi contra isso que, na campanha eleitoral, também nós nos defrontamos. E lá não teve nada fechado. Inclusive, Ribeiro, quero agradecer o apoio de vocês para o meu partido lá, porque nós tínhamos a intenção de...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – ...para apoiar o programa do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Queremos dizer que nos sentimos muito satisfeitos por tê-lo entre nós, já que S.Exa. foi indicado pelo seu Líder para integrar esta CPI. Em deferência ao ingresso de V.Exa. nesta Comissão, demos 5 vezes o tempo regulamentar para a sua manifestação. Está certo?

Na seqüência, a Deputada Perpétua.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Leivino, o senhor é Presidente da AMMAPA, não é isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Perfeitamente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Associação dos Madeireiros dos Municípios de Anapu e Pacajá.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Exatamente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Qual a relação da sua entidade com o SINDIFLORESTA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Nenhuma. Nós tivemos agora...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E qual a diferença de ação de um com o outro?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Também não tem diferença nenhuma. Nós simplesmente estamos tendo agora, devido a dificuldade que o setor madeireiro vem passando, nós sempre temos reuniões. Tivemos uma quinta-feira agora lá em Belém, na FIEPA, que é a nossa entidade maior, depois vem a AIMEX, depois a UNIFLOR. E aí depois vem as associações dos sindicatos regionais, no qual o Sr. Mário Rubens foi expulso da reunião.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sim, o Mário Rubens é o Presidente do SINDIFLORESTA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Presidente do SINDIFLORESTA. Eu não conheço nenhuma entidade, nenhuma empresa madeireira filiada ao vosso sindicato, para ser sincero.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Filiado a quem?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Filiado ao sindicato dele, que é o SINDIFLORESTA.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Ao SINDIFLORESTA.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu não conheço. Ele foi expulso lá pelo Presidente da UNIFLOR...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Ele foi expulso por quê?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Por não participar das reuniões.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Por quê?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Porque ele não comunga, ele não... Nós não o conhecemos como entidade representativa do setor madeireiro.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E ele estava... E que reunião foi essa que o expulsaram?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Reunião quinta-feira, lá na FIEPA, com a UNIFLOR, a FIEPA, a AIMEX e entidades madeireiras de todo o Estado do Pará.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E ele é empresário madeireiro?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Presidente, vamos pedir, então, a relação de associados do SINDIFLORESTA, para a gente compreender um pouco essa confusão lá na região. A gente pedir a relação dos empresários ou madeireiros filiados ao SINDIFLORESTA. O que o senhor considera as principais divergências políticas, ou, no âmbito da relação de vocês, entre a sua associação e o SINDIFLORESTA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu não tenho nada contra o Mário Rubens. Acho que ele não tem nada...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Não, entre as entidades.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Exato, a AMMAPA contra o SINDIFLORESTA. Eu não tenho nada.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Onde o senhor acha que vocês divergem mais, a associação e o sindicato?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, é o que eu estou falando para a senhora, ninguém no Estado do Pará reconhece o SINDIFLORESTA como entidade representativa do setor florestal. A questão do Sr. Mário Rubens aí, ele tem um problema particular com o Sr. Marcílio Monteiro, do IBAMA. Tem um projeto de manejo dele suspenso, porque eu não sei, não é do meu conhecimento, e ele vem brigando, chamando a gente: “Não, vamos acampar com a gente, vamos detonar com esse Marcílio, não sei o quê”. “Não, Mário Rubens, eu não tenho motivo, não tenho por quê. Nós estamos fazendo a coisa dentro da legalidade e o que é certo é certo”. Foram cancelados vários projetos nossos lá, e nós estamos buscando voltar esse proje-

to a trabalhar mas dentro da legalidade. Em nenhum momento por caminho que não é legal.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – De quem o senhor considera que foram aprovados maior número de projetos? Do pessoal do SINDIFLORESTA ou do pessoal da AMMAPA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – O SINDIFLORESTA não participou desse Plano Safra Legal, não. Não é do meu conhecimento não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor acha que não ou o senhor tem certeza?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, eu não tenho conhecimento.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Mais uma informação para a gente pedir do IBAMA, lá no local: quais os sindicatos ou associações que mais aprovaram projetos para a gente poder tirar um pouco essa dúvida aí, Sr. Presidente.

Sr. Leivino, quais órgãos atuam lá no Estado nessa fiscalização da madeira, do reflorestamento ou do desmate? Tem um órgão, tem o IBAMA...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – IBAMA.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Que órgãos estaduais têm lá?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Tem o DEMA, que é o Departamento de Polícia, Departamento do Meio Ambiente, a Polícia Civil, que até essa semana está lá na...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Não entendi. Como é o nome do órgão estadual?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Departamento do Meio Ambiente, que é incorporado à Polícia Civil. Esta semana tem até uma operação deles lá. Eles vão ficar por um... talvez por um...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Mas é policial?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É policial, incorporado à Polícia Civil.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E não tem um órgão estadual para acompanhamento dos projetos? Só o IBAMA faz isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Do meu conhecimento, sim.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, toda relação onde vocês, tanto dos sindicatos como das associações, é com o IBAMA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Na legalização da madeira sim.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Diretamente com o IBAMA.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Diretamente com o IBAMA.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E as autorizações de desmate com quem é?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Diretamente com o IBAMA.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Tudo com o IBAMA.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor está há quanto tempo lá em Anapu?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – No dia 10 de maio de 2001.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Dois mil e um.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor virou presidente da associação quando?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Dia 29 de junho de 2003.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E quando chegou logo lá, maio de 2001, o senhor já entrou no ramo de empresas?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu fui trabalhar... Como eu já vim de São Paulo com maquinário, eu comprei maquinário em São Paulo, eu tinha...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor fazia o que em São Paulo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu tinha depósito. Toda a vida... Eu tenho 46 anos. A minha vida toda foi trabalhar com madeira, desde a época dos meus avós. Eu trabalhei no Pará.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Madeira lá em São Paulo como?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Já trabalhei no Pará, em Xinguara, em Tucumã, em São Félix do Xingu.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Antes de 2001?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Depois retornei para São Paulo. Fiquei 12 anos em São Paulo como representante comercial, depois tive depósito de madeira em São Paulo. Devido à crise lá, em 2001, eu vim para Anapu extrair madeira, beneficiar, serrar e mandar para o meu depósito em São Paulo. No projeto de manejo, cujo detentor é o Sr. Antônio Rocha, denominado o imóvel "Fazenda Deus é que Sabe", exploramos ele em 2002 e 2003.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O seu depósito de madeira em São Paulo recebia madeira de onde?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu recebia do Acre, de Rondônia, do Mato Grosso, do Pará.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E essas madeiras eram legalizadas?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Todas 100% legalizadas. Eu trabalhava mais no Estado de Rondônia, onde a legalização lá, nos anos de 99, já era intensa, tanto é que eu...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor morou em Rondônia também?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não senhora. Tanto é que eu vim para o Estado do Pará já na iminência de trabalhar legal, trazendo na idéia o reflorestamento. O primeiro reflorestamento em Anapu quem fez fui eu. A prova está lá. Tem madeiras já com 4 anos plantada, trouxe semente de São Paulo na época, o Dr. Hamilton Casara, então Presidente do IBAMA, mandou seu representante no Município de Anapu, levando uma sacolinha com 6 sementes de mogno, tirado aqui em Brasília, aonde eu não sei, pelo Dr. Sidney, incentivando os colonos a plantar mogno, Sr. Presidente. Quando ele chegou no hotel, Dr. Sidney, aí ele, com aquela sacolinha, com o jaleco do IBAMA, aí ele procurando para plantar mogno, se conhecia semente de mogno, foi oferecer para o rapaz lá do hotel, ele falou: *“Olha, tem um pessoal aqui lá de Anapu que já planta mogno”*. Aí ele me procurou, a gente foi, conversou. Quando foi no dia, ele foi lá no outro dia, ele me convidou para ir lá ver, eu tinha viveiro lá, já com mudas com 3, 4 meses, grande, aí ele falou: *“Ah! Isso aqui que eu vim fazer aqui no Pará”*. Então, ele deu aquela semente, nós distribuimos para os colonos, fizemos palestras, até o Dr. Hamilton Casara, então Presidente do IBAMA, ligou várias vezes na minha casa, era para estar presente, mas não foi possível. Na última hora, nós tivemos já... Eu já vim de São Paulo nessa iminência de trabalhar na legalidade, porque em São Paulo não chega... as empresa que compram, hoje, madeiras em São Paulo, elas querem saber da certificação, de onde está vindo aquela madeira, até por orientação dos arquitetos, decoradores e tudo mais.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. O senhor, então, chegou lá em maio de 2001 e está lá até hoje. Qual foi o maior período do Pará, 2001, 2002, 2003 ou 2004, que o senhor considera que saiu mais autorização de ATPFs?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Em 2002 e 2003. Em 2004 não foi. Com certeza não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Em 2002 e 2003.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – A que o senhor atribui esse aumento em 2002 e 2003?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não sei dizer para a senhora precisamente os números, mas,

com certeza, o escritório regional de Altamira, se for checar os números, está lá.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor acha que tem uma explicação para isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Olha, nos outros anos, anteriores a 2004, como eu disse a V.Exa., o desmatamento era feito de qualquer forma, e esse desmatamento dos 3 hectares, ele tem que ser cumprido, é uma regra da instrução normativa, e não era cumprido. Então, a partir de 2004, a gente optou para trabalhar dentro daquele modelo ali. Foi então que diminuí o número de ATPFs, de autorizações.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E antes, o senhor comprava madeira desse desmatamento de qualquer forma?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não senhora, eu trabalhava nesse projeto de manejo sustentável, que eu citei o nome.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E a madeira que o senhor levava para São Paulo era do projeto?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu não cheguei nem a levar madeira de Anapu para São Paulo. Eu cheguei em 2001. Como eu disse, no dia 20 de setembro de 2001, foi substituído... A ATPF, antigamente ela circulava. Uns anos atrás ela foi suspensa. No dia 20 de setembro de 2001 ela voltou em circulação. Então, isso dificultou o transporte da madeira e eu não... optei por fechar o depósito, gostei da região de Anapu, já adquirir uma pequena área lá, construí casas, e pedi a minha esposa, convidei ela para ela vir conhecer Anapu. Meu filho veio, depois ela veio e gostou. E a gente está lá até hoje. A minha filha também veio, casou. Hoje moramos todos em Anapu, tenho residência lá, e pretendo, se Deus quiser... tenho 46 anos, como eu disse, fiz 18 mudanças durante meu casamento e pretendo não mais mudar de Anapu.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. Quando perguntei em que ano o senhor considerava que houve mais autorização, as ATPFs, o senhor já respondeu que pelo menos em 2004 não. Deve ter sido um ano onde teve menos autorização.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Com certeza.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – A que o senhor atribui isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – À dificuldade da adequação na instrução normativa, que as pessoas que faziam aquilo ali, qualquer pessoa fazia, qualquer associação de produtores rurais, criava-se um viveiro, tirava foto, fazia um TAC e pegava 10, 20 colonos, entrava lá, chegava no madeireiro: *“Olha, tem semente de matéria-prima para vender?”* Então pega, tem

30, tem 100, tem 200 e fazia aquilo ali. Essa empresas que eu citei aqui, essas entidades, todas elas exerciam essa prática, inclusive o Sr. Manoel Messias.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E quando o senhor acha que isso mudou?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – De 2004 para cá foi quando foi tirado. Todas essa pessoas que faziam essa prática, o que ficou acordado foi que os próprios agricultores e a empresa se encarregassem e fizessem, não pessoas de terceiros. Outra coisa, se me permite Excelência, a senhora está com uma foto aí, eu gostaria de informar que essa foto não é na cidade de Anapu. Essa serraria não existe lá. Esse desmatamento também não é. Provo para a senhora e vou lá de avião. Pago até a despesa.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, já que o senhor falou em serrarias, eu nem estava preocupada com a foto...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Essa foto... Não é só para os senhores...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. Mas já que o senhor falou em serrarias, como é hoje a relação do órgão ambiental, lá do seu Estado, com relação às serrarias?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – A relação é uma relação de trabalho, não é? As empresas que estão lá, nós somos, falei anteriormente, são compostas por 22 empresas; 16 atuantes. Nessas 16, a senhora pode checar, todas levam o nome do seu proprietário. Exemplo: HP, Hidelfonso e Paulo; Lunardi e Lunardi, Hélio Lunardi.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – São serrarias?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – São serrarias devidamente registradas, estabilizadas, com o nome do seu proprietário lá.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor acha que tem quantas que são ilegais, mais ou menos, que não estariam registradas. Tem umas cem?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Em Anapu e Pacajá, diria para a senhora que não têm 5 empresas que não têm registros, na SECTAM e no IBAMA. Não digo que elas não têm projetos. Porque há empresas, Sr. Presidente, que elas não têm projetos. Mas não é porque ela não tem projeto que ela trabalha ilegal. Ela compra matéria-prima de um outro projeto, tá, para as empresas dela. Ela pode comprar. Não necessariamente toda a serraria tem que ter o seu projeto próprio.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. Sr. Leivino, a que o senhor atribui essa matéria da *Veja*? Ouvi numa pergunta anterior da Deputada, que o senhor negou muito e diz que essa matéria é

inverídica. A que o senhor atribui essa matéria? Inclusive pelo que ouvi, o senhor também disse que sequer fez contato com o jornalista. O senhor nunca recebeu um recado, um telefonema, respondeu?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu disse para V.Exa., Deputada, Thelma, que eu não dei entrevista para ele. Eu não tive contato. Que eu tive, sim, 2 contatos com ele: um contato na minha casa, ainda em fevereiro, na morte da irmã Dorothy, e outro contato que ele insistiu ligando-me por 2 ou 3 vezes, colocando essas palavras na minha boca. Eu disse, também, que... Eu acredito que ele colocou isso aí talvez até por não conhecer direito o que é o processo. Porque eu acho incapaz um jornalista da competência desse senhor aí colocar tanta coisa, sendo que ele não tem o conhecimento.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Mas então, pelo que o senhor disse, aí o senhor teve contatos com ele.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Três contatos, que eu disse. Eu tive um...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E o que vocês conversavam nesses contatos?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, quando ele esteve lá... quando ele esteve lá...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Ele é um jornalista. Não adianta pedir segredo, porque não tem segredo entre um jornalista e a pessoa que ele quer investigar.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Quando ele esteve lá, ainda em fevereiro, ele esteve investigando sobre a morte da irmã Dorothy. Depois do mês... acho que de abril para maio foi que ele veio com essas perguntas aí.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E que perguntas ele fazia para o senhor?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ele colocava, dizendo que tínhamos que denunciar o PT, porque nós ajudamos o PT. “*É, vocês gastaram quanto na campanha do PT? Quanto que a AMMAPA gastou?*” Disse: “*A AMMAPA não gastou nenhum centavo*”. “*É, mas as empresas colaboraram*”. Disse: “*Algumas empresas... até algumas empresas podem ter colaborado, não é do meu conhecimento*”. Eu sabia, eu conheço. Como V.Exa. disse aí, repórter quer vender a matéria. Então, eu me...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Não, não. Não falei isso.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – ...eu me neguei...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Eu disse que o repórter...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – ...não existe segredo entre o repórter e aquela figura que ele quer como fonte. Não tem segredo. A não ser que o senhor tenha dito o seguinte: olha, eu vou-lhe contar aqui e eu peço que o senhor não divulgue o meu nome. Isso aqui é em *off*. Faça a matéria, mas... Aí, se o jornalista for um jornalista, como na maioria da vezes, ético, ele faz a matéria sem dizer o nome. Mas ele estava atrás de informação mesmo. Se o senhor não pediu nada disso, ele deve ter divulgado o que ele entendeu. Ou ele entendeu tudo errado?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu... No meu entendimento, ele entendeu errado. Porque eu não dei essa entrevista para ele. Ele comentou, insinuando colocar palavras na minha boca que eu não disse.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E qual foi a sua reação depois que a matéria saiu?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, no momento, como falei, eu senti até pelo... Fiquei sabendo por Belém, no domingo, ainda à noite, quando a matéria ia sair. Eu fiquei chateado porque até em momentos quisemos denunciá-lo, falar com ele. Mas eu preferi não...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor entrou na Justiça contra a matéria?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Nós ainda vamos entrar.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Mas está com tanto tempo. O senhor acha que...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não. Vamos sim.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Não é tempo demais para ficar esperando?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Porque temos a... porque temos a...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Por ser uma matéria mentirosa, como o senhor afirma?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – ...como se fala, nós estamos passando por diversas dificuldades, a nossa entidade, e decidimos deixar as coisas, não é? Até mesmo porque V.Exas. que estão investigando, estão apurando e, com certeza, estou aqui para colaborar e a verdade vai ser esclarecida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, vai depender do resultado desta CPI se o senhor vai entrar na Justiça ou não?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não. Eu acredito que V.Exas., como pessoas competentes que são, vão esclarecer. E nós, também, vamos estar fazendo o nosso papel na hora exata. Porque eu não falo por mim, eu represento, como eu já disse, as empresas, e nós fazemos tudo em reuniões, tudo decidido no grupo, num total todo.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, o senhor considera que vai aguardar um pouco mais as investigações e também quando melhorar a situação financeira da entidade, o senhor vai entrar na Justiça?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Também.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – A sua entidade ou os sócios hoje estão com problemas financeiros?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Com certeza.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Quem? Todo mundo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Todas as empresas. Não só do...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – O senhor considera isso desde quando?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Todas as empresas, não só do nosso Município, mas do Estado e do País. Devido o comércio, a queda do dólar, porque a madeira do Estado do Pará, ela é mais de 80% exportada e o dólar está nessa queda que está. Então, está muito difícil, as empresas exportadoras...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Essas dificuldades, o senhor considera que também que foi a partir de agora, quando reduziram as autorizações, as ATPFs?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, não é relativo... a situação financeira não se refere à ATPFs, não. É devido ao longo dos anos, o acúmulo. Tem empresas que fecham contrato no início da safra, como as grandes empresas que nós vendemos, que é a CIKEL, que é a Pampa, que é a Tradelink, que é a Nordisk, elas fecham contrato para um ano. Então, elas têm que agüentar aquele contrato, e elas, quando nos compram, elas compram baseada no dólar. Nós já chegamos... Madeira que a gente vendia por 1.200 reais, hoje, se quiser vender, e como não vende, não tem nem mercado, caiu mais de 30% o valor.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Então, só que o problema não eram as ATPFs, o senhor está considerando que o problema pode ser também a queda do dólar? Vocês estão com muita madeira estocada, então.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É uma pergunta que eu não posso responder. Eu não tenho conhecimento de volume por empresa.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E o senhor, tem?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu não tenho. Eu não tenho empresa madeireira. Eu só, atual-

mente, falei anteriormente, eu tenho maquinário. O meu maquinário está até parado, não está trabalhando.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Mas está parado por quê? O pessoal não está tendo as ATPFs?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu estou com dois anos que não exerço a minha atividade de extrator de madeira. Estou somente à frente da entidade.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Certo. Então, só para encerrar, Sr. Presidente. Sr. Leivino, eu vi a matéria e fiquei muito preocupada com essa história de adesivo. Eu acho que o Partido dos Trabalhadores está vivendo um momento muito difícil no País, e acabamos vivendo esse problema. E sou muito solidária ao Partido dos Trabalhadores, pela luta que eles têm. Mas também reconheço que nós temos que apurar, limpar toda a sujeira que possa ter sido colocada para debaixo do tapete, para a gente poder tocar nossos mandatos com seriedade e o Governo também. Agora, esse adesivo, o senhor há de convir comigo, ele é muito complicado. Ele depõe inclusive contra pessoas sérias. Como surgiu essa idéia desse adesivo? Quem que organizou isso? Quem pensou isso? E quem sabia da história do adesivo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – O adesivo, como eu já disse para os senhores, ele foi criado na época da campanha. Ele não tinha a finalidade de transportar, de nada que não tivesse legal. Houve uma ingenuidade da nossa parte de colocar aquelas siglas naquele momento – isso aí, eu confesso que errei – mas ele foi idealizado pela minha pessoa, pela AMMAPA, e pelo Sr. Silvio, da HB Lima.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E quando vocês tomam uma decisão como essa, em nome da entidade, vocês consultam os sócios?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sempre consultamos.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E os sócios concordaram, ninguém levantou uma preocupação?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, a gente até então não pensava que isso pudesse causar algum dano. Não foi feito com essa intenção.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Quanto tempo esse adesivo circulou?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ele circula até hoje. Alguns daqueles foram pregados nos caminhões na época, outros tiraram, lavaram, outros arrancaram. Então...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E circulavam de cidade para cidade?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É. Eles circulavam tranquilamente. Não era colocado no pára-brisa.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – E ninguém nunca, um dirigente partidário ou de instituição, chegou para perguntar para vocês sobre isso ou alertar que isso podia ser muito complicado?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Para mim, não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Alguém no IBAMA tomou conhecimento desse adesivo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu não posso afirmar, porque a nossa cidade fica a 150 quilômetros de Altamira e o IBAMA, as vezes que vai lá, as vezes... não posso dizer se viu ou se não viu. Pode ser que tenha visto e pode ser também que não tenha visto.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Mas o senhor nunca foi abordado por ninguém e alertado sobre isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não. Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Está certo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, peço licença. Queria apenas que o depoente afirmasse, porque ele afirmou uma questão aqui que também é grave. Ele disse que nem a serraria e nem a foto do desmatamento que a revista coloca na matéria não são de lá. Eu queria só que ele confirmasse isso.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não é. Essa foto não é do Município de Anapu. As serrarias de Anapu, todas, Sr. Presidente, foram construídas de 2001 para cá. Em 2001, só tinha uma serraria; aí, de 2002 para cá, que vem. Essa foto, V.Exa. pode ver que ela tem mais de 10 anos. O senhor pode ver que o barracão dela está caindo. Essa foto não é do Município de Anapu, nem Pacajá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, para as suas próprias perguntas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Todas as vezes que veio gente lá da região, Sr. Presidente, fiquei insistindo nessa questão do adesivo que, parece, na reunião de hoje, foi esclarecido. E por que eu fiquei insistindo? Porque eu sou do PT e acho que um adesivo em cima de um projeto legal do Governo, como ele foi feito, ele é incorreto. E, agora, está assumindo a culpa e assumindo o erro.

Eu quero fazer algumas perguntas para o senhor. O que está ocorrendo aqui é uma série de acusações de todos os lados. O senhor foi acusado por alguns, o senhor acusa outros. E o Sr. Marcílio, Gerente-Executivo do IBAMA, em Belém, acabou sendo acusado também por gente que esteve aqui, que era o Sr. Mário Rubens. O senhor conhece o atual Prefeito de Anapu?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Luiz dos Reis?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Luiz do Reis Carvalho, sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele foi... Eu estou perguntando, porque é o seguinte: eu tenho impressão de que muito do que está vindo aqui é do debate dos problemas de Anapu.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Hã.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Das disputas políticas de Anapu.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ou estou enganado?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim, perfeitamente. Não, senhor. Está correta sua...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Sr. Mário Rubens trabalha com o Luiz dos Reis Carvalho?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o Sr. Yoaquim Petrola Jorge, da Fazenda Cospel, o senhor conhece?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E a empresa de vigilância Marca?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Também não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Também não. Conhece o Sr. Regivaldo Pereira Galvão, que é fazendeiro?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu fiquei conhecendo. Eu vi uma vez... duas vezes em Altamira, já agora no final do ano de 2004. Mas, até então, via falar por nome, mas não conhecia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essas pessoas que foram acusadas e estão por trás do assassinato da irmã Dorothy, nessa questão do Plano Safra, qual foi a posição deles?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Nenhuma, eles não participavam. Não conheço esse senhor, esse indivíduo que é acusado, nem o Tato, nem...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não foram contra o Plano?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, não sei responder. Eu não conhecia eles. E eles são fazendeiros, não é? Uma área diferente do que a gente trabalha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Luiz dos Reis Carvalho, o Prefeito de Anapu, ele foi contra ou a favor do Plano Safra?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, ele... não teve manifestação nenhuma deles. Pelo menos eu não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos sindicatos ou associações de madeireiros do Pará que o senhor conhece?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu devo conhecer em torno de mais de 20.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mais de 20. Essas associações e esses sindicatos eles fazem reuniões, vocês fazem reuniões para discutir a questão política do desmatamento da madeira?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim, quinta-feira mesmo nós fizemos uma em Belém, no prédio da FIEPA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – UNIFLOR, o que é UNIFLOR?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – UNIFLOR é União das Entidades Florestais do Estado do Pará.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essas reuniões que vocês fizeram, que o senhor falou agora na semana passada, foram patrocinadas pela UNIFLOR?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não daria patrocinada, ela foi a convite da UNIFLOR, não é, que cada um foi com sua despesa. Lá, a gente fez a reunião, a reunião durou até 1 hora, cada um tomou seu caminho e...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, a UNIFLOR convidou as entidades?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Associações e sindicatos?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Esses sindicatos representam mais do que um madeireiro, ou cada um deles, ou associações?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Todas elas tem como representatividade mais de dez.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mais de dez. A associação do senhor é filiada à UNIFLOR?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, não é filiada. A UNIFLOR tem um custo alto, portanto, porém, a gente, como dizia, vem passando por dificuldades, e a AMMAPA não teve condições de se afiliar. Mas somos parceiros, somos convidados para a reunião. Nós a convidamos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O SINDIFLORESTA estava nessa reunião da semana passada?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, esteve lá, mas foi recusado em participar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem recusou a participação deles?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – A maioria do setor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu não conheço tanto a questão administrativa e como se compõe. O Sr. Carlos Bicelli, que cargo ele ocupava no IBAMA?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Anterior?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ele era o chefe do escritório regional e o analista ambiental.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele era chefe do escritório. Em que período ele foi chefe do escritório?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu conheci ele... Desde que eu cheguei em Altamira, em 2001, ele já estava lá. Não o conheço de quando ele começou.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quando ele deixou de ser chefe?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Se não me engano, em 2003. Inclusive, o Sr. Carlos Renato Leal Bicelli foi a última pessoa de chefia dos escritórios do IBAMA a deixar o cargo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor disse que ele liberou 26 mil metros cúbicos de madeira. Em que dia ele liberou isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Às vésperas da saída dele. Não sei dizer.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E para quem ele liberou?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Para essas entidades aí: a AFANES, APLUB e outras mais que atuavam na região.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como é o nome?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – AFANES, APLUB e ASMERCO.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – São associações?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Associações, é.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De madeireiros?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, de produtores rurais, de agricultores.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele é fazendeiro, o Sr. Carlos Bicelli?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ele tem uma propriedade rural. Eu não sei dizer qual a categoria em que ele se enquadra, mas ele tem uma propriedade, sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Propriedade já desmatada?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não conheço a propriedade dele, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor disse que tem uma autorização no seu nome, com CPF e tudo, e que nunca pediu essa autorização.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, ela é falsificada?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor suspeita por quem?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Na época, existiam várias entidades que faziam isso. Como eu tinha, eu disse antes aí, eu fui o primeiro a chegar lá e fazer o viveiro e tal, e reflorestar por minha conta própria, eles queriam usar daquelas árvores plantadas minhas para ter uma reposição florestal. Aí falaram: *“Olha, Ribeiro, nós vamos te dar essa autorização de desmate para você se legalizar, se quiser fazer algum financiamento junto ao Banco da Amazônia. Para você fazer o financiamento, você tem que ter essa autorização. Em troca disso, nós vamos usar as suas árvores plantadas como reposição florestal”*. Não era do meu conhecimento, e eu disse: *“Não tem problema nenhum”*. Porque aquilo lá eu fiz não para eu obter crédito, mas porque eu já vim na eminência de fazer, que é a teca, o mogno, o freijó e a muiacatiara, está plantado lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem tinha essa autorização no nome do senhor? Com quem estava?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu não sei dizer para o senhor qual dessas entidades protocolou ela lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E como foi parar na mão do senhor?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Na época, isso era comum. Foi quando eu comecei a conviver,

participar de reuniões, de trabalhos. Ela veio parar nas minhas mãos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem deu a autorização? Foi o Sr. Bicelli?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Ela é assinada pelo Sr. Bicelli.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A sua?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor tem conhecimento de quantas existem iguais a essas?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Existem várias. Quantas eu não sei dizer precisamente, não. Só verificando no escritório regional de Altamira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Sr. Manoel Messias trabalha com quê?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Na época, ele fazia isso aí. Ele fazia prestação de contas para empresas e, juntamente com outras pessoas, que era o Presidente da AFANES, eles vendiam esses créditos para empresas de Altamira e região.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele tem alguma empresa?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – O Sr. Messias? Não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor falou, meio rapidamente, de ADM, do Sr. Bicelli e do Sr. Messias, meio rapidamente. Não deu tempo de eu anotar. O senhor lembra o que o senhor chegou a dizer?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – ADM?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – ADM é esse documento, que é autorização de desmatamento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas o Sr. Bicelli tinha autorização, ou ele dava?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, ele fornecia as autorizações; ele que assinava. Na época, ele era gerente de escritório, ele assinava.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, está. Eu já perguntei antes, na hora do Relator... O senhor disse que o Sr. Paulo Müller acusou o senhor de organizar a ocupação da terra dele. Ele tem área lá na região?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu não conheço a área dele, não. Mas eles falam que sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele acusava o senhor de organizar...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Na verdade, segundo ele... Depois eu conversei com ele, em outras ocasiões, e ele falou o seguinte: *“Ribeiro, eu não te acusei, eu disse que as pessoas lá falaram que era você e o Chiquinho que estavam mandando invadir a minha terra, mas não fui eu que mandei”*. Eu falei: *“Pois*

é, mas você fez uma colocação errada, porque você sabe que eu sou incapaz de fazer isso”.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, são essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, apenas uma complementação. Temos aqui uma ata de um seminário em Anapu, em agosto de 2003, do qual...

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Dezesesseis de agosto. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está aqui sua assinatura. O senhor poderia nos explicar o que significa, na prática, a proposta nº 4, que diz: *“As autorizações para desmate devem ser processadas somente através da AMMAPA, e as declarações de posse, emitidas através do INCRA e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Anapu, para evitar a ilegalidade”*.

Por favor, traduza para nós esse item 4.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim, Sr. Presidente, com toda certeza. Esse item é para evitar exatamente o que já foi relatado anteriormente, que entidades, como essas citadas aqui, pegavam documentos e faziam o TAC, porque iam fazer um viveiro, e saíam em seguida vendendo isso aqui para as indústrias madeireiras de outros Municípios, não vendiam para o Município de Anapu. Foi então que ficou acordado, não por mim, mas por todas as entidades aqui inscritas que essas ADMs deveriam ser encaminhadas pela AMMAPA e não por essas pessoas, porque lá qualquer pessoa que pegava duas, três, pegava um colono ou dois, ia ao IBAMA, protocolava e fazia um acordo, comprava a reposição em outro lugar e vendia aquele papel até por um valor altíssimo. Chegaram a vender por até 40 reais o metro cúbico, somente com essa finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não consigo entender o seguinte. O senhor nos disse – inclusive isso lhe foi perguntado mais de uma vez – que a AMMAPA não representava os assentados.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nunca teve uma procuração de um assentado, porque eles eram representados pelos sindicatos dos trabalhadores rurais.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor afirmou. Como essas autorizações para desmate serão processadas através da AMMAPA? E as de posse é que são emitidas pelo INCRA e pelos sindicatos dos trabalhadores. Tudo bem, o INCRA e os sindicatos dos trabalhadores emitem as

declarações de posse para os assentados, mas se a AMMAPA não é a representante legal, não tem uma procuração dos assentados, como ela terá essa autorização para desmate processadas por intermédio da AMMAPA? Isso que não entendi.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Veja bem, Sr. Presidente, não é uma autorização. Essa ADM, para ela ser gerada é preciso 16... são 16 processos diferentes. Foi então que a AMMAPA, neste ano agora, contratou a HB Lima e apresentou, não contratou, indicou a HB Lima para as empresas para que pudessem estar elaborando esse desmate. É o caso deste aqui. Não seria a AMMAPA a executora disso aí, ela iria indicar uma pessoa, como indicou a HB Lima. Ficou, com certeza, um pouco mal explicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Esse texto está mal explicado?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Difícil de o senhor nos explicar?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não é difícil, é como estou falando, quando foi feito isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Porque para mim está claro, não é uma redação dúbia, é clara: as autorizações para desmate, que são as ADMs, serão processadas somente através da AMMAPA. O que imagino? O assentado, que teria um custo para ir atrás, procuraria a AMMAPA para que ela cuidasse de tudo, a AMMAPA e não o sindicato deles. As autorizações para desmate serão processadas através da AMMAPA, é isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, elas não eram processadas, porque a AMMAPA até então nunca processou uma autorização dessa daí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, nem agora nem nessa época aí. Nunca processou nenhuma autorização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Bom, o senhor ficou de nos deixar aqueles documentos, é isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É, já encaminhei. Não, este aqui é o original.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ah, o senhor já nos encaminhou?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está bom, está ótimo. Na seqüência, o senhor nos disse que nunca houve um contrato de compra e venda de madeira firmado entre a AMMAPA e um assentado... não, nunca houve um contrato de madeira entre assentado e uma madeireira – claro, o

contrato é entre o assentado e a madeireira – em que a AMMAPA representou assentados. É isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nunca houve?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Em que a AMMAPA representa o assentado, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A AMMAPA podia representar madeiras?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – A madeireira. O assentado não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois é. Temos aqui um contrato, e a assinatura é idêntica à do senhor naquele outro contrato. Inclusive reconhecida em Cartório do 2º Ofício. Um contrato em que a AMMAPA, assinado aparentemente pelo senhor, representa um assentado chamado Raimundo Nonato Tomaz da Conceição, para vender exatamente os mesmos 60 metros cúbicos, que o senhor disse um número tanto suspeito, para a VP Indústria e Comércio de Madeiras. E aqui do lado ainda tem a procuração. O Raimundo passa uma procuração, aqui, reconhecida em cartório, para a AMMAPA, dá poderes para a AMMAPA representar o outorgante perante o IBAMA – olha que coisa! – para assinar contratos de compra e venda de madeiras, DVPFs, requerimentos, retirar DRs para pagamento de taxas, retirar ADMs. Enfim, poderá requerer o que for necessário, recebendo demais documentos e praticar quaisquer atos que se fizerem necessários. Isso em 13 de julho de 2003, logo depois de o senhor ter tomado posse, imagino. Aqui foi assinado em 28 de agosto de 2003. A procuração do outorgado, que é de 13 de julho, e o senhor assina isso aqui em cartório, reconhece em cartório em 02/09/2003. O senhor poderia falar alguma coisa sobre isso?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Isso aqui são exatamente os 60 metros, não é? Foi na época ainda de 2003. Eu relatei aqui em 2004, porque nessa época aqui ainda não tinha se adequado a isso aqui. Como o agricultor tinha um dificuldade em locomover, ainda não tínhamos contato com o sindicato, foi outorgado que fizesse isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sr. Leivino, vou ler novamente para o senhor o art. 342 do Código Penal: Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha a pena de reclusão é de 1 a 3 anos e multa. Eu sou obrigado a adverti-lo disso. O senhor afirmou que nunca, em momento nenhum, houve uma procuração de

assentados. O que o senhor fala sobre isso? É tempo ainda de o senhor retificar suas declarações.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim, não era do meu, veja bem, Sr. Presidente, não me lembrava disso aqui. Eu me referi a essa safra 2004, isso aqui foi ainda em 2003, quando a coisa era um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está bom. Estou satisfeito, está justificado.

Segundo o documentário exibido, as legalizações dos lotes foram efetivadas em novembro de 2004. É isso mesmo?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – No documentário, as legalizações dos lotes foram efetivadas em novembro de 2004.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – É. As ADMs, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O que quer dizer que em outubro de 2004, setembro de 2004, agosto de 2004 não havia ainda sido feita a legalização. Portanto, esses caminhões estavam circulando livremente sem que houvesse sido ainda feita a legalização. Posso afirmar que a exploração, corte e transporte estavam ocorrendo anteriormente à legalização?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Veja bem, Sr. Presidente, alguns poderiam estar extraindo em projeto de manejo. Como falei, teve 4 projetos de manejo explorados lá. Agora, eu não respondo, não posso afirmar para o senhor se tinha alguma de lá, ou se não tinha. Não é do meu conhecimento a prática interna de cada empresa. Eu não sei dizer da onde vinha aquela madeira, isso eu não posso afirmar, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas não é isso. A pergunta é outra. Se a legalização ocorreu só em novembro de 2004 – foi apresentado no documentário, ficamos sabendo pelo documentário –, é sinal de que tudo isso que nós vimos, esse movimento... anda com o adesivo, que, na verdade, não quer dizer que é um salvo-conduto, ou é tudo isso. Mas o que importa é que, se a legalização só ocorreu em novembro de 2004, tudo aquilo que vimos ocorrendo em setembro, agosto, julho de 2004 significava o transporte de uma madeira que ainda não tinha sido objeto de uma legalização.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Exatamente, é o que eu volto a repetir para o senhor. Eu não tenho conhecimento da prática de cada empresa, onde ela está trabalhando, se ela está trabalhando no manejo, ou se é no colono A ou B. Isso aí não é do meu conhecimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Só para encerrar, eu queria que o senhor ouvisse... Nós recebemos formalmente, oficialmente, uma fita encaminhada pelo repórter Leonardo Monteiro, da *Veja*, é uma gravação de uma entrevista com o senhor. Nós queríamos que o senhor nos confirmasse se é a sua voz e se aquilo que está na fita corresponde à realidade.

(Degravação de áudio.)

(Não identificado) – As ATPFs que nós tínhamos lá para poder liberar, não foram liberadas.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Mas para qual madeira?

(Não identificado) – É todo tipo, é jatobá, ...

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Não, mas para madeira cortada de qual safra? Safra passada?

(Não identificado) – Safra 2004. Nós estamos com as ATPFs lá para serem liberadas e até agora nada de liberarem.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Por que, hein?

(Não identificado) – Ah, eles cada hora alegam um motivo: é pessoal, não tem gente disponível, está lançando, aí o cara sai de férias. É um problema sério.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Mas aquela madeira que o senhor me contou lá, do Safra Legal, que vocês participaram, o senhor mostrou até aquele vídeo, ela já foi vendida?

(Não identificado) – Esse Plano aí. Esse Plano aí mesmo, essa safra 2004 que não emitiram ainda.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Vocês não puderam vender nada ainda?

(Não identificado) – Não, estamos parando, as empresas estão parando...

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Mas, então, vocês tiram o dinheiro e não estão podendo recuperar, é isso?

(Não identificado) – Não, não.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Você faz idéia de quanto o pessoal investiu aí no Safra Legal?

(Não identificado) – Foi investido um bocado de dinheiro. Só no viveiro gastamos em média de 600 mil, só no viveiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – No viveiro de mudas, não é, que tem que fazer reposição, não é isso?

(Não identificado) – É.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Vocês tiveram outro tipo de gasto?

(Não identificado) – É, a gente gastou na elaboração do documento, no levantamento, com engenheiro, com topógrafo, material de escritório, contratamos

profissionais para elaborar isso aí ... mais um milhão de reais para essa documentação.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Mas levantamento de quê, dos assentamentos? E agora está com a madeira parada, então?:

(Não identificado) – E agora estamos com a madeira no pátio. O problema nosso é maior, porque se a gente não tivesse um incentivo para se trabalhar, a gente teria parado, teria diminuído o ritmo de trabalho, mas não, fomos incentivados a trabalhar, que após sairia o documento, no entanto, esse documento não saiu e veio uma fiscalização antes de o documento sair.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Que é isso! O senhor faz idéia de quantos metros cúbicos foram cerrados dentro desse Programa Safra Legal que estão parados nas cerrarias?

(Não identificado) – Não, eles estão parando de cerrar, porque não tem como vender, não é?

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Ah, tá! E quanto cortou, quantos metros cúbicos de tora, o senhor sabe?

(Não identificado) – Não, não tenho idéia, não...

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Não tem essa idéia não, não é?

(Não identificado) – ...para começar, as empresas lá fora também não estão nem querendo pegar madeira de Anapu, as empresas exportadoras. Há um incentivo lá para que elas não peguem madeira de Anapu.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – E os políticos locais aí não estão ajudando vocês?

(Não identificado) – Não. Os políticos locais sumiram, não aparece ninguém, nem Deputado, nem Prefeito. Os políticos aqui são do PT, são José Geraldo, o Airton, é esse pessoal.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Mas eles não estão dando apoio nenhum?

(Não identificado) – Não, não. Ninguém vê mais, sumiram.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Mas vocês tinham ajudado o Chiquinho, todo mundo, ou não?

(Não identificado) – Ajudamos, sim. Foi o que eu falei, seria a hora de o Chiquinho dar a resposta de tudo o que a gente fez por ele.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – O que vocês fizeram por ele?

(Não identificado) – Todo o apoio na campanha, né?

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Ok. Que tipo de apoio?

(Não identificado) – Ah! A gente apoiou toda a campanha, todo o processo, né? A gente aderiu ao pro-

cesso, apoiou financeiramente. Enfim, nós apoiamos de corpo e alma a candidatura dele pra Prefeito, né?

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Patrocinaram, assim dizendo, né?

(Não identificado) – Patrocinamos também.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Quanto que vocês investiram na campanha dele?

(Não identificado) – Ah, isso aí não tem número certo também não! É difícil de falar. (Pausa.) Você está em Altamira ou não?

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Não, estou em Belém.

(Não identificado) – Belém. Está fazendo alguma matéria aqui da região?

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Eu estou querendo fazer isso. Porque é o seguinte: eu tive a informação de que – é isso que eu te falei – que vocês estão com a madeira toda parada no pátio e que não estão conseguindo comercializar; que prometeram mundos e fundos pra vocês, vocês entraram no negócio e agora ficaram na mão, entendeu?

(Não identificado) – Hum hum.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Eu estava querendo entender o que aconteceu aí pra fazer essa reportagem, mostrar como, na verdade, esse rapaz...

(Não identificado) – Seria melhor se você viesse aqui pra ver a realidade, fotografar alguma coisa, documentar melhor, né? A gente poderia dar todo um apoio aqui. O negócio aqui é complicado, viu?

O SR. LEONARDO MONTEIRO – É. Por exemplo, esse rapaz, em Medicilândia, que eu conversei, ele estava mais indignado por ter financiado todo o processo, ter gastado dinheiro com madeira e tudo, ter dado dinheiro pra campanha do pessoal...

(Não identificado) – Não, nós gastamos aqui mais de 2 milhões de reais. Sabe o que é 2 milhões de reais. E são empresas, tudo empresas pequenas, de pessoas... Você viu aqui. Não tem nenhuma empresa grande. (Ininteligível.)

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Mas 2 milhões de reais com que tipo de coisa?

(Não identificado) – É pra documentar essa madeira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nós vamos retornar esse trecho aí para o senhor ouvir bem, para não ficar nenhuma dúvida.

(Não identificado) – Você está em Altamira ou não?

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Não, estou em Belém.

(Não identificado) – Belém. Está fazendo alguma matéria aqui da região?

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Eu estou querendo fazer isso. Porque é o seguinte: eu tive a informação de que – é isso que eu te falei – que vocês estão com a madeira toda parada no pátio e que não estão conseguindo comercializar; que prometeram mundos e fundos pra vocês, vocês entraram no negócio e agora ficaram na mão, entendeu?

(Não identificado) – Hã, hã.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Eu estava querendo entender o que aconteceu aí pra fazer essa reportagem, mostrar como, na verdade, esse rapaz...

(Não identificado) – Seria melhor se você viesse aqui pra ver a realidade, fotografar alguma coisa, documentar melhor, né? A gente poderia dar todo um apoio aqui. O negócio aqui é complicado, viu?

O SR. LEONARDO MONTEIRO – É. Por exemplo, esse rapaz, em Medicilândia, que eu conversei, ele estava mais indignado por ter financiado todo o processo, ter gastado dinheiro com madeira e tudo, ter dado dinheiro pra campanha do pessoal...

(Não identificado) – Não, nós gastamos aqui mais de 2 milhões de reais. Sabe o que é 2 milhões de reais. E são empresas, tudo empresas pequenas, de pessoas... Você viu aqui. Não tem nenhuma empresa grande. (Ininteligível.)

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Mas 2 milhões de reais com que tipo de coisa?

(Não identificado) – É pra documentar essa madeira, né, com a campanha, com o Plano Safra Legal, com engenheiros, com topógrafos, com pessoal, material de escritório. E, no entanto, nada disso acontece. Nada se concretiza, se realiza, com o Governo. Esse Governo está assim. É só promessa, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O que o senhor tem a dizer, Sr. Leivino? O senhor quer acrescentar mais alguma coisa?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Não, eu prefiro responder as vossas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor nos afirmou aqui, lá atrás, que o senhor não falou em 2 milhões e que ele que tinha colocado isso nos seus lábios, mas, no entanto, nós estamos vendo, pela gravação, que quem falou, por iniciativa própria, esse valor foi o senhor mesmo. E ainda, pelo que eu vejo da revista, a revista foi cuidada, não disse que foi só para campanha. Pelo texto que eu recebi, ela faz uma ressalva, que o protege. É o contrário. Ela disse que o senhor gastou na campanha e em regularização de madeira – na pergunta –, pelo que eu vi. Está aqui: na parceria com o PT, incluindo as doações às campanhas dos candidatos e o custo dos procedimentos para documentar a madeira. Dei uma grande brecha aí para o senhor.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas o senhor, em lugar de nos afirmar, digamos: olha, gastei 1 milhão e 900 nos procedimentos e 100 mil na campanha. Ou, digamos, 1 milhão, 819 na madeira e 190. Mas não, o senhor chegou aqui na CPI, mesmo tendo sido alertado, e disse: “Olha, eu não afirmei os 2 milhões”. Então, eu queria lhe dar esta chance de fazer uma retificação.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Sim. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu não tenho nada contra o senhor, mas esta CPI... a revista lhe deu uma grande chance aqui. O senhor vai ter grande dificuldade se quiser processar a revista por causa desses 2 milhões, se quiser entrar com uma ação.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu volto a afirmar a V.Exa. que, como eu disse, eu falei várias vezes, a gente às vezes falava. Eu não posso nem afirmar para o senhor, com certeza, que essa conversa foi nesse dia, tanto é que ele vai, pára e, em nenhum momento, eu falei que gastei o dinheiro só em viveiro. Eu afirmei ali, me perdoe, que foi no viveiro, no levantamento, com engenheiros, com topógrafos. E na campanha, eu não me abstenho que gastamos, não. Já foi falado, declarado e está naquele documentário. O senhor me perdoe, mas eu não me lembro, em nenhum momento, de ter falado para ele. A prova disso está ali. Ele é cortado, as fitas... Eu falei com vários repórteres, não só com ele. Falei com a *CNN*, com o *Jornal Nacional*, com a *Manchete*, com todas as entidades, canais, meios de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. Era isso. Agradecemos a sua participação.

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Eu é que agradeço, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, só mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Gostariam de fazer mais alguma pergunta observação?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Leivino, o senhor reconhece que é o senhor?

O SR. LEIVINO RIBEIRO DE SOUZA – Esta voz é minha, sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Isso é importante. Eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse feita a transcrição das notas taquigráficas de todo o diálogo, de toda a gravação, não só dele, como dos anteriores e dos próximos. Para nós, isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com certeza. Sua solicitação está deferida, independente de requerimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Na seqüência, convidamos o Sr. Paulo Müller para tomar assento à Mesa. Solicitamos que o Sr. Leivino nos aguarde um pouco mais na Secretaria da CPI.

Neste interregno, enquanto aguardamos o próximo depoente, podemos apreciar o Requerimento nº 111/05, do Deputado Dr. Rosinha, que requer ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso cópia da relação de contribuições de campanha, doadores e respectivos valores, de todos os candidatos a Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Prefeito da Capital e Governador nas eleições dos últimos 10 anos no Estado do Mato Grosso.

Tem a palavra o nobre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, só a justifica do requerimento basta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Na seqüência, solicito ao Sr. Paulo Müller que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. PAULO MÜLLER – Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que eu souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, art. 342: “*Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha...*” Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Sr. Paulo Müller, antes de responder às perguntas, o senhor tem a prerrogativa, se assim desejar, de usar a palavra por até 20 minutos, para expor o que melhor entender.

O SR. PAULO MÜLLER – Boa-tarde, senhores. A única coisa que eu vim falar na CPI foi que eu tenho um projeto de manejo aprovado e fui preso e arrebitado pela turma que está hoje no IBAMA em Belém do Pará, que é o seu Marcílio. Juntamente com ele, já recorri a todo mundo. O meu maquinário foi preso há dois anos, jogado dentro do Exército brasileiro, quando todas as outras máquinas que foram presas na mesma ocasião foram liberadas. Por que foram li-

beradas? Porque um levou 25, outro levou 30, outro levou 40, outro levou 50. Aí o senhor vai perguntar para mim: tem prova? Prova de quê? O cara que deu, vai provar alguma coisa? Mas como é que liberaram as máquinas deles e as minhas, não? Por quê? Porque não sou do PT, nem tinha dinheiro para dar de propina para ninguém. Então, eu preferi brigar na Justiça. E estão aqui 2 mandados de segurança que ganhei na Justiça. Não foi por favor de ninguém, não. Agora, estou aqui para responder a qualquer pergunta. Se eu souber, vou responder. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Solicitamos, da mesma forma, que o Deputado Dr. Rosinha, por gentileza, proceda às perguntas que foram elaboradas pelo Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, como o senhor me designou, farei todas as perguntas deixadas pelo nosso Relator, Deputado Sarney Filho.

O senhor participou das reuniões em que foram negociados os termos do Plano Safra Legal 2004?

O SR. PAULO MÜLLER – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Se o senhor não participou, a segunda está prejudicada. Mesmo não tendo participado das reuniões, o senhor conhece os assentamentos que fizeram parte do Plano Safra Legal?

O SR. PAULO MÜLLER – Não conheço os assentamentos, mas conheço, no meu travessão – travessão que a gente fala é na vicinal, onde eu tenho minha propriedade –, várias pessoas. Mais de 60 pessoas levaram seus documentos, seu CPF e seu RG, para conseguir fazer o que eles chamam de Safra Legal, com 60 metros cúbicos por cada documento. Agora, quando não saiu, foram lá e multaram todo o povo que estava em Anapu. Estão todos multados: 8 milhões de multa. Mas, na época da campanha, era para todo mundo tirar a madeira. Podiam tirar o que tinha nos caminhões. Quem tinha o selo, podia passar, que não ia ter problema nenhum. E o IBAMA não ia fiscalizar naquela época. Pode fazer a pergunta para o IBAMA, se ele foi alguma vez fazer a fiscalização nessa época lá. Agora, o meu projeto continuava preso e trancado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A Carta de Intenção, resultante do I Seminário sobre a Sustentabilidade da Indústria Madeireira de Anapu e Pacajá, foi assinada também pela missionária Dorothy Stang. O senhor sabe quais foram as manifestações da missionária no seminário?

O SR. PAULO MÜLLER – Não conheço nada sobre esse respeito. Conheço, porque nosso sindicato, o SINDIFLORESTA, do qual eu faço parte – do SINDIFLORESTA – como madeireiro, eu sei de tudo

que acontece aqui nesta Casa, porque fui eu um dos principais que veio aqui, há 3 meses, denunciar aqui dentro disso aí, há mais de 4 meses.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece o Sr. Cássio Henrique Giusti Cezare?

O SR. PAULO MÜLLER – Esse é o homem que lascou minha vida, que trabalha no IBAMA daqui, ele e o homem do brinquinho, que o pessoal não conhece; conhece ele por outro nome. Eu conheço por homem do brinquinho, que só prometeu sujeira no Pará e não fez nada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem é esse homem do brinquinho e o nome dele?

O SR. PAULO MÜLLER – O Flávio Montiel. Ele esteve 5 vezes lá. Inclusive, eles fizeram lá... Nós trancamos o helicóptero do IBAMA lá, na cidade de Medicilândia, jogamos 2 caminhões debaixo das hélices. Se não fosse o juiz de lá, eles não saíam de lá, o IBAMA. Isso faz 2 anos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Isso que o senhor...

O SR. PAULO MÜLLER – Isso que eu estou dizendo para o senhor. Aí, eles correram para Altamira. Nós trancamos Altamira também. Eu fazia parte do pessoal, não estava fazendo passeata, nem nada, porque eu estava com o meu rabo aqui, ó, com 300 mil contos de multa, multa infundada. Eu tinha um projeto. E o seu Cássio chegou lá e me meteu 300 contos de multa, com duas metralhadoras, com pessoal de 700 quilômetros longe do meu projeto, onde só poderia ir no meu projeto o pessoal da DITEC de Belém. E foram 700 quilômetros, levando gente daqui de Brasília. Depois, fui descobrir que nem do IBAMA não era; era um contratado pelo IBAMA. Eu conheço o Cássio, sim, e gostaria de ter o endereço dele, que eu quero entrar com uma ação para receber o último tostão que ele tiver, nem que isso demore 30 anos. Eu quero receber o salário dele, por ele não saber trabalhar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Cássio mora em Belém?

O SR. PAULO MÜLLER – Não sei. Estou querendo saber. Gostaria que a CPI me informasse que ele... Quando foi para me multar, eu sabia o endereço dele; agora, não sei mais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Cássio ameaçava e pressionava as pessoas?

O SR. PAULO MÜLLER – Olha, ele foi na minha fazenda. Eu tenho uma área de terra de 2.500 hectares de terra, terra da União, terra que eu tenho direito. Há 20 anos que eu estou em cima dela. Fiz um projeto de manejo. E ele chegou lá e não reconheceu meu projeto, disse que não podia ter sido feito, que era falso. Aí eu falei para ele: “*Está aqui a AA(?)*”. Ele falou: “*Essa*

aqui está vencida”. Eu falei: “*Cássio, mas vencida, por quê? Foi aprovada no dia 14/08/2002. Hoje, que dia nós estamos? Em 14/08/2003? É 1 ano*”. “*Não, isso aí está vencida faz um ano e meio, para mim, porque está errada aí a data*”. Eu falei: “*Você que viu o erro. Porque eu não vi o erro; eu sei que vale por um ano*”. E ele chegou lá com 2 soldados, requisitou a Polícia Federal – amigo meu, depois que eu fiquei sabendo, que chamou que eu era bandido –, e levou 3 homens da Polícia Federal, 4 homens do Exército e o pessoal de Conceição do Araguaia e de Marabá para fazer essa coisa toda. Naquela época, ele levou mais de 200 mil reais daquela região. Mais de 200 mil reais eles levaram.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Levou como?

O SR. PAULO MÜLLER – Levou em propina.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem pagou a propina?

O SR. PAULO MÜLLER – Todo mundo deu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem pagou?

O SR. PAULO MÜLLER – Uai, quem foi preso e quem conseguiu liberar as máquinas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E que ano era isso?

O SR. PAULO MÜLLER – Era 2002, 2003. Setembro de 2003; 22 de setembro de 2003.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Aqui o senhor está numa CPI. O senhor está fazendo acusações sérias.

O SR. PAULO MÜLLER – Não estou fazendo acusação, estou dizendo...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Calma, deixa eu terminar. O senhor está fazendo acusações sérias...

O SR. PAULO MÜLLER – Estou contando o que me aconteceu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Deixa eu terminar. O senhor está fazendo acusações sérias de que o Sr. Cássio levou propina, levou mais de 200 mil reais. Eu perguntei o nome (*ininteligível*). O senhor disse: “*Levou, levou*”. Eu acho que este tipo de acusação é importante que se dê nomes, porque, sem o nome, nós não vamos investigar. Ou então, se vai investigar e provar que não levou, como é que o senhor vai fazer? Então, é importante que tenha absoluta certeza, porque o senhor fez um juramento.

O SR. PAULO MÜLLER – Eu fiz o seguinte... Eu falei para o senhor que não é eu que vou provar. Quem tem que provar são os senhores. Eu provei que o meu maquinário foi preso e ficou preso, porque eu não dei

dinheiro. O outro maquinário foi preso, que não tinha projeto...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O outro de quem era? Qual é o nome do outro, cujo maquinário foi preso?

O SR. PAULO MÜLER – A outra máquina que foi presa é um trator Massey Ferguson, da Frupasa, tirado de debaixo da garagem. Estava parado fazia 3 meses.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O que é Frupasa?

O SR. PAULO MÜLER – Frupasa é uma empresa que tem lá uma fazenda.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, o maquinário da Frupasa foi preso?

O SR. PAULO MÜLER – Foi preso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Foi preso?

O SR. PAULO MÜLER – Foi.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Na mesma época daquele do senhor?

O SR. PAULO MÜLER – Junto comigo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Junto com o do senhor. E o dele foi solto, foi liberado?

O SR. PAULO MÜLER – Depois de 6 meses. Não sei por que, como é que foi preso. Agora, foi preso no mesmo dia um caminhão Mercedes e um trator de esteira D-6.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Do senhor?

O SR. PAULO MÜLER – Não. O meu foi preso também, claro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De quem?

O SR. PAULO MÜLER – De um outro senhor que eu não estou lembrando o nome agora, mas eu acho o nome dele, já, já. O Sr. Leivino deve conhecer, o Sr. Leivino, que depôs agora há pouco. Ele estava com um trator de esteira e um caminhão. Foi para o Anapu, choque no Anapu. Sumiu o caminhão e sumiu o trator.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em que ano isso?

O SR. PAULO MÜLER – Em 2003. Setembro de 2003.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele foi preso...

O SR. PAULO MÜLER – Juntamente com o maquinário, porque a irmã Dorothy...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Esse maquinário foi preso a mando do Cássio?

O SR. PAULO MÜLER – A mando do Cássio, não. O Cássio que fez a apreensão. Ele e 3 policiais rodoviários federais de Altamira, 2 soldados da Polícia Militar e...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E desapareceu esse caminhão?

O SR. PAULO MÜLER – Uai, o que ele fez?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Desapareceu, não está em pátio, não está em lugar nenhum?

O SR. PAULO MÜLER – Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E nem com o dono?

O SR. PAULO MÜLER – Eu não vi. Eu vi os meus que ficaram presos dois anos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas os do senhor estão presos até agora?

O SR. PAULO MÜLER – Não. Já liberei na Justiça Federal. Está aqui o mandado de segurança.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em função disso aí, o senhor entende que houve ilegalidade? Houve ilegalidade, o senhor entende, na apreensão desses veículos?

O SR. PAULO MÜLER – Eu não sabia se tinha ilegalidade, porque, na época, eu não entendia de projeto de manejo. Hoje eu juro para o senhor que tinha ilegalidade, e não deixo mais nenhum fiscal do IBAMA, pode ser de Brasília, pode ser de Carazinho, no Rio Grande do Sul, entrar na minha terra sem um mandado, ou então só a pessoa da DITEC. Só ela pode ir lá dentro. Se eu tenho um projeto, se eu faço um projeto...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O que é DITEC?

O SR. PAULO MÜLER – DITEC é a que tem a responsabilidade fiscal, que é a Engenharia que é responsável pelo projeto. Só eles podem ir lá dentro. Não pode vir um cara aqui de Brasília e chegar lá e fazer o que fez comigo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E, na época, o senhor fez essa denúncia junto aos órgãos superiores do IBAMA contra o Cássio?

O SR. PAULO MÜLER – Eu fiz carta para o Lula, eu fiz carta para a Ministra Marina Silva, fiz carta... Quando eu falo “eu fiz”, o SINDIFLORESTA fez a meu pedido.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E lá no IBAMA da região?

O SR. PAULO MÜLER – A mesma coisa. Só me enrolaram 2 anos. Até hoje, com 2 mandados ganhos, estão me enrolando de novo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor fez algum processo administrativo para liberar esse maquinário?

O SR. PAULO MÜLER – Fiz.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Lá no IBAMA?

O SR. PAULO MÜLLER – Fiz. Depois de 1 ano e 3 meses resolveram. Como resolveram? Não resolveram nada. Eu tive que entrar com um outro mandado – no qual tenho aqui também –, para pedir a prisão do gerente, senão não me entregavam.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De qual gerente?

O SR. PAULO MÜLLER – Do IBAMA?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual o nome dele?

O SR. PAULO MÜLLER – Marcílio Monteiro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa região que o senhor trabalha pertence a Belém, pertence à gerência de Belém?

O SR. PAULO MÜLLER – Pertence à gerência de Belém, ao GEREX de Belém. É nº 55, nº 55; 45 é o número do Anapu. E o Anapu só pertence a Belém, não pertence a Santarém. Agora, eu, como proprietário do projeto, eu posso pedir que ele seja aprovado em Santarém, por eu morar em Santarém ou por ser mais perto de Santarém. A lei diz isso: que eu posso pedir. Mas a região do Anapu pertence a Belém. E está bem escrito em todos os detalhes. Se o senhor quiser olhar dentro do próprio IBAMA, a região 45. Anapu pertence a Belém.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual foi a participação do SINDIFLORESTA no Plano Safra Legal de 2004?

O SR. PAULO MÜLLER – Participação do SINDIFLORESTA?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É.

O SR. PAULO MÜLLER – Eu acho que tem engano aí. O SINDIFLORESTA foi o denunciante, foi o denunciante do Safra Legal. Porque nós sabíamos que estava tudo errado aquilo ali. Queriam só botar nos coitados dos imbecis que não entendem nada lá do Pará. Tem muita gente lá que são uns coitados. Pegaram identidade e CPF para fazer o quê? Para fazer a Safra Legal? Nem madeira não tinha! Eu falei: *“Isso dá cadeia, gente!”* *“Não, mas nós vamos ficar com as nossas terras regularizadas.”* *“Vocês vão é para a cadeia.”* E é isso que vai acontecer.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O SINDIFLORESTA não participou de nenhuma reunião do Plano Safra Legal 2004?

O SR. PAULO MÜLLER – Deputado, que eu saiba, não. Porque eu moro em Cuiabá, tenho terra lá em Altamira, moro em Cuiabá, sou representante de máquinas agrícolas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como é que o senhor soube que estava tudo ilegal no Plano Safra Legal?

O SR. PAULO MÜLLER – Porque várias vezes eu fui a Altamira e fui na fazenda. E dentro chegava a documentação de todo mundo. Todo mundo tem lá. Hoje mesmo eu trouxe aqui para essa CPI, eu trouxe uma fita de uma reunião que foi feita lá no Anapu, fui eu que trouxe a fita. Ninguém precisa pensar que eu não quero dizer que fui eu que trouxe. Foi eu que... Me mandaram ontem. Tem outra documentação que veio aí, que deve estar aí. Não sei se foi passada para o Deputado. Esse documento foi me mandado ontem de lá. Eu não preciso saber das coisas estando lá, posso receber por documento também. O que eu vim aqui fazer foi falar sobre mim. Não quero saber sobre o Safra Legal. Eu quero saber sobre o meu projeto. O que me fizeram...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É que há uma série de perguntas feitas...

O SR. PAULO MÜLLER – Tudo bem.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – ...pelo Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PAULO MÜLLER – Respondo, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E eu estou fazendo as perguntas que ele deixou.

O SR. PAULO MÜLLER – Pois não, me desculpa. Eu respondo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor soube se a AMMAPA representou os assentados para a venda de madeira oriunda do Plano Safra Legal?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu não posso falar nada sobre o Safra Legal, a não ser por documentos que eu já li, do próprio sindicato. O SINDIFLORESTA tem documentação que o pessoal do Anapu manda de todo lugar. Falei agora há pouco. Eu estava conversando lá em cima com o Ribeiro, que não é meu inimigo. Não tenho nada contra ele, não tenho nada contra ninguém. Não me ofenderam nunca. Agora, se eles estavam em concubinato com eles ou não, o SINDIFLORESTA levantou que o buraco ia ser grande. Pararam. Agora, não estou dizendo que Fulano ou Beltrano ia ganhar dinheiro com isso. Resolvam eles para lá. Eu quero saber do meu negócio.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Plano Safra Legal foi executado por qual gerência?

O SR. PAULO MÜLLER – O Plano Safra Legal?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É. Qual gerência?

O SR. PAULO MÜLLER – Acho que a gerência é do Marcílio. Não tem outro gerente no Pará.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor acha?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu tenho certeza que o Safra Legal... Porque o...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor é amigo ou inimigo do Marcílio?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu não sou amigo nem inimigo. Mas tudo quem manda no Pará, qualquer pessoa sabe que é o Marcílio.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas tem 3 gerências.

O SR. PAULO MÜLLER – Não, senhor. Ele...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Têm 3 gerências, Sr. Paulo Müller.

O SR. PAULO MÜLLER – Bom, o senhor está teimando comigo. Eu vou... Qual é a resposta que eu...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Têm 3 gerentes.

O SR. PAULO MÜLLER – Têm 3 gerentes.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor sabe disso?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu sei disso, sim. Um chama-se Pedro Maia...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E não há hierarquia de uma para outra, o senhor sabe disso.

O SR. PAULO MÜLLER – O que acontece é o seguinte: quem dá as cartas finais é o Marcílio.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É por que o senhor afirma isso?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu afirmo porque eu tenho certeza. Eu já estou lá há dois anos e meio brigando. O senhor acha que eu não sei? O senhor é capaz de não saber, mas eu sei, eu estou todo dia lá dentro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o senhor Paulo Maia, que tem a mesma hierarquia que o Sr. Marcílio, não manda nada?

O SR. PAULO MÜLLER – Ele não manda nada. Ele é mandado pelo Marcílio, porque meu projeto eles ficaram empurrando de Belém para Santarém durante um ano e meio. De o Sr. Paulo Maia falar nos meus olhos, como eu estou falando com o senhor agora: *“Amanhã, às 3h da tarde, eu vou te receber em Santarém”*. Eu pegar avião, ir para Santarém e, quando chegar 3h, depois de 15 dias, ele me receber e dizer para mim assim: *“Não. Você entra num supermercado, faz as compras e quer levar a mercadoria embora”*. Eu levantei da mesa e briguei com ele. Falei: *“Está me chamando de ladrão, pô! Um cara que entra no mercado, faz as compras e vai embora é ladrão. Você não manda nada, Maia, você é um zero à esquerda”*.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece o Sr. Paulo de Tarso?

O SR. PAULO MÜLLER – Paulo...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – ...de Tarso.

O SR. PAULO MÜLLER – Não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não conhece?

O SR. PAULO MÜLLER – Pelo menos não estou lembrando se conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele representaria os interesses do setor madeireiro de Paragominas.

O SR. PAULO MÜLLER – Não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não conhece. O senhor conhece os Srs. Adalberto Raimundo e Francisco de Assis?

O SR. PAULO MÜLLER – Conheço. São funcionários do IBAMA, lotados em Altamira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor já recebeu algum tipo de pressão por parte deles para liberação de ATPFs?

O SR. PAULO MÜLLER – Não, nunca. Se eu recebi... Inclusive o Assis, se eu não me engano, o Assis esteve junto com o Cássio e o Maia na segunda investida. Porque quando o Cássio foi na fazenda, ele foi lá e prendeu o maquinário, prendeu a madeira, 5 dias depois, aproveitou que eu estava em Belém... Porque já para me prender o meu projeto, já estavam enrolando em Belém. Porque a Najja já estava esperando só a confirmação do outro me prender, para dizer para mim: *“Ah, o senhor foi preso pela fiscalização”*. Para trancar meu projeto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece a Sra. Maria Joana Rocha Pessoa?

O SR. PAULO MÜLLER – Repita, por favor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Maria Joana Rocha Pessoa.

O SR. PAULO MÜLLER – Não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não conhece?

O SR. PAULO MÜLLER – Acho que não. Às vezes, conheço só se for por apelido ou por uma outra coisa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece o Sr. Tremonte?

O SR. PAULO MÜLLER – Ouvi falar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ouvi falar?

O SR. PAULO MÜLLER – Ouvi falar lá do... Porque eu moro em Cuiabá, Mato Grosso, e ele é do Novo Progresso. Não é isso?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O que o senhor ouviu falar dele?

O SR. PAULO MÜLLER – Ah, eu ouvi falar que ele é um sindicalista lá. É o cara que está ajudando o

povo lá, porque também estão tudo na confusão. Ninguém sabe nada. Não tem documento. No Pará, não tem documento. Não tinha nada. Não resolve nada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Sr. Tremonte tem algum relacionamento com o Sr. Marcílio Monteiro?

O SR. PAULO MÜLLER – Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sobre o SINDIFLORESTA, o senhor... Sobre o Plano Safra, o senhor disse que não sabe nada. *(Pausa.)*

O SR. PAULO MÜLLER – Eu não estou acusando o Marcílio Monteiro de nada. Eu estou acusando que ele enrolou a minha vida. Agora, o resto é coisa que ele está fazendo lá, que eu estou sabendo que ele está fazendo. Agora, dizem que mandar no Pará, quem manda é ele. O senhor sabe disso, o senhor, como Deputado, deve saber. Porque ele é super... Ele não é chefe da DITEC, chefe da gerência, ele é superintendente da GEREX 1 e de todas as outras do Pará. Que eu sei, tem 4: Santarém, Altamira, Marabá, que eu sei...

(Intervenção ininteligível.)

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor estava na reunião em Anapu, em 2004?

O SR. PAULO MÜLLER – Não estava. Eu nunca estive em nenhuma reunião no Anapu. Nunca estive em nenhuma reunião no Anapu.

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PAULO MÜLLER – Sim, o SINDIFLORESTA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, essas eram as perguntas que tinha deixado pelo Relator. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, só algumas perguntas aqui para o Sr. Paulo. É Müller?

O SR. PAULO MÜLLER – Isso.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Müller, não é?

O SR. PAULO MÜLLER – Tomamos café bastante vezes lá no Hotel Requite, não é Deputado?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Isso. O senhor mora no Mato Grosso.

O SR. PAULO MÜLLER – Moro em Cuiabá.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Cuiabá. E o senhor tem alguma área de terra titulada no Estado do Pará?

O SR. PAULO MÜLLER – Não. Eu tenho terra de posse.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – De posse, não é? Em quais Municípios?

O SR. PAULO MÜLLER – No Anapu.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Só no Anapu?

O SR. PAULO MÜLLER – No Anapu.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – O senhor só tem terra no Anapu?

O SR. PAULO MÜLLER – Só no Anapu, só no Anapu.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Qual o tamanho da posse?

O SR. PAULO MÜLLER – Dois mil e quinhentos hectares.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Uma área de 2.500?

O SR. PAULO MÜLLER – Que ocupo há 20 anos.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Ah...

O SR. PAULO MÜLLER – Tenho pé de mangueira com 18 anos, para comprovar para qualquer pessoa.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – O senhor tinha plano de manejo, tentou fazer plano de manejo?

O SR. PAULO MÜLLER – Tentou, não, fiz um plano de manejo...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Que foi suspenso?

O SR. PAULO MÜLLER – ... aprovei o plano de manejo e, na hora que o plano está aprovado, entrou o PT. Vamos falar bem claro...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Foi suspenso?

O SR. PAULO MÜLLER – Foi suspenso, não, paralisou, esperando uma nova certidão do INCRA, na qual eu já tinha entregue uma certidão.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Certo.

O SR. PAULO MÜLLER – Entreguei outra certidão. Foi aí que começou minha luta. Quando foi para me entregarem a autorização, a Najja pediu assim: *“Pára um pouquinho que eu vou ligar lá, vou lhe dar, Sr. Paulo, agora”*.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Deixa eu te fazer algumas perguntas. Esse plano de manejo foi suspenso em que ano?

O SR. PAULO MÜLLER – Não foi suspenso em época nenhuma. Nem hoje eu sei se ele foi suspenso.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Ele nunca esteve em atividade?

O SR. PAULO MÜLLER – Sempre esteve em atividade.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não. Deixa eu entender. O senhor tinha um plano de manejo nessa área...

O SR. PAULO MÜLER – Aprovei em 2004, em 2002.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – ...que não era documentado. Como o senhor conseguiu documentar um plano de manejo se ele não tem título?

O SR. PAULO MÜLER – Mas, eu... Deputado, se o senhor me provar que 78%, 90% dos planos de manejo aprovados no Pará tiverem documento, eu lhe dou tudo de presente e saiu de lá amanhã, sem nada.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Então, o senhor acha que o IBAMA errou em cancelar um plano de manejo que foi feito ilegalmente?

O SR. PAULO MÜLER – Mas o IBAMA não cancelou o plano de manejo. Quem disse para o senhor que ele cancelou?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Em que pé está o plano de manejo?

O SR. PAULO MÜLER – O plano de manejo está o seguinte: ninguém resolve nada. Como o IBAMA faz. O IBAMA não, não...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Mas o plano de manejo havia sido aprovado?

O SR. PAULO MÜLER – Claro que havia sido aprovado, senão não estava tirando madeira.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Então, ele foi suspenso?

O SR. PAULO MÜLER – Não. Porque...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Mas...

O SR. PAULO MÜLER – ...não me entregaram a ATPFs. Simplesmente, estão me enrolando. Agora, ninguém, com ordem da Justiça Federal, eles estão me entregando, porque estão de greve.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – O senhor ainda não recebeu do IBAMA nenhuma notificação de que o seu plano de manejo está suspenso?

O SR. PAULO MÜLER – Não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não recebeu?

O SR. PAULO MÜLER – Não recebi.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Está certo.

O SR. PAULO MÜLER – Não recebi. E eu estou com autorização tirada no dia 13, sobre mandado de segurança...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Em que ano o senhor aprovou esse plano de manejo?

O SR. PAULO MÜLER – 2002.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Em 2002. Aí, o..

O SR. PAULO MÜLER – Agosto de 2002.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Então, em 2003 o senhor tirou a madeira?

O SR. PAULO MÜLER – Comecei a tirar.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Em 2004, tirou madeira?

O SR. PAULO MÜLER – Não. Estou parado desde aquela época.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Então, só tirou em 2003.

O SR. PAULO MÜLER – Em 2003. Estou parado. Estou com tudo parado até hoje.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Quanto por cento da área está ainda em floresta?

O SR. PAULO MÜLER – Só tirei 450 hectares até agora.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Quatrocentos e cinquenta?

O SR. PAULO MÜLER – É.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – A quantos quilômetros da Rodovia Transamazônica fica sua área?

O SR. PAULO MÜLER – Vinte e um quilômetros.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Vinte e um quilômetros. Está certo. O senhor não tem outras áreas?

O SR. PAULO MÜLER – Não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Já respondeu. Tudo bem. Qual a sua relação com o Prefeito de Anapu? O senhor o conhece há tempo?

O SR. PAULO MÜLER – O Prefeito Reis?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – É.

O SR. PAULO MÜLER – Conheço ele há uns... digamos, uns 10 anos.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Hã, hã.

O SR. PAULO MÜLER – Mas não tenho afinidade com ele. É oi, oi, e acabou. Não sou de festinha com ele nem de cervejada.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – E com o Sr. Yoaquim Petrola, dono da Fazenda Cospel?

O SR. PAULO MÜLER – Não o conheço.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Gleba Manduacari.

O SR. PAULO MÜLER – Não o conheço.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não conhece. O gerente, Sr. Benedito, da empresa Vigilância Marca?

O SR. PAULO MÜLER – Também não conheço.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não conhece?

O SR. PAULO MÜLER – Não conheço.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – O Sr. Luiz Ungaratti, o senhor o conhece?

O SR. PAULO MÜLER – Olha, eu posso conhecer como eu conheço o senhor, Deputado, lá do hotel. Quem sabe...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Só viu.

O SR. PAULO MÜLER – É. mas não tenho intimidade, nunca. Não estou lembrando assim quem é a pessoa.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Está certo. Então, o senhor ainda não recebeu a notificação de que seu plano de manejo não está legal?

O SR. PAULO MÜLER – Não, eu não estou nem aguardando...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Nenhum IBAMA te fez isso?

O SR. PAULO MÜLER – Não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Nem de Altamira nem de Santarém?

O SR. PAULO MÜLER – Não. E eu não estou aguardando, porque eu entrei com mandado... mandei entrar com mandado de segurança, Deputado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Contra o IBAMA?

O SR. PAULO MÜLER – Contra o IBAMA.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Está certo.

O SR. PAULO MÜLER – Eu quero receber inclusive todos meus prejuízos, não é, Deputado, porque o... Aí é que está, o IBAMA, o pessoal do Marcílio...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – O senhor sabe que se está trabalhando aqui em Brasília um termo de ajuste de conduta para se voltar a trabalhar a madeira em alguns planos de manejo que foram paralisados, entre o IBAMA, o INCRA e o Ministério Público Federal? O senhor está sabendo dessa movimentação?

O SR. PAULO MÜLER – Estou. Deputado, quando o senhor... Um dia eu encontrei com o senhor lá em... no Trairão. O senhor estava fazendo um comício. Encontrei com o senhor e com o Deputado Airton Faleiro...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Hã, hã.

O SR. PAULO MÜLER – Na hora do almoço, o senhor lembra que eu cheguei e falei com o Airton Faleiro: “*Estão fazendo isso comigo, isso comigo e isso comigo*”. Lembra? Depois, encontrei com o senhor em Altamira, num café da manhã. O senhor e sua esposa.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Hã, hã.

O SR. PAULO MÜLER – Falei: “*Ó, estão fazendo isso comigo, isso comigo e isso comigo*”. O senhor lembra ou não?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não. Não estou lembrado.

O SR. PAULO MÜLER – Pois é. Eu sei que...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Estou lembrado que te vi...

O SR. PAULO MÜLER – Várias vezes, eu conversei com o senhor. Só que o senhor é um homem muito ocupado, não deu tempo para ver o meu negócio. Só que... aí é que eu digo, quando... Não é que eu tenha nada contra o senhor. Inclusive, esse dia foi feita uma reclamação, que a *Veja* soltou uma reportagem, que o nosso sindicato que soltou aquela reportagem, mas não daquela maneira, foi uma maneira diferente. Ninguém falou contra o senhor, ninguém falou contra o Faleiro. Não foi falado contra o Faleiro. Acho que o Mário Rubens deu na íntegra para o senhor, e deu para o Mário Rubens que não tinha sido falado do senhor, nem do Faleiro. Então, são coisas que mudam no caminho. Agora, o senhor sabia que eu estava preso, que o meu maquinário estava preso. A honra do PT era dizer que o maquinário do Paulo Müller estava preso no quartel, no 16-B. Se o senhor não sabia disso, me desculpa.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não. Veja bem, eu não sei quando o IBAMA apreende máquina, de quem é, onde prende. Até porque o meu trabalho não é esse. O IBAMA faz as suas operações, prende, multa. Mas eu não sei quem é nenhum madeireiro, hoje eu não posso te afirmar o nome de um madeireiro que foi multado ou que tem máquina presa. Eu não sei, porque não é esse o meu trabalho. O meu trabalho é exatamente fazer o debate aqui na Câmara, como estou fazendo. E o Governo está agora, nesses 2 meses, trabalhando para ver a possibilidade, inclusive, de colocar alguns planos de manejo que foram paralisados, desde que o Ministério Público Federal assine o termo de ajuste. Porque as terras não têm documento, tanto lá quanto na Cuiabá—Santarém. São áreas de 2.500, 3.000 hectares. Algumas, ali no Anapu, até já tiveram, no passado, títulos que o INCRA deu, que, depois, pediu o cancelamento. Esse é o motivo de o INCRA estar revendo as áreas. Por isso que estou dizendo para o senhor que o Governo está buscando as alternativas legais. Tanto é que aprovamos nesta Casa a Lei de Gestão Florestal. Pela primeira vez, em 500 anos de história, está na Câmara dos Deputados uma lei de gestão florestal. E, provavelmente, a partir do próximo ano, nós vamos poder legalizar a atividade florestal, também a partir desse marco regulatório. Agora, estou estranhando que o seu plano de manejo esteja paralisado e o senhor não tenha recebido nenhuma notificação de, pelo menos, dizer por que está paralisado. Naturalmente que é falta do documento, do título definitivo, porque, naquela região, mesmo tendo escritura pública, não tem a validade que tem o título definitivo.

O SR. PAULO MÜLER – Mas, Deputado, se tem 95% que são piores que o meu, por que eu tenho que ter e os outros 95 não têm?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Mas nenhum está autorizado a funcionar. Não é só o seu.

O SR. PAULO MÜLER – Pois é, mas é errado. Quem está tirando madeira é aquele que não está autorizado como feito. Como eu disse para o senhor, na época que o Cássio e o Maia foram lá fazer a prisão, prendeu quem tinha projeto, quem não tinha, não prendeu, liberou as máquinas dos outros. Por que liberou a dos outros e não liberou a minha? Porque eu não dei dinheiro. Se eu desse dinheiro, como é que eu ia...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – E o senhor conhece alguém que deu dinheiro para o IBAMA, para liberar máquinas? Está na hora de falar.

O SR. PAULO MÜLER – Eu não conheço esse senhor. Ele me falou o seguinte: “*Paulo, eu tive que dar 25 mil contos*”. Você prova isso? Eu não, mas eu liberei...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Deu para quem? Para os fiscais do IBAMA?

O SR. PAULO MÜLER – Do IBAMA. Para o Cássio e para a turma dele, lá no Anapu. O trator foi preso para a Anapu. Por que liberaram o trator? De graça?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Quem é o Cássio?

O SR. PAULO MÜLER – O Cássio era o que era o chefe da equipe de fiscalização.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Alguém disse que foi dado 25 mil reais...

O SR. PAULO MÜLER – Alguém disse, não; eu estou dizendo que foi dado, porque o dono do trator me contou.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – O dono do trator te contou que deu...

O SR. PAULO MÜLER – Ele me contou que teve de dar 25 mil...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Como é o nome do dono do trator?

O SR. PAULO MÜLER – Agora não estou lembrando o nome dele. Mas não é problema.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – É possível o senhor passar o nome do dono do trator para esta Comissão? O senhor está afirmando uma coisa grave aqui.

O SR. PAULO MÜLER – Não, eu não estou afirmando grave. O trator foi preso junto com o meu. Foram presos 3 tratores, 3 tratores. O meu eu tirei através de um mandato de segurança, outro jeito não tinha.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não deu nenhuma gorjeta?

O SR. PAULO MÜLER – Não. Agora, os outros foram liberados por quê?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não. O senhor é que está dizendo.

O SR. PAULO MÜLER – Não. Por que foram liberados?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como é o nome dos proprietários dos outros 2 tratores?

O SR. PAULO MÜLER – Um trator que foi liberado, que eu não sei se correu dinheiro ou se foi só influência política, é o Massey Ferguson da Frupasa. Como eu já falei para o senhor antes. O outro trator é um D14... não, da Fiat. O nome do proprietário... chama-se... E o... hoje, quem está de fiel depositário do trator é um tal de Comandante Rui, lá de Altamira.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Mas, então, o trator não foi solto?

O SR. PAULO MÜLER – Não. Espera aí um pouquinho.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Se tem fiel depositário...

O SR. PAULO MÜLER – Está bom, mas eu também era fiel depositário do nosso maquinário.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Mas você disse que não sabe se teve influência política ou foi pago o outro trator. Quer dizer, o outro também o senhor não tem certeza.

O SR. PAULO MÜLER – Mas é isso que a Comissão vai investigar, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas para investigar, nós precisamos de nomes. Se o senhor não der nomes...

O SR. PAULO MÜLER – Mas eu estou dando o nome do trator. É o trator do Dany.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Do Dany Gutzeit?

O SR. PAULO MÜLER – É. Tem um rapaz indo para Anapu agora me dar o endereço do cara do Mercedes, do trator que foi preso no mesmo dia também. Esse o velho me disse: “*Eu dei 25 mil*”. Agora, como é que eu vou provar? O senhor quer que eu pegue o cara, traga aqui e ainda mostre o recibo. Não tenho condições, não é, Deputado? O senhor sabe que propina ninguém prova. Se não estavam provando as malas de dinheiro que estavam rodando pelo País aí.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – A de ontem está mais difícil ainda para provar.

O SR. PAULO MÜLER – Aquela é mais fácil de todas, ora!

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Ah, é? (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mais alguma?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não. Eu só queria que ficasse... porque você fez uma afirmação de que... Olha bem, você falou aqui no nome de uma pessoa do Ministério do Meio Ambiente, que é o Cássio, e que lá foi feita uma coleta de 25 mil reais para liberar as máquinas.

O SR. PAULO MÜLER – Deputado, eu não tenho como provar, mas, naquela andança, o senhor tem meio de provar isso. O senhor sabe disso. O senhor pode pegar o Leivino, que depôs agora há pouco...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Mas o senhor... o senhor também... o senhor parece que gosta de...

O SR. PAULO MÜLER – Eu não gosto.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – O senhor disse aqui que não conhece Safra Legal, nunca teve nenhuma reunião. E chegou afirmando que aquilo é uma bagunça, que está tudo ilegal. Como é que o senhor nunca viu?

O SR. PAULO MÜLER – Eu?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – O senhor falou isso aqui.

O SR. PAULO MÜLER – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Vamos voltar as fitas?

O SR. PAULO MÜLER – Não. Pelo documento que eu vi...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Pelo documento que o senhor viu...

O SR. PAULO MÜLER – ...a Safra Legal....

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – De quem era o documento?

O SR. PAULO MÜLER – O negócio é o seguinte, Deputado, ...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Do SINDIFLORESTA.

O SR. PAULO MÜLER – Tem uma terra, onde têm mais 60 pessoas em roda. As 60 pessoas em roda dando documentos, levando documentos para Anapu, levando caminhão cheio de gente, com CPF, para fazer a Safra Legal.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Problema de desmate.

O SR. PAULO MÜLER – É. Só que não fui eu que disse que está errado. Quem disse foi o próprio IBAMA, que as terras estavam derrubadas há 10 anos. Eu contestei e falei para os meus... O cara: "*Paulo, vamos fazer. Por que você não trabalha desse jeito?*" Eu não trabalho desse jeito, porque como é que eu vou botar a minha terra no nome de 10? Eu já estou cuidando faz 20 anos, para ninguém me tomar um hectare. Agora vou botar em 10 nomes? Para quê? Para pegar a minha derrubada e fazer (*ininteligível*.) Não tem projeto.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Há quantos anos o senhor tem aquela área lá?

O SR. PAULO MÜLER – Vinte anos.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Já?

O SR. PAULO MÜLER – Mil, novecentos e oitenta e quatro. Eu tenho protocolo de 1981.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – E sempre teve alguém morando por lá?

O SR. PAULO MÜLER – Sempre teve gente morando.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não teve nenhuma invasão da sua área?

O SR. PAULO MÜLER – Nunca tive problema de invasão. O pessoal todo me conhece na região. Nunca ninguém invadiu a minha terra.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – E o documento que o senhor tem é o quê, uma escritura?

O SR. PAULO MÜLER – Eu tenho uma escritura de posse.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Feita em qual cartório?

O SR. PAULO MÜLER – Feita no cartório de...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Pacajá ou Altamira?

O SR. PAULO MÜLER – Não. Foi feito dentro do INCRA, na ocasião... quando eu comprei, dentro do INCRA, do próprio escritório do INCRA, e foi registrado no Títulos e Documentos, em Pacajá.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Fizeram uma escritura dentro do INCRA?

O SR. PAULO MÜLER – A escritura de compra e venda, porque é um contrato de compra e venda.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Mas dentro do INCRA?

O SR. PAULO MÜLER – Dentro do INCRA. Por que não? Mas o INCRA faz o contrário: manda invadir terra lá para o PT. (*Risos*.) Ou o senhor acha que eu não vou falar sobre isso aqui? O documento da Safra Legal foi feito dentro do INCRA. Ou o senhor não sabia disso?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não. IBAMA.

O SR. PAULO MÜLER – O IBAMA e o INCRA.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – O INCRA dá autorização da posse. São pequenos produtores.

O SR. PAULO MÜLER – Pois é. E aí? Só que a posse que o INCRA está dando lá é mandar invadir terra, Deputado. O senhor está enganado. O senhor está indo "Maria vai com as outras".

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E ocupar terra pública não é invadir?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Eu conheço a área do PDS. A terra do PDS é pública.

O SR. PAULO MÜLER – Eu provo para o senhor que uma gleba chamada 88, uma gleba 88, porque (*ininteligível*.) Nós estamos discutindo aqui Direito Agrário?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Também.

O SR. PAULO MÜLER – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Também.

O SR. PAULO MÜLER – Eu vim responder as perguntas que me fizeram. Agora, não vou discutir Direito Agrário com ninguém.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Está bom.

(*Intervenção inaudível*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perguntou a Deputada Maria Helena.

(*Intervenção inaudível*.)

O SR. PAULO MÜLER – Não, senhor. Eu fiz um contrato de compra e venda lá dentro...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor acabou de falar que fez um contrato de compra e venda dentro do INCRA.

O SR. PAULO MÜLER – Não, não fiz não. Não falei isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nós voltamos a fita e o senhor vai ver.

O SR. PAULO MÜLER – Falei que foi feito dentro do INCRA, não falei que foi feito no INCRA. Foi feito dentro do INCRA, no escritório do INCRA. Mas isso foi em 1984.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – É bem possível que tenha acontecido nessas (*ininteligível*), porque no nosso Governo não acontece isso.

O SR. PAULO MÜLER – O que é isso, meu senhor? Agora quero que o senhor fale... Pergunta dos outros contratos que são feitos lá dentro do INCRA agora?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Paulo Müller, o INCRA, o Instituto Nacional de Reforma Agrária, tem a obrigação de acompanhar toda a questão de terra no País, independente de que Governo seja.

O SR. PAULO MÜLER – É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E ele tem obrigação de cumprir o seu papel, entregando os títulos àqueles que merecem.

O SR. PAULO MÜLER – Tem.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tem essa obrigação. Portanto, fazer contrato dentro do INCRA ou discutir a questão (*ininteligível*) do INCRA não tem problema nenhum, não tem problema nenhum.

O SR. PAULO MÜLER – Tudo bem, eu não estou dizendo que tem. Quem está dizendo que tem é o senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O problema é justamente com os grileiros de terra. Esse problema existe, e muito, na Amazônia, no Pará e em todas essas outras regiões. Demais.

O SR. PAULO MÜLLER – Mas eu não me considero grileiro, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu não estou dizendo que o senhor é, mas que existe muito. E gostaria que o senhor viesse aqui para denunciar os grileiros e não denunciar aquilo que está legal.

O SR. PAULO MÜLLER – Mas eu não conheço grileiros.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, não conhece. Oh, que peninha!

O SR. PAULO MÜLLER – Lá eu conheço só o pessoal que foi para lá agora. Chegaram lá 250 homens do Exército. Uma coisa que não tinha nada...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu gostaria... O senhor conhece... Como é que se chama a fazenda do senhor?

O SR. PAULO MÜLLER – Fazenda Minuano.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Fazenda Minuano. Três mil hectares?

O SR. PAULO MÜLLER – Três mil hectares. Não. Eram 3 mil hectares... É uma área licitada e não alienada. Eram 3 mil hectares, mas, com a exigência do próprio órgão, passei para 2.500 – doei 500 hectares para minha filha, (*ininteligível*) de Menezes Müller.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Gostaria também, muito, de doar terras da União. “Após o georeferenciamento, ficou constatado que o imóvel está localizado no Município de Anapu, gleba Belo Monte, lote 99, em terras da União Federal, matriculados sob o número 19, Livro 2-A, fl. 19, registrado no Cartório de Registro de Imóveis na Comarca de Pacajá. O referido imóvel encontra-se sobreposto a outros imóveis, a saber: lote 85, Fazenda Teresa; lote 87, Fazenda Flamingo; lote 86, Fazenda Sandra, não incidindo o mesmo em áreas indígenas, florestais, biológicas e nem em projetos de assentamento do INCRA.” Portanto, há lotes sobrepostos. Não há só o do senhor. Há lotes sobrepostos.

(*Intervenção inaudível*.)

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Aguarde.

“(...) B – A área não foi objeto de titulação expedida pelo INCRA, quer provisória ou definitivamente. C – O quantitativo do imóvel informado, 3 mil hectares, ultrapassa o limite constitucional vigente, em razão de que a regularização fundiária do mesmo não se enquadra nos procedimentos estabelecidos na Norma de Execução 08/2001, da Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário do INCRA. D – Em consulta feita ao Sistema Nacional de Cadastro Rural, SNCR,

verificou-se que o imóvel encontra-se cadastrado sob o número 813.010.032.573-0, em nome do requerente, classificado como grande improdutiva. Essa certidão não implica em reconhecimento do domínio pleno nem de eventuais direitos de terceiros sobre o imóvel, identificando nos autos do processo de referência.”

É por isso que não foi autorizado o plano de manejo do senhor. Isso aqui foi assinado no dia 24.05.2002. E não venha acusar que é questão de PT, porque é de 2002. O INCRA estava cumprindo o seu papel legal. Se há sobreposição de imóveis, não tem que dar autorização de manejo para ninguém, porque está sobreposto. Está aqui a certidão do INCRA.

O SR. PAULO MÜLLER – Deputado, com licença, com licença. O senhor quer ver a mesma certidão? Essa certidão foi assinada por uma... Uma certidão igual a essa, onde não está sobreposto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa certidão foi assinada pelo Dr. Alberto (*ininteligível*.)

O SR. PAULO MÜLLER – (*Ininteligível*) a 01, de Beto Faro. O senhor quer ver ela?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, o senhor não pode acusar que tem gente que não quer dar o manuseio.

O SR. PAULO MÜLLER – Eu não estou acusando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Está.

O SR. PAULO MÜLLER – Eu estou dizendo que está trancado o meu projeto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E tem que estar trancado mesmo.

O SR. PAULO MÜLLER – E eu vou tirar na Justiça.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E tem que estar trancado mesmo.

O SR. PAULO MÜLLER – E eu vou tirar na Justiça. Vou mostrar como tem que trabalhar, porque eu trabalhei certo e certo eu quero minhas coisas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, trabalhou?

O SR. PAULO MÜLLER – Ué!

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu sei como o senhor obteve terras na Amazônia e tanta gente, eu sei.

O SR. PAULO MÜLLER – Mas há 20 anos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É, há 20 anos, há 500 anos.

O SR. PAULO MÜLLER – Quando (*ininteligível*), Deputado, eu tinha terras na Amazônia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu sei como o senhor obteve terras na Amazônia.

O SR. PAULO MÜLLER – Ah, bom. Não estou aqui para acusar o senhor nem o senhor me acusar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor é dirigente do SINDIFLORESTA?

O SR. PAULO MÜLLER – Não sou dirigente do SINDIFLORESTA. Vou ser dirigente do SINDIFLORESTA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quando? O senhor não é dirigente do SINDIFLORESTA?

O SR. PAULO MÜLLER – Vou ser Vice-Presidente do SINDIFLORESTA. Assim que for publicado, eu vou...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Responda o que eu estou perguntando. O senhor é dirigente do SINDIFLORESTA?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu assinei a ata de presidente e não foi publicada ainda.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor é...

O SR. PAULO MÜLLER – Vice-Presidente do SINDIFLORESTA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor é dirigente do SINDIFLORESTA?

O SR. PAULO MÜLLER – Sou Vice-Presidente do SINDIFLORESTA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Desde quando?

O SR. PAULO MÜLLER – Desde... eu acho que foi há 10 dias, 12 dias.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos sindicatos ou associações de madeireiros estão filiados ao SINDIFLORESTA?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu acho que nenhuma.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nenhum?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu acho que nenhuma. Não sei. Eu entrei agora, nem vi o estatuto ainda direito. Me convidaram para entrar, porque estão vendo a briga que nós estamos passando por tudo. Então, me convidaram.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Teve eleição para o senhor entrar?

O SR. PAULO MÜLLER – Teve.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos votaram?

O SR. PAULO MÜLLER – Ah, não sei. O senhor não me pergunta, porque eu não estava presente. Foi decidido que eu entrasse na coisa. E eu não entendo nada disso daí. Nem sei o que é o sindicato. Agora que eu vou ficar sabendo o que é. Só que eu vou lutar para fazer as coisas certas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece Mário Rubens de Souza Rodrigues?

O SR. PAULO MÜLLER – Conheço. É o Presidente do SINDIFLORESTA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, mas não é o senhor que é o Presidente?

O SR. PAULO MÜLLER – Não. Eu sou Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o Presidente é o Sr. Mário Rubens de Souza Rodrigues?

O SR. PAULO MÜLLER – É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele é o Presidente?

O SR. PAULO MÜLLER – Isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E quem convidou o senhor para entrar na direção?

O SR. PAULO MÜLLER – Quem convidou para eu entrar foi o Sr. Nino, um dos associados, e o Mário Rubens.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Os 2 convidaram o senhor?

O SR. PAULO MÜLLER – Isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor disse que o senhor mandou carta para o Lula. Depois o senhor retirou e disse que quem mandou foi o SINDIFLORESTA.

O SR. PAULO MÜLLER – É. Quando eu falo “eu mandei”, é o sindicato que manda, não é? Para isso que nós temos o sindicato.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor era filiado ao sindicato?

O SR. PAULO MÜLLER – Era filiado ao sindicato. Eu sou filiado ao sindicato há 3 anos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quanto paga por ano? Anuidade?

O SR. PAULO MÜLLER – Ah, nós não temos contribuição. É só contribuição espontânea. Agora vamos fazer as reuniões que precisar fazer e vamos cobrar taxa de anuidade, porque o sindicato *não (ininteligível)* mais correr sozinho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor era filiado ao sindicato?

O SR. PAULO MÜLLER – Era filiado ao sindicato.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o sindicato que mandou a carta para o Lula?

O SR. PAULO MÜLLER – Foi.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o que diz essa carta?

O SR. PAULO MÜLLER – Foi explicando o que estava acontecendo no Anapu, na região do Anapu, e que se não tomasse providência ia dar bagunça em Anapu. Foi como o que aconteceu e deu as desgraças tudo que deu em Anapu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas que desgraça que deu em Anapu? Me diga que desgraça que deu. Diga duas desgraças, duas desgraças.

O SR. PAULO MÜLLER – Só digo uma: mataram a freira em Anapu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Está. E a outra?

O SR. PAULO MÜLLER – Não chega?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E a segunda?

O SR. PAULO MÜLLER – Não chega? Pelo menos foi...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Foram os fazendeiros que mataram. Já está sendo investigado, não é o caso da CPI. Os fazendeiros que mataram. Já está sendo investigado. A segunda desgraça?

O SR. PAULO MÜLLER – Ah, que eu sei não. Estou falando que essa carta eu mandei que ia acontecer isso aí.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Há uma carta que foi enviada para cá do Sr. Mário Rubens de Souza Rodrigues, que ele diz, assim, que há versões de empresários que, segundo essas informações, que correm em todo Estado, que há propinas exigidas pelo gerente-executivo. O senhor tomou conhecimento dessa carta?

O SR. PAULO MÜLLER – Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não?

O SR. PAULO MÜLLER – Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, o senhor não conhece nada do que o Sr. Mário?

O SR. PAULO MÜLLER – Conheço alguns documentos que eu li do sindicato. Não posso dizer que eu sou leigo de tudo. Muitas coisas do sindicato que foram feitas eu sabia, que foram feitas as cartas-denúncias para Marina Silva, para todos os Deputados, a OAB do Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece a UNIFLOR?

O SR. PAULO MÜLLER – Quem?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – UNIFLOR, UNIFLOR.

O SR. PAULO MÜLLER – Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não conhece a UNIFLOR?

O SR. PAULO MÜLLER – Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quanto àquilo que o senhor disse aqui, que deu nome muito pouco, nós vamos investigar. Agora, eu quero ainda deixar bem claro que o senhor disse, mais de uma vez, que os madeireiros que tiveram as suas máquinas liberadas pelo IBAMA foi a troca de propina.

O SR. PAULO MÜLLER – Ou politicamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ou politicamente?

O SR. PAULO MÜLLER – O que foi me convidado várias vezes para mim procurar, tanto um Deputado quanto outro, como um Senador do PT, que eu conseguiria liberar minhas máquinas. E eu falei: “*Não vou procurar*”.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos foram os madeireiros?

O SR. PAULO MÜLLER – Falei uma vez com...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos foram os madeireiros? Só para memorizar.

O SR. PAULO MÜLLER – Quantos foram os madeireiros...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quantos foram os madeireiros?

O SR. PAULO MÜLLER – ...que foram presos?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Que tiveram suas máquinas liberadas pelo IBAMA a troco de propina ou por ação política?

O SR. PAULO MÜLLER – Uma, 2, 3, 4 máquinas presas juntamente com as minhas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Que dia que foram presas?

O SR. PAULO MÜLLER – Dia 21... 22 de setembro de 2003.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De 2003? Todos pelo Cássio?

O SR. PAULO MÜLLER – Todas pelo Cássio e por essa equipe que estava lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Todas por ele?

O SR. PAULO MÜLLER – Positivo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Está. Só para lembrar para nós podermos investigar. Quem são os quatro fazendeiros? Madeireiros? Para lembrar, porque nós precisamos investigar isso.

O SR. PAULO MÜLLER – Eu vou falar de novo para o senhor. Um é o dono da Frupasa. Atrás da Frupasa tem mais uma fazenda, que eu não estou lembrando o nome dele agora. Foi pego outro trator que estava na garagem. Nem trabalhando não estava, estava na garagem. E pegaram esse outro Mercedez com outro trator de esteira, que o cara, que foi denúncia da Dorothy Stang... Aí o pessoal do IBAMA passou lá, me prendeu e foi lá prender esse trator lá dentro, lá atrás. E aí, quando passou na minha frente, me mandaram embora. Aí, 5 dias depois, voltaram e buscaram o meu maquinário para levar para lá também. Aí eu falei: “*Se vocês levarem esse maquinário para Anapu, eu quero meu maquinário em Altamira, porque Anapu, eu não tenho nada que ver com Anapu*”.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Sr. Cássio estava lotado em qual gerência do IBAMA?

O SR. PAULO MÜLLER – Deputado, eu não sei, mas eu sei que é aqui de Brasília. É aqui de Brasília. Foi o que ele falava toda hora, inclusive com o Montiel. O Montiel que comandava ele. Eu sei, porque ele estava toda hora no Meridian, ou estava parado do lado, no telefone.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sobre a questão da revista *Veja*, o senhor declarou anteriormente que eles distorceram o que foi dito.

O SR. PAULO MÜLLER – Eu acho que não foi falado nada contra o Deputado nem contra...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor deu entrevista para a revista *Veja*?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu não dei, não, mas sei que o sindicato deu.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem do sindicato deu?

O SR. PAULO MÜLLER – O sindicato, o SINDI-FLORESTA, o Mário Rubens. Ele não deu... A troco de que chegou na revista *Veja*, eu não sei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas o Mário Rubens deu entrevista para a revista *Veja*?

O SR. PAULO MÜLLER – Não deu. Estou falando o seguinte: a revista *Veja* diz que pegou dele, mas não foi ele que fez aquela denúncia, porque, na íntegra, a denúncia a CPI tem aqui. A mesma denúncia que a *Veja* soltou a CPI tem aqui, já faz 60 dias que a CPI tem aqui. Acredito que tenha aqui, não tem?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Além dessa área no Pará, o senhor tem mais áreas no Pará?

O SR. PAULO MÜLLER – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – No Amazonas?

O SR. PAULO MÜLLER – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Só no Pará e no Mato Grosso, então?

O SR. PAULO MÜLLER – Nem no Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sr. Paulo Müller, eu queria lhe solicitar algumas explicações. O senhor tem um plano de manejo aprovado?

O SR. PAULO MÜLLER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Que não foi nunca, digamos assim, desaprovado? Está lá o plano?

O SR. PAULO MÜLLER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está lá o plano?

O SR. PAULO MÜLLER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor não consegue, no entanto, operar, porque faltam as ATPFs?

O SR. PAULO MÜLLER – ATPFs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor tem as ADMs...

O SR. PAULO MÜLLER – Não, eu não tenho ADM. Eu tenho um plano de projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não precisa de ADM? Tendo o plano, não precisa de ADM? Ou o senhor precisa das ADMs? Ou, no seu caso, como é maior de cem, não precisa?

O SR. PAULO MÜLLER – Não precisa. Eu tenho uma autorização...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor não usa ADM?

O SR. PAULO MÜLLER – Não. É uma autorização, na qual diz todas as espécies que eu posso tirar. Então, essa autorização, se eu faço um contrato com o senhor, quando eu fizer o contrato com o senhor, eu vendendo a madeira para o senhor, o senhor vai ao IBAMA e o IBAMA vai lhe fornecer as ATPFs necessárias sobre aquele contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sei. O senhor tem uma madeireira?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu não tenho madeireira. Só sou extrator de madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Só extrator. O senhor teria, para isso, que ter um contrato com uma madeireira...

O SR. PAULO MÜLLER – Um contrato com uma madeireira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – ...e esse contrato ser registrado no IBAMA?

O SR. PAULO MÜLLER – Registra primeiro em cartório, reconhece firma, vai ao IBAMA e protocola no IBAMA, e o IBAMA, então, vai conceder a ATPF sobre aquele contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Sem ATPF, o senhor não pode extrair a madeira?

O SR. PAULO MÜLLER – Não posso extrair a madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas, então, nos explique o seguinte: há alguma madeireira lá em Anapu?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu não vendo madeira para Anapu, porque a minha madeira não tem condições de ir para Anapu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Por quê?

O SR. PAULO MÜLLER – Porque a minha madeira, se eu levar para Anapu, fica antieconômico, porque de Anapu até a minha terra são 85 quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor tem que vender mais próximo?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu vendo para descarregar na beira do rio, onde tem um porto registrado, dentro do projeto, e eu carrego a madeira através do porto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E ali há fiscalização?

O SR. PAULO MÜLLER – A fiscalização tem em todo o rio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Todo o rio?

O SR. PAULO MÜLLER – É. Vai pelo Rio Guamá, pelo Rio Grande, lá pelo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sei. O senhor, para levar a madeira da sua propriedade até esse porto fluvial...

O SR. PAULO MÜLLER – Eu preciso da ATPF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – ...tem quantos quilômetros?

O SR. PAULO MÜLLER – Vinte e oito quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se o senhor não tiver ATPF, o senhor vai ser pego no caminho?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu fui pego, eu fui pego por causa disso. Mas só que eu tinha registrado o porto como esplanada, que a lei me garante isso, só que o fiscal não quis ver isso. Ele falou que estava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Explique o que é uma esplanada.

O SR. PAULO MÜLLER – Esplanada é que a madeira é tirada de um local, você junta a madeira, para depois carregar ela, em caminhões ou em barco ou em navio ou em trem. Dali que o senhor vai carregar ela. É isso que é uma esplanada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O depoente anterior, da AMMAPA, declarou que esse adesivo, que, segundo a reportagem, seria usado como um salvo-conduto, já que ele diria que era uma empresa optante do Plano Safra Legal e, portanto, não seria fiscalizado, seria inócuo, porque, num raio de 140 quilômetros, não há fiscalização. Portanto, não teria por que precisar de um adesivo para transpor livremente barreiras, se não há barreiras. A barreira do IBAMA mais próxima de Anapu está a 140 quilômetros. Foi essa a declaração?

O SR. PAULO MÜLLER – Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se isso confere, no caso, se o senhor fosse vender para uma madeireira lá, de Anapu...

O SR. PAULO MÜLLER – De Anapu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor poderia transitar livremente, sem ser abordado, sem ser...

O SR. PAULO MÜLLER – Não. Não, senhor. Não poderia. Eu seria preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor precisaria de ...

O SR. PAULO MÜLLER – Da ATPF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sei. E na sua associação, esse SINDIFLORESTA, algum dos associados recebeu o adesivo “Empresa Optante”?

O SR. PAULO MÜLLER – Eu acho que o adesivo ninguém deu para ninguém, não. Foi pedido para colocar nos caminhões, e o caminhão que tivesse com adesivo, o pessoal do IBAMA não incomodaria. Foi isso que eu sei, através de meus vizinhos, que todo mundo tinha nos caminhões deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Os seus vizinhos tinham e eram filiados ao SINDIFLORESTA?

O SR. PAULO MÜLLER – Não, não são filiados ao SINDIFLORESTA. E eles tinham... iam fazer esse Plano Safra Legal, que lá é...vários lotes. Cada um pegava 20 homens e levava lá, para fazer o Safra Legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O SINDIFLORESTA é um sindicato de produtores de madeira, ou de madeireiras?

O SR. PAULO MÜLLER – De produtores de madeira. Falou no ramo de madeira, o sindicato tem propostas para tentar organizar e fazer pelo bem... para bem andar o projeto, para bem sair tudo, para o bem de todos, inclusive da defesa das matas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não, não é isso. Quem representa as madeireiras? Há um sindicato das madeireiras, além da AMMAPA?

O SR. PAULO MÜLLER – Há vários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sindicatos?

O SR. PAULO MÜLLER – Tem vários. Tem a AMMAPA, SINDCORTE, tem um monte de “sinds”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Bom, e dos produtores de madeira que não são assentados? Os assentados são representados pelo Sindicato dos Produtores Rurais. É isso? Trabalhadores Rurais.

O SR. PAULO MÜLLER – É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor não tem nada a ver com assentados?

O SR. PAULO MÜLLER – Não tenho nada que ver com isso. Nem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor é um produtor de...

O SR. PAULO MÜLLER – Em Anapu, eu fui duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – ...mil alqueires.

O SR. PAULO MÜLLER – É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O hectare lá é de 24 mil ou de 48 mil?

O SR. PAULO MÜLLER – De 48 mil. Seriam 600...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Dois mil alqueires. Então é uma bela propriedade

O SR. PAULO MÜLLER – Seriam 600 alqueires, perdão. Seiscentos alqueires.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Seiscentos alqueires...

O SR. PAULO MÜLLER – Hoje, só 500 alqueires. Quarenta e oito mil metros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É, 48 mil metros. São mil alqueires paulistas, não é? É isso?

O SR. PAULO MÜLLER – Hoje eu detenho 2.500, por causa da Constituição, apesar que a minha, na Constituição passada, podia ser 3 mil, mas, para evitar qualquer problema, já passei, fiz uma doação para minha filha, de 500, e fiquei com 2.500 para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Resolveu em família o seu problema.

O SR. PAULO MÜLLER – Uai, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está certo.

O SR. PAULO MÜLLER – Eu acho que tem que fazer, não é, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está certo.

O SR. PAULO MÜLLER – O duro é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mais uma pergunta.

O SR. PAULO MÜLLER – O duro é dar para o filho do outro Deputado; é melhor dar para minha filha, não é?

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PAULO MÜLLER – É claro, é lógico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu queria...

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PAULO MÜLLER – O senhor falou tudo. É nossa, a terra é nossa. Cada um que vá lá com um machadinho e vai se habilitar a 2.500 hectares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O que é essa frase que o senhor disse? Os seus vizinhos pegam 20 homens para se cadastrar no Safra Legal. São 20 eleitores ou 20 carregadores de madeira...

O SR. PAULO MÜLLER – Não, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – ...cortadores de madeira. O que são esses 20 por propriedade?

O SR. PAULO MÜLLER – Sairia, para cada pessoa, 60 metros cúbicos. E a pessoa poderia derrubar 3 hectares de terra para fazer isso aí. E a madeira seria vendida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não, espera um pouco. Mas cada um desses 20 passaria por assentado. Ele tiraria uma...

O SR. PAULO MÜLLER – Passaria como assentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ah, então...

O SR. PAULO MÜLLER – Passaria como assentado. E ele não é assentado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É como se tivesse um assentado na propriedade desses seus vizinhos?

O SR. PAULO MÜLLER – Isso, isso. A única coisa que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E passam uma procuração para alguém? Como é que é?

O SR. PAULO MÜLLER – Aí, a procuração... Desses detalhes eu não sei, mas o SINDIFLORESTA deve ter dado todas as informações possíveis,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O SINDIFLORESTA? O seu sindicato?

O SR. PAULO MÜLLER – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Para isso? Para fazer isso?

O SR. PAULO MÜLLER – É, para tudo, para tudo, para tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O seu sindicato faz esse artifício?

O SR. PAULO MÜLLER – Não é o meu. Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O SINDIFLORESTA não é o seu?

O SR. PAULO MÜLLER – Não, não, não, não. O senhor está entendendo mal. Tudo o que aconteceu dessa denúncia... foi o SINDIFLORESTA que fez as denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sei.

O SR. PAULO MÜLLER – O senhor está entendendo? Então, eu não tenho. Quem tem todas as respostas é o Sr. Mário Rubens. Por isso eu pedi que ele fosse o primeiro convocado nesta CPI. Que eu não estou aqui a convite a CPI, eu vim aqui porque eu vim aqui pedir. Quero resolver essas coisas que estão erradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Há alguma informação a respeito do Safra Legal que o senhor gostaria de nos passar reservada e sigilosamente?

O SR. PAULO MÜLLER – Não. Não tenho nada contra o Safra Legal. Não tenho nem contra nem pró. Eu tenho... Meu problema foi com o senhor... o cara que me fez a multa indevida. Tenho provas que foi indevida. E contra isso, que está errado. Não contra... Se o... Agora há pouco, conversando com o Sr. Leivino, ele falou para mim que saiu 47... 47 ATPFs, setecentas e poucas ADMs. Uai, mas... Vocês... Eu estou vendo o papel na minha frente, que não diz isso. Então, vocês estão errados, Leivino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor poderia nos passar o nome de algum dos seus vizinhos que utilizam esse artifício dos 20 pseudo-assentados?

O SR. PAULO MÜLLER – Poderia. Lá existe um sindicato, que eu não sei o nome, mas vou lhe dar o nome do presidente: Rubinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Rubinho?

O SR. PAULO MÜLLER – Rubinho. No quilômetro 84, entra 15 quilômetros à frente, vocês vão encontrar ele. Ele é que me fez esse comentário sobre 60 pessoas dele... 60 pessoas do sindicato dele que fizeram as... entraram com essa de “*vamos receber ATPF e vamos trabalhar para o Safra Legal*”. E que depois não saiu nada. Ninguém sabe quem está com quem nem o que foi feito. É isso que eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Algum dos Deputados teria mais alguma pergunta?

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Só uma... Sr. Paulo, primeiro, o senhor está aqui na condição de convocado pela CPI. Foi aprovado um requerimento.

O SR. PAULO MÜLLER – Tudo bem. Concorro.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – O senhor não veio por livre e espontânea vontade. O senhor veio porque foi convocado.

O SR. PAULO MÜLLER – Positivo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Queria só fazer aqui uma consideração. Eu estou no Pará há 24 anos, e o INCRA, nem no Governo do PMDB nem no do PFL...

O SR. PAULO MÜLLER – Concordo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – ...não documenta terras acima de 100 hectares. Este é o debate que nós estamos fazendo: que tamanho o INCRA vai documentar terras na Amazônia. Está certo? Quero dizer aqui que, se o senhor só tem uma área de terra lá no Norte, não tem no Mato Grosso, não tem em outros Municípios do Pará, está há 20 anos com uma área de 2.500 ou até 3.000... Porque o INCRA, lá naquela região, por volta de 1974, tinha expedido alguns documentos. Então, o senhor não estaria sendo considerado aqui um grande latifundiário. O senhor ocupou uma área. Naturalmente que, como a área é da União...

O SR. PAULO MÜLLER – (*Ininteligível*) e não alienada.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – É, então o senhor está... Agora, com relação à legalidade ou não, o problema é o seguinte: o Governo... O IBAMA não pode, em lugar nenhum, aprovar um plano de manejo, se aquela propriedade não tem o título. É por isso que nem lá na Transamazônica, nem na Cuiabá—Santarém, não está se aprovando. É por isso que está aí a Lei de Gestão Florestal. É por isso que estão aí o Plano Safra e essa discussão com o INCRA, de discutir que tamanho vai-se documentar. Porque a questão dos 2.500 hectares é uma outra discussão. Dificilmente, se o INCRA não atuou, não aprovou áreas, não titulou áreas até 3 mil hectares nesses 20, 25 anos, nesse momento acho muito difícil o INCRA tomar a decisão de, agora, titular terras de 2.500 hectares naquela região. Estou te colocando isso aqui porque o senhor está bravo, porque não documentou...

O SR. PAULO MÜLLER – Não estou bravo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – ...mas tem uma origem que a falta de não aprovação desse plano tem uma... é a questão da falta de documento. Está certo? Só para dizer que não é questão aqui do Governo... Agora, naquela região oeste do Pará – eu sei porque eu estou acompanhando – paralisou a atividade...

O SR. PAULO MÜLLER – Total.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – ...de retirada de madeira ilegal. E se o senhor conhecer algum técnico ou algum dirigente do IBAMA ou do INCRA do nosso Governo que estiver pegando dinheiro para facilitar alguma coisa, o senhor pode denunciar isso

tranqüilamente, inclusive a este Deputado. Porque o que o nosso Governo vem fazendo, tem feito agora no Mato Grosso, inclusive com prisão em Santarém, é exatamente atacando não só no IBAMA, mas em vários órgãos do Governo Federal. Então, há uma tomada de decisão de buscar a legalidade. Infelizmente, o senhor está sendo vítima de uma área que não está documentada. Não sei se o senhor vai ser contemplado, se o Ministério Público Federal assinar o termo de ajuste de conduta. Porque, se o Ministério Público não assinar, nada feito. Nem o INCRA nem o IBAMA podem fazer, porque ele está na ilegalidade. Vem o Ministério Público Federal e a cabeça do INCRA rola, a cabeça do IBAMA rola, qualquer dirigente. Então, aqui é uma questão de legalidade, está certo? Agora, o senhor faz algumas afirmações aí que elas precisavam ser bastante materializadas para que esta CPI pudesse... Porque essa questão de liga, falei... Por exemplo, eu sou Deputado Federal. Eu já recebi ligação de pessoas que tiveram, por exemplo, maquinário apreendido. “Ah, Deputado, intermedie e tal”. E, naturalmente, se um produtor teve lá uma máquina presa, porque ele estava cometendo lá uma irregularidade, a máquina foi presa, significa que aquela máquina pode servir para uma outra atividade. Então, têm casos e têm casos. Agora, lá tem situação de pessoas que foram denunciadas. Elas continuam, por exemplo, em Uruará, que o cidadão entrou em uma área indígena, derrubou mil alqueires, o IBAMA foi lá, multou, ele continuou derrubando, aí o Exército foi lá, prendeu todo mundo. Aí não tem condições.

O SR. PAULO MÜLLER – Mas o que eu estou falando, Deputado, não é que eu estou dizendo que eu estou acusando ninguém. Eu pergunto o seguinte: se as minhas máquinas não foram liberadas, que tinha um projeto, as outras máquinas foram presas, não tinham projetos. Eu aprovo. E foram liberadas. Quer dizer... é isso que eu quero dizer.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não, aí o senhor tem toda razão, inclusive, de fazer a denúncia.

O SR. PAULO MÜLLER – É isso que eu quero denunciar.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Porque, se teve máquinas presas em área mais irregular do que a sua...

O SR. PAULO MÜLLER – E eu tinha projeto.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – ...as máquinas foram soltas e a sua máquina está presa, o senhor tem toda razão em espernear.

O SR. PAULO MÜLLER – E as outras foram liberadas por quê? É isso que eu digo. E eu não estou acusando ninguém dessa forma. Estou acusando porque ninguém vai chegar e dizer: “Não, me dá o dinheiro

que eu vou te provar onde é que está o dinheiro. Está aqui". Não, ninguém vai. O senhor sabe que não vai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Deputada Maria Helena com a palavra.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Obrigada, Presidente. Eu pergunto ao Sr. Paulo Müller: em determinado momento do seu depoimento, o senhor afirmou que o senhor não dividiria sua área com 10 pessoas para receber o adesivo do Safra Legal. Eu entendi isso. E que o senhor informou o nome de um vizinho seu que teria levado 20 homens, ou 60 homens, melhor dizendo, para poder receber o adesivo do Safra Legal. Só que não deu certo. Agora, então, o senhor também indicou nomes de algumas pessoas que tiveram as suas máquinas liberadas sem terem os seus planos de manejo aprovados. Agora eu pergunto... a minha pergunta é se o senhor sabe de alguém que tenha recebido esse adesivo de forma ilegal. Como teria recebido seu vizinho, porque teria fraudado a lei, levando 60 pessoas para fingir que estaria dividindo a terra para receber o adesivo. O senhor teria alguém para nos indicar que teria recebido esse adesivo de forma ilegal?

O SR. PAULO MÜLLER – Deputada, não é que recebeu. O adesivo era distribuído por todos os madeireiros e todos os sindicatos, menos pelo SINDIFLORESTA, porque o SINDIFLORESTA não é no Anapu, o SINDIFLORESTA é estadual, ele não é no Anapu, ele não é lá em Medicilândia.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Sim, mas de forma ilegal?

O SR. PAULO MÜLLER – Não é ilegal.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Teria fraudado, levando pessoas de forma...

O SR. PAULO MÜLLER – Não é ilegal. Usar um adesivo não é ilegal. Mas a madeira está toda apreendida lá em Anapu. Toda madeira.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Se o senhor tivesse recebido, entrado para o Safra Legal, o senhor teria recebido de forma legal.

O SR. PAULO MÜLLER – Mas eu não participei.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Agora, teria de dividir a área.

O SR. PAULO MÜLLER – Eu não tinha máquina, minhas máquinas estavam presas. Minhas máquinas estavam todas presas no quartel do Batalhão do Exército lá.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Então, o senhor não tem nomes para me indicar.

O SR. PAULO MÜLLER – Não tinha onde botar o adesivo.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – O senhor não tem nenhum nome para nos indicar que tenha recebido de forma ilícita esse adesivo?

O SR. PAULO MÜLLER – Não, o adesivo não era recebido, todo o pessoal que usava o adesivo de lá era para votar no Chiquinho do PT. É o Chiquinho do PT. Então, o optante, pelo menos é o que dizem os entendidos, que o optante é o PT Safra Legal, e que o plano era esse, de fazer a Safra Legal e depois acobertar com a ATPF, o que é normal. Se cumprissem a palavra do IBAMA, mas não cumpriram. Largaram os caras lá com o pepino e, quando viram que o troço ia dar no rabo deles, foram lá e meteram a multa neles de novo. Largaram todo mundo lá, assobiando. E agora, José? Como é que os caras que fazem lá? Estão lá com não sei quantos mil metros cúbicos de madeira presa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Bem, Sr. Paulo, só vou fazer mais 3 questões para nós encerrarmos, até porque o senhor também tem um vôo. Aqui, nesta vinda para cá para Brasília, nesta CPI, o Sr. Mário Rubens falou que o senhor esteve em Anapu junto com ele. E depois o Sr. Leivino disse que encontrou o senhor também junto com ele e que, inclusive, conversaram.

O SR. PAULO MÜLLER – No dia 2 de dezembro do ano retrasado, do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – E conversaram sobre o quê?

O SR. PAULO MÜLLER – Conversei sobre ele porque eu fui perguntar... Eu fiquei sabendo que o Sr. Leivino e o Sr. Chiquinho estavam pegando o mapa do Belo Monte, todas as glebas, e indicando as glebas que não tinham sido licitadas pelo Governo Federal, as que eram nulas, para botar invasores. E eu fui lá e chamei ele e falei: "*Chiquinho, Ribeiro, como eu o conheço, Ribeiro, vocês, estão usando o teu nome e o do Chiquinho. Tem verdade nisso?*" Ele falou: "*Não, não sei que... nós queremos fazer, acertar essa documentação, que ele não tem documento, nós vamos dar metade do título*". Falei: "*Você não é advogado, você não pode fazer isso*". Eu e o Mário Rubens. O Mário Rubens estava junto nesse dia. Foi no dia 2 de dezembro. Eu sei porque foi feita uma morte muito feia lá no Anapu e eu não esqueci o dia: no dia 2 de dezembro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– O senhor disse aí que os caminhões que tivessem o adesivo não eram perturbados pelos fiscais do IBAMA. O senhor disse isso.

O SR. PAULO MÜLLER – Eu não disse, diziam, todas as bocas diziam lá na região que quem tinha o

adesivo do optante podia passar que não tinha problema nenhum. Como eu não tinha nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Agora, o senhor entende que é muito ruim o diziam. É um sujeito que não existe, indeterminado. Porque é muito ruim. O Mário Rubens vem aqui e faz a mesma coisa, o senhor vem aqui e faz a mesma coisa. Aí o senhor diz: Não, eu vim aqui para investigar. Mas eu vou investigar o quê?

O SR. PAULO MÜLLER – Não, eu concordo com o senhor. Mas eu tenho o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – E o senhor está *sub judice*.

O SR. PAULO MÜLLER – Faz 2 anos que isso aconteceu. Essa política já passou já vai fazer 2 anos. Quero ver como é que eu vou lembrar o nome da pessoa que estava com o adesivo. Mas as fotografias estão em um caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Tem posto... Não, isso aí eu sei, que tem o adesivo. Nós já sabemos quem fez, já identificamos. Mas nós temos que ter absoluta certeza que o adesivo era um passe, era um passaporte. Agora, diziam, diziam... Existia posto do IBAMA dentro de Anapu, na região?

O SR. PAULO MÜLLER – Não, não tem posto do IBAMA lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Então, para que o adesivo para passar no posto?

O SR. PAULO MÜLLER – Então o pessoal se enganou, o adesivo era só para fazer propaganda. Não é isso? Ou para que era o adesivo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Outra coisa, se era para ter...

O SR. PAULO MÜLLER – Eu não falei que era para puxar madeira ilegal. Eu estou falando que o optante da Safra Legal, podia ser uma propaganda do PT ou poderia ser uma propaganda do PFL, pronto. Estava escrito aquilo que o senhor viu na fotografia. Nós lhe mandamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Eu vi, mas...

O SR. PAULO MÜLLER – O filme.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Mas fica ruim o “diziam”. O diziam...

O SR. PAULO MÜLLER – Mas eu não tenho outro jeito, Deputado. Eu não tenho outro jeito de fazer para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) –

Está corrigindo aqui o nosso assessor: que o “diziam” é sujeito inexistente. Então, fica difícil de investigar.

O SR. PAULO MÜLLER – Então, vamos fazer o seguinte: na próxima vez eu não vou dizer mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Ué, se não tem nada a dizer, não tem que vir aqui mesmo.

O SR. PAULO MÜLLER – Ué, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Tem que vir aqui quem tem algo para dizer. O senhor também disse o seguinte: que a fiscalização do IBAMA... a madeira está toda lá hoje. O que demonstra que há fiscalização do IBAMA. Se essa madeira está lá é porque tem fiscalização.

O SR. PAULO MÜLLER – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Então, está bom. Tanto é que foi dito aqui: apreendeu 37 mil metros cúbicos de madeira, em função de não estar cumprindo... ter sido desmatado ilegalmente. Depois, apreendeu em uma outra mais 8 mil metros cúbicos, 8 milhões de multas também.

O SR. PAULO MÜLLER – É outro Município, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Outro Município, o que demonstra que havia fiscalização do IBAMA.

O SR. PAULO MÜLLER – Mas eu não disse que não tinha fiscalização do IBAMA. No período da política não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Então, resumindo, o senhor veio aqui para resolver o problema do senhor.

O SR. PAULO MÜLLER – Não, não vim aqui...

Eu vim aqui para dizer o que aconteceu comigo. Desde o primeiro dia eu falei isso. Quem tinha denúncia para fazer seria o SINDIFLORESTA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha)

– Bom, nós agradecemos a presença do senhor e de todas as testemunhas, demais Parlamentares, senhores assessores, demais presentes.

Declaro encerrada a presente reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 2004, QUE “INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE – SUDECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 3ª reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2005.

Às quinze horas e doze minutos do dia treze de abril de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 184, de 2004, que “institui, na for-

ma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências”, no Plenário 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Deputados Carlos Abicalil – Presidente; Ronaldo Caiado – Vice-Presidente; Sandro Mabel – Relator; Antônio Carlos Biffi, Barbosa Neto, Carlos Alberto Leréia, Darci Coelho, Enio Tatico, João Grandão, Jovair Arantes, Lincoln Portela, Neyde Aparecida, Pedro Chaves, Sérgio Caiado, Severiano Alves e Teté Bezerra – Titulares; José Roberto Arruda, Pedro Canedo, Sandes Júnior e Vilmar Rocha – Suplentes. Compareceram também os Deputados Antonio Cruz, Júnior Betão, Tatico e Thelma de Oliveira, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Celcita Pinheiro, Geraldo Resende, João Campos, Jorge Pinheiro, Luiz Bittencourt, Murilo Zauith, Nelson Trad, Pastor Amarildo, Perpétua Almeida, Professora Raquel Teixeira, Ricarte de Freitas, Rubens Otoni, Waldemir Moka e Wasny de Roure. ABERTURA: Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 2ª reunião, realizada no dia 15 de setembro de 2004. Em votação, a Ata foi aprovada. EXPEDIENTE: O Presidente comunicou as justificativas apresentadas pelos Deputados Murilo Zauith, Geraldo Resende, Jovair Arantes pela falta à reunião ocorrida em 15 de setembro de 2004, em razão da coincidência desta com reunião de outra Comissão, compromissos ministeriais e político-partidários desses parlamentares. ORDEM DO DIA: Audiência Pública com o tema: Recriação da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (PLP 184/04). Convidados: Governador de Goiás Sr. Marconi Perilo, Sr. Afrânio Roberto de Souza Filho, Secretário de Estado – Agência de Desenvolvimento Econômico, representando do Governador do Distrito Federal; Otaviano Olavo Pivetta, Secretário de Desenvolvimento Rural, representando o Governador do Estado de Mato Grosso; Miguel Antônio Marcon, Assessor de Políticas Econômicas do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, representando o Governador do Estado. Antes de iniciarem as exposições, o Sr. Relator, Deputado Sandro Mabel, fez explanação sobre os principais pontos que constariam de seu Parecer ao PLP 184/04. Em seguida, falam os convidados na seguinte ordem: Governador de Goiás Marconi Perilo; Secretário Otaviano Pivetta, de Mato Grosso; Assessor Miguel A. Marcon, de Mato Grosso do Sul; e, o Secretário Afrânio R. de S. Filho, do Distrito Federal. Presentes à audiência, foram convidados a verbalizarem suas posições sobre o tema o Dr. Athos Magno, Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional, e o seu antecessor naquela Secretaria, o Sr. Alexandre Luís

Cesar. Encerradas as falas, os convidados foram interpelados pelos Deputados Pedro Canedo, Ênio Tatico, Neyde Aparecida e Sandro Mabel. Não havendo mais interpelações, o Presidente informou que a próxima reunião ocorreria dentro de duas semanas, e encerrou os trabalhos às dezessete horas e trinta e sete minutos. E, para constar, eu, Valdivino Tolentino Filho, lavrei a presente Ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Carlos Abicalil e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da terceira reunião ordinária da Comissão Especial destinada a analisar a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO.

Lembro a todos os presentes que, além desta reunião ordinária, já foram realizadas mais 4 reuniões de audiência pública, descentralizadas, em Cuiabá, Campo Grande, Goiânia e Brasília.

Tendo em vista a distribuição da cópia da ata da segunda reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, solicito dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) – Dispensada a leitura da ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discuti-la, passa-se à votação.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Deputados Murilo Zauith, Geraldo Resende e Jovair Arantes justificaram suas ausências na reunião ocorrida em Brasília, no último dia 15 de setembro, em razão da coincidência dessa reunião com a de outra Comissão e com compromissos ministeriais e político-partidários de S.Exas.

Ordem do Dia:

Audiência pública com as autoridades representativas das Unidades Federadas do Centro-Oeste.

Esta Comissão agradece aos convidados a presença e convida para tomar assento à mesa o Sr. Otaviano Olavo Pivetta, Secretário de Estado de Desenvolvimento do Governo do Mato Grosso, representando o Sr. Governador Blairo Maggi; o Sr. Miguel Antonio Marcon, Assessor de Política Econômica da Secretaria de Estado de Receita e Controle do Estado do Mato Grosso do Sul, representando o Governador José Orcírio dos Santos; o Sr. Afrânio Roberto de Souza Filho, Secretário de Estado da Agência de

Desenvolvimento Econômico do Governo do Distrito Federal, representando o Governador Joaquim Roriz; e o Sr. Athos Magno Costa e Silva, Secretário do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional.

Está confirmada a presença do Governador de Goiás, Sr. Marconi Perillo. Tão logo S.Exa. chegue a este recinto, será convidado para compor a Mesa dos trabalhos.

Convido ainda para tomar assento à mesa o ilustre Relator, Deputado Sandro Mabel.

Tendo em vista o desenvolvimento dos trabalhos atinentes aos debates que realizamos em 4 reuniões de audiências públicas nos Estados e no Distrito Federal e por eles já ter sido incorporados em boa parte às reflexões que comporão o parecer do Relator Sandro Mabel, peço a S.Exa. que faça a exposição do resultado dessa etapa do trabalho.

Dessa forma, os participantes da Mesa poderão ter presente, quando de suas exposições, não apenas a proposta original, mas o resultado das 4 reuniões anteriores.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO – Sr. Presidente, desejo apenas registrar a presença de duas autoridades que visitam esta Comissão: o Prefeito Ermanno de Carvalho, do Município de Aruanã, que fica na divisa de Goiás com Mato Grosso, e o Prefeito Dr. Vilmar, de Indiará, no sudoeste de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Sejam muito bem-vindos. É uma honra recebê-los nesta Comissão, especialmente porque eu, em particular, cheguei ao Mato Grosso pela região do Araguaia, e o Município de Aruanã fica do outro lado do rio.

Com a palavra o Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, Deputado Carlos Abicalil, cumprimento V.Exa. por ter facilitado bastante os trabalhos, mostrando disposição para realizar as audiências públicas aqui e em outros Estados.

As audiências públicas foram ricas em colaborações, já que delas participaram diversos segmentos da sociedade que, de alguma forma, deram subsídios para meu relatório, no qual pude traduzir a vontade do Centro-Oeste.

Cumprimento ainda o Dr. Afrânio, Secretário de Estado da Agência de Desenvolvimento Econômico do Governo do Distrito Federal; o Dr. Otaviano Pivetta, Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural do Governo do Mato Grosso; o Sr. Miguel, representando

do Governador do Estado do Mato Grosso do Sul – o companheiro inclusive tem-nos ajudado muito na reforma tributária, tem sido um esteio para o Centro-Oeste nesse assunto —; o querido amigo Athos Magno, Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional, que tem trabalhado de forma sistêmica para darmos continuidade ao Sistema SUDECO.

O primeiro trabalho que fizemos ao longo das audiências públicas realizadas nos Estados foi o comparativo entre a criação da SUDAM, SUDENE e SUDECO, buscando as diferenças e desvantagens relativas à SUDECO. Um dos pontos principais foi a falta de recursos para incentivos fiscais e políticas de desenvolvimento, sobretudo dentro do Orçamento da União. Isso iria transformar a SUDENE em uma superintendência praticamente normatizadora do desenvolvimento do Centro-Oeste, o que, por si só, seria importante para as ações de Governo, aproveitando o melhor possível os recursos empregados naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Interrompo a fala do Deputado para saudar o Governador Marconi Perillo, que acaba de adentrar o recinto. Convido S.Exa. para tomar assento à mesa. *(Pausa.)* Devolvo a palavra ao Relator, Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Saúdo o Governador de Goiás, Marconi Perillo, que tem lutado fortemente em prol da Região Centro-Oeste, com os demais Governadores, especialmente na reforma tributária. Certamente, o alívio do impacto da reforma tributária nesta região deveu-se em boa parte às negociações e à atuação de S.Exa. e dos Governadores.

Voltando ao relatório, sobre o qual farei um breve resumo, fizemos um quadro comparativo entre o que a SUDENE e a SUDAM dispunham – a SUDECO ainda não existia – e realizamos audiências públicas nos respectivos Estados e no Distrito Federal, onde foram apresentados importantes pontos da discussão. O principal tema abordado foi a possibilidade de se implementar uma política industrial, de se criar incentivos para atrair investimentos na vocação de cada região. Se o Mato Grosso, por exemplo, possui forte vocação para soja e Goiás para o algodão, desde o zoneamento, como a infra-estrutura de hidrovias, rodovias, os gastos nos Estados podem ser feito de forma mais organizada e sistêmica, com maior obtenção de recursos para fazer do Centro-Oeste uma região cada vez mais desenvolvida.

O Centro-Oeste cresce de forma robusta, e até hoje não recebeu nada de relevantes incentivos por parte do Governo Federal. Os Governadores e os Deputados têm feito legislação para atrair investimen-

tos, mas têm sentido na carne a falta de participação do Governo, que se dispôs a nos ajudar.

Para os senhores terem idéia, o Fundo do Centro-Oeste contratou, nos últimos anos, mais de 98% dos recursos disponíveis, com 1,8% de inadimplência. A região recebe e aplica o dinheiro e ainda paga as empresas para desenvolverem os projetos, que têm sido bem elaborados. O trabalho realizado é muito importante, por isso a região tem se desenvolvido fortemente.

No ano passado, conseguimos uma equalização de juros no Ministério da Fazenda, com o Secretário Athos Magno, os Governadores e Deputados, e, com a ajuda da bancada do Centro-Oeste, conseguimos injetar mais 1 bilhão e 800 mil, quando fui Relator da medida provisória, e tudo está sendo contratado.

Impressionante a força da Região Centro-Oeste e a seriedade com que têm sido aplicados os recursos. Por isso, não se pode deixar de premiá-la nem de dar oportunidades para ela continuar a gerar desenvolvimento.

Sob essa visão, fizemos um quadro comparativo entre o PLP nº 184, da SUDECO, e a minuta do substitutivo, que foi distribuído para os senhores.

Recebemos sugestão em Mato Grosso do Sul e em Goiás sobre como instituir a SUDECO.

A SUDECO é uma autarquia integrante do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, supervisionado pelo Ministério da Integração Nacional, com sede e foro em Brasília. E a modificamos para: “...*de natureza autárquica especial, administrada e financeiramente autônoma, integrando o Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede de foro na cidade de Brasília*”. Por que acrescentamos a expressão “*com sede e foro na cidade de Brasília*”, num primeiro momento? Porque cada Governador deseja que a sede fique localizada no seu Estado. É difícil fazer o rodízio da sede de uma dessas superintendências, mas pode-se futuramente fazer o rodízio da Presidência, como veremos a seguir. Como ela está instituída aqui, consideramos Brasília o melhor ponto a ser discutido.

Vamos pegar tudo o que já foi feito com a colaboração dos Estados e da sociedade organizada e passar aos Srs. Governadores, para que façam uma avaliação final desse trabalho junto com suas equipes. Pretendemos, o mais brevemente possível, quem sabe na próxima semana ou na outra, votar efetivamente o relatório na Comissão.

Nos artigos que se seguem na primeira página não foi feita nenhuma modificação.

O inciso VIII foi modificado. Nele colocamos a questão de coordenar programa de extensão e ges-

tão rural. O objetivo é criarmos no âmbito da SUDECO programas de extensão e gestão rural. Isso foi sugerido pelos Estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso. As Secretarias de Agricultura colocaram esse ponto com uma força muito grande.

No inciso XI colocamos uma alteração, para que os Estados e o Distrito Federal possam ter sempre a palavra final, enfim, para serem ouvidos quando se estabelecerem políticas e diretrizes de aplicação do recurso Fundo Constitucional. Por quê? Porque entendemos que, apesar de existir todo um sistema que irá decidir como irão ser aplicados os recursos os Ministros e os Governadores, no ponto final, uma vez decidida a questão, precisaríamos ouvir as pessoas para sabermos se a região seria afetada, no caso os Estados e o Distrito Federal. Assim, estaríamos dando uma força maior aos Governos Estaduais e às políticas estaduais e regionais.

Acrescentamos o inciso XIII para definir – essa sugestão é do Mato Grosso –, em articulação com os Ministérios competentes, os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais na região, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico e promover o desenvolvimento econômico, social, cultural e a proteção ambiental do cerrado por meio de adoção de políticas diferenciadas para sub-regiões. Temos condição de fazer articulações com os Ministérios competentes e também proteger o meio ambiente do cerrado nas diversas microrregiões. Isso serve em duas mãos. A primeira mão para protegermos o ecossistema do cerrado em si.

Por outro lado, não devemos criar condição tão protetora que não permita o desenvolvimento também. Então, ela funciona em duas mãos. A proteção ao meio ambiente existirá dentro das políticas desenvolvidas, mas não será um empecilho à devastação do cerrado se ela for necessária para desenvolver políticas sustentadas para a Região Centro-Oeste.

Temos os órgãos integrantes da SUDECO: o Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste; o Conselho Deliberativo do FCO; o CONDEL; o Conselho Administrativo da RIDE, que engloba a região do Entorno do Distrito Federal; uma diretoria colegiada, uma Procuradoria-Geral vinculada à Advocacia-Geral da União; uma ouvidoria e uma auditoria.

O PLP dizia que os Ministros de Estado seriam designados pelo Presidente da República, entre eles o Ministro de Estado da Integração Nacional. Os Estados de Goiás e Mato Grosso deixaram a questão muito em aberto. Sugeriram que designássemos 15 Ministros para opinar. Com esse número seria praticamente impossível chegarmos a uma conclusão ou

mesmo fazermos uma reunião. Então, limitamos em 6: o Ministro da Integração Nacional e mais 5 Ministros designados pelo Presidente da República – eles são suficientes para cobrir toda a área necessária para levarmos a SUDECO à frente. Também farão parte do grupo os Governadores dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e do Distrito Federal, 3 representantes dos Municípios de sua área de atuação, sendo 1 de cada Estado, escolhidos de forma a ser definida em ata do Poder Executivo, 2 representantes das classes empresariais, 2 da classe dos trabalhadores, 1 de organizações não governamentais, também definidos em atos do Poder Executivo, e o Superintendente da SUDECO.

Acompanhamos tudo o que vinha sendo feito em termos de definição do conselho.

Colocamos como sugestão um parágrafo único que diz:

“Paragrafo único. São atribuições do Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste a aprovação de planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas formuladas por seus membros e o acompanhamento dos seus trabalhos diretamente ou mediante câmaras temáticas, cuja composição, competência e forma de operação constarão do Regimento Interno do Conselho.”

Com relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, compete ao Conselho de Desenvolvimento da Região aprovar anualmente os programas de financiamento, observadas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional – compatibilizando-as com as necessidades de desenvolvimento da região –, avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes aprovadas. Por quê? Esperamos que a SUDECO possa cada vez mais, Sr. Governador, Srs. representantes de Governadores, Sr. Presidente, Sr. Secretário Athos Magno, formular políticas para atender a região como um todo. Refiro-me a políticas estruturantes, desde as de infra-estrutura e de aplicação do dinheiro. Se vamos aplicar dinheiro do FCO em algodão é porque vamos ter incentivo em cima desse produto, desde a fiação até as malharias, tinturarias, fábricas de roupas e toda a cadeia do algodão. O financiamento tem de ser destinado a isso. Não podemos deixar de financiar alguma coisa que está dentro da diretriz para financiar a construção de uma fábrica de turbinas para aviões que não interessa ao Estado. Portanto, isso vai fazer com que o Conselho tenha uma força ainda maior. A composição e as atribuições, também no art. 8º, vem para a frente. A

diretoria colegiada da SUDECO também fica da mesma forma que foi estabelecida.

Diz o art. 11 que são instrumentos de ação da SUDECO o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, o Plano Plurianual e o orçamento anual regionalizado, articulado com os planos dos Orçamentos Federal, Estaduais e Municipais, o Plano Sub-Regional de Desenvolvimento Sustentável, o orçamento dos instrumentos financeiros e o Zoneamento Ecológico e Econômico.

O ponto principal, no qual todos vão ter de trabalhar, inclusive os partidos, é o dos incentivos fiscais e financeiros, na forma da lei e da Constituição Federal. Por quê? Porque senão vamos ficar com uma SUDECO apenas fazendo a organização da região. Os incentivos e a atração de benefícios não teríamos de forma alguma, Sr. Governador. Essa sugestão foi feita em todos os Estados. Ela foi muito forte por parte de Goiás.

Quando fizemos audiência pública em Goiás, todas as entidades se manifestaram sobre isso veementemente. O Governo, representado lá pelo Dr. Nelson, foi muito forte em seu posicionamento. Escutamos isso em todos os locais. Esse é o ponto chave da SUDECO. É onde temos de negociar como o Governo.

Sr. Presidente, gostaria de dizer a V.Exa., que é do partido do Presidente Lula, ao Athos, que é Secretário, a todos os Deputados dos diferentes partidos e aos Governadores que, se não tivermos incentivos fiscais para atrair benefícios, a SUDECO certamente não deixará de ser um órgão importante, porém, ficará sem bala na agulha para atrair ou induzir novos desenvolvimentos, sobretudo se a reforma tributária passar da forma como está. Se isso acontecer, os Estados ficarão impedidos de fazer novos incentivos. Os recursos têm outros instrumentos legais. Os recursos destinados ao desenvolvimento regional de caráter constitucional orçamentário terão sua destinação fixada pelos instrumentos previstos no inciso II desse artigo.

E diz o § 2º: *“Os benefícios fiscais e financeiros mencionados no inciso V deste artigo permanecem enquanto a renda per capita da Região Centro-Oeste não atingir no mínimo 80% da renda média do País, de acordo com dados oficiais divulgados pelo IBGE.”*

Temos de mudar esse ponto. A renda *per capita* do Centro-Oeste está muito próxima à do IBGE.

Então, para esse ponto, temos de arrumar outro indicativo, senão, em pouco tempo, não será possível fazermos novos incentivos. Não foi sugerido outro mecanismo, mas isso tem de ser feito antes de fecharmos esse trabalho. Precisamos de sugestões para podermos colocar isso como um gatilho.

Os recursos destinados ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste para programas de financiamento

do setor produtivo serão administrados pelo Banco do Brasil até que o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criado pelo art. 34, § 11, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, entre em operação.

O que acontece? Hoje quem opera no Centro-Oeste os recursos é o Banco do Brasil. Seria interessante que as cooperativas pudessem também administrar esses recursos, mas uma regulamentação nesse sentido seria difícil de acontecer. Então, preferimos, num primeiro momento, até para dar novo formato ao relatório, deixar do jeito que está, ou seja, com o Banco do Brasil comandando isso, porém com ordenamento. Vamos dizer onde serão aplicados os recursos, para que o Banco do Brasil – e muitos se queixam dele por conta disso – não os aplique onde bem quiser ou use o dinheiro para fazer outros negócios para si. Deixamos aqui o ponto onde o recurso será aplicado, até que se crie o Banco do Centro-Oeste, se ele vier a existir. Se o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste for realmente criado, caberá a ele gerir esses recursos. Isso seria o ideal para que pudéssemos levar realmente desenvolvimento maior ou termos um organismo financeiro de desenvolvimento para o Centro-Oeste.

Basicamente, essas as linhas gerais do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Agradeço ao Deputado Sandro Mabel o brilhante trabalho e peço aos colegas da Comissão que se empenhem para que essa minuta se torne objeto de amadurecimento para nosso trabalho. Depois desta última audiência pública, certamente teremos condição de discutir o relatório na reunião que provavelmente acontecerá nos próximos 15 dias.

Nesta audiência pública contamos com a presença da representação do Distrito Federal, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e do próprio Governador de Goiás. É uma alegria recebê-los. Isso, contudo, impõe-nos certa disciplina quanto ao uso do tempo de que dispomos, de modo a darmos conta de ouvir todos os expositores e ainda permitir que os colegas presentes possam debater. Por essa razão, cada um dos presentes disporá de um tempo inicial de 15 minutos para fazer sua exposição. Depois da exposição dos membros da Mesa, passaremos à interlocução com os membros da Comissão presentes no plenário interessados em fazer o debate.

Iniciamos com a exposição do Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO – Sr. Presidente, Deputado Carlos Abicalil, Srs. membros da Comissão, Sr. Relator, Deputado Sandro Mabel, senhores convidados para o debate, Sr. Secretário Athos Magno, senhoras e senhores, gostaria de registrar inicialmente

os cumprimentos à Comissão pelo trabalho que já foi desenvolvido até aqui. Cumprimento-a, sobretudo, pela minuta do substitutivo que já nos foi apresentada pelo Deputado Sandro Mabel. Ela praticamente saneia os problemas ou as eventuais falhas do PLP enviado pela SUDECO ao Congresso. Sugeriria apenas, em relação à minuta do substitutivo, no que diz respeito aos instrumentos financeiros, art. 13, a inclusão do futuro Fundo Nacional de Desenvolvimento. Falta apenas isso.

Gostaria de fazer, preliminarmente, uma abordagem conceitual a respeito do que penso sobre os investimentos no Centro-Oeste, mais especificamente em relação à queda dos investimentos públicos e privados na Região, e a necessidade de investimentos estruturais e industriais.

O processo brasileiro de desenvolvimento regional tem sido complexo e injusto, com uma dinâmica marcada por significativas transformações e por políticas federais nem sempre coerentes com a realidade nacional. No caso do Centro-Oeste brasileiro, historicamente, a Região tem sido discriminada quanto ao aporte de recursos financeiros federais, sempre ocupando uma posição de menor relevo na aplicação de investimentos em programas regionais. Em todos os tipos de transferência de recursos para as distintas Regiões do País, desde aquelas que têm origem constitucional até as aplicações feitas por instituições financeiras, o Centro-Oeste tem participação minoritária. E o que é pior, grave e preocupante, é a tendência atual de redução dos valores dessas transferências e aplicações nesta porção do Brasil.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, Sr. Relator, autoridades, convidados e Deputados, em relação ao Fundo de Participação dos Estados, 3 Estados do Nordeste recebem mais recursos que a Região Centro-Oeste inteira. Se fizermos uma comparação entre a Bahia, o Maranhão e o Ceará do ponto de vista da transferência de recursos oriundos do FPE, chegaremos à conclusão de que a Região Centro-Oeste inteira recebe menos recursos do que apenas um desses Estados nordestinos.

Outro exemplo dessa triste realidade são as aplicações do BNDES na Região no período de 1989 a 1997. Levando-se em consideração apenas esse parâmetro, nesse período houve um decréscimo de aplicações do BNDES no Centro-Oeste de 17% para 8%, ao tempo em que, para o Sudeste, esse aporte cresceu de 44% para 56%. Caso sejam somados os investimentos do BNDES na Região Sul, esse percentual sobe 80% dos recursos por ele aplicados entre os anos de 1996 e 1997.

Também os incentivos fiscais federais destinados ao Centro-Oeste do Brasil são extremamente baixos

se comparados com aqueles que foram contemplados no Orçamento Geral da União de 1998, por exemplo, para as outras Regiões do País. Enquanto o Centro-Oeste recebeu 3,5%, as Regiões Sul e Sudeste somadas receberam 57,7% contra 26% da Região Norte e 13,7% da Região Nordeste. Portanto, esta é uma Região discriminada.

A partir dos anos 70, sob forte indução estatal, iniciou-se no Brasil um relevante processo de desconcentração econômica. Contudo, ele ocorreu de forma muito desigual. No Centro-Oeste brasileiro, embora a desconcentração produtiva tenha beneficiado os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, ela só ocorreu praticamente no que diz respeito à produção agrícola e agroindustrial, impulsionada, principalmente, pela penetração do complexo de soja na Região e, sobretudo, pelos incentivos fiscais concedidos pelos Governos estaduais.

Pode-se dizer que a economia brasileira resultante desse processo é tão desigual quanto desigual é a distribuição do seu PIB industrial. As Regiões Sudeste e Sul passaram a responder por 76% da riqueza nacional, controlando, respectivamente, 63% e 21% do nosso produto interno bruto. Esta Região produzia cerca de 30% – hoje esse percentual é maior – da safra agrícola nacional e detém mais de 41% do rebanho bovino brasileiro, o que demonstra a sua pujança no setor primário, mas a sua participação no PIB da indústria de transformação nacional sempre foi muito pequena. Agora é que estamos conseguindo transformar as nossas matérias-primas, graças ao foco que estamos dando às nossas cadeias produtivas e, sobretudo, graças à política de incentivos fiscais centrada nessa transformação.

Dessa forma, o Centro-Oeste sempre sobreviveu ao chamado perverso modelo centro-periferia, caracterizado pela grande produção de matérias-primas e insignificante desenvolvimento industrial. Assim é que o Centro-Oeste brasileiro assumiu uma posição de vanguarda na agroeconomia, no agronegócio brasileiro, destacando-se na produção agrícola, pecuária, na agroindústria e na indústria de alimentos.

O Estado de Goiás orgulha-se de sua destacada produção agropecuária e agroindustrial, contribuindo de modo relevante para a especialização desta Região no setor do agronegócio. A nossa preocupação é tanto maior à medida que sabemos que, no faturamento mundial do agronegócio, insumos e matérias-primas respondem por tão-somente 20%, ao passo que o processamento e a distribuição agregam 80% nessas cadeias. Isso significa que, enquanto canalizamos nossos esforços e recursos na produção de matérias-primas, outras Regiões do País ou do exterior se apropriam

de quatro quintos da renda gerada por essas cadeias produtivas. Essa realidade acarreta uma enorme perda de arrecadação tributária, de emprego e renda em nossa Região, à medida que outras, com maior suporte industrial, se beneficiam, e se beneficiaram historicamente, dessa situação ou dessa anomalia.

Nesse contexto, a perspectiva de recriação da SUDECO, se for feita com autonomia, capacidade financeira e funcionalidade, poderá redesenhar a infraestrutura logística no Centro-Oeste para que se efetive como um amplo espaço produtor de matérias-primas, e com capacidade de agregação de valor.

O Estado de Goiás apóia com entusiasmo a proposta de priorizar, nas atribuições da SUDECO, o investimento na logística estruturante. Contudo, necessariamente, a ela tem que ser acoplado um amplo programa de industrialização da Região. Espero que este posicionamento seja seguido pelas demais Unidades Federativas que compõem a Região.

Quero citar alguns números relativos ao crescimento da Região nos últimos anos, ancorado, sobretudo, nos incentivos fiscais – e é por isso que temos sido tão relutantes na aprovação da reforma tributária nos moldes apoiados pelos Estados mais desenvolvidos, mais industrializados.

Para se ter uma idéia, no começo do meu primeiro Governo, em 1999, fizemos 2.503 contratações, com um volume de 69 milhões de reais injetados. Em 2004, já tínhamos chegado a 7.070 contratações, para um volume financiado de quase 369 milhões de reais. Nesse período em que estou à frente do Governo do Estado, 6 anos, fizemos 32.258 contratações, para um volume de 1 bilhão 825 milhões de reais.

É importante registrar ainda que Goiás, e, creio, o mesmo ocorre com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sempre foi considerado um Estado exportador de *commodities* e matérias-primas. De alguns anos para cá, estamos conseguindo verticalizar a nossa produção, agregando valor às matérias-primas e conseguindo, com isso, gerar muitos empregos.

O PIB do nosso Estado, há 6 anos, era de 17 bilhões e 500 milhões de reais. A projeção para o ano de 2004 já era de 39 bilhões de reais. A renda *per capita* dobrou. As exportações saltaram de 380 milhões de dólares para 1,5 bilhão. Tudo isso ancorado numa política de desoneração tributária e incentivos fiscais e tributários.

Preocupa-me muito, então, a criação da SUDECO. Afinal de contas, sempre fomos defensores desse instrumento de defesa do Centro-Oeste. Aproveite para cumprimentar e agradecer ao Sr. Alexandre César, Secretário Executivo do Centro-Oeste antes do Sr. Athos, que foi uma importante peça na definição

da arquitetura da nova SUDECO, que estamos aqui para apoiar.

Gostaria de acrescentar algumas reflexões sobre os temas propostos no PLP da SUDECO, que considero como pressupostos para a concepção de um projeto que atenda aos reais interesses da nossa Região.

É evidente que a simples criação da SUDECO como superintendência não acrescenta nada para a solução dos desequilíbrios regionais que o País nos impôs ao longo da história. Também é evidente que a força de produção do Centro-Oeste demonstra um caminho reacional para a balança comercial, para o equilíbrio econômico e investimento em infra-estrutura nesta Região.

Outra constatação clara é que a concentração do desenvolvimento industrial reforça esse desequilíbrio regional. Ano a ano, os investimentos públicos e privados vêm se concentrando mais nas Regiões Sul e Sudeste, conforme disse anteriormente.

Lembro ainda que nada do que possamos conceber sobreviverá se não houver, além da ampla participação dos Estados e Municípios nas decisões sobre investimentos, uma constante e forte participação do setor produtivo através do seu fórum empresarial.

Recentemente, conversava com o Ministro Ciro Gomes, que me dizia de um montante anual de recursos a serem destinados à SUDECO – falávamos de cerca de 2 bilhões, por exemplo, de capitalização anual –, em que os Estados e o setor produtivo teriam a liberdade, em conjunto com um conselho, de produzir, por exemplo, um plano decenal de investimentos para a Região.

Não queremos uma SUDECO apenas para financiamento. Para financiamento já temos o FCO. Nós precisamos de mais recursos para o FCO, mas precisamos de uma SUDECO que signifique a garantia de investimentos na Região Centro-Oeste.

Imaginem esse conselho de Governadores, Ministros, Parlamentares, Prefeitos, representantes do setor produtivo, forças empresariais, definindo um plano decenal para cada um dos nossos Estados, em que pudéssemos definir o foco, por exemplo, na Ferrovia Norte-Sul; na região integrada do Entorno de Brasília. Nesse plano decenal, seria definida uma soma de recursos para que esses eixos estruturantes da Região fossem viabilizados. Essa discussão precisa contemplar esse tipo de perspectiva.

Concordei com o Ministro Ciro Gomes, e lamento que não tenhamos dado seqüência a essa discussão e formatação desse modelo, porque ele vai significar, definitivamente, a superação de gargalos, sobretudo na infra-estrutura e na logística da nossa Região.

Temos, em cada um dos nossos Estados, de 4 a 6 grandes eixos macroestruturantes. Uma vez criada a SUDECO, uma vez definidos os recursos para sua capitalização, precisaremos, Deputado Sandro Mabel, definir onde vamos investir esses recursos. E é claro que, se não pudermos mais contar com os incentivos fiscais, boa parte desses recursos capitalizados pela SUDECO terão que ser destinados ao financiamento de empreendimentos industriais em nossa Região. Com isso, já vamos desviar um pouco o foco dos recursos que deverão compor a SUDECO, que deveriam ser, no meu entendimento, todos drenados para infra-estrutura, para logística, para o financiamento.

Nossa Região não vai sobreviver facilmente à falta de mecanismos de incentivos fiscais. Estamos atraindo capitais, nacionais e estrangeiros, graças aos incentivos que concedemos e à renúncia que fazemos de receitas próprias, de receitas do ICMS. De modo que temos que inserir nessa discussão sobre a SUDECO, num momento histórico para a nossa Região, todas essas questões, como a demanda de recursos para investimentos, que são fundamentais para o futuro do Centro-Oeste do ponto de vista da sua economia, desenvolvimento e crescimento.

Finalizando minha intervenção, cito algumas condicionantes estruturais em relação ao projeto. Sobre a definição, é necessário se estabelecer um sistema autárquico, com autonomia financeira e administrativa, que seja apenas vinculado e não subordinado ao Ministério de Integração Nacional.

De antemão, apóio a proposta do substitutivo no sentido de que a sede da SUDECO seja em Brasília. Para todos, isso será mais conveniente.

Autonomia real. Esta deve ser definida não apenas no texto, mas, e principalmente, na forma de escolha e aprovação de seus integrantes e dirigentes.

Existindo autonomia, temos que prever agilidade na desburocratização das decisões e no conceito de formação de seu conselho deliberativo. Nesse sentido, temos que limitar a quantidade de Ministros participantes de indicação do poder central, o que já está contemplado no substitutivo.

Capacidade financeira. Significa que precisamos saber a origem dos recursos que vão compor as receitas da SUDECO e a sua imunidade ao controle e, sobretudo, ao contingenciamento.

Capacidade fiscalizadora. Trata-se da capacidade de envolver não apenas os membros do conselho, mas Governadores, Parlamentares e todos os usuários na gestão, fiscalização e implementação dos programas.

Preliminarmente, eram as considerações que gostaria de tecer nesta reunião. Quero elogiar o es-

forço de cada um dos Parlamentares para a viabilização desse projeto de fundamental importância para a nossa Região.

O Nordeste e o Norte desenvolveram muitas de suas ações estruturantes, sobretudo na logística, mas também na questão dos financiamentos dos projetos e empreendimentos industriais privados graças aos mecanismos de desenvolvimento regional. Goiás foi muito beneficiado pela SUDECO, ao tempo em que esse órgão existia e aqui funcionava, assim como o foram outros Estados do Centro-Oeste.

De modo que aguardamos essa aprovação e a implementação da SUDECO, assim como o vigia espera pela aurora.

A todos o meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicailil) – Obrigado, Excelentíssimo Governador Marconi Perillo. A intervenção de V.Exa. tem caráter de esperança militante e, felizmente, encontra grande eco na expectativa dos membros desta Comissão. Também estamos à espera dessa aurora, vislumbrando contemplar a realização de quase que a integralidade do que foi renunciado por V.Exa. aqui, o que acreditamos já estar em boa parte acolhido na minuta de relatório preparada pelo Deputado Sandro Mabel.

Gostaria de fazer meus os cumprimentos ao companheiro de Estado e de partido, Alexandre Magno, cuja participação nesse processo precedeu a concepção da própria SUDECO, ainda quando da discussão prévia sobre a recriação desse importante órgão, antes ainda de a proposta ser encaminhada pelo próprio Poder Executivo.

Concedo a palavra ao Secretário Otaviano Pivetta, que representa aqui o Governador Blairo Maggi, do Estado de Mato Grosso.

O SR. OTAVIANO OLAVO PIVETTA – Sr. Presidente, companheiros da Mesa, Srs. Deputados, Sr. Governador, Mato Grosso vive em constante conflito, querendo entender por que tantas diferenças em tão pouco espaço. Vivemos em um Estado que simboliza e ostenta o título de maior produtor de soja, algodão e bovinos do Brasil, sendo também o segundo maior produtor de arroz, mas isso tudo aconteceu em prazo muito curto, puxado por esse fenômeno que chamamos de agronegócio. Para os leigos, parece ser uma atividade antiga, mas não é, trata-se de uma atividade que não tem mais de 12 anos de idade.

O agronegócio é uma atividade que nasceu no Brasil à margem do Estado, desassistido principalmente na Região do Centro-Oeste, em especial no Mato Grosso, e ainda assim prosperou e surpreendeu o Estado e a sociedade.

Não recebemos do Estado sequer a conservação das estradas e dos eixos estruturantes necessários para fazer o escoamento das sucessivas grandes safras que colhemos no Estado do Mato Grosso ao longo desses 12 anos de agronegócio.

No entanto, essa atividade que salvou a economia nacional e representa um seguro para a economia do País – responsável pelos sucessivos superávits na balança comercial, sustentando o equilíbrio das contas públicas e contendo a inflação – vive momentos difíceis e de incerteza, em razão de alguns fatores pontuais, dentre eles a epidemia sanitária chamada “ferrugem”, que chegou há três anos no Brasil e atingiu nossa produção, demandando, já no primeiro ano em que foi identificada, aplicações de fungicidas que custavam 30 dólares. Este ano, foram necessárias três e até quatro aplicações desses fungicidas em determinados lugares.

A burocracia oficial é tanta que as multinacionais têm a garantia de explorar sozinhas o mercado dos fungicidas, obrigando os produtores a comprarem esses produtos de grandes grupos, restringindo-lhes o acesso aos genéricos, o que baratearia custos. Tal fato praticamente inviabilizou a produção.

O lucro da atividade – e isso vale para os goianos e demais produtores do Centro-Oeste – está sendo consumido pela compra de fungicidas para três ou quatro aplicações por ano, cujo preço da unidade chega a 80 dólares.

Não bastassem esses problemas, a infra-estrutura de transporte no Estado é caríssima. O custo de escoamento da produção do Estado do Mato Grosso, em média, é de 75 dólares por tonelada. A média histórica apontava para a cifra de 45 dólares; hoje, são mais 35 dólares, em razão da combinação de outros dois fatores: a cotação baixa do dólar e o preço estratosféricamente alto do petróleo.

Digo isso porque, realmente, o nosso País tem olhado muito pouco para o seu interior. E falo exatamente do Centro-Oeste brasileiro, hoje palco e vitrine dessa atividade que salvou a economia do País. Foi no Centro-Oeste onde mais se produziu. Lá ainda é o grande cenário do agronegócio brasileiro. Lá está o futuro da atividade que é a vocação maior do Brasil.

Sr. Presidente, a iniciativa de se recriar a SUDECO é louvável. Queremos deixar aqui registrada nossa contribuição, apresentando algumas preocupações.

O agronegócio avançou e fez muito bem ao País, como disse, em que pese a desatenção do Governo. O Governo e a sociedade foram surpreendidos pelo agronegócio. O trabalho está aí, foi a sociedade civil a responsável por esse sucesso. Nem por isso o Estado do Mato Grosso resolveu seus problemas estruturais. As

regiões pobres continuam do mesmo jeito, as regiões menos favorecidas continuam demandando ações de desenvolvimento. Acredito que em Goiás e em outros Estados do Centro-Oeste ocorra o mesmo.

Temos diferenças regionais que precisam ser corrigidas. As regiões ricas em recursos naturais foram colonizadas na década de 70, mas hoje estão pálidas. Essas áreas foram colonizadas por homens de visão de curto prazo, vasta extensão que serviu ao garimpo e à extração de madeira que hoje exige uma ação estratégica do Estado, planejamento e construção de arranjos produtivos inteligentes, com reorganização da cadeia produtiva.

Precisamos criar mecanismos de desenvolvimento para alavancar essas regiões. Por vezes até dispomos desses mecanismos, mas, ao mesmo tempo, não os temos utilizado. Depois explicarei melhor esse ponto.

As regiões pobres, os cerrados do Centro-Oeste, que nada tinham a oferecer, que eram solos inóspitos, foram colonizados pelos homens e mulheres com vocação para plantar, que tiveram visão de médio e longo prazos, acreditando que, se plantassem, haveriam de colher. Hoje essas regiões estão em franco desenvolvimento ou desenvolvidas, porque contaram com investimento e trabalho.

O que era naturalmente rico ficou pobre, mercê da ação depredatória do homem. Por outro lado, o solo que era pobre transformou-se em riqueza, também por ação do homem. A área em que havia apenas árvores retorcidas foi enriquecida com a fertilização dos solos e a exploração racional e pródiga do agronegócio.

Precisamos fazer com que um instrumento precioso de que dispomos cumpra a sua função. Apesar de pouco tempo à frente da Secretaria de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso – sou produtor há 22 anos no Mato Grosso, há apenas 4 meses sou Secretário de Estado –, já consigo perceber que o FCO não cumpre sua função. E assim não faz porque o agente repassador dos recursos, o Banco do Brasil, tem dificuldades estruturais enormes. O que ouço dizerem lá, nos 140 Municípios de Mato Grosso, uma queixa invariável, quase regra, é que o Banco do Brasil não dispõe de funcionários e tem dificuldades em quase todos os Municípios para atender as pequenas demandas, as demandas locais.

O nosso sistema financeiro é muito eficiente. Ao longo dos últimos anos se consolidou e desenvolveu a ponto de ser considerado o mais evoluído do mundo, inclusive penso que assim tenha sido rotulado em razão da facilidade que tem de conquistar e transferir renda de outros setores para si. O nosso sistema financeiro tem a mania de financiar quem não precisa.

E o Banco do Brasil não é diferente. Quem não precisa tem facilidade enorme em conseguir financiamento a qualquer tempo. Quem realmente precisa dificilmente consegue.

Penso que a SUDECO deva ser um começo para a boa aplicação do FCO. Não quero dizer que os recursos vêm sendo aplicados sem critérios, mas sim que o FCO deve cumprir seu papel de diminuir as diferenças regionais; abrir oportunidades para pessoas que não conseguem conquistar sua cidadania; gerar desenvolvimento para as regiões mais pobres. Creio serem estas as funções maiores do FCO, mas até hoje esse fenômeno não ocorreu, pelo menos no Mato Grosso esses objetivos não foram alcançados.

O FCO insiste em financiar atividades que se desenvolvem por si só, a exemplo do que ocorre com a soja, a qual o mundo inteiro quer financiar, cultura para a qual não há dificuldade em se obter financiamento externo, ainda que mais caro.

Registro, então, a sugestão de que o FCO seja comandado por uma instituição que dê destinação diferente aos recursos, no sentido de que sua aplicação crie mecanismos para mudar o perfil econômico da Região Centro-Oeste, a exemplo do que ocorreu recentemente com a linha de crédito MODERFROTA, do BNDES, que revolucionou a agricultura brasileira.

Outro aspecto que nos preocupa é a existência de incentivos, pois já vivemos a experiência frustrada da SUDAM. Onde há incentivo, há também muita burocracia; onde há burocracia, geralmente há corrupção, então é preciso uma atenção muito especial para formatar isso, para não correremos o risco de novamente criar algo que tenha qualquer similitude com a SUDAM. Isso a sociedade não aceita mais. Eu, na qualidade de brasileiro, tenho até receio de criar algo que seja parecido como o órgão que existiu no passado. É importante dizer que se vamos ter incentivo, temos de ter incentivo para todos, não para uma minoria. Quando se fala em incentivo, é preciso ter ciência de que o País não pode destinar incentivos para todos. Sou a favor de que haja recursos para incentivar a produção, mas esses recursos têm de voltar para o fundo, qualquer que seja ele. É preciso ter recursos com custos e juros compatíveis com as atividades, com linhas de financiamento compatíveis com suas atividades, dependendo do perfil, dependendo da atividade que o conselho do fundo definir. Incentivo é muito perigoso. Tem de haver muito critério, porque toda a política que propõe incentivo vem acompanhada de um arsenal burocrático que sugere confusão.

Quero deixar um alerta porque não podemos produzir nada de parecido com a SUDAM. A sociedade não pode, em tempos modernos, na era de quebra

de paradigmas, voltar a produzir instrumentos e desenvolvimento para privilegiar pessoas ou grupos ou criar possibilidade de privilégios, de negociatas como já vimos no passado. É essa a nossa contribuição. Somos favoráveis, queremos participar de discussões mais enfocadas.

Queremos parabenizar os Srs. Deputados que se mobilizaram para fazer esse trabalho.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil)

– Muito obrigado, Sr. Secretário, pela contribuição e pelo apoio que dá a essa iniciativa. Agradeço a V.Exa. também o zelo com o trabalho. Que ele seja produtivo, voltado para dar retorno social, que está na tese da geração de uma superintendência de desenvolvimento sustentável. Sua exposição incorporou esse conteúdo de maneira muito apropriada.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Miguel Antônio Marcon, da Assessoria de Política Econômica do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

SR. MIGUEL ANTÔNIO MARCON – Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar o Governador do Estado de Goiás, Sr. Marconi Perillo, o Presidente desta Comissão, Deputado Carlos Abicalil, o Sr. Relator, Deputado Sandro Mabel, demais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes.

O Governo de Mato Grosso do Sul apóia integralmente a iniciativa da reconstrução e recriação da SUDECO desde o seu início. O Presidente Lula muito se engajou no processo de fazer com que a SUDECO fosse recriada, enviando essa proposta. Parabenizo a Comissão por esse trabalho, principalmente pela oportunidade que deu para que o assunto fosse debatido em todos os Estados e no Distrito Federal, pelas lideranças locais e pessoas interessadas.

Relativamente ao texto do PLP 184 – nós fizemos algumas sugestões –, gostaríamos de traçar um paralelo e dizer que estamos na iminência da votação da reforma tributária, que pode mexer profundamente nos destinos do Centro Oeste. Os benefícios fiscais que vêm ao longo do tempo sustentando o desenvolvimento e a agregação de valor aos produtos não mais poderão ser exercidos, o que poderá provocar o desaquecimento do desenvolvimento da região. É importante que se diga isso porque a SUDECO poderá ter de fazer cumprir algo que possa compensar a impossibilidade de o Estado atrair investimentos através da desoneração do ICMS.

Tão importante quanto a aplicação no financiamento e a atração de investimentos é a questão estrutural, muito relevante, especialmente nas regiões de fronteira e nas do Pantanal. Seria necessário dar especial atenção a esse ponto. Primamos pela auto-

nomia da SUDECO e também, repetindo as palavras do representante do Mato Grosso, nos preocupa muito a concentração no Banco do Brasil para operar os recursos. É preciso haver democratização para que as agências de fomento possam participar de alguma forma, porque elas é que estão no interior, mais próximas dos tomadores e de suas necessidades.

Por último, quero colocar o Estado à disposição para dar as necessárias contribuições. Vamos torcer para conseguir aprovar esse relatório e para que a SUDECO possa resultar em benefício para a Região.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil)

– Muito obrigado, Sr. Miguel, por sua manifestação. Muito provavelmente, no caso do Pantanal, a região será contemplada já na introdução do relatório e quando mencionado o Cerrado – no art. 3º, inciso XI. Evidentemente, também tem procedência a contribuição que V.Sa. trouxe para o debate de hoje.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Afrânio Roberto de Souza Filho, Secretário de Estado da Agência do Desenvolvimento Econômico do GDF, representando o Governador do Distrito Federal.

SR. AFRÂNIO ROBERTO DE SOUZA FILHO

– Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Carlos Abicalil, o Governador de Goiás, Marconi Perillo, o Sr. Relator, Deputado Sandro Mabel, os colegas representantes dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, os Srs. Deputados do Distrito Federal Arruda e Tatico e os demais Deputados presentes.

Há mais de 2 anos minha participação nessa matéria ocorre através do Ministério de Integração Nacional, na época com o Dr. Alexandre. Certa vez, debatemos todos esses assuntos, que foram encampados com toda a força pelo Dr. Athos. Diversas vezes conversamos com o Relator, que é um grande desenvolvimentista e vem sempre contribuindo com o Centro-Oeste, desde a época da PEC nº 175. S.Exa. tem a grande capacidade de promover o desenvolvimento mais rápido da região. Por ocasião da Lei Kandir, nós, do Centro-Oeste, conseguimos bloquear na última hora aquilo que era praticamente o enterro do nosso desenvolvimento.

Lembro-me desses fatos porque estamos prestes a ter outra reforma tributária. Os prazos que estão sendo dados para o processo transitório dos incentivos fiscais e financeiros poderiam ser ampliados. Basta haver junção desse mecanismo do Centro-Oeste com o Norte e o Nordeste. Devido a uma política de desenvolvimento econômico para essas Regiões, mecanismos de incentivos fiscais são usados, para que possam competir com os Estados do Sul e do Sudeste.

O Governador Marconi disse claramente quais são as nossas necessidades, para que sejam incluídas neste relatório, que atende muito bem ao Distrito Federal.

Como sugestão, eu gostaria de destacar a mudança devida à renda *per capita* do Distrito Federal, visto que ela elevaria demais a renda *per capita* do Centro Oeste – o que foi bem lembrado pelo Relator –, e chegaria muito próximo a 80%, ou ao das Regiões Sul e Sudeste. Poderia ter sido buscado outro índice. Aí se buscaria o desenvolvimento industrial dessa Região.

Outra sugestão para se colocar no texto é a criação de um banco oficial regional, que estamos criando dentro do Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste, com muita dificuldade de autonomia. Com isso, criaríamos uma brecha. Até mesmo o BRB poderia operar como agente financeiro. Temos o BRB, que poderia muito bem pegar uma fatia, pelo menos para o pequeno e o microprodutores. O FCO poderia ser canalizado por esse caminho, para atender a RID e outros, para não ficar só com o banco. Ou seja fica só o Banco do Brasil ou o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que foi criado. Se houvesse um banco regional, o próprio projeto de lei contemplaria o nosso banco.

O Governador Marconi falou 6 vezes sobre a questão logística. Acho que temos de lembrar da posição geográfica do Centro-Oeste, a função central, principalmente de Goiás e do Distrito Federal, onde haveria a logística, aproveitando o que há de riqueza e de infra-estrutura, como o segundo maior aeroporto do País, em quantidade de pouso e decolagem e toda a sua estrutura. A Região é o segundo pólo de distribuição do setor de autopeças, o primeiro do setor de medicamentos. Poderíamos dar um pouco mais de ênfase a essa área logística, que é a vocação natural do Distrito Federal.

O Governador de Goiás falou várias vezes sobre a logística e a parte estrutural, pois temos rodovias, ferrovias, portos secos em todas as regiões, que poderiam ser usadas.

Por último, vamos buscar a transição entre reforma tributária e os recursos aplicados como instrumento de desenvolvimento, que é o único mecanismo que já tínhamos. Mas os Estados estão perdendo. É o único imposto que os Estados tinham para administrar, mas, com o texto que está sendo apresentado, eles perderão a autonomia para administrar o que tinham como ferramenta, como mecanismo para fazer o desenvolvimento. São essas as minha considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, Sr. Afrânio, Secretário da Agência do Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário do Desenvolvimento do Centro-Oeste, Sr. Athos Magno Costa e Silva.

O SR. ATHOS MAGNO COSTA E SIVA – Sr. Presidente, Deputado Carlos Abicalil, Sr. Relator, Deputado Sandro Mabel, Governador Marconi Perillo, ilustres representantes dos Governadores de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, senhoras e senhores, trago os cumprimentos do Ministro Ciro Gomes, cuja determinação é para que o Ministério da Integração Nacional se empenhe decididamente na criação da SUDECO.

Parabenizo a Comissão pelo belíssimo trabalho realizado. A Comissão é altamente qualificada política, teórica e moralmente. O Centro-Oeste só tem a agradecer pelo trabalho que V.Exas. estão desenvolvendo, que vem coroar o trabalho iniciado pelo Dr. Alexandre César, aqui presente, meu antecessor na Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Alguém me perguntou por que a SUDECO está demorando tanto para surgir. Porque ela não quer surgir de cima para baixo. Desde 2003, está-se ouvindo a sociedade. Mais uma vez, damos essa demonstração. Na minuta apresentada por V.Exas. deve haver sintonia com a sociedade. Além de estar sendo criada de baixo para cima, há a preocupação de estar em sintonia com o Centro-Oeste.

A SUDECO nascerá muito forte politicamente. Os Governadores Marconi Perillo, Blairo Maggi, Zeca do PT e Joaquim Roriz são os grandes líderes dessa criação. Ainda não tive a oportunidade de estar com o Governador Joaquim Roriz, mas estive com os outros três e vi o empenho de S.Exas. Estivemos também nas Assembléias Legislativas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e vimos diversos Deputados e Deputadas empenhadas. Cito o Senador Jonas Pinheiro, Líder da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, que também está muito empenhado, juntamente com V.Exas., assim como o empresariado do Centro-Oeste. Tive reuniões com o empresariado do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Goiás e do Distrito Federal e vi todos empenhados e unidos na criação da SUDECO, bem como as federações de trabalhadores desses Estados. A SUDECO será criada com força política, o que é o mais importante. Se isso ocorrer, ela terá também recursos.

Tratarei diretamente do ponto alto dessa minuta apresentada, para não perder tempo. Em primeiro lugar, quero incorporar à SUDECO os fundos regionais. Há milhões de reais dispersos em fundos no Centro-Oeste. A Comissão está preocupada em reunir esses fundos. Na SUDECO, isso constituirá uma grande força

em termos de recursos econômicos. Esse é um dos pontos altos dessa relatoria.

O segundo ponto é a questão dos incentivos fiscais e financeiros, já cobrados pelo Governador Marconi Perillo, por outros Governadores e pelo empresariado. Só queria acrescentar o que o Governador Marconi Perillo já acrescentou, ou seja, a questão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. As senhoras e os senhores lembram-se bem desse fundo. Dois por cento do Imposto de Renda e da arrecadação com produtos industrializados foram direcionados, na proposta de reforma tributária, para as regiões, mas depois esses fundos foram prometidos para os Governadores. Se eles forem para os Governos de cada Estado e não da Região, será uma diferença enorme.

Conforme o Ministro Ciro Gomes disse, desses 2% para a Região, caberiam 900 milhões de reais para o Centro-Oeste. Em 10 anos, seriam 9 bilhões de reais. Isso resolveria o problema de infra-estrutura no Centro-Oeste. Se forem para os Governos estaduais, premidos pelas dificuldades do momento, dispersarão esses recursos. Está na hora de o Congresso Nacional lutar para recuperar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional para as Regiões e não para os Governos estaduais. Salvo engano de minha parte, isso não foi incluído na minuta.

A questão central que gostaria de abordar, já que estamos praticamente de acordo com esse relatório, é como aprová-lo, viabilizá-lo. Não tenho a menor dúvida de que existe um preconceito contra o Centro-Oeste. Dizem que ele é difuso, complexo, mas existe. O Centro-Oeste é visto como rico por parte do Brasil. O centro-sul acha que o Centro-Oeste não precisa de recursos, porque já é rico. O Norte e o Nordeste acham que precisam de mais recursos do que nós. Então, não somos Sudeste nem Sul, Nordeste nem Norte. Estamos no meio, imprensados, o que se torna um complicador. Esse preconceito contra o Centro-Oeste deve existir no Congresso Nacional e existe no Governo Federal, do qual faço parte.

O mais difícil não é chegar a um acordo sobre isso. Creio que avançamos demais graças ao trabalho de V.Exas., do Dr. Alexandre César e modestamente da Secretaria que neste momento represento. Como garantir isso? O Congresso Nacional aprova esse texto? Acredito que sim. Ele será vetado ou não? Desde já, na condição de membro do Governo Federal, comprometo-me integralmente a lutar, ao lado do Congresso Nacional, para que viabilizemos essa proposta importante para o Centro-Oeste e para o Brasil.

As Sras. e os Srs. Deputados sabem melhor do que eu como trabalhar, mas sugiro uma aliança entre Centro-Oeste, Norte e Nordeste para aprovarmos

aqui essa matéria em termos nacionais. Devemos conquistar o apoio de Senadores e Deputados do Sul e do Sudeste para discutir com o Governo Federal. O item dos incentivos fiscais e financeiros será difícil de ser aprovado. Não podemos admitir tratamento desigual com relação ao Norte e Nordeste. Por que essas regiões podem ter incentivos fiscais e financeiros e o Centro-Oeste não? O Centro-Oeste é pujante, mas tem grandes problemas sociais.

O Mato Grosso é o terceiro Estado do Brasil com maior desigualdade social, só perdendo para Minas Gerais, que só perde para Alagoas, conforme atesta estudos recentes. Há desigualdades intra-regionais. Em Mato Grosso, Cuiabá, Rondonópolis, Várzea Grande e Sorriso são as cidades mais ricas, mas a baixada cuiabana e o norte do Araguaia são regiões pobres. Em Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá são as cidades mais ricas, mas o cone sul do Estado é pobre. Em Goiás, Goiânia, Anápolis, Rio Verde e Jataí são cidades ricas, mas o nordeste do Estado é muito pobre, inclusive com desigualdades intra-regionais seriíssimas. No Mato Grosso, no Brasil e no mundo inteiro há problemas ambientais gravíssimos.

É simplório dizer que o Centro-Oeste é rico e não precisa da intervenção do Governo Federal. Governo e Oposição não podem formar uma polarização simplista. Precisamos unir o Centro-Oeste e lutar pela nossa afirmação. Ao mesmo tempo, como somos minoritários no cenário nacional, temos de buscar o apoio das demais regiões e discutir uma posição de força, o que é justo, com o Governo Federal, para que as nossas reivindicações aprovadas aqui não sejam vetadas. O Centro-Oeste quer apenas um desenvolvimento econômico e social equilibrado.

Em relação à questão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, concordo com o Secretário Otaviano no sentido de que é preciso melhorar, mas há que se fazer uma diferenciação. Uma coisa é a política de aplicação do FCO e outra é sua operacionalização. Até 2003, 85% do FCO iam para médios e grandes tomadores. Com a orientação do Ministro Ciro Gomes, que foi prontamente aprovada pelo Conselho do Fundo do Centro-Oeste, sob a Presidência do Dr. Alexandre César, 51% dos recursos do FCO devem ir para os micro, mini e pequenos produtores rurais. O Banco do Brasil não pode passar por cima disso. Portanto, há uma preocupação social na aplicação do FCO.

O Ministério da Integração Nacional, neste momento, além dessa questão dos 51%, está estudando subordinar o FCO a uma função social que o Secretário está querendo, ou seja, as regiões mais pobres

terão maior facilidade para captação dos recursos desse fundo comparativamente às regiões mais ricas. Há uma preocupação com relação a isso no Ministério e por parte dos Governos do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Dou um depoimento em favor do Banco do Brasil: tem sido, até o momento, um banco muito aberto a discussões, inclusive ouvindo críticas. Não é verdade que outro banco tenha maior capilaridade que o Banco do Brasil. No Centro-Oeste, o Banco do Brasil é o que tem maior capilaridade. No Brasil, se o compararmos com o BASA e o Banco do Nordeste, a diferença será brutal. O Banco do Brasil é o que está mais próximo do produtor. A inadimplência no Banco do Nordeste é de cerca de 40%; no BASA, 20%; no Banco do Brasil, 2%.

A questão do Banco do Brasil envolve os bancos brasileiros, que não têm uma visão desenvolvimentista. Os critérios são muito financeiros. Esse é o grande problema a ser discutido. Essa posição do Banco do Brasil é problemática. Devemos aprofundar essa discussão. Estamos abertos. Inclusive, fazemos parceria com o Banco e com os governos. O Conselho do FCO conta com a participação do Banco e de cada Governo.

Sr. Presidente, parabéns pelo trabalho! Parabéns, Dr. Alexandre César! O Ministério da Integração Nacional e o Ministro Ciro Gomes estão empenhados em criar a aprovação da SUDECO, que deve estar blindada contra a corrupção, colada às necessidades do Centro-Oeste, politicamente forte, sem sectarismos partidários, analisando a região, as forças políticas e, ao mesmo tempo, com recursos. Por isso consideramos fundamentais incentivos fiscais e financeiros e esse projeto de desenvolvimento regional, que está nas mãos do Congresso Nacional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, Secretário. Ainda há 4 Parlamentares inscritos. Obedeceremos à ordem de inscrição.

O Governador Marconi Perillo já está atrasado para um compromisso previamente assumido. S.Exa. pode ficar à vontade, em função da agenda que tem. Agradeço a presença ao Governador, que não só trouxe imensa contribuição, mas muito entusiasmo para que nosso trabalho conjunto seja levado adiante com o êxito que a Região merece e a população, que reside no quinhão das 4 unidades federadas do Centro-Oeste, necessita.

Muito obrigado, Governador Marconi Perillo.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Canedo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO – Cumprimento o Sr. Presidente, o Sr. Relator, as Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Governador Marconi Perillo, os se-

cretários representantes dos Governadores de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal e o querido amigo Athos Magno, Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Fiz questão de insistir com o Governador Marconi Perillo para que aguardasse um pouco, porque, sabedores da presença de V.Exa. nesta Comissão, sou portador dos cumprimentos de vários Parlamentares, Deputados Federais e Senadores, de diversos Estados brasileiros, pela decisão de ontem do Tribunal Superior Eleitoral. O placar – 5 votos a 2 – faz parecer que 2 Srs. Ministros entenderam haver irregularidades na vitória que V.Exa. obteve em Goiás nas eleições de 2002, mas ele também lembra o dia 29 de junho de 1958, quando o Brasil goleou a Suécia e ganhou o primeiro campeonato. O País todo comemorou. Então, vários Parlamentares incumbiram-me de cumprimentar V.Exa. O TSE simplesmente fez justiça, pelo absurdo da acusação. Assim, transmito os cumprimentos a V.Exa.

À pág. 8, § 3º, inciso VI, art. 2º, refere-se à questão do Banco do Brasil. Faço minhas as palavras daqueles que me antecederam quando fizeram menção ao fato de retirar o monopólio da instituição quanto à gestão do FCO.

Nos próximos dias usarei a tribuna da Câmara dos Deputados, no período destinado ao Grande Expediente, para expor os investimentos do FCO e os financiamentos que deixaram de ser realizados em Goiás, mas que o foram em outros Estados, além de empresas e indústrias que foram para outros Estados em vez de Goiás simplesmente porque o Banco do Brasil demorou entre 9 meses e um ano, pedia documentos, enfim, gastou-se muito. E essa burocracia dos técnicos do Banco nos faz querer retirar esse monopólio.

Hoje temos apenas um banco público no Centro-Oeste, o Banco de Brasília, que não possui agências em todos os lugares, mas que tem intenção – já conversei a respeito com o Deputado Tadeu Filippelli, hoje no cargo de Secretário de Desenvolvimento do Distrito Federal, que tem trabalho nesse sentido –, caso seja aquinhoado, de abrir agências em Campo Grande e Cuiabá, uma vez que já as tem em Anápolis e Goiânia. Hoje são repassados ao Banco de Brasília, se não me engano, apenas 5 milhões de reais para que ele aceite e julgue pedidos de financiamento.

Ouvi atentamente as palavras do Secretário Athos Magno, e essa luta é de todos nós. Precisamos desburocratizar isso.

Sr. Presidente, houve um caso em que fui ao gerente do Banco do Brasil. Depois de 9 meses de documentos indo e vindo, de viabilidade, de garantias reais de investimento para um laboratório no parque farmacêutico da minha cidade de Anápolis, o gerente

me disse que, apesar de Brasília ter concordado, ele teve de dar a palavra final de que era contra o empréstimo de 3 milhões de reais em virtude de que o irmão do sobrinho de um sócio desse laboratório tinha feito a renegociação de um cartão de crédito de 8 mil reais, que se transformou em 45 mil reais e acabou saindo por 9 mil, isto é, com apenas mil reais de juros. Infelizmente, essa família não podia obter financiamento no Banco do Brasil. Se não fosse socorrida pelo Estado de Goiás, pelo banco de fomento de Goiás, o laboratório teria fechado suas portas.

Esses casos fogem da grandiosidade do que estamos tratando. É preciso estudá-los. Está aí o Secretário, que tem competência e já demonstrou muito boa vontade. Ou o Banco do Brasil se enquadra, ou vamos ver balanços do Banco do Brasil nos jornais brasileiros apontando alta lucratividade, porque ele devolve muito do FCO para o orçamento seguinte, mas mantém o recurso como lastro para suas operações. Isso nós precisamos verificar.

Meus cumprimentos ao Presidente e ao Relator pelo excelente trabalho que vêm fazendo. Agradeço aos expositores a presença.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, meu caro Deputado Pedro Canedo.

O próximo inscrito é o Deputado Barbosa Neto, que não se encontra presente.

O seguinte seria o Deputado Carlos Alberto, que também não se encontra.

Tem a palavra o Deputado Enio Tatico.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Presidente, Sr. Secretário Afrânio Roberto, representante do Governo do Distrito Federal, demais autoridades presentes, percebemos que o ilustre Relator, nosso colega Sandro Mabel, fez o possível para atender neste projeto à vontade de todos os Estados brasileiros. Mesmo assim, percebemos que ainda existe, de parte de todos os envolvidos, uma expectativa maior. Espera-se muito mais do FCO e da SUDECO e que os repasses sejam feitos.

Penso da mesma forma que o colega que me antecedeu, o Deputado Pedro Canedo. Acho difícil fazer com que os recursos cheguem à mão de quem deles necessita. A burocracia é muito grande. Recebemos na Comissão de Turismo o Ministro Walfrido dos Mares Guia. Tentamos criar uma Subcomissão para acompanhar as linhas de empréstimo dos bancos voltadas para o turismo. É realmente muito complicada a situação.

Aproveito o ensejo da presença do representante do Governo do Distrito Federal, que ofereceu o BRB, para dizer que essa deveria ser uma oportunidade aberta, menos burocrática. Com certeza esse seria

mais um agente repassador, e com muita boa vontade para tentar atender os nossos anseios. O Banco do Brasil é um banco grande, por isso lá a operação não é tão fácil. Acho que uma opção seria colocar o BRB como parceiro do Banco do Brasil, ou mesmo como seu concorrente, já que não há competição por tarifas. A concorrência se verificaria na desburocratização.

Ficamos muito felizes em saber que, apesar de todos os repasses que não chegaram, e mesmo tendo sido retirados os incentivos fiscais do Estado de Goiás e outros, ainda assim têm sido muito bravos os Governadores. Como disse nosso Governador, o PIB de 17 bilhões da época em que ele assumiu é hoje de 39 bilhões. O Estado do Mato Grosso é o primeiro do País em rebanho bovino e em produção de arroz. Ou seja, somos os primeiros em muitas coisas, apesar de não termos todo o apoio desse órgão.

Espero que as alterações feitas pelo nosso Relator estejam à altura do anseio dos senhores. Estou bastante satisfeito de termos um Relator goiano.

Agradeço a todos a presença. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, meu caro Deputado Enio Tatico.

Tem a palavra a Deputada Neyde Aparecida.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Muito obrigada, meu caro Presidente. Meus cumprimentos, Deputado Sandro Mabel, Secretário Athos Magno e demais Secretários representantes dos Governadores Zeca do PT, de Mato Grosso do Sul, Blairo Maggi, de Mato Grosso, e Joaquim Roriz, do Distrito Federal. O Governador de Goiás, Marconi Perillo, já deu sua contribuição e teve de se retirar.

Acho que estamos vencendo um ciclo com esta audiência pública, se não me engano a última que programamos. Fizemos o que nos propusemos fazer. Como muito bem disse o Secretário Athos Magno, não queremos recriar a SUDECO de cima para baixo, sem ouvir a sociedade. Esta Comissão está de parabéns por ter debatido com todos os agentes envolvidos, empresários, trabalhadores, governantes da Região. Tenho certeza de que aprovaremos no relatório do Deputado Sandro Mabel a criação da SUDECO. E já estamos atrasados.

Também entendo que há um certo preconceito contra a Região Centro-Oeste. Costumamos ouvir que o Centro-Oeste não precisa de incentivos porque já está crescendo muito. Felizmente, o Centro-Oeste realmente cresce acima da média nacional, mas por isso mesmo necessitamos de incentivos, para continuar nos desenvolvendo.

Temos de nos preocupar com a forma desse financiamento e com a burocracia, que é muito grande. Não sei se é o caso de mudar de Banco do Brasil para

BRB, acho é que temos de lutar para que o Banco do Brasil atenda as demandas todas, para que perceba que precisa mudar a forma de trabalhar. O Banco do Brasil é que irá perder se não atender bem, se não desburocratizar, se não conseguir democratizar o acesso ao crédito. Os pequenos muitas vezes nem chegam até o Banco, ou, se chegam, são tratados de forma, digamos assim, preconceituosa. Em geral, os gerentes não querem correr o risco de perder o crédito que estão repassando, então, preferem contemplar os grandes, que podem oferecer boas garantias de pagamento, mas estes muitas vezes sequer precisam do crédito do Banco do Brasil, podem perfeitamente viver sem ele, como disse o Secretário de Mato Grosso. Os pequenos, aqueles que realmente necessitam do Banco, são obrigados a apresentar tanto papel, tanta garantia, que acabam ficando sem acesso ao crédito.

Temos de trabalhar para que o Banco do Brasil adeqüe seu sistema de trabalho à realidade e continue sendo um banco público nos moldes do que a população exige.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, minha cara companheira Deputada Neyde Aparecida.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma complementação, por questão de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO – Eu me referia não ao Banco do Brasil atual, e sim ao Banco do Brasil no Governo anterior, do qual eu fazia parte desde o primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – V.Exa. acaba corroborando a intervenção do Sr. Athos sobre a cultura financista na administração dos bancos brasileiros, até mesmo dos bancos públicos.

Por uma concessão especial, e tendo em vista que só damos uma oportunidade de réplica, vou conceder a palavra ao ex-Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Alexandre César.

Por favor, Secretário.

O SR. ALEXANDRE CÉSAR – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Carlos Abicalil. Cumprimento por intermédio de sua pessoa o Deputado Sandro Mabel, Relator do projeto, o Secretário Otaviano Pivetta, que representa o Estado de Mato Grosso, os representantes do Distrito Federal e do Mato Grosso do Sul, o Governador Marconi Perillo, de Goiás, ainda que S.Exa. já não esteja presente, e o Secretário Athos Magno Costa e Silva, da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional.

O Secretário Athos Magno nos sucede com brilhantismo na condução desse órgão do Governo Federal, fazendo com que o trabalho iniciado no princípio do Governo Lula solidifique-se nesta 10ª reunião pública de debates sobre projeto que se vai converter em lei e criar uma forte instituição para corrigir as desigualdades inter-regionais e intra-regionais da Região Centro-Oeste.

Vejo este momento como uma oportunidade ímpar. Depois de 5 tentativas no Governo anterior de projetos similares para a criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, as quais, na época, restaram infrutíferas, nós conseguimos, agora, na primeira tacada, emplacar o projeto discutido ainda na gestão em que fui Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, cuja configuração foi dada pelo conjunto do Governo Federal, por meio de um Grupo de Trabalho Interministerial. Agora o projeto chega à Câmara dos Deputados para ser aprimorado.

Trata-se de momento ímpar, que reflete a mobilização do Centro-Oeste brasileiro, sem sombra de dúvida uma novidade no cenário político desta Casa de leis e do Brasil. Nordeste e Norte sempre estiveram muito mobilizados na defesa dos seus interesses. O Centro-Oeste, com a criação da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, passou também a ocupar relevante espaço nesse segmento.

Por fim, o momento é de cumprimento da promessa do Presidente Lula de recriar a SUDECO, feita no Mato Grosso do Sul. Estamos aqui para concluir esse trabalho.

Portanto, sinto-me ainda mais satisfeito ao ver que a minuta substitutiva, em muitos pontos, se aproxima do projeto original submetido ao Grupo de Trabalho Interministerial: mantém o caráter autárquico, com autonomia administrativa e financeira, os incentivos fiscais e uma série de outros instrumentos que nós, a partir da Secretaria do Centro-Oeste, havíamos proposto, mas o preconceito – tenho que reconhecer – existente no interior do Governo Federal contra o Centro-Oeste talvez tenha acabado por limitar o projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

Vejo que o Congresso Nacional, em especial a Câmara dos Deputados, dá importante passo ao restituir ao projeto de lei esses elementos e garantir que eles estejam presentes na futura instituição.

Por fim, também faço coro com os que me antecederam no que diz respeito à questão relativa ao agente financeiro do FCO, sempre polêmica e que nós buscamos e ainda temos buscado enfrentar. Acho que temos aqui a oportunidade de fazer sugestões e indicar rumos.

O Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste está criado, mas não está instalado. A recriação da SUDECO pode ser a oportunidade – a depender, é claro, da reflexão das Sras. e dos Srs. Deputados – de juntarmos essas instituições e, de forma similar ao que faz o BNDES, instituímos no âmbito da SUDECO um instrumento que lhe permita, por meio de programas guarda-chuva, administrar os recursos do Fundo. Tal administração pode também ficar por conta de instituição que seria um embrião do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que seria então implementado. E o Banco do Brasil, assim como qualquer outro agente financeiro da região, poderia se utilizar desses recursos para financiar os seus clientes e a atividade produtiva da nossa região.

Contemplaríamos, assim, não só o Banco do Brasil, como hoje acontece em muitos casos, mas também o BRB, o BASA, os bancos privados e os bancos de crédito cooperativo, por meio das cooperativas de crédito, enfim, todos os que quisessem operar nessa área e fazer chegar os recursos subsidiados, que fomentam o desenvolvimento, à ponta, a quem realmente precisa, como muito bem enfatizou o Secretário Otaviano Pivetta.

Sugerimos, portanto, que aproveitemos o momento da recriação da SUDECO para garantir que o FCO possa cumprir efetiva e integralmente a sua função.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Sr. Alexandre César, somos nós que agradecemos a sua participação.

Concederei agora a palavra ao Relator, por 5 minutos, para a sua intervenção inicial, na qual S.Exa. vai apontar e indicar o que pode ser absorvido. Na sequência, haverá a réplica final dos participantes desta Mesa de debates.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores representantes dos Governos, a discussão aqui travada foi muito importante e há alguns pontos que me pareceram importantes e, a meu ver, devem ser ressaltados.

O representante do Mato Grosso apresentou uma dúvida, que não entendi bem, sobre a criação de incentivos fiscais. Há uma preocupação a esse respeito.

A criação de incentivos fiscais, no nosso modo de ver, será feita por uma lei. Essa é a forma certa de se proceder. Sinalizaremos, quando da criação da SUDECO, apenas com a possibilidade de se concederem incentivos fiscais, porque, se não fizermos isso, nunca

haverá essa possibilidade. E é essa sinalização que o Governo Federal não aceita.

Pretendemos fazer o mesmo que foi feito com relação à SUDAM e à SUDECO. Não estabelecemos as fontes dos incentivos, como eles serão nem outros detalhes, a não ser em algumas questões de fundo. Mas estabelecemos que poderão e deverão ser criados.

A criação de um bom tipo de incentivo fiscal dependerá da união do Centro-Oeste. A região, em especial Mato Grosso, de uma certa maneira desenvolveu-se baseada nos incentivos fiscais para a industrialização. Talvez para a agricultura não haja tantas formas de se concederem esses incentivos, porque eles já são dados por meio do crédito para compra de máquinas, da concessão de juros subsidiados e de outros programas. Mas para a indústria e o comércio isso é possível, e a região toda se desenvolveu graças a nesses incentivos.

Por isso, considero importante haver a possibilidade de se concederem incentivos fiscais.

Quanto ao FCO, o parágrafo único do art. 7º diz que *“em relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, compete ao Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste aprovar anualmente os programas de financiamento, observadas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, compatibilizando-os com as necessidades de desenvolvimento da região; avaliar os resultados obtidos; e determinar as medidas de ajuste necessárias ao cumprimento das novas diretrizes aprovadas”*. Trata-se do que o Governador de Goiás disse.

Nós precisamos fazer, Secretário Athos Magno, por meio do Fundo de Desenvolvimento e da SUDECO, com que se estreite e defina a política que regerá a aplicação do dinheiro do Fundo. Não podemos permitir que ele seja aplicado ao bel-prazer, por exemplo, do Banco do Brasil, que empresta para quem quer e até casa financiamentos – aplica metade por FCO e metade por crédito normal, por exemplo.

Essas coisas acontecem, não tenham dúvida, mas acho que, quando criarmos a obrigação de se fazer esse desenvolvimento acertando as diretrizes, fecharemos essa possibilidade e investiremos de modo cada vez mais correto. Isso, a meu ver, deve ser feito desde já, de modo que o agente financeiro do FCO não possa aplicar os recursos onde quiser. Devemos definir onde eles podem ser aplicados.

Há uma observação do Miguel, do Mato Grosso do Sul, sobre um problema para o qual já foi até dada a solução. Peço à Verônica que a anote. No art. 3º, inciso XIV, vamos incluir, depois de *“proteção ambiental do cerrado”*, a expressão *“e Pantanal”*. Assim nós criaremos a possibilidade de se fazerem algumas gestões

também com o Pantanal e resolveremos o problema do cerrado. Portanto, Miguel, nós atenderemos também às necessidades do Pantanal.

O Banco do Brasil foi uma preocupação de todos. Os Deputados Pedro Canedo e Enio Tatico, além da Deputada Neyde Aparecida, trataram do tema e apontaram a necessidade de desburocratizarmos um pouco mais a ação do Banco e de permitirmos que outras instituições de crédito contrate o FCO.

Vamos estudar uma forma de incluir no texto tais sugestões. Para isso, Verônica, temos que tomar o cuidado de determinar a criação de um regulamento ou algo parecido, porque eu não sei como as cooperativas de crédito conseguiriam contratar esse dinheiro oficial e prestar contas dele. Eu não sei bem como poderia funcionar isso, mas acho interessante a visão do representante de Brasília, Dr. Afrânio, que mostrou a possibilidade de o BRB também contratar uma parte desses recursos.

Mas o mais importante é haver consenso com relação à aplicação dos recursos do Fundo, porque, se isso não existir, eles serão cada vez mais pulverizados e cada agente financeiro estabelecerá a sua prioridade. Vamos trabalhar o tema e tomar por base a forma de agir de algumas agências de desenvolvimento.

O Sr. Alexandre César disse que talvez uma possibilidade de se resolver a questão fosse criarmos neste momento e fazer com que começasse a operar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Nós já avaliamos, Sr. Alexandre, que, se fizermos isso, teremos muitos problemas com relação à criação da SUDECO. Se elaborarmos um programa tão complexo, certamente não conseguiremos aprová-lo. Por isso é que demos o comando para que o Banco, funcionando, passe a ser o operador dos recursos do Fundo. A existência de recursos da ordem de 1, 2, 3 bilhões por ano justificaria a criação de um banco, por menor que fosse, para operar tal volume de verbas.

Nós quisemos sinalizar com a criação do banco para depois, no momento oportuno, viabilizá-la. Mas o Ministério da Fazenda é totalmente contra qualquer abertura de instituição financeira – nem banco de praça eles andam querendo deixar colocar, para não abrir precedente.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO – Deputado Sandro Mabel, o Banco de Brasília já está trabalhando. Já foram homologados 5 milhões de reais. É muito pouco. Ainda não operou nada. A palavra final é do BRB. Mas só que 5 milhões...

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Vamos deixar isso um pouco mais aberto. Eu acho que se fecharmos demais isso para o Banco do Brasil ficará até parecendo que somos acionistas do Banco.

Essa preocupação, que é também da Deputada Neyde Aparecida, do Deputado Enio Tatico e do Deputado Pedro Canedo, é bem pertinente e nós vamos atendê-la e tentar melhorar o resultado.

Vamos deixar sinalizada a criação do Banco do Centro-Oeste.

Vamos atender também à sugestão de Brasília no que diz respeito aos bancos regionais.

Temos que alterar esse índice do PIB – ouviu, Verônica? O do Centro-Oeste é 79,6% da renda. Então, com um pouquinho, vamos sair disso. Ou subimos esse valor, ou escolhemos outro índice. Eu acho melhor a segunda opção, caso contrário, vamos mostrar que não precisamos da SUDECO nem de incentivos. Temos que nos libertar desse índice. Nós o deixamos porque não tínhamos encontrado alternativa melhor, mas temos que encontrá-la.

O Governador e o Secretário Athos Magno falaram sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Temos que ter cuidado, porque esse Fundo está sendo criado para ser aplicado por Estado. Haverá inclusive a possibilidade de o Estado colocar dinheiro dele nesse Fundo. Ele tem por objetivo atender à necessidade de infra-estrutura, mas na visão estadual, uma vez que se vai ficar sem os incentivos fiscais, para atrair algum tipo de investimento, criando uma política de galpões industriais, de estradas para a agricultura ou algo do gênero. Cada Estado tem uma necessidade diferente. Eu acho que vamos engessar o Estado se incluirmos esse Fundo aqui. Vamos conversar com os representantes dos Estados para entender até que ponto pode ser interessante a inclusão do Fundo no projeto. De qualquer forma, não temos como inseri-lo, porque ele não existe, ainda não foi votado.

No art. 11, inciso VI, o Fundo poderia ser abrigado, pois o texto fala em “*outros instrumentos legais*”. Quando ele for criado, poderá ser incluído aí. Nós não sabemos se vai ser criado primeiro o fundo ou a SUDECO.

O SR. ATHOS MAGNO COSTA E SILVA – Deputado, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Pois não, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Secretário Athos, sugiro que permitamos ao Deputado Sandro Mabel concluir sua intervenção. Depois, no tempo que está assegurado a todos os membros da Mesa, poderão ser feitos os apartes finais.

O SR. ATHOS MAGNO COSTA E SILVA – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – O Governador abordou outro ponto, que, a meu ver, todos temos que analisar.

Aliás, Verônica, eu até fiquei com o material de S.Exa., para que possamos citar no parecer alguns dados sobre a discriminação que o Centro-Oeste sofreu nos últimos anos como forma de justificar a necessidade da criação desses incentivos.

E, para finalizar, parablenzo tanto o Alexandre Cézar, que começou o processo, quanto do Secretário Athos Magno, que tem feito excelente trabalho para podermos prosseguir com essas proposições.

Agradeço aos representantes de Governo que participaram desta audiência. Os senhores podem levar cópias do relatório e propor sugestões durante esta semana, e, na próxima, poderão devolvê-lo. Vamos, depois disso, concluí-lo e colocá-lo em votação

A disposição do Secretário Athos Magno em nos ajudar a aprová-lo vai ser muito importante. A maioria do membros da Comissão é favorável ao relatório. Vamos ter de encontrar quem vai pôr o guiso no gato. Na hora de termos de contar que vai haver incentivos fiscais e outras coisas. Tenho certeza de que a própria necessidade da região irá fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, meu caro Deputado Sandro Mabel.

Concederei a palavra aos oradores na mesma ordem anterior; por isso fica ressalvada a inscrição prévia do Secretário Athos, inclusive até, se for o caso, para reconsiderar algumas das réplicas que o prece-derem.

Com a palavra o Secretário Otaviano Olavo Pivetta.

O SR. OTAVIANO OLAVO PIVETTA – Gostaria apenas de ratificar as sugestões apresentadas pelo companheiro mato-grossense, ex-presidente, ex-superintendente e atual Secretário de Desenvolvimento sobre a questão mais relacionada aos agentes financeiros. Quando dizemos que o Brasil não tem sido o agente que queremos que seja, não é no sentido de fazer uma crítica leviana, mas porque o Banco do Brasil tem o monopólio disso. Não vi até hoje nenhum monopólio funcionar bem, gerar ou ser eficiente naquilo a que se propõe. Todos, sem exceção, podem produzir mais se tiverem concorrência.

A sugestão que queria deixar, Sr. Presidente – e conversei há pouco com o Governador sobre isso – é que, primeiro, ao que tudo indica, estamos criando a SUDECO, e o que temos de palpável para administrá-la a curto prazo é o FCO. Portanto, temos de dar uma boa direção ao FCO. Só aí já se justifica isso. A SUDECO, tendo as rédeas, o comando do FCO, e dando uma boa destinação para o FCO, só isso já justifica a existência da SUDECO como instituição enxuta. Desde já dá essa prerrogativa para a SUDECO.

Gostaria que o nobre Relator ouvisse nossa sugestão referente ao art. 11, § 3º da minuta.

Art. 11.....
.....

§ 3º. Os recursos destinados ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste e para aplicação em programas de financiamento do seu setor produtivo serão realizados pelo Banco do Brasil (...)

Serão realizados para quê? para a pagar o resto?! Serão realizados por agentes financeiros credenciados pela SUDECO? Seja qual for o agente financeiro, aqui está o Banco do Brasil. Já está carimbado aqui: Banco do Brasil ou banco tal.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – É exatamente aí onde pretendo fazer uma mudança. Vamos abrir essa história do Banco do Brasil. Fizemos num primeiro momento uma minuta exatamente para discussão. Vamos abrir para as cooperativas, vamos ver o que é possível fazer.

O SR. OTAVIANO OLAVO PIVETTA – Banco de fomento, por exemplo.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Mas não temos, não é?

O SR. OTAVIANO OLAVO PIVETTA – O que se pensa lá no interior do Brasil – aqui já está mais perto do litoral, mesmo longe da praia – é que a PREVI tem uma grande influência sobre isso tudo. É a impressão que temos lá. Ou seja, a PREVI tem grande influência sobre isso tudo. Há algum tempo, na época do Governo Fernando Henrique...

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Não entendo. Por que a PREVI?

O SR. OTAVIANO OLAVO PIVETTA – Deixe-me concluir meu comentário.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sim.

O SR. OTAVIANO OLAVO PIVETTA – Nós achamos isso. Há algum tempo, quando houve o episódio do rombo de 8 bilhões de reais no caixa do Banco do Brasil, a sociedade foi chamada a contribuir e pagar aquilo. Passou a ser um banco financista e preocupado com o resultado e tudo o mais.

O FCO existe para diminuir as diferenças regionais, para desenvolver principalmente as regiões pobres, para atender a pequenos produtores, pequenas iniciativas, para dar oportunidades a brasileiros. É impressionante a disposição que o banco tem de financiar quem não precisa, quem tem dinheiro na poupança, quem pode aplicar. Essa coisa chamada de reciprocidade é um negócio fantástico, produz facilidades de toda a ordem.

Há que haver outros agentes financeiros credenciados para aplicar o FCO, para podermos diminuir as diferenças regionais e dos brasileiros que não têm oportunidades. Está na hora de quebrarmos os monopólios. Esse recurso tem de ser destinado para o desenvolvimento. O Banco do Brasil não pode cuidar de tudo sozinho. Trata-se de um grande banco, cumpre extraordinário papel no País. Mas por que só o Banco do Brasil?

Essa lei tem de fazer uma coisa tão boa quanto a da SUDECO, que é tirar a exclusividade do Banco de Brasil de aplicar o FCO. Não sei o que a SUDECO vai representar de bom. Espero que seja muito. Sei o que vai ser bom para o Brasil e para o Centro-Oeste ao se tirar a exclusividade de aplicação do FCO do Banco do Brasil. Isso vai ser extraordinário.

Em Mato Grosso, o FCO, há cerca de 10 anos, cumpriu muito pouco seu papel. Muito pouco. Era para diminuir as diferenças regionais, para desenvolver regiões pobres. Mato Grosso virou, em 10 anos, o primeiro Estado em produção de soja, de algodão e de rebanho bovino, mas não foi por causa do FCO. Foi um grande negócio, veio dinheiro de todo o mundo para financiar. Não foi por causa do FCO, repito. O FCO teria de ter financiado algumas atividades, como a cadeia produtiva do milho, por exemplo, mas a viúva anda sustentando os estoques de milho que estão apodrecendo em Mato Grosso. É dinheiro dos contribuintes, que estão na miséria.

Vou citar um exemplo. No ano retrasado, o Governo Federal comprou no Mato Grosso 7 milhões de sacas de milho, 420 mil toneladas de milho, a 16 reais em contrato de opção. O milho está armazenado até hoje. Acrescenta-se custo financeiro à armazenagem; o milho está custando 30 reais por saca para a viúva, hoje. Então, 7 milhões de sacas de milho a 30 reais dá 210 milhões de reais. Sabem quanto valem esses 7 milhões de sacas de milho? Valem 70 milhões de reais. De quanto é o prejuízo? É de 140 milhões de reais. Esse fato é verídico. O estoque do Governo está lá e o prejuízo está feito. Quem paga? Os contribuintes. E o FCO não financia atividade de transformação. O coitado que precisa de um aviário, que custa 110 mil reais, vai ao banco uma dezena de vezes e, por fim, é vencido pelo cansaço. Não vai mais, ele perde a esperança e não consegue financiar. O que está acontecendo? Não sei. Tenho certeza de que vai conseguir financiamento, desde que o SICRED seja credenciado, desde que o BASA seja credenciado. No momento em que isso acontecer, o Banco do Brasil vai facilitar também, tudo vai melhorar. Há que se acabar com esse monopólio. Se conseguirmos fazer isso com essa lei, estamos de acordo, estamos juntos e vamos vibrar, porque será

uma grande conquista a criação da SUDECO. Se não conseguirmos fazer isso, estaremos fazendo pouco, porque estamos perdendo a oportunidade de dar um grande passo no sentido de modernizar a estrutura de fomento do Centro-Oeste.

Parabenizo todos pela iniciativa. Estamos juntos, vamos dar os passos com coragem, para ir quebrando os vícios que estão passando da hora de serem enfrentados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, caro Secretário Otaviano Pivetta.

Com a palavra o Sr. Miguel Antônio Marcon, representante do Governo do Mato Grosso do Sul.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO MARCON – Agradeço aos senhores a oportunidade e nos colocamos à disposição dos senhores para trabalhar no aperfeiçoamento do texto, dando apoio político, a fim de que a SUDECO realmente aconteça e se aproxime ao máximo do atendimento das necessidades da região.

Reconhecemos também a dificuldade de se buscar o ideal. Entretanto, vamos lutar para que nos atendam no que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, caro Miguel Marcon.

Com a palavra o Sr. Afrânio de Souza Filho, Secretário de Desenvolvimento do Distrito Federal.

O SR. AFRÂNIO DE SOUZA FILHO – A mesma preocupação o Distrito Federal tem. Até 1999 ou 2000, sobravam recursos do FCO para serem distribuídos a outros Estados. A partir de 2000, conseguimos mostrar ao FCO a real necessidade da vocação do Distrito Federal e com isso pleitear a modificação em torno de 10%, atendendo a parte de serviços, de transporte e outros financiamentos antes destinados apenas ao setor produtivo, e a parte do setor de indústria e de transformação.

Não podemos deixar de concordar com o colega de Mato Grosso. Há dificuldades não só no setor rural. Hoje, em Brasília, com micro e pequenas empresas, são 45 novas empresas criadas com os programas econômicos adotados. Menos de 1% foi atendido pelo FCO.

Então, há certa dificuldade. Será que é pela falta de concorrência ou pela decisão política do próprio banco? Esse conceito deve ser analisado. Toda vez em que foi chamado o Banco do Brasil, é colocada aquela cultura antiga, quando tínhamos as letrinhas, quando havia uma inadimplência que hoje não é real.

Sr. Presidente, acho que uma abertura, aproveitando o momento da criação da lei da SUDECO, seria o ideal. Pode ser criado esse sistema, via BNDES, e todo e qualquer outro banco, uma vez credenciado pela

SUDECO, poderá vir a participar, desde que se tenha o cuidado de determinar quem vai dirigir a aplicação dos recursos do FCO, aprovados pelos Conselhos Regionais de cada Estado. Acho que a concorrência poderia pulverizar um pouco mais os recursos aplicados e agilizar nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil)

– Agradecemos à V.Sa.

Com a palavra o Sr. Athos Magno.

O SR. ATHOS MAGNO COSTA E SILVA – Sr. Presidente, tenho uma proposta em relação aos incentivos fiscais e financeiros. O Sr. Relator está procurando uma forma de alterar a redação. Eu proporia que simplesmente fosse eliminado esse parágrafo. Por que devemos estabelecer um limitador para os incentivos fiscais e financeiros?

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, esse parágrafo foi criado para sinalizar o Banco Centro-Oeste. Vimos a questão dos créditos e sabíamos que seriam feitas críticas com relação a isso. Elaboramos esse parágrafo, sabendo que teríamos de modificá-lo. Na verdade, ele só é um comando – pensem bem, amanhã teremos o FCO, mais alguns fundos, e haverá 2 ou 3 bilhões por ano. Isso já justifica criar o Banco Centro-Oeste.

Nós só demos o comando. Quando criado o Banco Centro-Oeste, ele teria a alteração desse recurso. Podemos abrir isso aqui.

O SR. ATHOS MAGNO COSTA E SILVA – Deputado, estou me referindo a outro parágrafo.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Desculpe-me, então. É porque estou concentrado nisso aqui.

O SR. ATHOS MAGNO COSTA E SILVA – Estou me referindo ao parágrafo anterior que diz respeito aos benefícios fiscais e financeiros mencionados no inciso V do artigo: “(...) *permanecem, enquanto a renda per capita da região Centro-Oeste não atingir, no mínimo, 80% da renda média do País (...)*”

Como disse V.Exa., esse índice pode ser atingido dentro de pouco tempo. E, se V.Exa. também procurava outra redação, talvez a melhor saída esteja, por que não, na retirada desse parágrafo por inteiro.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – O que vem de apoio à nossa teoria, a de que temos de ter de incentivos. É que a SUDAM e a SUDENE recebem incentivos. Em analogia com os textos da SUDAM e da SUDENE, criamos uma redação similar. Precisamos agora dar algum tipo de tratamento a esse texto. Talvez, Verônica, seja melhor tirar mesmo, fazer de conta de que ele não existe. Por outro lado, todos sabemos que o Governo vai querer colocar uma trava nisso.

O SR. ATHOS MAGNO COSTA E SILVA – Mas aí é o Governo.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sim, mas temos de ter uma redação pronta contra essa trava. Certamente, eles irão alegar que nós não queremos isonomia com a SUDAM e a SUDENE. Vão dizer que nós não somos pobres como eles. Ou somos? Então aí vão colocar 80% do PIB, o que para nós é completamente inviável. Esses 80% nunca irão virar nada!

Podemos até retirar essa redação, mas temos de deixar preparada outra – e já peço ao Miguel, ao Alexandre César, ao Athos Magno, ao pessoal da Secretaria de Fazenda de Brasília que verifiquem essa situação –, estabelecendo de imediato um índice que nos possibilite manter esses incentivos por alguns anos.

O SR. ATHOS MAGNO COSTA E SILVA – Apenas para terminar, quero dizer que, quanto ao Banco do Brasil, citado aqui, queremos manifestar desde já a nossa posição. Já havíamos dito isso à alta Direção do Banco do Brasil que compõe o Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Somos totalmente contra a forma financista pela qual o Banco do Brasil gere os recursos do FCO. Somos totalmente contra. Já dissemos isso aos diretores Banco do Brasil, bem como afirmamos – a nossa Secretaria – que trabalharíamos contra essa política.

O que temos de deixar claro para esta Presidência e para a Relatoria? Temos de ter muito cuidado, Sr. Presidente, Sr. Relator, para resolver esse problema. Temos de ter cuidado ao atacar políticas financistas equivocadas. Ora, não será somente o Banco do Brasil, que, às vezes, se arvorará em dizer qual empreendimento dará certo – uma opinião que não cabe ao Banco do Brasil, porque temos acompanhado casos por todo o Centro-Oeste. As pessoas entram em contato conosco. Sabemos também que existem dificuldades em relação àqueles que dispõem de menos recursos – sabemos, criticamos e combatemos essa postura.

Agora, no momento em que formos mudar isso, temos de ter muito cuidado para não escolhermos uma alternativa pior que a já estabelecida – pode ser pior. Não podemos abrir completamente. Tem de haver um critério muito claro, porque podemos, por exemplo, em nome da quebra do monopólio, que eu considero correta, pôr em risco a aplicação dos recursos na Região. Vamos supor: tirado o Banco do Brasil para se colocar outro agente, e criada a SUDECO, quem irá administrar os recursos, se isso ainda não está regulamentado?

Queríamos trazer essa ponderação para esta discussão porque, a nosso ver, não seria uma boa

medida incorporar todas as propostas sem o devido aprofundamento e reflexão.

De outro lado, concordamos inteiramente com o Secretário Otaviano Pivetta e com o Dr. Alexandre César. Ou seja, precisamos mudar essa forma financeira de trabalhar do Banco do Brasil. Não concordamos em que o Banco do Brasil necessariamente tenha de cuidar de questões relacionadas, por exemplo, com o Estado do Mato Grosso. Em cada Estado existe um Conselho de Desenvolvimento Econômico que decide quem receberá o financiamento, ou não. O Conselho de Desenvolvimento Econômico é formado pelos Estados. O Banco do Brasil decide sozinho quando, no caso do FCO-Rural, o valor não ultrapassa 50 mil reais – nesse caso o gerente decide sozinho. No caso do FCO-Empresarial até 100 mil reais, o gerente também decide sozinho. Ultrapassado esse valor, a decisão cabe ao Conselho de Desenvolvimento do Estado; ou seja, já não é mais da alçada do Banco do Brasil.

Isso já vem sendo praticado no Centro-Oeste. Há muita descentralização. Os Conselhos têm poder de decisão. Muitos vetos vêm dos Conselhos, não necessariamente do Banco do Brasil, o que não significa que nós não devamos quebrar a cultura financeira e o monopólio.

Nossa ponderação, como dissemos, é para que se tenha mais cautela. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, somente um pedido para a Verônica. Está posto na legislação do FCO que o Banco do Brasil é o agente. Quero pedir à D. Verônica que, quando formos examinar o texto, temos que ter mais atenção e cuidado, porque corremos o risco de ficar em meio a duas legislações e sem comando.

Em segundo lugar, no âmbito do FCO, Sr. Secretário Athos Magno, precisamos criar a possibilidade de que 20% dos recursos desse Fundo sejam aplicados em mini ou microempresas, e que sejam analisados por um fundo de aval. Hoje não há nenhuma garantia. Seja qual for o banco, pode ser o BASA ou uma cooperativa, só se empresta dinheiro para quem tem cadastro, o que é uma bobagem. Por isso mesmo, o FCO registra um índice de inadimplência de 1,8%, porque ele empresta, cobra, e quem pega paga. O Nordeste empresta apenas 15% do recurso e tem 45% de inadimplência, um complicador que faz com que o banco empreste cada vez menos. Temos de ter muito cuidado. Tem que haver um comando, ou um fundo de aval, ou um seguro pago pelo próprio Fundo, um mecanismo que facilite o empréstimo às pessoas, porque o banco quer emprestar – passou pela porta, ele empresta. Com critérios bem determinados, ele empresta. Do contrário,

podem colocar o agente financeiro que for... Ganha-se muito pouco com esse tipo de empréstimo – 1%, 1,5%. Depois, não consegue pagar os canos que ele leva, o que é complicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Abicalil) – Agradeço a todos os presentes a colaboração, em particular dos expoentes desta Mesa, o Governador Marconi Perillo, o Secretário Athos Magno e os representantes de governo dos Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal, com a prudente e sábia mediação do Relator, que, em duas semanas, seguramente, terá condições de amadurecer um relatório apto à apreciação e deliberação desta Comissão Especial.

Muito obrigado e até a próxima ocasião.

DESIGNAÇÕES

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

Ao Deputado Agnaldo Muniz

PROJETO DE LEI Nº 2.235/03 – do Sr. Carlos Souza – que “autoriza a criação de Distrito Agropecuario no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas, e dá outras providências”.

Ao Deputado Antônio Carlos Biffi

PROJETO DE LEI Nº 2.236/03 – do Sr. Carlos Souza – que “autoriza a criação de Distrito Agropecuario no Município de Itapiranga, no Estado do Amazonas, e dá outras providências”.

Ao Deputado Francisco Garcia

PROJETO DE LEI Nº 2.812/03 – do Senado Federal – Jefferson Peres – que “estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional”.

Sala da Comissão, 25 de março de 2004. – **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

À Deputada Ann Pontes

PROJETO DE LEI Nº 2.346/03 – do Sr. Colombo – que “institui Zona de Uso Intensivo no Parque Nacional do Iguaçu”.

Ao Deputado Asdrubal Bentes

PROJETO DE LEI Nº 2.603/03 – do Sr. Anselmo – que “concede às microempresas e empresas de

pequeno porte isenção da Taxa de Serviços Administrativos – TSA, em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA”

Ao Deputado Henrique Afonso

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 284/02

– da Sra. Vanessa Grazziotin – que “acrescenta inciso ao art. 1º da Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991, que “dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA””.

À Deputada Maria Helena

PROJETO DE LEI Nº 2.833/03 – do Sr. Hamilton

Casara – que “dispõe sobre a utilização de áreas de várzeas e de preservação permanente na Amazônia Legal”.

PROJETO DE LEI Nº 3.113/04 – do Sr. Antonio Cambraia – que “altera a alínea b, do inciso I, do art. 7º da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003”. (Apen-sados: PL 3144/2004 e PL 3539/2004)

Ao Deputado Miguel de Souza

PROJETO DE LEI Nº 1.957/03 – do Sr. Carlos

Souza – que “dá nova redação ao caput e ao § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que “altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências””.

Ao Deputado Nilson Mourão

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56/03

– do Sr. Feu Rosa – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Bacia do Rio Doce e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Bacia do Rio Doce”.

Ao Deputado Zequinha Marinho

PROJETO DE LEI Nº 1.498/03 – do Sr. Mário Ne-

gromonte – que “altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que “dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Co-devasf – e dá outras providências””.

Sala da Comissão, 6 de maio de 2004. – **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

Ao Deputado Gervásio Oliveira

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº

1.217/04 – do Sr. José Roberto Arruda e outros – que “dispõe sobre a realização de plebiscitos para a criação dos Estados do Aripuanã, do Araguaia, do Xingu, de Tapajós, de Carajás, do Rio Negro, de Solimões, do Uirapuru, do Madeira e do Juruá”.

Ao Deputado Lupércio Ramos

PROJETO DE LEI Nº 1.198/03 – do Sr. Gilmar

Machado – que “altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências””.

Sala da Comissão, 19 de maio de 2004. – **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

À Deputada Maria Helena

PROJETO DE LEI Nº 2.247/03 – do Sr. Carlos

Souza – que “autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Autazes, no Estado do Amazonas, e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 2.248/03 – do Sr. Carlos

Souza – que “autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Borba, no Estado do Amazonas, e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 2.570/03 – do Sr. Átila

Lins – que “autoriza a criação de Distrito Industrial no Município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, e dá outras providências”.

Sala da Comissão, 21 de maio de 2004. – **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

Ao Deputado Agnaldo Muniz

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 40/03

– do Sr. Wilson Santos – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Mato Grosso / Rondônia e o Programa Especial de Desenvolvimento do Noroeste de Mato Grosso e Cone Sul de Rondônia e dá outras providências”.

Ao Deputado Dr. Rodolfo Pereira**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 111/03**

– do Sr. Carlos Alberto Rosado – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Chapada do Apodi e institui o Programa Especial de Desenvolvimento da Chapada do Apodi”.

Ao Deputado Enéas**PROJETO DE LEI Nº 3.572/04**

– do Sr. Carlos Nader – que “Obriga as instituições de ensino públicas e privadas de todos os níveis a ministrar treinamento adequado de evacuação em caso de incêndio ao seu corpo docente, discente e de funcionários.”

Ao Deputado Zé Lima**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº**

1.301/04 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 585/2003) – que “aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na Área de Defesa Civil, celebrado em Quito, em 1º de outubro de 2001”.

Sala da Comissão, 14 de junho de 2004. – **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

Ao Deputado Gervásio Oliveira**PROJETO DE LEI Nº 3.846/04**

– do Sr. Marcelino Fraga – que “dispõe sobre a revisão dos limites da área do polígono das secas”.

Ao Deputado Henrique Afonso**PROJETO DE LEI Nº 3.203/04**

– do Sr. Dr. Rodolfo Pereira – que “dispõe sobre a utilização de recursos financeiros de fonte estrangeira aplicados na Amazônia para fins de pesquisa ou preservação da biodiversidade”.

Sala da Comissão, 6 de julho de 2004. – **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a seguinte designação de relatoria:

Ao Deputado Carlos Souza**PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD) Nº 152/04**

– do Sr. Miguel de Souza e outros – (PRC 147/2004) – que “institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar conflitos em terras indígenas brasileiras, a

exemplo do ocorrido na Reserva Roosevelt, no Estado de Rondônia, motivado pela disputa da exploração de diamantes da região, que culminou no massacre de vinte e nove garimpeiros”.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2004. – **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a seguinte designação de relatoria:

Ao Deputado Lupércio Ramos**PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD) Nº 147/04**

– do Sr. Júnior Betão e outros – que “requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar fatos determinados, ocorridos nos anos de 2003 e 2004, referente à possível extração ilegal de minerais na Reserva Indígena Roosevelt localizada na Região de Espigão do Oeste no Estado de Rondônia, bem como investigar o contrabando dessa lavra”. (Apen- sado: PRC 152/2004)

Sala da Comissão, 9 de setembro de 2004. – **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

Ao Deputado Agnaldo Muniz**PROJETO DE LEI Nº 713/03**

– do Sr. Ary Vanazzi – que “assegura assistência jurídica gratuita em ações de regularização fundiária, regulamenta o artigo 4º, V, “r” da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) e dá outras providências”.

À Deputada Ann Pontes**PROJETO DE LEI Nº 5.755/01**

– do Senado Federal – GERALDO ALTHOFF – (PLS 186/2000) – que “disciplina os consórcios públicos entre Estados e entre Municípios”. (Apensados: PL 6007/2001 e PL 6354/2002)

Ao Deputado Antônio Carlos Biffi**PROJETO DE LEI Nº 2.647/03**

– dos Srs. Mariângela Duarte e Mariângela Duarte – (PL 80/2003) – que “acrescenta o § 6º ao artigo 40 da Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade”.

Ao Deputado Carlos Souza**PROJETO DE LEI Nº 2.374/03**

– do Sr. Sandro Mabel – que “dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socor-

ro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências”.

Ao Deputado Davi Alcolumbre

PROJETO DE LEI Nº 80/03 – dos Srs. Ronaldo Vasconcellos e Ronaldo Vasconcellos – (PL 2647/2003) – que “altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, prevendo a realização de estudos geológicos para subsidiar o Plano Diretor, e dá outras providências”. (Apensados: PL 2647/2003 e PL 2810/2003)

Ao Deputado Enéas

PROJETO DE LEI Nº 2.525/03 – do Sr. Cabo Júlio – que “altera o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, exigindo a necessidade do estabelecimento, no município, de uma coordenadoria de defesa civil e de uma tropa do corpo de bombeiros militar para efetivação do tombamento de bens imóveis”.

Ao Deputado Helenildo Ribeiro

PROJETO DE LEI Nº 1.718/03 – do Sr. Carlos Nader – que “altera-se dispositivo da Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990”.

Ao Deputado Miguel de Souza

PROJETO DE LEI Nº 761/03 – do Sr. Roberto Pessoa – que “dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000”.

PROJETO DE LEI Nº 1.621/03 – do Sr. Vander Loubet – que “altera a Lei n.º 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste”. (Apensado: PL 4782/2005)

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2004. – **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a seguinte designação de relatoria:

À Deputada Maria Helena

PROJETO DE LEI Nº 4.240/04 – do Sr. Pompeo de Mattos – que “estende incentivos fiscais e programas de desenvolvimento regional que beneficiam as áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para a região denominada Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul”.

Sala da Comissão, 3 de novembro de 2004. – **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a seguinte designação de relatoria:

Ao Deputado Júnior Betão

PROJETO DE LEI Nº 4.047/04 – do Sr. Miguel de Souza – que “dispõe sobre o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA”
Sala da Comissão, 11 de novembro de 2004.
– **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a seguinte designação de relatoria:

Ao Deputado Júnior Betão

PROJETO DE LEI Nº 4.049/04 – do Sr. Miguel de Souza – que “dispõe sobre a compensação de parcela do custo de serviço de distribuição de energia elétrica às concessionárias situadas na Região Norte que são atendidas pelos sistemas isolados”.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2004.
– **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a seguinte designação de relatoria:

Ao Deputado Zé Lima

PROJETO DE LEI Nº 1.922/03 – do Sr. José Ração – que “institui Normas Gerais de Segurança Contra Incêndios e dá outras Providências”.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2004.
– **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a seguinte designação de relatoria:

Ao Deputado Nilson Mourão

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.427/04 – da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 98/2004) – que “aprova o texto do Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, assinado em Lima, em 25 de agosto de 2003”.

Sala da Comissão, 1 de dezembro de 2004. – **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO
NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a seguinte designação de relatoria:

Ao Deputado Miguel de Souza

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 39/03

– do Senado Federal – Ramez Tebet – que “regulamenta o inciso I do § 1º do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2004.

– **Júnior Betão**, Presidente.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

Ao Deputado Alberto Fraga

PROJETO DE LEI Nº 5.567/05 – do Sr. Capitão

Wayne – que “Altera o Decreto-Lei nº 667, de 1969 acrescentando o art. 11-A prevendo o afastamento para acompanhar cônjuge para os policiais militares e bombeiros militares”.

Ao Deputado Capitão Wayne

PROJETO DE LEI Nº 5.415/05 – da Sra. Edna

Macedo – que “Altera a redação do inciso VII, do art. 6º, da Lei nº 10.826, de 2003, autorizando o porte de arma para os Oficiais de Justiça”.

Ao Deputado Lino Rossi

PROJETO DE LEI Nº 5.609/05 – do Sr. Capitão

Wayne – que “Dispõe sobre a regulamentação para prática de esportes de aventura ou radicais e dá outras providências”.

Ao Deputado Raul Jungmann

PROJETO DE LEI Nº 5.520/05 – do Sr. Félix

Mendonça – que “Inclui o mapeamento genético (DNA) na Carteira de Identidade, trocando o papel por plástico rígido”.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2005 – **Enio Bacci**, Presidente.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR
PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 184, DE 2004, QUE “INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE – SUDECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Designo Relator da proposição abaixo o **Deputado Sandro Mabel**.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 184/04

– do Poder Executivo – que “institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências”.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2004.

– **Carlos Abicalil**, Presidente.

SEÇÃO II

ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 2 de agosto de 2005, publicado no Diário da Câmara dos Deputados do dia 3 subsequente, que nomeou **ANTÔNIO EUSTÁQUIO FERNANDES DE FREITAS** para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

TORNAR SEM EFEITO, de acordo com os parágrafos 1º e 6º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990, o Ato de 30 de junho de 2005, publicado no Diário da Câmara dos Deputados do dia 1º de julho do corrente ano, que nomeou **JOSÉ FRANCISCO DE LIMA** para exercer, no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

TORNAR SEM EFEITO, de acordo com os parágrafos 1º e 6º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990, o Ato de 30 de junho de 2005, publicado no Diário da Câmara dos Deputados do dia 1º de julho do corrente ano, que nomeou **THADEU ARAÚJO GONÇALVES VIANA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 6 de julho de 2005, publicado no Diário da Câmara dos Deputados do dia 7 subsequente, que nomeou **WILLIAMES PI-MENTEL DE OLIVEIRA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **FLÁVIO CASTELLI CHUERY**, ponto n.º 115.872, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **LUCIANA GURGEL DAL SECCHI**, ponto n.º 117.372, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Quarto Suplente dos Secretários.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MAQUELI GIANEZINI DA SILVA**, ponto n.º 117.221, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido Trabalhista Brasileiro.

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **RÉGIS MONTES DOS SANTOS**, ponto n.º 117.340, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **AMAURI JOSÉ DE ARAÚJO** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 3º do Ato da Mesa n.º 15, de 26 de maio de 1987, combinado com o artigo 1º da Resolução n.º 4, de 13 de junho de 1991, e com o artigo 3º do Ato da Mesa n.º 47, de 7 de outubro de 1992.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CELIDE SALETTE GIANEZINI DA SILVA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo artigo 1º do Ato da Mesa n.º 8, de 29 de março de 1995, combinado com o Ato da Mesa n.º 1, de 24 de fevereiro de 1999.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EDWARD DICKINSON DE FREITAS**

para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo artigo 1º do Ato da Mesa n.º 10, de 29 de março de 1995, combinado com o Ato da Mesa n.º 1, de 24 de fevereiro de 1999.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FELIPE TIAGO SOBRINHO RODRIGUES** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 3º do Ato da Mesa n.º 15, de 26 de maio de 1987, combinado com o artigo 1º da Resolução n.º 4, de 13 de junho de 1991, e com o artigo 3º do Ato da Mesa n.º 47, de 7 de outubro de 1992.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GILVANDRA MOREIRA DE LIMA** para exercer, no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto C, CNE-13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 3º do Ato da Mesa n.º 15, de 26 de maio de 1987, combinado com o artigo 1º da Resolução n.º 4, de 13 de junho de 1991, e com o artigo 3º do Ato da Mesa n.º 47, de 7 de outubro de 1992.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ EVERALDO ALVES BARBOSA** para exercer, no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, de acordo com o quantitativo de cargos fixado pelo Ato da Mesa n.º 9, de 1º de abril de 2003.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ MARIA JUSTA GURGEL JÚNIOR** para exercer, no Gabinete do Quarto Suplente dos Secretários, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, de acordo com o quantitativo de cargos fixado pelo Ato da Mesa n.º 9, de 1º de abril de 2003.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIZA MARIA VIEIRA BASTOS** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 3º do Ato da Mesa n.º 15, de 26 de maio de 1987, combinado com o artigo 1º da Resolução n.º 4, de 13 de junho de 1991, e com o artigo 3º do Ato da Mesa n.º 47, de 7 de outubro de 1992.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA NILDA SANTIAGO SILVA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto C, CNE-12, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, de acordo com o quantitativo de cargos fixado pelo Ato da Mesa nº 90, de 19 de junho de 1986, combinado com o artigo 3º do Ato da Mesa nº 47, de 7 de outubro de 1992, e com o Ato da Mesa nº 1, de 24 de fevereiro de 1999.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA ROSENI SOUSA SALES** para exercer, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Coordenação de Comissões Permanentes, do Departamento de Comissões, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 4º do Ato da Mesa nº 4, de 20 de fevereiro de 1991, combinado com o artigo 3º do Ato da Mesa nº 47, de 7 de outubro de 1992, e com o Ato da Mesa nº 1, de 24 de fevereiro de 1999.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PATRÍCIA MARTINS IZIDORO GENEROSO PEREIRA** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, de acordo com o quantitativo de cargos fixado pelo Ato da Mesa nº 11, de 1º de abril de 2003.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROGÉRIO MARQUES RIBEIRO** para exercer, no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, de acordo com o quantitativo de cargos fixado pelo Ato da Mesa nº 9, de 1º de abril de 2003.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSALINA MARIA GALIZA DA SILVA CAVALCANTE** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, de acordo com o quantitativo de cargos fixado pelo Ato da Mesa nº 11, de 1º de abril de 2003.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SIMONE DA ROCHA VILAS NOVAS** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 3º do Ato da Mesa nº 15, de 26 de maio de 1987, combinado com o artigo 1º da Resolução nº 4, de 13 de junho de 1991, e com o artigo 3º do Ato da Mesa nº 47, de 7 de outubro de 1992.

Câmara dos Deputados, 4 de agosto de 2005.
– Deputado **Severino Cavalcanti**, Presidente.

MESA DIRETORA

Presidente:

SEVERINO CAVALCANTI - PP - PE

1º Vice-Presidente:

JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL - AL

2º Vice-Presidente:

CIRO NOGUEIRA - PP - PI

1º Secretário:

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PMDB - PE

2º Secretário:

NILTON CAPIXABA - PTB - RO

3º Secretário:

EDUARDO GOMES - PSDB - TO

4º Secretário:

JOÃO CALDAS - PL - AL

1º Suplente de Secretário:

GIVALDO CARIMBÃO - PSB - AL

2º Suplente de Secretário:

JORGE ALBERTO - PMDB - SE

3º Suplente de Secretário:

GERALDO RESENDE - PPS - MS

4º Suplente de Secretário:

MÁRIO HERINGER - PDT - MG

LÍDERES E VICE-LÍDERES

PT

Líder: PAULO ROCHA

Vice-Líderes:

Colombo, Fernando Ferro, Henrique Fontana, Iara Bernardi, João Grandão, Jorge Bittar, José Eduardo Cardozo, Luciano Zica, Luiz Alberto, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Sérgio, Maninha, Miro Teixeira, Neyde Aparecida, Odair Cunha, Telma de Souza, Terezinha Fernandes, Vignatti, Walter Pinheiro, Zezéu Ribeiro, Zico Bronzeado, José Mentor e Vicentinho.

PMDB

Líder: JOSÉ BORBA

Vice-Líderes:

Wilson Santiago (1º Vice), Mendes Ribeiro Filho, Benjamin Maranhão, Asdrubal Bentes, Adelor Vieira, Carlos Eduardo Cadoca, Leandro Vilela, Osmar Serraglio, Mauro Benevides, Zé Gerardo, Rose de Freitas, Max Rosenmann, Marcelino Fraga, Pedro Novais, José Divino, Wladimir Costa, Moreira Franco, Waldemir Moka, Eliseu Padilha, Eduardo Cunha, Paulo Afonso, Jorge Alberto e Hermes Parciannello.

PFL

Líder: RODRIGO MAIA

Vice-Líderes:

Roberto Brant (1º Vice), Murilo Zauith, Kátia Abreu, Luiz Carlos Santos, José Rocha, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Abelardo Lupion, Pauderney Avelino, Nice Lobão, José Carlos Machado, Moroni Torgan, Corauci Sobrinho, Félix Mendonça, Júlio Cesar, Gervásio Silva e Alberto Fraga.

PP

Líder: JOSÉ JANENE

Vice-Líderes:

Mário Negromonte (1º Vice), José Linhares, Francisco Dornelles, Romel Anizio, Francisco Appio, Nélio Dias, Professor Irapuan Teixeira, Reginaldo Germano, Julio Lopes, João Pizzolatti, Simão Sessim, Benedito de Lira e Celso Russomanno.

PL

Líder: SANDRO MABEL

Vice-Líderes:

Miguel de Souza (1º Vice), Almir Sá, Amauri Gasques, Aracely de Paula, Carlos Rodrigues, Giacobbo, Heleno Silva, Inaldo Leitão,

João Paulo Gomes da Silva, José Carlos Araújo, Lincoln Portela, Neucimar Fraga e Paulo Marinho.

PSDB

Líder: ALBERTO GOLDMAN

Vice-Líderes:

Eduardo Paes (1º Vice), Jutahy Junior, Yeda Crusius, Ronaldo Dimas, Lobbe Neto, Carlos Alberto Leréia, Antonio Carlos Mendes Thame, João Almeida, Antonio Carlos Pannunzio, Eduardo Barbosa, Nilson Pinto, Vicente Arruda e Zulaiê Cobra.

PTB

Líder: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Vice-Líderes:

Ricarte de Freitas (1º Vice), Arnaldo Faria de Sá, Nelson Marquizezelli, Eduardo Seabra, Josué Bengtson, Ricardo Izar, Pastor Reinaldo, Marcondes Gadelha, Iris Simões, Paes Landim, Jackson Barreto e Elaine Costa.

PSB

Líder: RENATO CASAGRANDE

Vice-Líderes:

Dr. Ribamar Alves, Isaías Silvestre, Barbosa Neto e Jorge Gomes.

PPS

Líder: DIMAS RAMALHO

Vice-Líderes:

Rogério Teófilo (1º Vice), Raul Jungmann, Fernando Coruja e Geraldo Thadeu.

PDT

Líder: SEVERIANO ALVES

Vice-Líderes:

Álvaro Dias (1º Vice), Manato, Pompeo de Mattos e João Fontes.

PCdoB

Líder: RENILDO CALHEIROS

Vice-Líderes:

Jamil Murad, Perpétua Almeida e Inácio Arruda.

PV

Líder: MARCELO ORTIZ

Vice-Líderes:

Leonardo Mattos e Jovino Cândido.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PRONA

Repr.: ENÉAS

PSC

Repr.:

PRP

Repr.:

Liderança do Governo

Líder: ARLINDO CHINAGLIA

Vice-Líderes:

Beto Albuquerque, Sigmaringa Seixas, Vicente Cascione e Renildo Calheiros.

Liderança da Minoria

Líder: JOSÉ CARLOS ALELUIA

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO**Roraima**

Alceste Almeida - PMDB
Almir Sá - PL
Dr. Rodolfo Pereira - PDT
Francisco Rodrigues - PFL
Luciano Castro - PL
Maria Helena - PPS
Pastor Frankembergen - PTB
Suely Campos - PP

Amapá

Badu Picanço - PL
Coronel Alves - PL
Davi Alcolumbre - PFL
Dr. Benedito Dias - PP
Eduardo Seabra - PTB
Gervásio Oliveira - PMDB
Hélio Esteves - PT
Janete Capiberibe - PSB

Pará

Anivaldo Vale - PSDB
Ann Pontes - PMDB
Asdrubal Bentes - PMDB
Babá - S.PART.
Jader Barbalho - PMDB
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Nicias Ribeiro - PSDB
Nilson Pinto - PSDB
Paulo Rocha - PT
Raimundo Santos - PL
Vic Pires Franco - PFL
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zé Lima - PP
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PPS
Carlos Souza - PP
Francisco Garcia - PP
Humberto Michiles - PL
Lupércio Ramos - PMDB
Pauderney Avelino - PFL
Silas Câmara - PTB
Vanessa Grazziotin - PCdoB

Rondônia

Agnaldo Muniz - PP
Anselmo - PT
Eduardo Valverde - PT
Hamilton Casara - PL
Marinha Raupp - PMDB
Miguel de Souza - PL
Natan Donadon - PMDB
Nilton Capixaba - PTB

Acre

Henrique Afonso - PT
João Correia - PMDB
João Tota - PP
Júnior Betão - PL
Nilson Mourão - PT
Perpétua Almeida - PCdoB
Ronivon Santiago - PP
Zico Bronzeado - PT

Tocantins

Darci Coelho - PP
Eduardo Gomes - PSDB
Homero Barreto - PTB
Kátia Abreu - PFL

Maurício Rabelo - PL
Osvaldo Reis - PMDB
Pastor Amarildo - PMDB
Ronaldo Dimas - PSDB

Maranhão

Antonio Joaquim - PTB
César Bandeira - PFL
Clóvis Fecury - PFL
Costa Ferreira - PSC
Dr. Ribamar Alves - PSB
Gastão Vieira - PMDB
João Castelo - PSDB
Luciano Leitoa - PSB
Neiva Moreira - PDT
Nice Lobão - PFL
Paulo Marinho - PL
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Remi Trinta - PL
Sarney Filho - PV
Sebastião Madeira - PSDB
Terezinha Fernandes - PT
Wagner Lago - PP

Ceará

Almeida de Jesus - PL
André Figueiredo - PDT
Aníbal Gomes - PMDB
Antenor Napolini - PSDB
Antonio Cambraia - PSDB
Ariosto Holanda - PSB
Arnon Bezerra - PTB
Bismarck Maia - PSDB
Eunício Oliveira - PMDB
Gonzaga Mota - PSDB
Inácio Arruda - PCdoB
João Alfredo - PT
José Linhares - PP
José Pimentel - PT
Léo Alcântara - PSDB
Manoel Salviano - PSDB
Marcelo Teixeira - PMDB
Mauro Benevides - PMDB
Moroni Torgan - PFL
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB
Vicente Arruda - PSDB
Zé Gerardo - PMDB

Piauí

Átila Lira - PSDB
B. Sá - PSB
Ciro Nogueira - PP
Júlio Cesar - PFL
Marcelo Castro - PMDB
Moraes Souza - PMDB
Mussa Demes - PFL
Nazareno Fonteles - PT
Paes Landim - PTB
Simplício Mário - PT

Rio Grande do Norte

Álvaro Dias - PDT
Betinho Rosado - PFL
Fátima Bezerra - PT
Henrique Eduardo Alves - PMDB
Iberê Ferreira - PTB
Nélio Dias - PP
Ney Lopes - PFL
Sandra Rosado - PSB

Paraíba

Benjamin Maranhão - PMDB
Carlos Dunga - PTB
Domiciano Cabral - PSDB

Enivaldo Ribeiro - PP
Inaldo Leitão - PL
Lúcia Braga - PMDB
Luiz Couto - PT
Marcondes Gadelha - PTB
Philemon Rodrigues - PTB
Ricardo Rique - PL
Wellington Roberto - PL
Wilson Santiago - PMDB

Pernambuco

André de Paula - PFL
Armando Monteiro - PTB
Carlos Eduardo Cadoca - PMDB
Eduardo Campos - PSB
Fernando Ferro - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PMDB
Joaquim Francisco - PTB
Jorge Gomes - PSB
José Chaves - PTB
José Mendonça Bezerra - PFL
José Múcio Monteiro - PTB
Luiz Piauhyllino - PDT
Marcos de Jesus - PL
Maurício Rands - PT
Osvaldo Coelho - PFL
Pastor Francisco Olímpio - PSB
Paulo Rubem Santiago - PT
Pedro Corrêa - PP
Raul Jungmann - PPS
Renildo Calheiros - PCdoB
Ricardo Fiuzza - PP
Roberto Freire - PPS
Roberto Magalhães - PFL
Severino Cavalcanti - PP

Alagoas

Benedito de Lira - PP
Givaldo Carimbão - PSB
João Caldas - PL
João Lyra - PTB
Jorge Vi - PSDB
José Thomaz Nonô - PFL
Jurandir Boia - PDT
Olavo Calheiros - PMDB
Rogério Teófilo - PPS

Sergipe

Bosco Costa - PSDB
Cleonânicio Fonseca - PP
Helena Silva - PL
Ivan Paixão - PPS
Jackson Barreto - PTB
João Fontes - PDT
Jorge Alberto - PMDB
José Carlos Machado - PFL

Bahia

Alice Portugal - PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto - PFL
Aroldo Cedraz - PFL
Claudio Cajado - PFL
Colbert Martins - PPS
Coriolano Sales - PFL
Daniel Almeida - PCdoB
Edson Duarte - PV
Fábio Souto - PFL
Félix Mendonça - PFL
Fernando de Fabinho - PFL
Geddel Vieira Lima - PMDB
Gerson Gabrielli - PFL
Guilherme Menezes - PT
Jairo Carneiro - PFL

João Almeida - PSDB
João Carlos Bacelar - PL
João Leão - PL
Jonival Lucas Junior - PTB
José Carlos Aleluia - PFL
José Carlos Araújo - PL
José Rocha - PFL
Josias Gomes - PT
Jutahy Junior - PSDB
Luiz Alberto - PT
Luiz Bassuma - PT
Luiz Carreira - PFL
Marcelo Guimarães Filho - PL
Mário Negromonte - PP
Milton Barbosa - PFL
Nelson Pellegrino - PT
Paulo Magalhães - PFL
Pedro Irujo - S.PART.
Reginaldo Germano - PP
Robério Nunes - PFL
Severiano Alves - PDT
Walter Pinheiro - PT
Zelinda Novaes - PFL
Zezéu Ribeiro - PT

Minas Gerais

Ademir Camilo - PL
Alexandre Maia - PMDB
Ana Guerra - PT
Aracely de Paula - PL
Bonifácio de Andrada - PSDB
Cabo Júlio - PMDB
Carlos Melles - PFL
Carlos Mota - PL
Carlos Willian - PMDB
César Medeiros - PT
Cleuber Carneiro - PTB
Custódio Mattos - PSDB
Dr. Francisco Gonçalves - PTB
Edmar Moreira - PL
Eduardo Barbosa - PSDB
Eliseu Resende - PFL
Fernando Diniz - PMDB
Geraldo Thadeu - PPS
Gilmar Machado - PT
Ibrahim Abi-ackel - PP
Isaías Silvestre - PSB
Ivo José - PT
Jaime Martins - PL
João Magalhães - PMDB
João Magno - PT
João Paulo Gomes da Silva - PL
José Militão - PTB
José Santana de Vasconcellos - PL
Júlio Delgado - PSB
Lael Varella - PFL
Leonardo Mattos - PV
Leonardo Monteiro - PT
Lincoln Portela - PL
Marcello Siqueira - PMDB
Márcio Reinaldo Moreira - PP
Maria do Carmo Lara - PT
Maria Lúcia Cardoso - PMDB
Mário Assad Júnior - PL
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Narcio Rodrigues - PSDB
Odair Cunha - PT
Osmânio Pereira - S.PART.
Paulo Delgado - PT
Rafael Guerra - PSDB

Reginaldo Lopes - PT
Roberto Brant - PFL
Romel Anizio - PP
Romeu Queiroz - PTB
Sérgio Miranda - PCdoB
Vadinho Baião - PT
Virgílio Guimarães - PT
Vittorio Medioli - PV

Espírito Santo

Feu Rosa - PP
Irieny Lopes - PT
Jair de Oliveira - PMDB
Manato - PDT
Marcelino Fraga - PMDB
Marcus Vicente - PTB
Neucimar Fraga - PL
Nilton Baiano - PP
Renato Casagrande - PSB
Rose de Freitas - PMDB

Rio de Janeiro

Aldir Cabral - PFL
Alexandre Cardoso - PSB
Alexandre Santos - PMDB
Almerinda de Carvalho - PMDB
Almir Moura - PMDB
André Costa - PT
Antonio Carlos Biscaia - PT
Bernardo Ariston - PMDB
Carlos Nader - PL
Carlos Rodrigues - PL
Carlos Santana - PT
Chico Alencar - PT
Deley - PMDB
Dr. Heleno - PMDB
Edson Ezequiel - PMDB
Eduardo Cunha - PMDB
Eduardo Paes - PSDB
Elaine Costa - PTB
Fernando Gabeira - PV
Fernando Lopes - PMDB
Francisco Dornelles - PP
Itamar Serpa - PSDB
Jair Bolsonaro - PP
Jandira Feghali - PCdoB
João Mendes de Jesus - S.PART.
Jorge Bittar - PT
José Divino - PMDB
Josias Quintal - PMDB
Júfza Denise Frossard - PPS
Julio Lopes - PP
Laura Carneiro - PFL
Leonardo Picciani - PMDB
Luiz Sérgio - PT
Márcio Fortes - PSDB
Miro Teixeira - PT
Moreira Franco - PMDB
Nelson Bornier - PMDB
Paulo Baltazar - PSB
Paulo Feijó - PSDB
Reinaldo Betão - PL
Renato Cozzolino - PRP
Roberto Jefferson - PTB
Rodrigo Maia - PFL
Sandro Matos - PTB
Simão Sessim - PP
Vieira Reis - PMDB

São Paulo

Alberto Goldman - PSDB
Aldo Rebelo - PCdoB
Amauri Gasques - PL

Angela Guadagnin - PT
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Ary Kara - PTB
Carlos Sampaio - PSDB
Celso Russomanno - PP
Chico Sardelli - PFL
Cláudio Magrão - PPS
Corauci Sobrinho - PFL
Delfim Netto - PP
Devanir Ribeiro - PT
Dimas Ramalho - PPS
Durval Orlato - PT
Edinho Montemor - PL
Edna Macedo - PTB
Elimar Máximo Damasceno - PRONA
Enéas - PRONA
Fernando Estima - PL
Gilberto Nascimento - PMDB
Iara Bernardi - PT
Ildeu Araujo - PP
Ivan Valente - PT
Jamil Murad - PCdoB
Jefferson Campos - PMDB
João Batista - PFL
João Herrmann Neto - PDT
João Paulo Cunha - PT
José Dirceu - PT
José Eduardo Cardozo - PT
José Mentor - PT
Jovino Cândido - PV
Julio Semeghini - PSDB
Lobbe Neto - PSDB
Luciano Zica - PT
Luiz Antonio Fleury - PTB
Luiz Carlos Santos - PFL
Luiz Eduardo Greenhalgh - PT
Luiza Erundina - PSB
Marcelo Barbieri - PMDB
Marcelo Ortiz - PV
Marcos Abramo - PFL
Medeiros - PL
Michel Temer - PMDB
Milton Monti - PL
Nelson Marquezelli - PTB
Neuton Lima - PTB
Orlando Fantazzini - PT
Paulo Lima - PMDB
Professor Irapuan Teixeira - PP
Professor Luizinho - PT
Ricardo Berzoini - PT
Ricardo Izar - PTB
Roberto Gouveia - PT
Robson Tuma - PFL
Salvador Zimbaldi - S.PART.
Silvio Torres - PSDB
Telma de Souza - PT
Vadão Gomes - PP
Vanderlei Assis - PP
Vicente Cascione - PTB
Vicentinho - PT
Walter Barelli - PSDB
Wanderval Santos - PL
Xico Graziano - PSDB
Zulaiê Cobra - PSDB

Mato Grosso

Carlos Abicalil - PT
Celcita Pinheiro - PFL

Lino Rossi - PP
Pedro Henry - PP
Ricarte de Freitas - PTB
Teté Bezerra - PMDB
Thelma de Oliveira - PSDB
Welinton Fagundes - PL

Distrito Federal

Alberto Fraga - PFL
Jorge Pinheiro - PL
José Roberto Arruda - PFL
Maninha - PT
Osório Adriano - PFL
Sigmaringa Seixas - PT
Tatico - PL
Wasny de Roure - PT

Goiás

Barbosa Neto - PSB
Capitão Wayne - PSDB
Carlos Alberto Leréia - PSDB
Enio Tatico - PL
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Luiz Bittencourt - PMDB
Neyde Aparecida - PT
Pedro Canedo - PP
Pedro Chaves - PMDB
Ronaldo Caiado - PFL
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PL
Sérgio Caiado - PP
Vilmar Rocha - PFL

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos Biffi - PT
Antonio Cruz - PP
Geraldo Resende - PPS
João Grandão - PT
Murilo Zauith - PFL
Nelson Trad - PMDB
Vander Loubet - PT
Waldemir Moka - PMDB

Paraná

Abelardo Lupion - PFL
Affonso Camargo - PSDB
Airton Roveda - PTB
Alex Canziani - PTB
André Zacharow - PSB
Assis Miguel do Couto - PT
Cezar Silvestri - PPS
Chico da Princesa - PL
Colombo - PT
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Dra. Clair - PT
Eduardo Sciarra - PFL
Giacobo - PL
Gustavo Fruet - PSDB
Hermes Parcianello - PMDB
Iris Simões - PTB
José Borba - PMDB
José Janene - PP
Luiz Carlos Haully - PSDB
Max Rosenmann - PMDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Odílio Balbinotti - PMDB
Oliveira Filho - PL
Osmar Serraglio - PMDB
Ricardo Barros - PP

Selma Schons - PT
Takayama - PMDB
Vitorassi - PT

Santa Catarina

Adelor Vieira - PMDB
Carlito Merss - PT
Edinho Bez - PMDB
Edison Andrino - PMDB
Fernando Coruja - PPS
Gervásio Silva - PFL
Ivan Ranzolin - PP
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PT
Leodegar Tiscoski - PP
Luci Choinacki - PT
Mauro Passos - PT
Paulo Afonso - PMDB
Paulo Bauer - PSDB
Vignatti - PT
Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Adão Pretto - PT
Alceu Collares - PDT
Augusto Nardes - PP
Beto Albuquerque - PSB
Cezar Schirmer - PMDB
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Érico Ribeiro - PP
Francisco Appio - PP
Francisco Turra - PP
Henrique Fontana - PT
Júlio Redecker - PSDB
Kelly Moraes - PTB
Luciana Genro - S.PART.
Luis Carlos Heinze - PP
Marco Maia - PT
Maria do Rosário - PT
Mendes Ribeiro Filho - PMDB
Milton Cardias - PTB
Nelson Proença - PPS
Onyx Lorenzoni - PFL
Orlando Desconsi - PT
Oswaldo Biolchi - PMDB
Pastor Reinaldo - PTB
Paulo Gouvêa - PL
Paulo Pimenta - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Tarcísio Zimmermann - PT
Wilson Cignachi - PMDB
Yeda Crusius - PSDB

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Presidente: Ronaldo Caiado (PFL)
 1º Vice-Presidente: Luis Carlos Heinze (PP)
 2º Vice-Presidente: Francisco Turra (PP)
 3º Vice-Presidente: Assis Miguel do Couto (PT)

Titulares		Suplentes
	PT	
Adão Pretto		Guilherme Menezes
Anselmo		Luci Choinacki
Assis Miguel do Couto		Odair Cunha
João Grandão		Reginaldo Lopes
Josias Gomes		Vadinho Baião
Orlando Desconsi		Vignatti
Vander Loubet		Zé Geraldo
	PMDB	
Alexandre Maia <small>vaga do PL</small>		Marcelino Fraga
Gervásio Oliveira		Mauro Lopes
Leandro Vilela		Oswaldo Reis
Moacir Micheletto		Pedro Chaves
Odílio Balbinotti		Rose de Freitas
Waldemir Moka		2 vagas
Wilson Cignachi		
Zé Gerardo		
	Bloco PFL, PRONA	
Abelardo Lupion		Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small>
Carlos Melles		Betinho Rosado
Enéas		Eduardo Sciarra
Kátia Abreu		Félix Mendonça
Oswaldo Coelho <small>vaga do PC do B</small>		Francisco Rodrigues
Ronaldo Caiado		Lael Varella
	PSDB	
Anivaldo Vale		Antonio Carlos Mendes Thame
Xico Graziano		Carlos Alberto Leréia
(Dep. do PL ocupa a vaga)		Júlio Redecker
(Dep. do PP ocupa a vaga)		1 vaga
	PP	
Dilceu Sperafico		Augusto Nardes
Francisco Turra		Benedito de Lira <small>vaga do PL</small>
Luis Carlos Heinze		Érico Ribeiro
Nélio Dias <small>vaga do S.PART.</small>		Nelson Meurer
Zé Lima <small>vaga do PSDB</small>		Sérgio Caiado
Zonta		
	PTB	
Carlos Dunga		Airton Roveda
Iberê Ferreira		Dr. Francisco Gonçalves
João Lyra		Josué Bengtson
Nelson Marquzelli		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
	PL	
Almir Sá <small>vaga do PSDB</small>		Tatício
Heleno Silva		(Dep. do PP ocupa a vaga)
João Carlos Bacelar <small>vaga do PV</small>		1 vaga
Welinton Fagundes		
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		
	PPS	
Cezar Silvestri		Geraldo Thadeu
	PSB	
Luciano Leitoa		1 vaga
	PDT	
Dr. Rodolfo Pereira		Pompeo de Mattos
	PC do B	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		1 vaga
	PV	
(Dep. do PL ocupa a vaga)		Edson Duarte
	S.PART.	
(Dep. do PP ocupa a vaga)		1 vaga

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
 Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 36
 Telefones: 216-6403/6404/6406
 FAX: 216-6415

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Presidente: Maria Helena (PPS)
 1º Vice-Presidente: Átila Lins (PPS)
 2º Vice-Presidente: Júnior Betão (PL)
 3º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT)

Titulares		Suplentes
	PT	
Carlos Abicalil		Anselmo
Henrique Afonso		Nilson Mourão
Zé Geraldo		2 vagas
Zico Bronzeado		
	PMDB	
Ann Pontes		Asdrubal Bentes
Lupércio Ramos		Gervásio Oliveira
Natan Donadon		Marcelo Castro
	Bloco PFL, PRONA	
Davi Alcolumbre		Marcos Abramo
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)		1 vaga
	PSDB	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Anivaldo Vale
1 vaga		Zenaldo Coutinho
	PP	
Agnaldo Muniz		Suely Campos
Carlos Souza		(Dep. do PL ocupa a vaga)
	PTB	
Roberto Jefferson		2 vagas
(Dep. do PSC ocupa a vaga)		
	PL	
Júnior Betão		Coronel Alves
Miguel de Souza		Hamilton Casara <small>vaga do PP</small>
		Raimundo Santos
	PPS	
Átila Lins <small>vaga do PSDB</small>		1 vaga
Maria Helena		
	PSB	
Janete Capiberibe		(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
	PDT	
Severiano Alves		Dr. Rodolfo Pereira
	PCdoB	
Perpétua Almeida <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		Vanessa Grazziotin <small>vaga do PSB</small>
	PSC	
Zequinha Marinho <small>vaga do PTB</small>		
Secretário(a): Cristiano Ferri Soares de Faria		
Local: Anexo II - Sala T- 59		
Telefones: 216-6432		
FAX: 216-6440		
	COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA	
Presidente: Jader Barbalho (PMDB)		
1º Vice-Presidente: Pedro Chaves (PMDB)		
2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)		
3º Vice-Presidente: Silas Câmara (PTB)		
	Titulares	Suplentes
	PT	
Durval Orlato		Angela Guadagnin
Jorge Bittar		César Medeiros
Miro Teixeira		Fernando Ferro
Walter Pinheiro		Henrique Afonso
(Dep. do PL ocupa a vaga)		José Dirceu
2 vagas		Vicentinho
		Wasny de Roure
	PMDB	

Adelor Vieira		Gastão Vieira		José Mentor		Iriny Lopes
Gilberto Nascimento		Henrique Eduardo Alves		Luiz Eduardo Greenhalgh		José Pimentel
Hermes Parcianello		Luiz Bittencourt		Maurício Rands		Luciano Zica
Jader Barbalho		Marinha Raupp		Nelson Pellegrino		Luiz Alberto
Marcelo Barbieri		Pastor Pedro Ribeiro		Odair Cunha		Luiz Couto
Pedro Chaves		Vieira Reis		Professor Luizinho		Miro Teixeira
Takayama		Wladimir Costa		Sigmaringa Seixas		Rubens Otoni
				1 vaga		1 vaga
	Bloco PFL, PRONA				PMDB	
Corauci Sobrinho		Aldir Cabral		Cezar Schirmer		Alceste Almeida
Eduardo Sciarra		César Bandeira		Jefferson Campos		Aníbal Gomes
João Batista		Davi Alcolumbre		José Divino		Ann Pontes
José Mendonça Bezerra <small>vaga do PTB</small>		Robson Tuma		Mendes Ribeiro Filho		Leonardo Picciani
José Rocha		(Dep. do PL ocupa a vaga)		Michel Temer		Maria Lúcia Cardoso
Júlio Cesar				Nelson Trad		Mauro Benevides
	PSDB			Osmar Serraglio		Mauro Lopes
Gustavo Fruet		João Campos		Paulo Afonso		Moraes Souza
Julio Semeghini		João Castelo		Wilson Santiago		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Narcio Rodrigues		Lobbe Neto		2 vagas		2 vagas
1 vaga		Manoel Salviano			Bloco PFL, PRONA	
	PP			Antonio Carlos Magalhães Neto		André de Paula
Pedro Canedo		Antonio Cruz <small>vaga do PTB</small>		José Roberto Arruda		Coriolano Sales
Ricardo Barros		Enivaldo Ribeiro		Luiz Carlos Santos		Enéas
Sandes Júnior		Leodegar Tiscoski		Ney Lopes		Laura Carneiro
Vanderlei Assis		Romel Anizio		Paulo Magalhães		Moroni Torgan
	PTB	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		Roberto Magalhães		Mussa Demes
Iris Simões		Antonio Joaquim		Robson Tuma <small>vaga do PTB</small>		Onyx Lorenzoni
Silas Câmara		Arnon Bezerra		Vic Pires Franco		Ronaldo Caiado
(Dep. do PL ocupa a vaga)		Pastor Reinaldo		Vilmar Rocha		
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		(Dep. do PP ocupa a vaga)			PSDB	
	PL			Bosco Costa		Antonio Carlos Pannunzio
Badu Picanço <small>vaga do PT</small>		Amauri Gasques		João Almeida		Átila Lira
Carlos Nader <small>vaga do PTB</small>		Carlos Rodrigues		Jutahy Junior		Bonifácio de Andrada
Maurício Rabelo		Inaldo Leitão		Vicente Arruda		Custódio Mattos
Raimundo Santos		José Carlos Araújo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		Zenaldo Coutinho		Jorge Vi
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		José Santana de Vasconcellos <small>vaga do PSL</small>		Zulaiê Cobra		Léo Alcântara
	PPS				PP	
Nelson Proença		Raul Jungmann		Antonio Cruz <small>vaga do PTB</small>		Agnaldo Muniz
	PSB			Benedito de Lira		Celso Russomanno
Jorge Gomes <small>vaga do PC do B</small>		André Zacharow		Cleonânicio Fonseca		Professor Irapuan Teixeira
Luíza Erundina				Darci Coelho		Ricardo Barros
	PDT			Ibrahim Abi-ackel		Sandes Júnior
Jurandir Boia		Luiz Piauhyllino		Mário Negromonte		Sérgio Caiado
	PC do B			Reginaldo Germano		
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Inácio Arruda		Wagner Lago <small>vaga do PTB</small>		
	PV				PTB	
Jovino Cândido		Leonardo Mattos		Edna Macedo		Alex Canziani
	PSL			Paes Landim		Ary Kara
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		(Dep. do PL ocupa a vaga)		Vicente Cascione		Cleuber Carneiro
	S.PART.			(Dep. do PP ocupa a vaga)		Luiz Antonio Fleury
João Mendes de Jesus <small>vaga do PSL</small>		Salvador Zimbaldi <small>vaga do PP</small>		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		(Dep. do PL ocupa a vaga)
Pedro Irujo <small>vaga do PL</small>				(Dep. do PP ocupa a vaga)		(Dep. do PL ocupa a vaga)
Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira					PL	
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49				Ademir Camilo		Almeida de Jesus
Telefones: 216-6452 A 6458				Carlos Mota		Badu Picanço <small>vaga do PTB</small>
FAX: 216-6465				Carlos Rodrigues		Enio Tatico
				Edmar Moreira		Jaime Martins
				Inaldo Leitão		Neucimar Fraga <small>vaga do PTB</small>
						(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
						(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
					PPS	
				Juíza Denise Frossard		Colbert Martins
				Roberto Freire		Fernando Coruja
					PSB	
	PT			Sandra Rosado		Alexandre Cardoso
Antonio Carlos Biscaia		Antônio Carlos Biffi		(Dep. do PC do B ocupa a vaga)		Isaías Silvestre
João Paulo Cunha		Dr. Rosinha				Júlio Delgado <small>vaga do PMDB</small>
José Eduardo Cardozo		Iara Bernardi				

Alceu Collares Luiz Piauhyllino	PDT	João Fontes Pompeo de Mattos	
Jamil Murad ^{vaga do PSB} Sérgio Miranda	PC do B	Alice Portugal	
Marcelo Ortiz	PV	Sarney Filho	
	S.PART.	João Mendes de Jesus ^{vaga do PL} Pedro Irujo ^{vaga do PL}	
Secretário(a): Rejane Salete Marques Local: Anexo II, Térreo, Ala , sala 21 Telefones: 216-6494 FAX: 216-6499			
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR			
Presidente: Luiz Antonio Fleury (PTB) 1º Vice-Presidente: Eduardo Seabra (PTB) 2º Vice-Presidente: Carlos Sampaio (PSDB) 3º Vice-Presidente: Júlio Delgado (PSB)			
	Titulares	Suplentes	
Ana Guerra Selma Schons Simplicio Mário (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PT	João Grandão Luiz Bassuma Maria do Carmo Lara 1 vaga	
Luiz Bittencourt Paulo Lima Wladimir Costa ^{vaga do PT} (Dep. do PRP ocupa a vaga)	PMDB	José Divino Leandro Vilela Max Rosenmann	
Bloco PFL, PRONA			
Chico Sardelli Robério Nunes (Dep. do PTB ocupa a vaga)		Fernando de Fabinho ^{vaga do PPS} Kátia Abreu Zelinda Novaes (Dep. do PTB ocupa a vaga)	
Carlos Sampaio Márcio Fortes	PSDB	Yeda Crusius (Dep. do PL ocupa a vaga)	
Celso Russomanno Pedro Corrêa	PP	Julio Lopes Ricardo Fiuza	
Eduardo Seabra Jonival Lucas Junior ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}	PTB	Alex Canziani ^{vaga do PDT} Neuton Lima	
Luiz Antonio Fleury	PL	Ricardo Izar ^{vaga do Bloco PFL, PRONA} Sandro Matos	
Almeida de Jesus		João Paulo Gomes da Silva ^{vaga do PSDB}	
José Carlos Araújo Marcelo Guimarães Filho ^{vaga do PDT} (Dep. do PSB ocupa a vaga)	PPS	Marcos de Jesus Remi Trinta (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
Givaldo Carimbão Júlio Delgado ^{vaga do PPS} (Dep. do PL ocupa a vaga)	PSB	Paulo Baltazar	
Renato Cozzolino ^{vaga do PMDB} Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152 Telefones: 216-6920 A 6922 FAX: 216-6925	PDT PRP	(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO			
Presidente: Romeu Queiroz (PTB) 1º Vice-Presidente: Ildeu Araujo (PP) 2º Vice-Presidente: Reginaldo Lopes (PT) 3º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)			
	Titulares	Suplentes	
Jorge Boeira Reginaldo Lopes Rubens Otoni	PT	Jorge Bittar Josias Gomes (Dep. do PL ocupa a vaga)	
Bernardo Ariston Carlos Eduardo Cadoca Edson Ezequiel	PMDB	Lupércio Ramos Wilson Cignachi 1 vaga	
Bloco PFL, PRONA			
Fernando de Fabinho Gerson Gabrielli		Murilo Zauith ^{vaga do PV} Osório Adriano (Dep. do PDT ocupa a vaga)	
Júlio Redecker Léo Alcântara ^{vaga do PV} Ronaldo Dimas	PSDB	Gonzaga Mota Yeda Crusius	
Ildeu Araujo Sérgio Caiado	PP	Augusto Nardes ^{vaga do PL} Delfim Netto ^{vaga do S.PART.} Nélio Dias	
Joaquim Francisco Romeu Queiroz	PTB	Armando Monteiro Nelson Marquzezelli	
Reinaldo Betão	PL	Giacobo ^{vaga do PT} (Dep. do PP ocupa a vaga)	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PV	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
Luciana Genro	S.PART.	(Dep. do PP ocupa a vaga)	
	PDT	André Figueiredo ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}	
Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33 Telefones: 216-6601 A 6609 FAX: 216-6610			
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
Presidente: Julio Lopes (PP) 1º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL) 2º Vice-Presidente: Colbert Martins (PPS) 3º Vice-Presidente: Jaime Martins (PL)			
	Titulares	Suplentes	
João Magno Maria do Carmo Lara Zezéu Ribeiro	PT	Roberto Gouveia Terezinha Fernandes Vitorassi	
Alexandre Santos Marinha Raupp (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	PMDB	Zé Gerardo 2 vagas	
Bloco PFL, PRONA			
Elimar Máximo Damasceno Fábio Souto		Milton Barbosa Nice Lobão	
Custódio Mattos 1 vaga	PSDB	Domiciano Cabral Gustavo Fruet	
Augusto Nardes Julio Lopes	PP	Darci Coelho Mário Negromonte	

Jackson Barreto Pedro Fernandes	PTB	José Chaves Pastor Frankembergen Silas Câmara <small>vaga do PL</small>	Antônio Carlos Biffi Iara Bernardi Ivan Valente <small>vaga do PL</small> Maria do Rosário Neyde Aparecida Paulo Delgado Paulo Rubem Santiago	PT	Carlos Abicalil Chico Alencar Colombo Fátima Bezerra Gilmar Machado Walter Pinheiro <small>vaga do PPS</small> 1 vaga
Jaime Martins Paulo Gouvêa	PL	Chico da Princesa (Dep. do PTB ocupa a vaga)	Gastão Vieira João Correia João Matos (Licenciado) Osvaldo Biolchi Pastor Pedro Ribeiro (Dep. do PPS ocupa a vaga)	PMDB	Dr. Heleno Jefferson Campos Luiz Bittencourt Osmar Serraglio Paulo Lima 1 vaga
Colbert Martins	PPS	1 vaga	Celcita Pinheiro César Bandeira <small>vaga do PP</small> Clóvis Fecury <small>vaga do PP</small> Marcos Abramo Murilo Zauith <small>vaga do PTB</small> Nice Lobão Onyx Lorenzoni <small>vaga do PL</small>	Bloco PFL, PRONA	José Roberto Arruda Osvaldo Coelho Paulo Magalhães Roberto Magalhães
Barbosa Neto	PSB	Jorge Gomes	Antenor Naspolini <small>vaga do PL</small> Átila Lira Bonifácio de Andrada <small>vaga do PP</small> Lobbe Neto Nilson Pinto	PSDB	Itamar Serpa Rafael Guerra Thelma de Oliveira
Inácio Arruda <small>vaga do PMDB</small> Secretário(a): Romulo de Sousa Mesquita Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188 Telefones: 216-6551/ 6554 FAX: 216-6560	PCdoB		Professor Irapuan Teixeira (Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	PP	José Linhares Márcio Reinaldo Moreira Zé Lima
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS			Neuton Lima Ricardo Izar (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	PTB	Elaine Costa Jonival Lucas Junior Kelly Moraes
Presidente: Iriny Lopes (PT) 1º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT) 2º Vice-Presidente: Pompeo de Mattos (PDT) 3º Vice-Presidente: Chico Alencar (PT)			Geraldo Resende <small>vaga do PSB</small> Ivan Paixão <small>vaga do PMDB</small> Rogério Teófilo	PL	Carlos Nader <small>vaga do PC do B</small> Humberto Michiles Medeiros Milton Monti
Titulares			(Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	PPS	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Chico Alencar Iriny Lopes Luci Choinacki Luiz Alberto <small>vaga do PSDB</small> Luiz Couto <small>vaga do PMDB</small> Orlando Fantazzini <small>vaga do PL</small>	PT	Adão Pretto Ana Guerra <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> João Alfredo <small>vaga do PTB</small> Luiz Eduardo Greenhalgh Maria do Rosário	(Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	PSB	Luciano Leitoa Severiano Alves
(Dep. do PT ocupa a vaga) 2 vagas	PMDB	Alceste Almeida Bernardo Ariston 1 vaga	(Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	PDT	
Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small> (Dep. do PDT ocupa a vaga) 2 vagas	Bloco PFL, PRONA	Jairo Carneiro (Dep. do PT ocupa a vaga) 1 vaga	(Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	PC do B	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Sebastião Madeira (Dep. do PT ocupa a vaga)	PSDB	Eduardo Barbosa João Almeida	(Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	PT	
(Dep. do PDT ocupa a vaga) 1 vaga	PP	José Linhares Nilton Baiano	(Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	PTB	
Pastor Reinaldo (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	PTB		(Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	PSB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	PL	Paulo Gouvêa	(Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	PDT	
1 vaga	PPS	Geraldo Thadeu <small>vaga do PTB</small> Roberto Freire	(Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	PSB	
Leonardo Mattos	PV	Jovino Cândido	(Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	PDT	
Mário Heringer <small>vaga do PP</small> Pompeo de Mattos <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Secretário(a): Márcio Marques de Araújo Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185 Telefones: 216-6575 FAX: 216-6580	PDT		(Dep. do PPS ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)	PC do B	
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA			Alice Portugal Secretário(a): Anamélia Lima Rocha Fernandes Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170 Telefones: 216-6622/6625/6627/6628 FAX: 216-6635	PC do B	
Presidente: Paulo Delgado (PT) 1º Vice-Presidente: Maria do Rosário (PT) 2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL) 3º Vice-Presidente: João Correia (PMDB)			COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO		
Titulares			Presidente: Geddel Vieira Lima (PMDB) 1º Vice-Presidente: Eduardo Cunha (PMDB) 2º Vice-Presidente: Luiz Carlos Haully (PSDB) 3º Vice-Presidente: Carlito Merss (PT)		
Suplentes			Titulares		
			PT		
			Carlito Merss José Pimentel Nazareno Fonteles		
			Suplentes		
			Henrique Fontana João Paulo Cunha Jorge Boeira		

<p>(Dep. do PT ocupa a vaga)</p> <p>PPS 1 vaga</p> <p>PSB 1 vaga</p> <p>Luiza Erundina</p> <p>Secretário(a): Ruy dos Santos Siqueira Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122 Telefones: 216-6692 / 6693 FAX: 216-6700</p> <p>COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</p> <p>Presidente: Luciano Castro (PL) 1º Vice-Presidente: Jorge Pinheiro (PL) 2º Vice-Presidente: Paulo Baltazar (PSB) 3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB)</p> <p>Titulares</p> <p>PT</p> <p>César Medeiros João Alfredo Leonardo Monteiro Luciano Zica</p> <p>PMDB</p> <p>Carlos Willian Maria Lúcia Cardoso (Dep. do PV ocupa a vaga)</p> <p>Bloco PFL, PRONA</p> <p>(Dep. do PV ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)</p> <p>PSDB</p> <p>Antonio Carlos Mendes Thame (Dep. do PV ocupa a vaga)</p> <p>PP</p> <p>(Dep. S.PART. ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)</p> <p>PTB</p> <p>Kelly Moraes Sandro Matos</p> <p>PL</p> <p>Jorge Pinheiro Luciano Castro</p> <p>Oliveira Filho <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Paulo Marinho <small>vaga do PP</small></p> <p>(Dep. do PSB ocupa a vaga)</p> <p>PPS</p> <p>Paulo Baltazar <small>vaga do PPS</small></p> <p>PSB</p> <p>Edson Duarte <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Fernando Gabeira <small>vaga do PSDB</small> Sarney Filho <small>vaga do PMDB</small></p> <p>PV</p> <p>PRP</p> <p>S.PART.</p> <p>Babá <small>vaga do PP</small></p> <p>Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 150 Telefones: 216-6521 A 6526 FAX: 216-6535</p> <p>COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA</p> <p>Presidente: Nícias Ribeiro (PSDB) 1º Vice-Presidente: Paulo Feijó (PSDB) 2º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PMDB) 3º Vice-Presidente: Nelson Meurer (PP)</p>	<p>Titulares</p> <p>PT</p> <p>Eduardo Valverde Fernando Ferro Luiz Bassuma Luiz Sérgio Mauro Passos</p> <p>PMDB</p> <p>Dr. Heleno Marcello Siqueira Pastor Amarildo Rose de Freitas 1 vaga</p> <p>Bloco PFL, PRONA</p> <p>Betinho Rosado <small>vaga do PC do B</small> Gervásio Silva (Dep. do PTB ocupa a vaga) 2 vagas</p> <p>PSDB</p> <p>Jorge Vi Nícias Ribeiro Paulo Feijó</p> <p>PP</p> <p>João Pizzolatti João Tota Nelson Meurer Romel Anizio <small>vaga do PDT</small></p> <p>PTB</p> <p>Airton Roveda <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Marcus Vicente (Dep. S.PART. ocupa a vaga) (Dep. S.PART. ocupa a vaga)</p> <p>PL</p> <p>Aracely de Paula José Santana de Vasconcellos Tatico</p> <p>(Dep. do PSB ocupa a vaga)</p> <p>PPS</p> <p>B. Sá <small>vaga do PPS</small> Renato Casagrande</p> <p>(Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>PC do B</p> <p>(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)</p> <p>S.PART.</p> <p>Osmânio Pereira <small>vaga do PTB</small> Salvador Zimbaldi <small>vaga do PTB</small> Secretário(a): Damaci Pires de Miranda Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56 Telefones: 216-6711 / 6713 FAX: 216-6720</p> <p>COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</p> <p>Presidente: Aroldo Cedraz (PFL) 1º Vice-Presidente: Jairo Carneiro (PFL) 2º Vice-Presidente: Nilson Mourão (PT) 3º Vice-Presidente: João Castelo (PSDB)</p> <p>Titulares</p> <p>PT</p> <p>André Costa José Dirceu Maninha Nilson Mourão Terezinha Fernandes</p>	<p>Suplentes</p> <p>André Costa Hélio Esteves Ivo José João Magno Vander Loubet</p> <p>Alexandre Santos Deley <small>vaga do PL</small> Edinho Bez Josias Quintal Marinha Raupp Moreira Franco</p> <p>Aroldo Cedraz Gerson Gabrielli Luiz Carlos Santos Pauderney Avelino</p> <p>Capitão Wayne João Almeida Ronaldo Dimas</p> <p>Dilceu Sperafico <small>vaga do PTB</small> Francisco Appio Reginaldo Germano Simão Sessim <small>vaga do PTB</small> Vadão Gomes</p> <p>Edna Macedo (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>Edinho Montemor Maurício Rabelo (Dep. do PMDB ocupa a vaga)</p> <p>1 vaga</p> <p>1 vaga</p> <p>Jurandir Boia</p> <p>1 vaga</p> <p>Suplentes</p> <p>Ivan Valente José Eduardo Cardozo Orlando Fantazzini Paulo Delgado Zico Bronzeado</p>
--	---	---

Edison Andrino Vieira Reis (Dep. do PDT ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga) 1 vaga	PMDB	Edinho Bez Edson Ezequiel Paulo Afonso Takayama (Dep. do PV ocupa a vaga)	PSDB	Capitão Wayne ^{vaga do PT} Carlos Sampaio João Campos	Bosco Costa Zulaiê Cobra
André de Paula Aroldo Cedraz Francisco Rodrigues Jairo Carneiro	Bloco PFL, PRONA	Antonio Carlos Magalhães Neto Carlos Melles Robério Nunes ^{vaga do PTB} Vilmar Rocha (Dep. do PPS ocupa a vaga)	PP	Jair Bolsonaro ^{vaga do Bloco PFL, PRONA} Lino Rossi Reginaldo Germano	Ricardo Barros (Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Antonio Carlos Pannunzio Itamar Serpa João Castelo	PSDB	Antonio Carlos Mendes Thame Luiz Carlos Haully Paulo Bauer ^{vaga do PTB} Zulaiê Cobra	PTB	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Luiz Antonio Fleury Pastor Reinaldo
Feu Rosa Vadão Gomes (Dep. do PL ocupa a vaga)	PP	Francisco Dornelles Jair Bolsonaro João Tota	PL	Coronel Alves Wanderval Santos	Almir Sá ^{vaga do PMDB} Edmar Moreira Neucimar Fraga
Arnon Bezerra Marcondes Gadelha Pastor Frankembergen	PTB	Jackson Barreto (Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	PPS	Raul Jungmann	Juíza Denise Frossard
Hamilton Casara João Paulo Gomes da Silva Lincoln Portela Marcos de Jesus ^{vaga do PP} Medeiros ^{vaga do PMDB}	PL	Almir Sá Júnior Betão Miguel de Souza	PSB	(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Givaldo Carimbão
Dimas Ramalho	PPS	Rogério Teófilo ^{vaga do Bloco PFL, PRONA} (Dep. do PSB ocupa a vaga)	PDT	Enio Bacci ^{vaga do PSB} Perpétua Almeida ^{vaga do PTB}	PCdoB S.PART. Luciana Genro ^{vaga do PP}
André Zacharow	PSB	Júlio Delgado ^{vaga do PPS} Luiza Erundina	Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C Telefones: 216-6761 / 6762 FAX: 216-6770	COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA Presidente: Dr. Benedito Dias (PP) 1º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB) 2º Vice-Presidente: Guilherme Menezes (PT) 3º Vice-Presidente: Almerinda de Carvalho (PMDB)	
João Herrmann Neto ^{vaga do PMDB} Neiva Moreira	PDT	Manato	Titulares		
Renildo Calheiros	PC do B	Perpétua Almeida	PT	Angela Guadagnin Dr. Rosinha Guilherme Menezes Henrique Fontana Roberto Gouveia 1 vaga	Suplentes Assis Miguel do Couto Durval Orlato Maninha ^{vaga do PL} Nazareno Fonteles Selma Schons Telma de Souza (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Secretário(a): Fernando Luiz Cunha Rocha Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125 Telefones: 216-6739 / 6738 / 6737 FAX: 216-6745	PV	Fernando Gabeira ^{vaga do PMDB}	PMDB	Almerinda de Carvalho Benjamin Maranhão Darcísio Perondi Jorge Alberto Saraiva Felipe (Licenciado) Teté Bezerra	Lúcia Braga Waldemir Moka (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga) 2 vagas
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO Presidente: Enio Bacci (PDT) 1º Vice-Presidente: João Campos (PSDB) 2º Vice-Presidente: Alberto Fraga (PFL) 3º Vice-Presidente: Carlos Sampaio (PSDB)			Bloco PFL, PRONA		
Titulares			Suplentes		
Paulo Pimenta Paulo Rubem Santiago (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PT	Antonio Carlos Biscaia Luiz Couto Nelson Pellegrino (Dep. do PL ocupa a vaga)	PSDB	Eduardo Barbosa Rafael Guerra Thelma de Oliveira	Celcita Pinheiro Elimar Máximo Damasceno José Mendonça Bezerra Roberto Brant ^{vaga do PT} (Dep. do PPS ocupa a vaga)
Cabo Júlio Gilberto Nascimento Josias Quintal	PMDB	2 vagas	PP	Dr. Benedito Dias José Linhares ^{vaga do Bloco PFL, PRONA} Nilton Baiano Suely Campos	Pedro Canedo Vanderlei Assis 1 vaga
Alberto Fraga ^{vaga do PTB} Moroni Torgan (Dep. do PP ocupa a vaga)	Bloco PFL, PRONA	Laura Carneiro Vic Pires Franco	PTB		

Antonio Joaquim	Homero Barreto <small>vaga do PMDB</small>	PDT	Alceu Collares
Arnaldo Faria de Sá	Marcondes Gadelha	PCdoB	Alice Portugal <small>vaga do PMDB</small>
Dr. Francisco Gonçalves	Milton Cardias (Dep. S.PART. ocupa a vaga)		
	PL		
Amauri Gasques	Carlos Mota		
Remi Trinta	Jorge Pinheiro (Dep. do PT ocupa a vaga)		
1 vaga			
	PPS		
Geraldo Thadeu	Geraldo Resende <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		
	PSB		
Dr. Ribamar Alves	Jorge Gomes Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>		
	PDT		
Manato	Mário Heringer		
	PC do B		
Jandira Feghali	Jamil Murad		
	PV		
1 vaga	Marcelo Ortiz		
	S.PART.		
	Osmânio Pereira <small>vaga do PTB</small>		
Secretário(a): Gardene Aguiar Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145 Telefones: 216-6787 / 6781 A 6786 FAX: 216-6790			
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO			
Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB) 1º Vice-Presidente: Osvaldo Reis (PMDB) 2º Vice-Presidente: Enio Tatiko (PL) 3º Vice-Presidente: Marco Maia (PT)			
Titulares		Suplentes	
	PT		
Dra. Clair	Carlos Santana		
Marco Maia	Leonardo Monteiro		
Paulo Pimenta	Maurício Rands		
Tarcísio Zimmermann	Neyde Aparecida		
Vicentinho	Professor Luizinho		
	PMDB		
Henrique Eduardo Alves	Ann Pontes		
Leonardo Picciani	Benjamin Maranhão		
Lúcia Braga	Luiz Bittencourt		
Moraes Souza	Marcelo Barbieri		
Osvaldo Reis	Paulo Lima <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)		
	Bloco PFL, PRONA		
José Carlos Aleluia	Laura Carneiro		
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)		
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		
	PSDB		
Carlos Alberto Leréia	Eduardo Barbosa		
Walter Barelli	Narcio Rodrigues		
1 vaga	1 vaga		
	PP		
Érico Ribeiro	Pedro Corrêa		
Pedro Henry	Ronivon Santiago		
	PTB		
Jovair Arantes	Arnaldo Faria de Sá		
Milton Cardias	Homero Barreto <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Ricarte de Freitas		
	PL		
Enio Tatiko	Sandro Mabel		
Ricardo Rique	1 vaga		
	PPS		
Cláudio Magrão	1 vaga		
	PSB		
Isaías Silvestre	Pastor Francisco Olímpio		
João Fontes		PDT	
Daniel Almeida <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>			
Vanessa Grazziotin <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>			
Secretário(a): Anamélia Ribeiro Correia de Araújo Local: Anexo II, Sala T 50 Telefones: 216-6805 / 6806 / 6807 FAX: 216-6815			
COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO			
Presidente: Antonio Cambraia (PSDB) 1º Vice-Presidente: André Figueiredo (PDT) 2º Vice-Presidente: Marcelo Teixeira (PMDB) 3º Vice-Presidente: Márcio Reinaldo Moreira (PP)			
Titulares		Suplentes	
	PT		
Gilmar Machado		Orlando Desconsi	
Ivo José		Simplicio Mário	
Vadinho Baião		1 vaga	
	PMDB		
Alceste Almeida		Edison Andrino <small>vaga do PPS</small>	
Deley		Luiz Bittencourt	
Marcelo Teixeira		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
		(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
	Bloco PFL, PRONA		
Claudio Cajado		Eduardo Sciarra <small>vaga do PMDB</small>	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Fábio Souto	
		José Rocha	
	PSDB		
Alberto Goldman		Jutahy Junior	
Antonio Cambraia		Silvio Torres	
Bismarck Maia <small>vaga do PPS</small>			
	PP		
Márcio Reinaldo Moreira		Ildeu Araujo	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Pedro Henry	
	PTB		
Alex Canziani <small>vaga do PP</small>		José Militão	
Cleuber Carneiro <small>vaga do PL</small>		Jovair Arantes	
José Chaves		Marcus Vicente <small>vaga do PL</small>	
Josué Bengtson		Philemon Rodrigues <small>vaga do PMDB</small>	
Ricarte de Freitas <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>			
	PL		
Edinho Montemor		Hamilton Casara	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Marcelo Guimarães Filho <small>vaga do PDT</small>	
		(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
	PPS		
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
	PSB		
1 vaga		Dr. Ribamar Alves	
	PDT		
André Figueiredo		(Dep. do PL ocupa a vaga)	
Secretário(a): Iracema Marques Local: Anexo II, Ala A, Sala 5, Térreo Telefones: 216-6831 / 6832 / 6833			
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES			
Presidente: Mário Assad Júnior (PL) 1º Vice-Presidente: Humberto Michiles (PL) 2º Vice-Presidente: Homero Barreto (PTB) 3º Vice-Presidente: Nelson Bornier (PMDB)			
Titulares		Suplentes	
	PT		
Carlos Santana		Carlito Merss	
Devanir Ribeiro		Marco Maia	
Hélio Esteves		Paulo Pimenta	
Telma de Souza		Vitorassi	

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO DE PROJETOS E AÇÕES COM VISTAS À TRANSPOSIÇÃO E À INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS PARA A REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO.

Presidente: José Carlos Machado (PFL)
 1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)
 2º Vice-Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB)
 3º Vice-Presidente:
 Relator: Marcondes Gadelha (PTB)

Titulares		Suplentes
	PT	
Fátima Bezerra		Zezéu Ribeiro
Fernando Ferro		5 vagas
José Pimentel		
Josias Gomes		
Luiz Couto		
Nazareno Fonteles		
	PFL	
Fernando de Fabinho	(Dep. do PDT ocupa a vaga)	
José Carlos Machado	(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
José Rocha		3 vagas
Luiz Carreira		
Oswaldo Coelho		
	PMDB	
Benjamin Maranhão		Aníbal Gomes
Henrique Eduardo Alves	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
Jorge Alberto		2 vagas
Marcelo Castro		
	PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame		Bosco Costa
Átila Lira		Eduardo Barbosa
Helenildo Ribeiro (Licenciado)		Gonzaga Mota
Manoel Salviano		João Castelo
	PP	
Benedito de Lira		Mário Negromonte
Cleonânio Fonseca		Nélio Dias
Enivaldo Ribeiro		1 vaga
	PTB	
Jackson Barreto		Carlos Dunga
Marcondes Gadelha		Paes Landim ^{vaga do PFL}
		1 vaga
	PL	
Almeida de Jesus		2 vagas
Helena Silva		
	PSB	
B. Sá ^{vaga do PPS}		Isaías Silvestre
Gonzaga Patriota		Luciano Leitoa ^{vaga do PDT}
Pastor Francisco Olímpio		Sandra Rosado ^{vaga do PMDB}
		1 vaga
	PPS	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Colbert Martins
	PDT	
Severiano Alves		João Fontes ^{vaga do PFL}
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
	PC do B	
Daniel Almeida		1 vaga
	PV	
Edson Duarte		Samery Filho
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Telefones: 216-6209/6232		
FAX: 216-6225		

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA ARTIGOS 90 E 91 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, POSSIBILITANDO QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS REQUISITADOS OPTEM PELA ALTERAÇÃO DE SUA

LOTAÇÃO FUNCIONAL DO ÓRGÃO CEDENTE PARA O ÓRGÃO CESSIONÁRIO".

Presidente: Reinaldo Betão (PL)
 1º Vice-Presidente: Júnior Betão (PL)
 2º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)
 3º Vice-Presidente:
 Relator: Philemon Rodrigues (PTB)

Titulares		Suplentes
	PT	
Eduardo Valverde		Iara Bernardi
Wasny de Roure		5 vagas
Zé Geraldo		
3 vagas		
	PMDB	
Cabo Júlio ^{vaga do PSC}		Jefferson Campos
Marcelo Castro		4 vagas
Mauro Benevides		
Oswaldo Reis		
Wilson Santiago		
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		
	Bloco PFL, PRONA	
Gervásio Silva		4 vagas
Laura Carneiro		
Milton Barbosa		
Vilmar Rocha		
	PP	
Érico Ribeiro		Leodegar Tiscoski
Mário Negromonte		Vadão Gomes
Pedro Corrêa		1 vaga
	PSDB	
Carlos Alberto Leréia		Itamar Serpa
Nícias Ribeiro		João Campos
Zenaldo Coutinho		1 vaga
	PTB	
Jovair Arantes		José Militão
Nelson Marquezelli		2 vagas
Philemon Rodrigues		
	Bloco PL, PSL	
Júnior Betão		Almeida de Jesus
Reinaldo Betão		Luciano Castro
Ricardo Rique		Medeiros
	PPS	
Geraldo Thadeu		Ivan Paixão
	PSB	
Gonzaga Patriota		Luciano Leitoa
Sandra Rosado ^{vaga do PMDB}		
	PDT	
Pompeo de Mattos		Alceu Collares
	PC do B	
Sérgio Miranda		1 vaga
	PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PRP ocupa a vaga)	
	PV	
Marcelo Ortiz		1 vaga
	PRP	
		Renato Cozzolino ^{vaga do PSC}
Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Telefones: 216-6214/6232		
FAX: 216-6225		

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 3-A, DE 1999, QUE "ALTERA OS ARTS. 27, 28, 29, 44 E 82 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INTRODUZ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, DE FORMA A FAZER COINCIDIR OS MANDATOS ELETIVOS QUE MENCIONA E ATRIBUIR-LHES NOVO PERÍODO DE DURAÇÃO" E APENSADAS.

Presidente: Affonso Camargo (PSDB)
 1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)

2º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT) 3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB) Relator: Eduardo Sciarra (PFL)		Henrique Fontana José Pimentel Maurício Rands Neyde Aparecida Walter Pinheiro	Guilherme Menezes Roberto Gouveia Selma Schons Simplicio Mário Terezinha Fernandes
Titulares	Suplentes		
PT		PMDB	
Chico Alencar José Eduardo Cardozo Paulo Delgado Paulo Rocha Rubens Otoni 1 vaga	Luiz Couto Maria do Carmo Lara 4 vagas	Almerinda de Carvalho Benjamin Maranhão Jorge Alberto Marcelo Barbieri Teté Bezerra	Leandro Vilela 4 vagas
PFL		Bloco PFL, PRONA	
André de Paula Eduardo Sciarra Jairo Carneiro Mendonça Prado (Licenciado) Nice Lobão Roberto Magalhães ^{vaga do PTB}	Davi Alcolumbre ^{vaga do PDT} Fernando de Fabinho Rodrigo Maia Ronaldo Caiado (Dep. do PL ocupa a vaga) 1 vaga	Celcita Pinheiro Fernando de Fabinho Luiz Carreira Robério Nunes	4 vagas
PMDB		PSDB	
Cezar Schirmer Eliseu Padilha Henrique Eduardo Alves Jefferson Campos	Marcelo Castro 3 vagas	Domiciano Cabral Rafael Guerra Sebastião Madeira	Eduardo Barbosa João Campos 1 vaga
PSDB		PP	
Affonso Camargo Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) Rafael Guerra Vicente Arruda	Antonio Carlos Pannunzio Bonifácio de Andrada Bosco Costa Zenaldo Coutinho	Mário Negromonte Pedro Corrêa Vadão Gomes	Dr. Benedito Dias Érico Ribeiro 1 vaga
PP		PTB	
Enivaldo Ribeiro Pedro Corrêa Romel Anizio	Leodegar Tiscoski Mário Negromonte 1 vaga	Jackson Barreto Pedro Fernandes 1 vaga	Arnaldo Faria de Sá Jovair Arantes 1 vaga
PTB		PL	
Vicente Cascione (Dep. do PFL ocupa a vaga)	Arnaldo Faria de Sá Luiz Antonio Fleury	Ademir Camilo Carlos Mota Júnior Betão	Amauri Gasques Neucimar Fraga Remi Trinta
PL		PPS	
João Paulo Gomes da Silva Lincoln Portela	Carlos Nader ^{vaga do PFL} Oliveira Filho 1 vaga	Geraldo Resende	Ivan Paixão
PSB		PSB	
Pastor Francisco Olímpio 1 vaga		Dr. Ribamar Alves	Jorge Gomes
PPS		PDT	
Raul Jungmann	Colbert Martins	Mário Heringer	Dr. Rodolfo Pereira
PDT		PC do B	
Manato (Dep. do PFL ocupa a vaga)		Daniel Almeida	1 vaga
PC do B		PV	
Renildo Calheiros 1 vaga		Edson Duarte Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 216-6205/6232 FAX: 216-6225	Sarney Filho
PV		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54-A, DE 1999, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (DISPONDO QUE O PESSOAL EM EXERCÍCIO QUE NÃO TENHA SIDO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO, ESTÁVEL OU NÃO, PASSA A INTEGRAR QUADRO TEMPORÁRIO EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS CARGOS OU EMPREGOS RESPECTIVOS).	
Jovino Cândido Secretário(a): Ana Lucia R. Marques Local: Anexo II Pavimento Superior s/170-A Telefones: 261-6214/6232 FAX: 216-6225	Marcelo Ortiz	Presidente: Laura Carneiro (PFL) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB) Relator: Átila Lira (PSDB)	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 007-A, DE 2003, QUE "ALTERA O INCISO II DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PERMITINDO A CONTRATAÇÃO, PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO".		Titulares	Suplentes
Presidente: Almerinda de Carvalho (PMDB) 1º Vice-Presidente: Ademir Camilo (PL) 2º Vice-Presidente: Daniel Almeida (PCdoB) 3º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL) Relator: Walter Pinheiro (PT)		PT	
Titulares	Suplentes	Carlos Abicalil Fátima Bezerra Jorge Boeira Odair Cunha Tarcisio Zimmermann 1 vaga	6 vagas
Fátima Bezerra	Eduardo Valverde	PFL	

Laura Carneiro	Antonio Carlos Magalhães Neto	1 vaga		1 vaga
Ney Lopes (Dep. do PL ocupa a vaga) (Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga	José Roberto Arruda 3 vagas		Bloco PFL, PRONA	Ronaldo Caiado 3 vagas
	PMDB			
Jefferson Campos Jorge Alberto Leonardo Picciani 1 vaga	Adelor Vieira 3 vagas		PP	José Janene 2 vagas
	PSDB			
Átila Lira Eduardo Barbosa Helenildo Ribeiro (Licenciado) (Dep. do PL ocupa a vaga)	Zenaldo Coutinho 3 vagas		PSDB	Antonio Carlos Mendes Thame Júlio Redecker Thelma de Oliveira
	PP			Helenildo Ribeiro (Licenciado) Manoel Salviano Nicias Ribeiro
Agnaldo Muniz ^{vaga do PPS} Feu Rosa Nélio Dias Sandes Júnior Vanderlei Assis ^{vaga do PFL}	Nilton Baiano Zé Lima 1 vaga		PTB	Nelson Marquezelli Ricarte de Freitas 1 vaga
	PTB		Bloco PL, PSL	Edmar Moreira João Paulo Gomes da Silva 1 vaga
Eduardo Seabra 1 vaga	Philemon Rodrigues 1 vaga			
	PL		PPS	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Hamilton Casara ^{vaga do PSDB} João Carlos Bacelar ^{vaga do PFL} Luciano Castro Paulo Marinho	Medeiros Welinton Fagundes		PSB	Barbosa Neto
	PSB		PDT	Dr. Rodolfo Pereira
Gonzaga Patriota Pastor Francisco Olímpio	2 vagas		PC do B	Jamil Murad 1 vaga
	PPS		PSC	(Dep. do PP ocupa a vaga) Zequinha Marinho
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Geraldo Thadeu		PV	(Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga
Alceu Collares	Pompeo de Mattos			Secretário(a): Maria Terezinha Donati Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-B Telefones: 216.6215 FAX: 216.6225
Alice Portugal	1 vaga			
	PV			
Jovino Cândido Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6207 / 6232 FAX: 216-6225	Marcelo Ortiz			
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58-A, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A CONVALIDAÇÃO DE ALIENAÇÕES DE TERRAS PROCEDIDAS PELOS ESTADOS NA FAIXA DE FRENTEIRA".		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92-A, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DETERMINANDO QUE OS MEMBROS DO STF SERÃO ESCOLHIDOS DENTRE OS MEMBROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES QUE INTEGREM A CARREIRA DA MAGISTRATURA, MENORES DE SESSENTA E CINCO ANOS DE IDADE, INDICADOS EM LISTA TRÍPLICE PELO PRÓPRIO TRIBUNAL, COM NOMEAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E APROVAÇÃO DO SENADO FEDERAL.		
Presidente: João Grandão (PT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL) 3º Vice-Presidente: Relator: Luis Carlos Heinze (PP)		Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: José Divino (PMDB)		
Titulares		Titulares		
	PT		PT	Suplentes
Eduardo Valverde João Grandão José Eduardo Cardozo Nilson Mourão Vignatti 1 vaga		Hélio Esteves Zico Bronzeado 4 vagas		Iriny Lopes 5 vagas
	PMDB			
Alceste Almeida Gervásio Oliveira ^{vaga do PDT} Osmar Serraglio Teté Bezerra Waldemir Moka	Darcísio Perondi João Matos (Licenciado) Lupércio Ramos ^{vaga do PPS} Moacir Micheletto Nelson Trad		PFL	Antonio Carlos Magalhães Neto (Dep. do PTB ocupa a vaga)

Luiz Carlos Santos (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)	3 vagas		
PMDB			
Carlos Willian ^{vaga do PSB} José Divino Marcelino Fraga Nelson Trad 1 vaga	Ann Pontes Osmar Serraglio 2 vagas		
PSDB			
Carlos Sampaio Nicias Ribeiro Vicente Arruda (Dep. do PPS ocupa a vaga)	Bonifácio de Andrada Helenildo Ribeiro (Licenciado) Zenaldo Coutinho 1 vaga		
PP			
Cleonânncio Fonseca Darci Coelho ^{vaga do PFL} Dilceu Sperafico Ricardo Fiuza Wagner Lago ^{vaga do PDT}	Antonio Cruz ^{vaga do PTB} 3 vagas		
PTB			
Luiz Antonio Fleury Vicente Cascione	Paes Landim ^{vaga do PFL} (Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga		
PL			
Edmar Moreira Marcelo Guimarães Filho ^{vaga do PFL} Mário Assad Júnior	José Santana de Vasconcellos Raimundo Santos		
PSB			
(Dep. do PMDB ocupa a vaga) 1 vaga	2 vagas		
PPS			
Cezar Silvestri Juíza Denise Frossard ^{vaga do PSDB}	Dimas Ramalho		
PDT			
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Severiano Alves		
PC do B			
Jamil Murad	1 vaga		
PV			
Sarney Filho Secretário(a): Walbia Vânia de Farias Lora Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6205 / 6232 FAX: 216-6225	Marcelo Ortiz		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101-A, DE 2003, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (AUTORIZANDO A REELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL).			
Presidente: Arlindo Chinaglia (PT) 1º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL) 2º Vice-Presidente: Jader Barbalho (PMDB) 3º Vice-Presidente: Luiz Sérgio (PT) Relator: Paes Landim (PTB)			
Titulares		Suplentes	
PT			
Arlindo Chinaglia José Pimentel Luiz Sérgio Professor Luizinho Rubens Otoni 1 vaga	Devanir Ribeiro Fernando Ferro Neyde Aparecida Nilson Mourão Paulo Rocha 1 vaga		
PMDB			
Fernando Diniz Gastão Vieira Jader Barbalho José Borba	Almerinda de Carvalho Aníbal Gomes Pastor Pedro Ribeiro Wilson Santiago		
Nelson Trad Pastor Amarildo ^{vaga do PTB}			Zé Gerardo
Bloco PFL, PRONA			
Laura Carneiro Moroni Torgan Robério Nunes Vic Pires Franco			Ney Lopes Rodrigo Maia 2 vagas
PP			
Benedito de Lira Leodegar Tiscoski Professor Irapuan Teixeira			Feu Rosa Romel Anizio 1 vaga
PSDB			
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) Jutahy Junior Luiz Carlos Haully			Bismarck Maia Bosco Costa Carlos Alberto Leréia
PTB			
José Múcio Monteiro Paes Landim (Dep. do PMDB ocupa a vaga)			Iris Simões Jovair Arantes 1 vaga
Bloco PL, PSL			
Luciano Castro Sandro Mabel 1 vaga			Medeiros Paulo Marinho 1 vaga
PPS			
(Dep. do PDT ocupa a vaga)			Átila Lins
PSB			
Jorge Gomes			1 vaga
PDT			
Álvaro Dias João Herrmann Neto ^{vaga do PPS}			Mário Heringer
PC do B			
Daniel Almeida			Jamil Murad
PV			
Sarney Filho Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6207/6232 FAX: 216-6225			Jovino Cândido
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 106-A, DE 1999, DO SENHOR LEUR LOMANTO, QUE "SUPRIME O § 7º DO ART. 14 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (SUPRIMINDO O DISPOSITIVO QUE TORNA INELEGÍVEL, NO TERRITÓRIO DE JURISDIÇÃO DO TITULAR, CÔNJUGE E OS PARENTES CONSANGÜÍNEOS OU AFINS, DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE GOVERNADOR E DE PREFEITO).			
Presidente: Alceu Collares (PDT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: André de Paula (PFL)			
Titulares		Suplentes	
PT			
Chico Alencar Devanir Ribeiro Henrique Afonso José Mentor Paulo Delgado Zico Bronzeado		Ana Guerra Rubens Otoni 4 vagas	
PMDB			
Almerinda de Carvalho Cezar Schirmer Hermes Parcianello Mauro Benevides Mauro Lopes			5 vagas
Bloco PFL, PRONA			
André de Paula Ney Lopes Roberto Magalhães			4 vagas

Reinaldo Betão (Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Paulo Gouvêa Welinton Fagundes		Dimas Ramalho		Ivan Paixão
	PPS		Isaías Silvestre	PSB	Pastor Francisco Olímpio
Colbert Martins		1 vaga		PDT	
Luciano Leitoa	Barbosa Neto		Mário Heringer		1 vaga
	PSB		Jamil Murad	PC do B	1 vaga
André Figueiredo	Álvaro Dias			PSC	
	PDT		Costa Ferreira	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
Alice Portugal		1 vaga		PV	
	PC do B		Edson Duarte		Sarney Filho
Edson Duarte	Jovino Cândido			S.PART.	
	PV		Salvador Zimbaldi <small>vaga do PTB</small>		
	S.PART.		Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro		
João Mendes de Jesus <small>vaga do PL</small>			Local: Anexo II - Pavimento Superior - s/ 170-A		
Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho			Telefones: 216.6209		
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A			FAX: 216.6225		
Telefones: 216-6203/6232					
FAX: 216-6225					
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 199-A, DE 2003, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "B" E ACRESCENTA ALÍNEA "C" AO INCISO XXIII DO ART. 21, E ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO V DO ART. 177 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA EXCLUIR DO MONOPÓLIO DA UNIÃO A PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RADIOISÓTOPOS DE MEIA-VIDA CURTA, PARA USOS MÉDICOS, AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS".</p>			<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 200-A, DE 2003, QUE "ALTERA O ART. 89 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, INCORPORANDO OS SERVIDORES DO EXTINTO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA AOS QUADROS DA UNIÃO".</p>		
<p>Presidente: Dimas Ramalho (PPS) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Kátia Abreu (PFL)</p>			<p>Presidente: Miguel de Souza (PL) 1º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL) 2º Vice-Presidente: Davi Alcolumbre (PFL) 3º Vice-Presidente: Zico Bronzeado (PT) Relator: Agnaldo Muniz (PP)</p>		
Titulares			Titulares		
	PT	Suplentes		PT	Suplentes
Angela Guadagnin		Assis Miguel do Couto	Anselmo		6 vagas
João Grandão		César Medeiros	Eduardo Valverde		
José Eduardo Cardozo		4 vagas	Fernando Ferro		
Luciano Zica			Hélio Esteves		
Mauro Passos			Zé Geraldo		
Walter Pinheiro			Zico Bronzeado		
	PMDB			PMDB	
Almerinda de Carvalho		Cabo Júlio <small>vaga do PSC</small>	Leonardo Picciani		Gervásio Oliveira <small>vaga do PDT</small>
Darcísio Perondi		5 vagas	Marcelo Barbieri		Lupércio Ramos <small>vaga do PPS</small>
Dr. Heleno <small>vaga do PP</small>			Marinha Raupp		5 vagas
Jefferson Campos			Natan Donadon		
Jorge Alberto			Osvaldo Reis		
Nelson Trad				Bloco PFL, PRONA	
	Bloco PFL, PRONA		Davi Alcolumbre		4 vagas
José Rocha		4 vagas	Francisco Rodrigues		
Kátia Abreu			Kátia Abreu		
Laura Carneiro			Pauderney Avelino		
Ronaldo Caiado				PSDB	
	PP		Antenor Naspolini		3 vagas
Nelson Meurer		Reginaldo Germano	Carlos Alberto Leréia		
Simão Sessim		Vanderlei Assis	1 vaga		
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		1 vaga		PP	
	PSDB		Agnaldo Muniz		Celso Russomanno
Nilson Pinto		Carlos Alberto Leréia	Darci Coelho		Ricardo Fiuzza
Walter Feldman (Licenciado)		Julio Semeghini	Pedro Corrêa		1 vaga
1 vaga		Narcio Rodrigues		PTB	
	PTB		Eduardo Seabra		Homero Barreto
Iris Simões		3 vagas	Josué Bengtson <small>vaga do PV</small>		Pedro Fernandes
Romeu Queiroz			Pastor Frankembergen		Philemon Rodrigues
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)			1 vaga		
	Bloco PL, PSL			PL	
Luciano Castro		Almir Sá	Coronel Alves		Carlos Mota
Mário Assad Júnior		Ricardo Rique	Hamilton Casara		Inaldo Leitão
Remi Trinta		1 vaga	Miguel de Souza		Luciano Castro
	PPS			PPS	
			Maria Helena	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
			Gonzaga Patriota	PSB	
				PDT	Luciano Leitoa

<p>PRONA Enéas Secretário(a): Angélica Fialho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6218 / 6232 FAX: 216-6225</p>	<p>1 vaga Secretário(a): -</p>	<p>1 vaga</p>
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 272-A, DE 2000, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA "C" DO INCISO I DO ART. 12 DA CONSTITUIÇÃO E ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, ASSEGURANDO O REGISTRO NOS CONSULADOS DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO".</p>	<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 334-A, DE 1996, "QUE VEDA A NOMEAÇÃO DE PARENTES DE AUTORIDADES PARA CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA".</p>	
<p>Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:</p>	<p>Presidente: Manato (PDT) 1º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB) 2º Vice-Presidente: Zulaiê Cobra (PSDB) 3º Vice-Presidente: Raul Jungmann (PPS) Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)</p>	
<p>Titulares</p>	<p>Titulares</p>	<p>Suplentes</p>
<p>PT Leonardo Monteiro Maninha Nilson Mourão Orlando Fantazzini Paulo Delgado Zé Geraldo <small>vaga do PMDB</small> 1 vaga</p>	<p>PT Antonio Carlos Biscaia José Eduardo Cardozo Luiz Couto Orlando Fantazzini Rubens Otoni Walter Pinheiro</p>	<p>Ana Guerra Luiz Bassuma Vadinho Baião 3 vagas</p>
<p>PMDB Fernando Lopes João Correia Vieira Reis Wilson Santiago (Dep. do PT ocupa a vaga)</p>	<p>PMDB Cezar Schirmer Mauro Benevides Wilson Cignachi 2 vagas</p>	<p>5 vagas</p>
<p>Bloco PFL, PRONA Francisco Rodrigues Murilo Zauith Vilmar Rocha (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)</p>	<p>Bloco PFL, PRONA André de Paula Antonio Carlos Magalhães Neto José Roberto Arruda Onyx Lorenzoni</p>	<p>4 vagas</p>
<p>PP Feu Rosa Ivan Ranzolin 1 vaga</p>	<p>PSDB Yeda Crusius Zenaldo Coutinho Zulaiê Cobra</p>	<p>3 vagas</p>
<p>PSDB Bosco Costa Helenildo Ribeiro (Licenciado) João Castelo</p>	<p>PP Benedito de Lira Ibrahim Abi-ackel Wagner Lago</p>	<p>3 vagas</p>
<p>PTB Arnon Bezerra Jackson Barreto 1 vaga</p>	<p>PTB Arnaldo Faria de Sá Jackson Barreto Marcondes Gadelha</p>	<p>Iberê Ferreira Iris Simões Nelson Marquezelli</p>
<p>Bloco PL, PSL Almeida de Jesus Carlos Mota João Carlos Bacelar <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> João Paulo Gomes da Silva</p>	<p>PL Carlos Mota Edinho Montemor Medeiros</p>	<p>Almeida de Jesus Coronel Alves Lincoln Portela</p>
<p>PPS (Dep. do PDT ocupa a vaga)</p>	<p>PPS Raul Jungmann</p>	<p>Colbert Martins</p>
<p>PSB Alexandre Cardoso</p>	<p>PSB Isaías Silvestre</p>	<p>Jorge Gomes</p>
<p>PDT João Herrmann Neto <small>vaga do PPS</small> Severiano Alves</p>	<p>PDT Manato</p>	<p>Luiz Piauhyllino</p>
<p>PC do B Jamil Murad</p>	<p>PC do B Perpétua Almeida</p>	<p>Daniel Almeida</p>
<p>PSC Zequinha Marinho</p>	<p>PV Sarney Filho</p>	<p>Jovino Cândido</p>
	<p>Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 216-6201/6232 FAX: 216-6225</p>	
	<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 347-A, DE 1996, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCLUINDO O DISPOSITIVO QUE PROÍBE A INTERRUPTÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA SEM APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL).</p>	
	<p>Presidente: Orlando Desconsi (PT) 1º Vice-Presidente:</p>	

<p>André de Paula Fábio Souto Jairo Carneiro Laura Carneiro Mendonça Prado (Licenciado)</p>	<p>PFL</p>	<p>5 vagas</p>	<p>Marcos Abramo Ronaldo Caiado 1 vaga</p>	<p>Fernando de Fabinho Milton Barbosa (Dep. do PL ocupa a vaga) (Dep. do PSC ocupa a vaga)</p>
<p>Cezar Schirmer Gilberto Nascimento Marcelo Castro Max Rosenmann Paulo Afonso</p>	<p>PMDB</p>	<p>João Correia Osvaldo Reis (Dep. do PSB ocupa a vaga) 1 vaga</p>	<p>Almerinda de Carvalho Asdrubal Bentes Bernardo Ariston Teté Bezerra</p>	<p>PMDB</p> <p>Pastor Amarildo ^{vaga do PL} (Dep. do PSB ocupa a vaga) 3 vagas</p>
<p>Antonio Cambraia Eduardo Barbosa Thelma de Oliveira Yeda Crusius</p>	<p>PSDB</p>	<p>Carlos Alberto Leréia Rafael Guerra Walter Feldman (Licenciado) (Dep. do PPS ocupa a vaga)</p>	<p>Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) Anivaldo Vale Eduardo Barbosa Helenildo Ribeiro (Licenciado)</p>	<p>PSDB</p> <p>Bosco Costa João Almeida Júlio Redecker Léo Alcântara</p>
<p>Benedito de Lira José Linhares Suely Campos</p>	<p>PP</p>	<p>Zonta 2 vagas</p>	<p>Wagner Lago Zé Lima 1 vaga</p>	<p>PP</p> <p>Cleonânicio Fonseca Enivaldo Ribeiro Ivan Ranzolin</p>
<p>Kelly Moraes Marcondes Gadelha</p>	<p>PTB</p>	<p>Arnaldo Faria de Sá 1 vaga</p>	<p>Homero Barreto Josué Bengtson</p>	<p>PTB</p> <p>Pastor Reinaldo (Dep. do PFL ocupa a vaga)</p>
<p>Almeida de Jesus Oliveira Filho</p>	<p>PL</p>	<p>Marcos de Jesus Wanderval Santos</p>	<p>Medeiros 1 vaga</p>	<p>PL</p> <p>José Carlos Araújo ^{vaga do PFL} Luciano Castro (Dep. do PMDB ocupa a vaga) 1 vaga</p>
<p>Luiza Erundina (Dep. do PMDB ocupa a vaga)</p>	<p>PSB</p>	<p>André Zacharow ^{vaga do PDT} Sandra Rosado ^{vaga do PMDB} 2 vagas</p>	<p>Isaías Silvestre Luiza Erundina</p>	<p>PSB</p> <p>Sandra Rosado ^{vaga do PMDB} (Dep. do PT ocupa a vaga) 1 vaga</p>
<p>1 vaga</p>	<p>PPS</p>	<p>Geraldo Resende Juíza Denise Frossard ^{vaga do PSDB}</p>	<p>Colbert Martins</p>	<p>PPS</p> <p>Geraldo Resende</p>
<p>Mário Heringer</p>	<p>PDT</p>	<p>(Dep. do PSB ocupa a vaga)</p>	<p>1 vaga</p>	<p>PDT</p> <p>Dr. Rodolfo Pereira</p>
<p>Jamil Murad</p>	<p>PC do B</p>	<p>Alice Portugal</p>	<p>Daniel Almeida</p>	<p>PC do B</p> <p>Jamil Murad</p>
<p>Elimar Máximo Damasceno Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6218 / 6232 FAX: 216-6225</p>	<p>PRONA</p>	<p>1 vaga</p>	<p>Marcelo Ortiz</p>	<p>PV</p> <p>1 vaga</p>
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438-A, DE 2001, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 243 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ESTABELECENDO A PENA DE PERDIMENTO DA GLEBA ONDE FOR CONSTADA A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO; REVERTENDO A ÁREA AO ASSENTAMENTO DOS COLONOS QUE JÁ TRABALHAVAM NA RESPECTIVA GLEBA).</p> <p>Presidente: Isaías Silvestre (PSB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: Bernardo Ariston (PMDB) 3º Vice-Presidente: Anivaldo Vale (PSDB) Relator: Tarcísio Zimmermann (PT)</p>	<p>Titulares</p>	<p>Suplentes</p>	<p>PSC</p> <p>Zequinha Marinho ^{vaga do PFL}</p>	<p>PSC</p> <p>Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta Local: Anexo II, Pavimento Superior s/ 170-A Telefones: 216.6211 FAX: 216.6225</p>
<p>Antonio Carlos Biscaia Dra. Clair Leonardo Monteiro Neyde Aparecida Paulo Rocha Tarcísio Zimmermann</p>	<p>PT</p>	<p>Chico Alencar Eduardo Valverde João Grandão ^{vaga do PSB} Jorge Boeira Orlando Fantazzini Zé Geraldo 1 vaga</p>	<p>Fernando Ferro José Pimentel Luiz Bassuma Virgílio Guimarães Walter Pinheiro Zezéu Ribeiro</p>	<p>PT</p> <p>Josias Gomes 5 vagas</p>
<p>Francisco Rodrigues Kátia Abreu</p>	<p>PFL</p>	<p>Abelardo Lupion Alberto Fraga ^{vaga do PTB}</p>	<p>Fernando de Fabinho José Carlos Machado José Rocha Luiz Carreira</p>	<p>PFL</p> <p>Júlio Cesar (Dep. do PL ocupa a vaga) 3 vagas</p>

Herculano Anghinetti (Licenciado) 1 vaga	Mário Negromonte 2 vagas	Fernando Coruja	PPS	Átila Lins
Iris Simões José Militão	2 vagas	Alexandre Cardoso	PSB	Luiza Erundina
Mário Assad Júnior Oliveira Filho	Carlos Mota Chico da Princesa	Alceu Collares	PDT	Luiz Piauhyllino
André Zacharow ^{vaga do PDT} Pastor Francisco Olímpio (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	2 vagas	Sérgio Miranda	PC do B	1 vaga
Geraldo Thadeu (Dep. do PSB ocupa a vaga)	Cezar Silvestri	Jovino Cândido	PV	1 vaga
Jamil Murad	Mário Heringer	Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 216-6214/6232 FAX: 216-6225		
Leonardo Mattos Secretário(a): Leila Machado Campos de Freitas Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6212 / 6232 FAX: 216-6225	Sarney Filho	COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.144, DE 2003, DA SENHORA MARIA DO CARMO LARA, QUE "INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, DEFINE DIRETRIZES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 548-A, DE 2002, DO SENADO FEDERAL, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º DO ART. 17 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISCIPLINAR AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS".				
Presidente: Benedito de Lira (PP) 1º Vice-Presidente: Darci Coelho (PP) 2º Vice-Presidente: Odair Cunha (PT) 3º Vice-Presidente: Natan Donadon (PMDB) Relator: Pauderney Avelino (PFL)				
Titulares		Suplentes		
César Medeiros Maurício Rands Nelson Pellegrino Odair Cunha Vitorassi 1 vaga	Luiz Bassuma Luiz Couto Rubens Otoni Simplicio Mário 2 vagas	Iara Bernardi Maria do Carmo Lara Orlando Desconsi Simplicio Mário Terezinha Fernandes Zezéu Ribeiro	PT	Dr. Rosinha Mauro Passos Paulo Rubem Santiago Walter Pinheiro 2 vagas
PMDB		PMDB		
Henrique Eduardo Alves Mauro Benevides Mendes Ribeiro Filho Natan Donadon Olavo Calheiros	Eduardo Cunha 4 vagas	Alexandre Santos Marinha Raupp Moreira Franco Teté Bezerra Zé Gerardo		Olavo Calheiros (Dep. do PRP ocupa a vaga) 3 vagas
Bloco PFL, PRONA		Bloco PFL, PRONA		
Betinho Rosado Pauderney Avelino Robério Nunes Vic Pires Franco	Antonio Carlos Magalhães Neto Eduardo Sciarra Murilo Zauith Rodrigo Maia	Betinho Rosado José Carlos Machado Oswaldo Coelho Paulo Magalhães		Gervásio Silva (Dep. do PPS ocupa a vaga) 2 vagas
PSDB		PSDB		
Antonio Carlos Pannunzio Custódio Mattos João Almeida	3 vagas	Antonio Carlos Mendes Thame Julio Semeghini Rafael Guerra		Antonio Carlos Pannunzio Domiciano Cabral Eduardo Barbosa
PP		PP		
Benedito de Lira Darci Coelho Ibrahim Abi-ackel	Pedro Canedo 2 vagas	Julio Lopes Vanderlei Assis Zé Lima		Ildeu Araujo Romei Anizio Vadão Gomes
PTB		PTB		
Iris Simões Luiz Antonio Fleury Pastor Reinaldo	Arnaldo Faria de Sá Edna Macedo Paes Landim	Jackson Barreto Nelson Marquezelli Pedro Fernandes		3 vagas
PL		PL		
Carlos Rodrigues Inaldo Leitão Sandro Mabel	Ademir Camilo Edmar Moreira Miguel de Souza	Jorge Pinheiro Paulo Marinho Sandro Mabel		Heleno Silva 2 vagas
		PPS		
		Colbert Martins		
		Geraldo Resende ^{vaga do Bloco PFL, PRONA} Rogério Teófilo		
		PSB		
		Paulo Baltazar		
		PDT		
		Jurandir Boia		
		André Figueiredo		

Inácio Arruda	PC do B	1 vaga	Renato Cozzolino <small>vaga do PFL</small>
Fernando Gabeira	PV	Edson Duarte	
	PRP	Renato Cozzolino <small>vaga do PMDB</small>	
Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 216-6205/6232 FAX: 216-6225			
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".			
Presidente: Sandra Rosado (PSB) 1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB) 2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL) 3º Vice-Presidente: Relator: Dr. Francisco Gonçalves (PTB)			
Titulares		Suplentes	
	PT		
Iara Bernardi		Iriny Lopes	
Luci Choinacki		Maninha	
Maria do Rosário		4 vagas	
Selma Schons			
Telma de Souza			
1 vaga			
	PFL		
Celcita Pinheiro		(Dep. do PRP ocupa a vaga)	
Kátia Abreu		4 vagas	
Laura Carneiro			
Nice Lobão			
Zelinda Novaes			
	PMDB		
Almerinda de Carvalho		Benjamin Maranhão	
Ann Pontes		Lúcia Braga	
Marinha Raupp		Teté Bezerra	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		1 vaga	
	PSDB		
Professora Raquel Teixeira		Eduardo Barbosa	
(Licenciado)			
Thelma de Oliveira		Ronaldo Dimas	
Yeda Crusius		Sebastião Madeira	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Zulaiê Cobra	
	PP		
Benedito de Lira		Celso Russomanno	
Cleonâncio Fonseca		2 vagas	
Suely Campos			
	PTB		
Dr. Francisco Gonçalves		Kelly Moraes	
Elaine Costa		1 vaga	
	PL		
Maurício Rabelo		Carlos Mota	
Oliveira Filho		Marcos de Jesus	
	PSB		
Janete Capiberibe		2 vagas	
Luiza Erundina			
Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>			
	PPS		
Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>		Geraldo Thadeu	
Maria Helena			
	PDT		
Alceu Collares		Álvaro Dias	
	PC do B		
Alice Portugal		Jandira Feghali	
	PV		
Fernando Gabeira		Leonardo Mattos	
	PRP		
Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6205/6232 FAX: 216-6225			
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146, DE 2003, QUE "REGULAMENTA O ART. 37 INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI PRINCÍPIOS E NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".			
Presidente: 1º Vice-Presidente: Enio Tatico (PL) 2º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB) 3º Vice-Presidente: Abelardo Lupion (PFL) Relator: Sérgio Miranda (PCdoB)			
Titulares		Suplentes	
	PT		
João Grandão		6 vagas	
José Pimentel			
Paulo Bernardo (Licenciado)			
Paulo Rubem Santiago			
Vander Loubet			
1 vaga			
	PMDB		
Carlos Willian <small>vaga do PSC</small>		5 vagas	
Eliseu Padilha			
Marcelino Fraga			
Max Rosenmann			
Nelson Trad			
Zé Gerardo			
	Bloco PFL, PRONA		
Abelardo Lupion		Eduardo Sciarra	
Corauci Sobrinho		Pauderney Avelino	
Mussa Demes		(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
1 vaga		1 vaga	
	PP		
Pedro Corrêa		3 vagas	
Ricardo Barros			
Zonta			
	PSDB		
João Almeida		Julio Semeghini	
Léo Alcântara		Luiz Carlos Haully	
1 vaga		Paulo Bauer <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	
	PTB	Walter Feldman (Licenciado)	
Elaine Costa		Dr. Francisco Gonçalves	
José Militão		José Chaves	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)		1 vaga	
	Bloco PL, PSL		
Enio Tatico <small>vaga do PTB</small>		Edmar Moreira	
José Santana de Vasconcellos		João Leão	
Miguel de Souza		1 vaga	
Milton Monti			
	PPS		
Átila Lins		Geraldo Thadeu	
	PSB		
Gonzaga Patriota		1 vaga	
	PDT		
Mário Heringer		1 vaga	
	PC do B		
Sérgio Miranda		Vanessa Grazziotin	
	PSC		
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Zequinha Marinho	
	PV		
Marcelo Ortiz		Edson Duarte	
Secretário(a): Carla Medeiros			
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			

Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI 2.316, DE 2003, QUE "ESTABELECE O
CÓDIGO BRASILEIRO DE COMBUSTÍVEIS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

	PT	
Dra. Clair		Paulo Rubem Santiago
Eduardo Valverde		5 vagas
Hélio Esteves		
Luciano Zica		
Luiz Alberto		
Luiz Bassuma		

	PMDB	
Deley <small>vaga do PV</small>		Alexandre Santos
Eliseu Padilha		Eduardo Cunha
João Magalhães		Max Rosenmann
Josias Quintal		Nelson Bornier
Wladimir Costa		Paulo Lima

	Bloco PFL, PRONA	
Betinho Rosado		Chico Sardelli
Carlos Melles		Claudio Cajado
Eduardo Sciarra		Fernando de Fabinho
Gervásio Silva		(Dep. do PL ocupa a vaga)

	PSDB	
Bismarck Maia		Antonio Cambraia
Carlos Sampaio		Helenildo Ribeiro (Licenciado)
Paulo Feijó		Nicias Ribeiro

	PP	
João Pizzolatti		Celso Russomanno
Nélio Dias		Feu Rosa
Simão Sessim		1 vaga

	PTB	
Iris Simões		Alex Canziani
Marcus Vicente		Ricardo Izar
Sandro Matos		1 vaga

	PL	
Jaime Martins		Aracely de Paula
José Santana de Vasconcellos		Jorge Pinheiro
Wellington Roberto		José Carlos Araújo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>
		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)

	PPS	
1 vaga		Dimas Ramalho

	PSB	
Beto Albuquerque		Pastor Francisco Olímpio

	PDT	
Mário Heringer		1 vaga

	PC do B	
Daniel Almeida		1 vaga

	PV	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		1 vaga

	PRP	
Renato Cozzolino <small>vaga do PMDB</small>		

	S.PART.	
		João Mendes de Jesus <small>vaga do PL</small>

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 2377, DE 2003, QUE "DISPÕE
SOBRE LINHAS DE CRÉDITO FEDERAIS DIRECIONADAS ÀS
ATIVIDADES TURÍSTICAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

PT

Suplentes

André Costa		César Medeiros
João Grandão		5 vagas
José Pimentel		
Maninha		
Rubens Otoni		
1 vaga		

	PMDB	
Alceste Almeida		5 vagas
Carlos Eduardo Cadoca		
Marcelo Teixeira		
Pedro Chaves		
1 vaga		

	Bloco PFL, PRONA	
Fábio Souto		4 vagas
Ney Lopes		
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)		
1 vaga		

	PP	
Dr. Benedito Dias		Francisco Garcia
João Pizzolatti		João Tota <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>
1 vaga		2 vagas

	PSDB	
Bismarck Maia		Eduardo Paes
Carlos Alberto Leréia		Luiz Carlos Haully
Domiciano Cabral		Professora Raquel Teixeira (Licenciado)

	PTB	
Alex Canziani		Arnon Bezerra
José Militão		Jovair Arantes
Josué Bengtson		Marcus Vicente

	Bloco PL, PSL	
Chico da Princesa		(Dep. do PP ocupa a vaga)
Marcelo Guimarães Filho <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		2 vagas

Reinaldo Betão		
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		

	PPS	
Geraldo Thadeu		Nelson Proença

	PSB	
Isaías Silvestre		Barbosa Neto

	PDT	
Severiano Alves		Álvaro Dias

	PC do B	
Perpétua Almeida		1 vaga

	PSC	
Costa Ferreira		1 vaga

	PV	
1 vaga		1 vaga

	S.PART.	
João Mendes de Jesus <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>		

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 3.337, DE 2004, QUE "DISPÕE
SOBRE A GESTÃO, A ORGANIZAÇÃO E O CONTROLE
SOCIAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, ACRESCE E
ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 9.472, DE 16 DE JULHO**

DE 1997, Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999, Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000, Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000, E Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Henrique Fontana (PT)
1º Vice-Presidente: Eliseu Resende (PFL)
2º Vice-Presidente: Ricardo Barros (PP)
3º Vice-Presidente:

Relator: Leonardo Picciani (PMDB)

Titulares		Suplentes
	PT	
Fernando Ferro		Devanir Ribeiro
Henrique Fontana		Eduardo Valverde
Luciano Zica		José Pimentel
Mauro Passos		Telma de Souza
Paulo Bernardo (Licenciado)		Zezéu Ribeiro
Terezinha Fernandes		1 vaga
	PMDB	
Eliseu Padilha		Almerinda de Carvalho
Leonardo Picciani		Cabo Júlio <small>vaga do PSC</small>
Mauro Lopes		Darcísio Perondi
Moreira Franco		Deley <small>vaga do PV</small>
Osmar Serraglio		Eduardo Cunha
		Gilberto Nascimento
		José Priante
	Bloco PFL, PRONA	
Eduardo Sciarra		Aroldo Cedraz
Eliseu Resende		Rodrigo Maia
José Roberto Arruda	(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	1 vaga
Vilmar Rocha		
	PP	
Dr. Benedito Dias		Leodegar Tiscoski
Francisco Appio		Vadão Gomes
Ricardo Barros		1 vaga
	PSDB	
Alberto Goldman		Julio Semeghini
Antonio Carlos Mendes Thame		Ronaldo Cezar Coelho (Licenciado)
1 vaga		Ronaldo Dimas
	PTB	
Iris Simões		Jovair Arantes
Jackson Barreto		Luiz Antonio Fleury
Jonival Lucas Junior		Nelson Marquezelli
	Bloco PL, PSL	
José Santana de Vasconcellos		José Carlos Araújo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>
Luciano Castro		Medeiros
Mário Assad Júnior		Paulo Marinho
		1 vaga
	PPS	
Fernando Coruja		Roberto Freire
	PSB	
Renato Casagrande		1 vaga
	PDT	
1 vaga		Severiano Alves
	PC do B	
Sérgio Miranda		Inácio Arruda
	PSC	
(Dep. do PRP ocupa a vaga)		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
	PV	
Sarney Filho		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
	PRP	
Renato Cozzolino <small>vaga do PSC</small>		
Secretário(a): Leila Machado		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Telefones: 216-6212		

FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PL Nº 3638, DE 2000, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Leonardo Mattos (PV)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Relator: Celso Russomanno (PP)

Titulares		Suplentes
	PT	
Angela Guadagnin		Vadinho Baião
Antônio Carlos Biffi		5 vagas
Assis Miguel do Couto		
Luci Choinacki		
Maria do Rosário		
Neyde Aparecida		
	PMDB	
Almerinda de Carvalho		Deley <small>vaga do PV</small>
Marinha Raupp		5 vagas
Oswaldo Biolchi		
Pastor Amarildo <small>vaga do PSC</small>		
Rose de Freitas		
1 vaga		
	Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro		4 vagas
Milton Barbosa		
Zelinda Novaes		
1 vaga		
	PP	
Celso Russomanno		José Linhares
Ildeu Araujo		Suely Campos
Julio Lopes		1 vaga
	PSDB	
Eduardo Barbosa		Rafael Guerra
João Campos		Walter Feldman (Licenciado)
Thelma de Oliveira		(Dep. do PPS ocupa a vaga)
	PTB	
Arnaldo Faria de Sá		Luiz Antonio Fleury
Pastor Reinaldo		Marcus Vicente
Ricardo Izar		1 vaga
	Bloco PL, PSL	
Lincoln Portela		Coronel Alves
Maurício Rabelo		Marcos de Jesus
Paulo Gouvêa		1 vaga
	PPS	
Geraldo Thadeu		Cláudio Magrão <small>vaga do PSDB</small>
		Juíza Denise Frossard
	PSB	
Luciano Leitoa		1 vaga
	PDT	
Severiano Alves		Enio Bacci
	PC do B	
Daniel Almeida		1 vaga
	PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Costa Ferreira
	PV	
Leonardo Mattos		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho		
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A		
Telefones: 216.6203		
FAX: 216.6225		

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.530, DE 2004, DE AUTORIA DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A

JUVENTUDE, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Lobbe Neto (PSDB)

1º Vice-Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB)

2º Vice-Presidente: Elaine Costa (PTB)

3º Vice-Presidente: Luciano Leitoa (PSB)

Relator: Reginaldo Lopes (PT)

Titulares

Suplentes

Carlos Abicalil	PT	Fátima Bezerra
Ivo José		Iara Bernardi
Reginaldo Lopes		João Grandão
Roberto Gouveia		Odair Cunha
Selma Schons		Wasny de Roure
Vignatti		Zico Bronzeado

PMDB

Ann Pontes		Marinha Raupp
Benjamin Maranhão		4 vagas
Deley		
Leandro Vilela		
Rose de Freitas		

Bloco PFL, PRONA

Celcita Pinheiro		4 vagas
Clóvis Fecury		
Davi Alcolumbre		
1 vaga		

PSDB

Eduardo Barbosa		Gustavo Fruet
Lobbe Neto		Rafael Guerra
Zenaldo Coutinho		Thelma de Oliveira

PP

Nilton Baiano		Feu Rosa
Pedro Canedo		2 vagas
Zonta		

PTB

Elaine Costa		Alex Canziani
Homero Barreto		2 vagas
Milton Cardias		

PL

Júnior Betão		Jorge Pinheiro
Lincoln Portela		Neucimar Fraga
Maurício Rabelo		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)

PPS

Ivan Paixão		Geraldo Thadeu
-------------	--	----------------

PSB

Luciano Leitoa		André Zacharow
----------------	--	----------------

PDT

André Figueiredo		Pompeo de Mattos
------------------	--	------------------

PC do B

Alice Portugal		1 vaga
----------------	--	--------

PV

Jovino Cândido		1 vaga
----------------	--	--------

S.PART.

João Mendes de Jesus vaga do PL

Secretário(a): Ana Clara Fonseca Serejo

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6235/6232

FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4776, DE 2005, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, CRIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - FNDF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Miguel de Souza (PL)

1º Vice-Presidente: César Medeiros (PT)

2º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)

3º Vice-Presidente: José Militão (PTB)

Relator: Beto Albuquerque (PSB)

Titulares

Suplentes

César Medeiros	PT	Devanir Ribeiro
Henrique Afonso		Eduardo Valverde
João Alfredo		Fernando Ferro
João Grandão		Nilson Mourão
Luciano Zica		Zezéu Ribeiro
Zé Geraldo		1 vaga

PMDB

Ann Pontes		Gervásio Oliveira
Asdrubal Bentes		Luiz Bittencourt
Lupércio Ramos		Moacir Micheletto
Marcelino Fraga		2 vagas
Natan Donadon		

Bloco PFL, PRONA

Davi Alcolumbre		Eduardo Sciarra
Gervásio Silva		3 vagas
Kátia Abreu		
Luiz Carreira		

PSDB

Anivaldo Vale		Antonio Carlos Mendes Thame
Nilson Pinto		Ronaldo Dimas
Zenaldo Coutinho		Xico Graziano

PP

Carlos Souza		Francisco Appio
Pedro Henry		Nelson Meurer
Zé Lima		Zonta

PTB

José Militão		Dr. Francisco Gonçalves
Paes Landim		Jovair Arantes
Pastor Frankembergen		Pastor Reinaldo

PL

Hamilton Casara		Almir Sá
Júnior Betão		Jaime Martins
Miguel de Souza		Welinton Fagundes

PPS

Cezar Silvestri		Átila Lins
-----------------	--	------------

PSB

Beto Albuquerque		Janete Capiberibe
------------------	--	-------------------

PDT

Dr. Rodolfo Pereira		Severiano Alves
---------------------	--	-----------------

PC do B

Perpétua Almeida		Vanessa Grazziotin
------------------	--	--------------------

PV

Sarney Filho		Fernando Gabeira
--------------	--	------------------

Secretário(a): Fátima Moreira

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6204/6232

FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4846, DE 1994, QUE "ESTABELECE MEDIDAS DESTINADAS A RESTRINGIR O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Marinha Raupp (PMDB)

1º Vice-Presidente: Osmânio Pereira (S.PART.)

2º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)

3º Vice-Presidente: Enio Tatico (PL)

Relator: Sandes Júnior (PP)

Titulares

Suplentes

Ana Guerra	PT	6 vagas
Angela Guadagnin		
Durval Orlato		
Luiz Bassuma		
Nazareno Fonteles		
Telma de Souza		

PMDB

Claudio Cajado José Rocha	PSDB		Marcos de Jesus Paulo Gouvêa Paulo Marinho		Carlos Rodrigues Lincoln Portela Reinaldo Betão
Antonio Cambraia Bismarck Maia Silvio Torres		Jutahy Junior Lobbe Neto Nilson Pinto		PPS	Raul Jungmann
Enivaldo Ribeiro Pedro Canedo Ronivon Santiago	PP	João Pizzolatti 2 vagas	Luciano Leitoa	PSB	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
José Militão Jovair Arantes Marcus Vicente	PTB	Arnaldo Faria de Sá Josué Bengtson Sandro Matos	André Figueiredo	PDT	João Fontes vaga do PSB Jurandir Boia
Giacobo Paulo Marinho Reinaldo Betão	PL	Edinho Montemor Enio Tatico Marcelo Guimarães Filho	Perpétua Almeida	PC do B	1 vaga
Geraldo Resende	PPS	Cláudio Magrão	Costa Ferreira	PSC	1 vaga
Dr. Ribamar Alves	PSB	Luciano Leitoa	Edson Duarte	PV	1 vaga
André Figueiredo	PDT	João Fontes	Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6212/6232 FAX: 216-6225		
Daniel Almeida	PC do B	1 vaga	COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5476, DE 2001, DO SR. MARCELO TEIXEIRA, QUE "MODIFICA A LEI Nº 9472, DE 16 DE JULHO DE 1997, DETERMINANDO QUE A ESTRUTURA TARIFÁRIA DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA, PRESTADOS EM REGIME PÚBLICO, SEJA FORMADA APENAS PELA REMUNERAÇÃO DAS LIGAÇÕES EFETUADAS".		
Marcelo Ortiz Secretário(a): -	PV	1 vaga	Presidente: Francisco Dornelles (PP) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5403, DE 2001, QUE "DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES DA INTERNET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".			Titulares		
Presidente: Gastão Vieira (PMDB) 1º Vice-Presidente: Reginaldo Germano (PP) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Marcos de Jesus (PL)			Suplentes		
Titulares			PT		
Fernando Ferro Jorge Bittar Luiz Eduardo Greenhalgh Walter Pinheiro 2 vagas	PT	6 vagas	Devanir Ribeiro Jorge Bittar José Mentor Professor Luizinho Selma Schons Walter Pinheiro 1 vaga		Fernando Ferro Gilmar Machado Ivo José Nilson Mourão Reginaldo Lopes 2 vagas
PMDB			PMDB		
Gastão Vieira Luiz Bittencourt Marcelo Barbieri Wilson Cignachi Wilson Santiago		Cezar Schirmer Jorge Alberto Marcelo Castro Paulo Afonso 1 vaga	Aníbal Gomes Geddel Vieira Lima Luiz Bittencourt Marcelo Teixeira Mauro Lopes Moacir Micheletto Zé Gerardo		7 vagas
Bloco PFL, PRONA			Bloco PFL, PRONA		
João Batista José Carlos Aleluia Laura Carneiro Marcos Abramo		4 vagas	Corauci Sobrinho José Carlos Aleluia Marcos Abramo Mussa Demes Roberto Brant		Fernando de Fabinho Onyx Lorenzoni Robson Tuma Vilmar Rocha 1 vaga
PP			PSDB		
Augusto Nardes Celso Russomanno Reginaldo Germano		Ricardo Barros 2 vagas	Eduardo Paes Gonzaga Mota Julio Semeghini Léo Alcântara		João Castelo 3 vagas
PSDB			PP		
Carlos Alberto Leréia Julio Semeghini Nilson Pinto		Domiciano Cabral Narcio Rodrigues 1 vaga	Celso Russomanno Delfim Netto Francisco Dornelles Romel Anizio		Benedito de Lira Cleonânio Fonseca Julio Lopes Simão Sessim
PTB			PTB		
Alex Canziani Pastor Frankembergen Philemon Rodrigues		Edna Macedo Ricarte de Freitas 1 vaga	Jonival Lucas Junior Marcus Vicente Romeu Queiroz		Alex Canziani Paes Landim Pedro Fernandes
Bloco PL, PSL					

(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		1 vaga			
Edinho Montemor	PL	Enio Tatico			
Inaldo Leitão		Heleno Silva			
Júnior Betão		Lincoln Portela			
Mário Assad Júnior		Marcelo Guimarães Filho			
Átila Lins	PPS	Nelson Proença			
Givaldo Carimbão	PSB		1 vaga		
Mário Heringer	PDT	Enio Bacci			
Daniel Almeida	PC do B		1 vaga		
Marcelo Ortiz	PV	Jovino Cândido			
Salvador Zimbaldi	S.PART.				
<p>Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6218/6232 FAX: 216-6225</p>					
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6485, DE 2002, QUE "INSTITUI O 'AUXILIO ADOÇÃO' PARA O ABRIGO FAMILIAR DE CRIANÇAS INTERNADAS EM ORFANATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (PL 1756/03 APENSADO)</p>					
<p>Presidente: Maria do Rosário (PT) 1º Vice-Presidente: Zelinda Novaes (PFL) 2º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT) 3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB) Relator: Teté Bezerra (PMDB)</p>					
Titulares		Suplentes			
Angela Guadagnin	PT	Luiz Couto			
Fernando Ferro		Neyde Aparecida			
Maria do Rosário		Terezinha Fernandes			
Rubens Otoni			3 vagas		
Selma Schons					
Telma de Souza					
Coraucci Sobrinho	PFL	Celcita Pinheiro			
Laura Carneiro		Kátia Abreu			
Zelinda Novaes		Nice Lobão			
(Dep. do PP ocupa a vaga)			2 vagas		
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)					
João Matos (Licenciado)	PMDB	Ann Pontes			
Marcelo Castro		Deley			
Paulo Afonso		Marinha Raupp			
Teté Bezerra			2 vagas		
Eduardo Barbosa	PSDB	Professora Raquel Teixeira			
Helenildo Ribeiro		(Licenciado)			
(Licenciado)		Yeda Crusius			
Júlio Redecker			2 vagas		
Paulo Bauer					
Thelma de Oliveira					
Darci Coelho	PP		3 vagas		
Francisco Garcia					
José Linhares					
1 vaga					
Kelly Moraes	PTB	Jonival Lucas Junior			
1 vaga			1 vaga		
	PL				
Marcos de Jesus					
1 vaga					
Luiza Erundina	PSB				
1 vaga			2 vagas		
Ivan Paixão	PPS				
Severiano Alves	PDT		1 vaga		
Perpétua Almeida	PC do B				
Marcelo Ortiz	PV				
Secretário(a): Fernando Maia Leão					
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A					
Telefones: 216-6205/6232					
FAX: 216-6225					
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2004, QUE "REGULAMENTA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 146 E O INCISO IX DO ART. 170 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (APENSADOS: PLP 210/04 E OUTROS).</p>					
<p>Presidente: Carlos Melles (PFL) 1º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL) 2º Vice-Presidente: Selma Schons (PT) 3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB) Relator: Luiz Carlos Haully (PSDB)</p>					
Titulares		Suplentes			
Carlito Merss	PT	Eduardo Valverde			
José Pimentel		Jorge Boeira			
Nazareno Fonteles		Vitorassi			
Reginaldo Lopes			3 vagas		
Selma Schons					
Vignatti					
Carlos Eduardo Cadoca	PMDB	Alexandre Santos			
Eliseu Padilha			5 vagas		
Max Rosenmann					
Wilson Santiago					
Zé Gerardo					
Carlos Melles	Bloco PFL, PRONA	Fernando de Fabinho			
Eduardo Sciarra		Gervásio Silva			
Gerson Gabrielli		José Roberto Arruda			
Luiz Carreira		Vilmar Rocha			
Augusto Nardes	PP	Benedito de Lira			
Francisco Dornelles		Feu Rosa			
Pedro Corrêa		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)			
Luiz Carlos Haully	PSDB	Júlio Redecker			
Ronaldo Dimas		Julio Semeghini			
Walter Barelli		Silvio Torres			
Armando Monteiro	PTB	Joaquim Francisco			
Arnaldo Faria de Sá			2 vagas		
José Militão					
Ademir Camilo	Bloco PL, PSL	Enio Tatico			
Giacobo		Heleno Silva			
Miguel de Souza		Milton Monti			
Fernando Coruja	PPS				
Renato Casagrande	PSB	(Dep. do PSB ocupa a vaga)			
		B. Sá			
		Jorge Gomes			
	PDT				

Enio Bacci		Álvaro Dias	Severiano Alves		Mário Heringer
Vanessa Grazziotin	PC do B	1 vaga	Perpétua Almeida	PC do B	1 vaga
Costa Ferreira	PSC	1 vaga	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PSC	Zequinha Marinho
Vittorio Mediolli	PV	Jovino Cândido	(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	PV	Vittorio Mediolli <small>vaga do PSDB</small>
Secretário(a): Maria Terezinha Donati					1 vaga
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho		
Telefones: 216-6215/6232			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
FAX: 216-6225			Telefones: 216-6206/6232		
			FAX: 216-6225		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 2004, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE - SUDECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".		
Presidente: Carlos Abicalil (PT) 1º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (PFL) 2º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB) 3º Vice-Presidente: Relator: Sandro Mabel (PL)			Presidente: Marcelino Fraga (PMDB) 1º Vice-Presidente: José Pimentel (PT) 2º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL) 3º Vice-Presidente: Relator: Zezéu Ribeiro (PT)		
Titulares			Titulares		
	PT	Suplentes		PT	Suplentes
Antônio Carlos Biffi		Maninha	Fátima Bezerra		João Alfredo
Carlos Abicalil		Sigmaringa Seixas	José Pimentel		Josias Gomes
João Grandão		4 vagas	Leonardo Monteiro		Luiz Alberto
Neyde Aparecida			Luiz Couto		Maurício Rands
Rubens Otoni			Paulo Rubem Santiago		Terezinha Fernandes
Wasny de Roure			Zezéu Ribeiro		1 vaga
	PMDB			PFL	
Luiz Bittencourt		Leandro Vilela	André de Paula		(Dep. do PL ocupa a vaga)
Nelson Trad		4 vagas	César Bandeira		4 vagas
Pastor Amarildo <small>vaga do PSC</small>			Fábio Souto		
Pedro Chaves			Luiz Carreira		1 vaga
Teté Bezerra				PMDB	
Waldemir Moka			Jorge Alberto		Carlos Eduardo Cadoca
	Bloco PFL, PRONA		Marcelino Fraga		Mauro Lopes
Celcita Pinheiro		José Roberto Arruda	Mauro Benevides		Moraes Souza
Murilo Zauith		Vilmar Rocha	(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Zé Gerardo
Ronaldo Caiado		2 vagas		PSDB	
1 vaga			Antonio Cambraia		Átila Lira
	PP		Bosco Costa		Gonzaga Mota
Darci Coelho		Pedro Canedo	Helenildo Ribeiro (Licenciado)		João Castelo
Leonardo Vilela (Licenciado)		Pedro Henry	João Almeida		1 vaga
Sérgio Caiado		Sandes Júnior		PP	
	PSDB		Benedito de Lira		Enivaldo Ribeiro
Carlos Alberto Leréia		Ronaldo Dimas	Cleonânicio Fonseca		Márcio Reinaldo Moreira
João Campos		(Dep. do PV ocupa a vaga)	Ricardo Fiuza		Wagner Lago <small>vaga do PDT</small>
Professora Raquel Teixeira		1 vaga		PTB	Zé Lima
(Licenciado)			Armando Monteiro		2 vagas
	PTB		1 vaga		
Jovair Arantes		3 vagas	Jaime Martins		José Carlos Araújo <small>vaga do PFL</small>
Ricarte de Freitas			1 vaga		Sandro Mabel
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)					1 vaga
	Bloco PL, PSL			PSB	
Enio Tatico <small>vaga do PTB</small>		Luciano Castro	B. Sá <small>vaga do PPS</small>		Eduardo Campos
Jorge Pinheiro		Maurício Rabelo	Isaías Silvestre		1 vaga
Lincoln Portela <small>vaga do PV</small>		Miguel de Souza	Maurício Quintella Lessa		
Sandro Mabel			(Licenciado)		
1 vaga			Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>		
	PPS			PPS	
Geraldo Resende		(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)		1 vaga
	PSB				
Barbosa Neto		Júlio Delgado <small>vaga do PPS</small>			
	PDT	1 vaga			

Álvaro Dias PDT (Dep. do PP ocupa a vaga)	Secretário(a): Maria Terezinha Donati Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6215 / 6232 FAX: 216-6225
Renildo Calheiros PC do B	Inácio Arruda
Elimar Máximo Damasceno PRONA	1 vaga
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".</p> <p>Presidente: Átila Lins (PPS) 1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB) 2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL) 3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PL) Relator: Paulo Rocha (PT)</p>	
Titulares	Suplentes
PT	
Anselmo Carlos Abicalil Hélio Esteves Henrique Afonso Paulo Rocha Terezinha Fernandes	Eduardo Valverde Nilson Mourão Zé Geraldo Zico Bronzeado 2 vagas
PFL	
Kátia Abreu Pauderney Avelino Vic Pires Franco (Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga	Clóvis Fecury Davi Alcolumbre <small>vaga do PDT</small> Francisco Rodrigues 3 vagas
PMDB	
Alceste Almeida Asdrubal Bentes Marinha Raupp Osvaldo Reis	Ann Pontes Deley <small>vaga do PV</small> Wladimir Costa 2 vagas
PSDB	
Nicias Ribeiro Nilson Pinto (Dep. do PL ocupa a vaga) 1 vaga	Anivaldo Vale João Castelo Zenaldo Coutinho 1 vaga
PP	
Darci Coelho <small>vaga do PFL</small> Francisco Garcia Ronivon Santiago Suely Campos	Zé Lima 2 vagas
PTB	
Pastor Frankembergen Silas Câmara	Josué Bengtson 1 vaga
PL	
Hamilton Casara <small>vaga do PSDB</small> Humberto Michiles Raimundo Santos	Coronel Alves <small>vaga do PSB</small> Luciano Castro Maurício Rabelo
PSB	
Dr. Ribamar Alves Janete Capiberibe	(Dep. do PL ocupa a vaga) 1 vaga
PPS	
Átila Lins	1 vaga
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
PC do B	
Perpétua Almeida	Vanessa Grazziotin
PV	
Sarney Filho	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A, NO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, ANALISAR AS PROPOSIÇÕES EM TRÂMITE REFERENTES A ASSUNTOS QUE TRATAM DAS ATIVIDADES DA SERASA - CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS BANCOS S/A.</p> <p>Presidente: Max Rosenmann (PMDB) 1º Vice-Presidente: Josias Quintal (PMDB) 2º Vice-Presidente: Mussa Demes (PFL) 3º Vice-Presidente: Reinaldo Betão (PL) Relator: Giacobbo (PL)</p>	
Titulares	Suplentes
PT	
Colombo Luiz Alberto Orlando Fantazzini	Rubens Otoni Zico Bronzeado 1 vaga
PMDB	
Josias Quintal Max Rosenmann Zé Gerardo	Bernardo Ariston Mauro Benevides Osmar Serraglio
Bloco PFL, PRONA	
José Mendonça Bezerra Mussa Demes	Robério Nunes (Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PP	
Carlos Souza Celso Russomanno	Enivaldo Ribeiro Pedro Canedo
PSDB	
Gonzaga Mota Léo Alcântara	Antonio Carlos Mendes Thame Julio Semeghini <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Paulo Bauer
PTB	
Arnaldo Faria de Sá Paes Landim	Alex Canziani Elaine Costa
Bloco PL, PSL	
Giacobbo Reinaldo Betão	Inaldo Leitão Oliveira Filho
PPS	
Cezar Silvestri	1 vaga
PSB	
Alexandre Cardoso	Jorge Gomes
PDT	
Alceu Collares	Manato
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
<p>Secretário(a): Regina Maria Veiga Brandão Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6232 FAX: 216-6225</p>	
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA.</p> <p>Presidente: Roberto Brant (PFL) 1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: José Pimentel (PT)</p>	
Titulares	Suplentes
PT	
Arlindo Chinaglia Dr. Rosinha Eduardo Valverde Henrique Fontana Ivan Valente José Pimentel	Adão Pretto Assis Miguel do Couto Durval Orlato Guilherme Menezes <small>vaga do PSB</small> Maninha Roberto Gouveia

Nilson Mourão (Dep. S.PART. ocupa a vaga) 1 vaga		João Alfredo José Eduardo Cardozo José Mentor Maurício Rands 1 vaga	
PFL			PFL
Alberto Fraga ^{vaga do PMDB} Félix Mendonça ^{vaga do PTB} Gervásio Silva Murilo Zauith Onyx Lorenzoni Roberto Brant Robson Tuma (Dep. do PP ocupa a vaga)	Luiz Carreira Vic Pires Franco Vilmar Rocha (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga) (Dep. do PP ocupa a vaga)	Coriolano Sales Jairo Carneiro Luiz Carlos Santos Mendonça Prado (Licenciado) (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PTB ocupa a vaga)	Antonio Carlos Magalhães Neto José Mendonça Bezerra Robério Nunes Vilmar Rocha (Dep. do PL ocupa a vaga) 1 vaga
PMDB		PMDB	
Adelor Vieira Alexandre Santos ^{vaga do PSDB} Darcísio Perondi Jorge Alberto Mendes Ribeiro Filho (Dep. do PFL ocupa a vaga)	Oswaldo Biolchi 4 vagas	Bernardo Ariston Carlos Willian ^{vaga do PSB} Marcelino Fraga Nelson Trad Wilson Santiago 1 vaga	Osmar Serraglio Paulo Lima 3 vagas
PSDB			PSDB
Alberto Goldman Custódio Mattos Eduardo Barbosa Yeda Crusius (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Anivaldo Vale Bismarck Maia João Campos (Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga	Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) João Campos Vicente Arruda (Dep. do PPS ocupa a vaga) 1 vaga	Bonifácio de Andrada Bosco Costa Nicias Ribeiro Zenaldo Coutinho Zulaiê Cobra
PP			PP
Darci Coelho ^{vaga do PFL} Jair Bolsonaro José Linhares 1 vaga	Feu Rosa ^{vaga do PSDB} Ivan Ranzolin ^{vaga do PFL} Reginaldo Germano Ronivon Santiago 1 vaga	Darci Coelho ^{vaga do PFL} Feu Rosa Ibrahim Abi-ackel Ricardo Fiuza Wagner Lago ^{vaga do PDT}	Celso Russomanno Jair Bolsonaro ^{vaga do PTB} Nélio Dias Roberto Balestra (Licenciado)
PTB			PTB
Arnaldo Faria de Sá Dr. Francisco Gonçalves (Dep. do PFL ocupa a vaga)	Marcondes Gadelha ^{vaga do PFL} Ricardo Izar Vicente Cascione 1 vaga	Luiz Antonio Fleury Paes Landim ^{vaga do PFL} Vicente Cascione 1 vaga	Arnaldo Faria de Sá (Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga
PL			PL
Carlos Mota Chico da Princesa Medeiros	Humberto Michiles Maurício Rabelo Paulo Marinho ^{vaga do PFL} Wellington Roberto	Carlos Mota Inaldo Leitão José Santana de Vasconcelos	João Paulo Gomes da Silva Paulo Marinho ^{vaga do PFL} Raimundo Santos Wellington Roberto
PSB			PSB
Paulo Baltazar 1 vaga	(Dep. do PT ocupa a vaga) 1 vaga	Renato Casagrande (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	2 vagas
PPS			PPS
Fernando Coruja	Geraldo Thadeu	Dimas Ramalho Juíza Denise Frossard ^{vaga do PSDB}	Fernando Coruja
PDT			PDT
Alceu Collares (Dep. S.PART. ocupa a vaga)		(Dep. do PP ocupa a vaga)	Pompeo de Mattos
PC do B			PC do B
Jandira Feghali	Alice Portugal	Perpétua Almeida	1 vaga
PRONA			PRONA
Enéas	1 vaga	1 vaga	1 vaga
S.PART.			
Secretário(a): Maria Terezinha Donati Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A Telefones: 216-6215 / 6232 FAX: 216-6225	João Mendes de Jesus ^{vaga do PDT} Luciana Genro ^{vaga do PT}	Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6201 / 6232 FAX: 216-6225	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA DO JUDICIÁRIO.		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA POLÍTICA.	
Presidente: José Eduardo Cardozo (PT) 1º Vice-Presidente: João Alfredo (PT) 2º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB) 3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)		Presidente: Alexandre Cardoso (PSB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Ronaldo Caiado (PFL)	
Titulares		Titulares	Suplentes
PT			
Antonio Carlos Biscaia Dra. Clair	Iriny Lopes 6 vagas		

<p>PT</p> <p>Chico Alencar Devanir Ribeiro Fernando Ferro José Eduardo Cardozo Luiz Couto Paulo Delgado Rubens Otoni</p> <p>PFL</p> <p>André de Paula Luiz Carlos Santos Marcos Abramo Roberto Magalhães <small>vaga do PTB</small> Ronaldo Caiado Vic Pires Franco (Dep. do PTB ocupa a vaga)</p> <p>PMDB</p> <p>Cezar Schirmer José Divino Marcelino Fraga Osmar Serraglio Osvaldo Biolchi</p> <p>PSDB</p> <p>Affonso Camargo Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) Bonifácio de Andrada João Almeida Professora Raquel Teixeira (Licenciado)</p> <p>PP</p> <p>Leodegar Tiscoski Mário Negromonte Nilton Baiano</p> <p>PTB</p> <p>Jackson Barreto Paes Landim <small>vaga do PFL</small> Philemon Rodrigues (Dep. do PFL ocupa a vaga)</p> <p>PL</p> <p>Carlos Rodrigues João Paulo Gomes da Silva Lincoln Portela</p> <p>PSB</p> <p>Alexandre Cardoso Luiza Erundina</p> <p>PPS</p> <p>Fernando Coruja</p> <p>PDT</p> <p>Severiano Alves</p> <p>PC do B</p> <p>Renildo Calheiros</p> <p>PV</p> <p>Jovino Cândido</p> <p>Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6214 / 6232 FAX: 216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA.</p> <p>Presidente: Vicentinho (PT) 1º Vice-Presidente: Maurício Rands (PT) 2º Vice-Presidente:</p>	<p>César Medeiros Colombo João Alfredo Luiz Sérgio Maria do Carmo Lara (Dep. do PDT ocupa a vaga) 1 vaga</p> <p>Antonio Carlos Magalhães Neto Eduardo Sciarra José Rocha Zelinda Novaes (Dep. do PL ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga)</p> <p>Almerinda de Carvalho Jorge Alberto Leandro Vilela Mauro Benevides Vieira Reis</p> <p>Carlos Alberto Leréia Nicias Ribeiro Paulo Bauer <small>vaga do PFL</small> Thelma de Oliveira Vicente Arruda 1 vaga</p> <p>Francisco Dornelles Nélio Dias Ricardo Barros</p> <p>Edna Macedo José Múcio Monteiro Neuton Lima</p> <p>Almeida de Jesus Marcelo Guimarães Filho <small>vaga do PFL</small></p> <p>Mário Assad Júnior Oliveira Filho</p> <p>2 vagas</p> <p>Átila Lins</p> <p>João Fontes <small>vaga do PT</small> Mário Heringer</p> <p>Inácio Arruda</p> <p>Marcelo Ortiz</p>	<p>3º Vice-Presidente: Relator: José Chaves (PTB)</p> <p>Titulares</p> <p>Carlos Santana Dra. Clair Luiz Alberto Maurício Rands Orlando Desconsi Paulo Rocha Vicentinho</p> <p>Coriolano Sales João Batista Robson Tuma Vilmar Rocha (Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)</p> <p>Almir Moura <small>vaga do PL</small> Leonardo Picciani Marcelo Teixeira Wladimir Costa (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do PPS ocupa a vaga)</p> <p>Antonio Carlos Pannunzio Carlos Alberto Leréia Eduardo Paes Paulo Bauer <small>vaga do PFL</small> Ronaldo Dimas Zenaldo Coutinho</p> <p>Francisco Dornelles Nelson Meurer Roberto Balestra (Licenciado)</p> <p>Iris Simões Joaquim Francisco José Chaves <small>vaga do PMDB</small> José Múcio Monteiro</p> <p>Miguel de Souza Paulo Marinho <small>vaga do PFL</small> Sandro Mabel (Dep. do PMDB ocupa a vaga)</p> <p>Dr. Ribamar Alves Isaías Silvestre</p> <p>Cláudio Magrão Maria Helena <small>vaga do PMDB</small></p> <p>Pompeo de Mattos</p> <p>Daniel Almeida 1 vaga</p>	<p>Suplentes</p> <p>Antônio Carlos Biffi Antonio Carlos Biscaia Henrique Afonso Josias Gomes Neyde Aparecida Tarcísio Zimmermann (Dep. S.PART. ocupa a vaga)</p> <p>Celcita Pinheiro Gerson Gabrielli Onyx Lorenzoni (Dep. do PTB ocupa a vaga) 2 vagas</p> <p>Jefferson Campos Leandro Vilela Pastor Pedro Ribeiro Takayama 1 vaga</p> <p>Átila Lira Carlos Sampaio 3 vagas</p> <p>Leonardo Vilela (Licenciado) Luis Carlos Heinze Vadão Gomes</p> <p>Homero Barreto Paes Landim <small>vaga do PFL</small> Philemon Rodrigues 1 vaga</p> <p>Heleno Silva Milton Monti Raimundo Santos</p> <p>Luciano Leitoa <small>vaga do PDT</small> 2 vagas</p> <p>Raul Jungmann</p> <p>(Dep. do PSB ocupa a vaga)</p> <p>Jamil Murad 1 vaga</p> <p>Babá <small>vaga do PT</small></p> <p>Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A Telefones: 216-6206 / 6232 FAX: 216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.</p> <p>Presidente: Mussa Demes (PFL) 1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)</p>
---	--	--	---

2º Vice-Presidente: Carlos Eduardo Cadoca (PMDB)
 3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
 Relator: Virgílio Guimarães (PT)

Titulares	PT	Suplentes
Carlito Meress		Paulo Pimenta
Jorge Bittar		Reginaldo Lopes
José Mentor		Telma de Souza
Paulo Bernardo (Licenciado)		Vignatti
Paulo Rubem Santiago		Wasny de Roure
Virgílio Guimarães		(Dep. do PV ocupa a vaga)
Walter Pinheiro		1 vaga
PFL		
Gerson Gabrielli		Aroldo Cedraz
José Carlos Machado		Eduardo Sciarra
José Roberto Arruda		Eliseu Resende
Mussa Demes		Gervásio Silva
Pauderney Avelino		Júlio Cesar
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)		Vic Pires Franco
PMDB		
Carlos Eduardo Cadoca		Ann Pontes
Luiz Bittencourt		Jorge Alberto
Marcelo Teixeira		Paulo Afonso
Max Rosenmann		Pedro Chaves
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		1 vaga
PSDB		
Antonio Cambraia		Anivaldo Vale
Eduardo Paes <small>vaga do PFL</small>		Antonio Carlos Mendes Thame
Julio Semeghini		Gonzaga Mota
Luiz Carlos Hauly		Yeda Crusius
Narcio Rodrigues		(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Walter Feldman (Licenciado)		
PP		
Delfim Netto		Augusto Nardes
Francisco Dornelles		Márcio Reinaldo Moreira
Romel Anizio		1 vaga
PTB		
Armando Monteiro <small>vaga do PMDB</small>		Arnon Bezerra <small>vaga do PSDB</small>
José Militão		Pedro Fernandes
Nelson Marquzelli		(Dep. do PL ocupa a vaga)
1 vaga		(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PL		
Edmar Moreira		Enio Tatico <small>vaga do PTB</small>
João Leão		Jaime Martins
Sandro Mabel		João Paulo Gomes da Silva
		Reinaldo Betão
PSB		
André Zacharow <small>vaga do PDT</small>		Pastor Francisco Olímpio
Beto Albuquerque		1 vaga
Renato Casagrande		
PPS		
Fernando Coruja		(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PDT		
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		João Herrmann Neto <small>vaga do PPS</small>
		1 vaga
PC do B		
Sérgio Miranda		Vanessa Grazziotin
PV		
Edson Duarte		Fernando Gabeira <small>vaga do PT</small>
		Leonardo Mattos
PSC		
		Zequinha Marinho <small>vaga do PTB</small>

Secretário(a): Angélica Maria Landim Fialho de Aguiar
 Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
 Telefones: 216-6218 / 6232
 FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OUVIR OS DIVERSOS
 POSICIONAMENTOS A RESPEITO DO TEMA E PROPOR
 MEDIDAS VISANDO A REFORMA UNIVERSITÁRIA.**

Presidente:
 1º Vice-Presidente:
 2º Vice-Presidente:
 3º Vice-Presidente:

Titulares	PT	Suplentes
6 vagas		6 vagas
PMDB		
Gastão Vieira		Almir Moura <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>
João Matos (Licenciado)		Osmar Serraglio
Marinha Raupp		4 vagas
Oswaldo Biolchi		
1 vaga		
Bloco PFL, PRONA		
Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small>		4 vagas
César Bandeira		
Clóvis Fecury		
Corauci Sobrinho		
Murilo Zauith		
PP		
Feu Rosa		Márcio Reinaldo Moreira
Professor Irapuan Teixeira		Ronivon Santiago
Simão Sessim		Suely Campos
Vanderlei Assis		Wagner Lago
PSDB		
Átila Lira		Bonifácio de Andrada
Nilson Pinto		Lobbe Neto
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)		Rafael Guerra
PTB		
Eduardo Seabra		Alex Canziani
Jonival Lucas Junior		Elaine Costa
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		Paes Landim
Bloco PL, PSL		
Carlos Mota		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Milton Monti		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Paulo Marinho		1 vaga
PPS		
Rogério Teófilo		Fernando Coruja
PSB		
Luciano Leitoa		1 vaga
PDT		
Severiano Alves		1 vaga
PC do B		
Alice Portugal		Jamil Murad
PSC		
Costa Ferreira		1 vaga
PV		
Sarney Filho		Marcelo Ortiz
S.PART.		
		Pedro Irujo <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>
Secretário(a): -		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N.º 29, DE 1993.		
Presidente:		
1º Vice-Presidente:		
2º Vice-Presidente:		
3º Vice-Presidente:		
Titulares	PFL	Suplentes
Carlos Melles		

Benedito de Lira	PP		
Elaine Costa	PTB		
Secretário(a): Tarciso Aparecido Higino de Carvalho Local: Secretaria Executiva da Cesp de Doc. Sigilosos Telefones: 216.5625 FAX: 216.5605			
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS".			
Presidente: Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB) 1º Vice-Presidente: Moacir Micheletto (PMDB) 2º Vice-Presidente: Josué Bengtson (PTB) 3º Vice-Presidente: Perpétua Almeida (PCdoB) Relator: Sarney Filho (PV)			
Titulares		Suplentes	
Dr. Rosinha	PT	Leonardo Monteiro	
Henrique Afonso		Zé Geraldo	
Neyde Aparecida		2 vagas	
Zico Bronzeado			
Gervásio Oliveira <small>vaga do PDT</small>	PMDB	Max Rosenmann	
Leandro Vilela		2 vagas	
Luiz Bittencourt			
Moacir Micheletto			
Bloco PFL, PRONA			
Robson Tuma		(Dep. do PV ocupa a vaga)	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)		2 vagas	
1 vaga			
Benedito de Lira	PP	Roberto Balestra (Licenciado)	
Francisco Garcia		1 vaga	
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	Thelma de Oliveira	
Nilson Pinto		1 vaga	
Dr. Francisco Gonçalves	PTB	Arnaldo Faria de Sá	
Josué Bengtson		Pastor Reinaldo	
Bloco PL, PSL			
Coronel Alves		Badu Picanço	
Hamilton Casara		Miguel de Souza	
João Carlos Bacelar <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>			
Maria Helena	PPS	Fernando Coruja	
Dr. Ribamar Alves	PSB	1 vaga	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PDT	Dr. Rodolfo Pereira	
Perpétua Almeida	PC do B	Vanessa Grazziotin	
Sarney Filho	PV	Edson Duarte	
		Fernando Gabeira <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	
Secretário(a): Saulo Augusto Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B Telefones: 216-6276/6252 FAX: 216-6285			
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR A AÇÃO CRIMINOSA DAS MILÍCIAS PRIVADAS E DOS GRUPOS DE EXTERMÍNIO EM TODA A REGIÃO NORDESTE".			
Presidente: Bosco Costa (PSDB)			
1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB) 2º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT) 3º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS) Relator: Luiz Couto (PT)			
Titulares		Suplentes	
Fernando Ferro	PT	Guilherme Menezes	
João Alfredo		José Pimentel	
Luiz Alberto		Maurício Rands	
Luiz Couto		Nelson Pellegrino	
(Dep. do PL ocupa a vaga)	PFL	Davi Alcolumbre <small>vaga do PDT</small>	
(Dep. do PL ocupa a vaga)		Fernando de Fabinho	
1 vaga		Rodrigo Maia	
		1 vaga	
Josias Quintal	PMDB	Pastor Pedro Ribeiro	
Marcelo Castro		(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
Mauro Lopes		1 vaga	
Bosco Costa	PSDB	Carlos Sampaio	
Helenildo Ribeiro (Licenciado)		João Campos	
Vicente Arruda		1 vaga	
Enivaldo Ribeiro	PP	Márcio Reinaldo Moreira	
Mário Negromonte		Nélio Dias	
Jonival Lucas Junior	PTB	Arnaldo Faria de Sá	
Romeu Queiroz		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	
José Carlos Araújo <small>vaga do PFL</small>	PL	Almeida de Jesus	
Marcelo Guimarães Filho <small>vaga do PFL</small>		Edmar Moreira	
Marcos de Jesus			
1 vaga			
Dr. Ribamar Alves	PSB	Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>	
		1 vaga	
Geraldo Thadeu	PPS	Colbert Martins	
1 vaga	PDT	(Dep. do PFL ocupa a vaga)	
Daniel Almeida	PC do B	1 vaga	
1 vaga	PRONA	Elimar Máximo Damasceno	
	S.PART.	Osmânio Pereira <small>vaga do PTB</small>	
Secretário(a): Francisco de Assis Diniz Local: Anexo II, Sala 151-B Telefones: 216-6213 / 6252 FAX: 216-6285			
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO E O PAPEL NELE DESEMPENHADO PELO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES.			
Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:			
Titulares		Suplentes	
Eduardo Valverde	PT	Adão Pretto	
Fernando Ferro		Wasny de Roure	
Jorge Boeira		2 vagas	
Mauro Passos			
	PMDB		

José Priante Marcello Siqueira Pastor Amarildo ^{vaga do PSC} Wladimir Costa	Aníbal Gomes Josias Quintal Nelson Bornier	Carlos Sampaio João Campos	Bosco Costa Capitão Wayne Zulaiê Cobra ^{vaga do PTB}
Bloco PFL, PRONA		PP	
Gervásio Silva Luiz Carlos Santos (Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	Corauci Sobrinho José Carlos Aleluia Pauderney Avelino	Nilton Baiano Reginaldo Germano	Francisco Appio Mário Negromonte
PP		PTB	
João Pizzolatti Mário Negromonte	Ricardo Barros Vadão Gomes	Arnaldo Faria de Sá (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Luiz Antonio Fleury (Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSDB		PL	
João Almeida Silvio Torres	Antonio Cambraia Rafael Guerra	Coronel Alves Neucimar Fraga	Medeiros Wanderval Santos
PTB		PPS	
(Dep. S.PART. ocupa a vaga) (Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Arnaldo Faria de Sá Marcus Vicente	Colbert Martins	1 vaga
Bloco PL, PSL		PSB	
Giacobo Inaldo Leitão José Carlos Araújo ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}	Jaime Martins Luciano Castro	Paulo Baltazar	Gonzaga Patriota
PPS		PDT	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Colbert Martins	Pompeo de Mattos	Enio Bacci
PSB		PC do B	
B. Sá ^{vaga do PPS} Dr. Ribamar Alves	(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Perpétua Almeida	1 vaga
PDT		PV	
Luiz Piauhyllino	Álvaro Dias Jurandir Boia ^{vaga do PSB}	Edson Duarte Secretário(a): Manoel Alvim Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B Telefones: 216-6210/6252 FAX: 216-6285	Jovino Cândido
PC do B		REQUER A INSTALAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS NAS DENÚNCIAS DE DESVIO DE VERBAS FEDERAIS RELATIVAS À SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	
Sérgio Miranda	Vanessa Grazziotin	Titulares	Suplentes
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PRP ocupa a vaga)	PT	
PRP		PMDB	
S.PART.	Renato Cozzolino ^{vaga do PSC}	José Divino	
Osmânio Pereira ^{vaga do PTB} Salvador Zimbaldi ^{vaga do PTB} Secretário(a): Marcos Figueira Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B Telefones: 216-6261/6273 FAX: 216-6285		Laura Carneiro	
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DO TRÁFICO DE ARMAS.		Alexandre Cardoso	
Presidente: Moroni Torgan (PFL) 1º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL) 2º Vice-Presidente: Josias Quintal (PMDB) 3º Vice-Presidente: Neucimar Fraga (PL) Relator: Paulo Pimenta (PT)		Jandira Feghali Secretário(a): -	
Titulares	Suplentes	PC do B	
PT		COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES DO ASSASSINATO DOS AUDITORES FISCAIS E DO MOTORISTA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, NA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS, NA CIDADE DE UNAÍ.	
Luiz Couto Odair Cunha Paulo Pimenta 1 vaga	Antonio Carlos Biscaia Iriy Lopes José Eduardo Cardozo Zico Bronzeado	Coordenador: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT) Relator: Carlos Mota (PL)	
PMDB		Titulares	Suplentes
Gervásio Oliveira Josias Quintal Mauro Lopes Nelson Trad	Cabo Júlio Gilberto Nascimento 2 vagas	PT	
Bloco PFL, PRONA		Eduardo Valverde Luiz Eduardo Greenhalgh Virgílio Guimarães	
Alberto Fraga ^{vaga do PTB} Laura Carneiro Moroni Torgan Robson Tuma	Abelardo Lupion Eduardo Sciarra Onyx Lorenzoni	José Roberto Arruda	
PSDB		Carlos Mota	
		Eduardo Barbosa	
		Arnaldo Faria de Sá	
		Colbert Martins	
		Sérgio Miranda	

Secretário(a): Maria de Fátima Moreira
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6204/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE SUCESSIVOS ATAQUES, SEGUIDOS DE MORTE, PRATICADOS CONTRA MORADORES DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Coordenador: Orlando Fantazzini (PT)

Titulares		Suplentes
	PT	
Luiz Eduardo Greenhalgh Orlando Fantazzini		
	PMDB	
Gilberto Nascimento Jefferson Campos		
	Bloco PFL, PRONA	
Dr. Pinotti (Licenciado)	PP	
Celso Russomanno	PSDB	
Zulaiê Cobra	PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Bloco PL, PSL	
Wanderval Santos	PPS	
Geraldo Thadeu	PSB	
Luiza Erundina Secretário(a): -		

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VERIFICAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO INCÊNDIO E BUSCAR CONHECIMENTO PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS POSSAM DESENVOLVER O ESTADO DE RORAIMA.

Titulares		Suplentes
	PT	
Josias Gomes Paulo Rocha Professor Luizinho Zico Bronzeado		
	PMDB	
Alceste Almeida	PFL	
Francisco Rodrigues	PTB	
Pastor Frankembergen	PP	
Suely Campos	PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	PC do B	
Vanessa Grazziotin Secretário(a): -		

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A REALIZAR VISITAS ÀS INSTALAÇÕES DE ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO LOCALIZADAS EM RESENDE - RJ, EM CAITITÉ - BA EM OUTROS MUNICÍPIOS, E ELABORAR RELATÓRIO DESCRITIVO, CONTENDO ANÁLISE E AVALIAÇÃO CIRCUNSTANCIAL DOS PROCESSOS E PRECEDIMENTOS OBSERVADOS NO PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO.

Titulares		Suplentes
	PT	
Maninha		
	PMDB	
Moreira Franco		

Carlos Melles
Murilo Zauith
Robério Nunes

PFL

Feu Rosa
Ivan Ranzolin
Jair Bolsonaro

PP

Marcos de Jesus

PL

Antonio Carlos Pannunzio

PSDB

João Herrmann Neto

PDT

Edson Duarte
Fernando Gabeira
Secretário(a): -

PV

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR OS TRABALHOS RELACIONADOS À CHACINA OCORRIDA NA BAIxada FLUMINENSE, INCLUSIVE A APURAÇÃO QUE VEM SENDO FEITA PELOS ÓRGÃOS POLICIAIS.

Presidente: Nelson Bornier (PMDB)

Titulares		Suplentes
	PT	
André Costa Antonio Carlos Biscaia		
	PMDB	
Almerinda de Carvalho Nelson Bornier		

Bloco PFL, PRONA

Aldir Cabral

PSDB

1 vaga

PP

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PTB

Roberto Jefferson

PL

Reinaldo Betão
Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR A BAHIA E AVERIGUAR AS RAZÕES DO CONFLITO ENTRE OS MÉDICOS BAIANOS E OS PLANOS DE SAÚDE.

Titulares		Suplentes
	PT	
Angela Guadagnin Guilherme Menezes Nelson Pellegrino		

PMDB

Geddel Vieira Lima
Jorge Alberto

Bloco PFL, PRONA

José Rocha
1 vaga

PP

Nilton Baiano
Vanderlei Assis

PSDB

João Almeida

PTB

Jonival Lucas Junior

Bloco PL, PSL

Amauri Gasques

PPS

Colbert Martins

PSB

Jorge Gomes		Titulares		Suplentes
Alice Portugal	PC do B	Carlos Abicalil	PT	
Secretário(a): -		Eduardo Valverde		
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVERIGUAR A SITUAÇÃO DE CONFLITO EXISTENTE ENTRE OS MORADORES E O IBAMA, NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, NO ESTADO DO PARANÁ.				
Titulares				Suplentes
Assis Miguel do Couto	PT	Alberto Fraga	PFL	
Osmar Serraglio	PMDB	Agnaldo Muniz	PP	
Eduardo Sciarra	PFL	Luis Carlos Heinze	PL	
Nelson Meurer	PP	Miguel de Souza	PTB	
Luiz Carlos Hauly	PSDB	Nilton Capixaba	PCdoB	
Alex Canziani	PTB	Perpétua Almeida	PV	
Fernando Gabeira	PV	Edson Duarte		
Secretário(a): -		Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta		
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O ENVENENAMENTO DE ANIMAIS OCORRIDO NA FUNDAÇÃO ZOOLOGICO DE SÃO PAULO.				
Coordenador: Marcelo Ortiz (PV)		Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
Titulares		Telefones: 216-6211/6232		
		FAX: 216-6225		
Devanir Ribeiro	PT	COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR AS UNIDADES PRISIONAIS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DESENVOLVER DIÁLOGO COM AS AUTORIDADES DO ESTADO PERTINENTES À ÁREA, COM VISTAS A BUSCAR SOLUÇÃO PARA A GRAVE CRISE DO SETOR.		
Roberto Gouveia	PMDB	Coordenador: Mário Heringer (PDT)		Suplentes
Ann Pontes		Titulares	PT	
(Dep. do PV ocupa a vaga)		Antonio Carlos Biscaia		
Bloco PFL, PRONA		Chico Alencar	PMDB	
Robson Tuma		Almir Moura <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>		
(Dep. do PV ocupa a vaga)		Gilberto Nascimento		
PP		Josias Quintal	Bloco PFL, PRONA	
Ildeu Araujo		Laura Carneiro	PP	
Professor Irapuan Teixeira	PSDB	Reginaldo Germano	PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	PTB	(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Bloco PL, PSL	
Arnaldo Faria de Sá	Bloco PL, PSL	Wanderval Santos		
Amauri Gasques	PPS	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PPS	
Geraldo Thadeu	PSB	Geraldo Thadeu	PSB	
1 vaga	PV	Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>	PDT	
Edson Duarte <small>vaga do PMDB</small>		Alexandre Cardoso		
Marcelo Ortiz		Mário Heringer		
Sarney Filho <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		Secretário(a): -		
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro		COMISSÃO EXTERNA COM A FINALIDADE DE AVERIGUAR AS CAUSAS E A EXTENSÃO DOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE PELO VAZAMENTO DE UMA BARRAGEM DE REJEITOS DA INDÚSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA., ATINGINDO MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO RIO DE JANEIRO.		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		Coordenador: César Medeiros (PT)		
Telefones: 216-6209/6232		Relator: Renato Cozzolino (PRP)		
FAX: 216-6225		Titulares		Suplentes
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS CONFRONTOS ENTRE OS GARIMPEIROS E ÍNDIOS CINTA-LARGA PELA EXPLORAÇÃO ILEGAL DO GARIMPO DE DIAMANTES NA RESERVA ROOSEVELT, SITUADA NO SUL DE RONDÔNIA.				
Coordenador: Alberto Fraga (PFL)		César Medeiros	PT	
Relator: Luis Carlos Heinze (PP)		Leonardo Monteiro	PMDB	
		Deley		

Luiz Bittencourt Nelson Bornier	PP		
Julio Lopes	PTB		
Sandro Matos	PV		
Edson Duarte Fernando Gabeira Jovino Cândido Leonardo Mattos Marcelo Ortiz Sarney Filho	PRP		
Renato Cozzolino Secretário(a): .			
GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO REFERENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E OFERECER INDICATIVO À CASA SOBRE A MATÉRIA.			
Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)			
Relator: Vicente Cascione (PTB)			
Titulares		Suplentes	
	PT		
Durval Orlato Jorge Boeira Maria do Rosário Terezinha Fernandes			
	PFL		
Laura Carneiro Zelinda Novaes (Dep. do PP ocupa a vaga)			
	PMDB		
Ann Pontes Osmar Serraglio Rose de Freitas			
	PSDB		
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) Eduardo Barbosa Thelma de Oliveira			
	PP		
Darci Coelho <small>vaga do PFL</small> Ivan Ranzolin Ricardo Fiuza			
	PTB		
Luiz Antonio Fleury Vicente Cascione			
	PL		
Carlos Mota			
	PSB		
Luiza Erundina			
	PPS		
Rogério Teófilo			
	PDT		
Severiano Alves Secretário(a): Angélica Fialho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6276/6232 FAX: 216-6225			
GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A, NO PRAZO DE 20 DIAS, EXAMINAR E OFERECER UM INDICATIVO AO PLENÁRIO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2003, QUE "SUSTA O DECRETO Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, A AVALIAÇÃO DE			
		CURSOS E INSTITUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", INCLUINDO O RECADASTRAMENTO DAS UNIVERSIDADES.	
		Titulares	Suplentes
			PT
		Iara Bernardi	
			PMDB
		Gastão Vieira	
			PFL
		Paulo Magalhães	
			PSDB
		Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	
		Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	
		Secretário(a): -	

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 938 PÁGINAS